# ROLLO

# 997

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

A. G. I. I.

DIV. MICROFILMACION

ROLLO N° 997

(SJ)

ACTA DE APERTURA DE MICROFILMACION:

LUGAR DE LA MICROFILMACION (ORGANISMO): DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA.-

FECHA DE INICIACION DE LA MICROFILMACION: 09 de abril de 1991.-

DENOMINACION DE LA DOCUMENTACION: DOCUMENTOS DEL DPTO.II/D.G.I.D (PAISES).- AÑO 1987.-

IDENTIFICACION DEL PRIMER ORIGINAL MICROFILMADO: R.E.NRO.8700025 FS.001/1 - CORRESPONDIENTE A BRASIL.-

OPERARIO/S: Sdo.1ra.J.Sarraute y Sdo.1ra.M.Cosentino.-

REDUCCION DE IMAGEN: 29 X

SISTEMA EMPLEADO: STANDARD

ROLLO SIMULTANEO?: NO

DESCARTE: Personal del Dpto.II/D.G.I.D.-

PREPARACION DOCUMENTAL: Personal del DPTO.II/D.G.I.D.-

CONTROL: Personal del DPTO.II/D.G.I.D.-

VISTO: Una vez comprobadas las características que contiene el primer documento en la apertura del acta, se procede a la iniciación de la microfilmación firmando para su constancia el funcionario responsable y la Dirección de la Oficina.-

El Encargado de la División Microfilmación

S.O.M.

Juan Carlos Martínez

El Jefe del AGII DE LA D.G.I.D.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL · DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA · REPUBLICA O. del URUGUAY

Cnel.
A.G.I.I.

Pedro Barneix

# DOC. AÑO 1987

# MESA

# PAISES

# CARP. Nº 098

Nº098 BRASIL

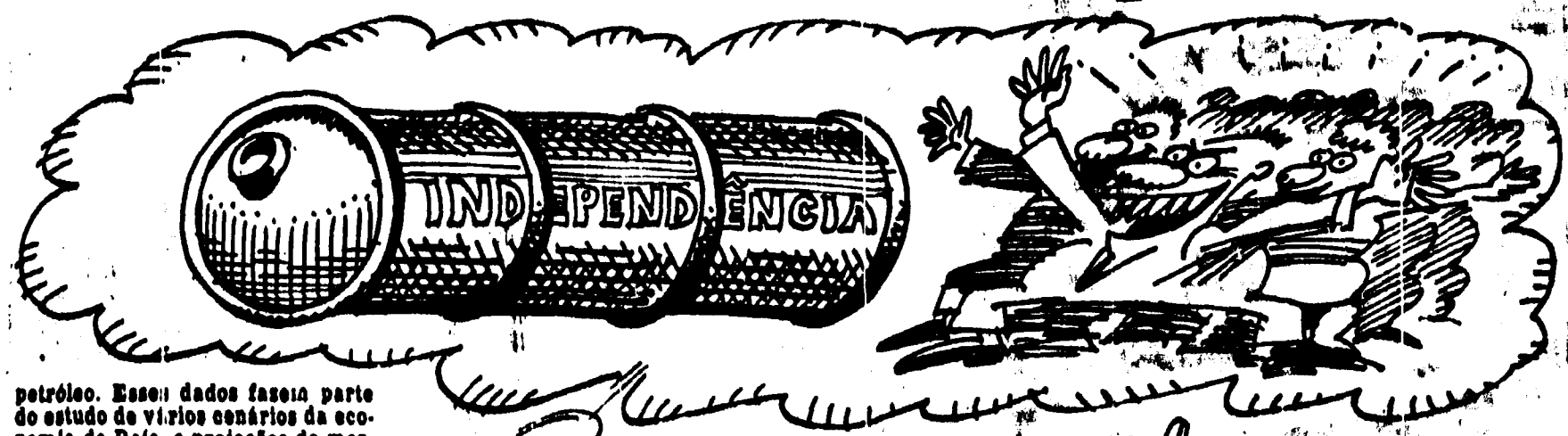
ENTRE LOS Nºs

8700025 - 8712526

ENERGIA

# Brasil terá auto-suficiência de petróleo em 1995

RAMONA ORDOÑEZ




"Não é proibido sonhar", costuma dizer o Presidente da Petrobrás, Ozires Silva. E ainda mais quando os fatos (ou o petróleo) permitem transformar o sonho em realidade. O potencial de petróleo descoberto em águas profundas, na Bacia de Campos — até agora são 2,8 bilhões de barris, superiores às reservas totais do País que são de 2,2 bilhões de barris —, permitirá ao Brasil atingir a tão sonhada auto-suficiência em 1995.

Nas últimas três décadas, a dependência externa de petróleo, que chegou a ser de 98 por cento em 1954, no início das atividades da Petrobrás, veio caindo para pouco mais de 40 por cento atualmente, e poderá ser reduzida a percentuais bem menores, ou mesmo chegar a zero, nos próximos dez anos, de acordo projeções que estão sendo feitas pelo corpo técnico da Petrobrás.

Segundo o Chefe do Serviço de Planejamento (Serplan), da Petrobrás, Cid Rodrigues, em 1995 a produção de petróleo poderá chegar a 1,5 milhão de barris diários, e 55 milhões de metros cúbicos diários de gás natural, a partir do início da exploração em águas profundas. O salto é grande: a produção média prevista para este ano é de 612 mil barris diários de óleo, e 16 milhões de metros cúbicos diários de gás natural.

Esta é a primeira vez que os técnicos da Petrobrás, sempre conservadores e cautelosos, baseados em resultados concretos, admitem que o País poderá ser auto-suficiente em petróleo. Esses dados fazem parte do estudo de vários cenários da economia do País, e projeções de mercado que estão sendo feitos pelo Serplan, e que serão encaminhados ao Governo, para a formulação da política energética do País na próxima década.

Em 1995, entre os vários cenários analisados pela Petrobrás, prevê-se que o consumo de derivados poderá atingir 1,5 milhão de barris. Isso acontecerá se o Produto Interno Bruto (PIB) crescer entre sete e oito por cento ao ano, nos próximos anos, e o consumo de derivados crescer entre cinco e seis por cento, também ao ano. Cid Rodrigues explicou que essas projeções servem para mostrar que o Governo, ao fazer seu planejamento futuro, precisa, agora, levar em conta as gigantescas reservas de petróleo encontradas na Bacia de Campos.

No período de 1986/ 89, a Petrobrás investirá US$ 12 bilhões (Cz$ 169 bilhões) em suas atividades de exploração e produção de petróleo. A meta é chegar em 1990 a uma produção de 800 mil barris diários de petróleo, e 35 milhões de metros cúbicos diários de gás natural. Sem contar com o petróleo de águas profundas, a estatal prevê alcançar, em 1995, a produção média diária de 900 mil barris de óleo e 40 milhões de metros cúbicos diários de gás, dos quais pelo menos 30 milhões de metros cúbicos/dia estarão disponíveis para comercialização.

O Chefe Adjunto do Serplan, Roberto Gomes da Costa, estima que, na década de 90, a Petrobrás investirá, só em águas profundas, algo em torno de US$ 26 bilhões (Cz$ 366,3 bilhões). Roberto Gomes ressalva, entretanto, que o Governo não deve tomar decisões isoladas sobre o aproveitamento das várias fontes energéticas, como o petróleo, álcool, hidroeletricidade, e carvão, entre outros.

— A política energética do País — ressalta Roberto Gomes — deve ser traçada com base na avaliação global de todas as fontes de energia, e o aumento da produção de petróleo vai depender dessa decisão. — "O potencial petrolífero descoberto em profundidades acima dos 400 metros permite, não apenas chegar à auto-suficiência, como até superar o consumo, segundo o executivo.

Para o Chefe do Serplan, Cid Sampaio, o considerável avanço no desenvolvimento da tecnologia para produção em águas profundas deverá ser considerado na definição política energética dos anos 90, "pois não se pode deixar de considerar a contribuição desses campos descobertos pela Petrobrás. Segundo ele, "é preciso identificar o potencial de oferta dos energéticos, para que seu aproveitamento tenha o menor custo social, e permita evitar desperdícios na alocação de recursos. "As metas só podem ser fixadas a partir da avaliação global de cenário da economia, e do potencial de cada fonte", observou Cid Rodrigues.

Já Roberto Gomes ressalta que, "o mais importante não é produzir todo o petróleo que o País necessita, para seu consumo, mas ter as reservas que o Brasil poderá usar, de acordo com suas necessidades, tornando-se independente energeticamente, mesmo que continue importando determinadas quantidades suplementares que sejam de interesse comercial. Potencialmente, as descobertas dos campos gigantes em águas profundas nos permitem chegar à autosuficiência" afirma o Chefe-Adjunto do Serplan.

Tanto Cid Sampaio como Roberto Gomes, fazem questão de deixar bem claro que todos esses números são baseados em cenários que levam em conta hipóteses de crescimento da economia e do consumo de derivados, que poderão ser diferentes, e não significam números consolidados e aprovados para servirem para a programação de investimentos da Petrobrás nos anos 90.

Até agora, a programação de investimentos aprovados pelo Plano de Metas do Governo vai até 1989. Esses estudos feitos pela Petrobrás estão sendo discutidos em conjunto com outras estatais da área de energia, como a Eletrobrás e a Comissão Nacional de Energia (CNE). Posteriormente, serão encaminhados à Presidência da República junto com os dados para a formulação global da política energética para os anos 90. Anos que, segundo a Petrobrás, deverão ser bem melhores do que a década de 80.

01.01

8700025

098

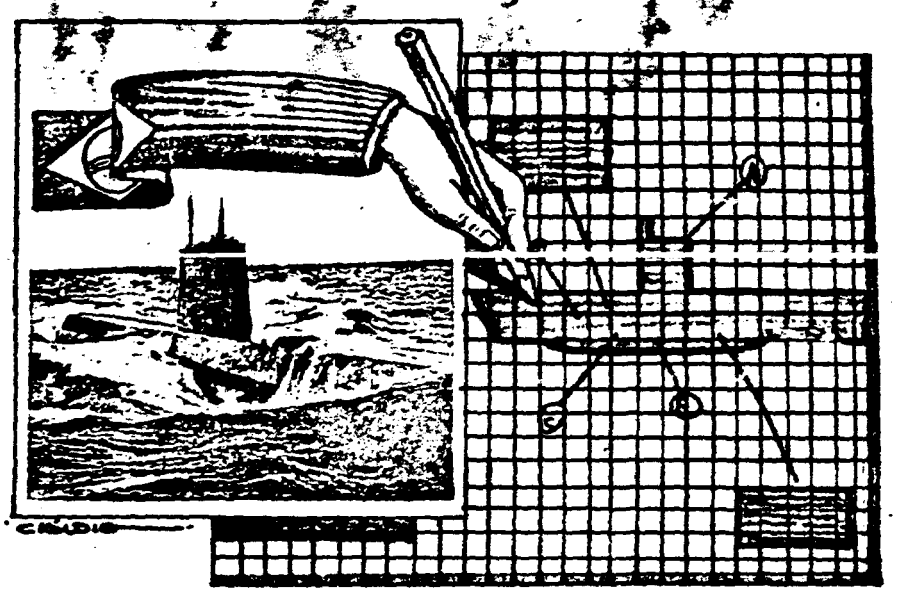
O GLOBO 25/4/86

# Brasil prepara o seu submarino nuclear, informa centro dos EUA

WASHINGTON — A Marinha brasileira deverá experimentar, dentro de oito anos, um pequeno reator destinado a mover o primeiro submarino nuclear de um país da América Latina. A informação, do centro de investigações **Mid-Atlantic Research Associated (Mara)**, foi publicada ontem pelo **The Washington Times**.

Diz a informação de Mara, condensada pelo periódico: "Os militares brasileiros começaram um programa de investigações nucleares independente do programa governamental. A Marinha espera pôr à prova em 1994 um pequeno reator nuclear, que servirá de modelo para um reator compacto que impulsionará seu primeiro submarino nuclear. Estima-se que o submarino teria 70 metros de comprimento".

Em seu livro "As Novas Nações Nucleares", editado em novembro do ano passado pela Fundação Carnegie para a Paz, Leonar S.Spector estabelece uma comparação entre os programas nucleares do Brasil e da Argentina, assinalando que "enquanto o Presidente Raul Alfonsin colocou o programa nuclear argentino sob estrito controle civil", no Brasil o programa nuclear "está em parte sob controle direto dos militares, restando saber se o Presidente José Sarney tratará de alterar a direção do programa brasileiro".



## Marinha confirma o seu submarino nuclear de ataque, mas para 2010

BRASÍLIA — O primeiro navio brasileiro movido a energia nuclear será um submarino de ataque, que só poderá entrar em operação em 2010. Até lá, qualquer notícia sobre o assunto será uma especulação, de acordo com fontes do Ministério da Marinha.

Segundo as fontes, o programa está dividido em três fases: construção de casco de pressão, de reator nuclear compacto e de caixas de transmissão com material silencioso.

01.01

0700027

098
BRASIL

La Mañana 6/11/86

**BRASILIA (ANSA, EFE y UPI).- El gobierno brasileño estudia la posibilidad de declarar ilegales las huelgas en los servicios de transporte urbano de pasajeros que afectan a las ciudades de Brasilia, Belo Horizonte y Sao Paulo y que ayer se extendieron a Curitiba y Natal.**

**El anuncio fue hecho por el Ministro de Justicia, Pablo Brossard, al abandonar el palacio presidencial luego de una reunión con el Jefe del Estado, José Sarney, en la que se evaluó la situación en estas ciudades.**

**"La ley prohibe expresamente las huelgas en los servicios esenciales y el transporte es uno de ellos", dijo el Ministro a la prensa.**

**Los huelguistas de las cinco ciudades demandan reajustes salariales, congelados desde el pasado 28 de febrero, cuando el gobierno puso en marcha un programa de reforma económica conocido como Plan Cruzado.**

La Mañana 06/11/86

01.01

0700045

# El lento escrutinio confirma al P.M.D.B. en San Pablo y en Río

*Mientras el escrutinio oficial de las elecciones brasileñas continúa consolidando el amplio triunfo oficial, el dominio de por lo menos 20 estados y el del Parlamento que dictará la nueva Constitución, el líder del P.M.D.B., Ulysses Guimaraes, abrió la posibilidad de crear el mecanismo de referendo para consultar al pueblo en las grandes cuestiones. Análisis de Lionel Brizola, quien asegura que el P.D.T. salió fortalecido.*

Agencia AFP

El candidato a gobernador del estado de Río de Janeiro Moreira Franco, quien aventaja al laborista en el escrutinio y es dado como virtual ganador.

RIO DE JANEIRO, 19 (EFE, AP, AFP, ANSA y UPI). — **A cuatro días de realizadas las elecciones** de parlamentarios federales y provinciales y para gobernadores, el conteo de sufragios en **Brasil mantiene su extrema lentitud.** En **San Pablo**, computado el 80,5 % de las urnas, **Orestes Quercia** (P.M.D.B.) suma **4.595.516 votos** (el 37,1 %) frente a los **2.889.741 votos de Ermirio de Moraes** (P.T.B.) y los **2.145.396 de Paulo Maluf** (P.D.S.).

En **Río de Janeiro**, con el 68,9 % de las urnas escrutadas, **Wellington Moreira Franco** (P.M.D.B., P.F.L. y otros) acumula **2.171.469 votos** (el 46,4 %) contra el candidato del P.D.T., **Darcy Ribeiro**, que cuenta con **1.463.373** (el 30,1 %).

El Partido del Movimiento Democrático Brasileño va confirmando —y con creces— los cálculos previos. **Gana en 20 estados la elección para gobernadores.** El Partido del Frente Liberal **se impone en** un estado; en otro, la **situación** no está definida y en **Minas Gerais se da el caso de un dramático escrutinio, ya que se llevan computados 8.600.000 votos y el P.M.D.B. se está imponiendo por apenas 40 mil sufragios.**

Ahora, el panorama de los **23 estados federados de Brasil es el siguiente: el P.M.D.B. gobernará en 20 ó 21** (antes, en 12); el **P.F.L. en 3 ó 2** (antes, en 10); el **P.D.T., en ninguno** (antes, en 1). En cuanto al senado: el P.M.D.B. tendrá **mayoría absoluta** (antes, un 35 %); El P.F.L. sufrió **grandes pérdidas**; izquierda y derecha perdieron.

En la Cámara de Diputados: **P.M.D.B. tendría mayoría absoluta** (antes, un 44 %); el **P.F.L. sufrió ligeras pérdidas** (antes, un 23 %) ese cuadro de situación se desprende que el P.M.D.B. **podrá controlar por sí solo el Parlamento que a partir de febrero elaborará una nueva constitución para Brasil y cuyas funciones incluirán la definición del mandato del presidente José Sarney.**

### ♦ ¿Referendo?

Y a propósito de la Asamblea Constituyente, el presidente del Partido del Movimiento Democrático Brasileño, **Ulysses Guimaraes**, en charla con periodistas extranjeros y contestando a sus preguntas, respondió a una de ellas de tal forma que **abrió la posibilidad de incluir en la nueva constitución un sistema mediante el cual el pueblo defina cuestiones esenciales de la vida política del país a través de la consulta o referendo.**

Guimaraes dijo que **"si el gobierno tiene derecho a vetar decisiones del Congreso, ¿por qué el pueblo no puede aprobar las reformas constitucionales?".**

### ♦ Brizola: "Fortalecidos"

En una entrevista concedida a la red O Globo de televisión, el gobernador de **Río de Janeiro, Lionel Brizola**, afirmó que su partido (Partido Democrático Trabalhista, P.D.T.), **no fue derrotado** en las actuales, elecciones.

Al referirse a la lenta marcha del escrutinio, dijo que los cómputos oficiales **recién están comenzando** y que los divulgados son de **empresas privadas**, las que **"comenzaron por aquellos donde menos apoyan mi gestión de gobierno"**. Negó, además, informaciones según las cuales bajó su caudal de votos en lugares como **Baixada Fluminense**, zona eminentemente popular. **"Lo que ocurre —señaló— es que en las elecciones de 1982, los grupos que ahora se unieron para enfrentarnos, estaban separados; pero en conjunto, todos ellos, sumados, tuvieron menos votos que aquella vez, mientras que nosotros subimos".**

El tema de las coaliciones, de por qué sus adversarios se unieron y el P.D.T. no, tuvo su respuesta: **"Nosotros también invitamos a otros partidos, pero se negaron. No sé qué tienen contra nosotros o contra mí. Pero hubo un trabajo, en este sentido, buscando entretejer ese frente para destruirnos. Muy bien. No obstante, salimos fortalecidos, con un crecimiento notable en el interior y muy claro en casi todas las regiones".**

Defendió su batalla preelectoral dirigida al presidente Sarney afirmando que aquel **discriminó a su estado, lo aisló, le negó recursos y restringió su colaboración.** Además, reclamó por las disposiciones que le impidieron hablar en el programa electoral gratuito por la cadena de radio y televisión (solo fueron autorizados los candidatos). **"Aquella fue una discriminación indecente; se prohibió a un gobernador defenderse de la lluvia de injurias y burlas. De haber ido a la televisión, Moreira Franco jamás habría hecho la votación que está apareciendo, porque la población habría votado esclarecida. Me sacaron de la televisión, hablaron ellos solos, atacaron al ausente, desinformaron".**

01.01

# Partidos não sabem quantos deputados deverão eleger

A totalização pelo Serpro de apenas 7 mil 698 das 16 mil 686 urnas do estado, oito dias depois da eleição, impedia os partidos de chegarem ontem à noite a um cálculo mais exato sobre o número de cadeiras que ocuparão na futura Assembléia Nacional Constituinte. Miro Teixeira, um dos experts em projeções eleitorais, garante que qualquer divisão hoje das 46 cadeiras de deputado federal — ele já assegurou a sua pelo PMDB — corre o risco de ser desmentida amanhã.

Das urnas ainda por totalizar uma grande maioria procede da 24ª e da 25ª Zonas Eleitorais, que compreendem os subúrbios de Bangu, Padre Miguel, Campo Grande e Santa Cruz. É mínimo também o número de urnas da Zona da Leopoldina já computado nos boletins oficiais do TRE. As urnas da Zona Oeste — as da 24ª e 25ª —, segundo Miro, podem mudar qualquer previsão feita de maneira precipitada. Grandes municípios do interior — como Campos, Niterói, São Gonçalo, Duque de Caxias, Nova Iguaçu e São João de Meriti — não tiveram, como muitas zonas eleitorais de expressão do Rio, a maioria de seus votos já contabilizada pela Justiça Eleitoral.

**Expectativa**

Nos partidos, diante do lento pinga-pinga das urnas, alguns políticos se dedicavam ontem a um exercício de imaginação: estimar, com base em projeções preliminares, de quanto será o quociente eleitoral para a Câmara dos Deputados a Assembléia Legislativa. Pemedebistas e pedetistas acham que no primeiro caso o quociente será de 130 mil votos e no segundo de 90 mil.

Miro Teixeira, que se recusa a calcular, antes de conhecer os números referentes a pelo menos 85% da totalização das 16 mil 686 urnas do estado, o quociente eleitoral que vai vigorar este ano, fornece, no entanto, um dado importante:

— O quociente será alto e falso e muitos partidos, sobretudo os de menor porte, vão eleger deputados com pequena votação, nas sobras de legenda. O voto branco, que funcionou como uma espécie de fantasma dos candidatos a deputado federal e estadual, pela sua alta incidência, entra no cálculo do quociente. Volta depois a ser usado para definir as sobras.

Os pemedebistas que não guardam os cuidados de Miro estão prevendo, ainda, em suas projeções de ontem, a ocupação pelo partido de 14 das 46 cadeiras de deputado federal. Eles creditam ao PDT, depois, outras 12, deixam sete para o PFL e quatro para o PL do deputado Álvaro Valle. Depois, as coisas vão ficando difíceis, com a atribuição ao PTB de duas cadeiras, ao PT de duas e, ao PSB e PDS, uma para cada um.

Nessas contas feitas por dirigentes do PMDB ficam três cadeiras por preencher, que poderão ser decididas pelas sobras de legenda, indo para os pemedebistas e pedetistas, numa proporção de duas e uma. Miro não avaliza, no entanto, esse cálculo, recomendando um pouco mais de calma aos que querem encontrar a melhor divisão para as 46 cadeiras de deputado federal.

**Luta final**

O PMDB, apesar de a totalização do PMDB não ter atingido ainda a 50% dos votos, tinha, ontem, 12 candidatos virtualmente eleitos: Artur da Távola, Ronaldo César Coelho, Ana Maria Rattes, Aloysio Teixeira, Miro Teixeira, Paulo Ramos, Jorge Leite, Edmilson Valentim, Daso Coimbra, Márcio Braga, Messias Soares e Gustavo de Faria.

Pelas últimas vagas brigavam Denisar Arneiro, Eduardo Portella, Jorge Cury, Ernani Boldrin, Jorge Gama e Laércio Maurício da Fonseca. Dos 12 pemedebistas que asseguraram praticamente a cadeira de constituinte, cinco estão se reelegendo. Miro está recuperando o mandato interrompido em 1982 quando disputou e perdeu a eleição de governador. O jornalista Artur da Távola, que há quatro anos concorreu ao Senado e não se elegeu, conquista agora, com boa votação, vaga na Câmara dos Deputados.

A renovação do PMDB na Constituinte se expressa através de Ana Maria Rattes, advogada, mulher do prefeito de Petrópolis, Paulo Rattes, que é um dos principais assessores políticos do governador eleito, Moreira Franco; Edmilson Valentim, operário, do PC do B, partido que se coligou com os pemedebistas na eleição proporcional; Ronaldo César Coelho, empresário; e Paulo Ramos, major da Polícia Militar.

No PDT, César Maia, Brandão Monteiro, José Maurício, Luiz Alfredo Salomão e Carlos Alberto de Oliveira Caó, ex-secretários de Estado, já garantiram a eleição, bem como o jornalista Roberto D'Ávila e o ex-deputado Lysâneas Maciel. Está também com a cadeira assegurada o líder sindical Juarez Antunes e lutam pelas vagas restantes o ex-prefeito de Barra Mansa, Féres Nader, o deputado Bocayuva Cunha, o ex-secretário Vivaldo Barbosa, o ex-prefeito Noel de Carvalho e o ex-deputado Doutel de Andrade.

O PFL tem apenas três candidatos com cadeira assegurada: Sandra Cavalcanti, Rubem Medina e Francisco Dornelles. Brigam pelas vagas restantes, de acordo com o último boletim oficial do TRE, Simão Sessin, Arolde de Oliveira, Adilson de Oliveira, Osmar Leitão, Celso Peçanha e Alair Ferreira.

No PL, Álvaro Valle e Oswaldo Almeida (ligado aos plantadores de cana de Campos) estão eleitos e brigam pelas vagas restantes Adolfo de Oliveira, José Carlos Coutinho e Mauro Magalhães. No PSB, Marcelo Cerqueira está eleito e se o partido alcançar uma segunda cadeira — o que é difícil — brigarão por ela Paulo Goldrajch e Carlos Alberto Campista.

O PDS caminha para reeleger o deputado Amaral Netto, sem chance de fazer uma segunda cadeira. No PT, que poderá conquistar duas vagas na Constituinte, Wladimir Palmeira, Benedita da Silva, Jorge Bittar e Ciro Garcia têm votações bem próximas.

Mas o grande drama da eleição de deputado federal parece ser o do pastor protestante Sotero Cunha. Ele acumula boa votação, mas seu partido poderá não atingir o quociente para fazer uma cadeira. O seu colega de religião Roberto Lopes, dono da Rádio Capacabana, foi mais feliz: concorreu pelo PTB e está virtualmente eleito, deixando o professor Fábio Raunhetti, os deputados Roberto Jeferson e Fernando Carvalho, o empresário Getúlio Silva e o deputado estadual Luís Edmundo brigando por mais uma vaga.

**Câmara dos Deputados — Legendas**

| | |
|---|---|
| Aliança Liberal | 249.360 |
| Aliança Popular Democrática | 648.736 |
| Pacto Democrático Trabalhista | 561.233 |
| PDC | 62.079 |
| PDS | 78.786 |
| PFL | 341.071 |
| PSB | 69.830 |
| PT | 108. 696 |
| PTB | 139.086 |

**Assembléia Legislativa — legendas**

| | |
|---|---|
| Aliança Liberal | 148.542 |
| Aliança Popular Democrática | 643.893 |
| Aliança Popular | 55.388 |
| Frente Comunitária | 71.373 |
| Pacto Democrático Trabalhista | 497.644 |
| PCB | 17.184 |
| PDC | 67.074 |
| PDS | 55.572 |
| PFL | 315.255 |
| PSB | 74.367 |
| PT | 125.861 |
| PTB | 190.443 |
| PTR | 67.434 |

01.09
8700118

# Últimos resultados oficiais

## Senadores

**• Aliança Popular Democrática (PMDB/PFL)**

| | |
|---|---|
| Milton Caruso | 1.188.778 |
| José Colagrossi | 196.270 |
| Hélio Fernandes | 81.638 |
| TOTAL da sublegenda | 1.466.687 |
| Afonso Arinos | 537.273 |
| Hydekel de Freitas | 282.374 |
| Rockfeller de Lima | 138.117 |
| TOTAL da sublegenda | 958.764 |

**• PPB**

| | |
|---|---|
| Pedreira | 69.529 |

**• PDT**

| | |
|---|---|
| Marcelo Alencar | 754.115 |
| José Frejat | 581.922 |

**• PCB**

| | |
|---|---|
| Hércules Correia | 28.832 |

**• PDS**

| | |
|---|---|
| Fernando Abelheira | 12.602 |

**• PH**

| | |
|---|---|
| Wandekley Costa | 13.715 |
| Mauro Sérgio Chaves M. Dias | 12.911 |

**• PL**

| | |
|---|---|
| Hélio Ferraz | 569.562 |

**• PM**

| | |
|---|---|
| José Alvorada | 12.174 |

**• PND**

| | |
|---|---|
| Pedro Celestino | 22.000 |

**• PRT**

| | |
|---|---|
| Blas Ferreira | 16.196 |

**• PSB**

| | |
|---|---|
| Evandro Lins e Silva | 196.461 |

**• PSC**

| | |
|---|---|
| Abdon Amaro | 22.116 |

**• PT**

| | |
|---|---|
| Bittencourt | 114.0004 |
| Cesário Alvim | 64.000 |

## Deputados federais

**• Aliança Liberal (PL/PSC)**

| | |
|---|---|
| Alvaro Valle | 161.717 |
| Oswaldo de Almeida | 14.254 |
| Adolpho de Oliveira | 6.010 |
| José Carlos Coutinho | 5.974 |
| Mauro Magalhães | 3.757 |

**• Aliança Popular Democrática (PMDB/PC do B)**

| | |
|---|---|
| Artur da Távola | 42.305 |
| Ronaldo César | 34.535 |
| Ana Maria Rattes | 34.124 |
| Aloysio Teixeira | 27.214 |
| Miro Teixeira | 24.401 |
| Paulo Ramos | 23.909 |
| Jorge Leite | 23.522 |
| Daso Coimbra | 20.281 |
| Edmilson Valentim | 20.156 |
| Messias Soares | 19.574 |
| Márcio Braga | 19.539 |
| Gustavo de Faria | 17.382 |
| Denisar Arneiro | 12.420 |
| Climério Veloso | 11.790 |
| Eduardo Portella | 11.084 |
| Sabi Bogado | 10.605 |
| Cláudio Chagas Freitas | 10.648 |
| Flávio Palmier | 10.582 |
| Ernani Boldrim | 10.495 |
| Candido Mendes | 10.297 |
| Wandir Carvalho | 9.787 |
| Jorge Gama | 9.695 |
| Laércio da Fonseca | 9.457 |
| Jorge Cury | 9.323 |
| Mac Dowell Leite de Castro | 9.149 |
| Márcio Macedo | 8.334 |
| Milton Gonçalves | 7.415 |
| Oswaldo Lima | 6.374 |
| João Lubanco | 6.356 |
| Paulo Sally | 6.077 |

**• Aliança Popular (PMC/PTN/PMN)**

| | |
|---|---|
| Samuel Correa | 4.074 |
| Osmario Dias Barboza | 1.213 |
| José Mamede | 1.074 |

**• Frente Comunitária (Pasart/PS/PRP)**

| | |
|---|---|
| Clóvis Sahione | 3 869 |
| Júlia Steinbruch | 3.645 |
| Jorge de Souza | 3.080 |

**• Pacto Democrático Trabalhista (PDT/PMB/PJ)**

| | |
|---|---|
| César Maia | 43.366 |
| Roberto D'Ávila | 22.965 |
| Brandão Monteiro | — |
| Jaques Antunes | 22.206 |
| José Maurício | 20.268 |
| Lysâneas Maciel | 16.915 |
| Luiz Salomão | 13.537 |
| Caó | 13.136 |
| Bocayuva Cunha | 11.121 |
| Vivaldo Barbosa | 10.981 |
| Paes Nader | 10.513 |
| Doutel de Andrade | 9.810 |
| Noel de Carvalho | 9.508 |
| Sérgio Carvalho | 9.307 |
| Edésio Frias | 9.197 |
| José Augusto dos Reyes | 8.755 |
| Luiz Antônio | 8.388 |
| Arinos Afonso Botelho | 8.210 |
| Alberto Lavinas | 8.041 |
| Augusto Ariston | 8.748 |
| Marcia Viana | 8.657 |
| Rose Marie Muraro | 8.584 |
| Ivan Viana | 8.477 |
| Jaime Campos | 8.368 |
| Trajano Ribeiro | 8.285 |
| Amplisto Cabral | 8.187 |
| Leerio Bastos | 5.984 |
| Adalberto Ribeiro | 5.940 |
| José Eudes | 5.889 |

**• PCB**

| | |
|---|---|
| Modesto da Silveira | 4.429 |
| Stepan Nercessian | 2.584 |
| Ivan Pinheiro | 2.046 |

**• PDC**

| | |
|---|---|
| Sotero Cunha | 19.669 |
| Cecílio Fernandes | 5.084 |
| Jorge Ferro | 4.681 |

**• PDS**

| | |
|---|---|
| Amaral Neto | 34.786 |
| Nelson Jorge | 8.587 |
| Newton Cruz | 8.620 |
| Saramago Pinheiro | 4.886 |
| Jorge Henrique Nunes | 1.884 |

**• PFL**

| | |
|---|---|
| Sandra Cavalcanti | 75.344 |
| Ruben Medina | 42.388 |
| Francisco Dornelles | 22.676 |
| Simão Sessim | 20.386 |
| Alair Ferreira | 11.988 |
| Fernando Lavaquial | 11.887 |
| Arolde Oliveira | 11.689 |
| Osmar Leitão | 10.480 |
| Nelson Sabrá | 10.348 |
| Adilson Lopes | 10.124 |
| Celso Peçanha | 9.889 |
| Tulio Simões | 8.198 |
| Olavo Ferreira | 7.386 |
| José Haddad | 7.086 |
| João Ricardo Mendes | 6.971 |
| Lázaro de Carvalho | 6.281 |
| Alair Dias | 4.789 |
| Ludo Amon | 4.484 |
| Romildo Soares | 4.176 |
| Delvi Berger | 4.184 |

**• PSB**

| | |
|---|---|
| Marcelo Cerqueira | 29.309 |
| Paulo Goldrajch | 7.589 |
| Carlos Alberto Campista | 6.384 |
| Roberto Chabo | 5.312 |
| Sérgio Cabral | 3.694 |
| Adelson Alves | 2.839 |

**• PT**

| | |
|---|---|
| Wladimir Palmeira | 14.951 |
| Benedita da Silva | 14.593 |
| Jorge Bittar | 13.233 |
| Liszt | 11.355 |
| Ciro Garcia | 6.858 |

**• PTB**

| | |
|---|---|
| Roberto Lopes | 23.322 |
| Fábio Raunhetti | 15.235 |
| Roberto Jefferson | 13.956 |
| Getúlio da Silva | 7.274 |
| Fernando de Carvalho | 7.187 |
| Luis Edmundo | 6.217 |
| Paiva Muniz | 5.700 |
| Getúlio Vargas | 4.847 |

## Deputados estaduais

**• Aliança Liberal (PL/PSC)**

| | |
|---|---|
| Veiga Brito | 15.222 |
| José Nicolau | 7.921 |
| Domingos de Freitas | 4.467 |
| Francisco Horta | 4.317 |
| Hubert Emil | 4.044 |
| Antonio Neto | 3.487 |

**• Aliança Popular Democrática (PMDB/PC do B)**

| | |
|---|---|
| Jandira Feghali | 47.478 |
| Luiz Barbosa Correa | 21.275 |



8700118

| | |
|---|---|
| Atila Nunes | 18.710 |
| Heloneida Stuart | 18.5[illegible] |
| João Caldara | 16.[illegible] |
| Sergio Dinis | 13.[illegible] |
| Elias Camilo Jorge | 13.[illegible] |
| Aires Abdala | 13.[illegible] |
| Silverio do Espírito Santo | 12.703 |
| Osvaldo Frias | 12.057 |
| Alberto Dauaire | 12.[illegible] |
| Napoleão Veloso | 11.479 |
| Danilo Ferreira | 11.326 |
| Fernando Machado | 11.205 |
| José Figorelli | 10.977 |
| Paulo Duque | [illegible].782 |
| Gilberto Rodrigues | [illegible].475 |
| José Augusto Guimarães | [illegible].686 |
| Albano Parente | [illegible].120 |
| Pedro Fernandes | [illegible].967 |
| Nielsen Louzada | [illegible]7.941 |
| Paulo Albernaz | 7.643 |
| Nilo Teixeira | 7.120 |
| Helvio Tinoco | 6.939 |
| Paulo Antunes | 6.879 |
| Jorge Pimentel | 6.742 |
| Raymundo de Oliveira | [illegible].560 |
| Sebastião Duque | [illegible].504 |
| José Vicente Sobrinho | 6.203 |
| Helio Fernandes Filho | 5.993 |

• **Aliança Popular (PMC/PTN/PMN)**

| | |
|---|---|
| Djanir Soares | 1.983 |
| Durães Pacheco | 1.336 |

• **Frente Comunitária (Pasart/PS/PRP)**

| | |
|---|---|
| Noé da Silva | 3.269 |
| José Apelbaum | 2.968 |

• **Pacto Democrático Trabalhista (PDT,PMB e PJ)**

| | |
|---|---|
| Jorge Roberto Silveira | 17.940 |
| Garotinho | 16.074 |
| Jardanes de Oliveira | 15.681 |
| Alberto Brizola | 11.460 |
| Eduardo Chuahy | 11.023 |
| Fernando Lopes | 10.857 |
| José Nader | 9.933 |
| Yara Vargas | 9.410 |
| Cláudio Moacyr | 8.627 |
| Aluísio Gama | 6.767 |
| Adroaldo Garani | 6.687 |
| Amadeu Chacar | 6.531 |
| Alice Tamborindeguy | 6.327 |
| Luiz Henrique de Lima | 6.166 |
| Carlos Correa | 5.922 |
| Leoncio Vasconcelos | 5.846 |
| Valter Lavinas | 5.334 |
| Fernando Bandeira | 5.211 |
| Pereira Pinto | 5.147 |
| Acacio Caldeira | 5.109 |
| José Gouvea Filho | 4.910 |
| José Talarico | 4.535 |
| Edson Ezequiel de Matos | 4.517 |
| Carlos Vignole | 4.467 |
| Lélia Gonzalez | 4.406 |
| Sami Jorge | 4.406 |
| Moisés de Oliveira | 4.249 |
| Francisco Monteiro | 4.217 |
| [illegible] | 4.[illegible] |
| [illegible] | 4.1[illegible] |

• **PCB**

| | |
|---|---|
| Antônio Ivo | 1.54[illegible] |
| Ricardo Bastos | [illegible]46 |

• **PDC**

| | |
|---|---|
| Daniel Figueiredo | [illegible].949 |
| Pedro Ernesto Ferreira da Gama | 1.421 |

• **PDS**

| | |
|---|---|
| Antônio Lopes | 2.711 |
| Nelci da Silva | 2.324 |

• **PEL**

| | |
|---|---|
| Albano Reis | 11.877 |
| Farid Davi | 8.097 |
| Daisi Lúcidi | 7.712 |
| Paulo Cordeiro | 6.349 |
| Roberto Pereira Pinto | 5.875 |
| Mesquita Bráulio | 5.528 |
| Alexandre Cardoso | 5.503 |
| Heitor Furtado | 5.168 |
| Ludmila Mayrink | 5.147 |
| Jorge Davi | 4.917 |
| Ralo Bruno | 4.554 |
| Gerson Bergher | 3.755 |
| Leonardo Abbud | 3.583 |
| Alair Gouveia | 3.250 |
| Pedro Antunes | 3.249 |
| José Carlos Távora | 3.164 |
| José Paulo Rangel | 3.163 |

• **PSB**

| | |
|---|---|
| Milton Temer | 6.953 |
| Godofredo Pinto | 3.600 |

• **PT**

| | |
|---|---|
| Carlos Minc | 9.495 |
| Lúcia Arruda | 4.864 |
| Luiz Salles | 2.814 |
| Luiz Travassos | 2.720 |
| Adair Rocha | 2.562 |

• **PTB**

| | |
|---|---|
| Eraldo Bezerra | 13.255 |
| Ademar Alves | 5.832 |
| Alcides Fonseca | 5.040 |
| Altino Moreira | 5.016 |
| Roberto Figueiredo | 4.547 |
| Amando da Fonseca | 3.026 |
| Pedro Magalhães | 2.[illegible]31 |
| Álvaro Pinheiro | 2.948 |
| Sebastião Campista | 2.944 |

• **PTR**

| | |
|---|---|
| Rubens Bontempo | 5.175 |
| Armando Franca | 2.049 |

03 . 03

8700118

COMÉRCIO EXTERIOR

# Brasil poderá vender computadores aos cubanos

SÃO PAULO — Com o reatamento das relações Brasil — Cuba, uma série de negócios começaram a ser desencadeados entre os dois países. Ainda em fase tímida, mas com muito empenho, a informática está despertando interesse muito grande dos cubanos. Em agosto do ano passado, um Diretor do Instituto Nacional de Sistemas Automatizados e Técnicas de Computação participou de um congresso sobre computação no Rio e começou a fazer gestões a nível oficial visando conhecer mais a política de informática, no País.

Na semana passada, um outro passo foi dado para aproximar os dois países nessa área, com a vinda de Marcel Andino Zayas, Chefe do Departamento de Investigações Científicas do Instituto Superior Politécnico José Antônio Echeverria — o maior centro de estudos universitários de Cuba, que reúne 15 mil estudante que cursam 33 especialidades.

Frisando que sua visita não tinha caráter de negociação oficial, mas de divulgar a realização de uma conferência em janeiro do ano que vem, em Havana, sobre o uso do computador em tarefas de engenharia e arquitetura, Zayas revelou, entretanto, que Cuba quer conhecer melhor o desenvolvimento do Brasil nessa área.

Em Cuba não se conhece o avanço do Brasil em informática devido à falta de informações. Sabemos pouco porque só tínhamos acesso por algumas notícias lidas em jornais — ressaltou Zayas.

Cuba tem planos ambiciosos para sair do atraso — o uso mais intensivo de computadores em algumas atividades começou no início da década de 70 — e para isso já enveredou pelo campo do estímulo aos novos estudantes.

— O plano governamental estabeleceu que todos os estudantes que entrarem no primeiro ano do instituto, a partir deste ano letivo, devem ter pelo menos 450 horas frente a um computador durante os cinco anos de estudo, de tal forma que, quando eles saírem, serão capazes de lidar efetivamente com os computadores que existem nos centros de trabalho.

Segundo Zayas, até a primeira metade da década de 60 havia no país um ou dois computadores, que tiveram um uso mais difuso a partir da década de 70, quando começou a se organizar o transporte, via computador, da safra açucareira que se pronunciava de grande envergadura.

— Mas devido ao bloqueio a que estávamos submetidos, não pudemos contar com muita ajuda. Começamos a desenhar e a construir um pequeno computador em nosso país. Por volta de 1970, foi feito o primeiro protótipo de um computador desenhado por um grupo universitário, com apoio do Governo. Durante todos os anos 70, esse modelo foi repetido centenas de vezes e esses equipamentos foram utilizados na gestão econômica e administrativa.

No início da década de 80, Cuba aumentou a compra de computadores de grande porte dos países socialistas, máquinas montadas de acordo com a distribuição de trabalho de cada país.

Não existe um computador soviético, polonês ou tcheco em Cuba, mas um computador de campo socialista.

ARCHIVAR EN: BRAS. 2 (098)

TEMA: Embaixador diz que retaliação americana ao GATT será ilegal.-

PROCEDENCIA: Jornal do Brasil 4-11-86

ARCHIVADO EN: GATT.

01.01 8700168

ARCHIVAR EN: BRASIL (098).

TEMA: Logros y frustraciones

PROCEDENCIA: LA PRENSA 12-12-86

ARCHIVADO EN: ARGENTINA (084)

01.01 0700254

ARCHIVAR EN: BRASIL (098)

TEMA: Alfonsín pronosticó que se duplicará el intercambio -

PROCEDENCIA: La Nación 12-12-86

ARCHIVADO EN: ARGENTINA (086)

01.01 8700255

ARCHIVAR EN: BRASIL (098)

TEMA: Sotrendió la postergación del tratado de cooperación Nuclear.-

PROCEDENCIA: La Prensa - 12-12-66

ARCHIVADO EN: ARGENTINA (084)

01.01 8700256

098.



# Fracasó el paro general en el Brasil: sólo fue parcial

**San Pablo, 12 (UP y EFE) - Las centrales sindicales de Brasil reconocieron que no lograron hoy paralizar el país con su convocatoria a una huelga general de 24 horas para protestar contra las recientes medidas económicas del gobierno.**

La Central General de los Trabajadores (CGT), afirmó que a pesar de haber logrado un apoyo en masa al movimiento, la huelga fue "positiva".

Fue una huelga positiva. No podemos decir que fue una huelga masiva, pero los principales sectores de las ciudades más importantes del país paralizaron sus actividades, dijo el vocero de la CGT, Valdir Salvadore.

El trasporte público, el comercio y la industria funcionaron en su mayoría en San Pablo, Río de Janeiro, Brasilia y Belo Horizonte, principales ciudades del país, dijeron sindicalistas, las autoridades y la prensa.

Las únicas ciudades donde se registró un amplio apoyo al paro fueron Sao Bernardo do Campo, estado de San Pablo, donde está la industria automotriz, y Goiania, a 20[illegible] kilómetros de Brasilia.

La Central Única de los Trabajadores (CUT) y la CGT afirmaron que sólo comentarían en detalle sobre el paro mañana, limitándose a distribuir informes que confirman que fue parcial.

En el centro de San Pablo, corazón financiero del país, las centrales promovieron manifestaciones llamando a los trabajadores a sumarse al paro.

## "Si fuera en la Argentina"

"Me gustaría participar en la huelga, que es totalmente justa, pero no puedo ser el único en mi banco en hacerlo. El problema es que en este país no hay conciencia. Si fuera en la Argentina, estaría todo paralizado", dijo un bancario antes de ingresar a su local de trabajo.

La CUT y CGT convocaron al paro en protesta por las medidas implantadas el mes pasado por el gobierno, que incluyeron aumentos de hasta un 106 por ciento en productos básicos y tarifas de servicios públicos.

De acuerdo con informes de las autoridades, por lo menos 60 personas fueron detenidas por la policía en todo el país por "incitar a la huelga", de ellas 17 en San Pablo y una en Río de Janeiro.

(Radiofotografía de Reuter)

Efectivos de la policía militar, fuertemente armados, fueron movilizados en Río de Janeiro para prevenir disturbios

En San Pablo, la mayor ciudad del país con 15 millones de habitantes, los ómnibus, los bancos y el comercio aumentaron gradualmente sus operaciones en el curso del día.

El tren metropolitano, que trasporta diariamente a un millón de personas en San Pablo (subterráneo), comenzó a funcionar solo a las 10:20 de la mañana. Las bolsas de valores de San Pablo y Río de Janeiro abrieron con 45 minutos de atraso.

## En Río

En Río de Janeiro, segunda ciudad del país, el tren metropolitano no funcionó y le puerto quedó paralizado, mientras en Brasilia se calcula que poco más de la mitad del comercio abrió sus puertas.

Según analistas, el fracaso del paro general se debió sobre todo al funcionamiento mayoritario de los trasportes públicos, lo que anuló el pretexto de muchos para sumarse al movimiento sin hacerlo directamente.

"El país está viviendo un momento de completa normalidad. El movimiento es muy pequeño y absolutamente injusto con el país y el gobierno", dijo el presidente José Sarney, a quien las recientes medidas económicas hicieron perder gran parte de la popularidad de que disfrutaba anteriormente, según encuestas de opinión pública.

## Demandas sindicales

El gobierno aceptó negociar con los sindicalistas para posibilitar incrementos salariales basados en el índice inflacionario, pero estos condicionaron la firma de un pacto social a la revocatoria del "paquete económico" y la suspensión del pago de la deuda exterior a la banca privada internacional por lo menos tres años.

01.01

8700286

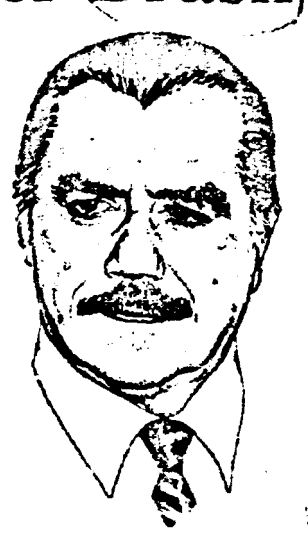
# Más acuerdos con el Brasil

Dos acuerdos petroquímicos con el Brasil fueron firmados esta semana en el marco de los protocolos suscriptos por los presidentes Raúl Alfonsín y José Sarney, por los cuales ambos países complementarán sus esfuerzos para la elaboración del estileno y la instalación de una planta para la producción de monómero de acetato de vinilo, productos intermedios clave para la industria plástica.

Los compromisos fueron concretados en sendas cartas de intención firmadas por el titular de Petroquímica Argentina (PASA) por la parte argentina y las Empresas Brasileñas Companhia de Alcoolquímica Nacional e Interbras.

El acuerdo con la Compañía Alcoolquímica Nacional incluye tres rubros: información relativa a los mercados de monómero de vinilo de ambos países, posibilidad de satisfacer los eventuales faltantes de ese producto en el vecino país a través de exportaciones argentinas, y un estudio de factibilidad para instalar en la Argentina una planta elaboradora.

Estos productos clave se utilizan para la fabricación de resinas plásticas, pinturas de látex, papel adhesivo y vidrios, entre otros.



José Sarney

A/FINANCIERO 05/12/86

01.01

8700287

La Nacion 29/11/86

# Brasil construye misiles tácticos

SAN PABLO, 28 (ANSA). - Brasil esta concluyendo su primer misil, del tipo táctico pesado (SS-300), proyectado secretamente por la empresa Avibras para el ejercito y para su exportacion, segun revelo hoy el diario El Estado de San Pablo.

El arma de la Avibras, de San Jose de Campos (Estado de San Pablo), tiene diez metros de largo, uno de diametro y transporta en la ojiva una tonelada de explosivos a 300 kilometros de distancia.

El motor ya pasó por las pruebas (el prototipo fue mostrado oficialmente al ejercito), y en 1990 el misil podrá ser fabricado y operado en gran escala.

La próxima etapa prevé los ensayos de vuelo, con unidades prontas a la serie definitiva, en el plazo máximo de 18 meses, debiendo quedar para ser operado en 1990.

## Caracteristicas

En los últimos días, los técnicos, que trabajan casi siempre de noche, han estudiado el módulo lanzador, un "contenedor" que será montado sobre la carreta fabricada por la empresa subsidiaria Toctran, la cual "abrigará" las probables siete toneladas del misil.

Iniciado el vuelo, entra en el proceso el Sistema Inercial Solidario (SIS), creado con tecnologia propia por la Avibras a partir de la necesidad de disponer de una especie de "cerebro" para orientar la navegación durante una trayectoria que se da en la faja de los 10 mil kilometros

600 y el S-1200 antes de mediados de los años 90, con alcances de 600 a por hora, en la aceleración máxima.

## Otros modelos

El SS-300 podrá descargar contra el objetivo millares de submuniciones antivehiculo, antipersonal o incendiarias, minas antitanques, artefactos para destrucción de pistas de aterrizaje combinaciones diversas incluyendo misiles de pequeño tamaño con localizadores laser destinados a atacar estaciones de radar o columnas blindadas, además, lógicamente, de la carga única de RE-5, ya en uso en los Estados Unidos.

Técnicos del Departamento de Material Bélico revelaron que el misil táctico es el primero de una familia modular de la cual resaltaran el SS-1200 kilometros, mucho mayores y equipados con radares de frecuencia variable y lasers para última orientación.

En el Centro Técnico Aeroespacial comienza a ser considerado como proyecto un arma más poderosa que el SS-300 y que sería el SS-1000, un misil estratégico de la clase MRBM Medium Range Ballistic Missile, derivado militar del cohete científico Sonda-IV, con radio superior a 1200 kilómetros.

Este alcance permitiría a las fuerzas armadas cubrir todo el continente sudamericano sin salir del territorio brasileño, con excepción de la región austral situada debajo del golfo de San Matías (en la Argentina) y Puerto Montt (Chile).

01.01

8700288

Brasil

098

30/11/86

# Diputado más votado

SAN PABLO, 29 (ANSA). — **Luis Ignacio da Silva ("Lula"), ex dirigente metalúrgico paulista y ahora presidente del Partido de los Trabajadores (P.T.), es el candidato a diputado nacional más votado en todo Brasil.**

Un día antes de cerrar los escrutinios de la elección del 15 de noviembre pasado (para parlamentarios y gobernadores), "Lula" suma **más de 500 mil votos**, superando incluso al presidente del oficialista **Partido del Movimiento Democrático Brasileño (P.M.D.B.), diputado Ulysses Guimaraes**, quien será reelecto.

En cambio, quienes no salieron bien de la votación son **José María Marín** —jefe de la delegación brasileña de fútbol al mundial en México— y **Nabi Abi Chedid**, vicepresidente de la **Confederación Brasileña de Fútbol (C.B.F.)**, que se postulaban para cargos parlamentarios en nombre del **Partido Democrático Social (P.D.S.)**, que fue el partido oficialista en la época del régimen militar.

Marín basó su campaña en ataques a sus adversarios, calificándolos de "comunistas" o "ateos", táctica que al parecer no dio el resultado que esperaba

01 - 01

8700289

038

Buenos Aires, domingo 30 de noviembre de 1986 ★ CLARIN

# Brasil: gobierno y duras denuncias

*El gobierno brasileño y la Central Unica de Trabajadores (CUT) cruzaron ayer acusaciones en relación con los graves enfrentamientos del jueves, en Brasilia, entre manifestantes y policías. Mientras que el presidente José Sarney atribuyó a "guerrilleros urbanos" encuadrados en la CUT la responsabilidad por los hechos, la central obrera aseguró que las agresiones fueron iniciadas por "provocadores" del gobierno y propiciadas por la policía.*

**BRASILIA, 29. (EFE y ANSA).— El gobierno brasileño denunció hoy que fueron guerrilleros urbanos de la Central Unica de Trabajadores (CUT) quienes propiciaron los graves incidentes registrados en esta capital el jueves por la noche, mientras que la dirigencia de esa organización gremial atribuyó, en cambio, la responsabilidad por los hechos a "provocadores" del gobierno, más precisamente a agentes de la Policía Federal, que habrían tenido participación activa en las agresiones iniciales.**

La denuncia del gobierno fue difundida hoy por el portavoz oficial de la presidencia, **Fernando César Mesquita**, quien sintetizó los resultados de una evaluación realizada ayer por el propio presidente **José Sarney** con sus asesores y con el titular de **Justicia, Paulo Brossard**, y los ministros-jefes de la **Casa Civil, Marco Maciel**, y del **Gabinete Militar**, general **Rubens Bayma Denys**. Participó también el general **Iván de Souza Mendes**, jefe del **Servicio Nacional de Informaciones**, que aportó los informes y ha iniciado, ahora, la identificación de los agitadores, según Mezquita.

"Fue una acción programada por guerrilleros de la CUT y del Partido de los Trabajadores (P.T.), que transformaron la propia capital del país en un laboratorio para difundir en todo el territorio un movimiento con el objetivo de desestabilizar al gobierno", afirmó Mezquita, y anticipó que "si lo intentaran de nuevo se van a encontrar otra fuerza por delante, porque vamos a defender el mantenimiento de la ley y del orden".

También denunció presuntas infiltraciones de guerrilleros en las redacciones de los medios de comunicación, "con el obje-

01.01

8700290

Brasil

098

Clarín 13/12/86

San Pablo,

# Investigarán sobre 125 desapariciones

BRASILIA (EFE y UPI). — El gobierno brasileño creará una comisión especial para investigar las denuncias relacionadas con la desaparición de 125 personas durante el régimen militar que concluyó en marzo de 1985, con la asunción del presidente José Sarney. La decisión fue anunciada en Brasilia durante la reunión del Consejo de Defensa de los Derechos de la Persona Humana —presidida por el ministro de Justicia, Paulo Brossard—, tras examinar un proyecto presentado en 1979 por el entonces senador Orestes Quercia, ahora gobernador electo de San Pablo.

♦ **Incógnito sobre la amnistía**

El mencionado Consejo solicitará al Ministerio de Aeronáutica que explique la conducta de la justicia militar en el caso que culminó con la absolución del capitán Sergio Ribeiro de Carvalho, reconocido como uno de los principales jefes de los "escuadrones de la muerte".

El gobierno militar sancionó en 1979 una amnistía, por la cual todos los oficiales involucrados en violaciones de derechos humanos quedaron absolutamente liberados de todo tipo de investigación o juicio por violaciones de los derechos humanos. La comisión que ahora se dispone crear podría reflotar algunos casos de denuncias concretas – como la formulada por la ex diputada Beto Mendes, quien reconoció a un oficial en funciones diplomáticas como uno de sus torturadores –.

CLARIN 13/12/86

01.01

8700291

088



# Sarney hizo una encendida defensa del Plan Cruzado

BRASILIA, 4 (AFP).- El presidente de Brasil, José Sarney, hizo hoy una emocionada defensa de su programa de reformas económicas en un mensaje por radio y televisión a todo el país, al tiempo que renovó su propuesta de pacto social.

Sarney dirigió su mensaje una semana después de los disturbios ocurridos en esta capital en protesta por las medidas económicas recesivas, y a una semana de una huelga general convocada por las dos grandes centrales sindicales del país.

Por su parte, el Partido Democrático Brasileño (PMDB, mayoritario) advirtió hoy al pueblo brasileño que le espera "una situación difícil y un período prolongado de un duro enfrentamiento de intereses" por el tema de la deuda externa.

El PMDB emitió hoy un documento una hora y media antes del mensaje presidencial.

El PMDB, que forma la Alianza Democrática -coalición que apoya a Sarney- junto al Partido Frente Liberal (PFL) obtuvo una masiva victoria en las elecciones del 15 de noviembre pasado, al adjudicarse las gobernaciones de 22 de los 33 estados brasileños y obtuvo una mayoría absoluta en el Congreso y la futura asamblea constituyente.

### Las modificaciones

El 21 de noviembre pasado, el gobierno anunció un paquete de medidas económicas destinadas a frenar el crecimiento de la economía.

Fueron dispuestos aumentos del 30 al 100 por ciento en la nafta, el alcohol combustible, cigarrillos, bebidas, automóviles, energía eléctrica, alquileres, teléfonos, correo y azúcar.

El gobierno modificó también el método de cálculo de la inflación, que quedó reducido a la oscilación de los precios de los artículos de la canasta mínima de una familia con ingreso máximo de hasta cinco salarios mínimos (un salario mínimo equivale en Brasil a 61 dólares).

Sarney dijo que había tomado esas medidas para conservar los beneficios del Plan Cruzado, lanzado el 28 de febrero, que congeló precios y salarios y puso fin a una inflación que rondaba el 300 por ciento anual.

El presidente dijo que gracias al plan se había hecho la mayor distribución de renta de la historia brasileña.

"Ingresaron más de 30 millones de nuevos consumidores en el mercado", afirmó Sarney.

El presidente recordó que había rechazado las teorías ortodoxas del Fondo Monetario Internacional (FMI).

### Confirman una huelga general

BRASILIA, 4 (DPA).- Los dirigentes de las centrales sindicales brasileñas confirmaron la realización, el 12 del actual, de una huelga de 24 horas en protesta contra las recientes medidas económicas dispuestas por el gobierno y en

**José Sarney**

defensa de la declaración de moratoria de la deuda externa, de 105.000 millones de dólares.

01.01

8700292

A FINANCIERO 04/12/86

ECONOMIA

# Disputas en Brasil por integración

*Quedó definitivamente cancelada la visita de cuatro horas que el presidente Raúl Alfonsín iba a realizar el 11 de este mes a la ciudad de San Pablo, en el marco de su viaje oficial al Brasil, ante la oposición de industriales brasileños a un programa de intercambio de productos entre ambos países.*

*Fuentes gubernamentales confirmaron ayer que el presidente de la Nación no visitará San Pablo, en tanto que este diario pudo conocer que ha causado serio malestar en medios empresariales brasileños la decisión del presidente Sarney en el sentido de promover adquisiciones de productos industriales argentinos —prescindibles para el país vecino—, con el propósito de incorporar una cuota "extra" de buena voluntad "a las tratativas generales".*

*Cabe indicar que estas compras no figuran en el marco de los acuerdos y comprenden artículos de la denominada línea blanca, entre los cuales se destacan heladeras, lavarropas, licuadoras, etc. Las operaciones se concertaron por hasta un total de 200 millones de dólares y quedarían consumadas antes de fin de año.*

*El gesto brasileño sería correspondido oportunamente por la Argentina, si bien se desconocen los carriles a emplear.*

A/FINANCIERO 04/12/86

01.01

8700293

# Sarney acusó a la guerrilla por los incidentes de Brasilia

RIO DE JANEIRO, 29 (ANSA). - El presidente José Sarney llegó a la conclusión -según sus asesores- de que los "guerrilleros urbanos" de la Central Unica de Trabajadores (CUT) y del Partido de los Trabajadores (PT) organizaron la manifestación y actos de violencia de Brasilia, cuando una multitud protestó, anteayer, contra los aumentos de precios y contención salarial del nuevo proyecto económico del Gobierno.

La UT, que es una de las dos grandes centrales sindicales del país, y el PT, del ahora diputado electo y ex líder sindical Luis Inacio "Lula" da Silva, negaron que fomenten disturbios, aunque aceptaron que son responsables del ejercicio del "legítimo derecho de protesta de los trabajadores contra las medidas economicas que los perjudican".

### La capital, un laboratorio

Sobre estas informaciones de los órganos de seguridad, el presidente Sarney llegó a la conclusión de que el desenlace violento de la manifestación de Brasilia "fue una acción preparada por guerrilleros urbanos, que transformaron la capital del país en un laboratorio, dentro de un proyecto de desestabilización contra el Gobierno", según lo denunció el portavoz de la presidencia, Fernando César Mesquita.

La evaluación del Palacio del Planalto (Presidencia) fue hecha en reunión de Sarney con el ministro de Justicia, Paulo Brosard; con el ministro jefe de la Casa Civil, Marco Maciel; el ministro jefe del gabinete militar, general Rubens Bayma Denys, y el jefe del Servicio Nacional de Informaciones (SNI), general Ivan de Souza Mendes.

### Huelga general

SAN PABLO, 29 (EFE). - La Central Unica de Trabajadores (CUT), de línea radical, convocó a una huelga general de 24 horas para el 12 de diciembre, en protesta contra el Plan Cruzado-II, decretado por el Gobierno.

La decisión fue tomada por la dirección nacional e inmediatamente comenzaron los contactos con la Central General de Trabajadores (CGT), de línea moderada, para establecer un comando nacional unitario, que coordine el movimiento sindical contra el Plan, bajo el lema "Un no al paquete" (económico).

Se denomina Plan Cruzado-II, al decreto gubernamental que corrigió duramente las medidas para el control de la inflación y el congelamiento de precios, contenidas en el primer Plan Cruzado, del 28 de febrero de este año.

### La CUT no negocia

El presidente nacional de la CUT, Jair Menguelli, dijo que el movimiento sindical que desembocará en la huelga general del 12 del mes próximo, lucha por la revocación del Cruzado-II, en defensa de los salarios y por el congelamiento real de los precios.

"No queremos enmiendas -explicó- porque la CUT no negocia el sacrificio de los trabajadores", y dijo que se eligió el 12, porque antecede al período de vacaciones colectivas en la mayoría de la industria.

La CUT mantiene una línea de acción sindical radical, orientada por el Partido de los Trabajadores (PT), de Luis Ignacio Lula, y agrupa a los sindicatos industriales más poderosos y activos del país, sobre todo en San Pablo.

01.01 8700294

Panorama internacional

# Brasil: el resorte de la esperanza

La huelga de ayer en Brasil, de la cual el lector encontrará una amplia crónica en esta misma edición, fue una de las respuestas que motivaron la segunda parte del Plan Cruzado. La primera había abierto la canilla del consumo, una actitud semejante, en un país donde al decir del senador federal Severo Gomes, coexisten una Bélgica y tres Biafras, causó una oleada de euforia popular. Euforia que se volcó en las elecciones en las cuales la coalición gobernante —y especialmente su ala más importante, el P.M.D.B.— recogieron un espectacular triunfo. El presidente Sarney vio subir velozmente la curva que mide (en las encuestas) su popularidad, y los dirigentes del legendario partido de la oposición al gobierno militar vieron acercarse el momento de tomar las palancas del país en sus propias manos, sin interpósita persona, propósito que se concretaría —Constituyente mediante— con el acortamiento del período Sarney, y la realización de las primeras elecciones presidenciales directas en más de un cuarto de siglo.

Pero a esa altura habían ocurrido muchas cosas, relacionadas con la brusca transferencia de renta a las clases populares y la consiguiente expansión del consumo. Por de pronto, el aparato productivo (computando incluso su capacidad ociosa), no estaba preparado para afrontar un alza de la demanda que primero fue del 10 % y luego llegó al 18 o más. Así, hubo desabastecimiento de artículos esenciales, desde los alimenticios hasta los de tocador, pasando por los envases de plástico. Como suele ocurrir en los casos de fijación de precios máximos, hubo también retención de mercaderías y mercado negro. La renuencia a vender el ganado llevó a la confiscación de vacunos, medida que constituyó el leit motiv electoral de algunos políticos, como el gobernador electo de San Pablo, Orestes Quercia. Y los hechos, como señaló oportunamente Sarney "se precipitaron con una velocidad extraordinaria".

Entonces, el gobierno lanzó la segunda parte del Plan Cruzado, de índole restrictiva del consumo. El motivo fundamental para esa actitud —que derrumbó bruscamente los índice de popularidad de Sarney— fue la caída del stock de divisas y los saldos declinantes de la balanza comercial.

## Contrasentido

Se dio, entonces, el contrasentido de que, en el momento mismo en que Brasil ha conseguido éxitos espectaculares en su autoabastecimiento de petróleo y en que las tasas de interés que paga por su endeudamiento externo son menores que en el pasado, el consumo interno comenzó a competir con la exportación, que antes se promovía sobre las carencias de las grandes mayorías brasileñas y se proyectó drásticamente sobre la importación (ahora, de alimentos).

Vale la pena mencionar algunas cifras: en los primeros cinco meses de 1985, Brasil importó petróleo por 2.200 millones de dólares; en igual período de 1986, por 1.400. Ello obedece al hecho de que el precio actual sea de 11,12 dólares, que contrastan fuertemente con los casi 30 pagados hacia 1981. En marzo, las reservas cambiarias sumaban unos 10.000 millones de dólares; ahora han caído a la mitad y, desde ellas, aparentemente solo 2.500 millones serían de libre disponibilidad.

Esto puede ser sintetizado en la idea de que la sociedad brasileña, largamente comprimida en el modelo organizado por los militares que hicieron la revolución de 1964, saltó como un resorte, [illegible] sensibilidad a la variación de un parámetro —el consumo— en cuya contención residía el secreto de la acumulación económica compulsiva realizada durante un cuarto de siglo con el ingreso de volúmenes crecientes de capital foráneo.

El gobierno representativo no podía, indudablemente, mantener la inequidad del modelo militar-tecnocrático, pero para corregirla debía contar la posibilidad de aumentar la producción de los artículos de consumo popular en la medida misma en que promovía la expansión de su demanda. Ello, desde luego, requería inversiones en ese sector, para lo cual no había ahorro disponible.

La solución "populista" demostró su inconsistencia desde el punto de vista de la economía, y reveló su inconveniencia política cuando la segunda parte del Plan Cruzado vino a corregir la primera. La frenada brusca fue como un balde de agua helada lanzado contra cada uno de los electores que habían dado al P.M.D.B. —y también a Sarney— su voto de confianza en los recientes comicios.

Los gobernadores electos por el "emedebismo", 22 sobre 23, comenzaron a sentir el frío incluso antes de haber asumido sus cargos y, lógicamente, antes de adoptar tan siquiera una medida de gobierno. En cuanto al presidente, resolvió dirigirse francamente a la nación, en un discurso televisado, el 4 de diciembre: "Tengo que pagar un precio", dijo, y agregó: "Ahora sé cuán difí-

01.02

8700295

# el resorte de la esperanza

Diputado Ulysses Guimaraes en la línea de sucesión.

Copyright Clarín, 1986

cil es trabajar por los más pobres."

Los comentaristas políticos han señalado que el desprestigio causado por el Plan Cruzado, en su segunda parte, compactó a Sarney con el P.M.D.B. Antes, el triunfo electoral sugería la posibilidad de apresurar las elecciones presidenciales directas, acortando el [illegible]ierno Sarney (de transición) y otorgando legitimidad indudable al Ejecutivo. Ahora, la tormenta desatada con disturbios en Brasilia, críticas en toda la nación, caída de los índices de popularidad e intranquilidad de los políticos del P.M.D.B., especialmente los progresistas, requería, antes que nada, del apoyo mutuo.

## La tentación de la moratoria

Como si fuera poco, estalló y fue ganando terreno, una cierta idea de que los problemas de Brasil se resolverían si se declarara una moratoria unilateral de la deuda externa. Esa tentación surgió desde varias vertientes. Por un lado, el rápido agotamiento de las divisas sugirió a algunos altos funcionarios la cercana imposibilidad de pagar los intereses de la deuda, que constituyen el 24 por ciento de la capacidad de ahorro de Brasil. Por otro, algunos dirigentes de la izquierda "emedebista", como los nordestinos Arraes y Pires, ambos gobernadores electos, plantearon al tema al presidente del partido, Ulisses Guimaraes. Desde el sector nacionalista del P.M.D.B. fueron acompañados por personalidades como el senador federal Severo Gomes y el coordinador del próximo gobierno de Río, Helio Jaguaribe.

Hagamos una breve pausa para un relato. En uno de sus cuentos, el francés Villiers de l'Isle Adam habla de un prisionero de la Inquisición a quien las torturas no pudieron doblegar para que se declarara herético. Una noche, en medio de la mayor desesperación, advierte que sus carceleros han olvidado echar el cerrojo a su calabozo. Sale cautelosamente y se interna por corredores y pasadizos en la más completa oscuridad. Después de muchas horas, ve una claridad en el horizonte. Emocionado, avanza hacia la luz, hacia la libertad. El sol lo enceguece y cuando se recupera, ve ante sí al Gran Inquisidor rodeado de su séquito, quien le dice: "¿Cómo, hijo mío, te ibas, justamente ahora que empezabas a salvar tu alma?"

De una manera semejante debe de haberse sentido el brasileño que recibió el Plan Cruzado como el fin de sus penas, cuando el Cruzado dos lo contradijo. El cuento de Villiers se llama **El tormento por la esperanza**. Pero la consecuencia por la cual se buscó en la deuda externa el chivo emisario de la situación, o era una maniobra distractiva interna o era lo que algún comentarista llamó "el síndrome del general argentino Galtieri", esto es, la pretensión de llenar la explanada de Brasilia con multitudes que vivaran a un gobierno que tendría el atrevimiento de enfrentar a los poderes exteriores.

## El revés de la trama

Ya se sabe que en Brasil raramente ocurren cosas tan drásticas. Y hay indicios de que los acontecimientos siguen un curso diverso. Por de pronto, el 10 de diciembre, el Fondo Monetario Internacional, tras una reunión de casi seis horas en la que se discutió el tema, "endosó" (ya que Brasil no se ha sometido a la aprobación del organismo) las medidas de ajuste del Plan Cruzado dos, registrándose una actitud benevolente del representante norteamericano Charles Dallara.

Ello repercutió seguramente en el Club de París, el cual, según el "Jornal do Brasil" de ayer, aceptó renegociar la deuda brasileña sin el "monitoreo" del F.M.I., lo cual significará la apertura de los créditos europeos, públicos y privados.

En cuanto al tema de la informática, será analizado a partir de mañana en Bruselas, en la última reunión que el secretario general de Itamaraty, Paulo Tarso Flecha de Lima mantendrá con la contraparte norteamericana antes de que el presidente Reagan considere, con el inicio del nuevo año, eventuales medidas de retaliación de índole comercial.

Las posiciones parecen ahora menos rígidamente enfrentadas, puesto que, si bien el Planalto mantiene la reserva de mercado para la informática, ha admitido la protección del "software" por el régimen de "copyright" y la descentralización de las decisiones en la materia. También se apresta a editar la lista negativa, o sea de productos del sector que, por no ser fabricados ya en Brasil, pueden ser importados por las filiales de empresas norteamericanas. Quedaría el tema de las "joint-ventures", pero allí se advierte una visible renuencia brasileña.

Todo lo anterior indica que la situación de Brasil es específica y requiere remedios que, sin duda alguna, no son de aplicación general. Por de pronto, allí la tasa de crecimiento del producto es del 10 por ciento anual y se calcula que en los últimos meses ingresaron al mercado 30 millones de nuevos consumidores, mientras que los asalariados obtuvieron mejoras reales del 30 por ciento. Según el presidente Sarney la tasa de empleo es, ahora, la más alta de toda la historia de Brasil.

Los problemas consisten, entonces, en cómo reconvertir el modelo económico, de manera que se ensanche el mercado interno y se reduzcan las diferencias en la renta. También en cómo lograr que la presencia del país sea aceptada en el mundo como un aspirante al desarrollo que ya perfila la concreción de sus objetivos.

Esta situación no tiene igual en América del Sur, por lo que el drama del Brasil, con sus altibajos, sugiere la importante moraleja de que cada nación debe resolver su problemática propia, lo cual está como prioridad, por encima de toda otra, aunque no esté reñido en manera alguna con la consideración amistosa hacia un país que, indudablemente, ha tomado la delantera.

*Enrique Alonso*

Copyright Clarín, 1986

02.02 8700295

A. Financiero.
~~CLARIN~~ 13-12-86

Se realiza hoy un paro general

# Brasil enfrenta la crisis económica

Escribe Brian Nichols
De la agencia "UPI"

**Río de Janeiro** — Al ver que los precios aumentan en el comercio, ¿quién no ha pensado alguna vez: por qué el gobierno no hace algo para evitarlo? El gobierno del Brasil lo hizo. Como la inflación estaba en 15 por ciento mensual, equivalente a 400 por ciento al año, ordenó un total congelamiento de precios. Eso fue hace nueve meses. Al principio, todo marchó bien, **pero la euforia inicial se ha derrumbado, siendo sustituida por quejas cada vez más fuertes.**

El director del **Instituto Brasileño de Geografía y Estadísticas**, organismo encargado del cómputo de la inflación oficial, renunció a su cargo y las centrales sindicales del país convocaron a un paro general de 24 horas para hoy en protesta contra la flamante liberación de los precios, tras nueve meses de "plan cruzado".

Actualmente se verifican grandes aumentos de precios y ha ocurrido por lo menos un disturbio callejero, en Brasilia, donde automóviles de la policía fueron incendiados durante una protesta contra las medidas económicas del gobierno.

El resultado es que, para muchos economistas, la actual situación del Brasil es similar a la descripta en **"Alicia en el país de las maravillas"**, con el gobierno insistiendo en que los precios están congelados y la inflación es de sólo 10 por ciento desde febrero, pero cualquiera puede observar que los precios están entre 50 y 100 por ciento por encima de lo que estaban en ese período. El impacto de la diferencia entre el mundo oficial y el real quedó más claro el mes pasado, cuando el gobierno decretó **aumentos de hasta 100 por ciento en el precio de la nafta, las tarifas públicas, los cigarrillos y las bebidas alcohólicas**, ordenando que la mayoría de esos aumentos no fueran incluidos en el cálculo oficial de la inflación.

## • Ilusiones

"Lo que el gobierno imagina que existe es una cosa, pero la situación reales completamente diferente", dijo el economista **Paul Singer**, del izquierdista **Partido de los Trabajadores**. Mario Henrique Simonsen, quien como ex ministro de Finanzas durante el régimen militar tiene poca afinidad ideológica con Singer, afirmó a su vez que la mantención de los precios oficiales podría transformarse en "ridícula".

La forma como se desintegró el congelamiento de precios proporciona una lección a los estudiantes de economía. Los primeros productos que empezaron a desaparecer fueron la carne, la leche y el queso. Los propietarios rurales afirmaron que los precios de esos productos habían sido congelados demasiado bajos

*José Sarney*

para cubrir sus costos y simplemente pararon de producir.

El gobierno insistió que los precios eran adecuados y que no los aumentaría para que los sectores más pobres incrementaran su consumo. Para enfrentar el **"boicot"** de los hacendados, **promovió masivas importaciones de carne y leche.** El recurso funcionó con la leche, pero no con la carne. Pese a las confiscaciones de ganado realizadas por funcionarios del gobierno con la ayuda de la Policía Federal en las haciendas rurales, las carnicerías siguen vacías. El diario "Jornal do Brasil" calculó que dos tercios de la producción de carne es comercializado en el mercado negro.

## • Precios

En los supermercados, que están bajo una severa vigilancia de fiscales del gobierno, no se encuentran huevos. Pero a pocos metros de esos locales pueden ser encontrados vendedores ambulantes ofreciendo huevos, a dos o tres veces más que el precio oficial.

Virtualmente casi todos los productos en el país han pasado a tener dos precios, uno oficial, indicado en las pizarras del establecimiento para el caso de que aparezca algún inspector, y uno "extra", el real, que es el pagado por el consumidor.

Artículos como ropa, juguetes y muebles, que tienen elementos fáciles de ser modificados en su diseño, simplemente han desaparecido y han sido sustituidos por otros prácticamente iguales, sólo que con un precio más alto. Industrias como la automotriz han tenido que paralizar sus actividades en repetidas ocasiones por falta de componentes. La economía estaba creciendo bien cuando ocurrió el congelamiento, a 8 por ciento al año. Al ver los precios congelados, muchos consumidores, especialmente los más pobres, descubrieron que sus sueldos tenían más valor. En consecuencia, retiraron sus depósitos en cuentas de ahorro y se inició una estampida para comprar bienes de consumo durables, como televisores y refrigeradores.

Se calcula que la economía crecerá entre 11 y 12 por ciento este año debido a esa aceleración del consumo. Gran parte de esa expansión no proviene

8700296

01 - 01

ARCHIVAR EN: BRASIL (098)

TEMA: Varios recortes en relación a la reunión de Alfonsín y Sarney en Brasilia

PROCEDENCIA: Clarín y otros (6-12-87 a 15-12-87).

ARCHIVADO EN: ARGENTINA (084)

01.01

8700536

ECONOMIA

## PRECIOS, GUERRA AGRICOLA, RECESION

# EL SHOCK BRASILEÑO O LA DECADENCIA ESTABILIZADORA

Después de meses de haber ejercido una confianza más ingenua que soberbia en la capacidad técnica para controlar la estabilidad de los precios, los funcionarios y asesores del Palacio de Hacienda se empezaban a preguntar si ese control no *se les escaparía de las manos*. ¿Acaso las normas técnicas son capaces de someter a los fenómenos sociales? Con un enorme entusiasmo, hace ya casi un año y un mes que los muchachos de Economía echaron a andar el Plan Austral y pensaron que la inflación argentina se desarmaría gradualmente hasta licuarse en una tranquila estabilidad comparable a la de los países industrializados. Pero la economía se convierte en una ficción si uno termina creyendo que hay hechos puramente económicos. Nunca se podrá entender la inflación argentina si se la encierra en sus variables cuantitativas y no se examinan las características de la clase que acumula y la relación de las clases en la sociedad.

Una conclusión teórica sólo puede transformarse en política efectiva si expresa la voluntad de aquellos que deciden la inversión. De lo contrario, las cosas terminan regresando al punto de partida.

Esto es lo que pasa con el Plan Austral. A partir de marzo las tasas mensuales de variación de los precios se aceleraron, revitalizando el funcionamiento que el gobierno llama corporativo. Cada sector tiene que disputar su cuota de rentabilidad y su lugar en el ingreso. La modalidad corporativa no es entonces sólo un fantasma al que hay que derrotar, sino una modalidad de funcionamiento de la economía, una forma de acumular y una práctica social imposible de desarraigar sólo reprimiendo a los asalariados y al gasto público. El aumento de los precios reactiva las bicicletas financieras y se reproducen los síntomas recesivos en la producción y las ventas.

### ¿MENOR ACTIVIDAD?

En junio, según la Asociación Cristiana de Dirigentes de Empresas (ACDE), la producción cayó 18,5% (12% si se excluye a las industrias afectadas por el paro metalúrgico), las ventas en 13% y los salarios reales en 3%. No hubo modificaciones en las dotaciones de personal y volvió a ser baja la utilización de la capacidad instalada, aunque se espera un repunte de las ventas en julio. La reactivación iniciada con timidez al finalizar el año pasado se debilitó en mayo. La pérdida de dinamismo de la reactivación contrasta con el vigilante crecimiento de la demanda que se registra en Brasil, en la segunda fase del Plan Cruzado.

El freno a la expansión industrial coincide con la intensificación de la crisis agraria internacional. Por medio de la decisión del gobierno de los Estados Unidos, de vender a la Unión Soviética 4 millones de toneladas de trigo antes del próximo 30 de setiembre, dentro del convenio bilateral existente entre ambos países y en prevención de una maniobra similar que podría haber encarado la CEE, la Argentina, junto con Australia y Canadá, sigue pagando los platos rotos de la crisis agraria mundial, que ha desatado una grave guerra comercial entre los grandes productores del mundo desarrollado. Las operaciones a precios subsidiados estaban reservadas a los países de bajos ingresos, pero como la demanda soviética influye decisivamente en los precios mundiales, el subsidio fue extendido a ese país en el marco de una nueva regulación de las relaciones entre ambas superpotencias para captar una porción considerable del mercado, ayudar a los agricultores estadounidenses, reducir el déficit comercial de ese país y eludir las objeciones soviéticas acerca de la no competitividad del precio de los granos norteamericanos.

La cuestión no termina ahí. La Argentina utilizó durante mucho tiempo las divisas provenientes de la Unión Soviética para hacer frente a los servicios del pago de la deuda. El desplazamiento de una gran parte de la demanda soviética hacia los granos estadounidenses, coloca a la Argentina ante graves dificultades para el pago de los servicios, y por ese motivo el gobierno se apresta a solicitar a los acreedores externos mejores condiciones de pago, para compensar las medidas dictadas por el gobierno de Ronald Reagan. El secretario de Hacienda, Mario Brodersohn, expresó que *"la caída de los precios no debe ser corregida con mayor endeudamiento sino por una rebaja en las tasas de interés internacionales"*.

Esta última definición permite, precisamente, cuestionar la política económica del endeudamiento. La Unión Soviética fue el principal cliente de la Argentina después que, en 1979, James Carter aplicó a aquel país el embargo cerealero por la invasión a Afganistán. Las compras de granos alcanzaron su más alto nivel en 1981 (unas 16 millones de toneladas), se mantuvieron elevadas en 1982 y 1983 (unos 10 millones de toneladas anuales), descendieron en 1984 y volvieron a crecer en 1985 (cerca de 9 millones de toneladas), pero las adquisiciones de 1986 son prácticamente irrelevantes porque apenas llegan al 10% de lo previsto. Es posible que la Argentina pierda este año cerca de 1.000 millones de dólares por la baja de los precios agrarios, pero también es cierto que la cosecha 1985-1986 fue inferior a lo esperado y que la producción exportable está colocada, salvo en el caso de la soja y el maíz.

Lo que importa destacar aquí es que la Argentina tenía en la Unión Soviética un mercado prácticamente cautivo. En vez de intensificar el intercambio, descuidó el mercado y ahora lo aprovechan otros. El aumento del intercambio hubiera exigido una política más activa por parte del Estado, porque la contrapartida soviética consistía en gran medida en aportes a obras públicas que hubieran requerido mayor inversión estatal. *La Argentina concedió a los acreedores externos la limitación de la inversión pública y cubrió la disminución de las ventas con nuevas deudas*. Este es el resultado. Entretanto, Estados Unidos, que aplica todo el poder de su Estado para elevar las tasas de interés internacionales, volvió a utilizar el poder económico de su Estado para apropiarse de una porción considerable del mercado soviét[ico] declaración del Comité Nacional de la Unión Cívica Radical, que ataca la [política] proteccionista de los Estados Unidos [y] que los países industrializados son [hipó]critas frente a los *principios* del libre [co]mercio. Es cierto: en el intercambio [bila]teral *se hace política*; los principios [no] practicados por los ingenuos y por los [que] creen a pies juntillas en la política del [en]deudamiento. Oscar Alende lo sintetizó muy bien: *"Ellos hacen lo que les conviene. En cambio, nosotros hacemos lo que les conviene a ellos"*. (Clarín, 3 de agosto de 1986).

La crisis de los granos, la pérdida del mercado soviético, el rebrote inflacionario y el debilitamiento de la reactivación muestran una burguesía poco dinámica, un Estado que sólo tiene iniciativa para seguir las fórmulas que proponen los sectores centrales. Pero la profundización de la crisis y la integración parcial con Brasil están a ofrecer la oportunidad de implementar una dirección más industrialista y de ejercer con más fuerza el poder del Estado, para lo cual se necesita del consenso de una parte importante del empresariado. [Por el] contrario, al final del camino habrá un nuevo ajuste estabilizador y la modernización capitalista en serio terminará en el olvido.

Si la Argentina tiene una oportunidad inmediata de colocar sus productos en Brasil, ello se deberá, en gran medida, a que el Plan Cruzado liberó la demanda deprimida y provocó un verdadero boom de compras, lo que muestra –allí también que las equivalencias con el Plan Austral son formales y que la verdadera comparación sólo puede referirse a la estructura social, que los técnicos de Economía intentan vanamente reducir a relaciones cuantitativas de precios y salarios. Mario Amato, próximo titular de la Federación de Industrias de São Paulo, lo dijo con excepcional claridad: *"El progreso depende también de las actitudes de las clases y de la gentes. En Brasil, la clase empresarial tiene una dinámica moderna, que apunta a un proyecto de crecimiento global e integrado del país... Cuando el empresario pierde la noción de que su crecimiento sostenido depende de la evolución armoniosa de la sociedad y del mejoramiento de la clase trabajadora, busca otros subsidios. Se preocupa por un lucro rápido y hace algo peor que esto: lleva ese lucro fuera del país porque no tiene confianza en el proyecto de crecimiento. Esto es lo que causa el atraso de muchos pueblos."* (Clarín Económico, 3 de agosto de 1986). La alusión a sus colegas argentinos es bien directa. ¿Cuántos empresarios argentinos suscribirían las afirmaciones de José Luis Coll, del Movimiento Industrial Nacional –MIN–, de la UIA?: *"Habrá resultados positivos si la Argentina emprende una acelerada industrialización y tecnificación agrarias y si otorga máxima prioridad a su integración nacional. Si no es así podemos retornar a la política aplicada en 1976"* (La Nación, 3 de agosto de 1986). ¿Piensa así el gobierno? Es imposible no ver que se avecina un ajuste en la política económica. Algunos afirman que hay en preparación un *shock estructural* organizado alrededor de la capitalización de la deuda, el redimensionamiento financiero y el estímulo a las inversiones. Pero si no se cambia la concepción de la política económica (que tiene que ver con el Estado, los condicionamientos externos y el aprovechamiento del intercambio) y si no se logra un efectivo empuje de un sector amplio del empresariado, el nuevo *shock* vendrá acompañado de *otro ajuste estabilizador* que amenazará dejar en el camino la esperanza de cambio que puede introducir en la sociedad argentina una asociación regulada con Brasil. ◆

CARLOS ABALO

### EL GLOBO SUBE

Desde marzo, las tasas mensuales de variación de los precios minoristas se situaron en una magnitud de 4 a 5%, y en julio dichas marcas parecen haber ascendido a un punto intermedio entre 5 y 6%, con precios mayoristas de 4 a 5%. En esas condiciones es imposible sostener el 28% de inflación combinada proyectado en el presupuesto del presente año. El Plan Austral atacó con eficiencia el exceso inflacionario, pero no pudo modificar las pautas de rentabilidad y la acumulación. La reproducción del capital sirve para que los distintos sectores presionen sobre las rentabilidades sectoriales por medio de los precios. Y como, frente al aumento de los precios, el gobierno no puede retrasar el tipo de cambio (ya lo había hecho durante la primera fase del Plan Austral) ni las tarifas, se vuelve indefectiblemente a [la] indexada. El tipo de cambio [y] las tasas de interés provocan [los] ajustes en los

8700662

01.01

PARTES ILEGIBLE

098

BRASIL

# Sarney aplicaría severas sanciones ante la escasez

El presidente José Sarney endureció ayer su posición y amenazó adoptar represalias ante la prolongada escasez de generos alimenticios que hacen temer por el fracaso del Plan Cruzado de estabilización económica.

Sarney se dirigió al país a través de su programa semanal de radio para referirse al aumento de huelgas, a lanespeculación y a la escasez de algunos alimentos, especialmente la carne vacuna.

"Si la carne no aparece (en los mercados) que nadie se queje de las medidas que seré obligado a tomar", dijo el presidente.

La escasez de carne que se prolonga por casi cuatro meses habría sido provocada por la inestabilidad del mercado, el aumento del consumo en general, y el rechazo de los ganaderos del precio congelado por el gobierno.

Las importaciones procedentes de Europa y Estados Unidos, de 220 mil toneladas, comenzaron a llegar a los puertos brasileños hace tres semanas, pero no normalizaron el abastecimiento del producto.

El gobierno prohibió esta semana la exportación de carne vacuna y los negocios en las bolsas, cerrando el cerco a los ganaderos, pero al mismo tiempo suspendió la cobranza de impuestos a los que se dispongan a vender ganado a los mataderos.

José Sarney

Sarney dijo que las represalias "serán más enérgicas" y que su gobierno esta preparado para enfrentar lo que calificó de "sabotaje".

"No voy a ceder" dijo Sarney, al mismo tiempo que un importante funcionario del sector de abastecimiento daba un plazo de dos semanas para la normalización del mercado.

La escasez de carne vacuna provocó la de carne de aves y, cerdo que fue, durante algunas semanas, la alternativa para la mayor parte de la población.

El problema del abastecimiento comenzó con la decretación del congelamiento de precios hace seis meses y medio, que afectó también a sectores industriales.

El Plan Cruzado evitó que la inflación de 15 por ciento al mes continuara, reduciéndola a 1 por ciento, en ese período.

El gobierno, sin embargo, redujo los impuestos de cigarrillos, la leche, y los automóviles para compensar supuestas pérdidas de los productores. Al mismo tiempo impuso un tributo de 26 por ciento en la compra de pasajes aéreos al exterior y un préstamo obligatorio en la compra de gasolina.

Los ajustes en el Plan Cruzado han provocado problemas mayores y una gran inestabilidad en el mercado, pero el gobierno se mantiene firme en su decisión de continuar con el congelamiento de precios.

LA MAÑANA 20/9/86

01.01

8700663

TEOLOGIA DE LA LIBERACION EQUIPO BRASIL - FICHA

EL DIA 14/10/86

# Sacerdote brasileño detenido

SAN PABLO. — El sacerdote y teólogo brasileño Carlos Alberto Libanio Christo, más conocido como "Fray Beto", denunció ayer aquí que la policía del estado de Río Grande del Sur lo mantuvo detenido durante dos horas el pasado sábado para impedirle que visitara a cerca de 7.000 campesinos sin tierra que están acampados desde el año pasado en la hacienda "Annoni".

"Mi detención fue una provocación y un gran error político, pues lo único que yo quería era llevar una palabra de aliento a los sin tierra, cuya lucha apoyo incondicionalmente", dijo "Fray Beto".

La hacienda "Annoni", a 330 kilómetros de Porto Alegre, capital de Río Grande del Sur, expropiada parcialmente por el gobierno brasileño para fines de reforma agraria, fue invadida el 19 de octubre de 1985 por los sin tierra, cuyo voceros anunciaron que el primer aniversario de su ocupación será celebrado el próximo domingo con un acto público, en el que participarán artistas, políticos y dirigentes de organizaciones defensoras de los derechos humanos.

La policía bloqueó el acceso a la hacienda para impedir que los acompañados concreten su amenaza de ocupar tierras expropiadas por el Instituto de Colonización y Reforma Agraria (INCRA) y propiedades particulares en el municipio de Cruz Alta.

Según "Fray Beto", de los 7.000 campesinos que se encuentran allí aguardando su asentamiento definitivo en tierras distribuidas por el "INCRA", la mayoría son mujeres y niños, que no disponen de asistencia médica ni de una adecuada alimentación.

Nacido el 25 de agosto de 1944 en Belo Horizonte, capital del estado de Minas Gerais, "Fray Beto" integró la Dirección Nacional de la Juventud Católica, que se opusó abiertamente al régimen militar que asumió el poder en Brasil el 31 de marzo de 1964.

01.01

8700664

**Las elecciones del sábado en el Brasil**

# Entre la danza de los indios txucarramas y el video cassette

**Por Walter Sotomayor**

BRASILIA, 12 (UPI). - Más de 69 millones de brasileños concurrirán este sábado a las urnas para elegir a los nuevos legisladores y gobernadores, en una importante etapa del proceso de redemocratización iniciado hace 20 meses.

Las previsiones indican una estruendosa victoria de la coalición oficialista en la que se apoya el gobierno de transición de José Sarney, integrada por el Partido del Movimiento Democrático Brasileño y el Partido del Frente Liberal.

El resultado definirá la composición del Congreso con poderes constituyentes, que tendrá como tarea primordial la elaboración de una nueva Constitución para reemplazar a la aprobada por los militares hace 19 años.

"Hicimos en este país una transición democrática, pero todavía necesitamos hacer un régimen democrático", dijo Sarney, al definir el momento político brasileño.

**La libertad**

"La libertad está en el corazón de las personas, pero no está en las instituciones", añadió el presidente.

El régimen militar impidió el surgimiento de nuevos dirigentes políticos, nuevos partidos y el debate de los problemas nacionales, pero cedió ante la alianza del opositor PMBD con los disidentes del partido del régimen que formaron el PFL.

"El nuevo Congreso será renovado en un 70 por ciento", dijo el diputado Hélton Reis, sobre la base de los sondeos de opinión pública en relación con las tendencias del electorado de hace cuatro años, cuando gobernaba el país un general.

La campaña electoral ha empapelado las calles del país y ha invadido las playas, además de ser el principal tema de conversación de los 138 millones de brasileños.

**En Brasilia**

Las manifestaciones políticas que tradicionalmente se realizan en las plazas centrales en cada ciudad en un ambiente muy parecido al de las fiestas de carnaval se han efectuado también en los bares de Brasilia, que, por primera vez en sus 26 años de existencia, elige a sus representantes en el Parlamento.

La sugerencia pública hecha por la Iglesia Católica para que los cristianos "eviten dar su voto a quienes hicieron campañas caras" coincidió con una campaña electoral muy costosa, en la que la creatividad de los candidatos pobres poco pudo frente a los recursos de candidatos más poderosos.

"Un candidato que gasta 140.000 dólares perderá, con 215.000 tendrá algunas posibilidades, pero con 300.000 ganará", dijo un especialista al comentar, hace tres meses, el costo de una campaña para diputado federal.

Seguramente esos precios aumentaron, pero es muy difícil hacer un cálculo global, pese a que es visible el despilfarro.

La campaña mostró, también, los contrastes de estilo, como entre los comicios electrónicos de la candidata a diputada Marcia Kubistschek (hija del fallecido fundador de Brasilia), y la danza de los indios Txucarramae con que el indígena candidato a diputado Marcos Terena procuraba atraer la simpatía de los electores de la capital. Ella estaba enferma y no podía levantarse de la cama, entonces, sus adeptos grabaron discursos para presentarlos simultáneamente en varios puntos de la ciudad mediante el uso de videos colocados encima de vehículos estacionados.

**Los analfabetos**

Por primera vez en la historia del país concurren a las urnas los 300.000 analfabetos que fueron incorporados al contingente electoral por las reformas políticas del año pasado.

"No creo que los analfabetos tengan dificultades para votar, pues ellos juegan semanalmente a la lotería deportiva", observó el secretario del Tribunal Superior Electoral, José Julio Dos Reis, al referirse a la necesidad de escribir el nombre o el número del candidato a diputado de su preferencia.

"Sólo por el hecho de que se inscribieron en el Registro Electoral está demostrado que son muy conscientes políticamente", indicó Dos Reis.

El 48 por ciento del electorado es femenino y, por eso, se espera un aumento significativo de las mujeres en el Congreso. En la Legislatura anterior sólo el 2 por ciento eran mujeres y ahora se espera que lleguen al 10 por ciento.

**Partidos marxistas**

Una novedad de la campaña fue la participación de partidos marxistas, perseguidos durante el régimen militar, pero legalizados en la primera etapa de las reformas políticas iniciadas por el actual gobierno. La reforma partidaria permitió también el nacimiento de pequeños partidos que la gente ha llamado "siglas de alquiler", por la fragilidad ideológica y programática que padecen.

"En Brasil tenemos que convivir con el izquierdismo demagógico de la derecha y con el derechismo visceral de la izquierda", dijo el humorista Millor Fernandes sobre la inconsistencia ideológica de los políticos brasileños.

Las contradicciones ideológicas han sido criticadas por quienes dicen en el actual cuadro partidario (30 partidos) un acuerdo de grupos dominantes.

El actual gobierno "es guardián de los viejos intereses de las clases dominantes brasileñas y, pese a que los políticos son más lozanos que los militares, mantienen la dictadura de los ganaderos, de las grandes empresas nacionales y multinacionales, de los latifundistas, banqueros y especuladores de toda especie", opinó por su parte el psicoanalista y escritor Helio Pellegrino, en un artículo publicado en el Jornal do Brasil.

**Setenta millones**

Los casi 70 millones de electores elegirán a los 487 diputados y 49 senadores (23 senadores elegidos en 1982 conservan su mandato) que integrarán a partir de febrero del año próximo una Asamblea Constituyente de 559 miembros.

En los 23 Estados también serán elegidos los gobernadores y los 963 diputados de las asambleas legislativas, temas que concentró la atención de la campaña, desplazando, en parte, el interés por la composición de la Constituyente.

Los gobernadores de los Estados son tradicionalmente candidatos a la presidencia de la república.

Los Constituyentes tendrán que definir en la nueva Carta Magna la duración del período presidencial del actual mandatario, el futuro sistema de gobierno entre el actual presidencialismo y un posible Parlamentario, además de la definición del papel de las Fuerzas Armadas.

Al tiempo, tendrán que opinar sobre el ritmo que se desea dar al proceso de reforma agraria, el grado de participación del Estado en la economía, la reserva del mercado de computadoras y la mejor manera de pagar la deuda externa de 107.000 millones de dólares.

01 . 01

8700665

ARCHIVAR EN: BRASIL

TEMA: Evaluaron Alfonsín y Sarney detalles de los convenios.-

PROCEDENCIA: 9-12-86 - A. Financiero -

ARCHIVADO EN: ARGENTINA

01 - 01

8700788

Brasil

JORNAL DO BRASIL 09-12-86 Nacional

# Porta-voz de Sarney diz que INCRA PODE ser extinto

Brasília — O governo poderá promover a extinção, pura e simples, do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) no âmbito da reforma administrativa, por entender que o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário tem condições de desempenhar suas funções com mais agilidade e eficiência. "O avanço da reforma agrária é comprometido pela incompetência e corrupção do Incra", disse Fernando César Mesquita, porta-voz da Presidência da República, ao revelar que o governo cogitou de anunciar a extinção do Incra junto com as medidas de reforma administrativa baixadas há duas semanas.

Fernando César fez questão de destacar os aspectos de corrupção e incompetência que ele vê como marcas do trabalho do Incra e que condicionam os estudos que estão sendo feitos pelo governo e que prevêem a extinção do Instituto. Todas estas considerações foram feitas pelo porta-voz da Presidência para justificar seu papel no caso do empresário rural Elano Viana de Oliveira Paula, proprietário da Fazenda Quebra-Galho, no Maranhão, por quem ele intercedeu através de vários telefonemas feitos ao ministro Dante de Oliveira.

De acordo com documentos encaminhados por Fernando César ao JORNAL DO BRASIL, no dia 3 de outubro a Superintendência Regional do Incra no Maranhão deu um parecer afirmando não ter constatado conflito ou tensão social na área de Quebra-Galho. No dia 23, o presidente do Instituto, Rubens Ilgenfritz, remeteu um telex à Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) para efeito de liberação de incentivos fiscais, afirmando que, em Quebra-Galho, "há uma situação de tensão, visto que um acordo feito com o proprietário beneficiou apenas nove famílias de posseiros, enquanto as demais (28) continuam a ter interesses conflitantes".

O porta-voz apresentou efetivamente nove contratos de arrendamento feitos entre Elano Viana de Paula e posseiros que ocupam a área da fazenda. Quanto aos outros casos, ele apresentou um telex enviado pelo proprietário ao Incra, no dia 30 de outubro, no qual requer que lhe seja informado o procedimento que deve adotar para resolver a questão.

— Isto já há quase 50 dias, e até hoje o Incra não deu qualquer resposta. E trata-se de um amigo do presidente da República, imagine o que não fazem com outros empresários — questionou Fernando César Mesquita.

O fazendeiro Elano Viana de Paula, irmão do humorista Chico Anísio e dono da fazenda Quebra-Galho, considera o presidente do Incra, Rubens Ilgenfritz, "um mentiroso". Motivo: Ilgenfritz, segundo ele, assinou um telex contrariando parecer do Incra regional do Maranhão sobre conflitos com trabalhadores rurais na fazenda de Elano, naquele estado. Por isso, o pedido de incentivos fiscais feito por Elano de Paula à Sudene foi retirado de pauta em outubro. O fazendeiro, amigo pessoal do presidente José Sarney, vai entrar na justiça para provar que não há conflitos de terra em suas propriedades.

Elano de Paula tem sua versão para o fato de o secretário de Imprensa da Presidência da República, Fernando César Mesquita, ter intercedido a seu favor junto ao Incra, em Brasília. Fernando César telefonou para o Incra seis vezes, em apenas três dias no mês de outubro, para que o Instituto fornecesse o nada-consta para a fazenda Quebra-Galho. Elano afirma que não houve nada de excepcional em seu procedimento ou no de Fernando César, pois o Incra há 15 dias deveria ter dado uma resposta e não o fazia. "Eu então pedi ao Fernando que telefonasse ao Incra e acelerasse a resposta", disse o fazendeiro.

Elano supõe que este ato terminou por prejudicá-lo, pois o Incra acabou dando um parecer contrário ao que havia atestado o Incra regional do Maranhão. "Acho que o fato do Fernando ter telefonado é que motivou aquela resposta contra mim. Isso foi uma injustiça e uma mentira. O presidente do Incra é um mentiroso", acusa Elano.

A fazenda Quebra-Galho, segundo as informações de Elano de Paula, tem 1 mil hectares e acolhe 36 famílias, das quais 19 são empregados do fazendeiro. De acordo com Elano de Paula, todos têm moradia a preço de custo, clube de futebol, clube social, uma escola para 90 crianças, casas de tijolos, repouso semanal, carteira assinada e oito horas de trabalho. "Todo mundo adora morar lá. Ali não tem ninguém insatisfeito", garante ele.

Para obter os incentivos fiscais concedidos pela Sudene, Elano precisa do nada-consta do Incra. Mas as informações primárias partem das Superintendências regionais, no caso o do Maranhão, onde o fazendeiro concentra seus negócios. Elano de Paula afirma que a Superintendência do Maranhão atestou que não havia conflitos de terras e o Incra em Brasília disse o contrário, além de estar retardando a resposta, o que motivou o pedido a Fernando César Mesquita.

Elano de Paula revela que já houve um problema com nove trabalhadores em suas terras, porque o fazendeiro precisa mandá-los de lugar. "Mas já fiz um acordo com eles, garantindo-lhes terra para plantio de subsistência enquanto eles viverem". O projeto na fazenda Quebra-Galho para o qual Elano solicitou os incentivos fiscais foi apresentado há cinco anos à Sudene. Depois que conseguiu a aprovação, perdeu os incentivos por causa do telex do Incra. Agora ele se sente um injustiçado e assegura: "Se todo fazendeiro tivesse o mesmo comportamento que eu tenho no Maranhão, a reforma agrária não teria sentido".

Arquivo

*Mesquita lamenta burocracia com amigo do presidente*

01.01

0701342

Basic Fichs

U. NOTICIAS 13/01/87

# Brizola organiza opinión opositora

RIO DE JANEIRO, (ANSA).— El gobernador de Río de Janeiro, Leonel Brizola, del "Partido Democrático Trabalhista (Laborista)" (PDT), opositor en el orden nacional, reivirtió sobre la "posibilidad de un golpe milita... en razón de la crisis económica y social del Brasil", en que la inflación parece [illegible] superiores al 15 por ciento mensual [illegible] miento aplicado a partir de marzo de [illegible].

Según Brizola, el Presidente José Sarney "perdió la [illegible] nacional", por lo cual el gobernador sugirió que el Presidente "presente su renuncia al cargo y marque una fecha para las elecciones presidenciales directas en Brasil".

"Solo así —en opinión de Brizola— será espantada cualquier amenaza de intervencionismo militar", y anunció que recorrerá todas las provincias del Brasil a fin de conocer en detalle los problemas de cada región.

Brizola se apresta —luego de la entrega de poder a su correligionario Wellington Moreira Franco (del "Partido del Movimiento Democrático Brasileño PMDB) el 15 de marzo, a encabezar un amplio movimiento de oposición nacional al actual gobierno federal.

01.01

8701343

Financiero 10/12/84

# Una reveladora encuesta

*Brasilia (enviado especial) — Algunas encuestas difundidas por la televisión local respecto del paro general previsto para el viernes en Brasil, indicaban ayer que 52 por ciento de la población se manifestaría contraria a la medida de fuerza en tanto que 42 por ciento la apoyaría. Los restantes no habrían emitido opinión. Las mismas encuestas sobre deuda externa del Brasil, señalaban 61 por ciento propiciaba el pago aunque negociando bajas en los intereses, en tanto que 22 por ciento optaba por pagar lo que se pueda. Un 11 por ciento prefería no pagar y el resto del segmento no opinaba.*

*Siempre al estar de estas encuestas, para muchos de subido corte oficialista, 62 por ciento de la población se manifestaría por la continuidad de la gestión de Dilson Funaro y 17 por ciento optaría porque cambie la política o se retire, mientras que el resto no tenía opinión formada.*

*En cuanto al presidente Sarney, 66 por ciento de la población requeriría que reduzca su mandato a cuatro años, mientras que 22 por ciento lo situaba en 6 años.*

J1.01

0701344

A. FINANCIERO 10/12/86

RACION CON EL BRASIL

# Como quedan complementados los mercados tras los convenios

*Brasilia (enviado especial) — Voceros de la delegación argentina dieron a conocer ayer una síntesis de los protocolos que firmarán hoy los presidentes Alfonsín y Sarney. Se trata en total de 18 documentos, 12 de los cuales corresponden a avances de lo firmado en julio, y 6 son nuevos. Estos últimos se refieren a siderurgia, transporte terrestre, transporte marítimo, comunicaciones, cooperación nuclear y producción para la defensa.*

*El detalle suministrado ayer por la delegación argentina es el siguiente:*

• ***Protocolo 1 de bienes de capital:*** *plantea no sólo la expansión equilibrada del comercio de bienes de capital sobre la base de una lista común de productos, sino también el aumento de la capacidad instalada y el desarrollo tecnológico en el sector de bienes de capital a partir de una armonización gradual de política de ambos países.*

*La lista común negociada con Brasil comprende un conjunto de 140 ítems de la nomenclatura NALADI. Este total incluye 50 ítems completos y 90 dentro de los cuales se han negociado 200 productos específicos. La lista comprende maquinarias y equipos en general, inclusión hecha de bombas, exclusores, maquinaria agrícola, máquinas-herramienta, máquinas para alimentos, barcos, etcétera.*

• ***Protocolo 2 de trigo:*** *Prevé la provisión de 900 mil toneladas de trigo pan argentino, dejándose establecidas por contrato las partidas mensuales de embarque, calidad, fijación de precio, etcétera, si bien se convino el precio para el trimestre de diciembre-enero-febrero como así también la planificación de los embarques correspondientes a este último mes del año.*

• ***Protocolo 3 de complementación de abastecimiento alimentario.*** *Prevé el abastecimiento de los dos países en situaciones de emergencia coyuntural, incluyendo productos tales como arroz, papas, cebollas, huevos, pollos, lechuga, tomate y zanahoria.*

• ***Protocolo 4 de expansión del comercio.*** *Se propone diversificar el intercambio recíproco destacándose que en 1986 el comercio bilateral será del orden de 1400 millones de dólares. Dicha cifra representa 40 por ciento de incremento del comercio respecto de 1985 y es el valor más alto del intercambio en los últimos cuatro años.*

• ***Protocolo 5 de empresas binacionales.*** *Crea una comisión de expertos para estudiar las características de las dos legislaciones con el objeto de proponer la estructura jurídica normativa para la creación y funcionamiento de dichos entes.*

• ***Protocolo 6 de acuerdo financiero.*** *Dice que los objetivos son ampliar la viabilidad en las relaciones comerciales y mejorar la liquidez del sistema de compensación del convenio de créditos recíprocos sin transferencias de divisas y amortiguar los posibles desequilibrios en el sector de bienes de capital. Para ello se crea un acuerdo técnico interbancario que señala que en día de la liquidación, la parte acreedora concederá a la deudora financiamiento por un monto correspondiente que exceda los 25 millones de dólares y dicho financiamiento no podrá exceder el valor total de 200 millones de dólares.*

• ***Protocolo 7 de fondos de inversiones:*** *Contempla aportes equivalentes en derechos especiales de giro a 200 millones de dólares. La estructura administrativa prevé una asamblea de gobernadores, siendo sus titulares ambos ministros de Economía y sus suplentes los presidentes de los bancos centrales respectivos.*

• ***Protocolo 8 sobre energía:*** *En materia de hidrocarburos refleja la firma de un convenio entre YPF, Gas del Estado y Petrobrás para actividades de exploración y explotación en áreas de interés recíproco. Firma de un convenio de intercambio y cooperación tecnológica entre YPF y BRASPETRO; estudios para selección de bienes de capital del sector petrolero para el protocolo 1 y estudios para complementación en bienes y servicios de*

01.02

8701345

# Los acuerdos que se firman con Brasil

Viene de pág. 4

*la industria petrolera.*

*También surge del protocolo que se sentaron las bases para el proyecto de aprovechamiento conjunto hidroeléctrico de CARABI sobre el río Uruguay, obra de 1800 megavatios que sobre un costo de 2000 millones de dólares entrará en servicio en 1986, constituyendo el proyecto más importante entre ambos países.*

*• **Protocolo 9 sobre biotecnología:** Se define la construcción del Centro Argentino-Brasileño de Biotecnología que funcionará a nivel de decisión de política binacional, de decisión científico-administrativa y ejecución. Contará con un presupuesto de 2 millones de dólares y promoverá la investigación aplicada.*

*• **Protocolo 10 sobre estudios económicos:** Consistirá en promover, publicar y difundir la investigación de ambas economías, haciéndolo los economistas brasileños con la economía argentina y a la inversa, los argentinos con la brasileña.*

*• **Protocolo 11 de accidentes nucleares:** Tiene dos anexos: el referido a la implementación del sistema de información y sobre radioprotección y seguridad nuclear.*

*En materia de energía nuclear el diario "Jornal do Brasil" de ayer publicó que se firmaría un convenio de cooperación para desarrollar un proyecto binacional para la construcción de un reactor super-regenerador, movido también a plutonio, lo cual —agrega el diario— supondría llevar el área nuclear al máximo de intercambio entre ambos países.*

*• **Protocolo 12 de cooperación aeronáutica:** No se suministraron nuevas referencias.*

*• **Protocolo 13 sobre siderurgia:** Propone que las autoridades de aplicación que examinen conjuntamente ambos sectores con vistas a propiciar la expansión del intercambio bilateral de insumos y productos siderúrgicos, logrando la complementación industrial. El 30 de abril del año próximo deberá contarse con un informe sobre el particular.*

*• **Protocolo 14 de transporte terrestre:** En esta materia se propone la simplificación y adecuación de los mecanismos operativos en lo que hace al intercambio de mercadería; participación de las flotas de ambas banderas de forma igualitaria; compensación en materia de circulación de pasajeros y mercancías en tránsito a terceros países por el uso de la infraestructura del país transitado y aumento del uso del transporte ferroviario.*

*• **Protocolo 15 de transporte marítimo:** A fin de mejorar las condiciones del flete bilateral se creará un grupo de trabajo con el objeto de lograr que la bandera argentina participe en el transporte de trigo y la contraparte en el mineral de hierro, como así también evitar la realización de viajes sin lastre.*

*• **Protocolo 16 de comunicaciones:** Establece un programa de cooperación en el sector comunicaciones dedicado, en un principio, pero no limitado a redes digitales.*

*• **Protocolo 17 sobre cooperación nuclear:** Establece cooperar sobre el desarrollo conjunto de elementos combustibles de alta densidad; en materia de detectores, electrónica e instrumentación nuclear; el enriquecimiento de isótopos; apoyar la tarea de instituciones que desarrollen investigaciones de física nuclear y en física del plasma; cooperar en el desarrollo e implementación de técnicas concurrentes, estudiar la viabilidad de técnicas económicas de desarrollo conjunto a largo plazo de un reactor rápido de demostración y por último cooperar en el desarrollo de pruebas de materiales de aplicación en tecnología nuclear.*

*• **Protocolo 18 sobre implementación de la producción para la defensa:** Propone crear un sistema informativo para conocimiento exhaustivo a desarrollar en el ámbito militar, procurando encarar estudios e investigaciones en materia de defensa militar. Asimismo, promueve establecer prioridades para complementar sistemas productivos actuales fomentando la integración bilateral; definir metas comunes, de comercialización de productos y proponer mecanismos para el desarrollo gradual del sistema incentivando el intercambio binacional y por último establecer un grupo de trabajo que presente antes del 30 de marzo un plan de trabajo y programas de ejecución.*

FINANCIERO 10/12/86

02.02

0701345

# El jefe del ejército brasileño negó la posibilidad de un golpe de Estado

***Leonel Brizola, gobernador del estado de Río de Janeiro, dijo que sectores militares "de derecha" estarían preparando un golpe. Leónidas Pires Gonçalves, ministro del ejército brasileño, respondió que Brizola "es un mal analista" y que las fuerzas armadas estarían unidas y comprometidas con la democracia. Seis ministerios del gobierno de Sarney están a cargo de jefes militares.***

SAN PABLO y BRASILIA, 14 (EFE y ANSA). — Negó el ministro del ejército brasileño, general Leónidas Pires Gonçalves, que sectores militares descontentos con el gobierno estén impulsando un golpe de Estado.

Salió así Pires Gonçalves al cruce de las declaraciones del gobernador del estado de Río de Janeiro, Leonel Brizola, quien afirmó que sectores militares de derecha estarían preparando el golpe en rechazo a la actual crisis económica de Brasil.

"Por el ejército hablo yo, no él", dijo el ministro castrense al referirse a Brizola, quien debe abandonar la gobernación de Río de Janeiro el próximo 15 de marzo. Y agregó: "Si el gobernador Brizola dice eso, es un mal analista y no conoce la situación del ejército en estos momentos. Me gustaría saber cuáles son esos militares de derecha de los que hablan quienes prevén un golpe", posibilidad que, según Pires Gonçalves, "no está prevista en nuestros análisis".

También consideró el ministro del ejército que los problemas actuales de la economía brasileña serían normales en otros países, y que "lo grave sería que no tuviéramos ánimo para enfrentarlos". Además, atribuyó la oleada de pesimismo sobre el futuro económico brasileño a "la misma razón por la que tuvimos un problema de euforia al comienzo del '86: porque somos muy emocionales y vulnerables". Lo dijo a la prensa tras mantener una reunión con el presidente José Sarney hoy.

### ♦ Brizola versus Cruzado

La versión de un posible golpe militar circula desde hace dos días en Brasil. Quien lo planteó abiertamente fue Leonel Brizola, 64 años, gobernador saliente del estado de Río de Janeiro y futuro candidato a la presidencia del Partido Democrático Laborista, al que se considera interesado en criticar al actual gobierno brasileño y acelerar la convocatoria a elecciones presidenciales (por ahora no fue clarificado cuánto durará el mandato de José Sarney, trascendió en San Pablo).

Brizola es un político conocido y miembro de la Internacional Socialista que no atravesaría, sin embargo, por su mejor momento. Los magros resultados electorales del P.D.L. en los comicios del 15 de noviembre y el cese en sus funciones como gobernador en marzo serían, por lo tanto, los elementos que estimularían las críticas de Brizola a Sarney y el Plan Cruzado, que el político califica de "fracaso".

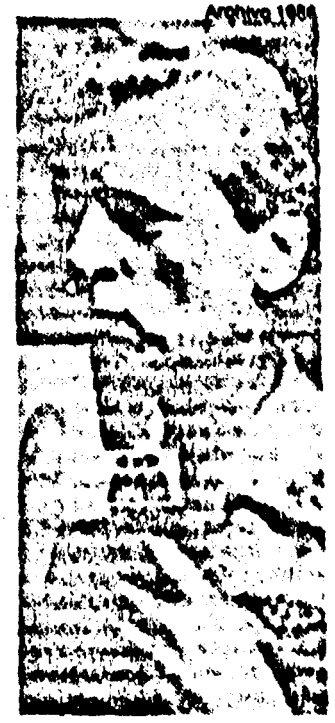
En tal marco económico, argumentó Brizola, la amenaza de un golpe liderado or un "sector militar de derecha" solo podría ser bloqueado convocando inmediatamente a elecciones directas y populares para presidente. Sobre este hipotético peligro de golpe de Estado militar habló también un diputado del Partido Comunista brasileño, Roberto Freire.

"La hipótesis de un retorno de los militares a la escena política —explicó Brizola— siempre existe, aunque en este momento no es muy probable. Las Fuerzas Armadas están cada vez más comprometidas con la democracia.

### ♦ Militares en ministerios

Según jefes militares actuales, las Fuerzas Armadas no caerían otra vez en la situación que las mantuvo en el poder entre 1964 y 1985.

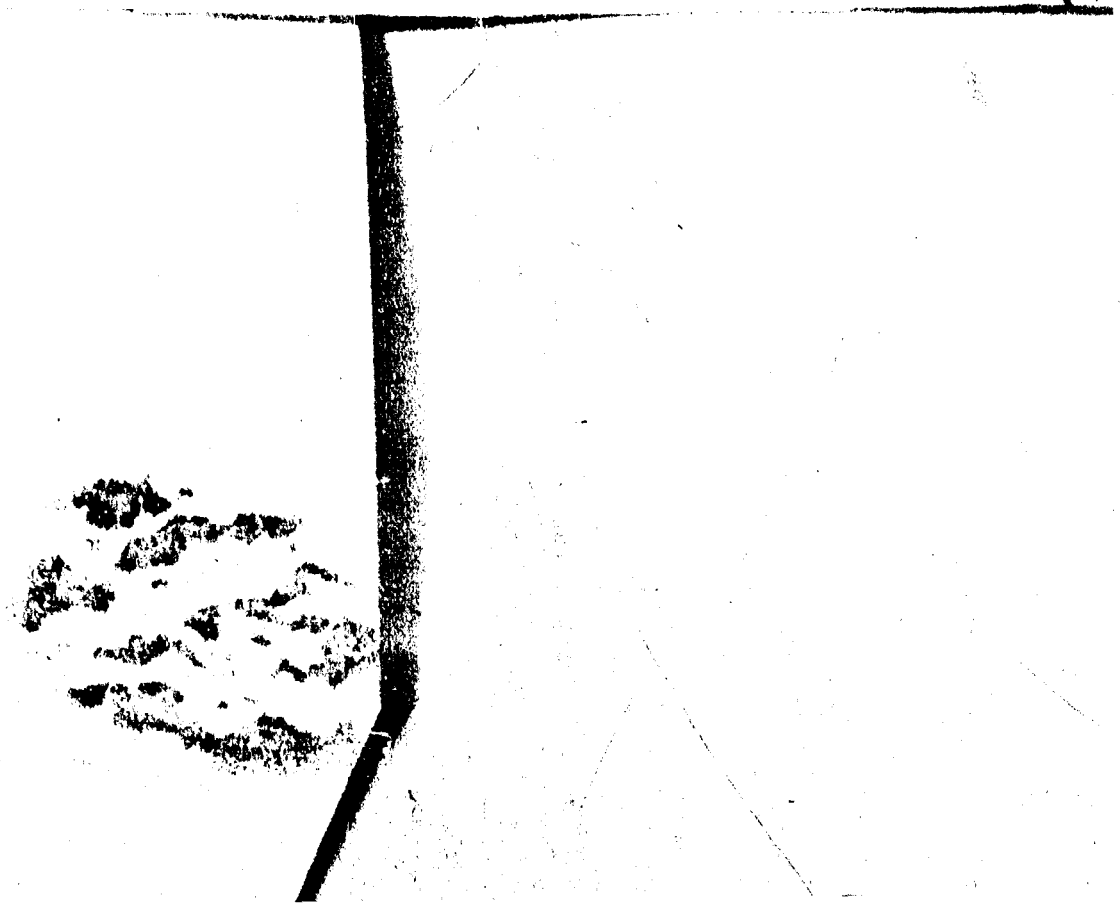
Por otra parte hay recordar que en el gobierno brasileño hay seis ministros que son militares y cuya permanencia en el gabinete es independiente de las vicisitudes electorales de los diversos partidos políticos.



Archivo 1986

Leónidas Pires Gonçalves

## LA BOMBA EN UN OMNIBUS EN BARRANQUILLA



01.01

La Mañana 22/01/87

Este cuadro sirve tambien para actualizar la Agenda Finan

-GUERRERO-

Para poder reprogramar su deuda con los miembros del Club de París

# Retorno de Brasil al Fondo Monetario

**San Pablo — En la reunión que el presidente José Sarney mantuvo ayer con 16 miembros de su gabinete quedó formulada lo que será la principal herramienta de negociación del gobierno con los sindicatos brasileños: una elevación del salario real de los trabajadores del actual piso de 60 dólares mensuales a 150 dólares, en un proceso gradual que insumiría tres años.** Sarney está visiblemente preocupado por la presión social que se está acumulando en el Brasil y antes de que se produzca un estallido procura concertar un "pacto social" que garantice las condiciones adecuadas para el normal desenvolvimiento de la economía nacional.

La propuesta ahora debe ser negociada con los empresarios para lo cual Sarney ha comisionado a su ministro de Trabajo, **Almir Pazzianotto** quien inicia hoy conversaciones aquí con la poderosa, **Federación de Industrias del Estado de**

Escribe Edson Souza,
especial para Ambito Financiero

**San Pablo.** El incremento del salario real de los trabajadores es la pieza clave de la estrategia de crecimiento económico "hacia adentro" concebido por el equipo que encabezan **Dilson Funaro**, ministro de Hacienda y **Fernao Bracher**, presidente del Banco Central brasileño.

**Bracher** concluyó este fin de semana pasado una misión negociadora en Washington, donde se entrevistó con representantes de la banca acreedora y con el subsecretario del Tesoro, **David Mulford.** Brasil necesita unos 4000 millones de dólares de dinero "fresco" este año. Un tramo de esa cifra —mil millones— debería provenir de la reprogramación de los vencimientos de 1987 con los miembros del **Club de París.**

Brasil ya ha logrado que su

*Fernao Bracher*

solicitud fuera considerada a apesar de la insistencia del país en rechazar la supervisión del Fondo Monetario Internacional. Pero días pasados el influyente senador del PMDB **Henrique Cardoso**, quien regresó de una gira europea, declaró que a su juicio "un retorno a la normalidad con el FMI beneficiaría a todos los brasileños".

El organismo multilateral de crédito suspendió la ayuda al Brasil en 1985 cuando el gobierno militar no pudo cumplir con el programa de ajuste que había pactado en Washington.

**La deuda externa brasileña ha llegado ya a 109 mil millones de dólares, y sus exportaciones ascenderán en 1987 a unos diez mil millones, o sea quinientos mil más que en 1986. Los vencimientos totales de la deuda alcanzan a 9 mil millones en 1987, lo que deja un estrecho margen de seguridad y virtualmente ningún saldo para aumentar la capacidad de ahorro nacional.**

El retorno del Brasil al regazo protector del FMI, aun que por el momento parece una medida políticamente indigerible figura en el temario de las discusiones de gabinete y en estos días puede cobrar una vigencia trascendental, en un país que ve resurgir el feo espectro de la inflación.

01 - 01

B701348

J-DO BRASIL 9-12-86



# Desipe apura como o bando de "Escadinha" recebeu as armas

Uma Comissão de Sindicância instaurada pelo Desipe já começou a apurar como entraram as armas para o traficante José Carlos dos Reis Encina, o Escadinha, e seus comparsas da Falange Vermelha, no Instituto Penal Ari Franco, na Água Santa. A comissão é presidida pelo advogado Pedro Becari e formada pelo promotor Jorge Vacit, capitão Inair Pereira de Sousa e subtenente Licildo Aniche Tebaldi, ambos da Polícia Militar, mas à disposição do Desipe.

Ontem, foram realizadas várias investigações e ouvidos dois presos, cujos nomes estão mantidos em sigilo mas que revelaram como ocorreu a tentativa de fuga de Escadinha e seu grupo. A comissão já sabe que dos 21 guardas que deveriam estar de serviço no sábado, dez não compareceram: quatro por estarem de férias e licenciados e seis por falta. Hoje, o advogado Pedro Becari vai ouvir Escadinha e Gordo no Hospital Penitenciário. A comissão tem 10 dias de prazo para concluir seu trabalho.

A comissão foi criada pelo diretor do Departamento do Sistema Penal, Domingos Brasne. O oficial e o suboficial da PM servem no gabinete do diretor, mas já trabalharam em presídios. O capitão Inair, no Esmeraldino Bandeira, onde foi diretor, e o subtenente Aniche, na Ilha Grande, onde era chefe do serviço de segurança.

Segundo o presidente da comissão, está apurado que Carlos Gregório, o Gordo, fingiu que passava mal na cela e chamou o carcereiro Francisco, para levá-lo à enfermaria. O guarda abriu a cela e foi rendido com uma metralhadora. Os presos, à frente Escadinha, seguiram pelo corredor da galeria em direção à porta de acesso à administração. No caminho, seqüestraram dois presos — um que tomava banho de sol e outro que trabalhava — e foram à sala da administração. Queriam as chaves do portão principal. O guarda que estava com eles não sabia onde ficava guardada a chave, mas ela deveria estar em poder de um guarda de nome Válter.

Gordo, segundo o advogado, colocou a porta abaixo e todos entraram. As chaves não foram encontradas e a solução encontrada pelo grupo foi a de amarrar a grade da janela que dá para o solário da Galeria A. Depois de amarrarem o guarda Francisco com um lençol e ordenarem aos dois presos que ficassem quietos, o grupo fugiu pela janela, andou por cima do muro e todos desceram perto da guarita de um sentinela da PM, que viu a fuga e abriu fogo.

Para o advogado Pedro Becari, se o guarda Válter tivesse sido encontrado, o grupo teria conseguido fugir. Um funcionário do Desipe comentou que, "se o Válter fazia parte do esquema traçado e faltou ao serviço para facilitar a fuga, ele acabou foi ajudando a impedir a fuga". Os guardas que faltaram ao serviço no sábado por motivos ainda não justificados são Antônio José Leite Almeida, Luís Carlos Alves, Oswaldo Fernandes Abreu Filho, Benilton Brandão, Célio da Silva Carvalho e José Alfredo Sousa Leal. Eles só voltarão a trabalhar amanhã — a escala de serviço é de 24 horas de trabalho por 48 horas de folga — e então serão ouvidos pela Comissão de Sindicância.

Foto de Luiz Morier

*O promotor Vacit (E), ao lado de Domingos Brasne, é da comissão que apura a fuga*

# "Chileno" cita assessor de Brizola

Manoel Gonzales Encina, o Chileno, pai de Escadinha, revelou ontem ter sido procurado em sua casa, em Vicente de Carvalho, pelo assessor do governador Leonel Brizola, engenheiro José Luiz Negri Penard, que queria o apoio do traficante de tônicos à candidatura de Darcy Ribeiro ao Governo do Estado. Em troca, o engenheiro prometeu que Brizola providenciaria a transferência de Escadinha do Presídio Ari Franco, na Água Santa, "para onde ele quisesse", segundo Chileno.

— Conheci o José Luiz através de uma das minhas filhas, que se dá com ele. Em outubro e no início de novembro, ele veio aqui em casa mais de dez vezes. Eu até pedi a ele que Zequinha (apelido pelo qual o traficante é chamado em família) fosse levado para uma clínica particular onde pudesse extrair a bala que está alojada em sua clavícula, e depois que fosse tirado da Água Santa. Mas avisei que meu candidato era o Gabeira — contou Manoel Encina.

Segundo Chileno, o engenheiro garantiu que já havia falado com o governador Brizola e que este prometera transferir Escadinha logo após as eleições. "Só que depois ele nunca mais apareceu", disse o pai de Escadinha, mostrando um cartão de José Luiz com o timbre do Governo do Estado e a inscrição "gabinete do governador".

— Às vezes ele até trazia umas frutinhas para agradar a minha mulher — disse Chileno, sendo interrompido por D. Maria: "Ele dizia sempre que vinha aqui como amigo". Manoel Encina prosseguiu: "E cansou de dizer que o Moreira Franco não podia ganhar as eleições porque senão a desgraça do Rio de Janeiro."

01.01

0701349

PARTES POCO LEGIBLE

JORNAL DO BRASIL 4/12/86

JORNAL DO BRASIL

# Ulysses quer tudo: o PMDB, a Câmara e a Constituinte

Brasília — O presidente do PMDB e da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães (SP), vai se pronunciar esta semana sobre o papel que quer desempenhar na Assembléia Constituinte, informou um dos parlamentares que se reuniram com ele no sábado passado. Em princípio, Ulysses quer manter os dois cargos que ocupa e ser também eleito presidente da Constituinte.

Nos encontros com os governadores eleitos e, depois, com deputados federais que querem candidatar-se à presidência da Câmara, Ulysses disse que é preciso unir o PMDB e evitar a sobreposição de poderes. Mas o principal candidato, deputado Fernando Lyra (PE), ainda não disse se desistiria em favor de Ulysses.

Ulysses conversou no sábado com os deputados Heráclito Fortes (PI), Euclides Scalco (PR), Prisco Viana (BA) e Carlos Sant'Ana (BA), na casa do ministro da Ciência e Tecnologia, Renato Archer. Todos os participantes concordaram que Ulysses não pode abrir mão da presidência da Câmara, que lhe dá o direito de ocupar a Presidência da República, na ausência do presidente José Sarney, e que é também o melhor nome para presidir a Constituinte.

"Se tivermos um presidente da Câmara e um presidente da Constituinte, complicaremos os trabalhos no Congresso. Um pode discordar do outro e dificultar os entendimentos. Precisamos nos manter unidos na elaboração da nova Constituição", disse Heráclito Fortes. E se o presidente do Senado discordar do presidente da Câmara e da Constituinte? "Sempre existiram algumas divergências entre a Câmara e o Senado. Já estamos acostumados a isso. Mas não estamos acostumados a um sistema tricameral, com presidentes da Câmara, do Senado e da Constituinte", argumentou.

## Complicações

Se houver alguma reação no PMDB à pretensão de Ulysses de acumular três cargos, ele poderá abrir mão da presidência do PMDB. Mas esse assunto ainda não foi discutido o bastante, informou um dos participantes da reunião de sábado, porque a principal preocupação de Ulysses, no momento, é a presidência da Câmara e da Constituinte.

Ulysses quer ter certeza de que pode ser reeleito presidente da Câmara, apesar de a constituição proibir reeleições. Mas o deputado Prisco Viana, uma das maiores autoridades em legislação no Congresso, afirmou que, neste caso, vale o regimento interno da Câmara, cujo artigo 13, parágrafo 5, afirma que só não pode haver reeleição na mesma legislatura. "E essa é uma nova legislatura", disse ele. Mas a Constituição não é mais importante que o regime interno? "A constituição estabelece o princípio e o regimento faz as especificações", respondeu.

01.01

0701350

# Delegado duvida de ação política

O delegado Romeu Diamant, da 26ª DP (Todos os Santos), duvida que políticos do PDT tenham facilitado ou colaborado na fuga dos chefões da Falange Vermelha ocorrida na manhã de sábado do Presídio Ari Franco, em Água Santa. Diamant afirmou que não se pode "levar radicalmente em consideração" as acusações de bandidos condenados quando nenhum nome foi citado.

Romeu Diamant pretende enviar à Justiça até sexta-feira o flagrante em que José Carlos dos Reis Encina, o Escadinha, José Carlos Gregório, o Gordo, e Paulo César de Moura Lima, o Meio Quilo, foram autuados por tentativa de fuga com emprego de violência e tentativa de homicídio. Ontem, o delegado apresentou à imprensa as armas e o material encontrados no presídio e utilizado na fuga.

As armas utilizadas pelos presos foram uma metralhadora Ingram M10 calibre 9mm (PAR Military Armament Corp Rowder Springs, Georgia, USA nº SNB635), um Smith & Weston (Magnum) 357 da Highway Patrol Man (Polícia Rodoviária americana), uma pistola Beretta calibre 9mm modelo 92 nº AO 3202, do Exército Brasileiro, e uma pistola Taurus PT99 calibre 9mm com parte da numeração limada — aparecem apenas os números 317.

Além do armamento foram encontrados mais de 10 serras de aço, um arco de serra, uma corda de nailon [illegible], um solo de esparadrapo, tesoura de aço, tesoura de jardinagem, grande quantidade de munição 9mm, um frasco plástico que supostamente seria uma granada e uma camiseta vermelha com o nome de políticos como o de Messias Soares e Nazareno Barbosa, que foi utilizada para amarrar o agente penitenciário Francisco de Assis Machado Rodrigues depois de ser rendido por Gordo na entrada da cela E6, ocupada por Escadinha. Gordo, Meio Quilo, Jorge Zambi, o Planinho (único que [illegible] escapar), Heroudino da Silva, o Dino (morto ao ônibus) e Carlos Alberto Cardoso da Costa, o Troca-Troca.

As denúncias de envolvimento de políticos na fuga são vistas com reservas pela polícia, que não descarta, no entanto, a hipótese de uma cilada aos líderes da Falange Vermelha para uma queima de arquivo. Policiais estranham que depois de uma bem-sucedida e audaciosa fuga do Instituto Penal Cândido Mendes, na Ilha Grande, quando usou um helicóptero para chegar ao continente, Escadinha e Gordo — o mentor de tal fuga — não conseguissem planejar melhor a fuga do Ari Franco.

A hipótese é reforçada em um trecho do depoimento de Escadinha, o qual afirmou que foi atingido pelo tiro de um homem de estatura mediana, moreno, apenas de bermuda branca e que chegou a vê-lo "ajoelhar-se para efetuar os disparos". De acordo com Escadinha, o moreno disparou vários tiros, mas somente um o atingiu.

O delegado Romeu Diamant ainda não conseguiu identificar o homem que baleou Gordo e Escadinha, mas apreendeu nove revólveres dos militares envolvidos no tiroteio para descobrir quem efetuou os disparos. As armas serão enviadas ao Instituto de Criminalística Carlos Éboli juntamente com as armas apreendidas em poder dos criminosos. Romeu Diamant quer que os peritos respondam qual a natureza e característica do material apresentado a exame; se no estado em que se encontra pode ser utilizado eficazmente na prática de crime; se a munição encaminhada se adapta à arma apresentada; e, finalmente, se há vestígios de disparos recentes.

José Carlos Gregório, em seu depoimento, atribuiu o insucesso da fuga ao "fato de a cobertura prometida ter falhado". Ele não explicou que tipo de cobertura, mas disse que ele e seus cúmplices ficaram por uns três minutos aguardando "a cobertura". Em suas declarações à Polícia, Gordo afirmou que os líderes da Falange Vermelha tiveram várias reuniões com pessoas ligadas ao governador do Estado, que prometiam facilitação na sua fuga do presídio. Em relação às armas, ele informou que quem sabia era Dino (o que morreu) e acrescentou que "deve haver conivência da direção do presídio para tais ferramentas (armas) chegarem à cela com facilidade"

J DO BRASIL 9-12-87

01.01

8701351

LA SEMANA 17 al 23-1-87

BRASIL

# ECONOMIA

# Saltó el seguro del "plan cruzado"

La grave crisis económica que afecta a Brasil pareció ahondarse en la semana que finaliza y el gobierno del presidente Sarney, muy presionado por empresarios y trabajadores, ha anunciado una serie de medidas económicas para enfrentar lo que parece una crecida inflacionaria de impredecibles consecuencias.

Subas en los precios de artículos de enorme importancia en el consumo popular, tasas de interés que superan el 450 por ciento anual y una ola de protestas —que por un lado enfrenta a los empresarios contrarios a los precios congelados y por otro a los sectores sociales de más bajos recursos que ven alejarse la posibilidad de un mayor consumo— permiten un escaso poder de maniobra a la conducción económica de Dilson Funaro, un ministro que ha pasado de la mayor popularidad a las críticas más encendidas, en la medida en que parece constatarse el fracaso de su Plan Cruzado.

Una fuerte expansión del consumo había caracterizado a la economía brasileña durante 1986. Esa creciente demanda de toda clase de productos, desde naranjas hasta aviones, significó de todas formas una chispa siempre latente ante los deseos del gobierno de lograr un abatimiento del nivel de inflación.

En febrero pasado, el gobierno del presidente Sarney lanzó un ambicioso programa para controlar la inflación, que en ese momento llegaba al 300 por ciento anual.

El Plan Cruzado combinó una congelación de precios con una reforma monetaria, como parte de la cual se introdujo una nueva unidad: el cruzado.

El nuevo programa mostró en una primera etapa excelentes resultados y el gobierno no sólo congeló precios sino que, además, otorgó aumentos salariales especialmente a sectores de menores recursos. La mayor parte de los asalariados recibieron una bonificación del 8 por ciento y esos sectores de menores ingresos incrementos de hasta un 16 por ciento.

Con ese panorama, los brasileños se largaron en una ola consumidora y por aquel entonces varios analistas económicos hablaban de importantes cantidades de dinero retiradas de los bancos para volcarlas al consumo, especialmente entre marzo y junio pasados.

De acuerdo con cifras oficiales difundidas por el Ministerio de Industria y Comercio de Brasil, el gasto en telas aumentó un 84 por ciento en los primeros 10 meses de 1986, mientras las ventas de aparatos de aire acondicionado crecían un 49,4 por ciento, las cámaras cinematográficas un 83,1 por ciento y voceros de la industria cítrica expresaban que los brasileños consumieron el cuádruple de naranjas que en 1985.

Como otro lado curioso, puede destacarse que la demanda de aviones "jet" para ejecutivos experimentó un alza del 60 por ciento.

Por primera vez en el Brasil moderno se agotaron las reservas de carne, especialmente en setiembre y octubre, mientras los productores retiraban el alimento del mercado en una tentativa de lograr un aumento en los precios.

Junto con esa enorme expansión del consumo, se produjeron importantes focos de desabastecimiento en algunos sectores. Para adquirir automóviles, por ejemplo, fue necesario someterse a períodos de espera de varios meses.

Ante ese panorama, con un sector empresarial contrario a la congelación de precios y desestimulado a abastecer el mercado interno, los comerciantes aprovecharon la fuerte demanda para introducir recargos en los precios de los productos por encima de los niveles oficiales y paulatinamente el control comenzó a desmoronarse.

La creciente expectativa por un retorno de los niveles de inflación empujó al alza a las tasas de interés y los precios congelados dejaron de ser tales, en tanto el gobierno anunciaba que ajustaría los salarios si se pasaban determinados topes de crecimiento en los precios.

Como una verdadera "olla a presión" el mercado comenzó a presionar sobre los precios y finalmente se anunció la intención de proceder a una descongelación, mientras crecía la crítica empresarial, especialmente desde la influyente Federación de Industrias de San Pablo (FISP), cuyo presidente Mario Amato sostuvo una sonada polémica pública con el presidente Sarney en torno al tema.

Ahora, cuando ha comenzado a incrementarse también la presión de sectores gremiales se anuncia la adopción de una serie de medidas a partir del próximo 1° de febrero, que incluirán aumentos a los precios de más de 300 artículos, que se sumarán a los ya resueltos para otros, incluso varios de primera necesidad.

Según algunos especialistas, estas medidas tendrán inevitablemente un carácter recesivo, procurando frenar esa suba de la inflación que muchos temen pueda retornar a cifras del orden del 200 por ciento anual.

Ya las tasas de interés, superando el 450 [...] ales fuerzas del mercado significará otro empuje inflacionario para este primer semestre de 1987.

## PANORAMA ARGENTINO

Un duro programa de ajuste, buscando retomar el control de algunas importantes variables de la economía, fue también anunciado por la conducción económica de Argentina, luego que se concretara a comienzos de esta semana un acuerdo con el Fondo Monetario Internacional.

Básicamente, el programa contempla una estricta política antiinflacionaria con ajustes en tarifas y mayores reformas en la estructura del Estado.

Además, Argentina deberá cumplir con los servicios de su deuda externa y liberar el giro al exterior de ganancias y dividendos.

Días antes, el Banco Central de Argentina, en la primera medida drástica adoptada para neutralizar quiebras financieras, había resuelto la intervención de tres importantes bancos que operan en la plaza del vecino país.

La intervención cautelar por 180 días de los bancos Del Oeste, de Crédito Rural y San Miguel produjo nerviosas corridas entre los operadores bursátiles y financieros, mientras la brecha cambiaria acentuaba aún más sus diferencias entre el dólar oficial y la cotización del mercado paralelo.

El fuerte nivel de especulación, provocado por altos intereses y una perspectiva siempre latente de nuevo empuje inflacionario, son problemas que dificultan la acción del gobierno del presidente Alfonsín, que ha logrado significativos avances el frenar el crecimiento de los precios, pero no consigue aún captar la confianza de los agentes económicos en el programa que lanzara al asumir Juan Sourrouille la conducción de la economía.

El control cambiario, además, que ha permitido el manejo de algunas variables económicas hacia niveles más favorables, impulsa [illegible] mientras una [illegible] que se ha mostrado [illegible] de alguna forma la expansión de dinero y la inflación.

En esa confianza de los propios argentinos en su política económica parece estar centrado el problema de la crisis siempre latente que muestra el vecino país. Durante largos años, la verdadera inversión de los argentinos estuvo en el mercado financiero, a través de sus múltiples facetas, y allí siguen mirando los ojos de muchos de esos agentes económicos, como buscando [...]

Brasil
Ficha

# Brizola propuesto para candidato presidencial

PORTO ALEGRE (RIO GRANDE DO SUL) — El intendente municipal de Porto Alegre, Alceu Collares, afirmó que Leonel Brizola es el "único nombre capaz de unir a las izquierdas en el país" y propuso el lanzamiento de la candidatura del actual gobernador de Río de Janeiro a presidente de la nación.

Leonel Brizola

Aunque admitiendo que el "Partido Democrático Trabalhista (Laborista)" (PDT), que lidera Brizola (y al que pertenece Collares) fue derrotado por una coalición adversaria en Río de Janeiro en la sucesión gubernamental, el alcalde de Porto Alegre cree que el partido "debe aprovechar este momento histórico que vive el país, en que la actual política económica del gobierno federal es criticada por casi toda la población, para buscar su verdadera identidad ideológica y crecer, en los moldes del laborismo y apuntando hacia el socialismo".

Collares dijo que el "PDT" posee condiciones para "conversar con todos los partidos de izquierda, uniéndolos en un proyecto único para el país en torno a la candidatura de Leonel Brizola como presidente".

## Condena

En Río de Janeiro, un juez en lo penal condenó al periodista Marcelo Jose Costa Vieira, a nueve meses de prisión, condicional, por calumnia y difamación en un artículo firmado en el cual dijo que un ex torturador militar argentino afirmó que el hermano del ex presidente general Joao Figueiredo torturó presos en Argentina.

El artículo, aparecido el día 20 de abril de 1986 en el matutino "Tribuna da Imprensa", registraba la afirmación del ex torturador argentino Claudio Vallejos, vinculado a los órganos de represión en Argentina, de que el general Euclydes de Oliveira Figueiredo Filho torturó presos políticos brasileños, en compañía de militares argentinos, en la escuela de mecánica de la Armada, en Buenos Aires, en los años 1976 y 1977.

01 : 01

0701353

# ...dijo que no toleraría la violencia política

*Desde sectores políticos de oposición e inclusive de la coalición oficialista al gobierno brasileño fue acusado de haber empleado métodos del régimen militar al disponer el jueves un operativo de represión que convirtió una manifestación de protesta contra el Plan Cruzado en un violento enfrentamiento con más de 100 heridos. En relación con los hechos, el presidente Sarney formuló una enérgica advertencia contra los "abusos" que pudieran cometerse en "el ejercicio de las discrepancias".*

(BRASILIA, 28. (EFE, AFP y AP). — El presidente de Brasil, José Sarney, advirtió hoy que no tolerará actos de violencia ni "abusos en el ejercicio de las discrepancias", mientras la violenta represión ejercida ayer, en Brasilia, contra manifestantes que protestaban contra los ajustes incorporados al Plan Cruzado, dio lugar a enérgicas expresiones de repudio, algunas de ellas provenientes inclusive de sectores del partido del gobierno.

Según un informe oficial divulgado hoy por la Secretaría de Seguridad Pública, 33 vehículos fueron incendiados, 20 más quedaron semidestruidos, 5 agencias bancarias fueron saqueadas y siete edificios públicos, como correos y tiendas de alimentos, fueron incendiados durante los sucesos de anoche.

El informe señaló también que la policía detuvo a 35 personas e interrogó a más de un centenar, y que alrededor de 100 personas, entre manifestantes y policías, resultaron heridas, pero no ofreció detalles sobre las características de las lesiones ni confirmó versiones sobre heridos de armas de fuego.

"Es mi deber preservar la paz —dijo Sarney, al referirse al tema en su mensaje radial semanal—. Yo no puedo tolerar cualquier abuso en el eventual ejercicio de las discrepancias". El presidente, acusó de los disturbios a los trabajadores de mayores ingresos y a "aquellos que se definen como defensores de los intereses de la clase obrera".

"Ellos son —dijo— los que intentan destruir el Plan Cruzado y la confianza que todos nosotros debemos tener en la conducción de los problemas económicos". Sarney identificó a "los especuladores" y a ciertos "líderes obreros radicales" como los principales enemigos de su política económica, que en los últimos días recibió ajustes que aumentaron precios de alimentos y servicios y descongelaron alquileres, entre otras reformas impopulares.

Añadió que los cambios económicos no pueden realizarse sin una parte de sacrificio, y que "el Plan Cruzado es un patrimonio de los más pobres, que saben que las medidas no les quitaron nada".

### ♦ Generalizado pesimismo

En oposición a las palabras del presidente Sarney, una encuesta publicada hoy por el diario "Folha de Sao Paulo" demuestra que el 77 por ciento de la población cree que las últimas reformas económicas empeorarán su nivel de vida; el pesimismo llega al 82 por ciento en las clases inferiores.

Mientras el portavoz oficial de la presidencia, Fernando César Mezquita, responsabilizó a la Central Unica de Trabajadores (CUT), y al Partido de los Trabajadores (P.T.), por los disturbios de anoche en Brasilia, sectores políticos acusaron al gobierno de haber empleado métodos del régimen militar para dominar la manifestación, que concentró a alrededor de 20.000 trabajadores.

Por primera vez desde la existencia de un gobierno civil en Brasil fue desplegado un impresionante operativo militar que incluyó tanques blindados y tropas de choque, en una verdadera operación de guerra. La CUT responsabilizó a la policía por los incidentes, señalando que el acto de protesta convocado transcurrió en calma hasta que los manifestantes comenzaron a ser agredidos con granadas lacrimógenas y bastones, y presionadas por tanques y policías con perros.

La represión desató críticas no sólo en la oposición sino entre algunos sectores del partido de gobierno. "Nunca pensé ver esto en la Nueva República. No fue por esto que luchamos tanto", dijo el diputado Carlos Santana, del Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB), el mayor de la coalición en el poder.

Tanques y efectivos militares custodian la sede del Parlamento en Brasilia, tras los disturbios del jueves.

"El gobierno adoptó prácticas típicas de la dictadura militar, y con este acto insólito modificó el carácter de la Nueva República", afirmó el diputado Haroldo Lima, del Partido Comunista del Brasil, que apoya al oficialismo.

También la prensa censuró en sus ediciones de hoy la actitud del gobierno contra los manifestantes, que se sumó a los elementos otorgados por el llamado Plan Cruzado II para fundamentar medidas de protesta y una posible huelga general para los próximos días. (Ver información en esta página).

"La torpe intervención de la policía" fue, según el Jornal do Brasil, lo que desató la violencia. En declaraciones a la Folha de Sao Paulo, el secretario general de la Conferencia Nacional de Obispos de Brasil (C.N.B.B.), comentó que "la violencia reveló la falta de preparación de la policía del Distrito Federal para entender las manifestaciones populares", lo que "es gravísimo".

01.01

EL PAÍS 13/1/87

# Brasil fabricará un submarino nuclear

ARAMAR, Brasil, 18 (EFE). - Especialistas de la marina del Brasil han iniciado una serie de trabajos en esta población, ubicada a 140 kilómetros al oeste de San Pablo, para la instalación de un centro de pruebas para la construcción del primer submarino nuclear de este país.

La conclusión de ese proyecto está prevista para fines de la próxima década y es uno de los principales objetivos de la marina brasileña.

Según informes publicados hoy en el periódico Folha de San Pablo, en el municipio de Ipero se probará la planta propulsora del submarino nuclear, que consta fundamentalmente de una gigantesca caldera con capacidad de producción de 170 toneladas de vapor por hora.

Ese equipo simulará la producción de energía, que será obtenida probablemente a fines de la década, por un pequeño reactor nuclear.

La caldera probará el funcionamiento de los equipos comunes de cualquier sumergible moderno, como turbinas de propulsión y turbogeneradores de vapor, activados por una importante fuente de energía.

De acuerdo con esos datos la caldera será entregada a la marina brasileña hacia fines de este año por un precio estimado en cinco millones de dólares.

El ministro de Marina, Henrique Saboia, confirmó que el Brasil está inmerso en un proyecto para la construcción de submarinos nucleares y en la fabricación de su propia energía para propulsión de esos sumergibles.

01.01

8701355

Brasil



## Propone pagar al Club de París U$S 1.000:

# Sarney reiteró que su país no volverá al FMI

***Brasil no volverá al Fondo Monetario Internacional y propondrá al Club de París el pago de sólo 1.000 millones de dólares de los 3.400 de su deuda exterior que vencen este año, según anuncios de su Presidente y su Ministro de Hacienda.***

En una entrevista que publicó el diario "O Estado de Sao Paulo", el Presidente brasileño, José Sarney, dijo que "Brasil tiene una posición muy bien definida al respecto", en respuesta a las informaciones procedentes de Estados Unidos sobre un eventual retorno de este país al FMI.

Sarney reiteró que no aceptará nuevamente el manejo de su economía por parte del Fondo Monetario Internacional (FMI) "aun si fracasan las negociaciones de la deuda exterior".

El Gobierno brasileño decidió el año pasado suspender sus relaciones con el Fondo Monetario Internacional (FMI) y rechazar las sugerencias del organismo financiero para mejorar su economía, posición que ha originado enfrentamientos con sus acreedores mundiales.

Por su parte, el Ministro de Hacienda, Dilson Funaro, anunció que Brasil endurecerá su posición en las negociaciones, que se inician mañana, por la deuda con los países del llamado Club de París, proponiendo el pago de sólo 1.000 de los 3.400 millones de dólares que vencen este año.

### ADVERTENCIA

El Ministro explicó que Brasil propondrá el pago de 1.000 millones de dólares de este totol y advirtió que, "de no lograrse un acuerdo, vamos a un enfrentamiento mayor".

Según Funaro, la propuesta, "debe ser entendida por las naciones acreedoras como un esfuerzo brasileño de pagar lo que realmente fuera posible".

Admitió que las negociaciones con el Club de París serán difíciles. "Las negociaciones, tienen que ser duras, dijo, porque necesitamos redoblar las remesas al exterior para poder invertir".

"Es preciso abrir espacio para el dinero nuevo, para que el país continúe creciendo y manteniendo su nivel de empleo", dijo el Ministro brasileño de Hacienda.

Funaro negó que el Presidente del Banco Central de su país, Fernao Bracher, hubiera fracasado en un intento de obtener nuevos créditos en Estados Unidos, y dijo que su misión era la de preparar la renegociación de la deuda externa brasileña con el Club de París y la Banca comercial.

Según diarios brasileños, el Presidente del Banco Central dimitió a su cargo el miércoles último, versión que no ha sido confirmada por el Gobierno.

01.01

0701356

EL DIA 13/2/87

# Brizola: peligro de golpe

RIO DE JANEIRO — El gobernador de Río de Janeiro, Leonel Brizola, del Partido Democrático Trabalhista (Laborista) (PDT), opositor en el orden nacional, advirtió ayer sobre la "posibilidad de un golpe militar en razón de la crisis económica y social de Brasil", en que la inflación parece querer retornar a niveles superiores al 15 por ciento mensual anterior al plan de congelamiento aplicado a partir de marzo de 1986.

Según Brizola, el presidente José Sarney "perdió la confiabilidad nacional", por lo cual el gobernador sugirió que el presidente "presente su renuncia al cargo y marque una fecha para las elecciones presidenciales directas en Brasil".

01.01

8701357 .

Brasil

GUERRERO.



Ambito Financiero
Lunes 12 de enero de 1987

# Brasileños ya no confían en el cruzado y salen a comprar "a cualquier precio"

Escribe Edson Souza
especial para Ambito Financiero

*San Pablo.— La remarcación de los precios en los supermercados y "shopping centers" de San Pablo y las principales ciudades del Brasil alcanzó el fin de semana en algunos rubros hasta diferencias de 180 por ciento. La liberación de precios máximos anunciada la semana pasada por el ministro de Finanzas Dilson Funaro ha sido todo menos eso. Simplemente, los brasileños ya habían liberado los precios "por debajo de la mesa" y lo que se vio este fin de semana fue un reencuentro de las mercaderías con los cartelitos que indican su valor, en las góndolas de los "supermarkets" y las vidrieras de las "lojas", los tradicionales negocios minoristas.*

*Hasta este fin de semana, podían ocurrir dos cosas: que el cartelito de los precios estuviera, pero que la góndola luciera manifiestamente vacía; o que los artículos estuvieran presentes, pero los precios ausentes. Cuando un comprador inquiría por los precios podía encontrarse con dos tipos de respuestas, según cómo lo hubiera semblanteado al vendedor. Si el candidato a comprar mostraba cara de cliente, se le espetaba un precio "verbal".*

*Si por el contrario el presunto comprador o curioso se comedía previamente a consultar los precios oficiales consignados en las listas suministradas por el organismo que controla los precios, el vendedor respondía automáticamente "que ese producto no se encontraba en existencia".*

*Si el comedido insistía señalando que el producto estaba a la vista, la respuesta también podría ser doble: o que "ése precisamente ya estaba vendido" (caso de los automóviles o los electrodomésticos de mayor precio) o que el producto señalado por el cliente reglamentarista "no era el consignado en la lista de precios".*

*En el caso de productos más estándar como el azúcar, el alcohol o la carne, su ausencia sobre los mostradores era conspicua, pero bastaba pasar detrás del mostrador para salir con el bolso lleno.*

*La semana pasada la marea de los precios comenzó a subir aceleradamente, al aumentar las expectativas inflacionarias de los comerciantes, estimuladas por lo que ha sucedido con las tasas de interés.*

Para "Affonso", humorista de "Gazeta Mercantil", mientras Funaro discute con sus colaboradores, la marea de los precios sigue creciendo.

*En noviembre pasado, los certificados de depósitos en bancos comerciales pagaban una tasa de 50 por ciento anual. El último lunes habían alcanzado niveles de 220 por ciento anual y el viernes tocaron el techo de 400 por ciento, retornando a los niveles en que se encontraba cuando el gobierno de José Sarney lanzó el 28 de febrero pasado su ofensiva antiinflacionaria.*

## • Reajuste

*La inflación cruzó la semana pasada —de acuerdo con las cifras oficiales— el nivel de 20 por ciento previsto por el "plan cruzado" para activar el "gatillo salarial" un mecanismo de reajuste automático de salarios. Los brasileños saben sin embargo que este mecanismo destinado originalmente a paliar el efecto de el alza de los precios sobre los sectores de menores ingresos y que políticamente fue concebido como solución transaccional a cambio de la eliminación de algunos precios máximos, hace dos meses, sólo puede acelerar la inflación.*

*En efecto, los brasileños salieron esta semana a comprar "a cualquier precio" antes que la capacidad adquisitiva de su dinero se deteriora más todavía: de acuerdo con el Departamento Intersindical de Estudios Estadísticos y Sa... cos —una institu... vada— la inflaci... cumbre en San Pa... 96 por ciento. ... gistas estiman ya ... anual alcanzará ... de los tres dígitos ... Mario Amato, pre... la gravitante ... la industria de ... San Pablo dijo la ... sada que la demo... bierno en aumen... cios podría llevar ... sobediencia cívica ... zada e incluso in... las grandes empre... encuentran bajo ... más directa del go... drían ignorar las ... ciales y aumentar ... en rebeldía.*

*La fuente más ... de conflicto, sin ... no parecen ser lo... rios sino los sind... sileños cuya irrit... por ahora en rápi...*

01.01

8701358

098

Mo. Color 03/1/87

Brasil

# ¡Apúntelo!

## MISILES Y LANZA-SATELITES BRASILEÑOS

La industria bélica brasileña tendrá a partir del lunes una nueva empresa "Orbita S.A.", para el mercado internacional, dedicada a la construcción de misiles y lanzadores de satélites.

Con una inversión inicial de seis millones de dólares, cinco firmas especializadas instalarán en Sao José dos Campos, a 97 kilómetros al noroeste de Sao Paulo, el centro de operaciones.

En un área de 200.000 metros cuadrados, "Orbita S.A.", fabricará armamentos guiados por computadora y lanzadores de satélites.

Inicialmente "Orbita S.A." producirá misiles "MAA-1" para combate aire-aire, [illegible] infrarroja; los antitanques "Leo 1", dirigidos por láser y otro misil "inteligente" para combate tierra-aire.

También tiene previsto la construcción de vehículos lanzadores de satélites "VLS" y de una base de lanzamientos en Alcántara, Estado de Maranhao, donde su proximidad a la línea ecuatorial significa una economía de combustible del 25 por ciento.

La nueva industria tendrá representación mayoritaria de "Embraer", fabricante de aviones comerciales y de guerra; y de "Engresa", dedicada a la producción de vehículos blindados.

Brasil, sexto productor mundial de armas, también tiene previsto para 1987 un aumento del 50 por ciento en la venta de aviones comerciales y de guerra y la puesta en marcha de un programa destinado al dominio de la tecnología de propulsión naval para submarinos nucleares. (EFE).

**BOOMERANG**

Las maldiciones son como las procesiones, regresan al sitio de partida. -Giovanni Ruffini, escritor italiano, 1807-1881.

01 - 01

9701359

ARCHIVAR EN: Brasil (OSY)

TEMA: Brasil: UNCERTAIN FUTURE OF THE MINISTER OF FINANCE AND SECRETARY FOR PLANNING.

PROCEDENCIA: ENLACE Ingles 3/2/87 Doc. 0241/87

ARCHIVADO EN: ENLACE Ingles /35/C

01 - 01 0701531 ;

098

BRASIL



# Prevén construir un reactor de plutonio

Por Mario Pérez Colman
(Enviado especial de LA NACION)

BRASILIA. – La Argentina y el Brasil ensayarían juntos la construcción de un reactor nuclear compacto, destinado a propulsar submarinos.

Una fuente argentina oficial confirmó a LA NACION la existencia de conversaciones "preliminares", entabladas con aquel propósito por las armadas de los dos países.

Insistió, la misma fuente, en el hecho de que tales contactos tienen, por ahora, carácter oficioso y destacó que, momentáneamente, la posibilidad más promisoria de avance conjunto en materia de tecnología nuclear la ofrece cierto proyecto civil para construir un reactor de regeneración rápida (-fast breeder-), alimentado con plutonio, cuyo ahorrativo funcionamiento significaría una cuadruplicación de las reservas energéticas.

En cuanto a la fabricación del reactor compacto para submarinos, conviene señalar que nuestro país lo estudió a marcha forzada durante la guerra por la posesión de las islas Malvinas. Entonces, solo se llegó a desarrollar la tecnología para un reactor insuficientemente pequeño, logro parcial que ahora servirá de base para continuar el estudio en sociedad con el Brasil, pese a las dificultades económicas que, se reconocen aquí, afectan a los planes nucleares de las dos naciones.

## Comunidad de seguridad

La importancia de contar con submarinos nucleares de industria nacional se juzga aquí no precisamente desde la perspectiva tecnológica, y menos aún con un criterio fundamentado en el poderío bélico sino por su influencia favorable a una integración política de ambos países.

A estas horas se oye hablar en Brasilia de una futura "comunidad de seguridad pluralista", en la que la Argentina y el Brasil mantendrían autónomos a sus gobiernos, pero inhibirían cualquier posibilidad de guerra entre ambos, con la institucionalización de medios pacíficos para resolver, siempre, todo problema que pudiera comprometer las buenas relaciones.

En tal sentido, los dos gobiernos sustentarían la idea de que la proximidad estrecha de las instituciones armadas, merced a una comunidad amplia de intereses profesionales, configuraría un elemento de integración política especialmente efectivo.

Los vínculos que irían a forjarse entre las marinas de guerra podrán sumarse oportunamente a los que van entablando ambas fuerzas aéreas: como se sabe, de la brasileña a la argentina se trasmiten experiencias en la explotación de la industria aeronáutica con criterio verdaderamente empresario.

A la vez, se estudia atentamente la posibilidad de controlar la soberanía de los respectivos espacios aéreos, con la utilización conjunta de dos sistemas de radar que poseen ambos países.

Se afirma aquí que la integración política y económica impulsada por los gobiernos brasileño y argentino despierta en los presidentes Sarney y Alfonsín una clara conciencia de estar escribiendo, a días, la última y más sustancial parte de un capítulo histórico, cuyas palabras iniciales pertenecerían, en realidad, a los regímenes militares que encabezaron los generales Videla y Figueiredo.

Otra apreciación, menos detallista, va a los dos presidentes constitucionales, pero a nadie más, en el acto de volver a la última página del capítulo donde las concepciones geopolíticas habían convertido al Brasil y a la Argentina en enemigos naturales.

Curiosamente, sobre el amplio horizonte de integración que se ve adelante, y aceptablemente nítido, parecía formarse ayer una sombra de origen impreciso.

En efecto, hace pocas horas se confiaba en que sería suscripto un protocolo de cooperación entre las industrias bélicas de los dos países; luego se recogió la impresión de que ese protocolo no sería puesto en vigor esta vez.

También se escucharon inquietudes acerca de que pudiera no suscribirse otro sobre industrias automotrices, pero ello forma parte de un asunto ajeno al tema principal de este despacho.

La cooperación entre las industrias bélicas, según habría sido contemplada en el protocolo que presuntamente se frustró, requería convertir a las fábricas militares en empresas de capital mixto, en las que el Brasil y la Argentina se convertirían en socios.

Una explicación de la suerte incomprendida que correrá el protocolo es que los hombres de armas avanzan, en materia de integración, con mayor lentitud que los de empresa.

Visto que las actitudes de las armadas y de las fuerzas aéreas parecerían contradecir dichas lentitud, se supone que ésta debería atribuirse exclusivamente a los ejércitos y, en mayor proporción –según se especula– al ejército brasileño, que considera que la Argentina, es, con mucho, el país más beneficiado con la cooperación entre las respectivas industrias de armamentos.

Una actitud como ésta tampoco correspondería con el papel de aliados que ambos ejércitos tuvieron en el proceso de aproximación de las Fuerzas Armadas de ambas naciones entre sí.

Quizá ocurra –indica otra interpretación de las que a última hora se hacían en Brasilia– que el ejército de Brasil mira hoy bastante lejos y recela del cambio que podría provocar, en su estructura y sobre las expectativas profesionales que se basan en ella, la instauración de una comunidad de seguridad pluralista, a la que, en paralelo tendería una integración global de la Argentina con el Brasil.

(c) La Nac

LA NACION 10/12/86

01 - 01

8701602

098

D - Financiero

20/10/86

# Brasil comprará trigo a la Argentina

Río de Janeiro, (EFE) — Brasil importará hasta fines de año 50.000 toneladas de trigo de la Argentina mediante un convenio de integración económica entre ambos países, informaron autoridades gubernamentales.

El director de la Secretaría de Planificación, Luis Felipe Lampreia, dijo que esa operación forma parte de un paquete de importaciones alimenticias que impulsará su país para mantener niveles aceptables de abastecimientos de artículos de primera necesidad.

Autoridades gubernamentales y empresarios de la Argentina y Brasil han comenzado a elaborar los protocolos de integración económica e intercambio comercial suscritos por sus presidentes, Raúl Alfonsín y José Sarney, en julio pasado, en Buenos Aires.

Una comisión gubernamental mixta brasileño-argentina se reunirá de nuevo en noviembre en Buenos Aires, para realizar una última evaluación de esos acuerdos, antes de la reunión presidencial en Brasilia que se celebrará del 9 al 12 de diciembre entre Sarney y Alfonsín.

01.01

8701603

098

BRASIL

CLARIN 05-1-87

ACIONALES

GONZALEZ

# Brasil y un tráfico de armas a Surinam

BRASILIA, 4 (ANSA). — El portavoz interino del Ministerio de Relaciones Exteriores brasileño, Fernando Melo Barreto, desmintió que su gobierno tenga conocimiento de armas provenientes de Francia y Holanda estén pasando por territorio brasileño con destino a los rebeldes de Surinam.

"Brasil no da apoyo a movimientos rebeldes ni interfiere en los asuntos internos de cualquier país, y no es posible mandar armas a Surinam sin conocimiento del gobierno brasileño, y si eso estuviese ocurriendo sería contrabando".

Hace una semana la prensa de Paramaribo publicó la información de que Brasil estaba suministrando armas a los rebeldes instalados en la zona fronteriza con Brasil.

Algunos órganos de prensa brasileños divulgaron una denuncia de Jair Krischke, dirigente del Movimiento de Defensa de los Derechos Humanos de Porto Alegre, en el sentido de que una autoridad del Servicio Nacional de Informaciones (S.N.I.), de Brasil, había convenido en encuentro secreto con dirigentes rebeldes del vecino país, en Río de Janeiro, el envío de aquellas armas.

En diálogo con la prensa, Melo Barreto desvirtuó de plano las versiones que indicaron que las armas transitaban por los puertos de Manaos, capital de Amazonia, y Belén.

También consultado por el periodismo, el jefe del Servicio Nacional de Inteligencia, general Ivan de Souza Mendes, se negó a formular declaraciones.

01.01

9701655

# Feliz cumpleaños en el Brasil

Por J. Iglesias Rouco

¿Hablará el señor Alfonsín con su homólogo brasileño, señor Sarney, de los acuerdos pesqueros que la Argentina acaba de firmar con la URSS y con Bulgaria? Y en ese sentido, ¿se limitará a explicarle, como recientemente hizo un funcionario argentino con uno de sus colegas norteamericanos, que Buenos Aires formalizó esos acuerdos con el propósito de poder así "controlar" las actividades de los soviéticos en el Atlántico austral, idea que sin duda responde a una imaginería desopilante, llamada a engrosar el anecdotario humorístico-político del "norte"?

No sorprendería, en verdad, que el presidente volviese a ensayar el mismo ejercicio de humor en Brasilia, sobre todo si se tienen en cuenta ciertos aspectos del proceso que días atrás condujo aquí a la formación del "holding" de empresas estatales, como la llamada telefónica que Alfonsín habría hecho al señor Pérez Companc, durante la cual le habría reprochado su decisión de no prestarle a su hombre (el señor Vicente); o la designación en su reemplazo del señor Olivera, casi hijo político, hace veinte años, del señor Amadeo y de las corrientes nacionalistas —y estatistas— que pronto habrían de convertirse en uno de los soportes internos del señor Perón y de su "segundo movimiento"; o el nombramiento —ciertamente no menos curioso— del señor Madanes en el directorio del "holding", que ha sido interpretado, quizá con bastante fundamento, como una nueva atención al grupo Gelbard-Graiver, tal vez retributiva (igual que otras atenciones a ese grupo) del apoyo que los hijos de Gelbard ofrecieron a la campaña electoral alfonsinista en 1983 (y acaso también como atención a la fuerza aérea y a Aluar, "affaire", dicho sea de paso, aún no esclarecido). En verdad, la historia de la constitución de este "holding" puede también proporcionarle al señor Sarney, en boca de nuestro presidente, un buen rato de solaz.

La cuestión que seguramente el señor Alfonsín no tocará con su amigo Sarney, en el contexto de nuestros romances con la patria de la revolución, es la de las furibundas protestas —valga otro ejemplo— con que el gobernador de Tucumán está recibiendo las presiones que le llegan del banco Central, destinadas, al parecer, a inducirle a adquirir camiones y equipos industriales de fabricación soviética. Cierto, el señor Gorbachev visitará el próximo año, no sólo la Argentina sino también el Brasil (y Cuba), pero el gobierno brasileño se está mostrando bastante reacio a esta clase de compras. Y en consecuencia también a las visitas, ahora muy frecuentes a la Argentina, de delegaciones soviéticas encabezadas por representantes del Soviet Supremo ("parlamento"), como la que hace unas horas se esperaba en Buenos Aires.

## Los submarinos nucleares soviéticos

Aunque se ignora si Sarney abordará, en tren "integrador", la espinosa cuestión de los submarinos soviéticos que al amparo de los acuerdos pesqueros con la Argentina, y sus bases en territorio argentino, podrían instalarse en el fondo de los mares australes y hacerse indetectables a los modernos sistemas de radar satelitario, a causa de las plataformas metalíferas que abundan en la zona, y de ese modo modificar por completo el esquema estratégico nuclear de Occidente, se sabe que en los estados mayores brasileños se analiza esta perspectiva con particular atención (y preocupación). En ese terreno, el Brasil actúa aquí en un todo de acuerdo con los Estados Unidos y la OTAN, y probablemente con Chile; y lo mismo ocurre respecto del porvenir de las Malvinas, pese a sus declaraciones de "solidaridad" con la Argentina. Dado que el señor Alfon-

*(Continúa en la pág. 4 col. 1)*

LA PRENSA 10-12-86

01.02

8701659

098

# Feliz cumpleaños en el Brasil

(Viene de la pág. 1 col. 3)

sín fue al Brasil en compañía de una nutrida delegación militar, encabezada por el brigadier Waldner y el general Ríos Ereñú, no parece descartable que aun al margen de las conversaciones presidenciales esta cuestión merezca algunos comentarios por parte de los expertos de una y otra parte. En todo caso, si nos atenemos a la modestia, por así decirlo, de la representación de la industria privada argentina que viajó al Brasil (24 horas antes de la partida de Alfonsín la Casa Rosada intentó sin éxito incorporar a la comitiva a personalidades relevantes del sector), y también a las reticencias con que los industriales paulistas y muchos locales están encarando el plan "integrador", es probable que a los brasileños les interese más charlar de geopolítica que de fantasías económicas "comunitarias".

En vista de la explosiva situación centroamericana, es muy factible igualmente que el señor Sarney trate de averiguar cuáles son las verdaderas intenciones de la Casa Rosada en la OEA y en el grupo de apoyo a Contadora, frente a los Estados Unidos. Y no tanto por la postura alfonsinista en esa región, ya bastante conocida y poco proclive, a criterio de Itamaraty, a cambios bruscos de orientación, sino porque tal postura tiende a determinar el rumbo de Buenos Aires ante problemas sudamericanos que le son más próximos y urgidos, como el de Chile, el del Paraguay y el de Bolivia, y otros tanto o más delicados que éstos, con el de los movimientos guerrilleros unidos del sur de América en cabeza, que si consiguen en la Argentina una gran plataforma logística pueden trasformarse en amenaza seria a la estabilidad brasileña.

Como quiera que los presidentes no suelen enfrascarse en discusiones profundas, pocos esperan que Sarney vaya a rozar siquiera el capítulo nuclear de la actual novela política argentina, máxime porque el Brasil también puede tener su "bomba" cuando quiera (si es que no la tiene ya), y porque a pesar de los convenios de colaboración atomica "pacífica" que Buenos Aires acaba de suscribir con Cuba, el desmantelamiento de nuestra Comisión Nacional de Energía Atómica no permite imaginar despliegues importantes en esa dirección, salvo el de la trasferencia de tecnología, que solo puede preocupar al Brasil (y a los Estados Unidos) en el largo plazo. Las tímidas incursiones comerciales del señor Caputo, en África, con olor de caza del Brasil por el lado latinoamericano, tampoco pueden alarmar demasiado a Brasilia. Por lo demás, la aeronáutica brasileña acaba de hacer un excelente negocio en la Argentina, como bien sabe nuestro flamante jefe de la fuerza aerea, y sus penetraciones económicas y culturales en el norte argentino, y [illegible] en el Uruguay y en Bolivia en detrimento de la antigua gravitacion argentina allí, hacen inconvenientes insistencias en temas menores, frente a tan pingües ganancias.

## "Os melhores amigos"

Hasta se puede sospechar que en atención a las generosidades alfonsinistas en estas materias el señor Sarney soslayará incluso los ítems urticantes antes reseñados, y más aún las pretensiones caputenses de que el Brasil envíe a la "zona de exclusión" algunos de sus barquitos de pesca, o de los otros, de forma de hostigar a la diplomacia británica. Obviamente, si Sarney repite personalmente a Alfonsín lo que Itamaraty ya dio a entender —esto es, a no entender— al palacio San Martín semanas atrás, cuando desde aquí se le requirió esa colaboración, el señor Caputo quedaría un tanto desairado frente a su patrón. Y el Brasil está seguramente muy conforme con que sea Caputo quien maneje las relaciones exteriores argentinas, y hará todo lo posible por preservarlo en su puesto.

Es de esperar también que Sarney emplee idéntica cautela en relación con otros desvelos argentinos, entre ellos el de sus compras de gas, que está llevando a cabo en Argelia, al socaire de los precios más económicos que ese país le ofrece y en espera de aprovechar los ricos yacimientos que ha detectado en el Amazonas y que invalidan el tremendo gasoducto tripartido (la Argentina, Bolivia y el Brasil) ideado por el imaginativo señor Storani. Este "papá" del señor Alfonsín también es un ministro que complace a Brasilia.

Y del resto, a Sarney más le vale ni murmurar. Quien ha sabido eludir cualquier clase de punto inicial militar sólo podrá felicitarse en silencio de los sudores con que ahora su colega argentino acompaña nuestro "punto final" (en cierta forma también un punto inicial). Hasta es posible que pasee a Alfonsín por algunos cuarteles brasileños o al menos por los estados mayores, sin otra finalidad que la de consolidar por vía del ejemplo, su propia "entente" cívico-militar. Quien tuvo la desgracia de heredar Brasilia, la elogiará sin límites, con el ojo puesto en Viedma. Quien se apresuró a cruzar su cruzado, como quien cruza el Rubicón, reservará también su buena palabrita al señor Sourrouille, que aún permanece en la otra orilla, y que Sarney desea que siga siempre orillada. Y quien dispone de una industria pesada y semipesada cuyos costos de producción son inferiores en un 50 por ciento a los argentinos, tiene por fuerza que hacer la elegía de nuestro maravilloso "holding", que asegurará a su aparato largos años de prosperidad.

En pocas palabras: Sarney felicitará calurosamente a Alfonsín por los tres años de gobierno que acaba de cumplir. Digamos que felicitará a nuestro continental presidente con invisibles tirones de orejas. Los mismos tirones de orejas, aunque éstos sí, visibles y contundentes, con que muchos argentinos lo felicitan hoy, a modo de maestros chapados a la antigua. En fin, por algo ha ido Alfonsín a Brasilia a celebrar su cumpleaños presidencial.

PARTES ILEGIBLE

02.02 8701659

098

BRASIL

# de la deuda externa brasileña

BRASILIA, 29. (UPI y EFE). — El Ministro de Hacienda, Dilson Funaro, dijo el sábado que Brasil espera renegociar parte de su deuda externa de 107.000 millones de dólares antes de fin de año, y manifestó su confianza en que las negociaciones y no una confrontación —como la que derivaría de la imposición unilateral de una moratoria—, darían a Brasil una sustancial reducción en el pago de los intereses, calculados para este año en 9.000 millones de dólares.

El ministro no dio detalles sobre el monto de la deuda que se está renegociando ni se refirió a los plazos que contemplarían las nuevas pautas, pero dijo que "tenemos ya un acuerdo que debería concretarse en cualquier momento, en los próximos 30 días como máximo".

En una reunión con los obispos católicos, ante quienes explicó detalles de la política económica, Funaro dijo ayer que el propósito del gobierno es negociar la reducción del total de los pagos de la deuda hasta ubicarlos entre el 2 y el 2,5 por ciento del Producto Nacional Bruto, lo que implicaría pagos este año por 7.000 millones de dólares o algo menos.

Mientras dirigentes políticos, muchos de ellos del Partido del Movimiento Democrático Brasileño (P.M.D.B.), que conforma la coalición de gobierno, insisten en reclamar una moratoria unilateral, Funaro alejó el tema señalando que "vamos a agotar las vías del diálogo", pero sin descartar explícitamente aquella medida.

### ♦ Viaje a Washington

Los líderes de los dos partidos políticos que integran la gubernamental Alianza Democrática en la Cámara de Diputados confirmaron que en la próxima semana viajarán a Estados Unidos para lograr el apoyo del Congreso en la búsqueda de mejores condiciones de pago de la deuda externa.

Los diputados José Lourenço, del Partido del Frente Liberal (P.F.L.), y Joao Pimenta da Veiga, del Partido del Movimiento Democrático Brasileño (P.M.D.B.), reiteraron el anuncio tras una reunión con el presidente José Sarney, en la que se analizó el problema del endeudamiento.

"Nosotros vamos a Washington la próxima semana para ver qué contribución conseguimos de los congresistas norteamericanos que tienen un enorme peso en las decisiones de aquel país", declaró Lourenço, quien añadió que el viaje fue aprobado por Sarney, en un gesto que consideró reflejo del respeto a la independencia del Poder Legislativo.

"Es preciso encontrar una solución, pues el país no soporta más transferencias de sus ahorros, por 1.000 millones de dólares mensuales", dijo el líder del P.F.L.

En relación con la moratoria, el P.M.D.B. formó una comisión de economistas que inició la preparación de informes sobre las consecuencias que tendría para Brasil la adopción de esa medida, así como también otras eventuales formas de solución para un tema que ha sido declarado "objetivo inmediato del partido".

Clarín 30/11/86

01.01

8701663

BRASIL



## SE COMPLICA MAS EL CRUZADO

# Suba de tasas récord en Brasil

BRASILIA, SAN PABLO y NUEVA YORK, 6 (AP, EFE y Reuter) — Las autoridades económicas brasileñas tuvieron en los últimos días otro motivo de preocupación en el aumento notorio de las tasas de interés, que acumularon 80 puntos en dos días a causa de las expectativas inflacionarias, llegando al 300 por ciento anual para los certificados bancarios a corto plazo.

Ayer, las tasas habían pasado de 220% a 270%, salto jamás ocurrido antes en el transcurso de un solo día.

Otro síntoma de la difícil coyuntura en la economía brasileña había sido semanas atrás la caída en el superávit comercial, que ya no cubre las necesidades del país de hacer frente a los intereses de la deuda externa.

En este clima, luego de varios meses de euforia por el éxito alcanzado por el Plan Cruzado, varios diarios de hoy señalan que el ministro de Hacienda, Dilson Funaro, el artífice del programa, probablemente dejará el gobierno en poco tiempo. "Jornal do Brasil", uno de los más importantes del país, arriesga una fecha: principios de marzo.

El nivel del 300% anual alcanzado hoy ubica a las tasas de interés en el pico más alto desde la aplicación del Plan Cruzado, hace casi un año. Sucede que las expectativas inflacionarias para este año superan el 400%, mientras que en 1986 el costo de vida creció un 70%.

Los controles de precios —que en noviembre se hicieron mucho menos estricto impulsando hacia arriba el costo de vida y provocando duras reacciones en la población, que había hecho de ellos una "bandera" nacional porque había permitido ingresar a una amplia capa social a la cadena de consumo— comenzaron a ser criticados por los economistas, que en gran número ven hoy el Plan Cruzado como un fracaso.

Antes del plan, la inflación alcanzaba un 300 por ciento anual, pero en esta etapa, así como en la vigencia del programa, la economía brasileña siguió creciendo a un ritmo del 7 por ciento por año, una de las tasas más elevadas del mundo.

### ♦ Deuda y comercio

Debido a aquel incremento en el consumo, las importaciones de Brasil crecieron para abastecer la demanda, pero también las exportaciones cayeron por problemas en el comercio internacional, con lo cual el superávit comercial, que venía promediando los 1.000 millones de dólares mensuales, llegó a 211 millones de octubre y a solo 131 en noviembre. En 1986, totalizaría 9.400 millones, algo menos de los intereses que devenga anualmente la sideral deuda externa, de 108.000 millones.

### ♦ Dinero "fresco"

Para este año, Brasil necesitará "créditos frescos", ha dicho recientemente Funaro. Hoy, en Washington, el embajador brasileño Marcilio Marques Moreira dijo que su gobierno condicionará la renegociación de parte de la deuda a la reducción de la tasa de riesgo ("spread") por debajo de la obtenida por México en su último acuerdo con los ac deores.

El diplomático dijo se pretende bajar esa (que es la que se suma de interés) del 1,25 al por ciento, pero aclaró un 6,75 por ciento "positivo". México neg un "spread" de 0,8 ciento.

01 . 01

8701682

BRASIL

## Armas brasileñas

SAN PABLO, Brasil, 1 (EFE). – La industria bélica brasileña tendrá a partir de la próxima semana una nueva empresa dedicada a la construcción de misiles y lanzadores de satélites.

Así lo expresaron aquí fuentes gubernamentales que anunciaron la creación de la empresa Orbita S.A., que tendrá autorización gubernamental el próximo lunes.

Con una inversión inicial de seis millones de dólares, cinco firmas especializadas instalaron en São José dos Campos, a 97 kilómetros al nordeste de esta capital, su centro de operaciones.

En un área de 200.000 metros cuadrados Orbita S.A. fabricará armamentos guiados por computadora y lanzadores de satélites.

LA NACION

2-1-81

01 01

8701683

Brasil

# Indústria paulista exporta carroças para a Europa e América Latina

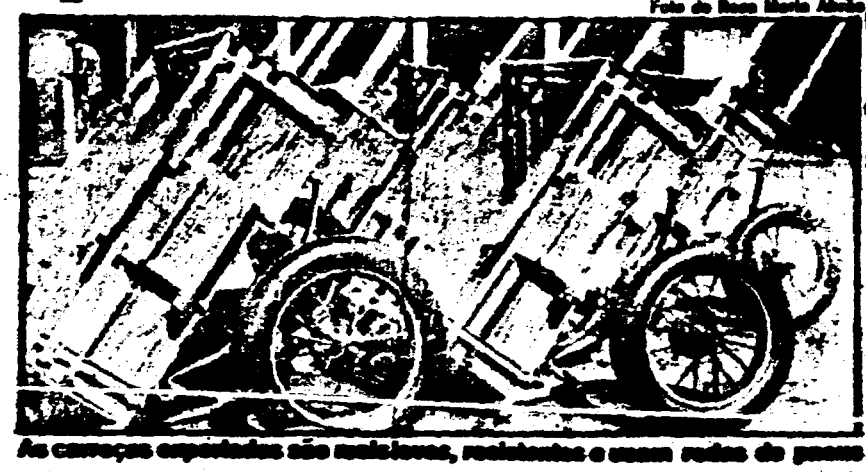
GUERRERO

URÂNIA,SP — A indústria de Carroças Pigari, de Urânia, a 620 quilômetros da capital paulista, é a primeira do Noroeste, e talvez de todo o Estado de São Paulo, a exportar carroças para países da América Latina e até da Europa.

Instalada em 1955, como uma fabriqueta de fundo de quintal, que fazia apenas três carroças de rodas de madeira por mês, a empresa modernizou-se ao longo desses 31 anos, cresceu e hoje produz 220 carroças por mês, com rodas de pneus e mais leves, mas com a mesma resistência: pode carregar até 1.200 quilos e tem uma durabilidade de 20 anos.

— A carroça vai se fixar no século XX como o mais barato e eficiente meio de transporte para a zona rural. A prova está na procura que aumenta a cada ano, não só no Brasil mas também no exterior. Já vendemos carroças para o Paraguai, França e Itália e estamos acertando uma remessa para a Bolívia — afirma José Pigari, um dos cinco irmãos que dirigem a indústria.

Foto de Rosa Maria Alvão



As carroças exportadas são mais leves, resistentes e usam rodas de pneus

A empresa, segundo José Pigari, pretende aumentar a produção, a partir de fevereiro, para 400 unidades por mês, e intensificar os contatos com outros países, para aumentar a exportação.

— Desde o começo de dezembro, estamos com todas a produção de janeiro e fevereiro vendida. Estamos aceitando mais pedidos porque não sabemos como vai ficar o cruzado depois de março. Por isso, temos de aceitar as encomendas sem preço determinado — diz Pigari.

O grupo pretende tornar-se o mais independente possível em matéria-prima e Pigari garante que o sucesso do negócio está principalmente no baixo custo do produto fabricado. A indústria cresceu e conseguiu produzir, sozinha, quase tudo para montar a carroça.

O GLOBO 3-1-87

01.01

8701684

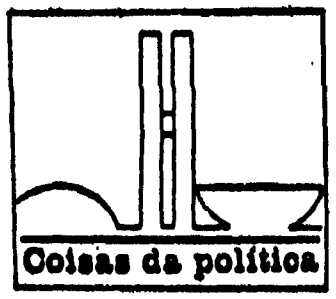
BRASIL

# Brizola candidata-se a líder da oposição

CURZON

*Villas-Bôas Corrêa*

ÓBVIA, natural e oportuna. A candidatura ou anticandidatura do governador Leonel Brizola à Presidência da República, proposta na reunião do diretório nacional do PDT que durou dois dias no Riocentro, é um ato político inspirado no instinto de sobrevivência da legenda.




Se Brizola acumulou erros táticos na campanha eleitoral, desta vez acertou. Pode-se alegar que é um candidato crônico, jamais desencarnado e que, portanto, o lançamento do seu nome na informalidade não oficial de um balanço partidário da derrota não muda a essência das coisas.

Ora, não é bem assim. Que Brizola é um candidato renitente, sabe-se. E foi por aí que ele cometeu o equívoco de investir antes da hora contra o consenso nacional pelas mudanças e desfraldou a sua bandeirola de eleições presidenciais diretas o mais depressa possível, em 86, conjuntamente com o Congresso-Constituinte. Então, o açodamento pegou mal. Atropelou o mito Tancredo Neves em pleno processo de ascensão e ficou como uma marca incômoda quando o Presidente, horas antes da posse, foi recolhido à incompetência médica para submeter-se à série de sete operações que compôs o dramático enredo da sua morte.

Pegou mal de novo, quando renovada contra o frágil presidente substituto José Sarney e que logo cairia no gosto do povo, com a mágica do Cruzado I, desfeita com a antimágica do Cruzado II.

Nas duas oportunidades, Brizola pecou por pressa, pela falta de sensibilidade política na identificação da hora certa. Nem sempre quem sabe faz a hora. Muitas vezes, convém esperar que aconteça.

E a hora é esta. Em primeiro lugar e antes de mais nada, porque um partido como o PDT, que não conseguiu realizar o seu ambicioso projeto de afirmação nacional e saiu das urnas de 15 de novembro menor do que ao começar a campanha, não pode se dar ao luxo de esperar. O PDT é uma urgência que precisa ser atendida.

Bem feitas as contas que são simples, o PDT só tem uma liderança com a sua cobertura de carisma e que é o engenheiro Leonel de Moura Brizola. Em torno dele, de uma motivação que é a única possível nas circunstâncias, a legenda tentará preservar a sua unidade, atenuando os riscos de uma debandada em regra. Porque essa é uma ameaça que ronda o PDT como todos os partidos que se marginalizaram na campanha porque pegaram o bonde errado. Para mal dos pecados, a bancada que a legenda conseguiu eleger para Congresso-Constituinte, além de mirrada, raquítica, não pode ser apontada como desvairadamente brizolista. Talvez mantenha fidelidade ao partido e ao líder. Mas, parece vulnerável a uma inevitável reformulação do quadro partidário que virá com a nova Constituição e com a polarização que, necessariamente, será imposta no divisor de águas dos trabalhos e polêmicas da Constituinte. Numa rearrumação de legenda, o PDT pode dançar. Não tem estrutura para resistir a um racha que imponha um confronto de perfil ideológico.

A candidatura Brizola fornece ao PDT um bom motivo para o partido precatar-se, instigado por um teste que, já agora, não pode ser criticado por antecipar-se a prazos formais. Claro que não é nem se apresenta como definitiva e inarredável. Afinal, não temos eleições marcadas e sequer definida a preliminar do regime.

Ela tenta bater uma meia-sola para tapar o buraco de muitos enganos. Improvisa para Brizola uma tribuna que substitua a que ele deixou vaga no Congresso, quando consumou o mais sério dos seus desacertos ao não se desincompatibilizar para concorrer a um mandato de senador ou deputado federal.

Com Brizola no Congresso, líder natural de uma oposição que continua órfã, a sua candidatura presidencial seria dispensável. Na planície, ao sol e ao sereno, necessita de um abrigo. Brizola candidato é assunto; o que ele disser terá o seu peso e a sua significação.

— O PDT não está apenas se protegendo à sombra de uma candidatura. Com o candidato, atirado à aventura de uma campanha que parte da estaca zero, do desânimo de uma derrota aplastadora, o partido empunha a sua bandeira de campanha.

Afinal, soou a hora de Brizola começar a cobrar o acerto da precipitada investida contra o Cruzado. Tangido para a derrota pela afobação com que se atirou ao pote, é a sua vez de tentar o resgate do insucesso.

Claro que se pode questionar, agora e sempre, o palpite que só deu certo por culpa do erro posterior e imprevisível do Governo. Isso, agora, conta pouco.

A candidatura de Brizola agrupa o PDT e o convoca para uma arrancada reabilitadora, brandindo a legitimidade pioneira da denúncia do Plano Cruzado. Ela se dirige a uma fatia do eleitorado que amarga a sua decepção e que rompeu o consenso que se vinha consolidando desde 82.

O candidato Brizola, na verdade, é um candidato a líder da oposição. A uma oposição restaurada, depois de anos de silêncio, de toda uma trajetória conduzida pela virtual unanimidade nacional.

O PDT já perdera tudo. Não tem muito mais a arriscar. Com a candidatura do líder e a proposta de oposição, sai para as ruas com o saco vazio e esburacado. O que recolher por aí é lucro.

01 · 01

B401685

J do BRASIL 8-1-87

Brasil

# dijo que no tolerará la violencia política

***Desde sectores políticos de oposición e inclusive de la coalición oficialista el gobierno brasileño fue acusado de haber empleado métodos del régimen militar al disponer el jueves un operativo de represión que convirtió una manifestación de protesta contra el Plan Cruzado en un violento enfrentamiento con más de 100 heridos. En relación con los hechos, el presidente Sarney formuló una enérgica advertencia contra los "abusos" que pudieran cometerse en "el ejercicio de las discrepancias".***

Clarín 29/11/86

BRASILIA, 28. (EFE, AFP y AP). — El presidente de Brasil, José Sarney, advirtió hoy que no tolerará actos de violencia ni "abusos en el ejercicio de las discrepancias", mientras la violenta represión ejercida ayer, en Brasilia, contra manifestantes que protestaban contra los ajustes incorporados al Plan Cruzado, dio lugar a enérgicas expresiones de repudio, algunas de ellas provenientes inclusive de sectores del partido del gobierno.

Según un informe oficial divulgado hoy por la Secretaría de Seguridad Pública, 33 vehículos fueron incendiados, 29 más quedaron semidestruidos, 5 agencias bancarias fueron saqueadas y siete edificios públicos, como correos y tiendas de alimentos, fueron incendiados durante los sucesos de anoche.

El informe señaló también que la policía detuvo a 35 personas e interrogó a más de un centenar, y que alrededor de 100 personas, entre manifestantes y policías, resultaron heridas, pero no ofreció detalles sobre las características de las lesiones ni confirmó versiones sobre heridos de armas de fuego.

"Es mi deber preservar la paz —dijo Sarney, al referirse al tema en su mensaje radial semanal—. Yo no puedo tolerar cualquier abuso en el eventual ejercicio de las discrepancias". El presidente, acusó de los disturbios a los trabajadores de mayores ingresos y a "aquellos que se definen como defensores de los intereses de la clase obrera".

"Ellos son —dijo— los que intentan destruir el Plan Cruzado y la confianza que todos nosotros debemos tener en la conducción de los problemas económicos". Sarney identificó a "los especuladores" y a ciertos "líderes obreros radicales" como los principales enemigos de su política económica, que en los últimos días recibió ajustes que aumentaron precios de alimentos y servicios y desgravaron alquileres, entre otras reformas impopulares.

Añadió que los cambios económicos no pueden realizarse sin una parte de sacrificio, y que "el Plan Cruzado es un patrimonio de los más pobres, que saben que las medidas no les quitaron nada".

### ♦ Generalizado pesimismo

En oposición a las palabras del presidente Sarney, una encuesta publicada hoy por el diario "Folha de Sao Paulo" demuestra que el 77 por ciento de la población cree que las últimas reformas económicas empeorarán su nivel de vida; el pesimismo llega al 82 por ciento en las clases inferiores.

Mientras el portavoz oficial de la presidencia, Fernando César Mezquita, responsabilizó a la Central Unica de Trabajadores (CUT), y al Partido de los Trabajadores (P.T.), por los disturbios de anoche en Brasilia, sectores políticos acusaron al gobierno de haber empleado métodos del régimen militar para dominar la manifestación, que concentró a alrededor de 20.000 trabajadores.

Por primera vez desde la existencia de un gobierno civil en Brasil fue desplegado un impresionante operativo militar que incluyó tanques blindados y tropas de choque, en una verdadera operación de guerra. La CUT responsabilizó a la policía por los incidentes, señalando que el acto de protesta convocado transcurrió en calma hasta que los manifestantes comenzaron a ser agredidos con granadas lacrimógenas y bastonea, y presionadas por tanques y policías con perros.

La represión desató críticas no sólo en la oposición sino entre algunos sectores del partido de gobierno. "Nunca pensé ver esto en la Nueva República. No fue por esto que luchamos tanto", dijo el diputado Carlos Santana, del Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB), el mayor de la coalición en el poder.

8701686

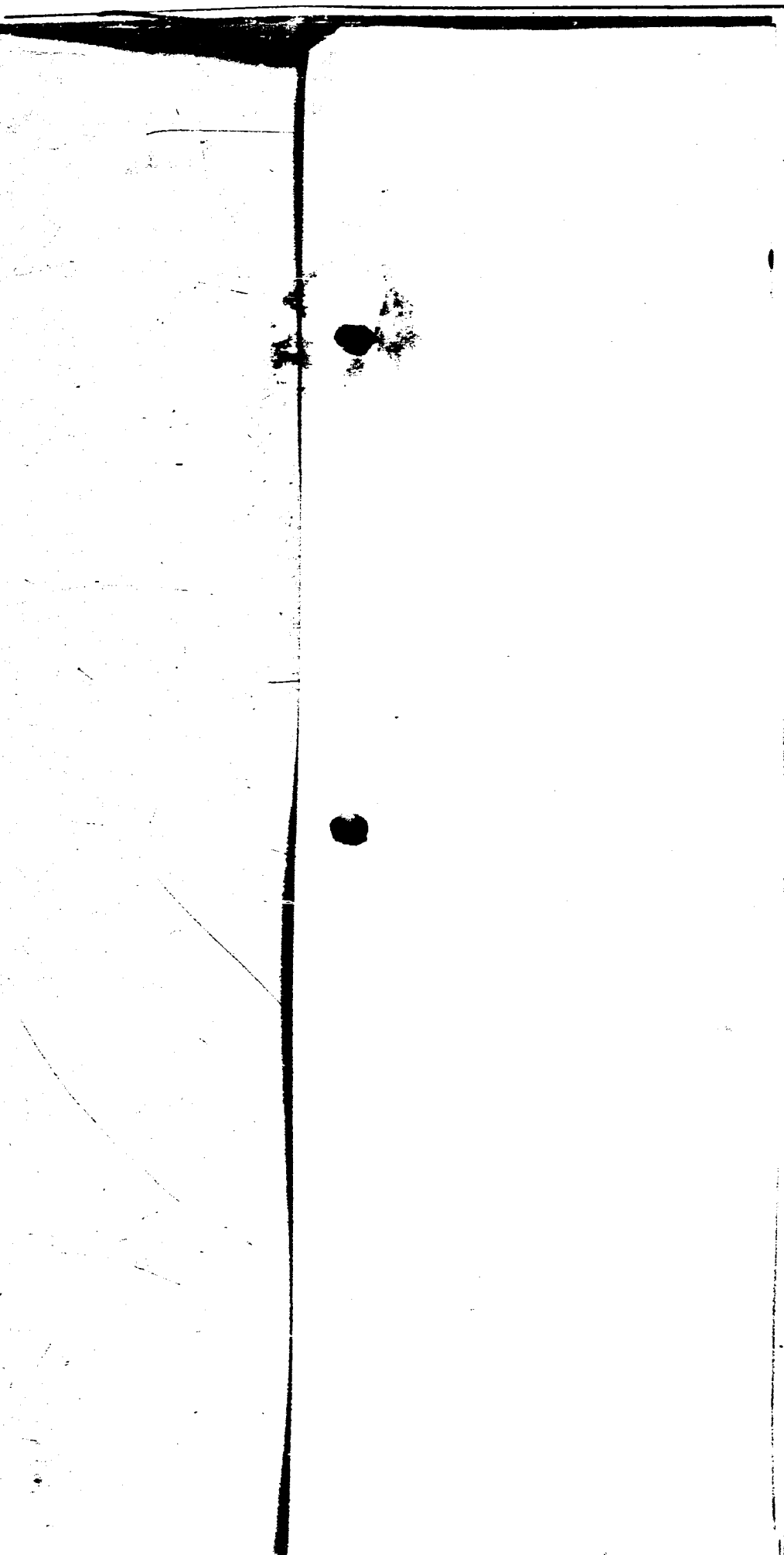
01.01

GUERRERO



# Una huelga de transporte paraliza a Río de Janeiro

*Unos cuatro millones de cariocas se vieron gravemente afectados ayer por una huelga decretada por los trabajadores del transporte urbano de Río de Janeiro en demanda de aumentos salariales. En un confuso episodio aún no aclarado fue asesinado el presidente de ese sindicato a nivel municipal, Carlos Alberto do Nascimento. Las demandas coinciden con las presiones de la Central Unica de Trabajadores (CUT), que reclama del gobierno una actualización de ingresos acorde con los incrementos de precios y tarifas.*



Más de cien mil trabajadores del transporte paralizaron la ciudad, en una huelga declarada por tiempo indeterminado.

RIO DE JANEIRO, 7 (ANSA, AP, DPA y EFE). — El presidente del sindicato de transportistas de Río de Janeiro, Carlos Alberto do Nascimento, fue asesinado hoy aquí, cuando la ciudad permanecía semiparalizada por la huelga decretada por ese gremio en demanda de mejoras salariales.

Los 110.000 trabajadores de todo el estado carioca iniciaron un paro por tiempo indeterminado, y unos cuatro millones de personas que diariamente utilizan el servicio encontraron grandes inconvenientes para asistir a sus trabajos.

Además de la ciudad capital del estado, la medida afecta a los distritos de Petrópolis, Nova Iguaçá, Duque de Caxias y Teresópolis, que conforman el Gran Río de Janeiro, donde se concentran más de diez millones de pobladores.

Los trabajadores del transporte aseguran que sus salarios están congelados desde hace trece meses, y reclaman la equiparación con sus colegas de San Pablo, lo que significaría un aumento superior al 72 %.

Los dirigentes sindicales y los empresarios se reunieron hoy en la delegación regional del Ministerio de Trabajo, pero hasta anoche no se conocían resultados de las tratativas.

Los empresarios condicionan la concesión del aumento a que el gobierno les autorice inmediatamente a actualizar las tarifas, que también están congeladas desde hace más de un año.

Gigantescos embotellamientos se registraron en casi toda la ciudad, en donde miles de empleados no lograron llegar a sus lugares de trabajo, o lo hicieron con notorios retrasos.

El gobierno dijo que pondría en servicio un número mayor de trenes para absorber la demanda extra de pasajeros. Como muchos trabajadores se trasladaron a sus empleos con sus vehículos, las principales arterias cariocas se convirtieron hoy en verdaderos callejones sin salida.

♦ **Dirigente asesinado**

A pesar de que el secretario de Transportes del estado, Alvaro Santos, aseguró que el gobierno controlará cualquier acto de violencia, en un hecho todavía sin esclarecer resultó asesinado el presidente del Sindicato de Transportistas del municipio de Río de Janeiro, cabecera del estado homónimo.

A pocas horas de haberse iniciado la huelga, decidida en el último domingo por una asamblea gremial después de fracasar las tratativas con los empresarios, Carlos Alberto do Nascimento fue muerto de dos balazos.

Aunque la policía aseguró que el caso está en sus manos y que las investigaciones ya tienen detectados a los responsables, hasta anoche no se conocían detalles precisos del asesinato.

Las versiones más concordantes indicaban que Do Nascimento encabezaba una manifestación pacífica en el municipio de Nova Iguaçu, al sur de Río de Janeiro, cuando el grupo fue interceptado por agentes de seguridad de la empresa de autobuses afectada por el paro.

Voceros policiales allegados a las investigaciones del homicidio dejaron trascender que se está tras los pasos de un ex comisario, ya identificado por las autoridades, quien sería el autor de los dos disparos que hirieron de muerte al gremialista.

Los huelguistas realizaron esta tarde en Nova Iguaçu una manifestación de protesta por el asesinato de su dirigente y en demanda de un rápido esclarecimiento de las circunstancias y responsabilidades, en un clima de gran tensión por el temor a posibles enfrentamientos con las fuerzas del orden.

♦ **Salarios congelados**

El secretario de Transportes rechazó cualquier posibilidad de que el gobierno acceda ante los reclamos gremiales. "Un aumento en los salarios implica un aumento en las tarifas, y esto va a incidir en la inflación", dijo.

# Amenazan con más paros

SAN PABLO, 7 (EFE). — La Central Unica de Trabajadores (CUT), una de las principales organizaciones sindicales de Brasil, amenazó hoy al gobierno con desencadenar una nueva oleada de huelgas si no aprueba medidas que favorezcan a los sectores obreros.

La plana mayor de la CUT, de tendencia radical, que comparte con la moderada Confederación General de Trabajadores (C.G.T.) el control de los sindicatos brasileños, se reunirá la próxima semana en San Pablo para evaluar la crisis económica y la repercusión en los salarios de las últimas medidas aprobadas por el gobierno.

El vicepresidente de la CUT, Avelino Ganzer, afirmó que esa organización acepta dialogar con el gobierno, pero aclaró que no suscribirá ninguna tregua ni "pacto social" hasta que las autoridades acepten las exigencias económico-sociales formuladas esta semana.

Esas exigencias son, fundamentalmente, la revocación de las medidas económicas aprobadas a principios de diciembre, que iniciaron el descongelamiento de los precios de los artículos de primera necesidad y de los servicios, y la suspensión del pago de la deuda exterior a la banca privada internacional.

Además, la CUT exigió al ministro de Trabajo, Almir Pazzianotto, reajustes salariales automáticos según el aumento de la inflación, un salario mensual mínimo de 3.820 cruzados (200 dólares), la anulación de las normas que prohiben huelgas, la reducción de la jornada semanal de 48 a 40 horas y la ejecución inmediata de la reforma agraria.

El director de Asuntos Internacionales de la CUT, Jacó Bittar, subrayó que "en Brasil no se puede concretar un pacto social como en otros países, por ejemplo España, ya que los sindicatos no cuentan con una organización capaz de decidir en la política del país".

Bittar manifestó que cuando los sindicatos brasileños unan esfuerzos y no debiliten su fuerza con acciones aisladas, los sectores laborales podrán conversar de igual a igual con los empresarios y con el gobierno.

Pero el presidente de la CUT, Jair Meneguelli, advirtió que los sindicatos pueden reanudar un conjunto de acciones de presión contra sus patronos y el gobierno si prosigue "la política indolente de las autoridades para asumir decisiones en favor de los trabajadores".

Meneguelli, que se entrevistó con las autoridades a principios de semana, dijo que la propuesta de un "pacto social" es inviable en un país como Brasil, donde existen profundas diferencias sociales y económicas, que se añaden a la falta de decisiones oficiales.

El ministro Pazzianotto ha iniciado reuniones por separado con representantes laborales, dirigentes políticos y del sector privado.

01.01

B701687

BRASIL y O.B.

... de sus salarios y a mejoras sociales.

GUERRERO.

## Brasil tendrá nuevos submarinos

**Río de Janeiro.** (ANSA) — La Marina de Guerra del Brasil tendrá, al comienzo de la próxima década, cuatro nuevos sumarinos convencionales, proyectados en Alemania Federal.

Así lo anticipó aquí el director del arsenal de Marina, Mauro Amn, señalando que el primero de ellos será entregado al Brasil a mediados de 1988.

Los nuevos sumergibles forman parte del programa de renovación de la Marina brasileña y servirán para vigilar la costa marítima además de sustituir a los submarinos más antiguos que actualmente sirven en la fuerza.

El costo total de construcción de los submarinos –incluyendo el entrenamiento de técnicos brasileños que han de proyectar submarinos totalmente nacionales en el futuro– es de cerca de 600 millones de dólares.

Tres de los cuatro sumergibles proyectados por los alemanes serán construidos en el arsenal de la Marina en Río de Janeiro, como parte del programa de nacionalización de la flota y de entrenamiento del personal especializado.

La actual flota brasileña se submarinos está compuesta por tres embarcaciones de origen inglés construidas en las décadas de los años '60 y '70, y por cuatro norteamericanos fabricadas poco después de la Segunda Guerra Mundial.

01 . 01

8701688

Brasil
y O.B.



LA NACION 15-12-86

# El Brasil dispone de un sistema electrónico de ataque y defensa

## Insisten en que construirá el año próximo su primer submarino atómico

BRASILIA, 14 (EFE). – Brasil cuenta con un sistema de defensa militar por ordenador, unido a una central con capacidad de proponer opciones de ataque y defensa en caso de guerra, según explicó hoy el ministro jefe del Estado Mayor de las Fuerzas Armadas, general Paulo Campos Paiva.

Paiva dijo que esos equipos de defensa por ordenador, conocidos como "juegos de guerra", serán intercomunicados próximamente con una central que funcionará en el Palacio de Gobierno y su uso estará restringido al presidente de la República, José Sarney, en caso de emergencia.

El jefe militar señaló que el Brasil, pese a ser un país con vocación pacifista, debe modernizar en forma gradual sus equipos bélicos, para "evitar ser sorprendido por situaciones de guerra".

Informó, asimismo, que en 1987 las Fuerzas Armadas brasileñas contarán también con un avanzado sistema de intercomunicación conectado a 600 canales del satélite brasileño Brasilsat, que tiene 28.000 canales.

Agregó que en el programa de defensa por ordenador, denominado "Coordinación de comando, conrol e inteligencia" (C3 I), están almacenados todos los datos estratégicos del Brasil, cuenta ocon simuladores de situaciones de emergencia y forece solaciones y respuestas sobre operaciones de guerra o movilización de tropas de cobertura.

El C3 I está conectado actualmente a los estados mayores de las fuerzas navales, del ejército y de la aviación.

Por otra parte, dijo que el Brasil buscará su autosuficiencia bélica con la instalación de nuevas fábricas de armamento o la creación de un esquema de emergencia con la ya existentes, para que produzcan equipos bélicos para el ejército en caso del estallido de una guerra.

Brasil es actualmente el principal exportador iberoamericano de armamento y el sexto del mundo. Su industria belica ha registrado en 1986 un crecimiento progresivo, hasta convertirse en la tercera fuente de ingresos de divisas del país.

### El submarino atómico

SAN PABLO, 14 (ANSA). – El proyecto de construcción del primer submarino atómico brasileño ya está prácticamente definido y en 1987 será iniciada la producción del prototipo del sistema de propulsión nuclear, informó hoy el diario O' Estado de São Paulo.

Al calificar el proyecto como el "más relevante de las fuerzas armadas brasileñas", el periódico explicó que las informaciones al respecto las obtuvo ayer en Río de Janeiro durante losa actos cívicomilitares con motivo del Día del Marinero.

"La producción del sistema de propulsión nuclear, que funcionará con uranio enriquecido, no representará, sin embargo, l ingreso del Brasil al club atómico armamentista, por cuanto la propulsión nuclear es un recurso tecnológico, y no un arma nuclear, como lo aclaró el sociólogo brasileño Helio Jaguaribe, quien defiende una cooperación estrecha con la Argentina en ese sector", resaltó el diario.

Añadió que "hay una cierta confusión y hasta distorsión entre una cosa y otra, incluso en los ambientes científicos y tecnológicos".

En ese sentido, O Estado de São Paulo señaló que durante una reciente reunión militar reservada, que se realizó en Río de Janeiro, un oficial aseguró que "el país no tiene ningún proyecto específico para la producción de artefactos nucleares, a pesar de realizar estudios que podrán servir para la construcción de esas armas".

"Hay efectivamente investigaciones al respecto, inclusive en l área militar, pero sin el objetivo específico de fabricar una bomba atómica, ya que, entre otros motivos, no se dispone de recursos financieros para ello", finalizó.

01.01

8701689

BRASIL

A. FINANCIERO 9/12/86

INFORMACIONES

LOS ACUERDOS CON EL BRASIL

# *Los nuevos documentos que se firmarán mañana en Brasilia*

**Los avances de los protocolos ya firmados en julio y cuatro nuevos documentos, sobre comunicaciones, transporte, siderurgia y cooperación en la producción para la defensa, serán suscriptos mañana por los presidentes Alfonsín y Sarney en Brasilia.** La posibilidad de que se firme un protocolo automotor era considerada como poco probable ayer, debido a los obstáculos surgidos principalmente en el Brasil, por los reclamos de las empresas autopartistas que temen un exceso de verticalización por parte de las empresas multinacionales.

• **Alimentación**

El proyecto de protocolo de la alimentación, elaborado por el sector privado de ambos países, también había quedado desestimado pero en este caso por observaciones provenientes del gobierno argentino, si se recuerda que algunos funcionarios consideraban a ese borrador como una forma de injerencia en el Poder Ejecutivo y Legislativo y cuestionaban la exención a los controles de precios de los productos incluidos en la integración, así como la posibilidad de considerar bien nacional al insumo importado del otro país, en caso de tratarse de un producto industrial.

**Lo cierto es que el gobierno argentino preferiría dejar para junio el tratamiento de una integración en materia alimentaria, así como el Ministerio de Hacienda del Brasil se inclina por postergar un acuerdo en materia automotriz.**

En principio, se sabe que ambos mandatarios firmarán un documento sucinto y específico sobre el encuentro, para no reiterar posiciones en materia internacional ya planteadas en ocasión de los dos encuentros anteriores.

• Defensa: **El protocolo que plantea la cooperación entre las industrias bélicas de los dos países, fue confirmado por fuentes brasileñas ayer. Por el momento será más bien un documento de carácter genérico.**

• **Bienes de capital:** Los presidentes firmarán el primer anexo con la lista para la que regirá un mercado común a partir del 1 de enero. En los últimos días se fueron sumando posiciones y se calcula que finalmente quedarán incluidos unos 350 productos.

Complementación alimentaria: **Uno de los avances con respecto a julio, consistirá en**

**Cont. en pág. 27**

01 - 02

8701690

# Los nuevos protocolos

Viene de pág. 5

la creación de un corredor de abastecimiento de emergencia para el caso de problemas de oferta de uno u otro lado de la frontera, previéndose agilizar los trámites aduaneros y sanitarios.

Asimismo, dentro del protocolo de complementación alimentaria se establecerán cuotas de intercambio de algunos productos agrícolas que tienen una sobreoferta permanente en uno de los dos países. Según fuentes argentinas, estos acuerdos que regirán en el mediano plazo (cinco años) se referirán a arroz, porotos y manzanas, previéndose para los dos primeros la duplicación de los cupos actuales para ingresar al Brasil.

• Expansión del comercio: Se convalidará mañana la nueva lista del Acuerdo de Alcance Parcial N° 1 renegociado el mes pasado en Montevideo. Sobre el tema, Roberto Lavagna afirmó la semana pasada que la Argentina tendrá tras la negociación un saldo favorable de 40 millones de dólares si se consideran las nuevas inclusiones y exclusiones dentro de las listas de productos sensibles.

• Transporte: Intenta superar el actual desequilibrio que afecta a la Argentina, procurando una mayor participación de empresas argentinas en el transporte dentro del territorio nacional. Se prevé además intensificar esfuerzos para llegar a un sistema internacional puerta a puerta, al tiempo que se contempla compensar a la Argentina por el uso de la infraestructura en el tránsito hacia terceros países.

• Siderurgia: El protocolo prevé una intensificación del comercio y la complementación en inversiones, aunque no establece metas cuantitativas. Lo característico es que se formará una comisión de los dos países con representantes de los sectores públicos y privados para analizar avances en el tema.

• Empresas binacionales. Una de las cuestiones sobre las que no se arribó a un acuerdo, además de la automotriz y la alimentaria. La Secretaría de Industria y Comercio Exterior de la Argentina elaboró un proyecto de estatuto para la constitución de estas empresas, pero el criterio brasileño —que terminaría imponiéndose— consiste en crear una comisión de juristas especializados en derecho internacional y comercial que analice el tema.

# Alfonsín en el Brasil

Viene de pág. 3

mercial y económica.

Los dos presidentes evaluaron en Brasilia la aplicación de esos instrumentos y suscribirán nuevos acuerdos, especialmente referidos a telecomunicaciones, siderurgia y transportes, además de otros protocolos vinculados con el área financiera.

Sarney y Alfonsín incluyeron a Uruguay como el primer socio adherente al proceso y mañana volverán a encontrarse con el presidente de ese país, Julio María Sanguinetti, para consolidar los objetivos del programa integrador.

Sanguinetti, quien en julio estuvo en Buenos Aires para la firma de una primera declaración trilateral, llegará ese día a Brasilia para un similar encuentro con sus colegas brasileño y argentino y retornará a Montevideo el mismo miércoles, dijeron funcionarios de la embajada uruguaya en Brasilia.

Sarney y Alfonsín se reunirán también en la capital con empresarios de los dos países, especialmente invitados para evaluar la participación del sector privado en el programa, señalaron fuentes diplomáticas.

A/ FINANCIERO 09-12-86

02-02

8701690

BRASIL

Clarín 13/12/86

CLA RIM /13 12-86

# Investigarán sobre 125 desapariciones

**BRASILIA (EFE y UPI). — El gobierno brasileño creará una comisión especial para investigar las denuncias relacionadas con la desaparición de 125 personas durante el régimen militar que concluyó en marzo de 1985, con la sanción del presidente José Sarney. La decisión fue anunciada en Brasilia durante la reunión del Consejo de Defensa de los Derechos de la Persona Humana —presidida por el ministro de Justicia, Paulo Brossard—, tras examinar un proyecto presentado en 1979 por el entonces senador Orestes Quercia, ahora gobernador electo de San Pablo.**

**♦ Investigarán sobre la amnistía**

**El mencionado Consejo solicitará al Ministerio de Aeronáutica que explique la conducta de la justicia militar en el caso que culminó con la absolución del capitán Sergio Ribeiro de Carvalho, reconocido como uno de los principales jefes de los "escuadrones de la muerte".**

**El gobierno militar sancionó en 1979 una amnistía, por la cual todos los oficiales involucrados en violaciones de derechos humanos quedaron absolutamente liberados de todo tipo de investigación o juicio por violaciones de los derechos humanos. La comisión que ahora se dispone crear podría reflotar algunas casos de denuncias concretas — como la formulada por la ex diputada Ibeto Mendes, quien reconoció a un oficial en funciones diplomáticas como uno de sus torturadores —.**

01 . 01

8701693

LA JUVENTUD



# Sarney en el callejón de la crisis

*Desde Porto Alegre, por Mario del Gaudio de Cono Sur Press*

El presidente Sarney perdió credibilidad entre su pueblo, como consecuencia de la aplicación del Plan Cruzado II

***El gobierno del Presidente Sarney en este fin de año atraviesa su momento más crítico. La población demuestra no aceptar el Plan Cruzado II y los banqueros internacionales rechazan cualquier negociación de la deuda externa que no comprenda la tutela del país por parte del FMI.***

En todo Brasil, particularmente en las grandes ciudades, faltan artículos básicos para el consumo. Los productores dicen que no les conviene vender a los precios fijados por el gobierno. Así, los diferentes tipos de carne incluída la de ave y el pescado desaparecieron de los supermercados.

No obstante, se siguen exportando pollos en grandes volúmenes y en los buenos restaurantes es posible comer la carne que se desee. Basta pagarla. Ahí el precio no está congelado.

La leche se agota todos los días rápidamente en los puestos de venta. También los enlatados, dulces, bebidas y jabón empiezan a escasear.

En su discurso a la nación, el cuatro de diciembre pasado, el presidente trató de explicar el Cruzado II. Dijo que complementaba el Plan Cruzado adoptado en febrero de este año. "Fue un reajuste —sostuvo— que evitará dificultades mayores como el recrudecimiento de la inflación y permitirá fortificar a la economía brasileña para poder negociar con mejores posibilidades la deuda externa".

### VUELTA A LA REALIDAD

El gobierno tuvo un notable respaldo cívico con el Plan Cruzado original, expresado por el suceso en las urnas el 15 de noviembre pasado. Pero su popularidad se desmoronó enseguida después de las elecciones con el Cruzado II, decretado cuando se estaban contando los votos.

Según una encuesta de la *Folha de San Pablo* el pronunciamiento de Sarney si bien le permitió recuperar en algún punto su credibilidad, resultó inconvincente para el 59 por ciento de las personas entrevistadas. El 35 por ciento manifestó que el presidente no fue sincero. Inconformes, 25 millones de trabajadores de todo Brasil, el viernes 12 de diciembre, respondieron al llamado de huelga general lanzado por las centrales sindicales CUT y CGT.

Estas exigen la revocación del Plan Cruzado II, congelamiento real de precios, adecuación de los salarios al costo de la vida y suspensión del pago de la deuda externa que se sitúa en los 110 mil millones de dólares. Solamente de intereses Brasil paga mil millones de dólares por mes.

Precisamente, la recaudación de unos cinco mil millones de dólares en fondos adicionales para pagarle los intereses a los acreedosres extranjeros y pedir nuevos préstamos llevó a los Ministros Funaro, Sayad, y Pazzionatto, de Hacienda, Planeamiento y Trabajo respectivamente a la elaboración del Cruzado II.

### INFLACION Y DEUDA EXTERNA

Aumentaron los combustibles, bebidas, azúcar, cigarros, electricidad y correos. Disolvieron el Banco Nacional Hipotecario (BNH) y redujeron el número de productos a ser considerados en el índice de precios al consumidor (IPC); una especie de canasta básica de donde se extrae el factor inflacionario válido para el aumento automático de salarios que detona cuando ese índice llega al 20 por ciento.

Al ser depurados del mecanismo ciertos artículos, los salarios quedaron congelados. Ello reduciría la demanda interna y posibilitará mayores exportaciones y por tanto mayores saldos para asumir los compromisos generados por la deuda externa.

No obstante estas medidas —dirigidas a satisfacer en gran parte la exigencias del FMI—, Funaro, que viajó a Estados Unidos un día antes del discurso televisado de Sarney, no convenció a los banqueros ni a Paul Volcker, presidente del banco Central —Federal Reserve— norteamericano.

Volcker le dijo que si Brasil quiere negociar la deuda con el Club de París tendrá que aceptar el programa del FMI.

Mientras tanto, que Brasil no se haga ilusiones. Los bancos y agencias financieras de los países del club no le concederan préstamos ni harán inversiones en el país.

La situación es de impasse y la mentada integración del Cono Sur no parece suficiente para enfrentar a los banqueros. La visita que realizaron Raúl Alfonsín y Julio Ma. Sanguinetti al Brasil los días 9 y 10 de diciembre lo confirmaron más allá de la retórica.

El documento firmado por los tres mandatarios no menciona el problema de la deuda externa dejando implícita la posición de negociar por separado la misma. Argentina y especialmente Uruguay han aceptado la intervención del FMI. El gobierno del Brasil quedó solo ante una disyuntiva de hierro: aumentar los sacrificios de su población librando totalmente precios y servicios e incrementando las recaudaciones fiscales como exige el FMI o ser puestos en penitencia por el Club de París.

La vía del medio, heterodoxa como la llaman los economistas brasileros, aplicada hasta ahora, se ha convertido en un callejón sin salida.

Ni los 135 millon de brasileños aceptan la situación actual, como afirmó el Ministro Funaro, ni los banqueros quieren prestar más dinero sin tener amplias garantías sobre sus ganancias. Suculentas por cierto.

8701694

# rasil: la política económica ante esistencias y riesgos de fracaso

*...brasileño anunciará la semana próxima nuevas medidas económicas, después del fracaso de la tercera ...la de negociaciones con los sectores empresario y sindical, y ante la necesidad urgente de poner freno al ...miento de la inflación, al desabastecimiento y al déficit de producción que afectan al país. El ministro de ...ir Pazzianotto, advirtió sobre la inminencia de un "colapso económico", mientras que la Iglesia Católica ... reconoció la validez de la "desobediencia civil" como instrumento de protesta para los trabajadores.*

A. 23 (UPI, A). — El mi-...bajo del Bra-...zianotto, ad-...l país está al ... colapso eco-...concluir esta ...os resultados ...tercera ronda ...ones entre el ... empresarios ... del sindica-...

...rio fue parte ...erenciones a puertas cerradas, según las versiones publicadas hoy por los diarios brasileños "O Estado de Sao Paulo" y "Jornal do Brasil", este último citando una grabación extraoficial. En una dramática exhortación a la concreción del pacto social buscado por el gobierno, Pazzianotto expresó, de acuerdo con las publicaciones periodísticas: "No estoy hablando retóricamente. El Brasil está a la vera de un colapso económico, y nosotros podemos precipitar este colapso si no actuamos con serenidad".

También señaló el ministro de Trabajo que "sin acuerdo o con acuerdo el gobierno se propone anunciar la próxima semana un nuevo paquete de medidas económicas" para frenar el aparcimiento de la inflación, y los aumentos descontrolados de precios, e impedir que se agrave la actual crisis de abastecimiento.

La reunión de anoche se prolongó por más de ocho horas, y a su finalización el propio Pazzianotto confirmó que las partes laboral y empresaria no llegaron a un acuerdo sobre salarios y política de precios.

El gobierno del presidente José Sarney había convocado a los trabajadores y empresarios para lograr una "tregua" de 90 días en los reajustes reclamados respecto de salarios y precios, respectivamente. Los dos sectores se enfrentaron con propuestas diferentes sin lograr conciliarlas después de dos semanas de negociaciones.

Los dirigentes sindicales —representantes de la Central General de Trabajadores (C.G.T.), una de las dos centrales obreras del Brasil— exigieron un aumento que elevara en ocho veces el salario mínimo actual, para llegar al equivalente a unos 70 dólares semanales. Los empresarios, por su parte, demandaron un aumento general del 25 por ciento en los precios, sin compensación en los salarios.

### ♦ Inminentes medidas

Fuentes del Palacio del Planalto (sede del gobierno) anticiparon que las medidas que se pondrán en vigencia probablemente la semana próxima incluirían alzas generales y sectoriales de precios, con miras a la adopción del sistema de "precios administrados"; aumentos de salarios para los sectores más relegados, y mecanismos de control para las tasas de interés bancario, que llegaron ayer al 320 por ciento, y se constituyen según los industriales en uno de los factores que impiden mantener la producción.

Por otra parte, la cartera de Comercio Exterior del Banco Central comunicó ayer, en Río de Janeiro que se ha resuelto suspender las importaciones de 2.500 productos, ante la caída de la balanza comercial brasileña. La decisión afecta a productos agrícolas, industriales y materias primas, especialmente.

El gobierno está apremiado por la necesidad de frenar la inflación, que en los primeros meses de vigencia del Plan Cruzado había descendido del 400 por ciento al nivel cero, pero repuntó peligrosamente en los meses recientes. Los economistas brasileños predicen que será de por lo menos el 10 por ciento en enero, para ascender hasta redondear un índice anual del 250 por ciento.

La crisis se ha visto agravada en las últimas semanas por el desabastecimiento de productos, debido a la decisión de las empresas de retener stocks y suspender la producción, en espera del reajustamiento de precios que deberá finalmente adoptar el gobierno, tras casi un año de congelamiento. La carne, los huevos, la sal y la harina, entre otros productos de primera necesidad, han desaparecido de los comercios, y sólo están disponibles en el mercado negro, pero con valores dos o tres veces superiores al precio oficial.

En apoyo de las demandas de los trabajadores, el secretario general de la Confederación Nacional de Obispos del Brasil (C.N.B.B.), monseñor Luciano Mendes de Almeida, defendió el derecho de los brasileños a la "desobediencia civil", como "un instrumento que la población más carente debe usar, en caso de ser perjudicada por las medidas económicas".

Archivo 1986

Almir Pazzianotto, ministro de Trabajo brasileño.

José Sarney, presidente del Brasil.

## Un enfoque del "Financial Times"

"El gobierno brasileño se enfrenta actualmente a los mismos problemas que buscó resolver con el Plan Cruzado, en febrero último, pero con el agravante de que el presidente José Sarney se encuentra en situación de mayor debilidad". En un editorial publicado el 20 de enero, el diario londinense "The Financial Times" aludió de este modo al fracaso de la política económica brasileña, cuyos efectos han dado —dice— un "giro de 180 grados". En parte atribuye a "la demora en resolver ajustes" que debieron realizarse a mediados del año pasado, y fueron pospuestos hasta noviembre, con fines electorales.

El diario considera peligroso el debilitamiento del gobierno, y señala que en el ámbito internacional, el desenvolvimiento al que se asiste resulta también "preocupante" debido a la necesidad del Brasil de mantener "una satisfactoria relación con sus acreedores internacionales, respecto de su pesada deuda externa".

"El presidente Sarney" —dice— "debe introducir una nueva versión del Plan Cruzado que permita un crecimiento más ordenado, serias disposiciones para reducir el gasto fiscal, y la derogación de ciertos ineficientes subsidios, como el del trigo", a la vez que otras medidas que "promuevan un entorno atractivo para los inversores extranjeros".

De no procederse en forma rápida y decisiva —agrega—, no solo se corre el riesgo de agravamiento de la crisis interna, sino también, en el aspecto internacional, de acentuar el problema de la deuda externa latinoamericana, en cuyo marco Brasil era visto, hasta el momento, como un país "confiable" para los acreedores, por ser considerado como "el de más fuerte y de diversificada economía".

01.01

0701899

# Un sector del oficialismo pide en Brasil reducir los pagos de la deuda

*El ministro de Hacienda del Brasil, Dilson Funaro, descartó un retorno de la recesión, y vaticinó para este año una inflación inferior al 50 por ciento. La difícil situación económica fue considerada por ministros del gobierno de José Sarney en una reunión con miembros del Partido del Movimiento Democrático Brasileño, en la que los gobernadores electos de ese partido pidieron la suspensión parcial del pago de la deuda externa.*

Agencia Reuter

Los habitantes de San Pablo aguardan en un supermercado para comprar carne a precio oficial, en un barrio céntrico de la ciudad.

BRASILIA, 15 (UPI, EFE y AFP). — Los gobernadores electos de 22 de los 23 estados del Brasil, todos miembros del Partido del Movimiento Democrático Brasileño (P.M.D.B.) sugirieron al presidente José Sarney la suspensión parcial del pago de la deuda externa, que asciende en la actualidad a 107.000 millones de dólares.

La postura fue planteada por los gobernadores —que asumirán sus cargos en marzo próximo— en una reunión convocada por el gobierno anoche, con el fin de delinear una estrategia para evitar el regreso de la hiperinflación. Al respecto, el ministro de Hacienda, Dilson Funaro expresó que las metas para este año serán las de un crecimiento del 5 por ciento, y una inflación inferior al 50 por ciento, pero los requerimientos empresariales de aumentos de precios y la necesidad de disponer un reajuste de salarios, de acuerdo con las pautas del Plan Cruzado, hacen temer que los índices inflacionarios se tornen difíciles de ser controlados.

En relación con el pedido de suspensión de parte del pago de la deuda, los gobernadores del P.M.D.B. dieron a conocer un documento en el que subrayan: "Somos favorables a limitar la transferencia de recursos al extranjero durante un período, vinculando los pagos a un porcentaje del valor de las exportaciones o del Producto Bruto Interno".

Afirman además que gran parte de la deuda es "ilegítima", por ser consecuencia del aumento de la tasa de interés en Estados Unidos, y que el dinero que sería ahorrado con la suspensión de los pagos es "indispensable para la realización de inversiones urgentes para el país.

El P.M.D.B., miembro de la coalición gubernamental, ha venido adoptando una posición propicia al endurecimiento en las negociaciones sobre la deuda, apoyado en la mayoría lograda en el Congreso en las elecciones de noviembre último, en las que también conquistó 22 de las 23 gobernaciones de estados.

De la reunión realizada anoche participaron, además del ministro Funaro, los titulares de Planificación, Juno Nayal y de Trabajo, Almir Pazzianotto, y el líder del P.M.D.B., diputado Ulysses Guimarães.

Un asesor presidencial informó que Sarney no comentó el documento, pero manifestó que no habrá cambios inmediatos en la posición del gobierno para buscar una solución negociada para el problema de la deuda con los banqueros, rechazando la posibilidad de decretar una moratoria.

♦ **"No habrá recesión"**

A través de previsiones hechas por el ministro de Hacienda, el gobierno descartó un eventual retorno a la recesión económica y pronosticó para este año un crecimiento del 5 por ciento y una inflación inferior al 50 por ciento. En una entrevista publicada hoy por la revista especializada Exame, Funaro admitió que la inflación de los dos primeros meses del año será la mayor desde febrero pasado, cuando se pusieron en marcha las medidas del Plan Cruzado.

"La inflación —dijo Funaro— dependerá de varios puntos, con un reajuste de precios; deberá crecer uno, dos o tres meses, y después se estabilizará." Estimó que en enero y febrero el índice superará los dos dígitos, pero caerá luego al 4 o 5 mensual. "Tenemos que buscar mecanismos que sean reversibles para que los reajustes de precios y salarios no nos lleven a un movimiento pendular: un crecimiento, una recesión, otro crecimiento, otra recesión", señaló.

Expresó además que el crecimiento económico continuará, aunque a un ritmo más bajo que el del año anterior —cuando se alcanzó el 8 por ciento—, porque "no tenemos electricidad, acero y otros insumos necesarios, y en realidad la industria no tiene condiciones físicas para crecer más que un 5 por ciento".

♦ **Posible huelga**

Las centrales obreras brasileñas y cerca de medio centenar de sindicatos independientes advirtieron hoy que podrían coordinar una huelga general para febrero si el gobierno del presidente Sarney no accede a sus reivindicaciones salariales y no modifica su actual política económica.

La decisión fue adoptada por las directivas sindicales tras una reunión en Brasilia, y en ella coincidieron la Central Única de Trabajadores (CUT), vinculada al Partido de los Trabajadores (P.T.), y la Central General de Trabajadores (C.G.T.), cercana al P.M.D.B., así como también un número importante de sindicatos independientes. La C.G.T. se apresta a participar de una reunión con los empresarios y el gobierno, —a la que no asistirá la CUT— llamada para lograr una tregua de 90 días tanto en los precios cuanto en los salarios. Los trabajadores, además de ajuste de salarios, reclaman la moratoria unilateral en el pago de la deuda externa.

01.01

# Un sector del oficialismo pide en Brasil reducir los pagos de la deuda

*El ministro de Hacienda del Brasil, Dilson Funaro, descartó un retorno de la recesión, y vaticinó para este año una inflación inferior al 50 por ciento. La difícil situación económica fue considerada por ministros del gobierno de José Sarney en una reunión con miembros del Partido del Movimiento Democrático Brasileño, en la que los gobernadores electos de ese partido pidieron la suspensión parcial del pago de la deuda externa.*

Agencia Reuter

Los habitantes de San Pablo aguardan en un supermercado para comprar carne a precio oficial, en un barrio céntrico de la ciudad.

BRASILIA, 15 (UPI, EFE y AFP). — Los gobernadores electos de 22 de los 23 estados del Brasil, todos miembros del Partido del Movimiento Democrático Brasileño (P.M.D.B.) sugirieron al presidente José Sarney la suspensión parcial del pago de la deuda externa, que asciende en la actualidad a 107.000 millones de dólares.

La postura fue planteada por los gobernadores —que asumirán sus cargos en marzo próximo— en una reunión convocada por el gobierno anoche, con el fin de delinear una estrategia para evitar el regreso de la hiperinflación. Al respecto, el ministro de Hacienda, Dilson Funaro expresó que las metas para este año serán las de un crecimiento del 5 por ciento, y una inflación inferior al 50 por ciento, pero los requerimientos empresariales de aumentos de precios y la necesidad de disponer un reajuste de salarios, de acuerdo con las pautas del Plan Cruzado, hacen temer que los índices inflacionarios se tornen difíciles de ser controlados.

En relación con el pedido de suspensión de parte del pago de la deuda, los gobernadores del P.M.D.B. dieron a conocer un documento en el que subrayan: "Somos favorables a limitar la transferencia de recursos al extranjero durante un período, vinculando los pagos a un porcentaje del valor de las exportaciones o del Producto Bruto Interno".

Afirman además que gran parte de la deuda es "ilegítima", por ser consecuencia del aumento de la tasa de interés en Estados Unidos, y que el dinero que sería ahorrado con la suspensión de los pagos es "indispensable para la realización de inversiones urgentes para el país.

El P.M.D.B., miembro de la coalición gubernamental, ha venido adoptando una posición propicia al endurecimiento en las negociaciones sobre la deuda, apoyado en la mayoría lograda en el Congreso en las elecciones de noviembre último, en las que también conquistó 22 de las 23 gobernaciones de estados.

De la reunión realizada anoche participaron, además del ministro Funaro, los titulares de Planificación, José Sayad y de Trabajo, Almir Pazzianotto, y el líder del P.M.D.B., diputado Ulysses Guimaraes.

Un asesor presidencial informó que Sarney no comentó el documento, pero manifestó que no habrá cambios inmediatos en la posición del gobierno para buscar una solución negociada para el problema de la deuda con los banqueros, rechazando la posibilidad de decretar una moratoria.

♦ **"No habrá recesión"**

A través de previsiones hechas por el ministro de Hacienda, el gobierno descartó un eventual retorno a la recesión económica y pronosticó para este año un crecimiento del 5 por ciento y una inflación inferior al 50 por ciento. En una entrevista publicada hoy por la revista especializada Exame, Funaro admitió que la inflación de los dos primeros meses del año será la mayor desde febrero pasado, cuando se pusieron en marcha las medidas del Plan Cruzado.

"La inflación —dijo Funaro— dependerá de varios puntos, con un reajuste de precios; deberá crecer uno, dos o tres meses, y después se estabilizará." Estimó que en enero y febrero el índice superará los dos dígitos, pero caerá luego al 4 o 5 mensual. "Tenemos que buscar mecanismos que sean reversibles para que los reajustes de precios y salarios no nos lleven a un movimiento pendular: un crecimiento, una recesión, otro crecimiento, otra recesión", señaló.

Expresó además que el crecimiento económico continuará, aunque a un ritmo más bajo que el del año anterior —cuando se alcanzó el 8 por ciento—, porque "no tenemos electricidad, acero y otros insumos necesarios, y en realidad la industria no tiene condiciones físicas para crecer más que un 5 por ciento".

♦ **Posible huelga**

Las centrales obreras brasileñas y cerca de medio centenar de sindicatos independientes advirtieron hoy que podrían coordinar una huelga general para febrero si el gobierno del presidente Sarney no accede a sus reivindicaciones salariales y no modifica su actual política económica.

La decisión fue adoptada por las directivas sindicales tras una reunión en Brasilia, y en ella coincidieron la Central Unica de Trabajadores (CUT), vinculada al Partido de los Trabajadores (P.T.), y la Central General de Trabajadores (C.G.T.), cercana al P.M.D.B., así como también un número importante de sindicatos independientes. La C.G.T. se apresta a participar de una reunión con los empresarios y el gobierno, —a la que no asistirá la CUT— llamada para lograr una tregua de 90 días tanto en los precios cuanto en los salarios. Los trabajadores, además de ajuste de salarios, reclaman la moratoria unilateral en el pago de la deuda externa.

01 - 01

BRASIL



# Cae la popularidad de Sarney al trastabillar el "cruzado"

*San Pablo — La popularidad del presidente José Sarney, primer civil que ocupa ese cargo en Brasil tras 21 años de gobiernos militares, ha bajado significativamente en los últimos meses, pese a mantenerse en un nivel capaz de provocar la envidia.*

*De acuerdo con un sondeo de la organización Gallup, actualmente 68 por ciento de los brasileños considera "muy bueno" o "bueno" su desempeño en el poder, mientras en abril apenas era de esa forma 81 por ciento.*

*Gracias a un plan contra la inflación adoptado un mes antes, en abril se registró un aumento en el nivel de la popularidad de Sarney, quien llegó inesperadamente al poder en marzo de 1985.*

*El "plan cruzado" incluyó el congelamiento de precios y elevó el consumo y los salarios, pero desde hace cuatro meses pasa por dificultades que se reflejan, sobre todo, en un desabastecimiento grave de alimentos.*

*"El presidente Sarney todavía es uno de los presidentes más populares de la historia del Brasil republicano, pero la credibilidad de su gobierno probablemente se aproxima a una zona de turbulencia", dijo el analista Augusto Nunes.*

José Sarney

*Para hacer frente a los problemas del "plan cruzado", Sarney ha declarado la guerra a la especulación y el jueves pasado ordenó la expropiación de 2000 reses de hacendados que se rehusaban a vender.*

*Las colas para comprar alimentos como carne, huevos y pollo se han transformado en rutina en el país, al mismo tiempo que crecen las presiones de sectores empresarios para que se decrete el fin del congelamiento.*

*Sin embargo, con el plan la inflación ha descendido de cinco por ciento mensual a menos de dos, y las sondeos indican que los partidos que apoyan a Sarney lograrán una cómoda victoria en los comicios para gobernadores y el Congreso el 15 de noviembre próximo.*

GRUPOS ELECTROGENOS
• Diesel y a Gas
para servicio permanente y de emergencia.
34-1845/0969
38-3431/9868

01.01

8701901

Brasil

# Sarney: "Hay sectores que quieren desestabilizar"

BRASILIA, 16 (ANSA, EFE y AFP). — Al tiempo que el ministro de Trabajo brasileño, Almir Pazzianotto, reconocía el fracaso actual de las gestiones con empresarios y sindicalistas para alcanzar una tregua política, económica y social de 90 a 120 días, hoy el presidente José Sarney denunció la existencia de una ola de pesimismo y un nuevo tipo de especulación, maniobrado por grupos y sectores interesados en la desestabilización del país.

Pazzianotto se reunió con representantes de la Confederación de Empresarios y de la Central General de Trabajadores (C.G.T.) y de la Unión Sindical Independiente (USI). La ausencia más significativa fue la de la Central Única de Trabajadores (CUT).

En la reunión el gobierno logró finalmente presentar su propuesta para una tregua, con el objetivo de atacar los puntos fundamentales de la economía y el control de la inflación.

Los gremialistas rechazaron la tregua calificándola de "cuestión sin fundamento", aunque aceptaron considerar algunas iniciativas oficiales, como las vinculadas con el mantenimiento del congelamiento de precios y el reajuste salarial automático. Además no se rompió el diálogo, pues se acordó mantener un nuevo encuentro.

En el nuevo encuentro se ofreció un salario de 58 dólares, la concesión de un "bono salarial", la determinación de un índice para la corrección de los salarios y la creación de un consejo económico-social, integrado por el gobierno, empresarios y trabajadores.

Tras cuatro horas de deliberaciones, los gremialistas condicionaron su aceptación de la tregua al mantenimiento del poder adquisitivo del salario real de los trabajadores, mientras que Albano Franco, presidente de la Confederación Nacional de la Industria de San Pablo, garantizó que los empresarios están dispuestos a acatar la tregua, porque "es el momento de la unión y del sacrificio, para controlar el proceso inflacionario que amenaza a nuestro pueblo".

Por su parte, Sarney, en su mensaje radial de todas las semanas, criticó la ola de pesimismo que existe en el país —a la que consideró estimulada por sectores políticos y económicos— y señaló que varios países atraviesan difíciles situaciones, "pero en ninguno de ellos veo anuncios de grandes catástrofes, ni la retórica de la desgracia, de la protesta y del desánimo".

"Esta ola de pesimismo es un nuevo tipo de especulación que está siendo maniobrada por grupos o sectores interesados en la desestabilización del país", enfatizó Sarney, lo que observadores señalaron como una velada alusión a la Federación de Industrias de San Pablo, cuyo titular Mario Amato sostuvo que la demora en los reajustes de la economía por parte del gobierno "podrían llevar a una guerra de precios y a la desobediencia civil".

01.01

8701902

LA NACION 2/1/86

# Brasil procura nuevos préstamos externos y reprogramar su deuda

GUERRERO

BRASILIA (UPI). – El gobierno del Brasil anunció su propósito de obtener nuevos créditos externos en 1987 después de reprogramar parte de su deuda externa, estimada en 108.000 millones de dólares, en las negociaciones previstas para próximos días.

La deuda externa brasileña tuvo aumentos nominales en 1986 a causa de la devaluación del dólar en relación con el yen japonés y monedas europeas.

"Nuestro gran objetivo con la banca privada es llegar a la negociación plurianual, comprendiendo un período de cinco a seis años de amortización futura e intentar una reducción sustancial de las tasas de riesgo", dijo el director de la deuda externa del Banco Central, Antonio de Padua Seixas.

El principal negociador de la deuda brasileña explicó que el proceso de renegociación se iniciará el 19 de enero en París, con conversaciones con los gobiernos acreedores del Brasil.

"Los acreedores del Club de París acordaron reanudar las conversaciones, lo que nos permitiría pasar luego a una reapertura de los créditos", dijo Seixas.

Las negociaciones se iniciaron hace dos semanas cuando los acreedores oficiales admitieron conversar con las autoridades brasileñas sin necesidad de que previamente se firme un acuerdo contingente con el Fondo Monetario Internacional, condición antes considerada indispensable.

El director de la deuda externa brasileña dijo que esa negociación implica un acuerdo que servirá de marco para posteriores negociaciones sobre tasas de interés efectivas con cada uno de los países acreedores del Brasil.

Seixas dijo que con los bancos privados la negociación tendrá como objetivo reducir las tasas de riesgo y reprogramar las amortizaciones parciales.

El funcionario descartó la idea de una declaración de moratoria, como pidió una central sindical del país, expresando que no estaba siendo considerada por el gobierno.

La moratoria fue sugerida por Joaquín dos Santos Andrade, presidente de la Central General de Trabajadores, que discute con el Gobierno la posibilidad de un pacto social.

"Todo lo que ocurre en el Brasil es una consecuencia de la deuda externa, porque nosotros no podemos reorganizar nuestra economía ni aumentar nuestra producción por la sangría anual de 12.000 millones de dólares", dijo Andrade.

"Mientras no se suspenda esa sangría, mientras no declaremos una moratoria no se podrá recomponer la economía ni sustentar el crecimiento económico", afirmó el dirigente sindical.

01.01

8701903

CLARIN ★ Buenos Aires, miércoles 24 de diciembre de 1986

# Brasil: sube la inflación y ajustan los salarios

***Mientras el ministro de Hacienda, Dilson Funaro anticipó una inflación del 5,5 por ciento para este mes —con lo cual se deberían ajustar automáticamente los salarios, ya que el Plan Cruzado garantizaba aumentos cuando la inflación acumulara el 20 por ciento—, otras opiniones anticipan una mayor escalada de precios y un récord inflacionario de entre 16 y 18 por ciento para enero.***

**BRASILIA, 23 (EFE ANSA y AP). — El gobierno brasileño admitió hoy la posibilidad de que los salarios sean reajustados automáticamente el próximo 1° de enero, cuando la inflación supere el 20 por ciento, como lo establece el Plan Cruzado.**

**Así lo señaló el ministro de Hacienda, Dilson Funaro, al prever que el costo de vida en Brasil aumentará en diciembre en un 5,5 por ciento, el índice más alto desde febrero pasado.**

**De acuerdo con el programa de reforma económica, los salarios serían reajustados en un 20 por ciento, cuando la inflación supere ese índice.**

**Funaro dijo que con una inflación del 5,5 por ciento en diciembre, el costo de vida en los 10 últimos meses de 1986 será del 20,13 por ciento, lo que obligará al reajuste inmediato de salarios.**

**El anuncio fue hecho en forma simultánea al de la divulgación de un decreto que autorizó un reajuste del 25 por ciento en los salarios de los 650.000 trabajadores del Estado.**

**También el gobierno concedió a estos trabajadores el decimotercer salario, que será pagado en cuatro cuotas a partir de enero.**

**Con los reajustes en los salarios, el gobierno inició igualmente el descongelamiento de los precios y autorizó un aumento del 20 por ciento en los medicamentos.**

**Este incremento había sido anunciado hace dos semanas por el ministro de Hacienda, Dilson Funaro, y tendrá vigencia desde hoy, en que el decreto correspondiente fue publicado en el "diario oficial".**

**Otros productos como la carne, leche, pan y acero incrementarán sus precios a partir del 1° de enero en porcentajes que serán anunciados en los próximos días**

### ♦ Otros pronósticos

**Mientras el ministro Funaro anticipaba su pronóstico sobre la inflación del mes de diciembre, la nueva publicación "Suma Económica" prevé que alcanzará al 6,8 por ciento, en tanto que para el mes de enero próximo, anuncia que deberá registrarse una tasa inflacionaria récord en la historia económica del país con el 18,1 por ciento.**

**Por su parte, consultado el vicepresidente del Instituto Brasileño del Mercado de Capitales (IBMEC), Paulo Guedes, cuyas predicciones económicas siempre fueron acertadas, considera que la inflación del primer mes del año 1987 no superará el nivel del 16 por ciento.**

**Por otra parte ayer, el gobierno devaluó el cruzado en un 0,29 por ciento, fijando la tasa para la venta en 14,750 cruzados por dólar y para la compra en 14,761.**

01 . 01

8701904

ARCHIVAR EN: BRASIL (098)

TEMA: PEI Nº 002/B/DE/987 DEL 22/1/87

PROCEDENCIA: DOC 001/87 DEL 26/1/87

ARCHIVADO EN: PEI Y MEMO.

01 - 01

8702059

098

# Brasil: fracasó el diálogo con los gremios

Brasilia (UP) — El gobierno del Brasil se reunió con dirigentes empresarios después de concluir un fracasado diálogo con sindicalistas, en busca de un entendimiento sobre precios y salarios para solucionar la crisis económica del país.

Los dirigentes de dos centrales sindicales y nueve confederaciones laborales rompieron las conversaciones con el ministro de trabajo, Almir Pazzianotto, después de acusar al gobierno de traición, porque autorizó aumentos de precios mientras aún discutía el asunto.

Pazzianotto atribuyó la culpa del fracaso al propio gobierno y a su colega de hacienda, Dilson Funaro, que autorizó los aumentos mientras se discutía un acuerdo.

El presidente de la Confederación General del Trabajo, Joaquín Dos Santos Andrade, lamentó la falta de un entendimiento y expresó "mientras el gobierno concede a los trabajadores un reajuste del 20 por ciento, a los empresarios les da el 40 por ciento".

La Central Unica de Trabajadores rechazó el diálogo con el gobierno y exige la suspensión del pago de la deuda externa.

Los dirigentes de los trabajadores divulgaron un documento en el que [illegible] "la determinación y competencia" del titular de trabajo, la permanente disposición de los sindicatos para el diálogo y el rechazo de [illegible] aumentos de precios sin los correspondientes aumentos de sueldos.

PARTES ILEGIBLE

01.01

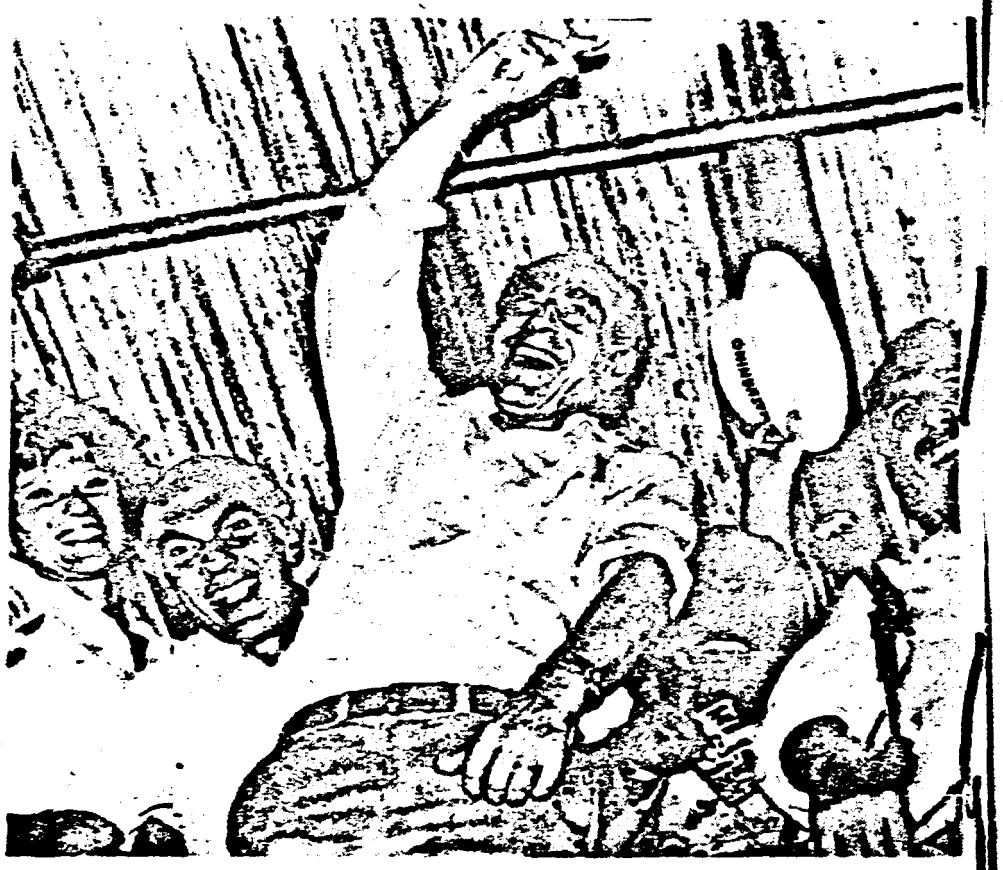
8702062

Guerrero

Brasil



# LEONEL BRIZOLA MADRUGA: LANZO SU CANDIDATURA



*Brizola en un acto de su PDT en noviembre pasado.*

BRASILIA, 29 (EFE). — El gobernador saliente del estado de Río de Janeiro, uno de los tres más importantes del Brasil, Leonel Brizola, anunció oficialmente su candidatura a la Presidencia de la República.

Brizola hizo el anuncio durante un programa de la emisora local de televisión "T.V. Brasilia", luego de concluir la Convención Nacional del Partido Democrático Trabalhista (PDT) del que es su máximo líder.

Sugirió la necesidad de que el actual presidente José Sarney coloque su cargo a disposición de la Asamblea Nacional Constituyente que inicia funciones el próximo domingo, "para que esa asamblea otorgue legitimidad a su mandato".

Caracterizado opositor al actual gobierno, Brizola dijo que la Asamblea Nacional Constituyente debe decidir la convocatoria a elecciones presidenciales mediante voto directo "y que el pueblo refrende el mandato de Sarney".

Brizola ocupará la gobernación de Río de Janeiro hasta el próximo 15 de marzo cuando será sustituido por Wellington Moreira Franco del gobernante Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB).

La convención del PDT decidió ratificar su postura de oposición total al gobierno y trabajar durante la próxima Asamblea Nacional Constituyente por la convocatoria inmediata a elecciones presidenciales.

El estado de Río de Janeiro, con los de Sao Paulo y Minas Gerais, son el eje de la política brasileña y la titularidad en sus gobernaciones es considerada como fundamental para cualquier aspiración presidencial.

**NUEVO "CONGELAMIENTO"**

BRASILIA, 29 (EFE). — El gobierno decretó un reajuste en precios y salarios que se mantendrán "congelados" en los próximos 120 días, en un intento por detener los peligros de un brote inflacionario, anunció el Ministro de Hacienda, Dilson Funaro.

Los reajustes en los precios de más de 400 artículos de consumo básico varían entre el 10 y el 60 por ciento sobre los que estuvieron vigentes desde el 28 de febrero pasado cuando decretó el "congelamiento" de los precios y los salarios.

La remuneración mínima sufrirá un nuevo reajuste, el segundo en menos de 30 días, en un porcentaje que será anunciado mañana por el gobierno luego de una reunión con trabajadores y empresarios.El Ministro de Hacienda, Dilson Funaro, explicó que en los próximos 120 días no habrá reajustes en precios ni salarios, mientras que el gobierno articula una nueva política económica para enfrentar la inflación.

Luego de obtener un índice por debajo de cero en el aumento del costo de vida, el gobierno brasileño prevé una inflación para enero superior al 12 por ciento.

El Ministro de Agricultura, Iris Rezende, declaró hoy que estas medidas eran necesarias porque "de lo contrario íbamos a una inflación del 400 por ciento anual".

La Asociación de directores de tiendas de Río de Janeiro divulgó un documento según el cual esta paralización ha originado la eliminación del mercado de 4.000 productos que no están siendo fabricados a la espera de nuevos precios.

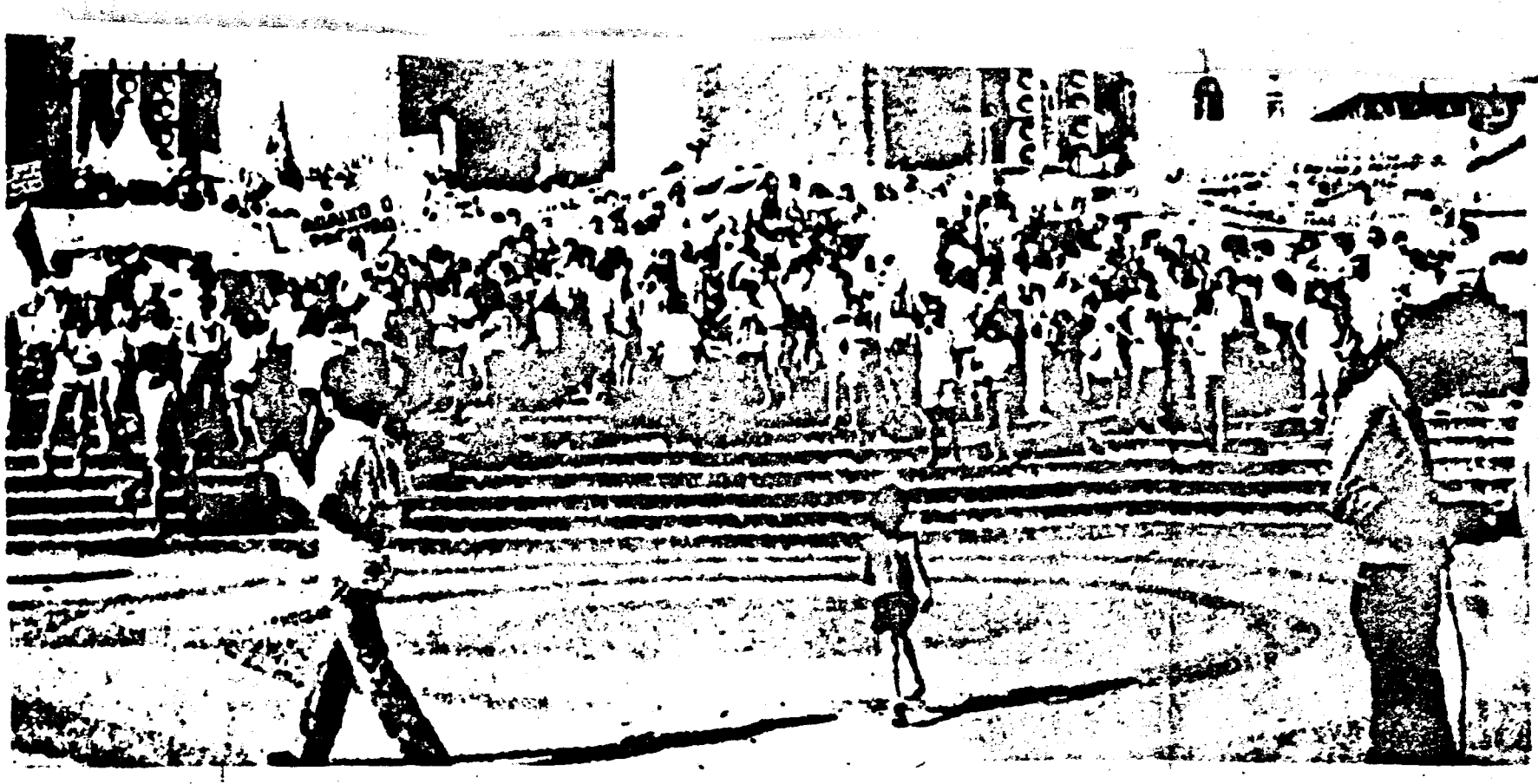
El gobierno decidió también no intervenir en el mercado de las tasas de interés bancario y consideró que ellas fluctuarán de acuerdo a las necesidades del mercado.

Las tasas de interés han llegado al 470 por ciento anual para créditos corrientes y del 20 por ciento mensual para el crédito al consumo.

"Con estas medidas creemos que podemos detener la carrera de la inflación y reordenar el mercado", dijo el Ministro Dilson Funaro al concluir una reunión de seis horas del Consejo Monetario Nacional (CMN).

8702063

01 . 01



Conce
de trab
en la e
de la c
del co
balnea
Florian
durant
del día

# Tras 22 largos años, paro general en Brasil

## Contundente respuesta al Plan Cruzado II

**Tras 22 largos años soportando una política económica contraria a los intereses de las grandes mayorías y luego de haber reclamado durante meses en democracia, soluciones para los grandes problemas que padece el pueblo brasileño, la clase trabajadora del país norteño realizó el día 12 de los corrientes su primer paro general.**

**Sin duda esta manifestación se constituyó en una contundente respuesta a la aplicación, a rajatabla, del llamado Plan Cruzado II, a través del cual se registró un gravamen descontrolado de productos de primera necesidad, en tanto los salarios a nivel general permanecían congelados.**

**Si bien en el Plan Cruzado I el movimiento sindical tuvo ciertas expectativas, aunque manteniendo la desconfianza, de mejorar su nivel de vida, al correr los meses fue acentuando las contradicciones económicas y el gobierno de José Sarney comenzó a ceder cada vez más a las presiones de la banca internacional y el FMI. La crisis recayó nuevamente sobre los sectores populares. El paro general fue la más clara respuesta a todo esto.**

**El día del paro, nuestro compañero de tareas *Manuel Chouza*, se encontraba recorriendo el Brasil, oportunidad en la cual logró una nota con el presidente de la Central Unica de Trabajadores (CUT), Jorge Lorenzatti. Entre otras cosas, el dirigente explicó el porqué de la resistencia de los obreros a seguir amortizando con su sacrificio un *billón de dólares mensuales por concepto de pago de intereses de deuda externa.***

Una desenfrenada campaña de prensa se desató los días previos a la realización del paro general del día 12. Una indirecta identificación con los hechos ocurridos en Brasilia recientemente ante la elevación en un 100% del precio de los combustibles, utilizó la Red O Globo en el comienzo de su campaña intimidatoria. Continuó con la defensa del "derecho" de quienes quisieran concurrir a trabajar. Prosiguió con la solicitud de la presencia policial para "garantizar el orden" presencia que se hizo sentir con la detención de 50 miembros de la dirección de la C.U.T. Culminó con el despliegue de miles de efectivos militares el día de realización del paro y la red O Globo, "informando" sobre el escaso alcance del primer paro, que luego de 22 años paralizó el 70% de la actividad productiva del vecino país.

**L. H. S. ¿Jorge Lorenzetti, cuál es el alcance del paro de hoy?**

J. L. Según las informaciones que nos han ido llegando, pensamos que es la medida de mayor alcance de nuestro movimiento sindical en las últimas décadas. Más aún, si pensamos que se está dando en medio de detenciones, anoche nos llegaba la información de que había sido detenido sin conocerse su destino Francisco Dos Santos, secretario regional de la C.U.T., en el Estado de Río de Janeiro. En nuestro estado han adherido a la medida, 8 entidades estaduales más cerca de 20 regionales.

**L.H.S.-¿Qué motiva la resistencia de los trabajadores al Plan Cruzado?**

J.L. Nuestra resistencia no es al Plan Cruzado en sí. Nosotros apoyamos incluso la iniciativa del gobierno cuando comenzó su aplicación, en el aspecto de que significaba el congelamiento de precios. También criticamos algunos aspectos, como que en realidad la inflación no se congelaba y en los hechos según nuestras estimaciones los obreros perdimos entre enero y febrero de este año cerca de un 30% de nuestro poder adquisitivo. Otro de los aspectos criticables para nosotros del Plan era que el congelamiento, congelaba con los salarios por lo bajo y los precios por lo alto, cristalizando así la pérdida que los sectores populares venimos soportando hace más de 30 años

**L.H.S. ¿Ahora, cuál es la diferencia entre el Plan anterior y el actual?**

J.L. Nosotros denunciábamos ya en marzo que el gobierno quería ganar posiciones y luego descargar el mayor peso de la deuda externa sobre los trabajadores. En primer lugar para el actual plan el gobierno no consultó a los trabajadores. Por otra parte los precios ya comenzaron a subir, algunos hasta las nubes caso del alquiler y la ropa, esto el gobierno con el nombre de préstamos compulsivos no lo incluye en el cálculo de la inflación, con estos cálculos la inflación real de marzo a diciembre va a llegar al 30%, mientras la oficial será del 15%. Los funcionarios públicos no recibirán ningún aumento, de acuerdo a este plan durante el año '87. Todo esto en definitiva no es más que el cumplimiento de lo que exige el F.M.I. para que se cumpla con las amortizaciones de los intereses de la deuda, que en nuestro país significan un billón de dólares mensuales. Siete veces más de lo que Brasil gasta por año en salud, educación, vivienda, sanidad y te; éstas son entre otras las razones por las cuales los trabajadores nos oponemos al plan cruzado.

**L.H.S. ¿Qué esperan obtener con el paro de hoy?**

J.L. Que el gobierno nos escuche, que se cree un ámbito de discusión en el que participemos los trabajadores
discutir nuestro salario. Que el g
sepa definitivamente que estam
puestos a dialogar, pero que los t
dores no vamos a aceptar ningún p
que signifique una mayor cuota d
ficio para nuestro pueblo para pag
banca extranjera.

**L.H.S. ¿Cree que la adminis
Sarney será sensible a estos reci**

J.L. El camino que ha optado
presidente es muy peligroso. El
exige un cumplimiento puntual
condiciones para refinanciar la d
una vez que se ha optado por el ca
pagarle es muy difícil dar march
También pensamos que las
cusiones de las medidas de hoy,
demostrarle de alguna manera al
no qué es lo que la mayoría del
brasileño quiere y las opciones
bien claras. O nos encaminamos
democracia real, que respe
derechos de las mayorías o se g
de espaldas al país.

**L. H. S. ¿Y en ese caso?**

J.L. En esa situación, los obrer
tinuaremos con nuestras medidas
vilización, las que se intensificará
medida en que nuestros derechos
dan ser avasallados. Para el trab
nada es dado, todo es conquistad

**Receso de veran**

A raíz del habitual rece
verano, LA HORA Sindi
reencontrará con s
lectores la primer sem
del mes de marzo de

01 . 01

870206

LOS INDUSTRIALES PODRIAN REDUCIR LA PRODUCCION

# Brasil amenazado por el retorno de la inflación

***La poderosa Federación de Industrias del estado de San Pablo dio plazo al gobierno hasta hoy para que aumente los precios bajo la amenaza de reducir la producción al mínimo. Esta actitud se agrega a la posibilidad de una huelga general de trabajadores y a la anunciada marcha de protesta de los agricultores. Se afirma que está a la firma del presidente Sarney el decreto de regreso a la indexación de la economía.***

**BRASILIA, 3 (UPI y EFE). — El gobierno brasileño regresará al proceso de indexación de la economía, que consiste en aumentos automáticos de acuerdo con el índice inflacionario, según afirmó una alta fuente oficial que pidió no ser identificada.** Presionado por una inflación estimada en un 15 por ciento mensual, las **autoridades económicas brasileñas reintroducirán el proceso de indexación que había sido abolido por el Plan Cruzado.**

"El decreto restableciendo la indexación ya está en la mesa del presidente José Sarney y será firmado en breve", aseguró la fuente, que calificó la medida como "indispensable", ya que representa una garantía de que el valor de las operaciones no será corroído por la inflación. Esa fuente comentó que **"actualmente las operaciones financieras están prácticamente paralizadas por falta de garantías en este sentido".**

Según índices no cuestionados oficialmente, la inflación de enero habría alcanzado un **15 por ciento** y se teme que la cifra se repita este mes. En diciembre, organismos estatales indicaron que el índice inflacionario fue del **7,3 por ciento**, la más alta desde la instauración del Plan Cruzado, economistas independientes dijeron, sin embargo, que esos índices oficiales estaban "muy por debajo" de la realidad.

En resumen, se trataría del reconocimiento de que el Plan Cruzado fracasó a un año de creado. En febrero pasado, el ministro de Finanzas, **Dilson Funaro**, había dicho: **"El proceso inflacionario está abastecido por el combustible de la indexación"** y que el fin de ésta era indispensable. Ahora, es claro el desmoronamiento del congelamiento general de precios. El gobierno, presionado por empresarios (demandan ser autorizados a aumentar precios) y sindicalistas (exigen aumentos salariales), se halla en una encrucijada.

El presidente de la Federación de Industrias de San Pablo, **Mario Amato**, advirtió que los empresarios se verán obligados a reducir drásticamente su producción si en los próximos días no se les autoriza a aumentar los precios entre un 25 y un 35 por ciento.

Por su parte, los sindicatos amenazan con una huelga general luego del reciente fracaso de las negociaciones con el gobierno y los empresarios en procura de alcanzar un **"pacto social"** que evite el regreso a la hiperinflación.

### ♦ Amenazas de huelga

El anuncio de huelga efectuado días atrás por los trabajadores y agricultores recibió hoy el respaldo indirecto del sector industrial, que amenazó con interrumpir durante 24 horas su producción. Desde diciembre pasado —según fuentes empresariales—, el gobierno comenzó a pensar seriamente en el regreso a la indexación, pero sin definirse. Esto produjo una progresiva disminución de la producción hasta llegar a un punto tal en que los industriales afirman que no pueden continuar en esta indefinición. Se inició un proceso de desabastecimiento y una creciente presión de los industriales en procura del descongelamiento de precios.

La Federación de Industrias del estado de San Pablo envió una carta al ministro de Hacienda, Dilson Funaro, en la que expresa que "otorga plazo hasta mañana miércoles para que los precios sean elevados o de lo contrario la producción será reducida al mínimo, agravando el desabastecimiento nacional".

Por su parte, la moderada Central General del Trabajo (C.G.T.), que había aceptado negociar con el gobierno y los empresarios una tregua de 120 días sin aumentos de precios y salarios, admitió la posibilidad de sumarse a una huelga general. Los agricultores además preparan una marcha nacional de protesta que debe concluir el 12 de febrero en Brasilia y que partirá de ciudades del centro, sur y sudoeste de Brasil, para exigir mejores precios de las cosechas y que el gobierno asuma las deudas contraídas por ellos en algunos sectores cuyos precios están hoy por debajo del costo de producción.

PARTES POCO LEGIBLE

01 . 01

8702066

058 FICHAJE

## ULYSSES GUIMARAES SUEÑA CON LA PRESIDENCIA

# Un hombre clave

Con 70 años de edad y varias legendarias guerras políticas en su haber —algunas de las cuales le depararon derrotas cuando menos formalmente estrepitosas—, Ulysses Guimaraes parece vivir su hora más gloriosa tras haberse convertido desde ayer en dueño de un poder hasta ahora inédito en Brasil, en virtud del cual acumula los cargos de presidente de la Cámara de Diputados, y por lo tanto virtual vicepresidente del país; de presidente de la Asamblea Nacional Constituyente inaugurada el pasado domingo, y de titular del Partido del Movimiento Democrático Brasileño, la más poderosa fuerza política nacional.

Como un paradigma de la habilidad de navegar en la paradoja permanente —que distinguió a los políticos brasileños desde las épocas del Imperio—, Guimaraes adquiere esta dimensión solo 8 meses después que la clase política y la prensa de su país vaticinaran, en algunos casos con indisimulable alborozo, su ingreso irreversible en la seguridad pública pero también fúnebre.

Era la época junio de 1986, en la que tras uno de aquellos duros fracasos —su fallida ofensiva sobre el presidente José Sarney para ampliar el espacio de su partido en el gobierno y su marginación del inicial "boom" de popularidad obtenido por el Plan Cruzado— se lo vio balbucear incoherencias al retomar la presidencia de la Cámara de Diputados después de una licencia por problemas de salud.

Se habló inmediatamente de arteriosclerosis, luego de una enfermedad vinculada del cerebro conocida como el "mal de Alzhaimin" y, finalmente, de una atrofia del lóbulo frontal del cerebro.

Mientras las distintas corrientes internas se disputaban la sucesión de su largo liderazgo sobre la fuerza que había revertido al trampón de su oposición al régimen militar de 21 años —cuyo hito, el golpe de 1964, para continuar con el tema de la paradoja, Guimaraes había saludado en forma entusiasta—, el presidente de la Cámara debió trasladarse a Estados Unidos para someterse allí a estudios y tratamientos a los que entonces se les asignaban pocas posibilidades de éxito.

### ♦ "Sueño" y "monia".

Apenas 20 días necesitó Ulysses para reaparecer en la escena política con un notorio vigor, que incluyó poco después una dura advertencia a Sarney sobre los rumbos de un gobierno en el que el P.M.D.B. es socio mayoritario. Ya en ese momento —como ahora, cuando el tema es uno de los fundamentales a resolver por la asamblea constituyente—, Guimaraes se pronunció a favor de recortar en dos años, de 6 a 4, la duración del mandato presidencial de Sarney.

Archivo 1986

Ulysses Guimaraes, presidente de la Asamblea Constituyente.

Este es, en esta hora de gloria como en la de aquella casi inocente, por imposible, candidatura presidencial de "consenso" contra la del general Ernesto Geisel en 1974, el tema clave para Guimaraes, su "sueño permanente" —según la fórmula prudentemente eufemística de su esposa— de 45 años de vida política.

El veterano parlamentario —tiene mandato ininterrumpido desde 1951, cuando militaba en el Partido Social Democrático de Juscelino Kubitschek y de Tancredo Neves— quiere la presidencia.

Cuando tenía algo más de tiempo y algo más de salud, debió resignar sus aspiraciones a favor de Neves, para enero de 1985, y de Sarney, en marzo de ese año, a la muerte de Tancredo, porque contaba con mucho menos poder objetivo.

Ahora, cuando hace una semana acaba de reconocer que sigue un tratamiento como portador de una psicosis maniaco-depresiva de origen desconocido y curación definitiva improbable, trabaja con urgencia para 1988, confiado en la posibilidad de compensar con su actual poder lo que le falta de tiempo y de salud.

*Carlos Eichelbaum*

Clarín 4/2/87

PARTES POCO LEGIBLE

01.01

8702188

FICHA



Elección de gobernadores y legisladores en Brasil

# De la mano de Ulisses Guimaraes, se afianzaría una nueva fuerza política

Río de Janeiro, 12 (EFE) – Setenta y nueve millones de brasileños decidirán el sábado su futuro político con la elección de los 23 gobernadores de todos los estados y los 559 senadores y diputados que formarán la Asamblea Constituyente.

Favorito en 20 estados y con posibilidades de triunfo en otros dos, el Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB), de Ulisses Guimaraes, puede convertirse en la mayor organización política de la historia del país en los últimos 50 años.

Amparados en las encuestas, políticos y analistas coinciden en garantizar para el partido de Ulisses y del difunto Tancredo Neves, por lo menos, 18 de los 23 gobernadores y 275 escaños en el Senado y en la Cámara de Diputados. Le faltarían solamente cinco para la mayoría absoluta en el plenario, lo que le daría un papel decisivo en la redacción de la nueva carta constitucional.

La dirección del PMDB está segura de vencer en San Pablo y en los estados del sur, lo mismo que en la totalidad de los centrales y en la región norte, excepto en Sergipe, mientras mantiene dudas sobre los resultados en los importantes reductos de Minas Gerais y de Río de Janeiro, feudo estratégico del líder socialista Leonel Brizola.

Si las previsiones electorales se confirman, el aluvión del PMDB amenaza con arrollar el actual equilibrio político institucional del país, fundado en la alianza democrática de ese partido con el Frente Liberal (PFL) de los disidentes del militarismo, que garantizaron el triunfo de Neves en el colegio electoral y su sucesión por José Sarney.

De acuerdo con los mismos pronósticos, el PFL de Marco Maciel y Aureliano Chaves perderá cinco de sus actuales gobernadores y no llevará a la constituyente más de 170 parlamentarios.

Estas cifras comprometerían su presencia en el gabinete, donde controla los ministerios más ricos, como trasportes, educación y minas y energía, además del poderoso bastión político del gabinete civil, en manos de Marco Maciel.

## Recomposición

Otras consecuencias del huracán PMDB serán —a juicio de los analistas— la hegemonía de ese partido en la composición y orientación del gobierno después de los comicios y la reducción en la constituyente del mandato de Sarney de seis a cuatro o cinco años.

Además, la recuperación de las aspiraciones presidenciales del gobernador de San Pablo, Franco Montero, con la probable victoria de su candidato Orestes Quercia; la eliminación de las de Paulo Maluf si se confirma su derrota en el mismo estado, y la suerte política de Brizola, vinculada inexorablemente a la de su candidato para el gobierno de Río, el profesor Darcy Ribeiro.

Apuestan para un mandato de cuatro años para Sarney —hasta 1988— los candidatos históricos del PMDB, como Guimaraes y Franco Montoro, ambos con 70 años de edad.

No es tanto que deseen un mandato menor para él, sino que quieren unas elecciones más próximas para ellos.

Otros aspirantes más jóvenes del PMDB, como Fernando Henrique Cardoso, Elio García y José Richa, aprobarían la opción intermedia de cinco años, que acorte en uno la presidencia de Sarney y aplace en uno las posibilidades de los ancianos del partido, favoreciendo las suyas.

Mientras tanto, Sarney interpreta los datos a su forma: para él, la suma del PMDB y del PFL en las próximas elecciones —casi la totalidad de los gobiernos de los estados y el 80 por ciento de la Asamblea Constituyente— demostrará, precisamente, el éxito de la alianza democrática y la popularidad de su gobierno.

Las cifras previstas para cada uno de los socios los acreditarán como primera y segunda fuerza política del país y confirmarán su actual correlación de poder dentro del gobierno.

En consecuencia, no se justifica ni la reducción de su mandato de seis años —aunque sí la reducción constitucional del mandato presidencial a partir de su sucesor— ni la modificación de su gabinete como consecuencia de los resultados electorales.

Analistas políticos aventuran que Sarney podría satisfacer la gula del PMDB entregándole la dirección de las grandes empresas estatales.

01 - 01

8702262

la MAÑANA 7/02/87

## Devolverá a los brasileños el pleno goce de sus derechos

# La Constituyente es la "piedra angular de la Nueva República"

*)esde el 1° de fe-rero se encuentra n funciones, en rasil, la Asamblea lacional Consti-uyente, bajo la residencia del ti-ular del Supremo ribunal Federal, finistro Moreira lves. Dicho cuer-o, que trabajará urante todo el año, ndrá a su cargo el ometido de redac-r la nueva Carta lagna que regirá el futuro los des-nos de la Repú-ica.*

El Presidente de la Cámara de Diputados, Ulysses Guimaraes, dialoga con el Jefe de Estado, José Sarney, y su esposa.

iegún lo consigna un allado análisis realiado por "Correio do ovo", se trata de un nteciniiento raro: la ma Asamblea Constiente fue instalada en 6, pero en la historia de ses como Estados dos e Inglaterra se reió una única vez, en lio de gran expectativa. Acumulando sus iones en la Cámara y el Senado, los 559 mbros del Congreso ional tendrán, en los imos meses, la tarea redactar para el país nueva Constitución pliendo, de tal modo, de las primeras y tal más importantes nesas hecha por los logos de la Nueva ública. Promesa que, la realidad, procuraba facer una aspiración ular que venía iendo desde el ienzo de la década del poner fin a las leyes de excepción creadas por el régimen militar, rescatando, de esta forma, los derechos políticos plenos de los brasileños.

### LA PROFECIA DE TANCREDO NEVES

El propio Tancredo Neves, pocas horas antes de su elección a la presidencia de la República a través del Colegio Electoral, en enero de 1985, anunció que el primer acto de su gobierno sería la convocatoria de la Asamblea Constituyente. Y definió la situación, precisando sus conceptos: "La piedra angular de la Nueva República ha de ser una Constituyente soberana, que nos dará una Constitución en la cual los derechos y las libertades democráticas sean esculpidos a golpes de fuego y sangre, para que no desaparezcan nunca, no solamente de nuestra Constitución, sino sobre todo y principalmente del corazón y del sentimiento de nuestro pueblo".

Desde el punto de vista formal, la instalación de esta asamblea puede ser festejada -como lo fueran el restablecimiento de las elecciones directas en todos los niveles, la distensión de la censura y el nuevo tratamiento de la deuda externa- como una etapa más cumplida por José Sarney, quien, a última hora, sustituyó a Tancredo Neeves en el comando de la Nueva República.

Pocos creen que la futura Constitución tendrá las mismas características de aquella imaginada por el Presidente fallecido, quien, por su profecía, quedaría "grabada en el corazón y en el sentimiento de la población". Este cambio de expectativa se debe a errores, imposiciones y alteraciones que restringieron la participación de la mayor parte de la sociedad en el proceso de elaboración de la nueva Carta Magna.

### CRITICAS

Las críticas a la forma cómo fue convocada la Asamblea Nacional Constituyente comenzaron por la fecha de las elecciones de los parlamentarios. Al hacer coincidir la elección de los constituyentes con los comicios de los gobernadores, el Gobierno desvió la atención de la sociedad, haciendo así que la campaña se polarizara para la administración de los estados, cuando lo importante era la nominación de aquellos que van a redactar la ley mayor del país.

Entretanto, ésta no es la única queja de los que critican el sistema adoptado.

Los estudiosos de la ciencia política afirman que, con la adopción de la Asamblea Congresal Constituyente, se impidió que la asamblea fuese compuesta por una representación más amplia de los varios sectores de la sociedad.

Con eso, salieron privilegiados los candidatos con mayores recursos económicos e integrantes de los partidos mayores, en perjuicio, por ejemplo, de los representantes de las clases asalariadas.

Inclusive, hay denuncias de líderes sindicales sobre la existencia de un "mecanismo conservador", que dificultaría el conjunto de la nueva Constitución, sin que la sociedad y los trabajadores tengan maneras de lograr debates punto por punto.

La previsión es que los parlamentarios van a emplear prácticamente todo el mes de febrero, solamente para elaborar el reglamento interno de la Asamblea Constituyente.

### DUDAS Y POLEMICA

Además de eso, existen muchas dudas sobre cómo será gobernado el país durante la elaboración de la Carta. Algunos consideran que debe permanecer en vigor la Constitución del 67, elaborada en el final del Gobierno de Castelo Branco, y modificada en 1969. Otros, por su parte, entienden que esta Constitución no tiene más vigencia, ya que fue hecha durante un régimen de excepción, debiendo prevalecer los principios de la Carta de 1946, votada libremente.

Para tener una idea de la cantidad de dudas a ser esclarecidas en el comienzo de los trabajos, basta mencionar el ejemplo del Diputado Aloísio Campos (PMDB-PB), quien redactó 32 preguntas de orden, a ser presentadas ante la Mesa de la Asamblea. Son interrogantes acerca de quién legislará mientras duren los trabajos de la Constituyente, si una comisión o el Presidente Sarney, a través de decretos-ley. Se cuestiona, todavía, la legitimidad de la presencia, en la Constituyente, de los senadores electos en 1982.

De cualquier forma, se espera que hacia el final de este año, el Brasil tenga una nueva Constitución. De acuerdo con la [illegible] constituyentes deberán [illegible] por mayoría absoluta, lo que representa el voto de 280 parlamentarios más uno. A pesar de las críticas, buena parte del pueblo aguarda, con ansiedad, las decisiones de sus representantes.

(Editorial de Correio do Povo, de Porto Alegre, del 1° de febrero de 1987).

PARTES ELEGIBLE

01.04

8702309

Buenos Aires, miércoles 4 de febrero de 1987 ★ CLARIN

# Elogios en EE.UU. al apoyo del Club de París a Brasil

Archivo 1986

Jacques de Larosière, del F.M.I. al Club de París.

***El Club de París reconoció que la crisis de la deuda del Tercer Mundo requiere flexibilidad, dice hoy "The New York Times". La definición adquiere relevancia si se considera que la entidad ahora es presidida por Jacques de Larosière, el ex director gerente del Fondo Monetario Internacional que está a cargo del Banco de Francia, en lugar de Michel Camdessus. Brasil logró un fuerte respaldo del Club de París, que le reprogramó vencimientos de corto plazo por 4.000 millones de dólares.***

NUEVA YORK, 3 (UPI). — Mediante su reciente acuerdo con Brasil, el Club de París ha reconocido que la crisis de la deuda externa del Tercer Mundo requiere flexibilidad, dijo hoy el diario "The New York Times" al elogiar tal medida.

El periódico recordó que Brasil logró un fuerte respaldo del Club de París —grupo integrado por los acreedores de la enorme deuda externa que tienen Brasil y numerosas otras naciones— al reprogramar el pago de 4.000 millones de dólares por compromisos a corto plazo sin que el país sudamericano llegase a un acuerdo formal con el Fondo Monetario Internacional.

"Eso evita a un tambaleante gobierno democrático tener una mayor humillación interna", afirmó el diario, pero añadió que "también impone un precedente cuestionable para los deudores de menor credibilidad".

Agregó que Brasil ya no genera más un fuerte superávit comercial para financiar sus deudas y aseguró que el acuerdo del Club de París ayuda a estrechar la brecha financiera a cambio de una mayor relación entre esa nación y el F.M.I.

Luego de reseñar la situación económica brasileña, inclusive las dificultades que ha experimentado con su plan económico Cruzado, "The New York Times" dice que "el acuerdo del Club de París reconoce que la crisis de la deuda del Tercer Mundo requiere flexibilidad".

02

8702309

Brasil

# Proyección hacia el exterior

BRASILIA, 3 (Reuter). — Dejando atrás largos años de gigante geográfico y pigmeo político, la presencia internacional de Brasil va lentamente camino de equipararse al gigantesco tamaño y peso económico del país.

Con 135 millones de habitantes, un territorio que equivale a la mitad de América del Sur y la octava economía de libre mercado del mundo, Brasil posee todas las características de un líder natural en América latina y el Tercer Mundo. También posee, dicen algunos, considerable potencial para una confrontación con Estados Unidos, el otro gigante del Hemisferio Occidental.

Sin embargo el perfil de Brasil en la escena internacional fue tan bajo que, tal como lo dijo un diplomático europeo, "apenas si se lo puede ver". Aunque la política exterior brasileña sigue siendo de relativa timidez, alzó la voz cuando Brasil retomó la senda democrática en 1985 dejando atrás 21 años de autoritarios regímenes militares.

Desde entonces la presencia de Brasil se ha tornado decididamente más visible en la escena internacional. Valgan algunos pocos ejemplos:

### ♦ Objetivos

—Brasil está desempeñando un papel rector en las gestiones encaminadas a la creación de un mercado común latinoamericano, con una cooperación más estrecha entre Brasil y la Argentina, dos rivales tradicionales, que se espera allanará el camino para una integración más amplia.

—Brasil, juntamente con la India, encabezó la oposición del Tercer Mundo a las posturas de Estados Unidos en las negociaciones del año pasado en Uruguay en el marco del Acuerdo General de Aranceles Aduaneros y Comercio (GATT).

—Brasil se ha sumado a la iniciativa de paz de Contadora para América Central, un esfuerzo de ocho naciones que contradice la política norteamericana en esa volátil región.

—Brasil muy posiblemente obtendrá este año un escaño rotativo en el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas.

—Un brasileño, João Baena Soares, es el actual secretario general de la Organización de Estados Americanos (OEA).

"Los principios de nuestra política exterior no han cambiado", dijo el vocero de la Cancillería Fernando Barreto. "Somos moderados, pragmáticos, no queremos interferir en los asuntos de los demás. Pero a causa de nuestro tamaño se nos pide con creciente frecuencia que tomemos una posición (del lado de los otros países latinoamericanos). Como resultado de nuestro crecimiento económico, nuestro perfil es más visible ahora".

### ♦ Signos de colisión

Algunos analistas políticos vaticinan que el papel internacional más activo de Brasil lo está conduciendo a una colisión automática con Estados Unidos, la potencia dominante en el hemisferio occidental.

"Muchos signos... apuntan a un enfrentamiento cada vez más profundo entre los Estados Unidos y Latinoamérica con Brasil a la cabeza", dijo David Fleischer, titular del Departamento de Ciencias Políticas de la Universidad de Brasilia. Esto es prácticamente inevitable., agregó haciéndose eco de esas palabras un funcionario de la presidencia: "A medida que Brasil crece, ganando confianza, surgen las fricciones con Estados Unidos".

Funcionarios brasileños y estadounidenses coinciden en recalcar que la mayor parte de esas fricciones tienen más de económico que de político: Washington afirma que el superávit comercial de Brasil en su comercio con Estados Unidos, que asciende a 8.000 millones de dólares, es el resultado directo de medidas que cierran las puertas del rentable mercado brasileño a las pequeñas computadoras norteamericanas y sus componentes.

Si bien los aspectos comerciales constituyen la raíz de la mayoría de los problemas con Estados Unidos, la Nueva República, como el gobierno denomina al Brasil democrático, también ha dado pasos puramente políticos que han exasperado a Washington incluyendo la pertenencia brasileña al grupo de cuatro países que apoyan a la iniciativa de Contadora.

### ♦ Atlántico sur

El año pasado Brasil patrocinó una resolución de las Naciones Unidas encaminada a convertir al Atlántico sur en una zona libre de armas nucleares. "La votación fue de 124 a favor y una en contra", dijo un funcionario de la Cancillería. "El voto en contra fue emitido por Estados Unidos".

Si bien algunos funcionarios arguyen que el restablecimiento de relaciones diplomáticas con Cuba el año pasado, estuvo basado en consideraciones comerciales, ello siguió a las presiones políticas internas por parte de los recientemente activos partidos opositores brasileños.

Para Washington la decisión de Brasilia constituyó un revés decepcionante dentro de la campaña de la administración de Ronald Reagan por aislar al gobierno de Fidel Castro.

PARTES POCO LEGIBLE

03

8702309

BRASIL

La MAÑANA 7/02/87

# Próximas visitas del Presidente José Sarney

A. (ANSA).- e José Sarney año Francia, élgica y la In- que su viaje a Soviética, pro- ura 1987, será para 1988, en ue el Canciller Edouard Shervarnadze se encontrará en Brasil en el mes de setiembre, informó ayer a ANSA una alta fuente de la Cancillería brasileña.

En tal sentido, el Canciller Roberto de Abreu Sodre deberá mantener una entrevista con el Presidente Sarney para decidir sus viajes, según las fuentes, cuando el Mandatario brasileño viajaría a Francia y Alemania en la última quincena de mayo próximo y un segundo viaje incluiría a Bélgica y la India.

La visita a Francia de Sarney tendría carácter de retribución a la efectuada por el Presidente Francois Mitterrand a Brasil, siendo el Mandatario francés el primer Jefe de Estado con el que se entrevistó en Brasilia, luego de asumir la "nueva república".

## RELACIONES CON ALEMANIA

Respecto a Alemania, existe interés de consolidar las relaciones, el intercambio científico, tecnológico, comercial, especialmente por las inversiones alemanas en el país. "Estamos en el momento de demostrar nuestro reconocimiento", añadió el diplomático consultado.

Bélgica fue incluida en el itinerario presidencial no sólo por las atenciones recibidas por Brasil en ocasión de la visita que realizara hace cuatro años el Jefe de Gobierno belga, sino también porque el Presidente Sarney desea estrechar las relaciones con la Comunidad Económica Europea (CEE).

Por otra parte, la Cancillería brasileña, según las fuentes, considera indispensable una visita del Presidente Sarney a la India, por cuanto ese país ha demostrado ser un gran aliado de Brasil en todos los foros internacionales.

Citase, como un ejemplo, la última reunión del Acuerdo General de Tarifas y Comercio (GATT) en Uruguay, donde ambos países defendieron, junto a otros países latinoamericanos y del Tercer Mundo, la tesis victoriosa de su inclusión del tema de servicios en aquel organismo internacional.

La Mañana 8/2/87

04-04

870230

ARCHIVAR EN: BRASIL (098)

TEMA: PEI Nº 004, 005, 006, 007/87 DEL SR. AGREGADO MILITAR EN BRASIL.

PROCEDENCIA: AOP. 0484/87 DEL 06/3/87

ARCHIVADO EN: PEI Y MEMO. (084)

01.01

8702367

11
24.

# Brasil rechaza posible fiscalización del FMI

22.10.86

BRASILIA. — Brasil rechazó ayer una posible fiscalización del Fondo Monetario Internacional en su economía como condición para firmar acuerdos para el reescalonamiento multianual de su deuda externa de 187.000 millones de dólares.

El presidente del Banco Central, Fernao Bracher, dijo que "hubo una presión muy nítida por parte de los países desarrollados (acreedores de Brasil) en el Club de París, para que acordemos con el FMI".

"Es natural porque ellos tienen que administrar una deuda en que más de 40 países están en proceso de reescalonamiento y necesitan un órgano como el FMI para supervisar esa situación", dijo Bracher.

Brasil debe al Club de París compuesto de los principales países acreedores, 4.805 millones de dólares, según cálculos aproximados del Banco Central, pero actualmente negocia el reescalonamiento de 2.393 millones de dólares, correspondiente a su deuda de 1985 y 1986.

El Club de París informó que reescalonará la deuda brasileña si se busca un acuerdo con el FMI.

## Hay optimismo

Brasil ha renegociado su deuda con sus acreedores privados por períodos anuales y desearía iniciar ahora la negociación para reescalonar un período más largo.

"Pero ellos ya están convenciéndose de que Brasil va muy bien, que nosotros tenemos la capacidad de administrarnos y que mejor vamos solos que con fiscalización de afuera", dijo Bracher, que se mostró muy optimista en relación a un posible acuerdo con los acreedores del Club de París.

## Déficit público

"Las resistencias están siendo vencidas y muy en breve tendremos buenas noticias", dijo el presidente del Banco Central.

Refiriéndose a los ajustes realizados en la economía brasileña desde el lanzamiento del Plan Cruzado de estabilización, el ejecutivo del Banco Central reconoció que el mayor problema actual es el aumento del déficit público.

El déficit público brasileño, cuya previsión para este año alcanzaba a 3,9 por ciento del Producto Bruto Interno, estaría siendo presionado por el aumento de subvenciones estatales en combustibles, energía, tarifas, impuestos y alimentos básicos.

El gobierno accedió a esas subvenciones para evitar la descompresión de los precios, cuyo congelamiento fue decretado hace siete meses.

01.01

87029453

# Brasil e EUA tentam acordo no GATT

## *Serviços podem ter comitê à margem do GATT*

*Jaime Matos*

Punta del Leste — Apesar de terem passado boa parte da madrugada de sexta-feira envolvidos em dezenas de contatos e reuniões paralelas, os delegados presentes à reunião ministerial do GATT (Acordo Geral para Tarifas e Comércio) continuavam na noite de ontem a tentar um acordo quanto aos temas que devem constar da pauta da próxima rodada de negociações do sistema. Apenas do meio da manhã de hoje até a hora do almoço, sairá o que a imprensa local chama de a fumaça branca, em alusão ao sinal emitido no Vaticano quando chega ao final o processo de escolha de um novo papa.

Há certa semelhança, mas o caso aqui é escolher palavras e não pessoas. As diversas opiniões divergentes estão de certa forma acomodadas, enquanto procuram-se as formas de escrevê-las sem ferir o lado legal e até os princípios do GATT — por ser um acordo, deveria acolher exclusivamente decisões tomadas por consenso de todos os parceiros.

Além de o consenso não ter sido alcançado agora, a única proposta alternativa que resistia até ontem vai, aparentemente, implodir o acordo. Tal proposta surgiu em uma reunião encerrada às duas horas da manhã de sexta, com representantes do Brasil, Índia, Estados Unidos, Suíça, Colômbia, Argentina, Suécia e Japão. Os dois primeiros eram os adversários mais ferrenhos — à frente do Grupo dos 10 — da inclusão da exportação de serviços na pauta do GATT, "ponto de honra" para os EUA até o início da reunião. Suíça e Colômbia apresentaram o documento que deu origem à polarização Brasil x Estados Unidos.

Segundo os pontos aceitados, não haveria dano diplomático para ninguém, pois o GATT seguiria existindo enquanto instituição. As novas áreas — agricultura, serviços — e mesmo futuras negociações em torno do comércio de mercadorias, contudo, seriam tratadas em comitês separados. Ao fim de quatro anos (prorrogáveis), tais comitês poderiam se integrar ou não ao sistema — dependendo, é claro, da habilidade dos negociadores de uma e outra posição. Para manter alguma ligação de tais grupos à nave-mãe, os serviços de secretaria e apoio seriam fornecidos pelo GATT. Sem, no entanto, "pertencerem" ao sistema, conforme quer a delegação brasileira.

Está marcado para hoje, às 17 horas, no hotel Caesar Park, em Ipanema, um novo encontro entre os embaixadores Clayton Yeutter e Paulo Tarso Flecha de Lima sobre as divergências comerciais entre o Brasil e os Estados Unidos.

O encontro foi pedido pelo próprio embaixador Yeutter — principal negociador comercial dos Estados Unidos — logo após a visita do presidente Sarney aos EUA, com o objetivo de "obter esclarecimentos adicionais às posições brasileiras". Yeutter chefiou a delegação americana à reunião do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), no Uruguai, e faz escala no Rio.

### Desarmar o impasse

A reunião de hoje deverá ter um caráter mais informal do que os dois encontros realizados em julho e agosto em Paris, e que deixaram a impressão de que havia se cristalizado um impasse no contencioso entre Brasil e EUA a respeito de questão comercial. Será um encontro exploratório, do qual não deverá sair nenhuma decisão.

Ao Brasil interessa muito saber, por exemplo, o teor do relatório entregue por Yeutter ao presidente Ronald Reagan, no dia 16, a respeito da influência da lei brasileira de informática sobre o desempenho das empresas americanas no país. Os Estados Unidos, por sua vez, desejam detalhes sobre as decisões brasileiras sobre software (direito autoral modificado) e associações (IBM-Gradus).

A reunião também serve para desarmar a versão de que os dois países estavam num beco sem saída depois dos rounds de Paris, interrompidos a pedido de Yeutter, que pedia "uma pausa para reflexão". Ele deixou então uma porta aberta para uma terceira rodada de conversações, no Rio ou em Brasília, na volta da reunião do GATT.

Durante as discussões em Punta del Este, porém, nada fazia prever que haveria esse terceiro encontro pois os EUA insistiam em incluir serviços na pauta do GATT e Yeutter chegou a ameaçar com a retirada da delegação americana das discussões. No primeiro dia em que mudou publicamente de atitude — pela primeira vez falando à imprensa brasileira e até arriscando declarações em espanhol Yutter — informou ao chanceler Abreu Sodré (chefe da delegação brasileira em Punta del Este) gostaria de usar a possibilidade da terceira reunião, que tinha sugerido em Paris.

É interessante notar que a iniciativa, agora, partiu do lado americano e que, ao contrário das rodadas anteriores (em Cancun e em Paris), as discussões não se deram em território neutro.

## País joga na defesa para manter mercado americano

De um lado, os Estados Unidos lutam para reduzir um déficit comercial que ameaça bater este ano nos 170 bilhões de dólares. De outro o Brasil, que depende do mercado americano para um quarto de suas exportações totais e precisa desesperadamente de dólares para pagar o serviço da dívida externa. Acrescente-se que as exportações brasileiras para os EUA cresceram drasticamente até 1988 (houve uma queda de mais de 10% em 1989), enquanto as importações brasileiras de produtos americanos estão praticamente estagnadas nos últimos quatro anos. É um quadro que não podia dar acordo em disputa.

À medida em que o déficit comercial americano crescia, causando toda espécie de distorções na economia do país, o contencioso foi ficando mais tenso e nunca esteve tão declarado. Ele se verifica em questões muito amplas e com forte envolvimento político — como a insistência americana para que o Brasil recorra ao FMI para poder renegociar a dívida externa. Passa por questões comerciais com forte conteúdo estratégico — como o fogo pesado de Washington contra a reserva de mercado brasileiro de informática. E avança sobre questões muito específicas como, por exemplo, quantas toneladas de fio-máquina de aço inoxidável o Brasil poderá exportar nos próximos anos para os EUA.

### Na defesa

Como se vê, é um jogo em que o Brasil está na defensiva: luta para manter as vantagens conquistadas nos últimos anos. E elas são palpáveis. No ano passado, os EUA absorveram 6,7 bilhões de dólares de produtos brasileiros, enquanto o Brasil comprava 2,5 bilhões de mercadorias e serviços made in USA. Os EUA responderam por 26% do total exportado pelo Brasil para todo o mundo.

Este está-se revelando um ano decisivo, com vários rounds de negociação. No primeiro semestre, o subsecretário de Estado John Whitehead esteve no Brasil para tratar de informática e aplainar o caminho, garantindo que não haveria retaliações por parte dos EUA. Depois, a conversa subiu de tom, mudou de lugar e de expositor: passou para Paris, onde, em sucessivas reuniões, os embaixadores Paulo Tarso Flecha de Lima e Clayton Yeutter não conseguiram aproximar as posições no que se refere à reserva de mercado de informática, que impede os americanos de entrarem diretamente no filão brasileiro dos micro e minicomputadores (além de outras fatias desse mercado).

Com a aproximação da visita do Presidente Sarney aos EUA, o lado brasileiro deu repetidos sinais de fumaça de que mudanças poderiam ocorrer. Uma delas foi a aprovação da associação entre a IBM e a Gradus para serviços de informática. Outra, mais abrangente, foi a recomendação para que se adote o direito autoral modificado (copyright, preferido pelos americanos) para regular a comercialização do software (programas de computador).

### Batendo duro

Mas o lado americano, agastado com a inflexibilidade brasileira em Paris, bateu duro durante a visita de Sarney. O presidente teve de suportar estocadas de seu colega americano sobre práticas comerciais brasileiras e a insistência de que, com o FMI, não há como renegociar a dívida. Mal terminava a visita, a Casa Branca recebeu estudos do USTR (escritório que negocia questões comerciais) mostrando que a lei de reserva do mercado de informática é prejudicial às empresas americanas. Reagan tem 21 dias para se pronunciar sobre retaliações e, enquanto isso, haja coração na indústria brasileira de aço, calçados, têxteis, suco de laranja e aviões, entre outras grandes exportadoras para os EUA.

O último round é a reunião do GATT, em Punta del Leste, Uruguai. A questão central lá é a extensão das normas do GATT ao comércio de serviços (atividades bancárias, seguros, transmissão de dados país a país, engenharia, software, manutenção de computadores). O Brasil é contra, para ter mais liberdade de ação no setor. Os EUA pressionam a favor, pois sabem que têm mais poder de fogo e que as restrições do GATT trabalham contra seus competidores.

Há um novo round marcado: a partir de terça-feira e até sexta, os dois lados deverão discutir, em Washington, a ampliação das exportações brasileiras de aço semi-acabados e um acordo sobre têxteis especiais.

01.01

870245

098

28-10-86

INTERNACIONAL

EL PAIS — Martes

Brasil: Ajuste Económico

# Sarney Modifica el Plan Cruzado que Había Caído

BRASILIA, 27 (EFE).— Ocho meses después de poner en marcha un plan de reforma económica que incluyó el congelamiento de precios y salarios en Brasil, el gobierno del presidente José Sarney anunciará en las próximas semanas las medidas para afrontar la primera gran crisis de ese programa, conocido como "Plan Cruzado".

Pese a que estas medidas venían siendo estudiadas desde hace varias semanas, sólo fueron admitidas por el gobierno después de que el presidente dejara entrever el viernes pasado la posibilidad de cambios en su programa antiinflacionario.

El descongelamiento de los precios para el sector industrial será el principal cambio, según reveló hoy a la Agencia EFE una fuente del Ministerio de Hacienda, encargado de preparar el nuevo "paquete" de medidas.

La decisión fue adoptada a pesar de la resistencia de los más destacados economistas brasileños, responsables de la elaboración del programa de reforma económica que entró en vigor en febrero pasado.

Un estudio preparado por diversos organismos del Estado mostró que el congelamiento en los precios comenzaba a "agotar" las posibilidades de expansión en la economía y el crecimiento industrial.

Según este estudio, y en contra a lo propuesto en la reforma económica de febrero, los inversores extranjeros comenzaron a salir de Brasil y la mayoría de las multinacionales empezaron a vender sus subsidiarias brasileñas por el descenso de los beneficios.

Cerca de veinte filiales de empresas multinacionales cambiarán de dueño en Brasil antes de concluir el año, en unas negociaciones que permitirán la salida de 300 millones de dólares.

Desde hace tiempo las empresas vienen solicitando al gobierno que elimine el congelamiento de los precios, que ha originado, pese a la explosión del consumo registrado en los últimos meses, la baja en las utilidades y la carencia de fondos para nuevas inversiones.

La industria automotriz, la de electrodomésticos y los medicamentos fueron los más afectados por el congelamiento de los precios y la falta de abastecimiento de piezas.

Las fábricas ensambladoras de partes y piezas industriales han suspendido sus exportaciones para abastecer el mercado nacional, originando, entre otras cosas, la caída de las exportaciones brasileñas.

Las ventas brasileñas al exterior registraron en setiembre un retroceso de casi 600 millones de dólares, colocándose en 800 millones de dólares, uno de los niveles más bajos de los últimos cinco años.

La fuente gubernamental recordó que este será el primer gran ajuste al "Plan Cruzado" y señaló que las medidas adoptadas en julio pasado, cuando se aplicó el impuesto automático entre el 18 y el 25 por ciento a la venta de vehículos, pasajes al exterior, combustibles y dólares, sólo buscaba frenar el consumismo.

01 - 01

8702524

T.098

CLARIN 01-5-87

MORATORIA DE BRASIL

# Dureza en los bancos

WASHINGTON ("The Washington Post", especial para Clarín) — La moratoria en los pagos de intereses declarada por Brasil lleva a una nueva y peligrosa fase las valvenes de las tratativas de la deuda latinoamericana. En este enfrentamiento de voluntades y nervios, cada uno de los participantes tiene mucho que perder si se pone demasiado duro en la defensa de su posición.

Si Brasil trata con ligereza sus obligaciones, se le retirarán todos los créditos del exterior —con duras consecuencias económicas para el gobierno del presidente José Sarney de las cuales no lo podrán rescatar todas las confesiones de nacionalismo.

En cuanto a los bancos que son los acreedores del Brasil, su situación es mejor que cuando empezó la crisis. Han tenido tiempo de acumular reservas contra malos créditos. Pero eso mismo parece haber hecho a algunos de ellos más arrogantes, aun inflexibles. En particular el Citicorp de Nueva York, cabeza del comité de acreedores, que ha llevado hasta el último centavo su consistencia y su insistencia, a punto tal que ha recibido algunas objeciones de la administración Reagan.

Brasil no es un caso aislado. Los bancos acordaron en principio a la refinanciación a la mexicana hace casi dos años, pero todavía tienen que dar el dinero que prometieron. Los mismos bancos —con Citicorp aparentemente también a la cabeza— han mantenido una larga y desgastante pelea con Filipinas por sus deudas. Si los bancos no llevan estos casos a una conclusión lógica, están invitando a una solución impuesta por el gobierno. No les gustará, pero hay demasiado en juego para dejar el resultado —o la falta de resultado— a los banqueros que regatean por otro octavo de punto en los intereses.

Los bancos deberían reflexionar que tienen ahora mucho en juego en Washington. Si, en el peor de los casos, el Congreso decidiera dentro de un par de años que los bancos son colectivamente responsables del colapso del nuevo gobierno democrático en el Brasil, esos bancos tendrían dificultades para persuadir a los legisladores de que son capaces de usar bien los amplios nuevos poderes que están pidiendo.

Pero Brasil también tiene responsabilidades. No tiene sentido ponerse sentimental por los problemas de ese país, que en su mayoría son de su propia creación. Brasil ha usado más de 100.000 millones de dólares de los ahorros mundiales para construir usinas, diques, fábricas, ferrocarriles, etc. En general las inversiones fueron buenas y pueden devolver su costo a los acreedores. El presidente Sarney dijo desafiantemente que Brasil tiene derecho a crecer. Eso es cierto, pero ese no es el tema. El año pasado creció a un ritmo enorme, casi 12 %.

Los bienes que hace dos años se vendían en el exterior ahora se venden internamente. La actual imposibilidad de Brasil de hacer los pagos de su deuda es el resultado de sus problemas económicos internos, no la causa.

El esquema de los compromisos necesarios es muy claro. Los bancos van a tener que poner algo de dinero fresco sin protestar y en mejores términos que en el pasado. Por su parte Brasil tendrá que mantener sus pagos. No tiene el derecho de suspenderlos. Pero tiene el derecho de recibir un tratamiento generoso de los bancos que han estado ganando mucho por estos préstamos.

PARTES ELEGIBLE

01.01

0702678

8.098

El País 17/2/88 REPORTAJE ESPECIAL BLA

El Plan Cruzado y un Poder Arbitrario Sobre la Economía

# Brizola: el Gobierno de Sarney Carece de Legitimidad

"El Plan Cruzado fue un plan político que aplicó el gobierno haciendo uso del poder arbitrario que tiene sobre la economía". Así lo manifestó a EL PAIS el gobernador de Río de Janeiro, Leonel Brizola, quien subrayó que el gobierno de su país carece de legitimidad.

Brizola que realizó una fugaz visita a nuestro país, subrayó que la única solución que existe para la actual situación brasileña es la convocatoria en un plazo breve a elecciones directas. Agregó que el país se encuentra en niveles de inflación similares a los de Alemania en la década del 20. "Todo Brasil se da cuenta que la situación es muy grave y el único que niega esta realidad es el presidente Sarney, que vive en una especie de «Isla de la Fantasía», en Brasilia".

El líder del Partido Democrático Trabalhista realizó en primer término un diagnóstico de la actual situación económica.

"Brasil tiene una economía compleja, es un país de por sí complejo. Nosotros estamos convencidos que la dictadura nos legó un cuadro muy decadente. Este régimen llevó al país al atolladero".

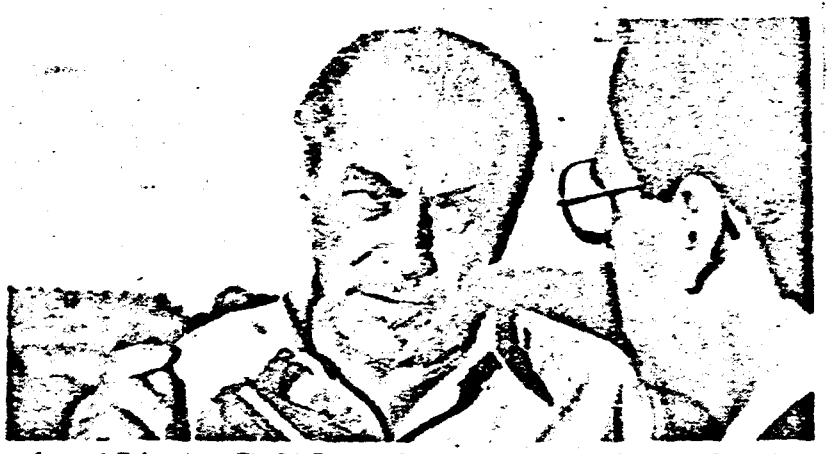
"El gobierno civil que debía ser un gobierno provisorio, tendría que haber tratado todo ésto con mucha prudencia. Era lo que Tancredo Neves pensaba hacer y cualquier otro gobernante equilibrado, consciente de su misión hubiera hecho. Porque un gobierno provisorio debería justamente tratar de dirigir los negocios públicos de la manera más eficaz posible y fundamentalmente construir las instituciones, hacer la transición".

"La actual administración no lo entendió así. Colocado en el gobierno por los instrumentos de la dictadura, Sarney creyó que tenía un mandato que no era tal, y empezó a administrar lo inadministrable. Porque un gobierno ilegítimo que usa métodos ilegítimos no tuvo ni tiene ninguna chance de sacar un país como Brasil de la crisis que vive, de la situación de empobrecimiento de su pueblo, de la marginación de grandes contingentes de ciudadanos. En fin, un país que llegó a ser la octava economía del mundo y que hoy ofrece un cuadro de pobreza, de explotación y de destrucción de su naturaleza y sus riquezas alarmantes".

"La actitud del gobierno ante este panorama fue adoptar esta impostura denominada Plan Cruzado, que no fue más que un shock".

"Hay que ver que la inflación tiene sus causas, sus orígenes; es como una fiebre que viene de una infección. Es ridículo entonces pretender acabar con la inflación por decreto. ¿Acaso algún país europeo hubiera adoptado un plan como el cruzado?, obviamente es una ilusión. Es como si un camión cargado en una bajada recurriera a los frenos violentamente sin producir un desastre".

"Personalmente siempre pensé que se debía ir avanzando prudentemente, para evitar lo que ahora llegó. Imagínese



*Leonel Brizzola y EL PAIS, ayer frente a su residencia en el Edificio Panamericano*

que hoy en día una persona que quiera hacer una transacción financiera debe pagar una tasa de interés del 800 al 900% anual, y ésto sube en el orden de los 50 a 100 puntos diarios".

"Hemos ingresado en los niveles de la inflación alemana de la década del veinte. Esto sin duda es inexplicable para un país como Brasil. Días pasados hablando con Mc Namara me decía que Brasil tiene un 22% más de riquezas físicas que los Estados Unidos".

"Atravesamos una situación que está llevando a todos los brasileros trabajadores que viven de sueldos, a los buenos empresarios y a los productores a considerar la cosa «muy fea» como se dice comunmente".

"Solamente el presidente Sarney que está en Brasilia, en una especie de isla de la fantasía, niega esta realidad y dice que todo se encuentra bien.

**—Usted fue uno de los primeros críticos del Plan Cruzado, ¿qué soluciones hay para salir de esta situación?**

—"Yo tengo la misma curiosidad que Ud. Quiero ver como vamos a salir, parece increible".

**—¿Es solamente un problema económico?**

—En la esencia es un problema político. El país tuvo 21 años de ilegalidad, de gobiernos irregulares, de autoritarismo, de regímenes militares. Durante todos esos años fueron siempre decisiones arbitrarias las que se aplicaron,y el resultado está a la vista, el país está en un atolladero.

Brasil resurge de todo esto más pobre, con un pueblo necesitado, con sus niños abandonados, endeudado de una manera escandalosa y con su naturaleza depredada sobre todo en el norte.

Y en la hora del gobierno civil lo primero que debió hacerse era recuperar la legitimidad del poder político. Necesitamos de un gobierno legítimo como sucedió aquí en Uruguay o en la Argentina.

Usted sabe lo que son las oligarquías brasileñas, se caracterizan por su inteligencia, por su sofisticación. Procuraron y lograron hacer transición en sus propias manos, evitando la realización de elecciones y entronizando al Señor Sarney, que debía tener un mandato provisorio.

Sarney está procediendo como si tuviera un mandato de gobierno de seis años, de alguna manera es coherente pues está usando los dispositivos de la dictadura.

### EL UNICO CAMINO SON LAS ELECCIONES

—Hoy el pueblo brasileño ha comprobado que no hay otro camino que las elecciones. Por procesos arbitrarios Brasil no saldrá de la crisis. Hemos tenido una experiencia de 21 años, ahora tenemos dos, porque los métodos que ha usado el gobierno civil son dictatoriales.

Sarney ha empleado todo el instrumental del régimen de facto, pretendiendo arreglar las finanzas del país y hacer política.

En el fondo el plan cruzado fue un plan político que utilizó el poder arbitrario que tenía sobre la economía, un poder remanente de la era militar. Yo creo que el Presidente Sarney terminará comprendiendo que no tiene otro camino que presentarse ante la Asamblea Constituyente con una propuesta, que no puede ser otra que una fecha próxima para un llamado a elecciones.

Solamente un gobierno legítimo puede sacar al país de este atolladero.

**—Usted ya ha sido proclamado como candidato para esas elecciones, aún sin fecha.**

—La gente habla, en el partido, los compañeros, hay un cuestionamiento constante por parte de la prensa. Yo no me estoy postulando, no estoy corriendo atrás de ese tranvía. No tengo ilusiones. Si dependiera de mí trataría primero de reconstruir y fortalecer y crear un partido que pueda respaldar a un gobierno transformador, que avance prudentemente sin ocasionar rupturas violentas, pero tampoco creando obstáculos y proscripciones.

Brasil es una realidad inmensa que tiene que buscar su destino de una forma muy específica, muy propia. Hace poco tiempo estuve en Miami y vi con mis propios ojos a la burguesía Cubana, puedo aseverar que la burguesía brasilera es tan grande que no cabe allí. Nosotros nos tenemos que cuestionar y sin excluir a nadie encontrar nuestros caminos.

Nada de aventuras, nada de golpes. Nuestro más reciente golpe ha sido el llamado "golpe electrónico" dado por la televisión. La Red O Globo, que es prácticamente un monopolio, dio un verdadero shock electrónico al país, y lo dejó perplejo. Fue una especie de violación del proceso normal de formación de la conciencia colectiva. Esto es algo que nosotros recién hoy nos estamos dando cuenta. Ya que la televisión puede poner en el mismo instante una manifestación de gente que reclama, y esto para 70 millones de personas en muy diversas situaciones produce efectos aún desconocidos íntegramente.

Así como la dictadura usó en su momento de auge ficticio como lo fue el "Milagro brasileño", "el golpe de la fuerza", torturando y reprimiendo, hoy el gobierno usa la televisión como un "golpe electrónico".

**—Ante esta situación que usted ha definido claramente, ¿qué está haciendo usted como líder político y su partido como fuerza de oposición?**

—Nosotros estamos siguiendo nuestros caminos. Nos afirmamos hoy como la fuerza moral más coherente en el país. Sufrimos este shock que influyó muchísimo en las elecciones. Si las elecciones fuesen hoy, sin engaños, nosotros nos erigiríamos como la fuerza parlamentaria que tiene que corresponder a un partido como el nuestro, que ocupa grandes espacios políticos. Pero igual estamos en la Constituyente con una representación de muy alto nivel. Estamos también en las asambleas estaduales y el partido a nivel nacional se fortalece muchísimo. Nos afirmamos hoy con mucha más energía porque somos, la fuerza moral más prestigiosa del país.

Y estamos cuestionando, en la vanguardia, exigiendo que se realicen elecciones. De continuar este gobierno puede incluso efectuar a la Constituyente; pues de agravarse las cosas aún más, estará la Asamblea discutiendo en su recinto el derecho de petición y en la calle las cosas estallando.

La Constituyente puede transformarse en un grupo de gente muy bien intencionada, idealista, y romántica, y mientras en la calle estén sucediendo cosas que pongan en peligro nuevamente las libertades públicas.

Reitero e país tiene que buscar la legitimidad y esto será posible únicamente con elecciones directas para presidente.

01.01

0702690

098



RENEGOCIACION DE FUNARO

# ...lo pedimos nada al F.M.I."

:GTON, 28 (Reuter). — El Finanzas de Brasil, Dilson hoy que su país no hubie- do los pagos de su deuda os privados si hubiese recl- ación mayor y más rápida las crediticias oficiales, ó que fuera a solicitar dine- o Monetario Internacional que Brasil pagó 922 millo- es el año pasado, y dijo que as de su país no se solucio- l control del organismo.

cuestión de por qué las editicias oficiales no facili- n poco más rápida y fácil- Funaro en una entrevista con cuatro periodistas en la rasileña aquí.

se le preguntó si Brasil no enido los pagos de unos 800 dólares mensuales de inte- bancos comerciales en caso gencias crediticias oficiales ás fondos, Funaro dijo que ló "porque nuestro país no ciación de esas agencias". e insistió para saber cuánto ida, Funaro dijo que "te- de la clase de financiación los de la otra parte".

uya deuda externa asciende 00 millones de dólares, azo- unidad bancaria la semana su decisión de suspender los tereses de unos 68.000 millo- res que debe a los bancos ientras trata de superar sus

lijo que Brasil había pagado lones de dólares al Banco otras agencias crediticias y erciales en los últimos cua- y que solamente recibió ones de dólares en présta-

Declaró que la transferencia neta de 34.000 millones de dólares, de los cuales 24.000 millones fueron a los bancos comerciales, estaba perjudicando el crecimiento del Brasil y su capacidad de importar.

"Algo falla en el sistema. Hay que encontrar algún mecanismo para financiar a un país como Brasil", dijo Funaro.

No especificó qué medidas tenía en mente, pero indicó que le gustaría que hubiera préstamos oficiales "automáticos" cuando fuera necesario para que Brasil no tuviera que recurrir a sus debilitadas reservas, que ahora no llegarían a los 4.000 millones de dólares.

Funaro reconoció que Brasil tenía el tercer mayor superávit comercial del mundo y estimó que el de 1987 será de 3.000 millones de dólares como mínimo.

"Debemos encontrar un equilibrio entre el ajuste externo y el ajuste interno", declaró el funcionario.

Expresó que los mecanismos existentes para los créditos oficiales, que imponen duras condiciones y obligan a los deudores a limitar sus importaciones al tiempo que aumentan sus exportaciones para amortizar sus deudas, fueron ideados cuando estalló la crisis de la deuda en 1982.

"Creamos mecanismos para vivir con la crisis, ahora tenemos que crear mecanismos para salir de ella", dijo.

Se quejó de que las agencias oficiales de préstamos, incluyendo el Club de París, impusieron un severo control sobre sus créditos durante los últimos cuatro años y que los únicos créditos disponibles eran los provenientes de la refinanciación de los bancos comerciales.

"Tenemos que discutir eso, creo que tenemos que cambiar eso", dijo el ministro.

Funaro, que se encuentra hoy en Washington para conversar sobre la necesidad de instaurar créditos oficiales más rápidos con las autoridades de Gran Bretaña, Alemania Federal, Francia, Suiza e Italia, dijo que en Estados Unidos se entiende su posición "aunque no les gusta".

Funaro se reunió ayer aquí para tratar el tema con el presidente de la Reserva Federal (Banco Central) Paul Voleker; el secretario del Tesoro, James Baker y otras altas autoridades.

"No vinimos aquí a pedir nada, vinimos a buscar una solución al problema y para resolverlo tenemos que conversar sobre mecanismos crediticios", dijo Funaro.

Agregó que un paquete de ayuda del gobierno norteamericano no estaba bajo consideración porque "en el momento que empecemos a discutir un crédito puente estaríamos esquivando el problema".

Cuando se le preguntó cómo habían reaccionado los funcionarios norteamericanos a su propuesta, Funaro dijo que "están tratando de determinar hacia dónde vamos y ayudarnos si pueden... Están dispuestos a discutir".

Destacando que solamente había tenido una primera reunión no destinada a solucionar el problema, Funaro dijo que el secretario Baker "estaba preocupado con los mecanismos de financiación... Sabe que el problema existe".

En un acontecimiento relacionado, el presidente del Banco Central de Brasil, Francisco Gros, quien acompaña a Funaro, dijo que envió un télex el viernes a los bancos acreedores para aclarar la confusión sobre la solicitud brasileña de que los bancos aceleren los procedimientos para la renovación de las líneas de crédito interbancario a corto plazo y los créditos comerciales.

Archivo 1987

Dilson Funaro, ministro de Hacienda de Brasil.

PARTES POCO LEGIBLE

01 - 01

0702694

098

BRASIC

# Brasil, primer cliente

El análisis de las exportaciones de carne bovina por destino, durante el período enero-noviembre de 1986, muestra a Brasil como principal comprador del producto, concentrando el 50,93% de los volúmenes físicos exportados y el 35,33% de los ingresos obtenidos, según informó INAC.

El segundo lugar, como se aprecia en el cuadro correspondiente, lo ocupa la C.E.E. con el 20,25% y el 32,60% del tonelaje embarcado y dólares exportados respectivamente. Les siguen en orden de importancia, con participaciones relativamente significativas Israel y Perú.

Exportaciones de carne bovina por destino. Acumulado enero-noviembre 1986.

| Destino | Tons. Peso Embarque | % | Miles de US$ | % |
|---|---|---|---|---|
| Brasil | 65.318 | 50,93 | 55.181 | 35,33 |
| C.E.E. | 25.970 | 20,25 | 50.906 | 32,60 |
| Israel | 8.053 | 6,28 | 9.357 | 5,99 |
| Perú | 7.345 | 5,73 | 7.363 | 4,72 |
| Angola | 3.920 | 3,06 | 3.797 | 2,43 |
| Estados Unidos | 3.536 | 2,76 | 8.150 | 5,22 |
| Islas Canarias | 3.514 | 2,74 | 5.555 | 3,56 |
| Hong Kong | 2.707 | 2,11 | 4.655 | 2,98 |
| Irán | 2.399 | 1,87 | 2.598 | 1,66 |
| Singapur | 2.305 | 1,80 | 3.066 | 1,96 |
| Arabia Saudita | 1.697 | 1,32 | 2.673 | 1,71 |
| Otros destinos | 1.481 | 1,15 | 2.877 | 1,8 |
| | 128.245 | 100,00 | 156.176 | 100,00 |

ARCHIVO

01.01

702926

ARCHIVAR EN: Brasil (098)

TEMA: P. EI N° 042/B/DE/986.
(Adj. P.P.I N° 09/86 del Ag. Naval Argentina,
P. EI 35/986 del Ag. C. ... N° B)

PROCEDENCIA: EME 6/4/86 Doc 21/4/86

ARCHIVADO EN: PEI (084)

01.01

0703005

098

Brasil

LA PRENSA 28-2-87

# A un año del "plan Cruzado" Brasil dispondría un nuevo "congelamiento"

**Brasilia, 27 (UP) – Un año después de haber inmilitado a la población para fiscalizar los precios congelados y en un momento de nuevas dificultades económicas, el gobierno de Brasil sugirió hoy la necesidad de un nuevo congelamiento de precios para evitar la elevación de los índices de inflación.**

**Un funcionario dijo que antes de adoptarse nuevas medidas económicas, es necesario reiniciar las inversiones en el sector productivo, normalizar el mercado y reducir el déficit público, además de solucionar el problema de la deuda externa.**

**"Una nueva corrección en la economía está condicionada a esos factores y a un avance en la elaboración de la nueva constitución del país", dijo un alto funcionario del gobierno.**

**"Eso sólo podrá ocurrir a partir del mes de julio", señaló.**

**Las mayores críticas al "plan Cruzado" se concentran en las distorsiones provocadas por el demorado congelamiento de precios, que causaron el pago de sobreprecio, la escasez y una expectativa de inflación mayor.**

**"Uno de los mayores problemas del "plan Cruzado" representó el extraordinario éxito en el campo social, pues propició una distribución nacional de 23.7 por ciento", dijo el vocero presidencial Antonio Frota Neto.**

## Mayor consumo

**El vocero explicó que la expansión del consumo provocó una demanda que el parque industrial no tuvo capacidad para atender, debido a la retracción de las inversiones en los últimos años, resultado de políticas económicas recesivas.**

**"En un año conseguimos una estabilidad de precios por lo menos durante seis meses, aumentó el crecimiento económico, el nivel de empleo y producción industrial", afirmó Frota Neto.**

**El portavoz presidencial dijo que el gobierno no realizó un ajuste en el plan antes de noviembre "para no ser juzgado por el efecto inmediato del descongelamiento en la elecciones legislativas".**

**Afirmó que el aumento de la demanda que habría incorporado al mercado de consumo 33 millones de brasileños, paradojalmente dificultó los ajustes económicos.**

**"El plan era una reforma monetaria, pero generó un aumento real del ingreso, de la demanda, y no hubo inversiones", agregó.**

## Declaración de Sarney

Por su parte, el presidente brasileño, José Sarney, dijo hoy que la suspensión del pago de intereses a los acreedores privados es solamente una parte de los ajustes de la economía del país, que incluyen también medidas de austeridad.

"La suspensión del pago de intereses de la deuda externa es sólo una parte de los ajustes de nuestra economía", dijo Sarney en su programa semanal de radio.

El presidente señaló que el pago de intereses de la deuda "se habían vuelto insoportables" para la economía brasileña.

"Fue una decisión difícil, pero una decisión de coraje, fe y patriotismo, pero también de prudencia. Fue tomada con seriedad y sin demagogia", agregó Sarney.

"Lo que no podemos es dejar caer al país en la recesión y el desempleo", indicó.

01.01

9703018

098

Brasil

Chaín 28/02/87

A UN AÑO DEL CRUZADO

# Preparan otro plan económico

BRASILIA, 27 (Reuter). — Brasil prepara un nuevo programa económico para rescatar al estrangulado Plan Cruzado de estabilización monetaria adoptado hace un año, dijeron autorizadas fuentes de gobierno.

La nueva estrategia, que podrá incluir medidas de duro impacto social, deberá ser desplegada hasta promediar el año sobre la base de una rediseñada política de control inflacionario y un drástico combate al déficit financiero del sector público, agregaron.

Antonio Freta, portavoz de la presidencia, delineó durante una reunión con corresponsales extranjeros los nuevos objetivos de la política económica, poco antes de cumplirse el primer aniversario del alicaído plan Cruzado adoptado por el presidente José Sarney.

En un balance de "aciertos y errores" del programa, Freta dijo que el Cruzado "fue estrangulado por su propio éxito".

Concedido básicamente para combatir una inflación oficial del 233,7% en 1985, pero cuyo descontrol amenazaba elevarla a un 2.000% anual, el plan buscó crear paz social en el país, antes que alcanzar determinados objetivos económicos.

En respuesta a persistentes críticas que le atribuyeron incapacidad en el manejo de las fuerzas internas del mercado, mantenido poco oportuno para un descongelamiento de precios y carencia de mecanismos para enfrentar el monumental déficit fiscal, el vocero enumeró algunas "victorias" del programa.

Apelando a estadísticas oficiales, citó que la economía del país creció en un 8,3 por ciento en 1985 y un 7,7 por ciento estimado para 1986, luego de un persistente proceso recesivo anterior, y que la producción industrial trepó hasta un vigoroso 11,3 por ciento en 1986 frente a un registro del —6,6 por ciento detectado apenas tres años antes, en 1983.

Comparó datos sobre la utilización de la capacidad industrial instalada en el país y dijo que ésta subió de un 74 por ciento en 1983 a un 83 por ciento en 1986.

Respecto del impacto social derivado del Cruzado, sostuvo que 26 millones de brasileños fueron incorporados al mercado de consumo, en tanto el salario real de los trabajadores ascendió de —12,9 por ciento en 1983 al 26 por ciento en 1986.

Explicó que el desempleo decreció de un 6,7 por ciento en 1985 a 3,6 por ciento en 1986, abriéndose un 9,5 por ciento de nuevas fuentes de trabajo frente al —3,6 por ciento de 1985

01.01

0703056

098

Exchoje
Brasil

# Funaro negocia en Washington

WASHINGTON, 27 (AFP). — El ministro brasileño de Finanzas, Dilson Funaro, llegó ayer a Washington encabezando una delegación de alto nivel que se reunirá con altos funcionarios financieros y políticos para discutir el problema de la deuda externa de Brasil, una semana después de haber declarado un cese de pagos que sacudió al sistema financiero internacional.

Fuentes oficiales confirmaron que Funaro, acompañado por el presidente del Banco Central, Francisco Gros, almorzó con el presidente de la Reserva Federal, Paul Volcker, y posteriormente se reunió con el secretario del Tesoro, James Baker.

Las fuentes dijeron que están previstas reuniones con el secretario de Estado encargado, John Whitehead (el secretario de Estado, George Shultz, se encuentra de visita en China), con el presidente del Banco Mundial, Barber Conable, y una "visita de cortesía" al director gerente del Fondo Monetario Internacional, Michel Camdessus.

Gros declaró antes de partir de Brasilia que su gobierno se propone llevar las discusiones de la deuda al más alto nivel político, antes de comenzar a negociar con sus bancos acreedores en Nueva York.

- La delegación brasileña tiene programado partir de Washington mañana con destino a París, Londres, Bonn y Roma, para entrevistarse con los ministros de Hacienda y presidentes de bancos centrales de Francia, Inglaterra, Alemania Federal e Italia.

Brasil, el país más endeudado del Tercer Mundo, con obligaciones externas de 108.000 millones de dólares, está resuelto a usar su moratoria de pagos como una plataforma para lanzar discusiones políticas de fondo sobre el problema de la deuda externa, más allá de una simple reprogramación de pagos con los bancos, dijeron las fuentes.

Funcionarios norteamericanos dijeron que las reuniones con Funaro, "sin ser inamistosas, podrían no ser del todo cordiales", en vista de la reacción adversa generada por la moratoria.

Baker calificó la medida de "lamentable" en declaraciones ante el Congreso, y expresó esperanzas de que se trate de un paso "temporal".

01.01

8703057

098

Brasil

JORNAL do BRASIL 17/02/87

# Brizola contra Brizola

NO difícil processo de transição por que passa o país, há fenômenos que podem ser considerados positivos para a superação das atuais dificuldades: e outros que se inserevem nitidamente na categoria contrária. Entre estes últimos, é preciso incluir a postura que o ainda Governador Leonel Brizola vem adotando, desde que perdeu as eleições de novembro, face às instituições, aos problemas, aos próprios eleitos — uma postura depreciativa das responsabilidades públicas.

O estilo sarcástico e amargo que o Governador vem cultivando sistematicamente não deixa de ser prejudicial às suas próprias ambições políticas. O Brizola de hoje parece estar de costas para aquele político que venceu em 1982 no Estado do Rio; que achou o seu lugar fazendo oposição estadual ao PMDB e nacional ao PDS.

Naquela época, as circunstâncias talvez fossem mais difíceis que as de hoje para o candidato Brizola. Ele vinha de um prolongado afastamento da política nacional; acumulara uma reputação de incendiário, de político sectário, e muitos lhe atribuíam a responsabilidade pela derrocada final do Governo João Goulart — e da República de 1946.

O Brizola de 1982 esquivou-se a essas dificuldades, e marcou presença cultivando um estilo desembaraçado de chavões e preconceitos. Logo depois de eleito, ainda sem tempo para construir uma nova imagem política, teve ao seu lado a imprensa e a opinião pública sempre que lembranças do passado ameaçavam atropelar-lhe a dignidade do cargo.

Hoje, é o Governador em fim de mandato que está malbaratando essa dignidade, esmerando-se em tratar o Presidente da República num tom que ele não aceitaria para si mesmo. Infringindo os princípios mínimos de respeito, de decoro cívico, age o Governador como se a democracia estivesse em seu ocaso — e não num verdadeiro reinício.

Há não muito tempo, o Governador Brizola levou o comportamento cauteloso a ponto de propor dois anos extras de mandato para o Presidente Figueiredo, que já tinha direito a seis — totalizando, portanto, oito. Era o cuidado extremo de firmar uma imagem "conciliadora".

Hoje, o mesmo Brizola quer tirar quatro anos de mandato a um Presidente que assumiu em sequência a uma eleição limpa (embora indireta); tão limpa, tão livre, que foi vencida pela oposição. Trata-se de interesse pessoal? Mas o que isso configura, sobretudo, é um desrespeito pelo processo de transição em que estamos vivendo — como se ainda fosse possível, a esta altura, queimar etapas no jogo político.

A mesma postura adota o Governador em relação ao seu próprio Estado — uma atitude realmente acintosa, como se o Governador eleito tivesse culpa da própria vitória. E essa atitude é tomada justamente face ao primeiro Governo que obtém, neste Estado, uma significativa maioria em muitos e muitos anos — enquanto o mandato do Sr Leonel Brizola foi conquistado com apenas um terço dos votos.

Não se trata apenas da sonegação de informações necessárias à transição de governo: este é um velho vício dos nossos costumes políticos de que ainda não pudemos livrar-nos. O que se verifica, sobretudo, é um desrespeito ao cidadão — uma espécie de vingança para com o eleitor, o que está longe de constituir boa política.

Por essas e outras é que o Governador Brizola foi chamado de "uma vela que se apaga" pelo Governador eleito de Minas Gerais — o mesmo Governador de Minas que está disposto até mesmo a dar prosseguimento a algumas das idéias adotadas no Governo Brizola (como os CIEPs). Há uma diferença clara entre o Brizola de fim e de início de mandato: e essa diferença, no momento, está trabalhando contra o processo democrático brasileiro — e contra o Sr Leonel Brizola, que vai invertendo os princípios políticos que o levaram à vitória em 1982.

01 . 01

0703067

098

Brasil

# Venta de armas brasileñas a Arabia Saudita

SAN PABLO, 14 (ANSA).- Una misión militar de Arabia Saudita vendrá el mes actual para firmar un contrato por mil millones de dólares para la adquisición de 500 tanques pesados Osorio (orugas y cañón de 120 milímetros) producidos por la empresa Engesa.

La informa Folha de São Paulo, que añade que será el segundo contrato que el reino firma con la industria bélica brasileña, ya que en diciembre de 1986 compró mil tanques Osorio con cañón de 105 milímetros, además de equipos de equipamiento militar Tucano (de la Empresa Brasileira de Aeronáutica) y el lanzador múltiple de cohetes Astros-Dos, de Avibras, por tres mil millones.

En este nuevo contrato intervino el ministro de Ejército, general Leonidas Pires Gonçalves, por lo cual el arma recibirá gratuitamente un lote de 25 tanques. Cada máquina cuesta internacionalmente cuatro millones de dólares pero el reino árabe sólo les costarán dos millones y medio dentro de la operación total.

La Nación 15/2/88

01.01

8703073

098

Brasil

CLARIN 27-2-87



ARGENTINA Y URUGUAY

# Brasil: "La prioridad es la integración"

BRASILIA, 26 (AFP). — La prioridad de la diplomacia brasileña es la **consolidación del proceso de "integración con la Argentina y Uruguay, con vistas a su apertura este año a otros países de América latina"**, anunció en Brasilia el embajador **Rubens Ricupero**, asesor de política internacional del presidente **José Sarney**.

Ricupero conversó con corresponsales extranjeros acreditados en Brasilia, y anticipó las grandes líneas de la actividad diplomática brasileña para 1987.

Al mismo tiempo, el asesor de Sarney explicó la política de su país frente a la cuestión de la deuda externa y **admitió que "se han detectado algunas señales recesivas" en la economía brasileña.**

Ricupero enfatizó que la primera prioridad de la diplomacia brasileña es el proceso de integración iniciado con la Argentina y Uruguay.

### ♦ Iniciativas

Sin embargo, este año habrá iniciativas brasileñas con vistas a la apertura de ese proceso de integración en dirección a otros países de América latina.

Habrá pasos en ese sentido hacia países **como México y del norte de América del Sur, explicó Ricupero.**

En cuanto al conflicto centroamericano, Brasil "continuará su acción **en el marco de Contadora y del Grupo de Apoyo a Contadora".**

Ricupero reiteró la posición brasileña sobre la cuestión de la deuda externa: **"Queremos una solución definitiva, no un paliativo, no podemos imponer esa solución, pero esperamos que los otros comprendan".**

Brasil debe iniciar en marzo próximo la negociación para el reescalonamiento del grueso de su deuda externa, **por un total de 70.000 millones de dólares.**

El total de la deuda externa brasileña asciende a **111.000 millones de dólares**, según anunció el miércoles el ministro de Hacienda, **Dilson Funaro.**

Funaro y el presidente del Banco Central, **Francisco Gros**, viajan a Estados Unidos y países europeos para explicar la posición brasileña antes de dar comienzo a las negociaciones.

El viernes pasado, Sarney suspendió el pago de los intereses de su deuda externa. Brasil quiere una negociación plurianual, con —entre otras cosas— alguna forma de reinversión de los intereses que paga por el servicio de la deuda, para atender sus necesidades de crecimiento económico.

Sin embargo, tanto Ricupero como Funaro y el propio Sarney han insistido en que su país no va a aceptar una vigilancia del Fondo Monetario Internacional (F.M.I.) sobre la economía brasileña.

"Nuestra propuesta no implica tasas de intereses por abajo de las del mercado, no representará perjuicios líquidos a los acreedores, ni tampoco implicará **que los gobiernos deberán subsidiar los bancos"**, explicó Ricupero.

Gros anunció el miércoles que Funaro y él presentarán a sus interlocutores en Estados Unidos y Europa junto a las propuestas brasileñas, **los detalles de un plan de austeridad destinado a "un control total del gasto público".**

"Debemos dejar de ser exportadores de capital. En los últimos cinco años **enviamos 55.000 millones de dólares al exterior y solo recibimos 19.000 millones"**, se quejó el asesor.

Ricupero admitió que se han detectado algunos indicios de recesión en la economía brasileña, pero, advirtió: "Es muy pronto para afirmar que hay una recesión en marcha".

"El gobierno está a tiempo para detener esas tendencias recesionistas. Dispone de **120.000 millones de cruzados** (unos 6.000 millones de dólares) **para inversiones en el sector eléctrico, siderurgia, transportes, abonos y otros."**

01-01

8703094

098

Brasil

# Sindicatos: "No hay posibilidad de pagar"

RIO DE JANEIRO, 23 (ANSA). — La suspensión del pago de los intereses de la deuda externa tomada por el gobierno brasileño "no es suficiente" para que los trabajadores del país acepten la realización del "pacto social" con el gobierno.

Así lo advirtió Jair Meneghelli, secretario general de la Central Unica de Trabajadores (CUT), una de las dos grandes centrales sindicales del Brasil y que tiene el apoyo del Partido de los Trabajadores (PT, de Luis Inacio "Lula" da Silva).

Según Meneghelli, para que los trabajadores de la CUT vuelvan a pensar en pacto social (después de las fracasadas gestiones realizadas por el ministro del Trabajo, Almir Pazzianotto), "el presidente Sarney debería, primero, responder a nuestra carta de 10 ítems básicos para formulación del pacto".

Con relación a la suspensión del pago de los intereses de la deuda, el dirigente advirtió que "el gobierno no consiguió convencer a los trabajadores de que no se trata de una simple postergación".

En opinión del dirigente, "la deuda, antes que nada, es ilegítima e impagable; no la hicimos los trabajadores y no podemos pagarla, ni con dólares, ni con recesión ni con desempleo".

Según Meneghelli, "la negociación de la deuda de que habló el presidente José Sarney es, en la práctica, aplicar la política del Fondo Monetario Internacional (F.M.I.)".

"En vez de admitir que el Plan Cruzado (congelamiento de precios y salarios) resultó un fracaso, generando la más alta inflación de la historia del país (en febrero superará el 20 % mensual), el presidente anuncia medidas que sin duda traerán más recesión, caída salarial, hambre y desempleo, consecuencias directas de los cortes en los gastos públicos y el fin de los subsidios a productos básicos (anunciados por el gobierno junto con la suspensión del pago de los intereses de las deudas externas)."

La Central General de Trabajadores (C.G.T.), más moderada con relación al gobierno federal) emitió opiniones que se acercan a las de la CUT, pues según Ricardo Batistão, uno de sus dirigentes, "el gobierno para cuando no explica claramente dónde serán aplicados los dólares que dejarán de ser enviados durante los meses de la suspensión del pago; y no queremos que sean canalizados a la clase empresarial, que ya ganó mucho dinero en estos años, sino al pueblo sufrido".

24/4/87

01 . 01

9703098

098



# DISCREPANCIAS SOBRE EL CONTEXT

## REAL DE LA ECONOMIA BRASILEÑA

Clarín EN BRASILIA

# ¿Fue solo una decisión política?

BRASILIA, 23 (Enviado especial). — El paso de las horas y de los días no consiguió, todavía, arrojar más luz sobre las dudas surgidas acerca de la decisión brasileña de suspender el pago de los intereses de la deuda externa, anunciada el viernes pasado, y acerca del real contexto económico del país donde se lanzó la medida.

Por el momento, la más importante de esas dudas gira en torno de la explicación sobre el porqué inmediato de la decisión.

¿Se trató —como sostuvo en su discurso el presidente José Sarney e insiste permanentemente el ministro de Hacienda, Bilson Funaro— de una decisión política, inserta en un plan de replanteo global del problema de la deuda externa con los acreedores y de una estrategia delineada en el plano interno? ¿O, en cambio, como sostienen los críticos, de una mera y forzada ecuación técnica a una situación de falencia provocada por la caída total de las reservas?

El estado mismo de las reservas ofrece campo para los más diversos diagnósticos. En su mensaje de anuncio oficial de la suspensión de pagos Sarney puso especial énfasis en afirmar que, contra todos los hábitos consagrados, iba a hacer público el estado de las reservas para desmentir las versiones de la falencia, y lanzó entonces la cifra de los 3.900 millones de dólares.

En su diálogo del día siguiente con los representantes de los medios extranjeros de prensa —entre ellos, Clarín— el ministro Funaro habló permanentemente de reservas "en torno de los 4.000 millones de dólares", en cuya defensa, precisamente, se había adoptado la medida de la suspensión de pagos.

Para los políticos, empresarios y economistas partidarios de la ortodoxia, la situación de las reservas sería bastante más crítica y estaría lejos de asegurar las importaciones esenciales para los próximos cuatro meses, tal como asegura el área económica del Gobierno.

Alfonso Pastore —último presidente del Banco Central durante el régimen militar y, en ese carácter, principal encargado de la negociación con los acreedores en esa época— acaba de dejar asentado su temor de que "las autoridades económicas estén subestimando al presidente, si en octubre del año pasado dijeron que las reservas eran del orden de los 5.500 millones de dólares, ¿cómo es posible que ahora manejen la cifra de los 4.000 millones, después de cuatro meses de pauperrimos superávit en la balanza comercial?"

"Es el milagro de la multiplicación de los panes", ironizó Pastore, para quien "la cifra de reservas brasileñas que se está manejando normalmente en la plaza de Nueva York, que llega a apenas a 500 millones de dólares, parece mucho más confiable."

Con absoluta consecuencia con los términos de las contradicciones "decisión política-falencia" y "reservas suficientes-reservas agotadas", también aparecen igualmente enfrentadas las evaluaciones sobre la marcha de la actividad productiva.

Mientras el gobierno niega que exista cualquier peligro de recesión de hecho o como recurso de la política económica que acompañará a la suspensión de pagos, muchos sectores empresarios sostienen que ya se está entrando en un cuadro recesivo, el que se verá necesariamente agravado por las decisiones adoptadas en el plano externo.

En la citada reunión con los periodistas extranjeros, Funaro eludió responder a una pregunta directa de Clarín sobre el tema, basada en declaraciones públicas del día anterior de Walter Sacca, director del Departamento de Economía de la poderosa Federación de Industrias del estado de San Pablo (FIESP).

Sacca había señalado que su departamento prevé para enero y febrero una caída del 30% en la actividad industrial paulista en relación con el pasado diciembre.

Funaro dijo desconocer esas declaraciones y aseguró que, en todo caso, debía haber un "error de interpretación", en la medida cómo una reducción de ese volumen porcentual "implicaría un caos tal que ya ya no estaría aquí".

De todos modos, Sacca no había hablado de recesión propiamente dicha, puesto que la comparación entre la actividad industrial de estos dos meses se efectúa con el último mes del período de crecimiento más alto(12,1% para el total del año 1986) desde que la FIESP, en 1975, instituyó la medición del denominado Indice de Nivel de Actividad (INA).

Agencia Rá

El presidente brasileño, José Sarney, en actividad oficial mientras la deuda externa continúa siendo el tema excluyente.

En estos últimos tres días Funaro repitió incansablemente, en varias declaraciones públicas, lo que había asegurado a la prensa extranjera en cuanto a que Brasil "muestra una excelente performance en su economía, lo que precisamente se quiere defender con la decisión de la suspensión de pagos, y las recomendaciones producidas desde comienzos de éste no implican peligro de recesión.

### ♦ ¿Estrategia secreta?

Desde los ámbitos empresarios, financieros y las estructuras políticas y medios de prensa ligados a ellos se insiste, de todos modos, en que la situación de "incertezia técnica" sólo podrá ser superada a través de una dura receta de ajuste interno fatalmente recesiva, tal como ocurrió cuando, en 1982, el gobierno del presidente militar João Batista de Figueiredo también debió suspender el pago de los intereses de la deuda por falta de reservas.

Los temores por la posible instauración de una serie de medidas internas de carácter recesivo no fueron totalmente desechados por los dirigentes del oficialista Partido del Movimiento Democrático Brasileño, pese a que cerraron filas en torno de Sarney y de Funaro desde el anuncio de la suspensión.

La prueba de que las dudas sub fue dada por los constituyente PMDB en la mañana del sábado, de únicamente aprobaron una de ción de apoyo a la medida de la s sión del pago.

En cambio rechazaron una p ción del diputado Roberto Cam vez —la más clara expresión de l cha del partido— destinado a ap el conjunto de la política econó Funaro.

Es que, según lo recomendó la d da Cristina Tavares, las dispos oficiales en cuanto al estricto con los gastos públicos y de las em estatales y la suspensión de los dos a varios productos, "podría unar algún tipo de plan recesivo".

Las versiones al respecto g algún espacio en la tarde de hoy, do en el Palacio del Planalto, m se esperaba la visita del principa dero de España, el portavoz ofi presidente, Fruta Netto, reveló currillo que Sarney canceló el a estudio y [illegible] medidas de política económica.

Paralelamente, también crec rumores acerca de la existencia propuesta brasileña de negociar los bancos privados acreedores [illegible] nuevos, destinado a dar u ción global al problema con el c de deudores y acreedores".

No existe detalles al respect que el embajador Rubens Ri —enviado del presidente para asu ternacionales, y, según se dice, r del discurso de anuncio de la s sión de pagos— aseguró que "el p traerá perjuicios a los bancos, no se plantea una revisión del m la deuda ni se piden tasas de inte debajo de las del mercado; se t una propuesta justa para perm continuidad del proceso de crec del país.

*Carlos Eichel*

Copyright Cla

## Racionarían la nafta

RIO DE JANEIRO, 23 (DPA). — Brasil ha tomado medidas para un racionamiento de combustibles y la prensa anticipa que en caso necesario se deberá vender el combustible preferentemente a medios públicos de transporte y al transporte de mercancías.

Brasil tiene un colapso de su comercio exterior si los bancos internacionales, como represalia por la suspensión por parte de Brasil del pago de intereses, bloquean los créditos corrientes de giro al descubierto, con los que se desarrollan la importación y la exportación brasileñas.

En tal caso, el primer sector que sufrirá las consecuencias será el de importación de petróleo. Brasil ha almacenado reservas de combustible que le aseguran cubrir durante 60 días el consumo de petróleo.

01.02

870310 0

## REAL DE LA ECONOMIA BRASILEÑA

# El gobierno no adoptará medidas de ajuste, afirmó Dilson Funaro

**Mientras en Estados Unidos se aguarda una misión brasileña para negociar con la banca acreedora, los sindicatos de Brasil afirmaron que la suspensión de pagos de los intereses de la deuda externa no es suficiente para que los trabajadores acepten el "pacto social". Por su parte, el ministro de Hacienda Dilson Funaro garantizó que el gobierno del presidente José Sarney no adoptará medidas de ajuste económico.**

RIO DE JANEIRO, 23 (AP y EFE). — Setenta y dos horas después de anunciar la suspensión del pago de intereses de la deuda externa de 108.000 millones de dólares, el ministro de Hacienda Dilson Funaro garantizó que el gobierno no adoptará ahora medidas de ajuste económico.

"Sería un desastre", dijo en entrevista exclusiva al diario "O Globo", explicando que la inflación está elevada y no hay estabilidad económica. El índice inflacionario llegó a 16,82 por ciento en enero, el más alto registrado en la historia económica del país.

Funaro afirmó, además, que el gobierno no va a adoptar medidas de impacto en el mercado financiero ni tampoco introducir modificaciones en la política cambiaria.

La anunciada suspensión del pago de los intereses ha desencadenado una serie de rumores en el mercado financiero, desestabilizando las Bolsas de Valores e impulsando el precio del oro y el dólar. La moneda norteamericana se cotiza hoy a 34 cruzados contra 19,11 del cambio oficial.

♦ **Llegar a un acuerdo**

El gobierno brasileño ha afirmado que está dispuesto a saldar sus compromisos externos, siempre y cuando se llegue a un acuerdo razonable con alrededor de 750 bancos extranjeros con los que tiene contraída gran parte de su deuda.

El viernes, al hacer el anuncio, el presidente José Sarney dijo que la suspensión del pago de intereses de la deuda externa se hacía "por razones de soberanía y seguridad nacional, para preservar las reservas de 2.900 millones de dólares y para lograr mejores condiciones de pago, que no comprometan el desarrollo ni la estabilidad política del país".

Las negociaciones entre Brasil y los bancos se inician dentro de dos semanas y, según Funaro, la reanudación del pago de intereses va a depender de los acreedores.

"Puede iniciarse en una semana o cinco meses. No tenemos plazo fijo", afirmó.

"Esta negociación no implica un acuerdo con el Fondo Monetario Internacional. Esperamos que ellos contribuyan para el pago de esa deuda", dijo Funaro al desmentir informaciones sobre un acercamiento de Brasil al F.M.I.

Desde febrero de 1986, Brasil se apartó del F.M.I. y rechazó los programas de ajuste económico propuestos por el organismo multilateral, como condición para la adjudicación de nuevos préstamos o la refinanciación de su deuda externa.

Brasil solo acepta una de las cláusulas del contrato con el F.M.I., que establece un análisis anual de la situación económica por parte de los técnicos de ese organismo mundial.

El anuncio brasileño sobre la renegociación de su deuda con el F.M.I. se produce a 72 horas de haber anunciado Brasil la suspensión del pago de los intereses de su deuda externa con los bancos comerciales internacionales, que es de casi 70.000 millones de dólares.

Los bancos debían iniciar este fin de semana la renegociación de la deuda brasileña, pero según anunció hoy el ministro de Hacienda, Dilson Funaro, esto deberá comenzar a mediados del próximo marzo.

Archivo 1986

02.02

87031 00

D98

2ª

GUERRERO

Buenos Aires, domingo 22 de febrero de 1987

Clarín
SEGUNDA SECCION

Clarín EN BRASILIA

# Brasil no negociará con el F.M.I., anunció Dilson Funaro

BRASILIA, 21 (Enviado especial). — El gobierno brasileño está dispuesto a mantener su decisión de suspender el pago de los intereses de la deuda externa hasta lograr un acuerdo satisfactorio con los bancos acreedores y no aceptará el monitoreo del Fondo Monetario Internacional, aunque este trámite sea una exigencia para la negociación de ese acuerdo.

Esta fue la definición más sustancial efectuada en la mañana de hoy, en una charla con los periodistas extranjeros mantenida en su residencia particular, por el ministro de Hacienda brasileño, **Dilson Funaro.**

Interrumpida dos veces por sendas llamadas telefónicas del ex secretario de Estado norteamericano **Henry Kissinger** (**"un gran amigo de Brasil siempre preocupado por nuestro país"**, según las disculpas del ministro por los intervalos forzosos), la charla tenía como principal objetivo explicar los alcances de la medida de suspensión del pago de los intereses de la deuda contraída con la banca privada anunciada anoche oficialmente por el presidente **José Sarney.**

La eventualidad de un retorno de Brasil a las auditorías del F.M.I. como aval para posteriores acuerdos con las instituciones acreedoras constituye una de las grandes expectativas despertadas en el país tras el anuncio de la suspensión de pagos, cuando menos para los sectores más preocupados por la respuesta del mundo financiero a la medida del gobierno brasileño.

**Funaro** se encargó también de desalentar la otra gran expectativa del momento —ésta bastante más generalizada— en el sentido de que las medidas de orden interno que tienen que acompañar la suspensión podrían implicar un nuevo "choque heterodoxo", al estilo del Plan Cruzado, con congelamiento de precios y salarios.

El decidido rechazo del ministro a toda posibilidad de someterse a la supervisión del Fondo Monetario Internacional reitera, de algún modo, el texto menos explícito al respecto contenido en el discurso de Sarney.

**Con tono enfático, el presidente había defendido la** gestión económica de su gobierno hasta el momento y **asegurado que esta suspensión de pago es una decisión** política en defensa de las reservas del país y de su soberanía de decisión.

**"La situación es totalmente diferente a la de 1982"**, aseguró Sarney en alusión a la anterior suspensión forzada de pagos de Brasil, bajo el régimen militar.

Recordó que **"entonces sí, en aquella época, hubo una obligación de hecho, porque Brasil no disponía de recursos para honrar sus compromisos".**

Así **"quedamos a merced de los acreedores, quienes nos impusieron sus condiciones y no pudimos resistir; tuvimos entonces que recurrir al F.M.I. con los resultados conocidos".**

Para **Funaro**, Brasil no tiene ninguna razón para recurrir ahora al Fondo **"porque tiene un excelente programa económico con magníficos resultados".**

"El Fondo —afirmó el ministro— cumplía un papel importante de asesoramiento para aquellos países que, en un contexto económico internacional normal, tenían problemas por razones de mala administración; se trataba de problemas nacionales, aislados".

Agregó que a partir de 1980, cuando "Estados Unidos dispuso una política de alteración de los intereses, muchos países que luchaban por crecer quedaron en una situación extremadamente difícil, es el resultado de una crisis económica internacional y no ya de países aislados".

El ministro aseguró que el rechazo a un "monitoreo" del F.M.I. no implica un enfrentamiento con el organismo, con el que existe un acuerdo por el que sus técnicos vienen una vez al año a Brasilia a informarse sobre la marcha de la economía.

**Funaro** negó razón a los acreedores que exigen el recurso al F.M.I., "porque nuestro programa nos permite tener uno de los déficit más bajos del mundo (1,6 por ciento) y un superávit de cerca del 4 por ciento del Producto Bruto Interno, aunque yo sé que los banqueros querrían que fuese del 25 por ciento".

Señaló, con énfasis, que "el F.M.I. tiene un papel muy importante que cumplir corrigiendo las distorsiones del propio sistema financiero, que dejó de invertir en el crecimiento de nuestros países; también, el de corregir déficit de algunos países desarrollados, que son mucho más graves que los de Brasil".

Las explicaciones de **Funaro** estuvieron destinadas fundamentalmente a justificar la caída del superávit de la balanza comercial durante 1986 (de 9.000 millones de dólares contra más de 12.000 en los dos años anteriores) y la de las reservas, de 9.000 millones de dólares a poco menos de 4.000.

Según estas explicaciones, el problema no estuvo relacionado con una mala administración, tal como aseguran sus críticos, sino con los resultados naturales del gran auge de la demanda creado por el Plan Cruzado, por un lado, y por las dificultades surgidas en el comercio exterior por el otro.

En todo caso, quedó claro que el nivel actual de las reservas del país es el considerado límite, en la medida en que solo garantiza las importaciones necesarias para la marcha de la economía durante los próximos tres meses.

El ministro señaló que la tesis brasileña para las negociaciones de la deuda externa que deben comenzar a principios de marzo tienen como eje la necesidad de garantizar un índice aceptable de crecimiento del país, de evitar la exportación anual de más del 2,5 por ciento del producto bruto interno.

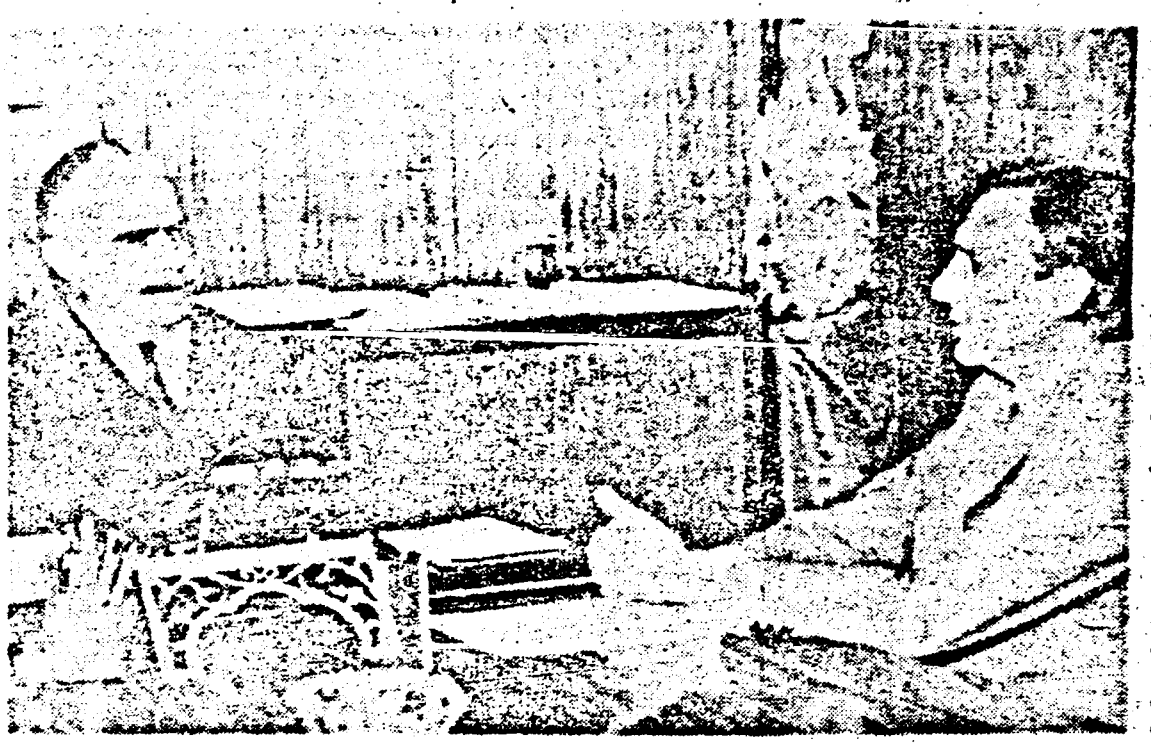
También, el de que resulta imprescindible renegociar el conjunto de la deuda y abandonar "el círculo vicioso de los acuerdos año a año, que en el comienzo de cada uno de ellos plantea una crisis".

"El Plan Cruzado —afirmó— tenía por objeto neutralizar los componentes inerciales, autoalimentadores de la inflación. la inflación actual es de otro tipo, obedece a un proceso de reacomodamiento de la economía, y ya existen indicios de estabilización de los índices".

Finalmente, **Funaro** descartó cualquier tipo de articulación de la política brasileña frente a la deuda externa con los otros países deudores latinoamericanos, aunque señaló que "si nuestros planteos abren nuevos caminos en el problema, es lógico que los otros países los exploren".

*Carlos Eichelbaum*

Copyright Clarín, 1987



José Sarney (izq.), presidente de Brasil, analiza la suspensión de pagos de la deuda externa con su ministro de Finanzas, Dilson Funaro, poco antes del anuncio oficial de la decisión.

(Más información en las págs. 2 y 3 de la 2ª Sección y en las págs. 18 y 19 de la 1ª Sección.)

01.01

0703112

RTES Poco LEGIBLE

098

Brasil



# Tras la crisis del Brasil los bancos moderan su posición

*Naciones Unidas (UPI) — Luego de la decisión del Brasil de suspender el pago de los intereses de su deuda, parece percibirse una posición más flexible en los bancos, dice un informe reservado preparado por expertos de las Naciones Unidas.*

*El documento, elaborado a solicitud del secretario general Javier Pérez de Cuellar, es un reflejo de la preocupación que hay en la comunidad internacional por la evolución de la crisis de la deuda. El informe dice que la suspensión de pagos dispuesta por el Brasil ha sido llamada una "moratoria técnica", ya que fue causada por el inminente agotamiento de las reservas de monedas extranjeras. Cuando se hizo el anuncio, el 20 de febrero, las reservas brasileñas habían caído 43 por ciento desde setiembre y habían llegado a 3900 millones de dólares, "un nivel extremadamente bajo para el Brasil", a lo cual hay que agregar que sólo parte de esas reservas pueden usarse.*

*Agrega el informe que la intención anunciada por las autoridades del Brasil de destinar 2,5 por ciento del Producto Nacional Bruto al pago de la deuda significará reducir los pagos a la mitad de lo que se había hecho en el pasado reciente.*

*Indica que en 1984, 1985 y en los primeros tres trimestres de 1986, el superávit de la balanza comercial promedió los 1000 millones de dólares anuales "y cerca de 90 por ciento de esto se dedicaba al pago de intereses de la deuda", lo que equivale "a 10.000 millones anuales, 7000 millones de los cuales fueron a los Bancos".*

*Con estas cifras, expuestas sin comentario, el informe destaca tácitamente lo que han indicado tantos ante la Asamblea General de Presidentes y Cancilleres Latinoamericanos, que el monto pagado sólo en concepto de intereses resulta abrumador para las naciones deudoras. El gobierno brasileño, agrega el informe, publicó una lista con 2000 productos cuya importación estaba restringida, pero las importaciones siguieron creciendo, lo que indica que se estaba creando una reserva estratégica de petróleo y de trigo, "sin embargo no parecen existir otras reservas de materiales estratégicos".*

*El informe agrega que el Brasil está sufriendo una inflación acelerada que llegó en febrero a 20 por ciento y que la Argentina ha prometido alguna asistencia para aliviar posibles necesidades y "en este contexto, los acuerdos de cooperación económica de julio de 1986 han tomado particular relevancia".*

*Sostiene el informe que la comunidad bancaria internacional parece haber tomado con calma la decisión del Brasil de suspender los pagos de intereses, pero indica que eso "ha cambiado el tenor de la próxima ronda de negociaciones entre el Brasil y los bancos".*

*Finalmente comenta que aún es muy temprano para analizar el impacto de la decisión brasileña en las negociaciones de otros países latinoamericanos; "en realidad varios analistas estiman que se ha iniciado un nuevo proceso en la renegociación de la deuda; hay indicios de que algunos bancos comerciales han tomado una posición más flexible".*

01.01

8703162

098

Brasil

La Mañana

MONTEVIDEO, SABADO 28 DE FEBRERO DE 1

**El Ministro Funaro inició ronda negociadora**

# Propuesta brasileña a los bancos acreedores

El gobierno brasileño inició ayer en Washington las consultas políticas con seis países de la propuesta que presentará a los bancos acreedores para la renegociación de su deuda, de 68.000 millones de dólares sin contar intereses.

La propuesta, revelada a la prensa extranjera por un asesor del presidente José Sarney, determina las aspiraciones políticas y económicas de la renegociación no sólo en el campo interno sino en el externo.

La negociación persigue cuatro objetivos a los que el gobierno no renunciará, dijo el portavoz, tras señalar que las condiciones para negociar en este momento son óptimas pues no existen en el horizonte los peligros de una recesión mundial favoreciendo al Brasil.

Mantener el ritmo de crecimiento en índices entre el 3 y el 5 por ciento, descaracterizar cualquier impulso ideológico, realismo y respeto a los compromisos adquiridos, son las bases políticas de la propuesta brasileña.

Queremos saber qué se puede pedir y ellos qué pueden dar para que la negociación sea real, explicó la fuente.

En el campo económico, esa propuesta básicamente consta de una negociación que permita a Brasil pagar su deuda en 16 años, con cuatro de carencia, reducción de las remesas por servicios al 2,5 por ciento del Producto Interno Bruto (PIB), reducción de las tasas de riesgo (spreads) a niveles similares a los de México (0,825), capitalización de intereses y nuevos créditos.

Brasil no aceptará una negociación a corto plazo y su decisión de un acuerdo plurianual no está sujeta a discusión, explicó.

En cuanto a la reducción del dinero que envía anualmente al exterior por concepto de intereses de su deuda externa, y estimado para 1987 en 12.000 millones de dólares, Brasil aspira a que se reduzca a 4.000 millones de dólares.

Las tasas de riesgo (spreads) de 1.18 negociadas el año anterior continúan siendo altas para el Brasil, y una nueva negociación debe alcanzar un nivel similar al que obtuvo México el año pasado al renegociar su deuda, y que fue del 0,825 por ciento.

Para la capitalización de los intereses, el gobierno brasileño lleva dos propuestas a sus acreedores de la banca comercial internacional. Una, de convertir parte de los intereses de la deuda en capital de riesgo y otra que transforma esos intereses en bonos.

Brasil aspira a que la banca comercial conceda nuevos créditos que ha cuantificado entre 4.000 y 7.000 millones de dólares.

Lo mínimo que necesitamos en este momento son 4.000 millones de dólares, dijo el asesor presidencial.

Reiteró que la negociación con la banca comercial acreedora, cuya deuda asciende a 68.000 millones de dólares, sólo se iniciará cuando el gobierno concluya las consultas de su plan con Estados Unidos y países de Europa.

Brasil suspendió el pasado 20 de febrero el pago de los intereses de la deuda exterior con la banca comercial hasta tanto logre un acuerdo en la negociación.

Fue una decisión difícil, más una decisión de coraje, de fe, de patriotismo y de prudencia, tomada con seriedad y sin demagogia, recordó hoy el presidente José Sarney.

En su habitual mensaje radiofónico de los viernes, el Jefe del Estado brasileño se refirió por primera vez públicamente a esta decisión diciendo que el pago de los intereses de la deuda externa se había tornado insoportable para nuestra economía.

Fue una decisión tomada con cuidado, basada en un minucioso planeamiento y acompañada de numerosas providencias internas que demostraran al mundo que Brasil es un país maduro, que atraviesa una crisis pasajera, como acontece algunas veces con naciones ricas, expresó Sarney en su mensaje.

01.01

0703163

098

Brasil

A.F. 19218

Ante la imposibilidad de cumplir con los pagos previstos

# *Brasil planearía una insólita "minimoratoria" de su deuda*

**Brasilia (Reuter) — El presidente José Sarney llamó ayer a su embajador en Washington a fin de mantener consultas sobre el duro aprieto financiero que atraviesa el Brasil para cubrir intereses de su deuda externa, de 109.000 millones de dólares, dijeron fuentes oficiales.**

**Marcilio Marques Moreira, representante de Brasilia ante el gobierno de Ronald Reagan, acudió al llamado y se reunió con el jefe de Estado.**

**La consulta se producía en medio de insistentes versiones —y consecuentes desmentidos oficiales— sobre una presunta intención brasileña de limitar o suspender temporariamente el pago de intereses de su deuda global.**

**La medida fue anticipada profusamente por la prensa brasileña durante los últimos días como una supuesta "minimoratoria".**

**Brasil enfrenta serias dificultades para pagar sus obligaciones financieras externas que, según estimaciones oficiales, implican una erogación mensual promedio de 880 millones de dólares, solamente en intereses.**

**El Banco Central mantuvo ayer absoluto hermetismo en torno a las reservas internacionales necesarias para el pago de compromisos, pero economistas gubernamentales admitieron que éstas se sitúan en un nivel inferior al establecido como "de seguridad".**

**Un último informe oficial divulgado a fines del año anterior sostuvo que estas reservas giraban en torno de 4000 millones de dólares.**

**La preocupación oficial en torno a las obligaciones externas se agudizó después de que datos oficiales revelaron el martes el peor rendimiento de la balanza comercial brasileña durante los últimos cinco años.**

**La cartera de Comercio Exterior (CACEX) del Banco del Brasil estableció que el país logró en enero un magro superávit comercial de 129 millones de dólares, el más bajo en 60 meses.**

**Brasil debería mantener un saldo favorable equivalente a 1000 millones de dólares mensuales para enfrentar con su cuenta comercial los 12.500 millones de dólares que, según datos del Banco Central, pagó en 1986 en servicio e intereses de su deuda externa, la mayor del mundo en desarrollo.**

**Las consultas presidenciales sobre el crítico momento financiero en el frente externo se produjeron hoy simultáneamente a otras, de tipo político que Sarney emprendió el lunes para adoptar nuevos correctivos al alicaído plan cruzado de estabilización económica, adoptado por su gobierno hace un año.**

**El jefe de Estado llamó a líderes de los más importantes partidos políticos del país para consultar los reajustes, cuyo objetivo básico era el de enfrentar un rebrote inflacionario que en enero trepó hasta 16,8 por ciento, un registro mensual sin antecedentes históricos en la economía brasileña.**

**El vocero oficial, que insistió en el carácter "interno" de las medidas, admitió, sin embargo, que tendrían "alguna" repercusión en el área externa y en las obligaciones financieras del Brasil con sus acreedores internacionales.**

*El desconcierto parece ser la característica más destacada de la economía brasileña, al menos en esta versión del "cruzado" publicada por la "Gazeta Mercantil".*

01.01

9703164

Brasil

últimas noticias Montevideo, sábado 28 de febrero de 1987 información internacional

# DEUDA: BRASIL DEMANDA SOLUCION POLITICA Y NO SOLO CON BANCOS

Washington, por Adolfo G. Aleman, (AIdSA). Brasil explicó que "La moratoria técnica", recientemente anunciada por su gobierno, debe considerarse "como punto de partida para un nuevo enfoque en las discusiones sobre el pago de la deuda externa del país".

Dilson Funaro, Ministro de Hacienda del Brasil, mantuvo una intensa jornada con entrevistas y reuniones, destinada a explicar que el gobierno del Presidente José Sarney no quiere enfrentamientos sino soluciones.

Los anuncios de que Funaro habría de recibir "una fría recepción en Washington", según consigna "The Wall Street Journal", quedaron desmentidos por los hechos.

Por el contrario, la presencia de Funaro despertó expectativas y profundo interés en los organismos internacionales de crédito, así como en los altos niveles del gobierno norteamericano.

## ENTREVISTAS

Funaro se reunió con Paul Volcker, Presidente de la Reserva Federal, James Baker, Secretario del Tesoro, Barber Conable, Presidente del Banco Mundial, y Michel Camdessus, nuevo Director Gerente del Fondo Monetario Internacional (F.M.I.).

La visita a Camdessus fue calificada como "de cortesía" y, aunque Funaro ofreció una rápida explicación de los pasos dados últimamente, quedó en claro que Brasil no quiere la intervención directa del F.M.I.

## DIALOGO AGOTADO

Funaro vino acompañado por el Presidente del Banco Central, Francisco Gros, y por su asesor principal en asuntos internacionales, Alvaro Alencar.

Después de los Estados Unidos, Funaro continuará viaje por Alemania Federal, Francia, Gran Bretaña, Suiza e Italia.

Canadá y Japón también figuran en la lista de viajes del Ministro, aunque en una fecha posterior.

Funaro y sus colaboradores consideran que corresponde ahora al Brasil conversar con los gobiernos porque el diálogo con los bancos "está agotado".

Brasil no excluye a los bancos privados, pero opina que la solución del problema de la deuda externa "no reside" en tratativas con ellos solamente.

## LOS PLANTEOS

En sus diversos encuentros, Funaro explicó lo siguiente:

(1) Brasil no favorece negociaciones a través del F.M.I., cuyas recetas y posiciones rígidas han caído en desprestigio en los países del Tercer Mundo, pero le gustaría explorar la posibilidad de una mayor participación del Banco Mundial.

(2) El Banco Mundial debería aumentar sus préstamos para el desarrollo al tiempo que podría adquirir, en lo que se refiere a su participación, un papel de observador de la economía brasileña.

(3) Brasil no está interesado en arreglos temporarios, quiere soluciones permanentes en el pago de los intereses que representen una carga menos onerosa al Producto Nacional Bruto (PNB).

(4) Brasil quiere que los bancos modifiquen su actitud de manera que el costo de la deuda no sea una carga exclusiva de los países de América latina y que las partes soporten el peso equitativamente.

(5) Brasil aplicará gradualmente en los próximos tres semanas medidas económicas destinadas a estabilizar la inflación y alentar las inversiones.

Funaro cuenta con la cooperación y apoyo de la Argentina, según un comunicado conjunto suscripto por Funaro y el Secretario de Hacienda argentino, Mario Brodersohn, quien se halla en Nueva York para obtener para su país nuevos aportes de la banca privada.

En cambio, México se estaría distanciando de Brasil, según el "The Christian Science Monitor", que señala que México ha sugerido a los bancos que es el "buen alumno" de los deudores, a diferencia de Brasil, al pagar sus intereses, al ser flexible en sus negociaciones y al reestructurar su economía".

01 - 01

9703165

098

FUNARO EN EUROPA

Clarín 21/7/87

# Brasil explica las causas de la moratoria decidida

*El ministro de Hacienda de Brasil, Dilson Funaro, se encuentra en Londres, brindando explicaciones a los medios financieros sobre los motivos que impulsaron la moratoria unilateral decidida por el gobierno de ese país. Idéntica gestión cumplirá en Francia, Alemania Federal e Italia. Señaló sin ambages que no quedaba otra solución ante los problemas de la economía brasileña.*

Agencia AP

Dilson Funaro, ministro de Hacienda de Brasil.

LONDRES, BRASILIA y BONN, 1° (UPI, AFP y Reuter). — **"Tuvimos que hacerlo porque los mecanismos financieros no andaban bien"**, dijo el ministro de Hacienda brasileño, **Dilson Funaro**, al iniciar su visita al **Reino Unido** con el objetivo de explicar **los alcances de la moratoria unilateral de la deuda externa decidida por el presidente José Sarney.**

Funaro también visitará **Francia, Alemania Federal e Italia** con intenciones similares. Regresará el día 5 a Brasil. Empero, se subraya en los medios financieros internacionales que **son bancos estadounidenses los más comprometidos** en la deuda externa de Brasil (**Citicorp-Citibank, Chase Manhattan, Bank of America y Manufacturers Hanover Trust**). Precisamente desde Nueva York llegó Funaro a Londres.

Entre los bancos británicos aparecen el **Lloyds Bank** (1.800 millones de dólares, apenas el 2 % de los pasivos brasileños), **Midland Bank** (2.100 millones o sea un 2,4 %), **Standard Charered** (600 millones), **Barclays y National Westminster.**

Funaro dijo en el aeropuerto Heathrow que se reunirá con el ministro de Finanzas, **Nigel Lawson**, y con el presidente del **Banco de Inglaterra, Robin Leigh-Pemberton.** También visitará a sir **Geoffrey Howe**, actual canciller y ex ministro de Finanzas. **"Todavía tiene gran interés en estos asuntos"**, dijo Funaro en referencia al titular del **Foreign Office.**

♦ ***Cifras alarmantes***

Sarney reveló hoy en su mensaje al Congreso, al reanudarse las sesiones ordinarias, que **Brasil gastó el 53 % de sus exportaciones** en el pago del servicio anual de la deuda externa durante 1986. **En 1988 Brasil tenía 10.400 millones de dólares y una deuda externa de 85.300 millones, mientras que al terminar 1986 las reservas habían declinado a 6.800 millones y la deuda ya estaba en 97.900 millones**, según el presidente brasileño.

**En la actualidad, las reservas son de 3.900 millones de dólares y la deuda llegó a 108.800 millones de dólares.**

Sarney dijo que **en 1985 Brasil había destinado el 46,4 % de sus exportaciones** al pago de la deuda (aunque no aclaró que el monto del comercio exterior brasileño disminuyó) y ratificó su decisión de moratoria aseverando que **"fue un acto de soberanía".**

En tanto, **Thomas Hanley**, actual jefe de economistas de Salomon Brothers (un conglomerado financiero clave en Wall Street), aseguró que **"la suspensión anunciada por Brasil, incluso temporal, es obviamente seria.**

♦ ***Realismo alemán***

Por su parte, el titular de la **Federación de Cajas de Ahorro de Alemania Federal, Helmut Geiger**, dijo que es necesaria la **"renegociación completa de las condiciones de créditos acordadas a países no desarrollados y en especial a Brasil y la Argentina".**

En un reportaje concedido al diario de Colonia sostienen que **"los países endeudados no pueden reembolsar más que los beneficios que logran por sus exportaciones. Es una realidad amarga para los acreedores, estamos de acuerdo.** Pero es indiscutible: Para muchos bancos de Alemania Federal **no tiene ningún sentido acordar nuevos créditos a un país deudor que solo sirven para pagar los intereses de los créditos precedentes".**

Geiger agregó: **"Se impone una negociación realista** porque nuestro sistema financiero no puede arriesgarse a la amenaza de un repudio de la deuda".

01.01

8703166

Fichaje BRASIL

058

El PAIS 15/02/87

GUERRERO

# Uruguayo ex-Yerno de Leonel Brizola Está Preso en Rio

RIO DE JANEIRO, 14 (ANSA). — El uruguayo Sergio Carrasco Larrosa —que estuviera casado con la hija del Gobernador Leonel Brizola, con la que tuvo una hija— y el argentino Daniel Guillemet Pereyra, además del brasileño Lucio Edgard Dornelas de Andrade, fueron presos en proximidades de la residencia del Gobernador por hallarse armados de revólveres.

El Secretario de Policía Civil, Nilo Batista, comentó que los dos extranjeros podrán ser expulsados del país o condenados a pena de dos a seis meses de prisión por portación de arma, aunque ambos —junto con el brasileño— pasaron a jurisdicción de la policía federal, que investiga su presencia en el país y sus documentos.

La prisión ocurrió ayer cuando una patrulla policial desconfió de los tres, que se hallaban en el interior de un taxi y —según la versión policial— el uruguayo intentó huir ante la proximidad de los agentes.

Carrasco Larrosa dijo que actualmente vive en Florianopolis (provincia de Santa Catarina, sur del Brasil) y que compró hace tres años el arma, por cien dólares, a una amiga en Uruguay. Actualmente —añadió— está sin empleo, aunque es periodista y fotógrafo.

El argentino, que es mecánico, dijo que compró el revólver a un desconocido en Porto Alegre, donde vive actualmente y trabaja como decorador.

El Gobernador Brizola afirmó, con relación al uruguayo Carrasco Larrosa (36 años), que, "aunque pertenezca a una excelente familia del Uruguay, se ha revelado como una persona totalmente irresponsable, con graves desvíos de conducta, siendo una persona mentalmente incapaz, tanto que la justicia de los dos países (Uruguay y Brasil) le retiró la patria potestad sobre nuestra nieta y hace más de cinco años".

Luego de señalar que el mismo y su hija (Neuza Brizola) están legalmente divorciados desde hace once años el Gobernador añadió que "nuestros sentimientos para con él siempre han sido de conmiseración y nunca le negamos la oportunidad de visitar a la hija".

01.01

8403230

038

INTERNACIONAL TITULO INCOMPLETO EL P

# INFLACION BRASILEÑA TIENE PRONTO EL PLAN

RIO DE JANEIRO, 14 (EFE).— El índice de inflación en Brasil durante el pasado mes de enero fue del 16,82 por ciento, el más alto desde 1940, según el informe oficial del Instituto Brasileño de Geografía y Estadísticas (IBGE) divulgado hoy en Río de Janeiro.

Simultáneamente, las tasas de interés en el mercado financiero lograron también un índice récord al situarse en el 1.199 por ciento anual y los depósitos bancarios disminuían en 80.000 millones de cruzados (5.000 millones de dólares).

Según el IBGE, el costo de vida de enero pasado fue superior al registrado en el mismo mes del año anterior, 16,22 por ciento, y que obligó al gobierno a adoptar un programa de reforma económica conocido como "Plan Cruzado".

La inflación durante ese período de reforma económica llegó al 42,69 por ciento y fue del 63,5 por ciento en los últimos diez meses.

Al oficializar el gobierno los índices de inflación del pasado mes de enero, se produce un nuevo reajuste en los salarios para los trabajadores que tuvieron el último aumento entre junio y noviembre pasados.

El Ministerio de Trabajo indicó que el aumento del 20 por ciento, decidido por el Gobierno para cuando la inflación supere estos índices, favorecerá a cerca de cinco millones de obreros brasileños.

Este reajuste deberá ser autorizado mediante un decreto que se espera sea divulgado por el gobierno en los próximos días.

Los índices de inflación en Brasil se r[illegible] comunte en el mercado financiero, donde las [illegible] obtuvieron topes sin precedentes, superiores al [illegible] por ciento registrado la semana anterior.

El costo del dinero para los créditos de consumo era el viernes del 1.199 por ciento anual y las captaciones en el sistema financiero se hacían con tasas del 650 por ciento al año.

Los bancos sufrieron en enero pasado una espectacular reducción en sus depósitos, casi comparable a la que se registró en febrero del año pasado, cuando se aplicó el "Plan Cruzado".

Según el informe mensual del Banco Central, los depósitos en cuenta corriente disminuyeron en enero en 80.000 millones de cruzados (5.000 millones de dólares), equivalentes a la tercera parte del dinero captado por los bancos en los diez últimos meses del año anterior.

"Esta situación —dice el informe— está obligando a los bancos a ofrecer tasas elevadas para evitar la caída total en sus depósitos".

**LISTO PLAN EN CASO DE MORATORIA**

SAO PAULO (Brasil), 14 (EFE).— Brasil diseñó un plan para retirar sus reservas de bancos occidentales y trasladarlas a entidades "seguras e inmunes a retaliaciones" en caso de que decida declarar unilateralmente la moratoria en el pago de su deuda externa de 108.000 millones de dólares.

Así lo revela hoy el diario "Folha de Sao Paulo", que atribuye la información a fuentes del ministerio de Hacienda.

Según el periódico, el plan fue diseñado el pasado mes de enero ante las dificultades surgidas en la renegociación de la deuda de Brasil con los países integrantes del "Club de París".

Durante las negociaciones en la capital francesa, Brasil llegó a amenazar con declarar la moratoria cuando los países industrializados se negaron a aceptar un acuerdo sin el aval del Fondo Monetario Internacional (FMI).

Tras sendas negociaciones, en las que intervino el secretario del Tesoro norteamericano, James Baker, el "Club de París" aceptó renegociar la deuda vencida de los dos últimos años y la deuda por vencer del primer semestre de 1987, totalizando 4.200 millones de dólares.

"Folha de Sao Paulo" dice que el plan figura en los documentos del gobierno brasileño como "hipótesis" y que fue revisado en los últimos días, en vísperas del inicio, por parte de Brasil, de la renegociación de su deuda de 77.000 millones de dólares con la banca comercial acreedora.

Para el diario, la posibilidad de que Brasil declare la moratoria unilateral no está descartada, "sea como arma para salir de la crisis provocada por el fracaso del (Plan) Cruzado o al menos como arma de presión junto a los banqueros para obtener el mejor resultado de la negociación".

Diplomáticos occidentales consultados por EFE en Brasilia consideraron la información como "una respuesta" del Gobierno del Presidente José Sarney a los anuncios de la banca acreedora de "endurecer" su posición frente a la renegociación de la deuda externa brasileña.

Ningún funcionario del Gobierno brasileño pudo ser consultado hoy sobre la versión del diario, debido al feriado del fin de semana.

Brasil debe iniciar el próximo mes de marzo en Nueva York la renegociación de su deuda exterior con los bancos comerciales, que alcanza los 77.000 millones de dólares.

Los negociadores brasileños insistirán en la tesis de no aceptar la intervención del Fondo Monetario Internacional en el manejo de la economía interna, reducción de las tasas de riesgo (spreads), disminución del volumen de las divisas para el pago de los servicios de la deuda y renegociación plurianual.

Además, insistirá en solicitar créditos nuevos por 4.000 millones de dólares para el desarrollo de programas en el sector industrial.

**SAUDITAS COMPRARAN 500 TANQUES EN BRASIL**

SAN PABLO, 14 (ANSA).— Una misión militar de Arabia Saudita es aguardada en Brasil antes de fin de mes con el objetivo de firmar un contrato por valor de 1.000 millones de dólares para la adquisición de 500 tanques pesados "Osorio" (Oruga y cañón de 120 milímetros) producidos por la empresa "Engesa" (Engenheiros Especializados Sociedad Anónima).

01.01

8703231

038



# INFLACION BRASILEÑA MAS ALTA TIENE PRONTO EL PLAN PARA EL

RIO DE JANEIRO, 14 (EFE).— El índice de inflación en Brasil durante el pasado mes de enero fue del 16,82 por ciento, el más alto desde 1940, según el informe oficial del Instituto Brasileño de Geografía y Estadísticas (IBGE) divulgado hoy en Río de Janeiro.

Simultáneamente, las tasas de interés en el mercado financiero lograban también un índice récord al situarse en el 1.199 por ciento anual y los depósitos bancarios disminuían en 80.000 millones de cruzados (5.000 millones de dólares).

Según el IBGE, el costo de vida de enero pasado fue superior al registrado en el mismo mes del año anterior, 16,22 por ciento, y que obligó al gobierno a adoptar un programa de reforma económica conocido como "Plan Cruzado".

La inflación durante ese período de reforma económica llegó al 42,69 por ciento y fue del 63,5 por ciento en los últimos diez meses.

Al oficializar el gobierno los índices de inflación del pasado mes de enero, se produce un nuevo reajuste en los salarios para los trabajadores que tuvieron el último aumento entre junio y noviembre pasados.

El Ministerio de Trabajo indicó que el aumento del 20 por ciento, decidido por el Gobierno para cuando la inflación supere este índice, favorecerá a cerca de once millones de obreros brasileños.

Este reajuste deberá ser autorizado mediante un decreto que se espera sea divulgado por el gobierno en los próximos días.

Los índices de inflación en Brasil se reflejaron automáticamente en el mercado financiero, donde los bancos de interés obtuvieron topes sin precedentes, superiores al mil por ciento registrado la semana anterior.

El costo del dinero para los créditos de consumo era el viernes del 1.199 por ciento anual y las captaciones en el sistema financiero se hacían con tasas del 680 por ciento al año.

Los bancos sufrieron en enero pasado una espectacular reducción en sus depósitos, casi comparable a la que se registró en febrero del año pasado, cuando se aplicó el "Plan Cruzado".

Según el informe mensual del Banco Central, los depósitos en cuenta corriente disminuyeron en enero en 80.000 millones de cruzados (5.000 millones de dólares), equivalentes a la tercera parte del dinero captado por los bancos en los diez últimos meses del año anterior.

"Esta situación —dice el informe— está obligando a los bancos a ofrecer tasas elevadas para evitar la caída total en sus depósitos".

**LISTO PLAN EN CASO DE MORATORIA**

SAO PAULO (Brasil), 14 (EFE).— Brasil diseñó un plan para retirar sus reservas de bancos occidentales y trasladarlas a entidades "seguras e inmunes a retaliaciones" en caso de que decida declarar unilateralmente la moratoria en el pago de su deuda externa de 108.000 millones de dólares.

Así lo revela hoy el diario "Folha de Sao Paulo", que atribuye la información a fuentes del ministerio de Hacienda.

Según el periódico, el plan fue diseñado el pasado mes de enero ante las dificultades surgidas en la renegociación de la deuda de Brasil con los países integrantes del "Club de París".

Durante las negociaciones en la capital francesa, Brasil llegó a amenazar con declarar la moratoria cuando los países industrializados se negaron a aceptar un acuerdo sin el aval del Fondo Monetario Internacional (FMI).

Tras arduas negociaciones, en las que intervino el secretario del Tesoro norteamericano, James Baker, el "Club de París" aceptó renegociar la deuda vencida de los dos últimos años y la deuda por vencer del primer semestre de 1987, totalizando 4.200 millones de dólares.

"Folha de Sao Paulo" dice que el plan figura en los documentos del gobierno brasileño como "hipótesis" y que fue revisado en los últimos días, en vísperas del inicio, por parte de Brasil, de la renegociación de su deuda de 77.000 millones de dólares con la banca comercial acreedora.

Para el diario, la posibilidad de que Brasil declare la moratoria unilateral no está descartada, "sea como arma para salir de la crisis provocada por el fracaso del (Plan) Cruzado o al menos como arma de presión junto a los banqueros para obtener el mejor resultado de la negociación".

Diplomáticos occidentales consultados por EFE en Brasilia consideraron la información como "una respuesta" del Gobierno del Presidente José Sarney a los anuncios de la banca acreedora de "endurecer" su posición frente a la renegociación de la deuda externa brasileña.

Ningún funcionario del Gobierno brasileño pudo ser consultado hoy sobre la versión del diario, debido al feriado del fin de semana.

Brasil debe iniciar el próximo mes de marzo en Nueva York la renegociación de su deuda exterior con los bancos comerciales, que alcanza los 77.000 millones de dólares.

Los negociadores brasileños insistirán en la tesis de no aceptar la intervención del Fondo Monetario Internacional en el manejo de la economía interna, reducción de las tasas de riesgo (spreads), disminución del volumen de los dividendos para el pago de los servicios de la deuda y renegociación plurianual.

Además, insistirá en solicitar créditos nuevos por 4.000 millones de dólares para el desarrollo de programas en el sector industrial.

**SAUDITAS COMPRARAN 500 TANQUES EN BRASIL**

SAN PABLO, 14 (ANSA).— Una misión militar de Arabia Saudita es aguardada en Brasil antes de fin de mes con el objetivo de firmar un contrato por valor de 1.000 millones de dólares para la adquisición de 500 tanques pesados "Osorio" (Orugas y cañón de 130 milímetros) producidos por la empresa "Engesa" (Ingenieros Especialmados Sociedad Anónima).

01.01

8703231

## [ID]ENTE SARNEY REITERO QUE NO ACEPTARA LA INTERVENCION DEL F.M.I.

# [Po]rtugal propiciará apoyo mundial [a B]rasil en el problema de la deuda

*[...] país aborda una nueva crisis en su frente [ex]terno ante la falta de acuerdo con la banca [pa]ra la reapertura de la línea de créditos a [...], que financian sus importaciones, Brasil [...] recibir un importante apoyo político por [Por]tugal, miembro de la CEE. El presidente [portug]ués, Mario Soares anunció su decisión de [... lob]by de apoyo a la postura brasileña sobre [... ex]terna". Su colega brasileño José Sarney, reiteró el rechazo de su país a aceptar la [...]n del F.M.I. sobre su política económica.*

[...] NUEVA [...]IO, 26 (AN[SA]) – "Portugal [...] formar un [...] hesión a la [...]ña frente a [...]n", dijo hoy [...]encia reali[...] ia el presi[...]ués, Mario [...]ue constitu[...] ión de espe[...]ncia en la [...] su país for[...] Comunidad [...]ropea desde [...] 6 y mante[...] timos años, [...] ciones con [...] tario Inter[...] os últimos [...], las notas [...] "actitud [...] ecto de su [...] residen en [...] meterse al [...] política [...] parte del [...] ciación de [...] el pasado [...] pago de los [...] deuda con[...] ancos pri[va]dos internacionales y a sus esfuerzos por lograr una refinanciación a largo plazo de sus compromisos en condiciones que garanticen la continuidad de las metas de crecimiento interno y eviten el recurso a políticas recesivas.

Ayer, el presidente brasileño, José Sarney, había reiterado el rechazo de su gobierno a la supervisión del F.M.I., pese a las crecientes presiones ejercidas en ese sentido por la banca acreedora internacional para acceder a una renegociación de la deuda externa del país latinoamericano, de 108 mil millones de dólares.

La reafirmación del presidente coincidió con nuevas manifestaciones a favor de esa recurrencia al F.M.I. formuladas en Tokio por el titular del Banco Mundial, Barber Conable, quien se manifestó "muy preocupado por la economía brasileña".

La manifestación de Mario Soares expresa una actitud de solidaridad de singular importancia para Brasil porque surge en momentos en que fracasó un nuevo intento de acuerdo brasileño con la banca privada desarrollado en los últimos días en Miami —en el curso de la reunión de gobernadores del Banco Interamericano de Desarrollo, BID— y cuando esos mismos bancos amenazan con no renovar las líneas de créditos a corto plazo que, por un total de alrededor de 15 mil millones de dólares, vencen el último día de marzo y tienen como objetivo fundamental financiar las importaciones del país latinoamericano.

Soares —quien realiza una gira de 12 días por territorio brasileño y ya mantuvo entrevistas con Sarney— manifestó hoy en conferencia de prensa que "Brasil no puede ser tratado por los acreedores como un país cualquiera ni puede ser asfixiado financieramente con los riesgos sociales y políticos que ello implica.

Tras recordar la dureza de las negociaciones que debió emprender Portugal con el F.M.I para la renegociación de su propia deuda, Soares planteó su intención de liderar el "lobby" de apoyo a Brasil. Aunque no lo precisó, cabe entender que su propuesta implica tratar de convencer a sus socios de la CEE —entre ellos los países más poderosos de Europa occidental, tales como Alemania Federal o Francia— que presionen a favor de una flexibilización de la postura de los bancos privados en relación con los grandes deudores latinoamericanos.

En cuanto al problema derivado por el inminente vencimiento de los créditos a corto plazo, el gobierno brasileño planteó oficialmente anoche al comité asesor de los bancos acreedores privados una prórroga de 60 días de esas líneas, esenciales no solo para el financiamiento de las importaciones sino también para el desarrollo de las actividades de las filiales del Banco de Brasil.

"Es absolutamente imprescindible la prórroga de esos créditos —declaró hoy el ministro de Hacienda brasileño, Dilson Funaro—; si fuesen cortados, tendríamos gran dificultad para honrar nuestros compromisos en el futuro.

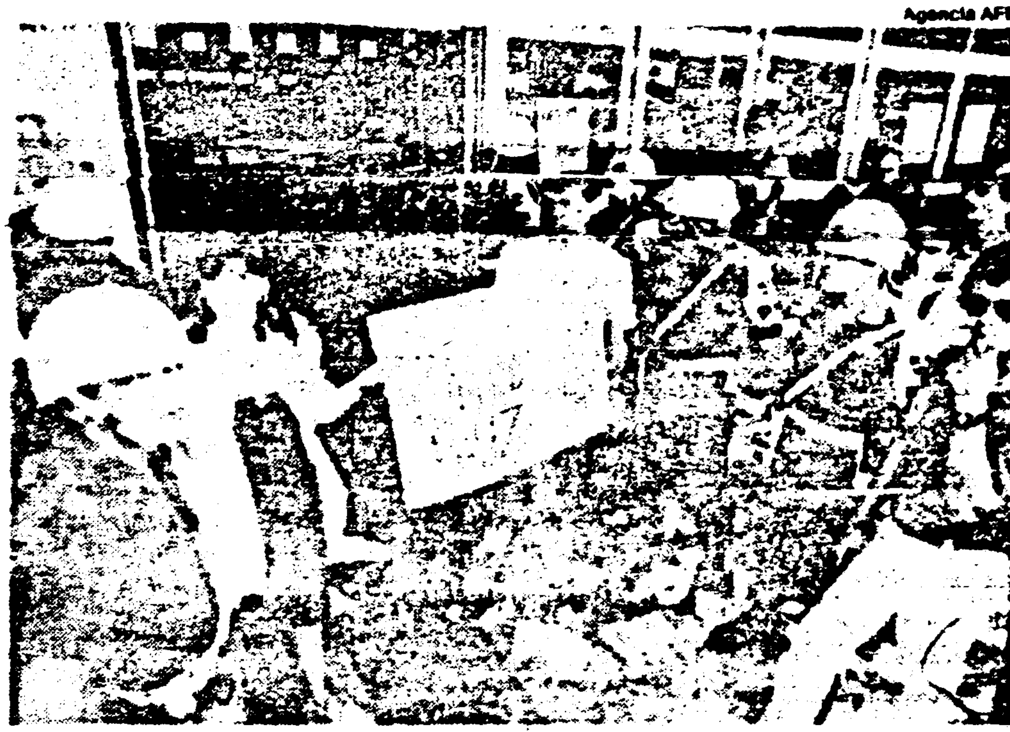
Funaro volvió a ser el destinatario, ayer, de crecientes versiones de renuncia, las que fueron una vez más neutralizadas por el presidente Sarney al asegurar enfáticamente que "Funaro se queda", aun en el marco de la reestructuración ministerial que está prevista para la segunda quincena de abril.

El propio John Reed —presidente del Citibank y protagonista de duros intercambios de declaraciones con Funaro en los últimos tiempos— tomó la iniciativa de telefonear al ministro para asegurarle que no apuesta a su caída.

Agencia AFP

A la izq.: el presidente Sarney recibe a Mario Soares, presidente de Portugal (der.). Arriba: el presidente del Banco Mundial, Barber C. Conable, durante la conferencia de prensa en Tokio. Abajo: bancarios brasileños en la segunda jornada de huelga del gremio.

Agencia AFP



## La huelga bancaria

RIO DE JANEIRO, 26 (Reuter). — La huelga de alcance nacional que realiza la mayoría de los 700.000 trabajadores bancarios de Brasil cumplió hoy su tercera jornada sin que se observen indicios de una solución negociada, dijo hoy un vocero de la Federación Nacional de Bancos.

Los bancarios reclaman un incremento salarial del 100 por ciento, pero los representantes empresarios se manifestaron dispuestos a aguardar hasta el próximo lunes, para cuando se espera un fallo de un tribunal laboral sobre la legalidad de la medida de fuerza.

"Los trabajadores están violando un acuerdo que firmaron hace seis meses. Si los bancos aceptaran concederles ahora el 100 por ciento, pronto comenzarían a ser despedidos e inclusive algunos bancos tendrían que abandonar la actividad", dijo el vocero.

Mientras tanto, la huelga de los bancarios se extendió a todo el país, ya que los dirigentes gremiales anunciaron el 90 por ciento de sus adherentes se plegaron a la medida.

Ante la inactividad en los bancos, el público forma largas filas ante los "cajeros automáticos" para obtener algunos fondos para sobrellevar la emergencia.

La huelga de los bancarios obligó a los más importantes mercados accionarios del país, la bolsa de Río de Janeiro y la de San Pablo, deberron suspender sus actividades ayer y hoy.

Además de los bancarios, entre otros importantes sectores siguen en huelga los profesores universitarios y los empleados de la oficina de estadística del gobierno.

BR02290

01 - 01

Brasil

098

El día
28/3/87

# Se ahonda crisis en la coalición política que sustenta a José Sarney

BRASILIA — El Partido del Frente Liberal (PFL), que integra con el Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMBD) la Alianza Democrática que gobierna Brasil, estudia el apoyo a una propuesta de grupos ministeriales en el Congreso para convocar a elecciones presidenciales en marzo del próximo año.

Esta posibilidad comenzó a ser discutida ayer por el PFL tras formalizarse la ruptura de la Alianza Democrática en la Asamblea Nacional Constituyente.

El Partido del Frente Liberal fue excluido por el PMBD —tras un acuerdo con partidos de la oposición— de los cargos directivos.

El PFL se retiró el jueves de las sesiones de la Asamblea Constituyente cuando iba a ser votada la composición de la mesa directiva, y, en protesta, decidió sesionar separadamente para escuchar las propuestas de sus dirigentes sobre el futuro de esa organización.

Sandra Cavalcanti, diputada del PFL por el estado de Río de Janeiro, pidió a su partido que se una a la campaña iniciada por el Partido de los Trabajadores (PT) y el Partido Democrático Trabalhista (PDT) para lograr que la nueva Constitución prevea la convocatoria a elecciones presidenciales en marzo de 1988.

## Definiciones

La propuesta del PT y del PDT, que ha comenzado a tener respaldo en varios estados, busca "legitimar el mandato del presidente José Sarney elegido por un colegio electoral y no por el pueblo en las urnas".

El PFL anunció también la posibilidad de pasar a la oposición, situación con la que viene amenazando desde noviembre pasado, cuando fue abrumadoramente derrotado por el PMBD en las elecciones legislativas.

Pese a asegurar el control de la Asamblea Nacional Constituyente, el PMBD afronta también una crisis interna por su respaldo al gobierno del presidente José Sarney.

El diputado Alfonso Camargo declaró ayer que "el PMBD dará 60 o 90 días al gobierno para que decida cuáles serán los rumbos de la economía brasileña y decidir si lo apoyamos o rompemos definitivamente con él".

*José Sarney*

01.01

703309

098

La Prensa 18/3/87

# Brasil: la Armada mantiene la ocupación de los puertos

**San Pablo, 8 (UP) – Efectivos de la Marina mantenían hoy ocupados los principales puertos de Brasil en un intento por poner fin a una prolongada huelga de trabajadores marítimos, quienes amenazaron con presentar una renuncia colectiva si el gobierno mantiene la intervención.**

**Las tropas de la Armada ocuparon ayer, sin incidentes, los puertos de seis estados mientras que las autoridades advirtieron que de prolongarse la medida se podrían ocasionar graves problemas en el abastecimiento de combustible.**

**En tal sentido, y a pesar de que aún no se ha registrado falta de combustible ni de otros productos, la empresa estatal de petróleo, Petrobras, calificó de preocupante la situación y advirtió que de proseguir el paro podrían ocurrir serios problemas en los próximos días.**

**Los 40.000 trabajadores marítimos decretaron un paro indefinido hace una semana, en demanda de incrementos salariales de hasta un 300 por ciento para los grados inferiores, que actualmente reciben el equivalente a 19 dólares semanales.**

**Como consecuencia de la medida, permanecen semiparalizados los principales puertos del país, entre los que se cuentan Santos y Río de Janeiro.**

**En declaraciones a la prensa, el ministro de marina, Henrique Saboia, informó que sus tropas "usarán todos los medios posibles para normalizar el abastecimiento", pero hasta hoy, ningún navío había sido ocupado.**

**Citando fuentes del gobierno, el diario "Folha de São Paulo" señaló en su edición de hoy, que el arma está preparada para ocupar y operar los navíos petroleros y de carga en general "en cualquier momento", pero sólo lo hará con una orden directa del presidente José Sarney.**

**Por su parte, Saboia criticó severamente la huelga, calificándola de "un atentado contra el pueblo brasileño", y se refirió a los huelguistas como "gente sin la menor preocupación social".**

**La comisión nacional de movilización de los marítimos anunció a su vez, que está considerando la posibilidad de proponer la renuncia colectiva de los trabajadores del sector, en protesta por la ocupación de los puertos por parte de la Armada.**

**Sin embargo, los dirigentes recomendaron a los huelguistas no hostilizar a los efectivos de la Marina.**

**Al respecto, Edson Areias, presidente del Sindicato Nacional de Operadores de Máquinas de la Marina Mercante y miembro de la Comisión Nacional dijo que "no vamos a echarle la culpa a las balas que hieren. Nuestros compañeros no se van a indisponer con los soldados, pues sabemos que sólo cumplen órdenes".**

## La CGT aprueba la moratoria

**Madrid, 8 (EFE) – El presidente de la Confederación General de Trabajadores (CGT) de Brasil, Joaquín Dos Santos Andrade, anunció en Madrid que la deuda externa de su país –106.000 millones de dólares– es "impagable", informó hoy la revista "Unión", del sindicato socialista UGT (Unión General de Trabajadores).**

**El presidente del sindicato más importante de Brasil agregó que la decisión del gobierno de su país de suspender el pago de la deuda externa es una "medida acertada", ya que sólo en 1987 su país debería pagar 12.000 millones de dólares, más otros 12.000 de intereses, lo que equivale al 11.5 por ciento del Producto Interior Bruto (PIB).**

## Funaro en Japón

**Tokio, 8 (EFE) – El ministro de finanzas de Brasil, Dilson Funaro, llegó hoy a Tokio para entrevistarse con líderes políticos y económicos sobre la concesión de préstamos adicionales para aliviar la presión financiera que la deuda exterior ejerce sobre la economía de su país.**

**Dilson Funaro se reunirá mañana con su colega Kiichi Niyazawa y el ministro de asuntos exteriores, Tadashi Kuranari, y el martes con el ministro de comercio internacional e industria, Hajime Tamura, así como con representantes de los bancos comerciales mas importantes del archipiélago.**

**La porción prestada por el Japón asciende a 11.000 millones de dólares, lo que viene a representar el 10 por ciento de la deuda exterior total del Brasil.**

PARTES POCO LEGIBLE

01.01

0703 13

098

La Nación 27/3/87

# Habrá cambios de ministros en Brasil

BRASILIA, 26 (Reuter). – El presidente José Sarney renovará parcialmente hasta mediados de abril su gabinete, pero mantendrá en el cargo al conductor financiero, Dilson Funaro, informaron autorizadas fuentes del Gobierno.

La renovación ministerial, prevista desde la renuncia de Joao Sayad al Ministerio de Planeamiento, hace ocho días, se producirá en dos o tres semanas, dijo una alta fuente presidencial.

El funcionario consultado agregó que "en principio, la reestructura ministerial no afectará al Ministerio de Hacienda".

Intensos rumores dieron como inminente el alejamiento del titular de esa secretaría de Estado. Dilson Funaro, pero las versiones fueron categóricamente desmentidas por Sarney y el ministro.

"Estoy cansado de decir que Funaro queda", respondió, [illegible], el mandatario a un periodista que lo consultó sobre la renuncia de su ministro de Hacienda.

Funaro, cuya permanencia al frente del gabinete económico fue puesta en duda a raíz de discrepancias que alejaron hace una semana a Joao Sayad del Ministerio de Planeamiento, reiteró que permanecerá en el cargo.

Consultado durante una entrevista, desmintió los rumores sobre su renuncia y afirmó que "la decisión, en todo caso, corresponde al presidente".

**Propuesta**

Los planes oficiales sobre una reforma ministerial se anticiparon hace ocho días a la renuncia de Sayad, cuando el ministro jefe del gabinete civil, Marco Maciel, difundió una propuesta para la conformación de un gobierno "de unidad nacional" y de carácter suprapartidario.

Maciel, considerado nexo presidencial con el frente político, dijo que el nuevo esquema gubernamental, con mandato de Sarney, quien asumió el cargo en marzo de 1985, surgiría de una recomposición total de gabinete.

La sugerencia de Maciel implicaría la extinción de la gobernante Alianza Democrática en que se coaligaron el mayoritario Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB), y el Partido del Frente Liberal (PFL), como socio menor.

Ambas fuerzas se hallan al borde de una ruptura parlamentaria, a raíz de una disputa para la distribución de cargos directivos de una Asamblea Constituyente reunida para elaborar una nueva Constitución.

La reforma ministerial, que ingresó en una fase de consultas políticas según las fuentes consultadas, mereció un planteo del gobernador del Estado de San Pablo, el de mayor peso en el país.

Orestes Quercia, tras reunirse con Sarney en el palacio gubernamental, declaró que la renovación del gabinete deberá restituir a su Estado el ministro que perdió con la salida de Sayad.

01.01

9703336

BRASIL

098

La Nación 27/3/87

# En tres meses, 1200 huelgas

RIO DE JANEIRO, 26 (AFP). - Brasil hace frente a una creciente oleada de huelgas -1200 desde el comienzo del año- cada vez más fuertes, en un contexto explosivo de agitación social.

El movimiento huelguista se aceleró con el retorno de una tasa de inflación galopante tras del fracaso del Plan Cruzado de congelamiento de precios, lanzado el 28 de febrero del año anterior, y afectó a la mayoría de los sectores económicos del país.

Desde hace tres días, los bancos están paralizados en los 23 estados del país, debido a una huelga en favor de un reajuste del 100por ciento en los salarios.

La huelga es seguida en un 90 por ciento por los 700.000 empleados bancarios y amenaza con prolongarse hasta la semana próxima, en un momento en que 60 millones de asalariados brasileños esperan su paga correspondiente a marzo.

01.01

0703344

Fichaje
Brasil
Cruzar C/FRANCIA
RAE

098



# Funaro continuó sus gestiones en Francia y en Alemania Federal

PARIS (AFP). – El ministro brasileño de Finanzas, Dilson Funaro, estimó en París que Francia ayudará a Brasil a continuar una política de crecimiento económico y a obtener los financiamientos necesarios para aliviar su deuda.

Funaro se reunió ayer con el ministro francés de Finanzas, Edouard Balladur, y con el gobernador del Banco de Francia, Jacques de Larosiere, en el marco de una gira que realiza por varias capitales europeas después de la suspensión del pago de los intereses de la deuda externa de Brasil con los bancos comerciales.

Balladur, según Funaro, abrió dos créditos a la exportación y dijo que está decidido a continuar liberando créditos. El ministro brasileño juzgó esta entrevista "constructiva, porque permite a países como Brasil continuar una política firme de desarrollo" que apele a "todos los mecanismos del financiamiento".

Al término de sus reuniones, Funaro, interrogado por los periodistas, declaró que no había hablado del Fondo Monetario Internacional ni con Balladur ni con Larosiere.

"Ni siquiera cuando era presidente del FMI, el señor De Larosiere nos ha dicho que deberíamos firmar un acuerdo" con el FMI, afirmó el ministro brasileño.

Esta cuestión ya no es más discutida, ni en los Estados Unidos ni en Gran Bretaña, agregó, afirmando que había sido "sobrevolada" el lunes en Londres con Lawson.

## En Alemania

BONN (Reuter). – El ministro de Finanzas brasileño, Dilson Funaro, en la tercera etapa de una gira para explicar la posición de su país sobre la deuda a los gobiernos europeos, se reunió anoche con su colega de Alemania Federal, Gerhard Stoltenberg, y ambos iban a continuar sus discusiones durante la comida, dijeron fuentes de la delegación brasileña.

Manifestaron que Funaro y Stoltenberg analizaron la deuda del tercer mundo en general y la posición brasileña en particular, pero declinaron dar otros detalles.

Altas fuentes bancarias alemanas habían dicho anteriormente que pretendían que Brasil abandonara su oposición a trabajar en estrecha coordinación con el Fondo Monetario Internacional.

"Lo menos que puede esperarse son consultas", dijo un banquero. Otros colegas suyos consideraron también que Brasil debía presentar un programa convincente de recuperación económica.

Uno de ellos expresó un respaldo condicionado al llamamiento formulado por Funaro para que se modifique la conformación del comité asesor de bancos con el que Brasil discute su deuda con la banca comercial y en el que, según Funaro, la representación estadounidense es desproporcionada.

01 . 01

8703352

098

CLARIN ★ Buenos Aires, martes 10 de marzo de 1987

# Japón recomendó a Brasil que negocie con el F.M.I.

TOKIO, 9 (UPI y AFP). — El ministro de Finanzas de Brasil, Dilson Funaro, recibió en Japón la misma respuesta que antes le habían dado en Europa. "Debe llegarse a alguna clase de acuerdo entre Brasil y el F.M.I., antes de que podamos sentarnos a dialogar acerca de cualquier nuevo crédito o reprogramación de los préstamos brasileños", expresó a Funaro el ministro de Finanzas japonés, Kiichi Miyazawa, al cabo de una entrevista de 50 minutos.

El pedido del ministro brasileño había sido de un nuevo financiamiento a quien debe alrededor del 10% de su deuda externa (10 a 12.000 millones de dólares, sobre un total de U$S 100.000 millones).

La respuesta japonesa implica un problema para Brasil, país que ha rehusado acudir al Fondo Monetario Internacional, por cuanto cree que sus recetas sumirán a la economía en la recesión, con el consecuente peligro de agitación social. "Debemos mantener nuestra economía en crecimiento", dijo Funaro a través de un intérprete. Subrayó que su país en los años 1985-86 había pagado 24.000 millones de dólares en intereses, pero había recibido solamente 2.000 millones en nuevos préstamos. Añadió que Brasil hizo muchos sacrificios anteriormente y corresponde ahora que otros compartan la carga. "El país necesita menores tasas de interés y un plazo más largo para pagar sus deudas", afirmó.

♦ **Suspensión**

Funaro, quien llegó ayer desde Europa, organizó rápidamente una serie de entrevistas con banqueros y funcionarios gubernamentales japoneses, con el fin de explicarles la decisión del gobierno de José Sarney, del mes de febrero, de suspender los pagos de intereses sobre unos U$S 68.000 millones de deuda con los bancos comerciales. "La crisis no es solo un problema brasileño, sino internacional, y no es un problema financiero, es político", insistió el ministro brasileño, quien no logró convencer a su colega nipón. Sin embargo, en conferencia de prensa Funaro afirmó que no presentó a sus interlocutores japoneses demandas concretas sobre préstamos o reescalonamientos, sino que les había proporcionado una explicación sobre la situación brasileña.

En sus críticas, Funaro fue enérgico contra la actual lentitud de los mecanismos de refinanciación. "No se puede hacer sufrir a un país durante siete u ocho meses. Se necesita un mecanismo para reescalonar más rápidamente", insistió.

♦ **Off-shore**

Interrogado sobre el proyecto de creación de una sociedad "off-shore" para este fin de mes, por parte de 28 bancos japoneses, para recuperar los montos deudos del Tercer Mundo, Funaro estimó que "eso no cambia nada para las naciones endeudadas".

Funaro tiene previsto abandonar Japón el martes, después de haberse reunido con el ministro de Comercio Internacional e Industria, Hajime Tamura.

01.01

8703373

098

# Se descartó acción conjunta de deudores

BRASILIA — Brasil y Argentina descartaron ayer una acción conjunta para renegociar en mejores términos su deuda exterior y decidieron mantener un permanente intercambio de informaciones sobre las propuestas presentadas a sus acreedores.

Así lo acordaron el ministro de Hacienda de Brasil, Dilson Funaro, y el secretario de Hacienda de Argentina, Mario Brodersohn, quienes dialogaron durante dos horas y media.

El vocero oficial del Ministerio de Hacienda brasileño, Marco Antonio Diniz Brandao, declaró que los dos funcionarios "examinaron la situación interna de sus economías, en lo que respecta a los planes de reforma en Argentina y Brasil".

Agregó que "el tema de la deuda fue objeto también de análisis y cada uno expuso en líneas generales sus propuestas a los acreedores".

El portavoz dijo que Funaro y Brodersohn descartaron totalmente la posibilidad de que los dos países emprendan una acción conjunta para lograr un mejor acuerdo en la renegociación de sus deudas.

La deuda exterior brasileña es de 108.000 millones de dólares y Argentina es el tercer deudor latinoamericano con 50.000 millones de dólares.

Al término de la reunión celebrada en el Ministerio de Hacienda, Brodersohn —que concurrió acompañado de Jorge Romero, subsecretario de Asuntos Económicos Internacionales de la Cancillería argentina— regresó a Río de Janeiro y anoche viajó a Nueva York.

El Nic 25/2/87

201.01

8703386

098



GUERRERO

**Economía y finanzas**

*Adelanto exclusivo de LA NACION*

# El memo brasileño enviado a los bancos

***A continuación transcribimos el memorando que el gobierno del Brasil envió el 20 del corriente a la comunidad financiera internacional y que LA NACION obtuvo en exclusiva***

"Una piedra angular de la política del gobierno brasileño es su compromiso con la promoción del crecimiento económico y la consolidación de la democracia. Estos objetivos no son compatibles con la masiva transferencia de recursos al exterior requerida por el modelo de refinanciación de la deuda aplicado hasta ahora. En caso de ser mantenido, este modelo perpetuaría una situación de subfinanciamiento de la economía brasileña, poniendo en peligro las perspectivas de crecimiento.

"A pesar de la reducción del superávit comercial, el resultado obtenido en 1986 y las expectativas para los próximos años aún colocan a ese superávit entre los más elevados del mundo, especialmente comparado con la dimensión de la economía brasileña o contemplado frente a la pequeña participación del país en el total del comercio mundial. En los últimos cuatro años el Brasil ha sido aislado del mercado financiero internacional a la vez que las tasas de interés internacionales continuaron sustancialmente más altas que sus niveles históricos en términos reales.

"Actualmente, dada la cantidad de pagos por el servicio de la deuda, la reducción del superávit comercial amenaza el nivel de reservas de divisas. Es por el propio interés del Brasil como de sus acreedores que el nivel de las reservas debe ser preservado. Consecuentemente, el gobierno brasileño está actualmente adoptando rigurosas medidas destinadas a estabilizar la economía, aumentando su lucha contra la inflación y promoviendo las exportaciones.

"Se espera que un proceso de renegociación de la deuda externa se inicie tan pronto como sea posible.

"En este período provisional, con el fin de preservar la liquidez externa del país, se implementan las siguientes medidas a partir de hoy y durante la duración del proceso de negociación:

● Todos los pagos de intereses vencidos sobre la deuda de mediano y largo plazo con bancos comerciales extranjeros serán pagados en una nueva depósito en el Banco Central del Brasil.

Sarney, el día del anuncio

● Esos depósitos serían nominados en la moneda estipulada en los contratos y serán remunerados bajo los términos que sean establecidos en el proceso de negociación. Esos términos se aplicarán retroactivamente a partir de hoy.

● Los pagos principales sobre la deuda original de mediano y largo plazo con los bancos comerciales extranjeros continuarán depositándose en el Banco Central bajo los términos de las medidas provisionales hasta el 31 de marzo de 1987. Los *spreads* y otras condiciones que prevalecan con posterioridad serán establecidos en el proceso de negociación.

● En cuanto a los depósitos de los pagos de la deuda original, el *spread* que se acordará en el proceso de negociación se aplicará retroactivamente a partir del 1 de enero de 1987.

● Los pagos sobre líneas comerciales de interbancos de corto plazo no sufrirán modificaciones. Confiamos en que esas líneas serán renovadas, dada su importancia para la capacidad de pago del Brasil. La cooperación en este aspecto es fundamental.

● El Banco Central del Brasil continúa a disposición de la comunidad financiera internacional para cualquier clarificación de puntos adicionales, así como también de las importantes motivaciones que llevaron al Brasil a adoptar esa decisión.

"Estas medidas han sido elaboradas para satisfacer las actuales necesidades del Brasil en materia de divisas, teniendo en cuenta su naturaleza provisional. El gobierno espera que las negociaciones den como resultado un permanente plan o esquema de mediano o largo plazo a través del cual la relación del Brasil con sus bancos acreedores se cimente sobre una base estable y mutuamente provechosa.

"El Brasil está dispuesto a iniciar las negociaciones inmediatamente y a discutir todas las cuestiones abiertamente. Considerando que acelerará las próximas discusiones hacia un rápido acuerdo, el Brasil está listo para presentar una propuesta tendiente a la reestructuración de su deuda externa con los bancos comerciales.

"La perspectiva realista de que el crecimiento y la capacidad de pago del Brasil aumentarán con el tiempo indica que la propuesta no involucrará pérdidas para los bancos acreedores. No contemplará exigencias para una cancelación de la deuda o para tasas de interés concesivas. Su implementación por lo tanto no requerirá subsidios por parte de fuentes gubernamentales o multilaterales. Será presentada con un espíritu positivo y de cooperación, y estará destinada a asegurar niveles adecuados de financiación para la economía brasileña para el mediano y largo plazo.

"La iniciativa tomada hoy por el Brasil no debe ser considerada como un debilitamiento de sus lazos con la comunidad internacional sino como un primer paso para restablecer la dinámica de flujos de inversión extranjera y el comercio del país.

"El Brasil tiene plena conciencia de su responsabilidad internacional y, no desea, en ningún momento, convertirse en una economía autárquica. La posición que ahora adopta apunta a conferir estabilidad a su participación en el contexto financiero internacional y a consolidar su economía de mercado y una sociedad democrática, abierta y pluralista".

Firman el ministro de Finanzas, Dilson Funaro, y el presidente del Banco Central del Brasil, Francisco Gros.

## *Aspectos contradictorios*

El aspecto quizás más contradictorio del memorando que el Brasil envió a sus bancos acreedores es la afirmación de pagos que hacen de las líneas comerciales y de las interbancarias (*money markets*) cuando están declarando a la comunidad financiera internacional la decisión precisamente de suspenderlos.

Por otra parte, mientras que aduce que la suspensión del pago está motivada por la necesidad de mantener los niveles de reservas, las primeras estimaciones indican que el pago de las líneas comerciales y de las interbancarias podrían consumir muy rápidamente el stock de reservas de que dispone Brasil.

Si bien no queda absolutamente claro, puede suponerse que la actitud brasileña apunta a presionar formalmente a los bancos para que den *plata nueva* sin tener que antes llegar a un acuerdo con el Fondo Monetario.

Respecto de este punto, en tanto que el gobierno brasileño lo considera un punto central desde un enfoque político, la banca no parece en la actualidad dispuesta a acordar *new money* si Brasil no atraviesa antes el efecto catalizador que fijeran los acuerdos con el Fondo Monetario Internacional.

También es notoriamente contradictoria la actitud brasileña de no solicitar un trato preferencial a la banca acreedora, cuando explícitamente se está ejerciendo una supuesta presión, por cuanto señalan que la propuesta que presentarán a los bancos comerciales no contendrá exigencias para una cancelación de la deuda o para tasas de interés concesivas.

Al mismo tiempo, destacan que su instrumentación no requerirá subsidios por parte de fuentes gubernamentales o multilaterales.

01.01

8703404

058

# El Brasil propondrá pagar a la banca en un plazo de 16 años

## Pedirá además 7 años de gracia y bajos intereses

**Brasilia, 24 (EFE) – El Brasil propondrá la próxima semana en Nueva York a 600 bancos comerciales acreedores el pago de su deuda de casi 70.000 millones de dólares en 16 años, con siete de carencia, e intereses de riesgo por debajo de los otorgados en octubre pasado a México.**

**La propuesta, confirmó hoy una alta fuente del Ministerio de Hacienda, comenzó a ser expuesta en Nueva York por el director de deuda externa del Banco Central del Brasil, Antonio de Padua Seixas, al Comité de Bancos Acreedores.**

**La renegociación de la deuda brasileña deberá iniciarse la próxima semana, aunque no existe, por ahora, ninguna confirmación oficial sobre el viaje de la delegación brasileña a Nueva York, que estará presidida por el ministro de hacienda, Dilson Domingos Funaro.**

**Brasil suspendió el viernes pasado el pago de los intereses de la deuda con los bancos comerciales internacionales por tiempo indefinido y mientras no logre un acuerdo para su pago, que llegaba en junio de 1985 a 67.329 millones de dólares.**

**La posición brasileña reitera además su decisión de no permitir la intervención del Fondo Monetario Internacional (FMI), considerada prioritaria por los bancos acreedores para un acuerdo en la renegociación.**

**Aunque oficialmente no se ha revelado la tasa de intereses que el Brasil ha solicitado a la banca comercial, fuentes del Ministerio de Hacienda han confirmado que es inferior a la que se otorgó a México en octubre del año pasado de 0.825 por ciento.**

**Las negociaciones de la deuda externa brasileña serán seguidas atentamente en Brasilia por el presidente José Sarney, que suspendió todas las audiencias de las próximas tres semanas, confirmó hoy el portavoz oficial del gobierno, Antonio Fratta Netto.**

### Solidaridad de Alfonsín

**El viernes pasado, horas antes de anunciar oficialmente esta medida, Sarney recibió una llamada del presidente argentino, Raúl Alfonsín, con quien volvió a dialogar hoy.**

**El sábado lo hizo con el presidente del Uruguay, Julio María Sanguinetti y anoche con el jefe del Estado venezolano, Jaime Lusinchi.**

### Posición de los bancos

**Nueva York, 24 (UP) – En el Comité de Bancos existe el sentimiento de que hay que mantener las líneas de crédito a corto plazo concedidas al Brasil, pese a que ha interrumpido el pago de intereses, dijo hoy un miembro del grupo.**

**El Comité mantuvo anoche una reunión de tres horas de duración y "la idea es enfocar la cuestión con calma, sin precipitarse; tampoco se habló de represalias", dijo el informante.**

**Añadió que ahora esperan varios reuniones con el director de la deuda externa del Banco Central del Brasil, Francisco de Paula Seixas, que arribó hoy a Nueva York.**

**"Queremos escuchar a Seixas, estamos muy interesados en que nos informe en detalle sobre las medidas anunciadas por el presidente (José) Sarney y cuáles son los planes del Brasil en materia económica y que propone para sus relaciones con los bancos", dijo el informante.**

La Prensa 25/2/87

01.01

8703406

098

LA NACION 6/02/87

# Cooperación entre Brasil y la URSS

BRASILIA, 5 (ANSA).- El vicecanciller de la Unión Soviética, Victor Komplektov, ofreció cooperación tecnológica para el desarrollo espacial brasileño, criticó la política de los Estados Unidos en América central y confirmó la visita del canciller Eduard Shevardnadze al Brasil en septiembre próximo.

Komplektov, durante una entrevista, afirmó que "Brasil y la Unión Soviética podrán establecer programas de cooperación tecnológica, superando los actuales intercambios comerciales para desarrollar, además, reuniones específicas sobre los temas vinculados con investigaciones espaciales.

Destacó que "Brasil y la URSS tienen puntos de convergencia, sobre todo, en política exterior, las cuales podrán ser ampliadas y estrechar aún más sus relaciones".

AN

01.01

8703439

BRASIL
098

# Sarney recibe apoyo, pero lo urgen a adelantar los comicios

San Pablo 22 (UPI) — Uno de los líderes de la oposición brasileña elogió hoy la decisión de suspender los pagos de intereses de la deuda externa, pero criticó fuertemente al presidente José Sarney, pidiendo que se adelantaran las elecciones presidenciales.

"La deuda externa se constituye en una injusticia tan grande, en una iniquidad de tal orden contra nuestro pueblo, que cualquier cosa que se haga en el sentido de suspenderla o restringirla debe merecer nuestro apoyo", afirmó el gobernador del estado de Río de Janeiro, líder del partido Democrático Laborista y uno de los críticos más acervos del gobierno, Leonel Brizola.

Sin embargo, Brizola insistió en su tesis de que deberían ser convocadas elecciones presidenciales lo antes posible para sustituir a Sarney, cuyo mandato concluye en 1989 pero, que podría ser reducido por la Asamblea Constituyente.

El comentario de Brizola responde el anuncio hecho el jueves por Sarney, de suspender el pago de los intereses de la deuda de 108.000 millones de dólares.

Como el gobernador de Río de Janeiro, líderes opositores de izquierda y derecha han manifestado su apoyo a la suspensión de la medida acompañado de severas críticas al gobierno en otras áreas.

## Parcial respaldo político

Pero la mayor evidencia de que el aplauso generalizado a la medida parece no haber provocado un gran aumento del capital político de Sarney, lo dio el Partido del Movimiento Democrático Brasileño, (PMDB), principal partido de la coalición que lo apoya.

Reunidos ayer en Brasilia, los parlamentarios del PMDB aprobaron una moción de irrestricto apoyo a Sarney por su decisión, pero no votaron una propuesta de que manifestaran su respaldo anticipado a las nuevas medidas económicas que el gobierno pretende tomar en breve como complemento interno de la suspensión de los pagos.

"No podemos firmar un cheque en blanco", dijo la diputada Cristina Tavares al justificar su rechazo a la propuesta, que terminó no siendo considerada a votación.

De la misma forma, la medida no produjo los elogios casi unánimes que recibió de la prensa el presidente cuando lanzó el "Plan Cruzado" contra la inflación en febrero del año pasado, a cuyo fracaso se atribuyen las graves dificultades económicas que atraviesa el país.

Durante los primeros meses del plan, la popularidad de Sarney llegó a índices superiores a un 90 por ciento, mientras la inflación descendió a menos de un uno por ciento.

En enero, sin embargo, la inflación alcanzó un 16,8 por ciento.

La principal crítica es que Sarney habría provocado el fracaso del plan al postergar medidas correctivas que se hacían necesarias, por temor a un mal desempeño en las elecciones legislativas de noviembre.

01 - 01

8703456

098

# OLA DE AUMENTOS EN BRASIL

BRASILIA, 28 (EFE). — Una avalancha de aumentos en precios, salarios y tarifas de servicios públicos, marcaron en Brasil el único recordatorio oficial del primer aniversario del abandonado programa de reforma económica conocido como "Plan Cruzado".

El 28 de febrero de 1986, el presidente José Sarney anunció su política económica basada en un nuevo signo monetario, el cruzado, la eliminación de las tasas de inflación como indicadores de la economía y el "congelamiento" de los precios y los salarios.

Un año después, sólo el "cruzado" ha sobrevivido al programa económico, luego que el gobierno decidiera volver al manejo de su economía por los índices de inflación y "descongelara" los precios y los salarios.

Ayer el gobierno decretó un aumento del 42 por ciento en el salario mínimo, que pasó a ser de 70 dólares.

También anunció un incremento del 36 por ciento en los precios de los productos agrícolas, del 60 por ciento en los medicamentos y del 16 por ciento en los combustibles.

Un decreto por el cual se reactiva el cálculo de los reajustes mensuales de los contratos puso fin a la "desindexación" de la economía brasileña.

El virtual fracaso del programa económico, cuya aplicación desde marzo pasado otorgó al presidente José Sarney el más alto índice histórico de popularidad para un Jefe de Estado brasileño, ahora lo colocan con niveles muy bajos de aceptación popular.

Según una encuesta del diario "Folha de São Paulo", divulgada hoy, el 42 por ciento de los brasileños consideran "pésimo" el gobierno de Sarney y sólo el 19 por ciento cree que es bueno.

**FUNARO REPLICA**

RIO DE JANEIRO, 28 (ANSA). — Las explicaciones dadas ayer por el ministro brasileño de Hacienda, Dilson Funaro, a los altos funcionarios financieros y políticos en Washington, luego de su declaración brasileña de moratoria de los intereses de su deuda, "no obtuvieron los resultados previstos".

Así lo señala hoy la prensa brasileña con relación a las reuniones mantenidas por Funaro con el presidente del Banco Central de los Estados Unidos, Paul Volcker, con el secretario del Tesoro, James Baker, y altos representantes de los organismos financieros internacionales.

El ministro Funaro —según las informaciones de los enviados especiales— consideró "comprensible" la reacción negativa de la comunidad financiera ante la suspensión del pago de los intereses por Brasil, pero aquel insistió en que la medida fue tomada "de manera profesional, meditada, para defender nuestras reservas". Además, Funaro recalcó que "Brasil continúa creciendo, posee el tercer superávit comercial del mundo y nuestros déficits son proporcionalmente muy menores que los de nuestros acreedores".

Dilson Funaro deberá estar en los próximos días en París, Londres, Bonn y Roma, para entrevistarse también con los acreedores.

El País 1/0/87

01.01

8703460

# Moratoria de Brasil con apoyo de América Latina

Las perspectivas de una moratoria de la deuda externa latinoamericana hace dos años parecían lejanas, para algunos banqueros, pero los alarmantes síntomas de su proximidad provocan ahora creciente preocupación entre los acreedores.

El grueso de las obligaciones emergentes de la deuda externa de América Latina, estimada en 380 mil millones de dólares, se ha pagado en los últimos cinco años, y sin embargo la deuda sigue en pie en su valor nominal.

Lo indica bien el caso de Brasil, mayor deudor entre los países en desarrollo con 108 mil 800 millones de dólares, que pagó en el último quinquenio algo más de 55 mil millones de dólares a sus acreedores, por concepto de servicio de deuda.

El comercio brasileño, habitual proveedor de fondos excedentes para pagar el servicio de deuda, ahora también enfrenta una sensible contracción.

El superávit comercial, calculado en unos dos mil millones de dólares para el primer semestre de 1987, no alcanzará a cubrir ni la tercera parte de los compromisos externos de Brasil en ese lapso, ascendentes a siete mil millones.

En este marco, se anuncia la moratoria del pago de intereses por parte del presidente Sarney, que sin duda, cayó como un balde de agua fría tanto para la oligarquía brasileña, como para la banca extranjera.

Dicha suspensión de pagos coincidió al finalizar la semana con el informe del Banco Mundial de que la deuda tercermundista rebasó el millón de dólares.

### REPERCUSIONES DE LA MORATORIA

Ambas noticias estuvieron acompañadas de una oleada de reacciones, tanto por parte de los deudores como de los acreedores, todas confirmando el endurecimiento de las posiciones de ambos grupos.

De las estadísticas nacionales y de los organismos internacionales de crédito, la deuda pasó a asumir personalidad política propia en las palabras de José Sarney, presidente de Brasil, mayor deudor del mundo en desarrollo.

Sarney anunció la moratoria parcial sobre el pago de intereses por un plazo de 90 días, y dijo esperar de los acreedores una solución amplia, justa y duradera.

El mandatario brasileño, recordó que en cinco años, ese país entregó a los banqueros 55 mil 800 millones de dólares sólo por concepto de intereses y declaró que Brasil no puede pagar la deuda con el hambre del pueblo

La medida, que excluye las obligaciones contraídas con los bancos centrales de los países integrados en el Club de París, irá acompañada, anunció Sarney, de otros esfuerzos para estabilizar la economía nacional y resolver la crisis que aqueja al país.

La moratoria fue "una opción consciente y largamente madurada", dijo el presidente norteño, agregando que "por motivos de soberanía y seguridad nacional, nuestras reservas tienen que ser preservadas", ya que "fortalece nuestra posición para negociar".

Es de hacer notar que las reservas, duramente acumuladas durante tres años, aún llegan a tres mil 962 millones de dólares y sería suficiente para pagar los intereses de unos cuatro meses más. Empero el gobierno optó por retenerlas con el propósito de garantizarse el pago de las importaciones durante varios meses.

Cabe acotar que de parte de los acreedores, ha habido crecientes presiones sobre Brasil, para que acepte las imposiciones del Fondo Monetario Interancional, en detrimento del programa económico seguido por el presidente José Sarney.

El Ministro de Finanzas Dilson Funaro declaró que Brasil no tiene prisa en negociar su deuda externa, porque el tiempo corre contra los acreedores, que son ahora los que pasaron a tener interés en negociar lo más pronto posible. El gobierno buscó así, con la medida adoptada (un poco antes que desaparecieran sus reservas cambiarias pero en un momento de evidentes dificultades económicas como la elevada inflación, el desabastecimiento y bajas exportaciones), aprovechar la crisis ampliamente divulgada para intentar imponer las condiciones hace mucho reclamadas en relación con la deuda externa.

Por su parte, el economista Paul Singer, sostuvo que la medida puso a los bancos ante la disyuntiva de negociar rápidamente una solución para la deuda del país o tener que aceptar como pérdidas los intereses no pagados para enfrentar el riesgo, tres meses después, de encontrarse con una "avalancha de moratorias".

De todos modos la posición del gobierno tiene el apoyo prácticamente unánime de los políticos brasileños.

Sarney recuperó así la ofensiva política interna, ya que adoptó una medida reclamada por la oposición, también la de izquierda, y que nadie se atreve a criticar.

Su intención de utilizar la moratoria políticamente quedó evidente en la parte final de su discurso, al pedir respaldo y unidad de todo el pueblo en esa lucha.

Como ocurrió al adoptar el Plan Cruzado de estabilización económica, hace un año, el presidente Sarney recurrió al patriotismo y busca poner a la oposición en la incómoda posición de adversarios de una medida patriótica.

### ¿QUE PASA EN AMERICA LATINA?

La decisión de Brasil fue secundada casi de inmediato por Argentina, cuyo secretario de Hacienda Mario Brodersohn, advirtió que este país no pagará los intereses sobre su deuda de 50 mil millones de dólares si la banca no le concede un crédito por dos mil 150 millones.

Días antes el Fondo Monetario Internacional anunció la concesión de un crédito de mil 330 millones, desglosado en mil 350 millones como contingencia y 480 millones para compensar pérdidas por caída de exportaciones.

Veinticuatro horas después, el propio FMI condicionó la entrega del préstamo a los acuerdos que alcance Argentina con sus acreedores en la refinanciación de la deuda.

Por su parte, el canciller uruguayo, Enrique Iglesias, en su condición de Secretario del Consenso de Cartagena, afirmó que el consenso "está a la orden de Brasil si desea convocarlo".

Sobre la medida adoptada por el gobierno de Brasilia, Iglesias la calificó de dura pero inevitable y añadió que el problema de la deuda exterior de los países en desarrollo "no está resuelto sino administrado, y en muchos casos, prendido con alfileres".

Desde México, que enfrenta dificultades en obtener los préstamos anunciados por la banca internacional, el Colegio Nacional de Economistas se pronunció por negociar en bloque mejores condiciones para el pago de la deuda latinoamericana, a la vez que consideraron urgente el establecimiento de tasas de interés fijas, entre el dos y el cinco por ciento.

Por su parte, el presidente peruano Alán García, quien decidió limitar el pago de la deuda al diez por ciento de los ingresos por exportaciones, abonará en 1987 sólo 380 millones de un total vencido de mil 800 millones de dólares.

En síntesis, las primeras reacciones indican las simpatías hacia la media adoptada por Sarney, lo cual debiera traducirse en acciones concretas de solidaridad.

### ¿QUE DICEN LOS ACREEDORES?

Por parte de los acreedores, medios financieros de Estados Unidos advirtieron que las negociaciones con Brasil serán muy tensas, en tanto que desde Tokio se conoció que el gobierno y los principales bancos expresaron preocupación, aunque indicaron que esperarían esa calma la respuesta de Estados Unidos y el FMI.

La alarma por una inminente moratoria y no sólo de Brasil, marca el ambiente financiero sobre todo en Estados Unidos, con claras perspectivas de complicarse, más para los acreedores que para los endeudados.

## Precios de las materias primas siguen en descenso

**Según estimaciones realizadas por la Conferencia para Desarrollo y Comercio (Unctad), los precios de las materias primas y los productos básicos continuarán, en la tendencia a la baja observada en los últimos tiempos, acentuada por el bajo crecimiento económico registrado el año pasado en los países capitalistas desarrollados, fundamentalmente. Como resultado, los países del Tercer Mundo experimentarán importantes pérdidas en sus ingresos por esta vía, que, desde principios de la década del los 80, suman cerca de 90 mil millones de dólares. Como el 80 % de los ingresos de los países en desarrollo se obtiene del intercambio con los países industrializados de materias primas y productos básicos, a juzgar por la actual crisis económica que atraviesan, que les imposibilita disponer de medios financieros que les permita crear otras fuentes de ingresos, la dependencia de estos productos aumentará aún más.**

01.01

078

# Tortura en Brasil: un libro que historiará horrores

SAN PABLO, 2 (ANSA). — Al libro "Brasil: nunca más", de la Arquidiócesis de San Pablo y que denunció la tortura en Brasil practicada durante los años de la represión militar, se sumará en breve otro libro en el cual estará contenido "todo el universo de horror de un período negro de la historia del Brasil".

Así lo anticipó el pastor presbiteriano Jaime Wright (asesor del cardenal arzobispo Paulo Evaristo Arns), quien coordinó el nuevo libro, después que el anterior tuviera una amplia divulgación (200 mil ejemplares vendidos y con 20 ediciones).

"Contrariamente a lo ocurrido en otras dictaduras en el mundo, como las de Uruguay o Argentina, los militares brasileños no destruyeron los procesos que ellos mismos hicieron", señaló el pastor, que agregó: "ni para recomponer la historia del nazismo se tuvieron registros tan completos y precisos como los nuestros, pues la mayoría de las acciones de la Gestapo y de las "SS" fueron destruidos al final de la guerra".

Según el nuevo libro, un total de 17.420 ciudadanos fueron afectados directamente por la represión (sumariados, interrogados o condenados, o bien testigos) y 1.843 denunciaron ante la Justicia haber sufrido torturas.

Un total de 40 mil personas, entre investigadores de la policía, policías militares, oficiales de las Fuerzas Armadas, escribientes y jueces estuvieron directa o indirectamente involucrados en la represión política, habiendo sido utilizados 285 tipos diferentes de torturas.

HUMDOCOLOR 4/8/82

01.01

8703462

PREOCUPACION OFICIAL POR LA

# En Brasil un nuevo

***El gobierno del presidente José Sarney está preparando la adopción de nuevas medidas con vistas a reordenar la situación económica y ofrecer un marco de orden interno a los acreedores internacionales, luego de la decisión de suspender el pago de los intereses a los bancos comerciales.***

**SAN PABLO, 7 (ANSA). — El gobierno brasileño se prepara para adoptar lo antes posible nuevas medidas, para buscar un reordenamiento de la economía y presentar un cuadro de estabilización interna a los acreedores internacionales, tras la decisión de suspender por tiempo indefinido el pago de los intereses a los bancos comerciales extranjeros, a los que el Brasil adeuda unos 70 mil millones de dólares.**

**Según el proyecto elaborado por el ministro de Planificación, João Sayad, para los próximos cuatro meses la economía permanecería liberada, hasta llegar a un reacomodamiento total de precios y tarifas, con aumentos automáticos ("gatillo") para los trabajadores cada vez que la tasa acumulada de inflación supere el 20 por ciento.**

**Luego se efectuaría un congelamiento de los precios de algunos productos esenciales por tres meses, y se suspendería dicha escala móvil de salarios. Toda la política económica sería seguida muy de cerca por el Parlamento. El objetivo es reducir la inflación anual al 60 por ciento, contra el 400 por ciento que inevitablemente se estimaría para este año, de mantenerse el ritmo de los últimos dos meses.**

### ♦ Huelgas

**Brasil enfrenta, mientras tanto, una serie de huelgas que están preocupando al gobierno e incluso a los militares. No por nada el general Iván de Souza Mendes, jefe del Servicio Nacional de Información y que tiene rango de ministro, dijo que la sociedad brasileña se ha vuelto "demasiado reivindicadora y exige soluciones muy rápidas".**

Dos son las huelgas que más preocupan, porque implican el riesgo de crear problemas de reaprovisionamiento de combustible y de otros productos. Una es la de los 40 mil marítimos, en huelga desde hace una semana en reclamo de aumentos salariales de hasta el 200 por ciento. Los puertos brasileños están paralizados o trabajan a un ritmo lentísimo y las mercaderías no llegan a los distribuidores y a los consumidores. La huelga, por otra parte, fue juzgada ilegal por el Tribunal Supremo de Trabajo.

Otra huelga, o mejor dicho cierre, es la de los propietarios de gasolineras quienes, exigiendo un mayor margen de ganancia sobre la venta de combustible, cerraron los surtidores desde ayer en San Pablo y en otros dos estados. El movimiento podría extenderse a otros estados del Brasil.

Es posible que estos conflictos sean resueltos en los próximos días, pero también es probable que aparezcan otros nuevos reclamos.

### ♦ Situación política

La situación política no

CLARIN ★ Buenos Aires, domingo 8 de mayo de 1987

HUELGAS

# analizan la adopción de "paquete" económico

es mucho menos confusa que la económica. La Asamblea Constituyente elegida el 15 de noviembre comenzó a trabajar el 1º de febrero, pero aún no fue capaz de aprobar el reglamento interno.

Existen divisiones entre partidos y en el seno de las propias agrupaciones políticas, y disidencias sobre los poderes de la Asamblea Constituyente, que según algunos debiera tener la facultad de modificar la Constitución todavía vigente con mayoría absoluta.

También es urgente definir la duración del mandato del presidente de la República, José Sarney, quien alcanzó el poder en circunstancias insólitas, por la muerte de Tancredo Neves a comienzos de 1985. Según la actual Constitución, el mandato debe ser de seis años, pero no faltan quienes quieren reducirlo a cinco o a cuatro años, o directamente auspician que Sarney renuncie inmediatamente después de haber promulgado, quizás a fines de este año, la nueva Constitución.

PARTES ILEGIBLE

8703480

038

A. Financiero 12/3/87

RS

ECONOMIA

Ambos con posturas inflexibles

# Alto voltaje entre Brasil y acreedores

Nueva York (UPI) — "Esperamos que el Brasil haya recibido el mensaje que, según tenemos entendido, le dieron Gran Bretaña, Alemania Federal, Japón y otros países. Es el mismo mensaje nuestro: hace falta un plan económico y un diálogo con el Fondo Monetario; luego nos sentaremos a discutir". Así definió claramente la postura de los acreedores un miembro del "steering committee" para el Brasil, en vísperas del diálogo que intenta retomar el presidente del Banco Central, Francisco Gros, con los banqueros. Pero si el mensaje de los bancos es claro y tajante, no lo es menos el de los brasileños: el país "no negociará con el Fondo", dijo el ministro Dilson Funaro en Tokio ayer, tras la reunión que mantuvo con el premier Yasuhiro Nakasone, quien a su vez reprochó al funcionario brasileño lo "lamentable" de la actitud del gobierno de José Sarney de suspender los pagos externos.

Con este panorama puede aventurarse el alto voltaje que tendrá el próximo round con los bancos, que además están negociando con los representantes argentinos un difícil paquete de refinanciación e intentan, simultáneamente, armar el programa de financiación para México que involucra la nada despreciable suma de 7700 millones de dólares.

Gros partió de Tokio junto con Funaro, aunque en lugar de regresar al Brasil como el ministro, fue a Nueva York.

De la agenda reservada se supo que el banquero central tiene previsto reunirse con el presidente del "steering committee", William Rhodes, para analizar detenidamente la situación y discutir la extensión de los créditos comerciales de corto plazo.

Fuentes de la banca esperan que del diálogo con Rhodes surja algún punto de acercamiento como para definir la fecha del inicio de las negociaciones concretas. Sin embargo, Gros declaró a la prensa que en la gira realizada con Funaro los gobiernos le pidieron que el Brasil dialogara con el FMI y que es necesario que "definan claramente" un programa económico como paso previo, a lo que respondió diciendo que la posición de su país "no va a cambiar" y que "pueden pedirnos todo lo que quieran pero mantendremos nuestro punto de vista".

*Dilson Funaro*

Funaro dijo a su vez que "no podemos aceptar las medidas de ajuste planteadas por el FMI, que favorecen a las naciones prestatarias" y recordó el retraso económico que padeció el Brasil cuando firmó con el Fondo en la crisis de 1982.

Tras explicar su posición, el ministro brasileño enfatizó que "debe crearse un nuevo mecanismo para que los países deudores tengan acceso rápido a nuevos préstamos" y destacando que la expansión económica es vital para resolver el problema de la deuda, pidió que el Japón, a quien el Brasil adeuda 10.700 millones de dólares, promueva inversiones directas y transfiera tecnología a su país.

Añadió Funaro que en breve su gobierno elevará un pedido formal al Eximbank japonés para que conceda nuevos créditos destinados a financiar proyectos de desarrollo.

De los 109.900 millones de dólares de deuda externa, el Brasil adeuda a los bancos 68.000 millones que significan entre 4000 y 4500 millones de dólares en intereses anualmente. Habrá que ver si los bancos están dispuestos a crear ese nuevo mecanismo solicitado por Funaro. Difícil.

01.01

8703531

## Mientras los bancos niegan nuevos créditos y piden solución al gobierno

# *Reagan, decepcionado por Brasil, dice que el plan Baker aún sigue vigente*

**Washington — La decisión del Brasil de suspender el pago de intereses sobre su deuda externa podría ser un golpe mortal para el plan Baker, que ya estaba casi paralizado debido a que los bancos estadounidenses se muestran renuentes a dar nuevos préstamos a América latina diciendo que la solución del problema debería provenir básicamente del gobierno estadounidense.**

Entre tanto, la banca estadounidense recibió la decisión brasileña con calma, porque **ya había tomado medidas para protegerse de esta clase de crisis. Pero el gobierno de Reagan dijo que estaba decepcionado por la acción del Brasil,** aunque se apresuró a negar que el **plan Baker** "esté muerto".

Quizá la decisión brasileña no mató al **plan Baker**, pero por cierto lo dejó en estado moribundo, al indicar que esa estrategia de solución de la deuda del Tercer Mundo no funciona ni siquiera en un país con enorme capacidad productiva como el **Brasil**. Por ahora, el gobierno y los bancos estadounidenses se están pasando la pelota uno al otro.

El Departamento del Tesoro, bajo la batuta de **James Baker**, que lanzó su plan hace **16 meses, ha comenzado a presionar en forma crecientemente abierta a los bancos para que aumenten sus préstamos a América latina.**

Escribe
Abel
Dimant
Corresponsal de
Ambito Financiero
en Washington

Los bancos son renuentes, diciendo que no quieren aumentar sus riesgos y que la necesaria solución a largo plazo debe venir de los gobiernos de los países acreedores, en particular el estadounidense, aunque no precisan cuál podría ser esa solución.

**Como alternativas o complemento de nuevos préstamos se han barajado ideas que van desde reducir intereses hasta cancelar parte de la deuda existente.**

Ni los bancos ni el gobierno estadounidense quieren considerar la cancelación de parte de las deudas. Pero en el caso de **México** los bancos aceptaron hacer concesiones el año pasado —reducción de intereses y plazo de dos décadas para el pago del capital— porque vieron que ese país estaba al borde del colapso debido a la caída de los precios del petróleo. Una cesación de pagos de la deuda mexicana de **105.000 millones de dólares** habría desatado pánico mundial.

En contraste, en la renegociación de la deuda brasileña de **108.000 millones de dólares**, los bancos aplicaron intereses mucho más altos que los cobrados a otras naciones deudoras, debido a que el **Brasil** ha rehusado negociar con el **Fondo Monetario Internacional**, al que considera sinónimo de recesión.

A diferencia del tradicional enfoque "recesionista" del **FMI, Baker** lanzó en octubre de 1985 su llamada "iniciativa de crecimiento", que contemplaba suministrar otros **30.000 millones de dólares** en nuevos créditos de bancos privados y entidades internacionales a 15 grandes deudores —la mayoría latinoamericanos— a cambio de reformas "estructurales" en las economías de esos países, como reducción de inflación para aumentar la capacidad de competir de industrias muy protegidaas e ineficientes.

**Pero en la práctica, pese a que muchos países deudores comenzaron a introducir esas reformas económicas, muy pocos nuevos fondos han sido suministrados, por lo que el problema parece encontrarse [illegible] nuevamente a fojas cero.**

Ecuador, que con una deuda de 9000 millones de dólares era considerado el más confiable de los deudores, anunció semanas atrás una suspensión similar a la del **Brasil**, y la Argentina, con una deuda de 53.000 millones, ha indicado que podría seguir la misma acción si los bancos rehusan darle nuevos préstamos por **2150 millones de dólares.**

Lo que ha llevado a este aparente callejón sin salida es que los bancos comerciales fueron reduciendo su vulnerabilidad a la deuda del Tercer Mundo desde que la crisis estalló en 1982 con **México** diciendo que no podía pagar.

Así, los bancos, **mientras iban reestructurando** continuamente las deudas latinoamericanas, fueron **tomando medidas**, tales como **aumento de capital y reservas, para protegerse contra suspensión de pagos de intereses y aun una directa cesación de pagos de alguna nación deudora. Los 10 bancos estadounidenses más grandes aumentaron su capital en 25.000 millones de dólares** desde 1983, en su mayoría mediante adiciones a sus reservas para compensación de pérdidas en préstamos. **En el caso de suspensión de pagos de intereses, los bancos estadounidenses tienen 90 días para "trasticar" el problema. Después de ese período, si no hay pago, según las prácticas contables los bancos ya no pueden contar intereses ganados sobre los préstamos en mora, a menos que lo autorice el Banco Central.**

Si las cosas empeoran y se torna aparente que el propio capital de los prestamos está en peligro, los bancos serían forzados entonces a eliminar de sus libros parte o todos sus créditos al país involucrado. Ello afectaría el capital de los accionistas de los bancos y haría descender las acciones de las entidades en la Bolsa.

**Pero por ahora la sangre no ha llegado al río y habrá un período de tres meses para ver qué pasa con el Brasil, los bancos, el plan Baker y el gobierno estadounidense.**

# Renegociación a 16 años plantea Brasil

BRASILIA. — Brasil propondrá la próxima semana en Nueva York a 600 bancos comerciales acreedores el pago de su deuda de casi 70.000 millones de dólares en 16 años, con siete de carencia e intereses de riesgo por debajo de los otorgados en octubre pasado a México.

La propuesta confirmó ayer una alta fuente del Ministerio de Hacienda comenzó a ser expuesta en Nueva York por el director de deuda externa del Banco Central de Brasil, Antonio de Padua Seixas, al Comité de Bancos acreedores.

La renegociación de la deuda brasileña deberá iniciarse la próxima semana, aunque no existe, por ahora, ninguna confirmación oficial.

La posición brasileña reitera además su decisión de no permitir la intervención del Fondo Monetario Internacional (FMI), considerada prioritaria por los bancos acreedores para un acuerdo en la renegociación.

Aunque oficialmente no se ha revelado la tasa de intereses que Brasil ha solicitado a la banca comercial, fuentes del Ministerio de Hacienda han confirmado que es inferior a la que se otorgó a México en octubre del año pasado de 0,825 por ciento.

*Dilson Funaro*

El Nac 25/2/82

PARTES ILEGIBLE

01.01

8703550

## Volcker como Baker condicionan la ayuda internacional a la supervisión del Fondo

*...uscar una solución a los proble-...to internos como externos de su ..., el Brasil debe volver al redil del ...onetario Internacional y aceptar ...anismo supervise sus programas. ...res del Tesoro de los Estados Unidos, James Baker, y de la Reserva Federal, Paul Volcker, coincidieron en recomendar un regreso brasileño a la ortodoxia económica. Mientras, en Brasilia, Funaro y Brodersohn se reunían más para intercambiar información que para programar una estrategia común que, si bien asusta a la banca estadounidense, preocupa menos en Europa al ser más reducida su exposición crediticia en Latinoamérica. De cualquier forma, la moratoria del Brasil es ya un problema comparable a la de México en 1982.*

...nte Sarney y los miembros más caracterizados ...no se aprestan, en esta versión de la "Gazeta ...rcantil", a regresar al congelamiento.

# Crecen las presiones para que Brasil regrese al FMI

Escribe Craig Webb
De la agencia "UPI"

**Washington** (UPI)— El **Brasil** debiera adoptar un nuevo plan económico y trabajar con organismos internacionales "tanto como sea posible" para poder obtener financiación externa, afirmó ayer al **Congreso** el presidente de la **Junta de la Reserva Federal, Paul Volcker.**

Exhortando a la cooperación entre deudores y acreedores, **Volcker** afirmó que "serán ahorcados conjuntamente o tendrán éxito conjuntamente".

Por su parte el secretario del **Tesoro, James Baker, dijo al Congreso** que la suspensión temporal por el **Brasil** de sus pagos de intereses sobre la deuda externa difícilmente lastimará a los bancos estadounidenses a menos que se vuelva permanente.

**Baker, al hablar ante la subcomisión del Senado sobre** operaciones extranjeras, dijo que **Washington** lamenta la medida y espera que el problema pueda ser resuelto en negociaciones entre el **Brasil** y sus acreedores privados.

Paul Volcker

**Volcker** expresó a la comisión de presupuesto del Senado que **Washington** está dispuesto a colaborar con el **Brasil** en solucionar su problema financiero.

"Si el **Brasil** desea una solución constructiva trabajaremos con ellos tanto como podamos para apoyar una política económica efectiva y el establecimiento de relaciones normales con el resto del mundo", indicó.

"Me gustaría poner de relieve que han demostrado que tienen una economía de considerable vigor y resistencia", agregó. "No hay razón intrínseca por la que esa economía no pueda crecer y generar los superávit comerciales necesarios para el servicio de su deuda o han estado haciendo por varios años."

Para ello **Brasilia** "primero tiene que establecer una nueva base en la política y resultados de la economía, de modo que uno pueda entonces dirigirse directamente al problema financiero".

Aunque **Volcker** se negó a aclarar si supeditaba el apoyo de Washington al Brasil a un acuerdo con el **Fondo Monetario Internacional**, "depende ahora del **Brasil**, trabajando espero que tanto como sea posible con instituciones internacionales, desarrollar un sano programa económico, primero que todo en su propio interés".

"Y si pueden hacer eso, demostrar la capacidad de crear crecimiento y generar superávit, permitirán una solución a su problema muy grande de financiación externa", agregó.

Cuando se le preguntó si el **Brasil** deber llegar a un acuerdo con el **FMI, Volcker** replicó: "No quiero ser más específico que eso." El presidente de la Reserva Federal expresó también su apoyo al **plan Baker.**

"Apoyo vigorosamente el sentido general del así llamado **plan Baker**", sostuvo. Sin embargo señaló que hay dificultades en su implementación, "más evidentes con respecto al **Brasil**, que tiene grandes problemas económicos internos, pero que también ha ocurrido en muchos países menores en que los paquetes financieros no han sido organizados con la rapidez y eficacia que a uno le hubiera gustado ver, cualesquiera fuesen las razones".

"De modo que hay una mayor necesidad de un mayor dinamismo en este programa y el **Brasil** en ese sentido es el mayor desafío, el mayor deudor, aunque el paquete financiero en el caso de México está casi listo y uno podría afirmar que las perspectivas son mucho más promisorias", añadió.

**Volcker** dijo creer que los bancos y acreedores muestran "fatiga de batalla" en luchar con los problemas de deuda en los cuatro años desde que **México** lanzó la crisis en 1982.

"Hay demasiados problemas financieros sin resolver o potencialmente solubles por sí, eso se añade ahora mismo a las dificultades del **Brasil**. De modo que creo que debiera haber un renovado esfuerzo aquí basado en un renovado entendimiento de que todo el mundo tendrá que ser ahorcado conjuntamente o tener éxito conjuntamente en este esfuerzo, acreedores y deudores", sostuvo.

"Alguna gente sufre de fatiga de batalla", dijo.

Se preguntó a **Volcker** cómo respondería si el **Brasil** buscase "apoyo político" de **Estados Unidos** cuando se dirija a sus acreedores.

"No sé qué se quiere decir con apoyo político", contestó. "Obviamente nos sentiríamos felices de trabajar con el gobierno brasileño en la medida en que apunte hacia una solución constructiva de este problema."

PARTES ILEGIBLE

01.01

8703556

# *Relativa alarma de la banca europea ante la moratoria*

**Londres (Reuter)** — Los operadores europeos se han mostrado menos propensos que sus colegas de **Wall Street** a deshacerse de sus acciones bancarias por el anuncio de la suspensión de pagos del **Brasil**, dijeron analistas financieros.

Sin embargo, la perspectiva de que otros países puedan unirse al **Brasil** en la búsqueda de condiciones de pago más favorables, por improbable que parezca, puede aun alarmar y provocar grandes ventas.

Las noticias del viernes de que el **Brasil** daba el paso de suspender los pagos de intereses de 68.000 millones de dólares de su deuda externa estimada en 110.000 millones, sacudieron las acciones de los bancos estadounidenses.

Pero, mientras también se debilitaban las acciones de los bancos en **Zürich, Frankfurt, París y Londres**, la baja no fue tan extrema.

Una preocupación a largo plazo es que la táctica brasileña puede desatar una acción en cadena entre otras naciones deudoras. La Argentina ya había dicho que podría suspender los pagos de sus **53.000 millones de dólares** de su deuda externa si no se le conceden mejores condiciones.

**Venezuela**, actualmente negociando el refinanciamiento de los **21.000 millones de dólares** de su deuda del sector público, analizó la deuda con el **Brasil** y la **Argentina**. Y **Filipinas**, que desea modificar las condiciones sobre unos **9400 millones de dólares**, dijo que podría suspender las conversaciones con los acreedores mientras estudia el movimiento realizado por el **Brasil**.

En **Nueva York** hubo una rápida reacción a los anuncios. Los bancos produjeron el lunes una baja promedio de 44 puntos en el **Dow Jones Industrial** antes de recuperarse.

La alarma se reflejó en **Toronto**, con los inversores preocupados por los **7000 millones de dólares** que seis bancos importantes adeudan a **Canadá**.

Sin embargo, en **Europa**, donde la exposición a la deuda latinoamericana es generalmente menor, el cuadro no era tan marcado.

Mientras las acciones de bancos suizos también bajaron el viernes y analistas bursátiles dijeron que el mercado pudo haber estado muy agitado.

Dijeron que los bancos suizos estaban poco expuestos a la deuda latinoamericana y que sus provisiones eran bastante altas, factores destacados por analistas germano occidentales al defender allí las acciones de los bancos.

Operadores de **Zürich** dijeron que la principal preocupación no era el incumplimiento del **Brasil** sino que la crisis afecte a los bancos estadounidenses, lo que podría desatar una reacción en el **sistema bancario internacional**.

Hubo eco de esta preocupación en **Alemania Federal**, donde la baja de las acciones de los bancos en los últimos días se atribuyó tanto a las sombrías perspectivas de ingresos como al efecto brasileño.

---

**• Reacción en cadena**

---

"No puedo imaginar ninguna influencia en el balance o las utilidades a no ser que haya una reacción en cadena", opinó un analista.

La exposición de bancos franceses también es relativamente pequeña y las acciones en el sector bancario —en gran medida controlado por el Estado— que se cotizan en la Bolsa, no resultaron afectadas por las preocupaciones brasileñas, dijeron fuentes bancarias y bursátiles en **París**.

De acuerdo a las estadísticas del Banco de Francia citadas por el economista **Rolando Calvo del Banque Indosuez**, solo corresponde al **Brasil** tres por ciento de los préstamos externos otorgados por los bancos franceses, y de la deuda comercial total del **Brasil** entre siete y nueve por ciento es con bancos franceses.

Las principales instituciones bancarias acreedoras son **Credit Lyonnais, Banque Nationale de París y Societé Generale**.

Los bancos europeos muy expuestos a la

**Cont. en pág. 19**

A. Financiero 25/2/87

# *Menor preocupación de banca europea*

**Viene de pág. contrap**

deuda brasileña son los cuatro principales grupos británicos, pero hasta los operadores londinenses descartaron las perspectivas de una crisis inminente.

Aunque la reacción inicial también tendió a una baja en la cotización de las acciones, el informe de utilidades emitido por el **National Westminster Bank PLC** (NWVI..L.) del período 1986 **(1010 millones de libras esterlinas, partiendo de 804 millones antes de las deducciones impositivas)** eliminó cualquier desaliento en el sector e impulsó al alza a la mayoría de las acciones bancarias.

Los analistas dijeron que los movimientos de los cuatro principales bancos disminuyeron los peligros que enfrentan de los préstamos internacionales. "**América latina y Sudáfrica** no parecen mejor de lo que estaban el año pasado, pero el capital de los bancos es correspondientemente más fuerte", señaló un informe reciente de los corredores de Bolsa **Alexander Laing y Cruikshank**.

Tampoco es probable que la acción tomada por el **Brasil** sea mucho más que una jugada de negocios, según **Christopher Davis de Messel And Co.** "me temo que no me preocupo por ello. Una moratoria de deuda parece una manera bastante tradicional de abrir ahora las negociaciones", acotó.

Según los corredores **Kleinwort Grieveson**, a fines de 1985 el **Brasil** debía a **Barclays PLC** entre **689** y **652 millones de libras** y al **National Westminster Bank PLC** menos de 544 millones. Los mayores riesgos correspondían al **Lloyds Bank**, con **1120 millones** y al **Midland Bank**, con **1400 millones**.

Mientras la perspectiva de un club de deudores causó un estremecimiento nervioso, pocos analistas pensaron que era probable que se materializara. "Hay demasiada diversidad para que concuerden. Esto nunca ocurrió antes y no hay razón para que ocurra ahora", comentó **Davis**.

A. Financiero 25/2/87

01.01

8703558

BRASIL 098



# Liderança na Constituinte divide PMDB

**Brasília — A disputa entre o senador Mário Covas (SP) e o deputado Luis Henrique (RS) pela liderança do PMDB na Constituinte está provocando velhas rivalidades dentro do maior partido brasileiro. O vice-líder Miro Teixeira (RJ) diz que "eleição dentro do PMDB não é sinônimo de briga". Mas trata de adiantar que o candidato Mário Covas é paulista, tão paulista quanto o presidente da Câmara, quanto o futuro presidente da Constituinte (Ulysses Guimarães), quanto o relator do regimento interno da Assembléia** (Fernando Henrique) e o presidente da Fundação Pedroso Horta (senador Severo Gomes). Luis Henrique é gaúcho.

O senador José Richa, embora paranaense, é um velho amigo e correligionário do paulista Mário Covas. Ele pensa o contrário de Miro Teixeira: "Se o deputado Luis Henrique desejasse ser o líder do partido na Constituinte, não devia ter-se candidatado a líder na Câmara. Não é possível acumular mais cargos". Richa acha que a solução de lideranças alternadas — um período seria Luís Henrique e outro Fernando Henrique, de acordo com solução atribuída a Ulysses Guimarães — não funciona. E está convicto da necessidade de outra pessoa ter o encargo de liderar o partido na Constituinte, "senão o plenário vai virar uma torre de babel".

Ao lado desta discussão começam a surgir os primeiros nomes para compor a Mesa dirigente dos trabalhos da Constituinte. De acordo com o regimento que está sendo discutido - um dos raros pontos em que não há controvérsia - essa Mesa vai se compor do presidente, dois vices, três secretários e três suplentes. O Partido da Frente Liberal se encaminha para apresentar dois candidatos à 1ª vice-presidência: os deputados Aloísio Chaves e Humberto Souto.

O PMDB, até agora, não mostrou candidatos. Ontem, o deputado Marcelo Cordeiro (PMDB-BA) disse que está se preparando para disputar uma secretaria. Mas o fato singular ocorreu com o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ). Ele foi escolhido por Ulysses Guimarães para presidir algumas sessões, enquanto o regimento não é aprovado. Seria o candidato natural do PDT à uma vaga na Mesa. No entanto, desistiu: prefere ser vice-líder do partido e coordenador de assuntos constituintes junto a sua bancada. O candidato do PDT para a Mesa será o senador Mário Maia (Acre).

A expectativa dos deputados e senadores é de que até o final desta semana seja aprovado o regimento interno. Depois os líderes vão se reunir e dividir os cargos proporcionalmente entre os partidos. A eleição para a Mesa da Constituinte deverá ser realizada no próximo dia 10 de março.

01.01

8703574

BRASIL 098

## EXTERIOR

### La decisión adoptada por su gobierno s

# *De forma sorprendente Sarney anunciará hoy una moratoria de la deuda externa*

**Brasilia (Reuter) — El presidente José Sarney anunciará hoy la suspensión por 90 días del pago de intereses de la deuda externa que el Brasil mantiene con los bancos privados, informó anoche una fuente gubernamental.**

Una alta fuente del Palacio de Planalto, sede del Ejecutivo, dijo que el anuncio del jefe de Estado será difundido simultáneamente en el Brasil y los Estados Unidos.

La fuente, que pidió no ser identificada, añadió que los detalles del mensaje presidencial serán difundidos oficialmente en esta capital.

**Explicó que la suspensión de pagos de intereses se prolongaría durante 90 días, durante cuyo lapso el Brasil negociará el refinanciamiento de sus adeudos con la banca privada internacional por un monto cercano a los 68.000 millones de dólares.**

**La deuda global brasileña asciende a 109.000 millones de dólares y es la mayor del mundo en desarrollo.**

La fuente gubernamental confirmó de esta forma una información divulgada por la cadena de televisión privada "Globo" sobre la decisión del gobierno brasileño de suspender el pago.

La confirmación oficial de pagos siguió a una declaración del ministro de Hacienda, **Dilson Funaro**, en que admitió que el gobierno analizaba esa medida como "**hipótesis**".

Pero aclaró que su gobierno, por ahora, "trabaja sobre realidades" para negociar un refinanciamiento de casi 68.000 millones de dólares que el Brasil planteará este mes a los bancos privados internacionales.

"Existen muchas hipótesis, pero las realidades que estamos discutiendo son una forma de negociación", dijo al confirmar que en los primeros días de marzo viajará a los Estados Unidos para realizar iniciales contactos con acreedores privados.

**Funaro** formuló estos conceptos tras una reunión con **Sarney**.

**Brasil enfrenta pagos mensuales por 800 millones de dólares por concepto de intereses de su deuda externa.**

Según autorizadas fuentes gubernamentales, la estrategia brasileña para la nueva negociación buscará advertir a los acreedores una disposición oficial a seguir pagando la deuda, pero con las limitaciones que le imponen sus actuales dificultades financieras y la necesidad de continuar creciendo.

Un asesor, estrechamente ligado al gabinete económico, dijo que esa posición sería inicialmente notificada por el embajador brasileño en **Washington, Marcilio Marques Moreira**, a los acreedores estadounidenses, antes del viaje de **Funaro** a ese país.

**Funaro** reiteró anoche tras reunirse aquí con **Marques Moreira**, que el "**Brasil no puede pagar su deuda externa, sacrificando su desarrollo o provocando un desequilibrio interno**".

Al pedírsele que comentara sobre un informe en el diario "O Globo" de ayer en el sentido que el gobierno implementará una suspensión de 90 días en los pagos de intereses de la deuda —**depositándose el dinero en una cuenta especial en el Banco Central, en vez de enviarlo al exterior**— **Funaro** dijo ésta era una hipótesis, pero agregó que "**hay muchas hipótesis bajo estudio**".

Horas antes de producirse estas afirmaciones, el presidente de la Reserva Federal de los **Estados Unidos, Paul Volcker**, declaró ayer al comité bancario del Senado que "**Brasil atraviesa una grave crisis económica, y se ha perdido la confianza**". Agregando que la situación actual se produjo a pesar de los firmes pasos constructivos de ese país, que lo tornaron muy competitivo durante algún tiempo, pero que en su opinión el **resurgimiento de la inflación y el deterioro de la posición comercial pueden dificultar mucho sus posibilidades de obtener dinero de los bancos comerciales.**

En **Nueva York**, uno de los negociadores de un banco acreedor, enterado de la decisión del **Brasil**, comentó que "habrá dificultades en el corto plazo, pero las cosas se normalizarán nuevamente si mantenemos la cabeza fría".

Agregó que la suspensión era "más una cuestión de demorar los pagos que algo más drástico". "**Brasil** no desea un enfrentamiento con la banca: es más una cuestión de no poder pagar, que de no querer pagar".

PARTES ILEGIBLE

01.01

8703577

098



La decisión adoptada por su gobierno sería dada a conocer simultáneamente en Washington y B

# *De forma sorprendente Sarney anunciará hoy una moratoria de la deuda externa*

**Brasilia (Reuter) — El presidente José Sarney anunciará hoy la suspensión por 90 días del pago de intereses de la deuda externa que el Brasil mantiene con los bancos privados**, informó anoche una fuente gubernamental.

Una alta fuente del **Palacio de Planalto**, sede del Ejecutivo, dijo que el anuncio del jefe de Estado será difundido simultáneamente en el **Brasil** y los **Estados Unidos**.

La fuente, que pidió no ser identificada, añadió que los detalles del mensaje presidencial serán difundidos oficialmente en esta capital.

**Explicó que la suspensión de pagos de intereses se prolongaría durante 90 días, durante cuyo lapso el Brasil negociará el refinanciamiento de sus adeudos con la banca privada internacional por un monto cercano a los 68.000 millones de dólares.**

**La deuda global brasileña asciende a 109.000 millones de dólares** y es la mayor del mundo en desarrollo.

La fuente gubernamental confirmó de esta forma una información divulgada por la cadena de televisión privada "Globo" sobre la decisión del gobierno brasileño de suspender el pago.

La confirmación oficial de pagos siguió a una declaración del ministro de Hacienda **Dilson Funaro**, en que admitió que el gobierno analizaba esa medida como "**hipótesis**".

Pero aclaró que su gobierno, por ahora, "trabaja sobre realidades" para negociar un refinanciamiento de casi 68.000 millones de dólares que el Brasil planteará este mes a los bancos privados internacionales.

"Existen muchas hipótesis, pero las realidades que estamos discutiendo son una forma de negociación", dijo al confirmar que en los primeros días de marzo viajará a los **Estados Unidos** para realizar iniciales contactos con acreedores privados.

**Funaro** formuló estos conceptos tras una reunión con **Sarney**.

**Brasil enfrenta pagos mensuales por 800 millones de dólares por concepto de intereses de su deuda externa.**

Según autorizadas fuentes gubernamentales, la estrategia brasileña para la nueva negociación buscará advertir a los acreedores una disposición oficial a seguir pagando la deuda, pero con las limitaciones que le imponen sus actuales dificultades financieras y la necesidad de continuar creciendo.

Un asesor, estrechamente ligado al gabinete económico, dijo que esa posición sería inicialmente notificada por el embajador brasileño en **Washington, Marcilio Marques Moreira**, a los acreedores estadounidenses, antes del viaje de **Funaro** a ese país.

**Funaro** reiteró anoche tras reunirse aquí con **Marques Moreira**, que el "**Brasil no puede pagar su deuda externa, sacrificando su desarrollo o provocando un desequilibrio interno**".

Al pedírsele que comentara sobre un informe en el diario "O Globo" de ayer en el sentido que el gobierno implementará una suspensión de 90 días en los pagos de intereses de la deuda —depositándose el dinero en una cuenta especial en el Banco Central, en vez de enviarlo al exterior— **Funaro** dijo ésta era una hipótesis, pero agregó que "hay muchas hipótesis bajo estudio".

Horas antes de producirse estas afirmaciones, el presidente de la Reserva Federal de los **Estados Unidos, Paul Volcker**, declaró ayer al comité bancario del Senado que "**Brasil** atraviesa una grave crisis económica, y se ha perdido la confianza". Agregando que la situación actual se produjo a pesar de los firmes pasos constructivos de ese país, que lo tornaron muy competitivo durante algún tiempo, pero que en su opinión el **resurgimiento de la inflación y el deterioro de la posición comercial pueden dificultar mucho sus posibilidades de obtener dinero de los bancos comerciales.**

En **Nueva York**, uno de los negociadores de un banco acreedor, enterado de la decisión del **Brasil**, comentó que "habrá dificultades en el corto plazo, pero las cosas se normalizarán nuevamente si mantenemos la cabeza fría".

Agregó que la suspensión era "más una cuestión de demorar los pagos que algo más drástico". "**Brasil** no desea un enfrentamiento con la banca: es más una cuestión de no poder pagar, que de no querer pagar".

PARTES ILEGIBLE

01.01

8703577

038



INVESTIGAN EL ORIGEN Y EL MONTO DE LA DEUDA

# Presiona Brasil a los bancos

***El ministro de Hacienda de Brasil, Dilson Funaro, dijo que, a su juicio, el monto de la deuda externa de su país es de "alrededor de 80 mil millones de dólares", una cifra sustancialmente menor a la manejada por la banca acreedora. El ministro anunció que se iniciará una rigurosa auditoría para conocer el monto y el origen de la deuda. Brasil tomó recaudos para evitar la caída de sus reservas si los bancos extranjeros se negaran a renovarle créditos.***

BRASILIA y WASHINGTON, 25 (DPA, UPI, AP, EFE, Reuter y AFP). — El gobierno brasileño tomó hoy dos decisiones trascendentes que se agregan a la principal, adoptada el viernes pasado, de suspender el pago de intereses de su deuda externa. A través del Banco Central se emitió un comunicado señalando que los bancos extranjeros que decidan no renovar los créditos de corto plazo concedidos a Brasil no podrán recuperar el principal. De aquí en más, el pago de los créditos comerciales interbancarios concedidos a Brasil no se hará directamente a las entidades que los concedieron, sino que se depositarán, a nombre del acreedor, en una agencia del Banco Central del Brasil en el exterior.

Por otra parte, el ministro de Hacienda, Dilson Funaro, reveló en una entrevista televisiva que su gobierno mantendrá a partir de ahora una rigurosa auditoría de su deuda externa para investigar su origen y saber cómo fue contraída. Funaro dijo que "esta medida no debe ser interpretada como una confrontación con los acreedores internacionales, sino como la necesidad de esclarecer al propio gobierno y a la sociedad sobre cuánto debemos" y qué parte de esa deuda es legítima.

El ministro puntualizó que el 25 por ciento de la deuda de 108 mil millones de dólares (27 mil millones) fue contraída por el pago de una tasa de interés internacional muy elevada.

Finalmente, afirmó categóricamente que "de acuerdo con mis cálculos nuestra deuda debería estimarse, en la actualidad, en alrededor de 80 mil millones de dólares".

Por su parte, el vicepresidente de la sección internacional del Banco de Brasil, Adroaldo Moura Da Silva, comentó la primera decisión calificándola de "medida preventiva para mantener los recursos de cierto plazo dentro del circuito brasileño y preservar las reservas internacionales del país".

♦ **No entendidos bien**

A todo esto, en Nueva York, el principal negociador de la deuda brasileña, Antonio de Padua Seixas, debía reunirse por segunda vez con el comité de bancos acreedores esta tarde. Ayer, según fuentes seguras, "Seixas dejó a los bancos con muchos puntos para hacer y específicamente acerca de una circular que aparentemente no cumplía los límites de crédito internacional". Se dijo que hubo confusión sobre la explicación de Seixas respecto de que no pagará los líneas interbancarias si el país no recibe nuevos créditos de igual valor.

Representantes de bancos extranjeros directamente afectados por la decisión brasileña [illegible] que este país "está haciendo ahora con una medida que, indudablemente, tiene origen en la caída de sus reservas internacionales y en la intención política del gobierno de recuperar prestigio tras el fracaso del Plan Cruzado.

En cuanto al F.M.I. y la decisión brasileña de no tratar con ese organismo el problema de su deuda, funcionarios del Fondo afirmaron que Brasil adeuda al Fondo Monetario Internacional 2.718 millones de dólares y que "la reprogramación de deudas no figura en los estatutos de la entidad; una reprogramación significaría un [illegible] préstamos temporarios y transitorios". Los funcionarios agregaron: "Si Brasil viene con esa idea, se va a encontrar con una sorpresa muy [illegible] va".

Brasil, que está decidido a no pedir nuevos créditos al F.M.I. y que no aceptará la "vigilancia" del organismo multilateral, afirma, a través de funcionarios de Brasilia, que existen "condiciones muy favorables para renegociar la deuda de 1.000 millones con el Fondo, que vence en el curso de este año".

♦ **No al bloque**

En la capital brasileña, ayer, el presidente de la Cámara de Diputados, Ulysses Guimarães, la más importante figura política del Brasil junto al presidente José Sarney, aseguró que su país no intenta tomar la iniciativa de liderar un eventual bloque de países latinoamericanos endeudados. El presidente del Partido del Movimiento Democrático Brasileño (P.M.D.B.) y de la actual Asamblea Constituyente, dijo esto luego de entrevistarse con el ministro Funaro. Por su parte, el asesor especial del presidente Sarney, Rubens Ricupero, declaró a dos diarios norteamericanos que no existe la posibilidad de formar un bloque de países deudores, "por lo menos por ahora".

♦ **Sus opiniones**

El secretario del Tesoro de Estados Unidos, James Baker, dijo hoy en Washington que "la decisión de Brasil de suspender los [illegible] internacional no debe ser contemplada como una medida para que los demás países latinoamericanos sigan el mismo camino".

Baker se mostró confiado en que Brasil resuelva sus problemas mediante negociaciones con la banca privada, ante el comité senatorial para las Relaciones Exteriores, admitió compartir con el presidente de la Reserva Federal, Paul Volcker, el convencimiento de que los remedios a los que se recurrió para resolver el problema de la deuda del Tercer Mundo, se caracterizan hoy por el "cansancio" y exigen una nueva actitud.



EXTERNA. FIJAN CONDICIONES PARA EVITAR

LA PERDIDA DE DIVISAS

ACREEDORES

A diferencia
Volcker dijo en
tan que la decisió
"se podría tener
de dominó".
Admitió que
daría una
"La Comisión
para América L
Caribe (C
opinó sobre
tración de
cutivo adjunto,
southal. En Santi
le, comentó a un
periodistas: "Nos
legítimo que un
subordine el pag
deuda a metas le
de crecimiento y
acuerdos concret
Tras expresar su e
za de que Brasil lle
anímente a conju
crisis a través de ac
se refirió a la posi
de que se forme un
de deudores": "Lo es
probable —dijo—;
ahora, los mensajes
claros de los país
área son apenas cua
saber en qué ancho
tradeoff. De lo que
hasta ahora no colij
cué surgiendo una
concertada de los g
nos latinoamericanos
En la región las m
tas autoridades nacio
continúan conjeturan
decididamente fijand
siciones acerca de la

01 - 02

8703581

tual brasileña. Mientras el presidente peruano, Alan García, pronosticó que habráno "frente de deudores", el canciller uruguayo, Enrique Iglesias, y el secretario Económico de la Presidencia de Colombia, Enrique Peñalosa Londoño, aseguraron que sus países continuarán pagando. Luego de señalar ambos que las situaciones son distintas, coincidieron en manifestar que la decisión de Brasil es positiva porque abrirá nuevos caminos.

La postura mexicana: el presidente De la Madrid se comunicó con su colega José Sarney para expresarle su solidaridad, al tiempo que el gobierno dabe absolutas seguridades a la banca acreedora de que México no seguirá los pasos de Brasil.

La repercusión de la medida adoptada por Brasil alcanzó a países asiáticos. Un vocero de la cancillería china manifestó su solidaridad con Brasil, en tanto que el secretario de Finanzas de Filipinas, Jaime Ongpin, declaró que "Filipinas seguirá atentamente la reacción de los bancos

Por su parte, banqueros japoneses reconocieron que "es un gran problema para nuestros bancos; la decisión tendrá un inmenso impacto sobre ellos. En realidad, fue un baldo de agua fría y tememos que otros países puedan seguir el ejemplo de Brasil".

02.02

1703581

Fichajes
BRASIL

098

RS



# Funaro viaja en procura de un acuerdo con la banca

**Brasilia, 26 (UP) – El ministro de hacienda, Dilson Funaro, viaja hoy a Estados Unidos para iniciar los contactos preliminares de la negociación de la deuda externa del Brasil con los bancos internacionales, una semana después del anuncio de la suspensión del pago de intereses.**

**Funaro preside una misión integrada por el presidente del Banco Central, Francisco Gros y otros funcionarios que visitarán también Alemania Federal, Francia, Italia, Suiza y Gran Bretaña.**

**Gros dijo que el Brasil desea invertir en programas de desarrollo una parte de los intereses que tendría que pagar a sus acreedores y que se considera "agotada la etapa de remesa de intereses al exterior".**

**El presidente del Banco Central afirmó que la próxima semana se realizarán contactos preliminares que antecederán a la negociación propiamente dicha.**

**"Cuanto más rápido alejemos la incertidumbre, mejor", dijo el asesor presidencial Rubens Ricupero al referirse a la posibilidad de una demorada negociación entre la banca y el mayor deudor de América Latina.**

## Cambio cualitativo

**Ricupero señaló que desde 1982, año que comenzó la crisis de deudas externas, no se ha buscado una solución al problema y que Brasil busca "un cambio cualitativo en la relación entre deudores y acreedores".**

**"Hasta ahora durante estos cinco años hemos visto que los países deudores han vuelto periódicamente a la mesa de operaciones" y que por suerte "no coinciden todos al mismo tiempo en la unidad de terapia intensiva", afirmó.**

**Recordó que cuando los bancos prestaron a los países en desarrollo la pasada década se pensaba que siempre habría dinero nuevo para reescalonar la deuda y "nunca se pensó que esas economías tendrían que generar saldos comerciales para enfrentar sus obligaciones".**

**Ricupero, un embajador de carrera, explicó que tanto en la quiebra de 1929 como ahora se esperan soluciones que pueden demorar mucho.**

**A medida que se avanza el horizonte retrocede", afirmó.**

**"América latina está hoy en retroceso. No alcanzamos la renta per cápita de 1980 y estamos enviando al exterior nuestro nivel de vida", expresó.**

**El gobierno ha manifestado su intención de buscar una solución global al problema de su endeudamiento de 108.000 millones de dólares después de suspender el pago de intereses debidos a los bancos privados.**

**Las autoridades han destacado que buscarán un acuerdo que posibilite el crecimiento económico y evite la recesión, aunque se comprometieron a definir un programa de austeridad en los gastos públicos.**

El ministro de hacienda brasileño, Dilson Funaro

## Efectos negativos del plan Cruzado

**Sao Pablo, 26 (UP) – Dirigentes empresarios afirmaron hoy que muchas empresas se encuentran a punto de ir a la quiebra como consecuencia del fracaso del plan Cruzado, que ahora un 42 por ciento de la población considera que empeoró su vida.**

**Según los empresarios, las tasas de intereses próximas al 1.000 por ciento sumadas a una disminución en los pedidos amenazan la supervivencia de muchas empresas, principalmente las medianas y pequeñas.**

**"Estamos siendo consultados por aquellos que creyeron en el plan Cruzado y ahora quieren saber si es preferible pedir concordato o quiebra", afirmó Roberto Della Manna, presidente del Centro de Apoyo a la Pequeña y Mediana Empresa del estado de Sao Pablo.**

**Della Manna afirmó que la situación más difícil es la de los que pidieron préstamos para financiar la creación de sus negocios o proyectos de ampliación.**

**El Departamento de Asistencia a la Pequeña y Mediana Empresa de la Federación de Industrias de Sao Pablo reveló a su vez que viene aumentando el número de empresarios en dificultades que buscan auxilio y "un 70 por ciento son problemas de crédito".**

**Además de las dificultades de las empresas, el fracaso del plan Cruzado ha provocado una gran disminución en la popularidad del presidente José Sarney, quien tras implantarlo en febrero del año pasado llegó a tener índices de aprobación superiores a un 90 por ciento.**

**Una encuesta del instituto Brasileño de Opinión Pública realizada en Río de Janeiro y Sao Pablo reveló que ahora un 50 por ciento no confía en Sarney y un 43 por ciento confía. Un 7 por ciento no respondió a la pregunta.**

## Opinión del "Wall Street Journal"

**Nueva York, 26 (UP) – El Brasil no tiene un futuro económico brillante a menos que comience nuevamente a atraer capital extranjero, más bien que a ejercer coerción sobre él, afirma hoy un editorial del "Wall Street Journal".**

**"Los brasileños pueden creer que el fracaso del plan Cruzado los pone en una mejor posición negociadora" con los bancos privados, comenta el 'Journal".**

**"Las naciones deudores han convertido en una fina ciencia decir a los acreedores que si no obtienen ayuda pronto habrá un derrumbe o una convulsión política que dejará a los acreedores" en la imposibilidad de cobrar, agrega.**

**"Pero esa línea puede estar agotándose con los bancos privados", sostiene el "Journal". "Ellos quisieran ver más evidencia de medidas sanas de política; de otra manera, ¿por qué seguir echando buen dinero sobre dinero malo?.**

**"La cuestión real es si el Brasil ha de adoptar alguna vez políticas económicas sanas", indica el diario.**

**Esas políticas, sostiene el "Journal", debieran comprender la remoción de subsidios a industrias estatales y un mayor aliento al sector privado.**

01 - 01

8703595

os Aires, miércoles 25 de febrero de 1987 ★ CLARIN

## L PAGO DE LA DEUDA EXTERNA

# Brasil pedirá un plazo de 16 años

**Brasil llevará ante los bancos acreedores la propuesta de pagar el grueso de su deuda externa en un plazo de 16 años con 7 de gracia, según fuentes de su Ministerio de Hacienda. Los bancos acreedores, por su parte, exigirían que Brasil se ajuste a un plan económico del F.M.I. Clima de enfrentamiento. Versiones en Brasilia sobre la capitalización de intereses. Declaraciones de Paul Volcker y James Baker. Apoyo de América latina a la decisión del presidente José Sarney.**

BRASILIA y NUEVA YORK, 24 (EFE, ANSA y AP) — Los puntos fundamentales de la propuesta que Brasil hará a los bancos acreedores la próxima semana serían: plazo de 16 años, con 7 de gracia, para el inicio del pago principal de la deuda; dinero "fresco" (entre 2.500 y 3.000 millones de dólares) y una cláusula de salvaguardia para eventuales oscilaciones de las tasas de interés en condiciones mejores que las otorgadas en octubre pasado a México.

El planteo brasileño, que confirmó hoy en Brasilia una alta fuente del Ministerio de Hacienda, parece tener ya una respuesta preparada por el grupo de bancos acreedores, la que crearía un evidente clima de enfrentamiento. Fuentes bancarias en Nueva York dijeron que exigirán a Brasil que acepte un plan económico del Fondo Monetario Internacional (F.M.I.) antes de acceder a otorgarle nuevos préstamos o renegociar créditos existentes.

El clima de pugna mencionado anteriormente provocó esta semana, en la bolsa de Nueva York, una caída en las acciones de los grandes bancos norteamericanos; entretanto, el diario financiero "The Wall Street Journal" comentó en su edición de hoy que el gobierno de Sarney "quizá no sobrevivirá al viraje de 180 grados que implicaría la imposición de un plan del F.M.I.".

El presidente José Sarney anunció el viernes la suspensión del pago de los intereses de la deuda de 110 mil millones de dólares.

De esta suma Brasil debe 78 mil millones de dólares a bancos privados, y de esta cifra 23.300 millones los adeuda a bancos privados norteamericanos.

### ♦ La próxima semana

La propuesta que hará Brasil al grupo de bancos representantes de 600 entidades acreedoras, ya comenzó a ser expuesta en Nueva York por el director de deuda externa del banco central de Brasil, Antonio de Padua Seixas. La semana entrante se iniciará la renegociación formal aunque todavía no hay confirmación sobre el viaje de la delegación brasileña, que presidirá el ministro de Hacienda, Dilson Funaro.

La posición brasileña apunta, además, la gestión de no permitir la intervención del Fondo Monetario Internacional, precisamente lo que los bancos acreedores consideran prioritario para renegociar. Aunque oficialmente no se reveló la tasa de interés solicitada por Brasil a la banca comercial, fuentes del Ministerio de Hacienda dijeron que es inferior a la otorgada a México: de 0,825 por ciento. El presidente Sarney suspendió todas las audiencias de las próximas tres semanas para seguir pormenorizadamente el desarrollo de las negociaciones.

Antonio Fugtta Netto, portavoz presidencial, dijo que el mandatario tendrá contactos permanentes con dirigentes políticos, gobernadores y líderes obreros y que continuará las consultas en procura de nuevas medidas económicas ante el retorno de la inflación y el fracaso del Plan Cruzado.

### ♦ Los bancos acreedores

En Nueva York se anticipó que los bancos mantendrán una posición firme frente a Brasil. Ellos enfrentan la posibilidad de graves repercusiones financieras si la suspensión de pagos de intereses se prolonga por más de 90 días: conceptualmente, vencido ese plazo, en sus libros tendrán que asentar los pagos morosos como posibles pérdidas, lo que influiría negativamente en sus utilidades.

En círculos financieros se considera que ambas partes necesitan evitar una confrontación. Los bancos, porque deben proteger la prestados; Brasil, porque si los bancos comienzan a retirar unos 15 mil millones de dólares en créditos a corto plazo, su economía caería en una severa recesión.

El comité de bancos, encabezado por el Citicorp de Nueva York, se reunió anoche durante tres horas para decidir que Brasil debe aceptar un programa del F.M.I. No obstante, admitieron que adoptarán una política de diálogo y flexible, aunque dentro de la exigencia marcada. Un alto funcionario de uno de los principales bancos norteamericanos, expresó: "Las negociaciones con Brasil serán determinantes para el futuro de la crisis deudora de toda América latina".

### ♦ Una cierta alarma

Pese al llamado del secretario del Tesoro de Estados Unidos, James Baker, quien pidió evitar el pánico, existe preocupación en sectores económicos estadounidenses. El senador demócrata Bill Bradley, uno de los principales exponentes del replanteo de la deuda externa, opinó: "El paso dado por Brasil sigue a decisiones similares adoptadas por Perú, Ecuador y Venezuela y antes de que se entregue a México el paquete de créditos que negoció. Todo esto supone una nueva etapa en la crisis de la deuda externa".

### ♦ Algunas cifras

El Centro de Estudios para América Latina (CEPAL), sitúa la deuda externa de la región según el siguiente detalle: México, 100 mil millones de dólares; Argentina, 50.300 millones; Venezuela, 35.880 millones; Chile, 20.680 millones; Perú, 14.300 millones; Colombia, 13.430 millones; Ecuador, 7.540 millones; Panamá, 6.540 millones; Nicaragua, 5.260 millones; Uruguay, 4.980 millones; República Dominicana, 4.650 millones; Costa Rica, 4.000 millones; Bolivia, 3.340 millones; Honduras, 3.140 millones; Guatemala, 2.530 millones; El Salvador, 2.120 millones; Paraguay, 1.890 millones y Haití, 680 millones de dólares. Brasil es el mayor deudor del mundo con 110 mil millones de la moneda norteamericana.

Entretanto, el director del área externa del Banco Central del Brasil, Carlos Eduardo Freitas, opinaba hoy que esta situación podría obligar a anticipar los procedimientos para crear una moneda especial con circulación en América latina". El dirigente aseguró que "existen grandes posibilidades de que esa moneda sea implementada ya en este primer semestre", debido a que "las relaciones permitirían no solo un incremento en el intercambio entre países del continente, sino también el mantenimiento del comercio en épocas de crisis cambiaria, como la actual".

Freitas señaló que esa implementación se iniciaría con acuerdos bilaterales y que el primero [illegible] ser suscripto con la Argentina.

PARTES POCO LEGIBLE

01 · 04

87 15602

# "Perú no está solo"

LIMA, 24 (UPI). — El presidente peruano, Alan García, afirmó que su país no tiene urgencia en protegerse del embargo de sus bienes en el exterior, porque Perú ya no está solo en su situación frente a la deuda externa.

Países más grandes y desarrollados —afirmó, en clara referencia a la Argentina y el Brasil— también confrontan esa situación. Si así no fuera, "dentro de poco tendría que embargarse a toda América latina", sostuvo ante siete corresponsales extranjeros. Entonces, "faltarían [illegible] y tribunales" para embargar a todas las naciones deudoras. El gobierno de Alan García mantiene su decisión de limitar el servicio de la deuda externa peruana.

Clarín EN BRASILIA

# Versiones sobre el nuevo enfoque

BRASILIA, 24 (Enviado especial). — Una fórmula destinada a una suerte de capitalización de los intereses, una rebaja sustancial de la tasa de riesgo y un plazo de 16 años, con 7 de gracia, constituirían tres de los ejes fundamentales de la propuesta que llevaría el ministro de Hacienda brasileño Dilson Funaro, dentro de unos 10 días ante la comisión de bancos privados acreedores con el objetivo de concretar un replanteo global del tema de la deuda.

Se trata solo de versiones, pero parecen las más serias en el marasmo de rumores y especulaciones desencadenado al respecto desde el viernes pasado, cuando el presidente José Sarney anunció la suspensión del pago de los intereses de la deuda mantenida con cerca de 700 bancos privados de Estados Unidos, Europa y Japón.

Oficialmente, entretanto, el hermetismo en relación con la estrategia externa, tras la declaración de la moratoria técnica, continúa siendo total.

La prensa brasileña esperaba ansiosa, hoy, que la llegada del secretario argentino de Hacienda Mario Brodersohn sirviera para provocar alguna fisura en ese hermetismo.

El tozudo rechazo de Brodersohn a tener algún contacto con la prensa mantuvo sólido el velo colocado por las autoridades brasileñas.

No queda por ahora otra alternativa que intentar vislumbrar las características del paso clave que debe dar Brasil a través de algunasfiltraciones producidas por empresarios, dirigentes políticos y medias palabras de asesores del Ministerio de Hacienda y del Palacio del Planalto.

Dilson Funaro, ministro de Hacienda de Brasil.

## ¿Acciones por intereses?

Entre estas filtraciones sobre la propuesta brasileña a los bancos privados la más novedosa es la que plantea una especie de capitalización.

De acuerdo con los trascendidos —muy generales e incompletos— se trataría básicamente de que los intereses cuyo pago está suspendido pero que se depositan en el Banco Central, en cruzados, en cuentas abiertas a nombre de los acreedores, se conviertan en inversiones en el país.

Estas inversiones serían realizadas a través de las filiales de las empresas multinacionales y su canal fundamental sería el de la compra de acciones.

La fórmula cubriría dos puntos: primero, el de evitar —en un momento de crisis de las reservas de divisas y con un panorama poco alentador de la balanza comercial—, que logrado un acuerdo, sea necesario reconvertir los cruzados depositados en dólares. Por el otro, el de mejorar el perfil de las inversiones externas en la actividad económica brasileña, prácticamente nulas en los últimos dos años.

El tema de las inversiones externas preocupa especialmente al presidente Sarney, quien habría revelado que, en los últimos tiempos, las multinacionales sacaron unos 800 millones de dólares. De acuerdo con la información oficial proporcionada por el Banco Central, en el curso de 1986 el volumen de capital de riesgo retirado de Brasil llegó a 622 millones de dólares, al tiempo que las inversiones en el mismo período fueron de 328 millones de dólares en moneda y de 81 en mercaderías.

Aparentemente, el Ministerio de Hacienda no tiene excesivo optimismo respecto de la posibilidad de que los bancos acepten la fórmula y estaría dispuesto a plantear como alternativa la capitalización clásica de los intereses, esto es su agregación al "principal" de la deuda.

Junto con las filtraciones sobre esta iniciativa, la del pedido del plazo de 16 años y 7 de gracia y el de una rebaja de "spread" o tasa de riesgo, algo menos del concedido en 1986 a México —0,875 por ciento, mientras que el actualmente fijado por Brasil es del 1,175 por ciento—, fuentes cercanas a la consultoría general de la república insistieron en que una exigencia indeclinable será la de fijar un piso de crecimiento del Producto Bruto Interno por debajo del cual Brasil interrumpiría automáticamente el pago de la deuda.

Todos estos planteos ya estarían siendo encaminados a los asesores del comité de bancos privados por el director de Asuntos para la Deuda Externa del Banco Central, Antonio de Padua Seixas, quien viajó ayer a Nueva York.

Los resultados de estos primeros sondeos efectuados por Padua Seixas serían determinantes para la definición del momento en el que viajará a Estados Unidos el ministro Funaro para iniciar la ronda decisiva de negociaciaones. De acuerdo con la información dada hoy a Clarín por el vocero del Ministerio de Hacienda, Marco Antonio Diniz, el nuevo presidente del Banco Central, Fransisco Gros, podría preceder a Funaro en algunos días.

Entretanto, el ex ministro de Hacienda durante el regimen militar y actual senador por el conservador Partido Democrático y Social, Roberto Campos, comentó hoy que funcionarios amigos de los bancos acreedores les señalaron que "están tratando de dilucidar si la moratoria es una medida para ganar tiempo, hasta tener un programa económico, con un ensayo de enfrentamiento con intención de ganar apoyo de los demás deudores; en este segundo caso, sería tomado como un grave desafío".

*Carlos Eichelbaum*

Copyright Clarín, 1987

8703602

02

## DIRIGENTES DE LAS FINANZAS DE EE.UU. ANTE EL CONGRESO

# Renegociación condicionada

WASHINGTON, 24 (Reuter, UPI y APP). — El presidente de la Junta de la Reserva Federal, Paul Volcker, afirmó hoy ante el Congreso de EE.UU. que Brasil debe adoptar un nuevo plan económico y trabajar juntamente con organismos internacionales "tanto como sea posible". Al exhortar a la cooperación entre deudores y acreedores, Volcker afirmó que ambas partes "resultarán ahorcadas juntas o tendrán un éxito conjunto".

Por su parte, el secretario del Tesoro, James Baker, manifestó al Congreso que la suspensión temporaria del pago de intereses sobre la deuda externa decidida por Brasil difícilmente perjudique a los bancos norteamericanos, a menos que se vuelva definitiva. Baker, que calificó hoy esa decisión como "lamentable", precisó que el país debe 23.300 millones de su deuda global a bancos norteamericanos.

"El anuncio brasileño no dice que no vayan a pagar —precisó Baker—, sino que sus reservas monetarias son tan bajas en estos momentos que no pueden hacer pagos adicionales."

Las declaraciones de ambos funcionarios fueron hechas hoy ante la subcomisión de apropiaciones del Senado para operaciones con el exterior, que supervisa las contribuciones estadounidenses a bancos de desarrollo multilaterales. La decisión de Brasil provocó ayer una jornada desafortunada en Wall Street, y se la citó como motivo principal de la caída de acciones, en especial las bancarias, junto al temor de que otras naciones sigan el ejemplo.

El presidente de la Junta de la Reserva trató ayer de tranquilizar los ánimos y pidió prudencia a ambas partes. En una audiencia especial del Senado, Volcker anticipó que Brasil propondrá un nuevo plan de pago tras las conversaciones iniciales con sus acreedores, e indicó que si ese país "desea una solución constructiva, trabajaremos con ellos tanto como podamos para apoyar una política económica efectiva".

"Me gustaría poner de relieve —agregó Volcker— que Brasil ha demostrado tener una economía de considerable vigor y resistencia. No hay razón para que esa economía no pueda crecer y generar los superávit comerciales necesarios para el servicio de su deuda: lo han estado haciendo durante años." El presidente de la Reserva Federal manifestó también su apoyo al denominado Plan Baker para las economías de países endeudados.

instó ayer al presidente Ronald Reagan a dar pasos concretos en la solución del problema planteado por Brasil.

"El paso dado por Brasil ocurre después que Perú, Ecuador y Venezuela han adoptado decisiones similares, y antes de que se le entregue a México el paquete de créditos que ya ha negociado", indicó Bradley, para quien esto configura "una nueva etapa en la crisis de la deuda externa".

Fuentes próximas al comité de gestión de la deuda mexicana dijeron que serán efectivamente firmados el 20 de marzo en Nueva York los acuerdos pactados con anterioridad, pero admitieron que más de 50 bancos siguen sin comprometerse a participar en nuevos préstamos, que podrían alcanzar la cifra de 7.700 millones de dólares.

Stephan Berman, conocido analista bancario de Nueva York, señaló que la caída brusca de las acciones bancarias refleja una preocupación que va "más allá de Brasil".

### ♦ Opiniones de un senador demócrata

El senador demócrata Bill Bradley, uno de los principales impulsores de un replanteo de la deuda externa,

8703602

03

SARNEY

# Apoyos y nuevas consultas de los latinoamericanos

La Argentina se solidariza con el Brasil por la suspensión unilateral del pago de los intereses de la deuda externa, pero esto "no incluye por ahora una estrategia común", en vísperas de que ambos países inicien una ronda decisiva de negociaciones con la banca acreedora.

Así lo informó hoy el portavoz presidencial, José Ignacio López, al confirmar la conversación telefónica entre el presidente Raúl Alfonsín y su colega brasileño, José Sarney.

Alfonsín y Sarney tienen un contacto permanente y fluido, por voluntad y decisión política de los presidentes, afirmó López.

Poco antes de viajar a Brasilia, el secretario de Hacienda, Mario Brodersohn, declaró que "Brasil tomará las decisiones que sean compatibles con las necesidades de la propia economía, y la Argentina, por su parte, hará la suya".

La próxima semana la Argentina negociará en Nueva York con la banca privada internacional la concesión de 2.100 millones de dólares que la Argentina necesita para lograr un crecimiento del 4 % de la economía.

♦ Solidaridad

Asimismo pudo saberse que el presidente de Venezuela, Jaime Lusinchi, estableció contactos telefónicos con los presidentes de la Argentina y Brasil, sobre el tema de la deuda externa.

El presidente venezolano manifestó su solidaridad con el propósito de no permitir que la deuda pública externa "frustre las legítimas aspiraciones de nuestros pueblos en lograr el crecimiento económico y el bienestar social".

La deuda pública externa es una característica común a los tres países, la Argentina, Brasil y Venezuela, por ser heredada de gobiernos anteriores, dijo el primer mandatario de Venezuela.

Los tres mandatarios instruyeron a sus ministros de Hacienda para que se mantenga un contacto permanente, siguiendo el curso de los acontecimientos, y actuar dentro del Consenso de Cartagena, con el fin de lograr dentro de las particularidades de cada país las negociaciones individuales que respondan a los principios generales con el fin de no sacrificar el bienestar de los pueblos.

Los presidentes intercambiaron opiniones sobre la necesidad que la comunidad financiera internacional "entienda que tenemos la voluntad de cumplir nuestros compromisos, pero no podemos constituirnos en exportadores netos de capital", dijo Lusinchi.

Pero no sólo la Argentina y Venezuela han manifestado su apoyo al gobierno brasileño, también se han sumado solidarios el presidente de Perú, Alan García, el de Uruguay, Julio María Sanguinetti, y el secretario de Hacienda de México, Gustavo Petricioli.

El apoyo latinoamericano y de los países en vías de desarrollo a la decisión brasileña, vinculada con los compromisos derivados de su deuda externa de 109.000 millones de dólares —la mayor del Tercer Mundo—, fue manifestado a través de numerosos mensajes, dijo el canciller Roberto de Abreu Sodré.

♦ Decisión histórica

El presidente cubano, Fidel Castro, opinó que la moratoria unilateral por tiempo indefinido que anunció Brasil es "una decisión histórica".

"La moratoria brasileña —dijo Castro— marca un momento de viraje para los pueblos del Tercer Mundo y cambiará su historia."

También se pronunció sobre el tema el gobierno del general Alfredo Stroessner, a través de su canciller Carlos Saldívar. "Paraguay ha acompañado desde hace tiempo, no desde ahora, al Brasil en este problema de la deuda externa".

Por su parte los operadores europeos se han mostrado menos preocupados que sus colegas de Wall Street a desahacerse de sus acciones bancarias por el anuncio de pagos a Brasil, dijeron los analistas financieros.

♦ Bajan las acciones

En las acciones de los Bancos de Zurich, Francfort, París y Londres la baja no fue tan extrema.

En Nueva York hubo una rápida reacción a los anuncios; en los bancos se produjo una baja promedio de 44 puntos. En cambio en Toronto la alarma se reflejó en los inversores preocupados por los 7.000 millones de dólares que esos bancos importantes adeudan a Canadá.

Los más afectados son los cuatro principales grupos británicos, pero hasta ahora los operadores londinenses descartaron las perspectivas de una crisis inminente.

8703602

04 · 04

ARCHIVAR EN: Bolivia (09)

TEMA: Terroristas extranjeros en Bolivia

PROCEDENCIA: LA NACION 16-2-87

ARCHIVADO EN: Terrorismo 07



8703621

RS.

098

A. FINANCIERO 10/3/87

# Se agrava huelga portuaria en Brasil

***San Pablo (UPI) — Los trabajadores marítimos del Brasil completaron ayer el décimo día de huelga en demanda de aumentos salariales pese a la ocupación de los principales puertos del país por efectivos de la Marina.***

*El Comando Nacional de Huelga, que coordina el movimiento de cerca de 40.000 empleados marítimos en huelga, afirmó que en muchos navíos los trabajadores encuentran problemas de abastecimiento de alimentos porque la Marina no permite el embarque ni el desembarque de nadie.*

*Los empleados en huelga están a bordo de varios barcos y en diferentes puertos. La ocupación militar comenzó el sábado y fue justificada por las autoridades como una medida para evitar que la huelga se prolongue y amenace el abastecimiento de combustible del país.*

*Según dirigentes sindicales, en el puerto de Santos, el mayor del país, hay 17 navíos nacionales parados y la mayoría de los trabajadores a bordo tienen problemas para conseguir alimentos.*

*"La Marina está violando el derecho de los trabajadores de ir y venir, y amenazándolos con el hambre, pero la huelga continuará hasta que conquistemos nuestras demandas", afirmó Orlando Dos Santos, director del Sindicato de los Oficiales Náuticos, y miembro del Comando Nacional de Huelga.*

*El ministro de Marina, almirante Henrique Saboya, rechazó como "fantasía" las demandas de los huelguistas y reiteró que la ocupación continuará hasta el fin de la huelga y que "serán usados todos los medios posibles para garantizar el abastecimiento del país".*

*"Los huelguistas decidieron eximirse de la responsabilidad por el acto ilegal que están cometiendo contra el pueblo y lanzar la culpa sobre la Marina de Guerra del Brasil. No pretendo polemizar con esa gente", afirmó Saboya. Los trabajadores marítimos demandan aumentos de salarios de hasta 30% por ciento*

PARTES ILEGIBLE

01 · 01

8703669

Qs.

BRASIL

CLARIN 28/3/1987

098

# Desmienten que los bancos acreedores inicien juicios

BRASILIA, 27 (AFP, R y UPI) — Las autoridades económicas brasileñas desmintieron hoy oficialmente que algunos bancos acreedores hayan iniciado acciones judiciales contra el país por un decreto de suspender el pago de los intereses de su deuda externa.

La desmentida fue formulada por el presidente del Banco Central, Francisco Gros, luego de que circularan versiones, provenientes de Estados Unidos, en el sentido de que los bancos más pequeños de entre los 700 que integran el cartel de acreedores privados de Brasil habían presentado demandas ante tribunales judiciales.

"No hay ninguna razón para que los acreedores recurran a la justicia porque Brasil se sienta a la mesa de negociaciones con una actitud madura", dijo Gros.

Gros manifestó además que "esos bancos pequeños no deberían haber prestado al país, porque no saben dónde está ubicado Brasil y no tienen informaciones adecuadas para juzgar la conveniencia o no de continuar creyendo".

Esta última referencia está directamente relacionada con el hecho de que, según todo lo indica, son los bancos pequeños los que plantean mayores reservas para renovar las líneas de créditos a corto plazo a Brasil, por un monto cercano a los 15 mil millones de dólares, usados fundamentalmente para financiar las importaciones.

Paralelamente, en su mensaje radial semanal, el presidente José Sarney aseguró hoy que su país afronta "dificultades económicas provisorias, a las que prefiero no exacerbar denominándolas crisis".

Para el presidente, "la supuesta crisis económica de Brasil está más en las personas que en los hechos; tras el Plan Cruzado, mantenemos [illegible] vas formas creativas para animar nuestra economía".

Al mismo tiempo, en una conferencia pronunciada hoy en París, el ministro de Cultura y economista brasileño Celso Furtado aseguró que la crisis que enfrenta Brasil en relación con su deuda externa es el resultado de "una situación económica internacional ilógica e inmoral".

01 · 01

8703671

EL MUNDO 89 Día 29/3/87 Montevic

# Piden mediación de Sarney en crisis de la Alianza

BRASILIA. — Los partidos de la gobernante Alianza Democrática, enfrentados desde hace una semana por el reparto de cargos en la Asamblea Nacional Constituyente, pidieron ayer al presidente José Sarney su intervención para evitar una crisis política de proporciones.

El Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB) y su socio en la coalición de gobierno, el Partido del Frente Liberal (PFL), rompieron el jueves pasado esa alianza en la Constituyente y el PFL ahora amenaza con pasar a la oposición.

El presidente del Senado, Humberto Lucena, del PMDB, declaró ayer que "el futuro de la Alianza Democrática está en manos del presidente Sarney y cabe a él decidir si es indispensable o no para su gobierno".

El diputado del PFL, Mauricio Campos, consideró que la Alianza Democrática "está por un hilo y su mantenimiento depende sólo de la acción eficaz del presidente".

"Si él (Sarney) no actúa con urgencia, dijo, este pacto político que permitió el surgimiento de la Nueva República, va a acabar".

El Partido del Frente Liberal se retiró el jueves de la sesión en que fueron elegidos los integrantes de la mesa directiva de la Asamblea Nacional Constituyente, encargada de elaborar la séptima Constitución política de Brasil, y amenazó con pasar a la oposición.

El mismo día el PFL convocó a senadores y diputados a una reunión en la que se discutió, además del retiro del gobierno, la posibilidad de apoyar una campaña de los partidos de izquierda para que la nueva Constitución prevea la convocatoria a elecciones presidenciales en marzo de 1988.

## Huelga bancaria

La huelga bancaria brasileña entró en su quinto día, en medio de amenazas de los bancos de despedir al personal que no se presente a trabajar el próximo lunes 30 de marzo.

La huelga, general y por tiempo indeterminado, comenzó el pasado martes 24, con la casi total adhesión de los 600.000 bancarios brasileños, y hundiendo en el caos el sistema financiero de este país.

El conflicto bancario incluye la exigencia, por parte de los sindicatos de un incremento salarial de 100%, estabilidad en el empleo, y otras ventajas.

Por su parte, los funcionarios del estatal Banco do Brasil exigen, además, la equiparación con sus colegas del Banco Central, los mejores pagos del sector público bancario.

El viernes, el Banco do Brasil, después de haber anulado una oferta de aumento salarial del 70%, presentó una nueva proposición 50% en tres partes.

La dirección del Banco do Brasil estimó que su oferta sería aceptada por el personal.

Con esa expectativa, el presidente del Banco do Brasil, Camilo Calazans, ordenó que ayer sábado, excepcionalmente, las agencias de la institución funcionasen.

Sin embargo, el Comando Nacional de Lucha de los Bancarios rechazó la propuesta de Calazans. Las agencias del Banco do Brasil permanecieron ayer con las puertas cerradas.

Los bancos particulares tienen marcada una audiencia de conciliación para mañana.

Los empleados del sector privado en huelga fueron avisados por la Federación Nacional de Bancos (FENABAN) de que a partir de mañana "aumentan las posibilidades de despido de huelguistas".

La FENABAN no parece dispuesta a conceder ninguna de las demandas de los huelguistas.

Los bancos "están cumpliendo rigurosamente con las convenciones colectivas en vigencia", enfatizó la FENABAN.

Si en la audiencia de conciliación de mañana no se llega a un acuerdo, el Tribunal Superior de Trabajo podrá declarar ilegal la huelga bancaria.

La declaración de ilegalidad permite a las empresas despidos masivos. Contempla penas de prisión para los dirigentes sindicales, y multas a los sindicatos.

El Comando Nacional de la Huelga informó que el 90% de los 600.000 bancarios brasileños está en huelga en todo el país.

Por su parte, la FENABAN pronosticó que el paro "comenzará a disminuir a partir de mañana, permitiendo que las actividades bancarias marchen hacia la normalidad".

A causa de la huelga, las bolsas de Río de Janeiro y Sao Paulo no funcionaron el viernes.

La circulación de efectivo está siendo mantenida por las cajas de distribución automática de billetes.

PARTES ILEGIBLE

01 • 01

8703729

098

RS

El Día 24/2/87 pág 6 **EL MUNDO**

# Moratoria no basta para aceptar el pacto social, estima central brasileña

RIO DE JANEIRO. – La suspensión del pago de los intereses de la deuda externa tomada por el gobierno brasileño "no es suficiente" para que los trabajadores del país acepten la realización del "pacto social" con el gobierno.

Así lo advirtió Jair Meneghelli, secretario general de la Central Unica de Trabajadores (CUT), una de las dos grandes centrales sindicales del Brasil y que tiene el apoyo del "Partido de los Trabajadores" (PT, de Luis Inacio "Lula" Da Silva).

Según Meneghelli, para que los trabajadores de la CUT" acepten pensar en "pacto social" (después de las fracasadas gestiones realizadas por el ministro del Trabajo, Almir Pazzianotto) "el presidente Sarney debería, primero, responder a nuestra carta de 19 ítems básicos para [illegible] del pacto".

Con relación a la suspensión del pago de los intereses de la deuda, el dirigente advirtió que "el gobierno no consiguió convencer a los trabajadores que no se trata de una simple postergación de la cuestión, sin resolver lo principal".

En opinión del dirigente, "la deuda, antes que nada, es ilegítima e impagable, no la hicimos los trabajadores y no podemos pagarla, sea con dólares, sea con recesión o con desempleo".

Según Meneghelli, "la negociación de la deuda de que [illegible] José Sar[illegible] con el Fondo Monetario [illegible] (FMI)".

"En vez de admitir que el plan 'Cruzado' (congelamiento de precios y salarios) resultó un fracaso, generando la más alta inflación de la historia del país (en febrero deberá superar el 20 por ciento mensual) el presidente anuncia medidas que sin duda traerán más recesión, caída salarial, hambre y desempleo, consecuencias directas de los cortes en los gastos públicos y el fin de los subsidios a productos básicos [illegible] anunciados por el gobierno junto con la suspensión del pago de los intereses de la deuda externa)".

PARTES ILEGIBLE

01 • 01

8703783

BRASIL
098
RS

Agencia Reuter

Guardias de seguridad de la estación ferroviaria central de Río, disparan durante los disturbios con pasajeros.

# Disturbios en la estación de Río de Janeiro: 48 víctimas

RIO DE JANEIRO, 9 (EFE). — Tropas del ejército brasileño salieron hoy a las calles de Río de Janeiro para controlar las centrales del servicio de trenes urbanos y suburbanos y "garantizar la tranquilidad pública", ante el estallido de incidentes generados por la declaración de huelgas laborales.

Las unidades militares, provistas de blindados y bien pertrechadas, tomaron esta madrugada el edificio central de la red de ferrocarriles urbanos de Río de Janeiro, en pleno centro de esta ciudad, y cercaron los de las calles adyacentes para evitar la circulación de civiles.

En las estaciones su- [illegible]

♦ Una masacre

Tras declararse la huelga, los usuarios exigieron la devolución del dinero de los pasajes, ante la negativa de los funcionarios que apoyaron a sus colegas en huelga.

Esta actitud fue la chispa para el estallido de violencia entre la población y guardias de seguridad del servicio que dispararon sus armas de fuego.

Con un balance de dos muertos y 46 heridos, Río de Janeiro vivió anoche un verdadero estado de guerra. Los guardias de la Estación Central dispararon contra 3.000 pasajeros enfurecidos por la paralización de los trenes debido a la huelga de los funcionarios ferroviarios, señalaron hoy los observadores.

Esta oleada de violencia traduce el clima muy tenso que viven los "cariocas" (habitantes de Río de Janeiro) en momentos en que se multiplican las huelgas en demanda de mejoras salariales frente a la inflación galopante (33 % en enero-febrero).

Los enfrentamientos en la Estación Central podrían haber provocado una verdadera tragedia si los 3.000 pasajeros bloqueados por la huelga de los trabajadores ferroviarios no hubiesen podido tomar los autobuses vecinos. Este sector también estaba amenazado ayer por un movimiento de huelga de los conductores.

01 · 01 8703824

**el 60% del aumento se debe al Brasil**

# Continúa creciendo la importancia del Brasil en las exportaciones uruguayas

n edición del Boletín
del Banco Central,
diente al mes de
, incluyó un nuevo
n información refe-
mercio exterior del
rticular, se incluye
lución de las expor-
las importaciones y
omercial según zo-
ráficas y económi-

rmación, que has-
iente se encontra-
iralmente en el Bo-
idístico del B.C.U.,
ramente ahora co-
es a mes. Corres-
tonces señalar la
jora en los datos
go el Central, que
l importante y posi-
o de contenido que
tro meses tuvo el
Prensa. En el ca-
nuevas cifras dispo-
importancia radica
ho de que resulta
efectuar un seguí-
las datos referidos
do exterior, espe-
las exportaciones.
be a que es impres-
nocer el carácter
e permanente del
miento al que se asiste en estos días.

Es entonces importante disponer de las cifras desagregadas según diversos criterios; en la última entrega de Búsqueda se presentaron los datos de comercio exterior por rubros y en el caso de las exportaciones se concluyó que se observaba un aumento en todos los grupos de productos, destacándose los incrementos en el caso de los bienes primarios (carnes, lanas, cueros), es decir con niveles bajos de valor agregado domésticamente.

Al conocer la apertura de las cifras por zonas geográficas, se puede evaluar si el incremento se originó desde "adentro" del país o si por el contrario provino desde "afuera".

### ■ Brasil y las exportaciones

Al igual que al conocerse las cifras al cabo del primer semestre, los datos a agosto permiten confirmar lo señalado en aquella oportunidad, en el sentido de destacar la importancia que está teniendo Brasil en el incremento de las exportaciones uruguayas. Como se sabe, el país vecino está llevando adelante un plan de estabilización que ha tenido como consecuencia el desabastecimiento de muchos productos, lo que ha derivado en un aumento de las importaciones (el saldo comercial favorable del Brasil se ha reducido hasta sus niveles más bajos). En particular el Uruguay, con quien existen acuerdos comerciales bastante amplios, ha sido relativamente uno de sus mayores abastecedores de diversos productos.

Las cifras son muy claras: del incremento de 160.7 millones de dólares que se ha registrado en las exportaciones uruguayas entre los primeros ocho meses de 1985 y 1986, al Brasil corresponderon 94.4 millones, es decir el 58.7%.

Pero no sólo ha sido trascendente la participación marginal del Brasil en las exportaciones del Uruguay, sino que además dicha participación ha sido creciente: al cabo del primer semestre de este año (y siempre comparando con igual período del año anterior), Brasil explicaba el 46.1% del aumento de las exportaciones; como ya se vio, hasta agosto ese porcentaje creció a 58.7.

Otra forma de ver el comportamiento de estas cifras, consiste en compararlas en períodos sucesivos con respecto a un año atrás: así en el cuarto trimestre del año pasado, las exportaciones a Brasil crecieron 43.3% (y el total, 18.1%); en el primer trimestre de 1986, aumentaron 36.5% (las totales, 13.8%); en el segundo trimestre, crecieron 130.9% (frente al 30.9% del total); y en el bimestre julio-agosto aumentaron 422.7% (55.7%, el total).

Es decir que las ventas al Brasil han aumentado sistemáticamente más que el resto del mundo, lo que ha llevado a que en el lapso anual entre setiembre de 1985 y agosto de 1986, dicho país haya absorbido el 23.4% del total de las exportaciones uruguayas.

La importancia de conocer estas cifras consiste en que permiten afirmar la idea de que una parte significativa de la mejora en las exportaciones, y a través de ella en el nivel general de la actividad, responde a un factor externo que posee un probable carácter coyuntural que se daría, en el caso analizado, de la aplicación en uno de los países vecinos de una política que no necesariamente habrá de alcanzar el éxito que se esperó (y aún se espera) de ella.

En la medida en que, tanto al nivel macro (de las autoridades de la política económica) como al nivel micro (de los empresarios) se atribuya un carácter temporal o transitorio al shock externo favorable, las decisiones que se adopten no traerán consecuencias adversas para la economía nacional, y se aprovecharán los beneficios del shock. En cambio, si se consideraran como permanentes y estables los efectos de la aplicación de la actual política brasileña, y ella fracasara, se asistirá a un auge que no tardaría en desaparecer.

Del seguimiento de estas cifras y de las referidas propiamente a la economía brasileña, deberán surgir las decisiones de empresarios y gobernantes, y se podrá analizar luego la pertinencia de tales decisiones.

Los tres cuadros que se adjuntan presentan respectivamente las cifras referidas a exportaciones, importaciones y saldo comercial por zonas geográficas y económicas, en los primeros ocho meses de 1985 y 1986. En los primeros dos casos, se presentan también las variaciones relativas y absolutas para cada zona o país, y la participación porcentual de la variación respectiva en la variación total. Para el saldo comercial sólo se añaden las variaciones absolutas.

Dichos cuadros son lo suficientemente claros como para describirlos detalladamente, por lo que quizá sea más adecuado destacar sus aspectos más salientes.

Excluyendo al Brasil, que fue analizado separadamente, y a los EE.UU., que muestran un comportamiento particular, las demás países de América han mejorado en conjunto su balance comercial con el Uruguay. Con la Argentina, las exportaciones aumentaron 36.1% y las importaciones, 44.1%; con el resto de América, las ventas crecieron 9.8% y las compras, 84.3% (crece particularmente México). El saldo comercial en el primer caso pasó de 11.8 a 20.1 millones (negativo) y en el segundo, de 7.5 a 34.9 (también negativo).

Con los EE.UU. el panorama no cambió, manteniéndose ambos componentes del balance comercial en los mismos niveles que un año atrás; de acuerdo a la evolución decreciente del tipo de cambio real con ese país, debía esperarse un deterioro del saldo comercial del Uruguay.

En cuanto a los países de la CEE, aumentaron su intercambio comercial con el Uruguay; en este caso, las exportaciones aumentaron 72.0% (que explica el 47.2% del incremento de las exportaciones totales) y las importaciones crecieron 28.0%. De esta forma, el saldo favorable del país pasó de 28.6 a 82.9 millones de dólares. Con estos países, los resultados del intercambio comercial son acordes con la evolución del tipo de cambio real, que se apreció a partir de la caída del dólar a sus monedas.

Finalmente, con Asia se mantuvo el saldo comercial favorable, con África mejoró considerablemente y con Medio Oriente empeoró también en forma significativa. En estos últimos dos casos, la caída del precio del petróleo afectó las cuentas comerciales: Con África el saldo mejoró a partir de menores importaciones y mayores exportaciones y con Medio Oriente empeoró debido a una mayor caída de las exportaciones que de las importaciones.

**I. EXPORTACIONES POR ZONAS GEOGRAFICAS Y ECONOMICAS**
**ENERO — AGOSTO**
**(cifras en millones de US$)**

| | 1985 | 1986 | Var. % | Var. abs. | Part. % |
|---|---|---|---|---|---|
| Argentina | 36.5 | 52.4 | 36.1 | 13.9 | 8.8 |
| Brasil | 70.0 | 164.4 | 134.9 | 94.4 | 58.7 |
| EE.UU. | 74.0 | 75.3 | 1.8 | 1.3 | 0.8 |
| Otros América | 28.2 | 30.9 | 9.6 | 2.7 | 1.7 |
| CEE | 105.3 | 181.1 | 72.0 | 75.8 | 47.2 |
| Europa Oriental | 49.6 | 34.6 | -30.2 | -15.0 | -9.3 |
| Otros Europa | 11.7 | 14.6 | 24.8 | 2.9 | 1.8 |
| Africa | 8.8 | 14.6 | 65.9 | 5.8 | 3.6 |
| Asia | 66.0 | 77.6 | 17.6 | 11.6 | 7.2 |
| Medio Oriente | 80.5 | 27.3 | -54.9 | -33.2 | -20.7 |
| Otros | 3.5 | 4.9 | 14.3 | 0.5 | 0.3 |
| Total | 516.1 | 676.8 | 31.1 | 160.7 | 100.0 |

**II. IMPORTACIONES POR ZONAS GEOGRAFICAS Y ECONOMICAS**
**ENERO — AGOSTO**
**(cifras en millones de US$)**

| | 1985 | 1986 | Var. % | Var. abs. | Part. % |
|---|---|---|---|---|---|
| Argentina | 50.3 | 72.5 | 44.1 | 22.2 | 37.2 |
| Brasil | 79.1 | 121.8 | 54.0 | 42.7 | 71.8 |
| EE.UU. | 38.8 | 39.1 | 0.8 | 0.3 | 0.5 |
| Otros América | 35.7 | 65.8 | 84.3 | 30.1 | 50.5 |
| CEE | 76.7 | 98.2 | 28.0 | 21.5 | 36.1 |
| Europa Oriental | 30.4 | 11.8 | -61.8 | -18.8 | -31.5 |
| Otros Europa | 13.9 | 18.4 | 32.4 | 4.5 | 7.6 |
| Africa | 61.4 | 21.0 | -65.8 | -40.4 | -67.8 |
| Asia | 16.7 | 27.9 | 67.1 | 11.2 | 18.8 |
| Medio Oriente | 52.0 | 36.9 | -29.0 | -15.1 | -25.3 |
| Otros | 1.8 | 3.2 | 77.8 | 1.4 | 2.3 |
| Total | 456.8 | 516.4 | 13.0 | 59.6 | 100.0 |

**III. SALDO COMERCIAL POR ZONAS GEOGRAFICAS Y ECONOMICAS**
**ENERO — AGOSTO**
**(cifras en millones de US$)**

| | 1985 | 1986 | Var. abs. |
|---|---|---|---|
| Argentina | -11.8 | -20.1 | -8.3 |
| Brasil | -9.1 | 42.6 | 51.7 |
| EE.UU. | 35.2 | 36.2 | 1.0 |
| Otros América | -7.5 | -34.9 | -27.4 |
| CEE | 28.6 | 82.9 | 54.3 |
| Europa Oriental | 19.2 | 23.0 | 3.8 |
| Otros Europa | -2.2 | -3.8 | -1.6 |
| Africa | -52.6 | -6.4 | 46.2 |
| Asia | 49.3 | 49.7 | 0.4 |
| Medio Oriente | 8.5 | -9.6 | -18.1 |
| Otros | 1.7 | 0.8 | -0.9 |

## Slinger: Sucursal en Porto Alegre Dinamizará Comercio

EL PAIS 15/4/89

# La Exportación no Tradicional Creció 9.2 % en Primer Trimestre

"Brasil es casi el 25% del comercio uruguayo tomando importaciones y exportaciones y Río Grande do Sul constituye un lugar importante donde puede crecer más la relación entre los dos países", dijo el presidente del Banco de la República Oriental del Uruguay, Cr. Federico Slinger, en diálogo telefónico que sostuvo con EL PAIS desde Porto Alegre, donde anoche se inauguró la sucursal del banco estatal.

El Cr. Slinger, en amable gesto, abandonó por algunos minutos la reunión inaugural de la sucursal, para atender la consulta de EL PAIS.

Al acto asistieron Directores del BROU, el presidente de la Asociación de Bancos del Uruguay, Eduardo Rocca Couture, el gobernador de Río Grande, Pedro Simón, directivos de los ámbitos bancario, financiero y comercial de Río Grande, y el embajador de Uruguay, Roberto Viva.

El Cr. Slinger consideró que "si bien en la zona de Río Grande hay producciones similares a las nuestras, también existen productos diferentes, por lo que se puede lograr una adecuada complementación en materia comercial. Es una zona que por razones de cercanía, tradición y parentesco, permite un vínculo más directo con Brasil que otras regiones. Es una puerta de acceso a Brasil, basada en la negociación que se puede hacer con la gente de Río Grande".

Añadió que "el comercio con Brasil estará mucho mejor a partir de la instalación de esta sucursal del Banco de la República. Somos el único banco de habla hispana de Porto Alegre, ya que no hay ninguno ni argentino ni español. Por tanto, vamos a servir de nexo no sólo en el comercio uruguayo-brasileño, sino también argentino-brasileño en Río Grande".

Al ser preguntado sobre los resultados comerciales del primer trimestre del año, el Cr. Slinger comentó que "el comercio en ese período fue un poco desvirtuado por el problema de las guías que debía expedir Brasil. Uruguay en los primeros tres meses exportó 5.2% más que en igual período del año pasado, con un incremento del 9.2% en los rubros no tradicionales y un nivel casi igual en los tradicionales. Esto significa que cuando las guías se agilicen totalmente, podremos exportar igual o más que el año pasado".

Por otra parte, indicó que en Porto Alegre sostuvo reuniones con el gobernador Simón, con diversas figuras de los ámbitos económico y comercial y con empresarios de las Cámaras de Comercio e Industria, con la Secretaría de Planeamiento de Río Grande y con la Asociación de Bancos. Asimismo, participó de la inauguración de la Cámara de Comercio Brasil Sul-Uruguay.

# Cursan Exportaciones a Brasil por más de U$S 30 Millones

El presidente de la Unión de Exportadores del Uruguay, Cr. Julio Ariel Franco, dijo a EL PAIS que el Banco de la República, a través de las agencias y representaciones que ha abierto en el exterior, "siempre ha significado no sólo un pie del país fuera de fronteras, lo cual es importante, sino también un apoyo permanente al comercio entre los demás países y el nuestro, facilitando el intercambio, e incluso, la concesión de créditos a los importadores locales. Esto ha sucedido en Buenos Aires, en Nueva York y esperamos que el establecerse en Río Grande do Sul, que es muy importante por la vecindad con Uruguay, signifique también un apoyo financiero indispensable para facilitar las negociaciones dentro del Protocolo de Expansión Comercial (PEC), acuerdo que regula y normaliza el intercambio entre Brasil y nuestro país" señaló.

También significó un paso muy importante para el futuro de las relaciones comerciales bilaterales, la formación de la Cámara del Comercio Brasil Sul-Uruguay.

Franco dijo que el presidente de dicha institución remarcó en la inauguración, que dentro de los objetivos de la misma "está la implementación activa del mecanismo del PEC. Esto fue dicho por un empresario brasileño lo cual, a nosotros, nos ha llenado de satisfacción, dado las dificultades que ha habido hasta hace pocos días con el manejo del PEC", señaló.

**SALEN IMPORTANTES EXPORTACIONES**

Precisamente sobre la marcha de las exportaciones uruguayas hacia Brasil, que por problemas de índole económica en el vecino país, sufrió un serio enlentecimiento en meses pasados, Franco señaló que desde la semana anterior "comenzaron a expedirse activamente las guías de importación brasileñas en la Sección San Pablo y se estimaba que en esta semana, a partir de la solución a los problemas gremiales que atravesó el Banco de Brasil, se iba a disponer la expedición de dichas documentos en Porto Alegre y otras plazas de dicha institución, que cumple en Brasil las funciones del Banco de la República en el Uruguay".

En cuanto al volumen de exportaciones uruguayas que podrán salir de aquí en más hacia el vecino país, Franco dijo que "las posibilidades de Uruguay son bastante más de los 30 millones de dólares que estaba acordado, iban a salir en tres semanas consecutivas. Estimamos que en la medida que el sistema funcione, se podrá activar un mecanismo que signifique un funcionamiento más activo de la corriente exportadora".

Franco estimó que además de bienes por el valor señalado, queda otro tanto de "negocios comprometidos. Pero, esos volumenes podrán diferirse en el tiempo y salir en la medida que estuvieran prontos los negocios".

"Desde el punto de vista de la comercialización en Brasil, ha habido un cambio fundamental en las paridades monetarias y se espera, incluso, la implementación de algunos mecanismos de importación con un tipo de cambio paralelo, que está decretado pero no implementado, lo cual modificaría la estructura importadora de Brasil" subrayó.

Agregó que "todas estas medidas, junto con un mecanismo cambiario que está en permanente evolución, significan que el comercio, desde el punto de vista de la ventaja financiera, no se estaría dando. De ese modo, suponemos que esto va a quitar presión sobre el mecanismo exportador del PEC para Uruguay, pero esto no está clasificado", señaló el presidente de la UEU.

Al preguntarle si al desaparecer la diferencia cambiaria que otorgó a nuestras exportaciones una mejor relación de precios en Brasil, Franco señaló que de darse esta situación, podrán ingresar al mercado brasileño los productos uruguayos "que tengan precio competitivo a nivel internacional, porque Brasil se está poniendo al día, su economía ha tenido algunos cambios en los últimos días y los precios internos están relativamente más caros que hace unas semanas. Así, se ha establecido de cierta forma un mecanismo competitivo diferente al que existía cuando se establecieron los mecanismos del PEC", señaló.

Aclaró que en estos momentos no es fácil establecer cuáles son los productos uruguayos que seguirán con precios competitivos en Brasil. "Acá (en Brasil) permanentemente está cambiando la cotización de las divisas en el paralelo. Hoy (por ayer) en la mañana, el dólar llegó hasta 33 cruzados y al finalizar la tarde se situó en 28 y 29 cruzados por dólar", señaló a título de ejemplo.

Como se sabe, Uruguay y Brasil deben ajustar los saldos de la balanza comercial entre ambos cada cuatro meses, buscando compensar las mismas mediante compras de bienes de parte del país superavitario al deficitario. Sobre la situación en que quedará la balanza comercial entre ambos luego de la agilización de los negocios, Franco dijo que suponía que "si se vuelve a establecer un mecanismo normal de comercialización, estaremos en los niveles habituales, con un comercio no demasiado desequilibrado, con saldos que puedan asustar a alguno de los dos países".

Al preguntarle cuáles son los productos brasileños que pueden interesar a Uruguay en este momento, Franco dijo que por el momento no se tenía esa cuantificación; expresó que en 1988, las ventas de Uruguay a Brasil llegaron al 25% del total de bienes que nuestro país colocó en el exterior y estimó que este año, si se llegara a volúmenes normales, las exportaciones hacia ese destino llegarían al 15% del total colocado por Uruguay en el exterior.

*Cr. Julio Ariel Franco, presidente de la Unión de Exportadores del Uruguay.*

098

Brasil

01 · 01

8704150

PS

ARCHIVAR EN: Brasil (033)

TEMA: Aviones Chinos de Combate.

PROCEDENCIA: La Nación 10/4/87.

ARCHIVADO EN: R. P. China (033)

8704209

01 • 01

BRASIL

Se hizo Menu

**PROGRAMA ANTARTICO BRASILEÑO (PROANTAR)**

El Brasil adhirio al tratado Antartico en el ano 1975.
Recien en 1982 se crea la Conantar (Comision Nacional de Asuntos Antarticos
con el cometido de definir un programa Antartico.
Esta comision recomendo asignar a la CIRM (Comision Internacional de
Recursos Marinos) ya existente, la ejecucion del programa citado.
Esta otra comision se encuentra integrada por el Ministro de Marina,
que la preside y los Ministros de Minas y Energias, Agricultura, Ciencias
y Tecnologia, Industria y Comercio, Interior y Transporte y Secretaria de
Planeamiento.
Recien en 1982 se comienzan las gestiones para la adquisicion de un buque
Antartico, que se realiza en Dinamarca, siendo el EX-THALA-DAN, de la com-
pania naviera Lauritzen, el buque que se incorpora a la Marina del Brasil
con el nombre de "BARAO DE TEFFE" el 28 de setiembre de ese mismo ano.
En octubre llega a su pais y en diciembre de 1982 realiza el 1er viaje
de experiencia y reconocimiento para la instalacion de una base.
En 1983 Brasil ingresa al Tratado como miembro pleno.
(No deja de ser sugestivo que todo este desarrollo se precipite en el pe-
riodo de pocos meses, en el ano 1982, despues de la Batalla de las Malvi-
nas).
En su segunda campana 1983-84 se selecciona el lugar donde sera instala-
da la base, en la campana 1984-85 se instala la Base y funciona durante
el verano, y recien en la operacion Antartica IV 1985-86, permanece una
dotacion durante todo el invierno.
En esta operacion Antartica V, se amplia la base y los tres refugios y
se habia proyectado instalar un refugio en la isla Adelaida (al sur del
circulo Polar Antartico 67.30 s) cosa que finalmente fue postergada para
1988.
El proyecto Antartico, calificado por ellos de modesto, representa este
ano una inversion de 1 millon de dolares en investigacion cientifica y
recursos logisticos , ademas de los gastos propios de la Marina en com-
bustible, sueldos, ETC.
El sector comestibles del rubro logistico, esta apoyado en gran parte por
donaciones que realizan firmas comerciales, en algunos casos a cambio de
propaganda, en otros simplemente por solidaridad con una causa de interes
Nacional.
A modo de ejemplos, COCA-COLA Brasil, dono refrescos para todo el ano

Poco Legible

01 06

8703946

para la RACF, tienen fideos envasados

donacion, ETC.

Se indica que los intereses Brasilenos en la Antartida son de 3 ordenes ;
estrategico, economico y cientifico.

Los intereses estrategicos estan representados por el eventual desvio de
la ruta del Cabo que podria realzar la impotancia del Continente Antarti-
co, la proyeccion Atlantica por excelencia del Brasil y todos los aspectos
relacionados con la defensa Nacional, teniendo en cuenta el problema de Mal-
vinas y la presencia de las grandes Potencias en la Antartida.

Entre los multiples proyectos llamados de orden cientifico que se ejecutan
en el proyecto Antartico, se encuentra en levantamiento Geofisico del area
contigua a la peninsula Antartica, llevado a cabo por Petrobras y del cual
no existia ninguna informacion en la orden de operaciones, contrariamente
a lo detallado de los demas proyectos; el estudio de la propagacion de se-
nales de VLF y la recepcion de satelites de orbita baja (previstos para
una meteorologico).

Los intereses de orden economico se cifran en la posible presencia y ex-
traccion de petroleo, minerales y pesca en todas sus variedades.

En cuanto a los aspectos Cientificos se destaca la importancia del
estudio del clima que puede afectar al territorio continental americano
del Brasil, a traves de la corriente de Malvinas y otros fenomenos mete-
orologicos y la contribucion al desarrollo cientifico como elemento del
desarrollo Nacional.

La ejecucion del proyecto Antartico ha representado una serie de logros
entre los que resaltan ;

1. La presencia permanente en el sur, demostrando a la comunidad inter-
nacional el interes del Brasil en las cuestiones antarticas;
2. El reconocimiento de los demas paises hacia el Brasil como miembro
pleno de todas las comisiones relacionadas con la Antartida, funda.
mentalmente la Convencion sobre Conservacion de los Recursos Marinos
Vivos.

Las expectativas de futuro estan dirigidas a :

1. la construccion de un buque rompehielos de 5.000 toneladas, en el
Brasil (ya se realizo el llamado a licitacion del proyecto en 2 par-
tes, la del buque en si como plataforma con un costo de U$S 20.000.000
y el equipamiento con un costo de U$S 15.000.000) en un plazo de 2 o 3
anos.

Poco Legible

2. El establecimiento de una estacion en el continente.

3. Convertir a Rio Grande en el puerto Internacional de apoyo antartico.

Se recalco en forma permanente la denominacion de Estacion Antartica y no base, al referirse al establecimiento Brasileno, indicandose que no era una Base militar y que la participacion de la Marina a traves del buque y el personal de la Estacion, era a los solos fines de prestar apoyo y coordinacion a las actividades cientificas aprovechando la infraestructura y conciencia maritima de la Institucion.

En los apendices siguientes se detallan los proyectos cientificos en ejecucion, la nomina de instituciones participantes, la relacion de invitados que viajaran a lo largo de la campana a bordo del BDTF, e informaciones de prensa relacionadas con el tema.



8703946

PEI

FACTOR POLITICO - BRASIL - CHILE - ARGENTINA

1. BRASIL - El tema dominante en todas las conversaciones era el Plan Cruzado y sus modificaciones, las recientes elecciones y la situación de tensión política entre Gobierno y Sindicatos que se vivió durante esos días de diciembre en Brasil como consecuencia del llamado Cruzado II.
Todos afirmaron que el Gobierno no hubiera ganado las elecciones de haber aplicado el procedimiento de reforma económica previamente, y criticaron severamente las medidas.

- En el curso de una conferencia algunos del personal civil embarcado manifestaron sus dudas sobre si el proyecto antártico no era una "PANTALLA" para la realización de actividades militares encubiertas en la Antártida. Esto fue negado enfáticamente por los responsables de mayor jerarquía (Cte. del buque, Cte. de la EACF, Coordinador de CIRM embarcado) aduciendo que la Marina participaba en razón de su infraestructura y conciencia marítima.

- Los intereses y política brasilenos en la Antártida estan explicitados en el ANEXO "CHARLIE".

2. CHILE - Las Fuerzas Armadas Chilenas respaldan absolutamente al Presidente Pinochet, el cual contaría también con el apoyo de la tercera parte de la Población, otro tercio estaría en oposición y el restante sería indiferente con posibilidades de volcarse a un lado u otro.

- El atentado contra el Presidente y el descubrimiento de las armas soviéticas habría aumentado el prestigio de Pinochet ante la opinión pública.

- En ocasión de presentarse una coyuntura interna y / o externa favorable a Chile, Pinochet propondría la cesion de un corredor terrestre para la salida al mar de Bolivia, a condición de que Perú lo hiciera de igual forma. Para esta actitud contaría con respaldo interno suficiente y Chile y su Gobierno ganarían enorme prestigio a los ojos de la comunidad internacional sobre todo Latino-Americana.

- En general las FFAA estiman como fundamental el Rol de Liderazgo de los EEUU, a pesar de su actitud durante el conflicto Malvinas, y no conciben una postura independiente, sin caer en la esfera del llamado Bloque Oriental.



8703946

- En caso de existir una integración Latino-Americana, Brasil debería ser el Eje sobre el cual se fundara.

- Aún existen resquicios de enemistad con la Argentina por el episodio de Beagle y por la postura triunfalista y amenazante hacia Chile en las etapas iniciales de la Batalla por Malvinas, en la que la neutralidad afirmada por el gobierno, era contrarrestada por un estado de ánimo favorable a Gran Bretaña de parte de la mayoría de la población y FFAA Chilenas.

- La actitud de Chile hacia la Antártida, es la de considerarlo como territorio soberano, e incluso en las cartas de navegación figura como territorio Antártico Chileno el sector comprendido entre los 57° y 90° de longitud Oeste.

3. ARGENTINA - El anuncio de la intencion del gobierno de trasladar la Capital desde Buenos Aires hacia el Sur en Carmen esta sumamente cuestionada por considerarlo como una maniobra Política para distraer la atención de los problemas importantes y no como una estrategia de interés Nacional.

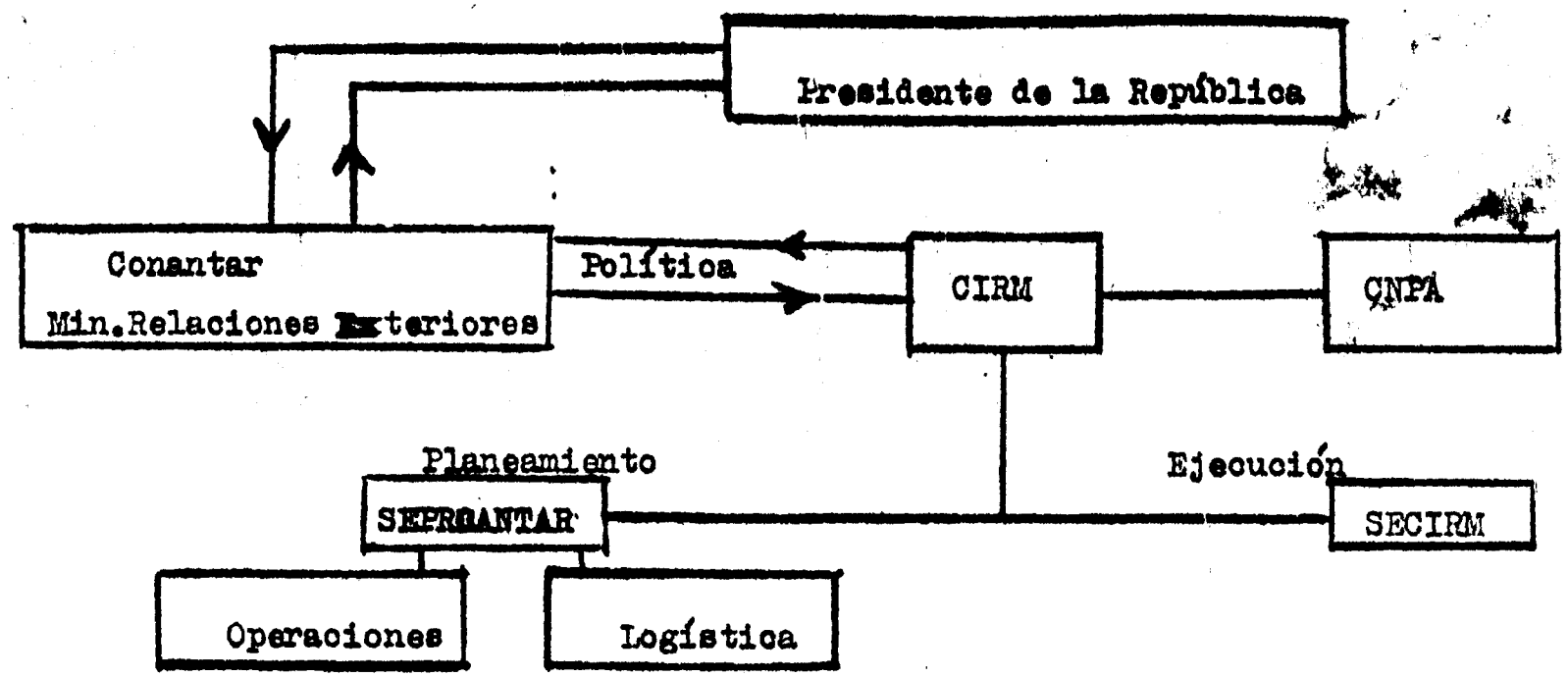
- La moral de las FFAA esta en un grado sumamente bajo debido al desprestigio a que fue sometida la institución a raíz del tema Derechos Humanos y a la reducción del presupuesto, que trajo como consecuencia sueldos bajos y disminución de la capacidad operativa.

- La actividad Antártica Argentina ha disminuido considerablemente como consecuencia de la reducción del presupuesto militar, ya que es el Ministerio de Defensa el coordinador y ejecutor del programa Antártico



8703946

ESTRUCTURA DEL PROGRAMA ANTARTICOBRASILEÑO (PROANTAR).




MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Subsecretaría General de Información de Defensa
(RELACIONES EXTERIORES)
Fecha de Entrada 21/6/87
Fecha de Salida 21/6/87
Pase a Sr. Jefe / Archivo
Nº. de Identificación 0727/87

CIRM - Comisión Interministerial de los Recursos Marinos.
CONANTAR - Comisión Nacional de Asuntos Antárticos.
CNPA - Comision Nacional de Pesquisas Antárticas.
SEPROANTAR - Secretaría Proantar.
SECIRM - Secretaría CIRM.

87039 46

# BRASIL Y LA DEUDA EXTERNA

CLARIN ★ Buenos Aires, viernes 10 de abril de 1987

## RECHAZAN CONDICIONES DEL F.M.I.

# Piden la renuncia de Funaro los tres principales gobernadores

BRASILIA Y WASHINGTON, 9 (AP, EFE, R y UPI). — Colocados en una situación personal extremadamente incómoda —luego de que los gobernadores de los tres estados más poderosos del país pidieran anoche al presidente José Sarney que lo releve de su cargo—, el ministro de Hacienda de Brasil, Dilson Funaro, formuló hoy un severo cuestionamiento a la actitud de la comunidad financiera internacional y ratificó su total rechazo a someter la economía interna al control de organismos externos en el curso de la reunión del comité provisional del Fondo Monetario Internacional que tuvo lugar en Washington.

Mientras en Brasilia el gobierno no había producido hoy ninguna reacción oficial ante el pedido de relevo de Funaro efectuado por los gobernadores, el propio ministro, desde Washington, los desestimó, negó que tenga intención de renunciar y afirmó que, en estos momentos, lo fundamental radica en los esfuerzos propios y de su equipo por conseguir una renegociación aceptable de la deuda externa brasileña.

La actitud de los gobernadores Orestes Quercia, de San Pablo; Wellington Moreira Franco, de Río de Janeiro, y Newton Cardoso, de Minas Gérais —a los que se sumó Marcelo Miranda, de Mato Grosso del Sur—, constituye una nueva expresión de la persistente crisis política brasileña y, al propio tiempo, un intento por superarla a través del retorno a una antigua constante de la vida institucional del país: la constitución de un eje de poder nacional desde la alianza de hegemonías estaduales.

San Pablo, Río de Janeiro y Minas no sólo concentran el 45 por ciento de los 135 millones de habitantes del país sino también más del 50 por ciento del producto bruto interno. En conjunto, constituyen el núcleo de la región largamente más moderna, poderosa y políticamente influyente del país, la centro-este.

### • Origen confuso.

En una conferencia de prensa realizada tras la reunión que mantuvieron anoche en el Palacio Bandeirantes, sede del gobierno de San Pablo, Quercia —anfitrión y vocero del grupo de gobernadores— señaló que "planteamos públicamente la necesidad de una reforma ministerial para que se cree un ambiente favorable a la ejecución de una política económica concreta y definida."

"Creemos —agregó— que el presidente Sarney debe asumir lo más rápidamente posible el comando de la política económica; no es posible que el ministro Funaro acuda antes a informar a sectores legislativos que al propio presidente."

Esta última frase de Quercia encierra una de las principales paradojas de la actitud de los cuatro gobernadores, todos ellos representantes del oficialista Partido del Movimiento Democrático Brasileño, al que también pertenece Funaro.

El informe a los legisladores al que se refirió el gobernador de San Pablo es, precisamente, el que el ministro de Hacienda brindó a principios de esta semana a los bancadas de diputados y senadores del P.M.D.B., para explicarles su plan económico para los próximos cuatro años y su estrategia para la difícil negociación que está encarando en Estados Unidos con la banca acreedora tras la decisión adoptada en febrero de suspender el pago de los intereses de la deuda.

Tras aquella reunión, Funaro había recibido un amplio y explícito apoyo del P.M.D.B., cuyos principales dirigentes, con el presidente de la Cámara de Diputados, Ulysses Guimaraes, a la cabeza, destacaron su "coraje".

En principio, varios observadores atribuyen a la exigencia de los gobernadores —quienes también pidieron la cabeza del ministro de Minas y Energía y fundador del conservador Partido del Frente Liberal, Aureliano Chaves— el carácter de desafío a la autoridad de Sarney, quien en repetidas oportunidades había señalado su decisión de mantener a Funaro al frente de la política económica, incluso en el marco de una esperada reforma ministerial que debería tener lugar a fines de este mes.

El origen y el sentido de la actitud de Quercia, Moreira Franco y Cardoso, sin embargo, parecen más complejos, apenas se tenga en cuenta que en los últimos tiempos ya habían venido funcionando como un virtual frente interno del P.M.D.B. para defender a Sarney del ala izquierda del partido.

Gracias a las presiones de los tres gobernadores, las bancadas del P.M.D.B. de sus tres estados en la asamblea constituyente actuaron en contra de las iniciativas a favor de la "asamblea soberana" y el recorte de los poderes presidenciales. También son ellos quienes comenzaron a estimular una movilización de sectores del P.M.D.B. que quieren reducir el mandato de Sarney a cuatro años.

Paralelamente, en los últimos días Sarney generó algunos hechos con los que insinuó una vuelta atrás en su hasta entonces incondicional apoyo a Funaro.

El martes, en una reunión sostenida con los dirigentes de las principales estructuras gremiales del país, el presidente asumió por primera vez que el equipo económico de su gobierno había equivocado el rumbo, a fines del año pasado, en la gestión del Plan Cruzado, lo que a comienzos de 1987 generó un gran repunte inflacionario y el virtual fin de ese programa de estabilización.

Un día después, creaba una comisión de asesoramiento para la deuda externa y designaba al ex canciller Ramiro Saraiva Guerreiro como nuevo responsable máximo de la negociación de la deuda, en un evidente recorte del poder de Funaro.

El ministro, entretanto, mantuvo hoy ante el F.M.I. sus tesis y aseguró que "los países de América latina que crecieron más rápido son, precisamente, los que siguieron caminos propios para restaurar el crecimiento, en lugar de no aceptar las recetas ortodoxas que les recomendaba el organismo internacional".

8703996

098

Brasil

## NOTICIAS DEL EXTERIOR

# Brasil decidió liberar la economía para llegar a un reacomodamiento de precios

**San Pablo.- Decidió el gobierno del presidente José Sarney implementar a la brevedad nuevas medidas para reordenar la situación económica. Además, se procura brindar un marco de orden interno a los acreedores internacionales, tras la decisión de suspender el pago de los intereses de su deuda externa.**

**El proyecto elaborado por el ministro de Planificación, Jono Sayad, determina que durante los próximos cuatro meses la economía permanecerá liberada hasta llegar a un reacondicionamiento total de precios y tarifas, con incrementos automáticos ("gatillo") para los trabajadores, toda vez que la tasa acumulada de inflación supere, 20 por ciento.**

*José Sarney*

**Posteriormente se establecería un congelamiento de los precios de algunos productos esenciales por tres meses y se suspendería dicha escala móvil de salarios.**

**Con todo esto se procura reducir la inflación anual a 60 por ciento, contra 400 por ciento que se estimaría para este año, de mantenerse el ritmo de los últimos dos meses.**

AMBITO FINANCIERO 6/8/87



8704004

098

Brasil

BUSQUEDA — Jueves 27 de noviembre de 1986

INFORMACION ECONOMICA

# Preocupa eventual decisión de Brasil de diferir los pagos de las exportaciones

Empresarios exportadores adelantaron a Búsqueda la preocupación que provocan informaciones provenientes de Brasil, que consignan la eventual decisión de las autoridades del Banco Central de ese país, de diferir el pago de los documentos de comercio exterior obligatoriamente a 180 días. Las versiones recogidas por medios de prensa de Brasil, no indican si la resolución adelantada tendría excepciones, como debería ser el caso de las ventas cursadas en el marco del Protocolo de Expansión Comercial (PEC), que así lo establecen expresamente en su texto.

Las medidas serían adoptadas en el marco de las correcciones dispuestas el pasado viernes 21 para el Plan Cruzado y atendiendo una peligrosa reducción del saldo favorable de la balanza comercial de Brasil, que estaría comprometiendo el normal cumplimiento de sus compromisos exteriores. (Sobre este punto, ver información en pág. 28).

Hasta la fecha, el Banco Central de Brasil venía realizando las transferencias en forma puntual en los plazos concertados por los exportadores e importadores, cualquiera fuera el mecanismo legal de exportación (PEC, ALADI o régimen general) que se utilizara para concretar las operaciones internacionales.

01.01

8704012

# INSOSTENIBLE SITUACION DE FUNARO

Tres gobernadores estaduales que controlan 60 por ciento de la economía del Brasil, pidieron ayer públicamente la renuncia de Dilson Funaro. Para los titulares de los estados de San Pablo, Río de Janeiro y Minas Gerais, la credibilidad del autor del "cruzado" se agotó. Funaro se encuentra en los EE.UU. negociando con los bancos acreedores un acuerdo plurianual de reprogramación de la deuda externa brasileña. Pero tanto los acreedores del Brasil como los mandantes electorales del gobierno reclaman un plan económico que Funaro se obstina en mantener bajo reserva.

Tras la presión sobre Funaro se detecta la acelerada erosión del poder de José Sarney cuyo Partido del Frente Liberal quedó reducido a una ínfima minoría en la coalición de gobierno, donde el Partido del Movimiento Democrático Brasileño, de Ulysses Guimaraes capturó 22 de las 23 gobernaciones y la legislatura nacional. Los "pemedebistas" quieren ver ahora acortado el mandato presidencial de Sarney, que se discute en estos días en la nueva convención constituyente.

Pero su impaciencia se exacerba día a día y ayer hizo eclosión en un manifiesto intento por provocar una caída del gabinete que facilite la entrada a los hombres del PMDB al círculo interior de poder de Brasilia. Irónicamente hasta hace pocos días Funaro aspiraba a comandar un "superministerio" de Economía. (Ver información en página 7.)

Tres poderosos gobernadores piden renuncia del ministro

# *Oficialismo brasileño pierde confianza en Dilson Funaro*

Escribe Stephen Powell de la agencia "Reuter"

San Pablo — Tres de los más poderosos gobernadores estaduales brasileños unieron ayer sus reclamos en favor del alejamiento del ministro de Finanzas, Dilson Funaro, principal arquitecto de la política económica del Brasil. Los gobernadores de San Pablo, Río de Janeiro y Minas Gerais, dijeron durante una conferencia de prensa televisada que querían cambios en el gabinete y en la política económica.

Con sus palabras no dejaron dudas de que reclamaban la renuncia de Funaro, censurado durante la conferencia de prensa por el gobernador de San Pablo, Orestes Quercia.

Los reclamos dejaron en posición sumamente incómoda a Funaro, quien actualmente se encuentra en Washington celebrando cruciales conversaciones con los acreedores, con vistas a la refinanciación de la deuda externa del Brasil, que según el último informe del Banco Central alcanzaba en diciembre de 1986 a 110.600 millones de dólares.

Funaro, titular de la cartera de Finanzas desde agosto de 1985, es uno de los más polémicos y prominentes integrantes del gabinete del gobierno

*Wellington Moreira Franco*

que encabeza el presidente José Sarney. Figura austera, que trasunta probidad y determinación, sus detractores prefieren adjetivarlo como "metálico" y ha sido objeto de frecuentes críticas desde el fracaso de su política enmarcada en la propuesta antiinflacionaria que se conoció como "plan cruzado". Pero los comentaristas políticos puntualizaron que el reclamo mancomunado de los tres gobernadores constituye el intento más profundo para lograr su alejamiento.

El gobernador de Río de Janeiro, Wellington Moreira Franco, dijo que "Brasil necesita inmediatamente un cambio en su gabinete. En la historia democrática del Brasil, cuando las cosas van mal siempre se cambia de gabinete". Por su parte, Quercia fustigó directamente a Funaro al señalar que el ministro de Finanzas hablaba sobre sus decisiones con otras personas antes de hacerlo con el presidente. El tercer gobernador que adhirió a los reclamos en favor de la reestructuración en el gabinete fue Newton Cardoso, de Minas Gerais. Los tres estados representados por los gobernadores mueven mucho más de 50 por ciento de la economía brasileña.

Aun en caso de no producirse cambios en la cartera, las críticas de los gobernadores debilitarían la posición negociadora de Funaro con los acreedores.

Si los reclamos de los gobernadores tuvieran éxito, significaría una ruptura total del equipo que el año pasado manejó la política económica. El ministro de Planeamiento, Jeno Sayad, coautor con Funaro del "plan cruzado", renunció el mes pasado como consecuencia de una serie de diferencias con éste tras producirse el derrumbe de la congelación de precios.

Durante los últimos meses se rumoreó una y otra vez que Funaro estaba en camino del llano, especialmente después que Sarney mantuvo conversaciones a puertas cerradas con un grupo de empresarios que no manifiestan gran entusiasmo con sus propuestas. Consultado posteriormente por un periodista sobre el futuro del ministro, Sarney respondió: "Estoy cansado de decir que Funaro se queda".

Los gobernadores ofrecieron su conferencia de prensa tras celebrar conversaciones en la sede del gobierno de Quercia. El anfitrión dejó claramente establecido que junto con sus colegas pedía la renuncia de Funaro y del titular de la cartera de Minas y Energía, Aureliano Chaves. Al referirse al hecho de que Chaves criticó al gobierno por fracasos políticos, Quercia opinó que esa actitud no se compadecía con su cargo de ministro. Añadió que "tampoco es correcto que el ministro de Finanzas acuda más a otros sectores de la legislatura que al propio presidente".

8704018

# Brasil: políticos del PMDB rechazan crítica a Funaro

BRASILIA. — Líderes políticos criticaron como "inoportuno" y "perjudicial" el ataque lanzado por cuatro gobernadores estatales contra el ministro de Hacienda, Dilson Funaro, quien despliega una crucial negociación externa en torno a la deuda brasileña de 110.000 millones de dólares.

El rechazo a las presiones para que Funaro sea alejado del gabinete incluyó una declaración de un ministro de Estado, que las calificó de "antipatrióticas".

Los gobernadores de los estados de Sao Paulo, Río de Janeiro y Minas Gerais, los de mayor peso político en el país, reclamaron el miércoles la recomposición total del gabinete ministerial del presidente José Sarney.

Los tres gobernadores, a los que se sumó el del menos influyente Estado de Mato Grosso do Sul, demandaron a Sarney asumir "el comando de la política económica" y sugirieron abiertamente la inmediata salida de Funaro del gobierno.

El planteo provocó en las últimas horas conmoción en sectores políticos, pero no mereció ningún comentario oficial de Sarney a algunos de sus asesores o portavoces.

Desató, sin embargo, reacciones desde cautelosas hasta indignadas en sectores del poderoso Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB), al que Funaro y sus cuatro repentinos detractores pertenecen.

Ulysses Guimaraes, máximo líder del oficialismo PMDB y a la vez la más alta autoridad de una Asamblea Constituyente, además de eventual sustituto de Sarney en su condición de presidente de la Cámara de Diputados, dijo prefería que "la polvareda se asiente para ver lo que está sucediendo".

Pero agregó que "en todo caso, la permanencia o sustitución de un ministro es un asunto exclusivo del presidente".

Menos cautos, otros importantes líderes parlamentarios del PMDB criticaron el "extemporáneo" pronunciamiento de los gobernadores contra Funaro.

"No era este el instante para hacer lo que hicieron", declaró a periodistas el senador Mario Covas, jefe de las bancadas del PMDB en la Asamblea Constituyente y una de las prominentes nuevas figuras de ese partido.

El ministro de Minas y Energía, Aureliano Chaves, cuya presencia en el gabinete fue también censurada por los gobernadores, afirmó la noche del jueves, que el pedido de dimisión de Funaro, en momentos en que está renegociando en el exterior la deuda, a nombre del gobierno brasileño, es una actitud "antipatriótica".

Chaves, un ex vicepresidente de la nación, fue el principal disidente del último de los gobiernos militares, y fundó en 1984 el Partido del Frente Liberal (PFL), actualmente coaligado con el PMDB en el gobierno.

El gobernador del nordestino estado de Pernambuco, Miguel Arraes, uno de los más veteranos y respetados líderes pemebedistas, dijo que el planteo de sus cuatro colegas era "intempestivo", en tanto el diputado Israel Pinheiro, de Minas Gerais, lo calificó de "terrible" y de "acto de locura".

## "The Guardian"

El presidente José Sarney está apoyándose en los militares y en encuestas secretas tras las presiones para que modifique su gabinete, dice "The Guardian".

Según el diario londinense, el presidente brasileño se ha reunido más con los miembros militares de su gabinete que con los miembros civiles.

Citando una comunicación de la oficina de Relaciones Públicas del presidente, cuya intención era mostrar cuán trabajador es el presidente Sarney, "The Guardian" señala que inadvertidamente se consigna que los dos ministros más consultados son el general Iván Mendes del servicio de Inteligencia del Ejército, y el general Rubens Bayma, el asesor militar.

Brasil

8704107

01·01

ARCHIVAR EN: BRASIL (098)

TEMA: GORBACHOV INVITADO A BRASIL

PROCEDENCIA: EL DIA 6/5/87

ARCHIVADO EN: FICHAJE (8)

8704111

01·01

## La caída de Sayad obligó a la recomposición ministerial. No faltarán los extrapartidarios

***El Brasil, otrora buen pagador de su deuda externa y envidia de los argentinos en cuanto a su desenvolvimiento económico, hoy es noticia pero exactamente por lo opuesto. Mientras el presidente José Sarney piensa renovar a su gabinete, salvando a su conductor financiero, Dilson Funaro, ha replanteado a la banca una prórroga de 60 días para el reembolso de créditos a corto plazo. Por su parte, el titular del Banco Mundial, Barber A. Conable, expresó su esperanza de que los brasileños presenten pronto un plan de reordenamiento de su economía.***

# *Sarney renueva su gabinete, pero continuará Dilson Funaro*

**Brasilia (Reuter) — El presidente José Sarney renovará parcialmente hacia mediados de abril su gabinete ministerial, pero preservará al conductor financiero, Dilson Funaro, informaron fuentes del gobierno.**

**La renovación ministerial, prevista desde la renuncia de Joao Sayad al Ministerio de Planeamiento, hace nueve días, se producirá "en dos o tres semanas", dijo una alta fuente presidencial.**

**Pero el funcionario consultado, que pidió mantener en reserva su identidad, dijo que "en principio, la reestructura ministerial no afectará al ministerio de Hacienda".**

**Intensos rumores que circularon en Brasilia dieron como inminente el alejamiento del titular de esa Secretaría de Estado, Dilson Funaro, pero las versiones fueron categóricamente desmentidas por Sarney y el propio ministro.**

**"Estoy cansado de decir que Funaro queda", respondió, malhumorado el mandatario a una reportera que le consultó sobre la renuncia de su ministro de Hacienda.**

**Funaro, cuya permanencia al frente del gabinete económico fue puesta en duda a raíz de discrepancias que alejaron hace una semana a Joao Sayad del Ministerio de Planeamiento, reiteró ayer que permanecerá en el cargo.**

**Los planes oficiales sobre una reforma ministerial se anticiparon hace nueve días en la renuncia de Sayad, cuando el ministro jefe del gabinete civil Marco Maciel difundió una propuesta suya para la conformación de un gobierno "de unidad nacional" y de carácter suprapartidario.**

**Maciel, considerado nexo presidencial con el frente político, dijo que el nuevo esquema gubernamental bajo mandato de Sarney, quien asumió el cargo en marzo de 1985, surgiría de una recomposición total del gabinete.**

Brasil

01.01

8704135

# El Banco Mundial espera un plan económico del Brasil

Escribe
Rich Miller
de la agencia "Reuter"

Tokio — El presidente del Banco Mundial, Barber Conable, expresó gran preocupación por el estado de la economía brasileña, plagada por la inflación, y exhortó al país sudamericano a presentar pronto un plan sobre reordenamiento de su economía.

"Me siento muy preocupado por la economía brasileña", dijo a periodistas tras una conferencia de prensa en esta ciudad.

Dijo que el Brasil llamó la atención mundial al decidir el mes pasado dejar de pagar intereses sobre los préstamos de bancos comerciales pero advirtió que no debe desperdiciar el tiempo así ganado, omitiendo presentar un nuevo programa económico.

Añadió Conable que el Brasil podría salir adelante sin pedir ayuda del FMI, pero que de todos modos necesitará adoptar un programa económico según los lineamientos sugeridos por ese organismo si quiere recuperar la confianza de las entidades crediticias.

Terceros, como el Banco Mundial, son reacios a sugerir posibles soluciones a los problemas económicos del Brasil debido a la delicada situación política allí imperante, agregó.

Si bien el Banco Mundial tiene un papel que jugar en programas de ayuda al Brasil, no puede reemplazar al FMI como supervisor de la economía, aclaró Conable. Añadió que el Fondo puede ser muy flexible en sus tratos con países en vías de desarrollo, adaptando su enfoque a las realidades políticas.

Durante la conferencia de prensa, Conable manifestó que el Banco Mundial respalda la iniciativa del secretario estadounidense del Tesoro, James Baker, sobre la deuda del Tercer Mundo, que estipula nuevas líneas de crédito a países fuertemente endeudados que adopten sanas políticas económicas.

"El Banco Mundial estima que la iniciativa Baker es el mejor enfoque. La condonación de deudas es difícil de encarar en forma ecuánime y, además, tendería a desalentar nuevas inversiones y desarrollo", subrayó Conable.

Mencionó el reciente "paquete" de refinanciamiento por muchos miles de millones de dólares acordado con México, que es el país más endeudado del Tercer Mundo, después del Brasil.

Conable, que llegó a Tokio para entrevistarse con funcionarios gubernamentales y ejecutivos empresarios nipones, expresó confianza en que Japón hará creciente uso de su sustancial superávit comercial para ayudar a los países en vías de desarrollo.

"Tenemos plena confianza en que Japón hará mayores inversiones en el desarrollo, debido a su predisposición a apoyar instituciones como la nuestra, de manera creciente cada año", señaló.

La decisión brasileña de suspender pagos de intereses conmocionó a la comunidad financiera mundial ya que el país tiene una deuda de 108.000 millones de dólares, incluyendo unos 68.000 millones adeudados a bancos comerciales.

Fuentes del ministerio brasileño de finanzas dijeron anteayer en Brasilia que el país está elaborando una nueva estrategia económica destinada a asegurar el crecimiento.

A pesar de crecientes presiones internas y de ultramar, el Brasil ha reiterado que no acudirá al FMI en busca de ayuda para la adopción de reformas por temor de que éstas puedan sumir a su economía en una etapa recesiva.

01 · 01

8704216

RS 058

Brasil

# Piden a acreedores que esperen 60 días

Brasilia (Reuter) — El Brasil planteó ayer a sus acreedores comerciales una prórroga de 60 días para el reembolso de créditos a corto plazo, anticipándose a futuras dificultades en el pago de su deuda externa de 109.000 millones de dólares, informaron fuentes oficiales.

Un vocero oficial del Banco Central dijo que el planteamiento brasileño fue enviado anoche al comité asesor de bancos privados acreedores del Brasil y que éste deberá transmitirlo a sus casi 700 instituciones representadas.

Las fuentes no ofrecieron detalles sobre el contenido de la comunicación, pero el presidente del banco, Francisco Gros, anticipó que la posición brasileña era obtener una renovación por 60 días de las líneas de crédito a corto plazo concedidas por los bancos privados extranjeros.

El monto de estas líneas asciende a 15.000 millones de dólares y su vencimiento —para que el Brasil proceda al respectivo reembolso— está está previsto para el 31 de marzo.

El ministro de Hacienda, Dilson Funaro, declaró en una entrevista televisiva que era "absolutamente importante" para el Brasil y sus acreedores comerciales la renovación de los créditos a corto plazo, cuyo objetivo básico es el de financiar las exportaciones de este país.

"Si fuesen cortados (los créditos comerciales a corto plazo) tendríamos mayores dificultades para honrar nuestra deuda externa en el futuro", dijo Funaro.

"En este asunto hay, evidentemente, un interés común", añadió.

El ministro dijo, sin embargo, disponer de informes, en sentido de que los bancos acreedores comprenden la posición brasileña y no desean entorpecer la negociación por la renovación de las líneas comerciales de crédito.

Funaro explicó que este planteamiento brasileño forma parte de sus insistentes demandas "ante la imperiosa necesidad de renovar los mecanismos de financiamiento en el mundo".

Dijo que el actual proceso de negociación para la reprogramación de la deuda externa es "muy complejo y complicado" y citó casos de algunos países "que demoraron hasta 10 meses en obtener una respuesta" adecuada de sus acreedores.

"No deseamos el enfrentamiento, pero aspiramos a que los mecanismos de financiamiento muestren que la crisis pertenece a los dos lados", dijo el ministro.

Funaro reiteró un categórico desmentido a insistentes rumores que circularon en el Brasil sobre su inminente alejamiento.

"Quien decide sobre la permanencia o no de sus ministros es el presidente, el resto son versiones interesadas o no", dijo.

Ambito Financiero
Viernes 27 de marzo de 1987

01·01

8704252

ARCHIVAR EN: BRASIL (098)

TEMA: BRIZOLA AMENAZA CON DENUNCIAR EN PUGNA CON GOBIERNO FEDERAL

PROCEDENCIA: EL PAIS 28/2/87

ARCHIVADO EN: FICHAJE (3)

01·01

8704298

098



La caída de Sayad obligó a la recomposición ministerial. No faltarán los extrapartidar

***El Brasil, otrora buen pagador de su deuda externa y envidia de los argentinos en cuanto a su desenvolvimiento económico, hoy es noticia pero exactamente por lo opuesto. Mientras el presidente José Sarney piensa renovar a su gabinete, salvando a su conductor financiero, Dilson Funaro, ha replanteado a la banca una prórroga de 60 días para el reembolso de créditos a corto plazo. Por su parte, el l lar del Banco Mundial, Barber A. nable, expresó su esperanza de que brasileños presenten pronto un pla reordenamiento de su economía.***

# *Sarney renueva su gabinete, pero continuará Dilson Funaro*

**Brasilia** (Reuter) — El presidente José Sarney renovará parcialmente hacia mediados de abril su gabinete ministerial, pero preservará al conductor financiero, Dilson Funaro, informaron fuentes del gobierno.

La renovación ministerial, prevista desde la renuncia de Joao Sayad al Ministerio de Planeamiento, hace nueve días, se producirá "en dos o tres semanas", dijo una alta fuente presidencial.

Pero el funcionario consultado, que pidió mantener en reserva su identidad, dijo que "en principio, la reestructura ministerial no afectará al ministerio de Hacienda".

Intensos rumores que circularon en Brasilia dieron como inminente el alejamiento del titular de esa Secretaría de Estado, Dilson Funaro, pero las versiones fueron categóricamente desmentidas por Sarney y el propio ministro.

"Estoy cansado de decir que Funaro queda", respondió, malhumorado el mandatario a una reportera que le consultó sobre la renuncia de su ministro de Hacienda.

Funaro, cuya permanencia al frente del gabinete económico fue puesta en duda a raíz de discrepancias que alejaron hace una semana a Joao Sayad del Ministerio de Planeamiento, reiteró ayer que permanecerá en el cargo.

Los planes oficiales sobre una reforma ministerial ticiparon hace nueve día renuncia de Sayad, cua ministro jefe del gabine Marco Maciel difundi propuesta suya para la c mación de un gobier unidad nacional" y de ter suprapartidario.

Maciel, considerado presidencial con el fren lítico, dijo que el nuevo ma gubernamental bajo dato de Sarney, quien a el cargo en marzo de surgiría de una recompo total del gabinete.

RS.

ARCHIVAR EN: Brasil (098)

TEMA: Parte Especial de Información Nº 018/EJE/987. (Ref información del Ejército)

PROCEDENCIA: EME 16/6/87 Doc 0854/87

ARCHIVADO EN: P.E.I (084)

8704370

01·01

RS
098

Brasil

# Pedido de prórroga

NUEVA YORK, 10 (AP). — Una delegación de Brasil encabezada por el presidente del Banco Central, Francisco Gros, se reunió hoy con el comité de bancos acreedores de ese país, presidido por William Rhodes, de Citicorp, y anunció que pedirá que no se le exija el pago de capital en obligaciones por 9.000 millones de dólares que vencen el 15 de este mes.

En un comunicado, el comité de bancos acreedores dijo que Gros anunció que su gobierno pedirá a los bancos en todo el mundo que no pidan ese pago, correspondiente a préstamos a mediano y largo plazo, que vencen la semana próxima, y que continúen renovándolos conforme al acuerdo de disponibilidad de depósitos con el Banco Central de Brasil.

El gobierno brasileño ya indicó que se propone presentar una contienda formal más adelante con respecto al vencimiento de obligaciones del 15 de abril.

Gros pidió a los bancos, según el comunicado, "que sigan actuando con espíritu de cooperación" hacia Brasil.



87043 76

RS
098

Brasil



# Las críticas contra Funaro dividen al partido oficial

BRASILIA, 10 (EFE). – La solicitud de los gobernadores de los cuatro Estados más importantes de Brasil para que sea relevado de su cargo el ministro de Hacienda, Dilson Funaro, ha comenzado a dividir al Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB), en el gobierno.

Los mandatarios de los Estados de São Paulo, Minas Gerais, Río de Janeiro y Mato Grosso do Sul, solicitaron el miércoles al presidente José Sarney una inmediata definición sobre los cambios en su gabinete.

Además solicitaron la renuncia de los ministros de Hacienda, Dilson Funaro, y de Minas y Energía, Aureliano Chávez.

Funaro y los cuatro gobernadores que piden su renuncia pertenecen al PMDB, mientras que Chávez –quien ocupó la vicepresidencia de la república en el último gobierno militar– es uno de los líderes del Partido del Frente Liberal (PFL).

El presidente del PMDB, diputado Ulysses Guimaraes, pidió calma a sus partidarios sin hacer comentarios a la solicitud de los gobernadores.

**"Funaro ya perdió carisma"**

La polémica se centró exclusivamente en la solicitud de retiro del ministro de Hacienda, quien se encuentra en los Estados Unidos participando en la reunión del Fondo Monetario Internacional (FMI).

El gobernador del Estado de Amazonas, Amazonino Mendes, se unió a la petición de sus colegas y expresó: "Funaro ya perdió carisma".

Por su parte, el senador Severo Gómez considera que la solicitud de los gobernadores debe ser tratada por la comisión de ética del partido, porque ellos están actuando por encima del ámbito partidario.

La petición de los cuatro gobernadores, Orestes Quercia (São Paulo), Newton Cardoso (Minas Gerais), Wellington Moreira Franco (Río de Janeiro) y Marcelo Miranda (Mato Grosso do Sul), sorprendió a las directivas del PMDB, que una semana antes habían ratificado su respaldo a Funaro.

**"No puede ser"**

El ministro de Hacienda declaró en Washington a la televisión brasileña que "No puede ser. Están entregando el oro a los bandidos. Están dando munición a los enemigos", al comentar el pedido de los cuatro gobernadores de su partido para que renuncie.

Según Funaro, "fue el peor momento para hacer esa solicitud, cuando Brasil intenta renegociar su deuda exterior".

El ministro de Minas y Energía, Aureliano Chávez, quien se había convertido en las últimas semanas en uno de los mayores críticos del gobierno, calificó de "apátrida" la solicitud de renuncia de su colega de Hacienda.

Esta fue la razón por la que los gobernadores pidieron también su renuncia. "Como no ha sido una cuestión frente a frente, no hago nada", declaró Chávez a los periodistas.

El gobierno del presidente José Sarney guardaba silencio sobre estos últimos acontecimientos políticos que agravan la situación desatada hace tres semanas con un enfrentamiento entre los dos partidos en la gubernamental Alianza Democrática.

"No hay ningún comentario que hacer", manifestó a EFE el vocero oficial de la presidencia, Antonio Freitas Netto.

01-01 8704381

RS 098

Brasil

# Gros solicitará diferir pagos brasileños por U$S 9600 millones

NUEVA YORK (UPI). – Brasil informó ayer al comité de bancos acreedores que se propone solicitar a todos sus acreedores un diferimiento de los vencimientos programados para el 15 de este mes, que suman 9600 millones de dólares.

El presidente del Banco Central del Brasil, Francisco Gros, se reunió en Nueva York con el comité que preside William Rhodes, del Citibank, y entregó a los 14 miembros del grupo un folleto de tapas amarillas titulado "La financiación del desarrollo económico en el período 1987-1991". Además, dijo que copias adicionales se habían despachado a todos los bancos acreedores de Brasil.

Un comunicado del Citibank informó, luego de cinco horas de conversaciones que incluyeron un almuerzo de trabajo, que Gros dijo al comité que Brasil enviará un télex a todos sus acreedores solicitándoles que no exijan el pago de 9600 millones de dólares de las obligaciones de 1986, que vencen el 15 de este mes, y que su gobierno mantendrá esos totales de acuerdo con los términos del acuerdo de facilidades de depósito.

Este convenio permite que Brasil deposite en una cuenta especial del Banco Central los pagos a los acreedores a fin de evitar que los dólares dejen el país. El comunicado agrega que Brasil solicitará oportunamente una nueva modalidad para el pago de los vencimientos del 15 del corriente.

Además, Gros solicitó a los bancos acreedores que continúen actuando con espíritu de cooperación y "el comité de bancos reafirmó que está dispuesto a continuar el diálogo con Brasil".

Brasil, cuya deuda es de unos 109.000 millones de dólares, suspendió el pago de los intereses de su deuda a fines de febrero debido a que se estaban agotando las reservas.

Este encuentro de Gros con los bancos sienta las bases para una renegociación de fondo, encarando posiblemente una reestructuración a largo plazo de la deuda de Brasil ya que el gobierno de este país ha dicho que no puede pagarla en las condiciones actuales.

El ministro de Hacienda, Dilson Funaro, que estuvo el martes hablando con banqueros y hombres de negocios en Nueva York, dijo que hay que hacer una fórmula de pagos que permita el crecimiento económico sostenido. Además había dicho en su país que Brasil necesitará 20.000 millones de dólares adicionales en préstamos durante los próximos cinco años para poder cumplir esas metas.

Brasil ha dicho e insistido en que se propone lograr un entendimiento de refinanciación con los bancos sin un acuerdo previo con el Fondo Monetario Internacional y Funaro dijo en Washington que su país "es un ejemplo de ajuste en el mundo" y por ello no necesita más programas de ajuste como los del FMI.

Agregó que Brasil necesita cambiar los mecanismos de refinanciación y para ello está estableciendo contactos con la comunidad financiera internacional.

"No hay una confrontación con los bancos en la suspensión brasileña de pagos de intereses a la banca privada sino una actitud pragmática para proteger reservas", afirmó.

Medios bancarios de Nueva York estimaron que en el curso de este mes pueden comenzar las negociaciones de fondo con Brasil.

La Nación

01-01

8704390

S

098

Brasil

LA NACION Miami

# Reiteró Funaro que el Brasil no necesita acuerdos con el FMI

WASHINGTON (UPI) – El ministro de Hacienda, Dilson Funaro, reiteró ayer que Brasil "es un ejemplo de ajuste" que no necesita más programas con el Fondo Monetario Internacional y dijo que "está parado" un aumento de capital del Banco Interamericano de Desarrollo por desacuerdos entre los Estados Unidos y América latina.

"Brasil es un ejemplo de ajuste en el mundo" y por ello no necesita más programas de ajuste como los del FMI", afirmó Funaro en una conferencia de prensa en la embajada de Brasil. "Tiene el tercer superávit comercial en el mundo por cuarto año consecutivo, después de Alemania Occidental y Japón".

"Dijimos en las reuniones del FMI de esta semana que Brasil tiene un déficit presupuestario menor que algunos países ricos".

Lo que Brasil necesita, afirmó, es cambiar los mecanismos de refinanciación y para ello está estableciendo contactos con la comunidad financiera internacional.

"No hay una confrontación" con los bancos en la suspensión brasileña de pagos de intereses a la banca privada, "sino una actitud pragmática para proteger reservas".

"Ahora se trata de reconstruir contactos con la comunidad financiera y las agencias multilaterales y los gobiernos para lograr financiación para el plan económico brasileño para 1987/91", dijo Funaro.

"Mostraremos el plan esta semana en buenas reuniones con el Banco Mundial, que lo estudiará, y enviará una misión para ver que puede hacer para financiarlo", agregó. El presidente del Banco Mundial, Barber Conable, "decidió enviar una misión de alto nivel a Brasil para estudiar nuestro plan".

Sobre su reunión con el secretario del Tesoro, James Baker, Funaro dijo que "fue agradable".

Funaro discutió las alternativas para solucionar el problema de la deuda externa e indicó que cada país tiene necesidades diferentes que le hacen más o menos atractivas opciones tales como la conversión de deuda en capital, el represtamo de fondos, o la emisión de bonos en el mercado mundial.

El ministro volvió a elogiar lo que percibe como un cambio de actitud en el FMI en el discurso que su nuevo director gerente, Michel Camdessus, pronunció ante el comité provisional del FMI sobre el endeudamiento.

El discurso de Camdessus es importante porque insiste en que "la base de la solución de la deuda es el crecimiento".

Cuando se le preguntó si tal cambio de posición podría facilitar un acuerdo entre Brasil y el FMI, Funaro reiteró que el problema de Brasil no es de "ajuste" con el Fondo. "Brasil tiene un ajuste, tiene un superávit comercial, un plan de estabilización".

Cuando se le preguntó sobre recientes críticas que se le hicieron en Brasil, Funaro dijo que "eso es bueno" porque se producen en un contexto de restauración de las libertades en Brasil, luego de 21 años de gobierno militar.

01·01

8704391

RS
098

Brasil



9/4/87 (BRA)

# Sarney enviará al Congreso la nueva legislación sindical

SAN PABLO, 8 (UPI). – El presidente José Sarney enviará al Congreso en las próximas semanas un proyecto de modificación de la casi cincuentenaria legislación sindical brasileña.

Se dijo oficialmente que el Gobierno pretende transformar la vieja ley laboral en vigor, que está inspirada en el corporativismo fascista europeo, y abolir las restricciones que empiden la libertad sindical.

Ayer, en una reunión del Consejo Político del Gobierno, Sarney encargó al ministro de Trabajo, Almir Pazzianotto, elaborar el proyecto consultando a los sindicatos, empresarios y partidos del Gobierno.

La actual legislación sindical, decretada en 1930 por el régimen del presidente Getulio Vargas, establece el control de las actividades sindicales por el Estado, que puede intervenir en los sindicatos y destituir dirigentes, entre otras restricciones.

Pese a que en los períodos democráticos muchos de sus puntos no han sido aplicados, la legislación jamás fue alterada y el anuncio del Gobierno fue saludado por los políticos como paso importante para consolidar la democracia tras 21 años de régimen militar.

## Divergencias

"La modificación de la estructura sindical será la medida social más importante del gobierno civil. La legislación actual ya tiene casi 50 años y se inspiró en los principios paternalistas del nazifascismo", dijo el senador oficialista Carlos Chiarelli.

Los juristas consideran la actual legislación una copia adaptada de la decretada en Italia por el líder fascista Benito Mussolini, por quien Vargas no escondía sus simpatías en la década de 1930.

Las dos centrales sindicales del país, que siempre rechazaron el control del Estado sobre los sindicatos, se encuentran divididas sobre la profundidad de los cambios en las leyes laborales.

Sus principales divergencias están vinculadas con el impuesto sindical, que los trabajadores están obligados a pagar, aunque no sean afiliados, y la posibilidad de poder organizar más de un sindicato en un sector y región.

La Confederación General de los Trabajadores, que reúne desde comunistas a conservadores, está en favor de la eliminación gradual del impuesto, de donde los sindicatos obtienen la mayor parte de sus recursos, pero contra la posibilidad de más de un sindicato.

La izquierdista Central Unica de los Trabajadores, de poder equivalente a la CGT, defiende la abolición inmediata del impuesto y la libertad completa para la creación de sindicatos.



8704414

# Funaro: en el problema de la deuda hay que recuperar la dignidad

WASHINGTON (UPI) — El ministro de Hacienda de Brasil, Dilson Funaro, reiteró que su país no negocia sus planes económicos internos y que en el problema de la deuda externa "hay que recuperar la dignidad perdida".

Funaro dijo, al llegar a una reunión en el Fondo Monetario Internacional (FMI), que Brasil negocia seriamente y que no está haciendo bromas en el terreno financiero internacional.

El funcionario declaró que había hablado en Nueva York el martes con "cinco presidentes de grandes bancos norteamericanos y japoneses" sobre la situación de su país. Brasil tiene una deuda externa de 108.000 millones de dólares.

Al ser interrogado por periodistas sobre declaraciones de algunos banqueros al diario The Wall Street Journal respecto de que Brasil no estaría dispuesto a negociar seriamente, Funaro repitió conceptos emitidos en Nueva York.

"No acepto ese tipo de clima. Nosotros no estamos haciendo bromas. Nosotros negociamos en serio", dijo.

Al preguntársele si durante su visita a los Estados Unidos había estado negociando o conversando sobre el plan interno para la economía brasileña, replicó: "Nosotros no negociamos nuestros planes económicos internos. Nosotros solamente negociamos el financiamiento externo que necesitamos. No negociamos el plan interno o el superávit del comercio exterior".

"Si negociamos el refinanciamiento", insistió. "En el pasado, los países que negociaron sus planes internos llegaron hasta a perder su dignidad. Hay que recuperar la dignidad perdida".

Al ser consultado en Nueva York sobre si traía consigo un plan para reestructurar la economía de su país, respondió que era portador "de un plan para la refinanciación de la deuda externa de Brasil" e indicó que los planes económicos internos "son problemas de Brasil" que no se discuten con los banqueros. "Discutiremos con ellos sólo el financiamiento externo", afirmó.

También el martes en Washington un alto funcionario del Tesoro de los Estados Unidos, que pidió no ser identificado, dijo que todavía se estaba a la espera de ver un plan económico brasileño.

Al ser interrogado sobre el plan presentado por Funaro la semana pasada en Brasilia por Funaro, el funcionario respondió: "No vemos un plan hasta ahora. Estamos esperando".

01-01 8704466

RS

098

CLARIN ★ Buenos Aires, miércoles 3 de junio de 1987

# Intenta Sarney superar el "inmovilismo" del gobierno

BRASILIA, 2 (Reuter). — El presidente de Brasil José Sarney decretó hoy una "guerra total" contra una galopante inflación, que amenaza proyectarse a un 800 por ciento anual, en lo que pretende ser el inicio de una nueva fase política del gobierno que asumió en 1985.

Sarney, de 57 años, declaró simultáneamente un riguroso combate contra el despilfarro y la corrupción, y ordenó a sus ministros una austeridad "centavo por centavo" en los gastos públicos.

El jefe de Estado presidió hoy una sesión del Consejo Ministerial, de 27 miembros —entre ellos seis militares— y anunció al país que su gobierno emprendió una nueva etapa, tras superar un "inmovilismo político" que, según dijo, lo mantenía.

En tono severo, Sarney afirmó en su mensaje difundido por cadena de radio y televisión que Brasil atraviesa serias dificultades, pero agregó que "no puede quedar prisionero de ellas".

"Brasil no puede perder inmediatismo en la palabra crisis... las naciones no lloran, luchan, vencen y se fortalecen en las crisis", dijo.

En su alocución, de 22 minutos, delineó las principales premisas de un nuevo programa económico que su gobierno aprobará "en los próximos días", y lo calificó como "esencialmente antiinflacionario".

Sarney se refirió hoy a su fracasado plan anterior antiinflacionario, denominado Cruzado, y adoptado en febrero de 1986. Dijo: "Fue una experiencia válida que modificó la estructura de la sociedad brasileña, pero no tuvo fuerza para resistir a sus enemigos."

Sostuvo que 1987 llegó como un año tumultuoso y adverso, políticamente turbulento y económicamente complicado.

"Pero hoy iniciamos una nueva fase. Quebramos el inmovilismo político... Buscaremos nuevos remedios y resistiremos todos los ataques", añadió.

"Sin exagerar, puedo decir que la mayoría de nuestros problemas devienen, directa o indirectamente, de las deudas que heredamos. En solo dos años pagamos 23.000 millones de dólares en intereses y no aumentamos ninguna nueva deuda", explicó.

Brasil



8704473

098

Brasil

# Clara advertencia de Funaro a los banqueros

*Washington (Reuter) — Tras dialogar en Nueva York con representantes de los principales bancos acreedores del Brasil —Citibank, Chase Manhattan, First Chicago y Chemical— Dilson Funaro, conflictivo ministro de Hacienda brasileño enunció ayer los puntos básicos de su posición respecto de la renegociación de la deuda externa más crítica de América latina.*

*Los bancos, dijo Funaro, no tienen otra alternativa que confiar que el Brasil logrará un superávit comercial suficiente como para pagar su deuda de 109 mil millones de dólares y su gobierno no buscará la aprobación de su plan económico fuera del país.*

*El ministro reiteró que no habrá negociación con el Fondo Monetario Internacional y que es necesario asegurar un crecimiento promedio de siete por ciento anual y un superávit comercial de ocho a once mil millones de dólares anuales por los próximos cuatro años.*

*De acuerdo con Funaro, los bancos estuvieron acordes en la necesidad de encontrar una solución a la crisis y la imposibilidad de que el Brasil continuara girando 24 mil millones de dólares al exterior por trimestre como hasta ahora.*

*Dijo también que ante la situación actual el Brasil tenía dos alternativas: cesación de pagos, inflación de 200 por ciento anual y 4000 millones de dólares anuales de plata fresca o un replanteo a largo plazo de su economía.*

*Respecto de su estrategia económica afirmó rotundamente: "Lo importante para nuestros acreedores es el tamaño de nuestro superávit comercial. Si tenemos o no inflación es asunto nuestro".*

*Funaro hablará hoy en el Comité Interino del Fondo Monetario Internacional que se reúne esta semana en Washington, dentro de un abigarrado calendario de negociaciones entre países acreedores y deudores.*

01·01

8704531

# Clara advertencia de Funaro a los banqueros

*Washington (Reuter) — Tras dialogar en Nueva York con representantes de los principales bancos acreedores del Brasil —Citibank, Chase Manhattan, First Chicago y Chemical— Dilson Funaro, conflictivo ministro de Hacienda brasileño enunció ayer los puntos básicos de su posición respecto de la renegociación de la deuda externa más crítica de América latina.*

*Los bancos, dijo Funaro, no tienen otra alternativa que confiar que el Brasil logrará un superávit comercial suficiente como para pagar su deuda de 109 mil millones de dólares y su gobierno no buscará la aprobación de su plan económico fuera del país.*

*El ministro reiteró que no habrá negociación con el Fondo Monetario Internacional y que es necesario asegurar un crecimiento promedio de siete por ciento anual y un superávit comercial de ocho a once mil millones de dólares anuales por los próximos cuatro años.*

*De acuerdo con Funaro, los bancos estuvieron acordes en la necesidad de encontrar una solución a la crisis y la imposibilidad de que el Brasil continuara girando 24 mil millones de dólares al exterior por trienio como hasta ahora.*

*Dijo también que ante la situación actual el Brasil tenía dos alternativas: cesación de pagos, inflación de 200 por ciento anual y 4000 millones de dólares anuales de plata fresca o un replanteo a largo plazo de su economía.*

*Respecto de su estrategia económica afirmó rotundamente: "Lo importante para nuestros acreedores es el tamaño de nuestro superávit comercial. Si tenemos o no inflación es asunto nuestro".*

*Funaro hablará hoy en el Comité Interino del Fondo Monetario Internacional que se reúne esta semana en Washington, dentro de un abigarrado calendario de negociaciones entre países acreedores y deudores.*

01-01

8704531

25
098

Brasil

A Financiero 25/6/87

EXTERIOR

BRASIL

# Sarney pierde adeptos entre el electorado

*San Pablo (UPI)— Encuestas divulgadas ayer revelaron que la población y el Congreso Constituyente desean que se reduzca el mandato del presidente José Sarney a cuatro años. La imagen del Presidente se ha deteriorado aun más. Las encuestas indicaron que el senador Mario Covas y el ex gobernador de Río de Janeiro Leonel Brizola, gozan de grandes simpatías para ocupar la presidencia del país.*

*De acuerdo con las encuestas —del Instituto Brasileño de Opinión Pública y realizadas en San Pablo y Río de Janeiro—, 66 por ciento de la población no confía en Sarney.*

*El sondeo también reveló que 60 por ciento de la población prefiere que el mandato de Sarney sea reducido a cuatro años y que se realicen elecciones en 1988. Sólo 30 por ciento de los consultados por la encuesta dijo que confiaba en Sarney y 24 por ciento se declaró favorable a que cumpla un mandato de cinco años.*

*Por la actual Constitución, el mandato de Sarney es de seis años, pero puede ser reducido por el Congreso Constituyente, que está redactando una nueva "Carta Magna" para sustituir a la que rigió durante el régimen militar concluido en 1985.*

*Otra encuesta, realizada por Instituto Data Folha, reveló que 49 por ciento de los parlamentarios del Congreso Constituyente son favorables a la realización de elecciones presidenciales el próximo año. La encuesta consultó a 472 de los 559 parlamentarios del Congreso. Solo 24 por ciento fue favorable a la tesis de Sarney de realizar las elecciones en 1989. Al mismo tiempo, la encuesta del Instituto Brasileño de Opinión Pública también reveló que los candidatos favoritos a la presidencia son el senador Covas y el ex gobernador de Río de Janeiro Leonel Brizola.*

José Sarney.

**• Brizola**

*Brizola, líder del opositor Partido Democrático Laborista, fue señalado como favorito por 26 por ciento, quedando en segundo lugar Covas, con 17 por ciento. Sin embargo, en un sondeo con sólo ambos candidatos, Covas recibió 43 por ciento de las preferencias y Brizola 36 por ciento. Covas, senador por San Pablo, es el líder del oficialista Partido del Movimiento Democrático Brasileño.*

*La divulgación de los sondeos, que confirman resultados de otros anteriores sobre la duración del mandato presidencial, ocurre en el momento que Sarney está empeñado en una gran ofensiva política para lograr un mandato de cinco años. Políticos y analistas han señalado que la posición de Sarney, de mantenerse cinco años en el poder a toda costa y que sería apoyada por las Fuerzas Armadas, podría provocar una grave crisis política en el país, que ya enfrenta una severa crisis económica.*

01·01

8704553

## BANCOS ACREEDORES Y DEUDA

# Brasil renegocia la mitad de los inte

*Una delegación parlamentaria japonesa, llegará mañana a Brasil para analizar la posibilidad de concretar préstamos a ese país por 15 mil millones de dólares para los próximos tres años, condicionados a la supervisión del F.M.I. El ministro de Hacienda de Brasil señaló que su gobierno cancelaría la moratoria en el pago de los intereses de la deuda externa si se acepta refinanciar un 50% de los montos correspondientes.*

BRASILIA, 3 (ANSA, DPA, EFE y Reuter). — El gobierno brasileño precisó su ya anunciada disposición de poner fin a la moratoria decretada en el pago de los intereses de la deuda con la banca privada internacional, al plantear que propondrá a los acreedores pagar efectivamente la mitad del monto total anual de esos intereses a cambio de la refinanciación del restante 50 por ciento.

Las precisiones fueron formuladas por el ministro de Hacienda, Luis Carlos Bresser Pereira, durante la reunión del gabinete ministerial realizada ayer con el presidente José Sarney, en el curso de la cual se analizaron aspectos del programa económico de corto, mediano y largo plazo con el que se pretende superar la crisis.

En el marco de ese programa —del que por el momento trascendieron solo mínimos detalles y cuya difusión oficial se espera para los próximos días—, Bresser Pereira estructuró una estrategia para la nueva ronda de negociaciones sobre la deuda externa brasileña que tendrá lugar antes de fin de mes.

Además de la refinanciación de la mitad de los intereses de la deuda con los bancos comerciales, esa estrategia prevé, como condición para decretar el fin de la suspensión de pagos, la refinanciación del 100 por ciento del monto anual de intereses de la deuda con las instituciones oficiales internacionales.

Bresser Pereira señaló que "si esas condiciones fueran aceptadas por los banqueros y organismos como el Fondo Monetario Internacional y el Club de París Brasil está dispuesto a cancelar la moratoria decretada en febrero".

Según el vocero presidencial, Antonio Freta Netto, Bresser explicó en el curso de la reunión del gabinete que, en el curso de este año, el país puede lograr un superávit en la balanza comercial de 8.000 millones de dólares, o de "entre 10 y 11 mil millones si tienen éxito los planes de recuperación económica en el segundo semestre".

Para el ministro de Hacienda, ese superávit otorgará buenas posibilidades de pago del 50 por ciento de los intereses de la deuda con los bancos comerciales —cuyo monto total, para este año, fue estimado por el propio Bresser en 4.500 millones de dólares— siempre sin sacrificar el objetivo de lograr en 1987 una tasa de crecimiento de la economía del 4,5 por ciento.

De acuerdo con la estrategia delineada, las propuestas brasileñas de refinanciación podrían contemplar fórmulas de capitalización de la deuda mediante la transformación de un porcentaje en inversiones de riesgo en el país, "tal como lo plantean sectores acreedores".

La moratoria en el pago de los intereses de la deuda con la banca privada había sido dispuesta el 20 de febrero, por impulso del entonces ministro de Hacienda, Dilson Funaro, a quien las crecientes presiones internas y de los grupos acreedores obligaron a renunciar el 27 de abril.

Funaro, en ese momento, había afirmado que el monto total de los intereses con la banca acreedora, para 1987, ascendía a 5.600 millones de dólares.

"Brasil cuenta con argumentos sólidos para refinanciar la deuda", sostuvo Bresser Pereira en la reunión de gabinete, para agregar que la renegociación debe superar diferencias de enfoque con el Fondo Monetario Internacional.

"La principal diferencia —agregó— consiste en que el FMI considera que la economía debe ser dirigida en forma prioritaria a la reducción del déficit público y después al superávit de la balanza comercial, mientras que para nosotros los planes deben dirigirse principalmente al crecimiento, luego a lograr superávit y en tercer lugar a solucionar el déficit."

Luis Carlos Bresser Pereira, ministro brasileño de Hacienda. 01 • 01

### ♦ Clave japonesa

Junto con estas precisiones oficiales sobre el posible fin de la moratoria, se anunció hoy que en los próximos 5 años Japón podría prestar al Brasil 15 mil millones de dólares para proyectos de desarrollo, a las "más bajas tasas de interés posibles".

La posibilidad será analizada a partir del viernes próximo en Brasilia por una misión de parlamentarios japoneses que llegará de visita al país, encabezada por el ex ministro de Finanzas Michio Watanabe.

El vicepresidente del grupo parlamentario japonés-brasileño, diputado Antonio Ueno, del oficialista Partido del Movimiento Democrático Brasileño, declaró hoy que "la liberación de recursos japoneses está condicionada a la viabilidad del plan económico del gobierno brasileño".

También explicó que los recursos serían desembolsados "a través del Eximbank y el Banco Mundial y el Fondo Monetario Internacional supervisarán de alguna manera el [illegible] y el destino del



## EXTERNA LATINOAMER

CLARIN ★ Buenos Aires, jueves 4 de junio de 1987

ANCOS ACREEDORES Y DEUDA EXTERNA LATINOAMERICA

# Brasil renegocia la mitad de los interes

*Una delegación parlamentaria japonesa, llegará mañana a Brasil para analizar la posibilidad de concretar préstamos a ese país por 15 mil millones de dólares para los próximos tres años, condicionados a la supervisión del F.M.I. El ministro de Hacienda de Brasil señaló que su gobierno cancelaría la moratoria en el pago de los intereses de la deuda externa si se acepta refinanciar un 50% de los montos correspondientes.*

BRASILIA, 3 (ANSA, DPA, EFE y Reuter). — El gobierno brasileño precisó su ya anunciada disposición de poner fin a la moratoria decretada en el pago de los intereses de la deuda con la banca privada internacional, al plantear que propondrá a los acreedores pagar efectivamente la mitad del monto total anual de esos intereses a cambio de la refinanciación del restante 50 por ciento.

Las precisiones fueron formuladas por el ministro de Hacienda, Luis Carlos Bresser Pereira, durante la reunión del gabinete ministerial realizada ayer con el presidente José Sarney, en el curso de la cual se analizaron aspectos del programa económico de corto, mediano y largo plazo con el que se pretende superar la crisis.

En el marco de ese programa —del que por el momento trascendieron solo mínimos detalles y cuya difusión oficial se espera para los próximos días—, Bresser Pereira estructuró una estrategia para la nueva ronda de negociaciones sobre la deuda externa brasileña que tendrá lugar antes de fin de mes.

Además de la refinanciación de la mitad de los intereses de la deuda con los bancos comerciales, esa estrategia prevé, como condición para decretar el fin de la suspensión de pagos, la refinanciación del 100 por ciento del monto anual de intereses de la deuda con las instituciones oficiales internacionales.

Bresser Pereira señaló que "si esas condiciones fueran aceptadas por los banqueros y organismos como el Fondo Monetario Internacional y el Club de París Brasil está dispuesto a cancelar la moratoria decretada en febrero".

Según el vocero presidencial, Antonio Frota Netto, Bresser explicó en el curso de la reunión del gabinete que, en el curso de este año, el país puede lograr un superávit en la balanza comercial de 8.000 millones de dólares, o de "entre 10 y 11 mil millones si tienen éxito los planes de recuperación económica en el segundo semestre".

Para el ministro de Hacienda, ese superávit otorgará buenas posibilidades de pago del 50 por ciento de los intereses de la deuda con los bancos comerciales —cuyo monto total, para este año, fue estimado por el propio Bresser en 4.900 millones de dólares— siempre sin sacrificar el objetivo de lograr en 1987 una tasa de crecimiento de la economía del 4,5 por ciento.

De acuerdo con la estrategia delineada, las propuestas brasileñas de refinanciación podrían contemplar fórmulas de capitalización de la deuda mediante la transformación de un porcentaje en inversiones de riesgo en el país, "tal como lo plantean sectores acreedores".

La moratoria en el pago de los intereses de la deuda con la banca privada había sido dispuesta el 20 de febrero, por impulso del entonces ministro de Hacienda, Dilson Funaro, a quien las crecientes presiones internas y de los grupos acreedores obligaron a renunciar el 27 de abril.

Funaro, en su momento, había afirmado que el monto total de los intereses con la banca acreedora, para 1987, ascendía a 5.600 millones de dólares.

"Brasil cuenta con argumentos sólidos para refinanciar la deuda", sostuvo Bresser Pereira en la reunión de gabinete, para agregar que la renegociación debe superar diferencias de enfoque con el Fondo Monetario Internacional.

"La principal diferencia —agregó— consiste en que el FMI considera que la economía debe ser dirigida en forma prioritaria a la reducción del déficit público y después al superávit de la balanza comercial, mientras que para nosotros los planes deben dirigirse principalmente al crecimiento, luego a lograr superávit y en tercer lugar a solucionar el déficit."

Luis Carlos Bresser Pereira, ministro brasileño de Hacienda. 01 • 01

## Clave japonesa

Junto con estas precisiones oficiales sobre el posible fin de la moratoria, se anunció hoy que en los próximos 3 años Japón podría prestar al Brasil 15 mil millones de dólares para proyectos de desarrollo, a las "más bajas tasas de interés posibles".

La posibilidad será analizada a partir del viernes próximo en Brasilia por una misión de parlamentarios japoneses que llegará de visita al país, encabezada por el ex ministro de Finanzas Michio Watanabe.

El vicepresidente del grupo parlamentario japonés-brasileño, diputado Antonio Ueno, del oficialista Partido del Movimiento Democrático Brasileño, declaró hoy que "la liberación de recursos japoneses está condicionada a la viabilidad del plan económico del gobierno brasileño".

También explicó que los recursos serían desembolsados "a través del Eximbank y el Banco Mundial y el Fondo Monetario Internacional supervisaría de alguna manera el programa de ajuste brasileño y el destino del préstamo".

8704576

RS

098

# Sarney preocupado por su popularidad

Escribe Cristian Bolli
de la agencia "UPI"

BRA

José Sarney

*San Pablo — Con un programa de televisión que será transmitido todos los lunes a nivel nacional, el presidente José Sarney, inició ayer una campaña propagandística con el fin de recuperar su popularidad perdida. Según asesores presidenciales, cada programa consistirá en una entrevista al Presidente realizada por el diputado oficialista Helio Costa, quien hasta ser electo en noviembre del año pasado era un muy popular reportero de televisión.*

*Sin embargo, el plan de Sarney ha sido criticado por algunos colaboradores cercanos al Presidente, quienes temen que los televidentes comparen su programa con uno similar protagonizado por el último presidente bajo el régimen militar, el general João Figueiredo.*

*"Sería mucho más eficiente para el gobierno que el Presidente concediera una conferencia de prensa al mes. Además, los ministros también deberían ofrecer entrevistas regularmente, explicando los actos del gobierno", opinó el ex vocero presidencial Fernando Mesquita.*

*Al correr la cortina del programa televisivo, Sarney se convertirá en protagonista de dos programas semanales a nivel nacional, ya que desde hace un año mantiene uno radial, llamado "conversación junto a la radio".*

*El comienzo del programa de televisión ocurre cuando las encuestas registran un acelerado deterioro de la imagen del Presidente, quien está empeñado en neutralizar una fuerte tendencia popular a reducir su mandato a cuatro años, con la realización de comicios en 1988.*

*Una encuesta divulgada el domingo por el diario "Folha de Sao Paulo" reveló que 54 por ciento de los habitantes de las 30 mayores ciudades del país consideran su gobierno "malo o pésimo", mientras 34 por ciento lo califican de "regular" y sólo 9 por ciento de "bueno u óptimo".*

*Esas cifras contrastan espectacularmente con los índices de hasta 80 por ciento de "bueno u óptimo" que Sarney recogió durante la mayor parte del año pasado, gracias, al "plan cruzado", que en el primer momento hizo descender la inflación de más de 15 a menos de dos por ciento mensual.*

Actualmente la inflación supera 20 por ciento al mes y, al contrario de la época dorada del "cruzado" la mayoría de los medios de prensa escrita más influyentes fustigan diariamente a Sarney con pesadas críticas.

Brasil

01·01

8704727

# Advertencia de Funaro sobre el pago de la deuda externa

Brasilia, 26 (UP) – El ministro de hacienda de Brasil, Dilson Funaro, dijo hoy que la suspensión del crédito de corto plazo de los bancos internacionales podrá dificultar el pago de la deuda externa, de 108.000 millones de dólares.

El presidente del Banco Central, Francisco Gros, informó que envió anoche un mensaje al comité asesor de los bancos acreedores formalizando el pedido para prorrogar esos créditos por un plazo de dos meses.

"Es absolutamente imprescindible que sea prorrogada esa deuda de corto plazo, pues financia las exportaciones brasileñas", señaló Funaro al explicar la importancia de esos créditos, que suman 15.000 millones de dólares y cuyo vencimiento está previsto para el último día de este mes.

"Si esos créditos fuesen cortados, nosotros tendríamos una gran dificultad para poder honrar nuestros compromisos con la deuda en el futuro", indicó el titular de hacienda.

En caso de que los bancos internacionales no accedan al pedido brasileño, el mayor deudor latinoamericano no tendría condiciones para pagar los créditos de corto plazo de 15.000 millones de dólares, pues hace un mes informó que dispone de reservas de 3.900 millones de dólares.

Hace poco más de un mes, el gobierno brasileño anunció la suspensión del pago de interes debidos a la banca comercial para evitar una disminución aún mayor de sus reservas y planteó la necesidad de una solución más duradera para el problema.

## Refinanciamiento

Funaro expresó que las agencias oficiales de crédito, los organismos internacionales y los bancos acreedores, "necesitan nuevos instrumentos para refinanciar la deuda de una forma diferente de la que se hizo hasta ahora".

"Los bancos estaban demorando diez meses para dar una respuesta en ese proceso complejo de refinanciamiento de la deuda", afirmó.

"Una nación como Brasil no puede quedarse aguardando y sujeta a ese tipo de incertidumbre sobre el éxito de la negociación", dijo el ministro brasileño.

Funaro declaró que "hay una necesidad imperiosa de examinar los mecanismos de financiamiento en el mundo", porque de lo contrario Brasil no tendrá condiciones de programar su futuro.

"No queremos resolver la situación actual con préstamos puente o solucionar problemas de caja. Brasil está planteando un programa de cuatro años para poder sustentar su crecimiento económico en ese período", afirmó Funaro.

La Prensa 27/2/87

Brasil (Finanzas)

8704748

01·01

RS

098

Brasil

A. Financiero 6/5/87

EXTERIOR

# Urgencia brasileña por refinanciar la deuda

*Brasilia (Reuter) — Brasil ajustará su economía y en aproximadamente un mes retomará negociaciones con sus acreedores en busca de una solución "adecuada y duradera" al problema de su deuda externa, anunció ayer el nuevo presidente del Banco Central, Fernando Milliet.*

*Milliet, un empresario y economista de 45 años, posgraduado en universidades estadounidenses, asumió ayer el cargo para el que lo designó el nuevo ministro de Hacienda, Luiz Carlos Bresser Pereira. Sustituyó a Francisco Gros, quien se alejó del Banco Central, luego de la renuncia del ex ministro Dilson Funaro, la semana pasada.*

*En sus primeras declaraciones a la prensa, dijo que el gobierno del presidente José Sarney analiza un plan económico de corto plazo, cuyo objetivo será garantizar un crecimiento "ligeramente inferior" al de 1986, cuando el país creció en 8,2 por ciento. Agregó que tras la aplicación de los ajustes, el Brasil estará en condiciones de formular "propuestas más concretas" a los acreedores de su deuda externa, de 110.000 millones de dólares. Estimó que los primeros contactos externos podrían producirse "en un mes".*

Fernando Milliet

*Milliet se refirió en un discurso a la suspensión del pago de intereses de la deuda comercial brasileña de 70.000 millones de dólares, decretada el 20 de febrero por Sarney, y afirmó que "fue una medida necesaria y legítima en la defensa de nuestras reservas". Añadió, sin embargo, que el Brasil es consciente de que esa medida "no constituye la solución del problema" y anticipó que el país reanudará en breve "contactos y negociaciones para la búsqueda de soluciones más adecuadas y duraderas".*

*Dijo que la cuestión de la deuda externa será enfrentada con "firmeza, independencia y realismo" al sostener que "es inaceptable imaginar que podamos colocar el servicio de la deuda como primera prioridad".*

01-01

8704785

RS

ARCHIVAR EN: Brasil (098)

TEMA: COMO Nace como funciona el SNI (Librillo)

PROCEDENCIA: 8/7/87 Doc. 0969/87

ARCHIVADO EN: Biblioteca.

8704812

01·01

098



EXTE

## El 54% de los habitantes de las 10 ciudades más grandes del Brasil piensa que el gobierno es "malo o

# Bresser teme cometer los errores de Cavallo

***José Sarney es un boxeador lastimado que trata de mantenerse desesperadamente en pie a la espera de la campana salvadora. Entretanto, apela a todos los recursos legales para sobrevivir. Ayer, mientras hacía el presidente su primera aparición en un programa semanal de televisión, su ministro de Hacienda, Luiz Carlos Bresser Pereira anunciaba medidas económicas destin jurar la crisis monetaria.***

**Brasilia** — Funestas comparaciones con la controvertida política económica del ex presidente del Banco Central argentino, **Domingo Cavallo**, provocó ayer en el Brasil el anuncio del presidente **José Sarney** indicando que se implementaría una moratoria en el pago de intereses para créditos otorgados a sectores de la pequeña y mediana empresa y a productores rurales. El proyecto, que costaría aproximadamente mil millones de cruzados (330 millones de dólares), también propone la fijación de tasas de interés negativas, o sea por debajo de la inflación.

Con evidente preocupación, el matutino carioca "Jornal do Brasil" tituló en su tapa de ayer: "Argentina paga hasta hoy por un plan económico como el de Sarney", y prosigue describiendo en un artículo, que cita al economista argentino **Mario Damil**, cómo medidas de este tipo sólo logran la desmonetización de la economía.

El proyecto de la moratoria de intereses es tan sólo un adelanto de un mayor paquete económico que la semana entrante revelará el ministro de

*Luis Bresser Pereira*

Hacienda, Luiz Bresser Pereira, y que será analizado por equipos del Fondo Monetario Internacional y el Banco Mundial. El ministro se apresuró a destacar que el hecho de que el plan sea estudiado por las dos entidades financieras internacionales no significaba que su país volviese a ser monitoreado por ellas.

"No tenemos intención de hacer nada de eso", señaló Bresser la semana pasada. El ministro declaró que su plan tendría dos objetivos principales. En primer lugar, obtener un nivel de crecimiento del PBI de cinco por ciento y de tres por ciento para la industria. El segundo objetivo del plan es el de obtener un saldo comercial para 1987 de entre ocho y nueve mil millones de dólares.

### • Presentación

El ministro añadió que la presentación del plan a los acreedores sería el primer paso hacia el inicio de la renegociación de la deuda externa, demostrando que el Brasil había adoptado una política más razonable, "lo que será óptimo para todos", comentó Bresser. Explicó que no había ninguna razón para que se mantuviese el feudo con el FMI, "con quien, al final, somos socios".

El ministro también manifestó su optimismo con relación a la posibilidad con los banqueros, incluyendo al Citicorp, el mayor acreedor del país, que la semana pasada anunció que había previsionado treinta mil millones de dólares.

Brasil



8704822

RS

098

16/6/87

LA NACION

# Brasil reanudaría pagos de la deuda

RIO DE JANEIRO (UPI) — Brasil reanudará los pagos de su deuda externa de 111.000 millones de dólares si los bancos privados bajan sus tasas de interés y conceden al país nuevos créditos por valor de 7300 millones de dólares este año y el próximo, anunció el ministro de Finanzas, Luis Carlos Bresser Pereira.

Brasil suspendió en febrero los pagos de su deuda externa a la banca privada internacional, que representa dos tercios del total.

Muchos bancos han declarado lucros menores y aumentado sus reservas en previsión de posibles pérdidas.

Bresser Pereira anunció a todo el país que Brasil pretende negociar con la banca sobre la base de dos puntos fundamentales.

• Créditos por un valor de 7300 millones de dólares con intereses de medio y largo plazo, incluyendo el total de los intereses no pagados este año y poco más de un 50 por ciento de los de 1988.

• Renegociación de los intereses de los créditos, reduciendo el "spread" para "por lo menos los pagados por México y la Argentina".

"Si logramos firmar contratos de refinanciación de los intereses al punto que nuestra balanza de pagos necesita, éste y el próximo año, y logramos refinanciar la deuda principal con un período de gracia y 20 años para pagar, naturalmente reanudaremos los pagos con mucha satisfacción", dijo Bresser Pereira.

El ministro informó también que está concluyendo un plan económico a largo plazo para complementar el anunciado por el Gobierno el viernes pasado, que incluyó un congelamiento de precios por 90 días, que debatirá con representantes del Fondo Monetario Internacional el próximo lunes.

Bresser Pereira anunció también que Brasil abandonaba su política de no aceptar ningún tipo de acuerdo con el FMI, que mantuvo durante los últimos dos años.

Sin embargo, el país continúa rechazando firmar cartas de intención formales con el FMI, o visitas trimestrales de equipos de esa entidad para verificar el desempeño de su economía.

"Si ellos elaboran un informe positivo, basado en el plan, podrían decir que eso es equivalente a una carta de intención", dijo Bresser Pereira.

Interrogado sobre si Brasil desea llegar a un acuerdo con el FMI para obtener un nuevo crédito Stand-by sin las formalidades habituales, el ministro dijo que "es más o menos eso, no veo nada de malo en ese tipo de acuerdo".

"Si logramos un buen acuerdo con el FMI, las cosas serán más fáciles con los demás acreedores", señaló.

01-01

8704886

EL PERIODISTA DE BUENOS AIRES Nº 139 · DEL 1 AL 7 DE MAYO DE 1987 · Página 17

# Brasil TODO EN JUEGO, MENOS LOS MILITARES

*En medio de una creciente crisis económica, aislado por grupos palaciegos, Sarney admite, en privado, que su "único apoyo está en las fuerzas armadas".*

Lo que ocurrió en Argentina se proyecta en la crisis de Brasil, a veces bajo la forma de bromas siniestras. El humorista Millor Fernandes se refirió al hecho de que Alfonsín haya ido a una guarnición militar a enfrentar a los rebeldes diciendo que la del presidente José Sarney es una hazaña superior, ya que *"vive cercado por los militares"*.

Está también el exabrupto melancólico de un columnista político, que compara a Alfonsín con Sarney, señalando que mientras el argentino logra controlar a los sublevados, el brasileño no consigue siquiera cambiar un ministro. La salida, por el momento aislada, del jefe del gabinete civil, Marco Maciel, es sometida así a especulaciones de todo tipo. Las confusiones e inseguridades del momento brasileño impiden sacar alguna conclusión al respecto. La única más o menos posible indica que Sarney quiere cambiar el gabinete y con la renuncia de su amigo Maciel (ambos fueron exponentes civiles de los regímenes militares) busca precipitar una situación de *"hechos consumados"*.

Pero Maciel también quería renunciar desde hace tiempo. El es un hombre del PFL (Partido del Frente Liberal) y fue nominado antes de las elecciones de noviembre del año pasado como el gran operador político del gobierno. Pero, ¿cómo articular una estrategia si el vencedor absoluto fue el PMDB (Partido del Movimiento Democrático Brasileño, la oposición durante los regímenes militares)? Por otra parte, políticamente débil, sin legitimidad, incapaz de llevar a cabo una reforma ministerial según sus deseos, el presidente Sarney se rodeó de un grupo palaciego que en la práctica asumió las funciones de Maciel. Ese grupo está dirigido por su yerno, cuya esposa, Roseana, ejerce gran influencia sobre el padre.

El propio mandatario admitió que *"mi único apoyo está en las fuerzas armadas"*. Ni pensar en sustituir a los ministros militares, cuando se habla de reforma del gabinete.

Desde el punto de vista político, el *"dueño de la pelota"* es el PMDB. Tiene un poder legitimado por las elecciones de noviembre. Son suyos veintidós de los veintitrés gobernadores de estado y la mayoría en el Senado, la Cámara Federal y la Asamblea Nacional Constituyente. El presidente del PMDB, el diputado Ulysses Guimaraes, es también titular de la Asamblea Nacional Constituyente y de la Cámara de Diputados.

¿Pero qué PMDB es éste? La lucha por el control del Ministerio de Hacienda muestra las diversas caras del partido todopoderoso. Para Guimaraes y su grupo considerado *"progresista"*, era esencial que continuara Dilson Funaro, hasta que éste anunció su renuncia el fin de semana pasado. Esa es la lucha que ocupa el centro de la batalla mayor, en torno de la reforma ministerial. Una de las interpretaciones para la salida de Maciel es la de que, así, Sarney abría al PMDB espacio para la "articulación política", con la esperanza de quedar en libertad para elegir el nuevo ministro de Hacienda.

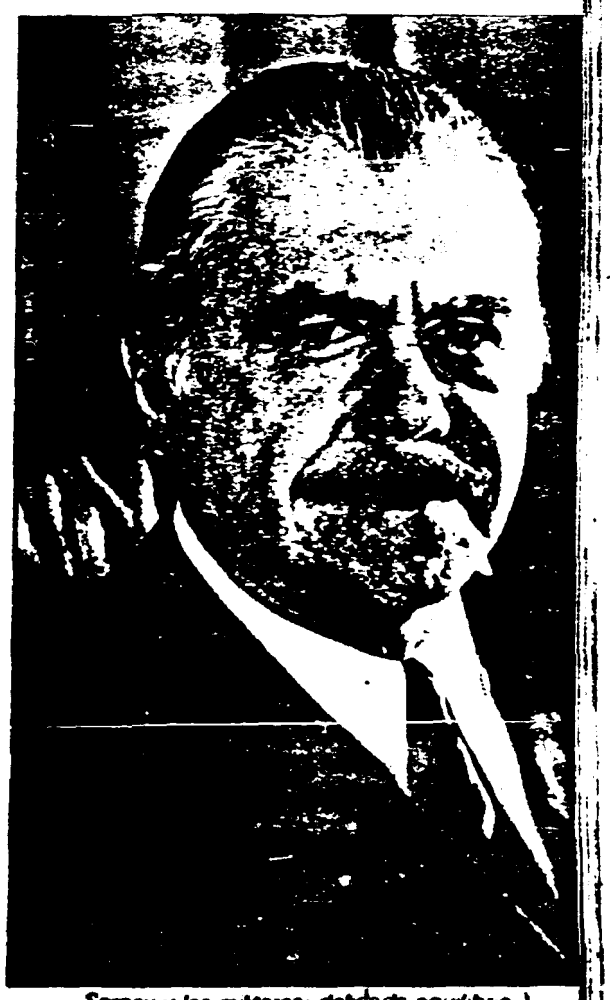
Funaro sufrió, de hecho, la presión de banqueros internacionales. El Citicorp, el principal banco de Estados Unidos, dejó de contabilizar 53 millones de dólares de ganancias en el primer trimestre como consecuencia de la moratoria brasileña. Hay también presiones internas de un empresariado poco habituado a quedar marginado de las decisiones en materia de política económica.

Mientras tanto, hay *"otro"* PMDB que se presta a las maquinaciones palaciegas. Un trío que se supone poderoso, los gobernadores de San Pablo, Río de Janeiro y Minas Gerais, comenzó a reunirse y en un primer momento pidió la cabeza de Funaro. El trío es considerado la vanguardia del "conservadorismo" del PMDB.

En medio de ese enorme tira y afloja, un presidente débil y una economía sin rumbo, con inflación en torno del 15% mensual, una recesión que pre anuncia el caos social, con huelgas estallando por todos lados y represión en escalada, los militares observan todo expectantes.

Al general Leonidas Pires, ministro de Ejército, corresponde la máxima de que hay mucho pesimismo sin fundamento y es preciso sustituirlo por el optimismo. Pero es difícil. No hay manera de ocultar las fundadas preocupaciones tras discursos como el pronunciado en el 27º aniversario de Brasilia, por el gobernador del distrito federal, José Aparecido de Oliveira, amigo personal del presidente, quien dijo: *"En este homenaje, la Nación uniformada tiene la certeza de que no sólo guardará el pasado que aquí reverenciamos, sino que preservará el futuro de libertad al cual aspiramos"*.

(En Río) NEWTON CARLOS



*Sarney y los militares: delicado equilibrio*

01·01

8704900

5

98

POLITICA INTERNACIONAL

Brasil

# "EL PELIGRO ES QUE SARNEY VUELVA A SER SARNEY"

*En medio de la descomposición del gobierno y el agravamiento de la crisis económica, la oposición se lanza a una campaña para acortar el mandato presidencial y convocar a elecciones directas en 1988.*

ASSOCIATED PRESS

*El ejército en guardia ante una huelga ferroviaria en Río.*

La consigna *"directas ya"* (que haya de inmediato elecciones directas para la presidencia de la república) vuelve a sacudir a Brasil. Todavía no tanto como en 1984, cuando se trataba de acabar con veinte años de dictadura militar. La salida, entonces, fue juntar fuerzas para enfrentar las reglas que los militares y sus contingentes civiles se negaban a cambiar y luchar contra el régimen usando una de sus propias invenciones, el Colegio Electoral. Y esto fue posible con la ayuda de los *disidentes*, políticos civiles que procuraron asegurarse un lugar en la historia y en el nuevo poder alejándose de una estructura en descomposición.

Uno de los *disidentes* fue el entonces senador José Sarney, candidato a vicepresidente de la fórmula de Tancredo Neves. Fallecido Neves, asumió Sarney, y Brasil inició el curioso proceso de transitar hacia la democracia bajo el comando de quien fuera uno de los exponentes de una dictadura igualmente curiosa. (Un Colegio Electoral se encargaba de ubicar en la presidencia a generales previamente elegidos en los cuarteles. El Congreso nunca se cerró y estaba permitido el funcionamiento de un partido de *"oposición"*, el Movimiento Democrático Brasileño, actual PMDB.)

Toda esta confusión sólo podía terminar como terminó. *"El peligro es que Sarney vuelva a ser Sarney"*, decía un periodista frente al fantasma cada vez más visible de un gobierno cívico-militar. El presidente no tiene partido, aunque sea presidente honorario del PMDB. Esto le impide depositar totalmente su corazón donde quisiera, en el Partido del Frente Liberal, el partido de los *disidentes*. Sin PMDB (que tiene veintidós de los veintitrés gobernadores de los estados, mayoría en el Congreso y en la Asamblea Constituyente) no hay poder político.

Sarney corteja a los militares, para asegurarse el respaldo de las armas, y se mueve políticamente teniendo como tropa de choque a un grupo palaciego que envenena con sus intrigas y rumores la práctica republicana. El yerno y secretario privado de Sarney se convirtió en figura nacional como *"intrigante de palacio"*. El modo en que acaban de ser reemplazados los ministros de Hacienda y del gabinete civil demuestra que la situación se hace insoportable. Y un nuevo movimiento por las *"directas ya"* se puso en marcha.

*"Ya"*, sin embargo, es el año que viene. Y los que asumen esta propuesta, como el senador Mario Covas, electo en San Pablo por el PMDB con 6 millones de votos, esgrimen argumentos que en realidad apuntan a la conclusión de que la presidencia de Sarney se acabó. El grupo palaciego operó como nunca en la última fase de demolición del ex ministro Dilson Funaro. Un *"gran espectáculo de indignidad"*, escribió el diario **Folha de São Paulo**. El grupo estaba convencido de que la impopularidad de Sarney provenía únicamente de la impopularidad de la política económica, y decidió destituir al ministro.

Pero Funaro terminó apareciendo cual Juana de Arco, víctima de una trama siniestra, y se prepara para recorrer el país como un cruzado de los intereses naciona- les, que después de enfrentar el cán no teme a nada. La imagen de Jua Arco se fortalece con la constataci que los banqueros internacionales q ron satisfechos y Funaro intentó de cambiar las reglas del sistema fina mundial con la *"minimoratoria"* dec por Brasil. Su *"honestidad y sinc* fueron reconocidas hasta por los más ácidos de su política econór

Como contrapartida, Sarney q el centro de un escenario de aisl Las direcciones regionales del PI tán haciendo consultas directas a tares sobre la duración del mar Sarney. Cuatro años (hasta el 8 resultado en Paraná. Lo mismo s de las consultas en Río Grand Santa Catarina, San Pablo y R heiro.

*"El gobierno está sin comand con el país entero en este episc* el senador Afonso Camargo, dente del PMDB. El "episodio" f plazo del ministro de Hacienda de aceptar finalmente la destitu

el Periodista 6/5/91

DOCUMENTO INCOMPLETO



T04903

Las Bases

## Dirigentes declararán una huelga general

# Sindicatos brasileños reanudan movilización

SAN PABLO (ANSA, EFE y UPI).- En decisión última parte de la nueva ofensiva planteada por dirigentes de la radical Central Unica de Trabajadores (CUT) que decidieron encaminar, en fecha aún por definir, una jornada contra la recesión y por los derechos de los trabajadores, informó ayer el Presidente de ese organismo laboral, Jair Meneguelli.

Ese dirigente sindical, uno de los más influyentes de Brasil, manifestó que invitará a la Confederación General del Trabajo (CGT) a sumarse a las medidas contra la política económica impresindida por el Gobierno de Sarney para dar mayor fuerza a la posición de los obreros.

***Los sindicatos brasileños, que agrupan a 15.000.000 de trabajadores, decidieron ayer reanudar una movilización en las calles que culmine con la declaración de una huelga general, con el fin de presionar al Gobierno para que adopte medidas contra la crisis.***

Dijo que la jornada laboral tiene el objetivo de politizar los movimientos laborales y organizarlos en busca de la deflagración de una huelga general como mecanismo de defensa de los trabajadores.

Añadió que la caída progresiva del poder adquisitivo de los salarios por efecto de una hiperinflación, prevista en índices del 850 por ciento hasta fines de año, y la falta de decisiones gubernamentales ha generado un clima de inquietud y descontento en las bases sindicales.

Denunció que existe actualmente en Brasil una crisis de credibilidad en torno al actual Poder Ejecutivo y calificó la situación como la peor de la historia política de Brasil.

### CNI APOYA POSICION

La posición de los sindicatos brasileños se suma a la de la Confederación Nacional de Industrias (CNI), cuyos ejecutivos reconocen que existen en Brasil niveles actuales de recesión económica en los niveles de producción y de empleo, que se agrava por la caída del poder adquisitivo de la población.

El Presidente de la CNI, Albano Franco, subrayó que los sectores empresariales han comenzado a sufrir las consecuencias de su falta de liquidez financiera, lo que ha motivado el crecimiento de este fenómeno económico.

A su vez, Meneguelli expresó que en los últimos meses el temor a la recesión comenzó a pesar sobre el movimiento sindical imponiéndole moderación y descartando la declaración de huelgas para evitar el crecimiento de los índices de desempleo, que actualmente afecta a 1.700.000 personas en este país.

Sin embargo aclaró que el recrudecimiento de la crisis impide a las direcciones laborales contener la presión de sus bases cada vez más dispuestas a declarar huelgas por considerar la medida como su única defensa contra las indecisiones oficiales.

Autoridades del Departamento Intersindical de Estadística y Estudios Socioeconómicos (DIEESE) revelaron que el desempleo ha crecido en Brasil desde febrero pasado, de un 7,6 por ciento al 8,9 por ciento en mayo.

8704904

RS

098

Poder de los centrales en juego

# Comicios sindicales en gremio clave

SAN PABLO (ANSA, EFE y UPI).- Más de 80.000 afiliados al sindicato de los metalúrgicos de San Pablo, el más poderoso de Brasil, comenzaron ayer a participar en las elecciones de una nueva directiva cuyo resultado podría modificar los rumbos del sindicalismo brasileño, inclinándolo fuertemente hacia la izquierda.

Considerados los comicios sindicales más importantes y reñidos del país en muchos años, las elecciones podrían romper drásticamente el equilibrio de fuerzas entre la izquierdista Central Unica de los Trabajadores (CUT) y la centrista Central General de los Trabajadores (CGT), que actualmente controla el poderoso sindicato.

Las elecciones concluirán el jueves y presentan tres listas de candidatos: una de la CGT encabezada por el actual Presidente de la entidad, Luiz Antonio de Medeiros, y dos de la CUT, que debido a sus divergencias internas no logró presentarse unida.

"Una derrota de Medeiros será lo mismo que clavar una estaca en el comando de la CGT, que tiene en el sindicato de los metalúrgicos su principal base política y financiera", opinó el diario Jornal do Brasil.

Pese a la división de la CUT, el resultado de las elecciones es considerado imprevisible.

9-6-87

LA NACION



0704905

0098

EL MUNDO

Montevideo, martes 9 de junio de 1987

# Se propusieron reformas a la Constitución de Brasil

BRASILIA. — Mandato de cuatro años para el presidente José Sarney, cinco años para sus sucesores, la adopción inmediata del parlamentarismo como forma de gobierno y la realización de elecciones presidenciales el día 15 de noviembre de 1988 son los puntos fundamentales del anteproyecto del diputado Egídio Ferreira Lima, del Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB) de Pernambuco, relator de la comisión de organización de poderes y sistema de gobierno de la Asamblea Constituyente, que fue presentado ayer.

El documento prevé la elección de un primer ministro por el Congreso, da al Poder Legislativo el derecho a censurar a todos los ministros (incluidos los militares), y reserva para el presidente el rol de jefe de Estado y supervisor de la administración federal, correspondiendo al premier conducir la política económica y la administración pública.

Al respecto, el líder del gobierno en la Asamblea Nacional Constituyente, diputado Carlos Sant'Anna del PMDB, al término de una entrevista con el presidente Sarney sostuvo que "el proyecto deberá ser rechazado, siendo enmendado por la mayoría de los constituyentes y no contar con la aprobación del presidente Sarney".

Entre tanto, en el Congreso Nacional se registró un día de intensa actividad porque en esta semana comienza a completarse el "nuevo espíritu", la espina dorsal de la futura Constituyente, armonizando las opiniones y tendencias de las 24 subcomisiones.

Otros de los anteproyectos que mereció destacada repercusión y polémicas fue el presentado por el senador Severo Gómez, relator de la comisión de orden económico de la Constituyente, para "redefinir el perfil o papel de la empresa estatal".

En su informe, entre otros de los temas, se destaca el monopolio sobre todo del ciclo productivo y distribución de petróleo, sus derivados y el gas natural, y la intervención del Estado en la economía es definida como de "control y fiscalización de la acción de los agentes económicos".

Los miembros de la comisión de organización de los poderes y sistema de gobierno del Congreso Constituyente tienen plazo hasta el viernes 12 próximo para debatir y votar la propuesta del diputado Ferreira Lima.

El informe final de la comisión, que podrá mantener o alterar la propuesta del relator, será elevado a la comisión de sistematización del Congreso, y recién en el segundo semestre de este año será sometido a debate y votación en el plenario, por parte de los 559 parlamentarios que elaboran la nueva constitución brasileña.

La Constitución actual, heredada de los 21 años de régimen militar y que será reemplazada en los próximos meses por la nueva carta que vote el Congreso, otorgó a Neves y Sarney un mandato de seis años, que expirará en marzo de 1991.

José Sarney, de 57 años, primer presidente civil que tiene Brasil desde 1964, llegó al poder en 1985, a través de las últimas elecciones presidenciales indirectas realizadas bajo el régimen militar y de la muerte del presidente electo Tancredo Neves.

En un reciente pronunciamiento a la nación, Sarney negó poderes al Congreso constituyente para decidir sobre la duración de su mandato, y anunció que gobernaría hasta marzo de 1990.

"Mi mandato es de seis años, yo abdicaré un año antes de mi mandato y lo ejerceré por cinco años. Dejaré el gobierno en 1990, hasta ese entonces, ejerceré plenamente el mandato que me fue confiado", dijo el presidente en su discurso del 18 de mayo pasado, a través de una red nacional de radio y televisión.

## Conflicto

También en la capital, aunque en otro orden, un conflicto por el control de la agencia oficial brasileña de noticias "EBN", se agudizó ayer entre el Ministerio de Justicia —del cual depende la "EBN"— y la Secretaría Especial de Comunicación de la Administración Federal (SECAF), cuya misión es velar por la "imagen" del gobierno del presidente Sarney.

La SECAF fue creada en enero pasado. A su frente fue puesto el periodista Getulio Bittencourt, ex editor del prestigioso diario económico "Gazeta Mercantil", y amigo personal de Sarney.

La tarea encargada a la SECAF fue la de coordinar toda la política de comunicación del gobierno; en forma paralela a la SECAF actúa la Secretaría de Prensa de la Presidencia (SPP), cuyo titular, Antonio Froes Neto es el portavoz del gobierno.

Cuando la SECAF fue creada, se dispuso que cayeran bajo su control la "EBN", la cadena de televisión y radio oficial Radiobras, y Funtevê.



8704913

# Brasil enfrenta problemas energéticos

RIO DE JANEIRO (AFP). - El programa nuclear brasileño que estaba prácticamente paralizado desde principios de 1987 fue aniquilado por el duro plan de austeridad lanzado por el gobierno para contener la inflación galopante y evitar la recesión económica, estimaron los analistas económicos.

El plan incluye la congelación de precios y salarios durante 90 días y el aplazamiento por seis meses de importantes obras públicas, entre ellas la planta nuclear Angra II.

Angra II es la primera de una serie de ocho plantas nucleares de 1300 mw de potencia cada una, para producir energía eléctrica, que según el nuevo cronograma de construcción sería inaugurada en 1992.

La paralización del programa nuclear está causando pérdidas estimadas en más de un millón de dólares diarios, correspondientes a costos financieros de las obras, según el presidente de Nucleobras.

**Retraso en Itaipú**

La planta hidroeléctrica de Itaipú, considerada la mayor obra realizada en condominio por dos naciones latinoamericanas, sufrirá un nuevo retraso en el cronograma de instalación de sus 18 turbogeneradores.

Víctima del duro plan de austeridad anunciado por el gobierno brasileño, la instalación del tercer turbogenerador de la planta hidroeléctrica de Itaipú, que había sido prevista para este año, fue incluida en una lista de obras que serán aplazadas por seis meses.

La obra de Itaipú fue aprobada por los gobiernos de Brasil y Paraguay el 22 de junio de 1966, y nueve años después fueron iniciadas las obras de infraestructura a 11 km al norte de las ciudades de Foz de Iguazú (Brasil) y Puerto Stroessner (Paraguay).

Según el ente estatal brasileño Eletrobras, hasta 1999 la demanda de consumo de electricidad en la región sudeste de Brasil aumentará anualmente en 2.000.000 de kw y será cubierta con la entrada en servicio de las unidades turbogeneradoras de Itaipú.

La inclusión de la instalación de los turbogeneradores de Itaipú en la lista de importantes obras públicas que fueron aplazadas por seis meses en el ámbito del duro plan de austeridad anunciado por el presidente José Sarney, reducirá la capacidad de producción de electricidad para atender el aumento de la demanda de consumo previsto para los próximos años, opinaron los analistas económicos.

874944

01·01

IL: POLEMICA INICIATIVA EN LA ASAMBLEA CONSTITUYENTE

# royecto de "desobediencia" debida

*De aprobarse el anteproyecto elevado por una comisión de la Asamblea Constituyente, los militares brasileños deberán desobedecer toda orden que implique violaciones a los derechos humanos y ningún acusado de asesinato o tortura podrá invocar la obediencia debida como justificación. La iniciativa pertenece al P.M.D.B. Algunos diputados constituyentes adelantaron su oposición al proyecto, que será respaldado por Brizola.*

BRASILIA, 5. (EFE, Reuter y UPI).— La nueva Constitución brasileña podría exigir expresamente, de cualquier militar, una actitud de desobediencia ante toda orden de un superior que implique violación de los derechos de la persona si es que resulta aprobado un anteproyecto elevado en ese sentido por el relator de la comisión de soberanía, derechos y garantías del hombre de la Asamblea General Constituyente, el senador por el oficialista Partido del Movimiento Democrático Brasileño, José Paulo Bisol.

El anteproyecto, como todos aquellos que forman los temas de las incumbencias, funciones y estructura de las fuerzas armadas, comenzó a generar una fuerte polémica en el seno de la Asamblea Constituyente, en la que funciona un poderoso lobby encargado de defender las posturas de los actuales mandos castrenses.

La asamblea —presidida por el diputado Ulysses Guimarães— deberá tratar ahora el anteproyecto en sesión plenaria, en fecha todavía no determinada, antes de ser girado a la estratégica comisión de sistematización, que tendría que redactarlo en forma de proyecto.

"La desobediencia a órdenes superiores que impliquen violaciones a los derechos y libertades de la persona es un deber moral y jurídico de los funcionarios públicos civiles y militares", sostiene el anteproyecto del senador Bisol.

Agrega que "es un crimen cumplir órdenes que violen cualquier derecho de la persona" e insiste en precisar que "la práctica del asesinato y la tortura no libera de culpa alguna a su ejecutor por el justificativo de la obediencia debida".

Fueron precisamente los integrantes del "lobby militar" de la asamblea los que hicieron sentir hoy las primeras voces contrarias al anteproyecto.

Uno de ellos —el coronel retirado y senador Mauro Borges, ahora en el derechista Partido Democrático y Social pese a su pasado de oposición al régimen militar— señaló que "ese anteproyecto otorgaría a cualquier ciudadano autoridad para decidir sobre lo que son o no derechos humanos, lo que podría generar la anarquía".

♦ **Apoyo y reparos**

Las bancadas de los partidos que conforman la oposición de izquierda al gobierno tampoco muestran una posición homogénea frente al tema.

Luis Alfredo Salomão —diputado por el Partido Democrático Trabalhista que lidera Leonel Brizola— anticipó el apoyo de su bancada al anteproyecto, aunque también dejó constancia de sus dudas

Ulysses Guimarães durante una de las sesiones de comisión de la Asamblea Constituyente que preside.

incorporado al nuevo texto constitucional, pueda ser aplicado con valor retroactivo a miembros de las fuerzas armadas acusados de violaciones a los derechos humanos durante el pasado régimen militar.

En relación con estos casos, rige en principio la ley de amnistía de 1979, la que también permitió el retorno a la actividad política de varios de los actuales legisladores procesados en la época por "actividades subversivas".

Para Vladimir Palmeira —diputado por el Partido de los Trabajadores, que presidió el ex líder sindical Luis Ignacio da Silva, "Lula"—, una expresa referencia constitucional a la "desobediencia debida" a órdenes aberrantes "no tiene sentido, porque cada persona debe ser responsable de sus actos en relación con hechos delictivos", aunque aclaró que formulaba esa opinión a título personal.

Este anteproyecto se originó en la comisión de organización de poderes y encuentra en el senador peemedebista José Fogaça

Otro de los anteproyectos que preocupa al "lobby militar" de la constituyente se refiere a la posibilidad de que los ministros de cada una de las fuerzas armadas estén sujetos, como el resto de sus compañeros de gabinete, a sesiones de desconfianza del Congreso.

01·01

8704948

RS

098



*Sería inminente, según los observadores*

# Posible acuerdo de Brasil con el FMI

RIO DE JANEIRO (AFP). – La semana próxima será decisiva para la conclusión de un eventual acuerdo entre Brasil y el Fondo Monetario Internacional (FMI) y un acercamiento con los bancos privados acreedores, estimaron ayer aquí los observadores.

En efecto, se espera que mañana llegue a Brasil una misión del FMI, la segunda en un mes, que estará esta vez acompañada, según el diario A Folha de Sao Paulo, de un representante de los bancos privados, a quienes Brasil no paga los intereses de su deuda desde el 20 de febrero último.

Esta misión, dirigida por Thomas Reichmann, jefe de la división Atlántica del Sur del Fondo, fue invitada a viajar a Brasil por el ministro brasileño de Finanzas, Luis Carlos Bresser Pereira. La delegación se reunirá con el ministro el martes próximo, indicó el diario, que precisó que Pereira recibirá, al mismo tiempo, al representante de los bancos privados, Douglas Smee, presidente del Banco de Montreal.

Desde que Brasil decretó la moratoria del pago de los intereses no hubo ningún contacto oficial entre este país y los bancos acreedores.

Es la inminencia de un acuerdo entre el FMI y Brasil la que incitó a los bancos privados a enviar a un emisario para seguir la evolución de las discusiones entre los dos, subrayó el diario de Sao Paulo.

La conclusión de un acuerdo entre Brasil y el FMI, después de dos años de indiferencia, es prácticamente una realidad, estiman comentaristas locales. Tan sólo una cuestión de retórica, fácilmente superable, los sigue separando, señalaron.

El nuevo plan económico brasileño responde a la exigencia tradicional del FMI, es decir, una disminución de los gastos mediante una reducción del consumo interno, indicaron.

Según la prensa brasileña, este plan recibió una acogida favorable por parte del director general del Fondo, Michel Camdessus, quien por su lado dio un paso en dirección de Brasil y de los países endeudados del Tercer Mundo, reconociendo que las políticas de recuperación financiera de estos últimos no deben hacerse en detrimento del crecimiento.

El ministro brasileño de Finanzas indicó en varias oportunidades que estaba dispuesto a concluir un acuerdo con el FMI, con la condición de que éste no exija una carta de intención ni ejerza una tutela sobre la economía brasileña.

A cambio, Brasil está redactando un plan económico especialmente para el FMI, se recordó. Para los observadores este plan constituirá, en efecto, dicha carta de intención.

Si un acuerdo, aunque sea tácito, interviene en los próximos días con el FMI, éste constituirá de cierta manera el fin del discurso de tono nacionalista que prevaleció en materia económica desde el restablecimiento de la democracia, el 15 de marzo de 1985.

Esa fecha fue la última vez que, en ocasión del cambio de régimen, un ministro brasileño de Economía se reunió con un representante del FMI, hasta la reanudación del diálogo el mes pasado con la llegada de una misión del Fondo, estimaron los observadores.

El acuerdo representará un paso decisivo también para la reapertura deseada por el Gobierno para el capital extranjero. Brasil cuenta principalmente en lo inmediato con un informe favorable del FMI sobre su economía destinado al Club de París.

16

01-01

8704984 .

R> 098

# Condiciones de Brasil para reanudar los pagos

LA PRENSA 16-6-87

Río de Janeiro, 15 (UP) – Brasil reanudará los pagos de su deuda externa de 111.000 millones de dólares si los bancos privados bajan sus tasas de interés y conceden al país nuevos créditos por valor de 7.300 millones de dólares este año y el próximo, anunció el ministro de finanzas, Luis Carlos Bresser Pereira.

Brasil suspendió en febrero los pagos de su deuda externa a la banca privada internacional, que representa dos tercios del total.

Muchos bancos estadounidenses han declarado lucros menores y aumentado sus reservas en previsión e posibles pérdidas.

Bresser Pereira anunció anoche, en trasmisión televisada a todo el país, que Brasil pretende negociar con la banca sobre la base de dos puntos fundamentales:

–Créditos por el valor de 7.300 millones de dólares en intereses de medio y largo plazo, incluyendo el total de los intereses no pagados este año y poco más de un 50 por ciento de los de 1988.

–Renegociación de los intereses de los créditos, reduciendo el "spread" a "por lo menos los pagados por México y Argentina, de 13/16 del uno por ciento" sobre el libor, la tasa de intereses interbancarios de Londres.

"Si logramos firmar contratos de refinanciación de los intereses al punto que nuestra balanza de pagos necesita, este y el próximo año, y logramos refinanciar la deuda principal con un período de gracia y 20 años para pagar, naturalmente reanudaremos los pagos con mucha satisfacción", dijo Bresser Preira.

## Plan económico

El ministro informó también que está concluyendo un plan económico a largo plazo para complementar el anunciado por el gobierno el viernes pasado, que incluyó un congelamiento de precios por 90 días, que debatirá con representantes del Fondo Monetario Internacional el próximo lunes.

Bresser Pereira anunció también que Brasil abandonará su política de no aceptar ningún tipo de acuerdo con el FMI, que mantuvo durante los últimos dos años.

Sin embargo, el país continúa rechazando firmar cartas de intenciones formales con el FMI, o visitas trimestrales de equipos de esa entidad para verificar el desempeño de su economía.

"Si ellos (el FMI) elaboran un informe positivo (basado en el plan), podrán decir que eso es equivalente a una carta de intención", dijo Bresser Pereira.

## Propósito con el FMI

Interrogado sobre si Brasil desea llegar a un acuerdo con el FMI para obtener un nuevo crédito "stand by" sin las formalidades habituales, el ministro dijo que "es más o menos eso, no veo nada de malo en este tipo de acuerdo".

"Si logramos un buen acuerdo con el FMI, las cosas serán más fáciles con los demás acreedores", señaló.

El ministro destacó que en su opinión, el punto fundamental es que actualmente el Brasil está elaborando un plan de acuerdo con sus necesidades para después debatirlo con el FMI, al contrario de lo que ocurrió en 1982-1984, cuando el país se limitó a seguir las recomendaciones de esa entidad.



8704986

ARCHIVAR EN: Brasil (098)

TEMA: 125 fórmulas para Concreto
12 integración económica.

PROCEDENCIA: LA NACION 25/5/87

ARCHIVADO EN: ARGENTINA (084)

01·01 8704989

# Recibió José Sarney a Felipe González

Brasilia, 15 (ANSA, EFE y UP) – El presidente del gobierno español Felipe González llegó hoy a Brasilia, donde fue recibido por el presidente José Sarney, a quien expresó su confianza en la recuperación de la democracia y la economía brasileñas en una conversación que mantuvieron en el palacio del Planalto, la sede presidencial.

Tras escuchar los himnos nacionales de los dos países, ambos presidentes pasaron revista a las tropas de los Ejércitos de tierra, mar y aire, que les rindieron honores. Se escucharon al fondo las salvas de ordenanza.

El presidente González saludó posteriormente a todos los miembros del gobierno brasileño.

La etapa iniciada hoy en la moderna capital brasileña es oficial, después que el sábado el "premier" español desembarcara en Salvador (Bahía, cuna de la cultura afrobrasileña, en el nordeste), como un turista más.

Acompañan al ilustre visitante, además de su esposa Carmen, los ministros de relaciones exteriores, economía, hacienda y cultura, más de un grupo de empresarios.

Mañana González visitará el Congreso Nacional, la Asamblea Nacional Constituyente, el Supremo Tribunal Federal (STF) y mantendrá otra reunión de trabajo con el presidente Sarney, oportunidad en que serán definidos diversos proyectos y firmada una declaración conjunta.

El miércoles, en Río de Janeiro, el primer ministro mantendrá un encuentro con el gobernador Wellington Moreira Franco y otro con intelectuales y artistas brasileños, para visitar luego San Pablo, donde se reunirá con empresarios y representantes industriales.

## Confianza en Brasil

En su visita al Brasil, Felipe González manifestó su confianza en el futuro del Brasil y reiteró su confianza en el fortalecimiento de las relaciones económicas y culturales entre los dos países.

González reiteró que en toda democracia, especialmente aquellas que surgen después de un largo periodo dictatorial, existen reacomodaciones y que tanto los militares como los políticos no deben temer a esas reacomodaciones, que a veces involucran huelgas y movimientos propios de los pueblos que poseen medios para expresarse.

El Brasil y España mantienen un intercambio anual de unos 600 millones de dólares, que ha representado un elevado superávit para los brasileños durante los últimos años.

Ese saldo significó una suma de 2.000 millones de dólares en los últimos cuatro años.

Diplomáticos españoles han manifestado su esperanza de llegar a un entendimiento en sentido de aumentar sustancialmente el actual intercambio y disminuir el desequilibrio, considerado "escandaloso".

Las autoridades brasileñas han expresado su voluntad de superar ese problema y acceder a la compra de productos españoles, en especial bienes de capital, cuya demanda ha sido identificada en el Brasil en los sectores de trasporte (locomotoras y barcos para el trasporte de sustancias químicas), máquinas herramienta y máquinas textiles.

España cumple también un programa de capacitación de técnicos brasileños para irrigación en la pobre región noreste del país y procura ampliar esa cooperación, que podrá traducirse también en la venta de equipos.

El Brasil, uno de los países más ricos del mundo, atraviesa en este momento la peor crisis económica del siglo, con una deuda externa superior a los 110.000 millones de dólares. Precisamente la semana pasada el gobierno brasileño extremó aún más las medidas económicas, congelando salarios y precios durante 90 días como máximo para contener la inflación.

01 · 02

8704995

FELIPE GONZALEZ, EN BRASIL

# "La democracia en América latina es irreversible"

*El presidente del gobierno español, Felipe González, quien comenzará hoy una visita oficial a Brasil, concitó expectativas en el país por sus entrevistas con el presidente José Sarney y la Comunidad Económica. El premier afirmó ayer que es inevitable la consolidación democrática en América latina.*

SALVADOR, Brasil, 14 (EFE). — "Los procesos democráticos que se afianzan de forma paulatina en los países iberoamericanos son irreversibles", afirmó ayer el presidente del gobierno de España, Felipe González, en Salvador, la capital del estado brasileño de Bahía.

En el segundo día de visita a Brasil, González subrayó que lo más prometedor que ocurre actualmente en Latinoamérica en su conjunto "es el afianzamiento de los gobiernos democráticos y pluralistas".

Reveló que el principal mensaje que trae a Brasil, en representación del gobierno y pueblo español, es que "todo país se construye con el esfuerzo y confianza en el éxito".

Agencia Reuter

El premier español, Felipe González, toma una fotografía en el centro turístico de Salvador, en Brasil.

El jefe del gobierno español iniciará mañana su visita oficial en Brasilia para entrevistarse con las principales autoridades políticas y económicas de Brasil, que tiene una población de 130.000.000 de habitantes y 8.500.000 kilómetros cuadrados y del que —dijo— "más que un país es un continente".

◆ Expectativa

La presencia de González en Brasil ha generado la expectativa de todos los sectores representativos de esta nación, que pasa por una difícil situación económica y cuando el gobierno del presidente José Sarney decidió aplicar el pasado viernes nuevas medidas a la economía para contener el avance de la hiperinflación.

Pese a haber cumplido una agitada actividad política y diplomática en España la pasada semana, tras la celebración de elecciones municipales, del Parlamento Europeo y de las regiones autónomas, y mantener reuniones con el primer ministro de Japón, Yasuhiro Nakasone, en Madrid, González mostró a los brasileños jovialidad y optimismo sobre el futuro de Latinoamérica.

El presidente González expresó su convencimiento sobre el potencial socioeconómico brasileño y aseguró que este país "tiene tanto futuro que es como un continente en marcha".

◆ Coyuntura

Declaró que "Brasil visto desde fuera es un pa[illegible] joven y con dificultade[illegible] mas dificultades de coyun[illegible] tura y no de perspectiva [illegible] futuro".

Afirmó que la democr[illegible] cia española no debe [illegible] puesta como un ejemp[illegible] para Brasil, aunque an[illegible] que es interesante el int[illegible] cambio de experiencias [illegible] esa área entre los dos p[illegible] ses.

El presidente español [illegible] jo que "Brasil cuenta c[illegible] una importante elite de d[illegible] rigentes políticos, por [illegible] que España no puede [illegible] ubicada como un ejemp[illegible] a seguir por este país [illegible] damericano".

Se refirió igualmente [illegible] la importancia de la elab[illegible] ración de una constituci[illegible] política del estado de co[illegible] senso, en momentos en q[illegible] el Congreso brasileño est[illegible] día la nueva Carta Magn[illegible] y que "lo ideal es que [illegible] un documento jurídic[illegible] donde todos se sientan [illegible] gusto, antes que infalu[illegible] tualmente perfecto".

Consultado por los perí[illegible] distas sobre el resultado [illegible] las elecciones españolas [illegible] la posición actual del g[illegible] bernante Partido Socialis[illegible] ta Obrero Españ[illegible] (PSOE), respondió que "[illegible] política es preciso sab[illegible] subir y bajar con sentid[illegible] crítico y sacar conclusio[illegible] nes importantes sobre [illegible] origen de esos hechos p[illegible] líticos".

02-02

8704995

09

ARCHIVAR EN: Brasil (098)

TEMA: Alfonsín y Sarney tratarán planes de integración

PROCEDENCIA: LA NACIÓN 12/6/87

ARCHIVADO EN: Argentina (084)

8704999

01-01

VUELVEN LAS MISIONES TECNICAS

# Presenta Brasil un programa al F.M.I.

*Después de varios meses de distanciamiento, hoy empieza en Brasil una visita del Fondo Monetario Internacional. Brasil presentará un plan de apertura económica, radicación de capitales externos y fomento a las exportaciones según el modelo del sudeste asiático, afirmó la revista "Istoé". Con el F.M.I. de acuerdo, Brasil accedería nuevamente al crédito internacional.*

BRASILIA Y SAN PABLO, 22 (EFE y Reuter). — Mañana se iniciará la visita de una misión del Fondo Monetario Internacional a Brasil, hecho que reanudará las relaciones de ese país con el organismo, ya que desde la asunción del gobierno de José Sarney, con el ministro de Hacienda Dilson Funaro reemplazado hace un par de meses, Brasil solo había tenido una relación "reglamentaria" como miembro del F.M.I. pero sin contactos en la práctica. Brasil negoció directamente con sus bancos acreedores e, inclusive, en febrero último declaró una moratoria para gran parte de su deuda.

La misión, encabezada por Thomas Reichmann, jefe de la División del Atlántico, permanecerá hasta el 30 de junio, donde conversará con el sucesor de Funaro, Luis Bresser Pereira, quien al asumir expresó la voluntad de reanudar las tratativas con el Fondo.

Bresser Pereira ha implementado además una serie de modificaciones en el programa económico brasileño que había ideado Funaro y que había entrado en una fase conflictiva. Hace unos días, el presidente Sarney anunció un plan de austeridad y congelamiento de precios, y en su última edición la revista "Istoé" informa que Brasil resolvió abrir sus fronteras al capital extranjero para garantizar un crecimiento anual del 5 por ciento en el marco de un plan que significa el "pasaporte al F.M.I."

En efecto, la apertura de la economía, la austeridad, los ajustes salariales y el énfasis puesto en las exportaciones son algunos de los mecanismos que postula el Fondo y que Brasil parece querer implementar ahora.

♦ **Como Taiwan**

Según "Istoé", una prestigiosa revista paulista, el plan económico propone la implantación de "zonas de procesamiento para exportación" que se convertirán en "paraísos de libre comercio abiertos al capital del exterior y que funcionarán como plataformas de exportación similares a las existentes en Taiwan, Corea del Sur, Singapur y Hong Kong".

Dice el informe que esas zonas tendrán entradas y salidas de capital absolutamente libres, aunque en una proporción de tres a uno favorables a las exportaciones. Además de agregar un valor mínimo de insumos nacionales a bienes producidos para evitar la simple reventa de materias primas.

A su vez, la revista Veja dice que con el plan Brasil busca un acuerdo con el F.M.I. que le permita normalizar la captación de divisas, congelada tras la declaración de moratoria.

Agrega que, en caso de suscribirse un acuerdo con el F.M.I., Brasil puede obtener una refinanciación de 1.300 millones de dólares de ese organismo, si es que aprueba el programa económico.

♦ **La misión**

Bresser Pereira asumió la conducción de la política económica dispuesto a "conversar" con el F.M.I., aunque bajo advertencia de que Brasil no admitiría interferencias en la elaboración de su nuevo programa económico, ni recomendaciones de carácter recesivo.

El ministro recibió aquí en mayo a una primera misión del F.M.I., pero postergó las decisivas conversaciones hasta la conclusión de su plan macroeconómico, que está listo para ser sometido a consideración del presidente Sarney, dijeron hoy las fuentes consultadas.

Bresser Pereira anticipó algunos de los objetivos de su programa de consistencia macroeconómica y dijo que el país pretenderá mantener este año un crecimiento del 3,5 por ciento frente al 8,3 registrado en 1986.

CLARIN ★ Buenos Aires, martes 23 de junio de 1987

87 05002

01·01

RS
BRASIL

038



# Brasil creará zonas francas para industrias exportadoras

*Brasilia, (UPI)— La nueva política industrial que será adoptada en Brasil se basa en una mayor libertad a las empresarios y atraer capitales extranjeros e incluye la creación de zonas industriales autónomas dedicadas a la exportación, reveló el ministro de Industria y Comercio, Hugo Castelo Branco, encargado por el presidente José Sarney de elaborar la nueva política, el funcionario reveló los puntos básicos de sus planes en una entrevista publicada ayer por el diario "O Globo".*

*"Para nosotros, que somos un país en desarrollo, que somos pobres, es fundamental no crear dificultades al capital extranjero. Tenemos que perder un poco los prejuicios en contra del capital extranjero", sostuvo.*

José Sarney

*Castelo Branco afirmó que una de las principales medidas para atraer nuevos capitales es la creación de zonas autónomas dedicadas a la exportación, similares a las de países del sudeste asiático, como Taiwán, Malasia y Singapur.*

*"Serán áreas independientes de nuestra economía, con leyes fiscales y, cambiales, propias", reveló el ministro. "Sus principios básicos son: saldo comercial siempre positivo, producción destinada a la exportación y niveles mínimos de valor agregado."*

*Estas zonas serían implantadas en las regiones menos desarrolladas del país y cercanas a grandes puertos, según el ministro.*

*Refiriéndose a la mayor libertad de acción que el gobierno pretende conceder a los empresarios, el ministro afirmó que serán eliminados varios obstáculos burocráticos.*

01·01

8705089

ARCHIVAR EN: Brasil (058)

TEMA: Pase de Informes N° 227/ET/87
(Ref. V Congreso del M.E.E.)

PROCEDENCIA: Apto III 6/7/87 Doc. 0963/87

ARCHIVADO EN: P.E.I (084)

01·01 8705155 .

ARCHIVAR EN: Brasil (098)

TEMA: Parte de Informes N° 263/EI/87 (Ref. Juan de Dios Parra Sepúlveda - Roberto Vial.

PROCEDENCIA: Dpto III 20/7/87 Doc. 1051/87

ARCHIVADO EN: D.E.I (084)

01·01

8705187

ARCHIVAR EN: Brasil (098)

TEMA: Parte Especial de Información (I) Nro. 580/BE/987. (Ref.) a contrabando de oro y armas y municiones en las fronteras del Brasil.

PROCEDENCIA: EME 17/7/87 Doc. 1041/87

ARCHIVADO EN: P.E.I (084)

8705189

01·01

# LA PARABOLA DE LA MORATORIA

Pocos días antes de finalizar abril, la tasa de inflación mensual de Brasil superaba el 15%, un índice similar al que determinó la adopción del Plan Cruzado en febrero del año pasado. Los cuatro meses de agonía de la nueva orientación económica tocaban a su fin y con ella concluía, aparentemente, la carrera política de su inspirador. El 26 de abril el ministro de Hacienda, Dilson Funaro, decidió abandonar los esfuerzos para seguir en el cargo y presentó su dimisión al presidente José Sarney.

En realidad, la cuenta regresiva había comenzado en diciembre. Para esa época, los *milagrosos* éxitos del Cruzado se habían volatilizado, los precios se dispararon y las tasas de interés se colocaron cerca del 1.000% anual. El crecimiento del Producto Bruto Interno del 8%, del empleo industrial en un 10% y del consumo en un 19% durante 1986, se transformaron en una parálisis notable de la producción y del consumo. Las reservas externas del país se agotaron progresivamente ante el fuerte incremento de las importaciones, hasta reducirse a unos 3.000 millones de dólares, lo que colocó a Brasil al borde de la suspensión de pagos.

En ese contexto, Funaro tomó la decisión de declarar la moratoria de la deuda externa con la banca privada. Más allá de la connotación política que se le dio al tema, la medida no fue más que el reconocimiento de la imposibilidad de seguir girando fondos al exterior debido a la bancarrota de las reservas. Precisando el carácter de la posición adoptada, el presidente del Banco Central señaló que *"suspendimos los intereses de la deuda de mediano y largo plazo, pero continuamos remitiendo dividendos y capital, continuamos pagando a las agencias internacionales, al Banco Mundial, al BID, al FMI. O sea, hicimos una suspensión específica, lo cual no significa que entremos en moratoria"*.

A pesar del alcance limitado de la medida, la banca internacional y el sector más concentrado del empresariado brasileño –industriales y financistas de San Pablo– pidieron la salida de Funaro. A principios de abril, el presidente Sarney daba parcial satisfacción a esta exigencia retirando al ministro de Finanzas de las negociaciones sobre la deuda. Pero el paso más espectacular y definitivo fue el pronunciamiento de los gobernadores de San Pablo, Minas Gerais y Río de Janeiro solicitando la remoción del otrora super-ministro. La situación se hizo insostenible y la declinación de Funaro se concretó sin que éste diese explicaciones sobre las razones de su retiro.

La designación de Luiz Carlos Bresser Pereira como nuevo titular del área económica excusa a Funaro de tener que explicarse. Hombre estrechamente ligado a los industriales de San Pablo, Bresser Pereira comenzó su gestión declarando que instrumentará *"un plan muy parecido al recomendado por el Fondo Monetario Internacional, con metas mensuales y trimestrales de recuperación financiera"*. Contrario a todo tipo de veleidades *antiimperialistas* al estilo de su antecesor, Bresser sostiene que el objetivo principal debe ser recuperar un superávit comercial de 9.000 millones de dólares para hacer frente al pago de los intereses de la deuda a mediano plazo. Rápidamente, el nuevo ministro ha tomado la primera medida en este sentido, disponiendo una devaluación del cruzado en un 8,4% para favorecer las exportaciones, al tiempo que anunció aumentos de precios de entre 20% y 110% para los productos de primera necesidad, con el propósito de recomponer la tasa de ganancia de los empresarios.

Ante esta nueva política económica que –según Bresser– busca *"una fórmula que sea favorable para Brasil y para los acreedores"*, no es sorprendente que la banca internacional vea con buenos ojos la designación del nuevo ministro. La tarea que se ha impuesto Bresser es la de reconducir a Brasil a las negociaciones con el FMI y para ello necesita modelar una política económica centrada en el control de las variables monetarias, de la demanda y de los salarios. En otras palabras, Brasil se encuentra en los comienzos de un duro ajuste a la medida de las exigencias de los acreedores externos y esto no dejará de tener consecuencias importantes sobre el cuadro político del país.

ANGEL JOZAMI

01·01

B705243

RS
BRASIL

098

# El "Nimitz" en las costas brasileñas

Río de Janeiro (ANSA) – Rodeado del mayor sigilo estuvo anclado en las últimas horas a tres millas de la costa del puerto de Recife, región nordeste del país, el portaviones nuclear "Nimitz", de la Armada de Estados Unidos, equipado con el armamento más moderno de guerra de las Fuerzas Armadas norteamericanas y se dirigía ayer hacia el puerto de Río de Janeiro.

Observadores señalaron que su presencia en aguas territoriales brasileñas fue solicitada por la Marina brasileña para una operación conjunta entre los dos países.

Indagado el comandante del la Capitanía de Puertos de Recife, Francisco Santoro, confirmó la presencia del "Nimitz", afirmando desconocer detalles de la misión del portaviones el cual estaría "en ejercicios".

La nave no habría cumplido las formalidades habituales de atracar en el puerto de Recife debido a su gran porte.

La Prensa 9/6/87



8705248

BRASIL
PS
098

# Pronostican una peruca del poder adquisitivo

RIO DE JANEIRO, 14 (UPI). — Las medidas antiinflacionarias adoptadas por el presidente brasileño José Sarney lucen como buenas noticias para los banqueros internacionales, preocupados por la deuda de casi 111.000 millones de dólares, y como malas noticias para los trabajadores, según dijeron hoy políticos y economistas.

El viernes Sarney impuso un congelamiento de precios y salarios por 90 días, además de restricciones al gasto gubernamental. La meta es reducir la inflación que ha llegado a más de 1.000 por ciento anual.

También hubo una devaluación de 9,5 por ciento en el cruzado para estimular las exportaciones y así ayudar a pagar a los banqueros foráneos.

Roberto Campos, destacado senador y economista liberal, dijo que las nuevas medidas de Sarney deberían facilitar una solución del problema de la deuda porque son similares a las políticas que hubiera indicado el F.M.I.

"Es tal como si hubiéramos recurrido al F.M.I.", explicó Campos.

Sarney afirmó que el nuevo congelamiento funcionará porque es por un tiempo limitado y a él seguirá "una flexibilidad de precios controlada" y pidió el apoyo del público.

Pero muchos economistas indicaron que mientras que el año pasado los asalariados tuvieron una ganancia de poder adquisitivo, este año sufrirán una severa reducción.

"La congelación de precios oculta un ajuste fiscal y monetario, con prioridad para las exportaciones y una pérdida del poder adquisitivo interno", dijo Celso Ming, un economista cuyas notas se publican ampliamente.

Sarney dijo que parte de esta pérdida se recuperará, pero solo una vez que haya terminado la congelación.

Hasta entonces, los economistas estiman que los asalariados perderán hasta un tercio del poder adquisitivo de sus remuneraciones.

"Estas medidas serán una matanza para los asalariados", aseguró Renato Barata, presidente del Sindicato de Bancarios de Río, en tanto Walter Barelli, presidente del mayor instituto de investigación laboral en el país, dijo que se trata de "la mayor depresión de salarios que jamás haya visto Brasil".

01-01

87052501

## nta el 22,1% del total

# Crece el intercambio comercial con el Brasil

importancia comercio ex- uay es lo que a de la infor- mento divul- U en relación comercial del rior de acuer- públicas y eco-

semestre de ll fue el 20,8% iones uruguas- nes de dóla- o el 24,0% de nes del país l; en total, el mercial con el nta entre la nda parte del rior del Uru-

indicadores ress ver cuál ncia del Bra- nente del co- del país, per- lo que se re- ntaciones. En se adjuntan el aumento al Brasil (del ner semestre) del crecimien- aciones tota- mento de las desde el va- del 51,7% en-

tre enero y junio), representan el 96,8% del total de compras al exterior. Excluyendo a las importaciones de petróleo, dicha participación se reduce al 62,2%.

Es decir que si bien la importancia relativa del Brasil en el intercambio comercial del Uruguay es elevada, más trascendente aún es su participación relativa en el incremento del comercio exterior del país que se viene verificando mes a mes.

La importancia de este hecho radica en que la particular coyuntura que atraviesa el país vecino, con un plan de estabilización que no está dando los resultados esperados, hace pensar que no resulta conveniente (de acuerdo a un elemental criterio conservador) el estrechamiento de vínculos con una economía que en cualquier momento puede hacer crisis. Esto es coherente con la apreciación realizada reiteradamente por el presidente del BCU en el sentido de atribuirle un carácter transitorio a una parte del shock externo favorable que está recibiendo el país. Esto es así sin dudas en el caso de la incidencia sobre la economía uruguaya, de la actual política brasileña de estabilización.

### ■ El resto del mundo

En cuanto a la evolución del comercio con el resto de los países o regiones, también se han registrado cambios cuantitativos que en algunos casos tienen claras causas cualitativas.

Tal es el caso de las exportaciones a los EE.UU., que se mantuvieron en valores absolutos en el mismo nivel que un año atrás pero que al crecer el total exportado por el Uruguay, cayeron en términos relativos en ese total. La explicación de este hecho se encuentra en la pérdida de competitividad de los productos nacionales que es consecuencia del deterioro relativo del tipo de cambio real con ese país. En este sentido, aparece como contradictoria la reducción de las importaciones desde los EE.UU.

En cuanto a la Argentina, las exportaciones uruguayas crecieron en menor proporción que hacia el resto del mundo (20,7%); cabe indicar que el país vecino presenta actualmente un nivel de importaciones bajo en términos históricos. En cambio las compras de bienes argentinos por el Uruguay aumentó un 43,1% lo que implica un saldo comercial creciente desfavorable con aquel país.

También era previsible el incremento de las exportaciones hacia los países de Europa occidental, con los que ha mejorado el tipo de cambio real del Uruguay como consecuencia de la depreciación del dólar frente a sus monedas. Las ventas uruguayas hacia esos mercados crecieron alrededor de 60%. En tanto, las importaciones desde esos países crecieron promedialmente en algo menos del 10%.

Finalmente, corresponde señalar que disminuyó en forma importante el intercambio con los países de Europa oriental y los restantes continentes tanto en materia de exportaciones como de importaciones. En la mayoría de estos casos, la causa de ello se encuentra en la caída del precio internacional del petróleo.

**EXPORTACIONES POR ZONAS GEOGRAFICAS Y ECONOMICAS**
**PRIMER SEMESTRE**

| | 1985 | 1986 | Var. % | Var. abs. | Incidencia |
|---|---|---|---|---|---|
| Total | 378,6 | 462,4 | 22,1 | 83,8 | 100,0 |
| América | 154,6 | 201,3 | 30,2 | 46,7 | 55,7 |
| ALADI | 102,5 | 147,4 | 43,8 | 44,9 | 53,6 |
| Argentina | 30,5 | 36,8 | 20,7 | 6,3 | 7,5 |
| Brasil | 58,8 | 95,4 | 68,0 | 36,6 | 43,1 |
| EE.UU. | 48,2 | 48,1 | -0,2 | -0,1 | -0,1 |
| Otros | 3,9 | 5,8 | 48,7 | 1,9 | 2,3 |
| Europa | 127,0 | 168,4 | 32,6 | 41,4 | 49,4 |
| MCE | 71,8 | 115,5 | 60,9 | 43,7 | 52,1 |
| AELC | 9,6 | 15,3 | 59,4 | 5,7 | 6,8 |
| Europa Oriental | 42,5 | 31,1 | -26,8 | -11,4 | -13,6 |
| España | 2,8 | 5,1 | 82,1 | 2,3 | 2,7 |
| Otros | 0,3 | 1,4 | 366,7 | 1,1 | 1,3 |
| Otros | 97,0 | 92,7 | -4,4 | -4,3 | -5,1 |

**IMPORTACIONES POR ZONAS GEOGRAFICAS Y ECONOMICAS**
**PRIMER SEMESTRE**

| | 1985 | 1986 | Var. % | Var. abs. | Incidencia |
|---|---|---|---|---|---|
| Total | 334,8 | 365,7 | 9,2 | 30,9 | 100,0 |
| América | 159,8 | 216,8 | 35,5 | 56,8 | 183,8 |
| ALADI | 121,9 | 186,2 | 52,7 | 64,3 | 208,1 |
| Argentina | 39,2 | 56,1 | 43,1 | 16,9 | 54,7 |
| Brasil | 57,8 | 87,7 | 51,7 | 29,9 | 96,8 |
| EE.UU. | 31,9 | 25,8 | -19,1 | -6,1 | -19,7 |
| Otros | 6,0 | 4,6 | -23,3 | -1,4 | -4,5 |
| Europa | 96,2 | 76,6 | -20,4 | -19,6 | -63,4 |
| MCE | 53,3 | 59,3 | 11,3 | 6,0 | 19,4 |
| AELC | 8,8 | 13,1 | 48,9 | 4,3 | 13,9 |
| Europa Oriental | 29,4 | 4,0 | -86,4 | -25,4 | -82,2 |
| España | 4,5 | 0,1 | -97,8 | -4,4 | -14,2 |
| Otros | 0,2 | 0,1 | -50,0 | -0,1 | -0,3 |
| Otros | 78,8 | 72,5 | -8,0 | -6,3 | -20,4 |

# Sindicalismo brasileño en dura lucha electoral para definir su futura política

SAN PABLO. — Las dos mayores centrales sindicales brasileñas disputan desde ayer una elección que podrá cambiar la correlación de las fuerzas gremiales en el país y las relaciones entre los trabajadores y el gobierno.

Hasta el jueves próximo, unos 80.000 de los 120.000 afiliados elegirán el nuevo directorio del sindicato de metalúrgicos de San Pablo, considerado el mayor de América del Sur, representando a 370.000 trabajadores y con presupuesto equivalente a 4:750.000 dólares para 1987.

Los comicios se realizan bajo un fuerte esquema de seguridad —que moviliza a 600 soldados de la policía militar— destinado a evitar incidentes similares a los ocurridos en 1984, cuando enfrentamientos entre partidarios de grupos rivales dejaron un saldo de 47 heridos.

Según fuentes gremiales, el resultado de las elecciones de este año podrá determinar una alteración en la actual correlación de fuerzas entre la izquierdista Central Unica de Trabajadores (CUT) y la moderada Central General de los Trabajadores (CGT) que desde hace dos décadas comanda el sindicato de metalúrgicos de este estado industrial.

Dos de los tres candidatos a la presidencia están ligados a la CUT: Lucio Bellentani y Carlucio Castamho. El postulante oficialista es el presidente interino del sindicato, Luiz Antonio de Medeiros.

Según los observadores, el resultado de esas elecciones determinará también el futuro de las relaciones entre los sindicatos y el gobierno del presidente José Sarney, en momentos de grave crisis económica, caracterizada por una tasa inflacionaria del mil por ciento anual y por claros síntomas de recesión.

Al contrario de la CGT, que mantiene una posición abierta a la negociación con el gobierno, la CUT adopta una estrategia dura, expresada en un documento aprobado en la noche del domingo y en el que anunció el inicio de una movilización en protesta contra la crisis económica, que deberá culminar con la convocatoria de una huelga general en el segundo semestre de este año, posiblemente en agosto próximo.

Según el documento aprobado por 227 dirigentes sindicales de 22 de los 23 estados federados brasileños, la jornada nacional contra la recesión y por los derechos de los trabajadores "tiene por objetivo politizar las movilizaciones y organizar los sectores involucrados en torno a la propuesta de huelga general".

La CUT dijo que el gobierno Sarney atraviesa actualmente por "una crisis de legitimidad y credibilidad", y practica "una política de desempleo, de compresión salarial y de ampliación de la miseria".



0705442

BRASIL

058

180682

## Frente común con productores uruguayos

# Congreso brasileño sobre economía arrocera

*Con la presencia de numerosas delegaciones de productores norteños, se realizó en la ciudad fronteriza de Santa Vitoria do Palmar el XXIV Congreso Estadual de Economía Arrocera que contó, además, con la presencia de un importante núcleo de productores uruguayos.*

**CHUY.** (Por nuestro corresponsal Julio Dorneb).— Durante tres días, diversas comisiones analizaron con las autoridades correspondientes variadas temáticas del quehacer arrocero, entre las que podemos destacar la política de producción, investigación agropecuaria, electrificación y telefonía rural, tecnología de la producción, industrialización y comercialización.

Ha creado también enorme expectativa la posibilidad de crear un frente común de integración entre los productores uruguayos y brasileños de la cuenca de la laguna Merín.

Por su parte, el representante del Ministerio de Agricultura norteño, Tonio Vicentainer, manifestó a La Mañana que el objetivo básico de nuestras luchas en estos congresos, está relacionado directamente con el hambre que azota actualmente a la humanidad.

El Gobierno brasileño hace llegar a este congreso su palabra de estímulo y de confianza, a los efectos de que los productores tengan el reconocimiento oficial por el trabajo que están realizando".

En materia de integración fronteriza hemos observado con simpatía algunas medidas encaminadas por las autoridades locales en beneficio de los productores, al solucionar en forma efectiva diversos problemas de almacenamiento y transporte.

Debemos buscar las mejores soluciones para [illegible] a pensar si la balanza comercial favorece a Uruguay o a Brasil, sino haciéndolo en función de superiores intereses.

### UN PELIGROSO ENDEUDAMIENTO

Por su parte, el Presidente del Instituto Riograndense del Arroz, Marco Antonio Rotta, señaló que "la situación actual de la producción arrocera del Estado pasa por una etapa de peligroso endeudamiento que no siempre se puede resolver mediante el mecanismo del precio.

"Para este problema se debe buscar una línea de crédito especial que permita consolidar las deudas, distribuyéndolas en [illegible] de tiempos en términos de agricultura.

Es evidente que esta solución debe venir del Gobierno, puesto que ninguna nación del mundo puede darse el lujo de abandonar a su propia suerte las plantaciones de arroz, tanto de Brasil como de Uruguay, que son altamente tecnificadas.

Los grandes problemas que enfrentamos en la actualidad están relacionados con los subsidios que otorga el Mercado Común Europeo, sin posibilidades de poder competir con nuestro incipiente mercado latinoamericano".

El Intendente fronterizo Dr. José Luis Patela destacó la importancia del congreso manifestando que "la agricultura en nuestro país pasa por un momento muy difícil, por estar relegada a último plano, como sucede en otros países. Por este motivo el congreso pretende analizar los problemas para presentarlos en forma prioritaria a las autoridades nacionales, para que comprendan mejor nuestras angustias, nuestras dificultades y las propuestas que estamos reclamando.

Estamos reclamando hace mucho tiempo la aplicación de un paquete financiero con un capital de giro que permita pagar en tiempo prudencial, y con intereses módicos, el endeudamiento que soporta actualmente el sector arrocero", finalizó diciendo.

## Captura de merluza y calamares en el Sur

# Pesca: acuerdo Argentina-Bulgaria

Argentina y Bulgaria pusieron en marcha los acuerdos suscritos por ambos países para la pesca de altura en aguas del Atlántico Sur próximas a las islas Malvinas, informó el Ministerio de Economía argentino.

**BUENOS AIRES.** *(EFE).*— Los buques búlgaros Fizalia, Argonaut y Rotalia comenzarán este fin de semana a faenar para capturar merluza y calamar al sur del paralelo 46, dentro de las 200 millas de las costas argentinas.

El acuerdo entre Argentina y Bulgaria firmado en 1986 establece que los pesqueros búlgaros deben emplear las mismas artes de pesca que los de bandera argentina y embarcar a tripulantes de esa nacionalidad.

También prevé un contrato de asociación de capitales de riesgo (Joint Venture) de los armadores búlgaros con sus colegas argentinos, que incluye la transferencia de tecnología.

Se trata de un convenio complementario al que suscribieron a mediados del año pasado Argentina y la Unión Soviética para faenar 180.000 toneladas de pescado en la misma región del Atlántico Sur, en vigor desde el pasado 23 de mayo.

El área de pesca cedida por Argentina a la URSS y Bulgaria se superpone en el extremo sur del continente sudamericano con la zona económica exclusiva de 200 millas marinas declarada unilateralmente por Gran Bretaña en torno a las islas Malvinas, en vigor desde el 1º de febrero pasado.

Esta región, donde operan al menos 300 pesqueros de once países, entre ellos de España, Polonia, Japón y Taiwan, es objeto de intensos patrullajes de naves artilladas argentinas y británicas, sin que hasta el momento se haya producido incidente

01-01

8705472

BS
Brasil
098

30/08 al
06/11/86
Búsqueda

# Uruguay y Brasil signaron los nuevos acuerdos del PEC y ALADI

*Los embajadores de Uruguay y Brasil ante la Asociación Latinoamericana de Integración (ALADI), Gustavo Magariños y Simas Magalhaes, suscribieron la documentación definitiva que consolida las últimas modificaciones introducidas en el Protocolo de Expansión Comercial (PEC). Las disposiciones tienen carácter retroactivo al 1º de octubre.*

*La documentación recoge los acuerdos establecidos en oportunidad de entrevistarse los presidentes Julio María Sanguinetti y José Sarney, las cláusulas del acuerdo original que no fueron modificadas y el resultado de negociaciones posteriores que establecen los requisitos de origen que corresponden a cada uno de los productos incluidos en los listados.*

*Unas jornadas antes, se había suscrito en el mismo ámbito, el adicional del Acuerdo Parcial Nº 35, que actualiza el entendimiento que en el marco del organismo regional tienen ambos países.*

*La documentación será ahora homologada por el Comité de Representantes de ALADI y las normas establecidas entrarán en vigencia efectiva, una vez que los ejecutivos de ambos países dicten los decretos reglamentarios. Se entiende que este trámite será rápidamente cumplido, con lo cual se habilitará la continuación del trámite de varias decenas de solicitudes de exportación que estaban demoradas por el agotamiento de los cupos respectivos.*

01·01

8705475

# DEUDA EXTERNA: REUNION DE MINISTROS EN JUNIO; DECISION BRASILEÑA PREOCUPA A LA BANCA PRIVADA

A mediados del presente año se reunirían los Ministros de Economía de nuestro continente para analizar el problema del endeudamiento externo, si prospera una propuesta elevada la pasada semana a la Organización de Estados Americanos por el gobierno de Alan García Pérez, actual presidente peruano.

Una nota en ese sentido fue presentada a nombre del Ministro de Economía y Finanzas del Perú, Luis Alva Castro, al Secretario General de la OEA, Jose C. Beeza Soares.

La iniciativa llega en momentos en que Brasil está explicando a los gobiernos de los países industriales los alcances de su "moratoria técnica" y cuando varios gobiernos latinoamericanos están negociando la manera de pagar los intereses.

Alva Castro es el actual presidente del Consejo Interamericano Económico y Social (CIES), un órgano de la OEA que se ocupa habitualmente de problemas sociales económicos.

El Secretario General Beeza Soares dio curso de inmediato a la nota peruana. Por otra parte, Beeza Soares viene sosteniendo desde hace años que el problema de la deuda externa no puede ser ignorado en la OEA.

La reunión a nivel ministerial propuesta por el Perú podría celebrarse en junio próximo, según señaló el representantes interino peruano en la OEA, Juan Carlos Capunay, poco después de entregar la nota de su gobierno.

El cónclave ministerial del CIES iniciará sus actividades, según se cree, en coincidencia con la publicación del informe del "Grupo de los 7", que preside el economista argentino Aldo Ferrer, y que ha venido trabajando con los auspicios del Secretario General Beeza.

Recientemente Ferrer dijo que el informe sería difundido en junio, consistente en un análisis de la situación económico-financiera continental con inclusión de algunas ideas u opiniones para ayudar a la salida de la crisis.

El Ministro Capunay señaló a los periodistas: "Ustedes saben las preocupaciones del Presidente Alan García y del Ministro Alva en este problema de la deuda, y como es obvio, asignan a la reunión ahora propuesta la máxima importancia".

Capunay expresó la esperanza de que la reunión de junio sirva "para desarrollar un diálogo y un intercambio de puntos de vista a un adecuado nivel político".

Preguntado respecto a si la iniciativa del Ministro Alva había sido bien recibida, Capunay respondió: "Las reacciones son muy favorables, estamos seguros que el diálogo revitalizará el sistema interamericano. Si, puedo anticipar que ha tenido una acogida significativa por parte de sus colegas".

## BANCA TEME EXPLOSIVA AMENAZA

MIENTRAS tanto, en los Estados Unidos se informó que la banca privada norteamericana teme que, el problema de la deuda externa, se convierta en una explosivak amenaza para la estabilidad de todo el sistema financiero occidental.

Las fuentes bancarias admitieron su incertidumbre sobre los efectos del problema y declararon que la presencia en Nueva York del grupo negociador brasileño podrá aclarar la situación.

El Wall Street Journal, *New York Times* y *Washington Post*, dedicaron extenso espacios al problema de la deuda latinoamericana después que Brasil decidió hace 10 días la suspensión indefinida de sus obligaciones externas.

"El embrollo crediticio", titulé el Wall Street Journal en su principal información de primera plana y destacó la "profunda preocupación" y "frustración" de los bancos por la medida brasileña y el temor de estos de que la influencia política pueda ser el nuevo elemento en la reestructuración de las deudas nacionales.

"La deuda brasileña, una coyuntura clave", titulé el Nes York Times en extenso análisis de la situación y los probables efectos de la suspensión de pagos.

"La banda latinoamericana resurge", titulé el Washington Post.

Los analistas opinan coincidentemente que el desenlace de las negociaciones brasileñas con los acreedores pueden convertirse en la pauta para países como Ecuador, Argentina, Filipinas y otros con fuertes compromisos externos.

No deja de verse como caso aislado a Perú, cuyo gobierno decidió destinar únicamente el 10 por ciento de sus ingresos por exportaciones al pago de los 14.000 millones de su deuda.

El temor de los bancos, señalan los expertos, resurgió después de la decisión brasileña a pesar de que en su conjunto lograron acumular cerca de 80.000 millones de dólares en sus reservas para atender las emergencias.

La creación de las reservas para casos de emergencia fue una de las consecuencias del estallido de la crisis de la deuda en setiembre de 1982, cuando México anunció su imposibilidad de cumplir con el servicio a los acreedores.

Por primera vez desde que se desató la crisis ocasionada por la decisión brasileña los medios norteamericanos admiten la existencia de profundas diferencias entre los acreedores.

El Citicorp, principal acreedor de Brasil, se inclina por un plan de reestructuración de los pagos tan estricto como se pueda.

Los bancos regionales, que rechazan cualquier perspectiva de nuevos créditos, hablan de castigar como pérdidas los préstamos no cobrados a condición de que los políticos adopten medidas adicionales.

Los bancos norteamericanos tienen 24.000 millones de dólares en créditos a Brasil de los 67.000 del total de los acreedores privados.

Brasil plantea un diálogo político con los gobiernos de los acreedores para buscar una solución compartida. El Ministro de Hacienda brasileño, Dilson Funaro, cumplió una gira por seis de las naciones industriales acreedoras.

La deuda brasileña alcanza a los 108.000 millones de dólares, la mayor de las naciones en desarrollo.

Funaro señaló que Brasil no puede convertirse en simple exportador de capitales. Dijo que en los cuatro últimos años se pagaron 44.000 millones de dólares a los acreedores y recibió en ese mismo período 11.000 millones en nuevos créditos.

La posibilidad del efecto dominó de Brasil sobre los deudores fue desactivada en parte la semana pasada cuando los bancos sugirieron un acuerdo de refinanciación de la deuda chilena y venezolana, opinan los analistas.

Los bancos norteamericanos, en aplicación de la ley, deben realizar balances trimestrales. Las deudas no cobradas pasan al capítulo de las pérdidas, de ahí que la negociación con Brasil puede confrontar una carrera contra el tiempo en marzo.

Hoy grandes corporaciones como el Citicorp tienen comprometidos 4.600 millones de dolares en préstamos a Brasil, que significan un 50,8 por ciento de sus acciones. Chase Manhattan (57,3), Bankamérica (67,4), Manufacturers Hanover (61,1), J. P. Moran (37,00), Chemical (45,7), Bankers Trust (22,2) y First Chicago (23,6).

# Olivetti y Canon juntas en una nueva sociedad en el sector de las fotocopiadoras

El Grupo Olivetti y el Grupo Canon anunciaron el 19 de enero una joint-venture con la constitución de una nueva Sociedad, denominada "Olivetti-Canon Italy" para la proyección y producción de fotocopiadoras y de aparatos destinados a la reproducción automática de imágenes.

Los productos de la "Olivetti-Canon Italy" utilizarán tecnologías de ambas Sociedades y serán vendidos a la Olivetti y a la Canon que los distribuirán en todo el mundo a través de sus respectivas organizaciones comerciales y con su respectiva marca.

La nueva Sociedad, que se coloca en una posición significativa en su sector de mercado, tendrá sede en Italia.

El capital de la Sociedad corresponde en un 50% más una acción a la Olivetti y el resto a la Canon.

Olivetti designará al Presidente-Administrador Delegado y al Director General y la Canon al Vicepresidente-Administrador Delegado. Los accionistas estarán representados en partes iguales en el Consejo de Administración (Directorio).

Olivetti aportará a la nueva Sociedad las actividades de investigación y desarrollo de producción de su propio División Riprografía, que tiene su sede operativa en Aglié en la zona de Canavese (Torino), mientras que la Canon aportará recursos financieros líquidos. La dirección técnica de la Sociedad será la misma que actualmente dirige a la División Riprografía de Olivetti, mientras que la actividad de investigación y desarrollo estará bajo la responsabilidad de un ingeniero japonés de la Canon.

La elección de la localidad industrial de Aglié responde a la exigencia de una inmediata operatividad de la "Olivetti-Canon Italy" que podrá utilizar la fábrica y los recursos técnicos ya existentes.

La línea de productos comprenderá inicialmente fotocopiadoras que se colocan en la faja de diez a veinte copias por minuto y de sus respectivos accesorios. En un futuro se prevee la ampliación de actividades de la joint-venture a las impresoras laser, aparatos de facsimil y otros modelos de fotocopiadoras, a fin de cubrir completamente el mercado de la "image processing".

Los volúmenes producidos por esta nueva sociedad están destinados a representar una importante y creciente cuota de facturado consolidado del Grupo Olivetti.

"La constitución de la nueva Sociedad –comentó el Sr. Eleorino Piol, director general de las estrategias del Grupo– permite a Olivetti reforzar su propia presencia en el campo del tratamiento de la imagén, como elemento integrante de la línea de productos para la automatización de la oficina. En esta estrategia Canon, uno de los líderes mundiales del sector, representa el socio ideal. Canon, que se puso como objetivo incrementar su propia presencia en el campo de la Automatización de la Oficina, ha encontrado en Olivetti, líder europeo en la Automatización de la Oficina, el partener más interesante con el cual ampliar su propia presencia industrial en Europa.

La constitución de la nueva Sociedad asume valores de particular realce también porque es la primera vez que una industria japonesa de este nivel internacional participa en una "venture" industrial en Europa de manera societaria y con un partener italiano.

El Grupo Canon, uno de los colosos industriales japoneses, opera en el mercado mundial con un facturado anual del orden de los 5.000 millones de dólares. Este facturado, representa hoy el 30% de máquinas ópticas y fotográficas y casi el 70% de los productos para la automatización de la oficina, especialmente fotocopiadoras, máquinas para fac-simil e impresoras laser.

01-01

8705479

## …MIGOS, SINO COMO SOCIOS"

El presidente Julio María Sanguinetti sostuvo, ante periodistas brasileños de la Red O'Globo, que los productores del vecino país "no pueden sentirnos como enemigos" y sí "como socios", subrayando que es importante que se entienda que resulta imperioso "un nuevo espíritu para ir avanzando, porque así nos agrandamos todos".

En declaraciones de tono político, Sanguinetti analizó el proceso de integración entre Uruguay-Brasil, comentando aspectos referidos al endeudamiento externo de uno y otro país.

—¿Cuál es la base de la política económica de Uruguay que le permite al país crecer?

—La base es tratar de buscar un crecimiento equilibrado. Yo diría que no hay en esto ninguna receta milagrosa, no hay ningún medicamento especial que asegure el crecimiento. Lo que hemos tratado es llevar una política equilibrada, lo más abierta posible, con un sistema financiero muy abierto, tratando de que el Estado cumpla un papel indicativo, pero un papel directivo, es decir indicando tendencias y creando ambientes, pero no sustituyendo la capacidad de dirección del empresariado. Dentro de los límites de un país pequeño, las cosas van dando resultados satisfactorios.

—¿Cuánto pretende y piensa crecer Uruguay este año?

—No nos gusta mucho hacer pronósticos. Eso es otra cosa que hay que aprender en economía: hacer pocos pronósticos. Yo diría que si logramos seguir creciendo un tres por ciento, un cuatro por ciento, estará muy bien. El año pasado crecimos un seis y fracción; veníamos de tres años, 1982, 1983 y 1984— en los que habíamos perdido un 17 por ciento. En 1985 logramos frenar la caída y comenzar a crecer un poco. En 1986 crecimos un seis por ciento y este año puede ser tres, puede ser … Lo importante es que hemos hecho una apuesta fuerte al mercado interno … en un amuno clima … dijimos que el mercado interno vendría detrás de … ción y la exportación … el segundo semestre … y todo 1986, y ahora … endo el mercado in… mercado interno cre… na base sana.

… ay ha conseguido … n sus exportaciones … do, inclusive en re… Brasil. ¿Cuál es la … las relaciones con …

… sil el año pasado … ación muy parti… icamente, el co… Brasil es negativo … El año pasado … inversa— un co… favorable para … r qué? Porque … o muy fuerte de … a en Brasil, ca… el Plan Cruza… o un gran desa… terno. En con… o una exporta… ne del super… cercano que … Uruguay: se … compraba todo … ácticamente se … lo Uruguay en …

… s, unas cifras … Pienso que no … Las cifras de … más modera… una relación … bién digo, en … hay que mi… mero sino la … ductos. No… productos … fundamen… vende fun… aquinaria y … ecir que lo …

justo es que nosotros vendíamos tres veces en dólares más que Brasil.

—¿Cuál es la inflación que considera ideal para el país este año?

—La aspiración es estar en torno al 50 por ciento.

—¿El comportamiento de la inflación en los tres primeros meses indica que está bajo control?

—Está bastante bien. No tenemos congelamiento de precios sino que hay mecanismos flexibles.

—¿La renegociación de la deuda uruguaya está efectivamente garantizada hasta el año 1989?

—Sí señor. Nosotros hemos hecho una refinanciación por doce años. Cuando asumimos el gobierno en 1985 nuestra estrategia fue tratar de despolitizar el tema y tratar de desdramatizar el tema, es decir hacer una negociación lo más rápida posible. Para Uruguay eso era muy importante. Nosotros no estamos dando ninguna receta para otros países. Uruguay tiene una particularidad: es un mercado abierto financiero. Acá se puede comprar y vender cualquier moneda abiertamente. Por ello, para nosotros la estabilidad es un valor extraordinario y para tener estabilidad hay que tener el fenómeno de la deuda externa arreglado. Nosotros lo arreglamos y creemos que muy bien. Lo resolvimos a doce años. Tenemos tres años de gracia. Bajamos mucho los intereses y tenemos una relación bastante normal.

Naturalmente que no es grato pagar deudas, ni la externa ni ninguna.

—¿Qué opina de la decisión brasileña de suspender el pago de los intereses de la deuda externa?

—Creo que es una situación distinta a la nuestra; es una economía distinta, es una política distinta. Yo no voy a comentar la decisión brasileña, porque no me cabe. Lo que da la impresión es que eso fue, más que una decisión, un hecho. Es decir que Brasil llegó a una situación en la que venía pagando mucho por su deuda externa, bajaron las reservas y entonces el gobierno detuvo los pagos, pero ya estaba ante el hecho. Lo importante es lo que haga ahora. Yo diría que lo importante no fue detener los pagos. lo importante es lo que haga a partir de ahora para recomponer sus reservas.

—¿Puede usted anunciar algún paso nuevo en las relaciones de Brasil y Uruguay?

—Yo diría que todos los días damos pasos en esas relaciones. Tenemos los marcos perfectamente delineados en lo económico, que el PEC. Hemos tenido últimamente dificultades, que hemos estado removiendo. En los últimos días hemos logrado algunos entendimientos para que el PEC efectivamente funcione.

Yo creo que no hay que dar ahora pasos institucionales. Lo que hay que hacer es una buena administración de esto y sobre esto yo digo dos cosas que son muy importantes. Los productores brasileños —especialmente los productores agrarios brasileños— tienen que entender que Uruguay es un país muy pequeño. No pueden sentirlo como un enemigo; tienen que sentirlo como un socio. Tienen que sentir que el hecho de competir razonablemente con un pequeño país como Uruguay, en el arroz, en la carne, no es algo que les vaya a dañar a ellos y que la tranquilidad que tenga el consumidor brasileño va a ser también una garantía para ellos. Creo que esto es muy importante. Nuestros números no asustan a ningún productor agrario brasileño. Esto es lo que se debe entender: no ha… arroz uruguayo enemigo del arroz brasileño. La clave de la integración es esa. Como a la inversa: la industria nuestra tiene que entender también que la producción brasileña es igual a la nuestra, y esto es mucho más arriesgado desde el punto de vista de Uruguay, que es más pequeño, que del de un gran país. Esto es lo más importante que se entienda: un nuevo espíritu para ir avanzando, porque así nos agrandamos todos.

### Aceptar juego de la democracia

En otro reportaje, concedido a periodistas de la BBC de Londres, la Cadena Caracol de Colombia y la Radio Nacional de Chile, Sanguinetti abordó los procesos democratizadores del continente y las fórmulas de entendimiento.

—Después de dos años de democracia, algunos observadores han cuestionado la falta de acción contra quienes violaron los derechos humanos. Se dice que esto condiciona la democracia. ¿Qué opina respecto de ello?

—Es un punto de vista muy particular; el país tiene otro punto de vista. Una vez retomada la democracia, Uruguay siguió un plan de pacificación muy claro, que tuvo muchas etapas. Primero se dio una amnistía muy generosa a las personas que habían integrado organizaciones subversivas y que estaban presas, o aun aquellas que no estaban presas y que estaban requeridas por crímenes cometidos en función de acciones subversivas.

Ese fue un primer paso. Luego hubo muchos otros pasos, de reparación de funcionarios destituidos, de ayudas a las personas que retornaban al país, y similares. Finalmente, hubo una larga discusión sobre qué hacer con las denuncias existentes sobre excesos presumiblemente cometidos por militares o policías. Durante más de un año hubo investigaciones parlamentarias que no llegaron a ninguna conclusión muy clara sobre ningún tema; hubo investigaciones judiciales también un poco confusas y, finalmente, en esa situación, el gobierno estimó que debía adoptarse una posición de amnistía y que —así como se había dado una amnistía muy generosa a quienes habían conducido el país al clima de violencia que terminó en el golpe de estado— había ahora que hacerlo también con los militares y policías. Estimábamos que era realmente el único modo de que el país llegara realmente a un clima de reconciliación; era el único modo de que el país llegara realmente a un clima de paz; era el único modo de que no se produjeran de nuevo los enfrentamientos que en el pasado habían desestabilizado una democracia tan tradicional y tan antigua como la de nuestro país.

Alguna gente —como dice usted— critica, pensando que esto puede no ser lo mejor para la estabilidad del país. Nosotros pensamos que sin duda es lo mejor y que indudablemente siempre hay un riesgo. El riesgo de perdonar a los subversivos existía: hubo 22 crímenes cometidos por los subversivos que nunca se pudieron aclarar cuyos responsables podían más o menos identificarse, y esto se incluyó en la amnistía, y yo creo que estuvo bien. Del mismo modo, me parece que hay muchos excesos que pudieron haber cometido militares y que también pudieron haberse investigado, pero que estuvo bien también —en definitiva— hacer una amnistía de todos, porque el país, en lugar de estar hoy construyendo su democracia y asegurando sus instituciones, iba a estar reproduciendo enfrentamientos de hace 15 años que tuvieron consecuencias trágicas.

Me parece muy claro, a su vez, que han pasado ya dos años de funcionamiento de las instituciones y esto nos permite mirar las cosas con más tranquilidad. El país no tiene ningún riesgo institucional por delante; el país tiene un clima de orden interno importante. Quienes están en contra de este camino lo expresan públicamente, discuten públicamente e incluso promueven un referéndum conforme a los mecanismos tradicionales previstos en la Constitución y pensamos que éste es el modo de afirmar la democracia.

En todo caso, yo estoy muy convencido de que el camino en que estamos es el mejor, pero en todo caso, digo, el tiempo va a demostrar quién es quien tiene razón. No tengo dudas de que podemos someternos a ese juicio que la historia ninguna próxima va a … .

—¿Qué le parece a usted el proceso de desmilitarización de América Latina y especialmente en América del Sur?

—Una cosa es desmilitarización y otra cosa es desarme. No estamos hablando de desmilitarización sino de detener las carreras de armamentos. Digamos que desmilitarización nadie ha propuesto.

—Yo me refería a la terminación de los gobiernos militares en América Latina y en América del Sur.

—Es indudable que en los últimos años se ha vivido un proceso de tránsito de gobiernos militares a gobiernos civiles. Sin duda, este es un hecho muy auspicioso para el futuro de la democracia en América. Nuestros países han tenido una historia política distinta. Uruguay ha sido el de más larga tradición institucional dentro de América del Sur. Chile también tiene una larga tradición institucional; otros países, menos. Curiosamente, los países del norte de América del Sur —Colombia, Venezuela, que durante tantos años tuvieron inestabilidad política— ya llevan muchos años de democracia institucionalizada con solidez. A la inversa, en los años de la década del 70, fuimos los países del Cono Sur los que comenzamos a vivir procesos de inestabilidad política que, en el caso uruguayo, eran inéditos. Uruguay no conocía fenómenos militaristas, por lo menos en el último siglo.

Felizmente se está saliendo de esta situación, y cada país va encontrando su camino propio. Brasil salió a la democracia dentro de las reglas de juego fijadas por el viejo sistema militar. Dentro del colegio electoral, que fue electo durante el régimen militar, se encontró una fórmula opositora que logró triunfar.

Es decir que fue una salida pacífica dentro del mecanismo fijado por el gobierno militar anterior. En Argentina la situación fue distinta. Se produjo una situación de crisis del gobierno militar, especialmente luego de la guerra de las Malvinas, que llevó a una situación de inestabilidad a dicho gobierno, análoga se podría decir a la del gobierno militar griego después de la guerra de Chipre. Esto permitió una salida abrupta.

En Uruguay se salió luego de un proceso de negociación política entre los partidos y las fuerzas militares que culminó con una elección libre.

Lo importante de todo esto es rescatar, primero, una clara tendencia hacia la democratización. Hoy hay un viento de democratización. Así como hubo un momento en que este viento sopló a favor de las dictaduras y se producía una especie de dominó en que iba cayendo una pieza atrás de la otra, hoy se produce el efecto inverso. La segunda conclusión, muy rescatable, es que, con objetivos iguales, cada país tiene que encontrar su camino peculiar. Ustedes ven que Argentina, Brasil y Uruguay estando juntos y siendo países tan parecidos en tantas cosas, hemos encontrado caminos distintos, como —por otra parte— ocurrió también en el pasado en el norte de América del Sur: el camino de Venezuela fue uno y el de Colombia fue otro. El pacto de alternación de Colombia fue muy característico de la peculiaridad que tiene cada una de las salidas. De modo que esa es la segunda conclusión también rescatable: cada país tiene que encontrar su modo propio. Por eso pienso también que —cuando miramos a otros países en vías de institucionalización, como puede ser Chile, por ejemplo— también debemos pensar que la salida chilena será hecha por los chilenos y será una solución chilena y que el modo podemos ayudar creando los ambientes, pero que no debemos imaginar —no sólo porque no es conforme a derecho sino porque no es conducente políticamente— que desde afuera vamos a encontrar una solución. La solución la van a tener que encontrar necesariamente los chilenos, con las peculiaridades de su propio país.

—¿Pero usted considera que están dadas las condiciones para que opere esa salida hacia la democracia en Chile?

—Se está en camino; lo importante será que este camino se acelere como todos deseamos y, fundamentalmente, que alcance una feliz culminación.

01-01

8705481

Q5

BRASIL

098

Nelly



# Armas, el negocio de Brasil

*La industria del armamento en Brasil se encuentra entre los mayores beneficiarios de la guerra entre Irán e Irak. Cuando la guerra empezó, en setiembre de 1980, las ventas anuales de armamento en Brasil eran de 250 millones de dólares. La industria del armamento se ha expandido considerablemente desde entonces, ubicando a Brasil entre los primeros 10 proveedores mundiales, con US$ 1.700 millones en 1986. Lo que empezó con un modesto trueque de armas por petróleo con Irak se ha transformado en una sólida relación de abastecimiento de armamento. Brasil le vende el 30% de su producción a Irak. Dijo un diplomático occidental en Brasilia que "la chimenea humeante de la industria del armamento brasileño son las necesidades de guerra de Irak".*

*El indiscutido rey de esta industria que engloba 350 empresas que a su vez emplean más de 100 mil trabajadores es José Luis Whitaker Ribeiro, de 58 años, fundador, presidente y supervendedor trotamundos de Engesa —Engenheiros Especializados— una empresa fabricante de tanques y vehículos blindados. Engesa participa con 650 millones de dólares en las ventas totales de la industria del armamento al exterior en 1986.*

*La empresa Engesa comenzó a mediados de los años 60 como fabricante de vehículos para la industria petrolera. Se estima que hoy produce el 50% del abastecimiento de vehículos militares sobre ruedas adquiridos por el mundo libre. Los mismos salen de sus líneas de ensamblaje en San José Dos Campos, al norte de San Pablo. Irak encabeza la lista de los 35 países clientes de Engesa, empresa que ha ubicado 50 empleados "full-time" en una localidad próxima al frente de guerra en Irak, de modo de facilitar las reparaciones de los más de 300 vehículos blindados "Cascavel" y "Urutú" que le ha vendido al gobierno iraquí.*

*También otras empresas brasileñas están obteniendo excelentes resultados en Irak. La empresa estatal de aviación Embraer obtuvo un pedido para entregar aviones a turbohélice "Tucano" —para entrenamiento— por 120 millones de dólares. A principios de diciembre pasado, como parte de un contrato de 250 millones de dólares, la empresa fabricante de cohetes Avibras Aeroespacial envió un embarque de 40 millones de dólares en cohetes y sus partes y piezas para el sistema de lanzamiento móvil Astros II. Engesa está intentando persuadir a Irak para que invierta en el desarrollo de sus cohetes móviles tácticos con alcance de hasta 375 millas llamados "Serie MB".*

*El armamento de Brasil también llega a Irán. En desfiles militares llevados a cabo en Teherán se han podido apreciar vehículos blindados "Cascaval", y observadores militares han encontrado cápsulas de cohetes fabricados en Brasil dejados por soldados iraníes en el campo de batalla. La Cancillería brasileña niega que haya empresas de su país que están abasteciendo directamente a Irán. Acepta no obstante que Brasil envió equipamiento militar por casi 1.500 millones de dólares a Libia entre 1973 y 1982, y no puede negar que Kadhafi ha enviado parte de este armamento a manos del gobierno de Irán.*

*Ribeiro, quien utiliza una flota de 9 pequeños jets para trasladarse constantemente alrededor del mundo, está tratando también de conseguir nuevos clientes en Africa tales como Mozambique y Angola. Pero América Central parece ser el mejor mercado en términos de inminente crecimiento. "Se da por sentado que empresas como las de Ribeiro están ya abasteciendo a los 'contras' en Honduras, si no con vehículos, al menos con otros tipos de armamentos" —dijo el comerciante de armas consultado en Río. Ribeiro, por su parte, no dijo nada. Pero si la guerra de Irán e Irak terminara, los brasileños inmediatamente se lanzarían a tratar de conquistar nuevos mercados.* (Business Week - Diciembre 29, 1986)



8705482

B Brasil

098

EL DÍA
150487

# Buscan mecanismos para mayor integración a nivel regional

SAN CARLOS DE BARILOCHE, (Exclusivo para EL DIA). — Los cancilleres del "Grupo de los Ocho" iniciaron ayer en Bariloche sus conversaciones por mecanismos que aceleren la integración latinoamericana y la cooperación tecnológica.

Voceros diplomáticos señalaron que en la agenda de la reunión se incluye además, la creación de mecanismos de contacto con la Comunidad Económica Europea, aspectos jurídicos de la integración y, como punto vinculado a toda la problemática, la posible reunión antes de fin de año de los presidentes de los ocho países.

Nuestras fuentes indicaron que este punto aún no fue tocado, pero podría analizarse hoy, ya que es una vieja aspiración de varias naciones latinoamericanas, actualizada recientemente por el presidente peruano Alan García y apoyada de inmediato por sus colegas uruguayo y mexicano, Julio María Sanguinetti y Miguel De la Madrid.

Los ocho cancilleres se reunieron ayer en el Hotel Tacuifer, a unos 50 kilómetros de Bariloche, a donde se dirigieron en lancha. En ese establecimiento, totalmente aislado, conversaron sobre las nuevas acciones por la integración.

El tema de América Central quedó agotado el lunes en Buenos Aires y ayer sólo dieron los toques finales a la declaración que reproducimos en nota aparte.

Los cancilleres procuraron aclarar luego de la reunión, en breve contacto con la prensa, que pese a que estas reuniones se piensan repetir asiduamente, no puede hablarse de la institucionalización del "Grupo de los Ocho" ya que es la mera coincidencia de cancilleres que habían iniciado sus contactos hace dos años, en referencia al problema centroamericano.

Dante Caputo afirmó que "debemos obrar con prudencia ya que no tenemos derecho a fracasar". En ese sentido, el objetivo de los ocho ministros es avanzar con pasos seguros, con medidas concretas, tal vez menos ambiciosas que las propuestas del pasado, pero a la vez, mucho más factibles, viables y rápidas.

*Los cancilleres Dante Caputo (Argentina), Roberto de Abreu Sodre (Brasil), Enrique Iglesias y Simón Consalvi (Venezuela) dialogando en Bariloche.*

## Iglesias

El canciller Enrique Iglesias expresó la preocupación de los cancilleres del Grupo Contadora y de su Grupo de Apoyo, por la posibilidad siempre latente que la vía armada se imponga sobre la estrategia diplomática para la definición del problema centroamericano.

Iglesias explicó que ante la crisis de esa región existen dos estrategias: la diplomática, encarada por el esfuerzo de Contadora, y al mismo tiempo, una estrategia de la violencia.

"Hay acciones muy importantes en la vía diplomática pero la preocupación es que la otra estrategia, la militar, pueda precipitar acontecimientos que impidan el éxito de la vía diplomática..." dijo el ministro uruguayo.

Indicó asimismo que desde 1986 Contadora ofrece un acta de paz que no ha sido aún firmada —según se hizo notar también a través de la declaración de Buenos Aires— pero expresó su esperanza de que la reunión de Esquipulas, entre los cinco presidentes centroamericanos, permita avanzar hacia la firma de esa acta.

Iglesias comentó que del trabajo conjunto de los cuatro países de Contadora y los cuatro de su Grupo de Apoyo, "surgió una prolongación natural que es este Grupo de los Ocho. Se originó una convivencia y un diálogo que queremos preservar en beneficio, no sólo de nuestros países, sino de toda América Latina".



8705483

RS
BRASIL
098

EL DIA
150487

# Brasil y Uruguay apuntan a una mayor integración

**PORTO ALEGRE. (Exclusivo para EL DIA). — El gobernador del Estado de Rio Grande del Sur, Pedro Simón, abogó por la intensificación del comercio entre Uruguay y Brasil y elogió la política integracionista que propugnan en la región los presidentes Julio María Sanguinetti, Jose Sarney y Raúl Alfonsín. El jefe estadual efectuó estas apreciaciones en la ceremonia de instalación de las nuevas autoridades de la Cámara de Comercio Brasil - Sul - Uruguay cumplida ayer en el Palacio de Comercio de esta ciudad.**

Asistieron al acto el presidente del Banco República, Cr. Federico Slinger, los vicepresidentes de la institución, José Pedro Damiani, César Rodriguez Batlle, director Juan Young, embajador de Uruguay en Brasil, Roberto Viva, cónsul de Uruguay en Porto Alegre, Adolfo Donnamari, y el presidente de la Asociación de Bancos del Uruguay, Eduardo Rocca Couture.

La ceremonia se inició con palabras del nuevo presidente de la Cámara de Comercio Brasil - Sul - Uruguay, Pablo Feija, quien sostuvo que pese a situaciones coyunturales se intensificarán las relaciones comerciales entre Brasil y Uruguay.

Precisó que Uruguay es un importante socio comercial de Brasil y que Rio Grande del Sur tiene una posición económico y geográfica estratégica en ese contexto.

"Debemos trabajar — dijo— en base a reglas de conductas estables, convencidos de que al existir dificultades en ambas economías dependerá de los empresarios buscar soluciones a las problemáticas que puedan emerger, ya que el comercio exterior no se hace en emergencias o en negociaciones aisladas sino que se efectúa en base a parámetros claros".

Finalmente confió en el pleno funcionamiento del Protocolo de Expansión Comercial (PEC) ya que el mismo, apuntó, "es un formidable instrumento de integración".

Posteriormente hizo uso de la palabra el embajador de Uruguay en Brasil, Roberto Viva, quien resaltó los vínculos existentes entre Uruguay y Rio Grande del Sur, y abogó por un incentivo del comercio entre nuestro país y Brasil.

El gobernador del Estado de Rio Grande del Sur Pedro Simón, que le siguió en el uso de la palabra, aseveró que Brasil y Uruguay han inaugurado una nueva época en sus relaciones bilaterales con la reimplantación de las democracias en ambas naciones y subrayó que el presidente Julio María Sanguinetti, "que es un gran estadista", junto a Sarney y Alfonsín propician la integración regional. Se están dando pasos, significó, tendientes a la creación de un mercado común latinoamericano.

El Estado de Rio Grande del Sur, acotó, apoya el refuerzo de los vínculos con Uruguay y enfatizó que las importaciones de productos brasileños por parte de Uruguay deben realizarse mayoritariamente en Rio Grande del Sur y no en San Pablo.

Nuestro Estado, precisó, no debe ser un simple corredor de mercaderías.

Indicó finalmente que Uruguay y Brasil están dando un ejemplo integracionista en un contexto latinoamericano que debe afianzar su democracia.



8705484

AS

Brasil

098

# Brasil limitará su remesa de capitales en US$ 1.000 millones

030481

**BRASILIA. — Brasil limitará su remesa de capitales al exterior en aproximadamente 1.000 millones de dólares por año y demandará financiamientos por otros 20.000 millones hasta 1991 para asegurarse una tasa de crecimiento del siete por ciento anual, dijo ayer el ministro de Hacienda, Dilson Funaro.**

**Funaro expuso los objetivos de la nueva política financiera externa del país, a dos días del viaje que emprenderá a Washington para los primeros contactos con organismos internacionales sobre la renegociación global de la deuda brasileña, de 109.000 millones de dólares.**

**El ministro se reunió en un auditorio de la sede legislativa con tres centenares de parlamentarios del cogobernante Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB), que el martes le expresó amplio respaldo político para replantear condiciones del pago de la deuda a los acreedores internacionales.**

**Funaro expuso durante 90 minutos los grandes lineamientos de su programa que busca financiar y garantizar el desarrollo brasileño hasta 1991 y luego respondió preguntas de sus correligionarios en un amplio debate.**

**"Brasil no puede salir de una trampa pidiendo permiso", dijo al confirmar que el gobierno del presidente José Sarney resolvió presentar a sus acreedores una propuesta que busca "solución duradera" al problema del endeudamiento, "en vez de paliativos y soluciones provisorias aplicadas hasta ahora", dijo.**

**Dijo que el punto de partida del programa de medio plazo — para el período 1987 a 1991— es garantizar una tasa media de crecimiento del siete por ciento anual y lograr un crecimiento del 20 por ciento en el ingreso "per cápita", de los brasileños en el período.**

**Sostuvo que dos tercios de casi 60 millones de brasileños que conforman la población económicamente activa perciben actualmente un equivalente a 125 dólares mensuales, en un nivel que calificó como "inaceptable".**

**Explicó que el principal factor limitativo del crecimiento brasileño es el elevado grado de endeudamiento externo, sujeto a "onerosas condiciones" y "pesadas transferencias de recursos" para el exterior, dijo.**

**De acuerdo con estadísticas oficiales distribuidas a los parlamentarios durante la exposición de Funaro, Brasil remitió durante 1986 al exterior 12.000 millones de dólares en intereses y otros servicios de su deuda.**

**En los últimos cuatro años (1983-86), sus pagos por ese concepto totalizaron 45.300 millones de dólares, en tanto el ingreso líquido de capitales extranjeros durante el mismo período fue de 11.500 millones de dólares.**

**Demostró con datos que la transferencia de recursos reales en ese lapso fue de 36.200 millones de dólares, es decir un promedio equivalente al cuatro por ciento anual del Producto Nacional Bruto (PNB).**

**De acuerdo con las proyecciones oficiales de su programa, Funaro estableció que Brasil limitará la remesa de recursos reales a un promedio anual del 2,3 por ciento del PNB hasta 1991, debiendo acumular en cinco años una transferencia real de 40.500 millones de dólares.**

**En virtud de este objetivo Brasil transferirá en 1987 capitales líquidos por 7.000 millones de dólares frente a los 8.200 girados al exterior en 1986, según los datos oficiales.**

**"Esta reducción de la transferencia es indispensable para asegurar el crecimiento proyectado y es la única garantía duradera para mantener la capacidad de pago del país", dijo Funaro.**

**Señaló que esa disminución en los niveles de las remesas líquidas de capital deberá ser "la contribución externa" al plan brasileño que descarta cualquier tipo de medidas recesivas.**



0705485

25

ARCHIVAR EN: Brasil (098)

TEMA: P.E.I Nº 006/B/DE/987 (Adq material del agremial Brasil.

PROCEDENCIA: EME del 28/7/87 Doc. 0430/87

ARCHIVADO EN: P.EI (084)

8705489

01-01

ARCHIVAR EN: Brasil (098)

TEMA: Parte Especial de Información Nº 008/B/DE/987. (Adj material del Especial Club Brasil y Panamá)

PROCEDENCIA: EME 28/7/87 Doc. 1031/87

ARCHIVADO EN: P.EI (084)

8705490

01-01

ARCHIVAR EN: Brasil (098)

TEMA: Parte Especial de Información N° 078/BPDE/987 (Agregaduría Militar de Chile)

PROCEDENCIA: EMG 28/7/87 Doc. 0854/87

ARCHIVADO EN: P.E.I (08..)

8705491

01-01

M.E.B.

**ARCHIVAR EN:** Brasil (058)

**TEMA:** Parte Especial de Información nº 014/EME/587 (Adq. Material de Aplicación)

**PROCEDENCIA:** EME 30/4/87 Doc 0621/87

**ARCHIVADO EN:** P.E.I (084)

01-01

8705493

H.E.B.

ARCHIVAR EN: Brasil (098)

TEMA: Parte Especial de Información N°017/B/DE/987

PROCEDENCIA: EME 25/5/87 Soc 0743/87

ARCHIVADO EN: P.E.I (084)

01·01 8705494

## Casi el 60% del aumento se debe al Brasil

# Continúa creciendo la importancia del Brasil en las exportaciones uruguayas

La última edición del Boletín de Prensa del Banco Central, correspondiente al mes de noviembre, incluyó un nuevo cuadro con información referida al comercio exterior del país. En particular, se incluyó allí la evolución de las exportaciones, las importaciones y el saldo comercial según zonas geográficas y económicas.

Esa información, que hasta el presente se encontraba trimestralmente en el Boletín Estadístico del B.C.U., será seguramente ahora conocida mes a mes. Corresponde entonces señalar la nueva mejora en los datos que divulga el Central, que se suma al importante y positivo cambio de contenido que hace cuatro meses tuvo el Boletín de Prensa. En el caso de las nuevas cifras disponibles, la importancia radica en el hecho de que resulta necesario efectuar un seguimiento de los datos referidos al comercio exterior, especialmente las exportaciones. Ello se debe a que es imprescindible conocer el carácter temporal o permanente del gran crecimiento al que se asiste en estos días.

Resultaba importante disponer de las cifras desagregadas según diversos criterios; en la última entrega de Búsqueda se presentaron los datos de comercio exterior por rubros y en el caso de las exportaciones se concluyó que se observaba un aumento en todos los grupos de productos, destacándose los incrementos en el caso de los bienes primarios (carnes, lanas, cueros), es decir con niveles bajos de valor agregado domésticamente.

Al conocer la apertura de las cifras por zonas geográficas, se puede evaluar si el incremento se originó desde "adentro" del país o si por el contrario provino desde "afuera".

### ■ Brasil y las exportaciones

Al igual que al conocerse las cifras al cabo del primer semestre, los datos a agosto permiten confirmar lo señalado en aquella oportunidad, en el sentido de destacar la importancia que está teniendo Brasil en el incremento de las exportaciones uruguayas. Como se sabe, el país vecino está llevando adelante un plan de estabilización que ha tenido como consecuencia el desabastecimiento de muchos productos, lo que ha derivado en un aumento de las importaciones (el saldo comercial favorable del Brasil se ha reducido hasta sus niveles más bajos). En particular el Uruguay, con quien existen acuerdos comerciales bastante amplios, ha sido relativamente uno de sus mayores abastecedores de diversos productos.

Las cifras son muy claras: del incremento de 160.7 millones de dólares que se ha registrado en las exportaciones uruguayas entre los primeros ocho meses de 1985 y 1986, el Brasil contabiliza 94.4 millones, es decir el 58.7%.

Pero no sólo ha sido trascendente la participación marginal del Brasil en las exportaciones del Uruguay, sino que además dicha participación ha sido creciente: al cabo del primer semestre de este año (y siempre comparando con igual período del año anterior), Brasil explicaba el 46.1% del aumento de las exportaciones; como ya se vio, hasta agosto ese porcentaje creció a 58.7.

Otra forma de ver el comportamiento de estas cifras, consiste en comparalas en períodos sucesivos con respecto a un año atrás: así en el cuarto trimestre del año pasado, las exportaciones a Brasil crecieron 43.3% (y el total, 18.1%); en el primer trimestre de 1986, aumentaron 38.5% (las totales, 13.8%); en el segundo trimestre, crecieron 130.9% (frente al 30.9% del total); y en el bimestre julio-agosto aumentaron 422.7% (55.7%, el total).

Es decir que las ventas al Brasil han aumentado sistemáticamente más que el resto del mundo, lo que ha llevado a que en el lapso mayo/ octubre (entre septiembre de 1985 y agosto de 1986, dicho país haya absorbido el 23.8% del total de las exportaciones uruguayas.

La importancia de conocer estas cifras consiste en que permiten afirmar la idea de que una parte significativa de la mejora en las exportaciones, y a través de ella en el nivel general de la actividad, responde a un factor externo que posee un probable carácter coyuntural que se deriva, en el caso analizado, de la aplicación en uno de los países vecinos de una política que no necesariamente habrá de alcanzar el éxito que se esperó (y aún se espera) de ella.

En la medida en que, tanto al nivel macro (de las autoridades de la política económica) como al nivel micro (de los empresarios) se atribuya un carácter temporal o transitorio al shock externo favorable, las decisiones que se adopten no traerán consecuencias adversas para la economía nacional, y se aprovecharán los beneficios del shock. En cambio, si se consideran como permanentes y estables los efectos de la aplicación de la actual política brasileña, y ella fracasara, se asistirá a un auge que no tardaría en desaparecer.

Del seguimiento de estas cifras y de las referidas precisamente a la economía brasileña, deberán surgir las decisiones de empresarios y gobernantes, y se podrá analizar luego la pertinencia de tales decisiones.

Los tres cuadros que se adjuntan presentan respectivamente las cifras referidas a exportaciones, importaciones y saldo comercial por zonas geográficas y económicas, en los primeros ocho meses de 1985 y 1986. En los primeros dos casos, se presentan también las variaciones relativas y absolutas para cada zona o país, y la participación porcentual de la variación respectiva en la variación total. Para el saldo comercial sólo se añaden las variaciones absolutas.

Dichos cuadros son lo suficientemente claros como para describirlos detalladamente, por lo que quizá sea más adecuado destacar sus aspectos más salientes.

Excluyendo al Brasil, que fue analizado separadamente, y a los EE.UU., que muestran un comportamiento particular, los demás países de América han mejorado en conjunto su balanza comercial con el Uruguay. Con la Argentina, las exportaciones aumentaron 36.1% y las importaciones, 44.1%; con el resto de América, las ventas crecieron 9.8% y las compras, 84.3% (crece particularmente México). El saldo comercial en el primer caso pasó de 11.8 a 20.1 millones (positivo) y en el segundo, de 7.5 a 34.9 (también negativo).

Con los EE.UU. el panorama no cambió, manteniéndose ambos componentes del balance comercial en los mismos niveles que un año atrás de acuerdo a la evolución del creciente del tipo de cambio real con ese país, debido a perseve un deterioro del saldo comercial del Uruguay.

En cuanto a los países de la CEE, aumentaron su intercambio comercial con el Uruguay; en este caso, las exportaciones aumentaron 72.0 (que explica el 47.2% del incremento de las exportaciones totales) y las importaciones crecieron 28.0%. De esta forma, el saldo favorable del país pasó de 28.6 a 82 millones de dólares. Con estos países, los resultados del intercambio comercial se acordes con la evolución del tipo de cambio real, que apreció a partir de la caída del dólar a sus mínimos.

Finalmente, con Asia se mantuvo el saldo comercial favorable, con África mejoró considerablemente y con Medio Oriente empeoró también en forma significativa. En estos últimos dos casos, la caída del precio del petróleo afectó las cuentas comerciales: Con África el saldo mejoró a partir de menores importaciones y mayores exportaciones y con Medio Oriente empeoró debido a una mayor caída de las exportaciones que de las importaciones.

01·01

8705530

098



Brasil

# Tras hundimiento del "Cruzado" cruje la política...

Cuando el 28 de febrero de 1985 se lanzó el Plan Cruzado, que establecía un congelamiento de salarios y precios, que motivó a miles de ciudadanos a colaborar en su control, se vivió un estado de euforia comparable al que acompañó al lanzamiento del Titanic, cuya principal atributo, se decía, era ser insumergible.

El pasado 5 de febrero sin embargo, los brasileños se despertaron con la misma sensación que deben haber tenido los pasajeros del Transatlántico mientras veían que se los tragaban las aguas, tras chocar con un gigantesco iceberg.

En efecto, ese día, el gobierno de Sarney sepultó el congelamiento de precios decretado hace casi un año, la cara popular del plan económico destinado a maniatar la inflación que le permitió ganar las elecciones legislativas y estaduales de fines del año pasado, pero que ahora lo ha precipitado en una crisis que se complica día a día.

El retorno de la inflación, la corrección monetaria, el déficit de la balanza comercial, el aumento del déficit público y la caída de la oferta de empleo han sepultado en lo más profundo la esperanza de los 138 millones de brasileños en el Plan Cruzado.

En medio de esta conflictiva situación, se produjo el pasado 10 la renuncia del presidente del Banco Central, Fernao Bracher, quien fue inmediatamente sustituido por Francisco Gros, director del Banco Nacional de Desarrollo.

Bracher, ex vicepresidente de Bradesco, el principal conglomerado financiero privado del país, estaba en desacuerdo frontal con la política del ministro de Hacienda, Dilson Funaro, de congelamiento de precios y salarios y sería, además, un fervoroso partidario de las directivas del Fondo Monetario Internacional, entidad de la cual Brasil se ha autonomizado absolutamente en el manejo de su elevada deuda externa.

Bracher renunció precisamente en el momento en que los operadores económicos se debaten en la desesperación ante las nuevas tasas de interés, que en la semana que termina alcanzaron al 1000 por ciento anual, mientras las tasas de los certificados de depósitos bancarios a corto plazo bordean el 750 por ciento, en circunstancias que a principios de noviembre no superaban el 50 por ciento.

Algunas decenas de empresarios munidos de pancartas protestaron el martes pasado en Río de Janeiro, al son de la "Marcha Fúnebre" tocada por una banda, caricaturizando la visión que de sí mismos tienen los hombres de empresa en las actuales condiciones.

El pasado jueves 12, por su parte, cerca de 20.000 agricultores se reunieron en Brasilia para realizar una marcha de protesta y exigir al gobierno el aumento de los precios de los productos agrícolas, mientras millares de productores iniciaban el bloqueo de carreteras en el interior del país.

"Si no se corrigen los precios, el gobierno causará la quiebra de la agricultura brasileña", dijo Roberto Rodrigues, presidente de la organización de las cooperativas brasileñas y del Frente Amplio de la Agropecuaria, entidad que agrupa a productores agrícolas.

El gobierno, por medio del Ministerio de Agricultura, autorizó aumentos promedio del 25 por ciento en los precios, pero los productores exigen un aumento diferenciado por productos que varía entre un 30 y un 1000 por ciento.

La decisión gubernamental de no autorizar la suba del arroz y los frijoles, base de la alimentación popular, ha incrementado el descontento de los productores.

## PROBLEMAS DE TIMON

"Hay un gobierno que no puede adoptar decisiones y no hay una mano firme al timón", comentó ante la situación que se vive David Fleischer, director del Departamento de Ciencias Políticas de la Universidad de Brasilia.

Uno de los problemas más apremiantes es la deuda externa de 109.000 millones de dólares que tiene Brasil, para cuyo manejo se ha independizado del FMI, surgiendo la incógnita de si podrá mantener esta situación y enfrentar adecuadamente la crisis que se ha desencadenado.

Las negociaciones independientes del FMI han complicado los intentos por reprogramar deudas bancarias por 67.000 millones de dólares, aunque el mes pasado llegó a un acuerdo con el Club de París sobre 4.120 millones de dólares de deuda oficial.

Bracher, quien dirigió el Banco Central desde agosto de 1985, era considerado por analistas políticos como partidario de alguna clase de acomodamiento con el FMI, lo que para muchos políticos del principal partido gobernante, el PMDB, sigue siendo una verdadera herejía.

En opinión de sus adversarios políticos, la peor acción de Bracher en las últimas semanas no fue tanto su posición respecto de la deuda, sino el incremento de las tasas sobre las "letras del Banco Central", basamento del mercado "nocturno" a muy corto plazo.

Esas tasas subieron la semana pasada a 23 por ciento mensual, contra el 3,4 por ciento de comienzos de noviembre pasado.

Bracher se defendía de sus críticos aduciendo que no eran las tasas de interés las que impulsaban la inflación, sino a la inversa.

## REPERCUSIONES POLITICAS

El rebrote inflacionario y el rápido deterioro del apoyo popular a las medidas económicas, han abierto profundas grietas en la Alianza Democrática que sustenta al gobierno del presidente José Sarney.

Líderes del Partido del Frente Liberal (PFL), de Sarney, sostuvieron el pasado miércoles la conveniencia de un inmediato alejamiento de esa fuerza política del gobierno que integra en "condiciones cada vez más desfavorables" con el PMDB.

Los dirigentes han empezado a hacer pública su crítica a la "omnipotente" presencia del mayoritario Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB) en el gobierno de coalición que surgió de una elección indirecta en marzo de 1985 y que puso fin a 21 años de régimen militar en el país.

Esta crítica parlamentaria se suma a la del ministro de Minas y Energía, Aureliano Chaves, ex vicepresidente de la Nación durante el régimen de facto y uno de los artífices de la transición y fundador del PFL, quien sostuvo durante una entrevista televisiva que el Plan Cruzado se transformó en "un instrumento de la política electoral" del PMDB.

Chaves expresó que sectores pemedebistas, a los que denominó "beneficiarios electorales del Plan Cruzado" se están convirtiendo en "sus más contundentes críticos", a raíz de sus tropiezos y pérdida de popularidad.

"Con demagogia se gana elecciones pero no se gobierna", añadió Chaves en la peor crítica surgida del seno mismo del gabinete ministerial al calificado como poder omnímodo que ostenta el PMDB.

Legisladores del PFL estiman como otro factor que avala su crítica la situación del máximo líder del PMDB, Ulysses Guimaraes, que simultáneamente ostenta los más altos cargos del país, con excepción de la presidencia de la República.

Guimaraes, en efecto, además de la jefatura de su partido, ejerce la presidencia de la Cámara de Diputados y de la Asamblea Constituyente y en esta condición ocupa el primer lugar en la línea sucesoria presidencial para sustituir eventualmente a Sarney.

El senador Osvaldo Suruagy, uno de los más influyentes líderes del PFL, sostuvo el pasado miércoles en declaraciones a la prensa que el PMDB "ejerce absoluto control del gobierno y, en consecuencia, el PFL debe irse de inmediato a la oposición".

En esta forma, la creciente crisis económica está encontrando un correlato en el sistema político que enfrenta igualmente momentos de alta tensión.



01-01

8705531

# Cruzado II: drástico ajuste y severas críticas

La necesidad de neutralizar los desequilibrios generados por el llamado Plan Cruzado, lanzado en febrero —explosión de la demanda con la consecuente presión sobre el déficit fiscal y las reservas en divisas, por las subvenciones e importaciones de productos esenciales— llevó al gobierno del presidente José Sarney a lanzar el Plan Cruzado II, el pasado viernes 28 de noviembre, menos de una semana después del arrollador triunfo electoral oficialista.

Así fue como se decretó el reajuste de los precios de varios productos, se decidió la clausura de 15 empresas estatales —fuente endémica de alto déficit fiscal, se argumentó— se cambió el método para determinar el índice de inflación, desencadenando una ola de protestas de una magnitud aún difícil de definir, pero que ha introducido serias fisuras en el principal pilar del gobierno de Sarney, el PMDB. Las críticas han alcanzado tal entidad que el ministro de Hacienda, Dilson Funaro, presentó su renuncia el pasado 28, siendo de inmediata rechazada por Sarney.

Los ajustes al Plan Cruzado —o el Cruzado II— fueron realizados igualmente para obtener la aprobación del FMI, necesaria para poder renegociar la elevadísima deuda externa brasileña, según comentarios divulgados por diarios de Río de Janeiro y San Pablo.

El Plan Cruzado había sido lanzado el 28 de febrero del presente año para contener el crecimiento de la inflación desenfrenada que socavaba a la economía brasileña, que en 1985 se elevó en 233,65% y durante los ocho primeros meses de existencia de las medidas de estabilización ascendió al 10,25%.

Este plan congeló los precios y los salarios, dispuso el reajuste automático de los sueldos cuando la inflación se eleve en 20%, eliminó la indexación generalizada pero la mantuvo para los depósitos de ahorro, y determinó la creación de una nueva unidad monetaria, el cruzado, con cuyo nombre se lo identificó.

Los ajustes decididos el pasado 28 aumentan el precio de la nafta y el alcohol automotriz (60%), automóviles (80%), taxis (24%), correo (80%), electricidad residencial (media 35%), cigarrillos (45 a 128%), teléfonos (35%), bebidas (188), azúcar (25), remedios (media 16%), y leche (gradual a partir del año próximo), aunque se anuncian más aumentos en breve.

A eso se suma la extinción de organismos estatales como el Banco Nacional de la Habitación (BNH), cuyos 8.300 empleados han tomado la sede del banco, en Río de Janeiro, negándose a salir hasta que no sea resuelta su situación.

De los quince organismos oficiales cuyo cierre se dispuso, cuatro —entre ellos BNH— desaparecerán y el resto será absorbido por otras dependencias del Estado.

El Gobierno puso también en venta bienes muebles e inmuebles por un valor de 9.000 millones de cruzados (630 millones de dólares) y extendió hasta diciembre de 1987 la prohibición para el sector público de contratar nuevos empleados.

La modificación del método para elaborar el índice de inflación, ha motivado duras críticas de sectores medios y de trabajadores calificados. En efecto, ahora sólo se consideran para la medición aquellos aumentos que recaigan sobre productos de consumo habitual para una familia de trabajadores que gane hasta cinco salarios mínimos (hasta el equivalente a 270 dólares), en circunstancias que hasta la modificación, el índice incluía hasta 30 salarios mínimos, afectando incluso a automóviles y electrodomésticos.

El plan gubernamental mantiene el subsidio al trigo, que cuesta 1.500 millones de dólares anuales, y aplaza hasta diciembre la decisión sobre los pagos a los productores de leche.

"Las medidas no van a afectar a los trabajadores y sólo a la clase media que puede consumir", argumentó Funaro, quien señaló que el 85% de los brasileños gana hasta cinco salarios mínimos, "y este sector es el que queremos favorecer aumentando los impuestos al consumo y no el impuesto a la renta".

Según Funaro, "el crecimiento industrial de Brasil fue en 1985 del 8% y este año debería llegar al 11%, lo que sumado daría el mayor crecimiento de un país en el mundo, y nosotros no podíamos dejar que ocurriera", por los desajustes que acarrea, señaló el ministro.

Indicó que la industria brasileña ha registrado en los últimos meses un aumento de ventas de hasta el 500%, pese a las medidas de julio pasado, cuando el gobierno creó impuestos al consumo de combustibles y vehículos.

## OBJECIONES

Un torbellino crítico ha envuelto el lanzamiento del Cruzado II, mezclándose la protesta sindical, con la política y la técnica.

El cálculo de la inflación fue el principal blanco de críticas, desde filas oficialistas hasta sindicales. "La exigencia de cualquier sacrificio debe ser profundamente debatida por la sociedad", estimó el gobernador electo de Bahía por el PMDB, Waldir Pires, en tanto que el economista Roberto Macedo explicó que "el brasileño no afectado por este paquete es aquel que no tiene automóvil, que no toma taxis, que no fuma, que no bebe, que no necesita medicamentos, que no consume electricidad, que se alumbra con velas, que no utiliza el correo..."

El ministro de Planificación José Sayad salió en defensa de las medidas afirmando que los sectores menos sacrificados serán los más pobres del país, donde un 70% de los 130 millones de habitantes viven en la "miseria absoluta", según cálculos oficiales.

"Las medidas fueron diseñadas no para reducir sueldos y sí para desestimular el consumo y generar un ahorro que sirva al aumento de la producción", dijo Sayad.

Pese a las masivas críticas —que afectaron drásticamente el índice de popularidad de Sarney y su gobierno— el presidente del PMDB, el diputado Ulysses Guimaraes, aseguró que su partido apoya mayoritariamente las medidas" porque son las más correctas que podrían ser adoptadas en estas circunstancias". Sólo hubo un adelanto en su aplicación, decidida previamente para el primer aniversario del lanzamiento del plan, el próximo febrero.

## DEUDA EXTERNA

Por otra parte, Dilson Funaro anunció que hacia fines de año, o a más tardar en enero próximo, Brasil suscribirá con los bancos privados y con el Club de París los acuerdos de renegociación de su deuda externa de 105.120 millones de dólares.

El próximo 15 de diciembre el Club de París se reunirá para examinar la propuesta del gobierno brasileño para renegociar su deuda de 7.800 millones de dólares con los países occidentales miembros de esa organización, en base al último informe sobre la economía brasileña elaborado por el FMI.

Brasil se niega a someterse al control del FMI para renegociar su deuda externa, pero como miembro de esa institución acepta que sus técnicos elaboren anualmente un informe sobre el comportamiento de la economía brasileña.

Según el vespertino O'Globo del pasado 26 de noviembre, Funaro recibió la semana pasada dicho informe que "es favorable" al Plan Cruzado, aunque el ministro señaló, aludiendo al ajuste de dicho plan, que éstos constituían "la última alternativa para evitar el sometimiento a la ortodoxia del FMI y del Club de París", ya que "nos encontrábamos en una situación semejante a la de 1982, sin reservas cambiarias y con un proceso de importación y exportación deterioradas".

Para el gobierno de Sarney es fundamental renegociar la elevada deuda en un contexto de confianza de los grandes acreedores, para demandar así nuevos créditos, a la vez que inhibir la creciente tendencia a declarar una moratoria del pago de la deuda externa o una "suspensión negociada de su pago", como propusieron hace poco José Richa y Alvaro Dias, electos senador y gobernador del estado de Paraná, respectivamente, por el oficialista PMDB.

La deuda actual, según el Banco Central, equivale al 48% del Producto Bruto Interno, habiendo sido del 28% en 1975, del 25% en 1980 y del 45% en 1985.

Sin someterse al control del FMI, Brasil obtuvo en setiembre pasado la adhesión de más del 95% de sus acreedores al acuerdo negociado con el comité de gestión de su deuda externa para la refinanciación de compromisos vencidos en 1985 y 1986, por valor de 31.400 millones de dólares.

Dicho acuerdo se refiere a la renovación por un año de las líneas de crédito bancario a corto plazo, por valor de 15.700 millones de dólares, y la amortización de 15.700 millones de dólares del principal e intereses de la deuda vencidos en 1985 y 1986.

En fin, la economía brasileña vivió este año un paradójico proceso, caracterizado por la fuga de capitales en los momentos en que su tasa de crecimiento es, probablemente, la más alta del mundo.

Los capitales extranjeros colocados en Brasil durante el primer semestre de este año fueron solamente de 15 millones de dólares, contra 528 millones para el mismo período de 1985, según datos oficiales. Durante este tiempo, la repatriación por parte de sociedades extranjeras fue de unos 588 millones de dólares.

A comienzos de noviembre, las autoridades financieras adoptaron dos medidas para intentar corregir esta anomalía. La primera busca retener las repatriaciones, permitiendo a las sociedades extranjeras que abran cuentas en divisas en el Banco Central, que serán remuneradas en base a la Libor, debiendo colocar en dichas cuentas las ganancias hasta que decidan reinvertirlas en Brasil.

La segunda está destinada a abrir al capital extranjero los mercados bolsistas de Río de Janeiro y de San Pablo, la primera plaza financiera del país.

La necesidad que tiene Brasil de enfrentar los compromisos de su deuda externa, así como su renegociación sin intervención del FMI, hacen aún más imperiosa la necesidad de divisas, en tanto que las importaciones de alimentos —carne en particular— produjeron una drástica reducción del excedente de su balanza comercial, cayendo sus reservas de divisas a 6.200 millones, con una disminución de 1.400 millones de dólares desde el último diciembre.

Los ajustes al Plan Cruzado, la próxima ronda del Club de París y las medidas para evitar la fuga de capitales extranjeros forman así un conjunto orgánico encaminado a darle a la economía brasileña una estabilidad indispensable para un crecimiento, si bien no tan acelerado como el actual, mantenido y menos desbalanceado.

098
M.E.B



**crónicas del campo**

POR WALTER HUGO PAGES

# Inestabilidad en Brasil Dificulta Intercambio Comercial

## EGIPTO

EGIPTO ha llamado a licitación para el 16/12/86 por dos mil toneladas de cuartos delanteros desosados congelados. Si bien los precios en ese mercado han venido repuntando, difícilmente se presenten por ahora firmes o países que posean los de la CEE.

## BRASIL

SE mantiene en estudio la posibilidad de concretar una oferta de carne, novillo o vaca, desosado, ante requerimiento de Interbras para el Ministerio de Marina de Brasil. Los operadores evalúan con prudencia el tema en función de la posibilidad de haciendas y su precio.

Entretanto, la situación interna de Brasil sigue siendo muy inestable, lo cual dificulta la concreción de negocios por parte de los importadores brasileños, que no tienen claro el panorama que vaya a definir el Gobierno de su país.

Se recordará que las importaciones son libres hasta el 31/12/87 para carne vacuna y hasta el 31/12/86 para carne ovina y no se sabe qué va a pasar después.

El tema de la lentitud en la expedición de guías que afecta no sólo a la carne sino a todos los productos sigue en pie. Por el lado fiscal se sabe que el Gobierno de Brasil llevaría el IOF (im... 130 % a partir del 1/1/87, lo cual sin duda encarecerá tremendamente todas las importaciones. Se dice que luego esta medida se refería sólo al petróleo, pero entre tanto la incertidumbre dificulta los negocios. Creemos que se clarificará el panorama puesto que el desabastecimiento en Brasil alcanza ribetes de novela, no sólo en alimentos, sino también en repuestos y otros bienes.

Otro punto, para completar el cuadro, es que no se sabe cuál será el criterio en Brasil en cuanto a la exoneración del arancel (ICM) para la carne ovina, que vence el 31/12/86, y que según SEAP no sería prorrogada.

## ISRAEL

PARA el 3/12 Israel llamó a licitación por 10 mil toneladas de delanteros desosados. Seguramente se han presentado operadores de Uruguay, Argentina, Paraguay y CEE.

Al momento no podemos dar otros detalles, y como se sabe el proceso de negociación lleva unos 10 días según es costumbre.

## IMPORTACION DE PRODUCTOS PORCINOS

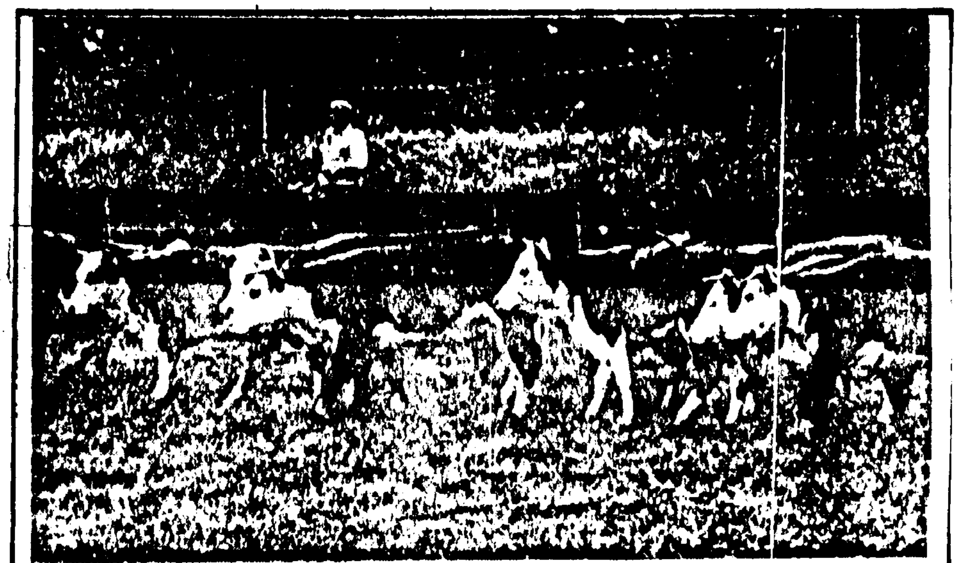
NUEVAMENTE se trataron en Junta de INAC consultas del MGAP sobre solicitudes de importación de productos porcinos. Fueron resueltas como en la oportunidad anterior ... producción y de la industria, y el voto en minoría a favor de los dos delegados oficiales.

Por excepción se autorizó una solicitud de piernas y paletas para elaborar, dentro del criterio de la resolución anterior, por tratarse de un expediente que había sido demorado en el MGAP y pertenecía al mismo paquete.

De manera extraoficial hemos recibido información que en cuanto a las solicitudes de importación de jamones terminados, grasas, gorduras, etc. que fueron con opinión contraria por mayoría de INAC, igualmente fueron aprobadas por el MGAP. Si esto se confirma, estaríamos ante un evidente manoseo por parte del Poder Ejecutivo de las opiniones dentro de la Junta de INAC, que está para asesorar luego de un intercambio de opinión de las partes. Para eso que no se pida opinión, si es que en definitiva le interesa más al Gobierno traer productos del extranjero, aún cuando se sepulte la posibilidad de recuperación de estos sectores de la granja.

## PRECIO DE LA LANA

EL precio de la lana en el mercado internacional se ha estabilizado. El indicador del SUL para los remates australiano establece para la finura 1¼ll, S/e al 25/11 N$ 3.132 los 10 kilos contra N$ 3.146 el 18/11. ... diéndose hablar de U$S 1.70 el kg. vellón, U$S 0.70 el kg. de barriga y U$S 1.60 el kg. de cordero.



## PROYECTO DE TRIBUTACION AGROPECUARIA

EL viernes 28/11/86 el Poder Ejecutivo remitió al Parlamento un proyecto de ley que introduce importantes modificaciones en la política tributaria. Dicho proyecto surge de un acuerdo político, y las consultas a los sectores involucrados han sido indirectas u oficiosas, no demasiado formales, pero esto al parecer es la tónica del momento en materia legislativa.

Uno de los aspectos posi...

## NEGOCIOS CONCERTADOS

**TONELAJE TOTAL DE LA SEMANA AL 23.11.86**

| | | |
|---|---|---|
| Carne vacuna con hueso | 385 | tons. |
| Carne vacuna sin hueso | 473,5 | tons. |
| Carnes cocidas | 1.800 | cajas |
| Conserva vacuna | 960 | cajas |
| Menudencias vacunas | 136,5 | tons. |
| Carne ovina con hueso | 1.261,5 | tons. |
| Menudencias ovinas | 20 | tons. |
| Carne equina con hueso | 67 | tons. |
| Carne equina sin hueso | 105 | tons. |
| Carne de ave | 99,5 | tons. |
| Productos de chacinería | 10 | tons. |
| Productos alimenticios | 40 | tons. |

**TONELAJE TOTAL DE CARNE VACUNA EQUIVALENTE EN GANCHO:**

| | |
|---|---|
| Carne vacuna con hueso | 396,0 tons. |
| Carne vacuna sin hueso | 762,0 tons. |

Sub-productos: 300 tons.; 3,40 kgs.; 42.207 madejas; 10.025 ...

RS

098

BRASIL



# Marcha de productores rurales en Brasilia por la reforma rural

BRASILIA, 11 (ANSA).- Cerca de 40.000 productores rurales de casi todo el país realizaron hoy aquí una marcha de protesta contra la política agrícola y contra el programa de reforma agraria del gobierno del presidente José Sarney.

La manifestación, denominada Marcha cívica, fue organizada por la Unión Democrática Ruralista (UDR), integrada por terratenientes, y contó con la participación de pequeños, medianos y grandes hacendados.

**Amplio despliegue policial**

Aunque había sido autorizada por la Secretaría de Seguridad Pública, la manifestación se llevó a cabo en medio de un amplio despliegue policial, reforzado por efectivos del ejército.

Los manifestantes, que desde el miércoles comenzaron a concentrarse en una zona periférica de Brasilia, donde instalaron tiendas de campaña, exhibieron carteles con inscripciones tales como "No al minifundio", "Protección a la libre iniciativa y a la propiedad privada" y "Democracia sin demagogia".

La marcha fue encabezada por el presidente de la UDR, Ronaldo Caiado, quien acusó al Instituto Nacional de Colonización y Reforma Agraria de haberse transformado en "un nido de comunistas".

Según Caiado, el objetivo del movimiento es presionar a la Asamblea Nacional Constituyente para que la nueva carta magna garantice el derecho a la propiedad privada.

"Los campesinos sin tierra deberían ser asentados únicamente en tierras del Gobierno", dijo el presidente de la UDR al subrayar que "la reforma agraria no puede afectar a las propiedades productivas".

**7.000.000 de familias**

BRASILIA, 11 (UPI).- Funcionarios de esta capital estiman que unas siete millónes de familias podrían beneficiarse con la reforma agraria por la que se expropiarían tierras de bajo aprovechamiento.

La Unión Democrática Ruralista, que organizó la protesta, ha dicho que no se opone a la reforma agraria, pero que desea asegurar que la tierra privada no sea confiscada de manera arbitraria.

La Nación 12/9/87



8705660

BRASIL 098

LA NACION Domingo 5 de julio de 1987

# La enfervorizada oposición del Partido Trabalhista

Por Jorge Emilio Gallardo

(Enviado especial de LA NACION)

RIO DE JANEIRO.- El tema político más visible es el inaugurado aquí por la renuncia del prefecto de esta ciudad, Saturnino Braga, a su condición de miembro del Partido Democratico Trabalhista, cuyo jefe es el ex gobernador Lionel Brizola. Por esta razón nos instalamos en la sede del partido en vispera de una reunión a puertas cerradas a la que finalmente no concurrió Brizola, pero donde conversamos con algunos de sus principales colaboradores.

En un viejo edificio del pleno centro, cuyo primer piso es una dependencia policial, las tres restantes plantas pertenecen a esta agrupación, tipificada como "socialismo democrático", y una de cuyas ramas es el Movimiento Verde, expresión local de una conocida vertiente política de escala mundial.

## Cambio de impresiones

Muchos militantes llevaban un distintivo con la consigna de elecciones directas e inmediatas.

Las enfervorizadas opiniones que recogimos aquí coinciden en parte con la opinión del brasileño medio, pero ahora si debe entenderse que provienen del partido más netamente enfrentado con el gobierno, y que sólo cuenta con 26 diputados sobre el total de 479 diputados federales.

El criterio anunciaba la llegada de los caciques: el elegante y ya maduro Luis Bocayuva, bisnieto de don Quintino -tuvo tiempo de recordarnos que su antecesor fue tan amigo de la Argentina que había sido denunciado por corrupción y debió pedir una sesión secreta del Senado para poner las cosas en claro-, en lo que respecta a la crisis política del Brasil de hoy, dijo: "Es grave, extraordinariamente grave. Soy veterano en estas luchas y desde el año 40 no he visto un momento de tanta gravedad. Hay una crisis social, económica y política sumamente grave. El trabajador teme perder su empleo. La clase política esta perpleja. Los militares estan aprensivos. En 1964 hubo una solución militar y yo fui su victima. Ahora, ni un golpe militar resuelve el problema. ¿Soluciones?, no las hay. Aquí siempre se buscó darle el poder al pueblo, pero no veo que las fuerzas políticas estén de acuerdo con eso. Por otra parte, los empresarios no están invirtiendo. La solución tiene que darla Dios, que felizmente para nosotros es brasileño".

El diputado federal, Roberto Davela nos expresó que Saturnino Braga "está totalmente equivocado en su decisión. Siempre fue muy bien tratado por Brizola y por el partido. Ya era nuestro candidato para futuras elecciones. Se fue por razones personales, y ahora seguramente va a pasarse al PMDB (el partido del gobierno)".

Arreció el griterío y apareció un hombre bajo y fornido, hasta hace dos días secretario de Braga, pero que decidió ser fiel al partido. Su nombre es Mauricio Azedo y nos dijo: "Una votación de un millón de electores atribuyó al partido la Prefectura de Río de Janeiro. Lo que ha ocurrido fue una maniobra palaciega capitaneada por Joao Rezende. Yo no puedo permanecer más en la secretaría".

## "Un hecho lamentable"

Alto y corpulento, el diputado Marcello Alencar se declaró "triste con este hecho lamentable. Saturnino capituló ante las agresiones contra nuestro partido y contra nuestra conducción. Demostró no ser socialista ni democrático. Su accion ha sido la de un pirata, que aprovecha los votos de su partido y lo abandona cuando conquistó el cargo".

Todos estos conceptos ilustran sobre los puntos de vista del partido de oposición de mas neta inhabilidad en el panorama político brasileño de estos días. El gobierno cuenta, desde luego, con amplio apoyo de otros sectores, pero incluso Janio Quadros, actualmente prefecto de San Pablo y hasta ahora aliado y amigo de Sarney, acaba de lanzarle duras críticas al reclamarle al presidente el ejercicio de una más visible autoridad.

(c) LA NACION



8705661

Panorama Internacional

# Brasil: ¿hay luz al final del túnel?

Los brasileños viven la política a ritmo sincopado. A las tensiones sigue una crisis. Luego una pausa y la acción continúa. El juego es rudo, pero los actores tienen tiempo de reacomodar las cargas. No siempre ocurre así. A veces el ritmo se acelera. Es lo que ha pasado en los últimos días. En un lapso extremadamente breve, se registraron dos episodios traumáticos. Ambos en Río. En el primero, el vehículo que transportaba al presidente Sarney fue apedreado. En el segundo, la multitud reaccionó contra el aumento (en un cincuenta por ciento) de las tarifas del transporte público (autorizado por un juez) con extremada violencia. La ciudad quedó fuera de control por una hora y media. Fue una suerte de "cordobazo". Para decirlo en términos cariocas, un "corcovadazo".

Por si fuera poco, una personalidad respetada de la vida política, el ex gobernador de Paraná y actual senador nacional José Richa, del P.M.D.B., salió a la palestra para hacer un diagnóstico de situación que, siendo medido en la forma, no dejó por eso de desnudar las dificultades que han sumido al Brasil de la democracia en una crisis de tal magnitud que Richa no titubeó en señalarla como todavía más grave que la registrada en los últimos días de Goulart, cuando estalló la revolución militar del '64, que se quedó en el poder por 21 largos años.

Richa dijo cosas que todo el mundo sabe, pero que los operadores políticos evitan considerar de frente. Esto es, que el gobierno no controla la situación y que el partido mayoritario está atomizado, hasta el punto de que resulta difícil reunir a más de media docena de legisladores en torno a una misma ponencia.

En consecuencia, sería preferible suspender temporalmente las sesiones de la Constituyente a fin de que la clase política elabore un consenso que permita enfrentar las dificultades de la coyuntura.

Esta propuesta (de difícil concreción) tiene cierta tangencia con las ideas esgrimidas por el senador Marco Maciel, un liberal que hasta hace poco fue el coordinador político del gobierno de Sarney. Según Maciel, si los políticos no ocupan el espacio que les corresponde, el vacío que así se engendra será ocupado por manifestaciones callejeras y movimientos huelguísticos, de gravedad cada vez más acentuada, con el riesgo de un retorno a la "pendularidad permanente entre el populismo y el autoritarismo".

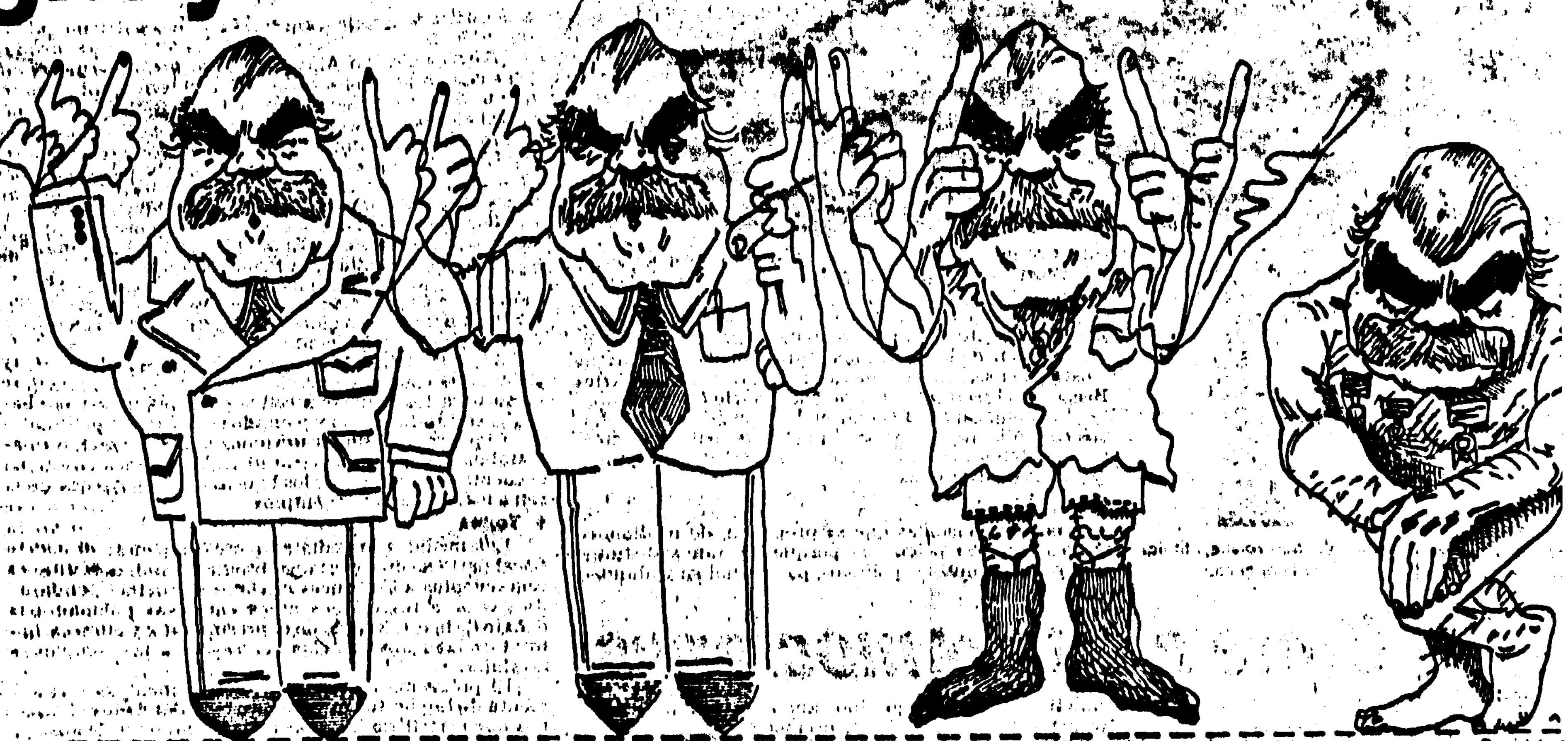
Richa apunta a la crisis de autoridad que impide el surgimiento de un liderazgo cohesivo, capaz de encauzar la disputa pequeña (comiteril, diríamos nosotros), mientras los problemas de la nación van quedando paulatinamente abandonados. Maciel alude, a su turno, a un fenómeno pocas veces aceptado y que consiste en el hecho de que la clase política parece separarse de las capas profundas de la sociedad, las cuales se expresan por otros medios.

Al fracturarse la alianza de gobierno P.M.D.B.-P.F.L. el gabinete de Sarney quedó sujeto a un cierto tironeo. El P.M.D.B. miró durante mucho tiempo al ejecutivo como a un órgano ajeno. Solamente cuando el Plan Cruzado tuvo su fulgurante (y efímero) momento de popularidad, se juntaron ambos términos y marcharon por la senda marcada por el alucinado ministro de Hacienda, Funaro. El traspié llegó con la declaración de la moratoria de los intereses de la deuda externa. Sarney dijo que así se defendía la soberanía, pero en la práctica fue generándose un cierto apagón económico. Las dificultades del frente externo hacían "pendant" con las del frente interno. Y cuando la brusca transferencia de ingresos hacia los sectores populares y medios se resolvió en desabastecimiento y, luego, en medidas recesivas, el gobierno de Sarney comenzó a ser escasamente confiable para los más diversos sectores sociales.

Como si fuera poco, la política "de comité" impulsó los alineamientos con vistas a la sucesión de Sarney. No solamente se discutía el término de su período, sino su legitimidad en el cargo. En ocasiones, el P.M.D.B. le impuso actos de gobierno. Ulysses Guimaraes vivía así una gloria vicaria, que alcanzaba su cenit cuando, al viajar el presidente al exterior, se sentaba en su sillón y recibía a sus conmilitones.

Es posible que este viento de locura llevara a su vez a Sarney a tomar ciertas determinaciones. Por de pronto, estableció taxativamente que su período será de cinco años, cuando la mayoría de los constituyentes prefiere cuatro y, muchos, menos todavía. Este juego se hacía en la cumbre, sin cuidado por las tensiones acumuladas en el subsuelo. Esta semana, en Río, bastó una chispa —un aumento desorbitado de tarifas— para provocar —literalmente— un incendio.

Las cosas están ocurriendo como si buena parte de la clase política creyera que vive una suerte de toma de la Bastilla. Cae el viejo régimen y se lo reemplaza por otro. Cambian los hombres, las leyes, las instituciones. La Nueva República es inédita. No toma con beneficio de inventario al país real, al país que, buena o malamente, se fue configurando con el...



Copyright ©

Presidente José Sarney: así que pasen cinco años

P.M.D.B.) tenían ideas completamente distintas a las aplicadas por la revolución militar del '64. Pero luego pasaron 21 años. El país cambió. Y a partir de ese nuevo Brasil debía enfocarse la acción de gobierno.

Una de las cosas que cambió es que Brasil se industrializó. En estos días hay una polémica en la izquierda. Se ha llegado a afirmar que el núcleo de empresas que se apoyó en la revolución del '64 es el factor portador de modernidad. ¿Por qué? Porque extendió el sistema capitalista, introdujo tecnologías modernas, incrementó el éxodo del campo a la ciudad y aumentó la oferta de puestos fabriles. Esto se hacía, desde luego, en medio de un vasto contingente de marginalidad, de cruel marginalidad. Seguía habiendo dos países en Brasil, uno próspero y desarrollado, otro languideciente y miserable. Pero las fórmulas para atacar el problema habían variado 21 años después. De ahí que, al no renovarse, la izquierda perdiera su primitivo vigor.

La masa crítica de Brasil no puede ser sujetada a una inversión de rumbo determinada puramente por la ideología. Cuando en la Constituyente se discute la reserva de mercado para ciertas industrias, en los hechos, la inversión cae. Cuando se busca de... los despidos o suspensiones se anticipan. Cuando la izquierda intenta cambiar el signo de la Constituyente, genera anticuerpos y, en la práctica, retrocede.

Fernando Gasparian es un ex empresario textil; fue dueño de una industria de capital nacional que quebró en los primeros tiempos de la revolución militar. Luego fundó el semanario "Opinião", legendario por el atrevimiento con que enfrentó al situacionismo, por sobre peligros personales y acciones de la censura. Pues bien, en estos días, Gasparian conversó con el jefe del Servicio Nacional de Inteligencia, según apunta el "Jornal do Brasil". Le dijo que el proyecto elaborado hasta ahora por la Constituyente está lleno de "casuismos", y es retrógrado en materia económica. A su juicio, la Constitución de 1969, dictada por los militares, era más progresista. Se quedó muy sorprendido cuando el general Iván de Souza Mendes concordó con él.

Evidentemente, el modelo tecnocrático militar se hallaba extenuado cuando la revolución cesó. La transferencia de poder a los civiles abría una nueva etapa útil para, sin contradecir la tendencia al crecimiento brasileño, potenciar al país con la incorporación de nuevos estamentos a la producción, al salario y al consumo. ...tos consideraron que lo importante era dirimir la cuestión del poder. También, escribir la carta de la República Nueva. Donde había necesidad de modificar la realidad, para poder fundar en ella nuevas instituciones, el rábano fue tomado por las hojas.

De ahí que el inconformismo social se exprese por canales que no se corresponden siempre con los partidos políticos. Maciel recibió el jueves a Brizola (a quien un sector del Planalto desea hacer el chivo expiatorio de los sucesos de Río) y no anuló la cita a pesar de un mensaje en tal sentido de Sarney. "Ya no estoy en el gobierno", explicó. En el llano, su tarea es lograr que los políticos renuncien al "canibalismo" y acepten reflexionar sobre un nuevo punto de partida para el país.

Hay, en efecto, sectores no canalizados. En 1964 el campesinado era una masa no articulada que recién entonces Arraes trataba de educar (para que pudiera votar) y Francisco Julião de agrupar en ligas (para exigir tierras). Pero ahora buena parte de esos campesinos son obreros fabriles, agremiados, y los cultivos agrícolas para la exportación han generado una aglutinación de mano de obra. La Iglesia ha avanzado mucho por el camino de la organización de esos se... ...cas por las ideas radicales de ...os sus exponentes. Ase va... necesita ser cooptado para ... brasileña que no sea ya de... sin integración, sino que ... términos de nación cabal.

¿Es posible lograr est... acuerdo en la cúpula? Ave... listas parecen considerar ... proyecto de Tancredo Neve... ...tamente, lo que los ajedre... man "todos juntos y adela... es, cuando todas las fuer... concentrarse en un objetiv... giado, de interés vital.

Como Sarney no es Nev... sado lo contrario. En lugar ... hesión, hay dispersión. En l... confianza renacida, se gene... confianza de los sectores so... lugar de la transformación ... por la continuidad, hubo u... de replantearlo todo de un... fácil de advertir en todo est... raleza de un cierto caos. En ... su raíz, no es otra que la ... desatada de quienes, en lu... el país, ven apenas los co... quienes no aceptan que la c... democracia no se define c... sino con gobierno, el cual ... estadistas y no figurantes. ... dice el proverbio, los hecho... elocuentes que las palabras.

25

098

BRASIL

# La miseria, los saqueos

RIO DE JANEIRO, 2 (AFP). — La ola de saqueos de supermercados en la periferia de Río de Janeiro vivida el miércoles pasado, al día siguiente del motín popular —en el que se incendiaron 149 autobuses—, muestra la persistencia de un clima de gran tensión social en Brasil, donde los sindicatos acaban de convocar a una huelga general para el 12 de agosto, estimaron los observadores.

Sumidos en una creciente miseria, cientos de habitantes de favelas (villas miserias) de la periferia norte de Río de Janeiro (ciudad que cuenta con 400 favelas) saquearon el miércoles cinco supermercados, llevándose grandes cantidades de víveres.

Ello se produce en un marco de un descontento general, que originó una propuesta del senador José Richa para suspender durante 30 días las labores de la Asamblea Constituyente, a fin de hallar solución a la crisis de confianza que enfrenta el gobierno.

Miembro influyente del P.M.D.B. (Partido del Movimiento Democrático Brasileño, centrista, en el poder), Richa justificó su iniciativa en "la insatisfacción generalizada", que puede provocar "en poco tiempo un estallido social" (ver crónica).

La Constituyente, reunida desde febrero en Brasilia, debe sustituir la Carta Magna utilizada por el último gobierno militar (1964-85), aún en vigor, por una Constitución democrática.

El último balance del motín del martes dio cuenta de 149 autobuses incendiados o apedreados, seis comercios desvalijados, 58 heridos y daños por 13 millones de dólares.

♦ **Costo de vida**

Pero la intervención del ejército, el martes para sofocar el motín de Río de Janeiro no alcanzó a disuadir a un millar de personas que se manifestaron el miércoles por la tarde, en la ex capital brasileña, en protesta por el costo de vida.

A pesar del bloqueo de precios por 90 días anunciado el 12 de junio, se toleran las alzas de ciertos productos, como el gas, que desde marzo aumentó 172 por ciento.

El pan y la carne acaban de aumentar 40 por ciento y se anunció el alza de las tarifas de transportes urbanos en todo el país, lo que fue el desencadenante de los motines.

Luego del fracaso del Plan Cruzado, el nuevo bloqueo de precios fue recibido con el mayor escepticismo por la población, cuyos ingresos son rápidamente erosionados por la inflación.

Clarín 3/7/87



8705668

RS
098
BRASIL

# Ante la nueva moratoria los acreedores fijan represalias

**Suspensión de todo nuevo crédito a mediano y largo plazo y aplicación de intereses por mora son las consecuencias inmediatas de la decisión de Brasil de suspender el pago de capitales sobre su deuda con bancos públicos internacionales. Brasil dice que bancos y gobiernos quebraron un pacto.**

BRASILIA y PARIS, 2 (ANSA, DPA y UPI). — La decisión brasileña de suspender los pagos a cuenta del capital de los préstamos obtenidos de instituciones crediticias estatales reunidas en el Club de París causó malhumor y sorpresa en los ambientes financieros internacionales de Francia.

"Ciertamente es un hecho nuevo, que sin embargo no llega totalmente inesperado", fue el comentario de un banquero francés respecto de la iniciativa mediante la cual Brasil afirma poder ahorrar 1.005 millones de dólares en 1987, en beneficio de su nivel de reservas.

Rápidamente, los miembros del Club de París se quejan por el hecho de que, al mismo tiempo que se adoptó esta medida, Brasil ha garantizado en cambio el respeto de los compromisos asumidos con las instituciones internacionales como el Banco Mundial y el Fondo Monetario Internacional.

### ♦ Consecuencias

Además de eliminar la posibilidad de obtener cualquier línea de crédito a mediano y largo plazo con las instituciones y países acreedores, la decisión de ayer implica que Brasil pasa inmediatamente a pagar intereses por mora sobre el atraso, dijeron expertos financieros en Francia. En 1985 y 1986, cuando dejó de pagar capital e intereses, el Club multó a Brasil en más de 248 millones de dólares, recordaron.

Inmediatamente antes de firmar el acuerdo de enero con Brasil, los países acreedores ya habían decidido que no se abrirían líneas de crédito para financiar proyectos específicos que involucran la compra de equipos de estos países, a pesar de que los negociadores habían anunciado una breve reapertura de esas líneas. Con excepción de una pequeña operación de 12 millones de dólares con Suiza y otra operación modesta con Francia, las líneas no aparecieron.

Desde el momento en que no se programó una nueva reunión de negociaciones para julio, y que ningún recurso de esas líneas ingresó a la contabilidad del Banco Central, quedó claro para todos que Brasil no tenía otro recurso excepto lo que se denomina "denuncia inespecífica": una suspensión de pagos. Esta suspensión, según se sabe en Francia, abarcaría todo 1987.

A pesar de todo, hay presiones de empresas sobre los gobiernos que integran el Club para que se reanuden las operaciones de financiamiento a mediano y largo plazo. La resistencia a abrir nuevos créditos se debe a la práctica adoptada por Brasil durante los gobiernos militares.

Esos créditos, generalmente atribuidos a proyectos específicos, provenían en parte de recursos sindicalizados (es decir, prestados por un grupo de bancos) y, por otra, de gobiernos y agencias. Brasil usaba los recursos sindicalizados para su caja, no comprabá equipos ni destinaba el dinero a proyectos, y dejaba el resto sin usar.

### ♦ Explicación

La explicación oficial de Brasil por la decisión, comunicada ayer por el ministro de Hacienda Luiz Carlos Bresser Pereira, sostiene que "es una medida de protección de nuestras reservas, no una actitud de confrontación con los acreedores oficiales" y que "no tenemos reservas para dar y vender".

Bresser Pereira agregó que la decisión de extender la moratoria al capital de la deuda fue consecuencia de la quiebra de uno de los puntos del acuerdo cerrado en enero por el equipo del entonces ministro de Hacienda Dilson Funaro. Este punto era el compromiso de que las agencias oficiales volverían a conceder nuevos créditos a Brasil a partir de la firma del acuerdo.

CLARIN 3/7/87



8705669

8

BRASIL



PIDEN SUSPENDER LOS TRABAJOS DE LA ASAMBLEA CONSTITUYENTE

# Advertencia militar sobre el peligro de desestabilización por la crisis en Bras

*El influyente senador José Riccha, del P.M.D.B., hizo una grave descripción del momento social y político que atraviesa Brasil. Reiteró así su pedido de que la Asamblea Nacional Constituyente suspenda sus trabajos para permitir a la clase política ocuparse de la coyuntura. Por su parte, el ministro de Aeronáutica, brigadier Moreira Lima, advirtió que no se permitirá que grupos desestabilizadores alcancen su objetivo y reiteró la confianza de las FF.AA. en la Constituyente.*

José Riccha, dirigente del PMDB

RIO DE JANEIRO, 2 (EFE, AFP y ANSA). — El ministro brasileño de Aeronáutica, brigadier Octavio Moreira Lima, dijo en declaraciones recogidas hoy por la prensa que "no se puede permitir que grupos interesados en la desestabilización político-institucional del país alcancen su objetivo". El militar defendió la preservación de la transición democrática y reiteró la confianza de las fuerzas armadas en los trabajos de la Asamblea Nacional Constituyente.

Este respaldo expreso a la tarea de la asamblea aparece en medio del enmarañado panorama político brasileño horas después que —ayer— el senador José Riccha propusiera suspender durante 30 días las labores de aquélla a fin de hallar solución a la crisis de confianza que enfrenta el gobierno.

Es necesario señalar que Riccha —de ahí la importancia de su propuesta— es miembro influyente del poderoso Partido del Movimiento Democrático Brasileño (P.M.D.B.), uno de los políticos más prestigiosos del país, posible candidato a presidente, ex gobernador del estado de Panamá, amigo personal del fallecido Tancredo Neves, del mismo José Sarney y del ministro de Ejército, Leonidas Pires Gonçalves.

Mientras el brigadier Moreira Lima indicaba claramente que "la aeronáutica no permitirá que el proceso de democratización de Brasil sufra cualquier tipo de interrupción como pretenden algunos grupos que intentan desestabilizar al gobierno", esta mañana, el presidente José Sarney, quien hizo saber a través de su vocero el beneplácido con que recibía la propuesta del senador Riccha, dijo a un grupo de expertos en política que el P.M.D.B. es culpable de que todavía no se haya logrado un pacto político tendiente a hacer viable el proceso de transición democrática.

Uno de los profesores intervinientes en la reunión transmitió a la prensa la afirmación del presidente, quien habría dicho: "El P.M.D.B. teme perder su fuerza egemónica dentro del gobierno y por esta razón ha encontrado en ese grupo el mayor impedimento para concretar un pacto político".

### ♦ "No hay entendimiento"

El senador Riccha fue categórico al decir que "el país pasa por un período más caótico que el final del gobierno de João Goulart, en 1964". Agregó que, en vista de que la coyuntura del país se agrava día a día "encuentro oportuno suspender los trabajos de la Constituyente, porque de no ser así, tenemos a todos los políticos pendientes de la Asamblea y a nadie ocupándose de esta situación que aflije hoy y ahora al país. Debemos darnos tiempo para atender los problemas que nos apuran, porque si seguimos así o fracasa la Constituyente y no arreglamos ningún problema de coyuntura, o —angustiados por ésta— hacemos una Constitución a la apurada, de mala calidad".

El senador indicó que la Alianza Democrática "se acabó" y que "el P.M.D.B. no consigue juntar a más de media docena de personas en torno de algún punto". Y continuó: "No hay el menor entendimiento entre el gobierno, el Congreso, los congresistas, los partidos políticos. Quiero decir: hay desorden, caos político, nadie es capaz de entender nada".

Riccha no eludió críticas al gobierno, al que calificó de "prejuicioso respecto de la clase política" y que "toma decisiones sin asegurarse un mínimo de apoyo parlamentario". Después de defender el papel de los militares ("creo que lo que más está salvando esta transición es su comportamiento irreprochable"), Riccha advirtió que "existe una insatisfacción generalizada que transforma en más y más tens[illegible] El país acabará experimentando estallido social. No podemos seg[illegible] así, con un plan económico en el [illegible] nadie cree, con un pueblo no [illegible] preocupado por su salario sino [illegible] mantener su empleo. Tal vez —[illegible] tió— suspender la Constituyente [illegible] lo adecuado para evitar que [illegible] guien se le ocurra arrimar un fí[illegible] ro en este clima, donde hay pól[illegible] por donde se mire".

### ♦ Aumentan despidos

Mientras tanto, en San Pab[illegible] presidente de la Central Unic[illegible] Trabajadores (CUT), Jair Men[illegible] lli, denunció que en las próxima[illegible] manas la industria automotriz [illegible] leña deberá despedir a 29 mil [illegible] lúrgicos, recordando que en jun[illegible] timo 4 mil trabajadores perd[illegible] sus empleos.

La denuncia del dirigente sin[illegible] fue confirmada por el presiden[illegible] la Asociación de Fabricantes d[illegible] tomóviles, Pedro Eberhardt, [illegible] añadió que en ese sector indu[illegible] 8.200 metalúrgicos perdieron [illegible] trabajos entre marzo y junio.

Esta semana, los sindicato[illegible] ramo, en la región metropolita[illegible] San Pablo, solicitaron al minis[illegible] Trabajo, Almir Pazzianotto, [illegible] das para evitar los despidos. D[illegible] ciaron y responsabilizaron a la [illegible] tica del gobierno federal por u[illegible] ceso en el que —solamente e[illegible] Pablo— existen 734.000 deso[illegible] dos.

Pero mientras el ministro de [illegible] bajo expresó que las recientes [illegible] das económicas adoptadas por [illegible] nistro de Hacienda, Luiz C[illegible] Bresser Pereira, facilitarían u[illegible] cuperación económica del paí[illegible] empresarios (a los que el se[illegible] Riccha calificó de "perplejos a[illegible] que sucede") pidieron que el g[illegible] no tome medidas coyunturales [illegible] frenar la crisis.

01-01 8705670

Agencia AP

Alrededor de 15.000 brasileños se concentraron en la Explanada de los Ministerios, frente al Congreso, en demanda de elecciones presidenciales inmediatas.

# Brasil: caída del P.M.D.B.

BRASILIA, 8 (Enviado especial). — Aunque todos ellos coincidían en considerar exitoso, incluso más allá de sus propias expectativas, el primer gran acto de la campaña por elecciones presidenciales "directas ya", realizado ayer en Brasilia, los rostros de satisfacción que mostraban hoy en los corredores del Congreso los líderes del Partido de los Trabajadores, Luis Ignacio da Silva "Lula", y del Partido Democrático Trabalhista, Luis Carlos Brandao Monteiro, contrastaban con el gesto más adusto del senador del Partido del Movimiento Democrático Brasileño, Afonso Camargo.

Los tres fueron piezas fundamentales en el comité organizador de la concentración, y Camargo —vicepresidente tercero del oficialista P.M.D.B.— es el más fogoso entre los líderes del ala "progresista" de su partido que apoya la reducción del mandato del presidente José Sarney.

Pero casi 15.000 personas que acudieron ayer al predio que enfrenta al Congreso para gritar por las "directas ya" se encargó también de abuchear amarga y largamente a cuanto representante del P.M.D.B. hizo uso de la palabra, en una actitud de sanción a lo que se considera una claudicación de la fuerza hegemónica en el panorama político brasileño.

Esta era la fuente de preocupación de Camargo, quien le explicitó a Clarín, pese a dejar sentado que "no era a nosotros, los parlamentarios del P.M.D.B. que permanecemos fieles al programa, a quienes la gente abucheaba sino a los sectores del partido que están violando los compromisos asumidos".

De todos modos, reconoció que "vamos a tener que evaluar de aquí en más la continuidad de la campaña a través de grandes concentraciones en otras ciudades del país; si la cosa va a continuar con silbidos de los militantes de un partido a los dirigentes de los otros, habrá que ver qué sirve al objetivo común".

Es cierto —como también lo señaló Camargo en esa rápida charla— que la mayor parte de quienes concurrieron a la convocatoria de Brasilia tenían un compromiso más o menos orgánico con la Central Unica de Trabajadores, ampliamente mayoritaria entre los obreros y empleados de servicio de la capital, y a su referente político, el P.T.

Pero también parece indudable que la sigla del P.M.D.B., en su nunca bien resuelto status de partido del gobierno que no puede asumir sino una parte de la política impulsada por el Ejecutivo, muestra un fuerte deterioro de su consenso popular.

Para medir ese deterioro es necesario tener en cuenta que hace apenas ocho meses —el 15 de noviembre de 1986— el P.M.D.B. lograba una aplastante victoria en las elecciones legislativas y de gobernadores de estado, que le otorgó el control de cerca del 60 por ciento de los escaños del Senado y de la Cámara de Diputados y de los Ejecutivos de 22 de los 23 estados de la Federación.

Además la sigla venía siendo virtualmente imbatible en contiendas electorales desde 1974, se constituyó en el gran partido —frente de la oposición al régimen militar, organizó y capitalizó las masivas movilizaciones por las "directas ya" de 1984 y, alrededor de la figura del fallecido presidente electo Tancredo Neves, fue la expresión organizativa de las esperanzas populares en el inicio del proceso de transición democrática, a comienzos de 1985.

Las evidencias de la pérdida de consenso del P.M.D.B. forman parte indisoluble de la crisis política general del país y buena parte de la resolución de esta crisis depende del proceso interno que se desarrollará en el partido en los próximos días.

Sin dudas, las fechas claves son las de los próximos 18 y 19 del corriente, cuando la convención nacional del P.M.D.B. deba pronunciarse sobre el tema de la duración del mandato de Sarney, sobre el sistema de gobierno —la continuidad del fuerte presidencialismo actual, un parlamentarismo más o menos puro o una fórmula intermedia— y la posición del partido sobre la política económica que conduce el ministro de Hacienda, Luis Carlos Bresser Pereira.

De acuerdo con los datos que manejan oficiosamente los legisladores convencionales del P.M.D.B., si la reunión fuera hoy ganarían los sectores del centro-izquierda y "progresistas" que defienden cuatro años de mandato para Sarney y un régimen parlamentarista.

Esta es una evaluación con la que coinciden también los hombres del partido más ligados a Sarney, como los diputados Carlos Sant'Anna y Miltan Reis. De todos modos, la fracción que ellos representan confía en que las presiones cerradas que vienen ejerciendo los operadores del presidente podrían modificar la relación de fuerzas para la fecha efectiva de la convención. La ofensiva lanzada por el Palacio del Planalto incluye duras declaraciones públicas, pero también ejercicios más subterráneos, como los avisos sobre un indeclinable apoyo de las fuerzas armadas a la decisión de Sarney de permanecer cinco años en su cargo.

También la retención de fondos federales de auxilio a las temblequeantes economías estaduales, en la intención de que los necesitados gobernadores neutralicen las rebeldías de los parlamentarios nacionales pemedebistas de sus respectivos estados.

En todo caso, la puja interna en el P.M.D.B. ya está procesando otro frente fundamental alrededor del anteproyecto de nueva constitución, que debería ser entregado mañana a medianoche —según los plazos establecidos— al presidente de la Comisión de Sistematización de la Asamblea Nacional.

En todo caso, la situación interna del P.M.D.B. motivó en estos días la programación de varias reuniones de sus principales dirigentes para intentar alejar lo que ya aparece como una amenaza de escisión.

Ayer fue el turno de la comisión ejecutiva del partido. En la noche de hoy, de todos los ministros pemedebistas con el presidente partidario, el mismo Guimaraes. La próxima semana será el de todos los gobernadores, algunos de los cuales, como Miguel Arraes y Waldir Pires, ya concretaron anoche su propio encuentro bilateral preparatorio.

01-01

Carlos Eichelbaum

Copyright Clarín, 1987

705703

BRASIL 098



# Condenaron en Brasil la agresión al presidente

Brasilia, 27 (UP y EFE) – Dirigentes políticos brasileños condenaron hoy con vehemencia el atentado de manifestantes que apedrearon en Río de Janeiro el ómnibus en que viajaba el presidente José Sarney, que realizó el jueves una visita a esa ciudad. El mandatario resultó ileso.

La manifestación de protesta contra las medidas económicas del gobierno habría contado con la participación de simpatizantes del dirigente Leonel Brizola y otras organizaciones, según versiones de prensa.

"Fue un episodio desafortunado, especialmente para el presidente y, al final, para todos nosotros, porque nunca es conveniente para una nación, para el pueblo, tener un presidente tan impopular y desgastado capaz de provocar manifestaciones de hostilidad", señaló Brizola, presidente del partido Democrático Laborista.

## Crítica de Brizola

Brizola, que hasta hace tres meses fue gobernador de Río de Janeiro, indicó que durante su gestión no ocurrían esos problemas y criticó a su sucesor, Wellington Moreira Franco.

"Durante mi gestión, el ex presidente João Figueiredo podía visitar Río de Janeiro sin problemas", dijo.

El jefe de la bancada laborista en el Congreso, José Carlos Brandao Monteiro, expresó que la manifestación fue una reacción de dirigentes sindicales contra el plan de reducción de salarios.

El nuevo plan económico para reducir la inflación cambió el sistema de reajuste de salarios y dirigentes de los trabajadores han afirmado que supone una reducción de sueldos.

"Nosotros repudiamos la violencia, además la dosis fue muy grande", dijo el diputado.

## Desmentida

El dirigente de la Central Unica de Trabajadores en Río de Janeiro, Geraldo Carneiro, rechazó acusaciones de que esa entidad habría organizado la manifestación.

"Fue una manifestación espontánea, pero hubo una exageración y no creo que tirar piedras sea la mejor manera de plantear la insatisfacción popular", sostuvo Carneiro.El sociólogo Herbert De Souza, presidente del Instituto Brasileño de Estudios Sociales, consideró natural la manifestación popular contra el gobierno.

"Este gobierno tiene que entender que el pueblo no es el mismo de hace 20 años atrás y si el gobierno está mintiendo al pueblo, diciendo que hay reforma agraria cuando no hay, diciendo que no hay reducción de salarios cuando hay, entonces el pueblo va a reaccionar", manifestó De Souza.

El presidente Sarney pidió un refuerzo de su dispositivo de seguridad, integrado por oficiales de las Fuerzas Armadas, tras analizar con los seis ministros militares que integran el gabinete las medidas preventivas que deberán ser adoptadas para garantizar la seguridad de las autoridades y el orden público.

## Fallas en la seguridad

Por su parte, el gobierno brasileño calificó como un atentado la agresión que sufriera el presidente José Sarney durante la manifestación en Río de Janeiro, y que puso en tela de juicio la efectividad de los cuerpos de seguridad del Estado.

El ministro del interior, Ronaldo Costa Cuoto, aseguró que el primer mandatario brasileño fue víctima de un atentado por parte de extremistas, que lanzaron piedras contra el ómnibus que trasportaba al presidente y a su comitiva tras abandonar un centro cultural de la Plaza Xa, en el centro de esa capital, el pasado jueves.

Los hechos, que se sucedieron por la noche, dejaron al descubierto los débiles sistemas de seguridad del Estado para garantizar la integridad física del presidente. La ventanilla del asiento que ocupaba el presidente fue destruida por las piedras que lanzaban enfurecidos manifestantes.

A su llegada a Brasilia, Sarney ordenó la aplicación de la ley de seguridad nacional, que prevé penas de uno a cuatro años para las personas que atenten contra la integridad física y moral del presidente.

El mandatario, que ya sufrió una agresión similar en 1986 cuando era gobernador del estado de Maranhao, reunió a la cúpula militar en pleno para evaluar la gravedad de los hechos y dijo que "sólo no me mataron porque no quisieron".



8705792

# Llamado de Sarney a un pacto para consolidar la democracia

## Acuciado por una crisis política y económica, reiteró su propuesta de un acuerdo

SAN PABLO, 12 (UPI).– El presidente José Sarney, presionado por una grave crisis económica, una gran pérdida de prestigio y divisiones en su gobierno y partido, hizo un llamado hoy por establecer un amplio pacto político para consolidar la democracia en el Brasil.

Sarney, quien asumió la presidencia en 1985 tras 21 años de gobiernos militares, aludió al pacto en declaraciones al diario O Globo, en las que recordó que en los primeros días de su gobierno propuso un amplio acuerdo político.

"El pacto empieza por la participación de todos, con respeto a las divergencias, con un programa mínimo de gobierno, cuyo núcleo debe ser la consolidación de la democracia", declaró Sarney.

"Siempre que surge una nueva crisis recuerdo que si hubiéramos establecido un pacto, la crisis no tendría esas proporciones ni esos costos", añadió el presidente, sin especificar propuestas concretas para establecer el pacto.

El llamado de Sarney ocurre en medio de una crisis política que podría terminar con la reducción de su mandato para a años y una crisis económica reflejada sobre todo en una inflación mensual cercana al 30 por ciento y en el peligro de una grave recesión.

El Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB, oficialista), mayoritario en el congreso constituyente, realizará el próximo fin de semana su convención nacional, en la cual decidirá su posición sobre la duración del mandato de Sarney.

Según la constitución actual, el mandato de Sarney es de seis años, pero su duración será determinada por el congreso constituyente.

El presidente ha anunciado que pretende permanecer en el cargo cinco años, hasta 1990.

José Sarney y Leonel Brizola (Archivo)

Sin embargo, un amplio sector del PMDB prefiere un mandato de cuatro años para Sarney, con la realización de comicios en 1988.

Según encuestas, la mayoría de los brasileños desea que los comicios se realicen en 1988 y consideran a Sarney un presidente impopular.

Dirigentes políticos, empresarios y sindicalistas consultados por O Globo consideraron difícil establecer el pacto político aludido por Sarney en su llamado.

"Lo que el gobierno quiere es esconder sus propias contradicciones", opinó el diputado Luis Ignacio "Lula" Da Silva, presidente del Partido de los Trabajadores (izquierdista).

El dirigente empresarial Antonio Ermirio de Moraes, se declaró favorable a un pacto, pero estimó que su mayor obstáculo es la "falta de credibilidad" que tiene el gobierno.

"En este momento sentimos una falta de credibilidad y de respetabilidad hacia el gobierno. Siento que hay una insatisfacción generalizada. Mucha gente piensa hasta en el regreso al poder de los militares", señaló el líder empresarial, quien fue derrotado en las elecciones de noviembre para ocupar el cargo de gobernador de San Pablo.

### Predicción de Brizola

RIO DE JANEIRO, 12 (ANSA).– El ex gobernador de Río de Janeiro, Leonel Brizola, presidente del Partido Democrático Trabalhista (Laborista), dijo que si el PMDB (oficialista) no apoya la realización de elecciones presidenciales en 1988 "estará liquidado".

"El PMDB está cometiendo un gran error, que podrá liquidarlo, al intentar postergar las elecciones para la presidencia de la República, pues en 1988 el partido tendría alguna posibilidad de vencer, pero en 1989 no tendría ninguna y en 1990 sería simplemente arrasado", afirmó Brizola en una entrevista publicada hoy por el diario Jornal do Commercio.

Según Brizola (uno de los más fuertes candidatos a suceder a Sarney), el tiempo está a su favor, mientras que el PMDB corre el riesgo de "caminar hacia el desastre, sin que sus dirigentes se percaten de ello".

### Manifestación

SAN PABLO, 12 (ANSA).– Una multitud, estimada en 20.000 personas, se concentró hoy en una céntrica plaza de esta ciudad para exigir la convocatoria a elecciones presidenciales directas inmediatamente de la promulgación de la nueva constitución brasileña, prevista para fin de este año.

La manifestación, organizada por el Partido de los Trabajadores, recibió la adhesión del Partido Democrático Trabalhista (laborista), Partido Democrático Social (PDS), Partido Trabalhista Brasileño y el Partido Comunista, además de representantes del ala progresista del Partido del Movimiento Democrático Brasileño (oficialista), artistas, intelectuales, sindicalistas y otros sectores integrados en la campaña nacional por comicios presidenciales directos.

01-02 87705795

# *Analizan el mandato presidencial*

**Por Jorge Emilio Gallardo**
**(Enviado especial de LA NACION)**

RIO DE JANEIRO.- El próximo fin de semana tendrá lugar una convención del partido del gobierno -el PMDB- destinada a optar entre un mandato presidencial de cuatro o de cinco años y entre un sistema de gobierno presidencialista o parlamentarista.

Los miembros del máximo organismo partidario votarán secretamente, de acuerdo con lo decidido por el comité ejecutivo del partido. Sus decisiones no serán necesariamente favorables a los deseos del presidente Sarney pues estarán infuidas por la extremada amplitud de las ideologías actuantes en el partido. No en vano el PMDB conjugó los esfuerzos múltiples puestos en marcha por el actual proceso de transición a la democracia.

De cualquier modo, las decisiones de la convención no rozarán asuntos programáticos y existe la posibilidad de que se decida transferir tales decisiones para su tratamiento en el seno de la asamblea constituyente.

Esto ahorraría desgastes previos a los debates de fondo, y es lo que desea lograr el propio gobierno.

Pero como la problemática no se limita a la duración del mandato presidencial ni al futuro sistema de gobierno, los parlamentarios con ideas afines sobre temas específicos que están agrupándose en un bloque supra partidario para lograr en la constituyente consensos relativos a otros temas básicos.

La importancia de estos asuntos no necesita ser subrayada: reforma agraria, definición de empresa nacional, amnistía para militares, reserva de mercados en el ámbito nacional, concesiones de radio y televisión, márgenes del monopolio estatal en petróleo y minas, jornada laboral, estabilidad en el empleo, participación estatal en empresas y explotación de reservas minerales.

Como es lógico, la cúpula del gobierno desea que la duración del mandato del señor Sarney sea de cinco años y que el sistema de gobierno consagrado para ese ejercicio no sea el parlamentarista sino el que robustece las capacidades ejecutivas del presidente.

Todos los matices caben en el amplio repertorio de los asuntos mencionados, pero los temas excluyentes en esta etapa de definición política están concentrados en la duración del mandato y el sistema que caracterizará al gobierno en el futuro.

02·02

8705795

058



LOS EMPRESARIOS REDUCIRIAN BENEFICIOS SI DISMINUYE LA INFLACION

# Brasil: crítica militar a los que exigen las elecciones "ya"

*...ción de Brasil llegó en junio al récord mensual ...%. Los empresarios de San Pablo propusieron ...to por el cual se comprometerían a reducir sus ...ancias al mínimo indispensable si el gobierno se ...mete a reducir el déficit. Además, propusieron ...lo social, un concepto también expresado por el ...brigadier Octavio Moreira Lima, ministro de ...ática, quien respaldó al presidente José Sarney ...000 terratenientes grandes y medianos desfilan contra la reforma agraria.*

...SILIA, 11 (AFP, AP, ANSA, DPA, ...uter y UPI). —El brigadier Oc... ...reira Lima, ministro de aeronáu... Brasil, dijo hoy que las fuerzas ... "están cohesionadas en torno al ...te José Sarney", y afirmó que ... propugnan elecciones presiden... ...directas inmediatas (directas ya) ...

...posteriormente enfatizó la impor... ...de la situación económica, se pro... ...mientras la prensa de Río de Ja... ...informaba que un grupo de grandes ...narios propuso esta semana a Sar... ...acuerdo por el cual ellos reducirí... ...ganancias al mínimo indispensa... ...el funcionamiento de sus empre... ...durante seis meses si el gobierno se ...promete al mismo tiempo a reducir el ...it del sector público.

...simultáneamente, y en un nuevo signo ...s crecientes tensiones sociopolíticas, ...de 20.000 grandes y medianos propie... ...agrícolas participaron hoy en Bra... ...de una manifestación a favor de que ...derecho de propiedad" de la tierra ...re en la próxima Constitución brasi... ...Ronaldo Caiado, presidente de la ...n Democrática Ruralista, que convo... ...marcha, declaró que "en un país de ...millones de hectáreas de tierras im... ...productivas, la expropiación de tierras ...productivas es pura demagogia".

Terratenientes brasileños preparándose para su marcha sobre Brasilia: el blanco es el proyecto de reforma agraria.

### Por un pacto social

...Moreira Lima, en sus declaraciones, ...tuvo que "un pacto social sería lo ide... ..., pero que aun sin pacto sería posible ...olver los problemas existentes "siem... ...que exista un interés colectivo en ven... ...esta difícil etapa de la redemocratiza...".

Según el militar, las elecciones direc... ...inmediatas "no resolverán las difícul... ...económicas por las que atraviesa el ...país. Lo que va a ayudar a resolver los ...problemas brasileños es un poco de des... ...entendimiento de todos los sectores de la ...sociedad, para que podamos ... ...salir juntos".

Sobre los recientes saqueos a super... ...mercados de San Pablo y Río de Janeiro, y la quema de ómnibus en esta última ciudad, el ministro afirmó su creencia de que "no trata de grupos o manifestaciones ...comandadas por quienes desean crear un ...clima de dificultades en el país".

Aclaró, sin embargo, que "de cualquier manera, no vamos a volver a un régimen de violencia y salvajismo, ya que debemos acatar las decisiones de la mayoría y respetar a las minorías".

Sobre la nueva Constitución Nacional, que se encuentra en elaboración, Moreira Lima manifestó su esperanza de que sostenga las prerrogativas de las fuerzas armadas.

Según aclaró, el objeto es que las mismas "puedan ayudar a mantener el equilibrio de las instituciones, tarea tradicional en la república brasileña".

### Por un pacto político

La propuesta de los empresarios fue divulgada en un documento de la Federación de Industrias del Estado de San Pablo, titulado "Programa de Salvación Nacional".

Antes de entrevistarse con el jefe del Estado brasileño, los empresarios discutieron su propuesta con varios dirigentes políticos, entre ellos el diputado Ulysses Guimaraes, presidente del oficialista Partido del Movimiento Democrático Brasileño (P.M.D.B.) y de la Asamblea Nacional Constituyente, que está redactando una nueva Constitución que reemplaza a la que fue promulgada por el régimen militar (1966-1985).

El documento, que fue entregado al presidente Sarney mientras se informaba que la inflación de junio había llegado al récord mensual del 28,6 %, consta de una propuesta de tres puntos:

- Los empresarios asumen el compromiso de trabajar en los próximos seis meses con ganancias mínimas indispensables para el funcionamiento de sus empresas.
- El gobierno se compromete a garantizar la transparencia en la reducción del déficit público, en la contención de los costos y en los cortes de las inversiones.
- Una comisión integrada por representantes del gobierno —éstos en número mayor—, de los empresarios y de los trabajadores, controlará los gastos del sector público.

Además, los autores del documento piden a los políticos una "tregua" durante el mismo período para lograr un pacto político que acompañe al pacto social.

### Protesta agraria

Mientras tanto, millares de propietarios rurales acampaban en Brasilia para manifestar su rechazo a una propuesta legislativa de reforma agraria, que consideran demasiado avanzada.

Caravanas de autobuses, camionetas y vehículos menores confluían sobre un céntrico y extenso parque de 240 hectáreas de superficie para participar del movimiento, el primero de su magnitud en la historia de esta capital, fundada en 1960 como sede de los poderes constitucionales.

Los organizadores dijeron que 40.000 propietarios de tierras, entre ellos medianos y grandes latifundistas, eran aguardados para una permanencia de 48 horas en que pretenden presionar a la Asamblea Constituyente.

(Más información en las páginas 2 y 3.)

01-04 8705804

# Los mandos apoyan a Sarney

BRASILIA, 11. — Desde comienzos de este año, al compás de la profundización de la crisis política y económica, comenzaron a ganar lugar en Brasil —y también en algunos medios de prensa norteamericanos— las versiones sobre descontento en el seno de las fuerzas armadas.

El pico de expectativas golpistas se produjo a fines del pasado mes de abril, cuando durante varias horas los medios de prensa de Brasilia manejaron como un hecho la renuncia del presidente José Sarney y la movilización de tropas en los distintos lugares del país.

La conmoción provocada por esos sucesos, luego desmentidos, obligó a una explícita declaración de rechazo de intención golpista por parte de los ministros militares, quienes un mes más tarde, a propósito del aniversario de la entrada de Brasil en la Segunda Guerra Mundial, difundieron un comunicado conjunto en el que advertían que las fuerzas armadas cumplirán con su función de garantizar el orden constitucional ante cualquier amenaza.

Ese texto, sin embargo, no consiguió terminar con una sensación relativamente extendida según la cual existirían por lo menos algunos sectores militares interesados en desestabilizar el proceso de transición democrática.

### ♦ Interna hermética

Según coinciden los analistas de la realidad brasileña, resulta extremadamente difícil intentar establecer la racionalidad de esa sensación a partir de datos concretos sobre la realidad política interna de las fuerzas armadas, porque hasta el momento los mandos consiguieron evitar toda filtración sobre eventuales conflictos en el ámbito de sus instituciones.

Cualquier análisis sobre el problema no puede soslayar el hecho de que el mismo proceso de transición democrática iniciado en 1985 —luego de veintiún años de régimen militar— fue el resultado de un cuidadoso acuerdo con los sectores civiles en el cual no existió ningún ingrediente de ruptura.

Para llegar allí, según una historia nunca confirmada oficialmente, el sector aperturista del régimen había superado, sobre los últimos meses de 1984, un intento continuista cuya derrota habría permitido homogeneizar los mandos.

### ♦ La presencia seguirá

Los nuevos ministros militares —que en Brasil cumplen las funciones de comandantes efectivos de sus armas— eran, por lo tanto, oficiales superiores coautores del pacto de la transición. Por lo menos en el plano de la teoría, los dos años transcurridos desde entonces, y especialmente el nivel de conflictividad de los últimos meses, podrían haber minado esa homogeneidad.

En todo caso está claro que en este período de crisis los mandos militares generaron hechos destinados a enfatizar ante la sociedad brasileña que las fuerzas armadas no están dispuestas a abandonar su tradicional presencia en el nivel político de la realidad.

En el marco de la abrupta pérdida de consenso popular y de apoyo partidario del presidente Sarney —datos que coinciden con la dinámica de una Asamblea Nacional Constituyente que también puso en cuestión las funciones históricas de las fuerzas armadas— esos hechos mostraron dos objetivos fundamentales.

El primero consiste en rodear a Sarney de modo de compensar su actual vacío de sustentación partidaria. Fue fundamentalmente el apoyo militar el que permitió al presidente recuperar, a fines de mayo, parte de la iniciativa perdida, para pasar a definir por sí mismo la duración de su mandato en cinco años, a pesar de que ese tema debe ser resuelto por la Constituyente.

El segundo se instrumentó a través de un virtual "lobby" militar, con el que los mandos de las fuerzas armadas lograron imponer en el primer anteproyecto de nueva Constitución casi todas sus reivindicaciones, tal cual lo señaló ayer en Goiania, con satisfacción, el ministro de Ejército, general Leônidas Pires Gonçalves.

Las incógnitas respecto de la actitud de las fuerzas armadas en la actual coyuntura institucional persiste también en dos niveles.

El más inmediato se refiere a situaciones puntuales, como la que rodeó el pasado 25 de junio la agresión sufrida por Sarney en Río de Janeiro, cuando el micro que lo trasladaba resultó apedreado y el vidrio más próximo al presidente roto por un golpe de pico.

### ♦ "Compañeros disconformes"

Pese a que las investigaciones abiertas por la justicia castrense sobre el caso involucran a militantes de izquierda que solo reconocen haber impulsado un abucheo al presidente, muchas informaciones oficiosas habían de una posible responsabilidad de efectivos de inteligencia militar en el aspecto más violento de la agresión.

El más prestigioso comentarista político de Brasil, Carlos Castello Branco —del "Jornal do Brasil"—, atribuyó el martes pasado a un general retirado, cuyo nombre mantuvo en reserva, la interpretación según la cual la agresión a Sarney habría sido "organizada por compañeros disconformes, para demostrar al presidente que estaría a merced de acontecimientos peores si la izquierda conquista más espacios".

El propio "Jornal do Brasil", ayer, daba cuenta de que sectores militares de Brasilia están intrigados por el hecho de que el hombre armado con el pico no haya sido detenido a tiros por el cuerpo de seguridad del presidente en el momento en que se acercaba a la ventanilla del micro.

La misma crónica señala que se especula con la posibilidad de que los integrantes de la custodia hubieran reconocido en ese hombre a un compañero.

Se trataría, en todo caso, de la acción de algún grupo "duro", de oposición a los actuales mandos, y tal vez ligado a altos oficiales del pasado régimen.

El segundo nivel de incógnitas tiene que ver con la respuesta que podrían adoptar las fuerzas armadas en su conjunto en el caso posible de que la mayoría de los constituyentes se pronuncie a favor de reducir a cuatro años el mandato de Sarney, y a partir del proceso que esa decisión desencadenaría crezca para las elecciones presidenciales de 1988 una candidatura de izquierda como la de Leonel Brizola.



8705804

# BRASIL: PROTAGONISMO MILITAR Y

...s convergentes
...sis económica y
...olítica de Brasil
... un alto nivel de
...vidad social que
...eros resultados
...el nuevo plan de
...stabilización del
...no consiguieron
...r. Las protestas
...lo alcanzan a los
...abajadores, sino
... los propietarios
...sustados p...
... de la Asamblea
...tituyente. En ese
...s mandos de las
...rzas armadas se
...uestran como el
...al apoyo político
... presidente José
... frente a quienes
...den reducirle el
...mandato, aunque
...n dudas sobre la
...de otros sectores
... militares ante el
...lo del proceso de
...ión democrática.

# El sube y baja social

BRASILIA, 11. —Los cerca de treinta mil propietarios rurales que desfilaron hoy hasta la sede del Congreso Nacional, en Brasilia, para combatir los planes de reforma agraria y defender la propiedad privada de la tierra ante los constituyentes, muestra una de las aristas de la convulsionada realidad social que se discute en estos momentos en Brasil.

Con caballos y estandartes, bombachas y botas de caña alta, esos grandes y medianos propietarios rurales conforman las huestes de la Unión Democrática Ruralista, una organización de clase creada hace dos años para enfrentar la tibia ley de reforma agraria elaborada por el gobierno cuya implementación está demorada.

Alrededor de la carismática figura del médico y estanciero Ronaldo Caiado, la U.D.R. afirma reunir ya a ciento cincuenta mil productores de todo el país y cuenta con alrededor de cincuenta representantes en la Asamblea Nacional Constituyente dispuestos a defender sus intereses.

La U.D.R. —a la que se acusa de actuar en el campo con una estructura armada y de ser sospechosa de "la muerte de trescientos campesinos sin tierra, dirige entes sindicales y abogados de los trabajadores rurales y también de sacerdotes católicos de la Pastoral de la Tierra— reclama la modificación del anteproyecto constitucional que comenzará a debatir hoy la Comisión de Sistematización de la Asamblea.

En ese texto, se declaran sujetas a expropiación las propiedades rurales de más de diez mil hectáreas en el marco de un programa de reforma agraria.

Para la U.D.R., esta facultad del Estado —junto con otros ítems que otorgan un término amplio para el pago de las indemnizaciones correspondientes y la discriminación en los incentivos— implica una auténtica socialización de la propiedad de la tierra y un llamado al "caos y a la violencia" en el campo.

Los constituyentes que responden a la organización tienen preparada una enmienda por la cual el Estado debe utilizar solo tierras fiscales para ser repartidas a trabajadores rurales y deja sentado el principio de que "lo único que el Estado puede exigir de los propietarios rurales es productividad".

♦ La otra cara

En cuanto a la otra cara de la conflictividad social en el candelero en el país, tiene los rasgos de las grandes organizaciones sindicales de los trabajadores industriales, públicos, y de servicios, golpeados en los últimos tiempos por la pérdida del poder adquisitivo de los salarios y la multiplicación de los despidos generada por la recesión.

Con la instauración del nuevo plan de estabilización económica del gobierno, a mitad de junio, junto con el congelamiento de precios, quedó suprimida la aplicación de la denominada "cláusula gatillo", que venía compensando automáticamente el desfasaje de los sueldos cada vez que la inflación crecía un 20 por ciento.

Las evaluaciones sobre la disminución efectiva del salario real son absolutamente contradictorias según su origen.

Para el gobierno, entre noviembre de 1986 y junio pasado esa pérdida llegó al 21 por ciento y, ya en este mes de julio, gracias al abrupto descenso de la inflación, se concretará una recuperación automática de alrededor del 10 por ciento.

Las cuentas del Departamento Intersindical de Estadísticas y Estudios Económicos, DIEESE, son muy distintas. Según esta entidad, desde la aplicación del Plan Cruzado I, en febrero de 1986, los trabajadores perdieron un promedio del 40 por ciento del valor de su salario, cifra a la que se debe acumular entre un 26 y un 30 por ciento del pasado mes de junio en el que la "cláusula gatillo" ya dejó de funcionar.

Paralelamente, la caída de las ventas mayoristas y minoristas, el aumento del costo de los insumos importados por la política cambiaria, y las tasas del 25 por ciento mensual del crédito interno, generaron una corriente de despidos en sectores de la industria cuyos alcances todavía no se conocen en detalle. Solo en las plantas de las empresas automotrices del Gran San Pablo hubo más de veinte mil cesantías.

Los sindicatos anunciaron su intención de convocar a una huelga general para el próximo 12 de agosto, aunque permanentes negociaciones iniciadas por el ministro de Trabajo, Almir Pazzianotto, podrían lograr la postergación de la medida.

Por lo pronto, por iniciativa del ministro, el presidente Sarney decretó ayer la obligación de las empresas de pagar, junto con la correspondiente indemnización, el excedente de la pérdida salarial de mayo no compensada por la aplicación del "gatillo" a todo trabajador despedido desde la vigencia del nuevo plan económico.

Un decreto complementario dispone la obligación patronal de informar previamente al Ministerio de Trabajo cualquier decisión sobre despidos masivos.



8705804

CLARIN ★ Buenos Aires, domingo 12 de julio de 1987

EL MARCO DE LA CRISIS

# Empresarios y "situación límite"

BRASILIA, 11. — Pese a que en la tarde de ayer, al difundirse el índice de inflación de junio, Brasil alcanzó con el 26,6 por ciento un nuevo récord histórico, tanto el gobierno cuanto algunos sectores empresarios multiplicaron en las últimas horas expresiones de optimismo sobre el rumbo de la economía nacional al cumplirse el primer mes de vida del nuevo plan de estabilización elaborado por el ministro de Hacienda, Luis Carlos Bresser Pereira.

Obviamente, la categoría de récord de la inflación de junio se atribuye al comportamiento de los precios en los días previos a la vigencia del plan y, según lo informó ayer el presidente José Sarney a la población en su mensaje radial semanal, las expectativas para julio hablan de una tasa de aumento del costo de vida de entre el 3 y el 4 por ciento.

De todos modos, las mejores noticias —según las hombres del gobierno y algunos sectores empresarios— se refieren a la neutralización de la vertiginosa caída de las ventas en el mercado minorista, a través de lo cual surgía uno de los más claros indicios de la recesión en la que había comenzado a sumergirse el país.

Sin embargo, en términos más globales, la situación económica del país sigue considerada como una de las peores crisis de los últimos tiempos.

El miércoles pasado, los principales dirigentes empresariales del país —encabezados por el presidente de la poderosa Federación de Industrias del Estado de San Pablo, Mario Amato— concurrieron al palacio del Planalto para expresar a Sarney la convicción de que se está atravesando una situación límite.

Como advertencia, los líderes patronales —los mismos que amenazaron con un programa de desobediencia civil hace tres meses— afirmaron que en las actuales condiciones "no podría hacer ya ningún tipo de inversión".

Tras acusar a la clase política de "entorpecer con sus vacilaciones la marcha de la economía", llegaron a señalar que "no importa si las decisiones por el sistema socialista o el capitalista, lo importante es que haya reglas de juego claras".

Como propuesta, ofrecieron a Sarney "disminuir hasta el límite de lo posible el lucro de las empresas en los próximos seis meses", a cambio de dos medidas sociales: la trasparencia en el manejo del tema del déficit público y la creación de un comité de acompañamiento del control de los gastos públicos, integrado por representantes del gobierno, de los empresarios y de los trabajadores.

Se espera, entretanto, la difusión del denominado Plan Microeconómico de Bresser Pereira elevado para su estudio al presidente Sarney, el que propone las metas económicas para los próximos cuatro años.

Por lo que se sabe, el plan propone la duplicación de la inversión privada hasta 1991, una reducción sustancial de los gastos y la inversión pública y una decidida apertura para la radicación de capitales extranjeros, los que no tendrían limitaciones para la remesa del lucro a sus países de origen ni para la obtención de créditos en Brasil. También señalaría la posibilidad de renegociar la deuda externa a partir del cumplimiento de esas pautas potables para el F.M.I.

Estos aspectos, junto con el de la depresión salarial, podrían acentuar los cuestionamientos a la política económica del gobierno por parte de importantes sectores del oficialista Partido del Movimiento Democrático Brasileño, los que estarían dispuestos a presentar en la convención partidaria del próximo fin de semana planes alternativos.

0A-04 8705804

RABAJADORES DE BRASIL ANUNCIAN UN PLAN DE LUCHA

# cepticismo por medidas económicas

*El plan anunciado por el presidente Sarney, que congela precios, salarios y alquileres por 90 días y ordena un corte drástico en las inversiones públicas, fue recibido con desconfianza por consumidores, rechazo en los sindicalistas, reservas entre los movimientos políticos y cierta satisfacción en el comercio. Llamado a una huelga general. Fin del reajuste salarial automático o "gatillo salarial".*

LIA (C). — Los brasileños se n ayer con escepticismo ante el quete de medidas económicas por el gobierno para combatir n y el peligro de una recesión.
anunciado el viernes por el . José Sarney, fue recibido con ma por los consumidores, re- s sindicalistas, satisfacción en io y la industria y reservas en- vimientos políticos, según las recogidas en el país.
ejo de desarrollo económico del xpidió el nuevo plan, congelan- , salarios y alquileres por un sta de 90 días y ordenando un tico en las inversiones públicas, principales puntos.
meras encuestas indican que en ón brasileña es mayor la des- por el fracaso del primer plan nación de la economía, consoci- Plan Cruzado, decretado el año que fracasó menos después con o de precios.
ierdista central única de traba- CUT), la más importante de rtió que las medidas no bene- fician al trabajador y que, por el contrario, deteriora el poder adquisitivo porque los productos fueron reajustados por encima de los salarios.

Por ello inició los contactos para llamar a una huelga general de trabajadores que podrá ser decidida en los próximos días.

El presidente de esa organización sindical, Jair Meneguelli, dijo que las medidas gubernamentales son impracticables y criticó el fin del reajuste automático de salarios conocido como "gatillo salarial".

Dijo que durante el período del congelamiento el trabajador no podrá amortiguar sus gastos y que es necesario reunir a los trabajadores "para comenzar a preparar una respuesta a esta política nociva".

El diputado federal Luis Inacio Lula Silva, dirigente del Partido de los Trabajadores (P.T.), dijo que, en lugar de un planteamiento económico para el país, el ministro de Hacienda, Luis Carlos Bresser Pereira, está intentando ganarse una lotería.

El presidente nacional del Partido Democrático de Trabajadores (P.D.T.), Leonel Brizola, el principal opositor del gobierno, dijo que "da la impresión de que se pasó a adoptar una política económico-financiera más próxima a las exigencias del Fondo Monetario Internacional (F.M.I.) que a la realidad del país".

Por su parte, el director del Departamento Económico de la Federación de las Industrias del Estado de San Pablo (FIESP), Walter Sacca, señaló que el gobierno abandonó el inmobilismo y agregó que el éxito va a depender de que se demuestre la buena voluntad de los empresarios para cumplir las metas anunciadas.

El presidente de la Federación de Industriales de Río de Janeiro, Edgard Arp, señaló que para que tenga éxito el nuevo paquete, el gobierno tendrá que hacer un enorme esfuerzo y recuperar la credibilidad que perdió "porque el apoyo popular es fundamental".

Dirigentes del gobernante Partido del Movimiento Democrático Brasileño (P.M.D.B.) apoyaron las medidas adoptadas pero criticaron la suspensión del reajuste automático de salarios que disparaba automáticamente cuando la inflación alcanzaba índices superiores al 20 por ciento.

Para superar la crisis económica el gobierno congeló por un plazo de hasta 90 días los precios, que irá descongelando gradualmente hasta llegar a una política de precios libres.

Según Bresser, la devaluación del 9,5 por ciento del cruzado impulsará las exportaciones y se podrá poner en un superávit mínimo de 8.000 millones de dólares en la balanza comercial.

01-01 8705819

75

098

**ilizando la publicidad oficial**

# Brasil: presiones del gobierno sobre los medios

r Arnaldo César

lo de Janeiro, (Especial de IPS).— dios periodísticos del país, inquietos r la suerte de dos programas de la televi- n que criticaron la administración del sidente José Sarney, comenzaron a te- r la semana pasada el regreso de la nsura.

La estatal televisión nacional de Brasilia, bordinada al Ministerio de Comunica- nes, se vio obligada a suspender a su mentarista político, Carlos Chagas, por- s los análisis del periodista irritaban al sidente de la República.

Por idénticas razones, la TV Record, ya matriz está en la ciudad de San Pablo, e presionada por el ministro de las co- unicaciones, Antonio Carlos Magalhaes, ra que suspenda el programa de entre- tas "Juego de carta".

Producido y presentado por el periodista lino Carta, uno de los más conceptuados l país y fundador de revistas como "Veja", sto e" y "Senhor", y de periódicos como el rnal da Tarde" y el "Jornal da Republica", el programa tenía índices de audiencia irrisoriamente bajos.

Incluso así las entrevistas conducidas por Mino Carta molestaron aparentemente a los moradores por Palacio del Planalto, la sede del gobierno.

Hace cuatro semanas Mino Carta entrevistó al economista Luiz Gonzaga Belluzo, quien fue asesor del ex Ministro de Hacienda, Dilson Funaro, y que criticó la forma en que son tomadas las decisiones por lo que llamó la "Corte de Brasilia". Sus palabras fueron tomadas como un insulto al presidente.

Cuando Carta entrevistó al ex gobernador del Estado de Río de Janeiro, Leonel Brizola, considerado el principal enemigo del actual régimen, el propio Ministro de las Comunicaciones, Antonio Carlos Magalhaes, llamó al dueño de la TV Record y lo convenció para que "cambiase la programación".

## ■ El manejo de la publicidad oficial

Analistas políticos atribuyeron el resurgimiento de este tipo de actitudes, que habían desaparecido al iniciarse el proceso de democratización, a la centralización del presupuesto para la publicidad del gobierno en la secretaría de comunicación de la administración federal.

Datos divulgados por este organismo demuestran que el gobierno federal, sus ministerios, empresas públicas y órganos dependientes, gastan mensualmente en el país 18 mil millones de cruzados, unos 500 millones de dólares, en publicidad.

El periodista responsable de la secretaría de comunicación, Getulio Bittencourt, adoptó como criterio para la distribución de ese presupuesto que los medios que se posicionen contra el gobierno no recibirán los anuncios oficiales.

Además de coordinar toda la publicidad oficial, Bittencourt está trabajando desde hace varios meses para que la secretaría controle también la estructura de radios, diarios y canales de TV pertenecientes al poder público federal.

Mezcla de periodista y astrólogo —ha elaborado los mapas astrológicos del presidente Sarney— Bittencourt es uno de los asesores encargados de redactar los discursos que el jefe de Estado pronuncia en cadena nacional de radio y televisión.

El órgano que administra no existía hasta hace seis meses y fue creado especialmente para este amigo personal del presidente, quien se hizo famoso en los medios periodísticos porque logró la primera entrevista con el ex presidente João Figueiredo.

Ahora Bittencourt está a cargo también de la política de comunicaciones de la administración Sarney y recientemente argumentó que "no vamos a financiar o a ayudar a aquellos que nos atacan frontalmente".

Las actitudes contra la TV nacional y TV Record reanimaron en Brasil los antiguos movimientos por la libertad de prensa y el presidente de la Asociación Brasileña de la Prensa (ABI), Barbosa Lima Sobrinho, llamó a manifestar contra las presiones y la forma "como el Presidente de la República viene utilizando los recursos públicos para preservar su imagen personal".

Pesquisa 28/5/82



8705822

PROTESTA CONTRA EL ALZA DE TARIFAS Y MANIFESTACIÓN POR ELECCIONES DIRECTAS

# Graves choques en Río de Janeir[o] incendiaron más de cien ómnibu[s]

***Unos 30 heridos y cerca de 40 detenidos, de acuerdo con las primeras informaciones policiales, provocaron más de 6 horas de incidentes y enfrentamientos que se extendieron por todo el centro y algunas zonas periféricas de la ciudad de Río de Janeiro. Fuerzas de ejército ocuparon las estaciones centrales de trenes y ómnibus. Leonel Brizola, principal líder de la oposición al gobierno de José Sarney, resultó indirectamente comprometido por las autoridades en el ataque con piedras contra el presidente del jueves pasado, al resultar detenido uno de sus más cercanos colaboradores, quien niega todos los cargos.***

BRASILIA (AFP, ANSA, Reuter y UPI). — Un extendido movimiento de indignación popular convirtió hoy durante varias horas a la ciudad de Río de Janeiro en escenario de incidentes que provocaron heridas a por lo menos 30 personas, la detención de otras 40, el incendio o daño de más de 100 ómnibus y la movilización de tropas de ejército para ocupar las terminales locales ferroviaria y de transporte automotor.

Con el correr de las horas, las manifestaciones fueron adquiriendo un perfil político más concreto a medida que sus protagonistas coincidían en corear consignas en contra del gobierno de José Sarney y a favor de la realización de elecciones presidenciales directas inmediatas.

Los incidentes se originaron en una resolución judicial que autorizó, ante una presentación de las empresas propietarias, un aumento abrupto del 50 por ciento en las tarifas del transporte de pasajeros de la ciudad, en un marco de tensión generado ya hace varias semanas por el alto nivel de inflación, el acelerado crecimiento del desempleo y las nuevas medidas económicas del gobierno que determinaron pérdidas en el valor del salario real.

Como antecedente inmediato de la reacción protagonizada hoy por algunos miles de manifestantes se encuentra el de las protestas y ataques con piedras del último jueves al presidente José Sarney, hechos caracterizados por el gobierno como un "atentado" contra el mandatario.

Ayer, con la detención y encuadramiento en la ley de seguridad nacional de su colaborador Danilo Groff —acusado de incitar a la violencia contra el presidente— el gobierno comprometió en los sucesos del jueves al principal líder de la oposición de izquierda, Leonel Brizola, titular del Partido Democrático Trabalhista, gobernador del estado de Río de Janeiro hasta el pasado 15 de marzo.

Brizola es, según las últimas encuestas, el aspirante a la sucesión presidencial con mayor consenso popular y el impulsor de una campaña a favor de elecciones presidenciales directas inmediatamente después de la promulgación de la nueva Constitución, lo que deberá concretarse a fines de este año.

El desfile de alrededor de 2 mil personas por la céntrica avenida Río Branco en protesta por la entrada en vigencia del aumento en el precio de los boletos marcó el inicio de la jornada de violencia.

Tras algunas escaramuzas iniciales con la policía —y a medida que se incorporaban otros nutridos contingentes de personas a los manifestantes originales—, el nivel de violencia fue creciendo y comenzaron a generarse los ataques contra los ómnibus.

Varias unidades estacionadas en la terminal de la avenida Río Branco empezaron a arder poco después, mientras se generalizaban los enfrentamientos entre la policía y los manifestantes.

Efectivos de la policía militar se desplegaron en toda el área céntrica de la ciudad, donde ya se habían generalizado y extendido geográficamente los incidentes y la quema de ómnibus.

En Brasilia, el presidente Sarney mantuvo una urgente reunión con los ministros militares para analizar la situación, en el curso de la cual se dispuso el envío de tropas de ejército para ocupar la estación ferroviaria central y la de ómnibus de Río.

A esa altura también surgían diferencias entre las autoridades en la caracterización de los hechos. Brasilia y el gobernador de Río de Janeiro, Wellington Moreira Franco, del oficialista Partido del Movimiento Democrático Brasileño, coincidían en afirmar que los hechos "no obedecieron a una actitud espontánea" y los atribuyeron a "grupos organizados".

Por su parte, el intendente de la ciudad de Río Roberto Saturnino Braga —dirigente del P.D.T. distanciado de Brizola en los últimos tiempos—, pidió calma a la población mientras informaba que había apelado la resolución judicial que permitió el aumento de tarifas, al que calificó de "ilegal".

Cabe recordar que se encuentra en vigencia desde hace 3 semanas el Plan Cruzado II, que incluye el congelamiento de precios y salarios, aunque sus normas respecto de las tarifas de los servicios públicos se prestan a interpretaciones distintas.

En las primeras horas de la noche de hoy, fuentes policiales informaron que en el centro y algunas áreas de la periferia de la ciudad resultaron incendiados o dañados más de 100 ómnibus y que en varios centros asistenciales debieron ser atendidas con heridas de distinto tipo unas 30 personas, entre ellas algunos efectivos de seguridad. También se dio cuenta, oficiosamente, de la detención de cerca de 40 manifestantes.

♦ **Detención polémica**

Por su contenido político, los incidentes aparecen como estrechamente ligados con los sucesos que culminaron con la detención del brizolista Danilo Groff por el ataque al presidente Sarney.

Arden dos vehículos estatales en el c[illegible] Río [illegible] durante los disturbios [illegible].

De acuerdo c[...] mado por fuent[...] les, Groff —un [...] de 53 años— [...] pleno las acus[...] incitación a la [...] contra [...] aunque recono[...] sencia en el lu[...] hechos con la f[...] "recolectar firm[...] de elecciones p[...] les directas ya"[...]

La detención [...] surgió luego qu[...] dor de afiches" [...] cado denunció [...] conocido entr[...] impulsaron a l[...] tantes a rompe[...] del autobús en [...] desplazaba Sar[...] de lo cual el pr[...] sultó ligeramen[...] en una mano.

En Brasilia, [...] ción de la ley d[...] nacional contr[...] duramente crit[...] un "retorno al [...] mo" por la prop[...] legislativa del [...] P.M.D.B. y po[...] de Abogados d[...]

Brizola, po[...] afirmó que el h[...] "el retorno a [...] época de la di[...] litar, cuando l[...] cia de Emilio [...] Médici".

01·01 8705838

## DE JANEIRO: SUSPENDEN EL AUMENTO DE TARIFAS QUE ORIGINO LA PROTESTA

# Se agudiza la crisis política en Brasil tras las batallas campales

*ntes de distintos sectores partidarios plantearon la necesidad de modificar la política oficial y de gociar un "pacto político de urgencia" ante lo que xhibieron como evidencias de "agravamiento de la nacional y pérdida de control de la situación por parte del presidente José Sarney". Acusaciones a es de derecha por los incidentes en Río, mientras las autoridades insisten la responsabilidad de la ción de izquierda y ésta, por el contrario, habla de "farsa montada por el gobierno".*

BRASILIA y RIO DE JANEIRO, 1° (AFP, ANSA, EFE, Reuter y UPI). — Ante un recurso presentado por el intendente de Río de Janeiro, Roberto Saturnino Braga, y luego de las 9 horas de violentos disturbios generados en la ciudad por su disposición anterior, el juez local Ivaldo Correa de Sousa suspendió anoche por 30 días el aumento del 50 por ciento en los pasajes del servicio urbano de ómnibus que había autorizado por pedido de los empresarios del sector.

Hoy, en medios políticos nacionales crecía la certeza de que Brasil enfrenta una abrupta agudización de su crisis política, económica y social tras los incidentes de ayer en Río de Janeiro que, según informes actualizados de las autoridades policiales locales, provocaron heridas a 47 personas, implicaron la detención de otras 101 y dejaron el saldo de 100 vehículos de transporte público incendiados o destruidos, junto con algunos automóviles particulares.

Una comisión ministerial especial llegó en las primeras horas de hoy a Río para "seguir de cerca las investigaciones de los sucesos de ayer y evitar que, como en casos anteriores, no conduzcan a nada".

Mientras el gobierno nacional y las autoridades del estado de Río reiteraban sus acusaciones acerca de la participación de "agitadores" en el origen de la extendida rebelión contra el aumento de los pasajes, dirigentes políticos de distintos sectores, incluidos líderes del oficialismo, señalaron las evidencias de "deterioro de la crisis y de pérdida de control de la situación" por parte del presidente José Sarney.

El senador José Richa —uno de los principales líderes del oficialista Partido del Movimiento Democrático Brasileño— enfatizó en declaraciones públicas la existencia de esos indicios y propuso un receso en las actividades de la Asamblea Nacional Constituyente con el objetivo de que "los partidos políticos puedan analizar independientemente la situación nacional y crear condiciones para un pacto social de emergencia que permita al gobierno superar la crisis política, social y económica en la que está sumergida la nación".

Richa agregó que los disturbios de ayer, así como el ataque con piedras al micro que transportaba a Sarney el pasado jueves 25 en la misma ciudad de Río, "son claros ejemplos de que el gobierno perdió el control de la situación", para afirmar luego que "el agravamiento de la crisis podría tener graves reflejos en la constituyente, con serias amenazas a la continuidad del proceso de transición democrática".

Por su parte, el senador Mario Covas —líder de la bancada del P.M.D.B. en la constituyente y principal referente en los últimos tiempos de la corriente "progresista" de su partido— señaló que "simplemente ya no puedo seguir apoyando a este gobierno", y agregó que en la estratégica convención partidaria citada para el próximo 15 de julio habrá que replantear el papel de la organización en el oficialismo.

Covas cuestionó las afirmaciones hechas ayer ante la Asamblea Constituyente por el ministro de Hacienda Luis Carlos Bresser Pereira, en una interpelación de más de 5 horas, según las cuales la reciente aplicación del nuevo Plan Cruzado, con congelamiento de precios y salarios hasta el 15 de setiembre, no implica una reducción del salario real.

"Los salarios entraron en el congelamiento con una pérdida inicial de por lo menos el 20 por ciento —aseguró Covas—; aquí no hay congelamiento de precios, sino solo de salarios."

Desde ese mismo sector de la izquierda pemedebista, así como desde las organizaciones opositoras Partido Democrático Trabalhista y Partido de los Trabajadores, se atribuyó a "grupos de derecha" o "parapoliciales" la instigación de los sectores de violencia en la jornada de ayer y en la del pasado jueves.

El diputado pemedebista Miró Teixeira —candidato a gobernador de Río por el P.M.D.B. en 1982 y vocero del sector partidario que apoya reducir a 4 años el mandato de Sarney— declaró que "el incendio de varios autobuses en zonas diferentes, con los mismos métodos, no puede ser obra espontánea de la población".

Agregó que "lo que quieren es interrumpir el avance de la constituyente en el área económica y social y atentar contra la estabilidad democrática y contra la amnistía".



8705839

Para su colega José Carlos Brandao Monteiro —representante del P.D.T. y secretario de Transportes de Río durante la gobernación del líder partidario Leonel Brizola—, en las manifestaciones de ayer "hubo infiltración de provocadores parapoliciales con el objetivo de volver a someter al pueblo a un estado autoritario".

◆ "Farsa montada"

El pemedebista Paulo Ramos, también representante de Río, sostuvo que "Brasil, reunido en Asamblea Constituyente, no puede admitir la farsa que el gobierno montó en Río". Se refirió especialmente a los sucesos del jueves pasado, cuando "se debilitó la seguridad del presidente, quien fue abucheado con justicia pero agredido en forma inadmisible, para usar ese episodio como justificación para el retorno de la repudiada ley de seguridad nacional".

Como consecuencia de ese ataque a Sarney, desde hace dos días está detenido e incomunicado, según las reglas de la ley de seguridad nacional, el bioquímico Danilo Groff, estrecho colaborador de Brizola, acusado de impulsar la agresión.

La tesis de Ramos fue refrendada por el diputado José Genoíno, del P.T., para quien esa agresión y los incidentes de ayer "forman parte de un plan del gobierno para intimidar a la opinión pública e institucionalizar medidas de fuerza por dos motivos: frenar la reacción popular contra la ilegitimidad del mandato de Sarney y permitir la imposición de un plan económico recesivo".

En cuanto a Brizola —acusado por voceros del gobierno nacional y del de Río como responsable último de las dos jornadas de violencia— volvió a rechazar anoche esas denuncias, a las que calificó de "irresponsables" para señalar que "sólo puedo decir que las manifestaciones no fueron otra cosa que fuertes protestas contra el gobierno de Sarney; estoy en contra de todo tipo de violencia aunque el presidente merece ser abucheado, la única manera que tiene el pueblo de expresar su repudio al gobierno".

El P.D.T. de Brizola, junto con el P.T., la Central Unica de Trabajadores y sectores del P.M.D.B., son los organizadores de la campaña nacional a favor de "elecciones presidenciales directas ya". Sarney decidió hace poco más de un mes anticiparse a la fijación de su mandato por parte de la Asamblea Constituyente para definirlo en 5 años, esto es hasta marzo de 1990.

Durante los incidentes de ayer, miles de manifestantes cantaron consignas a favor de las "directas" y otras en las que afirmaban que "el pueblo no olvida, Sarney es P.D.S.", en alusión al hecho de que el mandatario fue titular del Partido Democrático y Social, el partido oficialista del régimen militar, hasta mediados de 1984.

También aplicaban esa consigna al actual gobernador de Río, Wellington Moreira Franco, quien en 1982, cuando resultó electo Brizola, aspiró a ese cargo por el P.D.S. para ganarlo finalmente en 1986 como candidato del P.M.D.B.

Hoy, convocada por la CUT y por los grupos "directas ya", tuvo lugar en Río una manifestación de activistas sindicales para protestar contra la política económica que, pese al clima de tensión existente, culminó sin incidentes.

Agencia AFP

Antes de quemarlos, los manifestantes rompían los vidrios con pedradas, como registra esta foto.

02·02

8705839

098

Sarney recibió el proyecto de "control macroeconómico" que postula fuerte aumento del superávit comercia

# Bresser Pereira presentó su plan de guerra contra el déficit de Brasil

Escribe René Villegas
de la agencia "Reuter"

Brasilia — El presidente José Sarney recibió anoche un "Plan de Control Macroeconómico" que comprometerá a su gobierno en una [illegible] austeridad para preservar el crecimiento brasileño.

El documento puesto a consideración del mandatario fue elaborado por un equipo de especialistas presidido por el ministro de Hacienda, Luiz Carlos Bresser Pereira, quien el 29 de abril asumió la conducción de la política económica del país.

Antonio Frota, el vocero oficial de la Presidencia, dijo que Sarney someterá el Plan al análisis del Consejo Interministerial Económico-social, antes de aprobarlo para su ejecución inmediata.

El portavoz informó que Bresser Pereira, durante una amplia exposición, sostuvo ayer ante el jefe de Estado que la reducción del déficit fiscal —uno de los principales objetivos del programa— "no será fácilmente alcanzada" sin una drástica política de austeridad y contención en el gasto público.

Bresser estimó, en anteriores declaraciones, que el país debería desplegar "enormes esfuerzos" para disminuir ese déficit a 3,5 por ciento del Producto Interno Bruto en 1987.

José Sarney

Según el ministro, esa reducción permitiría a Brasil reservar una tasa de cinco por ciento en su crecimiento para este año y anticipar un sostenido siete por ciento anual hasta 1991.

Asesores suyos dijeron, sin embargo, que las actuales discusiones con una misión técnica del Fondo Monetario Internacional, que analiza los objetivos del plan, tropezaron con serias discrepancias en torno a ese objetivo.

Las fuentes dijeron que el FMI proponía reducir el déficit a 2,2 por ciento del producto bruto en 1987 y su extinción en 1988.

Pero Bresser Pereira sostuvo reiteradamente ante la prensa que buscar un déficit inferior a 3,5 por ciento para este año implicaría "algunos riesgos recesivos" que Brasil no está dispuesto a enfrentar en su decisión de mantener su crecimiento económico en "niveles adecuados".

Brasil creció 8,3 por ciento en 1986, en plena euforia del fracasado "plan cruzado" de estabilización económica adoptado un año antes.

Según autorizadas fuentes gubernamentales, el plan —cuyo contenido será s[illegible] mente revelado una vez [illegible] sea aprobado por Sarn[illegible] contempla, entre otros ob[illegible] vos, la obtención de un s[illegible] rávit comercial de 3500 m[illegible] nes de dólares para 1987 [illegible] 10.000 millones de dól[illegible] anuales hasta 1991.

Los informes dijeron q[illegible] plan, denominado oficial[illegible] te "de consistencia macro[illegible] nómica", perseguía fu[illegible] mentalmente sustentar, [illegible] más del crecimiento, un [illegible] cuado nivel de empleo [illegible] drástico control de la gal[illegible] te inflación que [illegible] nomía del país.

Bresser Pereira lanzó [illegible] de junio una serie de med[illegible]

Cont. en pá[illegible]

01-02

8705842

A. Financiero
10/7/87

# El plan de austeridad de Bresser Pereira

Viene de contratapa

que Sarney adoptó como "nuevo plan cruzado", para contener un rebrote inflacionario que se proyectaba anualmente a más de 1100 por ciento, con registros mensuales superiores a 20 por ciento.

El plan recibido ayer por Sarney deberá, simultáneamente, servir de base para la renegociación global que Bresser Pereira planteará este mes a los acreedores externos.

El ministro anticipó en anteriores declaraciones que las negociaciones apuntarán a reprogramar los pagos brasileños en nuevos plazos y condiciones y a obtener refinanciamientos, que estimó en 7300 millones de dólares para el bienio 87-88.

Brasil suspendió en febrero el pago de intereses sobre su deuda de 70.000 millones de dólares con la banca privada.

Esa moratoria parcial fue ampliada el 1 de julio a las agencias oficiales del Club de París, a las que dejó de pagar 1050 millones de dólares en amortizaciones correspondientes a 1987.

Bresser Pereira sostuvo en varias oportunidades que si la negociación prospera —básicamente en lo que se refiere a refinanciamientos y a la disminución de los costos de la deuda— Brasil está dispuesto a considerar el fin de esa moratoria.



8705842

CLARIN ★ Buenos Aires, viernes 10 de julio de 1987

REPORTAJE AL LIDER IZQUIERDISTA LEONEL BRIZOLA, DEL P.D.T.

# "Sarney no puede seguir

BRASILIA, 9 (Enviado especial). — "Yo no soy candidato a presidente y esa es una aspiración que no me altera para nada el pulso, no atrae de ningún modo mi ambición", aseguró hoy a Clarín el principal líder de la oposición de izquierda al gobierno brasileño, Leonel Brizola, el más insistente impulsor de la campaña para las elecciones presidenciales "directas ya" y considerado por las últimas encuestas como la personalidad política con mayor consenso popular entre los posibles aspirantes al cargo que hoy ocupa José Sarney.

En su charla con Clarín, en vísperas del inicio de un congreso sobre socialismo democrático que organiza su partido, el Democrático Trabalhista, el ex gobernador de Río de Janeiro afirmó que no cree que Sarney pueda mantenerse en su puesto ni siquiera hasta el próximo año tal como, sin embargo, pretende la campaña por las "directas ya".

Estos son los tramos más importantes del diálogo, marcado por la ironía y el gusto por las paradojas que ya hicieron célebre su estilo.

—Luego del revés por las directas del martes pasado se insiste bastante en la falta de claridad del planteo de los organizadores en cuanto a la fecha en que se pide para las elecciones presidenciales. ¿La consigna es "directas en el 88" o, efectivamente, "directas ya"?

—Hay una necesidad evidente de que las elecciones directas para presidente se realicen antes de 1988 o, a más tardar, en 1988. Porque vivimos ahora una gran preocupación: no sabemos cómo hará el presidente Sarney para aguantar en el cargo hasta ese momento. La realidad indica que su gobierno es, desde hace mucho tiempo, totalmente inepto. Mientras logró mantener todavía algunas expectativas de parte de la ciudadanía, Sarney retenía una cierta legitimidad. Pero ahora ya no, esa etapa quedó superada. Por eso, nada de lo que intente realizar va a tener éxito; solo conseguirá agravar su situación. Nosotros defendemos la realización de las elecciones como máximo en 1988. De todos modos, desde el punto de vista de la mera especulación electoral, para nosotros sería conveniente que se cumpliera la decisión de Sarney de quedarse hasta el 88. En ese momento sería un verdadero paseo, porque la rebeldía popular habría crecido mucho y, además, estaríamos ante una elección aislada, que no coincidiría con comicios municipales como sucederá en 1988, y entonces no aparecerían las habituales estructuras oligárquicas locales en la puja. Nos bastarían cinco minutos en televisión para ganar.

—¿Esto quiere decir que usted no confía en las encuestas que señalan como favorita su candidatura si las elecciones tuvieran lugar ahora?

—En primer lugar, esa convocatoria a elecciones presidenciales no existe. En segundo lugar, no soy candidato ni esa categoría fue definida en el partido. Por lo tanto se trataría de entrar en hipótesis de candidatura y además de candidatura victoriosa.

—¿Pero usted no tiene pretensiones de candidatearse al lanzar al P.D.T. en la campaña por las "directas ya"?

—No. Creo que nosotros podríamos ser una fuerza de apoyo. Solo se necesitaría que surja alguien que nos mereciera confianza y entonces podríamos ser parte de una coalición. Creo que soy la persona menos indicada para una candidatura a la presidencia y, por otra parte, no se trata de algo que yo pudiera definir personalmente. Nadie puede ser candidato de sí mismo, ni de sus amigos, ni del aparato partidario, ni siquiera de un solo partido. Tiene que plantearse una exigencia de la sociedad, o una necesidad social, cuando uno tiene como conducta política la búsqueda de las transformaciones ansiadas. Si yo fuera un político liberal, o conservador, entonces sí podría definir una candidatura a partir de acuerdos de grupos o de un poco de habilidad pragmática.

—¿Usted no cree, por ejemplo que en el congreso socialista que organiza su partido pueda lanzarse su candidatura?

Leonel Brizola, ex gobernador de Río de Janeiro.

—No pensé en eso. Palabra de honor que hasta este momento no había pensado en esa posibilidad. La verdad es que no sería de extrañar si eso efectivamente ocurre, porque hace mucho que en el partido viene manejándose esa hipótesis, y no sólo en el partido sino en distintos sectores sociales. Pero eso no quiere decir necesariamente que yo sea candidato. Repito que en nuestro caso, para ser candidato, tiene que cumplirse una serie de condiciones. Tampoco puedo afirmar, que si esos requisitos existen y no llegamos a poder integrar una coalición, no vaya a ser finalmente el candidato.

♦ **Coyuntura y constituyente**

—¿Usted sería aceptado como candidato? Porque para muchos, usted es un nombre inaceptable para las fuerzas armadas, para buena parte de la clase política y empresaria, para la prensa...

—Aquí pasa algo raro en ese sentido. Con la prensa, por ejemplo, para la cual soy una especie de patito feo de la política brasileña. Durante años, desde el golpe del 64, estuve prácticamente enterrado por los grandes medios de prensa. Desde mi retorno del exilio en 1979, y aun desde un poco antes, mi nombre podía figurar en esos medios solo para la crítica despiadada o para la burla. Si produzco un hecho con cierta repercusión social, se trata de "populismo" si lo que hago tiene que ver con los usos liberales, prolijos, bien educados, porque estoy tratando de sacar réditos personales.

—¿Y este nuevo Plan Cruzado, el del ministro Luis Carlos Bresser Pereira?

—Este ya es una cosa diferente; ya no se trata sólo en las formas del recetario más tradicional del Fondo Monetario Internacional. Podrá, por lo tanto, conseguir un cierto efecto estabilizador de la inflación, pero claramente a costo del sacrificio de los trabajadores, empleados y pequeños propietarios y de una todavía más acentuada desnacionalización de la economía.

—¿Cómo evalúa la situación interna del P.M.D.B., del Movimiento Democrático Brasileño? ¿Cree que la resolución de sus diferencias internas es decisiva para el éxito de las "directas ya"?

—La situación interna del P.M.D.B. es muy complicada, pero yo tengo esperanzas de que se resuelva en favor del cumplimiento del programa del partido, de los compromisos asumidos por sus dirigentes con el pueblo. Esto incluye no solo el tema de las directas sino también el del sistema de gobierno. No es lo mismo que se piense introducir en la nueva Constitución el parlamentarismo que el pueblo nunca quiso y que derrotó con su movilización en 1961.

—Pero, en este momento, los constituyentes se pronuncian mayoritariamente a favor del parlamentarismo.

—Esta asamblea constituyente es el resultado de las grandes movilizaciones populares de 1984 que ayudaron a terminar con la dictadura. Allí el pueblo se movilizó para recuperar el derecho a elegir un presidente con poderes, y no una especie de reina de Inglaterra cuyo gobierno efectivo dependa de un primer ministro sujeto a las maniobras de las elites políticas. Cuanto menos, es fundamental que el nuevo texto constitucional sea sometido a referéndum para su aprobación definitiva.

Carlos Slatculla

# "EE.UU. presionó mi renuncia

RIO DE JANEIRO, 9 (ANSA). — El ex ministro brasileño de Hacienda, Dilson Funaro, acusó a Estados Unidos de haber "ejercido presiones" para que renunciara al cargo.

"El funcionario del Departamento de Estado Norteamericano, Elkin Taylor, que estuvo en Brasil en marzo último, dejó entrever que su país no negociaría la deuda externa brasileña si yo continuaba al frente de la cartera de Hacienda", dijo Funaro en una conferencia que pronunció en la Universidad Federal de Río de Janeiro.

Según informó hoy la prensa local, el ex ministro formuló esa declaración al responder a un estudiante que le preguntó si el Fondo Monetario Internacional (F.M.I.) tuvo algo que ver con su dimisión.

Funaro, que días atrás admitió su intención de postularse a la primera magistratura de Brasil, confirmó que participará en la convención nacional del oficialista Partido del Movimiento Democrático Brasileño (P.M.D.B.), que tendrá lugar el 18 y el 19 de este mes en Brasilia.

"Presentaré a la convención del P.M.D.B. propuestas relativas a la cuestión de la deuda externa y al crecimiento económico del país", señaló el ex ministro, para agregar que "la normalización de las relaciones con los acreedores es una meta que debe ser alcanzada, pero no a costa de la recesión".

"No podemos caer hacia la recesión [illegible] para resolver el problema externo, pues en 1982 y 1983 fue un sacrificio para la economía nacional", subrayó.

01-01 8705843

RS
098

La policía militar arrestó y dispersó a los manifestantes

DEUDA EXTERNA BRASILEÑA

# Interrumpen pagos a acreedores oficiales

BRASILIA, 1º (ANSA, AP y UPI). — Brasil suspendió hoy el pago de capitales sobre los 106.000 millones de dólares de su deuda externa ante bancos públicos extranjeros que financian su comercio exterior, anunció el vocero del ministro de Finanzas brasileño, Gerardo Moura. La decisión ha sido comunicada ayer a los acreedores y fue tomada cuatro meses después de haber adoptado una medida similar en relación con los intereses debidos a la banca privada internacional.

De acuerdo con el reciente anuncio, Brasil dejará de pagar en 1987 la suma de 1.000 millones de dólares. La suspensión del pago de intereses anunciada en febrero pasado comprende 4.300 millones de dólares. En tanto, el portavoz del ministerio de Hacienda brasileño, Francisco Baker, al confirmar la decisión puntualizó que "la medida fue adoptada en defensa de las reservas internacionales del país".

Se aclaró que la suspensión afecta solo al capital principal de la deuda contraída por Brasil antes del 31 de marzo de 1983 con bancos extranjeros oficiales de importación y exportación. Pero se aclaró que Brasil continuará con el pago de los intereses de esa deuda, así como los montos de los préstamos contraídos a partir de la fecha mencionada.

El titular brasileño de Finanzas, Luis Carlos Bresser Pereira, precisó que la nueva suspensión de los pagos estaba encaminada a preservar las reservas de moneda extranjera, y que "no debe verse como una actitud de agresión a nuestros acreedores". Se recordará, sin embargo, que Bresser Pereira ha advertido reiteradamente que Brasil podría extender la moratoria para incluir a acreedores gubernamentales si la deuda nacional no era refinanciada.

En enero, el entonces ministro de Finanzas Dilson Funaro negoció una suspensión hasta el 30 de junio —ayer— de los plazos adeudados este año a entidades gubernamentales extranjeras, conocidas en conjunto como el Club de París. Según las versiones, Bresser Pereira pidió una extensión de noventa días del plazo de pago, mientras el Fondo Monetario Internacional estudiaba el nuevo plan económico del gobierno brasileño, pero los miembros del denominado Club de París no aceptaron la propuesta.

Como se sabe, el gobierno brasileño insiste en la necesidad de mantener su política de crecimiento económico para viabilizar el pago de la deuda externa y plantea a sus acreedores el refinanciamiento de 7.500 millones de dólares.



8705854

RS
BRASIL
098

SITUACION SOCIAL

Clarín
2/7/87.

# La gente exasperada

RIO DE JANEIRO, 1º (AFP). — El Brasil de la democracia se está transformando en un barril de pólvora a punto de estallar, tal como lo evidencian los últimos disturbios y pillajes de comercios en Río de Janeiro, cuyo punto culminante fue la destrucción ayer, martes, por los manifestantes, de unos 100 ómnibus en el centro de la ex capital.

Durante diez horas la "ciudad maravillosa" se convirtió en un campo de batalla entre 2.600 soldados de la policía militar y miles de "cariocas" (habitantes de Río) indignados por el alza del 50 por ciento en el costo de los boletos del autotransporte, con un saldo de 47 heridos y un centenar de detenidos.

Esta explosión de violencia, cinco días después del ataque con piedras, en Río, del ómnibus que transportaba al presidente José Sarney, provocó conmoción en el país.

Los diarios consagraron sus primeras páginas a la explosión de violencia, que fue definida por el "Jornal do Brasil" como la más grave de la historia de Río y condenada además por otros debido a la amenaza que significa para la democracia.

La revuelta de Río no constituye de ningún modo un caso aislado en un país donde no pasa un día sin que un supermercado sea devastado por los famosos saqueos, tanto en el nordeste, víctima de la sequía, como en los centros urbanos, tras la agravación de la crisis económica.

♦ Nivel de vida

Los 148 millones de brasileños están exasperados por la baja general del nivel de vida, evaluada en un 35 por ciento debido a la hiperinflación —23,21 por ciento en mayo— difícilmente controlada por el nuevo bloqueo de precios del 12 de junio.

Tras la euforia del Plan Cruzado de congelamiento de precios de 1986, como en el pasado, se cayó nuevamente en las variaciones de precios.

Pese al nuevo congelamiento de precios y salarios, las tarifas de ciertos productos de base, como la carne, el pan y la nafta fueron reajustadas, lo mismo que el transporte en común en Río, el martes, antes de la suspensión del alza.

La crisis económica asfixia a este país —octava potencia mundial, sin embargo—, que parece al borde de la quiebra, tras verse obligado, el 20 de febrero, a decretar la moratoria de su deuda externa, la primera del mundo con 110.000 millones de dólares, por falta de reservas. Esta medida fue extendida hoy a los bancos estatales de los 16 países del Club de París.

La depresión social acompaña peligrosamente los despidos masivos provocados por la recesión reciente, tras el crecimiento "a la cereza" de un 20 por ciento entre 1985 y 1986.

En los cuatro últimos meses, 8.000 obreros fueron despedidos en la industria automotriz. Las fábricas no venden más autos y ahora ofrecen rebajas en un intento de reactivar las cadenas de montaje en un país que produjo el año pasado cerca de un millón de vehículos.

♦ Lucha por "sobrevivir"

La mayoría de los brasileños no luchan por un confort superior sino por "sobrevivir", empujados a la miseria por un salario mínimo de 45 dólares, millones de "pobres diablos" se hacinan en las "favelas" (villas miseria) de las ciudades —incluida la capital, Brasilia— y se entregan a una criminalidad en progresión constante, causa del recrudecimiento de los "escuadrones de la muerte" en Río, autores de más de 1.000 muertes en seis meses.

La misma noche en que el ejército, equipado de "paladines" —transportes blindados—, lograba devolver la calma a Río, un supermercado era asaltado en la periferia, en Ramos, por un centenar de hambrientos, y una escena idéntica se reproducía también ayer en una ciudad del nordeste, Patos —cerca de João Pessoa—, a 2.400 kilómetros al norte del Pan de Azúcar.

En el campo político, el ejemplo abundantemente citado de Corea del Sur, en trance ahora de recuperar la democracia, acentúa la amargura de las elites brasileñas, que rechazan la negativa del régimen civil a convocar ahora a elecciones presidenciales con sufragio universal: las "diretas já".

Una gran mayoría de los actuales gobernantes, y entre ellos el propio presidente Sarney, apoyó al régimen de los militares que gobernaron el país de 1964 a 1985.

Los brasileños no olvidan que la Nueva República se debe en gran medida a la presión popular que en 1984 culminó con la salida a las calles de todo el país de millones de personas a favor de la democracia y, ya entonces, por las famosas "diretas já".

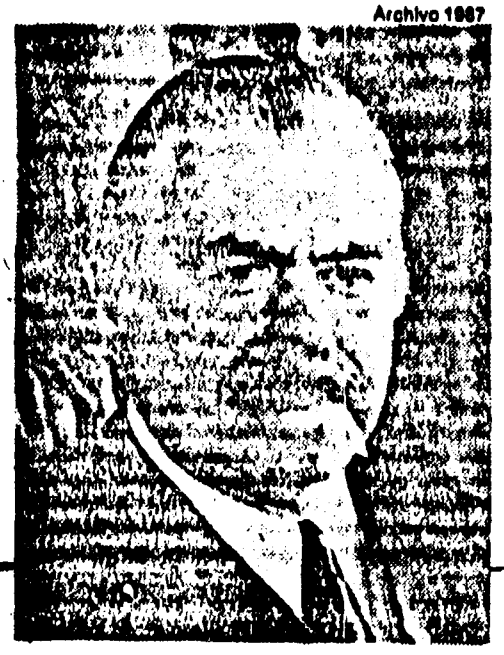


8705855

TENSION EN LA COALICION OFICIALISTA BRASILEÑA

# La derrota política de Sarney podría modificar la estructura del gobierno

Archivo 1987



José Sarney, presidente de Brasil.

*Una evidente victoria del poderoso aparato oficial del Partido del Movimiento Democrático Brasileño (P.M.D.B.) resultó la decisión —por 458 votos a favor y 360 en contra—, de no pronunciarse sobre el mandato del presidente Sarney y el futuro sistema de gobierno. Posible reestructuración del gabinete y creación formal de un bloque oficialista suprapartidario.*

**BRASILIA, (Enviado especial). — Una reestructuración del gabinete ministerial y la creación formal de un bloque oficialista suprapartidario en la Asamblea Nacional Constituyente deberían ser, en un plazo breve, las primeras consecuencias políticas concretas de la Convención Nacional realizada el sábado y el domingo pasados por el Partido del Movimiento Democrático Brasileño.**

**Esta es la unánime conclusión extraída de la pública expresión de enojo del presidente José Sarney por el desarrollo de la convención, quien señaló que "quiero ahora una profunda charla con los principales dirigentes del P.M.D.B. para redefinir la naturaleza de nuestras relaciones".**

**La convención peemedebista concluyó anoche con la decisión de no pronunciarse sobre los dos temas princi-**



8705856

pales de la agenda —la duración del mandato de Sarney y el sistema de gobierno a defender en la Asamblea Constituyente—, aprobada por 458 votos a favor y 360 en contra.

El presidente, a través de sus operadores en el partido —tras realizar encuestas que parecían asegurarle la victoria—, quería forzar la votación sobre el tema del mandato para consagrar su disposición a permanecer cinco años en el cargo.

La corriente "progresista" del partido, liderada por el senador Mario Covas, también quería una definición aunque el grupo defiende acortar el mandato del presidente a cuatro años y la realización de elecciones presidenciales directas en 1988.

La tesis triunfante, la del no pronunciamiento, fue defendida por el titular del partido, diputado Ulysses Guimaraes, junto con casi todos los gobernadores de estado peemedebista, para quienes una definición del tema podría concluir en la división de la fuerza.

La irritación de Sarney —que a último momento debió modificar su táctica para pasar a apoyar la propuesta del no pronunciamiento ante las evidencias de que podía perder si el tema del mandato era puesto a votación— está ligada sobre todo al desarrollo del segundo y último día de la convención, en el que el sector del partido que lo apoya sufrió una inicial, sorpresiva y determinante derrota.

Fue en el momento en el que —por una moción preliminar presentada por el principal operador de Sarney, el diputado Carlos Sant'Anna—, la convención debió decidir si los temas de la agenda serían aprobados por votación abierta, como pretendía el gobierno, o secreta, como preferían tanto Covas como Guimaraes para evitar presiones personales de la presidencia sobre los constituyentes.

Contra todos los pronósticos, los defensores de la votación cerrada ganaron por 477 contra 270, pero lo que más molestó al presidente fue que, de los diez ministros de su gobierno presentes en la convención con derecho a voto, sólo tres se pronunciaron a favor de la tesis defendida por Sant'Anna, mientras que los otros siete lo hicieron a favor del voto secreto.

Paralelamente, varios de los gobernadores que venían funcionando como principal apoyatura política del gobierno —como Orestes Quercia, de San Pablo y Wellington Moreira Franco, de Río de Janeiro— también pasaron a apoyar a Guimaraes

### ♦ Queja y advertencia

En la noche de ayer —y pese a que las barras que gritaban por Sarney y los cinco años de mandato en la convención saludaron la decisión de no votar como un triunfo— el portavoz oficial de Sarney, Antonio Freta Motta, daba cuenta del enojo del presidente y de su intención de modificar el gabinete, obviamente con la salida de los siete ministros que no siguieron sus indicaciones.

Poco después trascendía que en una conversación telefónica con otro ministro —presumiblemente el de Comunicaciones, Antonio Carlos Magalhaes, quien no pertenece al PMDB— Sarney señaló estar dispuesto a "abrir el gobierno a la participación de cuantas otras fuerzas políticas quieran ayudarlo".

La frase implica que evidentemente el presidente ya no se siente comprometido con el sector del PMDB, mayoritario, que mostró en la convención o bien su directo enfrentamiento con el gobierno o bien su disposición a apoyarlo sin perder independencia.

También se supo que Sarney mantuvo en la tarde de ayer un áspero diálogo con Guimaraes en el que le reprochó el no haber impedido "los más graves ataques personales contra mi persona por parte de algunos oradores y de la militancia del partido".



8705856

'058

PROPONEN QUE EL CONGRESO SUPERVISE TODA GESTION

# Control de la deuda externa

SILIA, 22 (Reuter). — Un riguroso control ...o sobre el manejo y negociación de la deuda ..., casi inédito en el sistema capitalista, ingresó ...ebate del nuevo texto constitucional de Brasil, ...ás endeudado del Tercer Mundo.

...guna gestión para la captación de recursos fi... o ningún compromiso para el pago de cual... obligación contraída en el exterior podrá reali... ...n expresa autorización del Poder Legislativo.

...severa disposición, insólita en cuantas cons... ...nes norman la vida de los países del mundo, ...parte de un primer informe presentado hoy por ...bcomisión de la Asamblea Constituyente brasi... ...brasileña.

...talada en febrero, la constituyente cerró hoy el ...para la recepción de informes preparados du... ...05 días por 24 subcomisiones internas.

...a de ellas, encargada de "la nacionalidad, la ...nía y las relaciones internacionales", elevó su ...e con un proyecto de cuatro títulos, seis capítu... ...7 artículos que resumieron 281 enmiendas pro... ...las por sus 26 miembros.

...entes parlamentarias dijeron que cada informe ...á ingresar a debate de la comisión de sistemati... ...a, encargada de elaborar el texto definitivo a ser ...ido a consideración del plenario constituyente, ...ensable de emitir antes de fin de año la séptima ...a Magna en la historia política brasileña.

...as estrictas disposiciones que proyectan el abso... poder de decisión del Congreso nacional —las ...ras del Senado y Diputados— sobre las cuestio... ...de la deuda externa del país fueron divulgadas a ...esponsales extranjeros por el relator de la respec... comisión, diputado João Herrmann Neto.

...Brasil tiene una deuda de 111.000 millones de dóla...res, la mayor del mundo en desarrollo, y una comisión del Senado investiga actualmente el origen y legitimidad de ese monumental monto. La mayor parte de la deuda se contrajo durante los 21 años de gobiernos militares que concluyeron en 1985.

El gobierno del presidente José Sarney decretó en febrero la suspensión indefinida del pago de intereses por una deuda de 70.000 millones de dólares con la banca privada extranjera y el gabinete económico prepara negociaciones para una reprogramación global de los compromisos financieros con el exterior.

Herrmann dijo que si la nueva Constitución estuviera hoy vigente, incluyendo los textos elaborados por esa subcomisión, "el gobierno no podría negociar, ni pagar o asumir un solo centavo de deuda, sin la previa autorización del Legislativo".

Entre 11 atribuciones del Congreso nacional, contempladas por el artículo 30 del proyecto constitucional, Herrmann reveló la siguiente: "Resolver definitivamente sobre los contratos de captación de recursos financieros, en el mercado internacional, celebrados por los órganos de administración directa o indirecta, federal, estadual o municipal".

Según otra atribución, prevista en el mismo artículo, el Congreso brasileño deberá "resolver sobre los tratados y compromisos internacionales negociados por el jefe de Estado".

Una tercera disposición constitucional prohíbe al Poder Legislativo "conceder anticipada y genérica aprobación a cualquier contrato de préstamo o autorización para futuros compromisos a ser asumidos por los órganos de la administración pública".

"En defensa de esta norma, estoy dispuesto a ir hasta el plebiscito nacional", dijo Herrmann un legislador del mayoritario Partido del Movimiento Democrático Brasileño (P.M.D.B.).

El proyecto, sin embargo, está llamado a generar una vasta polémica constituyente, según admitió el parlamentario.

♦ **Objeciones**

Otras fuentes parlamentarias señalaron que se plantearon algunas críticas ante la subcomisión durante un proceso de consulta y asesoramiento técnico al que fueron llamados altos funcionarios de gobierno y personalidades académicas y diplomáticas.

Mencionaron, por ejemplo, que el ex canciller Ramiro Saraiva Guerreiro, uno de los diplomáticos de mayor prestigio en el país, advirtió a la subcomisión sobre los riesgos de "limitar la actuación de los negociadores de la deuda".

El ex canciller, recientemente designado por el gobierno de Sarney como presidente de una comisión especial de asesoramiento para la negociación de la deuda externa, sostuvo, durante una reciente exposición, que el Legislativo debía tener capacidad de "identificar y evitar inconvenientes y excesos" sobre la materia.

Pero advirtió que considera inadecuado el establecimiento de principios constitucionales que entorpezcan la negociación de recursos y afecten la credibilidad de los órganos ejecutivos", dijeron las fuentes.

"Somos un país soberano como los demás. No somos soberanos sobre otros países. Medidas que establezcan límites impedirían cualquier negociación", argumentó el ex canciller.

El diputado Herrmann, sin embargo, insistió en que, para evitar la repetición de las graves dificultades que enfrenta el país, como consecuencia de su abultado endeudamiento externo, "es necesario legitimar el mandato" de gobernantes y negociadores.

[illegible] 23/5/87

01-01

8705857

RS
BRASIL
098

EL PESO DEL P.M.D.B. Clarín 21/8/87

# Poderoso aparato

BRASILIA, 20 (Enviado especial). — No pasó nada, pero va a pasar de todo. Esta era la conclusión extraída por buena parte de los dirigentes partidarios y casi todos los analistas tras la culminación de la Convención Nacional del Partido del Movimiento Democrático Brasileño, que decidió no pronunciarse sobre aquellos temas para cuyo análisis, precisamente, había sido convocada.

Lo cierto es que, al pronunciarse en contra de cualquier definición sobre el mandato del presidente José Sarney y sobre el sistema de gobierno que deberá ser defendido en el marco de la Asamblea Nacional Constituyente, la máquina tradicional del gran partido se coronó triunfadora en una puja que terminó desarrollándose en un terreno más bien sordo, pero que no por ello fue menos dura.

El titular del partido, Ulysses Guimaraes, y los caudillos regionales —casi todos ellos gobernadores de sus estados— consiguieron evitar las amenazas de ruptura del partido y demostrarle a Sarney que siguen siendo los dueños del poderoso aparato.

Esta evidencia desemboca inevitablemente en otra: la crisis política en la que se encuentra sumido el país, y de la que la falta de poder efectivo de Sarney es un síntoma fundamental, está lejos de ser resuelta.

La victoria del aparato —hacía mucho tiempo que Ulysses no mostraba un gesto tan radiante como el de anoche— implica, siempre en principio, la derrota de Sarney y su legión de fieles dentro del P.M.D.B., y también la del ala progresista que comanda el senador Mario Covas.

Sarney pretendía —y suponía que no iba a tener problema para lograrlo— un aval formal del partido a su decisión de permanecer en el cargo hasta marzo de 1990.

Covas y los otros líderes progresistas pretendían, por su parte, un apoyo también formal a su propuesta de reducir ese mandato a cuatro años para dar paso a elecciones presidenciales directas en 1988.

**Lamentos mutilados**

Lo que vendrá en las próximas semanas tenderá seguramente a matizar las alegrías y los lamentos generados por la Convención.

La nutrida tribuna que, al terminar la Convención dio vuelta la espalda a los convencionales al grito de "la lucha continúa, el pueblo va a la calle", demuestra que la indefinición partidaria sólo podrá agudizar la pérdida de consenso pecemedebista entre sus bases y electores.

Covas quedó en una situación relativamente más cómoda. Primero, porque, en la medida en que, expresamente, la Convención decidió dejar en manos de la conciencia individual de cada constituyente, en su momento, la actitud sobre el tema del mandato, se acabaron para él las restricciones que lo mantuvieron hasta ahora lejos de la campaña a favor de las "directas ya" que impulsan Leonel Brizola y Luis Ignacio Da Silva "Lula".

También muy sonriente, al término de la Convención Covas informó a Clarín que, de ahora en más, ejercerá su reconocida habilidad oratoria en los países armados para [illegible] tas. Agregó que impulsará la recolección de cinco millones de firmas para introducir una de las llamadas enmiendas populares en la Constituyente, proponiendo elecciones en 1988.

Por otro lado —también gracias a esa habilidad oratoria—, los 850 votos conseguidos a favor de la definición de la Convención sobre el mandato no alcanzaron para el triunfo pero sí para mostrar que su grupo es mucho más fuerte de lo que se suponía, así como que él es el más fuerte aspirante a la candidatura presidencial por el P.M.D.B.

*Carlos Eichelbaum*

Copyright Clarín, 1987

8705858

01·01

CINCO EXIGENCIAS A LOS ACREEDORES PARA LEVANTAR LA ACTUAL MORATORIA UNILATERAL

# Brasil condiciona el pago de la deuda

**BRASILIA, 30 (Reuter y UPI). — El ministro de Hacienda Luis Bresser Pereira dijo hoy que Brasil impondrá a sus acreedores cinco condiciones para suspender la moratoria parcial de su deuda externa, entre ellas la refinanciación de 7.300 millones de dólares en dos años.**

**Bresser Pereira, quien formuló su anuncio en el curso de la primera interpelación que le formula la Cámara de Diputados, explicó los alcances del "Nuevo Plan Cruzado" lanzado el 12 de junio último y expuso algunos objetivos de su programa de control macroeconómico, donde se plantean las bases para que Brasil reanude en julio las negociaciones con los acreedores de su deuda externa, de 111.000 millones de dólares.**

**Tras justificar la decisión política de la moratoria como unilateral de pagos, adoptada por el presidente José Sarney el 20 de febrero como "indispensable" para evitar que se agotaran las reservas internacionales del país, Bresser Pereira explicó que la medida será usada como "un instrumento de negociación" con los acreedores, pero que Brasil no pretende mantenerla "indefinidamente".**

*La refinanciación de 7.300 millones de dólares es una de las cinco condiciones explicitadas ayer por el ministro de Hacienda brasileño, Luis Bresser Pereira, para suspender la moratoria unilateral de la deuda externa de su país. En una interpelación ante la Cámara de Diputados, Bresser calificó de ridículas las acusaciones que lo califican como "un ministro recesivo". También desmintió que Brasil haya reanudado negociaciones con el F.M.I., aunque admitió que el organismo podría facilitar nuevos préstamos si aprueba el plan económico nacional.*

### ♦ Cinco puntos

**Las cinco condiciones expuestas por Bresser Pereira fueron:**

**1) Refinanciación de 7.300 millones de dólares, de los cuales 4.300 corresponden a intereses sin pagar en 1987 a los bancos privados y 3.000 a la mitad de intereses por pagar en 1988 al mismo sector comercial.**

**2) Reducción a un nivel "extremadamente bajo" de las tasas de riesgo (spreads) cobradas por los bancos privados internacionales, como parte de un reescalonamiento global de plazos y períodos de gracia para el pago del capital de la deuda, en condiciones semejantes a las otorgadas a la Argentina y México. Con todo, Bresser no explicó el índice deseado.**

**3) Aumento de las reservas líquidas internacionales. Brasil, al decretar la moratoria parcial en febrero, disponía de reservas por 8.000 millones de dólares, y Bresser Pereira afirmó hoy en otra parte de su exposición que el nivel "deseable" de reservas sería de 7.000 millones de dólares.**

**4) Excluir de la negociación directa a 500 bancos que han otorgado pequeños préstamos a Brasil, del total de las 780 instituciones de la banca extranjera acreedora.**

**5) Fortalecer la capacidad negociadora de las agencias bancarias de Brasil en el exterior, como responsables de una deuda de 6.000 millones de dólares en créditos interbancarios. Bresser Pereira calificó a este sector como el "talón de Aquiles" de la política financiera externa de Brasil.**

**Bresser Pereira garantizó a los legisladores que la nueva estrategia brasileña para negociar sus compromisos financieros no pretende "agredir gratuitamente a nuestros acreedores, pero tampoco implicará inclinarse ante ellos".**

**Señaló que, a diferencia de 1982, cuando el país enfrentó una crisis financiera similar por no poder pagar a los acreedores extranjeros, "Brasil dispone actualmente de algunas ventajas para negociar".**

**"Hoy tenemos reservas (internacionales), un mayor superávit comercial y más experiencia", dijo.**

### ♦ Sin tratos con el F.M.I.

**Al preguntársele sobre la decisión gubernamental de reasumir las negociaciones con el Fondo Monetario Internacional (F.M.I.), tras dos años de ruptura oficial con ese organismo, Bresser respondió que "no hay ninguna reasunción de negociaciones".**

**El ministro explicó que el actual gobierno acordó en noviembre de 1986 con el F.M.I. que la economía brasileña fuera objeto de un informe anual, basado en una evaluación técnica del organismo. Agregó que, en virtud de ese compromiso, su plan macroeconómico, actualmente bajo estudio, será dado a conocer al F.M.I., y "el informe respectivo podrá ser o no ser favorable".**

**Entonces Bresser dijo que, en caso de que el informe sea favorable, Brasil podrá obtener nuevos recursos financieros del organismo, de las agencias oficiales y de la banca privada.**

**"Si nuestro programa es aprobado por el F.M.I., será una demostración de que el F.M.I. cambió (de actitud). Si ellos cambiaron, nosotros también podemos cambiar y, recién entonces, todos sabremos si reasumimos negociaciones y llegamos a un acuerdo con el organismo", dijo.**

**Bresser se definió en la interpelación como un antiguo adversario de la "ortodoxia monetarista" y calificó de "ridículas" las apreciaciones que lo tipifican como "un economista recesivo".**

**Además, sostuvo que era fiel a los postulados de su partido —el mayoritario Movimiento Democrático Brasileño (P.M.D.B.), actualmente cogobernante del país— pero admitió que, como ministro de hacienda, está obligado "a decir frecuentemente no y a poner límite" a determinadas presiones políticas".**

**Por otro lado, el ministro reiteró que el objetivo central del nuevo plan es preservar el crecimiento en una tasa que estimó en un 5% para este año y en un 6% para 1988. Agregó que también contempla un superávit comercial de 8.500 millones de dólares para 1987, y de 10.000 millones para los próximos años.**



8705864

BRASIL

098



# Acto masivo por las elecciones directas

RIO DE JANEIRO, 6 (ANSA). — El opositor Partido Democrático Trabalhista (P.D.T.) estimó hoy que cerca de diez mil personas participaron en la manifestación pública realizada anoche en esta ciudad, para exigir la inmediata convocatoria a elecciones presidenciales en Brasil.

El acto, promovido por el P.D.T., el Partido de los Trabajadores (P.T.) y la Central Unica de Trabajadores (CUT), tuvo lugar en la céntrica plaza Cinelandia y reunió la adhesión de representantes del mundo artístico, intelectual y de organizaciones gremiales.

Mientras los manifestantes gritaban: "Fuera Sarney, elecciones directas ya", los distintos oradores criticaron al gobierno nacional, especialmente sus políticas económicas.

La multitud, que entonó con las bocinas erguidas la canción Para nao dizer que nao falei de flores (Para que no digan que no hablé de flores), símbolo de la resistencia al pasado régimen militar, proclamó también al ex gobernador de Río de Janeiro Leonel Brizola (líder del P.D.T.) candidato a la primera magistratura del Brasil.



8705874

# Sarney ordenó investigar un fraude en comercio exterior

BRASILIA, 28 (ANSA). — El presidente José Sarney ordenó hoy una amplia investigación en torno de probables "manipulaciones en los datos estadísticos de la balanza comercial brasileña que habría permitido demostrar un superávit mayor que el real en 1986".

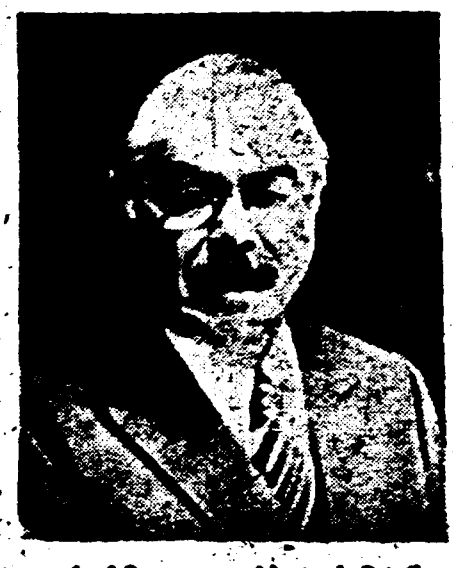
Según las versiones circulantes, la idea era continuar alterando los números mensualmente —esta vez aumentando el total real de las importaciones— hasta alcanzar los verdaderos resultados.

El nuevo secretario de rentas federal, Antonio Mesquita, que responde a instrucciones del ministro de Hacienda, Luis Carlos Bresser Pereira, efectuó una auditoría contable llegando a descubrir la falta de 1.170 millones de dólares en las importaciones.

♦ Sanciones

Durante el viaje del presidente Sarney de ayer a Uruguay, sobre el tema el mandatario prometió que "los responsables vinculados con los hechos serán severamente sancionados e investigados hasta sus últimas consecuencias".

El superávit de la balanza comercial brasileña no fue de 9,5 millones de dólares en 1986, como señalan los numerosos documentos sobre la evolución del comercio exterior, sino de 8,3 millones de dólares, de acuerdo



José Sarney, presidente de Brasil

con informaciones suministradas por el director de Comercio Exterior del Banco de Brasil (CACEX), Nestor Baiter: la diferencia es de casi mil 200 millones de dólares.

Según el portavoz del Ministerio de Hacienda, Francisco Baiter, declaró hoy que los saldos de la balanza comercial relativos al primer trimestre de este año "tampoco son ciertos".

El saldo comercial de enero, anunciado por el ex ministro Dilson Funaro, de 129 millones de dólares fue de 146; en febrero se informó un superávit de 261 cuando alcanzó a 303 millones de dólares, y en marzo los números divulgados fueron de 136, que en verdad quedó en 205 millones de dólares.

♦ Comprobación

Baiter explicó que estas diferencias no pueden ser caracterizadas como fraudes, o de mala fe, y fueron constatadas en el transcurso de una auditoría al completarse un mes de gestión del nuevo ministro de Hacienda, Bresser Pereira.

Por otra parte, las cifras de las importaciones, como el resultado de los superávit comerciales alterados, fueron informados a los acreedores internacionales de la deuda externa de Brasil y al Fondo Monetario Internacional (F.M.I.) en dos documentos producidos por el gobierno en este año.

Los citados informes del gobierno brasileño fueron publicados y editados por el Banco Central en febrero de este año con el título "Brasil, programa económico" y "El financiamiento en el desarrollo económico durante el período 1967-1986", elaborado durante la gestión del ex ministro Dilson Funaro.

Clarín 29/5/87



8705878

FICHADO BRASIL

098

CLARIN ★ Buenos Aires, jueves 12 de marzo de 1987

# Japón quiere que Brasil negocie con el F.M.I.

TOKIO, 11 (UPI). — Dilson Funaro, ministro de Hacienda brasileño, ratificó que Brasil no negociará con el F.M.I., pese a las presiones recibidas durante su gira, que incluyó EE.UU., Gran Bretaña, Alemania Federal, Francia, Italia y Japón.

Funaro concedió una entrevista al diario financiero "Nihon Keizai Shimbun", antes de regresar a Brasil, mientras se conocían trascendidos de la posición que el primer ministro japonés, Yasuhiro Nakasone, mantuvo ante el ministro brasileño: "Es inevitable la suspensión de pagos. Quiero urgir a Brasil a que elabore un programa de rehabilitación económica".

Se especuló en la prensa local que Nakasone estaba concediendo una posibilidad a Brasil para que negociara con los acreedores sin el F.M.I., pero un allegado a los bancos japoneses que prestaron dinero al país sudamericano dijo: "Reiteramos que queremos que Brasil elabore medidas con el F.M.I. antes de negociar con nosotros."

Funaro: "No acepta el Fondo Monetario".

Funaro, además, pidió inversiones y transferencia tecnológica a Japón y lo único que consiguió fue que Hajime Tamura, ministro de Comercio Internacional e Industria nipón, autorice un giro de 78 millones de dólares para un proyecto en una planta de aluminio (Amazon Aluminium) en el estado de Pará, que la Compañía Vale do Rio Doce construye con empresas japonesas.



8705882

25

BRASIL 098

BRASIL: EXPLICAN A LOS PARLAMENTARIOS LA PROPUESTA

# Oposición al nuevo plan de la deuda

BRASILIA, 4 (ANSA, DPA, Reuter y UPI). — El ala izquierda del oficialista Partido del Movimiento Democrático Brasileño expresó hoy duras críticas a la alternativa planteada por el ministro de Hacienda, Luis Carlos Bresser Pereira en el sentido de reanudar parcialmente el pago de los intereses de la deuda externa brasileña con la banca privada internacional.

La alternativa —que contempla el pago del 50 por ciento del monto anual adeudado en ese concepto a cambio de la refinanciación de la otra mitad y del total de los intereses sobre la deuda contraída con instituciones oficiales— fue confirmada esta tarde por Rubens Barbosa, asesor del ministro, quien aclaró de todos modos que por el momento solo se trata de una "hipótesis de trabajo".

Barbosa puntualizó que "por ahora no existe ninguna propuesta concreta de negociación con los acreedores aprobada por el gobierno brasileño".

En todo caso, la airada reacción de los sectores de izquierda del P.M.D.B. —conocida tras una reunión mantenida hoy por legisladores de ese partido con Bresser Pereira— muestra que se trata de una hipótesis manejada como muy factible por el nuevo equipo económico del gobierno.

◆ "Suicidio político"

Los brasileños habían tomado cuenta de esa hipótesis ayer, por boca del vocero presidencial Antonio Freitas Netto, quien reveló que Bresser Pereira la había comentado en el curso de una reunión del gabinete ministerial encabezada por el presidente José Sarney el pasado martes.

*El Ministerio de Hacienda de Brasil confirmó que maneja como "hipótesis" la posibilidad de reanudar el pago de los intereses de la deuda externa, condicionada a la refinanciación de la mitad del monto correspondiente. Estas propuestas del ministro Luis Carlos Bresser Pereira generaron duras críticas de parte de parlamentarios del oficialismo, representantes del ala izquierda del P.M.D.B.*

"Si el P.M.D.B. acepta la política del ministro de Hacienda estará caminando hacia su suicidio político", manifestó hoy al terminar la reunión con Bresser Pereira —también integrante del P.M.D.B.— el diputado Oswaldo Lima, encargado de difundir la posición del ala izquierda o "auténtica" del partido.

Para este sector —que había actuado como principal aval de la estrategia de firmeza ante los acreedores encarada por el antecesor de Bresser Pereira, Dilson Funaro, responsable de la moratoria adoptada el 20 de febrero—, "la evaluación de los problemas económicos efectuada por el ministro es correcta, pero los remedios planteados son inadecuados y, si se ponen en marcha, será mejor acabar con el partido".

Lima acusó a Bresser Pereira de "no diferenciarse mucho en sus propuestas de Francisco Dornelles", en referencia al primer titular de la cartera de Hacienda de Sarney, un economista ortodoxo.

La izquierda del P.M.D.B., además de defender a ultranza la moratoria en el pago de los intereses de la deuda, cuestiona otros aspectos de la estrategia a[...] da por Bresser Pereira —cuyo plan económico se[...] sentado formalmente al gobierno en los próximos [...] como el de la capitalización de la deuda a trav[...] conversión de un porcentaje de ella en inversi[...] riesgo en el país.

El grupo "auténtico" del P.M.D.B. —con el a[...] los representantes de la oposición de izquierda— [...] de conseguir la incorporación al anteproyecto de [...] constitución del país normas que limitarían notoria[...] to las áreas en las que se aceptarían inversiones [...] jeras, así como la "reserva" del mercado financie[...] sileño para los bancos totalmente brasileños.

También figura en ese anteproyecto la facul[...] Parlamento para definir las vías de negociació[...] deuda y para decidir de manera excluyente sob[...] quier transferencia neta de capitales al exterior.

◆ Reacciones externas

Mientras se conocían estas duras críticas in[...] Bresser Pereira, los anticipos de su propuesta de [...] dación parcial del pago de intereses de la deuda [...] ron una fugaz alza del precio de las acciones [...] principales bancos ingleses comprometidos en [...] mos con Brasil.

Entre los acreedores privados norteameric[...] recepción a la versión fue extremadamente fría. [...] narios del comité asesor de los bancos privados [...] res de Brasil señalaron que "es muy difícil que [...] cumplir con la promesa de reanudar los pagos p[...] cuentan con fondos para hacerlo".

CLARIN 5/6/87

01.01

8705922

ARCHIVAR EN: Brasil (098)

TEMA: Buscan acuerdos con el Brasil nuevas negociaciones con el Brasil

PROCEDENCIA: A. Financiero 2/7/87

ARCHIVADO EN: Argentina (084)

001 · 01

8705934

CONVENCION DEL P.M.D.B. Y EL MANDATO DE JOSE SARNEY

# La sabiduría de Guimaraes

BRASILIA, 19 (Enviado especial). — La amplia derrota de los operadores del gobierno en la primera cuestión puesta a votación, por 477 votos contra 270, logró modificar el clima de la segunda jornada de la convención nacional del oficialista Partido del Movimiento Democrático Brasileño, un acontecimiento clave en el marco de la crisis política en la que está sumido el país.

En la ofensiva del gobierno de José Sarney por lograr que el P.M.D.B. se pronuncie a favor de cinco años que el presidente pretende para su mandato —y que hasta comienzos de la tarde de hoy se daba como vencedor con relativa comodidad— esa primera votación que debía decidir si las cuestiones de fondo de la convención iban a resolverse a través del voto cantado o del voto secreto, resultaba particularmente importante.

Los datos aportados por muchas encuestas señalan que una amplia mayoría de los ciudadanos brasileños preferirían que se acorte a cuatro años el mandato del presidente, de modo que se abra el camino a elecciones directas en 1988.

Consecuentemente, en la medida en que aparece ligado al gobierno, el partido ampliamente victorioso en las elecciones del pasado 15 de noviembre, comienza a sufrir un abrupto deterioro de su consenso.

La vieja sabiduría del presidente del P.M.D.B. y de la Asamblea Constituyente, Ulysses Guimaraes, hizo que finalmente los convencionales se pronunciaran por no tratar el tema sobre la duración del mandato de José Sarney: es que, objetivamente, y pese a la clara derrota específica de la estrategia del gobierno, parecía demasiado audaz extraer de la convención las posibilidades para la tesis de los cuatro años.

En ese contexto el principal arsenal de Sarney para neutralizar la tentación pemedebista de recuperar el espacio perdido transitando el camino de la oposición —en el que, por historia, sus cuadros se manejan con mucha mayor comodidad que en el oficialismo— reside en las presiones y distribución de favores o castigos a través de la máquina estatal, de la que los gobernadores, intendentes y funcionarios pemedebistas dependen inevitablemente para tener éxito en sus respectivas gestiones.

En principio, el voto secreto puede ofrecer a los convencionales —entre los que se encuentran todos los ministros y gobernadores partidarios— la oportunidad de imponer la línea de efectos más populares sin exponerse, gracias al anonimato de las decisiones, al castigo gubernamental sobre cuya aplicación efectiva Sarney ya hizo suficientes advertencias.

Del interés de Sarney por cerrar ese resquicio da suficiente prueba el hecho de que la moción para modificar el sistema de votación —el voto secreto ya había sido elegido en el trámite mismo de la convocatoria de la convención— fue presentada, y defendida en el turno de los oradores, por el titular del liderazgo del gobierno en el Congreso, diputado Carlos Sant'Anna.

En la medida en que la votación para definir el sistema de votación —resulta imposible evitar las reiteraciones— era por su parte abierta, todo indicaba que el gobierno llegaba a ese primer nivel de la secuencia hacia la consagración partidaria del mandato de cinco años con claras ventajas.

El proceso de la votación, de la que participaron poco más de setecientos convencionales —muchos de ellos, por la acumulación de cargos legislativos, ejecutivos y partidarios, tienen la facultad de votar dos o tres veces— fue notoriamente asumido por las distintas corrientes internas como una suerte de ensaye general de la gran puja sobre el mandato y el sistema de gobierno.

Quienes se pronunciaban a favor del voto secreto eran inmediatamente visualizados como potenciales votantes por los cuatro años, mientras que los que lo hacían por el voto abierto resultaban insultados o aplaudidos como hombres del presidente.

Cuando concluyó la votación, con la amplia ventaja a favor del voto secreto, la euforia ganó a los partidarios de los cuatro años.

La preocupación patente en el rostro de Sant'Anna y los hombres de su grupo ayudó a reinsertar en el ámbito de la convención una expectativa que para los observadores ya no existía: la posibilidad de que el partido consagre finalmente la ruptura con el gobierno.

Muchos ministros y gobernadores que vienen defendiendo públicamente un mandato de cinco años para Sarney se pronunciaron por el voto secreto, aparentemente como una manera de rescatar la independencia del funcionamiento interno del partido.

De todos modos, antes de que, a las 5.30 de la tarde, se colocara a votación —esta vez de manera— la segunda cuestión de la agenda, un discurso extremadamente hábil del principal líder de la corriente que impulsa a los cuatro años, el senador Mario Covas, consiguió ampliar la sensación de que todavía todo era posible en el resultado final de la convención.

La segunda cuestión, también determinante, surgía de la preocupación de un grupo colocado en una especie de centro del espectro de esta convención, liderado por el presidente del P.M.D.B., Ulysses Guimaraes, que planteaba la postergación de la discusión del mandato presidencial y del sistema de gobierno para transferirla a noviembre y al ámbito de la Asamblea Nacional Constituyente, como la única manera de evitar la división del partido.

Carlos Eichelbaum

Copyright Clarín, 1987

8705939

01·01

098

# Se implementará en Brasil un plan para atraer capitales

Brasilia, 21 (UP y EFE) – La nueva política industrial que será adoptada en Brasil se basa en otorgarle una mayor libertad a los empresarios y atraer capitales extranjeros e incluye la creación de zonas industriales autónomas dedicadas a la exportación, reveló el ministro de industria y comercio, Hugo Castelo Branco.

El ministro encargado por el presidente José Sarney de elaborar la nueva política, reveló los puntos básicos de sus planes en una entrevista publicada hoy por el diario "O Globo".

"Para nosotros, que somos un país en desarrollo, que somos pobres, es fundamental no crear dificultades al capital extranjero. Tenemos que perder un poco los prejuicios en contra del capital foráneo", sostuvo Castelo Branco, quien afirmó también que una de las principales medidas para atraer nuevos capitales es la creación de zonas autónomas dedicadas a la exportación, similares a las de países del sudeste asiático, como Taiwán, Malasia y Singapur.

"Serán áreas independientes de nuestra economía, con leyes fiscales y cambiarias propias", reveló el ministro. "Sus principios básicos son: Saldo comercial siempre positivo, producción destinada a la exportación y niveles mínimos de valor agregado y serán implantadas en las regiones menos desarrolladas del país y cercanas a grandes puertos".

Refiriéndose a la mayor libertad de acción que el gobierno pretende conceder a los empresarios, Castelo Bravo afirmó que serán eliminados varios obstáculos burocráticos.

"El presidente desea el predominio de la economía de mercado, con lucros adecuados para los inversores y la eliminación de los obstáculos burocráticos a la libre iniciativa", dijo el ministro.

## La moratoria se mantiene

Brasil mantendrá la moratoria de su deuda exterior –110.000 millones de dólares– con la banca privada internacional mientras sus acreedores no se muestren dispuestos a refinanciar, por lo menos, el 50 por ciento del capital.

El ministro brasileño de hacienda, Luis Carlos Bresser Pereira, afirmó que su gobierno mantiene esta decisión para no erogar más divisas en concepto del pago de la deuda, lo que acarrearía hambre y miseria para el país.

## Sanguinetti en Alemania

Bonn, 21 (UP) – El presidente uruguayo, Julio María Sanguinetti, indicó a un diario alemán occidental que el problema de la deuda externa afecta a todos y no sólo a los países deudores y a los bancos acreedores.

Sanguinetti llegó a Hamburgo ayer para una visita oficial de cinco días a Alemania occidental, donde tratará de ampliar las posibilidades comerciales de su endeudado país.

01·01

705944

BRASIL 078

CLARIN . Buenos Aires, sábado 30 de mayo de 1987

ESCANDALO FINANCIERO EN BRASIL

# Declaró Sarney que no permitirá la corrupción

*Brasil reanudará las negociaciones con los acreedores externos en los próximos treinta días, luego que conozca el programa de ajuste interno de la economía, según lo reiteró el presidente José Sarney. En un discurso a la nación, Sarney se refirió a recientes escándalos por la información fraudulenta sobre el superávit de la balanza comercial en 1986 y la adjudicación de la construcción de una vía férrea, y aseguró que los hechos de corrupción "serán investigados hasta las últimas instancias".*

BRASILIA, 29 (ANSA y UPI).—Tras confirmar que su gobierno "reiniciará en los próximos días la negociación sobre la deuda externa", el presidente brasileño, José Sarney, aseguró que "será investigada hasta las últimas instancias cualquier denuncia sobre falsas prácticas administrativas", en alusión al descubrimiento de la adulteración en 1.200 millones de dólares de más en el informe oficial sobre la balanza comercial de 1986.

En un discurso dirigido a la nación, Sarney aclaró que la nueva negociación con los acreedores internacionales comenzará "después del lanzamiento de un nuevo programa de estabilización y ajuste de la economía que está en elaboración".

Habían circulado rumores de que el programa, o cuando menos varias de las medidas que lo integran, serían dadas a conocer en los próximos horas.

Sin embargo, todo indica que esos anuncios se postergarán hasta el próximo lunes, cuando el propio Sarney concrete el primero de su nueva serie de programas televisivos, difundidos semanalmente por red nacional obligatoria, con los que intentará recuperar imagen, a la manera del ciclo "El pueblo y el presidente" que protagonizó con escaso éxito el general João Baptista Figueiredo, último presidente del régimen militar.

Según algunos trascendidos, en el primer programa Sarney podría anunciar una medida de fuerte impacto, que consistiría en una moratoria de la deuda contraída con los bancos por pequeños y medianas empresarios.

**La corrupción.**

En su mensaje de hoy, el presidente abordó el escándalo surgido por la falsa información oficial sobre la balanza comercial, la que atribuyó al período de 1986 un superávit de 9.500 millones de dólares cuando, tal como se acaba de comprobar, ello alcanzó la cifra de 8.300 millones de dólares.

El descubrimiento motiva un duro intercambio de acusaciones entre el Ministerio de Hacienda y el Banco Central respecto de la culpabilidad del error, del cual por otra parte se sospecha que hubiere alguna gigantesca maniobra dolosa de características todavía inciertas.

"La corrupción —dijo Sarney— no tiene lugar en mi gobierno; es cruel y corrompe las bases más íntimas de la nación brasileña."

Agregó que "el gobierno tiene la conciencia limpia y, por lo tanto, cualquier denuncia que ocurriera, vinculada con falsas prácticas administrativas, será investigada hasta las últimas consecuencias".

Estas afirmaciones, según los analistas, también estaban relacionadas con otro escándalo que amenazó comprometer a Sarney más directamente, relacionado con la licitación para la construcción de un tramo ferroviario a partir del estado nordestino de Maranhão, del que es oriundo el presidente.

Sarney había insistido en la realización de la obra pese a la oposición de buena parte del oficialismo, hasta que se descubrieron graves irregularidades en el proceso de adjudicación de los trabajos, por lo que se dispuso la anulación de la licitación y la apertura de una nueva.

En su mensaje, el presidente anticipó también una próxima visita personal a la región nordeste, la más pobre del país, "destinada a estudiar la iniciación de un proceso de recuperación integral de la zona".

Sarney concluyó su discurso con una exhortación al país a "trabajar mucho para equilibrar y revertir el proceso de deterioro generado por la crisis económica; debemos tener confianza en la fuerza de nuestro crecimiento, en el progreso y en el futuro del país".

01·01

8705962

BRASIL
Org 8

# Cimbronazo sindical en Brasil

San Pablo (UPI) — Más de 80.000 afiliados al Sindicato de los Metalúrgicos de San Pablo, el más poderoso de Brasil, participaron ayer en las elecciones de una nueva directiva, cuyo resultado podría modificar los rumbos del sindicalismo brasileño, inclinándolo fuertemente hacia la izquierda.

Considerados los comicios sindicales más importantes y reñidos del país en muchos años, las elecciones podrían romper drásticamente el equilibrio de fuerzas entre la izquierdista Central Unica de los Trabajadores (CUT) y la centrista Central General de los Trabajadores (CGT), que actualmente controla el poderoso sindicato. Para evitar que se repitan los incidentes ocurridos durante la campaña electoral, que dejaron un saldo de varios heridos en batallas campales, la policía movilizó a 600 efectivos, apostados en las principales oficinas de votación.

Las elecciones concluirán el jueves y presentan tres listas de candidatos —una de la CGT, encabezada por el actual presidente de la entidad, Luiz Antonio de Medeiros, y dos de la CUT, que debido a sus divergencias internas no logró presentarse unida.

A. Financiero 9/6/87

01·01

8705977

Brasil 098

# Bresser Pereira reiteró que se buscará un acuerdo con la banca

BRASILIA (UPI)-El gobierno brasileño, tras la adopción de un nuevo plan económico de estabilización, manifestó ayer su disposición a negociar la refinanciación de los intereses de su deuda externa con la banca privada internacional.

El ministro de Finanzas, Luis Bresser Pereira, agregó que Brasil planteará el próximo la reprogramación de sus compromisos con los bancos acreedores privados.

Luego de afirmar que "nosotros no somos irresponsables", Bresser aclaró que su país no tiene recursos para reanudar el pago de intereses.

"Para renegociar necesitamos que la banca nos refinancie los intereses en aproximadamente 7300 millones de dólares", añadió el funcionario.

La Nación 14/6/82



8705978

BRASIL

098

# Agilizará Sarney la reforma agraria

Brasilia (UP) — El presidente José Sarney anunció que agilizará la ejecución de un plan de reforma agraria destinado a solucionar los graves conflictos en el campo brasileño, el que se encuentra muy atrasado.

Sarney hizo el anuncio en su programa semanal en cadena nacional de radio tras haber designado al nuevo ministro de reforma agraria, Marcos Freire, y haber responsabilizado a la burocracia judicial por el gran atraso en la ejecución del plan.

Lanzado oficialmente en 1985, el plan prevé la distribución de 430.000 kilómetros cuadrados de tierras no explotadas a 1.5 millón de familias hasta 1989, pero tras más de un año en vigor se calcula que menos de 20.000 familias fueron beneficiadas.

"Ordené al nuevo ministro de reforma agraria, Marcos Freire, que dinamice el plan de reforma agraria, que es una de las prioridades del gobierno para disminuir el sufrimiento del hombre del campo", afirmó Sarney.

En la ceremonia de designación oficial de Freire, quien sustituyó al diputado Dante de Oliveira, Sarney había afirmado que es necesaria "una reflexión sobre los instrumentos jurídicos de que dispone el gobierno" para llevar adelante la reforma agraria, muy combatida por sectores políticos vinculados a poderosos latifundistas.

De acuerdo con datos de la Iglesia Católica, la institución que más ha hecho frente a las presiones contra la reforma agraria y criticado vigorosamente al gobierno por no ejecutarla plenamente, más de 150 personas murieron el año pasado en conflictos por tierras.

La Prensa 6/6/87

01-01

8705981

098



# Jefe de Marina brasileña descartó eventual golpe

SAN PABLO. — El ministro brasileño de Marina, almirante Henrique Saboia, descartó la posibilidad de un golpe militar en Brasil, en declaraciones divulgadas ayer por el diario "O estado de Sao Paulo".

El ministro afirmó que no tiene la desestabilización institucional a consecuencia de las dificultades económicas y políticas que está enfrentando Brasil.

Refiriéndose a un comentario del diario estadounidense "The New York Times", según el cual la crisis económica y los problemas políticos abrieron espacio para que los militares brasileños tengan más influencia política, el ministro dijo que "esa afirmación no es válida".

Agregó que los tres ministros militares "coinciden en sus opiniones respecto a los temas políticos, institucionales y técnicos".

Afirmó además que Brasil puede vencer las actuales dificultades económicas y políticas, y exhortó a todos los brasileños a colaborar con el gobierno para encontrar soluciones para los problemas que está afrontando el país.

"Estamos navegando en un mar que no tiene la calma deseada, o sea lo que en marina llamaríamos mar de fondo, pero la nave, es decir Brasil, tiene posibilidades de vencer los desafíos que se presentan", añadió el ministro, quien indicó la importancia de la "unión como punto de equilibrio y de sustentación de las instituciones nacionales".

Según el almirante Saboia, "sólo con una jerarquía de valores que sitúe en el plano superior a los intereses de toda la nación brasileña, se podrán superar las dificultades mayores sin nuevos problemas".

"Las instituciones nacionales aún precisan mayor consolidación y, en la medida en que eso ocurra, el régimen democrático tenderá a fortalecerse", expresó después el entrevistado, quien completó: "en tanto, para que eso ocurra, es preciso que se procure congregar, al contrario de disgregar, y permitir una conjunción de esfuerzos, en lugar de dividir o contribuir para la división".

## Malestar patronal

Por su parte, la patronal brasileña está descontenta por lo que considera indecisión del gobierno frente a la crisis económica, tanto más acuciante tras el fracaso del Plan Cruzado de lucha contra la inflación, adoptado a finales del año pasado.

El viernes último, el dirigente patronal Mario Amato, presidente de la poderosa Federación de Industrias del estado de San Pablo (más del 50% del Producto Interno Bruto, PIB), no vaciló en culpar al gobierno del presidente José Sarney de la inflación galopante que abruma la economía nacional. Y además lo hizo en un discurso a los alumnos de la Escuela Superior de Guerra (ESG), institución clave en la vida política de Brasil.

Pidiendo disculpas por su franqueza, Amato dijo que "el vicio del gobierno es mantener en vigor la práctica perversa del clientelismo", que sólo puede engendrar déficit incontrolables a todos los niveles del aparato del Estado.

En mayo pasado, la inflación rebasó el 27%, índice que, según la Fundación Getulio Vargas, que supervisa la marcha de la economía brasileña, determinaría un ritmo anual sin precedentes de 1.500%.

La cifra oficial anual, que se anunciará dentro de una semana, será muy cercana a ese cálculo, comentaron los medios económicos.

## "Justicia" guerrillera

En otro orden de cosas, un ex dirigente de la organización subversiva de izquierda Alianza Libertadora Nacional (ALN), Carlos Eugenio Sarmento Coelho Da Paz, anunció el asesinato, en 1970, de un compañero "que sabía demasiado y quería abandonar la lucha", en declaraciones divulgadas ayer por "Jornal do Brasil".

El militante de la ALN, Marcio Leite de Toledo, condenado a muerte por sus dirigentes de esta organización clandestina, fue ejecutado el 23 de marzo de 1971 por cuatro miembros de la ALN, según Carlos Eugenio Sarmento Coelho da Paz, que integró el tribunal de justicia revolucionaria.

El asesinato de Marcio Leite de Toledo había sido atribuido a las fuerzas de represión de la subversión por las organizaciones defensoras de los derechos humanos y por los grupos clandestinos de izquierda que actuaron en Brasil hasta los primeros años de la década de 1970 cuando fueron pulverizados.



8705987

098





"ESCUADRONES DE LA MUERTE" ASESINAN EN RIO A 33 PERSONAS

# Ciudad de violencia

*La aparición de 35 cadáveres acribillados a balazos en el pasado fin de semana en el estado brasileño de Río de Janeiro fue una nueva trágica muestra de la virulencia con la que reapareció en la zona, en los últimos meses, el fenómeno de los "escuadrones de la muerte". La estadística sostiene que, desde noviembre del año pasado las víctimas de los escuadrones sumarían 1.500, 480 de las cuales fueron ajusticiadas en los últimos 3 meses.*

Como a lo largo de las décadas del '60 y del '70 —cuando los gobiernos militares que se sucedieron tras el golpe de 1964 alimentaban a la "comunidad de inteligencia" y sus aparatos represivos hasta convertirla en una estructura gigantesca y omnipresente—, los últimos meses de la Nueva República brasileña muestran la trágica reaparición de la lógica de la violencia disfrazada de justicia con el ropaje de los "escuadrones de la muerte".

Las 35 víctimas fatales del fenómeno contabilizadas en las últimas 48 horas son el signo más reciente de una realidad que vuelve a ganar espacio en la preocupación de la gente, junto con la crisis económica y los interminables conflictos institucionales.

Alrededor de 1.500 personas, todas ellas hijas de la *miseria*, "delincuentes" supuestos o comprobados, aparecieron muertas entre noviembre del año pasado y estas primeras semanas de junio, con sus cuerpos acribillados a balazos, en calles y baldíos de la Baixada Fluminense, una extensa conjunción de ciudades y "favelas" en el norte del estado de Río de Janeiro.

También tal como sucedía en aquellos años del régimen militar, constituye un secreto a voces, sin definitivo reconocimiento oficial, el hecho de que esas carnicerías cotidianas son el resultado del accionar de efectivos policiales en actividad, de ex policías y hampones, generalmente contratados por los comerciantes de la zona para que se los garantice protección contra las bandas de asaltantes en una de las zonas de mayor índice de criminalidad en el mundo.

Todavía resulta muy difícil, en esta etapa del gobierno democrático de Brasil, establecer las relaciones concretas, precisas, entre la situación política y la proliferación de la "justicia" parapolicial, que habían podido ser relativamente esclarecidas, con denodados esfuerzos y grandes peligros, en las décadas pasadas.

### "¿Conmemoración macabra?"

Pero si está claro que la fecha de la reaparición de los "escuadrones de la muerte" coincide con el fin de la ilusión de bonanza creada por el Plan Cruzado y el renacimiento de la inflación galopante, el desabastecimiento, la desocupación y la curva de reducción del salario real.

En el plano institucional —y este punto resulta especialmente destacado por la prensa brasileña— la reaparición muestra una inequívoca correspondencia con el cambio de gobierno en el estado de Río, que el nuevo gobernador, Wellington Moreira Franco, espera desentrañar a través de la tarea de una comisión investigadora específica recreada a fines de mayo.

Antes y después de su triunfo en las elecciones del 15 de noviembre de 1986, Moreira Franco había prometido "terminar en 6 meses con la violencia delictiva en el estado".

Durante la campaña electoral, muchos de sus partidarios denunciaron, como causa del aumento de la inseguridad en Río, a la política de dureza contra la "policía brava" puesta en práctica por el entonces gobernador, el líder de la izquierda trabalhista Leonel Brizola, quien a su llegada al gobierno, en 1982, también había creado una comisión investigadora sobre los remanentes de los "escuadrones de la muerte".

El pasado 15 de marzo, día de la asunción de Moreira Franco, se recogían 16 cuerpos acribillados en distintos barrios de la Baixada Fluminense.

"Fue una especie de macabra conmemoración de un cambio de gobierno", sostuvo hace unos días la revista "Istoé" en un extenso informe sobre los escuadrones, para agregar que "con estos asesinatos, policías inescrupulosos y grupos de exterminio interpretaban a su manera la promesa hecha por Moreira Franco de acabar rápidamente con la delincuencia".

Pese a los 16 cadáveres, el nuevo titular de la policía civil, Marcos Elenil, resolvía —como una de sus primeras medidas— disolver la comisión investigadora creada por Brizola tras asegurar que "no existe más ambiente para el retorno de los escuadrones".

En los últimos días debió reconocer su error, ante la terrible evidencia de que, entre el 15 de marzo y los momentos actuales, suman 480 los supuestos delincuentes acribillados a balazos.

Baste recordar el caso del comisario Sergio Paranhos Fleury, famoso por haber sido el que dio muerte en 1969 al líder guerrillero Carlos Marighela.

En 1972, cuando era juzgado como responsable principal del "escuadrón de la muerte" de San Pablo, mereció que su caso fuera transferido a la fuerza a un tribunal militar. Durante su primer proceso, y pese a las evidencias en su contra, había sido públicamente defendido por el entonces gobernador de San Pablo, el actual canciller brasileño Roberto Abreu Sodré.

01·01

8705990

098

Clarín 16/6/87



JOAO FIGUEIREDO

BRASIL

# Un sombrío pronóstico

RIO DE JANEIRO, 15 (ANSA). — El ex presidente brasileño, general João Figueiredo, pronosticó que si la situación económica de Brasil no mejora, "habrá una convulsión social, que será la revuelta del pueblo por el hambre".

"Acosados por el hambre, los que viven en las 'favelas' (villas miseria) se rebelarán y no habrá fuerza que logre detenerlos", dijo el ex mandatario en declaraciones publicadas hoy por la prensa local.

Tras advertir que "desde los soldados hasta los generales, hay muchos descontentos en el ejército", definió las últimas medidas económicas adoptadas por el gobierno del presidente José Sarney como un "gran disparate".

Según Figueiredo, si la nueva política salarial hubiera sido implementada durante el pasado régimen militar, habría sido considerada como un "estrangulamiento de salarios".

"Deseo que el nuevo plan económico dé buenos resultados, pero no me hago ilusiones, pues a este gobierno le falta autoridad y credibilidad", acotó.

Con respecto al momento político nacional, dijo que "me causa preocupación el hecho de que figuras ilustres afirmen que existe el riesgo de un golpe militar. Ello me recuerda 1937, cuando se inventó un golpe militar para evitar las elecciones directas y un dictador civil (Getulio Vargas) se instaló en el poder".



8705991

# Huelga general inmediata

*Brasil – Huelga general inmediata. Como una señal intercambiada entre los trabajadores, estas tres palabras recorrieron el movimiento sindical el viernes desde el comienzo de la tarde, cuando traspasaron las primeras especulaciones sobre las nuevas medidas económicas del gobierno apuntando hacia el entierro del "gatillo" salarial y el congelamiento de precios. Reunidos en la sede regional de la Central General de los Trabajadores (CGT), los sindicalistas liderados por Ricardo Balbino, vicepresidente nacional de la entidad, ni siquiera esperaron el aviso oficial del nuevo paquete para anunciar una paralización general en el país con fecha a ser definida mañana martes.*



8705992

098

El Día 14/4/87

# Escepticismo en Brasil por nuevas medidas económicas

BRASILIA. — Los brasileños se despertaron ayer con escepticismo ante el nuevo conjunto de medidas económicas decretadas por el gobierno para combatir la inflación y evitar una recesión.

El plan anunciado el viernes 12 por el presidente José Sarney fue recibido con desconfianza por los consumidores, rechazado por los sindicalistas, satisfacción en el comercio y la industria y reservas entre los movimientos políticos, según las opiniones recogidas ayer en el país.

El Consejo de Desarrollo Económico del gobierno expidió el nuevo plan, congelando precios, salarios y alquileres por un plazo hasta de 90 días y ordenando un corte drástico en las inversiones públicas, entre sus principales puntos.

Las primeras encuestas indican que entre la población brasileña, es mayor la desconfianza por el fracaso del primer plan de estabilización de la economía, conocido como Plan Cruzado, decretado el año pasado y que fracasó meses después con el estallido de precios.

La izquierdista Central Unica de Trabajadores (CUT), la más importante de Brasil, advirtió que las medidas no benefician al trabajador y que por el contrario deterioran el poder adquisitivo porque los productos fueron reajustados por encima de los salarios.

Por ello, inició los contactos para llamar a una huelga general de trabajadores que podría ser decidida en los próximos días.

El presidente de esa organización sindical, Jair Meneguelli, dijo que las medidas gubernamentales son impracticables y criticó el fin del reajuste automático de salarios conocido como "gatillo salarial".

El diputado federal Luiz Inacio da Silva, "Lula", dirigente del Partido de los Trabajadores (PT), dijo que en lugar de un planteamiento económico para el país, el ministro de Hacienda, Luis Carlos Bresser Pereira, está intentando ganarse una lotería.

El presidente nacional del Partido Democrático de Trabajadores (PDT), Leonel Brizola, el principal opositor del gobierno, dijo que "da la impresión de que se pasó a adoptar una política económico-financiera más próxima a las exigencias del Fondo Monetario Internacional (FMI) que a la realidad del país.

Por su parte el director del Departamento Económico de la Federación de las Industrias del Estado de Sao Paulo (FIESP), Walter Sacca, señaló que el gobierno abandonó el inmovilismo y agregó que el éxito va a depender de que se demuestre la buena voluntad de los mandatarios para cumplir las metas anunciadas.

01-01

8706003

ARCHIVAR EN: Brasil (098)

TEMA: P.E.I. N: 027/8/SE/987 (Hoy material de los asistentes, Argentina, Brasil y Perú

PROCEDENCIA: EMG del 10/8/87 doc. 1112/87

ARCHIVADO EN: P.E.I (084)

01·01

8706020

# Amenaza para la democracia

**Por Jacques Thomet**

RIO DE JANEIRO, 1 (AFP). – Los dos disturbios populares registrados en menos de cinco días en esta ciudad, uno el jueves último contra el presidente José Sarney, el otro, ayer como reacción contra el alza del precio de los boletos de ómnibus, son una seria amenaza para el porvenir de la joven democracia brasileña.

Dos años después de la instauración de la nueva República, tras 21 años de régimen militar, un clima de anarquía reina en el país más grande de América latina, cuyo gobierno y cuyos políticos viven totalmente ajenos a la realidad de una población hundida en una crisis económica, tan grave, que puede provocar nuevos estallidos de violencia.

Ayer, la ex capital se transformó en campo de batalla entre las unidades de asalto de la policía militar y miles de cariocas, enardecidos por el alza en los precios de los boletos de ómnibus.

## El principio del fin

Tanto a la izquierda como a la derecha, los políticos ven un peligro de muerte para la democracia, que este año puede fortalecer sus bases con el reemplazo de la Carta Militar, aún en vigor, por una Constitución.

"Es el principio del fin de la transición democrática", declaró Brandao Monteiro, jefe de la bancada del Partido Democrático Trabalhista (PDT-Socialista) en la asamblea, tras el estallido de violencia de diez horas registrado ayer, en pleno centro de Río.

"La democracia se encuentra muy amenazada", dijo su par del Partido Democrático y Social (PDS-Derecha), Amaral Neto, aunque ambos movimientos discrepan en el análisis de los incidentes.

Los disturbios de ayer, con un centenar de ómnibus quemados o apedreados por los manifestantes, fue atribuido por el diputado del PDT a "grupos paramilitares", mientras que el moderado partido oficialista atribuye la responsabilidad del ataque contra el jefe del Estado al principal dirigente del PDT, el ex gobernador de Río, Leonel Brizola, favorito de los electores en el caso de darse comicios presidenciales por sufragio universal, los primeros desde 1960.

La sucesión de Sarney está prevista recién para 1990, pero la mayoría de la población desea elecciones directas e inmediatamente.

## Enérgicas críticas

El jefe del Estado es objeto de críticas cada vez más enérgicas en la prensa. Su legitimidad es discutida por derivar de una elección indirecta, y el pueblo brasileño está amargado ante la actual crisis (hiperinflación, recesión, desocupación, moratoria de la deuda exterior, la mayor del mundo: 110.000 millones de dólares), tanto más porque es consciente de que, fras ser el principal instrumento del regreso civil al poder con sus gigantescas manifestaciones de 1984, no recibió las ventajas esperadas.

La atención se dirige ahora hacia los militares: "todopoderosos en Brasil", pese a que en 1985 regresaron a sus cuarteles. El ejército, que tiene seis ministros en el gobierno Sarney, manifestó su adhesión a la democracia, pero dentro del orden y del respeto de las instituciones.

Una primera advertencia fue lanzada por el Estado Mayor en abril último tras múltiples huelgas. La decisión de Sarney de recurrir a la ley de seguridad nacional del pasado régimen militar para procesar a los autores del "atentado" contra él, no podía menos que satisfacer al ejército.

Como fuere, los militares permanecen vigilantes hasta el punto de que ayer, por intermedio del ministro de Marina, almirante Henrique Saboia, manifestaron su oposición al proyecto de la Asamblea Constituyente de declarar una amnistía total –con reintegro en los cuadros e indemnizaciones– para los militares condenados durante el régimen de los generales (1961-1985).

La Nacion 2/2/87



8706026

098

Año 118 - Número 41.530

La Nación 21/10

# Acusaciones a la ultraderecha por la violencia en Brasil

## Coinciden el oficialismo y la oposición en que se intenta interrumpir la democracia

**BRASILIA, 1 (UPI).– Dirigentes políticos acusaron a grupos de extrema derecha por la organización de violentos disturbios ocurridos en las calles céntricas de Río de Janeiro.**

**Manifestantes que protestaban contra el aumento de los precios de los pasajes de ómnibus quemaron y destruyeron vehículos, tres establecimientos comerciales, y transformaron el centro de la ciudad en un verdadero campo de batalla.**

**"Lo que quieren es interrumpir el avance de la Asamblea Constituyente en el área económica y social", dijo el diputado Miro Teixeira del Partido Movimiento Democrático Brasileño.**

**Teixeira, representante carioca, afirmó que los disturbios de ayer fueron "una manifestación contra la estabilidad democrática y contra la amnistía".**

### Provocadores

**"El incendio de ómnibus en lugares diferentes, con similares métodos, no puede ser obra de la población", agregó Teixeira.**

**El diputado opositor José Carlos Brandao Monteiro, del Partido Democrático Trabalhista, dijo que en las manifestaciones ocurridas en la víspera hubo "infiltración de provocadores".**

**"Esa infiltración tiene por objeto crear un clima político que remita al pueblo al estado autoritario", puntualizó el legislador tras rechazar la acusación de que los incendios fueron obra de simpatizantes de su partido.**

**Un miembro de esa agrupación política fue arrestado acusado de haber participado en una manifestación realizada el jueves último en la que el ómnibus presidencial fue apedreado y una ventanilla destrozada con un objeto metálico.**

### Brigadas fascistas

**Los desórdenes de ayer en Río de Janeiro fueron controlados por la Policía Militar, el cuerpo de bomberos y tropas del Ejército.**

**El gobernador carioca, Wellington Moreira Franco, acusó en una nota oficial a "grupos organizados que procuran impedir la acción de la policía y provocar el caos".**

José Sarney (Archivo DT)

**"Decenas de transportes quemados, estallidos de bombas caseras, saqueo de comercios, agresiones y desórdenes fueron los instrumentos de los que, estimulados por el radicalismo de las brigadas fascistas, lograron la complicidad de la población", señala la nota del gobernador.**

### Heridos y detenidos

**RIO DE JANEIRO, 1 (AFP).– Cuarenta y siete heridos, 101 detenidos, y 100 ómnibus destruidos o quemados, es el balance de los disturbios del martes último durante diez horas en esta ciudad protagonizados por miles de manifestantes.**

(Continúa en la página 4, Col. 3)



8706028

Manifestaciones violentas en Río de Janeiro

# Brasil: acusan a la derecha

(Continuación de la página 1, Col. 6)

festantes que protestaban por el aumento de las tarifas del transporte.

A cinco días del ataque contra el presidente Sarney (calificado como atentado por las autoridades), cuando el ómnibus en el que se trasladaba fue apedreado, la revuelta transformó el centro de esta ciudad en un campo de batalla invadido por el humo de los gases lacrimógenos y de los transportes quemados.

## Desesperanza popular

Este nuevo brote de violencia muestra la desesperanza de los brasileños confrontados con una inflación endémica, pese al congelamiento de precios del 12 de junio, en una atmósfera de recesión, desocupación y caída del nivel de vida, dos años después del retorno del país a la democracia.

Poco antes de la medianoche la calma restablecida con la presencia del Ejército no impidió a un grupo de hombres armados desvalijar al pasaje de un ómnibus en la periferia de la ciudad, antes de hacerlos descender e incendiar el vehículo.

## "Fuera Sarney"

"Fuera Sarney", "vete José, todavía estás a tiempo", eran los textos de las pancartas que llevaban los manifestantes, partidarios de elecciones inmediatas por sufragio universal, las primeras desde 1960.

El clima de hostilidad latente que persiste desde hace varias semanas contra Sarney –que asumió en 1985 como primer presidente civil después de 21 años de régimen militar– fue alimentado por la decisión de la justicia de aceptar un reajuste del 50 por ciento de las tarifas de transporte, pese al congelamiento de precios y salarios.

La exasperación de los asalariados, cuyo poder adquisitivo es devorado por la inflación, desembocó en un estallido de violencia.

## "La cuerda está tensa"

Para el juez que en pleno congelamiento de precios y salarios autorizó el aumento de las tarifas del transporte los disturbios demuestran que "para el pueblo la cuerda está tensa al máximo".

En rueda de prensa el doctor Ivaldo Correa Sousa reconoció que cometió un error y declaró que, al enterarse de los incidentes, recapacitó y decidió dejar en suspenso su sentencia por veinte días.

Este explicó que el fallo fue una respuesta a las demandas de los propietarios de ómnibus porque el gobierno aumentó un 16 por ciento los combustibles luego del congelamiento.

02·02 8706028

098

# La crisis en el Brasil haría peligrar la transición democrática

Brasilia, 1° (UP y EFE) – Líderes políticos advirtieron hoy que los incidentes registrados en el centro de Río de Janeiro, trasformado en escenario de batallas campales debido a las violentas manifestaciones en contra de un aumento de los pasajes de ómnibus, podrían repetirse y amenazar la transición democrática en el Brasil.

Más de mil efectivos del batallón anti-motines de la Policía chocaron ayer contra los manifestantes durante los disturbios, que duraron unas nueve horas y dejaron un saldo de, por lo menos, 58 heridos, 280 detenidos, 19 ómnibus incendiados y 45 totalmente destruidos.

Para contener los desordenes, después de los cuales fue anulado el aumento de un 50 por ciento de los pasajes, la Policía utilizó bastones, bombas de gas lacrimógeno y vehículos blindados.

"El evidente agravamiento de la crisis y la pérdida de control del gobierno podrían comprometer hasta la propia Asamblea Constituyente, con serias amenazas a la continuidad de la transición democrática", opinó el senador oficialista José Richa.

La aguda crisis económica ha dejado ya sin empleo a unos 2.187.000 obreros y al borde de la bancarrota a un 41 por ciento de las empresas, según informes financieros competentes.

Los incidentes, en los cuales se gritaron todo tipo de insultos contra el gobierno, se suman a una manifestación ocurrida la semana pasada en esta ciudad, que culminó con el ataque con piedras contra el ómnibus en que viajaba el presidente José Sarney.

A pesar de reconocer la gravedad de la crisis económica, que según encuestas ha convertido a Sarney en un presidente bastante impopular, el gobierno calificó los hechos como "desórdenes, con la participación y organización de agitadores que quieren impedir la transición política", de acuerdo con una nota oficial.

Ese punto de vista, que considera que las protestas han sido realizadas por grupos organizados, fue rechazado por muchos sectores, que la interpretan como una reacción popular ante la crisis económica, que se refleja en una inflación mensual cercana al 30 por ciento.

"Lo que ocurrió en Río de Janeiro es fruto de la recesión y del desempleo", opinó Mario Amato, presidente de la Federación de Industrias de San Pablo, cuyos afiliados responden por más de la mitad del Producto Bruto Interno del país.

Además de tomar algunas medidas económicas para evitar desórdenes mayores, el gobiero decidió reforzar la seguridad personal de Sarney, quien ordenó que fuera la Justicia militar la que juzgara a los acusados de participar en el incidente en el cual fue apedreado el ómnibus en que viajaba. En su primera aparición pública, fue protegido por un contingente de 3.500 soldados del Ejército.



8706062

098

# Sarney busca abrigo militar ante la violencia política

La pedrada contra el ómnibus presidencial de José Sarney, el jueves pasado, se convirtió en un diluvio de cascotazos y bombas molotov en Río de Janeiro, anteayer. Al día siguiente amainó pero amenaza transformarse en un verdadero aluvión de inestabilidad social, capaz de poner en peligro la transición de Brasil a la democracia y devolver vigencia al poder militar. Este es el diagnóstico de los principales analistas políticos brasileños que no están comprometidos de una forma u otra con el gobierno.

El viernes, frente al Palacio Imperial de Río de Janeiro, cuando José Sarney se desplazaba en un ómnibus para visitar una muestra de arte colonial, una maza de picapedrero destrozó el vidrio de la ventanilla junto a la cual estaba sentado el presidente. Produjo algunas lastimaduras en su mano derecha e hirió levemente a su yerno y secretario privado. La agresión fue repelida por la policía pero el agresor no pudo ser identificado. Sarney ordenó a la justicia militar investigar el hecho.

• Reclusión

A continuación, el presidente brasileño se recluyó, virtualmente, frente al público y sólo volvió a aparecer en Brasilia, el martes por la mañana, para asistir a la misa de acción de gracias de las Fuerzas Armadas. La catedral de Brasilia —una ciudad poco proclive a hechos de violencia masiva— fue rodeada por un contingente de 800 uniformados (sin contar el personal de policía militar que dirigió el tránsito) para impedir que se acercaran al sitio personas que no estuvieran invitadas personalmente a la misa. Sarney se mostró cejijunto. Los altos militares que lo rodeaban exhibían rostros adustos. La preocupación no era superflua.

El martes a mediodía, apenas se conoció la decisión del juez Ivaldo Correa de Sousa que autorizó un aumento de

Escribe
Martín F. Yriart

50 por ciento en las tarifas de ómnibus de Río de Janeiro, la temida violencia volvió a desencadenarse. Lo que hacia el mediodía comenzó con expresiones aisladas de protesta, se transformó gradualmente en un tumulto de proporciones inauditas. Más de 100 ómnibus apedreados, 19 incendiados y 43 totalmente destruidos; cuatro negocios saqueados; 90 presos, 58 heridos, pedreas, tiros y bombas de gases lacrimógenos, y millares de personas inmovilizadas en el centro de la ciudad por falta de transportes para regresar a sus hogares, al terminar el día. Nueve horas y media de conmoción. "La ciudad no tenía memoria —editorializó ayer el «Jornal do Brasil»— de una protesta de proporciones semejantes, ni en los días perturbados del fin del «getulismo», ni en los tiempos oscuros en que el régimen militar apretaba los tornillos".

La realidad es que la infla-

Cont. en pág. 22

## Brasil: violencia social y deuda

Viene de pág. 11

ción ha llegado a una tasa anual de 1000 por ciento y los desocupados suman en Brasil más de dos millones, mientras lo que parecía una ordenada transición a la democracia se está convirtiendo en el tránsito por un empedrado de alumnantes borgoñones.

La puja interna de la alianza que ejerce el gobierno —el mayoritario PMDB, que controla el Congreso y la Convención Constituyente y el minúsculo PFL al que pertenece el presidente Sarney— ha deteriorado la imagen de las autoridades hasta un punto peligroso. A pesar de las buenas intenciones del nuevo ministro de Hacienda, y sus esbozos de política, se está muy lejos de haber restablecido algún grado de confianza y concordia en los sectores de la economía.

El refugio físico que tomó Sarney, este fin de semana, entre los militares visualiza una situación ya existente desde dos meses atrás, cuando el presidente dejó en claro que su permanencia en el gobierno hasta completar el mandato de cinco años estaba avalada por las Fuerzas Armadas, más allá de lo que pudieran convenir entre ellos los políticos. El protagonismo militar en el actual esquema de poder de Brasil está de manifiesto institucionalmente en el Consejo de Seguridad Nacional y su intervención en las recientes huelgas de las refinerías petroleras.



8706073

ARCHIVAR EN: Brasil (098)

TEMA: Uruguay, Brasil y la Asamblea Parlamentaria del Mercosur

PROCEDENCIA: La Prensa 26/6/91

ARCHIVADO EN: Argentina (084)

01-01

8706078

O 98

Brasil
cruza con Peru

# Crece en Brasil la campaña por "directas ya"

BRASILIA, 3 (AFP, ANSA y R). — La reunión cumbre de dos días entre los presidentes de Brasil, José Sarney, y de Perú, Alan García —que culminó hoy del lado peruano de la frontera, en la ciudad de Puerto Maldonado— generó ayer en territorio brasileño, en Río Branco, capital del estado de Acre, una nueva manifestación en contra del mandatario y a favor de la realización de elecciones presidenciales "directas ya".

Pese a un impresionante esquema de seguridad —reforzado fundamentalmente tras la agresión sufrida por Sarney en Río de Janeiro el pasado día 25 de junio—, gracias al cual tropas de las policías militar y civil y efectivos de la fuerza aérea ocuparon permanentemente las áreas en las que se movilizaban los dos presidentes, algo más de mil personas desfilaron por las calles de Río Branco para expresar su descontento con la gestión de Sarney y exigir su reemplazo a través de comicios directos.

La movilización fue convocada por las filiales locales de la radicalizada Central Unica de Trabajadores y la más moderada Central General de Trabajadores, y contó con el apoyo de organizaciones católicas y profesionales.

La campaña a favor de las "directas ya" es da a nivel nacional por las dos principales fuer oposición de izquierda al gobierno, el Partido L tico Trabalhista y el Partido de los Trabajad como la CUT y la C.G.T., y comienza a ganar d creciente el apoyo de la corriente "progresista" cialista Partido del Movimiento Democrático B

♦ Acto clave

Para el próximo martes 7 se está gestando acto considerado clave en el marco de esa camp tendrá como escenario las escalinatas del Con cional, en Brasilia.

La movilización contará con la animación nas de las figuras del mundo del espectáculo m lares de Brasil, como la actriz Lucélia Santos y tantes Raimundo Fagner, Alceu Valença y Chi que de Hollanda.

Sarney —quien decidió personalmente fij años la duración de su mandato sin esperar la d de la Asamblea Nacional Constituyente— acusó en mensaje radial semanal de "desestabilizador "grupos de violentos" que protagonizaron la agr Río y las recientes protestas contra su figura.

CLARIN 4/7/87

01-02

8706149

# Finalizó la reunión entre José Sarney y Alan García

(Radiofotografía de Reuter)

Pobladores de Río Branco abuchean al presidente Sarney a su paso hacia el Palacio de la Gobernación, para reunirse con su colega peruano, Alan García

**Puerto Maldonado, Perú, 3 (UP) – Los presidentes José Sarney, de Brasil, y Alan García, de Perú, realizaron hoy en esta localidad selvática la última ronda de conversaciones, destinada a buscar el desarrollo de su frontera común de casi 3.000 kilómetros y mejorar sus relaciones bilaterales.**

**Miles de personas se congregaron en el trayecto desde el pequeño aeropuerto hasta el centro de Puerto Maldonado, ciudad de casi 20.000 habitantes y una de las más pobres del Perú, agitando banderas de ambos países y realizando demostraciones de simpatía hacia los dos visitantes.**

**García y Sarney llegaron esta mañana a Puerto Maldonado, 850 kilómetros al este de Lima, en el avión presidencial brasileño procedentes de la ciudad de Río Branco en Brasil donde iniciaron ayer sus conversaciones.**

**Previamente, ambos mandatarios sobrevolaron el espacio aéreo boliviano y dirigieron un mensaje al presidente de ese país, Víctor Paz Estenssoro, donde lo calificaron como un "hombre público y uno de los más destacados defensores de la democracia en el continente".**

**Durante las conversaciones se esperaba que los dos mandatarios revisaran la situación de la deuda externa y el conflicto centroamericano, pero no se proporcionó ninguna información oficial al respecto.**

## Declaración de Río Branco

**Los mandatarios de Brasil y Perú firmaron ayer la Declaración de Río Branco que destaca el deseo conjunto de propiciar el desarrollo de la región amazónica en su frontera común.**

**La declaración de Río Branco ratifica la prioridad que Perú y Brasil otorgan al pacto amazónico, suscripto en 1978 además por Bolivia, Colombia, Ecuador, Guyana, Surinam y Venezuela, que promueve el desarrollo de la región del Amazonas, pero preservando el medio ambiente.**

**También señala que Perú y Brasil buscarán mejorar la navegación en los ríos amazónicos y proporcionar servicios básicos de salud pública a las poblaciones limítrofes.**

**Los dos países negocian la firma de un convenio comercial para establecer regulaciones de intercambio en las regiones fronterizas, mediante el uso de sus respectivas monedas nacionales, indicaron fuentes gubernamentales brasileñas.**

**El establecimiento de regulaciones del comercio en la frontera es una demanda de los departamentos peruanos de Madre de Dios y Ucayali y de las poblaciones brasileñas situadas en el estado de Acre.**

## Intercambio comercial

**El intercambio comercial realizado por vía marítima entre los dos países alcanzó en 1986 a 191 millones de dólares. Perú exportó 45 millones mientras que importó 146 millones de Brasil.**

**Perú intenta una refinanciación de su deuda externa con Brasil, estimada en casi 400 millones de dólares, agregaron las fuentes.**

**Dentro de las conversaciones, los mandatarios decidirán la construcción de una carretera asfaltada que una Río Branco y el puerto peruano de Matarani, en el departamento de Arequipa, lo que disminuiría el costo del trasporte y otorgaría a Brasil salida hacia el océano Pacífico.**

**Ambos países, a pesar de la extensa frontera que los une, no cuentan con una carretera, por lo que el comercio se realiza por vía marítima o Bolivia.**

**En horas de la noche, García y Sarney emprenderán viaje a Lima y Brasilia, respectivamente, según el programa oficial de las conversaciones.**

02-02 8706149

ARCHIVAR EN: Brasil (098)

TEMA: Designan al Brasil a Teixeira nuevo ministro de Planificación

PROCEDENCIA: CA NACIONES 30/3/87

ARCHIVADO EN: Fichaje (B)

01-01

8706157

ARCHIVAR EN: Brasil (098)

TEMA: La cooperación nuclear con Brasil

PROCEDENCIA: Clarín 21/7/87

ARCHIVADO EN: Argentina (084)

01·01 8706168 .

1° Fichaje
Brasil
Amigos E/ESPAÑA

(Archivar 098)

DPTO. II (EXTERIOR) 12.6.87 FAS FICHADO

LA PRENSA 14.6.87

# Inició González una visita al Brasil

Brasilia (UP) — El presidente del gobierno español, Felipe González, llegó a Salvador de Bahía para iniciar una visita de una semana al Brasil destinada a demostrar el apoyo de su país al proceso de transición democrática.

González, de 45 años, cumplirá un programa privado en Salvador antes de viajar a Brasilia, donde el lunes inicia sus contactos de carácter oficial, que incluyen también a las ciudades de Río de Janeiro y San Pablo.

"Esta visita es un claro apoyo a la democracia", dijo el embajador de España en Brasilia, Miguel de Aldasoro.

El presidente del gobierno español eligió a la Asamblea Nacional Constituyente como el ambiente más propicio para pronunciar su principal discurso, el martes, y destacar la importancia que atribuye a la última etapa del proceso de redemocratización en Brasil.

"España ha tenido el más exitoso proceso de transición", dijo un alto funcionario de la cancillería brasileña, que calificó la visita de González de "intrínsecamente política".

La Prensa 14/06/87

01 . 01

8706169

Brasil

098

# Crece comercio Brasil-Argentina

RIO DE JANEIRO. — El comercio bilateral entre Brasil y Argentina deberá llegar este año a los 2.300 millones de dólares, registrando así un aumento del 45 por ciento con relación al año anterior, cuando ocurrió en 1.600 millones.

Los cálculos fueron expuestos por el coordinador de Promoción Comercial del Ministerio de Relaciones Exteriores de Argentina, Armando José Maffie, que se encuentra en Río en los preparativos de una exposición industrial de segundo que se realizará en São Paulo entre el 20 y el 26 de abril.

"La idea de integración regional, con garantías para las empresas de los dos países, y la disponibilidad de dólares en el comercio bilateral impulsaron el intercambio", dijo el funcionario argentino.

Maffie calcula que las ventas en la Exposición Industrial Argentina, en la que participarán 300 expositores, sobrepasarán los 300 millones de dólares en importaciones y exportaciones.

O Globo 18/3/87



8706178

# Duro enjuiciamiento de los obispos a la realidad sociopolítica de Brasil

*Comienza hoy en el interior del estado de San Pablo una fundamental asamblea anual de la Conferencia Nacional de Obispos de Brasil, en la que se definirá la línea pastoral para los próximos cuatro años y se renovarán sus autoridades. Se espera que el sucesor del cardenal Ivo Lorscheider como presidente de la C.N.B.B. surja de la actual y hegemónica alianza de los obispos de las alas "moderada" y "progresista". Un duro y crítico documento sobre la realidad actual del país, difundido ayer, servirá de marco de análisis de la asamblea.*

BRASILIA, 21 (AFP, DPA y EFE). — "Capitalismo salvaje", "frágil democracia política", "Estado dominado por las clases poseedoras", son algunas de las denuncias formuladas en un duro documento de la Iglesia sobre la situación actual de Brasil, a consideración de la Asamblea Anual de la Conferencia Nacional de Obispos de Brasil (C.N.B.B.).

La asamblea de la C.N.B.B. se iniciará mañana, en Itaiú (estado de San Pablo), y se prolongará hasta el 1º de mayo.

La C.N.B.B. debe definir el accionar de la Iglesia para el próximo cuatrienio y también elegirá un nuevo presidente para reemplazar a su actual titular, monseñor Ivo Lorscheider.

Según los analistas locales, la elección deberá confirmar la tendencia de unión entre la mayoría de obispos moderados y el sector considerado "progresista" de la Iglesia brasileña, con la derrota de los llamados "conservadores".

El actual vicepresidente de la C.N.B.B., monseñor Benedito de Ulhoa Vieira, y el secretario general de la entidad, monseñor Luciano Mendes de Almeida, son apuntados como los favoritos para la sucesión de monseñor Lorscheider, quien preside la entidad desde 1979. Los conservadores apoyan la postulación del arzobispo de Belo Horizonte, monseñor Serafim Fernández de Araujo.

Fundada en 1962, por el ex arzobispo de Olinda y Recife, monseñor Helder Camara, la C.N.B.B. cumple desde hace casi dos décadas un destacado papel de liderazgo espiritual y político en el país, algunas veces en abierta oposición al gobierno central, como ocurrió durante el régimen militar que culminó en 1985.

El documento conocido hoy —pedido por la C.N.B.B. al Instituto Nacional de Pastoral—, fue preparado por ocho religiosos, incluido monseñor Luciano Mendes de Almeida, candidato del ala progresista, quien además de ocupar ahora la Secretaría General del Episcopado es obispo auxiliar de San Pablo.

La estructura socioeconómica de Brasil consiste en "un capitalismo todavía salvaje, caracterizado esencialmente por el predominio del capital sobre el trabajo", señala el documento.

La economía brasileña "es fuertemente dependiente del exterior, del capital multinacional y de los grandes mercados y centros de decisión", agrega.

En cuanto a la coyuntura, el estudio destaca el fracaso del Plan Cruzado, con la "vuelta de altas tasas de inflación y de la zaranda financiera, el aumento general de precios y una elevación vertiginosa de las tasas de interés".

Para 1987, el análisis pronostica una tasa de inflación entre el 300 y el 400 por ciento.

Según el documento, en el campo social "algunos avances en la distribución de la renta —como fue el aumento de la masa salarial con el Plan Cruzado— fueron rápidamente eliminados por la vuelta de la inflación y el descontrol general de los precios".

## ♦ Democracia "frágil"

El análisis que hacen los obispos del momento político es igualmente crítico. Señala que la democracia política brasileña "es frágil, vulnerable a la corrupción, con rasgos autoritarios y elitistas y un sistema partidario amorfo y sin autenticidad".

"El Estado brasileño —denuncia— está dominado por las clases poseedoras."

Los prelados acusan al gobierno de "la llamada nueva república" de apoderarse de elementos del discurso y de la práctica social de la Iglesia, "pero vacíos de parte de su contenido".

En ese sentido denuncian la "opción por los pobres" de Sarney, aunque absteniéndose de nombrar al presidente.

Monseñor Ivo Lorscheider, presidente de la Conferencia Episcopal Brasileña.

Según los autores del documento, "el reformismo se muestra cada vez más incapaz para satisfacer el dominio de la justicia social".

El documento pide "mudanzas estructurales", la que no ahorra "la realización inmediata de reformas profundas".

El estudio indicó que, en el cuadro de las mudanzas socioculturales, el problema de los medios de comunicación sociales "merece especial relieve".

"El mensaje de la Iglesia que no coincide con esos intereses es literalmente eliminado" de la televisión y la gran prensa escrita, según el estudio.

La Iglesia se muestra en el análisis sensible al problema de la "Iglesia electrónica".

Esas "nuevas religiones" tienen gran espacio en los medios, lo que contribuye a "mantener la alienación al proponer la búsqueda de soluciones mágicas".

El documento hace sólo una rápida mención a la cuestión de la reforma agraria.

El estudio se limita a calificar de "tímida" la paralizada reforma agraria, y denuncia la "persistencia" de la violencia en el campo.

Es que la asamblea de la C.N.B.B. emitirá el 1º de mayo, Día Internacional del Trabajo, un documento donde fijará su posición con relación a la reforma agraria, la democracia, la constitución política del Estado, la deuda externa y el crecimiento de la [illegible] en este país.

La Iglesia —agrega el documento conocido hoy— debe continuar su misión de denuncia, crítica y propuesta de nuevos valores éticos, evitando la dependencia de "los extremismos de izquierda y de derecha, [illegible] y privilegios de [illegible]".

01·01 8706180

Brasil

CLARIN

15-07-87

"OS MILITARES PUEDEN VOLVER A TOMAR EL PODER"

# Advertencia de la Iglesia brasileña

[illegible]RASILIA, 14 (UPI y [illegible]). — Los militares [illegible] volver a tomar el [illegible] en Brasil, ya que [illegible] una Constitución [illegible] establezca lo contra[illegible] y en cambio "aún está [illegible] en el país la ley de [illegible] Nacional" que lo permite, advirtió el arzobispo de San Pablo, [illegible] Pablo Evaristo Arns, en un reportaje publicado por el semanario [illegible] Aquí.

El sacerdote mencionó este ejemplo como una de las consecuencias que puede acarrear el retraso en la redacción de la nueva Constitución brasileña. "Es fundamental y necesario —dijo— el trabajo del actual Congreso Constituyente, a fin de que se elabore una carta constitucional dentro de un plazo [illegible]". Agregó que para la Iglesia, la norma que se apruebe "debe responder a la seguridad nacional del pueblo y no del Estado o del gobierno, como fue hasta ahora".

El arzobispo de San Pablo —la diócesis más [illegible] del mundo católico— se refirió también a la carga que representa para los brasileños el pago de la deuda externa, que supera los 100.000 millones de dólares. "No puede haber en Brasil un progreso social si cada año estamos obligados a pagar 12.000 millones de dólares en [illegible]", dijo.

"Brasil —expresó el prelado— está viviendo un proceso de transición hacia la democracia, pero [illegible] que conlleva una [illegible] [illegible] que [illegible] [illegible] de muy gran[illegible] porque está [illegible] [illegible]".

Arns consideró [illegible] coincidencias entre la historia del Brasil y las de los restantes países de Latinoamérica: "una historia —dijo— de prolongado colonialismo y explotación [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible].

[illegible]

038

PARTES ILEGIBLE

01·01

8706181

Fichaje Archivo IGLESIA

058

LA NACION

Miércoles 15 de julio de 1987

# Brasil: un cardenal cree que pueden volver los militares

## Lo dijo el arzobispo de San Pablo;

## Figueiredo exige elecciones inmediatas

MONTEVIDEO, 14 (UPI).– El cardenal brasileño Paulo Evaristo Arns dijo que los militares "pueden volver a tomar el poder" en su país, porque no existe una Constitución y el Gobierno se rige por una ley de seguridad nacional.

"Brasil no tiene Constitución, ya que todavía estamos rigiéndonos por la ley de seguridad nacional, y de acuerdo con esta ley, en nuestro país los militares pueden volver a tomar el poder, si así lo desean", dijo Arns en un reportaje publicado hoy por el semanario Aquí.

Agregó que "es fundamental y necesario el trabajo del actual Congreso Constituyente, a fin de que se elabore una carta constitucional dentro de un plazo razonable".

Arns está al frente de la diócesis de San Pablo, la más numerosa del orbe católico.

### Exigencia de Figueiredo

SAN PABLO, 14 (EFE).– El ex presidente del Brasil general Joao Baptista Figueiredo, jefe del régimen militar entre 1979 y 1985, exigió hoy al gobierno constitucional la celebración de elecciones directas inmediatas para fortalecer la democracia.

Figueiredo, que entregó el poder a un régimen civil encabezado por el presidente José Sarney el 15 de marzo de 1985, criticó duramente al actual mandato constitucional al que calificó de "mentiroso e irrealista, falto de autoridad y sinceridad".

Expresó su convencimiento de que el "pueblo brasileño debe estar arrepentido al exigir un mandato civil, ya que si comparamos, mi gobierno fue malo, pero éste es mucho peor".

### "Reconciliación"

BRASILIA, 14 (ANSA).– El ex gobernador Leonel Brizola y el líder del Partido de los Trabajadores (PT), Luis Ignacio Da Silva ("Lula"), anunciaron su unión para luchar por elecciones presidenciales directas inmediatas en Brasil y se declararon aliados en caso de que la elección sea en dos turnos.

La "reconciliación" entre el ex gobernador y dirigente del Partido Democrático Trabalhista (PDT), laborista, y el líder del PT se produjo en la fiesta de cierre del Congreso Internacional del Socialismo Democrático, realizado anoche en Brasilia.

### Discuten la nueva Constitución

RIO DE JANEIRO, 14 (AP).– El plenario de la asamblea constituyente inició hoy la discusión del primer anteproyecto de la nueva Carta Magna brasileña, proceso que se adelanta será arduo y polémico por los temas incluidos en los más de 500 artículos y 5000 enmiendas.

El relator (coordinador) Bernardo Cabral, diputado por el Partido Movimiento Democrático Brasileño, admitió que el anteproyecto carece de "un hilo conductor filosófico" y que tras cinco meses de trabajo los 559 constituyentes produjeron una "montaña de sugerencias contradictorias (el documento apilado mide un metro de altura)", pero dijo confiar en poder promover el consenso, "exhortando a negociar a los líderes partidarios y al debate en la sociedad".

MINIST... DE DEFENSA NACIONAL
... Información de Defensa
Fecha 30/7/87
Fecha d 3/7/87.
Pase a Jefe / Archivo
Nº. de ... 1114/87

01.01

8706203

El País

# Deuda brasileña: Funaro presentó plan básico

El plan presentado ayer por el Ministro de Hacienda, Dilson Funaro, como base de una negociación de la deuda externa de 108.000 millones de dólares, limita la trasferencia real de recursos al 2,5 por ciento del producto interno bruto. Las transferencias reales que hizo Brasil al exterior los últimos cuatro años alcanzaron a 34.000 millones de dólares, equivalentes a las deudas externas de Chile y Perú. Según el gobierno esa suma representó un porcentaje promedio de 4,1 por ciento del PIB. Para evitar un rápido deterioro de las reservas el gobierno suspendió el pago de intereses a los acreedores privados, que ascendían a 5.600 millones de dólares este año. Pero continuará pagando otros 2.700 millones de dólares debidos a organismos internacionales y bancos gubernamentales y créditos comerciales de corto plazo. Durante 1984 y 1985 Brasil envió recursos al exterior equivalentes a 5,6 y 5,1 por ciento, respectivamente, del PIB. En 1986 ese porcentaje se redujo a 3,1 por ciento y el gobierno quiere reducirlo todavía más. Eso significaría la interrupción del pago de la deuda o la concesión de nuevos créditos. Para mantener el crecimiento económico a un ritmo promedio de 7 por ciento al año y agregar 1.000 millones de dólares a sus reservas, Brasil necesitaría 4.000 millones de dólares de recursos externos por año, además del ahorro interno. El plan contempla una baja de la inflación y el mantenimiento de los niveles de empleo, propiciando en los próximos años una mayor distribución del ingreso, tomando en consideración que los dos tercios de la población económicamente activa recibe hasta dos sueldos mínimos, el equivalente a 125 dólares mensuales. En esas condiciones el gobierno proyecta para los próximos cuatro años un aumento de su saldo comercial de los 8.000 millones de dólares previstos para este año hasta 11.000 millones en 1991. El saldo comercial proyectado para todo el período 1987 a 1990 permitiría la transferencia real de 8.000 millones de dólares como promedio, 2 a 2,5 por ciento del PIB. El conductor de la economía está convencido de que la puesta en práctica del plan "tendrá profundas repercusiones en el contexto internacional", además de normalizar las relaciones con la banca internacional.

## PLANTEO DE FUNARO

Coincidente con lo expuesto, el Ministro de Hacienda de Brasil, Dilson Funaro, dijo ayer que planteará a la banca internacional el refinanciamiento parcial y automático por cuatro años de los intereses de la deuda externa en el marco de un programa de desarrollo económico. Funaro presentó el programa de financiamiento del desarrollo económico en una reunión del mayoritario Partido del Movimiento Democrático Brasileño, cuando falta una semana para el comienzo de las negociaciones con la banca privada. "No me alejaré ni un milímetro del programa de mi partido", dijo el Ministro brasileño al explicar su propuesta a los miembros del principal partido político brasileño. "Nada me hará retroceder", acotó tras reiterar que el gobierno brasileño se mantiene firme "en su propósito de erradicar la pobreza del país". La propuesta que será planteada a la banca internacional incluye, según Funaro, la reducción del costo promedio de la deuda, el refinanciamiento parcial y automático de los intereses debidos en el período comprendido entre 1987 a 1991 y la adopción de mecanismos de conversión de la deuda en inversiones. "No queremos un préstamo puente ni resolver problemas de liquidez. Estamos exigiendo más respeto", dijo Funaro que lamentó la demora para solucionar el problema global del endeudamiento. Criticó luego los programas de ajuste aplicados a partir de 1982 por organismos internacionales en países endeudados y afirmó que esos programas "desorganizaron internamente las economías nacionales y agravaron, en escala mundial, los desequilibrios comerciales y financieros". "La negociación soberana de la deuda externa no es una solución para todo pero sin ella no hay ninguna solución", afirmó. Funaro dijo que la provisión de nuevos recursos para financiar el desarrollo económico asciende a 4.000 millones de dólares anuales como promedio, contando con un aumento anual de 1.000 millones de dólares de reservas internacionales. El documento presentado por Funaro a los parlamentarios de su partido dice que en el período 1983 a 1986 hubo una transferencia real de recursos del orden de 34.000 millones de dólares, equivalente a 4,1 por ciento del producto interno. "El crecimiento económico brasileño depende fundamentalmente de una política que combine esfuerzos internos de inversión y ahorro con una contribución externa en forma de reducción de las transferencias reales", afirma el documento. Funaro reconoció las dificultades encontradas los últimos meses para controlar la economía, después del descongelamiento de los precios, pero aseguró que esa situación "está bajo control". El titular de Hacienda anunció la construcción de 250.000 viviendas populares por año y la concesión de créditos agrícolas, además de criticar a los opositores del gobierno recordando que durante el régimen militar Brasil tuvo recesión, desempleo, reducción de sueldos, saldos comerciales negativos y supervisión del Fondo Monetario Internacional. "¿No se dan cuenta que por eso el pueblo los retiró del poder?", preguntó Funaro, al acusar a miembros del anterior régimen de querer desestabilizar al actual gobierno de José Sarney.

01.01

8706219

2098



# Sarney busca alianzas ante una crisis en el oficialismo

RIO DE JANEIRO, 20 (AP) – Las relaciones del presidente José Sarney con el principal partido que sustenta su gobierno entraron en crisis, al no haber logrado el pronunciamiento que buscaba del partido Movimiento Democrático Brasileño (PMDB) sobre la extensión de su mandato, y el mandatario dijo que buscará apoyo en otras fuerzas políticas que quieran ayudarlo en la transición.

La convención extraordinaria del PMDB realizada en Brasilia durante el fin de semana resolvió, por 458 votos a favor, 360 en contra, 2 en blanco y 1 anulado, que sea la Asamblea Constituyente la encargada de resolver la extensión del mandato de Sarney, y cuál será el futuro sistema de gobierno parlamentario o presidencial.

El resultado significó una derrota para Sarney, que esperaba recibir de la convención seguridades de que su mandato sería de cinco años y no de cuatro, como reclaman algunos sectores partidarios de elecciones directas en 1988.

Otra derrota fue la decisión de las convenciones de que las votaciones fueran secretas, con lo que el presidente no pudo averiguar las tendencias dentro del PMDB.

Según versiones publicadas hoy, Sarney quedó muy contrariado al enterarse que siete de sus ministros desobedecieron la orientación del Palacio de Gobierno, de que apoyaran el voto nominal en lugar de secreto.

Frustrado con el resultado de la convención, Sarney dijo por teléfono a uno de sus ministros, según versión del diario "Jornal do Brasil", que abrirá el Gobierno "a todas las fuerzas políticas existentes y que quieran ayudarlo" en el proceso de transición.

En otra conversación telefónica, con un periodista de TV Manchete, Sarney criticó la "actitud oportunista" y las "dos caras" de algunos convencionales del PMDB, aunque no mencionó nombres.

"Nadie en el partido está desvinculado del Gobierno. El partido es responsable por el 90 por ciento de los cargos, y por lo tanto es responsable del Gobierno. Quiero mantener ahora una conversación profunda con el partido. Lo que sucedió en la convención fue una falta de servicio a la democracia y la transición", expresó Sarney.

## La coalición de gobierno

La coalición de gobierno Alianza Democrática, entre el PMDB y el Partido Frente Liberal (PFL), fue firmada en agosto de 1984 para la elección del presidente en el Colegio Electoral designado por los militares. El elegido entonces fue Tancredo Neves, que nunca llegó a asumir porque murió mientras era presidente electo, correspondiendo el cargo al vicepresidente, José Sarney.

01.01

8706259

Peligro de escisión en el PMDB tras negarse a defin

# *Derrota política de Sarney podría originar nueva crisis*

Brasilia (UPI) — La decisión del Partido del Movimiento Democrático Brasileño de no definir una posición sobre la duración del mandato presidencial, considerada una derrota política para el presidente José Sarney, podría provocar una profunda modificación en su gobierno, señalaron ayer políticos y analistas.

La convención nacional del PMDB, mayoritario en el Congreso, decidió anoche, por 458 votos a 368, no definirse sobre la duración del mandato de Sarney, quien esperaba que su pretensión de permanecer cinco años fuera respaldada.

"El presidente pretende conversar seria y definitivamente con los dirigentes del partido sobre las relaciones entre el PMDB y el gobierno", dijo el vocero presidencial Antonio Freta Neto.

Citando fuentes del gobierno, el diario "Jornal do Brasil" informó que Sarney pretende reformular su gobierno y consolidar la división del PMDB convenciendo al sector del partido que lo apoya a romper con los otros sectores.

Políticos y analistas coincidieron en que la derrota del presidente ocurrió en momentos en que una propuesta estableciendo que las decisiones de la convención serían adoptadas por voto secreto venció por 477 votos a 270.

Sólo el grupo del partido más identificado con Sarney, encabezado por el diputado Carlos Santana, votó a favor del voto abierto, el cual permitiría al gobierno un mayor control de la esperada votación sobre si el mandato debe ser de cinco o de cuatro años.

Entre los dirigentes del PMDB que votaron a favor del voto secreto están siete ministros de Sarney, incluyendo al ministro de Justicia, Paulo Brossard, y al de Salud, Roberto Santos.

"El presidente considera que quien apoya al gobierno no necesita esconder su voto", dijo el vocero Freta Neto.

Por la actual Constitución, heredada del régimen militar, el mandato de Sarney es de seis años, pero su duración será definida por el Congreso Constituyente, en el cual el PMDB cuenta con 303 de los 559 parlamentarios.

La convención fue marcada por una profunda división entre los defensores de un mandato de cinco años, los favorables a cuatro años, lo cual implica realizar comicios en 1988, y los que apoyaban que el partido no se definiera para evitar su división.

El grupo más identificado con Sarney decidió a última hora sumarse a los que defendían que el partido no se definiera tras haber sido derrotado en la votación sobre el voto secreto.

Los defensores del mandato de cuatro años, encabezados por el senador Mario Covas, no ahorraron críticas a Sarney en sus discursos.

De acuerdo con el comentarista Alexandre García, quien conversó con Sarney tras el resultado de la convención, el presidente estaría muy molesto por esas críticas, que incluyeron calificar a Santana de "fascista" y arrojarle dinero desde las galerías de la Cámara de Diputados por parte de militantes del PMDB.

01.01

8706290

# Brasil: denuncian conspiración de derecha para desestabilizar a Sarney

Ex presidente João Figueiredo.

***A través del "Correo Braziliense", vocero oficioso del gobierno de José Sarney, las autoridades brasileñas difundieron la existencia de una maniobra de desestabilización en la que estarían implicadas figuras del antiguo régimen militar, empresarios nacionales y extranjeros e incluso el general Vernon Walters, embajador norteamericano ante la ONU. La denuncia relaciona esta conspiración con la reciente agresión a Sarney, hasta ahora atribuida a la izquierda, y sostiene que podría utilizar para sus fines la campaña por elecciones presidenciales "directas ya".***

BRASILIA, 24 (ANSA). — El ex presidente **João Figueiredo**, el ex ministro de Planificación y actual diputado constituyente **Antonio Delfim Neto**, el ex titular del Servicio Nacional de Informaciones, general **Octavio Medeiros**, el embajador norteamericano ante las Naciones Unidas, general **Vernon Walters** y un grupo de empresarios y banqueros nacionales y extranjeros serían protagonistas de una conspiración de derecha destinada a desestabilizar al gobierno del presidente brasileño, **José Sarney**.

La denuncia fue formulada hoy en el diario "Correo Braziliense" —el más oficialista de los órganos de prensa escritos de Brasil—, a través de una nota del comentarista **Tarcisio Holanda**, uno de los periodistas de confianza de Sarney, quien cita como fuentes a asesores no identificados del presidente.

De acuerdo con Holanda, el grupo expresaría los intereses empresariales y financieros interesados en acabar con el gobierno "a raíz de su firme determinación de mantener la soberanía del país en el tema de la renegociación de la deuda externa y de su defensa de la política nacional de informática".

Holanda afirma que los asesores de Sarney habrían llegado a la conclusión de que la agresión de que fue objeto el presidente el pasado 25 de junio en Río de Janeiro, cuando el ómnibus que lo trasladaba resultó apedreado y el vidrio más próximo al mandatario roto con una piqueta, habría sido perpetrado en el marco de esa conspiración.

Agrega que en los círculos próximos al gobierno "existiría el temor de que hechos similares pudieran ser producidos en eventuales concentraciones a favor de elecciones presidenciales directas para 1988 o a favor de la reforma agraria, para forzar así una desestabilización institucional".

La denuncia fue difundida en el mismo día en que fueron liberados en Río de Janeiro Danilo Groff y Mauricio Pestak, dos militantes de izquierda acusados en principio de ser los autores de la agresión a Sarney —calificada por el gobierno de "atentado"— y quienes se encontraban procesados por ese motivo y cobijados bajo los alcances de la polémica Ley de Seguridad Nacional.

Groff es un antiguo colaborador directo del líder socialdemócrata Leonel Brizola, mientras que Pestak es integrante de la conducción de la filial carioca de la Central Única de Trabajadores y militante del Partido de los Trabajadores, que preside Luis Ignacio da Silva "Lula".

Recientemente reunidos después de varios meses, Brizola y "Lula" son los principales organizadores de la nueva campaña a favor de elecciones presidenciales "directas".

Antonio Delfim Netto, ex ministro de Planeamiento.

General Octavio Medeiros, ex responsable de inteligencia

### ♦ La clave Figueiredo

En su nota de hoy, Holanda asegura que el Palacio del Planalto manejaría informaciones según las cuales los responsables de la conspiración de derecha mantendrían frecuentes reuniones en la localidad de Juiz de Fora, a 200 kilómetros de Río de Janeiro.

También atribuiría especial importancia a las declaraciones formuladas en los últimos tiempos por Figueiredo, el último presidente militar, sobre todas las de una extensa entrevista que acaba de publicar el semanario "Jornal do Congreso", en la que explicita duras críticas al gobierno de Sarney, se manifiesta a favor de elecciones presidenciales directas en 1988 e insinúa su disposición a presentarse como candidato a presidente.

01.02 8706294

8706294

# Un nuevo enfoque

Con su denuncia de la existencia de una conspiración de origen derechista y multinacional, el gobierno brasileño parece dispuesto a adoptar un nuevo enfoque en su estrategia de neutralización del crecimiento de la campaña a favor de la reducción del mandato del presidente José Sarney y de la realización de elecciones presidenciales directas en 1988.

Sin dejar de considerarla desestabilizante y, por lo tanto, eventualmente reprimible, según este nuevo enfoque la consigna de las "directas ya" —así como las movilizaciones pro reforma agraria— no sería, como hasta ahora se insinuó con resultados contraproducentes en cuanto al consenso, una peligrosa aventura de la izquierda, sino el caldo de cultivo para una acción subversiva de los intereses financieros internacionales aliados a los nostálgicos del régimen militar.

El cuadro en el que surge este nuevo enfoque releva dos elementos fundamentales: los actuales mandos de las fuerzas armadas consideran inaceptable la posibilidad del adelantamiento de las elecciones presidenciales en un momento favorable al crecimiento de la izquierda.

Al mismo tiempo, en el interior de las fuerzas armadas, crece la preocupación por la profundización de la crisis económica y política y lo que algunos grupos consideran una posición excesivamente contemplativa de los actuales mandos, convertidos en principal apoyo de Sarney.

Pese a que se procedió según las normas de la Ley de Seguridad Nacional a militantes de izquierda, ya en oportunidad de la agresión a Sarney en Río de Janeiro la prensa había dado de cuenta, en calidad de "trascendidos", de la posible responsabilidad de "compañeros insatisfechos" en el mismo, según declaración de un no identificado general en situación de retiro.

La denuncia difundida hoy compromete a los hombres con mayor poder en la última etapa del régimen militar, los mismos que habrían intentado a último momento, sin éxito, organizar un "golpe dentro del golpe" para evitar la transferencia del poder a los civiles en 1985 y garantizar otros dos años de gobierno a Figueiredo.

Los actuales ministros militares —especialmente el de Ejército, general Leônidas Pires Gonçalves, y el de Aeronáutica, brigadier Octavio Moreira Lima— habrían sido, precisamente, quienes en ese momento se encargaron de frustrar la intentona.

La inclusión de Vernon Walters y de Antonio Delfim Netto en la denuncia otorga a la conspiración elementos de continuidad con el propio movimiento golpista de 1964.

Entonces Walters era agregado militar norteamericano en Brasil y, según varios exegetas del golpe, el nexo entre la CIA y el movimiento que derrocó a João Goulart.

Delfim Neto fue uno de los articuladores del Instituto de Investigaciones Económicas y Sociales (IPES) y del Instituto Brasileño de Acción Democrática, (IBAD), los organismos que en aquel entonces garantizaron el apoyo empresarial al golpe.

Hace apenas una semana se informaba de la fundación del Movimiento por la Recuperación Moral del país, impulsado por varios de los empresarios ligados al IPES y al IBAD, que incluye en su conducción a un representante de la poderosa Federación de Industrias de San Pablo y a uno de la Unión [illegible] corporación de propietarios rurales que lucha contra la reforma agraria y a la que se acusa de tener a su servicio a un nutrido y muy bien pertrechado brazo armado.

C.E.

02.02

8706294

BRASIL
PS
098



Panorama Internacional

# Raíces de la proyeccion del Brasil

Quien estudie la proyección continental y mundial del Brasil no podrá sino recordar los conceptos que el eminente sociólogo Gilberto Freyre incluyó en 1945 en su "Interpretación" del país vecino, cuando sostuvo que la "política, el arte y la literatura pecarán de hipocresía cada vez que Brasil se exprese intelectual y políticamente como una nación completamente blanca; siempre que actúe como si sus intereses, sus problemas y sus ideales fueran los de una nación europea o subeuropea y no los de una comunidad americana realmente nueva y dinámica, una comunidad que no se avergüenza de sus elementos básicos amerindios, judíos y africanos, sino que se enorgullece de ellos".

La teoría así esbozada indicaba que el Brasil no podía sumarse a la conciencia (en cierto modo elitista) de las naciones blancas, pero tampoco podía agruparse entre aquellas otras que hacen de la particularidad del color el resorte de su accionar político. A mitad de los dos caminos, podía, en cambio, "actuar como una nación mediadora entre las naciones europeas y las nuevas naciones de las gentes de color, del Africa y del Oriente".

De esa manera Freyre se inclinaba sobre las raíces de la sociedad de la cual formaba parte, y al contribuir a su integración (multirracial) tal como lo venía haciendo a través de toda su obra y, en particular, de ese monumento que es "Casa-grande y senzala", podía, a partir de esa plataforma, postular una proyección que no era ya simplemente la de los geopolíticos tradicionales (Travassos), sobre los vecinos hispanohablantes de América del Sur, sino también, y más vastamente, sobre un universo dividido en dos polos de desarrollo y subdesarrollo, con tendencias antagónicas que un interceptor, un mediador, el Brasil encaramado en su historia, podía poner en contacto e incitar a entenderse, precisamente porque pisaba ya el camino de la industrialización y no deseaba caer ni en el desdén de los que ya son fuertes ni en el rencor de los que no encuentran la manera de fortalecerse.

¿En qué sustentaba Freyre la autoridad de sus propuestas? Cuando apareció "Casa-grande...", en 1933, Alfonso Arinos dijo que era pornografía y no sociología. Todavía en octubre de 1977 Freyre declaraba a la prensa que "si yo fuera a depender de la crítica brasileña tendría que convencerme de que soy un sujeto enteramente insignificante". Y, sin embargo, ese hombre despojado de cualidades había recibido los más grandes honores en el exterior, académicos y políticos. Recordemos, apenas, que en 1948, siendo diputado federal, participó de un encuentro en las Naciones Unidas como uno de los doce representantes de la cultura mundial. Y que en 1956 fue uno de los cuatro conferencistas principales en el Congreso Mundial de Sociología.

Pero el verdadero motivo de la autoridad de Gilberto Freyre —que ha desaparecido en estos días— no residía ni en el homenaje de los extraños ni en la indiferencia (cuando no hostilidad) de los propios, que a veces suele revelar la verdadera enjundia de una personalidad en nuestros países. Residía en el simple hecho de que había logrado transformar la idea que los brasileños se hacían de sí mismos, y lo había logrado a través de una obra que reunía los métodos más consistentes de la ciencia (que todavía hoy son considerados modernos) y la brillantez de un estilo surgido del manantial de los clásicos de su lengua. Ese era el punto en que, al concentrarse en un ápice humano la virtualidad de una cultura, el portador se inviste de un carácter singular, diríamos de pararrayos.

La prensa carioca ha recordado en estos días cómo se había sorprendido el ilustre pernambucano cuando, al editarse en Venezuela "Casa-grande...", hacia 1977, recibe su primer ejemplar y encuentra que estaba prologado por Darcy Ribeiro, quien le rendía un encendido homenaje al tiempo que, como colega antropólogo, discutía sus ideas en un nivel de respeto. Decía Darcy Ribeiro, exponente paradigmático de la izquierda, refiriéndose a un autor casi discriminado por suponérselo reaccionario: "Gilberto Freyre escribió, sin duda, la obra más importante de la cultura brasileña". Para agregar: "«Casa-grande...» es el mayor de los libros brasileños y el más brasileño de los libros que hayan sido escritos". Esto que "Freyre fundó al Brasil en el plano cultural".

Con una excepción, quizá: "Los sertones", de Euclides da Cunha. Euclides se había inclinado sobre la guerra de Canudos, en la que un contingente de sertanejos casi desarmado instituyó su propio ámbito de gobierno, con epicentro en un poblado donde esperaban el cumplimiento del milenio, esto es, el fin del mundo, y resistió allí por años a la tropa de línea, que solo pudo sofocarlos (y exterminarlos) con material moderno y amplio refuerzo de su infraestructura. Da Cunha consideraba —como los hombres cultos de su época— que el hombre blanco era el civilizado, mientras los pobladores del interior, de variado color, eran bárbaros. Esos son los presupuestos de su observación desde el comienzo. Pero en los últimos días, conmovido ante la disparidad de fuerzas, la convicción de los rebeldes y su heroísmo, advierte lo que luego, Freyre explicitaría: que el conflicto era el "resultado de la diferenciación de cultura que se produjo entre el litoral y el sertón". Pudo preguntarse, entonces, si para comprenderlos había primero que matarlos.

El ideal del blanqueamiento, sostenido por la sociedad brasileña de entonces, era un ideal a contramano de la nación. Esta última, para expresarse, necesitaba admitir la pluralidad de sus componentes (ya lo había

01 . 02

8706296

# de la proyección del Brasil

nacido en la epopeya de las "bandeiras"), debía reconocer que las diferencias entre estamentos de distinto color no se debían al mestizaje y, menos aún, a la perversidad intrínseca de alguno de los componentes, sino que respondían a diferencias de medio ambiente y, entre ellas, antes que nada, a la influencia de la situación social relativa, reflejada en la alimentación y en todos los otros componentes culturales.

Cuando Freyre se inclinó sobre la sociedad patriarcal dedicada en el litoral del norte de su país al monocultivo encontró en las casas señoriales y en las "senzalas" donde se agloneraban los esclavos, los componentes de una civilización que se había ido constituyendo en la comida, en los cantos, en el contraste de hábitos higiénicos o medicinales y, por qué no, en la relación directa, carnal, entre ambos términos. Freyre pone el escalpelo en el tejido social y no vacila en alcanzar sus últimas capas. Muchos mitos de los cronistas de Indias cayeron así; pudo establecerse una dialéctica del dominador y del dominado que no dependía de teorías foráneas sino que surgía de los documentos compulsados con rigor científico y de las memorias de la niñez del autor, quien descendía de una familia de antiguos hacendados; una historia donde la cultura primitiva es "reprimida pero no destruida", y busca de todas maneras pervivir, ya sea adaptándose, ya sea mediante regresiones o sobresaltos.

"Los hombres que tienen hoy un poco más o un poco menos de cincuenta años —decía en 1967 Antonio Cándido— aprendieron a reflexionar y a interesarse por el Brasil sobre todo en términos de pasado y en función de tres libros: «Casa-grande y senzala», de Gilberto Freyre, publicado cuando estábamos en el primario; «Raízes do Brasil», de Sergio Buarque de Holanda, publicado cuando estábamos en el secundario; «Formación del Brasil Contemporáneo», de Caio Prado Junior, publicado cuando estábamos en la escuela superior. Son ésos los libros que podríamos llamar claves, los que parecen expresar la mentalidad ligada al apogeo del radicalismo intelectual y análisis social que eclosionó tras la Revolución de 1930".

Pero, establecida la influencia alcanzada por Freyre sobre la juventud intelectual de su época, cabe recordar también el testimonio "exterior" del brasileñista Thomas E. Skidmore, para quien "Casa-grande..." focalizó la atención en el valor intrínseco del africano como representante de una alta civilización propia, y ofreció a los brasileños una nueva racionalidad, la de una sociedad multirracial en la que las razas componentes —europea-africana-india— podían ser vistas como igualmente valiosas. A partir de ella, la sociedad brasileña admitió una "miscigenización" que, sin embargo, había practicado ya en todo y cada momento de tensión y expansión, como lo prueba Cassiano Ricardo al analizar las "bandeiras".

Gilberto Freyre: la cultura como amalgama de una nación.

Copyright Clarín, 1987

En estos días en que tanto se habla de la integración entre la Argentina y el Brasil y en que el desconocimiento mutuo alcanza, sin embargo, dimensiones prodigiosas, vale la pena volver sobre el ingrediente cultural de la política brasileña que, a través de la integración interna, se expresa en la presencia externa. Con la advertencia, desde luego, de que en nuestro tiempo no se trata ya, para el país vecino, de aceptar el aporte cultural y étnico de la raza negra, ni de renunciar al ideal del blanqueamiento que tanto separó históricamente a las elites sudamericanas de las masas populares, sino de acortar la otra barrera espectacular de la marginación, que se expresa en los dos Brasiles, o, como se ha dado en decir contemporáneamente, en la mezcla de Bélgica y Biafra en que se reordenan las disparidades relaciones entre sus polos sociales.

En cuanto al testimonio de Darcy Ribeiro sobre Gilberto Freyre, es interesante porque se aparta del "canibalismo" con que en nuestros países se desdeña a muchas obras señeras. Puede apuntarse además que la edición venezolana no fue la primera e española sino que estuvo antecedid en nuestro país por otra, en la colec ción de "Grandes ensayistas" qu Eduardo Mallea dirigió en Emec Apareció a mediados de los años '40 tuvo por traductor a Benjamín d Garay. La prologaba Ricardo Sáen Hayes, con un meduloso trabajo, e el cual establecía comparaciones en tre los dos países. Es que en aquell época una pujante industria editoria nos acercaba más a los productos cul turales del Brasil que en los días ac tuales.

*Enrique Alonso*

Copyright Clarín, 1987

02.02

8706296

# El partido aliado a Sarney urge cambios en el equipo ministerial

*Mientras el ministro de Finanzas, Luis Carlos Bresser Pereira, se enfrenta en Washington a dificultosas gestiones para obtener una renegociación de su deuda sin intervención del Fondo Monetario Internacional, en Brasil la fractura entre las dos fuerzas oficialistas tiende a profundizarse a partir de la postura asumida por miembros del Partido del Frente Liberal, que reclaman al gobierno el reemplazo en el gabinete de los representantes del Partido del Movimiento Democrático Brasileño que no apoyan al presidente José Sarney.*

Agencia AP

El ministro Bresser Pereira (izq.) reunido con Michel Camdessus, del F.M.I.

BRASILIA, 23 (UPI y ANSA). — Dirigentes del oficialista Partido del Frente Liberal (P.F.L.) reclamaron cambios en el gabinete brasileño y advirtieron que se alejarán del gobierno si el primer mandatario no comparte la idea de reestructurar su equipo y prescindir de aquellos funcionarios que asumieron una postura disidente en el debate sobre el mandato presidencial.

El diputado José Lourenço, líder del P.F.L. en el Congreso, cuestionó en una entrevista publicada por el diario "O Globo" la permanencia en el gabinete de representantes de la otra fuerza oficialista, el Partido del Movimiento Democrático Brasileño (P.M.D.B.), que no apoyan al presidente, y anunció que solicitarán cambios a José Sarney. "Es una posición decidida —dijo—. Si el presidente no quiere, entregamos los cargos que tenemos en el gobierno y nos vamos a la oposición".

La propuesta de Lourenço y de otros dirigentes del P.F.L. es la de una ruptura con la fracción del P.M.D.B. que ha retaceado su apoyo a Sarney.

"Entendemos —dijo el diputado— que dentro del cuadro actual es imposible mantener la Alianza Democrática (la coalición gubernamental). La mayoría del P.M.D.B. se fue a la oposición, y el gobierno tiene que organizar una nueva base".

Según el diputado, Sarney lograría obtener la mayoría que necesita en el Congreso con la base que el P.F.L. propone, y que incluiría a los representantes del P.M.D.B. leales al presidente.

Las relaciones entre el P.M.D.B. y el primer mandatario mostraron un nuevo signo de crisis el domingo último, cuando la convención nacional de ese partido optó por no definir una posición oficial sobre la duración del mandato presidencial.

Miembros del P.F.L., apoyados por los pemedebistas que integran el llamado Centro Democrático, y que mantienen un apoyo incondicional al presidente, se han quejado de que muchos dirigentes del P.M.D.B. que critican severamente a Sarney siguen ocupando cargos en el gobierno.

"Nosotros no somos como nuestros aliados, que tienen un pie en el gobierno y otro en la oposición", dijo el senador Carlos Chiarelli, líder del P.F.L. en el Senado.

**Sarney está empeñado en que el Congreso Constituyente fije su mandato en cinco años, mientras un poderoso sector del P.M.D.B. y los principales partidos de oposición defienden uno de cuatro años, lo que implicaría realizar comicios el año próximo.**

### ♦ Difíciles negociaciones

El ministro de Finanzas del Brasil, Luis Carlos Bresser Pereira, indicó hoy en Washington que el plan económico brasileño ha sido bien recibido por el Fondo Monetario Internacional (F.M.I.) y por el gobierno norteamericano, aunque advirtió que su propuesta de negociar directamente con la banca sin acuerdo previo con el F.M.I. no obtuvo concreto apoyo.

Como parte de las gestiones que realiza en Washington, Bresser Pereira mantuvo reuniones con el presidente de la Reserva Federal, Paul Volcker, con el secretario del Tesoro, James Baker, y con el titular del F.M.I., Michel Camdessus.

Volcker y el secretario Baker solo ofrecieron una "no objeción" al plan de negociar directamente con los bancos privados, sin expresar directo apoyo. Según Bresser Pereira, Volcker expresó "que le resulta difícil la aritmética" de las propuestas brasileñas, y sugirió "que los desembolsos de los bancos estén ligados entonces al menos a los del Banco Mundial".

Los bancos privados difícilmente aceptarán un acuerdo sin mediación del Fondo Monetario, y según fuentes de esas instituciones, tampoco el planteo vinculado al Banco Mundial.

"El Banco Mundial no está preparado para ese papel, y las sugerencias que se hicieron el año pasado en ese sentido eran una estafa", afirmaron en Washington fuentes de la banca.

01.01

0706297

Bresser Pereira y Milliet anunciaron las condiciones para reanudar el pago de la deuda externa

# Brasil exige ahora flujos de fondos positivos a la banca

Escribe
Martín F. Yriart

**La era en que acreedores y deudores internacionales discutían tasas de interés, "spreads" y reprogramaciones pertenece a la prehistoria; incluso la más reciente en que se debatían porcentajes del PBI o de los ingresos por exportaciones como topes a la amortización está feneciendo rápidamente. Como lo demostró ayer el Brasil con claridad, el tópico de las negociaciones internacionales sobre la deuda, hoy y en el futuro inmediato son los "flujos negativos/positivos de fondos".**

**Luiz Carlos Bresser Pereira, ministro de Hacienda del Brasil y Fernando Milliet, presidente de su Banco Central centraron ayer en los flujos de fondos sendas exposiciones que realizaron ante los acreedores privados del Brasil y el Banco Interamericano de De**sarrollo. Un giro estratégico que en más de una manera debería interesar a la Argentina.

El dúo Bresser/Milliet realiza una gira informativa por los centros financieros internacionales con sede en los Estados Unidos y su mensaje es claro. Para obtener cualquier tipo de acuerdo con el Brasil, ya sea en el BID o la banca privada, es necesario asegurar un "flujo positivo de fondos", aunque frente a uno y otros la situación sea diferente.

El caso del BID bordea con lo risueño. Dentro del actual régimen de préstamos del organismo multilateral latinoamericano, cuatro países de la región —Argentina, Brasil, México y Venezuela— están incluidos dentro de la categoría "A" que impone un límite al total de fondos que el banco puede prestarles en cada período. Los demás países de la región tienen un tratamiento más generoso, y los más pequeños no están sometidos a límite alguno. Esta aparente paradoja obedece a que los miembros "Clase A",

*Fernando Milliet*

por el tamaño de sus economías, podrían chuparse la casi totalidad de los recursos prestables del banco, en perjuicio de los demás.

En los años anteriores a la crisis de la deuda de 1982, Argentina y otros países de la región, por indolencia y mala administración o falta de política, no llegaban jamás a tomar toda la cuota que el BID les había reservado. Brasil con su proverbial habilidad organizativa y diplomática, utilizaba rápida y eficientemente la suya, y al final, arrasaba también con los fondos excedentes dejados por los demás.

El agua sube para todos y actualmente hasta la Argentina ha reaccionado y se afana por no perder un dólar de su cuota, aun cuando haya problemas con la matriz y los fondos de contrapartida. Brasil está viendo así reducirse rápidamente su techo y, concretamente, en 1987, según le intimó ayer Bresser Pereira a Antonio Ortiz Mena, presidente del BID, tendrá un nefasto "flujo negativo de fondos" de 100 millones de dólares con el banco. ¡Horror y abominación!.

Esto se resolvería a favor del Brasil si se pudiera aumentar el capital del banco e incrementar las cuotas nacionales. Pero ello no parece posible vista la absoluta discrepancia entre EE.UU, —principal proveedor del aumento de capital— y los socios latinoamericanos acerca de la distribución del poder de voto y veto en las decisiones sobre préstamos.

Si el aumento de capital no es posible, ya se murmura, Brasil presionará para que se modifique el régimen de cuotas. Y aquí se verá para qué servía este mecanismo crudo excesivamente automático, tal vez, pero hasta ahora eficaz, ¡guay de los banqueros centrales distraídos, si llega el momento de competir con Brasil en "lucha libre" por los préstamos del BID! Por ahora, la queja de Bresser Pereira a Ortiz Mena se parece mucho al caso del que había comido hasta hartarse y luego se quejaba de dolor de estómago.

La queja de Bresser, sin embargo, no es un hecho aislado. Ayer Milliet explicó en Nueva York cuál es el planteo del Brasil ante los bancos.

Brasil, dijo, quiere poner fin rápidamente a la moratoria unilateral al servicio de su deuda con la banca privada. Para ello desea refinanciar 7500 millones de dólares en intereses correspondientes a 1987 y 1988 y establecer un techo a la tasa de interés que pagará, fijado en 0,8125 de punto sobre la LIBOR.

En treinta a sesenta días, Brasil estará en condiciones de formular los detalles del acuerdo y firmarlo. "Pero el tiempo, ahora, lo fijan los bancos", concluyó Milliet. Más claridad imposible. En la saga de la deuda eterna, este es el capítulo de los flujos de fondos.

01.01

8706301

# Escepticismo de Volcker ante el plan negociador de Brasil

*Washington (UPI) — Los Estados Unidos no expresaron apoyo al plan del Brasil de negociar la refinanciación de su deuda externa con la banca sin un previo acuerdo con el Fondo Monetario Internacional, al tiempo que el presidente de la Reserva Federal, Paul Volcker, dijo que le resultó "difícil" la aritmética de las propuestas en ese sentido, del titular brasileño de Hacienda, Luiz Carlos Bresser Pereira.*

*Volcker y el secretario del Tesoro James Baker, sólo ofrecieron una "no objeción" al plan de negociaciones con los bancos privados, que exigen como condición de cualquier tratativa que el Brasil primero llegue a un acuerdo de crédito o supervisión con el FMI, dijo Bresser Pereira a los periodistas.*

*"Volcker nos dijo que le resulta difícil la aritmética" de las propuestas de negociar con la banca antes que con el Fondo, indicó Bresser Pereira.*

*Según Bresser Pereira, un acuerdo con el Fondo podría ser una excusa para que los bancos exigiesen parte del crédito obtenido para que el Brasil cancelase parte de sus compromisos con la banca.*

*"Debemos 1000 millones de dólares al FMI y ya hemos hecho previsiones para pagarle de reservas".*

*"Si obtuviéramos dinero del FMI los bancos pedirían una parte" y el Brasil no obtendría un saldo neto para compensar sus devoluciones al organismo multilateral, explicó.*

*"Volcker sugirió que los desembolsos de los bancos estén ligados entonces al menos a los del Banco Mundial", dijo Bresser Pereira.*

*El Banco Mundial pasaría de esa manera a tener un papel de supervisión económica sobre el Brasil, de alguna manera similar a la que usualmente juega el FMI. Pero fuentes de la banca privada dijeron que tal planteo no es aceptable para los bancos.*

*Otros temas tratados con Volcker fueron el plan económico brasileño y la conversión de parte de su deuda externa en bonos.*

*Al mediodía, Bresser Pereira se había reunido con Baker y por la mañana con el director gerente del FMI, Michel Camdessus; ambos expresaron apoyo al programa económico de mediano plazo que les presentó la misión brasileña.*

*El secretario del Tesoro, James Baker, dijo que sería conveniente que el Brasil llegase a un acuerdo con el FMI en algún momento y que es importante la opinión del organismo multilateral para que el país logre un acuerdo con sus acreedores oficiales agrupados en el Club de París, agregó Bresser Pereira.*

Paul Volcker

*Aunque Bresser indicó su oposición a llegar ahora a un acuerdo con el Fondo Monetario, dijo que le interesaría para más adelante, "para obtener fondos del Japón".*

*"El Japón tiene 30.000 millones de dólares para ayuda al exterior", señaló. "Y a nosotros nos gustaría recibir 1000 millones de dólares anuales, para lo que tendríamos que llegar a un acuerdo con el FMI.*

*Bresser Pereira afirmó que se debe terminar con las conexiones entre los préstamos de la banca y los del FMI, y la automaticidad de la suspensión o continuidad de los desembolsos de la banca si un país no cumple con el FMI.*

**• Ejemplo**

*En ese sentido, mencionó el ejemplo de la Argentina como el de un país cuyos pasos no desea seguir.*

*"La Argentina tiene ese problema de la conexión" de los desembolsos de la banca con los del FMI, sostuvo. "Eso les ocurrió porque tenían dificultades con sus reservas", que al bajar le obligaron a negociar en condiciones menos favorables que las que ahora demanda el Brasil.*

*"Ese no es el caso del Brasil", dijo Bresser Pereira. "El presidente Sarney ha dicho que la preservación de las reservas es una prioridad, y que debemos tener reservas por 6000 millones de dólares como mínimo".*

*Logrando ese objetivo, hay que evitar la conexión de los créditos de la banca con los del FMI, añadió.*

*"Si no, al no cumplir con una de las partes (el FMI), la otra (los bancos) nos suspenderían automáticamente los desembolsos", afirmó el ministro. "Y entonces nosotros tendríamos que volver a declarar una moratoria."*

*"Necesitamos más control de la deuda", insistió. "Precisamos más autonomía".*

A.F. 24/7/87

01.01

8706302

# Deuda: condiciona la Unión su apoyo al Brasil

Wáshington, 23 (UP) – Los Estados Unidos no otorgaron su apoyo al plan del Brasil de negociar la refinanciación de su deuda externa con la banca, sin un previo acuerdo con el Fondo Monetario Internacional, al tiempo que el presidente de la Reserva Federal, Paul Volcker, dijo que le resultó "difícil" la aritmética de las propuestas en ese sentido, del titular de Hacienda brasileño Luis Carlos Bresser Pereira.

Volcker y el secretario del Tesoro, James Baker, sólo ofrecieron una "no objeción" al plan de negociaciones con los bancos privados, que exigen como condición de cualquier tratativa que el Brasil primero llegue a un acuerdo de crédito o supervisión con el FMI, expresó Bresser Pereira a los periodistas.

"Volcker nos dijo que le resulta difícil la aritmética" de las propuestas de negociar con la banca antes que con el Fondo, indicó Bresser Pereira en la Reserva Federal, luego de estar reunido con su presidente por un período inusual que se extendió desde las 15.00 hasta las 16.30.

Según Bresser Pereira, un acuerdo con el Fondo podría ser una excusa para que los bancos exigiesen parte del crédito obtenido para que el Brasil cancelase parte de sus compromisos con la banca. "Debemos 1.000 millones de dólares al FMI y ya hemos hecho previsiones para pagarle de reservas".

"Si obtuviéramos dinero del FMI los bancos pedirían una parte" y el Brasil no obtendría un saldo neto para compensar sus devoluciones al organismo multilateral, explicó.

De todos modos la entrevista "fue buena: Volcker es un hombre muy inteligente, muy interesante, es el que mejor conoce el problema de la deuda externa", agregó el ministro.

"Volcker sugirió que los desembolsos de los bancos estén ligados entonces al menos a los del Banco Mundial", señaló Bresser Pereira.

## Supervisión del Banco Mundial

El Banco Mundial pasaría de esa manera a tener un papel de supervisión económica sobre el Brasil, de alguna manera similar a la que usualmente juega el FMI. Pero fuentes de la banca privada dijeron a United Press que tal planteo no es aceptable para los bancos.

"El Banco Mundial no está preparado para es papel, y las sugerencias que se hicieron el año pasado en ese sentido eran una estafa", afirmaron en Wáshington las fuentes de la banca.

Otros temas tratados con Volcker fueron el plan económico brasileño y la conversión de parte de la deuda externa brasileña en bonos, expresó el ministro.

Al mediodía, Bresser Pereira se había reunido con Baker y por la mañana con el director gerente del FMI, Michel Camdessus. Ambos expresaron apoyo al programa económico de mediano plazo que les presentó la misión brasileña.

"Estoy de acuerdo con la estrategia general" del Brasil, afirmó Camdessus en la reunión en el FMI, según voceros del ministro.

Por su parte "Baker expresó que no se opone" a que el Brasil trate de lograr un acuerdo de refinanciación de su deuda externa con los bancos antes de llegar a algún tipo de acuerdo de crédito o supervisión con el FMI", indicó Bresser Pereira en reunión de prensa improvisada en la escalinata del Tesoro, luego de su reunión con el secretario.

LA PRENSA 24/7/87

01.01

8706314

KS

0658

LA NACION 29/06/87

# Una refinanciación de su deuda propondrá el Brasil

RIO DE JANEIRO, Brasil (EFE). – Brasil propondrá a la banca privada internacional el refinanciamiento del 50 por ciento del pago de amortizaciones e intereses de su deuda exterior para reanudar los pagos, según un informe especializado.

El periódico Jornal do Brasil sostiene que el ministro de Hacienda, Luis Carlos Bresser Pereira, elabora un plan de renegociación de la deuda con los acreedores que incluye la adopción de un sistema de refinanciamiento de intereses para programas de desarrollo en este país.

Brasil paga anualmente por intereses y amortizaciones de su deuda, que alcanza a 115.628 millones de dólares según datos recientes del Banco Central, unos 9000 millones de dólares.

La propuesta brasileña está dirigida a garantizar fuentes de financiamiento para el período 1988-1991, que fue considerada como una "fase de transición" para el pago de la deuda.

De acuerdo con el informe periodístico, la propuesta de financiamiento brasileño se basa en los siguientes puntos:

• El agotamiento de las estrategias convencionales de renegociación de débitos externos que llevaron a la creación de una deuda excedente provocada por la necesidad de captar recursos de cualquier tipo.

• La imposibilidad de obtener nuevos créditos voluntarios de los propios bancos y la disponibilidad de más recursos por parte de las agencias de financiamiento oficiales, gobiernos e instituciones como el Fondo Monetario Internacional (FMI) y el Banco Mundial (BM).

• La absoluta necesidad de refinanciar parcialmente los intereses del servicio de la deuda para sustentar un crecimiento anual del siete por ciento.

01.01

0706320

A.F. 24/7/87

# Parecen imposibles las metas con Brasil

*Las metas de crecimiento del comercio argentino-brasileño en bienes de capital para este año, parecen ya de difícil cumplimiento, según estiman en la Secretaría de Industria y Comercio Exterior, aun cuando no cuentan con información sobre las operaciones realizadas desde enero hasta ahora.*

*En el Protocolo 1 estaba previsto un comercio bilateral global de 300 millones de dólares para 1987, pero el objetivo parece remoto si se tienen en cuenta algunas cifras suministradas por la Secretaría de Desarrollo Industrial. Se estima que para la industria argentina las 190 posiciones que hasta ahora integran el universo del mercado común, representan internamente una producción de 350 millones de dólares y exportaciones por 60 millones de dólares contando el conjunto de países compradores.*

*Para que la Argentina pudiera cumplir el objetivo de 150 millones de dólares este año tendría que producirse un incremento notable en la producción y las exportaciones, que aparece imposible.*

*En el informe de Desarrollo Industrial conocido ayer se señala que con las incorporaciones producidas durante este mes al acuerdo de bienes de capital el mercado común comprende a 190 posiciones NALADI, es decir un tercio de las 600 posiciones arancelarias que constituyen el universo, del cual se piensa cubrir 50 % en 1990.*

*Según expresiones de la titular del área, Beatriz Nofal, "de ahora en adelante las incorporaciones van a ser más difíciles porque hasta aquí ganaban las industrias de uno y otro país, y a partir de este momento las situaciones competitivas se tornan más delicadas".*

*Dentro de los bienes incluidos en este mes se destacan como importantes: matricería para la industria automotriz, envasadoras y lavadoras de envases, equipos de pintado, equipos de medición e instrumental, máquinas para la industria aceitera y del azúcar, bombas rotativas, centrales hormigoneras, bruñidoras y partes y piezas para interruptores eléctricos industriales.*

01.01

8706333

P5

098

BRASIL

Escuadrones de la muerte: regreso

LA MAÑANA 1/6/87

# En los últimos cinco meses asesinaron 1.100 personas

RIO DE JANEIRO, (EFE).- Los temidos Escuadrones de la Muerte volvieron con fuerza a Brasil los últimos cinco meses con el asesinato de 1.100 personas acusadas de estar ligadas al hampa y al tráfico de drogas en zonas marginales de Río de Janeiro, según informes policiales.

La nueva versión de los Escuadrones de la Muerte, que surgieron a fines de 1960 y que tuvieron su punto álgido entre los años 1975 y 1980, es la denominada policía mineira, integrada por ex-policías, informantes y guardias de seguridad que matan personas bajo encargo, según reveló el comisario policial Ronaldo Martins.

Martins subrayó que grupos de comerciantes de la Baixada Fluminense, zona pobre ubicada al norte de la "ciudad maravillosa", contratan a criminales a sueldo para que ejecuten a asaltantes y traficantes que operan en esa zona.

El obispo de Nova Iguaza, monseñor Braulio Rodríguez, reveló que esos grupos tienen contactos con los propios organismos oficiales que, tras detener y torturar a los delincuentes, los ejecutan con varios disparos en la cabeza, por considerarlos irrecuperables para la sociedad.

A esas sentencias arbitrarias, en la Baixada Fluminese se suman los permanentes enfrentamientos entre bandas de traficantes de drogas que asesinan a sus rivales o a testigos de sus actividades, crímenes que generalmente no son resueltos por las autoridades.

## COBROS

De acuerdo con esas revelaciones, esos grupos cobran entre 10.000 y 50.000 cruzados (300 a 1.200 dólares) por la ejecución de personas, sean ligadas al hampa o no, que son pagados por comerciantes, traficantes e inclusive empresarios interesados en el asesinato de sus socios.

En la actualidad esos grupos han regresado con fuerza con el asesinato de delincuentes por abarrotamiento con cuerdas de nylon, tiros de grueso calibre en la cabeza y un cartel con la tipificación de su crimen en el pecho para dar ejemplo a sus compañeros.

Esas organizaciones, que han fijado su residencia en la Baixada Fluminense, considerada como una de las zonas más violentas del mundo, atemorizan inclusive a los policías que investigan las causas para evitar el esclarecimiento de los crímenes.

El delegado titular del batallón policial de esa zona que tiene unos tres millones de habitantes, Reinaldo Martins, aseveró que la actividad criminal se ha acrecentado en Brasil por la pérdida de credibilidad en los organismos policiales entre la población.

Los asesinatos de esos grupos del crimen fueron denunciados por la prensa e investigados con rigor por la policía los últimos días tras el asesinato del matrimonio de Valter Faria de Souza y Sonia Costa, que fueron ejecutados en presencia de sus cinco hijos, menores de 9 años.

Un informe de la ONU afirma que la región de la Baixada Fluminense es una de las más violentas del mundo y agrega que igualmente en otras zonas de Río de Janeiro impera la ley del más fuerte.

En algunas favelas, o barrios miseria de las principales ciudades brasileñas, bandas de traficantes de drogas cuentan con sus propios organismos de seguridad que protagonizan enfrentamientos armados.

La vigencia en Brasil de la conocida como ley Fleury, que permite a los condenados exigir su libertad condicional si es la primera vez que cometen un crimen, y la inexistencia de las suficientes cárceles, ha hecho que cerca a 45.000 delincuentes condenados circulen libremente por las calles, en muchos casos reincidiendo en sus actividades delictivas.

01.01

8706347

CLARIN ★ Buenos Aires, miércoles 22 de julio de 1987

GESTIONES PARA EL PAGO DE LA DEUDA EXTERNA

# Inquieta a los bancos el giro político brasileño

BRASILIA, 21 (AFP, AP y Reuter). — Una visita exploratoria a Estados Unidos para intentar recomponer las relaciones entre Brasil y sus acreedores realizará a partir de este miércoles una misión económica brasileña encabezada por su ministro de Finanzas, Luis Carlos Bresser Pereira.

Durante los seis días que permanecerá en Washington y Nueva York, Bresser Pereira intentará obtener la asistencia de las autoridades norteamericanas para convencer a sus acreedores bancarios de que reanuden negociaciones con Brasil para renegociar su deuda externa sin necesidad de acuerdo previo con el Fondo Monetario Internacional, a cambio del levantamiento de su moratoria unilateral decretada en febrero pasado.

El ministro tiene previstas entrevistas con el secretario del Tesoro, James Baker, el presidente de la Reserva Federal, Paul Volcker, el director-gerente del F.M.I., Michel Camdessus, parlamentarios y directivos de la banca comercial. Viajará acompañado por su asesor para deuda externa, Fernao Bracher, el presidente del Banco Central del Brasil, Fernando Milliet, y el director del área externa del Banco Central, Antonio de Padua Seixas.

La misión se cumplirá en momentos en que la explosiva situación política brasileña se orienta en una dirección que no deja muy tranquilos a los acreedores externos.

Una encuesta de opinión acaba de mostrar que un partido que repudia completamente la deuda externa —de más de 110.000 millones de dólares— está primero en las preferencias. Los resultados de la compulsa, publicados en la edición del sábado del diario "Folha de São Paulo", mostraron al izquierdista Partido de los Trabajadores (P.T.) como el más popular, con un 22 por ciento de apoyo, marcando un significativo viraje político en la población.

La situación interna del Brasil, según los analistas, influiría para endurecer aún más la postura de los acreedores bancarios, que todavía mantienen su indignación por la decisión del gobierno de José Sarney de suspender, en febrero último, los pagos de intereses de su deuda comercial de 68.000 millones de dólares. Ante esa medida, bancos estadounidenses y británicos resolvieron aumentar sus previsiones contra pérdidas crediticias, y se consideran que las gestiones de Bresser Pereira para obtener unos 7.000 millones de dólares en préstamos nuevos recibirán una fría respuesta.

♦ **No habrá cambios**

El presidente José Sarney dijo que no habrá cambios en el gabinete, pese a que siete de sus ministros desobedecieron sus directivas en la reciente convención del principal partido de la coalición.

"La convención es cosa del pasado, ahora miramos al futuro", declaró anoche el presidente a la prensa, descartando cualquier tipo de represalias contra miembros de su gobierno, especialmente los ministros Raphael de Almeida Magalhaes, de Previsión Social; Celso Furtado, de Cultura, y Renato Archer, de Ciencia y Tecnología. Estos y otros ministros fueron apoyados por el presidente del P.M.D.B. y el de la Asamblea Constituyente, Ulysses Guimaraes, quien hoy aseguró también que "ningún ministro corre el riesgo de perder su cargo".

01.01

8706358

# Inédita misión del Senado ante acreedores de Brasil

BRASILIA. — Por primera vez en la historia legislativa brasileña, una misión del Senado irá al exterior para advertir a los acreedores de 111.000 millones de dólares que este país no pagará esa deuda "con el hambre de su pueblo", dijeron ayer fuentes legislativas.

La misión, integrada por miembros de una comisión que investiga el origen y legitimidad de la deuda contraída por Brasilia en el exterior, empezará un primer viaje por Estados Unidos, Francia, Inglaterra y, probablemente, Japón, agregaron los informes.

El senador Carlos Chiarelli, presidente de la comisión, dijo ayer en conferencia de prensa que los legisladores brasileños tomarán contacto con autoridades de instituciones oficiales, agencias multilaterales, bancos privados y parlamentarios.

El legislador dijo que el inicio de la misión estaba previsto para este mes, pero aclaró que aún no estaba definida la fecha de partida.

La comisión, creada en mayo por el Senado, emergió como responsable de la primera investigación legislativa sobre el endeudamiento brasileño en la historia de ese poder del estado, después de un fracasado intento anterior promovido por partidos izquierdistas en la Cámara de Diputados en 1983, cuando aún gobernaba el país un presidente militar, el general Joao Figueiredo.

Paralelamente a la investigación, la comisión pretende también discutir con el gobierno del presidente José Sarney los alcances de la negociación que planea iniciar este mes con los acreedores de la mayor deuda del mundo en desarrollo, dijeron sus miembros.

El relator de la comisión, senador Fernando Henrique Cardoso, un político y economista del cogobernante y mayoritario Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB), dijo que, antes del viaje, sus integrantes mantendrían contactos con el ministro de Hacienda, Luiz Carlos Bresser Pereira y con altos funcionarios de la Cancillería de Itamaraty.

Fuentes consultadas en ambos ministerios dijeron que las reuniones estaban previstas para ayer y hoy, y el vocero oficial de Hacienda, Francisco Baker, comentó a Reuter que las consultas eran naturales "en un proceso democrático como el restaurado en este país".

## Sequía y saqueos

Mientras tanto, los saqueos de tiendas de alimentos que en las últimas semanas cometen hambrientos campesinos del nordeste acuciados por la sequía, agregan nuevas sombras al cuadro de un Brasil hundido en la crisis económica y con una inflación endémica del orden de 1.780% por año, destacaron ayer los observadores.

La pesadilla de la "sequía verde", que sobrevino después de las siembras, afecta ya a más de un millón de los 36 millones de habitantes de nueve estados del nordeste, vasta región de 1,5 millones de km2, donde las plantaciones privadas de agua registran pérdidas del orden del 90% de las cosechas de frejoles, maíz y arroz.

La nueva catástrofe ocurre tres años después de la última sequía en el nordeste, en 1984, marcada por el decesso de miles de miserables y de tropeles enteros de ganado.

La gravedad de la situación motivó el desplazamiento colectivo, el lunes, de cinco ministros y 63 diputados, que viajaron a estudiar en el terreno las proporciones del desastre en el estado de Paraiba, al norte de Recife, a unos 2.400 km. al norte de Rio de Janeiro.

Un plan de emergencia contra el hambre y por el empleo fue anunciado en esta ocasión por el ministro de Finanzas, Luiz Carlos Bresser, pero sin dar ninguna precisión sobre el monto previsto de la ayuda.

## Mayor gasto militar

La botadura de una nueva corbeta para la Marina brasileña reveló una nueva faceta del programa de compras de las Fuerzas Armadas brasileñas que, al parecer, consumirá este año casi tres veces el total gastado el año pasado.

El lunes pasado, la Marina botó en sus astilleros de Rio de Janeiro, una corbeta para escolta de convoyes, de un costo de 120 millones de dólares.

La Marina tiene proyectadas un total de 12 corbetas, lo que significaría una inversión de 800 millones de dólares.

"Sumando los presupuestos de las tres fuerzas, la defensa nacional va a consumir este año entre 9 y 10% del total del presupuesto federal, más que el doble, casi el triple del total gastado el año pasado", escribió el semanario "Relatorio Reservado", de circulación restringida y, en general, bien informado sobre asuntos militares.

01.01.

8706378

PS
098

BRASIL

# Proponen inédita huelga general en Latinoamérica

**San Pablo (AFP) — Una huelga general de ámbito continental podría ser declarada por los sindicatos de veinte países latinoamericanos y del Caribe el próximo 23 de octubre para protestar contra el pago de la deuda externa en los términos exigidos por la banca acreedora internacional y el Fondo Monetario Internacional.**

**La huelga general es una de las propuestas más explosivas de la Conferencia Sindical de Latinoamérica y el Caribe sobre la deuda externa que comenzó a desarrollarse ayer en la Universidad del Estado de Campinas, a unos 100 km al sur de San Pablo.**

**• Una estrategia común**

La Conferencia reúne a los representantes de 37 centrales sindicales pertenecientes a 20 países diferentes, entre los cuales sólo falta la Argentina, aunque por el contrario se encuentran tanto los anfitriones brasileños como los representantes de México y el resto de los grandes países del continente.

Los sindicalistas intentarán en el transcurso de la Conferencia adoptar una estrategia común para llevar a la práctica la proyectada huelga general.

La propuesta ha sido defendida en la Conferencia por los representantes de la Central Unica de Trabajadores (CUT) y la Confederación General del Trabajo (CGT) brasileñas; la Central Obrera Boliviana (COB) y la Central Uruguaya Plenario Intersindical de Trabajadores-Central Nacional de Trabajadores (PIT-CNT). Folha de S. Paulo 20-5-87

01.01

8706379

# Diferencias sindicales

SAN PABLO, 22 (UPI).— Las dos centrales sindicales de Brasil no lograron llegar a un acuerdo sobre la fecha en que se debería realizar una huelga general en protesta contra la política económica del gobierno y decidieron convocar paros por separado, reconociendo que probablemente fracasarán y debilitarán al movimiento sindical del país.

La izquierdista Central Unica de Trabajadores (CUT) y la Central General de los Trabajadores (C.G.T.), centrista, convocaron los paros para el día 12 y 13 de agosto, respectivamente, tras una reunión anoche en la que no lograron llegar a un acuerdo sobre una fecha única.

"Todos salimos perdiendo. Nadie puede estar tranquilo. Escribimos una página histórica y muchos se arrepentirán, porque la historia y la opinión pública nos juzgarán por nuestra incapacidad de llegar a un acuerdo", dijo el presidente de la C.G.T., Joaquim dos Santos Andrade.

"Las posibilidades de éxito son remotas. Nuestro movimiento será precario", añadió Andrade.

La CUT y la C.G.T. se habían puesto de acuerdo hace un mes sobre la convocatoria a una huelga general contra la política económica del presidente José Sarney, a la que acusan de recesiva y de haber provocado pérdidas salariales en el orden del 40 por ciento este año.

Las dos centrales, que en diciembre realizaron un paro general conjunto sin lograr paralizar totalmente el país, iniciaron la reunión con sus respectivas propuestas de fechas y se mantuvieron irreductibles en sus posiciones.

Abril 23/7/87

01.01

8706391

# "Escuadrones de la Muerte" han Cometido 1.100 Crímenes en Brasil en Sólo 5 Meses

RIO DE JANEIRO, (EFE).— Los temidos "Escuadrones de la Muerte" volvieron con fuerza a Brasil los últimos cinco meses con el asesinato de 1.100 personas acusadas de estar ligadas al hampa y al tráfico de drogas en zonas marginales de Río de Janeiro, según informes policiales.

La nueva versión de los "Escuadrones de la Muerte", que surgieron a fines de 1969 y que tuvieron su punto álgido entre los años 1975 y 1980, es la denominada "policía minera", integrada por ex-policías, informantes y guardias de seguridad que matan personas "bajo encargo", según reveló el comisario policial Ronaldo Martins.

Martins subrayó que grupos de comerciantes de la "Baixada Fluminense", zona pobre ubicada al norte de la "ciudad maravilhosa", contratan a "criminales a sueldo" para que ejecuten a asaltantes y traficantes que operen en esa zona.

El obispo de Nova Iguazú, monseñor Braulio Rodríguez, reveló que esos grupos tienen contacto con los propios organismos policiales que, tras detener y torturar a los delincuentes, los ejecutan con varios disparos en la cabeza, por considerarlos "irrecuperables para la sociedad".

A esas sentencias arbitrarias, en la "Baixada Fluminense" se suman los permanentes enfrentamientos entre bandas de traficantes de drogas que asesinan a sus rivales o a testigos de sus actividades, crímenes que generalmente no son resueltos por las autoridades.

De acuerdo con esas revelaciones, esos grupos cobran entre 10.000 y 50.000 cruzados (300 a 1.200 dólares) por la ejecución de personas, sean ligadas al hampa o no, que son pagados por comerciantes, traficantes e inclusive empresarios interesados en el asesinato de sus socios.

En la actualidad esos grupos han regresado con fuerza con el asesinato de delincuentes por ahorcamiento con cuerdas de nylon, tiros de grueso calibre en la cabeza y un cartel con la tipificación de su crimen en el pecho "para dar ejemplo a sus compañeros".

Esas organizaciones, que han fijado su residencia en la "Baixada Fluminense", considerada como una de las zonas más violentas del mundo, atemorizan inclusive a los policías que investigan los casos para evitar el esclarecimiento de los crímenes.

El delegado titular del batallón policial de esa zona que tiene unos tres millones de habitantes, Ronaldo Martins, aseveró que la actividad criminal se ha acrecentado en Brasil por la pérdida de credibilidad en las organizaciones policiales entre la población.

Los asesinatos de esos grupos del crimen fueron denunciados por la prensa e investigados con rigor por la policía los últimos días tras el asesinato del matrimonio de Valter Faria de Souza y Sonia Costa, que fueron ejecutados en presencia de sus cinco hijos, menores de 9 años.

Un informe de la "ONU" afirma que la región de la "Baixada Fluminense" es una de las más violentas del mundo y agrega que igualmente en otras zonas de Río de Janeiro impera "la ley del más fuerte".

En algunas "favelas", o barrios miseria de las principales ciudades brasileñas, bandas de traficantes de drogas cuentan con sus propios organismos de seguridad que protagonizan enfrentamientos armados.

La vigencia en Brasil de la conocida como ley "Fluery", que permite a los condenados exigir su libertad condicional si es la primera vez que cometen un crimen, y la inexistencia de las suficientes cárceles, ha hecho que cerca a 45.000 delincuentes condenados circulen libremente por las calles, en muchos casos reincidiendo en sus actividades delictivas.

El País 1/6/87

01.01

8706416

098

# Preparan Huelga en Brasil; Sarney: "No a Medidas Recesivas".

El Presidente de la Central Única de Trabajadores de Brasil, Jair Meneguelli, informó en nuestra capital de la preparación de una huelga general en el próximo mes de julio en su país para protestar por la política económica del gobierno brasileño.

Señaló que los trabajadores de Brasil "viven uno de los momentos coyunturales más difíciles de nuestra historia". Agregó que "estamos en una perspectiva para este año de un 1.000 % de inflación".

Explicó que en su país hay ocho millones de niños abandonados, quince millones de trabajadores desempleados y más de diez millones sin tierras.

Precisó Meneguelli que han salido de una dictadura militar para caer en una dictadura económica y que "el gobierno no se sensibiliza ante los principales problemas del pueblo brasileño".

El Presidente brasileño, José Sarney, entrevistado por el programa televisivo "Prioridad" expresó refiriéndose a la situación económica de su país que en el mismo ha pasado la mayor recesión de su historia. "En los dos años de gobierno democrático, estamos con un crecimiento de casi el 28 % en nuestra economía. Y se logra en justamente los dos años que tenemos democracia plena en el país."

Sobre comentarios recientes del Presidente de Portugal, Mario Soares, acerca de que Sarney se vería obligado a tomar medidas recesivas que provocarían conmoción social, Sarney explicó que "no es necesario buscar ya más medidas que eleven la recesión. Todo el empeño de Brasil está encaminado a su crecimiento. Nosotros esperamos este año crecer un 7,5 % en el producto interno bruto y no tomaremos ninguna medida de recesión", explicó.

01.01

8706417

098

La Prensa 23/07/87

## Levantaría Brasil la moratoria

Wáshington (UP) – El ministro de finanzas y el presidente del Banco Central del Brasil comenzaron gestiones ante la banca privada, el gobierno de los Estados Unidos y organismos multilaterales, para levantar la moratoria sobre la deuda externa brasileña y normalizar las relaciones financieras.

El titular de finanzas, Luiz Carlos Bresser Pereira, llegó a Wáshington, y el jefe del Banco Central, Fernando Milliet, a Nueva York.

La banca privada volverá a exigir al Brasil que llegue a un acuerdo de crédito o supervisión con el Fondo Monetario Internacional como condición de nuevos créditos, postura por la que también se inclina Wáshington, que ve favorablemente el programa económico brasileño, dijeron fuentes financieras a United Press.

El martes, el presidente de la Junta de la Reserva Féderal, Paul Volcker, elogió como "correcto y constructivo" el programa económico brasileño y expresó su esperanza de que obtenga "[illegible]".

El Brasil "pretende terminar con la moratoria sobre su deuda externa", afirmó Bresser Pereira en la embajada del Brasil. "Buscamos normalizar entendimientos con la banca y el Fondo Monetario Internacional".

01.01

8706424

ARCHIVAR EN: Brasil (098)

TEMA: Negociaciones con la CEE: Segmento. Avances en cooperación técnica. Brasil US crédito conjuntural por 20 millones de dólares.

PROCEDENCIA: Busqueda 28/3/87

ARCHIVADO EN: CEE (748)

01.01

8706448

BRASIL: LLAMATIVA DECLARACION DEL MINISTRO DE EJERCITO

# El avance nuclear es para "ser fuertes y respetados"

**BRASILIA, 1° (ANSA y EFE). — El ministro de Ejército brasileño, general Leónidas Pires Gonçalves, defendió la operación de las centrales nucleares en el país e instó a la ampliación del dominio tecnológico para asegurar la paz que "no es susceptible de ser alcanzada unilateralmente por ningún país".**

En un comunicado difundido en Brasilia, el ministro se refirió a la necesidad de fortalecer el desarrollo brasileño en materia de energía nuclear, un campo sin el cual —dijo— "ninguna nación tendrá futuro". Pires Gonçalves recordó que la tecnología nuclear evoluciona constantemente y que debe ser dominada de la misma manera, por lo tanto consideró que "se torna necesario, antes que nada, que Brasil sea un país con alto desarrollo tecnológico y, por lo tanto, fuerte y respetado".

El alto jefe militar criticó a quienes se oponen a la construcción y operación de las centrales nucleares en el país y los calificó de supersticiosos y retrógrados, en referencia a los sectores que en los últimos tiempos han defendido una suspensión de los planes brasileños en la materia, y a los cuestionamientos surgidos a partir de informaciones que señalan que en el país se trabaja en proyectos para completar el ciclo nuclear, incluyendo la producción de uranio enriquecido.

En el texto publicado hoy en el noticiero del Ejército y entregado a la prensa brasileña, el ministro censura la "actuación equivocada y nociva de los alarmistas, desavisados y visionarios, que son la cresta nacional de la marea pacifista soplada por confusos vientos internacionales".

♦ **En defensa de la paz**

Como una respuesta a las propuestas pacifistas, el alto jefe militar señala que "la paz, que la Liga de las Naciones y su sucesora, la Organización de las Naciones Unidas, no consiguieron garantizar en seis décadas de esfuerzos y de muchas guerras, no es susceptible de ser alcanzada unilateralmente por ningún país". Ese ideal de paz —dice— no es suficiente para evitar guerras, y en cambio será el crecimiento tecnológico lo que hará del Brasil un país "fuerte y respetado".

Al rescatar el desarrollo nuclear como un imperativo para el futuro del Brasil, el militar considera que "no tenemos, los hombres del presente, el derecho de defraudar la grandeza y la soberanía de las futuras generaciones".

El comentario añade que si Brasil no pasa, sin pérdida de tiempo, a las fases tecnológicas más avanzadas, puede perder tan importante fuente de energía, y "lo que es peor, ingresar en la dependencia, volviendo a ser, en la nueva era que se avecina, solo abastecedores de materia prima, en este caso, de minerales radiactivos".

En el comunicado el general Pires no expresa posición claramente favorable a la utilización de la energía nuclear con fines bélicos, sino que subraya su empleo pacífico como fuente de energía y eventual sustituto del petróleo, que como tal no es renovable, o de la energía eléctrica, cuyas limitaciones, puntualiza, son conocidas.

Archivo 1986

Leónidas Pires Gonçalves, ministro de Ejército de Brasil.

BRASIL
098
01.01
8706454

# Rige en Brasil la ley de seguridad nacional

## Lo dispuso Sarney tras la agresión que sufrió en Río; cuestionan los sistemas de seguridad

BRASILIA, 27 (EFE).- El Gobierno calificó de atentado la agresión de la que fue víctima en jefe del Estado durante una manifestación registrada ayer en la ciudad de Río de Janeiro, y que puso en duda la efectividad de los cuerpos de seguridad del país.

El ministro del Interior, Ronaldo Costa Cuoto, aseguró que el presidente José Sarney fue víctima de un atentado por parte de extremistas, quienes lanzaron piedras contra el ómnibus que conducía al primer mandatario y a su comitiva, tras dejar el centro cultural de la Plaza XV, en el centro de Río de Janeiro.

Los hechos dejaron al descubierto los débiles sistemas de seguridad del Estado para garantizar la integridad física del presidente. A su llegada a esta capital, José Sarney ordenó la aplicación de la ley de seguridad nacional, que prevé penas de uno a cuatro años para las personas que atenten contra la integridad física y moral del presidente.

### Con los militares

El titular del Poder Ejecutivo, quien sufrió otra agresión en 1966, época en la que era gobernador del Estado de Maranao, reunió a la cúpula militar en pleno, para evaluar la gravedad de los hechos y puntualizó: "No me mataron porque no quisieron".

Ante la evidencia de que la agresión pudo haber sido más grave y de la ineficacia de las medidas de seguridad, el Gobierno decidió que, a partir de ahora, en los viajes del jefe del Estado, la escolta estará reforzada por tropas del Ejército.

El incidente de la Plaza XV, es, en la historia del Brasil, el segundo atentado contra un presidente. El primero fue en 1897, contra Prudente de Morais.

### Tres identificados

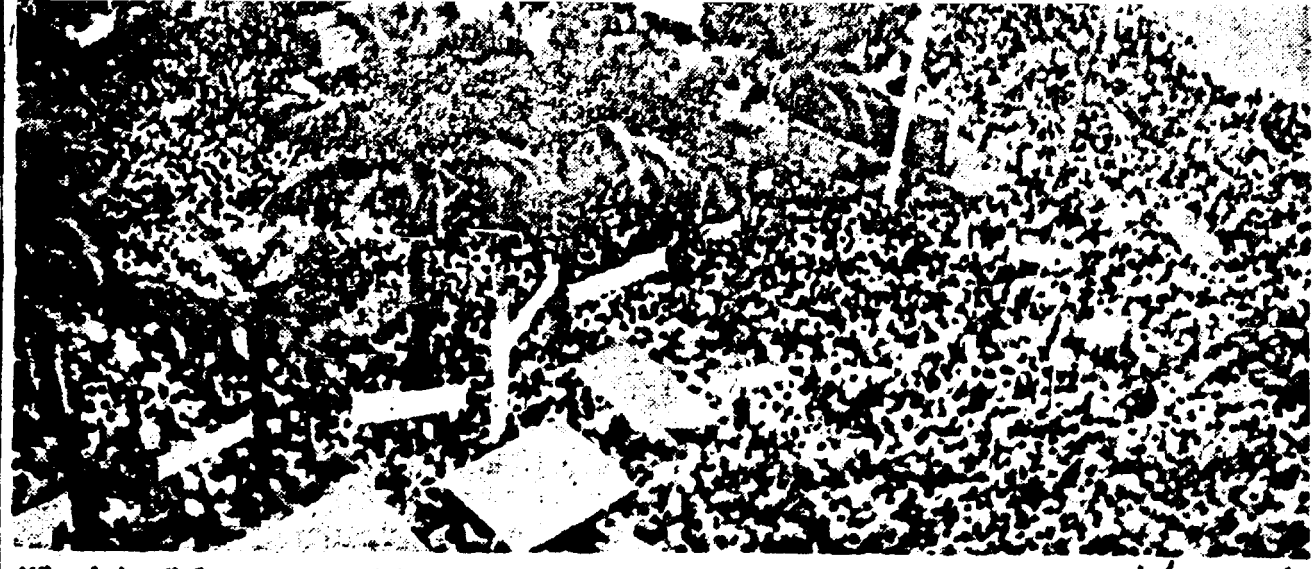
La policía identificó, a través de fotografías publicadas en los diarios, a tres personas que participaron en la agresión, y anunció que en los próximos días entregará un detallado informe en el que se aclararán las circunstancias, y la probable vinculación de organizaciones sindicales o políticas en los hechos de Río de Janeiro.

En una nota dada a conocer por el Palacio de Planalto, el Gobierno consideró el incidente como una grave amenaza para las libertades democráticas y el funcionamiento normal de las instituciones del Estado, además de que puede afectar el proceso de transición que vive el Brasil.

### Grupos radicalizados

El ministro de Aeronáutica, Octavio Moreira Lima, interpretó lo acontecido como "un atentado de los grupos radicalizados derrotados en las últimas elecciones, para intimidar a las instituciones ejecutivas, legislativas y judiciales del país".

Por su parte, el diputado Luis Ignacio da Silva, del Partido de los Trabajadores, subrayó que el Gobierno es el culpable de lo que pasó por haber creado un alto grado de insatisfacción entre la población. También atribuyó los disturbios a la política económica del Gobierno.



Miles de brasileños recorrieron el domingo las calles de San Pablo en reclamo de elecciones presidenciales inmediatas. La marcha culminó con un acto frente a la Catedral.

# Densa trama de negociaciones

BRASILIA, 13 (Enviado especial). — A medida que se profundiza la ofensiva del gobierno brasileño para evitar que, en su Convención Nacional del próximo fin de semana, el oficialista Partido del Movimiento Democrático Brasileño discuta el tema de la duración del mandato del presidente José Sarney, también crece la actividad de los sectores que impulsan las campañas por las elecciones presidenciales "directas ya".

Anoche, en San Pablo, entre 20 y 25 mil personas participaban del segundo gran acto de esta campaña, y en Brasilia, en la tarde de hoy, el dirigente opositor Leonel Brizola congelaba, en horas de la unidad de la campaña, el lanzamiento de su candidatura a la presidencia aprobada por aclamación en el cierre del congreso de su Partido Democrático Trabalhista.

La dimensión del acto de San Pablo superó notoriamente las expectativas de sus organizadores —quienes habían previsto la presencia de unas 15.000 personas— y, obviamente, resultó un avance claro en relación con la primera concentración, realizada el martes pasado en Brasilia, que convocó a poco más de 10.000 manifestantes.

Aun más que en Brasilia, la gran estrella de ayer fue el diputado y presidente del Partido de los Trabajadores, Luis Ignacio Da Silva, "Lula".

San Pablo es el bastión del P.T., cuyos activistas —junto con los de la Central Unica de Trabajadores, que es su expresión sindical, aunque con una trascendencia mayor en su campo que la del partido en el suyo— fueron los principales responsables por la movilización.

En su discurso de cierre del acto, "Lula" también debió enfriar el entusiasmo de los manifestantes, que querían lanzar su candidatura presidencial.

"Me parece que es demasiado pronto —afirmó—, porque podría crear obstáculos en la unidad de la campaña por las directas. No debe haber candidatos hasta que conquistemos la convocatoria a las elecciones; después sí, cada partido podrá indicar el nombre de sus candidatos".

La actitud de "Lula" ayer y la de Brizola hoy adquieren su mayor sentido e importancia en el marco de la gran expectativa creada por la Convención del P.M.D.B., durante la cual el ala izquierda, que viene participando de la campaña por las directas, quiere imponer una definición del partido a favor de la reducción a cuatro años del mandato de Sarney, mientras que el sector moderado pretende apoyar la decisión del presidente de permanecer cinco años en el cargo, esto es hasta 1989.

En la mañana de hoy —ya lo había hecho ayer—, se hizo presente en la sede del Congreso del P.D.T. el senador Mario Covas, presidente de la bancada parlamentaria en la Asamblea General Constituyente.

Pese a que —para no complicar la situación interna del partido antes de la Convención— Covas no participa personalmente de la campaña por las "directas ya", es uno de los principales defensores de los cuatro años para Sarney y obligado aspirante a la candidatura presidencial. Con los 8.000.000 de votos conquistados en noviembre de 1986, se trata del político con mayor consenso electoral en la historia del país.

### ♦ Reconciliación

Además de Covas, también llegó esta mañana hasta la mesa de conducción del Congreso pedetista el propio "Lula", para abrazar a Brizola y poner fin así a más de un año de enfrentamiento personal.

Las diferencias entre los dos carismáticos dirigentes —quienes siempre habían planteado mutuos aunque cordiales reparos en cuanto a las respectivas líneas políticas— se habían agravado cuando trascendió un comentario realizado por Lula en una reunión de la filial carioca del P.T., según el cual "con tal de ser presidente, Brizola es capaz hasta de pisar el cuello de su madre".

Brizola había manifestado su indignación con la advertencia de que no se volvería a reunir con "Lula" mientras no recibiera disculpas personales del líder petista.

Durante el acto de la semana pasada en Brasilia, mientras coincidieron en el palco Brizola, y "Lula" se ignoraron con ostentación. Sin embargo, en su discurso, Brizola dirigió un tácito pero claro mensaje al ex líder sindical, al señalar que "a partir de este momento, ninguna diferencia, cualquiera que ella sea, me separa de los compañeros que están con nosotros en esta campaña".

Este fue, sin duda, el signo que permitió la formal reconciliación de hoy, cuando "Lula" afirmó a la tribuna del P.D.T. que "Brizola encarna una de las esperanzas del pueblo brasileño".

Las ulterioridades de esta reunión de aspirantes a candidatos presidenciales de la izquierda, incluido Covas, son por ahora difícilmente mensurables.

En todo caso, Brizola respondió al gesto de "Lula" no solo a través de la negativa a asumir ahora la condición de candidato formal a la presidencia, y con los mismos argumentos usados horas antes por el diputado petista. También dio su bendición a una moción presentada en el Congreso del P.D.T. por los integrantes del Frente Sindical Partidario, mediante la cual se decide definitivamente la adhesión a la CUT.

Hasta el momento, si bien muchos dirigentes sindicales pedetistas venían trabajando dentro de la central en la que el P.T. es hegemónico, algunos otros lo hacían en la más moderada Central General de Trabajadores, ligada al P.M.D.B. y al Partido Comunista Brasileño.

En dirección a Covas, "Lula" anoche, y Brizola durante los tres días del Congreso pedetista, manifestaron sus esperanzas en la "reunificación del P.M.D.B. en torno de sus banderas históricas", esto es su definición a favor de las elecciones presidenciales directas en 1988 y en contra de la política económica del ministro de Hacienda, Luis Carlos Bresser Pereira.

En los dos actos de la campaña por las directas realizadas hasta ahora, el P.M.D.B. fue objeto de sonoros y duraderos abucheos por parte de petistas y pedetistas, por lo que los comentarios públicos de Brizola y "Lula" configuran un intento de conciliación.

### ♦ Negociaciones febriles

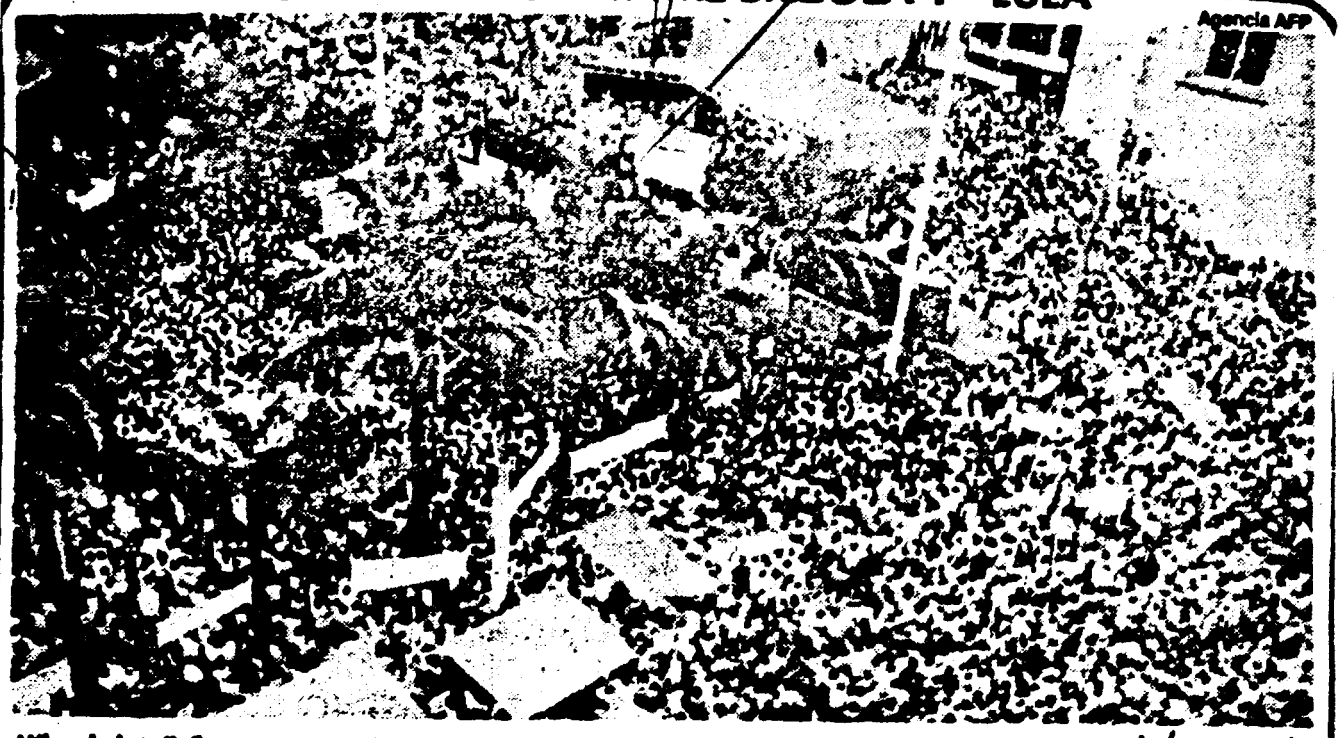
De todos modos, las posibilidades de éxito de las tesis de Covas en la Convención del P.M.D.B. se muestran hoy bastante menos firmes que durante la semana pasada.

Una densa trama de negociaciones, impulsadas por el Palacio del Planalto, parece haber neutralizado el crecimiento del sector peemedebista partidario de la reducción del mandato de Sarney, que había llegado a ser considerado como inevitable.

En las últimas horas, a través de su portavoz oficial, Antonio Freta Netto, Sarney advirtió públicamente su decisión de "blanquear" su estructura de sustentación política. Quien se enfrente a su decisión de permanecer cinco años en el gobierno, dejará de recibir el apoyo del gobierno, una actitud especialmente sensibilizadora para los gobernadores de estados, quienes necesitan de generosos fondos federales para garantizar el éxito de sus gestiones.

Carlos [illegible]

RECONCILIACION ENTRE BRIZOLA Y "LULA"




Miles de brasileños recorrieron el domingo las calles de San Pablo un reclamo de elecciones presidenciales inmediatas. La marcha culminó con un acto frente a la Catedral.

# Densa trama de negociaciones

BRASILIA, 13 (Enviado especial). — A medida que se profundiza la ofensiva del gobierno brasileño para evitar que, en su Convención Nacional del próximo fin de semana, el oficialista Partido del Movimiento Democrático Brasileño discuta el tema de la duración del mandato del presidente José Sarney, también crece la actividad de los sectores que impulsan las campañas por las elecciones presidenciales "directas ya".

Anoche, en San Pablo, entre 30 y 35 mil personas participaban del segundo gran acto de esta campaña, y en Brasilia, en la tarde de hoy, el dirigente opositor Leonel Brizola congelaba, en horas de la unidad de la campaña, el lanzamiento de su candidatura a la presidencia aprobada por aclamación en el cierre del congreso de su Partido Democrático Trabalhista.

La dimensión del acto de San Pablo superó notoriamente las expectativas de sus organizadores —quienes habían previsto la presencia de unas 15.000 personas— y, obviamente, resultó un avance claro en relación con la primera concentración, realizada el martes pasado en Brasilia, que convocó a poco más de 10.000 manifestantes.

Aun más que en Brasilia, la gran estrella de ayer fue el diputado y presidente del Partido de los Trabajadores, Luis Ignacio Da Silva, "Lula".

San Pablo es el bastión del P.T., cuyos activistas —junto con los de la Central Unica de Trabajadores, que es su expresión sindical, aunque con una trascendencia mayor en su campo que la del partido en el suyo— fueron los principales responsables por la movilización.

En su discurso de cierre del acto, "Lula" también debió enfriar el entusiasmo de los manifestantes, que querían lanzar su candidatura presidencial.

"Me parece que es demasiado pronto —afirmó—, porque podría crear obstáculos en la unidad de la campaña por las directas. No debe haber candidatos hasta que conquistemos la convocatoria a las elecciones; después sí, cada partido podrá indicar el nombre de sus candidatos".

La actitud de "Lula" ayer y la de Brizola hoy adquieren su mayor sentido e importancia en el marco de la gran expectativa creada por la Convención del P.M.D.B., durante la cual el ala izquierda, que viene participando de la campaña por las directas, quiere imponer una definición del partido a favor de la reducción a cuatro años del mandato de Sarney, mientras que el sector moderado pretende apoyar la decisión del presidente de permanecer cinco años en el cargo, esto es hasta 1989.

En la mañana de hoy —ya lo había hecho ayer—, se hizo presente en la sede del Congreso del P.D.T. el comandante Mario Covas, presidente de la bancada parlamentaria en la Asamblea General Constituyente.

Pese a que —para no complicar la situación interna del partido antes de la Convención— Covas no participa personalmente de la campaña por las "directas ya", es uno de los principales defensores de los cuatro años para Sarney y obligado aspirante a la candidatura presidencial. Con los 8.000.000 de votos conquistados en noviembre de 1986, se trata del político con mayor consenso electoral en la historia del país.

### ♦ Reconciliación

Además de Covas, también llegó esta mañana hasta la mesa de conducción del Congreso pedetista el propio "Lula", para abrazar a Brizola y poner fin así a más de un año de enfrentamiento personal.

Las diferencias entre los dos carismáticos dirigentes —quienes siempre habían planteado mutuos aunque cordiales reparos en cuanto a las respectivas líneas políticas— se habían agravado cuando trascendió un comentario realizado por Lula en una reunión de la filial carioca del P.T., según el cual "con tal de ser presidente, Brizola es capaz hasta de pisar el cuello de su madre".

Brizola había manifestado su indignación con la advertencia de que no se volvería a reunir con "Lula" mientras no recibiera disculpas personales del líder petista.

Durante el acto de la semana pasada en Brasilia, mientras coincidieron en el palco Brizola, y "Lula" se ignoraron con ostentación. Sin embargo, en su discurso, Brizola dirigió un tácito pero claro mensaje al ex líder sindical, al señalar que "a partir de este momento, ninguna diferencia, cualquiera que ella sea, me separa de los compañeros que están con nosotros en esta campaña".

Este fue, sin duda, el signo que permitió la formal reconciliación de hoy, cuando "Lula" afirmó a la tribuna del P.D.T. que "Brizola encarna una de las esperanzas del pueblo brasileño".

Las ulterioridades de esta reunión de aspirantes a candidatos presidenciales de la izquierda, incluido Covas, son por ahora difícilmente mensurables.

En todo caso, Brizola respondió al gesto de "Lula" no solo a través de la negativa a asumir ahora la condición de candidato formal a la presidencia, y con los mismos argumentos usados horas antes por el diputado petista. También dio su bendición a una moción presentada en el Congreso del P.D.T. por los integrantes del Frente Sindical Partidario, mediante la cual se decide definitivamente la adhesión a la CUT.

Hasta el momento, si bien muchos dirigentes sindicales pedetistas venían trabajando dentro de la central en la que el P.T. es hegemónico, algunos otros lo hacían en la más moderada Central General de Trabajadores, ligada al P.M.D.B. y al Partido Comunista Brasileño.

En dirección a Covas, "Lula" anoche, y Brizola durante los tres días del Congreso pedetista, manifestaron sus esperanzas en la "reunificación del P.M.D.B. en torno de sus banderas históricas", esto es su definición a favor de las elecciones presidenciales directas en 1988 y en contra de la política económica del ministro de Hacienda, Luis Carlos Bresser Pereira.

En los dos actos de la campaña por las directas realizadas hasta ahora, el P.M.D.B fue objeto de sonoros y duraderos abucheos por parte de petistas y pedetistas, por lo que los comentarios públicos de Brizola y "Lula" configuran un intento de conciliación.

### ♦ Negociaciones febriles

De todos modos, las posibilidades de éxito de las tesis de Covas en la Convención del P.M.D.B. se muestran hoy bastante menos firmes que durante la semana pasada.

Una densa trama de negociaciones, impulsadas por el Palacio del Planalto, parece haber neutralizado el crecimiento del sector peemedebista partidario de la reducción del mandato de Sarney, que había llegado a ser considerado como inevitable.

En las últimas horas, a través de su portavoz oficial, Antonio Freta Netto, Sarney advirtió públicamente su decisión de "blanquear" su estructura de sustentación política. Quien se enfrente a su decisión de permanecer cinco años en el gobierno, dejará de recibir el apoyo del gobierno, una actitud especialmente sensibilizadora para los gobernadores de estados, quienes necesitan de generosos fondos federales para garantizar el éxito de sus gestiones.

Carlos [illegible]

BRASIL
14/07/87
01.91
0006464

25
098

# Afirman que el Brasil está al borde de la eclosión social

San Pablo, Brasil, 6 (EFE) - El crecimiento de los índices de desempleo, hambre y miseria en el Brasil han colocado a este país al borde de una eclosión social de imprevisibles consecuencias, advirtieron hoy dirigentes de las principales centrales sindicales.

El presidente de la Central Única de Trabajadores (CUT), Jair Meneguelli, dijo a EFE que la recesión ha comenzado a sentirse con una oleada de despidos en los sectores industriales, que ha dejado sin empleo a unos 2.187.000 obreros.

Subrayó que sólo en el mes de mayo, cerca de 330.000 obreros perdieron su empleo en empresas en las que la crisis económica ha provocado una baja de la demanda de sus productos en el mercado interno.

Meneguelli criticó las recientes medidas económicas dictadas por el gobierno del presidente José Sarney, el pasado 12 de junio, que incluyen la congelación por noventa días de precios y salarios, pero que en la realidad sólo congelan las remuneraciones, mientras el costo de vida continúa subiendo.

Para el presidente de la Confederación General del Trabajo (CGT), Joaquim Dos Santos Andrade, "los errores del gobierno provocan un crecimiento del movimiento laboral brasileño, que reclama por las constantes agresiones a su economía".

Dos Santos Andrade denunció que las empresas tienen llenos sus almacenes de productos porque "no existe dinero en el pueblo para comprarlos", y eso las ha llevado a reducir la mano de obra y a declarar vacaciones colectivas para sus obreros.

La Prensa 7/07/87

01 01

8706466

A partir del mes próximo se iniciaría un período de flexibilización, pero es inevitable la recesión

# Brasil: planean levantar el congelamiento el 1 de agosto

El gobierno brasileño levantaría el congelamiento de precios a partir del 1 de agosto si la tasa de inflación para julio no sobrepasa 3,5 por ciento pronosticado. Así lo informó el domingo Celsius Loder, titular de la Sunab, la agencia responsable de supervisar el acatamiento a las normas de comercio.

Con la inflación en baja, los integrantes del equipo del ministro de Hacienda, Luiz Bresser Pereira consideran que el fin del congelamiento es un momento importante para cercenar las expectativas de un recrudecimiento. "Lo ideal para nosotros es que luego se pase a un período de flexibilización de precios" —explicó el funcionario—.

El "plan Bresser" no se agotará con el congelamiento, agregó en obvia referencia al desastroso final del plan cruzado que lo precedió. "De allí en más pasaremos a lo más importante del 'plan Bresser': la reducción del déficit público," explicó entusiasmado.

La franqueza de Loder demuestra que los integrantes del equipo económico han aprendido la importancia de mantener su credibilidad, y claramente esperan reforzarla dejando a un lado cualquier imprevisto.

Escribe Adrián Dickson

Anticipar la implementación de una nueva medida y luego cumplir con el plazo fijado es la mejor manera de demostrar su honestidad.

Loder señaló que el congelamiento no sería totalmente eliminado. Por un corto período ciertos productos continuarían siendo fijados por una "tabla" publicada por la Sunab. La intención es mantener un control relativo sobre algunos productos esenciales para evitar un abrupto incremento de la inflación.

De acuerdo al itinerario dado a conocer por el ministro de Hacienda a mediados del mes pasado cuando presentó el plan, terminado el congelamiento comenzarán a reajustarse los precios según la Unidad de Referencia de Precios (URP), una unidad de reajuste que se aplicará a todos los precios y salarios inclusive los de funcionarios públicos, civiles y militares. La URP será actualizada a la cero hora del primer día de cada mes de acuerdo al comportamiento del índice de los precios al consumidor. Durante los primeros tres meses de flexibilización deberá ser igual a la inflación de julio.

Mientras que en San Pablo y Río de Janeiro la población se ha volcado a la calle en protesta por la fuerte caída en los salarios, los sectores más ilustrados han recibido la noticia de los ajustes económicos con una actitud de desanimada resignación. "No creo que haya posibilidad de evitar que esta recesión dure algún tiempo", confesó el ex ministro de Hacienda Mario Simonsen.

"Mi impresión es que el 'plan Bresser', que tiene cierto sabor a cruzado recalentado, representa una tentativa de racionalidad económica que no existía en la última época del plan cruzado", comentó el economista en una entrevista realizada por el matutino carioca "Jornal do Brasil".

"La recesión es fundamentalmente resultado de la desorganización económica general que se originó con el plan cruzado... . El país está entre la recesión y la depresión", sentenció el economista.

No todos comparten el pesimismo de Simonsen.

"Tendremos un semestre de ajustes y de nuevas reglas en la política económica. Pero después todo volverá a la normalidad", fue el comentario del ex ministro de Planeamiento João Sayad.

Por su parte José Carlos Moraes Abreu, presidente del consejo de administración del Banco Itaú, la segunda entidad privada en el país, coincidió totalmente con el ex funcionario. Tanto es así que propuso que su banco se concentre exclusivamente en préstamos otorgados a las grandes empresas ya que estima que el pequeño tomador "desaparecerá temporariamente del mapa".

01.01

8706469

098

 Clarín 26/6/85

Ulysses Guimaraes, presidente de la Asamblea Constituyente de Brasil.

# Oposición militar a una amnistía en Brasil

BRASILIA, 25 (DPA, Reuter y UPI). — Los más altos mandos castrenses brasileños expresaron anoche públicamente su rechazo a un proyecto de restitución al servicio activo de los miembros de las tres fuerzas armadas sancionados y dados de baja por razones políticas a partir del golpe militar de 1964. El proyecto ya fue aprobado por dos comisiones de la asamblea nacional constituyente y deberá ser sometido a la aprobación del plenario del cuerpo en los próximos meses.

En una reunión mantenida anoche por el ministro de Ejército, general Leônidas Pires Gonçalves; el de Marina, almirante Henrique Saboia; el de Aeronáutica, brigadier Octavio Moreira Lima y el ministro jefe del Servicio Nacional de Informaciones, general Iván de Souza Mendes, se decidió elaborar un documento con las argumentaciones de la corporación militar en contra del proyecto.

Las propuestas de amnistía para los cerca de 2 mil militares sancionados por su oposición al golpe de 1964 y al régimen militar instaurado como consecuencia ya había sido objeto de duras controversias entre sectores políticos y los mandos de las fuerzas armadas.

En 1985, el Parlamento aprobó —tras largas polémicas y una fuerte presión de los mandos— una amnistía muy moderada en sus alcances definitivos, que sólo obtuvo para sus beneficiarios la extinción de los cargos por los que habían sido sancionados y su ascenso al cargo inmediatamente superior, pero siempre en calidad de retirados.

### ♦ "Fuerza argumental"

Este es uno de los argumentos esgrimidos en contra del nuevo proyecto por los ministros de las tres fuerzas armadas para quienes, según la declaración del brigadier Moreira Lima, "la amnistía (general) decretada en 1979 y luego ampliada en 1985 fue aplicada en todo su alcance y no se justifican nuevas alteraciones en su esencia".

De todos modos, el brigadier Moreira Lima se preocupó por aclarar que la cúpula militar "sólo empleará la fuerza de sus argumentaciones" para oponerse a la aprobación final del proyecto y descartó cualquier posibilidad de golpe militar porque "debemos olvidarnos de actuar como en una republiqueta de segunda".

01.01

8706471

098

# *Aumentan las diferencias en el partido de gobierno del Brasil*

**Brasilia, 19 (UP) – La búsqueda de un acuerdo con el Fondo Monetario Internacional y una supuesta reducción de sueldos promovida por el nuevo plan económico, acentuaron hoy la división en el Movimiento Democrático Brasileño, la principal fuerza de sustentación política del presidente José Sarney.**

**El jefe de la bancada del MDB en la Asamblea Constituyente, el senador Mario Covas, criticó ásperamente esas decisiones en una reunión de dirigentes del partido.**

## Recesión económica

**"Las medidas adoptadas significan un retroceso en la moratoria (de la deuda externa) y una compresión de los salarios, lo que podría conducir al país hacia la recesión económica", dijo Covas.**

**El dirigente que ostenta el título del político que recibió más votos en la historia de su país, manifestó su preocupación por los efectos sociales de las últimas medidas adoptadas por el gobierno: congelamiento de precios por 90 días, aumento de precios de tarifas y combustibles, y la devaluación del cruzado.**

**"Ese nuevo paquete impone demasiados sacrificios a los trabajadores y choca con nuestro programa y las propuestas históricas del partido", expresó.**

**El MDB, la principal fuerza de oposición al régimen militar que gobernó el Brasil durante [illegible] años, ha señalado el crecimiento económico como única forma para encauzar el problema de la deuda, de 11.000 millones de dólares del país.**

**Covas dirige un sector de centro-izquierda integrado por un centenar de parlamentarios. La bancada del MDB en la Asamblea Constituyente de 559 miembros está integrada por 304 parlamentarios.**

## Aumentan las reacciones

**Las reacciones en el partido aumentaron después que Sárney y el titular de hacienda, Luiz Carlos Bresser Pereira, admitieron como necesario algún tipo de entendimiento con el FMI como fórmula para poder renegociar la deuda externa.**

**El Brasil suspendió el pago de intereses de su deuda externa con la banca privada hace cuatro meses y procura normalizar sus relaciones con los acreedores con el aval del FMI.**

**Bresser dijo que espera un informe anual favorable del FMI (sin supervisión) hasta el 20 de julio, pero que si esa entidad acepta el plan económico como garantía para un acuerdo, no habrá ningún obstáculo para formalizarlo.**

**"Si además de eso (el informe anual), el FMI toma iniciativas como las que indicó que estaría dispuesto a tomar, de que acepta eso como un compromiso en relación al propio fondo y al sistema financiero internacional, nosotros podríamos arreglar nuestra vida", añadió Bresser.**

**El titular de hacienda, que integra los cuadros del MDB, dijo que oportunamente consultará al partido y al presidente de la república sobre la posibilidad de la firma de un acuerdo formal con el FMI.**

**Bresser adelantó que viajará el próximo mes a Wáshington para presentar su plan económico que supone un crecimiento de 5 a 6 por ciento, y un saldo comercial de 10.000 millones de dólares para el próximo año.**

**El ministro brasileño pretende también presentar su propuesta de negociación de la deuda, de este año y del próximo, mediante el refinanciamiento de 7.500 millones de dólares.**

La Prensa 20/6/87

01.01

8706515

ARCHIVAR EN: Brasil (098)

TEMA: Al mostrar la planta siderúrgica, Alfonsín reveló planes secretos del vecino Brasil?

PROCEDENCIA: A. Financiero 21/7/87

ARCHIVADO EN: Argentina (084)

01.01 8706518

ARCHIVAR EN: Brasil (098)

TEMA: Confirman la compra a Brasil de 30 aviones de adiestramiento.

PROCEDENCIA: La Prensa 3/7/87

ARCHIVADO EN: Argentina (084)

01.01 8706519

Boletín Semana Internacional

# Los inmutables fantasmas de Brasil

El diario norteamericano The New York Times, en un comentario referido a la crítica actualidad brasileña, subrayó que el jefe del Estado, José Sarney, quien "llegó al poder más por negociaciones internas que por elecciones libres, está reverdeciendo sus antiguos vínculos con los militares al verse cada vez más acosado".

Es verdad que el presidente del Brasil fue un aliado político del régimen de facto que, como última experiencia castrense, se mantuvo 21 años en el poder. Pero lo expresado por el New York Times no alcanza para explicar las razones de la última –por ahora– etapa de la crisis global que afecta a ese país.

Vale, entonces, para establecerlas, retroceder en el tiempo. En 1967, el general Golbery do Couto e Silva publicó su "Geopolítica do Brasil", texto que, seguramente, leyó en su momento el actual titular del Poder Ejecutivo. El militar era miembro del grupo Sourbonne y su obra, reflejo de una mentalidad tecnocrática no ajena al pensamiento de Rudolf Kjellen, se transformó en una suerte de guía para sus camaradas de armas, quienes, desde el suicidio de Getulio Vargas –en cuyo último mandato se creó la Corporación de Petróleo Brasileño (Petrobras)–, pugnaban por acceder al papel de árbitros de los destinos de esa nación.

De alguna manera, ese objetivo fue el resultado de una particular lectura de la realidad cuya conclusión era que el poder político civil no tenía un correlato con la dinámica del *establishment* industrial y militar.

De ello se desprendió el convencimiento de que sólo las FF.AA., con la colaboración de sectores de poder –especialmente los vinculados con los resortes económicos– podían ofrecer un nuevo modelo de desarrollo, aunque ello implicase marginarse de la democracia real.

El objetivo implícito era, sin ninguna duda, conducir al Brasil a una posición preponderante en América latina, imperativo también expresado por Golbery do Couto e Silva en "Aspectos geopolíticos del Brasil", donde afirmó: "También nosotros podemos invocar un destino manifiesto, tanto cuanto el no roce en el Caribe con el de nuestros hermanos mayores del Norte", en clara referencia a los Estados Unidos.

## Las voces del presente

Las voces de los políticos vinculados con los grupos de poder del fallecido

José Sarney, presidente brasileño

Tancredo Neves –cuyo deceso permitió a José Sarney acceder a la primera magistratura– se han transformado en arietes ineficaces para abrir brechas en la continuidad del mandato presidencial a través de una convocatoria a elecciones o fijar plazos para reducirlo notoriamente.

José Sarney cuenta, por ahora, con el respaldo de la institución armada, que apuntala un ambiguo *perfeccionamiento democrático* a partir de una unidad castrense dispuesta a "sustituir la fuerza de nuestros argumentos por los argumentos de nuestras fuerzas", lo que constituye, además, un doble mensaje cuyos destinatarios son quienes desde la arena política procuran condicionamientos para el ejercicio de la jerarquía presidencial y, también, para aquellos que, desde el poder, no respondan a aquel *perfeccionamiento democrático* del que también hacen responsable a José Sarney.

José O. de Meira Penna, embajador brasileño con distintos destinos entre 1967 y 1981, para quien el concepto de Tercer Mundo conforma una "expresión execrable", afirmó, alguna vez, que "el presidente Richard Nixon tenía razón cuando declaró, hace algunos años, que donde vaya el Brasil irá el resto de América latina".

Así, mientras los líderes del Partido del Movimiento Democrático Brasileño y su aliado Partido del Frente Liberal se caracterizan por las indefiniciones, hay quienes continúan sosteniendo la coherencia, compartible o no, de un pensamiento militar de antigua data.

José Sarney redujo su mandato en un año, en una especie de *autogolpe* que le quitó espacio a los que demandaban reducciones de ese tipo, y transformó en palabras sin contenido a las de un Leonel Brizola, que presupone que la actual problemática brasileña puede revertirse mediante el cambio de un hombre, olvidándose –y no por casualidad– de que son los proyectos de país los que deben ser actualizados o rescatados.

## La crítica empresaria

A tal objetivo apuntó el empresario Wolfgang Sauer quien, tras advertir que la actual circunstancia del Brasil "puede arrastrar al país hacia el caos de perturbaciones incontrolables", señaló que los actuales índices de inflación podrían destruir la economía, y que fueron los factores políticos los que frustraron los objetivos del Plan Cruzado: "Primero los comicios de noviembre del año anterior y luego, en forma prematura, el debate sobre la duración del mandato presidencial".

Los grupos de poder económico del Brasil critican abiertamente la "tendencia estatizante de los gobiernos en los últimos años" y la "ineficiencia del Estado en el área económica", consecuencia de la adopción de programas que no coinciden con los de ese sector.

En el primer mandatario brasileño se ha centrado la lucha por el poder real de Brasil. Los políticos, especialmente los de la coalición de gobierno –quienes defienden más la arquitectura partidaria que la continuidad institucional– recuerdan por sus acciones, palabras de Artur Ramos de Araujo Pereira: "Nuestra historia está llena de discursos inflamados, elocuentes, llenos de sonoridades que adquieren esencialmente un valor emotivo".

Frente a ellos, los militares y los sectores empresarios e industriales han expuesto objetivos y puntos de vista, con la intención de revertir una peligrosa situación que podría generar alternativas de estallidos sociales e impedir que, más allá de la inflación y de la posible incompetencia del Gobierno, los sectores que generan riqueza se vean limitados en su expansión. Los tiempos del *chronicismo* pertenecen al pasado. De cómo José Sarney le brinde respuesta al apoyo de las FF.AA. –que condicionarán su futuro inmediato– depende la viabilidad de un nuevo golpe de Estado, acusación que la comunidad política en el Gobierno pareciera haber olvidado.

## El Perú en su hora cero

[illegible] de los últimos episodios vividos en el Perú permite inferir que la huelga nacional y el estado de rebelión policial recientes, registrados en un contexto de violencia, han puesto fin a la tregua que con el gobierno de Alan García habían mantenido los sectores laborales durante el tiempo que el líder del APRA lleva como titular del Poder Ejecutivo.

Esos 21 meses fueron, sin duda, el resultado del crecimiento del Producto Bruto Interno –el año anterior fue superior al 8 por ciento–, y a la contención de la caída del poder adquisitivo de los asalariados. Pero también a que Alan García alcanzó a reforzar el frente interno mediante una más verbal que real lucha contra la deuda externa y contra las acciones de los grupos guerrilleros Sendero Luminoso y Túpac Amaru.

Pero hoy, lo cierto es que la administración de Alan García, una versión local de la socialdemocracia europea, no ha podido implementar mecanismos válidos para conformar las expectativas de sectores sociales mayoritarios que han aumentado el número y calidad de sus demandas. La huelga nacional por 24 horas convocada por la Confederación General de Trabajadores del Perú, en la que mesa directiva hay miembros del Partido Comunista y que cuenta con unos dos millones de afiliados, puso en evidencia que la ruptura con el Gobierno es, ahora, más que una posibilidad.

El interrogante radica en saber si Alan García cuenta con espacio para poder revertir una situación de conflictos sin modificar, a la vez, aspectos fundamentales de su política económica, en uno de los momentos más difíciles de la democracia peruana.

Hay una circunstancia que no ha sido debidamente examinada: el aprismo histórico pareciera no avalar las políticas del jefe del Estado o, al menos, la actitud de algunos de sus dirigentes presupone un cuestionamiento larval que, de generalizarse, debilitaría la investidura presidencial.

Si el APRA expresa en hechos concretos algún tipo de distancia[miento] entre la entidad partidaria y Alan García, ello debilitaría más aún al gobierno en momentos en los que FF.AA. no coinciden demasiado con propuestas del primer mandatario.

En tal realidad, la Confederación General de Instituciones Empresarias Privadas demandó la unidad hacia "alrededor de un pacto político, económico y social, que nos devuelva la paz a través de objetivos comunes". La concreción de tal objetivo compromete mucho el perverso pano[rama]

8706620

# Brasil inició en EE.UU. gestiones clave para refinanciar la deuda

*Brasil reinició el diálogo con la comunidad financiera internacional para acordar las condiciones de renegociación de la deuda y de la reanudación del pago de los intereses, suspendidos en febrero pasado. El ministro de Hacienda, Luiz Carlos Bresser Pereira comenzó ayer una serie de reuniones en Washington, mientras el presidente del banco central, Fernando Milliet, hacía lo mismo en Nueva York con representantes de la banca privada.*

**BRASILIA, 22 (AFP, ANSA, EFE y UPI). — El ministro de Hacienda de Brasil, Luis Carlos Bresser Pereira, y el presidente del Banco Central de ese país, Fernando Milliet, iniciaron hoy en Washington y Nueva York, respectivamente, una ronda de contactos considerados clave con autoridades de los organismos financieros internacionales, de la banca acreedora privada y del gobierno de Estados Unidos, como primer paso en el camino hacia la renegociación de la deuda externa de 113 mil millones de dólares.**

**El inicio del viaje coincidió con la aprobación formal, por parte del Consejo de Desarrollo Económico de Brasil, del denominado Plan de Control Macroeconómico elaborado por Bresser Pereira —que contiene las metas generales de la política económica para los próximos 4 años— y que deberá servir de base en las conversaciones con la comunidad financiera internacional.**

**Tanto Bresser Pereira como Milliet insistieron en afirmar que los contactos iniciados hoy solo tienen el objetivo de "reanudar el diálogo con nuestros acreedores a través de la presentación del plan", para superar la impasse creada por la decisión brasileña de suspender el pago de los intereses de la deuda externa con los bancos privados, adoptada en febrero pasado por Dilson Funaro, antecesor de Bresser Pereira en la cartera de Hacienda.**

**Está previsto que, en el marco de esta reanudación del diálogo, se pueda definir una fecha de reiniciación efectiva de las negociaciones con el comité de bancos privados acreedores de Brasil, que "podría ser en unos 30 ó 60 días", según declaraciones formuladas hoy por Bresser Pereira en la sede de la embajada de su país en Washington.**

**Bresser señaló que su país "pretende terminar con la moratoria del pago de los intereses de la deuda y busca normalizar entendimientos con la banca privada y con el Fondo Monetario Internacional".**

**Pero reiteró que su gobierno no piensa aceptar la *exigencia de los bancos acreedores de que llegue primero* a un acuerdo con el F.M.I. "No pretendemos llegar a un entendimiento sobre un crédito stand by con el Fondo antes de acordar con la banca", dijo Bresser.**

Agencia AP

**El ministro de Hacienda de Brasil, Luis Carlos Bresser Pereira, dialoga en Washington con Antonio Ortiz Mena, titular del *Banco Interamericano de Desarrollo.***

**Francisco Baker, vocero del ministro, precisó que "se trata de buscar un entendimiento flexible; para nosotros sería inaceptable un acuerdo en el que, si por algún tipo de problema que se presente hubiera una suspensión de desembolsos por parte del F.M.I., ocurra automáticamente una suspensión de desembolsos por parte de la banca".**

**De todos modos, el portavoz agregó que su país espera para los próximos días un informe positivo elaborado por la comisión de expertos del F.M.I. que visitó a fines del mes pasado Brasil para tomar contacto con su realidad económica y para conocer los planes de corto y mediano plazo que preparaba Bresser Pereira.**

**El ministro tendrá mañana una reunión con el director del F.M.I., Michel Camdessus, para conversar luego con el secretario del Tesoro norteamericano, James Baker, y más tarde con el presidente saliente de la Reserva Federal de Estados Unidos, Paul Volcker, quien está a punto de ser sustituido en el cargo por Alan Greenspan.**

**Posteriormente, Bresser Pereira se trasladará a Nueva York para conversar con los integrantes del comité de bancos privados, los cuales ya iniciaron hoy conversaciones con Fernando Milliet.**

**La agenda de la gira de Bresser termina el lunes, cuando mantendrá una entrevista con el presidente del Banco Mundial, Barber Conable.**

### ♦ La estrategia.

**De acuerdo con los datos proporcionados en forma oficiosa por asesores de Bresser Pereira, la estrategia de renegociación de la deuda que plantearían el ministro y Milliet a sus diversos interlocutores en la gira parte de la premisa esencial de que la banca acreedora acepte la refinanciación de la mitad de los 9.600 millones de dólares adeudados en concepto de intereses vencidos.**

**A cambio de que los bancos acepten discutir sin el condicionamiento de un acuerdo previo con el Fondo, Bresser presentará los términos de su Plan de Control Macroeconómico, que contempla en general las exigencias habituales del organismo.**

**El plan prevé una limitación gradual del déficit público, ahora calculado en un 6,5 por ciento del producto interno bruto, al 3,5 hasta el fin de este año, a través del corte de inversiones, la creación de nuevas cargas tributarias, la reducción de subsidios, la elevación de las tarifas de los servicios públicos y el aumento del número de empresas estatales a ser incluidas en los programas de privatización.**

**También plantea la reducción de la inflación, el crecimiento del superávit de la balanza comercial con la creación de polos de exportación, de modo de obtener saldos a favor del orden de los 8.600 millones de dólares en 1987 y 9.800 millones el próximo año.**

**La propuesta de reanudar el pago de los intereses de la deuda a cambio de la refinanciación de la mitad del monto vencido en ese concepto se integraría con el ofrecimiento de conversión de esa porción de los intereses en inversiones de riesgo en el país y la emisión de títulos en el exterior, para evitar la necesidad de reescalonar la deuda a través de la obtención de dinero nuevo.**

**El principal de la deuda debería ser renegociado a largo plazo, contemplando una reducción de la tasa de riesgo y de la tasa base, mediante el reemplazo de la "prime rate" por la "LIBOR" europea, para las 56 mil millones de dólares ya vencidos o a vencer hasta 1989.**

**Bresser Pereira inició hoy sus contactos en Estados Unidos con una entrevista con Antonio Ortiz Mena, titular del Banco Interamericano de Desarrollo, a quien le planteó la preocupación de su gobierno por el "flujo negativo de fondos que sufre actualmente Brasil con ese organismo".**

**Reiteró además el rechazo de Brasil a la pretensión de Estados Unidos de obtener un virtual derecho a veto en el directorio del BID como condición para ayudar a neutralizar la falta de fondos que sufre el organismo.**

01.01

BRASIL Deuda EE.UU. RS 098

8706528

*Tras reunirse con Michel Camdessus*

# Favorable acogida del FMI ante el plan brasileño de Bresser Pereira

## El ministro de Finanzas del Brasil mantuvo también un encuentro con James Baker; subsisten las diferencias con los bancos acreedores sobre una solución para los pagos

WASHINGTON (UPI) – El director gerente del Fondo Monetario Internacional, Michel Camdessus, y el secretario del Tesoro norteamericano, James Baker, elogiaron el programa económico brasileño de mediano plazo, afirmó el ministro de Finanzas del Brasil, Luiz Carlos Bresser Pereira.

Camdessus dijo que "parece bueno" el programa económico y expresó su acuerdo con la estrategia general de Brasil para superar sus dificultades económicas.

"Estoy de acuerdo con la estrategia general" del Brasil, afirmó Camdessus durante su reunión con Bresser Pereira en la sede del FMI, dijeron voceros del ministro.

Por su parte "Baker expresó que no se opone" a que Brasil trate de lograr un acuerdo de refinanciación de su deuda externa con los bancos antes de llegar a algún tipo de acuerdo de crédito o supervisión con el FMI", dijo Bresser Pereira en rueda de prensa en la escalinata del Tesoro, luego de su reunión con el secretario.

Pero Baker expresó su preferencia por un acuerdo brasileño con el Fondo Monetario previo a un acuerdo con la banca, añadió.

En Nueva York, fuentes bancarias indicaron que los bancos privados insisten en que el Brasil primero llegue a un acuerdo con el FMI antes de negociar su deuda con la banca privada.

El secretario del Tesoro dijo que sería conveniente que Brasil llegase a un acuerdo con el FMI en algún momento, y que es importante la opinión del organismo multilateral para que el país logre un acuerdo con sus acreedores oficiales agrupados en el Club de París, agregó el ministro.

### Diferencia con la Argentina

Bresser Pereira reiteró las condiciones del Brasil para levantar la moratoria sobre la deuda externa de su país: "La refinanciación de intereses por 7400 millones de dólares que vencen en 1987 y 1988, y una menor tasa de interés".

*Luiz C. Bresser Pereira y Michel Camdessus, ayer en el FMI* (Foto de AP)

A la vez, afirmó que se debe terminar con las conexiones entre los préstamos de la banca y los del FMI, y a la automaticidad de la suspensión o continuidad de los desembolsos de la banca si un país no cumple con el FMI.

En ese sentido, mencionó el ejemplo de la Argentina como el de un país cuyos pasos no desea seguir.

"Argentina tiene ese problema de la conexión de los desembolsos de la banca con los del FMI", sostuvo. "Eso les ocurrió porque tenían dificultades con sus reservas que, al bajar, le obligaron a negociar en condiciones menos favorables que las que ahora demanda Brasil".

"Ese no es el caso del Brasil", dijo Bresser Pereira. "El presidente (José) Sarney ha dicho que la preservación de las reservas es una prioridad, y que debemos tener reservas por 6000 millones de dólares como mínimo."

Dentro de un clima positivo respecto del plan brasileño, Camdessus y un equipo técnico del FMI plantearon numerosas preguntas sobre el financiamiento externo del Brasil, las tasas de interés brasileñas y su relación con el déficit público, las expectativas de exportación y superávit comercial, el crecimiento general de la economía y la relación de su tasa con la del crecimiento de las exportaciones, dijo el vocero de Bresser Pereira, Francisco Baker.

Los brasileños insistieron ante Camdessus que el plan económico que presentaron tiene el apoyo del Congreso y de Sarney.

Según el vocero del ministro, Bresser Pereira afirmó al FMI que las metas de Brasil son tres, por orden de importancia: crecimiento económico, superávit del comercio exterior y reducción del déficit público, dentro de un objetivo global de redistribuir la renta nacional.

Bresser Pereira insistió en que el déficit público brasileño no es el resultado de una "mala administración", sino que es de naturaleza estructural, ya que el estado está a cargo de grandes inversiones en trasportes, comunicaciones, petróleo y energía, entre otros sectores.

De todos modos, el FMI planteó dudas sobre la posibilidad de que Brasil obtenga su objetivo de reducir el déficit fiscal al 3,5 por ciento en 1987 y 2 por ciento en 1988, particularmente este último año.

### Divergencias con los bancos

NUEVA YORK, (UPI) – Brasil y los bancos continúan manteniendo divergencias sobre la manera de encarar el problema de la moratoria dispuesta por ese país en febrero y cómo debe encararse una solución, dijo un banquero que participó en las conversaciones.

Los bancos insisten en que Brasil debe hacer un pago a cuenta de los intereses atrasados y que debe negociar un paquete financiero con la participación del Fondo Monetario Internacional.

El presidente del Banco Central del Brasil, Fernando Milliet, se reunió durante cuatro horas con el comité de bancos, reanudando así los contactos entre las partes.

Milliet dijo que entregó a los banqueros cifras y proyecciones macroeconómicas para el período 1987-1991. También indicó a los periodistas que cree que es posible lograr un acuerdo con los bancos sin la participación del Fondo Monetario.

Agregó que cuando se reanuden las negociaciones, posiblemente en septiembre, Brasil presentará "un menú de opciones", similar al procedimiento usado por la Argentina en sus recientes negociaciones, estimando que "ese es el camino".

Preguntado cuando Brasil podría reanudar los pagos de intereses respondió que "cuando encontremos una fórmula de negociación y cuando las reservas (de Brasil) se encuentren en un buen nivel".

01.01

8706530

# Un difícil momento que pone a prueba al Brasil

Por Jorge Emilio Gallardo

(Enviado especial de LA NACION)

RIO DE JANEIRO, 3.– Está poniéndose a prueba en estos tiempos la vieja y reconocida capacidad de los brasileños de adaptarse a situaciones, de contemporizar, de volver compatibles posiciones divergentes e incluso antagónicas. No puede haber dejado el Brasil, abruptamente, de ser esa nación tolerante en la cual hasta la propia independencia pudo evitar los cauces sangrientos. Sin embargo, este gobierno tiene hoy graves motivos domésticos de preocupación, además de los problemas de orden externo a que no escapa en estos días ninguna nación latinoamericana.

La violencia de los últimos días en esta ciudad ha sido síntoma de la radicalización activa del sector político que responde al ex gobernador Leonel Brizola, pero también de un generalizado hartazgo que atraviesa por los temas sociales básicos de una sociedad pauperizada.

En rigor, los tiempos de sequías en el Nordeste, y en otras ocasiones de parecido dramatismo, volvieron cosa habitual el recurso popular al saqueo de los centros de almacenamiento o de los camiones de transporte de comestibles. Otra cosa es el incendio de vehículos y el saqueo de toda suerte de comercios, en pocas horas y en pleno centro de Río de Janeiro. También es diferente la pedreada realizada y la rotura de vidrios del ómnibus presidencial, minutos después de una ceremonia oficial.

### Una crisis extendida

Pero todo esto podría ser anecdótico si no fuese el reflejo visible de una crisis que ya no cabe en el ámbito de los despachos oficiales ni en los escenáculos políticos, ni en los recintos partidarios.

El tema político de fondo sigue siendo el de un Parlamento convertido en Asamblea Constituyente y desgastado por desavenencias e incertidumbres sobre los plazos necesarios para su cometido, que muchos insisten que vence el 15 de noviembre. Otros temen que la sujeción a plazos perentorios pueda conspirar contra la calidad de un producto que, desde luego, nadie desea perecedero.

El propio mandato presidencial está sujeto a la ambigüedad de un paso que podría ser legalmente abreviado.

El otro gran tema es económico, y aunque atraviesa por los pulcros alambiques del mundo de las finanzas, se proyecta descerebradamente sobre la situación social a la que nos hemos referido. La impopularidad del Plan Cruzado tiene estrechamente que ver con ese sentimiento de decepción a que nos referimos en la nota anterior al señalar las contradicciones entre el programa electoral del Gobierno y los resultados concretos de la política global adoptada.

En su editorial de hoy, sugestivamente titulada "Mar gruesa", Jornal do Brasil emplea la misma palabra e idéntico concepto: "Los brasileños votaron engañados por las apariencias. Enseguida fueron agraciados con una verdad que les dejó la amarga certeza de haber sido engañados. La constituyente confirmó la decepción; y entre los electores surgieron voces radicales, con un acento de izquierda que no se había escuchado durante la campaña. Todo esto es muy raro".

Volviendo a lo del principio, hay que reconocer que en el mundo actual de los dirigentes políticos del Brasil, y tal como lo ratifica hoy un influyente diario, "toda idea suscita una divergencia y todos se oponen a todo".

(c) La Nación

# Acuerdos de Sarney y García

## Ejecutarán obras de desarrollo en la frontera común; Brasil tendrá salida al Pacífico

Ambos mandatarios se encuentran en Río Branco (AFP)

PUERTO MALDONADO, Perú, 3 (UPI). – Los presidentes José Sarney, del Brasil y Alan García, del Perú, realizaron en esta localidad selvática la última de las conversaciones destinada a buscar el desarrollo de la frontera común de casi 3000 kilómetros y mejorar sus relaciones bilaterales.

Miles de personas se congregaron en el trayecto desde el pequeño aeropuerto hasta el centro de Puerto Maldonado, ciudad de casi 20.000 habitantes, y una de las más pobres del Perú, agitando banderas de ambos países y coreando expresiones de simpatía hacia los dos visitantes.

García y Sarney llegaron esta mañana a Puerto Maldona, a 850 kilómetros al este de Lima, en el avión presidencial brasileño procedentes de la ciudad de Río Branco, donde iniciaron sus conversaciones.

Durante las conversaciones se esperaba que los dos mandatarios revisaran la situación de la deuda externa, y el conflicto centroamericano, pero no se brindó ninguna información oficial respecto de ello.

Los mandatarios firmaron ayer la Declaración de Río Branco, que destacó el deseo conjunto de propiciar el desarrollo de la región amazónica en su frontera común.

La Declaración de Río Branco ratificó la prioridad que el Perú y el Brasil otorgan al Pacto Amazónico, suscripto en 1978 por –además de ambos países– Bolivia, Colombia, Ecuador, Guyana, Surinám y Venezuela.

También señaló que el Perú y el Brasil buscarán mejorar la navegación en los ríos amazónicos, y proporcionar servicios básicos de salud pública a las poblaciones limítrofes.

Los dos países negocian la firma de un convenio comercial para establecer regulaciones del intercambio en las regiones fronterizas.

El Perú intenta una refinanciación de su deuda externa con el Brasil, estimada en 400 millones de dólares.

Los mandatarios decidirán también la construcción de una carretera asfaltada que una Río Branco y el puerto peruano de Matarani, en el departamento de Arequipa, lo que disminuiría el costo del transporte y otorgaría al Brasil salida hacia el Océano Pacífico.

01.01

8706544

BRASIL RS

098

O. Barolla

"BEATRIZ"

ALTERNATIVA 30/04/87

### Armada uruguaya para la retaguardia

# Brasil incrementa su poderío naval

Buenos Aires. Especial para Alternativa. A raíz de que el gobierno brasileño decidió interrumpir momentáneamente el pago de su deuda externa, los norteamericanos volvieron a la carga. Esta vez fue el New York Times, que en un editorial criticó a Sarney, por haber puesto al país "al borde de la hiperinflación, el caos político y el ostracismo financiero" y deslizó que "los nuevos líderes del Brasil podrían, otra vez, ser puestos al margen por unos militares preparados para tomar decisiones duras" a las que son tan afectos en el norte, sobre todo cuando se trata de países en vías de desarrollo.

Y aunque los uniformados tal vez por ahora no piensen en ocupar Brasilia, siguen ocupados en convertir a su país en una potencia armada. Así pudo saberse, a través de la revista especializada Proceedings, que la marina brasileña, en 1990, pasará a ser la quinta del mundo, inmediatamente detrás de Francia. Por supuesto que su poderío será incontrastable en América del Sur.

Para ello, diseñó y está construyendo en astilleros locales, tres portaaviones de 14 mil toneladas, iniciativa que es la primera en América Latina y similar a la de España, que tiene casi terminado su portaaviones Príncipe de Asturias, construido también en la península.

Las tres naves, que serán propulsadas por turbinas a gas, con electrónica al día, radiarán de servicio al Minas Gerais, único portaaviones actual, que tiene ya 42 años y 30 en poder de Brasil. Argentina tiene uno exactamente igual, el 25 de Mayo, pero es un modelo tan antiguo que tuvo que ser escondido cuando la guerra de las Malvinas, para evitar que fuera hundido por los ingleses.

Según *Proceedings*, el concepto de una marina con mucha capacidad aérea está muy arraigado en los militares brasileños y consideran que hasta los buques pequeños, así como los de apoyo logístico y guerra anfibia, deben estar equipados con helicópteros.

Cada uno de los portaaviones nuevos operará con varios tipos de helicópteros y 15 aviones de ataque, que serían los Harrier ingleses, usados en Malvinas. Estos tienen aterrizaje y despegue vertical, radar, dos cañones de 30 mm, cuatro misiles aire-aire y dos aire-superficie. Se completarán con seis Harrier T4 con doble comando para instrucción de pilotos; seis aviones Embraer 810 (nacionales) para enlace; tres escuadrillas de helicópteros italianos Super Puma; dos escuadrillas de evacuación y ataque de 15 helicópteros Lynx WG 13 ingleses; una escuadrilla de helicópteros de combate Puma AS 330; una escuadrilla de 15 helicópteros livianos Esquilo (nacionales) y otros diez para entrenamiento.

Los Super Puma se equiparán con dos misiles Exocet para 200 millas náuticas (probados con éxito por Argentina en las Malvinas) y equipo de vuelo todo tiempo. Los Lynx llevarán dos torpedos Mk 46, sonoboyas y sonar de inmersión; si ataca en superficie tendrá cuatro misiles antibuque y el Esquilo puede llevar cohetes o ametralladoras. Pero lo importante es que todas estas máquinas, salvo los Harrier, se construyen en Brasil, por convenio con los países de origen.

Al concretarse este plan, la marina de guerra brasileña sólo será superada por Francia, que aunque tiene sólo dos portaaviones (Foch y Clemenceau), ambos tienen más tonelaje y capacidad ofensiva que las tres brasileñas.

Con estas cartas en la mano, con su sistema de defensa central computarizado y su centro de lanzamiento de cohetes en pleno selva, Brasil se sentó estos días en el primer simposio de Estudios Estratégicos, que se realizó en Buenos Aires, organizado por ambas Fuerzas Armadas. El brigadier Teodoro Waldner jefe del Estado Mayor Conjunto argentino explicó que se consideraron "fundamentalmente" cuestiones relativas "a los intereses económicos" de ambos países, en función de la defensa.

Claro es que la marina uruguaya, a pesar de que el gobierno de Sanguinetti se plegó alborozado a los tratados de integración regional, no fue invitada. Y aquí surge claro que a la Armada uruguaya se le ha asignado ya el papel de retaguardia, papel que las FFAA orientales cumplieron acabadamente durante los recientes procesos, tal como fue argumentado en el sonado caso Sivak.

Julio Aiub Morales

01 . 01

8706575

BRASIL

098

# Reservas não cair mesmo com negociação

BRASÍLIA — Mesmo se o Brasil obtiver um acordo com os bancos privados, as reservas cambiais do país continuarão caindo e chegarão ao final do ano em 3 bilhões 300 milhões de dólares. Isto representa menos da metade do que o Brasil tinha em janeiro do ano passado, na gestão do ex-ministro Dílson Funaro.

— Estamos, na verdade, numa falsa moratória — diz um assessor do governo que participa diretamente das negociações da dívida externa.

**Moratória** — A explicação é simples: o Brasil vai pagar neste ano, segundo cálculo do governo, 9 bilhões 800 milhões de dólares entre juros e amortizações ao Fundo Monetário Internacional (FMI), créditos de curto prazo aos bancos privados e Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). E está deixando de pagar apenas 5 bilhões 300 milhões de dólares aos bancos privados e ao Clube de Paris.

Embora o saldo da balança comercial tenha reagido nos últimos dois meses — a previsão é que atinja 8 bilhões 600 milhões até o final do ano —, o Brasil continua pagando religiosamente a maior parte de suas obrigações. Se não renegociar sua dívida com os bancos, deixará de pagar 5 bilhões 300 milhões de dólares e as reservas podem até aumentar. Com o acordo, estes pagamentos serão retomados em troca do refinanciamento de 4 bilhões 300 milhões de dólares de juros devidos em 1987 e o saldo em moeda forte cairá para 3 bilhões 300 milhões.

— A suspensão do pagamento dos juros decretada por Dílson Funaro em fevereiro não foi uma estratégia de negociação, mas um ato tomado por uma dificuldade de caixa — explicou o assessor.

Por isto mesmo, o ministro Luiz Carlos Bresser Pereira foi obrigado a partir da estaca zero para retomar as negociações com os credores e seus assessores consideram que os resultados da primeira viagem da nova equipe econômica do governo aos Estados Unidos foram "satisfatórios".

— O ministro desfez os mal-entendidos criados pela equipe anterior — afirmou o funcionário do governo.

***A proposta brasileira aos bancos credores terá uma cláusula de salvaguarda***

**Setembro** — Os próximos passos da equipe de Bresser Pereira já estão definidos. Antes da assembléia anual do FMI, marcada para setembro em Washington, o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, e o ex-presidente Fernão Bracher, vão reabrir formalmente as negociações com os bancos.

O governo está otimista no sucesso destas negociações porque até lá o FMI já terá concluído o relatório de avaliação do desempenho da economia brasileira que servirá para ratificar o acordo feito em janeiro com o Clube de Paris. A equipe econômica espera um relatório favorável do Fundo, embora saiba que a instituição tem reservas quanto à meta de atingir um déficit público de 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB) em 1987. Para o FMI, esta meta ainda é alta — maior do que a de 1986, que foi de 2,9% do PIB — e difícil de ser cumprida.

— O fundo aprova 99% do plano macroeconômico e não vai recusar todo o programa brasileiro por causa de uma linha — argumenta.

**Salvaguarda** — A proposta que o Brasil vai encaminhar aos bancos privados e que está sendo detalhada pelo Banco Central prevê uma cláusula de salvaguardas a ser incluída no acordo. Neste caso, os bancos assumiriam o compromisso de liberar mais recursos ao Brasil se variáveis externas — como uma elevação da taxa de juros ou aumento dos preços do petróleo — prejudicarem o desempenho da economia nacional.

O Brasil também pretende excluir da negociação cerca de 500 bancos que têm pequenos empréstimos ao país, no limite de 40 milhões de dólares. A estas instituições, o governo vai oferecer *exitbonds*, como fez a Argentina. São títulos que os bancos receberiam em troca da dívida, mas resgatáveis somente a longo prazo. Caso esta oferta não seja aceita, o governo pretende oferecer a conversão da dívida como alternativa.

A estratégia do governo é clara: fazer com que a renegociação da dívida fique restrita a cerca de 30 bancos que detêm 85% de todos os créditos brasileiros. Com eles, a negociação será complexa, prevendo a manutenção da taxa de juros interbancária de Londres (*libor*) em 7,5% ao ano, *spread* (taxa de risco) zero e também a opção pela conversão de uma parte da dívida em investimentos.

01.01 8706583

098



# Novos partidos nascem na Constituinte

*Villas-Bôas Corrêa*

A arrumação antecipada do plenário da Constituinte na clara divisão em dois blocos, acima dos partidos e das insuperáveis divergências da bancada majoritária do PMDB, para as próximas rodadas decisivas de discussão e votação do anteprojeto de Constituição, delineia o novo quadro partidário, em cadência acelerada para uma bipolarização inédita para a futura disputa do poder.

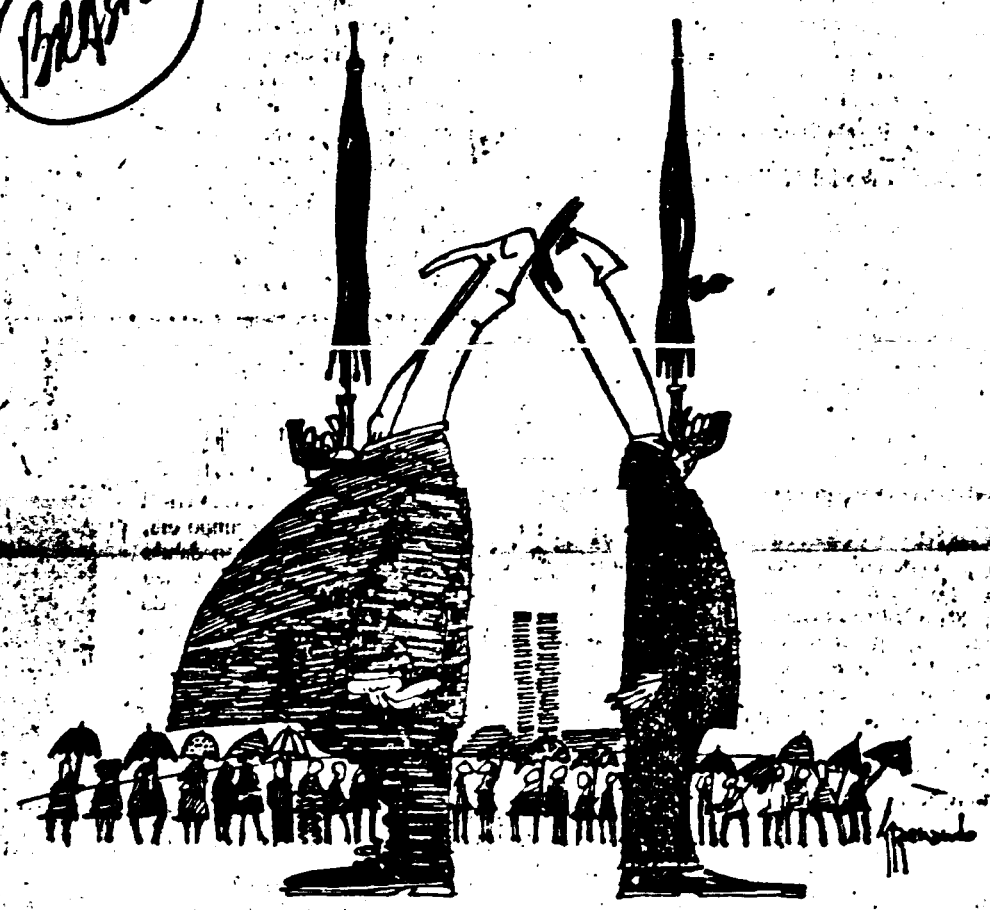
Pela primeira vez, o que está à vista sugere que a presidência da República, seja na improvável manutenção do presidencialismo ou na inauguração de uma experiência parlamentarista, em regime recortado em modelo original, não será decidida entre candidaturas oriundas da mesma vertente conservadora, apenas apartadas pela artificial linha demarcatória entre governo e oposição.

**Prévia** — A Constituinte começa a exibir o perfil do futuro na definição do presente. Não mais a ampla mancha conservadora separada entre legendas centristas agasalhadas no colo do governo ou ao sereno da oposição. Quer dizer: não mais PSD contra UDN; Arena versus MDB ou o PDS a desmanchar-se no Colégio Eleitoral diante da disparada esmagadora e consensual pressão popular. Mas moderados de todas as siglas contra progressistas, renovadores, socialistas, esquerdistas, na identificação ideológica que junta na mesma mesa senadores e deputados eleitos pelas legendas mais diversas e até contraditórias. Cada vez fica mais difícil distinguir o pemedebista do pefelista, do petista, do pedebista, até dos sobreviventes do desmontado PDS. Todos se unem e se separam em função de tomadas diferentes de posição.

Recomposta a maioria conservadora, ainda dispõe de sobras que abafam os sustos provocados pelo ruído ensurdecedor da minoria esquerdista. As estatísticas restauram as cores da realidade e acalmam corações aos pinotes. Só que a maioria não mais pode se dar ao luxo de repetir o truque esperto de ocupar os dois lados para brigar entre si, garantindo o poder, no rodízio que vem desde o Império, atravessa a Velha República, mantém-se com os disfarces populistas na ditadura do Estado Novo e renasce, com as fortes tintas da novidade dos partidos nacionais durante a vitalizante experiência democrática de 45 a 64. O ciclo revolucionário precisando guardar certas aparências, meteu nos partidos com o desembaraço do descompromisso e aos impulsos dos seus casuísmos. Respeitou-se, até na rigidez ortodoxa, a fórmula de dois partidos centristas, um apoiando o governo, outro tolerado em atividade oposicionista sob controle e distante do poder. A esquerda foi simplesmente riscada do mapa. Quem logrou escapar, abrigou-se à sombra do então desengonçado guarda-chuva do MDB.

Depois do monumental malogro do cruzado, o velho modelo tradicional começou a revelar as suas deficiências. O país mudara, a sociedade cada vez mais urbana repudiava uma divisão artificial. O consenso de um instante mágico de passionalizada mobilização popular, desembocou nas urnas de 86 para conferir ao PMDB, com ele identificado, uma vitória maior do que a legenda e que deformou, até o aleijão, o quadro partidário. Antes, na virada do Colégio Eleitoral, a mesma vaga consensual varrera o PDS, deixando o cisco de uma legenda anêmica.

Para o PMDB chegar até onde alcançou, necessitou descaracterizar-se nos excessos de tolerância. O partido foi ficando cada vez mais frente e menos um partido para manter uma unidade de fachada e estufar o peito na hora de exigir o seu lote no rateio do governo do presidente José Sarney.



Para as espertezas do cotidiano, a artimanha do PMDB funcionou. Não resistiu porém ao teste da verdade. As fraturas dissimuladas ficaram expostas no inverno de adversidade do governo, depois que se descobriu que o ex-mágico Dilson Funaro era um ilusionista de circo e a popularidade do presidente Sarney despencou de piques recordistas para a fundura de índices negativos. O PMDB das ruas, das pretensões ideológicas foi se afastando do governo, deslizando para a oposição.

Na verdade, apenas acertava o passo para acompanhar o ritmo acelerado de uma nova arrumação partidária. Na simplicidade de dois lados: o de lá e o de cá; conservadores de uma banda, progressistas à esquerda; a linha demarcatória apagando o antigo risco de giz que separava governo da oposição no mesmíssimo saco centrista para, agora, em fosso que se cava sempre mais fundo, impor o reparte ideológico.

Essa é, cada vez mais clara, transparente e definitiva, a divisão da Constituinte. E é assim que a irá discutir, votar e decidir todos os muitos pontos controversos da futura Constituição, depois de transposto o estreito espaço de um entendimento sobre os capítulos anódinos e que permitam um abençoado e simplificador arranjo consensual.

Na prévia da disputa do poder na próxima sucessão presidencial, acendendo as luzes da advertência e aconselhando aos conservadores, acoichoados em maioria folgada, a que redobrem a cautela e adotem as suas providências.

**Precauções** — A lista de precauções possíveis não oferta muitas alternativas mas sugere algumas medidas eficazes.

De saída, a maioria centrista da Constituinte deverá decidir entre o parlamentarismo e o presidencialismo. Claro que não se trata de uma opção ideológica. Mas, a esta altura, com o esboço da futura luta eleitoral, o parlamentarismo pode representar uma excelente saída tática. Qualquer que seja o parlamentarismo resultante de uma composição circunstancial dilatará o poder, esvaziando a presidência da República e transferindo para o Congresso o efetivo comando do país. Ora, no Congresso a esquerda é minoria, menos de um terço. E uma presidência sem os seus atuais enfeites e adornos, perderia muito o seu encanto.

Há mais. Manter a eleição presidencial em dois turnos tal como está na Constituição que se vai substituir e como foi proposta na emenda aprovada de iniciativa do presidente José Sarney, pode constituir-se num excelente antídoto contra o risco de uma surpresa, com a vitória do azarão, atropelando na reta de uma campanha dividida pela pulverização partidária e a inflação de candidatos. A eleição presidencial, portanto nacional e direta, pode ser decidida pelo rádio e a televisão. Até no instante de um debate, na resposta feliz de um candidato, na escorregadela do favorito. Para calafetar as frestas da surpresa, a eleição em dois turnos serve de massa confiável. Afinal, se nenhum candidato alcançar maioria absoluta de votos no primeiro turno — o que é a hipótese mais provável com tantos partidos e tantas ambições — o desempate apenas entre os dois mais votados, no segundo turno, confrontará face a face, em mano a mano de morte, o lado de lá e o de cá. E quem for maioria, leva. Sem discussão, ali no preto e no branco.

01.01

3706584

098

# Brizola quer formar chapa com Severo para agradar empresário

Interessado em quebrar a resistência do empresariado à sua candidatura, o ex-governador Leonel Brizola trabalha hoje para ter como companheiro de chapa na disputa pela Presidência da República o senador Severo Gomes (PMDB-SP), dono da tecelagem Parahyba, que foi ministro da Indústria e Comércio no governo Geisel. Brizola acha que só um candidato a vice-presidente como Severo — empresário e paulista — seria capaz de facilitar sua passagem por setores que ainda o encaram com desconfiança. Com a vantagem de que não daria a impressão de estar fazendo alianças à direita, pois o senador hoje integra a ala esquerda do PMDB.

As conversas de bastidor já vêm sendo encaminhadas há algum tempo em Brasília pelos deputados federais pedetistas César Maia, Roberto D'Ávila, Luiz Alfredo Salomão e Brandão Monteiro. Mas o primeiro sinal público de que a composição está em marcha foi dado pelo próprio Brizola na quarta-feira à noite durante o programa do PDT, em rede regional de rádio e televisão. Ao dizer que o PMDB renega seu passado ao compactuar com o governo Sarney, o ex-governador lembrou que há exceções no partido e citou como exemplo o senador Severo Gomes, "homem por quem tenho o maior respeito".

**Alianças** — Desde que se convenceu de que não chega à Presidência se não ampliar suas alianças para fora do brizolismo, o ex-governador já se reconciliou com o presidente do PT, Luiz Ignácio da Silva, conversou com o senador Mário Covas várias vezes ao telefone antes de trocar abraços apertados no Congresso do PDT em Brasília há 20 dias, procurou refazer, sem sucesso, suas relações com o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, se aproximou de conservadores como o ex-governador de Pernambuco Roberto Magalhães e não desprega o olho dos insatisfeitos do PMDB. Severo Gomes, que também é cortejado pelo prefeito Saturnino Braga, é um deles.

Arquivo — 1/4/87

*Severo: elogios de Brizola*

Enquanto se entende com Severo, Brizola trata também de estabelecer um canal direto com o empresariado, principalmente de São Paulo. No Rio, no final de junho, ele conseguiu reunir na casa do advogado Adalberto Ribeiro empresários importantes, como Antônio Carlos de Almeida Braga (ex-sócio de Amador Aguiar no Bradesco), Toninho Dias Leite (ligado ao secretário estadual de Indústria e Comércio, Victório Cabral), Luís Eduardo Guinle (do Copacabana Palace), Ricardo Amaral e Alberto Gouveia Vieira (Grupo Ypiranga).

**Fiesp** — Na semana passada Brizola chegou à poderosa Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). Reuniu-se na casa do presidente do PDT paulista, deputado Adhemar de Barros Filho, que veio do PDS e hoje está sendo considerado pela direção e por parlamentares como um dos melhores quadros pedetistas, com toda a diretoria da federação, inclusive o presidente Mário Amato, e mais 12 empresários dos setores financeiro e comercial.

Chegaram a pontos comuns, como a necessidade de realização de eleições diretas o quanto antes, mas depois de cinco horas e meia do que um parlamentar pedetista definiu como "verdadeira sabatina", o empresariado não saiu convencido do projeto brizolista e Amato disse ao ex-governador que suas idéias não tinham ficado "muito claras".

JORNAL DO BRASIL 2/8/87

01.01

8706585

BRASIL 058 Q5
21/8/86
BRASIL

# MR-8 venera Stálin e o "companheiro" Sarney

Do seqüestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick, em 1969, à defesa intransigente do mandato de cinco anos para o "companheiro" José Sarney na convenção do PMDB, há duas semanas, o MR-8 tem exibido uma capacidade ímpar de ocupar espaços, provocar polêmicas e se manter em evidência, seja na clandestinidade ou ao abrigo da legenda do PMDB. Na época da luta armada era acusado pelo PCB, de onde veio, de radicalizar à esquerda. Hoje é acusado de radicalizar à direita, o que rendeu ao movimento o apelido de UDR-8.

O secretário-geral, Cláudio Campos, 40 anos e desde os 22 no MR-8, enfrenta com desprezo as acusações: "Somos lúcidos. Não temos culpa de estar sempre junto aos que se identificam com a massa e não vamos dar ouvidos ao choro dos perdedores." Entre os que se identificam com as massas, Campos inclui os governadores Orestes Quércia (SP) e Newton Cardoso (MG), que considera "homens comprometidos com o povo".

**No poder** — Embora tenha apresentado candidatos a deputado em vários estados, o *Oito* não elegeu ninguém. Mesmo assim considera que tem grande influência no PMDB — onde pretende continuar atuando como movimento, enquanto a sociedade se prepara para o advento do "socialismo do século 21" — e na construção da Nova República.

De fato, convivem com o poder. Os três principais dirigentes do MR-8 em Brasília transitam com desenvoltura pelos Gabinetes. Marco Antônio Campanella foi nomeado secretário do Trabalho pelo governador do Distrito Federal, José Aparecido. Nélson Chaves é freqüentador assíduo do gabinete de Roseana Sarney e o número de seu telefone consta da agenda da filha do presidente da República. Atualmente aguarda sua efetivação no quadro de funcionários que trabalham junto a Roseana.

O médico Sérgio Cruz, que considera o PMDB "o que há de mais à esquerda na política brasileira", trabalha na Secretaria Geral do Ministério da Saúde. Em Minas, concentram-se na Secretaria de Trabalho. A secretária adjunta, Raquel Scarlatelli, foi candidata a deputada federal, mas conseguiu apenas pouco mais de 18 mil votos. No Rio, outro dirigente, Antônio Carlos de Carvalho, ocupa a diretoria administrativa da Companhia de Transportes Coletivos e, nas disputas internas do PMDB regional, *fecha* sempre com o governador Moreira Franco contra o grupo do senador Nélson Carneiro, a quem preferia como candidato ao governo.

**Comandante** — Cláudio Campos não gosta nem que se insinue que o MR-8 possa ter trocado apoio por cargos. "Apoiamos o governo enquanto não houver ruptura com o PMDB. Os companheiros que lutam pelos quatro anos de mandato não estão percebendo que fazem o jogo da direita, a maior interessada nessa ruptura."

Campos fala na condição de líder de um grupo que se orgulha de ter sido o primeiro a ter entendido a importância de apoiar a candidatura de Sarney a vice-presidente da República. Na convenção que indicou a chapa Tancredo Neves—José Sarney, o ex-presidente do PDS tinha medo de ser vaiado, mas teve seus temores afastados pelo coro "Ei, ei, ei, Tancredo é nosso rei. Ei, ei, ei, Tancredo e Sarney" puxado pelos aguerridos militantes do MR-8.

Foto de Almir Veiga

*Campos rebate acusações: "Somos lúcidos"*

A fidelidade aumentou depois da morte de Tancredo. O *Oito* divulgou um documento na época conferindo a Sarney o título de *comandante* — antes reservado a *Che* Guevara e Fidel Castro. "Era preciso manter a esperança, não deixar que o desespero tomasse conta do povo. Por isso procuramos mostrar que o barco da transição tinha comando, não estava à deriva", explica Cláudio Campos.

**Stálin** — O discurso moderado é a marca do MR-8 hoje, embora sua prática continue sendo a de "botar *pra* quebrar", como na época da guerrilha urbana. Até porque se há uma coisa que o *Oito* não faz é renegar o passado. "Foi importante fazer a luta armada. Ao contrário do que dizem, nossa atuação contribuiu para reabrir e não para fechar o Congresso. A ditadura viu que era preciso fazer concessões", diz Campos, que continua achando Stálin "um dirigente genial". Gorbachev também merece o apoio do MR-8, que vê na política da *glasnost* um embrião do socialismo do século 21, "mais descontraído que o do século 20".

Apesar da admiração a Stálin, o *Oito* não aceita ser incluído na categoria dos vassalos de Cuba e da União Soviética. "Somos brasileiros e pemedebistas", define Cláudio Campos, que é secretário-geral de uma entidade registrada há um ano num cartório da Rua Brigadeiro Luís Antônio, em São Paulo, definida no papel como "associação civil que tem por objetivo lutar pela promoção social, política e econômica dos trabalhadores, tendo como meta final o socialismo". Foi a fórmula encontrada para atuar na legalidade, sem precisar se transformar em partido.

Esta entidade diz que tem cerca de 15 mil filiados no país (um terço dos militantes registrados no PT). Seu Comitê Central é integrado por 50 pessoas. Em 1979, o ano de glória do MR-8, que tirava 30 mil exemplares do jornal semanal *Hora do Povo*, a direção do partido foi transferida para São Paulo, onde emergia um movimento sindical forte. Hoje a área fora do PMDB onde o *Oito* mais investe é nos sindicatos. Por conta desse trabalho, militantes seus são secretários-gerais dos sindicatos dos metalúrgicos do Rio e de São Paulo. E já prepara uma investida sobre o reduto petista do ABC paulista.

Outro plano do *Oito* é lançar um jornal ou revista para ocupar o lugar do *HP*, que Campos desmente tenha sido fechado por causa de crise financeira, mas sim porque "cumpriu o papel de derrubar a ditadura". Engenheiro, jornalista, Campos só faz política e é sustentado "por doações de amigos e militantes". Insinua que o MR-8 está muito bem financeiramente e preparado para fazer frente às despesas com a nova publicação, "que sacudirá a imprensa burguesa". Não dá, no entanto, explicação alguma sobre esta súbita pujança financeira.

01.01
8706586

# Blocos crescem e invadem a Constituinte

LÚCIA VAZ

BRASÍLIA — "Os blocos que conheço são os da Marquês de Sapucaí", ironizou o Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, ao ser questionado sobre a articulação de um bloco para a sustentação do Governo Sarney. Mas ele estava enganado. Lugar de bloco é mesmo na Constituinte. Ali, os partidos cederam espaço aos mais variados tipos de blocos, sejam supra, intra, inter, sub ou apartidários. São constituintes unidos por questões ideológicas ou filosóficas, sob as mais variadas denominações, como Centro Democrático, Centro Liberal, Unidade Progressista, "modernos", ou mesmo "evangélicos".

No momento das votações, tornam-se, todos, afluentes de duas grandes correntes, a dos "moderados" e a dos "progressistas". Mas, agora, a confusão é grande. É comum um constituinte pertencer a mais de um bloco, até porque estes têm subdivisões. As composições também variam de acordo com o tema que tratado. O sistema de governo, por exemplo, racha ao meio o bloco "progressista", sempre unido em assuntos como reforma agrária, direitos dos trabalhadores e mandato do Presidente Sarney. Os "moderados" têm enormes restrições à reforma agrária e estabilidade no emprego, mas nem todos concordam com a abertura do País ao capital estrangeiro.

Os líderes de cada tendência costumam exagerar no cálculo dos seus liderados, mas, considerando-se as principais disputas na Constituinte e na Convenção Nacional do PMDB, já é possível avaliar as dimensões de cada bloco.

Os mais ativos articuladores do Centro Liberal garantem ter a maior bancada da Constituinte, com cerca de 300 integrantes. O Líder do PFL na Câmara, José Lourenço, e o Líder do Governo, Carlos Sant'Anna, contabilizam nas filas dos "moderados" 115 parlamentares do Centro Democrático do PMDB e todos os das bancadas do PFL (130), do PDS (38), do PTB (18), do PL (sete) e do PDC (seis). O discurso sobre as pretensões dessa bancada é unitário, como resume o principal porta-voz dos "moderados" do PMDB, Deputado Roberto Cardoso Alves (SP).

— Nós queremos uma Constituição moderna, liberal e progressista, sem intervenção do Estado e plena liberdade para a iniciativa privada.

Ele não aceita a classificação de "conservador" para esse grupo, que lhe é atribuída pela esquerda, e trata de negar qualquer vínculo com o Governo Sarney:

— Nós somos progressistas, porque progressista é o Japão, os Estados Unidos, a França, a Alemanha. Atrasada, retrógrada é a União Soviética, a Nicaragua, a Hungria. Marx é filósofo do século passado. Não conheço país mais desenvolvido e mais capitalista do que o Japão.

A presença do Líder do Governo no grupo é facilmente explicada:

— Nós estamos juntos desde o grupo Unidade, que elegeu o Presidente Tancredo Neves. Não há qualquer ligação com o Presidente Sarney.

Mas as contas de Lourenço, Sant'Anna e Cardoso podem estar erradas, pelo menos na avaliação de integrantes de dois outros blocos, o dos "modernos" e o "Centro Democrático". O Deputado Marcos Lima (PMDB-MG), um dos fundadores do "Centro Democrático", põe em dúvida as informações de Lourenço:

**Por trás das ironias de Ulysses, várias facções articulam: supra, inter, intra e até evangélicos**

— Eles contam com cento e poucos do nosso grupo, como massa de manobra. Mas não vão levar assim. O Cardoso é um aliado eventual, com posições políticas mais à direita.

Lima afirma que seu grupo deseja assumir uma postura mais independente, mas a verdade é que as suas teses são muito próximas das teses do "Centro Liberal". Ideologicamente coeso, o "Centro Democrático" quer uma reforma agrária que não mexa nas terras produtivas, é contra a imissão de posse imediata, reivindica prioridade para a iniciativa privada e cinco anos de mandato para Sarney.

A dissidência mais séria, entretanto, poderá vir do PFL, ainda que em menor número. São os "modernos", liderados por Alceni Guerra (PR), Lúcio Alcântara (CE) e Jayme Santana (MA). Eles estão negociando com o grupo de Mário Covas — o maior entre os "progressistas" — a elaboração de propostas consensuais sobre temas polêmicos, como reforma agrária, estabilidade no emprego, definição de empresa nacional, reserva de mercado. Se não houver acordo, é provável que votem com os "progressistas", embora o Líder José Lourenço negue tal hipótese:

— O Alceni é o meu primeiro Vice-Líder. Foi designado por mim para fazer este trabalho. Eles procuram o entendimento, mas continuam ligados ao PFL.

Alceni Guerra contraria o Líder, afirmando que entrou no grupo a convite de Lúcio Alcântara. A Deputada Maria Abadia (DF) também deixa claro que os "modernos" se articularam a partir da constatação de quem têm propostas comuns — e bastante progressistas — para a nova Constituição. Se não houver acordo sobre os temas polêmicos, eles ficam com os "progressistas".

O principal articulador do bloco "progressista" é o Líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas. Ele controla cerca de 120 parlamentares do partido, incluindo 40 do Movimento de Unidade Progressista, a esquerda do PMDB, além de contar com o apoio das bancadas do PT (16), PCdoB (5), PCB (3), PSB (2) e a maior parte da bancada do PDT (20). Mas tem uma disputa pessoal com o Presidente Ulysses Guimarães, que penetra nas mais diferentes áreas do partido.

# a Constituinte

Ulysses tem os seus fiéis seguidores — controlados pelos Governadores de Estado — e ainda consegue a adesão de integrantes do Centro Democrático, dependendo do tema tratado. Seu braço direito é o Líder do PMDB na Câmara, Luís Henrique. O Líder no Senado, Fernando Henrique Cardoso, tem fechado mais com as posições de Mário Covas.

Em linhas gerais, os "progressistas" trabalham por conquistas sociais, pela soberania nacional e por avanços nas áreas de direitos trabalhistas, políticos e de cidadania. Não chegam a ser estatizantes, mas privilegiam o trabalho sobre o capital.

**Alguns temas, como o sistema de governo, racham não só o PMDB: também vários blocos**

Estatizante mesmo é a esquerda, um sub-grupo dos "progressistas". O que caracteriza a postura destes constituintes, militantes do PT, PC-doB, PCB, PSB e parte do PMDB e PDT, é basicamente a definição do papel do Estado na economia.

— Queremos o Estado como gestor da economia, e não a livre iniciativa como gestora do Estado — define o Líder do PCB, Roberto Freire (PE).

Ele também lembra que nem todos os integrantes do Unidade Progressista são de esquerda. Este é o caso do Senador Afonso Camargo (PR), ex-Senador biônico pela Arena. Mas a esquerda sabe que nada conseguirá se partir sozinha para as votações. O próprio Líder do PT, Luís Inácio Lula da Silva, supera o sectarismo tradicional do partido e adianta que vai negociar, quando chegar o momento:

— Vamos manter a nossa posição até quando for possível. Mas daqui a quatro meses vai chegar o "dia do juízo final". Vamos ter que votar. Então, vou ter que escolher entre a proposta do Severo Gomes e a do Cardoso Alves. Não tem saída.

O Líder do PTB, Gastone Righi (SP), acha que será tarde. Para ele, em pouco tempo haverá apenas um bloco na Constituinte, o bloco da maioria:

— Quem quiser aprovar algo, tem que entrar neste grupo, tem que negociar agora. Na hora de votar, não vai adiantar mais.

De todos, o bloco mais fora do padrão é o dos evangélicos. Com cerca de 25 membros, sempre se reúne às quartas-feiras, "para meditar sobre temas bíblicos", como informa o Deputado Arolde Oliveira (PFL-RJ). Na Constituinte, eles pretendem defender "os valores cristãos, a ética, a moral e os bons costumes". São contra o aborto e a favor da censura para espetáculos.

Um dos seus mais preeminentes membros, o Deputado Antônio de Jesus (PMDB-GO), defendeu na Subcomissão de Educação a prática facultativa da educação física, porque as meninas são obrigadas a expor as pernas, emitindo "estímulos eróticos". Eles não são conduzidos por qualquer constituinte, mas pela sua "fé comum em Deus", como explica Oliveira, que também deixa claro que o Deputado Lysâneas Maciel (PDT-RJ) não faz parte desse grupo, embora seja evangélico: "Porque ele não tem compostura de parlamentar, muito menos de evangélico. É a favor do aborto."

02 - 02

8706608

098

Clarín 25/06/87

# Brasil: crisis automotor

RIO DE JANEIRO, 24 (AFP). — Las plantas automovilísticas brasileñas anunciaron hoy aquí, la suspensión de su producción, anticipando las vacaciones colectivas de sus obreros debido a la crisis que se observa actualmente en el sector y que paralizó la comercialización.

Esta crisis empezó la semana pasada, luego que los [illegible] automóviles decidieron exigir del gobierno federal una reducción del Impuesto sobre Productos Industrializados (IPI) y el fin del préstamo compulsorio.

El IPI representa alrededor del 72 por ciento del precio del vehículo y el préstamo compulsorio, un impuesto que el gobierno cobra de los compradores de automóviles nuevos, 15 por ciento.

Estos impuestos, según un revendedor, tornan prácticamente imposible la venta de un vehículo para la clase media, que es la principal compradora de coches nuevos.

La Ford de Brasil y la Fiat Automóvil do Brasil debido al excesivo volumen de vehículos en depósito suspendieron su producción, concediendo vacaciones colectivas

01.01

870662T

28

098

Febrero 25/87 INTERNACIONALES 7 Página 7

DECISION POLITICA EN BRASIL

# Rechazó Sarney la supervisión del F.M.I.

BRASILIA, 24 (ANSA, Reuter y UPI). — El presidente brasileño José Sarney reiteró hoy el rechazo de su gobierno a la supervisión del Fondo Monetario Internacional respecto de la política económica interna, justo cuando llegaba a Brasil una misión de expertos del organismo internacional que debe reunir elementos para elaborar su informe anual sobre la situación del país.

Para algunos observadores esta reiteración de Sarney resulta contradictoria con las declaraciones de su ministro de Hacienda, Luis Carlos Bresser Pereira, e incluso con la generalizada interpretación de que uno de los objetivos del nuevo programa económico del gobierno es, precisamente, el de permitir un reencuentro con el F.M.I. luego de la etapa de duras relaciones con el organismo inaugurada en 1985 por el anterior ministro de Hacienda, Dílson Funaro.

"Nosotros —precisó Sarney al rechazar el retorno a los "monitores" del F.M.I.— no aceptamos que la economía brasileña pueda ser dirigida únicamente a pagar la deuda, esto es a generar saldos comerciales".

Agregó que "lo que queremos es una economía de crecimiento, una economía de empleo y una economía que asegure el desarrollo del país".

Desde 1985 Brasil suspendió las habituales misiones de control del F.M.I. y rechazó firmar nuevas cartas de intención para adecuar su política interna y sus relaciones con los acreedores internacionales según las recetas del organismo. Fue en ese marco de distanciamiento que se dispuso, el pasado 20 de febrero, la suspensión de los pagos de los intereses de la deuda externa con los bancos privados.

Casi paralelas a las de Sarney, también formuló declaraciones sobre la relación de Brasil con el F.M.I. el ministro Bresser Pereira, quien afirmó que "puede o no ser que Brasil vuelva al F.M.I.; en todo caso, ésa será una decisión nuestra y no en base a las tradicionales cartas de intención porque eso está totalmente descartado".

Pero inmediatamente precisó que, a su juicio, "volver al F.M.I. tendría grandes ventajas, porque el mismo organismo nos daría nuevos recursos y nos permitiría obtener otros, más fácilmente, de los bancos privados y gubernamentales".

Bresser aclaró que, pese a las crecientes acusaciones de sectores de la oposición política y social —y aun del oficialismo—, "nuestro plan no contempla ninguna recesión, cosa que sí es típica de la política del F.M.I.; Brasil espera alcanzar este año un crecimiento económico del 5 por ciento y de un 6 por ciento en 1988".

También desmintió que se haya producido en las últimas semanas una precipitada reducción de las reservas de divisas del país.

De todos modos, los signos recesivos de la situación política brasileña fueron virtualmente aceptados por el presidente Sarney en la primera entrevista mantenida, hoy, con las nuevas autoridades de la Conferencia Nacional de Obispos de Brasil.

El nuevo presidente del Episcopado, monseñor Luciano Mendes de Almeida, manifestó a Sarney la preocupación de los obispos por estos signos de recesión, de desempleo y de reducción del salario real, problemas reconocidos por Sarney al señalar que "el pueblo tiene razón para haber perdido las esperanzas".

01.01

8706623

Sorpresivamente, Bresser Pereira se entrevistó con el asesor de Seguridad Nacional y el subsecretario de Estado

# Presiona Brasil a la Casa Blanca en busca de apoyo para eludir al FMI

**Con la oposición de todos los estamentos consultados al deseo brasileño de renegociar su deuda obviando un acuerdo previo con el FMI, entre la hostilidad frontal de la banca privada y la fría indiferencia del Departamento del Tesoro, el ministro de Finanzas Luiz Carlos Bresser Pereira, pretendió ayer en Washington apelar a presiones políticas para conseguir algún apoyo de la Casa Blanca para sus planes. Para ello visitó al asesor de Seguridad Nacional, Frank Carlucci y al subsecretario de Estado, John Whitehead.**

Escribe Carlos Brezina de la agencia "UPI"

*Washington — El ministro de Finanzas del Brasil, Luiz Carlos Bresser Pereira, terminó ayer en la Casa Blanca, el Departamento de Estado y el Banco Mundial sus gestiones en torno a la deuda externa de su país sin obtener apoyo para su plan de negociar con la banca privada antes de llegar a un acuerdo con el Fondo Monetario Internacional.*

*El Banco Mundial, que debía jugar un papel clave en el proyecto brasileño de renegociar su deuda externa, se negó ayer a comentar siquiera si cumpliría algún tipo de supervisión de la economía del Brasil.*

*El ministro de Finanzas llegó a Estados Unidos la semana pasada y anunció que deseaba levantar la moratoria sobre los pagos de la deuda con los bancos privados, por unos 70.000 millones de dólares de la deuda externa de 112.000 millones, pero que se negaría a firmar un acuerdo con el FMI antes de hacerlo con la banca.*

*Ninguna de las instituciones financieras oficiales o multilaterales con las que hizo gestiones Bresser Pereira en Washington —FMI, Departamento del Tesoro, Reserva Federal y Banco Mundial— expresó apoyo a la propuesta brasileña.*

*Inesperadamente, a primera hora de la mañana de ayer Bresser Pereira sostuvo una reunión con el asesor de Seguridad Nacional de la Casa Blanca, Frank Carlucci.*

*Luego, como tenía programado, se encontró con el subsecretario de Estado, John Whitehead, y al mediodía firmó créditos con el Banco Mundial por 475 millones de dólares.*

*Curiosamente, la Casa Blanca no confirmó la discreta reunión entre Bresser Pereira y Carlucci, de la que informaron fuentes diplomáticas brasileñas en Washington.*

*Originalmente el ministro debía encontrarse a las 9 de la mañana con el director del Instituto de Economía Internacional, institución privada de Washington, el ex subsecretario del tesoro, Fred Bergsten, y con uno de los principales investigadores del IEI, William Cline.*

*Cline es autor de un reciente estudio sobre cómo pueden los países endeudados volver a ganar acceso al mercado crediticio internacional, con partes especialmente dedicadas al Brasil. Cline es uno de los propulsores de la idea de una supervisión del Banco Mundial sobre la economía brasileña.*

*Fuentes diplomáticas brasileñas se limitaron a decir que Bresser Pereira y Carlucci discutieron sobre la situación global de Brasil y el problema de la deuda externa, sin dar más detalles.*

*Sin embargo, la visita de Carlucci estaría relacionada con la que hizo luego el ministro a Whitehead.*

*Fuentes estadounidenses dijeron, a condición de no ser identificadas, que Bresser Pereira intentaba convencer a Whitehead de la necesidad de disminuir la presión del secretario del Tesoro, James Baker, sobre Brasil, por motivos políticos.*

**• Información**

*No hubo información adicional sobre las reuniones con Carlucci y Whitehead.*

*Bresser ha insistido durante su visita que un acuerdo con el FMI no tiene ahora el apoyo del Congreso de su país, ni el del pueblo brasileño.*

*Aunque Baker dijo el jueves a Bresser Pereira en el Tesoro que "no objeta" que el Brasil negocie con la banca privada antes de lograr un acuerdo de crédito o de supervisión con el Fondo Monetario, instó al ministro a buscar primero un arreglo con el FMI, como lo exige también la banca privada.*

Luiz Bresser Pereira

*La Reserva Federal, cuya presidente Paul Volcker elogió ante el Congreso el plan económico brasileño un día antes de la visita de Bresser Pereira, luego de reunirse con éste el jueves, tampoco expresó apoyo al plan de negociar primero con la banca y después con el FMI.*

*Volcker afirmó además que no podía entender la "aritmética" de la posición brasileña, ni los cálculos sobre cómo superar sus problemas de endeudamiento, según reveló el mismo Bresser Pereira.*

*Por su parte, el director gerente del FMI, Michel Camdessus, expresó su acuerdo general con el plan brasileño, pero planteó dudas sobre los objetivos económicos y fiscales de Brasilia particularmente para 1988, el FMI tampoco comentó sobre la posición negociadora del Brasil frente a la banca.*

**• Rechazo**

*A su vez, la banca privada rechaza cualquier posibilidad de que el Banco Mundial sustituya al Fondo en la supervisión económica de los países.*

*En una breve alocución en la firma de cinco préstamos por 475,3 millones de dólares, Husain se limitó a destacar que con otros aprobados anteriormente "simbolizan las relaciones del banco con el Brasil".*

*Bresser Pereira indicó que esperaba que el Banco ayude al Brasil "con sus problemas de largo plazo: deuda externa, capacidad de ahorro, y de inversión en el sector público, y la distribución del ingreso", y además en "amplios sectores de la economía".*

*Fuentes financieras pusieron de relieve la ausencia de cualquier otra mención a las aspiraciones del Brasil respecto a su táctica negociadora o un posible papel del Banco Mundial en supervisar su economía.*

01.01

8706629

# Prejuízo com a moratória já chega a US$ 250 milhões

SÃO PAULO — Cento e cinqüenta dias depois de decretada a moratória da dívida externa não se sabe exatamente para que serve a suspensão do pagamento dos juros, mas fica claro, a esta altura, que seu custo financeiro é da ordem de pelo menos US$ 250 milhões, ou em moeda nacional CZ$ 150 bilhões só este ano. Este é o cálculo mais conservador do aumento dos *spreads* cobrado pelos bancos credores para manter as linhas que financiam o comércio exterior brasileiro.

"O encarecimento das linhas de curto prazo é conseqüência não só do aumento das taxas cobradas pelos bancos, mas do encurtamento das linhas" conta uma importante fonte do Ministério da Fazenda que nunca viu com bons olhos a moratória brasileira. Antes os prazos médios de financiamento das exportações e importações brasileiras eram de 180 dias, agora as linhas oscilam entre 30 e 60 dias.

— O vice-presidente do Banco Real, Juarez Soares, acredita que o maior custo da moratória para o Brasil foi ter acabado com as linhas de financiamento mantidas pelo Eximbank, do governo norte-americano, bem como com as linhas de bancos congêneres da França, Alemanha, Suíça e Itália.

Em conseqüência, acredita Soares, as linhas de financiamento para a importação brasileira vêm encurtando dia a dia, ainda que o dinheiro que circula no projeto 3 seja suficiente para garantir os volumes de exportação do país.

O vice-presidente do Banco Real refere-se também aos prejuízos sociais da moratória no plano da geração de empregos internos, bem como aos prejuízos tecnológicos provenientes das dificuldades de reposição de tecnologia na indústria nacional. A exemplo da tecelagem, ela torna-se dia a dia mais obsoleta, observa ele.

O empresário Laerte Setúbal está preocupado é com a maneira como o Brasil vai sair dessa situação, já que está convencido de que encontrará muitas dificuldades nas negociações com os credores. "A moratória é o espinho na garganta de todas as negociações", diz. O Brasil poderia ir "empurrando com a barriga" mas em algum momento terá que pagar os US$ 4,3 bilhões de juros que deve este ano.

Um dos maiores exportadores brasileiros, Setúbal se preocupa com o efeito da moratória nas linhas de curto prazo. "O efeito para as exportações é que o não entendimento na área externa terá reflexos no crédito de curto prazo às importações provenientes do Brasil", diz Setúbal.

"Agora é necessário que se caminhe na direção de um acordo com os credores", sentencia o presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Alimentos, Edmundo Klotz. Até agora o setor continua com os planos de exportar este ano os mesmos US$ 7 bilhões que exportou em 1986. "Até agora a moratória não nos atrapalhou muito", diz Klotz.

"Mas não atrapalhar muito não é o mesmo que ser neutra", pondera o empresário. Admite que a obtenção de linhas de financiamento às exportações se torna mais difícil e mais cara após a moratóra. O *spread* bancário cobrado pelas instituições financeiras internacionais sobre as exportadoras era em média de 1% a 1,5% antes da moratória, agora esta taxa pulou para 2,5% a 3%. E, mesmo assim, nem sempre é possível conseguir financiamentos.

As dificuldades variam de acordo com a tradição da empresa exportadora tem no exterior, junto aos seus agentes financeiros e clientes. As mais tradicionais conseguiram superar os problemas criados pela moratória, "mas as que estavam querendo entrar no mercado externo e as que estão querendo diversificar suas vendas foram bastante afetadas", diz Klotz.

Em Brasília, o governo tem contas precisas sobre o custo da moratória, principalmente no Banco do Brasil, mas por uma questão de *marketing* prefere esconder o número. Os exportadores fazem uma conta simples, mostrando que o encarecimento de um ponto percentual sobre o total das exportações brasileiras, de mais ou menos US$ 25 bilhões, apontariam para um gasto extra de pelo menos US$ 250 milhões.

Reportagem de Luis Leonel, Celso Horta e Fátima Turci

*Soares (abaixo) diz que as linhas de financiamento vem encurtando dia a dia. Setúbal (D) prevê muitas dificuldades nas atuais negociações*

01.01

8706633

# La reforma agraria en Brasil

Por Jorge Mederos
(Especial para LA NACION)

RIO DE JANEIRO (AP).- Cuando el presidente José Sarney anunció sus planes de reforma agraria al asumir el cargo en 1985 tras 21 años de gobiernos militares, los hacendados reunidos en la poderosa Unión Democrática Ruralista (UDR) prometieron resistir los cambios por la fuerza de las armas.

Poco más de dos años después, aun cuando el proceso ha sido lento y el gobierno revisó su plan inicial reduciendo significamente el impacto que tendrían las expropiaciones de los grandes terratenientes, la tensión se mantiene.

A fines de la semana última, unas 20.000 personas reunidas por la UDR manifestaron en Brasilia, algunas de ellas a caballo, para protestar contra la "anarquía izquierdista". Fue una demostración dirigida no sólo contra los planes del gobierno sino también contra la inclusión del polémico tema de la nueva constitución. El plenario de la asamblea constituyente inició el miércoles la discusión del primer anteproyecto de lo que será la octava carta magna brasileña, que autorizaría la expropiación de las tierras improductivas, aunque para ello deberá mediar sentencia judicial e indemnización al propietario.

## Tema controvertido y violento

Sarney prometió distribuir 35,6 millones de hectáreas de tierra entre 1,4 millones de familias en el plazo de cuatro años. Se estima que en Brasil hay 12 millones de personas sin tierras. Hasta el momento, sin embargo, sólo se han beneficiado 20.000 familias. Es por ello que los líderes del movimiento pro reforma agraria, que cuenta con el firme apoyo de la Iglesia católica, confían en que al incorporarse las leyes a la nueva constitución, los esfuerzos de redistribución de la tierra serían más efectivos.

Al anunciar su plan, Sarney se comprometió asimismo a poner fin a la violencia originada por la disputa de la propiedad de la tierra que ha provocado mas de 300 muertos (la mitad campesinos), así como líderes sindicales, indios, cuatro abogados, un sacerdote católico y hasta propietarios de tierras.

Las muertes han sido atribuidas a disputas sobre redistribución de tierras sin uso, pero también se deberían a la especulación resultante del incremento del valor en zonas donde se han localizado depósitos de minerales, o a la expulsión violenta de campesinos de tierras donde han trabajado y vivido durante muchos años.

## Ejércitos privados

En un informe sobre los conflictos derivados de la tenencia de la tierra, el Ministerio de Reforma Agraria y Desarrollo (MRAD) destacó en 1986 el incremento de la creación de ejércitos privados a cargo de los terratenientes.

Además de la Union Democrática Ruralista, que realizó remates de ganado para recaudar fondos que serían destinados a la compra de armas, el ministerio señaló a la organización anticomunista Tradición, Familia y Propiedad (TFP), por incitar a la resolución de los conflictos agrarios por la fuerza de las armas. En pronunciamientos publicados en la prensa, la TFP señaló que la ley autoriza a la resistencia armada de los terratenientes.

El ministerio destacó asimismo el incremento de la incidencia del crimen organizado en relación con las disputas, y que la mayoría de los asesinatos fueron cometidos por sindicatos del crimen. El MRAD hizo notar al ministro de Justicia el incremento de ejércitos privados, grupos vigilantes, patrullas de seguridad y pistoleros que serían responsables de las expulsiones violentas de campesinos de sus tierras.

Se estima que en Brasil, con más de 141 millones de habitantes, el 48 por ciento de la tierra arable está en manos del 1 por ciento de la población. La reforma agraria fue una de las promesas de Trancredo Neves, que nunca llegó a asumir el cargo por haber muerto mientras era presidente electo. Sarney, su vicepresidente, tomó su lugar al frente del gobierno y presentó el Primer Plan Nacional de Reforma Agraria ante el Cuarto Congreso Nacional de la Confederación de Trabajadores de la Agricultura, en marzo de 1985.

El plan proponía la expropiación de tierras sin uso en favor de campesinos necesitados, especialmente en zonas de gran tensión social por la tenencia de tierras. El plan seguía de cerca la forma de una medida anterior denominada Estatuto de la Tierra, aprobada por el gobierno militar en abril de 1964 pero nunca instrumentada.

## El recurso de la fuerza

La reacción de los terratenientes no se hizo esperar, y a la amenaza de la UDR de usar las armas para defender sus propiedades, Sarney aprobó el 10 de octubre de 1985 una revisión del plan que redujo el impacto que provocarían las expropiaciones. Si bien se mantuvo la cantidad de gente por ser reasentada, solamente se expropiarían tierras de propiedad del gobierno, mientras que se haría lo mismo con la propiedad privada como último recurso. Se borró del plan cualquier mención a zonas prioritarias de expropiación, así como las provisiones de que los campesinos podrían asentarse en zonas cercanas a donde habían vivido y trabajado, cercanas a poblaciones, caminos y servicios públicos.

Los primeros decretos presidenciales definieron siete Estados para la puesta en práctica del programa a cargo del Plan Nacional de Reforma Agraria (PNRA): Maranhao y Ceará en el Noroeste; Pará en el Norte, Mato Grosso y Mato Grosso Do Sul en el Centro-oeste, Espíritó Santo en el Sudeste y Paraná en el Sur.

En Pará se estableció una meta de 280.000 hectáreas a ser redistribuidas, y no como privilegio sino por tratarse del Estado donde existe la mayor tensión social por conflictos relacionados con la propiedad de la tierra.

## La opinión oficial

En opinión del gobierno, la violencia en el campo no es culpa de la reforma agraria, sino resultado de 400 años de latifundios que provocan tensión y conflictos. Los latifundios se remontan a concesiones realizadas por los portugueses, descubridores del Brasil en 1500.

Funcionarios gubernamentales, si bien admiten que el plan está atrasado, lo defienden como "la única forma de acabar con la violencia en el campo". Asimismo critican a la UDR, aunque sin mencionarla directamente, como "entidades que se esconden en la legalidad para institucionalizar la violencia en el campo y amenazar el poder público".

Al anunciar su plan, Sarney destacó que durante 40 años las constituciones brasileñas han subordinado la propiedad de la tierra a su uso social y consideran deber del gobierno "promover la justa distribución de la propiedad" con los mismos derechos para todos. Sin embargo, admitió que hasta el momento lo único realizado fueron intentos de colonización en regiones remotas del país y la entrega de títulos a agricultores que eran abandonados a su propia suerte, sin condiciones mínimas de crédito, asistencia técnica e infraestructura de transporte, almacenamiento y comercialización de su producción.

Sarney dijo haber decidido enfrentar el desafío y hacer una verdadera reforma agraria, dentro de la ley y el orden.

"Queremos justicia en el campo. La reforma agraria tiene el objetivo de armonizar los conflictos en el campo para terminar con la injusticia y la violencia... La reforma agraria no inicia una guerra o abre una herida... Busca la paz y no la discordia", afirmó.

(c) LA NACION

01.01 706636

CLIMA DE CONFUSION EN LA CONVENCION NACIONAL DEL P.M.D.B.

# Tema excluyente: Sarney

*La confusión y la incertidumbre fueron los ejes de la primera jornada de la convención del oficialista Partido del Movimiento Democrático Brasileño, una reunión clave para la decisión sobre la duración del mandato del presidente José Sarney. Fervorosas barras a favor de los cinco o los cuatro años de mandato coparon la sede de la convención, mientras los principales figuras del partido seguían abocadas febriles negociaciones de último momento.*

BRASILIA, 18 (Enviado especial). — La pretensión de los dirigentes que confeccionaron el organigrama de trabajo parecía fácil: en el mismo co-

Aunque la mañana estaba teóricamente destinada a discutir la posición del partido ante la política económica del gobierno, los participantes de la convención nacional del oficialista Partido del Movimiento Democrático Brasileño, abierta hoy en Brasilia, la transformaron inmediatamente en una recalentada y dura pelea entre los partidarios de los cinco años de mandato para el presidente José Sarney y los que impulsan su reducción a cuatro.

El hábil "heterodoxismo" del documento oficial del partido sobre la política económica —elaborado por el ministro de Cultura, Celso Furtado, uno de los intelectuales del partido y el más clásico crítico del "milagro brasileño" del régimen militar— apenas si mereció algunos minutos de real atención.

Ni siquiera corrió mejor suerte el documento alternativo económico presentado por la corriente más crítica del gobierno, un texto que, en realidad, mostraba muy pocas diferencias respecto del oficial.

Los dos coincidían, con algunos matices de tono distintivo, en exigir al ministro de hacienda Luiz Carlos Bresser Pereira —otro economista con muchos años de militancia en el P.M.D.B.— algunos cambios en el plan en vigencia, de modo de neutralizar la pérdida experimentada por el salario real. De hecho,

inmediatamente pasó a sesionar en la Comisión de Mociones la posibilidad de fundir los dos documentos en una única propuesta.

En el clima de la convención —notoriamente favorecido por la estrechez del auditorio del Senado en el que tiene lugar—, matices diferenciantes y coincidencias de fondo fueron sepultadas por las permanentes consignas coreadas por las hinchadas de los cinco y los cuatro años, prudentemente y simbólicamente separadas por el pasillo de ingreso al recinto.

A la derecha, una barra casi exclusivamente compuesta por activistas de Río de Janeiro —ostensiblemente comandada por el diputado carioca Jorge Leite—, cantaba sin cesar, con ritmo de samba y acompañamiento de tamborilles, "cinco es la unión contra la recesión".

A la izquierda, una tribuna más repartida —con delegaciones mayoritarias de San Pablo y Minas Gerais— mezclaba el grito de "cuatrocinco cuatro" con el de "directa ya" y la de "la juventud quiere votar", matizando con recuerdos sobre el pasado de Sarney como presidente de ARENA y del Partido Democrático Social, las fuerzas oficialistas a lo largo de las distintas etapas del [illegible].

Unos metros más abajo, en las plateas, los convencionales dividían su tiempo entre el acompañamiento de las consignas de las tribunas y las reuniones en pequeños grupos, destinadas a tratar de lograr compromisos o simplemente con fines evaluativos o informativos.

Al costado de la larga mesa de la presidencia de la convención, en una especie de púlpito, los oradores se sucedían para tratar de fortalecer sus tesis sobre el mandato.

Muy pocos lograron hacerse escuchar ante la intensidad potenciada de abucheos del sector izquierdo y ovaciones del derecho de la tribuna o viceversa, según defendieran los cinco o los cuatro años para Sarney.

Con resignado humor, el presidente a cargo, senador Renan Calheiros, resumía de vez en cuando a los oradores que la mañana era el espacio reservado al tratamiento del tema económico.

El presidente titular, diputado Ulysses Guimaraes, prefirió, inmediatamente después de la lectura de los documentos económicos, retirarse para tejer y destejer alianzas en escritorios más aislados de la presión y de los gritos de las tribunas.

### ¿Punto decisivo?

Sobre las 13 se decidió pasar a un cuarto intermedio hasta las 3, durante el cual se intensificaron los movimientos entre los miembros de la cúpula partidaria.

Guimaraes almorzó con algunos gobernadores y ministros, mientras que otros gobernadores compartían la mesa con el senador Mario Covas, la figura de más peso entre los que proponen la reducción a cuatro años del mandato de Sarney y elecciones presidenciales en 1988.

Archivo 1986

Ulysses Guimaraes, uno de los líderes de la convención del P.M.D.B.

Lo único que se animaban a asegurar durante toda esta primera jornada de la convención, los principales figuras del partido, era que la situación se presenta extremadamente confusa y que éste es un momento clave para la vida de la más poderosa fuerza política de Brasil, del que puede surgir gravemente herida.

En pequeños corrillos, muchos de los convencionales afirmaban que "en este momento, pese al clima de la sala, el conflicto principal ya no es más el de los cuatro contra los cinco años; ahora se trata del enfrentamiento entre Guimaraes y Sarney".

Es que todo indica que el presidente del partido alentó el ostensible trabajo de los operadores de Sarney a favor de la votación del tema del mandato en la convención como "una traición a los acuerdos principales".

Esos recuerdos plantearían la propuesta de posponer la definición sobre el tema del mismo gobierno, para dejarlo a criterio de cada constituyente en el momento en que, presumiblemente en noviembre próximo, la Asamblea Nacional discuta la sección de articulado transitorio de la nueva Constitución.

Con esta decisión se esperaba evitar la ruptura del partido y, en principio, Sarney había dado su consentimiento, a cambio del compromiso de Guimaraes de seguir trabajando por los cinco años.

Anoche, antes de la expiración del plazo para la recepción de mociones, un grupo de gobernadores y legisladores fieles a Ulysses presentaron, efectivamente, una moción preliminar con esa propuesta.

Sin embargo era evidente que el grupo "moderado" del partido, ligado a Sarney, pasó a trabajar entusiastamente a favor de la definición del tema en la convención.

Entre tanto, los convencionales también estaban agitados por una encuesta publicada hoy por el diario "Folha de São Paulo", según la cual en las principales ciudades del país existe una consistente mayoría a favor de los cuatro años y, al mismo tiempo, un gran debilitamiento de las preferencias populares por el P.M.D.B. y un paralelo crecimiento del consenso de los partidos de izquierda como el Partido de los Trabajadores, que ya habría pasado al primer lugar en San Pablo y Porto Alegre, y del Partido Democrático Trabalhista, que encabezaría el ranking en Río de Janeiro.

El equipo de estadísticas de ese mismo diario estaba llevando a cabo una encuesta en el seno de la convención. Según reveló uno de sus integrantes a Clarín, los primeros datos señalan que, en caso de votación, la tesis de los cinco años tendría el apoyo de cerca del 59 por ciento de los convencionales, mientras que la de los cuatro sería votada por alrededor del 37 por ciento.

Si se revela correcta —las estadísticas del "Folha" tienen fama de serias— este pronóstico de triunfo no simplificaría demasiado la situación. Por ahora, la estadística no discrimina, en un uno y otro sector, a los convencionales presidencialistas de los parlamentaristas.

Los objetivos de Sarney no se reducen a derrotar la ofensiva por los cuatro años sino que incluyen también la preservación de las amplias facultades actuales de la figura presidencial.

*Carlos Eichelbaum*

Copyright Clarín, 1987

098

01.01

8706645

BRASIL

098



# Não pagar os juros da dívida externa foi o que evitou a "quebra"

BRASÍLIA — A avaliação que a equipe econômica do governo faz hoje da moratória é que a medida foi positiva e evitou que o país quebrasse, como ocorreu em 83. Nestes cinco meses em que está em vigor, passado o temor inicial de represálias dos bancos credores, o resultado imediato da suspensão do pagamento dos juros aos bancos privados, na avaliação de um alto funcionário do governo envolvido na negociação da dívida, foi a manutenção das reservas cambiais do país.

Existe um consenso na atual equipe econômica que a moratória declarada em fevereiro deste ano era a única saída possível dentro de um quadro dramático da economia, quando as reservas cambiais do país caíram, em pouco mais de um ano, de 7,2 bilhões de dólares (registrado em janeiro do ano passado) para 3,2 bilhões de dólares, em fevereiro deste ano.

— Era uma emergência. OU se fazia a moratória enquanto restava algum dinheiro em caixa ou acabaríamos tendo que parar de pagar sem reserva alguma — analisa este funcionário do governo.

Quando o presidente Sarney foi avisado pelo ministro Dilson Funaro sobre os níveis a que as reservas tinham caído, concordou que não havia outra saída senão a declaração da moratória. Um parlamentar ligado ao presidente confidenciou que, na época, Sarney ficou bastante irritado com seu ministro, pois tinha solicitado a Funaro que fosse avisado quando as reservas chegassem aos 5 bilhões de dólares.

Com as reservas em 3,2 bilhões de dólares, a balança de pagamento em baixa, registrando os menores saldos da história do país, o governo entendeu que se não houvesse a moratória dentro de dois ou três meses as reservas se esvaziariam completamente. Na época, segundo avalia este funcionário, não havia outra saída e o Brasil optou por suspender apenas os pagamentos de juros dos bancos privados, já que alguns organismos internacionais como o Banco Mundial (BIRD) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) continuavam liberando recursos para o país.

A análise que se faz agora, segundo a fonte, é que provou-se que a moratória não é o fim do mundo e não houve qualquer retaliação por parte dos bancos. É claro, explica este funcionário, que ninguém — nem o Brasil nem os credores estão satisfeitos com esta situação — mas hoje o governo tem o trunfo de manter suspensos os pagamentos até que se chegue a uma negociação mais efetiva.

Com a suspensão do pagamento dos juros aos bancos privados — o Brasil continuou pagando fretes, seguros, transportes aéreos, juros às entidades de crédito oficial, bônus — o país economizou, mensalmente, 400 milhões de dólares. Com a recuperação da balança comercial a partir de maio, que segundo estimativas da Cacex deverá registrar saldos de 1 bilhão até o final do ano, a avaliação da área econômica é de que, caso o Brasil não faça acordo com os credores e mantenha a moratória, as reservas cambiais do país poderão chegar, até o final do ano, a 7 bilhões. Isto com o pagamento de todos os outros compromissos como vem sendo feito até agora.

O Brasil, por outro lado, está numa posição bem mais confortável do que em fevereiro, quando foi obrigado a declarar a moratória. Agora, segundo este funcionário, o Brasil tem condições de voltar a pagar pelo menos 100 a 120 milhões de dólares por mês de juros aos bancos privados. Além disso, os saldos da balança comercial estão bastante favoráveis, o que fortalece a posição do governo brasileiro na mesa de negociações.

01.01

8706669

# UDR culpa a Igreja por conflitos no Sul

PORTO ALEGRE — A UDR gaúcha assegura não pretender conflitos com os sem-terra. Seu Presidente, Gilberto Scopel de Morais, denunciou setores da Igreja de utilizarem, com fins ideológicos, os colonos para provocar situações com vítimas. Lembrando a tentativa de invasão da Fazenda São Juvenal, ele acusou o Bispo de Cruz Alta, Dom Jacó Hilgert, de tentar criar uma situação de conflito na região:

— Conseguimos frustrar Dom Jacó acalmando os fazendeiros. Para mim, ele gostaria que o acontecimento terminasse com uma missa de corpo presente, assim teria suas vítimas para pregar a revolução.

Scopel fez também questão de esclarecer uma informação publicada pelo GLOBO, domingo passado, vinculando-o a um assassinato ocorrido dentro do Hospital de Pronto Socorro.

Segundo dados colhidos no Tribunal de Justiça, o ruralista esteve envolvido com a Polícia duas vezes. Em 1979 feriu à bala o companheiro de sua ex-mulher e em 1982 matou o homem que assassinara seu pai. Foi julgado e absolvido, em ambos os casos, sob alegação de legítima defesa.

01.01

8706670

BRASIL
Cruce ARGENTINA

098

# Usina en Neuquén: participará Brasil

San Pablo (EFE) — El Brasil participará en la construcción de la usina hidroeléctrica argentina Pichi Picún Leufú, en Neuquén, que generará 261 megavatios a partir de 1992, informaron autoridades brasileñas.

Anotaron que la Caja de Comercio Exterior (CACEX) y el Banco de Brasil aprobaron presupuestos por 60 y 30 millones de dólares, respectivamente, para financiar la construcción de la usina hidroeléctrica argentina, que demandará una inversión de 180 millones de dólares.

La construcción de la obra se iniciará en octubre próximo y será concluida en unos cuatro años y medio por la Compañía Brasileña de Proyectos y Obras de Brasil y del consorcio argentino encabezado por la empresa Benito Roggio.

La obra forma parte de los acuerdos de cooperación y asistencia suscriptos por los gobiernos de la Argentina y del Brasil el pasado 17 de julio en Viedma, futura capital de la Argentina, donde se entrevistaron sus presidentes Raúl Alfonsín y José Sarney.

El director de la empresa constructora brasileña, Jono Sa, afirmó que el gobierno argentino otorgará un financiamiento de 60 millones de dólares para la obra hidroeléctrica.

Según datos técnicos la usina de Pichi Picún Leufú contará con seis compuertas de 102 metros de ancho y 115 metros de largo y será construida en el río Limay, ubicado a 200 kilómetros de la ciudad de Bariloche, entre las provincias de Río Negro y Neuquén.

La usina contará con tres turbinas de 87 megavatios de potencia y una capacidad general de 261 megavatios.

La Prensa 29/7/87

01.01

8706682

ARCHIVAR EN: Brasil (098)

TEMA: Parte Especial de Información de 005/B (de 5/87) (Actual material del Aspecial Bolivia, Perú y Brasil)

PROCEDENCIA: EME del 20/8/87 Doc 255/87

ARCHIVADO EN: P.E.I (084)

01 .01

8706688

# Brasil procuran evitar una huelga

Brasilia (UP) – El gobierno de Brasil sostuvo una reunión con dirigentes de organizaciones laborales, en busca de un entendimiento en torno del nuevo sistema de reajuste de salarios y evitar una huelga general.

Un estudio del Departamento intersindical de Estadística y Estudios Socio-Económicos, entidad que asesora a las tres centrales sindicales del país, advirtió que hubo una reducción de sueldos de 37.74 por ciento entre marzo de 1986 y julio de 1987.

"O nos devuelven lo que nos fue robado o seguiremos preparando la paralización total", anunció Jair Meneguelli, presidente de la Central Unica de Trabajadores (CUT).

Desde marzo de 1986, mes en que comenzó el plan Cruzado, los sueldos se reajustaron cada vez que la inflación llegaba al 20 por ciento. En el pasado mes de mayo la inflación fue del 23 por ciento.

Pero, según el nuevo sistema anunciado por el gobierno hace 10 días, los salarios serán reajustados de ahora en adelante con base al promedio de la inflación del trimestre anterior.

Al decretar el nuevo plan Cruzado, el gobierno elevó las tarifas de servicios públicos y los precios de algunos productos, antes del congelamiento, lo que permite prever una reducción de sueldos del 20 por ciento o más.

La Prensa 23/6/87

01.01

8706733.

CLARIN ★ Buenos Aires, viernes 17 de julio de 1987

HABLAN EL LIDER EMPRESARIO MARIO AMATO Y EL JEFE SINDICAL JAIR MENEGUELLI

# Definir las "reglas de juego claras"

SAN PABLO, 16 (Enviado especial). — Usted, como presidente de la Federación de Industrias del Estado de San Pablo, acaba de hacer una propuesta de pacto al gobierno, que incluye, de parte de los empresarios, la reducción de lucros a cambio del control del gasto público y, al mismo tiempo, planteó su decisión de negociar con los trabajadores. ¿En que visión general de la situación del país surgen estas ofertas por parte de la FIESP?

—Brasil atravesó, a lo largo de los veinte años de régimen militar una dictadura bastante blanda, con pocos excesos, si se la compara con las de otros países, un proceso de grandes cambios. El país tuvo un enorme desarrollo hasta el punto que pasó del cuadragésimo octavo lugar al octavo en el ránking de las economías del mundo. Durante el período nos endeudamos mucho, aunque en general esa deuda contraída fue bien utilizada, por lo menos en un 80 por ciento del monto total. Paralelamente, ese proceso generó algunas distracciones graves y carencias que no lo son menos. Entre las distorsiones, una de las peores es la del gigantismo del aparato estatal. Entre las carencias, la falta de inversión en el perfeccionamiento del material humano y, sobre todo, un esquema de distribución de la renta tremendamente injusto.

Ahora nos encontramos en una etapa de transición democrática y en un marco internacional notoriamente complicado. La historia dice que, cuando se sale de una larga etapa autoritaria, la transición a la democracia está marcada por un flujo medio incontrolable de las reivindicaciones de los distintos sectores, por un juego de presiones contradictorias que se torna caótico.

Todo el mundo actúa de manera más emocional que racional, y esto vale especialmente para la clase política, incluso porque muchos de sus representantes se manejan con algo de revanchismo por su condición de víctimas de arbitrariedades en la etapa militar.

Lo cierto es que los empresarios, por una lógica inevitable del sistema capitalista, necesitan ganar dinero para poder producir, generar empleos y vender, y para que esa lógica se cumpla se requieren reglas claras, que la situación política viene impidiendo, y condiciones de mercado que la realidad social o económica no favorecen. Es a partir de allí que nosotros, que en este momento en principio solo pretendemos durante una etapa lograr el mínimo objetivo de la supervivencia, planteamos la necesidad del pacto.

—¿Cómo se operaría el pacto?

—Este es uno de los temas a discutir. Lo importante es que, entre todos los sectores, se fijen las pautas que nos permitan, también a todos, funcionar. El gobierno tiene que garantizar que la máquina estatal no va a ser puesta al servicio de las meras necesidades políticas, uno de los vicios permanentes en Brasil; tiene que asegurar la racionalización de su propio funcionamiento.

—¿Y los trabajadores?

—Los trabajadores, en el proceso de desarrollo que describía antes, consiguieron un alto grado de concientización y de politización. Crearon estructuras de participación, a través de los sindicatos, que antes no poseían. Como resultado, surgieron líderes importantes como "Lula", Jair Meneguelli, Joaquín Dos Santos Andrade o Luis Antonio Medelos, a quienes yo puedo cuestionar por actitudes a veces radicalizadas, pero cuya representatividad es incontestable. En esta etapa de crisis, las posibilidades de conciliar posiciones entre el capital y el trabajo crecen. Llegó el momento, por lo tanto, de que nos reunamos y analicemos en profundidad las posibles soluciones.

—¿A ustedes les preocupa la posibilidad de los estallidos sociales?

—Nos alarma porque, realmente la situación social es bastante preocupante. Tal vez no hasta el punto en que se la presenta en algunos casos, pero sí preocupante. Nuestra propuesta de negociar con los dirigentes sindicales y de reducir nuestros lucros no parte de un planteo idealista: Se trata de un problema práctico que tiene que ver, primero, con el hecho de que si no existe crecimiento del nivel de vida de la población brasileña nosotros no tenemos consumidores. Este es un tema de interés común concreto.

—Usted señalaba que en las últimas dos semanas la situación tiende a mejorar. ¿Esto implica una valoración positiva de la puesta en marcha del plan económico del ministro de Hacienda Luis Carlos Bresser Pereira?

—El plan está mostrando realmente efectos positivos. Por razones ideológicas —soy un liberal convencido— a mí no me gustan los planes que contienen medidas intervencionistas como la del congelamiento de precios y salarios. Pero es cierto que en los países en desarrollo se debe manejar muy cuidadosamente la marcha de la economía. Si se permite un gran crecimiento de la demanda, como sucedió con el Plan Cruzado I, rápidamente se supera la capacidad productiva de la industria y esto degenera en un gran proceso inflacionario. Es necesario estar balanceando permanentemente.

—La FIESP, a través de usted, hizo en los últimos días críticas al comportamiento de los dirigentes partidarios. ¿Cómo ve el proceso más específicamente político del país, como la marcha de los trabajos de la Asamblea Nacional Constituyente o la discusión sobre el mandato del presidente José Sarney?

—Nuestras críticas tenían que ver, aunque pueda resultar monotemático, con el problema de las faltas de reglas de juego claras para el funcionamiento de la sociedad. Los políticos tienen tendencia a manejarse según las necesidades electorales y a plantear permanentes modificaciones y actitudes contradictorias que afectan nuestro trabajo.

Copyright Clarín, 1987

8706767

01.01

# ndicatos: "No más sacrificios"

SAN PABLO, 16 (Enviado especial). — El empresariado, a través de la Federación de Industrias del estado de San Pablo, está planteando la necesidad de establecer un pacto con los trabajadores y el gobierno para superar la crisis económica y social. Ofrecen en principio disminuir sus ganancias y afirman que están dispuestos a reunirse para discutir a fondo el tema con los líderes sindicales. ¿Cuál es la visión de la Central Única de Trabajadores de esta propuesta a la luz de la situación general del país?

—En cuanto a la situación general, me parece que atravesamos uno de los peores momentos de, por lo menos, los últimos veinte años. Cuando el ministro de Hacienda, Luiz Carlos Bresser Pereyra, nos convocó, nosotros le señalamos que su nuevo plan económico vendría a provocar, sin ninguna duda, una recesión muy profunda en Brasil y, posiblemente, uno de los índices de desempleo más alto de los que se tenga memoria. Afirmábamos que el plan contiene las recetas más clásicas del Fondo Monetario Internacional, destinadas a deprimir el consumo interno para posibilitar una mayor exportación y captación de dólares con los cuales renovar el pago de los intereses de la deuda externa. Sosteníamos que eso iba a costarnos muy caro, que acarrearía una ola de despidos y que profundizaría todavía más la situación de miseria de la población. Insistimos ante el ministro que era necesario saldar primero la deuda social con el pueblo brasileño.

En este marco, y en relación con la propuesta de los empresarios, siempre comprobamos que, cada vez que la situación les resulta favorable, desestiman la posibilidad de buscar algún tipo de diálogo con los trabajadores. En muchos encuentros con representantes de las FIESP (Federación de Industrias del Estado de San Pablo), sostuve la necesidad de mantener encuentros regulares y mucho más frecuentes entre empresarios y trabajadores. Insistí en que los encuentros no deben limitarse apenas a las fechas base para la discusión de los ajustes salariales. Nunca tuvimos éxito, lo que nos hace pensar que, en realidad, la propuesta de estos días tiene la clara y única intención, por parte de los empresarios, de preservar sus intereses en un momento de crisis. En todo caso, lo cierto es que ante la primera dificultad que se les presentó con la implementación del Plan Bresser, en lugar de buscar la negociación con los trabajadores la reacción de los empresarios fue la de decidir despidos en masa.

Nosotros defendemos la necesidad de que se terminen con los ensayos de solución elaborados por media docena de funcionarios. Solo una profunda discusión de todos los sectores sociales del país podrá generar esas soluciones, desde que no se exijan más sacrificios a los trabajadores que ya vienen dando todo lo que pueden desde hace muchos años.

*Entrevistas de nuestro enviado especial, Carlos Eichelbaum*

—¿Ustedes tienen cálculos precisos sobre el número de desocupados en los últimos tiempos?

—Es muy difícil ofrecer datos precisos y chequeados sobre la desocupación. Muchos datos parciales señalan, sin embargo, que en estos momentos hay aproximadamente quince millones de trabajadores sin empleo en las zonas urbanas. En el campo, como síntoma de una realidad distinta, hay unos diez millones de trabajadores rurales sin tierra. Más allá de la precariedad de los datos, sin ninguna duda el índice de desempleo en este país es altísimo, creció mucho en los últimos tiempos y amenaza con destapar violentamente la olla de la presión social, porque el clima de desesperación del Brasil de hoy es más grave incluso que el de los años '82 y '83.

—¿Podrían multiplicarse hechos como los del 20 de junio de Río de Janeiro, con la quema de más de cien ómnibus e incidentes generalizados?

—A eso exactamente me refiero...

### ♦ Ciencia "inexacta"

—El gobierno y algunos sectores empresarios sostienen que en las últimas semanas hay signos de salida de la recesión. ¿El movimiento sindical está de acuerdo?

—No es verdad. En este país se manejan cálculos muy extraños de la inflación. No son cálculos reales, sino que están manipulados para conseguir efectos psicológicos en la población. Se habla de una disminución sustancial de la inflación, pero el actual cálculo oficial del costo de vida no contempla productos básicos de la canasta familiar. Por ejemplo, elementos tan esenciales como el pan, la leche, las tarifas públicas y los combustibles. Aun en la mejor etapa del primer Plan Cruzado, cuando las estadísticas oficiales indicaban una inflación cero, los cálculos se efectuaban a partir de las tablas de precios del gobierno pero no de los precios del mercado negro, el único real cuando la gente iba a los negocios a comprar.

Ahora se manejan como signos optimistas datos de aumentos de venta en el mercado minorista. Pero esto recuerda una figura que siempre retrató la actitud oficial en este país: Si usted encierra a alguien en un cuarto con un tigre, un yacaré y una cobra, y al día siguiente retira la cobra, la situación del encerrado habrá mejorado notablemente: solo tendrá que intentar sobrevivir a los ataques de tigre y del yacaré. Los parámetros que se usan para decir que se está superando la crisis son aquellos de los momentos en los que se alcanzó el pozo más profundo.

—¿Esto vale también para la extendida discusión sobre el valor del salario real, en el marco de la cual el ministro Bresser acusó a los economistas ligados a los sindicatos de fraguar una pérdida del valor adquisitivo de las remuneraciones?

—Esta es una discusión casi académica en este país. Si juntáramos a veinte economistas, posiblemente los grafiamos veinticinco evaluaciones diferentes de la situación. Cada entidad, para efectuar sus cálculos sobre inflación, utiliza elementos y métodos distintos. Es tal la diferencia en ese campo que, pese a que se sostiene que las matemáticas son una ciencia exacta, pareciera que para los economistas brasileños no lo es.

En una reunión realizada en Brasilia el ministro Bresser nos decía que estábamos equivocados, que los cálculos del Departamento Intersindical de Estadísticas y Estudios Sociales y Económicos, según los cuales el salario real había perdido un promedio de 37,74 por ciento de su valor desde febrero del '86 hasta mayo de este año, no eran reales. Sin embargo, al mismo tiempo, afirmaba que, si su plan tuviera éxito, de aquí a uno o dos meses tendríamos un reajuste de un diez por ciento para compensar las pérdidas.

—¿Va a haber efectivamente huelga general el próximo 12 de agosto?

—La huelga está convocada y estamos trabajando para llevarla a cabo. Ya realizamos una reunión en Brasilia con la participación de la CUT y de la Central General de Trabajadores, de la Conferencia Nacional de Obispos de Brasil, de entidades civiles como la Asociación Brasileña de Prensa y la Orden de Abogados de Brasil y también de representantes de los partidos políticos. Allí hubo absoluta unanimidad sobre la convocatoria a la huelga. Es una medida organizada por el movimiento sindical pero de responsabilidad del conjunto de la sociedad brasileña ante la situación caótica que vive todo el país.

—¿Las fuerzas armadas aceptarían la elección de un Leonel Brizola o de un "Lula" en comicios presidenciales próximos?

—Seguramente no les gustaría que un Brizola o un "Lula" lleguen a la presidencia. Pero a ellos les compete defender al país y no decidir el rumbo de las instituciones civiles.

Copyright Clarín, 1987

CLARIN 17/7/87

01.01

8706768

Senador Fernando Henrique Cardoso

# El ala izquierda del P.M.D.B. propone abandonar a Sarney

*Una seria amenaza de división en el seno del partido mayoritario surgió ayer cuando el ala izquierda del Partido del Movimiento Democrático Brasileño (P.M.D.B.) demandó la separación de la coalición que sostiene al presidente José Sarney.*

(BRASILIA, 6 (Reuter). — La izquierda del mayoritario Movimiento Democrático Brasileño (P.M.D.B.) se movilizó hoy en busca de apoyo a una sorpresiva demanda de inmediato abandono partidario del gobierno que conduce el presidente José Sarney.

El planteamiento, que provocó hoy revuelo parlamentario en la sede del poder Legislativo, surgió anoche de una reunión de este sector pemedebista, también denominado "progresista".

El P.M.D.B., una coalición de centro-izquierda surgida en oposición al extinguido régimen militar que controló el poder 21 años, conforma actualmente con el Partido del Frente Liberal (P.F.L.) una alianza democrática en apoyo al gobierno de Sarney, instaurado en marzo de 1985.

La izquierda del partido repudió ayer al actual gobierno como "antinacional" y exigió la inmediata renuncia de los 16 ministros pemedebistas que conforman el gabinete civil de Sarney, de 21 miembros.

"El pueblo ya no cree que el P.M.D.B. sea capaz de realizar los cambios (que el país requiere). Vamos a encender esa llama y, si los otros la apagan, la encenderemos en otro lugar", dijo el senador Fernando Henrique Cardoso, uno de los líderes del sector.

La advertencia del parlamentario fue interpretada hoy en sectores del partido como una seria amenaza de división en el seno del mayoritario partido, convertido tras una elección en 1986 en el más vigoroso de la historia política de este país.

El P.M.D.B. controla el gobierno en 22 de los 23 estados brasileños, cuenta con 16 de los 21 ministros civiles y dispone de 303 representantes legislativos, la mayoría absoluta del Congreso Nacional, de 559 miembros, y una paralela Asamblea Constituyente, que elabora una nueva Constitución brasileña.

Fuentes partidarias dijeron hoy que 63 legisladores izquierdistas —un 20 por ciento de las bancadas partidarias— participaron de la reunión que planteó el inmediato alejamiento gubernamental del P.M.D.B.

La intempestiva demanda deberá transformarse en uno de los varios conflictivos temas que analizará una convención nacional que el P.M.D.B. convocó para el 18 y 19 de julio, en esta capital.

### ♦ Mandato de Sarney

Uno de los asuntos a ser dirimido por la convención pemedebista —quizás el más controvertido— se refiere a la duración del mandato de Sarney.

Según la actual Constitución, heredada de los gobiernos militares y a ser extinguida este año, Sarney debería ejercer el cargo por seis años (hasta 1991), pero el mandatario resolvió en mayo disminuir su gestión en uno.

La izquierda del P.M.D.B. defiende cuatro años para el mandato de Sarney y la convocatoria a una elección directa de su sucesor en 1988.

Comparten esta tesis la mayoría de partidos opositores al gobierno, centrales sindicales y distintas organizaciones que en 1984 se movilizaron en una histórica, pero frustrada campaña en favor de las "directas ya".

## "Ya hay desesperación"

SAN PABLO, 6 (ANSA). — El arzobispo de San Pablo, cardenal Paulo Evaristo Arns, quien retornó de un viaje de quince días al exterior, advirtió sobre los "indicios de desesperación y total inseguridad del pueblo brasileño" frente a los problemas económicos y sociales del país.

El alto prelado —conocido por sus posiciones "progresistas" y a favor de los derechos humanos— manifestó haber quedado muy preocupado con la situación que encontró en Brasil: "El pueblo —dijo— no puede más continuar en la situación en que está".

El cardenal cree que la actual Asamblea Nacional Constituyente (integrada por los parlamentarios nacionales), en Brasilia, debería suspender por un mes sus trabajos a fin de dedicarse a los "urgentes problemas" que enfrenta el país.

Sobre el plan económico del nuevo ministro de Hacienda (Luis Carlos Bresser Pereira) el cardenal Arns dijo sentirse "preocupado" por la disminución del salario real que —a su afirma— está implícita en el mismo, y dijo esperar que los elementos positivos del plan (como el congelamiento de precios) "no sean traicionados por los más poderosos, como los señores del alto comercio y la producción".

# La crisis económica continúa deteriorando la imagen de Sarney

BRASIL

Río de Janeiro, 5 (UP) — El año pasado el presidente José Sarney paseaba por las calles apretando manos. Pero ahora eso es algo superado. Cuando sale del Palacio Planalto, el mandatario lo hace ahora con una fuerte guardia de seguridad mientras sus compatriotas incendian ómnibus y apedrean a la policía.

Hace un año, el 92 por ciento de los 140 millones de brasileños pensaba que Sarney hacía un buen trabajo. Era el primer presidente civil después de dos décadas de gobiernos militares, y la economía estaba en auge. Ahora, sin embargo, es difícil encontrar a alguien que tenga una palabra amable para referirse al ex senador de 57 años de edad.

La semana pasada turbas encolerizadas por el alza de las tarifas del trasporte colectivo gritaron: "Fuera Sarney, elecciones ahora", en un incidente de seis horas que dejó al distrito bancario de Río tapizado con cristales rotos.

"Es un barril de pólvora que sólo está esperando un fósforo", expresó el senador José Richa.

El problema más visible es el económico. La gente está cada día más pobre. El empleado de oficina Geraldo Da Silva gana el equivalente a 20 dólares por semana para alimentar a su esposa y sus dos pequeños hijos, y no lo pensó dos veces para sumarse a las protestas.

"Yo nunca he participado en política, pero allá en la calle todos estaban gritando y por supuesto que yo también me plegué", comentó Da Silva, de 28 años de edad. "Si la gente no hace algo, los precios subirán descontroladamente".

## Deterioro de los salarios

Los economistas calculan que el valor real de los salarios para gente como Da Silva ha disminuido en un 30 por ciento en los últimos meses. "Mi esposa gasta más en el mercado y compra menos, y el dinero que yo gasto en trasporte significa que los niños no tendrán ni pan ni leche", contó.

Ahora la economía está entrando en un período de recesión mientras el gobierno lucha contra un 1.000 por ciento de inflación. Millares de trabajadores son despedidos en las fábricas de automóviles. Las registradoras de los comercios se están silenciando.

Las compañías del Estado están reduciendo sus inversiones, y las empresas privadas están declarándose en quiebra.

La deuda externa de 111.000 millones de dólares, sin que se pague interés bancario desde febrero, juega como una complicación adicional.

Pero aunque parezca negra la crisis económica, muchos analistas dicen que la médula del problema es una presidencia débil y vacilante, que se remonta al momento en que Sarney llegó al poder, en marzo de 1985.

Nunca estuvo previsto que Sarney fuera presidente. El había apoyado a los generales que se iban, pero recibió la vicepresidencia junto al popular candidato de la oposición, Tancredo Neves, como contrapeso para que ayudara en la transición. Luego murió Neves sin alcanzar a asumir el poder y Sarney recibió la presidencia.

Ni Neves ni Sarney fueron elegidos directamente. Los escogió un colegio de congresistas porque los militares se negaron a llamar a una elección popular. Ahora, sostuvo Richa, Sarney siente la falta de legitimidad en las urnas, dado que "no ha sido elegido y en ello hay una diferencia".

## Un poeta menor...

Un poeta menor dado a declaraciones grandiosas sobre el destino, Sarney todavía está tratando de forjar su propia base de poder entre los congresistas, pocos de los cuales demuestran alguna lealtad ideológica, de partido o región.

Encabeza una administración heterogénea que trata de unir a la extrema izquierda con los conservadores terratenientes, y da apoyo a la reforma agraria ziquierdista mientras impone el salario mínimo más bajo en 40 años.

"Básicamente carece de profundidad como presidente para este día y época", declaró un antiguo analista diplomático.

El político argentino Guillermo O'Donnell dijo, por su parte, que el retorno de Brasil al gobierno civil es diferente a otros casos, donde hay una gran renovación del liderazgo político.

"En Brasil todavía están presentes los otros", indicó.

Esto se agrega a un gobierno que ha tratado de ser todo al mismo tiempo. El año pasado el gobierno parecía Robin Hood. Sarney logró dar a los pobres sin quitarle a los ricos. Pero el auge artificial sucumbió.

"Ahora está tratando de mantener el poder sobre la base tradicional de la camaradería", declaró el director del departamento de ciencia política de la Universidad de Brasilia, el norteamericano David Fleischer.

Los congresistas están redactando una nueva Constitución para reemplazar un documento escrito por los generales, que debe estar listo a fines de este año. Muchos políticos dicen que una vez que se promulgue la Constitución, Sarney debe dejar pronto el cargo, allanando el camino para las primeras elecciones presidenciales desde 1960.

"Ese es el último paso que necesitamos para completar la transición al gobierno democrático, y no veo razón para retrasarlo", expresó el senador Mario Covas, el político que mayor votación recibió en las elecciones pasadas.

## Decisión en Congreso

Sarney declaró que está dispuesto a acortar en un año su mandato de seis, permitiendo una elección en noviembre de 1989. Pero a medida que empeora la economía, también hay creciente presión para que se convoque a elecciones el próximo año, si no antes. La decisión la tomará el Congreso, que es la Asamblea Constituyente, probablemente dentro de unos tres meses.

01.01 8706789

8
058

# Posible escisión en el oficialismo brasileño

**San Pablo, 5 (UP)— Parlamentarios del ala izquierdista del partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB), mayoritario en el Congreso, lanzaron hoy fuertes críticas contra el presidente José Sarney, haciendo aumentar los rumores sobre una posible ruptura en el partido.**

**Las críticas contra el presidente fueron realizadas durante una reunión de más de 30 parlamentarios de la llamada "ala izquierda" del PMDB.**

**"Antes teníamos un régimen militar explícito, ahora tenemos uno implícito", señaló el diputado Fernando Lyra, ex ministro de justicia de Sarney, sintetizando el criterio de que la influencia militar en el gobierno viene acrecentándose a consecuencia de la crisis económica y de las divisiones internas del partido.**

**Durante su intervención en la reunión, realizada en la Cámara de Diputados, Lyra también calificó a Sarney de "usurpador" en referencia a la posición del presidente de desconocer la autoridad del Congreso Constituyente para fijar la duración de su mandato..**

**La duración del mandato presidencial es el tema que divide al partido con más intensidad. Un sector apoya a Sarney, pronunciándose por un mandato de cinco años, mientras otro considera que se debe reducir a cuatro, lo que implicaría elecciones presidenciales a fines de 1988.**

**Políticos y analistas coinciden en que la posible ruptura del PMDB podría suceder durante la convención nacional del partido, prevista para dentro de dos semanas y en la cual, entre otros temas, se fijará la posición sobre la controversial duración del mandato de Sarney.**

**También coinciden en que difícilmente el grupo minoritario acatará la posición mayoritaria en la convención.**

01.01

8706790

A.F. 917/87

La izquierda se apura por ocupar el hueco que deja el gigantesco partido

# Tras las manifestaciones peligra la omnipotencia del PMDB en el Brasil

Escribe Renée Villegas
de la agencia "Reuter"

*Brasilia (Reuter) — El poderoso Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB) salió maltrecho de la primera movilización popular en demanda de una elección presidencial directa para 1988 en este país. Entre 10.000 y 12.000 personas participaron el martes aquí de la primera de una cadena de concentraciones que las izquierdas políticas y sindicales tienen previsto esparcir este año por todo el Brasil, bajo el lema "directas, ya".*

*Sin incidentes, los manifestantes asistieron a un acto, mezcla de espectáculo artístico y maratón oratoria, en que proliferaron duros ataques contra el presidente José Sarney y el gobierno de transición democrática que conduce desde marzo de 1985. Pero, sorpresivamente, el relanzamiento de la campaña que en 1984 movilizó a millones de brasileños bajo igual bandera se transformó en reprobación al omnipotente PMDB, una coalición de centro-izquierda surgida en resistencia al régimen militar que concluyó hace dos años.*

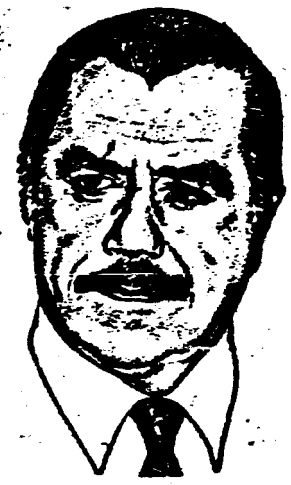
*Coaligado con un Centrista Frente Liberal (PFL) en apoyo al gobierno de Sarney, cuyo desgaste político creció proporcionalmente al deterioro económico del país durante el anterior semestre, el PMDB absorbió un serio traspié en su primer contacto popular desde su aplastante última victoria electoral. Cerca de 70 millones de electores brasileños lo convirtieron en noviembre en el partido más vigoroso de la historia política brasileña, otorgándole el triunfo en 22 de los 23 estados del país y la mayoría absoluta en el Parlamento nacional y las legislaturas estatales.*

*A poco más de siete meses de esa abrumadora victoria, ninguno de sus oradores pudo el martes hilvanar un congruente discurso ante la generalizada rechifla que la mención de la sigla PMDB provocó entre los manifestantes pro-directas. Los abucheos cubrieron los discursos, pese a que quienes los pretendieron pronunciar pertenecen al sector izquierdista que esta semana exigió el inmediato retiro partidario del gobierno de Sarney, al que condenó como "antinacional", a despecho de que 16 de los 21 ministros civiles son militantes pemedebistas.*

*El diputado Joao Hermann, en medio de la silbatina, gritó anoche desde el palco de las "directas, ya": "ojalá que esta rechifla llegue a los oídos de nuestra cúpula".*

*Ningún alto miembro del Comité Ejecutivo Nacional del PMDB, presidido por el diputado Ulysses Guimaraes, estuvo presente en el acto. Las notorias ausencias —aparente motivo de la repulsa de anoche— eran consecuencia de la división que afecta al principal partido político brasileño, a sólo 12 días de una convención nacional convocada para el 18 y 19 de julio, dijeron fuentes consultadas.*

*La convención deberá definir, entre otros cruciales temas, la posición partidaria frente a la duración del mandato de Sarney, señalada como el gran interrogante de la actual transición política brasileña. La Constitución vigente, concedida por los militares en el poder pero que fenecerá este año, establece un período presidencial de seis años. Pero Sarney anunció en mayo su decisión de gobernar el país sólo cinco años, es decir hasta 1990.*



José Sarney

*Las izquierdas del PMDB pretenden limitar esa gestión a cuatro años, y obtener el apoyo de los convencionales para lograr su objetivo, que implicaría la convocatoria de una elección presidencial en noviembre de 1988 y la asunción de su ganador en marzo de 1989. Otros urticantes asuntos, como el de la permanencia o no del partido en el gobierno de Sarney, y el apoyo o rechazo a la actual política económica oficial, también formarán parte del debate en ese decisivo cónclave, agregaron los informes.*

*Acosado por divisiones internas, agravadas con los primeros síntomas de pérdida de apoyo popular, el PMDB deberá sortear el riesgo de una seria crisis, apenas transcurridos 27 meses de su primer e histórico salto desde la oposición al oficialismo, dijeron.*

*De su desempeño en el actual gobierno —que no le pertenece— dependerán sus posibilidades de elegir a uno de sus candidatos como próximo presidente de 133 millones de brasileños, cuyo electorado aguarda desde 1960 se le restituya el derecho de designarlo en las urnas.*

# Presiona el FMI a Bresser

*San Pablo (Reuter) — El principal motivo de controversia en las negociaciones por la deuda entre el Brasil y el Fondo Monetario Internacional (FMI) estriba en las metas para el déficit del sector público, dijo un vocero del Ministerio de Finanzas.*

*"Ahí está la principal causa de fricción con el FMI", dijo el vocero ayer.*

*Señaló que el FMI propone que el déficit del gobierno brasileño llegue a 2,2 por ciento del Producto Bruto Interno este año, desplazándose hasta cero el año próximo. Por su parte, el gobierno ha trazado 3,5 por ciento como objetivo para 1987, y sostuvo que aun eso será difícil de alcanzar.*

*Antes que el ministro de Finanzas, Luiz Carlos Bresser Pereira, decretara fuertes cortes en los gastos el mes pasado, el déficit había sido concebido en cerca de 7,0 por ciento. El portavoz expresó que demandará un esfuerzo ciclópeo llegar a la nueva meta fijada por el gobierno, sin siquiera considerar la cifra propuesta por el FMI. "Habrá que eliminar unos 300 billones de cruzados (6700 millones de dólares) del presupuesto de este año para comprimir el déficit a 3,5 por ciento del PBI", dijo.*

*Una nueva misión del FMI arribó al Brasil el 22 de junio, para examinar el nuevo plan macroeconómico trazado por Bresser para el país. A pesar de las discrepancias planteadas en torno al déficit público, el vocero dijo que Bresser era optimista en cuanto a que el FMI endosará su plan, que todavía no ha sido difundido públicamente.*

*Desde que Bresser se hizo cargo del Ministerio de Finanzas en abril, el Brasil ha eliminado su anterior actitud de negarse a negociar con el FMI, y ahora resulta evidente que atribuye suma importancia a un espaldarazo del Fondo. Bresser ha excluido toda posibilidad de suscribir una tradicional carta de intención con el FMI. Pero es obvio que el gobierno presta mayor atención a los consejos del Fondo que lo que reconoce públicamente, dada la sensibilidad pública frente a este tema. El vocero del ministerio dijo que existía una "buena posibilidad" de que Bresser acepte incorporar sugerencias del FMI a su plan, pero no mencionó casos específicos.*

01.01

8706800

01

ARCHIVAR EN: Brasil (098)

TEMA: Analizan la Argentina y el Brasil salvaguardias nucleares mutuas.

PROCEDENCIA: Clarin 17/7/87

ARCHIVADO EN: Argentina (084)

01.01

8706810

---

ARCHIVAR EN: Brasil (098)

TEMA: El Paso más audaz.

PROCEDENCIA: Clarin 17/7/87

ARCHIVADO EN: Argentina (084)

01.01

8706815

---

ARCHIVAR EN: Brasil (098)

TEMA: El Protocolo Cultural que firmaron Sarney y Alfonsín

PROCEDENCIA: La Nación 16/7/87

ARCHIVADO EN: Argentina (084)

01.01

8706821

08

ARCHIVAR EN: Brasil (098)

TEMA: Amnistia a Militares Expul
sados.

PROCEDENCIA: LA HABANA 28/8/87

ARCHIVADO EN: Fichaje (8)

01.01

8706831

OTRO FOCO DE TENSION EN EL OFICIALISMO BRASILEÑO

# Ulysses Guimaraes anunció su total oposición a negociar con el F.M.I.

***La poderosa Federación de Industrias de San Pablo adelantó que podría unirse a la huelga general del 12 de agosto para exigir al gobierno reformas económicas, agrícolas, salariales, industriales y de empleo. Entretanto, el presidente del partido oficial, Ulysses Guimaraes, aseguró que el P.M.D.B. se opondrá siempre a trabar acuerdos con el F.M.I. La aseveración es una clara advertencia al ministro de Finanzas, quien pretendería lograr esos acuerdos.***

**BRASILIA y SAN PABLO, 26 (UPI y EFE) — El presidente del oficialista Partido del Movimiento Democrático Brasileño (P.M.D.B.), mayoritario en el Congreso, anunció que su partido se opondrá a cualquier cambio en la política de rechazar acuerdos con el Fondo Monetario Internacional para renegociar su deuda externa, de 111.000 millones de dólares.**

El presidente del P.M.D.B., diputado Ulysses Guimaraes, hizo la declaración anoche, después de conocer que el ministro de Finanzas, Luis Carlos Bresser, había declarado en Nueva York que intentaría convencer al partido a aceptar un acuerdo con el F.M.I.

"El F.M.I. solo ha perjudicado a Brasil y a los países subdesarrollados, cada vez que el F.M.I. trató de dirigir nuestra economía, fue un desastre", dijo Guimaraes, quien como presidente de la Cámara de Diputados es también vicepresidente de Brasil.

Guimaraes añadió que conversará con Bresser sobre el tema cuando el ministro regrese de Estados Unidos, donde se ha reunido con autoridades estadounidenses y representantes de entidades financieras internacionales para tratar sobre la deuda externa brasileña.

"Cuando el ministro regrese vamos a conversar, quiero escuchar del ministro eso sobre el F.M.I.", señaló Guimaraes.

♦ **Conveniencia**

El P.M.D.B. es la principal base de apoyo del presidente José Sarney, quien se encuentra empeñado en que el Congreso Constituyente apruebe su deseo de permanecer en el poder hasta 1990, definiendo su mandato en cinco años.

Bresser, integrante del P.M.D.B., declaró a corresponsales brasileños en Nueva York que a Brasil le conviene aceptar un acuerdo con el F.M.I., argumentando que de esta forma el país podría obtener los créditos que necesita.

"Hay interés de nuestra parte en ir al F.M.I., eso nos permitiría obtener dinero de los japoneses y nuevos préstamos de organismos internacionales", dijo Bresser al diario "Jornal do Brasil".

Las declaraciones del ministro fueron expresadas después de reunirse con el secretario del Tesoro de Estados Unidos, James Baker, a quien prometió empeñarse para intentar un acuerdo con el F.M.I.

"Tengo la intención de [illegible] con el F.M.I. junto a mi partido y a mi gobierno. Este es mi compromiso con Baker", dijo.

El ministro viajó a Washington el lunes para reanudar las negociaciones sobre el pago de la deuda externa, que estaban interrumpidas desde febrero como consecuencia de la moratoria establecida por el país.

Agencia AFP

El ministro de Hacienda brasileño, Luiz Carlos Bresser Pereira (izq.), dialoga en Nueva York con el poderoso banquero norteamericano David Rockefeller.

Los empresarios brasileños podrían adherirse a la huelga general convocada por los trabajadores, en protesta contra la política económica del gobierno y que está prevista para el próximo 12 de agosto, advirtió aquí la Federación de Industriales de San Pablo (FIESP).

El presidente de la FIESP, Mario Amato, dijo que como la huelga no es contra los empresarios, los dos sectores podrían elaborar una pauta de reivindicaciones conjuntas dirigida al gobierno y que incluya reformas económicas, industriales y salariales.

El dirigente industrial se expresó así al término de una reunión con el presidente de la Central Unica de Trabajadores (CUT), Jair Meneguelli, quien insiste en realizar una huelga nacional con la participación de los 30 millones de trabajadores.

Los empresarios pretenderían demostrar a los constituyentes [illegible] jornada de trabajo son problemas que pueden ser discutidos y resueltos directamente entre el capital y el trabajo y no en la Asamblea.

Amato dijo que los empresarios y los trabajadores pueden juntos construir una unidad de acción contra las decisiones económicas del gobierno.

♦ **Semana decisiva**

Por su parte, el presidente de la Bolsa de Valores de San Pablo, Eduardo Rocha Azevedo, afirmó que aprueba la idea de una huelga general que no cause traumas económicos y dijo que una acción conjunta traería mejores perfiles para el país.

La próxima semana dirigentes de la izquierdista CUT se reunirán con sus colegas de la moderada Central General de Trabajadores (C.G.T.), para definir las reivindicaciones unificadas en el país y después de reunirse con los empresarios para discutir su unión en [illegible]

OTRO FOCO DE TENSION EN EL OFICIALISMO BRASILEÑO

# Ulysses Guimaraes anunció su total oposición a negociar con el F.M.I.

*La poderosa Federación de Industrias de San Pablo adelantó que podría unirse a la huelga general del 12 de agosto para exigir al gobierno reformas económicas, agrícolas, salariales, industriales y de empleo. Entretanto, el presidente del partido oficial, Ulysses Guimaraes, aseguró que el P.M.D.B. se opondrá siempre a trabar acuerdos con el F.M.I. La aseveración es una clara advertencia al ministro de Finanzas, quien pretendería lograr esos acuerdos.*

Agencia AFP

El ministro de Hacienda brasileño, Luiz Carlos Bresser Pereira (izq.), dialoga en Nueva York con el poderoso banquero norteamericano David Rockefeller.

BRASILIA y SAN PABLO, 26 (UPI y EFE) — El presidente del oficialista Partido del Movimiento Democrático Brasileño (P.M.D.B.), mayoritario en el Congreso, anunció que su partido se opondrá a cualquier cambio en la política de rechazar acuerdos con el Fondo Monetario Internacional para renegociar su deuda externa, de 111.000 millones de dólares.

El presidente del P.M.D.B., diputado Ulysses Guimaraes, hizo la declaración anoche, después de conocer que el ministro de Finanzas, Luis Carlos Bresser, había declarado en Nueva York que intentaría convencer al partido a aceptar un acuerdo con el F.M.I.

"El F.M.I. solo ha perjudicado a Brasil y a los países subdesarrollados, cada vez que el F.M.I. trató de dirigir nuestra economía, fue un desastre", dijo Guimaraes, quien como presidente de la Cámara de Diputados es también vicepresidente de Brasil.

Guimaraes añadió que conversará con Bresser sobre el tema cuando el ministro regrese de Estados Unidos, donde se ha reunido con autoridades estadounidenses y representantes de entidades financieras internacionales para tratar sobre la deuda externa brasileña.

"Cuando el ministro regrese vamos a conversar, quiero escuchar del ministro eso sobre el F.M.I.", señaló Guimaraes.

**♦ Conveniencia**

El P.M.D.B. es la principal base de apoyo del presidente José Sarney, quien se encuentra empeñado en que el Congreso Constituyente apruebe su deseo de permanecer en el poder hasta 1990, definiendo su mandato en cinco años.

Bresser, integrante del P.M.D.B., declaró a corresponsales brasileños en Nueva York que a Brasil le conviene aceptar un acuerdo con el F.M.I., argumentando que de esa forma el país podría obtener los créditos que necesita.

"Hay interés de nuestra parte en ir al F.M.I., eso nos permitiría obtener dinero de los japoneses y nuevos préstamos de organismos internacionales", dijo Bresser al diario "Jornal do Brasil".

Las declaraciones del ministro fueron expresadas después de reunirse con el secretario del Tesoro de Estados Unidos, James Baker, a quien prometió empeñarse para intentar un acuerdo con el F.M.I.

"Tengo la intención de [illegible] con el F.M.I. [illegible] a mi partido y a mi gobierno. Esto es mi compromiso con Baker", dijo.

El ministro viajó a Washington el lunes para reanudar las negociaciones sobre el pago de la deuda externa, que estaban interrumpidas desde febrero como consecuencia de la moratoria establecida por el país.

Los empresarios brasileños podrían adherirse a la huelga general convocada por los trabajadores, en protesta contra la política económica del gobierno y que está prevista para el próximo 12 de agosto, advirtió aquí la Federación de Industriales de San Pablo (FIESP).

El presidente de la FIESP, Mario Amato, dijo que como la huelga no es contra los empresarios, los dos sectores podrían elaborar una pauta de reivindicaciones conjuntas dirigida al gobierno y que incluya reformas económicas, industriales y salariales.

El dirigente industrial se expresó así al término de una reunión con el presidente de la Central Unica de Trabajadores (CUT), Jair Meneguelli, quien insiste en realizar una huelga nacional con la participación de los 30 millones de trabajadores.

Los empresarios pretenderían demostrar a los [illegible] jornada de trabajo son problemas que pueden ser discutidos y resueltos directamente entre el capital y el trabajo y no en la Asamblea.

Amato dijo que los empresarios y los trabajadores pueden juntos construir una unidad de acción contra las decisiones económicas del gobierno.

**♦ Semana decisiva**

Por su parte, el presidente de la Bolsa de Valores de San Pablo, Eduardo Rocha Azevedo, afirmó que aprueba la idea de una huelga general que no cause traumas económicos y dijo que una acción conjunta traería menores perjuicios para el país.

La próxima semana dirigentes de la izquierdista CUT se reunirán con sus colegas de la moderada Central General de Trabajadores (C.G.T.), para definir las adhesiones sindicales en el país y después se reunirán con los empresarios para discutir su unión

101.01

ARCHIVAR EN: Brasil (098)

TEMA: Inversiones en el plano económico.

PROCEDENCIA: Clasificación

ARCHIVADO EN: Argentina (084)

01.01

8706898

ARCHIVAR EN: Brasil (098)

TEMA: El "derecho" a la moneda sana.

PROCEDENCIA: Clasificación

ARCHIVADO EN: Argentina (084)

01.01

8706899

C8 098



22/7/87

# La deuda alienta el avance de la izquierda brasileña

## Hubo una escisión dentro del partido gobernante

SAN PABLO, 20 (Reuter).– La explosiva situación política brasileña se orienta en una dirección que no deja muy tranquilos a los acreedores del país.

Por primera vez, una encuesta acaba de mostrar que un partido que rechaza la deuda externa de 113.000 millones de dólares –la mayor del mundo– está primero en las preferencias.

El sondeo de opinión fue publicado el sábado por Folha de Sao Paulo, tres días antes que el ministro de Finanzas, Luiz Carlos Bresser Pereira, partiera para Washington para tratar el tema.

Se investigaron las opiniones en ocho grandes ciudades y los resultados mostraron que el Partido Trabalhista (PT) es el más popular, con un 22 por ciento de los votos.

El viraje político es notable, ya que hace sólo ocho meses el Partido Movimiento Democrático Brasileño (PMDB) obtuvo la más convincente victoria electoral de la historia del país.

El oficialismo, que ganó una mayoría absoluta en el Congreso y 22 de las 23 gobernaciones, es hoy un partido en crisis.

La inestabilidad de la política económica del gobierno fue el factor detonante de la pérdida de su popularidad.

### Polvorines

"La población está sumamente descontenta", dijo el director de la Escuela de Ciencias Políticas de la Universidad de Brasilia, David Fleischer, quien agregó: "Las grandes ciudades son polvorines listos para explotar".

Con un tercio de la fuerza de trabajo de 55 millones de personas cobrando el salario mínimo equivalente a 44 dólares mensuales, o menos que eso, la reciente baja del nivel de vida aumentó la tensión social y benefició políticamente a los partidos de oposición.

El politicólogo cree que el ánimo de los brasileños, incluida la actitud frente a la deuda, se radicaliza día a día.

Un colega suyo, Bolívar Lamounier, dijo: "Es la primera vez que los trabalhistas encabezan una encuesta. Es un síntoma importante, aunque yo no creo que sea un rasgo permanente. Parece un voto de protesta contra el oficialismo".

### Músculos tensos

Por su parte, los banqueros extranjeros tensan sus músculos para un duro encuentro sobre la deuda.

Se estima que en las conversaciones que mantendrán esta semana en Nueva York con el gobernador del Banco Central, Fernando Milliet, dará una respuesta fría a los pedidos de alrededor de 7000 millones de dólares en nuevos préstamos.

Los bancos aún están indignados por la decisión del Brasil –tomada en febrero– de suspender los pagos de intereses de su deuda comercial de 68.000 millones de dólares, luego de una desastrosa baja del saldo de la balanza comercial.

### Retórica radical

Fleischer destacó que la convención nacional de PMDB en Brasilia, el último fin de semana, se caracterizó por cierta retórica radical en la cuestión de la deuda.

Dijo que Bresser Pereira sufre presiones partidarias para que no amaine la oposición del gobierno a suscribir acuerdos formales con el Fondo Monetario Internacional (FMI). Entre tanto los banqueros sostienen que un acuerdo con el Fondo es escencial para obtener nuevos préstamos.

Desde el fin del régimen militar, en 1985, la cuestión de la deuda se ha politizado cada vez más, y a ella se le atribuyen todos los padecimientos del país. En una reciente manifestación en San Pablo, organizada por el Partido Trabalhista en reclamo de elecciones presidenciales directas, un gran cartel rezaba: "Contra Sarney y la deuda".

Una fuente bancaria paulista dijo que los trabalhistas "se están convirtiendo en una voz muy importante, y están ampliando sus bases. Hasta hace poco tenían influencia en el ABC".

El ABC es un conjunto de ciudades que conforman el área industrial de San Pablo, donde el sindicalismo es particularmente fuerte.

La encuesta publicada por el diario mostraba al PT con un 33 por ciento de apoyo en San Pablo, contra un 14 por ciento para el PMDB. Todos los otros partidos juntos tenían un 10 por ciento, y el 43 por ciento eran indecisos.

Pero el sondeo muestra un importante apoyo para el PT también en otras capitales de estados y, en conjunto, un 22 por ciento de simpatías frente al 20 del PMDB. Fleischer dijo que la encuesta evidencia una nueva tendencia política.

### Fractura

La "izquierda" o "progresistas" del Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB), oficialista, resolvió constituir un Movimiento de Unidad Progresista (MUP), que constituye de hecho una disidencia dentro del partido.

La formación del sector "progresista" PMDB (el partido que gobierna el Brasil unido al reducido Partido del Frente Liberal, PFL) surgió como consecuencia de las serias divergencias evidenciadas en la convención extraordinaria del partido concluida el domingo en Brasilia.

01.01.

8706902

098

EXTERIOR A FINANCIERO 24/7/87

# Tormentosa oposición de Guimaraes a la negociación del Brasil con el FMI

*Brasilia (UPI) — El presidente del oficialista Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB), mayoritario en el Congreso, anunció que su partido se opondrá a cualquier cambio en la política de rechazar acuerdos con el Fondo Monetario Internacional para renegociar su deuda externa.*

*El presidente del PMDB, diputado Ulysses Guimaraes, hizo la declaración después de conocer que el ministro de Finanzas, Luiz Carlos Bresser Pereira, había declarado en Nueva York que intentaría convencer al partido de aceptar un acuerdo con el FMI.*

*"El FMI sólo ha perjudicado al Brasil y a los países subdesarrollados, cada vez que el FMI trato de dirigir nuestra economía, fue un desastre", dijo Guimaraes.*

*Ulysses Guimaraes*

*Guimaraes añadió que conversará con Bresser sobre el tema cuando el ministro regrese de los Estados Unidos, donde se ha reunido con autoridades estadounidenses y representantes de entidades financieras internacionales.*

*"Cuando el ministro regrese vamos a conversar. Quiero escuchar del ministro eso sobre el FMI", señaló Guimaraes.*

*El PMDB es la principal base de apoyo del presidente José Sarney, quien se encuentra empeñado en que el Congreso Constituyente apruebe su deseo de permanecer en el poder hasta 1990, definiendo su mandato en cinco años.*

*Bresser, integrante del PMDB, declaró a corresponsales brasileños en Nueva York que al Brasil le conviene aceptar un acuerdo con el FMI, argumentando que de esa forma el país podría obtener los créditos que necesita.*

*"Hay interés de nuestra parte en ir al FMI, eso permitiría que obtuviéramos dinero de los japoneses y nuevos préstamos de organismos internacionales", dijo Bresser al diario "Jornal do Brasil".*

*Las declaraciones del ministro fueron expresadas después de reunirse con el secretario del Tesoro de los Estados Unidos, James Baker, a quien prometió empeñarse para intentar un acuerdo con el FMI.*

*"Tengo la intención de defender este (un acuerdo con el FMI) junto a mi partido y a mi gobierno, éste es mi compromiso con Baker", dijo.El ministro viajó a Washington el lunes para reiniciar las negociaciones sobre el pago de la deuda externa, que estaban interrumpidas desde febrero.*

*Bresser tiene previsto reunirse hoy en Washington con el subsecretario de Estado de los Estados Unidos, John Whitehead y regresar después al Brasil.*

01 . 01

8706907

RS
098

A. FINANCIERO 22/07/87

La crisis económica impulsa el avance de la izquierda

# Califican de "explosiva" la situación política del Brasil

**San Pablo (Reuter, UPI)— La explosiva situación política brasileña se orienta en una dirección que no deja muy tranquilos a los acreedores del país.**

**Por primera vez, una encuesta de opinión acaba de mostrar que un partido que repudia completamente la deuda externa de 113.000 millones de dólares —la mayor del Tercer Mundo— está primero en las preferencias.**

**El sondeo fue publicado por el diario "Folha de Sao Paulo", poco antes de la partida del ministro de Finanzas, Luiz Carlos Bresser Pereira, a Washington para conversaciones sobre la deuda.**

**Se investigaron las opiniones en ocho ciudades grandes y los resultados mostraron al izquierdista Partido de los Trabajadores (PT), encabezado por el sindicalista "Lula", como el más popular con 22 por ciento de apoyo.**

## • Viraje

**El viraje político es notable, dado que hace nada más que ocho meses el gobernante Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB) obtuvo la más convincente victoria electoral de la historia del país.**

**El PMDB, que ganó la mayoría absoluta en el Congreso y 22 de las 23 gobernaciones de estado, es hoy un partido en crisis.**

**Un intento del nuevo gobierno por controlar la inflación, que en junio solamente**

*Luiz Bresser Pereira*

**alcanzó un record de 26 por ciento, ha traído cierta estabilización de los precios. Pero el gobierno no recuperó la popularidad.**

**"La población sigue estando sumamente descontenta", dijo David Fleischer, director de la Escuela de Ciencias Políticas de la Universidad de Brasilia. "Las grandes ciudades son polvorines listos para explotar."**

**Con un tercio de la fuerza de trabajo de 55 millones de personas cobrando el salario mínimo, equivalente a 66 dólares al mes o menos que eso, la reciente baja del nivel de vida ha incrementado la tensión social y beneficiado políticamente a los partidos de oposición.**

**Al mismo tiempo que las actitudes se endurecen en el Brasil, los banqueros también tensan sus músculos para un duro encuentro sobre la deuda.**

**Se estima que en las conversaciones que esta semana mantendrán en Nueva York Bresser Pereira y el gobernador del Banco Central, Fernando Milliet, obtendrán una respuesta fría a los pedidos de alrededor de 7000 millones de dólares en préstamos nuevos.**

**Los bancos aún están indignados por la decisión del Brasil en febrero de suspender los pagos de intereses de su deuda comercial de 68.000 millones de dólares, luego de una desastrosa baja del saldo de la balanza comercial.**

**Fleischer destacó que la convención nacional del PMDB se caracterizópor cierta retórica radical en la cuestión de la deuda.**

**Dijo que Bresser Pereira está bajo fuerte presión del partido para que no aminore la oposición del gobierno a suscribir acuerdos formales con el Fondo Monetario Internacional (FMI). Los banqueros dicen que un acuerdo con el FMI es esencial para que el Brasil reciba fondos nuevos.**

**Pese a todo el pesimismo, el saliente jefe de la Junta de la Reserva Federal, Paul Volcker, afirmó ayer que el gobierno del Brasil ha tomado medidas económicas "constructivas", y que espera que obtenga apoyo internacional para sus planes y necesidades crediticias.**

**Hablando ante la Comisión Bancaria de la Cámara de Representantes del Congreso, Volcker reiteró también su apoyo al plan Baker para las deudas externas**

01.01

8706908

## ...OS MILITARES PUEDEN VOLVER A TOMAR EL PODER"

# Advertencia de la Iglesia brasileña

...RASILIA, 14 (UPI y ...ter). — Los militares ...den volver a tomar el ...r" en Brasil, ya que ...xiste una Constitución ... establezca lo contra... y en cambio "aún está ...nte en el país la ley de ...uridad Nacional" que lo permite, advirtió el arzobispo de San Pablo, monseñor Pablo Evaristo Arns, en un reportaje publicado por el semanario uruguayo Aquí.

El sacerdote mencionó este ejemplo como una de las consecuencias que puede acarrear el retraso en la redacción de la nueva Constitución brasileña "Es fundamental y necesario —dijo— el trabajo del actual Congreso Constituyente, a fin de que se elabore una carta constitucional dentro de un plazo razonable". Agregó que para la Iglesia, la norma que se apruebe "debe responder a la seguridad nacional del pueblo y no del Estado o del gobierno, como fue hasta ahora".

El arzobispo de San Pablo —la diócesis más numerosa del mundo católico— se refirió también a la carga que representa para los brasileños el pago de la deuda externa, que supera los 108.000 millones de dólares. "No puede haber en Brasil un progreso social si cada año estamos obligados a pagar 12.000 millones de dólares en intereses", dijo.

"Brasil —expresó el prelado— está viviendo un proceso de transición hacia la democracia, pero que conlleva una situación socioeconómica que yo calificaría de muy grave, porque está impidiendo la democratización".

Arns consideró luego las coincidencias entre la historia del Brasil y las de los restantes países de Latinoamérica: "una historia —dijo— de prolongado colonialismo y explotación, bajo el dominio español o, en el caso brasileño, portugués". "Después —prosiguió— todos sufrieron el colonialismo inglés, y más tarde, el norteamericano".

El obispo Arns subrayó que la postura de la Iglesia brasileña es la de "apoyar todos los movimientos sociales dirigidos a la conquista del bien común, pero jamás a los intereses de un partido político".

"En mi carácter de hombre de iglesia —precisó— lo que me da más esperanza es la propia teología de la liberación y la actitud de liberación asumida por toda la Iglesia".

### Discrepancias castrenses

La polémica sobre la duración del mandato del presidente José Sarney incluyó hoy discrepantes opiniones entre la máxima autoridad del ejército y el último gobernante militar del país.

El ministro de ejército, general Leonidas Pires, sostuvo que la convocatoria a una elección presidencial en 1988 llevaría este año al Brasil a una virtual parálisis de grave impacto en uno de sus "peores momentos económicos".

Consideró además que una inmediata campaña electoral demandaría "gastos descomunales no productivos" con alto riesgo inflacionario, y se pronunció por un mandato presidencial de cinco años que permitiría a Sarney corregir las actuales distorsiones económicas.

01.01

8706929

A Fichaje Brasil

Archivar 098

DPTO. II (EXTERIOR) 1.9.87 F.D.S. FICHADO

# Renunció en Brasil el ministro del Interior

BRASILIA, 6 (ANSA, Reuter). —El ministro del Interior (Asuntos Regionales), José Francisco Cavalcanti, anunció hoy que había presentado su renuncia al presidente, José Sarney, por considerarse imposibilitado para ejecutar los programas de su cartera.

El Palacio del Planalto anunció también hoy que el presidente Sarney había aceptado la dimisión. Cavalcanti había asumido el cargo tres meses atrás, en sustitución de Ronaldo Costa Couto, quien pasó a desempeñarse como ministro jefe del gabinete civil de la presidencia.

**Conferencia de prensa**

En una conferencia de prensa que ofreció esta tarde, Cavalcanti —parlamentario del cogobernante Partido Liberal— declaró que había renunciado debido a discrepancias con el titular de la SUDENE (Superintendencia para el Desarrollo del Nordeste), Dorani Sampaio, quien estaba "creando dificultades". Afirmó que Sampaio es "protegido político" del gobernador del nordestino estado de Pernambuco, Miguel Arraes.

Clarín 7/8/87

01.01

8706931

C 038



BRASIL: LA ASAMBLEA CONSTITUYENTE SE ABRIO AYER CON UN POLEMICO ANTEPROYECTO

# Gigantesca "costura de remiendos"

*Un anteproyecto constitucional poco homogéneo y lleno de contradicciones respecto del modelo de país planteado comenzó a ser debatido ayer en el marco de la Asamblea Constituyente brasileña. Aunque muchos de los puntos del anteproyecto recibieran cuestionamientos desde las distintas bancadas dirigentes de los dos partidos del oficialismo —el Movimiento Democrático Brasileño y el Frente Liberal— continúan con sus gestiones para lograr un acuerdo que permita un trámite rápido de esta etapa de la labor de la Constituyente.*

Ulysses Guimaraes, presidente de la Asamblea Constituyente de Brasil (izq.) y Fernando Cardoso, sociólogo.

SAN PABLO, 15 (De nuestro enviado especial) — Pese a que en la coyuntura todas las miradas están puestas en los prolegómenos de la convención nacional del oficialista Partido del Movimiento Democrático Brasileño del próximo fin de semana, lo esencial de la actual realidad política del país comenzó a jugarse hoy en el inicio de una etapa fundamental de la Asamblea Nacional Constituyente, cuando el polémico anteproyecto elaborado por las comisiones pasó a ser discutido en 30 días de sesiones plenarias.

Ni siquiera el responsable último de su redacción, el jurista y diputado peemedebista Bernardo Cabral —relator de la comisión de Sistematización—, se sintió capaz de defender el texto del anteproyecto, bombardeado con aspereza desde los más diversos sectores políticos y sociales del país.

Con sus 496 artículos, el anteproyecto está unánimemente considerado como una gigantesca costura de remiendos", repleta de contradicciones y sin visión global homogénea del tipo de país que se pretende para, cuando menos, algunas varias décadas de años.

Es que, limitado por un reglamento interno que también aparece ahora intensamente cuestionado, el relator y sus colaboradores sólo pudieron dar una redacción final formalmente coherente a las propuestas que sobre cada aspecto de la institucionalización del país aprobaron nueve comisiones.

Cada una de estas comisiones —los que a su vez trabajaron sobre textos elevados por varias subcomisiones— plasmó en sus respectivos campos de acción proyectos cuya orientación dependió de la relación interna de fuerzas.

Así, las comisiones encargadas de proponer la normativa de la vida social del país —como los problemas de sindicalización, relaciones laborales, educación, salud y previsión social—, en función de la mayoría lograda por constituyentes ligados a los partidos de izquierda o a los sectores afines de los partidos oficialistas, aprobaron textos considerados "progresistas".

En las comisiones que analizaron los temas de orden económico, en cambio, de manera general consiguieron imponer sus tesis los representantes de los sectores políticos "conservadores" o de grandes decisiones económicas aunque, para aumentar las contradicciones también en zonas más particulares, algunos artículos de las propuestas correspondientes fueron impulsadas por la minoría de izquierda.

En cuanto a los temas políticos e institucionales, el resultado que muestra el anteproyecto es aún más difícil de atribuir a una u otra orientación de origen ideológico.

Por otra parte, también existe un generalizado consenso según el cual el anteproyecto constitucional, fuera de sus contradicciones ideológicas, está signado por la tendencia a la excesiva particularización, de modo de incorporar a cuerpos que deberían ser atribución de leyes ordinarias mucho más que de un texto constitucional.

Esto que el senador João Menezes, del Partido del Frente Liberal, socio menor del P.M.D.B. en el gobierno, caricaturizó con su afirmación de que "sólo falta indicar en el anteproyecto cuál es la hora de ir a la cama, de levantarse y de tomar café".

### ♦ Replanteo

Si la dinámica de la etapa abierta hoy en la Constituyente repitiera la de los cinco meses de trabajo de las comisiones, los analistas prevén un peligroso empantanamiento del proceso de transición democrática, pero existe una extendida determinación de los líderes de los distintos partidos con representación en la Constituyente en el sentido de replantear los métodos de trabajo.

Son varias y de distinto origen las campañas iniciadas para lograr una negociación entre todos los partidos y sectores internos de modo de acordar, cuando menos, un esqueleto de texto constitucional que garantice coherencia y homogeneidad al texto definitivo.

Desde hace ya algunas semanas, y como expresión de una corriente colocada en el centro político —ya no ideológico— del efectivo espectro de posiciones que muestra la constituyente, viene operándose un intento de conciliación protagonizado por el presidente del P.F.L., el senador Marco Maciel.

Maciel tomó la sorpresiva —y cuestionada en el ámbito de su propio partido— decisión de iniciar la ronda de consultas con los dos principales dirigentes de oposición al gobierno desde la izquierda: Leonel Brizola, del Partido Democrático Trabalhista, y Luis Ignacio da Silva, "Lula", del Partido de los Trabajadores.

La semana pasada culminó esa primera ronda con una reunión con el presidente del P.M.D.B. y de la Constituyente, Ulysses Guimaraes, a cargo de la presidencia del país desde hoy y hasta que Sarney retorne de su visita a la Argentina.

Según afirmó Maciel —quien pretende reiniciar las negociaciones después de la convención del P.M.D.B.—, existen claras condiciones para lograr, como cauce del resto de los trabajos de la constituyente, una suerte de Pacto de la Moncloa brasileño que, como ese referente español posfranquista, genere un acuerdo inicialmente político para alcanzar después ulterioridades en el campo económico y social.

Desde el P.M.D.B., se plantean una tarea similar —y no necesariamente excluyente— el jefe de la bancada partidaria en el Senado, Fernando Henrique Cardoso, ahora de regreso en el ala izquierda del partido, y el propio relator de la comisión de Sistematización, Bernardo Cabral.

Entre los puntos considerados como "inconciliables" figuran nada menos que la definición de la duración del mandato de Sarney, la definición en cuanto al sistema presidencialista, parlamentarista o "mixto" de gobierno, estabilidad en el empleo y reducción a 40 horas semanales de la jornada laboral; alcances de la reforma agraria y amnistía a militares sancionados a partir de 1964.

La realidad, sin embargo, muestra que esa lista puede ampliarse. Desde hace dos días, por especial indicación del gobierno, su representante en la Constituyente, diputado Carlos Sant'Anna, viene intentando eliminar una decisión incorporada a último momento en el anteproyecto que prohíbe la conversión de parcelas de la deuda externa en capital de riesgo.

Se trata, precisamente, una de las variantes previstas por el ministro de Hacienda, Luis Carlos Bresser Pereira, para conseguir una renegociación favorable con los acreedores externos que podría incluir el fin de la moratoria en el pago de los intereses del capital debido a los bancos privados que está vigente desde febrero pasado.

Carlos Eichelbaum
Copyright Clarín, 1987

01.01

8706932

ARCHIVAR EN: Brasil (098)

TEMA: La integración con el Brasil

PROCEDENCIA: La Nación 22/4/87

ARCHIVADO EN: Argentina (084)

01.01 8706934

ARCHIVAR EN: Brasil (098)

TEMA: La visita de Sarney y un contexto complicado.

PROCEDENCIA: Clarín 16/2/87

ARCHIVADO EN: Argentina (084)

01.01 8706935

Página 24 ★ ECONOMIA

BRASIL Y LA CAPITALIZACION

# Suspenden tratativas

BRASILIA, 6. — Brasil suspendió temporariamente el análisis de propuestas extranjeras para la conversión de parte de su deuda externa en inversiones directas, confirmaron hoy distintas fuentes oficiales.

Un vocero oficial del Banco Central dijo a Reuter que la Dirección del Area Externa de esa institución suspendió el estudio de las propuestas "de varias empresas que estaban en proceso de análisis".

Explicó que la medida tendrá carácter temporario y que se prolongará en tanto el gabinete económico del presidente José Sarney adopta normas y reglamentos oficiales actualmente en estudio.

El portavoz Reinaldo Ferreira dijo también que la medida estaba encaminada a revaluar las propuestas extranjeras, que crecieron "enormemente" durante los dos últimos años.

Explicó que las propuestas aprobadas en 1985 totalizaron 150 millones de dólares, en tanto que en 1986 ascendieron a 220 millones y a 376 millones de dólares durante el primer semestre del presente año.

Agregó que están pendientes de estudio ofertas por 487 millones de dólares.

Paralelamente, otro vocero oficial del Ministerio de Hacienda confirmó que el gobierno analiza "distintas ideas" para reglamentar esa conversión.

Francisco Baker, portavoz del ministro Luis Carlos Bresser Pereira, agregó que, sin embargo, "hasta el momento no existen decisiones".

01.01

3706964

0988

LA NACIÓN



# En Brasil, el descontento dio paso a la indignación

Por Jorge Emilio Gallardo
(Enviado especial de LA NACION)

RIO DE JANEIRO, 2.– El juez que decidió aquí aumentar en un 40 por ciento los precios de los pasajes del transporte público urbano es un fatalista convencido. Acaba de asegurar que su decisión, puesta en práctica el lunes y casi inmediatamente dejada sin efecto, se debió en primer lugar a que la Constitución garantiza y asegura a los concesionarios de servicios públicos una justa remuneración. Pero además, dijo haberse inspirado en la propia política del gobierno, que al tiempo de congelar precios –inclusive de las tarifas de transporte– elevó el valor del combustible (digamos nosotros que en un quince por ciento), además del pan, la leche y los aranceles escolares.

Así las cosas, el juez Ivaldo Correia da Souza aseguró con aparente seriedad que se considera libre de toda responsabilidad por la violencia desatada tras su determinación. Simplemente dijo: "Fui víctima de una fatalidad".

Por una parte, el juez Souza puso el dedo en el tema social, seguramente la más dolorosa prioridad de las mayorías que luchan por la subsistencia. Por otro lado, arrimó fuego a una pira de leña bien seca, lista para encenderse y provocar fisuras en este régimen "de transición a la democracia".

La acción de dañar más de 100 ómnibus e incendiar unos 40 fue considerada espontánea por el líder cenetista de la central única de trabajadores, pero el gobernador Moreira Franco la atribuyó a "brigadas fascistas". Como 8 días atrás el presidente Sarney y su comitiva fueron objeto de una pedrea que el Gobierno habría creído planeada por el dirigente opositor Leonel Brizola, un clima de violencia parece rondar por aquí nada casualmente, mientras ayer, miércoles, la central obrera demostró, en el mismo escenario céntrico de los desórdenes del lunes, que es posible reunir ordenadamente unos 4000 manifestantes. Las consignas de éstos fueron adversas al gobierno, en reclamo de elecciones directas y por la libertad de los presos políticos. En San Bernardo del Campo, ciudad del Estado de San Pablo, 10.000 manifestantes se expresaron contra la recesión y el desempleo, dadas las casi 5000 cesantías producidas, últimamente en varias grandes fábricas de automotores.

Estos hechos, como todos los actos políticos que se produzcan a partir de ahora en el Brasil, deberán ser referidos a una situación social de descontento que ha crecido hasta la indignación. Manipulados o espontáneos, los desórdenes de los últimos días guardan relación directa con la decepción popular y ya hemos registrado tiempo atrás las contradicciones entre el programa electoralista del Gobierno y los resultados concretos de la política global adoptada.

(c) LA NACION

# Alan García y Sarney tratan proyectos de integración

RIO BRANCO, Brasil, 2 (ANSA).– Los presidentes del Brasil, José Sarney, y de Perú, Alan García, iniciaron aquí dos días de reuniones para examinar proyectos de integración, cooperación e intensificación de las relaciones bilaterales, incluidos en la Declaración de Río Branco, la que deberá ser suscripta por los dos jefes de Estado.

Las ciudades amazónicas limítrofes de Río Branco (capital del Estado de Acre) región oeste del Brasil y Puerto Maldonado (departamento peruano de Madre de Dios), distante a 1400 kilómetros de Lima, son los marcos políticos de los entendimientos.

Según fuentes diplomáticas, la deuda externa de América latina, especialmente las contraídas por el Brasil y Perú, los esfuerzos entre el Brasil, la Argentina y Uruguay, la paz centroamericana, el desarrollo económico de América latina, entre otros, son temas que fueron abordados por los dos mandatarios.

No obstante, según los observadores, la propuesta de pago peruana respecto de la deuda que mantiene con Brasil, de 400 millones de dólares, reescalonamiento de los plazos, intereses y cuotas por servicios de la deuda con parte de pago de productos similar al acuerdo firmado con los soviéticos, son señalados, junto con la interconexión vial de ambos países, como uno de los asuntos destacados en debate.

01.01

0706979

098

# Manifestantes apedrearon a Sarney en Río de Janeiro

## Atacaron el ómnibus en el que viajaba con su comitiva y sufrió heridas leves en una mano; acusó al Partido Trabalhista

RIO DE JANEIRO, 26 (ANSA).– El presidente, José Sarney, resultó ligeramente herido en una mano por astillas del vidrio de una ventanilla de un ómnibus durante las protestas e incidentes ocurridos en esta ciudad con motivo de la visita del jefe del Estado.

A la vez, su yerno y secretario privado, Jorge Murad, resultó con cortes en el rostro; el presidente de la empresa oficial de radiodifusión (Radiobrasil, Antonio Martins, con un pequeño corte en la cabeza, y el presidente de la Legión Brasileña de Asistencia (LBA), Marcos Villaca, con leves heridas en un brazo, también por las astillas del vidrio roto.

El presidente y sus acompañantes viajaban en el ómnibus de la comitiva presidencial, que fue apedreado por una multitud.

### Violentas protestas

RIO DE JANEIRO, 26 (Reuter).– Manifestantes opositores lanzaron piedras contra el presidente José Sarney, quien se trasladaba en un ómnibus durante la visita que efectuó a Río de Janeiro.

Dos de las ventanas del vehículo volaron en pedazos en lo que el diario O Estado de Sao Paulo definió como una de las "más violentas protestas contra un presidente del Brasil desde 1977", cuando el ex mandatario militar José Baptista Figueiredo fue atacado a pedradas por una multitud en la ciudad meridional de Florianópolis.

El diario Gazeta Mercantil señaló que, en el avión que lo llevó de vuelta a la capital, Sarney acusó de la agresión a militantes del Partido Democrático Trabalhista (PDT).

"Hubo un ataque. Pero más que contra el presidente de la República fue contra las instituciones democráticas", señaló el jefe del Estado.

### Sindicalistas y militantes

Los manifestantes, sindicalistas y militantes del PDT, protestaban contra el reciente paquete económico oficial que incluye la supresión de una cláusula gatillo para el ajuste de los salarios en relación con la inflación, que actualmente es de un 20 por ciento, aproximadamente.

Esta es la segunda manifestación violenta contra Sarney desde que se hizo cargo del poder en marzo de 1985 para terminar con 21 años de régimen militar en el país.

LA NACION 27/6/87

01.01

8706985

A. FINANCIERO
30/6/87

EXTERIOR

Las mayores firmas anuncian licencias masivas

# La industria automotriz del Brasil ante su peor crisis

**San Pablo (Reuter, AFP) — Las empresas más grandes de la industria automotriz brasileña, un sector que atraviesa la peor crisis en su historia debido a una abrupta caída en la demanda, concedieron ayer licencia colectiva a miles de sus empleados.**

**Voceros de Autolatina, la empresa creada tras la fusión de Volkswagen y Ford Motor Co. en el Brasil y en la Argentina, afirmaron que enviarían de vuelta a sus hogares a casi 9000 de sus 56.500 empleados después de haber despedido a 4000 obreros el viernes pasado. De la misma manera General Motors do Brasil, una subsidiaria de la GM de los Estados Unidos, anunció que otorgaría una licencia de 10 días a una importante porción de sus 22.000 empleados a partir de mañana. Por su parte, Fiat Spa informó que concedería un mes de vacaciones a 2000 de sus trabajadores desde el 6 de julio.**

**La crisis del sector llevó al gobierno del presidente José Sarney a anular un impuesto de 15 por ciento implementado el año pasado y que tenía el objetivo de apaciguar la espectacular demanda de automóviles generada por el auge consumidor provocado durante el efímero plan cruzado.**

**Simultáneamente los concesionarios automotores anunciaron ayer que darían fin al boicot de ventas, iniciado el 16 de junio pasado y que impusieron en protesta por la excesiva presión fiscal que debía soportar el sector. A pesar de la supresión del impuesto de 15 por ciento (que originalmente fue de 30 por ciento) los concesionarios se quejan de que las demandas del fisco continúan siendo excesivas. El impuesto sobre cada automotor vendido es de 108 por ciento.**

• Pronósticos

**El director de relaciones comerciales de Autolatina, Jacy Mendoza, pronosticó la semana pasada que éste sería el peor año en la historia de la industria automotriz brasileña y agregó que las ventas para 1987 estarían por debajo del nivel de 580.000 unidades vendidas en 1981. "Tendremos suerte si logramos vender 550.000 unidades este año", dijo el industrial.**

01.01

8706992

La Nacion 30/06/87

# Consideran el ataque contra Sarney como un acto de guerrilla urbana

RIO DE JANEIRO, 29 (ANSA). – El director general de la Policía Federal, Romeu Tuma, dijo que el presunto atentado contra el presidente José Sarney, ocurrido el jueves en esta capital, fue un típico episodio de guerrilla urbana.

Sin embargo, el ex secretario de Seguridad de San Pablo coronel (R) Sebastiao Ferreira Chaves opinó que no cree que haya habido tal "atentado", porque, señaló, "el presidente pudo haber sido fácil víctima fatal de ellos (los atacantes) –tal la comodidad con que llegaron– si realmente hubiesen querido eliminarlo".

El día del atentado, Sarney salía de un acto en un museo cuando un grupo de unos 20 manifestantes, apoyados por una multitud que coreaba consignas contra el presidente, arrojó piedras contra el ómnibus en que viajaba el mandatario.

Un mulato alto, de chaqueta y corte de cabello tipo militar, rompió con un hacha el vidrio de la ventanilla junto a la cual estaba Sarney y las astillas llegaron a herir una mano del presidente y el rostro de su secretario particular y del presidente de la Empresa Brasileña de Radiodifusión (Radiobras).

El ministro de Justicia, Paulo Brossard, se refirió a los integrantes del grupo del atentado como "un grupejo insignificante" y no quiso comentar la denuncia de que podría tratarse de partidarios del ex gobernador Leonel Brizola. Se limitó a señalar que el hecho "coincide con las prácticas de los regímenes nazis y fascistas".

En algunos sectores militares se piensa que el atentado pudo haber sido de derecha, pues "hay una minoría de oficiales de reserva y activa interesada en crear problemas, mucho más en función de intereses personales contrariados, actitud que no tiene respaldo en la oficialidad", según el brigadier Paulo Costa.

El coronel Ferreira Chaves admitió por su parte que "hay grupos de derecha, y no sólo de izquierda, interesados en causar problemas al Gobierno", y acotó que "estos grupos son remanentes del régimen militar".



8706999

0988



# Brasil: la nueva Constitución divide al país

Brasilia (UPI) — La Asamblea Nacional Constituyente del Brasil inició ayer un ciclo de debates sobre la nueva Carta Magna, con la discusión en torno al futuro sistema de gobierno del país, poco más de dos años después del retorno al sistema democrático, tras dos décadas de régimen militar.

Un sector vinculado a la izquierda es favorable al sistema parlamentarista de gobierno, mientras que sectores de derecha prefieren el actual sistema presidencialista.

"Si la izquierda radicaliza hacia un parlamentarismo puro, nosotros radicalizaremos hacia un presidencialismo puro", advirtió el diputado Carlos Santana, jefe de la bancada del gobierno en la Constituyente vinculado a sectores conservadores.

Escribe Walter Sotomayor
de la agencia "UPI"

El diputado Roberto Freire, del Partido Comunista Brasileño, defendió el parlamentarismo y las elecciones directas para presidente de la República. El actual sistema, heredado del régimen castrense, llega a la designación del jefe de Estado por parte de un colegio electoral.

"Todas las crisis políticas se resolverían en forma más democrática, pues si el gobierno fracasa cae sólo el gabinete", dijo el dirigente comunista.

En el Brasil no se realizan elecciones presidenciales directas desde hace 27 años. Desde 1964, cinco generales y un civil fueron designados para el cargo por el colegio electoral integrado por parlamentarios.

Los 559 constituyentes podrán someter el tema del sistema de gobierno y otros 8 asuntos polémicos a un plebiscito hacia fin de año.

El Congreso con poderes constituyentes comenzó a elaborar la nueva Carta Magna en febrero para reemplazar a la otorgada por los militares en 1969.

El Brasil tuvo un parlamentarismo durante la monarquía (1822 a 1889) y durante la vida republicana entre 1961 y 1963.

01.01 18707002

R 098

CLARIN — Buenos Aires, jueves 16 de julio de 1987

1.387 MILLONES DE DOLARES EN JUNIO

# Brasil con rédito externo

RIO DE JANEIRO, 15 (EFE). — El superávit comercial brasileño del mes de junio —1.387 millones de dólares— resulta el mayor de la historia del país tras el registrado en agosto de 1984, superior en nueve millones.

Al comentar estos resultados, el presidente de la carteira de Comercio Exterior del Banco de Brasil, Namir Salek, señaló como dato más importante que "las exportaciones crecen sin perjudicar la oferta interna y con las importaciones estabilizadas".

Añadió que estos buenos resultados de junio se producen justo un mes después de la devaluación del cruzado en un 9,5 por ciento.

**♦ Exportación en alza**

Señaló también que las exportaciones continúan en expansión, con una media diaria entre 130 y 140 millones de dólares.

La previsión para el segundo semestre del año es que las exportaciones no superarán los 10.616 millones de dólares, mientras que en compras se gastarán 7.257 millones.

Namir Salek afirmó que "hace dos meses nadie creía que terminaríamos el año con un superávit de 8.000 millones de dólares".

"Sin duda —precisó— en junio conseguimos un gran resultado y nuestra balanza comercial está perfectamente ajustada."

Según se informó las exportaciones brasileñas durante el mes de junio alcanzaron los 2.681 millones de dólares, lo que representa un aumento del 31,98 por ciento respecto del mismo mes del año anterior, y las importaciones llegaron a los 1.294 millones.

Con estos resultados, el superávit acumulado del primer semestre alcanzó los 3.570 millones de dólares, todavía muy lejos de los 6.169 del mismo período de 1986.

Las exportaciones durante los primeros seis meses del año alcanzaron los 9.154 millones de dólares, un 11,83 por ciento menos que el año pasado, mientras que las importaciones fueron de 5.282 millones, un 12,17 por ciento más que en 1986.

Las principales ventas brasileñas en el exterior correspondieron a los automóviles, soja y café, mientras la principal partida de importación fue el petróleo y sus derivados.

Según los datos, Brasil vendió en junio 96.000 toneladas de café, con unos ingresos totales de 105 millones de dólares.

01.01

8707031

ARCHIVAR EN: Brasil (098)

TEMA: Firmen Convenio para la Integracion.

PROCEDENCIA: Claus 16/7/87

ARCHIVADO EN: Argentina (084)

01.01

8707041

PSC

098

# Advertencia del BID al gobierno brasileño

**Wáshington, 6 (ANSA) – Un conflicto de graves consecuencias futuras estalló hoy entre el Banco Interamericano de Desarrollo (BID) y el gobierno del Brasil.**

**El BID lanzó hoy una advertencia de que podría verse obligado a suspender los desembolsos de unos préstamos para la construcción de carreteras en la región amazónica.**

**La institución bancaria expuso públicamente, por primera vez, su extrema preocupación por las consecuencias que sufrirían tanto el medio ambiente amazónico como la situación de diversas tribus indígenas si los trabajos en Brasil continúan en las actuales condiciones.**

**Brasil es uno de los países fundadores del BID y de los que ha recibido más préstamos de la institución.**

**El BID lanzó hoy un comunicado, redactado en términos cuidadosos —presumiblemente para no ofender al gobierno brasileño–, donde se trasluce el conflicto, poco común, entre un organismo multilateral y uno de sus miembros más prominentes.**

**Lo que está en discusión es la construcción de la carretera Porto Velho-Río Branco entre los estados de Acre y Rondonia, que estaría afectando el medio ambiente y a los indios que por allí habitan.**

**La decisión fue tomada por el Comité del Medio Ambiente del BID, "luego de considerar nuevos informes provenientes del terreno".**

## Información adicional

**Según el comité aludido, el Brasil debería ofrecer información adicional sobre las "demoras" en la aplicación de "ciertas obligaciones contractuales".**

**El BID ha resuelto, en consecuencia, dar un ultimátum al Brasil, de 60 días, para que dicho gobierno entregue "cualquier información que considere relevante en conexión con su acatamiento de las providencias del contrato de préstamo".**

**Finalmente, la amenaza de suspender los pagos: "el banco debe considerar esta información al tomar una determinación que sobre si debe suspender los desembolsos".**

**Desde hace unos tres años se sabe que el BID y el Banco Mundial tenían problemas con el Brasil sobre la cuestión del medio ambiente amazónico.**

01.01

8707043

ARCHIVAR EN: Brasil (038)

TEMA: ¿Un eje Argentina - Brasil contra la deuda externa?

PROCEDENCIA: A. Financiero 7/8/87

ARCHIVADO EN: Argentina (084)

01.01 8707044

Amigos Bibliotecas

098 CS

LA PRENSA 30/6/87

# Potencial de América: Itaipú

Por Miguel Albornoz

Asunción, junio de 1987

**Donde se siente la emoción de la grandeza y la energía potencial de nuestro continente, es ante la represa de Itaipú, hazaña de cooperación binacional entre dos países fronterizos, Brasil y Paraguay, que constituye la represa más grande del mundo y que está convirtiendo al Paraguay en un gran exportador de energía hidroeléctrica.**

Si se quiere enumerar prioritariamente, según la capacidad total de planta, según las publicaciones del Departamento del Interior de los Estados Unidos, las ocho represas mayores del mundo son, en su orden: Itaipú en el río Paraná, Gran Coulee del estado de Wáshington, la de Guri en Venezuela, de Tucuruí en el Brasil, Sayano Shusensk y Krasnoyarsk de la Unión Soviética, Corpus-Christi de cooperación entre la Argentina y el Paraguay y La Grande 2 de Canadá.

Se trata de una obra gigantesca que, en un principio, no logró el apoyo del Banco Mundial pero que, en la actualidad, considerado el empuje de cuanto se ha hecho con otras fuentes de financiamiento, ya ha encontrado aprobación y respaldo de dicho banco que es organismo especializado del sistema de las Naciones Unidas.

El área total del río Paraná que comprende la cuenca del proyecto, es de 820.000 kilómetros cuadrados. El lago artificial formado al efecto tiene 200 kilómetros de largo por siete de ancho. En esa parte el río Paraná solía tener solamente 400 metros de ancho con un inmenso volumen de agua que hoy ha cubierto vastas extensiones de tierra. Unos 625 kilómetros cuadrados del lago corresponden al Paraguay; unos 833 kilómetros cuadrados, al Brasil. Ya el lago cuenta con abundante pesca: su elevación hizo que tragara al antiguo salto del Guairá.

La construcción resulta verdaderamente faraónica y ha sobrepasado la grandeza de la pirámide de Cheops, pues la altura de ésta, la única de las Siete Maravillas del Mundo antiguo que sobrevive, es de 137 metros mientras que la obra de Itaipú, de la fundación al coronamiento, es de 198 metros de altura.

Es admirable como los dos países, Paraguay y Brasil, han manejado sus relaciones internacionales empleando un lenguaje de proyectos que, además de acertadas formulaciones teóricas, tienen el mérito de cumplirse a cabalidad. Se trata del aprovechamiento hidroeléctrico en común de los recursos hidráulicos del río Paraná, habiéndose creado al efecto, en igualdad de derechos y obligaciones, una entidad binacional, con sedes en Asunción y Brasilia.

La casa de máquinas aloja a 18 turbinas. Cada unidad, de tipo Francis, tiene una potencia nominal de 700.000 kilovatios, o sea que la capacidad instalada total es de 12,6 millones de kilovatios.

Como el programa está cumpliéndose según lo previsto, a esta fecha están ya en marcha seis turbinas, cuatro de ellas para el Brasil, con salida de 110 voltios y 60 ciclos, y dos para el Paraguay con salida de 220 voltios y 50 ciclos. En el presente año se terminarán turbinas en abril, julio y diciembre. Entre 1988 y 1990 se avanzará a razón de tres por año hasta terminar el proyecto de 18 turbinas. Además, se contempla construir dos de reserva.

Ya hay un aprovechamiento actual de la energía hidroeléctrica obtenida: Brasil utiliza su parte llevando energía a San Pablo a 1.800 kilómetros de distancia: creen que Itaipú abastecería las necesidades energéticas de cinco estados del Brasil. A su vez, ya está el Paraguay utilizando de 70 a 80.000 kilovatios/hora y está comenzando a exportar energía hidroeléctrica.

El Paraná es uno de los siete ríos más grandes del mundo. Tiene una longitud casi de 4.000 kilómetros y una cuenca hidrográfica total de 3 millones de kilómetros cuadrados. Nace en el Brasil y es el límite natural entre Brasil y Paraguay en unos 190 kilómetros. El desnivel de agua aprovechable para los dos países en ese trayecto es de 120 metros y un caudal medio de 9.070 metros por segundo, según cifras de los últimos 40 años. El coronamiento de la cota del proyecto de Itaipú está a 225 metros sobre el nivel del mar.

Desde cuando se firmaron los primeros documentos entre los mandatarios de los dos países en 1973 y se iniciaron los trabajos en 1974, se ha formado una considerable comunidad de trabajadores en que un 70 por ciento de los brasileños y un 30 por ciento de paraguayos, especializados en sus tareas, conviven de modo cordial y apacible. Se habla allí una extraña y alegre mezcolanza de lenguas que se llama "portuñolai" (portugués, español, guaraní). Las primeras unidades de energía eléctrica, de 700.000 kilovatios cada una, fueron puestas en marcha en octubre de 1984.

El lugar de la central de Itaipú está inmediatamente aguas arriba del puente de la Amistad, que une la ciudad Presidente Stroessner, en el Paraguay, con la de Foz de Iguazú, en el Brasil.

La primera represa estaba concluida en 1982 y se procedió después a la formación del embalse de la enorme masa de agua. Se bajaron las once compuertas de la estructura de desvío en apenas ocho minutos y se inició el llenado del embalse que se cumplió en 14 días y 4 horas. Desde entonces no solamente se posibilitó el accionamiento mecánico de las unidades generadoras de Itaipú, sino que se pasó a tratar del Plan Básico para la Conservación del Medio Ambiente, una vez restablecido el flujo normal del río Paraná, aguas abajo de la represa. Se trata de proteger el ambiente físico del aire, el suelo y el agua, el biológico de la flora y fauna, tanto terrestres como acuáticas, y el social en el paisajismo, la arqueología y la historia, la salud y el saneamiento.

El suave clima de la región del Alto Paraná no se ha visto alterado por la represa. Más bien el embalse permite estudiar la calidad de las aguas en los efectos de los pesticidas para su regulación y se hacen constantemente análisis a fin de vigilar toda posibilidad de polución orgánica o química y microorganismos que pudieran afectar las aguas. Al mismo tiempo se las trata para facilitar el abastecimiento doméstico, irrigación de hortalizas y frutales, así como para deportes náuticos y recreación acuática, etcétera.

De esta suerte, con obras como la monumental Itaipú, estos confines del centro de la América del Sur, salvan el inconveniente de su mediterraneidad con obras de utilización multinacional del enorme potencial hidroeléctrico de nuestra región y vienen así a dar el aporte que demanda el desarrollo de toda América latina.

01-01

0707057

La duración del mandato presidencial puede provocar la escisión del partido del gobierno

# Sarney acosado por el ala izquierda del oficialismo

*San Pablo (UPI) — Parlamentarios del ala izquierdista del gubernamental Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB), mayoritario en el Congreso, lanzaron ayer fuertes críticas contra el presidente José Sarney, haciendo aumentar los rumores sobre una posible ruptura del partido.*

*Las críticas contra el presidente fueron realizadas durante una reunión de más de 30 parlamentarios de la llamada "ala izquierda" del PMDB.*

*"Antes teníamos un régimen militar explícito, ahora tenemos uno implícito", señaló el diputado Fernando Lyra, ex ministro de Justicia de Sarney, sintetizando el criterio de que la influencia militar en el gobierno viene acrecentándose a consecuencia de la crisis económica y de las divisiones internas.*

*Durante su intervención en la reunión, realizada en la Cámara de Diputados, Lyra también calificó a Sarney de "usurpador" en referencia a la posición del presidente de desconocer la autoridad del Congreso Constituyente para fijar la duración de su mandato.*

*Pese a haber admitido antes que la duración de su mandato sería fijada por el Congreso Constituyente, desde hace dos meses el presidente anunció que pretendía permanecer en el cargo hasta 1990, cumpliendo cinco años en la presidencia.*

José Sarney

*La duración del mandato presidencial es el tema que divide al partido con más intensidad. Un sector apoya a Sarney, pronunciándose por un mandato de cinco años, mientras otro considera que el mandato se debe reducir a cuatro años, lo que implicaría elecciones presidenciales a fines de 1988.*

*La división concurre con la grave crisis económica que sufre el país, que ha mermado fuertemente la popularidad de Sarney, según diversas encuestas que muestran un repudio popular generalizado a la posición presidencial.*

*Políticos y analistas coinciden en que la posible ruptura del PMDB podría suceder durante la convención nacional del partido, prevista para dentro de dos semanas y en la cual, entre otros temas, se fijará la posición del partido sobre la controvertida duración del mandato de Sarney.*

*Los pronósticos sobre qué posición saldrá victoriosa en la convención son cautelosos, pero políticos y analistas coinciden en que difícilmente el grupo minoritario acatará la posición mayoritaria.*

01.01

8707092

"NO ES UNA CRISIS POLITICA"

# La confrontación Sarney-P.M.D.B., a punto de ruptura

BRASILIA, 7 (AFP, ANSA, EFE y Reuter). — En el marco de un súbito agravamiento de las ya tensas relaciones entre el mandatario brasileño y la principal fuerza oficialista —el Partido del Movimiento Democrático Brasileño—, por primera vez protagonizaron un duro cruce verbal el presidente José Sarney, a propósito de los límites de su autoridad, y el titular del partido y de la Asamblea Constituyente, Ulysses Guimaraes, vicepresidente de hecho del país y figura considerada como garante del equilibrio del actual proceso de transición democrática.

Ayer, Guimaraes había acusado al presidente de perpetrar una "afrenta" al P.M.D.B. —lo que para algunos observadores constituye un anticipo de la inminencia de la ruptura—, a lo que Sarney respondió hoy, en el curso de la tercera conferencia de prensa desde que asumió el gobierno, que "mayor afrenta es que el presidente no tenga capacidad de ejercer plenamente su autoridad".

La crisis se precipitó anteayer, en la misma conferencia de prensa, Sarney ratificó hoy su decisión de permanecer en el cargo 5 años, hasta 1990, mientras que la oposición y sectores crecientes del P.M.D.B. protagonizan una campaña a favor de elecciones presidenciales directas en 1988.

La discusión pública entre Sarney y Guimaraes reconoce como causa inmediata el episodio de la renuncia, ayer, del ministro de Interior, José Francisco Cavalcanti, dirigente del Partido del Frente Liberal, socio menor de la coalición de gobierno y en abierta disputa por espacios de poder con el P.M.D.B.

En Brasil, el ministerio de Interior es el responsable de la administración de los planes de promoción regionales, el más importante de los cuales, tradicionalmente, tiene como destinatario a los estados del Nordeste, los más pobres del país.

Cavalcanti renunció tras acusar a la Superintendencia de Desarrollo del Nordeste, SUDENE, de impedirle el ejercicio

Francisco Cavalcanti

de su cargo, por lo cual Sarney, tras aceptarle la renuncia, también dispuso la cesantía del titular de este organismo, Dorany Sampaio, uno de los dirigentes más próximos al gobernador de Pernambuco y líder histórico de la izquierda posmodernista Miguel Arraes. Esta cesantía fue la que Guimaraes calificó de "afrenta".

Hoy mismo, en Pernambuco, tuvo lugar un masivo acto de la campaña por "directas ya" —a las que adhiere Arraes—, del que, junto con los líderes de la oposición de izquierda Leonel Brizola, del Partido Democrata Trabalhista, y Luis Ignacio da Silva, del Partido de los Trabajadores, participó también el presidente de la bancada del P.M.D.B. en la Asamblea Constituyente, senador Mario Covas.

Desde la convención del P.M.D.B. realizada en Brasilia el mes pasado —en la que el partido decidió no pronunciarse sobre el mandato de Sarney pese a las presiones del mandatario— las relaciones entre Guimaraes y el presidente sufrieron un abrupto deterioro y en fuentes posmodernistas se insiste en que el líder partidario, hasta ahora partidario de los 5 años, estaría pensando en sumarse a la campaña "prodirectas".

♦ Amnistía y pacto

En la conferencia de prensa de hoy, Sarney descartó de todas maneras, la existencia de una crisis política en el país y manifestó su convicción de que tanto el P.M.D.B. como el P.F.L. lo apoyarán en su decisión de gobernar 5 años.

Aseguró que ese es el plazo mínimo para cumplir con su "deber y misión históricos de consolidar la democracia y solucionar los graves problemas económicos que afectan al país".

También informó sobre su proyecto de amnistiar a los militantes del P.D.T. y del P.T. acusados de impulsar la agresión con piedras al micro presidencial cuando transitaba por el centro de Río de Janeiro, el pasado 30 de junio.

01.01

8707140

# Críticas de Sarney a los partidos políticos

Brasilia, 7 (UP) – El presidente del Brasil, José Sarney, dijo hoy que ejercerá su autoridad con plenitud y se quejó por estar pagando un precio muy alto para cumplir compromisos asumidos con los dos partidos políticos que sustentan su gobierno.

Sarney, de 57 años, en su tercera conferencia de prensa en dos años de gobierno, censuró a los políticos que tratan de obstruir el ejercicio de su autoridad.

"El presidente debe ejercer su autoridad con plenitud. Los partidos deben ayudarlo para ello y no cercenarle su autoridad", puntualizó el mandatario.

Sarney enfrentó en la víspera la renuncia del ministro del interior, Joaquim Francisco Cavalcanti, quien fue reemplazado por Joao Alves. La dimisión obedeció a las presiones y diferencias generadas entre los miembros del partido del Movimiento Democrático Brasileño y del Frente Liberal que integran la coalición gubernamental.

Explicó que sus asesores tienen que ser nombrados de acuerdo con un criterio político, como consecuencia de compromisos asumidos con los partidos.

Sarney manifestó que aprendió a dialogar en sus 27 años de vida parlamentaria y que siempre estará dispuesto a escuchar, pero rechazó cualquier limitación de su autoridad.

Como prueba de su espíritu conciliador anunció durante la conferencia de prensa una amnistía a militantes de un partido político de izquierda, que fueron acusados, con base en la ley de seguridad nacional, como responsables por el atentado de que fuera víctima el propio mandatario hace un mes, en Río de Janeiro.

Refiriéndose a los problemas económicos que el país enfrenta, reiteró su intención de llevar adelante una apertura que permita la inversión extranjera, actualmente declinante.

"Brasil no debe tener miedo a nada", acotó tras lamentar el bajo índice de inversiones que disminuyeron la capacidad de modernización industrial del país.

"Tenemos que abrir el país, no para que sea colonizado, sino para que participe en la economía mundial en el momento en que el mundo entero dispone de recursos", agregó.

## Integración con la Argentina

El mandatario brasileño destacó que con su colega argentino, Raúl Alfonsín, pasarán a la historia latinoamericana por su visión para emprender el proceso de integración económica.

Mencionó la creación de un fondo de inversiones de 400 millones de dólares y la creación de una moneda común –el gaucho– como instrumento de esa integración económica.

Destacó también las posibilidades de ampliar el comercio con otras naciones de América latina y con países de Europa oriental, desechando prejuicios de carácter ideológico.

Sarney anunció un aumento de salario para los trabajadores del orden del 16 por ciento y dijo que hasta el final de su gobierno el salario mínimo tendrá un aumento real del 60 por ciento.

01 . 01

8707163

BRASIL 098

Lunes 17 de agosto de 1987

*Helio Jaguaribe, economista y sociólogo*

# El Gobierno ganó las elecciones, pero al día siguiente...

**Por Germán Sopeña**

**El Plan Cruzado fracasó por una increíble incompetencia de gestión, por esperar el resultado de las elecciones de septiembre de 1986 y por incumplir la promesa de reducir el gasto público**

"La época de Juscelino (Kubitschek) fue tan rica que produjo de todo: una nueva capital, la bossa nova, economistas, sociólogos, poetas e intelectuales de todo tipo."

Tal afirmación pertenece al recordado Vinicius de Moraes, gran símbolo brasileño, y encuentra su confirmación en muchos nombres y apellidos del Brasil contemporáneo.

Helio Jaguaribe es uno de ellos. Junto con universitarios como Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso o Darcy Ribeiro, Jaguaribe formó la primera línea de un grupo de economistas-sociólogos que llegó a forjar una interpretación bautizada como la "teoría de la dependencia" que conoció sus horas de gloria en los años 70, cuando todas las culpas del mundo subdesarrollado se descargaban abiertamente en "la explotación de los países centrales". Era una visión emparentada con las nociones de centro y periferia emanadas de la Conferencia Económica para América Latina (Cepal) a la que se agregaron pensadores marxistas que concentraban [illegible] sus ataques sobre "el imperialismo yanqui".

Este grupo de intelectuales no logró escapar de una incómoda posición a medida que el Brasil registraba un considerable avance en su desarrollo económico y social. ¿Cómo criticar, en efecto, la vinculación del Brasil con las economías centrales y las inversiones extranjeras cuando el resultado fue el mayor avance registrado en toda América latina y el Tercer Mundo, en general? Hoy décimo país del planeta por su PBI y primer exportador del Tercer Mundo, el Brasil aspira con legitimidad al envidiado concepto de "milagro económico" a pesar de las dificultades coyunturales del momento actual.

De visita en Buenos Aires, invitado a disertar por el Instituto para la Integración de América Latina (Intal) y la Fundación Raúl Prebisch, Helio Jaguaribe se refirió a la economía brasileña y habló con entusiasmo de los acuerdos de complementación entre la Argentina y el Brasil, no obstante las diferencias considerables entre ambos países en sus respectivas estructuras sociales.

Sobre estos aspectos se explayó en diálogo con LA NACION, en el cual no disimuló sus críticas por el fracaso del Plan Cruzado y manifestó un optimismo prudente sobre la actual evolución del Plan Bresser.

**El fracaso del Plan Cruzado**

*Pregunta: La firma de los acuerdos de integración entre el Brasil y la Argentina despertó una singular expectativa en ambos países. Pero, un año después, se produjo la caída estrepitosa del Plan Cruzado, así como un preocupante retorno de la inflación en la Argentina. Antes de llegar a los efectos que esas coyunturas pueden tener sobre la integración, ¿cuál es su explicación para el fracaso del Plan Cruzado brasileño?*

*Respuesta:* El Plan Cruzado fracasó por una increíble incompetencia de gestión a partir de su segundo o tercer mes de aplicación. Fue una propuesta inteligente e imaginativa que tuvo un efecto extremadamente grande y veloz para detener la inflación, a la que llevó prácticamente a nivel cero. La convicción y la adhesión popular también fueron muy grandes, por lo cual el éxito inicial fue extraordinario. Pero se sabía que no sería posible mantener ese nivel ideal por mucho tiempo más.

El plan concebía inclusive varios puntos de ajuste importantes. En primer lugar, como sucede siempre con un congelamiento sorpresivo, se sabe que la medida sorprende al universo de precios en situaciones muy diversificadas. Algunos precios –digamos genéricamente un tercio– quedaron por debajo del margen de rentabilidad para esas empresas y se sabía que el Gobierno debía permitir ciertos ajustes al poco tiempo de iniciar el plan.

Se calculó, inclusive, que al ajustar los precios atrasados la inflación volvería a un ritmo inflacionario cercano al 20 % anual, que sería algo controlable, tras lo cual se podría proceder al descongelamiento progresivo para que la economía se desenvolviera otra vez con normalidad, pero sobre pautas inflacionarias muy reducidas respecto de sólo tres meses antes. Al mismo tiempo debía cumplirse otro requisito esencial para que la economía recuperara la normalidad sin volver a la inflación anterior.

*–¿Qué requisito?*

–Que el Gobierno cumpliera su compromiso de contención del gasto público, de modo que el déficit fiscal no superara el dos o tres por ciento del PBI. Lo cual, lamentablemente, no se cumplió. Pero lo peor es que, entretanto, contrariando la más vehemente recomendación de los economistas, el presidente Sarney y el propio ministro de Hacienda, Dilson Funaro, creyeron, de una manera increíblemente equivocada, que el Plan Cruzado daba resultados tan espectaculares que no convenía tocar nada. Para no perturbar una situación que parecía paradisíaca prefirieron no modificar nada y esperar al menos hasta las elecciones de septiembre del 86 para obtener allí un resultado espectacular.

Por cierto, las elecciones dieron el resultado esperado por el Gobierno, que ganó en casi todas partes. Pero el costo fue que la economía ingresó en las perturbaciones más grandes que se puedan imaginar. Desabastecimiento, mercado negro, un enloquecimiento general que forzó a liberar los precios ni bien pasaron las elecciones. Ahora bien, una liberación de precios en esas condiciones de desequilibrio sectorial llevó a que aquéllos se reacomodaran a un nivel altísimo. Las empresas suponían, además, que sobrevendría una nueva etapa de congelamiento y reajustaban los precios muy por encima para no correr el riesgo de ser sorprendidas nuevamente con niveles inferiores a los de rentabilidad.

01.02

8707397

# pero al día siguiente...

Se llegó a un punto tal de distorsión de precios que en las tiendas había productos que tenían una etiqueta con un precio determinado y si el cliente protestaba diciendo que le parecía muy caro, el vendedor respondía: ¿cuánto le parece que vale? Y se llegaba a vender por la mitad. Así llegamos a junio último con una inflación del 30 % mensual, muy cerca del caos económico y de una total ingobernabilidad política global. Ante esa situación surgió, como algo inevitable, el plan del nuevo ministro de Hacienda, Bresser Pereira.

*–¿Con qué resultados hasta ahora?*

–Bueno, el Plan Bresser está funcionando. En realidad, es un nuevo Plan Cruzado, pero con las cautelas propias de la experiencia anterior. Bresser ya advirtió que el congelamiento de ninguna manera se prolongará más allá de los 90 días. Los precios deben empezar a liberarse a fines de agosto y hay una serie de criterios de transición hacia el descongelamiento general que permiten suponer condiciones favorables.

**El desarrollo brasileño**

*–Semejantes distorsiones en el funcionamiento económico del país ¿pueden haber comprometido todo el proceso de desarrollo de largo plazo del Brasil, que comenzó, básicamente, con la presidencia de Kubitschek y se profundizó con los gobiernos militares, desde 1964 en adelante?*

–Es difícil contestar con un sí o un no rotundo. Diría que no pienso en la posibilidad de coyunturas perversas de largo plazo. Las coyunturas perversas producen cambios estructurales y a partir de estos cambios se recompone la situación para dejar atrás los perjuicios de una coyuntura que, por definición, debe ser de corto plazo.

Lo que sí puede ocurrir es que el Brasil, al tener graves problemas estructurales –el peor de los cuales es el problema social: la existencia de dos países en uno, uno moderno e industrial pero que sólo absorbe el 40 % de la población activa, y otro país de economía aún primitiva– puede producir que una coyuntura grave transforme en explosivo el problema social.

Una coyuntura perversa que se prolongara en el tiempo podría comprometer, ciertamente, todo el panorama del desarrollo del país. Pero creo que el éxito inicial que veo en el Plan Bresser permite suponer que se ha controlado la coyuntura perversa en que estábamos y podemos tener entonces un período razonable de tiempo para manejar el problema social y no frenar el desarrollo.

*–Como usted indica, el país moderno sólo absorbe una parte de la mano de obra disponible. Pero el avance del modelo de desarrollo brasileño desde el 60 en adelante significó, al menos, la incorporación de grandes sectores de mano de obra que accedieron a mayores niveles de vida. Sin embargo, ese modelo fue muy criticado en su momento por teóricos y economistas, entre los cuales usted mismo, que atacaron duramente la relación con la economía internacional. ¿Cuál es su balance personal después de los avances y dificultades brasileños en ese período?*

–Personalmente, nunca he criticado el desarrollo en cuanto tal. Lo que sí he criticado han sido dos cosas que, miradas retrospectivamente, mantendría hasta hoy:

1) Critiqué la tesis conservadora de todo el régimen militar, según la cual el desarrollo económico traería automáticamente el desarrollo social. Esto puede ocurrir en países donde la proporción entre la población incorporada a la economía y la población marginal es muy favorable al sector incorporado. Esto puede ser válido en la Argentina, por ejemplo, donde usted tiene una población marginal relativamente insignificante. En estos casos, un desarrollo económico eficiente tiene consecuencias sociales casi inevitables. Pero en casos inversos, como el del Brasil, uno no puede incorporar nuevos sectores sociales a la economía por la sencilla razón de que la modernización y el desarrollo de la economía contemporánea son altamente capital-intensivos y ahorradores de mano de obra. Es necesario, en tales casos, una decisión nacional de incorporar a los sectores marginados por su condición de marginados y no por su condición de razones económicas.

2) En segundo lugar, critiqué también que en los últimos años de gobierno militar el modelo económico se hizo excesivamente exportador e insuficientemente suministrador de bienes al consumo doméstico, lo cual, para un país pobre, significa un sacrificio no aceptable.

*–Pero los sectores marginados estaban igualmente marginados antes del desarrollo. Que algunos de esos sectores ya no lo estén –y se puede hablar de millones de personas de una nueva clase media brasileña– no es despreciable. Los analistas de la llamada "teoría de la dependencia" criticaron, sin embargo, con severidad la incorporación a la economía internacional. ¿Qué opinión le merece hoy ese cuestionamiento?*

–Es importante distinguir que en la teoría de la dependencia predominaron dos tendencias definidas. Una, en la que prevalecieron ingredientes del pensamiento marxista, y que por lo tanto era sólo una variante de la concepción leninista de la dependencia respecto del mundo capitalista. La segunda vertiente, en cambio, estaba marcada por una idea central según la cual la dependencia se hallaba básicamente determinada por el grado de disfuncionalidad de las élites. Los países con élites disfuncionales son antes al servicio de un sistema externo. Los países que tienen una élite funcional están comprometidos en cambio con un desarrollo nacional. Yo me identifico claramente con esta segunda vertiente de la teoría de la dependencia y, en el caso brasileño, tengo la impresión de que a medida que se fue creando una élite ligada al desarrollo industrial del país, interesada por su propia naturaleza en la expansión del mercado interno, lo que se produjo fue un gran aumento de la funcionalidad de dichas élites. Un balance global diría que las cosas caminaron, en definitiva, en la buena dirección.

*–Tras este veloz análisis sobre el Brasil de los últimos 25 años quisiera volver a la preocupación original, o sea la de la integración entre la Argentina y el Brasil. ¿Cree que las dificultades brasileñas tras el fracaso del Plan Cruzado, sumadas al retorno de la alta inflación en la Argentina, comprometen la evolución positiva de los acuerdos?*

–Mire, yo creo que la integración fue concebida en forma inteligente porque está definida de manera equilibrada, con muchos mecanismos de compensación para evitar exportaciones de sentido único. El mecanismo me parece a prueba de crisis en sus aspectos esenciales. Cuantitativamente, los niveles de funcionamiento de cada economía pueden provocar alzas o bajas de la integración, pero sin comprometer la tendencia de fondo.

*–Si hablamos cuantitativamente, ¿qué espera usted de la integración para los próximos cinco años?*

–Espero que el actual intercambio argentino-brasileño, que se eleva a unos 1500 millones de dólares anuales, crezca hasta unos 6000 millones en cuatro o cinco años.

© LA NACION

02-02

8707397

JORNAL do BRASIL 30/06/82

# Covas admite hipótese de deixar PMDB

SÃO PAULO — O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, admitiu ontem à noite, em São Paulo, em entrevista ao programa "Roda Viva", da TV-Cultura, que poderá até deixar o partido, dependendo dos resultados da convenção, marcada para os dias 18 e 19, em Brasília. Depois do programa, em conversa com jornalistas, Covas comentou: "Até quando vou resistir a não ir para a rua...".

Ainda nessa conversa, as 21h30min, Covas disse que a convenção será o divisor de águas e, no dia seguinte, cada um dos pemedebistas vai tomar seu rumo. Considerou difícil prever os resultados da convenção quanto aos temas mais polêmicos como presidencialismo ou parlamentarismo e a duração do mandato do presidente. Qualquer que seja a decisão que não trate de temas programáticos do PMDB, os constituintes não serão obrigados a segui-las, acrescentou.

Durante o programa, Covas reafirmou que não pensa em candidatura presidencial, mas se animou a comentar o que faria se fosse eleito presidente: "Baixaria um decreto que dizia: de hoje em diante, cada criança que nasça no país terá direito a sobreviver. Cada jovem terá direito a estudar. Cada adulto, direito ao trabalho e cada idoso, o direito de viver com dignidade". Um dos jornalistas que entrevistaram Covas comentou: "O país seria então uma maravilha." Todos riram.

**Primárias** — O grupo liderado por Mário Covas no PMDB paulista quer que o partido escolha candidatos a cargos majoritários fazendo eleição primária. Seria uma forma de tentar impedir que o governador Orestes — que atualmente domina a convenção partidária — imponha o candidato de sua preferência para a eleição de prefeito da capital, no ano que vem.

Covas e seus aliados sonham com a adoção do mesmo critério para a escolha de candidato a presidente da República, o que implicaria modificação do estatuto do partido. Neste caso, querem se contrapor à influência de Ulysses Guimarães.

01.01

8707608

091

# "Lula" Da Silva proclamado para elecciones brasileñas

SAN PABLO. — La Dirección Nacional del Partido de los Trabajadores (PT) lanzó el nombre del diputado nacional Luiz Inacio "Lula" Da Silva, un dirigente sindical metalúrgico, como "candidato natural" del partido de los próximos comicios presidenciales.

La actual asamblea nacional constituyente, reunida en Brasilia, deberá decidir de cuántos años será el período presidencial del actual presidente José Sarney (que asumió en 1985) y, sobre la base de esa decisión, llamar a elecciones presidenciales directas, probablemente entre noviembre de 1989 o, como lo quieren muchos sectores de la oposición, de 1988.

La decisión del PT (que en San Pablo tiene aproximadamente el 20 por ciento del electorado) sobre Luiz Inacio Da Silva como candidato deberá ser oficializada en el próximo encuentro nacional del partido y no elimina la posibilidad que surjan otros postulantes (como lo quiere el propio "Lula").

De cualquier forma, Da Silva es el primer candidato lanzado oficialmente en Brasil a la sucesión del presidente Sarney.

Por lo demás, el PT aprobó una moción de apoyo a la huelga general de los trabajadores brasileños del día 20 de agosto y de condena a la "desarticulación" del gobierno del presidente Sarney, reivindicando soluciones para los problemas de carestía de vida, recesión y desempleo.

## Exigencia

La sucesión del gobierno del presidente José Sarney mediante la realización de elecciones directas ya es una de las principales exigencias de los sindicatos de este país, que convocaron con este fin, una huelga general para el próximo 20 de agosto.

El presidente de la radical Central Unica de Trabajadores (CUT), Jair Meneguelli, afirmó que "sólo con un nuevo mando, Brasil solucionará la aguda crisis económica que lo afecta y que ha condenado a condiciones de miseria a los asalariados".

Meneguelli recalcó que la huelga general convocada junto a la moderada Confederación General del Trabajo (CGT) "mostrará el poder de movilización de los obreros brasileños y su voz en busca de elecciones presidenciales.".

El líder sindical subrayó que, si bien en la actualidad aún no existe un movimiento laboral unificado en Brasil, la crisis económica se ha convertido en el factor de convergencia para la declaración conjunta de medidas de presión "ante la desesperación y el hambre que ha generado en los sectores asalariados de la población".

Según Meneguelli, el próximo 20 de agosto, cerca de 30 millones de obreros brasileños saldrán a las calles en manifestaciones de protesta contra el plan económico gubernamental, al que calificó de "recesivo y servil a los intereses de la banca privada internacional".

01.01

8707655

H.R

098

8/8/89

PAGINA 2 — EL DIA

# Gobernador de Río Grande del Sur advierte sobre choques rurales armados

PORTO ALEGRE. — El gobernador de Río Grande do Sul, Pedro Simón, alertó ayer sobre el riesgo de una inminente confrontación armada entre el movimiento provincial de campesinos sin tierra y propietarios rurales.

"Las posibilidades de una confrontación son cada vez más palpables, pues los que buscan la propiedad rural como un medio de subsistencia se arman y aquellos que no quieren perder sus tierras también lo hacen", dijo Simón al proponer que las tierras del gobierno federal en Río Grande do Sul sean utilizadas, con carácter emergencial, para el asentamiento de campesinos.

Tras informar que en los próximos días enviará un documento en ese sentido al presidente de la República, José Sarney, y al ministro de Reforma y Desarrollo Agrario, Marcos Freire, el gobernador de Río Grande do Sul reveló que estas terratenientes ya admitieron negociar sus tierras por títulos de la deuda agraria a cinco años, reajustables en la misma proporción.

## Constituyente

Mientras tanto, la Asamblea Nacional Constituyente de Brasil inició ayer un ciclo de debates sobre la nueva Carta Magna, con la discusión en torno del futuro sistema de gobierno del país, poco más de dos años después del retorno al sistema democrático, tras dos décadas de régimen militar.

Un sector vinculado a la izquierda es favorable al sistema parlamentarista de gobierno, mientras que sectores de derecha prefieren el actual sistema presidencialista.

"Si la izquierda radicaliza hacia un parlamentarismo puro, nosotros radicalizaremos hacia un presidencialismo puro", advirtió el diputado Carlos Santana, jefe de la bancada del gobierno en la Constituyente vinculado a sectores conservadores.

El diputado Roberto Freire, del Partido Comunista brasileño, defendió el parlamentarismo y las elecciones directas para presidente de la República. El actual sistema, heredado del régimen castrense, llega a la designación del jefe de Estado por parte de un colegio electoral.

"Todas las crisis políticas se resolverían en forma más democrática, pues si el gobierno fracasa cae sólo el gobierno", dijo el dirigente comunista.

En Brasil no se realizan elecciones presidenciales directas desde hace 27 años. Desde 1964, cinco generales y un civil fueron designados para el cargo por el colegio electoral integrado por parlamentarios.

Los 559 constituyentes podrán someter el tema del sistema de gobierno y otros 8 asuntos polémicos a un plebiscito antes de concluir sus labores posiblemente hacia fin de año.

El congreso con poderes constituyentes comenzó a elaborar la nueva Carta Magna en febrero para reemplazar a la otorgada por los militares en 1969.

01.01

8707661

# Assessor de Brizola é preso como primeiro suspeito

O bioquímico Danilo Groff, que foi assessor do governador Leonel Brizola no Palácio Guanabara, foi preso ontem em seu apartamento pela Polícia Federal, que o considera suspeito de ter participado do apedrejamento, quinta-feira à noite, ao ônibus que conduzia a comitiva do presidente José Sarney após a visita ao Paço Imperial, na Praça 15.

Detido com base nos artigos 26 e 27 da Lei de Segurança Nacional, Danilo, depois de reconhecido pelo fabricante de luminárias, Paulo Herrera, e pelo capitão Jairo Pires, da Polícia Militar, como um dos manifestantes, foi indiciado no inquérito, identificado e qualificado criminalmente e terá sua vida vasculhada.

**Pouca informação** — O movimento durante todo o dia de ontem foi grande na Polícia Federal, com carros entrando e saindo alguns de sirene aberta e em alta velocidade. O assessor de comunicação social, delegado Geovani Azevedo, apareceu somente duas vezes e quase nenhuma informação forneceu, nem mesmo conseguiu que fosse realizada a entrevista coletiva do superintendente Fábio Calheiros Wanderley, comunicando laconicamente: "O Ministro da Justiça avocou para si as informações pertinentes ao inquérito. Esta foi a determinação que recebi do meu superintendente para comunicar à imprensa."

Somente depois que todos já tinham conhecimento da prisão de Danilo Groff, Geovani compareceu para confirmar. O ex-secretário de Polícia Civil, Nilo Batista, coordena cinco advogados destacados pelo ex-governador Leonel Brizola para defender o bioquímico. Hoje, poderão impetrar habeas corpus na Justiça Militar.

Danilo Groff não está incomunicável. Ele conversou com os advogados, e somente hoje, às 11h, será interrogado. Os depoimentos das duas testemunhas estão sendo mantidos em sigilo e não deverão ser divulgados mesmo com a presença do diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, esperado para hoje à tarde.

## Ex-governador diz que país volta a Médici

"Voltamos ao tempo de Médici. É assim que começa o retrocesso ao autoritarismo". Assim o ex-governador Leonel Brizola reagiu à prisão, de Danilo Groff. Embora não acredite que Groff tenha atirado pedras no ônibus em que se encontrava o presidente José Sarney, Brizola disse que mesmo "que ele tenha cometido a insânia desse ato de violência, o governo não poderia recomendado a tropelia de violar o direito individual do cidadão".

O ex-governador não duvida que Danilo Groff estivesse presente na manifestação de protesto contra o presidente — "se veio, exerceu um direito que é seu" — e só lamentou "que lá não estivéssemos em maior número para vaiar Sarney com mais intensidade". Brizola afirmou que "nem nos tempos do presidente Figueiredo praticou-se este tipo de atropelo às garantias individuais. Daqui em diante não há mais a inviolabilidade do domicílio, qualquer delegado pode invadir casas como até pouco tempo se fazia".

Em São Paulo, o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, considerou "um retrocesso político" a aplicação da Lei de Segurança e disse que se puder evitar que ela seja aplicada, tentará. Covas qualificou a manifestação contra Sarney como "um ato pessoal, absolutamente injustificável" e acha que os fatos devem ser apurados e os culpados punidos.

**Editorial Mecanismo Emperrado**

### *Danilo Groff*

## Paranóia foi diagnóstico em 4 internações

PORTO ALEGRE — Desde os tempos em que era presidente nacional da Mocidade Trabalhista, no final dos anos 50 — quando começaram os sintomas de desequilíbrio mental —, Danilo Groff passou a receber proteção de Leonel Brizola, na época governador do Rio Grande do Sul, e de outros dirigentes do antigo PTB. Pelo menos quatro vezes ele esteve internado em clínicas psiquiátricas, apresentando quadro clínico de paranóia.

Apesar da pouca assiduidade, ora por causa da militância política, ora devido à doença, Danilo continua lotado no Departamento de Bioquímica do Hospital de Pronto-Socorro da Prefeitura de Porto Alegre. Segundo um funcionário que não quis identificar-se, a direção do hospital não despede Danilo porque ele é docente mental.

Em 1982, quando Brizola candidatou-se ao governo do Rio de Janeiro, Danilo transferiu-se também para o Rio com a mulher, Ione, uma filha que tem hoje 25 anos e um filho de 23. Com muitas dívidas no comércio e nos bancos, ele teve os bens confiscados por mandados de cobrança judicial. Ione sobrevive hoje vendendo perfumes e cosméticos.

Em quase todas as eleições realizadas a partir de 1960 ele candidatou-se, sucessivamente pelas legendas do antigo PTB, do extinto MDB e mais recentemente do PDT. Mesmo morando no Rio, lançou-se candidato à Assembléia Legislativa gaúcha em 1986, mas não obteve mais do que quatro dúzias de votos. Durante a campanha, mandou confeccionar cartazes com o *slogan* "Brizola na Presidência".

Ainda estudante universitário, Danilo foi eleito presidente da Mocidade Trabalhista e mudou-se para o Rio. Retornou a Porto Alegre em 1961, para integrar-se ao movimento em favor da posse de João Goulart na Presidência, após a renúncia de Jânio Quadros.

Danilo chegou sujo e disse que fora obrigado a espojar-se no lixo para não ser

01.02

8707712

JORNAL DO BRASIL

# preso como primeiro suspeito

preso no aeroporto do Galeão, pois garantia estar sendo perseguido pela polícia de Carlos Lacerda. Os buracos nas ruas do Rio e Porto Alegre, alertou, tinham por objetivo dificultar a mobilização dos petebistas pela legalidade. Mas Brizola só chamou o médico quando Danilo apontou um avião da Varig que sobrevoava o Palácio Piratini e disse que era de seus perseguidores. Nos preparativos para a volta de Brizola do exílio, após a anistia de 1979, ele vendeu bens e foi para Nova Iorque, ao seu encontro. Retornou pouco antes, para organizar a recepção a Brizola na cidade gaúcha de São Borja.

Com a eleição de Brizola para o governo fluminense, Danilo acabou trabalhando como auxiliar-de-gabinete no Palácio Guanabara. Ao contrário de outros gaúchos que participaram do governo Brizola, ele não retornou a Porto Alegre. Consta que, além do salário da prefeitura de Porto Alegre, em torno de Cz$ 10 mil, Danilo recebe uma função gratificada da prefeitura do Rio, que o ajuda a sobreviver.

Arquivo — 27/08/87

*Groff: protegido de Brizola*

## Polícia interrompeu almoço e revirou tudo

Eram mais ou menos duas horas da tarde quando seis homens do Departamento de Polícia Federal, comandados pelo delegado Carlos Mandim de Oliveira, entraram na casa de Danilo Nery Groff, onde ele ainda almoçava com a família: sua mãe Maria Emília, de 79 anos, a mulher, Ione, a filha, Ivana e o neto, Iago. Foi dona Maria Emília quem abriu a porta para os policiais. Apenas o delegado do Dops, Carlos Mandim, que preside o inquérito que apura as agressões ao presidente Sarney, mostrou sua carteira de delegado da polícia.

Segundo o depoimento de dona Maria Emília, que ontem à tarde se mostrava bastante nervosa e estava sozinha em casa com o neto, os policiais não foram violentos em momento algum, mas revistaram muito o pequeno apartamento alugado, de dois quartos, na Barra da Tijuca, onde a família Groff mora há dois anos, e levaram alguns papéis e livros. Os policiais verificaram atentamente a agenda de telefones e anotaram alguns nomes e números. "Anotaram até o nome de um colega da minha neta, que não tem nada a ver com isso", disse a mãe de Groff.

Os policiais revistaram também o quarto de Danilo, um monte de antigos objetos guardados sob a escada de acesso aos quartos; abriram as gavetas de uma escrivaninha e ainda remexeram nos brinquedos do pequeno Iago. Dona Maria Emília queixou-se apenas do delegado Carlos Mandim, segundo ela, "muito estúpido e grosso".

**Diretas já** — Em casa mesmo, Danilo começou a ser interrogado pelos policiais. Dona Maria Emília disse que o filho estava calmo e confirmou que de fato estava na Praça 15 de Novembro quando ocorreram os incidentes com a comitiva presidencial, mas jamais poderia ter atirado uma pedra porque estava com as duas mãos ocupadas. "Em uma ele segurava um envelope e na outra trazia um abaixo-assinado pelas diretas já, pois pretendia recolher assinaturas", explicou dona Maria Emília.

Durante quase uma hora os policiais permaneceram dentro do apartamento e um deles chegou a discutir com a mulher de Danilo, Ione, que trabalha com ele no Comitê Pró-Diretas, sediado na Câmara de Vereadores. Antes de ser levado, Danilo perguntou se poderia ir no seu próprio carro, mas os policiais não permitiram. Subiu para trocar de roupa, seguido por um policial, e em seguida o levaram.

Ione saiu para a Câmara dos Vereadores, a fim de espalhar a notícia da detenção de Danilo e procurar um advogado. A filha, Ivana, de 25 anos, mãe de Iago, separada, saiu para trabalhar "porque começava hoje no novo emprego", contou dona Maria Emília. "Ela estava desempregada há dois meses, desde que Saturnino Braga (prefeito do Rio de Janeiro) mandou ela embora", disse Danilo Groff tem também um filho, de 23 anos, mas dona Maria Emília não quis identificá-lo, temendo represálias, porque ele é funcionário público.

**Brizola** — Durante a tarde, dona Maria Emília recebeu muitos telefonemas de apoio. Um dos primeiros foi de um assessor do ex-governador Leonel Brizola, que perguntou o que estava acontecendo com Danilo e disse que todas as providências seriam tomadas. Por volta das sete horas da noite, dona Neusa Brizola telefonou. Sem resistir à emoção, dona Maria Emília, que é viúva, cardíaca, e cujo único filho é Danilo, desabafou:

— Ele é a única coisa que eu tenho no mundo. Ele não fez

Segundo dona Maria Emília, Danilo Groff manteve-se calmo todos estes dias, mesmo depois de seu nome e fotografia terem sido divulgados pela imprensa. Ela disse que ele não aceitou nem mesmo a sugestão da mulher e da filha, de procurar um advogado no domingo, quando ele apareceu nos jornais. Dona Maria Emília disse que teme pela vida do filho, mas que espera contar com a ajuda dos amigos, entre eles o ex-governador Brizola.

02.02

8707712

098

A. Financiero 14 SET. 1987

EXTERIOR

# Se politiza el caso de la deuda de Brasil

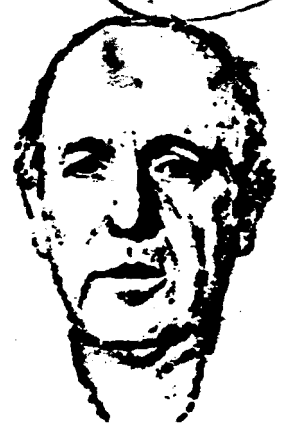
Escribe Alan Wheatley
de la agencia "Reuter"

*Nueva York — Luego del fracaso de la última iniciativa brasileña para lograr alivio en su deuda externa de 113.000 millones de dólares, muchos banqueros estadounidenses entrevén escasas perspectivas de pronto convencimiento sobre un nuevo paquete de medidas financieras.*

*Los miembros del comité asesor integrado por 14 instituciones financieras, manifestaron que la cuestión de la deuda está tan profundamente involucrada con la política interna que son improbables progresos significativos hasta que haya concluido el debate constitucional que actualmente absorbe al Brasil.*

*Funcionarios brasileños deben reunirse con el Comité de Bancos encabezado por el Citibank, el 25 de setiembre, pero los banqueros creen que no se pasará del acostumbrado recital de objetivos gubernamentales y del rechazo de las demandas de los bancos de que el Brasil reanude los pagos de intereses que suspendió en febrero sobre los 68.000 millones de dólares que les adeuda.*

*"Como muy pronto, podremos volver a reunirnos para hablar en serio dentro de seis meses, sencillamente nos parece inútil hablar con ellos en este momento", dijo un banquero neoyorquino. Las perspectivas de progreso son también consideradas magras debido a que ambas partes están firmemente afianzadas en sus respectivas posiciones. El ministro de Finanzas Luiz Carlos Bresser Pereira abandonó su propuesta de convertir 50 por ciento de la deuda bancaria brasileña en títulos con grandes descuentos después de que el secretario estadounidense del Tesoro James Baker rechazara tajantemente la idea el martes pasado.*



Luiz C. Bresser Pereira

*Bresser Pereira manifestó en Brasilia el jueves último que seguirá insistiendo para que los bancos acepten voluntariamente un plan de conversión y descartó que vayan a reanudarse los pagos de interés. Por su parte, los bancos continúan insistiendo en que el Brasil llegue a algún clase de acuerdo con el Fondo Monetario Internacional (FMI). El gobierno brasileño, reacio a someterse a la rígida disciplina de un programa económico del FMI, sostiene que cualquier reencaminamiento el Fondo sólo podrá concretarse después de que se llegue a un pacto con los bancos comerciales sobre nuevos préstamos.*

01 . 01.

8707854

### Bresser Pereira solicita a la banca u$s 7300 millones en "plata fresca"

# Insiste Brasil en eludir al FMI luego de cumplirse seis meses de la moratoria

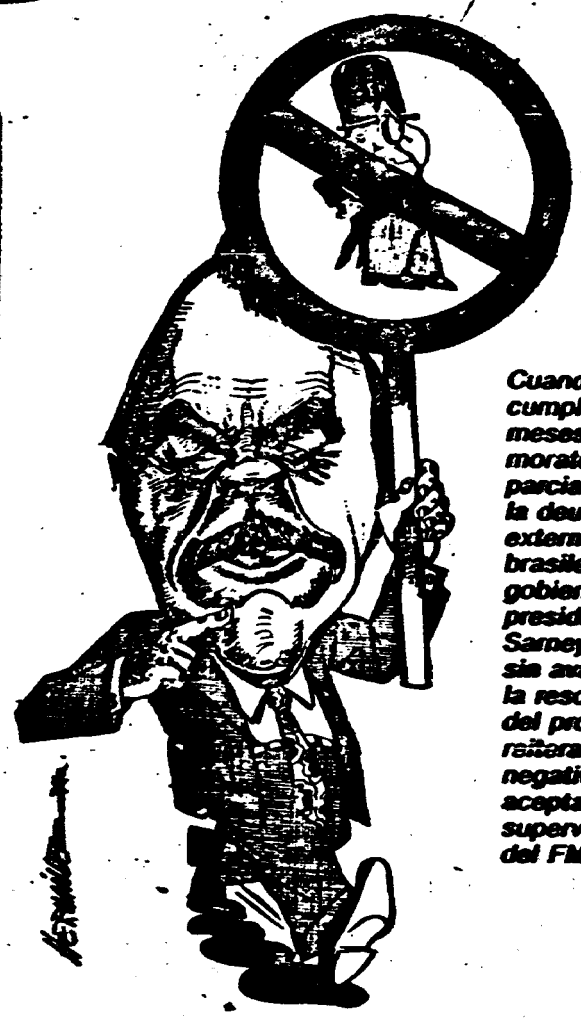
Escribe René Villegas
de la agencia "Reuter"

Brasilia (Reuter) — A seis meses de la moratoria parcial de su monumental deuda externa, Brasil persiste en su empeño por mantener al Fondo Monetario Internacional (FMI) alejado de la entrabada negociación con sus cada vez más impacientes acreedores.

Brasil, el mayor deudor del Tercer Mundo con 113.000 millones de dólares, dejó de pagar el 20 de febrero los intereses sobre 70.000 millones que debe a la banca privada extranjera.

Al cumplirse el sexto mes de la drástica medida, el presidente José Sarney estará retornando de un viaje oficial a México en el que reiteró su intransigente demanda por soluciones "políticas" a los problemas del endeudamiento externo.

"Ya no es posible que las deudas de tan grande magnitud sean tratadas en un nivel exclusivamente bancario y financiero", dijo ayer en la capital mexicana.



*Cuando se cumplen seis meses de la moratoria parcial sobre la deuda externa brasileña, el gobierno del presidente Sarney sigue sin avanzar en la resolución del problema y ratifica su negativa a aceptar la supervisión del FMI.*

### • Regreso

Junto a él, volverá también a Brasilia el ministro de Hacienda Luiz Carlos Bresser Pereira, cuya incorporación al gabinete de Sarney en abril fue —precipitadamente, tal vez— celebrada por los banqueros internacionales como supuesto buen augurio de un probable entendimiento.

Bresser Pereira, un múltiple profesional vinculado con la economía, la política, la docencia universitaria y el periodismo, sustituyó ese mes a Dilson Funaro, principal adversario político del FMI y a quien se atribuye la decisión política de la moratoria con la banca comercial extranjera.

Abiertamente resistido por sus interlocutores financieros del exterior, Funaro reveló recientemente en una entrevista que perdió "condiciones" de continuar como ministro después que el jefe para asuntos brasileños del Departamento de Estado de los Estados Unidos, Elkin Taylor, "vino al Brasil para dejar en claro que su gobierno negociaría la deuda externa brasileña, siempre y cuando no fuese conmigo".

"Taylor debería haber sido oficialmente expulsado del país", se quejó el ex ministro en un amplio reportaje publicado esta semana por la versión brasileña de la revista "Playboy".

Pero su sucesor, aparentemente dispuesto a un mejor diálogo con los asesores, tampoco logró en casi cuatro meses despejar el camino hacia una negociación viable con los impacientes acreedores extranjeros.

Con mucha dificultad —a raíz de ajustes internos que debió adoptar para extraer al país de su peor inflación histórica con registros mensuales superiores a 20 por ciento—, Bresser Pereira elaboró un denominado "Plan Macroeconómico" que serviría de base para la negociación externa.

En ese su programa estableció objetivos inmediatos para la crítica economía del país: crecimiento en 5 por ciento para 1987, superávit comercial de 8500 millones de dólares y reducción del déficit público a 3,5 por ciento del Producto Nacional Bruto (PNB).

### • Condiciones

Pero, simultáneamente, estipuló varias condiciones "básicas" para la negociación externa de la deuda brasileña y la eventual posterior suspensión de la moratoria parcial.

A lo largo de varias exposiciones que se anticiparon a su primer viaje en julio a los Estados Unidos para iniciales contactos con los acreedores oficiales y privados, sostuvo que el Brasil requeriría el refinanciamiento de 7300 millones de dólares de intereses vencidos o por vencer entre 1987-88. La extinción de las tasas de riesgo financiero ("spreads"), la reprogramación global del capital de la deuda en nuevos plazos y la exclusión de aproximadamente 500 "pequeños bancos" de la negociación directa.

Bresser Pereira ratificó ayer en México, en declaraciones a enviados de la prensa brasileña, que esos eran los puntos básicos de la negociación que el gobierno tenía previsto emprender oficialmente en setiembre.

El ministro reiteró también que el Brasil no pretendía iniciar ninguna negociación con el FMI antes de llegar a un acuerdo preciso con los bancos privados del exterior.

Brasil limitó sus relaciones

Cont. en pág. 18

01.02
8707861

2 AGO. 1987

A. Financiero

# La relación con el FMI, clave para Brasil

Viene de pág. 7

con el FMI desde agosto de 1985, cuando asumió el ex ministro Funaro, a lo "estrictamente reglamentario" y se negó a firmar acuerdos o cartas de intenciones como condición previa a sus negociaciones financieras.

"Yo sé que al Federal Reserve (Banco Central estadounidense) le gustaría que fuesemos al FMI. Pero esa es una decisión que ya está tomada, no iremos al FMI, con los bancos acreedores no haremos acuerdos vinculados con el FMI. Esto es un asunto decidido y el Brasil no volverá atrás", dijo Bresser Pereira en México.

La moratoria parcial brasileña fue decretada, según la explicación oficial de entonces, a raíz de una notable caída en los saldos comerciales y en defensa de las reservas líquidas internacionales del país, que en febrero ascendían a 3900 millones de dólares.

Bresser Pereira fue informado en México que el Brasil obtuvó en julio un record histórico en su balanza comercial con un superávit de 1135 millones de dólares.

Fuentes del Banco Central consultadas aquí dijeron, en tanto, que no habia importantes variantes con una anterior estimación del ministro de Hacienda sobre las reservas internacionales, que las establecieron en torno a los 3000 millones de dólares durante junio.

La moratoria parcial de febrero fue ampliada el 1 de junio con la suspensión de pagos del capital de la deuda brasileña que vence este año con las agencias oficiales del Club de París, por un monto de 1050 millones de dólares.

Voceros oficiales del Ministerio de Hacienda dijeron entonces que la medida obedecía, nuevamente, a la necesidad de preservar las reservas del país en un monto "deseable".

02.02

8707861

098

A. Financiero

27 [illegible]. 1987

# El Brasil pierde atractivo

**Washington (UPI) — Las inversiones directas estadounidenses en el Brasil aumentaron en 1986 2,8 por ciento, a 9135 millones de dólares de 8889 millones en 1985, muestran estadísticas del Departamento de Comercio.**

**• Nivel real**

**En 1986 las inversiones estadounidenses en el Brasil se encontraban aún por debajo de su monto nominal de 1982, 9290 millones de dólares, y en un nivel real muy inferior a raíz de la baja de la cotización del dólar y la caída de su poder adquisitivo.**

Las inversiones directas en el sector petrolero brasileño bajaron a **151 millones de dólares en 1986 de 206 millones en 1985**, revelan las cifras del Departamento de Comercio. Tal nivel está sustancialmente por debajo de los **436 millones de dólares de 1982.**

Las inversiones directas estadounidenses en el sector industrial brasileño aumentaron a **7095 millones de dólares en 1986**, de 6888 millones en 1985, cifra a la que habían crecido anualmente desde los 6474 millones de 1982.

Las inversiones se incrementaron en la manufactura de alimentos a **692 millones de dólares en 1986 de 691 millones en 1985**, superando los **660** millones de dólares de 1982.

En industrias químicas, las inversiones directas subieron en **1986 a 1402 millones de dólares de 1324 millones en 1985**, sobrepasando los 1384 millones de 1982; en maquinaria subieron a **1174 millones de 1101 millones**, pero aun por detrás de los **1215 millones de 1982**; en equipos de transporte subieron a **1187 millones de 1026 millones**, una vigorosa expansión desde los 497 millones de 1982.

**• Minería**

**Pero las inversiones estadounidenses en el sector metales primarios y elaborados, que incluye la minería, bajaron en 1986 a 672 millones de 681 millones en 1985; en maquinaria eléctrica cayeron a 362 millones de 445 millones, un notable retroceso desde los 479 millones de 1982; y en otros ramos industriales bajaron a 1605 millones de 1621 millones de dólares.**

Las inversiones directas estadounidenses en el comercio mayorista del Brasil subieron vigorosamente en **1986 a 452 millones de dólares de 375 millones en 1985; en finanzas y seguros a 1109 millones de 1063 millones, aún sustancialmente inferiores a los 1231 millones de 1982; en otros sectores económicos aumentaron en 1986 a 112 millones de 99 millones de dólares en 1985.**

PARTES ILEGIBLE

01.01

8707867

A.F.
19 AGO. 1987

098



Expectación ante la huelga general convocada para mañana

# Brasil: los sindicatos prueban su fuerza frente al gobierno

Escribe Stephen Powell
de la agencia "Reuter"

San Pablo — El movimiento sindical brasileño se encamina hacia una huelga general con su credibilidad mellada por una larga disputa sobre la fecha más conveniente para realizar el paro.

La huelga de 24 horas, convocada para el jueves, es una protesta contra la política económica del gobierno, que ha causado una importante baja en el salario real.

Brasil nunca ha tenido una huelga general exitosa y el proyectado paro es visto inevitablemente más como una prueba de la fuerza de los sindicatos que del gobierno.

Cuando trataron de hacer una huelga nacional en diciembre pasado, la mayoría de la gente fue a trabajar.

Las dos principales confederaciones —la izquierdista Central Unica Dos Trabalhadores (CUT) y la centrista Confederação Geral Dos Trabalhadores (CGT)— necesitaron un mes para ponerse de acuerdo sobre la fecha del paro.

## • Negociaciones

"Si se pasan un mes entero negociando una fecha, es evidente que existe competencia entre los sindicatos", dijo el profesor Bolívar Lamounier, un politicólogo.

"Me asombraría que la huelga tuviera éxito, agregó Lamounier, señalando que ambas agrupaciones gremiales carecen de tradición en materia de huelgas generales y que hay divisiones en el seno del movimiento sindical.

Los políticos izquierdistas consideran que se trata de un período vital para el sindicalismo, si ha de surgir como fuerza poderosa en el país.

Brasil ha quedado a la zaga de otras naciones latinoamericanas, como la Argentina, en lo que se refiere a desarrollar un movimiento laboral fuerte.

No solamente los sindicatos buscan organizar la huelga general, sino que también luchan por conseguir que se incluyan importantes provisiones laborales en la nueva Constitución que elabora la Asamblea Constituyente.

*Luiz Bresser Pereira*

El primer borrador de la Carta Magna contiene cláusulas que reducen la semana laboral de 49 a 40 horas y contempla la estabilidad en los empleos.

Los intereses empresarios se han movilizado contra tales cláusulas que, según se piensa, serán eliminadas de la versión final.

El principal impulso para la huelga del jueves proviene de la gran caída en el salario real.

En el estado pobre de Ceara, en el noroeste, la Iglesia católica ha dado su apoyo al paro. En un mensaje leído en las iglesias el domingo, firmado por el arzobispo de Fortaleza, cardenal Aloisio Lorscheider, dijo: "esta huelga es justificada por la caída de los salarios que han sufrido los trabajadores brasileños".

Un estudio reciente de un instituto gubernamental y un grupo investigador patrocinado por los sindicatos DIESE dijo que en San Pablo el salario real cayó 32 por ciento entre diciembre y mayo pasados.

Un tercio de la fuerza laboral, de alrededor de 55 millones de trabajadores gana el salario mínimo de 2220 cruzados (48 dólares) al mes.

En junio el gobierno anuló el mecanismo que garantizaba aumentos de sueldos mensuales para mantener el ritmo de la inflación y el presidente del CUT, Jair Meneguelli, declaró enseguida que era inevitable una huelga general.

El ministro de Finanzas, Luiz Carlos Bresser Pereira, abolió el "mecanismo de gatillo" como parte de un programa de austeridad.

01-01

8707874

098

Clarín 27/06/87

# Una dura crítica de Brasil

BRASILIA, 26 (ANSA). — "Estados Unidos no puede estar contra la paz", afirmó hoy en Brasilia el canciller brasileño Roberto de Abreu Sodré, a su regreso de Caracas, donde participó en las reuniones de Contadora y el Grupo de Apoyo para implementar la estrategia de paz en Centroamérica.

"No puedo entender cómo una nación y pueblo democráticos como Estados Unidos, que hoy están persuadidos de que las guerras no sirven para la humanidad, tomen una posición contraria a un proceso por la paz en América Central", afirmó Sodré.

Dijo luego que "si Estados Unidos desea continuar financiando a los «contras», que lo haga en su propio territorio".

El ministro Sodré sostuvo que, a pesar de las críticas y de la existencia de posiciones divergentes en el gobierno norteamericano, "en Estados Unidos predominan las opiniones en favor de la paz, aunque haya grupos radicales que insisten en la continuidad del conflicto".

Sodré manifestó que sería una "política incomprensible" que el gobierno de Ronald Reagan intente obtener del Congreso nuevos fondos para ayudar a los "contras", después del compromiso de conseguir el cese del fuego en Nicaragua.

De todos modos, Sodré se mostró optimista en relación con la nueva postura norteamericana en la región y consideró "probable" que el gobierno de Washington continúe enviando dinero a los que luchan para derribar al régimen sandinista de Nicaragua.

Durante la entrevista concedida a la prensa, el canciller Sodré insistió en la necesidad de que "Estados Unidos comprenda que llegó el momento de restablecer la paz en aquella parte del continente".

### ♦ Operación "emergencia"

"Hemos definido en Caracas las bases de una operación de sustentación económica en los países centroamericanos, a fin de disminuir, en el caso de Nicaragua, su dependencia del bloque comunista y evitar así la militarización creciente en la región", anunció.

Sodré subrayó que "aún no existe idea sobre los recursos necesarios" para esa operación, que denominó de "emergencia".

H-B

098

A.E. 28/8/87

# Se opone con firmeza Sarney a un régimen parlamentario

Escribe René Villegas de la agencia "Reuter"

BRASIL

José Sarney

*Brasilia — Un primer esbozo de la nueva Constitución que consolidara este año la recuperación democrática en el Brasil recomendó la adopción del sistema parlamentarista de gobierno en defensa de la estabilidad institucional del país.*

*El proyecto, emitido a casi siete meses de instalada una Asamblea Constituyente, busca substituir el actual sistema presidencialista, señalado como fuente de intermitentes crisis en los 99 años de vida republicana.*

*Pero la propuesta fue de inmediato criticada por el presidente José Sarney, quien la rechazó como inadecuada para el país.*

*La sugerencia parlamentarista formó parte del primer texto constitucional divulgado ayer oficialmente por una Comisión de Sistematización, cuyo relator resumió cerca de 38.000 enmiendas propuestas por los 559 diputados y senadores.*

*Legisladores dijeron que ese croquis constitucional sufrirá modificaciones hasta el 20 de setiembre, cuando un texto final de la nueva Carta Magna será sometido a votación del plenario constituyente.*

*El proyecto preparado por el relator y diputado Bernardo Cabral incluyó otra novedad referida al Poder Ejecutivo y disminuyó en un año el actual mandato de seis para los presidentes brasileños.*

*La disposición, de ser aprobada por la Asamblea, incluirá la gestión del presidente José Sarney, quien asumió el cargo en 1985, fijándole un límite hasta el 15 de marzo de 1990.*

*Sarney concuerda con esa tesis, pero sectores izquierdistas reiteraron su decisión de persistir en su campaña parlamentaria por reducir el actual mandato a cuatro años, mediante una convocatoria a elecciones presidenciales directas en 1988.*

*Los brasileños, en virtud de reformas constitucionales introducidas por los militares en ejercicio del poder entre 1961 y 1985, no eligen directamente a un presidente desde 1960.*

*El "Proyecto Cabral", como pasó a ser denominado en ambientes legislativos, fue recibido con disgusto por Sarney, quien anoche reiteró su plena adhesión con el sistema presidencialista.*

*Anticipándose a la difusión del documento, el mandatario opinó ayer en San Pablo —"en mi condición de ciudadano", aclaró— que el parlamentarismo "no traerá estabilidad institucional" al país y se pronunció contrario a la creación de la figura del primer ministro.*

*El proyecto establece la elección de un presidente como jefe de Estado y la designación —bajo responsabilidad de éste— de un miembro del Congreso Nacional como primer ministro y jefe de gobierno.*

## • Garantías

*Sarney garantizó que las fuerzas políticas que sustentan a su gobierno proseguirán la defensa del régimen presidencialista en la Asamblea Constituyente.*

*El primer texto constitucional, al resumir en sus 280 artículos el pensamiento mayoritario de los constituyentes sobre determinados temas, dejó al descubierto otros asuntos polémicos que, necesariamente, provocarán nuevos encendidos debates entre las fuerzas ideológicas representadas en la Asamblea, dijeron las fuentes.*

*El proyecto consagró constitucionalmente la reforma agraria y autorizó la desapropiación de áreas que no cumplan función social y su indemnización con Títulos de Deuda Agraria, rescatables en 20 años.*

*Las fuerzas políticas conservadores y entidades de la propiedad rural reiteraron su rechazo a este capítulo, reivindicando la inviolabilidad de las tierras productivas.*

*Respecto al rol de las Fuerzas Armadas, el proyecto preservó su actual función de "defensa de la patria, de los poderes y del orden constitucional", pero sectores izquierdistas ratificaron que pugnarán porque éstas mantengan su papel de defensores "de la patria y su integridad territorial", apartadas de la preservación del orden interno.*

*El proyecto incluyó determinados artículos que los denominados sectores "progresistas" del Parlamento calificaron como "importantes avances sociales" en lo que se refiere a restitución de libertades sindicales, derechos para los trabajadores, los jubilados y las mujeres, además de mayor protección a la familia.*

01.01

8707912

098

Financiero
28 de agosto de 1987



alidad el desequilibrio interno alcanza un monto de 19.000 millones de dólares

# Inminente adopción en Brasil de un drástico plan para reducir el déficit

**Brasilia (Reuter) — El presidente José Sarney convocó ayer a una sorpresiva reunión de gabinete para adoptar medidas orientadas a conseguir una comprometida drástica reducción del déficit público.**

El mandatario reunió a sus 27 ministros civiles y militares, por segunda vez este año, y dijo en un breve discurso que el gabinete adoptará "medidas complementarias" para asegurar el éxito de su nuevo programa económico adoptado en junio.

En su corto mensaje, televisado al país por cadena oficial, dijo que el país requería del "sentido de responsabilidad colectiva del gobierno" y convocó la sesión reservada.

Fuentes presidenciales dijeron que los ministros de Hacienda, Luiz Carlos Bresser Pereira, y de Planeamiento, Aníbal Teixeira, debían presentar sendos informes antes de ser promulgadas las medidas.

El portavoz oficial, Antonio Fonta, anticipó que estas incluirían "cortes substanciales" en los gastos fiscales, especialmente los vinculados con los presupuestos ministeriales y de las principales empresas estatales.

Agregó que las medidas serían adoptadas mediante decretos-ley y otras, complementarias, por el Ministerio de Hacienda y el Consejo Monetario Nacional, máximo organismo económico del país en que están representados los sectores público y privado.

## • Declaración

Sarney, durante una rápida visita al Estado de Sao Paulo, declaró a la prensa que su gobierno se disponía a adoptar "drásticas medidas" para disminuir el déficit fiscal a un nivel equivalente a 3,5 por ciento del Producto Nacional Bruto (PNB).

El objetivo forma parte del denominado Cruzado Dos, que sustituyó en junio a un primer fracasado Plan Económico adoptado con ese nombre por el gobierno de Sarney en febrero de 1986.

El autor del nuevo programa, Bresser Pereira, substituyó en abril a Dilson Funaro en la conducción de la política económica y en junio aplicó un congelamiento de precios y salarios por 90 días, comprometiendo al gobierno en un riguroso plan de austeridad fiscal.

Según datos oficiales, el déficit público brasileño en 1986 alcanzó a 3,7 por ciento del PNB y estaba estimado, antes de junio, en 6,2 por ciento para 1987.

Ese desequilibrio interno, según datos del Ministerio de Hacienda, equivale a 19.000 millones de dólares y a más de 16 por ciento de la deuda externa global del país, de 113.000 millones de dólares.

Bresser Pereira sostuvo en su plan de control macroeconómico, aprobado por el gobierno en julio, que la reducción del déficit a 3,5 por ciento del PNB constituía la "principal tarea a ser cumplida como parte de la política de reajuste interno de la economía brasileña".

Fuentes política dijeron que el ministro de Hacienda consideraba que la reducción del déficit constituía "cuestión de vida o muerte" para la política económica oficial.

Uno de sus asesores, citado por el diario "Jornal Do Brasil" de Río de Janeiro, sostuvo que "el ministro sabe que sus días están contados al frente del Ministerio, si no logra cortar el déficit".

**...ación de un ...para reducir ...tal el actual ...scal estaría a ser anunciada ...erno brasileño. ...t, el presidente ...y convocó a una ...sión urgente del ...te ministerial para ...ir los recortes que ...responderán a cada ...rea, incluyendo a las ...presas públicas. Para ...Bresser Pereira este objetivo sería "cuestión de vida o muerte" para la economía brasileña.**

01.01

8707913

098



huelga general convocada para ayer sólo tuvo un acatamiento parcial y fue menor que en marzo de 198

# Declina el poder sindical en el Brasil

rasilia — El gobierno
firmó ayer que el país
uaba normalmente pe-
n llamado a huelga ge-
que buscó paralizarlo en
ta por la política econó-
oficial.
aro general de 24 horas,
ando convocado desde
bre por las dos princi-
pales centrales sindicales del país, alcanzó a paralizar determinados sectores productivos y servicios en varios estados del país, según sus organizadores.

Escribe René Villegas
de la agencia "Reuter"

Pero el balance oficial, inicialmente difundido por portavoces de la Policía Federal, dijo que el movimiento huelguístico fue "mínimamente" acatado por los sectores laborales en todo el país.

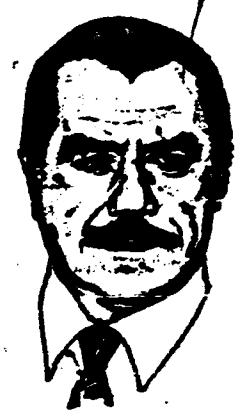
El presidente José Sarney, informado en la ciudad mexicana de Guadalajara sobre la escasa repercusión de la protesta, declaró que las dificultades brasileñas nunca serían resueltas "con la retórica del pesimismo y la protesta".

"Lo que se requiere es buscar soluciones a nuestros problemas, a través del trabajo y del entendimiento, y no buscar dividir al país", agregó.

## • Opinión

Paulo Marra, portavoz oficial de la Policía Federal, en un primer balance oficial, declaró que la huelga "de ninguna manera fue general, como quisieron sus organizadores".

Explicó que "la casi totalidad" de las actividades se desarrollaba normalmente en el país, aunque admitió que efectivos policiales practicaron de-



José Sarney

tenciones en los estados de San Pablo y Río de Janeiro, dos de los más populosos.

El vocero policial señaló que los huelguistas, en un número que no especificó, fueron arrestados durante esporádicos incidentes callejeros, provocados por piquetes que pretendían impedir la circulación de autobuses y trenes urbanos.

Policías militares y efectivos del cuerpo de bomberos conducían en Brasilia los únicos autobuses —de propiedad estatal— que ofrecieron servicios de transporte, después que el sindicato de conductores resolvió adherir al paro. El transporte colectivo, según los informes oficiales, era normal en las grandes ciudades del país, como San Pablo, Río de Janeiro y Belo Horizonte.

## • Informes

Dirigentes de las centrales Unida de Trabajadores (CUT) y General de Trabajadores (CGT), las dos promotoras de la huelga, dijeron aquí que el balance oficial no incluyó informes sobre una "total parálisis" en los sectores industriales de los principales estados.

Agregaron que tampoco mencionaron "la completa inactividad educacional y de servicios hospitalarios" que, según sus informes, se registraba en el país.

La huelga general, la segunda decretada contra el gobierno de transición democrática instaurado en marzo de 1985 luego de 21 años de régimen militar en el país, fue menos vigorosa que la del 12 de diciembre, cuando la izquierdista CUT y la centrista CGT s alcanzaron a paralizar al pa con una similar protesta, dij ron aquí distintos medios i formativos.

Un vocero del Ministerio d Trabajo dijo que "los hech parecen confirmar las expe tativas del gobierno en torn a esta huelga".

El ministro de esa secretarí de Estado, Almir Pazzianotto declaró que la huelga genera no afectaría el funcionamien to normal del país porque l faltaban "motivos suficien tes".

Las centrales obreras no lo graron la adhesión de varios importantes sindicatos, como el poderoso gremio metalúrgi co de San Pablo, el más im portante del país con sus casi 370.000 afiliados, cuyos líde res criticaron al movimiento como "inoportuno" y "forza do por determinados intereses políticos".

El ministro Pazzianotto, un abogado estrechamente vinculado con los sindicatos durante el anterior régimen militar, sostuvo anoche que "esta huelga, particularmente, no contribuirá en nada al perfeccionamiento democrático del país".

01 - 01

8707919

H.R

098

La PRENSA - 26/08/87

# Sarney pedirá a sus colaboradores que cumplan el plan de austeridad

**Brasilia, 25 (UP) – El presidente del Brasil, José Sarney, convocó para este jueves una reunión de su gabinete en la cual pedirá a sus colaboradores que cumplan con el plan de auteridad del gobierno, y señalará que la reducción del gasto público es la única manera de evitar la hiperinflación en los próximos meses.**

**La convocatoria fue anunciada después de conocerse una previsión del 6 por ciento de inflación para el mes de agosto, o sea un repunte después de haber conseguido reducir el índice, que fue de 26,06 por ciento en junio a 3,05 en julio, y de la queja del titular de hacienda, Luis Carlos Bresser Pereira, de la dificultad política para reducir el déficit público.**

**El presidente dio carta blanca a todas las decisiones del ministro Bresser para la reducción de los gastos públicos", indicó el vocero presidencial Antonio Frota Neto.**

**Bresser propuso la reducción del déficit público a 3,5 por ciento del Producto Interno Bruto, pero la demanda actual de recursos elevaría ese pocentaje a 6,2 por ciento del PIB y supondría el fracaso de una tentativa más para controlar las finanzas públicas.**

**"El pesimismo volvió", dijo el analista Celso Pinto, del diario "Gazeta Mercantil", sobre la base del análisis de un economista que previó la hiperinflación hasta comienzos del año próximo. Ese repunte, se deberá, según el cronista, a "la absoluta incapacidad para solucionar el mundo financiero del Estado, que es el centro de problema".**

**La oportunidad para poner orden en las finanzas públicas, según la fuente, "se perdió tras el fracaso del plan Cruzado y con la fragilidad tanto de la voluntad política como de la sustentación del gobierno de Sarney".**

**El mandatario completó un periodo de 2 años y 5 meses en el gobierno y, enfrenta actualmente una batalla legislativa para preservar el sistema presidencialita de gobierno y garantizar el cumplimiento de un mandato de 5 años ante la Asamblea Nacional Constituyente.**

**Las dificultades políticas y económicas internas coinciden con la intención de reiniciar el diálogo con los acreedores de la deuda externa, de 112.000 millones de dólares.**

**Brasil procura normalizar las relaciones con la banca privada internacional, seis meses después de haber suspendido el pago de intereses, teniendo como fecha de plazo el 20 de octubre. Ese día se cumplirían 8 meses de atraso en el pago de intereses y el Brasil podría ser declarado por el sistema financiero como inhabilitado para obtener préstamos.**

**Los obstáculos políticos para llevar adelante propósitos gubernamentales en el ámbito económico fueron definidos con claridad por el ex ministro de hacienda, Dilson Funaro, quien acusó a Sarney de haber evitado medidas duras ante la proximidad de elecciones.**

01.01

8707937

HB
OPB
Brasil

GUERRERO

# Amelo... o déjelo

## *Sarney barrió el mapa político brasileño y obtuvo apoyo al Cruzado.*

De este resultado, de estas urnas, salía una respuesta bifronte: el apoyo al presidente José Sarney y el crédito popular al Plan Cruzado. Para algunos analistas, ambas cosas eran, palabra más o menos, lo mismo. Sin embargo, no fue todo tan concluyente. Sarney, además de que se avalara su política económica, ponía otras cosas sobre el tapete: la alineación no formal con los Estados Unidos dentro de un nuevo esquema de mayor integración en el contexto latinoamericano y las reformas sociales a caballo entre un conservadorismo moderno o una social democracia algo volcada a la derecha. Como el lector prefiera. Pero si el Plan Cruzado necesitaba en las urnas una respuesta que dijera *"con inflación, nada..."* Sarney necesitaba que las urnas dijeran que *Sarney era Sarney* y no un accidente político a partir de la muerte de Tancredo Neves, ese presidente electo que no llegó a gobernar y que muchos vieron como una suerte de Getulio Vargas modernizado. En definitiva, los brasileños se encargaron de dar opiniones bien concretas.

Partido del Movimiento Democrático Brasileño, actualmente en el gobierno, ganó las elecciones en 20 de los 23 estados donde se eligieron otros tantos gobernadores, 49 senadores nacionales, 497 diputados nacionales y 953 diputados provinciales. Si Sarney descubrió que era realmente Sarney y no la sombra de Neves, hubo un amargo descubrimiento para el socialista Leonel Brizola: el trabajoso avance de la izquierda en estados fundamentales en votos como Río de Janeiro y San Pablo, fue barrido a votos por esta suerte de liberalismo progresista que fundamentó su campaña en las bendiciones de contener la inflación aun al precio de aumentar la cuota de desempleo.

En la medida en que los datos fueron cada vez más concretos y menos sospechados de retardos no casuales, quedó en descubierto que las pretensiones de socialistas, comunistas y *trabhallistas* desde la izquierda o de la derechista Alianza Renovadora Nacional, de tener un protagonismo político de alguna envergadura resultaron barridas por esta tendencia liberal que, además del espaldarazo a Sarney como liberal moderno y despojado de antiguas etiquetas de excesivo conservadorismo, sirvió para mostrar como segundo partido al del Frente Liberal, donde algunas de sus figuras son casi *manchesterianas*.

El Ejército movió sus cuadros para controlar los comicios. Esto, que es bastante común en cualquier democracia latinoamericana —algo demostrativo de que los civiles apelan a los militares hasta para cuidarse de los militares— tuvo esta vez en Brasil un signo especial, sobre todo a la luz de lo que le sucede en Uruguay al presidente José María Sanguinetti, jaqueado aparentemente por un pacto con las Fuerzas Armadas orientales que políticamente no se puede llegar a sellar o a la luz del ejemplo argentino, donde el partido gobernante vive aclarando constantemente que las Fuerzas Armadas respaldan a la democracia con tanto énfasis como curiosa innecesariedad... ¿Qué otra cosa deberían hacer, de no hacer lo que hacen? A fuerza de repetirlo sin necesidad se hace menos creíble, algo así como repetir cada cinco minutos que el agua que sale de la canilla no está envenenada. Obviamente, solamente se ejerce la democracia cuando todos los poderes están sometidos al poder político de la voluntad popular expresada en la ley. Sarney es el primer mandatario brasileño que logra esa imagen en un país donde los turnos de administraciones militares seguidas fueron los más largos hasta la reforma del general Joao Figueiredo: en Brasil, el centro-derecha puede ganar sin necesidad de apuntalamiento militar, así como antes el centro-izquierda de Brizola pudo ganar sin provocar un golpe.

Casi 70 millones de brasileños, a 20 meses de democracia sin cortapisas, bregaron por sostener un sistema. ¿Por qué lo hicieron? Aunque las comparaciones son siempre odiosas, también son siempre inevitables. Tal vez la diferencia más notoria entre la actitud de los brasileños respecto de los argentinos o los uruguayos es su nacionalismo no como forma ideológica sino como respuesta cultural casi dogmática, casi una obligación moral. Entonces no se odian, no se estancan en antinomias perversas, porque Brasil está por encima del odio circunstancial o del juego de intereses sectoriales, generalmente espurios.

Pero si algo demostró el comicio, fue que Sarney, una vez en el poder, en lugar de tratar de ser un centro desde el que rara vez se puede gobernar y más raro aun es poder estar en él sin marearse o perder sentido del equilibrio, entretejió una alianza que llegó a ser coalición y como si fuera poco, a ser una coalición realmente unida. Sarney tiene hoy el poder porque sabe compartirlo, porque la alianza se fundamentó entre quienes *podían ser aliados* y la coalición entre quienes descubrieron que Sarney les dejaría libertad de acción, más allá del personalismo presidencial. En esto, también dio un ejemplo digno de imitar.

**De triunfos y derrotas**
José Sarney, recibió el espaldarazo personal y para su plan económico. Triunfó, pero dejó triunfar a sus socios. Abajo, Leonel Brizola, un socialista que hoy deja, en Río, su sitial a un liberal.

SOMOS 21/1/87 E. J. P.



01.01

8708001

BRASIL

098

EL PAIS

03 AGO. 1987

# Hoy Negocian Ajuste de Convenio Comercial con Brasil; Arriba una Misión del más Alto Nivel

**Una delegación comercial brasileña del más alto nivel arriba hoy a Montevideo, encabezada por el principal negociador que el país del norte tiene en este aspecto, el Embajador Thompson Flores, integrante de la [illegible] de Comercio Exterior.**

El grupo permanecerá en nuestro país durante varios días, en los cuales efectuará con autoridades uruguayas una evaluación completa de la marcha del convenio comercial existente entre ambas naciones. Igualmente se negociarán algunos ajustes en varias áreas que comprende el PEC al constatarse que se han presentado algunas situaciones nuevas y especiales.

El intercambio comercial, de acuerdo a fuentes de la Cancillería uruguaya, es fluido actualmente no existiendo grandes problemas aunque sí algunas incógnitas. Estas son producidas, fundamentalmente, por dificultades del mercado norteño para productos uruguayos debidas a la tabulación de precios.

Las ventas uruguayas hacia Brasil, al cierre del primer semestre de 1987 son algo inferiores a las de similar período del año anterior, pero hubo un aumento sensible de importaciones desde aquel origen. Las cifras que se poseen en ámbitos oficiales uruguayos, indican que entre el 1º de enero y el 30 de junio del año en curso se produjo un superávit comercial favorable a Brasil a U$S 30 millones en números globales.

**CARNE EN JULIO**

De todos modos, se ha constatado que durante el recién finalizado mes de julio hubo un marcado crecimiento de las exportaciones cárnicas respecto de los meses anteriores. Estas ventas, en su mayor parte se han concretado para cumplir con la cuota de lo que se denomina como "draw back", esto es, carne que después Brasil industrializa y reexporta.

El decrecimiento en las exportaciones durante el primer semestre se debió en gran medida a la baja de las ventas de carne y, los resultados del último mes, señalan un cambio inicial en la tendencia, y habrá que esperar si se fortalece en los meses próximos.

Debemos recordar que en agosto de 1986 se concretó la ampliación de las cuotas para el ingreso de la carne uruguaya a Brasil mediante el PEC. En esa oportunidad se logró llevar a 70.000 toneladas entre consumo y draw back, aunque el año pasado superaron ostensiblemente dicho límite, vendiéndose importantes volúmenes fuera del convenio.

01 - 01

8708049

BRASIL

098

La Prensa 16/08/87

# Negó Sarney una negociación conjunta de la deuda con México

Brasilia, 15 (UP) — El presidente del Brasil, José Sarney, rechazó hoy la negociación conjunta de la deuda externa brasileña y mexicana, al adelantar que con su colega Miguel de la Madrid, durante la visita de tres días que inicia este domingo a México, se abordará la reactivación del intercambio comercial entre ambos países.

Brasil y México, los mayores deudores del mundo, deben al sistema financiero aproximadamente 212.000 millones de dólares, lo que corresponde al 55 por ciento de la deuda externa latinoamericana, estimada en 380.000 millones de dólares.

## Viaje a México

Sarney viaja este domingo a México, pero iniciará el lunes sus contactos de carácter oficial, con dos encuentros de trabajo con de la Madrid.

"México negocia su deuda externa basado en la realidad mexicana, ejerciendo legítimamente su soberanía. Eso no quiere decir que tengamos que seguir el mismo camino", señaló Sarney durante una conferencia.

## Advertencia

El mandatario brasileño advirtió, sin embargo, que los dos países en conjunto con otras naciones deudoras de América latina, podrían adoptar posiciones conjuntas en caso de deteriorarse la situación financiera.

"Si los países desarrollados toman medidas que impliquen un cambio de las reglas de juego, como por ejemplo la elevación arbitraria de las tasas de interés, apretaremos la luz roja y tomaremos decisiones", indicó Sarney.

Añadió que la tarea de concertación política emprendida en América latina, que tendrá como mecanismo periódico la reunión de los presidentes de ocho naciones del hemisferio, no podría excluir a México

## Integración económica

La intensificación de las relaciones políticas, señaló, deben ser acompañada de un proceso de integración económica, destacando que la situación comercial entre el Brasil y México será uno de los temas de las conversaciones con el presidente de la Madrid.

"Fuimos el segundo mayor mercado mexicano después de los Estados Unidos, pero el nivel del comercio bajó mucho", dijo el mandatario brasileño.

"Este es un motivo más para que el presidente del Brasil discuta con el presidente de México la reactivación de nuestro intercambio comercial", dijo Sarney.

El año pasado, el intercambio entre los dos países alcanzó 307 millones de dólares, un quinto del alcanzado cinco años antes.

Un alto funcionario de la Cancillería brasileña atribuyó la sensible baja del comercio a la reducción de la actividad económica en los dos países y a factores de mercado que desviaron parte de las compras brasileñas de petróleo a otros países.

"México vende un petróleo muy caro, una especie de Elizabeth Arden", dijo el diplomático brasileño al referirse a las dificultades encontradas por la estatal Petrobras para mantener el elevado nivel de compras en 1981.

El petróleo vendido por México al Brasil representó más del 70 por ciento de sus exportaciones en el comercio bilateral.

## Relaciones con Latinoamérica

El presidente brasileño lleva adelante una política de intensificación de las relaciones con países latinoamericanos, con visitas a la Argentina, el Uruguay y el Perú. Hasta fin de año prevé viajes a Colombia, Venezuela y Bolivia.

Durante su visita a México Sarney no firmará ningún acuerdo, pese a la numerosa comitiva que lo acompaña, incluyendo a los ministros de relaciones exteriores, hacienda, industria y comercio y de minas y energía, además de funcionarios de menor jerarquía que siguen de cerca el proceso de integración económica con la Argentina y el Uruguay.

01.01

8708056

Vaticinan la duplicación del PBI por habitante para el 2000, pero en 17 meses el salario real cayó 44%

# *Contrastan las optimistas perspectivas económicas del Brasil oficial y la crisis*

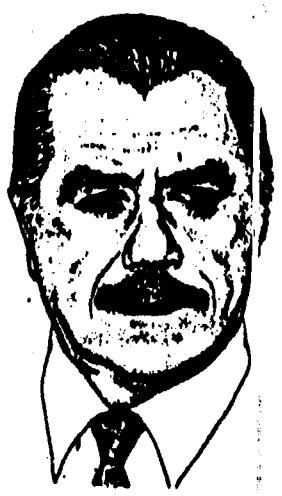
Escribe Edson Souza
Especial de "Eurocon"
para Ambito Financiero

Río de Janeiro (Eurocon) — El contraste entre la realidad inmediata y las perspectivas futuras del Brasil no puede ser más paradójico. Mientras algunos economistas independientes pronostican un reflorecimiento económico para la década próxima, la inflación —ahora amortiguada por el Plan Bresser— ha hecho retroceder fuertemente el nivel de vida de los sectores de menores ingresos y el resultado de ello es una huelga general, planeada para el jueves próximo, que puede agravar la ya preocupante situación del gobierno de *José Sarney*.

Para el año 2000, el nivel de vida en el Brasil sería comparable al de las naciones desarrolladas. Así lo revela un estudio realizado por el Banco Nacional de Desarrollo Económico y Social. Según el estudio, el PBI brasileño alcanzaría un nivel de 700 mil millones de dólares en precios de 1986. Ese año, precisamente el PBI del Brasil fue de 286 mil millones.

El estudio traza dos escenarios contrastantes para el país: el primero optimista, el segundo pesimista. Pero asigna mayor credibilidad al primero.

Este presupone cierta estabilidad en el panorama económico internacional, donde los países en desarrollo crecerían a un paso de 2,5 por ciento anualmente mientras que el comercio internacional aumentaría en 4 por ciento por año. El primer escenario también prevé un nivel de crecimiento de ocho por ciento anual entre 1988 y 1989, y de siete por ciento durante el resto del siglo. El PBI per cápita sería de aproximadamente 4000 dólares, o el equivalente



*José Sarney*

actual de España. Los superávit comerciales aumentarían de 9700 millones de dólares anuales a 37.200 millones anuales. En estas condiciones el Brasil pagaría sin mayores dificultades los intereses de su deuda externa.

## • Pesimistas

El escenario pesimista supone un *deterioro en el déficit* comercial de los Estados Unidos y un aumento en el nivel del proteccionismo internacional. El sistema financiero mundial estaría inmerso en un caos total.

En Brasil, se agravaría la actual situación de contraste entre 40 por ciento de la población que vive integrada a la economía de producción y el 60 por ciento restante que de acuerdo con el estudio, vive todavía en la economía de subsistencia. El "plan cruzado" había producido un alivio temporario a esta situación, el que revirtió tras el rebrote inflacionario del pasado verano. La crisis fue diferida con la moratoria de la deuda externa y el reemplazo de Dilson Funaro por Luiz Carlos Bresser Pereira. Pero pasado el compás de espera, ha vuelto a recrudecer la tensión social.

La Central única de los Trabajadores y la Central General de los Trabajadores decidieron realizar un paro de protesta contra la política gubernamental que redujo en 44 por ciento el poder adquisitivo de los sueldos en los últimos 17 meses.

"No es posible aceptar pasivamente el reajuste de alquileres, el descongelamiento de precios y la reducción de los sueldos", dijo el presidente de la CGT, Joaquim dos Santos Andrade, antes de reunirse con Jair Meneguelli, presidente de la CUT con el objeto de preparar la huelga.

"Tendremos una huelga jamás vista en el país", vaticinó Meneguelli luego de criticar el subsidio de 250 cruzados (cinco dólares) concedido por el gobierno a los trabajadores que ganan hasta cinco salarios mínimos (214 dólares), que representan 85 por ciento de la población económicamente activa.

Los dirigentes de los trabajadores han comenzado a manifestar dudas sobre el carácter real de los índices oficiales de inflación que señalaron hasta julio pasado un aumento del costo de vida de 195 por ciento en los últimos 12 meses.

Muchos aumentos de precios, sin embargo, han sido muy superiores al índice oficial, principalmente en las tarifas de servicios públicos que alcanzaron un aumento promedio de 500 por ciento en un año.

Los aumentos en los precios de la nafta de julio de 1986 a julio de 1987 fueron de 540 por ciento; transportes urbanos, 533, por ciento; energía eléctrica, 650 por ciento y teléfonos, 736 por ciento.

El reajuste anual de alquileres alcanzó 250 por ciento y el de algunos productos industriales superó también el índice oficial de inflación en más de 100 por ciento.

Los artículos eléctricos para el hogar tuvieron aumentos que varían entre 200 a 400 por ciento en un año. El gobierno no cuenta con un sistema eficiente de fiscalización, pero el entusiasmo popular provocado por el plan cruzado se ha convertido en desconfianza respecto a cualquier intervención del Estado en la economía.

098

01.01

0708082

LA MAÑANA

16 AGO. 1987

# Brasil quiere privatizar 65 de sus 415 empresas estatales; surgen controversias

RIO DE JANEIRO, (Especial de IPS).- La privatización o la presencia del Estado en la economía brasileña volvió a preocupar no sólo a los empresarios sino también a las autoridades de gobierno: por lo menos cinco grandes debates se realizaron durante la segunda semana de agosto en Río de Janeiro, San Pablo y Brasilia en torno al tema.

El gobierno, que habla de la privatización desde hace cinco meses, promete vender antes de fin de setiembre próximo 24 empresas, 18 de las cuales son centrales de abastecimiento de productos agrícolas en grandes ciudades brasileñas.

El Ministro de Planificación, Aníbal Teixeira, encargado de ejecutar los planes de privatización, informó que existen actualmente 415 compañías administradas por el Estado, de las cuales 65 deberán pasar a manos particulares antes de finalizar el año.

Al explicar la fiebre de privatizaciones que se apoderó del Gobierno, el Ministro adujo que una razón es la necesidad imperiosa de que la administración pública reduzca sus gastos y nada mejor para lograrlo que deshacerse de inversiones no lucrativas.

Otro motivo está relacionado con la creciente tendencia que se estableció en torno a la hipótesis de que los acreedores lleguen a transformar parte de las deudas en inversiones. Para tal efecto sería interesante abrir "cada vez más el abanico de opciones".

La bolsa de valores de San Pablo, que patrocinó varios viajes de periodistas y técnicos a Europa para la observación de los procesos de privatización implantados en España, Gran Bretaña y Francia, se ha mostrado firme partidaria de la privatización.

La entidad, considerada la segunda mayor bolsa de valores del país, estima que si se produce una conversión de la deuda externa en inversiones, esto inevitablemente se hará a través del mercado de capitales y, "mientras Brasil viva una economía de mercado más privatizada, mejor será para los inversionistas extranjeros", explicó Noenio Espinola, uno de sus directores.

Números del Instituto Brasileño de Geografía y Estadísticas (IBGE) muestran que la estatización de empresas en Brasil es un problema que surgió durante el régimen militar que gobernó entre 1964 y 1985.

Por las cifras del IBGE se observa que hasta la década de los años 50 había en Brasil apenas 50 empresas estatales. En la década de los 70, este número saltó a 530 compañías. Entre esas empresas se encuentran desde inversiones como la Petrobras, empresa responsable por el monopolio del petróleo, hasta fábricas de tejidos.

El avance del Estado en la actividad empresarial en las últimas dos décadas, en verdad, no obedece a ninguna estrategia o necesidad estatizadora. La visible interferencia del Estado en la economía, de acuerdo con el profesor Carlos Lessa, de la Universidad federal de Río de Janeiro (UFRJ), ocurrió en función del excesivo paternalismo del Estado y de la desconfianza que los militares tenían respecto de los empresarios.

En un somero análisis de las 415 empresas en poder del Gobierno Lessa concluye que la mayoría surgió de la intervención de organismos estatales en empresas para evitar su quiebra y que produjesen mayores daños a los contribuyentes.

Es el caso, por ejemplo, de una gran fábrica de tejidos, instalada en los suburbios de Río de Janeiro, llamada Nueva América. Responsable de la generación de casi ocho mil puestos de trabajo y altamente endeudada, la empresa no podía ir a una quiebra.

El Banco Nacional de Desarrollo Económico y Social (BNDES), una entidad de fomento económico, fue obligado a asumir la administración de la empresa durante cinco años, hasta que fuese completamente "saneada" y pasase a dar ganancias.

Cuando alcanzó la rentabilidad, la Nueva América fue licitada y un gran conglomerado privado del sector textil acabó comprándola en un remate de acciones realizado en la Bolsa de Valores de Río de Janeiro.

Este procedimiento, muy común durante el régimen militar, hizo que el Estado pasara a ocuparse de la administración de hoteles, cines, clubes de campo, fábricas de tornillos, siderúrgicas y fábricas de computadoras.

En los llamados sectores estratégicos, especialmente en el área de la energía nuclear y del desarrollo científico y tecnológico, como indica el profesor Lessa, los militares preferían crear empresas públicas que se encargaran de esas actividades, en vez de entregarlas a la iniciativa privada.

A causa de ello, Brasil terminó acumulando uno de los más grandes números de funcionarios públicos del mundo, que junto con ser mal remunerados son también de los más incompetentes.

El Ministerio de Administración informó, por ejemplo, que las 410 empresas estatales emplean a más de un millón y medio de funcionarios.

Para reducir estos gastos el gobierno desea ahora liberarse de, al menos, 65 empresas públicas, que a primera vista no tienen nada que ver con las funciones del Estado.

"Nadie puede imaginarse que el Gobierno en Brasil está preocupado en administrar cines", observó admirado el Ministro de Planificación, Aníbal Teixeira.

Ro Mattutino 16/8/87

01.01

8708153

HR

Brasil

098

LA MAÑANA 03/08/87

# Sindicatos fijan huelga general

SAO PAULO (Brasil) (ANSA y EFE).- La oposición del gobierno del presidente José Sarney mediante la realización de elecciones directas ya es una de las principales exigencias de los sindicatos de este país, que convocaron, con este fin, una huelga general para el próximo 20 de agosto.

El presidente de la radical Central Unica de Trabajadores (CUT), Jair Meneguelli, afirmó ayer que sólo con un nuevo mando, Brasil solucionará la aguda crisis económica que lo afecta y que ha condenado a condiciones de miseria a los asalariados.

Meneguelli recalcó que la huelga general convocada junto a la moderada Confederación General del Trabajo (CGT) mostrará el poder de movilización de los obreros brasileños y su voz en busca de elecciones presidenciales.

El líder sindical subrayó que, si bien en la actualidad aún no existe un movimiento laboral unificado en Brasil, la crisis económica se ha convertido en el factor de convergencia para la declaración conjunta de medidas de presión ante la desesperación y el hambre que ha generado en los sectores mayoritarios de la población.

Según Meneguelli, el próximo 20 de agosto cerca de 30 millones de obreros brasileños saldrán a las calles en manifestaciones de protesta contra el plan económico gubernamental, al que calificó de recesivo y servil a los intereses de la banca privada internacional.

A su vez el presidente de la CGT, Joaquim Dos Santos Andrade, advirtió que los únicos responsables del empeoramiento de las dificultades financieras que pasa Brasil son los actuales gobernantes que adoptan medidas que no solucionan nada y sólo perjudican a la ya paupérrima situación económica que afecta a los trabajadores.

## DIFERENCIAS

La CUT y la CGT, que son los sindicatos más poderosos de Brasil, no han logrado aún una posición de convergencia sobre las principales banderas de lucha que deben realizar los trabajadores en defensa de sus reivindicaciones, ya que la primera exige una solución política a la crisis, mientras que la segunda sólo busca alertar al Gobierno sobre el peligro de un estallido social.

Otra de las exigencias sindicales es la de mantener la moratoria brasileña de la deuda exterior, que fue declarada el pasado 20 de febrero y que alcanza a los 112.700 millones de dólares, ya que los obreros no pueden trabajar para satisfacer el estómago de los acreedores, mientras se están muriendo de hambre, afirmaron los dos líderes sindicales.

Meneguelli destacó que la movilización laboral programada para el próximo día 20 sólo será el inicio de un movimiento laboral dirigido a promover un cambio total de la estructura capitalista de Brasil que actualmente está al servicio de las oligarquías y de los grandes empresarios.

Las autoridades del Gobierno del presidente José Sarney recalcaron que las declaraciones de huelgas laborales sólo obstaculizarán la solución de los graves problemas que afectan a Brasil y aseguraron que no permitirán desbordamientos sindicales que pongan en riesgo la paz.

A dos semanas de la huelga, los sindicatos han iniciado ya una campaña de toma de conciencia en la población para sumarse al movimiento como el único instrumento de los brasileños para evitar que el Gobierno siente más contra su vida y cree mayores condiciones de miseria.

De acuerdo con las previsiones laborales, las manifestaciones se realizarán en las calles de las principales ciudades y en las áreas rurales, donde los trabajadores agrícolas llevan adelante una lucha que exige la implantación de la reforma agraria y mantienen enfrentamientos con los grupos armados de los latifundistas que mensualmente dejan un alto saldo de muertos.

LA MAÑANA 03 AGO. 1987

01.01

8708187

098

La Mañana 02/08/87

LA MAÑANA
02 AGO. 1987

# Brasilia: defienden centrales nucleares

BRASILIA (EFE).- El ministro del Ejército brasileño, general Leonel Pires Goncalves, defendió en Brasilia la operación de las centrales nucleares en el país e instó a la ampliación del dominio tecnológico del átomo para asegurar la paz y el futuro del país.

En un comunicado divulgado en Brasilia, el ministro afirmó que la tecnología nuclear evoluciona constantemente y que debe dominarse de la misma manera.

Advirtió que si Brasil no pasa, sin pérdida de tiempo, a las fases tecnológicas más avanzadas, puede perder esta fuente de energía, y lo que es peor, vamos a ser dependientes, volviendo a ser, en la nueva era que se avecina, duelo abastecedores de materia prima, en este caso, de minerales radiactivos.

Afirmó que sin la energía nuclear ninguna nación tendrá futuro y recordó que actualmente en el mundo existen 406 centrales nucleares en funcionamiento y más de 139 están actualmente en fase de construcción.

01.01

8708287

HR

098

La Mañana 1/08/87

LA MAÑANA 01 AGO. 1987

Si la Constituyente lo determina

# Sarney: aceptaré cuatro o cinco años

BRASILIA, (ANSA)— El Presidente José Sarney, en declaraciones a la prensa, en relación a la sucesión presidencial, manifestó que "la tendencia de la oposición deberá apoyarse en el probable lanzamiento de la fórmula Covas—Brizola (Presidente—Vicepresidente)".

Mario Covas, es Senador y líder de la Constituyente del Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB), en tanto que Leonel Brizola, ex—Gobernador de Río de Janeiro, es titular del Partido de los Trabalhistas (laborista).

"Aceptaré cuatro o cinco años, si así lo determina la Constituyente" afirmó el Presidente Sarney, al responder sobre el punto polémico de la duración del futuro mandato presidencial.

Agregó que intensificará su propósito de fortalecer las relaciones con los países de América latina, principalmente Argentina y Uruguay, extendiéndose al este, a las naciones del Tercer Mundo y África.

Sarney destacó luego que "por las circunstancias políticas y económicas del país en mayo, fui obligado a interrumpir mi visita programada a India, China y Angola".

Por último, el Presidente Sarney reafirmó que además de viajar a México en agosto, también visitará Colombia, Venezuela y, en diciembre, a Angola, y que la política de integración y de cooperación diplomática de integración y de cooperación diplomática brasileña en el Tercer Mundo, lo llevó a determinar el envío de un navío con alimentos y medicamentos de ayuda a Mozambique.

01-01

8708296

098

# Brasil: investigan el accidente aéreo en que murió el ministro

BRASILIA, 9 (AFP).- El presidente de Brasil, José Sarney, decretó hoy tres días de duelo nacional por la muerte, ocurrida el martes en un accidente de aviación, de su ministro de Reforma Agraria, Marcos Freire.

Por su parte, el Ministerio de Aeronáutica anunció que fueron encontrados los cuerpos carbonizados de las víctimas -entre ellos el del ministro Freire- del accidente de Carajás, en la selva amazónica.

La densa vegetación y el relieve accidentado de esa región dificultaron las tareas, a pesar de la proximidad del sitio del accidente respecto del aeródromo.

El Ministerio de Aeronáutica descartó la posibilidad de un atentado, puesto que los aviones militares utilizados por los miembros del Gobierno se hallan bajo permanente vigilancia.

Se expresó además que la posibilidad de hallar sobrevivientes sería "milagrosa", puesto que el accidente se produjo durante el despegue, cuando el aparato tiene sus tanques llenos.

Freire había visitado el martes dos proyectos de cooperativas agrícolas cercanos de las ciudades de Altamira y Tucuma, en Pará, uno de los Estados donde la implementación de la reforma agraria presenta serios problemas.

### Evaluación de la tarea

Según un primer balance de los dos meses de gestión de Freire, parece que las "desapropiaciones" de tierras no explotadas por los grandes terratenientes habían disminuido en ese período.

Sin embargo, se comprobó una aceleración de la instalación de colonias de campesinos pobres en tierras ya adquiridas por el Estado.

Freire estaba a la espera de la nueva Constitución, actualmente en estudio, que facilitaría el trámite de expropiación de tierras.

Sin embargo, el ministro tenía dos obstáculos principales en su labor: la hostilidad de la Unión Democrática Ruralista (UDR), dirigida por Ronaldo Caiado, nucleamiento de grandes propietarios opositores a la redistribución de tierras, y la impaciencia de los campesinos pobres, que para escapar de la miseria ocupaban las tierras y las trabajaban sin títulos.

Pero el gobierno brasileño perdió, junto con su ministro, a todo el equipo de la reforma agraria, cuyos integrantes también fallecieron en el accidente.

La Nación 10/9/87

01.01

8708651

098

A. Financiero 18/3/8

EXTERIOR

# Parcial apoyo de Conable a las propuestas brasileñas

*Washington (UPI) — El presidente del Banco Mundial, Barber Conable, dijo que no se opone a la idea de permitir que los países en desarrollo compren parte de su deuda con un descuento, pero que duda de que su institución pueda servir como intermediario, o incluso, que sea un plan que pueda tener éxito.*

*Estas declaraciones de Conable dan un nuevo impulso a la propuesta hecha por Brasil de sustituir parte de la deuda con una emisión de bonos, ingresando un descuento que podría llegar hasta 30 por ciento.*

*Conable no descartó la posibilidad de que el Banco Mundial ayude a la creación de un sistema que ayude a concretar la iniciativa brasileña, lo cual podría servir para aliviar la carga de la deuda del Tercer Mundo, que supera ya el billón de dólares (un millón de millones).*

*Conable dijo a los periodistas: "siempre estamos dispuestos a considerar planes innovadores que aporten más dinero al proceso".*

*Pero cuando se le preguntó si eso incluye la idea brasileña de comprar la deuda con descuento, dijo que hay problemas debido a que "lo difícil es crear una entidad*

*Barber Conable*

*que permita que tales descuentos sean trasladados a los países deudores y que sea un proceso continúo de alguna manera y que no sea un acto único".*

*"La entidad tiene que ser estructurada de manera que pueda recuperar fondos, a fin de poder continuar. Estamos muy ansiosos para alentar el desarrollo de mercados adicionales e instrumentos innovadores (para la inversión y alivio de la deuda). Continuaremos haciendo eso y en realidad en los planes de reorganización del banco tenemos una nueva división de operaciones que tratará de trabajar con esos planes.*

*Los bancos han estado aumentando las reservas para créditos incobrables, pensando principalmente en el caso Brasil, un movimiento iniciado en mayo por el Citibank, que reservó 3000 millones de dólares.*

*Brasil destacó esa realidad y su ministro de Hacienda, Luiz Carlos Bresser Pereira, lanzó la idea de sustituir unos 35.000 millones de la deuda con bonos a largo plazo, unos 20 años o más, tomando en cuenta el valor real de la deuda en el mercado secundario.*

*Conable dijo que no se opone a la conversión de la deuda en papeles de valor diferente, debido a que eso ya ha estado ocurriendo. Señaló que Chile ya ha reducido su deuda en 1600 millones de dólares mediante el proceso de capitalización de la deuda.*

*Agregó que si el Banco Mundial participa, quiere asegurarse en que ese alivio en la deuda "no necesite depender de trucos o manejos financieros".*

*Las naciones deudoras "no recibirían muchos beneficios si no pudieran recibir ese descuento, hacer que los documentos se vendan con descuento a otro tenedor. De lo contrario los documentos tendrían el mismo valor nominal", dijo.*

01.01

8708700

HR

098

Ambito Financiero
Viernes 18 de septiembre de 1987

### Descontando 30% de su valor nominal a los acreedores

# *Reiterará Bresser Pereira su plan para reducir la deuda*

**Brasilia (UPI) — El gobierno brasileño anunciará en el descuento de parte de su deuda externa con acreedores privados en su propuesta que será presentada formalmente la próxima semana, informó el Ministerio de Hacienda.**

**Dicha propuesta fue rechazada hace diez días por el secretario del Tesoro, de los Estados Unidos, James Baker, quien admitió, sin embargo, la opción de un descuento "voluntario" de parte de la deuda brasileña en conversaciones con el titular de Hacienda, Luiz Carlos Bresser Pereira.**

**"Varias alternativas constan de la propuesta brasileña que sólo será presentada el próximo día 25", dijo el vocero de Bresser, Francisco Belsar, luego de informar que la posición sobre el descuento permanece inalterada.**

**El portavoz calificó como "falsa" la alternativa mencionada en la víspera por el principal asesor de Bresser, Yoshiaki Nakano, de una ampliación de la moratoria brasileña.**

**Nakano, en declaraciones publicadas en la edición de ayer de "Jornal do Brasil", dijo que en caso de que el país sea rebajado en la clasificación del sistema financiero, el próximo día 26 de octubre, "puede suspender el pago de intereses de los créditos de corto plazo".**

*Fernando Milliet*

**Esos créditos ascienden a 15.000 millones de dólares y se destinan al financiamiento del comercio exterior y de las operaciones de bancos brasileños en el exterior.**

**Nakano dijo después que hubo un malentendido y manifestó su esperanza en un entendimiento antes de esa fecha, considerando también innecesario el pago simbólico de intereses de la deuda.**

**Brasil suspendió hace 7 meses el pago de intereses de su deuda de aproximadamente 70.000 millones de dólares con bancos privados y procura llegar a un entendimiento para normalizar relaciones con una propuesta tradicional para solucionar el problema en los dos próximos años y otra denominada "alternativa" de largo plazo.**

**La propuesta de corto plazo plantea un crédito de 7500 millones de dólares para el pago de intereses debidos en 1987 y 1988.**

**La de largo plazo sugiere la conversión de los actuales títulos de la deuda por compromisos nuevos con un descuento de cerca de 30 por ciento.**

**Las propuestas brasileñas serán presentadas al Comité Asesor, en Nueva York, por el presidente del Banco Central, Fernando Milliet, que sostendrá conversaciones con los representantes de los banqueros acompañado por el asesor Fernao Bracher (anterior presidente del Banco Central) y el director de la deuda externa, Antonio de Padua Seixas.**

**El ministro de Hacienda iniciará su visita a Nueva York el día 24 y tiene previsto un encuentro con el ministro de Economía de la Argentina, Juan Sourrouille, y con el secretario de Hacienda de México, Gustavo Petricioli, antes de viajar a Washington para participar en la Asamblea Anual del Banco Mundial y del Fondo Monetario Internacional.**

01 . 01

8708701

098



# Brasil descarta un bloque de deudores

BRASILIA, 15 (EFE). — El gobierno brasileño no está interesado en formar un "bloque de países deudores" que renegocie juntamente sus débitos externos con los acreedores, manifestaron hoy las autoridades financieras de este país al referirse a la reunión que la semana próxima tendrán ministros de Economía de ese país, de México y de la Argentina.

El ministro brasileño de Hacienda, Luis Carlos Bresser Pereira, dijo que las estrategias de negociación y las realidades económicas de las naciones deudoras son diferentes, por lo que es imposible una política conjunta ante la banca privada internacional.

Sin embargo, se mostró convencido de que dichas estrategias coinciden en el hecho de que la renegociación de la deuda no solo necesita un tratamiento económico sino político.

Bresser Pereira desmintió las informaciones relacionadas con la formación de un "bloque de países deudores", entre Brasil, México y la Argentina, en la reunión de los ministros de Hacienda a celebrarse el 24 y el 25 del corriente en Nueva York.

México y la Argentina han decidido renegociar sus débitos exteriores con sus acreedores de forma convencional, por el método dictado por el Fondo Monetario Internacional,

Gustavo Petricioli, ministro de Finanzas de México.

mientras que Brasil defiende la tesis de que no es necesario el aval de ese organismo para lograr un acuerdo con los banqueros.

México que tiene una deuda de 105.000 millones de dólares acaba de conseguir de los bancos privados un nuevo crédito de 6.000 millones, mientras que la Argentina, con compromisos de orden de 55.000 millones de dólares, recibirá este año 3.600 millones, distribuidos en dos créditos.

Brasil que tiene una deuda de 112.700 millones de dólares declaró una moratoria con la banca privada el pasado 20 de febrero.

01.01

8708773

La Nación — Año 118 - Número 41.589

31/8/87

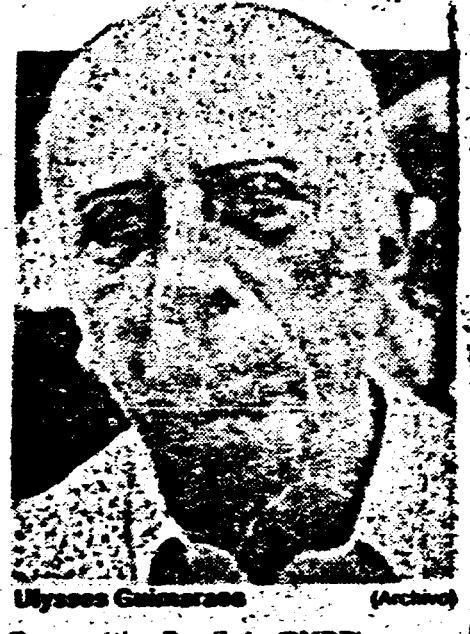
# Brasil: respuesta de Guimaraes a la presión militar

## Aseguró que los constituyentes no se dejarán intimidar

**RIO DE JANEIRO, 30 (AP) – El presidente de la Asamblea Constituyente, diputado Ulysses Guimaraes, dijo que los legisladores encargados de elaborar la futura constitución son "independientes y no serán intimidados por ninguna fuerza", en respuesta a recientes advertencias militares.**

**Al mismo tiempo, el presidente José Sarney acordó con el líder del gobierno en la Cámara de Representantes, Carlos Santana, la estrategia a seguir para tratar de evitar que la activa constitución que tendrá el país desde su independencia de Portugal en 1822 implante el sistema de gobierno parlamentario, el tema más polémico del proyecto en estudio.**

**Guimaraes, líder nacional del principal partido que sustenta políticamente al gobierno, el Partido del Movimiento**



Ulysses Guimaraes (Archivo)

**Democrático Brasileño (PMDB), se reunió ayer con Sárney en el palacio de gobierno en Brasilia. Allí trató de disipar**

(Continúa en la pág. 3, col. 1)

01.02

8708783

# Brasil

(Continuación de la pág. 1, col. 6)

la tensión existente desde el jueves, cuando el ministro del Ejército (comandante en jefe), general Leonidas Pires Gonçalves, dijo que el proyecto constitucional era "inaceptable", porque no sólo limitaba el futuro papel militar en la vida del país y concedía una amnistía no deseada por las Fuerzas Armadas para militares expulsados de sus filas tras el golpe de 1964, sino que además implantaría un sistema de gobierno donde el primer ministro tendría todos los poderes y el presidente sería una figura decorativa.

La acusación militar de que la Asamblea Constituyente estaba siendo dominada por una minoría radicalizada fue interpretada por la prensa y observadores políticos como un "recado" por parte de Sarney, que habría apelado al apoyo militar de que goza para intentar inclinar la balanza en su favor.

Guimaraes opinó que el presidente, que fue parlamentario durante 27 años, "sabe que la Constituyente actuará con independencia". Subrayó que la asamblea integrada por los 559 legisladores de las dos cámaras del Congreso, "es independiente y no será intimidada o subyugada por ninguna fuerza".

La constitución en proceso de reforma fue elaborada por los militares en 1988.

Guimaraes dijo que no considera a Pires Gonçalves un mensajero de Sarney, porque el presidente "no necesita voceros". Sin embargo, en medios políticos, si bien se considera que los militares no quieren recuperar mediante otro golpe el poder que ejercieron de 1964 a 1985, la declaración del general Pires Gonçalves es vista como un intento de intimidación.

"Si la crisis no existe, entonces (el de Pires Gonçalves) fue un gesto muy peligroso", escribe hoy un columnista político de Jornal do Brasil.

El diputado Santana se reunió ayer también con Sarney y reiteró que la implantación del parlamentarismo puro "es absolutamente incompatible con la realidad brasileña". Dijo que el gobierno tratará de impulsar una enmienda esta semana en favor del presidencialismo fuerte.

El propio Guimaraes se declaró partidario del sistema presidencial de gobierno, con una cámara que ejerza su función fiscalizadora, aunque el PMDB como partido está dividido sobre el tema

02-02

8708783

HR

098

Busqueda 2/7/87

INFORMACION INTERNACIONAL

## "Convertir a Brasil en un Taiwán gigante es mucho mejor que verlo convertirse en otra Nicaragua"

# Sarney abre la economía

por Richard House

**Sao Paulo** — *El ajuste económico brasileño resultará en una entrada a los inversionistas multinacionales, según expresaron funcionarios del gobierno*

*La transición de un modelo proteccionista llega mientras Brasil está cada vez más próximo a terminar con su ruptura con el Fondo Monetario Internacional (FMI) y los acreedores internacionales por la suspensión del pago de los intereses de la deuda externa*

*Un grupo del FMI ha comenzado a examinar el plan de ajustes internos del ministro de Hacienda Luis Carlos Bresser Pereira, y el plan económico general, que será presentado a los acreedores extranjeros después que sea aprobado esta semana por el presidente José Sarney*

*La promesa de Sarney de abrir la economía, manifestaron los banqueros, podría hacer posible la conversión de hasta el 20 % de los 68 000 millones de dólares de la deuda comercial en inversiones extranjeras*

*"Brasil se está saliendo del paso, quedando obsoleto", expresó Sarney en una reciente conferencia de prensa. "Tenemos que liberar nuestra economía, que tiene demasiados reglamentos que inhiben la inversión". Brasil necesita importar tecnología, expresó, y calificó las ideas proteccionistas como reliquias de los años cincuenta*

*Sarney manifestó que había ordenado al ministro de Comercio e Industria, José Hugo Castelo Branco, diseñar —en el plazo de un mes— una nueva política industrial que garantice la "libertad para establecer fábricas de la naturaleza que sea, en el país, sin licencia, siempre y cuando no demanden subsidios o incentivos".*

*Tales propuestas han originado críticas por parte de algunos economistas que advierten que los dividendos y ganancias que se fuguen del país pueden ser mayores que el actual flujo para pagar los intereses de la deuda externa.*

*No obstante, el vocero presidencial, Fabio Mela, señaló que "las multinacionales son ahora vistas como nuestras asociadas en el proceso de desarrollo. La rueda de la modernización para la industria brasileña ha comenzado a girar".*

*Algunos banqueros inversionistas están encantados con la posibilidad de una legislación de "swaps" de la deuda, aunque otros advierten resistencia por parte de los políticos, porque el debilitamiento del sector público reduciría su poder para distribuir cargos estatales.*

*"La deuda brasileña debe ser ahora vista como una gran ventaja. Es un gran bloque de capital atrapado aquí por largo tiempo, que será utilizado para atraer inversionistas que de otra forma invertirían en otros lados", dijo Igor Cornelsen, representante del Libra Bank, un consorcio de grandes prestamistas estadounidenses, europeos y japoneses.*

*"Convertir a Brasil en un Taiwán gigante es mucho mejor que verlo convertirse en otra Nicaragua", agregó Cornelsen.*

*Del punto de vista del deudor, expresaron los banqueros, los "swaps" de la deuda transfieren fondos del Estado al sector privado, destrancando el capital congelado en inversiones improductivas del gobierno. Desde el punto de vista de los acreedores, los bancos regionales desinteresados en Brasil podrían comerciar sus dividendos con inversionistas institucionales o multinacionales deseosos de invertir con algún descuento.*

*Con 4 600 millones prestados a Brasil, Citicorp está considerando convertir hasta 500 000 millones de dólares de sus ganancias en inversiones por cinco años, expresó un funcionario. "Realmente es un problema de confianza, en creer que esta es la única alternativa viable para el país", manifestó Antonio Borallí, jefe ejecutivo del departamento de inversión local del Citicorp. "Va a haber mucha más apertura e internacionalización de lo que ha habido en el pasado". (DPA - The Washington Post - Especial para Búsqueda).*

01.01

8708826

098

14/9/87 **EXTERIOR**

# Se politiza el caso de la deuda de Brasil

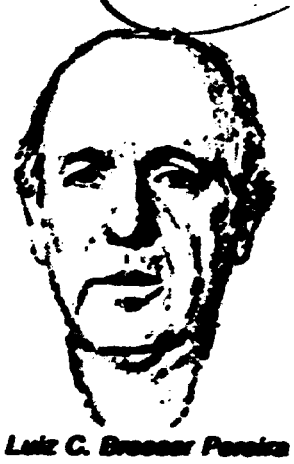
Escribe Alan Wheatley
de la agencia "Reuter"

*Nueva York — Luego del fracaso de la última iniciativa brasileña para lograr alivio en su deuda externa de 113.000 millones de dólares, muchos banqueros estadounidenses entrevén escasas perspectivas de prontas conversaciones sobre un nuevo paquete de medidas financieras.*

*Los miembros del comité asesor integrado por 14 instituciones financieras, manifestaron que la cuestión de la deuda está tan profundamente imbricada con la política interna que son improbables progresos significativos hasta que haya concluido el debate constitucional que actualmente absorbe al Brasil.*

*Funcionarios brasileños deben reunirse con el Comité de Bancos encabezado por el Citibank, el 25 de setiembre, pero los banqueros creen que no se pasará del acostumbrado recital de objetivos gubernamentales y del rechazo de las demandas de los bancos de que el Brasil reanude los pagos de intereses que suspendió en febrero sobre los 68.000 millones de dólares que le adeuda.*

*"Como muy pronto, podremos volver a reunirnos para hablar en serio dentro de seis meses, sencillamente nos parece inútil hablar con ellos en este momento", dijo un banquero neoyorquino. Las perspectivas de progreso son también consideradas magras debido a que ambas partes están firmemente afianzadas en sus respectivas*



Luiz C. Bresser Pereira

*posiciones. El ministro de Finanzas Luiz Carlos Bresser Pereira abandonó su propuesta de convertir 50 por ciento de la deuda bancaria brasileña en títulos con grandes descuentos después de que el secretario estadounidense del Tesoro James Baker rechazara tajantemente la idea el martes pasado.*

*Bresser Pereira manifestó en Brasilia el jueves último que seguirá insistiendo para que los bancos acepten voluntariamente un plan de conversión y descartó que vayan a reanudarse los pagos de interés. Por su parte, los bancos continúan insistiendo en que el Brasil llegue a alguna clase de acuerdo con el Fondo Monetario Internacional (FMI). El gobierno brasileño, reacio a someterse a la rígida disciplina de un programa económico del FMI, sostiene que cualquier reacercamiento al Fondo sólo podrá concretarse después de que se llegue a un pacto con los bancos comerciales sobre nuevos préstamos.*

01.01

8708830

Respaldo de las Cámaras a la negociación de la deuda

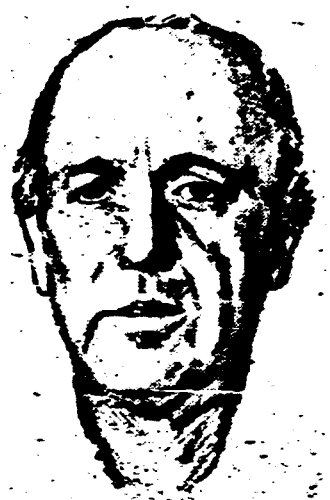
# Brasil: legisladores cierran filas tras Bresser Pereira

Brasilia (Reuter) — El Poder Legislativo emprendió consultas para definir su categórico respaldo al ministro de Hacienda, Luiz Bresser Pereira, antes de la decisiva negociación que planteará este mes a los acreedores privados del país, dijeron distintas fuentes.

Bresser Pereira se reunirá en Nueva York el 25 de setiembre con miembros del Comité Asesor de los casi 730 bancos privados a los que Brasil debe 70.000 millones de dólares y cuyos intereses dejó de pagar en febrero.

El ministro planteará oficialmente una propuesta que mantiene en reserva y que se propone anticipar sólo a una Comisión Legislativa que analiza el problema de la deuda externa brasileña, de 113.000 millones de dólares, dijeron voceros de su ministerio.

Bresser se reunió el martes con miembros de esa comisión y fuentes parlamentarias dijeron que el lunes comparecerá ante el Poder Legislativo para ofrecer —en sesión secreta— pormenores de sus nuevas



*Luiz C. Bresser Pereira*

propuestas de negociación.

Una anterior iniciativa del ministro, que buscó convertir en títulos la mitad de la deuda comercial con un descuento de 30 por ciento sobre su valor nominal, fue desechada el 8 de agosto por el secretario del Tesoro estadounidense, James Baker, que la consideró como destinada al fracaso.

Al retornar de su encuentro con Baker, Bresser Pereira declaró aquí que esa propuesta se vio perjudicada al haberse filtrado anticipadamente a la prensa brasileña.

El senador Fernando Henrique Cardoso, uno de los comisionados legislativos, declaró tras la reunión del martes que el ministro garantizó que continuaría defendiendo una negociación "no convencional" como única salida al problema de la deuda brasileña, pero no dio detalles.

Cardoso, un líder y destacado economista del cogobernante y mayoritario Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB), dijo que Brasil desea "soluciones fuertes, globales y a largo plazo" para la cuestión del endeudamiento.

## • Oficialismo

El presidente de la comisión, el senador Carlos Chiarelli del también oficialista Partido del Frente Liberal (PFL), dijo que el Legislativo escuchará a Bresser Pereira antes de emitir su parecer.

Pero agregó que, en caso de aprobarlo, sería la primera vez que el Congreso brasileño manifieste su aval institucional a una propuesta de negociación referida a la deuda externa.

"Si es así, Bresser Pereira partirá para una negociación con los acreedores no sólo como representante del Ejecutivo, sino también con la debida adhesión del Legislativo, lo cual reforzará, indudablemente, el carácter de su misión", dijo.

Los parlamentarios dijeron que en el probable respaldo a la gestión de Bresser Pereira se incluirían también los partidos opositores, cuyos representantes participarían del debate reservado previsto para el lunes.

El diputado Luis Henrique, líder del PMDB, ocupó el lunes la tribuna de su Cámara para denunciar que "sectores interesados en preservar privilegios derivados de la deuda" buscaban "la caída" del ministro.

Henrique sostuvo que contra Bresser Pereira existe una confabulación "similar a la que provocó la caída de Dilson Funaro".

"Si observamos bien, las semejanzas son flagrantes", dijo el diputado al comparar los casos de Funaro y Bresser Pereira.

"Se desea demostrar eventuales errores en la conducción de la política económica interna, cuando, en verdad, el móvil de toda la campaña es la posición firme que el Brasil viene manteniendo en la negociación externa", agregó.

01.01

8708877

NCIAMIENTO DEL NUEVO JEFE DE ESTADO MAYOR EN BRASILIA

# s FF.AA. de Brasil no se limitan a ontemplar la acción del gobierno

*El último presidente de facto de Brasil, general João Baptista de Figueiredo, dijo que la democracia en su país "está amenazada", aunque no por la posibilidad de un nuevo golpe militar sino por "los radicalismos inconsecuentes". La actual cúpula militar, entretanto, reafirmó su intención de salvar la tradicional participación de las fuerzas en la realidad política, mientras subsiste la dura puja entre el presidente José Sarney, apoyado por las masas, y la Asamblea Constituyente, acerca del futuro sistema de gobierno.*

BRASILIA, 16 (AP). — La ceremonia, ayer, de asunción del cargo del nuevo ministro jefe del estado mayor conjunto de las fuerzas armadas brasileñas, brigadier Paulo Roberto Camarinha, se convirtió en una explícita reafirmación de la voluntad de la cúpula castrense de mantener su tradicional influencia en el proceso político-institucional del país.

Esa actitud ya se había hecho presente el mes pasado, a través de un sonado episodio protagonizado en una reunión de gabinete por el ministro de Ejército, general Leónidas Pires Gonçalves quien, con el evidente aval del presidente José Sarney, había calificado de "inaceptable" el anteproyecto de nueva Constitución elaborado por la Asamblea Nacional Constituyente.

"A lo largo de su existencia —señaló ayer el brigadier Camarinha—, las fuerzas armadas no se limitaron a contemplar, como [redacted] gubernamental".

Agregó que, "como parte integrante del pueblo, las fuerzas armadas participan de sus sueños unidas y dedicadas a sus problemas específicos de reequipamiento y adiestramiento de sus cuadros, se mantienen atentas, confiadas en que las decisiones adoptadas por el poder político colmen las ansias legítimas de la mayoría del pueblo brasileño".

♦ **La puja constitucional**

Como un modo de enfatizar una vez más el apoyo de las armadas al presidente Sarney, el nuevo ministro prometió buscar una "total identidad de propósitos y de fines" entre el estado mayor conjunto y el gobierno.

En uno de los párrafos fundamentales de su discurso de asunción del cargo, el brigadier Camarinha afirmó que las fuerzas armadas "están conscientes de sus deberes en la sustentación de nuestra soberanía y en la defensa del orden, contribuyendo al mantenimiento de la paz y el progreso de la nación".

El ministro replanteó así la severa reivindicación formulada por Pires Gonçalves en el citado episodio en cuanto a la permanencia, en el nuevo texto constitucional, de las funciones atribuidas tradicionalmente a las fuerzas armadas en Brasil como "garantes del orden interno".

En la última versión del anteproyecto constitucional, el artículo correspondiente determina que las fuerzas armadas solo podrán ser utilizadas en el plano interno para "la defensa del orden constitucional por expreso pedido de los poderes constitucionales".

♦ **Satisfacción**

Ayer, el propio general Pires Gonçalves se declaró satisfecho tras una reunión con el redactor del anteproyecto, diputado Bernardo Cabral, quien habría aceptado modificar el artículo de modo que las fuerzas armadas podrían ser convocadas a actuar en el plano interno "a pedido de uno solo de los poderes constitucionales".

El ejército pretendía que quedara establecido que ese poder sería el ejecutivo, en el que las instituciones armadas tienen una [redacted] preponderancia institucionalizada.

Todo indica que, si se resuelve la puja fundamental entablada entre el presidente Sarney y la mayoría de la constituyente a [redacted] —el anteproyecto es parlamentarista mientras que el mandatario, con el apoyo militar, defiende el presidencialismo—, el próximo domingo la comisión de Sistematización de la asamblea comenzaría a debatir el texto, para que a fin de mes pase a ser discutido en el plenario.

♦ **"Democracia amenazada"**

Mientras la actual cúpula castrense estabia estas batallas políticas, el último mandatario del régimen militar, general Jose Baptista de Figueiredo, afirmó que "la democracia en Brasil está amenazada".

En un reportaje publicado por la revista "Manchete", Figueiredo aseguró que "democracia no es solamente la ausencia de leyes de excepción, sino también saber distinguir la libertad verdadera, descartando los actuales movimientos de radicalización inconsecuentes".

De todos modos, Figueiredo se manifestó de acuerdo con las críticas efectuadas por Pires Gonçalves a los constituyentes, y aseguró no creer que pueda producirse un nuevo golpe militar.

01 . 01

870881

098

os Aires, jueves 10 de setiembre de 1987
Agencia AFP

REFORMA AGRARIA EN BRASIL

# Tema candente

**Consecuencia de un atentado o un accidente, la muerte del ministro brasileño Marcos Freire se convierte en un nuevo y serio complicador del ya agudo marco de crisis política e institucional que afronta el gobierno del presidente José Sarney.**

El tema de la reforma agraria fue motivo de graves problemas a todo lo largo del mandato de Sarney. Freire de Reforma y Desarrollo Agrario desde hace 3 meses, el tercer titular de la cartera desde marzo de 1985, y sus dos antecesores, Nelson Ribeiro y Dante de Oliveira, habían renunciado tras sostener duras controversias con el propio presidente, los sectores conservadores del gobierno y la poderosa corporación de terratenientes.

En esta etapa, además, el tema creció en su grado de conflictividad, hasta convertirse en uno de los ejes fundamentales, y de funcionamiento interrelacionado, de la batalla ideológica y política que rodea los trabajos de la Asamblea Nacional Constituyente.

El Poder Ejecutivo y sus aliados de centro derecha en el Parlamento —entre ellos varios representantes de la Unión Democrática Ruralista, la organización de los propietarios rurales que cuenta con un virtual brazo militar en sus "fazendas"— conforman uno de los bandos.

Cuando el pequeño birreactor militar se precipitó a tierra, Freire —un representante de la fracción "moderada" del oficialista Partido del Movimiento Democrático Brasileño— concluía una primera etapa de visita a las regiones del país en las que la aplicación del plan nacional de reforma agraria y el enfrentamiento entre los grupos armados de la U.D.R. y los campesinos sin tierra, apoyados decididamente por la Iglesia Católica, alcanzó mayores niveles de violencia.

01.01

8709092.

BRASIL.

D98

# Una reforma largamente cuestionada

Al asumir la presidencia del Brasil, en 1985, José Sarney recibía además una pesada herencia: concretar el proyecto de Reforma Agraria, una promesa electoral del extinto Tancredo Neves.

La reforma era, en verdad, una intención de vieja data. Ya en 1962 João Goulart había establecido su necesidad, y João Figueiredo la impulsó durante su mandato.

Sin embargo, el camino que debía recorrer Sarney no estaba, precisamente, cubierto de rosas. La violencia en las zonas rurales, provocada por la ocupación espontánea de tierras por parte de los campesinos, y la enérgica respuesta de los terratenientes, eran un indicio elocuente de la aridez del tema.

El primer mandatario prometió distribuir, en cuatro años, más de 35 millones de hectáreas expropiadas de los grandes terratenientes entre 1.400.000 familias. Sin embargo, a fines de junio de este año sólo se habían beneficiado 20.000 familias. Se estima que en el Brasil, con más de 141 millones de habitantes, el 48 por ciento de la tierra arable está en manos del 1 por ciento de la población.

Las aspiraciones del campesinado han encontrado el respaldo de la Iglesia Católica. El año pasado, el presidente de la Confederación Nacional de Obispos del Brasil, monseñor Ivo Lorscheiter, decía: "Si no se dan los pasos inmediatos para la puesta en vigor de la reforma agraria, no sólo quedará aún más frustrada la esperanza de los sin tierra, sino que el gobierno podrá caer en el descrédito".

En el otro extremo de la balanza se halla la poderosa Unión Democrática Ruralista, que nuclea a los hacendados, que aseguró que resistiría los cambios y defendería sus propiedades por la fuerza de las armas. En mayo de 1986 la presión de este grupo provocó la renuncia del entonces ministro de Reforma Agraria, Nelson Ribeiro.

Poco antes, éste había denunciado el auge de los ejércitos privados, grupos de vigilancia, patrullas de seguridad y pistoleros, contratados por los dueños de las tierras para desalojar a los campesinos que las ocuparan.

La violencia generada por la disputa cobró sus víctimas: campesinos, sindicalistas, indios, abogados, sacerdotes católicos y propietarios. Un fenómeno que, por cierto, no era nuevo: desde 1964 hasta 1986 fueron asesinadas, en la región campesina, 1630 personas.

La Nación 20/9/87

01.01

8709083

# El enorme déficit del sector público reaviva la inflación en Brasil

Por Alan Riding

RIO DE JANEIRO (The New York Times). – A pesar de una prolongada crisis de confianza en la conducción gubernamental de la economía interna, el Brasil ha decidido insistir en lo que califica como un examen original de los caminos que conduzcan a la reestructuración de su enorme deuda externa.

Aunque la posición del Brasil no se ha estabilizado completamente todavía, el ministro de Hacienda, Luiz Carlos Bresser Pereira, reveló la semana anterior que uno de los principales puntos en estudio ha de ser la conversión de la mitad de los 70.000 millones de dólares de la deuda comercial del Brasil en obligaciones a largo plazo, con un descuento de un 25 a un 35 por ciento.

Bresser Pereira, quien debía discutir esta idea con el secretario del Tesoro de los Estados Unidos, James A. Baker III, en Washington, dijo que la otra mitad de la deuda comercial sería renegociada en la forma tradicional. Expresó que el Brasil espera obtener condiciones favorables de negociación en los próximos días con los bancos comerciales.

Reiteró el ministro que el Brasil, que suspendió el pago de los intereses a los bancos extranjeros en febrero a raíz de su grave crisis de divisas fuertes, no tiene intención de dejar sin efecto su moratoria o llegar a un acuerdo con el Fondo Monetario Internacional hasta que no obtenga una inteligencia con los bancos comerciales.

### Nueva modalidad

Los expertos en materia financiera opinan que si la propuesta brasileña fuera aceptada en sus grandes líneas por parte de la comisión asesora de 14 miembros que representa a los aproximadamente 600 acreedores del país sentaría un precedente singular en las negociaciones de la deuda a lo largo de la crisis de la deuda latinoamericana en cinco años.

Hasta ahora, la renegociación ha girado alrededor de extensiones de los períodos de pago de la deuda existente y, en algunos casos, préstamos adicionales. Invariablemente, ha sido precedida de acuerdos entre las naciones deudoras y el FMI, y en ningún caso ha habido una conversión en gran escala de la deuda en bonos a tasas de descuento que reflejen el valor real al que esas deudas están siendo negociadas en mercados secundarios.

Un economista brasileño dijo que la "bursatilización" de la deuda (su conversión en papeles negociables) ha sido acelerada por el crecimiento de los mercados secundarios, que se produjo a raíz de la moratoria del Brasil y de la decisión, hace unos meses, por parte de los principales bancos norteamericanos de incrementar sus reservas por pérdidas en créditos.

"La moratoria brindó una oportunidad para una reestructuración original y definitiva de la deuda externa del Brasil –declaró un economista que pidió mantenerse incógnito–. Esta es una oportunidad que no debería ser desaprovechada."

Bresser Pereira dijo que la tesis brasileña de los bonos negociables ha de ser atractiva porque, en tanto la deuda brasileña está siendo descontada por los medios comerciales en un 45 por ciento, los nuevos valores sólo serán descontados por el 25 o el 30 por ciento. Agregó que los bonos de 35 años tendrían un período de gracia de diez años para el reintegro del capital, aunque aún no se había decidido si el descuento se practicaría a través de tasas de interés más reducidas o a través de descuentos de valores nominales.

El ministro no reveló si el Brasil insistirá en su anunciado proyecto de gestionar alrededor de 7300 millones en nuevos créditos. Un banco extranjero señaló, sin embargo: "Sea nuevo o no el expediente del Brasil, lo cierto es que este país seguirá necesitado de nuevos créditos".

### Paradoja interna

Mientras que algunos funcionarios en esta consideran que la ansiedad de los bancos a causa de la moratoria ha fortalecido la posición negociadora del Brasil, otros hacen notar que Brasilia deberá mantener negociaciones en el exterior en un momento de gran incertidumbre económica y política interna.

A menos de tres meses de que se decretara una franquicia parcial de precios y salarios, la inflación se acelera nuevamente, originada en parte por la incapacidad del Gobierno para contener el enorme déficit del sector público. La inflación, sólo con referencia a agosto, pasó del 6 por ciento, y muchos economistas temen que alcance al 10 por ciento mensual para fines del presente año.

Al mismo tiempo, mientras está reunida una convención constituyente especial que deberá redactar una nueva carta fundamental, prevalece una gran incertidumbre acerca de la clase de sistema político que se adoptará.

El partido mayoritario del Brasil, el Movimiento Democrático, ya se está preparando para las próximas elecciones, y hasta ahora se ha manifestado contrario a toda especie de apoyo a las impopulares medidas de austeridad que muchos expertos consideran necesarias para estabilizar la economía y poner coto a la inflación.

"Puede que Bresser Pereira tenga el respaldo de Sarney, pero no cabe duda de que está perdiendo terreno", declaró un portavoz de un banco extranjero, aludiendo al presidente José Sarney. "No puede contener el déficit, no puede contener la inflación, y cuenta con escaso apoyo en el seno de su partido. Uno tiene la impresión de que sólo trata de enmarañar las cosas para llegar a fin de año."

No obstante, hizo notar la semana anterior que el Brasil no tenía prisa por llegar a un acuerdo con los bancos.

"O llegamos a un acuerdo que incluya la suspensión de la moratoria y la reanudación del flujo de recursos externos hacia el Brasil, o las cosas quedarán como están ahora", fueron sus declaraciones, según las reprodujo un periódico brasileño. "El gobierno del Brasil está decidido a negociar de buena fe, pero sin apremios." (c) LA NACION

(Traducción de Jorge Ortiz Baralt)

La Nación 11/9/87

01.01

8709104

BRASIL

098

General João Baptista de Figueiredo, ex presidente de Brasil.

# Las presiones

Por los entresijos de la persistente crisis de la relación entre el presidente José Sarney y la Asamblea Nacional Constituyente a propósito del sistema de gobierno, el poder militar brasileño reitera las presiones destinadas a garantizar su propia continuidad institucional.

No se trata solo del aprovechamiento del marco creado por aquella crisis principal, foco excluyente de atención de la opinión pública brasileña cuando, según el cronograma previsto, faltan apenas 48 horas para que comience el debate en comisión de lo que debería ser el proyecto de texto constitucional definitivo.

Las declaraciones convergentes del nuevo ministro jefe de estado mayor conjunto y del ministro de Ejército (ver crónica aparte) quieren además, fundamentalmente, modificar el estado de ese marco, influir en la dirección de la resolución de esa crisis.

En el contexto de la decidida vocación por el parlamentarismo expresada por los constituyentes y la enconada defensa del presidencialismo efectuada por Sarney se juega la efectividad misma del sistema de poder político de las fuerzas armadas, con el ejército como pivote.

Es en función de esa relación que el ministro de Ejército, general Leónidas Pires Gonçalves, anunció un acuerdo de modificación del articulado del anteproyecto referido a las funciones castrenses, acuerdo que no fue confirmado por fuentes parlamentarias.

El ministro de Ejército explicó que el acuerdo permite que las fuerzas armadas podrían ser convocadas a intervenir en problemas de orden interno por decisión de "uno solo de los poderes constitucionales", y no ya de los tres juntos, tal como lo determina la actual versión del anteproyecto, la misma que él calificó de "inaceptable" pocas semanas antes.

Por si esto no fuera lo suficientemente claro, el general precisó que los mandos castrenses hubieran preferido que esa facultad convocatoria fuera expresamente atribuida al ejecutivo.

En todo caso, si el anteproyecto es modificado según el acuerdo planteado por Pires, razones obvias de operatividad deberían acotar la función al ámbito de un presidente que vería así, de hecho, mantenida una de sus principales atribuciones.

Curiosamente, el ministro de Aeronáutica, brigadier Octavio Moreira Lima, dijo desconocer el acuerdo mentado por Pires.

En la misma charla con los periodistas, Moreira Lima aseguró que la crisis entre los partidarios del parlamentarismo y los del presidencialismo "debe ser resuelta exclusivamente por el poder civil".

No son pocos los observadores que, en los últimos tiempos, afirman haber detectado fisuras en la posición de las dos fuerzas frente al problema institucional.

Cabe recordar que entre los constituyentes parlamentaristas hay muchos tentados a redistribuir la relación de poder estratégico-militar, acumulado por el ejército, a favor de armas más "especializadas" como la marina o la fuerza aérea.

*Carlos Eichelbaum*

Copyright Clarín, 1987

01.01

8709132

098

# Los brasileños ven con pesimismo el futuro del país

Por Stan Lehman

SAN PABLO, Brasil (AP). – Dentro de la antigua y elegante mansión que sirve de sede al consulado italiano en San Pablo, la brasileña Renata Coppola revisa una serie de documentos que confía le permitirán vivir y trabajar en Italia. "Estoy harta del Brasil. Cuanto más pronto me vaya, mejor", dijo.

En una reunión de alto nivel realizada en un consulado occidental en Río de Janeiro, un analista político fue consultado sobre cómo explicaría los actuales problemas sociales y económicos del Brasil; la respuesta fue un encogimiento de hombros del experto, quien dijo: "Nunca he visto nada peor".

Un pesimismo insólito ha invadido esta nación de 141 millones de habitantes, donde la gente siempre ha dicho que "Dios es brasileño", y tradicionalmente ha confiado en el "jeitinho", palabra portuguesa con la cual se explica que las cosas siempre ocurren como deben ocurrir.

Sólo una minoría parece afectada por el momento, pero las filas de brasileños que buscan información sobre lugares a dónde emigrar son más largas que nunca. Los dirigentes empresariales, otrora eternos optimistas, ahora hablan de una posible recesión. Las cartas de lectores a los periódicos están llenas de quejas; los teléfonos no funcionan; la correspondencia se pierde. La gente que vive de una pensión no puede mantener el alza del costo de vida.

Según el vocero presidencial Antonio Frota Neto, "no hay estadísticas que indiquen que éste sea un fenómeno extendido o una tendencia creciente".

tada a una tasa anual cercana al 1000 por ciento, la peor en la historia del país.

Según el Banco Central, la cantidad de cheques librados sin fondos alcanza niveles sin precedentes. Los poseedores de tarjetas de crédito esperan para pagar hasta último momento, tratando de mantenerse adelante de la erosión diaria del cruzado. Los inversionistas sólo se arriesgan a depositar su dinero si lo pueden recuperar en 24 horas. Las nuevas inversiones son prácticamente nulas.

"Existe una casi completa falta de confianza en los gobernantes y su habilidad y decisión de enfrentar los serios problemas económicos y sociales del Brasil", dijo en una entrevista Lucio Kowarick, sociólogo y experto en ciencias políticas de la Universidad de San Pablo. "Si las cosas no cambian –advirtió– el resultado será otra dictadura militar o la anarquía."

Las cosas son muy diferentes de marzo de 1985, cuando el presidente civil José Sarney reemplazó a un régimen militar autoritario de 21 años y multitudes que portaban banderas brasileñas se congregaron en el palacio presidencial Planalto, de Brasilia, para saludar a la "Nueva República".

Las políticas económicas adoptadas por el nuevo gobierno han fracasado. Su respuesta a los críticos ha sido el uso de los llamados "estatutos dictatoriales" con la promesa de eliminar "decretos ley" presidenciales, la ley de seguridad nacional elaborada por los militares y, ocasionalmente, la censura arbitraria.

"olvídense de mí", calificó la propuesta de "enciclopedia, no una Constitución".

Roberto Manera, periodista de 44 años que quiere emigrar a Portugal, dijo a la AP que "Brasil no va a ninguna parte".

"Tenía esperanzas de que un gobierno civil prestara mayor atención a las necesidades de la gente, pero lo que tenemos son gobernantes que parecen más interesados en su propio bienestar que en el del país."

En opinión de Coppola, "la gente honesta y trabajadora ya no es recompensada en el Brasil. Cuanto más lucho para salir adelante financiera y profesionalmente, más me doy cuenta de que no avanzo a ninguna parte".

El sacerdote católico Sergio Braulio Calixto Valverde, que trabaja en las barriadas pobres de San Pablo, dijo en una entrevista que "los pobres han visto sus esperanzas de una vida mejor frustradas por un gobierno que parece haber perdido la valentía de cumplir con sus muchas promesas".

## Otra reforma económica

Sarney, político y escritor de 57 años, anunció en junio otra reforma económica. Dijo entonces, como cuando reveló sus planes anteriores que fracasaron, que éste "traería mejores tiempos para todos los brasileños".

Algunas señales del nuevo plan –una combinación de controles de salarios y precios– han sido positivas. La inflación de julio fue de sólo [illegible] por ciento, una baja radical

llamado "sistema" gobernante. Dijo que "la gente ha reemplazado su optimismo tradicional por el pesimismo".

Mientras tanto, los pedidos de visa de inmigrante en el consulado italiano han aumentado tanto, que la oficina, según el agregado de prensa Bruno Giovanetti, debe cerrar un día por semana para procesarlos. Los brasileños descendientes de los millones de inmigrantes italianos radicados en el país pueden solicitar pasaporte italiano.

Rui Fernando Serrao Assis e Assis, vicecónsul de Portugal en San Pablo, dijo que la cantidad de brasileños que busca información para emigrar ha aumentado de 5 a más de 35 por día. Según un tratado especial, los brasileños pueden mudarse a Portugal y automáticamente reciben casi todos los derechos de los ciudadanos de la madre patria.

En el consulado de Canadá, país conocido por sus leyes liberales de inmigración, de 40 a 50 brasileños solicitan formularios de visas todo[illegible] días, dijo la oficina de prensa.

Pero, ¿qué sucede con los i[illegible] gentes habitantes de los barrios [illegible]bres que no pueden empacar y [illegible]darse a Europa o a América [illegible] Norte?

El padre Valverde dijo que la [illegible]sia ha formado "comunidades de[illegible]se" para absorber parte de la f[illegible]tración de esa gente, "pero como [illegible]tán las cosas en el Brasil, exist[illegible] riesgo permanente de una rebeli[illegible]

(c) LA NA[illegible]

8709137

098

# Los brasileños ven con pesimismo el futuro del país

Por Stan Lehman

SAN PABLO, Brasil (AP). - Dentro de la antigua y elegante mansión que sirve de sede al consulado italiano en San Pablo, la brasileña Renata Coppola revisa una serie de documentos que confía le permitirán vivir y trabajar en Italia. "Estoy harta del Brasil. Cuanto más pronto me vaya, mejor", dijo.

En una reunión de alto nivel realizada en un consulado occidental en Río de Janeiro, un analista político fue consultado sobre cómo explicaría los actuales problemas sociales y económicos del Brasil; la respuesta fue un encogimiento de hombros del experto, quien dijo: "Nunca he visto nada peor".

Un pesimismo insólito ha invadido esta nación de 141 millones de habitantes, donde la gente siempre ha dicho que "Dios es brasileño", y tradicionalmente ha confiado en el "jeitinho", palabra portuguesa con la cual se explica que las cosas siempre ocurren como deben ocurrir.

Sólo una minoría parece afectada por el momento, pero las filas de brasileños que buscan información sobre lugares a dónde emigrar son más largas que nunca. Los dirigentes empresariales, otrora eternos optimistas, ahora hablan de una posible recesión. Las cartas de lectores a los periódicos están llenas de quejas; los teléfonos no funcionan; la correspondencia se pierde. La gente que vive de una pensión no puede mantener el alza del costo de vida.

Según el vocero presidencial Antonio Frota Neto, "no hay estadísticas que indiquen que éste sea un fenómeno extendido o una tendencia creciente".

En realidad, los millones de brasileños que viven en la indigencia con un salario mínimo de 1969 cruzados mensuales (equivalentes a 43,17 dólares) no han reaccionado violentamente, con la excepción de incidentes callejeros aislados y algunos saqueos de supermercados.

tada a una tasa anual cercana al 1000 por ciento, la peor en la historia del país.

Según el Banco Central, la cantidad de cheques librados sin fondos alcanza niveles sin precedentes. Los poseedores de tarjetas de crédito esperan para pagar hasta último momento, tratando de mantenerse adelante de la erosión diaria del cruzado. Los inversionistas sólo se arriesgan a depositar su dinero si lo pueden recuperar en 24 horas. Las nuevas inversiones son prácticamente nulas.

"Existe una casi completa falta de confianza en los gobernantes y su habilidad y decisión de enfrentar los serios problemas económicos y sociales del Brasil", dijo en una entrevista Lucio Kowarick, sociólogo y experto en ciencias políticas de la Universidad de San Pablo. "Si las cosas no cambian -advirtió- el resultado será otra dictadura militar o la anarquía."

Las cosas son muy diferentes de marzo de 1985, cuando el presidente civil José Sarney reemplazó a un régimen militar autoritario de 21 años y multitudes que portaban banderas brasileñas se congregaron en el palacio presidencial Planalto, de Brasilia, para saludar a la "Nueva República".

Las políticas económicas adoptadas por el nuevo gobierno han fracasado. Su respuesta a los críticos ha sido el uso de los llamados "estatutos dictatoriales" con la promesa de eliminar "decretos ley" presidenciales, la ley de seguridad nacional elaborada por los militares y, ocasionalmente, la censura arbitraria.

Una Asamblea Constituyente, encargada de la reforma de la actual Ley Fundamental redactada por los militares, comenzó su tarea en febrero en medio de gran euforia popular, pero actualmente se encuentra empantanada por las luchas internas y presiones de grupos con intereses especiales.

### La clase media

Pero la clase media, tradicionalmente punto de apoyo de la creencia de que "el Brasil es el país del futuro", parece desorientada. Las familias pudientes han reducido su presupuesto a lo esencial, tratando de sobrevivir a una inflación proyec-

### "Enciclopedia"

Un primer anteproyecto de la nueva Carta, terminado en julio, tenía 561 artículos y 3600 enmiendas. El último presidente militar, general João Figueiredo, quien aparece nuevamente en las noticias después de haber dicho enojado a los brasileños "olvídense de mí", calificó la propuesta de "enciclopedia, no una Constitución".

Roberto Manera, periodista de 44 años que quiere emigrar a Portugal, dijo a la AP que "Brasil no va a ninguna parte".

"Tenía esperanzas de que un gobierno civil prestara mayor atención a las necesidades de la gente, pero lo que tenemos son gobernantes que parecen más interesados en su propio bienestar que en el del país."

En opinión de Coppola, "la gente honesta y trabajadora ya no es recompensada en el Brasil. Cuanto más lucho para salir adelante financiera y profesionalmente, más me doy cuenta de que no avanzo a ninguna parte".

El sacerdote católico Sergio Braulio Calixto Valverde, que trabaja en las barriadas pobres de San Pablo, dijo en una entrevista que "los pobres han visto sus esperanzas de una vida mejor frustradas por un gobierno que parece haber perdido la valentía de cumplir con sus muchas promesas".

### Otra reforma económica

Sarney, político y escritor de 57 años, anunció en junio otra reforma económica. Dijo entonces, como cuando reveló sus planes anteriores que fracasaron, que éste "traería mejores tiempos para todos los brasileños".

Algunas señales del nuevo plan -una combinación de controles de salarios y precios- han sido positivas. La inflación de julio fue de sólo 3,05 por ciento, una baja radical en relación con los meses anteriores, cuando superó el 20 por ciento. El superávit comercial, vital para la prosperidad económica del Brasil, se recuperó a 1000 millones de dólares mensuales, tras haber caído por debajo de los 200 millones.

El Gobierno, que en febrero dejó de pagar gran parte de la deuda externa de 112.000 millones de dólares -la mayor del Tercer Mundo-, estaría buscando ahora la forma de reanudar los pagos de intereses para evitar el posible aislamiento financiero internacional del país.

Pero el sociólogo Kowarick argumentó que, aun con una mejoría económica, los brasileños ya están cansados de "promesas vacías" del llamado "sistema" gobernante. Dijo que "la gente ha reemplazado su optimismo tradicional por el pesimismo".

Mientras tanto, los pedidos de visa de inmigrante en el consulado italiano han aumentado tanto, que la oficina, según el agregado de prensa Bruno Giovanetti, debe cerrar un día por semana para procesarlos. Los brasileños descendientes de los millones de inmigrantes italianos radicados en el país pueden solicitar pasaporte italiano.

Rui Fernando Serrao Assis e Assis, vicecónsul de Portugal en San Pablo, dijo que la cantidad de brasileños que busca información para emigrar ha aumentado de 5 a más de 35 por día. Según un tratado especial, los brasileños pueden mudarse a Portugal y automáticamente reciben casi todos los derechos de los ciudadanos de la madre patria.

En el consulado de Canadá, país conocido por sus leyes liberales de inmigración, de 40 a 50 brasileños solicitan formularios de visas t días, dijo la oficina de prensa.

Pero, ¿qué sucede con l gentes habitantes de los bar bres que no pueden empaca darse a Europa o a Amér Norte?

El padre Valverde dijo que sia ha formado "comunidade se" para absorber parte de tración de esa gente, "pero c tán las cosas en el Brasil, e riesgo permanente de una re

(c) L

8709137

098

# Guimaraes negocia con Sarney la futura Constitución del Brasil

BRASILIA, 8 (UPI).- El presidente de la Asamblea Nacional Constituyente de Brasil, Ulysses Guimaraes, desplazó los debates sobre la nueva Carta Magna hacia la sede del Ejecutivo para intentar llegar a un entendimiento con el presidente José Sarney sobre la futura forma de gobierno.

Sarney se opone al sistema parlamentarista propuesto por el Congreso Constituyente, para evitar la reducción de las atribuciones del Poder Ejecutivo, según fueron definidas por la Constitución otorgada por los militares [illegible]67.

"Esto es un asunto crucial", manifestó Guimaraes cuando se disponía a cruzar la Plaza de los Tres Poderes hacia el Palacio del Planalto, con la finalidad de eliminar el principal obstáculo encontrado en esta última etapa de la transición de Brasil de un régimen militar a una democracia.

Guimaraes, de 70 años, expresó su oposición a la implantación gradual del parlamentarismo, o a una negociación con el Ejecutivo que garantice ese propósito a cambio de una extensión del período presidencial de Sarney.

El jefe de la bancada oficialista en la Constituyente, Carlos Sant'Anna, vinculado estrechamente con Sarney, expreso que defenderá el modelo presidencialista actual para evitar que el presidente se transforme "en figura decorativa".

El ministro de Ejército, general Leônidas Pires Concalves, ha manifestado su oposición al parlamentarismo, aunque su colega de la Fuerza Aérea, brigadier Octavio Moreira Lima, no presentó objeciones a la propuesta.

**"Espesa neblina"**

El comentarista político Tarcisio Holanda, del matutino Correio Braziliense, expresó que "Brasil continúa atravesando una espesa neblina" tras analizar lo que denominó "la convergencia de una crisis económica, social, política e institucional".

"El movimiento en favor del parlamentarismo no parece dispuesto a retroceder ante la intransigencia (del Ejecutivo), comentó Holanda. "Frente al resultado de una evaluación que muestra tendencia mayoritaria de la bancada oficialista en favor del parlamentarismo, Guimaraes intenta mostrar a Sarney que no hace otra cosa que sustentar la posición de sus adeptos".

Uno de los más importantes políticos del Partido del Movimiento Democrático Brasileño, el gobernador de San Pablo, Orestes Quercia, manifestó que la adopción del parlamentarismo "puede abrir una puerta al retroceso político".

El debate en torno del futuro sistema de gobierno constituye la culminación de un proceso de democratización iniciado hace dos años y medio con la elección del civil Tancredo Neves para ocupar la presidencia de Brasil, después de 21 años de gobiernos militares.

Neves cayó enfermo el día que asumiría el cargo y murió un mes más tarde dejando la tarea de la transición para el vicepresidente Sarney, dirigente de una disidencia del entonces oficialismo que posibilitó el cambio del régimen.

01.01

8709145

078

# Brasil logró en julio último un superávit comercial récord

RIO DE JANEIRO (AP) – El superávit comercial del Brasil en julio registró la cifra récord de 1457 millones de dólares, estimulado por la reducción de la demanda doméstica, dijo la Oficina Federal de Comercio.

Las exportaciones en julio totalizaron 2892 millones de dólares, una cifra substancialmente mayor de la de 2209 millones registrada en julio de 1986. Las importaciones, a su vez, fueron de 1457 millones, la cifra más alta desde enero de 1984 y muy superior a la de igual mes de 1986, cuando fue de 1196 millones de dólares.

El previo récord en el superávit, de 1395 millones, fue alcanzado en agosto de 1984.

El superávit comercial acumulado para la primera mitad de este año fue de 4883 millones, muy inferior al superávit acumulado de 7323 millones obtenido en el primer semestre de 1986.

La Oficina Federal de Comercio dijo que los bienes manufacturados encabezaron la lista de exportaciones con 1557 millones, un récord para el sector. Vehículos y repuestos automotores constituyeron 332 millones de dólares de ese total.

Las exportaciones de soya fueron de 380 millones de dólares, un alza respecto del mes pasado, cuando llegaron a 216 millones de dólares.

La oficina de comercio atribuyó el incremento de un 20,12 por ciento en las importaciones durante junio a la compra por la línea estatal aérea Varig de cinco aviones y cinco turbinas, por un total de 280 millones de dólares. Las importaciones de petróleo fueron de 220 millones de dólares.

El superávit de julio fue el segundo en dos meses en las exportaciones luego de ocho meses de caídas, entre septiembre y abril. En ese período, un alza en los gastos domésticos desvió productos destinados a la exportación hacia el mercado interno y el superávit bajó a 121 millones de dólares.

01.01

8709151

HR

098

Pires Gonçalves (Reuter)

**El comandante del Ejército dijo al Congreso que considera inaceptable el proyecto constitucional que limita el papel de las Fuerzas Armadas y del presidente de la República; sorpresa por la actitud del jefe castrense**

# Advertencia de los militares en el Brasil

(La Nacion 29/08/87)

BRASILIA, 28 (AP)– El ministro de Ejército (comandante en jefe del ármar, general Leonidas Pires Gonçalves, advirtió al Congreso que considera "inaceptable" el proyecto constitucional que limita el papel de las Fuerzas Armadas y del presidente de la República.

Pires Gonçalves, general de cuatro estrellas, se refirió al tema anoche durante una reunión económica, tras divulgarse el nuevo proyecto a ser debatido en comisión de la Asamblea Constituyente.

Fueron las declaraciones más fuertes del ministro desde que Brasil recuperó el gobierno democrático en 1985, tras 21 años de dictadura militar.

"La voluntad política del Gobierno y de la mayoría del pueblo brasileño no han sido escuchados en la elaboracion del proyecto constitucional, que es dominado por una minoría radical activa", manifestó Pires Gonçalves.

La prensa informó hoy que el ministro habló también en representación de las otras ràmas de las Fuerzas Armadas. The Associated Press trató de verificarlo con Pires Gonçalves, pero no obtuvo respuesta.

"La Asamblea Constituyente irrita al Ejército", titula hoy en primera plana el periódico Correio Braziliense, de Brasilia.

Se informó que los ministros (comandantes) de la Armada, Ejército y Fuerza Aérea se reunieron hoy con el senador Afonso Arinos, a cargo de la comisión que supervisa la Asamblea Constituyente. También participaron otros dirigentes civiles. La Armada y la Fuerza Aérea son comandadas por un almirante y un brigadier del aire, respectivamente.

## Aspectos rechazados

El proyecto constitucional incluye por lo menos tres puntos que se sabe son rechazados por los militares y el presidente, José Sarney.

La nueva versión, que aun debe pasar por un proceso de enmiendas y votaciones, propone un sistema de gobierno parlamentario con un primer ministro fuerte. En ese caso, los poderes de Sarney, quien fue líder de un

(Continúa en la página 2, col. 1)

01 - 02

8709152

# Militares brasileños rechazan el proyecto constitucional

LA NACION 29/08/87

(Continuación de la página 1, col. 6)

partido apoyado por los militares, serán debilitados.

Sarney y las Fuerzas Armadas quieren la continuación del actual sistema presidencial de gobierno.

El papel de las Fuerzas Armadas es interpretado además como reducido por el proyecto. Esta versión señala que las Fuerzas Armadas deben "defender la Nación a iniciativa de los poderes constitucionales", lo que significa que solamente pueden intervenir cuando se les ordena.

Además, el proyecto propone una amnistía para militares de integrantes de las Fuerzas Armadas expulsados por razones políticas tras el golpe de Estado de 1964. La amnistía los reincorporaría a las filas y devolvería grados y salarios perdidos.

Los actuales mandos militares se oponen vehementemente a la amnistía.

Mientras tanto, los dirigentes políticos fueron cautos hoy al ser consultados sobre interpretaciones de las declaraciones del ministro del Ejército.

El ministro de Seguridad Social, Raphael de Almeida Magalhaes, expresó que fueron "comentarios que pudo haber hecho cualquier otro ministro", significando aparentemente una crítica civil a la proyectada constitución.

## Verdadera sorpresa

La advertencia militar fue realizada durante una reunión de gabinete donde se trataron medidas para resolver el déficit fiscal y que no tenía nada que ver con la reforma constitucional, por lo que fue una verdadera sorpresa.

El proyecto en consideración es la segunda versión elaborada por el Congreso de 559 miembros que desde febrero viene funcionando como Asamblea Constituyente para reformar la constitución autoritaria de 1969 elaborada por los militares.

El gobierno de Sarney ha sido criticado por tratar de influir sobre los legisladores, elegidos en noviembre en los comicios más libres y amplios desde el golpe.

Sarney, de 57 años, era líder del Partido Democrático Social antes de asumir la presidencia en 1985. Era el candidato vicepresidencial de transacción en una elección indirecta realizada por un colegio electoral convocado por los militares como condición para instalar un gobierno de transición. La última elección presidencial directa en Brasil se realizó en 1960.

El presidente electo moderado Tancredo Neves murió antes de jurar el cargo y Sarney ocupó su lugar.

La Asamblea Constituyente debe decidir la extensión del mandato de Sarney. El proyecto constitucional expresa que hasta 1990, pero muchos integrantes de la asamblea quieren la realización de elecciones presidenciales directas el año que viene.

PARTES POCO LEGIBLE

02.02

8709152

BRASIL

098

EL CELEBRE GENERAL DE "LA SORBONA"

# Murió Golbery, artífice del movimiento del 64

SAN PABLO, 18 (AP, Reuter y UPI). — Tras largos meses de enfermedad, afectado por un cáncer de origen pulmonar, falleció hoy en el hospital Sirio-Libanés de San Pablo el general retirado Golbery do Couto e Silva, de 76 años, principal ideólogo de la doctrina de la seguridad nacional en Brasil, y dirigente a la vez del golpe militar de 1964 y de la política de apertura del régimen de facto que derivó en la transición democrática iniciada en 1985.

Su característica más notoria fue la de actuar siempre a la sombra del poder formal, como "eminencia gris" u "operador" privilegiado —según la terminología de moda—, lo que le valió el generalizado mote de "mago".

Se trató, en todo caso, de un brujo con una singular visión crítica de los poderes de su magia cuando, en agosto de 1966, decidió abandonar definitivamente la tarea en el ámbito gubernamental.

Su renuncia como ministro jefe de la Casa Civil del presidente João Baptista de Figueiredo, en 1981, tuvo como causa implícita la inacción gubernamental para castigar a los culpables del episodio de marzo de ese año, cuando en las cercanías del Riocentro estalló una bomba que agentes del S.N.I. se aprestaban a colocar contra manifestantes de oposición, con el evidente propósito de desestabilizar el cronograma de la apertura.

Su salida —junto con la muerte, en 1980, del otro alquimista de la apertura, el ministro de Justicia Petronio Portella— dejó al régimen a la deriva y permitió primero la ruptura del partido oficialista y luego la coalición de los opositores, entre ellos el actual mandatario José Sarney, con la oposición que, en enero de 1985, abrió el camino del triunfo de la candidatura presidencial de Tancredo Neves.

General brasileño Golbery Do Couto e Silva.

Golbery —integrante de la fuerza expedicionaria brasileña que combatió en la Segunda Guerra Mundial— había mostrado ya sus condiciones de "operador" político en 1958, como redactor del "manifiesto de los coroneles" que exigió la renuncia de João Goulart, entonces ministro de Trabajo del gobierno de Getulio Vargas.

En 1961, tras la renuncia a la presidencia por parte de Janio Quadros, fue también el ideólogo de la frustrada presión militar destinada a impedir la promoción del vicepresidente, el mismo Goulart, a la presidencia.

A partir de allí, ya en situación de retiro, dedicó todos sus esfuerzos en la organización del movimiento golpista, en función de sus tesis geoestratégicas, sintetizadas en el concepto de "doctrina nacional de la seguridad y el desarrollo" que explicó en trabajos como "Planeamiento estratégico" y "Geopolítica do Brasil".

Para llevarlas adelante, concibió 3 instrumentos fundamentales: el Instituto de Investigaciones Económicas y Sociales, el Instituto Brasileño de Acción Democrática y la Escuela Superior de Guerra, la famosa "Sorbona" de la doctrina de la seguridad nacional. Allí, a la manera de las más estructuradas "elites orgánicas" del mundo, inició una tarea de formación, propagandización y generación de políticas a militares, empresarios y tecnócratas.

01.01

8709168

R

098

La Nación

# Murió en Brasil el Gral. Golbery do Couto e Silva

El general Golbery do Couto e Silva, uno de los más destacados arquitectos del golpe militar de 1964, y teórico del repliegue castrense que culminó en 1985 con el retorno de la democracia en el Brasil, falleció ayer en Sao Pablo.

"Nadie mandó más que él, en este país, sin haber recibido un solo voto", subrayó la revista Veja. En 1980, esa publicación recogió, en momentos en que en las filas castrenses se entendía como necesario el retorno a la institucionalización del Brasil, un comentario del militar: "Vamos a intentar una apertura gradual que nadie hizo aún. Si tiene éxito, bien. Si no, vendrá un período de violencia de Estado y, después, una reacción. Entonces iré todos al fusilamiento, aunque ya, que estaré vieja".

Inició su carrera en 1927 en la Escuela Militar Realengo de Río de Janeiro. Sin embargo su presencia en el escenario político se registró durante la gestión de Goulart. En 1961 solicitó el pase a retiro como protesta por lo que entendía como "un gobierno –el de Goulart– dirigido hacia el comunismo".

Tras el golpe de Estado su influencia sobre quienes se hallaban en el ritmo del poder, se hizo clara. Fue él quien condujo al Brasil a una posición prominente en América latina sobre bases teóricas que le permitieron predicar con éxito la interrelación "integral" entre seguridad nacional y progreso.

Jefe del gabinete durante las gestiones de los generales Ernesto Geisel, y Joao Baptista Figueiredo, fue, también, el primer titular del Servicio Nacional de Informaciones, organismo de inteligencia creado en 1964.

Principal asesor del presidente Geisel, fue el responsable de una ley de "reformulación partidaria", que sirvió para otorgarle viabilidad a la apertura política del Brasil. Luego se retiró aunque mantuvo una actividad política encaminada a entregar el poder a un gobierno civil.

Integrante del grupo de militares que apoyaron en 1960 la candidatura de Janio Quadros, Golbery do Couto e Silva dirigió desde 1967 la oficina de planificación, de la que se alejó cuando el general Garrastazú Médici inició los que se consideraron "los años más represivos en la vida del Brasil".

Couto e Silva abandonó la vida pública en 1981. Odiado, y a la vez admirado, este misterioso y poderoso personaje, escribió, entre otros libros, "Planeamiento estratégico" y "Geopolítica del Brasil", aunque nunca pudo concretar su sueño de redactar uno del que, apenas, tenía el título: "Las marcas indelebles de la actividad conspirativa".

01 . 01

8709169

098.
BRASIL

Podría precipitar otras dimisiones

# Se agrava la crisis ante renuncia de Castelo Branco

BRASILIA (ANSA, EFE y UPI).- El Ministro de Industria y Comercio de Brasil, José Hugo Castelo Branco, presentó ayer de tarde la dimisión al Presidente de la República, José Sarney.

Castelo Branco pertenece al Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB) y su renuncia viene a agravar aún más la crisis política desencadenada el jueves pasado por el Partiddo del Frente Liberal (PFL), al romper su alianza democrática con el PMDB, que hasta ahora daba apoyo político al Presidente Sarney.

La crisis se amplió el viernes con la dimisión del Ministro de Educación, Jorge Bornhausen, del PFL.

La renuncia de Castelo Branco puede precipitar las de otros compañeros de Gabinete, tanto del PMDB como del PFL, y va a obligar al Presidente Sarney a acelerar las negociaciones con las fuerzas políticas para hacer una reforma de Gabinete, que puede ser tan profunda como difícil.

"Como soy favorable a la reforma, cumplí con mi deber de poner el cargo a disposición del Presidente de la República", dijo Castelo Branco después de su audiencia con el Primer Mandatario.

01.01

8709302

098



# Los militares brasileños no serán meros espectadores

## Lo afirmó, al asumir el cargo, el jefe del estado mayor conjunto

RIO DE JANEIRO, 16 (AP).– Semanas después de que el ministro (comandante) del ejército criticara a la Asamblea Constituyente por el papel que se reservaría a las Fuerzas Armadas en el futuro de Brasil, otro alto jefe militar reclamó una mayor participación de las tres armas en la vida de la nación.

Al asumir ayer el cargo de jefe de estado mayor de las Fuerzas Armadas, el brigadier de la Fuerza Aérea Paulo Roberto Coutinho Camarinha manifestó que a lo largo de su existencia "las Fuerzas Armadas no se limitarán a contemplar, como simples espectadores, la acción gubernamental.

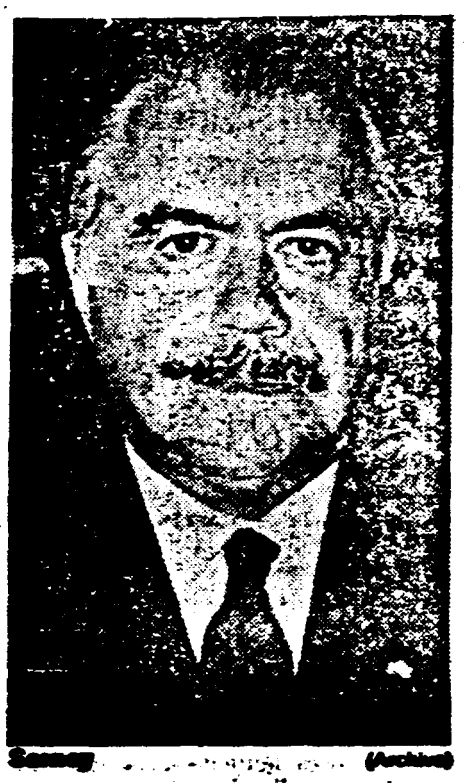
"Como pueblo (las Fuerzas Armadas) participan de esa acción, conscientes de sus deberes en la sustentación de nuestra soberanía y en la defensa del orden, contribuyendo al mantenimiento de la paz y progreso de la nación", manifestó.

En la ceremonia, de la que participó el presidente José Sarney, el brigadier expresó que en la actualidad las Fuerzas Armadas "unidas y dedicadas a sus problemas específicos de reequipamiento y adiestramiento de sus cuadros, se mantienen atentas, confiadas en que las decisiones adoptadas colmen las ansias legítimas del pueblo".

Sarney asumió en 1985 como el primer presidente civil después de 21 años de gobiernos militares. Sarney quedó al frente del Gobierno al morir el presidente electo Tancredo Neves. Ambos habían sido escogidos por un colegio electoral designado por los militares, sin participación de la población.

### La Constitución

También estuvo presente el ministro del ejército, general Leónidas Pires Gonçalves, quien el mes último agitó el ambiente político al decir que los militares consideraban "inaceptable" el proyecto de reforma constitucional que estudia la Asamblea.



Sarney (Archivo)

Según trascendió, el coordinador de redacción de la que será la octava Constitución brasileña, Bernardo Cabral, divulgaría esta semana una versión corregida del proyecto donde las Fuerzas Armadas mantienen la responsabilidad del mantenimiento de la ley y el orden internos, pero subordinadas sólo a la autoridad del Poder Ejecutivo y no a los tres poderes como establecía el anteproyecto que generó la polémica.

La modificación satisfaría a Pires Gonçalves, quien declaró a los periodistas: "No hay quien resista a un buen argumento. Las Fuerzas Armadas deben ser responsables de la ley y el orden con la única autoridad del comandante supremo, el presidente de la República", agregó.

El nuevo proyecto de Cabral será debatido por la Asamblea, integrada por los 559 legisladores de ambas Cámaras y podría ser sometido a voto en noviembre.

### Expresiones de Figueiredo

RIO DE JANEIRO, 16 (AP).– El ex presidente general Jeso Figueiredo manifestó que la democracia está amenazada en el Brasil, y aunque reiteró su promesa de "convertir a este país en una democracia" aseguró que no desearía ser candidato presidencial.

En una entrevista que publicó hoy la revista Manchete, Figueiredo, último presidente de los regímenes militares que gobernaron de 1964 a 1985, manifestó que "la democracia deseada por toda la nación está amenazada. Mi promesa no se extinguió, sino que está de pie: convertiré a este país en una democracia".

En su opinión, "democracia no es sólo la falta de leyes de excepción, sino saber distinguir la libertad verdadera, sin los excesos tan exaltados por los que se juzgan intelectuales".

01.01

8709426

098

A. Financiero 8/09/87

Los bancos británicos no aceptan el descuento de los documentos de la deuda

# Rechazo frontal al "plan Bresser"

Escribe Norma Cohen
de la agencia "Reuter"

**Londres — Los bancos británicos rechazaron ayer un radical plan brasileño para transformar en valores parte de su deuda externa de 113.000 millones de dólares. "Vinieron, vieron, pero no vencieron", dijo —recordando la conocida frase histórica— un banquero británico que asistió a las conversaciones entre colegas de su país y funcionarios brasileños.**

**Los banqueros dijeron a los principales negociadores de la deuda externa brasileña, Fernão Bracher y Antonio de Padua Seixas, que no tomarán en cuenta ningún plan que pida que la deuda sea considerada incobrable. Brasil es el deudor** más importante del Tercer Mundo, y en febrero hizo tambalear al mundo financiero al anunciar una moratoria sobre el pago de servicios de unos 70.000 millones de dólares adeudados a los bancos, pero ahora necesita dinero fresco.

La semana pasada, los funcionarios brasileños revelaron los lineamientos de un nuevo plan para transformar unos 35.000 millones de dólares de la deuda bancaria en valores, —como bonos—, que los bancos venderían. Sin embargo se necesitarán descuentos del orden de 25 a 30 por ciento para incentivar a los inversores a adquirirlos. Las instituciones bancarias, hasta ahora recuperaron parte pero no todo su dinero.

En las conversaciones, los funcionarios brasileños también dijeron que los valores serían a muy largo plazo, con un vencimiento a 35 años. Considerando que los préstamos involucrados son a mediano y largo plazo, el plan del "pasaje a valores" es, en realidad, una extensión de la fecha de pago.

Los banqueros británicos dijeron que el mayor obstáculo era el descuento al que serían comercializados los valores. Significativamente, el Brasil propuso valuar los títulos con un descuento de 25 a 30 por ciento del valor nominal. A comienzos del verano boreal, los bancos británicos, imitando a sus colegas estadounidenses, crearon reservas de 25 o 30 por ciento de sus préstamos a América latina. "Crear reservas es muy diferente a considerar incobrable la deuda", sostuvo un banquero.

El Banco de Inglaterra, —el Banco Central británico— que respaldó la medida de las instituciones de crear reservas, no realizó comentarios sobre la propuesta brasileña. Funcionarios de instituciones bancarias japonesas dijeron la semana pasada en Tokio que estaban interesados en ella, aunque banqueros estadounidenses que asistieron a un simposio sobre la deuda en Viena fueron más cautos y señalaron que aguardarían detalles.

Banqueros británicos mencionaron que el Comité de Bancos Acreedores podría estar interesado en considerar nuevos préstamos para el Brasil si las ganancias son utilizadas para saldar unos 7100 millones de dólares de intereses.

A. Financiero 8/9/87

01.01

6709483

HR

098

CLARIN ★ Buenos Aires, sábado 19 de setiembre de 1987

# Sarney desata ofensiva contra un régimen de tipo parlamentario

*Tras calificar de opositores a su gobierno a todos los legisladores —incluidos los de los partidos oficialistas— que no coinciden con él en la defensa del sistema presidencialista, el presidente brasileño José Sarney, se propuso afinar su estrategia para derrotar a la mayoría parlamentarista de la Asamblea Constituyente, cuando vencía anoche el plazo para la presentación del anteproyecto constitucional. La crisis entre el Ejecutivo y la asamblea persiste en el momento en que moría el principal artífice del pasado régimen militar y de la apertura que dio paso a la actual etapa de transición, el general Golbery do Couto e Silva.*

BRASILIA, 18 (EFE). — El presidente de Brasil, José Sarney, defenderá con uñas y dientes el sistema presidencialista de gobierno contra los proyectos parlamentaristas de la Asamblea Nacional Constituyente, para lo que podría utilizar una reforma ministerial y la negociación de cinco mil cargos públicos.

Al cerrarse hoy el plazo para la presentación de la segunda versión del anteproyecto constitucional, no se llegó a ningún acuerdo sobre el sistema de gobierno, y predomina el criterio de la Comisión de Sistematización de asamblea a favor del parlamentarismo.

El artículo respectivo del anteproyecto consagra un período de transición de 18 meses —a partir de la promulgación de la nueva Constitución a principios del '88—, durante el cual el presidente tendrá bajo su responsabilidad la implantación del parlamentarismo, auxiliado por un primer ministro y por un ministro extraordinario de la comisión de transición.

Al final de ese plazo, el presidente Sarney habrá delegado todas sus funciones en el primer ministro para quedarse con un cargo "equivalente al de la reina de Inglaterra" hasta el final de su mandato, el mes de marzo de 1990.

Naturalmente, Sarney no se resigna y pretende utilizar todos los recursos de poder a su alcance —que dentro del sistema persidencialista vigente son casi infinitos— para combatir el criterio de la comisión de sistematización en su propio terreno.

Según los últimos sondeos, el presidente solo cuenta hoy con 43 votos en aquella comisión de 88 parlamentarios y tendrá que conquistar cuatro más para llegar a una mayoría apretadísima de 47 sufragios, si quiere derrotar el anteproyecto parlamentarista.

La ofensiva de presidente comenzó ayer, con dos demostraciones elocuentes de que no está dispuesto a que le arrebaten el poder casi absoluto que el actual sistema le confiere.

En una entrevista que mantuvo con el líder del oficialista Partido del Frente Liberal en la Constituyente, José Lourenço, Sarney declaró que "quien defiende el parlamentarismo se opone al gobierno".

En otra audiencia posterior, concedida al senador Gerson Camata, Sarney transmitió su preocupación por la posiblidad de que la adopción del sistema parlamentarista "desemboque en una crisis institucional de graves consecuencias".

Esta mañana, el presidente desayunó en el Palacio con los siete ministros más ricos. Esto es aquellos que cuentan con los mayores recursos administrativos del gobierno, a quienes pidió que los pongan al servicio de la causa presidencialista.

La prensa brasileña especula hoy con la posibilidad de que Sarney eche mano de todas las armas que el poder le permite para imponer su criterio en la Asamblea Constituyente.

Una de ellas podría ser una reforma ministerial, que cambie ministros indecisos o gastados políticamente por figuras

Presidente Sarney, empeñado en neutralizar la ofensiva parlamentarista de la Asamblea Constituyente.

"buenas de votos", como se dice, capaces de garantizar la mayoría de 47 votos a favor del presidencialismo en la comisión de sistematización.

Entre los posibles ministros "condenados" están los de Hacienda, Luis Carlos Bresser Pereira; de Planificación, Aníbal Teixeira; de Justicia, Paulo Brossard; de Salud, Roberto Santos, e incluso se habla del canciller, Roberto de Abreu Sodré.

En este cambio entraría también el Ministerio de Reforma Agraria, sin cubrir desde la muerte de su último titular, Marcos Freire, que falleció en un confuso accidente de avión el 9.

Sarney tiene otras armas poderosas para conquistar a los enemigos del presidencialismo: son más de cinco mil cargos públicos de distintos niveles, repartidos por la administración directa y por los organismos autárquicos, con los cuales el presidente puede hacer malabarismos

Basta decir que algunos de ellos, como la presidencia de la Caja Económica Federal, que mueve cifras de 10.000 millones de dólares anuales y tiene a su servicio a 44.000 funcionarios, son virtuales superministerios.

Las espadas están en todo lo alto, no solo por el dilema sobre el sistema de gobierno, sino sobre otros capítulos constitucionales sumamente polémicos, que llegan a la asamblea sin acuerdo previo, como son la reforma agraria, el sistema tributario, la amnistía militar y el papel de las fuerzas armadas en la nueva Constitución.

Este es el más conflictivo de todos: se discute en el si las fuerzas armadas deben defender "la ley y el orden", como dice la Constitución del '69, o "deben garantizar los poderes constitucionales y, por iniciativa de éstos, el orden constitucional", como pretende esta constituyente.

01.01

8709495

098



DEUDA EXTERNA

# En Londres rechazan el plan brasileño

LONDRES, 7 (Reuter). — Los bancos británicos rechazaron hoy el plan brasileño para transformar en bonos parte de su deuda externa de 112.000 millones de dólares, dijeron fuentes bancarias.

"Vinieron, vieron, pero no vencieron", dijo —recordando la conocida frase de Julio César— un banquero británico que asistió aquí a las conversaciones entre colegas de su país y funcionarios brasileños.

Los banqueros dijeron a los principales negociadores de la deuda externa brasileña, Fernao Bracher y Antonio do Padua Seixas, que no tomarán en cuenta ningún plan que pida que la deuda sea considerada incobrable.

La semana pasada, los funcionarios brasileños revelaron los lineamientos de un nuevo plan para transformar unos 35.000 millones de dólares de la deuda bancaria en títulos que los bancos venderían. Sin embargo se necesitarían descuentos del orden del 25% al 30% para incentivar a los inversores a adquirirlos. Las instituciones bancarias recuperarían parte, pero no todo su dinero.

En las conversaciones, los funcionarios brasileños también dijeron que los valores serían a muy largo plazo, con un vencimiento a 35 años. Considerando que los préstamos involucrados son a mediano y largo plazo, el plan del "pasaje a valores" es, en realidad, una extensión de la fecha de pago, señalaron las fuentes.

Los banqueros británicos dijeron que el mayor obstáculo era el descuento al que serían comercializados los valores.

Significativamente, Brasil propuso valuar los títulos con un descuento del 25 al 30 por ciento del valor nominal. A comienzos del verano boreal, los bancos británicos, imitando a sus colegas norteamericanos, crearon reservas del 25 ó 30 por ciento de sus préstamos a América latina.

"Crear reservas es muy diferente a considerar incobrable la deuda", sostuvo un banquero.

El Banco de Inglaterra, sede del Banco Central británico, que respaldó la medida de los bancos de crear reservas, no realizó comentarios sobre la propuesta brasileña.

Funcionarios de instituciones bancarias japonesas dijeron la semana pasada en Tokio que estaban interesados en el caso Brasil, aunque banqueros estadounidenses que asistieron a un simposio sobre la deuda en Viena fueron más cautos y señalaron que aguardarían detalles.

Banqueros británicos mencionaron que un comité de bancos acreedores podría estar interesado en considerar nuevos préstamos para el Brasil si las ganancias son utilizadas para saldar unos 7.100 millones de dólares de intereses de los préstamos de 1987 y 1988.

Pero no es probable que los prestes la cifra completa.

01.01

8709564

098

...portaviones ligero, "Minas Gerais" de la Armada de Brasil realizará una visita oficial... puerto de Montevideo de 1.500 kilómetros hasta el lunes 12.

El Día 6/10/97

03

# Llega portaaviones de Armada de Brasil

El portaviones ligero "Minas Gerais", de la Armada de Brasil, llegará mañana al puerto de Montevideo en viaje oficial que se extenderá hasta el lunes.

Con una tripulación de más de 1.500 hombres, entre oficiales y marineros (incluyendo los aviadores aéreos), el "Minas Gerais" es el núcleo de una fuerza-tarea antisubmarinos. Sus aviones de combate son los de proporcionar apoyo aéreo aproximado, en las acciones antisubmarinos, bajo cualquier condición climatológica y contribuir en la coordinación y control de las acciones de las unidades de tierra y aéreas que constituyen una fuerza-tarea.

Adquirido por Brasil en diciembre de 1956, el "Minas Gerais" fue totalmente reformado y modernizado, siendo incorporado a la escuadra brasileña en 1960, como navío principal. Opera principalmente con aeronaves de las escuadrillas de helicópteros anti-submarinos y de utilización general, ambas de la Fuerza Aeronaval, y con los aviones del Grupo de Aviación Embarcada (GAE), de la Fuerza Aérea Brasileña.

OBSERVACIONES

01.01

8709657

BRASIL

La Mañana 29/10/87

Aísla a los movimientos populares

# Brizola se opone al parlamentarismo como futuro sistema

***El exgobernador de Río de Janeiro, Leonel Brizola, se manifestó contrario al proyecto de gobierno "parlamentarista" en Brasil, que es una de las opciones que se discuten en la Asamblea Constituyente, y opinó que el mismo "tiende a aislar a los movimientos de tipo popular".***

RIO DE JANEIRO (ANSA).- El líder político brasileño fundamentó sus objeciones en lo que llamó el "ejemplo argentino", y dijo que la "nueva república de la Casa Rosada (de Gobierno)) está aplicando una política que tiende a aislar al movimiento popular argentino, representado por el justicialismo (peronismo).

Según Brizola, del opositor Partido Democratico Trabalhista (PDT-laborista), tanto el parlamentarismo como el presidencialismo son "sistemas de gobierno que poseen una innegable virtud cuando son practicados dinocráticamente", pero opinó que "el presidencialismo da mayores oportunidades democráticas a pueblos como el nuestro, en virtud del vínculo que se establece directamente entre el pueblo y el Presidente", y citó el caso del período democrático y desarrollista del Presidente Juscelino Kubitschek, quien gobernó entre 1956 y 1961.

Con relación al sistema parlamentarista, que es defendido en la actual Asamblea Constituyente por una gran corriente del oficialista Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB), Brizola advirtió que "dicho partido puede quedar al margen de la historia en caso de insistir en la campaña por el parlamentarismo.

Brizola, que espera ser candidato a la presidencia en las próximas elecciones, señaló que "a cada nuevo invento que quieran montar contra las fuerzas progresistas, el desgaste será mayor y eso trabajará a nuestro favor".

Podría precipitar otras dimisiones

01.01

8709658

La Mañana 29/10/87

Podría precipitar otras dimisiones

# Se agrava la crisis ante renuncia de Castelo Branco

BRASILIA (ANSA, EFE y UPI).- El Ministro de Industria y Comercio de Brasil, José Hugo Castelo Branco, presentó ayer de tarde la dimisión al Presidente de la República, José Sarney.

Castelo Branco pertenece al Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB) y su renuncia viene a agravar aún más la crisis política desencadenada el jueves pasado por el Partiddo del Frente Liberal (PFL), al romper su alianza democrática con el PMDB, que hasta ahora daba apoyo político al Presidente Sarney.

La crisis se amplió el viernes con la dimisión del Ministro de Educación, Jorge Bornhausen, del PFL.

La renuncia de Castelo Branco puede precipitar las de otros compañeros de Gabinete, tanto del PMDB como del PFL, y va a obligar al Presidente Sarney a acelerar las negociaciones con las fuerzas políticas para hacer una reforma de Gabinete, que puede ser tan profunda como difícil.

"Como soy favorable a la reforma, cumplí con mi deber de poner el cargo a disposición del Presidente de la República", dijo Castelo Branco después de su audiencia con el Primer Mandatario.

La Mañana 29.10.87

01.01

8709659

098

# Portaaviones Brasileño Llega Mañana en Visita Operativa

El Portaaviones Ligero "MINAS GERAIS", la Armada del Brasil, llegará al puerto de Montevideo mañana 7 de octubre, en visita operativa que se extenderá hasta el día 12 de octubre.

Con una tripulación de más de 1.500 hombres, entre oficiales y marineros (inclusive de Unidades Aéreas), el "MINAS GERAIS" es el núcleo de una Fuerza-Tarea Antisubmarinos. Sus funciones de combate son de proporcionar apoyo aéreo aproximado, las acciones antisubmarinos, bajo cualquier condición climatológica, y contribuir en la coordinación y control de las acciones de unidades de tierra y aéreas que constituyan una Fuerza-Tarea.

Adquirido por Brasil en diciembre de 1956, "MINAS GERAIS" fue totalmente reformado y modernizado, siendo incorporado a la Esquadra Brasileña en 1960, como navío principal. Opera principalmente con aeronaves de Escuadrones de Helicópteros Antisubmarinos y de Utilización General, ambos [illegible] y con los aviones del Grupo de Aviación Embarcada (GAE), de la Fuerza Aérea Brasileña.

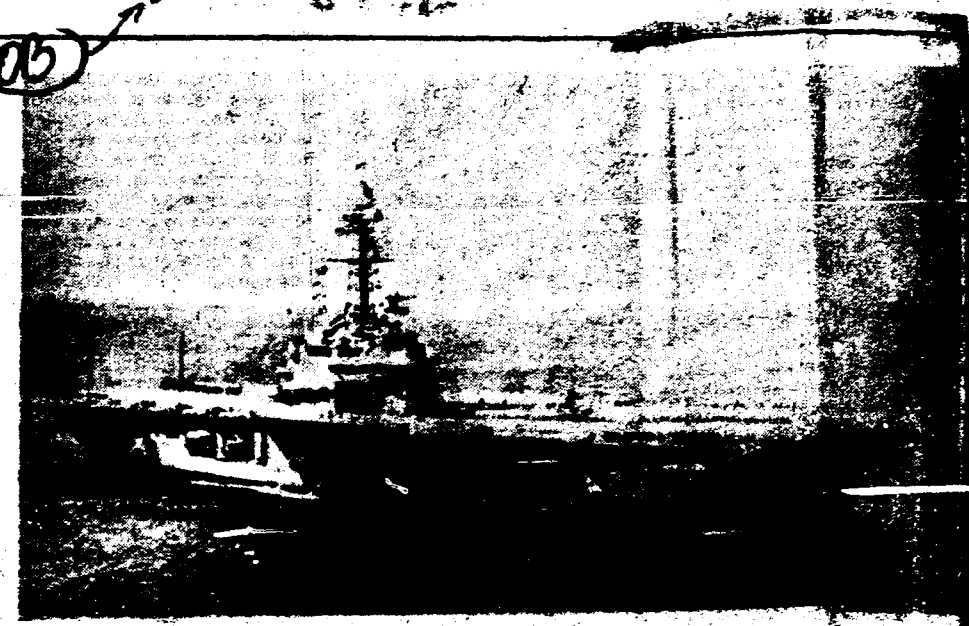
El Portaaviones Ligero "MINAS GERAIS" tiene las siguientes características:

Largo: 214,1 m, boca: 45,86 m, calado (máximo): 7,6 m, altura del mástil: 46,05 m, desplazamiento: 19.345 t., aeronaves embarcadas: 6 P-16, 3 SH-3A y 3 UH-12.

El "MINAS GERAIS" está comandado por el Capitán de Navío LUIZ FERNANDO PORTELLA PEIXOTO. A bordo del Portaaviones viajan el Vicealmirante MARIO CESAR FLORES, Comandante en Jefe de la Escuadra de la Marina del Brasil y el Contralmirante JOSE JULIO PEDROSA, jefe del Estado Mayor de la Armada.

El Comandante del Portaaviones "MINAS GERAIS" y demás oficiales y miembros de su tripulación colocarán una ofrenda floral en el Monumento a Artigas en la Plaza Independencia, el día 8 de octubre a las 10.00 horas.

El Portaaviones "MINAS GERAIS" podrá ser visitado por el público los días 10 y 11 de octubre, en el horario de 14.00 a 17.00 horas.



*El Portaaviones Ligero "Minas Gerais", con más de 1.500 tripulantes, estará en nuestro puerto del 7 al 12 de [illegible]*

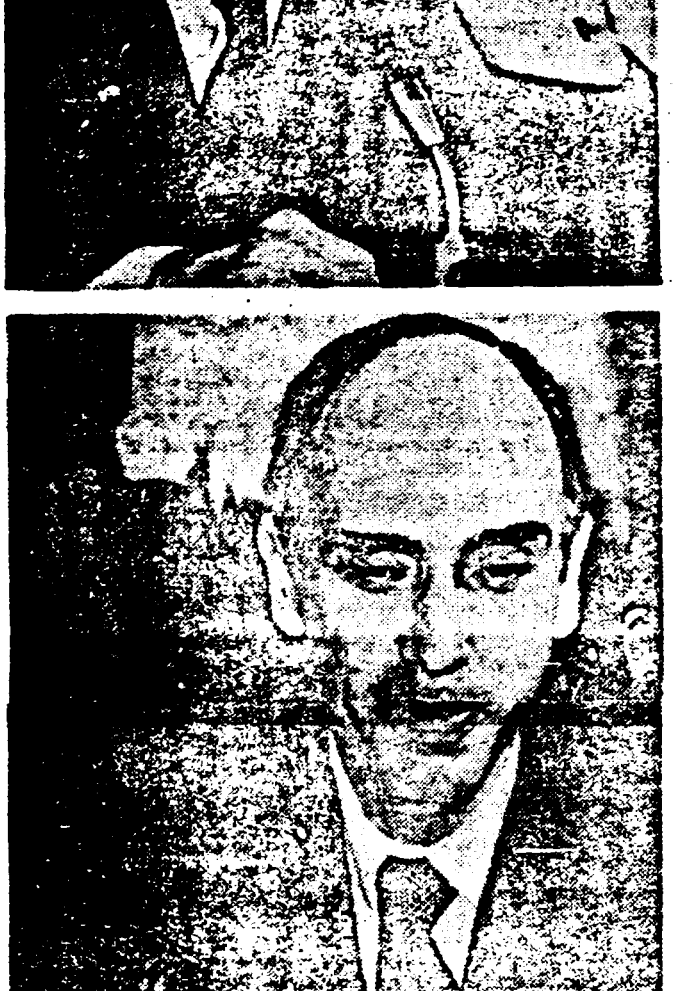
01.01

8709748

DIVERGENCIAS SOBRE EL SISTEMA DE GOBIERNO Y DISTRIBUCION DE CARGOS EN EL ESTADO

# Se desintegró en Brasil la alianza política que apoya a José Sarney

José Sarney, presidente de Brasil, y Marco Maciel, jefe del Frente Liberal.



*El ministro brasileño de Educación, Jorge Bornhausen, presentó ayer su renuncia al gobierno del presidente José Sarney, en forma paralela al anuncio de que su partido, el Frente Liberal (P.F.L.), ha resuelto abandonar la coalición oficialista Alianza Democrática. El presidente del P.F.L., senador Marco Maciel, comunicó la decisión de ruptura a Sarney, poco después de ser informado de la posible designación del vicegobernador de Pernambuco, Carlos Wilson, integrante del ala izquierda del Partido del Movimiento Democrático Brasileño (P.M.D.B.), en la Superintendencia para el Desarrollo del Nordeste (SUDENE).*

BRASILIA, 24 (ANSA, DPA, UPI y EFE). — El Partido del Frente Liberal (P.F.L.) anunció hoy su decisión de abandonar la Alianza Democrática, y confirmó de este modo la desintegración de la coalición oficialista que en 1985 llevó al gobierno al presidente José Sarney, de la que es socio mayoritario el Partido del Movimiento Democrático Brasileño (P.M.D.B.).

La ruptura fue anunciada en Brasilia por el presidente del P.F.L., senador Marco Maciel, tras una reunión de cerca de dos horas en el Palacio del Planalto en la que comunicó la determinación de su partido al presidente Sarney.

Maciel subrayó ante la prensa que "la Alianza Democrática que crearnos hace tres años ya no existe más, y no hay razón para mantenerla". "La decisión —dijo— ha sido tomada sin precipitaciones, en forma madura".

Prefirió no extenderse sobre los motivos de la ruptura, que —dijo— "son conocidos por todos", en alusión al largo proceso de divergencias con Sarney fundamentalmente vinculadas con la influencia del partido en el gobierno y con los puntos que enfrentan a las dos fuerzas mayoritarias del Brasil en la Asamblea Constituyente. El líder del P.F.L. señaló luego que algunas de las discrepancias están también relacionadas con "el plano de la administración gubernamental".

En cuanto a la respuesta de Sarney al planteo, Maciel indicó que el presidente "se reserva el derecho de tomar las medidas pertinentes".

♦ **El futuro del gabinete**

La crisis política se acentuó con la renuncia del ministro de Educación, Jorge Bornhausen, ratificada hoy luego de haber sido presentada el pasado lunes, y fundamentadas sus discrepancias con Sarney respecto del futuro sistema de gobierno. Bornhausen, se ha declarado favorable al sistema parlamentario de gobierno y por lo tanto dijo considerarse incompatibilizado con Sarney, que defiende el actual sistema presidencialista.

En declaraciones a la prensa Bornhausen sugirió que "esta vez podremos romper todos", en referencia a los otros cuatro ministros del P.F.L. que integran el gabinete, los de Relaciones Exteriores, Roberto de Abreu Sodre, Interior, Jos Alves, Comunicaciones, Antonio Carlo Magalhaes, y Minas y Energía, Aureliano Chaves.

Este último funcionario declaró a la vez que "será solidario con mis compañeros de partido", aunque se manifestó a espera de una decisión del P.F.L.

Al efectuar el anuncio Maciel no anticipó si la ruptura implicaría la renuncia de los miembros del P.F.L. que integran el gabinete, y tampoco el gobierno informó si pretende hacer dimitir a los ministros del partido.

Observadores políticos consideraban hoy en Brasilia que la decisión comunicada por Maciel plantea claramente el fin de la sociedad con el P.M.D.B., más que un retiro total del apoyo al presidente Sarney, formalmente pemedebista, pero proveniente del ala disidente del Partido Democrático Social (el oficialismo durante el régimen militar), que en 1984 constituyó el Frente Liberal.

♦ **El tema del Nordeste**

El detonante de la crisis fue la información de que Sarney habría designado a un político del P.M.D.B. para ocupar la jefatura de la Superintendencia para el Desarrollo del Nordeste (SUDENE), un organo subordinado al Ministerio del Interior, en manos del P.F.L. El candidato es el vicegobernador del nordestino estado federado de Pernambuco, Carlos Wilson, un tradicional adversario político del ungido Maciel, quien a partir de la noticia de esa designación presidencial impulsó el proceso de rebelión del P.F.L.

La ubicación de un pemedebista en Sudene contrariaría los planes de la cúpula del P.F.L. de ampliar sus bases en Pernambuco, Paraíba y otros estados nordestinos.

El alejamiento del P.F.L. de la coalición gubernamental era tema esta noche de una reunión entre el presidente Sarney y el líder del P.M.D.B., Ulysses Guimaraes. Con escaso apoyo popular después del Plan Cruzado, con dificultosos vínculos con los políticos del P.M.D.B., y ahora sin el apoyo del P.F.L., el presidente Sarney enfrenta riesgos de aislamiento en la jefatura del gobierno.

## EN FOCO

### Ejes del conflicto

Apenas uno más de los signos de la profunda crisis político institucional que sacude al país, la salida del Partido del Frente Liberal (P.F.L.) del gobierno brasileño parece un correlato directo de la aparente derrota definitiva de José Sarney en su ofensiva por formar base parlamentaria mayoritaria en la Asamblea Nacional Constituyente.

En realidad, la decisión del que fue principal sector de apoyo a Sarney en todos estos meses de dura pujo con el todopoderoso P.M.D.B. podría, muy bien, implicar la preparación de un escenario político nuevo imaginado por el propio presidente.

El conflicto alrededor de la designación del titular de la Superintendencia de Desarrollo del Nordeste —que afecta directamente al ya debilitado aparato del presidente del P.F.L., Marco Maciel, en su propia cuna, Pernambuco— había contado en estos días con un antecedente inmediato.

El jefe de la bancada pefelista en la Constituyente, José Lourenco, principal defensor de las tesis presidenciales de Sarney en la Asamblea, cambió súbitamente de opinión ante la evidencia de que era imposible modificar allí la mayoría favorable a un régimen parlamentario.

En la Asamblea, la discusión real, ahora, gira en torno del momento en que se modificará el sistema. Esto es, antes o después del término del mandato de Sarney.

Para asegurar que sea después, el presidente necesita más que nunca concretar su sonado "partido de Sarney", un bloque suprapartidario de centrodesecha capaz de brindarle apoyo personal efectivo. Fuera del marco de una alianza democrática inventada para el liderazgo trunco de Tancredo Neves, el P.F.L. podría ser el núcleo de ese nuevo partido.

# Tensas relaciones entre Paraguay y EE.UU.

ASUNCION, 24 (DPA). — En lo que observadores consideran un grave deterioro de las relaciones entre Paraguay y Estados Unidos, el gobierno del general Alfredo Stroessner rechazó una "flagrante intromisión" de ese país en los asuntos internos paraguayos y acusó al embajador Clyde Taylor de malinformar a su gobierno sobre la realidad paraguaya.

El subsecretario de Relaciones Exteriores de la cancillería paraguaya, Rodney Elpidio Acevedo, informó haber entregado a Taylor una respuesta a otra comunicación, recibida el 17 de setiembre pasado del Departamento de Estado norteamericano, donde éste protestaba por el deterioro de los derechos humanos en Paraguay.

En un gesto desacostumbrado, Acevedo distribuyó a la prensa el texto de la nota entregada a Taylor, indicando que procedía así porque el Departamento de Estado divulgó también el contenido de su mensaje, según cables internacionales.

Según Acevedo, Taylor recibió la nota con desagrado y "se retiró sin siquiera darse la mano".

El documento dado a conocer por el funcionario reprocha a Estados Unidos "la inveterada costumbre de tratar con arrogancia imperial y admonitoria a naciones que la comunidad occidental, cristiana, moderna y democrática consagró como iguales".

Rechaza igualmente "todas y cada una de las imputaciones" formuladas en la nota estadounidense, y señala que "resulta claro el rigur con que se aprecian en la comunicación que contamos las acciones del gobierno", mientras, agrega, "las provocaciones y claros intentos por subvertir la pacífica convivencia ciudadana son calificados como expresiones de buena democracia".

La nota hace referencia a puntos presumiblemente contenidos en la comunicación recibida de Estados Unidos, entre los cuales refuta enfáticamente toda comparación con el régimen de Nicaragua.

Aunque no menciona al embajador Clyde Taylor por su nombre, la nota insiste en "la responsabilidad que tiene para caer e inducir a errores quienes, estando en nuestro país, han adoptado cerradas posiciones cercanas al fanatismo", y agrega que "esta mala información, desde luego, provienen de los responsables de que viven en Asunción".

Acevedo confirmó ante los periodistas que "hay una molestia muy clara en cuanto a la forma en que la embajada americana en Asunción informa sobre los acontecimientos", y, en relación a Taylor, señaló que "cualquier información mal dada sobre nuestro país, evidentemente, pasa por sus manos".

Voceros del partido oficialista han arreciado también en los últimos días sus ataques contra Taylor, a quien acusan de "sembrar la subversión".

0709805

01.01

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE
SERVICIO DE INFORMACION DE DEFENSA
DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)



Archivo 1987

El presidente del Comité de Acreedores, William Rhodes, del Citybank.

## ¿PARTE DE U$S 112.000 MILLONES DE DEUDA EN BONOS?

# Propone Brasil un plan de pago

**WASHINGTON. — Brasil presentó a los bancos acreedores un plan para continuar con los pagos de 10.000 millones de dólares de intereses de su deuda externa, interrumpidos en febrero pasado, tras conversaciones de más de nueve horas y media entre el presidente del Banco Central de Brasil, Fernando Milliet, y el asesor especial para la deuda externa, Fernao Bracher, y el presidente del Comité de Acreedores, William Rhodes, del Citybank.**

**En declaraciones posteriores de esta madrugada, Milliet dijo que la propuesta brasileña incluye una reconversión de parte de los 112.000 millones de dólares de deuda en bonos, y establecer "una relación entre la deuda con la capacidad real de pago sin necesidad de recurrir al mercado para lograr un financiamiento adicional".**

**Milliet subrayó además que "es necesario ajustar los costos de los intereses" a la capacidad de pago, y propuso reducir las tasas de interés.**

**El presidente del Banco Central brasileño dijo que en sus conversaciones con el Comité de Bancos "no se mencionó un acuerdo con el Fondo Monetario Internacional", pero destacó que los bancos desean una mayor participación de organismos multilaterales en acuerdos entre Brasil y sus acreedores.**

**La negociación se hará sobre la premisa de que los bancos mantendrán las líneas de crédito comercial de corto plazo, que se elevan a unos 15.000 millones de dólares, dijo Milliet.**

**Fernao Bracher, principal negociador de la deuda brasileña, dijo que los objetivos de su gobierno son:**

**—Asegurar un crecimiento económico razonable y un control de la inflación.**

**—Reintegrar a Brasil a la comunidad financiera internacional.**

**—Encontrar una solución de largo plazo que permita pagar a tiempo sus deudas de acuerdo con su capacidad.**

**—Ofrecer a los bancos la posibilidad de preservar el valor en libros de sus préstamos a Brasil.**

**—Reducir las incertidumbres generadas por las frecuentes reprogramaciones.**

**Bracher, quien fue el único en calificar la reunión de "positiva", enfatizó que es "esencial" para la negociación "basarse sobre la capacidad real de pago" de Brasil.**

**La deuda total de Brasil es de casi 113.000 millones de dólares, de los cuales 67.000 millones fueron contraídos con los bancos internacionales.**

**Los brasileños dijeron que el tema del Fondo Monetario Internacional no fue discutido, aunque admitieron que los bancos "están interesados" en que Brasil suscriba acuerdos que permitan a ese instituto y al Banco Mundial supervisar el desempeño de la economía brasileña.**

**♦ Japón**

**Japón es partidario de vender una parte del oro del Fondo Monetario Internacional (F.M.I.) para financiar la ayud países más pobres.**

**"Soy partidario idea", afirmó cla el responsable j que se encuentra dos Unidos.**

01.01

0709838

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE
SERVICIO DE INFORMACION DE DEFENSA
DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

0981 1

La Prensa 26/09/87

# Se agrava la crisis política en el Brasil

**Brasilia, 25 (EFE) – Con la muerte de la Alianza Democrática, que sustentaba al gobierno de José Sarney, los comentaristas políticos garantizaron hoy el triunfo del sistema parlamentarista en la nueva Constitución y predicen graves problemas para el presidente, que puede tener los días contados.**

**Al analizar los acontecimientos políticos que desembocaron ayer en la ruptura de la alianza gobernante entre el Movimiento Democrático Brasileño (PMDB) y el partido del Frente Liberal (PFL), denunciada por este último, los expertos coinciden en la identificación de las causas y divergen en las consecuencias.**

**El pacto político sellado en agosto del 84 por los miembros del PMDB, Tancredo Neves y Ulysses Guimaraes, opositores al militarismo, con los nuevos liberales Aureliano Chaves y Marco Maciel, disidentes de él, cumplió plenamente su misión histórica de garantizar el triunfo de Neves y de facilitar la primera etapa de la transición democrática.**

**La Alianza Democrática fue también providencial para superar el trauma político de la muerte de Neves y sustentar el gobierno de José Sarney –vicepresidente sin prestigio y sin carisma– que llegó a alcanzar con el primer plan económico, conocido como "Cruzado", índices de popularidad próximos al ciento por ciento.**

**Con las elecciones del 15 de noviembre de 1986, que dieron al PMDB 22 de las 23 gobiernos de los estados y más de la mitad de los escaños en el Congreso Constituyente (304 de 559), la alianza se convirtió en un mal innecesario, con el PMDB capaz de sustentar y orientar a Sarney y un socio liberal desacreditado por las urnas y desbordado en el gobierno.**

**El desenlace político de ayer, cuando el jefe liberal Marco Maciel anunció el fin de la alianza, no es más que el cumplimiento de una muerte anunciada: nada se rompió, simplemente porque todo había acabado de muerte natural desde las elecciones de noviembre.**

**Uno de los líderes del PMDB, el gobernador de Bahía, Waldir Pires, se pregunta hoy cómo "un partido derrotado en las urnas puede querer participar de la conducción política y administrativa de la Nación", mucho menos cuando "no tenemos nada que ver con el PFL, ni como filosofía ni como visión del país".**

**Todo indica que el anuncio de ruptura fue precipitado por el nombramiento para la superintendencia de desarrollo del nordeste (Sudene) de Carlos Wilson, del PMDB, vicegobernador de Pernambuco y, sobre todo, viejo rival político de Marcos Maciel.**

01 - 01

8709851

098

Clarín 26/09/87

EL PRESIDENTE SARNEY HABLO DE LA CRISIS POLITICA EN BRASIL

# "Es difícil gobernar sin un sólido respaldo político"

*El presidente José Sarney prepara una reforma ministerial que podría dar como resultado un gabinete "suprapartidario" y eventualmente representar una reducción del predominio del mayoritario Partido del Movimiento Democrático Brasileño (P.M.D.B.) en el gobierno. El mandatario aludió ayer a la crisis desencadenada por la ruptura de la coalición oficialista Alianza Democrática, y subrayó las dificultades que plantea para la tarea de gobierno la falta de sustento político.*

26/9/87

BRASILIA, 25 (UPI, AFP y DPA). — El presidente de Brasil, José Sarney, confesó hoy a sus compatriotas que es muy difícil gobernar sin apoyo político definido y sugirió a sus simpatizantes la formación de una mayoría suprapartidaria en reemplazo de la extinta Alianza Democrática.

Dirigentes del minoritario Partido del Frente Liberal (P.F.L.) anunciaron ayer la ruptura de esa coalición con el Partido del Movimiento Democrático Brasileño (P.M.D.B.), pero negaron que tuvieran resuelto abandonar el gobierno.

El presidente se dirigió a los brasileños a través de su programa semanal de radio para señalar que "la falta de definición y de apoyo político estable creó un clima de inseguridad para el gobierno y para la comprensión popular".

"Quiero confesar que está siendo muy difícil gobernar el país sin apoyo político definido", dijo el presidente en su programa radial difundido por una cadena nacional.

"La falta de entendimiento interno en los partidos y entre los partidos, dentro y fuera de la Asamblea Constituyente, privó al gobierno de un apoyo importante para trabajar con tranquilidad", dijo el mandatario. "Es preciso no olvidar que estamos en una democracia y que el gobierno es resultado de la suma de esfuerzos y la voluntad de una mayoría de políticos que no siempre necesitan pertenecer al mismo partido", dijo el presidente.

Sarney declaró que esa base política que anhela debe componer "una mayoría sólida y estable para asegurar la ejecución rápida y precisa del programa de gobierno".

El mensaje pareció dirigido al Partido del Movimiento Democrático Brasileño (P.M.D.B.), mayoritario en la Alianza, y que en teoría tendría la fuerza necesaria para sustentar al gobierno, pero que en la práctica está dividido en su apoyo a Sarney.

El diputado Ulysses Guimarães, máximo líder del P.M.D.B., se reunió con Sarney para analizar los alcances de la crisis y efectuó iniciales comentarios a la actitud del P.F.L. Pero otros líderes pemedebistas, como el jefe de la bancada de diputados, Luis Henrique, dijeron que "ya era hora de que el P.F.L. revisara su permanencia en el gobierno".

"Cuando un partido es minoritario, no puede colocarse a la altura de otro absolutamente mayoritario", declaró Henrique a periodistas.

El vocero presidencial, Antonio Freta, dijo hoy que Sarney inició consultas para "constatar" el apoyo político "efectivo" a su gobierno, antes de disponer una eventual reforma del gabinete, que integran 16 ministros pemedebistas, 5 del P.F.L. y 6 militares.

01.01

8709856

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE
SERVICIO DE INFORMACION DE DEFENSA
DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)



BRASIL: DISYUNTIVA PARA LA DEMOCRACIA

# Sarney enfrenta su peor crisis de gobierno

**BRASILIA, 26 (Reuter). — La crisis desatada en el proceso brasileño de transición democrática dejó al descubierto la fragilidad de un gobierno golpeado por la impopularidad, y surgido de una alianza entre antiguos adversarios enemigos.**

El presidente José Sarney confesó el viernes lo difícil que le resulta gobernar el país sin una adecuada y sólida sustentación política, en momentos en que está en juego diseñarse la "nueva república" anhelada por millones de brasileños.

Un minoritario Partido del Frente Liberal (P.F.L.), organizado en 1984 por disidentes del que sería el último de una cadena de gobiernos militares instaurada con un golpe en 1964, resolvió el jueves disolver la alianza que, fortuitamente, llevó a la presidencia a uno de sus fundadores, formada con el tradicional Partido del Movimiento Democrático Brasileño, [illegible] el régimen de facto.

El P.M.D.B. se erigió durante elecciones celebradas en noviembre de 1986 como el más vigoroso partido en la historia política brasileña.

Ganó arrolladoramente en 22 de los 23 estados brasileños, tomó el control absoluto del Congreso Nacional y, por fuerza de ese triunfo, asumió el manejo de 16 de los 21 ministerios de la administración federal, para dejar el exiguo saldo a su pequeño socio gubernamental.

Esa abismal correlación de fuerzas desató el jueves la crisis en que el P.F.L. rompió la alianza al denunciar el "insoportable poder hegemónico" del P.M.D.B., [illegible] de sus líderes.

### ♦ Ruptura a medias

Pero el P.F.L. aclaró que la ruptura no afecta su apoyo al presidente Sarney y que, en consecuencia, permanecería en el poder mientras éste no disponga lo contrario.

Solo uno de sus cinco ministros —el de Educación, Jorge Bornhausen— renunció al cargo, en tanto los otros cuatro no dieron inmediatas señales de abandonar los ministerios de Relaciones Exteriores, Minas y Energía, Interior y Comunicaciones.

Voceros presidenciales dijeron que Sarney, convencido de la falta de suficiente apoyo político, inició consultas para reformar su gabinete ministerial y estructurar una "nueva base de sustentación" con la participación, incluso, de partidos ajenos a la extinguida alianza.

En instantes en que una Asamblea Constituyente redacta una nueva Constitución, para el presidente resulta "vital" vigorizar su base política, aun más cuando la mayoría legislativa se inclina por adoptar un sistema parlamentario de gobierno en detrimento de sus actuales atribuciones presidenciales, aseguró un calificado asesor político del mandatario.

Legisladores pemedebistas interpretaron la abrupta decisión del P.F.L. como una supuesta maniobra dirigida a frenar y reducir la influencia gubernamental del P.M.D.B. y a fortificar sus propias posiciones con el apoyo —a ser logrado vía Sarney— de otros partidos.

El anciano y venerable jefe del P.M.D.B., Ulysses Guimaraes, mantuvo hasta el viernes un elocuente silencio ante la crisis, pero uno de sus inmediatos asistentes —el líder de la bancada de senadores, Fernando Henrique Cardoso— afirmó que "el P.M.D.B. continúa firme como soporte de la consolidación democrática pero no hará concesiones".

El presidente Sarney quedó ante la disyuntiva de asumir un control efectivo del poder o ver agravado el paradójico mal de que adolece su gobierno; "manda quien no lo apoya", dijo el diputado Sanio Queiroz, secretario general del P.F.L.

01.01

0709861

ARCHIVAR EN: Brasil (098)

TEMA: Con Brasil y la Argentina.

PROCEDENCIA: Ottawa 24/7/D

ARCHIVADO EN: URSS (026)

01.01

0709862

HY

098

CLARIN ★ Buenos Aires, miércoles 30 de setiembre de 1987

# Brasil: un muerto en choques entre huelguistas y policías

*En momentos en que la Asamblea Nacional Constituyente pone en cuestión sus funciones en relación con el orden interno, el ejército brasileño volvió a participar en la represión directa a trabajadores en huelga de la empresa hidroeléctrica binacional Itaipú. Los incidentes dejaron un saldo de 10 heridos según el personal, mientras que, en el nordeste, un trabajador rural fue muerto por un capataz en el marco de un paro de 40 mil cañeros. Cese de tareas por tiempo indeterminado en los bancos privados de Río de Janeiro.*

RIO DE JANEIRO, 29 (AFP, ANSA, AP, EFE y UPI).— El choque de efectivos del ejército y policías con trabajadores en huelga en distintas zonas de Brasil provocó la muerte de un obrero, heridas a otros 10 y la detención de varias decenas, en un nuevo pico de conflictividad social que coincide con el agravamiento del marco de crisis político-institucional que vive el país.

El hecho de mayor trascendencia política —por el compromiso de las tropas del ejército en la represión, cuando las funciones de las fuerzas armadas en relación con el orden interno están puestas en cuestión— se registró en los alrededores de la represa hidroeléctrica de Itaipú, en el estado de Paraná, en la frontera con Paraguay.

Alrededor de 700 efectivos del batallón 34 de Foz de Iguazú —apoyados por tanques livianos— cargaron ayer con sus bayonetas caladas contra grupos de trabajadores y, según las versiones del personal, hirieron a 10, uno de los cuales tiene "un pulmón perforado".

Los 8.500 trabajadores del sector construcción de la represa binacional —la más grande del mundo— entraron en huelga el domingo en demanda de un aumento salarial del 40 por ciento, reducción de la semana laboral y estabilidad de empleo por 180 días. Ese personal tiene un salario mensual promedio de 2.000 cruzados, alrededor de 60 dólares.

"Estábamos tratando de organizar piquetes —explicó hoy el dirigente sindical Darcio Toledo—, cuando fuimos rodeados por tanques, vehículos blindados con ametralladoras y unos 300 soldados con bayonetas; nos corrieron hasta los bosques y rodearon la zona de viviendas de los obreros".

Luis Guilherme Siqueiras, encargado de relaciones públicas de la empresa, señaló que la dirección había decidido pedir la intervención de las tropas del ejército para "garantizar la operación de la planta".

Siqueiras negó los relatos del personal sobre la carga con bayonetas de los soldados. "Sólo hay 5 heridos leves, producto de la confusión", dijo el funcionario.

Como resultado de los choques, los sindicatos que agrupan a los trabajadores especializados de la represa analizan la posibilidad de decretar paros de solidaridad con el personal de construcción.

♦ **Cañero muerto.**

En el otro extremo del país, el estado nordestino de Alagoas, el trabajador rural Cosme Souza fue muerto a tiros por un policía de una plantación de caña de azúcar, en el marco de una huelga por tiempo indeterminado iniciada ayer por 40 mil cañeros y obreros de las fábricas procesadoras de alcohol, quienes exigen un piso salarial equivalente a 125 dólares.

De acuerdo con la información proporcionada por Luis Ozmindo Dos Santos, presidente de la Federación de Trabajadores de la Agricultura, FETAG, el asesinato tuvo lugar en un ingenio del municipio de Unias dos Palmares, cuando miembros del personal comenzaron a convocar a una asamblea para adherir a la medida de fuerza.

Dos Santos denunció que "la policía apoya ostensiblemente a los patrones y, además de perseguir a los dirigentes sindicales, desencadenó una violenta represión contra los huelguistas".

Por lo menos 20 cañeros fueron detenidos en incidentes relacionados con el conflicto, mientras que en el vecino estado de Pernambuco el sindicato local de cañeros levantó un paro iniciado hace 8 días, luego de conseguir un reajuste salarial. Pernambuco y Alagoas integran una de las principales zonas productoras de azúcar y alcohol del país.

El tercer gran conflicto de esta ola reivindicativa se desató hoy en el área de los bancos privados de Río de Janeiro y Brasilia, cuyo personal —en total unos 70 mil— decidió implementar una huelga por tiempo indeterminado luego del fracaso de las negociaciones con la cámara empresaria por un pedido de aumento salarial del 26% por ciento.

Según trascendió, los patronales sólo aceptaron incrementar los salarios en un porcentaje mínimo del 14,5 por ciento.

Hasta el momento, el personal de los bancos públicos no participó de la medida, con la excepción del Banco del Estado de Río de Janeiro, BANERJ, aunque los sindicatos que la nuclean estudian la posibilidad de incorporarse al paro.

De todos modos, la medida difícilmente alcance la trascendencia nacional de la concretada en marzo pasado, puesto que los gremios del personal de la banca privada de San Pablo y Minas Gerais decretaron toda actitud de protesta tras lograr de sus respectivas cámaras patronales aumentos del orden del 87 por ciento.

01 . 01

8709869

ARCHIVAR EN: Brasil (058)

TEMA: Shevardnadze habló en Brasil sobre deuda regional y el desarme.

PROCEDENCIA: Varios 30/9/87

ARCHIVADO EN: URSS (026)

01.01 8709874

HR

ARCHIVAR EN: Brasil (098)

TEMA: Acuerdos entre Brasil y URSS impulsan las relaciones y comercio.

PROCEDENCIA: El Día 1/10/87

ARCHIVADO EN: URSS (026)

01.01 8709914

# La banca aguarda con cautela un acuerdo con Brasil

SAN PABLO, 16 (Reuter). — Es poco el tiempo que les queda a Brasil y a sus acreedores para concertar un acuerdo que salve a la octava economía del mundo en magnitud de una censura sin precedentes aplicada por la comunidad financiera internacional, dijeron banqueros extranjeros y brasileños.

Pero ante la desafiante adherencia de Brasil a una moratoria de siete meses, es poco lo que puede esperarse, fuera de una tregua temporaria, cuando ambas partes se reúnan en Nueva York este mes.

"Lo mejor que podemos esperar es un arreglo que nos ayude hasta iniciar negociaciones serias", dijo aquí un alto ejecutivo de un banco brasileño.

Con los bancos recibiendo con frialdad la propuesta de Brasil de canjear por bonos la mitad de su deuda bancaria, de 68.000 millones de dólares, y el gobierno rechazando hasta el momento un programa del F.M.I. de un pago de interés simbólico, las inminentes conversaciones prometen pocos progresos concretos.

Después de las conversaciones previstas para el 25 de setiembre en Nueva York, Brasil tiene un mes antes de que se reúnan los organismos reguladores de bancos para decidir si asignarán a los préstamos una clasificación aún más desfavorable.

Si los préstamos son clasificados como "valor deteriorado", con lo que los bancos deberían destinar reservas para posibles pérdidas, Brasil pasaría a integrar, junto con Perú, el grupo de "parias" de la comunidad financiera internacional, algo que resultaba inconcebible el año pasado.

El secretario del Tesoro estadounidense, James Baker, ha ejercido sobre Brasil una presión desusadamente fuerte, advirtiendo en una entrevista reciente de "Los Angeles Times" que será difícil separar la yema de la clara una vez batidos los huevos, en referencia a la decisión pendiente.

El rechazo de Baker al plan propuesto por el ministro de Hacienda brasileño, Luis Carlos Bresser Pereira —quien ha recibido el apoyo del Poder Legislativo brasileño—, desconcertó al gobierno y promovió especulaciones sobre el futuro del funcionario, así como temores de que pudiera resultar más difícil tratar con un reemplazante.

### ◆ Advertencia

"Si se bate un huevo lo suficiente, comienza a crecer", dijo uno, parafraseando la expresión de Baker, para señalar que Brasil podría verse obligado a asumir una actitud aún más extrema.

Al mismo tiempo, Bresser dijo, en una entrevista con Reuter la semana pasada, poco después de su reunión con Baker en Washington, que no temía una decisión adversa en octubre.

"Creo que si para ese entonces hemos iniciado negociaciones serias con los bancos, no habrá problemas con los reguladores", dijo.

Es probable que esto signifique para los acreedores un pago simbólico y la discusión de medidas aceptables para reducir la inflación y el déficit público, aun en el caso de que Brasil rechace la supervisión del F.M.I.

"Probablemente el gobierno considere que no tiene sentido que Brasil renuncie a la moratoria, su mejor carta para negociar", dijo un banquero extranjero.

01.01

871'0073

FR

Deuda Economía Mundial

098



# Se reúnen los tres mayores deudores de América latina

BRASILIA, 10 (Reuter). — Brasil mantendrá su estrategia de buscar una nueva y amplia solución respecto de su deuda externa de 113.000 millones de dólares cuando antes de fin de mes inicie conversaciones con los bancos acreedores, según adelantó hoy el ministro de Finanzas, Luiz Carlos Bresser.

"Brasil sigue sosteniendo que el actual enfoque de 'salir del paso a duras penas' resulta negativo tanto para los deudores como para los acreedores", declaró durante un reportaje concedido a Reuter.

Bresser llegó ayer procedente de Washington, donde se entrevistó con el secretario del Tesoro, James Baker, quien emitió un comunicado manifestando que la propuesta planteada por Bresser, para que se conviertan en bonos 62.000 millones de dólares de la deuda externa con un valor inferior al nominal de los certificados de las obligaciones brasileñas, no servía "ni para empezar".

Bresser retornará a Nueva York el 26 de setiembre para celebrar conversaciones con sus colegas de México y la Argentina antes de entregar una propuesta al comité asesor bancario sobre la deuda brasileña, integrado por 226 instituciones, en una presentación prevista para el día siguiente.

Un vocero del Ministerio dijo que los contactos con México y la Argentina, segundo y tercer principales deudores de América latina, servirán para intercambiar opiniones sobre la situación de la deuda.

El presidente argentino, Raúl Alfonsín, anunció el miércoles la adopción de una línea más dura en la búsqueda de un congelamiento de las tasas de interés. El giro del mandatario argentino fue una consecuencia directa de la derrota de su partido radical y el avance del opositor movimiento justicialista —que propugna soluciones más drásticas respecto de la deuda— en las elecciones parciales del pasado domingo.

Bresser puntualizó que Brasil también asumió una actitud de firmeza en su intención de evitar una solución temporaria y parcial de su deuda, la más voluminosa del Tercer Mundo.

El ministro se manifestó contrariado por los conceptos de Baker sobre su esquema de bonos que, puntualizó, no reflejaron lo conversado con el secretario del Tesoro, destacando que el proyecto no había sido descartado.

"Teníamos un compromiso. Baker aceptó que Brasil llegara a un acuerdo con los bancos sin el F.M.I., y Brasil aceptó que el esquema de bonos fuera voluntario", declaró.

El plan establece que los bancos acepten la emisión de bonos que cubriría unos 34.000 millones de dólares de la deuda comercial a una tasa de descuento a ser establecida, con pagos en un lapso de entre 25 y 30 años, mientras que el resto de la deuda bancaria tendría que refinanciarse por los canales convencionales en un lapso de 20 años.

Bresser explicó que aunque los bonos tendrían un valor menor al nominal, Brasil efectuaría pagos extraordinarios a medida que mejore su capacidad de hacerlo, y que el efecto concreto del proyecto sería una mera postergación de los intereses.

Archivo 1987

Luiz Carlos Bresser Pereira, ministro de Finanzas de Brasil.

01.01

8710088

CLARIN ★ Buenos Aires, domingo 6 de septiembre de 1987

# Sarney aseguró el objetivo pacífico del plan nuclear

*Veinticuatro horas antes de anunciar que Brasil había obtenido la tecnología para elaborar uranio enriquecido, el presidente Sarney lo comunicó a Alfonsín, por un enviado especial que le trajo una carta personal, que al día siguiente informaría de la novedad. El presidente argentino le envió felicitaciones. Ambos ratificaron los deseos de cooperación y de utilización pacífica de la energía nuclear. Sin embargo, en el país vecino se hicieron declaraciones sobre la posibilidad de fabricar la bomba atómica y utilizarla con los medios que posee, ya que es el sexto productor de armamentos del mundo.*

El presidente Raúl Alfonsín fue el primer jefe de Estado que recibió la noticia de que el Brasil había conquistado la tecnología de enriquecimiento del átomo de Uranio, según se informó simultáneamente ayer en Brasilia y en nuestro país.

"El presidente brasileño José Sarney, le envió una carta por un emisario especial, el embajador Rubén Ricupero, mientras que el mandatario argentino contestó por medio del embajador argentino, Héctor Subiza.

Esta información se tuvo entre las numerosas repercusiones del anuncio, dirigidas a ensalzar el logro, por un lado, y por el otro a reavivar las especulaciones respecto de las posibilidades que se abren para que Brasil fabrique una bomba atómica.

A este respecto, se dieron detallados informes sobre los avances del país vecino en la fabricación de armamentos, que lo han convertido en el sexto exportador del mundo, figurando entre los elementos, cohetes de alcance medio (unos 1.200 kilómetros), y proyectos de aviones y submarinos capaces de transportarlos.

Alfonsín se enteró un día antes de que se diera la información, al leer la carta que le entregó Ricupero. Se estimaba posible que este diplomático, que es el principal asesor de Sarney, pudiera haber agregado otra información confidencial, verbal o escrita.

Tras relatarle lo que ya se conoce sobre la obtención de la tecnología, el mandatario brasileño ratificó la determinación "compartida con la Argentina" de "acceder a todos los ramos del conocimiento científico y de sus aplicaciones".

También le señaló que al anticipar el hecho, "me gustaría acentuar una vez más las finalidades exclusivamente pacíficas del programa nuclear del Brasil, coherente con su tradición de país amante de la paz y de la buena convivencia internacional, partidario del desarme nuclear general y completo y signatario del Tratado de Tlatelolco."

Reiteró que los contactos mantenidos entre ambos estuvieron dirigidos a la exclusiva utilización pacífica de la tecnología nuclear, recordando que nuestro país, desde 1983, también realiza en forma experimental el enriquecimiento del átomo de uranio natural.

Ambos países tienen convenios de intercambio desde 1980, cuando los dos tenían gobiernos militares, pero los gobernantes civiles que asumieron a aquellos han continuado esa política, sobre un tema en el que la Argentina tiene todavía en la actualidad mayor desarrollo.

### ♦ Respuesta

La respuesta de Alfonsín manifiesta su satisfacción por el anuncio y le envía su más efusiva felicitación, extensiva a los científicos y técnicos que actuaron, ratificando los propósitos pacíficos argentinos y el aceleramiento y la profundización de la cooperación, concertados durante el encuentro que tuvieron en noviembre de 1985 en Foz de Iguazú.

Esta política tuvo su máxima muestra el 17 de julio pasado, cuando Sarney visitó la ultrasecreta planta argentina de Pilcaniyeu, al sur de Bariloche, constituyéndose en el primer extranjero que podía hacerlo, acompañado de su comitiva de expertos.

En Brasilia, en tanto, el presidente de la Comisión Nacional de Energía Nuclear (C.N.E.N.), Rex Nazaré Alves, insistió en que el dominio de la técnica del enriquecimiento no significa que Brasil se esté preparando para producir una bomba atómica.

También explicó que su país acata la adopción de medidas de control universalmente aceptadas, pero "repudia firmemente la imposición de mecanismos discriminatorios o inhibidores de su desarrollo tecnológico".

Luego manifestó que Brasil posee una de las mayores reservas de uranio (301.400 toneladas) y que al conseguir la fase completa de producción del combustible, podrá atender todas las necesidades internas del sector.

### ♦ Oficialización

La agencia EFE señaló en un despacho procedente de Brasilia que el anuncio oficial lo hizo el presidente brasileño, José Sarney, quien, en opinión de los especialistas, oficializó la existencia en Brasil de un programa nuclear paralelo dirigido por las fuerzas armadas brasileñas y destinado a lograr el dominio del átomo.

También dice que aunque se ratificó la pacificidad del programa, el físico José Goldemberg, rector de la Universidad de San Pablo, dijo que dentro de un mínimo de cinco años Brasil estará en condiciones de fabricar la bomba atómica y llegar más cerca de los países nucleares, aunque éstos no sean los pretensiones del gobierno de ese país.

Goldemberg afirmó, asimismo, que para tener la bomba son necesarios cinco kilos de uranio altamente enriquecido, lo que dista mucho de las posibilidades nacionales. Advirtió que no existen en el mundo tecnologías solo con fines pacíficos, y como ejemplo destacó la alta calidad del acero brasileño para construir submarinos de ataque pero también para las carrocerías de los tanques de guerra "Urutus".

Según analistas del gobierno brasileño en materia geopolítica, el anuncio puede ser señal de inquietud en sus relaciones con los países del Cono Sur, pero también señalan que contribuirá al acercamiento entre Brasil y la Argentina, que ya alcanzó ese nivel científico.

Sexto productor de armas del mundo, Brasil ya construye vectores, misiles y cohetes, que pueden ser fácilmente transformados con energía nuclear para incrementar su poderío bélico y de defensa. Se concluye en la actualidad el proyecto de conversión del cohete "Sonda IV" al "SS 1000", con capacidad para alcanzar blancos estratégicos a 1.200 kilómetros de distancia, con lo que puede llegar a todos los países de Latinoamérica desde sus fronteras.

098
BRASIL

01.01

8710119

BRASIL

098

Clarín 6/9/87

# El significado del dominio del ciclo

Tras una agotadora labor de desarrollo en la que empleó recursos humanos y técnicos exclusivamente propios, el Brasil anunció que había alcanzado el dominio pleno de la archisecreta tecnología del enriquecimiento de uranio. Dos ámbitos afines, el de las cancillerías y el establishment nuclear mundial acusaron fuertemente el impacto de la noticia: un nuevo país accede al "know-how" mejor defendido del ámbito atómico, un conocimiento que permite a su dueño el dotarse de un arsenal atómico —el tal es su decisión política—. No parece el caso de nuestro vecino, que necesita de esta tecnología para fines puramente pacíficos y bastante perentorios: la producción nacional del combustible para sus usinas electronucleares.

El dominio del enriquecimiento de uranio es obra del Programa Autónomo de Tecnología Nuclear de la CNEN (Comisión Nacional de Energía Nuclear), organismo dependiente del Ejecutivo brasileño. En la difícil búsqueda, nuestros vecinos "la pelearon solos". Como anunció el viernes el presidente Sarney, desde el exterior sólo recibieron restricciones y dificultades: los países que poseen este "know-how" lo mantienen en un secreto absoluto. Este conocimiento es incomparable e invendible. El grupo de naciones industrializadas que lo alcanzaron, lo tiene puesto bajo llave con una doble finalidad. La más publicitada es la de evitar la proliferación de armas atómicas en los países no industrializados. La otra, menos confesable, es la de monopolizar el mercado de uranio enriquecido. Brasil optó por este tipo de combustible para propulsar su programa electronuclear: Angra I "quema" uranio enriquecido, Angra II también lo hará, y quizá lo hagan también los futuros plantas que los brasileños vayan construyendo si logran salir de su actual falta de fondos. Pero estas instalaciones someten a su dueño a una dura dependencia de los proveedores internacionales de uranio enriquecido, algo de lo que aquí nos salvamos por tener centrales que utilizan un combustible pobre como es el uranio natural. La Argentina produce localmente lo que nuevo sus centrales. La imposibilidad brasileña de hacer lo propio dejaba al Brasil en la situación de tener el carro pero no el caballo. Si por alguna causa, el mundo desarrollado optara por no venderle más uranio enriquecido a nuestro gigantesco vecino, la red eléctrica brasileña perdería de golpe las considerables 1.300 megavatios de potencia de Angra I, así como los que suministrará Angra II cuando se la logre completar. El logro del Programa Autónomo, cuya filosofía técnica es muy distinta de la empleada por la Argentina en su planta de Pilcaniyeu, podría empezar a alejar estas fantasmas.

### ♦ Un camino zigzagueante

El anuncio del presidente Sarney llega al ámbito nuclear brasileño muy a tiempo. Tras una historia de errores y fracasos, tras haberse perdido cientos de millones de dólares en la compra "llave en mano" y un tanto a ciegas de tecnología no probada o —peor aún— probadamente deficiente, la CNEN le comunica a sus compatriotas que con menos de 33 millones de dólares de gastos de desarrollo y cerebros puramente propios, el país parece reencontrar un rumbo.

Las dificultades del Brasil empezaron con la decisión a favor del uranio enriquecido como base de su programa, y siguieron con la compra llave en mano de Angra I, una gigantesca central que genera por sí sola casi 200 megavatios más que nuestras Atucha y Embalse sumadas... cuando funciona. Efectivamente, el aparato debe ser constantemente detenido por sus recurrentes desperfectos, ligados —en opinión de los observadores— a déficit insalvables de diseño. Deseosos de una tecnología más firme, nuestros vecinos optaron por negociar con la KWU de Alemania Federal, que ya había vendido la robustísima Atucha I a la Argentina y tenía buenos antecedentes. Con la firma germana, el Estado brasileño acordó lo que se llamó en 1975 "la venta nuclear del siglo": un programa de 8 centrales desde entonces hasta el año 2000, acompañadas de una planta de reprocesamiento (recuperación y reutilización del plutonio de los combustibles ya "quemados"), otra de fabricación de equipos pesados, un programa de capacitación de personal y una planta de enriquecimiento de uranio.

Las cosas no anduvieron bien. La deuda externa dejó sin aire el programa (Angra II se demora interminablemente), y la planta de enriquecimiento de Resende comprada a la KWU —un sistema no probado— debió sufrir rediseños y recargos igualmente drásticos. Hoy funciona parcialmente, pero está muy lejos de rendir los resultados deseados. Como producto de la necesidad por un lado, y de una exitosa formación de cerebros por el otro, Brasil se decidió finalmente a emprender una ruta tecnológica nacional: nació el Programa Autónomo, y éste acaba de tener su primer hijo: un método totalmente local para enriquecer combustible. Los pasos siguientes implicarán la construcción de una usina experimental en Aramar, San Pablo, y en 1988 se podría pasar a mayores con el primer módulo de una planta industrial de demostración.

*Daniel E. Arias*

Copyright Clarín, 1987

01.01

8710120

Clarín

Sábado 12 de septiembre de 1987

Fundado por ROBERTO NOBILE el 28 de agosto de 1945

Director: Ernestina Herrera de Noble

# Brasil ante la deuda

BRASIL ha procurado, últimamente, redefinir su relación con sus acreedores internacionales acercándose al Fondo Monetario Internacional pero procurando, al mismo tiempo, una reducción de su deuda externa y evitando la supervisión directa del organismo sobre sus programas económicos.

La estrategia brasileña no ha dado hasta el momento los frutos esperados. El gobierno norteamericano acaba de rechazar un programa de renegociación de la deuda presentado por el ministro Luiz Bresser Pereira y el país vecino parece cada día más obligado a restablecer las negociaciones con el F.M.I., que [illegible]

En esa ocasión, el presidente José Sarney decidió suspender el pago de los intereses de la deuda externa en vista de la escasez de divisas. Desde 1982 hasta 1985 Brasil había logrado aumentar sus exportaciones y su excedente comercial, lo que le había permitido cumplir con sus compromisos y ostentar una posición firme para negociar con los acreedores.

Esta tendencia se revirtió en 1986 debido al incremento del consumo interno impulsado por el Plan Cruzado que tuvo, entre otras consecuencias, la de provocar un incremento de las importaciones. En ese año el superávit comercial se redujo a tan solo 200 millones de dólares y también cayeron las reservas externas.

La reacción adversa de la comunidad financiera internacional así como la de sectores internos de Brasil, sumada al deterioro de la situación económica, provocaron la caída de Dilson Funaro, el ministro de Economía que había recomendado la moratoria.

Su sucesor inició, casi inmediatamente, un progresivo acercamiento a los acreedores y en particular al Fondo Monetario Internacional, aunque esta vez tampoco aceptó la supervisión de ese organismo sobre el programa económico brasileño. El ministro tomó también sucesivas medidas destinadas a reducir el déficit público y a aumentar el superávit comercial, cuidando siempre de no precipitar al país a una recesión que resultaría socialmente intolerable.

La semana pasada Bresser Pereira presentó a los acreedores externos y en particular a la Secretaría del Tesoro de Estados Unidos una propuesta de renegociación de sus compromisos, cuya base era una reducción de la deuda externa brasileña mediante la conversión de parte de la misma en bonos negociables. En contrapartida Brasil ofrecía reanudar los pagos de intereses.

La posición brasileña despertó reacciones negativas entre los bancos, y el secretario del Tesoro de los EE.UU., James Baker, la rechazó de plano dando como única alternativa al país latinoamericano una negociación "convencional" con el F.M.I.

De este modo, Brasil se acerca a una relación más ortodoxa con el mundo financiero internacional y muy probablemente a una reanudación en el pago de intereses de la deuda a fin de lograr la refinanciación de sus compromisos.

Así las cosas, el balance de la moratoria brasileña iniciada en febrero pasado no parece positivo ya que, sin haber obtenido ventajas apreciables en su negociación se ha enfrentado a un cerco de acreedores que parece infranqueable.

Brasil cuenta, a su favor, con el hecho de tener una economía en crecimiento y una expansión de sus exportaciones industriales, dato este último que le permitió eludir la caída en el poder de compra que sufrieron otros países latinoamericanos. En la resolución final del problema que se comenta jugarán la capacidad gubernamental para mantener un ritmo adecuado de aumento del producto y maniobrar en una encrespada crisis política interna, por un lado, y la flexibilidad de los acreedores por otro. Esta flexibilidad no se ha demostrado lo suficiente como para contribuir a solucionar un problema que, como el del endeudamiento, es responsabilidad y afecta a todas las partes participantes.

01.01

8710189

HR

098

La Prensa 3/09/87

# Estrategia brasileña para la deuda

**Brasilia (UPI) – Brasil definió una estrategia radical de largo plazo, basada en las leyes del mercado, para superar los problemas causados por su elevado endeudamiento externo, luego de rechazar fórmulas tradicionales de negociación.**

**Las autoridades brasileñas iniciaron una ofensiva externa con el objeto de evaluar posiciones de los principales acreedores de su deuda de 112.000 millones de dólares, antes de presentar formalmente su propuesta.**

**El presidente José Sarney, en una entrevista concedida al diario "Jornal do Brasil", defendió una negociación "basada en las leyes del mercado", que represente una solución duradera para el problema.**

**La fórmula, definida durante una reunión de funcionarios de alta jerarquía con el presidente, comprende una estrategia tradicional para solucionar problemas inmediatos y otra, de largo plazo, denominada no convencional.**

**La propuesta no convencional supone el reconocimiento del descuento de 40 a 45 por ciento de los títulos de la deuda brasileña, que se negocian en el mercado financiero internacional.**

**Funcionarios del gobierno brasileño han explicado su deseo de pagar intereses que correspondan al valor real de la deuda.**

01.01

8710194

HR

ARCHIVAR EN: Brasil (098)

TEMA: Frei Betto en Polonia

PROCEDENCIA : La Hora 17/10/87

ARCHIVADO EN: Fidel Viaje (B)

01.01

8710220

Bresser Pereira confía en los "Bonos de Salida" con incentivos al fracasar los intentos de reducir montos

# *Ante el rechazo de Baker, modera el Brasil su propuesta para el pago de la deuda*

Escribe Carlos Brezina
de la agencia "UPI"

**Washington— El secretario del Tesoro James Baker rechazó ayer la propuesta reducción del valor de la mitad de la deuda brasileña con la banca mediante su conversión en títulos, pero aceptó que el Brasil negocie con los bancos la conversión voluntaria de una parte en "Bonos de Salida", antes de un acuerdo con el Fondo Monetario Internacional.**

Los titulares de Hacienda de los países con mayores deudas externas del mundo acordaron buscar una solución "no revolucionaria" a la brasileña, que excede los 110.000 millones de dólares.

Baker y Luiz Carlos Bresser Pereira sostuvieron lo que éste llamó "una excelente reunión" de dos horas.

Baker llevó a cabo con Bresser una discusión "completa y franca de la situación económica y financiera del Brasil, incluyendo sus relaciones con sus acreedores, dijo el Tesoro.

"Pero Baker caracterizó la recientemente reportada propuesta brasileña de convertir deuda existente en títulos como que no va a ninguna parte", agregó el Tesoro, sin dar más detalles.

El gobierno de Brasilia había propuesto la semana pasada reducir en un tercio el servicio de la mitad de su deuda externa con la banca privada, de 70.000 millones de dólares, mediante su conversión de títulos debajo de par con tasas de interés del mercado, y títulos a valor nominal pero con tasas de interés inferiores a las del mercado.

Bresser en una improvisada conferencia de prensa en portugués en la escalinata del Tesoro, dijo que sus propuestas habían sido mal comprendidas por medios de prensa y que al ser inadecuadamente presentadas provocaron "pánico".

"El objetivo del presidente José Sarney, es reintegrar al Brasil al sistema financiero internacional", indicó. "Para ello innovaremos un poco, pero no habrá una revolución ni una solución radical".

Bresser reconoció que a Baker "no le gusta la «securitization» (conversión de deuda en títulos)".

El ministro sostuvo que acordó con Baker buscar una solución para la deuda brasileña con la banca privada, mediante la conversión "voluntaria" de menos de la mitad en "Bonos de Salida" (Exit Bonds) a valor nominal e interés bajo y fijo, y antes de un convenio con el Fondo Monetario Internacional.

"Ambos hemos hecho concesiones", explicó Bresser. "Aunque a Baker no le guste la conversión de deuda en títulos, aceptó la conversión de parte de la deuda brasileña en «Bonos de Salida»."

Asimismo, sostuvo, Baker acepta que "Brasil negocie primero con los bancos privados y luego con el Fondo Monetario Internacional".

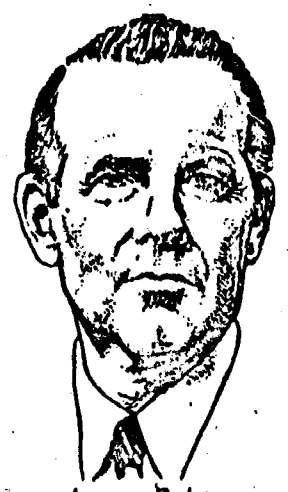
Aunque los bancos han exigido al Brasil que negocie primero un acuerdo "stand by" con el FMI el gobierno de Brasilia se ha negado a ello sistemáticamente.

"Nosotros hemos acordado bajar la proporción de la deuda que trataremos de convertir en títulos, que será inferior a 50 por ciento, y hacer que todo el proceso sea voluntario", por parte de los bancos, indicó sin dar detalles o porcentajes.

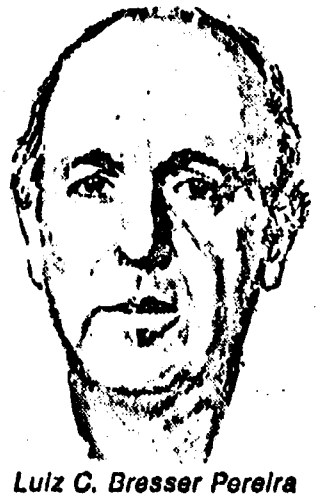
## • Convencional

"Baker quiere que nosotros presentemos la propuesta sobre 'Bonos de Salida' a la banca como convencional, con algunos elementos no convencionales", agregó.

Los llamados "Bonos de Salida" fueron parte de las negociaciones que a comienzos de año emprendió la Argentina con la banca privada, a fin de permitir a los bancos que no quisieran participar en nuevos paquetes crediticios una "salida" de los mismos mediante la conversión de sus acreencias en Bonos a bajos intereses.



*James Baker*



*Luiz C. Bresser Pereira*

Argentina fracasó en obtener que los bancos aceptasen los Bonos, que significaban una rebaja de hecho de su deuda externa.

Bresser indicó que "la Argentina sólo logró que dos bancos aceptasen los Bonos".

"Nosotros propondremos condiciones más atractivas", agregó. "Los Bonos tendrán un «Kicker» (un incentivo): que si las condiciones económicas brasileñas mejoran, si aumentan las exportaciones, les pagaremos más".

"Los Bonos serán emitidos al valor nominal de la deuda", señaló.

Sin dar más detalles, Bresser dijo que también buscará una "posposición del pago de intereses".

Brasil presentará su propuesta a la banca en la última semana de setiembre, antes de la Reunión Anual Conjunta del Fondo Monetario Internacional y el Banco Mundial, agregó.

"Pero con el FMI negociaremos luego porque es una condición para negociar con el Club de París" que agrupa a los acreedores oficiales del Brasil, dijo el ministro.

En ese sentido, el comunicado del vocero del Tesoro indicó que Baker y Bresser Pereira "tuvieron un entendimiento de que cualquier reprogramación del Club de París requeriría un acuerdo formal de «stand by» con el Fondo Monetario Internacional".

"Baker reveló su disposición a ayudar al Brasil a llegar pronto a un acuerdo con sus acreedores bancarios y oficiales", dijo Bresser Pereira.

En ese sentido, el comunicado del Tesoro se limitó a decir que "hubo un acuerdo general en que los problemas del Brasil debieran ser resueltos en una forma convencional y ambas partes acordaron continuar con estrechas consultas con ese propósito".

Por la tarde Bresser se reunió con el presidente de la Junta de la Reserva Federal, Alan Greenspan, con quien también discutió sus propuestas de renegociación de la deuda brasileña.

En una breve rueda de prensa en la FED, Bresser, de excelente humor, negó que sus propuestas anteriores a su viaje a Washington incluyesen la emisión de títulos por debajo del valor nominal de la deuda con los bancos y afirmó que solamente se referían "a una rebaja en las tasas de interés".

"Ni vale la pena discutir una rebaja del valor nominal de los Bonos porque eso crearía un montón de complicaciones a los bancos", indicó.

JUNTA DE COMANDANTES
SERVICIO DE INFORMACION
DEPARTAMENTAL
(SORETEX) II

98

01.01

8710288

JUNTA DE COMANDANTES
SERVICIO DE INFORMACION DE
DEPARTAMENTO

La Prensa 9/10/87

# Propone Sarney un pacto para superar la crisis

Brasilia, 8 (EFE) – Con el propósito de fortalecer su mandato para proseguir la reconstrucción democrática y el desarrollo de Brasil, el presidente José Sarney propondrá al Congreso y a los partidos políticos brasileños la firma de un documento que fije los pasos que dará en el futuro su gobierno.

El Poder Ejecutivo ha elaborado un documento, divulgado hoy por el periódico "O Globo" y titulado "Democracia y desarrollo", que resume las propuestas oficiales que serán puestas a consideración de los 559 miembros de la Asamblea Nacional Constituyente y de los gobernadores de los estados para que manifiesten su respaldo o no a esos postulados.

El documento incluye ocho compromisos políticos, cuatro económicos y seis sociales.

La propuesta señala que, al haber quedado desarticulada la coalición gobernante, Alianza Democrática (AD), es necesaria la firma de un pacto político que apoye la acción del Poder Ejecutivo.

Indica que para el logro de esos objetivos es imprescindible respaldar al presidente de la República en los campos legislativo, ejecutivo y político, y garantizar su fuerza y prestigio para cumplir con su tarea de vigorización democrática.

Enfatiza que para ello es preciso reconocer la libertad del presidente en la designación de su gabinete de ministros y apoyar los trabajos de la Asamblea Constituyente en la elaboración de una nueva constitución política del estado que asegure una democracia pluralista, posibilite progresos en el campo social y estimule la iniciativa privada.

Igualmente propugna aprobar un mandato presidencial de cinco años con los poderes que le fueran conferidos al primer mandatario en la fecha de su elección.

## Iniciativas

En lo que se refiere a la política exterior, reitera el propósito de Brasil de no convertirse en un cautivo de las grandes potencias ni en prisionero de los pequeños conflictos y reafirma su apoyo al desarme y la proscripción de armas nucleares, con énfasis especial en Latinoamérica y el Atlántico Sur.

Por otra parte, la propuesta oficial reitera la adhesión brasileña a los programas innovadores de integración económica con la Argentina y Uruguay con la mira puesta en la creación de un mercado común latinoamericano.

En el campo económico, sostiene que el pacto político debe estimular la política de reducción del déficit público y el combate a la recesión promoviendo el fomento del mercado interno y la creación de nuevos empleos.

En lo que se refiere a la deuda exterior, la propuesta gubernamental expresa que es necesario renegociarla con soberanía y sin comprometer el sustento del pueblo, dando énfasis al concepto de que es de corresponsabilidad de deudores y acreedores.

En el sector de política económico-social destaca la necesidad de dar prioridad a la iniciativa privada, el fortalecimiento del monopolio estatal del petróleo y el combate a las desigualdades sociales regionales y, fundamentalmente, la ejecución de la reforma agraria con la adopción de formas cooperativas.

01.01

8710322

ARCHIVAR EN: Brasil (098)

TEMA: Shevardnadze buscará en Brasil Adhesión al Docume.

PROCEDENCIA : La Nación 28/5/87

ARCHIVADO EN: URSS (026)

01.01

8710392

HB

BRASIL

098

## Aísla a los movimientos populares

# Brizola se opone al parlamentarismo como futuro sistema

***El exgobernador de Río de Janeiro, Leonel Brizola, se manifestó contrario al proyecto de gobierno "parlamentarista" en Brasil, que es una de las opciones que se discuten en la Asamblea Constituyente, y opinó que el mismo "tiende a aislar a los movimientos de tipo popular".***

RIO DE JANEIRO (ANSA).- El líder político brasileño fundamentó sus objeciones en lo que llamó el "ejemplo argentino", y dijo que la "nueva república de la Casa Rosada (de Gobierno)) está aplicando una política que tiende a aislar al movimiento popular argentino, representado por el justicialismo (peronismo).

Según Brizola, del opositor Partido Democratico Trabalhista (PDT-laborista), tanto el parlamentarismo como el presidencialismo son "sistemas de gobierno que poseen una innegable virtud cuando son practicados democráticamente", pero opinó que "el presidencialismo da mayores oportunidades democráticas a pueblos como el nuestro, en virtud del vínculo que se establece directamente entre el pueblo y el Presidente", y citó el caso del período democrático y desarrollista del Presidente Juscelino Kubitschek, quien gobernó entre 1956 y 1961.

Con relación al sistema parlamentarista, que es defendido en la actual Asamblea Constituyente por una gran corriente del oficialista Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB), Brizola advirtió que "dicho partido puede quedar al margen de la historia en caso de insistir en la campaña por el parlamentarismo.

Brizola, que espera ser candidato a la presidencia en las próximas elecciones, señaló que "a cada nuevo invento que quieran montar contra las fuerzas progresistas, el desgaste será mayor y eso trabajará a nuestro favor".

La Mañana 29/09/87

La Mañana 29/9/87

01.01

8710422

Brasil
Anger URSS

098

Shevardnadze destacó acuerdos en desarme

# José Sarney recibió al Canciller soviético

BRASILIA (ANSA, EFE y UPI).- El Canciller de la Unión Soviética, Eduard Shevardnadze, invitó ayer oficialmente al Presidente de Brasil, José Sarney, a visitar su país, lo que fue aceptado por el gobernante sin definir la fecha.

La invitación fue realizada durante la entrevista que el Ministro soviético mantuvo ayer con el Mandatario brasileño, en el primer día de su visita oficial a este país.

Shevardnadze se reunió también con su colega brasileño, Roberto de Abreu Sodré, con quien conversó acerca de los recientes acuerdos sobre desarme entre la Unión Soviética y Estados Unidos.

El Canciller de la URSS declaró al llegar a Brasilia que los acuerdos de la semana pasada entre Moscú y Washington, sobre la reducción de misiles nucleares, constituyen un gran paso en la dirección acertada y que se llegó a un entendimiento gracias al apoyo de otros países.

"Este paso fue posible gracias al apoyo político y moral de toda la comunidad internacional, inclusive de Brasil. Ahora es la ocasión de poner en práctica los acuerdos", señaló Shevardnadze.

Portavoces de la Cancillería brasileña informaron que ambos Ministros de Relaciones Exteriores intercambiaron opiniones sobre los conflictos en América Central, en el golfo Pérsico y en la región Sur de Africa, y que mañana se divulgará un comunicado conjunto sobre la situación internacional.

El Ministro soviético se interesó por el proceso de integración económica entre Brasil, Argentina y Uruguay.

Sobre las relaciones bilaterales, discutieron la forma de aumentar la cooperación entre los dos países en los campos de la economía, ciencia, tecnología, cultura y deportes.

La mañana 28/9/83

01.01

8710443

ARCHIVAR EN: Brasil (058)

TEMA: Shevardnadze en Brasil

PROCEDENCIA: LA HABANA 28/9/87

ARCHIVADO EN: OPSS (026)

01.01

8710445

ARCHIVAR EN: Brasil (098)

TEMA: MEMORANDUM: Reunión de la Asociación brasileña de Defensa de la Democracia (ABDD) - Brasil

PROCEDENCIA: 28/10/87 Doc. 27/8/87

ARCHIVADO EN: MEMORANDUM (084)

01.01

8710464

# Derrumbe en los mercados brasileños

SAN PABLO. — Las bolsas de valores de San Pablo y Río de Janeiro, empujadas por la inestabilidad en la economía mundial y por los problemas internos de Brasil, volvieron a derrumbarse ayer.

La Bolsa de Valores de San Pablo, que la semana pasada registró la mayor baja de su historia, cerró ayer con un índice negativo de 8,75 por ciento, mientras la de Río de Janeiro cayó un 7,2 por ciento.

"Están llegando malas noticias de todas partes. Afuera la economía sólo trae malos presagios e internamente las cosas están en un desorden completo", dijo Octavio Costa, secretario de la Bolsa de Valores de San Pablo.

01.01

8710601

098

CLARIN 30-10-87



U$S 480 MILLONES

# Pago simbólico de Brasil

SAN PABLO 30 (AFP). — El ministro de Finanzas de Brasil, Luis Carlos Bresser Pereira, confirmó ante la comisión económica del Partido Oficialista (PMDB) que el Brasil efectuará en los próximos días un depósito de 480 millones de dólares, indicó hoy el periódico A Folha.

La noticia de la posibilidad de un depósito de fondos por parte de Brasil, destinado a evitar que su deuda exterior sea declarada "inoperante" (non performing) por parte del gobierno de los Estados Unidos, fue revelada hace dos días a raíz también de una indiscreción, se recuerda.

El director del Banco Central, Fernando Milliet, confió a la comisión senatorial encargada de investigar el origen del endeudamiento externo del país que Brasil recurriría a esta solución para evitar el riesgo de ser declarada inoperante, reveló la prensa brasileña.

La suma que sería depositada en una cuenta, probablemente del Banco de Compensaciones Internacionales (BIS - Bank of International Settlement) en Basilea, Suiza, sería de 450 millones a 500 millones de dólares, se asegura según las fuentes.

Los 480 millones de dólares serían de hecho depositados en un establecimiento bancario "neutral", según la declaración del ministro de Finanzas.

En tanto, Brasilia anunciaría en los próximos días nuevas medidas para intentar controlar la inflación, que en octubre será del 9 % y podría llegar al 15 % en diciembre informó también Bresser Pereira.

01.01

8710610

098

Ambito Financiero 3/11/87

# EXCLUSIVO: LANZA BRASIL UN PLAN ECONOMICO ORTODOXO

Esta semana lanza el Brasil un plan económico ortodoxo que elimina subsidios, sube impuestos y tarifas y no incluye congelamiento de precios. Asimismo, hoy hará un pago de 480 millones de dólares de su deuda externa. El depósito lo efectuará en un país neutral (el Banco de Basilea) y recibirá a cambio mil millones de dólares para cancelar los atrasos de intereses del último semestre.

La decisión del ministro de Hacienda, Luiz Bresser Pereira, de retornar al sistema, se debe a que a fines de este mes se reúne el Comité Interagencias de los Estados Unidos y va a calificar la deuda del Brasil como "non-performing". Esto implica que el país no podrá recibir más créditos frescos y su deuda deberá ser castigada en los balances de los bancos acreedores.

Ante esta situación, el Brasil decidió rever su política. Para ello, el viernes 13, Bresser Pereira se reunirá en San Pablo con 74 empresarios representantes de otras tantas multinacionales donde pedirá inversiones y apoyo a la nueva política económica.

El plan contempla un aumento de 15 % de los combustibles y del resto de las tarifas. Subirán por decreto las alícuotas de impuestos, debido a que no se pueden tratar en el Congreso nuevos gravámenes, ya que se ha transformado en Asamblea Legislativa para redactar la nueva Constitución.

Los alimentos dejarán de recibir subsidios, así como otros rubros. La inflación de octubre oscila en 9,5 %, pero la de noviembre se estimaba cercana a 15 %, mientras recrudecían los reclamos empresarios por el deterioro de sus balances debido al control de precios. (Ver más información en Contratapa.)

01.01.

8710619

098

Comercio con Argentina y Brasil

# Iglesias emitió juicio en Polonia

"La situación actual de Centroamérica es propicia para una solución de los conflictos", afirmó el Canciller Enrique Iglesias, quien se encuentra actualmente en la capital de Varsovia. Destacó que el comercio uruguayo con Argentina ha aumentado en un 70 por ciento.

El Ministro de Relaciones Exteriores adelantó además que se reunirán próximamente en México ocho Presidentes de países iberoamericanos, con el propósito de decidir sobre la realización del acuerdo de Guatemala.

Según su opinión, este acuerdo ha contribuido a mejorar las condiciones para América Central.

Iglesias destacó que el hecho de que Argentina, Brasil y Uruguay han vuelto a sistemas políticos democráticos facilita el estrechar lazos en el sector político, económico y cultural.

**AUMENTO DEL COMERCIO**

El comercio uruguayo con Argentina ha aumentado en un 70 por ciento, y el intercambio con Brasil, en igual porcentaje, dijo Canciller.

Destacó entonces que Uruguay procura aprovechar el hecho de que se encuentra entre los dos países más dinámicos de América latina.

Sobre el motivo de su visita a Varsovia -tras hacer lo propio en la República Democrática Alemana, Checoslovaquia y Polonia- manifestó que mantuvo interesantes conversaciones sobre el desarme y la paz mundial así como sobre la deuda externa de los países iberoamericanos y el comercio mundial.

Iglesias subrayó que Uruguay atribuye mucha importancia a las relaciones de su país con el Este europeo y que tanto el Gobierno como los empresarios privados uruguayos desean ampliarlas.

Opinó que el problema de la deuda debe ser enfocado desde el punto de vista de cada uno de los países afectados y comunicó que Uruguay aspira a una reducción de los tipos de interés y una apertura de los mercados internacionales.

La Mañana 7/9/87

01.01

8710665

ARCHIVAR EN: Brasil (058)

TEMA: La cuestión nuclear entre la Argentina y el Brasil

PROCEDENCIA: La Nación 12/8/87

ARCHIVADO EN: Argentina (084)

01.01

8710677

Cruzar Drogas

098

7/9/87

Buenos Aires, lunes 7 de setiembre de 1987 CLARIN

INTERVENDRAN UNIDADES MILITARES

# Operativos antidrogas en fronteras de Brasil

Dentro de pocas horas, unidades militares de la policía federal brasileña emprenderán una ofensiva conjunta contra las bandas internacionales del narcotráfico que operan en las fronteras de ese país con Colombia, Bolivia y el Perú, según se informó ayer en Río de Janeiro.

El director general de los federales brasileños, Romeu Tuma, destacó que la entrada en acción de las fuerzas armadas en la lucha contra el tráfico de drogas en las zonas limítrofes se debe a que poderosas organizaciones del crimen internacional utilizan territorio brasileño como centro de actividades delictivas.

"La policía —dijo— ha realizado durante los últimos meses operaciones de rastreo en los estados brasileños fronterizos con Colombia, Bolivia y el Perú. Estos tres países son los principales productores de cocaína y se ha detectado la existencia de grupos brasileños y extranjeros armados en esas zonas. Puntualizó que esas bandas, integradas por brasileños, bolivianos y colombianos, han instalado en esas regiones plantaciones de "epadú", hoja similar a la coca, producto básico para la fabricación de cocaína, y laboratorios de procesamiento del estupefaciente.

Romeu Tuma advirtió que ese hecho convierte automáticamente a Brasil en un país productor de cocaína y centro mundial de operaciones de bandas del narcotráfico.

A su vez, el director de la Oficina Antinarcóticos del Brasil, José Augusto Bellúnio, informó que la policía ha detectado la existencia de una alianza entre las bandas que trafican drogas y los movimientos guerrilleros M-19 de Colombia y Sendero Luminoso del Perú. Esa alianza —explicó— consiste en la protección de los grupos guerrilleros a los traficantes de la frontera brasileña con Perú y Colombia, a cambio de dinero o armamento sofisticado, para continuar las operaciones subversivas.

Según los expertos, las bandas narcotraficantes han decidido instalarse en el Brasil para aprovechar la extensión de su territorio (8.500.000 kilómetros cuadrados), la fluidez de sus conexiones aéreas con el mundo y la venta indiscriminada de productos químicos para la fabricación de cocaína.

01.01

8710712

ARCHIVAR EN: Brasil (098

TEMA: Descrizen el uso bélico.

PROCEDENCIA: Claus 4/9/87

ARCHIVADO EN: Argentina (084)

01.01

8710739

# Shevardnadze explicó en Brasil los acuerdos con EE.UU. sobre desarme

*El canciller de Brasil, Roberto de Abreu Sodré, en la reunión con su colega soviético Edouard Shevardnadze, informó al visitante sobre los acuerdos de integración económica firmados por Brasil con la Argentina y Uruguay.*

*Shevardnadze anticipó que podrían ampliarse los entendimientos sobre desarme con Estados Unidos. En su entrevista con el presidente Sarney, intercambiaron mutuas invitaciones a visitar sus países.*

Agencia AP

El canciller soviético, Edouard Shevardnadze, es recibido en Brasilia por su colega Roberto de Abreu Sodré, en la primera jornada de visita oficial del funcionario de la URSS.

BRASILIA, 28 (DPA, AP y Reuter). — El canciller soviético Eduard Shevardnadse anunció hoy en Brasilia que existen perspectivas de ampliación de los acuerdos de desarme con Estados Unidos, incluyendo otras categorías de armamentos además de los misiles de mediano alcance, y la suspensión de las pruebas nucleares.

Las negociaciones sobre desarme y el acuerdo de principios firmado este mes en Washington entre Shevardnadse y el secretario de Estado norteamericano George Shultz fueron el tema central de la primera entrevista del canciller soviético con su colega brasileño Roberto de Abreu Sodré y con el presidente José Sarney, en el marco de su visita oficial de tres días a Brasilia.

Edouard Shevardnadse entregó a Sarney un mensaje del secretario general del Partido Comunista soviético, Mijail Gorbachov, reiterando la invitación a que el presidente brasileño visite Moscú, lo que, según De Abreu Sodré, deberá ocurrir "a partir de mayo próximo". Idéntico convite fue formulado por Sarney a Gorbachev, pero la fecha de la visita del líder soviético a Brasil no está definida.

Según Ruy Nogueira, vocero del encuentro Shevardnadse-Sodré, portavoz oficial de la cancillería brasileña, el visitante expresó que el próximo encuentro con Shultz, en Moscú, será "el punto de partida para acuerdos más abarcadores, incluyendo otras categorías de armamentos".

♦ **Pruebas nucleares**

Agregó el diplomático brasileño que Shevardnadse consideró que las negociaciones actuales con Estados Unidos llevarán a etapas posteriores, que podrán incluir la suspensión de las pruebas nucleares.

"En este sentido, nuevas conversaciones serán iniciadas con Estados Unidos", dijo Shevardnadze, informó el portavoz del encuentro, que duró una hora y 40 minutos.

Según Nogueira, Shevardnadze consideró que los entendimientos que mantuvo este mes en Washington con Shultz resultaron en "progresos expresivos".

"Aunque la cantidad de armas involucradas en las conversaciones de Washington no fue muy significativa, el entendimiento es importante porque incluye la destrucción de esos armamentos", fueron las palabras de Shevardnadze reproducidas por Nogueira.

Según Shevardnadze, en el acuerdo de principios firmado con Shultz, por primera vez se puso en práctica el principio de la destrucción de los armamentos nucleares; "Nosotros solo podremos vivir en paz con la eliminación física de las armas nucleares", dijo Shevardnadze a Sodré.

A su vez, De Abreu Sodré informó al visitante sobre los acuerdos de integración económica firmados por Brasil con la Argentina y Uruguay, próximos países a ser visitados por Shevardnadse en su gira sudamericana, la primera de un canciller soviético al subcontinente.

♦ **Renuncia**

El ministro de Industria y Comercio, Castelo Branco, renunció hoy y otros funcionarios del gabinete dijeron que también lo harán, en momentos en que aumentaba la división entre el presidente José Sarney y la coalición gobernante.

"La alianza democrática está muerta", dijo Castelo Branco poco después de entregar su carta de renuncia. "Quiero dejar libres las manos del presidente para que haga su reforma ministerial. Mi cargo le pertenece".

No se sabe aún si Sarney ha aceptado la renuncia del ministro. Castelo Branco es el segundo ministro que ocupa esta cartera desde que volvió el gobierno civil en 1985. Estaba en el cargo desde febrero de 1986.

En apariencia, el gobierno del presidente Sarney incurre en una PROFUNDA CONTRADICCION, PERO TENDRIA SUS RAZONES Y RESGUARDO

***El Brasil, país con la mayor deuda externa del continente, incurre, aparentemente, en una gran contradicción en su estrategia negociadora. Primero declara una moratoria, luego se acerca a refinanciar, y cada vez menos reniega del FMI. Al mismo tiempo, cuenta con un superávit comercial que le alcanza para crecer, pagar intereses e inclusive capital. ¿Cuál es la clave, entonces? ¿Para qué acumular reservas si éstas tendrán que ser destinadas, finalmente, al pago de la deuda? Al parecer, el gobierno brasileño piensa que la deuda deberá ser perdonada algún día; para lograrlo, cree que debe provocar alguna situación, de modo que los acreedores cedan. Pero el caso brasileño no es igual al argentino, que para lograr mejores términos no necesariamente debe sumarse a la posición extrema de Brasilia.***

# DEUDA

## ¿CONVIENE IMITAR LA ESTRATEGIA BRASILEÑA?

Escribe
Cristóbal Williams

El superávit comercial brasileño del cuatrimestre mayo-agosto de este año fue de u$s 5200 millones, cifra que a pesar de estar algo inflamada por la estacionalidad debe corresponder a un ritmo anual de más de u$s 12.000 millones. Si Brasil firmase acuerdos con los bancos similares a los de México o Argentina, eso alcanzaría para pagar todos los intereses y unos uSs 3000 millones anuales de capital, una vez superado el bache del sector externo que deja el plan estabilizador. Su cociente deuda-exportaciones será entonces de 4 años. Compárese con los casi 9 años que debe Argentina y, nuestro superávit que apenas cubre 18 % de los intereses. Generar superávit y pagar la deuda son casi sinónimos pues ese superávit a la larga se usará para ese fin (no valdría la pena guardarlo en caja) y a su vez sólo se puede pagar con el superávit de bienes y servicios reales.

Estos datos indicarían que Brasil es un deudor mucho más solvente que Argentina, aunque siga negándose (cada vez menos) a negociar con el FMI, cuya intervención sirve precisamente para no pagar y estar cómodos al mismo tiempo. El mercado financiero internacional no refleja suficientemente esta diferencia: hace 3 semanas las deudas brasileña y argentina se cotizaban respectivamente 54 % y 50 % de la paridad y el 17.9.87 se derrumbaron casi igualadas a 39 % y 38 %.

### • Contradicción

Esta política brasileña parece contradecirse con la moratoria de intereses impuesta unilateralmente por Brasil en febrero pasado. Si el superávit es tan grande y en última instancia se aplicará al pago de intereses, ¿para qué ese enfrentamiento? ¿Sólo para recomponer las reservas durante algunos meses? Eso se podría haber conseguido negociando una refinanciación de intereses durante un corto tiempo, algo que los bancos probablemente habrían aceptado conociendo la recuperación del saldo comercial. La clave de esta aparente contradicción estaría en la propuesta del ministro Bresser Pereira a los bancos de dos opciones que implican reconocer una pérdida importante:

a) Una quita del orden de 30 % quizá tan alta como el descuento de la deuda en el mercado en ese momento (45 %), refinanciándose el resto a 20 años o más. Naturalmente, sin garantía de que el mercado no subvaluase otra vez los nuevos títulos.

b) La refinanciación de toda la deuda, sin descuentos pero con una tasa de interés subsidiada y con un plazo mayor aún.

Como era de esperar, el ministro del Tesoro de los Estados Unidos, James Baker III dijo que la propuesta no se podía discutir (la calificó de "non-starter"). Esas opciones implicarían una pérdida demasiado grande que los bancos no podrían absorber y que el Estado debería compensar parcialmente. El rechazo de los acreedores es explicable porque refinanciando lo único que consiguen es tener sus papeles en orden ante la autoridad bancaria de su país y les permite hacer menores previsiones en sus balances. Esto —dada la total imposibilidad de cobros vía juicios— les compensa hacer las concesiones que hicieron a México, Argentina, Filipinas, Venezuela y en menor medida, Chile: es decir, plazos de hasta 20 años, tasa de referencia LIBOR (en vez de prime) y un "spread" apenas mayor que el de 1979-80, cuando el crédito era voluntario. Pero de ninguna manera les compensa una condonación parcial abierta o disimulada. Que los bancos hayan hecho concesiones tan grandes sobre el quinto aniversario de la crisis a países que no estaban generando un superávit importante, como Argentina, México y Venezuela (estos últimos lo aumentaron luego de sus acuerdos, al subir el precio del petróleo) muestra que prácticamente han dado la deuda por perdida. Los aumentos en sus previsiones por incobrables a partir de mayo no fueron para mejorar su posición negociadora —los hicieron después de las grandes concesiones— sino como un pedido de auxilio al Fed. Recuérdese que el propio presidente del comité de bancos, William Rhodes, reconoció que la deuda no se pagará.

### • Quita

Sin embargo, de ahí no se deduce que estén dispuestos a formalizar la admisión de altas pérdidas sobre la deuda y menos en una situación en que hay cierto peligro de incobrabilidad sobre el crédito interno en los Estados Unidos porque el cociente deuda privada-PBN está en un nivel record para el siglo, excepción hecha del período 1932-37. Eso exigiría una compensación parcial para que los bancos puedan subsistir, algo que difícilmente ocurra durante lo que resta de la administración Reagan.

Además, para que los bancos acepten quitas sobre la deuda se necesita una zanahoria mucho más atractiva que la de poder clasificar a sus clientes al menos como "medianamente performing" y poder así limitar las previsiones de incobrabilidad. La única zanahoria apta sería el pago de fuertes sumas en concepto de intereses. Los bancos reconocerían pérdidas a cambio de que se acelere el recupero de la parte no perdida. Implícitamente, la oferta brasileña es de esta clase. Brasil ya no piensa —como hasta 1985 inclusive— que la deuda no será condonada y por tanto que hay que ha-

Poco legible

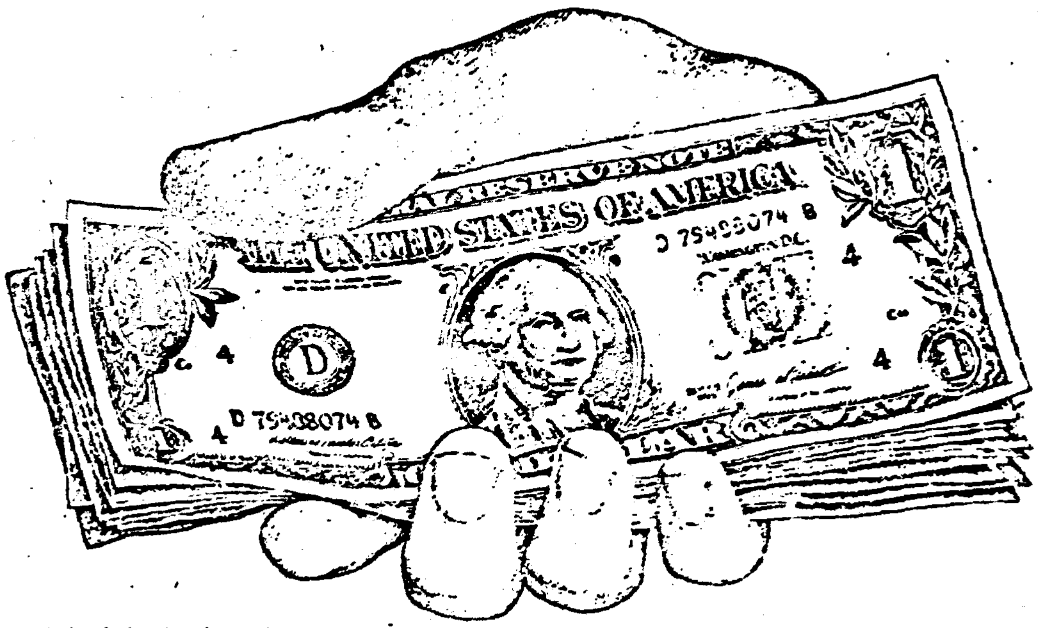
01.02

87 10760

## una profunda contradicción, pero tendría sus razones y respaldo

cer un esfuerzo supremo para pagarla y no gravar la próxima generación. Pero tampoco piensa como el gobierno argentino, que será condonada incondicionalmente y por tanto hay que pagar lo menos posible con la ayuda del FMI. Brasil parece pensar que la deuda será perdonada pero que hay que hacer algo para obtener eso. Ese algo es un gran superávit para pagar los intereses.

Sin embargo, la oferta brasileña, aún no formalizada y sólo implícita en su política comercial de pagar a cambio de las opciones (a) o (b) no es viable porque en esas opciones los bancos deberían firmar ahora compromisos de largo plazo contra una promesa brasileña que podría dejar de cumplirse al poco tiempo. Además, habría una presión irresistible de otros países latinoamericanos para tratos similares y sin garantía de cumplimiento. Lo que sí podría ser viable —y es probable que Brasil y sus acreedores se muevan pronto en esa dirección— es que Brasil pague altas sumas por intereses a cambio de que se le reconozca cifras mayores a las efectivamente pagadas. El pacto podría establecer una tasa de interés (LIBOR-spread) y un piso (por ejemplo 30 %) en la proporción de intereses que Brasil debería pagar sin refinanciación disimulada. Si Brasil paga más que lo estipulado —por ejemplo 100 %— los bancos reconocerán una quita sobre el capital de la deuda igual a una cierta fracción adicional —por ejemplo 80 %— de las sumas pagadas en exceso. Así, el deudor lograría un premio por acelerar el paso de su deuda y los bancos quedarían cubiertos contra posibles incumplimientos. Cada año, los bancos deberían absorber una pérdida moderada, sin necesidad de ayuda del Estado de su país. Esto podría justificar que los bancos disminuyan —previo cambio en las regulaciones de su país, cuando fuese necesario— sus actuales previsiones sobre la deuda brasileña, por ejemplo a 25 % del saldo, y luego cada año añadiesen la quita reconocida al Brasil.



### • Apoyo

Una solución así no necesitaría demasiado apoyo del gobierno de los Estados Unidos, que por lo demás no tendría muchos motivos para negarlo. De momento, esa propuesta no se está discutiendo y quizá contribuye a la demora el posible temor de los bancos a sentar un precedente que debilitaría su posición frente a países como Argentina que no pueden ni quieren pagar mucho por intereses. Hoy lo que los bancos ofrecen a Brasil es sólo incorporar al capital de la deuda a refinanciar, los intereses que Brasil dejó de pagar desde febrero y a condición de que luego reanude los pagos normalmente, a lo sumo con alguna refinanciación adicional, que hoy no parece necesaria. Ellos quieren que Brasil vuelva a su política de 1985. Sin embargo, la declaración del presidente del Banco Mundial (BIRF) Barber Conable, del 17.9.87 no es incompatible con la propuesta delineada más arriba: "lo difícil es crear un esquema que permita que esos descuentos sean transferidos a los países deudores y que el proceso tenga continuidad y no sea un acto único. El esquema debe permitir recuperar fondos, para poder continuar".

### • Solución

Todo esto no busca tanto diseñar una posible vía de solución para la deuda sino señalar un cambio muy importante en la actitud brasileña. Claro que todavía Brasil no está en la postura argentina de dejar que los intereses se acumulen a la espera de una condonación, que creo más acertada y que ya en 1984 defendí en las páginas de Ámbito Financiero (aunque Argentina la acompañe con el grave error de fomentar la igualación de las exportaciones e importaciones en un nivel bajo, en vez de uno más alto). De paso, este es quizás el único gran acierto económico de Alfonsín. Pero su nueva posición implica un avance muy grande en el deterioro de los estándares de cumplimiento de la deuda y refuerza las posibilidades de éxito de la política argentina.

Nuestro país no tiene ni tendrá por ahora un superávit como para negociar una propuesta así y por tanto no podremos brindar un gran apoyo a Brasil en su negociación. Deberíamos —sin sentir culpas— aprovechar el enfrentamiento de Brasil con los bancos y el FMI para poder mantener o achicar aún más nuestro superávit comercial y refinanciar casi todos los intereses con o sin disimulo. Este tipo de "traición" a la "hermandad latinoamericana" no debería ser mal visto en la medida en que el resultado final sea un avance colectivo en el camino hacia la condonación, como seguramente ocurrirá. Esta política exigirá cooperar estrechamente con el FMI en materia de política interna —dicho sea de paso, en nuestro beneficio— siempre que el FMI tolere, aunque sea ex posfacto, la reducción de nuestros pagos externos. En este sentido, es de lamentar el exabrupto de Alfonsín del día de la industria ("ridículas exigencias") y esperemos que no marque el principio de una tendencia.

El no pago de la deuda, que en parte es fruto de esa cooperación, no se puede proclamar como un éxito. No se lo puede argumentar durante una campaña electoral. Aun así, el gobierno debe seguir res[illegible] más co[illegible]

Poco legible

02.02

871 0760

BRASIL
Cargos Servicios Secretos
(SNI)

088

# Extinción de Organismos Militares

BRASILIA, 17 (ANSA).— El presidente José Sarney a su regreso de tres días de visita a Venezuela, deberá efectuar la reforma administrativa y la reestructuración de su Gabinete ministerial como una solución a la crisis política, social, económica que enfrenta su gobierno con la probable extinción de organismos militares.

La medida podría alcanzar al [illegible] Estado Mayor de las Fuerzas [illegible] y el Gabinete Militar, tareas que podrían ser sustituidas directamente por las respectivas instituciones armadas dentro de la Presidencia de la República.

La sugestión de tales cambios, es atribuida al Ministro de Ejército, General Leonidas Pires Goncalves, "como una colaboración de las Fuerzas Armadas con la finalidad de reducir la máquina burocrática y administrativa del gobierno".

Habría argumentado que, con el nuevo organograma, terminaría con la superposición de funciones dentro del gobierno y los asuntos militares correspondientes al Ejército, Marina y Aeronáutica, sería tratados por sus titulares, quienes tienen una buena relación con el presidente Sarney.

En los contactos que mantuvo con el jefe del Estado y con parlamentarios brasileños, Pires Goncalves, consideró que además de los resultados prácticos, la extinción de los citados órganos: SNI, EMFA y Gabinete Militar, tendría una repercusión altamente favorable, no sólo en la opinión pública, sino también en los medios políticos.

Al respecto, se recuerda que muchos legisladores siempre han criticado y hasta cuestionado la necesidad de esos organismos creados por el extinto ex-ministro Golbery de Costa y Couto.

El País 28/10/82

01.01

8710782

098

Clarín 28/10/87



# Brasil explora una fórmula de acuerdo con los bancos

***Para replantear luego una negociación de su deuda externa —declarada en moratoria hace ocho meses—, Brasil haría un pago simbólico que consistiría en un depósito bajo caución en el Banco Mundial o en el Banco de Basilea, en el marco de una negociación todavía poco clara. "Suspenderemos la moratoria sólo si alcanzamos un acuerdo a largo plazo", dicen en Brasilia. La fórmula fue propuesta por la Casa Blanca y contaría con el aval de los bancos, que podrían bloquear los intereses no pagados.***

**BRASILIA, 27 (Reuter). — El gobierno brasileño analiza una nueva fórmula de negociación propuesta por Washington en torno de deudas por 70.000 millones de dólares que este país mantiene con los bancos privados, confirmó ayer el vocero oficial del Ministerio de Hacienda.**

**El portavoz, Francisco Baker, dijo a Reuter que la nueva propuesta de la Casa Blanca está "bajo consideración" de las autoridades brasileñas y de los bancos acreedores.**

**Baker se excusó de dar detalles, pero dijo que "se trata de un depósito bajo caución", y que ("el Brasil establecerá determinadas condiciones para aceptar" la propuesta.**

**El diario Gazeta Mercantil, especializado en asuntos financieros, publicó ayer en primera página un despacho de su corresponsalía en Washington y afirmó que el depósito será realizado ante una institución financiera internacional, e involucraría el total de los intereses que el Brasil dejó de pagar desde febrero a los bancos privados, al decretar la moratoria parcial de su deuda externa de 113.000 millones de dólares.**

**● ¿4.300 millones de dólares?**

**El monto de intereses involucrados en la moratoria para 1987 asciende a 4.300 millones de dólares, según datos oficiales.**

**Gazeta Mercantil dijo ayer que el depósito propuesto por la Casa Blanca consiste en ese monto y que sería cubierto en un tercio por el Brasil y los dos restantes por sus acreedores privados.**

**Otra calificada fuente gubernamental consultada agregó a Reuter que esos detalles "parecían correctos".**

**El presidente del Banco Central, Fernando Milliet, admitió ayer que Brasil efectuaría esta semana un pago simbólico, a través de un depósito bajo caución ante el Banco Mundial o el Banco Internacional de Compensaciones (BIS), con sede en Basilea, Suiza.**

**Pero agregó que ese depósito, cuyo monto no especificó, sería respuesta a una "clara demostración (por parte de los bancos) sobre la necesidad de crecimiento brasileño".**

**El ministro de Hacienda, Luiz Bresser Pereira, sostuvo en reiteradas ocasiones que Brasil efectuaría un pago "meramente simbólico" en respuesta a un avance significativo de la negociación con los bancos.**

**Afirmó también que su gobierno suspendería la moratoria parcial "sólo en caso de un acuerdo definitivo y a largo plazo" con los acreedores privados.**

**La propuesta del gobierno estadounidense implicaría también, según Gazeta Mercantil, un "vago compromiso**

Agencia AFP

**Luiz Bresser Pereira, ministro de Hacienda brasileño.**

**del gobierno brasileño de iniciar contactos con el FMI con miras a un acuerdo del tipo «stand-by».**

**La calificada fuente gubernamental consultada, que prefirió no identificarse para no entorpecer el proceso de consultas, dijo que "este aspecto parece subestimar la reacción política que se produciría internamente en Brasil".**

**El gobierno del presidente José Sarney declaró reiteradamente que no pretende retornar a negociar con el FMI antes de cerrar un acuerdo definitivo con los bancos privados.**

**El más importante partido que apoya al gobierno —el Movimiento Democrático Brasileño (PMDB)— considera inaceptable cualquier tipo de contactos con ese organismo.**

01.01

8710808

HR

ARCHIVAR EN: Brasil (098)

TEMA: El Sandinismo acepta la mediación de Obando. Hay un proyecto observable.

PROCEDENCIA : Diario 28/10/87

ARCHIVADO EN: Nicaragua (076)

01.01

8711 0822

UN VOCERO OFICIOSO DEL GOBIERNO ACUSA A SECTORES CIVILES Y MILITARES

# Complot derechista contra Sarney

*Con la amenaza de ver debilitadas sus estructuras y condicionada la soberanía de la Asamblea Constituyente, los partidos políticos brasileños muestran escasa disposición a aceptar los términos del "pacto" de gobernabilidad propuesto por el presidente José Sarney para superar el conflicto en la coalición de gobierno. En este marco se difundió un informe de los servicios de inteligencia que habla de un presunto complot de la derecha cívico-militar.*

BRASILIA, 10 (ANSA y UPI). — En medio del conflicto político-institucional creado por la ruptura de la coalición oficialista Alianza Democrática y el enfrentamiento entre el presidente José Sarney y los partidos políticos y el poder legislativo, sectores de la derecha civil y militar brasileñas, liderados por oficiales retirados, estarían elaborando un complot contra el sistema democrático según un documento elevado al primer mandatario por el Servicio Nacional de Informaciones.

La información sobre el documento fue difundida hoy por el diario "Correio Brasiliense", de la capital, considerado como vocero oficioso del gobierno, el que asegura que el informe fue presentado el jueves pasado a Sarney por el ministro jefe del SNI, general Iván de Souza Mendes.

De acuerdo con los agentes de inteligencia, los conspiradores utilizarían como principal argumento para propiciar un nuevo golpe militar la "debilidad y tolerancia del gobierno en relación con la actividad de los representantes de la izquierda marxista en la Asamblea Nacional Constituyente".

El principal operador del complot sería el brigadier retirado Joao Paulo Burnier, apoyado por los generales también retirados Euclydes Figueiredo, José Luis Coelho Neto y Jorge Benaventura; los brigadieres Delio Jardim de Mattos y Marcio Melo y el civil Armando Falcao, ex ministro de Justicia durante la presidencia del general Ernesto Geisel, entre 1974 y 1979.

Todos ellos habrían protagonizado el miércoles pasado una suerte de ceremonia de iniciación del funcionamiento de la Asociación Brasileña de Defensa de la Democracia, cuya creación ya había sido anunciada en julio por empresarios de San Pablo.

La ABDD parece intentar retomar la estructura del famoso Instituto Brasileño de Acción Democrática, IBAD, creado en 1962 por el recientemente desaparecido general Golbery do Couto e Silva para preparar la agu[illegible] al golpe militar de 1964.

Al término de la ceremonia —realizada en el Club de Generales en Río de Janeiro—, tanto Coelho Neto cuanto Falcao manifestaron su certeza acerca de la irreversible necesidad de una nueva intervención militar, esta la que calificaron de "pura política, económica y administrativa".

Siempre de acuerdo con la versión del "Correio", tras conocer el informe del SNI Sarney habría comentado que "estamos en un régimen democrático en el que todos tienen libertad para expresarse, inclusive la derecha, pero no se puede admitir actitudes de desacato y habrá que seguir de cerca a ese grupo".

### ♦ Especulaciones

Para algunos observadores, el informe del SNI y su difusión a través del órgano de prensa más directamente ligado al gobierno forman parte de la ofensiva iniciada por Sarney, con el apoyo de los actuales mandos militares, destinada a recuperar poder político personal, contrarrestar la actividad autónoma de los partidos y evitar que la Asamblea Nacional Constituyente avance en su intención de consagrar un sistema de gobierno parlamentarista o bien de reducir en un año el mandato del presidente.

Hace 15 días, el socio minoritario de la Alianza Democrática, el Partido del Frente Liberal, tras anunciar la "voluntad hegemonista" del mayoritario Partido del Movimiento Democrático Brasileño, anunció su retirada de la coalición.

Como respuesta, Sarney informó el miércoles pasado al país de su decisión de buscar una nueva estructura de apoyo político al gobierno para permitirle actuar "sin frenos ni limitaciones".

Para lograrlo, remitió a las conducciones de todos los partidos políticos con representación parlamentaria un proyecto de "pacto político", con la expresa indicación de que quienes lo avalen deben firmarlo a título personal.

Todo indica que su intención es la de formar una nueva mayoría parlamentaria de centro derecha, supra-partidaria que, en la práctica, implicaría la ruptura de los partidos ya existentes.

Uno de los puntos fundamentales del proyecto de "pacto" es el que le asegura llegar al fin de su mandato de 5 años con "los poderes con los que fui elegido", esto es en el marco de un sistema presidencialista.

En su mensaje, Sarney aseguró que hasta el momento no contó con ningún apoyo real de las fuerzas partidarias oficialistas, lo que le impide resolver la crisis política, económica y social del país.

Las conducciones políticas reaccionaron con duras frente a su propuesta, a la que consideran "antidemocrática", en la medida en que propone un virtual reemplazo de los partidos como canales de los distintos secto-

res de opinión y "pretende adoptar de hecho decisiones que corresponden a la Asamblea Nacional Constituyente".

Al compás del proceso que derivó en este conflicto institucional, los mandos militares fueron generando hechos políticos de apoyo a Sarney en muchos de los cuales utilizaron argumentos muy similares a los que el informe del SNI pone en boca de los complotados de la ABDD.

Hace dos meses, por ejemplo, en una reunión de gabinete el ministro de Ejército, Leonidas Pires Gonçalves, hizo una dura exhortación a resistir el "inaceptable" anteproyecto preparado por la Asamblea Nacional Constituyente, al que juzgó obra de los "grupos minoritarios radicalizados" representados en ese ámbito.

Hace 15 días —tras una dura lucha de presiones para modificar el artículo del anteproyecto que quitaba a las fuerzas armadas la misión de custodiar el orden interno—, tropas del ejército reprimieron duramente una huelga de trabajadores de la represa binacional de Itaipú. Según se dijo después, ninguna autoridad civil había dado la orden de acción a esas tropas.

En síntesis, para los citados observadores la difusión del complot de la ABDD es un mensaje destinado a reforzar la imagen de que, o bien Sarney recibe el apoyo que solicita, o bien el proceso de transición democrática puede sufrir una abrupta interrupción.

01.01

8710872

CLARIN ★ Buenos Aires, miércoles 28 de octubre de 1987

RELATIVIZAN UN ACUERDO DE COMPLEMENTACION

# Crecimiento del déficit comercial con el Brasil

*En los primeros siete meses del año, el déficit comercial con el Brasil alcanzó a 72 millones de dólares, un 41% mayor al que se registraba en 1986 para el mismo período. En conferencia de prensa, la subsecretaria de Desarrollo Industrial, María Beatriz Nofal, relativizó los alcances de un acuerdo de complementación económica.*

Entre enero y julio del presente año las exportaciones argentinas al Brasil alcanzaron a 320 millones de dólares, contra 392 millones de importaciones, por lo tanto el déficit alcanzó a 72 millones de dólares. Si bien durante el mismo período de 1986 el intercambio comercial fue negativo para el país, la brecha alcanzó los 50 millones, 20 menos que durante el presente año.

Los datos fueron suministrados ayer por la subsecretaria de Desarrollo Industrial, María Beatriz Nofal quien en conferencia de prensa también relativizó el alcance del posible acuerdo comercial con el Brasil. El lunes se había informado que estaría presente el secretario de Industria y Comercio Exterior, Juan Ciminari, que imprevistamente tuvo una reunión con el actual secretario de gabinete, Pedro Trucco.

Nofal atribuyó el incremento del déficit a la importación de petróleo que realizó la Argentina y relativizó la caída en las ventas industriales. "La explicación de esta diferencia está en el problema energético. La Secretaría de Energía con un llamado telefónico decidió la operación con Petrobrás", señaló. Para la funcionaria, la tendencia de los negocios es que "encuentren un equilibrio en los últimos meses del año, como ocurrió en 1986".

**◆ Integración**

Expresó Nofal que existe interés por parte de los presidentes Alfonsín y Sarney "en obtener un acuerdo de integración económica a largo plazo". Con respecto a la visita que realizó a principios de mes, junto al secretario de Relaciones Económicas Internacionales, Jorge Romero, al Brasil, dijo que "nuestro objetivo fue analizar la marcha de los protocolos automotor y de alimentación", y que "nos pareció conveniente explorar la posibilidad de que ambos gobiernos den una luz verde para crear una zona de libre comercio".

Admitió que un acuerdo de esta naturaleza requiere un consenso social amplio y que "va a haber gente que estará a favor y habrá gente que estará en contra". Con respecto al mecanismo que requerirá la aprobación de un acuerdo de esta naturaleza, la subsecretaria de la cartera fabril comentó que "vamos a requerir y solicitar el apoyo de políticos, empresarios y de todas las fuerzas sociales, porque la comunidad tendrá que dar el consentimiento". Y agregó: "Además, será necesario llevar esta iniciativa al Parlamento, porque quien decidirá finalmente será el Poder Legislativo, necesitamos una ley que lo avale".

Sobre las características que tendría la creación de la unión aduanera (utilizó indistintamente las expresiones unión aduanera, zona de libre comercio y mercado común) subrayó que "no hay definiciones de tiempo, ritmo ni forma". Posteriormente refirió que existía la intención de comenzar en 1989 y que "bajo ningún punto de vista un acuerdo de esta naturaleza puede durar menos de diez años, hay que proyectarlo al siglo XXI".

En la propia Secretaría de Industria no existe unanimidad sobre la conveniencia de una rebaja progresiva y paralela de las barreras arancelarias, hasta liberar totalmente el comercio entre la Argentina y el Brasil. Existe temor sobre los perjuicios de una apertura indiscriminada entre dos estructuras industriales que son similares y no complementarias, con un fuerte desequilibrio a favor del Brasil.

Como señaló Nofal, en la actualidad el producto bruto de las dos naciones ronda los 300.000 millones de dólares. De los cuales solamente una quinta parte es aportada por la Argentina y el resto por el Brasil (alrededor de 240.000 millones de dólares).

Finalmente, destacó que existía interés en tener un documento sobre el acuerdo para marzo próximo, cuando se reunirán nuevamente los presidentes de la Argentina y el Brasil. "Por ahora sólo tenemos la luz verde para trabajar", puntualizó. La próxima reunión para analizar el tema (de la que también participa el vicecanciller del Brasil, Tomson Flores), será en noviembre en aquel país.

01.01.

8710898

# Denuncian en el Brasil un intento desestabilizador de la derecha

Río de Janeiro, 27 (EFE)—Grupos de la extrema derecha civiles y militares fomentan rebeliones en las Fuerzas Armadas brasileñas para desestabilizar la democracia, advirtió hoy el coronel (R) Geraldo Lesbat Cavagnari, uno de los principales especialistas del Brasil en cuestiones castrenses.

Cavagnari, que es director adjunto del Núcleo de Estudios Estratégicos de la Universidad de Campinas (UNICAMP), afirmó que la extrema derecha ha decidido trasformar actos de indisciplina, generados por la insatisfacción salarial, en manifestaciones político-ideológicas en esa institución.

Cavagnari se refirió a las denuncias de la revista "Veja", que subrayó que grupos militares de mediana graduación iban a desencadenar actos terroristas, con el estallido de granadas en sus cuarteles, para mostrar su rechazo a la política administrativa del presidente José Sarney y del alto mando militar.

"Veja", uno de los medios periodísticos mejor informados del Brasil, basó su denuncia en una entrevista sostenida la pasada semana por sus periodistas con los capitanes del Ejército Sadóu Pereira Filho y Jair Bolsonaro, miembros de la Escuela de Perfeccionamiento de Oficiales (ESAO) acantonada en Río de Janeiro.

Cavagnari puntualizó que los actos de indisciplina que estallaron las últimas semanas en los cuarteles brasileños no han sido sancionados por sus superiores y pueden repetirse los próximos meses.

Como ejemplos de esos actos de indisciplina, citó el manifiesto del ex presidente (1979-1985) y general Joao Baptista Figueiredo en septiembre pasado, que criticó duramente a la actual administración del presidente José Sarney, y las permanentes declaraciones políticas del ex jefe de los servicios militares de espionaje, general Newton Cruz.

Agrega que a ello se suma la fundación de una denominada Asociacion Brasileña de Defensa de la Democracia (ABDD), formada por ex jefes militares y oficiales en actividad que promueven conferencias y actos políticos.

La pasada semana en la población de Apucarama, ubicada en el sureño estado de Paraná, en la frontera con la Argentina, un destacamento de 50 soldados y oficiales fuertemente armados y al mando del capitán Enis Fernando Walter de Almeida, cercó y tomó la alcaidía de esa localidad para presentar un documento que reivindicaba aumentos salariales para los militares.

Para el experto en asuntos militares, todos esos actos están coordinados y fomentados por grupos políticos de extrema derecha y por ex jefes militares que gobernaron el Brasil entre 1964 y marzo de 1985, para desestabilizar la democracia.

## Desmentido

Río de Janeiro, 27 (UP) — El Comando Militar Este del Ejército del Brasil desmintió la denuncia contra un grupo de capitanes acusados de planear una serie de atentados dinamiteros en cuarteles para presionar al gobierno a conceder aumentos de sueldos y socavar la autoridad del ministro del ejército.

En una nota divulgada anoche, el Comando Militar Este, con sede en Río de Janeiro, criticó a la revista "Veja" por haber divulgado el supuesto plan de los militares y afirmó que el reportaje "retrata un cuadro absolutamente inexistente".

"Sin duda alguna, noticias como esa sirven para intranquilizar a la opinión pública y buscan retratar un cuadro absolutamente inexistente en el ámbito del Comando Militar Este".

El mensaje también contiene declaraciones del capitán Jair Bolsonaro, desmintiendo haber suministrado informaciones a la revista sobre el supuesto plan.

El director de "Veja" en Río de Janeiro, Alessandro Porro, respondió a la nota afirmando que la revista "no retira una coma" de lo que fue publicado y que volverá a tratar el tema en su edición de la próxima semana.

01.01

8710911

# Sarney y el ejército desvirtuaron simultáneamente rumores de golp

*"Las fuerzas armadas son garantes de la transición democrática y el debate político con una actitud impecable", afirmó el presidente José Sarney para desautorizar las crecientes versiones sobre planes golpistas en las fuerzas armadas. Pocas horas antes, el ministro de Ejército, general Leónidas Pires Gonçalves había asegurado que tiene absoluto control sobre su arma, desafió a comprobarlo a quien lo dude, "que se va a arrepentir", y sostuvo que "nada pone en riesgo el proceso de transición democrática".*

Agencia Reuter

El presidente brasileño, José Sarney, aparece durante una reciente ceremonia militar junto al ministro de Ejército, general Leónidas Pires. Ambos garantizaron ayer que las fuerzas armadas respaldan el proceso de transición democrática en Brasil.

BRASILIA, 28 (ANSA, AP, EFE y Reuter). — De manera coincidente, con escasas horas de diferencia, el presidente brasileño **José Sarney** y su ministro de Ejército, general **Leónidas Pires Gonçalves** salieron a enfrentar públicamente las crecientes versiones sobre maniobras golpistas, a reafirmar la voluntad democrática de las fuerzas armadas y a minimizar la trascendencia de sonados hechos recientes de indisciplina en las filas castrenses.

En un reportaje publicado hoy por el diario **Folha de Sao Paulo**, Sarney afirmó que las fuerzas armadas "están garantizando el proceso de transición democrática y el debate político con una actitud impecable", y aseguró que "nosotros estamos haciendo esta transición con los militares y no contra los militares".

Horas antes, el general Pires Gonçalves había destacado también que a las fuerzas armadas "les corresponde el crédito de haber propiciado una transición política que se está cumpliendo".

Agregó que "nada pondrá en riesgo la transición, el que quiera que lo intente; las fuerzas armadas están unidas, el ejército está unido y las órdenes del ministro serán cumplidas en el momento en que las imparta".

"Quien quiera comprobar si yo comando o no la tropa, que lo haga —desafió anoche en una rueda de prensa el general Pires—; pero se va a arrepentir."

La frase —planteada tras caracterizar como meros "inconvenientes disciplinarios" a las últimas expresiones de insatisfacción de oficiales de graduación intermedia por los bajos salarios— está directamente relacionada con declaraciones conocidas ayer del coronel retirado y experto en temas militares Geraldo Cavagnari, para quien esos sucesos forman parte de una "conspiración de la derecha militar y civil, al tiempo que sostuvo que el general Pires "no tiene el mando de la tropa".

El coronel Cavagnari, director adjunto del Núcleo de Estudios Estratégicos de la Universidad de Campinas, cumple hoy el primero de los diez días de arresto con que fue sancionado por Pires a raíz de sus declaraciones.

La acusación de que el ministro no controla su arma también habría sido verbalizada por un grupo de capitanes y mayores de la Escuela Superior de Perfeccionamiento de Oficiales, los que, de acuerdo con una denuncia del semanario Veja, habían preparado un plan terrorista, con ataques dinamiteros contra unidades militares, para protestar contra los bajos salarios.

En sus declaraciones de ayer, el general Pires asumió la versión oficial del ejército que rechazó como "absolutamente inexistente" el cuadro denunciado por la publicación, de acuerdo con la cual el plan no fue implementado porque el gobierno concedió un aumento del 12% por escalonado, al personal militar.

Ese aumento sucedió en pocas horas a l de un cuartel en el sureño estado de Pa pasado día 24, por parte de un capitán de y 50 efectivos, para leer un documento tionamiento a la depresión salarial.

Pires enfatizó en sus declaraciones versiones sobre aprontes gol —iniciadas el 10 de octubre con la infor de que el gobierno había decidido inve militares retirados y en actividad de l dura" y civiles nucleados en la Asociació lefia de Defensa de la Democracia— "s maciones que no tienen ninguna base".

♦ **"Manipulaciones"**

Reconoció, sin embargo, que los "i nientes disciplinarios" con eje en las rei ciones salariales "fueron manipulados p za que yo no sé exactamente cuáles grupos de derecha, de izquierda, políti tinchas...".

En sus declaraciones a la Folha de Sa el presidente Sarney redondeó una vi tema de la crisis militar muy similar a ministro de Ejército.

Calificó de "gesto individual y absol aislado" la actitud del capitán que copó tel en Paraná, pese a que el hecho p antecedente inmediato en la concesión d tancioso aumento de salarios a los mili parte de su gobierno, en el momento e ministro de Hacienda, Luis Carlos Br reira, intentaba convencer a los líderes de limitar sus demandas de incrementos a un máximo porcentual de 10 puntos.

"No ven, de modo alguno —dijo cualquier señal en las fuerzas arma muestre una posición adversa al proce crática; lo que hay, realmente, es que chas personas que desean involucrar fuerzas armadas en el terreno político.

La preocupación por la crisis milita con un nuevo deterioro de la situació luego de que dos de los dirigentes del rio Partido del Movimiento Democrá leño, que hasta el momento se habían como más dispuestos a apoyar al acaban de declarar públicamente que autoridad demostrada por Sarney p car la necesidad de convocar a elecci denciales en 1988.

Se trata del gobernador del esta Pablo, Orestes Quercia, y del influye por el estado de Paraná José Richa.

La duración del mandato de Sarn resuelta por la Asamblea Nacional C te, en la que Quercia y Richa contro mero importante de integrantes de poemedebista.

1.01

8710926

PLANEABAN UNA CAMPAÑA DE ATENTADOS PARA RECLAMAR AUMENTOS SALARIALES

# El ejército de Brasil investiga un complot terrorista entre militares

*El ejército brasileño ordenó una investigación sobre denuncias —publicadas por un semanario— de que un grupo de capitanes pertenecientes a la Escuela Superior de Perfeccionamiento de oficiales planeaban una campaña de atentados dinamiteros en cuarteles para presionar al gobierno a conceder aumentos salariales a los militares. El informe, brindado por un oficial, acusa de "incompetente" al jefe del ejército.*

RIO DE JANEIRO, 26 (EFE y Reuter). — Los servicios militares de información han iniciado hoy una investigación para esclarecer presuntos actos de rebeldía de oficiales de graduación media disconformes con la administración, y que incluían la colocación de bombas en los cuarteles.

Tras sostener reuniones con algunos de los oficiales implicados con esos hechos, que tienen el grado de capitán, la revista Veja publicó esta semana un amplio informe sobre ese plan destinado a demostrar al gobierno y al alto mando militar su descontento por los bajos salarios que perciben.

El foco de rebelión estaba ubicado en la Escuela Superior de Perfeccionamiento de Oficiales, de Río de Janeiro, y que agrupa a unos 2.000 capitanes y mayores del ejército.

Según la publicación, el plan consistía en la colocación de una serie de bombas de baja potencia en algunos cuarteles "para demostrar su inconformidad y llamar la atención del gobierno sobre sus bajos salarios".

### ◆ Aumentos

Otros actos de rebeldía, el gobierno dispuso la pasada semana un incremento gradual de los salarios de los militares que alcanzará, el 110 por ciento en enero del próximo año.

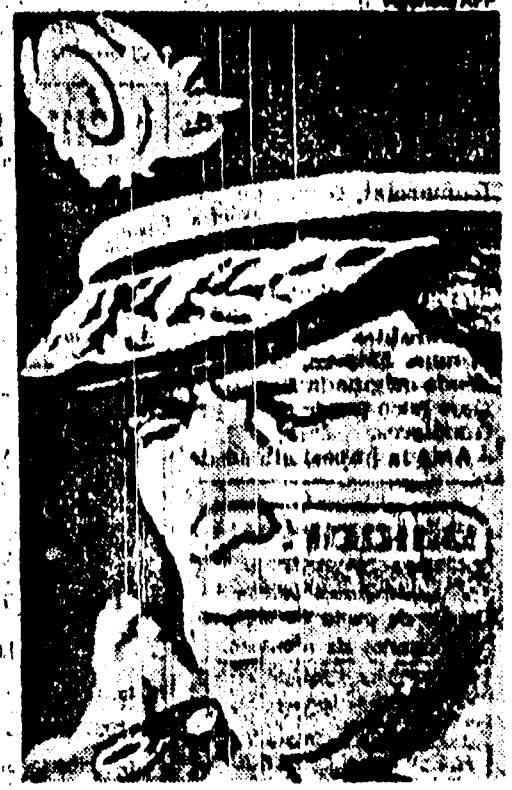
Uno de los implicados en el plan de protesta, denominado "Camino sin salida", el capitán Sinden Pereira Filho, fue detenido en su unidad militar, después de entregar a sus superiores un escrito donde criticaba la política económica del gobierno del presidente José Sarney y reivindicaba mejoras salariales.

Los oficiales presuntamente implicados en la redacción del documento y de la prevista colocación de bombas en los cuarteles serán sometidos a un proceso militar si se comprueban las informaciones periodísticas, afirmó hoy el jefe del Centro de Comunicación Social del Ejército, general Carlos Olavo Guimaraes.

En setiembre pasado, otro capitán del ejército, Jair Balsonaro, protestaba también en la revista Veja por los *bajos salarios de los militares.*

De acuerdo con la información de la revista, facilitada por los militares implicados en esos actos, la ejecución del plan, con la explosión de bombas, se produciría en caso de que el gobierno aprobara un incremento salarial inferior al 60 por ciento.

Agencia AFP



Leónidas Pires Gonçalves, jefe del ejército brasileño.

### ◆ Bombas pequeñas

"Iban a ser explosiones pequeñas, suficientes para asustar al ministro del Ejército, general Leonidas Pires Gonçalves, para que el presidente José Sarney se entere de que ese jefe militar no ejerce ningún control sobre la tropa", afirmaron.

Calificaron a Pires Gonçalves como un "militar incompetente y racista" que considera que los miembros de las fuerzas armadas de menor graduación son "la clase de vagabundos mejor remunerada del Brasil".

Esos militares creen que "si el ejército realizara un nuevo golpe de Estado, Pires Gonçalves acabaría golpeado por su propia tropa, que se negaría a obedecerlo".

Al anunciar Sarney el incremento salarial, los implicados en la protesta decidieron que el plan quede en observación hasta el mes de noviembre, cuando volverán a analizar la situación.

El pasado viernes otro grupo militar, encabezado por el capitán Luis Fernando Walter de Almeida, ocupó la Alcaldía de Apucarana, una población del interior del estado de Paraná, para protestar por los bajos salarios de los miembros de las fuerzas armadas.

Curiosamente, el hecho no produjo ningún comentario después que un destacamento militar en Foz de Iguazú, también ubicado en Paraná, reprimieron con fusiles y bayonetas a un grupo de obreros que exigían reajustes salariales.

Para los comentaristas políticos, esos actos de rebeldía no son aislados sino coordinados para exigir mejores condiciones salariales, cuando Brasil está asolado por una aguda crisis económica.

El secretario de Seguridad Pública de Pernambuco, general Evilasio de Barros Gondim, resumió la situación al afirmar que "los militares están descontentos como cualquier otra categoría asalariada".

El ex ministro de Justicia y actual diputado gubernamental "Partido del Movimiento Democrático Brasileño" (PMDB), Fernando Lyra, manifestó que "ahora el clima no es de golpe, sino de hambre", al referirse a la investigación sobre estos hechos.

## Otra versión sobre un golpe de Estado

SAN PABLO, 26 (ANSA). — El vicegobernador de San Pablo, Almino Affonso, alertó sobre la posibilidad de un golpe de Estado en el Brasil en virtud de la reorganización política de algunos sectores de derecha.

En declaraciones recogidas ayer por la prensa local, Affonso, que regresó de una visita a Portugal, Francia, España y China, manifestó: "Creo que se están creando condiciones para que algún aventurero intente dar un golpe".

El vicegobernador de San Pablo enfatizó luego sobre el total apoyo del oficialista Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB) al presidente José Sarney, para que su gobierno pueda cumplir la tarea de restaurar el orden democrático.

Aunque consideró que la actual Asamblea Nacional Constituyente es la "más democrática de la historia del Brasil", estimó que los temas polémicos, como la estabilidad en el trabajo, la reforma agraria y el papel de las fuerzas armadas deberían ser tratados con "más cuidado" por los constituyentes.

Para Affonso, "lo esencial es avanzar lo más que se pueda sin poner en riesgo la estabilidad democrática".

01.01

0710947

058

Ambito Financiero
Jueves 1 de octubre de 1987

### Prevé unas inversiones de u$s 266.000 millones

# Anunció Sarney un nuevo y ambicioso plan económico

Brasilia (DPI) — El presidente José Sarney, quien enfrenta una severa crisis política en su gobierno, anunció ayer un programa económico que prevé inversiones equivalentes a unos 266.000 millones de dólares hasta 1991 y se concentra sobre todo en ambiciosas metas en el área social.

Denominado Plan de Acción Gubernamental, el programa incluye metas como la creación de 8,4 millones de empleos y la eliminación del déficit público hasta 1991, además de gastos masivos en habitación, salud y educación.

De acuerdo con el programa, elaborado por el Ministerio de Planificación, que dirige Aníbal Teixeira de los cerca de 266.000 millones de dólares previstos, unos 171.000 millones provendrán de la iniciativa privada, mientras que el Estado será responsable por los cerca de 95.000 millones restantes.

Sarney también anunció un aumento del salario mínimo del equivalente a unos 47 dólares a unos 51 dólares. El programa también prevé duplicar esa última cifra hasta 1991.

El programa abarca metas ambiciosas en prácticamente todos los sectores de la economía, con énfasis en el área social, a la cual están destinados al equivalente a unos 85.000 millones de dólares.

El programa también incluye metas como lograr un crecimiento económico promedio de 7 por ciento, un aumento de 7,1 por ciento en la oferta de alimentos y un aumento de la producción industrial del orden de 6,1 por ciento.

El anuncio del programa se produjo un día después que Sarney inició formales conversaciones sobre un nuevo pacto político destinado a darle el respaldo en la Asamblea Nacional Constituyente.

01.01

8711108

098

Clarín 22/10/87

# Brasil: cambio de ministros en un difícil plan de reformas

BRASILIA, 21 (DPA y Reuter). — El presidente José Sarney definió hoy cuatro cambios en su gabinete, sin anunciar las reformas de fondo que se habían anticipado. Entre las designaciones no se incluyen las de los reemplazantes de los actuales ministros de Educación y de Industria y Comercio, Jorge Bornhausen y José Custodio Branco, quienes renunciaron a sus cargos hace poco menos de un mes, cuando se concretó la fractura de la coalición gobernante Alianza Democrática.

El portavoz presidencial Antonio Prata anunció esta noche el nombramiento de tres nuevos ministros y la transferencia de un cuarto a otra secretaría de Estado.

Prata indicó que el mandatario brasileño ungió al líder parlamentario del Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB), diputado Luis Henrique da Silveira a ocupar el Ministerio de Ciencia y Tecnología. Da Silveira sustituirá a Renato Archer, también del PMDB, quien fue designado ministro de Previsión Social, en reemplazo del diputado Raphael de Almeida Magalhaes.

Otros dos legisladores pemedebistas, los diputados Luis Prisco Viana y Luis Carlos Borges da Silveira, fueron nominados para ocupar los ministerios de Desarrollo Urbano y Medio Ambiente y Salud Pública, respectivamente. Prisco Viana, de 35 años, y Borges da Silveira, de 46, reemplazarán a Rosi Schwartz y a Roberto Santos, respectivamente, cuyas renuncias no han sido difundidas.

Prata afirmó que los cuatro nuevos ministros "aceptaron las designaciones" y enmarcó los cambios ministeriales en el inicio de una reforma gubernamental orientada a consolidar la transición democrática. Fuentes gubernamentales anticiparon que el presidente Sarney anunciaría en los próximos días reformas administrativas, pero no adelantaron sus características.

Los ministerios de Educación, y de Industria y Comercio se hallan todavía vacantes. Bornhausen y Custodio Branco, sus titulares, se alejaron del gabinete civil después de que el minoritario Partido del Frente Liberal (PFL) renunció el 25 de septiembre a dicho gobierno gubernamental que integraba con el PMDB.

Bornhausen pertenece al PFL, y su cartera [illegible]

presenta mayores d
tades para sig cubie
el marco de la mod
ción, de los apoyos pa
rios al presidente Sar

• Igual participació

De acuerdo con los c
bios anunciados hoy,
dos ex socios en la dir
Alianza Democrática
nervan en el gobierno
participación en los m
mos prospectivos que
tes de la ruptura.
PMDB sigue ocupando
de los 38 ministerio
nistros que el PFL pe
mantendrá ocupando cin
ministerios. Los seis re
tantes son ministerios m
libres.

El mayoritario PMDB
que el pasado jueves ex
presó su apoyo a Sarney
como conductor del actual
proceso de transición de
mocrática, retiene bajo su
control los centros minister
rios.

01.01

9711109

098



# Las FF.AA. brasileñas descartaron la posibilidad de un golpe contra Sarney

*El ministro de Aeronáutica de Brasil, brigadier Octavio Moreira Lima, advirtió a quienes "están insatisfechos con la pérdida del poder" que "deben procurar reconquistarlo a través del proceso democrático, que les brinda el camino de las elecciones", y que no se admitirán "maniobras de cualquier tipo para el desvío del proceso democrático". Paralelamente, el ejército afirmó que "no hay ninguna posibilidad de golpe militar", en un momento en que arrecian las denuncias sobre una conspiración de derecha contra el gobierno de José Sarney.*

BRASILIA, 20 (AFP, ANSA). — Cuando arrecian las versiones sobre una conspiración de ultraderecha, de la que participarían oficiales retirados y en actividad, los mandos del ejército y de la fuerza aérea del Brasil descartaron hoy que exista cualquier posibilidad de golpe contra el gobierno del presidente José Sarney, al tiempo que reiteraron su total apoyo al mandatario.

"No existe la menor posibilidad de golpe militar y el ejército no ve señales de que pueda producirse", señala textualmente un comunicado difundido hoy por el centro de comunicación del arma, el cual agrega que "los ministros militares respaldan completamente al presidente de la república en el difícil momento económico que atraviesa el país".

Por su parte, el ministro de Aeronáutica, brigadier Octavio Moreira Lima, declaró que la institución que comanda "es absolutamente consciente de su vocación profesional y no será objeto de intereses ni de manipulaciones en maniobras de cualquier tipo destinadas al desvío del proceso democrático que Brasil está viviendo".

A diferencia de las manifestaciones que expresan la opinión oficial del ministro de Ejército, general Leónidas Pires Gonçalves —que en su parco comunicado se reduce a negar la posibilidad del golpe—, las de Moreira Lima asumen la existencia de propuestas desestabilizadoras.

En ese sentido, afirmó que "aquellos que están insatisfechos con la pérdida del poder —lo que parece una clara referencia a los sectores "ultras" del anterior régimen militar— deben procurar reconquistarlo a través del proceso democrático, que les brinda el camino de las elecciones".

Moreira Lima agregó que "así como las fuerzas armadas rechazaron el quiebre de la legalidad democrática en la última sucesión presidencial, ahora no aceptaremos de ninguna forma volver al pasado".

Las denuncias sobre una estrategia conspiradora se refieren fundamentalmente a los integrantes de la denominada Asociación Brasileña para la Defensa de la Democracia, creada precisamente a fines de 1986 por militares y civiles ligados al régimen que estaba a punto de terminar, con el propósito declarado de "combatir la expansión del comunismo internacional en Brasil".

El fundador de la ABDD fue el entonces director del Centro de Informaciones de Ejército, general Iris Lustosa, quien actualmente comanda la VIII región militar, con base en la ciudad de Recife, capital del estado nordestino de Pernambuco.

Entre los principales miembros de la organización figura el brigadier Bello Jardim de Mattos, antecesor de Moreira Lima en el Ministerio de Aeronáutica en la última etapa del régimen militar, bajo la presidencia del general João Baptista de Figueiredo.

La frase de Moreira Lima sobre "la última sucesión presidencial" constituye una evidente alusión al intento de golpe continuista que pretendieron concretar algunos de los más próximos colaboradores de Figueiredo cuando se hacía evidente la derrota del candidato oficialista a la sucesión en las elecciones indirectas del 15 de enero de 1985.

Leonidas Pires Gonçalves, jefe del ejército brasileño.

De acuerdo con varias crónicas de ese intento —nunca confirmadas oficialmente— el ideólogo de esa maniobra fue precisamente el brigadier de Mattos.

Las denuncias sobre la nueva conspiración surgieron tras una reunión realizada por la ABDD en el Club de la Aeronáutica, durante la cual se conocieron duros ataques al gobierno de Sarney y admoniciones sobre la inevitabilidad de una nueva intervención de las fuerzas armadas en el terreno político formalizadas por oficiales retirados como el general Jorge Coelho Neto y civiles como el ex ministro de Justicia Armando Falcão.

01.01

8711123

Después de la moratoria, impuestos

# Otra amenaza para acreedores de Brasil

Escribe Michael Posner de la agencia "Reuter"

Washington — Instituciones que han concedido préstamos al Brasil podrían ver aumentar sus impuestos por miles de millones de dólares si los organismos recaudadores triunfan en un caso judicial poco difundido, según portavoces de bancos estadounidenses. El poco conocido caso, en el que están en juego grandes sumas, llegará a la etapa de juicio propiamente dicho el 16 de noviembre ante un tribunal fiscal estadounidense y, en él, el Servicio de Impuestos Internos (Internal Revenue Service - IRS) de los EE.UU. trata de denegar algunas franquicias sobre impuestos externos a bancos estadounidenses que prestan a empresas brasileñas.

## • Recaudadores

El caso es llevado adelante por los agentes recaudadores, mientras su máximo supervisor, el secretario del Tesoro James Baker, está exhortando activamente a los bancos estadounidenses a prestar más a los ya fuertemente endeudados países latinoamericanos.

El Brasil tiene una deuda externa de 113 mil millones de dólares, incluyendo 68 mil millones de dólares adeudados a bancos comerciales de diversos países, sobre los cuales ha congelado los pagos de intereses. Analistas financieros estiman que casi un tercio de esa suma es adeudada a instituciones comerciales de los Estados Unidos.

Tanto el gobierno como los banqueros consideran el caso, que afecta nominalmente al Continental Illinois National Bank, de Chicago, como una prueba importante que podría afectar a todos los organismos de crédito de los Estados Unidos que son acreedores del Brasil.

La Asociación Estadounidense de Bancos (ABA) señaló que los bancos deben continuar obteniendo las franquicias impositivas y que, si no sucede así, sus pérdidas podrían ser enormes.

"La Asociación Estadounidense de Bancos ha realizado una encuesta entre los 25 mayores bancos de los Estados Unidos y ha estimado en forma prudente que la posición asumida por el IRS daría por resultado la desafectación de aproximadamente 350 millones de dólares de franquicias por pagos de impuestos externos cada año".

Henry Ruempler, abogado de ABA, manifestó que la pérdida de franquicias por impuestos extranjeros podría ascender a miles de millones de dólares, dependiendo de la cantidad de años de crédito que sean desafectados. Pero añadió que los bancos creen que no perderán el juicio.

El IRS no ha formulado comentarios al respecto, pero un funcionario manifestó que tiene buenos argumentos para sustentar su posición legal y que el gobierno ganará el juicio y recuperará los montos impositivos pendientes.

Un aspecto importante del caso es si las firmas estadounidenses pueden seguir beneficiándose con franquicias sobre impuestos extranjeros, por un impuesto brasileño retenido en la fuente, de 25 por ciento, aplicado sobre pagos de intereses de préstamos bancarios.

Según la ley estadounidense, las firmas generalmente reciben crédito pleno sobre sus impuestos estadounidenses por gravámenes extranjeros adeudados, como una forma de evitar la doble imposición.

Los bancos dicen que son susceptibles de que se les aplique el impuesto brasileño y deben obtener las franquicias impositivas.

Los agentes recaudadores aducen que el impuesto es generalmente pagado por las firmas brasileñas que, a su vez, reciben un reembolso en forma de un subsidio gubernamental brasileño igual al impuesto de 25 por ciento.

Dado que el subsidio generalmente compensa el impuesto retenido en la fuente, dice el IRS, los créditos por pago de impuestos en el extranjero en favor de empresas estadounidenses deben ser inhabilitados.

FINANCIERO 11 01/84

01.01

8711134

LA CRISIS EN BRASIL Y

# Cambios

"La situación se inclina amenazadoramente hacia el extremismo político", sostenía ayer la influyente jerarquía de la Iglesia Católica brasileña al difundir públicamente su opinión sobre la reciente reforma del gabinete ministerial del presidente José Sarney.

Aunque el mandatario había anunciado una virtual "reestructuración administrativa", que iba a incluir la reducción y fusión de ministerios y órganos del "segundo escalón", la reforma se limitó al cambio de titulares de 4 carteras.

Con la formulación de aquella advertencia, la Conferencia Nacional de Obispos de Brasil, CNOB, se refería explícitamente a la expresión de "inamovilidad" ratificada por el gobierno a través de esa reforma, en un marco de permanente agudización de la crisis económica y social y en el que se multiplican las versiones, parcialmente confirmadas por algunos hechos de indisimulada convergencia, acerca de proyectos desestabilizantes de la derecha civil y militar.

Aunque la crisis política e institucional en Brasil tiene un momento de iniciación bastante anterior —que coincide casi exactamente con el principio del año—, esa etapa se desencadenó el pasado 28 de septiembre, cuando formalmente explotó la coalición de gobierno Alianza Democrática por parte de su socio mayor, el Partido del Frente Liberal.

Con la renuncia del ministro de Educación Jorge Bornhausen —uno de los líderes de esa fuerza—, el PFL, en principio la estructura partidaria más fiel a Sarney, denunciaba "la vocación hegemónica" de la otra organización de la Alianza, el todopoderoso Partido del Movimiento Democrático Brasileño, con el que el presidente venía manteniendo una relación crecientemente conflictiva.

La actitud del PFL parecía signada por la necesidad del propio Sarney de replantear sus bases de apoyo para neutralizar el poder del PMDB, cuyas corrientes mayoritarias se muestran partidarias de imponer en la asamblea nacional constituyente un sistema parlamentarista de gobierno y muestran signos de apoyar también la intención de extender a 6 años el mandato del actual presidente.

El presidente pretendía redefinir el espacio del oficialismo a través de las expresiones de adhesión a su programa, uno de cuyos puntos explícitos fundamentales era el de la vigencia del sistema presidencialista de gobierno hasta el fin de su mandato, fijado en 5 años.

Esta redefinición debía operarse con un matiz clave: las adhesiones tenían que expresarse en forma individual, no ya a través de organismos partidarios. La jugada —impulsada calurosamente por varios de los más próximos asesores del mandatario, dirigentes del PFL y del ala de centro-derecha del PMDB— mostraba la intención de establecer con esos sectores, más algunos otros grupos conservadores menores, un "partido de Sarney", fuerza suprapartidaria capaz de garantizar mayoría en el Parlamento y la Asamblea Constituyente que, con su constitución, debilitaría significativamente al fortalecido PMDB y a su titular, el diputado Ulysses Guimaraes.

En el cronograma de Sarney, la reforma ministerial, acompañada de la "reforma administrativa", debería surgir tras la consumación de ese nuevo juego de fuerzas políticas, como su representación en el Ejecutivo.

◆ **Fracaso o "impasse".**

Apenas configurado públicamente, el intento de Sarney mereció una generalizada andanada crítica desde la mayoría de los sectores políticos, e incluso de los medios de prensa, que llegaron a hablar de "golpe blanco" y "proyecto corporativo".

Dispuesto a mantener abiertas algunas puertas para escapar al costo de la maniobra, el PFL anunció que sus dirigentes y representantes parlamentarios solo analizarían el documento de Sarney en los primeros días de noviembre.

El PMDB fue más contundente. Guimaraes consiguió calmar los ímpetus del ala izquierda, que quería romper definitivamente con el gobierno, y consagró una hábil recuperación de la maniobra presidencial cambiándole el contenido. Oficialmente, el partido anunció su apoyo en bloque al programa de cambio social y recuperación económica planteado por Sarney, al tiempo que recordaba que, en su congreso de julio pasado, había decidido que los temas del sistema de gobierno y de la duración del mandato presidencial son de competencia exclusiva de la Asamblea Constituyente.

Fue en este marco de radical continuidad de los términos anteriores del conflicto que Sarney debió concretar finalmente un módico cambio de gabinete.

En el último acto, su único objetivo fue el de conseguir una pequeña compensación al PFL a través del relevo del ministro pemedebista más odiado de sus dirigentes, Raphael de Almeida Magalhaes, de Previsión Social, considerado además por la gente como el más ineficiente del gabinete.

Hombre de extrema confianza de Guimaraes, Almeida consiguió de todos modos nombrar a su sucesor, Re-



LA AUSENCIA DE REFORMAS ANUNCIADAS POR SARNEY

# que nada cambia

nato Archer, otra figura del entorno inmediato del líder pemedebista.

Mientras se concretaba este "pequeño cambio para que todo siga igual", estallaban las declaraciones desestabilizadoras de militares y civiles del pasado régimen militar y, el jueves pasado, un capitán de ejército y 50 subordinados tomaban por asalto una unidad para protestar por los bajos sueldos.

El capitán fue detenido, pero pocas horas después el gobierno anunciaba un aumento salarial del 128 por ciento para los miembros de las fuerzas armadas entre octubre y enero próximo.

Un antecedente que cayó como regalo para los líderes sindicales que, un día más tarde, Pablo, rechazaban con dureza el pedido del ministro de Hacienda, Luiz Carlos Bresser Pereira, en el sentido de limitar sus demandas de incrementos salariales a un máximo del 10 por ciento para "evitar aceleraciones inflacionarias".

01 . 01

8711197

# Linha dura do Exército se une para fazer política no Brasil

*Marcelo Tognozzi*
*Expedito Filho*
*Etevaldo Dias*

BRASÍLIA — A Associação Brasileira de Defesa da Democracia (ABDD), instrumento de aglutinação política de direita militar, foi criada em 1984 dentro do Centro de Informações do Exército (CIE), na época dirigido pelo general Íris Lustosa, atual comandante da 7ª Região Militar, com sede em Recife.

Está registrada desde janeiro de 85 num cartório de Brasília com uma lista de fundadores em que militares da ativa — maioria dos sócios — aparecem com outras profissões e endereços errados. Muitos deles atuaram na repressão política durante o regime militar e alguns estiveram envolvidos na tentativa de desestabilizar a candidatura de Tancredo Neves em 1984, associando-o aos comunistas.

No dia 7 último, a ABDD promoveu no Clube da Aeronáutica, no Rio de Janeiro, conferência do professor da Escola Superior de Guerra Jorge Boaventura à qual compareceram algumas das mais importantes personalidades da direita militar, da ativa e da reserva, além do ex-ministro da Justiça Armando Falcão. Foram feitas pesadas críticas ao governo do presidente Sarney, que mandou o SNI investigar os passos do grupo e associou-o ao lançamento de um manifesto, na semana passada, pelo ex-presidente João Figueiredo.

**Fundação** — No dia 9 de janeiro de 1985, um grupo de 45 pessoas fundou formalmente a ABDD. No dia 15 do mesmo ano, data da eleição de Tancredo Neves, o presidente da entidade, coronel da reserva José Leopoldino e Silva, apresentava no Cartório do 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas, em Brasília, o pedido de registro legal da entidade; que funcionava clandestinamente no CIE. Na lista de fundadores, fornecida pelo cartório, estão os nomes de 31 militares, 21 dos quais continuam na ativa de acordo com o Almanaque do Exército de 87. Destes, 17 são coronéis, dos quais dois são oficiais da área de informações, todos ainda ligados à ABDD.

A lista de fundadores da ABDD é encabeçada pelo ex-chefe do Departamento de Subversão do CIE, coronel da ativa Agnaldo Del Nero, segundo homem do Centro na época do general Íris Lustosa. O segundo nome é o do coronel da ativa, com possibilidade de atingir o generalato nas promoções de novembro, Audir Santos Maciel, que em fins de 1975 substituiu o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra no comando do Doi-Codi paulista. Foi quando morreram nas dependências daquele Doi o jornalista Wladimir Herzog e o operário Manoel Fiel Filho. O décimo nome da lista é do coronel da ativa José Augusto Silveira de Andrade Netto, chefe do Departamento de Contra-Informações e Contrapropaganda do CIE durante a gestão Íris Lustosa.

**Núcleo** — O núcleo onde foi idealizada a ABDD era o Departamento de Subversão do CIE, na época dirigido por Del Nero, e o Departamento de Contra-Informações e Contra-Propaganda, chefiado por Andrade Netto. Del Nero, que pode chegar a general nas promoções do mês que vem, era uma espécie de executivo do general Íris Lustosa. Nessas importantes repartições do Centro, que funcionam até hoje no Setor Militar Urbano (anexo do QG do Exército), trabalhavam em torno de 25 coronéis e trezentos coronéis analistas de informações, considerados a elite do serviço secreto do Exército.

No governo Figueiredo, cujo ministro do Exército era o general Walter Pires — que teve como chefe de gabinete o general José Luiz Coelho Neto —, o grupo ligado ao general Íris Lustosa gozou de ampla liberdade de ação, como recordam os quatro militares ouvidos. Através do assessor de Carlos Átila — então secretário de imprensa do Palácio do Planalto — Dielai Pereira Carvalho, responsável pela ligação do governo com a Associação Brasileira de Jornais do Interior, conseguiu que vários desses jornais passassem a veicular encartes com histórias em quadrinhos produzidas e impressas no CIE, que faziam propaganda contra "padres e comunistas".

Esse grupo coordenado por Del Nero e Andrade Netto também foi responsável, de acordo com três graduados oficiais do Exército (um dos quais servia no CIE), pela tentativa de desestabilização da candidatura de Tancredo Neves. Promoveram ações como a colagem de cartazes ligando Tancredo ao Partido Comunista, pixações nos comícios das diretas-já — como o de Goiânia, quando dois de seus integrantes foram presos — e reuniões onde conseguiram juntar cerca de 400 oficiais. Numa dessas reuniões, por exemplo, foi exibida uma foto do então candidato a vice-presidente, José Sarney, cumprimentando o líder comunista Giocondo Dias, como prova de que o atual presidente da República era ligado ao PCB.

**Amor à Pátria** — De acordo com um coronel da ativa, o presidente da ABDD, coronel José Leopoldino e Silva, serve apenas de fachada e é considerado "limpo" porque nunca pertenceu aos quadros da área de informações.

O registro da Associação serviu para dar fachada legal à volta do grupo do CIE às suas ações políticas. Com a saída do general Íris Lustosa do Centro junto com seu grupo, a ABDD ficou hibernando durante quase três anos, quando suas atividades foram reduzidas à publicação mensal da revista *Pontos de Vista* e reuniões numa pequena sala no terceiro andar do Centro Comercial do Cruzeiro, um bairro de classe média baixa de Brasília.

No *Diário Oficial* do DF de 14 de janeiro de 85 foi publicado um extrato dos estatutos da ABDD, registrados sob o número 941, livro 02, do cartório do 1º Ofício. A finalidade da ABDD é descrita como "a defesa dos postulados do verdadeiro regime democrático; a defesa dos valores morais e espirituais da nação brasileira e de seus sentimentos cristãos; a valorização do país, através da promoção de seus valores, seus símbolos, suas tradições, seus ideais, seus objetivos, do espírito de civismo de seu povo, do amor à pátria e à nacionalidade; a defesa dos postulados da propriedade privada e da livre iniciativa no domínio econômico; e a defesa dos fundamentais direitos da pessoa humana, através da divulgação de estudos, pesquisas, publicações, cursos, conferências e outras atividades correlatas."

Prevê que, em caso de dissolução, seus bens serão destinados a outra sociedade congênere e tem a direção de uma diretoria com presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro, e três diretores: de Educação e Cultura, Divulgação, e um diretor sem designação especial.

ABDD

01.04

0711198

# se une para fazer política

Almir Veiga — 7/10/87

*Na palestra, Márcio de Melo e Sousa (D) e Euclydes Figueiredo (guarda-chuva à mão)*

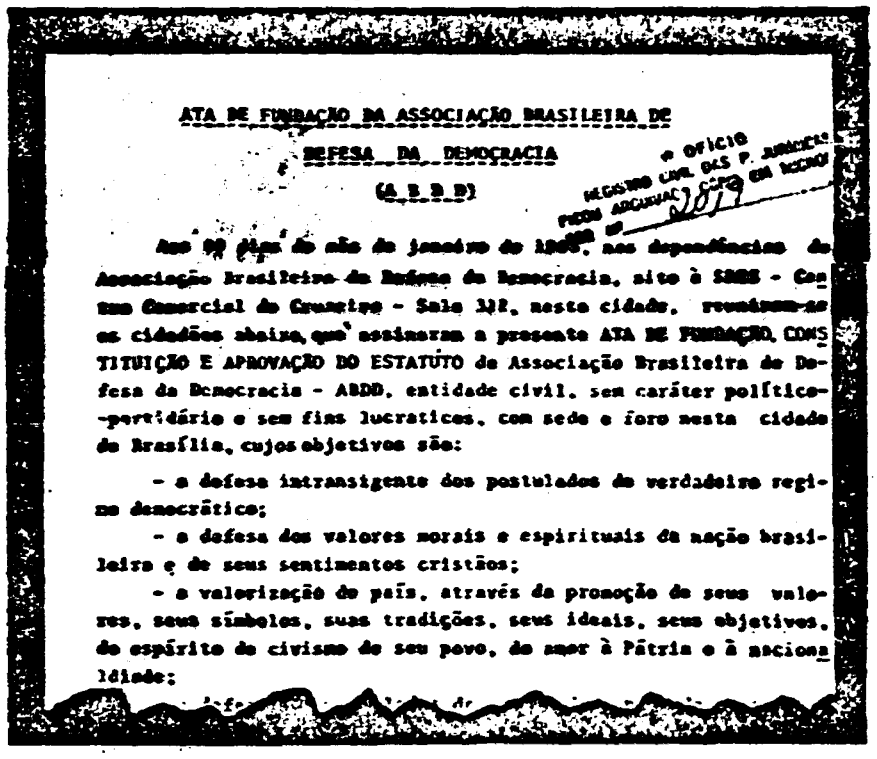
## Ata apresenta endereços fictícios

A ata de fundação da ABDD apresenta algumas irregularidades. Dos nove nomes de civis residentes em Brasília e que constam de fundadores da lista, pelo menos cinco são de moradores de endereços fictícios. Desses cinco, apenas um — o professor Paulo Antunes de Souza — foi encontrado em outro endereço, mas não quis explicar por que declarou que mora na super quadra sqi 308, bl "G", ap 206. Lá, desde 1972 mora o bancário Geraldo Godoy que enquanto falar no professor Antunes.

Os outros quatro nomes — o empresário Paulo Isaías de Macedo Filho, o garimpeiro Geraldo Silva, o técnico em eletrônica Antônio Carlos da Silva e Álvaro Madruga Pimentel — não moram e nunca moraram nos endereços apresentados. Nem tampouco seus telefones foram obtidos junto aos serviços de informações da Telebrasília.

O técnico em eletrônica Antônio Carlos da Silva, por exemplo, se existe, mora — ou morou — em um apartamento de quarto andar de um prédio que tem apenas três andares. Da mesma forma, o empresário Paulo Isaías de Macedo Filho, que teria um escritório no edifício Venâncio II de Brasília, trabalha em uma sala que nunca existiu. Ele teria declarado que seu escritório ficaria na sala 28, que naquele prédio não existe.

Os outros dois — o garimpeiro Geraldo Silva e Álvaro Madruga Pimentel — também nunca moraram nos endereços declarados em ata pela ABDD, segundo informações dos atuais moradores. Dos fundadores brasilienses, apenas constam com endereço exato os seguintes membros da ABDD: Marta Ferreira Torres, Maristela Ferreira Torres, Jethro Bello Torres e do embaixador aposentado José Oswaldo de Meira Penna, que se encontra em Washington.



ATA DE FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE

DEFESA DA DEMOCRACIA

(A B D D)

OFÍCIO REGISTRO CIVIL DAS P. JURÍDICAS PESSOAS JURIDICAS SOB Nº 2819

Aos 09 dias do mês de janeiro de 1985, nas dependências da Associação Brasileira da Defesa da Democracia, sito à SHBS - Centro Comercial do Cruzeiro - Sala 312, nesta cidade, reuniram-se os cidadãos abaixo, que assinaram a presente ATA DE FUNDAÇÃO, CONSTITUIÇÃO E APROVAÇÃO DO ESTATUTO da Associação Brasileira da Defesa da Democracia - ABDD, entidade civil, sem caráter político-partidário e sem fins lucrativos, com sede e foro nesta cidade de Brasília, cujos objetivos são:

- a defesa intransigente dos postulados do verdadeiro regime democrático;

- a defesa dos valores morais e espirituais da nação brasileira e de seus sentimentos cristãos;

- a valorização do país, através da promoção de seus valores, seus símbolos, suas tradições, seus ideais, seus objetivos, do espírito de civismo de seu povo, do amor à Pátria e à nacionalidade;

Aureliano Guedes Neto, que declarou ser músico na ata de fundação da ABDD, é o único com endereço confirmado, entre os que afirmaram morar no Rio de Janeiro. Num grande prédio com piscina, no Lins de Vasconcelos, entretanto, ninguém sabe que ele é músico: o porteiro e seus vizinhos não têm dúvidas em afirmar que Aureliano é professor, casado com Socorro, há muitos anos morando no apartamento 404.

O coronel Romeu Antônio Ferreira continua dono do apartamento 4U4 da rua Andrade Neves, 296, na Tijuca, embora a atual inquilina nunca o tenha visto, nos cinco anos em que aluga o apartamento, através de uma imobiliária. Quem habita na rua Fadel, no Leblon, há mais de 10 anos, não é o coronel Waldo Pereira Nunes Júnior, mas seu filho, conhecido como Waldinho. E o endereço dado pelo coronel Fernando Dias da Silva, (rua Constante Ramos, 132) não existe.

## Muitos da ativa entre fundadores

O regulamento Disciplinar do Exército (RDE) proíbe que militares da ativa participem de atividades políticas. A seguir, a lista dos militares que assinaram a ata de fundação da ABDD, fachada legal de movimentos clandestinos dentro dos quartéis:

*Agnaldo Del Nero* — Coronel da arma de cavalaria, 52 anos. Foi chefe do Departamento de Subversão do Centro de Informações do Exército na época do general Iris Lustosa. Chegou a ser apontado homem do serviço secreto do Exército durante o governo Figueiredo. Coordenou toda a estratégia da tentativa de desestabilização da candidatura Tancredo Neves em 84. Aparece na lista como economista. É da ativa e comandou recentemente o 7º Batalhão de Carros de Combate em Pirassununga (SP).

*Audir Santos Maciel* — Coronel da arma de artilharia, fez 55 anos no último dia 9 de setembro. Foi comandante do Destacamento de Operações de Informações (Doi) de São Paulo, na Rua Tutóia, quando ali morreram o operário Manoel Fiel Filho e o jornalista Wladimir Herzog. Tem curso de operações de selva (contra-guerrilha), de informações e de Estado Maior na Itália. Foi assessor do general Iris Lustosa, ex-chefe do CIE. Aparece na lista como técnico de ensino. É da ativa.

*Antonio Garbacio* — Coronel veterinário, 60 anos, tem curso de navegação espacial e de operacionalização de objetivos educacionais. Serviu no CIE e no gabinete do ministro Walter Pires. Aparece na lista como veterinário. Está atualmente na reserva.

*José Carlos Bou* — Coronel veterinário, 58 anos. Tem curso de operacionalização de objetivos educacionais, administração de estoque e inspeção de alimentos e bromatologia. É da ativa, aparece na lista como veterinário.

*Manoel Francois Neto* — Coronel da arma de infantaria, 53 anos, engenheiro, profissão que aparece na lista. Serviu em 1984 no CIE. É da ativa.

*Willian da Rocha* — Coronel de infantaria, 51 anos, especialista em foto-informação, atividade que tanto pode servir para análises aerofogramétricas, como para espionagem. Aparece na lista como geógrafo. É da ativa.

*Sergio Augusto Ferreira Krau* — Coronel da arma de cavalaria, 48 anos. Especialista em informações. É da ativa, aparece na lista como militar.

*José Augusto Andrade Netto* — Coronel da arma de artilharia, 56 anos. Foi chefe do Departamento de Contra-informações e Contra-propaganda do CIE na época do general Iris Lustosa. Participou como um dos planejadores e coordenadores da tentativa de desestabilização da candidatura Tancredo Neves, sendo elemento importante na ação de colagem de cartazes que ligavam Tancredo ao Partido Comunista. Serviu como adjunto de adido nos Estados Unidos. Também ajudou a articular reuniões para alertar a oficialidade do "perigo" que representavam as candidaturas Tancredo e Sarney. É da ativa, aparece na lista como economista.

*Accio Augusto Moreira* Tenente-coronel da arma de infantaria, 46 anos. Especialista em informações e guerra na selva. É da ativa, aparece na lista como militar.

02 | | 8711198

*Fernando Dias da Silva* — Tenente-coronel dentista, 48 anos. É da ativa, aparece na lista como professor.

*Sergio Tierno* — Coronel da arma de cavalaria, 49 anos. Comandou uma unidade em Mato Grosso do Sul e atualmente serve no Estado Maior do Exército. É da ativa. Aparece como militar.

*Adhemar Fonseca* — Coronel da arma de artilharia, 51 anos. É da ativa, aparece na lista como técnico em organização e métodos.

*Areski Pinto Abasse* — Coronel da arma de infantaria, atualmente na reserva. Aparece na lista como militar.

*Arlene Cardoso Amorim* — Coronel da arma de artilharia, 51 anos. Especialista em informações. É da ativa e aparece na lista como professor de educação física.

*Annibal dos Santos Abreu Junior* — Coronel da arma de engenharia, 53 anos, atualmente na reserva. Aparece na lista como engenheiro.

*Jorge Carlos Porto Alegre Rosa* — Coronel da arma de infantaria, 46 anos. Atuou na área de informações trabalhando com o ex-presidente João Figueiredo. É da ativa, aparece na lista como professor.

*Romeu Antonio Ferreira* — Coronel da arma de artilharia, 47 anos. Oficial da área de comunicações. É da ativa. Aparece na lista como professor de filosofia.

*Maurizil Othon Neves Gonzaga* — Coronel da arma de cavalaria, 50 anos. É comandante do Batalhão Logístico (Belog) que funciona dentro do Setor Militar Urbano, onde fica a sede do QG do Exército. É especialista em informações, operações anfíbias e manutenção de material bélico. É da ativa, na lista aparece como técnico em construção civil.

*Walter Heinrich Konig* — Tenente-coronel da arma de engenharia. Especialista em comunicações. É da ativa, aparece na lista como engenheiro.

*Waldo Pereira Nunes Junior* — Tenente-coronel intendente, 45 anos. É da ativa, aparece na lista como economista.

*Renato Brilhante Ustra* — Coronel da arma de artilharia, 51 anos. Pára-quedista mestre de salto. Serviu no CIE e comandou a Escola de Educação Física do Exército, no Rio. É da ativa, aparece na lista como técnico em administração. É irmão do Cel. Carlos Alberto Ustra, acusado pela deputada Beth Mendes de ser torturador.

*Rosalino Hernandes Claudio* — Coronel da arma de cavalaria, 50 anos. Instrutor de equitação, foi assessor do general Iris Lustosa na época em que ele chefiava o CIE. É da ativa, aparece na lista como pecuarista.

*Haroldo Azevedo da Rosa* — Coronel da arma de artilharia, 56 anos, atualmente na reserva. Serviu no CIE na mesma época de Andrade Neto e Del Nero.



8711198.

A *linha dura* militar está fazendo política através da Associação Brasileira de Defesa da Democracia (ABDD), registrada num cartório de Brasília no dia 9 de janeiro de 1985 — seis dias antes da vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral —, mas estruturada em 1984 dentro do Centro de Informações do Exército (CIE), na época dirigido pelo general Íris Lustosa, atual comandante da 7ª Região Militar, com sede em Recife.

A lista de 45 fundadores da ABDD depositada em cartório, com as respectivas assinaturas, é composta na maior parte por militares da ativa que aparecem com outras profissões e endereços errados. São 31 militares, 21 dos quais continuam na ativa, de acordo com o Almanaque do Exército de 1987. Há na lista 17 coronéis — oito deles são oficiais da área de informações —, todos ainda ligados à ABDD. Muitos atuaram na repressão política durante o regime militar e alguns estiveram envolvidos num movimento de desestabilização da candidatura de Tancredo Neves, em 1984.

No dia 8 passado, a ABDD promoveu no Clube da Aeronáutica, no Rio, conferência do professor da ESG Jorge Boaventura, que reuniu algumas das mais importantes personalidades da direita militar para uma pregação anticomunista. O presidente José Sarney ficou preocupado e mandou o SNI acompanhar e vigiar as atividades do grupo. (Página 8)

Alcyr Cavalcanti

04.04

8711198

098



SOSPECHAN QUE AUTOLATINA PODRIA CERRAR SUS PUERTAS

# Problemas industriales en Brasil

BRASILIA. — Autolatina puede poner fin a sus actividades en Brasil a causa de la política gubernamental de control de precios, declaró el presidente de la Federación de Industrias del Estado de San Pablo (FIESP), Mario Amato.

Tras subrayar que "no es depositario de los secretos de Autolatina, sino un hombre que reacciona con base en las decisiones tomadas por la empresa en otros países, como la Argentina", Amato señaló que ya confió su sospecha al ministro de Hacienda, Luiz Carlos Bresser Pereira.

El presidente de la asociación empresarial más poderosa del Brasil culpó al gobierno de la crisis entre la empresa y sus empleados, que cesaron actividades hace tres días en reclamo de un aumento salarial del 65,9 %.

"Autolatina no puede conceder aumento si no tiene precios satisfactorios para sus productos", afirmó Amato, recalcando que el gobierno brasileño cometió un error al no cumplir el acuerdo firmado anteriormente por la empresa y el ex ministro de Hacienda Dilson Funaro.

En ese acuerdo, la automotriz se comprometía a mantener los niveles de producción, empleo y exportación, ganando una garantía de precios para venta de sus automóviles y camiones, recordó Amato, insistiendo en que "nadie consigue trabajar acumulando perjuicios".

Al comentar las declaraciones del dirigente empresarial, el director de Prensa y Asuntos Institucionales de Autolatina, Miguel Jorge, dijo que desconoce cualquier intento de la empresa de dejar el Brasil. Todos los planes de Autolatina indican su intención de permanecer en el país, agregó.

Autolatina es el holding resultante de una asociación entre las subsidiarias brasileñas y argentinas de la Ford norteamericana y de la Volkswagen alemana.

Su presidente es Wolfgang Sauer, ex presidente de la Volkswagen brasileña, quien recientemente decidió suspender la producción de Autolatina, arguyendo que el aumento de 10,84% concedido por el gobierno para la industria automotriz no basta para cubrir los costos de producción.

La industria automotriz del país necesita un aumento mínimo del 30%, ya que el concedido por el gobierno, además de insuficiente, agrava aún más el desfase entre costos y precios, dijo Sauer.

Su decisión obligó al ministro de Hacienda, Bresser Pereira, a revisar la suya, pero por ahora no se ha fijado el nuevo índice de aumento para la industria automotora.

La crisis que afecta actualmente a Autolatina se agravó el pasado martes con el paro de 40.000 de sus 56.000 obreros en reclamo de un inmediato aumento del 65,9% para compensar la erosión de sus sueldos provocada por la inflación.

La empresa, que sufrirá este año pérdidas de 300 a 400 millones de dólares, ofreció a sus operarios un aumento del 20,6% y un anticipo de 6.000 cruzados (unos 110 dólares).

Los tres días de paro ya causaron perjuicios por valor de 1.820 millones de cruzados (unos 33.703.703 dólares), ya que dejó de producir 3.950 vehículos, dijo un portavoz de Autolatina, añadiendo que la huelga afecta ya su programa de exportación.

01.01

8711202

098



El pago simbólico de intereses habría sido también objetado por Bresser Pereira

# Rechaza Brasil acuerdo con bancos

*Washington (UPI) — El Brasil busca un acuerdo con la banca privada para fines de 1987 y no tiene interés en un acuerdo interino, afirmó ayer el principal negociador de la deuda externa brasileña, Fernao Bracher.*

*"Brasil no tiene interés en un acuerdo provisional", dijo Bracher luego de reunirse con el subsecretario del Tesoro estadounidense para Asuntos Internacionales, David Mulford. "Queremos una solución final".*

*Sonriente e imperturbable, Bracher dijo que su reunión de casi tres horas con Mulford "fue muy agradable" y que se limitó a un intercambio de información sobre las posiciones del Brasil y los Estados Unidos sobre la deuda externa brasileña y las negociaciones con la banca privada.*

*"No hay cambio en la posición brasileña" sobre la deuda, afirmó. "No hay cambio en la propuesta que el Brasil presentó a la banca el 25 de setiembre".*

*El Brasil suspendió en febrero sus pagos de intereses sobre su deuda a la banca privada, de unos 70.000 millones de dólares, y a fin de setiembre presentó una propuesta a los bancos para refinanciar parcialmente los intereses vencidos en 1987, 1988 y 1989, por más de 30.000 millones de dólares, y refinanciar la deuda sin sobretasas de riesgo y con la conversión de parte de los compromisos en bonos a su vez no refinanciables, en forma voluntaria, con intereses variables según el comportamiento de la economía brasileña.*

Fernao Bracher

*Pero Bracher reconoció que "el acuerdo final con los bancos será diferente".*

*"La propuesta brasileña no es un «Diktat» a la banca, recalcó.*

*Los bancos han venido insistiendo en que el Brasil haga un "pago simbólico" de intereses atrasados, en parte para evitar que los reguladores gubernamentales estadounidenses rebajen su calificación de los créditos a ese país, lo que obligaría a la banca a aumentar sus reservas por pérdidas e inclusive a pasar a pérdidas parte de sus acreencias.*

*Los reguladores estadounidenses tienen que reunirse para calificar las deudas de países con la banca estadounidense el 26 de octubre.*

*Bracher afirmó que "hay gran confusión" sobre el tema del pago simbólico, ya que en el Brasil se dijo antes de su partida para los Estados Unidos que estaría dispuesto a hacerlo para evitar mayores problemas a los bancos y al Brasil mismo.*

*En tono oracular, Bracher dijo que "no habrá pago simbólico sino que el objetivo de las negociaciones es una conclusión satisfactoria para el Brasil, por un camino satisfactorio, dentro de una línea valida" que asegure el crecimiento del país.*

*Se le preguntó si buscaría un acuerdo provisional con*

*la banca para el 26 de*
*bre.*

*Cuando se le interr*
*ya cuando se esperab*
*a algún acuerdo con l*
*cos, Bracher señaló:*
*fin de año".*

01.01

8711299

14

098

A. Financiero 16/10/87

# Dura crítica de Figueiredo a Sarney

Sao Paulo (UPI) — El general retirado Joao Figueiredo, último presidente del Brasil bajo el régimen militar, advirtió ayer que el país se encuentra al borde de una seria convulsión social y culpó de ello, en duros términos, al gobierno del presidente José Sarney.

Figueiredo, presidente desde 1979 a 1985, describió los principales problemas que atraviesa el país, opinó que el gobierno de Sarney "no merece el crédito que busca" y acusó a los políticos oficialistas de "pensar en disputas por cargos".

"Un gobierno que empieza de nuevo cada tres meses y ya tiene siete planes económicos y administrativos no merece el crédito que busca", afirmó Figueiredo en un documento dado a conocer ayer.

"El poder público, al que cabe la coordinación de los movimientos políticos y sociales del país, se pierde en un enredo de disputas personales por cargos y los partidos del gobierno se enfrentan en el más feroz y descarado ajuste de cuentas que conoce el sufrido pueblo brasileño", agregó.

Al describir el actual panorama del país, Figueiredo se concentró sobre todo en los problemas económicos, calificando la obra del gobierno de "negativa" en todos los aspectos.

"El comercio vende menos, la industria recibe un número de encomiendas menor, disminuye la renta de la actividad económica y aumenta el desempleo en todos los niveles", afirmó el documento.

## • Favelas

"En los centros urbanos de mayor expresión, verdaderas colonias de mendigos y desocupados se instalan en plazas y jardines, en una promiscuidad inadmisible, todos víctimas de la crisis estimulada por la incompetencia de quien tiene el deber de enfrentar los problemas y solucionarlos", agregó.

En su documento, el general advirtió sobre los riesgos de una "convulsión social" e hizo un llamado a la "unidad de todos los que se preocupen por la causa nacional", señalando que es "la única manera de evitar el mal mayor y defender nuestra naciente democracia".

Pese a que no citó directamente a Sarney, el documento fue considerado como la crítica más fuerte de las recibidas por el Presidente.

La publicación del documento ocurre en momentos en que la coalición que llevó a Sarney al poder se resquebraja y crece el descontento de la población a consecuencia de los problemas económicos, reflejados en una inflación cercana a 10 por ciento mensual.

Según el diario "Jornal do [illegible], [illegible] parte de una campaña dirigida por ex altos colaboradores del régimen militar destinada a "contener el crecimiento de la izquierda en el país".

La campaña estaría también destinada a preparar la candidatura a la presidencia de alguien identificado con esa tesis, aunque no necesariamente Figueiredo.

Durante el gobierno de Figueiredo, el Brasil enfrentó problemas similares a los actuales en el área económica, con una inflación de más de 200 por ciento anual y serias dificultades de deuda.

01 - 01

8711300

BRASIL
058

# Nuevo ente periodístico continental

## Agrupa diarios de provincia

GRAMADO, Brasil, 8 (AFP).- La Asociación Latinoamericana de la Prensa del Interior (Alapi) fue creada ayer, en la ciudad brasileña de Gramado en el Estado de Rio Grande Do Sul, para representar a los cuatro mil títulos de diarios y periódicos de provincias de la América latina.

El brasileño Joao Baptista Santos Da Silva, quien fue elegido presidente de la Alapi por un período de dos años, dijo que el principal objetivo de la asociación es el de fomentar, por medio de los periódicos adherentes, la creación de un parlamento en América latina, similar al europeo.

"Hemos reunido estos diarios del interior -acotó- para reforzar la libertad de prensa del sector y facilitar los intercambios tecnológicos entre todos los países intervinientes."

Integran el directorio de la Alapi, además, el vicepresidente primero, Aníbal Felippini (Nueva Era), de Tandil, Argentina; el vicepresidente segundo, Rick Araujo (Norte), de Rivera, Uruguay; el vicepresidente tercero, Marcelo Miralles (Diario de la Patria), de Oruro, Bolivia; el vicepresidente cuarto, Alfredo Roig Genes (Jerez Nu), de Pedro Juan Caballero, Paraguay; el primer secretario Paulo Aruda (O Imparcial), de Araraquara, Brasil; el secretario segundo, Martín Jorge (El Pregón), de Jujuy, Argentina; el primer tesorero Andre Jungbluth (Gazeta Do Sul), de Santa Cruz Do Sul, Brasil, y el segundo tesorero, Henrique Baccaro (El Telégrafo), de Paysandú, Uruguay.

La Nacion 9/11/87

01.01

8711307

098



# La dirigencia no acogería el pacto político propuesto por Sarney

Por Jorge Mederos

RIO DE JANEIRO, 8 (AP).— Los principales partidos comenzaron a analizar hoy el nuevo pacto político propuesto por el presidente José Sarney, pero la primera impresión sería que el mandatario intenta dividirlos para gobernar lo que resta de su mandato sobre la base de adhesiones personales y no partidarias.

Sarney entregó ayer a los presidentes del Partido Movimiento Democrático Brasileño (PMDB) y del Partido Federal Liberal (PFL) un "documento-compromiso" mediante el cual intenta lograr una nueva sustentación política "para completar la transición hacia la democracia", según dijo luego por cadena de radio y televisión.

El presidente, enfrentado a una crisis originada hace dos semanas por la ruptura de la Alianza Democrática, formada por el PMDB y el PFL en 1984 para elegir al primer mandatario civil tras 21 años de gobiernos militares, dijo que los partidos estaban "divididos" y pidió adhesiones personales para formar una nueva coalición.

## "Necesitamos estabilidad"

"Iniciamos una nueva etapa. Necesitamos estabilidad política y apoyo sin cuestionamientos para asegurar la transición hacia la democracia. Debe permitírse al presidente formar un nuevo gobierno y adoptar medidas económicas y políticas sin presiones de partidos", dijo.

Según el documento, los presidentes del PMDB, Ulysses Guimaraes, y del PFL, Marco Maciel, deberían recoger firmas de adhesión en sus bancadas, tarea que ambos no parecen dispuestos a encarar.

Guimaraes y otros dirigentes del PMDB calificaron de "inaceptable" y "antidemocrática" la propuesta y, tras un primer análisis, resolvieron hoy convocar a la comisión ejecutiva para que el partido adopte una posición oficial la próxima semana.

## No habrá apoyo aislado

Inclusive el PFL, que tradicionalmente apoyó al presidente, pero que a fines de septiembre rompió con la Alianza, hizo saber por intermedio de Maciel que "en nuestro partido no habrá apoyo o rompimientos aislados. El análisis será partidario, porque entendemos que la base de la política son los partidos".

Sarney dijo anoche que la inestabilidad política ha provocado los problemas económicos y sociales del Brasil y se quejó que durante los dos años y ocho meses en que ha permanecido en el cargo nunca recibió "el apoyo firme y necesario de los partidos".

El presidente, que dadas las circunstancias especiales que rodearon su llegada al poder ha visto cuestionada la legitimidad de su mandato incluso por legisladores de su partido, libra una verdadera batalla con la Asamblea Constituyente, encargada de reformar la Carta vigente. Sarney quiere gobernar cinco años y que se mantenga el presidencialismo, pero la tendencia imperante es cambiar el régimen a parlamentarista y acortar su mandato a cuatro años.

El comentarista político Janio de Freitas del diario Folha de Sao Paulo, advirtió hoy que al intentar formar un gobierno basado en posiciones personales y no partidarias "lo que propone Sarney es la extinción de los partidos políticos, por inútiles".

"Y el nombre del régimen donde no se respeta el resultado de las urnas no es precisamente democracia", agregó.

01.01

8711313

KB

094

*A un mes de romper la coalición*

# Los liberales vuelven a darle apoyo a Sarney

**BRASILIA, 29 (DPAP).– Treinta días después de romper unilateralmente la coalición oficialista con el mayoritario Partido del Movimiento Democrático Brasileño, el Partido del Frente Liberal decidió mantener su apoyo al presidente José Sarney, así como los cargos que ostenta en el gabinete.**

**La decisión fue comunicada tras una reunión del directorio nacional del PFL en la que logró imponer su criterio el sector que apoya a Sarney.**

**La moción de apoyo al presidente fue defendida por el ministro de Minas y Energía, Aureliano Chaves, a quien se considera como el virtual candidato del partido para suceder a Sarney en la presidencia del Brasil.**

## Mantendrán a los ministros

**Los liberales decidieron, asimismo, mantener a sus cuatro representantes en el gabinete de Sarney: Chaves, de Minas y Energía; Roberto de Abreu Sodre, de Relaciones Exteriores; Antonio Carlos Magalhares, de Comunicaciones, y Joao Alves, de Interior. Y también aceptará la designación de un representante del partido para ocupar la jefatura del Ministerio de Educación, sin titular desde el 26 de septiembre último.**

**Como resultado, la correlación de fuerzas partidarias en el gabinete de José Sarney se mantiene sin variantes. Es decir, el PMDB, mayoritario en el Congreso, ocupa 17 de los 28 ministerios contra 5 del PFL. Las 6 restantes carteras son militares y están ocupadas por jefes de las fuerzas armadas, sin relación con partidos políticos.**

## Peligra la democracia

**RIO DE JANEIRO, 29 (ANSA).– "Brasil vive uno de los momentos más graves de su historia, en términos políticos y económicos, y el proceso de democratización del país corre un serio riesgo", afirmó el líder de la bancada oficialista del PMDB en la Asamblea Legislativa del Estado de Río de Janeiro, diputado porovincial Elías Camilo Jorge.**

**En un discurso, Camilo Jorge dijo que "la nación está preocupada por los insistentes rumores de que la derecha estaría preparando un golpe para impedir la vuelta de la democracia".**

**"El gobierno federal –subrayó– tiene necesidad de contar con mayor apoyo partidario para neutralizar la crisis y detener la marcha de los radicales de derecha contra el proceso democrático que el presidente José Sarney desea consolidar".**

La Nación 30/10/87

01.01

8711383

098

LA NACION Domingo 8 de noviembre de 1987

# Críticas en Brasil al acuerdo con los bancos

BRASILIA, 7 (Reuter).- El acuerdo con los acreedores comerciales de la monumental deuda brasileña desencadenó hoy una tormenta política sobre el frágil gobierno transitorio del presidente José Sarney.

Sectores del gobernante y poderoso Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB) sindicaron a los negociadores del entendimiento, firmado ayer en Nueva York, como traidores a los postulados de la denominada Nueva República, surgida luego de 21 años de regímenes militares en este país.

Brasil llegó, tras una tortuosa negociación de 42 días, a un llamado "acuerdo provisional" con los acreedores privados de 70.000 millones de los 113.000 millones de dólares que acumula como la mayor deuda en el Tercer Mundo.

Mediante el compromiso, desembolsará 1500 millones de dólares y recibirá de los bancos otros 3000 millones para cubrir, hasta junio de 1988, el total de los intereses que dejó de pagar este año desde febrero, cuando decretó la moratoria sobre su deuda comercial.

Simultáneamente, se comprometió a reanudar el pago de esos intereses -que le representan anualmente una erogación de 5600 millones de dólares, sólo en el sector comercial- desde el 1° de enero, siempre y cuando prospere una segunda negociación referida a los vencimientos a mediano plazo.

Para la mayoría de los líderes y economistas del PMDB, todavía sorprendidos y a la espera de los documentos firmados en Nueva York, los compromisos constituyeron la simple y llana suspensión de la moratoria, un arma considerada preciosa para la difícil negociación con los acreedores de una deuda que representa el 40 por ciento del total adeudado por los países latinoamericanos.

El preacuerdo con los bancos también incluyó un compromiso brasileño de buscar un acuerdo con el Fondo Monetario Internacional (FMI), pero este tema -mencionado explícitamente en el anuncio efectuado en Nueva York- no figuró en un resumen oficial de los documentos divulgado ayer por el Ministerio de Hacienda.

La prensa brasileña, de manera general, tituló hoy con grandes caracteres y en primera página que "Brasil suspendió la moratoria y vuelve al FMI", concediendo mayor crédito al documento surgido en los Estados Unidos y difundido por agencias noticiosas.

01.01

8711392

098

LA NACION 6/10/87

# Bajó la inflación en Brasil

BRASILIA (AP). – El presidente, José Sarney, dijo que la inflación fue del 5,68 por ciento en el mes de septiembre, un poco menor que el índice de agosto, que registró 6,36 por ciento, pese al fin del congelamiento de salarios y precios.

La tasa acumulada desde enero es del 231 por ciento, según el Instituto de Geografía y Estadística, cuyas cifras son aceptadas como oficiales por el gobierno.

En septiembre el gobierno dejó sin efecto un congelamiento de precios y salarios de tres meses.

01.01

.87113 93

098



EL MANDATARIO BRASILEÑO ORDENO VIGILAR A MILITARES DE EXTREMA DERECHA

# Los gobernadores apoyan el plan de Sarney sobre el período presidencia

*El presidente José Sarney ordenó a los servicios del Estado que vigilen a militares de extrema derecha que realizan actividades políticas. Entre los oficiales en actividad, en retiro y civiles se halla el hermano del ex presidente João Figueiredo. En un documento, 22 de los 23 gobernadores brasileños brindaron su apoyo al mandatario y la consolidación de la democracia*

RIO DE JANEIRO, 18 (UPI y AFP). — Los gobernadores de 22 de los 23 estados de Brasil emitieron hoy un documento en apoyo al presidente José Sarney y a la consolidación de la democracia en el país, mientras informes de prensa denunciaban la participación de 21 coroneles del ejército en una organización identificada con la extrema derecha.

Los 22 gobernadores del oficialista Partido del Movimiento Democrático Brasileño (P.M.B.D.) divulgaron el documento después de reunirse ayer en el palacio de gobierno de Río de Janeiro.

"En primer lugar apoyamos la lucha del pueblo brasileño por la consolidación de la democracia, a través de la penosa, dura y difícil transición, que debe ser consolidada con la aprobación de la nueva Constitución", afirmó el documento.

El punto más polémico del documento fue el apoyo al plan de Sarney de gobernar por cinco años, tema que divide al P.M.D.B. y sobre el que la Asamblea Constituyente dirá la palabra final.

El gobernador de Alagoas, Fernando Collor, manifestó su desacuerdo con ese punto, por ser favorable a un mandato de cuatro años para Sarney, quien asumió la presidencia en marzo de 1985.

La divulgación del documento coincidió con una información del diario "Jornal do Brasil" en la que señaló que 21 coroneles del ejército habían integrado la Asociación Brasileña de Defensa de la Democracia (A.B.B.D.), formada por ex colaboradores del régimen militar concluido en 1985 e identificada como punta de lanza de una ofensiva iniciada por la extrema derecha.

El presidente del Brasil, José Sarney, y su colega venezolano, Jaime Lusinchi, rubricaron un acuerdo tras la visita del primero. Los gobernadores brasileños brindaron pleno respaldo a gestión del mandatario.

## Orden de vigilancia

El presidente José Sarney ordenó al Servicio Nacional de Informaciones (S.N.I.) que vigile a los militares de la "línea dura" del ejército que están realizando actividades políticas, afirmó hoy el diario "Jornal do Brasil".

La fuente agregó que entre los miembros de ese grupo, fundado en 1984 por miembros del Centro de Informaciones de Ejército (CIE), dirigido en aquella época por el general Iris Lustosa, actual comandante de la séptima región militar en Recife, figuran numerosos oficiales en actividad y otros en situación de retiro, además de civiles de derecha.

La Asociación Brasileña de Defensa de la Democracia (A.B.D.D.) registró sus estatutos en Brasilia el día 9 de enero de 1985, seis días antes de la reunión del Colegio Electoral Parlamentario que eligió a Tancredo Neves y José Sarney, presidente y vicepresidente del Brasil, respectivamente, indicó "Jornal do Brasil".

Numerosos miembros de este grupo participaron en la represión política durante el régimen militar (1964-1985) y algunos conspiraron en 1984 contra la candidatura Tancredo Neves, según la fuente.

El día 7 de este mes, la A.B.D.D. se reunió en el Club de Aeronáutica para asistir, con algunas de las más importantes personalidades de la derecha militar, a una conferencia anticomunista del profesor de la Escuela Superior de Guerra, Jorge Boaventura, informó el diario.

Entre los militares que asistieron a dicha conferencia se menciona a generales retirados Co[...] Neto y Euclydes Figue[...] do —hermano del ex pr[...] dente João Figueiredo[...] los brigadieres en sit[...] ción de retiro João Pa[...] Burnier y Luis Felipe [...] neiro de Lacerda, y el [...] nistro de Justicia del [...] bierno del general Erne[...] Geisel, Armando Falcão[...]

El diario "Folha de [...] Paulo" se refirió a [...] reunión en un editorial [...] blicado hoy, en el que a[...] mó que la extrema de[...] cha "agita el espectro d[...] intervención militar".

01.01

8711394

HB/

098



# Denuncian un complot militar contra Sarney

## Estaría alentado por sectores de derecha que acusan al mandatario de tolerancia y flaqueza en relación con la izquierda de la Asamblea Nacional Constituyente

BRASILIA, 10 (ANSA).- Militares de denominada "línea dura" de las FF.AA. brasileñas estarían preparando según la prensa un complot junto con sectores de la derecha contra lo que considerán "flaqueza y tolerancia del presidente José Sarney", en relación con la izquierda instalada en la Asamblea Nacional Constituyente.

El jefe del Estado fue informado de la conspiración por el ministro jefe del Servicio Nacional de Informaciones, general Ivan de Sousa Mendes. Pudo saberse, además, que el titular del Ejecutivo decidió postergar la adopción de medidas, aunque se desconocen las razones de tal actitud presidencial.

### Algunas identidades

Según el diario Correo Braziliense, que denunció la organización del complot en la primera plana de su edición de hoy, forman parte del grupo desestabilizador el brigadier (R) Joao Paulo Burnier -considerado uno de los cabecillas de los conspiradores- y los generales Jorge Bonventura, Euclides Figueiredo -hermano del ex presidente Joao Baptista Figueiredo-, el ex ministro de Aeronáutica, Delio Jardim de Mattos, el brigadier Marcio Melo y el ex titular de Justicia, durante la gestión del presidente Ernesto Geisel, Armando Falcao.

### Sarney, preocupado

Fuentes cercanas al Gobierno consultadas por la prensa afirmaron que el primer mandatario está muy preocupado por la situación, la que analizó con algunos ministros de su confianza.

José Sarney, en relación con el tema, expresó a uno de sus asesores: "El Gobierno tiene un régimen democrático en el que todos tienen libertad, inclusive aquellos identificados ideológicamente con la derecha. Empero, lo que no se puede es dificultar el proceso democrático del país".

### Riesgos

Pudo saberse que el Servicio Nacional de Informaciones, según las fuentes, continúa acompañando los movimientos del grupo "sin interferir, pero sin dejar de observar".

Un calificado informante presidencial destacó que "la existencia comprobada de este complot es un claro y evidente indicio de que el proceso de transición democrática corre riesgos muy serios en el Brasil".

Sarney (Archivo)

Al margen de la situación dada a conocer por la prensa, nada anormal parece interferir el amplio feriado de este fin de semana. No se observan movimientos en las guardias militares, ni desplazamientos de vehículos y tropas, hechos corrientes cuando se adoptan medidas en los lugares estratégicos de la ciudad.

### Enérgica reacción

RIO DE JANEIRO, 10 (ANSA).- Dirigentes políticos, particularmente los de izquierda, reaccionaron enérgicamente ante la advertencia del ex ministro de Justicia, Armando Falcao, y del general (R) José Luis Coelho Neto, en el sentido de que "la intervención de las FF.AA. se hará inevitable para poner fin a la situación de caos político, económico y administrativo" en la que se encuentra el Brasil.

En declaraciones recogidas por la prensa, el vicepresidente del Partido Laborista Democrático Trabalhista, Doutel de Andrade, subrayó que "estas declaraciones nos recuerdan un film de terror, pues es sabido que quienes las formularon resurgieron de las catacumbas de la historia nacional porque sintieron nostalgia de la dictadura".

01.01

8711397

ARCHIVAR EN: Brasil (098)

TEMA: Parte Especial de Informacion N° 4/8/Dic/87 (20) [illegible] del [illegible]

PROCEDENCIA: EME 21/11/12 Doc 18[illegible]/87

ARCHIVADO EN: P.E.I. (OBCN)

01 . 01

8711446

IB

BRASIL

# José Sarney reorganizó el gabinete

BRASILIA, 21 (Reuter).- El presidente José Sarney introdujo esta noche cuatro cambios en su gabinete ministerial en el comienzo de una reforma gubernamental orientada a consolidar la transición democrática, anunció el vocero oficial Antonio Frota.

Sarney designó tres nuevos ministros y transfirió a un cuarto a otra cartera.

El vocero presidencial dijo que el mandatario invitó al líder parlamentario del Partido del Movimiento Democrático (PMDB), diputado Luiz Henrique da Silveira, para ocupar el Ministerio de Ciencia y Tecnología.

Da Silveira sustituirá a Renato Archer, también del PMDB, quien fue designado ministro de Previsión Social, en reemplazo de Raphael de Almeida Magalhaes, quien renunció al cargo, dijo.

Otros dos legisladores del PMDB, los diputados Luiz Prisco Vianna y Luiz Carlos Borges da Silveira, fueron convocados para ocupar los ministerios de Desarrollo Urbano y Medio Ambiente y Salud Pública, respectivamente.

La Nación
22/10/87

01 - 01

8711525

# Brasil: fuertes aumentos a los militares

BRASILIA, 23 (UPI). – El presidente de Brasil, José Sarney, autorizó hoy un aumento de 128 por ciento en los sueldos de los militares, a pesar de frenar manifestaciones de protesta, como la ocurrida ayer en el sur del país, cuando un capitán y 50 soldados armados ocuparon una alcaldía.

El gobernador del Estado de Paraná, Alvaro Días, descartó la posibilidad de que el asalto a la alcaldía de Apucaraná tenga relación con la movilización derechista en el país.

El capitán del Ejército Luis Fernando Walter de Almeida fue arrestado y podrá ser procesado por determinación del general Edson Boccacci Guedes, jefe del Comando Militar del Sur.

Tras lamentar la "inoportuna manifestación", el Comando Militar del Sur tranquilizó a la población y reafirmó que el Ejército "tiene conciencia de sus responsabilidades constitucionales dentro de su sentimiento de disciplina y de cumplimiento del deber".

Brasil tuvo una inflación del 231 % durante los primeros nueve meses del año y los ministros militares habían iniciado negociaciones con el ministro de Hacienda, Luiz Carlos Bresser Pereira, para superar una progresiva reducción del valor real de los sueldos.

Según estudios de las Fuerzas Armadas, los salarios del personal civil y militar de los ministerios militares sufrió una reducción de 240 por ciento en los últimos siete años.

El aumento concedido por Sarney será progresivamente efectuado hasta enero próximo, elevando el actual salario de un general de ejército, equivalente a 1550 dólares hasta 2982 dólares.

El titular de Hacienda inició al mismo tiempo un debate con los trabajadores del sector privado que demandan 20 % de aumento real, pero dejó claro que para evitar un aumento de inflación este incremento no podría superar el 10 %.

## Nuevos ministros

BRASILIA, 23 (EFE). – El presidente de Brasil, José Sarney, puso en posesión a cuatro nuevos ministros en las carteras de Previsión Social, Desarrollo Urbano, Salud, y Ciencia y Tecnología, en el marco de su programa de reorganización administrativa.

Los nuevos ministros son Renato Archer, en el Ministerio de Previsión Social; Prisco Viana, en Desarrollo Urbano y Medio Ambiente; Borges de Silveira, en Salud, y Luis Henrique, en Ciencia y Tecnología.

Los cuatro nuevos ministros pertenecen al Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB), el principal partido de sustentación del gobierno de Sarney.

No asumieron sus cargos los nuevos ministros de Educación y de Industria y Comercio, carteras que están acéfalas desde la renuncia de sus ex titulares. Para esas carteras fueron designados Divaldo Suruagy y Hugo Napoleón.

ACCIÓN 24/10/87

01.01

8711526

CLARÍN 1°/10/87

# Sarney irá a Moscú

BRASILIA (AFP). — El canciller soviético, Eduard Shevardnadze, y su homólogo brasileño, Roberto de Abreu Sodré, firmaron en Brasilia un comunicado conjunto "significativo de la importancia de la visita" del ministro soviético y anuncian el viaje del presidente José Sarney a Moscú.

En el mismo, ambos ministros consideran fundamentalmente que "el problema clave de nuestra época es la preservación de la civilización y la construcción de un mundo sin armas nucleares y sin violencia, y reiteran la necesidad de que se adopten medidas concretas y urgentes para lograr un desarme general y completo, bajo control internacional efectivo".

Según el comunicado, la parte soviética expuso sus ideas sobre la prevención de la carrera armamentista en el espacio y "la esencia de sus propuestas sobre la creación de una organización espacial mundial y de un centro internacional de investigación" que abra un acceso al espacio para el Tercer Mundo.

Ambas partes reafirman "la convicción de que deben realizarse todos los esfuerzos para que se instaure un nuevo orden económico internacional, con la participación de todos los países, independientemente de sus regímenes políticos o sociales".

Luego subrayan la importancia "de las iniciativas del Grupo de Contadora" en la búsqueda de una solución al conflicto en América Central, que debe "efectuarse según el principio de la no intervención y en un contexto exclusivamente latinoamericano".

En dicho documento, ambos ministros se pronuncian contra "la supervivencia del colonialismo en Africa austral y contra el "apartheid", condenando "el terrorismo con todas sus formas, que constituye una grave amenaza para la paz". Inmediatamente, se declaran dispuestos a contribuir a la lucha contra el tráfico de drogas, "peligroso fenómeno social".

El comunicado anuncia las visitas del presidente brasileño Sarney a la URSS el año próximo, y del secretario general del Partido Comunista de la Unión Soviética, Mijail Gorbachov, a Brasil.

01.01

8711536

HABRIA "PAGO SIMBOLICO" A LA BANCA

# Reiteró Brasil su propuesta externa

RIO DE JANEIRO, 14 (AFP). — Los negociadores de la deuda externa brasileña reanudarán en las próximas horas en Nueva York sus conversaciones con los miembros del comité bancario de sus acreedores de la banca privada para reestructurar sus pagos.

El director del departamento de la deuda externa del banco, Padua Sieixas, y el asesor especial del Ministerio de Hacienda, Fernao Bracher, viajaron hoy a Nueva York para reanudar dichas negociaciones, que fueron suspendidas a principios de este mes en aquella ciudad estadounidense.

En declaraciones divulgadas por la prensa brasileña, el presidente del banco, Fernando Milliet, admitió que Brasil podría pagar inmediatamente una parte de los débitos vencidos (o sea un pago simbólico) afirmando que "durante las negociaciones serán examinadas todas las hipótesis".

Por otra parte, en una nota oficial desmintiendo una información divulgada el martes por el diario "Folha de Sao Paulo", el Ministerio de Hacienda afirmó que la propuesta de Brasil a sus acreedores no fue modificada.

Según "Folha", Brasil no insistiría en la transformación de una parte de su deuda externa en títulos de vencimiento a largo plazo y tasas de interés reducidas.

Dicha propuesta fue presentada a los bancos privados el 25 de setiembre pasado, en Nueva York, por el presidente del banco y el asesor especial para cuestiones vinculadas con la deuda externa.

Según la nota oficial del ministerio, publicada hoy, en esa propuesta se incluyen dos alternativas: una, convencional, de financiamiento parcial de los intereses durante tres años, con tasas de interés reducidas y sobretasas de interés ("spread") cero, para que eventuales aumentos de las mismas sean capitalizados o refinanciados.

La alternativa no convencional prevé la emisión de títulos de conversión de la deuda externa a largo plazo, que tendrán el mismo valor de los débitos.

El documento indica además que la conversión de la deuda externa en títulos, que será voluntaria y gradual "fue recibida con interés por algunos bancos acreedores".

Indicó además que "los pequeños bancos acreedores entienden que la conversión de la deuda brasileña es una solución ventajosa para concluir negociaciones sin fin, mientras que los grandes bancos están interesados en dividir sus riesgos entre los débitos antiguos y los títulos convertidos".

El ministro de Hacienda, Luis Carlos Bresser Pereira, y el presidente del banco reiteraron durante los últimos días que su país suspenderá la moratoria de la deuda externa después que concluya un acuerdo con los bancos comerciales.

Bresser Pereira y Milliet afirmaron también que Brasil examinará la posibilidad de iniciar negociaciones con el Fondo Monetario Internacional (FMI) después que concluya un acuerdo con sus acreedores de la banca privada.

La deuda externa de Brasil con los bancos comerciales, organismos internacionales y gubernamentales de crédito totaliza 112.700 millones de dólares, según estadísticas del banco.

El 20 de febrero pasado, Brasil declaró unilateralmente suspendido el pago de los intereses de su deuda con los bancos comerciales con vencimiento a mediano y largo plazo por valor de 68.280 millones de dólares.

El 28 de agosto los bancos acreedores norteamericanos podrían verse obligados a degradar sus préstamos a Brasil si las negociaciones para el reestructuramiento de sus pagos no hubiesen sido concluidas satisfactoriamente. Esto sería renovar pérdidas en sus balances trimestrales.

01.01

8711812

# Brasil al borde de la recesión y de su peor crisis económica

SAN PABLO. — Brasil se encuentra al borde de la recesión y de la peor crisis económica de su historia, advirtieron ayer los principales ejecutivos de la "Federación de Industrias de San Pablo" (FIESP), la más poderosa organización empresarial del país.

El vicepresidente del Consejo de Economía de la "FIESP", Claudio Bardella, afirmó que la crisis se ha acentuado porque "la recomposición de las fuerzas políticas ha atropellado la racionalidad de las decisiones económicas".

Subrayó que las empresas brasileñas han comenzado a sufrir las consecuencias de la crisis por su falta de liquidez y su resistencia a contratar créditos bancarios con intereses del 30 por ciento mensual, lo que ha generado el crecimiento de las tasas de desempleo.

Dijo que la recesión que se avecina alcanzará su punto culminante dentro de unos dos meses y superará a la de abril de 1981, cuando 46.300 trabajadores perdieron sus empleos.

Según el "Departamento Intersindical de Estadísticas y Estudios Socioeconómicos" (DIEESE), existen en la actualidad 1.700.000 desempleados en Brasil, que cuenta con una fuerza económica de 50 millones de trabajadores.

Para los empresarios, todos los indicadores apuntan hacia la eclosión en Brasil de una crisis económico-financiera de gran magnitud, con repercusiones sociales y políticas difíciles de controlar.

"Brasil nunca registró una tasa de inflación mensual por encima del 20 por ciento, lo que hace prever que a finales de año llegará al 850 por cien y ello reduce el margen de maniobra en las áreas monetaria y fiscal", manifestó el portavoz de los empresarios brasileños, Claudio Bardella.

## Costo de vida: 133,79%

Las direcciones laborales, encabezadas por la radical "Central Unica de Trabajadores" (CUT) y la moderada "Confederación General del Trabajo" (CGT), informaron que en mayo pasado el costo de vida en Brasil fue del 29,09 por ciento y que subió al 133,79 por ciento en los primeros cinco meses de este año.

Denunciaron que los permanentes reajustes de precios de los productos aprobados por el Gobierno, han reducido el poder adquisitivo de los salarios y condenado a los sectores más empobrecidos al hambre y la miseria.

El presidente de la "CUT", Jair Meneguelli, dijo que los trabajadores no pueden hacer frente al alza permanente del costo de vida con un salario mínimo de 1.660 cruzados (46 dólares), pese a la existencia de un mecanismo automático de reajuste cada vez que la inflación supere 120 por ciento.

El dirigente laboral subrayó que cuando los trabajadores reciben ese incremento, un mes después, los empresarios reajustan sus productos inmediatamente en índices superiores a los de la inflación.

Según los empresarios, la crisis económica en Brasil se ha acentuado por falta de decisiones económicas para frenar el avance de la hiperinflación tras el fracaso del "plan cruzado", que congeló los salarios y los precios de alimentos y servicios a finales de febrero de 1986.

El gobierno brasileño prohibió a los empresarios reajustes en los precios de sus productos en plazos menores a 30 días, aunque reiteró su decisión de permitir una economía liberal con la represión oficial de la especulación y sobrecarga de tasas.

## Optimismo oficial

Contrastando con tan oscuro panorama, fuentes oficiales señalaron que a partir de este mes la balanza comercial brasileña deberá volver a registrar superávit promedios de 900 a 1.000 millones de dólares mensuales, lo que permitirá al país llegar a diciembre con un saldo comercial de entre 8.000 a 9.000 millones de dólares.

Los datos preliminares sobre el desempeño del comercio exterior recibidos por el ministerio brasileño de Hacienda revelan que Brasil obtuvo en mayo un superávit entre 750 y 800 millones de dólares, que representa poco menos de la mitad del total acumulado entre enero y abril, 1.622 millones de dólares.

Ello significa una expresiva recuperación del comercio exterior brasileño, que entre octubre y marzo pasó a registrar superávit entre 100 y 200 millones de dólares mensuales, contra un promedio de mil millones de dólares obtenidos mensualmente desde 1983.

La escasez de las divisas obtenidas con el comercio exterior provocó una incontrolable merma en las reservas internacionales brasileñas, que en febrero eran inferiores a 4.000 millones de dólares, obligando al gobierno a suspender los pagos de intereses de dos terceras partes de la deuda externa de 111.000 millones de dólares.

La recuperación del comercio exterior brasileño se inició el mes pasado, cuando Brasil obtuvo un saldo de 520 millones de dólares, luego de ser decretada por el ministro de Hacienda, Luiz Carlos Bresser Pereira, una minidevaluación cambiaria de la moneda nacional (cruzado) del 7,5 por ciento.

No obstante, el superávit previsto para mayo es todavía muy inferior al obtenido en el mismo mes del año pasado, 1.340 millones de dólares.

## Nueva devaluación

El Banco Central de Brasil determinó ayer una devaluación de 1,04 por ciento del cruzado, unidad monetaria brasileña, que entrará en vigor este miércoles.

El dólar norteamericano que ayer fue cotizado a 36,40 cruzados en compra y 36,58 en venta, será comprado hoy a 36,78 cruzados y vendido a 36,96.

*SAN PABLO. — Decenas de taxis afectados por los aumentos de los combustibles esperan por un viaje en esta ciudad. (Radiofoto Reuters, especial para EL DIA)*

01.01

8711817

EL PRESIDENTE DE BRASIL ANUNCIO QUE GOBERNARA SIN ATADURAS

# Sarney modificará su base política

*En un discurso transmitido anoche por radio y televisión, el presidente del Brasil, José Sarney, confirmó oficialmente la ruptura de la Alianza Democrática, coalición de gobierno integrada por los dos partidos mayoritarios, y anunció su decisión de recomponer su base política sin márgenes partidarios, para lograr su desempeño "sin frenos ni limitaciones". Sarney se quejó de la falta de apoyo de los partidos políticos en los momentos difíciles, subrayando que en esas circunstancias había quedado "aislado y responsable por todo".*

BRASILIA, 7 (UPI). — El presidente José Sarney pidió hoy al pueblo y a los partidos políticos de Brasil libertad absoluta para gobernar, además de una nítida base de sustentación política que le permita superar la crisis ocasionada por la ruptura de la coalición gubernamental, Alianza Democrática, que confirmó oficialmente.

Sarney recordó que en sus dos años y 7 meses de gobierno de transición no se verificó ningún retroceso institucional y que por el contrario se ampliaron las libertades tras 21 años de régimen militar.

"Necesito una base de sustentación política y parlamentaria que me permita administrar sin frenos ni limitaciones", dijo Sarney en un mensaje transmitido por una cadena de radio y televisión esta noche.

El presidente informó haber entregado un documento a los dirigentes de los dos mayores partidos, Ulysses Guimaraes, del Partido del Movimiento Democrático Brasileño (P.M.D.B.) y Marco Maciel, del Partido del Frente Liberal. "Ese documento —dijo— contiene las bases de lo que denominó «nueva etapa del gobierno».

"Entregué un documento que propone un programa mínimo de gobierno por el cual el presidente, libre de presiones, tendría absoluta libertad para componer su equipo de gobierno y enfrentar las cuestiones políticas y administrativas del país", dijo Sarney.

El primer mandatario atribuyó los problemas que enfrenta a la división existente en los partidos políticos y se quejó de la falta de apoyo en momentos difíciles.

"Quedé aislado y responsable por todo", señaló al referirse a medidas impopulares que se vio obligado a adoptar el año pasado.

Se refirió también a la pesada carga que significa el gobierno y las tareas gubernamentales, señalando que no le permitieron tomar vacaciones ni descansar durante los fines de semana y feriados.

Pero el presidente omitió el polémico tema del futuro sistema de gobierno como condición para el nuevo pacto político.

Sarney rechaza el sistema parlamentarista propuesto por la Asamblea Nacional Constituyente, que a partir de su promulgación, prevista para el año próximo, reduciría sus actuales atribuciones conferidas por el sistema presidencialista en vigencia.

La necesidad de un nuevo pacto político pasó a ser urgente para Sarney tras la reciente ruptura formal de la coalición que lo apoyaba, formada por el P.M.D.B. mayoritario en la Asamblea Constituyente, y el P.F.L., segundo en número de parlamentarios.

La ruptura de la coalición, que se venía pronosticando desde hace por lo menos un año, tuvo como motivo inmediato la disputa de cargos públicos entre el P.M.D.B. y el P.F.L.

El nuevo pacto político, que vendrá acompañado de una reforma en el gabinete, se basaría en el deseo de Sarney de gobernar no solo con los sectores del P.M.D.B. y del P.F.L. que le son más afines, intentando también lograr el apoyo de parlamentarios de otros partidos.

ARCHIVAR EN: Brasil (088)

TEMA: Proyecto binacional de alta tecnología. Un modelo Argentino-brasileño.

PROCEDENCIA: Visión 2/11/87

ARCHIVADO EN: Argentina (084)

01.01

8711887

DPTO. II (EXTERIOR) RECIBIDO

0038

LA NACION 21/10/87



# Brasil: advertencia de un militar

BRASILIA, 20 (ANSA).- "Aquellos que estén insatisfechos con la pérdida del poder deben procurar reconquistarlo a través del proceso democrático que les brinda el camino de las elecciones", afirmó el ministro de Aeronáutica brasileño, teniente brigadier Otavio Moreira Lima.

El militar advirtió que "así como las Fuerzas Armadas rechazaron que se quiebre la legalidad democrática en la última sucesión presidencial (cuando falleció antes de asumir Tancredo Neves y fue reemplazado por José Sarney), no aceptaremos ahora de ninguna forma volver al pasado".

En declaraciones al diario O Estado de Sao Paulo, Moreira Lima, tras analizar la acción de grupos extremistas de derecha, manifestó que no aprobaba esas actividades y puntualizó que no tenía elementos para confirmar la probable participación de militares en actividad en ellas.

Sobre eventuales sanciones contra los militares presuntamente involucrados, manifestó que "sería una situación que cada fuerza debería estudiar porque en estos dos años y medio de gobierno las Fuerzas Armadas hemos procurado evitar las influencias políticas partidarias".

01.01

8711834

1B

098

La Nación 11/11/82

*Los costos de la moratoria*

# El acuerdo refleja una posición débil del Brasil

## Una misión del FMI arribará a ese país la semana próxima

Es indudable que el acuerdo de Brasil con los bancos acreedores tiene particulares características, básicamente por la falta de acuerdo entre los comunicados divulgados por la banca y por el Ministerio de Hacienda de ese país.

Brasil, en febrero de este año, suspendió unilateralmente el pago de intereses a la banca. El propósito perseguido por la moratoria era doble:

- Por un lado, necesitaba mantener cierto nivel de reservas en busca de poder hacer frente a los pagos más apremiantes, que son en particular la importación de insumos.
- Por el otro, Brasilia intentó a través de la moratoria conseguir algunos beneficios de los bancos, como por ejemplo, más dinero fresco, menores niveles de *spread*, alguna quita en el monto de la deuda externa y la exclusión del efecto catalizador que tienen los acuerdos del FMI.

Casi nueve meses después, Brasil aceptó un acuerdo temporal que incluye:

- Tasas de interés más elevadas por el dinero nuevo que las que pagan otros países de la región, como por ejemplo la Argentina y México.
- Mantiene en sus mismos niveles (más del 2 %) los márgenes sobre la tasa Libor o Prime para la deuda vieja.
- Acepta requerir un programa del FMI en apoyo de su plan económico.

Una vez conocido el comunicado de los bancos acreedores, fuentes económicas internacionales señalaron que la *pulseada* entre Brasil y los bancos acreedores parece haberse resuelto en favor de estos últimos, lo cual a su vez generó una gran controversia en los medios políticos de ese país.

Quizá, el punto más significativo de este acuerdo y el que genera también el mayor debate es que Brasil deberá negociar nuevamente con el FMI.

En efecto, mientras que el mensaje de los bancos señala que ese país debe procurar acordar un programa con el FMI para apoyar su programa económico; el documento del gobierno brasileño no hace ninguna referencia al respecto.

Aunque pueda no parecer central, la cláusula que impone la banca acreedora de que Brasil debe retornar al FMI, representa un duro revés en términos políticos para el gobierno de Sarney, por cuanto Brasilia desde hace dos años y medio ha rechazado la posibilidad de acuerdos con ese organismo internacional, ya que consideraba inaceptable el examen que la entidad hace de la economía interna.

De todos modos, anoche quedó todo en claro cuando el vocero del Palacio de Hacienda brasileño, Francisco Baker, informó que la semana próxima llegará a ese país una misión del Fondo Monetario para actualizar información sobre la situación económica.

Los observadores políticos en Brasil especulaban con que el anuncio se hizo poco después del acuerdo alcanzado con la banca acreedora.

Las otras características del acuerdo son:

- Por un préstamo de corto plazo, posiblemente no mayor de seis meses, Brasil aceptó pagar una comisión general de 7/8 y una sobretasa de 7/8 sobre la tasa Libor, los que sumados resultan equivalentes a una sobretasa anual de 1 1/8 sobre Libor.

Para dar una visión comparativa, la Argentina paga 7/8 sobre la Libor por el dinero nuevo a 12 años y sin pagar comisión alguna.

- Brasil no ha podido renegociar con la banca acreedora los márgenes de interés sobre la deuda vieja, que llega a 70.000 millones de dólares, es decir que continúa pagando sobretasas de alrededor del 2 % sobre la Libor y la aún más costosa Prime.

La Argentina, por el contrario, consiguió en su momento reducir los márgenes sobre la deuda vieja del 1,6 % al 0,8 % y eliminar la tasa Prime.

Conviene también señalar que sobre el pago anual de intereses, que es de unos 6000 millones de dólares, los bancos accedieron a financiar el 50 %, es decir 3000 millones. Brasil en los últimos años transfirió al exterior el 100 % de los intereses sin recibir préstamo alguno.

En cambio, en el caso argentino, los bancos se han comprometido a otorgar dinero nuevo por 1950 millones de dólares frente a un monto de intereses a pagar de 2800 millones de dólares, lo cual significa que refinanciaron el 70 % de los intereses devengados por la banca acreedora.

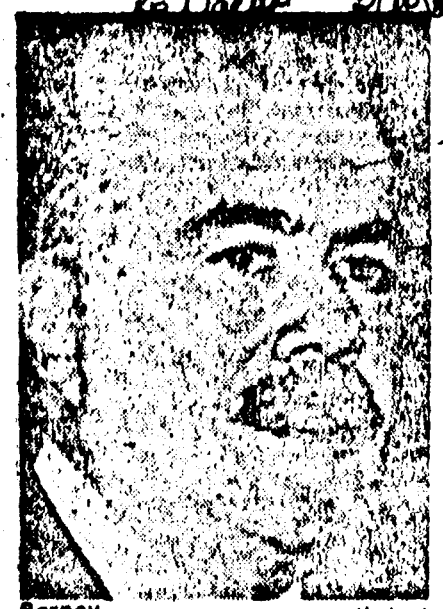
Una fuente económica consultada por LA NACION hizo hincapié en que los costos de la moratoria, declarada en febrero último, han sido indudablemente enormes en términos de incertidumbre, fuga de capitales y demoras en las negociaciones tendientes a reducir las tasas de interés.

"Los beneficios de la moratoria, si es que los hubo, no aparecen por el momento a la vista", añadió.

01.01

8711922

098



Sarney (Archivo)

# Sarney disolvió la coalición

BRASILIA, 2 (EFE). – El presidente brasileño, José Sarney, dio por disuelta hoy, oficialmente, la alianza democrática que sustentaba a su gobierno y dijo que ahora toda la responsabilidad por el término de la transición política del país caerá sobre sus hombros.

Sarney manifestó que la crisis surgida tras la ruptura de la coalición, formada por el Partido del Frente Liberal (PFL) y el Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB), lo obligará a renovar su gabinete para asegurar así una "mayoría leal" en el Gobierno.

En su discurso, transmitido al país por todas las cadenas de radio, Sarney dijo que su misión es cumplir con el deber de ofrecer una administración sin tergiversaciones y en condiciones de hacer un programa como la nación lo desea.

"Yo quiero un Brasil actual, progresista, libre, abierto, capaz de asumir su papel en esta gran nación, y tengo la certeza de que vamos a llegar allá", añadió.

Señaló, asimismo, que "el pueblo brasileño está de nuestro lado, es hora de acabar con el juego sucio político, con las bajas prácticas administrativas".

La crisis política comenzó con el anuncio de los dirigentes del PFL de dar por terminada la alianza democrática, que llevó al poder, a Sarney tras la enfermedad y muerte del presidente electo, Tancredo Neves, aunque la ruptura no significó la salida del PFL del Gobierno.

Simultáneamente, con el fin de la coalición se produjo la renuncia del ministro de Educación, Jorge Bornhausen, y, pocos días después, la del ministro de Industria y Comercio, José Hugo Castelo Branco, y se temió por una renuncia colectiva que hasta ahora no se ha producido.

Sarney deberá definir la próxima semana los nuevos cambios en el Gobierno, que deberá contar con el auxilio de otros partidos políticos, para dar por terminada la crisis más aguda que sufrió en sus dos años y medio de mandato.

01.01

87 1 1935

CLARIN ★ Buenos Aires lunes 23 de noviembre de 1987

REPRESALIAS COMERCIALES

# Suspenden en los EE.UU. una operación con el Brasil

RIO DE JANEIRO, 22 (AFP). — La compañía norteamericana Texas Air comunicó al constructor aeronáutico Embraer su decisión de suspender, al menos provisionalmente, su pedido de 50 aviones a la espera de una "clarificación" sobre las sanciones comerciales impuestas por el gobierno de Ronald Reagan contra el Brasil, informaron fuentes de Embraer.

Como se sabe, los Estados Unidos resolvieron aplicar sanciones a ciertas importaciones de origen brasileño —incluidos los aviones— en represalia por la ley de reserva del mercado informático que prohibe el ingreso al Brasil de computadoras que se produzcan internacionalmente, lo cual afectaría a los exportadores norteamericanos.

Texas Air debía recibir en los próximos días dos aviones Brasilia —un bimotor turbohélice de transporte regional con capacidad para hasta 30 pasajeros, según los modelos—, como parte de un pedido de 50 unidades por un monto total de 300 millones de dólares, precisaron fuentes de Embraer.

La compañía norteamericana, que cuenta con una flota de 20 Brasilias, comunicó a Embraer que suspendía el pedido hasta tanto se conociera la sobretasa que el gobierno de los Estados Unidos impondrá a los aviones brasileños, como parte de las represalias comerciales.

● **Un 100 %**

El viernes pasado, el gobierno de Ronald Reagan informó oficialmente que un listado de varios centenares de productos brasileños podría quedar sujeto a tarifas arancelarias del 100 por ciento, en respuesta a la negativa brasileña de abrir su mercado a los computadores de origen norteamericano. Hasta el presente, los aranceles de los Estados Unidos para esos bienes promedian el 5 por ciento.

Dado que el listado proporcionado por la oficina del representante comercial de los EE.UU figuran los aviones, Texas Air decidió suspender la operación con Embraer.

01.01

ST11940

098

# Condiciones para el cese de la moratoria brasileña

*El ministro de Finanzas brasileño, Luiz Bresser Pereira, dijo que su país no levantó la moratoria dispuesta para el pago de intereses a los bancos acreedores, y aclaró que no se echará mano a las reservas para saldar intereses luego del 1º de enero próximo. Bresser Pereira puso cinco condiciones a los bancos sin cuyo cumplimiento, dijo, sería mejor no sentarse a la mesa de negociaciones.*

SAN PABLO, 22 (Reuter). — El ministro de Finanzas brasileño, Luiz Bresser Pereira, declaró en una entrevista publicada hoy su pesimismo sobre las posibilidades de levantar la moratoria impuesta por su país al pago de los intereses de su deuda de 70.000 millones de dólares con la banca comercial extranjera.

El Brasil había acordado efectuar un pago simbólico de los intereses vencidos antes del 31 de diciembre, pero Bresser Pereira dijo al periódico Folha de São Paulo que el gobierno no levantó la moratoria decretada en febrero.

**Moratoria reafirmada**

Consultado sobre el futuro de la moratoria, dijo: "Soy pesimista al respecto. El pago de 500 millones de dólares, de conformidad con el acuerdo interino, a efectuar por el país antes del 31 de diciembre, no constituye el fin de la moratoria. El Brasil no se pondrá al día en el pago de sus intereses luego del 1º de enero recurriendo a sus reservas".

El Brasil acordó el mes pasado efectivizar un pago simbólico para que las autoridades bancarias estadounidenses no disminuyeran la calificación de su deuda. Esta medida, que la mejoría de la categoría subestándar a valores deteriorados, podría suscitar mayores dificultades económicas para el país.

Los acreedores y el Brasil negociaron un paquete de financiación a corto plazo por 4.500 millones de dólares, pero según fuentes bancarias este acuerdo podría estar en peligro.

Dos bancos británicos, el National Westminster y el Barclays, se negaron la semana pasada a sumarse al paquete, afirmaron banqueros en Londres. Según las fuentes estas dos instituciones ya no desean seguir prestando fondos destinados únicamente a solventar intereses.

En la entrevista publicada hoy, Bresser Pereira afirmó: "Debemos establecer el principio fundamental de no pagar intereses cuando el país deudor no recibe financiación".

Declaró que los acreedores deben aceptar cinco condiciones para que se llegue a un acuerdo definitivo sobre la deuda:

- Una separación total entre el acuerdo de préstamos con el Fondo Monetario Internacional y los acuerdos con los bancos, lo cual significa no pactar con el FMI.
- La posibilidad de convertir la deuda en títulos a largo plazo.
- Menor "spread" bancario (sobretasa) que el estipulado en las negociaciones con la Argentina y México.
- Un tope para las tasas de interés.
- Nuevos empréstitos en cantidades apropiadas.

"Si los bancos no desean aceptar estos cinco puntos, sería mejor para ellos no sentarse a la mesa (de negociaciones), indicó Bresser Pereira. "Perderían el tiempo", agregó.

Adoptó, en cambio, una posición conciliadora respecto del desacuerdo comercial de su país con los Estados Unidos (véase página siguiente).

El gobierno estadounidense anunció este mes que impondrá aranceles aduaneros sobre un monto de 105 millones de dólares en exportaciones provenientes del Brasil. El meollo de la controversia entre ambos países es la ley de informática brasileña, por la cual se prohíbe la importación de mini y microcomputadoras.

Al respecto Bresser Pereira comentó: "Brasil necesita ser más flexible en la implementación de su política informática".

Clarín 23/11/87

Clarín 23/11/87

01.01

87 i 1941

# Proyectan nacionalizar las petroleras en el Brasil

RIO DE JANEIRO, 11 (AP).– La posible inclusión en la nueva Constitución brasileña de algunas propuestas nacionalistas y socialistas que preocupan a empresarios nacionales y extranjeros ha preparado el terreno para una ardua disputa en el plenario de la Asamblea Constituyente.

El último ejemplo se registró anoche cuando la llamada comisión de sistematización aprobó la exclusión de compañías extranjeras de la venta de productos derivados del petróleo en el país.

Esto significaría que las subsidiarias de Shell, Esso, Texaco y Atlantic Richfield, que manejan un 60% de las 19.800 estaciones de servicio del país, tendrían que abandonar esas actividades.

La subsidiaria local de Shell, controlada por intereses británicos y holandeses, manifestó en una declaración publicada hoy que hará "todo lo legalmente posible y a nuestro alcance para convencer a la opinión pública sobre la necesidad de reconsiderar la medida tomada por la comisión". Shell, que se instaló en Brasil hace 74 años, manifestó haber invertido mil millones de dólares en el país.

Inclusive Petrobras, la compañía petrolera estatal que tiene el monopolio de la extracción y refinamiento de crudo y maneja un 20% de las gasolineras, calificó de extrema la decisión de la comisión. El artículo propuesto también anularía los contratos de riego mediante los cuales Petrobras ha permitido a compañías extranjeras como British Petroleum, Pecten, de los Estados Unidos, y Elf-Aquitaine, de Francia, buscar petróleo en áreas restringidas.

## "Absurda y antipatriótica"

Luiz Gil Siuffo Pereira, director de la Federación Nacional de Vendedores de Combustible, calificó la propuesta de "absurda y antipatriótica". Manifestó que la salida de las compañías extranjeras del negocio de las gasolineras conduciría a "mayores precios y un servicio peor".

Millares de artículos y enmiendas han sido propuestos, incluyendo las llamadas "enmiendas populares" con millones de firmas. Ahora, la comisión de sistematización prepara la versión final del texto que será votado por el plenario, tal vez antes de fin de año.

Muchos artículos aprobados, o que se espera sean aprobados por la comisión, tienen un marcado tinte nacionalista y socialista, y sus opositores se preparan para combatirlo en las sesiones plenarias.

Además de la propuesta contraria a la participación extranjera en la distribución de combustible, la comisión de sistematización también favorece:

- Una ley que haría virtualmente imposible el despido de un trabajador.
- Una amplia reforma agraria que expropiaría establecimientos de campo en un plazo de 60 días, sin derecho a apelación.
- Exclusión de compañías extranjeras de las tareas de minería.

LA NACION 12/1487

01.01

8711975

*Brasil: La nación que se salvó a sí misma*

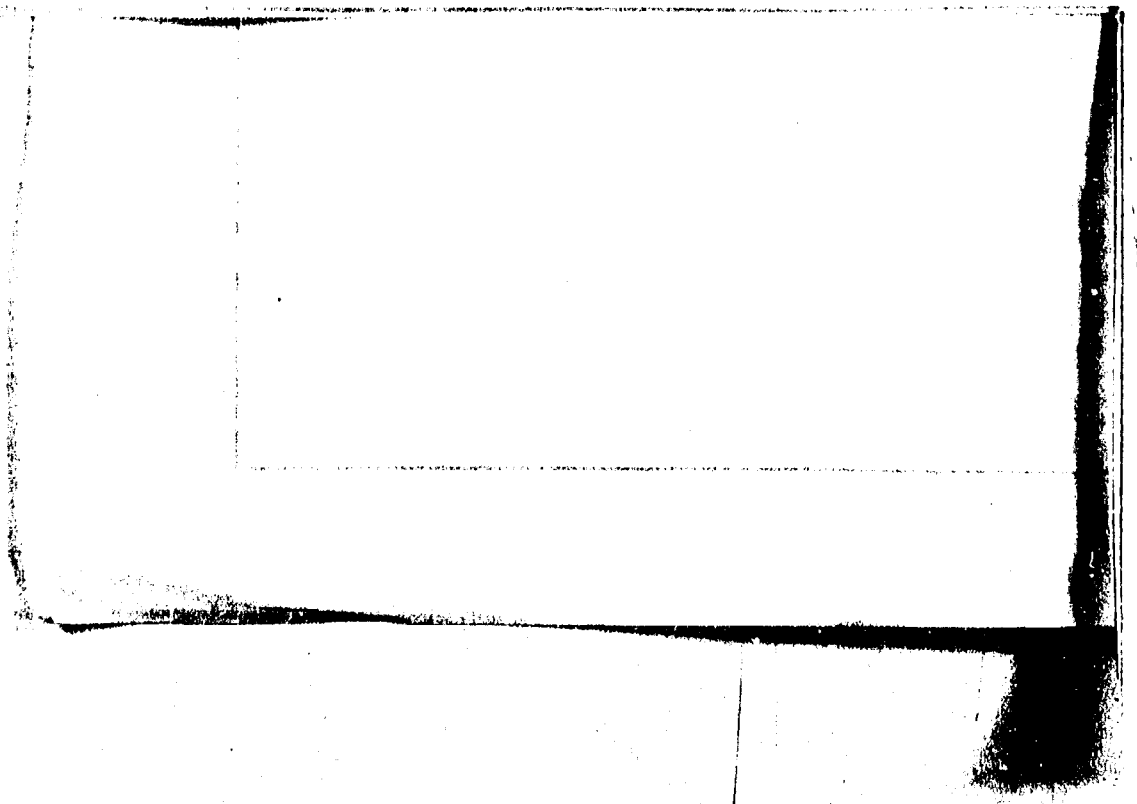
# Cuando un pueblo opone su voluntad

**Por Ovidio Pracilio**

**En un artículo reciente publicado en estas mismas columnas y en el cual comentaba el aspecto económico del claro significado que arrojaron los últimos comicios del 6 de septiembre, decía que, al responder el gobierno al que se llamó voto-castigo por la desastrosa política económica, con el castigo de la misma política económica, pero endurecida a niveles insoportables, el ulterior resultado de tal enfrentamiento pueblo-gobierno no era difícil de prever, ya que, siendo un axioma que dos términos opuestos que chocan entre sí, uno tiene que sucumbir si se quiere que el otro sobreviva, no existe un sólo antecedente en la larguísima y milenaria historia del mundo de un gobierno que sobrevivió al pueblo.**

**Hoy voy a exponer, complementando el artículo anterior, otro aspecto del claro significado de castigo a la política global del gobierno, que arrojaron los comicios últimos, pero lo haré recordando un solo antecedente de lo que sucede cuando se plantea ese enfrentamiento pueblo-gobierno y es el pueblo quien, oponiendo su voluntad a la del gobierno, él es el que sobrevive, aunque el gobierno tenga que sucumbir.**

**Señalaré primeramente, que el poder de un pueblo cuando opone su voluntad a quienes intentan desviarle de su destino histórico, es un poder tan formidable como invencible. Unicamente los pueblos condenados de antemano por su propio destino, son los que carecen de ese poder y no pueden salvarse, aunque sobrevivan, de caer temporalmente en la esclavitud que sobre ellos ejercen, directa o indirectamente, imperialismos foráneos. De estos últimos casos está llena la historia, tanto la antigua como la contemporánea, mientras que, de los pueblos que se salvan a sí mismos, oponiendo su voluntad al gobierno, los ejemplos son más raros, aunque también existen. Tal fue el caso del Brasil de hace más de 20 años, y también el de la Argentina de 1976, pero que, aunque entonces se salvaron, la amenaza no ha dejado de subsistir y ha comenzado a reaparecer en los dos países, sin hablar de otros en los que se padece la misma lucha.**



## "El verdadero pueblo"

Clarence Hall, el redactor-decano de la mundialmente famosa revista "Selecciones del Reader's Digest", especialmente comisionado para investigar profundamente los hechos, relató después, en 1964, la alentadora historia del alzamiento del pueblo de Brasil para frustrar el golpe de estado proyectado por el marxismo-leninismo. Muchas veces ocurrió en el mundo que grandes naciones estuvieron al borde del desastre o cayeron en él, pero son muy pocas las que pudieron recobrarse a tiempo, como lo hizo nuestra gran vecina con su victoria de hace dos décadas contra la subversión apátrida que la carcomía.

Según Hall, los planes del marxismo para adueñarse del poder en el Brasil avanzaron a pasos precipitados apoyándose en la propaganda, la infiltración y el terror. Por ello, parecía ya inminente la rendición total de la nación a los agentes del imperialismo soviético. Pero fue entonces que, podría decirse que providencialmente, el pueblo, el verdadero pueblo, que integran las fuerzas vivas de la nación y no solamente los grupúsculos políticos que son los instrumentos electorales con los que se manejan los demagogos, ese verdadero pueblo opuso su decidida voluntad, negándose a caer en la esclavitud de un régimen que proclama la libertad extramuros de las naciones que gobiernan, pero que la anulan totalmente intramuros, o sea detrás de las cortinas de hierro o muros de Berlín en que sus pueblos quedan aprisionados. Brasil no quiso caer en las garras de un gobierno corporativo y se salvó.

Clarence Hall relató que, en aquel entonces, el escenario estaba arreglado y el horario listo para la primera fase de la toma del poder, porque en los calendarios de los jefes marxistas del Brasil, como en los de Moscú, La Habana y Pekín, estaban señalados con un círculo rojo las fechas para cada una de las fases progresivas: primero el caos, después la guerra civil y por último la implantación de un gobierno marxista-leninista, como las fases que se cumplieron o se cumplen en Cuba, Nicaragua, El Salvador, Perú, etcétera.

Hall, ex director del "Cristian Herald" y que pasó varias semanas en Brasil cuando estaba aún fresco el recuerdo de la revolución, señaló en su libro (sintetizado por "Selecciones") que todo estaba ya listo; la inflación reinante se agravaba día a día (como ocurre ahora en la Argentina) el peculado era escandaloso, en todas partes había malestar, lo que creaba el clima propicio para el golpe marxista. El gobierno del presidente Joao Goulart (Jango) estaba lleno de radicales, y el Congreso plagado de pantalgudos de los rojos. Durante muchos años, los de extrema izquierda habían venido pregonando que la revolución en Brasil era inevitable. Se habían escrito muchos doctos volúmenes para demostrar el descenso en espiral del país hacia el caos económico y social. Muchos concedían que la explosión que se avecinaba sería sangrienta. La captura del coloso brasileño ofrecería brillantes oportunidades para subvertir a los vecinos, ya que linda con diez países, lo que haría inclinar la balanza del poder con desastrosas consecuencias para Occidente. Comparada su caída en la órbita del marxismo-leninismo con la de Cuba, ésta no sería más que una bagatela. Los brasileños miraban el porvenir con la expectación impotente y medrosa de la gente que espera la llegada de un ciclón. La muletilla era: "la cuestión no es si va a venir o no la revolución, sino cuándo llegará".

## Revolución autóctona

Pero de improviso, para descalabro de tales planes, ocurrió lo que no se esperaba: en el momento más perentorio, cuando todo parecía perdido, todo se salvó, casi milagrosamente: una contrarrevolución echó por tierra los planes marxistas. La tan sufrida clase media brasileña se levantó bien organizada y con una fuerza que nadie podía sospechar, llevó a cabo su propia revolución y salvó al Brasil. Como dice Hall en su libro: "única en los anales de los levantamientos sudamericanos, esta revolución no fue obra de los extremistas, sino de grupos de ciudadanos moderados y cumplidores de la ley, y aunque su parte culminante se consumó por la acción de los militares, la dirección la tuvieron y la siguieron compartiendo los civiles". El golpe fue rápido (48 horas del principio al fin) relativamente incruento (menos de una docena de personas perdieron la vida) y fue más popular de lo que se había esperado. Fue una gran victoria para el Brasil pero aun más grande para el mundo libre, porque cambió el curso de los acontecimientos, ya que hasta entonces parecía que la victoria sonreía siempre a los rojos. Fue una revolución autóctona y espontánea, tanto en su concepción como en su ejecución, ya que ni un solo dólar norteamericano ni una sola célula cerebral extranjera se mezclaron en ella.

La historia había comenzado en agosto de 1961 a raíz de la renuncia del excéntrico presidente Janio Quadros, porque apenas tomó posesión del cargo su sucesor, el izquierdista vicepresidente Goular que acababa de volver de un viaje por Rusia y China roja, se vio claramente en que dirección concluiría el país. Aunque Jango no era comunista del todo podía pasar por tal, ya que, sediento de poder, hizo de sus camaradas instrumentos de su ambición, en tanto ellos se servían de él. La puerta para la infiltración marxista que hasta entonces sólo estaba entreabierta, se abrió de par en par: la inflación, estimulada por los torrentes de papel moneda, tomó más impulso con Jango, quien al empezar su vida pública solo tenía una hacienda heredada de 13 kilómetros cuadrados, y al abandonar precipitadamente el país al ser derrocado, era el más grande terrateniente del Brasil con 7.687 kilómetros cuadrados de tierras escrituradas a su nombre.

En fin, como los argentinos conocemos muy bien por propia experiencia, en aquellos días el valor del cruzeiro (como ahora el del cruzado, y tambien nuestro austral) bajaba vertiginosamente, volaba al extranjero el capital que con tanta urgencia se necesitaba para el desarrollo del país y las inversiones extranjeras mermaban rápidamente con las fuertes restricciones y el control absoluto de la economía por los "ingenieros del caos" que se habían encaramado en el gobierno.

Y entonces comenzó la cosa que terminó dando al traste con los planes de la subversión. Todo el pueblo verdadero (no el falso) se movilizó, opuso su voluntad y desbarató las maniobras de quienes trabajaban para entregar el Brasil a las apetencias de los gobernantes extranjeros.

Fue uno de esos raros casos de una nación que se salva a sí misma, justamente cuando ya parecía que estaba perdida.

Cuando un pueblo opone su voluntad, como la opuso el 6 de septiembre, el pueblo argentino gritando ¡Basta!, enfrentado el pueblo con el gobierno de un modo en que uno de los dos debe sucumbir para que el otro sobreviva, en Brasil sobrevivió el pueblo y volverá a sobrevivir, porque un pueblo no puede morir.

098

Clarín 6/11/87 ECONOMIA Página 25

## BRESSER PEREIRA, MINISTRO BRASILEÑO

# "No a las recetas del FMI"

**BRASILIA (EFE). — Brasil, el mayor deudor del Tercer Mundo, no se someterá a las recetas del Fondo Monetario Internacional (FMI) para solucionar la crisis económica ni suscribirá un acuerdo que sirva de aval en la renegociación de su deuda exterior.**

El ministro brasileño de Hacienda, Luiz Carlos Bresser Pereira justificó ayer la decisión de su gobierno y subrayó que los países que aceptaron las imposiciones del FMI se encuentran hoy al borde del estallido económico y social.

Explicó que esos países se vieron obligados a aceptar la política recesiva del FMI, lo que provocó el empobrecimiento de su crisis social y la reducción de sus índices de crecimiento.

Citó el caso de la Argentina, que cedió dos veces en los últimos años a las orientaciones de ese organismo internacional y actualmente está viviendo una agudización de su conflictiva situación económica y social y una reducción de sus reservas.

Puntualizó que, en lo que se refiere a la renegociación de la deuda externa brasileña, que alcanza a 112.700 millones de dólares, Brasil se mantendrá firme ante sus acreedores y no suscribirá un acuerdo previo con el FMI.

Según los especialistas financieros, Brasil y sus acreedores no han suscripto aún un acuerdo preliminar debido a que subsisten divergencias que podrían acentuarse si es que la Argentina decide declarar la moratoria de deuda.

Si la Argentina decidiese declarar la moratoria de su deuda, que es de 58.000 millones de dólares, podría influir en la posición negociadora de los países deudores frente a sus acreedores.

Las autoridades informaron que los acuerdos iniciales logrados con la banca privada internacional se refieren al pago de 1.500 millones de dólares en un primer tramo.

En un primer desembolso el Brasil pagará 500 millones de dólares y los acreedores 1.000 millones de dólares, al tiempo que se suscribe un acuerdo de renegociación a corto plazo.

Bresser Pereira manifestó que ese hecho no significaría la suspensión definitiva de la moratoria brasileña, ya que está dispuesto a cumplir con sus compromisos crediticios, pero de acuerdo a su capacidad financiera y sin renunciar a su crecimiento económico.

01.01

8711981

098



*Como respuesta a las sanciones de Washington*

# El gobierno de Sarney analiza represalias contra los EE. UU.

BRASILIA, 14 (AP).– El presidente José Sarney, reaccionando ante las nuevas sanciones comerciales impuestas por los Estados Unidos contra la exportación de bienes brasileños, dijo que ha ordenado a sus ministros estudiar posibles medidas de respuesta para productos norteamericanos.

Ayer, el presidente norteamericano Ronald Reagan dijo que Estados Unidos subiría sus aranceles para productos brasileños seleccionados para resarcirse de unos 105 millones de dólares que empresas norteamericanas perdieron por falta de acceso al mercado brasileño.

Reagan dijo que la medida fue adoptada porque Brasil no cumplió un compromiso para permitir a empresas norteamericanas el acceso a su mercado de computadoras.

En un comunicado emitido ayer, Sarney dijo que los aranceles anunciados por Reagan sobrepasan con mucho los daños que se alega que sufrieron (las empresas norteamericanas).

"Expreso mi desacuerdo contra esta amenaza discriminatoria y no prevista", afirmó Sarney.

También dijo que ha instruido a sus ministros de Finanzas y de Relaciones Exteriores para que estudien posibles medidas contra bienes norteamericanos.

Estados Unidos es la principal contraparte comercial de Brasil en ese mercado. En 1986, Brasil exportó bienes por 6200 millones de dólares a los Estados Unidos e importó mercaderías y bienes por valor de 3200 millones de dólares.

### Las posibles sanciones

Una fuente del Ministerio de Relaciones Exteriores, que pidió no ser identificada, dijo que los productos norteamericanos que serían limitados son: carbón, sulfuros, fertilizantes y cemento.

La fuente dijo que Brasil importa unos 200 millones de dólares anuales de carbón y unos 20 millones de dólares de sulfuros.

El ministro de Finanzas, Luiz Carlos Bresser Pereira, dijo en San Pablo que las sanciones de Washington son absurdas y las calificó como el resultado de una política de presiones del gobierno norteamericano.

Paulo Tarso Flecha de Lima, ministro interino de Relaciones Exteriores y principal negociador comercial brasileño con los Estados Unidos, dijo que "lo último que queremos es un rompimiento total o una confrontación que nos forzaría a adoptar medidas poco amistosas".

### Opinión de empresarios

RIO DE JANEIRO, 14 (UPI).– Empresarios brasileños dijeron hoy que la desafiante protección a los fabricantes locales de computadoras dejó a Washington sin otra alternativa que imponer sanciones económicas, que podrían perjudicar a las industrias de calzado y aviación.

A pesar de que el Gobierno había estado amenazando desde 1985 con castigar a Brasil por su negativa a permitir la importación de computadoras y programas del exterior, hombres de negocios y funcionarios del Gobierno parecieron sorprendidos ante el anuncio de Reagan.

Algunos, como el ministro de Ciencia y Tecnología, Luis Enrique Da Silveira, se negaron a creer que las sanciones no fueran nada más que otra amenaza.

"Como cualquier otro cowboy, el presidente Reagan buscará hasta dieciséis veces de apretar el gatillo", predijo Silveira.

Pero el ministro de Industria y Comercio, José Hugo Castello Branco, exhortó a los otros a mirar la disputa comercial sin patriotismo exagerado.

"Hay que hacer frente a este problema sin emocionalismo", dijo.

Los exportadores dijeron que los superávit comerciales de 2000 millones de dólares anuales que Brasil ha tenido con los Estados Unidos se reducirían al imponerse gravámenes que podrían ir del 20 al 100 por ciento sobre productos como zapatos, aviones, jugo de naranja o gasolina refinada.

Eso sería un serio golpe para el Brasil, país que depende enormemente de los 10.000 millones anuales de superávit para hacer frente a los pagos de los intereses de su deuda externa.

Si Brasil decide tomar represalias, reduciendo las importaciones de productos norteamericanos, los artículos de reemplazo tendrán que ser comprados en Japón o en Europa, a un precio más alto como consecuencia de la caída del dólar, dijo el presidente de la Asociación de Comercio Exterior de Brasil, Norberto Zadrozny.

Los hombres de negocios criticaron al gobierno de Sarney por la falta de flexibilidad que hizo inevitables las sanciones.

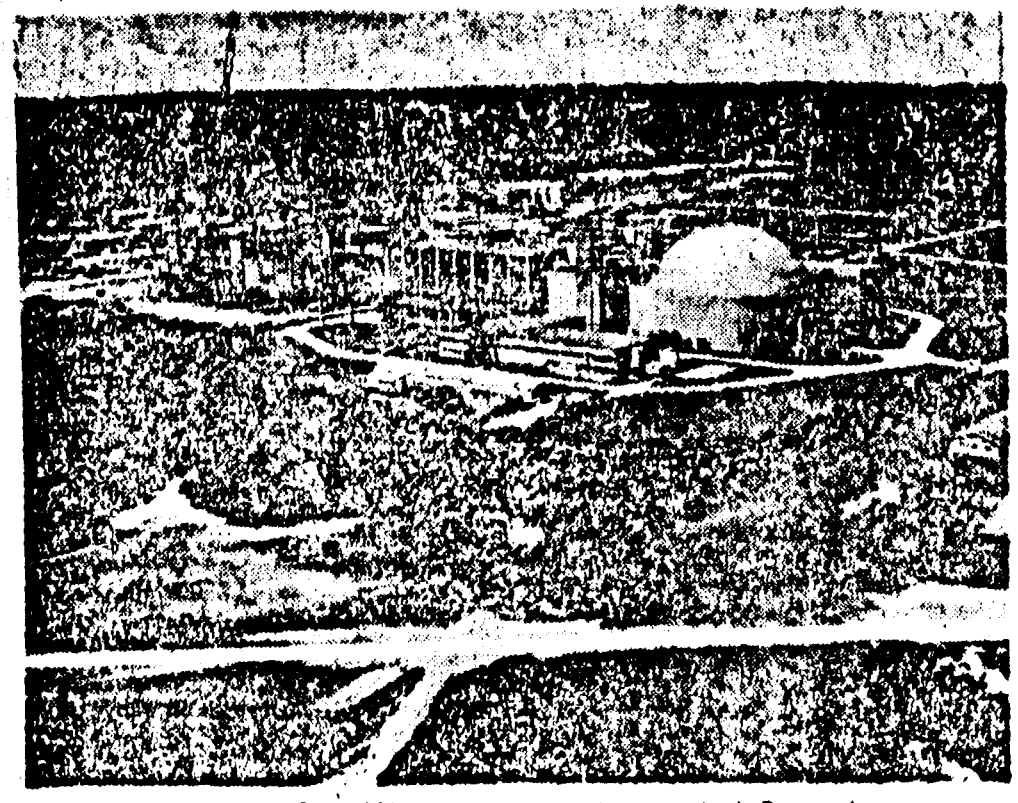
"El Gobierno debería haber adoptado una postura más flexible", expresó Roberto Vidigal, de la Federación de Industrias de San Pablo. "No necesariamente cambiando nuestras leyes, sino tratando de hacer regulaciones menos rígidas", sostuvo.

01.01

8711984

BRASIL y empresa ARGENTINA

G 098



Un aspecto de la Central Nuclear Atucha I, en la provincia de Buenos Aires

# EL PING PONG NUCLEAR CON BRASIL

*Desde el momento en que el Brasil completó su ciclo de uranio enriquecido, adquiriendo el mismo "status" que la Argentina ostenta desde 1978, en el rubro nuclear se abrió una gran cantidad de posibilidades para la cooperación e intercambio entre ambos países. Historia y realidad que va más allá del slogan de "la no proliferación".*

Tras una lucha solitaria de sus mejores cerebros el Brasil llegó este año al enriquecimiento de uranio por una vía propia. El tema hizo olas en todas las cancillerías, porque nuestro vecino adquirió con ello un nuevo status diplomático que nosotros tenemos desde 1978, pero sobre todo, porque el logro brasileño confirma una voluntad de soberanía tecnológica que posiblemente flote la actividad electronuclear de ese país, hasta hace poco en franca crisis. El asunto abre, tanto para el Brasil como para la Argentina, formidables perspectivas de negocios binacionales, muchos de ellos ya en curso.

## ♦ Lo que el viento se llevó

La palabra "negocio" no es casual. Más allá del slogan de la "no proliferación", las potencias nucleares prohíben a otros la transferencia de tecnologías de enriquecimiento para despejar de competidores el lucrativo negocio de vender combustible enriquecido a las centrales de ciertos países que compraron el carro pero no tienen el caballo. Es el caso del Brasil, dueño de las considerables plantas nucleo eléctricas "movidas" por uranio enriquecido al 4 %, un combustible importado que deja al Brasil a merced de sus proveedores —acreedores— externos. Con 600 megavatios instalados y 1200 más en camino, son muchas las lámparas que podrían quedarse a oscuras si el Brasil se atrasara en el pago de su deuda. La Argentina no hizo tan mal al optar por el uranio natural, un combustible pobre perfectamente al alcance de un país pobre y de su industria. Atucha I, Embalse y la fabricación puramente nacional de sus combustibles nos ponen a salvo de apagones punitorios al precio de un 10% adicional en el costo del kilovatio/hora generado. El Brasil compró el slogan de que las plantas de uranio enriquecido son más baratas y lo pagó muy caro.

Un poco de historia aclara la idea. En la [illegible] militar, Brasilia tuvo una indiferencia por la opinión de la Comisión Nacional de Energía Nuclear (CNEN) sólo parangonable con su deferencia por el atento consejo de los proveedores extranjeros. La CNEN no pudo impedir que su gobierno se decidiera por el uranio enriquecido como tampoco logró bloquear la compra "llave en mano" de una planta como Angra I, que constantemente sale de servicio por desperfectos "en cascada" se subsana uno aparecen dos. Tras este primer y costoso revés, Brasilia buscó un proveedor más confiable y lo encontró en la KWU, que había ratificado con nuestra Atucha I su fama de vender "fierros duros". Pero la CNEN no tuvo el lobby capaz de convencer a los generales de salir del dogal político del uranio enriquecido, como tampoco del cepo tecnológico de las compras "llave en mano", tan castradoras para la investigación y la industria locales. Con todo, Angra I era un mal paso que el gobierno se proponía borrar. La rectificación de rumbo fue un bandazo grandioso, más de lo mismo pero mucho. La firma germana recibió una orden de compra sin antecedentes. Consistía en un programa de 8 enormes centrales y junto con una larga lista de etcéteras, nada menos que una planta de enriquecimiento de tecnología experimental. La KWU no suministró la propia, sino una lo suficientemente costosa como para garantizar un producto más caro que el uranio enriquecido "in Germany", y por lo tanto, no competitivo. En estas condiciones, el mundo desarrollado recibió la noticia de la venta de esta planta con un encogimiento de hombros: para el Brasil no era ningún trampolín hacia la independencia (ver recuadro). Todo este paquete, que recibió el [illegible]

01 .03

# NUCLEAR CON BRASIL

ARGENTINA

fuerza de buena compradora de la KWU, al puesto de cliente menor de dicha firma en grandes operaciones en el exterior. Encandilada, el gobierno desoyó la gritería de la CNEN, cerró los ojos y abrió el bolsillo. Le fue mal.

Angra II, primera central de las 8 pedidas, parece haber quedado estrepitosamente a medio hacer: la deuda externa la dejó sin aire. En cuanto a Resende, la debatida planta de enriquecimiento, funciona bien en las etapas construidas pero le falta mucha inversión adicional para llegar al 4 % de uranio 235 propio del combustible que alimenta los fuegos nucleares de Angra I. Hecha a medias, Resende es un contrasentido: enriquece apenas al 0,85 % y su producto es caro y perfectamente inútil para el Brasil. . . pero no para la Argentina (ver recuadro). Hasta el año pasado, se pudo decir que el programa brasileño consistía en un par de buzones tecnológicos comprados a precio de oro, y en objetivos congelados. Los "vientos de la deuda", tan dañinos para iniciativas más sólidas y más propias, mal podían perdonar un castillo de naipes hecho con naranja ajena. Las operaciones de ultrafino prometidas por KWU no se concretaron nunca. Por lo demás, el desprestigio de toda la industria nuclear empezaba a salir muy caro en un país donde se volvía a hablar de urnas y sufragio. La actividad nuclear brasileña, degollada en su imponente cuna importada.

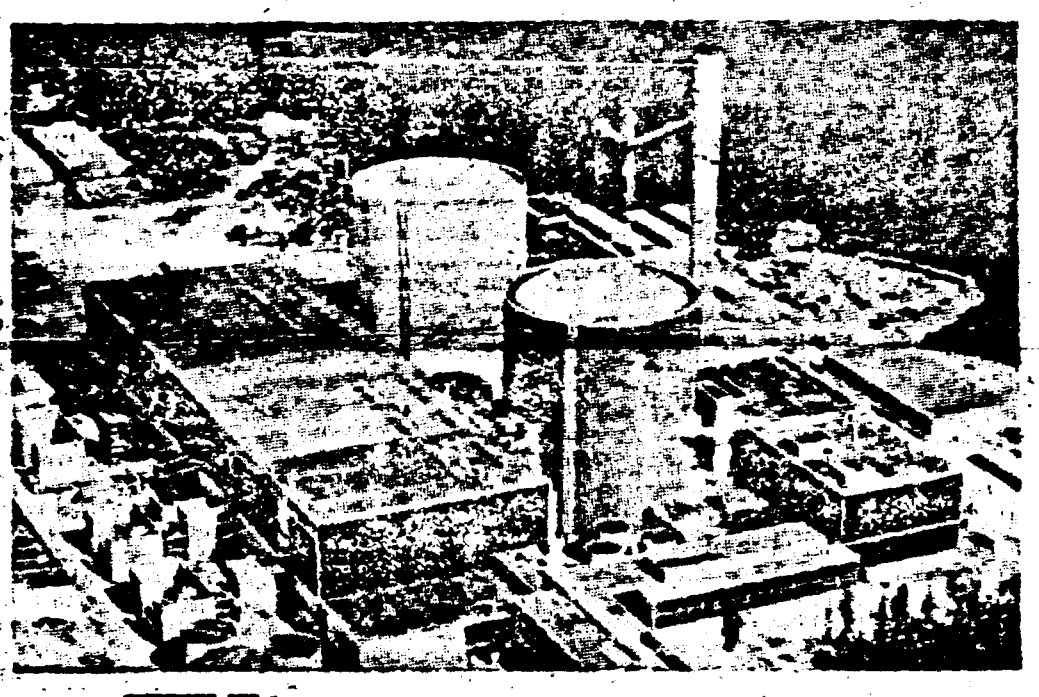
Entonces se hizo imposible no escuchar a la CNEN. La fuerza de las cosas imponía un viraje nacional en política nuclear. Se decidió dejar para menos que "en el aire" a Nuclebrás —una empresa gubernamental íntimamente ligada a la KWU— y se transfirió parte de sus fondos a la investigación local. Nació el Programa Autónomo. Su objetivo político: alguna victoria en el campo nuclear que alegrara a los votantes y retuviera en el país a los expertos. Su objetivo técnico: un método económico y local de enriquecimiento de uranio. Su camino: emplear a fondo los cerebros de la CNEN, de las universidades y las empresas propias. Los "fierros": máquinas ultracentrifugadoras, un sistema técnicamente audaz pero potencialmente barato. Los resultados: Brasil ingresó definitivamente al cerradísimo mundo de los países enriquecedores de uranio. Los costos: 37 millones de dólares.

**En Resende y para lograr nada, el Brasil llevaba gastados más de 600 millones.**

### ♦ Lo que el viento no se llevó

La novedad insufló oxígeno a la investigación local, desmoralizada y demasiado acostumbrada a la anterior sordera de Brasilia. El presidente Sarney, el primero en seguir el consejo de sus expertos, ha sido también el primero en beneficiarse con el prestigio de quienes lograron probar que un dólar gastado en ellos d frutos que doce empleados en compras de tecnología ajena. Semejante antecedente no podrá ser borrado fácilmente.

En síntesis, el Brasil, hasta hace poco en una e dependencia nuclear, viene remando fuerte para La Argentina tiene, en este campo, un pasado re relativamente independiente, pero también un extremadamente incierto. La colaboración está dentro del día, ya empezó y deberá crecer mucho Haciendo de desventajas, ventajas, la CNEN y la han iniciado un programa de complementación dejando rápidamente atrás la "etapa platónica" tercambio de conocimientos, para ir pasando a u pimpón de intercambio de productos nucleares c agregado (ver recuadro). Con ello, viene una c ción diplomática para la mutua defensa de los i nucleares conjuntos, y quizá la cosa siga por p técnicos de muy alto vuelo. Entre marchas y con chas, obligados por las circunstancias, ambos pa llegado por la propia lucha a la tecnología más a del enriquecimiento del uranio. Tras haber fr en cielo tan exclusivo por la puerta trasera y al ción, corresponde hallar juntos. La buena noticia es está en eso.



El uranio natural es como un cristal agudo: apenas una milésima del ingrediente "fuerte" en su mezcla lo cree definitivamente irrelevantes. El componente interesante del uranio natural es un isótopo 235, inestable y por lo tanto capaz de fisionarse espontáneamente con una gran liberación de energía. Para cualquier uso nuclear, pacífico o bélico, lo bueno es el U235 a

Angra Dos Reis, una de las bases nucleares del Brasil.

# El presente y el futuro en juego

El entendimiento nuclear entre el Brasil y la Argentina tiene ya demasiados aspectos, tanto iniciados cuanto futuros, como para una revista total. En esta colaboración, tanto la CNEN como la CNEA se juegan el presente y el futuro, ya que ambos organismos han sido víctimas propiciatorias del pago de la deuda. La rápida nuclearización de la economía mundial permite suponer que en el juego está asimismo apostado el porvenir energético de uno y de otro país.

Entre los temas "platónicos", que suponen un ir y venir de personal y conocimientos pero que todavía no involucran intercambio de bienes, el más futurista es el del estudio conjunto en "fast breeders", o reactores regeneradores rápidos. Estos extraños aparatos tienen la propiedad de generar, como producto del quemado de su combustible, más combustible: plutonio. Sin ser las máquinas del movimiento perpetuo, ofrecen un aprovechamiento del combustible que supera de 50 a 100 veces al de la actual generación de centrales nucleares. Francia y Alemania han construido este tipo de aparatos, enfriados por un invento italiano, y los mantienen como carta en la manga, esperando un alza del precio internacional del uranio que los haga más rentables que los actuales. Dado que la Argentina tiene casi terminada su planta de reprocesamiento de plutonio, se podría pensar en una inversión conjunta para construir un aparato de estudio en la Argentina hacia 1995. En este tema, el Brasil pondría su mayor experiencia en circuitos de refrigeración de sodio líquido, un material internamente corrosivo que ofrece grandes dificultades de manejo. Un calendario un tanto optimista, ya acordado, supone la construcción de un prototipo de 50 megavatios hacia el año 2005. La importancia del tema radica en que permitiría evitar seguir en la prehistoria del uranio si el mundo desarrollado salta a este tipo de máquinas.

Otros temas académicos en circulación: se investigará codo con codo el tratamiento de residuos, tanto "salientes" como de baja actividad.

Un aspecto interesante de la colaboración es que la CNEN y la CNEA podrán complementarse a nivel de equipamiento investigativo, ahorrando así una montaña de dólares. Un ejemplo: el Brasil posee un simulador de operación de centrales (un equipo con costos de fantasía, pero aplicaciones ultraconcretas: permite fingir situaciones de crisis para fogonear a los operadores, así como los simuladores de vuelo capacitan a los pilotos de aerolíneas para salir del paso en situaciones peligrosas). Este equipo está a disposición de la CNEA. En contrapartida, el Brasil aprovechará nuestra experiencia en electrónica e instrumentación de centrales.

En el intercambio de bienes, el pimpón tuvo momentos álgidos con la compra, por parte de la Argentina, de la calota de Atucha II (es la parte inferior de su descomunal recipiente de presión). A cambio de esta venta para la industria brasileña, nuestros vecinos acordaron la compra de tubos de zircaloy, la aleación que conforma los elementos combustibles. Además, podríamos suministrar los pellets, las pastillas de cerámica de uranio que se encuentran en los tubos de zircaloy: a mediados de 1988, llegará al Brasil una partida de 16 toneladas de pellets argentinos. Entretanto, los brasileños encuentran en nosotros un mercado para el uranio enriquecido al 0,85 % de Resende, inútil para ellos y bienvenido aquí porque nos permite alargar la vida de nuestras reservas uraníferas, que con 14.000 toneladas comprobadas no parecen demasiado generosas. No parece mala temporada la idea de aprovechar las "colas" de residuos de Resende, que acumula ociosamente toneladas de uranio empobrecido (con menor proporción de U235 que el natural): podrían ser procesadas en Pilcaniyeu y liberadas al calor nuclear de Atucha y de Embalse.

Con ambas comisiones en activo intercambio, el apoyo de Itamaraty y el Palacio San Martín y últimamente el de los "empresarios nucleares" de ambos lados de la frontera, el juego se está poniendo más que interesante. Hay tantas ventajas para ambas partes y tanto futuro apostado, que en algún momento el compromiso mutuo será lo suficientemente fuerte como para independizarse de los bandazos políticos en una y otra nación, así como de presiones externas. Esa es la apuesta y la esperanza.



8711486.

# De bombas y de centrales

otros elementos fisibles en cantidades tan abundantes como para sostener una reacción en cadena.

Pero, si se trata de mezclas fuertes, sucede que la naturaleza es un pésimo barman: el uranio natural puro tiene una proporción lamentable de U235, apenas el 0,7%. El resto es casi todo U238, que no sirve para nada. La Argentina lo sabe bien: eligió para sus centrales un combustible pobre que hay que apilar en cantidades enormes para llegar a la reacción en cadena, lo que explica que una central chica como Atucha I tenga un núcleo desproporcionado para su tamaño. Como se puede apreciar, llegar a la criticidad con uranio natural es como emborracharse con cerveza: cosa de cantidad.

Con un ligerísimo enriquecimiento del combustible se llega a tener centrales más rendidoras. Desde que tenemos la planta de enriquecimiento de Pilcaniyeu, hemos venido experimentando el mezclado del combustible natural con algo de material enriquecido al 0,85 o al 1,2%, tanto en Atucha como en Embalse. La mejora del quemado duplica la vida útil de todo el combustible, y con ello el "kilometraje" de las centrales. El enriquecido al 0,85 que adquirimos en Resende (a precio político) podría así servirnos para estirar nuestras reservas uraníferas. Con una planta gigante capaz de enriquecer cientos de toneladas anuales al 3,5%, uno puede alimentar un programa de centrales, pero también puede reutilizar la misma instalación para obtener unos pocos kilos de material enriquecidísimo: con una masa del tamaño de una pelota de béisbol de uranio enriquecido al 95% se tiene el núcleo de una bomba capaz de caber en un misil. No es el objetivo, tanto aquí como en el Brasil, y tampoco sirven las instalaciones.

Nuestra Pilcaniyeu es una instalación de enriquecimiento para usos puramente pacíficos que permite obtener apenas media tonelada anual de uranio con una proporción de hasta un 20 % de U235, lo justo para alimentar nuestros pequeños reactores de investigación así como los vendidos por la CNEA en el Perú y Argelia. Por su pequeño tamaño, es claro que a la planta "no le da el cuero" para surtir fábricas de electricidad o de armamento. En el primer caso, se necesita demasiado material poco enriquecido, el segundo, poco material demasiado enriquecido; en ambos, instalaciones como las nuestras, pero de una escala incomparablemente mayor. Queda claro, de todos modos, que conociendo la tecnología queda reducida a simple decisión política el hecho de expandir las instalaciones e irrumpir sin entrada en el Club del Armamento Nuclear, o abstenerse. En ambas circunstancias pero de muy diferente modo, el status diplomático y geopolítico del país que haya dominado el "know-how" habrá cambiado para siempre. Tanto el Brasil como la Argentina han optado por un lumbo bastante ventajoso: el de país periférico que elige de manera totalmente voluntaria el quedar al margen del camino armamentista a cambio de un trato algo más equitativo en sus negocios de exterior, posición que supone automáticamente algunas de las ventajas de quien tiene armas nucleares pero ninguna de las desventajas. La peor de estas es la costosísima carrera de arsenales nucleares que suele armarse entre malos vecinos cuando uno de ellos detona su primera bomba, caso en el que la industria nuclear pasa de motor del desarrollo a vampiro de la economía. Hace quince años, cuando las relaciones entre Buenos Aires y Brasilia eran más que frías, que uno u otro país hubiera llegado a dominar el enriquecimiento de uranio hubiera creado una paranoia inmediata en el contiguo.

03 . 03

8711986

IR

058

CLARIN ★ Buenos Aires, martes 24 de noviembre de 1987

REFIRMAN LA POLITICA INFORMATICA ANTE EL GATT

# Brasil rechaza sanciones

BRASILIA (TYLA). — El gobierno brasileño mantendrá inalterable su actual política de informática y discutirá su reparo ante el Acuerdo General de Tarifas y Comercio (GATT) cuando las sanciones comerciales anunciadas por los Estados Unidos, informó en Brasilia, el ministro de Ciencia y Tecnología, Luiz Henrique Da Silveira.

Silveira participó en la reunión convocada por el presidente José Sarney para decidir la actitud brasileña frente a esas sanciones, decretadas en represalia al veto de la Secretaría Especial de Informática.

Tras afirmar que la política brasileña de informática es "intocable" y señalar que Brasil no acepta represalias unilaterales", Silveira dijo que el gobierno sigue "abierto al diálogo" con los Estados Unidos, con miras a superar "esa fricción" en las relaciones bilaterales.

◆ **Buena voluntad**

Como ejemplo de la buena voluntad brasileña, el ministro destacó la reunión del miércoles próximo del Consejo Nacional de Informática (CONIN), en la que 16 ministros y ocho empresarios del sector empezarán a estudiar la posibilidad de revocar el veto impuesto por la SEI al "software" MS-Dos de la Microsoft.

Los empresarios brasileños del sector esperaban empezarían a movilizarse, temerosos de los perjuicios que podrían sufrir de concretarse las amenazas sanciones por parte de los Estados Unidos, país destinatario de la tercera parte de las ventas externas brasileñas.

Según cálculos de las autoridades locales, la decisión del gobierno de Ronald Reagan de imponer sobretasas a la importación de mercaderías brasileñas causará pérdidas con perjuicio de 700 millones de dólares anuales.

◆ **Entendimientos**

A su vez, fuentes periodísticas afirman que el gobierno de Brasil estudia la posibilidad de superar el diferendo con los Estados Unidos autorizando la comercialización de otro "software" de la Microsoft, un modelo más moderno que el vetado en julio pasado por la SEI, alegando que existe en Brasil uno "similar".

Esas versiones, sin embargo, no fueron confirmadas por el gobierno ni por los representantes de la Microsoft en Brasil.

Reservar

01.01

8711990

# Instituto de Economía del Uruguay analiza las coyunturas de Argentina y de Brasil

**La coyuntura brasilera y argentina analizada por el Instituto Nacional de Economía de la Universidad de la República.**

**Los siguientes estudios realizados en el mes de agosto, sintetizan la situación de nuestros vecinos, aspectos de los grandes rumbos macroeconómicos, de dos economías estrechamente vinculadas a la nuestra y que sufren drásticas planes de estabilización.**

## Brasil: resultados alentadores

Al cabo de un mes de vigencia del nuevo plan de estabilización, los últimos indicadores económicos disponibles ofrecen una visión más optimista de la evolución de la economía brasileña.

En julio, los precios aumentaron un 3,05%. Ello se explica en parte por la nueva manera de calcular el índice de precios. Pero aún según la vieja metodología se habrían incrementado en 8% (contra 26% en junio). Para el resto del año, se espera una estabilización del ritmo de la inflación, alrededor de una tasa 5 o 6% por mes.

Paralelamente, el saldo comercial de julio fue un récord absoluto (1.400 millones de dólares). Ya se prevé superar el objetivo de un superávit comercial de 8.000 millones de dólares para el año. Este resultado parece explicarse por la notable reorientación de la actividad productiva hacia el sector externo. Si bien se lleva una política de devaluaciones regulares del cruzado frente al dólar, desde el principio del año hasta mayo, el tipo de cambio evolucionó mucho menos paralelamente a los precios. Sin embargo, si se toma en cuenta la devaluación de junio, se observa una tendencia a mejorar la competitividad mediante el tipo de cambio real.

Del lado de las importaciones, se afirma oficialmente que no se busca una reducción de las mismas. Se destaca que hasta principios de julio se otorgó 42% más de guías de importación que en el mismo período del año anterior. Se proyectaría, además una reforma de la política de importación del país que se aplicaría a partir de enero de 1988.

Paralelamente, se busca evitar un aumento del consumo, dada la fuerte caída de la tasa de inflación. Por ello se mantuvo, durante el mes de julio, tasas de interés reales particularmente elevadas. Las inversiones indexadas por la variación de las Letras del Banco Central (LBC) presentaron, por ejemplo, un rendimiento de 7,28% mensual por encima de la tasa de inflación. Asimismo, se realizaron importantes cortes en los gastos públicos proyectados para el año, en particular en materia de inversión, asistencia a las empresas públicas y subsidios a la producción agrícola. El objetivo es limitar el déficit público a 3,5% para el año.

### Deuda Externa: el Brasil puede esperar

Hasta que se alcance un acuerdo con los bancos privados, la moratoria sobre el pago de la deuda externa será mantenida o incluso ampliada si el nivel de las reservas estuviera en peligro. Esta posición es presentada como convencional.

En efecto, el Ministro de Economía, C. L. Bresser, presenta también otra alternativa. Ella consistiría en aprovechar de la baja cotización de los títulos brasileños en el mercado secundario para recomprar una parte de la deuda externa, emitiendo nuevos títulos de largo plazo en valores de apenas 70% de la deuda actual. Estos títulos tendrían la garantía de un organismo internacional como el Banco Mundial.

Por ahora no se admite la necesidad de obtener un aval del FMI para firmar un acuerdo con los bancos privados, y se plantea que cualquier acercamiento al organismo internacional se hará luego de dicho acuerdo. Paralelamente, se exige la reducción a cero del spread, pero se admite la idea de capitalización de la deuda en inversión.

Sin embargo, esto último podría ser realizado bajo ciertas condiciones:

1. no se podrá comprar, con estos fondos, empresas nacionales ya existentes;
2. la prioridad será otorgada a los proyectos de inversión con alto componente exportador;
3. una parte de la ganancia obtenida por el inversor, al vender el título de la deuda a un par superior al mercado secundario será apropiado por el país, o sea a través de una regla similar a la argentina, (ver abajo) o directamente a través de licitaciones.
4. la conversión tendrá límites mensuales y trimestrales para evitar presiones monetarias;
5. en la bolsa de valores, las inversiones serán limitadas a ciertas tipos de títulos preferenciales con un techo de 5% del valor de las empresas.

Para referencia, las condiciones para la capitalización en Argentina son:

1. el inversor tiene que traer un dólar de plata fresca por cada dólar de deuda capitalizado;
2. para evitar presiones monetarias, solamente 1.900 millones de dólares serán capitalizados a lo largo de 5 años (300 millones en 1987).
3. los proyectos de inversión deben apuntar a la ampliación de la capacidad exportadora.

(Este trabajo fue realizado por la economista Paulette Castel y por su circulación restringida es publicado por CRONICAS ECONOMICAS luego de solicitar la aquiescencia del Instituto Nacional de Economía)

**BRASIL**

| Variable | Unidad | Ultimo registrado | Resultado anterior | Tipo Anual |
|---|---|---|---|---|
| PRODUCCION industrial | Variación en % | May. 87 2.3 | (Abr. 87) | Acum. en 12m. 10.1 |
| DESEMPLEO | Tasa promedio | Jun. 87 4.45 | (May. 87) 4.6 | (Jun. 86) 3.6 |
| PRECIOS IPC (1) IPA mayoristas F.G.V. | Variación en % | Jul. 87 [illegible] [illegible] | Jun. 87 26.68 | En 12 m. 244.26 246.22 |
| TASA DE CAMBIO Oficial libre | En Cruzados por US$1000 Tasa diaria | Jul. 87 45.91 57.58 | Jun. 87 43.27 53.00 | |
| COMERCIO EXTERIOR Exportaciones Importaciones | En millones de US$ | Ene.-Jun. 87 [illegible] 7.28 | Ene.-May. 87 7.57 5.98 | Ene.-Jun. 86 [illegible] [illegible] |
| DEUDA EXTERNA bruta | Millones de US$ | 1987 [illegible] | Oct. 86 | |
| RESERVAS | Millones de US$ | Jun. 87 5.989 | Jun. 87 5.565 | |
| TESORO gastos/ingresos | en % | Jul. 87 124.7 | Jun. 87 | |
| TASA DE INTERES OTN: Obligaciones del tesoro | Tasa media mensual a fines de mes | Jul. 87 18.85 | Jun. 87 14.84 | |

(1) A partir del mes de junio se publica el IPC que mide el aumento de los precios entre el 15 del mes corriente y el 15 del mes anterior, el INPC mide, por su lado, la evolución entre el 1° y el 30 del mes corriente, ello para los resultados anteriores.

## Las relaciones económicas y comerciales entre Brasil y Argentina

En el marco del proceso de integración económica entre ambos países, R. Alfonsín y J. Sarney volvieron a reunirse en el mes de julio. Se firmaron dos nuevos protocolos, referidos a la administración pública y a la creación de una moneda común a ambos países. Los dos presidentes dieron así su aval a la creación del "gaucho", unidad de cuenta equivalente a un Derecho Especial de Giro (DEG) del FMI. La idea es utilizar esta unidad para el comercio con terceros países. Actualmente ambos países tienen líneas de créditos recíprocos por 400 millones de dólares. La intención sería utilizar unos 260 millones para relaciones comerciales triangulares en el marco de la ALADI. Por ello, los dos bancos centrales emitirían a partir del 30 de octubre, en conjunto, 260 millones de "gauchos".

Paralelamente, como se había anunciado, se sumaron otros 100 productos a la lista de bienes de capital cuyo comercio entre los dos países es libre de aranceles y se agregaron 400 productos a la lista de los que tienen preferencia arancelaria, en el marco del Acuerdo de Alcance Parcial Nº 1 de la ALADI. La forma de un protocolo de cooperación entre las industrias automotrices, inicialmente previsto, fue postergada a diciembre de este año por falta de análisis de los componentes nacionales de los productos.

01.01

8712061

098



El plan intentará reestructurar las empresas públicas

# Supervisaría el FMI el nuevo programa económico brasileño

*San Pablo (UPI) — El ministro de Hacienda del Brasil, Luiz Carlos Bresser Pereira, anunció que el gobierno está preparando un nuevo paquete económico para combatir el déficit público y la inflación, que podría llegar a más de 15 por ciento en diciembre.*

*El anuncio de Bresser, formulado anoche, coincidió con la llegada al Brasil de una delegación del Fondo Monetario Internacional (FMI), que permanecerá en el país dos semanas evaluando el desempeño de la economía, y podría establecer las bases de un posible acuerdo entre el Brasil y la entidad que dirige Michel Camdessus.*

*De acuerdo con el ministro, el nuevo paquete económico podría incluir la eliminación o reestructuración de empresas estatales, además de una reforma fiscal que no afectaría a los empleados.*

*"Algunos organismos y empresas estatales necesitan ser «enjugados»", señaló Bresser, sin especificar qué empresas piensa reestructurar el gobierno ni dar mayores detalles sobre las medidas contra la inflación.*

## • Déficit

*El déficit público, que podría llegar a 5 por ciento del Producto Interno Bruto (PIB) este año, según previsiones no oficiales, es considerado una de las principales causas de la inflación y el gobierno viene recogiendo críticas fuertes por no controlarlo con mayor rigor.*

*Economistas de diversas tendencias han pronosticado que la inflación de noviembre podría llegar a 13 por ciento, contra 9,8 por ciento en octubre, y que el índice de diciembre podría incluso superar 15 por ciento.*

Michel Camdessus

*Refiriéndose a la delegación del FMI, Bresser confirmó que el gobierno deberá negociar fondos por valor de 1000 millones de dólares junto a la entidad, después de llegar a un acuerdo definitivo con los acreedores privados.*

*Sin embargo, el ministro destacó que el gobierno no pretende vincular el posible acuerdo con el FMI a acuerdos con la banca privada.*

*La misión técnica del FMI es comandada por el jefe de la división del Atlántico Sur de esa entidad, Thomas Reichmann, quien deberá reunirse con Bresser en los primeros días.*

*Siguiendo la costumbre de los funcionarios del FMI que visitan el Brasil, Reichmann rehusó hacer declaraciones sobre su misión.*

## • Acuerdo

*El Brasil firmó un acuerdo preliminar con la banca privada que prevé el desembolso brasileño de 500 millones de dólares y el refinanciamiento de 1900 millones de dólares por parte de los bancos en una primera etapa, para el pago de intereses atrasados relativos al último trimestre de 1987.*

*El acuerdo preliminar fue firmado hace dos semanas y las condiciones generales para un acuerdo definitivo deben ser establecidas antes del día 15 de enero.*

01.01

87120

# Prospera en la Constituyente el mandato breve para Sarney

Por Jorge Emilio Gallardo
(Especial para LA NACION)

RIO DE JANEIRO, 15.– Por 48 votos contra 45, y sin ninguna abstención, la comisión de sistematización de la Asamblea Constituyente decidió hoy que el presidente Sarney limitará su mandato a 4 años, lo que significa que deberá entregar el poder el año próximo. Esta decisión no es definitiva, pues depende de la ratificación del plenario de la constituyente, cuyos 559 parlamentarios deberán empezar sus trabajos a fines de la próxima semana.

A partir de hoy el presidente Sarney redoblará sus esfuerzos para conseguir que el plenario modifique el resultado del voto de hoy. De todas formas, la decisión de hoy inaugura una campaña electoral para la cual ya existen nombres presidenciables, como los de Leonel Brizola (Partido Democrático Trabalhista), Lula (Partido de los Trabajadores) y Aureliano Chaves (PFL), pero todavía no se sabe quién será el candidato del principal partido del gobierno, el PMDB.

La decisión de hoy aclara uno de los dos grandes temas que enfervorizaron la vida política brasileña desde largo tiempo atrás: la opción entre un sistema de gobierno presidencialista o parlamentarista y la duración del actual mandato del presidente.

Desde la muerte de Tancredo Neves, su sucesor, Sarney, vivió los inconvenientes derivados de la indefinición del plazo de su mandato. Esta indefinición resultó desventajosa para el pleno ejercicio de su autoridad interna e incluso para el respaldo de sus gestiones de orden internacional.

Hace pocas semanas la comisión de sistematización aprobó para el futuro la vigencia de un régimen parlamentarista inspirado en ciertos modelos europeos. La crisis también había decidido que el mandato de los futuros presidentes será de cinco años. Una de las razones alegadas en favor de que Sarney pudiese completar cinco años era, precisamente, que no debía existir a su respecto una actitud discriminatoria.

Las opciones posibles consistían en atribuir a Sarney 6, 5 o 4 años de su mandato. La primera posibilidad era remota, y el propio presidente trabajó duramente para conseguir extender su presidencia a cinco años, es decir hasta 1989.

Sarney



Guimaraes

La decisión que tomaron los comisionados, en una tensa reunión en que centenares de ciudadanos coreaban permanente y fuidosamente el lema "directas, ya", desestimaron un expreso mensaje que Sarney les envió para explicar las razones de su defensa por los cinco años de mandato. "Brasil acaba de dar un bello espectáculo democrático a América latina y el mundo", dijo el veterano legislador y ex canciller Alfonso Arinos, quien presidió la nerviosa votación y proclamó el resultado.

## Un tiro por la culata

Interpretada como una amenaza al poder constituyente, la declaración de Sarney –trasmitida el miércoles por su vocero oficial, Antonio Frota– constituyó un típico y metafórico "tiro por la culata", al decir de algunos parlamentarios.

El senador pemedebista Mario Covas, perfilado como uno de los nuevos líderes renovadores del mayoritario partido que conduce el veterano diputado y presidente de la Constituyente, Ulysses Guimaraes, reiteró que la "amenaza" de Sarney definió la votación de la comisión en contra de él.

El presidente ha perdido en los últimos meses considerable parte del apoyo de su propio partido, el PMDB. Luchó, también, para impedir una quiebra de la coalición oficialista. Pese a los esfuerzos del llamado Plan Bresser, no se ha obtenido una reactivación de la economía, y la inflación ha proseguido su marcha ascendente. El mayor grupo industrial de fabricantes de automotores decidió elevar los precios de venta, en abierto desafío al congelamiento dispuesto, y la justicia acaba de reconocer tal derecho. Para colmo, días atrás los Estados Unidos decidieron sanciones económicas contra el Brasil en represalias por decisiones que afectan la expansión del mercado norteamericano en el área de la informática, y la preocupación generalizada ha tendido a abreviar el plazo de un gobierno enfrentado a crisis cuya más grave instancia es la social, porque origina justificados temores en materia de futuras explosiones de violencia.

(c) LA NACION

01 . 01

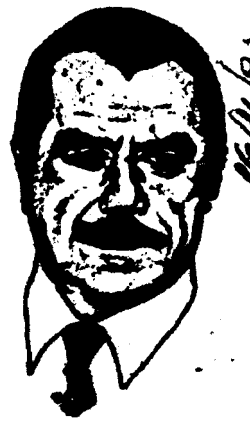
8712081

# Trascendental derrota de Sarney que abre el camino a elecciones en el '88

Brasilia (Reuter, UPI, AFP) — La esperanza del presidente Sarney de finalizar su mandato en 1991 sufrieron ayer un duro revés al aprobar la Comisión de Sistematización de la Asamblea Constituyente del Brasil la reducción de seis a cuatro años del mandato presidencial, abriendo así el paso a una probable elección durante el próximo 1988.

Aunque la votación de ayer fue ganada por los partidarios de la reducción por un exiguo margen (48 votos a favor y 45 en contra) logró su objetivo de trasponer al pleanrio de la Asamblea la decisión última sobre el controvertido tema. Si la Asamblea de 559 miembros se expide favorablemente en las próximas semanas a la reducción del mandato, el presidente Sarney deberá ir haciendo las valijas para dejar a su sucesor el Palacio Presidencial poco después de noviembre del '88, mes en que presumiblemente serán convocados los comicios.

La Comisión de Sistematización, elegida por la totalidad de los parlamentarios para elaborar el proyecto de la Nueva Constitución aprobó la reducción tras una serie de pedidos de Sarney en el sentido de que su mandato fuera fijado en cinco años.



José Sarney

A. Financiero 16/11/87

Tras el resultado de la votación, centenares de personas que llenaron las galerías del Congreso entonaron el himno nacional y después corearon consignas como "fuera Sarney" y "el pueblo unido jamás será vencido".

• **Reducción**

Los senadores y diputados que votaron a favor de la reducción se dieron las manos y entonaron el himno nacional junto con la galería.

"Queremos cuatro años porque ese plazo se identifica con la transición democrática y con el fin de la legitimidad del actual gobierno", señaló el senador Mario Covas, del oficialista Partido del Movimiento Democrático Brasileño.

La nueva Constitución sustituirá a la que rigió durante los 21 años de gobiernos militares, por la cual el mandato presidencial es de seis años.

De acuerdo con diversas encuestas, la mayoría de los integrantes de la Asamblea Constituyente desea la realización de elecciones presidenciales en 1988, así como la gran mayoría de los brasileños.

Según una encuesta divulgada ayer por el Instituto Datafolha, realizada en las 10 principales ciudades del país, 80 por ciento de los brasileños desean elecciones presidenciales en 1988 y 58 por ciento consideran al actual gobierno "malo o pésimo".

De acuerdo con la encuesta, sólo 11 por ciento cree que el gobierno es "bueno u óptimo" y para 28 por ciento es "regular".

Estas cifras contrastan brutalmente con una encuesta similar realizada por el Instituto Datafolha en marzo de 1986, cuando 80 por ciento de los habitantes de las 10 principales ciudades calificaban al gobierno de "bueno u óptimo".

En marzo de 1986 había entrado en vigor el plan cruzado contra la inflación, cuyo

Cont. en pág. 16

098

B. Financiero 16/11/87

# Habría elecciones en Brasil durante 1988

Viene de contratapa

posterior fracaso determinó una caída en la popularidad de Sarney que no se ha detenido más.

Sarney fue elegido vicepresidente de Tancredo Neves por el Congreso en febrero de 1985, en unos comicios que marcaron el fin del régimen militar implantado en 1964.

Con la enfermedad y muerte de Neves, Sarney pasó a ocupar la primera magistratura.

• **Colaboradores**

Sarney había sido uno de los principales colaboradores del régimen militar antes de sumarse a la oposición, medida que tomó poco meses antes de ser elegido por el Congreso.

La derrota de ayer abre la puerta a una previsible escalada de la tensión en el seno del oficialismo, profundamente dividido por la duración del mandato presidencial y las gestiones del gobierno para superar la moratoria de la deuda externa. La presencia durante el fin de semana de una misión técnica del Fondo Monetario Internacional, presidida por el jefe de la División del Atlántico del organismo, Thomas Reichmann, provocó el airado rechazo de los sectores más izquierdistas del PMDB. El resultado de la votación en la Comisión de Sistematización, en la que legisladores de este partido se enfrentaron abiertamente a la tesis presidencial, parece prologar el recrudecimiento de las tensiones que podrían desembocar incluso en la ruptura de la unidad partidaria formal.

01.01

8712148

Básicamente incluirá reducciones de gastos y una mayor rigidez monetaria. El congelamiento estaría descartado

***Acosado por la inflación, que se escapa nuevamente en el Brasil, su ministro de Hacienda, Bresser Pereira, confirmó indirectamente la primicia de Ambito Financiero acerca de la puesta en vigor de un nuevo plan económico, anunciando la elaboración de un paquete de medidas fiscales con reducción de gastos y mayor rigidez monetaria.***

# Acosado por la inflación, confirma el Brasil un paquete de medidas fiscales

*Río de Janeiro (Reuter) — La última ofensiva brasileña contra la espiral alcista de precios está fracasando y la inflación mensual está aproximándose a cifras de dos dígitos, mientras el congelamiento parcial de precios implantado en junio comienza a derretirse, destacaban ayer aquí varios economistas.*

*Según las previsiones oficiales, la inflación llegaría a una tasa anualizada de 365 por ciento a fines de 1987, un record embarazoso para el gobierno del presidente José Sarney.*

*El alza de precios ha obligado al ministro de Finanzas, Luiz Carlos Bresser Pereira, a revisar las metas clave de su plan macroeconómico presentado en junio y ha motivado rumores según los cuales estaría en gestación un nuevo congelamiento.*

*De ser eso cierto, sería el tercer intento del gobierno brasileño por contener una estampida de los precios, tras el fallido plan cruzado del año pasado que encalló avanzado este año.*

*"Brasil está ahora a un paso de la recesión", destacó el importante economista Edmar Bacha, quien propició la adopción inmediata de medidas adecuadas para frenar la inflación.*

*El Ministerio de Finanzas negó que esté proyectándose otro shock económico, pero admitió que el déficit del sector público superará el nivel de 3,5 por ciento del Producto Bruto Interno que se había propuesto como objetivo.*

*"No puedo decir que la economía esté andando bien", señaló el secretario de Asuntos Económicos, Yoshiaki Nakano, la semana pasada. "Pero hemos logrado revertir una situación potencialmente dramática en mayo con hiperinflación, una merma de la demanda y la amenaza de una recesión", añadió.*

*El congelamiento parcial de precios y salarios contenido en el plan Bresser, implantado el 12 de junio, redujo la inflación mensual desde el índice record de 26,06 por ciento a 3,05 por ciento en julio, 6,36 en agosto y 5,68 en setiembre.*

*Pero ajustes en muchos productos básicos y servicios que fueron sacados gradualmente del congelamiento, más una serie de fuertes aumentos salariales en el sector público, hicieron subir la inflación en octubre a 9,18 por ciento, previéndose para noviembre y diciembre índices de 12 y 15 por ciento, respectivamente.*

*La resultante erosión de los salarios reales ha desatado una merma de la demanda de los consumidores, exacerbado esto por el aumento de las tasas de interés y el*

**Luiz Bresser Pereira**

*desempleo, según el economista Carlos Lessa, director del Banco Nacional de Desarrollo.*

***Bresser** ha tratado de convencer a la industria de que limite las mejoras salariales a 10 por ciento, pero sus esfuerzos fueron socavados por el propio gobierno que acaba de conceder un aumento de sueldos de 110 por ciento a los militares y 44 por ciento a empleados del estatal Banco do Brasil.*

***Bresser** ha negado que se esté aprovechando un nuevo congelamiento, pero indicó que está elaborando un paquete de medidas fiscales que involucrará reducciones de gastos y una mayor rigidez monetaria, pero no aumentos de impuestos.*

*Sin embargo, los comentaristas indicaron que el paquete de medidas fiscales tendrá poco o ningún efecto sin la cooperación del gobierno.*

*"La realidad es que el gobierno parece no saber cómo ni dónde introducir reducciones y su único recurso es un congelamiento que desmoralizará y perturbará a toda la economía", destacó el diario independiente "Jornal do Brasil".*

*Un reciente sondeo realizado por el diario "Folha de Sao Paulo", mostró que 75 por ciento de los consultados considera que el plan de junio es un fracaso y 56 por ciento lo responsabilizó por el deterioro de su nivel de vida.*

*La falla de su plan y la falta de apoyo de su partido, el Movimiento Democrático Brasileño (PMDB), han dado pábulo a versiones de un posible alejamiento de **Bresser**.*

*"El ministro podría pensar en renunciar en lugar de correr la suerte de sus predecesores, Francisco Dornelles y Dilson Funaro, quienes fueron obligados a abandonar el cargo", dijo un colaborador.*

*Si **Bresser** se va, el presidente Sarney tendrá que designar a su cuarto ministro de Finanzas en 32 meses, pero las versiones sobre un posible alejamiento de **Bresser** fueron terminantemente desmentidas la semana pasada por personal de su gabinete.*

01.01.

8712155

HB

BRASIL

098

NACION Ambito Financiero Miércoles 21 de octubre de 1987 Pág. 9

### Podría efectuar un pago simbólico en los próximos días

# *Flexibiliza el Brasil su posición frente a los bancos acreedores*

**Brasilia (UPI) — El gobierno del Brasil admitió ayer la posibilidad de realizar un pago simbólico de su deuda con la banca privada internacional en los próximos días, pero dejó claro que la normalización de las relaciones con sus acreedores sólo ocurrirá con la firma de un acuerdo definitivo al respecto.**

El gobierno brasileño manifestó también su deseo de evitar una "desclasificación" de su deuda por parte de los reguladores gubernamentales estadounidenses que deberán anunciar su decisión el próximo martes.

"Un pago simbólico sólo será efectuado en los próximos días si ocurrieren progresos significativos en las negociaciones", informó una nota oficial divulgada por el Ministerio de Hacienda.

Una misión brasileña negocia actualmente la normalización de las relaciones con la banca privada tras 8 meses de suspensión del pago de intereses sobre 70 por ciento de la deuda de 112.000 millones de dólares.

"En la eventualidad de que ocurra ese pago simbólico, será efectivamente simbólico", señaló la nota, aclarando que el gobierno del Brasil no contempla por el momento el pago de dos meses de intereses atrasados (aproximadamente 900 millones de dólares) ni el reinicio del pago regular de intereses de ahora en adelante.

"Brasil sólo suspenderá la moratoria cuando haya concluido con los bancos un acuerdo de reestructuración de su deuda en los términos de la propuesta presentada el día 25 de setiembre", dijo la nota oficial.

01.01

8712166

BRASIL
Cuyo: DROGAS

098

Cto. Silva

18

UN SITIO... SIN RESULTADOS

# Las favelas cariocas: donde la policía –sospechosamente– se rinde

"El tráfico de droga transformó las favelas de Río de Janeiro en bastiones intocables, en manos de patrones de la mafia que hicieron de la ciudad carioca uno de los principales centros (junto con San Pablo) de exportación de estupefacientes hacia Europa".

Así lo señalaban observadores brasileños, quienes destacaron que la guerra esporádica que enfrenta a bandas de traficantes ente sí o con la policía, recrudecida desde hace dos semanas en varias de las 400 favelas cariocas, puso de relieve la impotencia de las autoridades, reconocida por un alto responsable del gobierno del estado de Río de Janeiro.

Un virtual sitio y ocupación de la favela Santa Marta hace diez días no sirvió para dar con el paradero de los jefes de pandilla, lo que echa serias sombras sobre el grado de corrupción dentro de las fuerzas represoras cariocas.

Sin encontrar resistencia y poniendo fin a la "guerra de seis días" entre las bandas de narcotraficantes en Río de Janeiro, efectivos de la policía militar y civil cariocas se apoderaron de la favela Santa Marta, una ciudadela que parecía inexpugnable.

Avanzando por las empinadas callejuelas interiores entre chozas de pobre traza y frente a centenares de morenas cabezas de los niños apretadas en las ventanas, los bien pertrechados policías "hicieron cumbre" sin disparar una bala, mientras sus camaradas, abajo, tendían un cerco de hierro en torno del morro.

Pero la fácil victoria no motivará partes triunfales ni dará medallas y condecoraciones. Al término del operativo, ni uno solo de los jefes de las pandillas pudo ser localizado, aun requisando casa por casa, los más tupidos matorrales y aun bajo las piedras. Emilson Dos Santos Fumero –o Cabeludo– se había evaporado. Se asegura que, disfrazado de mujer, Cabeludo consiguió burlar el cerco, para lo cual tuvo que pasar entre centenares de guardianes junto con sus lugartenientes de confianza y enfilar hacia la ciudad en automóvil o embarcarse en alguna lancha de las tantas que recorren la bahía de Guanabara.

Tampoco hubo noticias de su acérrimo antagonista y competidor en el negocio de las drogas, Zacarías Gonçalves Neto –"Zaca"–, el hombre que pocos días antes había ofrecido una "conferencia de prensa" en pleno morro, rodeado de niños y sosteniendo que la muerte (suya) era inminente.

A menos que tuviera extraordinarias dotes de transformista o supiera volar como un ángel, Zaca no podía –teóricamente– perforar el anillo de sus sitiadores. Pero lo hizo y las suspicacias están a la orden del día en Río. Zaca fue expulsado en 1977 de las filas de la policía militar, por abusar de una menor de edad. Pero ya en 1972 fue arrestado por asalto, oportunidad en que "recordó" haber participado de un atraco a un negocio de la calle Grandeza Real. Antecedente que impidió que fuera aceptado en el cuerpo policial. Cabeludo es otro que se las trae.

"Los patrones del tráfico de drogas se han convertido en bienhechores y protectores de los habitantes de las favelas y éstos, a cambio, los defienden de la policía, con armas si es preciso", opinó un alto funcionario.

El homenaje público que rindieron 3.000 habitantes de las favelas a Meio Quilo, Paulo Roberto Moura, de 31 años, "patrón" del barrio miseria de Jacarezinho que se mató el domingo anterior cuando intentaba escaparse en helicóptero de la prisión de Río, ejemplifica la amplitud de ese poder paralelo.

Desde comienzos del año en curso, la policía incautó en Brasil 672 kilos de cocaína y 7 toneladas de maconha (marihuana). Ello no impide que, según la fuente antes citada, Río y San Pablo figuren entre los principales puertos de exportación de esas drogas –cosechadas en el interior del país– hacia Europa.

"No cabe tampoco duda en cuanto a la corrupción de la policía local" –lamenta la fuente– hasta el punto de que no cabe excluir que se llegue a un acuerdo con los patrones de la droga; su impunidad a cambio del retorno a la paz en las favelas."

Para colmo, entre altos jefes de la policía militar y civil se cruzan acres incriminaciones. El comandante de la compañía de Operaciones Especiales (militar) mayor Pablo Cesar de Oliveira, dijo que los policías civiles subieron al morro sin avisarles.

El contrapoder que representan las favelas nunca apareció tan nítidamente como cuando la pasada "guerra" de Santa Marta, una villa miseria del centro carioca, en la que dos bandas rivales se batieron durante seis días, la semana última, armadas con revólveres y metralletas, sin que la policía se decidiera a intervenir. ◆

01.01

8712229

ARCHIVAR EN: Brasil (058)

TEMA: Confusa situación por posible moratoria de la deuda externa de Argentina y Brasil.

PROCEDENCIA: A. Financiero 6/[illegible]/87

ARCHIVADO EN: Argentina (084)

01.01

8712245

KI

098

# Medidas para facilitar el pago de la deuda

RIO DE JANEIRO, 16 (EFE). — El gobierno brasileño aprobará los próximos días un conjunto de medidas económicas destinadas a facilitar la renegociación de su deuda externa y la suscripción de acuerdos con organismos internacionales que le permitan captar nuevos recursos del exterior, revelaron hoy fuentes financieras.

Esas fuentes, ligadas al Banco Central de Brasil (BCB), manifestaron hoy que las medidas están relacionadas con la conversión de la deuda externa en inversiones de riesgo.

Según esas estimaciones, la cantidad que podría convertirse en inversiones de riesgo en los próximos años alcanza los 66.000 millones de dólares, de un total de 112.760 millones al que asciende la deuda global exterior brasileña.

Una de las condiciones estudiadas por las autoridades brasileñas se centra en el hecho de que la deuda solo podrá ser convertida en inversiones de riesgo para nuevos proyectos y para ampliar las ya concretadas, con preferencia en las zonas menos desarrolladas del Brasil.

♦ Normas

De acuerdo con esos informes, otra de las normas que reglamentarán la conversión de la deuda es que durante cinco años no podrán ser enviados los beneficios al exterior.

Según los especialistas, la conversión de la deuda brasileña en capital de riesgo es una de las formas que el gobierno de Brasilia utilizará para conseguir dinero nuevo, destinado a concretar proyectos de desarrollo.

Esa posición brasileña responde a la actitud asumida por sus acreedores, que manifestaron su decisión de liberar nuevos recursos para Brasil siempre y cuando este país los utilice para ponerse al día en el pago de su deuda.

Este pago está atrasado por la declaración de una moratoria, que se prolongó durante casi nueve meses.

Según los datos proporcionados por el Banco Central de Brasil, en 1983 las inversiones directas con dinero nuevo llegaron a 1.380 millones de dólares, mientras que en 1986 esas inversiones se convirtieron en una salida de fondos al exterior, que fueron de veinte millones de dólares.

♦ Facilidades

En el primer semestre de 1987, la salida líquida de esos recursos al exterior alcanzó a los 44 millones de dólares.

Esas normas [illegible] de los proyectos gubernamentales para el desarrollo y el ingreso de nuevos capitales del exterior en la creación de "zonas de procesamiento de exportaciones", donde empresas extranjeras tendrían facilidades para producir y exportar.

La disposición brasileña para aprobar esas medidas se produce en un momento en que misiones del Banco Mundial (BM) y del Comité Asesor de Bancos Privados Internacionales evalúan en Brasilia los alcances de la crisis económica y sus posibilidades de recuperación en los próximos años.

A finales de noviembre, una misión del Fondo Monetario Internacional (FMI) llegará a Brasil con similar cometido y sentará las bases de un acuerdo que avale a este país en sus gestiones crediticias.

La posición asumida por el gobierno, tras la suscripción de un acuerdo provisional a corto plazo para renegociar su deuda exterior con la banca acreedora, está dirigida también a negar en la comunidad internacional una presunta actitud brasileña orientada a la expulsión de capitales extranjeros.

Clarín 17/11/87

01.01

8712263

## CAMBIOS POLITICOS EN BRASIL

# Sarney dijo que acatará la decisión de la Constituyente sobre su mandato

***Brasil está adoptando una serie de medidas de importancia para encontrar una solución a la fuerte carga de la deuda externa, informaron ayer altas fuentes económicas. El presidente José Sarney anunció que acepta la decisión de una comisión constituyente sobre la reducción de su mandato y expresó su respaldo a la realización de elecciones anticipadas si así lo decide la Asamblea Nacional.***

Agencia AP

La gente festeja en Brasil la aprobación por parte de una comisión constituyente de reducir el mandato de Sarney.

BRASILIA, 16 (Reuter, AP, AFP y EFE). — El presidente José Sarney anunció que acatará la reducción de su mandato a cuatro años y adhirió a la convocatoria de una elección popular de su sucesor en 1988.

Una comisión de la Asamblea Constituyente que redacta una nueva Carta Magna brasileña le acortó ayer un tercio del mandato de seis años que asumió en 1985, a la muerte del presidente electo, Tancredo Neves.

Sarney emitió anoche una declaración, leída por el jefe de su gabinete civil, Ronaldo Costa Couto, y anunció que acatará la decisión, que deberá ser ratificada por el plenario del Congreso Constituyente, de 559 miembros.

El mandatario expresó, además, su "decidido apoyo" a la realización de elecciones en 1988, "si así fuera decidido por los constituyentes", dijo.

Sarney absorbió la dura derrota, pero advirtió que, tras el resultado de la votación de la comisión, estaba resuelto a gobernar "por encima de condicionamientos políticos y partidarios".

### ♦ Cambios

Fuentes parlamentarias comentaron ayer que, con ello, Sarney se dispondría a introducir en su gobierno los cambios que no pudo aplicar hasta ahora por presión e intereses de los dos partidos que lo llevaron al poder, el poderoso Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB) y el centroderechista y minoritario Partido del Frente Liberal (PFL).

"El presidente no negociará más", declaró el ministro de Administración, Aluisio Alves, uno de los miembros del gabinete que se reunieron con el mandatario, en su residencia oficial, tras la votación legislativa.

La reducción del mandato presidencial impulsa la elección directa —en 1988— del futuro mandatario.

La enmienda transitoria aprobada ayer fijó el 15 de marzo de 1989 como la fecha en que fenecerá el mandato de Sarney, pero no incluyó referencia alguna a la fecha de la elección de quien lo sucederá en el cargo.

Tradicionalmente, los brasileños acudieron a las urnas el 15 de noviembre del año anterior a la asunción de las autoridades electas, pero una disposición ya aprobada en el proyecto de la nueva Constitución establece que la elección presidencial deberá realizarse 90 días antes de la asunción del nuevo mandatario.

Fuentes legislativas dijeron que, en caso de ser ratificada por el plenario esa norma, la elección se realizaría el 15 de diciembre de 1988, pero admitieron que una nueva enmienda transitoria podría definir una fecha anterior.

Otra votación realizada ayer en la Comisión Constituyente, de 93 miembros, infligió a Sarney una segunda derrota al disponer que, a partir del 15 de marzo de 1988, el sistema presidencialista de gobierno será sustituido por otro, de carácter parlamentario.

### ♦ Guimaraes

Sarney pretendió preservar los amplios poderes que le confiere la Constitución vigente, heredada del anterior régimen, pero sucumbió ante la tesis parlamentaria, que también deberá ser confirmada por el plenario constituyente.

Si así sucediera, Sarney se transformará en jefe de Estado y dejará la jefatura gubernamental en manos de un primer ministro a ser designado por él, pero en acuerdo con el Parlamento, mayoritariamente controlado por el PMDB.

Hasta ayer, el candidato natural del PMDB a esas nuevas funciones de primer ministro era su máximo líder Ulysses Guimaraes, un veterano político de 71 años, cuya tenaz oposición al anterior régimen militar lo convirtió en uno de los arquitectos de la actual transición democrática.

Pero Guimaraes, también mencionado como un probable futuro candidato presidencial del PMDB, emergió junto con Sarney como otro de los grandes derrotados con la reducción del mandato.

01.01 8712266

KB

ARCHIVAR EN: Brasil (098)

TEMA: MEMORANDUM (Ref. ENERGIA NUCLEAR - BRASIL. (Fuente: Revista "VEJA" Prensa Nacional y Extranjera

PROCEDENCIA: EHE 23/12/87 Sec 0085.

ARCHIVADO EN: MEMORANDUM (OBU)

01.01

9712353

098

La Prensa 23/10/85

# Brasil: depone un capitán su actitud rebelde

**Curitiba, 22 (ANSA) – El capitán Luiz Fernando Walter de Almeida, al mando de 50 hombres armados con ametralladoras, invadió hoy la intendencia de Apucarama, ubicada en la región norte del estado de Paraná, en el sur del país, y en su proclama criticó al ministro de ejército, Leonidas Pires Gonçalves, expresó su disconformidad por los bajos salarios percibidos y denunció que el país "se encamina hacia la bancarrota", afirmaron hoy testigos presenciales.**

El capitán Walter de Almeida, según las fuentes, previamente procedió a la rotura de útiles y muebles del escritorio, en el despacho del intendente, se pronunció contra la actitud pacífica de las Fuerzas Armadas, ratificando los conceptos de disconformidad por la situación sociopolítica-económica que el país está atravesando.

Seguidamente, Walter de Almeida, luego de su discurso frente a los empleados y operarios de la intendencia municipal, procedió a retirarse con sus hombres de esas instalaciones en orden, sin agresiones personales, ni intimidaciones, presuntamente, con destino a su cuartel.

El comandate de la región, enterado de los acontecimientos ordenó la inmediata presencia en su despacho del capitan Walter de Almeida, que según fuentes militares, ya se habría ordenado su arresto y su trasferencia al asiento del comando de la región en Curitiba.

01.01

8712363

Jueves 29 de octubre de 1987

LA NACION

# Sarney desmintió una supuesta crisis militar

BRASILIA, 28 (UPI).- El presidente José Sarney desmintió hoy versiones sobre una creciente crisis en las Fuerzas Armadas, apoyadas en recientes casos de indisciplina en el Ejército, y afirmó que los militares están garantizando la transición hacia la democracia en el Brasil.

Sarney hizo la desmentida tras una entrevista de similar tono realizada anoche por el ministro de Ejército, general Leonidas Pires Gonçalves, quien atribuyó los casos de indisciplina a una minoría y aclaró que quien intente socavar su autoridad "se va a arrepentir".

"El área militar ha tenido una conducta impecable; ha garantizado la transición democrática. Estamos haciendo la transición con los militares y no en contra de los militares", señaló Sarney en declaraciones al diario Folha de Sao Paulo.

## Pires Gonçalves

RIO DE JANEIRO, 28 (AP).- El ministro del Ejército, general Leonidas Pires Gonçalves, desestimó la existencia de un malestar creciente entre los militares por la situación política y económica brasileña, y aseguró que "nada pondrá en riesgo el proceso de transicion".

"El que quiera que lo intente", dijo ayer Pires Gonçalves tras una audiencia en Brasilia con el presidente Sarney. El jefe militar calificó de "inconvenientes disciplinarios" las protestas de los capitanes y dijo que el país vive "una época de verdaderos huracanes" que en su opinión "primero se manifestaron en el área política y ahora le toca al área militar".

También, según una denuncia de la revista Veja, dementida luego por el Ejército, dos capitanes habrían planificado atentados con bombas en cuarteles como protesta por la situación salarial, mientras que la prensa ha dado amplia difusión a la formación de un grupo anticomunista llamado Asociación Brasileña de Defensa de la Democracia (ABDD), integrado por más de 20 oficiales activos.

Según el ministro, las Fuerzas Armadas que gobernaron el Brasil durante 21 años y entregaron el poder al primer presidente civil en la persona de José Sarney en 1985, deben recibir el crédito de "haber propiciado una transición política que se está cumpliendo".

Sarney, por su parte, dijo al diario Folha de Sao Paulo que la transición se realiza "con los militares, no contra los militares", y calificó de "gestos aislados" las protestas de los capitanes.

El presidente aprobó esta semana un incremento del 41 por ciento en los salarios de las Fuerzas Armadas, que en enero recibirán un 38 por ciento más.

En cuanto a las actividades de la ABDD, Sarney dijo que "si sectores de la derecha quieren participar del juego político, eso es legítimo."

01.01

87 12364

038



El sistema adoptado es criticado tanto por legisladores como por empresarios

# Aprobó Sarney un polémico proyecto de capitalización para la deuda externa

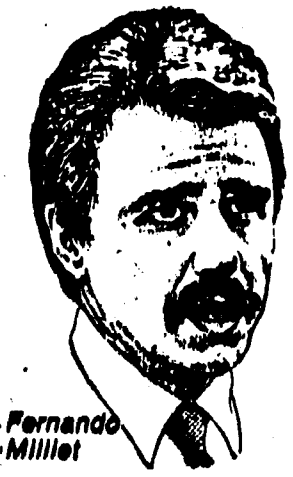
*Brasilia (UPI) — El gobierno del Brasil aprobó un polémico proyecto de conversión de parte de la deuda externa, de 111.000 millones de dólares, en inversiones extranjeras en el país, medida que recibió duras críticas por parte de parlamentarios y podría ser rechazada por la Asamblea Constituyente.*

*El proyecto fue aprobado por el Consejo Monetario Nacional y establece una serie de condiciones para la conversión en inversiones de parte de la deuda, unos 66.000 millones de dólares del total.*

*Entre las condiciones figuran que 30 por ciento de las inversiones se destinen a las regiones Norte y Nordeste, las más pobres del país, y que el capital extranjero invertido de esa forma sólo puede ser repatriado después de 12 años.*

*No se admite tampoco que con esos capitales, empresas nacionales pasen a control extranjero.*

*"Esperamos que las inversiones por medio de la conversión lleguen a 1500 millones de dólares anuales", señaló el presidente del Banco Central, Fernando Milliet.*



Fernando Milliet

*Las propuestas de los interesados en convertir la deuda en inversiones serán seleccionadas por medio de subastas, en las cuales tendrá un peso fundamental el valor ofrecido por los títulos de la deuda externa.*

*Según especialistas, actualmente por cada dólar de títulos de la deuda externa del Brasil se están pagando aproximadamente 30 centavos de dólar en el mercado secundario internacional.*

*Mientras más bajo sea el valor ofrecido por los títulos por los eventuales interesados en las inversiones, más posibilidades tendrán de ser seleccionados.*

*El proyecto aprobado recibió duras críticas de sectores parlamentarios, quienes lo consideraron perjudicial a los intereses del país y argumentan que una medida como ésa no debería haber sido aprobada sin el consentimiento del Poder Legislativo.*

Bresser Pereira

*El diputado oficialista Paulo Ramos recordó que la Comisión de Sistematización de la Asamblea Constituyente aprobó una resolución "prohibiendo, bajo cualquier fórmula, la conversión de parte o toda la deuda externa en capital de riesgo".*

**• Prohibición**

*El ministro de Hacienda, Luiz Carlos Bresser Pereira, afirmó que la prohibición sólo será efectiva si el plenario de la Asamblea ratifica esa resolución, contra lo cual el gobierno iniciará una campaña en el Parlamento.*

*"Si el plenario aprueba la prohibición, no se habla más de conversión", declaró Bresser Pereira.*

*Algunos sectores empresariales tampoco recibieron con mucho agrado el proyecto, señalando que impone demasiadas restricciones a los eventuales inversores.*

*"La aplicación de los recursos procedentes de la conversión fue demasiado reglamentada y puede no estimular inversiones", opinó José Carlos Moraes de Abreu, presidente del Banco Itau, el segundo mayor banco privado del país.*

## Mayor protección al mercado de computadoras

*Brasilia, (UPI) — El Senado Federal del Brasil aprobó ayer una Ley de Protección de la Propiedad Intelectual a programas y sistemas de computación producidos en el país, que restringe la participación extranjera en su activo mercado.*

*El Senado aplazó, sin embargo, el examen de otra ley que contempla un sistema de protección contra sanciones comerciales extranjeras.*

*La ley sobre programas, que protege la propiedad de los autores por 25 años, limita el comercio de programas producidos en el exterior cuando exista "un programa funcionalmente equivalente desarrollado en el país".*

*El rechazo brasileño al registro de un programa de la empresa estadounidense Microsoft motivó la semana pasada el anuncio de Washington de sanciones comerciales contra Brasil.*

*El presidente Ronald Reagan anunció la decisión de imponer tasas compensatorias a productos brasileños por un valor de 105 millones de dólares alegando daños a la industria de computación de su país.*

*El Senado brasileño examinará, probablemente la próxima semana, un proyecto de ley del senador oficialista Severo Gomes, que constituye una réplica a sanciones comerciales.*

01.01

8712365

# Denuncian un complot militar en el Brasil

Brasilia, 10 (ANSA) Militares de la llamada línea dura de las Fuerzas Armadas brasileñas están planeando un complot con sectores ideológicos de la derecha, contra lo que consideran "flaqueza y tolerancia" del presidente José Sarney, "en relación con la izquierda de la Asamblea Nacional Constituyente", según informó la prensa hoy.

El presidente Sarney fue informado de la conspiración en la víspera por el ministro jefe del Servicio Nacional de Informaciones (SNI), general Iván de Sousa Mendes, empero, el mandatario brasileño no pretende aún tomar ninguna medida.

## Conspiradores

Según el diario "Correo Braziliense", que denuncia hoy los hechos en su primera plana, forman parte del grupo señalado como conspirador, de acuerdo con el informe del SNI, el brigadier (R) João Paulo Burnier, sindicado como uno de los líderes del movimiento, y los generales, Jorge Boaventura, Euclides Figueiredo, hermano del ex presidente de la república Joao Baptista Figueiredo, el ex ministro de aeronáutica, Delio Jardim de Mattos, el brigadier Marcio Melo y el ex ministro de justicia durante la gestión del presidente general Ernesto Geisel, Armando Falcão.

Fuentes gubernamentales consultadas hoy por la prensa consideran que el presidente Sarney está muy preocupado por la situación y discutió la cuestión con algunos ministros de su confianza.

Entretanto, el Servicio Nacional de Informaciones (SNI) según las fuentes, continúa siguiendo los movimientos del grupo "sin interferir, sólo observar".

Folha de S. Paulo 11/10/87

01.01

8712383

CLIMA DE INCERTIDUMBRE POR LA REDUCCION DEL MANDATO

# Sarney descartó cualquier posibilidad de renunciar

*El teniente brigadier Octavio Moreira Lima, ministro de Aeronáutica de Brasil, advirtió ayer que el país se volverá "ingobernable" el año próximo si el plenario de la Asamblea Constituyente confirma el acortamiento a cuatro años del mandato del presidente José Sarney. La advertencia se produce en un momento de incertidumbre y cuando el mandatario brasileño ratifica la intención de permanecer en funciones.*

Copyright Clarín, 1987

José Sarney, presidente de Brasil.

BRASILIA, 17 (AFP, AP, DPA, EFE y UPI). — "En el diccionario del presidente no figurará palabras como renuncia, deposición o suicidio", afirmó hoy el ministro jefe de la Casa Civil del ejecutivo brasileño, Ronaldo Costa Couto, para desmentir generalizados rumores sobre una posible dimisión a su cargo por parte de José Sarney como respuesta a la decisión de una comisión de la Asamblea Constituyente de reducir su mandato a 4 años.

Costa Couto —el ministro político de Sarney— aseguró que "el presidente está obstinado en tomar decisiones indispensables para el país", como una reafirmación de la posibilidad de que, como represalia por la disposición de los constituyentes, se concrete en los próximos días una drástica reestructuración ministerial.

"No estoy anunciando una reforma del gabinete —puntualizó el ministro— pero, si es necesaria, será efectuada".

La referencia de Costa Couto a la "renuncia, la deposición o el suicidio" no resultó gratuita. Tiene que ver con la historia más reciente de Brasil, pero también con incertidumbres colectivas plenamente vigentes en las últimas horas.

El aspecto histórico de la alusión se refiere al suicidio del presidente Getulio Vargas, en 1954, después de perder el apoyo de los sectores conservadores y liberales a su gobierno. También, a la renuncia de Janio Quadros, en 1961, por razones nunca aclaradas definitivamente, pero también ligadas a la falta de apoyo incondicional de buena parte de la clase política. Finalmente, a la deposición de Joao Goulart, en 1964, por un golpe militar que contó con el apoyo de poderosos grupos políticos y económicos.

### ♦ Temor actualizado

Estas tres posibilidades, de todos modos, se manejaron en medios políticos a partir de la situación creada con la votación de la comisión de Sistematización de la Asamblea, el domingo pasado, que aprobó la reducción del mandato y la realización de elecciones presidenciales en 1988.

Todos los medios de prensa de Brasil aseguran que, antes o inmediatamente después de la votación, Sarney habría hablado de su renuncia con el presidente de la Asamblea y de la Cámara de Diputados, Ulysses Guimaraes.

Según el "Jornal do Brasil", la última de esas entrevistas fue "la más desagradable de todas las que mantuvieron Sarney y Guimaraes desde el comienzo de la Nueva República".

El problema coronario que, el lunes, obligó a la urgente internación de Guimaraes —lo que ayudó a aumentar la tensión en el país— fue unánimemente atribuido a esa entrevista y al stress.

Guimaraes fue el único de los líderes fundamentales del oficialista Partido del Movimiento Democrático Brasileño que apoyaba la intención de Sarney de mantener su mandato de 5 años y, por la ley de sucesión vigente, sería el reemplazante del presidente en caso de que se concretara su renuncia.

Paralelamente, el senador pemedebista José Richa —uno de los dos oradores a favor de la reducción en la sesión de la comisión— habría confesado a algunos íntimos su temor respecto de una posible actitud suicida del presidente.

En cuanto al tema de la "deposición", todos los analistas tienen en cuenta el hecho de que los mandos militares permanecieron, en los últimos tiempos, como el único factor importante de presión en el país que insistió como tal en la necesidad de evitar la reducción del mandato.

"Hoy, en relación con la decidido por la comisión de Sistematización —que deberá ser reafirmado por el plenario de la Asamblea Constituyente a partir del próximo 4 de diciembre—, el ministro de Aeronáutica, brigadier Octavio Moreira Lima, aseguró que "el próximo año el país [illegible]

## EN FOCO

## Cabos sueltos

"Si el plenario de la Asamblea Constituyente ratificara la reducción del mandato del presidente, el próximo año el país será ingobernable", sentenció ayer el ministro de Aeronáutica de Brasil, brigadier Octavio Moreira Lima, en lo que muchos leyeron una amenaza a la continuidad del proceso democrático.

Desde Minas Gerais, el único de los gobernadores de estados importantes que permaneció fiel a la tesis de los 5 años para José Sarney, Newton Cardoso, predijo un golpe de Estado en los próximos 6 meses.

Al mismo tiempo, el país temblaba por el estado de salud del diputado Ulysses Guimaraes —aparentemente mejorado— y el operador político de Sarney, el ministro Ronaldo Costa Couto, pasaba dos mensajes clave. El primero, planteado en función de la situación tal cual está, anunció la inminente concreción de la varias veces frustrada profunda reestructuración del gabinete y del "segundo escalón" de la administración del Estado, como una forma de castigar a quienes votaron por los 4 años de mandato y premiar a los que insistieron en los 5.

En cambio, el segundo integra la panoplia destinada a efectuar la última ofensiva en pos de la modificación, en el plenario, de lo dispuesto por la comisión. Se trata de la advertencia de que los acreedores internacionales difícilmente acepten renegociar el tema del pago de los intereses de la deuda y la concesión de dinero fresco con un gobierno al que solo le resta un año y pocos meses de vigencia.

Este es el panorama global de la incertidumbre en la que quedó sumida la sociedad brasileña, mientras comienza a completarse vertiginosamente la lista de los aspirantes a una candidatura presidencial para los comicios del año que viene.

Sintetizando, el acortamiento del mandato de Sarney cierra un capítulo, pero deja una serie de cabos sueltos en prácticamente cada uno de los frentes de crisis del país. La situación es problemática: la incertidumbre es una intangible con valor político,

01.01

0112394

A. FINANCIERO 13/11/87

El mandato de Sarney y las petroleras los enfrentan

# Ejecutivo y Parlamento cada día más alejados en Brasil

*San Pablo (Reuter, UPI) — Nuevos problemas le provocaba ayer el Parlamento brasileño al Poder Ejecutivo. Ante la inminente votación del legislativo sobre la duración del mandato presidencial, el titular del gobierno, José Sarney anunció que la consideraría un guerra contra los congresistas que voten disminuir el período de su mandato. Simultáneamente la empresa multinacional Shell amenazó ayer que abandonaría el Brasil si la Asamblea Constituyente aprueba en definitiva la propuesta de exigir que las distribuidoras de derivados de petróleo que actúan en el país pasen a ser controladas mayoritariamente por capitales nacionales.*

*Con respecto al período presidencial, el domingo una importante comisión constitucional tiene previsto votar sobre la reducción del mandato presidencial. Sarney ha estado presionando para un mandato de cinco años, lo cual le permitiría quedarse en el poder hasta 1990. El desencanto con el gobierno*

José Sarney

*de Sarney ha llevado a muchos políticos brasileños a favorecer una gestión de cuatro años. Algunos, inclusive, quieren que las elecciones presidenciales se anticipen para abril.*

*El vocero presidencial dijo el miércoles que Sarney consideraría cualquier voto contra un período de cinco años como un acto de hostilidad. Luego añadió "la consideraría (el presidente) un acto de guerra".*

*Por su parte, el vicepresidente de Shell, Robert Broughton señaló que "La Shell no aceptará de ninguna manera transformarse en accionista minoritaria". La empresa de capitales holandeses y británicos actualmente ocupa el segundo lugar en el mercado de distribución de petróleo, después de la estatal Petrobras.*

*En otro ámbito el comité de bancos comenzó a enviar ayer a todos los bancos acreedores de Brasil copias del acuerdo preliminar logrado la semana pasada en Nueva York, a fin de lograr la aprobación del documento y pasar a negociar un paquete financiero multimillonario con los brasileños. El acuerdo preliminar establece un mecanismo para normalizar los atrasos en el pago de intereses, debido a que el Brasil había declarado una moratoria el 20 de febrero. La tasa pactada es de 0,875 por ciento sobre Libor y a cada banco se le pagará 0,25 por ciento de comisión.*

01.01

8712409

# Aprueban el anteproyecto constitucional en Brasil

*El presidente brasileño, José Sarney, dijo a la prensa que cree que las elecciones de 1988 "son un hecho irreversible". Además, en un discurso, el mandatario dijo que se despedía de la política para dedicarse a los problemas administrativos. Según los analistas, esto contiene una cierta "revancha" del jefe de Estado por el acortamiento de su mandato, al desligarse de compromisos con la clase política.*

BRASILIA, 18 (ANSA, AP, DPA y EFE). — "Me despido de la política para dedicarme en cuerpo y alma a los problemas administrativos. en política ya hice mi contribución. tengo la conciencia tranquila y confío en que la historia sabrá juzgarme", dijo hoy el presidente brasileño José Sarney en un discurso en el interior del estado de Goiás, en lo que parece constituir una aceptación no desprovista de cierto matiz de advertencia de la reducción de su mandato concretada el domingo por la comisión de Sistematización de la Asamblea Nacional Constituyente.

Anoche, según lo publicado hoy por el *Jornal do Brasil*, el presidente había revelado al columnista político de ese diario, Villas-Boas Correa su impresión de que "las elecciones de 1988 son un hecho irreversible, ninguna constituyente, ningún Parlamento vota en contra del pueblo, y el pueblo quiere elecciones".

Las dos declaraciones indican que, al culminar ayer la tarea de aprobación del anteproyecto de nueva Constitución por parte de la comisión de Sistematización Sarney desechó toda esperanza de que el plenario de la Asamblea —que iniciará a principios de diciembre el análisis del texto— modifique el artículo transitorio referido a la duración de su mandato.

Pero la alusión a la excluyente tarea administrativa y el distanciamiento de la política suena, según los analistas, a una confirmación de la inminencia de lo que el diario Folha de Sao Paulo denomina hoy "la revancha de Sarney".

Esto es, la implementación de una profunda reforma del gabinete ministerial y del "2° escalón" del aparato estatal, a partir de un criterio independizado de todo compromiso con los sectores políticos que conforman el oficialismo de la Nueva República, especialmente el Partido del Movimiento Democrático Brasileño.

La reforma actuará, además a manera de premio a quienes fueron leales a la persona del presidente en el trámite de discusión del mandato y de castigo a quienes enfrentaron y derrotaron su intención de permanecer 5 años en el poder.

Todas las especulaciones señalan que, en el nivel ministerial, los más fuertes candidatos a la reinoción serían los titulares de las carteras de Previsión Social, Renato Archer, y de Ciencia y Tecnología, Luis Henrique, quienes integran el círculo de dirigentes más proximos al diputado y presidente del PMDB Ulysses Guimaraes.

Actualmente internado para reponerse de un problema coronario, Guimaraes estaría considerado por Sarney como uno de los máximos culpables de la reducción del mandato, por su escasa dedicación a la tarea de homogeneizar el partido sobre el tema, pese a que personalmente fue uno de los pocos defensores pemedebistas de los 5 años, por lo menos en lo público.

### ♦ Nueva batalla

Pese a las expresiones de resignación, Sarney, así como las fuerzas políticas y los sectores de presión se aprestan de todos modos a dar batalla en el plenario de la Asamblea Constituyente para modificar algunos de los aspectos más polémicos del anteproyecto aprobado en comisión.

Para los observadores tras la reducción de su mandato Sarney contaría con buenas perspectivas de lograr que el texto definitivo de la Constitución reinstituya el sistema presidencialista de gobierno, ahora convertido en parlamentarista.

Es que ninguno de los fuertes precandidatos perfilados para la sucesión a través de los comicios de 1988 está resignado a ser electo presidente con sus facultades severamente reducidas.

Uno de estos candidatos el senador pemedebista Mario Covas, podría además cambiar de partido en los próximos meses, para competir por un nuevo Partido Social Demócrata.

Poco
Legible

01.01

8712431

CLARIN 19/11/87

# Brasil negocia con el FMI

BRASILIA y RIO DE JANEIRO, 18 (EFE y Reuter). — Brasil gestionará la suscripción de un acuerdo con el Fondo Monetario Internacional para que se le reabra el mercado crediticio mundial, pero no aceptará la imposición de medidas recesivas por parte de ese organismo, afirmaron hoy sus autoridades financieras.

En tanto, se informó que Brasil aplicará en enero un sistema de remates para la conversión de parte de su deuda externa, de 113.000 millones de dólares, en capitales directos a ser invertidos en su economía, anunciaron fuentes oficiales.

La reglamentación del nuevo régimen, que recibió ya reparos de sectores parlamentarios y sindicales, fue aprobada anoche por el Consejo Monetario Nacional.

El presidente del Banco Central brasileño, Fernando Milliet, destacó la importancia del aval del FMI para captar nuevos recursos del exterior y llevar adelante una provechosa renegociación de su deuda exterior.

Sin embargo aclaró que ello no significa que Brasil acepte la interferencia de ese organismo a la hora de formular una política económica destinada a superar la crisis y mantener los proyectos de desarrollo.

Milliet fue explícito al subrayar que la política del FMI provocó, en otros países, recesión y un alto costo social, por lo que Brasil solo aceptará ser apoyado en el desarrollo de su economía y no fiscalizado.

Confirmó que una misión de alto nivel del FMI iniciará el 23 del corriente en Brasilia la recolección de datos sobre la evolución de la economía brasileña.

Estos datos serán evaluados posteriormente con el gobierno del presidente José Sarney, probablemente a finales de diciembre de este año o a mediados de enero de 1988, para suscribir un acuerdo "stand-by" o condicionado.

Clarín 19/11/87

01.01

8712434

Clarín 13/11/87

# Supervisión del Fondo Monetario

BRASILIA, 12 (AP). — Una misión del Fondo Monetario Internacional (FMI) llegará este fin de semana al Brasil para examinar los planes económicos del gobierno, una semana después que este país logró un acuerdo con sus acreedores de la banca internacional que puso fin a la moratoria declarada en la deuda externa (ver página 21).

El vocero del ministerio de Hacienda, Francisco Baker, dijo que la misión examinará el programa macroeconómico formulado por el ministro Luis Carlos Bresser Pereira y aseguró que el viaje no está ligado al acuerdo logrado en Nueva York el viernes pasado con los bancos privados, para reanudar el pago de intereses de 70.000 de los 113.700 millones de dólares adeudados por el Brasil.

Sin embargo, otro funcionario del ministerio que pidió no ser identificado dijo que "no vendrían si no fuera por el acuerdo. La visita, obviamente, no es solo para acompañar los acontecimientos".

El funcionario agregó que el hecho de que la misión fuera encabezada por Thomas Reichaman, jefe de la división cuantitativa del Fondo, da la pauta de la importancia de las negociaciones.

Una misión del Fondo, también encabezada por Reichaman, visitó a Brasilia en junio después que Bresser Pereira anunció un plan económico basado en metas trimestrales que muchos economistas dijeron era una copia exacta del programa del FMI.

01.01

8712449

898

SHELL DEJARIA EL PAIS

Clarín 13/11/87

# Proyecto sobre petróleo

RIO DE JANEIRO, 12 (Reuter). — La compañía petrolera Shell (Brasil) se retiraría del país si la Asamblea Constituyente aprueba una controvertida propuesta que otorga al Estado el monopolio de la distribución de gasolina y diesel, anunció el vicepresidente de la empresa, Robert Broughton.

"Hay ninguna condición aceptará Shell convertirse en un socio minoritario de una empresa estatal", dijo Broughton, quien pronto será el presidente de esa compañía en Brasil.

Si el monopolio de distribución es aprobado, esa será la única opción para las petroleras multinacionales.

Otras petroleras extranjeras reaccionaron con más cautela.

Shell Brasil integrante del grupo Royal Dutch-Shell, es la petrolera extranjera más importante, con 24 por ciento del mercado. La Esso tiene 18%; Atlantic, 12%, y Texaco, 11%. El resto lo componen empresas locales.

Ralph Martin, presidente de la Texaco Brasil, expresó su confianza de que la propuesta no será incluida en el texto final de la nueva Constitución.

Athenar Bertein, director de Relaciones Publicas de la Esso, dijo que su compañía no estaba considerando retirarse del Brasil.

El voto en favor del monopolio estatal atrajo críticas de todos los sectores.

"Si queremos que el capital extranjero continúe estableciendo con el desarrollo de este país, no podemos permitirnos hacer ese tipo de discriminaciones", indicó Mario Amato, presidente de la influyente Federación de la Industria de San Pablo (FIESP).

Ozires Silva, presidente de Petrobrás, la petrolera controlada por el Estado que se verá muy beneficiada por el retiro de las multinacionales, también condenó el voto.

El ministro de Energía, Aureliano Chaves, se negó a realizar comentarios, diciendo que necesitaba más tiempo para estudiar la propuesta.

Broughton señaló que si el monopolio estatal era aprobado su empresa abandonaría la distribución de gasolina y diesel y estudiaría la retirada de los sectores químicos y mineros en los que opera con el nombre de Billiton Metales y Química Shell.

Shell está en Brasil desde hace 74 años, durante los cuales invirtió más de 1.000 millones de dólares en diversos sectores de la economía.

"No cuestionamos la autoridad de la Asamblea Constituyente", apuntó Broughton, "pero haremos lo que esté a nuestro alcance para persuadir a sus miembros de que dejen la distribución del sistema tal como está", expresó a los periodistas.

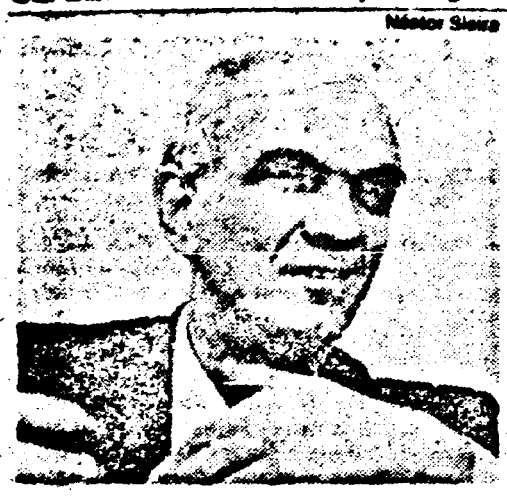
01.01

8712450

098

CLARIN ★ Buenos Aires, domingo 15 de noviembre de 1987

Néstor Sierra



Roberto Saturnino Braga, intendente socialista de Río de Janeiro.

# Saturnino Braga afirma que hay un vacío político

**"A pesar de algunos nostálgicos, la memoria de lo que fue el régimen militar sigue muy viva y, por eso, no creo en la posibilidad de un retroceso en términos de golpe militar; lo verdaderamente preocupante es que, en los últimos 90 ó 60 días, el vacío de poder presidencial progresa a una velocidad increíble y comienza a generalizarse, incluso entre los intereses conservadores, la tesis de la falencia del poder civil."**

Esta es la descripción apretada del momento que vive Brasil según el intendente de Río de Janeiro, **Roberto Saturnino Braga**, convertido en uno de los referentes para el reagrupamiento de los sectores de centroizquierda tras su ruptura, en junio pasado, con el líder trabalhista **Leonel Brizola** y su reincorporación al Partido Socialista Brasileño.

En su reciente paso por Buenos Aires, Braga explicó a Clarín el estado del proyecto de reformulación partidaria que él encabeza, incluso en relación con la creciente posibilidad del adelantamiento de las elecciones presidenciales para el próximo año.

**—El planteo de la conformación de una gran fuerza socialista democrática en Brasil continúa en plena vigencia, aunque a la espera de la finalización de los trabajos de la Asamblea Nacional Constituyente.**

**—¿Esa espera se relaciona con la posibilidad de que el núcleo de la fuerza se constituya alrededor de los constituyentes que hoy conforman el bloque progresista del Partido del Movimiento Democrático Brasileño?**

—Es exactamente eso. Para unos 40 o 50 parlamentarios del PMDB, ideológicamente socialistas democráticos, concluida la Constituyente, la salida de su actual partido será una exigencia. En el seno del PMDB están sufriendo el profundo desgaste del gobierno sin tener nada que ver con el presidente José Sarney. Saben que, así, están electoralmente condenados y que, así como los dirigentes de su partido ligados al presidente mantendrán lugares de expresión, ellos resultarán forzosamente marginados.

**—¿Usted cree que el vacío de poder al que se refería devendrá finalmente en la convocatoria a elecciones presidenciales en 1988?**

—Los síntomas del debilitamiento del gobierno se multiplican en todos los niveles. El caso de la rebelión de las empresas multinacionales, como Autolatina, solo se explica en función de la propia desmoralización del gobierno. Además el terrible desgaste de los salarios y el consecuente aumento de las protestas sociales agudizó la preocupación de la clase media, que actúa como grupo-tambor en el plano político e institucional. La reciente disposición de varios gobernadores a trabajar por elecciones presidenciales 2 ó 3 meses después de promulgada la nueva Constitución, parece también decisivo. La única alternativa al adelantamiento de los comicios sería, en este momento, la instauración de un sistema parlamentarista en forma inmediata.

**—En caso de elecciones con Brizola, ¿la fuerza socialista que usted proyecta podría llegar a apoyar la candidatura de Leonel Brizola?**

—Solo en un segundo turno, si la opción fuera un candidato de las elites conservadoras. En principio, pienso que podríamos inclinarnos por un candidato como el senador Mario Covas o, incluso, como "Lula".

C. E.

01.01

8712451

098

La Nacion 27/10/87

# Advierten en Brasil sobre un posible golpe de Estado

SAN PABLO, 26 (ANSA).– El vicegobernador de San Pablo, Almino Affonso, alertó sobre la posibilidad de un golpe de Estado en el Brasil en virtud de la reorganización política de sectores de derecha.

En declaraciones recogidas por la prensa, Affonso, quien regresó ayer de una visita a Portugal, Francia, España y China, manifestó: "Creo que se están creando condiciones para que algún aventurero intente dar un golepe".

Señaló luego el apoyo total del Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB, en el gobierno) al presidente José Sarney, para que pueda cumplir la tarea de restaurar el orden democrático.

Aunque consideró que la actual Asamblea Nacional Constituyente es la "más democrática de la historia del Brasil", estimó que los temas polémicos, como la estabilidad laboral, la reforma agraria y el papel de las fuerzas armadas, deberían ser tratados con "más cuidado" por los constituyentes.

**Investigación del ejército**

BRASILIA, 26 (UPI).– El ejército brasileño investigará las denuncias sobre un grupo de capitanes de Río de Janeiro quepresuntamente planeaban comenzar una campaña de atentados con explosivos en cuarteles para presionar al Gobierno a conceder aumentos salariales a los militares, se informó hoy.

El supuesto plan de los capitanes fue denunciado el domingo por la revista Veja, que citó como fuente al capitán Jair Bolsonaro, quien estaría involucrado en la operación y habría suministrado información bajo la promesa de que nada sería publicado.

Según la revista, el plan fue suspendido tras la concesión de un aumento salarial del 128 por ciento, concedido por Sarney el jueves, pocas horas después de que el capitán Walter de Almeida y unos 50 soldados tomaran la alcaldía de Apucarana en protesta por los bajos sueldos.

**Sanciones**

El general Carlos Guimaraes, jefe del Centro de Comunicación Social del ejército, afirmó que la denunciade la revista será investigada y que los responsables serán sancionados si se comprueba que es verdadera.

"Pero por el momento encontramos la historia demasiado fantástica. Nadie conversaría con un periodista antes de una acción como ésa. Sería comprometer el éxito de la operación con un riesgo innecesario", afirmó Guimaraes.

De acuerdo con la revista, los capitanes planeaban colocar bombas en varios cuarteles, no sólo para presionar por mejores sueldos, sino también para socavar la autoridad del ministro del Ejército, general Leonidas Goncalves.

Bolsonaro se habría referido al general Gonçalves con adjetivos como "racista" e "incompetente", además de señalaro como "un segundo Pinochet", segun Veja.

La revista justificó no haber cumplido su promesa de no publicar la información suministrada por Bolsonaro, de la Escuela de Perfeccionamiento de Oficiales, al argumentar que el plan era un hecho demasiado grave.

En declaraciones al diario O Globo, Bolsonaro negó la denuncia de la revista. "Eso es muy grave, Veja va a tener que explicarse", dijo.

Bolsonaro fue sancionado con 15 días de prisión el año pasado por publicar un artículo en esa revista en el que protestabapor el nivel de los sueldos de los militares.

LA NACION 27/10/87

01.01

8712452

BRASIL

# La situación política obligaría a Sarney a adelantar las elecciones

*Airadas reacciones del empresariado y de los sectores de centroderecha del Brasil por la aprobación, en comisión, de una enmienda constitucional que dispone la nacionalización de la distribución y venta de los derivados del petróleo. La medida deberá debatirse en el plenario de la Asamblea Constituyente. Entretanto, el vuelco de los principales gobernadores a favor de reducir el mandato, estrecha las posibilidades de que el presidente José Sarney evite elecciones anticipadas para 1988.*

SAN PABLO, 11 (Por Jan Rocha, de The Guardian, especial para Clarín). — Mientras el gobierno del presidente José Sarney se desmorona "como un castillo de arena" ante la ola de descontento que se avecina, parece seguro ahora que el año que viene habrá elecciones presidenciales en el Brasil.

Huelgas, una creciente inflación, rebeldía de las empresas contra los controles de precios, malestar en los cuarteles y rumores de golpe y desestabilización son el trasfondo de un gobierno que ha perdido la iniciativa y busca desesperadamente soluciones.

A comienzos de esta semana, los gobernadores de cinco de los estados brasileños más importantes —San Pablo, Río de Janeiro, Río Grande do Sul, Bahía y Pernambuco— mantuvieron una reunión secreta para analizar esta situación que se deteriora día a día.

Tres semanas antes —con la presencia de otros 16 gobernadores— todos los integrantes del partido gobernante (el Movimiento Democrático Brasileño o PMDB) habían firmado una declaración en la que prometían apoyar al presidente así como un mandato de cinco años.

Pero luego de la reunión realizada esta semana hicieron saber que se habían sumado al grupo (de izquierda) que está a favor de un mandato de cuatro años, lo cual equivale a decir que el año que viene habrá elecciones.

Por otro lado, esta semana, en el seno de la Asamblea Constituyente se efectuó la primera votación sobre la duración del mandato del presidente Sarney. Esta vez, las opiniones se inclinaron —claramente— a favor de los cuatro años.

El presidente Sarney sigue resistiéndose sin embargo a la campaña casi inevitable para acortar su gobierno. El jefe de Estado brasileño canceló un viaje a las regiones del noroeste, afectadas por la sequía, para permanecer en Brasilia y seguir de cerca los acontecimientos. A su nuevo coordinador político —el antiguo defensor del régimen militar Prisco Viana— se le ha confiado el ministerio de Vivienda y Desarrollo Urbano (además de algunos fondos extras) para colaborar en la tarea de persuasión.

♦ **Un lema para todos**

El lema "Sarney debe irse" ya no es exclusivo de las reuniones de la izquierda. Ha sido adoptado también por moderados y conservadores, incluyendo a la comunidad empresaria que ha lanzado a su propio candidato: el presidente de la compañía privada más grande de Brasil, Antonio Ermirio de Morais.

Otro hecho que desmoralizó al gobierno es el exitoso desafío a los controles oficiales de precios emprendido por la Ford y la Volkswagen, que en Brasil operan juntas con el nombre de Autolatina. Entretanto, las esperanzas del ministro de Hacienda, Bresser Pereira, de lograr una reducción de la inflación a través de drásticos cortes en los salarios y con controles de precio han fracasado.

La inflación llegaría este mes en Brasil a un 12 por ciento. Se calcula un 15 por ciento para diciembre y, según algunos economistas, un 20 para enero.

Ni siquiera el acuerdo provisional con la banca norteamericana —acreedores de dos tercios de la deuda externa brasileña (110.000 millones de dólares)— trajo algún alivio al gobierno.

Interin, los dirigentes del PMDB piensan que deben seguir apuntalando al gobierno de modo de evitar un peligroso "vacío". Pero este apoyo solo está garantizado hasta que esté lista —a principios del año entrante— la nueva constitución. Las elecciones podrían celebrarse tres o cuatro meses después. Por ende, la última oportunidad del presidente Sarney para "tomar la iniciativa" sería proponer él mismo la realización de elecciones, a través de una enmienda de la Constitución.

Agencia

José Sarney, presidente del Brasil, podría adelantar las elecciones.

# Proponen nacionaliza el sector petrolero

BRASILIA, 11 (ANSA, AP, EFE, Reuter y UPI). — La comisión de Sistematización de la Asamblea Constituyente de Brasil aprobó anoche una enmienda mediante la cual se extiende el monopolio estatal a la venta en el mercado interno de derivados del petróleo la que, de ser ratificada en el momento de la discusión en el plenario, podría implicar, el retiro del país de compañías extranjeras como la Shell, la Esso, Atlantic y Texaco.

La decisión —adoptada por 50 votos a favor y 41 en contra— implica fundamentalmente otorgar a la empresa estatal Petrobrás la exclusividad de la distribución y venta de naftas, gasoil y alcohol. La empresa ya controla el 39 por ciento de ese mercado, además de tener el monopolio de la extracción, refinación y transporte del petróleo.

Si la enmienda quedara incorporada definitivamente al nuevo texto constitucional, las citadas empresas transnacionales —que, en conjunto, controlan un 52 por ciento del mercado brasileño— deberán, o bien retirarse, o bien permanecer en el país como socias minoritarias de capitales brasileños.

En el marco de una cada vez más aguda crisis económica, política e institucional, la enmienda aprobada por la comisión de Sistematización —a propuesta del diputado comunista Fernando Santana — coincide con la inclusión de otras iniciativas de carácter nacionalista y distribucionista en el anteproyecto constitucional y con la eclosión de un abierto enfrentamiento con la política económica oficial por parte de grandes multinacionales.

Tras la aprobación de la enmienda sobre derivados del petróleo, estalló una ola de reacciones airadas por parte de voceros de los sectores liberales y conservadores y de intereses empresarios nacionales e internacionales.

El principal argumento de quienes plantearon y apoyaron la enmienda giró en torno de la "falta de necesidad de la presencia de las multinacionales para la distribución de carburantes, operación por la que obtienen actualmente beneficios de 367 millones de dólares".

Las direcciones de las empresas Shell y Esso —que actúan en el mercado brasileño desde hace años— dieron a conocer sendos comunicados en que señalan su decisión de "hacer todo lo legalmente posible, y a nuestro alcance, para convencer a la opinión pública sobre la necesidad de reconsiderar la medida tomada"...

En su comunicado, Shell afirma que, a lo largo de su historia en Brasil concretó inversiones de valor superior a los mil millones de dólares.

♦ **"Absurda".**

Las duras reacciones contra la enmienda surgieron ya durante las discusiones en el propio seno de la comisión, fundamentalmente a través del senador conservador y ex ministro de Hacienda del régimen militar Roberto Campos, y del diputado liberal y primer ministro de Hacienda del actual gobierno Francisco Dorneles.

Campos afirmó que la enmienda es un "absurdo" en lugar de abrir la economía al capital extranjero "expulsamos al que ya está instalado en el país".

Dornelles advirtió que de prosperar en el plenario, la medida impulsada "la adopción de represalias contra nuestro país en el extranjero".

Además, en una situación comentada jocosamente por la prensa, Dornelles increpó durante toda la votación al senador Affonso Franco quien, sin saber exactamente qué se estaba tratando, sufragó a favor de la enmienda antes su ingreso al lugar de las deliberaciones. Franco es el presidente de la poderosa Confederación Nacional de la Industria.

Por su parte, el titular de la Federación de Vendedores de Combustibles, Bill Stuffo, aseguró que la enmienda es "absurda y antipatriótica".

01.01

EN LAS POSIBILIDADES DE ELECCIONES ANTICIPADAS EN BRASIL

# Sarney enfrenta al Congreso por la crisis del mandato presidencial

*La dirigencia parlamentaria reaccionó ayer con indignación ante la advertencia formulada por el presidente brasileño José Sarney a los congresistas que el próximo domingo deberán definirse por la reducción de su período de gobierno. En un esfuerzo de último momento por evitar que triunfe la propuesta de la reducción de su mandato, Sarney anticipó que quienes voten por esa postura serán considerados a partir de allí "como adversarios", y el vocero presidencial agregó que tal determinación sería interpretada como "una declaración de guerra".*

BRASILIA, 12 (AP, UPI, EFE y Reuter). — En una ofensiva destinada a evitar que la Asamblea Constituyente se pronuncie por la reducción de su mandato a cuatro años, el presidente brasileño José Sarney advirtió que "serán tratados como adversarios" aquellos parlamentarios que voten en favor de esa postura.

Sarney formuló esa tajante advertencia anoche, en una reunión que mantuvo con un grupo de congresistas en el Palacio del Planalto, sede del gobierno, y poco más tarde el vocero presidencial Antonio Frota explicó que cada voto contrario a la firme decisión del mandatario de mantenerse en su cargo por cinco años sería interpretada como "un acto de hostilidad y ruptura unilateral". El ministro jefe del Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, agregó que tales votos "equivaldrían a una declaración de guerra".

El portavoz Antonio Frota anunció que Sarney podría retirar a los parlamentarios "rebeldes" aquellos cargos públicos en los que mantienen a sus allegados políticos.

La Comisión de Sistematización de la Asamblea Constituyente votará el domingo próximo las disposiciones transitorias del proyecto constitucional en elaboración, donde se establece la duración del mandato del presidente y la fecha del cambio de sistema de gobierno del presidencialismo al parlamentarismo. Esta modalidad fue aprobada por esa misma comisión hace tres semanas en lo que significó una dura derrota para Sarney, que propiciaba el mantenimiento del sistema presidencial de gobierno.

Según encuestas manejadas por las autoridades, la tendencia mayoritaria entre los 93 miembros de la Comisión de Sistematización sería la de aprobar un mandato de cinco años, pero la amenaza presidencial, que provocó indignación en medios parlamentarios, reveló que el gobierno aún no se maneja con certezas al respecto.

### ♦ Malestar parlamentario

El presidente de la Asamblea y líder del Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB), Ulysses Guimaraes, al conocer la advertencia de Sarney declaró hoy en tono categórico que "los constituyentes se van a orientar de acuerdo con su conciencia". "O es una asamblea soberana —agregó— o no tiene condiciones de ejercer su deber en los términos de su independencia".

Guimaraes reafirmó su adhesión a un mandato presidencial de cinco años, pero señaló que "el presidente tal vez se sintió discriminado y tuvo la reacción que creyó conveniente".

Fernando Henrique Cardoso, líder de la bancada del PMDB en el Senado, consideró a las palabras de Sarney como un gesto de "autoritarismo", y el senador Carlos Chiarelli, del Partido del Frente Liberal (PFL), opinó que la "amenaza indebida y ridícula transmitida por el vocero terminará aumentando los votos favorables a los cuatro años". "Quién aceptaría votar a favor de los cinco años en la embarazosa situación de haberlo hecho bajo amenazas", dijo.

### ♦ Cinco sucesores

La insistencia del presidente Sarney en cumplir un período de cinco años fue calificada de "obstinación trágica" por Delfim Netto, ex ministro de Planificación del último período del régimen militar y líder de la derecha parlamentaria. En un artículo publicado hoy por el periódico O Estado de Sao Paulo, Delfim Netto pidió a Sarney el "acto heroico" de proponer al Congreso elecciones generales en 1988.

Los medios periodísticos mencionan ya a por lo menos cinco candidatos para suceder a Sarney, ante la posibilidad de una convocatoria electoral urgente.

El diputado y ex líder sindical Luis Ignacio da Silva (Lula), presidente del Partido de los Trabajadores (PT), es uno de ellos; su candidatura será lanzada oficialmente a principios de diciembre.

Leonel Brizola, líder del Partido Democrático Trabalhista (PDT), está en campaña electoral desde el día en que entregó el gobierno del estado de Río de Janeiro, el 15 de marzo pasado, y ha acordado con Lula en cuanto a volver a movilizar al pueblo en favor de las elecciones presidenciales directas en 1988.

El ex alcalde de San Pablo Mario Covas, del sector progresista del PMDB, quien fue consagrado senador en las últimas elecciones con 8 millones de votos, es otro de los candidatos mencionados, así como también el industrial independiente Antonio Ermirio de Moraes, derrotado en su postulación para la alcaldía paulista por Janio Quadros, pero respaldado por su trayectoria en el medio empresarial.

Por último, los medios mencionan al actual ministro de Minas y Energía, Aureliano Chaves, ex vicepresidente del gobierno militar de João Figueiredo y hoy uno de los principales dirigentes del Partido del Frente Liberal.

Luis Ignacio da Silva, presidente del Partido de los Trabajadores.

Leonel Brizola, jefe del Partido Democrata de los Trabajadores.

Aureliano Chaves, titular de la empresa nacional de petróleo.

## Ultimo recurso

Solo, infinitamente solo, el presidente brasileño José Sarney acaba de jugar su última carta brava. La declaración de guerra a los constituyentes que voten a favor de la reducción de su mandato a 4 años, lo coloca en el centro más dramático de la dinámica "matar o morir".

Con la rebelión de las multinacionales y las federaciones empresarias locales contra la política económica oficial como el más nuevo de ellos, los datos sobre el estrechamiento del poder real de Sarney vinieron acumulándose a un ritmo vertiginoso en los últimos dos meses.

Ese panorama —al que debe agregarse la reacción casi corporativa del Parlamento constituyente ante las amenazas presidenciales— parecería indicar que la jugada de Sarney está destinada al fracaso.

Pero los intereses en juego son demasiado importantes y el resultado de eventuales elecciones presidenciales en 1988 excesivamente incierto.

Para muchos, esos comicios consagrarían como presidente de Brasil al líder trabalhista Leonel Brizola, clásica "bestia negra" del establishment. Pero no sólo eso: también algunos sectores de las fuerzas armadas —y no los menos importantes— no olvidan el pasado de Brizola en la década de los años 60 y que le costó largos períodos de exilio.

Los mismos empresarios que ayer firmaron un acuerdo salarial con el líder del "nuevo sindicalismo", el metalúrgico Luis Antonio Medeiros —partidario de un acuerdo "antiestatista" entre patrones y obreros del sector privado— difícilmente acepten jugar el albur de tener a Brizola como presidente.

La solución alternativa, tal vez, consista en acelerar la implementación del sistema parlamentario —ya inserto en el anteproyecto constitucional—, de modo que un dirigente centrista resulte designado primer ministro, mientras Sarney cumple, a manera de adorno, sus 5 años como presidente.

Poco legible

871246

# Empresarios preparan una ofensiva contra la política económica

*Mario Amato, titular de la poderosa Federación de Industrias de San Pablo, acusó a la "incapacidad gubernamental" por las confrontaciones entre las patronales y los sectores laborales del Brasil. Diversos grupos empresariales de este país anunciaron una ofensiva contra el gobierno del presidente José Sarney para que adopte una política de precios "más realista".*

BRASILIA, 12 (EFE y NYT) — Diversos sectores del empresariado brasileño se aprestan a lanzar una ofensiva contra el gobierno del presidente José Sarney, para presionar por la adopción de una política de precios "realista", que garantice su producción, anunciaron hoy representantes empresariales.

Estos sectores están principalmente relacionados con la fabricación de automotores, medicamentos, tabaco y electrónica, que pretenden iniciar acciones judiciales contra el gobierno y su política de precios que consideran "insuficiente para cubrir sus costos".

El Tribunal Federal de Recursos del Brasil ya falló uno de esos procesos en favor de la empresa automotriz Autolatina, formada por las trasnacionales Volkswagen, de Alemania Federal, y la Ford, de los Estados Unidos, permitiéndole comercializar sus productos con precios por encima de los establecidos por las pautas oficiales.

El fiscal, Paulo Sepúlveda Pertence, en su apelación al Supremo Tribunal Federal de la Nación contra la medida, subrayó que decisiones como esa solo "alientan el desorden público y la desobediencia civil".

Con el respaldo legal, Autolatina reanudó esta semana las ventas de sus vehículos en Brasil con reajustes del 24 por ciento, en espera de una decisión final que establezca incrementos "realistas" en los precios de los automóviles en el mercado nacional.

Otras empresas brasileñas preparan sendos procesos contra el gobierno en espera de conseguir un respaldo legal que les permita seguir los pasos de Autolatina y "garantizar la producción, el empleo y sus margen de lucro" para seguir operando.

Entre los grupos empresariales que iniciarán acciones judiciales se encuentran la Asociación Brasileña de Productos Farmacéuticos, su similar del tabaco y la Asociación Industrial Brasileña de Electrónica, las que se han quejado igualmente por los reajustes aprobados por el gobierno que, dijeron, "solo generan recesión, desempleo y el cierre de las empresas".

Luiz Carlos Bresser Pereira, ministro de Hacienda.

A ello se suma la decisión de la Federación de Industrias de San Paulo (FIESP), el mayor conglomerado empresarial de Brasil, y de influyentes sectores sindicales, para iniciar estudios conjuntos que fijen periódicos reajustes salariales, independientes de los aprobados por el gobierno.

El titular de la FIESP, Mario Amato, subrayó hoy que uno de los principales causantes de las confrontaciones patronales y laborales en Brasil en los últimos años es la "incapacidad gubernamental" para encontrar vías que establezcan salarios justos basados en la producción de las empresas.

### ♦ Negociaciones

El gobierno del presidente Sarney y las plantas automotrices instaladas en el Brasil iniciaron negociaciones para establecer una nueva metodología sobre el control oficial de precios de los productos de la industria automotriz.

Las negociaciones, según sus participantes, pretenden poner fin a la crisis que estalló en este sector, luego de la reacción de la empresa Autolatina contra el control oficial de precios.

El asesor especial de Asuntos Económicos del Ministerio de Hacienda, Yoshiaki Nakano, en el primer encuentro con el titular de la Asociación Nacional de los Fabricantes de Vehículos Automotores, André Beer, presentó una propuesta para recomponer los precios del sector en tres meses, con el establecimiento de un nuevo sistema de control de precios.

Beer manifestó que las automotrices quieren que el gobierno establezca una política y mecanismos que les permitan fijar metas de mediano y largo plazo.

Reveló que el gobierno federal no admite de ninguna manera la liberación general de los precios de los vehículos, que es para la entidad "la solución ideal" para acabar con la actual crisis.

Pero esta actitud no perjudicará las negociaciones, agregó el presidente del sector automotor, añadiendo que las plantas del sector desean un nuevo acuerdo que ponga fin al desfasaje que se observa actualmente entre los costos y los precios fijados por el gobierno.

098

01.01

8712461

# Avance hacia el parlamentarismo en el Brasil

## Una comisión del Congreso rechazó una propuesta destinada a mantener el régimen presidencialista; falta la votación plenaria

BRASILIA, 30 (UPI). – El Congreso de Brasil dio hoy un paso más hacia la implantación del sistema parlamentario de Gobierno después de adquirir poderes sin precedentes en la historia del país en el nuevo texto constitucional.

Una propuesta destinada a mantener el actual sistema presidencialista fue rechazada hoy por 57 votos a 36 en la Comisión de Sistematización, dejando camino libre al parlamentarismo que depende aún de la aprobación del plenario de 559 constituyentes.

### Advertencia de Sarney

"La adopción del sistema parlamentario es una decisión que puede tener graves consecuencias para el país", advirtió el presidente José Sarney, principal adversario de esta tesis mayoritaria en el Congreso que va encontrando nuevos adherentes.

El mandatario explicó que Brasil no tiene una burocracia estable y elegida por méritos ni partidos políticos consolidados para llevar adelante una vez más la experiencia parlamentaria.

### Antecedentes históricos

Brasil fue gobernado por una monarquía parlamentaria de 1822 a 1898 y durante el período republicano el sistema parlamentario tuvo vigencia entre 1961 y 1963.

El comentarista de Jornal do Brasil, Ricardo Noblat, expresó que "se consolidó la aprobación del parlamentarismo y creció (en el Congreso) el grupo de los que desean elegir al sucesor de Sarney el próximo año", reduciendo dos años el período conferido por la Constitución vigente.

El senador José Richa, del mayoritario Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB), propuso elecciones presidenciales y la implantación del parlamentarismo el próximo año como una forma de superar la grave crisis política brasileña.

### El liderazgo

"No quiero crucificar a Sarney, pero ni él ni cualquier otro político ejerce un liderazgo en el país", afirmó Richa.

Sarney cumplió dos años y 7 meses de gobierno y anunció su deseo de entregar el mando a su sucesor en marzo de 1990.

Al margen del debate sobre el sistema de gobierno, el Congreso adquirió atribuciones sin precedentes en la historia del país en el nuevo texto constitucional que reemplazará al otorgado por los militares en 1967.

### Atribuciones del Congreso

Además de cumplir su tradicional misión de elaborar las leyes, el Congreso definirá, por ejemplo, los criterios para la clasificación de informaciones de carácter reservado concederá autorizaciones para la operación comercial de canales de radio y de televisión o para la explotación mineral en tierras indígenas.

Previsiones optimistas, sin embargo, señalaron que la nueva Constitución será promulgada solamente en marzo próximo y para apresurar sus labores el plenario comenzará la votación del nuevo texto la próxima semana.

### Los militares y la política

RIO DE JANEIRO, 30 (ANSA). – El ex ministro de Marina (del gobierno del general Joao Figueiredo) almirante (R) Maximiano Da Fonseca cree que los militares se deben alejar de la política, tesis que –confirmó– está defendida en su libro que lanzará en diciembre.

"El militar no se debe meter en política", afirmó el ministro del último gobierno (1979-85) del régimen militar, acotando que "en los países desarrollados los militares no intervienen en política. Cuando eso ocurre es signo de subdesarrollo, y en Brasil eso ya está acabando".

Da Fonseca reiteró que, en su opinión, "fue un error haber permanecido (los militares) en el Gobierno durante años".

"Ellos (los militares) hicieron la revolución de 1964 porque estaban cansados de que los gobiernos civiles anteriores no hubiesen acertado, pero a pesar de haber hecho muchas cosas buenas, no resultó, y quedaron muy desgastados", reiteró el ex ministro.

El entrevistado dijo, con relación a la bomba atómica: defiendo su fabricación, pero sí la capacitación, para poder decirles a los «big brothers»: no la hago porque no quiero. Sobre los problemas del Brasil, el almirante apunta como muy serios la carencia de educación, de salud, de eficiencia administrativa y de ejercicio de la justicia.

### Ministro de Educación

RIO DE JANEIRO, 30 (ANSA). – El presidente José Sarney concluyó hoy la reforma de su gabinete ministerial al designar al senador Hugo Napoleao de Rego Neto para el cargo de ministro de Educación.

De Rego Neto, de 43 años, pertenece al partido del Frente Liberal (PFL) y sustituye en el cargo al senador Jorge Bornhausen, también del PFL, quien dimitió el 21 de septiembre último.

01..01

## PUGNA COMERCIAL ENTRE EL BRASIL Y LOS ESTADOS UNIDOS

# Sarney defendió la ley

INFORMATICA

***Después que el presidente de los Estados Unidos, Ronald Reagan, informó que su gobierno subirá los aranceles aduaneros de algunos productos brasileños para compensar las pérdidas de las empresas norteamericanas por la ley brasileña de reserva de mercado en el campo de la informática evaluadas en 105 millones de dólares, la reacción brasileña no se hizo esperar.***

**RIO DE JANEIRO (AFP, UPI y EFE). — El presidente brasileño José Sarney, calificó de "injustificada y discriminatoria" la decisión del presidente Ronald Reagan de imponer tarifas por 105 millones de dólares a las exportaciones brasileñas a los Estados Unidos, y amenazó con derrotar restricciones sobre las mercancías norteamericanas que se exportan a su país. Al mismo tiempo existe malestar en los medios políticos brasileños y la decisión de los Estados Unidos desató una ola de protestas y manifestaciones nacionalistas contra esa decisión.**

**Entre los empresarios se percibe una gran preocupación, porque temen una fuerte caída de las exportaciones a los Estados Unidos por las sanciones comerciales contra Brasil por su política sobre informática.**

**El presidente estadounidense, Ronald Reagan, informó que su gobierno subirá los aranceles aduaneros de algunos productos brasileños, que serán definidos en los próximos días, para compensar las pérdidas de las empresas norteamericanas por la ley brasileña de reserva de mercado en el campo de la informática evaluadas en 105 millones de dólares.**

### ♦ Empresarios brasileños

**El presidente de la Asociación de Comercio Exterior de Brasil (AEB), Norberto Iago Zadrozny, en declaración al diario O Globo señala que si los Estados Unidos imponen sobretasas del 20 al 30 por ciento a los productos brasileños, estos estarían fuera del mercado de aquel país.**

**"El problema —señala el dirigente empresarial— es que en esta pelea nosotros solo podemos perder."**

**Brasil exportó el año pasado a los Estados Unidos por un valor total de 6.182 millones de dólares, cantidad que en los ocho primeros meses de este año fue de 4.210 millones de dólares.**

**Para Iago Zadrozny, el aumento de aranceles por un valor de 105 millones de dólares causará grandes perjuicios a las exportaciones brasileñas si se aplica a unos pocos productos.**

**"Si los Estados Unidos optan por imponer pequeñas sobretasas a muchos productos, la medida puede ser encajada por el Brasil sin mayores problemas", afirmó el presidente de la AEB.**

**En el mismo sentido se manifestó el presidente de la Asociación de Empresas Exportadoras, Paulo Protasio, quien, además, pidió al gobierno brasileño que proponga a los Estados Unidos un plazo de seis meses para negociar una solución al problema de la informática.**

### ♦ El GATT

**Resaltó también que, al mismo tiempo de las negociaciones, Brasil debe verificar en el acuerdo general de tarifas y comercio (GATT) la legalidad de las sanciones norteamericanas.**

**El presidente del Brasil, José Sarney, denunció ayer en nota oficial que las restricciones aduaneras impuestas por los Estados Unidos son contrarias a los acuerdos del GATT.**

**El ministro de Ciencias y Tecnología, Luiz Henrique, por su lado, afirmó que Brasil ya perdió mucho más de los 105 millones de dólares con el proteccionismo comercial norteamericano y señaló que el gobierno brasileño mantendrá su política actual en el tema de la informática.**

**La postura oficial brasileña contrasta con la de los medios empresariales, y, según algunos ministros, Brasil estudiara la adopción de sanciones iguales a las importaciones norteamericanas.**

**En el comunicado del presidente Sarney se señala, entre otras cosas, que Brasil reducirá sus compras en los Estados Unidos en el caso de que ese país cumpla sus amenazas.**

**Según fuentes de la cancillería brasileña, las restricciones podrían afectar a las importaciones de carbón, azufre, fertilizantes y trigo, que en la actualidad alcanzan un total de 300 millones de dólares.**

### ♦ Mercado de computadoras

**La controvertida ley que mantiene una gran porción del creciente y lucrativo mercado brasileño de computadoras fuera de los límites de las multinacionales extranjeras, y que ya motivó represalias de los Estados Unidos, podría condenar al país al atraso tecnológico, advierte un número creciente de críticos.**

**La ley informática, que hace tres años formalizó una práctica gubernamental llamada reserva de mercado que se remontaba a diez años atrás, da a las compañías locales el derecho exclusivo de fabricación y venta de micro y minicomputadoras. Multinacionales tales como IBM y Burroughs solamente son autorizadas a producir computadoras más complicadas.**

**Esto ha frustrado a compañías extranjeras que quieren una porción mayor del mercado brasileño de computadoras, que según la prensa es el sexto en el mundo después de los Estados Unidos, Japón, Alemania occidental, Inglaterra y Francia.**

**En la década pasada, la cantidad de fabricantes brasileños de computadoras creció de nueve a 306, mientras que el número de multinacionales de ese ramo operando en el país pasó de dos a 30.**

**La industria creció de casi cero a un mercado anual de 3.000 millones de dólares, la mitad del cual está fuera del alcance extranjero.**

**Los defensores de las restricciones dicen que sin la reserva de mercado las firmas locales no podrían sobrevivir a la competencia de las multinacionales, y Brasil no lograría nunca autonomía tecnológica.**

**Los opositores, si bien admiten que la reserva de**

01.02

B712463

CLARIN ★ Buenos Aires, domingo 15 de noviembre de 1987

# informática

mercado colaboró en el desarrollo de una pujante industria doméstica de computadoras, dicen que la política evita que Brasil pueda acceder a una tecnología moderna. Todo lo que Brasil hace son copias caras y obsoletas de computadoras extranjeras, afirman.

José Ezil Veiga da Rocha, director de la Secretaría Especial de Informática del gobierno, que establece las reglas de la industria de computadoras, admitió en una entrevista que "una mayoría de las computadoras fechas en Brasil son copia de modelos norteamericanos o europeos".

"Brasil hace lo que muchos países, produce copias. Si nuestra propia industria no lo hiciera, entonces tendríamos que comprar copias hechas en Japón, Singapur o Corea", dijo Rocha.

Rocha, por su parte, dijo que "nuestros productos pueden no ser tan modernos como otros fabricados en otros países, pero son perfectamente aceptables para la mayoría de las necesidades del país".

"Si alguien puede probar que las computadoras brasileñas no satisfacen sus necesidades, la ley le permite requerir autorización para importar modelos extranjeros", dijo, pero agregó que en la mayoría de los casos esos pedidos son rechazados.

Claudio Zamitti Mammana, presidente de la Asociación Brasileña de Fabricantes de Computadoras, dijo que "es el mercado el que determina si las computadoras brasileñas son obsoletas o no. Si cumplen con las demandas de nuestro mercado, entonces no pueden ser consideradas obsoletas".

Mammana, quien admitió que las computadoras brasileñas tienen un atraso tecnológico de tres a cinco años, agregó que "no tendría sentido producir modelos más modernos para un país que, debido a sus niveles educacionales y económicos, no podría comprar".

8712463

02.02

098



GUERRA INFORMATICA

# Represalias de EE.UU. contra Brasil

Ronald Reagan, presidente norteamericano.

WASHINGTON, 13 (Reuter, EFE).-El presidente Ronald Reagan decidió ordenar represalias contra Brasil por la política informática de este país que mantiene la "reserva de mercado" para las empresas locales.

Señaló, en ese sentido, que los Estados Unidos incrementarán los aranceles para las exportaciones brasileñas y prohibirá las importaciones de ciertos productos informáticos, como sanción a las severas restricciones que impone Brasil a la participación extranjera en el mercado de computadoras.

Según la administración norteamericana, las pérdidas provocadas por la política brasileña en esta área, ascienden a 105 millones de dólares, por lo cual optó por imponer tarifas arancelarias que suman una cifra equivalente. La Asociación de Fabricantes de Computadoras y Equipos para Oficinas señaló que los industriales estadounidenses vendieron a Brasil 350 millones de dólares en computadoras durante 1985 y advirtió que esa cifra podría haberse duplicado el año pasado si no hubiera regido la prohibición en ese país.

La Casa Blanca acaba de adoptar la resolución, exactamente una semana después de que Brasil alcanzó un acuerdo con sus acreedores para el pago parcial de los intereses en mora por una deuda de 70.000 millones de dólares, parte del total de su endeudamiento externo, que asciende a 110.000 millones de dólares. Según Reagan, "Brasil es un buen amigo de los Estados Unidos y apoyamos las medidas que está tomando para restaurar sus instituciones democráticas, pero Brasil también es el beneficiario mayor del sistema global de comercio. La apertura de éste no puede mantenerse si los mercados son deliberadamente cerrados y si se establecen políticas incompatibles con un sistema más libre y abierto de comercio".

♦ **Conflicto**

La esperada medida del presidente Reagan se produjo luego de cuatro años de conversaciones bilaterales infructuosas. De acuerdo con la Casa Blanca, el origen del conflicto radica en "las cargas administrativas de la política de reserva de mercados, la prohibición de inversiones extranjeras y la falta de protección de derechos de autor para programas de computadoras".

En 1985, la administración norteamericana comenzó a estudiar medidas de represalia por este conflicto con Brasil, pero luego las suspendió al anunciar el gobierno de este país que sería "más flexible" en la aplicación de la ley de informática. Pero, según el comunicado de la Casa Blanca, "los recientes acontecimientos dejan claro que estos compromisos no se han mantenido".

Al parecer, el gobierno brasileño "ha rechazado esfuerzos de una empresa estadounidense de progresar por patentar su producto en Brasil". Para la administración Reagan "esta decisión establece un precedente efectivamente excluye empresas norteamericanas del mercado brasileño de programas". La empresa es Cobra soft y su sistema de programas MS-2 —ampliamente utilizado en numerosos modelos de computadoras— considerado "único" por los EE.UU. Washington exige a Brasil de permitir que una empresa local produzca lo que los brasileños consideran un "equivalente nacional". Reagan afirmó que esta situación "probablemente aumentará la piratería de programas de computación extranjeros dado que la demanda de los productos robados continuará".

La Casa Blanca declaró, finalmente, que se apresta a levantar las sanciones si Brasil cumple con su compromiso de aplicar su ley de informática en forma flexible, razonable y justa".

## Reserva de mercado

Los primeros esbozos de la política informática brasileña datan de 1960 con la decisión de iniciar un programa de apoyo a la industria electrónica nacional que procurara, esencialmente, mantener y renovar el equipamiento electrónico de la flota naval.

Pero en 1971 el país da un paso decisivo: el plan para desarrollar y construir un prototipo de computadora para operaciones navales. En 1972, se estableció que la producción de minicomputadoras debía quedar en manos de un "joint venture" con el reparto igualitario de la participación entre el Estado, el capital privado nacional y una empresa extranjera proveedora de tecnología. El acuerdo logrado imponía a la compañía del exterior un compromiso a transferir la tecnología y sus avances sin ningún tipo de reserva ni restricción; debía aceptar también la diversificación de proveedores y la transferencia de determinado plazo del know-how.

Al promediar los años 70, ante el ritmo de crecimiento del mercado local de computadoras -del 40 por ciento anual- indujo al gobierno brasileño a requerir la aprobación previa para cualquier tipo de importación de equipos como de sus partes, accesorios y componentes. Esta medida fue el antecedente de la "reserva de mercado" instrumentada definitivamente en 1977.

En 1976, se propuso dicha reserva del mercado de mini y microcomputadoras y su equipamiento periférico para las empresas de capital nacional, con el objetivo de "consolidar un parque industrial con total dominio y control de tecnología y decisión del país". Esta norma entró en vigencia precisamente un año después, con el llamado a concurso para la fabricación local de mini. Fueron seleccionadas en ese momento tres firmas que utilizaron tecnología provista por compañías europeas y japonesas. Junto con la empresa Cobra, bajo control estatal, constituyeron el núcleo de la producción nacional en ese rango. En 1981, estas cuatro empresas concentraban, ya, el 85 por ciento del parque de mini del país.

En 1979 se crea la Secretaría Especial de Informática que jerarquizó desde el punto de vista institucional la actividad del sector. La reserva del mercado y el estricto control de las importaciones continuaron como eje central de la política informática brasileña. El resultado fue el fuerte crecimiento de la industria nacional de mini y microcomputadoras, como de las empresas proveedoras de componentes y equipos periféricos. Las presiones de las compañías transnacionales por la liberalización del régimen data desde entonces y tiene, ahora, su máximo registro con las sanciones dispuestas por el presidente Ronald Reagan.

01.01

8712464

098

Clarín 16-II-87

BRASIL



HOY SE VOTA LA DURACION DEL MANDATO

# Sarney juega todo

**Aunque el grupo de electores sea extremadamente reducido, la votación que tendrá lugar hoy en la Comisión de Sistematización de la Asamblea Constituyente brasileña sobre la *duración del mandato del presidente José Sarney* mantiene en vilo al país y es objeto de las más contradictorias especulaciones previas.**

**El jueves, los 93 integrantes de la comisión fueron contundentemente advertidos. Para Sarney, todos aquellos que apoyen una reducción del período que el propio presidente definió en mayo último —5 años que culminarían el 15 de marzo de 1990— serán considerados "enemigos en guerra" por parte del gobierno.**

**En el momento en el que el presidente parece sufrir su más agudo nivel de aislamiento —desafiado abiertamente por sus aliados de las vísperas, como los gobernadores de los estados más poderosos y las corporaciones empresariales—, la amenaza sonó como una *inútil prueba de desesperación*.**

**Los datos estructurales convergen, todos ellos, a confirmar la impresión de que la representatividad de Sarney está definitivamente perdida.**

**En otros términos, parece altamente improbable que subsista algún sector gravitante en Brasil que considere que el modelo de transición —hacia la institucionalización democrática de la sociedad generada por los 20 años de gobierno militar— encarnado por Sarney de manera casual mantenga su vigencia.**

**Para esos sectores, en realidad, Sarney personifica hoy precisamente el fracaso del modelo que había sido diseñado a la medida del liderazgo del fallecido Tancredo Neves.**

**Las zonas de fractura fundamental del modelo, en su representación política, residen en el conflicto entre la hegemonía "radical" en la comisión de Sistematización y la mayoría conservadora de la asamblea, por un lado, y en el divorcio entre el ejecutivo y las mayorías formales en el Parlamento-constituyente por el otro.**

En el marco de la tradición presidencialista —notoriamente fortalecida durante el régimen militar— está claro que para todos los factores de presión las facturas de esas quiebras deben ser pasadas a Sarney, visualizado como incapaz de cumplir con su papel de garante de la *confiabilidad del modelo*.

Es a partir de este esquema que gana cuerpo hasta su consagración la tesis del parlamentarismo; que los gobernadores abandonen al presidente, que las multinacionales desafíen su política de precios que las gremiales empresarias propongan a los sindicatos obreros instancias de discusión salarial independizadas del control oficial.

### ♦ El aparato

Sin embargo, el reflejo político de esos datos estructurales está lejos de asegurar relaciones simétricas. La guerra anunciada por el presidente contra quienes se toman en serio el criterio de la "asamblea soberana" en relación con el mandato ya fue desatada en un terreno preciso y con el despliegue de un arsenal específico y contundente: el enorme peso que tiene en Brasil el aparato estatal.

Solo a manera de ejemplo del desarrollo de los combates, el *Jornal do Brasil* del viernes daba cuenta de la transferencia de algunos constituyentes considerados incondicionales partidarios del parlamentarismo y de la reducción del mandato hacia las huestes que apoyan al presidente.

El más notado de esos ejemplos es el del diputado paulista por el PMDB, *Joao Cunha*, antiguo militante de organizaciones de la izquierda más dura, parlamentario *cuja eleição pelo regime militar* según las normas de la *Ley de Seguridad Nacional* y famoso luego de que la casualidad lo colocó, el 15 de enero de 1985, en situación de depositar el voto que aseguraría la elección de Tancredo Neves como presidente en el Colegio Electoral.

Luego que el gobierno, a su pedido, *otorgó* la semana pasada la concesión de un canal de televisión a su amigo *Antonio Pinto* en la ciudad de Ribeirao Preto, Cunha pasó a apoyar al denominado bloque del "gran centro" (centrao) que expresa la línea de Sarney en la asamblea.

El mismo diario cita también el caso del diputado pemedebista por Bahía *Jorge Vianna*, quien integraba el Frente Parlamentarista del Congreso. Después del nombramiento de su hijo al frente de un organismo estatal ligado a la agricultura, comenzó a defender la tesis de la supervivencia del presidencialismo.

El poder de este arsenal está presente también en la homogeneización de los parlamentarios evangelistas al lado del presidente, luego de que uno de ellos resultó premiado con el manejo de otro organismo central.

En concreto, con todos estos datos en la mesa, las apuestas previas sobre los resultados de la votación de hoy —el anteproyecto deberá ser luego rediscutido en el plenario de la asamblea y podrá ser alterado si un mínimo de 280 constituyentes lo proponen— parecen inclinarse por un triunfo de los 5 años por un margen muy apretado entre los 93 integrantes de la comisión o, a lo sumo, por un empate.

*Carlos Eichelbaum*

Copyright Clarín 1987



871'2477

Carpeta EE.UU.

098

# Represalias contra Brasil

**WASHINGTON y BRASILIA, 28 (UPI y Reuter). – El gobierno de los Estados Unidos informó oficialmente que un listado de varios centenares de productos brasileños, desde cueros y artefactos del hogar hasta platitos para bombones, podrían quedar sujetos a tarifas de un 100 %. La actitud de las autoridades norteamericanas obedece a la negativa del Brasil a abrir su mercado de computadoras a los Estados Unidos. La información fue suministrada por la Oficina del Representante Comercial, repartición encargada de preparar la nómina de artículos. Hasta el presente los aranceles estadounidenses promedian el 5 %.**

**La semana pasada el presidente Ronald Reagan anunció la imposición de tarifas punitivas que representarían 300 millones de dólares para los artículos brasileños, cifra equivalentes a la pérdida del mercado que perdieron las empresas norteamericanas en Brasil en computadoras y programas.**

**A partir del 16 de diciembre habrá audiencias públicas para decidir si algunos artículos podrían ser excluidos.**

**Hasta ahora, en las listas figuran joyas, cajitas para dulces y caramelos, platitos para bocadillos, copas para huevos, artículos de plomería, platitos para bombones, calculadoras, cajas registradoras, radios y transmisores, grabadoras, cámaras de televisión, saleros, pimenteros, zapatos de cuero y bolsos de cuero.**

**● Brasilia**

**Por su parte, el gobierno brasileño manifestó su "grave preocupación" ante la amenaza de represalias comerciales por parte de los Estados Unidos y criticó sus procedimientos en una contienda por el mercado de computadoras, al llevar al campo político una discrepancia comercial.**

**"El gobierno brasileño observa con grave preocupación que el valor total de las importaciones correspondiente a esa lista alcanzaría la cifra absurda de 700 millones de dólares", se señaló en una nota divulgada ayer en Brasilia con la aprobación del presidente Sarney. La nota indaga "por qué razón se abandonó la vía diplomática para una comunicación de esa importancia, prefiriéndose el acceso directo a los medios de comunicación."**

**Brasil anunció su decisión de recurrir al Acuerdo General de Aranceles y Comercio para exhibir sus argumentos ante una acción de represalias unilaterales, e informó que comenzó el estudio de medidas para responder a esa conducta estadounidense.**

**Expresó también que la propia fuerza de los hechos "tomará a su cargo rechazar la irracionalidad de las amenazas económicas", puesto que tienen acceso al mercado brasileño "una infinidad de programas de computación de origen extranjero".**

Clarín 29/11/85

01·01

8712505

ARCHIVAR EN: Brasil (058)

TEMA: Brasil no está preparado para la era nuclear.-

PROCEDENCIA : Aquí 11/11/87

ARCHIVADO EN: Frentes (CMP) + Científicos (032)

01-01

8712526

CARP. Nº 0.9

NO

EXISTE

CARP. Nº 100

NO

EXISTE

# CARP. Nº 104

# NO EXISTE

# CARP. Nº 102

# NO EXISTE

# CARP. Nº 113

# NO EXISTE

# CARP. Nº 114

# NO EXISTE

# CARP. Nº 105

# NO EXISTE

# CARP. Nº 106

Nº 106 CHILE

ENTRE LOS Nºs

8700037-8712502

106

# Propuesta opositora a militares chilenos

Santiago, 13 (ANSA) – Se confirmó que tres altos dirigentes de partidos de oposición de Chile se reunieron con los comandantes en jefes de la Marina y de Carabineros, para hacerles llegar sus "bases de sustentación del régimen democrático".

Los comandantes en jefe de las Fuerzas Armadas de Chile detentan, por el cierre del Congreso, el Poder Legislativo.

Las "bases" fueron elaboradas por trece partidos políticos, que no incluyen a los marxistas, y son ochenta y siete que, básicamente, son la propuesta opositora para llegar a la democracia por la vía pacífica, mediante una negociación con las Fuerzas Armadas que incluye el acortamiento del plazo en el poder del gobierno militar y su salida honrosa.

Esta propuesta contrasta con el planteamiento del general Augusto Pinochet, quien cada vez que puede, enfatiza que se cumplirá estrictamente la Constitución.

La actual Carta Magna, elaborada por el régimen militar y aprobada en plebiscito en 1980, señala que los comandantes en jefe de las Fuerzas Armadas nominarán en 1989 una persona, que solo por esa vez puede ser el mismo Pinochet, para presidente por un período de otros ocho años.

Pero esta designación debe ser aprobada en plebiscito y en caso de perderlo en 1989 se efectuará la elección presidencial libre y pluripersonal.

Por ello llama la atención que los comandantes en jefes de la Marina, almirante José Toribio Merino, y el de Carabineros, (policía uniformada), general Rodolfo Stange se hayan reunido con los dirigentes políticos para recibir de éstos, propuestas que significan acortar su gobierno e ir en contra de lo que propicia el presidente Pinochet.

El documento les fue entregado por tres de sus redactores, el secretario general del partido Nacional, (de derecha), Pedro Correa, el secretario general del centrista partido Demócrata Cristiano, Eugenio Ortega y el subsecretario general del izquierdista partido Socialista, Jorge Molina.

Correa anticipó que habían solicitado una audiencia al general Fernando Matthei, comandante en jefe de la Fuerza Aérea, para entregarle el mismo documento y que también que lo harán con respecto del general Humberto Gordon, cuando éste asuma en la Junta Militar de Gobierno.

La Prensa 14/III/86

01.01

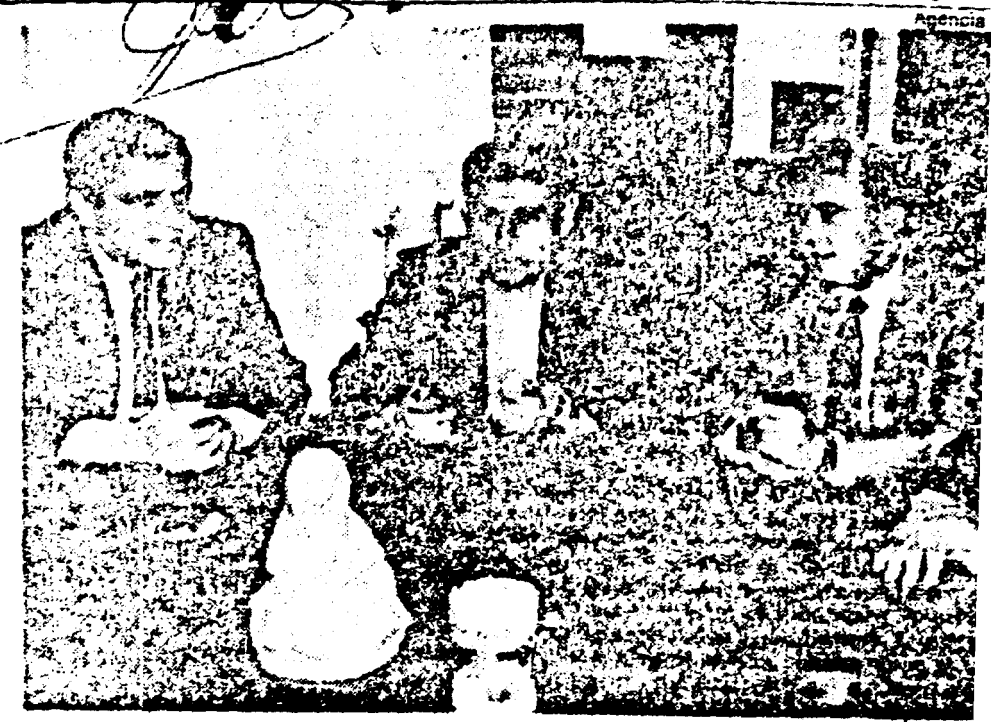
700037

106



# Una corte marcial en Chile anuló tres condenas a muerte

*Las condenas a muerte dictadas contra tres acusados del asesinato del ex intendente de Chile fueron anuladas ayer por una corte marcial que hizo lugar a una apelación presentada por la defensa. El dictamen alude a "presuntos vicios" en la tarea del tribunal que había actuado en primera instancia. El presidente de la Juventud Demócrata Cristiana, Andrés Palma, y tres religiosos, fueron detenidos ayer en el centro de Santiago cuando participaban de una manifestación en contra de la tortura.*



Agencia

El ex premier español Adolfo Suárez (der.) durante su visita, ayer, a la vicaría de Solidaridad de Chile.

SANTIAGO, (Chile), 11. (ANSA, AP y EFE). — Una corte militar **anuló hoy las condenas a muerte dictadas a fines de noviembre contra tres militantes del Movimiento de Izquierda Revolucionaria** (MIR), al acoger una apelación de la defensa sobre la incompetencia de la justicia castrense en el caso.

Por **unanimidad**, la corte resolvió acoger el recurso de los defensores de **Carlos Araneda Miranda, Jorge Palma Donoso y Hugo Marchant Moya**, acusados de haber emboscado y dado muerte al ex intendente de Santiago, general **Carlos Urzúa**, y a sus dos escoltas.

La anulación de las condenas se produjo cuando se multiplicaban las **protestas contra las penas de muerte** en diversos países extranjeros, y a través de la acción de diversos organismos, mientras que en Chile **cerca de 500 presos políticos ingresaban en su decimoprimer día de huelga de hambre**.

El juez militar de Santiago, general Samuel Rojas, había condenado a muerte a los tres hombres el 28 de noviembre último, por hallarlos culpables del atentado que costó la vida a Urzúa y a los suboficiales **Carlos Rivera y Jorge Aguayo**, miembros de su escolta. Los inculpados habían sido detenidos pocos días después del atentado, junto con dos mujeres sentenciadas luego a penas de reclusión por cuatro y catorce años.

La corte que hoy se pronunció consideró que el fiscal instructor del proceso, **Tulio Díaz**, no dio lugar a peticiones presentadas por la defensa de los acusados, **cometiendo presuntos vicios y apresurando indebidamente el fallo**. Al anular la sentencia de primera instancia, ahora la corte marcial deberá resolver **sobre la competencia o no de la justicia militar en este caso**.

Unas diez personas, entre ellas **tres religiosos y el presidente de la Juventud Demócrata Cristiana, Andrés Palma**, fueron arrestadas por la policía que disolvió una manifestación pacífica convocada por el **Movimiento contra la tortura "Sebastián Acevedo"**.

La policía antimotines interceptó la manifestación cuando el acto de protesta llegaba a su fin, y, según testigos, actuó con violencia para dispersar a los pres tes, empleando **bastones contra ellos**, y deteniendo a religiosos **Mauricio Gómez, Patricio Illanes y Jean Cl de**, y al titular de la juventud democristiana.

**Políticos españoles**

Los políticos españoles **Adolfo Suárez, Leopoldo T rres y Oscar Alzaga**, que desde el pasado martes encuentran de visita en Chile, iniciaron hoy su term jornada en este país con un desayuno de trabajo en revista **Hoy**, vinculada a la **Democracia Cristiana** afectada recientemente por una suspensión, en el ma del estado de sitio vigente.

El ex primer ministro Suárez, y los dirigentes so lista y democristiano Torres y Alzaga visitaron lueg **Vicaría de la Solidaridad** del Arzobispado de Santiag por la tarde la Comisión Chilena de Derechos Human

PARTES ILEGIBLE

01.01

8700261

Chile

CLARIN ★ Buenos Aires, domingo 7 de diciembre de 1984

# Conflicto judicial chileno por las condenas a muerte

SANTIAGO, Chile, 6 (EFE). — La corte marcial chilena ordenó al juez militar de esta ciudad, brigadier general Jaime González, paralizar temporariamente la acción judicial relativa al proceso en el cual se encuentran sentenciados a muerte tres militantes del Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR).

Hugo Jorge Marchant, Jorge Palma Donoso y Carlos Aravena Miranda fueron condenados la semana pasada a la pena capital tras haber sido hallados responsables del asesinato del entonces intendente de esta capital, general Carol Urzúa, y sus dos escoltas, ocurrido el 30 de agosto de 1983.

La orden de paralización temporaria del proceso se debe a un recurso de hecho presentado en contra del anterior juez militar de Santiago, brigadier general Samuel Rojas, por los abogados defensores de los sentenciados.

El recurso legal contra el juez militar se basaba en el hecho de que éste no había dado curso a una serie de diligencias pedidas antes de dictar la sentencia de primera instancia y también porque no se pronunció respecto de una petición declinatoria de jurisdicción, en la que se pedía que el proceso fuera llevado por otro tribunal militar.

Este recurso de hecho incluía una solicitud de paralizar el proceso hasta que la corte marcial se pronunciara respecto de las reclamaciones hechas, a lo cual accedió el tribunal de alzada castrense.

### ♦ Delegación española

El ex presidente del gobierno español Adolfo Suárez, el socialista Leopoldo Torres y el líder democristiano Oscar Alzaga participarán la próxima semana en Santiago, en plena vigencia del estado de sitio, de un seminario de la Fundación Eduardo Frei, sobre Consenso y transición a la democracia: la experiencia de España.

La posibilidad de viajar a Chile para ofrecer sus experiencias sobre la restauración del sistema democrático fue considerada por los dirigentes españoles como "una figura en la dureza prisca de la situación política chilena".

Suárez, conductor de la transición española, declaró al ser consultado sobre la situación chilena que "el cambio siempre es posible. Viviendo y haciendo la historia de mi país —dijo— he recibido la ratificación de una idea esencial: que el futuro, lejos de estar decidido, es siempre cosa de la libertad".

Poco legible

01.01

8700262

Aunque no apoyó la resolución de la ONU por abusos contra derechos humanos

# EE.UU. se endurece en el caso Chile

Escribe Michael Battye
De la agencia "Reuter"

**Washington (Reuters) — El voto estadounidense en contra de una resolución de las Naciones Unidas que condenaba el abuso de derechos humanos en Chile no significa que Washington quiera disminuir su presión sobre Santiago para que encamine al país hacia la democracia, según funcionarios del Departamento de Estado. Los funcionarios, que prefirieron no ser identificados, informaron a Reuters que el gobierno de los Estados Unidos votó en contra de la resolución de la Asamblea General de la ONU porque no mencionaba el abuso de derechos ocasionado por los sectores de izquierda.**

En el último año, Washington ha incrementado paulatinamente la presión sobre el régimen militar chileno del general **Augusto Pinochet** para que amplíe el diálogo con los sectores más moderados de la oposición y definir cómo se acelerará el acceso a la democracia.

Estos mensajes de presión incluyen el envío de un nuevo embajador, **Harry Barnes**, que lleva instrucciones de promover este diálogo.

El renovado interés de Washington en Chile responde a la indignación de la ciudadanía estadounidense ante el asesinato de un joven chileno residente en los Estados Unidos y el otorgamiento de nuevos créditos de las entidades financieras internacionales a Chile.

En julio de este año, **Rodrigo Rojas**, de 19 años, fue empapado con líquido inflamable y encendido durante una demostración en contra del gobierno en Santiago. El incidente aumentó la presión en los Estados Unidos para que el presidente tome acción más firme contra Pinochet. Pero los funcionarios admitieron que la administración se encuentra dividida respecto al nivel de la dureza de la postura que debe asumir. Hasta el momento ha prevalecido la tendencia moderada, mantienen. Washington se abstuvo el mes pasado en la votación de un crédito de **250 millones de dólares** para Chile. La semana pasada se abstuvo nuevamente en un voto por **300 millones de dólares** para el desarrollo de un proyecto hidroeléctrico. Según los voceros, **existía mucha presión dentro de la administración para votar en contra de los créditos.** Dijeron que la administración consideró que la abstención había sido un signo lo suficientemente fuerte para demostrar a Pinochet el nivel de irritación de los Estados Unidos ante su negativa de comenzar un diálogo con la oposición. Insinuaron, sin embargo, que esta posición podría variar. **"La moderación de la oposición no es premiada por Pinochet. Cuando difieren con la izquierda o los comunistas, el presidente no los recompensa con diálogos o encuentros", sostuvo un funcionario.**

A pesar de ello, algunos analistas privados ven en la posición de los Estados Unidos un fuerte deseo de que Pinochet sea reemplazado. **"Si los demócratas cristianos pudiesen lograr una amplia alianza con apoyo de militares con deseos de deshacerse de Pinochet, los Estados Unidos se apresurarán a ayudar a los rebeldes", dice Kenneth Flam del Instituto Brookins,** un "think tank" privado. Los funcionarios no hacen ningún secreto del hecho que creen que Pinochet es problema principal. Uno de ellos lo describe como un hombre que cree que **"fue designado por Dios para salvar a Chile del comunismo".**

Dijeron temer que un voto negativo en el otorgamiento de un crédito sólo sería utilizado por Pinochet para enardecer a la población y lograr que militares y civiles apoyen su discurso. Los funcionarios dijeron que Washington quería que los créditos sean otorgados porque la economía chilena era una de las mejores de América latina y que no debería ser estropeada. **"No queremos destruir la economía porque eso llevaría al caos y sólo beneficiaría a los extremistas de ambos lados", explicó un funcionario.**

01-01

8700263

106



ADOLFO SUAREZ EXHORTO AL RETORNO DEMOCRATICO EN CHILE

# Atacan un cuartel de inteligencia

***El ataque a un cuartel de la Central Nacional de Informaciones culminó en la noche del lunes con la muerte de uno de los integrantes del comando armado que actuó en el atentado, según la información gubernamental. Horas más tarde, hombres que se identificaron como miembros del Frente Patriótico Manuel Rodríguez ocuparon una emisora para transmitir, en el tercer aniversario de la organización guerrillera, una proclama contra el régimen de Augusto Pinochet.***

SANTIAGO, Chile, 9. (ANSA, AP, UPI y Reuter). — Uno de los principales cuarteles de la Central Nacional de Informaciones (C.N.I.) fue anoche blanco de un atentado y derivó en un enfrentamiento en el que uno de los atacantes murió y otro resultó herido, según la información ofrecida esta tarde por la oficina de prensa del gobierno del general Augusto Pinochet.

Las fuentes policiales que informaron sobre el hecho indicaron que un grupo de hombres armados disparó desde un automóvil ráfagas de metralleta y lanzó granadas contra el frente del cuartel de la calle Borgoño, en Santiago, del organismo de seguridad gubernamental. Las mismas fuentes identificaron a la víctima como Marcelino Marchandon, de 27 años y dijeron desconocer si formaba parte del comando agresor.

En el comunicado oficial que confirmó la versión, Marchandon fue definido como "un delincuente terrorista" que durante incidentes registrados el 1° de mayo de 1978 fue detenido por carabineros "por protagonizar acciones orientadas a subvertir el orden público en Santiago".

Según la información gubernamental, el ataque contra el cuartel de la C.N.I. fue repelido cuando agentes que realizaban una ronda de patrullaje preventivo sorprendieron "a dos sujetos en actitudes sospechosas". En esta versión se señala que desde el automóvil en el que viajaban los atacantes fue lanzada "una granada de mano contra el vehículo policial, que no fue alcanzado". "El otro terrorista —agrega— abrió fuego con una pistola contra el patrullero, impactándolo en la carrocería, sin herir a sus ocupantes."

"Los funcionarios —prosigue el comunicado— debieron recurrir al uso de sus armas de reglamento, dando muerte al sujeto que disparaba contra la patrulla", mientras que el resto de los atacantes, uno de ellos herido, logró huir.

### ♦ Proclama contra Pinochet

Tras el ataque al cuartel, que ningún grupo se atribuyó, una radioemisora del puerto de Valparaíso fue asaltada por miembros del Frente Patriótico Manuel Rodríguez, quienes lograron reducir a dos funcionarios y transmitir luego una proclama contra el gobierno militar de Augusto Pinochet.

Luis Ansear, director de la emisora, informó que tres hombres con sus rostros semicubiertos ingresaron a los estudios poco antes de las 8 de la mañana, y amenazaron con sus armas automáticas a un periodista y a un técnico, al que obligaron a transmitir una grabación. "[illegible] proclama —dijo Ansear— incluía música y la voz [illegible] un hombre que aludió [illegible] tercer aniversario [illegible] Frente", que se cump[illegible] hoy.

### ♦ Dirigentes españoles

El ex primer minist[illegible] español Adolfo Suá[illegible] abogó hoy por la "vía pa[illegible]fica" en la política chile[illegible] al arribar a Santiago in[illegible]tado para participar de [illegible] seminario sobre la tra[illegible]ción a la democracia. [illegible] Suárez viajaron el vicep[illegible]sidente de la Cámara [illegible] Diputados española, el [illegible]cialista Leopoldo Torre[illegible] el dirigente democristi[illegible] Oscar Alzaga.

"Espero y deseo que [illegible] encuentren un camino y [illegible] vía pacífica al reencuen[illegible] de todos los chilenos", [illegible] Suárez, quien se excusó [illegible] comentar la situación [illegible]lítica chilena. El ex ca[illegible]ller Gabriel Valdés, pr[illegible]dente de la Democra[illegible] Cristiana chilena, cons[illegible]ró "muy trascendental [illegible] visita de Suárez, a q[illegible] correspondió estable[illegible] en España, la transici[illegible] la democracia, luego [illegible] fin de la etapa franquis[illegible]

01.01

8700264

BUENOS AIRES
SANTIAGO DE CHILE
BUENOS AIRES

# LA NAVE DE LOS CLAVELES ROJOS

*EL PERIODISTA viajó junto al grupo de exiliados chilenos que el pasado martes 9 intentó regresar a su país, acompañado por numerosas personalidades latinoamericanas. El siguiente es el relato de un viaje cuya significación trasciende sus objetivos inmediatos.*

Si la determinación juega algún papel en estas cosas, los opositores chilenos acabarán con la dictadura de Pinochet. Los veintiséis proscriptos que treparon el martes 9 en Buenos Aires a la nave de Aerolíneas Argentinas tenían todas las de perder, al menos en los papeles. Menos de cuarenta y ocho horas antes el dictador había salido ileso de un atentado; la represión había dado otra vuelta de tuerca a su propia ferocidad. ¿Quién podía garantizarles que esta vez –la quinta para muchos de ellos– el régimen no los dejaría entrar para luego *secuestrarlos, torturarlos y asesinarlos*? Ninguno de los numerosos legisladores e intelectuales latinoamericanos que los acompañaban hubiera podido permanecer con ellos mucho más de unas horas. Lo paradójico de la aventura de ese grupo de locos con un clavel rojo en el hojal fue que la vida de cada uno sólo podía garantizarla, hasta cierto punto, el fracaso del objetivo del viaje: ingresar a Chile. Del otro lado del chato edificio del aeropuerto, más allá de esa terraza abrasada de sol donde un grupito de chilenos se había encaramado quien sabe cómo y agitaba banderitas (sesenta colectivos repletos, se supo luego, que habían sido detenidos por los carabineros antes de llegar al aeropuerto), un largo país se ensanchaba de indignación y seguía peleando, a pesar del recrudecimiento de la barbarie.

Esa era la carta de los proscriptos. Pase lo que pase, estar allí, ejercer más presión sobre el tirano, no darle tiempo a lamerse las heridas. La noticia del atentado obligó a los promotores del viaje a poner en duda su realización. Pinochet había logrado declarar el estado de sitio, los secuestros y asesinatos se multiplicaban. Pero primó el criterio de llevarlo a cabo, con una única concesión: retener en la Argentina a Isabel Allende Bussi, hija del Presidente asesinado en La Moneda, para no exponerla. El resto de los proscriptos –alentado por la unánime predisposición de la comitiva de *argentinos*, uruguayos, peruanos, brasileños y venezolanos que los acompañaría– se pronunció por no postergar el intento. Y fueron esos dientes apretados, esa firme determinación, los que marcaron la diferencia: durante cuatro horas veintiséis proscriptos inermes tuvieron en jaque a cuarenta gorilas de la DNI (seguridad chilena) que treparon a la nave de Aerolíneas en Pudahuel. *"Todos queremos bajar, güevón, a qué te crees que hemos venido..."* La respuesta que Mireya Baltra, ministra y parlamentaria durante el gobierno de Salvador Allende, dio al requerimiento del jefe de los DNI *("Los que quieran bajar, preséntense con sus documentos")*, dio el tono de la verdadera "relación de fuerzas" en el avión. Esos cuarenta gorilas asombrosamente jóvenes (la mayoría menores de veinticinco años) tenían, bien mirados, una expresión de debacle, de función que termina, que contrastaba con el coraje de los proscriptos y el silencioso apoyo de sus acompañantes.

La noticia del asesinato de Pepe Carrasco (ver recuadro) llegó en Mendoza, en la escala hacia Santiago. Luis Guastavino, ex diputado y líder natural del grupo de chilenos, sólo tuvo que recorrer con la mirada a sus compatriotas. *"Seguimos, ¿no?"...* Todos continuaron llenando sus papeles de aduana. Del otro lado estaba Chile y el cada vez más odiado Pinochet. Sobre la cabeza de los viajeros, en la terraza del aeropuerto mendocino, un zapateo de consignas presionaba el ánimo: varias decenas de exiliados chilenos seguirían allí hasta que la nave despegara para saltar la cordillera, una adhesión entusiasta que había comenzado en Buenos Aires junto a Adolfo Pérez Esquivel, *Lautaro* Murúa y Hortensia Bussi de Allende y se reiteraría al *regreso*, catorce horas después.

El vuelo entre Mendoza y Santiago debe ser uno de los más cortos del mundo para grandes aviones de línea y quizá también el más bello. Pero nadie echó más de una ojeada a la cordillera en esos treinta minutos. Los chilenos se acomodaban los claveles rojos en el ojal y repartían consignas: *nos mantendremos agrupados, no caeremos en provocaciones*. La comitiva de acompañantes se distribuía estratégicamente: un grupo bajaría a reclamar a la dictadura que se permita ingresar a los exiliados (por iniciativa del diputado brasileño Flavio Birrenbach se nombró jefe a Hugo Piucil, el diputado radical que preside la Comisión Argentina de Solidaridad con el Pueblo Chileno); otros dos se situarían por delante y por detrás de los chilenos y permanecerían con ellos para protegerlos. Los periodistas pergeñaban las argucias habituales para burlar secuestros de casettes y películas fotográficas. Cuando el avión silenció sus motores y comenzó a presentir la pista de Pudahuel, el chileno Jaime Gazmuri soltó la última instrucción: *"Compañeros, si suben los pacos, c... fuerte el himno nacional"*. Lo interrum... sacudón de las gomas sobre la pist... grito de Mireya Baltra: *"¡Tocamos C...* En el fondo de la nave, la cantante ve... lana *Chiche* Manaure se hacía acom... de palmas en una canción dedica... Víctor Jara: *"Poblador de la victoria/v... na que se abre al sol/no le borran a... zos/la memoria ni el amor"*.

Luego fueron las cuatro horas ... del avión, en cabecera de pista, en ... pañía de gorilas de la CNI. Uno por u... chilenos presentaron sus documen... escucharon la respuesta: *"¿Cuántos... tenés; tan mal estás que hacés es... bajo?". "Tú que tendrás veinte añ... debes acordar del medio litro de ... diario que te daba Allende... ¡Co... güevón! ¿No te das cuenta que e... termina y que ya te quedan pocas o... nidades para luchar junto a tu pueblo... que acuérdate bien de esto: cuando ... la dictadura en Chile habrá justicia, y... ustedes serán juzgados"*. Los jefe... evidentes instrucciones de no resp... apenas contenían la furia. Pero el p... las horas fue agrietando ese bloqu... pacto que trepó al avión y resultó ev... que muchos tenían miedo. Uno d... hasta se acercó a Guastavino, le ... mano y se excusó: *"recuerde que ... hago mi trabajo"* El ex legislador ... comentó: *"es la quinta vez que me ... la entrada, y ahora se convenció ... pronto me tendrá que dejar pasar"*.

La comitiva (Piucil, los peronist... bén Cardozo, Eduardo Vaca y Dieg... lar; el intransigente Miguel Monse... alcalde de Lima Alfonso Barrantes ... putada del APRA Hilda Urizar; los l... dores brasileños Severo Gómez, ... Ramos y Flavio Birrenbach y el g... uruguayo Víctor Licandro, entre otr... vió con la novedad esperada: un ... funcionario les había comunicad... nombre del gobierno chileno", q... opositores seguían siendo proscrip... el trámite hubo gritos y empujone... rutina de las dictaduras, en la que ... riodistas llevaron la peor parte. Ca... las cintas grabadas y fotografías ... viaje jamás verán el aire ni la luz.

Cuando finalmente el avión desp... Pudahuel, por los parlantes se oyó ... perado mensaje: *"El comandante ... y los miembros de su tripulación ... expresar su solidaridad con los ... nes de este viaje. Les ruegan discu... viajemenes y ... nuestra voluntad, y esperan conta... mente con ustedes en este vuelo d... neas Argentinas". "No tenga dud... mandante"*, prometió Mireya Balt... tras aplaudía.

**CARLOS G...**

José Carrasco

# TRECE BALAZOS EN LA MADRUGADA

Corría 1984 cuando nos enteramos en México de que José Carrasco, a quien conocíamos desde algunos años atrás en ese tradicional cobijo de desterrados latinoamericanos, había decidido retornar a Chile tras ocho años de exilio. Nos pareció resueltamente una locura y así se lo dijimos en la luminosa redacción del diario Unomasuno, donde por entonces nos encargábamos de la edición internacional. *Pepe* –a veces también *Pepone*– sonrió ante los argumentos y prevenciones que desgranamos no tanto para convencerlo de que desistiera de su decisión, sino más bien para tranquilizar nuestro propio ánimo, y se limitó a solicitar la vacante corresponsalía del periódico mexicano en Santiago de Chile.

La preocupación que nos roía no era antojadiza: por comentarios de compatriotas suyos sabíamos que Carrasco era uno de los que se había negado a emigrar al producirse el golpe de 1973, que había seguido la pelea contra Pinochet, que había sobrevivido milagrosamente tras varios años de encierro en un campo de concentración y que sólo al ser liberado aceptó salir de su país. Por eso la aprehensión al escuchar su anuncio, la felicidad de su rostro: *"estoy arrancando pa'Chile, guevón"*.

El mismo año que *Pepone* partió de retorno a Santiago, donde retomó inmediatamente sus tareas políticas (era dirigente del Movimiento de Izquierda Revolucionaria), sindicales (fue designado consejero del colegio metropolitano de Periodistas de Santiago) y profesionales (era editor internacional del semanario opositor *Análisis*) regresamos a la Argentina democrática y aquí y en varias reuniones regionales de trabajadores de la prensa pudimos verlo o saber de él a través de colegas y amigos comunes. Poco antes de que lo recibiéramos en la redacción de EL PERIODISTA, el viernes anterior a su asesinato, habíamos preguntado por él en Quito durante un seminario paradójicamente dedicado a estudiar las medidas necesarias para proteger a los periodistas *"en misión peligrosa"*. Fue allí donde, precisamente con los representantes del periodismo chileno, planteamos la necesidad de articular acciones para impedir que los regímenes de fuerza que aún perduran en el continente sigan atentando contra la vida y la libertad de los periodistas que en ejercicio de su profesión o por su condición de sindicalistas u opositores políticos, se enfrentan cotidianamente con la muerte.

El lunes, al recibir la información de que en esa misma madrugada había sido secuestrado, por fuerzas que se identificaron co... cias, de su casa santiaguina, presag... peor: sabíamos que apenas unos d... *Pepe* había recibido amenazas y que ... tivó precisamente su viaje a Buenos A... esperanza de que aquellas se diluyera... de esto, trece balazos lo estaban es... en esa fría madrugada de Santiago. E... precio impuesto por la sólida dictad... dignidad de un dirigente político, mili... dical y trabajador de prensa que pudo ... en el momento en que era sacado de s... con el cierto destino de la muerte, rec... palabras de Julius Fucik en idéntica ... tancia: *"por la alegría he vivido, por l... he ido al combate, por la alegría mu... jamás la tristeza sea unida a mi nom...*

**OSCAR R. GO...**

01 . 01

8700669

Chile

# Boicot de doce embajadores europeo

SANTIAGO, Chile, 20 (EFE). — Con la ausencia de todos los embajadores europeos en el tradicional desfile militar del Día de las Glorias del Ejército, celebrado el viernes 19 en Santiago, ha quedado evidenciado el enfriamiento de las relaciones entre el gobierno del general Augusto Pinochet y la CEE.

Por primera vez en muchos años, los jefes de las misiones diplomáticas de los doce países europeos no estuvieron presentes, y fueron representados por cuatro agregados de Defensa, en el solemne desfile de las cuatro ramas de las fuerzas armadas chilenas, presidido por el jefe del estado.

Hace poco más de una semana, el pasado 11 de setiembre, quince embajadores —entre ellos varios europeos— se encontraban fuera del país y tampoco pudieron asistir a los actos conmemorativos del decimoctavo aniversario del régimen chileno.

Sin embargo, la casi totalidad de representantes diplomáticos extranjeros acudieron el jueves 18 de setiembre a la catedral metropolitana de Santiago, para estar presentes en el tedéum con el que se celebraron los 176 años de la independencia nacional.

La evidente intención de los embajadores de la CEE en la selección de los actos públicos a los que han asistido en los últimos días, todos ellos presididos por el general Pinochet reflejan, en el sutil lenguaje diplomático, el deterioro registrado en sus relaciones.

A juicio de observadores locales, este deterioro comenzó a manifestarse hace dos meses y medio, cuando varios países de la Europa comunitaria expresaron, separadamente, su honda preocupación por las medidas represivas adoptadas por el gobierno chileno, con ocasión de la protesta opositora de los días 2 y 3 de julio.

Posteriormente, a mediados de agosto, España pidió explicaciones al gobierno chileno sobre supuestas acciones de espionaje realizadas en su embajada en Santiago y, ante la insuficiencia de la respuesta de Santiago, llamó a consultas a su embajador.

Estos incidentes, que por sí solos no hubieran pasado de ser meros episodios en las relaciones bilaterales, asumieron una mayor dimensión sobre todo a raíz del frustrado atentado perpetrado contra el general Pinochet la noche del domingo 7 de setiembre.

Apenas horas después de la emboscada en cinco miembros de la escolta presidencial perd vida y otros doce resultaron heridos, fue decr estado de sitio en todo el territorio nacional.

En virtud de este estado de excepción, pa decenas de dirigentes políticos fueron deten dispuso el cierre de las seis revistas de oposi dictaron normas restrictivas para la prensa no radio y se suspendieron las transmisiones de d cias de prensa europeas: la británica Reuter liana ANSA.

El lunes 8 de setiembre, agentes de los ser seguridad armados con metralletas detuvie violencia a cuatro estudiantes chilenos que h han a bordo de un automóvil oficial de la em holandesa, bajo la protección personal del en de negocios de ese país, Remó Aguarenma.

A una primera protesta individual del italiana, expresada el miércoles por el cier agencia ANSA, siguió el lunes siguiente, 15 de bre, una declaración conjunta de los doce min Relaciones Exteriores de la Comunidad Euro

Claim 21/9/86

01.01

8700670

Chile



*Edades fluctúan entre los 23 y 32 años*

# Detienen autores del atentado a Pinochet

SANTIAGO (ANSA, EFE y UPI).- El gobierno militar confirmó ayer la detención de cinco presuntos guerrilleros integrantes del comando que a comienzos de setiembre atacó al Presidente Augusto Pinochet, matando a cinco de sus guardaespaldas, informó el Ministro secretario Francisco Cuadra.

Entre los arrestados figura el hijo del ex subsecretario del proscripto Partido Comunista de Chile, Víctor Díaz, detenido en 1976 por la Policía secreta y desaparecido hasta ahora.

Cuadra dijo que los cinco guerrilleros, cuyas edades fluctúan entre los 23 y 32 años, actuaron directamente contra la comitiva de Pinochet disparando fusiles M-16 y conduciendo vehículos usados en el ataque.

El hasta ahora desaparecido hijo del ex subsecretario del Partido Comunista, fue identificado como Víctor Díaz, de 25 años, quien abandonó el país rumbo a Suecia en 1976, según el vocero de gobierno.

Otro de los arrestados, Juan Moreno, de 26 años, recibió adiestramiento subversivo en las escuelas de guerrillas Punto Cero y Pinar del Río, en Cuba, entre 1974 y 1976.

También fueron detenidos por la Policía civil Arnaldo Béjares, de 32 años; Jorge Angulo, de 27, y Lenín Peralta, de 23.

### USABAN NOMBRES POLITICOS

Todos ellos usaban nombres políticos y apodos diversos, y reconocieron pertenecer al Frente Patriótico Manuel Rodríguez, añadió Cuadra.

Los guerrilleros permanecen en los cuarteles de la Policía civil y serán puestos a disposición del fiscal militar que investiga el ataque contra Pinochet y el ingreso clandestino de 50 toneladas de armas y explosivos a Chile, provenientes de Cuba, según expertos estadounidenses.

El fiscal militar a cargo de la investigación, Fernando Torres, negó que hubiera detenidos, pero el martes aseguró haber cursado 50 órdenes de arresto. Afirmó que siete u ocho personas que actuaron contra el Presidente chileno estaban "plenamente identificadas".

Uno de los sujetos arrestados fue identificado a través de peritajes dactilares en los vehículos usados en el ataque y su detención habría permitido la captura de los otros cuatro, agregaron las fuentes.

En el atentado contra Pinochet actuaron 25 guerrilleros, 15 hombres y 10 mujeres, divididos en tres unidades, según reconocieron dos "comandantes" del Frente Patriótico Manuel Rodríguez en una rueda de prensa clandestina a fines de setiembre.

# Caputo recibe a colega mexicano

BUENOS AIRES.- El Canciller argentino, Dante Caputo, junto a su mexicano, Bernardo Sepúlveda, al culminar una reunión mantenida ayer Palacio San Martín, sede de la Cancillería argentina. El Ministro de Re Exteriores de México se encuentra desde el miércoles en visita oficial. (F Reuter)

01.03

8700671

106

CHILE

LA MAÑANA 27/9/86

# DOS ESCOLTAS DEL PRESIDENTE REVELAN DETALLES A UN DIARIO

**SANTIAGO, (ANSA, EFE y UPI)** — Dos escoltas del presidente Augusto Pinochet que viajaban en su comitiva el día del atentado en su contra, relataron ayer en forma exclusiva al diario El Mercurio detalles del ataque ocurrido el 7 de setiembre.

Uno de los escoltas, no identificado por el periódico, aseguró que en la comitiva viajaban cinco automóviles, precedidos por dos motociclistas de la policía uniformada cuando fueron atacados con cohetes, granadas y fuego cruzado de metralletas y fusiles.

Del total de 20 personas que ocupaban los vehículos, incluidos el Jefe de Estado y su nieto, cinco murieron y otros 11 resultaron heridos, según el relato del custodio.

Uno de los escoltas, al parecer un oficial, afirmó a El Mercurio que durante el ataque "todo era simultáneo. Le pedí a mi personal que evacuara el vehículo y vi a Córdova aferrado al volante con las dos manos. Pensé que estaba muerto, pero no, estaba atontado".

El miembro de la guardia personal expresó que de pronto escuchó al jefe de la escolta, el capitán Juan Mac Lean, que decía "atrás, atrás, atrás".

## SE DEFIENDEN

[illegible] relato a El Mercurio, el [illegible]colta a[illegible]ré que agotó las mun[illegible] [illegible]na metralleta UZI, di[illegible] [illegible] un fusil FAL 12 y al [illegible]bársele [illegible]iguió disparando con una pist[illegible] [illegible]ta que se le terminaron las [illegible]as.

"Salí a[illegible]nta y codo del auto y recibí e[illegible] primer impacto en el abdomen. Vi al cabo [illegible]el Río que logró sa[illegible] por ot[illegible], nos apoyamos c[illegible]tra el auto. Le pedí que me pasara su UZI pero como le quedaban pocos tiros me entregó su pistola. Disparé todos los tiros que estaban en la parte trasera de la casa rodante", añadió.

"Le pedí al cabo Del Río que se quedara quieto tendido en el suelo.

"Yo me quedé con los pies al poniente y la cabeza al oriente, inclinada y mirando [illegible] bajo de mi brazo lo que [illegible] pasando atrás".

## [illegible]ST [illegible] EL [illegible]

El escolta dijo haber visto "a un tipo que estaba con un fusil M-16 apoyado en la cadera y en la mano derecha. Con la mano izquierda hacía señales para que retrocediera la casa rodante y gritaba -atrás, atrás, estamos en el tiempo, estamos en el tiempo".

Ese mismo sujeto le apuntó su M-16, agregó el escolta. "Cerré los ojos y sentí el impacto que me dio en el hombro y que me hizo saltar un metro hacia atrás del auto". El custodio escuchó en medio de las explosiones "a un solo tipo que gritaba como loco: 'Libertad, libertad, viva la revolución'".

"Yo calculo, por la cantidad de ruido y disparos, que actuaron por lo menos unas 30 personas. Había grupos que disparaban puras ráfagas, otros tiro a tiro, otros lanzacohetes y otros granadas. La refriega duró cinco a ocho minutos", manifestó el escolta.

Otro de los guardias de Pinochet, tampoco identificado, agregó que "fue tanto el tiroteo que se nos agotó la munición. Después, cuando hubo un momento breve de calma, mi teniente me dijo que nos hiciéramos los muertos. Después y para pedir ayuda por la radio, tuve que pasar arrastrándome por sobre el cuerpo de mi compañero muerto. Tomé el monófono y entonces nos encerraron", indicó.

PARTES ILEGIBLE

.02 -

8700671

Chile

La Mañana 27/9/86

**SANTIAGO (UPI).- Dos "comandantes" del grupo guerrillero Frente Patriótico Manuel Rodríguez aseguraron que soldados del ejército chileno y mujeres participaron en el ataque contra el presidente Augusto Pinochet que costó la vida a cinco de sus escoltas y dejó gravemente heridos a otros once.**

Los guerrilleros afirmaron que fueron instruidos por un oficial y un suboficial del ejército, integrantes del FPMR.

Un vocero del gobierno dijo que si la información "proviene efectivamente del Frente Manuel Rodríguez, tiene como objeto producir un hecho de propaganda destinado a entorpecer las investigaciones con información falsa, especialmente en lo relativo a la participación de personal del ejército".

También pretende, añadió el vocero, "levantar el ánimo de sus integrantes, evidentemente preocupados por el avance de las pesquisas en los procesos por el atentado contra el presidente Pinochet y por los arsenales", descubiertos en agosto en la zona norte del país.

"Es posible también que se pretenda aparecer con mejor imagen frente a sus mandantes del exterior y ante quienes deben haber perdido credibilidad por sus fracasos de los últimos meses, que tantas pérdidas le han significado, en dinero, en armamento, en información y en organización", indicó la fuente.

Los dos jefes de la guerrilla marxista relataron por primera vez los pormenores del atentado en una rueda de prensa clandestina efectuada el jueves en algún lugar de esta capital a la que asistió United Press International y un medio de prensa nacional.

## FALLAN DISPARO

Explicaron que la acción contra Pinochet fracasó al fallar el disparo de dos cohetes Low de procedencia estadounidense contra el automóvil Mercedez Benz donde viajaba el gobernante en compañía de un nieto de 10 años.

"Uno salió y no explotó y el otro no llegó a salir. Se encasquilló el cohete", relató uno de los encapuchados, añadiendo que "ese era el medio de destrucción del vehículo, con otro medio no era posible".

Relataron que en el atentado participaron 25 guerrilleros —15 hombres y 10 mujeres— divididos en tres unidades bajo el mando del "comandante Bernardo", quien dirigió el ataque desde un mirador ubicado sobre la carretera donde fue emboscada la comitiva presidencial.

El comando se ubicó en una casa vecina al lugar cinco días antes del atentado ocurrido el 7 de setiembre.

Los guerrilleros esperaron ocultos más de tres horas el paso de Pinochet y abrieron fuego a las 8:32 p.m. luego de que el jefe de la operación avistó la caravana de cinco vehículos y dio la orden para iniciar el ataque que duró sólo ocho minutos, según los guerrilleros.

## ATAQUE

Un vehículo con una casa rodante cerró el paso de la comitiva y una guerrillera disparó sobre el primer automóvil de la escolta, en tanto otro rebelde descargaba su fusil contra un policía en motocicleta de los dos que precedían la columna presidencial, expresó un parte operativo del ataque, leído por el "comandante" José Miguel.

Desde otro grupo ubicado junto a un cerro que flanquea el camino, se lanzó un cohete contra el segundo automóvil pero falló el disparador, mientras el proyectil destinado al automóvil Mercedez de Pinochet, el cuarto en la columna, impactaba en un vidrio trasero sin explotar, agregó el relato.

Otro vehículo de los guerrilleros cerró la retirada de la comitiva y uno de los rebeldes "destruye de un cohetazo el último auto escolta", según el parte de los guerrilleros.

Al no poder dañar el vehículo de Pinochet, uno de los jefes del comando descargó su arma a escasos metros del automóvil presidencial que retrocedía tratando de eludir la emboscada, manifestó uno de los encapuchados del FPMR.

## RETIRADA

A las 8:40 p.m. el "comandante" de la operación dio la orden de retirada hacia Santiago, añadió.

En tres vehículos, los guerrilleros vestidos con uniformes militares pasaron frente a controles policiales y vehículos de seguridad que subían hacia el lugar del ataque, demorando 10 minutos antes de cambiar de transporte y perderse en los suburbios de la capital, afirmaron.

Los "comandantes" José Miguel y Daniel dijeron que no eran ciertas las versiones de prensa que dijeron que el comando que atentó contra Pinochet provino de Cuba, manifestando que "la operación fue planificada, preparada, íntegramente aquí en el país porque nuestra base de operaciones única es el país".

También dijeron que un hijo de un ex embajador de Chile en Inglaterra durante la Unidad Popular, César Bunster, uno de los hombres más buscados por la policía secreta, sindicado como uno de los cabecillas del atentado, es inocente.

"Obtuvimos el número de carné de identidad, obtuvimos los datos de donde trabajaba e hicimos que una persona nuestra apareciera como el señor Bunster. De su paradero no tenemos idea y no es de nuestra filas", dijeron.

La Mañana 27/09/86

# Detuvieron en Chile a 4 jefes guerrilleros

## Se denunció que espías chilenos en la Argentina investigan a opositores de Pinochet

SANTIAGO, Chile, 14 (ANSA). – El gobierno informó que se detuvo a los cuatro jefes del proscripto Frente Patriótico Manuel Rodríguez que proporcionaron las armas con las cuales se atentó contra el general Augusto Pinochet.

En ese suceso, ocurrido el 7 de septiembre último, el mandatario chileno resultó ileso, pero cinco de sus escoltas militares murieron y otros once fueron heridos gravemente.

En un comunicado leído por el ministro Francisco Javier Cuadra, secretario general de Gobierno, las autoridades informaron que los detenidos son altos jefes del Frente en Santiago.

Explica que las armas [illegible] se atentó contra Pinochet provienen de arsenales clandestinos desembarcados [illegible] hanos o soviéticos.

El gobierno identificó a los detenidos como Vasily Carrillo, 29 años, jefe de distribución de armamentos y explosivos del Frente en Santiago; Marcial Moraga, 32 años, asistente del anterior; Lautaro Cruz, 31 años, tercer jefe de armas del Frente en la capital, y Osvaldo Quezada, 42 años, ayudante de los anteriores.

El ministro Cuadra indicó que los cuatro fueron arrestados por efectivos de la policía civil chilena y serán entregados al fiscal militar Fernando Torres Silva, quien sustancia los procesos por el atentado contra Pinochet y por el hallazgo de armas.

### Situación de un universitario

SANTIAGO, Chile, 14 (ANSA). – La cancillería de Chile confirmó que el dirigente universitario Dauno Totoro se encuentra en calidad de "huésped" en la Embajada de Venezuela en Chile.

Totoro, militante comunista, se asiló en esa sede diplomática el miércoles último.

En contra del joven existe una orden de detención emanada del gobierno militar el primero de octubre último y que se basa en el estado de sitio imperante.

### Espías chilenos en la Argentina

DYN.-Una poderosa red de espionaje del servicio de inteligencia chileno fue desplegada en la Argentina con la finalidad específica de observar a activistas y refugiados políticos, opositores al régimen del general Augusto Pinochet.

La misión de los agentes chilenos –aseguró una fuente inobjetable– es la de identificar y neutralizar a sospechosos de ser contrarios al régimen instalado en el Palacio de La Moneda, si bien, colateralmente, realizan labores de [illegible]

Los agentes chilenos –agregó la fuente informativa– lograron infiltrarse en los círculos más íntimos de activistas [illegible] exponentes del régimen militar trasandino que actúan en la Argentina, especialmente en las provincias fronterizas entre ambas naciones.

Supuestos agentes chilenos secuestraron en Buenos Aires a los militantes del Partido Demócrata Cristiano de ese país Joaquín Rengifo y Carlos Soto, quienes se habían refugiado en la Argentina desde abril el primero, y desde agosto, el segundo. Ambos permanecieron 4 horas en poder de sus captores, quienes los interrogaron en relación con sus actividades.

### El titular de Defensa

El ministro de Defensa, José Horacio Jaunarena, al preguntársele acerca de la presunta red de espionaje chilena en el país, dijo: "Conozco la versión, pero aún no tenemos ninguna confirmación de que sea cierta".

### Sin novedades en Mendoza

MENDOZA, 14.– Acerca de las versiones sobre una red de espionaje chilena en nuestro país, en esta provincia no hay ninguna novedad. El titular de la delegación local de la Policía Federal, una de las fuentes consultadas, afirmó que no tenía conocimiento del tema.

LA NACION 15/11/86

PARTES ELEGIBLE

01.01

8700672

# Con fuerte abstención aprobó el BIRF un crédito a Chile

**Washington — El Banco Mundial aprobó ayer un crédito de ajuste estructural por 250 millones de dólares para Chile, a pesar del voto negativo de varios países y una abstención en masa que incluyó a los Estados Unidos, Francia y Canadá que se negaron a apoyar el crédito, en protesta contra la política de derechos humanos del presidente Augusto Pinochet. Austria, Bélgica, España, Hungría, Luxemburgo y Turquía también se abstuvieron, informaron fuentes financieras.**

Escribe Carlos Brezina
De la Agencia "UPI"

## • Países

*Entre los países latinoamericanos se abstuvieron Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicaragua, Panamá, Surinam y Venezuela, representados por la directora ejecutiva, Mercedes Rubio, que también representa a su país, España. Italia y los países escandinavos —Dinamarca, Finlandia, Islandia, Noruega y Suecia— votaron en contra de otorgar el crédito a Chile, según las fuentes financieras.*

*El Departamento de Estado expresó "seria preocupación" por la política de derechos humanos del gobierno militar de Chile. El embajador chileno Hernán Felipe Errázuriz a su vez dijo que "el préstamo constituye un voto de confianza en las políticas económicas chilenas".*

*"Los fondos de este préstamo estarán muy bien usados en un programa económico que está demostrando tener buenos resultados", agregó. "El resultado de esta votación es que los esfuerzos por politizar al Banco Mundial han fallado", afirmó Errázuriz.*

*La abstención estadounidense, indicó el Departamento de Estado, es un cambio respecto a la posición del secretario asistente de Estado para Asuntos Interamericanos, Elliott Abrams, que el 30 de julio había dicho al Congreso que favorecía un voto en contra del crédito. El vocero del Departamento, Charles Redman, dijo: "nuestra abstención refleja la seria preocupación de los Estados Unidos por la violación de derechos humanos en Chile".*

## • Libertades

*"Aunque valoramos y elogiamos la considerable libertad económica que ha sido establecida en Chile, también tenemos que expresar nuestra firme convicción de que la libertad política y el respeto por los derechos individuales son indispensables para el establecimiento y mantenimiento de sociedades libres", agregó. Estados Unidos se abstuvo en dos votaciones sobre Chile el año pasado, en el Banco Mundial y en el Banco Interamericano de Desarrollo, y patrocinó una resolución de las Naciones Unidas de marzo que criticó la política de derechos humanos de Pinochet.*

*Bajo el gobierno del presidente Jimmy Carter, los Estados Unidos votaron en contra de una serie de créditos para Chile. Los países escandinavos, de fuerte tradición socialista, y la Italia gobernada por el primer ministro socialista Bettino Craxi, han expresado reiteradamente su apoyo al retorno a una democracia plena en Chile. El bloque representado por Rubio incluye a países de gobiernos de tendencia socialista y socialdemócrata, como Costa Rica, España, México, Nicaragua y Venezuela. Canadá a su vez representa a los países angloparlantes del Caribe y a Irlanda.*

*Fuentes financieras indicaron que las abstenciones y votos en contra son formalidades y un crédito que no tiene su aprobación asegurada simplemente no llega a ser considerado por el directorio, siendo "frenado" antes por procedimientos informales.*

*El directorio del Banco, normalmente, aprueba los créditos sin una votación formal. El crédito por 250 millones de dólares es para ajuste estructural mediante el fomento de las exportaciones no cupríferas y el ahorro interno.*

D. Financiero 20/11/86

01.01

8700673

# Condenas a muerte en Chile

SANTIAGO, Chile, 28 (AP). — El juez militar de Santiago, **Samuel Rojas**, condenó hoy a muerte a tres izquierdistas acusados del asesinato del gobernador de la provincia de Santiago, general Carol Urzua, y sus dos escoltas.

Los afectados con la pena de primera instancia son los miembros del proscripto **Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR). Carlos Araneda Miranda, Jorge Palma Donoso y Hugo Marchant Moya.**

Los condenados fueron notificados de la sentencia esta tarde en la cárcel pública capitalina, donde se encuentran recluidos, y tienen un plazo de cinco días para apelar.

El juez militar condenó también a **4 años y un día de prisión a Susana Capriles y Marta Soto**, acusadas de colaborar con el comando que acribilló a Urzua. Soto, además, recibió una **pena adicional de 10 años y un día por "encubridora"**.

La condena del juez Rojas fue dictada luego que hace 18 días la **Corte Suprema**, por unanimidad, dictaminara que **la pena de muerte era aplicable** en el caso del asesinato del gobernador Urzua y sus dos escoltas, los cabos Carlos Rivera y José Aguayo, que fueron asesinados el 30 de agosto de 1983 cuando el vehículo en que se desplazaban fue interceptado por un comando extremista que los acribilló a pocas cuadras del domicilio del general del ejército.

Clarín 29/11/86

Clarín 29/11/86

01.01

8700674

## Chile: Surge el Acuerdo Nacional Democrático

# La Democracia Cristiana mueve sus piezas

*Servicio Especial C.S.P.*
*por Myriam Cabrera*

La primer semana del excepcionalmente caluroso mes de noviembre, deparó para Chile el reinicio —[illegible] cauto— de las conversaciones entre la oposición moderada y los comandantes de las Fuerzas Armadas, a excepción del Ejército (arma que está bajo el directo control del Gral. Pinochet).

Los 13 partidos políticos opositores de tendencia moderada que, a mediados del año pasado, suscribieron el Acuerdo Nacional, mantuvieron conversaciones con tres de los comandantes miembros de la Junta Militar. El Gral. Fernando Matthei (Fuerza Aérea), Almirante José Toribio Merino (Armada) —todos calificados como "dialoguistas"— y el jefe de la Policía Militarizada, Gral. Rodolfo Stange, se contactaron con los políticos moderados, para tratar el neurálgico tema del fin de la dictadura militar y el retorno a las instituciones democráticas.

La propuesta que llevaban los partidos "acuerdistas" era promover elecciones libres anticipadas a los planes machaconamente repetidos por el Gral. Pinochet (plebiscito en el 89 y eventuales elecciones en el 97).

La cuestión está en que, a pesar del "dialoguismo" que evidencian los tres comandantes mencionados, se necesita la aprobación unánime de la Junta para que prospere cualquier plan. El miembro que rehusó entrevistarse con los opositores, Gral. Julio Canessa, representante del Ejército y vocero personal del Gral. Augusto Pinochet; es quien impide por el momento esa unanimidad. Como se recordará, el Gral. Canessa —otrora también proclive al diálogo— es uno de los militares que deberán pasar a "retiro forzoso".

En ese elemento la oposición moderada basa alguna esperanza para contactarse con el Gral. Gordon, quien ocupará el lugar de Canessa: hecho que a juicio de observadores, no significará nada nuevo desde el punto de vista de la conformación de la Junta Militar.

Mientras la derecha busca un acuerdo conveniente para EE.UU., los chilenos forjan en las calles la verdadera salida popular.

*Luego que el grupo de 13 partidos políticos suscriptores del "Acuerdo Nacional para la Transición a la Plena democracia" —presentado a los militares chilenos a instancias del Cardenal Francisco Fresno en agosto del 85 — lanzara una campaña por elecciones libres y simultáneos contactos se iniciaron con los máximos jerarcas castrenses (a excepción lógica del Ejército), surge en Chile el Acuerdo Nacional Democrático. La Democracia Cristiana se erige como la principal fuerza que promueve este nuevo proyecto de la oposición moderada.*

### DEMOCRACIA CRISTIANA

El partido más importante del conglomerado opositor centroderechista, Alianza Democrática (AD) ha aprovechado muy bien la actual coyuntura política para presentar un nuevo proyecto que unifique a la oposición "no radicalizada".

La "campaña por elecciones libres" lleva implícita una reforma de la actual Constitución. En efecto, la Constitución del 80, elaborada por el régimen militar solamente prevé elecciones libres para el 1997.

Es así que la Democracia Cristiana, en la persona de su Presidente, Gabriel Valdés, ha promovido la creación del "Acuerdo Nacional Democrático" (ANDE) que levanta como primer reivindicación una reforma constitucional. La creación del ANDE cuenta con el apoyo del Partido Radical y de los socialistas de Ricardo Lagos. No fue tan buena la suerte la propuesta de Valdés en el propio seno de la Alianza Democrática, donde el sector más derechista (Partido Nacional) no suscribió el acta del ANDE y manifiesta discrepancias con el mismo, sobre todo por no seguir los pasos acordados. Esto es, la elección de un candidato que aglutine a toda la oposición dada la falta de dinamismo en que había caído el primer Acuerdo Nacional.

A pesar de esta momentánea discrepancia, los observadores coinciden en señalar que no será desde la AD donde se entropezca la puesta en práctica de la propuesta moderada.

De lo que no hay dudas es que la habilidad del ex canciller de Eduardo Frei lo ha llevado a aprovechar muy bien el actual momento político para levantar la imágen de la Democracia Cristiana frente a la población chilena.

### SALIDA A LO "WASHINGTON"

Hay quienes, no sin cierta malicia, señalan que la puesta en práctica de la propuesta de la Democracia Cristiana coincide con la llamada "a consulta" por parte de la Casa Blanca a su embajador en Santiago Harry Barnes, el hombre que mueve silenciosamente los hilos dentro de la oposición moderada.

En otras palabras, según esta hipótesis la DC estaría encabezando una propuesta de "salida" con el visto bueno de Washington. Y además, mueve las piezas para una posible candidatura electoral de Gabriel Valdés. Algo que no puede dejar de entusiasmar a la Casa Blanca. De esta forma, la fuerza política que constituyó la base fundamental de apoyo civil al golpe de estado de setiembre de 1973, sería el eje de la instauración de un régimen de transición.

La Juventud 30/11/86

01.01

8700675

106



RIGE DESDE EL 7 DE SETIEMBRE DE 1985

# Prorrogan en Chile el estado de sitio

SANTIAGO, Chile, 5 (AP y DPA). — El gobierno militar chileno anunció hoy la prórroga del estado de sitio por otros 30 días en aras de la tranquilidad reinante en el país, en una medida que deja bajo severas disposiciones restrictivas a millones de habitantes de la población chilena.

El portavoz oficial, Francisco Cuadra, anunció que se exceptuaban algunas regiones o localidades debido "a la política de gradualidad decidida por el presidente de la república".

El estado de excepción constitucional fue implantado el 7 de setiembre pasado, horas después de un frustrado atentado contra el presidente Augusto Pinochet, en que murieron cinco escoltas y once quedaron heridos.

En virtud del estado de sitio continúan suspendidas las revistas opositoras "APSI", "Análisis", "La Bicicleta", "Cauce" y el periódico semanario "Fortín Mapocho".

A las pocas horas de decretado el estado de excepción murieron acribilladas cuatro personas que fueron secuestradas desde sus domicilios durante la vigencia del toque de queda que rige en esta capital.

Además, una treintena de dirigentes políticos, sociales y estudiantes opositores fueron arrestados en cuarteles policiales sin cargo alguno y fueron liberados paulatinamente tras seis semanas de detención.

Asimismo se registraron numerosos allanamientos masivos a suburbios pobres donde centenares de personas resultaron detenidas temporalmente, tres sacerdotes extranjeros fueron expulsados del país y dos agencias internacionales de noticia fueron cerradas durante dos semanas.

Entre los asesinados figura el periodista José Carrasco, editor internacional de la revista "Análisis".

El gobierno, al implantar el estado de sitio, dijo que su finalidad era facilitar las investigaciones destinadas a dar con los autores del atentado contra Pinochet.

Sin embargo, tres meses después de la acción terrorista, solo cinco personas están encausadas por su presunta participación directa en el ataque y por lo menos otra media docena está siendo enjuiciada por su supuesta ayuda indirecta a los terroristas.

El estado de sitio otorga al régimen militar amplias facultades para detener en lugares que no sean cárceles, confinar, desterrar, restringir las comunicaciones, prohibir las reuniones y limitar la libertad de información.

Paralelamente, rigen en el país el estado de emergencia y el estado de peligro de perturbación de la paz interior.

Partidos políticos opositores organizaban hoy una marcha por las calles de Punta Arenas, ciudad del estrecho de Magallanes, en protesta contra las violaciones a los derechos humanos y por el retorno a la democracia en el país.

La marcha y concentración fue autorizada por el jefe militar de la región, mayor general Luis [illegible], en una de sus últimas decisiones antes de asumir el cargo luego de ser llamado a retiro por antigüedad del ejército.

Por las radioemisoras de la zona los partidos Democrata Cristiano y Socialista llamaron a la población a salir a las calles y manifestarse por la democracia.

PARTES ILEGIBLE

01.01

8700676

ARCHIVAR EN: CHILE

TEMA: CLARA FASSIER (Mov. Cívico Democrático)

PROCEDENCIA: P.º 026/R/87 de 23-1-87.

ARCHIVADO EN: Rei (084)

01.01 8700755

ARCHIVAR EN: CHILE

TEMA: Frente Patriótico Manuel Rodríguez.-

PROCEDENCIA: P.º 030/R/87 de 26-1-87

ARCHIVADO EN: Rei (084)

01.01 8700756

ARCHIVAR EN: CHILE (106)

TEMA: Firmarán la Argentina y Chile un acto de paz ante Juan Pablo II

PROCEDENCIA: Clarín 28-12-86

ARCHIVADO EN: ARGENTINA

01.01 8700864

Director: DR. BARTOLOME MITRE

# Incierto futuro político de Chile

El gobierno de Chile ha autorizado el regreso de 227 exiliados políticos y ha anunciado que próximamente habrá nuevas listas de personas favorecidas con idéntica medida. Además, se informó que será dictada una ley de indulto que beneficiará a 2534 detenidos y que en el curso de este mes se dispondría la legalización de los partidos políticos, oficialmente disueltos desde hace 13 años.

Paralelamente, se ha dejado sin efecto en la capital del país el toque de queda y se anunció que muy pronto cesará también el estado de sitio, implantado el 7 de septiembre último, pocas horas después del fallido atentado contra la vida del general Augusto Pinochet.

A través de este conjunto de medidas, el gobierno chileno intenta producir un aflojamiento de la tensión interna, como un primer paso hacia la recomposición del clima de convivencia social indispensable para cualquier proyecto de consolidación política e imprescindible también para revertir, en alguna medida, el deterioro de su imagen ante la opinión pública internacional.

Las medidas de distensión que se han dispuesto apuntan también a otra finalidad. Tienden a neutralizar el disconformismo de ciertos sectores de las fuerzas armadas, en los que se observa una creciente preocupación por cerrar definitivamente la larga etapa de violencias y desencuentros que el país ha vivido en las dos últimas décadas e impulsar la marcha hacia la pacificación nacional.

Es evidente que el general Pinochet necesita fortalecer su posición ante la oficialidad militar, cuyo apoyo constituye uno de los pivotes fundamentales para su permanencia en el poder más allá de 1989, año en que habrá de producirse -según el cronograma fijado por la legislación vigente- el fin de su actual período de gobierno y la designación, por lo tanto, de un nuevo presidente. Los comandantes de las fuerzas armadas están facultados para designar al candidato presidencial que -de cumplirse los pasos legales previstos- afrontaría en enero de 1989 un plebiscito nacional.

Se está por iniciar, pues, una etapa decisiva para la evolución del proceso político chileno. No lo ignoran los sectores de la oposición democrática, decididos cada vez con más fuerza a distanciarse de los grupos de la izquierda política que convocan a la subversión armada y preconizan la violencia. De la posibilidad de que prospere el diálogo entre los partidos democráticos y los sectores más definidamente aperturistas del ámbito castrense parece depender, en buena medida, el futuro político de Chile. En su deseo de impulsar un proceso de cambio que haga posible la transición a un sistema democrático, los partidos de oposición estarían dispuestos, se asegura, a producir cierta renovación de sus cuadros dirigentes, como contrapartida -acaso- de una renovación pareja en la cúpula del gobierno nacional.

Pero es sabido que la realidad política suele hacer naufragar los mejores proyectos. En lo que concierne al proceso chileno es evidente que las simplificaciones teóricas tienen poco que ver con un cuadro de tensiones y enfrentamientos en el que la acción disociadora de la extrema izquierda ha producido, paradójicamente, un fortalecimiento del hombre que a lo largo de 13 años ha ejercido la jefatura del gobierno con mano férrea e inequívoca vocación dictatorial.

Se advierte que mientras los planes subversivos de inspiración marxista sigan constituyendo un peligro objetivo, el autoritarismo verá aumentar sus posibilidades de perpetuarse. Se cumple así un típico esquema histórico: los extremismos ideológicos de signo opuesto se realimentan mutuamente, tornan imposible la convivencia pacífica y anulan la perspectiva de construir un sistema basado en el respeto a las libertades públicas y a los derechos individuales.

Resulta evidente, en tal sentido, que los sucesivos actos de violencia perpetrados a lo largo de 1986 por las organizaciones de la izquierda radicalizada -incluido el atentado contra el presidente Pinochet- no contribuyeron a debilitar al régimen gobernante sino, por lo contrario, crearon en muchos sectores de la población una corriente de temor favorable a los designios del gobierno, que encuentra en la subsistencia del peligro marxista el mejor fundamento para intentar su justificación histórica.

El pueblo de Chile -lo hemos dicho en otras oportunidades- no merece quedar atrapado en una encrucijada que lo obligue a optar entre la prolongación indefinida de un régimen autoritario o su reemplazo por una dictadura marxista. Es necesario que se abra camino la auténtica democracia, forjada sobre la base del ideal de libertad al abrigo del cual nacieron a la vida independiente las naciones de América.

Los partidos que integran la oposición democrática deben aunar sus esfuerzos y persistir en el diálogo con las fuerzas armadas a fin de encontrar la vía que permita impulsar el restablecimiento, aunque fuere gradual, de un sistema acorde con esa honrosa tradición histórica. El gobierno, por su parte, tendrá que comprender la imposibilidad de seguir manteniendo una estructura de concentración de poder incompatible con los principios republicanos y allanar el camino hacia una solución institucional que libre al pueblo chileno de las amenazas provenientes de cualquier extremismo.

LA NACION 08-1-87

01.01

0701236

LA PRENSA 14/1/87

CHILE

## Lana: exportaciones chilenas a Europa

**Santiago de Chile (ANSA)** — Nueve mil toneladas de lana chilena serán exportadas a los países europeos, pagándose 1.700 dólares la tonelada, precio promedio que superará al del año pasado en más de un 10 por ciento.

La cantidad de lana a exportar corresponde a la casi totalidad de la producción que se hace en Magallanes, región ubicada en el extremo austral de Chile.

Según se informó aquí, en cuanto a la producción de lana por animal, se observa un producto más limpio y con mayor rendimiento, pero falta peso por ausencia de grasa.

01.01

0701237

CHILE

RL 14 13/I/87

GUERRERO

# Un solo partido contra Pinochet

## *Auspicia dirigente socialista*

SANTIAGO DE CHILE. — Organizar un solo partido político capaz de vencer al general Augusto Pinochet en el plebiscito al cual convoque y asegurar el retorno a la democracia plena en este país, propició el dirigente del Partido Socialista, Ricardo Lagos.

El dirigente dijo que la oposición debe aprovechar la legislación sobre partidos políticos que prepara el gobierno —dentro de sus planes institucionales— para formar "un sólo gran partido opositor capaz de enfrentar al régimen militar".

Según Lagos, la Ley de Partidos Políticos que prepara el gobierno —cuyo anteproyecto estudian la Junta de Gobierno y los diversos partidos— "se inscribe dentro de un conjunto de disposiciones políticas que tienen por objeto perfeccionar una Constitución que, a juicio nuestro y de la gran mayoría de los chilenos, no conduce a la democracia. En ese sentido lo lógico es rechazar la Ley de Partidos Políticos como lo lógico es rechazar cualquier mecanismo que tenga por objeto complementar una Constitución que no lleva a la democracia".

Sin embargo el economista y líder opositor cree que "sería un error rechazar de plano y no aprovechar aquellos espacios que de una u otra forma la oposición ha ido ganando".

"Si existe una legislación de esta naturaleza, la oposición debiera aprovecharla en su beneficio para establecer un partido cuyo único propósito sea restablecer la democracia", subrayó Lagos.

"Si estamos en un régimen autoritario hagamos entonces un solo partido por sobre las diferencias legítimas que hay entre distintas corrientes de opinión cuyo único fin hoy sea restablecer la democracia. Restablecida esta podemos pensar en distintos partidos políticos de acuerdo con corrientes de opinión", propuso Lagos.

"El país hoy día dice quiero restablecer la democracia. Pues bien, si hay una institucionalidad que rechazamos pero que nos permite organizarnos y tener tribuna para exigir democracia, hagamos de esta exigencia el elemento común de todos nosotros", propuso Lagos.

"Sería un mecanismo adecuado de la oposición para responder. El gobierno desea hacernos caminar por su institucionalidad y nosotros podemos responder diciendo que tomamos de ella para cambiar la institucionalidad de plano y poder tener una democracia" concluyó el dirigente socialista.

01.01

0701238

GUERRERO

# Chile: fin del estado de sitio y del exilio

SANTIAGO. — El presidente Augusto Pinochet anunció el miércoles de noche el levantamiento del estado de sitio y el fin del exilio para opositores de su gobierno militar.

En un mensaje de fin de año, Pinochet dijo que en un plazo de 90 días su gobierno habrá solucionado el problema de los exiliados permitiendo el retorno de todos, excepto aquellos considerados una "seria amenaza para la convivencia nacional".

El general Pinochet también anunció que no se renovará el estado de sitio implantado después de un atentado contra su vida y que aún está vigente en esta capital y en las ciudades de Antofagasta, Copiapo y La Serena.

El fin del estado de sitio permitirá nuevamente la publicación de cinco revistas opositoras que fueran suspendidas por las autoridades militares.

"Como una muestra del espíritu de unidad nacional que nos anima, se han adoptado medidas destinadas a levantar la prohibición de ingreso al país a la mayor parte de las personas afectadas por esta disposición, manteniendo inalterable la situación sólo para aquellas que constituyen una seria amenaza para la convivencia nacional", dijo Pinochet.

El gobierno tiene ahora una lista de 3.503 exiliados que no pueden ingresar al país aunque, según la organización de derechos humanos Amnistía Internacional, con sede en Londres, el número de personas que no pueden regresar por razones políticas llega a 12.000.

Pinochet no explicó cuántas ni quiénes son las personas que no podrán ingresar al país, asunto que deberá decidir una comisión asesora especial de derechos humanos del Ministerio del Interior.

"De modo tal que en un plazo no superior a 90 días solamente queden afectos a dicha limitación un mínimo de chilenos que persisten en su actitud", dijo Pinochet.

Según las autoridades, exiliados que retornaron al país planearon y llevaron a cabo el atentado contra Pinochet el 7 de setiembre en el que murieron cinco de sus escoltas.

La Iglesia Católica chilena reveló en fecha reciente que solicitó al gobierno que ponga término al exilio como un gesto de reconciliación ante la eminente llegada del Papa [illegible] país.

En esa ocasión, el Ministerio del Interior señaló que el gobierno continuaba estudiando las listas de los exiliados para permitir un regreso paulatino de los mismos.

EL DIA 2-1-87

EL DIA 2/01/87

01.01

0701

# Ley de indulto en Chile

SANTIAGO DE CHILE. — Un total de 2.534 detenidos se verán favorecidos con la ley de indulto anunciada por el general chileno Augusto Pinochet.

A la nueva disposición no podrán acogerse los presos acusados por leyes de Seguridad Interior, Control de Armas o Antiterrorista.

El jefe del Estado chileno aseguró que su gobierno se propone no prolongar el estado de sitio cuyo decreto de vigencia legal vence el próximo lunes.

Al especificar los alcances de la medida de indulto, el ministro de Justicia Hugo Rosende dijo que la medida anunciada por el general Pinochet debe ser entendida "como un acto de comprensión y estímulo para que estas personas puedan rehabilitarse".

EL DIA 04-1-87

01.01

0701240

MUNDO COLOR 9/2/87

# Chile pide a la Argentina aclare dicho por Alfonsín

SANTIAGO DE CHILE, 9 (AP). – El canciller Jaime del Valle dijo que se instruyó al embajador en Buenos Aires, Arturo Fontaine, para que pida informaciones a la Cancillería argentina sobre declaraciones atribuidas al presidente Alfonsín publicadas en una revista argentina respecto a la situación político de este país.

Según "Somos", Alfonsín habría hecho alusiones a la situación en este país regido por un gobierno militar durante sus reuniones con el Secretario General del Partido Comunista soviético, Mijail Gorbachov y con el presidente cubano Fidel Castro.

01.01

0701241

# Debate en Chile sobre terrorismo

VIÑA DEL MAR, Chile. — El terrorismo y el estado de derecho es el tema que debatirán medio centenar de juristas de 19 países en el primer Congreso Iberoamericano de la materia que se inaugurará el lunes en Viña del Mar, 140 km al Oeste de Santiago.

Al arribar a este balneario sobre el Pacífico, el diplomático Gonzalo Fernández de la Mora, de la Academia de Ciencias Morales y Políticas de España, señaló que "para combatir el terrorismo se requiere de la solidaridad internacional, ya que un Estado difícilmente puede derrotarlo por sí solo".

Agregó que el principal problema que plantea el terrorismo es saber cuál es el derecho aplicable: si es el derecho penal interno, internacional o si el derecho de la guerra.

El decano de la Facultad de Derecho de la pontificia Universidad Católica "Andrés Bello" de Caracas, Carlos Ayala, anunció que en el congreso que culminará el próximo sábado, presentará una ponencia relacionada con los problemas de la seguridad y defensa del Estado.

El Día 14/1/87

01.01

0701242

Oposítores critican procedimientos seguidos para redactar la norma

# Junta militar chilena aprueba ley de partidos políticos

*Después de casi cuatro años de engorrosos trámites e interminables debates, la Junta de Gobierno, integrada por los Comandantes en Jefe de las Fuerzas Armadas, aprobó ayer una ley que autoriza y reglamenta el funcionamiento de partidos políticos en el país.*

SANTIAGO. (ANSA y UPI).- La Ley sobre partidos políticos entrará en vigencia en marzo, cuando sea promulgada por el Presidente Augusto Pinochet, según aseguró el Comandante en Jefe de la Fuerza Aérea, el General Fernando Matthei.

Pinochet ordenó en agosto de 1983 que una comisión presidida por el ex Ministro del Interior, Sergio Fernández, redactara un proyecto de Ley para regular el funcionamiento de los partidos políticos, disueltos horas después del golpe militar.

"Si los socialistas se declaran democráticos, podrán constituirse como Partido", dijo Matthei al anunciar poco antes del mediodía la aprobación de la ley.

El texto de la ley ha sido guardado celosamente por el Gobierno, filtrándose sólo algunos aspectos parciales de su articulado, lo que ha impedido a los dirigentes políticos pronunciarse detalladamente al respecto.

## CRITICAN PROCEDIMIENTOS

No obstante, representantes de partidos opositores criticaron el procedimiento seguido por el Gobierno para redactar y aprobar la ley.

El Presidente del Partido Radical, Enrique Silva Cimma, lamentó que "no se nos haya escuchado", añadiendo que "esto demuestra la falta total de garantías para la oposición democrática de quienes pretenden legislar en materias de tanta trascendencia al margen de lo que es la voz del pueblo".

En cambio, uno de los Vicepresidentes de la mayor fuerza política nacional, el Partido Demócrata Cristiano, Gutemberg Martínez, manifestó su esperanza de que el texto de la ley haya corregido la propuesta hecha por el Poder Ejecutivo.

Pinochet inicialmente exigió que los partidos políticos debían acreditar un mínimo de 150.000 firmas para poder funcionar legalmente.

Esa imposición no fue aceptada por la Junta de Gobierno, trabándose la aprobación de la ley durante dos años, hasta que en octubre Pinochet instruyó al Ministro del Interior, Ricardo García, para que reactivara su conclusión.

La ley exigirá 100 firmas a los partidos políticos para dar comienzo al proceso de inscripción de militantes que, en un plazo de 200 días, deberá llegar a un mínimo de 0,5 por ciento del electorado existente en cada una de las 13 regiones del país.

Así, por ejemplo, en la región metropolitana, la más poblada del territorio chileno, los Partidos deberán comprobar un mínimo de 13.000 militantes. En cambio, en la región de Aisen, la de menor densidad poblacional, sólo se exigirán 200 miembros.

Los partidos deberán, además, certificar que tienen el mínimo de adeptos requeridos en tres regiones contiguas o en ocho distanciadas, y sólo en el segundo caso podrán transformarse en un partido de carácter nacional, según han informado medios de prensa.

16/1/87

01.01

870 1243

## Una manifestación popular en Punta Arenas congregó a la oposición moderada

Cruce día a día la resistencia chilena al Gral. Augusto Pinochet.

# El Gral. Danús en la mira de la Casa Blanca

*por Myriam Cabrera de Cono Sur Press*

***Al mismo tiempo que los voceros oficiales del régimen militar chileno daban a conocer la prórroga del Estado de Sitio en la región metropolitana y las principales ciudades del interior; en Punta Arenas se realizaba la primer manifestación opositora con el visto bueno del Intendente de esa región, Gral. Luis Danús. Un nombre que últimamente suena mucho en Chile.***

***General calificado de "independiente", Danús se perfila como el posible sucesor de Pinochet en el plan "recambio" digitado desde la Casa Blanca.***

Punta Arenas, a 2 mil 200 kms. al sur de Santiago, frente al estrecho de Magallanes y a la Isla de Tierra del Fuego, es la región que ha concitado últimamente la atención de los seguidores de la situación chilena.

La causa de ello se debe a que en Punta Arenas se realizó el pasado 5 de diciembre el primer acto opositor contra el régimen con autorización del Intendente de la región, Gral. Luis Danús.

Luis Danús, Comandante en Jefe de la región, autorizó la manifestación alegando que "cuando las protestas han sido prohibidas, se ha producido una acción violenta y un incentivo a la oposición". La manifestación fue multitudinaria. En esta ciudad, la más austral del mundo, un tercio de la población pertenece a las Fuerzas Armadas.

La actitud del Gral. Luis Danús no sorprendió a los observadores mejor informados. En efecto, este militar, que a último momento expresó: "ojalá fracase la protesta...pero si les va bien, les va bien y miramos la realidad"; desde hace un tiempo viene realizando manifestaciones que muestran una postura "independiente" respecto a los lineamientos dictados por el Gral. Pinochet.

### *UN HOMBRE PARA LA "TRANSICION"*

Danús deberá pasar a retiro en este mismo mes de diciembre por haber cumplido los 41 años de servicio reglamentarios, debido a una decisión digitada personalmente por Pinochet que trata de aislar a los altos mandos que no le son absolutamente "fieles"

Como es sabido, el "caso chileno" le ha dado a la Casa Blanca más de un dolor de cabeza, en el sentido que las cosas no han sido tan fáciles como en Argentina, Brasil o Uruguay, los otros países vecinos del Cono Sur Latinoamericano, en los cuales se pudo llegar a una etapa de "transición a la democracia" sin demasiados problemas.

En Chile es diferente, puesto que la dictadura militar ha ido quizás demasiado lejos y el pueblo ha renovado su participación activa, traducida hoy en la férrea oposición.

Dada esta situación, lo más accesible es buscar un sucesor para Pinochet –ese "amigo" que hoy se ha vuelto molesto en su tosudez– y encabezar así una transición donde la situación esté bajo control.

El Gral. Luis Danús, –quien no es exactamente lo que llamaríamos un "militar demócrata"– estaría entre uno de los posibles sucesores de Pinochet en los planes de "recambio" de la Casa Blanca.

### *TAMBIEN RECOGE ELOGIOS*

Por su parte, Danús se encarga de cumplir su papel a la perfección. Declara públicamente que "este régimen no es democrático" y discrepa con la actitud del Gral. Pinochet pero, –algo muy importante para el gobierno norteamericano– argumenta a la vez que la actual situación de violencia en Chile es una de transición que debe llevarse a cabo para "combatir al marxismo" y evitar una "guerra insurreccional".

Con la autorización del acto opositor el pasado 5 de diciembre, el militar ha ganado el entusiasta apoyo de la Iglesia del lugar y de algunos políticos opositores. El obispo lugareño, encargado de la diócesis de Magallanes, uno de los religiosos más cuestionados por el régimen militar, Tomás González, elogió la decisión del Gral. Danús de autorizar el acto a la vez que calificó el mismo como un "ejemplo a ser imitado".

Al finalizar la marcha de Punta Arenas, el dirigente del Partido Demócrata Cristiano, Gabriel Valdés y el líder moderado del Partido Socialista, Ricardo Nuñez, hablaron durante la concentración. La presencia de ambos dirigentes de la oposición moderada tampoco llamó significativamente la atención. Más bien que en Punta Arenas se concentró en esa oportunidad, a los principales personajes que pueden jugar un importante papel en la salida de la actual situación, siempre y cuando las cosas se den de la forma en que las tiene pensado el gobierno norteamericano.

01.01
8701607

106

Chile

# El fortalecimiento político de Pinochet

Por Richard Maddington

SANTIAGO, Chile, 4 (Reuter). - El presidente chileno Augusto Pinochet salió a salvo de una tentativa de la subversión contra su vida para ingresar en 1987 sólidamente instalado en el poder después de 13 años de gobierno militar, dijeron voceros diplomáticos.

En su mensaje de Año Nuevo, el jefe de Estado anunció que permitiría a más de 3500 opositores políticos exiliados regresar al país, y agregó que no renovaría el estado de sitio cuando expire este mes. Por otra parte, ya dejó sin efecto el toque de queda en la capital.

El estado de sitio fue impuesto horas después del fallido atentado del 7 de septiembre contra el general Pinochet. Cinco de sus guardaespaldas murieron en la emboscada.

Los voceros destacaron que el control de Pinochet sobre las Fuerzas Armadas, su base de poder en la más larga gestión de una sola persona en la historia de Chile, resultó por lo menos temporariamente fortalecido por la reacción pública frente a la emboscada.

El ataque, lanzado poco después de que el Gobierno declaró haber descubierto grandes cantidades de armas de la subversión permitió a Pinochet insistir en su mensaje de que sólo él se interpone entre la nación y el caos, expresaron los voceros.

## La peor crisis en la oposición

El atentado, reivindicado por el Frente Patriótico Manuel Rodríguez (FPMR), izquierdista, precipitó a la oposición en la mayor de sus crisis desde que lanzó hace tres años una campaña de protestas contra el Gobierno.

Al mismo tiempo que la oposición moderada se comprometió a reagrupar sus fuerzas en torno de una campaña por las elecciones libres, muchos de los adversarios de Pinochet ahora admiten abiertamente que abandonaron sus esperanzas de forzarlo a dejar el poder antes de que haya terminado su período en 1989.

"El año 1986 sacó a la luz una cantidad de mitos. Fue el año en que finalmente advertimos que no íbamos a sacar a Pinochet del poder", manifestó el especialista en política Genaro Arriagada, del Partido Demócrata Cristiano.

El Gobierno también consiguió superar exitosamente una tormenta de indignación en el exterior por la muerte de un chileno con residencia en los Estados Unidos, durante las protestas de julio, y se aseguraron fondos del Banco Mundial que necesitaba en forma acuciante a pesar de la amenaza de Washington de oponerse.

Además, la crisis económica que favoreció un brote de protestas de la oposición ha exhibido indicios de ceder como consecuencia de la caída del desempleo y la inflación y el aumento del producto.

"Yo diría que Pinochet probablemente está completamente satisfecho con su trabajo a lo largo del año", dijo un diplomático europeo.

Paradójicamente, los diplomáticos estiman que ahora son las mismas Fuerzas Armadas las que plantean el mayor desafío político a Pinochet.

Mientras el país avanza hacia el plazo de 1989, impuesto por los mismos militares para la transición a alguna clase de gobierno democrático, se han conocido algunos signos de discordia entre los jefes castrenses acerca del futuro del país.

Los comandantes de las cuatro ramas de las Fuerzas Armadas están facultados por la Constitución para designar a un candidato presidencial que afrontará un plebiscito en enero de 1988.

## No elegir a un perdedor

"Lo que las Fuerzas Armadas no quieren es elegir a alguien que pueda perder, porque no quieren dejar el gobierno derrotadas", expresó un analista extranjero.

Aunque Pinochet lo niega públicamente, pocos chilenos o diplomáticos extranjeros abrigan dudas sobre sus intenciones de ser el candidato. Pero hasta ahora los comandantes de las otras fuerzas se han mostrado poco entusiasmados con la idea, señalaron los voceros.

En tanto que Pinochet está decidido a ajustarse al programa de transición militar, los integrantes de la Junta que agrupa a los comandantes en jefe de las cuatro armas han dado a entender públicamente que estarían dispuestos a aceptar algunas modificaciones.

Estos indicios de que el sector castrense podría llegar a entrevistarse con la oposición para escuchar sus propuestas respecto de la transición hacia la democracia refuerzan la argumentación de la oposición conservadora, propulsora de cesar la campaña de protestas que arrojó un saldo de cien muertos en tres años.

"La gente está aterrorizada por el discurso violento de la izquierda", dijo Arriagada.

Las medidas de emergencia no son la única causa de la virtual desaparición de la actividad disidente desde la huelga de julio que alcanzó un éxito parcial. El movimiento de protesta había perdido impulso mucho antes de que los cohetes extremistas cayeran sobre la caravana presidencial el 7 de septiembre.

"La campaña de movilización social estaba fracasando. Todo lo que logró fue apuntalar a Pinochet convenciendo al pueblo chileno de que realmente no existía otra alternativa más que él", afirmó un analista extranjero.

Mientras que la extrema izquierda continúa formulando sus duros llamamientos de protesta, este año la oposición moderada tiene previsto lanzar una campaña destinada a convencer a los militares de que Pinochet perdería cualquier referendo.

"Debemos demostrar que ante cualquier confrontación limpia y legítima somos capaces de derrotar a Pinochet", declaró el democristiano Sergio Molina.

Sin embargo no hay acuerdo entre los partidos de oposición sobre si presentarán un candidato y una plataforma única para enfrentar a los militares y cuándo será anunciado el posible candidato y su programa.

## La visita del Papa

Varios acontecimientos planeados para los primeros meses del año podrían tener consecuencias impredecibles sobre el panorama político.

El Papa Juan Pablo II arribará el 1 de abril, efectuando la primera gira pontificia de la historia a Chile, y casi seguramente cuestionará la política de derechos humanos, sostienen voceros católicos.

La comisión de derechos humanos de las Naciones Unidas sesionará en Ginebra en marzo, y según diplomáticos acreditados aquí se aprobará entonces una nueva moción criticando al gobierno chileno, que podría contar con el respaldo norteamericano.

GUERRERO

LA NACION 05-1-87

01.01

8701657

CHILE

# Asaltó un grupo guerrillero una radio en Chile

Valparaíso, Chile, 9 (UP y ANSA) — Un comando del grupo guerrillero "Frente Patriótico Manuel Rodríguez" (FPMR) asaltó hoy una radioemisora de este puerto y difundió una proclama contra el gobierno militar del presidente Augusto Pinochet, informó el director de la estación Luis Azocar.

Tres sujetos con sus rostros cubiertos con gorros pasamontañas y portando armas automáticas ingresaron a la radioemisora a las 7.55 después de reducir a un locutor que les abrió la puerta de los estudios.

"Amenazaron a un periodista y a un técnico que estaban en la sala de control trasmitiendo una programa. Sacaron al periodista y apuntaron al técnico obligándolo a trasmitir una grabación que traían", expresó Azocar.

"La proclama incluía música y la voz de un hombre que aludió al tercer aniversario del frente", añadió el director de la radioemisora.

Los sujetos abandonaron la estación después de dejar cajas de cartón conectadas con alambre a las puertas del local y asegurando que eran bombas.

Agentes de los servicios de seguridad que llegaron minutos después al lugar comprobaron que las cajas estaban vacías.

El FPMR cumple el próximo [illegible] años de existencia. La fecha recuerda el primer apagón que afectó a la zona central del país originado por atentados explosivos contra torres del tendido eléctrico interconectado, en diciembre de 1983.

## Atacan un cuartel de la CNI

Por otra parte el gobierno confirmó oficialmente que uno de los principales cuarteles de la Central Nacional de Informaciones, CNI (organismo de seguridad gubernamental), en calle Borgoño de Santiago, fue atacado anoche por un comando.

La versión señala que los agentes de seguridad dieron muerte a uno de los atacantes y dejaron herido a otro el cual huyó junto a un número no precisado de otros miembros del comando.

La versión entregada hoy por el gobierno identifica al "delincuente terrorista" muerto como Marcelino Marchandón, de 29 años de edad, quien estuvo detenido por carabineros "por protagonizar acciones orientadas a subvertir el orden público en Santiago" durante incidentes ocurridos el primero de mayo de 1978.

Según el comunicado gubernamental el ataque contra el cuartel de la CNI fue repelido luego que agentes que realizaban una ronda de patrullaje preventivo sorprendieron "a dos sujetos en actitudes sospechosas".

LA PRENSA 10/12/86

La Prensa 10/12/86

PARTES ELEGIBLE

01.01

8701658

106

# No serían legalizados en Chile los partidos ultraizquierdistas

**Santiago, 8 (UP y ANSA)** — El gobierno aceleró esta semana el estudio de un proyecto que legalizará a los partidos políticos por primera vez desde el golpe de estado de 1973.

Un texto simplificado del proyecto, que no otorgará vida legal a los partidos de izquierda que apoyaron al ex presidente Salvador Allende, está siendo analizado rápidamente y deberá ser aprobado el 15 de enero por la Junta Militar, que actúa como Poder Legislativo.

El proyecto de ley, que se estima entrará en vigencia a mediados de marzo, fija las normas sobre afiliación, prohibe el financiamiento externo y veta la afiliación partidaria a miembros de las Fuerzas Armadas.

El nuevo texto reduce el número de afiliados requeridos para fundar un partido a un 0,5 por ciento del electorado en por lo menos ocho de las doce regiones del país, o en tres contiguas.

Mientras el gobierno originalmente quería un mínimo de 150.000 afiliados por partido para obstaculizar la proliferación de pequeños grupos, según el actual proyecto en la capital sólo se necesitarán 13.000 afiliados.

El presidente Augusto Pinochet anunció la agilización de la ley el 31 de diciembre en un discurso al país junto al levantamiento del estado de sitio y el término del exilio de miles de chilenos.

Observadores opinaron que estas medidas estaban orientadas a mejorar la imagen del régimen para asegurar la visita del papa Juan Pablo II a comienzos de abril próximo.

## Opinión opositora

Dirigentes opositores consideraron que la legalización de los partidos bajo un gobierno autoritario no garantizará por sí solo un retorno a la democracia.

"Ninguna ley política es especialmente relevante mientras no se inserte en un proceso de real democratización que culmine con elecciones libres", afirmó el vicepresidente del partido Demócrata Cristiano —PDC— Gutemberg Martínez.

"Se requiere demasiada imaginación para concebir la existencia de partidos políticos en un contexto autoritario", agregó.

Martínez sostuvo también que la ley tampoco aseguraba el acceso a la televisión frente al uso oficial "indiscrimado" para lanzar la candidatura del general Pinochet.

El PDC lanzó el mes pasado una campaña por elecciones libres que busca reformar la actual Constitución que contempla un plebiscito en 1989 restringido a un solo candidato que, si gana, obtendría un nuevo mandato de ocho años.

-GUERRERO-

LA PRENSA 09-1-87

01.01

8701708

Chile

Clarín 29/11/86

# Condenas a muerte en Chile

**SANTIAGO, Chile, 28 (AP). — El juez militar de Santiago, Samuel Rojas, condenó hoy a muerte a tres izquierdistas acusados del asesinato del gobernador de la provincia de Santiago, general Carol Urzua, y sus dos escoltas.**

**Los afectados con la pena de primera instancia son los miembros del proscripto Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), Carlos Arancda Miranda, Jorge Palma Donoso y Hugo Marchant Moya.**

**Los condenados fueron notificados de la sentencia esta tarde en la cárcel pública capitalina, donde se encuentran recluidos, y tienen un plazo de cinco días para apelar.**

**El juez militar condenó también a 4 años y un día de prisión a Susana Capriles y Marta Soto, acusadas de colaborar con el comando que acribilló a Urzua. Soto, además, recibió una pena adicional de 10 años y un día por "encubridora".**

**La condena del juez Rojas fue dictada luego que hace 18 días la Corte Suprema, por unanimidad, dictaminara que la pena de muerte era aplicable en el caso del asesinato del gobernador Urzua y sus dos escoltas, los cabos Carlos Rivera y José Aguayo, que fueron asesinados el 30 de agosto de 1983 cuando el vehículo en que se desplazaban fue interceptado por un comando extremista que los acribilló a pocas cuadras del domicilio del general del ejército.**

01.01

8701709

# Pinochet les da la razón a quienes afirman que está "amarrado" al pode

***En una extensa entrevista realizada por el diario santiaguino "El Mercurio", el general Augusto Pinochet reconoció que, efectivamente, está "amarrado" al poder. Una vez más atacó a la oposición, especialmente democristianos y comunistas y calificó de "cúpulas desarraigadas" a quienes propician el diálogo con su gobierno. Descartó, para 1989, una elección con varios candidatos como una idea carente de seriedad.***

SANTIAGO, Chile 28 (AP, AFP, Reuter). — El general Augusto Pinochet dijo que "tienen razón" quienes afirman que está amarrado al poder, al tiempo que afirmó que los opositores a su régimen militar, que propician un diálogo con el gobierno, "son cúpulas desarraigadas", según una entrevista de prensa publicada hoy.

Pinochet, que accedió al poder hace más de 13 años a través de un golpe de Estado, en una extensa entrevista difundida por el diario El Mercurio reiteró sus críticas a los políticos opositores, especialmente a los comunistas y a los demócrata cristianos.

Consultado por el diario sobre qué diría a quienes afirman que está "amarrado" al poder, respondió: "Que tienen razón... ya, póngale. ¿Para qué vamos a discutir? Pero le digo una cosa: podrán decir lo que quieran, pero nunca podrán decir que no he luchado por el país para mantener la libertad, nadie puede afirmar que no me he sacrificado por Chile..."

Pinochet señaló también que las críticas antes le molestaban, pero que ahora no le inmutan, y que los halagos no le dan frío ni calor. El jefe de Estado chileno se declaró "un ser humano con todos los vicios y las virtudes que tiene cualquiera".

### ♦ El atentado

En relación con el frustrado atentado contra su persona, el 7 de setiembre último, afirmó que fue "para imaginar que ninguno saldría con vida: soy un hombre creyente y agradecido de Dios por la infinita bondad que ha tenido conmigo".

Agregó que el atentado ha fortalecido su voluntad de luchar por la defensa de los valores que identifican a Chile como nación y ha reforzado su convicción "de que la institucionalidad que nos hemos dado es la mejor garantía de que las futuras generaciones vivirán en una sociedad verdaderamente libre".

Según Pinochet, en esa sociedad "la libertad está incorporada como forma de vida y no es solo una utopía, y donde el desarrollo político, económico y social es el producto del esfuerzo de todos los chilenos y no un arma de la demagogia y de la politiquería".

Sobre el significado político del atentado, el presidente chileno estimó que la posición de siempre del gobierno ha sido que el comunismo y su brazo armado constituyen un peligro real actual, "que obliga a los que creemos en la libertad a asumir posiciones consecuentes", y dijo que "quedó claro que los sectores marxistas persisten en someter a Chile".

### ♦ Sobre todo, orden

Pinochet indicó que el comunismo no se ha percatado de que con eliminarme no logrará sus propósitos, pues "las fuerzas de la defensa nacional tienen clara la misión que hoy les corresponde. El sentimiento de la mayoría ciudadana respalda mi acción y tiene claro que un país progresa cuando hay orden, libertad y justicia".

Consultado sobre si el atentado habría derivado en una crisis de poder, Pinochet dijo que "afortunadamente todo está ordenado y bien dispuesto. Está claro que si muero sigue otro y si no, otro", agregando que el orden constitucional, respaldado por las Fuerzas Armadas y del órden, había hecho que se superara cualquier situación, "aunque no podría precisar el costo definitivo que ello pudiera haber tenido".

Sobre la acción extremista Pinochet afirmó: "Yo sé dónde hay terroristas y queremos saber adónde van, qué hacen y qué se proponen", agregando que "algún día se conocerá completamente la estrategia que diseñaron, pero está claro que el propósito final es la instauración de una dictadura marxista".

"Lo puedo decir que hay antecedentes en cuanto a que el ataque revolucionario definitivo se produciría después de este gobierno, es decir cuando, siguiendo el discurrir de los sectores marxistas, hubiera una autoridad débil y, por lo tanto, un grado de indefensión del país favorable a la guerrilla revolucionaria", añadió.

### ♦ Sobre los políticos

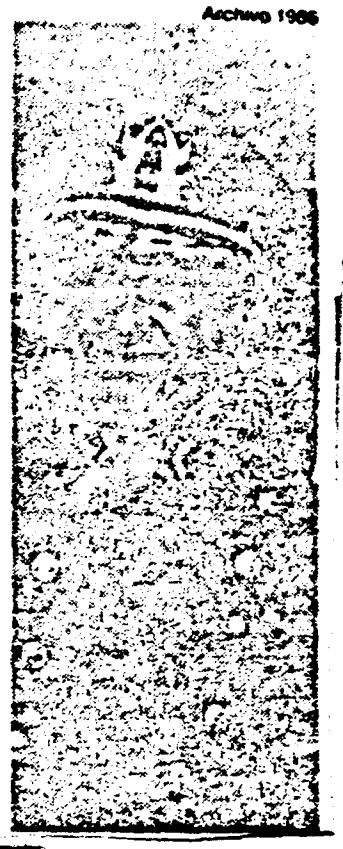
"Ha quedado claro otra vez que nuestro país es objeto de la agresión comunista y ello obliga, para volver a la democracia, que los auténticos demócratas actúen en consecuencia y en forma definida", dijo Pinochet, precisando que los que verdaderamente creen en la democracia son los que están en posiciones opuestas al marxismo-leninismo.

Sobre los políticos, el general Pinochet sostuvo que, respecto a 1986, algunos opositores lo calificaron de "clave, y otros, más audaces, hablaron del año decisivo, unos y otros pensaban, como lo han hecho todos estos años, en la derrota del gobierno y, también hay que decirlo, en la revancha".

Pinochet ubicó a los políticos "fuera de la realidad". "Se quedaron en otra época, con otros parámetros y otros esquemas —opinó—. Por eso, de cuando en cuando, cambian su estrategia y comienzan a renegar de lo que antes dijeron o de las posiciones que asumieron".

Luego se preguntó: "¿Quién podría negar que la actitud de la democracia cristiana ha sido permanentemente útil a los comunistas?", y señaló que la indefinición y el izquierdismo de las fuerzas políticas facilitó el avance del marxismo al poder en 1970.

Pinochet concluyó señalando que "los llamados líderes opositores, apellidados también de democráticos, no están a la altura de lo que el país quiere y hace".



Archivo 1986

General Augusto Pinochet, presidente de Chile.

## "La elección es una idea que carece de seriedad"

SANTIAGO, 28 (AFP). — La propuesta elección de un presidente chileno en una votación con varios candidatos, en 1989, es una idea carente de seriedad, declaró en Santiago el jefe del gobierno militar del país, Augusto Pinochet.

El comicio abierto es postulado por el opositor Partido Demócrata Cristiano, respaldado por otras agrupaciones de derecha, centro e izquierda.

La fórmula se contrapone a la norma constitucional que establece que, ese año, la ciudadanía deberá pronunciarse en plebiscito sobre un candidato único designado por los comandantes en jefe de las fuerzas armadas.

Solo en caso de rechazo al postulante, que podría ser el mismo Pinochet, se llamará a una elección libre para renovar el mando presidencial, tras 16 años de régimen castrense.

Según opiniones de Pinochet, que aparecen publicadas hoy en el diario santiaguino "El Mercurio" (ver crónica aparte), la innovación electoral que pretende la oposición es una idea "sin profundidad ni proyecciones, es una estrategia que surge después de sus fracasos durante este año", señaló el gobernante.

1986 fue mencionado como un año decisivo y clave para acabar con el gobierno militar, instalado en 1973.

8701710

Guerrero

# Fin para el estado de sitio en Chile

## Pinochet dijo que la medida no será renovada y anunció que opositores podrán regresar al país; nuevo integrante de la Junta

SANTIAGO, 1 (Reuter). El presidente Augusto Pinochet dijo que el estado de sitio, implantado horas después del fallido atentado en su contra en septiembre, no será renovado cuando expire su vigencia.

Anunció también el virtual término del exilio bajo el cual varios millares de opositores políticos están impedidos de retornar al país.

Pinochet dijo que el estado de sitio, actualmente vigente en Santiago y en otras dos ciudades del norte chileno, tras haber sido gradualmente levantado en otras regiones, ha servido sus propósitos.

Pinochet no especificó el número de opositores políticos a los que se permitiría regresar. Según funcionarios de derechos humanos, cerca de 3500 chilenos tienen actualmente prohibido su ingreso al país.

Pero Pinochet dijo que durante los próximos 90 días, el Gobierno reducirá la lista hasta dejar sólo a los considerados un "riesgo grave" para el país.

El estado de sitio fue decretado después de que guerrilleros izquierdistas emboscaran la caravana presidencial en las afueras de Santiago, en septiembre, matando a cinco guardaespaldas de Pinochet.

El atentado fue reivindicado por el grupo guerrillero izquierdista Frente Patriótico Manuel Rodríguez (FPMR).

Pinochet anunció también que en los primeros meses de 1987 se legalizarán los partidos políticos, cuya actividad fue suspendida en 1973 y que hasta ahora han funcionado de hecho.

La legitimidad de los partidos quedaría así concretada mediante una de las más importantes leyes constitucionales incluidas dentro de un proceso de transición a la democracia, que tiene como fecha clave 1989, cuando un plebiscito decida la suerte del gobierno militar.

### La Junta Militar

SANTIAGO, 1 (UPI). - El jefe de la policía secreta, general Humberto Gordon, asumió ayer como miembro de la Junta Militar en un cambio que, según observadores, reforzará la posición del presidente Augusto Pinochet.

En una breve ceremonia a la cual asistieron los otros tres miembros de la junta, Gordon reemplazó a Julio Canessa, un general de ejército considerado muy rígido para el trabajo político que debe desempeñar la junta en los próximos años.

La junta deberá escoger a fines de 1988 un candidato del régimen que se presentará en un plebiscito para buscar un nuevo período presidencial de 8 años, según la actual constitución chilena.

Gordon, de 50 años, dejará la jefatura de la Central Nacional de Informaciones, la policía secreta del régimen que dirigió desde 1980.

Gordon agradeció a Pinochet el nombramiento y aseguró que "como ciudadano y soldado seguiré colaborándole en todas las cosas que él disponga para el futuro de Chile".

LA NACION 2-1-87

01.01

8701711

# CHILE:
# CAOS O DEMOCRACIA

Crónicas
de la Guerra
Irregular

1

01.46

9701920

[illegible]
[illegible] FF AA
Fecha de entrada 9/II/87
Fecha de salida
Pasa a SIDFD
Nº. de clasificación 311

# CHILE: CAOS O DEMOCRACIA

## Crónicas de la Guerra Irregular

1

.02

8701920

# Introducción

**"... Ambos hechos formaban parte importante de la estrategia marxista dirigida a dar inicio a la revolución..."**

*En los días que estamos viviendo, como lo será más aun en el futuro cuando se escriba la historia del actual período, casi no hay ni habrá necesidad de ser muy explícito en cuanto al enunciado de los hechos a que alude la observación del Presidente de la República en la cita con que encabezamos estas líneas.*

*Basta ahora, y será suficiente en los meses y años por venir, con mencionar "los arsenales" y el "atentado" para señalar acontecimientos trascendentales en la existencia de nuestra joven nación. Son hechos que llevan en sí la notoriedad del crimen, pero que en su pecaminosidad no solamente envuelven a personas —los peones del terrorismo— sino también a toda una ideología —la comunista— y a las colectividades y regímenes que se rigen por sus preceptos totalitarios.*

*Los arsenales y el atentado están produciendo el efecto de alterar algunos conceptos ciudadanos y muchas posiciones político partidistas que, frente a la realidad de la obra amplia del régimen, resultaban ya sobradamente mezquinos y anacrónicos. El cambio, entonces, es para mejor, y continuará siéndolo en la medida que todos comprendamos también mejor el alcance de los hechos que —como asimismo indicara el Presidente Pinochet— son manifestaciones de una guerra, no convencional, que nos incluye a todos: caos o democracia.*

*El siguiente relato de los aspectos relevantes de la internación clandestina de armamento de guerra al país y el subsiguiente atentado contra la vida del Presidente de la República, está orientado a contribuir a la mayor comprensión, por parte de la opinión pública interna y externa, de la magnitud de estos episodios de la guerra irregular que el comunismo trata de desencadenar en forma generalizada contra todos los chilenos y su Gobierno. Ambos son capítulos todavía no cerrados en cuanto a sus alcances ulteriores, puesto que la investigación de responsabilidades y vinculaciones criminales y políticas está en pleno desarrollo, como también la búsqueda y aprehensión de sus autores materiales, con el fin de que comparezcan ante los Tribunales de Justicia.*

.03 8701920.

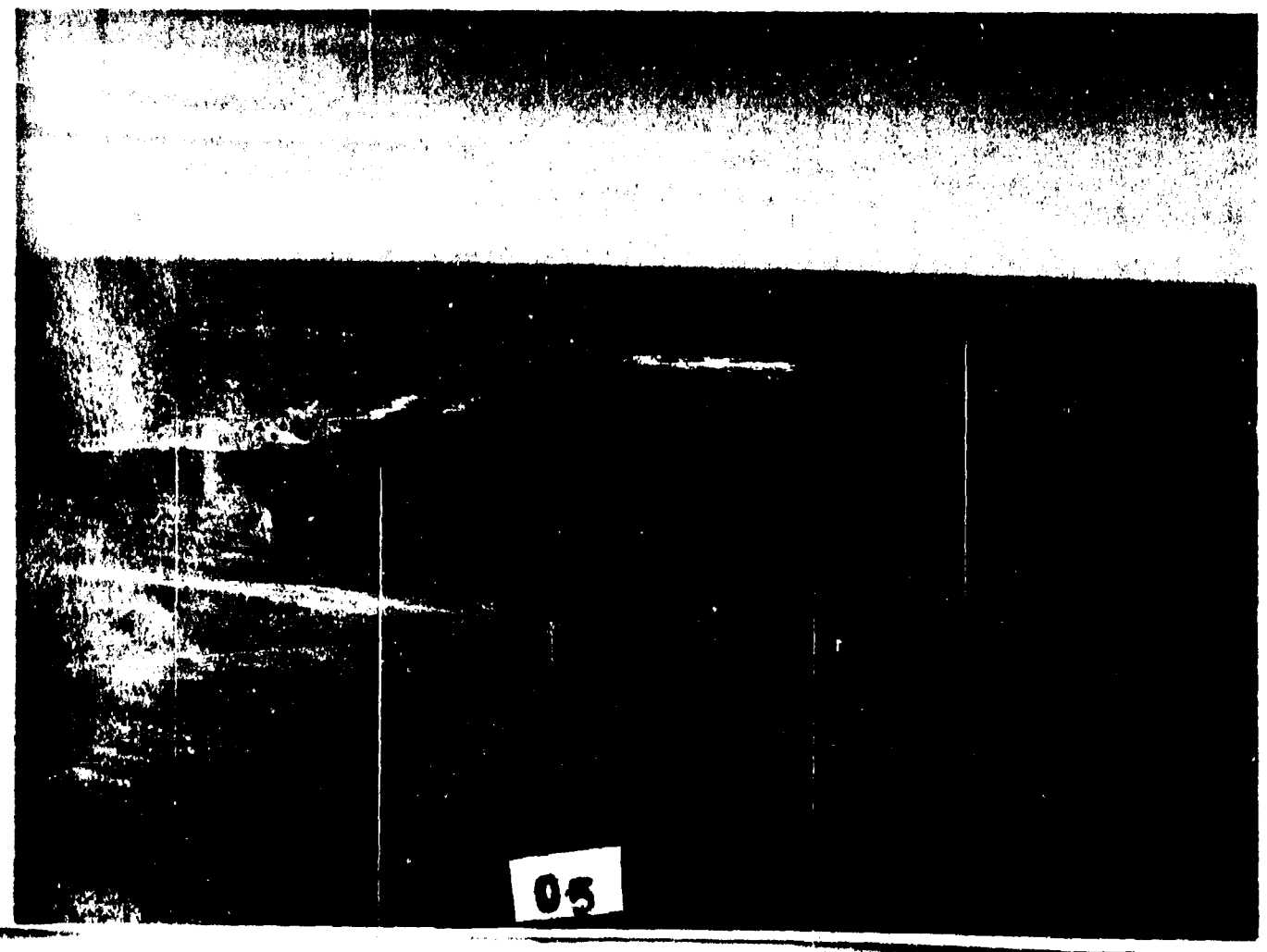
# ARMAS DE GUERRA

En el mes de junio de 1986, un capitán de mar, Nelson Exequiel Ascencio Pardo, compra por encargo de hombres a quienes no parece faltarles el dinero, una goleta llamada "Astrid Sue". Paga cuarenta mil dólares por la embarcación, que luego sería dotada de equipos de navegación y radiocomunicación, incluyendo captación de señales de satélite artificial, que no son en absoluto comunes en las embarcaciones pesqueras chilenas.

Tal es el inicio de una terrible empresa criminal, en la que Ascencio Pardo habría de verse envuelto, según contaría después a agentes de Seguridad, por efecto de una inequívoca amenaza contra su vida y la de su familia. Lo que comienza como la obtención de dinero fácil ha de convertirse muy pronto en una pesadilla.

El hombre tras los recursos monetarios es también quien imparte las órdenes, que en todo momento son frías y precisas. El capitán de la "Astrid Sue" y sus tripulantes solamente lo conocen como "Pedro" y tienen la impresión instintiva de que realmente no conviene saber más sobre él y otros individuos que suelen acompañarle. En las semanas siguientes, y hasta el mes de agosto, la goleta cumple varias de las operaciones para las cuales los tripulantes reciben una buena remuneración y la ayuda, no solicitada por ellos, de sujetos que operan los aparatos de comunicación estables y portátiles, usando frecuentemente códigos especiales.

Lo informado por Ascencio Pardo cuando todo quedó al descubierto permite reconstruir una de esas operaciones.



05

Como primera medida, y siguiendo las instrucciones impartidas por "Pedro" con antelación, la "Astrid Sue" debió recoger en el puerto de Huasco (a 700 kilómetros de Santiago en la III Región) a tres hombres que se encargarían de controlar la operación y de establecer las necesarias comunicaciones. Luego, la goleta hubo de navegar hasta los límites de las aguas territoriales y aguardar. Se produce así el encuentro con un barco pesquero de 120 metros de eslora, con el cual los individuos recogidos en Huasco han hecho contacto radial. La embarcación no lleva bandera ni tiene a la vista otras marcas de origen. Su tripulación, pese a encontrarse el mar algo picado, no pierde tiempo en trasbordar al "Astrid Sue" centenares de bultos. Curiosamente, el capitán de la nave misteriosa observa el ritual marinero e invita a Ascencio Pardo a departir unos instantes en su camarote. Allí el chileno observa un retrato de Fidel Castro y nota el acento centroamericano, indudablemente cubano de su anfitrión. Además hay algunos hombres a bordo, obviamente no tripulantes, que saludan con especial deferencia a los embarcados en Huasco y mantienen conversaciones en voz baja con ellos.

Cuando el "Astrid Sue" desatraca de la embarcación mayor, una cabezada en el mar agitado hace rodar a las aguas desde proa una treintena de bultos, lo cual provoca el desconcierto y luego una furia sorda en los hombres de "Pedro".

A las 6 de la madrugada siguiente, la goleta se encuentra frente a la costa de Carrizal Bajo. El Capitán ha acatado órdenes de acercarse lo más posible al litoral, para así facilitar un nuevo trasbordo de la carga, esta vez a botes de goma. Parte de la faena se cumple, pero el pesquero debe apartarse de la costa cuando avanza la mañana, para retornar al mismo punto al caer la tarde. La descarga es laboriosa, pero los hombres que manejan los botes de goma, con el apoyo de quienes los aguardan en la playa con vehículos, se desempeñan por lo general con expeditez. Cuando el trabajo está terminado, un sujeto que ha actuado como capataz de la maniobra, arenga a todos los participantes, alentándolos a no cejar en su cometido. Días después, en Huasco, el capitán Ascencio Pardo recibe un paquete de dinero. Es un millón de pesos en dinero efectivo para pagarle a él y su gente y cubrir los gastos del "Astrid Sue". Junto con la paga, le llega también un mensaje: para que todo siga bien, el silencio es absolutamente indispensable.

06

8701920

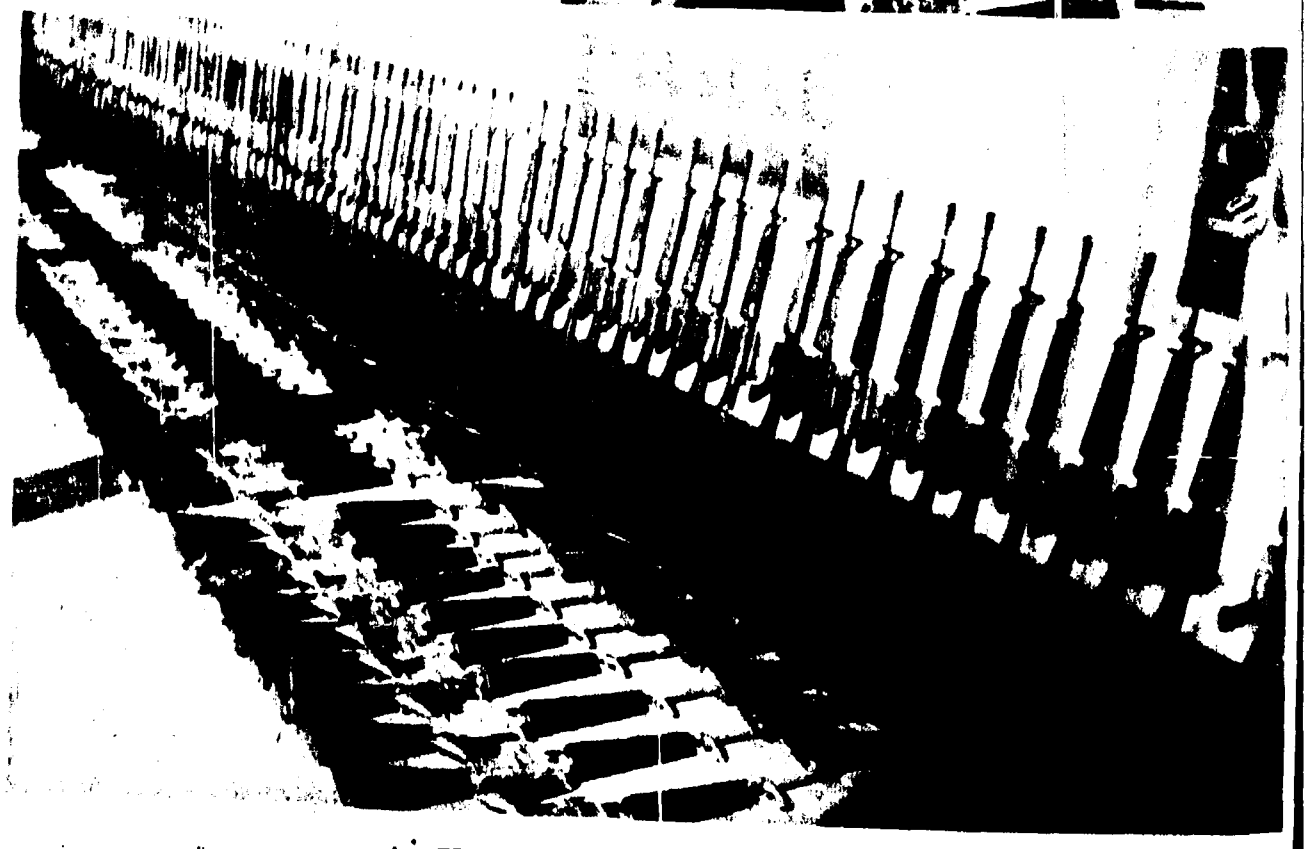
seis operaciones de este tipo, cuidadosamente montadas por el Comunismo Internacional y su brazo terrorista en Chile, el autodenominado "Frente Patriótico Manuel Rodríguez" (FPMR).

Hasta el descubrimiento de los primeros arsenales ocultos en minas y socavones del sector de Carrizal y otros próximos a éste, en la III Región, el día 6 de agosto de 1986, los comunistas habían logrado internar enormes cantidades de armas de guerra, de las que hasta ahora se ha conocido e incautado un total de sobre 50 toneladas de armas, municiones, explosivos y diverso equipo de apoyo.

Entre esas 50 toneladas se cuentan:

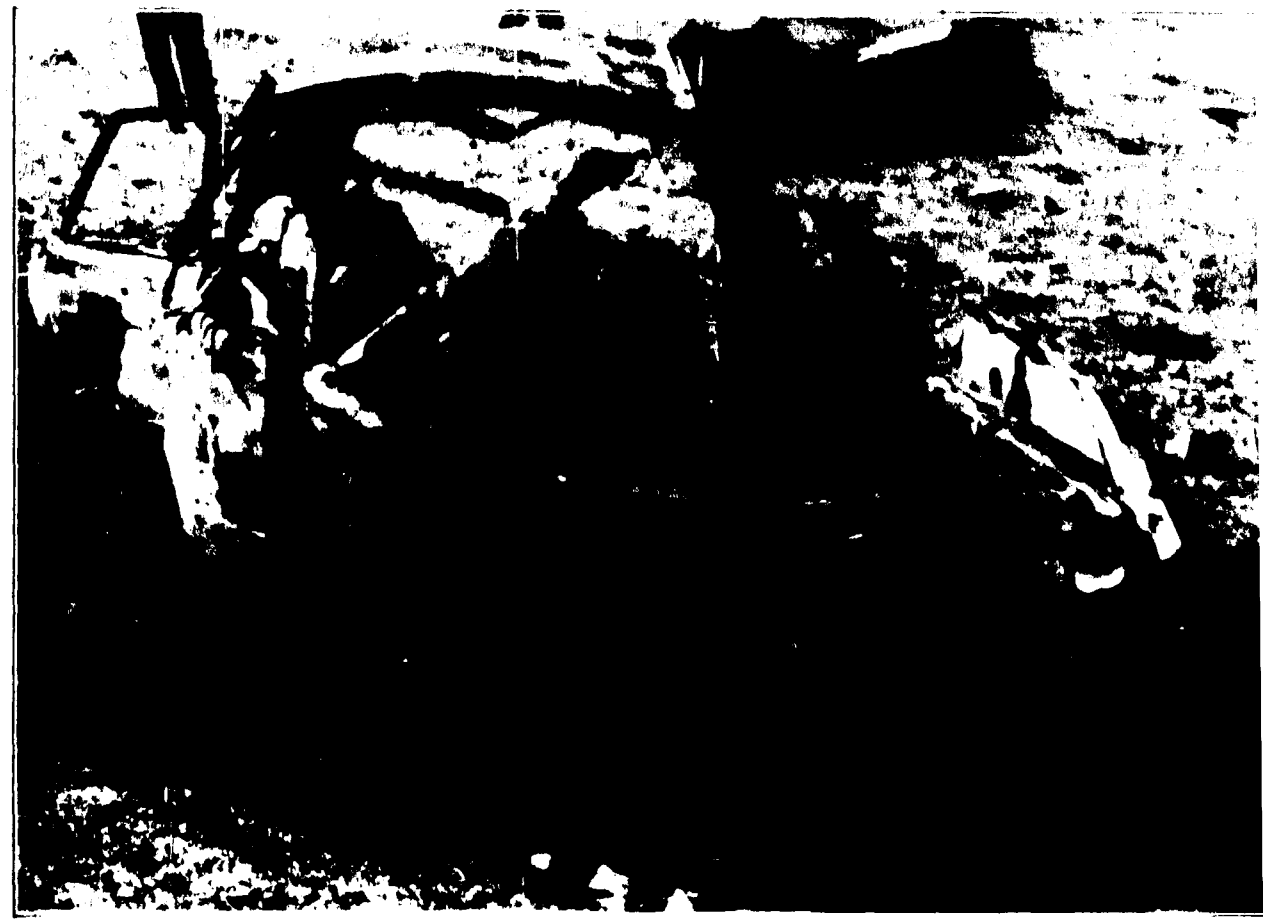
- 3.383 fusiles automáticos M-16;
- 2.224.100 balas calibre 5.56 mm. para fusil M-16;
- 148 fusiles automáticos FAL;
- 6.075 balas calibre 7.62 mm. para fusil FAL;
- 6 ametralladoras M-60;
- 2.700 balas calibre 7.62 mm. para ametralladoras M-60;
- 5 fusiles lanzagranadas M-79;
- 17 granadas para M-79;
- 114 lanzacohetes "Katiuska" RPG-7;
- 1.951 bombas para lanzacohetes RPG-7;
- 179 cohete LOW;
- 1.203,5 kilos de T.N.T.;
- 796 kilos de explosivos T-4;
- 1.987 granadas de mano;

mecha lenta; cordón detonante; cargadores y otros accesorios para las armas; y equipos de material de guerra; de telecomunicaciones, de ingeniería y de apoyo logístico.





# POTENCIAL DE DESTRUCCION Y MUERTE



El poder que encierran las armas halladas por las fuerzas de Seguridad es penosamente impresionante. Es un potencial de fuego, destrucción y muerte que el terrorismo comunista ha pretendido —y aún pretende— dirigir contra los chilenos en una guerra irregular que a todos comprometería como víctimas.

Es importante destacar, entonces, las características de algunos de esos instrumentos de muerte.

## El Fusil M-16

Pertenece a la serie de modernos fusiles de asalto que hicieron su aparición en la guerra de Vietnam. Es un arma automática, de fabricación estadounidense, capaz de disparar 1.200 tiros por minuto. Su bala, calibre 5.56 mm. tiene una velocidad de 980 metros por segundo. Es preciso hasta una distancia de sobre 300 metros.

## El Fusil FAL

De fabricación belga, es utilizado por las fuerzas armadas de más de noventa países, tras haber sido adoptado por la OTAN en la década del 60. Es un arma automática liviana, cuyo selector permite dispararla tiro a tiro o en ráfagas. Dispara 600 balas calibre 7.62 mm. por minuto, con precisión hasta una distancia de 500 metros.

## La Ametralladora M-60

También de fabricación estadounidense fue usada en la guerra de Vietnam. Dispara 1.200 balas por minuto. Su alcance efectivo es de 600 metros y se la considera una de las mejores armas de su tipo diseñadas después de la Segunda Guerra Mundial.

## El Fusil Lanzagranadas M-79

Arma norteamericana usada en la guerra vietnamita, habida cuenta de su alto poder destructor en zonas de difícil acceso. Lanza granadas explosivas incendiarias (fósforo blanco) o con carga química, eficaces hasta un radio de 50 metros desde el punto de impacto.

## El Lanzacohete "Katiuska" RPG-7

Fabricado en la Unión Soviética, es el arma antiblindaje más moderna de su género en el mundo. Fue utilizada inicialmente por la U.R.S.S. en la invasión de Afganistán, en 1979. Dispara cohetes (bombas) de calibre 85 mm. con un alcance efectivo de hasta 600 metros. Puede destruir cualquier tipo de blindado, tanque o similar, con un alto poder de penetración (300 mm. en acero puro).

## El Lanzacohete o Cohete Low

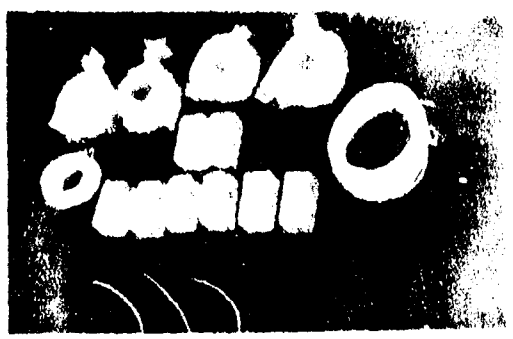
Arma estadounidense de tipo desechable. Alcance efectivo de 200 metros y penetración hasta 250 mm. en acero puro. Se le conoció originalmente en Chile a raíz de un ataque terrorista a las instalaciones de la 17a. Comisaría de Carabineros en Avda. Las Tranqueras, de Las Condes. (Allí un LOW hizo impacto y otro fue abandonado en el área, sin disparar).

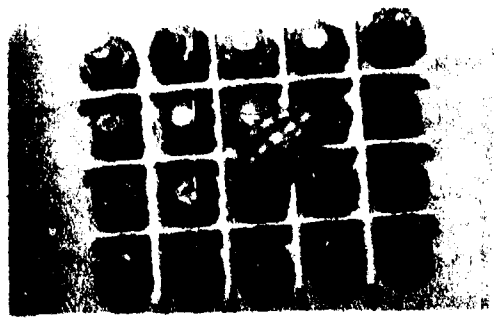
## El Explosivo TNT

Llamado también Trotyl, Tolita y Trinitrotolueno. De fabricación industrial, es producido, entre otros países, por Estados Unidos, Canadá, Bélgica, Venezuela y Checoeslovaquia. Por su tipo "insensible" solamente puede ser activado con detonador, sin mayor riesgo para quien lo porta. Su poder destructor es muy alto

## El Explosivo T-4

Identificado igualmente como "Exógeno" y "Bomba atómica de bolsillo" en atención a que, al estallar, emite una potente onda térmica y gases tóxicos. No tiene aplicación industrial o de ingeniería militar y es considerado "el explosivo del terrorismo". Se presenta en forma de plástico moldeable y es producido exclusivamente por países de la órbita soviética. (Este explosivo fue usado en Chile por los terroristas que atentaron el 18 de junio de 1986, contra el Metro de Santiago, causando un muerto y varios heridos).





# UNA SERIE DE HALLAZGOS

## 6 de agosto de 1986

Tras el anuncio oficial de los hallazgos de arsenales clandestinos en la III Región de Atacama, los medios de comunicación social comienzan a mostrar en detalle los escondrijos y sus contenidos, en la zona de Carrizal Bajo.

Armas, munición, explosivos y otros componentes de material de guerra, de ingenieros y de apoyo, fueron hallados, con cuidadoso embalaje protector, en túneles, grietas y excavaciones mineras largamente abandonados y de difícil acceso por tierra.

Se reveló también a la opinión pública como toda esta operación terrorista, a partir de lo que sin duda fue una larga serie de preparativos, fue disimulado con las actividades de una empresa llamada "Cultivos Marinos Chungungo Ltda.", constituída según el ordenamiento legal vigente el 23 de octubre de 1985, con un capital de cuatro millones de pesos. La empresa se dedicaría a la explotación y cultivo de algunos productos marinos, para lo cual pidió se le otorgara la concesión de determinados terrenos.

A la sazón se estima que una cantidad de armas internadas a través de la zona del litoral debía haber sido transportada ya en otros puntos del país, como bien lo ratificaría luego el hallazgo de ella en la región central.

Por otra parte, se informa también que ha habido personas detenidas y que las investigaciones han permitido descubrir una "casa de seguridad" en la ciudad de Vallenar, a 660 kilómetros al norte de Santiago. El lugar era centro de reunión entre los encargados de la internación del arsenal y quienes les dirigían.

8701920

## 13 de agosto

Se producen nuevos descubrimientos de armas en sectores de Huasco Bajo y Palo Negro, también en la III Región. Tal como en Vallenar, los terroristas mantenían aquí "casas de seguridad", consistentes en estructuras subterráneas construidas bajo viviendas aparentemente normales y en la forma de pequeños túneles, con revestimiento y envigado de fuerte madera apernada. La superficie típica es de 20 metros cuadrados por dos metros de altura máxima, Tienen espacio para un "aula" de clases, dotada de rústicos y funcionales mesas y banquillos abatibles, más un pequeño polígono de tiro. El aislamiento acústico ha sido especialmente considerado para no alarmar a transeúntes o vecinos en la superficie.

## 14 de agosto

En la zona de Cerro Blanco (III Región) se descubre otro arsenal, de importancia secundaria en relación a los mayores.

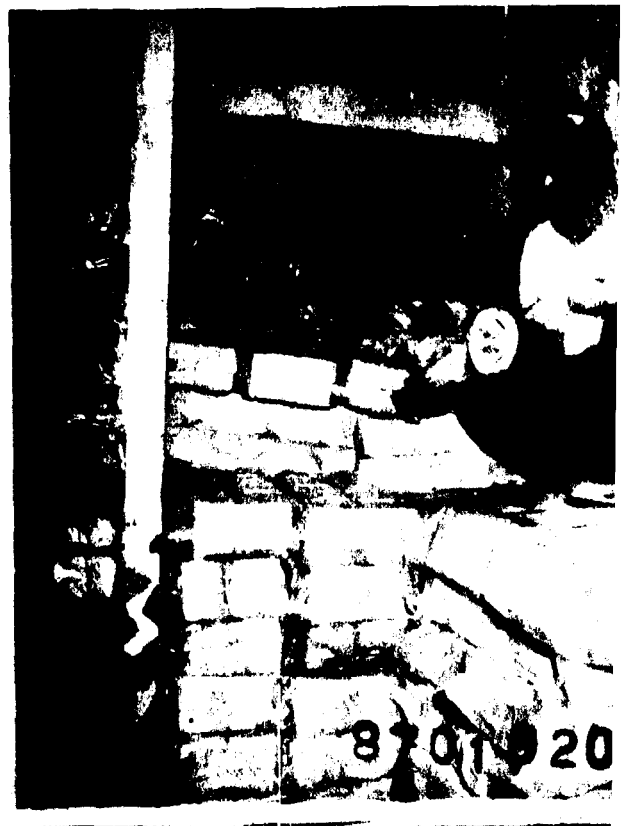
## 20 de agosto

Las investigaciones, que han continuado intensamente, llevan a hallazgos de nuevos depósitos de armas, esta vez en la Región Metropolitana de Santiago. Esto ocurre en la comuna semi rural de Paine (sobre la carretera principal al sur) y en la comuna residencial de La Reina.

## 21 de agosto

Descubrimiento de armas, munición y explosivos en una casa de la comuna popular de La Pintana, en el área metropolitana de Santiago.

En el mismo día se produce otro hallazgo de armas en la III Región. Esta vez en un escondrijo del subsuelo de una decrépita posada conocida como "El Arbol de Marañón", a pocos kilómetros de la ciudad de Vallenar y sobre la ruta al norte del país.



En el interior de un taxi en la vasta población popular santiaguina de Lo Hermida, se encuentra una cantidad de armas, incluyendo 15 fusiles M-16.

Ocurre también el descubrimiento de otra "casa de seguridad" de los terroristas. Se encuentra en la próspera comuna residencial de Las Condes, en la capital. Se detiene allí a algunos extremistas, entre los que figura notoriamente un cabecilla de operaciones, Claudio Molina, apodado "El Rucio".

## 5 de septiembre

La información proporcionada por estos detenidos permite descubrir otro arsenal en la localidad de Tambillos, a 35 kilómetros de La Serena, capital de la IV Región. Se detiene a otros 14 terroristas, fuertemente armados, y hay nuevos hallazgos de armas en Illapel, a 283 kilómetros al norte de Santiago.

Ocurre el atentado contra la vida de S.E. el Presidente de la República, en la localidad de Cajón del Maipo, a una treintena de kilómetros de Santiago. Los grupos terroristas que disparan contra el vehículo presidencial y la escolta usan fusiles M-16, lanzacohetes y otro material de guerra incluído en los arsenales clandestinos.

## 9 y 11 de septiembre

Hallazgos menores de armas y material en una casa de La Pintana y la conocida Población La Victoria, de San Miguel, donde fue párroco hasta su expulsión del país por las autoridades, el sacerdote francés Pierre Dubois. En La Victoria se encuentra también documentación terrorista, incluyendo un plano de las instalaciones de la Comisaría local de Carabineros.

8701920

# EL ARMA CLAVE

Fuentes autorizadas de los Estados Unidos indican que las fuerzas norteamericanas que actuaron en la guerra de Vietnam pueden haber dejado atrás, al retirarse de ese campo de batalla, más de medio millón de fusiles de asalto M-16. Tal vez tanto como 700.000. Si consideramos esa respetable cantidad, tenemos que en Chile ha aparecido hasta la fecha solamente un 0,4º/o. Cabe preguntarse dónde está o dónde circula el 99,6º/o restante. ¿Hay más armas ocultas en Chile? Si es así ¿cuántas y dónde están?

Expertos señalan que un tirador bien entrenado en el manejo del M-16 puede lograr con él un 70º/o de eficacia, con la correspondiente provisión de 600 tiros para actuar en combate o, mejor dicho, en una guerra irregular. Teorizan por tanto, que 3.383 fusiles M-16 (el monto encontrado hasta ahora en Chile) en manos de otros tantos tiradores, a los que se repartiera toda la munición hallada (2.224.100 balas) podrían hacer blanco en 1.200.000 personas; vale decir, en un 10,6º/o de la población de Chile.

Llevando esta teoría algo más lejos, para propósitos ilustrativos, es posible aplicar proporcionalmente ese 10,6º/o a la población de los Estados Unidos. Ello significaría infringir heridas, en muchos casos fatales, nada menos que a los habitantes de 14 ciudades, a saber: Nueva York, Los Angeles, Chicago, Houston, Filadelfia, Detroit, Dallas, San Diego, Phoenix, San Antonio, Honolulú, Baltimore, Indianápolis y San Francisco.

El fusil automático M-16 se transa a unos 1.400 dólares la unidad en el mercado negro internacional. En el caso chileno, los hallazgos de estas armas, sumados a los de munición, explosivos y diversos equipos de material y añadiendo también gastos operacionales y de infraestructura en la empresa terrorista, conforman una inversión de 35 millones de dólares, en un cálculo que, por lo demás, es conservador.

Las autoridades gubernamentales chilenas solicitaron la cooperación oficial de Estados Unidos para que expertos de este país efectuaran un estudio de la procedencia y características de las armas descubiertas, particularmente en relación con el M-16, verdadera "arma clave" dentro del plan terrorista. El resultado fue, como lo señalara Bruce Ammerman, portavoz del Departamento de Estado, que las armas de fabricación norteamericana corresponden a aquellas abandonadas en Vietnam y posteriormente incautadas por las autoridades vietnamitas prosoviéticas.

Un informe del Departamento de Estado, titulado "The Challenge to Democracy in Central America" (El desafío a la Democracia en América Central) describe la probable ruta seguida por cargamentos de fusiles M-16 enviados en su tiempo desde la Base Dover de la Fuerza Aérea de EE.UU. a las tropas en Vietnam, en julio de 1968. Tales fusiles, con el correr del tiempo, reaparecieron en poder de guerrilleros en El Salvador. Se confirma así la existencia de una red terrorista de aprovisionamiento de armas, que mantiene el comunismo soviético y que virtualmente cubre el mundo entero. Los expertos norteamericanos también han coincidido en que los arsenales descubiertos en Chile son los mayores internados hasta ahora, clandestinamente, en la América Latina.

Oportunamente, el 27 de agosto, Chile denunció ante la Asamblea General de las Naciones Unidas esta actividad organizada del terrorismo comunista, que patrocina la Unión Soviética con la cooperación de sus satélites y sucedáneos, particularmente Cuba.

# LA GRAN OPERACION TERRORISTA

El terrorismo comunista, empeñado en realizar operaciones de gran amplitud, procede de acuerdo con una organización que incluye ciertos pasos esenciales, como son los siguientes en el caso de su ofensiva contra Chile:

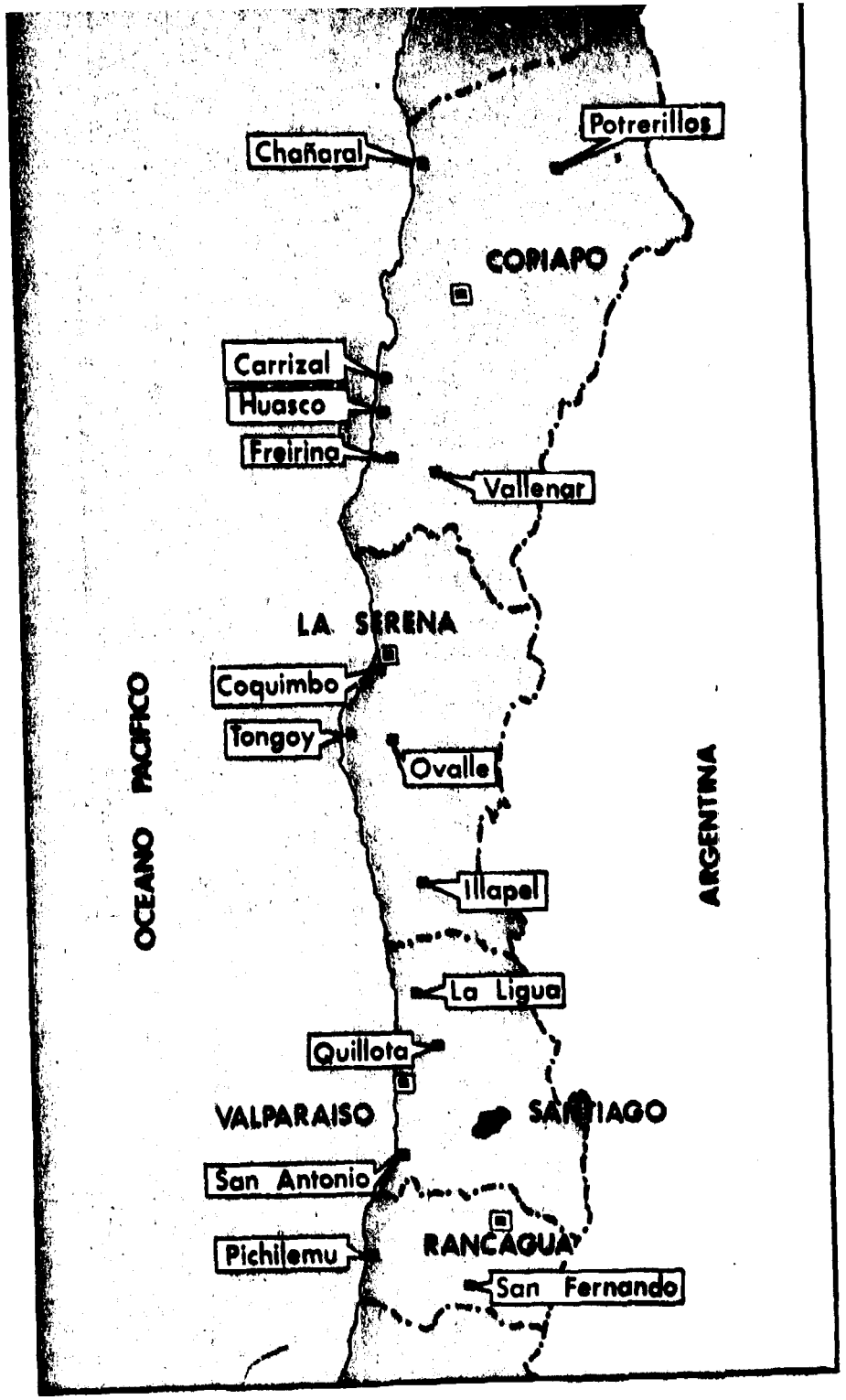
- Reclutamiento de individuos aptos para recibir adoctrinamientos e instrucción práctica en acciones terroristas.
- Selección de candidatos para su envío a cursos en el exterior (Cuba y Nicaragua).
- Reinserción de tales individuos en su medio habitual, para que actúen como cabecillas-instructores o como especialistas en determinadas acciones.

La salida de los reclutas chilenos al exterior se efectúa generalmente por el puesto fronterizo cordillerano "Los Libertadores", hacia Argentina, que sólo requiere cédula de identidad del ciudadano chileno que ingresa. El punto de arribo es Mendoza. De allí siguen camino a Buenos Aires, habitualmente por tierra. Desde la capital argentina, provistos de pasaporte, viajan por vía aérea a países europeos y de éstos a Cuba y Nicaragua. Alternativamente cumplen el mismo viaje hasta Buenos Aires, pero de allí continúan por vía aérea a Perú, Venezuela y Cuba, vía la aerolínea estatal del régimen de Castro, la Cubana de Aviación. De hecho, tanto en Buenos Aires como en Mendoza hay comités de apoyo a los violentistas que entran y salen del país, controlados por exiliados chilenos de la izquierda no democrática y patrocinados por agentes cubanos en Argentina.

Según un esquema establecido, en Cuba los candidatos a terrorista asisten a centros de adiestramiento. La instrucción se prolonga por ocho meses e incluye adoctrinamiento político, manejo de armas y explosivos; técnicas de sabotaje; ataque y defensa personal; agitación de grupos y masas; primeros auxilios y otras materias. El siguiente paso consiste en que vayan a Nicaragua, por un período de cinco meses, a poner en práctica lo aprendido.

Completado el curso, los terroristas vuelven a Chile por la misma ruta de su regreso para minimizar riesgos de detección en los pasos fronterizos. Ocupan así, como se ha señalado, cargos de instructores y de realizadores de misiones especiales.

.15 8701920




Se estima que los terroristas involucrados en el ingreso clandestino de armamento al país debieron pasar por una preparación similar a la descrita, con especial énfasis en las tareas a desarrollar, que por cierto entran en la clasificación de "misiones especiales".

Sus actividades fueron laboriosas y, por lo demás, bastante completas, si se tiene en cuenta que, además de la planificación teórica, trazada seguramente en Cuba, hubieron de efectuar también una planificación en el propio terreno de la III Región de Atacama, sin despertar sospechas; elegir lugares para desembarcos; habilitar depósitos de armamento (en viejas minas de la zona); adquirir vehículos y otro equipo; arrendar propiedades y llegar al extremo de crear empresas de "fachada". Todo esto debe haber demandado varios meses de trabajo, tal vez ocho o más, según cálculos de expertos, y la inversión de amplios recursos humanos y financieros.

.16 8701920

# EL DINERO DEL TERRORISMO

Hemos mencionado antes la cantidad de 35 millones de dólares como el costo en el mercado negro de armas, explosivos, munición, accesorios, equipos diversos, etc. A ello es indispensable agregar un detalle de gastos e inversiones correspondientes a los esfuerzos para dar una infraestructura o marco transitorio a la operación, a saber:

—La adquisición de la goleta "Astrid Sue" y de otro pesquero, el "Chompalhue", para el trasbordo de los arsenales desde mar adentro a las proximidades de la costa. Se sabe que la primera tuvo un costo de 40 mil dólares y el segundo de 35 mil dólares.

—Pago a capitanes y tripulaciones de ambos barcos: 19 mil dólares

—Capital inicial para una empresa de "fachada": 18 mil dólares.

—Capital para una segunda empresa en la zona: 20 mil dólares.

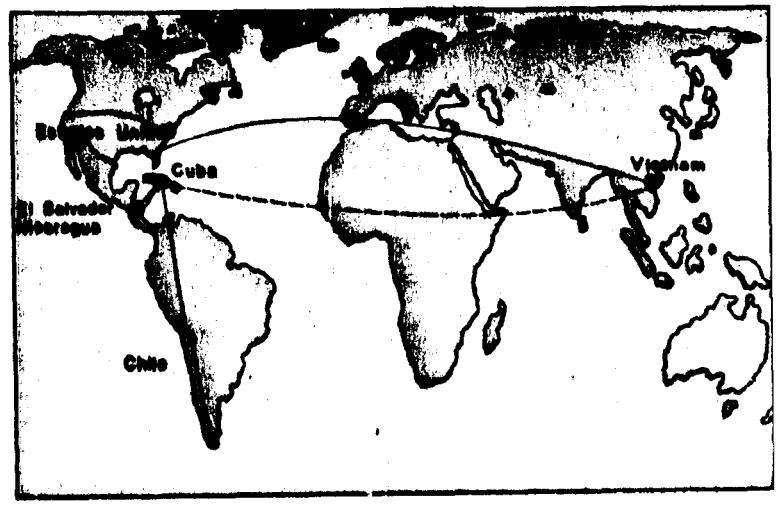
—Viajes hacia y desde el exterior. Son numerosos y su costo total es todavía difícil de precisar.

—Compra de vehículos, mantención de éstos; alojamiento, alimentación, vestuario y remuneraciones de entre 30 y 40 hombres; mantenimiento de "casas de seguridad"; viajes dentro del país, etc. Todos motivos de subidos gastos que, igualmente, aun es difícil establecer con exactitud.

Lo importante es tratar de establecer con exactitud quién financió toda esta gran operación y la forma en que se hace llegar los recursos monetarios a las manos indicadas. El origen del dinero del terrorismo puede ser uno solamente en su raíz, pero sus vías de circulación son, sin duda, muchas.

8701920

# RETROCEDIENDO EL RELOJ




"El traslado de armamentos desde una nación a otra en forma clandestina, como ha ocurrido en el caso chileno, es una situación muy grave, que pone en peligro no sólo la seguridad de esa nación, sino representa una amenaza para todos los países", declaró el General norteamericano John Ballantyne, Presidente de la Junta Interamericana de Defensa, en una visita a Chile en septiembre de 1986.

Por su parte, el Agregado Militar de la Embajada de Alemania en Chile, Teniente Coronel Hans Joachim Müller señaló lo siguiente: "Hoy en día Chile está pasando por tiempos extremadamente duros, tiempos en que el comunismo internacional está tratando de hacer retroceder el reloj, subyugando al país de nuevo a una dictadura, descomponiendo la comunidad del pueblo chileno por la subversión, instigando al vandalismo y promoviendo el terrorismo organizado in extenso".

El Vicealmirante Jorge Telaya, Jefe del Estado Mayor de la Armada del Perú, dijo en Santiago: "Los pueblos deben unirse para combatir el terrorismo, pues éste actúa no sólo contra las fuerzas de orden, sino contra todos los pueblos. La subversión está dirigida contra todo un régimen de estabilidad de gobierno".

En la comunidad nacional, representantes de las más diversas corrientes de opinión, e igualmente voceros de las distintas denominaciones religiosas, coincidieron en señalar que era indispensable hacer más que condenar verbalmente la acción terrorista. Se debe aislar a los violentistas —dijeron— y no fomentar de manera alguna, menos aún con posiciones ambiguas ante los hechos, el terrorismo, o la elección de la vía armada como medio de solucionar problemas políticos.

Richard T. Mc Cormack, Embajador de los Estados Unidos ante la Organización de Estados Americanos, resumió la importancia que debe darse a la operación de terrorismo comunista al indicar que "representa la más grande intervención de una potencia extranjera en los asuntos internos de un país del hemisferio".

Respecto al origen de las armas, con las que el comunismo violentista ha intentado retroceder el reloj de la Historia, un informe de 141 páginas, emitido por expertos norteamericanos, señala que sus características, la cantidad y el sistema de internación dejan pocas dudas respecto a que este material de guerra llegó frente a las costas chilenas en barcos cubanos de alta mar.

Las conclusiones de los expertos se basan en métodos deductivos que incluyen aspectos tales como las huellas de agua de mar en algunas armas, su estado general, el rastreo del armamento de fabricación estadounidense abandonado en Vietnam y diversos informes de inteligencia, que incluyen el tráfico mercante entre la Unión Soviética y Cuba.

Para George Jones, Encargado de Negocios de la Embajada de Estados Unidos en Chile, no es sorprendente que muchas de las armas norteamericanas figuraran en el arsenal, ya que hay antecedentes de cómo el régimen de Vietnam, terminada la guerra, transfirió gran cantidad de ellas a países de la órbita comunista, particularmente a Cuba. "Entonces, a través de Cuba", señala Jones, "esas armas han aparecido en varios lugares, en El Salvador, en Nicaragua y en Honduras".

Jones agregó al respecto: "Es la mayor cantidad de armas que nosotros hemos registrado como encontradas en un país latinoamericano". Manifestó asimismo, que "la extrema izquierda está dedicada a la lucha armada. Ahora sabemos que no solamente a la lucha armada, sino a una muy seria y violenta lucha armada".



8701920

# ANTECEDENTES DEL PLAN

Inmediatamente después del descubrimiento de los arsenales en el norte del país, un análisis de los hechos fue relacionado por expertos en materia de inteligencia con algunos antecedentes que es conveniente tener presente y que apuntan a la existencia de un plan de extrema acción violentista, con características de guerrilla urbana, que sin duda estuvo proyectado para su puesta en práctica durante el mes de septiembre de 1986 en las ciudades de Santiago, Concepción, Valparaíso y Temuco, en forma simultánea y coordinada.

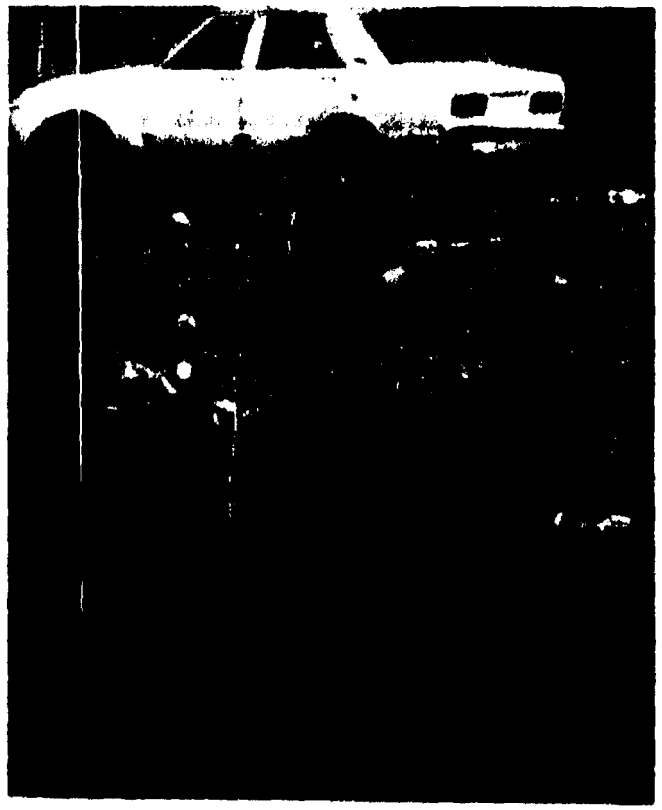
Los antecedentes en cuestión son los siguientes:

—En febrero de 1985 se realizó en Cuba un plenario del Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR) en el que tomaron parte miembros del Comité Central de esa organización terrorista. Allí se dispuso desarrollar la lucha armada en forma total.

El mismo año hubo dos reuniones clandestinas en territorio boliviano. Una en Tarija, en marzo y otra en Cobija, en agosto. A los dos concurrieron representantes de los "Montoneros" y el "Ejército Revolucionario del Pueblo" (ERP) de Argentina; del MIR, Frente Manuel Rodríguez y Partido Comunista, de Chile; de "Sendero Luminoso", del Perú; de "Tupamaros", de Uruguay; de F.A.R. o "Fuerzas Armadas Revolucionarias", del Brasil, y "M-19" y "Fuerzas Armadas Revolucionarias", de Colombia. Hubo acuerdo para coordinar acciones terroristas en los países del Cono Sur.

—A comienzos de 1986 se registra una asamblea amplia en Managua, Nicaragua, con 115 delegaciones de movimientos y partidos políticos de la izquierda no democrática, procedentes de 33 países entre los que se contaron prácticamente todos los del Cono Sur.

En esta asamblea, el Secretario General del MIR chileno, Andrés Pascal Allende solicita facilidades para el entrenamiento de integrantes del MIR en Nicaragua, como extensión y complemento del que ya obtienen en Cuba. Hay información sobre el viaje de varios grupos de hombres y mujeres chilenos, hasta un total probable de 250, a campos de adiestramiento en Nicaragua, y el gradual reingreso de ellos a Chile.





.19 8701920

—Informaciones de prensa también aportan a una mejor comprensión de los hechos. Por ejemplo, el 6 de octubre de 1985 personal del Ejército boliviano allanó una finca en el barrio de San Miguel de Calacoto, en el cual se encontró un taller de falsificación de pasaportes y otra documentación, junto a armas, explosivos y munición. Allí fue detenido el integrante del MIR, Juan Carlos Villanueva.

El 19 de octubre de ese mismo año, en un allanamiento, en Perú, se detiene al mirista Angel Rafael Muñoz Pavez. En su domicilio del balneario de Llostay, cerca de Tacna, se descubre una apreciable cantidad de armas y munición, como también dos embarcaciones para alta mar, con motores fuera de borda.

En cuanto concierne a los acontecimientos específicos que se desarrollaron en Chile, el procesamiento de la información dispone y algunos antecedentes aportados por los terroristas detenidos indican que el plan marcado para su ejecución en el mes de septiembre habría recibido el nombre de "Plan Arrastre". Consistía en el transporte a los centros más densamente poblados del país el material de guerra necesario para iniciar acciones terroristas en forma sostenida. La distribución de armamento y otros recursos debía cumplirse entre los días 14 y 27 de agosto.

Cada cabeza de célula combatiente en Santiago, Temuco, Valparaíso, y Concepción, recibiría 4 fusiles M-16, con dos cargadores y una provisión de 600 tiros por arma. También les serían entregados explosivos, con los correspondientes elementos de activación.

La estrategia violentista apuntaba a un reordenamiento de grupos de combate, para realizar una serie de ataques y sabotajes a instalaciones, grupos e individuos. También incluía asaltos a cuarteles policiales aislados y su posterior destrucción, y lo que se denomina "secuestros selectivos"; tomas masivas de terrenos en zonas rurales y semi rurales; sabotaje a fuentes de energía eléctrica, agua potable, comunicaciones, y el entorpecimiento de vías importantes de circulación.

El plan contemplaba, además, contactos con organismos identificados como "Junta Coordinadora Revolucionaria" y "Centro de Informaciones Cubano contra Chile". El primero centrado en Mendoza y el segundo en los alrededores de Montevideo.

.20 8701920

Inmediatamente después del descubrimiento de los arsenales en el norte del país, un análisis de los hechos fue relacionado por expertos en materia de inteligencia con algunos antecedentes que es conveniente tener presente y que apuntan a la existencia de un plan de extrema acción violentista, con características de guerrilla urbana, que sin duda estuvo proyectado para su puesta en práctica durante el mes de septiembre de 1986 en las ciudades de Santiago, Concepción, Valparaíso y Temuco, en forma simultánea y coordinada.

Los antecedentes en cuestión son los siguientes:

—En febrero de 1985 se realizó en Cuba un plenario del Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR) en el que tomaron parte miembros del Comité Central de esa organización terrorista. Allí se dispuso desarrollar la lucha armada en forma total.

El mismo año hubo dos reuniones clandestinas en territorio boliviano. Una en Tarija, en marzo y otra en Cobija, en agosto. A los dos concurrieron representantes de los "Montoneros" y el "Ejército Revolucionario del Pueblo" (ERP) de Argentina; del MIR, Frente Manuel Rodríguez y Partido Comunista, de Chile; de "Sendero Luminoso", del Perú; de "Tupamaros", de Uruguay; de F.A.R. o "Fuerzas Armadas Revolucionarias", del Brasil, y "M-19" y "Fuerzas Armadas Revolucionarias", de Colombia. Hubo acuerdo para coordinar acciones terroristas en los países del Cono Sur.

—A comienzos de 1986 se registra una asamblea amplia en Managua, Nicaragua, con 115 delegaciones de movimientos y partidos políticos de la izquierda no democrática, procedentes de 33 países entre los que se contaron prácticamente todos los del Cono Sur.

En esta asamblea, el Secretario General del MIR chileno, Andrés Pascal Allende solicita facilidades para el entrenamiento de integrantes del MIR en Nicaragua, como extensión y complemento del que ya obtienen en Cuba. Hay información sobre el viaje de varios grupos de hombres y mujeres chilenos, hasta un total probable de 250, a campos de adiestramiento en Nicaragua, y el gradual reingreso de ellos a Chile.

8701920

—Informaciones de prensa también aportan a una mejor comprensión de los hechos. Por ejemplo, el 6 de octubre de 1985 personal del Ejército boliviano allanó una finca en el barrio de San Miguel de Calacoto, en el cual se encontró un taller de falsificación de pasaportes y otra documentación, junto a armas, explosivos y munición. Allí fue detenido el integrante del MIR, Juan Carlos Villanueva.

El 19 de octubre de ese mismo año, en un allanamiento, en Perú, se detiene al mirista Angel Rafael Muñoz Pavez. En su domicilio del balneario de Llostay, cerca de Tacna, se descubre una apreciable cantidad de armas y munición, como también dos embarcaciones para alta mar, con motores fuera de borda.

En cuanto concierne a los acontecimientos específicos que se desarrollaron en Chile, el procesamiento de la información dispone y algunos antecedentes aportados por los terroristas detenidos indican que el plan marcado para su ejecución en el mes de septiembre habría recibido el nombre de "Plan Arrastre". Consistía en el transporte a los centros más densamente poblados del país el material de guerra necesario para iniciar acciones terroristas en forma sostenida. L distribución de armamento y otros recursos debía cumplirse entre los días 14 y 27 de agosto

Cada cabeza de célula combatiente en Santiago, Temuco, Valparaíso, y Concepción, recibiría 4 fusiles M-16, con dos cargadores y una provisión de 600 tiros por arma. También les serían entregados explosivos, con los correspondientes elementos de activación.

La estrategia violentista apuntaba a un reor denamiento de grupos de combate, para realizar una serie de ataques y sabotajes a instalaciones, grupos e individuos. También incluía asaltos a cuarteles policiales aislados y su posterior destrucción, y lo que se denomina "secuestros selectivos"; tomas masivas de terrenos en zonas rurales y semi rurales; sabotaj a fuentes de energía eléctrica, agua potable, comunicaciones, y el entorpecimiento de vías importantes de circulación.

El plan contemplaba, además, contactos c organismos identificados como "Junta Coordin dora Revolucionaria" y "Centro de Informaciones Cubano contra Chile". El primero centra en Mendoza y el segundo en los alrededores d Montevideo.



8701920

# Los Peones del Terrorismo

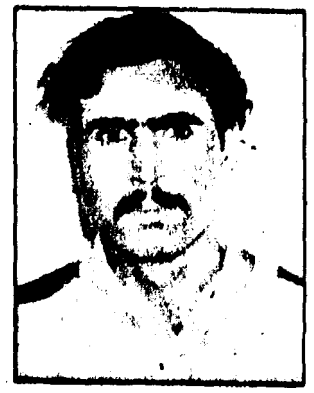
Los agentes del comunismo no descansan en su actividad orientada a desestabilizar regímenes democráticos establecidos. El reclutamiento de adeptos a las doctrinas del marxismo es una de las facetas más importantes de esa actividad constante y clandestina. Es frecuente que muchos individuos iniciados en el comunismo pasen a convertirse, como se ha visto, en "peones del terrorismo". Son piezas útiles y también desechables en el letal juego de ajedrez que la Unión Soviética mantiene contra las democracias occidentales.

Hay algo característico en el ascenso de los individuos —hombres y mujeres— reclutados por el comunismo. De simples agitadores suelen pasar a pequeños vándalos políticos y de ahí, si revelan ciertas condiciones, pueden subir a otro nivel: el de "estudiantes" en el extranjero, para volver al país "graduados" y con posibilidad de asumir responsabilidades como cabecillas-instructores de otros comunistas.

Es conveniente conocer los antecedentes de algunos de estos "peones del terrorismo comunista", sobre todo los de aquellos que fueron detenidos junto con los hallazgos de arsenales y que actualmente están siendo procesados por la Justicia en Chile.

## Juan de Dios Márquez Miranda

Integrante del Frente Manuel Rodríguez, brazo armado del Partido Comunista. En 1972, bajo el gobierno marxista de Salvador Allende, postuló a una beca para estudiar medicina en Cuba. Reprobó sus estudios y optó por una pedagogía. Durante su permanencia en Cuba recibió instrucción política y guerrillera. Antes de su retorno a Chile tuvo oportunidad de viajar a Hungría, Austria y España. Participó en la operación de internación de armas, principalmente como instructor de extremistas en el uso del fusil M-16 y el lanzacohete RPG-7. Fue uno de los encargados de proteger los escondrijos de armas, hasta su detención por las fuerzas de seguridad.



## Pablo Esteban Flores Castillo

Como integrante de las Juventudes Comunistas formó parte de la llamada "Base Víctor Jara" del Regional Sur (un sector de la capital). La "Base" efectúo saqueos, barricadas, distribución de panfletos y rayado de murallas con consignas políticas, en actos de protesta que se realizaron en 1984 y 1985. En noviembre de ese último año, Flores



8701920

guerrillera en Cerrillal Bajo, donde aprende el uso del fusil M-16 y el manejo de explosivos. Como cobertura, aparenta trabajar como recolector de algas.

## Rafael Pascual Aries

Miembro de las "Milicias Rodriguistas". A partir de 1973 actúa en un Comité Comunista del sur de la capital. Es el encargado de formar células de activistas en poblaciones de la localidad de San Bernardo. Durante años no realiza actividad política, hasta que, en 1984, es reclutado para ingresar al Frente Manuel Rodríguez y enviado a Cuba, donde sigue un curso que incluye materias tales como métodos conspirativos, contrainteligencia y guerrilla urbana. Regresa a Chile a comienzos de 1986, como militante profesional del comunismo armado. En las cercanías de la ciudad de Vallenar (III Región) es adiestrado en el manejo de armas automáticas y explosivos. Participa en las operaciones correspondientes a dos desembarcos y ocultamiento de armas en Carrizal Bajo.

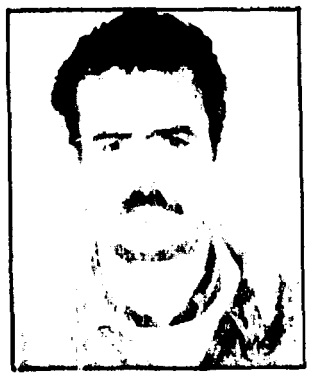
## Italo Marcelo Abelardo Moya Escanilla

Integrante del Frente Manuel Rodríguez, en carácter de agitador y violentista, particularmente en acciones de sabotaje y vandalismo efectuadas en el curso de las llamadas "manifestaciones de protesta pacífica". Es también saboteador de transformadores de energía eléctrica y "explorador" de locales comerciales marcados para saqueo. Viaja a Cuba para recibir instrucción durante un período de seis meses en el uso de armas como el fusil M-16 el lanzacohete RPG-7, la subametralladora UZZI y la pistola Browning. Regresa a Chile en marzo de 1986. Toma parte en asaltos, incluyendo uno a los estudios de una radioemisora, robo de vehículos y otras acciones menores. Viaja a la ciudad de Vallenar para desempeñarse como recolector de algas. Allí cumple tareas de vigilancia e instruye a extremistas en el manejo de explosivos y algunas armas. Durante los desembarcos de arsenales, su misión es de vigilancia y protección de los escondrijos.



8701920

## Alfredo Bruno Malbrich Baltra



Integrante del Frente Manuel Rodríguez. Detenido en 1979, establece relación con el dirigente comunista José Manuel Parada, funcionario de la Vicaría de la Solidaridad, con quien colabora en algunas tareas menores, primero como "buzón", o receptor de información y luego en la adquisición de pequeñas partidas de armas. Después de un tiempo, viaja a Bolivia, donde se involucra en el ingreso ilegal de armas a Chile, por vía terrestre. En declaraciones extrajudiciales ha admitido haber recibido fondos (en un caso 30 mil dólares) dentro de una operación manejada por la propia jefatura máxima del F.P.M.R. Por otra parte, en Buenos Aires contribuye a planificar lo que se denomina una "ruta circular" entre Perú y Argentina, para eludir controles en el transporte de armamento y documentación política. En relación con los arsenales de la III Región, toma parte activa en la planificación y en la organización de la empresa que serviría para disfrazar la actividad de los terroristas. Para el caso recibe y administra considerables cantidades de dinero. De hecho, se sabe que en el primer desembarco de armas y equipos Malbrich participa como principal representante de los "empresarios" ante la tripulación del pesquero "Chompalhue". Tras la operación se refugia en la "casa de seguridad" que los terroristas mantienen en Vallenar y que está virtualmente a cargo de Sergio Ricardo Buschmann Silva. Malbrich participa también en la supervisión del segundo desembarco de armamento, que se realiza con el uso intermedio de otra nave pesquera adquirida por los terroristas, la "Astrid Sue". En esta oportunidad se transportó a los escondites prefijados unas veinte toneladas de material, con la participación de 35 hombres. Malbrich ha dicho haber viajado, durante 1985, a Panamá y Austria, lugares donde recibió documentación destinada al Partido Comunista chileno. A comienzos de 1986 efectuó otro viaje, vía Buenos Aires, a Francfort y Viena, cumpliendo una vez más el papel de mensajero clandestino.

## Nelson Exequiel Ascencio Pardo

Comunista, patrón de pesca. En mayo de 1986 es contactado por un individuo que le ofrece trabajo como capitán de una goleta, que él mismo debe seleccionar y adquirir con dinero que se le proporcionará. En el puerto de Coquimbo, en la III Región, Ascencio adquiere en una subasta la goleta "Astrid Sue", por el equivalente de 40 mil dólares. Se procede a renovar los instrumentos de navegación, de acuerdo a las exigencias de la Gobernación Marítima. Se informa a Ascencio que habrá a su disposición un depósito de "fondos operacionales". El 20 de julio de 1986, tras zarpar de Coquimbo rumbo a Puerto Huasco, donde recoge a tres individuos que se suman a la tripulación con el fin exclusivo de operar refinados medios de radiocomunicación, Ascencio cumple su misión de reunirse con un barco cubano en alta mar y proceder al trasbordo de armamento de éste al "Astrid Sue" y, posteriormente, a botes de goma en las cercanías de la costa frente a Carrizal Bajo.

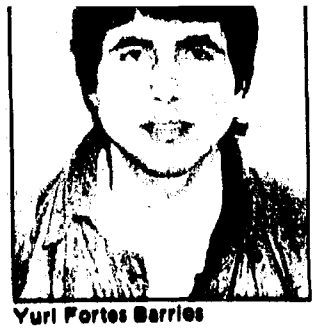


## Sergio Ricardo Buschmann Silva

Integrante del F.P.M.R. y actor profesional. Ingresó a las Juventudes Comunistas en 1962, en cuyas células de base tuvo destacada participación. Es detenido en septiembre de 1973 y puesto en libertad a los pocos días. En 1975 es nuevamente detenido a causa de su actividad política. Dos miembros de la Iglesia Católica, el Obispo Carlos Camus y el Vicario Cristián Precht, intervienen en su favor y gestionan su salida del país. Buschmann viaja a Suecia a comienzos de 1976, donde integra uno de los capítulos del llamado "Comité Pro Chile" que reúne a chilenos exiliados de ideología marxista y otros oposicionistas y disidentes. En 1982 viaja a Cuba, para actuar en teatro, y después de un tiempo a Nicaragua, donde bajo los auspicios del Ministerio de Cultura coopera en la formación de una Escuela de Arte Dramático. Es autorizado para reingresar a Chile en 1983. Un comunista, a quien había conocido en Nicaragua, le propone participar en la creación de una empresa de cultivo y exportación de productos marinos, en la zona de Vallenar. Se tiene conocimiento de que los camiones de esta empresa fueron usados para transportar a diversos puntos cargamentos de armas y equipos.

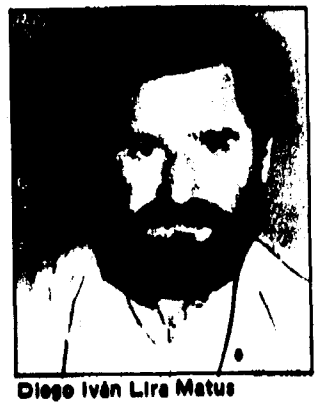
identidades de otros, sindicados como simpatizantes del Partido Comunista y del F.P.M.R., que tripularon los barcos pesqueros "Astrid Sue" y "Chompalhue" o se desempeñaron como trabajadores en las empresas de "fachada" de los terroristas.

Mardoqueo Saavedra Silva



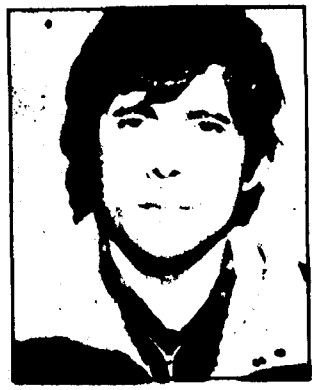
Yuri Fortes Barries

Mauricio Gómez Rogers



Diego Iván Lira Matus

Aníbal Niedbalski



## Mardoqueo Saavedra Silva
## Yuri Juan Fortes Barrios
## Mauricio Gómez Rogers

Todos tripulantes del "Astrid Sue". Sus declaraciones han confirmado diversos puntos de las formuladas por el capitán Ascencio. Participaron activamente en la carga y descarga de bultos con armamento y equipos.

## Manuel del Tránsito Gallardo Olate

Tripulante del pesquero "Chompalhue". Participa en el primer desembarco de armas.

## Diego Iván Lira Matus

Integrante del Frente Manuel Rodríguez. Por su "nombre limpio" fue elegido como principal organizador y administrativo de una empresa de recolección de algas marinas. Fue interesado por Buschmann en cumplir este servicio. En febrero de 1986 comienza las actividades alquilando una casa en la ciudad de Vallenar y adquiriendo dos vehículos (camionetas). Lira Matus ha declarado que sabía de la existencia de una segunda empresa de "fachada" en la III Región, aunque no se le permitió visitarla en ocasión alguna.

## Aníbal Eduardo Niedbalski Ajagan

Actuó como chofer de vehículos en la empresa administrada por Lira Matus. Ha declarado que debió transportar cargamentos de armas en dos oportunidades, hacia escondites prefijados.

Existe otro detenido, quien estuvo prófugo de la zona de actividades clandestinas en la III Región y que cayó en poder de los agentes investigadores unas semanas después de los hallazgos iniciales de arsenales en Carrizal Bajo. La detención ocurrió en una casa del barrio Los Dominicos, en la comuna de Las Condes, el 4 de septiembre. Se trata de Claudio Molina Donoso, apodado "El Rucio" y sindicado como cabecilla de un grupo terrorista.

En Los Dominicos fueron detenidos, junto con Molina, Claudio Exequiel Vergara Díaz, José Pedro Delgado Zapata y Mario Gerónimo Hayes Olivares.

Molina Donoso fue coordinador de tareas en torno al desembarco y ocultamiento de arsenales. Miembro activo del Frente Manuel Rodríguez, se le acusa de haber tomado parte en el secuestro del hijo de un conocido hombre de empresa, Manuel Cruzat, en 1984.



# terroristas prófugos

En tanto varios terroristas están siendo sometidos a procesos judicial, otros continúan prófugos y son objeto de intensa búsqueda por las fuerzas policiales y de Seguridad. Entre ellos se cuentan.

## "Pedro"

Señalado como principal cabecilla del grupo que operó en la III Región y Región Metropolitana. Es miembro del Frente Manuel Rodríguez, según declaraciones de algunos detenidos. Se le describe como un individuo de aproximadamente 35 años de edad, 1,75 m. de estatura, tez blanca, bigote y pelo negro.

## Víctor Hugo Fernández Cortés

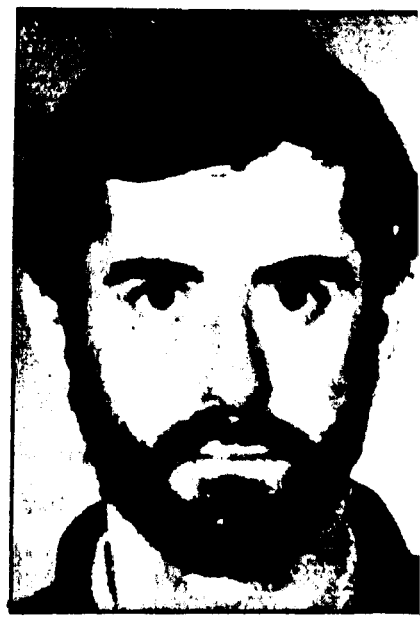
Biólogo marino de la Universidad de Concepción. Trabajaba en la empresa de cultivo de ostiones instalada, a manera de "fachada", en La Herradura, cerca de la ciudad de La Serena. Se indica que es miembro del Frente Manuel Rodríguez. Es un sujeto de aproximadamente 25 años de edad, contextura media, tez blanca, ojos claros, barba y pelo rubio.

## Vilma Olivares Cayu

Apodada "La Negra", co
viviente de Fernández Cortés
Se ocupaba de labores
domésticas al servicio del grup
que actuó en Carrizal Bajo. Se
la identifica como integrante d
Frente Manuel Rodríguez. Tien
poco más de 20 años de edad,
aproximadamente 1,65 m. de
estatura, tez morena y figura
esbelta.

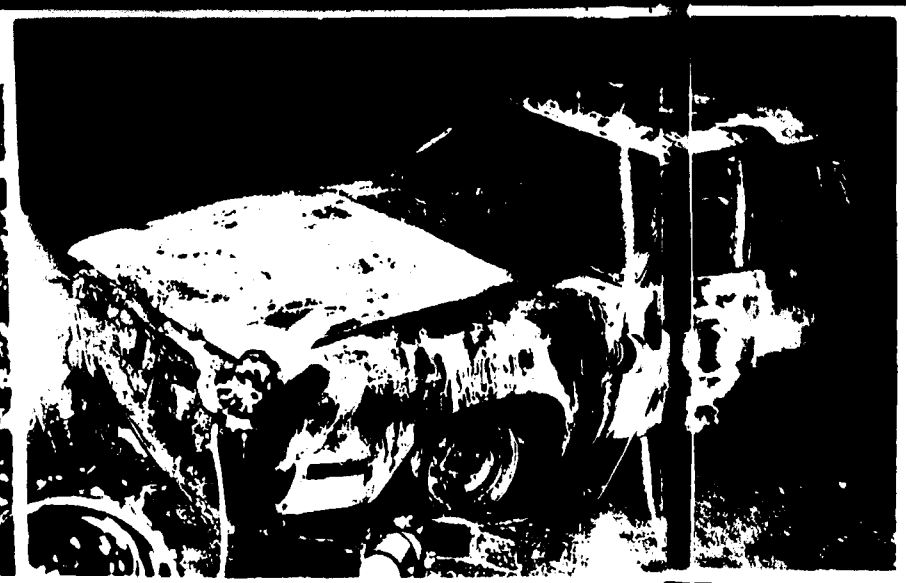
## Alex Iván Texier Verdugo

La planta de ostiones en La Herradura se encontraba a su nombre. Utilizaba los vehículos de la empresa para el transporte de armas. Se le describe así: 30 años, contextura media, 1,75 m. de estatura. Participó en reuniones en la "casa de seguridad" de Vallenar, con Molina Donoso, Buschmann, "Pedro" y otro individuo apodado "Pato Lucas", con el propósito de planificar desembarcos de armas y su traslado a escondites.

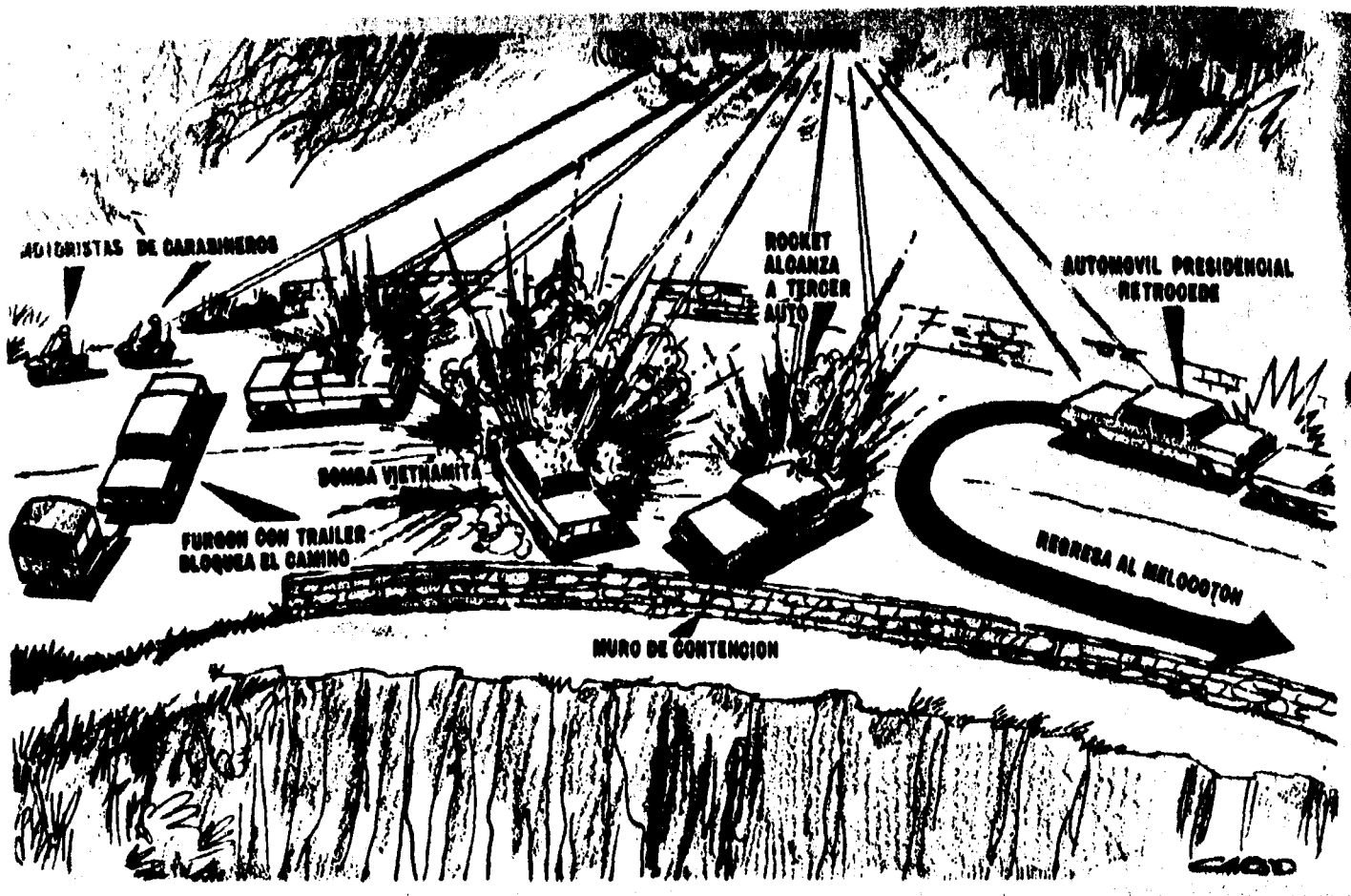


Hay por lo menos otros tres sujetos intensamente buscados por la Justicia y de quienes solamente se dispone de una descripción física básica, además de sus apodos ("Maforita", "Chayita" o Víctor y "El Loco").

# UN ATENTADO SIN PRECEDENTES EN CHILE



Es posible suponer que otro capítulo de los propósitos planificados por los terroristas pudo ser el atentado contra la vida del Presidente de la República




La noticia fue sumamente alarmante en un principio, en las primeras horas de la noche del domingo 7 de septiembre de 1986, cuando los medios de comunicación del país anunciaron que se había cometido un alevoso atentado contra la vida de S.E. el Presidente de la República. Había muertes en su escolta —se dijo— pero él había resultado ileso. La tranquilidad total volvió a los chilenos solamente cuando, esa misma noche, el propio Jefe del Estado apareció en las pantallas de televisión, en una entrevista que se le hizo en su residencia particular de El Melocotón, en la comuna rural-turística de San José de Maipo. Allí el Primer Mandatario narró la forma en que se había desarrollado el atentado que casi le costara la vida.

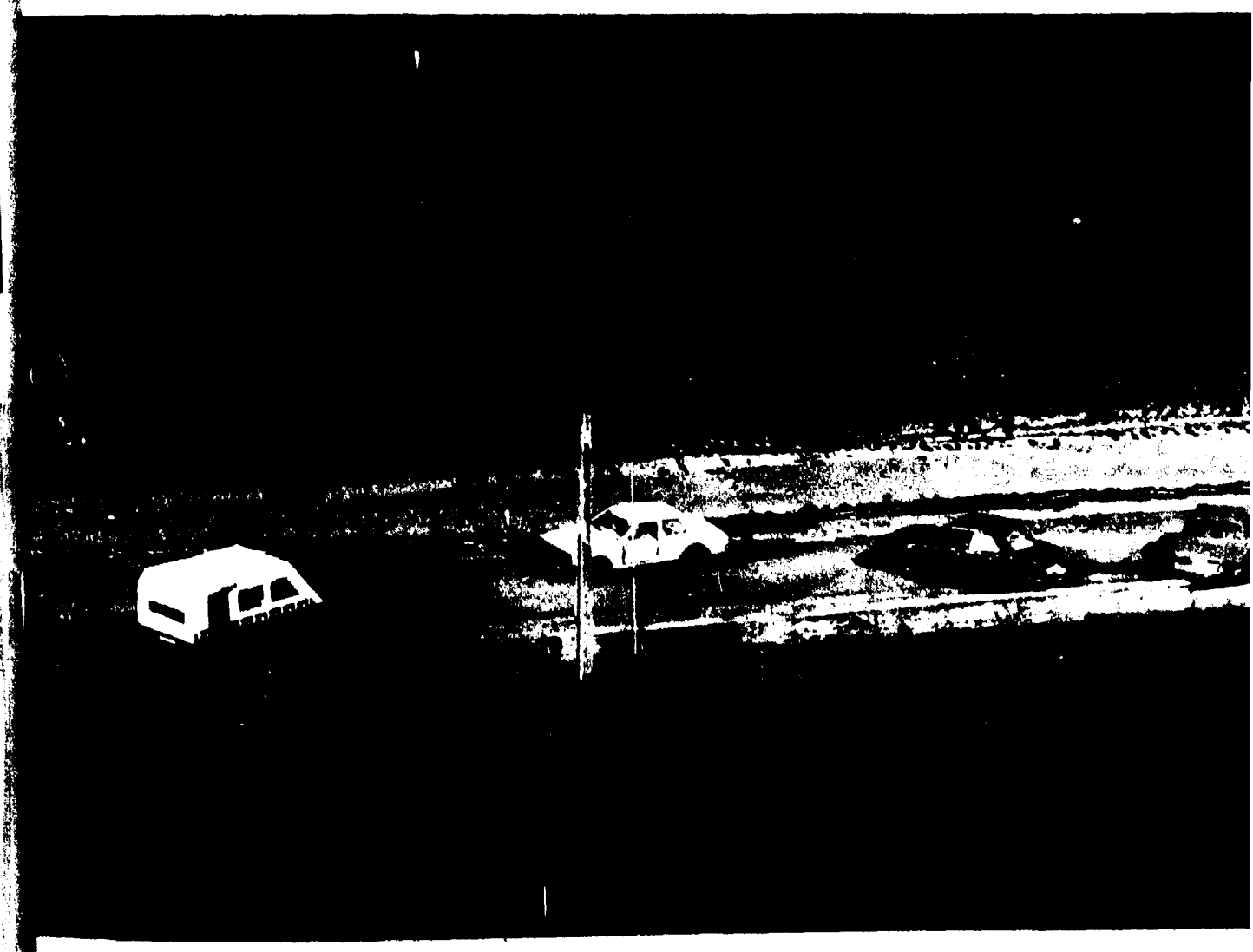
Todos los sectores sociales del país se apresuraron en manifestar su total repudio ante el crimen, que dejó un triste resultado de cinco muertos y diez heridos entre los encargados de proteger al Presidente.



Las investigaciones policiales y de Seguridad que comenzaron en forma inmediata, pronto fueron dando a conocer una serie de detalles que pusieron muy en claro la absoluta frialdad con que el terrorismo comunista había procedido, por medio de un numeroso grupo de extremistas pertenecientes al Frente Manuel Rodríguez, que no tardó en reclamar públicamente la autoría.

Puede decirse que el punto de partida de la ejecución de este siniestro atentado comunista se encuentra en la llegada al país del exiliado César Bunster Ariztía, el 22 de marzo de 1986, cuando se le suspendió la prohibición de retorno a Chile.

Bunster, hijo de Alvaro Bunster Briceño, ex Embajador del gobierno de Salvador Allende en la Gran Bretaña, postuló en Santiago a un cargo de portero-recepcionista en la sede de la Embajada de Canadá. Tras conseguir el empleo, trabaja en él solamente diez días y se las ingenia para obtener un certificado que lo acredita como funcionario de esa misión diplomática. Con este documento y la apropiada cantidad de dólares, Bunster procede a alquilar un amplio y cómodo bungalow en calle El Volcán, del sector conocido como El Cajón del Maipo, por encontrarse en las márgenes del río de ese nombre. La casa está en el camino principal y próxima al lugar en que los terroristas tendieron la emboscada al Presidente de la República y su comitiva. Bunster se instala allí con una mujer, de nombre Katia, que pasa por su esposa. Los vecinos y otras personas que estuvieron en contacto con ellos les recuerdan como una pareja elegante, de muy grata apariencia, que recibía frecuentes visitantes, quienes llegaban a la casa en vehículos costosos y permanecían allí virtualmente toda la noche. En conocidas empresas de alquiler de automóviles, la pareja arrendó, además, tres vehículos que habrían de emplearse después en el atentado.



# EL DIA DEL CRIMEN

Ese domingo 7 de septiembre, el Presidente Pinochet se encontraba en su casa de El Melocotón, junto a varios miembros de su familia, entre los que se contaban su esposa, su hija Lucía y un hijo de ésta, el pequeño Rodrigo.

Tras aprovechar el descanso del fin de semana para, en ciertas horas, afinar detalles del discurso que dirigiría a la Nación el día 11, al cumplir trece años el Gobierno Militar, el Primer Mandatario decidió emprender el regreso a Santiago. Lo hizo en compañía de su nieto Rodrigo y con la habitual comitiva de vehículos de escolta.

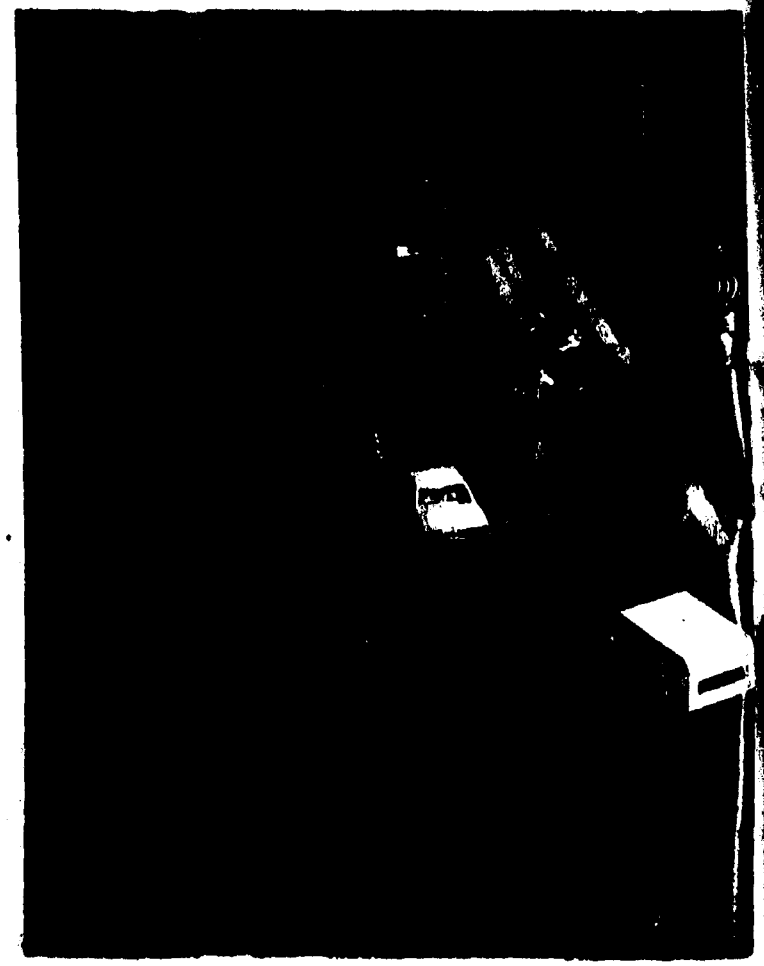
El camino del Cajón del Maipo se estrecha marcadamente en el sector de la Cuesta de las Achupallas. A un flanco de la carretera está el cerro, al otro una quebrada de 600 metros, en la que tiene su cauce el río Maipo.

Casi al mismo tiempo, al final de la tarde, desde la casa arrendada por César Bunster Ariztía salían varios vehículos, incluyendo uno, modelo "station-wagon" que arrastraba una casa rodante. Este último serviría para obstaculizar la ruta en el sector El Mirador de Achupallas. Otro de los automóviles se colocaría oportunamente en el camino para cerrar el paso por la retaguardia a la comitiva, en tanto que el resto reforzaría los medios de huída de los terroristas.

Cinco minutos antes de que se avistara la caravana de automóviles presidenciales, los terroristas balearon a dos Carabineros que dirigían el tránsito en el sector. Luego, tomaron posiciones. Los motociclistas de la policía que encabezaban la comitiva notaron el "station-wagon" y la casa rodante que, en forma de "ele", obstruían el camino.

Uno de los integrantes de la escolta, el Teniente de Carabineros Jordán Tavra Checura, quien resultó herido en la acción, hizo el siguiente relato de esos momentos: "Los dos motoristas que iban adelante, enlazados por radio con el resto de la escolta, gritaron ¡cuidado!, después de lo cual nos comenzaron a disparar desde adelante, donde estaba atravesada la casa rodante y desde ambos costados del camino, especialmente desde el cerro".

Arreciaba el fuego de fusiles automáticos, granadas y cohetes contra la comitiva detenida. Aparentemente los terroristas concentraron su ataque en uno de los dos autos Mercedes Benz de la caravana, en el cual no se encontraba el Presidente. Con todo, el automóvil del Jefe del Estado recibió no menos de 38 impactos de bala y fue alcanzado por un cohete que no detonó. El chofer, en un acto de extraordinaria sangre fría en medio de tan terrible ataque, que ya costaba la muerte de varios hombres y había prácticamente desintegrado un auto de escolta, dió marcha atrás, impactando ligeramente a un vehículo que cerraba el paso y, dando media vuelta, emprendió rápidamente el regreso hacia su lugar de origen, la residencia en El Melocotón.





.31 8701920

# RELATO DEL PRESIDENTE

A escasas horas de la terrible experiencia, el Presidente Augusto Pinochet, accediendo a requerimientos periodísticos, hizo un relato de los hechos en forma absolutamente tranquila, aunque revelando cierta emoción al referirse a su nieto y a los escoltas muertos y heridos en el intenso tiroteo.

Tras restar importancia a una de sus manos vendadas ("No es nada; sólo una pequeña herida") manifestó lo siguiente:

"Mi esposa no quiso irse conmigo, se quedó en la casa. Pero yo iba con mi nieto, Rodrigo, que tiene diez años. Después de haber pasado San José de Maipo, antes de llegar a Las Vertientes, hay una parte donde se angosta el camino. Y de ahí salió, del costado izquierdo, un auto con trailer. Frenamos y se inició un tiroteo intensísimo, con metralletas, fusiles y bazookas, o sea, lanzacohetes. Y algunas granadas de mano que nos tiraron, parece. Reaccionó de inmediato la guardia que llevaba adelante, y mi chofer, con mucho ánimo, también reaccionó en forma instantánea y retrocedió hasta la parte posterior. A todo esto se registraba un fuego intensísimo por delante, por los costados, por atrás y por arriba".

El Presidente hizo notar a los periodistas los numerosos impactos de bala en el automóvil, principalmente notorios en los vidrios laterales y parabrisas, que no tuvieron consecuencias mayores gracias a la calidad de un blindaje que se cuenta entre los más avanzados actualmente en existencia.

Indicó luego el General Pinochet que su primera intención fue descender del auto. Sin embargo, "reaccioné y me acordé que tenía al nieto al lado y cubrí su cuerpo con el mío. Mientras tanto retrocedíamos y nos disparaban en forma instantánea. Y nos lanzaban bombas por debajo. Aquí hay unas esquirlas (muestra la parte inferior de uno de los vehículos) que ustedes pueden ver; hasta que logramos salir del cerco que nos habían formado. La seguridad estuvo combatiendo largo rato, y después no supimos más porque nos alejamos de la zona. Tengo entendido que esta fue una emboscada en forma de "ele", porque cerraron el frente, cerraron el cerro y por el otro lado del río también nos disparaban. Así que nos encerraron. Y por detrás pasó un automóvil que nosotros empujamos con el nuestro. Aquí hay una huella (la indica). Lo empujamos y logramos

.32 8701920

salir del cerco que nos habían formado. Y después ya la historia es la que ustedes conocen".

Mientras va mostrando a los representantes de la prensa los daños sufridos por los automóviles, el Presidente señala: "el auto quedó bastante deteriorado. El otro auto también sufrió algunas averías. A este le dispararon en la zona delantera. Ustedes pueden ver los impactos. Esto prueba que el terrorismo es serio, que es más grave de lo que están hablando. Ya está bueno que los señores políticos se den cuenta que estamos en una guerra entre el marxismo y la democracia. O el caos o la democracia. Ellos verán lo que vamos a hacer".

Ante una pregunta periodística respecto si el atentado podría ser considerado una especie de venganza del comunismo por sus recientes fracasos, particularmente la inefica-cia total de un llamado a paro de actividades efectuado por la oposición días antes.

El Presidente comentó: "Puede ser una venganza. Pero esta es una cosa que la tienen que haber preparado con mucho tiempo, con antelación porque saben que yo regreso a una hora determinada; y esto tienen que hacerlo con tiempo. Sí, esto viene desde hace unos dos o tres meses antes".

El periodista entrevistador le menciona a los miembros de su escolta muertos en la acción. Dice el General Pinochet: "Lamentablemente. Eso es lo que a mí más me preocupa. Mi preocupación ahora es por las familias de los fallecidos".



.33 8701920

# LOS HOMBRES QUE CAYERON

La lista oficial de las bajas ocurridas entre el personal de guardia encargado de la protección de S.E. el Presidente de la República, fue dada a conocer a la ciudadanía por el Ministro Secretario General de Gobierno. Hubo comprensible consternación ante el número de víctimas de este alevoso ataque terrorista, pero también muchos espontáneos testimonios de admiración hacia estos hombres que cumplieron fiel y valerosamente con su deber.

Los muertos fueron:

- Cabo 1ro. de Ejército Miguel Angel Guerrero Guzmán;
- Cabo 1ro. de Ejército Cardenio Hernández Cubillos;
- Cabo 2do. de Carabineros Pablo Antonio Silva Pizarro;
- Cabo 1ro. de Ejército Gerardo Rebolledo Cisternas;
- Cabo 2do. de Ejército Roberto Rosales Martínez.

Resultados heridos:

- Teniente de Carabineros Jordán Tavra Checura;
- Cabo 1ro. de Carabineros Miguel del Río Méndez;
- Cabo 1ro. de Carabineros Ricardo Lara Orellana;
- Sargento 2do. de Carabineros Jose Córdova Belmar;
- Carabinero Alberto Muñoz Carvajal;
- Capitán de Ejército Juan Mac Lean Vergara;
- Cabo 1ro. de Ejército Juan Fernández Lobos;
- Carabinero motorista José Carrasco Espinoza;
- Detective José Mac Lean Zúñiga.

*El pequeño hijo de un escolta muerto llora sobre el féretro de su padre, constituyéndose en la imagen misma del dolor.*

8701920

Al día siguiente del atentado, temprano en la mañana, el Presidente de la República visitaba ya en los centros hospitalarios a los heridos, acompañado de la Primera Dama de la Nación. En la ocasión, manifestó a la prensa: "Estoy muy preocupado por mi gente. Yo me siento bien, pero estoy preocupado por mi gente. Han muerto cinco personas, además de los heridos. Lógicamente mi preocupación son ellos y sus familias".

Por su parte, la señora Lucía Hiriart de Pinochet, expresó: "Para mí ha sido bastante terrible pensar que estuvieron en peligro de muerte mi marido y mi nieto. Indudablemente, también siento una pena inmensa por las personas que han caído, sobre todo que han caído como unos valientes defendiendo a su Presidente. Ese principio tan noble y tan magnífico se da sólo en las Fuerzas Armadas y de Orden".

Entre las numerosas delegaciones de todas las instituciones, cuerpos organizados y sectores sociales diversos de la comunidad, que acudieron a dar su testimonio de adhesión al Presidente de la República, figuró destacadamente el Cuerpo de Generales. En nombre de sus camaradas de armas habló en la ocasión el Vicecomandante en Jefe del Ejército, Mayor General Santiago Sinclair, quien dijo:

"Mi General: el Ejército de Chile, representado por el Cuerpo de Generales, concurre a expresarle su adhesión y todo su respaldo frente al cobarde atentado del que usted ha sido víctima el día de ayer y en el cual perdieron la vida cuatro soldados y un funcionario de Carabineros, dejando un saldo, además, de diez heridos. Se equivocan quienes piensan, mi General, que eliminando al Presidente de la República y a nuestro Comandante en Jefe, al líder de Chile, podrían consumar sus desleznables propósitos de aherrojar a la Patria a la tiranía marxista. Se equivocan quienes piensan que nos arredra la desigualdad de la lucha; que nos intimida el hecho de que algunos, que se dicen nuestros aliados, demuestren una actitud tibia e indefinida frente a la agresión a la Patria. A todos ellos el Ejército hoy les dice que mientras haya un soldado de pie, ese soldado, igual que en Concepción, frente a un mar de adversidad sabrá cumplir con su deber. Mi General, la figura sagrada de nuestro Comandante en Jefe ha sido víctima de un atentado. El Ejército lo repudia, lo condena y no lo





del Ejército, el Presidente Pinochet respondió con sus agradecimientos, para señalar luego: "El marxismo no ha descansado y va a seguir luchando, y va a seguir actuando. Saben ellos que el único organismo que les pone atajo es las Fuerzas Armadas, Fuerzas Armadas leales, Fuerzas Armadas instruídas. Ellos lo saben perfectamente. Por eso han tratado de socavarnos por todos los medios, las instituciones, socavarnos a los oficiales, socavarnos el mando. Por todos los medios, porque saben que ellos se encuentran con esta muralla que no les permite seguir adelante. Señores, la situación hoy es grave, y tenemos que estar dispuestos a los mayores sacrificios. Yo estoy dispuesto a entregar mi vida, y eso se los he dicho muchas veces a ustedes. Ustedes me ven que no estoy ni amilanado, ni temeroso, ni siquiera con temor de algo. Estoy dispuesto a entregar mi vida por la libertad de mi país. Porque si no actuamos así, vamos a perder la libertad y nos van a aherrojar al carro ruso, transformándonos en una colonia en América del Sur".

# DE CONDENA

Un sentimiento generalizado de repudio y condena se hizo sentir en todo el país ante el criminal acto terrorista que pusiera en peligro la vida del Presidente de la República. El Nuncio Apostólico hizo entrega de un mensaje especial de Su Santidad El Papa al General Pinochet. En su nota, el Sumo Pontífice de la Iglesia Católica deploraba el grave atentado y expresaba su voluntad de orar por las víctimas fatales, la recuperación de los heridos y el bienestar de sus respectivas familias.

El Departamento norteamericano de Estado emitió una declaración en condena de los hechos, en la cual señalaba: "El ataque del domingo contra el Presidente Pinochet por terroristas comunistas merece la más fuerte condena de parte de todos aquellos que están empeñados en el retorno pacífico de Chile a la democracia".

Por su parte, el representante diplomático estadounidense en Chile, Encargado de Negocios George Jones, manifestó públicamente que "la agresión al Presidente es un hecho que temíamos como consecuencia de la introducción de esa cantidad de armas". Añadió que los arsenales descubiertos "indicaban que los terroristas estaban preparando algo muy serio y ahora han cumplido. Un atentado como este es totalmente condenable y lamentable".

Grandes titulares de portada en los principales órganos de prensa del hemisferio, de Europa y el Oriente, destacan la noticia del atentado como una de las principales de las últimas horas. Asimismo los canales de televisión y las radioemisoras de prácticamente todo el mundo occidental dedican amplia cobertura a los hechos del domingo 7 de septiembre en Chile.

El 10 de septiembre, una información cablegráfica de agencia internacional señala que, en Europa, un individuo que dice ser portavoz del Frente Manuel Rodríguez adjudica a ese movimiento terrorista la autoría del atentado. Señala la nota textualmente: "Radio Nacional de España (RNE) dijo hoy que el cantante exiliado chileno Patricio Manns señaló a esa radioemisora que el FMR realizó el ataque contra la caravana en que viajaba Pinochet en las afueras de la capital chilena".

El 17 de septiembre las agencias internacionales de noticias informan que una persona que asegura haber tomado parte en el atentado conversó con el corresponsal del diario milanés "Corriere della Sera". El sujeto señala ser hijo de un destacado político del gobierno de Salvador Allende, lo cual hace presumir que se podría tratar de César Bunster Ariztía, aunque se identifica solamente como "Juan Carlos". El hombre dice, entre otras cosas, "éramos un grupo suicida" integrado por miembros del Frente Manuel Rodríguez. "Fue una operación perfecta; no perdimos un solo miembro. Lamentablemente —agrega— Pinochet sobrevivió al ataque". Afirma también que todos los participantes regresaron a la base y ya que están a salvo. "Un primer grupo ya está de regreso en La Habana... Esta noche cruzaremos los Andes simulando ser turistas o esquiadores".

La declaración, que sirve para ilustrar una maniobra típica del terrorismo político, es descalificada por observadores gubernamentales chilenos, quienes señalan que se trata obviamente de un intento de distraer y desinformar a la opinión pública, vía declaraciones a un medio de difusión extranjero. Hay motivos para creer que los integrantes del grupo terrorista ejecutor del atentado se encuentran dentro del país.

En una sesión informativa a los medios de comunicación social, el Ministro Secretario General de Gobierno pide la colaboración de la ciudadanía para contribuir a esclarecer el caso de los arsenales clandestinos y el atentado contra la vida del Presidente Pinochet. Dice al respecto:



.37

8701920

en este orden realizan Fuerzas de Orden y Seguridad, ha significado importantes éxitos desde el punto de vista de inteligencia y seguridad. Sin embargo, como tantas veces lo hemos dicho en las últimas semanas, para esta labor se requiere no sólo de la dedicación absoluta y exclusiva que están dando las Fuerzas de Orden y Seguridad, cooperando para todos los efectos con todas las instancias y niveles de las Fuerzas Armadas y de Orden, sino también la colaboración y cooperación de la ciudadanía.

"La labor de aislar, de enfrentar y de erradicar a los grupos extremistas, pasa por la conciencia de la ciudadanía, de que el armamento encontrado en el país desde principios de agosto, indica la voluntad de guerra de una filosofía que es el marxismo, que, actuando a través del Partido y del denominado Frente Manuel Rodríguez, desde hace bastante tiempo viene tratando de sumir al país en un estado de guerra.

"El Gobierno, las Fuerzas Armadas y las Fuerzas de Orden harán uso de todas las facultades y de todos los medios de que disponen, para garantizar a toda costa a la ciudadanía, la libertad, el orden y la posibilidad de desarrollarse en progreso".

# INVESTIGACION Y DETENCIONES

El día 8 de septiembre el Ministerio del Interior presenta un requerimiento ante el Segundo Juzgado Militar, en virtud de disposiciones de la Ley Antiterrorista, en contra de todos quienes resulten responsables del atentado contra la vida del Presidente de la República y de la muerte y heridas causadas a personal de su escolta. Igualmente, se ordena, por disposición del Juez Militar, la investigación de los hechos, para lo cual se movilizan todos los recursos humanos y técnicos de la policía y organismos de Seguridad, bajo las órdenes de un Fiscal Militar ad hoc. Por otra parte, un segundo Fiscal Militar ha venido avanzando en el esclarecimiento de los hechos correspondientes a los depósitos de armas y equipos. Toma cuerpo, paulatinamente, la idea de que ambos sucesos criminales tienen relación directa, en el sentido de que constituyen parte de una misma conspiración comunista contra el Gobierno y la comunidad de Chile. Por lo pronto, es evidente que en el atentado se usaron armas iguales a algunas halladas en los arsenales, como bien lo prueban los fusiles y lanzacohetes abandonados por los terroristas, en su rápida huída, en la

.38

8701920

Cuesta Achupallas de Cajón del Maipo. Allí también, el día 11 de septiembre, los agentes investigadores encuentran un túnel construído por los terroristas bajo un puesto de venta de refrescos, a cuatro kilómetros del lugar en que ocurriera el atentado. Todo indica que era una trampa mortal, en la que se usarían explosivos al paso de los automóviles de la comitiva presidencial. La trampa, afortunadamente, no llegó a ser usada por los terroristas.

Cuando llegamos al cierre de este relato de los acontecimientos que conmovieron a los chilenos en los últimos meses y, como queda dicho, produjeron profundas reflexiones en muchos sectores sociales, las autoridades que dirigen la investigación del atentado contra el Presidente Pinochet anunciaban a la opinión pública notables progresos en la labor de la Policía de Investigaciones, la Central Nacional de Informaciones, Carabineros de Chile y todos los cuerpos y organismos que fueron movilizados para alcanzar el objetivo primordial de aprehender a los culpables.

Así, el 23 de octubre se dio a conocer la detención de 5 individuos por la Policía de Investigaciones, acusados y confesos de participación activa, como fusileros, en el atentado del 7 de septiembre. Los inculpados son: Jorge Mario Angulo González, de 27 años de edad, apodado "Carlos" o "Pedro", quien disparó desde el cerro que bordea el camino contra la comitiva presidencial haciendo uso de un fusil M-16; Juan Moreno Avila, 26 años, alias "Sacha" o "Claudio", hace fuego con un M-16 desde una posición al oriente; Arnaldo Hernán Arenas Bejas, de 32 años de edad, identificado diversamente con los alias de "Milton", "Mito" "Omar" y "Joel", conductor del "station-wagon" que se cruza al paso de la comitiva, también dispara sobre ella con un fusil M-16; Lenín Fidel Peralta Véliz, de 23 años, alias "Oscar", dispara con fusil M-16 desde el cerro; y Víctor Leodoro Díaz Caro, 28 años, alias "Alonso", quien conduce una camioneta y dispara con un fusil M-16 desde el poniente.

El Fiscal Militar ad hoc, Fernando Torres Silva, aporta aquellos antecedentes que es posible, dentro de las restricciones normales que impone la investigación y el consiguiente proceso judicial, dar a conocer a la opinión pública. En la emboscada —señala— actuaron cinco o seis células extremistas del "Frente Manuel Rodríguez". Más aún, es probable que haya involucradas en el atentado, directa o indirectamente, más de cien personas.

# EL 9 DE SEPTIEMBRE

Cuando se publiquen estas líneas, es muy posible que las investigaciones hayan adelantado aún más y sean varios otros los detenidos. Se irá cumpliendo de esta manera un deseo bastante extendido entre la mayoría ciudadana de Chile, vale decir, alcanzar el objetivo final de un completo esclarecimiento del intento de magnicidio y la imposición del castigo que merecen todos los culpables.

Todo lo aquí sucintamente expuesto contribuye a demostrar que el comunismo no descansa en su labor destructora, sencillamente porque la Unión de Repúblicas Socialistas Soviéticas ha sido incapaz de asimilar la derrota que le significó perder la posibilidad de convertir a Chile en su colonia en el estratégico Cono Sur de la

# CUADRO DE MATERIAL INCAUTADO A LOS EXTREMISTAS EN LA III REGION Y REGION METROPOLITANA

Agosto/Septiembre 1986

| DENOMINACION | PROCEDENCIA | Carrizal Bajo III Región (6 Ago.) | Huasco Bajo III Reg. (13 Ago.) | Palo Negro III Reg. (13 Ago.) | Cerro Blanco III Reg. (14 Ago.) | Parcela Nº 4 Pomo R.M. (20 Ago.) | Parcela Granados La Reina R.M. (20 Ago.) | Av. Tucapel 1638 La Pintana R.M. (21 Ago.) | Posada Marathón Vallenar III Región (21 Ago.) | Taxi y Lo Hermida R.M. (04 Sept.) | Tambillos Coquimbo IV Región (05 Sept.) | Atentado a S.E. R.M. (07 Sept.) | La Pintana Calle E. del Canto 13661 R.M. (09 Sept.) | Población La Victoria R.M. (11 Sept.) | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **ARMAMENTOS** | | | | | | | | | | | | | | | |
| - Fusil M-16 | EE.UU. | 348 | 48 | 648 | 660 | 45 | 29 | 26 | 1.330 | 16 | 236 | 16 | --- | 2 | 3.383 |
| - Fusil FN (FAL) | Belga | --- | --- | --- | 1 | 60 | --- | 41 | --- | --- | 46 | --- | --- | --- | 148 |
| - Sub Amet SMS | Checoslovaca | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 1 | --- | --- | --- | --- | 1 |
| - Carab Garant | EE.UU. | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 1 | --- | --- | --- | --- | 1 |
| - Escopeta Cal 12 | España EE.UU. | --- | --- | --- | 1 | --- | --- | --- | --- | 1 | --- | --- | --- | --- | 2 |
| - Pistola | | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 1 | --- | --- | 1 |
| - Lanzacohete | URSS | 1 | --- | 25 | 73 | 3 | --- | 10 | 2 | 1 | --- | 1 | --- | 1 | 117 |
| - Cohete LOW | EE.UU | --- | --- | --- | 82 | 36 | --- | 60 | --- | --- | --- | 12 | --- | --- | 178 |
| - Lanzagranadas M-79 | EE.UU | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 5 | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 5 |
| - Ametralladora FN | Belga | --- | --- | --- | --- | 60 | --- | 37 | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 97 |
| **MUNICION** | | | | | | | | | | | | | | | |
| Cart cal 5,56 para M-16 | EE.UU | 210.000 | 48.642 | 79.800 | 636.600 | 670 | 7.000 | 2.400 | 963.000 | 292 | 8.000 | 80 | --- | --- | 2.234.100 |
| Cart cal 7,62 para FAL | URSS Checo | --- | 4.206 | --- | --- | --- | --- | 2.500 | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 6.706 |
| Cart cal 7,62 Amet M-60 | URSS | --- | --- | --- | 1.800 | --- | --- | 900 | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 2.700 |
| Cart cal 7,62 x 39 para AKA | URSS | --- | --- | --- | 985 | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 985 |
| Bombs para lanzacohete | URSS | 316 | --- | 20 | 471 | 98 | 66 | --- | 884 | --- | --- | --- | --- | 1 | 1.961 |
| Bombas para Mortero 81mm | Brasil | --- | --- | --- | 9 | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 9 |
| Granadas para M-79 | EE.UU. | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 17 | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 17 |
| Granadas de mano tipo piña con espol. | URSS | 37 | --- | --- | 1.942 | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 1.987 |
| Cart cal 12 para escopeta | | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 10 | --- | --- | --- | --- | 10 |



43 8701920

| DENOMINACION | PROCEDENCIA | Carrizal Bajo III Región (6 Ago.) | Huasco Bajo III Reg. (13 Ago.) | Palo Negro III Reg. (13 Ago.) | Cerro Blanco III Reg. (14 Ago.) | Parcela Nº 4 Pomo R.M. (20 Ago.) | Parcela Granados La Reina R.M. (20 Ago.) | Av. Tucapel 1638 La Pintana R.M. (21 Ago.) | Posada Marathón Vallenar III Región (21 Ago.) | Taxi y Lo Hermida R.M. (04 Sept.) | Tambillos Coquimbo IV Región (05 Sept.) | Atentado a S.E. R.M. (07 Sept.) | La Pintana Calle E. del Canto 13661 R.M. (09 Sept.) | Población La Victoria R.M. (11 Sept.) | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **EXPLOSIVOS** | | | | | | | | | | | | | | | |
| - TNT (kilos) | URSS | 1.075,5 | --- | --- | 100 | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 1.175,5 |
| - T-4 (kilos) | Checoslovaca | 150 | --- | --- | 200 | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 350 |
| - Detonantes (unidades) | | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 21.000 |
| - Granadas fragmentación (unidad) | | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 88 |
| - Dinamitas | URSS | 4.700 | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 4.700 |
| - Detonantes | URSS | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 88 |
| - Granadas demolición (unidad) | Checoslovaca | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 8 |
| - Cartuchos explosivos | Argentina | 51 | --- | --- | 49 | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 100 |
| - Trotilones | URSS | 10.140 | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 10.140 |
| **ACCESORIOS DE M.G.** | | | | | | | | | | | | | | | |
| - Aparatos de puntería para [illegible] | URSS | 1 | --- | 50 | 70 | 5 | --- | 10 | 5 | 1 | --- | 1 | --- | 1 | 174 |
| - Trípodes de [illegible] | Belga | --- | --- | --- | --- | 207 | --- | 177 | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 384 |
| - Ametralladoras [illegible] (con 50 cart.) | EE.UU. | 650 | 50 | 1.000 | 1.000 | 100 | 170 | 500 | 2.000 | 10 | --- | --- | --- | 5 | 5.485 |
| - Ametralladoras [illegible] (con 50 cart.) | EE.UU. | --- | 50 | --- | --- | 104 | --- | 5 | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 711 |
| - Cargo de provisión para [illegible] | URSS | 510 | --- | 50 | 471 | 500 | --- | 51 | 504 | --- | --- | --- | --- | --- | 2.285 |
| - Aparato de puntería para [illegible] | URSS | 1 | 25 | --- | 73 | 3 | --- | 10 | 2 | --- | --- | --- | --- | --- | 114 |
| - Cargo de proyectil para bomba mortero 81 mm. | URSS | --- | --- | --- | --- | --- | 94 | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 94 |
| **EQUIPO PARA MATERIAL DE GUERRA** | | | | | | | | | | | | | | | |
| - Portacargadores de tela para M-16 | EE.UU. | --- | --- | --- | --- | 100 | --- | --- | 130 | --- | --- | --- | --- | --- | 230 |
| - Portafusiles de tela para M-16 | EE.UU. | 310 | --- | --- | --- | --- | 100 | --- | 80 | --- | --- | --- | --- | --- | 690 |
| - Mochilas para cargas de RPG-7 | URSS | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 10 | --- | --- | --- | --- | --- | 10 |
| - Bolsas de tela con elementos para aseo de armamento | EE.UU. | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 6 | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 6 |
| - Acolitres | EE.UU. | 300 | 40 | 640 | 900 | --- | --- | --- | 1.500 | --- | --- | --- | --- | --- | 3.380 |
| - Chalecos antibalas | URSS. | 2 | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 2 |
| **MATERIAL DE INGENIEROS** | | | | | | | | | | | | | | | |
| - Motor tubo de [illegible] | EE.UU. | 5 | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 5 |
| - Detonadores de [illegible] para mover [illegible] de [illegible] | EE.UU. | 4 | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 4 |
| - Comprimidos para fuegos con explosivos | Nacional | 5 | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 5 |
| - Bolsa de goma | EE.UU. | 5 | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 5 |
| - Trajes de fuego | Nacional | 15 | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 15 |
| - Botines de goma para fuegos (pares) | Nacional | 10 | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 10 |
| - Máscaras para fuegos | Nacional | 3 | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 3 |
| - Alzas de pavo (pares) | Nacional | 5 | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 5 |
| - Respiratos con filtro de aire para fuegos | Nacional | 1 | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 1 |



8701920

| | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | (8 Aps.) | (10 Aps.) | (10 Aps.) | (14 Aps.) | (20 Aps.) | (24 Aps.) | | | | | | (60 Sets.) | | |

**EQUIPO DE SANIDAD**

| | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| – Caja con material sanitario | Nacional | 1 | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | 1 |

**MATERIAL Y EQUIPO DE TELECOMUNICACIONES**

| | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| – Eq. de radio receptor transmisor de H.F. | | 3 | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | 3 |
| – Eq. de radio receptor transmisor portátil | | 3 | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | 3 |
| – Receptor para radiopatrulla | | 2 | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | 2 |
| – Sintonizador de ondas automáticas | | 2 | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | 2 |
| – Adaptador vehicular para equipo de comunicaciones | | 4 | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | 4 |
| – Cargadores de batería | | 3 | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | 3 |
| – Baterías | | 4 | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | 4 |
| – Pulsador para transmisión en mano | | 1 | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | 1 |
| – Antenas marinas | | 3 | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | 3 |
| – Antenas para alta frecuencia | | 3 | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | 3 |



# LOS ARSENALES Y EL ATENTADO CONTRA LA VIDA DEL PRESIDENTE

*"...De haberse materializado esos siniestros objetivos, ningún sector no marxista habría escapado al carácter irreversible que es inherente y acompaña a todo proceso revolucionario comunista..."*

*"...Ambos hechos formaban parte importante de la estrategia marxista dirigida a dar inicio a la revolución..."*

*"...LO VUELVO A REPETIR: ESTAMOS EN UNA GUERRA. CAOS O DEMOCRACIA..."*

*Presidente Pino*
*Septiembre 19*

106

# Acusan a tupamaros de asaltos en Chile

SANTIAGO DE CHILE. — Dos "tupamaros" uruguayos tomaron parte en sendos asaltos armados a un banco y a la Tesorería de la Universidad Católica.

Así lo denuncia el gubernamental diario "La Nación" que indica que uno de ellos murió en el suceso mientras que la detención del segundo, quien huye herido, es "inminente".

La víctima, en un enfrentamiento con la Policía, portaba una cédula uruguaya a nombre de Morris Altmann, la que, según la Policía chilena, resultó falsa. Sin embargo, registraba ingreso legal a Chile, en octubre pasado, con ese documento.

Según "La Nación", que define a los dos uruguayos como "mercenarios", la Policía chilena investiga su eventual relación con los autores del atentado contra el general Augusto Pinochet el pasado siete de setiembre. El presidente resultó ileso, pero cinco de sus escoltas militares murieron.

El diario precisa que "los primeros informes han permitido confirmar a la Policía que ambos antisociales trabajaron con el movimiento extremista tupamaro en la década pasada.

También denuncia que estos uruguayos "trabajaron con los montoneros" y fueron "contratados" en Chile para "practicar asaltos en beneficio de las acciones extremistas". Asimismo que habrían estado clandestinamente antes en este país.

El pasado jueves fueron asaltadas la Tesorería de la Universidad Católica y luego una sucursal bancaria donde los agresores lograron un botín total equivalente a 30 mil dólares.

Entre los asaltantes y policías se produjo enfrentamientos armados. Mientras murió uno de los primeros, de los segundos un detective resultó gravemente herido. Según las versiones los antisociales, se habla de entre cuatro a seis individuos en cada grupo, huyeron en vehículos y escalando muros, pero algunos de ellos dejaron sus huellas dactilares lo que, según "La Nación", posibilitará su arresto.

01.04

8702016

CHILE

GUERRERO



# Pinochet anunció la legalización de los partidos políticos no marxistas

***El ministerio de Interior chileno informó ayer que ha sido confeccionada una primera lista de 227 personas sobre las que pesaba la prohibición para regresar al país, y a las que en virtud de las nuevas medidas anunciadas por el presidente Augusto Pinochet se autoriza a partir de este momento el retorno. Paralelamente, fue dejado sin efecto el toque de queda que rigió en la capital y la región metropolitana, casi sin interrupciones, desde septiembre de 1973. Dirigentes políticos opositores comentaron con reservas el plan de flexibilización política del gobierno militar.***

SANTIAGO, Chile, 2 (AFP, ANSA y AP). — El gobierno militar chileno dejó hoy sin efecto el toque de queda en la capital y en todos los distritos de la región metropolitana, y anunció que se autorizó el retorno de 227 exiliados cuyos nombres figuraban en la lista de 3.517 personas con prohibición de reingreso al país, medidas encuadradas en el plan de flexibilización política anunciado hace dos días por el titular del régimen, general Augusto Pinochet.

La restricción que pesaba sobre el derecho de tránsito de los cuatro millones de habitantes de la zona entre las 2 y las 5, se mantuvo casi sin interrupción desde 1973, cuando las fuerzas armadas se instalaron en el poder tras derrocar al gobierno de Salvador Allende. Mediante un bando, la jefatura castrense de Santiago intimó que el toque de queda cesará de inmediato.

El anuncio sobre las primeras autorizaciones para el reingreso de exiliados al país fue formulado por el ministro de Interior, Ricardo García, quien informó que 200 de los nombres incluidos en la nómina habían sido considerados por la Comisión de Derechos Humanos de esa cartera, en tanto que los otros 27 corresponden a personas que han solicitado permiso de retorno en diferentes misiones diplomáticas chilenas en el exterior.

A través de la cancillería, el gobierno cursó instrucciones a sus embajadores en el exterior para el manejo de las solicitudes de reingreso, que según lo expresado por Pinochet en su discurso excluyen a "aquellas personas que constituyan una seria amenaza para la convivencia nacional".

### ♦ Legalización partidaria

En lo que se refiere a la legalización de los partidos políticos, el presidente Pinochet señaló en su discurso del 31 de diciembre que está relacionada con el propósito de su régimen de "reforzar las bases institucionales establecidas en la Constitución política de la República" vigente desde 1980, y que permite su reelección por un nuevo período constitucional de ocho años, a partir de 1989.

El trámite de legalización está en manos de la junta de gobierno, que ejerce las facultades legislativas por ausencia de un Parlamento. Los cuatro integrantes de la junta tienen previsto reunirse el 15 de enero para discutir y eventualmente aprobar el proyecto último presentado por el gobierno, con lo que se daría curso a la normalización partidaria.

En su mensaje, Pinochet pidió a la junta que siguiera el trámite de urgencia para despachar el proyecto, cuya aprobación se encontraba estancada desde mediados de 1985 por discrepancias de los integrantes del cuerpo con la iniciativa gubernamental.

El gobierno redujo la exigencia inicial de establecer un mínimo de 150.000 adherentes para el funcionamiento legal de un partido. Las modificaciones introducidas en el texto que la junta probablemente estudiará en el transcurso de este mes permitirían la legalización de las colectividades políticas que cuenten con 35.000 afiliados. Los partidos permanecen inhabilita desde que el régimen general Pinochet dispu su disolución en 1973.

### ♦ Reservas

El anuncio de la norm lización de los partidos recibido con reservas los representantes de oposición chilena, que cuestionan con los lineamien tos dispuestos para ese por el gobierno militar. socialdemócrata Ric Aboliuk, presidente de coalición opositora Alia za Democrática, integra por partidos de centro y derecha, declaró hoy q en el proyecto oficial " papel de los partidos qu da muy afectado y no exi to democracia política q que los partidos tengan efectiva libertad de ac ción". Aboliuk demand también la devolución de los bienes incautados a l partidos.

Por su parte, el demo cristiano Enrique Kras cuestionó la modalida adoptada para el retorn de los exiliados.

.02

8702016

DECISION DE LA JUNTA MILITAR CHILENA

# Autorizan el funcionamiento de los partidos políticos

*Luego de trece años de proscripciones —desde el derrocamiento del presidente constitucional Salvador Allende— la junta militar de Chile aprobó una ley que autoriza el funcionamiento de los partidos políticos. La norma, que comenzará a regir a partir de marzo, excluye a las agrupaciones marxistas consideradas inconstitucionales por la Carta Magna promulgada por el gobierno de facto de 1980. Los líderes de la oposición criticaron la elaboración de la norma, redactada "al margen de la voz del pueblo". La centrista Alianza Democrática propuso un diálogo para considerar modificaciones a la iniciativa que fue rechazado en forma rotunda por el titular de la Armada.*

Clarín 16/01/87

SANTIAGO, Chile, 15 (AFP, Reuter y UPI). — La junta militar chilena, integrada por los comandantes en jefe de las fuerzas armadas, aprobó hoy una ley que permite el funcionamiento legal de partidos políticos, por primera vez desde el golpe de Estado de 1973 que derrocó al presidente Salvador Allende. La ley, que entrará en vigencia a partir de marzo, autoriza la reorganización de todas las agrupaciones políticas, a excepción de las marxistas, excluidas expresamente por la controvertida Constitución de 1980. Por su parte, "los socialistas podrán constituirse como partido si se declaran democráticos", según señaló el general Fernando Matthei, titular de la aviación chilena.

La norma jurídica fue aprobada por la junta militar integrada por los comandantes en jefe del ejército, general Humberto Gordon, de la fuerza aérea, general del aire Fernando Matthei, de la armada, almirante José Toribio Merino y el general de carabineros César Mendoza, quienes actúan como Poder Legislativo del país.

La ley, de 59 artículos, estipula que los partidos sólo serán reconocidos si presentan una lista de afiliados equivalente al 0,5 por ciento del padrón electoral; establece severas normas de organización interna para las agrupaciones políticas y prohíbe los vínculos con organizaciones sociales o sindicales, así como el financiamiento por fuentes del exterior.

♦ **Críticas**

La oposición criticó el elevado número de afiliados exigidos y la índole pública de las afiliaciones, que "creará problemas" para todos los partidos, excepto para los de derecha. "Esto demuestra que el régimen está tratando de imponer su propio partido y no tiene ningún interés en progresar hacia una verdadera democracia", comentó Claudio Huepe, vicepresidente del centrista Partido Demócrata Cristiano, la fuerza política más numerosa de Chile.

Debido al hermetismo oficial en relación al contenido de la ley, los dirigentes políticos no se han pronunciado detalladamente sobre la iniciativa, pero han criticado la forma en que fue redactada. "No se nos ha escuchado", dijo el presidente del Partido Radical, Enrique Silva Cimma, fustigó a los integrantes de la comisión gubernamental encargada de elaborar el proyecto porque "pretenden legislar en materias de tanta trascendencia al margen de la voz del pueblo".

♦ **Carta a la Junta**

La Alianza Democrática, que nuclea a las mayores agrupaciones de centro y derecha, propuso un encuentro con la junta de gobierno y los líderes opositores para considerar modificaciones a la ley. El gobierno "debe escuchar nuestros planteos antes de emitir un pronunciamiento", indicó la A.D. mediante una nota a los comandantes castrenses.

El diálogo propuesto por los aliancistas fue rechazado por el comandante en jefe de la armada, almirante José Toribio Merino, quien calificó la misiva como "papel mojado". Merino descartó así la posibilidad de una ronda de conversaciones con la oposición tendientes a rever la ley.

Inicialmente el presidente de facto Augusto Pinochet había exigido un mínimo de 150.000 firmas para que los partidos pudieran funcionar legalmente. Esa imposición no fue aceptada por la junta de gobierno, lo que trabó la elaboración de la ley durante dos años. En octubre último el jefe de Estado chileno instruyó al ministro de Interior, Ricardo García, para que reactivara la redacción de la ley cuya aprobación fue dada a conocer este mediodía.

La norma pasará ahora a consideración del tribunal constitucional y sería promulgada por el general Pinochet el 11 de marzo, cuando se cumplen seis años de la Constitución puesta en vigencia por la junta militar en 1980.

♦ **¿Hubo diálogo?**

No obstante el hermetismo que rodea a algunas cuestiones de la política chilena y a las declaraciones oficiales en el sentido de que no hubo, ni habrá por el momento, contactos entre representantes del gobierno de Augusto Pinochet y políticos de la oposición, en medios diplomáticos se consigna que efectivamente se formalizaron diálogos entre ambos grupos para "afinar" no sólo aquello atinente al funcionamiento de las agrupaciones partidarias, sino a la futura cronología política que podría desembocar en elecciones directas para presidente en lugar de la elección por parte de la junta militar.

CLARIN 16-1-87

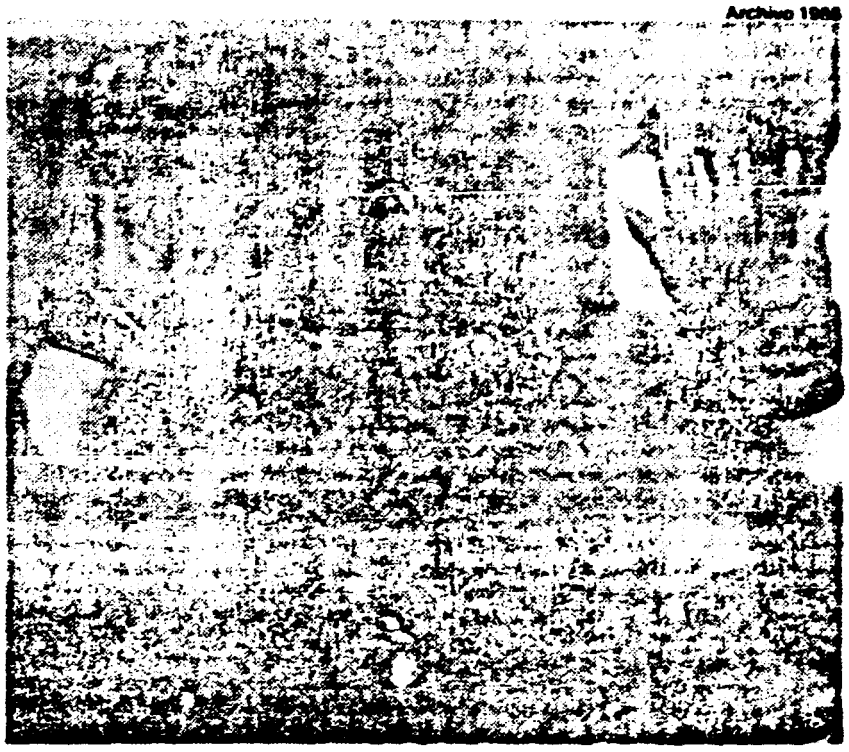
.03

8702016

LE EL REINGRESO PARCIAL DE EXILIADOS

# net derogó el estado de sitio

*unció el miércoles último que no será renovado el naliza el día 6) y que, en tres meses, se admitirá el ue lo tenían prohibido. Serán la excepción aquellos uaza para la convivencia nacional". Entretanto, el erino insistió en que no habrá cambios en la actual po que calificó a los comunistas de "humanoides". mbro de la junta de gobierno, en representación del al Humberto Gordon, ex jefe de la policía secreta. Asalto ultraderechista.*



Archivo 1986

General Augusto Pinochet, presidente de Chile.

...ería amenaza para la ...encia nacional".

...gobierno del general ...het mantiene una lis... 3.500 exiliados que ...n prohibido el ingreso ...s.

...ún antecedentes de la ...sión chilena de los de... ...os humanos, unos ...000 chilenos se en... ...tran exiliados y re... ...dos en diversos países ...undo desde el pro... ...iamiento militar de

**...a concesión**

...medida llega pocos ...s antes de la visita ...ará en abril el papa ...Pablo II y cuando, en ...ro, realizará su reu... ...anual, en Ginebra, la ...isión de Derechos ...anos de las Naciones ...as. Las autoridades ...iásticas pidieron al ...ral Pinochet que haga ...ado de buena voluntad ...ntes de la visita pa... Aunque siempre se ...có que tal visita no ...a peligro, esas autori... ...s de la Iglesia advir... ...n que el estado de sitio crearía problemas de organización para la gira del Pontífice a 8 ciudades chilenas.

La decisión de no renovar el estado de sitio, que expira el 6 de este mes, no causó sorpresa, ya que se lo había levantado en casi todo el país. Pese a su supresión, según marcaron fuentes diplomáticas, el gobierno militar tiene en su mano, y vigentes, dos regímenes de excepción muy eficaces para cualquier contingencia: el estado de emergencia y el estado de perturbación de la paz interior.

Pinochet dijo que "he dispuesto al ministro del Interior para que la Comisión Asesora Especial de Derechos Humanos proponga, periódicamente, el levantamiento de esta prohibición para las personas que se estime procedente, de modo tal que en un plazo no superior a los 90 días solamente queden afectados a dicha limitación un mínimo de chilenos que persisten en su actitud".

El gobernante advirtió que el gobierno tomará todas las precauciones para que las personas a quienes se les ha levantado la prohibición de reingreso "no se constituyan en elementos perturbadores de la paz interna".

Asimismo manifestó que con el fin de mejorar la situación de las personas privadas de libertad por la comisión de determinados delitos, "he resuelto someter a tramitación legislativa un proyecto de ley que disponga la rebaja de un año de las condenas que los tribunales les hayan aplicado".

En otra parte de su intervención por radio y televisión, el general Pinochet dijo que "he resuelto no renovar el proceso de declaración del estado de sitio en aquellas regiones del país en que aún se aplica, considerando que tal medida de excepción cumplió sustancialmente con los propósitos que se tuvieron en cuenta al momento de ser decretada".

Hace una semana, el régimen castrense levantó el estado de sitio en las regiones de Valparaíso y Concepción. Tres semanas antes la restricción había sido anulada en otras siete de las trece regiones en que se divide el país.

### ♦ Asalto de ultraderechistas

Hoy, el grupo de ultraderecha Comando 11 de Setiembre se adjudicó el ataque perpetrado en el último día del año '86 en Santiago contra las oficinas del Comité Intergubernamental para las Migraciones (CIM), organismo internacional que goza de inmunidad diplomática y que dirige Roberto Kozak,

# ...miembro de la junta

...elección del ex presidente Eduardo Frei, en 1969, y los últimos seis años fue director de la CNI.

Al anunciarse su nombramiento, en octubre pasado, el general Gordon indicó que se había "educado para la guerra, aunque no para matar, sino para evitar que otros se maten".

Definido como muy buen conversador y negociador por quienes le conocen, Gordon ha sido uno de los pocos altos oficiales que han aceptado concurrir, como invitado, a los almuerzos quincenales de la Asociación de Corresponsales de la Prensa Extranjera en Chile.

### ♦ "Como el amor"

Llevado por periodistas a definir la seguridad nacional, Gordon Rubio dijo que "es como el amor: nunca es suficiente" y que en ella "no tiene incidencia alguna la apertura política".

La junta de comandantes en jefe de las fuerzas armadas y carabineros, que derrocó el gobierno de Salvador Allende, estuvo integrada y presidida, desde 1973 hasta 1981, por el actual jefe del Estado, general Augusto Pinochet.

De los primeros componentes de la junta de gobierno, solo queda en funciones el comandante en jefe de la armada, almirante José Toribio Merino, tras los alejamientos de los generales Augusto Lieglı, de la fuerza aérea, y César Mendoza, de carabineros.

Después de la designación del general Pinochet como presidente de la República, por mandato de la Constitución aprobada en 1980, la junta pasó a ser presidida por el comandante en jefe de la armada, almirante José Toribio Merino, quien ejerce tal cargo hasta hoy.

Al retirarse de la junta el general Pinochet, el jefe del Estado designó como representante del ejército al general César Raúl Benavides, que desempeñó esa función desde el 21 de marzo de 1981 hasta el 2 de diciembre de 1985, fecha en que fue sustituido por el general Julio Canessa Roberts.

Desde esa fecha, 2 de diciembre de 1985, hasta hoy, se desempeñó en la junta, como representante del ejército, el general Canessa, siendo sustituido ahora por el general Gordon Rubio.

### ♦ Los cambios

Los otros cambios registrados en la junta militar de gobierno afectaron a los comandantes en jefe de la fuerza aérea y al general director de carabineros.

El primer integrante de la junta, por la fuerza aérea, general Gustavo Leigh Guzmán, fue sustituido, por discrepancias con el general Pinochet, el 23 de julio de 1978, asumiendo entonces el actual comandante y miembro de la junta, Fernando Matthei Aubel.

## "Podemos dialogar con la oposición"

SANTIAGO, 1° (Reuter y ANSA). — Las autoridades militares chilenas están dispuestas a conversar con sus opositores políticos, pero no habrá cambios en el programa del gobierno para la transición a una forma limitada de democracia en 1989, dijo el almirante en jefe de la armada, José Toribio Merino, a un diario de Santiago.

Merino, miembro de la junta militar, citado por el diario "El Mercurio", dijo que los grupos opositores que presionan para que se modifique la constitución de forma de permitir elecciones libres harían mejor en cambiar de táctica.

El programa de las fuerzas armadas, según el cual la junta militar debe nominar a un candidato presidencial que será sometido a un plebiscito en 1989, se pondrá en práctica, dijo Merino, a periodistas locales.

Merino, el miembro más antiguo de la junta que tomó el poder en el golpe militar de 1973, dijo que el gobierno siempre ha estado dispuesto a "dialogar y a conversar" con sus opositores.

Pero añadió que ello no significa que las conversaciones vayan a conducir a cambios "intervencionistas".

### ♦ Humanos y humanoides

Merino fue consultado sobre la "reconciliación" entre los sectores políticos de Chile en vista de la venida del papa Juan Pablo II en abril próximo.

El jefe de la marina de guerra y presidente de la junta militar de gobierno, que detenta el Poder Legislativo en ausencia del cerrado Parlamento, precisó que no es posible tal reconciliación porque "yo me reconcilio cuando he peleado con alguien y hago las paces porque ya no hay puntos de diferencia".

Merino preguntó en el caso particular de Chile: ¿"Con quién nos vamos a reconciliar? En Chile, como en todo el mundo, hay dos tipos de seres humanos: los que yo llamo seres humanos y los humanoides".

Para el almirante, los "humanoides" son "todos los que pertenecen al Partido Comunista, en general. Son ateos, materialistas, no creen en Dios, instrumentos del Estado para trabajar por el Estado. No se dan cuenta de que tienen espíritu y es inmortal".

04.04 2702016

106

# Los Partidos Políticos en Chile

La sanción por parte de la Junta de Gobierno de Chile, de una ley que autoriza y reglamenta el funcionamiento de partidos políticos, ha suscitado nuevas expectativas en el país. La iniciativa, cuyo texto sólo se conoce muy parcialmente, estuvo trabada durante 2 años, entre otras causas porque el presidente Augusto Pinochet exigía que las agrupaciones políticas debían acreditar un mínimo de 150.000 firmas para poder funcionar legalmente. La imposición fue rechazada por la Junta de Gobierno, y la ley promulgada, que entrará en vigencia en enero próximo exige a los partidos como comienzo de inscripción de militantes, 100 firmas, para llegar en un plazo de 200 días a un mínimo del 0,5 por ciento del electorado existente en cada una de las 13 regiones del país.

Los partidos opositores criticaron el procedimiento del gobierno para redactar y aprobar esta ley, a los cuales no se les dio participación. No obstante, uno de los vicepresidentes del partido Demócrata Cristiano, la mayor fuerza política del país, Gutemberg Martínez, manifestó su esperanza de que el texto de la ley haya corregido el proyecto Pinochet. Según informaciones [illegible], de tendencia centrista, el ex vicecomandante del Ejército, general Julio Canessa, garantizó a "altas autoridades norteamericanas" que la ley sería promulgada pronto, porque si el trámite se dilatara, se daría "un argumento a la oposición".

Tras la derrota del comunismo en Chile, con el suicidio del presidente Allende, en setiembre de 1973, el general Pinochet presidió la Junta Militar y en junio de 1974 asumió el Poder Ejecutivo con atribuciones extraordinarias. Su gobierno fue, en ese período, de riguroso autoritarismo. Hasta que años después comenzó a evidenciarse la resistencia de los distintos sectores, entre los que figuraba el de los comunistas con apoyo cubano. La reacción general confirmó el creciente desgaste del gobierno de facto, situación que llevó al dictador a aflojar su inflexibilidad.

La ley, con sus limitaciones —cuyos alcances aún se ignoran—, constituye de todos modos un acercamiento al ansiado retorno de la vida republicana. Y aunque el cambio no se manifieste definidamente —porque hay que salvar la apariencia de fuerza del dictador— es indudable. Pinochet está viendo declinar su periplo presidencial y trata de llevar al país hacia alguna forma democrática, aunque con deliberada parsimonia, toda vez que fijó 200 días para la inscripción de adeptos a las distintas organizaciones políticas.

Todavía queda un largo tramo por cubrir para llegar a la normalidad política en ese país, pero la esperanza del pueblo chileno se ha hecho más notoria. Cuando se difunda la ley ahora sancionada, se podrá tener una idea más precisa del futuro de Chile.

(de "La Prensa", Buenos Aires)

El País 30/01/87

01.02

8702085

La Prensa 24/12/86

# Llamado a formar una multipartidaria más amplia en Chile

Santiago, 23 (UP y ANSA) – El partido Socialista de Chile encabezado por Ricardo Núñez anunció hoy su retiro de la coalición opositora Alianza Democrática y llamó a todas las fuerzas políticas a formar una multipartidaria más amplia.

Núñez dijo que la Alianza Democrática, formada por cinco partidos en agosto de 1983, encabezados por el partido Demócrata Cristiano, había hecho un aporte fundamental, pero ya estaba superada por nuevas agrupaciones.

"Los socialistas estamos convencidos que para impulsar la formación de un movimiento y de una campaña por elecciones libres, se necesita una multipartidaria amplia y abierta a todas las fuerzas políticas", dijo Núñez en una rueda de prensa.

La Alianza Democrática surgió tras la ola de movilizaciones populares en reclamo de democracia en 1983, e intentó prematuramente entablar negociaciones con el régimen militar exigiendo la renuncia del presidente Augusto Pinochet.

"Esta agrupación de partidos ha sido superada positivamente en los hechos por acuerdos más amplios", expresó Núñez, quien asumió hace unos meses como secretario general de la fracción moderada del partido del ex presidente Salvador Allende.

Núñez dijo que el acuerdo nacional firmado el año pasado por 11 partidos de centro-derecha y las bases de sustentación de un régimen democrático, un documento suscrito por 13 partidos, eran el marco que garantizaría un gobierno democrático estable.

Núñez llamó a los grupos políticos de izquierda a apoyar el acuerdo, que ofrece una salida negociada a las Fuerzas Armadas, y pidió a la derecha que deje de excluir a la izquierda para superar la división política del país.

Los dirigentes explicaron que la decisión busca frenar la proliferación de frentes y alianzas políticas generados en las últimas semanas entre los opositores al gobierno del general Augusto Pinochet.

"El pueblo no entiende, no tiene claro qué representa cada uno de estos conglomerados y agrupaciones", declaró Ricardo Núñez cuando dialogó sobre este tema, hace dos semanas.

02.02

8702085

106

ÁMBITO FINANCIERO 8/11/87

## Se venderán empresas por 500 millones de dólares

# Con la privatización surge en Chile un 'capitalismo popular'

Escribe
Luis Alvarez
de la agencia "Reuter"

*La oposición acusa a Pinochet de practicar una maniobra política con la venta de empresas estatales, mirando a las elecciones de 1989.*

*Santiago — El gobierno militar chileno espera recaudar 500 millones de dólares en una venta masiva de empresas estatales que está llevando a cabo bajo una lluvia de críticas opositoras. La venta —que involucra a 21 de sus grandes compañías y que está programada para un lapso de tres años— se sustenta en uno de los principios defendidos con mayor tenacidad por su equipo económico monetarista: reducir el tamaño del Estado mediante la mayor privatización posible.*

*El proceso ha creado desconfianza en la oposición política, que ve este plan como un intento del presidente Augusto Pinochet por crear un nuevo y efímero período de bonanza económica que le permita ganar adherentes para asegurar su permanencia en el poder por otros ocho años, cuando en 1989 un plebiscito deba decidir la suerte del gobierno.*

*"No es cierto que estemos buscando dividendos para el '89. Obviamente, habrá una ventaja política, pero no es la prioridad", dijo el teniente coronel José Martínez, encargado del proceso desde un cargo ejecutivo en la estatal Corporación de Fomento de la Producción (CORFO).*

*Entre 1974 y 1983, siempre bajo el principio libremercadista, el gobierno militar traspasó al sector privado 152 empresas, obteniendo recursos por 960 millones de dólares.*

*Simultáneamente, devolvió 350 compañías expropiadas o requisadas durante los tres años de gobierno del extinto presidente socialista Salvador Allende, derrocado mediante un golpe militar en 1973.*

*El nuevo plan contempla la oferta de porcentajes accionarios de estas compañías a sus propios trabajadores, empresas privadas de previsión e inversionistas locales y extranjeros.*

*Las ventas se abrieron en 1985 con 30 por ciento de las acciones de cada compañía, pero en los últimos meses tales porcentajes subieron sorpresivamente hasta llegar en algunos casos a 100 por ciento. Hasta el 30 de noviembre del año pasado se habían vendido 23.600 millones de pesos en acciones (unos 115 millones de dólares), dijo Martínez.*

*La única venta a un inversionista extranjero fue 66 por ciento de las acciones de la Empresa Nacional de Explosivos (ENAEX), proveedora de la industria minera. Fue adquirida en unos 85 millones de dólares por la firma estadounidense Austin Powder. Entre las restantes compañías en oferta se cuentan las principales empresas de generación y distribución de electricidad, de producción carbonífera, telefónica, telecomunicaciones y telegráfica, explotación salitrera, productoras de acero y azúcar, computación y un laboratorio.*

*No obstante, el Estado mantendrá un importante porcentaje accionario que le permitirá seguir administrando las empresas, aunque sus reembolsos de utilidades al fisco se reducirán en aproximadamente 100 millones de dólares anuales. Un asesor del Ministerio de Hacienda, que declinó dar su nombre, señaló que esta disminución de ingresos se verá compensada por la vía tributaria a partir de un incremento de la actividad económica.*

*Tal crecimiento, dijo, será posible al destinarse todos los recursos obtenidos con la venta de compañías a un "ambicioso plan de inversiones en viviendas, obras públicas y empresas que aún permanecen en poder estatal". Entre las últimas se cuenta la Corporación del Cobre (CODELCO), que genera 50 por ciento de los ingresos de exportación de Chile. La privatización utiliza un sistema localmente denominado "capitalismo popular", que intenta difundir la venta de acciones entre trabajadores.*

### • Trabajadores

*Para que los trabajadores accedan a las acciones, se les sugiere que comprometan anticipadamente un porcentaje del dinero que recibirán cuando se jubilen. Unos 12.000 trabajadores han comprado acciones por esta vía y, en una de las empresas, la Compañía de Acero del Pacífico, adquirieron 25 por ciento del capital accionario. Otros porcentajes de capital se venden a las empresas privadas de pensiones y el resto se ofrece en el mercado bursátil a precios previamente determinados por funcionarios estatales.*

*Economistas y políticos opositores sostienen que estos precios están por debajo del valor real de las empresas y critican la forma como se está aplicando el plan gubernamental. "El proceso tiene un vicio en su origen, que le está restando legitimidad. Es que los verdaderos propietarios, todos los chilenos, no están siendo consultados", dijo el economista Ernesto Tironi, miembro del Comando de Defensa del Patrimonio Nacional, organización creada con el objetivo de resistir la privatización.*

*Tironi sostuvo que la reducción del Estado romperá el equilibrio de poder en un futuro gobierno democrático, dejando una cuota importante de influencia entre los empresarios privados que han sido fervientes partidarios de Pinochet. "Esto es como hacer una reforma agraria al revés, porque muchos chilenos se van a sentir expropiados. Es probable que en un gobierno futuro haya una presión muy grande para que se desconozca la propiedad de estas empresas así adquiridas", dijo.*

*Los defensores del plan han desestimado que haya intenciones políticas, enfatizando que se trata de aplicar criterios puramente económicos. Fernando Alvear, alto funcionario del Ministerio de Economía, señaló que la privatización "se inserta dentro de un marco más general de política económica. Se pretende crear bases sólidas para que el país crezca en forma estable".*

*El asesor del Ministerio de Hacienda que declinó dar su nombre señaló que el plan de ventas era una idea compartida por muchos países en desarrollo. Con la recaudación, el Estado intentará aumentar la inversión pública, que este año alcanzó a 7,6 por ciento del Producto Bruto Interno, la más alta de los últimos 10 años.*

*"Nuestros argumentos son eminentemente pragmáticos. Este gobierno es partidario de una economía social de mercado con un rol subsidiario del Estado. Pero de un Estado activo que invierte", dijo. Insistió en que la venta de empresas no busca como fin la obtención de recursos inmediatos para gasto corriente. "No estamos vendiendo el sofá para comprar comida. Lo estamos vendiendo para que más gente se pueda sentar en él."*

Ámbito Financiero 8/11/87

8702282

04.04

ARCHIVAR EN: CHILE (106)

TEMA: A AÇÃO SUBVERSIVA NO PAÍS. PERSPECTIVAS
(CHILE: LA ACCIÓN SUBVERSIVA EN EL PAÍS)
(INJUK Nº 1200. 3/11 DEZ 86)

PROCEDENCIA: Aso. 0955/87 DEL 9/2/87

ARCHIVADO EN: ENLACE BRASILEÑO

01.01

8702335

# EXITOSO RECORD EN LUCHA CONTRA EL DESEMPLEO

**Acertada política económica de S.E.**

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Oficina de Información de Defensa
Fecha de Entrada 5-3-87
Fecha de Salida
Pasa a Archivo.
No. de Identificación 0441/87

3702343

01.03

* Se alcanzan los índices más bajos de los últimos doce años.
* Recuperación del país permite creación de nuevas fuentes de trabajo.
* Aumento real de sueldos y salarios.
* Miles de adscritos al PEM y al POJH abandonan el sistema para incorporarse a otras actividades.
* Control de la inflación protege a los hogares chilenos.

El firme y sostenido desarrollo económico del país bajo la dirección del Presidente Pinochet, está dando positivos frutos que se reflejan especialmente en el campo laboral. El resultado de la política presidencial se tradujo en una reducción del índice de cesantía a nivel nacional, al 9,7 por ciento. Es el más bajo registrado en los últimos doce años y nos coloca en mejores condiciones que muchos países altamente industrializados. En el trimestre anterior se había llegado al 10,2 por ciento.

Ni siquiera durante el auge económico registrado a comienzos de la bonanza al iniciarse la década del 80 se había logrado llegar a porcentajes similares.

## AUMENTO REAL DE SUELDOS Y SALARIOS

Al mismo tiempo, en los últimos doce meses *se registró un incremento* real de sueldos y salarios de un 3,8 por ciento.

Este aumento se distribuye en la siguiente forma por ramas de actividad:
Minería: 1,8 por ciento.
Industria: 2,1 por ciento.
Electricidad, gas, agua: 5,9 por ciento.
Comercio: 1,8 por ciento.
Transportes: 9 por ciento.

ENFOQUES DE 7 DIAS
1987 - AÑO VII Nº 448



3702343

Servicios Comunales: 6,9 por ciento.
Servicios Financieros: 1,5 por ciento.

## INDICES MAS BAJOS QUE EL PROMEDIO NACIONAL

Diez regiones alcanzan una tasa de desocupación que es inferior al promedio nacional. Estas son las regiones Segunda, Tercera, Cuarta, Sexta, Séptima, Octava, Novena, Décimoprimera y Décimosegunda.

En la Primera Región el índice bajó de 10,7 al 9,8 por ciento.

En la Segunda Región, de 9,3 al 8,7 por ciento.

En la Cuarta Región, de 9,2 a 9 por ciento.
En la Sexta Región, de 9 a 8 por ciento.
En la Séptima Región, de 9,1 a 7,2 por ciento.
En la Octava Región, de 7,8 a 7,3 por ciento.
En la Novena Región, de 8,2 a 8 por ciento.
En Décima Región, de 5,5 a 5,4 por ciento.
En la Décimoprimera Región, de 4,7 a 3,4 por ciento.

En la Décimosegunda Región, de 6 a 4,7 por ciento.

En la Región Metropolitana, de 12,6 a 12 por ciento.

## CONCENTRACION POBLACIONAL

El caso de la Región Metropolitana y de la V Región (presenta un 11,9 por ciento de desempleo), se explica por la tendencia observada desde hace decenios por los chilenos de abandonar sus puntos de origen para vivir en los grandes centros urbanos, creyendo encontrar mejores expectativas.

El Gobierno del Presidente Pinochet está empeñado en revertir la situación facilitando las posibilidades de crecimiento regional y lograr la radicación permanente de sus pobladores, terminando con la hipertrofia de Santiago y otras ciudades. Al mismo tiempo busca la colonización de miles de kilómetros cuadrados en la zona austral, que se encuentran inexplotados.

## DISMINUYEN EL PEM Y EL POJH

El mejoramiento de la situación laboral, con la creación de nuevos empleos influye en el PEM y el POJH. En el primero hubo una disminución de adscritos de 47 mil 500 y en el segundo, de 38 mil, en relación con el año anterior.

Todas estas personas que abandonaron ambos sistemas lo hicieron por haber encontrado trabajos estables.

## DEFENSA DE LOS SALARIOS

Preocupación fundamental de S.E. ha sido el control de la inflación, defendiendo en esta forma el poder adquisitivo de sueldos y salarios.

La variación del índice de Precios al Consumidor (IPC) fue en diciembre de 1,3 por ciento. La acumulación de 1986 fue del 17,4 por ciento, cifra inferior a lo pronosticado por los expertos y a las metas que se había fijado el Gobierno.

8702343

Nº de Identificación 0460/87

## NOTABLE DESCENSO DEL DESEMPLEO

La política seguida por el Presidente Pinochet ha permitido un notorio descenso de la cesantía, que en diciembre llegó al 18,2%, con tendencia a seguir bajando. El Gobierno acaba de destinar $ 16 mil millones para la creación de plazas productivas y continúa incentivando al sector privado a un mayor uso de mano de obra. Cabe hacer notar que en muchos países, especialmente de la Comunidad Económica Europea, los índice de cesantía son superiores a los de Chile: Holanda, 14,3%; Bélgica, 12,5%; Gran Bretaña, 11,4%; Italia, 18,7%; Francia, 10,6%, etc.

8702345

BITACORA DE UN GOBIERNO

DICIEMBRE 1986 Nº 104

Chile Avanza

30 DIAS DE ACCION

## S.E. PROTEGE A LA MADRE Y AL NIÑO

El cuidado de la infancia y la atención a la madre, acción prioritaria de S.E., ha hecho posible que Chile se coloque en un lugar de avanzada en la materia. Así lo reconoce el Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (UNICEF) en su informe anual. En 1968 morían 114 menores de un año por cada mil nacidos. La cifra se redujo al 19,5 por mil, que es muy inferior al 30 por cada mil fijada por la Oficina Panamericana de la Salud para el final del siglo actual. También ha sido preocupación del Presidente una adecuada alimentación de los niños, eliminándose la desnutrición.

01 . 03 8702345

**DIA 1: SE AGRANDA FONDO DE DESARROLLO REGIONAL**

El Fondo Nacional de Desarrollo Regional tuvo un crecimiento del 150%, comparado con los 3.600 millones de pesos asignados en 1985. Así lo asegura el Ministro de Economía, Juan Carlos Délano, al inaugurar una planta procesadora de quitina y quitosano en Punta Arenas, que utilizará como materia prima el caparazón de la centolla.

El Secretario de Estado señala que se continuará aumentando en forma real los recursos presupuestarios destinados a este fondo, a la vez que destaca que el gobierno regional está trabajando a fin de detectar, dimensionar y difundir las potencialidades de explotación de recursos naturales renovables existentes en cada región, tendiendo a promover y atraer inversiones privadas.

**DIA 3: INCREMENTO EN COMERCIO EXTERIOR**

Un incremento del 79,61% en el monto de las exportaciones, experimentaron en promedio los 16 sectores beneficiados con el reintegro del 10% a las exportaciones menores de 2,5 millones de dólares en el período comparativo de abril a septiembre 85--86, informa el Ministerio de Economía.

El porcentaje implica una generación extra de divisas por 104 millones 598 mil dólares, y un efecto multiplicador de 5,9, lo que fuentes de la Secretaría de Estado calificaron como el "mejor negocio del mundo".

**DIA 4: ELOGIAN MANEJO ECONOMICO CHILENO**

El Secretario norteamericano del Tesoro, James Baker, expone los casos de Chile y México como ejemplos de enfoques para la solución del problema de la deuda externa, al inaugurar un seminario sobre comercio y desarrollo, en Nueva York.

Según Baker, Chile constituye un notable ejemplo de cómo se puede operar un tranquilo proceso de reconversión de la deuda externa, en el cual "el sector empresarial se ha beneficiado de la recapitalización, el capital local se ha fortalecido y se ha incrementado la inversión extranjera".

**DIA 5: BAJO DESOCUPACION**

La desocupación nacional alcanzó a 10,2% en el trimestre agosto--octubre pasado, cifra que se compara con el 10,5% del trimestre julio--septiembre y con el 12,2% registrada en igual trimestre de 1985.

La información proporcionada por el INE indica que en la Región Metropolitana el desempleo alcanzó a 12,6% en el trimestre en estudio, nivel que contrasta positivamente con el 13,1% del trimestre anterior y con el 17,8% del mismo período del año pasado.

**DIA 6: $560 MILLONES A SECTOR SANITARIO**

Un total de $560 millones está invirtiendo el Ministerio de Salud en reparación, reposición y renovación de equipos de diagnóstico y de tratamiento en los establecimientos asistenciales correspondientes a los niveles secundarios y terciarios de atención.

Así lo da a conocer el Subsecretario de la Cartera, doctor Augusto Schuster, quien, además, explica que los efectos de estas inversiones sólo comenzarán a producir un impacto efectivo en la atención de salud intrahospitalaria, durante el primer trimestre próximo.

**DIA 7: EXPORTACIONES FORESTALES POR US$390 MILLONES**

A 42 millones 483 mil 794 dólares alcanzaron las exportaciones de productos forestales durante el mes de octubre recién pasado, con lo cual el monto para el período enero--octubre del presente año llegó a 322 millones 780 mil 625 dólares, un 13,8% mayor respecto al de igual período de 1985.

Esta cifra --según la CONAF-- permite asegurar que este año se terminará con un valor exportado sobre los 390 millones de dólares.

**DIA 9: PROGRESO TIENE BASES SOLIDAS**

El Presidente de la República, general Augusto Pinochet, indica en el Consejo Económico y Social (CES) que el progreso económico y social que anhelan todos los chilenos, tiene hoy bases sólidas, lo que debe asegurarse la mística para continuar adelante, y señala que es un deber consolidar el compromiso con el sistema de libertad que ha construido el Gobierno.

El Jefe del Estado manifiesta que es necesario asumir la defensa de este sistema, "ante aquellos que buscan sustituirlo, motivados sólo por su conveniencia política; o animados por criterios colectivistas ya superados".

**DIA 10: FUERTE ALZA EN VENTAS DEL COMERCIO**

El Ministro de Economía, Juan Carlos Délano, destaca el crecimiento registrado este año en las ventas del comercio, señalando que en algunos rubros la cifra supera el 20%.

El Secretario de Estado enfatiza que las ventas del sector han aumentado individualmente en el último tiempo, lo que está respaldado por los índices de producción y colocaciones industriales.

**DIA 11: EN 170% SE AMPLIA INGRESO DE FAMILIAS MAS POBRES**

El Ministro Director de la Oficina de Planificación Nacional (ODEPLAN), brigadier general Francisco Ramírez, señala que la acción social del Estado permite al 30% de los hogares más pobres del país elevar sus ingresos en un 170% promedio mensual.

El Ministro destaca la preocupación que ha tenido el Gobierno, desde sus inicios por aquellos grupos de personas que forman parte de los sectores definidos de extrema pobreza, mencionando especialmente los cambios estructurales implementados para lograr la igualdad de oportunidades y la erradicación de la extrema pobreza. Recuerda --asimismo-- que entre 1970 y 1973, un 27% del gasto fiscal total se destinaba a los sectores sociales, y en los últimos años dicho porcentaje bordea el 60%.

**DIA 12: DESTACAN REPUNTE INDUSTRIAL DE CHILE**

El Director General de la Organización de las Naciones Unidas para el Desarrollo Industrial (ONUDI), Domingo Siazón, califica como "impresionante" el repunte industrial del país, al mismo tiempo que indica que esa organización apoyará los proyectos que presente Chile para esa área.

Siazón expresa su "admiración y reconocimiento por el éxito de la política económica del Gobierno del Presidente Pinochet", añadiendo que, a través de los contactos establecidos, ya existen diversos proyectos en el área industrial, los cuales apoyará la ONUDI. Entre ellos menciona un proyecto de lixiviación bacteriana y un apoyo directo a las universidades.

**DIA 13: INAUGURAN 1.568 NUEVAS VIVIENDAS**

El Ministro de la Vivienda y Urbanismo, Miguel Angel Poduje, inaugura 1.568 departamentos de construcción sólida, edificados en cinco conjuntos habitacionales, destinados a igual número de familias de escasos recursos de la Región Metropolitana, quienes recibieron conjuntamente los títulos de dominio que los acredita como dueños legales de sus inmuebles.

El acto se efectuó en la población "Cristóbal Colón 7" de la comuna de San Bernardo, y en éste fueron entregados simultáneamente los conjuntos "Angelmó" 7 y 8; "Cristóbal Colón" 5 y 7 y "Cardenal Samoré", ubicados en San Bernardo, así como "San Francisco" y "Cardenal Casseroli", de La Cisterna.

**DIA 14: UNICEF ACENTUA BAJA MORTALIDAD INFANIL**

El "Estado Mundial de la Infancia", elaborado este año por el Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (UNICEF), destaca que nuestro país se encuentra entre aquellos con más baja mortalidad infantil.

De acuerdo a este documento, en Chile, en 1985 mueren 19,5 menores de un año por cada mil nacidos vivos. Cabe señalar que en 1960 la cifra de defunciones por este concepto era de 114. Cabe hacer notar que la OPS había fijado una cifra de 30 por mil para el año 2.000.

**DIA 19: CEPAL DESTACA AVANCE FINANCIERO CHILENO**

La Comisión Económica para América Latina (CEPAL) destaca que Chile "recobró el nivel alcanzado antes de la crisis económica internacional", en su informe anual titulado "Balance Pre-

11.02
8702345

liminar de la Economía Latinoamericana 1986", donde se indica que la actividad económica global del país aumentó en algo más de 5%.

El informe de la CEPAL señala, además, que a raíz del crecimiento de la economía chilena, la situación ocupacional mejoró perceptiblemente.

**DIA 23: PLAN INTENSIVO DE EMPLEO**

A 16 mil millones de pesos ascenderá el presupuesto que el Gobierno acordó para el financiamiento de los programas especiales de empleo en 1987, informa el Secretario Nacional del Empleo, coronel Atiliano Jara.

El personero indica que se impulsarán proyectos intensivos de mano de obra, con activa participación del sector privado durante el próximo año, destinados a racionalizar los programas PEM y POJH y crear fuentes autónomas de trabajo.

**DIA 24: SE INCREMENTA EL REMOLIMIENTO INDUSTRIAL**

La producción física del sector industrial creció en un 9,8% en noviembre último sobre igual mes del año pasado, con lo cual la actividad fabril registró en los once meses del año, un crecimiento de 8,3% sobre el período enero—noviembre de 1985, informa la Sociedad de Fomento Fabril.

Las ventas manufactureras crecieron un 3,3% en noviembre sobre el mismo lapso del año pasado, y en los meses considerados se acumuló un progreso de 6,9% sobre 1985.

**DIA 28: EN 21% SUBEN RECURSOS EN SALUD**

Los recursos destinados al sector salud en 1987 respecto 1986 aumentarán en un 21% en términos nominales, de acuerdo con un informe elaborado por la Dirección de Presupuestos y dado a conocer por voceros del área, donde se apunta que los fondos sectoriales en 1986 alcanzaron a 80 mil 958 millones de pesos, en tanto que en 1987 aumentarán a 97 mil 778 millones de pesos.

Por otra parte, los aportes fiscales subirán de 31 mil 536 millones de pesos a 38 mil 248 millones en 1987.

**DIA 29: PRODUCCION RECORD DE PETROLEO**

Una producción total superior a los 400 millones de barriles de crudo y de gas licuado han sido extraidos en el territorio nacional, en los últimos cuarenta años, fecha en que fue descubrierto el primer yacimiento de petróleo chileno.

Esta cifra de producción representa un valor superior a los siete mil millones de dólares, calculados con un precio actual de 18 dólares por barril.

Actualmente ENAP proporciona trabajo en forma directa a 3 mil 600 personas.

**DIA 30: SALDO POSITIVO EN EL AGRO**

El sector agrícola nacional cerró sus actividades correspondientes al presente año con un crecimiento del 8% y un saldo favorable en su balanza comercial de 46%, respecto de 1985, manifiesta el presidente de la Sociedad Nacional de Agricultura, Manuel Valdés.

El personero señala que según un análisis efectuado por la entidad respecto de las actividades de 1986, el sector ha crecido en un 8%, que es la tasa más alta de los últimos 10 años.

**DIA 31: MENSAJE PRESIDENCIAL**

El Primer Mandatario, General Augusto Pinochet, en su mensaje de fin de año al país, anuncia el término del exilio, exceptuando el caso de algunos elementos altamente peligrosos para la estabilidad institucional. Declara también que no será renovado el Estado de Sitio y que la ley de Partidos Políticos entrará en vigencia en los primeros meses de 1987.

Censura también la irresponsabilidad de algunos sectores políticos que promovieron un clima favorable al terrorismo marxista.

Su mensaje contiene un nuevo llamado a la unidad de todos los chilenos "en torno a los supremos intereses de la nación y a los valores que nos han caracterizado como un pueblo amante del orden, la paz y la libertad".

S.E. termina reiterando su plena confianza en el porvenir del país.

8702345

03.03

106 CHILE

# Contrabando de armas a Chile

COMODORO RIVADAVIA. - La delegación local de la Policía Federal investiga un contrabando de armas de grueso calibre que se estaría ingresando en Chile desde ésta y otras ciudades patagónicas.

Informaciones que no pudieron ser confirmadas dan cuenta de que varios residentes chilenos que se dedican a la venta, reparación y canje de videocasseteras introducidas ilegalmente al país, comerciaban también con armas destinadas a apoyar acciones guerrilleras en Chile. Las versiones indican que la policía está investigando el contrabando de un lote de pistolas calibre 45, con numeración limada; un fusil M-16; un fusil calibre 7.62; 12 ametralladoras Pam; varias ametralladoras Ingram L10 que se habrían comercializado en 1600 australes cada una, y otras armas cuya procedencia sería desconocida aún.

Consultadas autoridades diplomáticas dijeron desconocer la investigación, pero estimaron que sería probable sobre la base de las declaraciones efectuadas por el titular de la Gendarmería, pocos días después del atentado contra Pinochet en el sentido de que se extremarían la vigilancia fronteriza.

De todos modos, pusieron de relieve que la cantidad de las armas que integrarían el lote de contrabando sería irrelevante.

LA NACION 21/10/86

PARTES ILEGIBLE

01:01

B702376

P.106
CHILE

# "El dilema es el fusil o el voto", según Valdés

SANTIAGO DE CHILE (ANSA, EFE y UPI).- El presidente del Partido Demócrata Cristiano, ex canciller Gabriel Valdés dijo ayer que su partido, ante el desafío planteado por la violencia, opone la vía de la democracia porque el dilema es el fusil o el voto.

El dirigente se manifestó esperanzado en que la anunciada visita del Papa a Chile, para comienzos de abril próximo, haga posible un tratado de paz entre los chilenos, así como lo hizo respecto del conflicto con la nación hermana de Argentina.

Recogiendo opiniones de altas autoridades, Valdés agregó que la enorme mayoría del país rechaza la guerra y por ello los chilenos están bajo la incertidumbre y el temor, porque no quieren guerra entre ellos y sí una salida política sensata, sin violencia y sustentada en un acuerdo amplio y generoso.

En rueda de prensa ofrecida ayer en Santiago, la primera desde la implantación del estado de sitio en el país, el pasado 8 de setiembre, Valdés fijó las posiciones de su partido respecto del momento que vive Chile.

Queremos que los chilenos -indicó- decidan libremente su destino y los llamamos a pedir democracia, exigimos el retorno de la soberanía plena para decidir la forma de gobierno y elegir a los ciudadanos que sean designados para ejercer los cargos públicos.

Para el político, tras los últimos acontecimientos de violencia como el atentado contra el general Augusto Pinochet y los hallazgos de arsenales de armas extremistas, siguen más válidas que nunca nuestras proposiciones porque se ha demostrado que la violencia no soluciona la crisis a la que ha llegado el país.

Valdés insistió en que sostenemos la propuesta de abrir negociaciones con las Fuerzas Armadas para llegar a elecciones libres.

La DC reiteró su rechazo más categórico al llamado itinerario institucional fijado (por el régimen en 1980) porque no se engaña al país con promesas de leyes políticas que se preparan por años, entre cuatro paredes, por funcionarios que no tienen ninguna representatividad popular.

Para Valdés los graves sucesos que han sacudido al país en las últimas semanas, desgraciadamente han confirmado las advertencias que la DC ha venido reiterando hasta con angustia: el rechazo a buscar fórmulas políticas consensuales y sensatas, no puede terminar sino con el desborde de la violencia.

Tras señalar que la recuperación parcial de la economía, debida a factores externos, aseguró que ella es frágil y precaria porque el esfuerzo impuesto a los chilenos no ha sido equitativo.

Para un crecimiento económico sostenido, indicó, el país debe realizar un extraordinario esfuerzo de ahorro e inversión, cambiar el modo de negociación de la deuda externa, combinar armónicamente las acciones estatales y privadas y hacer que el esfuerzo a realizar sea compartido equitativamente.

Como conclusión de su análisis, la DC expresa que pocos países del mundo muestran 15 años más perdidos como el caso de Chile desde 1970 a la fecha.

En la conclusión de su análisis la DC indica que para Chile no habrá solución real si estable sin un compromiso compartido de todos los chilenos.

Ante ello, manifiestó Valdés, llamamos una vez más a los chilenos a rechazar la violencia y a luchar por la democracia.

LA HABANA 27/9/86

01.01

0702377

P 106

CHILE

# Reprimen protestas de estudiantes en Chile

Santiago, 29 (UPI y ANSA)—Policías antimotines reprimieron hoy con gases lacrimógenos y cañones de agua a cientos de estudiantes que protestaron contra el gobierno militar en sedes universitarias y escuelas secundarias, a sólo cinco días de iniciarse un paro nacional convocado por sectores de oposición.

Los policías dispersaron también con bombas lacrimógenas a familiares de detenidos desaparecidos que intentaron manifestar pasado el mediodía frente al palacio presidencial de La Moneda.

"Justicia, justicia, queremos justicia", gritaron mujeres familiares de militantes de izquierda secuestrados y desaparecidos.

Carros hidrante fueron utilizados contra transeuntes que se sumaron a la protesta cuando la policía utilizó gases lacrimógenos contra las mujeres y golpeó a un fotógrafo.

Dos horas después, estudiantes de la Universidad de Santiago bloquearon con piedras un tramo de la principal avenida de esta capital, la avenida Bernardo O'Higgins, interrumpiendo el tránsito frente a una terminal de ferrocarriles.

En el otro lado de la ciudad, a tres cuadras del estadio Nacinal, alumnos de Universidad Metropolitana levantaron barricadas y gritaron consignas contra el gobierno.

Cerca de mil estudiantes de una escuela secundaria ubicada nas 10 cuadras de la sede de gobierno ocuparon en la mañana el edificio exigiendo "la democratización de las organizaciones estudiantiles" y rebajas en las tarifas del trasporte urbano.

En otra escuela del sector céntrico, el Liceo Manuel Barrios Borgoño, los alumnos también tomaron el establecimiento pido similares reivindicaciones.

Ambos establecimientos de enseñanza, vigilado estrechamente por policías antimotines, fueron desalojados luego de suspenderse las clases.

## Desmentida estadounidense

Por otra parte, la embajada de los Estados Unidos negó que la NASA haya entregado información al gobierno de este país sobre la ubicación y movimiento de barcos pesqueros soviéticos y cubanos, los que según el régimen de Santiago han sido utilizados para trasladar armamento ilegal a las costas chilenas.

La representación diplomática estadounidense se refirió así a versiones de prensa locales que informaron que el ministro de defensa, vicealmirante Patricio Carvajal, habría sostenido que el gobierno chileno recibió la colaboración de Wáshington para detectar los barcos en los que se habría introducido armas al litoral chileno.

01.01

9702422

CHILE
R. 106

26-10-86



# Podrían fusilar a los autores del atentado contra Pinochet

## El FPMR negó que los detenidos hayan participado en el hecho

SANTIAGO, Chile, 25 (AP).- Los autores del atentado al presidente Augusto Pinochet "enfrentan la posibilidad cierta del fusilamiento", dice hoy el diario del gobierno, en tanto un fiscal militar inició su interrogatorio a cinco de los detenidos.

El diario gubernamental La Nación dedica casi una página a difundir las opiniones de dos abogados, quienes coincidieron en que los autores del ataque "están ya enfrentados seriamente" a la pena de muerte.

Según Luis Ducós, uno de los abogados entrevistados, la pena capital rige para los casos de atentados al jefe de Estado y a miembros de las fuerzas armadas y de la policía, aun cuando se trate de un ataque frustrado sin resultado de muerte.

En el ataque en [illegible] del general Pinochet escapó con vida, murieron cinco de sus escoltas y nueve resultaron heridos, luego de que la caravana de vehículos del gobernante fuera atacada en un camino rural con fusiles y lanzacohetes por un comando de por lo menos 20 personas, según el gobierno.

Uno de los implicados es trasladado a la cárcel

### Interrogatorio

El fiscal militar asignado a la investigación, comandante Fernando Torres, sometió esta mañana a su primer interrogatorio a cinco hombres arrestados esta semana y a tres mujeres calificadas de cómplices. El gobierno informó que los hombres confesaron haber participado directamente en el atentado.

El fiscal anunció que ordenó la incomunicación de los hombres y las mujeres, que fueron trasladados desde el cuartel policial a la cárcel pública y a un centro de detención femenino, respectivamente.

Los arrestados, cuyas edades oscilan entre los 23 y los 32 años, fueron identificados como Juan Moreno Avila, Lenin Fidel Peralta, Jorge Angulo González, Armando Arenas Bejas y Víctor Díaz Caro, hijo del subsecretario del Partido Comunista chileno. Este dirigente está desaparecido desde hace diez años, tras ser arrestado por agentes de seguridad.

Según el gobierno, Avila recibió entrenamiento guerrillero en Cuba durante once meses entre 1984 y 1985. El régimen aseveró que los arrestados pertenecen al Frente Patriótico Manuel Rodríguez, grupo que combate por las armas al gobierno militar.

### Desmentida

BRUSELAS, 25 (EFE).- Un comandante del grupo subversivo que trató de matar al presidente chileno desmintió hoy en Bruselas que "alguno de los implicados" en el frustrado atentado haya sido detenido.

El responsable para el exterior del Frente Patriótico Manuel Rodríguez, comandante Roberto Torres, reiteró que "sigue [illegible] nuestro deseo de ajusticiar al tirano" y añadió que "es posible que algún miembro del comando que participó en el atentado haga unas declaraciones en los próximos días".

Roberto Torres hizo estas declaraciones en una rueda de prensa en la que no fue permitida la presencia de fotógrafos ni de cámaras de televisión.

### Hallazgo de un arsenal

PARTES ILEGIBLE

01.01

8702464

CHILE
P. 106

26 · 10 · 86



# Podrían fusilar a los autores del atentado contra Pinochet

## El FPMR negó que los detenidos hayan participado en el hecho

SANTIAGO, Chile, 25 (AP).- Los autores del atentado al presidente Augusto Pinochet "enfrentan la posibilidad cierta del fusilamiento", dice hoy el diario del gobierno, en tanto un fiscal militar inició su interrogatorio a cinco de los detenidos.

El diario gubernamental La Nación dedica casi una página a difundir las opiniones de dos abogados, quienes concluyeron en que los autores del ataque "están ya enfrentados seriamente" a la pena de muerte.

Según Luis Ducós, uno de los abogados entrevistados, la pena capital rige para los casos de atentados al jefe de Estado y a miembros de las Fuerzas Armadas y de la policía, aun cuando se trate de un ataque frustrado sin resultado de muerte.

En el ataque del 7 de septiembre último, del cual Pinochet escapó con vida, murieron cinco de sus escoltas y nueve resultaron heridos, luego de que la caravana de vehículos del gobernante fuera atacada en un camino rural con fusiles y lanzacohetes por un comando de por lo menos 20 personas, según el gobierno.

Uno de los implicados es trasladado a la cárcel

### Interrogatorio

El fiscal militar asignado a la investigación, comandante Fernando Torres, sometió esta mañana a su primer interrogatorio a cinco hombres arrestados esta semana y a tres mujeres calificadas de cómplices. El gobierno informó que los hombres confesaron haber participado directamente en el atentado.

El fiscal anunció que ordenó la incomunicación de los hombres y las mujeres, que fueron trasladados desde el cuartel policial a la cárcel pública y a un centro de detención femenina, respectivamente.

Los arrestados, cuyas edades oscilan entre los 23 y los 32 años, fueron identificados como Juan Moreno Avila, Lenin Fidel Peralta, Jorge Angulo González, Armando Arenas Bejas y Víctor Díaz Caro, hijo del subsecretario del Partido Comunista chileno. Este dirigente está desaparecido desde hace diez años, tras ser arrestado por agentes de seguridad.

Según el gobierno, Avila recibió entrenamiento guerrillero en Cuba durante once meses entre 1984 y 1985. El régimen aseveró que los arrestados pertenecen al Frente Patriótico Manuel Rodríguez, grupo que combate por las armas al gobierno militar.

### Desmentida

BRUSELAS, 25 (EFE).- Un comandante del grupo subversivo que trató de matar al presidente chileno desmintió hoy en Bruselas que "alguno de los implicados" en el frustrado atentado haya sido detenido.

El responsable para el exterior del Frente Patriótico Manuel Rodríguez, comandante Roberto Torres, reiteró que "sigue latente nuestro deseo de ajusticiar al tirano" y añadió que "es posible que algún miembro del comando que participe en el atentado haga más declaraciones en los próximos días".

Roberto Torres hizo estas declaraciones en una rueda de prensa en la que no fue permitida la presencia de fotógrafos ni de cámaras de televisión.

### Hallazgo de un arsenal

PARTES ILEGIBLE

01 . 01

8702464

CHILE
P. 106

SANTIAGO, Chile, 25 (ANSA). - Un nuevo arsenal con explosivos fue descubierto en una casa abandonada del puerto de Talcahuano, según informaron autoridades locales.

El jefe de zona de esa ciudad, ubicada a 500 kilómetros al sur de Santiago, contralmirante Eduardo Alvayay, señaló que el arsenal contenía elementos explosivos de fabricación casera, como granadas, cordones detonantes, inflamadores y un revólver.

01.01

8702465

CHILE
cruzar SUBVERSION AFT.
P. 106

GUERRERO - STELLO

TADO A PINOCHET

# Identifican a 40 terroristas en Chile

*estarían identificados —aunque en algunos casos solo por sus "nombres de unos 40 integrantes del comando terrorista que el pasado 7 de setiembre ó un frustrado atentado contra el presidente chileno Augusto Pinochet. El itar que entiende en la causa aseguró que en el hecho actuaron más de 100 guerrilleros. Según las leyes chilenas, a los detenidos por el atentado les corresponderían penas de muerte o de prisión perpetua.*

SANTIAGO, Chile, 27 (ANSA). — Mientras se asegura desde fuentes oficiales que los participantes en el atentado contra el presidente de Chile "fueron más de cien", de los cuales habría cuarenta identificados, trascendió que los culpables de ese hecho tendrán penas de presidio perpetuo o de muerte.

El mandatario, Augusto Pinochet, y su comitiva fueron atacados mientras se trasladaban desde su casa de descanso en las afueras de Santiago hasta el centro de la ciudad, el pasado 7 de setiembre.

Si bien Pinochet resultó ileso, cinco de sus escoltas militares resultaron muertos, calcinados en un auto, y otros once reportaron heridas de gravedad.

El gobierno culpó al Frente Patriótico Manuel Rodríguez, al que considera "brazo armado" del Partido Comunista de Chile. Aunque indicó que los atacantes eran todos chilenos, asegura también que la emboscada se planificó en el exterior en alusión a Cuba y la Unión Soviética.

Por este suceso hay cinco hombres detenidos, de los que se asegura que eran "fusileros", es decir participantes directos en el atentado. También están arrestadas tres mujeres y un hombre quienes serían, "ayudistas" o colaboradores logísticos.

### ♦ "Están aquí"

El fiscal militar que sustancia la investigación, Fernando Torres, declaró que ya hay cuarenta personas plenamente identificadas, aunque en algunos casos solo con sus "nombres de guerra", es decir falsos, tanto participantes directos como indirectos en el atentado.

Torres, sin embargo, señaló que los conjurados son "más de cien". También exteriorizó la hipótesis que la gran mayoría de ellos aún se encuentra en Chile, con lo que desmintió versiones en el sentido de que habían abandonado el país luego del suceso.

El fiscal, quien esta interrogando a los detenidos, dijo que en el atentado tomaron parte cinco o seis células del "frente", y que entre quienes dispararon en contra de la comitiva presidencial también había cuatro mujeres. Explicó que ninguno de los detenidos reconoció haber dado muerte a alguno de los escoltas, "pero entregaron valiosos antecedentes de otros terroristas que participaron en la emboscada, como nombres de guerra e identidades completas".

La detención de los cinco inculpados, Arnaldo Arenas, Víctor Díaz, Fidel Peralta, Jorge Angulo y Juan Moreno, fue concretadas por agentes de la policía civil, luego, según explicaron, de hacer un descarte y detectar parte de huellas dactilares encontradas en el sitio del suceso y en una casa que sirvió de apoyo para el atentado.

La residencia, a metros del lugar del hecho, fue arrendada por el ahora prófugo César Bunster, hijo de un ex embajador de Chile en Gran Bretaña durante el gobierno del socialista Salvador Allende.

Para el fiscal Torres, por el costo altísimo y el gran número de gente que participó en el atentado, en su planificación y financiamiento debió haber intervención foránea, especialmente de Cuba y la Unión Soviética.

### ♦ Pena de muerte

En el aspecto penal, la ley que determina conductas terroristas señala para ellas penas de presidio perpetuo o de muerte.

Familiares de los detenidos han presentado ante los tribunales recursos de amparo. En el caso de Víctor Díaz, explicaron que su padre, del mismo nombre, en su época primer hombre en importancia en Chile del Partido Comunista, fue detenido en mayo de 1976 por agentes de seguridad y hasta hoy no se sabe de su suerte.

Víctor Díaz (h) salió del país ese mismo año y regresó a Chile en 1980.

01 . 011

870256

CHILE
Chapter: URSS
CUBA

10/11/86
Jaén

# Aumentan vigilancia

SANTIAGO, Chile (ANSA). — Ante la presencia de buques soviéticos y cubanos frente al litoral chileno —según denuncias de autoridades— se decidió el envío de dos lanchas misileras para intensificar el patrullaje, en especial en el limítrofe puerto de Arica.

Las lanchas de la armada chilena se unirán al buque "Aguila" que opera en la zona norte y controlarán mediante modernos elementos que las embarcaciones extranjeras respeten la zona económica exclusiva de doscientas millas.

Recientes denuncias de la marina identificaron veintitrés pesqueros soviéticos y cubanos que realizarían "labores de inteligencia y distribución de material subversivo" frente a las costas de este país.

01.01

8702645

# Una posible escalada de violencia temen en Chile

Santiago, 6 (UP) – La muerte de un joven policía al desactivar hoy una bomba causó preocupación ante una posible escalada de violencia previa a la llegada del Papa, mientras grupos izquierdistas aseguraron que no actuarán durante su visita.

El proscrito partido Comunista de Chile anunció ayer en conferencia de prensa que no había convocado ninguna actividad con sus militantes durante la estadía del Santo Padre.

Con ello rechazaron la denuncia hecha esta semana por el gobierno militar de que estaba en marcha un plan marxista para crear una atmósfera de violencia en el país, a raíz de la visita de Juan Pablo II, quien llegará el primero de abril a Chile.

El oficial de carabineros (policía uniformada) falleció cuando estalló la bomba que intentaba desactivar en Concepción, a 526 kilómetros al sur de Santiago. Otro policía que lo acompañaba resultó con graves heridas.

El vocero gubernamental Francisco Cuadra afirmó que grupos izquierdistas habían preparado actividades terroristas para "presentar al mundo un clima ficticio, que no corresponde a la realidad del país".

Por su parte, el grupo guerrillero "Frente Patriótico Manuel Rodríguez" alertó a los chilenos ante la campaña de provocaciones terroristas que está montando el gobierno en vísperas de la visita del Sumo Pontífice.

Una fuente de la Iglesia católica chilena confirmó la versión del grupo guerrillero, señalando que el FPMR había dado garantías de no actuar. Pero agregó que existía preocupación en círculos episcopales por las actividades que pudieran desplegar grupos de ultraderecha.

Por su parte, el Comando Nacional de Trabajadores, la mayor organización laboral opositora al gobierno, anunció una nueva jornada de protesta para el 25 de marzo, a la cual podría seguir un paro nacional de actividades.

## Colaboración de un ex-jefe de la DINA

Un ex-jefe de la policía secreta requerido por Estados Unidos en relación con el asesinato del ex ministro de relaciones exteriores Orlando Letelier, ofreció colaborar con la justicia chilena.

El general retirado Manuel Contreras presentó ayer un recurso ante la Justicia Militar para que se reabra una investigación por falsificación de pasaportes oficiales, cerrada y sobreseída en agosto de 1986.

Los pasaportes fueron utilizados por agentes de la Dirección de Inteligencia Nacional, la policía secreta, para viajar a Estados Unidos en los días previos al asesinato de Letelier y su secretaria Ronni Moffit en Whashington el 21 de setiembre de 1976.

## Declaraciones de Pinochet

Mientras tanto el presidente Augusto Pinochet lamentó la declaración emitida el miércoles por los obispos chilenos, en la cual solicitaron el total esclarecimiento del asesinato del ex canciller Orlando Letelier.

Pinochet expresó que el documento emitido por los obispos le causó "un profundo dolor como cristiano". Agregó que al leerlo había pensado que se trataba de un nuevo partido político.

En su declaración los obispos dijeron que "el bien moral del país y el prestigio del Ejército de Chile exigen que este asunto quede totalmente aclarado, no solo a nivel de los tribunales de Justicia, sino antes que nada, por la misma institución a que pertenecen o pertenecieron los culpables".

LA PRENSA 7/3/87

01.01

8702680

Agropecuarias

# Chile: un agro sin plagas

Por Jorge Emilio Gallardo
(Enviado especial de LA NACION)

SANTIAGO, Chile. – Durante un diálogo con Sergio Romero Pizarro, presidente de la Feria Internacional de Santiago (el acontecimiento ferial más antiguo de América latina, en actividad desde hace 118 años), preguntamos si el país sigue siendo una "isla sanitaria" en lo que se refiere a aftosa, mosca de la fruta y otras plagas.

–RP: Todos sabemos que en América latina y en el mundo existe una gran afluencia de enfermedades ya sea en el ganado o en la fruta, y los mercados consumidores se precaven. Nosotros hemos hecho una inversión muy cuantiosa para contener la aftosa, la brucelosis, etcétera, que se puede calcular en más de 200 millones de dólares.

¿A partir de cuándo?

–RP: Desde antiguo, pero con mayor énfasis desde 1961, con el plan de sanidad animal de la Corporación de Fomento. Estos 25 años demuestran el mucho tiempo que llevan tales procesos. Como Chile fue declarado libre de aftosa, la consecuencia inmediata es que nuestra carne tiene mayor valor.

¿Pasa lo mismo con la fruta?

RP: En la parte frutícola el tema sanitario es tanto o más importante, y estamos entrando en todos los países desarrollados con todo en regla, incluso en Japón.

¿Cómo son las barreras sanitarias de Chile?

RP: Las barreras fitosanitarias de Chile, que a veces afectan al comercio argentino que quiere salir por Antofagasta, constituyen una actitud de rígido resguardo. En el aeropuerto de Pudahuel hay un esfuerzo permanente en este sentido. Hay en todo esto un orgullo y una responsabilidad nacionales. Esta condición de "isla sanitaria" ha hecho que Chile sea el país latinoamericano que más ha aumentado en el mundo su participación en el mercado de fruta fresca, incluso peleando con Israel y Sudáfrica.

¿Qué característica tiene el momento agrícola?

RP: Nuestra balanza agrícola pasó de ser negativa en 600 millones hacia 1972 y 1973 a la actual balanza positiva, de cerca de 800 millones. En materia de riqueza forestal, Chile quiere tener un rol protagónico. Hubo un problema sanitario con el pino insigne, pero parece superado. Otra ventaja derivada de la condición fitosanitaria chilena es que no hacen falta elementos químicos que alteren el sistema.

¿La "mosca de la fruta" no ha entrado en Chile?

RP: La mosca azul inyecta su larva en la fruta, lo que dificulta su detección. Chile tiene en Arica un cordón sanitario muy riguroso, y toda la zona es periódicamente fumigada, con gran molestia para los residentes. Es cierto que el desierto de Atacama ya es de por sí una buena defensa natural... Para nuestra agricultura lo problemático es el riego. Por eso se dice que aquí, en el campo, el administrador es San Pedro. Todo esto de lo que hablamos tiene gran importancia porque en Europa la gente quiere cada vez más productos naturales.

¿Cómo es la situación del campo, en general?

RP: Cuando en Chile, después de 50 años, por primera vez se le dio responsabilidad a la actividad privada, la agricultura provocó una realidad tan importante que creo que no la podemos medir: ha dado empleo, riqueza, etcétera. Hoy nuestro campo es un símil del de California y no hay exageración en esto. Fue creador de los Grupos de Transferencia Tecnológica, donde se intercambian las experiencias y un técnico las canaliza. La experiencia de estos grupos ha aumentado los rendimientos en todo sentido.

¿De qué manera calificaría el momento económico chileno?

RP: En un tiempo sólido y de consolidación, histórica, con un cambio sustancial en la mentalidad de la gente. Los chilenos han cambiado, pues la actividad privada pasó adelante. Se cometieron errores, pero se enmendaron y se siguió adelante. Esta libertad económica creo que traerá una libertad política definitiva. Queremos y creemos en una transición pacífica hacia la democracia.

LA NACION 07-5-87

01.01

8702681

T. 106

# Pinochet comparó un mensaje de los obispos con un manifiesto político

## Un oficial murió al intentar desactivar una bomba en Concepción

SANTIAGO, Chile, 6 (AP). – El general Augusto Pinochet, comparó con un manifiesto político el reciente mensaje de Cuaresma que entregaron los obispos católicos.

"Cuando vi en el diario estas declaraciones, imaginé que era la inauguración de un nuevo partido político", dijo el jefe de Estado al comentar la Carta Episcopal difundida el miércoles último.

El sorpresivo entredicho del gobierno militar con la jerarquía eclesiástica, se produce a menos de un mes de la llegada a Chile del Papa Juan Pablo II, para una visita de seis días que se iniciará el 1 de abril próximo.

En su mensaje de Cuaresma, los siete miembros del comité permanente del Episcopado pidieron el cese de los apremios que los agentes de seguridad, aplican a los detenidos, tomando como ejemplo la reciente detención de la joven Claudia Drago Cassus, sobrina del obispo Carlos Cassus.

Los prelados señalaron que esta situación refleja los casos de "miles de chilenos y chilenas que han sufrido o están expuestos a sufrir semejantes o peores vejámenes".

**"El bien moral del país"**

La nota episcopal también aborda la confesión del mayor del ejército Armando Fernández Larios, que hace un mes se entregó a las autoridades norteamericanas y admitió su participación en el asesinato, en Washington, del exiliado líder socialista Orlando Letelier.

"El bien moral del país, y el prestigio del ejército de Chile –dijeron los obispos– exigen que este asunto quede totalmente aclarado, no sólo en el nivel de los tribunales de Justicia, sino, antes que nada, por la institución a que pertenece o pertenecieron los inculpados."

Pinochet afirmó que en este documento los dignatarios eclesiásticos aparecen "preocupados de asuntos contingentes, en circunstancias que deberían estar preocupados de asuntos más espirituales, como la venida de la Semana Santa".

"Son libres de decir lo que quieran, pero si se dedicaran a la oración serían mejor", agregó el presidente chileno.

**Un destructor**

LONDRES, 6 (EFE). – Chile podría comprar un nuevo destructor a la armada británica, que tiene previsto reducir a 47 el número total de sus unidades navales en pleno funcionamiento, informó la revista Janes.

El semanario de información militar indicó en su último número que el destructor Fife, va a ser relevado del servicio en junio próximo y podría pasar a la armada chilena, que ya cuenta con otros tres y está comprando misiles británicos Sea-ling para equiparlos.

Todos los ministros que han desempeñado la cartera de Defensa desde la guerra de las Malvinas con la Argentina, en 1982, se han comprometido a mantener 50 fragatas y destructores en pleno funcionamiento.

Sin embargo, Janes informó de que el Gobierno proyecta reducir esa cifra a 47.

**Atentado terrorista**

CONCEPCION, Chile, 6 (EFE). – Un subteniente de carabineros murió al estallar una bomba mientras trataba de arriar una bandera de un grupo extremista.

El hecho ocurrió cuando el subteniente Eduardo Tamayo Medina, de 19 años, intentó bajar una bandera que un grupo de extremistas había dejado en el cerro La Pólvora, de esta ciudad, la tercera del país en importancia.

La bandera estaba conectada a un mecanismo de relojería que accionó el artefacto explosivo.

01.01

8702682

9.106 -



Hoy 17/2/87

POLITICA

# Muerte por torturas de un uruguayo en Chile

Días pasados arribó a nuestro país el féretro con los restos mortales del compatriota Daniel Ferreira Scaltriti, procedente de la capital chilena merced a las gestiones de sus familiares que contaron con la colaboración del embajador uruguayo en aquel país.

El mismo había participado en la ciudad de Santiago el 15 de enero en un operativo del MIR donde resultó herido de dos balazos en una pierna como consecuencia de un enfrentamiento con la policía. Los diarios chilenos informaron del hecho e incluso publicaron fotografías de Ferreira mientras era conducido detenido y luego introducido en un coche policial. La detención se produjo sobre el mediodía pero alrededor de las 6 de la tarde se dio cuenta de su fallecimiento, aunque sin aportar datos sobre las causas del mismo.

No obstante la documentación que finalmente acompañó los restos mortales da cuenta de que se le practicó la autopsia y de que falleció a consecuencia de golpes y heridas en tórax y abdomen y politraumatismos, lo cual revela que fue objeto de crueles torturas mientras estuvo detenido en la C.N.I. (Central Nacional de Información). No fue posible hasta ahora obtener copia del protocolo de la autopsia.

Organizaciones defensoras de los derechos humanos de Uruguay y Chile, en especial la Vicaría de la Solidaridad de Santiago, se han interesado en el esclarecimiento de este bárbaro crimen de la dictadura de Pinochet.

Daniel Ferreira Scaltriti estuvo exiliado durante muchos años en Europa y luego se trasladó a Nicaragua. Hace pocos meses había estado en Uruguay y luego se trasladó a Chile.

01.01

8702688

ARCHIVAR EN: Chile (106)

TEMA: INUR Nº 0014.3/07 JAN 87.
Chile - Pena de morte a ministros e anulada.

PROCEDENCIA: Enlace Brasileiro 6/4/87 + Doc. 0260/87

ARCHIVADO EN: Enlace Brasileiro (135/A)

01.01

8702975

---

ARCHIVAR EN: Chile (106)

TEMA: INUR Nº 932.3/25 SET 86
Chile. Atentado ao Presidente e decretação do Estado de Sítio

PROCEDENCIA: Enlace Brasileiro 6/4/87 Doc. 2550/87

ARCHIVADO EN: Enlace Brasileiro (135/A)

01.01

8702994

---

ARCHIVAR EN: Chile (106)

TEMA: P.E.I Nº 035/3 DEZ 86
(Doação material do PS Chileno)

PROCEDENCIA: EME 6/4/86 Doc. 2624/86

ARCHIVADO EN: PEI (084)

01.01

8703000

ARCHIVAR EN: Chile (106)

TEMA: INVR Nº 1246. 3/22 DEC 86. Chile.
Renovação do Estado de Sítio.

PROCEDENCIA: ENLACE Brasília 6/4/87 Doc. 0266/87

ARCHIVADO EN: ENLACE Brasília (133/A)

01.01 0703001

106

Chile

# Abrieron en Chile los registros electorales

Santiago, 25 (UP) — El presidente Augusto Pinochet fue el primer chileno en inscribirse en los registros electorales, abiertos hoy después de 13 años de gobierno militar, como parte del proceso de democratización del país impulsado por el gobierno.

Pinochet concurrió a las 9, hora oficial de apertura de los registros, a un local céntrico donde cumplió el trámite acompañado por tres ministros de su gabinete.

Cerca de ocho millones de chilenos mayores de 18 años podrán ejercer su derecho a sufragio, para lo cual tienen un plazo de dos años para registrarse en alguna de las 514 juntas inscriptoras habilitadas en todo el país.

"Una mayoría ciudadana está de acuerdo con la ley de registros electorales, y es esa la que va a inscribirse a partir de hoy mismo", manifestó el jefe de estado.

El ministro secretario general de gobierno, Francisco Cuadra, que acompañó a Pinochet, señaló que "al gobierno no le importan las críticas de los opositores a la ley de registro electoral, y que se avanza igual".

Cuadra recordó hace algunos días que el primer acto electoral a realizarse en Chile sería el plebiscito presidencial de 1989 y, luego las elecciones parlamentarias de 1990.

Hoy se apreciaba interés por parte de los ciudadanos por obtener su inscripción que les permitirá sufragar en alguna de las dos elecciones mencionadas.

"Es bonito votar y tener a una persona que lo represente realmente", señaló un anciano que salía de un local abierto en un barrio comercial de Santiago, luego de quedar oficialmente registrado.

## Escepticismo

"No se sabe para qué trámites podrán exigir este documento", añadió, mostrando una tarjeta de color verde que lo acredita como futuro elector. Recordó que con posterioridad a la consulta hecha en 1978 por el gobierno se exigió un comprobante de participación en la misma para efectuar algunas diligencias.

La inscripción, en libros azules para los varones y crema para las damas, debe realizarse con la nueva cédula nacional de identidad, para evitar "adulteraciones y falsificaciones que se registraron en el período de la Unidad Popular", como señaló el general Pinochet.

Esa fue la razón argumentada por la Junta de Gobierno, encabezada por Pinochet, para quemar los anteriores registros electorales después del golpe de estado que en 1973 derrocó al gobierno del presidente Salvador Allende.

La Prensa 26/2/87

01.01

703065

ARCHIVAR EN: Chile (106)

TEMA: Uruguayo asesinado por la policía Chilena.

PROCEDENCIA: Brecha 13/2/87

ARCHIVADO EN: Subversión (073)

01.01

0703084

ARCHIVAR EN: Chile (106)

TEMA: Más Fotos

PROCEDENCIA: Viejo en el Blanco de 30

ARCHIVADO EN: Fichaje (18)

01.01

0703107

106

Chile

# LA OPOSICION ALINEA SUS FILAS ANTE PINOCHET

SANTIAGO DE CHILE, (ANSA) — Continúan las gestiones destinadas a establecer un "pacto político" entre la centrista Democracia Cristiana y el derechista Partido Nacional, en la perspectiva del nuevo régimen democrático chileno.

En tanto también son intensas las acciones en la izquierda moderada chilena con el propósito de formar una "área socialista" que integrarían diversas fracciones socialistas, el Partido Radical, el Partido Humanista y el "MAPU".

Ambos procesos, según observadores, tienden a configurar una alternativa de centro-derecha con la participación de la izquierda moderada.

Pedro Correa, Secretario General del Partido Nacional, una de las tendencias derechistas de mayor fuerza aquí, dijo que las conversaciones con la Democracia Cristiana han "avanzado bastante" y se buscaría establecer un "pacto político" para dar estabilidad al régimen futuro.

No se descarta que entre los acuerdos figure el impulsar la "campaña por elecciones libres" como alternativa al plan del gobierno que señala la realización de un plebiscito en 1989 en torno al candidato único propuesto por los miembros de la Junta Militar de gobierno.

Por su parte la configuración del "área socialista" implicaría la formación de un bloque de izquierda con una influencia similar a la que tiene el Movimiento Democrático Popular, que forman el Partido Comunista, el Movimiento de Izquierda Revolucionaria y el Partido Socialista que encabeza el ex Canciller Clodomiro Almeyda.

Hoy ese conglomerado, que postula el cambio de régimen ahora, anunció que llegará a Chile un "destacado jurista sueco", como "avanzada" de una comisión de juristas extranjeros "para que conozcan" el caso del crimen del ex Canciller socialista Orlando Letelier en Washington, y "emitan un juicio moral sobre el régimen".

En tal sentido se pronunció también Juan Pablo Letelier, hijo del ex diplomático asesinado, quien demandó que el gobierno quite la inmunidad diplomática al Coronel Pedro Espinoza, actualmente consejero de la Embajada de Chile en Suráfrica, y vinculado al caso por el ex Mayor del Ejército [redacted] Fernández, en sus declaraciones ante la Justicia norteamericana.

Letelier dijo que el abandono del cargo de Embajador en Paraguay del General (R) Héctor Orozco, es "la primera consecuencia" en Chile de las declaraciones de Fernández Larios en Washington. El ex Mayor dijo que el General Orozco, en condición de Fiscal militar manipuló sus declaraciones en el proceso realizado en Chile en torno al crimen de Letelier.

Mientras tanto la "Alianza Democrática" llamó públicamente a sus partidarios a inscribirse en los registros electorales que impuso el régimen militar, en un hecho que "marca" la política que seguirá en el futuro la coalición centrista chilena formada también por partidos de la derecha e izquierda moderada.

En la declaración pública, la "Alianza" explicó que tal determinación "de manera alguna debe interpretarse como un reconocimiento a una ley espúrea", sino que "constituye un paso necesario en la lucha por las elecciones libres más allá de toda norma impuesta".

Para el 25 de febrero próximo el gobierno del General Augusto Pinochet ha determinado que se abran las Juntas inscriptoras para los ciudadanos mayores de 18 años, iniciando así una etapa destinada también a legalizar el funcionamiento de los partidos políticos no marxistas, los cuales son excluidos de la vida política de acuerdo a la constitución política vigente.

La determinación de la "Alianza" consolida sus acuerdos con el derechista Partido Nacional, una tradicional fuerza chilena con importante ascendiente en el empresariado de este país, que también pretende que se realicen en Chile elecciones directas de Presidente y Congreso Nacional, como alternativa a la propuesta del régimen militar que postula un plebiscito en 1989 en torno al candidato único de la Junta Militar de gobierno.

U. NOTICIAS 19.2.87

01-01

8703167

106

# La experiencia del caso chileno

*El sistema chileno de capitalización ha sido seguido con atención minuciosa por parte del BCRA debido a sus múltiples modalidades y al extendido uso que de él ha hecho el país vecino con resultados que sus responsables estiman como favorables.*

*Del total de 1400 millones de dólares de deuda externa rescatada por Chile a través del citado mecanismo, el grueso se concentra bajo las normas del capítulo 18 de la Ley de Cambios. La operatoria —conocida en la jerga como "capítulo 18"— responde por 530 millones de dólares y su empleo se vio favorecido por el llamado anexo 4 que autoriza la intervención de la banca en las transacciones.*

*Consiste en la compra de los títulos externos y su conversión en deuda interna a través de la cesión de pagarés emitidos, en moneda local, por la banca central. Los nuevos títulos se remuneran según la tasa TIP, un promedio ponderado de las tasas de interés domésticas que confecciona mensualmente la autoridad monetaria y cancela por semestres. Para evitar el descontrol que produciría una acelerada expansión del crédito interno, la reglamentación contempla la fijación de cupos mensuales (actualmente; 30 millones de dólares) que se destinan a rescatar deuda externa y se distribuyen conforme el resultado de una licitación cada 15 días. El mecanismo de la licitación es clave ya que permite a la autoridad monetaria participar de la ganancia que supone la compra con descuento de los títulos de deuda en los mercados secundarios internacionales. En el caso chileno, sus obligaciones sufren una quita que fluctúa en torno a 30 %, deducidas las comisiones que cobran los bancos acreedores, el Banco Central chileno se apropia de un margen que oscila entre 13 y 15 % y resta para el intermediario privado una ganancia neta de 3 %. Influye, asimismo, en los precios pactados en la licitación la magnitud que observe la brecha cambiaria entre el tipo oficial y el libre. En Chile, la brecha se ubica actualmente en 4,69 %.*

**• Criterio**

*La regla es "a mayor brecha, menor ganancia por la capitalización" debido a que la operación se liquida al tipo oficial de cambio y los fondos utilizados para rescatar la deuda tienen como costo de oportunidad su cotización en el segmento paralelo.*

*Si el capítulo 18 rige para nacionales, el capítulo 19 es la contraparte para inversores extranjeros permitiendo canje de papeles de deuda y capitalizarlas ya sea adquiriendo acciones o pagando deuda interna de empresas locales.*

*El capítulo 19 responde con casi 350 millones de dólares capitalizados. También los inversores extranjeros pueden acogerse al marco establecido bajo el Decreto Ley (DL) 600 de Inversión Extranjera. Pero ello exige mayores requisitos de documentación de sus inversiones y despierta menos interés. Sólo 148 millones de dólares se han canalizado por esta vía.*

*Un segmento más activo —reconoce ya un volumen de 300 millones de dólares transados— está conformado por inversores particulares que utilizan sus propios recursos para cancelar sus obligaciones en el exterior. Las sumas involucradas se deducen luego de la contabilidad oficial en Chile. Resulta claro que esta forma de capitalización no implica ningún tipo de expansión monetaria local.*

*Por último existe la posibilidad del canje de carteras. Esta modalidad implica el intercambio recíproco de activos entre bancos chilenos y del exterior. Hasta el presente, se convirtieron 67 millones de dólares en deuda interna por ese mecanismo. Analizando finalmente el tipo de deuda más proclive a ser capitalizado, las estadísticas oficiales trasandinas destacan que mayormente se trata de deuda ya refinanciada en períodos anteriores y que los acreedores prefieren cancelar anticipadamente.*

Chile

0

01.01

9703168

CHILE

Job

CLARIN ★ Buenos Aires, viernes 27 de marzo de 1987

# Chile: llamamiento a la unidad de las fuerzas de oposición

*La ley para la habilitación de los partidos políticos proscriptos "forma parte de un proceso destinado a perpetuar el actual régimen de Augusto Pinochet", denunció ayer el líder socialista Clodomiro Almeyda, confinado en una localidad del sur de Chile. Tras la jornada de protesta del miércoles, que dejó un saldo de por lo menos 5 heridos y alrededor de 50 detenidos, el Comando Nacional de Trabajadores anunció que convocará a nuevas manifestaciones antigubernamentales.*

SANTIAGO, Chile, 26 (ANSA, AP, AFP y UPI). — El líder socialista Clodomiro Almeyda, desde ayer confinado en la localidad austral de Chile Chico, declaró que "todo mi esfuerzo está dirigido a que mi partido pueda contribuir a la unidad de la izquierda y a la unidad de las fuerzas democráticas, elemento fundamental para que se reimplanten la democracia y la libertad" en su país.

En una entrevista publicada hoy por el diario La Epoca, el ex vicepresidente y ex canciller chileno, quien el martes último regresó a su país tras doce años de exilio, opinó que la ley promulgada recientemente por el gobierno militar de Augusto Pinochet para la legalización de los partidos políticos "forma parte de un proceso destinado a hacer permanente el actual régimen".

El régimen sancionó a Almeyda con el confinamiento por 90 días luego que un juez lo sobreseyó de cargos que pesaban en su contra. Las autoridades anunciaron que será presentada contra Almeyda una acusación por promover actos delictivos desde el exterior.

El líder socialista relató que para regresar a Chile debió atravesar la cordillera en mula, acompañado por arrieros y soportando incluso una fuerte nevada en la montaña.

Almeyda reiteró su reclamo de elecciones libres en Chile, y evaluó la próxima visita del papa Juan Pablo II como "una oportunidad para que el pueblo le haga ver cuál es la real situación del país". En otra entrevista realizada por la emisora española Radio Cataluña destacó "el apoyo moral dado por la Iglesia de mi país, y aclaró que lo decidió a regresar "la convicción de no estar incluido en las listas periódicas que el gobierno militar entrega, y en virtud de las cuales unos pocos chilenos pueden volver a su patria".

### ● Nuevas protestas

El Comando Nacional de Trabajadores (C.N.T.) anunció que convocará a nuevas jornadas de protesta como la realizada ayer miércoles, que dejó un saldo de 5 heridos y 57 detenidos, la jornada culminó con disturbios en Santiago y en Valparaíso, y uno de los heridos fue un niño de doce años, Gerardo Jorquera, quien según testigos observaba una manifestación cuando lo alcanzaron disparos efectuados desde un jeep policial.

También fueron heridos dos policías y una estudiante, y un hombre que recibió un balazo a través de la delgada pared de madera de su vivienda.

En conferencia de prensa, el presidente del C.N.T., Rodolfo Seguel, quien ayer permaneció detenido por unas horas, hizo un balance sobre la jornada —que se consideró de menor alcance que otras anteriores—, señalando que "todos los partidos opositores apoyaron la protesta pero lamentablemente no vi a ningún dirigente en la calle".

PARTES ILEGIBLE

01.01

8703291

106

El Líne

28/3/87

# Miembro de la Junta atacó gestión de la ONU en Chile

SANTIAGO. — El integrante de la Junta de Gobierno y comandante en jefe de la Fuerza Aérea de Chile, general Fernando Matthei, calificó de "torpe" e "ignorante" al relator especial de la ONU para los derechos humanos en Chile, Fernando Volio.

Matthei dijo que se alegraba de que Volio estuviera en el país porque así "los chilenos pueden apreciar la torpeza con que se ha manejado acá".

El oficial vertió estos conceptos al llegar a Punta Arenas, ciudad ubicada a 2.000 kilómetros al sur de Santiago, en una visita de carácter institucional.

El general Matthei afirmó además que el relator especial era un "ignorante". "Se supone que es él quien más sabe de Chile y no tiene idea siquiera de lo que es nuestra justicia", dijo.

De esta forma refutó una declaración de Volio, quien criticó la independencia del Poder Judicial chileno con respecto al gobierno, lo cual constituía uno de los principales problemas para la defensa y tutela de los derechos humanos en el país.

Matthei señaló finalmente que el gobierno seguirá cumpliendo sin variar las metas fijadas para el restablecimiento de la democracia en el país. "No nos vamos a dejar arrebatar el poder por nadie", aseguró.

## Encadenadas

Cerca de 40 mujeres fueron arrestadas ayer por la Policía tras encadenarse a las rejas de un edificio público para pedir la libertad de presos políticos que realizan una huelga de hambre, dijeron testigos.

Simultáneamente, manifestantes que habían decenido el tránsito de vehículos fueron dispersados por un camión hidrante.

Durante los incidentes hubo gritos pidiendo al Papa Juan Pablo II que en su primera visita a Chile la próxima semana interceda por la suerte de unos 400 presos políticos que mantienen una huelga de hambre en demanda de que el gobierno militar los reconozca como tales y los separe de los delincuentes comunes.

El relator de las Naciones Unidas para los derechos humanos en Chile, Fernando Volio, dijo en tanto que realiza gestiones ante las autoridades gubernamentales en favor de los ayunantes.

01.01

0703312

CHOQUES Y MANIFESTACIONES A SEIS DIAS DE LA LLEGADA DEL PAPA

# Reprimen una jornada de protesta en Ch

*La Iglesia chilena pidió a los presos políticos en huelga de hambre desde hace 29 días —varios de los cuales presentan graves signos de deterioro físico— que abandonen la medida para no poner en riesgo sus vidas. El pedido fue formulado en el marco de una jornada de protesta en la que se produjeron heridos y numerosas detenciones, como la del líder sindical Rodolfo Seguel. El presidente Augusto Pinochet confinó en una localidad del extremo sur del país al dirigente socialista Clodomiro Almeyda, quien regresó clandestinamente a Chile, para presentarse a la justicia, tras 12 años de exilio. Nueva amenaza de muerte contra el obispo Carlos Camus.*

SANTIAGO, Chile, 25 (AFP, ANSA, AP, Reuter y UPI). — El líder sindical chileno **Rodolfo Seguel** resultó detenido durante 2 horas y el segundo dirigente gremial en importancia del país, **Manuel Bustos**, herido en la cabeza en el marco de la represión policial a las manifestaciones realizadas como parte de la jornada nacional de protesta contra el régimen militar convocada para hoy por el Comando Nacional de Trabajadores.

Aunque no se brindó información oficial al respecto, fuentes sindicales y periodísticas afirmaron que fueron varios los detenidos y heridos en el curso de los enfrentamientos con las fuerzas antimotines del cuerpo de carabineros registrados en distintas zonas del centro de Santiago: un balance parcial hablaba de 47 detenidos y 4 heridos.

La jornada de protesta —la primera del año, concretada a sólo 6 días de la llegada del papa Juan Pablo II al país en visita pastoral— fue convocada como señal de repudio por la falta de respuesta del gobierno al pliego de reivindicaciones que le presentó el C.N.T. el pasado 28 de enero. Además de las reivindicaciones sectoriales, la central sindical agregó para la jornada la consigna más general de "justicia social y libertad para Chile".

Seguel fue detenido por efectivos de carabineros cuando se aprestaba a leer un "memorándum" en el acto central de la protesta, citado en la alameda Bernardo O'Higgins, cerca del palacio presidencial de La Moneda.

Junto con Seguel también resultaron arrestados los dirigentes mineros **Luis Suárez** y **Manuel Rodríguez**, mientras que Bustos —titular de la Coordinadora Nacional Sindical y vicepresidente del C.N.T.— recibió un fuerte bastonazo en la cabeza, cuando los carabineros cargaron para disolver la concentración, que obligó a su internación en un hospital.

De la jornada de protesta participaron también estudiantes y profesores universitarios, pobladores y organizaciones de derechos humanos. Los enfrentamientos se sucedieron a lo largo de la tarde, a medida que pequeños grupos de manifestantes realizaban actos relámpago en las calles céntricas y en la Plaza de Armas, frente a la Catedral.

En horas de la noche comenzaban a concretarse las manifestaciones de protesta en las poblaciones —los barrios populares de la periferia de Santiago—, a través de marchas y caceroleos.

### ♦ Confinamiento.

El día de hoy ya había generado una particular tensión cuando se conoció la decisión del presidente Augusto Pinochet de confinar por un plazo máximo de 90 días en el extremo sur al líder socialista Clodomiro Almeyda, ex vicepresidente y ex canciller del país, quien ingresó clandestinamente al país para presentarse ayer ante la justicia, luego de 12 años de exilio.

La decisión de Pinochet —en uso de las facultades que le otorga el artículo 24 de la Constitución— creó una curiosa paradoja, puesto que el juez que entendió en la presentación de Almeyda había dictado en su contra una orden de arraigo que le impedía no sólo salir del país, sino también de la ciudad de Santiago.

Esta disposición judicial se refería a la necesidad de esperar que quede en firme la resolución del mismo juez por la cual Almeyda fue sobreseído de los cargos de malversación de fondos que le formulara el régimen militar en 1973.

Clodomiro Almeyda fue trasladado a la localidad de Chile Chico, 1.800 kilómetros al sur de Santiago, donde tendrá libertad de movimientos pero dependerá de la buena voluntad de los habitantes del lugar para sobrevivir porque no tiene asignado ni vivienda ni comida.

Entretanto, la Iglesia Católica pidió hoy a los presos políticos en huelga de hambre que pongan fin a la medida para no arriesgar sus vidas.

Catorce de esos detenidos —todos ellos acusados de atentar contra la vida de Pinochet— cumplieron hoy 29 días de ayuno y presentan problemas físicos de gravedad. Hoy fueron visitados por los obispos Santiago Tapia, Felipe Barriga y Alfonso Baeza, y también por el relator de derechos humanos de las Naciones Unidas, Fernando Volio, quien se encuentra en Chile.

01.01

106

# Acuerda Chile ventajoso plan de refinanciación

*Nueva York, (UPI) — Chile y el comité de Bancos llegaron a un acuerdo básico para la reestructuración de los vencimientos de la deuda externa por el período 1988-91 y continuarán las discusiones sobre cómo cubrir un déficit financiero en el período 1987-88, dijeron fuentes allegadas a las negociaciones.*

*El negociador jefe de Chile, Hernán Sommerville, regresó a Santiago a informar al ministro de Hacienda, Hernán Buchi, mientras los bancos consultan con sus casas matrices. Sommerville es esperado de vuelta en Nueva York en un par de días y entonces el diálogo continuará.*

*Chile tiene un déficit de 650 millones de dólares en el período 1987-88. Se habían estado discutiendo diversas fórmulas para cubrirlo y ahora se está trabajando en base a préstamos nuevos por 450 millones de dólares, se informó.*

*Además se están estudiando fórmulas de presentación a los bancos acreedores que hagan más atractiva la operación que las formas tradicionales de solicitar nuevos préstamos, dijeron los informantes.*

*La deuda externa de Chile suma unos 17.000 millones de dólares y se ha acordado una reestructuración de vencimientos del período 1988-91 por unos 12.000 millones de dólares.*

*La reestructuración será a 15 años de plazo con seis de gracia, dijeron los informantes, quienes agregaron que queda por negociar la [illegible] reducir los gastos de la financiación.*

*En primer lugar se fijará como tasa la Interbancaria de Londres (LIBOR) en lugar de la preferencial (prime Rate) de Nueva York, que en este momento es de 7,5 por ciento. La LIBOR es aproximadamente un punto inferior. Además está en discusión la reducción del margen de recargo o "spread", lo que puede llevar a ahorros adicionales.*

*La meta fijada es finalizar todas las negociaciones entre Chile y los bancos para fines de marzo.*

01.01

8703393

# Las relaciones con Chile

Stella

**Por J. Iglesias Rouco**

Pese a sus ocupaciones —y preocupaciones— electorales, que insumen la mayor parte del tiempo y de los esfuerzos de la Casa Rosada, el gobierno está prestando últimamente mayor atención a eso que aquí se ha dado en llamar frente exterior, sobre todo después de los recientes fracasos del señor Caputo en el Atlántico sur y de la indiferencia con que Londres comenzó a acoger, en diciembre y enero, sus intentos de arreglo con Washington.

El proceso político chileno, el porvenir electoral norteamericano y la política de la Iglesia en América latina constituyen, entre otros, algunos de los principales focos del nuevo interés exterior del alfonsinismo. Y, por lo que sabemos, no hay todavía alrededor de estos asuntos demasiadas coincidencias entre las distintas facciones oficiales, al extremo de que recientemente el señor Facundo Suárez, cuyas apreciaciones acerca del porvenir chileno no encajarían con las de la cancillería, habría enviado a Santiago a uno de sus amigos —no integrante, por cierto, del cuerpo de funcionarios de la SIDE— con el propósito de que analizara allí "objetivamente" las posibilidades de continuidad de la dictadura de Pinochet.

Según nuestras fuentes, las conclusiones a las que habría llegado ese enviado —y por tanto Suárez— serían las siguientes:

1) Las fuerzas armadas, en prácticamente todos sus niveles, y también buena parte de la oposición democrática chilena, están decididas a sostener a Pinochet hasta 1989, con respaldo de Washington; y la subversión extremista que lleva adelante la lucha armada contra su dictadura no reeditará en Chile la victoria del sandinismo en Nicaragua.

2) Si bien las últimas denuncias en relación con el asesinato de Letelier, que comprometen directamente a Pinochet, obligarán a la Casa Blanca a adoptar una actitud más áspera frente al régimen chileno, no modificarán su determinación de preservar al gobierno militar hasta que la oposición democrática se cohesione y fortalezca, y pueda así convertirse en "alternativa segura" de la dictadura, por un lado, y del extremismo marxista, por el otro.

3) Ni siquiera las perspectivas de continuidad de Pinochet después de 1989, mediante un referéndum, son completamente descartables, especialmente si en el curso de los próximos doce meses el "frente de liberación" Manuel Rodríguez y sus aliados del PC chileno acentúan su campaña terrorista.

4) Cuba, Nicaragua y la URSS no parecen decididas, por el momento, a aumentar considerablemente su ayuda militar y financiera a la subversión armada, tras el fracaso de los intentos de la izquierda por atraer al campo de una rebelión armada anti-pinochetista a los grupos más próximos al socialismo de la democracia cristiana, y a la mayoría de los propios socialistas. Lo cual significaría, a criterio de la SIDE, que si bien mantendrán su nivel de apoyo al extremismo, sólo lo harán ahora con el fin de disponer de un grupo de presión sobre los militares y los partidos democráticos a la hora del relevo o del derrocamiento de Pinochet.

5) Cualquier progreso y más aún la eventual victoria de las organizaciones armadas chilenas se convertiría en grave amenaza para la Argentina, e impulsaría además las corrientes militares golpistas en el resto de América del Sur. En ese aspecto, es muy probable que el verdadero objetivo de la URSS y de sus satélites latinoamericanos sea el de favorecer, con su respaldo al terrorismo chileno, el retorno de los regímenes militares en la región.

*(Continúa en la pág. 4 col. 1)*

LA PRENSA 14/2/87

01.02

8703447

10/p

La Prensa 14/02/87

# Las relaciones con Chile

(Viene de la pág. 1 col. 3)

6) Buenos Aires debe, pues, extremar su vigilancia en las provincias fronterizas, de modo de impedir el tráfico de guerrilleros y pertrechos, y el apoyo de cualquier reacción local a los "combatientes" chilenos. Conviene igualmente que amplíe con el gobierno boliviano y el peruano acuerdos ya establecidos con la misma finalidad, y que incluso colabore con los servicios de inteligencia chilenos en la detección de elementos subversivos.

Según nuestros informantes, enviados de Buenos Aires a Santiago hasta habrían tanteado la posibilidad de que a cambio de tal colaboración los organismos de seguridad de Chile limitasen en la Argentina sus actividades, tanto las encaminadas a contrarrestar la infiltración subversiva entre los exiliados como las de espionaje militar, que durante los últimos años habrían sido aquí bastante importantes. Por lo demás, todos los sectores gubernamentales habrían dado a sus militantes órdenes estrictas de retirar toda ayuda a los asilados chilenos sospechosos de estar interviniendo en la campaña terrorista contra Pinochet, que en general se estarían cumpliendo. Y durante las últimas semanas hasta habrían sido deportados de la Argentina varios de esos asilados. La propia SIDE o, si se prefiere, la nueva central de inteligencia (CNI), también habría hecho llegar a Santiago información al respecto.

Pero como decimos, las coincidencias entre el señor Suárez, por ejemplo, y el señor Caputo no son, sobre este y otros asuntos, las que cabría esperar de un gobierno con un mínimo de coherencia. Si bien el ministro de relaciones exteriores no sería partidario, ni mucho menos, de que se haga de la Argentina un "santuario" de las organizaciones terroristas chilenas, se mostraría si proclive a una política más "neutral", que no contradijese en exceso las simpatías que hasta hace poco ha dispensado al régimen de Managua, el cual no escatima su apoyo a la guerrilla de Chile. Y por si fuera poco, detrás de estas divergencias se esconden motivaciones, por así decirlo, más localistas, tanto en la SIDE como en el palacio San Martín. Veamos:

a) En la Coordinadora de la capital, cuyos rumbos no siempre son los mismos que los de Facundo Suárez ni siquiera que los de su hijo, el nuevo intendente de Buenos Aires, y en parte del gabinete (el señor Rajneri por ejemplo) y del entorno presidencial (incluidos algunos empresarios) existe el convencimiento de que el señor Caputo debe abandonar su puesto, si no inmediatamente sí después de las elecciones, y quizás un poco antes. Por lo que conocemos, habrían sido precisamente los "coordinadores" capitalinos quienes convencieron al señor Alfonsín, en contra de la opinión de Caputo, de que debía tomar distancia de las últimas iniciativas de los No Alineados en Nueva Delhi; razón por la cual el ministro se vio en la necesidad, días atrás, de suspender, en Nueva York, su proyectado viaje a la India.

b) A pesar de sus diferencias con Facundo Suárez, esos mismos sectores sostienen cada vez con más insistencia que el jefe de la SIDE debería, por su "prooccidentalismo", dirigir el palacio San Martín, en lugar de Caputo. Y según nuestras fuentes, el presidente estaría prestando oídos a tales sugerencias.

c) Alfonsín estaría utilizando ahora una especie de diplomacia paralela, opuesta a la de Caputo y en la cual Suárez representaría, con otros, un papel significativo. Esa diplomacia paralela, que sólo informa al presidente, sería la que habría organizado, a partir de noviembre-diciembre, diversos contactos oficiosos con representantes norteamericanos y británicos, algunos de los cuales ya cobraron estado público, durante los que se trataron problemas como el de Chile y el de las Malvinas. Ese grupo habría sido el que trató de preparar unas negociaciones incondicionales con Londres, que despertaron las iras del canciller, ya que tales conversaciones, sin la "conditio" de la soberanía por el medio, destruirían por completo las posiciones sustentadas hasta hoy por Caputo, y harían en consecuencia inevitable su renuncia. De ahí las constantes declaraciones de la cancillería, reiterativas en materia de soberanía, que nada tienen que ver con lo actuado por la diplomacia paralela de marras, y que incluso niegan la existencia de tales negociaciones.

d) Pero Facundo Suárez no es el único candidato (voluntario o no) a reemplazar a Caputo. De la puja participan personajes muy diversos, como el señor Gass, el señor Freddy Storani y el actual embajador en España, señor Gobbi, entre otros.

e) Esta "interna" tiene también su lugar dentro de la SIDE, y aparte de la que el grupo de comisarios (Rodríguez y Villar) llevan a cabo contra Suárez. El señor Torres Avalos, por ejemplo, diplomático de carrera, se ha sumado al señor Suárez (acaso con la vista puesta en la cancillería, si al final don Facundo entra en el palacio San Martín), y ahí conforma quizás un contrapeso a la acción del señor Melfi, cuyas idas y venidas en torno de la OLP le sitúan más cerca de Caputo que de su jefe natural.

f) Ni siquiera el "punto final", tal como ha sido concebido, habría escapado a estas pugnas. Así, mientras Caputo habría empujado más bien en favor de la fórmula finalmente adoptada (por lo cual el señor Tonelli habría expresado hace unos días su "admiración" por el ministro), el señor Suárez habría prevenido al presidente en contra de sus efectos, y hasta le habría indicado que por ese camino quizás se vería en la necesidad de recurrir, tarde o temprano, a una amnistía parcial.

*Aclaración: En nuestro artículo de ayer aparecieron diversas erratas. La principal en el primer párrafo. Donde se leyó que muchos integrantes del poder judicial "deben ser puestos a juegos o maniobras políticas palaciegas", obviamente se debió leer que "deben sus" puestos a tales circunstancias.*

GUERRERO

02.02

8703447

106

B9

# Prorrogaron en Chile el estado de emergencia

Santiago, 9 (EFE). – El gobierno chileno prorrogó hoy el estado de emergencia en todo el territorio nacional.

Tras la decisión de no prorrogar el estado de sitio, que rigió hasta el 5 de enero, en Chile quedó vigente el estado de emergencia, que se ha venido renovando cada tres meses.

Mediante la promulgación del estado de emergencia, según establece la Constitución de 1980, "se podrán adoptar todas la medidas propias del estado de sitio, con excepción del arresto de las personas, de su traslado de un punto a otro del territorio, de la expulsión del país y la restricción al ejercicio de los derechos de asociación y de sindicación".

De acuerdo a la Constitución la autoridad "podrá declarar todo o parte del territorio nacional en estado de emergencia, en casos graves de alteración del orden público, daño o peligro para la seguridad nacional, sea por causa de origen interno o externo".

Por otra disposición también publicada hoy se prorrogaron las restricciones a la prensa.

LA PRENSA 1/1/87

01.01

8703494

106

# Mayor tensión entre la Iglesia y Pinochet

**Santiago (UP) — Nuevas tensiones se generaron hoy entre la iglesia Católica y el gobierno, a 22 días de la visita del Papa, cuando el ministro de relaciones exteriores criticó las declaraciones formuladas ayer por un obispo.**

El canciller, Jaime Del Valle, calificó "como absolutamente insólitas y dolorosas para un católico", las opiniones del obispo Carlos Camus, quien entre otras cosas puntualizó que "el gobierno se define por una inmensa inmoralidad".

Monseñor Camus, permanente defensor de los derechos humanos y crítico del gobierno militar, fue entrevistado por el diario "El Mercurio", vertiendo duras opiniones sobre el gobierno.

"A lo mejor tienen buenas intenciones (el gobierno). Hacer de Chile una gran nación parece una buenísima intención, pero son sueños, sueños utópicos que quieren imponer por la fuerza", comentó el prelado.

"La verdad de las cosas es que ha sobrepasado todo lo esperado", respondió Del Valle, anunciando que el gobierno verá oportunamente el camino a adoptar al respecto.

Monseñor Camus acusó a la policía secreta chilena, la Central Nacional de Informaciones, de emplear "técnicas nazis de interrogatorio", a raíz de la detención de una sobrina suya de 18 años de edad.

La joven, Claudia Drago, estuvo 4 días privada de libertad a raíz de su presunta vinculación con actividades terroristas.

En la entrevista, el obispo manifestó que prefería que hubiera continuado en el poder el gobierno del socialista Salvador Allende, derrocado en 1973, "porque no se cometió jamás ni la milésima parte de los crímenes que se han cometido ahora".

"Los GAP de entonces ("Grupo de Amigos del Presidente que protegía a Allende), eran niños de primera comunión al lado de los gorilas actuales", manifestó.

Consultado por el atentado contra la vida de Pinochet realizado el año pasado y que costó la vida a cinco de sus escoltas, respondió que sus autores, "desde el punto de vista moral, no tienen tanta culpa".

El viernes pasado el general Pinochet había lamentado una declaración emitida por los obispos chilenos, en la cual se solicitó el total esclarecimiento del asesinato del ex canciller Orlando Letelier, perpetrado en 1976 en Wáshington.

Pinochet dijo al leer el documento, que le había causado un "profundo dolor como cristiano", y que había pensado que se trataba de un nuevo partido político.

En el documento, los obispos opinaron sobre el asesinato de Letelier, los derechos humanos y otros temas contingentes de la vida nacional, lo cual Pinochet criticó manifestando que era mejor que los obispos debían dedicar "el 90 por ciento a la oración".

LA SEMANA 10/3/82

PARTES ELEGIBLE

01.01

8703495

CHILE

106

LA NACION 16/02/87

# Los progresos de la economía chilena

Stella

Por Javier García Labougle
(Para LA NACION)

Casi 300 mil turistas visitarán Chile en la presente temporada, la gran mayoría de los cuales provendrá de la Argentina. Pero más allá de sus indudables encantos turísticos, este país ofrece también la oportunidad de observar el funcionamiento de una economía con dilemas similares, pero caminos diferentes a los de nuestro país. En Chile no hay control de cambio, ni de precios ni de salarios.

### Del "boom" a la crisis

Entre 1976 y 1981 la economía chilena creció a un ritmo anual del 7,2 %, pero una abrupta caída en los términos de intercambio, entre otras cosas, puso fin a este período de crecimiento. En 1981, el balance comercial arrojó un déficit de 2400 millones de dólares, algo así como el 13 % del PBI. Este cayó un 14 % en 1982, llegando la tasa de desempleo a la inusitada cifra del 30 %, al tiempo que caían las remuneraciones reales en un 13 %. La tasa anual de inflación se duplicó, alcanzando algo más del 20 %. El monto global de la deuda externa, representaba una cifra equivalente a su PBI. Como su vecino, la Argentina, Chile enfrentaba el dilema del desempleo, la inflación, y el endeudamiento externo, todo en forma simultánea.

### La recuperación

En 1986, el PBI chileno creció un 5 %, que agregado al crecimiento de los dos años anteriores, acumula un incremento del 14,3 % en el trienio. La tasa anual de inflación se redujo al 17 %, tras haber alcanzado el máximo del 26,3 % en 1985. Los salarios reales se han incrementado por segundo año consecutivo, y el flagelo del desempleo, aún en elevadísimo, presentó una nueva disminución, llegando al 13,8 %. Esta cifra incluye a los beneficiarios del Programa de Empleo Mínimo. Descontando a éstos, la tasa de desempleo es del 9,7 %.

El gran artífice de esta recuperación ha sido la exportación, que a despecho de la persistencia en la caída de los términos de intercambio, ha experimentado un crecimiento del 14 % en los dos últimos años. La diversificación de las ventas externas, es lo que ha permitido su crecimiento. Quince años atrás, más del 80 % de las exportaciones chilenas estaban constituidas por el cobre, mientras que la participación de este mineral en las exportaciones actuales es de tan sólo el 45 %. Los productos de origen agropecuario son los que mayor vigor han experimentado, particularmente frutas y productos forestales, cuyos montos de exportaciones alcanzan a los 450 y 350 millones de dólares respectivamente. Las exportaciones de frutas han generado inversiones en modernas plantas de "packaging", que procesan el producto para su venta.

### Las opiniones

Las declaraciones de los empresarios son en general favorables, aunque divergentes. Para Manuel Feliú, presidente de la Confederación de la Producción y el Comercio, "lo mejor de 1986 fue la disminución del desempleo, y para 1987 se espera un nuevo crecimiento, pero dentro de márgenes modestos, tal como es Chile, un país modesto", sostiene. para Julián Burgos, gerente general de Oxford, "la estabilidad de la política económica es algo que debe destacarse como lo mejor del año que terminó", afirma refiriéndose al año 1986. Para Eugenio Heiremans "la regularización definitiva del problema de la deuda externa y el manejo público de ella fue lo más relevante de 1986", y espera que "el Gobierno evite una aceleración inconveniente, pero sí se preocupará de que se produzca un crecimiento sostenido".

Este clima favorable de expectativas se ha reflejado en el mercado de valores. En 1986 el mercado accionario registró el segundo mayor volumen de la historia de la Bolsa, totalizando una cifra del orden de los 300 millones de dólares, con un incremento real del 464 % respecto de 1985. El Indice General de Precios de Acciones creció en un 102,5 % en términos reales. El ingreso de importantes inversores institucionales, como los Fondos de Pensión, el resultado positivo de las empresas, y el proceso de privatización de empresas son los principales factores que explican este comportamiento, según la memoria de la Bolsa de Comercio. Cabe recordar que el gobierno chileno ha privatizado más de 300 empresas. El año último, el fisco recaudó una suma equivalente a los 450 millones de australes por ventas de empresas.

Recientemente se realizó en Santiago, el Encuentro Anual de Economistas. Sus pronósticos para 1987, reflejan u miento esperado del PBI, del or 3,5 %, con una tasa anual de i que oscilaría entre un 15 y un 17 Rolf Luders, ex ministro de Econ actual profesor de la Universida lica de Chile, la flexibilidad de l rios en Chile ha permitido la v del ajuste. Hasta 1985, año en mientras a recuperarse, las re ciones reales acusaron una cai minada del 22 %. Tomando com 100 el mes de diciembre de 1982, de cambio real, presenta ahora 142. La brecha cambiaria es m 5 %.

### Los problemas

Una visión excesivamente op de la situación chilena sería, s larga, ingenua. El país enfrenta problemas, y su no solución pued por la borda los logros obtenidos. tallado informe del analista E Arriagada permite conocer cuál las principales obstáculos que del cer la economía del país tras Para este autor, la deuda exter falta de inversiones y la deuda i son los inconvenientes más grav tasa de inversión, a pesar de su r ración, es aún muy baja tenien cuenta que su nivel alcanza al 15 PBI. Unida a esta baja tasa esti ciando la todavía elevada tasa de d plico. Por otro lado, las altas tasas terés que alcanzaron al 20 % am términos reales en 1981, para com a descender hasta el 7,4 % en 198 elevado la deuda total con el sect nanciero, que según las estimacion Arriagada, representan más del 80 PBI.

La gran cantidad de vendedores bulantes que pululan por Santiago, dencian sin embargo, el todavía ele desempleo, y los recursos del país escasos. Pero lo cierto es que además sus bellas montañas y playas, los m rosos visitantes argentinos que rec Chile este verano, encontrarán en país una economía con un elevado g de libertad económica, que está ciendo, alcanzando ganado su deuda ex no es poco.

## La economía chilena

| Concepto | Unidad de Medida | 1981 | 1982 | 1983 | 1984 | 1985 | 1986 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **I. - Crecimiento** | | | | | | | |
| PBI | Tasa anual de crec. (%) | 5,5 | -14,1 | -0,7 | 6,3 | 2,4 | 5,9 |
| Inversión | Proporción del PBI (%) | 19,5 | 15,0 | 12,9 | 13,2 | 14,8 | 15,3 |
| Desempleo | % de fuerza de trabajo | 26,2 | 30,3 | 28,2 | 22,5 | 19,0 | 13,8 |
| Exportaciones | Tasa anual de crec. (%) | -15,4 | -3,4 | 3,4 | -4,7 | 2,5 | 18,7 |
| **II. - Inflación** | | | | | | | |
| Prec. al Cons. | Tasa anual de crec. (%) | 9,5 | 20,7 | 23,1 | 23,0 | 26,4 | 17,4 |
| Déficit fiscal | Como % PBI | (-1,7) | 2,3 | 3,8 | 4,0 | 6,3 | 2,2 |
| Salarios reales | Tasa anual d/crec. (%) | 10,1 | -12,9 | -4,2 | -3,8 | 1,9 | 1,6 |
| **III. - Endeudamiento** | | | | | | | |
| Term/d/intercc. | Indice 1980=100 | 91 | 80 | 84 | 78 | 72 | 70 |
| S/crecimiento | Millones de dólares | -9112 | 101 | 1021 | 467 | 1080 | 1300 |
| Tipo d/cam/real | Indice 1982=100 | 67 | 70 | 96 | 99 | 121 | 142 |
| Tasa d/int. real | Coloc. 30 d. anual | 38,5 | 34,5 | 15,4 | 11,3 | 10,9 | 7,4 |

PARTES ELEGIBLE

01.01

8703535

La Nacion 25/02/87

## Militar chileno

SANTIAGO (UPI). - El ejército informó que pidió el retiro del comandante del regimiento al cual pertenece la patrulla militar involucrada en el ataque a dos jóvenes, uno de los cuales murió días después con más del 60 por ciento de su cuerpo quemado.

La institución señaló que el coronel René Muñoz Bruce, al mando del regimiento "Libertadores", fue debidamente informado por sus subalternos de los hechos, pero que él no dio cuenta de los mismos a sus superiores.

LA NACION 25/2/87

01.01

8703543

A. Financiero 18/2/87

pop

# Especial apoyo de Baker a economía de Chile

**Washington (UPI) — El secretario del Tesoro de los Estados Unidos, James Baker, desea que la banca privada otorgue préstamos a Chile sin la participación del Banco Mundial, por considerar que ese país tiene una economía digna de crédito, dijeron ayer fuentes financieras.**

El diario "Washington Post" afirmó que los Estados Unidos "vetaron" la participación del Banco Mundial en préstamos a Chile, haciendo saber a los bancos privados que es responsabilidad de ellos otorgar créditos a ese país.

## • Aclaración

Pero voceros del banco, al comentar la nota del "Post", dijeron que ni Chile ha pedido la participación del banco en créditos, ni los Estados Unidos pueden vetar algo que no ha sido siquiera presentado al organismo.

Además, indicó el banco, ningún país tiene derecho o poder de veto dentro de la institución. Una decisión negativa debe ser tomada por una mayoría de los votos.

Chile ha pedido 400 millones de dólares en créditos a la banca privada, con cuyo comité negocia en Nueva York.

Según el "Post", Baker considera que los antecedentes financieros de Chile son lo suficientemente buenos como para poder obtener un préstamo normal de los bancos sin el respaldo del Banco Mundial.

De acuerdo con el periódico, los informantes dijeron que "Baker también estaba preocupado acerca de la reacción política por el hecho de que el BM ayude en un préstamo a Chile cuando Armando Fernández Larios, un ex agente de espionaje chileno, estaba testificando en una corte que el gobierno del presidente Augusto Pinochet estuvo directamente complicado en el asesinato en 1976" del ex diplomático chileno Orlando Letelier.

El "Post" dijo que un vocero del Departamento del Tesoro rehusó confirmar o negar el papel de Baker en el asunto.

El diario explicó que Chile "ha administrado su economía de una manera que agrada a los banqueros y a funcionarios de los gobiernos industriales, y ha logrado una reducción en la inflación, una recuperación económica y un modesto aumento en las exportaciones".

Chile, añadió, necesita fondos para poder cumplir con sus obligaciones internacionales, tales como el pago de los intereses de su deuda externa de casi 20.000 millones de dólares, y para importaciones vitales.

El diario afirmó que las fuentes dijeron que Chile debería obtener en forma relativamente fácil préstamos de bancos comerciales, al revés de los que sucede "con casos difíciles, como el del Brasil".

El "Post" dijo que luego que el Citibank se opuso a un plan propuesto por Chile para hacer frente a su deuda, los otros 11 bancos privados del comité de esas instituciones tornaron su vista al Banco Mundial, y entonces intervino Baker.

Fuentes financieras de Washington indicaron que la nota del "Post" "no refleja gestiones con el Banco Mundial sino solamente una posible postura de Baker".

James Baker

PARTES ILEGIBLE

01.01

8703559

NUEVO PICO DE TENSION ENTRE IGLESIA Y GOBIERNO

# Un obispo defendió a los atacantes de Pinochet

*Tiende a agravarse el estado de las relaciones entre el gobierno y la Iglesia chilenos. A los recientes pronunciamientos de los obispos se agregó el arresto de una sobrina de monseñor Carlos Camus. Este, en declaraciones a un diario, afirmó que el gobierno "se define por una inmensa inmoralidad", rescató la figura del asesinado Salvador Allende y, al hablar de quienes atentaron contra la vida del general Pinochet, dijo que "no tienen tanta culpa".*

SANTIAGO, Chile, 8 (AFP y Reuter). — El obispo chileno Carlos Camus atribuyó "heroísmo" a los autores de un atentado contra el presidente Augusto Pinochet y opinó que los subversivos implicados "no tienen tanta culpa".

El ataque armado contra el gobernante, en el que murieron cinco de sus guardaespaldas, el 7 de setiembre de 1986, lo reivindicó el Frente Patriótico Manuel Rodríguez (F.P.M.R.), sindicado por el gobierno militar como "brazo armado" del proscripto Partido Comunista.

Camus, de 60 años, titular de la diócesis provincial de Linares, autodefinido como "francamente disidente" del régimen que encabeza Pinochet, tocó el tema en declaraciones al diario santiaguino "El Mercurio", que las publica hoy.

¿Qué castigo merecerían los asesinos de los custodios presidencial?, preguntó la periodista entrevistadora, Raquel Correa, y el obispo contestó:

"Qué difícil...; yo diría que desde el punto de vista moral, no tienen tanta culpa, les habían declarado la guerra (a los del F.P.M.R.) y ellos hicieron su guerra", manifestó el religioso, agregando que no aplicaría un similar juicio benevolente a los aún anónimos homicidas de tres comunistas secuestrados y degollados hace dos años en Santiago.

"Es distinto matar en la guerra —en que se mata y se muere—, que matar o torturar a un ser detenido e indefenso", comentó.

♦ **"Tal vez sean héroes"**

"El presidente dijo que [illegible] en guerra con el marxismo y la caravana iba armada. Se arriesgaron bastante (los atacantes). Creo que cuando se estudie eso como hecho de guerra, tal vez vayan a ser héroes; arriesgaron su vida. En cambio, al torturador que tiene a una persona totalmente desarmada, no le veo ningún heroísmo", agregó el obispo.

Camus dijo que el gobierno de Pinochet "se define por una inmensa inmoralidad", y rechazó la idea de que el derrocamiento militar del extinto mandatario socialista Salvador Allende, en 1973, salvó al país del comunismo.

"Es una falacia: no lo salvó", y Chile está ahora "más en peligro que nunca", dijo el prelado.

Camus, ex secretario general de la Conferencia Episcopal Católica, emitió recientemente una carta a sus fieles de Linares, lamentando la explosiva situación chilena de agudo enfrentamiento entre el régimen castrense y sus opositores.

"El diálogo ya no parece posible y el único camino que queda entonces es la violencia y el suicidio nacional", advirtió el obispo en la epístola, difundida a escasas semanas de la visita que hará a Chile el papa Juan Pablo II, a comienzos de abril.

"Suicidio es una palabra que asustó a mucha gente. Pero, cuando plantee la solución final, hablo de abrir un camino sensato, cristiano y generoso como respuesta", explicó Camus a "El Mercurio".

Su opinión coincidió con un aparente deterioro de las siempre frías relaciones entre la Iglesia y el gobierno tras el rechazo de Pinochet a un crítico pronunciamiento de los obispos sobre algunas acciones gubernamentales, a menos de un mes de la llegada a este país del papa Juan Pablo II.

Camus se mostró partidario de que hubiera seguido en el poder el gobierno del extinto presidente socialista Salvador Allende, derrocado por un golpe militar en 1973.

"En primer lugar, no cometió jamás ni la milésima parte de los crímenes que se han cometido ahora... Los GAP (escoltas de Allende) de entonces eran niños de primera comunión al lado de los gorilas actuales", señaló.

♦ **Los jóvenes**

Una sobrina de 19 años del obispo es buscada actualmente por la policía secreta chilena (C.N.I.) como presunta implicada en la fabricación de una bomba que explotó anticipadamente y dejó herido al izquierdista que la preparaba.

"Culpó al sistema de haber creado en la juventud este tipo de protesta desesperada, que no tiene sentido ni horizonte. Siempre, cuando los jóvenes me tocan estos temas, les digo: entiendo su desesperación, pero la violencia es inmoral e ineficaz", comentó Camus en entrevista.

Según Camus, una hermana de su parienta fue sometida a torturas psicológicas "terribles" tras permaneció detenida cuatro días en un cuart C.N.I., que más tarde la liberó sin cargos, la s pasada.

"La tuvieron en un sótano, con los ojos tapad brazos en alto, y una mujer médica le decía que torturaban a su madre y que por las noches ven violarla", denunció el obispo.

General Augusto Pinochet, presidente de Chile, en movimiento con la Iglesia.

01.01.

8703565

CHILE

Clarín 9/3/87

# Un grupo armado

SANTIAGO, Chile (ANSA). — Seis miembros de un grupo armado chileno fueron detenidos cuando se dirigían a la Argentina y se encuentran incomunicados.

De acuerdo con informaciones de prensa, la policía habría encontrado en su poder armas de fuego, una fuerte suma de dinero chileno y argentino y dólares, además de literatura subversiva.

Un séptimo integrante, menor de edad, se encuentra libre mientras un octavo huye con destino desconocido.

El grupo fue detectado en la ciudad de Temuco (a la altura de la ciudad argentina de Neuquén) y efectivos de seguridad están investigando posibles vinculaciones con grupos extremistas que estarían operando en la zona.

01.01

870356

CHILE
Job

LA PRENSA ◆ Viernes 10 de abril de 1987

# Anunció Merino la apertura de un diálogo político

CHILE

Santiago, 9 (UP) – El integrante de la Junta de Gobierno y comandante en jefe de la Armada de Chile, almirante José Toribio Merino, anunció que se abrirá un diálogo con los partidos políticos una vez que éstos estén constituidos en el país.

Precisó que una vez que los partidos existan legalmente, tengan un respaldo, una doctrina y un programa, que discutir con el gobierno "va a haber un diálogo amplio y sobre todos los temas que es posible discutir en cuanto a la conducción de un país".

Merino aclaró que de este diálogo quedarán excluidos "desde luego, los partidos marxistas, porque los partidos marxistas no son partidos... son criminales".

Los partidos políticos en Chile no tuvieron reconocimiento legal por parte del gobierno desde el 11 de setiembre de 1973, cuando la Junta de Gobierno tomó el poder luego de un golpe de estado que derrocó el gobierno del presidente Salvador Allende.

Sólo el 11 de marzo pasado el gobierno del presidente Augusto Pinochet promulgó una ley que legaliza la existencia de los partidos políticos.

Consultado el almirante Merino sobre los posibles cambios a ocurrir en el país tras la visita del papa Juan Pablo II, expresó que "indudablemente el país va a tener otro enfoque para los problemas, los que el gobierno está tratando de resolver en general".

"Los interesados en obtener puestos de gobierno en forma muy egoísta", tendrán que analizar "el problema desde el punto de vista de la doctrina que manifestó el Santo Padre muy claramente", señaló Merino.

A su juicio no hay una salida viable a los problemas nacionales "si la moral y la ética no se ajustan a la doctrina cristiana".

"Vamos a llegar a lo que está viviendo el mundo entero, con un enfrentamiento que es problema de fe entre los que creen, aunque sea en buda, y los que no creen en nada, que son los soviéticos y los otros que son humanoides, que de humanos tienen la forma pero que no saben que tienen un espíritu trascendente", explicó Marino.

01.07

8703915

ARCHIVAR EN: CHILE (106)

TEMA: Regreso de CLODOMIRO ALMEYDA A CHILE. Presos políticos, en grave estado tras 28 días de huelga de hambre.

PROCEDENCIA: —

ARCHIVADO EN: FICHAJE (8)

01.01

8704262

ARCHIVAR EN: CHILE (106)

TEMA: ATENTADO CONTRA PINOCHET.

PROCEDENCIA: LA PRENSA 4/3/87

ARCHIVADO EN: FICHAJE (8)

01.01

8704300

"Al final se vislumbra una luz"

# Chile: políticos contactan a mandos castrenses para negociar el reemplazo de Augusto Pinochet en 1989

por William R. Montalbano

Santiago de Chile. En Chile, las emociones son tan puras y frías como el hielo y las tormentas de nieve que azotan a las montañas. La vida es tan incierta como el sueño.

El estado de sitio es hoy la realidad dominante de un Chile con 10 millones de habitantes, que alguna vez fuera una llama democrática para el resto de Sud América.

El presidente Augusto Pinochet es la ley. Después de 13 años de dictadura militar parecería que sustenta más poder que nunca.

Pinochet gobierna bajo condiciones especiales que restringen los derechos de los chilenos a todo nivel. Existe un estado de conmoción interna, un estado de emergencia y, desde que la guerrilla comunista intentó asesinarlo el 7 de setiembre, un estado de sitio formal.

"La sensación de arbitrariedad es absoluta, de que pueden hacer lo que quieran con uno" expresó Ricardo Lagos, un político socialista que fuera encarcelado sin cargos por 19 días después del atentado contra Pinochet.

El gobierno amordaza a la prensa e impone un toque de queda de 2:00 a.m. a 5:00 a.m. Prohíbe las asambleas políticas. Permite el arresto sin justificación y la retención de los prisioneros sin cargos o apelaciones. Interviene los teléfonos y viola la correspondencia. Puede exiliar a sus enemigos y prohibirles la entrada. La oposición acusa al gobierno de tener escuadrones de la muerte que asesinan por las noches. Cuatro personas fueron "arrancadas" de sus domicilios y asesinadas después del atentado— por personas vestidas de civil armadas que circulaban después del toque de queda, cuando sólo aquellos que están en el gobierno o con permisos especiales pueden circular.

"Ningún chileno escapa al impacto psicológico. Personas con la más remota conexión política ni se imaginan que sus teléfonos están intervenidos y que sus conversaciones son escuchadas. Tenemos miedo de la noche. Podrían venir por uno sin ni siquiera saber por qué", comentó una oficinista que dice no estar vinculada a la política.

## ■ Conversaciones

No obstante, miembros de la oposición moderada se están reuniendo silenciosamente con comandantes de la Fuerzas Armadas en la búsqueda de un acuerdo negociado para reemplazar a Pinochet por un presidente civil en 1989.

Fuentes políticas chilenas describen a las conversaciones "detrás de la escena" como muy importantes, pero agregan que son informales, desestructuradas y tentativas, tanto en su naturaleza como en su contenido.

Pinochet, en pleno conocimiento de las conversaciones, está intentando cortarlas mientras se agarra más duramente de las Fuerzas Armadas.

Los comandantes de la Armada, la Fuerza Aérea y la Policía Nacional se han manifestado todos, en estos logo entre el gobierno y la oposición democrática. Por primera vez, está bien claro que las metas a largo plazo de los tres miembros de la junta militar chilena no coinciden con las de Pinochet, que quiere extender su gobierno hasta 1997.

Si las reuniones no son secretas, tampoco son publicitadas. José Toribio Merino —de la Armada—, Fernando Matthei —de la Fuerza Aérea— y Rodolfo Stange —de la Policía Nacional— simplemente buscan espacios en sus agendas para visitantes con intereses políticos.

"Esencialmente, están hablando de 'cómo hablar'" expresó uno de los más prominentes enemigos centristas de Pinochet. "El proceso será largo y complicado, pero al fin se vislumbra una luz".

La discutida constitución de 1980 autoriza a la junta, que tiene poderes legislativos, a nombrar a un candidato presidencial único para ser ratificado con un sí o un no en un plebiscito en 1989.

Cuando comenzaron las protestas en masa contra Pinochet en 1983, la oposición toda —desde la derecha conservadora hasta la izquierda marxista— demandaron su partida inmediata. A pesar de una cantidad de asesinatos de protesta y el crecimiento del terrorismo marxista en estos últimos dos años, Pinochet ha podido calmar la tormenta con facilidad embanderando su "guerra contra el comunismo internacional".

Reconociendo con frustración las escasas chances de que Pinochet se retire antes de la culminación de su período, la oposición democrática está ahora presionando a los comandantes en busca de una reforma constitucional para la permisión de elecciones libres en 1989.

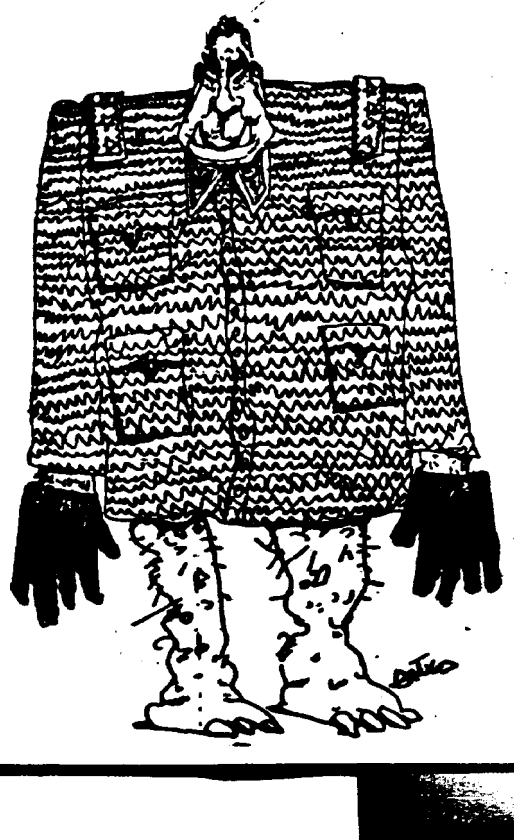
## ■ Pinochet fortalecido

El reciente giro del énfasis de la oposición fue una victoria para Pinochet, al igual que una rápida sucesión de eventos que en los últimos meses parecen haberlo fortalecido aún más.

Primero vino la ruptura de una alianza entre los partidos democráticos y los comunistas chilenos, quienes históricamente han contado con el 15% del electorado y son los enemigos más implacables de Pinochet. Los comunistas habían sido aceptados a unirse a la protesta para la restauración de la democracia, pero imprudentes declaraciones realizadas por líderes del Partido Comunista terminaron con la credibilidad de las intenciones pacíficas del partido y sus metas democráticas.

Luego vino el descubrimiento de arsenales clandestinos de armas norteamericanas de la época de Vietnam que aparentemente pertenecían al Frente Patriótico Manuel Rodríguez, un movimiento guerrillero de dos años de existencia que se identifica como el ala armada del Partido Comunista.

Expertos del gobierno estadounidense que examinaron las 70 toneladas de armas —el arsenal más grande que se haya encontrado en América Latina— concluyeron en un vasto informe que existían muy pocas dudas de



Gral. Augusto Pinochet

contrabandeadas desde Cuba.

"La cantidad y calidad de las armas sugieren que las fuerzas comunistas se estaban preparando para una prolongada lucha" decía el informe.

## ■ Promesas de violencia

Finalmente, el 7 de setiembre sucede el atentado guerrillero contra la vida de Pinochet. Pinochet escapó de la muerte, pero cinco de sus escoltas murieron en el mismo. Desde entonces el Frente Patriótico se ha atribuido el atentado y ha prometido más violencia.

A pocas horas del atentado, Pinochet impuso el estado de sitio, censuró la prensa, arrestó a líderes políticos opositores y prohibió la asamblea pública —excepto una manifestación en su honor.

"Después del atentado, la reacción de Pinochet fue 'gu-

rra" manifestó un líd
Partido Demócrata Cri
—de centro-izquierda—
comandantes, en cont
parecen haber concluid
sólo reemplazando a
chet cuando termine
ríodo podrán evitar un
yor violencia en Chile
mayor aislamiento int
cional".

Sin embargo, a pes
estado de sitio y sus r
ciones, la guerrilla se
arreglado para realiza
conferencia de prens
destina y allí promet
vilifencia, y enorgulle
del atentado contra Pi

"Chile es un mundo
ño, difícil de explicar"
só Leila Halea, esposa
vocero del Partido Co
ta chileno. "Es como e
viendo a través de un
rra". — (DPA - Los An
Times - Especial para
queda)

8704338

ARCHIVAR EN: CHILE (106)

TEMA: Parte Especial de Información Nro. 226 D-2/987. (Ref. Reunión en [illegible] curso político para jóvenes [illegible] 25 años)

PROCEDENCIA: J.E.I. 11/6/87 Doc. 0849/87

ARCHIVADO EN: P.E.I – MEMO (084)

01.01 8704355.

RS.

ARCHIVAR EN: CHILE (106)

TEMA: PARTE Especial de Información N° 230 D-2/987. (Ref. Capitán del Ejército Chileno desertor Ex Cap. Jerónimo Carrasco (uruguayo))

PROCEDENCIA: J.E.I. 16/6/87 Doc. 0857/87

ARCHIVADO EN: P.E.I – MEMO (084)

01.01

8704368.

RS.

ARCHIVAR EN: CHILE (106)

TEMA: Parte Especial de Información N°018/[illegible]/987 (Ref. información del [illegible])

PROCEDENCIA: EME 16/6/87 Doc. 0854/87

ARCHIVADO EN: P.E.I (084)

01.01

8704370

25

ARCHIVAR EN: Chile (106)

TEMA: P.E.I N° 085/B de 387 Adj P.P.I. N° 04/387 del Agregado al [illegible]. Oficio N° 028/387 del Agregado de Chile.

PROCEDENCIA: EME 16/6/87 Doc. 0826/87

ARCHIVADO EN: P.E.I (084)

01.01 8704372

PS

106

Chile

LA NACION 11/04/87

*Las reformas políticas en Chile*

# Merino y Matthei no rechazan el diálogo

SANTIAGO, Chile, 10 (AP) - El jefe de la Aeronáutica, Fernando Matthei, coincidió con su par de la Armada, José Merino, en la conveniencia de que el gobierno dialogue con los partidos políticos legalmente reconocidos, aunque sin precisar más el tema, mientras en la oposición se impulsa la campaña por las elecciones directas.

[illegible] lo que dijo el almirante Merino en el sentido de que una vez que se hayan constituido los partidos el gobierno podrían conversar", declaró Matthei.

Merino señaló que el gobierno debería conversar con los partidos que se inscriban legalmente, pero sin los marxistas por cuanto, dijo, son "criminales".

Desde la semana anterior, los partidos pueden solicitar el reconocimiento legal al levantar el régimen la proscripción en que los mantuvo durante más de trece años. La ley que permitió la legalización de los partidos, sin embargo, ha recibido fuertes críticas por las limitaciones que les impone para su funcionamiento.

El Partido Nacional, de derecha, ya inició los trámites de legalización, mientras otros grupos derechistas se aprestan también a hacerlo. En la oposición, los grupos marxistas continúan proscriptos en tanto la Democracia Cristiana no decide si se inscribirá o aceptará la fórmula propuesta por sectores moderados de integrar una sola colectividad opositora.

**Campaña**

El Partido Demócrata Cristiano anunció que se plegó con todas sus fuerzas a la campaña por elecciones libres lanzada hace unas semanas por un grupo de personalidades de todos los sectores opositores. La campaña está destinada a conseguir que el Gobierno y las fuerzas armadas accedan a modificar las normas constitucionales y hacer posible que el sucesor del general Pinochet sea electo en un comicio libre.

Matthei se mostró favorable a acoger los llamados del Papa Juan Pablo II durante su reciente visita a Chile para una reconciliación entre los chilenos.

"Este es el momento, creo, en que todos los chilenos, militares y civiles, hagamos lo que él nos pide: un profundo análisis de nuestra conciencia", dijo.

Agregó que se debe llegar a "estrechar la mano también de aquel que no participa plenamente de nuestras ideas, y está dispuesto a vivir en paz con nosotros y construir una nueva democracia para nuestro país".

01.01

8704383

TEMA: Parte de Informe N: 135/RI/87 (Ref. CASA de los Sancionados - Sede de Anevs.)

PROCEDENCIA: Dpto III 16/6/87 Doc. 0790/87

ARCHIVADO EN: P.E.I (084)

01.01

8704483

ARCHIVAR EN: Chile (106)

TEMA: Parte de Informe N: 136/RI/87 (Ref. Sub-oficiales desertores Marina Chilena)

PROCEDENCIA: Dpto III 16/6/87 Doc 0785/87

ARCHIVADO EN: P.E.I (084)

01.01

8704484

ARCHIVAR EN: CHILE (106)

TEMA: Parte de Informe N: 137/RI/87 (Ref. Refugiados Chilenos - Chile Democrático).

PROCEDENCIA: Dpto III 16/6/87 Doc 0788/87

ARCHIVADO EN: PEI (084)

01.01

8704486

ARCHIVAR EN: CHILE (106)

TEMA: Pase de Informe N: 139/RI/87
Ref Policlínico Arevs.)

PROCEDENCIA: Dpto III 16/6/87 Doc. 0783/87

ARCHIVADO EN: P.E.I (084)

01.01 8704487

ARCHIVAR EN: CHILE (106)

TEMA: Pase de Informes N: 142/RI/87
(Ref. Refugiados Chilenos)

PROCEDENCIA: Dpto III 16/6/87 Doc 0784/87

ARCHIVADO EN: PEI (084)

01.01 8704488

ARCHIVAR EN: CHILE (106)

TEMA: Pase de Informe N: 141/RI/87
(Ref Reunion Chile Democratico - PVP.

PROCEDENCIA: Dpto III 16/6/87 Doc. 0785/87

ARCHIVADO EN: PEI (084)

01.01 8704489.

ARCHIVAR EN: CHILE (106)

TEMA: Pase de Informe N: 154/RI/87
(Ref. Vanessa Flores.)

PROCEDENCIA: Dpto III 16/6/87 Sec. 0821/87

ARCHIVADO EN: PEI (084)

01.01 8704490

OPS

ARCHIVAR EN: CHILE (106)

TEMA: Pase de Informe N: 155/RI/87
(Ref. CARLOS CASELLA).

PROCEDENCIA: Dpto III 16/6/87 Sec. 0820/87

ARCHIVADO EN: PEI (084)

01.01 8704491

OPS

ARCHIVAR EN: CHILE (106)

TEMA: Pase de Informe N: 158/RI/87
(Ref. Reunión Chilenos con Brigadas
Rojas.

PROCEDENCIA: Dpto III 16/6/87 Sec. 0825/87

ARCHIVADO EN: PEI (084)

01.01 8704492

KP

ARCHIVAR EN: CHILE (106)

TEMA: Pase de Informe N: 160/RI/87
(Ref. Desertores FF.AA. Chilenos)

PROCEDENCIA: Dpto III 26/6/87 Doc. 0817/87

ARCHIVADO EN: P.E.I (084)
01.01

8704493

RS

ARCHIVAR EN: CHILE (106)

TEMA: Pase de Informe N: 190/RI/87
(Ref. Juan Carlos Rivas Rigdelme)

PROCEDENCIA: Dpto III 16/6/87 Doc. 0785/87

ARCHIVADO EN: P.E.I (084)
01.01

8704494

RS

ARCHIVAR EN: CHILE (106)

TEMA: Pase de Informe N: 162/RI/87
(Ref: Asociación Latinoamericana
para los derechos humanos)

PROCEDENCIA: Dpto III 16/6/87 Doc 0785/87

ARCHIVADO EN: P.E.I (084)
01.01

8704495

ARCHIVAR EN: CHILE (106)

TEMA: Parte de Informe N° 179/RI/87 (Ref. Reunión de Anews.)

PROCEDENCIA: DPTO III 26/6/87 Doc. 0856/87

ARCHIVADO EN: PEI (084)

01.01 8704496

---

ARCHIVAR EN: Chile (106)

TEMA: P.E.I N° 043/3/DE/986 (Adj Material del Cyrequil)

PROCEDENCIA: EHE 30/10/86 Doc. 2493/86

ARCHIVADO EN: P.E.I (084)

H.E.B

01.01 8704639

---

ARCHIVAR EN: CHILE (106)

TEMA: Parte de Informes N° 210/RI/87 (Ref Empresa de Limpieza)

PROCEDENCIA: DPTO III 29/6/87 Doc. 0932/87)

ARCHIVADO EN: P.E.I (084)

H.E.B.

01.01 8704679

M.E.B.

TEMA: Parte de Informes N: 206/RI/87 (Ref Mario Arellano)

PROCEDENCIA: Dpto III 29/6/87 Doc. 0933/87

ARCHIVADO EN: P.E.I (084)

01.01

8704680

M.E.B.

ARCHIVAR EN: CHILE (106)

TEMA: Hijos del rigor. El Partido Comunista Trasandino.

PROCEDENCIA: La Prensa 9/4/87

ARCHIVADO EN: MAX (046)

01.01

8704686

M.E.B.

ARCHIVAR EN: CHILE (106)

TEMA: Parte Especial de Información N: 175/D-2/987 Ref. A Acto realizado por el Comité de Chile Democrático en Uruguay, integrados por chilenos exiliados.

PROCEDENCIA: D.E.I 30/6/87 Doc. 0939/87

ARCHIVADO EN: P.E.I (084)

01.01

8704721

AS

ARCHIVAR EN: CHILE (106)

TEMA: MEMORANDUM (Ref. Antecedentes de cultos religiosos y Sectas que actúan en nuestro país.

PROCEDENCIA: 8/7/87 Doc. 0370/87

ARCHIVADO EN: MEMORANDUM (084)

01.01

8704814

---

AS

ARCHIVAR EN: CHILE (106)

TEMA: LAS ARMAS que España vendió a Pinochet.

PROCEDENCIA: Brecha 20/4/87

ARCHIVADO EN: ESPAÑA (008)

01.01

8704856

La Nacion 25/5/87

Exterior

# La fuerza aérea chilena dejará la Junta desde 1989

MADRID, 24 (AP). – El general Fernando Matthei, jefe de la Fuerza Aérea y miembro de la junta militar que gobierna Chile desde 1973, afirmó que la fuerza aérea no seguirá en el gobierno a partir de 1989, informa hoy el diario El País de esta capital.

Matthei, que visita España, declaró que Chile se encuentra "en precampaña electoral", refiriéndose al proceso que debe llevar a la convocatoria en 1989 de un referéndum sobre un candidato presidencial propuesto por las fuerzas armadas y la policía y que previsiblemente será el actual presidente, general Augusto Pinochet.

Según El País, "el general Matthei ha sostenido contactos con dirigentes opositores, especialmente de la democracia cristiana y del sector más moderado del Partido Socialista y ha declarado que la Fuerza Aérea no seguirá en el gobierno después de 1989".

Según la actual Constitución chilena, Pinochet como jefe del Ejército y sus colegas de la Marina, Aeronáutica y Policía deberán designar un candidato único a la presidencia que debe ser sometido a plebiscito. Si el candidato es ratificado, gobernará de 1989 a 1997, pero si es rechazado el actual mandato de Pinochet se extenderá hasta 1990, en que se llamaría a elecciones presidenciales directas. También para 1989 está fijada la elección de representantes al Congreso, disuelto en 1973.

## Silva Henríquez

SANTIAGO, Chile (AFP). – Aunque el cardenal Raúl Silva Henríquez declaró que no aspira a la presidencia, su figura comenzó a proyectarse con fuerza en los medios políticos para suceder al general Pinochet, cuyo mandato debería concluir en 1989.

El oficialismo no ocultó hoy su preocupación frente a la posible candidatura del purpurado, que por más de 20 años fue el jefe de la Iglesia Católica de Chile y que, en una eventual campaña presidencial, ya cuenta con el respaldo del proscripto Partido Comunista y los republicanos de la derecha.

01.01

BX04936

AMNESTY INTERNATIONAL CONDENO LA EXCULPACION DE MILITARES ACUSADOS EN CHILE

# Pinochet afirmó que "las FF.AA. no permitirán un retorno al pasado"

*Fueron 135 las personas arrestadas en Santiago de Chile durante la manifestación contra "el hambre y los aumentos" realizada por organizaciones sociales opositoras el pasado jueves. En una ceremonia oficial, el presidente Augusto Pinochet señaló su disposición a "servir a Chile mientras tenga salud" y aseguró que las fuerzas armadas "no permitirán un retorno al pasado". Una corte de apelaciones de Santiago confirmó un fallo por el cual se ordena poner fin a investigaciones sobre la desaparición de personas en la primera etapa del régimen militar.*

SANTIAGO (Chile) y LONDRES, 5 (ANSA, EFE y UPI).— El presidente chileno Augusto Pinochet instó hoy al país a iniciar "una cruzada en defensa de la democracia" y aseguró que las fuerzas armadas "no transarán jamás con un retorno al pasado", en el marco de una ceremonia militar en la que pareció iniciar su campaña para la reelección presidencial.

El acto fue organizado para celebrar el día de la infantería y se llevó a cabo en las instalaciones de la escuela de infantería del ejército, en la ciudad de San Bernardo, 20 kilómetros al sur de Santiago, donde Pinochet habló para unas 15 mil personas y recibió 6 tomos encuadernados con 100 mil firmas recolectadas en apoyo a su objetivo de ser designado candidato único a la presidencia para un nuevo mandato presidencial a partir de 1989, para lo cual, según las disposiciones constitucionales transitorias, debería recibir la aprobación de la ciudadanía a través de un plebiscito.

Pese a las expresas desmentidas oficiales al respecto, el carácter electoralista del acto pareció evidenciarse cuando Pinochet señalo a los presentes su "voluntad inquebrantable de seguir sirviendo a Chile mientras Dios me dé vida y salud.

El general de 71 años, "primer infante de Chile" de acuerdo con lo manifestado por el director del instituto castrense, afirmó además, también en aparente alusión al proceso sucesorio, que "recordando a nuestros héroes del pasado debemos tomar posiciones que signifiquen engrandecimiento para el mañana".

"Los chilenos —agregó— deben tomar conciencia de la dramática proyección que encierra el momento actual para impedir que Chile caiga víctima del odio y la destrucción."

Tras exhortar a los presentes a lanzar la cruzada en defensa de la democracia, Pinochet aseguró que las fuerzas armadas y la Constitución de 1980 "marcan el camino hacia el perfeccionamiento de una verdadera democracia y son un muro para el marxismo".

El presidente aseguró también que "lamentablemente hay chilenos que desean destruir al país con ideologías foráneas" y acusó a la oposición no marxista de ser "incapaz de defender a Chile y sus valores porque pretenden irresponsablemente volver atrás".

Pinochet hizo su discurso como agradecimiento a las palabras del empresario local Francisco Lusoro, quien le entregó los libros con las firmas y sostuvo que "quiera Dios que el militar que hace medio siglo caminara por esta ciudad como un joven soldado sea quien, caminando por la avenida del futuro, encabece la titánica marcha que nos deparan los próximos años".

A la mañana, en el palacio de gobierno, el presidente había recibido el saludo del vicecomandante del ejército, general Santiago Sinclair, y de otros 40 generales, como "oficial más antiguo del arma de infantería y en su carácter de conductor del proceso político y comandante en jefe".

Es dispersada en el centro de Santiago, el jueves, una manifestación de protesta por el alza de precios y los bajos sa

## ♦ Incidentes y detenidos

El discurso de Pinochet se produjo un día después de que pobladores de la periferia de Santiago y activistas opositores protagonizaran una manifestación por el centro de la ciudad duramente reprimida por fuerzas policiales, con las que mantuvieron enfrentamientos hasta altas horas de la noche.

Un parte policial informó hoy oficialmente que, durante los incidentes, fueron detenidas 135 personas, las que "posteriormente recuperaron su libertad". N[illegible] cuenta de la existencia de heridos.

Al mismo tiempo, en Londres, la organizació[illegible] nesty Internacional hizo conocer hoy su preocu[illegible] por la decisión de un tribunal de apelaciones de C[illegible] miércoles pasado, de [illegible] la investigación [illegible] ca de 650 casos de detenidos-desaparecidos en los [illegible] tiempos del actual régimen militar.

La sentencia confirma un fallo de primera in[illegible] de 1986, por el que se ordenó al juez Carlos Cerdá[illegible] var los respectivos expedientes y considerar a [illegible] militares implicados en la investigación —entre [illegible] ex comandante en jefe de la fuerza aérea, general [illegible] vo Leigh— como beneficiados por la ley de a[illegible] dictada en 1978.

"Cualquier ley —señaló Amnesty— que prop[illegible] impunidad a individuos acusados de responsa[illegible] criminal por serias violaciones a los derechos h[illegible] corre el riesgo de ser interpretada como una seña[illegible] tales actividades criminales serán toleradas en el [illegible]

01.01

8704945

# Chile apresura la compra de armas a Gran Bretaña

Londres (PL). El gobierno chileno llevó a cabo recientemente en Gran Bretaña, aprovechando negociaciones con el fin de obtener armas, entre éstas un barco de guerra, antes de las próximas elecciones generales británicas.

La rapidez de los contactos, que incluyeron la visita esta semana a Londres del general Fernando Matthei, comandante de la Fuerza Aérea Chilena, se debe al temor del régimen de Augusto Pinochet a que la primera ministra de Gran Bretaña, Margaret Thatcher, pueda perder esos comicios a celebrarse el 11 de junio próximo.

De obtener una victoria electoral, el Partido Laborista — la mayor fuerza de oposición — anulará todos los convenios con el general Pinochet por considerar que su gobierno viola continuamente los derechos humanos en el país sudamericano

De acuerdo con informaciones brindadas a la prensa por fuentes diplomáticas, citadas entre otros por el periódico "The Observer", Matthei pasó diez días en esta capital como parte de un viaje secreto por Europa occidental dedicado a la compra de armas.

Al conocerse ayer la denuncia, tanto el Ministerio británico de Relaciones Exteriores como la firma "British Aerospace" vinculada a transacciones bélicas anteriores con el régimen chileno, negaron que hayan celebrado contactos con el general Matthei.

Sin embargo, se supo por las fuentes diplomáticas ya citadas que Gran Bretaña prepara la venta a Chile del destructor "HMS Fife", y otros armamentos antes de que se lleven a cabo las elecciones.

El "HMS Fife" es un barco de 5.440 toneladas de desplazamiento, idéntico a otros dos, británicos, ya en servicio en Chile.

Los medios locales de prensa creen que el viaje de Pinochet a Londres pudo cerrar tratos, o al menos abordar temas, sobre compras de 20 interceptores aéreos ligeros a la "British Aerospace", y acerca del perfeccionamiento de un proyectil aire-tierra que la Fuerza Aérea Chilena trata de instalar en aviones C-101.

El gobierno conservador británico y el régimen militar de Augusto Pinochet fortalecieron lazos durante la guerra de las Malvinas en 1982, cuando Chile ofreció apoyo bélico a Gran Bretaña.

01.01

8704957

RS
Fichaje
CHILE

106

La Hora - 5/06/87

# Demandan acuerdo nacional en Chile contra Pinochet

Lima (PL). El ex diputado de la Unidad Popular y dirigente comunista chileno Luis Guastavino, demandó la constitución de un acuerdo nacional amplio de la oposición de Chile para derrocar al régimen militar de su país.

En entrevista exclusiva para Prensa Latina, en esta capital, Guastavino señaló que el acuerdo que propone el Partido Comunista de Chile no es excluyente de ningún sector opuesto al régimen del general Pinochet.

Tampoco queremos que en ese acuerdo alguien imponga algo a otro; planteamos, con la debida flexibilidad, una política de compromiso contra el enemigo, que son Pinochet y la dictadura, apoyados por Estados Unidos, añadió.

Sostuvo que de no firmarse un acuerdo nacional amplio, la situación interna de Chile se agravará y se radicalizará la ya latente explosión social.

Guastavino, exiliado de su país hace trece años, criticó con dureza a la oposición centroderechista chilena, por su actitud conciliadora, sometida al escenario de la dictadura, que impide la unidad del pueblo chileno, único camino viable para hacer imposible la continuidad del régimen.

Guastavino, quien retornó a Argentina tras asistir al IX Congreso del Partido Comunista Peruano, destacó también el rol de la solidaridad internacional con el pueblo chileno, pero reclamó a la vez su profundización.

Ya no basta el aislamiento y el reclamo internacional contra la dictadura, "es posible pasar ahora a una etapa de hostilidad más abierta y de mayor intención para contribuir a la unidad y la convergencia de toda la oposición al tirano", precisó.

Durante su estadía en la capital peruana, Guastavino se entrevistó con el presidente Alan García, con los principales dirigentes del Partido Aprista (de gobierno) y de la coalición Izquierda Unida (IU).

*Luis Guastavino, dirigente del Partido Comunista de Chile, habló desde Perú acerca de la unidad contra el régimen militar en su país.*

01.01

8704958

15
1163

106

# La policía de Chile justifica ejecuciones

*Quince manifestantes fueron detenidos y una mujer resultó herida durante una breve manifestación ante el Palacio de la Moneda, en Santiago. La policía secreta chilena informó que algunos de los supuestos extremistas abatidos entre el lunes y el martes integraron el comando que atentó contra el presidente, general Augusto Pinochet, información que fue negada por el Frente Patriótico Manuel Rodríguez.*

SANTIAGO, Chile, 19 (AP y AFP).— Una manifestante resultó herida y otros quince fueron detenidos hoy frente al Palacio Presidencial de la Moneda, en Santiago, cuando la policía reprimió una breve manifestación de protesta contra el gobierno del general Augusto Pinochet.

La acción de protesta fue organizada por el Movimiento Contra la Rottura Sebastián Acevedo, y es uno de los varios actos realizados en estos días a causa de la muerte de los doce izquierdistas. Cabe recordar que sectores de la oposición y testigos han puesto en duda la versión oficial de un enfrentamiento directo entre los militantes y el ejército, y la Iglesia Católica chilena pidió el pleno esclarecimiento de los hechos.

Alrededor de cincuenta manifestantes del Movimiento Sebastián Acevedo se congregaron hoy ante la sede de gobierno y lanzaron panfletos. "No más muertes ni torturas ni dictadura", rezaba el lienzo que portaban los asistentes. Cuando los manifestantes comenzaban a dispersarse pacíficamente, un pequeño grupo [illegible] contra ellos, los golpeó con sus bastones, y lanzó gases lacrimógenos, y detuvo a quince de ellos. La mujer herida recibió un golpe en la cabeza y fue llevada a una unidad de emergencia, mientras los detenidos eran trasladados a dos cuarteles policiales. Este es el tercer día de incidentes en Santiago, tras los violentos operativos contra el clandestino Frente Patriótico Manuel Rodríguez (F.P.M.R.).

**♦ Ataque a policías**

Dos agentes resultaron heridos de bala en atentados contra vehículos policiales y militares registrados anoche en un sector al noroeste de la capital. Según se informó oficialmente, un carabinero fue herido en el rostro por los disparos efectuados por desconocidos contra un vehículo policial, que concurrió a dispersar una manifestación contra el régimen de Augusto Pinochet en una barriada obrera. Otro vehículo policial y un patrullero fueron atacados en otros suburbios, donde algunos grupos encendieron fogatas y lanzaron consignas antigubernamentales.

Estas protestas comenzaron tras la muerte de doce presuntos insurgentes comunistas abatidos, según la versión oficial, durante enfrentamientos con militares. Sectores de la oposición señalaron, sin embargo, que pudo haberse tratado sencillamente de "un asesinato colectivo".

01.01

8705087

ARCHIVAR EN: CHILE (106)

TEMA: Admisión del FPMR.

PROCEDENCIA: Clarín 20/6/87

ARCHIVADO EN: Subversión (073

01.01

8705095

---

RS

ARCHIVAR EN: CHILE (106)

TEMA: Parte de Informes N° 225/RI/87 (Ref: Capitán Chileno Desertor constatado en Uruguay.

PROCEDENCIA: Dpto III 6/7/87 Doc. 0961/87

ARCHIVADO EN: P.E.I (084)

01.01

8705152

---

RS

ARCHIVAR EN: CHILE (106)

TEMA: Parte de Informes N° 256/RI/87 (Ref. Vehículo usado por el Movimiento Chile Democrático)

PROCEDENCIA: Dpto III 16/7/87 Doc. 1039/87

ARCHIVADO EN: P.E.I (084)

01.01

8705153

ARCHIVAR EN: CHILE (106)

TEMA: Pase de Informes N° 226/EI/87
(Ref. Iván Díaz Rojas).

PROCEDENCIA: Depto III 6/2/87 Doc. 0562/87

ARCHIVADO EN: P.E.I (084)

01.01

8705154

ARCHIVAR EN: CHILE (106)

TEMA: Pase de Informes N° 263/EI/87
(Ref. Contrato de Capitán Chileno desertor)

PROCEDENCIA: Depto III 20/7/87 Doc. 1049/87

ARCHIVADO EN: P.E.I (084)

01.01

8705185

ARCHIVAR EN: CHILE (106)

TEMA: Pase de Informes N° 264/EI/87
(Ref. Pablo Muñiz Ledesma)

PROCEDENCIA: Depto III 20/7/87 Doc. 1050/87

ARCHIVADO EN: P.E.I (084)

01.01

8705186

ARCHIVAR EN: CHILE (106)

TEMA: Parte de Informes N° 263/RI/87 (Ref. Juan de Dios Parra Sepúlveda - Roberto Vial).

PROCEDENCIA: Spto III 20/7/87 Doc. 1051/87

ARCHIVADO EN: P.E.I (084)

01.01

8705187

SUGERENTES DECLARACIONES DE DOS MIEMBROS DE LA JUNTA

# Aceptarían las fuerzas armadas de Chile a un sucesor civil para Pinoche

***A poco más de un año del plebiscito en el cual los chilenos, mediante un "sí" o un "no" confirmarán o rechazarán al candidato presidencial que será propuesto por la actual Junta de Gobierno, afirmaciones de los jefes de la armada y de la fuerza aérea, en el sentido de que Augusto Pinochet podría no ser el hombre propuesto, causaron gran revuelo en los cuadros castrenses y en las formaciones políticas. El almirante Merino y el general Matteí puntualizaron que el "candidato ideal" sería un civil, de entre 52 y 53 años de edad.***

SANTIAGO, Chile, 11 (ANSA). — Gran impacto han provocado en Chile las coincidentes afirmaciones de los jefes de la armada y de la aviación chilenas que indican que en 1989 el general Augusto Pinochet podría no ser candidato para renovar su presidencia y podría ser reemplazado por un postulante civil.

Por tercer día consecutivo, dos altos jefes militares se refirieron al tema de la sucesión presidencial, fijada para 1989, cuando la Junta de Gobierno (que integran los comandantes en jefe de las fuerzas armadas) proponga un candidato a presidente, al cual los chilenos deberán responder sí o no, en un plebiscito.

Hace tres días, el general Fernando Matthei, comandante en jefe de la fuerza aérea e integrante de la Junta de Gobierno —quien tiene el 25 por ciento del voto en la designación del candidato— pidió públicamente que cesaran "los prolongados absolutamente inconvenientes" sobre la junta que significan los sucesivos pronunciamientos de jefes militares.

Todos ellos —provenientes también de militares en labores de Gobierno— apuntan en el sentido que el general Augusto Pinochet es el candidato "ideal" para prolongar la labor del actual régimen chileno.

Un día después del juicio del general Matthei, el ministro de Defensa, vicealmirante Patricio Carvajal, respondió al máximo jefe aéreo señalando que era deber de todos los militares estar tras su comandante en jefe, general Augusto Pinochet.

El ministro Carvajal —hombre clave en el golpe de Estado que derribó al gobierno socialista de Salvador Allende— respondió con un rotundo "sí" cuando se le preguntó si su candidato ideal para suceder en 1989 al general Augusto Pinochet es el propio Pinochet.

Hoy fueron las declaraciones del comandante en jefe de la armada y presidente de la Junta de Gobierno, almirante José Toribio Merino, y las nuevas afirmaciones del general Matthei las que incrementaron la polémica política entre los jefes militares.

Cuando resta al menos un año para la designación del candidato, el almirante Merino afirmó, por vez primera, que no cree que "el presidente Pinochet se postule como candidato o solicite su postulación".

♦ ¿Varios candidatos?

Hablando a Radio Cuatro, emisora dependiente de la BBC de Londres, el almirante Merino fue aún más allá, al referirse al tema del sucesor del general Pinochet y señaló que "hay no solo uno, sino varios hombres que pueden cumplir los requisitos que nosotros hemos puesto, o sea, un civil a secas".

Ese civil "debía tener mucho coraje y vigor para continuar nuestra política económica", agregó el almirante Merino, señalando que el candidato de los comandantes en jefe de las fuerzas armadas podría ser un civil de entre 52 ó 53 años.

Observadores políticos señalaron que a esas características generales responde el ex canciller del actual gobierno, Hernán Cubillos, próspero empresario, con influencia en la propiedad de varios medios de comunicación, removido de su cargo por el general Pinochet tras un fracasado viaje del jefe de Estado chileno a Filipinas, con fuertes vínculos con la marina, pues en su juventud fue integrante de esta arma.

Preguntado el general Matthei sobre ese eventual candidato civil, respondió: "Yo creo que es conveniente que sea un civil. Eso es el ideal hoy en día. Vamos a ver, después hay que concretar".

"Falta más de un año. Estamos mirando, estamos viendo. Ahora pienso que las fuerzas armadas deben ser garantes de este proceso", declaró hoy el jefe de la aviación chilena.

"Nosotros garantizamos que Chile va a tener un proceso como lo dice la Constitución: vamos a buscar una persona lo más cercana a nuestro ideal. Tenemos que ponernos de acuerdo todos, no solamente se trata del ideal mío, sino de todos nosotros", precisó.

♦ Inflación política

Los pronunciamientos militares en favor del general Pinochet han irritado a los líderes opositores, que denuncian que exponen al país a una división entre civiles y militares.

Las opiniones del general Matthei y del almirante Merino, en tanto, han sido recibidas con elogios y calificativos de sensatez.

Ricardo Lagos, economista y líder del socialismo moderado, calificó de "realista" el planteamiento del almirante Merino sobre un candidato civil, porque "como el general Pinochet no tiene mayoría, el almirante Merino propone un civil capaz de efectuar la transición a la democracia".

El radical opositor Ricardo Navarrete dijo que la opinión del almirante Merino constituye "un buen antecedente" y formuló votos por que ella "constituya una clara conciencia y un compromiso de interés nacional, cuando los comandantes en jefe de las fuerzas armadas cumplan su cometido constitucional".

El derechista opositor Pedro Correa, del Partido Nacional, dijo que la aseveración del jefe de la Armada ya había sido adelantada en reuniones privadas.

El respaldo del ministro de Defensa a la postulación del general Pinochet fue duramente criticado por los políticos.

El derechista Andrés Allamand, por ejemplo, lo calificó de "inaceptable desde todo punto de vista pues contraría la tradición de nuestras fuerzas armadas y el ordenamiento constitucional vigente".

Según Allamand, la afirmación del ministro de Defensa "alienta una indebida politización de las fuerzas armadas".

01.01

8705242

ARCHIVAR EN: CHILE (106)

TEMA: Denuncia Bolivia Incursión Aérea.

PROCEDENCIA: Paris 12/6/82

ARCHIVADO EN: Bolivia (097)

01.01 8705291

Chile

# "Veranillo" de Juan Pablo II...

La realidad, como suele ser habitual, superó todas las expectativas. En efecto, la visita de Juan Pablo II a Chile se constituyó en el punto más candente, tenso y —por momentos— peligroso de la actual gira papal por Uruguay, Chile y Argentina.

Ya antes de llegar a Uruguay, el pontífice había caracterizado como "dictatorial" y, por lo tanto, "esencialmente transitorio" al régimen del general Pinochet, con lo que desechó cualquier duda previa sobre el "perfil" que le daría a su visita al país trasandino.

El interés de Pinochet quedó de manifiesto en el denodado afán que mostró por capitalizar la presencia de Juan Pablo II en favor suyo, al punto de romper el protocolo y decir un no programado discurso en Antofagasta, al norte del país, cuando el Papa culminaba su intensa gira, tras visitar un penal que alberga a presos políticos.

Cayendo en una visión reduccionista, muchos medios de prensa europeos resaltaron las tres charlas que sostuvieron Juan Pablo II y Pinochet como el centro de gravedad de la gira papal, señalando que el dictador cumplió tras casi catorce años de ejercicio del terror, su ansiado sueño de ser legitimado en su propio país por un líder de la envergadura del Supremo Pontífice, contrariando así la sistemática condena de la comunidad internacional.

Sin embargo, las cosas transcurrieron en forma mucho más compleja en su decurso, pero al mismo tiempo más simples en su significado. Si bien el Papa dialogó con el dictador, nunca convalidó su carácter de tal en discurso alguno y, en cambio, en todo momento destacó la necesidad de la convivencia democrática, de la tolerancia y de la reconciliación, o sea las antípodas de la dictadura.

Pero, por sobre toda otra consideración, la presencia papal fue el catalizador que permitió el mayor protagonismo popular que ha presenciado Chile en los casi catorce años de dictadura.

Y no sólo por la magnitud de la presencia ciudadana en los actos papales, a lo largo de todo el país, sino por el contenido nítidamente antidictatorial de esas multitudes que conjugaban en una sola fuerza lo espiritual y lo terrenal.

De esa forma, durante pocos días, Chile vivió una aceleración inusitada de su vida social: Juan Pablo II le abrió a la ciudadanía la puerta de la televisión, único medio de comunicación al cual la oposición no había logrado acceder a pesar de la denodada lucha que en ese nivel lleva a cabo.

Al mismo tiempo, el Papa reunió en un solo haz a todas las fuerzas políticas opositoras que, a menudo y contrariando la voluntad ciudadana, han privilegiado lo que diferencia por sobre lo que unifica.

Y si bien, en este aspecto, pasó por sobre la actitud del PDC que excluye al PC del concierto opositor, al incluir en su invitación a la izquierdista coalición Movimiento Democrático Popular, también pasó por sobre la propuesta comunista de convalidar "todas las formas de lucha", subrayando hasta el cansancio su rechazo al recurso a la violencia.

Rompió exclusiones y legitimó la metodología de la movilización social pacífica, con lo que rompió una impasse que ha mellado la eficacia de la oposición.

Al mismo tiempo, al dialogar directamente con la base social, pobladores, trabajadores, mapuches, jóvenes, víctimas de la represión y hasta presos, valorizó el protagonismo ciudadano como elemento capital de la vida social, relativizando el tradicional e irrestricto predominio que "lo político" (partidista) ha tenido en la historia chilena.

En fin, dilucidó la incógnita que existía previamente a su visita, en el sentido de la actitud que asumiría ante las estructuras eclesiales que defienden a perseguidos políticos y sociales, como la Vicaría de la Solidaridad.

Al dar todo su apoyo a esta actividad, neutralizó ataques no solo provenientes del régimen, sino también los surgidos del seno mismo de la comunidad católica. El complemento constante a este apoyo fue el llamado enfático a no confundir la evangelización de esta misión con la persona.

## [illegible]

Todo este despliegue fue acompañado —como un coro griego— por millones de personas que manifestaban su decidido repudio al régimen. En este contexto se llevó a cabo un Acto Eucarístico en el Parque O'Higgins, que reunió a una multitud calculada en 700.000 personas y en el cual se produjeron disturbios protagonizados por un pequeño grupo que atacó a pedradas a periodistas ubicados muy cerca del palco papal, hasta donde llegaron los efectos de los gases lacrimógenos utilizados por la Policía para reprimir a los alborotadores.

En el momento más álgido se pensó hasta en evacuar al Papa, confidenció posteriormente un miembro de su equipo de seguridad, pero, en definitiva, no fue necesario. Este hecho, producido el mismo día en que el pontífice se reunía con todo el arco opositor chileno, fue privilegiado por los medios de comunicación, no solo de Chile, sino también a escala internacional, contribuyendo inconscientemente a la acusación que hizo el régimen al MDP quien retrucó señalando que la "provocación" había sido hecha por organismos paramilitares precisamente para tirarle tierra a los ojos a la opinión pública respecto del rotundo repudio a Pinochet en que se había constituido la gira papal. En fin, para culminar esta abigarrada realidad, 400 presos políticos suspendieron su prolongado ayuno gracias a la mediación eclesial, mientras el ex canciller Clodomiro Almeyda —líder del PS—, entraba clandestinamente a Chile desde el exilio.

## "MAS CALOR"

Recién llegado a Buenos Aires, el pasado lunes 6, el pontífice dijo en broma que ahí encontraba "más calor" que en Chile, aunque —y la aclaración remarcó el sentido opuesto— señaló que se refería al "clima atmosférico y no espiritual". De esta forma, Juan Pablo II concretó el gran suspiro de alivio que todos los encargados de su seguridad tienen que haber lanzado al dejar un Chile diferente al que los recibió casi una semana antes. Argentina le hizo recuperar su dimensión puramente espiritual a esta gira papal que costará mucho olvidar.

C. Iturra

Chile

CRUZAR CON I. CATOLICA

17/4/87 El Dis.

01.01

8705321

## Los lazos de EE.UU. con las fuerzas armadas de la dictadura

# La estrategia de Reagan para Chile

por Ima

El pasado julio, el Secretario de Asuntos Interamericanos del Departamento de Estado de EE.UU., Eliott Abrams, advirtió a Augusto Pinochet que tenía cuatro meses para hacer progresos hacia la democracia y para mejorar la situación de los derechos humanos en su país. Si no había alguna mejora, EE.UU. votaría en contra de un crucial préstamo a Chile de U$S 250 millones del Banco Mundial (BM).

Cuando llegó el momento de aprobar el préstamo, el pasado 20 de noviembre, el régimen de Pinochet no sólo no había hecho ningún progreso hacia la democracia sino que incluso se había vuelto más autoritario: había impuesto el Estado de sitio el 7 de setiembre, tras el fallido atentado contra Pinochet; cuatro de las cinco publicaciones opositoras permanecían clausuradas; después de dos meses de la brutal muerte de cuatro opositores, entre ellos el periodista José Carrasco, el juez encargado de las investigaciones aún no había establecido cómo se les dio muerte (a pesar que los cuatro cuerpos fueron hallados baleados) (NA, Oct. 16, 1986).

Sin embargo, a pesar de todos estos hechos, EE.UU. sólo se abstuvo en la votación del BM y el préstamo fue aprobado por una escasa mayoría del 51 por ciento.

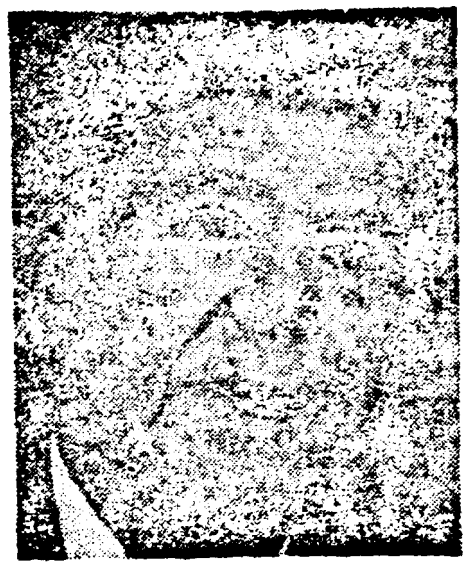
A menos de un mes después, en la Asamblea General de la ONU, EE.UU. fue uno de los cinco países (incluído Chile) que votó contra una resolución condenando las continuas restricciones en las libertades cívicas y las violaciones a los derechos humanos en Chile.

Muchos miembros de la oposición chilena están desanimados por los cambios en la posición estadounidense. Luis Maira, dirigente del partido Izquierda Cristiana y experto en las relaciones EE.UU.–América Latina ubica el incidente en un contexto más amplio de la estrategia de Reagan hacia Chile.

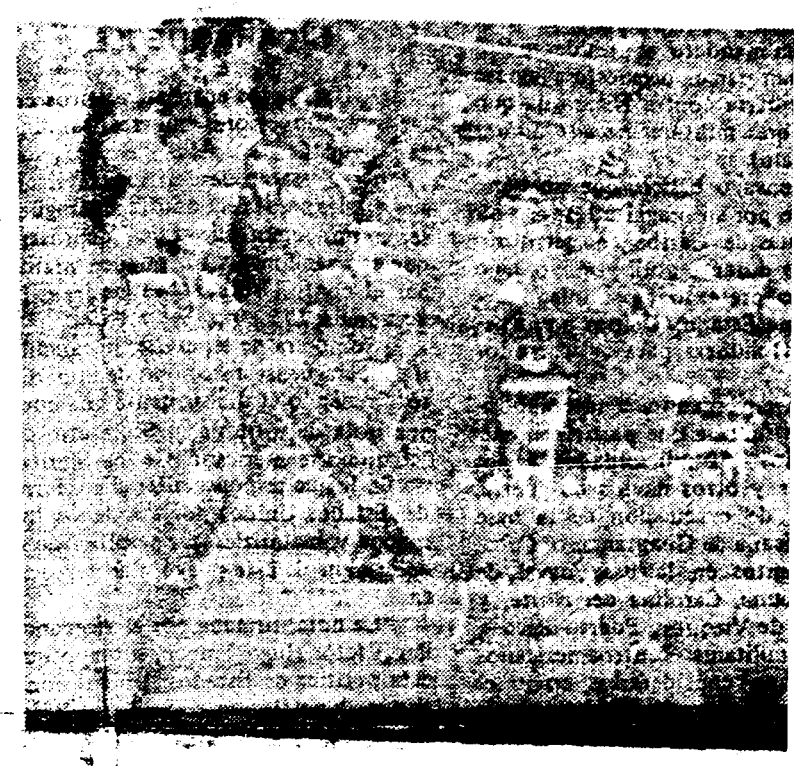
## FASES DE LA POLITICA EE.UU.

Maira distingue tres fases en la evolución de la política estadounidense hacia Chile. La primera, que se inicia en 1980 y culmina a mediados de 1982, tenía como objeto "contener el expansionismo soviético" y "tratar a los amigos como amigos y a los enemigos como enemigos". Jean Kirkpatrick, en ese entonces embajadora de EE.UU. en la ONU, hizo la distinción ideológica necesaria entre gobiernos autoritarios y totalitarios haciendo de los "autoritarios" aceptables aliados en América Latina.

En la segunda fase, que comienza después de la guerra de las Malvinas y de la caída de la dictadura militar argentina, Reagan opta por respaldar la ola de gobiernos democráticos que surgen en Bolivia, Argentina, Brasil y Uruguay. Chile y Paraguay quedaron como aislados "casos especiales" en la región y oficiales de carrera del Departamento de Estado presionaron con éxito para que Washington brinde un mayor apoyo a los partidos chilenos de oposición.



Las Fuerzas Armadas son mantenidas por Reagan para controlar el "cambio" en Chile.



Pero al tomar esta decisión, Reagan enfrentó dos problemas: el primero, el hecho de que la izquierda chilena, particularmente el Partido Comunista es fuerte y, desde la perspectiva de Washington, un peligro para la estabilidad política. En segundo lugar, las políticas económicas del régimen de Pinochet tenían la aprobación de las instituciones financieras internacionales.

Pero también estaba la amenaza de una creciente polarización y la cada vez más desprestigiada imagen internacional de Pinochet. Washington respondió optando por una política de cambio gradual.

Fue por ello que durante este período, el Departamento de Estado dio un respaldo cada vez mayor a los partidos de oposición. En agosto de 1985, Washington felicitó la formación de la coalición opositora burguesa, Acuerdo Nacional, que reúne a 11 partidos. Harry Barnes, un respetable diplomático fue enviado en noviembre como embajador a Santiago; hizo contacto con diversas figuras de oposición y grupos de derechos humanos así como con dirigentes empresariales. En febrero de 1985, la administración Reagan tuvo una de sus posiciones más duras al condenar firmemente en la ONU la situación de los derechos humanos en Chile.

Pero en julio de 1986 Pinochet anunció que esperaba mantenerse a la cabeza del gobierno después de 1989 y en los días siguientes confirmó que no habrían reformas a la Constitución.

Como resultado de esta posición, la administración Reagan optó por una tercera fase en relación a su política con Chile. El razonamiento era simple: si Pinochet plancaba ser reelegido a toda costa, entonces el cronograma político – según el cual Pinochet saldría en 1989– ya no era más relevante. Las presiones estadounidenses deberían incrementarse para sentar las condiciones para una transición pacífica.

## PLANES DE TRANSICION DE EE.UU.

El programa de EE.UU. para el retorno a la democracia tenía tres etapas:

– Sacar a las Fuerzas Armadas del gobierno y reemplazarlas por civiles.

– Crear un bloque de apoyo con partidos "moderados" que tengan una amplia base social entre las federaciones sindicales, estudiantiles, campesinas y de poblaciones marginales que puedan garantizar un programa económico aceptable para el sector privado.

– Mantener a las Fuerzas Armadas alertas, supervisando la transición y autorizándolas a actuar en caso de que el proceso amenace con radicalizarse.

Según Maira, este programa conduce a lo que el Departamento de Estado llama "democracias viables". En los casos en que se ha puesto en práctica (El Salvador y Honduras), la transición ha sido orientada a permitir una serie de elecciones "de prueba" –para una Asamblea Constituyente, por ejemplo– antes que el poder sea entregado definitivamente a un presidente y a un congreso. Esta etapa también da tiempo para ponerse de acuerdo en relación a un candidato presidencial potable.

La existencia de este plan, afirma Maira, constituyó un importante elemento de cambio en la escena política chilena a lo largo de 1986. El plan también explica la decisión del Partido Demócrata Cristiano, asumida en julio pasado, de romper el diálogo con el Movimiento Democrático Popular (MDP), la coalición de izquierda.

El descubrimiento, en agosto último, de grandes depósitos clandestinos de armamentos del Frente Patriótico Manuel Rodríguez, grupo armado ligado al Partido Comunista, forzó a los democristianos y a Washington a reconocer que sectores del Partido Comunista están organizando un conflicto armado de largo alcance.

Diplomáticos de EE.UU. sin embargo, mantienen el convencimiento de que el camino más peligroso es que Pinochet continúe su cruzada anticomunista y sostiene que la fin de prevenir que se increme lencia es asegurando una tra gociada y pacífica que ofrez das garantías a las FF.AA. fica fortalecer su influencia rior de ellas, especialmente to. Ello también implica el tunar a los mandos militar tos "anti Chile" en las orga internacionales. Noticias Ali

01.01

8705361

106

el Día 9/6/87

# Matthei objetó que se apoye la "reelección" de Pinochet

(CHILE)

SANTIAGO. — El general Fernando Matthei, comandante en jefe de la Fuerza Aérea de Chile (FACh), consideró ayer como "inconveniente" las declaraciones de altos jefes militares y autoridades de gobierno en favor de que el presidente Augusto Pinochet continúe en el poder hasta 1997.

"Creo que es absolutamente inconveniente", dijo Matthei, miembro de la Junta Militar, al ser consultado en rueda de prensa sobre estas declaraciones, formuladas por el secretario general de gobierno, Francisco Cuadra, el director de la Escuela de Infantería, coronel Luis Cortés Villa y otros altos funcionarios.

La posibilidad de que Pinochet siga en la presidencia se basa en que los altos mandos militares, representados en la Junta de Gobierno, deben proponer un candidato cuyo nombre será sometido a un plebiscito en 1989, cuando expire el mandato del jefe de estado que consumó en 1973. La Constitución promulgada por el régimen permite que el general Pinochet postule a continuar en su cargo.

"No es conveniente que en este momento autoridades de gobierno estén ya señalando nombres. Eso nos deja descolocados a los miembros de la Junta y no es aceptable", agregó Matthei.

El comandante en jefe confirmó asimismo que en 1989 proyecta retirarse de la Fuerza Aérea para "darle oportunidad a los generales nuevos", porque no desea "aferrarse" al cargo.

## Joven quemada

Carmen Gloria Quintana, una de los dos jóvenes chilenos presuntamente quemados por una patrulla militar, llegó ayer a esta capital para declarar ante la Justicia Militar, a tres semanas de que se cumpla un año del incidente, dijeron fuentes judiciales y testigos.

En esa oportunidad también resultó quemado Rodrigo Rojas, un joven chileno con residencia en Washington, que murió tres cinco días de agonía.

Quintana, que se trasladó el año pasado a Canadá para someterse a tratamiento médico y psicológico a causa de las quemaduras que sufrió en el 60 por ciento de su cuerpo, arribó acompañada de familiares a las 12 horas, en un avión procedente de Montreal.

Héctor Salazar, abogado de Quintana y de la familia de Rojas, dijo que la muchacha se presentará mañana ante el fiscal militar Erwin Blanco. Agregó que supuestamente participará, junto a otros testigos, en una reconstrucción del hecho.

Quintana, de 19 años, asegura que ella y Rojas fueron deliberadamente rociados con combustible y luego quemados por una patrulla militar el 2 de julio de 1986 durante una protesta opositora al gobierno del general Augusto Pinochet.

01.01

8705441

TEMA: P.E.I N: 006/B/DE/87. (Adq Material del Agremiado Chile.

PROCEDENCIA: EHE del 28/7/87 Doc. 0430/87

ARCHIVADO EN: P.E.I (084)

01.01 8705489

ARCHIVAR EN: Chile (106)

TEMA: Parte Especial de Información N: 009/B/DE/987 (Adq Material del Agremiado Chile Brasil y Panamá)

PROCEDENCIA: EHE 28/7/87 Doc 1091/87

ARCHIVADO EN: P.E.I (084)

01.01 8705490

ARCHIVAR EN: CHILE (106)

TEMA: Parte Especial de Información N: 018/B/DE/987 (Adq Material del Agremiado Chile.)

PROCEDENCIA: EHE 28/7/87 Doc. 0854/87

ARCHIVADO EN: P.E.I (084)

01.01 8705491

M.E.B.

ARCHIVAR EN: CHILE (106)

TEMA: Parte Especial de Información N° 004/B/DE/987. (Adj) (material del agremial)

PROCEDENCIA: EME 28/7/87 Doc. 0437/87

ARCHIVADO EN: P.E.I (084)

01.01 8705492

M.E.B.

ARCHIVAR EN: Chile (106)

TEMA: Parte Especial de Información N° 008/B/DE/987 (Adj material del agremial)

PROCEDENCIA: EME 28/7/87 Doc. 0438/87

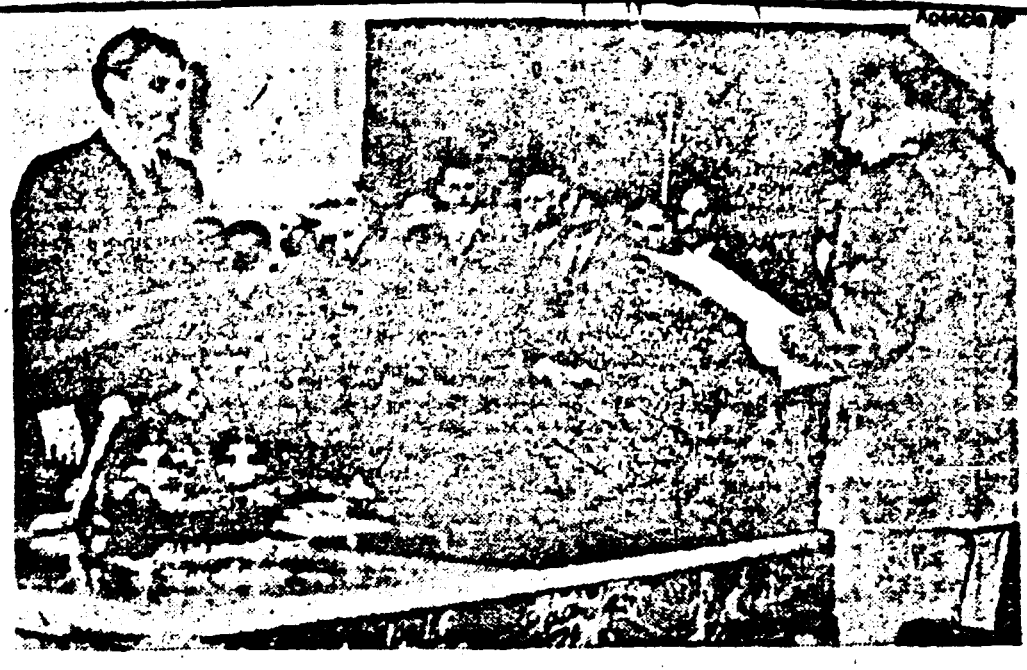
ARCHIVADO EN: P.E.I (084)

01.01 8705495

RS

CHILE 106





Pinochet toma juramento al nuevo ministro del Interior, Sergio Fernández. Der.: el canciller Ricardo García.

***El cambio de siete de los ministros de su gabinete parece marcar la consolidación del aparato con el cual el general Augusto Pinochet encarará su postulación a un nuevo período de gobierno. El regreso a la cartera de Interior del artífice de la Constitución del '80 es, para la oposición, un signo de endurecimiento del régimen y un intento de perpetuación de su líder.***

## CHILE: EL NUEVO GABINETE FORTIFICA PLANES CONTINUISTAS

# Pinochet, a toda máquina

A estas horas, el general **Augusto Pinochet** habrá iniciado una gira nada casual por el sur de Chile. Acompañado por siete de los ministros de su rearmado gabinete, el general de 71 años viajará 500 kilómetros hasta Concepción y, desde esa ciudad, saltará a Talcahuano —principal puerto militar— y a los empobrecidos pueblos de Arauco y Curanilahue.

Inaugurará obras públicas, entregará tres mil escrituras de vivienda a pobladores, se reunirá con jóvenes y mujeres y departirá con oficiales de la armada y personal de defensa acantonado en la zona.

En resumen, Pinochet ha puesto en marcha —según todas las evidencias— la máquina que lo lleve a continuar en el poder. El "encendido" de los motores se produjo el martes, al reestructurar su gabinete, que algunos calificaron de "gabinete de proyección" y otros "de protección", en el sentido de proteger y vitalizar sus planes de perpetuación.

Nada de lo que hará en ésta y otras giras futuras será gratuito. No lo es —en este caso— su contacto con guarniciones sureñas. Una encuesta de opinión realizada a fines del año pasado por la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), señaló que un 47 por ciento de las personas consultadas no manifestó interés alguno por la política. Un año antes, esta cifra llegaba "apenas" al 37 por ciento.

En cambio, y aquí aparece la vinculación con lo militar, la Dirección del Registro Electoral informó que después de cuatro meses de abiertos los registros, solamente un 15 por ciento del electorado potencial se anotó para participar en el plebiscito presidencial. Pero una parte importante de este porcentaje proviene de las fuerzas armadas, cuyos miembros obtuvieron el derecho a voto gracias a la Constitución de 1980 (de la que el nuevo ministro del Interior, Sergio Fernández, fue mentor) y a quienes el Ministerio de Defensa ordenó inscribirse. Todavía más, la oposición teme que el general Pinochet adelante la fecha del plebiscito, lo que obligaría a cerrar los registros en momentos en que las inscripciones favorecerían ampliamente a los votantes que respaldan las políticas del general-presidente.

No es éste el único temor opositor. El importante retoque en el equipo ministerial producido hace dos días fue obligado objeto de análisis. Lo que preocupa a la vereda de enfrente del régimen es el retorno al Ministerio del Interior, y por lo tanto a la jefatura del gabinete, del abogado Sergio Fernández.

El ex canciller **Gabriel Valdés**, presidente del Partido Democrata Cristiano, dijo que su presencia al frente del equipo de ministros "significa el endurecimiento que lleva adelante Pinochet en procura de su reelección a cualquier costo", y agregó que "Fernández ya ocupó esta cartera (1978 a 1982) en una etapa trágica y difícil que fue extremadamente negativa para el país".

Con Valdés coincidió el socialdemócrata **René Abeliuk**, quien se refirió a Fernández como ministro de una época "en que se aprobó la Constitución del '80 a través del fraude en el plebiscito, se vivió bajo estado de sitio y se cometieron grandes atropellos a los derechos de las personas".

Por su parte, el **Movimiento de Acción Popular Unitaria (MAPU, de izquierda)**, señaló que "su designación representa un monumento a la lógica de guerra y confrontación que impera en el régimen".

Coincidiendo también —aunque con menos dureza—, **Patricio Phillips**, presidente del derechista Partido Nacional, reflexionó: "Da la sensación de un endurecimiento de la línea y al mismo tiempo de un lanzamiento de la candidatura del general Pinochet".

Fernández parece, en efecto, el hombre de confianza elegido para pilotear la inminente sucesión presidencial. Su tarea sería la de unir fuerzas en torno al futuro candidato gubernamental, sea o no el actual presidente. El nuevo ministro del Interior nunca abandonó la política. Al dejar el gobierno reapareció rápidamente en los cuadros directivos de la Unión Demócrata Independiente (UDI), que en febrero de este año se unió a otras dos fuerzas conservadoras para formar el partido Renovación Nacional (R.N.). Esta derecha, con Fernández en su nuevo puesto protagónico, parece haber sido llamada a cerrar filas detrás del objetivo electoral del gobierno.

Por último, hay que decir que Fernández sigue siendo, aún hoy, presidente de la Comisión Asesora de Anteproyectos Legislativos, una virtual usina de futuras leyes políticas y económicas para implementar la Constitución vigente.

### ♦ El bueno y el malo

O también: el duro y el blando. Este es el juego que parece darse alrededor de las carteras de Interior y de Relaciones Exteriores. Fernández, el duro (o malo), ocupa el lugar que deja un blando (o bueno): Ricardo García. Mientras éste fue jefe del gabinete, impulsó la formación de listas de exiliados que podían reingresar a Chile; promulgó leyes políticas referidas a los registros electorales y al funcionamiento de los partidos políticos (con exclusión de los marxistas).

Y sucede que García sale de Interior para transformarse en canciller en reemplazo de Jaime del Valle.

La importante gestión que le cupo al canciller saliente no fue obstáculo para su remoción. El desconsiderado no a Bolivia ante el pedido de un acceso soberano al Pacífico es un posible motivo. El tema de los derechos humanos, el caso Letelier y los trágicos sucesos protagonizados por los jóvenes Rodrigo Ro Carmen Quintana, tensaron las relaciones con Es Unidos. Del Valle culminó su tarea negándose a co rrir —el viernes pasado— a la recepción oficial q embajador Barnes ofreció en Santiago con motiv Día de la Independencia de Estados Unidos.

García, un hombre de trato agradable, sino amistoso, intentará crear la imagen exterior que plete el cuadro que el gobierno necesita para sen aislamiento internacional.

Se entiende mucho menos, en cambio, el reem go Francisco Javier Cuadra (flamante ministro Gobierno) por el director del diario oficial "La ón", Osvaldo Puelma. Cuadra, de apenas 38 año dido con el miembro más joven del equipo pinoch sino uno de sus más estrechos colaboradores.

¿Defenestración o un cuidado extremo de su ra? Muchos se inclinan por lo segundo. El joven oír", a quien incluso se ha señalado como admi del obispo Marcel Lefèbvre pasa, de una virtual jef de campaña electoral del gobierno, a una pre representación diplomática ante la Santa Sede. A el propósito sea alejarlo del fuego cruzado que se cina.

En lo económico, nada indica cambios. Al co rio. El nuevo titular de la cartera, brigadier ge Manuel Concha accede a un ministerio que en tiene una importancia secundaria. Quedan firme ministro de Hacienda, Hernán Büchi.

Todavía resta saber qué rumbo tomarán la cientes manifestaciones de los comandantes Mat Merino y Stange. Dijeron preferir a un candidato sidencial civil y menor que Pinochet. No obst Matthei modificó considerablemente esa opinión semana pasada afirmó que lo fundamental no es candidato civil o militar, sino la continuidad de tuni modelo socioeconómico.

¿Qué hay detrás de este paso atrás? Qué hay clusa, detrás de la frase del mismo Matthei, el mar minutos antes que juraran los nuevos ministros: turalmente, 1989 se viene encima y el presidente gobierno tratan de proyectarse más allá de ese a buscar las personas más adecuadas para hacerlo presidente y el gobierno buscan... Ese distanciamie del jefe de la fuerza aérea al referirse a su presiden su gobierno, abre uno de los tantos interrogantes comenzarán a encontrar respuesta en algún tie

Carlos Ferre

01.01

8705665

DER SINDICAL VIVIRA EN AUSTRALIA

# Renunció Seguel y se va de Chile

José Seguel, líder minero chileno

**Tras aclarar que no había causales políticas en su decisión, el líder sindical Rodolfo Seguel anunció ayer que en pocos días abandonará el país para radicarse en Australia, "para dedicarme a mi familia y cuidar por su estabilidad".**

SANTIAGO, Chile, 2 (AFP, ANSA, AP, DPA, EFE y UPI). — Rodolfo Seguel, el sindicalista chileno que lideró masivas protestas ciudadanas contra el régimen militar del general Augusto Pinochet, anunció hoy que abandonará su país por razones familiares.

En una conferencia de prensa ofrecida en el edificio del Comando Nacional de Trabajadores (C.N.T.) que presidía, Seguel, de 33 años, anunció su renuncia a esa conducción sindical y su posterior viaje a Australia: "He optado por hacer un giro en mi vida para dedicarme a mi familia y cuidar por su estabilidad", dijo.

El gremialista, surgido a la jefatura nacional sindical por sus actividades en la estatal Corporación del Cobre (Codelco), aclaró que su decisión no tiene causales políticas, sino estrictamente personales y familiares. Anunció que dentro de los próximos quince días emprenderá su traslado, con idea de residir en Australia "por lo menos hasta 1989", junto a su esposa y sus dos hijos, de once y doce años.

"No me arrepiento de lo que hicimos y hoy, en el momentto del alejamiento, creo que en el Comando (el C.N.T.) son muchos los que pueden levantar banderas en contra de una dictadura personalista que pretende perpetuarse en el poder con técnicas de terror colectivo y el fraude electoral", dijo Seguel.

Integrante del Partido Demócrata Cristiano chileno, Seguel ya había dejado hace un mes, con permiso provisional, la titularidad del C.N.T., a la que hoy renunció en forma indeclinable. "La represión y la fuerza no doblegarán nuestra vocación libertaria", dijo en la rueda con los periodistas.

La mesa directiva del C.N.T. declaró que la renuncia de Seguel cierra una importante etapa en el sindicalismo chileno: "El simbolizó la renovación y la reconstrucción del movimiento de los trabajadores chilenos, después de la demolición de la dictadura militar", destacó Federico Mujica, del gremio de empleados privados.

El C.N.T. que Seguel presidió por más de tres años (ver nota en esta misma página) será ahora dirigido interinamente por el vicepresidente del organismo, Manuel Bustos.

**♦ *Jóvenes quemados***

Al cumplirse un año del episodio en que dos jóvenes fueron quemados durante una manifestación opositora, el Departamento de Estado norteamericano criticó hoy al gobierno chileno por demorar las investigaciones en torno a ese y otros hechos donde aparecen involucrados efectivos de las fuerzas de seguridad.

La joven Quintana, quien denunció que ella y Rojas fueron rociados premeditadamente con combustible por los militares, reafirmó hoy esa acusación con una inscripción que hizo en un muro cercano al lugar donde ocurrieron los hechos, hace un año. "Justicia para Rodrigo y para mí", escribió la muchacha con pintu

# El ocaso previsible

Seguramente en aquel fulgurante inicio de su liderazgo —tan sorprendente como su anuncio de ayer—, en las jornadas de lucha de 1983, el dirigente minero chileno Rodolfo Seguel no alcanzó siquiera a imaginar que debería terminar como un emigrante más, sin que mediara expresa, o conocida, decisión del régimen militar de Augusto Pinochet de exiliarlo.

El anuncio de su próxima radicación en Australia parece un trágico anuncio de un fracaso personal, pero también de una determinada concepción de la oposición al régimen para la cual los espacios se estrechan día a día.

Seguel —una suerte de recién llegado a la lucha sindical y política, con una relación de pertenencia algo más antigua pero apenas poco más que pasiva con la democracia cristiana— había querido expresar el método de la moderación consecuente en el enfrentamiento con Pinochet.

Como empleado administrativo de la mina de cobre El Teniente, en Rancagua, su inserción en la práctica sindical fue solo tardía. Coincidió con la progresiva pérdida de consenso de la dirigencia de su gremio, la Confederación de Trabajadores del Cobre, estrechamente ligada al régimen militar desde el mismo golpe de setiembre de 1973, a medida que la crisis del modelo monetarista comenzó a profundizarse a partir de 1982.

En un vertiginoso proceso, Seguel pasó de delegado a presidente del sindicato local de El Teniente, en enero de 1983. Apenas un mes más tarde, a mediados de febrero, en un marco de notorio vacío de liderazgo de los 27 mil trabajadores del cobre, resultaba designado presidente de la C.T.C. con apenas 29 años y todo su inexperiencia.

Desde entonces —a caballo de la extensión del descontento contra el régimen y la presión de las bases mineras—, se convirtió en el organizador y ejecutor de las "jornadas de protesta" que mes a mes, en aquel año 1983, lograban jaquear seriamente al régimen al costo de afrendar en cada una la vida de muchos trabajadores o estudiantes.

La iniciativa de Seguel derivó rápidamente en el primer gran intento de reestructuración de una central sindical desde el momento del golpe, a través de la creación del Comando Nacional de Trabajadores del que fue inmediatamente designado presidente.

En principio, su propuesta ganó el apoyo de los aparatos de la oposición partidaria, e incluso de los sectores empresariales a los que la crisis había obligado a romper con Pinochet.

Paralelamente —luego de la derrotada huelga minera del mes de junio—, el régimen inició una persistente campaña destinada a neutralizar jurídica y políticamente el sostenido ascenso de Seguel a la categoría de líder de dimensión nacional, iniciada con una larga detención que solo logró fortalecerlo.

Naturalmente desconfiado de las pretensiones de los partidos —incluso de las de la democracia cristiana— de dar el conducción a las protestas populares, Seguel debió rápidamente cuidarse también de algunos de sus compañeros de la conducción minera a los que el régimen había conseguido reclutar a sus filas, como el vicepresidente de la C.T.C. Hugo Estivales.

El año pasado, tras un virulento ataque verbal contra su persona por parte del régimen, un intento de acto de desagravio solo consiguió juntar algo más de una docena de personas.

Ahora —cuando el régimen agudiza la violencia represiva—, Seguel se había quedado sin trabajo, sin consenso y, por lo tanto, sin ningún marco protector.

CHILE

8705673

01 . 01

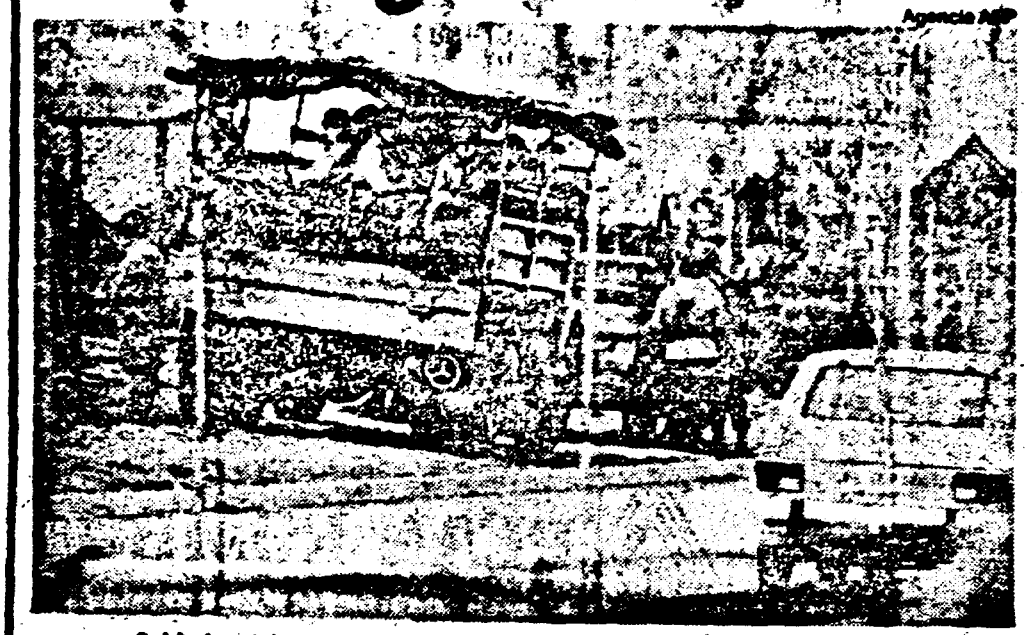
106

CHILE

Clarín 4/07/87

# Pinochet, enfrentado con la Iglesia Católica

Agencia AP



Soldados chilenos llegan a la población Estrella de Macul, al sudeste de Santiago, para efectuar allanamientos en busca de armas.

SANTIAGO (Chile) 3 (ANSA y AP). — Las relaciones entre la Iglesia Católica chilena y el gobierno del general Augusto Pinochet ingresaron en un nuevo período de fricciones, a partir de reclamos efectuados hace dos días por el arzobispo de Santiago, Juan Francisco Fresno, por allanamientos efectuados en barrios periféricos, a los que el titular del régimen militar respondió ayer acusando a la Vicaría de la Solidaridad y a "algunos señores de credos religiosos" de condenar "sólo las muertes de izquierdistas".

El presidente Pinochet aludió, en su discurso, a la muerte de cinco de sus guardias en el fallido atentado en su contra del pasado mes de septiembre. "A estos hombres y a sus familias" —dijo— "no los ha defendido la Vicaría y otros caballeros no han dicho nada al respecto".

Se refirió luego a la muerte de doce presuntos insurgentes abatidos en tiroteos con fuerzas de seguridad hace menos de un mes. Sin mencionar a nadie por su nombre, dijo Pinochet que los representantes de la Iglesia Católica adoptaron conductas diferentes en relación a ambos hechos.

En críticas a la católica Vicaría de la Solidaridad, que se preocupa de derechos humanos, señaló que representantes de credos religiosos defienden a los acusados de extremismo o de acciones violentas y subversivas, en vez de hacerlo con los efectivos militares caídos en enfrentamientos con esos sectores.

"Los uniformados muertos [...] todo el respeto de Chile", agreg[...] lando que sin embargo los repre[...] tes de la Iglesia sólo efectúan su[...] na "cuando cae un criminal".

Pinochet aludió a una deci[...] del arzobispo de Santiago, Juan [...] cisco Fresno, quien hace un me[...] "exhaustiva investigación" sob[...] sedios que el gobierno calificó [...] frentamientos, mientras que or[...] ciones de derechos humanos de[...] ron que los presuntos subve[...] muertos fueron abatidos a tiros [...] hubieran presentado resistencia.

Fresno volvió a reclamar, ha[...] días, en relación con allanam[...] practicados esta semana en vari[...] rrios de la periferia de Santiago, [...] procedimiento habitual de acord[...] zona mientras agentes policiales [...] tran viviendas e interrogan a los [...] dores.

El vicario general del arzob[...] capitalino, Cristian Precht, deci[...] conferencia de prensa que estas [...] ciones "aterrorizan" a la poblac[...] calificó como "discutible" el he[...] que se realicen periódicamente.

El gobierno informó que los a[...] mientos se efectuaban por órdenes [...] ciales, en busca de armas y explos[...] a fin de neutralizar "actividades [...] ristas", mientras que el ministro [...] fensa, Patricio Carvajal, afirmó [...] habían hallado armas en recinto[...] giosos, aunque no dio detalles.

01 . 01

8705682

# El gobierno chileno acusó a EE.UU. d "injerencia" en sus asuntos internos

*El embajador norteamericano en Santiago, Harry Barnes, fue convocado ayer por el canciller Jaime del Valle, quien le manifestó el malestar del gobierno chileno por recientes declaraciones de funcionarios del Departamento de Estado, que fueron calificadas como de "clara injerencia en los asuntos internos" de Chile. Pinochet, el presidente, Augusto Pinochet, se refirió en duros términos a la Iglesia Católica, en aparente respuesta a reclamos del Arzobispado de Santiago sobre allanamientos efectuados esta semana en barrios populares de esa ciudad.*

SANTIAGO, Chile, 3 (AFP, ANSA, AP y Reuter). — El gobierno chileno acusó al Departamento de Estado norteamericano de propiciar "una clara injerencia en asuntos internos" de este país, y al respecto expresó "preocupación y rechazo" ante recientes declaraciones en las que altos funcionarios estadounidenses formularon críticas contra el régimen del general Augusto Pinochet.

Un comunicado de la Cancillería chilena fue difundido esta tarde en el mismo momento en que el embajador de Estados Unidos, Harry Barnes, concurría a la sede de Relaciones Exteriores, convocado por el ministro Jaime del Valle. En la reunión se informó a Barnes sobre las razones que originaron el malestar del gobierno de Chile, referidas a comentarios realizados esta semana por el secretario de Estado Adjunto para Asuntos Interamericanos, Elliott Abrams, y por la portavoz del Departamento de Estado, Phyllis Oakley.

Del Valle planteó también, según fuentes de la Cancillería, la disconformidad del gobierno respecto de expresiones del propio diplomático norteamericano, quien hace pocos días hizo pública su decepción por el no esclarecimiento del asesinato del ex canciller Orlando Letelier.

Al abandonar esta mañana la sede de la Cancillería, el embajador Barnes, quien está próximo a viajar a Estados Unidos, sostuvo que "es legítimo que un gobierno pueda exponer sus preocupaciones e inquietudes frente a la situación de este país". Barnes se refirió también a la falta de esclarecimiento del episodio en el que dos jóvenes fueron quemados por una patrulla militar, hace un año.

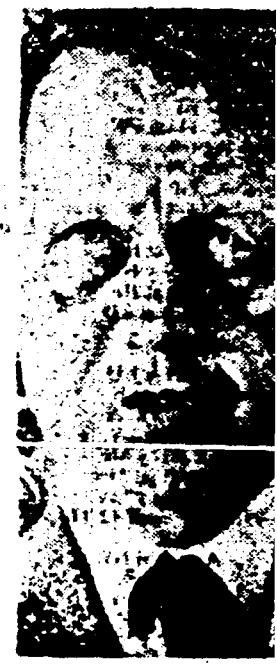
♦ **Duras críticas**

Comentarios sobre la inoperatividad de la justicia chilena fueron vertidos el jueves último por la portavoz Phyllis Oakley, quien acusó al gobierno de Santiago de dilatar la investigación sobre la muerte del fotógrafo Rodrigo Rojas, quemado vivo hace un año durante una jornada de protesta, junto a la joven Carmen Gloria Quintana, quien sobrevivió a graves quemaduras. "La norma en Chile continúa siendo que los opositores al gobierno son vigorosamente perseguidos, en tanto que las investigaciones oficiales en materia de abusos de autoridad rara vez rinden resultados", dijo Oakley.

Dos días antes, Elliott Abrams había abordado en un discurso el tema chileno, abogando por el restablecimiento de la democracia y por el respeto a los derechos humanos en este país.

Abrams manifestó la preocupación de los Estados Unidos por una coyuntura en la que "Chile podría llegar a una democracia tanto como a una confrontación, a un caos que acompañaría a un gobierno cuya legitimidad es ampliamente cuestionada".

El vocero de la Cancillería Ulderico Figueroa, leyó el comunicado oficial en el que se alude a "las referencias negativas sobre aspectos de la política interna chilena" hechas por Abrams, y a "las infundadas apreciaciones" difundidas por la portavoz Oakley. "El Ministerio de Relaciones Exteriores —dice la nota— se ve en la necesidad de rechazar los injustos



planteamientos de ambos funcionarios, que constituyen una clara injerencia en asuntos internos de Chile".

Figueroa, tras dar a conocer el comunicado, señaló que las declaraciones de los funcionarios norteamericanos "atentan contra el principio de no intervención en los asuntos de otros estados", y reflejan un desconocimiento del "proceso institucional que está siguiendo el gobierno chileno" en el camino de transición a la democracia.

01.01

8705683

# Agitacion estudiantil en Chile, detenciones

Santiago, 25 (ANSA y UP) – Diez estudiantes sufrieron heridas de balines disparados por la policía, mientras que otros doscientos, en su mayoría universitarios, fueron arrestados ayer en el curso de manifestaciones en Chile, las más graves por su violencia, ocurridas en provincia.

Este es el balance elaborado tomando en cuenta informaciones extraoficiales de Santiago, Valparaíso y Concepción, las ciudades más importantes de este país.

Estos hechos se produjeron dentro del primer día de paro nacional convocado por el opositor "Consejo de Federaciones de Estudiantes", manifestación que, sin embargo, no fue acatada por la gran mayoría de los alumnos.

El movimiento, que demanda más recursos para las altas casas de estudios y créditos para los estudiantes, continuará hoy.

Los sucesos más graves ocurrieron en Concepción, a quinientos kilómetros al sur de Santiago, donde su universidad paralizó sus actividades.

Allí en las manifestaciones callejeras fueron heridos con balines policiales, según se informó, diez estudiantes, mientras que otros sesenta y cinco fueron detenidos. De éstos, seis serán procesados por atacar a las fuerzas policiales con "bombas molotov".

La policía por su parte para hacer frente a los estudiantes empleó también bombas lacrimógenas y carros hidrantes.

En V[illegible], a ciento veinte kilómetros de Santiago, los arrestados en incidentes callejeros fueron siete y se informa que los estudiantes provocaron desmanes lanzando sillas y mesas a la calle, siendo repelidos mediante carros lanza-agua de la policía.

En la capital los incidentes se concretaron en diferentes sedes universitarias con un saldo, según versiones de prensa, de unos setenta alumnos del "Instituto Profesional de Santiago" quienes habían ocupado el local del establecimiento.

## Permiten el regreso de más exiliados

En tanto el gobierno dio a conocer hoy una nueva lista de 22 exiliados chilenos a quienes se les permitirá regresar al país.

En la nómina dada a conocer por el ministro del interior, Ricardo García, no figura ningún dirigente político opositor.

Según las cifras oficiales, aún tienen prohibición de regresar a Chile, 529 personas, en su mayoría dirigentes políticos durante el gobierno del presidente Salvador Allende, derrocado por un golpe militar en 1973.

La Iglesia Católica ha asegurado que después del derrocamiento del gobierno de Allende, unas 220 mil personas han abandonado el país por motivos políticos.

## Desmentida

Por otra parte, el ministro de relaciones exteriores, Jaime del Valle, desmintió terminantemente que se haya autorizado a los Estados Unidos para usar el desierto de Atacama para experimentos con misiles crucero.

El canciller descartó también como "sin base" otra denuncia publicada por el vespertino paceño "Ultima Hora" según la cual se habría aceptado la utilización de aguas territoriales chilenas en el océano Pacífico como basurero nuclear.

La versión procedente de La Paz indicó que Chile había autorizado a los Estados Unidos para utilizar el desierto de Atacama en sus pruebas de cohetes Crucero y las aguas territoriales para verter desechos nucleares.

Los conceptos estarían contenidos en una carta que el jefe de estado chileno, general Augusto Pinochet, habría dirigido al embajador de este país ante la Casa Blanca, Hernán Felipe Errázuriz, según la noticia publicada en La Paz.

01.01

8705791

FICHAJE CHILE

106

Buenos Aires, domingo 15 de marzo de 1987 ★ · CLARIN

Agencia AFP

Carlos Camus, obispo de Linares, Chile.

# El obispo Camus, un crítico muy "duro"

SANTIAGO, Chile, 14 (AFP). — De carácter jovial, rostro sonriente y miembro de una familia católica de 11 hermanos, Carlos Camus nació hace 60 años en Valparaíso, el mismo puerto de la costa chilena donde nació el general Augusto Pinochet. Estudió allí en el Colegio de los Padres Franceses, donde también cursó sus primeras letras el jefe del Estado: ambos, enfrentados días atrás en la más sonada controversia de los últimos tiempos.

En 1957, Camus fue ordenado sacerdote y en 1968 —a los 41 años— el papa Paulo VI lo designó obispo de la norteña ciudad de Copiapó, hasta que sobrevino el golpe militar que derrocó al presidente constitucional Salvador Allende, el 11 de setiembre de 1973.

Así como cambió la vida del país, el camino del joven prelado también tomó otro curso: la Conferencia Episcopal lo trasladó a Santiago, donde se situaría en el centro de los conflictos que surgían de la nueva situación en calidad de obispo auxiliar, y colaborador directo del cardenal Raúl Silva Henríquez.

Desde entonces, su postura crítica frente al régimen militar fue conocida en los medios eclesiásticos, y habrán de reiterarse al interceder por la liberación de presos políticos, al hacer conocer las casas de cientos de detenidos-desaparecidos y al escuchar denuncias de torturas. Recibió, por todo ello, varias amenazas de muerte.

"Me decían: te vamos a torturar antes de liquidarte, y muchas cosas más", recordó en una antigua entrevista.

Pero fue en 1976 cuando su actitud "francamente disidente" trascendió a la opinión pública. Por primera vez, acusó al gobierno militar de violar los derechos humanos y lo comparó con el régimen de Adolfo Hitler.

"Los alemanes nunca supieron lo que había ocurrido en su país hasta que terminó la guerra", dijo por aquellos días monseñor Camus, entonces secretario de la Conferencia Episcopal de Chile.

Considerado como uno de los representantes más "duros" dentro de la organización que reúne a los 80 obispos chilenos, no adhiere abiertamente a la Teología de la Liberación pero considera que es un esfuerzo por buscar soluciones cristianas "al inmenso problema de injusticia en América latina".

En el caso particular de Chile, en una carta pastoral que emitió hace dos meses desde su diócesis de Linares, advirtió que "el diálogo ya no parece posible" y que "el único camino que queda entonces es la violencia y el suicidio nacional."

## ♦ El mayor desafío

Un signo de esa violencia —la explosión de una bomba en un edificio residencial al oriente de Santiago— fue como un detonante que impulsó a monseñor Camus a formular el 8 de marzo sus más recientes declaraciones, en su mayor desafío al gobierno.

Las versiones oficiales señalaron que, después de la explosión, un hombre y una mujer joven huyeron del edificio. La mujer, de 18 años, fue identificada por las autoridades como Paola Drago Camus, sobrina del obispo, que hasta esta semana continuaba prófuga.

En la persecución de Paola, los agentes gubernamentales arrestaron durante tres días a su hermana Claudia y el 27 de febrero allanaron los domicilios de dos hermanos del propio monseñor.

Personaje de la semana en América latina, el purpurado fue blanco de nuevas amenazas y recibió mensajes de apoyo y protección policial, después que se definió en esas declaraciones como "francamente disidente" del régimen militar y de su "inmensa inmoralidad".

Pero durante la entrevista con el diario "El Mercurio" sostuvo, además, que los autores del fallido atentado de setiembre contra el presidente Pinochet, en el que murieron cinco miembros de la escolta del general, "no tienen tanta culpa" porque ejecutaron una acción de guerra, y en el futuro "tal vez van a ser héroes".

El gobierno calificó a monseñor Camus como "apologista de la violencia" y entregó una protesta formal ante la Nunciatura Apostólica. Los ánimos, sin embargo, se apaciguaron cuando el presidente de la Conferencia Episcopal, monseñor Bernardino Piñera, aclaró que el obispo repudiaba el atentado contra Pinochet, "como repudia todo atentado contra la vida humana".

El 3 de marzo pasado, Camus cumplió 19 años desde que recibió su misión de obispo, pero no tuvo tiempo de celebrar el aniversario. La fecha lo sorprendió realizando gestiones para liberar a su sobrina detenida y salvar a su otra sobrina prófuga, porque "nunca se la entregaría a un torturador".

Este domingo, la misa en la catedral de Linares tendrá diferentes connotaciones. La Comisión de Derechos Humanos de la ciudad ha llamado a todos los fieles para apoyar al obispo. Pero la policía también estará atenta, porque así lo dispuso un Tribunal de Apelaciones que acordó medidas de protección en favor del pastor.

FICHA

01.01

8705812

RS

106



PLANTEOS E INTERROGANTES EN TORNO AL PLEBISCITO CHILENO

# ¿El "civil" será Pinochet?

***Los comandantes en jefe de la armada y de la aviación chilenas declararon, en la semana, que coinciden en la designación de un civil en el plebiscito previsto para 1989, como sucesor del general Augusto Pinochet en la presidencia. Según se afirma, esta opción descomprimiría la presión estadounidense frente a la continuidad pinochetista y a raíz de la negativa del gobierno a extraditar a los implicados en el caso Letelier.***

Agencia Reuter

Agencia Reuter

Brigadier Matthei y almirante Merino, representantes de la fuerza aérea y de la armada en la Junta Militar de Chile.

**SANTIAGO, Chile, 13 (ANSA). — La sucesión del general Augusto Pinochet por un presidente civil, planteada en coincidencia por los comandantes en jefe de la armada y la aviación para 1989, y que respeta plenamente la constitución política vigente, despertó numerosas esperanzas, interrogantes, dudas e hipótesis en Chile.**

**La postura pública asumida por dos de los cuatro miembros de la junta de gobierno —que deben designar al candidato que las fuerzas armadas plebiscitarán en 1988— estremeció a toda la estructura política y la elite de poder de Chile.**

**Observadores y comentaristas políticos mencionan algunas hipótesis, que fluyen de la preferencia por un candidato civil anunciada por el almirante José Toribio Merino y por el general Fernando Matthei, jefes de la marina y la aviación chilenas, respectivamente.**

**La primera es que para no comprometer a las fuerzas armadas "como juez y parte" en el proceso de transición a la democracia y sucesión presidencial — como dijo el general Matthei— el general Pinochet podría ser el candidato de las fuerzas armadas pero en calidad de civil, no con el uniforme de comandante en jefe de esas fuerzas armadas.**

**Otra explicación a la toma de posiciones de los dos altos jefes militares estaría relacionada con el llamado "caso Letelier", es decir, el asesinato, en un acto terrorista en 1976, en la capital de Estados Unidos, del ex canciller y ex embajador de Chile ante la Casa Blanca, Orlando Letelier.**

**El gobierno chileno no accedería a la petición del gobierno de Estados Unidos de detener y extraditar hacia ese país a dos oficiales de ejército y ex jefes de la policía secreta chilena, "Dina", a los que se desea juzgar en Washington bajo acusación de planear el atentado contra Letelier.**

**Con la perspectiva futura —a solo dos años de plazo— de un civil ejerciendo como presidente de Chile, el gobierno de Estados Unidos pensaría dos veces antes de imponer represalias económicas a Chile tras ese eventual "no" a las expulsiones. La posición del almirante Merino y la del general Matthei serviría para "descomprimir" la reacción negativa de Estados Unidos.**

**Los dos pronunciamientos reafirman la validez y vigencia total de la Constitución del año 1980, que otorga a la junta de gobierno el poder para designar un candidato a presidente, cuyo nombre será plebiscitado en 1989.**

### ♦ ¿Una contienda entre los poderes?

**Aceptar el candidato civil que postulan Merino y Matthei es aceptar a plenitud esa Constitución y está lejos, por ejemplo, de la campaña por "elecciones libres" en que están empeñados amplios grupos opositores, que desean que en 1989 el presidente sea elegido en una votación abierta, con varios candidatos. Para ello se requiere una modificación constitucional a la cual el gobierno se opone, según lo reiteró ayer el general Matthei.**

**Otra hipótesis apunta que la posición asumida por el almirante Merino el general Matthei es un primer éxito de la "campaña por las elecciones libres" pues ahora el camino para la reelección del general Pinochet enfrenta dificultades, de las cuales habría conciencia en la Marina y la Aviación.**

**El comentarista de la católica "Radio Chilena" y presidente del colegio de periodistas, Ignacio González Camus, planteó hoy que las posiciones de los jefes de la Armada y la Aviación indican que hay "un germen de contienda de poderes" en el seno del gobierno respecto a la sucesión presidencial.**

**Para el presidente de la democracia cristiana hay signos de confusión o crisis en esta disparidad frente a la sucesión como también en el cambio de postura en el plano internacional, en la crucial cuestión de la salida al mar de Bolivia.**

01.01

8705820

## Una cuestión más importante para su supervivencia que la de los derechos humanos

# ¿Cuál ha sido el resultado económico del régimen del general Augusto Pinochet?

por Bradley Graham

Santiago de Chile.- Entre los mayores logros de los que el general Augusto Pinochet hace alarde, aparte de mantener a Chile lejos de las manos comunistas, es que está reduciendo la pobreza y mejorando el estándar de vida en el país.

Pero un estudio recientemente publicado en Chile refuta esas afirmaciones y plantea interrogantes sobre el impacto real de las políticas del libre mercado que aplica el gobierno después de más de 13 años de tutela militar.

La controversia no es importante sólo para el juicio de un régimen caracterizado por los grupos de derechos humanos como uno de los más represivos del mundo, sino como un factor en el debate sobre qué postura deberían tomar Estados Unidos y otros gobiernos respecto a la economía chilena —si promoverla como modelo de una política ortodoxa y ayudarla con préstamos, o arriesgar a dañarla con sanciones tendientes a forzar una transición de la dictadura a la democracia—.

Los críticos de Pinochet dicen que su programa económico ha fracasado en ayudar a los chilenos pobres, y ha beneficiado mayoritariamente a los ricos. En los suburbios que bordean Santiago y otras ciudades importantes, los sentimientos de persecución económica van de la mano con los de opresión política.

Esto fue expresado en forma dramática el mes pasado por varios habitantes de esos suburbios, elegidos para dirigirse al Papa Juan Pablo II en su visita a Chile. Estos representantes se quejaron del gran desempleo, salarios miserables, viviendas pobres, leyes laborales injustas, falta de atención médica y restricciones sindicales.

Sus amargos comentarios señalaron las condiciones económicas como raíz del descontento con el gobierno de Pinochet. Esto es corroborado en las encuestas, que muestran que la mayoría de los chilenos catalogan a los problemas económicos como su principal preocupación, incluso más que el régimen militar y los derechos humanos.

Pinochet está enfrentando —hasta cierto punto— un dilema familiar en el Tercer Mundo: cómo imponer la austeridad económica que los banqueros internacionales alientan, sin promover problemas internos. Las primeras protestas en masa en contra del gobierno de Pinochet, en 1983, fueron inspiradas por subas de precios, no por un nuevo "castigo" de orden político.

Irónicamente, fue la esparcida insatisfacción con la economía bajo el gobierno de Salvador Allende que dio oportunidad a su derrocamiento en 1973. Sus políticas socialistas habían producido déficit fiscales, distorsiones en los precios y escasez de productos. Desde entonces, Pinochet ha intentado reducir el papel económico del Estado y promover e incentivar la empresa privada, a pesar de dos recesiones: los bajos precios mundiales por sus exportaciones y fracasos de los bancos locales han complicado sus esfuerzos de reestructura.

Los banqueros extranjeros ven favorablemente el reciente éxito chileno al obtener un crecimiento moderado con una inflación relativamente baja. También aplauden los pagos puntuales que el país realiza por los 20.000 millones de dólares de la deuda externa y el liderazgo que ha tomado en América latina en la venta de empresas públicas y en los "swaps". Como muestra de su aprecio, los banqueros han acordado recientemente permitir que Chile haga sus pagos de los intereses de la deuda una vez al año, una maniobra a través de la cual se estima que el país se ahorrará este año unos 450 millones.

Temerosos de empujar la economía chilena a la recesión, los funcionarios norteamericanos no han querido hasta ahora adoptar sanciones propuestas por algunos congresales del Capitolio y por la oposición chilena. Los funcionarios encargados dudan, además, de tomar una acción económica que pueda antagonizar a aquellas fuerzas militares y civiles del ala derecha que están siendo alentadas para formar un gobierno de transición.

¿Pero acaso vale la pena proteger el programa económico de Pinochet? ¿Realmente ha acomodado a la mayoría de los chilenos?

Las autoridades del gobierno contestan convencidos en forma afirmativa y ofrecen numerosas estadísticas para probarlo. La mortalidad infantil en Chile, por ejemplo, ha descendido a uno de los niveles más bajos en este hemisferio. Eso, dicen los funcionarios, es porque el gobierno ofrece leche gratis y atención médica para las madres, y por la proliferación de la purificación de las aguas y saneamientos.

La malnutrición ha descendido. También el analfabetismo. El desempleo se encuentra en su nivel más bajo desde el golpe: menos del 9%. Además, el porcentaje de la población chilena que vive en pobreza, según se dice oficialmente, ha bajado del 21% de 1970 al 14% de 1982.

El gobierno chileno dice además que un 65% del gasto público se destina al financiamiento de servicios sociales para eliminar la pobreza.

### ■ Contracara

No obstante, un reciente estudio realizado por José Pablo Arellano, de CIEPLAN —una entidad económica afiliada al opositor Partido Demócrata Cristiano—, contradice las afirmaciones del gobierno de que los estándares de vida han mejorado.

Arellano afirma que la producción nacional per cápita ha caído más de un 25% durante los años del gobierno de Pinochet. Asimismo, se dice que los niveles de consumo están ahora en un 32% más bajos de lo que estaban cuando Pinochet asumió el poder. Se informa que la gente consume menos de casi todos los alimentos primarios, incluyendo trigo, azúcar, arroz, carne y productos lácteos.

Arellano también informa que los asalariados que menos ganan han perdido un 40%, en comparación a lo que estaban ganando en el período 1978-81.

¿Qué sobre las afirmaciones del gobierno de que el empleo y el gasto social han aumentado?

El economista chileno atribuye el aumento del empleo en la pos-recesión a nuevos trabajos "improductivos" en el sector informal. Dice que la cifra gubernamental del gasto social per cápita es groseramente falsa. En vez de aumentar, ha decrecido un 20% desde 1970, insiste Arellano. Alega que la cifra oficial es artificialmente alta porque sólo cuenta el cambio en el gasto del gobierno central (en vez de todo el sector del gasto público) y porque es calculado en dólares (en vez de en pesos en su valor constante).

Arellano es consciente de que el gobierno ha aumentado los subsidios para la asistencia familiar, salud y vivienda en un esfuerzo para amortiguar el costo de sus políticas de austeridad. No obstante concluye que menos recursos sociales son destinados a los necesitados que al comienzo del reino de Pinochet.

Patricia Matte, que dirige las políticas sociales del gobierno, expresó que el análisis de Arellano era incompleto. A su vez, Arellano contestó que el régimen de Pinochet "no ha prestado realmente atención a los factores sociales". El debate continúa. (DPA-The Washington Post - Especial para Búsqueda).

01.01

8705831

# Chile: el cardenal Silva Henríqu ofreció dirigir una misión de p

***Dos semanas después de haber rechazado el ofrecimiento de una candidatura presidencial alternativa a la de Augusto Pinochet para 1989, el cardenal chileno Raúl Silva Henríquez anunció su disposición para asumir una misión mediadora a fin de lograr la pacificación en su país. Precisó que para cumplirla debería ser pedida por todos los sectores, incluido el régimen militar.***

SANTIAGO, Chile, 6 (AFP). — El cardenal chileno Raúl Silva Henríquez se mostró hoy dispuesto a mediar en la situación nacional, siempre que se lo pidan todos los sectores, incluido el gobierno militar de Agusto Pinochet.

En declaraciones formuladas al diario opositor "La Epoca", monseñor Silva Henríquez —quien renunció al arzobispado de Santiago en 1983 al cumplir 75 años— señaló que "no sería candidato contra otros, pero estaría dispuesto a mediar en una misión pacificadora".

El prelado recordó que recientemente los obispos hicieron una declaración "muy serena y tranquila porque desean que, en un momento dado, Chile tenga dónde recurrir para encontrar mediadores y, en los obispos, Chile puede encontrar mediadores".

De acuerdo a la Constitución de 1980, en el año 1988 los altos mandos de las fuerzas armadas deben proponer un candidato único para el período que comprenderá hasta 1997, el cual debe ser aprobado en un plebiscito para la ciudadanía.

En conversación "informal" con el matutino, en su casa de la comuna de Nuñoa, el cardenal afirmó que no sería candidato contra otros. "Pero si las fuerzas sociales y políticas me pidieran un servicio de pacificación, no me podría negar a cumplir una función mediadora."

Advirtió que "tendrían que pedírmelo todos", incluyendo los sectores de gobierno, "porque la lucha está entre el gobierno y la oposición, y por lo tanto, la mediación debe hacerse entre ellos".

### ♦ Temas por el Beagle

Monseñor Silva Henríquez —quien rechazó hace una semana la candidatura alternativa de Pinochet propuesta por sectores de la oposición— permanentemente defensor de los derechos humanos y crítico del régimen militar, indicó que todos los sectores tendrían que aceptar una mediación tal como ocurrió con la del papa Juan Pablo II en el diferendo argentino-chileno del canal de Beagle.

Recordó que el Sumo Pontífice les advirtió a ambas partes que tendrían que ceder, porque de otro modo no hay posibilidad alguna de llegar a un acuerdo.

El prelado indicó que la Santa Sede y la Iglesia Católica Chilena "no tendrían por qué obstaculizar esta fórmula si ella permitiera evitar otro derramamiento de sangre".

En la conversación con "La Epoca", el cardenal Silva Henríquez insistió en la necesidad de una salida pacífica a la crisis.

"El problema —puntualizó— es que estamos entrampados entre la soberbia de unos, la ambición de otros y la falta de amor a la patria. En eso estamos entrampados".

"Es evidente —expresó— que, después de haber hecho lo que han hecho, temen que la reacción sea violenta en contra de los militares. Yo creo que no debe ser así, que hay que buscar una solución pacífica."

Afirmó que "la democracia vale mucho" y hay que pagar el precio que ella tiene. Obviamente no podemos estar jugando sobre vencedores y vencidos, eso no debe hacerse".

"Todos, absolutamente todos —dijo—, en Estados Unidos y en Rusia, tiene miedo de que si esto no se soluciona pacíficamente, va a terminar en una conflagración mundial. Al menos así lo creen los hombres [illegible] de Estado". El cardenal acaba de [illegible] Nueva York, donde fue distinguido por su l[illegible] de los derechos humanos.

Silva Henríquez precisó que los políticos [illegible] dudas porque "no hay políticos; si no hay ci[illegible] hay políticos, y cada uno cree que tiene [illegible] dad".

Planteó que "si hubiera un par de elemen[illegible] informados, sin vicios, como se han hecho [illegible] tradicionalmente, se acaba el 90 por ciento de [illegible] mas que tienen los partidos y terminan los di[illegible]

Luego, se preguntó cómo se van a poner [illegible] los dirigentes de la oposición si no saben con q[illegible] encontrar.

Opino que si hubiera elecciones libres y [illegible] elegir un candidato, en ese momento se las pa[illegible] unidad para algo concreto. "En este mom[illegible] todos cumplimos una tarea que no existe", ex[illegible]

Agencia AP

Cardenal Raúl Silva Henríquez, ex primado de Chile. Derecha: general Augusto Pinochet, durante un acto político, el viernes.

01.01

8705875

106

La Nación 8/06/87

# Chile: en mayo la inflación fue del 1,5 %

SANTIAGO, Chile (DPA).– Un aumento del 1,5 por ciento experimentó el índice de precios al consumidor durante el mes último en Chile, informó el Instituto Nacional de Estadística (INE).

La inflación acumulada en los cinco primeros meses del año se eleva así al 9,6 %. Autoridades del equipo económico han estimado que la inflación en 1987 estará entre un 10 y un 15 %.

01.01

87058 76

106

# Santiago: detienen y expulsan a exiliadas

Clarín 29/5/83

NTIAGO, Chile, 28. P, AP, ANSA y Reu- — Tres mujeres exi- s que ayer miércoles an intentado ingresar país —durante la bre- gencia de una disposi- que las autorizaba— n expulsadas por el rno militar chileno y rcadas en un avión rcial que las condujo Buenos Aires.

periodista Gladys Di- profesora Lili Rivas médica María Isabel lama fueron retení- por la policía en el ae- erto de Santiago du- dos horas, y según aciones del abogado rto Lagos fueron tidas a un "trato vo- io" y privadas de la ilidad de ponerse en acto con sus familia- sus letrados.

co antes la Corte Su- a había aceptado una ción gubernamental pidió la suspensión oral de un fallo de la r de Apelaciones por al se autorizaba el in- o de 104 mujeres exi- s, entre las que se en- raban las tres afecta- por la expulsión de Mientras ese fallo co- vigente logró entrar a Chile la cantante Isabel Parra, hija de la folklorista Violeta Parra, pero se estimaba hoy que también podría ser expulsada si el máximo tribunal finalmente dictamina en favor de la facultad del gobierno para exiliar opositores.

A su arribo a Buenos Aires, las exiliadas enfrentaron dificultades para la realización de sus trámites de migración y para su posterior tránsito a Montevideo, debido a que la policía del aeropuerto chileno concretó la anulación de sus documentos de identidad. "Nos mantuvieron incomunicadas, sin acceso a un abogado, y nos quitaron nuestros documentos", declararon, agregando que su situación es ahora "incierta".

La autorización de regreso al país, ahora en suspenso, incluía entre las 104 mujeres a la viuda del asesinado presidente Salvador Allende, Hortensia Bussi, quien declaró hoy a una radio de Burdeos, Francia, que "una vez más el gobierno chileno ha impuesto su política a la Corte Suprema, lo que demuestra que en Chile el Poder Judicial no es independiente del Ejecutivo".

"Estoy desilusionada y consternada —afirmó la señora de Allende, de visita en Francia para participar en un acto por los derechos humanos— porque tenía la esperanza de volver a Chile. El gobierno chileno tiene miedo de las mujeres que luchan por la vida, por la democracia, la justicia y la libertad".

## Regreso clandestino

Horas después de la expulsión de las exiliadas, se presentó ante la Corte de Apelaciones el dirigente socialista chileno Gustavo Ruz Zañartú, quien ingresó clandestinamente al país y presentó ante el tribunal un recurso de amparo. El ex secretario general de la juventud del Partido Socialista es el cuarto dirigente opositor con prohibición de ingreso a Chile que cruza clandestinamente la frontera y se presenta a la Justicia.

Los tres exiliados que lo precedieron, el ex canciller socialista Clodomiro Almeyda y las ex legisladoras comunistas Mireya Baltra y Julieta Campusano, fueron relegados por las autoridades a zonas alejadas de Santiago.

El recurso elevado por Ruz Zañartú, según lo indicó su abogado Ricardo Bravo, solicita que la justicia reconozca su "derecho a vivir en la patria". Tras la presentación, el dirigente, de 39 años, se trasladó a las oficinas de la Comisión Chilena de Derechos Humanos.

Por otra parte, se informó hoy que el gobierno autorizó el regreso temporario al país del arquitecto Cristián Castillo Echeverría, hijo del ex rector de la Universidad Católica de Chile, Fernando Castillo.

El ex rector, afectado por una enfermedad terminal, había solicitado, inclusive a través de dramáticas apelaciones en medios informativos, que se permitiera regresar a sus dos hijos, Cristián y Carmen, para que pudieran compartir el resto de vida que le queda.

La disposición gubernamental indica que Cristián podrá regresar a su país por "razones humanitarias" por un período de treinta días, y que el caso de Carmen "está en estudio".

Agencia A

Hortensia Bussi, viuda del ex presidente chileno Salvador Allende, lamenta en París la revocación del fallo que le hubiera permitido regresar a su país.

01 . 01

8705880

EL PAIS 6-8-82

CHILE

RICHA

# Chile: Adelantan la Fecha de Plebiscito

SANTIAGO DE CHILE, S. (ANSA).— Un alto jefe militar del Ejército aseguró hoy que el gobierno del general Augusto Pinochet decidió adelantar en un año el plebiscito que debía realizarse aquí en 1989, en base al candidato único designado por la Junta Militar de gobierno.

El anuncio lo formuló el general de Ejército y Jefe Militar de la ciudad de Concepción, la tercera en importancia del país, Eduardo Ibáñez, quien en un acto público declaró que "estamos a doscientos días hábiles del plebiscito".

Medios locales identifican al general Ibáñez como un cercano colaborador del general Pinochet. Se agregó que el anuncio de Ibáñez podría ser el primer indicio de que el plebiscito podría realizarse en marzo próximo.

De acuerdo a la Constitución vigente, la Junta Militar de gobierno debe designar al candidato único para el plebiscito. Si la ciudadanía rechaza al candidato, se prolonga por un año más el período del general Pinochet, y si lo aprueba asume como nuevo jefe de estado el candidato oficial.

El hecho es el centro de la polémica política aquí, mientras entre las fuerzas oficialistas existen tendencias que impulsan la proyección del régimen y la candidatura de Pinochet (para un nuevo período) o de un cercano partidario del régimen militar, en la oposición de centro se postula la designación de un candidato para exigir elecciones competitivas.

En tanto la izquierda radical exige "elecciones sin Pinochet" y la formación de un nuevo gobierno de transición.

Por otra parte "Chile no acepta ser presionado por la vía multilateral" para tratar la "aspiración" boliviana de una salida al Pacífico, y "tanto la Organización de Estados Americanos como las Naciones Unidas son incompetentes para conocer este tema donde no hay una controversia".

El hecho es el centro de la polémica política aquí, mientras entre las fuerzas oficialistas existen tendencias que impulsan la proyección del régimen y la candidatura de Pinochet, y si lo aprueba asume

01.01

8705926

# Un diario chileno publica extensa declaración del P.C.

SANTIAGO, Chile, 19 (Reuter). — Por primera vez en casi 14 años de gobierno del presidente Augusto Pinochet, su más encarnado enemigo, el proscripto Partido Comunista, hizo pública una extensa declaración en un diario local exhortando a la oposición a realizar grandes protestas en setiembre.

La declaración, publicada como inserción pagada y firmada por ocho dirigentes públicos de la colectividad, ocupó una página y media del tabloide opositor "La Epoca"

"Todas las fuerzas democráticas debemos prepararnos desde hoy intensificar las luchas del pueblo y generar las condiciones para que el mes de setiembre sea un período de grandes jornadas de movilización".

Llamó a organizaciones laborales, estudiantiles, de pobladores y de profesionales a promover "dentro de las jornadas de setiembre, una gran movilización social por las reivindicaciones y demandas populares y por elecciones libres y democráticas".

Al mismo tiempo, fustigó a partidos opositores centristas que planean inscribirse como tales de acuerdo con una nueva ley que legaliza a estas colectividades

"Enfrentados al peligro de la perpetuación del régimen y ante el hecho de que algunos partidos de la oposición tienden a insertarse en el sistema, hacemos una explícita reafirmación de nuestra política de rebelión popular de masas, que conduce a la ruptura con las leyes y con el orden fascistas y ofrece un camino efectivo para terminar con la dictadura"

El Partido Comunista entró en la ilegalidad desde el mismo día del golpe militar que en 1973 derrocó al extinto presidente socialista Salvador Allende Cientos de sus militantes están en las listas de personas detenidas por fuerzas de seguridad y cuyo paradero aún se desconoce.

El gobierno y partidos han condenado permanentemente por usar la violencia en sus acciones y han señalado que el grupo guerrillero Frente Patriótico Manuel Rodríguez es su brazo armado.

01.01

8705940.

CHILE

# Pinochet afirma que no cederá

Agencia Reuter

Gustavo Ruz, dirigente socialista, después de regresar a Chile y presentarse ante los tribunales.

SANTIAGO, Chile, 29 (AP). — El presidente chileno, general Augusto Pinochet, dijo que no se arrodillará ante potencias extranjeras a pedir perdón "por algo que no hemos hecho", en aparente alusión a la petición norteamericana de entregar al ex jefe de la policía secreta y a uno de sus subalternos por su presunta implicación en el asesinato de un canciller chileno en Washington.

En un discurso en la sureña ciudad de Calbuco, adonde Pinochet viajó para inaugurar obras públicas, el jefe de Estado dijo: "Hay países que nos están atacando. Hay potencias que han encubierto mentiras en contra nuestra y se han ensañado como si ellos no tuvieran nada entre sus dedos. También sabemos historia y podemos entregar informaciones, muchas cosas que les afectarían más a ellos que a nosotros".

Hace dos días, el gobierno norteamericano reconoció haber solicitado al régimen de Pinochet la expulsión de Chile del ex general Manuel Contreras y del actual brigadier general Pedro Espinoza, a quienes la justicia norteamericana involucró en el asesinato, en 1976, del ex canciller Orlando Letelier y, su asistente norteamericano Ronnie Moffitt.

El caso Letelier fue reactivado recientemente en Estados Unidos, luego que a comienzos de mes un juez federal de Washington sentenció por complicidad al ex mayor Armando Fernández Larios.

La justicia norteamericana pidió la extradición de Contreras, Espinoza y Fernández, pero la Corte Suprema negó el pedido en 1978. Una fuente oficial señaló que el gobierno rechazaría la petición de expulsión de Contreras y Espinoza, quien hasta hace poco se desempeñaba en la embajada chilena en Washington.

Continuaba, entretanto, la indefinición oficial sobre los pasos a seguir con el dirigente socialista Gustavo Ruz quien regresó clandestinamente a Chile desde el exilio y se presentó espectacularmente ante los tribunales para pedir protección de la Justicia. En casos similares anteriores, la respuesta gubernamental ha sido el confinamiento.

01.01

8705961

CHILE 10/

CLARIN ... Buenos Aires, ... de ... de 1987

LAS HIJAS DEL GENERAL CHILENO ASESINADO VIENEN AL PAIS

# Vuelve el caso Prats

Archivo 1973

Carlos Prats

SANTIAGO, Chile, 23 (ANSA). — La próxima semana viajan a Buenos Aires las hijas del ex comandante en jefe del ejército chileno, general Carlos Prats, asesinado junto a su esposa en setiembre de 1974 en esa capital.

Sofía, María Angélica y Cecilia Prats Cuthbert, informaron también que un destacado abogado se integrará al equipo jurídico que en la Argentina representa a la familia ante los tribunales. El jurista chileno trabajará junto con los profesionales argentinos Luis María Bunt y Edmundo Aguirre, en el proceso que dirige el juez trasandino Juan Carlos Pigatti.

Por otra parte, en forma "confidencial" contestó las preguntas de ese juez argentino (pedidas por exhorto) el general retirado y actual rector de la Universidad de La Serena, Luis Ramírez, quien cuando ocurrió el atentado era agregado militar de Chile en la Argentina. En comunicado público, el general retirado señaló que el juez trasandino asignó el carácter de confidencial a las preguntas y respuestas solicitadas.

En tanto, el agregado militar de Chile en la Argentina hasta diciembre de 1973 (casi cuatro meses tras la caída del gobierno de Salvador Allende), coronel en retiro Carlos Ossandón, dijo que Prats le comunicó que "habría un oficial chileno averiguando datos de su vida".

Entrevistado por el diario "La Epoca", Ossandón señaló que en el Ejército Argentino "había bastante intranquilidad" por la situación en ese país de Prats: "La prueba está en que lo mataron", añadió.

Tras la llegada de Prats a Buenos Aires existía temor "porque se pensaba que habían grupos extremistas que podían actuar contra mi general. No hay que olvidar que en esos momentos estaban cerradas las fronteras con Chile, era el 15 de setiembre y en ese período la situación era difícil", señaló Ossandón.

♦ Orden de que Prats fuera atendido

El ex agregado militar chileno en la Argentina dijo que mientras ocupó el cargo "tenía órdenes desde Santiago —a través del comandante en jefe— que Prats estuviera bien atendido. Entre setiembre y diciembre estuve dos veces en Santiago con Pinochet y me preguntó por él".

Agregó Ossandón que en esos viajes a Chile "también mantuve permanentemente informado al general Augusto Lutz, director de Inteligencia, de todas mis actividades y actividades en la Argentina".

Ossandón narró que Prats enviaba saludos al jefe de Estado chileno, "y una vez me pidió que le expresara a mi general Pinochet el siguiente mensaje: «Dígale que no se tiente con la democracia»".

01.01

8705966

PS
CHILE
106



MENSAJE DE LA CONFERENCIA EPISCOPAL A LA JUNTA MILITAR

# Los obispos chilenos reclaman un urgente retorno democrátic

***La justicia social como marco imprescindible para que se concrete la reconciliación nacional fue pedida por la Iglesia Católica chilena en el texto del documento con el que dieron cuenta de la última sesión ordinaria de la Conferencia Episcopal. Los obispos solicitaron al gobierno medidas concretas para acelerar el camino hacia una auténtica democracia. También señalaron la necesidad de que los distintos sectores erradiquen las diferencias y los insultos de sus discursos habituales y el fin de "injustas discriminaciones" para permitir la participación de todos los chilenos en la vida del país.***

SANTIAGO, Chile, 23 (ANSA). — Los obispos católicos chilenos llamaron hoy al gobierno militar a "avanzar decididamente en el deber patriótico de abrir prudentemente las puertas a una verdadera democracia", al tiempo que abogaron para que en el país se "pongan fin a las odiosas discriminaciones que impiden la plena participación" y las "desigualdades" económicas que obstaculizan la reconciliación nacional.

El llamado está contenido en una declaración pública de la Conferencia Episcopal, resultado de la asamblea plenaria que los trpinta obispos de este país sostuvieron en estos días. El pronunciamiento de los prelados se fundamenta en las diversas llamadas a la reconciliación formuladas por el papa Juan Pablo II en su visita al país.

"La reconciliación nacional no admite demoras —señala el documento—; invitamos a todos los chilenos a pasar a la acción", en particular a los católicos y "también a los que no comparten nuestra fe", quienes "sienten la necesidad de un entendimiento patriótico y sensato que ponga fin al clima de odio y agresividad que tanto angustia a nuestro pueblo."

Los prelados pidieron elevar "el nivel de nuestro diálogo, eliminando de nuestro lenguaje la descalificación y el insulto. Recojamos el ejemplo del Papa, que fue escuchado con amplio respeto, porque supo decirnos verdades a todos sin ofender a nadie".

● **Justicia social**

Señalaron que "la reconciliación exige justicia social", porque "los pobres no pueden esperar; todos tenemos que compartir con sacrificio las estrecheces actuales". También los obispos chilenos afirmaron que "las políticas económicas deben incluir cada vez más la dimensión social. Si no se dan avances significativos para resolver las grandes desigualdades será difícil la reconciliación nacional", indicaron.

Los obispos católicos destacaron que "el Papa nos ha hablado de una economía solidaria y de una cultura del trabajo, temas que merecen ser estudiados en profundidad y llevados a la práctica".

Por otra parte, los obispos señalaron que "hay estructuras que obstaculizan la reconciliación. Hay que poner fin a las odiosas discriminaciones que impiden la plena participación de todos los chilenos en la gestión del bien común".

En tal sentido los prelados citaron a Juan Pablo II cuando dijo: "...Es de alentar que en Chile se lleven pronto a efecto medidas que, debidamente actualizadas, hagan posible, en un futuro no lejano, la participación plena y responsable de la ciudadanía en las grandes decisiones que tocan a la vida de la nación".

● **"Facilitar el diálogo"**

La Conferencia Episcopal llamó a "todos los chilenos a colaborar sinceramente en buscar un camino de concordia y no de violencia". Y pidió que las autoridades avancen decididamente en el deber patriótico de abrir prudentemente las puertas a una verdadera democracia y que los dirigentes políticos y sociales "vayan superando los intereses particulares en aras del bien común superior de la nación, y en respeto a los derechos del hombre, de todo hombre".

Los obispos católicos dijeron estar dispuestos a "facilitar el diálogo" en el país, pero el vocero de la Conferencia Episcopal y secretario general del Comité Permanente, Sergio Contreras, reafirmó que tal aporte será desde la perspectiva del Evangelio.

Finalmente, los prelados católicos chilenos dijeron que seguirán trabajando "con las enseñanzas del Papa, cuya palabra, siempre afirmada en Jesucristo, quiere ser portadora del mensaje del Evangelio y de sus valores universales de fraternidad, justicia, paz y libertad".

Agencia Reuter

01.01

8705970

B

ARCHIVAR EN: CHILE (106)

TEMA: P.E.I Nº 028/B/DE/387 (Adj material del Agregado de Paraguay y Chile.

PROCEDENCIA: EME del 10/8/82 Doc. 1137/82

ARCHIVADO EN: P.E.I (084)

01.01 8706017

La Prensa 25/6/87

# Insisten en Chile que el futuro presidente debería ser un "civil"

Santiago, 24 (UP y ANSA) – El jefe de la Policía chilena, uno de los cuatro miembros de la Junta Militar, se declaró partidario de que un civil gobierne el país a partir de 1989 como sucesor del presidente, Augusto Pinochet.

El director general de Carabineros (policía uniformada), general Rodolfo Stange, se convirtió así en el tercer miembro de la Junta en pronunciarse por el término del gobierno militar en ese año.

"Soy partidario de un candidato civil", dijo ayer Stange al ser consultado respecto de la sucesión presidencial.

Hace algunos días en una entrevista publicada en la revista inglesa "The Economist", el comandante en jefe de la Armada e integrante de la Junta, almirante José Torio Merino, señaló que se estudiaba la posibilidad de que el candidato sea un civil de centro-derecha que continúe la obra del actual gobierno.

La Junta de Gobierno deberá proponer al país un candidato para que gobierne a Chile por ocho años, a partir de 1989, al que los chilenos aceptarán o rechazarán mediante un plebiscito, según lo establece la actual Constitución.

Merino afirmó que el candidato a presidente deberá tener entre 52 y 53 años de edad y una fuerte personalidad capaz de efectuar la transición a la democracia.

Otro integrante de la Junta, el comandante en jefe de la Fuerza Aérea, general Fernando Matthei, apoyó a Merino. "El candidato debe presentarse de civil", dijo.

"Nosotros garantizamos que Chile va a tener un proceso, tal como lo dice la Constitución, vamos a buscar a una persona más cercana a nuestro ideal, tenemos que ponernos de acuerdo todos", afirmó Matthei.

A pesar de que el presidente, Augusto Pinochet, de 71 años de edad, ha afirmado que él no es candidato, ministros y altos oficiales del Ejército se han mostrado publicamente partidarios de que continúe en el gobierno por un nuevo período.

Esas declaraciones fueron criticadas por Matthei, quien las calificó de "absolutamente inconvenientes", agregando que las Fuerzas Armadas serán las garantes del plebiscito y que no pueden ser "juez y parte" del proceso.

Consultado el general Stange, si Pinochet podría retirarse del Ejército para ser candidato, dijo: "Cuando un funcionario que ha vestido uniforme deja de vestirlo, se trasforma en civil".

Sectores opositores han denunciado que Pinochet está en campaña electoral con giras provinciales, anuncios de construcción de viviendas populares e inauguraciones de obras públicas en diversos puntos del país.

## Pedirán la extradición

En tanto la Corte Suprema de Justicia aprobó la petición para que se demande al gobierno de España, la extradición de César Bunster, considerado cabecilla del comando que en septiembre del año pasado atentó contra el general Augusto Pinochet provocando la muerte de cinco de sus escoltas.

La solicitud será formalizada por el gobierno chileno ante el de España para que éste, a su vez, la trasmita a la Justicia y organismos policiales del país.

Según el máximo tribunal de Justicia chileno, es procedente solicitar la extradición de Bunster, al gobierno español.

El fiscal militar que investiga el fallido atentado contra el general Augusto Pinochet, coronel Fernando Torres, acusa a Bunster de organizar y adquirir los vehículos que usaron los comandos que atacaron a la comitiva del jefe del Estado chileno.

Tras el atentado, Bunster desapareció, y desde entonces fue buscado afanosamente, hasta que se lo ubicó en España.

En este mismo proceso se demandó antes oficialmente otras dos extradiciones: la de Blanca Alicia Azocar Marty, al Perú, y la de Osvaldo Gustavo Muñoz López, a la Argentina.

01.01

8706040

P5 CHILE 106

# Desactivan bombas frente al Palacio de La Moneda

Santiago, 27 (ANSA y EFE) – Fuentes oficiales de la policía chilena confirmaron que dos artefactos explosivos del tipo cohete fueron desactivados en la azotea de un banco extranjero situado frente al Palacio de Gobierno, los que presumiblemente estarían dirigidos contra la sede gubernamental.

Personal especializado efectuó un intenso operativo en el sector céntrico de Santiago, tras desactivar los artefactos instalados por delincuentes extremistas en la parte superior del Banco de Boston, según el comunicado policial.

Se indicó que "es probable que ellos estuvieran dirigidos contra el Palacio de La Moneda", posibilidad que la policía investiga.

## Ola de violencia CHILE

En tanto, catorce muertos, cuatro heridos, un ataque a un cuartel policial, paros estudiantiles y amenazas a opositores, constituyen el balance de las dos últimas semanas en Chile, ensombrecidas por la violencia.

Esta espiral de violencia comenzó el 14 de junio cuando militantes del grupo extremista marxista "Movimiento de Izquierad Revolucionaria" (MIR) efectuaron una manifestación callejera en el sector sur de esta capital, e incluso hicieron disparos al aire.

Entre el 15 y 16 de junio murieron doce prsonas cuando, de acuerdo con la versión gubernativa, se resistieron al arresto demandado por agentes de la Central Nacional de Informaciones (CNI, policía política del régimen).

Estos presuntos enfrentamientos fueron puestos en duda por la Comisión Chilena de Derechos Humanos, la Iglesia Católica, el Colegio de Abogados y todos los partidos políticos de oposición, y se ha pedido la designación de un juez especial que investigue las circunstancias en que ocurrieron estos hechos.

En la noche del 19 de junio, desconocidos dispararon contra un furgón policial en la población La Victoria, en el sector sur de Santiago, y dejaron herido a un sargento de carabineros.

En Los Angeles, ciudad situada a 513 kilómetros al sur de Santiago, la autoridad militar informó que dos supuestos terroristas que intentaban colocar una bomba en el Banco Español de esta localidad fallecieron al explotarles el artefacto antes de tiempo.

Dos medios de comunicación fueron objeto de atentados el 25 de junio: la revista anticomunista "A Fondo" y los estudios de la emisora La Voz de la Costa, propiedad de la Iglesia Católica.

La Nación 28/6/87

01.01

8706064

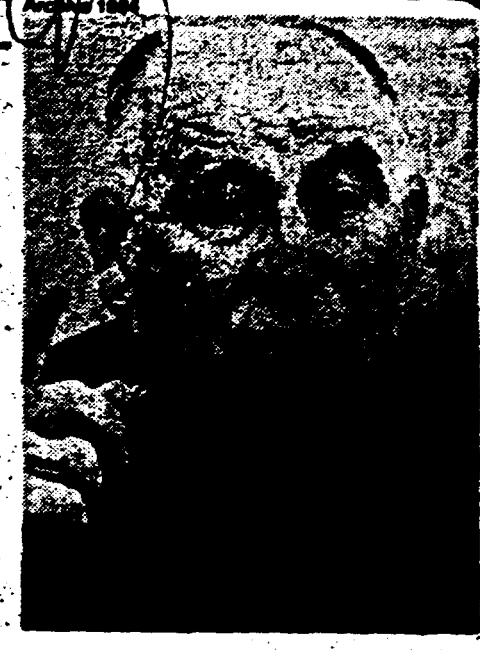
Fichaje
CHILE
Cruzar EEUU

106

CLARIN ★ Buenos Aires, viernes 29 de mayo de 1987

Archivo 1884

El cardenal Raúl Silva Henríquez, ex arzobispo de Santiago, Chile, distinguido ayer en Washington por su actividad de defensa de los derechos humanos.



CHILE

# Un premio por los derechos humanos

WASHINGTON, 28 (AFP). — El cardenal Raúl Silva Henríquez, de Chile, fue galardonado esta noche aquí por su labor en defensa de los derechos humanos en su país, y al agradecer el premio señaló que el reconocimiento constituye un estímulo para quienes lo acompañan en esa tarea "a veces con peligro para sus personas".

El cardenal recibió el segundo premio internacional de los derechos humanos, otorgado por el grupo Abogados por los Derechos Humanos Internacionales, una asociación privada que reúne a varias decenas de juristas y ex altos funcionarios del gobierno de Estados Unidos, entre ellos el ex secretario de Estado William D. Rogers y el ex secretario de Defensa y Comercio, y ex fiscal general, Elliot Richardson.

Junto a Silva Henríquez recibieron el galardón el senador Tom Warkin, autor de la llamada enmienda Warkin a la ley de ayuda exterior que prohíbe dar asistencia a los gobiernos acusados de violar los derechos humanos, y el disidente soviético Yuri Orlov, que sufrió diez años de trabajos forzados y exilio por su defensa de los derechos humanos en su país.

Orlov no asistió a la ceremonia, y el premio fue aceptado en su nombre por Ludmilla Alexeyeva, quien llevó a cabo una intensa campaña por la liberación de Orlov y otros prisioneros de conciencia soviéticos.

El premio a Yuri Orlov fue entregado por el subsecretario de Estado para Asuntos de Derechos Humanos, Richard Schifter.

En su discurso de aceptación, el cardenal Silva Henríquez recordó que Chile vivió en democracia durante 170 años. Fue —subrayó— el único país de América latina que nunca sufrió un golpe de Estado desde su independencia hasta 1973.

Señaló que ese año "la democracia desapareció" y "vino un gobierno militar que, según expresó y manifestó insistentemente, iba a establecer la libertad y la democracia en Chile, amagadas por un gobierno marxista. Desgraciadamente, las cosas no sucedieron así".

Silva Henríquez describió el trabajo de la Vicaría de la Solidaridad, creada por el arzobispado chileno en enero de 1976 para defender los derechos humanos y proteger a los perseguidos.

Desde entonces la Vicaría prestó asistencia jurídica a 300.000 personas, presentó 8.000 recursos legales de hábeas corpus, atendió 6.500 casos en los tribunales, y brindó asistencia de salud a 14.000 víctimas de la represión política, señaló el cardenal.

"Este premio, dijo Silva Henríquez, viene a respaldar la acción de una institución que ha hecho un inmenso bien en mi patria. Gracias por su reconocimiento, gracias porque esto viene también a dar ánimo y darle razón a todos los que trabajan en esa Vicaría, que son muchos, y que a veces trabajan con peligro para su persona."

01.01

8706076

LA NACION

# jornada de protesta en Chile

## Allende, fue confinado en una cárcel del
## un plan para alterar la visita papal

Almeyda (AFP)

a poderosa Confederación de Trabajores del Cobre. El sindicalista fue ...ido de la empresa estatal, y en ...portunidades ha sido encarcelado.
... las anteriores protestas han ...to aproximadamente 142 personas ...anes han sido detenidas y heridas.
... convocatoria del comando incluía ...viar a los niños al colegio, efectuar ...festaciones en el centro de San... retirarse a sus lugares a las 16 y ...ar cacerolas por la noche.
...remos por lo que hemos visto y en ...currido por industrias, que la jor... está respondiendo al llamado del ...ndo", dijo el dirigente de la organi... laboral Moisés Labraña.

### "Marzo rojo"

...A DEL MAR, Chile, 25 (AFP).- El ...o del líder izquierdista Clodomiro ...yda es parte del plan "Marzo rojo", ...o para alterar la visita que el Papa ...al país del 1º al 6 del próximo mes, ...ró el ministro secretario de Go..., Francisco Cuadra.

En conferencia de prensa, Cuadra mencionó a Almeyda como "ideólogo del violentismo" y "representante de la corriente más exaltada del antiguo Partido Socialista".

"Su ingreso clandestino e ilegal al país es demostración de la filosofía que él cree, y será en esa dimensión que el gobierno adoptará las medidas respectivas", agregó el ministro.

Almeyda, abogado y profesor universitario, vicepresidente y ex-ministro de Relaciones Exteriores y de Defensa en el gobierno de Salvador Allende (1970-1973), exiliado desde el derrocamiento de ese mandatario, ingresó subrepticiamente en Chile esta semana y, el martes, se presentó ante un tribunal civil de Santiago.

Detenido en el mismo recinto por agentes de la policía de investigaciones y de Carabineros, el político fue confinado de inmediato en un remoto pueblo del inhóspito extremo austral (Chile chico), por orden del gobierno, que aplicó un artículo constitucional transitorio que confiere amplios poderes al presidente Pinochet.

Sobre Almeyda pesaba una expresa prohibición de regreso, considerado oficialmente como un peligro para la paz y la seguridad interior.

Inicialmente se creyó que el gobierno procedería a su inmediata expulsión a algún país europeo o americano, pero la medida aparentemente fue frustrada por una orden de arraigo dictada por la Corte santiaguina, ante la cual compareció el dirigente.

El tribunal tramita un antiguo proceso por supuesta malversación de fondos por parte de funcionarios del derrocado régimen de Allende, y aunque decidió exonerar a Almeyda de toda carga, dispuso que éste permanezca en el territorio, hasta que el sumario sea cerrado definitivamente.

Líderes socialistas declararon que Almeyda regresó para demostrar su "inocencia y, "sobre todo, para reafirmar el legítimo derecho a vivir en la patria, negado por el régimen castrense".

...lladas manifestantes quemán papeles

01.01

8706084

ARCHIVAR EN: C

TEMA: Labor del PAPAL. Defe... Heterosexismo, ...

PROCEDENCIA: 30/3/...

ARCHIVADO EN: ...

ARCHIVAR EN: C

TEMA: Bustos, ...

PROCEDENCIA: Varios

ARCHIVADO EN: ...

0

(106)

Refleja el Sentimiento
Febril. Rechazo al

8706108

(106)

der Sindical

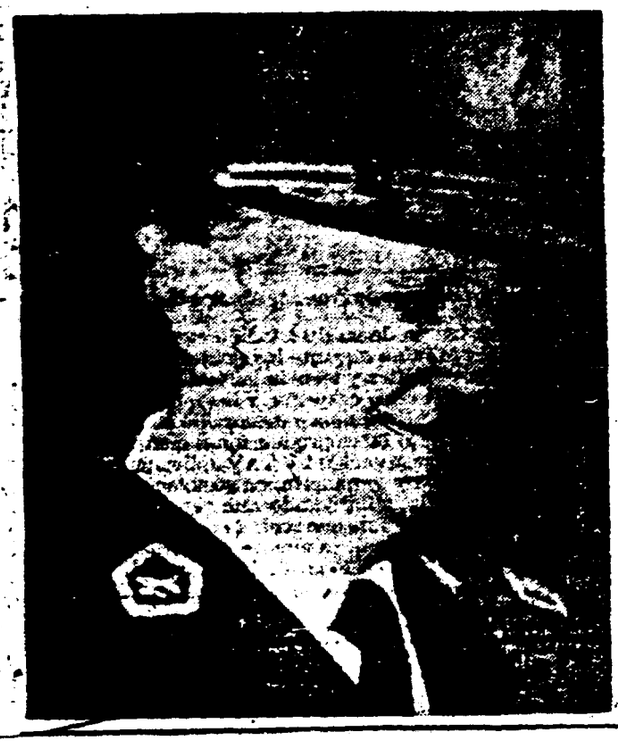
(8)

8706150



CHILE ANALIZA EL RECLAMO JUDICIAL DE EE.UU. POR EL ASESIN

# Oposición en la junta extradición del genera



*Las autoridades chilenas mantuvieron detenidas en el aeropuerto de Santiago, durante 12 horas, y luego expulsaron, a tres mujeres exiliadas que el miércoles intentaron retornar al país tras la aceptación judicial de una medida cautelar luego revocada por la Corte Suprema. Paralelamente, declaraciones del comandante del cuerpo de Carabineros, general Rodolfo Stange, parecieron pronunciar el rechazo del gobierno chileno al nuevo pedido de expulsión hacia Estados Unidos de tres oficiales implicados en el asesinato del ex canciller Orlando Letelier.*

General Rodolfo Stange, comandante del cuerpo de Carabineros de Chile.

SANTIAGO, Chile, 2
que, oficialmente, el go
limitó a informar que d
decisión el respecto de
días, hoy comenzó a in
puesta negativa al pedi
mericano de "expulsión
Unidos del general Manu
teniente coronel Pedro
derados responsables
asesinato del ex cancill
lier en Washington— tr
fuerzas del rechazo del go
del cuerpo de carabineros
lo Stange.

Según la agencia de
cial Orbe Stange —quien
militar del régimen chile
que "personalmente no
dido de expulsión; si el
buscara a un ciudadano
las autoridades de Wash
sima el pedido".

La noticia sobre la exi
de formal norteamerican
aquí por una portavoz d
tamento de Estado no
Phyllis Oakley, quien ac
za de que "el gobierno ch
de sus facultades para ne
dos personas sean juzga
Unidos; aguardamos qu
tenga bien el gobierno chi
una pública promesa de
to pronto".

**Nuevas evidencias**

Al señalar que "hasta
tenemos ninguna respuest
dido", la portavoz dio a
pedido fue formulado hac
en forma reservada, apar
antes de la sentencia dict
de mayo por un tribunal
contra el ex mayor del
Armando Fernández Lete

Este antiguo oficial re
su presentación con la jus
ricana. En su carácter d
los servicios secretos chile
Larios participó en 1976

212

01.01

87

es 29 de mayo de 1987 — CLARIN

LIER

# tar a la ntreras

planificación del asesinato de Letelier
exiliado ex canciller del gobierno del
esidente constitucional chileno Salva-
r Allende— en setiembre de ese año.
El asesinato fue consumado por el
ente norteamericano de la DINA
nombre del servicio secreto chileno en
uella época— Michael Townley a tra-
del estallido, por control remoto, de
a bomba colocada en el coche del ex
nciller, lo que también mató a su secre-
ia Ronnie Moffit.
Ya en el juicio realizado en Washing-
en 1978 —en el que fue condenado
wnley— se había pedido la extradición
general Contreras, jefe de la DINA, y
gadier coronel Espinosa, jefe de sus
mos directos.
Esa petición fue denegada según justi-
chilena, aunque con la posibilidad de
el rechazo podría ser revisado en caso
ue surgieran nuevos antecedentes en
l caso.
En sus recientes declaraciones al tri-
al de la capital norteamericana, Pe-
ez Larios volvió a señalar a Contre-
y Espinosa como los planificadores
sinato y los que dieron la orden de
rlo a cabo.
En sus declaraciones de ayer, la porta-
del Departamento de Estado señaló
ya existían antecedentes de la famil-
del gobierno chileno de "organizar el
dismo para que se cumplan los fi-
" lo que permitiría evitar un nuevo
o de extradición de Contreras y Es-
a.
Sin embargo, en esta oportunidad, se-
ceros de la Casa Blanca, señalaron
amente que el régimen militar de
to Pinochet impedirá por todos los
s que ambos ex jefes castrenses se-
guidos en Estados Unidos debido a
actuación al frente de la DINA les
ió un conocimiento perfecto de las
es represivas con la oposición, lue-
golpe de Estado del 23 de setiembre
3. Tanto Contreras como Espinosa,
volucrados en esos hechos, desmin-
recientemente las declaraciones de
dez Larios y de Michael Townley.

ARCHIVAR EN: CHILE (106)

TEMA: Pase de Informes N° 308/RI/87
Ref Aniversario Mir. X

PROCEDENCIA: PRO I 12/8/87 Doc 115/8/87

ARCHIVADO EN: P.E.I (28)

01.01

8706215

DPTO. II (EXTERIOR)
15.12.87
F.D.S.
PIRADO

EL PAIS 14/8/81

RB

Archivar
106

CHILE

FICHADO

F.D.S.

# Guerrilleros escapan de cárcel de Valparaíso

CHILE (ANSA, EFE Y UPI).- Cuatro miembros de un brazo armado del Partido Comunista, entre ellos un guerrillero que supuestamente participó en una emboscada contra el presidente Augusto Pinochet, se fugaron ayer de una cárcel en esta ciudad portuaria, informaron las autoridades.

Los cuatro hombres usaron sábanas y frazadas para fugarse, antes del amanecer, de un ala vieja del centro de readaptación social de Valparaíso que estaba en reparación.

La policía desplegó un extenso operativo para buscar a los prófugos, quienes aparentemente no estaban armados.

Los cuatro presos son miembros del Frente Patriótico Manuel Rodríguez, un grupo armado formado en 1983 por militantes del proscripto Partido Comunista.

Entre ellos está Sergio Buschmann, un actor de telenovelas que fue detenido el año pasado por internar armas desde barcos pesqueros cubanos en el Pacífico, según las autoridades.

Otro prófugo es Manuel Morales, a quien se le acusa de ser miembro del comando que emboscó la comitiva del general Pinochet, con armas automáticas y lanzacohetes, en setiembre del año pasado.

Las autoridades informaron que los otros prófugos son Gabriel Espinoza, preso por un ataque contra un autobús policial en noviembre de 1984 en el cual murió un policía, y Luis Muñoz, detenido por su participación en el ingreso de armamento.

Según las autoridades, Buschmann fue uno de los cabecillas en la introducción ilegal de más de 50 toneladas de armas y explosivos, que fueron escondidas en minas abandonadas en el norte de Chile.

01.01

8706369

DEPTO II (EXTERIOR)
15.9.87
F. D. S.
F.I.

EL PAIS 14/8/87

CHILE

FICHADO

Archivar 106

# Chile: Procesan a 4 Directores de Prensa

SANTIAGO DE CHILE, 12 (EFE y ANSA). — Un juez especial acordó hoy procesar a cuatro directores de medios de comunicación de esta capital por haber publicado hace 20 días una inserción del Partido Comunista, prohibido por el Gobierno chileno.

El magistrado Jorge Varela acogió así un requerimiento que había formulado hace dos semanas el ministerio del Interior, que pidió aplicar disposiciones de la ley de Seguridad del Estado.

Los procesados son los directores de los diarios "La Epoca", Emilio Filippi, y "Fortín Mapocho", Ismael Llona, y los directores de las revistas "Análisis", Juan Pablo Cárdenas, y "APSI", Marcelo Contreras.

Los procesados no irán a la cárcel pero serán sancionados con fuertes multas que pueden llegar hasta el equivalente a 26.000 dólares.

El pasado 30 de julio el juez Varela interrogó en el Palacio de los Tribunales a los cuatro directores requeridos, en torno a la publicación de un manifiesto comunista.

El régimen del general Augusto Pinochet denunció a estos diarios y revistas como presuntos responsables de haber infringido la ley según la cual los medios de comunicación deberán abstenerse de difundir actividades de personas, organizaciones, movimientos o grupos considerados contrarios al ordenamiento vigente.

El Partido Comunista Chileno ha sido declarado fuera de ley por el Tribunal Constitucional hace más de un año.

## DEMOCRACIA CRISTIANA SE UNIO A PROTESTA

Por su parte, la Democracia Cristiana chilena manifestó su "protesta" por la determinación de un juez de procesar a los directores.

En declaración pública, la DC dijo que "la mantención y aplicación pertinaz de una ley represiva, criticada por todas las asociaciones de hombres de prensa, agravan la polarización entre los chilenos".

01.01

8706370

AMBITO FINANCIERO 22/6/87

CHILE

# Un régimen de leyes laborales al servicio de la producción

Santiago de Chile (enviado especial) — La secretaria de Trabajo y Previsión del Ministerio de Trabajo, María Teresa Infante Barros, muestra en este reportaje, cómo una coherente legislación laboral favorece a los mismos sindicatos.

Así, el número de afiliados creció más de 50 %. Las listas no son políticas y los afiliados pueden escoger en voto secreto a trabajadores desconocidos.

Desde que se eliminó la banda salarial y las discusiones pasaron a ser libres, muchos salarios aumentaron en términos reales.

En este reportaje María Teresa Infante Barros hace interesantes apreciaciones sobre el régimen laboral y previsional.

Periodista: Mucho se habla de las relaciones laborales en un gobierno no democrático: ¿Por qué no nos cuenta sobre el panorama y las reformas laborales implementadas en los últimos años?

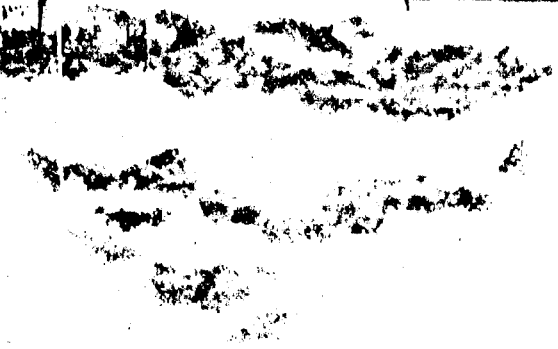
María Teresa Infante Barros: Creo que una de las tantas reformas o modernizaciones que ha impulsado este gobierno, pasan por el ámbito de este Ministerio; específicamente me estoy refiriendo al plan laboral aprobado en 1980 que tiene como objetivo radicar la negociación colectiva dentro de la empresa. En base a eso yo le diría que ha aumentado el número de población sindicalizada que tradicionalmente era de 10 % y ahora ya llega a 16%; esto significa, en números, que al 31.12.86 la población sindicalizada abarcaba a 386.987 trabajadores y el número de sindicatos superaba en igual fecha los 5400. Se ha despolitizado la relación laboral entre sindicatos y empresas, procurando incorporar el interés de los trabajadores dentro de estas últimas. Hace poco tiempo se acaba de promulgar el Código del Trabajo con una moderna compilación de toda la legislación laboral actualizada y consecuente con el programa de 1980. De esto se infiere que desde el punto de vista político el Ministerio de Trabajo no tiene relevancia política, pero desde la óptica de la relación sindical se ha observado un florecimiento importante. Al haber nuevas formas de elección, han surgido nuevos líderes sindicales; no se presentan listas a los sindicatos ya que los trabajadores escogen en voto secreto a los trabajadores que ellos quieran, pero que cumplan ciertos requisitos de antigüedad en la empresa. Por lo tanto, pueden salir nombres desconocidos; no hay listas políticas en estas negociaciones, que se realizan cada 2 años; yo diría que es una negociación colectiva tecnificada.

Chile —le estoy hablando de la década del '60— fluctuó en promedio en torno de [illegible] %. Luego subió, incluso hasta niveles notables como [illegible] 19%, pero ahora ha vuelto a disminuir para ubicarse en [illegible]. Una parte importante de esta mejora está explicada por la reforma previsional que eliminó cargas o costos laborales que desestimulaban la incorporación de mano de obra. Esto, junto a [illegible] crecimiento que está evidenciando la economía, nos indica que en los próximos años estaremos con tasas de desocupación [illegible] similares a las que [illegible] tenían hace diez años ([illegible] a 4 %).

[illegible] bién en el año 1980, se reformó el sistema de pensiones y jubilaciones que a su vez indujo a un cambio en el régimen de financiamiento previsional; de un sistema de reparto, donde los trabajadores activos financiaban la jubilación de los pasivos, se pasó a un sistema de capitalización individual donde se relacionan directamente los aportes que el trabajador realiza durante su vida activa con los beneficios que va a obtener durante su vejez.

P.: ¿Cómo funciona esta capitalización individual?

M.T.I.B.: Mensualmente se descuenta de la remuneración 10 % del salario para jubilación y/o pensión a la



01.03

8706374

## • Sin Banda

*P.: ¿El gobierno fija alguna señal o banda salarial, o esta última es totalmente libre, sin regulaciones estatales?*

*M.T.I.B.: No; es totalmente libre. A su inicio el plan laboral tuvo una banda que trataba de garantizar por lo menos el Indice de Precios al Consumidor (IPC); luego, con la recesión que comienza en 1982, se eliminó esta variable que denominábamos "piso salarial"; hoy día, dado el repunte en el nivel de actividad económica, las condiciones de mercado se están generalizando nuevamente y ya en 1987 tenemos reajuste en términos reales.*

*P.: O sea, ¿se negocia el incremento real, porque se parte de la base de que ya la corrección monetaria por el IPC hace su parte?*

*M.T.I.B.: No; eso se derogó durante la crisis de 1982, pero ya a fines del año pasado, como dije, las negociaciones sin base legal obligatoria están consiguiendo por el mercado los aumentos reales.*

*P.: ¿Algo fija el Estado?*

*M.T.I.B.: Sí, el salario mínimo para toda la economía. Claro está que el sector público tiene una política salarial ad hoc ya que no negocian colectivamente sus remuneraciones; las fija el Ministerio de Hacienda.*

*P.: ¿Cómo ha evolucionado el desempleo últimamente?*

*M.T.I.B.: A raíz del alto costo previsional la tasa histórica de desocupación en vejez que va a una cuenta de ahorro personal y esto a su vez a un fondo de pensiones. La suma de un fondo de pensiones de un grupo de gente es administrada por instituciones privadas de estos recursos que cobran una comisión por el manejo de los fondos que realizan; estas entidades a su vez invierten esos instrumentos en acciones de [illegible] que son clasificadas cada dos meses por una comisión de riesgo a nivel nacional con representantes del sector público y privado, donde el objetivo principal es el de garantizar la máxima seguridad y rentabilidad de los fondos de pensiones. En esto hay libertad de acción y de elección*

Cont. en pág. 18

### FONDOS DE PENSIONES

Al 31 de diciembre de 1986 los fondos de pensiones ascendían a 433.377 millones de pesos, los cuales se encontraban invertidos de la siguiente forma:

| | |
|---|---|
| Pagarés y Bonos del Estado | 46% |
| Depósitos, pagarés y bonos de instituciones financieras | 23% |
| Letras de Crédito emitidas por instituciones financieras | 26% |
| Acciones de sociedades anónimas abiertas | 4% |
| Bonos de empresas públicas y privadas | 1% |

El valor de los fondos de pensiones proyectado para los años 1990 y 2000 es de $ 834.000 millones y $ 2.126.000 millones, respectivamente.

En el siguiente cuadro se muestra la variación del valor del fondo de pensiones.

### VALOR DEL FONDO DE PENSIONES

Valor de fondo de pensiones Variación real anual
Valor de fondo de pensiones Variación real anual
(millones de pesos Dic.'86)

| | | |
|---|---|---|
| A diciembre 1981 | 32.323 | 211,8% |
| A diciembre 1982 | 100.768 | 80,3% |
| A diciembre 1983 | 181.664 | 32,0% |
| A diciembre 1984 | 239.709 | 38,8% |
| A diciembre 1985 | 338.717 | 31,0% |
| A diciembre 1986 | 433.377 | —,— |

### TASA DE DESOCUPACION
(Gran Santiago)

| | en % |
|---|---|
| 1977 | 11,5 |
| 1978 | 14,2 |
| 1979 | 13,4 |
| 1980 | 11,2 |
| 1981 | 10,1 |
| 1982* | 21,3 |
| 1983* | 20,4 |
| 1984* | [illegible] |
| 1985* | 13,8 |
| 1986* | 10,6 |
| 1987** | 9,1 |

* a diciembre
** a marzo-abril
Fuente: Departamento de Economía, Universidad de Chile

*P.: ¿Por qué no explica un poco más detalle la reforma previsional?*

*M.T.I.B.: En Chile, tam-*

### ESTIMACION REBUCCION DEUDA EXTERNA POR EFECTO DE OPERACIONES
Cap. XVIII, Cap. XIX y otros, al 31 de marzo de 1987
(año millones)

| Deudor | Capitalizaciones DL. 600 | Cap. XVIII (2) | Cap. XIX | Canje cuotas | Otros | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| A. Sector Público (a+b+c+d) | — | 315,9 | 345,8 | 42,2 | 57,8 | 761,7 |
| a) Banco Central | — | 56,5 | 232,6 | 12,4 | — | 301,3 |
| b) Banco del Estado | — | 43,6 | — | 5,4 | — | 49,8 |
| c) Empresas Públicas | — | 58,5 | 35,3 | 2,8 | 57,8 | 145,6 |
| d) Sector Privado con Garantía Pública (1) | — | 165,3 | 78,1 | 22,4 | — | 265,8 |
| B. Sector Privado (a+b) | 154,8 | 343,4 | 189,0 | 26,1 | 371,5 | 1.084,8 |
| a) Sector Privado Financiero | 65,1 | 334,2 | 188,0 | 22,8 | 33,9 | 565,0 |
| b) Sector Privado no Financ. | 89,7 | 9,2 | — | 3,3 | 337,6 | 439,8 |
| Total (A + B) | 154,8 | 659,3 | 454,8 | 68,3 | 429,3 | 1.766,5 |

(1) Se refiere a reestructuración 83/84 del Sector Privado Financiero que cuenta con la Garantía del Estado.
(2) Incluye alls 33,4 MM correspondientes a Capítulo XVIII - Anexo 4.
(3) Se refiere a operaciones [illegible]

.02

8706374

# La legislación que aumentó el empleo

Viene de pág. central

*para el afiliado de incorporarse a cualquier institución privada, cosa que no ocurría en el sistema antiguo, donde un empleado público estaba obligado a ir a la caja de empleados públicos; uno de bancarios a la suya correspondiente y así sucesivamente. Debo recalcar que esto en parte sigue existiendo ya que el pasaje de un sistema a otro fue optativo y voluntario ya que el nuevo régimen de pensiones tuvo como plazo hasta 1983 para adecuarse, y todavía hay 400 mil personas del sistema anterior. Para los casos nuevos ya es obligatorio (desde 1983) inscribirse en el régimen privado y su número alcanza ya a 2 millones 600 mil.*

*P.: ¿Qué pasa si una de las empresas que administra estos fondos quiebra o pierde solvencia?*

*M.T.I.B.: Bueno, la empresa puede quebrar, pero los fondos son muy difíciles que se pierdan ya que tienen una serie de resguardos. La administradora debe tener rentabilidades mínimas anuales equivalentes por lo menos a la tasa de mercado, y esto a su vez está regulado por la cartera de inversiones que posee. Si no consigue en un año determinado la tasa promedio que ha obtenido el promedio menos dos puntos, tiene que poner la diferencia de su capital propio. Para eso tiene unos fondos de encaje y, por último, si durante 3 años seguidos no hubiera tenido la rentabilidad exigida, se disuelve la administradora y el fondo completo pasa a otra entidad.*

*P.: ¿Los patronos aportan, como tales, algo a esos fondos o es solamente el empleado el que efectúa la inversión?*

*M.T.I.B.: No. El trabajador sólo aporta 10 % y él es el dueño de esos fondos. Es notable observar la reacción de la gente cuando todos los meses reciben su libreta con la ganancia de inversión.*

*P.: Los sindicatos, ¿tienen obras sociales?*

*M.T.I.B.: Sí efectivamente, tienen Obras, pero no manejan grandes fondos sociales creados a ese fin. En algún momento del pasado entraron en disolución, pero actividades sociales sí tienen.*

*P.: ¿Cómo es el régimen de salud?*

*M.T.I.B.: Bueno, aparte del ya explicado 10 % de descuento para los fondos de pensión hay 7 % para cotización de salud y 3 % para invalidez y sobrevivencia. Ese siete por ciento también es optativo ya que el trabajador puede anotarse en el sector estatal llamado Fondo Nacional de Salud o se puede afiliar a una institución privada que le sirve —como mínimo— lo que da el sector estatal de salud y, por separado, puede pegociar mejores condiciones. La estructura en la actualidad es de aproximadamente 70 % para la primera alternativa y 30 % para la segunda.*

*En resumen, todo esto (20 y fracción por ciento) recae sobre el empleado, porcentaje que es mucho más bajo al comparado con el régimen anterior que era, con igual base de cálculo, 28 % para el promedio histórico, a pesar de que en 1973, con el anterior gobierno, llegó a 51 % de las remuneraciones brutas. Creo que es necesario aclarar que el Estado asegura un nivel mínimo de prestaciones de pensiones y salud.*

*P.: ¿Políticamente son muy atacados, especialmente por las reformas introducidas anticorporativistas?*

*M.T.I.B.: Yo le diría que hay ataques especialmente a la negociación por empresa; hay fuertes presiones, sobre todo provenientes de los dirigentes sindicales de la vieja guardia, para volver al plano de negociar por áreas de actividad, porque al bajar la discusión a nivel de empresa hay que estar sindicalizado y se puede constituir un sindicato, en una de ellas con sólo 8 trabajadores. Por otro lado, el actual ministro de Trabajo, que ahora está en Ginebra, ha tenido una política de puertas abiertas que permitió a muchos sindicalistas opositores acercarse a nuestra posición. Hay dirigentes sindicales nuevos que integran comisiones legislativas y que antes no nos podían ver y que incluso han estado presos por ser agitadores y perturbadores del orden público. El sindicato de los trabajadores del carbón en la VIII región (en el Sur) que tradicionalmente fue bastión de los comunistas, dadas las condiciones laborales en que la propia actividad se desenvuelve, hoy día su dirigente máximo es pinochetista. Por el contrario, en el Norte, con el cobre, son oposiciones con claras tendencias marxistas; puede ser incluso que haya un mal manejo de las relaciones laborales a nivel de la empresa, dado el elevado número de asalariados. Valga de ejemplo que el número de personas que cubre la Corporación de Trabajadores del Cobre alcanza a 19.275 almas.*

03.03

8706374

# "Chile necesita un candidato de consenso"

Blair 23/7/82

WASHINGTON, 22 (AFP). — La administración Reagan considera con seria preocupación la candidatura del general Augusto Pinochet a ser reconfirmado en el poder por un plebiscito que podría tener lugar en Chile el año próximo y no oculta su preferencia por un eventual "candidato de consenso".

El subsecretario de Estado adjunto para América del Sur, Robert Gelbard, aseguró el martes ante un subcomité del Congreso que "un candidato de consenso es la vía para mejorar la situación de los derechos humanos (en Chile) y podría mantener la excelente actuación económica".

El secretario de Estado adjunto para Asuntos Interamericanos, Elliott Abrams, advirtió por su parte el 30 de junio pasado ante el Consejo de Asuntos Mundiales que Chile se acerca a "una encrucijada crítica" con el plebiscito, y tras indicar que funcionarios chilenos dejaron en claro que Pinochet será candidato, predijo que "el caos acompañará a un gobierno cuya legitimidad sea ampliamente cuestionada interna y externamente".

Como en El Salvador, Filipinas y Haití, la administración Reagan cree ahora que los gobiernos autoritarios o dictaduras militares son los mejores aliados de los revolucionarios de izquierda y que la principal arma política para combatirlos es un gobierno con visos de legitimidad.

Esto le llevó a modificar, en particular en su segundo mandato, su posición inicial de "diplomacia silenciosa" hacia gobiernos "autoritarios amigos", contrapuesta a la política de derechos humanos como arma suplementria contra los gobiernos "totalitarios enemigos".

Así, en 1986 y 1987 la administración se plegó, en la ONU, al consenso sobre resoluciones de derechos humanos en Chile y desde noviembre pasado se abstuvo en votaciones de préstamos para Chile en organismos multilaterales de desarrollo, al tiempo que redobló sus críticas públicas a Santiago.

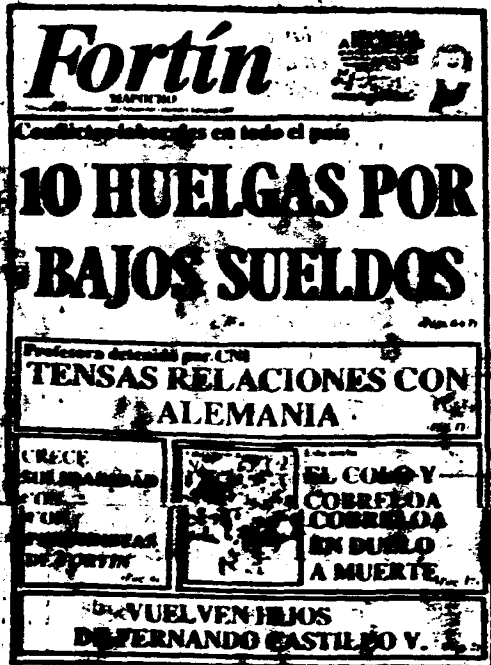
01.01

8706390

*...y nadie se preocupa sobre si va a haber tarifazos, cuál será el aumento salarial que fije el gobierno o si subirá la tasa regulada. Todo esto surge del mercado y la libre negociación. Leyes laborales más flexibles lograron, por ejemplo, incrementar la masa de afiliados a los sindicatos y tener discusión libre de salarios. En la Argentina, esa discusión fue materia de negociaciones políticas y dio lugar a un alarmante paquete que afecta al sector privado. En Chile, uno de los diarios más opositores al gobierno, titula en tapa que hay 10 huelgas. Adentro la nota comenta que afecta sólo a 300 trabajadores, aunque se encarga de magnificar la repercusión de las medidas. El enviado especial de Ambito Financiero, al igual que ya hizo con Ecuador, Panamá y Bolivia, efectuó un profundo estudio de la realidad económica que, de ninguna manera implica un apoyo al sistema político del país trasandino, sino una visión de una economía que crece merced a un secreto: la libertad de mercados.*

# CHILE

## *Eliminar el dirigismo fue la estrategia que permitió crecer*




*Obsérvese las noticias en los diarios: devuelven impuestos, alientan a exportar y un diario fuertemente opositor se queja por 10 huelgas que, en realidad, según informa adentro, afecta a 300 trabajadores de pequeñas fábricas.*

Santiago de Chile (enviado especial) — La economía chilena en los últimos 14 años presentó claramente 4 periodos bien marcados: una primera etapa de reorganización y blanqueo iniciada luego de la caída del gobierno populista-marxista de Salvador Allende que abarcó el lapso de setiembre 1973 - 1975. Por aquel entonces, la tasa anual de inflación era de 530%, el desabastecimiento reinaba en los mercados, en medio de un control de precios que llegó a abarcar a más de 3500 productos y con una crisis de balance de pagos que era insostenible. La segunda etapa, se extendió desde el advenimiento como ministro de Hacienda de Sergio de Castro, desde 1976 hasta abril de 1982, con importantes reformas estructurales, que le permitieron a la economía chilena crecer a un ritmo anual de 7,9% con una inflación que llegó a ubicarse en un registro mínimo de 9,5% anual para 1981. La crisis de la deuda y la liquidez internacional, sumada a una profunda caída de los términos del intercambio de 30% en los últimos años, sucumbieron las variables macroeconómicas en un descontrol al cuál se sumaron ciertas dudas en el rumbo del poder político. Así, desfilaron 4 ministros del área económica, en medio de importantes ajustes en los tipos de cambio y algunos de ellos con inconsistentes enfoques desde el punto de vista macroeconómico: Sergio de la Cuadra trató de mantener la coherencia de su antecesor hasta setiembre de 1982. Luego, Rolf Luders tomó las riendas del Palacio de Hacienda, siguiendo con la corrección de la paridad cambiaria y paralelamente produjo la mayor intervención del sistema financiero hasta ese momento, en especial la del Banco de Chile, la entidad de mayor envergadura por aquel entonces.

En febrero de 1983 y hasta abril de 1984, lo reemplazó Carlos Cáceres, que había sido presidente del Banco Central de Chile con Luders. Mientras tanto, el aumento del Indice de Precios al Consumidor se instaló confortablemente en una cifra cercana a 30% anual. Precisamente 1984 marca el momento de mayor gravedad económica, al que se sumaron vientos políticos huracanados. Sergio Jarpa, por entonces ministro del Interior era un virtual anti-Chicago y su presión lleva al nombramiento de un hombre de vocación económica... keynesiana. Como no podía ser de otra manera, Luis Escobar comienza con la receta típica: una fuerte expansión del gasto público interno; el consumo del gobierno creció 1,5%, mientras que el ahorro del sector público cayó a 0,6% del PBI, y el déficit fiscal subió a 4,4% del PBI. La inflación se ubicó en 26% anual, pero la cuenta corriente del balance de pagos estalló por los aires: —2060 millones de dólares: el esquema era insostenible.

En febrero de 1985 se inicia la cuarta, pacífica y más racional etapa: la marcha hacia una economía exportadora, tal como la define el actual ministro de Finanzas, Ing. Hernan Buchi. Se trata de un ingeniero en minas, de 37 años, egresado de la Universidad de Chile que se casó con la que fue su secretaria en la Facultad. Con un PH.D en la Universidad de Columbia (EE.UU.) en Business Administration, es la típica versión del "yuppie", pero con el pelo largo a lo Beatle y una particular manera de vestir y calzar: usa botas de goma, ya que de esta forma puede subir al trote los 12 pisos hasta su despacho sin resbalarse. Amante de la naturaleza, el periodista lo encontró practicando "footing" en un parque cercano al Palacio de Hacienda. Trabaja casi 18 horas por día, vendió los autos del ministerio y viaja en metro para ir y volver a su casa. Como pasó 12 años en la administración económica del gobierno, ocupando todo tipo de cargos, conoce al dedillo todos los vericuetos de la burocracia chilena, hasta tal punto de entrar a cualquier oficina del funcionario subalterno más desconocido, si es que necesita ver alguna cifra o discutir alguna idea en particular. Es decir, es una persona muy especial, pero como tal, está conduciendo las variables macroeconómicas de la economía

Escribe Diego Estévez
Enviado especial de Ambito Financiero

de Chile, junto al ministro de Economía, con una precisión de relojería como se verá más adelante. El modelo tiende hacia la estabilidad con crecimiento, más allá de los errores del pasado como lo fue el dejar fijado tanto tiempo el tipo de cambio y abrir muy rápidamente la cuenta capital del balance de pagos, tal como sostiene el profesor Arnold Harberger de la Universidad de Chicago (que recientemente visitó nuestro país). El resultado de ese entonces, fue algo similar a lo ocurrido en la Argentina: atraso en la tasa de cambio real (se generó demasiado crédito vía sector externo que "infló" el precio de los bienes no transables) y déficit creciente en la cuenta corriente. Sin embargo, la tormenta se superó y hoy con una paridad cambiaria elevada, el PBI —como se podrá apreciar en los cuadros adjuntos— tiene un sostenido crecimiento desde hace 3 años.

• **Cambios estructurales**

Analizar la economía chilena de hoy día, nos debe llevar a la reflexión que todo lo logrado tanto en materia de inflación (el costo de vida este año será de 15-17% anual) como la reducción del déficit y gasto fiscal ha sido el esfuerzo de muchos años. En Chile, llega fin de mes y nadie se preocupa sobre las tarifas públicas, cuál va a ser la tasa regulada, si el Banco Central baja los encajes, si el ministro de Trabajo quiere una suma fija de aumentos de salarios, etcétera. En fin, todo a lo que estamos acostumbrados en este país, allí no ocurre. Para evitar suspicacias políticas de algunos lectores, una sensación parecida le pasó al periodista en la nueva Bolivia o hace unos meses en Ecuador. En otras palabras la racionalidad macroeconómica está presente y las decisiones se toman normal y cotidianamente. Se sugiere al lector un atento repaso de los cuadros macroeconómicos presentados para una idea más cabal de la performance de esta economía. De todos modos seguidamente se detallarán las importantes reformas estructurales que aquí tanto se declaman, pero que del otro lado de la cordillera ya las han aplicado con el resultado a la vista. No es intención entrar en un detallado análisis de las mismas ya que sus protagonistas las irán explicando en sucesivas notas con mas detalle, pero por lo menos serán consideradas enunciativamente. Las mismas abarcaron, en general, los siguientes ítems:

• **Precios de bienes y servicios totalmente libres.** Solamente siguen bajo fijación estatal 5 precios a saber: energía eléctrica para consumo menores a 3000 Kw; el teléfono; algunos servicios portuarios; aguas sanitarias y la tarifa en forma parcial de los taxis.

• **Reforma laboral y previsional.** Salarios y sindicatos radicados a nivel de empresas. El sistema de jubilaciones y pensiones es privado lo mismo que el componente de salud. Se eliminaron los aportes patronales (ver entrevista al secretario de Trabajo y Previsión).

• **Sistema financiero.** Tasas de interés totalmente libres con un grado de monetización de la economía que supera 30% del PBI. No obstante el número de entidades ha quedado reducido a 52 distribuidas de la siguiente manera: 20 privadas nacionales, 2 estatales, 20 extranjeras y 10 compañías financieras.

• **Eliminación del sesgo antiexportador.** Reforma arancelaria con un arancel único e uniforme fijado por ley de 20%, con una tasa de IVA también uniforme de 20% reintegrable en su totalidad. Régimen de admisión temporaria de insumos importados automático. Decreto de eliminación de los derechos de importación para bienes de capital destinados a las exportaciones. Decreto de devolución de aranceles pagados por insumos importados no producidos destinados a las exportaciones. No hay derechos ni impuestos a la exportación. Devolución de los impuestos indirectos: a los 10 días el productor-exportador recibe el importe de la Tesorería. Como bien dice el director general de Relaciones Económicas Internacionales de la Cancillería chilena, Guillermo Lunecke "el comercio exterior es una gran olimpíada". Por eso Chile guarda una relación exportaciones/PBI de 24% contra 11% de la Argentina.

• **Inversiones**

• **Régimen de inversiones extranjeras y capitalización de deuda externa.** Como se verá mas adelante, según una investigación del director internacional del Banco Central de Chile Dr. Francisco Garrido, Chile instituyó importantes alicientes a la inversión externa por medio del decreto 600 de inversiones y radicaciones extranjeras, así como por medio de los capítulos 18 y 19 del Manual de Cambios Internacionales del Banco Central de

01 02
87064803

# Economía abierta con bajos aranceles

Viene de pág. anterior

Chile. El efecto combinado de estos tres elementos ha permitido disminuir la deuda externa chilena (ver cuadro) en nada menos que 1767 millones de dólares sin perturbaciones monetarias, según los cálculos del secretario ejecutivo de Inversiones Extranjeras, Fernando Alvear.

• **Privatización y desregulación de empresas públicas.** La decisión de un Estado subsidiario debe estar acompañada de importantes medidas en el sector de las empresas públicas. Un interesante camino es por medio de la emisión y/o cesión de acciones al sector privado (modelo español y británico). Dada a su vez la privatización del sistema de jubilaciones y la aparición de una importante masa de demandada de fondos, se dieron las condiciones para un desarrollo fortalecido del mercado de capitales. Hoy en día las empresas tienen como accionistas tanto a residentes chilenos como extranjeros que a su vez tienen y ocupan puestos de directores. Los mayores logros se lograron en los siguientes casos:

• Distribuidoras de energía eléctrica: totalmente privadas.

• Generación de energía eléctrica: 40% en accionistas privados.

• Compañía de teléfonos de Chile: 51 % autorizada, 12 % ya en manos privadas.

• Entel (transmisión de datos): 30% privada.

• Soquimich (química-sulfitre): 50% privada.

• Cía. de Acero del Pacífico: 80% privada.

• Suministro de gas: 100% privada.

• Producción de gas: 20% privada.

• Lan-Chile: autorizada hasta 30% privada (en 1986 dio 9 millones de dólares; de ganancias).

**INDICE DE PRECIOS AL CONSUMIDOR**
(Base: diciembre 1978 = 100)

| Período | Alimentación (*) 41,8804% Ind. | Var. | Vivienda (*) 21,8047% Ind. | Var. | Vestuario (*) 7,6389% Ind. | Var. | Varios (*) 29,3870% Ind. | Var. | Indice general 100,0000% Ind. | Var. acum. mes ant. | Var. acum. diciembre | Var. en 12 meses | Var. prom. 12 meses |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1982 (Prom.) | 193,81 | 3,6 | 234,97 | 12,7 | 183,22 | 2,8 | 230,72 | 18,1 | 212,19 | | 20,7 (1) | | 9,9 (2) |
| 1983 (Prom.) | 242,72 | 25,8 | 296,05 | 26,0 | 225,66 | 23,2 | 301,81 | 30,8 | 270,03 | | 23,1 (1) | | 27,3 (2) |
| 1984 (Prom.) | 293,04 | 21,1 | 341,30 | 15,3 | 280,01 | 24,1 | 364,85 | 20,9 | 323,66 | | 23,0 (1) | | 19,9 (2) |
| 1985 (Prom.) | 377,06 | 28,3 | 445,00 | 30,4 | 355,13 | 26,8 | 490,45 | 34,4 | 423,05 | | 26,4 (1) | | 30,7 (2) |
| 1986 (Prom.) | 467,17 | 23,9 | 501,13 | 12,6 | 430,22 | 21,1 | 582,59 | 18,8 | 505,43 | — | 17,4 (1) | — | 19,5 (2) |
| 1986 | | | | | | | | | | | | | |
| Enero | 423,99 | 2,3 | 495,48 | 2,5 | 394,18 | 0,3 | 550,43 | 3,8 | 473,94 | 2,7 | 2,7 | 25,9 | 30,5 |
| Febrero | 432,82 | 2,1 | 499,87 | 0,7 | 392,44 | —0,4 | 550,31 | 0,0 | 478,23 | 0,9 | 3,6 | 24,5 | 30,0 |
| Marzo | 438,30 | 1,3 | 497,85 | —0,4 | 399,40 | 1,8 | 566,57 | 3,0 | 485,41 | 1,5 | 5,2 | 22,9 | 29,4 |
| Abril | 448,24 | 2,3 | 499,44 | 0,5 | 416,87 | 4,4 | 569,09 | 0,4 | 492,15 | 1,4 | 6,6 | 21,8 | 28,5 |
| Mayo | 453,77 | 1,2 | 495,55 | —0,8 | 430,60 | 3,3 | 572,35 | 0,6 | 495,66 | 0,7 | 7,4 | 20,3 | 27,5 |
| Junio | 461,00 | 1,5 | 495,12 | —0,1 | 437,50 | 1,6 | 583,09 | 1,9 | 502,28 | 1,3 | 8,8 | 17,6 | 26,0 |
| Julio | 469,98 | 1,9 | 495,39 | 0,1 | 436,57 | —0,2 | 587,33 | 0,7 | 507,27 | 1,0 | 9,9 | 17,2 | 24,5 |
| Agosto | 475,35 | 1,1 | 496,78 | 0,3 | 435,86 | —0,2 | 589,76 | 0,4 | 510,47 | 0,6 | 10,6 | 16,9 | 23,0 |
| Septiembre | 487,27 | 2,5 | 500,33 | 0,7 | 442,28 | 1,5 | 595,14 | 0,9 | 518,29 | 1,5 | 12,3 | 17,3 | 21,7 |
| Octubre | 497,30 | 2,1 | 506,94 | 1,3 | 448,88 | 1,5 | 601,18 | 1,0 | 526,16 | 1,5 | 14,0 | 17,3 | 20,9 |
| Noviembre | 504,73 | 1,5 | 512,04 | 1,0 | 459,95 | 2,5 | 609,22 | 1,3 | 533,56 | 1,4 | 15,6 | 17,1 | 19,2 |
| Diciembre | 513,25 | 1,7 | 520,38 | 1,6 | 468,13 | 1,8 | 616,59 | 1,2 | 541,68 | 1,5 | 17,4 | 17,4 | 19,5 |
| 1987 | | | | | | | | | | | | | |
| Enero | 525,60 | 2,4 | 532,41 | 2,3 | 472,16 | 0,9 | 625,97 | 1,5 | 552,45 | 2,0 | 2,0 | 16,6 | 18,7 |
| Febrero | 531,49 | 1,1 | 540,19 | 1,5 | 474,55 | 0,5 | 643,92 | 2,9 | 562,81 | 3,8 | 1,7 | 17,5 | 18,2 |
| Marzo | 536,32 | 0,9 | 546,98 | 1,3 | 488,81 | 3,0 | 659,83 | 2,5 | 571,23 | 5,5 | 1,6 | 17,7 | 17,8 |
| Abril | 553,63 | 3,2 | 555,65 | 1,6 | 516,10 | 5,6 | 667,67 | 1,2 | 584,70 | 7,9 | 2,4 | 18,8 | 17,6 |

(1) Variación diciembre a diciembre.
(2) Se refiere a la variación de los índices anuales.
(*) Estas ponderaciones se aplican a partir de diciembre de 1978. Las ponderaciones que regían anteriormente son las siguientes:

| | | | |
|---|---|---|---|
| Alimentación | 53,4827% | Vestuario | 14,6422% |
| Vivienda | 14,4560% | Varios | 17,4189% |

Fuente: Instituto Nacional de Estadísticas.

ANGTO FINANCIERO
22/6/87

02.02

8706403

P8

104

Clarín 26/06/0

# Denuncia sobre Chile

LA PAZ, 25 (AP). — El vespertino local "Ultima Hora" afirmó ayer que el gobierno chileno se encuentra estudiando la posibilidad de instalar una base para misiles Stinger en un sector próximo a la frontera con la Argentina.

Al titular en primera página "Preocupantes planes fronterizos revela presunta carta de Pinochet" (a su embajador en EE.UU., Hernán Felipe Errázuriz, a quien el mandatario chileno habría expresado su satisfacción por las buenas relaciones con Elliot Abrams, subsecretario de Estado para Asuntos Interamericanos), el diario agrega que el gobierno de Santiago estaría dispuesto a autorizar el uso de su territorio para que Washington pueda realizar pruebas de cohetes crucero y a ceder un sector de sus aguas como vaciadero de desechos nucleares.

El diario aclara que la fotocopia de la carta que llegó a su redacción está "clasificada como confidencial" y "lleva la firma del presidente Pinochet, con sello de su casa militar, y está fechada el 20 de marzo".

01.01

8706432

expresarse desde el Palacio de la Moneda se encuentra aislado y sin propuestas convocantes.

Pero a la vez, como resultado de la inexistencia de una sólida oposición política, capaz de coincidir en proyectos comunes, el Gobierno no da señales de debilidad.

En esos dos pivotes de la actualidad política chilena se apoya el futuro institucional del país. Así, mientras la oposición civil se desgrana a partir de la inoperancia instrumental, el régimen, expresado por la Junta Militar, intenta opciones que, en una eventual normalización reglada desde el riñón del poder, le brinde algún sustento, especialmente de partidos, como la democracia cristiana, que podrían ser los herederos de la actual experiencia militar.

Pinochet –sin duda, la figura excluyente de la Junta Militar– está decidido a ser su propio sucesor. Pero sus pares en el poder parecerían intentar un recambio sin fracturas entre las FF.AA. y la ciudadanía. Un indicio de tal hipótesis lo brindó el titular de la Fuerza Aérea, general Fernando Matthei, quien señaló que las FF. AA. "no deben comprometerse en el proceso electoral, no deben ser jues y parte", y coincidió con otro integrante de la Junta, el almirante José Toribio Merino, en que el próximo jefe del Estado debe ser un civil, condición a la que podría acceder Pinochet si abandona su condición de militar.

Más allá de estas hipótesis, lo que aparece como una vía de solución probable para brindarle a las FF. AA. chilenas un margen de maniobrabilidad futura son las negociaciones entre el régimen y sectores de la oposición. Si no se logran difícilmente se alcance la instancia democrática. Lo sabe bien Pinochet.

28/6/87

## Chile y los equívocos

Mientras Chile pudo tolerar el modelo de la Escuela de Chicago como referente económico, el régimen de facto contó con un proyecto político apoyado en un dogma preciso. Hoy carece de él, razón por la cual el poder que debería

01.01

8706506

La Nacion 28/06/87

# Artefactos explosivos cerca de La Moneda

SANTIAGO, Chile, 27 (Reuter).- La policía halló hoy dos artefactos explosivos colocados por extremistas de izquierda en la casa matriz del Bank of Boston, a sólo una cuadra del palacio de La Moneda informó la agencia semioficial Orbe.

Los cohetes se hallaban en los pisos superiores del edificio y probablemente estaban dirigidos al palacio.

Efectivos policiales cerraron la zona y personal especializado inició un examen detallado de los artefactos.

Por otra parte, anoche, subversivos enmascarados y fuertemente armados atacaron e hirieron a un teniente y dos cabos de Carabineros en el suburbio de Santa Julia.

Primero secuestraron un omnibus con pasajeros y con el bloquearon un camino obligando al automóvil policial a detenerse. Entonces abrieron fuego y luego huyeron.

Son los últimos incidentes registrados en la ola de las últimas semanas luego de que la policía secreta informó haber ultimado a doce miembros del Frente Patriótico Manuel Rodríguez en choques el 16 del actual.

El Frente es considerado el brazo armado del Partido Comunista.

01.01

870650

ARCHIVAR EN: Chile (106)

TEMA: Sendero Luminoso

PROCEDENCIA: La Nación 28/6/87

ARCHIVADO EN: Sendero Luminoso (068)

01.01 8706549

28

106

La Prensa 29/07/87

CHILE

# Pinochet limitará el accionar de la izquierda

Santiago, 28 (UP y ANSA) – El gobierno de Pinochet promulgará nuevas leyes para silenciar a militantes de partidos políticos de izquierda y prohibir su actuación política.

Las normas, que complementan la legislación vigente que proscribe a los partidos marxistas, fueron redactadas expeditamente por el nuevo ministro del interior, Sergio Fernández, quien fue nombrado por el presidente, Augusto Pinochet hace apenas tres semanas.

Fernández anunció, tras una reunión con políticos de derecha, que el gobierno mantendrá inalterables sus planes para realizar un plebiscito presidencial, en vez de elecciones directas, en 1988.

"La Constitución no se va a modificar, sino que se va a cumplir íntegra y totalmente", afirmó.

Fernández informó que envió a la Junta Militar un proyecto de ley que establece penalidades para militantes de partidos marxistas que tengan actuaciones públicas.

La nueva legislación perfecciona y complementa el artículo octavo de la Constitución que proscribe los partidos que propagan doctrinas marxistas, afectando a los partidos que apoyaron al gobierno de Salvador Allende.

En virtud de este artículo, el gobierno presentó la semana pasada un requerimiento en contra de los diarios "La Epoca" y "Fortín Mapocho" y otras dos publicaciones opositoras por publicar una solicitada del partido Comunista.

El Ministerio del Interior inició a la vez acciones legales contra ocho dirigentes comunistas que firmaron la declaración.

El secretario general del partido Socialista, Clodomiro Almeyda, quien regresó clandestinamente del exilio en marzo, está actualmente detenido y procesado por violar este artículo.

Aunque Fernández no dio a conocer el contenido del nuevo proyecto de ley, se estima que considera penalidades y otras medidas que permitan procesar a los políticos de izquierda que actúen públicamente y, a la vez, impedir su acceso a los medios de comunicación.

## Restricciones

Los medios opositores temen que las normas restringirán la cobertura política, silenciando la voz de dirigentes de izquierda.

La Constitución de 1980 establece que la Junta militar deberá proponer un candidato para suceder al general Pinochet en la presidencia por un período de ocho años a partir de 1988. El candidato será sometido a plebiscito antes del 11 de febrero de 1988.

Sectores opositores están empeñados en una campaña para que en lugar del plebiscito se efectúen elecciones presidenciales directas, para lo cual debería modificarse la Constitución.

"Es decisión del gobierno mantener íntegramente las disposiciones que establece la Constitución", afirmó el ministro Fernández, quien al mismo tiempo no descartó la posibilidad que el plebiscito sea adelantado.

Sobre la situación de unos 500 exiliados a los que aún se les prohibe el ingreso al país, Fernández dijo que "es un tema muy delicado, extraordinariamente complejo, que requiere un análisis a fondo de cada caso".

"Tan pronto tengamos una solución para cada situación individual, la vamos a dar a conocer", afirmó Fernández, agregando que probablemente habrá exiliados a quienes el gobierno no le permitirá regresar.

01.01

8706640

ARCHIVAR EN: Chile (106)

TEMA: Parte de Informes nº 320/RI/87 Ref. Guerrilleros Salvadoreños en Ideal 2072 2 - M.L.N.

PROCEDENCIA: Dpto III 14/8/87 Doc. 1206/87

ARCHIVADO EN: P.E.I (OB4)

01.01

8706687

# Ola de violencia en Chile

Santiago (UP)— Una nueva ola de violencia que dejó un saldo de dos presuntos extremistas muertos y dos policías heridos se registró en las últimas 24 horas en Chile.

En la madrugada, dos personas murieron destrozadas al estallar una bomba que intentaban colocar en una sucursal bancaria de la ciudad de Los Angeles, a 525 kilómetros al sur de Santiago, según informó la policía.

Por otra parte, un cuartel policial de la capital fue atacado con un cohete y dos carabineros fueron baleados mientras custodiaban la casa donde el martes fueron muertos siete presuntos guerrilleros izquierdistas.

En el incidente ocurrido en Los Angeles, dos hombres jóvenes perecieron cuando detonó un artefacto explosivo de alto poder que colocaban en una sucursal de un banco ubicada en el principal edificio de la ciudad, de acuerdo a una versión policial.

Según los informes, ambos portaban documentación con distintas identidades y armas automáticas.

23/6/87

01.01

8706732

## Superávit de u$s 1000 millones en 1986 y crecimiento del Producto Bruto Interno de 5,7%

# El "boom" de exportaciones de Chile entra en su tercer año

Escribe Gonzalo Mizala, de la agencia "UPI"

Santiago— En los últimos dos años, Chile ha impulsado una agresiva ofensiva de exportaciones para financiar su deuda externa, logrando duplicar su excedente comercial con la venta de los mas variados productos.

Tradicional exportador de cobre, Chile ahora vende desde aviones y bombas de racimo hasta palitos de helado, goma de mascar y pelo de conejo angora. Más de 300 productos chilenos son comercializados en 110 países, desde Estados Unidos, el principal mercado, hasta Albania, Vietnam y la isla de Tonga.

El esfuerzo exportador permitió revertir la balanza comercial negativa de 2677 millones de dólares en 1981 a una con excedentes de más de 1000 millones de dólares en 1985 y 1986.

El año pasado, las exportaciones alcanzaron al record de 4222 millones de dólares, contribuyendo a un alto crecimiento del producto, de 5,7 por ciento.

Las divisas generadas mediante la diversificación de productos y mercados significó un alivio importante para la balanza de pagos, agobiada por el servicio de una deuda externa que sobrepasa los 19.000 millones de dólares.

Mientras tanto, Chile ha logrado superar su calidad de país monoexportador, reduciendo su dependencia del cobre, que hasta 1974 representaba cerca de 80 por ciento de sus ventas al exterior. Actualmente al cobre corresponde 45 por ciento de las exportaciones. "El país ha ganado independencia al diversificar y ampliar sus mercados y exportaciones", afirma el titular de la Dirección de Relaciones Económicas Internacionales (Prochile), Guillermo Luneche.

"Las exportaciones son el mejor motor para el desarrollo. Nos permiten tener crecimiento y financiar nuestros compromisos de deuda externa", afirmó. "Hace algunos años se decía que el cobre era el sueldo de Chile. Ahora lo son las exportaciones", agrega.

El crecimiento de las exportaciones es resultado de la política de libre mercado aplicada desde 1974 por el gobierno del presidente Augusto Pinochet, que busca aprovechar las áreas de producción en que Chile tiene ventajas comparativas.

Las autoridades han incentivado el auge exportador mediante una política de devaluación gradual que mantiene un tipo de cambio alto, aranceles parejos y bajos y la eliminación de impuestos indirectos que resten ventajas a los exportadores.

### • Impuesto

Al exportador se le permite recuperar impuestos y aranceles aduaneros pagados por la importación de insumos y bienes de capital utilizados en productos de exportación, reduciendo costos y haciéndolos más competitivos en los mercados internacionales. Además, el Estado ha impulsado la exportación de una amplia gama de productos no tradicionales mediante una bonificación de 10 por ciento del valor FOB al pequeño exportador.

También se creó un Fondo de Garantía, para facilitar créditos al productor que exporte.

Los incentivos permitieron, en especial, un auge espectacular en la exportación de fruta fresca que, gracias a mejoras en los servicios de carga aérea, está llegando en cantidades crecientes a los supermercados de Estados Unidos y Europa.

*Augusto Pinochet*

En los cinco primeros meses de 1987, los envíos de fruta fresca alcanzaron los 369 millones de dólares.

La exportación de uvas de mesa, manzanas, peras, pelones y ciruelas por productores nacionales y empresas extranjeras está generando la recuperación de la agricultura, duramente golpeada por el descalabro financiero de 1983.

Mientras tanto, las exportaciones de productos industrializados crecieron a 527 millones de dólares en 1986, y, en los primeros cinco meses de este año ya sobrepasaron los 667 millones de dólares.

Cajas de cambio para vehículos, barcos pesqueros, cocinas, refrigeradores, calderas y máquinas de excavación figuran en la lista de productos manufacturados vendidos por Chile al exterior.

La industria forestal, que ha atraído importantes inversiones extranjeras, en especial de Nueva Zelandia, exportó en 1986 más de 390 millones de dólares en celulosa, madera aserrada, papel para diarios y otros subproductos.

El sector pesquero, mientras tanto, ha convertido a Chile en el principal exportador de harina de pescado, desplazando al Perú.

Según estimaciones de Prochile las exportaciones no mineras continuarán subiendo hasta corresponder a 60 por ciento del volumen total en 1990. El cobre cubrirá el porcentaje restante.

La meta de Chile es exportar 6500 millones de dólares en 1990, y 9400 millones de dólares en 1994, dijo Luneche.

01.01

8706739

Buenos Aires, lunes 3 de agosto de 1987 CLARIN

# Chile: eligen al nuevo secretario de la D.C.

PUNTA DE TALCA, Chile, 2 (Reuter y AFP). — El ala conservadora del principal partido opositor chileno, la democracia cristiana, que aboga por una negociación con el gobierno y está representada por el ex senador Patricio Aylwin, ganó hoy las elecciones internas, durante una convención realizada en este balneario, 100 kilómetros al oeste de Santiago.

La elección de Aylwin como presidente, en reemplazo del ex canciller Gabriel Valdés, significó también aceptar la inscripción de la D.C. como partido político, de acuerdo a una polémica ley dictada por el gobierno militar, que excluye a los partidos marxistas.

En la reunión participaron 241 delegados elegidos mediante votación directa por alrededor de 30.000 militantes de esta organización, la más influyente del arco político local.

"El desafío es despertar la conciencia cívica del chileno, el desafío es ganarle a Pinochet, derrotar a Pinochet y restablecer la democracia en Chile, con el voto de la mayoría de nosotros", dijo Aylwin, de 68 años, que se desempeñará en la presidencia por sexta vez en los 50 años de historia de la D.C. El ala conservadora, que ocupó los cargos principales de la mesa directiva, obtuvo 132 votos de los delegados, un 55,2 por ciento, contra 96 de Hormazábal, partidario de una presión popular más decidida contra el gobierno militar.

Su programa de trabajo, apoyado por la convención, no mencionó el término derrota y propuso en cambio utilizar "todos los medios pacíficos disponibles en cuanto puedan servir al fin superior de restaurar la democracia".

Uno de ellos era la inscripción como partido político.

"Tenemos un plazo dramático, muy breve, para decidir cómo abrir cauces para una negociación con las fuerzas armadas, entregando cada uno sus posiciones, para no exigirle a uno o a otro ser vencido o vencedor, sino para que realmente haya un vencedor, que sea el país", dijo Andrés Zaldívar, ex ministro de Hacienda y ex presidente de la Internacional Demócrata Cristiana, que ocupará una de las tres vicepresidencias.

Las otras dos serán representadas por el ex senador Narciso Irureta y el ex rector de la Universidad de Chile, el economista Edgardo Boeninger.

Arturo Frei, sobrino del ex presidente democristiano Eduardo Frei, que gobernó entre 1964 y 1970, obtuvo solo 14 votos.

01.01

8706763

CLARIN — Buenos Aires, miércoles 15 de julio de 1987

# Obispo se pronuncia contra la candidatura de Pinochet

SANTIAGO (Chile), (AFP y EFE). — Monseñor Carlos Camus, obispo de la sureña diócesis de Linares, afirmó que la Iglesia no hace mediación política entre gobierno y oposición, porque estas dos instancias sólo tienen entidad en las democracias, y en Chile "sólo hay autoridad dictatorial y disidencia", lo que implica "una desigualdad inocente".

El obispo se manifestó contrario a una posible candidatura presidencial del general Augusto Pinochet, calificando recientes pronunciamientos en este sentido de autoridades y jefes militares como "muy dañinos".

Monseñor Camus habló ayer en Concepción en un acto en favor de las elecciones libres. Reconocido por su postura crítica respecto del régimen militar chileno, el sacerdote dijo que tales declaraciones en favor de la permanencia en el poder de Pinochet "no ayudan, porque van creando anticuerpos y van atrasando el camino democrático". Por otra parte, dijo, "producen hasta indignación entre los que no piensan como ellos y ese atenta la división".

Camus, quien adquirió notoriedad en los días previos a la visita del papa Juan Pablo II, en marzo último, cuando declaró que el gobierno militar era "inmoral", fue interrogado sobre declaraciones de dirigentes de la derecha chilena que sugirieron el retorno de los militares a sus cuarteles y de los sacerdotes a sus iglesias como paso conducente hacia la democracia.

01.01

8706796

# Patricio Aylwin preside la DC chilena

SANTIAGO, Chile, 7 (ANSA). - Patricio Aylwin Azocar fue elegido hoy presidente de la Democracia Cristiana -el principal partido opositor- y sucederá al ex canciller Gabriel Valdés.

Aylwin obtuvo 132 de los 239 votos de los delegados a la Junta Nacional.

Aylwin asume por el período clave de dos años, hasta 1989, en que debe elegirse al sucesor de Augusto Pinochet en la presidencia de la República.

Superó al ex diputado y dirigente sindical bancario Ricardo Hormazábal, quien obtuvo 93 votos. Tercero quedó el abogado Arturo Frei, con 14.

Junto a Aylwin fueron elegidos en la directiva nacional el ex ministro y ex presidente mundial de la DC, Andrés Zaldívar, el ex senador Narciso Irureta, y el ex rector de la Universidad de Chile, Edgardo Boeninger.

La propuesta presentada por Aylwin es impulsar una movilización político-electoral distanciada del Partido Comunista y de la extrema izquierda y crear condiciones para lograr un diálogo con las fuerzas armadas.

Postula una política de alianzas que descarta a los que propician la violencia, designar un candidato a presidente de alternativa al gobierno de Pinochet e inscribir a la Democracia Cristiana como partido político.

*El personaje en la noticia*

## *Una vocación de negociador nato*

Patricio Aylwin Azócar ha quedado marcado dentro y fuera de su partido por la negociación que, entre setiembre y noviembre de 1970, realizó con la izquierda para lograr un "estatuto de garantías" que salvaguardara la democracia chilena bajo un régimen marxista.

Aunque ese documento se firmó jamás tuvo aplicación y el mismo Allende, que gracias a él llegó a la Presidencia, declaró a Regis Debray que había sido sólo una maniobra para tomar el poder.

Nunca superó del todo el cargo de ingenuidad política que se le formuló por esa desafortunada gestión pero, en cambio, actuó con energía desde su banca de senador por Talca, Curicó, Linares y Maule que ocupó desde 1965 hasta 1973. Y la defensa del sistema democrático frente a los avances de la izquierda lo tuvieron siempre en primera línea.

Nacido en Viña del Mar el 26 de noviembre de 1918, concluyó sus estudios de abogacía en 1944 y militó en la Falange Nacional, predecesora del Partido Demócrata Cristiano. Fue su presidente en 1944 y con el nombre actual en 1958 y varias veces después.

Muy estimado por Alessandri, fue secretario de la comisión que redactó la ley orgánica de tribunales y fue prestigioso profesor universitario, especializado en derecho administrativo. Dejó la cátedra por la política.

Su elección otra vez a la cabeza del principal partido político del vecino país reviste singular importancia. Su personalidad está muy influida, estiman algunos, por su carácter de jurista y eso lo hace sobreestimar con frecuencia -como en el caso del "estatuto de garantías"- la solución legal que, en ese caso, no bastaba, por una salida políticamente más eficaz. Se piensa, en suma, que es más teórico que práctico.

Pero lo que le falta como instinto político lo reemplaza con una extrema fortaleza de carácter y una indiscutible seriedad. Negociador nato, se lo ha acusado también, aunque de ello no se presentaron pruebas, de que en setiembre de 1973 estaba en diálogos con Allende para una nueva tentativa que evitara el golpe militar.

Ahora, esa misma vocación de diálogo y de búsqueda permanente de soluciones transaccionales puede desembocar en sorpresas en un momento en que en Chile se reabre el diálogo político y en que habrá en dos años elecciones presidenciales, así sean muy condicionadas.

01.01

8706811

906
28

LA PRENSA 6/8/87

# Insiste la Iglesia sobre sus denuncias de tortura en Chile

Santiago, 5 (ANSA y EFE) – La Iglesia Católica chilena reinició hoy su rispida polémica con el gobierno militar del general Augusto Pinochet, lanzando acusaciones sobre que "no hay duda" de que en este país "se tortura", en violación a los más elementales derechos humanos.

"No hay duda de que en Chile se tortura. Quienes digan lo contrario están contrastando con los testimonios de quienes han sido afectados y sujetos de esas torturas", declaró el vicario general de pastoral de Santiago, Cristian Precht.

Por su parte, el ministro secretario general Orlando Poblete, aseguró categóricamente que en Chile "no hay torturas, no hay represión", durante una conferencia de prensa realizada hoy con periodistas acreditados para cubrir información oficial.

El ministro Poblete aseguró, además, que "el gobierno tiene entre sus fundamentos el reconocimiento pleno a las garantías individuales, inspiradas en el principio del respeto a la persona humana".

Sin embargo, abogados de la Vicaría de la Solidaridad informaron la semana última que las denuncias de torturas se incrementaron en el primer semestre de este año, llegando a cincuenta.

Persiste también la denuncia de la comisión chilena de derechos humanos y del Movimiento Contra la Tortura Sebastián Acevedo que –con declaraciones uno y movilización callejera el otro– insisten en sus acusaciones contra los organismos de seguridad.

Al respecto, Poblete opinó que "hay interés en algunos sectores en hacer aparecer al gobierno comprometido con excesos y actos ilícitos".

"Pero, poco a poco, la verdad se ha ido imponiendo y se ha comprobado que corresponde a una campaña de tergiversación de la realidad nacional", aseguró hoy el ministro, agregando que el gobierno de Pinochet "ha dado una dura batalla para proteger la seguridad de las personas".

Empero, el funcionario reconoció que pueden haber ocurrido situaciones negativas o errores personales "pero ellos son aislados y no corresponden a una política de gobierno".

De forma muy diferente opinó el vicario Cristián Precht, quien, tras afirmar que "ha sido un desafío ejercer el sacerdocio en Chile en el curso de los últimos años", indicó hoy a radio Cooperativa que en el período en que ejerció como "vicario de la solidaridad" se encontró con "aberrantes experiencias de violaciones a los derechos humanos".

Por su parte, en Bona, un arrepentido ex funcionario de los servicios secretos militares chilenos, actualmente escondido en Europa, confirmó en declaraciones a una revista alemana que en Chile se tortura y se asesina sistemáticamente.

Andrés Valenzuela Morales, de 31 años, diez de ellos a sueldo de los servicios secretos de la Fuerza Aérea chilena, confesóal semanario "Stern" haber sido testigo y haber participado directamente en todo tipo de torturas, fusilamientos y "desapariciones" de presos políticos chilenos hasta que, asqueado, decidió abandonar el servicio y su país.

01.01

9706920

CLARIN ★ Buenos Aires, viernes 7 de agosto de 1987

# Desmienten el adelanto del plebiscito en Chile

***El gobierno chileno desmintió la información sobre su presunto adelantamiento de la fecha del plebiscito en el que la población confirmará, o no, el nombre del candidato a presidente que será fijado por las fuerzas armadas. El mecanismo del referendo es irreversible, pero no se ha tomado decisión alguna para modificar la fecha, prevista originariamente para mayo próximo.***

**SANTIAGO, Chile, 6 (EFE, ANSA, Reuter). — Con una lacónica nota de cinco líneas, la agencia gubernamental de noticias Orbe desmintió esta noche un alto jefe militar chileno que había anunciado el adelanto de la fecha del plebiscito para la sucesión presidencial.**

**De acuerdo con informaciones recogidas por la emisora Radio Cooperativa, el general Eduardo Ibáñez Tillería, intendente de la octava región, había manifestado durante un acto público en la localidad de Ninhue (400 kilómetros al sur de Santiago) que faltaban "apenas 200 días hábiles para el plebiscito".**

**Eso significaría que la consulta popular prevista en la Constitución sobre el sucesor del actual jefe del Estado se podría celebrar aproximadamente en el mes de mayo del año próximo.**

**Sin embargo, según la nota de la agencia Orbe, que cita fuentes del Ministerio del Interior, "no existe decisión alguna del gobierno al respecto". El titular de esa cartera, Sergio Fernández, declaró hoy que no se ha adoptado decisión alguna respecto de la fecha en que se celebrará el referendo.**

**La carta política vigente determina que el actual período presidencial del general Augusto Pinochet debe concluir el 11 de marzo de 1989, pero por lo menos tres meses antes los altos jefes de las fuerzas armadas deben designar a un candidato único, que será sometido a plebiscito.**

### ♦ Decisión "irrevocable"

**La decisión del gobierno de realizar —en 1988 o antes— el plebiscito es "irrevocable". La determinación, reiterada por el ministro del Interior, Sergio Fernández, provocó una acelerada toma de posiciones de todos los sectores políticos y sociales chilenos: gobierno, oposición, Iglesia católica, empresarios y trabajadores.**

**Mientras el gobierno mantiene la firme voluntad de proyectar su obra hasta casi el inicio del próximo siglo, la oposición lo acusa de querer "perpetuarse" en el poder.**

### ♦ La oposición

**La Democracia Cristiana, principal grupo opositor del país, afirmó hoy por intermedio de su líder, el recientemente electo presidente Patricio Aylwin, que el gobierno militar de Pinochet se está encaminando a una derrota si rechaza los reclamos en favor de elecciones libres.**

**"Somos demócratas y queremos elecciones libres", declaró Aylwin en conferencia de prensa. "Pero si el gobierno insiste en sus planes de celebrar un plebiscito en el que los ocho millones de electores chilenos serán preguntados si aceptan o rechazan un candidato presidencial designado por las fuerzas armadas, será derrotado", añadió.**

**"No hay democracia dentro del marco de la constitución militar. Estamos convencidos de que la mayoría de los chilenos quiere democracia", dijo también Aylwin.**

### ♦ El porqué de la reforma

**Según Aylwin —un abogado de 69 años—, la Constitución debe ser reformada para dar paso a elecciones presidenciales "libres, abiertas, competitivas y limpias", con más de un candidato, única forma que garantizará la institución de un gobierno que sea reconocido como legítimo por todo el país y por la comunidad internacional.**

**El dirigente —que sucedió al ex canciller Gabriel Valdés en la conducción del partido— llamó a redoblar esfuerzos para concertar a todas las fuerzas políticas, "desde la derecha democrática hasta la izquierda democrática" en torno de esa alternativa.**

**El general Eduardo Ibáñez Tillería, estrecho colaborador del presidente Augusto Pinochet, había anunciado el miércoles el adelantamiento del plebiscito.**

01.01

8706930

EFECTOS DE LA ELECCION INTERNA EN LA D.C. CHILENA

# Un giro a la derecha

**Quizá resulte posible discutir si el proceso de renovación de las autoridades del Partido Demócrata Cristiano de Chile —completado el pasado fin de semana— constituyó un elemento más a favor de las pretensiones del general Augusto Pinochet de mantenerse en el poder hasta 1997 o, en cambio, un nuevo aval para los sectores "aperturistas" del régimen que proponen un "lavado de cara" a través de un acuerdo estrictamente acotado con las fuerzas de centro derecha y la designación de un "candidato de consenso" en 1989.**

**Lo que está claro, en todo caso, es que la elección del ex senador Patricio Alwyn —junto con Andrés Zaldívar, ahora vicepresidente, los líderes del ala derecha "realista"— al frente de la primera mayor fuerza política del país está lejos de favorecer los siempre frustrados anhelos de unificación de los sectores de oposición, capaz de formar una alternativa a la legalidad del régimen y de imponer a las fuerzas armadas un modelo más abierto y menos discriminatorio de transición democrática.**

**El presidente saliente de la democracia cristiana, el ex canciller Gabriel Valdés, había expresado a lo largo de su mandato —iniciado en 1982— el permanente vaivén del partido entre las dos estrategias en principio contradictorias: el liderazgo de la movilización social y la acumulación de fuerzas opositoras o la adaptación protagónica en la siguiente etapa.**

**♦ Un retorno**

**Tras el auge movilizador de 1983 y 1984 —generador de un crecimiento objetivo de la cultura de la oposición pero también de un fracaso siempre repetido en los intentos por traducirlo en mayor y mejor organización—, el aparato de la democracia cristiana parece haber decidido que llegó la hora de reiniciar el camino.**

**Alwyn personifica casi literalmente ese retorno. Fue él quien —entonces también titular de la democracia cristiana—, había rechazado la propuesta del presidente constitucional Salvador Allende de resolver a través de un plebiscito el conflicto entre el Ejecutivo y el Congreso que, en 1973, ensanchó el espacio para el golpe militar del 11 de septiembre.**

**Fue también Alwyn quien llevó a la democracia cristiana a saludar el golpe como un hecho "indispensable para el mantenimiento de las instituciones democráticas".**

**En el actual contexto —el triunfo de los "realistas" implica para la democracia cristiana, como decisión fundamental, la de inscribirse como partido político legalmente reconocido según el estatuto que acaba de implementar el gobierno militar, el que condena a la clandestinidad al conjunto de la izquierda.**

**Era éste el principal punto en juego en las elecciones internas de la democracia cristiana, en la medida en que el sector derrotado, el "progresista" —liderado por el dirigente sindical bancario Ricardo Hormazábal—, defendía precisamente el rechazo al estatuto de los partidos políticos y al plebiscito presidencial de 1989 como un todo, para mantener términos de unidad mínimos con la izquierda.**

**El programa de Alwyn también rechaza el plebiscito con un único candidato presidencial designado por la junta militar como método para la sucesión —posiblemente autosucesión— de Pinochet.**

**Pero, a partir de ahora, su campaña pro inscripción de los ciudadanos en los registros electorales —se considera que solo una masiva participación podrá hacer triunfar el "no" en la prevista consulta— únicamente podrá ser coordinada con el Partido Nacional, la Derecha Republicana y el sector oficial del Partido Radical.**

**De haber triunfado Hormazábal y su tesis, la misma campaña habría comprometido también a todas las agrupaciones de izquierda, desde el sector más socialdemócrata del Partido Socialista hasta el ala izquierda de Clodomiro Almeyda, pasando por el MAPU y la Izquierda Cristiana, con la única excepción del Partido Comunista.**

**El triunfo de Alwyn —y la reforzada posibilidad de acuerdo con el régimen, o alguno de sus figuras— pronuncia también un mayor distanciamiento del aparato de la democracia cristiana con las estructuras sindicales, conducidas por el también democristiano Manuel Bustos, y con el brazo juvenil partidario, en el que en elecciones paralelas a las de los mayores se impuso el sector "progresista".**

*Carlos Richelieu*

01.01

870685

# El gobierno chileno decidió adelantar un año el plebiscito

*Un alto jefe militar, considerado como cercano colaborador del general Augusto Pinochet, formuló anuncios que indican que el plebiscito para la designación del próximo presidente será adelantado un año. La consulta, según la Constitución, debía realizarse en 1989, pero el general Eduardo Ibáñez, jefe militar de Concepción, indicó que podría realizarse en marzo próximo.*

SANTIAGO, Chile, 5 (AFP y ANSA). — El gobierno del general Augusto Pinochet decidió adelantar en un año el plebiscito que debía celebrarse en Chile en 1989 para designar a un futuro presidente de la República, según las normas establecidas por la Constitución aprobada en 1980 por el régimen militar.

Un alto jefe militar del Ejército aseguró hoy que ha sido adoptada la decisión, y subrayó que la sucesión se resolverá sobre la base de la presentación de un candidato único designado por la Junta Militar de gobierno, integrada por el general Humberto Gordon (Ejército), el almirante José Toribio Merino (Marina), el brigadier Fernando Matthei (Fuerza Aérea), y el general Rodolfo Stange (Cuerpo de Carabineros).

"Estamos a 200 días hábiles del plebiscito", declaró en un acto público el general Eduardo Ibáñez, jefe militar de la ciudad de Concepción y estrecho colaborador de Pinochet.

Las declaraciones del intendente, que ejerce las funciones de gobernador en esa región del sur de Chile, constituyen el primer indicio oficial de que la consulta popular se celebrará posiblemente en marzo próximo.

"Debemos hablar del plebiscito de 1988 como un hecho", enfatizó Ibáñez durante una reunión con representantes de la comunidad de Ninhue, localidad agrícola ubicada a 400 kilómetros al sur de Santiago.

"Estamos borrando el plebiscito del 89, y estamos hablando del plebiscito del 88", insistió el general, descartando la posibilidad de una elección con más de un candidato, como lo plantean los partidos de oposición.

### ♦ Rumor confirmado

El rumor de que el régimen militar adelantaría la consulta circuló con insistencia en Chile durante los últimos tres meses, sobre la base de declaraciones formuladas por el ex secretario general de Gobierno, Francisco Javier Cuadra, en reuniones privadas.

Los observadores estimaban que, con esta decisión, el general Pinochet tomaría por sorpresa a los opositores, divididos e imposibilitados de presentar una alternativa frente a su eventual candidatura para continuar en la presidencia.

De acuerdo con la Constitución vigente, la Junta Militar debe designar al candidato único para el plebiscito. Ese candidato podría ser el mismo general Pinochet, quien de este modo aspiraría a otros ocho años de gobierno.

Si la ciudadanía rechaza al postulante nominado por las fuerzas armadas, deberá prolongarse por un año más el período del general Pinochet, para dar luego paso a elecciones.

El tema es el centro de la polémica política actual en Chile, donde los partidos políticos han sido llamados a inscribirse en un registro, pese a que no podrán participar con sus candidatos en la instancia sucesoria. Mientras entre las fuerzas oficialistas existen tendencias que impulsan la proyección del régimen y la candidatura de Pinochet o de un cercano partidario del régimen militar, en la oposición de centro se insiste en la designación de un candidato para exigir elecciones competitivas.

La izquierda, por su parte, exige "elecciones sin Pinochet" y la formación de un nuevo gobierno de transición.

### ♦ No se tortura

Entretanto, el ministro secretario general de gobierno, Orlando Poblete, afirmó hoy que "en Chile no se tortura y no hay represión".

Poblete hizo esta afirmación durante un desayuno que compartió con los periodistas de su país acreditados ante el Palacio de la Moneda, sede del gobierno chileno.

General Rodolfo Stange, jefe de Carabineros y miembro de la junta militar chilena.

01.01

8706952

# El general Pinochet también quiere ser reelegido

Por Shirley Christia

El general Augusto Pinochet toma la comunión

LA NACION 27/06/87

## En un discurso prometió hacer "todo lo necesario para evitar que un grupo de políticos irresponsables asuma el poder en el país"

SANTIAGO, Chile (The New York Times)– El general Augusto Pinochet ha emprendido lo que tanto sus críticos como sus partidarios consideran una campaña para ser elegido presidente durante ocho años más por medio de un plebiscito unipersonal que se realizará el año próximo.

Pinochet, quien es también comandante del Ejército, se mueve frente a una oposición cada vez mayor por parte de los comandantes de las otras tres fuerzas militares –la Marina, la Fuerza Aérea y la Policía Nacional–, dos de las cuales han estado hablando abiertamente respecto de la clase de presidente que preferirían proponer: un civil de centroderecha de poco más de 50 años.

La oposición no violenta –mientras todavía reclama elecciones libres y abiertas en vez del plebiscito unipersonal– considera cada vez más la posibilidad de que la única manera de confrontar a Pinochet sea mediante exhortaciones a la opinión pública para que vote por el "no" en el plebiscito.

La extrema izquierda, que sintió varios impactos días atrás cuando agentes de los servicios de inteligencia del Gobierno mataron a 12 individuos sospechosos de pertenecer al Frente Patriótico Manuel Rodríguez, un grupo guerrillero, instó nuevamente a los opositores moderados del régimen a unir fuerzas y organizar grandes manifestaciones de protesta.

### Intención clara

El general, de 71 años, no ha declarado formalmente su candidatura, pero ha dejado entrever sus intenciones por medio de ciertas expresiones como las que formuló en un reciente discurso en el que prometió hacer "todo lo necesario para evitar que un grupo de políticos irresponsables asuma el poder en el país".

Se espera ahora que la votación sea adelantada para el 11 de septiembre de 1988, cinco meses antes de la fecha final del 11 de febrero de 1989, establecida en la Constitución de 1980.

La fecha de septiembre coincidirá con el 15º aniversario del golpe de Estado militar contra el presidente Salvador Allende Gossens. Pinochet ha gobernado el país desde entonces, al principio como jefe de una junta compuesta por cuatro militares y luego, desde marzo de 1981, como único presidente, en tanto los otros comandantes y generales del Ejército hacían las veces de una cuasilegislatura.

Paralelamente, Pinochet se colocó en el medio de una serie de programas y actividades que lo señalan como el hombre que puede garantizar la seguridad y el bienestar de los chilenos. Un aviso de TV hábilmente realizado anuncia la expansión de los programas de vivienda del Gobierno, a la vez que muestra al general Pinochet llevando a un niño hacia un hogar.

### Viajero

El general, un hombre que siempre se mantuvo en contacto con los lugares más distantes de esta nación de más de 4000 kilómetros de extensión, ha viajado mucho más últimamente. Allí donde llega siempre es recibido con alegres y pintorescas demostraciones del acervo tradicional chileno, transmitidas al resto de la nación.

Simultáneamente, diversos funcionarios del Gobierno fueron noticia en la primera plana de los diarios al expresar que Pinochet sería un buen candidato presidencial o al incitar al pueblo a trabajar en favor de su elección.

El presidente ha dicho que las encuestas demuestran que tiene el apoyo de más del 40 por ciento de la población, una cifra con la que no están de acuerdo los opositores.

### Reacciones

Después de que la campaña de Pinochet comenzó a perfilarse, en mayo pasado, el almirante José Toribio Merino, comandante de la Marina, fue el primer jefe militar que reaccionó. Advirtió que no creía que Pinochet pudiera ser el eventual candidato presidencial y agregó que éste debería ser un civil de centroderecha de 52 o 53 años, capaz de seguir adelante con las políticas económicas de mercado libre del actual gobierno.

El general Fernando Matthei, comandante de la Fuerza Aérea, regresó a Chile este mes después de un viaje por Europa y los Estados Unidos, se reunió con Pinochet y posteriormente anunció que coincidía plenamente con la descripción del jefe de la Armada respecto del candidato "ideal". Pero afirmó también que las circunstancias desde ahora hasta el proceso de nominación podrían variar.

Matthei también se quejó por la actitud de algunos funcionarios militares en el Gobierno que exhortaban a apoyar a Pinochet. Expresó que las Fuerzas Armadas no podían ser "juez y parte" de las elecciones y que se suponía que debían "garantizar el proceso y no formar parte de él".

El general Rodolfo Stange, jefe de Carabineros o Policía Nacional, también se había ausentado de Chile, pero en abril pasado expresó sus dudas respecto de la candidatura de Pinochet.

### Proceso

La Constitución establece que el plebiscito –por el cual los cuatro comandantes militares supuestamente deben designar unánimemente al candidato– es un paso transitorio hacia la democracia. Si el candidato del plebiscito recibe el apoyo de la mayoría a través del voto popular, comenzará una gestión de ocho años a partir del 11 de marzo de 1989 y un congreso será elegido nueve meses

01 02

8706969

# ...et también quiere ser reelegido

**Por Shirley Christian**

más tarde. Las elecciones presidenciales abiertas se realizarán en 1997.

Si los votantes rechazan al candidato, la gestión de Pinochet se extenderá un año, período en el que el presidente tendrá que convocar a elecciones abiertas y luego entregar el poder.

El proceso de nominación establece que los cuatro comandantes, Pinochet incluido, se reúnan de 30 a 60 días antes del plebiscito y designen al candidato, que podría ser civil o militar. Si no llegan a un acuerdo unánime la cuestión pasará a manos del Consejo de Seguridad Nacional, integrado por jefes militares y varios civiles. Allí, la decisión correrá por cuenta de la mayoría.

A pesar de su oposición a la candidatura de Pinochet, los otros comandantes quieren evitar una ruptura en las Fuerzas Armadas y además temen, se cree, que si Pinochet se presenta y pierde todo parecerá una derrota para el sistema militar chileno.

### La oposición política

La posición que los otros comandantes terminen por adoptar dependerá –según las expectativas– de lo que haga la fragmentada oposición política de aquí al momento de la designación del candidato presidencial.

Incluso después de todos estos años de régimen militar la escena política de Chile sigue dividida en lo que se da en llamar los "tres tercios", cada uno de los cuales, a su vez, está subdividido de diversas maneras.

### Tercios

El tercio derechista está dividido entre los partidarios de Pinochet, cuya mayoría no está formalmente organizada, y varios partidos conservadores tradicionales y de centroderecha que están en la oposición.

El tercio centrista está conformado por los demócratas cristianos, el mayor partido político del país.

El tercio izquierdista está integrado por la izquierda cristiana, varias facciones políticas socialistas y el Partido Comunista y dos grupos guerrilleros.

Existe una gran controversia entre los partidos opositores y dentro de ellos respecto de la aceptación o rechazo de la Constitución de 1980 y de la manera en que deben responder a las exhortaciones de la extrema izquierda para unir fuerzas.

Incluso los demócratas cristianos mantienen opiniones diversas; algunos creen que hay que mirar a la derecha para buscar apoyo, mientras que otros consideran que la mirada debe orientarse hacia la izquierda.

### Registros electorales

Todos, con excepción de los guerrilleros y los comunistas, respaldan los registros en las listas electorales, que se abrieron a principios de este año.

Gabriel Valdés, presidente de los demócratas cristianos y ex canciller, expresó que los jefes de la oposición consideraban que un elevado número de registros en las listas electorales será desfavorable para Pinochet. "Si todo el pueblo chileno se anota, no hay dudas de que Pinochet podrá ser vencido", aseguró.

La población con derecho al voto –los mayores de 18 años– será de 8.500.000 el año próximo para esta fecha. Hasta ahora, de acuerdo con las cifras dadas a conocer por el Gobierno, se han registrado poco más de un millón de personas.

Valdés manifestó que el complicado proceso para registrarse –hay que ir a tres oficinas del Gobierno durante las horas de trabajo y además pagar un arancel de 1,60 dólar– formó parte del intento de Pinochet de limitar el número de votantes.

### Apoyo de la Iglesia

Los esfuerzos de la oposición tuvieron días atrás un respaldo de los obispos católicos romanos de Chile, que instaron a todos los católicos a registrarse y pidieron a los empleadores que facilitaran los medios para que sus empleados pudieran hacerlo.

"No hemos podido hablar con los militares hasta ahora, porque aparentemente para ellos no tenemos una verdadera fuerza", agregó Valdés. "Sin embargo, un elevado índice de personas registradas para votar les podría hacer cambiar de parecer", concluyó.

(c) LA NACION

Traducción de Luis H. Pressenda

LA NACION 25/07/87

02.02

8706969

# LA PRENSA

Fundado por José C. Paz el 18 de octubre de 1869. Clausurado y confiscado el 26 de enero de 1951, por defender la libertad; reinició sus ediciones el 3 de febrero de 1956. Director de 1898 a 1943, Ezequiel P. Paz; de 1943 a 1977, Alberto Gainza Paz.

Director: Máximo Gainza

Miércoles 1° de julio de 1987


## Signos confortantes en Chile

Hemos dicho en ocasiones anteriores que la realidad política chilena ofrece el espectáculo de una sociedad profundamente dividida entre un gobierno autoritario y una oposición que dista de estar unificada. Es malo en consecuencia la perpetuación de un régimen de facto que dista de respetar el ejercicio de las libertades públicas. Pero acaso resultaría peor, su abandono repentino de las responsabilidades del gobierno, que dejaría paso probablemente a un tumultoso proceso político de imprevisibles consecuencias en cuanto a su signo ideológico y a su manejo del orden público.

La solución del problema político de la nación vecina, no puede provenir sino de una concertada etapa de transición, en que unos y otros —gobierno y oposición— dejen de lado sus intransigencias dogmáticas y acuerden mínimas reglas de entendimiento. A lo largo de los casi catorce años de vigencia del régimen militar, no ha podido advertirse tentativa seria alguna, ni por parte de éste, que ha seguido encarcelando y persiguiendo gente, ni por parte de quienes discrepan con él, que han proseguido con su tumultosa acción callejera llegando en algunos casos al atentado criminal; que permitiera columbrar una significativa modificación de tan estancado estado de cosas.

No obstante, y sin que ello comporte una rectificación importante, ha podido observarse en los últimos tiempos, una actitud más permeable por parte del gobierno, que permite tener ciertas ilusiones en cuanto a la modificación de la proverbial intemperancia política que mantenía.

En primer lugar, los jefes de tres de las cuatro armas que integran el aparato militar de Chile, y que son miembros de la Junta Militar, han señalado la conveniencia de que el actual presidente no se presentara como candidato a un nuevo período en el plebiscito de 1988, sino que el postulante debería ser un civil. Este pronunciamiento, que proviene de las altas esferas del sistema, implica en primer lugar, un aparente abandono del personalismo existente, encarnado en el jefe del Estado, cuyo retiro del ejercicio del poder se propicia desde el seno mismo de ese poder. Más aún, no se postula siquiera que su reemplazante o sustituto invista el estado castrense, sino que se admite que sea un civil.

Ciertamente no es lo deseable que el futuro presidente salga electo de una candidatura única en un plebiscito. Pero en las críticas circunstancias actuales, sería mucho peor privar a la ciudadanía de esa forma de pronunciamiento, e imponer por la fuerza a quien la cúpula castrense decidiera, o bien mantener en el gobierno a quien hasta ahora lo viene detentando. Con todos los defectos que se quiera achacarle a ese modo de postulación, siempre será mejor, y representará un progreso, pequeño tal vez, pero positivo sobre la situación actual.

Si se agrega a lo dicho, cierto tipo de medidas liberalizantes adoptadas no hace mucho por el gobierno, como el permiso para el retorno de exiliados y la autorización para la edición de dos periódicos de oposición, podrá pensarse en señales confortantes de una incipiente apertura por parte de un régimen político, hasta ahora abroquelado exclusivamente en su propia autoridad. Sería conveniente que los sectores de oposición, avanzaran también cautelosamente en concesiones que atenuaran su intransigencia, proponiendo condiciones aceptables para quienes desempeñan el poder, tendientes a la transición pacífica que todo el mundo aguarda.

El mayor empeño de todos quienes tienen responsabilidades como dirigentes en la convulsionada comunidad chilena, debiera ser el logro de un traspaso de poderes en orden y en libertad.


01.01

8706980

ARCHIVAR EN: Chile (106)

28

TEMA: Pte de Informe N: 339/EI/87
(Ref. Supermercados "Las Brisas")

PROCEDENCIA: Dpto III del 2/5/87 Soc. 1296/87

ARCHIVADO EN: P.E.I (084)

01.01

8707037

# Espectacular expansión de la Bolsa de Valores de Chile

Por Shirley Christian

SANTIAGO (The New York Times) – Los trabajadores de una planta y depósito de mineral de hierro de la compañía Pacific Steel (conocida en Chile como la Compañía de Acero del Pacífico –CAP–), unos 500 kilómetros al norte de esta capital, pidieron hace poco al gerente general que les entregara un informe sobre las ganancias e inversiones registradas este año.

A través de una comisión pidieron también que se arbitre la forma para enterarse de cómo andan en la Bolsa las acciones que tienen en la compañía, antes de que su cotización aparezca en los diarios.

"Sucede que los trabajadores –tanto los obreros como los empleados administrativos– están desarrollando lo que llamo una cultura de accionistas", señaló Clemente Martínez, supervisor de la planta y uno de los integrantes de la comisión que elevó los pedidos.

La compra, por parte de los trabajadores, de un tercio de las acciones de esa compañía de acero, una de las seis empresas más grandes de Chile, forma parte de la rápida privatización de varias empresas del Estado que suministran servicios o fabrican productos considerados estratégicos.

Mediante la combinación de compras por parte de empleados y ofertas de venta al público en la Bolsa de Valores, el gobierno chileno completó en las últimas semanas la venta total de la compañía Pacific Steel y de las empresas eléctricas que suministran servicios en las áreas metropolitanas de Santiago y Valparaíso.

### Otras cesiones

Por otra parte, el Gobierno vendió el 66 por ciento de una compañía minera, el 49 por ciento de una planta generadora de electricidad y un laboratorio químico, y además ha comenzado a vender en parte otras nueve empresas. Las acciones se ofrecen, periódicamente, en paquetes de diversos porcentajes. En el caso de la compañía de acero, la primera venta al público –un 14 por ciento– se registró en 1986.

Esto ha provocado una expansión espectacular de la actividad en la pequeña Bolsa de Valores de Santiago. El 10 de julio pasado, la venta de acciones alcanzó una cifra sin precedentes de 21 millones de dólares, un 75 por ciento más que los 12 millones de dólares alcanzados la semana anterior.

La tendencia de privatizar empresas estatales ocurre no sólo en las principales naciones industrializadas del mundo, incluidas Gran Bretaña, Francia y los Estados Unidos, sino que es también incentivada por las potencias occidentales en los países en vías de desarrollo.

### Oposición disconforme

Frecuentemente hubo objeciones por parte de opositores políticos que consideraban que el Gobierno entregaba valiosos activos que nunca podrían ser recuperados. Pero en la mayoría de los casos registrados últimamente las ventas fueron recibidas prestamente con beneplácito por parte de los inversores.

En Chile, las privatizaciones también provocaron agudas críticas de muchos opositores políticos del gobierno del general Augusto Pinochet, los cuales argumentan que gran parte del patrimonio nacional se vende a precios muy bajos. Por otro lado, los grupos opositores advierten que se reservan el derecho de anular esas ventas cuando la democracia sea reimplantada en el país.

El régimen de Pinochet impuso una política de privatizaciones casi tan pronto como los militares derrocaron al gobierno socialista de Salvador Allende, en 1973. Como primera medida devolvió a los propietarios anteriores numerosas compañías que habían sido nacionalizadas por Allende. Otras fueron vendidas a inversores privados o a grupos empresarios.

### Ganancias

Manuel Macaya, el gerente normalizador de Corfo, la compañía de promoción industrial del Estado, expresó que todas las empresas que actualmente son transferidas al sector privado son lucrativas.

Macaya afirmó que Corfo había recibido un total de 1300 millones de dólares por todas las compañías que ha vendido desde 1974. Por otra parte, reveló que la venta de acciones durante los primeros seis meses de 1987 permitió recaudar unos 80 millones de dólares.

La compañía Pacific Steel (Compañía de Acero del Pacífico) se dedica a la producción de acero y la explotación de depósitos de mineral de hierro. El año pasado obtuvo ganancias del orden de los 15.500.000 dólares por ventas que alcanzaron los 319 millones de dólares, incluyendo 120 millones de dólares por exportaciones, en su mayor parte mineral de hierro al Japón.

Un directivo de la empresa –de apellido De Andreaca– sostuvo que 9000 personas habían comprado acciones de la compañía, incluyendo a 4000 de sus 6500 trabajadores. Al principio, la compañía concedía préstamos para incentivar las compras por parte de los empleados pero ahora éstos recurren a préstamos bancarios.

### "Se animaron a comprar"

Jorge Bugueño, gerente de ventas de la filial de mineral de hierro de la Compañía de Acero del Pacífico, señaló que había sido difícil en un primer momento despertar el interés por la compra de acciones entre los obreros "cuya única noción sobre inversiones era depositar ahorros en el banco. Pero a medida que aumentó el precio de las acciones y se pagaron dividendos, equivalentes a dos meses de trabajo de los obreros menos remunerados, hubo mayor interés –indicó Bugueño–. Creo que los obreros, en su mayoría, tienen opiniones de izquierda, sin estar afiliados a un determinado partido político, pero de todos modos se animaron a comprar".

A fines de 1986, después de que el Gobierno resolvió vender una firma de servicios de computación llamada Ecom, el sindicato que representaba a sus empleados propuso la compra por parte de sus miembros. María Teresa Rosende Gaete, la gerenta general, manifestó que 114 de los 120 empleados –mayormente administrativos– participaron de la compra por 1.500.000 dólares con la ayuda de préstamos a 10 años de plazo por parte de Corfo.

"Para la mayoría de nosotros, inicialmente el motivo fue la seguridad laboral antes que una inversión –explicó Rosende Gaete–. Pero ahora la gente ha comenzado a considerar que se trata de una verdadera inversión."

Desde entonces la compañía se ha expandido, contrató nuevos empleados y está en vías de terminar la construcción de un edificio de seis pisos.

### Dos puntos de vista

Ramón Briones, un abogado que es también presidente de un comité del Partido Demócrata Cristiano que analiza y critica con dureza la política fiscal, advirtió que las ventas dejarán a un futuro gobierno democrático casi sin alternativas para elaborar una política económica propia.

Pero Jorge Uribe, subgerente de planificación y desarrollo de la compañía de Acero del Pacífico, dijo claro al decir que una compañía totalmente privada tenía mejores posibilidades y perspectivas de generar riqueza para el país. Agregó que los inversores lo comprendían y que el precio de las acciones estaba en alza, incluso a medida que los paquetes de acciones eran ofrecidos en las últimas semanas.

(Traducción de Luis H. [illegible])

La Nación 8/8/87

8707118

LA MAÑANA

DPTO. II (EXTERIOR) 4.9.87 F.D.S. FICHADO

MONTEVIDEO, VIERNES 4 DE SETIEMBRE DE 1987

## Intensa búsqueda del militar secuestrado

# Pinochet convocó a altos mandos y jefes policiales

*Mientras efectivos de las fuerzas de seguridad continúan la búsqueda del comandante Carlos Carreño, secuestrado el pasado martes por guerrilleros de izquierda, el Presidente chileno mantuvo ayer una reunión con jerarcas militares para analizar la situación.*

SANTIAGO (ANSA, EFE y UPI).- El Jefe de Estado chileno, general Augusto Pinochet, convocó ayer a una sorpresiva reunión a los altos mandos castrenses, y a los jefes policiales.

La sesión se realizó en el Palacio de La Moneda, sede de Gobierno, y a ella concurrieron el ministro de Defensa Nacional, vicealmirante Patricio Carvajal jefes de Carabineros, de Investigaciones y de la Central Nacional de Informaciones (CNI, policía política).

Aunque no se entregó versión oficial sobre lo tratado, se supo que el tema central de la reunión fue el secuestro del comandante Carlos Carreño, ocurrido el martes por diez civiles armados, cuando salía de su casa para llevar a uno de sus hijos al colegio.

Después de dos días del secuestro, no se ha determinado el paradero del oficial y sólo se ha conocido un comunicado con fotografías del secuestrado, que hizo llegar a agencias informativas internacionales el Frente Patriótico Manuel Rodríguez (FPMR), un grupo armado vinculado al proscripto Partido Comunista.

### INTENSA BUSQUEDA

Por lo menos 5.000 efectivos de las fuerzas de seguridad de Chile continúan la busqueda de Carreño.

El FPMR se responsabilizó del secuestro en un comunicado que envió a los medios de comunicación, con fotografías en color del teniente coronel que publicó ayer la prensa santiaguina.

El grupo subversivo mencionó que la operación denominada "No a la perpetuación del Tirano," se opone a una supuesta intención del general Augusto Pinochet de mantenerse en el poder más allá del término de su actual período de gobierno en marzo de 1989. Pero la nota no planteo exigencias.

Sin embargo, el Ministro de Defensa, Vicealmirante Patricio Carvajal, dijo que el gobierno no aceptará presiones de nadie.

Carbajal, que indicó no tener nuevos antecedentes sobre el secuestro, hizo la declaración al ingresar a una reunión de urgencia convocada en La Moneda oor el presidente Pinochet, con participación de otros altos jefes de seguridad.

El grupo guerrillero izquierdista Frente Pa[...] Manuel Rodríguez entregó el miércoles esta fo[...] del Teniente Coronel Carlos Carreño Barrera, [...] fue secuestrado de su casa el martes. (Ra[...] Reuter).

Rastreos de soldados del ejército, policías de carabineros, detectives y agentes de seguridad con ayuda de helicópteros, formaron un "verdader anillo" en un trabajo coordinado en una amplia zona del barrio alto de Santiago.

Las patrullas establecieron vallas de control de automovilistas, y fuente policiales dijeron que se han realizado alla-

namientos y que [...] habrían extendido [...] barrios de la ca[...] busca de pistas [...] duzcan a los sec[...] res y su víctima.

Pero las autorid[...] dirigen la operaci[...] que Carreño no [...] vado muy lejos [...] individuos que [...] prendieron al sal[...] hogar en el sector [...] cial de La Reina, [...] ser obreros de [...] table.

01.01

8707151

CHILE PS
Archivado

LA HABANA 3/9/87

DPTO. II (EXTERIOR)
4.9.87
E.D.S.



## Envió foto del coronel Carreño

# Frente Patriótico Manuel Rodríguez se adjudicó secuestro

SANTIAGO.- Agentes de seguridad revisan el vehículo en el cual guerrilleros izquierdistas secuestraron el martes al teniente coronel Carlos Carreño, y desde el cual se enfrentaron a tiros con fuerzas policiales. (Radiofoto Reuter).

***El Frente Patriótico Manuel Rodríguez (FPMR) se responsabilizó anoche del secuestro del coronel del Ejército chileno Carlos Hernán Carreño, de quien envió una fotografía en la que se le puede ver, aparentemente en buenas condiciones, ante una bandera del grupo armado que asegura tenerle cautivo.***

SANTIAGO (ANSA, EFE y UPI).- El teniente coronel Carreño, director de la Fábrica de Material del Ejército, de 39 años de edad, fue secuestrado en la mañana del martes, cuando salía de su casa, por un grupo de personas armadas que se dieron a la fuga a bordo de varios vehículos.

En una llamada telefónica anónima recibida en las oficinas de la agencia EFE en Santiago, una voz femenina había dado a conocer la existencia de un sobre con una foto en los lavabos de una céntrica cafetería de la ciudad.

El sobre, recogido por reporteros de EFE, contenía, en efecto, una fotografía tipo polaroid en la que se veía un primer plano del coronel Carreño, vestido de civil, con camisa abierta, pero sin corbata, con chaleco y una chaqueta de color gris.

El oficial, que aparece en buen estado de salud y mirando de frente, presenta una ligera sombra debida al parecer al hecho de no haberse rasurado la barba.

A espaldas del oficial se ve una bandera roja con el logotipo azul del FPMR, y en la parte inferior de la imagen algo que parece ser una tela blanca.

### SEGURO Y BAJO CONTROL

Junto con la fotografía se hallaba dentro del sobre, en un papel blanco con una franja roja en su parte superior, el Comunicado N. 01 del Frente Patriótico Manuel Rodríguez, suscrito por su dirección nacional.

En dicho documento se asegura que el coronel Carreño se encuentra en buenas condiciones, y que se le trasladó a un lugar donde se encuentra seguro y bajo nuestro control.

El Comunicado Número 01 da cuenta también de que el día 1° de setiembre a las 07,13 horas, su unidad de combate Ignacio Valenzuela del FPMR, compuesta por los grupos 21, 22 y 23, procedió a capturar al teniente coronel Carlos Hernán Carreño Barrera.

La nota agrega que durante la retirada, el grupo principal fue seguido por una patrulla de carabineros, viéndose obligados a abrir fuego contra ella.

El Comunicado del FPMR no menciona condición alguna para la liberación del oficial secuestrado y se limita a concluir anunciando que dará nuevas informaciones en un próximo comunicado.

Por su parte, el Director de la Policía de Carabineros e integrante de la Junta de Gobierno, general Rodolfo Stange, dijo que el secuestro de Carr parte de un presun subversivo "Seti Rojo" para marcar aniversario del comienzo del gobie quinquenio del Pr Salvador Allende.

En tanto, el Mini Interior, Sergio Fe dijo ayer que el g está alerta para act otros eventuales terroristas y asegur han adoptado to medidas previsibles.

Las declaracio Fernández se pr al finalizar una re las autoridades en cio de la Mone examinar la situa mancha de las op para capturar al armado que sec Carreño.

01 01

8707153

ARCHIVAR EN: Chile (106)

TEMA: Asilo a Chilenos

PROCEDENCIA: LA NACION 8/8/87

ARCHIVADO EN: ITALIA (01)

01.01

8707175

IMPLICADOS EN EL ATENTADO CONTRA PINOCHET

# Fugan cuatro presos en Chile

VALPARAISO, 13 (AFP y ANSA). — Cuatro chilenos acusados de participar en el fallido atentado contra el presidente Augusto Pinochet y de introducir un arsenal de armas en el país, se fugaron hoy de la cárcel de Valparaíso, 100 kilómetros al oeste de Santiago, Chile.

Los evadidos, miembros del Frente Patriótico Manuel Rodríguez (F.P.M.R.), son Sergio Buschman, Ricardo Muñoz, Marcial Moraga y Andrés Espinosa. Los cuatro se hallaban, a diez meses de su encarcelamiento, bajo el proceso que conduce el fiscal militar coronel Fernando Torres, quien sigue investigando el atentado contra Pinochet y la introducción de armas.

Dentro del mismo proceso que se les seguía a los evadidos hay otras 56 personas, las que se hallan en distintas cárceles del país a la espera de que termine la investigación. La evasión se produjo hoy a la madrugada; el cuarteto burló una vigilancia rigurosísima, que custodia a más de un millar de presos. Sergio Buschman, según los resultados de la labor del fiscal castrense, figuraba entre los jefes del contrabando de armas detectado en agosto de 1986 por agentes de seguridad del gobierno.

♦ **Bombas y denuncias**

Mientras anoche Santiago fue sacudida por una serie de atentados explosivos (cuatro, que dejaron herida a una persona) contra la compañía de teléfonos, dos oficinas bancarias y una municipal, abogados de la Vicaría de la Solidaridad insistieron en que "en Chile se sigue torturando" y que los jueces que investigan denuncias en este sentido son presionados para que abandonen los casos.

"Se establece claramente que se tortura, pero nunca se llegan a conocer los nombres de quienes aplican tormentas", afirmó el abogado Jorge Garretón. Este abogado citó el caso de Ricardo Campos, acusado de delitos subversivos cuyo examen médico arrojó la prueba contundente de que había sido torturado.

Un juez decidió anoche procesar a los directores de los medios "La Epoca" (diario), "Fortín Mapocho" (periódico) y de las revistas "Apsi" y "Análisis". Son ellos, respectivamente, Emilio Filippi, Ismael Llona, Marcelo Contreras y Juan Pablo Cárdenas. Se los acusa de haber publicado una solicitada del Partido Comunista llamando a la rebelión popular contra el gobierno. La ley contempla multas de hasta 30 mil dólares. De ser aplicadas, podrían producir la quiebra económica de estos medios de prensa de oposición.

01.01

707236

CLARIN ★ Buenos Aires, lunes 17 de agosto de 1987

PINOCHET Y EL PLEBISCITO

# Campaña en marcha

SANTIAGO, 16 (Por William Long de "Los Angeles Times", especial para Clarín). — Con una gran música de trasfondo, el anunciante indica: "los chilenos hemos construido a Chile paso a paso y con amor".

La pantalla de televisión ofrece imágenes de fábricas, granjas y autopistas. Aparece luego el rostro sonriente del presidente Augusto Pinochet. "Chile —dice el anunciante— avanza con paso firme hacia la modernidad".

El aviso televisivo del gobierno —difundido día y noche por todos los canales chilenos— tiene todas las características de una hábil propaganda política de tiempo de elecciones. Y esto es lo que es, precisamente, según indican los analistas políticos.

Chile se está preparando, en efecto, para un plebiscito nacional que deberá decidir quién gobernará a esta nación de doce millones de habitantes cuando culmine —en marzo de 1989— el mandato de Pinochet. Al parecer, el general de 71 años no tiene intenciones de retirarse del poder y su campaña para ser reelecto para un nuevo término de gobierno ya está en marcha.

Entretanto, las fuerzas opositoras moderadas se preparan para una contracampaña que le dé a Chile un primer gobierno civil desde la llegada al poder de Pinochet en 1973 tras un sangriento golpe de Estado.

La constitución chilena —redactada en 1980 al gusto de Pinochet— estipula que el plebiscito debe realizarse antes de marzo de 1989. El próximo gobierno debe durar hasta 1997.

Los chilenos deberán votar por "sí" o por "no" sobre un único candidato presidencial que será elegido en forma unánime por los cuatro comandantes de las fuerzas armadas y por la policía. La constitución estipula que en caso de que la mayoría de los ciudadanos opte por el "no" se realizarán en el lapso de un año elecciones libres y abiertas.

**● Primer objetivo**

Se recordará que el general Pinochet es el titular del ejército, el almirante José Toribio Merino, de la marina, y el general Fernando Matthei, de la fuerza aérea. El general Rodolfo Stange es el número uno de la policía. Un analista político extranjero comentó que el primer objetivo de la campaña presidencial de Pinochet será persuadir a los otros tres comandantes de que no tienen "otra alternativa más que elegirlo a él".

Sin embargo, tanto Merino como Matthei y Stange indicaron recientemente, en declaraciones separadas, que el mejor candidato presidencial sería un civil. Según indicó el analista extranjero, estos comentarios reflejan la opinión que impera en el alto comando de las fuerzas y entre la mayoría de los chilenos.

Encuestas recientes demostraron que solo un 20 por ciento de los consultados apoya a Pinochet.

Hace poco, el Partido Comunista de Chile publicó un manifiesto en el que rechazaba el plebiscito —con o sin Pinochet como candidato— y convocaba a realizar una confrontación popular en contra del régimen, en el mes de setiembre.

"Reafirmamos explícitamente nuestra política de rebelión popular masiva que conduzca a una ruptura con el orden y la ley fascista y abra un camino efectivo para acabar con la tiranía", reseña el documento comunista.

Ricardo Rivadeneira, presidente del nuevo partido conservador denominado Renovación Nacional, advirtió que la política de los comunistas reforzaría la candidatura de Pinochet.

"No hay otro candidato de guerra mejor que Pinochet", señaló Rivadeneira.

En el medio del panorama político chileno figura el Partido Demócrata Cristiano —una de las fuerzas más fuertes del país—. Andrés Zaldívar, líder de este partido, señaló que en su opinión existen muchas posibilidades de que Pinochet convenza a sus compañeros militares para que lo nominen para el plebiscito.

Al igual que muchos chilenos, Zaldívar estima que el plebiscito tendrá lugar el 11 de setiembre de 1988 —decimoquinto aniversario del golpe de Pinochet.

La oposición chilena —incluyendo a los demócrata cristianos— estuvo desorganizada durante mucho tiempo a causa de desacuerdos sobre la estrategia y candidatos para hacerle frente a Pinochet.

Según Zaldívar, parte de la campaña se basará en preparar a los chilenos para movilizarse "en contra del fraude". Ya que tal como admitió "hay posibilidades de que haga fraude el Pinochet lo necesita para ganar".

"Pinochet está decidido a quedarse en el poder", concluyó Zaldívar.

CHILE

01.01

8707336

ARCHIVAR EN: Chile (106)

TEMA: CARTA de condenado chileno

PROCEDENCIA: 2° ZA 20/8/87

ARCHIVADO EN: R.F. Armenia (023)

01.01

8707623

---

ARCHIVAR EN: CHILE DEMOCRATICO (106)

TEMA: Parte Especial de Información Nro. 098 Dpto III (POE) (Ref. Hechos por 18 de Julio de Chile Democrático)

PROCEDENCIA: Dpto III 15/9/87 Doc. 1397/87

ARCHIVADO EN: P.E.I (084)

01.01

8707688

---

ARCHIVAR EN: CHILE (106)

TEMA: Parte de Informe N° 374/EI/87 (Ref. Capitán desertor del Ejército chileno.

PROCEDENCIA: Dpto III 25/9/87 Doc. 1407/87

ARCHIVADO EN: P.E.I (084)

01.01

8707689

HB

CHILE

106

El Día 30/7/87

## Atentados

En Santiago de Chile, una serie de atentados con bombas afectó, en las últimas horas de anoche, tanto entidades de gobierno como una de oposición.

En los hechos resultaron heridas de mediana gravedad dos personas, ambas disidentes políticos, y los daños son importantes.

Los lesionados se registraron en la ciudad de Valparaíso, la segunda en importancia y principal puerto de este país.

Una bomba de alto poder estalló en la entrada del edificio donde tiene su sede el Partido Demócrata Cristiano, mayoritario en la oposición al régimen militar chileno.

La explosión lesionó a los militantes de esa colectividad Juan Silva y Gustavo del Fierro.

01.01

8707967

106

LA MAÑANA 5/08/87

LA MAÑANA

## Discute por torturas en Santiago

# Dificultad para Pinochet

BONN, (EFE)- El Presidente de Chile, general Augusto Pinochet, sostuvo una llamativamente áspera conversación sobre la práctica de torturas en su país con el ministro alemán de Trabajo, Norbert Blüm, según revela la revista germanooccidental Der Spiegel en su última edición.

El semanario publica en exclusiva fragmentos entrecomillados del tenso diálogo que tuvo lugar el 24 de julio pasado entre el presidente chileno y el dirigente cristianodemócrata alemán federal en el Palacio de la Moneda de Santiago.

El contenido de la conversación que publica Der Spiegel fue confirmado a EFE por la secretaría de prensa del ministerio alemán federal del Trabajo, que señaló que se ajusta exactamente a lo que aconteció durante la entrevista del ministro Blüm con el mandatario chileno.

Según Der Spiegel Blüm empezó diciendo a Pinochet que viajó al país sudamericano como amigo del pueblo chileno y agregó: "Acepto el principio de no intervención en los asuntos internos de otro Estado pero ese principio tiene una excepción: los derechos humanos. Aquí la injerencia es una obligación. Por eso, señor presidente, deje de torturar".

La revista agrega que ello tomó por sorpresa al mandatario chileno quien respondió contratacando así: Precisamente van a pedirme eso ustedes los alemanes, que son responsables de tantas cosas, momento en el cual Blüm lo interrumpió para acotar: sí, cosas horribles, señor presidente, y eso no puede volver a ocurrir jamás.

Seguidamente, el ministro alemán agregó que eso no sólo me da el derecho a opinar, sino que me obligan a contribuir a que los derechos humanos sean garantizados en todo el mundo, esa es una forma de reparar lo hecho.

Blüm informó luego a Pinochet que había conversado con familiares y abogados de presos políticos, con la comisión de defensa de los derechos humanos, con grupos políticos y religiosos y no encontré a nadie que ponga en duda que en Chile se tortura.

El semanario hamburgués añade que Pinochet escuchó asombrado el relato de las difícilmente imaginables atrocidades de que son capaces sus hombres, por ejemplo quemar el cuerpo de niños con cigarrillos para que los gritos obliguen hablar a las madres.

El general Pinochet respondió negando las torturas y afirmando que esas son mentiras inventadas por los comunistas y luego preguntó ¿y qué hicieron ustedes en Stammheim?, refiriéndose a la muerte en prisión de los dirigentes de la banda terrorista alemana Baader-Meinhof, de donde salió la Fracción del Ejército Rojo (RAF).

01.01

8708202

ARCHIVAR EN: Chile (106)

TEMA: En Alemania Sigue la polemica.

PROCEDENCIA: El Pais 23/2/87

ARCHIVADO EN: R.F. Alemania (003)

-01.01

8708300

ARCHIVAR EN: Chile (106)

TEMA: Kohl Apoya Asesos de Bluem Sobre las Torturas de Chile.

PROCEDENCIA: El Dia 30/2/87

ARCHIVADO EN: R.F. Alemania (003)

01.01

8708394

ARCHIVAR EN: Chile (106)

TEMA: Ajuste Polemica en RFA Sobre Asilo a Chilenos Amenazados de Ejecución.

PROCEDENCIA: El Pais 26/2/87

ARCHIVADO EN: R.F. Alemania (003)

01.01

8708396

ARCHIVAR EN: CHILE (106)

TEMA: R.F.A. Asilo a chilenos Dise
Confirma Condena a Muerte.

PROCEDENCIA: El País 8/8/87

ARCHIVADO EN: R.F. Alemania (003)

01 .01

8708431

13/8/87

LA PRENSA



# Una coalición chilena se conformó en la Argentina

Siete partidos y movimientos políticos chilenos constituyeron en Buenos Aires la coalición "Izquierda Unida", un vasto movimiento popular que impulsará la movilización social para "terminar con el régimen de Pinochet", según anunciaron sus principales líderes.

La coalición de partidos ya se había constituido en Chile el 26 de junio pasado, y en el caso de la Argentina está formada por dirigentes en el exilio, algunos de ellos impedidos de ingresar a su país.

La "Izquierda Unida" chilena está integrada por los partidos Socialista de Chile, Socialista Auténtico, Comunista, Izquierda Cristiana, Movimiento de Acción Popular Unitaria, partido Radical y Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR).

El acto de constitución se realizó en el auditorio de la librería Liber/Arte y contó con la asistencia de parlamentarios argentinos, representantes de organizaciones de solidaridad con el pueblo chileno y representantes diplomáticos.

El titular de la coalición en la Argentina, el ex diputado comunista Luis Guastavino, dijo en un emotivo discurso que "una parte importante del corazón chileno está a la izquierda" del espectro político.

"Este paso que han dado los dirigentes políticos de los partidos de la izquierda en Chile es un paso repleto de aliento y esperanzas.

"Es una izquierda que se constituye con un sentido coyuntural para hoy, para luchar contra Pinochet y a la dictadura, pero es también una coalición para luchar por el mañana, por la trasformación de la sociedad", enfatizó.

En representación de la mesa nacional de la izquierda chilena habló su presidente subrogante, el ex senador radical Luis Fernando Luenga, quien reemplaza provisoriamente al titular, Clodomiro Almeyda, el ex canciller de Salvador Allende que está actualmente preso en Santiago por disposiciones del gobierno militar.

Luenga, quien además preside el partido Radical de Chile, formuló un llamado al partido Demócrata Cristiano –el principal del vecino país– para que se integre a la coalición izquierdista.

"Son muchos más los acuerdos que nos unen con ella que aquéllos sobre los cuales tenemos algún disenso.

"Estamos en contra, ellos y nosotros, de la institucionalidad de Pinochet porque es ilegítima en su origen y antidemocrática en sus disposiciones", afirmó.

El ex presidente subrogante de la flamante coalición izquierdista planteó la necesidad de un "diálogo amplio, fraterno, abierto y franco" con los demócratas cristianos "porque pensamos en nuestro pluralismo y podemos ponernos de acuerdo". (NA)

01_01

8708435

HB

ARCHIVAR EN: CHILE (106)

TEMA: Bonn Condena regimen del General Pinochet.

PROCEDENCIA: LA MAÑANA 28/7/87

ARCHIVADO EN: R.F. Alemania (003)

01.01

8708533

ARCHIVAR EN: CHILE (106)

TEMA: Frente Patriótico Manuel Rodriguez se constituió Ilegalmente.

PROCEDENCIA: LA MAÑANA 3/9/87

ARCHIVADO EN: Subversión LAT. (073)

01.01

8708619

DPTO. N (EX) 10.11.87 FICHADO

106

# El retorno de 31 exiliados

SANTIAGO, Chile, 9 (AP y UPI). — El ex senador socialista chileno Eric Schnake, expulsado el domingo de su país, al que había ingresado en forma clandestina, volvió a cruzar hoy la frontera desde la Argentina, luego de difundirse una autorización gubernamental para el retorno de 31 exiliados políticos entre los que se encuentra incluido.

Schnake había sido trasladado el domingo por una patrulla de gendarmería hasta un inhóspito paraje fronterizo en la provincia argentina de Río Negro. Un día antes se había presentado sorpresivamente en una conferencia parlamentaria internacional que se desarrollaba en Santiago. Su retorno al país se produce luego de 10 años de exilio, que Schnake transcurrió en España, donde adquirió nueva ciudadanía.

La situación del ex senador motivó un planteo del gobierno argentino ante el embajador de Chile, Sergio Gaete Rojas, debido a la confirmación de que Schnake había pasado una noche en medio del frío y la nieve, antes de ser hallado por gendarmes que lo trasladaron a San Carlos de Bariloche.

Al conocer la expulsión del político chileno, el gobierno español había expresado también su preocupación y desagrado.

Antes de partir hacia Chile, Schnake declaró en Bariloche que "cuando se actúa de buena fe y se hacen las cosas con empeño, terminan por dar resultado" en alusión al permiso para regresar finalmente obtenido por disposición oficial.

El almirante José Toribio Merino, miembro de la junta de gobierno chilena, advirtió ayer que Schnake tenía una acusación pendiente por intento de sedición en la Armada, en 1973, en un proceso por el cual deberá comparecer ante la Corte de Apelaciones de Valparaíso.

01.01

8708660

LB

ARCHIVAR EN: Chile (106)

TEMA: P.E.I N° 038/B/DE/87 (Adj material del Arsenal chile a Argentina

PROCEDENCIA: EME 6/10/87 Doc 1450/87

ARCHIVADO EN: P.E.I (084)

01 .01

8708706

---

LB

ARCHIVAR EN: Chile (106)

TEMA: P.E.I N° 037/B/DE/87 (Adj material del Arsenal chile.

PROCEDENCIA: EME 7/10/87 Doc 1476/87

ARCHIVADO EN: P.E.I (084)

01 .01

8708711

CHILE

CLARIN ★ Buenos Aires, domingo 13 de septiembre de 1987

# Son tres los muertos en Chile después del aniversario del golpe

*La policía de carabineros denunció como una "alevosa acción de delincuentes terroristas" el atentado en que dos agentes de ese cuerpo murieron, el pasado viernes, y confirmó que fueron tres las víctimas de los actos de violencia registrados ese día. La esposa del secuestrado coronel Carlos Carreño efectuó un llamado público pidiendo la colaboración de todos los chilenos para obtener la liberación del militar.*

SANTIAGO, Chile, 12 (AFP, EFE y Reuter). — Con el fallecimiento del cabo de carabineros Ramón Bahamondes, que se produjo en el hospital donde el policía era atendido de las heridas sufridas en un atentado el viernes, se elevaron a tres los muertos durante la jornada en la que se cumplieron catorce años de permanencia en Chile del régimen militar encabezado por el general Augusto Pinochet.

Bahamondes había resultado herido cuando presuntos guerrilleros hicieron detonar una bomba al paso de un vehículo policial en la zona sur de Santiago; en el atentado perdió la vida en forma instantánea el sargento Mario Martínez. Horas antes, había muerto un hombre al estallar, antes de tiempo, el artefacto que colocaba bajo un puente ferroviario, según lo informaron las autoridades.

La policía de carabineros afirmó hoy que "no claudicará jamás en su irrenunciable compromiso de resguardar el orden y la seguridad públicos", al denunciar los actos de violencia en que murieron los dos agentes. "Esta alevosa acción criminal fue absolutamente premeditada por delincuentes terroristas", señaló un comunicado de la institución.

Versiones de prensa indicaron que patrullas policiales se enfrentaron luego del atentado con un grupo de guerrilleros, que lograron huir, y que posteriormente se efectuaron allanamientos en el barrio obrero de La Victoria, donde se recordaba, el viernes la expulsión, hace un año, de los sacerdotes franceses Pierre Dubois, Jaime Lancelot y Daniel Carrette.

El ataque contra el vehículo policial se produjo en forma casi simultánea con la realización de un acto gubernamental en el que el presidente Pinochet anticipó la adopción de una política de "mano dura" contra quienes se inclinaran por la "opción de la vía armada".

Poco después del mediodía del viernes, alrededor de un millar de manifestantes habían sido dispersados con gases lacrimógenos y una veintena de personas detenidas.

### ♦ Pedidos por Carreño

La esposa del coronel de ejército Carlos Carreño, secuestrado hace 12 días por el Frente Patriótico Manuel Rodríguez (F.P.M.R.), hizo hoy un dramático llamado por los medios de comunicación a los ciudadanos chilenos para que apoyen sus esfuerzos para obtener la liberación del rehén.

"Yo, como esposa y madre de cuatro hijos, hago

01.01

8708731

HR

CHILE

106

La Prensa 10/09/87

# Encuesta desfavorable al presidente Pinochet

Santiago, 9 (UP)—El presidente Augusto Pinochet obtendría apenas el 12,5 por ciento de los votos en Santiago y el 17,1 por ciento en el interior de Chile, en un plebiscito fijado para 1989, según una encuesta de opinión realizada por una empresa privada de estudios sociales.

El sondeo indica que el 47,3 por ciento de los santiaguinos podría votar contra una extensión del gobierno de Pinochet por otro período de 8 años.

Un 86 por ciento de las personas consultadas se mostró de acuerdo con la campaña por elecciones libres y limpias, iniciada por partidos políticos y personalidades de la oposición.

La encuesta, "Opinión Pública y Cultura Política", revela sin embargo que luego de 14 años de ser gobernador por las Fuerzas Armadas, los chilenos han perdido interés en la política, y al 34,8 por ciento no le atrae el tema.

Además, reveló que un tercio de los ciudadanos aún está indeciso y que cualquier plebiscito o elección será decidida por esas personas que no saben qué harían en el momento de votar.

El sondeo fue elaborado con muestras recogidas en cuatro ciudades importantes, incluida Santiago, por el Centro de Estudios de Desarrollo y la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales.

## Piden 2 millones de dls. por el militar secuestrado

En tanto el grupo armado de izquierda que mantiene secuestrado a un teniente coronel del Ejército desde hace ocho días exigió hoy el pago de dos millones de dólares y el canje de un guerrillero preso, informó una estación de radio local.

Los familiares del teniente coronel Carlos Carreño, un experto en armamento y municiones, declararon que no podían satisfacer las demandas hechas por teléfono por los secuestradores y pidieron un plazo mayor.

"No habrá tratativas con terroristas", afirmó el procurador general de la República, Ambrosio Rodríguez, consultado respecto de las demandas hechas por teléfono a la familia del oficial secuestrado.

Rodríguez, no obstante, se mostró optimista de que el militar sería encontrado con vida, pero se negó a revelar las condiciones para su liberación.

Radio Portales informó que los secuestradores exigieron dos millones de dólares y el canje de un preso, al parecer, un miembro del grupo guerrillero.

El Frente Patriótico Manuel Rodríguez, un grupo armado ligado al proscrito partido Comunista, se adjudicó el secuestro la semana pasada en comunicados depositados en baños de restaurantes y depósitos de basura, en el centro de la capital chilena.

01 01

8708784

EL ALMIRANTE MERINO, DE LA JUNTA CHILENA, PROPUSO OFRECER 25.000 DOLARES

# Pagarían por datos del militar secuestrado

*Policías y soldados continuaron ayer realizando allanamientos y controles casa por casa en barriadas de Santiago, en la búsqueda del coronel de ejército Carlos Carreño, secuestrado hace dieciséis días. Mientras tanto, el almirante José Toribio Merino, titular de la Armada y miembro de la Junta de Gobierno, propició el establecimiento de una importante recompensa*

SANTIAGO, Chile, 16 (AP, ANSA y AFP). — El presidente de la Junta de Gobierno de Chile, almirante José Toribio Merino, propuso ofrecer una recompensa de 25.000 dólares a quienes ofrezcan datos que permitan localizar a los secuestradores del coronel de ejército Carlos Carreño.

El gobierno ha rechazado, hasta el momento, toda posibilidad de negociación con el Frente Patriótico Manuel Rodríguez (F.P.M.R.), organización responsable del secuestro, según comunicaciones enviadas a la prensa y a familiares del militar, y el almirante Merino reiteró hoy que no se aceptará jamás el "canje" de Carreño por "autollamados presos políticos", en alusión a demandas de los captores.

Merino dijo que sugirió al Ministerio del Interior establecer una recompensa "lo suficientemente grande, del orden de unos 5 o 6 millones de pesos" (algo más de 25.000 dólares) para quien "ofrezca una pista exacta para llegar a donde están los secuestradores".

El alto jefe militar acusó del secuestro a "los humanoides que se llaman comunistas", y habló de "ese partido político de seres semihumanos que no tienen conciencia ni sentimiento de ninguna especie".

Como parte de los operativos de búsqueda iniciados el 1° de setiembre, día del secuestro, hoy fueron allanadas barriadas del área norte de Santiago, con participación de soldados y agentes, que en algunos casos con ayuda de perros amaestrados controlaron a peatones y vehículos y realizaron verificaciones casa por casa. Al mismo tiempo, las zonas sometidas a la acción de búsqueda fueron sobrevoladas esta mañana por helicópteros. Millares de personas han sido controladas en los dieciséis días transcurridos, sin ningún resultado.

Para obtener la liberación de Carreño estaría actuando, por otra parte, el sacerdote Alfredo Seiss, titular de la Vicaría correspondiente al domicilio del militar. El sacerdote recibió el domingo en su casa una grabación con la voz del rehén, que aseguraba "estar bien y fortalecido".

El religioso pidió hoy no perder las esperanzas de que "el coronel Carreño quede libre sano y salvo" y se negó a aceptar que su gestión hubiera fracasado, debido a la negativa de las autoridades de acceder a una negociación en torno a las demandas del Frente, consistentes, según versiones de prensa, en 3 millones de dólares y la liberación de cinco guerrilleros.

Mientras tanto, el juez castrense Fernando Torres Silva, encargado de la investigación del caso, señaló que los secuestradores enfrentan castigos que pueden llegar a la pena de muerte.

El subsecretario del Interior, Alberto Cardemil, se refirió hoy al secuestro, como vocero de esa cartera, señalando que se trata de "una acción destinada a la propaganda interna y externa de los grupos terroristas", pero que "no es una situación que produzca un estado de subversión generalizada".

Clarín 17/9/87

01.01

8709017

# El futuro económico de Chile

## Por Shirley Christian

SANTIAGO DE CHILE (The New York Times) – "A veces tengo un sueño –dijo recientemente el presidente de un banco chileno, reclinándose en su asiento–. Es que la democracia vuelve a Chile, todavía conservo mi auto y mi casa, mi capital está seguro y el país se desarrolla de manera increíble... en vez de volver a otra pesadilla como la de Allende por causa de la izquierda." Los deseos y las preocupaciones del banquero son compartidos por muchos hombres de negocios e industriales chilenos.

### Resuelto a quedarse

Mientras el presidente Augusto Pinochet se acerca a su decimocuarto aniversario en el poder, resuelto aparentemente a permanecer hasta entrada la década del 90, en privado, y más cautelosamente en público, aquellos expresan el deseo de que haya democracia. Pero temen el tipo de contienda política que culminó en 1970 con la elección del presidente Salvador Allende Gossens, surgida de una coalición de socialistas y comunistas. Si bien respetaba mayormente las libertades civiles, el gobierno de Allende lanzó una agresiva campaña de nacionalización de la economía y de otros esfuerzos socialistas, lo que provocó una extensa oposición que condujo al golpe militar de 1973.

Vívidos recuerdos de esa época y temores de que los fragmentados partidos políticos chilenos tampoco esta vez encuentren una salida satisfactoria vuelven improbable que los principales hombres de negocios adopten una firme posición contra el gobierno militar como ocurrió con sus colegas en otros países latinoamericanos.

Muchos hombres de negocios chilenos ni rechazan totalmente a Pinochet ni prestan un firme apoyo a su deseo de permanecer en el poder ocho años más. Como parte de un retorno gradual a la democracia bajo la Constitución de 1980, se espera un plebiscito el año que viene, con un solo candidato que será nominado por el general, que es *jefe del Ejército*, y los otros tres comandantes. El plan de este dirigente de 71 años para nominarse a sí mismo no tiene el apoyo de los otros comandantes, que quieren poner un candidato civil para que sea clara la transición a la democracia.

Los principales hombres de negocios no necesariamente están de acuerdo con los políticos de derecha, cuyos partidos tienen el apoyo de aproximadamente una tercera parte del electorado. Los partidos derechistas abarcan desde dos de ellos que se crearon como medios de apoyo a la campaña de Pinochet hasta viejos partidos conservadores democráticos que se oponen abiertamente a él y que quieren que haya elecciones competitivas en vez de un plebiscito.

### Recuperación económica

Con la economía que rápidamente se recupera de la profunda recesión de 1982/83, la mayoría de los principales hombres de negocios está preocupada por aumentar sus ya considerables exportaciones y la expansión interna. Ernesto Ayala, presidente de la Sociedad de Industria y presidente de la gran fábrica de papel y cartón, dijo que lo que interesa principalmente es que las medidas económicas del mercado libre no cambien, cualquiera que sea el gobierno. "Hemos aconsejado a los políticos que algunos principios debían ser mantenidos", dijo.

Ayala confía en que los militares tengan la intención de cumplir con su palabra de que Chile vuelva gradualmente a la democracia. "Eso no me preocupa –dijo–, porque tengo un gran respeto por las Fuerzas Armadas chilenas. Se han comprometido a llevar al país a la democracia, y si están comprometidos, lo harán, sea quien fuere el próximo presidente." Ayala, que dijo que no apoya a las dictaduras, se mostró cuidadoso en aclarar que su fe estaba en las Fuerzas Armadas en conjunto, no necesariamente en Pinochet.

Varios hombres de negocios dijeron que apoyan la propuesta de los otros tres comandantes –más claramente la del general Fernando Matthei, el comandante de la Fuerza Aérea– de propiciar a un candidato civil para el plebiscito. Según se dice, Matthei espera que tal candidato podría ser elegido con apoyo del consenso, incluso el de los cristianos democratas cristianos, el principal partido político.

Los dirigentes militares supuestamente nominarán de manera unánime al candidato de 30 a 60 días antes de la votación, que se espera será en el último trimestre de 1988. Si los comandantes no llegan a un acuerdo sobre el candidato, la decisión tendrá que ser tomada por el Consejo Nacional de Seguridad, un grupo más numeroso. Pero, en provecho de la unidad de las Fuerzas Armadas, se espera que Pinochet convenza a los tres comandantes para que lo apoyen a él o ellos lograrán que éste apoye a otro candidato.

### Otras opiniones

El dirigente de una organización de pequeños empresarios que pidió que su nombre no figurara dijo que pensaba que era demasiado pronto para que hubiera elecciones libres en Chile. También dijo que en el plebiscito preferiría "un civil apoyado por las Fuerzas Armadas" y que votaría contra Pinochet.

Hernán Cubillos, un prominente hombre de negocios y ex ministro de Relaciones Exteriores del gobierno de Pinochet, dijo recientemente que apoyaba "un retorno ordenado a la democracia", pero que sería necesaria una "transición" en la que la sociedad civil "tendrá que caminar junto a las Fuerzas Armadas".

Roberto de Andraca, presidente de Pacific Steel Co., una gran empresa industrial, dijo que los chilenos "no quieren elegir entre Cuba y Pinochet". Lo que el país necesita, dijo, es un "aterrizaje suave".

© LA NACION

(Traducción de Eduardo Paz Leston)

La Nación 3/9/87

01.01

8709154

10p

Clarín 2/9/87

ESPECTACULAR OPERATIVO EN PLENO SANTIAGO

# Secuestran a un jefe militar en Chile

*En lo que constituye el más importante operativo de la oposición armada al régimen desde el atentado contra Augusto Pinochet, un grupo comando secuestró, en Santiago, al teniente coronel del ejército chileno Carlos Carreño. Ninguna organización había reivindicado el hecho, aunque existe consenso en atribuirlo al Frente Patriótico Manuel Rodríguez. Dos policías resultaron heridos en el curso de la acción protagonizada por alrededor de 10 hombres.*

SANTIAGO, (Chile), 1º (Reuter y UPI). — El subdirector de las fábricas y maestranza del ejército chileno, teniente coronel Carlos Fernán Carreño, fue secuestrado hoy cuando salía temprano de su hogar por un comando de individuos armados que posteriormente hirió a un policía.

La acción, aún no reivindicada, parecía ser el preludio de un mes que se anticipa agitado. Fuerzas opositoras están convocando a una jornada por las elecciones libres del 4 de septiembre, fecha en que hace seis años, hasta 1970, se realizaron elecciones presidenciales, y organizaron una reunión internacional de parlamentarios que comenzará este fin de semana.

El comunicado del ejército dijo que la institución, "al condenar este cobarde ataque que afecta a uno de sus oficiales, expresa que actos de esta naturaleza forman parte de la agresión subversiva marxista que constituye un grave atentado a la convivencia y tranquilidad ciudadana".

El secuestro tuvo al menos tres episodios violentos desde que los agresores, simulando ser funcionarios de la empresa estatal de agua potable EMOS, abrieron una tapa de alcantarilla frente a la casa de Carreño, en el distrito de La Reina.

Testigos y fuentes policiales dijeron que los desconocidos generaron una fuerte discusión con un civil encargado de vigilar un conjunto de viviendas para evitar robos, lo que provocó la intervención del oficial.

En ese momento lo atraparon y lo introdujeron a un furgón. Carreño alcanzó a gritar el nombre de uno de sus hijos, un adolescente que salió de la casa e hizo algunos disparos de revólver que no detuvieron a los secuestradores.

Estos últimos se encontraron en su huida con un vehículo policial, contra el cual dispararon, hiriendo a un policía.

A pocas cuadras del sitio del enfrentamiento armado abandonaron el furgón y continuaron huyendo en un automóvil, que también dejaron abandonado unos kilómetros después.

♦ **Otro herido**

Un jeep de la policía que participaba en el operativo volcó y chocó contra un micro, accidente en el que un efectivo policial resultó herido.

Carreño es casado y tiene cuatro hijos y revista en las Fábricas y Maestranzas del Ejército (FAMAE), organismo que fabrica municiones y coordina la mantención de armamento.

"El ejército reafirma que todas [illegible] pretende intimidar a sus miembros no logrará su propósito, ni podrá apartarlo jamás del camino que la patria, su pueblo le demandan", agregó el comunicado de la institución.

El más fuerte grupo guerrillero chileno es el Frente Patriótico Manuel Rodríguez, que inició una campaña armada en 1983, al que el gobierno acusa de ser el brazo armado del Partido Comunista.

Su más audaz acción fue precisamente el fallido atentado de hace un año al jefe de Estado, Augusto Pinochet, por el que una docena de guerrilleros están encarcelados y sometidos a proceso por la justicia militar.

## El golpe más osado del año

Todavía no reivindicado por ninguna organización, el secuestro del teniente coronel del ejército chileno Carlos Carreño constituye el más espectacular desafío armado al régimen militar de ese país desde el frustrado atentado contra el presidente Augusto Pinochet del 7 de setiembre de 1986.

Tanto las autoridades como los medios de prensa de Chile coincidían en atribuir el operativo de ayer a un comando del Frente Patriótico Manuel Rodríguez, la organización armada de izquierda que se adjudicó el ataque a Pinochet en el que perdieron la vida 5 de sus custodios y otros resultaron seriamente heridos.

La atribución no responde únicamente al hecho de que el F.P.M.R. es, desde 1983, la única organización armada que muestra real capacidad operativa, mientras que el Movimiento de Izquierda Revolucionaria, MIR, parece limitado en los últimos años a una tarea de organización política clandestina.

Además, el Frente protagonizó, el 18 de agosto de 1986, un hecho de características muy similares a las del comentado ayer en el barrio santiaguino de La Reina. Ese día, un comando guerrillero interceptó el vehículo en el que acababa de dejar su casa, con dirección a su lugar de trabajo, el coronel de ejército Mario Haeberle, jefe de protocolo de la comandancia de la zona militar de la capital chilena.

Después de liberarlo, el Frente difundió un documento secreto sobre la cooperación entre las fuerzas armadas chilenas y las norteamericanas, presuntamente elaborado pocos días antes en ocasión de una visita efectuada al país por el entonces jefe del comando sur norteamericano, general John Galvin.

En todo caso, el secuestro del teniente coronel Carreño no es el hecho de violencia política más sangriento de los últimos 12 meses.

Esa condición persiste para los allanamientos efectuados por el ejército los pasados días 15 y 16 de junio, durante los cuales resultaron muertas 12 personas caracterizadas como guerrilleros por las autoridades. Para la oposición, y también para la Iglesia Católica, se trató de un virtual "fusilamiento" de activistas de izquierda.

01_01

8709582

INFRUCTUOSA BUSQUEDA DEL ALTO MILITAR SECUESTRADO

# Atacan 5 cuarteles policiales en Chile

SANTIAGO, Chile, 8 (AFP, Reuter y UPI). — Dos policías resultaron heridos anoche durante ataques contra cinco cuarteles de carabineros, y miles de soldados reforzaron hoy los allanamientos de barriadas enteras en busca del militar secuestrado por la guerrilla hace una semana.

*La firma del militar secuestrado la semana pasada aparece al pie de una carta dada a conocer por el Frente Patriótico Manuel Rodríguez, que contiene una severa crítica al ejército chileno por su apoyo al presidente Pinochet. Miles de soldados allanaron ayer vastos sectores santiaguinos y los edificios de un diario opositor, un partido político y la Comisión de Derechos Humanos. La noche anterior habían atacado cinco cuarteles policiales, y dos agentes resultaron heridos.*

Un informe policial indicó que los atacantes, que actuaron en forma coordinada, dispararon ráfagas de ametralladora y lanzaron granadas de fabricación casera desde automóviles y motocicletas, para huir rápidamente.

Los operativos lanzados en búsqueda de los atacantes no arrojaron resultados. La policía dijo inicialmente que no había tenido heridos, pero más tarde reconoció que el carabinero Juan Gonzáles resultó "herido grave", e informes extraoficiales dieron cuenta de otro agente alcanzado por un disparo.

Por lo menos dos bombas fueron detonadas junto a postes de alumbrado público y ocasionaron apagones en pequeños sectores de Santiago.

Desde las primeras horas de hoy soldados, policías y agentes de seguridad intensificaron una "operación rastrillo", como refuerzo a los operativos de búsqueda del teniente coronel Carlos Carreño Barrera, secuestrado hace una semana por el izquierdista Frente Patriótico Manuel Rodríguez (F.P.M.R.).

Las tropas registraron casa por casa en cuatro amplios distritos de Santiago, y allanaron los edificios de la Comisión de Derechos Humanos, del centroizquierdista Partido Radical y del diario opositor "Fortín Mapocho".

Los allanamientos se realizaron al amparo de una orden emitida por una fiscalía militar, un día después que el F.P.M.R. reclamara el fin de esos registros y de otros operativos de control que los agentes cumplen sobre transeúntes y medios de locomoción públicos y particulares.

En esa segunda comunicación desde el secuestro del militar se incluyó una carta firmada por Carreño donde se hizo una severa crítica al papel que juega el ejército como sostén del gobierno militar dirigido por el presidente Augusto Pinochet.

Hasta anoche no se habían denunciado detenciones en ninguno de los registros. Carlos López, abogado de la Comisión de Derechos Humanos chilena, dijo que los policías habían revisado las dependencias y se habían incautado de un afiche y algunas cartillas de formación jurídica.

♦ **Levantan prohibición**

El ex senador socialista Erick Schnake fue autorizado hoy por el gobierno a regresar a su país, dos días después de que una comisión militar lo dejó en un inhóspito y frío paso fronterizo con la Argentina para expulsarlo.

El ex legislador había aparecido sorpresivamente el sábado en una reunión internacional de parlamentarios realizada en Santiago, cuando pesaba sobre él una prohibición de entrada al país.

Schnake fue incluido en una lista de veintinueve exiliados a los que se les levantó esa prohibición. Allí está incluido el dirigente izquierdista Jaime Gazmuri, indicó el Ministerio del Interior.

Una patrulla de la Gendarmería argentina había hallado a Schnake el sábado; el l[illegible] pero en [illegible] días siguió con sus gestiones para q[illegible] se le permitiera el regreso a Chile.

01.01

8709619

106

# Prohíben acto en Chile

SANTIAGO DE CHILE. (EFE).- La Policía impidió que se celebrara un acto artístico en pro de elecciones libres en Chile, que agrupaciones juveniles independientes iban a realizar en una villa olímpica en esta capital.

Según informó ayer un invitado al acto, el secretario general de una de las fracciones socialistas, Jaime Pérez de Arce, los jóvenes comenzaron la jornada pro elecciones libres repartiendo folletos de casa en casa y en la calle.

El texto del folleto hacía un llamamiento a la ciudadanía a inscribirse en los registros electorales a fin de que puedan votar en el plebiscito que, se supone, se celebrará el próximo año para la elección de un nuevo Presidente de la República.

La jornada en la citada villa olímpica contaría con la participación de artistas y grupos musicales, pero antes de que comenzara a de[illegible]larse programa se [illegible]entó Policía e inti[illegible]mó a [illegible] organizadores que no [illegible]taba autorizada.

Mientras tanto, dos jóvenes directivos de las citadas organizaciones que fueron a una comisaría de Policía a solicitar la autorización quedaron retenidos para ser interrogados, según se informó.

Posteriormente, los jóvenes quedaron en libertad sin cargos.

La Mañana 29/10/87

PARTES ELEGIBLE

01.01

8709661

HR

106



Clarín 12/9/88

SE CUMPLIERON AYER 14 AÑOS DE GOBIERNO MILITAR

# Chile: Pinochet descartó elecciones presidenciales

*La policía reprimió ayer en Viña del Mar a los asistentes a un acto convocado frente a la tumba del ex presidente chileno Salvador Allende, de cuya muerte se cumplieron catorce años. En el aniversario del golpe militar que lo llevó al poder, el general Augusto Pinochet descartó toda posibilidad de una elección libre en Chile, considerando que "no sería responsable", acusó a la oposición de "no tener proyecto político", y propició una política de "mano dura" contra las fuerzas de izquierda.*

**General Augusto Pinochet, presidente de Chile: el mismo lenguaje, 14 años después**

SANTIAGO, Chile, 11 (AFP, DPA, UPI y Reuter). — El general Augusto Pinochet advirtió hoy que aplicará "mano dura" contra quienes propician la subversión, y descartó categóricamente toda posibilidad de reemplazar el plebiscito por una elección presidencial libre, durante un mensaje dirigido al país al cumplir catorce años al frente del régimen militar implantado en Chile en 1973.

El acto central del aniversario se realizó en la sede de la Junta de Gobierno, en Santiago, con la presencia de unos 3.000 invitados especiales. Paralelamente, la policía dispersó con gases asfixiantes, en Viña del Mar, a los asistentes a un acto convocado frente a la tumba del ex presidente Salvador Allende, muerto durante la acción militar que el 11 de setiembre de 1973 culminó con el derrocamiento de su gobierno.

En un discurso de dos horas y media, difundido por la cadena de radio y televisión, el presidente chileno afirmó que el país no está preparado para una elección partidista. "El país —dijo— conoce el proyecto político del gobierno y también la falta de un proyecto político en la oposición."

Agregó que "no sería responsable permitir en Chile en este momento una elección partidista" porque "sería caer en la demagogia y en una regresión hacia los viejos hábitos".

Al insistir en la legimitidad del plebiscito que podría realizarse el año próximo de acuerdo con normas fijadas por la Constitución del régimen —con un candidato único designado por los jefes de las fuerzas armadas—, Pinochet se preguntó: "¿Qué más expresión de libertad que optar libremente por proyectar una obra realizada, o destruir al país volviendo atrás?" No mencionó su posible candidatura, permitida por las disposiciones vigentes, y que lo mantendría en el poder por ocho años más.

Tras destacar las obras de su gobierno en estos últimos años, y la recuperación económica que incluye el pago puntual de los intereses de la deuda externa, el general Pinochet formuló duras acusaciones contra la oposición, acusándola de subordinarse a la estrategia del proscripto Partido Comunista y otras organizaciones que conforman la coalición de la Izquierda Unida, que representan —dijo— una "opción por la vía armada".

"Para derrotarlos —puntualizó— no se puede actuar con miramientos. Es necesaria la mano dura y con la mayor dureza posible."

El titular del régimen chileno recordó las circunstancias del alzamiento militar que encabezó en 1973 contra el presidente Allende, y afirmó que esa acción evitó la muerte de "un millón de chilenos". En el plano inmediato, calificó de "cobardes" a los secuestradores del coronel Carlos Carreño y sostuvo que "mientras más dura es la lucha, más compactos son los filos de nuestro ejército". (Ver recuadro.)

### ♦ En la tumba de Allende

La policía empleó hoy gases asfixiantes y detuvo a unas 20 personas para dispersar una concentración en torno a la tumba de Salvador Allende, en Viña del Mar. Los restos del ex presidente están depositados en una modesta sepultura del cementerio Santa Inés, en ese balneario, bajo una losa en la que, por orden de las autoridades, no se permite que figure su nombre.

Claveles y rosas rojas fueron depositados sobre la lápida antes de que los agentes de carabineros actuaran contra los manifestantes, que sumaban alrededor de un millar. Infantes de marina que portaban fusiles automáticos se habían desplegado en las inmediaciones del cementerio.

01.01.

8710191

# Denuncian en Chile un vasto plan subversivo

Santiago, 2 (UP) –El ministro del interior, Sergio Fernández, dijo hoy que el gobierno está alerta para actuar ante otros eventuales hechos terroristas, como el secuestro de un oficial del Ejército ocurrido ayer, y aseguró que se han adoptado todas las medidas previsibles.

Las declaraciones de Fernández se produjeron al finalizar una reunión de las autoridades en el Palacio de la Moneda para examinar la situación y la marcha de las operaciones para capturar al comando armado que secuestró al subdirector de las Fábricas y Maestranza del Ejército (FAME), teniente coronel Carlos Carreño.

"Estimamos que (las medidas) van a ser las adecuadas para poder afrontar la situación", dijo Fernández. "Estamos alertas".

El ministro añadió que el gobierno tenía informes sobre otros hechos similares que podrían suceder.

Según el director de la Policía de Carabineros e integrante de la Junta de Gobierno, general Rodolfo Stange, el secuestro del comandante Carreño es parte de un presunto plan subversivo "septiembre rojo" para marcar el 14º aniversario del derrocamiento del gobierno izquierdista del presidente Salvador Allende.

Medios de comunicación dijeron que el secuestro había sido reivindicado por el "Frente Patriótico Manuel Rodríguez", una organización subversiva vinculada al proscrito partido Comunista, mediante anónimas llamadas a radios en el puerto de Valparaíso.

El ministro Fernández dijo que en las pesquisas para dar con los captores trabajan todos las servicios policiales y de seguridad.

"Tan pronto tengamos alguna novedad, la vamos a dar a conocer", indicó Fernández.

Por su parte, el director de la Policía de Investigaciones, general Fernando Paredes, pidió confianza y tranquilidad en torno de las operaciones para descubrir el paradero del militar.

En la reunión de hoy en la sede de gobierno participó, además de los jefes policiales y de los servicios de seguridad, el ministro de defensa, vicealmirante Patricio Carvajal.

Aunque las autoridades militares y policiales mantuvieron hermetismo sobre las operaciones emprendidas tras el secuestro, hubo informes extraoficiales sobre allanamientos en diversos sectores del Gran Santiago.

"Hay denuncias sobre allanamientos, aunque nadie ha notificado de actos de violencia", dijo una fuente de la Comisión Chilena de los Derechos Humanos.

Fuentes policiales estimaron que el grupo que secuestró a Carreño, un ingeniero militar, lo mantiene cautivo en la misma zona oriental de Santiago donde se realizó la acción subversiva.

Los secuestradores simularon ser obreros de la Compañía de Agua Potable para realizar la acción en el sector residencial de La Reina. El comando logró escapar a la persecución tras un tiroteo en que fue herido un policía.

## Arrestos

Santiago, 2 (ANSA) –A pocos días de cumplirse un año del atentado contra el presidente de Chile, general Augusto Pinochet, fueron arrestadas otras cuatro personas acusadas de estar vinculadas a ese hecho.

El fiscal militar coronel Fernando Torres tiene plazo hasta el próximo sábado para determinar la responsabilidad de los detenidos y, según sea ella, serán procesados o liberados.

Por el mismo atentado, ocurrido el 7 de septiembre del año pasado y en el cual el general Pinochet resultó ileso, pero cinco de sus escoltas militares fueron muertos, hay diecisiete personas encarceladas y una fugada, hace 15 días, desde el penal.

En otro orden de cosas, el comandante en jefe de la Armada y miembro de la Junta Militar, almirante José Toribio Merino, dijo que el próximo presidente chileno, que asumirá en marzo de 1989, tendrá que renunciar a cargos militares.

"En el momento en que es designado y elegido, tiene que renunciar a cualquier cargo militar", dijo Merino.

01.01

8710193

HR

DPTO. II (EXTERIOR) 29.10.87 F.J.S. FICHADO

106

LA PRENSA 3/09/87

# Chile no admite a un diputado brasileño

Santiago (UP) – El gobierno de Chile prohibió el ingreso al país del diputado brasileño João Duarte da Cunha, quien iba a asistir a una asamblea parlamentaria internacional que se inaugurará el viernes aquí, anunció el subsecretario del interior, Alberto Cardemil.

El subsecretario dijo que la negativa obedece a presuntas declaraciones injuriosas emitidas por el político brasileño contra el presidente Augusto Pinochet.

Cardemil sostuvo que Duarte da Cunha, del gobernante partido Movimiento Democrático Brasileño, "es un activo miembro del partido Comunista que en reiteradas oportunidades ha mantenido una actitud de ofensa hacia el jefe del Estado de Chile".

El ex diputado demócrata cristiano Sergio Paez, integrante de la comisión organizadora de la segunda Asamblea Parlamentaria Internacional "Por la democracia en Chile", dijo que se preparaba una protesta ante las autoridades por la determinación en contra de Duarte da Cunha.

01.01

8710224

HR

CHILE

106

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE
SERVICIO DE INFORMACION DE DEFENSA
DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

# Se prolonga en Chile el conflicto universitario

Santiago, 17 (ANSA) – Mientras se conocen nuevas denuncias contra el supuesto grupo denominado de los "Tucanes", a quienes se atribuye el "plan de racionalización" en la Universidad de Chile, que motivó el rechazo de la comunidad universitaria y mantiene paralizado hace dos meses a ese plantel, el rector anunció que los docentes que no retornen a clases, "no recibirán remuneraciones".

Por su parte, los diez alumnos que mantenían una huelga de hambre desde hace diecisiete días para exigir la renuncia del rector delegado José Federici, terminaron esta acción, luego de peticiones hechas por los cardenales Francisco Fresno y Raúl Silva.

Sin embargo, el conflicto universitario se prolonga ya por dos meses, con suspensión de actividades académicas porque decanos, profesores y alumnos rechazan la designación de Federici y el "plan de racionalización" que éste ha implementado al exonerar a más de un centenar de docentes y funcionarios.

Según denuncias, el plan pretende además de "racionalizar actividades administrativas, académicas y de extensión de esa universidad, en un marco de privatización creciente".

Aunque el rector ha reiterado los llamados para reiniciar las actividades docentes, la mayoría de los profesores sostienen, al igual que los alumnos, que sólo retornarán a clases cuando renuncie Federici. Pero como forma de presión, éste decretó ahora que "los académicos que no demuestren el cumplimiento de todas sus funciones, incluida la docencia, no recibirán salarios".

Esta medida se suma a otras anteriores como exoneraciones de decanos, profesores y alumnos que se han opuesto a la gestión de Federici. Sin embargo, con ello el rector aumentó el ya mayoritario repudio a su función, que ha sobrepasado el nivel universitario para extenderse a otros sectores.

Incluso el dirigente oficialista del colegio médico, Raimundo Charlin, señaló que "la imposición del rector Federici nos ha dejado en una situación completamente indefendible. No tenemos argumentos para justificar el atropello cometido a la Universidad".

Por otra parte, el opositor matutino "La Epoca" denunció hoy que los directores de la Facultad de Economía de esa Universidad, reciben remuneraciones cuatro veces superiores a las del resto de los docentes de ese plantel. Estas últimas bordean en promedio quinientos dólares por mes.

Las explicación para esa diferencia sería, según el diario, que en esa facultad se fraguó el "plan de racionalización", bajo la dirección del supuesto jefe de los "Tucanes", ex decano y ahora ministro de la Oficina de Planificación Nacional, Sergio Melnick.

## Críticas de Pinochet a la oposición

Por su parte, el presidente chileno, general Augusto Pinochet, reiteró en la austral ciudad de Punta Arenas, duras críticas contra sectores opositores a su gobierno, en especial la democracia cristiana y la izquierda, acusándolos de "impulsar un proyecto comunitario utópico" y de "haber casi entregado a Chile a las garras del marxismo soviético, en 1973".

En una gira por el extremo sur chileno, el general Pinochet afirmó que "el país observa cómo esos políticos alejados de la realidad se debaten en discusiones y falta de definición, proponiendo como solución a todos los problemas la resurección de la vieja y trajinada democracia", manifestó aludiendo al sistema político vigente hasta 1973, cuando las Fuerzas Armadas derrocaron al régimen socialista de Salvador Allende.

La Prensa 18/10/87

La Prensa 18/10/87

01.01

871031

CHILE: "EL TENIENTE CORONEL ESTA EN PERFECTO ESTADO"

# Redujeron sus exigencias los secuestradores del militar

*Los servicios de inteligencia chilenos identificaron a por lo menos 50 miembros del grupo guerrillero Frente Patriótico Manuel Rodrigues que, desde hace 50 días, tiene secuestrado a un teniente coronel. Ayer, los captores dieron a conocer un comunicado en el que afirman que el militar se encuentra en perfectas condiciones físicas. Informan, además, que redujeron de 3 millones a 330.000 dólares el monto del rescate.*

Agencia AFP

El teniente coronel Carlos Carreño asegura en una carta enviada a su familia que se encuentra en buenas condiciones físicas.

SANTIAGO, Chile, 13 (UPI y AFP). — El teniente coronel del ejército chileno secuestrado hace 49 días por guerrilleros se encuentra "en buenas condiciones físicas y psíquicas", informaron sus secuestradores.

El Frente Patriótico Manuel Rodrigues hizo llegar anoche a los medios de prensa un comunicado y una foto que mostró al teniente coronel Carlos Carreño sonriendo y vestido de civil.

Los secuestradores, además, entregaron fotocopias de una carta manuscrita del militar dirigida a su familia, en la que Carreño expresa la esperanza de recuperar pronto la libertad.

Carreño, un experto en armamento y municiones, de 40 años, fue secuestrado el 1º de setiembre frente a su casa por hombres armados que simulaban ser trabajadores de la empresa de obras sanitarias.

"Me encuentro bien, bien atendido, buena comida, ropa limpia y atenciones que me hacen más llevadera la espera", dijo la carta a la familia Carreño.

♦ **Fe y esperanza**

"Me han informado que al todo anda bien, pronto será nuestro reencuentro, pero hay que tener mucha paciencia", dijo la carta. "Hay que seguir las instrucciones que se reciban", agregó el comunicado.

"Mi fe y esperanza se basan en la palabra de los señores del Frente Patriótico Manuel Rodrigues que me cuidan, son personas de un gran espíritu patriótico y de mucha seriedad en sus acciones", afirmó la misiva. Familiares del militar secuestrado dijeron que aún no habían recibido la carta, pero que han sido contactados regularmente por los secuestradores, quienes redujeron el monto del rescate que exigían en principio, de dos millones de dólares.

Los familiares expresaron que la suma exigida era "inalcanzable" para ellos, y que un llamado al público chileno para que se depositaran contribuciones en una cuenta bancaria había juntado "muy poco" dinero.

♦ **Negativa**

El gobierno militar del presidente Augusto Pinochet se ha negado a negociar con los secuestradores e impuso una prohibición de informar sobre el caso en la prensa chilena.

El comunicado y copias de la carta fueron dejados para medios de prensa chilenos y agencias de noticias extranjeras en bolsas de basura en diversos puntos de Santiago en la noche de ayer.

"El teniente coronel Carreño se encuentra en buenas condiciones físicas y psíquicas, "afirmó el comunicado del FPMR, grupo armado que emboscó a la comitiva del general Pinochet hace un año, y mató a cinco escoltas presidenciales.

El comunicado afirmó que el secuestro "apuntaba a contribuir a estimular al pueblo a la lucha" dentro de un contexto de manifestaciones populares contra el gobierno.

"Un balance parcial nos dice que los efectos políticos (del secuestro) han remecido los pilares del régimen, sus fuerzas armadas, al demostrar que son vulnerables, al extremo de llevarlos a prohibir informar para atenuar las repercusiones", dijo el comunicado.

♦ **Identidad**

Los agentes de inteligencia que buscan al coronel chileno Carlos Carreño, tienen en su poder los nombres de 50 miembros de la organización clandestina, informaron hoy en Santiago fuentes de la investigación.

Algunos de esos guerrilleros urbanos ya fueron detenidos, afirmaron las fuentes citadas por el influyente diario "El Mercurio", que sin embargo mantuvo en reserva su identidad.

HB / ARCHIVAR CHILE CRUZADO CON FRENTES MUJERES CMP SINDICAL JOVENES

# FUGA DE VALPARAISO ¡¡EJEMPLO DE REBELION!!


# EL SIGLO

FUNDADO EL 31 DE AGOSTO DE 1940 · Nº 7665 · SEGUNDA QUINCENA DE AGOSTO DE 1987 · PRECIO $ 30



MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
Fecha de Entrada 3-7-87
Fecha de Salida
Pase a Archivo
Nº. de Identificación 1761/87


¡CON LA RAZON Y LA FUERZA, VENCEREMOS!

19 de Agosto marcó un camino

# EL PUEBLO EXIGIO UNIDAD Y MOVILIZACION

## ¡AHORA VIENE SEPTIEMBRE!

Don INOCENCIO
"FELIZ CUMPLEAÑOS"

- Art. 8º, todo el país se opone hay que unirse para impedirlo.
- Académicos inician peleas universitaria.
- Reagan pierde batalla en Centro América
- 55 Años cumplen las Juventudes Comunistas de Chile.

## 47 AÑOS JUNTO AL PUEBLO


01.20 8710523

Paro Académico

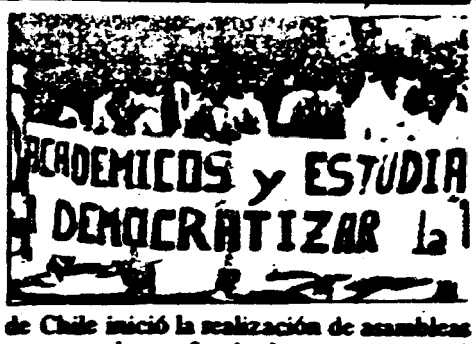
# LOS PROFESORES DE PIE CONTRA LOS RECTORES DE PINOCHET Y POR REAJUSTE DE SALARIOS

Más del noventa por ciento de los académicos de la Universidad de Chile, de la Universidad de Concepción, de la Universidad de la Frontera y de las universidades de Valparaíso paralizaron sus actividades para exigir a la dictadura reajuste de sus salarios y demandar el término de los interventores militares.

La movilización de los académicos comenzó el lunes 17 de agosto y se generalizó durante la semana, iniciándose el 25 de agosto un virtual Paro Nacional de Profesores Universitarios.

Este es la segunda protesta nacional de los académicos chilenos para demandar a la dictadura mejoras salariales, aumento de los presupuestos de las facultades y el término de la intervención militar.

En forma simultánea al paro de los académicos, los estudiantes universitarios retomaron la exigencia de demandar el término de los rectores-delegados y la elección, por parte de los profesores, de los nuevos rectores universitarios. La Federación de Estudiantes de la Universidad




de Chile inició la realización de asambleas por escuelas y facultades para tratar el tema con los estudiantes, y planteó que deben ser los alumnos, académicos, auxiliares y administrativos los que unidos deben exigir el término de la intervención militar y el respeto a la autonomía universitaria.

Ello se produce cuando el rector militar de la Universidad de Chile, General de Ejército Roberto Soto, renunció a su cargo. El militar caracterizó su gestión como sector por la utilización permanente de la represión, la violencia y la censura contra estudiantes y profesores.

Y también contra patrimonio de los chilenos

# OTRA FEROZ MASCADA CONTRA FERROVIARIOS

Otra gran mascada en favor de la "empresa privada" se propone asestar el régimen de Pinochet en su escalada de privatización de la que antiguamente se denominaba Empresa de Ferrocarriles del Estado —que era orgullo de todos los chilenos— al despojarla de su sistema de Salud creado, estructurado y financiado por los trabajadores de esa empresa.

Los trabajadores poseen un sistema de Salud, FERROSALUD, sobre la base de un convenio entre los sindicatos de FF.CC. del EE. y el ex Servicio Nacional de Salud, en el cual la empresa actuaba como aval o garante.

FERROSALUD posee un capital de 30 millones de pesos aportados por los beneficiarios, es decir los trabajadores de FF.CC.del EE. A ésta pretenden transformarla en ISAPRE–FERROSALUD, incluido su capital.

El actual Director General de EFESA ingeniero Roberto Darrigrandi, dijo el jueves 13 de agosto a las directivas de los sindicatos ferroviarios que le solicitaron audiencia encabezados por FIFCH (Federación Industrial Ferroviaria de Chile): "Esta es una empresa de transportes y esa es su prioridad" por lo que la última prioridad "es la prestación de salud".

De llegar a consumarse este despojo, los beneficiarios, transformados en "capitalistas populares" gozarían de prestaciones en "las mismas condiciones que las actuales" (de modo que no tendría sentido enajenar este servicio de ferrocarriles).

Este Convenio de los trabajadores ferroviarios con el Servicio Nacional de Salud fue creado, formalizado y comenzó a operar en 1971, bajo el gobierno de Salvador Allende.

Los trabajadores hacen presente y defienden el hecho de que 295 millones de pesos son del Convenio y no de la Empresa y con el destino que se le pretende dar, se capitalizará de hecho a una nueva empresa privada con recursos de los propios trabajadores.

Es decir se pretende convertir en un objeto de lucro hasta las aspirinas para los resfríos de los ferroviarios y de sus familiares y fijarle tarifa hasta el tiempo que estos ocupen las camillas, como los taxis.

PARTES POCO LEGIBLE

02

POR EL VIGILANTE DEL ALCAZAR

# MATAVERI: LAS FF.AA. DEBEN RESPONDER AL PAIS

Recientemente, el fascista ministro de Defensa de la dictadura y uno de los principales gestores de la traición del once de septiembre de 1973, Patricio Carvajal, ha intentado demostrar que la Iglesia Católica se equivoca y es mal intencionada al denunciar que la dictadura ha aumentado descaradamente los gastos en armas para la guerra y el financiamiento a los aparatos del régimen destinados a la tortura, represión y aniquilamiento del pueblo. Carvajal, con toda cara dura, ha acusado a la Iglesia de amparar a quienes intentan destruir las bases de la "civilización cristiano-occidental", refiriéndose a diversos organismos nacionales e internacionales que promueven la paz y denuncian el armamentismo que promueven en particular los regímenes dictatoriales.

Para el país es evidente que la razón está de parte de la Iglesia y quienes denuncian esta situación.

Pero es bueno que Carvajal y las Fuerzas Armadas tomen nota de otro hecho de extrema gravedad. Recientemente el inspector de Reagan, Robert Gelbard, ha visitado Chile para encabezar la inauguración de la pista de aterrizaje de Mataveri, en la Isla de Pascua, destinada, según se ha dicho, para un eventual aterrizaje de emergencia de los transbordadores espaciales norteamericanos. Sin embargo, el propio embajador norteamericano, Harry Barnes, reconoció que la pista nunca será utilizada con tal propósito, y la Nasa y la Fuerza Aérea chilena concordaron en que la probabilidad es de una en diez millones.

Lo cierto es que la pista y las bases allí serán utilizadas con otro objetivo que lesiona gravemente la soberanía nacional.

Carvajal, en mayo de 1985, declaró a "El Mercurio": "estamos abanderizados, estamos contra la Unión Soviética y debemos estar alineados".

El pueblo sabe lo que miden Carvajal, pero ¿están todos los miembros de las Fuerzas Armadas en esta posición a todas luces antisoberana y antinacional? Sin duda, este acuerdo será desconocido por el nuevo gobierno democrático, pero hoy, cuando Estados Unidos se complace de su nueva base en nuestra Isla de Pascua, los miembros de las Fuerzas Armadas guardan silencio ante esta grave lesión a la soberanía nacional y rinden honores a un virtual invasor.

F 8710523

## 3 EL TIEMPO DE LA INFAMIA

El 4 de septiembre de 1946 fue elegido presidente de la República Gabriel González Videla, quién prometió cumplir un programa popular y fidelidad a los partidos que lo llevaron al gobierno.

Pero pudo más su fidelidad al imperialismo y a la reacción nacional. Alineándose con la guerra fría mangoneada por los EE.UU. y montando burdas provocaciones contra los comunistas, amparándose en unas facultades extraordinarias que le concedió el Parlamento para perseguir "a los especuladores", reprimió y cercó por hambre a los mineros del carbón en huelga. El 21 de octubre de 1947 ordena la detención de todos los miembros del Comité Central del PC. Luego de un período de censuras 'El Siglo' es clausurado.

En las barbas de la policía política y en difíciles condiciones se editan "La verdad sobre las rupturas" y el famoso "Yo acuso" de Pablo Neruda. Meses más tarde la derecha chilena y el oficialismo le promulgan a González Videla la Ley de Defensa de la Democracia, que el pueblo bautizó como la Ley Maldita. El Traidor envía al campo de concentración de Pisagua a miles de comunistas, dirigentes sindicales y trabajadores.

En marzo de 1949 se realiza una farsa de "elecciones libres y democráticas": fueron borrados de los registros electorales 35 mil ciudadanos sindicados de comunistas. Dos años antes, en abril del 47, el PC había obtenido casi cien mil sufragios, alzándose como la segunda fuerza política del país.

En reemplazo del combate llevado a cabo por 'El Siglo' surgen muchos periódicos, siendo el más importante de todo este negro período represivo, 'Democracia'.

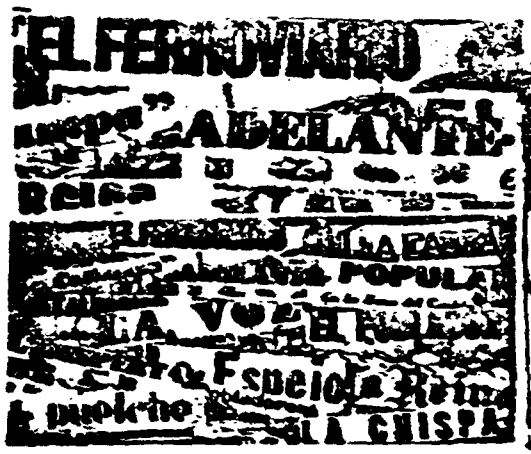
## 4 LA SEGUNDA ETAPA

Con unidad y lucha los trabajadores, los comunistas y el pueblo fueron haciendo mil y aguas las leyes represivas. Gana fuerza el movimiento sindical. En octubre de 1952, aún gobernando González Videla y en pleno imperio de su Ley Maldita, reaparece 'El Siglo', bajo la dirección de Orlando Millas.

Poco antes, en plena etapa represiva, el partido de Recabarren salió a la calle para acompañar a su última morada a su secretario general, Ricardo Fonseca. Le remplazó un obrero aguerrido: Galo González, quién desde la clandestinidad se dio tiempo y maña para ir a saludar a los viejos y antiguos periodistas que reemprendieron la tarea en un viejo caserón de calle Catedral casi esquina de San Martín.

Fue un 25 de octubre esa iniciación de la segunda etapa del viejo popular. Todo el partido se movilizó en brigadas para venderlo en las calles, fábricas y pueblos rurales. El viejo maestro ya fallecido,

Esta fue la portada del primer diario 'El Siglo'.



El primer plantel del viejo 'Siglo': entre otros, Ricardo Fonseca (al centro); a su izquierda, Américo Zorrilla; Luis Corvalán (el primero de la segunda fila); el escritor Diego Muñoz (tercero de la segunda fila).



B710523

César Godoy Urrutia, vendió junto a su brigada por calle San Diego más de 200 ejemplares.

En la lucha por la unidad del pueblo, 'El Siglo' fue vocero de las cuatro campañas presidenciales de Salvador Allende:

En esta etapa que llega hasta el golpe fascista del 11 de septiembre de 1973, fueron directores del vocero de los trabajadores, Roberto Landaeta, un ingeniero y periodista popular; el escritor José Miguel Varas; los dirigentes comunistas Jorge Montes, Jorge Inzunza y Rodrigo Rojas.

En las buenas y en las malas 'El Siglo' fue y es el "cañón de largo alcance", como dijera de él Galo González.

Con altos y bajos tirajes siempre fue indoblegable en la denuncia, en mostrar el camino, en defender los derechos de los trabajadores y el pueblo. Bajo el Gobierno Popular de Salvador Allende conquistó el epígrafe de "Primer activista de la revolución chilena".

Su titular del 11 de septiembre de 1973 fue: "Todos a sus puestos de combate".

'El Siglo' hoy clandestino y de edición quincenal sigue estando en la primera línea de combate levantando las banderas de los patriotas de 1810, del pueblo de Chile y sus trabajadores, del marxismo y del futuro.

Cuando en 1948 se discutía en el Congreso la cavernaria Ley Maldita -que hoy reedita Pinochet con su Constitución, sus leyes políticas y su artículo octavo-, Ricardo Fonseca, tras recordar las palabras de Sarmiento: "Bárbaros, las ideas no se degüellan" pronunció estas palabras:

"Hoy se trata de fusilar la idea del marxismo, como un prólogo al descuartizamiento de todas las ideas de justicia y de progreso social, de libertad y de democracia. Pero se equivocan. El marxismo -que este año ha cumplido un siglo-, ha conocido todas las persecusiones, todo el rigor de las ilegalidades, de los pelotones de ejecución y, sin embargo, ha emergido de la cárcel más fuerte, más joven y luminoso que nunca".

Luego de recordar Fonseca la conquista del primer Estado de trabajadores, soldados y campesinos bajo la dirección de Lenin y la derrota del fascismo con la bandera roja ondeando en su propia madriguera, en Berlín, dijo estas palabras de fuego y de esperanzas que también valen para 'El Siglo':

"El Partido de Recabarren, que nació de la entraña misma de la auténtica chilenidad, permanecerá invariablemente fiel a sus orígenes, a su pasado de lucha, a la causa de la libertad humana y de los valores de la civilización. Sabe que el pueblo lo acompaña y que nadie podrá, legítimamente, poner fuera de la ley al pueblo chileno".

# NERUDA Y EL TRAIDOR

5 Este folleto se editó en diciembre de 1947 en las prensas de 'El Siglo' como suplemento de la revista 'Principios' y con una presentación de la Comisión de Prensa y Propaganda del CC. del PC. Su texto fue el discurso que pronunciara Pablo Neruda en el Senado, el 10 de diciembre, denunciando el montaje de provocaciones que ordenó González Videla para romper relaciones con la URSS, Checoslovaquia y Yugoslavia.

Por los mismos días también se editó en las prensas de 'El Siglo' el famoso "Yo Acuso" de Neruda denunciando la traición de González Videla. Ambas ediciones se hicieron burlando a la policía política. A raíz de ambas intervenciones Neruda fue desaforado. González Videla mandó a 500 policías con la orden de detener a Neruda. No lo consiguieron. El poeta fue ocultado y defendido por el pueblo hasta que pudo abandonar su patria, rumbo al exilio, desde donde siguió denunciando la traición de González Videla a los trabajadores y al pueblo.

Neruda había sido jefe de la propaganda de González Videla durante la campaña presidencial.



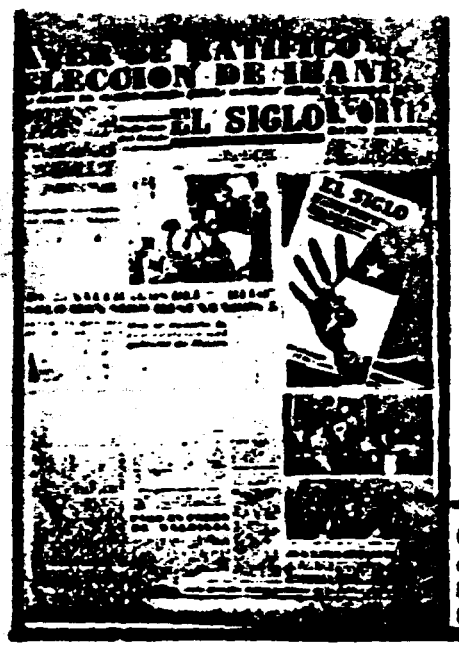
8710523

SEPARATA 47 ANIVERSARIO

# EL SIGLO

FUNDADO EL 31 DE AGOSTO

LA RAZON Y LA FUERZA VENCERAN




# 1940 VAN 47 AÑOS 1987

Una portada del viejo 'Siglo' anunciando la ratificación del triunfo de Carlos Ibáñez. El cartel que aparece inserto en ella, que sirvió para la promoción del nuevo diario, fue diseñado por Camilo Mori, el ya fallecido Premio Nacional de Artes.

## El pueblo lo sabe:

## TAL COMO "EL SIGLO" ANTIGUO ANUNCIO EL ENTIERRO DE LEY MALDITA PROCLAMARA LA RECONQUISTA DE LA LIBERTAD

## "EL SIGLO" 47 AÑOS JUNTO AL PUEBLO

1 El diario 'El Siglo', empresa colectiva del pueblo de Chile, de su clase obrera y de su Partido Comunista, cumple 47 años —casi medio siglo— este 31 de agosto.

Su historia, sus ideales y esperanzas, la represión tantas veces abatida sobre él, son la historia, los anhelos y los dolores de los trabajadores chilenos.

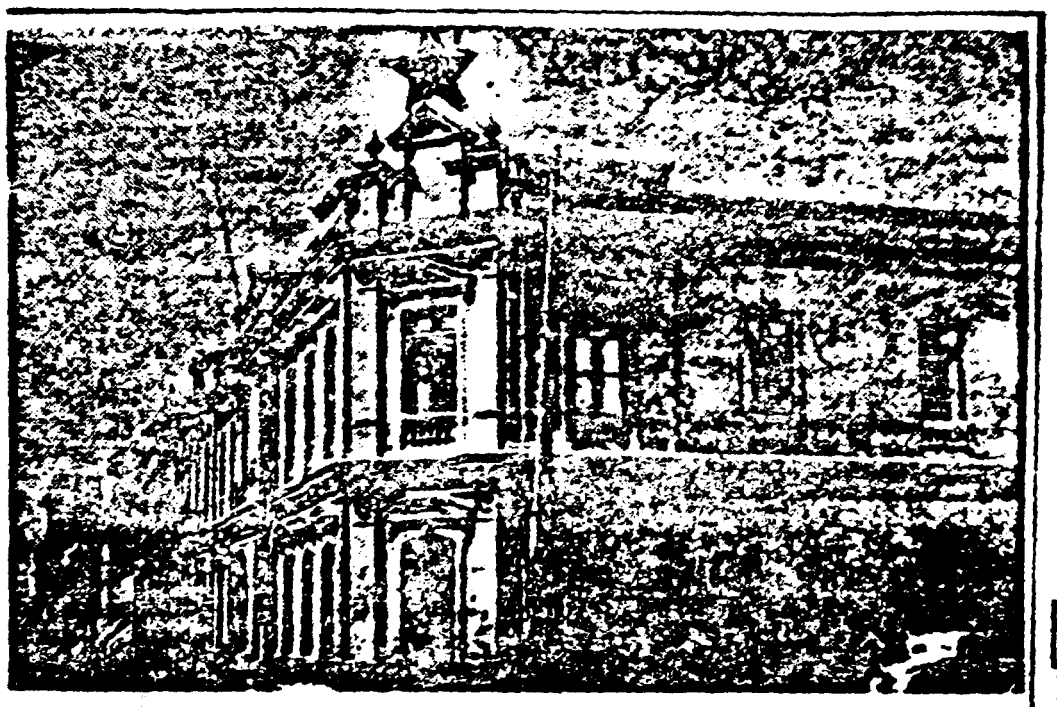
Es el diario obrero y comunista más antiguo de nuestro continente, escrito en español. Se lo ha asaltado, se lo ha empastelado. Se ha intentado amordazarlo con la censura. Ha sufrido suspensiones largas y cortas. Y tal como ha sufrido en carne propia todos los dolores y humillaciones infligidos a nuestro pueblo, también ha sido el registro fiel de todos sus triunfos y esperanzas. Todos estos años ha corrido la suerte del pueblo y los trabajadores y también la del Partido Comunista de Chile.

### HEREDERO DE RECABARREN

La prensa escrita es la cristalización y la multiplicación de una ideología, Luis Emilio Recabarren, padre y guía de la clase obrera chilena decía ya en 1914 que "sin prensa no puede progresar ninguna idea".



8710523



En este local comprado paso a paso por el pueblo y su Partido, ubicado en Mac Iver esquina de Moneda, empezó a funcionar 'El Siglo' en 1940.

Por ello es que donde iba, junto a su prédica y a su acción organizadora, creaba periódicos obreros. Centenares de ellos llevan su cuño.

Pocos años antes, Lenin señalaba refiriéndose al grado de organización de la clase obrera rusa y a su nivel de conciencia política que "no creo que sea exagerado decir que el grado de frecuencia y regularidad de la publicación (y difusión) de un periódico puede ser la medida más exacta de la solidez con que esté organizado entre nosotros esta rama de nuestra actividad de combate, la más primordial y la más urgente".

Recabarren dejó la semilla. Los trabajadores y el Partido creado por él siguieron su tarea.

La creación del Frente Popular que por primera vez en nuestra historia derrotara a la oligarquía, en 1938, tuvo como coronador de esa victoria a un diario de mismo nombre.

Pero en ese Frente Popular la clase obrera no tuvo la hegemonía, como ocurriera en 1970. Pese a la obra revolucionaria del Frente Popular el programa votado por el pueblo no se cumplió en rubros vitales como los referidos a la sindicalización, a los campesinos y sus demandas de tierra, entre otros.

Se precisa un diario que representara, especialmente, a los trabajadores.

El PC tomó en sus manos esa tarea necesaria. Incentivó una campaña nacional. Así, el pueblo juntó peso a peso el dinero necesario. Se adquirió una vieja prensa rotativa marca Goss, en la que se imprimía el diario "Los Tiempos" y un edificio en Moneda esquina de Mac Iver.

Un equipo de la dirección del PC tomó en sus manos la tarea. Lo integraban, entre otros, Ricardo Fonseca, Américo Zorrilla, Luis Corvalán, Volodia Teitelboim. Se contrató a los mejores periodistas de "Frente Popular" y de la revista "Qué Hubo".

Barra Silva fue su primer director.

En su primera página "El Siglo" anunciaba ese 31 de agosto una entrevista a Carlos Contreras Labarca, secretario general del PC, sobre la incumplida promesa de sindicalización campesina. El titular que la derecha le había dejado a ferrocarriles. Otro titular destacaba: "México ha abierto sus puertas a todos los refugiados españoles". Era el tiempo del drama del pueblo español y del triunfante primer ensayo expansionista del fascismo internacional.

En su primer editorial el diario señalaba el derrotero que jamás ha abandonado: "El SIGLO aspira a ser combatiente de primera fila en contra de la reacción fascista y la dominación imperialista. EL SIGLO no será propiedad de ninguna persona ni de grupo de personas. En sus páginas escribirá el hombre de la calle. En sus páginas encontrarán eco los anhelos y las opiniones de los más humildes. A él nos dirigimos en este llamado inicial. Al pueblo de Chile. No solo queremos que nos escuche. Queremos también que hable a través de nuestras columnas".

Algunos de sus directores: el escritor José Miguel Varas

## RELEVO GENERACIONAL

Tal cual la conciencia social se va transmitiendo generación a generación, el Partido Comunista de Chile fue designando a sus mejores cuadros a la tarea de dirigir el diario. Así, luego actuaron como sus timoneles Ricardo Fonseca y Luis Corvalán. Es decir, de la memoria social, a la experiencia y al vigor juvenil.

Junto a los mejores periodistas de su época, "El Siglo" fue, asimismo la primera escuela de periodismo existente en Chile. En su redacción se impartían cursos a obreros y campesinos, a jóvenes que deseaban abrazar esa profesión.

"El Siglo", el segundo tiraje después de "El Mercurio".

Al día siguiente de su aparición el conservador "Diario Ilustrado" escribía: "es una lástima que los comunistas hayan sacado un matutino tan bien hecho".

Para la masacre de la Plaza Bulnes, enero de 1946, donde fueron acribillados Ramona Parra y otros cinco trabajadores, "El Siglo" fue clausurado. En el combate de esos días le sucedió el diario "El Pueblo".

Aunque "El Siglo" fue desde su nacimiento un medio de circulación nacional, el PC mantenía viva la tradición de Recabarren. Así, se editaban en esos años "El Despertar de los Trabajadores" en Iquique, "El Popular" en Antofagasta, "El Siglo" en Coquimbo, "La Región" en Valdivia, "La Mina" en Potrerillos y "La Senda" en Puerto Montt, además de una infinidad de periódicos gremiales.

8710523

Congreso Mundial en Moscú

# LAS MUJERES EN DEFENSA DE LA VIDA Y LA PAZ MUNDIAL

"Estimadas amigas, ustedes son una fuerza poderosa y alentadora, una energía creadora y bella". El Congreso Mundial de Mujeres realizado en Moscú "fortalece la fe en que la paz no es una utopía, y si nosotros, los hombres y mujeres de la Tierra, actuamos juntos y con mayor decisión, la paz estará defendida".

Con estas palabras, el Secretario General del Partido Comunista de la Unión Soviética, Mijail Gorbachov, saludó a miles de mujeres provenientes de todo el mundo reunidas en el Palacio de los Congresos del Kremlin, que participaron en el Congreso Mundial de Mujeres realizado en junio en la capital soviética.

En su intervención, el Secretario General del PC soviético puso de relieve el objetivo del Congreso de "conservar y hacer más justa la vida en el planeta, lo cual constituye hoy una tarea vital en la política mundial". Y destacó que gran parte de los problemas mundiales hoy "están vinculados con la tarea de eliminar la amenaza nuclear. Fuera del camino hacia un mundo desnuclearizado y sin violencia no hay otras rutas que conduzcan al progreso de la Humanidad.

## EL ROL DE LAS MUJERES

Destacando el rol de las mujeres en esta titánica tarea que compromete a todos los pueblos del mundo, el Secretario General del PC soviético dijo a las miles de delegadas: "La Humanidad está cansada de esperar la catástrofe y entiende que el peligro puede ser eliminado si nos tendemos las manos por encima de las inevitables barreras ideológicas, económicas y políticas que separan a los Estados. Debo señalar que las mujeres comprenden mejor, con mayor emoción y gravedad, la prioridad absoluta que tiene la tarea de salvaguardar la paz".

Juntos con señalar que el Movimiento Internacional de Mujeres ha logrado imponerse y jugar un rol importante en la política mundial, Gorbachov llamó la atención de las delegadas en torno a las luchas de las mujeres por sus derechos. "Lo que las mujeres entregan a la sociedad, y lo que son capaces de darle depende así mismo del grado en que la sociedad concede a la mujer derechos reales y defensa social, y le asegura el bienestar social necesario".

"El nivel de emancipación que tiene la mujer es la medida lógica de la libertad alcanzada por toda la sociedad, 'no puede existir, no existe ni existirá jamás verdadera libertad mientras las mujeres estén trabadas por los privilegios legales de los hombres', dijo Lenin. Yo agregaría que la situación de la mujer indica cuan democrático es un Estado y como respeta los derechos humanos", puntualizó Gorbachov.

El Secretario General del PC soviético señaló que en la Unión Soviética las mujeres tienen los mismos derechos que los hombres, y en algunos aspectos mayores, pero explicó que existen problemas porque la mujer no ha podido superar aún el significativo peso de la carga social. Superar problemas en el comercio y los servicio, mejorar la familia y perfeccionar su ambiente moral, son tareas emprendidas por la sociedad soviética. Pero en particular el líder soviético destacó el proceso destinado a elevar cualitativamente la participación de la mujer. "Queremos utilizar al máximo y activar la iniciativa de las mujeres soviéticas"

Finalmente, Gorbachov expuso a las delegadas de todo el mundo la genuina política soviética destinada a terminar con el armamentismo y la sombra de una confrontación atómica mundial. Sin embargo, el líder soviético fue realista para subrayar que los ofrecimientos soviéticos para reducir el armamento nuclear (y en algunos casos acabar con él) no tienen el eco deseado por parte de los Estados Unidos.

"Esta es la realidad. Así son las palabras y los hechos. Yo tenía que decirles a ustedes sobre esto, pues ningún movimiento que defiende la paz en nuestra época puede olvidar lo 'concreto' del peligro bélico que existe en cada momento".

Visión de una delegada chilena:

## LA MUJER EN LA UNION SOVIETICA

Entre las delegaciones de 155 países y cerca de tres mil mujeres provenientes de todo el mundo, un grupo de chilenas representó a nuestro país en el Congreso Mundial de Mujeres de Moscú. Una parte de ellas entregó la visión que recogió del importante evento, y antecedentes sobre la vida de la mujer soviética.

En medio de la vibrante solidaridad recibida del pueblo soviético, la representante chilena narró que durante el congreso pudo constatar "que las mujeres del mundo denunciamos la agresión de que somos objeto. Hay pueblos con mucha más hambre que el nuestro y que están luchando duramente contra el imperialismo. Conocimos el racismo y el sionismo en Israel; supimos del sufrimiento de las mujeres en Sudáfrica, donde el gobierno de Pretoria mantiene el abominable apartheid, en donde los niños de seis años son torturados como grandes; nos enteramos de que en Ecuador existe la macabra cifra del 78 por ciento de mortalidad infantil; también pudimos conocer con mayor detalle las invasiones y ocupaciones militares norteamericanas en Honduras, Panamá y Puerto Rico, en donde el imperialismo mantiene bases y fuerzas militares".

"Pudimos concluir que el imperialismo es el único gestor de todas las desgracias de nuestros países, y los regímenes como la dictadura de Pinochet, títeres suyos", afirma la representante chilena.

"La mujer en la Unión Soviética puede obtener empleo y aplicar sus conocimientos y talento en cualquier sector de la economía nacional. Son mujeres el 78 por ciento de los operarios de líneas automáticas; más del 65 por ciento del personal de la construcción de máquinas de precisión y la industria de la radio; 46 por ciento de las integrantes de las cooperativas agrícolas. Son mujeres el 68 por ciento de los médicos; el 72 por ciento de los maestros; el 34 por ciento de los jueces; el 54,9 por ciento de los jurados populares, y el 40 por ciento de los colaboradores científicos".

La base de esta situación radica, en gran parte, en que "el Estado socialista asumió la solicitud de la mujer de crearle condiciones propicias para que pueda conjugar su participación en el trabajo y la dirección de los asuntos sociales y estatales, y sus obligaciones familiares y domésticos", destaca la delegada chilena.

Por ello, agrega, la salud de la madre y el niño son cuestiones de primer orden. "Existen 26 mil policlínicos infantiles; hay 236 mil 900 camas –hospital para mujeres embarazadas y parturientas–; en el país funcionan 891 planteles de enseñanza superior, en los cuales estudian más de 53 millones de personas, siendo mujeres más del 52 por ciento. Y son mujeres más del 57 por ciento de las estudiantes de enseñanza media especializada. Por cada mil ocupados, 862 son mujeres".

"En la Unión Soviética no existe la cesantía, no existe la miseria. Pero hay problemas los cuales con la franqueza que corresponde a un pueblo ejemplo, se han dado a conocer a la ciudadanía y al mundo. Y están siendo solucionados.

07

8710523

4. **Elecciones libres.** En el primer semestre de 1988 habrá, en un mismo día, elecciones libres y pluralistas para la constitución de un Parlamento Centroamericano. Posteriormente, cada país deberá convocar a elecciones para renovar la Presidencia, el Congreso y las municipalidades.

5. **Cese de la ayuda a fuerzas irregulares.** Se solicitará a los gobiernos de la región y a los extrarregionales que cesen la ayuda que prestan a fuerzas irregulares o a grupos subversivos.

6. **No agresión a otros Estados.** Se reitera el compromiso de cada país de impedir el uso de su propio territorio para ayudar a grupos o ejércitos que intenten desestabilizar a los gobiernos de alguno de los cinco países centroamericanos.

7. **Control y limitación de armamentos.** Los gobiernos firmantes y los del Grupo de Contadora proseguirán las negociaciones sobre materias de seguridad, verificación y control de armamentos y cooperación para la paz estable y el desarrollo.

8. **Refugiados y desplazados.** Con urgencia se atenderá a los refugiados y desplazados por las crisis regionales. (Esto favorece a miles de salvadoreños, hondureños, nicaragüenses y guatemaltecos, que se han visto obligados a emigrar o a abandonar sus lugares de residencia habitual por los distintos focos de guerras locales).

9. **Cooperación, democracia y libertad.** Los países firmantes adoptarán acuerdos que aceleren el desarrollo hacia sociedades más igualitarias y sin miseria. Ello implica la creación de una nueva economía de bienestar.

10. **Verificación y seguimiento internacional.** Se creará una Comisión Internacional de Verificación y Seguimiento para constatar el cumplimiento de los acuerdos anteriores.

11. **Calendario.** Dentro de 15 días se volverán a reunir los cancilleres para reglamentar e impulsar el cumplimiento de los acuerdos. A los 90 días (7 de noviembre) entrarán a regir los acuerdos de amnistía, cese del fuego, democratización y fin de la ayuda a los irregulares. A los 120 días (7 de diciembre) la Comisión Internacional de Verificación analizará los progresos. Y los Presidentes firmantes volverán a reunirse en 150 días más (7 de enero de 1988).

## NO A LA GUERRA DE LAS GALAXIAS

Saliendo al paso a las maniobras de Reagan, que quiere pasar a la historia no sólo por el escándalo del Irangate (venta clandestina de armas a Irán y el destino de las ganancias de ese negocio para ayudar a los contras antisandinistas), sino también por la guerra de las Galaxias.

Esto último significa en síntesis colocar armamento nuclear en satélites que estén girando en órbita alrededor de la tierra, con los cuales puedan amenazar a todos los países y desencadenar en cualquier instante un holocausto nuclear.

Resuelto a impedir un crimen de dicha magnitud, Mijail Gorbachov, líder comunista de la URSS ha desarrollado una extensa y vasta campaña contra la guerra de las galaxias y destinada a cortar las manos a Reagan en sus criminales propósitos.

### NUEVO PLAN DE PAZ DE LA URSS

Un paso en tal dirección fue el plan propuesto el 13 de agosto, en Ginebra (Suiza), donde se desarrolla la Conferencia sobre Desarme con participación de representantes de 40 países, por el delegado soviético Yuri Nazarkin.

El proyecto contempla el establecimiento inmediato de un sistema dirigido a impedir el lanzamiento de armas al espacio e, incluso, a designar inspectores internacionales permanentes en los sitios de donde partan los cohetes.

Ese sistema, dijo Yuri Nazarkin, "debe comenzar enseguida", sin esperar siquiera a que se firme un acuerdo que prohiba las armas espaciales.

Yuri Nazarkin, a nombre de su gobierno, explicó que la Unión Soviética está dispuesta a permitir, si se acepta un acuerdo de esa naturaleza, que inspectores internacionales se instalen en forma permanente en los sitios de almacenamiento de armas, en las plantas industriales, en sus laboratorios y en sus centros de prueba.

Esta nueva iniciativa de la Unión Soviética se encuadra en la política consecuente de paz y desarme planteada por el secretario general del PCUS, Mijail Gorbachov.

## LO QUE OPINAN EN EE.UU.

Los acuerdos de Guatemala fueron recibidos con malestar y desconfianza en los sectores más reaccionarios de los Estados Unidos. Es probable que a ellos se deba la escasa importancia que le dieron a la noticia los diarios chilenos, tan atentos a las opiniones de la embajada norteamericana.

Al margen del silencio oficial en la Casa Blanca, y a los gestos de desagrado de los voceros oficiales del Departamento de Estado, el importante diario de los financistas estadounidenses, **Wall Street Journal**, de Nueva York, puso las cosas muy en claro en su editorial del domingo 10 de agosto.

– Dijo el **Wall Street Journal**:

"Fiasco. No hay otra palabra posible. Después de seis años y medio en el poder, el presidente de los Estados Unidos ha entregado su política exterior en el hemisferio meridional a cuatro atemorizados presidentes centroamericanos.

"El plan de paz Reagan-Wright (que el presidente norteamericano dio a conocer a última hora, en un intento desesperado para impedir que los gobernantes centroamericanos discutieran el Plan Arias) pasará a la historia como lo Bahía Cochinos de Reagan. Si no ocurre algún acontecimiento dramático, Nicaragua se perdió de una vez por todas bajo el imperio comunista en esta última semana, igual que Cuba se perdió cuando fracasó la invasión de los exiliados (abril de 1961). En lugar de un voto directo, sí o no, sobre más ayuda para los contras, tenemos ahora el inaplicable plan de paz centroamericano: un espejismo...

### WALL STREET JOURNAL A FAVOR DE LA GUERRA

"Los analistas están haciendo contorsiones ahora para tratar de explicar todas las debilidades evidentes del llamado Plan Guatemala aderezado por los presidentes centroamericanos. Los analistas deberían dejar de tomar tan en serio los pormenores del Plan. Lo que tenemos es apaciguamiento... Después del testimonio del teniente coronel North (ante el Congreso, en Washington, por el escándalo Irán-Contras), parecía lógico que el presidente Reagan llevara la lucha al Congreso para aumentar la ayuda militar a la resistencia nicaragüense. Pero decidió no luchar, de manera que los centroamericanos han decidido no luchar.

"Bajo los términos del Plan Guatemala, la Nicaragua sandinista, un satélite soviético, quedará en pie después del fin de presidencia de Reagan. La doctrina Brezhnev triunfa".

Esta fue la opinión estampada en el editorial dominical del reaccionario e influyente diario neoyorquino **Wall Street Journal**.

08

9710523

# REAGAN PERDIO UNA BATALLA EN AMERICA CENTRAL

1

Una de las más importantes derrotas de la política [illegible] América Central la sufrió Washington en la primera semana de agosto y, más concretamente, el viernes 7 de agosto. Ese día, los cinco presidentes de los países de América Central, reunidos en la capital de Guatemala, aprobaron por unanimidad un Plan de Paz.

Todos los analistas han señalado que es difícil que dicho plan se lleve a cabo. Pero su importancia radica en otros factores, además de que si se pone en práctica, traería efectivamente la paz para una región del continente que ha sufrido la guerra ya durante muchos años.

En primer lugar, el acuerdo fue suscrito sin la presencia ni el aval de Estados Unidos y, más específicamente, contra la opinión expresa del gobierno de Ronald Reagan. ¿Cómo puede ocurrir algo así tratándose de cuatro presidentes que son amigos y admiradores de Washigton, y que en gran medida dependen de la Casa Blanca?. Probablemente la razón esté en que la debilidad del gobierno de Reagan es de tal gravedad, que ya no tiene capacidad política para imponer su voluntad, como lo ha hecho siempre.

Además, Washigton cometió el imperdonable error de hacer demasiado evidente su juego. Primero, se opuso tenazmente a que los presidentes se reunieran solos con Daniel Ortega. Cuando ya estaba acordada la fecha de la reunión para el mes de junio, un enviado especial de Reagan viajó a Guatemala, El Salvador, Honduras y Costa Rica, y consiguió que el salvadoreño José Napoleón Duarte pidiera postergación de la "cumbre".

Daniel Ortega reaccionó con violencia, airadamente, y acusó concretamente a Napoleón Duarte de ser un peón de Estados unidos. Todo pareció perderse. Pero mientras el presidente Oscar Arias viajaba a Managua para convencer a Ortega de que aún había posibilidades, otros enviados iban a Washington, y los cancilleres del Grupo de Contadora (México, Venezuela, Colombia y Panamá) se reunían con los del Grupo de Apoyo (Brasil, Argentina, Uruguay y Perú), y todos juntos presionaban a los gobernantes centroamericanos a seguir en su diálogo en favor de la paz.

Por fin, se fijó una nueva fecha: el 6 y 7 de agosto. Y cuando ya era inevitable el encuentro, Reagan presentó un nuevo plan de paz, cuyo único objetivo era provocar el fracaso del Plan Arias y confundir a la opinión pública, consiguiendo que se postergara una vez más la reunión.

Pero ya era demasiado tarde y el juego norteamericano demasiado explícito. Por dignidad, los gobernantes centroamericanos, que se sentían observados por los ocho países de Contadora y del Grupo de Apoyo y por los de la Comunidad Europea, se decidieron a jugar correctamente. Hubo reunión y hubo consenso...porque hablando se entiende la gente. ¿Queremos la paz?, se preguntaron. Entonces, hagamos un esfuerzo por entendernos y por aceptarnos.

La prensa europea ha dicho que a margen de su viabilidad, el acuerdo de Guatemala se ha constituido en un nuevo factor de paz regional, y en una manifestación muy clara de que los presidentes centroamericanos quieren la paz, no desean la intervención extranjera, rechazan a la contra antisandinista, reconocen el legítimo derecho a existir de la Nicaragua sandinista e, incluso, hablan de impulsar un proceso de integración a través de la creación de un Parlamento inter-regional.

Washington podrá seguir apoyando la guerra de la contra, pero sabe ahora que cuenta con la oposición de los pueblos y los gobiernos de toda Centroamérica, que desean vivir en paz; y que al menos por respeto a la palabra empeñada el 7 de agosto, no apoyarán las soluciones de fuerza.

## LOS ONCE PUNTOS DEL ACUERDO DE GUATEMALA

2

Reunidos en la capital de Guatemala, los presidentes Vinicio Cerezo (Guatemala), Oscar Arias (Costa Rica), José Napoleón Duarte (El Salvador), Daniel Ortega (Nicaragua) y José Azcona (Honduras) subscribieron un documento de once puntos. Prácticamente ningún diario chileno publicó el texto completo del trascendental acuerdo.

La razón es simple: se adoptó con la oposición de Estados Unidos. En un último intento para boicotear la reunión de Guatemala, Reagan presentó otro plan llamado de paz, redactado por el senador estadounidense Jim Wright. Recibió por eso el nombre de plan Reagan–Wright. En esencia, Reagan intentaba con esa maniobra impedir que se sometiera a debate el plan elaborado por el presidente de Costa Rica, Oscar Arias, que ya había sido aprobado por Nicaragua.

En su texto, Reagan prometía cortar la ayuda a la contra antisandinista, siempre y cuando Nicaragua aceptara dialogar con los opositores (incluyendo a la guerrilla mercenaria), y Ortega renunciara, para dar paso a nuevas elecciones "controladas" por Washugton.

La maniobra fracasó. El siguiente es un resumen del plan aprobado en Guatemala el 7 de agosto:

1. **Reconciliación Nacional.** Los gobiernos se comprometen a dialogar con la oposición no armada y con aquellos que se hayan acogido a la amnistía; las fuerzas irregulares deberán dejar en libertad a todas las personas que se encuentren en su poder; se creará una Comisión Nacional de Reconciliación para verificar el cumplimiento de estos puntos, además de un acuerdo de cese del fuego, democratización, elecciones libres y respeto irrestricto por los derechos civiles.
2. **Cese de hostilidades.** Los gobiernos exhortan al cese de las hostilidades en los territorios donde actúan grupos insurgentes.
3. **Democratización.** Los gobiernos se comprometen a impulsar un auténtico proceso democrático, "pluralista y participativo". Para ello, deberán perfeccionar o establecer sistemas democráticos que garanticen la independencia de partidos políticos, participación popular y libre circulación de las corrientes de opinión.

PARTES ELEGIBLE

09

8710523

La concentración

# AVANZAR, AVANZAR, HACIA EL PARO NACIONAL

Principalmente en microbuses se desplazaron hacia la Avenida Perú —en el Norte de Santiago y a un costado del Cerro San Cristóbal— las organizaciones que respondieron al llamado del CNT el pasado miércoles.

Este acto del CNT fue el segundo autorizado por el Gobierno desde 1984, ocasión en que este organismo de los trabajadores chilenos solicitó autorización para celebrar con un acto público el 1o. de mayo.

Desde las primeras horas de la tarde del miércoles, microbuses repletos de trabajadores cruzaron por las calles de Santiago urbano, en muchos casos inundándolas de panfletos contra la dictadura, hasta el sitio de la concentración. En las proximidades descendían para desplegar lienzos, estandartes y carteles y dirigirse en desfile hasta la Avenida Perú esquina de Valdivieso.

"Avanzar, avanzar/ hacia el Paro Nacional", "marxistas y cristianos/ echaremos al tirano", "cómo el pueblo de Corea/ todo Chile a la pelea", eran algunos de los gritos que voceaban los ocupantes de estos microbuses a su paso por las calles centrales y en dos desfiles posteriores en las proximidades de la Avenida Perú.

Muchas organizaciones desfilaron a pie desde el Parque Forestal para cruzar los puentes sobre el río Mapocho e ingresar a la Avenida Perú. Otras lo hicieron a pie por calle Valdivieso, Santos Dumont y calles aledañas.

En las 4 esquinas de Santos Dumont con Recoleta, a las 17.00 horas del día del acto, cientos de trabajadores esperaban al resto de las organizaciones con sus lienzos y estandartes desplegados. Desde el Oeste de Santos Dumont a esa hora se avistó una columna que ocupaba la calzada de solera a solera con un enorme lienzo desplegado: "Medicina Norte. Universidad de Chile". A esa columna se plegaron las de otras organizaciones que había en el sector. Incluso cuando hablaba Manuel Bustos continuaban llegando microbuses y columnas a pie.

"Estamos aquí ante el vasto sector social herido por la represión y la pobreza y emociona percibir la decisión que irradia cada uno de esos rostros" —dijo un periodista mexicano que vino a cubrir este y otros actos del CNT.

Las fuerzas represivas, en tanto, se apostaron al Sur de las riberas del río Mapocho y por el sector de Recoleta, sitio este último donde los carros lanzaaguas actuaron sobre los trabajadores que se retiraban.

En el centro de Santiago, específicamente en el Paseo Ahumada, carabineros de las Fuerzas Especiales establecieron "cortinas," en las bocacalles y revisaban los bultos de los peatones y en muchos casos les solicitaban identificación. En la Plaza de Armas se habían ubicado dos carros lanzaaguas, vehículos lanzagases y microbuses de carabineros.

El pueblo señala el camino

## LUCHA UNITARIA PARA DERROTAR LA DICTADURA Y ALCANZAR LA DEMOCRACIA

### UNIVERSITARIOS CONVOCAN A LUCHAR POR LA DEMOCRACIA

En este marco de movilización, el Consejo Nacional de Federaciones de Estudiantes de Chile, CONFECH, dio a conocer un completo calendario de actividades, entre las que se encuentran su participación activa en la concentración del CNT en la Avenida Perú de Santiago.

Entre las tareas propuestas para el segundo semestre de este año por la Confech se encuentran:

26 de agosto: Paro Nacional Estudiantil Prolongado por la demanda universitaria y las elecciones libres y democráticas.

8 de septiembre: Jornada por la vida y contra la pena de muerte, rechazando el incremento de la represión contra el movimiento estudiantil.

4 al 11 de septiembre: Jornada Nacional por la Democracia.

Segunda semana de septiembre: realización de festivales universitarios por federaciones y zonales para culminar en un gran festival nacional universitario a celebrarse la segunda quincena del mes de octubre.

En otro comunicado, el secretario ejecutivo de la FECH, José Meléndez, expresó que la Federación de Estudiantes de la Universidad de Chile llamó a todos los alumnos a apoyar la concentración convocada por el Comando Nacional de Trabajadores para el 19 de agosto. Las demandas de los trabajadores, señaló el dirigente estudiantil, son legítimas al igual que la de los estudiantes, así como también la movilización social para expresarlas.

### IZQUIERDA UNIDA Y POBLADORES LLAMAN A LA LUCHA UNITARIA

Por otra parte, el recién creado Comando de Defensa de las Demandas Populares y Elecciones Libres y Democráticas de la Izquierda Unida, también prepara jornadas de movilización para el mes de septiembre, al tiempo que comprometió su activa participación en la jornada del 19 de agosto en la Avenida Perú con Valdiveso. El comando de la IU, expresó también su adhesión a todas las jornadas de movilización que realizan diversos sectores sociales en contra de la dictadura, señalando que "el único camino democrático que permite resolver los problemas de las mayorías, es la movilización social y política, unitaria, permanente y ascendente de nuestro pueblo, capaz de poner fin al régimen".

En esta misma disposición se encuentran las organizaciones agrupadas en el Comando Unitario de Pobladores, CUP, organismo que llamó a todos los pobladores de Santiago a participar en la gran concentración del CNT. Los pobaldores realizaron el 8 de agosto un acto en el Teatro Caupolicán de Santiago para protestar por la destrucción del Servicio Nacional de Salud, SNS, lo que ha dejado en la completa indefensión a millones de chilenos.

El 18 de agosto, en la Avenida Argentina de Valparaíso se efectuó la concentración del CNT Regional. Este acto convocado por la máxima organización de los trabajadores chilenos fue similar al acto convocado por el CNT en Santiago.

La tarea inmediata es entonces centrar los esfuerzos organizativos, políticos y de agitación en las movilizaciones sociales convocadas por los sectores más consecuentes de la oposición, y levantar las luchas del pueblo en septiembre, colocando en el centro de la lucha popular las jornadas por la democracia entre el cuatro y el 11 de septiembre.



8710523

RTES Poco LEGIBLE

# PARO NACIONAL EN OCTUBRE PARA REIMPULSAR MOVILIZACION SOCIAL

Un llamado a una huelga general para el próximo miércoles 7 de octubre formuló la tarde del 19 de agosto el presidente del Comando Nacional de Trabajadores, Manuel Bustos al dirigirse a más de 100 mil trabajadores, en una concentración en el sector Norte de Santiago –Valdivieso esquina de Avenida Perú.

Nutridas delegaciones de organizaciones sindicales y sociales se movilizaron desde todo Santiago urbano y rural a partir del mediodía para ir congregándose en calles cercanas y esperar a otras organizaciones afines para desplegar lienzos y carteles y marchar hacia el sitio de la concentración.

"Con el objeto de reimpulsar decididamente el proceso de movilización social para conseguir que nuestros derechos como trabajadores y ciudadanos sean respetados y apresurar la recuperación de la democracia en nuestra patria, con la derrota definitiva de Pinochet, invitamos a todas las organizaciones sociales, de pobladores, de estudiantes, de mujeres y campesinos,y a los partidos políticos democráticos, a que convoquemos para el 7 de octubre a una huelga general", expresó Bustos en medio de sostenidos y prolongados aplausos y gritos.

Dijo Manuel Bustos Huerta que la concentración se realizaba "cuando enfrentamos una serie de catástrofes naturales (temporales y terremotos) y soportando la peor de todas : la mantención de la dictadura de Pinochet, que pretende perpetuarse en el poder", aludiendo a la negativa a hacer uso del 2 por ciento constitucional destinado a los afectados por catástrofes y calamidades.

Añadió Bustos que lo anterior se debe al acatamiento de Pinochet a "los dictados impuestos por el Fondo Monetario Internacional" enfatizando que "nadie como Pinochet ha desarrollado una política antinacional y antipatriótica entregando nuestras riquezas básicas y las empresas estratégicas al capital privado y, lo que es peor, a las grandes empresas transnacionales. Los únicos antipatriotas son aquellos que están despilfarrando el patrimonio que pertenece a todos los chilenos".

Se refirió Bustos, asimismo, a la privatización de las empresas del Estado calificándola de "crimen en contra de los intereses nacionales" agregando que "esta conquista está siendo dilapidada y entregada al interés particular de unos pocos, muchos de ellos extranjeros y aquí si no les preocupa la seguridad nacional".

El único orador del acto criticó duramente la legislación laboral de Pinochet y particularmente el Código del Trabajo que "coloca a los trabajadores en una inestabilidad laboral permanente" y "pretende atomizar y dividir a la organización sindical. Por eso nos oponemos frontalmente a él y no descansaremos hasta obtener su derogación".

Criticó duramente la política económica del gobierno y se detuvo en especial al artículo 8o. que se pretende incorporar a la constitución política porque "pretende marginar a un enorme número de chilenos de la posibilidad de intervenir en la marcha de nuestro país".

En contraposición al reajuste del 12 por ciento que Pinochet pretende imponer a los trabajadores del sector público afirmó que "insistimos en nuestra demanda de un 22 o/o para todos los trabajadores del país".

Bustos afirmó que los trabajadores "seguiremos luchando por elecciones libres, abiertas y democráticas" al rechazar el plebiscito que maneja la dictadura, frente a lo cual "continuaremos exigiendo que haya inscripciones para todos los ciudadanos".

"Para conseguir estos objetivos llamamos al pueblo de Chile a desarrollar y participar en las siguientes actividades:

"Una jornada cívica el próximo 3 de septiembre destinada a reclamar por la recuperación de nuestros derechos políticos.

"A un acto en que se hará entrega de un documento, que contenga los planteamientos de los trabajadores, a la Asamblea Interparlamentaria que se desarrollará en nuestro país en el próximo mes", y

"A sumarse a las convocatorias que se realicen en el mes de septiembre y que sean llamadas por las organizaciones democráticas".

## BREVES SINDICALES

### MOVILIZACION:

IQUIQUE. El 19 de agosto se realizó en el local de la Federación de Tripulantes de este puerto una movilización y acto de masas, con idéntica motivación al convocado en Santiago por el CNT. A este acto llamó el Sindicato de la Mina "La Cascada" y participaron sindicatos mineros, gremios y organizaciones poblacionales.

### CARBON ANALIZA PARO

CORONEL . Los días 29 y 30 del presente mes (agosto) se realizará en el Sindicato Schwager de esta ciudad un Encuentro de los Mineros del Carbón. En este evento los mineros de Lota, Coronel, Curanilahue y Lebu efectuarán un análisis de los problemas de los trabajadores del carbón, problemas de la seguridad industrial en las faenas, las negociaciones colectivas de Lota y Schwager que se hallan en su proceso inicial, la reestructuración del Consejo Regional Minero y la movilización de los mineros del carbón en torno del Paro Nacional al que llamó el CNT.

TEXTILES. Los primeros días de octubre se efectuará en Santiago la Asamblea Nacional de los trabajadores textiles, a la que ha convocado la Confederación Textil, CONTEXTIL, para analizar los problemas de los trabajadores del sector en torno de los últimos acontecimientos y tareas que se plantean.

### METALURGICOS

CONCEPCION. 30 representantes de 15 empresas metalúrgicas de las regiones Octava y Novena, pese a las condiciones de temporal en la zona. En este encuentro se debatió la forma de organizar a los trabajadores del sector metalúrgico en un solo organismo a nivel nacional, incorporándose a CONSTRAMET. Se propusieron formar una Federación de la Zona Sur y se acordó realizar otros encuentros de este tipo en Valdivia u Osorno y otro en Chillán con el mismo objeto.



3710523

# CON LA MISTICA Y COMBATIVIDAD DE SIEMPRE LA "JOTA" CELEBRA UN NUEVO ANIVERSARIO

Septiembre para el pueblo chileno tiene varias fechas trascendentes. La mayoría celebrables, otra para no olvidar por el dolor y la ignominia que han significado a nuestra historia. Rendimos un homenaje y festejamos una de las primeras.

De aquellas para henchirse de orgullo por ser chileno, y comunista. Son los 55 años de las combativas Juventudes Comunistas de Chile, que diariamente entrega su vida por la causa libertaria.

Para conocer cómo la Jota celebrará en medio del combate estos 55 gloriosos años, conversamos con el compañero Gonzalo Rovira.

*– ¿Cómo definiría a las JJ.CC. hoy?.*

– Esta es una Juventud con mucha mística y alegría, que en estos años de dictadura ha aprendido a luchar, trabajar y a ser joven. Porque a veces nos olvidamos de ser joven en medio de la tiranía que a los niños los obliga a andar mirando vitrinas, que condena a los jóvenes a no tener perspectiva, a no ver posibilidad de trabajo, de formar un hogar, una familia. Pero las JJ.CC. es capaz de enraizarse en lo más hondo de la juventud chilena. Eso lo muestran no solo sus triunfos electorales, que son muchos porque es la primera fuerza en todos lados. Sino también porque es una organización querida y respetada en todos lados, que es hermana de otras organizaciones, que ha forjado la unidad muy profunda con la Juventud Socialista, la Juventud Rebelde Miguel Enríquez y otras juventudes políticas. En su seno se han formado jóvenes de origen cristiano, además ésta es una juventud que ha entregado (y lo siente con un tremendo orgullo) a lo mejor de la juventud chilena a organizaciones de tanto prestigio y tan queridas por todos, como son las milicias y el Frente Patriótico, que son organizaciones que pertenecen a todo el pueblo y a las que las JJ.CC han entregado un aporte importante al porvenir –sin lugar a dudas– de acá muchos jóvenes que allí militan. Cuando celebramos un aniversario más, nos sentimos tremendamente orgullosos de su valor y entrega, y muy comprometidos con ellos.

## EL PARTIDO DE LA CLASE OBRERA

"También el tremendo honor de sabernos la juventud de un partido como lo es el nuestro. Este Partido Comunista de Chile, el partido de la clase obrera, y eso pesa en el conjunto de la juventud. Ser alegres, ser jóvenes en minutos como los que vivimos no es sencillo, y si lo somos

es porque la Jota ha logrado formar esta mística de lucha recogiendo lo fundamental de su partido".

"Tenemos el orgullo también de poder decir que muchos, los mejores hijos de la clase obrera se encuentran en las JJ.CC. Ese es quizá el puntal más grande de nuestra organización. Son esos jóvenes trabajadores, campesinos, estudiantes que acogen la ideología de la clase obrera".

*– ¿En qué pie cumplen estos 55 años?.*

– Los cumplimos en un momento difícil, cuando el imperialismo se la juega por intentar dividirnos. Hace unos días en una revista juvenil decía que lo que está de moda es tratar de dividir a los comunistas. Pero van a tener que golpearse muchas veces la cabeza contra este muro, porque éste es el partido de la clase obrera. Y el pueblo sabe lo que vale su unidad, lo que es el acero de su partido, de su organización de clase, que en su lucha ha demostrado ser indestructible hasta terminar con la sociedad de clase con la que vivimos.

## LA JOTA EN LA UNIDAD DE LA IZQUIERDA

"Sin duda este es un aniversario emotivo para todos. Sentimos el dolor de nuestros hermanos jóvenes que han muerto, que lo llevamos muy dentro, por nombrar solo a algunos, José Weibel y Juan Henríquez Araya, quien muriera solamente hace un par de meses. Con ellos se forjó esta JJ.CC., son tantos y que hoy no están...Pero este momento será de gran alegría. Tenemos plena confianza en lo que estamos haciendo, en el camino elegido. En que el conjunto de la juventud chilena acoge el llamado de la Jota, que junto a las otras juventudes de la Izquierda Unida ha empezado a trabajar. Empezamos el camino de recuperar la unidad de la Izquierda. Conjuntamente con juventudes como la JDC, con la cual desde hace unos años empezamos a transitar por los caminos unitarios en el seno del movimiento estudiantil. Sendas que se han abierto y afianzado con la sangre de compañeros, DC, como Mario Martínez".

*– ¿Qué significa celebrar un aniversario en septiembre?.*

– Es la alegría de la convicción que en este mes, que nos recuerda el triunfo del Presidente Allende, el golpe fascista, nos acordamos de esa frase que decía el Presidente: "no vale la pena vivir sin las cosas por las cuales vale la pena morir"... Allende con eso mostraba el camino. El mismo señalaba que ser joven y no ser revolucionario es una contradicción hasta biológica. Y nosotros vinimos al mundo a cambiarlo todo porque no podemos conformarnos con esta película a medias. Somos jóvenes las 24 horas del día.

*– ¿En qué están las JJ.CC hoy?.*

– Todo el trabajo está encaminado a profundizar el carácter juvenil de la Jota y a profundizar esa mística de pelea tan nuestra. Todos vamos a organizar los centros culturales, a recorrer las poblaciones a conversar con las comunidades de base. Nuestro grito hoy es a bajar todos. Estamos haciendo foros y muchas otras cosas pero especialmente estamos haciendo labores para forjar organización juvenil y así dar nuevas peleas.

"Este aniversario lo vamos a celebrar con mucho rock pero también con música popular. Con muchos pasos, pocos discursos y bailaremos mucho porque necesitamos de una tremenda alegría. Con ella luchamos, con ella nos jugamos la vida porque a veces se nos olvida que es precisamente por esa alegría que luchamos. En eso está la Jota, en las poblaciones, las industrias, organizando la movilización, la marcha".

"Hoy específicamente estamos forjando la IU, impulsando su desarrollo en todos los sectores de la Izquierda, la creación de un gran movimiento juvenil chileno, donde se unan todos los sectores.

"Vamos a recuperar las canciones antiguas, saldremos nuevamente con ellas porque queremos mostrar que esta es la JJ.CC., que después de tantos años mira al futuro, un año 2000 que será nuestro. Un socialismo que vamos a defender. Estamos aprendiendo y queremos seguir haciéndolo junto a nuestro Partido", nos relató el compañero Rovira.



8710523

Afirma Felipe Sandoval, presidente de la JDC, a EL SIGLO:

# "LUCHAMOS PORQUE ESTE REGIMEN SE TERMINE LO ANTES POSIBLE"

Tenía 16 años cuando ocurrió el golpe fascista del 11 de septiembre de 1973. Se encontraba en su hogar, aquí en Santiago, porque en su colegio secundario en huelga. "Hay pronto", este sobrino del Vicario General para la Pastoral del Arzobispado, monseñor Cristian Precht, supo y conoció "las horribles consecuencias del golpe, cómo la gente detenida, con la gente que torturaban, que mataban..."

Catorce años después, con 30 años "a cuestas" (casado, con dos hijos y esperando un tercero, egresado de Ingeniería y dando término a su memoria), se encuentra a la cabeza de la Juventud Democrata Cristiana desde hace un par de semanas. Se trata de Felipe Sandoval Precht, quien fuera hace un tiempo presidente de la Comisión de Derechos Juveniles (CODEJU).

Al solicitarle la entrevista, identificándonos como redactores de EL SIGLO sorprendido, accede de inmediato. Nada de tramitaciones ni espera. "Con todo gusto", nos dice, agregando que allí en la JDC "impera la norma de las puertas abiertas..."

-Conversamos largamente sobre diversos temas: desde el exilio "es algo horrible" hasta la autodefensa de las masas y la rebelión popular, (la apoya con sus pesos) pasando por la no violencia activa, los condenados a muerte, las elecciones libres, los temporales y la dentia del gobierno, el trabajo conjunto en las organizaciones sociales de comunistas, democratacristianos, socialistas, radicales, humanistas, etc.

Cuando le consultamos su opinión sobre lo planteado por el PC en su declaración de julio de que "es necesario hacer los máximos esfuerzos para terminar con la dictadura y avanzar a la democracia antes de 1989, porque "esperar hasta el 89 equivale a dejarle libre el camino a Pinochet para mantener el régimen indefinidamente", el dirigente juvenil DC respondió sin titubear: "Yo estoy de acuerdo. Nuestro trabajo como jóvenes demócratacristianos es para terminar con la dictadura. Y si no podemos mañana, pasado mañana. Y si no podemos pasado mañana, el próximo día. Nosotros -agregó Sandoval- no estamos esperando el año 89.

Refiriéndose a la posibilidad de que con Pinochet con el poder total y absoluto se realicen elecciones libres, el presidente de la JDC indica que "Pinochet siempre se va a oponer a hacer elecciones libres, máxime si ve que él las pierde. Eso es clarísimo, porque él quiere morir en el poder". Luego, después de referirse al "tapón" que salta producto de la "presión de lo que existe adentro para que haya elecciones libres", Felipe Sandoval reitera: "yo creo que Pinochet se va a oponer hasta el final a que hayan elecciones libres". Pero él, Sandoval, tiene confianza en que si "a la reivindicación por las elecciones libres se incorpora a las fuerzas de sustentación del régimen como una buena fórmula de salida, estas mismas van a hacer a Pinochet para que las haya".

No está de acuerdo, el dirigente juvenil, con "la táctica del PC" de colocar "en el centro, hoy día, primero la salida de Pinochet y después elecciones libres". Todo lo anterior, Felipe Sandoval lo desarrolla luego que leemos el párrafo correspondiente de la misma declaración del Partido de Recabarren en el que se manifiesta "vehemente por las elecciones libres y democráticas AHORA".

Ante una pregunta de EL SIGLO, el presidente de la Juventud Demócrata Cristiana calificó como "cordiales" las relaciones de la JDC con las Juventudes Comunistas, pese a que "tenemos nuestras diferencias", las que hemos planteado y discutido".

Destacó Sandoval que pese a que "lamentablemente, hoy día, en el problema de las estrategias nos separan nuestras fórmulas de acción eso no es un impedimento para un diálogo permanente".

Reconoció que con las JJ.CC. "nos encontramos en muchos sectores y hacemos trabajo conjunto: en las federaciones estudiantiles, compartiendo o no compartiendo las directivas; hay trabajo conjunto en el ámbito poblacional, también en la enseñanza media... Así que, prosiguió Felipe Sandoval, en diversos lados son las dos juventudes más fuertes que hay hoy en Chile, diría yo, y -por lo tanto- es una necesidad el diálogo y el trabajo común en muchos sectores. No exento, claro está, de dificultades.

Asimismo, se manifestó dolido porque las JJ.CC. no suscribieron la declaración última de 11 juventudes políticas, documento y conversaciones con partidos democráticos -según Sandoval- que tienden a "lograr un consenso a nivel nacional... que facilitaría la lucha contra el régimen".

Partidario de desarrollar una amplia activa y unitaria campaña en solidaridad con los medios de prensa -Fortín Mapocho, La Epoca, Análisis y Apsi- sometidos por la Dictadura ante los tribunales por publicar una declaración del PC, EL SIGLO que "en eso somos claros". Y añadió: "Hay que iniciar acciones de defensa de los medios de comunicación, porque ellos están ejerciendo su legítimo derecho de informar a la opinión pública lo que ha publicado o prensado un partido importante en la vida nacional".

Seguidamente, el dirigente juvenil señaló que los democratacristianos "no somos partidarios de las proscripciones ideológicas, como lo hemos demostrado cuando se dictó la 'ley maldita'". "Nos oponemos -agregó- con todo nuestro vigor al artículo octavo y al proyecto de ley que lo pone en acción".

Preguntamos a Felipe Sandoval qué le sugerían los nombres de diversas personas que le indicaríamos. He aquí sus respuestas:

- Salvador Allende: "un hombre que murió por una causa que él creyó justa".
- Luis Corvalán: "Otro hombre que ha luchado por una causa que él cree justa y que debiera estar en la Patria".
- Cardenal Raúl Silva Henríquez: "Un gran hombre, un líder, moral para este país, a quien la historia recordará como un hecho cardinal".
- Julieta Campusano: "una [illegible] y una gran amiga, por quien [illegible] cariño muy especial".
- Fernando Castillo [illegible]: "un hombre extraordinario, [illegible] vida por los demás y [illegible] reconocido".
- Carmen Gloria Quintana: "[illegible] bolo para la juventud de lo que ha sido esta juventud en estos años".

Sobre Pinochet dijo: "Lo que [illegible] debiera ser ninguno de nosotros y [illegible] ser contrarios a él".

- Fernández: "Un fascista que quiere hacer lo que hicieron otros en España, pero que no le va a resultar".
- General Manuel Contreras: "Realmente una miseria y una desgracia para este país".
- DINA-CNI: "Lo que nunca más debiera existir y me huele a litros de sangre derramada".

## "EL SIGLO": "UN DIARIO QUE NO SE RINDE"

Dijimos al dirigente juvenil democratacristiano que EL SIGLO cumplía 47 años el 31 de agosto y él envió el siguiente saludo a nuestro periódico y a sus lectores, que no sólo son comunistas sino de todos los sectores:

"Que siga ejerciendo su derecho a la libertad de expresión, que ojalá este esfuerzo que han hecho no se ha perdido y puedan seguir en el tiempo editando EL SIGLO. Yo creo que es un buen ejemplo para el país, de un diario que no se rinde ante los rigores de la represión y de la ley actual, y que ojalá puedan ir expandiéndose, de manera que llegue a distintos sectores."



PARTES ILEGIBLE

8710523

no tiene precedentes en el mundo, y que obliga a la prensa a omitir todo aquello que la propia dictadura considere fuera de la constitución. Es decir, prácticamente a todo el país.

Estas acciones son "el restablecimiento de medidas atroces, del tiempo de la inquisición y las hogueras, en que se llevaba a la p[illegible] distinto. La ley es aberrante y usarla es una iniquidad, sobre todo si se aplica con discriminación", opina el ex diputado derechista Engelberto Frías, al referirse al artículo octavo de Pinochet y Fernández.

También se opone a esta legislación fascista el presidente de la Asociación Nacional de la Prensa, Carlos Paul, quien entrevistado por El Mercurio manifestó que tal medida impide "el pluralismo periodístico irrestricto" y castiga severamente a los medios informativos que cumplen con la misión de informar. Ello unido a la ampliación de las atribuciones a la mal llamada justicia militar para procesar y detener a periodistas y opositores, por expresar opiniones críticas respecto de integrantes de las Fuerzas Armadas, señala el dirigente.

Partidario de "un pluralismo periodístico irrestricto", Paul defiende el derecho de "todas las ideas a expresarse a través de los medios de comunicación social", y sostiene que la legislación de la dictadura daña seriamente tales principios.

Evidentemente, la dictadura de Pinochet y Fernández necesita ahora imponer la censura y la represión a las ideas y los medios de información para llevar adelante la perpetuación y el fraude-plebiscito.

# UNIDAD AMPLIA PARA IMPEDIR LA EXCLUSION

8

Almeyda ha denunciado con justeza que la constitución de Pinochet y Fernández "no es sino el látigo trenzado por la dictadura para justificar y realizar su objetivo de mantenerse indefinitivamente en el poder. Por ello es un sarcasmo que el gobierno haya estructurado el artículo octavo de su carta política para degradar cívicamente a los disidentes a pretexto de propagar doctrinas que propugnen la violencia".

Por su parte, el investigador del Servicio de Paz y Justicia (SERPAJ), Francisco Estevez, ha señalado en un estudio que existen elementos similares entre La Ley Maldita impuesta por González Videla y el artículo octavo que impone Pinochet y Fernández. "Hay una correspondencia entre el sistema que favorecía el cohecho con las cédulas por candidatura, y las leyes actuales, en el sentido de que ambas no son democráticas".

"También existe correspondencia entre la ley permanente de defensa de la democracia (así llamada la ley de González Videla) y el artículo octavo de la constitución y sus normas complementarias, además que en el mensaje de ese proyecto de ley se repite la idea clave de [illegible] de la democracia".

Recordó el investigador que la ley maldita imponía el presidio, la relegación, la reclusión y el extrañamiento, además de la eliminación en los registros electorales y los municipales.

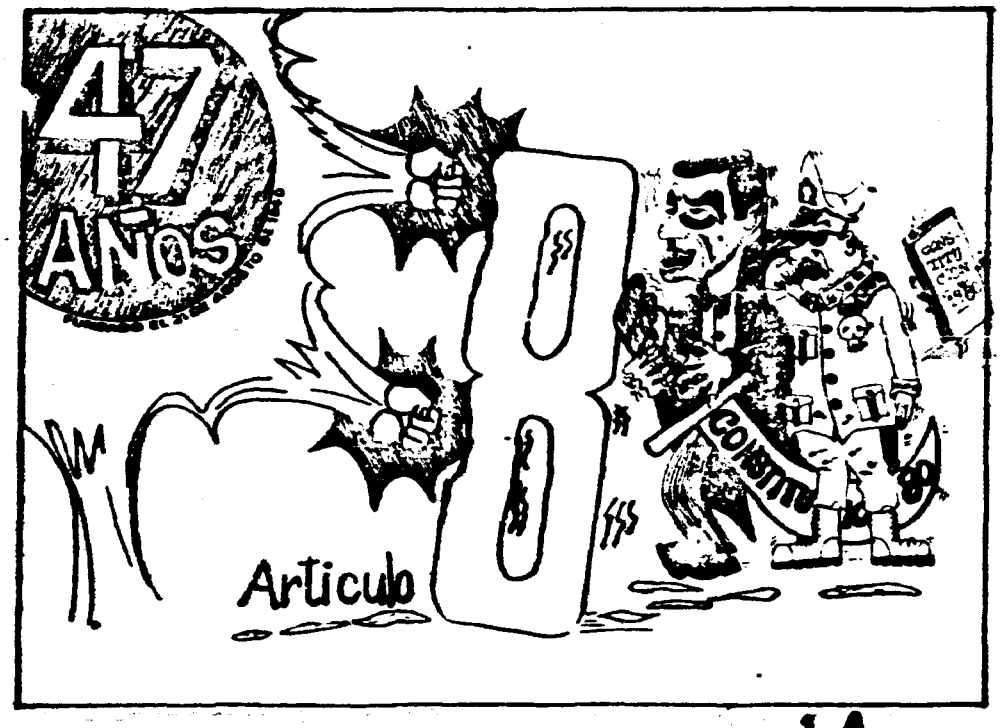
Con todo, el especialista del (Serpaj) puso de relieve que para terminar con esa ley espúrea se unieron en un pacto de acción parlamentaria dirigentes de la derecha moderada, centro y la izquierda chilena. Ello ocurrió en 1958 (hace 29 años) y el objetivo fue terminar con la persecución ideológica hacia los comunistas y los trabajadores, y terminar con el cohecho y los vicios del sistema electoral.

El pacto de acción parlamentaria fue firmada por Alberto Baltra y Raúl Ubiergo, del Partido Radical; Rafael Agustín Gumucio y Juan de Dios Carmona, por la Democracia Cristiana; Alejandro Serani, Salomón Corbalán, Ramón Silva Ulloa, Orlando Millas y Juan Acevedo por el FRAP; Julio Von Mühlenbrock, por el Partido Agrario Laborista; por el Partido Nacional lo hicieron Sergio Onofre Jarpa, Jorge Meléndez y Mardy Momberg; y Luis Minchet y Florencio Galleguillos en representación del Partido y Comité Democrático.

Ahora, sostiene Estevez, "el país requiere" de un bloque político amplio capaz de frenar la exclusión y detener el fraude electoral de Fernández y Pinochet.

## LOS OBISPOS ALERTAN CONTRA EL FRAUDE

Por su parte, la Conferencia Episcopal en asamblea general ha demandado que "por el bien de la paz y de la reconciliación en el país", la dictadura no aplique el artículo octavo, el 24 y se abra a un nuevo sistema de sucesión presidencial. También los obispos observan el propósito de la tiranía del fraude, y plantearon algunas condiciones para evitarlo. Como son acceso a los medios de información de todos los sectores, modificar el actual sistema electoral, que el número de votantes asegure la expresión mayoritaria y que los resultados puedan ser verificados por sectores independientes a la dictadura.






8710523

PARTES ILEGIBLE

# PINOCHET Y FERNANDEZ INSISTEN EN PLAN PARA IMPONER LA EXCLUSION, EL APARTHEID Y LA CENSURA BRUTAL

- **Todo el país se opone, pero urge la lucha unitaria para impedirlo**

**1**

El destacado actor nacional, Nissim Sharim, opinaba recientemente que si la dictadura logra imponer el artículo octavo de la constitución (fraguado por Sergio Fernández), "todo el país queda fuera de la legalidad. El gobierno por propugnar el terrorismo, y el resto del país porque es ajeno a las arbitrariedades del gobierno al crear sus normas y sus cuerpos legales. El país no está con esta constitución, no tiene nada que ver con ella".

Y tiene toda la razón, porque solo la dictadura y sus más fanáticos colaboradores persisten en aplicar este cerco represivo, brutal y criminal que busca legitimar la exclusión, el apartheid y la censura más aguda conocida en el mundo actual. Con todo, el objetivo de Pinochet y Fernández al imponer estas medidas se vinculan estrechamente con su ambición de perpetuar la dictadura en todos sus aspectos.

Así, los dirigentes mundiales de la Federación Internacional de Periodistas (FIP), el español Raimundo García y el australiano Neal Swancott, en reciente visita a Chile denunciaron que el artículo octavo constitucional que pretende imponer el fascismo dejará a los medios de comunicación y a los periodistas bajo una legislación aún más represiva que la que impone el régimen racista de Sudáfrica, el único en el mundo que persiste en el apartheid racial, entre otras atrocidades. "Chile tendrá el puesto número uno de los países más represivos del mundo" y los periodistas chilenos actualmente procesados quedarán "en peor situación que la padecida por seis colegas en Sudáfrica y en los peores regímenes totalitarios del mundo".

Se trata así de legalizar el cerco de censura sobre los medios de información para impedir —con la aplicación del artículo octavo— que los medios recojan las informaciones y opiniones de amplios sectores democráticos y del pueblo.

Evidentemente, los dardos van dirigidos a las fuerzas de izquierda y al Partido Comunista, declarados ya inconstitucionales; pero en los hechos impone sobre todo el país una brutal censura legal que

# EL APARTHEID POLITICO

**2**

Pero el plan de la dictadura en este terreno busca también excluir —por la fuerza— a los partidos populares y democráticos más consecuentes y que se oponen derechamente a la imposición de la constitución y su planes de perpetuación.

Ha sido el ex Canciller Clodomiro Almeyda, quien desde la cárcel ha demostrado con sólidos argumentos la ilegitimidad de origen y contenido de la constitución de 1980 y el artículo octavo. Almeyda ha recordado que "ya los revolucionarios franceses, a fines del siglo XVIII, adoptaron en la Asamblea Constituyente una declaración cuyo artículo once estableció que "la libre comunicación de los pensamientos y de las opiniones es uno de los más preciosos derechos del hombre, por lo tanto todo ciudadano puede hablar, escribir e imprimir libremente, salvo responsabilidad por el abuso de esa libertad, en los casos determinados por la ley" Recuerda el dirigente socialista encarcelado que también la Declaración Universal de Derechos Humanos consagra el derecho de toda persona a la libertad de pensamiento, de conciencia y de religión, y manifestar sus ideas.

Almeyda ha señalado que es ilegítima la constitución y el artículo octavo porque es un cuerpo legal "legítimo en su cuna", no basado en la soberanía y libre expresión del pueblo, sino en el tutelaje armado de las Fuerzas Armadas que asumen "el rol de tutoras del pueblo chileno, provistas de un virtual derecho a veto frente a las decisiones soberanas de la ciudadanía, que aquellas consideran atentatorias contra lo que entienden por seguridad nacional. Se desconoce así la más sustancial de las libertades, la de que un pueblo pueda autodeterminarse".

El Secretario General del PS ha recordado que el Séptimo Congreso Nacional de Abogados realizado en 1986 señaló que "el orden institucional de nuestro país está básicamente regulado por la llamada constitución política de 1980, documento cuyo origen no permite considerarlo como expresión libre, consciente e informada de la voluntad soberana del pueblo. Y dicho orden se inspira fundamentalmente en la concepción de la mal denominada 'doctrina de la seguridad nacional' incompatible con el estado de derecho".



8710523

Ante el peligro de perder sus casas:

# DEUDORES HABITACIONALES Y UNIFORMADOS LUCHAN UNIDOS EN LA CALLE PARA DEFENDER LO SUYO

Son más de 650 mil familias en todo el país, lo que representa a más de tres millones de chilenos; tienen un objetivo común: luchar dignamente en contra de la constante agresión de la dictadura que de diversas formas y triquiñuelas les intenta arrebatar sus casas. En esa lucha han aprendido que no hay diferencias, y que el derecho a la vivienda digna es de todos los chilenos. Por ello, civiles y uniformados han salido incluso a las calles para protestar y defender lo que han ganado con esfuerzo y mucho sacrificio.

Esa pelea la encabeza la Federación de Deudores Hipotecarios de Chile, cuya directiva aceptó una entrevista con EL SIGLO para exponer sus demandas y acciones, y dar a conocer su valiosa experiencia de lucha a otros sectores del pueblo.

Al exponer su crítica situación, el Presidente de la Federación de Deudores Hipotecarios de Chile, abogado Luis Sanchez Castellón, denuncia que la crisis continúa agravándose luego de la reprogramación global aplicada por el gobierno que supone la rebaja automática del 40 por ciento del dividendo para toda la gente que tenía deudas expresadas en UF con el sistema financiero privado. Ello porque continúa la incapacidad de pago de las deudas habitacionales por parte de los deudores, "en un vertiginoso crecimiento de las deudas, mes a mes, año a año, en una cantidad sideral, producto de las UF y de las tasas de interés y, simultáneamente, en una caída muy violenta del valor de las viviendas".

Agrega el dirigente que como las viviendas se compraron a precios de dólar a 30 pesos, en medio de una especulación inmobiliaria muy grande entre 1978 y 1981, el valor real de las viviendas cae en forma creciente y la gente, entonces, termina debiendo automáticamente dos o tres veces el valor de las casas que compraron en ese período, sin poder pagarlas y enfrentando todo el proceso de encadenamiento de cesación de pago que se genera a partir de ello.

"La crisis, destaca el dirigente, se revela en relación a los deudores en toda su magnitud cuando producto de la mantención de la reajustabilidad de las deudas en UF que crece día a día, con tasas de interés de usura que superan en 10 por ciento mual, más la caída de los ingresos y la cesantía, se produce una tremenda incapacidad de pago de los dividendos de parte de la inmensa masa de deudores hipotecarios". Ello obliga al régimen a aplicar medidas, pero la crisis continúa.

Esta situación ha llegado a un momento crítico, y actualmente hay cien [illegible] que significa que cerca de 500 mil personas están en peligro de ser desalojadas y echadas a la calle, denuncia la FEDHACH. No es como dice la dictadura, "Chile, una casa una familia", la realidad es "Chile, un remate por familia".

## A PARAR EL REMATE MASIVO DE CASAS

Ante esta situación agobiante, las 650 mil familias afectadas (más de tres millones de chilenos) están dispuestas a luchar. "Por la vía legal dentro del actual sistema no tenemos ninguna defensa, porque el sistema fue creado, finalmente, para que el deudor siempre pierda", sostiene el segundo vicepresidente de la Federación, Jorge Aguilar, mientras el dirigente Carlos Cofré denuncia que "por la vía legal se nos han cerrado todas las puertas, todos los caminos, por lo que usaremos la presión y lucharemos porque se imponga la justicia social".

Consecuentes con esta actitud, la Federación impulsa los Comités de Defensa de la Familia (CDF), en donde "hay gente de las Fuerzas Armadas, Carabineros e Investigaciones, y todos salen a pelear por su dignidad, por su casa, por su familia".

Ejemplo de esta acción es la virtual toma de la Dirección General de Carabineros por parte de setenta mujeres, esposas de carabineros que habitan en las villas "Moderna", "Lago Lanalhue", "Areas verdes uno" y "Areas verdes dos". Pese a las amenazas de detenerlas y meterlas en un bus de las fuerzas especiales, las mujeres exigieron por sus derechos y una de ellas le gritó al oficial a cargo de la represión: "pal miedo que les tengo, hace veinte años que duermo con uno de ellos". Era la esposa de un suboficial de las mismas fuerzas especiales.

Por otra parte, los funcionarios de Carabineros y sus familias que habitan las casas de Villa La moderna de Estación Central, participaron activamente junto a los demás vecinos en una protesta callejera contra el Banco de Chile, el viernes siete de agosto. Ellos integran el Comité de Defensa de la Familia del sector, cuyo presidente es el uniformado Adolfo Urrutia, y quien declaró hace algún tiempo: "mientras nosotros defendíamos la soberanía del país en el conflicto con Argentina con el arma al brazo, acá en Santiago se nos estaba rematando nuestras casas".

## LA PRESION UNITARIA PARA LOGRAR SOLUCIONES

Estas acciones se suman a muchas otras impulsadas por los comités en diversas zonas de Santiago y provincias, y que tienen como objetivo defender lo propio con lucha, unidad y dignidad. "Por el hecho de luchar conjuntamente civiles y uniformados tras una causa tan justa como es la defensa del techo familiar, es decir, en defensa de la familia, esta lucha es realmente inatajable", destaca a EL SIGLO el vicepresidente de la federación, Carlos Aguilar.

Finalmente, los dirigentes de la Federación mencionan otro hecho que fortalece aún más su determinación de seguir presionando por soluciones efectivas: un ejemplo de esta situación: en una boleta de cancelación de dividendo está escrito, en un recuadro, "deuda: 700 UF" y en letras pequeñas dice "sin considerar reprogramación". ¿Y qué sucede?, que cuando el deudor va a inquirir al banco por el saldo de la deuda, se lleva una tremenda e insospechada sorpresa: su deuda es de 1300 UF. Como las UF en este momento valen más de tres mil setecientos pesos, la persona debe más de cinco millones de pesos, "y la casa comercialmente no vale más de dos millones de pesos", sostiene el dirigente Carlos Cofré, dirigente de la Federación en La Florida.

---

Viene del lado

incendio. Poco a poco fue amainando la intensidad del balaceo y los gases de las bombas lacrimogenas comenzaban a invadir todos los rincones del Palacio. Después del mediodía los que nos encontrábamos en los sótanos de la Cancilleria subimos a la superficie y nos reunimos en una sala donde a través de la radio nos impusimos del bando de la Junta Militar que nos llamaba a entregarnos. Del destino del presidente y de quienes permanecían junto a él, no sabíamos nada".

"A eso de las 5 de la tarde, una patrulla militar penetró en el sector de la Cancillería en que nos encontrábamos. Nos encontró y nos hizo prisioneros. Con los brazos en alto, se nos condujo entre soldados, bayoneta en vista, hasta el ministerio de Defensa, donde un alto oficial nos informó de la muerte del presidente. Así supimos que Salvador Allende había entregado su vida combatiendo con las armas en la mano, en defensa de los derechos y libertades de su pueblo, que lo había elegido democráticamente como Presidente de Chile, para avanzar hacia el socialismo, "en democracia, pluralismo y libertad", como solía decir.

16

PARTES POCO LEGIBLE

F 8710523

Relato del ex canciller Clodomiro Almeyda

# CON LAS ARMAS EN LA MANO EL PRESIDENTE RESISTIO HASTA EL FINAL

En el campo del legado revolucionario del Presidente mártir, ex canciller, actualmente preso político de Pinochet, Clodomiro Almeyda juzga en una oportunidad un relato del 11 de septiembre junto a Salvador Allende en La Moneda. Momento dramático para la historia de este país.

Consecuente con el ejemplo del Presidente Allende, Almeyda optó por hacer valer el derecho a vivir en la patria, que la dictadura le negara por tantos años. Sin esperar una actitud generosa de parte del tirano, consciente de que solo sobrepasando la legalidad fascista el pueblo volverá a ejercer su soberanía, el ex ministro socialista ingresó clandestinamente al país.

Pese a que la tiranía se ha empeñado en tergiversar la historia, para empañar la imagen y obra del presidente, el bombardeo de La Moneda no consiguió trizar la figura heróica de Salvador Allende, de pie frente a la brutalidad fascista.

Fue leal y consecuente con las fuerzas populares hasta el fin. Y la clase obrera y el pueblo lo saben y siguen su ejemplo. Porque como lo señalara el presidente mártir: "los procesos sociales no se detienen, ni con la fuerza ni con las armas..."

"Llegué a Santiago de vuelta de Argel –donde había concurrido como canciller de Chile a la Tercera Cumbre de los No Alineados– avanzada ya la tarde del 10 de septiembre de 1973".

"Al llegar a Pudahuel, el edecán aéreo del presidente me expresó que este me esperaba en La Moneda. Me añadió que, tal como se visualizaban las cosas desde el extranjero, la situación política era grave y la estabilidad del gobierno, precaria".

## LA PROPOSICION DE ALLENDE

"A diferencia de lo que esperaba, encontré al presidente tranquilo y distendido. Como si se hubiera sacado un gran peso de encima. La razón de su tranquilidad, según me lo manifestó, era que estaba cierto que el discurso que pronunciaría al día siguiente, el 11 de septiembre en la mañana en la Universidad Técnica del Estado, llamando a un plebiscito para dirimir el inquietante conflicto entre el Gobierno y el Congreso, apaciguaría los ánimos y crearía las condiciones para una solución civilizada y consensual entre todas las fuerzas democráticas, que desarmaría a quienes promovían un golpe militar y amenazaban con la guerra civil.

"Dormí, en consecuencia esa noche yo también tranquilo. Parecía que el peligro de insurrección militar se alejaba y que la conspiración en marcha, abortaría. Como a las 5 de la mañana del martes 11 me despertó una llamada del ministro de Defensa, Orlando Letelier. Me dijo que me llamaba para poner en mi conocimiento que tenía informes que las guarniciones de la provincia Aconcagua se dirigían a Santiago y que corrían rumores alarmantes sobre una sublevación de la Armada en Valparaíso".

"Luego la radio comenzó a reflejar el desarrollo de la insurrección militar. El presidente me llamó para decirme que no fuera a su casa, como habíamos convenido, en vista de los dramáticos acontecimientos que sucedían, y que mejor me dirigiera a La Moneda un poco más tarde. Antes de partir a Palacio, alcancé a escuchar el primer bando de la Junta Militar y percatarme así de la gravedad de la situación.

## RESISTIR HASTA EL FINAL

"Allí ya se tenía una idea aproximada de la envergadura del levantamiento militar. El presidente confiaba al principio en la posibilidad de que algunas guarniciones de provincia –y sobre todo efectivos de carabineros– pudieran serle fieles. Poco a poco se fueron desvaneciendo esas ilusiones. También carabineros se plegaba al Golpe pasando sobre la autoridad de su superior, general Sepúlveda, quien permaneció leal al poder constituido. Entonces el presidente decidió dejar en libertad para que la guardia de carabineros en Palacio se retirara, cosa que hicieron pronto. A la vez, que indujo a sus edecanes –naval, militar y aeronáutico– a que hicieran lo suyo".

"Quedó así el presidente acompañado con su guardia personal, la mayoría de los ministros, el subsecretario del Interior, Daniel Vergara, su secretario privado, Osvaldo Puccio y un grupo de periodistas y familiares".

"Alrededor de las 10 de la mañana, y ante la amenaza formulada por los sublevados, de que bombardearían La Moneda si el presidente no se rendía incondicionalmente, Allende reunió a todos los que quedábamos en Palacio en uno de los salones. Nos advirtió su decisión de defenderse con las armas hasta las últimas consecuencias y su rechazo absoluto al ultimátum y a toda posibilidad de renuncia o rendición. Luego pidió a las mujeres que se encontraban allí que abandonaran el Palacio e igualmente a los varones que no tuvieran preparación militar y armamento".

"Las primeras obedecieron la petición del presidente, no sin intentar antes acompañarlo hasta el fin; la gran mayoría de los últimos permaneció en Palacio. Poco después el presidente envió una delegación a comunicar a los sublevados al ministro de Defensa de su decisión de resistir hasta el final. El grupo estaba integrado por el ministro de Economía Fernando Flores, el subsecretario del Interior Daniel Vergara y su secretario privado, Osvaldo Puccio, quienes cruzaron la Alameda para cumplir su cometido, y luego fue apresada por los insurrectos y encarcelados".

## MURIO COMBATIENDO POR EL SOCIALISMO

"Entretanto, el presidente Allende en La Moneda daba instrucciones acerca de cómo defenderse de los atacantes, que con tanques sitiaban el edificio y lo baleaban desde las más diversas posiciones. Le preocupaba también que quienes permanecían junto a él, buscaran adecuado refugio, para resistir el bombardeo. Varios nos encaminamos hacia el ala de La Moneda ocupada por el ministerio de Relaciones Exteriores, para esperar en sus subterráneos el bombardeo. Allí, donde funcionaban las calderas, José y Jaime Tohá, Aníbal Palma, Carlos Briones, y dos o tres personas más presenciamos por sus ventanales el bombardeo de La Moneda y luego el incendio que se produjo en la parte Norte del Palacio, donde se encontraban las oficinas del presidente y presumíamos que éste se hallaba allí. Tras la primera que detonó siguió otra y otra. Todas dirigidas especialmente a [illegible] la Presidencia de la República. Las llamas lograron consumir esa parte del [illegible] las comunicaciones telefónicas que teníamos [illegible] La Moneda interrumpieron [illegible]

"Mientras tanto, la balacera entre atacantes y los defensores del Palacio continuaba sin cesar. Nosotros desde nuestro refugio no supimos ya más de lo que acontecía al otro lado del edificio y solo podríamos suponer que muchos habrían caído combatiendo o como víctimas del



PARTES ILEGIBLE

871 0523 3

# COLEGIO DE PROFESORES: EL SENTIMIENTO DE UNIDAD

El acuerdo adoptado en el Colegio de Profesores en cuanto a formar una mesa entre la Democracia Cristiana y sectores de la Izquierda, específicamente del Partido Comunista, junto a la prohibición de llegar a pactos semejantes en la elecciones universitarias próximas a celebrarse en Valparaíso reflejan claramente la tensión reinante al interior del PDC, producida por la cúpula que encabeza Patricio Aylwin, empecinada en llevar adelante su proyecto de inscribir al partido como tal y mantenerlo separado de la Izquierda, privilegiando los acuerdos con la Derecha.

Observadores políticos que estimaban que la elección interna del PDC podría clarificar el confuso panorama en un período tan decisivo de la política y en las vísperas de un nuevo aniversario del golpe militar, se sienten actualmente confundidos por la ambiguedad que continúa dominando al PDC y que solamente logran explicarse a la luz del temor que siente la directiva conservadora que encabeza Aylwin de enfrentar fuerte resistencia en las filas partidarias, como consecuencia del rechazo, si no mayoritario, muy relevante, de buena parte de la militancia a darle la espalda a la Izquierda para intentar, con la Derecha, una utópica negociación con el Gobierno para intentar modificar la Constitución y abrirle paso a elecciones pluralistas.

## INCLUSO LA IGLESIA

Desde ya, apuntan fuentes internas del PDC, resulta obvio que Aylwin dio un paso atrás en su pretensión de inscribir al PDC como partido, a la luz de la presión que desde el interior del propio partido, ejercen los sectores juveniles que encabeza Felipe Sandoval y los sindicales, más proclives a la movilización que a la negociación. En ambos grupos, y también en la rama femenina, se comenta con alguna ironía que un partido que hace 20 años atrás propiciaba una "Revolución en Libertad", una Marcha de la Patria Joven, una Reforma Agraria, una chilenización al menos del cobre y donde incluso Patricio Aylwin reafirmaba la validez de la lucha armada para referirse a otros pueblos entonces sojuzgados por una tiranía, no es posible que hoy se esté mendigando una reforma a la Constitución, se esté pensando en acatar la Constitución del '80, declarada ilegítima en su oportunidad y se mantengan "rondas de conversaciones" con los partidos de la Derecha,

mientras se proclama a los cuatro vientos el repudio a la Izquierda, pretendiendo ignorar que es la Izquierda precisamente la que representa a los sectores más humillados y más golpeados por la Dictadura.

## NO BASTA

El Partido Comunista, en su permanente afán de buscar por todos los medios la unidad del conjunto de la oposición, ha valorado, a través de Alejandro Yáñez la decisión del PDC de seguir luchando por elecciones libres, la ilegitimidad de cualquier gobierno emanado de un plebiscito y la declaración de que no hay democracia posible en los marcos de la Constitución del '80. Al mismo tiempo, Yáñez ha criticado como "error muy grande" la decisión de inscribirse como partido. Se sabe además que la Izquierda Unida, ha enviado misivas al PDC invitándolo a participar en las jornadas de lucha que se darán en septiembre y que ya se iniciaron con la concentración del 19 de agosto convocada por el Comando Nacional de Trabajadores.

Fuerza es decir sin embargo, haciéndose eco de declaraciones afines de militantes DC del sector más progresista que en las elecciones internas encabezó Ricardo Hormazábal, que no bastará con un intercambio de cartas o con los llamados unitarios de la Izquierda Unida para convencer al PDC que más que un error, la inscripción equivaldría a un suicidio político como consecuencia de la perpetuación de la Dictadura.

Por lo que ha trascendido desde la Derecha y desde el propio DC, la decisión de Aylwin de demorar la inscripción partidaria pasa por la advertencia de determinados sectores de abandonar las filas democristianas en caso de concretarse la inscripción y de "regalarle" a la Izquierda significativos sectores populares que no solo repudian la inscripción partidaria sino que además no están dispuestos a inscribirse individualmente en los registros electorales mientras no se den al menos las condiciones mínimas de transparencia que reclaman los Obispos.

## TAMBIEN LA DERECHA

Ha trascendido además por otra parte, de fuentes del Partido Nacional, que el PDC corre el riesgo de ser prácticamente el único partido que cumplirá con el límite de inscripción, avalando una ley que ha sido repudiada nacional e internacionalmente. Efectivamente, los partidos de la Derecha enfrentan dificultades para llenar los requisitos de inscripción, reunir el número de firmas necesarias, entre otros, mientras que los de la Izquierda no pueden ni siquiera hacerlo. En esas condiciones, el PDC corre el riesgo de convertirse en el único partido de la oposición que le haga el juego a Pinochet, con el agravante que la decisión le reste fuerzas en su base popular y lleve la situación interna al límite. Numerosos militantes de base han confesado en los últimos días que, a la luz de la avasalladora campaña presidencial de Pinochet y de las consecuencias que para ella tendrá el reciente Congreso de Alcaldes, que se convertirán en los virtuales electores, comienza a parecer un "error fatal" la decisión de elegir a Aylwin. El solo hecho –a juicio de sectores de la juventud– que su nombre esté asociado a las facilidades que dio Aylwin para el golpe militar cuando dirigía el PDC en 1973, "ya nos ha traido problemas en sectores populares donde se nos responsabiliza por estos 14 años de miseria".

Los mismos sectores sostienen estar dispuestos a apoyar la decisión adoptada en el Colegio de Profesores, de aislar al oficialismo, y pasar incluso por encima de los acuerdos que les impidan formar alianza con la Izquierda en las organizaciones sociales.

Si Aylwin persiste en su tesis – se afirma dentro del PDC– si no escucha los llamados unitarios del Partido Comunista, del Mapu y del conjunto de la Izquierda Unida crecerán las posibilidades de que Pinochet se perpetue en el poder.

Es hora de que el eje de la política chilena pase por el antipinochetismo y no más por el anticomunismo, como lo diseña el Departamento de Estado de Estados Unidos y su inspector, Robert Gelbard.

18

-8710523

## EDITORIAL

# UN GRAN ACTO, UNA GRAN LECCION

*La poderosa y combativa manifestación realizada por el CNT entrega lecciones que deben ser asumidas a fondo por todos los opositores.*

*El pueblo quiere la unidad. La exige de sus dirigentes. Cuando Manuel Bustos, en nombre de la organización de los trabajadores, planteó a los partidos políticos que "es necesario que de una vez por todas sean capaces de alcanzar acuerdos más amplios. ¡Basta ya de discusiones bizantinas!. Ya es hora que se logren acuerdos para ofrecer una fórmula política al país que abra paso a la recuperación de la democracia" las decenas de miles de concurrentes apoyaron enfáticamente sus palabras.*

*Cuando el dirigente sindical formuló el llamado a una paralización nacional el 7 de octubre, la adhesión fue igualmente resuelta y decidida.*

*Unidad de acción y movilización social para abrir camino a la democracia es la síntesis de las lecciones del acto del 19 de agosto.*

*Llevarlas a la práctica es la tarea que sigue al orden del día.*

*La dictadura sabe perfectamente que si el pueblo consigue imponer consecuencia en tal dirección, no habrá maniobra que valga para que el tirano pueda sostenerse. Precisamente por eso recurre a todas las artimañas para dificultar el proceso unitario. La campaña que se ha venido desarrollando a propósito de la constitución de la mesa directiva del Colegio de Profesores es un ejemplo del miedo cerval que Pinochet y sus adláteres tienen a la unidad de acción.*

*Los problemas del pueblo son múltiples y graves. No tienen solución bajo la dictadura. Si hasta los canallas que componen la mayoría de la Corte Suprema se ven obligados a exigir reajustes decentes para el personal del aparato judicial, quiere decir que las tensiones sociales van llegando a extremos incontenibles.*

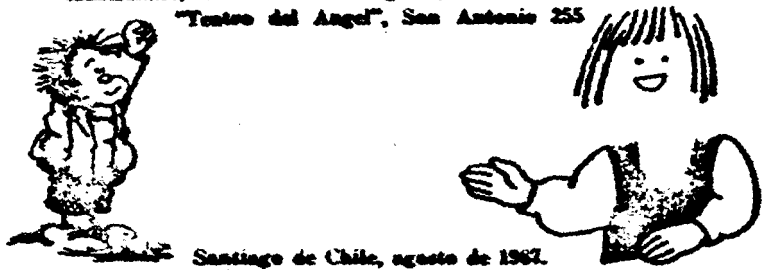
*Se trata de unir solidariamente la lucha por las reivindicaciones impostergables de la mayoría de los chilenos con las demandas democráticas y hacer eso desde la base misma. El Paro Nacional del 7 de octubre será fuerte si se construye desde abajo y desde hoy. La gran concentración del 19 de agosto es el punto de partida de un proceso de luchas que debe seguir expresándose en las jornadas de septiembre, en los combates sectoriales ya iniciados, como los de los académicos y estudiantes, en la solidaridad con cada lucha, en el surgimiento de pliegos ordinarios y extraordinarios que se defienden con decisión, en la exigencia de soluciones radicales al problema de los deudores, en los combates contra el artículo 8o. y la exclusión, en cada lucha por la libertad. Así podremos construir el movimiento activo y resuelto que es la única base real de un proceso democrático que debe romper la institucionalidad impuesta por el fascismo.*

*Construyendo la unidad en la acción desde la base habrá garantías de que no prosperarán las maniobras divisionistas. Ni las de la dictadura ni las del imperialismo. Anduvo en nuestra patria el inspector Geiberd, el mismo que logró imponer el año pasado la ruptura de la unidad opositora y que se lanzó en picada contra la Asamblea de la Civilidad. Vino a continuar su tarea. Para que salga trasquilado hay que hacer prevalecer las lecciones del 19 de agosto: el camino a la libertad se construye con unidad de acción y movilización social.*

## FOTO VERDAD

*José Balmes, Gracia Barrios, Juan Pablo Cárdenas, Fernando Castillo Velasco, Francisco Calvano, Poli Délano, Anita González, Jorge Lavandero, Guillermo Torres y Juvencio Valle*

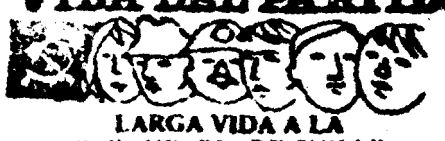
invitan a usted a un Acto Solemne por la Libertad de Expresión y por la restitución de los medios de Comunicación confiscados, el lunes 31 de agosto, a las 19 horas, en el "Teatro del Angel", San Antonio 255



Santiago de Chile, agosto de 1987.



## VIDA DEL PARTIDO



### LARGA VIDA A LA "ARAUCARIA DE CHILE"

Diez años de ininterrumpida existencia cumple la "Araucaria de Chile", la revista cultural nacional de más vasta trayectoria, de más amplio espectro y más vinculante con el continente latinoamericano y el resto del mundo. A la fecha, no hay cátedra latinoamericanista de ninguna universidad de la tierra que pueda prescindir de este medio. La filosofía, las ciencias sociales, las artes visuales, la literatura, el teatro, la gráfica, todas las manifestaciones de la cultura nacional y continental están presentes en las páginas de "Araucaria". Como el pino autóctono de los bosques sureños, este árbol de profundas raíces y larga vida, de ramas siempre verdes que se extienden un poco desgreñada como pretendiendo alcanzar toda la vastedad de las alturas, se difunde en no menos de ochenta países. "Araucaria" es el lazo vinculante del exilio chileno. Y algo más: ha sido el estímulo para que poetas, cuentistas, cineastas, mujeres y hombres de ciencia, conozcan el hacer de sus colegas y se sientan motivados a aportar en sus campos respectivos para nutrir la cultura nacional.

"Araucaria" ha sido la respuesta indómita contra el apagón cultural. Revista de personalidad propia, de estilo y características únicas ha ido evolucionando sin someterse a moldes estrechos. Ha sido honrada con las colaboraciones de Julio Cortázar, García Márquez, Eduardo Galeano, Ernesto Cardenal. No hay artista chileno que no haya colaborado con gusto para engrandecerla. Entre los numerosos maestros de las artes nacionales, cabe mencionar a Nemesio Antúnez, quien ilustró sus páginas con algunas de sus más notables creaciones. No sería fácil mencionar a todos los colaboradores, pues forman legión. También están los anónimos, los que desde el seno de la patria mandan su aporte.

Otra de las características importantes de la "Araucaria" radica en la colaboración generosa y desinteresada, pues ningún artista ni creador recibe pago por su aporte.

No nos parece justa la crítica de algunos en lo que concierne al precio de la revista. Hay que hacer un profundo análisis no solo sobre su contenido sino también sobre su calidad gráfica, la abundancia de ilustraciones, el número de páginas que supera al de muchos libros, todo lo que revela el amor y cuidado en la impresión, y sumar a ello los esfuerzos para distribuirla en los cinco continentes. Proponemos como el mejor saludo al décimo aniversario de la "Araucaria de Chile", una verdadera campaña de suscripciones que incluso comprenda la suscripción colectiva: la "vaquita"

8710523

Fuga de la Cárcel de Valparaíso:

# ¡SOLO ROMPIENDO LA LEGALIDAD FASCISTA RECUPERAREMOS LA LIBERTAD!

Rompiendo con la legalidad fascista, cuatro combatientes —en una espectacular acción— saltaron los muros de la Cárcel de Valparaíso para recuperar su libertad. El valiente operativo lo protagonizaron en la madrugada del miércoles 12 de agosto los compañeros Marcial Moraga, Sergio Buschmann, Luis Muñoz y Gabriel Espinoza.

Los dos primeros son procesados por el fiscal militar-torturador, Fernando Torres Silva, quién fue el que decidió trasladarlos hasta penales de provincias para intentar quebrantarlos. Los recientes hechos indican que no consiguió su objetivo. Muy por el contrario, las brutales condiciones de vida que circundan a los prisioneros de la Dictadura convierten en un deber el buscar las formas de mantener la dignidad y fuerza de lucha. Lo cierto es que al coronel Torres le salió el tiro por la culata.

Golpeado por lo exitosa de la operación, la bofetada fue mayor porque lo pilló el factor sorpresa. Justo cuando anunciaba que tenía una avanzada investigación "judicial", y pretendiendo tener a sus procesados con la moral baja, dos de ellos le salieron con su 'domingo siete' (otro domingo siete para la Dictadura) y huyeron del presidio. Ni los traslados, ni las incomunicaciones prolongadas, ni los aislamientos, ni dispersiones consiguen bajar el ánimo de lucha del pueblo.

Y el golpe esta vez fue en un estratégico aparato represivo del régimen: sus sistema carcelario, particularmente duro con los compañeros presos políticos. Por eso, la decisión y empuje de los cuatro compatientes no puede ser menos que aplaudida.

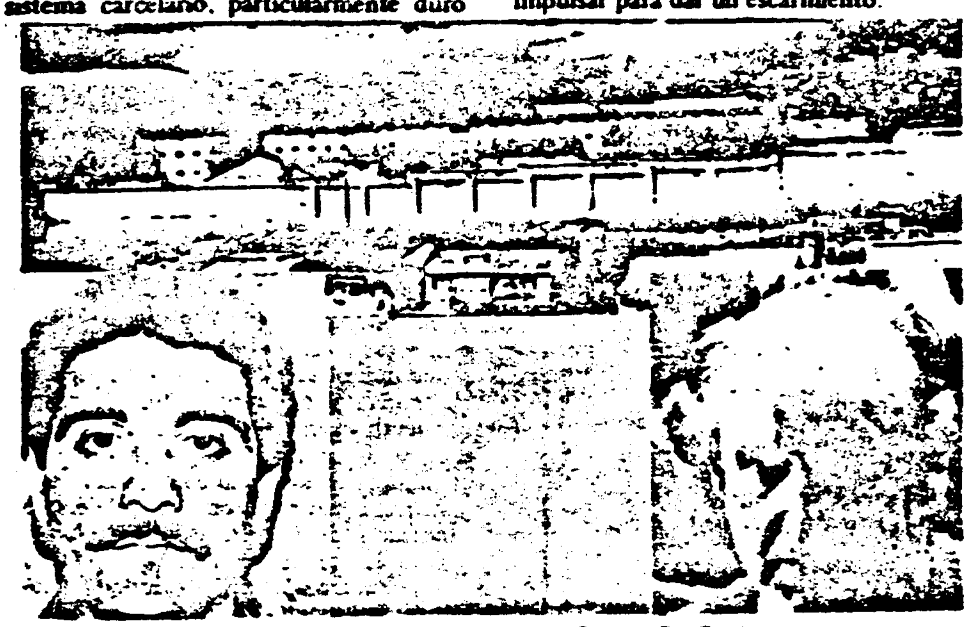
Como lo señalara el abogado Carlos Margotta, defensor de Buschmann, el fugarse para ellos no solo es un derecho sino que un deber, internacionalmente reconocido, puesto que para el tirano, ellos son prisioneros de guerra. "Dentro de esta lógica la actitud de escapar es muy consecuente, es un deber consagrado en las distintas convenciones mundiales", enfatizó Margotta.

La actitud ejemplar de los cuatro compañeros muestra un camino hacia la liberación. El pueblo sabe que no esperan gesto generoso de parte del Dictador el que nos restaurará las libertades. Sólo la voluntad de luchar contra el fascismo abrirá las cárceles que por 14 años mantienen un estado de opresión.

Nuevamente, la clase obrera y el conjunto del pueblo dan un golpe en el corazón de la tiranía. Saltando las cercas represivas del tirano, los chilenos reconquistamos nuestra libertad. Sin sumisión ante el extranjero, con el ingenio y los métodos de lucha y la decisión del pueblo.

Como ha señalado el dirigente comunista, Alejandro Yáñez, el pueblo saluda la acción de los cuatro combatientes y debe redoblar la solidaridad en torno a ellos y todos los presos políticos.

Debemos estar alertas ante las acciones de venganza que el fascismo puede impulsar para dar un escarmiento.



## FILO CON ELLOS...

### LLEGA DE NUEVO EL INSPECTOR

[illegible] nuestra Patria el "inspector" político del Gobierno de Reagan, Robert Gelbard, encargado de las relaciones hemisféricas del imperialismo norteamericano. La Izquierda Unida ha expresado su enérgica protesta por la continua intromisión de Washington en nuestros asuntos internos y ha denunciado [illegible] antidemocráticas y [illegible] del personero yanqui en Chile [illegible] cree [illegible] Gelbard [illegible] es la segunda visita que realiza a Chile en tres meses. [illegible]

Quiso así destacar que estuvo en el país el año pasado, luego del exitoso Paro Nacional del dos y tres de julio, y cuando el pueblo y todas las fuerzas democráticas agrupadas en torno a la Asamblea de la Civilidad se preparaban para el Paro Nacional Prolongado convocado para septiembre de 1986. [illegible]

En esa ocasión, la tarea de Gelbard [illegible] fortalecer a la dictadura de Pinochet en momentos de extrema debilidad, dividir a la oposición arrastrando hacia el inmovilismo y el diálogo con la tiranía a los sectores centristas, y frenar así la lucha soberana y ascendente del pueblo para conquistar la Democracia. Por ello, Gelbard centró sus dardos en el Partido Comunista, y colocando los intereses norteamericanos por sobre los de la Patria, pretendió convencer a los más incautos de que el problema de Chile era la consecuente y unitaria política de Rebelión Popular del PC [illegible]

Esta vez realizó lo mismo fortaleciendo la continuidad del régimen e insistiendo en la división de las fuerzas democráticas.

Sin embargo, el personero yanqui estuvo ahora precedido por cuatro parlamentarios republicanos norteamericanos quienes le allanaron su visita y formularon declaraciones para el bronce. Entre ellas destacamos las siguientes: "Los líderes militares han estado libres de la corrupción que ha afectado a los militares de otros países"; "vinimos aprender más sobre los impresionantes adelantos económicos, los avances importantes que se han logrado de acuerdo con el sistema de libre mercado"; "que nación del mundo tiene la historia de un poder militar fuerte que se ha comprometido a proteger a su pueblo, permaneciendo fuera del campo político?. Ellos quieren volver a las responsabilidades naturales de su profesión".

El pueblo exige filo con los inspectores yanquis. Filo con los yanaconas criollos.

PARTES ILEGIBLE

20.20

8710523

ENTRO AYER EN VIGENCIA LA LEY ANTIMARXISTA EN CHILE

# El PC insta a inscribirse en los registros electorales

***El gobierno militar chileno puso en vigencia ayer una controvertida ley que establece sanciones a las organizaciones de izquierda proscriptas y a sus miembros, así como también multas y posible clausura para los medios de comunicación que difundan sus informaciones y declaraciones. El dirigente socialista Clodomiro Almeyda es el primero en verse enfrentado a un juicio público por el Tribunal Constitucional al que la ley otorga atribución para determinar la existencia de infracción y dar paso a las penas establecidas, que se traducen en la pérdida de derechos políticos y civiles.***

SANTIAGO, Chile, 29 (UPI, AP y Reuter). — El Partido Comunista chileno anunció hoy que ha instruído a sus afiliados para que cumplan con el requisito de inscripción en los registros electorales, exigido por el gobierno del general Augusto Pinochet para la participación en el plebiscito de sucesión presidencial, y hasta el momento rechazado por esa organización política.

La sorpresiva decisión fue comunicada en rueda de prensa precisamente en el día en que entró en vigencia la ley que reglamenta sanciones a los militantes de partidos políticos proscriptos y a los medios de comunicación que difundan sus opiniones. El Partido Comunista —junto con el Partido Socialista de Clodomiro Almeyda y el Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR)— fue declarado ilegal en 1985 por el Tribunal Constitucional al que la ley le reconoce esa atribución, y ante la vigencia de la censura también establecida por la nueva norma, las radioemisoras locales se abstuvieron esta tarde de informar sobre lo anunciado en la conferencia de prensa.

"Esto es una demostración de que nos negamos a callar, a ponernos la mordaza", puntualizó ante los periodistas el dirigente comunista Ociel Núñez, al informar sobre las decisiones del Comité Central del PC chileno en una reunión en la que participaron las ex parlamentarias Mireya Baltra y Julieta Campusano, quienes regresaron recientemente del exilio.

Una declaración leída por la ex senadora Campusano señaló que el plenario del Comité Central "se ha pronunciado en favor de la inscripción en los registros electorales".

Los comunistas se habían negado hasta ahora a inscribirse en los registros electorales porque consideraban que era una manera de "avalar la institucionalidad pinochetista".

La ex diputada Mireya Baltra subrayó que la decisión adoptada es "un paso táctico" y que no significa una concesión a la Izquierda Unida (IU), conglomerado de fuerzas izquierdistas en el que participa el comunismo y que había aceptado antes la inscripción.

### ♦ Inhabilitación y censura

La promulgación de la ley también coincidió con el comienzo del juicio contra el ex canciller y dirigente del Partido Socialista chileno, Clodomiro Almeyda, encuadrado entre los infractores según el cuerpo legal. Almeyda es el primero en verse enfrentado al juicio del Tribunal Constitucional que puede privarlo de todos sus derechos políticos y civiles.

La ley aprobada por la Junta Militar de Gobierno y puesta en vigencia a partir de hoy complementa el artículo 8° de la Constitución de 1980, y está destinada a excluir de la vida pública a los partidos de izquierda declarados inconstitucionales en 1985.

Agencia AFP

El presidente Augusto Pinochet saluda al embajador de los EE.UU., Harry Barnes, crítico del régimen militar, durante un acto protocolar.

01.01

87 10607

INTENSOS OPERATIVOS DE BUSQUEDA EN CHILE

# Grupo comunista reivindica el secuestro del militar

*Controles carreteros y reconocimientos aéreos a bordo de helicópteros caracterizaron ayer el reforzamiento de los operativos policiales en Santiago y toda su periferia, en busca del teniente coronel Carlos Carreño Barrera, secuestrado el martes. El frente Patriótico Manuel Rodríguez, la guerrilla izquierdista chilena, confirmó la autoría de esa acción mediante un comunicado enviado a un diario, que lo acompañó con fotos del militar junto a una bandera de ese grupo extremista.*

SANTIAGO, 2 (AFP, AP, Reuter y UPI). — La guerrilla comunista del Frente Patriótico Manuel Rodríguez (F.P.M.R.) confirmó hoy su autoría en el secuestro del teniente coronel Carlos Carreño Barrera en un comunicado que acompañó con fotos del militar junto a una bandera del grupo extremista.

Mientras las autoridades reforzaban los operativos de búsqueda, el ministro del Interior, Sergio Fernández, alertó sobre futuras acciones de un plan subversivo a desarrollarse durante las próximas semanas, al cumplirse catorce años del derrocamiento del gobierno constitucional que presidía Salvador Allende.

En un comunicado enviado al diario "Las Ultimas Noticias" el F.P.M.R. indicó que tras la "captura" del militar, ayer por la mañana, Carreño fue trasladado a "un lugar donde se encuentra seguro y bajo nuestro control".

La nota está encabezada con el título Operación No a la perpetuación del tirano, y acompañada con fotografías donde el subdirector de la Fábrica y Maestranza del Ejército (FAMAE) aparece junto a una bandera de la organización guerrillera.

El F.P.M.R., considerado brazo armado del Partido Comunista chileno, proscripto por el gobierno del general Augusto Pinochet, señaló en el comunicado que después del secuestro el comando "fue seguido por una patrullera de Carabineros (policía militarizada), viéndose obligados a abrir fuego contra ellos".

Se confirman así las versiones aportadas el martes por testigos y fuentes policiales sobre el tiroteo inmediatamente posterior al secuestro, en el que un policía resultó herido de bala en un brazo y otro lesionado por el vuelco de un jeep que participaba en las operaciones de búsqueda.

♦ **Operativos reforzados**

La desaparición del teniente coronel Carreño motivó la ampliación de los controles policiales y militares en la capital y zona suburbana santiaguina, donde viven cuatro de los doce millones de chilenos.

Fuentes de seguridad oficiales aseguraron que unos ocho mil efectivos de inteligencia militar y de tres servicios policiales, incluida la secreta Central Nacional de Informaciones (C.N.I.) han sido afectados exclusivamente a los operativos de búsqueda y rescate del militar secuestrado.

El jefe del Servicio de Investigaciones, general Fernando Paredes, dijo que la vigilancia se ha acentuado en los barrios residenciales santiaguinos y de la periferia, "porque la experiencia muestra que en estos casos los subversivos descartan escondites en poblaciones pobres", sostuvo.

Su declaración fue considerada una alusión directa al rapto del coronel del ejército Mario Maceberie, que en agosto del año pasado estuvo secuestrado durante tres días por el F.P.M.R., al cabo de los cuales fue liberado sano y salvo.

Carabineros y agentes de seguridad controlaban hoy por tierra y a bordo de helicópteros militares y policiales las principales carreteras de salida de Santiago y diversos barrios, tanto residenciales como obreros.

Fuentes de la policía civil revelaron que las investigaciones principales están a cargo del mismo grupo de agentes que descubrió y capturó a algunos guerrilleros del F.P.M.R. que hace un año participaron en el intento de asesinato contra el presidente Pinochet.

Añadieron que los subfusiladores utilizados ayer metralletas soviéticas y checoslovacas y granadas de fabricación brasileña, algunas de ellas encontradas en uno de los vehículos que el comando extremista abandonó durante la huida.

El director de Carabineros, general Rodolfo Stange, ya había anunciado ayer que el secuestro de Carreño formaba parte de "un plan subversivo" que denominó "Setiembre Rojo, colorado o negro, según como quieran llamarle", dijo a los periodistas.

Sus previsiones fueron ratificadas hoy por el ministro del Interior, quien aseguró que el gobierno está alerta para actuar ante otros eventuales hechos terroristas y que se han adoptado todas las medidas previsibles para contrarrestar esas acciones.

Las declaraciones de Fernández se produjeron al terminar hoy una reunión de altos funcionarios en el Palacio de la Moneda, asiento gubernamental.

Además de todos los jefes policiales y de los servicios de seguridad participó de ese encuentro el ministro de Defensa, vicealmirante Patricio Carvajal.

Aunque las autoridades mantuvieron hermetismo sobre las operaciones emprendidas tras el secuestro, informes extraoficiales consignaron acciones de rastrillaje en diversos sectores del Gran Santiago, la periferia capitalina.

"Hay denuncias sobre allanamientos, aunque nadie ha notificado de actos de violencia", dijo una fuente de la Comisión de los Derechos Humanos chilena.

01.01

8710711

EN BUENOS AIRES

# Choques ante la sede chilena: hay 19 heridos

Fuerzas policiales y refugiados chilenos chocaron violentamente anoche frente a la embajada de Chile en esta capital, durante una manifestación en repudio al régimen del gobierno trasandino que encabeza Augusto Pinochet y que ayer cumplió 14 años en el poder.

Fuentes policiales confirmaron que cuatro efectivos de seguridad y quince manifestantes sufrieron heridas de distinta consideración, a la vez que unas 25 personas —mayoritariamente exiliados chilenos— se hallaban anoche demoradas en la seccional 21ª de la Policía Federal.

Los incidentes se iniciaron aproximadamente a las 22, frente a la sede diplomática del barrio de Palermo, donde medio millar de personas convocadas por entidades de refugiados chilenos y organismos de derechos humanos argentinos realizaban un acto en repudio al gobierno chileno, calificado de "dictatorial".

Los manifestantes entonaban cánticos contrarios al gobierno de Pinochet y portaban pancartas con denuncias sobre violaciones a los derechos humanos en Chile.

Cuando en el acto hablaba el ex ministro de Agricultura de Chile, Rolando Calderón, grupos de activistas apedrearon el frente de la embajada y se inició entonces la represión policial que luego derivó en un frontal enfrentamiento. El ex ministro fue detenido.

Testigos de los incidentes dijeron que la Policía golpeó a los manifestantes y los dispersó, utilizando gases lacrimógenos, hacia las proximidades de la Facultad de Derecho.

♦ **Refuerzos**

El imprevisto encontronazo obligó a la Policía a reforzar sus elementos y fue así que patrulleros con sus sirenas ululantes y balizas encendidas arribaron presurosamente al lugar.

Sin embargo, los incidentes no se prolongaron más allá de 20 minutos, el tiempo que necesitaron las fuerzas policiales para concretar la dispersión de los activistas.

La marcha había sido convocada por el Comité Argentino de Solidaridad con Chile, la Casa Chilena en la Argentina y la Izquierda Unida Chilena.

Las ocho entidades argentinas de derechos humanos, el Movimiento Ju- dio por los Derechos Humanos y militantes de la izquierda argentina adhirieron a la manifestación de protesta.

♦ **Los heridos**

Los policías lesionados durante las refriegas —uno de ellos con un ojo ensangrentado— fueron trasladados para su atención a la clínica policial Churruca.

Varios de los civiles heridos —mayoritariamente de nacionalidad chilena— se hallaban anoche internados en el Hospital Rivadavia, en cuya guardia un medio centenar de compatriotas se habían reunido para interesarse sobre la salud de sus compañeros, rigurosamente vigilados por policías.

Uno de los heridos, de nacionalidad chilena, fue internado en el hospital Rivadavia por graves lesiones en una de sus manos. Posteriormente fue detenido.

Ayer se cumplieron 14 años de la asonada militar que el 11 de setiembre de 1973 derrocó al gobierno constitucional del socialista Salvador Allende, muerto ese mismo día en circunstancias aún hoy confusas.

01.01

8710755

# Exigen canje de presos por coronel secuestrado

SANTIAGO, Chile, 11 (EFE). — Los secuestradores del coronel del ejército chileno Carlos Carreño, cautivo desde hace once días, han planteado canjearlo por cinco guerrilleros condenados a muerte por la justicia militar, según precisaron hoy versiones de prensa que filtraron que las demandas de rescate incluyen el pago de dos millones de dólares y la difusión de una proclama. Los presos reclamados por el Frente Patriótico Manuel Rodríguez (F.P.M.R.) son acusados de participar en los asesinatos del jefe de Inteligencia Militar, mayor Roger Vergara, y del intendente de Santiago, mayor general Carlos Urrutia.

El F.P.M.R., que mantiene en su poder al coronel Carreño, hizo llegar anoche a la prensa un nuevo comunicado, en el que afirma que el oficial "se encuentra en buenas condiciones físicas y psíquicas".

Este nuevo comunicado fue entregado 30 horas después de haber vencido el plazo que, según un hermano del rehén, había sido fijado por los secuestradores para el cumplimiento de una serie de exigencias. En la comunicación no se hace referencia al vencimiento del plazo, ni se incluye ninguna fotografía del coronel, pero se citan párrafos de una carta de Carreño a las fuerzas armadas, en ocasión del aniversario del golpe de Estado que llevó al general Augusto Pinochet al poder, en 1973.

Los párrafos atribuidos a Carreño señalan, entre otras cosas, que "ha habido tantas situaciones de crímenes, aprehensiones, actos en contra de seres humanos, que no podemos estar ignorantes de ello, como yo lo he estado".

"No permitamos más que nuestros mandos nos obliguen a cometer actos de opresión al pueblo", manifiesta la nota, y agrega: "Recuperemos el glorioso prestigio ciudadano que nunca debimos perder al ir cayendo lamentablemente en actividades y actuaciones que no han sido nunca nuestra misión".

El Clarín 12/9/87

01.01

8710757

104

La Prensa
30/10/87

# Renunció toda la conducción universitaria en Chile

Santiago, 29 (UP) - El presidente Augusto Pinochet aceptó hoy la renuncia del rector de la Universidad de Chile, José Luis Federici, cuya conflictiva gestión de 65 días no logró solucionar una grave crisis universitaria, y designó en su lugar al decano de Filosofía de la Universidad Católica.

El ministro secretario general de gobierno, Orlando Poblete, descartó en términos absolutos que el cambio de rector demostrara debilidad del gobierno, frente a los que exigían la salida de Federici.

Poblete afirmó que la renuncia del rector se produjo junto con las de las autoridades máximas del plantel, y fue "un gesto de reconocimiento a la persona del presidente de la República y de sus atribuciones para nombrar un nuevo rector".

El ministro de educación, Juan Guzmán, dijo que Pinochet había nombrado rector de la Universidad de Chile al decano de Filosofía de la Universidad Católica, Juan de Dios Vial Larrain.

El gobernante también aceptó la renuncia de la Junta Directiva de la Universidad de Chile, en pleno, organismo colegiado de personalidades, en lo que se consideró "un paso importante para la solución de la crisis".

El repentino anuncio provocó reacciones variadas en el ámbito universitario, cuya comunidad demanda autonomía y participación en la designación de sus autoridades.

El presidente de los académicos, Patricio Basso, estimó que el nuevo rector será "de transición, eso sí, un académico de alta jerarquía", mientras que el vocero del Consejo Universitario, doctor Fernando Nonchelberg, dijo que "prestaremos todo nuestro apoyo y colaboración a su gestión".

En su tempestuosa gestión desde el 24 de agosto, el rector saliente despidió a 8 decanos, más de 200 docentes y otros funcionarios.

01.01

8710825

S E C R E T O

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

106

# APRECICION DE SITUACION DE CHILE

Montevideo, FEBRERO de 1987.-

S E C R E T O

01.16

8710834

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE

SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.

DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

Montevideo, febrero de 1987.-

## APRECIACION DE SITUACION DE CHILE

### I.- FACTOR POLITICO

El Gobierno Militar instalado el 21 de setiembre de 1973, luego de un golpe de Estado contra el Presidente Salvador ALLENDE, después de un período de relativa tranquilidad interna, enfrentó progresivamente circunstancias críticas, originadas por el deterioro de la situación económico-social y también debido a las presiones provenientes del exterior, impulsadas tanto por activistas políticos y organizaciones de fachada, vinculadas y manejadas por el Comunismo Internacional, como por algunos gobiernos tales como Estados Unidos y Alemania Federal que procuraron acelerar el proceso democratizador.

El 11 de marzo de 1981, el Gral. Ausgusto PINOCHET inició un período constitucional de ocho años de gobierno, de acuerdo con la consulta plebiscitaria del 11 de setiembre de 1980, cuando se aprobó una nueva Constitución. En la nueva Carta Magna se establece que hasta 1989 rige el Régimen de Democracia Protegida, contando el Presidente de la República con instrumentos jurídicos que le permiten expulsar del país, detener y relegar a los opositores. La nueva Constitución establece además que 90 días antes del 11 de marzo de 1989 los Comandantes en Jefe de las Fuerzas Armadas (Ejército, Tte. Gral. Julio CANESSA, Armada, Almirante José Toribio MERINO CASTRO; Fuerza Aérea, Tte. Gral. Fernando MATTHEI y Director de Carabineros, Gral. Adolfo STANGE), propondrían un candidato único para Presidente y se elegiría un Parlamento con facultades restringidas.

Si la Junta no logra ponerse de acuerdo en lo que tiene que ver con el candidato único, el Consejo de Seguridad Nacional decidirá sobre el particular.

Este organismo está constituído por el Presidente, los Comandantes en Jefe de la Armada, la Fuerza Aérea y Carabineros, un General del

Ejército y los Presidentes del Consejo de Estado y de la Corte Suprema.

El candidato propuesto se someterá a plebiscito popular y en caso de ser refrendado gobernará por un período de 8 años. En caso de rechazarse el candidato propuesto, el Presidente PINOCHET continuará en sus funciones durante un año más teniendo que convocar a elecciones generales en las cuales podrán participar todos los ciudadanos que se registren como candidatos a la Presidencia.

La Junta Militar tiene en sus manos los poderes Constituyente y Legislativo hasta 1990. La nueva Carta Magna es fuertemente presidencialista, con escasas atribuciones al Poder Legislativo, con una integración porcentual del Senado, con elementos no electivos y la erradicación de los marxistas.

El Gral. PINOCHET, apoyado por el firme respaldo de las Fuerzas Armadas, estuvo sustentado en el ámbito civil por el Partido Nacional, estimándose el apoyo popular inicial en un 40%. Este consenso es cada vez más reducido, por desacuerdos en las fuerzas provenientes de dicho partido, las que ahora están separadas en dos vertientes: el Movimiento de Unión Nacional, liderado por el ex-Ministro del Interior Sergio JARPA REYES y la Unión Democrática Independiente, que lidera el también ex-Ministro del Interior Sergio FERNANDEZ. Es evidente que el desprestigio del gobierno, ha desalentado a los partidos otorgando posibilidades a los opositores.

Asimismo, luego de 12 años de vigencia de una estructura político-militar sólida, el gobierno debió enfrentar en 1985 , una de las peores crisis internas, viéndose obligado a relevar a uno de los principales respaldos del Gral. PINOCHET: el Director de Carabineros, Gral. César MENDOZA.

La sucesiva detención de efectivos de Carabineros, por presuntos excesos represivos, produjo esta crisis, provocando en esa oportunidad cierta descomposición del respaldo militar que ostentaba el Presidente, lo que constituyó, en su momento un dato significativo. Esta situación originó una posterior reestructura en filas del Ejército que modificó inclusive la integración de la Junta Militar en la cual el representante del Ejército Tte. Gral. Raúl BENAVIDEZ fue sustituído por el Tte. Gral. Julio CANESSA.

La pérdida paulatina de consenso del Gobierno dio lugar a una crecien

te movilización interna de grandes sectores sociales, consolidando en cierta forma un proceso opositor político y sindical.

De todas formas, la oposición política no ha mostrado hasta el momento un panorama homogéneo. Los partidos políticos, sin excepción, reflejan una indudable falta de líderes y una tendencia divisionista que les impide mostrar ante la opinión pública, un frente lo suficientemente confiable, capaz de captar un apoyo ciudadano decisivo.

El reciente atentado contra la vida del General PINOCHET, constituye un nuevo elemento de análisis de la realidad política del país. En primer lugar, corresponde puntualizar que la acción terrorista confirma lo anunciado con anterioridad por el Frente Patríotico Manuel Rodriguez (FPMR), ya que esta organización había pronosticado la realización de operaciones de "gran repercución nacional e internacional".

De acuerdo a la confrontación ideológica y al plano estratégico de los grupos opositores, es factible que los sectores moderados nucleados en la Alianza Democfatica (AD), procuren tomar mayor distancia de los grupos marxistas que conforman el Movimiento Democrático Popular (MDP) y particularmente del Partido Comunista Chileno (PCCH). Por lo tanto se considera que a partir de ahora, se hará más evidente el aislamiento interno de los sectores radicales que responden al marxismo y al PCCH quedará fuera del contexto opositor legal.

En este sentido corresponde puntualizar que la izquierda moderada está realizando gestiones tendientes a lograr una alianza de centro-izquierda con prescindencia del Partido Comunista.

Obviamente esta situación encuadra perfectamente dentro de los planes de Estados Unidos que viene propiciando una salida política que excluye a los comunistas y promueve a los sectores moderados como la opción viable para sustituir al actual régimen.

Por otra parte, el hecho de que el General PINOCHET haya salido ileso del atentado, redunda directamente en el aumento de su prestigio, por el efecto sicológico sobre la opinión pública y porque las Fuerzas Armadas han evidenciado en las actuales circunstancias la máxima lealtad hacia el mandatario chileno.

A.- <u>FRENTE POLITICO OPOSITOR</u>

1.- <u>Alianza Democrática (AD)</u>

- Reúne a democristianos, radicales, social-demócratas, socia-

listas y republicanos. Desde su creación,la coalición mantuvo una continua sucesión de Presidentes, lo que impidió mostrar una cabeza representativa y un planteamiento lo suficientemente poderoso como para atraer, de manera efectiva, a las demás fuerzas opositoras. En virtud de este hecho, la Alianza decidió una reestructuración.
Por la misma, se creó una Comité Ejecutivo de ocho miembros (uno por cada partido que la integra), se efectúa una rotación de Presidentes por períodos de seis meses (hasta el momento era cada mes) y se mantiene un Secretario General Permanente. El primer Presidente es el máximo dirigente de la Democracia Cristiana, Gabriel VALDEZ y la Secretaría General Permanente es ocupada por el también dirigente democristiano Raúl TRONCOSO. No sería descartable, que sin perjuicio de esta alianza, la Democracia Cristiana procure un pacto electoral con el derechista Partido Nacional, como opción para el período post-Pinochet. Es de destacar que ambas agrupaciones estuvieron unidas en el pasado y su ruptura en las elecciones de 1971, posibilitó el triunfo de ALLENDE.

2.- Movimiento Democrático Popular (MDP)

- Nuclea a las colectividades marxistas, de las que se destacan el Partido Comunista y el Movimiento de Izquierda Revolucionario (MIR). Su actividad se centra en la convocatoria a sucesivas portestas de masas, la mayoría de las cuales han culminado con violentos enfrentamientos con las fuerzas del orden. Esto no ha contribuído a la unidad de la oposición, sino por el contrario ha entorpecido cualquier avance del diálogo con las autoridades, por su manifiesta complicidad con el extremismo.En este sentido , el Comité Central del PC reconoció su "simpatía y aprecio" por el Frente Patriótico Manuel RODRIGUEZ (en realidad el brazo armado del PC), movimiento subversivo que se ha atribuído los más importantes actos extremistas contra el gobierno.

Además el PC revalorizó la lucha armada como método de oposición. Esta pública aceptación de la vía violenta, comprende a quienes apoyan su accionar y por lo tanto imposibilitan cualquier acercamiento con las autoridades. Por ser el partido más importante de la NDP, realizamos un resumen de sus características y creación.

- Partido Comunista de Chile

El PC chileno tuvo su origen en el Partido Socialista Obre-



8710834

ro, siendo fundado en 1921 por Luis Emilio RECABARREN. Desde su fundación y luego de superar varias etapas en su desarrollo orgánico, se convirtió en el partido mejor organizado, después del PC de Italia y el de mayor influencia continental, después de Cuba.

El PC de Chile tuvo dos períodos de ilegalidad (1921-1931 y 1948-1958) y actualmente se encuentra en la misma situación.

En el aspecto operacional, el PC impulsa la acción subversiva por cuyo intermedio intenta conquistar el poder político y constituir un gobierno marxista.

El Partido funciona en base a los estatutos aprobados en el XI Congreso realizado en 1958. De dicha organización puede destacarse que las autoridades superiores son: el Congreso Nacional, la Confederación Nacional y el Comité Central. Estos tres organismos son centralizados por el Comité Ejecutivo. El Comité Central es la máxima autoridad partidaria, en los lapsos comprendidos entre la realización de los Congresos. Los órganos ejecutivos de las decisiones del Comité Central son las Comisiones Nacionales que son: Educación, Sindical, Finanzas, Cultura, Agraria, Femenina, Organización, Prensa y Juventud.

La organización de base del PC es la célula. Estas son de dos tipos: de industria y de calle. Las más importantes son las células de industria que se constituyen en los sitios de trabajo. La célula de calle se constituye en el sitio de residencia del militante.

Las Juventudes Comunistas de Chile constituyen para el PC una organización autónoma en cuanto a su estructura y a las resoluciones que adopte, siempre que no contradiga la línea política del partido. Su organismo máximo es el Comité Central de las Juventudes Comunistas de Chile y es responsable ante el Comité Central del Partido.

La maquinaria clandestina del PC depende de la Comisión Nacional de Cuadros, responsable de las Escuelas y Seminarios de Adoctrinamiento, preparación de las fuerzas de choque, actividad subversiva y propaganda ideológica.

Consecuente con los principios de internacionalismo, el PC de Chile mantiene relaciones de solidaridad con los demás partidos de su orientación, pero fundamentalmente responde al comunismo de la Unión Soviética.

Además, entre las corrientes opositoras cabe agregar el Bloque Socialista, compuesto por fracciones separatistas del núcleo básico integrado a la Alianza Democrática. Esta corriente está en una etapa de definición, tanto en lo formal como en lo doctrinario. Asimismo, recientemente se formalizó la Federación Democrática, conformada por tres partidos de derecha: el Nacional, el Republicano y el Liberal.

En el documento constitutivo se señaló que el objetivo es buscar la restauración de la democracia en Chile y alcanzar un consenso que garantice la estabilidad y funcionamiento de un gobierno libremente elegido.

3.- Otros frentes opositores

- Dentro del espectro opositor es importante destacar la función de la Iglesia Católica, la que en mayor o menos grado ha mantenido conflictivas relaciones con el gobierno. El esfuerzo conciliador más importante y la propuesta que por el momento habría alcanzado un importante consenso tanto dentro de la oposición interna como en el ámbito internacional, sería el denominado Acuerdo Nacional, impulsado por el Arzobispo de Santiago, Cardenal Juan Francisco FRESNO.

Este Acuerdo Nacional nuclea a 11 partidos políticos provenientes de la Alianza Democrática y de agrupaciones de derecha como la Unión Nacional y el Partido Nacional, quedando excluídos los sectores de ultraderecha tales como, la Unión Democrática Independiente, así como los marxistas del Movimiento Democrático Popular.

La propuesta del Acuerdo Nacional establece la elección de un Presidente de la República, mediante sufragio universal y directo así como el establecimiento de una Asamblea Nacional que tenga competencia para reformar la Constitución. No se establece en cambio un cronograma definido en lo que tiene que ver con los plazos para el cumplimiento del proyecto.

No obstante, este proyecto denominado "Acuerdo para la Transición hacia la Democracia", no significó la unificación real y efectiva de los sectores opositores moderados, ya que entre las propias agrupaciones signatarias de dicho acuerdo, surgieron discrepancias fundamentalmente derivadas de la posición a asumir frente a los comunistas.

Por otra parte, el gobierno no se mostró dispuesto a enta



87 10834

blar conversaciones basadas en un Acuerdo Nacional.

La visita del Papa Juan Pablo II prevista para el mes de marzo del presente año, puede significar una instancia importante en las relaciones entre el gobierno y la Iglesia.

Es muy significativo el hecho de que desde el Vaticano se haya insinuado la conveniencia de que el gobierno chileno promulgue una serie de leyes políticas (Ley de Partidos Políticos, Ley electoral, etc.) antes de la llegada del Sumo Pontífice.

Este hecho puede interpretarse como que la Iglesia Católica pone como condición previa a la visita del Papa, la aprobación de disposiciones legales que garanticen un eventual proceso electoral en 1989.

Otra alternativa opositora que últimamente ha cobrado cierta significación, es la llamada Asamblea de la Civilidad, que agrupa a importantes sectores del movimiento sindical, estando integrada actualmente por 22 agremiaciones.

Este conglomerado opositor aparentemente ha asumido la vanguardia de la resistencia contra el gobierno del General PINOCHET, siendo responsable de las mayores movilizaciones llevadas a cabo en los últimos tiempos, como la Huelga Nacional efectuada los días 2 y 3 de julio.

Esta reseña acerca del espectro opositor en la política chilena, pone en evidencia el resquebrajamiento de la oposición, lo que ha impedido hasta el momento impulsar una estrategia común con definiciones claras.

B.- <u>POSICION DEL GOBIERNO</u>

Las autoridades, en distintas etapas, esbozaron una especie de apertura, implementada en principio, por el ex-Ministro del Interior Sergio JARPA REYES. el fracaso del diálogo y de un entendimiento con los partidos políticos se hizo inevitable por la exigencia de la oposición del retiro del Gral. PINOCHET y su cuestionamiento a la Constitución de 1980, dos temas notoriamente innegociables. Luego del fracaso de la gestión política se produjo un recrudecimiento de las acciones extremistas y de la violencia callejera. Ante esta situación, el Poder Ejecutivo declaró el estricto Estado de Sitio, con serias restricciones de prensa y clausura de prácticamente todos los órganos de oposición (los que habían reaparecido durante la gestión de JARPA REYES), sien

do reemplazado el Ministro del Interior por el abogado Ricardo GARCIA, un desconocido para el ámbito político chileno, con conexiones en organismos internacionales de financiamiento y de la Iglesia.

Asimismo, se declaró fuera de la ley a todas las colectividades marxistas agrupadas en el Movimiento Democrática Popular.

Dentro de la Junta Militar las posiciones no serían totalmente coincidentes, ya que mientras la Armada, la Fuerza Aérea y los Carabineros podrían apoyar que el plebiscito previsto para 1989 se convierta en una elección libre y abierta, el Ejército mantiene reservas sobre el tema, lo que se puede interpretar como una posición proclive a dejar las cosas como están, es decir, mantener sin modificaciones la Contitución de 1980, que garantiza la propuesta de candidato único, que podría ser el propio PINOCHET.

La posición de los integrantes de la Junta Militar, Almirante MERINO y Tte. Gral. Fernando MATTHEI de la Fuerza Aérea, se han evidenciado a través de sendos pronunciamientos. Por ejemplo, el Comandante en Jefe de la Armada, Almirante MERINO ha afirmado que la Constitución debe ser reformada sin especificar el alcance de estos términos, por su parte, el Tte. Gral. MATTHEI ha reiterado su compromiso de adhesión al régimen hasta 1989, habiendo puntualizado además que su papel en el proceso militar culmina en ese año. Es importante destacar además que el Comandante en Jefe de la Fuerza Aérea expresó en dos oportunidades que el Acuerdo Nacional era "interesante".

Estos hechos permiten suponer que el General Fernando MATTHEI sería la referencia más distante entre la Junta Militar y el General PINOCHET, no descartándose que el representante de la Fuerza Aérea llegado el momento, proponga algún candidato civil para plebiscitar ante la opinión pública.

Esta situación permite concluir que la Junta de Gobierno no garantiza la continuidad del General PINOCHET, es decir, que ninguno de los Comandantes aparecen hasta el momento como patrocinantes seguros de la candidatura única de PINOCHET, ya que han evitado pronunciamientos favorables hacia el Presidente chileno. Quizás la posición más cercana a los intereses del General PINOCHET la constituya la del Comandante del Ejército General Julio CANESSA quien ha rechazado cualquier cambio de la Constitución de 1980.

Al margen de las eventuales diferencias de puntos de vista de los integrantes de la Junta Militar,el General PINOCHET parece haber definido su accionar en base a dos líneas estratégicas.

La primera de ellas consiste en consolidar la economía a los efectos de que en los años 1988 y 1989, decisivos en lo político, el gobierno pueda exhibir tasas indicadoras de un bienestar más generalizado.

La segunda línea estratégica radica en consolidar la Constitución de 1980 mediante la aprobación de todas las leyes políticas complementarias que exige dicha Carta y que van desde el establecimiento de los Registros Electorales (que se reabrirán a fines de febrero),hasta la aprobación de la legalización de los partidos políticos dispuesta por la Junta Militar y que será promulgada en el mes de marzo.Esto está reflejando el deseo gubernativo de dar cuanto antes un paso importante en lo que podría llamarse la institucionalización democrática del país, es destacable,que el General PINOCHET cuenta con un firme respaldo de las Fuerzas Armadas.

De acuerdo a la actual situación política chilena, y considerando las posiciones asumidas tanto en las esferas de gobierno como en la oposición, se podrían definir las siguientes opciones para el futuro institucional del país:

- La propuesta del Acuerdo Nacional que contempla elecciones directas mediante sufragio universal de un Presidente de la República y de una Asamblea Nacional que tenga competencia para reformar la Constitución.

- La solución aportada por algunos sectores moderados de variado espectro político que propugnan una salida gradual con Plebiscito y legalización de partidos para después llegar a elecciones, en un proceso que duraría dos años.

- La posición sostenida por el Movimiento Democrático Popular que aspira a una salida inmediata del General PINOCHET, elección de una Asamblea Constituyente y la puesta en práctica de un plan eco-



8711083 4

nómico y social de emergencia.

- En filas oficialistas, las posiciones variarían desde una salida democrática después de 1989, tesitura defendida por el gobierno, hasta el punto de vista del General MATTHEI que podría coincidir en algunos aspectos con las propuestas por el Acuerdo Nacional.

C.- RELACIONES INTERNACIONALES

Lo más importante en este aspecto es el importante cambio de posición respecto a la situación en Chile que ha evidenciado el gobierno norteamericano.

La controvertida visita del Senador Edward KENNEDY fue motivo de algunas fricciones entre las autoridades chilenas y el Departamento de Estado, ya que el gobierno de Estados Unidos consideró, que el régimen de PINOCHET no había tomado las medidas necesarias para garantizar la seguridad del visitante.

El subsecretario de Asuntos Latinoamericanos del Departamento de Estado, Robert GILBERT, declaró que su gobierno apoya el retorno pacífico de la democracia en Chile "con elecciones en 1989". Más significativas resultaron las declaraciones del Subsecretario de Estado para Asuntos Latinoamericanos, Elliot ABRAMS, quien dijo que Washington espera que las tácticas que provocaron el reciente fin de los regímenes de Filipinas y Haití tengan el mismo éxito en Chile. Asimismo, el gobierno del Presidente REAGAN pidió públicamente, mediante un proyecto de resolución presentado en Ginebra en una reunión de la Comisión de Derechos Humanos de la ONU, que se terminen las persistentes violaciones a los derechos humanos en Chile, lo que configura un hecho impensado en otros tiempos. El delegado norteamericano ante la Comisión, dijo que Santiago no había respondido al uso de la "diplomacia silenciosa" por parte de la Administración REAGAN, explicando el cambio de actitud.

Esta situación determinó que el entonces Embajador norteamericano el ultraderechista James THEBERGE fuera sustituído por el actual representante de la Casa Blanca en Santiago, Jerry BARNES, de tendencia moderada y con órdenes de fortalecer los reclamos de la oposición moderada y presionar a PINOCHET para que acelere el proceso democrático.

Los contactos realizados en Chile por el Embajador BARNES permiten

suponer que el Departamento de Estado porpiciaría una salida política similar a lo que propone el Acuerdo Nacional. El resurgimiento del Caso Letelier, es otro elemento de fricción entre el régimen de PINOCHET y la Administración Reagan y este hecho podría ser capitalizado por la oposición externa e interna, a los efectos de aumentar el desprestigio internacional del mandatario chileno para obstaculizar una eventual postulación a un nuevo período de gobierno.Por otra parte el Embajador de Alemania Federal Harman HOLZHEIMER, por expresa instrucción del Canciller Helmut KHOL recibió a los firmantes del Acuerdo Nacional a los que brindó público respaldo.

El panorama político chileno, a menos que ocurran cambios que por el momento resultan difíciles de prever, mostrará un país con agitación callejera pero al mismo tiempo avanzando hacia la definición plebiscitaria de 1989. A esta altura es difícil pensar en un acortamiento del régimen militar o que sera viable una vía distinta a la prevista en la Constitución de 1980.

II.- FACTOR SUVBERSIVO.

El progresivo deterioro de la situación por la constante y marcada acción de la oposición política al Gobierno militar, ha determinado a su vez una importante escalada subversiva, con una metodología de lucha, similar a la planteada en Centroamérica, que busca la desestabilización e inseguridad, fundamentalmente atacando los abastecedores de energía de los principales centros urbanos, combinando esto también con otras acciones. El más antiguo de los movimientos guerrilleros chilenos y que en el pasado integró la Junta Coordinadora Revolucionaria, es el Movimiento de Izquierda REvolucionaria (MIR). En la actualidad promueve la lucha armada pero se encuentra en proceso de reorganización. El retorno en forma clandestina al país de su principal líder , Andrés PASCAL ALLENDE y su llamado a la sublevación popular, indicaría que esta organización indicaría un período de mayor actividad. Por otra parte, el movimiento más activo y que cuenta actualmente con experiencias y buena organización, es el Frente Patriótico Manuel Rodriguez(FPMR),el brazo armado del Partido Comunista Chileno.

Este grupo es el autor de la mayoría de las acciones realizadas en 1985 y en 1986, incluyendo el reciente atentado contra el General PINOCHET.

Dos hechos recientes pueden considerarse como los más destacados y que plantean la dimensión que cobra la lucha subversiva en este país. Uno de ellos es el descubrimiento de dos arsenales de gran envergadura donde se incautaron gran cantidad de armas y explosivos, presuntamente descargados en el país por pesqueros soviéticos. Esto, además de poner de manifiesto un rebrote subversivo de grandes dimensiones, evidencia también el respaldo de la URSS a los movimientos terroristas chilenos y su intención de desestabilizar al Gobierno del General PINOCHET.

Este armamento estaba destinado al Frente Patriótito Manuel Rodriguez, como apoyo a un plan subversivo a efectuarse en setiembre.

El otro hecho es precisamente el plan subversivo descubierto por la Central Nacional de Informaciones (CNI). Dicho plan pretendía crear condiciones de caos generalizado, para provocar una acentuada sensación de temor en la población, lo que responde a la estrategia de violencia y terrorismo, elaborada por el Partido Comunista y sus brazos armados, con el apoyo internacional de la URSS. Las fuentes de seguridad agregaron que miembros del MIR y del FPMR son adiestrados en escuelas de guerrilla ubicadas en Cuba, Unión Soviética, Alemania Oriental, Nicaragua y Libia.

Paralelamente, el MIR anunció en Buenos Aires el lanzamiento de una ofensiva político-militar, que incluiría atentados dinamiteros y ataques a cuarteles, asimismo el MIR realiza gestiones para conformar un frente guerrillero con el FPMR y otras agrupaciones de izquierda que reivindiquen la lucha armada. Evidentemente, esta planificación subversiva iba a tener el respaldo de las armas encontradas por las Fuerzas de Seguridad. Las 30 toneladas de equipos bélicos encontradas en los dos arsenales estaban destinadas a reforzar la infraestructura armada del plan de violencia extrema previsto para setiembre y algunos de ellos se utilizaron en el atentado contra PINOCHET.

III.- <u>FACTOR ECONOMICO</u>

Durante el gobierno de Salvador ALLENDE, la estructura industrial chilena estaba prácticamente en manos del estado, por la vía de las expropiaciones y de las intervenciones a empresas. Otro tanto ocurría con el agro, atacado por una reforma agraria sancionada en tiempos de la Democracia Cristiana. En total, medio millar de empresas indus

triales estaban en poder del Estado.

El Producto Bruto Interno había caído a límites de crecimiento negativo y la inflación alcanzaba al 400% anual. El agro producía a niveles inferiores a las necesidades internas de consumo de alimentos. Durante los primeros meses del gobierno del General PINOCHET, hubo un duro enfrentamiento interno por diferencias en el modelo económico a seguir. Finalmente presionado por la crisis del petróleo, ya que Chile importa dos tercios del crudo que consume, PINOCHET decidió darle a la conducción económica, la orientación de la "Escuela de Chicago".

La aplicación de este modelo, redujo drásticamente el gasto público y la inflación, pero provocó una rápida desocupación. Las 500 empresas estatizadas por ALLENDE fueron vendidas a capitales privados y se conservó para el Estado un reducido grupo de empresas consideradas vitales en el área de seguridad. Por otra parte, fueron liquidados todos los bancos del estado, al punto de que hoy existe solamente el Banco Central, estructurando un sistema financiero moderno.

A partir de 1977, la aplicación del modelo económico aplicado en Chile, comenzó a mostrar signos positivos ya que el PBI creció a tasas anuales mayores al 7,5%. Los saldos del balance comercial en forma global tuvieron cifras positivas desde 1977 a 1979, notándose una disminución de la inflación al nivel del 31,2% durante 1980 y ese año el monto total del comercio exterior alcanzó los 11.000 millones de dólares, con una inversión de capitales extranjeros del orden de los 1.400 millones.

Esta situación cambió drasticamente en los años posteriores, evidenciándose un aumento desmesurado de la Deuda Externa, que actualmente se sitúa en 20.000 millones de dólares. El índice inflacionario que estuvo controlado hasta 1981 aumentó en forma notoria ubicándose por encima del 30% al comienzo de 1986. Obviamente el principal problema que debe enfrentar el país es el de la Deuda Externa, ya que solamente para cancelar los intereses, se tendrían que contraer entre 1985 y 1990 nuevas deudas por más de 15.000 millones, lo que significaría casi duplicar la deuda actual. El acuerdo firmado con Estados Unidos sobre la Isla de Pascua, mediante el cual el gobierno norteamericano puede construir obras de infraestructura para la investigación espacial, podría estar relacionado con facilidades crediticias para Chile

en previsión de los ajustes que el país trasandino tiene que hacer en materia de deuda externa. Sin embargo la actual situación política de la nación podría perjudicar sus líneas de crédito en virtud del deterioro de su imagen externa.

IV.- FACTOR SICOSOCIAL

A.- SINDICATOS

En 1978, con la sanción del "Plan Laboral", se produjo el desmantelamiento del movimiento obrero. En dicha legislación se prohibió toda confederación intersectorial, así como también el derecho de huelga.

Actualmente si bien no existe actividad sindical legalizada, los conflictos gremiales y los enfrentamientos callejeros con las fuerzas del orden, son liderados por el Comando General de Trabajadores (CGT), cuyo principal dirigente es Rodolfo SEGUEL, de extracción democristiana. Paradojicamente, las movilizaciones populares de protesta son apoyadas por los marxistas del Movimiento Democrático Popular (MDP), quedando al margen en cambio la Alianza Democrática donde predomina la Democracia Cristiana.

B.- IGLESIA

La mayor oposición al gobierno ha sido llevada a cabo por el Cardenal Primado de Chile, Raúl SILVA ENRIQUEZ y gran parte de la Conferencia Episcopal. La acción de la Iglesia Católica se ha centrado en la actividad de siete vicarias sectoriales, una de las cuales, la de solidaridad, ha sido fundamental como vocero de los "exiliados", los "desaparecidos" y los "presos políticos".

El Vaticano designó recientemente nuevas jerarquías de la Iglesia chilena, sustituyendo al Primado de Santiago, Silva ENRIQUEZ, por Monseñor Francisco FRESNO. Estos cambios han variado parcialmente la política de la iglesia, marcando el comienzo de una etapa de mayor moderación en sus relaciones con el gobierno.

V.- CONCLUSIONES

La actual situación política de Chile muestra características que permiten prever un crecimiento de la tensión social. El atentado contra el Presidente PINOCHET si bien marcó el máximo nivel del accionar de los grupos terroristas, paradójicamente ha servido para fortalecer la figura política del mandatario chileno ya que a la vez de determinar

una actitud solidaria de la cúpula militar, el fracaso del atentado tiene efectos sicológicos positivos en la opinión pública.

Por otra parte, el frente opositor en ningún momento pudo mostrar una imagen unificada y por lo tanto una estrategia coordinada, resulta perjudicado en la eventualidad ya que a partir del atentado se hace prácticamente imposible elaborar acciones conjuntas con la participación de los grupos marxistas que están directamente involucrados en acciones violentas a través del Frente Patriótico Manuel Rodriguez.

Por otra parte, la acción de los terroristas confirma las advertencias del gobierno acerca de la intensificación de las actividades subversivas en gran escala y otorga credibilidad a los recientes hallazgos de grandes arsenales por parte de las fuerzas de seguridad. Evidentemente esto permite un mayor margen de maniobra política al General PINOCHET que puede utilizar a su favor el clima de violencia que vive el país para justificar una serie de medidas, como el estado de sitio (ahora levantado), tendientes a mantener el control de la situación. Las Fuerzas Armadas por su parte, estarán más preocupadas en enfrentar un potencial rebrote subversivo que en elaborar planes de contingencia política tendientes a cambiar el actual estado de cosas. Toda esta situación conforma un panorama que se presenta favorable para el gobierno desde el momento que se ha logrado el descrédito del comunismo y por el momento una actitud no militante de los sectores opositores moderados, a pesar de los recientes contactos tendientes a la búsqueda de espacio político de los partidos centristas.

En lo que respecta a la posición de los Estados Unidos en referencia al régimen del General PINOCHET, se considera que continuará alentando y apoyando a la oposición moderada por lo que la actual situación favorecería el plan del Departamento de Estado, de aislar a los comunistas y prescindir de los mismos para cualquier cambio en la conducción del país.

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE

SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FUERZAS ARMADAS

DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

106

# APRECIACION DE SITUACION DE CHILE

Montevideo, setiembre de 1986

C.E.G.



01.16

8710837

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE

SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.

DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

Montevideo,

## APRECIACION DE SITUACION DE CHILE

### I.- FACTOR POLITICO

El Gobierno Militar instalado el 21 de setiembre de 1973, luego de un golpe de Estado contra el Presidente Salvador ALLENDE, después de un perfodo de relativa tranquilidad interna, enfrentó progresivamente circunstancias críticas, originadas por el deterioro de la situación económico-social y también debido a las presiones provenientes del exterior, impulsadas tanto por activistas políticos y organizaciones de fachada, vinculadas y manejadas por el Comunismo Internacional, como por algunos gobiernos tales como Estados Unidos y Alemania Federal que procuraron acelerar el proceso democratizador.

El 11 de marzo de 1981, el Gral. Ausgusto PINOCHET inició un período constitucional de ocho años de gobierno, de acuerdo con la consulta plebiscitaria del 11 de setiembre de 1980, cuando se aprobó una nueva Constitución. En la nueva Carta Magna se establece que hasta 1989 rige el Régimen de Democracia Protegida, contando el Presidente de la República con instrumentos jurídicos que le permiten expulsar del país, detener y relegar a los opositores. La nueva Constitución establece además que 90 días antes del 11 de marzo de 1989 los Comandantes en Jefe de las Fuerzas Armadas (Ejército, Tte. Gral. Julio CANESSA, Armada, Almirante José Toribio MERINO CASTRO; Fuerza Aérea, Tte. Gral. Fernando MATTHEI y Director de Carabineros, Gral. Adolfo STANGE), propondrían un candidato único para Presidente y se elegiría un Parlamento con facultades restringidas.

Si la Junta no logra ponerse de acuerdo en lo que tiene que ver con el candidato único, el Consejo de Seguridad Nacional decidirá sobre el particular.

Este organismo está constituido por el Presidente, los Comandantes en Jefe de la Armada, la Fuerza Aérea y Carabineros, un General del

Ejército y los Presidentes del Consejo de Estado y de la Corte Suprema.

El candidato propuesto se someterá a plebiscito popular y en caso de ser refrendado gobernará por un período de 8 años. En caso de rechazarse el candidato propuesto, el Presidente PINOCHET continuará en sus funciones durante un año más teniendo que convocar a elecciones generales en las cuales podrán participar todos los ciudadanos que se registren como candidatos a la Presidencia.

La Junta Militar tiene en sus manos los poderes Constituyente y Legislativo hasta 1990. La nueva Carta Magna es fuertemente presidencialista, con pocas atribuciones al Poder Legislativo, con una integración porcentual del Senado, con elementos no electivos y la erradicación de los marxistas.

El Gral. PINOCHET, apoyado por el firme respaldo de las Fuerzas Armadas, estuvo sustentado en el ámbito civil por el Partido Nacional, estimándose el apoyo popular inicial en un 40%. Este consenso es cada vez más reducido, por desacuerdos en las fuerzas provenientes de dicho partido, las que ahora están separadas en dos vertientes: el Movimiento de Unión Nacional, liderado por el ex-Ministro del Interior Sergio JARPA REYES y la Unión Democrática Independiente, que lidera el también ex-Ministro del Interior Sergio FERNANDEZ. Es evidente que el desprestigio del gobierno, ha desalentado a los partidos otorgando posibilidades a los opositores.

Asimismo, luego de 12 años de vigencia de una estructura político-militar sólida, el gobierno debió enfrentar en 1985 , una de las peores crisis internas, viéndose obligado a relevar a uno de los principales respaldos del Gral. PINOCHET: el Director de Carabineros, Gral. César MENDOZA.

La sucesiva detención de efectivos de Carabineros, por presuntos excesos represivos, produjo esta crisis, provocando en esa oportunidad cierta descomposición del respaldo militar que ostentaba el Presidente, lo que constituyó, en su momento un dato significativo. Esta situación originó una posterior reestructura en filas del Ejército que modificó inclusive la integración de la Junta Militar en la cual el representante del Ejército Tte. [redacted] fue sustituido por el Tte. Gral. Julio CANESSA.

La pérdida paulatina de consenso del Gobierno dio lugar a una crecien

te movilización interna de grandes sectores sociales, consolidando en cierta forma un proceso opositor político y sindical.

De todas formas, la oposición política no ha mostrado hasta el momento un panorama homogéneo. Los partidos políticos, sin excepción, reflejan una indudable falta de líderes y una tendencia divisionista que les impide mostrar ante la opinión pública, un frente lo suficientemente confiable, capaz de captar un apoyo ciudadano decisivo.

El reciente atentado contra la vida del General PINOCHET, constituye un nuevo elemento de análisis de la realidad política del país. En primer lugar, corresponde puntualizar que la acción terrorista confirma lo anunciado con anterioridad por el Frente Patriótico Manuel Rodriguez (FPMR), ya que esta organización había pronosticado la realización de operaciones de "gran repercución nacional e internacional".

De acuerdo a la conformación ideológica y al planteo estratégico de los grupos opositores, es factible que los sectores moderados nucleados en la Alianza Democrática (AD), procuren tomar mayor distancia de los grupos marxistas que conforman el Movimiento Democrático Popular (MDP) y particularmente del Partido Comunista Chileno (PCCH). Por lo tanto se considera que a partir de ahora, se hará más evidente el aislamiento interno de los sectores radicales que responden al marxismo y al PCCH quedará fuera del contexto opositor legal.

Esta afirmación quedó corroborada en la última movilización opositora de los días 4 y 5 del corriente, donde los sectores marxistas fueron los únicos que convocaron a un paro general, no encontrándo consenso en los demás grupos de oposición. (1)

Obviamente esta situación encuadra perfectamente dentro de los planes de Estados Unidos que viene propiciando una salida política que excluye a los comunistas y promueve a los sectores moderados como la opción viable para sustituir al actual régimen.

Por otra parte, el hecho de que el General PINOCHET haya salido ileso del atentado, redunda directamente en el aumento de su prestigio, por el efecto sicológico sobre la opinión pública y porque las Fuerzas Armadas han evidenciado en las actuales circunstancias la máxima lealtad hacia el mandatario chileno.

## A.- FRENTE POLITICO OPOSITOR

1.- Alianza Democrática (AD)

- Reúne a democristianos, radicales, social-demócratas, socia

listas y republicanos. Desde su creación, la coalición mantuvo una continua sucesión de Presidentes, lo que impidió mostrar una cabeza representativa y un planteamiento lo suficientemente poderoso como para atraer, de manera efectiva, a las demás fuerzas opositoras. En virtud de este hecho, la Alianza decidió una reestructuración. Por la misma, se creó un Comité Ejecutivo de ocho miembros (uno por cada partido que la integra), se efectúa una rotación de Presidentes por períodos de seis meses (hasta el momento era cada mes) y se mantiene un Secretario General Permanente. El primer Presidente es el máximo dirigente de la Democracia Cristiana, Gabriel VALDEZ y la Secretaría General permanente es ocupada por el también dirigente democristiano Raúl TRONCOSO.

Es evidente que esta reestructuración otorga un predominio inicial a la Democracia Cristiana, el partido integrante de la coalición con un mayor reconocimiento internacional y una mayor estructura partidaria en el país. (2)

2.- Movimiento Democrático Popular (MDP)

- Nuclea a las colectividades marxistas, de las que se destacan el Partido Comunista y el Movimiento de Izquierda Revolucionario (MIR). Su actividad se centra en la convocatoria a sucesivas protestas de masas, la mayoría de las cuales han culminado con violentos enfrentamientos con las fuerzas del orden. Esto no ha contribuído a la unidad de la oposición, sino por el contrario ha entorpecido cualquier avance del diálogo con las autoridades, por su manifiesta complicidad con el extremismo. En este sentido, el Comité Central del PC reconoció su "simpatía y aprecio" por el Frente Patriótico Manuel RODRIGEZ (en realidad el brazo armado del PC), movimiento subversivo que se ha atribuído los más importantes actos extremistas contra el gobierno.

Además el PC revalorizó la lucha armada como método de oposición. Esta pública aceptación de la vía violenta, comprende a quienes apoyan su accionar y por lo tanto imposibilitan cualquier acercamiento con las autoridades. Por ser el partido más importante de la MDP, realizamos un resumen de sus características y creación.

- Partido Comunista de Chile

El PC chileno tuvo su origen en el Partido Socialista Obre

ro, siendo fundado en 1921 por Luis Emilio RECABARREN. Desde su fundación y luego de superar varias etapas en su desarrollo orgánico, se convirtió en el partido mejor organizado, después del PC de Italia y el de mayor influencia continental, después de Cuba.

El PC de Chile tuvo dos períodos de ilegalidad (1921-1931 y 1948-1958) y actualmente se encuentra en la misma situación.

En el aspecto operacional, el PC impulsa la acción subversiva por cuyo intermedio intenta conquistar el poder político y constituir un gobierno marxista.

El Partido funciona en base a los estatutos aprobados en el XI Congreso realizado en 1958. De dicha organización puede destacarse que las autoridades superiores son: el Congreso Nacional, la Confederación Nacional y el Comité Central. Estos tres organismos son centralizados por el Comité Ejecutivo. El Comité Central es la máxima autoridad partidaria, en los lapsos comprendidos entre la realización de los Congresos. Los órganos ejecutivos de las decisiones del Comité Central son las Comisiones Nacionales que son: Educación, Sindical, Finanzas, Cultura, Agraria, Femenina, Organización, Prensa y Juventud.

La organización de base del PC es la célula. Estas son de dos tipos: de industria y de calle. Las más importantes son las células de industria que se constituyen en los sitios de trabajo. La célula de calle se constituye en el sitio de residencia del militante.

Las Juventudes Comunistas de Chile constituyen para el PC una organización autónoma en cuanto a su estructura y a las resoluciones que adopte, siempre que no contradiga la línea política del partido. Su organismo máximo es el Comité Central de las Juventudes Comunistas de Chile y es responsable ante el Comité Central del Partido.

La maquinaria clandestina del PC depende de la Comisión Nacional de Cuadros, responsable de las Escuelas y Seminarios de Adoctrinamiento, preparación de las fuerzas de choque, actividad subversiva y propaganda ideológica.

Consecuente con los principios de internacionalismo, el PC de Chile mantiene relaciones de solidaridad con los demás partidos de su orientación, pero fundamentalmente responde al comunismo de la Unión Soviética.



3710837

que Socialista, compuesto por fracciones separatistas del núcleo básico integrado a la Alianza Democrática. Esta corriente está en una etapa de definición, tanto en lo formal como en lo doctrinario. Asimismo, recientemente se formalizó la Federación Democrática, conformada por tres partidos de derecha: el Nacional, el Republicano y el Liberal.

En el documento constitutivo se señaló que el objetivo es buscar la restauración de la democracia en Chile y alcanzar un consenso que garantice la estabilidad y funcionamiento de un gobierno libremente elegido.

3.- Otros frentes opositores

Dentro del espectro opositor es importante destacar la función de la Iglesia Católica, la que en mayor o menos grado ha mantenido conflictivas relaciones con el gobierno. El esfuerzo conciliador más importante y la propuesta que por el momento habría alcanzado un importante consenso tanto dentro de la oposición interna como en el ámbito internacional, sería el denominado Acuerdo Nacional, impulsado por el Arzobispo de Santiago, Cardenal Juan Francisco FRESNO.

Este Acuerdo Nacional nuclea a 11 partidos políticos provenientes de la Alianza Democrática y de agrupaciones de derecha como la Unión Nacional y el Partido Nacional, quedando excluídos los sectores de ultraderecha tales como, la Unión Democrática Independiente, así como los marxistas del Movimiento Democrático Popular.

La propuesta del Acuerdo Nacional establece la elección de un Presidente de la República, mediante sufragio universal y directo así como el establecimiento de una Asamblea Nacional que tenga competencia para reformar la Constitución. No se establece en cambio un cronograma definido en lo que tiene que ver con los plazos para el cumplimiento del proyecto.

No obstante, este proyecto denominado "Acuerdo para la Transición hacia la Democracia", no significó la unificación real y efectiva de los sectores opositores moderados, ya que entre las propias agrupaciones signatarias de dicho acuerdo, surgieron discrepancias fundamentalmente derivadas de la posición a asumir frente a los comunistas.

Por otra parte, el gobierno no se mostró dispuesto a enta

blar conversaciones basadas en un Acuerdo Nacional.

La visita del Papa Juan Pablo II prevista para el mes de marzo del presente año , puede significar una instancia importante en las relaciones entre el gobierno y la Iglesia.

Es muy significativo el hecho de que desde el Vaticano se haya insinuado la conveniencia de que el gobierno chileno promulgue una serie de leyes políticas (Ley de Partidos Políticos, Ley electoral, etc.) antes de la llegada del Sumo Pontífice.

Este hecho puede interpretarse como que la Iglesia Católica pone como condición previa a la visita del Papa, la aprobación de disposiciones legales que garanticen un eventual proceso electoral en 1989.

Otra alternativa opositora que últimamente ha cobrado cierta significación, es la llamada Asamblea de la Civilidad, que agrupa a importantes sectores del movimiento sindical, estando integrada actualmente por 22 agremiaciones.

Este conglomerado opositor aparentemente ha asumido la vanguardia de la resistencia contra el gobierno del General PINOCHET, siendo responsable de las mayores movilizaciones llevadas a cabo en los últimos tiempos, como la Huelga Nacional efectuada los días 2 y 3 de julio.

Esta reseña acerca del espectro opositor en la política chilena, pone en evidencia el resquebrajamiento de la oposición, lo que ha impedido hasta el momento impulsar una estrategia común con definiciones claras.

B.- <u>POSICION DEL GOBIERNO</u>

Las autoridades, en distintas etapas, esbozaron una especie de apertura, implementada en principio, por el ex-Ministro del Interior Sergio JARPA REYES. el fracaso del diálogo y de un entendimiento con los partidos políticos se hizo inevitable por la exigencia de la oposición del retiro del Gral. PINOCHET y su cuestionamiento a la Constitución de 1980, dos temas notoriamente innegociables. Luego del fracaso de la gestión política se produjo un recrudecimiento de las acciones extremistas y de la violencia callejera. Ante esta situación, el Poder Ejecutivo declaró el estricto Estado de Sitio, con serias restricciones de prensa y clausura de prácticamente todos los órganos de oposición (los que habían reaparecido durante la gestión de JARPA REYES), sien

do reemplazado el Ministro del Interior por el abogado Ricardo GARCIA, un desconocido para el ámbito político chileno, con conexiones en organismos internacionales de financiamiento y de la Iglesia.

Asimismo, se declaró fuera de la ley a todas las colectividades marxistas agrupadas en el Movimiento Democrática Popular.

Dentro de la Junta Militar las posiciones no serían totalmente coincidentes, ya que mientras la Armada, la Fuerza Aérea y los Carabineros podrían apoyar que el plebiscito previsto para 1989 se convierta en una elección libre y abierta, el Ejército mantiene reservas sobre el tema, lo que se puede interpretar como una posición proclive a dejar las cosas como están, es decir, mantener sin modificaciones la Contitución de 1980, que garantiza la propuesta de candidato único, que podría ser el propio PINOCHET.

La posición de los integrantes de la Junta Militar, Almirante MERINO y Tte. Gral. Fernando MATTHEI de la Fuerza Aérea, se han evidenciado a través de sendos pronunciamientos. Por ejemplo, el Comandante en Jefe de la Armada, Almirante MERINO ha afirmado que la Constitución debe ser reformada sin especificar el alcance de estos términos, por su parte, el Tte. Gral. MATTHEI ha reiterado su compromiso de adhesión al régimen hasta 1989, habiendo puntualizado además que su papel en el proceso militar culmina en ese año. Es importante destacar además que el Comandante en Jefe de la Fuerza Aérea expresó en dos oportunidades que el Acuerdo Nacional era "interesante".

Estos hechos permiten suponer que el General Fernando MATTHEI sería la referencia más distante entre la Junta Militar y el General PINOCHET, no descartándose que el representante de la Fuerza Aérea llegado el momento, proponga algún candidato civil para plebiscitar ante la opinión pública.

Esta situación permite concluir que la Junta de Gobierno no garantiza la continuidad del General PINOCHET, es decir, que ninguno de los Comandantes aparecen hasta el momento como patrocinantes seguros de la candidatura única de PINOCHET, ya que han evitado pronunciamientos favorables hacia el Presidente chileno. Quizás la posición más cercana a los intereses del General PINOCHET la constituya la del Comandante del Ejército General Julio CANESSA quien ha rechazado cualquier cambio de la Constitución de 1980.

Al margen de las eventuales diferencias de puntos de vista de los integrantes de la Junta Militar, el General PINOCHET parece haber definido su accionar en base a dos líneas estratégicas.

La primera de ellas consiste en consolidar la economía a los efectos de que en los años 1988 y 1989, decisivos en lo político, el gobierno pueda exhibir tasas indicadoras de un bienestar más generalizado.

La segunda líneas estratégica radica en consolidar la Constitución de 1980 mediante la aprobación de todas las leyes políticas complementarias que exige dicha carta y que van desde el establecimiento de los Registros Electorales (que se [illegible]) hasta ~~el Estatuto de la Administración Pública~~. Esto está reflejando el deseo gubernativo de dar cuanto antes un paso importante en lo que podría llamarse la institucionalización democrática del país. A pesar de que algunos integrantes de la Junta Militar no reflejan una total coincidencia con el gobierno en lo que se refiere al futuro político del país, es destacable que el General PINOCHET cuenta con un firme respaldo de las Fuerzas Armadas. y las expresiones del General MATTHEI de que "es imposible pensar en un diálogo separadamente de lo que piensa el General PINOCHET," son una prueba contundente del apoyo incondicional que recibe PINOCHET de las Fuerzas Armadas.

De acuerdo a la actual situación política chilena, y considerando las posiciones asumidas tanto en esferas de gobierno como en la oposición, se podrían definir las siguientes opciones para el futuro institucional del país:

- La propuesta del Acuerdo Nacional que contempla elecciones directas mediante sufragio universal de un Presidente de la República y de una Asamblea Nacional que tenga competencias para reformar la Constitución.

- La solución aportada por algunos sectores moderados de variado espectro político que propugnan una salida gradual con Plebiscito y legalización de partidos para después llegar a elecciones, en un proceso que duraría dos años.

- La posición sostenida por el Movimiento Democrático Popular que aspira a una salida inmediata del General PINOCHET, elección de una Asamblea Constituyente y la puesta en práctica de un plan eco

nómico y social de emergencia.

- En filas oficialistas, las posiciones variarían desde una salida democrática después de 1989, tesitura defendida por el gobierno, hasta el punto de vista del General MATTHEI que podría coincidir en algunos aspectos con las propuestas por el Acuerdo Nacional.

C.- RELACIONES INTERNACIONALES

Lo más importante en este aspecto es el importante cambio de posición respecto a la situación en Chile que ha evidenciado el gobierno norteamericano.

La controvertida visita del Senador Edward KENNEDY fue motivo de algunas fricciones entre las autoridades chilenas y el Departamento de Estado, ya que el gobierno de Estados Unidos consideró, que el régimen de PINOCHET no había tomado las medidas necesarias para garantizar la seguridad del visitante.

El subsecretario de Asuntos Latinoamericanos del Departamento de Estado, Robert GILBERT, declaró que su gobierno apoya el retorno pacífico de la democracia en Chile "con elecciones en 1989". Más significativas resultaron las declaraciones del Subsecretario de Estado para Asuntos Latinoamericanos, Elliot ABRAMS, quien dijo que Washington espera que las tácticas que provocaron el reciente fin de los regímenes de Filipinas y Haití tengan el mismo éxito en Chile. Asimismo el gobierno del Presidente REAGAN pidió públicamente, mediante un proyecto de resolución presentado en Ginebra en una reunión de la Comisión de Derechos Humanos de la ONU, que se terminen las persistentes violaciones a los derechos humanos en Chile, lo que configura un hecho impensado en otros tiempos. El delegado norteamericano ante la Comisión, dijo que Santiago no había respondido al uso de la "diplomacia silenciosa" por parte de la Administración REAGAN, explicando el cambio de actitud.

Esta situación determinó que el entonces Embajador norteamericano el ultraderechista James THEBERGE fuera sustituído por el actual representante de la Casa Blanca en Santiago, Jerry BARNES, de tendencia moderada y con órdenes de fortalecer los reclamos de la oposición moderada y presionar a PINOCHET para que acelere el proceso democrático.

Los contactos realizados en Chile por el Embajador BARNES permiten

suponer que el Departamento de Estado propiciaría una salida política similar a lo que propone el Acuerdo Nacional. Por otra parte, el Embajador de Alemania Federal Harman HOLZHEIMER, por expresa instrucción del Canciller Helmuth KHOL recibió a los firmantes del Acuerdo Nacional a los que brindó público respaldo.

Se considera que el gobierno de Estados Unidos podría respaldar algun candidato de alternativa para suceder a PINOCHET como ser el Ex-Senador democristiano Juan HAMILTON, apoyado por el Departamento de Estado y el Ex-Ministro del Exterior Sergio JARPA REYES que podría estar respaldado por el Pentágono y la CIA.

El panorama político chileno para el resto del presente año, a menos que ocurran cambios que por el momento resultan dificiles de prever, mostrará un país con agitación callejera pero al mismo tiempo avanzando hacia la definición plebiscitaria de 1989. A esta altura es dificil pensar en un acortamiento del régimen militar o que sea viable una vía distinta a la prevista en la Constitución de 1980.

II.- FACTOR SUBVERSIVO

El progresivo deterioro de la situación por la constante y marcada acción de la oposición política al Gobierno militar, ha determinado a su vez una importante escalada subversiva, con una metodología de lucha, similar a la planteada en Centroamérica, que busca la desestabilización e inseguridad, fundamentalmente atacando los abastecedores de energía de los principales centros urbanos, combinando esto también con otras acciones. El más antiguo de los movimientos guerrilleros chilenos y que en el pasado integró la Junta Coordinadora Revolucionaria, es el Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR). En la actualidad promueve la lucha armada, pero se encuentra en proceso de reorganización. El retorno en forma clandestina al país de su principal líder, Andrés PASCAL ALLENDE y su llamado a la sublevación popular, indicaría que esta organización iniciará un período de mayor actividad. Por otra parte, el movimiento más activo y que cuenta actualmente con experiencias y buena organización, es el Frente Patriótico Manuel Rodriguez (FPMR), el brazo armado del Partido Comunista chileno. Este grupo es el autor de la mayoría de las acciones realizadas en 1985 y en lo que va de 1986, incluyendo el reciente atentado contra el General PINOCHET.

Dos hechos recientes pueden considerarse como los más destacados y que plantean la dimensión que cobra la lucha subversiva en este país. Uno de ellos es el descubrimiento de dos arsenales de gran envergadura donde se incautaron gran cantidad de armas y explosivos, presuntamente descargados en el país por pesqueros soviéticos. Esto, además de poner de manifiesto un rebrote subversivo de grandes dimensiones, evidencia también el respaldo de la URSS a los movimientos terroristas chilenos y su intención de desestabilizar al Gobierno del General PINOCHET.

Este armamento estaba destinado al Frente Patriótico Manuel Rodriguez, como apoyo a un plan subversivo a efectuarse en setiembre.

El otro hecho es precisamente el plan subversivo descubierto por la Central Nacional de Informaciones (CNI). Dicho plan pretendía crear condiciones de caos generalizado, para provocar una acentuada sensación de temor en la población, lo que responde a la estrategia de violencia y terrorismo, elaborada por el Partido Comunista y sus brazos armados, con el apoyo internacional de la URSS. Las fuentes de seguridad agregaron que miembros del MIR y del FPMR son adiestrados en escuelas de guerrilla ubicadas en Cuba, Unión Soviética, Alemania Oriental, Nicaragua y Libia.

Paralelamente, el MIR anunció en Buenos Aires el lanzamiento de una ofensiva político-militar, que incluiría atentados dinamiteros y ataques a cuarteles, asimismo el MIR realiza gestiones para conformar un frente guerrillero con el FPMR y otras agrupaciones de izquierda que reivindiquen la lucha armada. Evidentemente, esta planificación subversiva iba a tener el respaldo de las armas encontradas por las Fuerzas de Seguridad. Las 30 toneladas de equipos bélicos encontradas en los dos arsenales estaban destinadas a reforzar la infraestructura armada del plan de violencia extrema previsto para setiembre y algunos de ellos se utilizaron en el atentado contra PINOCHET.

III.- <u>FACTOR ECONOMICO</u>

Durante el gobierno de Salvador ALLENDE, la estructura industrial chilena estaba prácticamente en manos del estado, por la vía de las expropiaciones y de las intervenciones a empresas. Otro tanto ocurría con el agro, atacado por una reforma agraria sancionada en tiempos de la Democracia Cristiana. En total, medio millar de empresas indus

triales estaban en poder del Estado.

El Producto Bruto Interno había caído a límites de crecimiento negativo y la inflación alcanzaba al 400% anual. El agro producía a niveles inferiores a las necesidades internas de consumo de alimentos. Durante los primeros meses del gobierno del General PINOCHET, hubo un duro enfrentamiento interno por diferencias en el modelo económico a seguir. Finalmente presionado por la crisis del petróleo, ya que Chile importa dos tercios del crudo que consume, PINOCHET decidió darle a la conducción económica, la orientación de la "Escuela de Chicago".

La aplicación de este modelo, redujo drásticamente el gasto público y la inflación, pero provocó una rápida desocupación. Las 500 empresas estatizadas por ALLENDE fueron vendidas a capitales privados y se conservó para el Estado un reducido grupo de empresas consideradas vitales en el área de seguridad. Por otra parte, fueron liquidados todos los bancos del estado, al punto de que hoy existe solamente el Banco Central, estructurando un sistema financiero moderno.

A partir de 1977, la aplicación del modelo económico aplicado en Chile, comenzó a mostrar signos positivos ya que el PBI creció a tasas anuales mayores al 7,5%. Los saldos del balance comercial en forma global tuvieron cifras positivas desde 1977 a 1979, notándose una disminución de la inflación al nivel del 31,2% durante 1980 y ese año el monto total del comercio exterior alcanzó los 11.000 millones de dólares, con una inversión de capitales extranjeros del orden de los 1.400 millones.

Esta situación cambió drasticamente en los años posteriores, evidenciándose un aumento desmesurado de la Deuda Externa, que actualmente se sitúa en 20.000 millones de dólares. El índice inflacionario que estuvo controlado hasta 1981 aumentó en forma notoria ubicándose por encima del 30% al comienzo de 1986. Obviamente el principal problema que debe enfrentar el país es el de la Deuda Externa, ya que solamente para cancelar los intereses, se tendrían que contraer entre 1985 y 1990 nuevas deudas por más de 15.000 millones, lo que significaría casi duplicar la deuda actual. El acuerdo firmado con Estados Unidos sobre la Isla de Pascua, mediante el cual el gobierno norteamericano puede construir obras de infraestructura para la investigación espacial, podría estar relacionado con facilidades crediticias para Chile

en previsión de los ajustes que el país trasandino tiene que hacer en materia de deuda externa. Sin embargo la actual situación política de la nación podría perjudicar sus líneas de crédito en virtud del deterioro de su imagen externa.

IV.- FACTOR SICOSOCIAL

A.- SINDICATOS

En 1978, con la sanción del "Plan Laboral", se produjo el desmantelamiento del movimiento obrero. En dicha legislación se prohibió toda confederación intersectorial, así como también el derecho de huelga.

Actualmente si bien no existe actividad sindical legalizada, los conflictos gremiales y los enfrentamientos callejeros con las fuerzas del orden son liderados por el Comando General de Trabajadores (CGT), cuyo principal dirigente es Rodolfo SEGUEL de extracción democristiana. Paradojicamente, las movilizaciones populares de protesta son apoyadas por los marxistas del Movimiento Democrático Popular (MDP), quedando al margen en cambio la Alianza Democrática donde predomina la Democracia Cristiana.

B.- IGLESIA

La mayor oposición al gobierno ha sido llevada a cabo por el Cardenal Primado de Chile, Raúl SILVA ENRIQUEZ y gran parte de la Conferencia Episcopal. La acción de la Iglesia Católica se ha centrado en la actividad de siete vicarias sectoriales, una de las cuales, la de solidaridad, ha sido fundamental como vocero de los "exiliados", los "desaparecidos" y los "presos políticos".

El Vaticano designó recientemente nuevas jerarquías de la Iglesia chilena, sustituyendo al Primado de Santiago, Silva ENRIQUEZ, por Monseñor Francisco FRESNO. Estos cambios han variado parcialmente la política de la iglesia, marcando el comienzo de una etapa de mayor moderación en sus relaciones con el gobierno.

V.- CONCLUSIONES

La actual situación política de Chile muestra características que permiten prever un crecimiento de la tensión social. El atentado contra el Presidente PINOCHET si bien marcó el máximo nivel del accionar de los grupos terroristas, paradójicamente ha servido para fortalecer la figura política del mandatario chileno ya que a la vez de determinar

una actitud solidaria de la cúpula militar, el fracaso del atentado tiene efectos sicológicos positivos en la opinión pública.

Por otra parte, el frente opositor que en ningún momento pudo mostrar una imagen unificada y por lo tanto una estrategia coordinada, resulta perjudicado en la eventualidad ya que a partir del atentado se hace prácticamente imposible elaborar acciones conjuntas con la participación de los grupos marxistas que están directamente involucrados en acciones violentas a través del Frente Patriótico Manuel Rodriguez.

Por otra parte, la acción de los terroristas confirma las advertencias del gobierno acerca de la intensificación de las actividades subversivas en gran escala y otorga credibilidad a los recientes hallazgos de grandes arsenales por parte de las fuerzas de seguridad. Evidentemente esto permite un mayor margen de maniobra política al General PINOCHET que puede utilizar a su favor el clima de violencia que vive el país para justificar una serie de medidas, como el estado de sitio, tendientes a mantener el control de la situación . Las Fuerzas Armadas por su parte, estarán más preocupadas a enfrentar un potencial rebrote subversivo que ha elaborar planes de contingencia política tendientes a cambiar el actual estado de cosas. Toda esta situación conforma un panorama que se presenta favorable para el gobierno desde el momento que se ha logrado el descrédito del comunismo y por el momento una actitud no militante de los sectores opositores moderados.

En lo que respecta a la posición de Estados Unidos respecto al régimen del General PINOCHET, se considera que continuará alentando y apoyando a la oposición moderada por lo que la actual situación favorecería el plan del Departamento de Estado, de aislar a los comunistas y prescindir de los mismos para cualquier cambio en la conducción del país.

PARTES ELEGIBLE

IR

ARCHIVAR EN: Chile (106)

TEMA: Pide la medizcion de Fresno en Chile.

PROCEDENCIA : Clarin 29/10/87

ARCHIVADO EN: Subversion MAT. (FPMR) (023)

01.01

8711083

# Chile: rigen nuevas restricciones

SANTIAGO, Chile, 29 (AP).– Entró en vigor hoy una discutida ley que establece severas sanciones a organizaciones o personas que adhieran a doctrinas consideradas totalitarias por el régimen militar, y a los medios de comunicación que divulguen sus opiniones.

La ley, publicada hoy en el Diario (Gaceta) Oficial, consta de ocho artículos y lleva la firma del presidente, general Augusto Pinochet, y de los ministros del Interior y de Justicia.

La norma reglamenta una disposición constitucional que proscribe hasta por diez años a las personas y organizaciones que profesen doctrinas de carácter totalitario.

Establece que los individuos o grupos proscriptos por el Tribunal Constitucional, integrado por juristas designados por el régimen militar y por jueces de la Corte Suprema, "son asociaciones contrarias al ordenamiento institucional y al orden público".

Los grupos políticos declarados inconstitucionales hasta la fecha son el Partido Comunista, una facción de los socialistas, y el Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR).

Entre otras medidas, agrega que los sancionados en virtud de esta ley no podrán dirigir o enseñar en establecimientos estudiantiles, dirigir medios de prensa o trabajar en ellos, ni participar en elecciones de grupos intermedios de la sociedad.

Esta ley ha sido rechazada por amplios sectores de la oposición, por dirigentes del periodismo y por propietarios de medios de comunicación.

Los medios de prensa que publiquen informaciones o recojan opiniones sobre partidos o movimientos inconstitucionales serán sancionados con multas que van de 2000 a 10.000 dólares. La multa se duplicará en caso de reincidencia. También podrán ser castigados con clausuras de hasta diez días o ediciones, y las mismas penas afectarán a los que difundan por la prensa su apoyo a estos grupos.

El ex canciller Clodomiro Almeyda, del grupo socialista proscripto, es el primer procesado por el Tribunal Constitucional a pedido del Gobierno.

**Plebiscito presidencial**

SANTIAGO, Chile, 29 (ANSA).– El plebiscito presidencial en Chile se realizará el 11 de septiembre de 1988 con Pinochet como único candidato.

Así lo dijo el ex senador del Partido Demócrata Cristiano Jorge Lavandero.

**Renuncia de un rector**

SANTIAGO, Chile, 29 (Reuter).– El controvertido rector de la principal universidad chilena, José Luis Federici, cuya designación provocó una amplia resistencia entre académicos y estudiantes, renunció hoy a su cargo.

Poco después de conocido el anuncio estudiantes de la Universidad de Chile, foco del conflicto, salieron a las calles para gritar "lo logramos, lo logramos"...

01.01

8711382

# La Conferencia Episcopal de Chile condenó la nueva ley antimarxista

***El presidente chileno, Augusto Pinochet, dijo que la ley que inhabilita a los marxistas para ocupar cargos públicos, docentes y periodísticos, está inspirada en las que, en Alemania e Italia, discrimina a nazis y fascistas.***

SANTIAGO, Chile, 3 (ANSA, AP y UPI). —"Se comprende que toda sociedad tiene derecho a defenderse contra lo que amenaze sus principios básicos de organización y de convivencia, pero este artículo va decididamente mucho más allá y atenta contra otros derechos", sostuvo un comunicado de la Conferencia Episcopal de la Iglesia Católica de Chile que cuestiona la ley sancionada la semana pasada por el régimen militar que prohíbe a los medios de prensa la difusión de "doctrinas totalitarias"

La ley —que complementa el artículo 8° de la Constitución— está pensada para la represión de toda información relacionada con las organizaciones de la oposición marxista, o considerada como tal por el régimen.

De acuerdo con su contenido, los medios de prensa que difundan "opiniones, comentarios o noticias de personas o instituciones declaradas ilegales" son pasibles de sufrir sanciones de suspensión de hasta 10 ediciones.

Además, la ley dispone que toda persona sentenciada por un tribunal constitucional por su vinculación con organizaciones "inconstitucionales" quedará inhabilitada por 5 años para ejercer cargos públicos, docentes o en los medios de comunicación.

"Los momentos decisivos que vive el país en la transición hacia la normalidad democrática confieren a esta nueva ley un carácter grave", afirma el texto elaborado por el Episcopado y firmado por su presidente en ejercicio, el arzobispo de Antofagasta monseñor Carlos Oviedo.

Agrega que la ley "presenta más sombrío el panorama de aplicación de la Constitución, cuando es de exigir la máxima equidad y justicia en materia tan delicada y de tantas consecuencias."

La Iglesia también lamentó en el comunicado que el gobierno no haya acogido su anterior petición en el sentido de que, "por el bien de la paz y la reconciliación, las autoridades, junto con representantes políticos del gobierno y de la oposición, discutieran la conveniencia de modificar algunos artículos de la Constitución.

♦ **Como Alemania e Italia.**

"Las críticas que efectúa a la ley no contribuyen al propio prestigio de la Iglesia Católica y la alejan de su papel de árbitro", afirmó hoy en respuesta a los cuestionamientos del Episcopado el comandante de la fuerza aérea de Chile y miembro de la junta militar, general del aire Fernando Matthei.

Según Matthei, la ley "apunta a evitar la propaganda proselitista y no a censurar las ideas en los medios de comunicación; no le impedimos a una persona que sea comunista, sino que se busca que no pueda usar libremente los medios de comunicación para hacer propaganda de una idea que terminaría con todas las otras".

Los aspectos sobre los que norma la nueva ley también fueron abordados hoy por el presidente Augusto Pinochet en el curso de un acto en la ciudad de Talca.

"Así como en Alemania Federal se prohíbe a los ex nazis, y en Italia a los ex fascistas, que ocupen cargos públicos, nosotros se lo prohibimos a los comunistas.

Poco antes, en la universidad local, Pinochet había planteado la necesidad de "expulsar de nuestras universidades a los muchachos infectados por el marxismo y a los profesores comunistas enquistados".

El presidente hizo esta reflexión apenas un día después que el gobierno tuviera que ceder, tras un conflicto de varios meses con las comunidades universitarias de todo el país, y disponer el reemplazo del delegado rector en la Universidad de Chile, José Luis Federici.

8711407

01.01

ARCHIVAR EN: CHILE (106)

TEMA: CHILE: CATORZE Anos de Regime Militar. Inve n: 1035.3/25 SET 87

PROCEDENCIA: Enlace Brasileiro 24/11/87 Doc 15/87

ARCHIVADO EN: Enlace Brasileiro (135/A)

01.01

8711442

B

ARCHIVAR EN: CHILE (J06)

TEMA: Pase Especial de Información N: 035/b/D/D
Adq Material del Ejercito)

PROCEDENCIA: EME 24/III/D Doc 1772/D

ARCHIVADO EN: T.E.I (084)

01.01

8711445

# APRECIACION DE SITUACION

# DE LA

# REPUBLICA DE CHILE

Montevideo, 23 de noviembre de 1987.-

01-14

02

8711449

# APRECIACION DE SITUACION

# DE LA

# REPUBLICA DE CHILE

Montevideo, 23 de noviembre de 1987.-

01-14

8711449

## APRECIACION DE SITUACION DE CHILE

- **FACTOR POLITICO**

A.- **POLITICA INTERNA**

El proceso militar chileno que se inició el 11 de setiembre de 1973 con el derrocamiento de Salvador ALLENDE, entrará en el próximo año en una etapa definitoria. En términos generales, el régimen chileno estructuró un cronograma en tres grandes etapas: una primera etapa con características de gobierno de "facto" que se extendió desde 1973 hasta 1981; una segunda etapa que comenzó el 11 de marzo de ese año, cuando PINOCHET inicia un período de gobierno constitucional de ocho años de duración y una tercera etapa que supone la realización de un plebiscito a fines del año próximo. La Constitución aprobada por plebiscito en el año 1980, le otorgó al Presidente chileno un mandato que se extenderá hasta 1989 bajo un régimen de Democracia protegida y durante el cual PINOCHET ha contado con los instrumentos jurídicos necesarios para limitar el accionar de la oposición. De acuerdo a la referida constitución, 90 días antes del 11 de marzo de 1989 los comandantes en Jefe del Ejército Tte. Gral. Julio CANESSA, de la Armada, Almirante José TORIBIO MERINO CASTRO, de la Fuerza Aérea, Gral. Fernando MATTHEI y el Director de Carabineros Gral. Adolfo STANGE, tendrán que proponer un candidato único para Presidente que será plebiscitado por "SI" o por "NO". La Carta Magna establece además que si la Junta Militar no se pone de acuerdo en lo referente al candidato, será el Consejo de Seguridad el órgano que decidirá sobre el particular. Este organismo está integrado por el Presidente de la República, los Comandantes en Jefe, el Director de Carabineros, un General del Ejército y los Presidentes del Consejo de Estado y de la Corte Suprema.

En caso de que el candidato único sea apoyado en el plebiscito, iniciará un período de gobierno de ocho años de duración. Si por el contrario triunfa el "NO" el General PINOCHET continuará gobernando por un año más y al cabo de ese lapso se convocará a eleccio



8711449

[illegible] podran participar todos los ciudadanos que se registren como candidatos a la presidencia y que no tengan impedimentos de orden legal. Dentro de este contexto, el gobierno ha implementado mecanismos tales como el Estatuto de los Partidos Políticos y el Registro de los Partidos Políticos, tendientes a reglamentar la participación de las distintas corrientes de opinión en un eventual acto electoral.

Del análisis del espectro político chileno surge el siguiente panorama:

1.- GRUPOS OPOSITORES

En el momento actual, la máxima expresión política de oposición la constituye la denominada Alianza Democrática que reúne a Demócristianos, Radicales, Social-Demócratas y Republicanos. Desde su creación, la coalición mantuvo una continua sucesión de presidentes, lo que impidió mostrar una dirección representativa y un planteamiento lo suficientemente poderoso como para atraer a las otras fuerzas opositoras.

Dentro de este conglomerado, el Partido Democrata Cristiano de Chile, representa la opción opositora más seria por su organización y poder de convocatoria. Es importante destacar, que en el mes de agosto del presente año, ésta agrupación renovó sus autoridades, habiéndose producido cambios significativos en la conducción partidaria, lo que incidirá en su futura estrategia. Desde 1982, la máxima autoridad partidaria era el excanciller Gabriel VALDES quien mantuvo una política errática fluctuando entre dos estrategias distintas: una que priorizaba el liderazgo de la movilización social y la acumulación de fuerzas opositoras y otra que ponia énfasis en la adaptación a las reglas de juego del gobierno, para negociar una posición de coprotagonismo en la etapa post-PINOCHET. En la elección de agosto, donde los convencionales apoyaron la designación de Patricio ALWYN como máximo dirigente partidario, parece haberse afirmado la tesis de la negociación en lugar de la confrontación. El nuevo Presidente del P.D.C. Chileno, representa la linea conservadora del Partido y será secundado por Andrés SALDIVAR también considerado del "ala derecha" del PDC. Dentro de este contexto



8711449

el triunfo de los "derechistas" implica que la Democracia Cristiana se inscribe como partido político legalmente reconocido de conformidad a lo que establece el Estatuto de los Partidos Políticos implementado por el gobierno militar. El sector "progresista" del D.C., que resultó derrotado en las elecciones internas, rechaza dicho Estatuto que de hecho pone fuera de la ley a los partidos izquierdistas. Por otra parte es importante destacar que el actual Presidente Patricio ALWYN, calificó al golpe de estado de PINOCHET, como un "hecho indispensable para el mantenimiento de las instituciones democráticas".

Por su parte, los grupos radicales de izquierda han conformado una alianza denominada Izquierda Unida que está integrada por el Partido Comunista Chileno (PCCH) (algunos de cuyos dirigentes han regresado del exilio), el Partido socialista liderado por Clodomiro ALMEYDA (actualmente en prisión) y el Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR).

Si bien en cierto momento existieron algunas discrepancias entre el PCCH y el PS en relación a la inscripción de sus afiliados en los registros electorales, recientemente los comunistas instaron a sus seguidores a inscribirse en el referido registro en coincidencia con la posición sustentada por el Partido Socialista. Este cambio en la actitud del PCCH, implica su determinación de participar en el plebiscito previsto para el año que viene y no "automarginarse" como lo había pensado inicialmente.

Sin embargo, estos partidos de izquierda fueron declarados ilegales en 1985 por el Tribunal Constitucional y la Constitución en su artículo 8º excluye a los partidos de izquierda de la actividad política. Esta disposición de la Carta Magna ha sido complementada con una ley que entró en vigencia el 30 de octubre mediante la cual se estipulan severas multas para quienes profecen o difundan las opiniones de los partidos proscriptos.

Corresponde puntualizar por otra parte, que el PCCH que se encuadra dentro de la linea soviética, ha revitalizado la lucha armada como opción para llegar al poder, lo que le ha restado posibilidades de interlocutor válido dentro de la oposición



8711449

con el consiguiente descrédito ante la opinión pública.

Dentro de las distintas corrientes de oposición, merece mencionarse además, por la importancia que tuvo en su momento, el denominado Acuerdo Nacional que fue impulsado por la Iglesia Católica. Este movimiento no constituyó una alianza política con fines electorales sino que más bien fue una propuesta suscrita por 11 partidos políticos de tendencia moderada, que tuvo importantes repercuciones internacionales. El proyecto del Acuerdo Nacional establecía la elección de un Presidente de la República, mediante sufragio universal y directo y el establecimiento de una Asamblea Nacional con competencia para reformar la constitución. Sin embargo esta propuesta no significó una unificación real y efectiva de la oposición y el gobierno no se mostró dispuesto a entablar negociaciones basadas en el Acuerdo Nacional, diluyéndose dicha propuesta.

Finalmente, el panorama político-partidario chileno se completa con la alianza denominada Federación Democrática formalizada por los partidos de derecha Nacional, Republicano y Liberal. Esta coalisión de agrupaciones pro-pinochetistas tiene escasa incidencia en la situación interna de Chile.

2.- POSICION DEL GOBIERNO

Dentro de la Junta Militar, las posiciones no serían totalmente coincidentes, ya que mientras la Armada, la Fuerza Aérea y los Carabineros podrían apoyar la idea de que el plebiscito previsto para 1989 se convierta en una elección libre y abierta, el Ejército mantiene reservas sobre el tema, lo que se puede interpretar como una posición proclive a dejar las cosas como están, es decir, mantener sin modificaciones la Constitución de 1980, que garantiza la propuesta de candidato único que podría ser el propio PINOCHET.

La posición de los integrantes de la Junta Militar, Almirante MERINO de la Armada y Tte. Gral. Fernando MATTHEI de la Fuerza Aérea, se ha evidenciado a través de sendos pronunciamientos. Por ejemplo, el Comandante en Jefe de la Armada ha afirmado que la Constitución debe ser reformada sin especificar el alcance de stos términos y el Tte. Gral. MATTHEI ha reiterado su com

promiso de adhesión al régimen hasta 1989, puntualizando que su papel dentro del proceso militar culmina ese año. Recientemente, el referido militar definiendo más concretamente su posición, manifestó que "de ninguna manera el plebiscito que decidirá quien gobernará Chile desde 1989 se realizará antes de setiembre de 1988 y el Presidente será civil". Estas expresiones además de dejar en claro que no respalda la candidatura de PINOCHET, desmienten versiones de fuentes militares vinculadas al Ejército de que se adelantaría el plebiscito. Por su parte, el Director de Carabineros, Gral. Rodolfo STANGE, se declaró partidario de que un civil gobierne el país a partir de 1989.

Estos hechos permiten afirmar que MATTHEI y el Gral. STANGE son la referencia más distante entre la Junta Militar y el General PINOCHET y que el Jefe de la Fuerza Aérea auspicia una salida institucional con prescindencia de la figura del mandatario chileno.

En el otro extremo de la Junta Militar estaría el Comandante del Ejército General Julio CANNESSA quien ha rechazado cualquier cambio de la Constitución de 1980, representando la posición más cercana a los intereses del General PINOCHET.

Por otra parte, recientemente el Jefe del Estado Mayor General del Ejército chileno, Mayor General Manuel BARROS RECABARREN, quien participa en las deliberaciones de la Conferencia de Ejércitos Americanos, que se lleva a cabo en Mar del Plata, manifestó que preferia un candidato de las Fuerzas Armadas para Presidente de Chile y que Pinochet es "el candidato" "porque nuestro Comandante en Jefe es extraordinario". En estas manifestaciones del alto Jefe militar se pueden resumir el pensamiento del Ejército chileno que continúa siendo el máximo respaldo del Presidente PINOCHET. Por otra parte, los dichos del referido militar, difieren sustancialmente de la posición asumida por la Fuerza Aérea, lo que evidencia el distanciamiento conceptual entre esta arma y el ejército. Al margen de estas eventuales diferencias de puntos de vista de los integrantes de la Junta militar, el General PINOCHET parece haber definido su accionar en base a dos líneas estratégicas.

La primera de ellas consiste en consolidar la economia a los efectos de que en los años 1988 y 1989, decisivos en lo políti

co, el gobierno pueda mostrar tasas indicadoras de un bienestar más generalizado.

La segunda línea estratégica radica en consolidar la Constitución de 1980 mediante la aprobación de todas las leyes políticas complementarias que exige dicha carta y que van desde el establecimiento de los Registros Electorales (que se reabrieron a fines de febrero) hasta la aprobación de la Ley de los Partidos Políticos que fue promulgada en el mes de marzo.

B.- RELACIONES INTERNACIONALES

Lo más importante en este aspecto es el notorio cambio de posición respecto a la situación en Chile, que ha evidenciado el gobierno norteamericano.

Los incidentes durante la visita efectuada hace dos años a Chile por el Senador KENNEDY, las declaraciones formuladas el año pasado por importantes funcionarios norteamericanos, los planteamientos efectuados por el Presidente REAGAN en la ONU referidos a violaciones de los Derechos Humanos en Chile y la designación Jerry BARNES como Embajador de Estados Unidos en Santiago, con instrucciones de respaldar los reclamos de la oposición moderada, son antecedentes significativos en el momento de evaluar el estado actual de las relaciones Chile-Estados Unidos.

Esta actitud de la administración norteamericana, ha causado malestar en los círculos oficiales chilenos generando una situación de cierta tirantez. Obviamente, las actividades del Embajador de Estados Unidos han provocado la reacción chilena al punto que la Cancillería citó a Harry BARNES para comunicarle la molestia del gobierno chileno, ante las declaraciones del diplomático norteamericano quién expresó que "la actitud del gobierno chileno ha dificultado las relaciones bilaterales con Washington". Por suparte el canciller Jaime DEL VALLE expresó que no había concurrido a los actos conmemorativos de la Independencia norteamericana porque "estaba molesto por las declaraciones de algunos personeros del Departamento de Estado".

Aparentemente la estrategia de Estados Unidos para Chile, apuntaría a aislar a PINOCHET de las Fuerzas Armadas para buscar una salida política de "democracia tutelada", donde los militares serían los

portagonistas pero con prescindencia de PINOCHET. Dentro de este contexto se inscribiría la invitación formulada por el gobierno de Estados Unidos a cuatro militares de alta graduación, para realizar un curso de capacitación de un mes de duración en la academia de West Point. Inclusive este acercamiento podría ser el primer pas para levantar la suspensión de asistencia militar a Chile dispuesta por la "enmienda KENNEDY".

En lo referente a las relaciones con Alemania Federal, es importante destacar que el pasado año, el Embajador en Santiago Harman HOLZHEIMER, por expresas instrucciones del Canciller Helmut KHOL, recibió a los firmantes del Acuerdo Nacional a los que brindó público respaldo.

Otro factor de controversia entre Alemania Federal y Chile, lo constituye la situación de 13 procesados por la Justicia Militar, lo que motivó que el Embajador chileno en Bonn entregara una nota de protesta al gobierno alemán, que contiene un análisis de la situación procesal de las personas sometidas a la Justicia Militar.

Dentro de las relaciones internacionales de Chile, es importante puntualizar el acercamiento con la República Popular de China, lo que constituye una situación atípica en virtud de la incompatibilidad ideológica entre ambos regímenes. Recientemente el Comandante de la Fuerza Aérea de Chile, Gral. Fernando MATTHEI fue agasajado en Pekin y en esa oportunidad el Viceministro chino Wan-LI predijo que "crecerán los lazos de amistad con Chile así como con sus Fuerzas Armadas". Por otra parte, el Canciller de China Popular Wu XUE QUIAN, que es miembro del Comité Central y del Buró político del Partido Comunista de China, se entrevistó con PINOCHET en Santiago para suscribir nuevos acuerdos entre los dos países. Mediante estos acuerdos, ingenieros chilenos viajarán a Pekin para construir una fábrica de caños de cobre. Corresponde puntualizar además que Chile es el cuarto socio comercial de China en América Latina.

II.- FACTOR SUBVERSIVO

La lucha armada en Chile está impulsada por dos organizaciones marxistas: el Movimiento de Izquierda Revolucionario (MIR) y el Frente Patriótico Manuel RODRIGUEZ (FPMR). El MIR es el movimiento subversivo

más antiguo de Chile e integró la Junta Coordinadora Revolucionaria encontrándose actualmente en un proceso de reorganización. Su principa dirigente Pacal ALLENDE retornó clandestinamente al país el año pasado haciendo un llamamiento para la sublevación popular. Paralelamente también el pasado año, el MIR anunció en Buenos Aires el lanzamiento de una importante ofensiva político-militar con atentados dinamiteros y ataques a cuarteles, lo que finalmente no se concretó. Aparentemente tampoco han podido concretarse las gestiones realizadas por el MIR tendientes a concretar una alianza con el Frente Patriótico Manuel RODRIGUEZ y de esta manera unificar la lucha armada como sucede en Colombia. Por su parte el FPMR constituye el brazo armado del Partido Comunista de Chile y se ha mostrado más activo que el MIR, habiéndose adjudicado el atentado contra el Presidente PINOCHET, el secuestro del Coronel del Ejército Chileno Carlos HERNANDEZ CARREÑO llevado a cabo el día 2 de setiembre del corriente año, así como una serie de atentados dinamiteros contra líneas del alumbrado público y ataques a cuarteles. De acuerdo a lo expresado por el Director de Carabineros General Rodolfo STANGE, estás últimas acciones se inscriben en un plan denominado "setiembre rojo" con el cual el FPMR recordaría el 14º aniversario del derrocamiento de Salvador ALLENDE. De acuerdo a lo manifestado por los organismos de seguridad chilenos, tanto el MIR como el FPMR son adiestrados en escuelas de guerrilleros ubicadas en Cuba, Unión Soviética, Alemania Oriental, Nicaragua y Libia.

Sin embargo, el grado de violencia subversiva en el presente año no alcanzó los niveles previsto incialmente, como consecuencia directa de dos hechos importantes: el fracaso del atentado contra el General PINOCHET y el descubrimiento de importantes arsenales (30 toneladas de armas) descargados en las costas chilenas, presumiblemente por pesqueros soviéticos, que estaban destinados al FPMR y que por su volumen hubiesen servido para realizar acciones subversivas en gran escala. Estos dos golpes significaron reveses cuantitativos y cualitativos para los grupos subversivos que inclusive pudieron haber afectado su estructura interna restándole posibilidades operativas.

III.- FACTOR ECONOMICO

Durante el gobierno de Salvador ALLENDE, la estructura industrial chilena estaba prácticamente en manos del estado, por la vía de las expro

piaciones y de las intervenciones a empresas. Otro tanto ocurría con el agro, atacado por una reforma agraria sancionada en tiempos de la Democracia Cristiana. En total, medio millar de empresas industriales estaban en poder del Estado.

Durante los primeros meses del gobierno del General PINOCHET, hubo un duro enfrentamiento interno por diferencias en el modelo económico a seguir, adoptándose finalmente la línea de la "Escuela de Chicago" como consecuencia de la crisis del petróleo ya que Chile importa dos tercios del crudo que consume.

La aplicación de este modelo redujo drásticamente el gasto público y la inflación, pero provocó una rápida desocupación. Las 500 empresas estatizadas por ALLENDE fueron vendidas a capitales privados y se conservó para el Estado un reducido grupo de empresas consideradas vitales en el área de seguridad. Al mismo tiempo fueron liquidados todos los bancos del Estado al punto que hoy existe solamente el Banco Central estructurando un sistema financiero moderno.

A partir de 1977, el modelo económico aplicado en Chile, comenzó a mostrar signos positivos ya que el PBI creció a tasas anuales mayores al 7,5%, la inflación se redujo al 31,2% (durante la época de ALLENDE había alcanzado el 400%) y en 1980 el comercio exterior alcanzó los 11 mil millones de dólares.

Esta situación cambió drásticamente en los años posteriores, evidenciándose un aumento desmesurado de la Deuda Externa, que actualmente se sitúa en casi 20 mil millones de dólares. Para cancelar los intereses de la misma se tendrían que contraer entre 1987 y 1990 nuevas deudas por más de 15 mil millones.

Sin embargo, a partir de mediados de 1986, la economía chilena presenta signos de una fuerte recuperación, principalmente en lo que tiene que ver con sus exportaciones. Precisamente con el propósito de atender los compromisos de la deuda, las autoridades chilenas han impulsado una ofensiva de exportaciones logrando revertir el déficit comercial de 1981 que era de 2677 millones de dólares, para pasar a un superávit de más de mil millones de dólares en 1986. Este cambio en la situación comercial, se debe principalmente a la diversificación de los productos exportables, lo que ha permitido reducir la dependencia de las exportaciones de cobre que ocupan actualmente el 45% del total exportable fren



8711449

te a un 80% de años anteriores. Entre los rubros exportables se destac la fruta fresca, habiéndose hecho exportaciones para Estados Unidos y Europa por un monto de 369 millones de dólares en los primeros meses del presente año. Las exportaciones de productos industrializados también se han incrementado en forma considerable, registrándose durante los primeros cinco meses de 1987, ventas por un total de 667 millones de dólares. Es importante destacar además el auge del sector pesquero ya que chile se ha convertido en el primer exportador regional de harina de pescado, desplazando a Perú. De acuerdo a lo planificado en el área económica, la meta es exportar por un total de 6500 millones de dólares en 1990 y de 9400 millones en 1994. Este impulso exportador de Chile sumado al hecho de que recientemente se logró una reestructuración de la Deuda Externa por la cual el primer pago importante se hará recién en 1993, implica que el país trasandino no se verá agobiado por plazos perentorios para el cumplimiento de sus obligaciones y que las mismas se pueden cancelar sin que se recienta su economía. Este factor naturalmente es muy importante dentro del esquema político del gobierno ya que le permite un buen margen de maniobra en lo referente al concenso popular. Corresponde puntualizar además que Chile ha arrendado la Isla de Pascua al gobierno norteamericano el cual ha construído en ese lugar, obras de infraestructura para la investigación espacial. Este acuerdo también es un elemento a tener en cuenta en lo referente a las líneas de crédito y a los términos de renegociación de la Deuda Externa.

EVOLUCION DE LAS EXPORTACIONES (En millones de dólares)

| | 1984 | 1986 | Variación |
|---|---|---|---|
| Mineras | 2.165 | 2.299 | 6,2 |
| Agrícolas | 345 | 563 | 63,1 |
| Pecuarios | 29 | 38 | 32,0 |
| Productos del mar | 51 | 79 | 54,3 |
| Alimenticios | 406 | 513 | 26,2 |
| Vinos y Bebidas | 13 | 16 | 22,8 |
| Forestal y madera | 117 | 138 | 17,3 |
| Papel, Celulosa | 259 | 272 | 5,0 |
| Productos químicos y | | | |



8711449

| | | | |
|---|---|---|---|
| derivados del petróleo | 124 | 119 | -3,9 |
| Ind. Metálicas básicas | 60 | 77 | 27,6 |
| Ind. Metalmecánica | 19 | 23 | 18,5 |
| Material de transporte | 42 | 53 | 27,8 |
| Manufacturas diversas | 20 | 26 | 28,2 |
| Total | 3.657 | 4.222 | 100 |

## 7.- FACTOR SICOSOCIAL

### A.- SINDICATOS

Actualmente, si bien no existe actividad sindical legalizada, los conflictos gremiales son organizados por el Comando General de Trabajadores (CGT) de tendencia democristiana siendo su principal dirigente Manuel BUSTOS quien sustituyó este año a Rodolfo SEGUEL. El hecho que la CGT tenga una orientación democristiana no significa que haya coincidencia entre la central gremial y la estructura partidaria de la Democracia Cristiana ya que esta generalmente no responde a las convocatorias de movilización de la CGT.

Otro conglomerado importante en la movilización sindical es la denominada Asamblea de la Civilidad que está integrada por 22 agremiaciones y fue responsable el año pasado de las mayores movilizaciones contra el gobierno incluyendo la huelga nacional de los días 2 y 3 de julio de 1986. En este año se destaca la movilización de protesta convocada el día 18 de noviembre donde la Asamblea de la Civilidad logró reunir más de 200 mil personas.

las movilizaciones estudiantiles en el presente año alcanzaron cierta intensidad en el mes de junio cuando se produjeron importantes disturbios callejeros, mereciéndose destacar el conflicto universitario solucionado recientemente. La designación de José FEDERICI como Rector Interventor de la Universidad de Chile, fue rechazada por los decanos, los profesores y los alumnos, quienes paralizaron sus actividades durante dos meses hasta que el gobierno accedio a restituir al antiguo rector Juan de Dios VIAL. También merece destacarse dentro de la actividad gremial, el paro decretado por la CGT en el mes de octubre que tuvo una importante respuesta de los sectores obreros.



8711449

El ex-Cardenal Primado de Chile Raúl SILVA ENRIQUEZ llevó a cabo una importante oposición al gobierno, a través de siete vicarías sectoriales, siendo una de las más importantes la Vicaría de Solidaridad que se transformó en vocero de "exiliados", "desaparecidos" y "presos políticos".

La designación de Monseñor Francisco FRESNO en sustitución de ENRIQUEZ y la visita del Papa Juan Pablo II realizada en el mes de marzo del presente año son hechos que han marcado un acercamiento entre el gobierno y la Iglesia Católica, que si bien a través de algunos de sus voceros mantiene una actitud crítica, su oposición no se ha radicalizado. Como contrapartida, el régimen chileno se preocupó de acelerar el trámite de las leyes electorales para que fueran sancionadas antes de la llegada del Papa, a los efectos de demostrar a la Iglesia, el propósito aperturista del régimen.

V.- CONCLUSIONES

El panorama político chileno parece haber entrado en una etapa de reacomodamiento en vista del plebiscito previsto para fines del año próximo. Tanto el gobierno como la oposición buscan espacios de maniobra dentro de un espectro ideológico que tiende a dejar al margen a los sectores marxistas.

Dentro del oficialismo, las posiciones parecen girar en torno a la figura del General PINOCHET más que al proceso político en si. Aparentemente no existen diferencias notorias en la forma institucional que se adoptará en el futuro, ni en las etapas del cronograma previsto, sino que las mismas estriban si ese cronograma se cumplirá con o sin PINOCHET. Dentro de este contexto se destacan dos posturas contrapuestas: la de la Fuerza Aérea, que a través de su Comandante en Jefe ha reiterado que apoyará a un candidato civil y la del Ejército que ha evidenciado su respaldo a la postulación del General PINOCHET como candidato único. Si bien dentro de la Armada no han existido pronunciamientos definitorios, se considera que su posición sería más próxima a la de la Fuerza Aérea que a la del Ejército.

Por su parte el Director de Carabineros, Gral. Rodolfo STANGE, se declaró partidario de que un civil gobierne al país a partir de 1989.

La oposición por su parte en su mayoria, parece adaptarse a las reglas

del juego impuestas por el gobierno, por lo menos en lo que tiene que ver con el Estatuto de los Partidos Políticos y las reglamentaciones electorales. De esta manera aceptan la consulta popular del año próximo, especulando que en forma masiva la opinión pública votará por el "NO", lo que le dará un año de plazo para reorganizarse para un nuevo acto eleccionario. Dentro de todo este esquema, los sectores marxistas quedan marginados tanto por las disposiciones reglamentarias como por la prescindencia de los sectores opositores mejor organizados y con mayor capacidad de convocatoria como la Democracia Cristiana que procura un mayor distanciamiento de los comunistas.

El aislamiento político del Partido Comunista Chileno se evidenció más notoriamente después del atentado contra el General PINOCHET ya que al fracasar el mismo, se fortaleció la figura presidencial, dió credibilidad al hallazgo de importantes cantidades de armas destinadas al Frente Patriótico Manuel Rodriguez (brazo armado del PCCH) y otorgó mayores fundamentos jurídicos y políticos al gobierno para avalar su decisión de excluir a los marxistas que priorizaron la lucha armada antes que la lucha electoral.

En lo que tiene que ver con el movimiento subversivo propiamente dicho, es importante destacar que tras el fracaso del atentado contra PINOCHET, el FPMR habría sufrido una especie de "parálisis operativa" y si bien el secuestro del Coronel CARREÑO marca una acción de importancia de la organización terrorista, aparentemente la misma procura más que nada un crédito propagandistico. Se llega a esta conclusión después de analizar las distintas demandas de los subversivos para liberar al militar que han tenido tres versiones distintas: permitir el regreso de los exiliados, liberar a los detenidos por el atentado contra PINOCHET y repartir 250 mil dólares en alimentos, ropas y medicinas en los barrios pobres. Estas variantes en las demandas pueden significar tres cosas: que los subversivos realizaron esta acción con fines propagandisticos; que los mismos no se consideran con la suficiente fuerza para formular demandas contundentes o que dentro de la organización existen importantes diferencias tácticas.

CHILE

lap

OPTO. II (EXTERIOR) FICHADO



# Atentados y choques en Santiago, Chile; más de 40 detenidos

***Se realizará hoy en Chile una huelga general por 24 horas convocada por el opositor Comando Nacional de Trabajadores, la primera medida de este tipo desde julio de 1986. Una serie de atentados y manifestaciones previas a la medida, provocaron ayer heridas graves a dos policías que intentaban desactivar una bomba y generaron incidentes que culminaron con la detención de más de 40 personas, entre ellas tres argentinos que serán expulsados.***

**SANTIAGO, Chile, 6 (AFP, ANSA, AP, DPA y Reuter). — En vísperas de la huelga general de 24 horas convocada para mañana por el Comando Nacional de Trabajadores, el clima político en Chile fue sacudido hoy por una serie de atentados y manifestaciones opositoras, que provocaron heridas graves a dos carabineros y la detención de alrededor de 40 personas, entre ellas 3 argentinos y un fotógrafo de una agencia internacional.**

**En el más grave de estos hechos, el subteniente de carabineros Sergio Lara Fuenzalida, de 23 años, perdió una mano, un ojo y recibió graves quemaduras en distintas partes del cuerpo, al estallar una bomba que intentaba desactivar colocada en una sucursal bancaria en el barrio residencial Providencia de la capital.**

**Un comunicado oficial del cuerpo de carabineros afirmó luego que el oficial se encuentra internado en grave estado. El atentado también produjo heridas en las piernas al agente Víctor Silva Carbajal.**

**Durante la noche, por lo menos 5 autobuses fueron asaltados por grupos armados los cuales, luego de hacer descender a conductores y pasajeros, procedieron a incendiarlos. En ninguno de estos episodios se registraron víctimas personales.**

**Sobre el mediodía de hoy, alrededor de 5 mujeres, familiares de presos políticos, se encadenaron a las rejas del edificio en el que funcionó el Parlamento hasta el golpe de 1973, en señal de protesta por el régimen de prisión y el tipo de juicios a los que son sometidos los detenidos por razones políticas.**

**La protesta coincidió con el fin de una huelga de hambre de 119 presos políticos, quienes atendieron así pedidos formulados por la Iglesia Católica, los organismos de derechos humanos y distintas fuerzas opositoras. Tras 40 días de ayuno total, 3 de esos detenidos presentan cuadros físicos de extrema gravedad.**

**♦ Manifestaciones**

**La policía reprimió con golpes de bastón la manifestación de los familiares de los detenidos, varios de los cuales fueron arrestados.**

**Según informó luego la agencia oficial Orbe, entre los arrestados en el lugar figuran los ciudadanos argentinos José Maza, Luis Fuentes y Marta Livia Bedna, quienes habrían ingresado al país ayer, por el paso cordillerano Libertadores, provenientes de la provincia de Mendoza.**

**Según esa información, en las próximas horas las autoridades entregarán a los detenidos al cónsul argentino, para que éste se responsabilice por su inmediato abandono del territorio chileno.**

**Al mismo tiempo, diversos testimonios dieron cuenta de que fue detenido en el**

Agencia

Casi un centenar de mujeres, exhibiendo carteles y pancartas, en una de las manifestaci de protesta en Santiago de Chile, previo al movimiento de fuerza de la C.N.T.

**lugar el fotógrafo Marcos Ugarte, de la agencia Franco Prensa, quien se encontraba cubriendo el incidente. Ugarte —ex fotógrafo de la revista opositora democristiana "Hoy"— habría sido duramente golpeado por el personal policial.**

**Casi a la misma hora en la que tenían lugar estos sucesos, en el mismo centro de Santiago se desarrollaron manifestaciones relámpago organizadas por profesores y estudiantes universitarios, en protesta por la política oficial para el nivel y como exigencia de la renuncia del delegado normalizador en la Universidad de Chile, José Luis Federici.**

**Fuerzas de carabineros dispersaron a los manifestantes con gases lacrimógenos y arrestaron a 15 de ellos, incluido el sidente de la gremial de profesores d Universidad de Chile, Patricio Sanz.**

**Finalmente, la Vicaría de la Solid dad del arzobispado de Santiago denu que, anoche, un individuo pretendió ingresar en la residencia del secretario cutivo del organismo, Enrique mo no pudo hacerlo, arrojó en el ju una bandera de la organización guerri ra Frente Patriótico Manuel Rodrig como un intento de ligar el fundam con ese grupo. Ayer mismo, con la a tencia de su fundador, el cardenal S Silva Henríquez, se conmemoró el d mogésimo aniversario de la creación la Vicaría.**

01 . 01

87 1 1462

ARCHIVAR EN: CHILE (106)

TEMA: Radares Soviéticos en Argentina, invaden Chile

PROCEDENCIA: Opinión 23/10/87

ARCHIVADO EN: Argentina (084)

01.01

8711519

---

ARCHIVAR EN: CHILE (106)

TEMA: Parte Especial de Información (I) No. 979/BESA (Adj. Documento sin Titulado Manual sobre el proceso Subversivo en Chile

PROCEDENCIA: EME 30/11/87 Doc 1279/87

ARCHIVADO EN: P.E.I (084)

01.01

8711551

12 Fichas Chile

pp

Exterior La Nación 6/9/87

# Regresó a Santiago otro ex legislador en el exilio

## Ayer lo hizo clandestinamente Erich Shnacke; en Concepción, una votación simbólica propicia elecciones libres en Chile

SANTIAGO, 5 (Reuter).– El ex senador socialista chileno Erich Shnacke regresó clandestinamente al país desde su exilio en España y se presentó sorpresivamente hoy en una reunión internacional de parlamentarios, repitiendo acciones similares realizadas ayer por otros dos ex diputados comunistas.

En medio de aplausos de los asistentes a la reunión –en la que participan legisladores de América latina, Europa, los Estados Unidos y Canadá–, Shnacke pronunció un breve discurso y abandonó rápidamente el hotel céntrico que sirve de sede al encuentro, organizado por opositores al gobierno militar.

Poco después de su inauguración, se presentó ayer Luis Guastavino, a quien se suponía exiliado en Buenos Aires, y por la tarde, lo hizo Leopoldo Ortega, dirigente comunista que desde hacía tres años vivía en la clandestinidad por tener una orden de arresto en su contra.

La policía detuvo a Ortega en las primeras horas de hoy en el hotel, pero el gobierno militar chileno ordenó su liberación cuatro horas después, dijeron sus familiares.

Shnacke fue el sexto dirigente izquierdista que ingresó clandestinamente en el país desde que en marzo apareció en un tribunal judicial de Santiago Clodomiro Almeyda, ex canciller del gobierno de Salvador Allende, derrocado en un golpe militar en 1973, actualmente encarcelado y procesado bajo el cargo de hacer "apología de la violencia".

El mismo camino siguieron las ex parlamentarias comunistas Mireya Baltra y Julieta Campusano, liberadas tras cumplir dos meses de confinamiento en localidades remotas del país, y el dirigente socialista Carlos Ruiz, actualmente procesado.

Shnacke –colaborador del gobierno socialista español– fue procesado por un tribunal militar después del golpe de 1973 y condenado a 20 años de cárcel, acusado de intento de infiltración de las fuerzas armadas.

Pero en 1975, el entonces dirigente del Partido Socialista Obrero Español (PSOE) Felipe González intercedió para que se le conmutara la pena por exilio, que el gobierno militar accedió poco después.

### Con periodistas

En breves declaraciones a periodistas locales, Shnacke dijo que su caso ya estaba resuelto y que no enfrentaba ningún tipo de sanción penal "por lo que tengo pleno derecho a vivir en Chile".

Añadió que sus abogados interpusieron un hábeas corpus ante la Justicia, para asegurar su permanencia en Chile.

### Votación simbólica

CONCEPCION, Chile, 5 (Reuter).– Más de 20.000 habitantes de esta ciudad chilena votaron en favor de elecciones libres en reemplazo de un plebiscito de sucesión presidencial que planea el gobierno militar, durante un proceso de votación simbólica de dos días, organizado por opositores.

Un recuento del primer día de sufragios demostró que de 21.181 votos emitidos, 20.035 son en favor de elecciones libres, 526 por el plebiscito y 684 nulos. El resto fueron votos en blanco.

Los comicios, organizados por el Comité por Elecciones Libres, que forman prominentes políticos e intelectuales opositores al gobierno militar, se han realizado en forma totalmente pacífica.

Concepción tiene cerca de 700.000 habitantes y con Valparaíso disputa el segundo lugar en importancia, después de la capital.

01.01

8711685

CLARIN Buenos Aires, jueves 8 de octubre de 1987

CHILE

# Decenas de detenidos en jornada de huelga

Agencia AFP

Un grupo de carabineros chilenos arresta a manifestantes durante los disturbios de ayer en Santiago, Chile.

SANTIAGO, Chile, 7 (AFP, ANSA, AP y Reuter). — En un marco de parcial acatamiento y contradicciones el desarrollo de la huelga general de 24 horas convocada para hoy en Chile por el Comando Nacional de Trabajadores estuvo signado por una serie de incidentes que culminaron con varios jóvenes heridos de bala y la detención de entre 50 y 100 personas, algunas de ellas importantes dirigentes de la oposición al gobierno de Augusto Pinochet.

Santiago y las principales ciudades del interior del país amanecieron virtualmente ocupadas por tropas del ejército, la fuerza aérea y carabineros, mientras los primeros efectos del paro se hacían notar, en la capital, en la escasez de medios de locomoción pública.

Sobre el mediodía, los transportes tendían a aumentar, hasta llegar, según estimaciones de la dirección de comunicaciones de la municipalidad metropolitana, al funcionamiento de un 60 por ciento del parque total. Sin embargo, a partir de las 15, hora local, volvió a producirse una merma notable, mientras miles de personas que abandonaron sus trabajos antes de hora trataban de viajar a sus hogares.

En la mañana, la ausencia de transporte había retrasado la llegada de empleados y trabajadores a sus lugares de trabajo, en la mayoría de los cuales se les había conminado a "presentarse de cualquier manera".

En las primeras horas de la tarde, el ministro del Interior, Sergio Fernández, afirmó a la prensa que "el llamado al cese de tareas fue un absoluto y total fracaso".

Los dirigentes del Comando Nacional de Trabajadores, sin embargo, consideraron que su convocatoria había recibido una "importante respuesta, teniendo en cuenta las limitaciones que impone la dictadura".

Esta evaluación fue parcialmente confirmada por la organización patronal SOFOFA, para la cual "las áreas fundamentales de la economía —servicios, minería, petróleo y puertos— funcionaron normalmente, y se notó algún ausentismo y paralización en pequeñas y medianas empresas privadas".

La zona céntrica de la capital, los campus universitarios y los barrios periféricos de Santiago fueron escenario de manifestaciones de apoyo a la huelga e incidentes con fuerzas militares y policiales.

En la Plaza de Armas, de Santiago, fueron detenidas unas 20 personas, entre un grupo que se había reunido para cantar el himno. Entre los detenidos figuran Ricardo Núñez y Jorge Molina, máximos dirigentes de la fracción más moderada del Partido Socialista.

01.01

8711822

INTERNACIONAL

# Los militares desconfían de Pinochet

**Las Fuerzas Armadas chilenas no creen ya que Pinochet pueda garantizarles el futuro y comienzan a tomar distancias.**

EL general Pinochet no tiene quien le escriba en los cuarteles. Con la excepción del Ejército de Tierra, los otros tres Cuerpos —Marina, Carabineros y Aviación— ya han tomado posición contra los intentos del dictador de perpetuarse en la presidencia por otros nueve años.

La huelga general del día 7 de octubre y la huelga universitaria han contribuido a un clima de tensión que se hace cada vez más insoportable. El capitán general maniobra, sin embargo, entre sus partidarios e intenta que todos se inscriban en las listas electorales para votar por él. Mientras tanto, prepara para estos primeros días de octubre la celebración de la Junta Calificadora anual, que determina los ascensos y destinos en el Ejército, con objeto de favorecer a quienes le son absolutamente fieles.

A pesar de todo, la capacidad de maniobra del general choca cada vez con obstáculos mayores entre sus compañeros de armas. El general Fernando Matthei, comandante en jefe de la Fuerza Aérea, acaba de ser muy claro al respecto: «No sería admisible un plebiscito con una inscripción menor del setenta por ciento.» La dureza de Matthei está relacionada con el hecho de que también el general Rodolfo Stange, jefe del Cuerpo de Carabineros, se ha sumado a anteriores declaraciones del almirante José Toribio Merino, jefe de la Marina, y del propio Matthei, que han abogado porque el candidato a presentar por las Fuerzas Armadas sea un civil. Ello quiere decir que de los cuatro miembros de la Junta de Comandantes en Jefe, sólo el del Ejército de Tierra sería favorable a Pinochet.

Las primeras divergencias públicas entre distintos mandos castrenses y el poder personal de Pinochet aparecieron en 1985. Ese año, las declaraciones de Pinochet sobre su autoperpetuación en el poder fueron contestadas por la Fuerza Aérea, cuyo comandante en jefe llegó a saludar el Acuerdo Nacional que patrocinara la Iglesia católica. A fines de ese año, Pinochet convocó a todos los jefes de la Junta para intentar atajar el problema de las discrepancias públicas, pero la reunión concluyó en un sonoro fracaso. Se asegura que la tensión entre Pinochet y Matthei llegó a tal punto, que este último ofreció la dimisión de la Junta, pero sin dejar de ser jefe de las Fuerzas Aéreas chilenas. Ello suponía un reto considerable: la Fuerza Aérea estaba dispuesta a apartarse de la Junta de Gobierno.

En realidad, las malas relaciones del Capitán General con la Fuerza Aérea vienen de muy lejos. Prácticamente desde que su antiguo jefe, el general golpista Gustavo Leigh, fuera obligado a dimitir en 1978. Según el embajador norteamericano Harry Barnes, en sus contactos con las Fuerzas Aéreas chilenas se le ha expresado muy claramente la disposición para *sustituir* a Pinochet a corto plazo.

El Ejército de Tierra, clave para la permanencia de Pinochet en el poder.

La actitud de la Marina es algo diferente. En 1985, su jefe, el almirante José Toribio Merino, tuvo una actitud muy ambigua, pero a finales de 1986 fue él quien propuso la modificación de la Constitución, para eliminar el plebiscito e ir en 1989 a elecciones presidenciales abiertas. Se asegura que la Marina no quiere una apertura tan rápida como la Aviación, sino un proceso evolucionista seguro.

**MANIOBRA FRUSTRADA.** Las relaciones de Pinochet con el Cuerpo de Carabineros (policía armada) se vieron muy afectadas cuando el gobierno lo hizo responsable del caso de los tres dirigentes comunistas, José Manuel Tarada, Manuel Guerrero y Santiago Nattino, que fueron secuestrados en marzo de 1985 por civiles no identificados y luego aparecieron degollados. Al parecer, esa actitud del gobierno no tenía otro objetivo que hacer dimitir al comandante del Cuerpo, el general Mendoza.

Augusto Pinochet logró esa dimisión, pero la respuesta fue una minisubordinación, con acuertelamiento incluido. Los carabineros lograron que fuese designado jefe del Cuerpo el segundo de Mendoza, general Rodolfo Stange. No obstante, y a pesar de que los Carabineros son una fuerza numerosa (treinta mil hombres bien armados y entrenados) parece difícil que busquen tensiones con sus compañeros de oficialidad del Ejército de Tierra.

La preeminencia del Ejército de Tierra es clave en Chile, al igual que en otros países latinoamericanos, para el afianzamiento del régimen, no sólo por razones del número y de disposición orgánica, sino por motivos políticos; las otras ramas del Ejército difícilmente se enfrentan a sus *hermanos de armas*.

Como el capitán general sabe bien todo esto, en cuanto surgieron los primeros síntomas de contestación interna, en 1985, se dedicó a visitar los cuarteles y a recomponer el Alto Mando a su favor. Porque es cierto que también en el Ejército de Tierra aparecieron sectores que —especialmente a los ojos de Pinochet— parecían querer tomar distancias de su poder personal.

A comienzos de 1985, el coman-



101.03

8711854

te en jefe acusó a los jefes de las regiones extremas (norte y sur del país) de haber permitido manifestaciones opositoras cuando Pinochet llegó de visita. En el sur, el general Luis Danús produjo el *puntarenazo* (de la ciudad de Punta Arenas) al asistir a la concentración convocada por el obispo Tomás González en apoyo del Acuerdo Nacional.

Ese año también llegó a Chile la publicación del libro del general Prats, el que fuera comandante en jefe constitucionalista, obligado a dimitir poco antes del golpe y asesinado al año siguiente en su exilio de Buenos Aires. *Memorias. La vida de un soldado* es una crónica de la vida militar hasta inmediatamente después del golpe. La respuesta del capitán general Pinochet fue incluir en las órdenes del día del Ejército la prohibición de leer el libro.

El dictador preside un desfile con Toribio Merino y Fernando Matthei.

Pero las medidas más efectivas de Pinochet tuvieron que ver con los cambios en la cúpula del Ejército. Primero intervino en el proceso de ascensos, y un grupo de generales de brigada (Jorge O'Ryan, Manuel Barros, Roberto Soto, Sergio Badiola, Alberto Calderón y Roberto Fuillard) saltó por encima de otros de mayor antigüedad para obtener el grado de mayor general y poder ocupar cargos institucionales y de mando. Por ejemplo, O'Ryan obtuvo la jefatura del Estado Mayor que le correspondía al general que tuviera la cuarta antigüedad, precisamente Luis Danús, quien, al no tener cargo institucional, tuvo que retirarse de la vida activa al concluir su periodo habitual, en 1986.

Para completar el cuadro, Pinochet llegó hasta la cúspide institucional, y el 7 de noviembre sustituyó al general César Benavides como representante del arma en la Junta por el general Julio Canessa. Fue un cargo que duró poco, porque Canessa pareció sensible a las opiniones de los otros miembros de la Junta y fue sustituido un año más tarde por el general Humberto Gordon, hasta entonces jefe de la CNI (policía política del régimen).

Pero la explosión de discrepancias de 1985 tuvo un cierto descanso en 1986, en especial dentro del Ejército de Tierra. La razón es que ese año iba a ser el decisivo para la oposición. El líder sindical Rodolfo Seguel asumía el espíritu de toda la oposición, cuando en la primera semana de 1986 afirmaba: «Y ahora la huelga general para tirar a la dictadura.»

Y, en efecto, todos los sectores opositores, coordinados por la Asamblea de la Civilidad, desarrollaron las movilizaciones más activas de la vida del régimen.

Algo que no podía dejar de afectar a los militares chilenos. De hecho, parecía posible una ruptura democrática conducida por civiles exclusivamente. Y surgió el famoso *síndrome argentino*. La reacción en el Ejército fue masiva. Sólo en Santiago, durante el mes de abril, fuerzas del Ejército de Tierra y los carabineros peinaron treinta y tres barriadas de la capital, afectando a más de cien mil personas. Quince mil de ellas fueron detenidas.

A cada convocatoria de manifestación el Ejército desplegaba entre cinco mil y quince mil efectivos para controlar la insurgencia, usando lo que el humor criollo llamó *moda Punk;* es decir, la cara pintada de negro y verde oscuro.

El atentado contra el general Pinochet llevó esta situación dentro del Ejército al punto más alto. El capitán general creyó llegada la oportunidad de aprovechar las coincidencias militares de rechazo a la ruptura democrática y, veinticuatro horas después del atentado, anunció la posibilidad de celebrar un plebiscito sobre la violencia que le convertía virtualmente en candidato único. La inmediata reacción de Matthei, Merino y la Embajada norteamericana le forzó a aplazar el miniplebiscito. Pinochet no olvidaría el gesto y seis meses después, en respuesta al diario *Le Monde*, mencionaba sus sospechas acerca del conocimiento que la CIA había tenido del atentado.

El reflujo de la capacidad movilizadora de la oposición con que acabó 1986 y la aprobación por la Junta de la leyes electorales en el primer trimestre de 1987 crearon un nuevo clima político. Matthei, Merino y, finalmente, Stange definieron con toda precisión el perfil del candidato presidencial: «Un civil con la edad adecuada para conducir por otros nueve años la transición».

**SORPRESA ESPERADA.** Paralelamente, altos oficiales del Ejército de Tierra tomaron la palabra en los medios de comunicación para defender la candidatura de Pinochet. El general Patricio Serne, entre otros, repitió: «El periodo de consolidación que empieza en 1989 debe ser conducido por quien gestó el proceso en 1973. No hay otra alternativa válida.» Esta ofensiva declaratoria de los más encendidos pinochetistas en el Ejército de Tierra se fue mostrando contraproducente: no conseguía sacar del silencio a cargos importantes. Y el lunes 8 de junio llegó la sorpresa: Pinochet convocó a los generales para comunicarles su decisión de *ajustar* los cambios en el Ejército a las necesidades institucionales del país. Eso tenía como primera consecuencia el adelantar la Junta Calificadora, que tiene lugar todos los años a finales de septiembre, con el fin de decidir los ascensos, e incluso adoptar medidas de urgencia. Una de ellas, espectacular, fue destituir al flamante general Jorge O'Ryan, que sólo dos años antes había saltado nueve antigüedades para ocupar el cargo de jefe del Estado Mayor.

Los hechos se precipitaron con rapidez. El día 12 de junio, el capitán general convocó a los treinta y cinco generales del Ejército para realizar la mencionada Junta Calificadora extraordinaria. Inexplicablemente se postergó tres días, y, finalmente, tuvo lugar en el palacio presidencial de La Moneda, y no en el Ministerio de Defensa. La propuesta de Pinochet no era



02

8711854

menos importante. En el proceso calificatorio entraban la remoción de Gordon, como representante del Ejército en la Junta y su sustitución por Santiago Sinclair, actual vicealmirante en jefe del Ejército, y el nombramiento para ese puesto de Roberto Guilar.

Los generales empezaron a estudiar las propuestas de inmediato, mientras Pinochet realizaba un viaje institucional a Arica. Cuando regresó, el proceso calificador se detuvo. Para cubrir la vacante del jefe del Estado Mayor fue nombrado Manuel Barros, un general próximo al retiro. La junta extraordinaria se disolvió hasta que la ordinaria sea convocada en estos días. La interpretación de esta junta frustrada es que Pinochet ha encontrado más reticencias de las esperadas para sus propuestas. Precisamente cuando es más evidente para los generales que el capitán general sólo quiere personas que le presten un apoyo incondicional.

La cuestión es que todavía le quedan algunos fieles en el Ejército, aunque para ello hay que ir de nuevo a coptar al grado de general de brigada. Siete de ellos están en las listas favorables a Pinochet: Arturo Alvarez, Eduardo Ibáñez, Bruno Siebert, Jorge Zingue, Mario Navarrete, Luis Serre y Hugo Salas.

La Universidad chilena, en huelga.

**TOTAL FIDELIDAD.** La necesidad de esa absoluta incondicionalidad que reclama Pinochet es difícil de entender: para disuadir al resto de las Fuerzas Armadas, Pinochet necesita de un Ejército dispuesto a todo por su capitán general. Pero incluso si no le queda más remedio que aceptar la propuesta de Gordon de ir como candidato civil, abandonando la comandancia orgánica militar, le es completamente necesario un vicecomandante fiel.

Por eso es tan importante la reunión de la Junta Calificadora que tendrá lugar ahora en octubre. En las otras ramas de las Fuerzas Armadas parece existir ya un consenso: no quieren una ruptura democrática que los deje a los cascos de los caballos, pero tampoco la autoperpetuación de un capitán general que cada vez les exige mayor incondicionalidad, pero que no les garantiza el futuro.

La huelga general no bastó para *tumbar* a la dictadura. Sin embargo, sectores claves del régimen, además de las Fuerzas Armadas, se preguntan si Pinochet puede asegurarles el futuro.

**E. G. Moraga**
*(Enviado especial a Santiago)*

03.03

a711854

ARCHIVAR EN: Chile (106)

TEMA: Pedido de señores británicos al Gobierno Chileno

PROCEDENCIA: La Prensa 21/11/D

ARCHIVADO EN: G. Bretaña (013)

01.01

8712125

HR

904



# Califican como exitoso el acto opositor en Chile

SANTIAGO, Chile, 20 (AP).– Como un "éxito que superó lo previsto" calificaron hoy los organizadores una concentración en demanda de elecciones libres efectuada anoche y cuya asistencia calcularon en 330 mil personas.

La cifra fue refutada por el gobierno, que la estimó en 50 mil.

"Estamos sorprendidos porque esperábamos unas cien mil y llegaron muchísimas más", dijo Juan Carlos Laterre, dirigente de la Asamblea de la Civilidad, multigremial de profesionales y estudiantes creada hace un año y medio, que convocó a la reunión efectuada en un parque público destinado a desfiles militares.

## Elecciones abiertas

El propósito de la manifestación fue exigir al régimen militar que reemplace el plebiscito con un solo candidato nominado por los comandantes en jefe de las Fuerzas Armadas por elecciones abiertas para elegir al nuevo presidente de la República.

El gobierno encabezado por el general Augusto Pinochet y los comandantes en jefe se han negado hasta ahora a modificar este mecanismo de sucesión presidencial, que está consagrado en la Constitución aprobada en 1980.

Pinochet, que realiza una gira de tres días por Antofagasta, a 1368 kilómetros al norte de Santiago, no ha dicho si será el candidato propuesto para el plebiscito, aunque ha hecho un llamado para votar afirmativamente durante el referéndum, que se realizará antes de que finalice el próximo año.

## Estimaciones

Laterre, ingeniero que milita en la Democracia Cristiana (centrista), insistió hoy en que los concurrentes fueron 330 mil personas, pero la policía de investigaciones estimó en 50.000 la cifra de asistentes.

Laterre desafió al Gobierno a efectuar una concentración en el mismo lugar, pero un militar asistente de Pinochet dijo que "el Gobierno no necesita de esas demostraciones de fuerza para saber que cuenta con el apoyo mayoritario de la población".

En el acto opositor hablaron el médico Juan Luis González, presidente de la Asamblea de la Civilidad, quien pidió la integración de la multigremial a la coordinación de los tres comités por elecciones libres existentes en el país.

## Reacciones

Su llamado no tuvo de inmediato eco en la fraccionada oposición chilena.

González dijo que "no es el pueblo el que pone la violencia" al referirse a la aparición de detenidos al término de la concentración, en la que la policía militarizada de carabineros no estuvo presente en la reunión.

Agregó que "se demostró que el pueblo chileno es capaz de juntarse y movilizarse pacíficamente para obtener elecciones libres".

El otro orador de la manifestación, el sindicalista Manuel Bustos, quien estuvo preso cerca de un mes, después de llamar a un paro el 7 de octubre último en demanda de mejoras salariales, dijo que su balance de la reunión era "el mejor" porque "la cantidad de gente que acudió fue más de la que esperaba".

Sin embargo, Bustos se mostró desilusionado con el discurso de González porque no llamó a una nueva jornada de protesta contra el Gobierno.

01.01

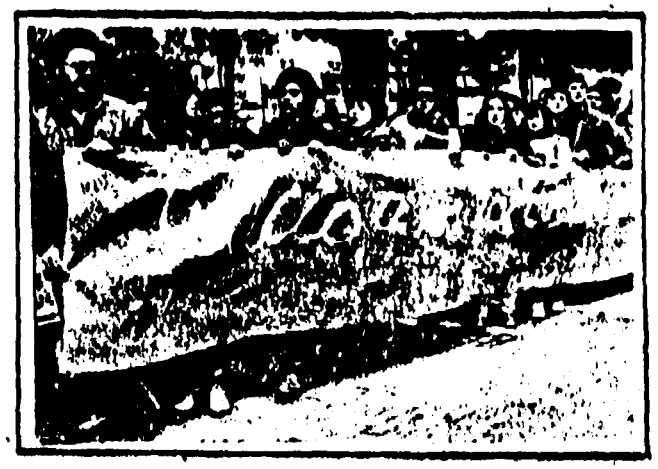
8712136

# CHILE

## MOVIMIENTO SEBASTIÁN ACEVEDO:

# Cuatro años de "golpear conciencias"

LOS QUINTRALES. OCTUBRE/1987



En la Plaza de Armas se congregaron 200 miembros del Movimiento "Sebastián Acevedo". Hubo 27 detenidos.

*El Movimiento contra la Tortura conmemoró su aniversario con panfleteos, pegatina de afiches y una acción callejera.*

Tres "cuncunas" de gente entrelazada de los brazos comenzaron a avanzar rítmicamente, el día 14 de septiembre, a las 1.30 en punto, por la Plaza de Armas. Cada "cuncuna" portaba un lienzo: uno blanco, uno azul, otro rojo. Uno decía "Chile: país torturado", el otro "Fin a la tortura", y el otro "Juicio para los torturadores". Las cadenas humanas estaban formadas por dueñas de casa, miembros de comunidades cristianas, sacerdotes, religiosas, mucha juventud, no cristianos, militantes de todo tipo de partidos de oposición, miembros de instituciones de derechos humanos, estudiantes, pobladores. Todos miembros del "Movimiento Contra la Tortura Sebastián Acevedo", que cantaban "Yo te nombro Libertad, escribo tu nombre en las paredes de mi ciudad", mientras avanzaban con disciplina y decisión hacia las escalinatas de la Catedral.

Con esta acción, estaban conmemorando su cuarto aniversario. Cuatro años en lo mismo: "trabajando por terminar con la tortura, ese es nuestro objetivo. Buscamos golpear las conciencias, nuestra eficacia se mide por el efecto que producimos en las conciencias de los que van pasando, de los que saben lo que hicimos, por hacer pensar a la gente, nada más", explicó el sacerdote jesuita José Aldunate. Añadió: "Somos todos gente muy normal que hacemos las cosas con miedo, a veces temblando. No tenemos superhombres en el movimiento, pero tenemos la fuerza del colectivo y de nuestra tarea".

Elena Bergen, asistente social, también miembro del Movimiento desde sus inicios, recuerda: "Eramos una comunidad cristiana, en el año 83, que veíamos las protestas que se multiplicaban y sentíamos que había que aportar algo. Nos parecía que ya las declaraciones, discutir y comentar, cansaba. Y queríamos HACER algo. Nos resultaba indignante la tortura, la represión. Además de la CNI, en ese tiempo Carabineros apagaba barricadas con el cuerpo de jóvenes o torturaba gente detenida en sus buses. Nuestra primera acción, el 14 de septiembre de 1983, fue bien improvisada: nos sentamos en la calle, frente al local de la CNI de Borgoño, con un lienzo que decía "AQUI SE TORTURA A UN HOMBRE", paramos el tránsito y también indicamos el local con el dedo. De puro susto se nos ocurrió cantar "Yo te nombro, Libertad" que ha acompañado hasta hoy todas nuestras acciones, que han sido ochenta".

El movimiento agrupa actualmente a [illegible] personas y es capaz de convocar a [illegible]. "Tenemos un funcionamiento muy fluido y democrático, de mucha comunicación colectiva. Se hacen proposiciones, se discute en grupos más amplios, se ven las posibilidades y se asumen las tareas", explican José Aldunate y Elena Bergen. "Hemos ido aprendiendo. Llegamos a hacer las acciones como las hacemos hoy porque la práctica nos ha ido enseñando. Nosotros evaluamos las acciones cada vez, revisamos lo positivo y los defectos, para corregir. Nos hemos dado cuenta de que la disciplina es fundamental, también que la gente convocada debe tener seguridad y confianza en que lo que se hará es exactamente lo que hemos planeado, cada uno debe saber muy precisamente lo que le toca hacer. Y, sobre todo, hemos aprendido el valor que tiene lo colectivo: apoyado, en grupo, uno puede hacer cosas que jamás se atrevería individualmente".

En el día de su cuarto aniversario, el movimiento Sebastián Acevedo efectuó pegatina de afiches en distintos puntos de Santiago y panfleteos en diversas esquinas de Providencia y la Alameda. En la acción tricolor de la Plaza de Armas, los tres lienzos con sus portadores lograron juntarse por algunos minutos frente a la Catedral. Mucha gente que pasaba por el lugar se sumó a la acción aplaudiendo, cantando o incorporándose a las "cuncunas". Era como un juego hasta que la manifestación fue violentamente reprimida por Carabineros. Hubo palos, bombas lacrimógenas y líquido enceguecedor para los participantes, además de 27 detenidos. "Pero como nuestro objetivo es golpear conciencias, una detención, una derrota aparente, que nos tomen presos o nos acusen, para nosotros es eficaz, ayuda al objetivo", dijo con una sonrisa serena el padre José Aldunate, al finalizar la acción.

PAMELA JILES

01.01

8712144

# Pinochet criticó ante la SIP a la prensa extranjera

## El presidente de la entidad, Alejandro Miró Quesada, dijo que la democracia es inseparable de la libertad de prensa

SANTIAGO, Chile, 18 (AP).– El presidente de Chile, Augusto Pinochet, fustigó hoy a la prensa internacional por la "desinformación" sobre su régimen y defendió las medidas restrictivas aplicadas durante la inauguración de la asamblea anual de la Sociedad Interamericana de Prensa (SIP), mientras el presidente de ese organismo, el peruano Alejandro Miró Quesada, expresó preocupación por las limitaciones a la libertad de expresión en este país.

Pinochet, vestido de civil y en medio de un gran despliegue de agentes de seguridad, concurrió hasta el hotel céntrico donde el lunes se iniciaron los debates de los 400 asistentes a la asamblea anual de los editores periodísticos.

Agentes revisaban minuciosamente a los periodistas y les colocaban un distintivo de la revisión, mientras en el exterior del hotel había desplegado un fuerte contingente de policías y agentes y un helicóptero sobrevolaba el lugar, a unas diez cuadras de la sede presidencial.

### Proceso de descomposición

El gobernante, cuyo régimen no respeta la libertad de prensa, según afirma un informe entregado el lunes por el vicepresidente regional de la SIP, Emilio Filippi, dijo que para comprender la situación de los medios informativos es preciso conocer la realidad anterior al golpe militar de 1973, que habría sufrido un proceso de descomposición.

Dijo que su gobierno no sólo ha experimentado la agresión soviética, sino que "debemos sufrir también la campaña de desinformación más brutal y la mentira más encarnada que el comunismo leninista ha lanzado contra nuestra patria".

Agregó que "ningún país y ningún gobierno ha sufrido la incomprensión de la prensa extranjera como lo ha sido el de Chile".

Señaló que con motivo del hallazgo de arsenales el año pasado y de la visita en abril del Papa la prensa internacional ha entregado una versión tergiversada.

### Garantía constitucional

Dijo que la Constitución que hizo aprobar en 1980 garantiza la más amplia libertad de expresión, aunque no mencionó que su régimen ha hecho uso del articulado transitorio que permite una serie de restricciones a las libertades públicas.

Respecto de una reciente ley que sanciona a las personas y grupos declarados fuera de la ley y que establece multas y clausuras a los medios de comunicación que divulguen informaciones sobre los partidos proscritos y sus voceros, Pinochet dijo que su régimen ha adoptado medidas precautorias.

"Se han creado sólidas y concretas barreras constitucionales y legales que impiden a los partidos o grupos totalitarios y sus personeros para que utilicen a la prensa en su acción proselitista", dijo.

Sostuvo que a pesar de la incomprensión de la prensa extranjera "creo firmemente en la libertad de prensa".

Pinochet (AFP)

Miró Quesada (AP)

Concluyó su discurso, aplaudido por muchos asistentes, advirtiendo que "Chile no claudicará y su pueblo sabrá continuar construyendo soberanamente las condiciones que favorezcan su más pleno desarrollo espiritual y material".

El discurso de Pinochet fue precedido por el del presidente de la Asociación Nacional de la Prensa de Chile, Carlos Paul, y el del presidente de la SIP, Alejandro Miró Quesada, quien dijo que esta nueva reunión de la entidad en este país se realiza en épocas difíciles para la libertad de prensa.

Miró Quesada, quien es editor de El Comercio de Lima, expresó preocupación por la reciente ley antimarxista porque "de acuerdo con el informe presentado vulnera la libertad de prensa".

### Democracia y libertad de prensa

SANTIAGO, Chile, 18 (ANSA).– La "plena vigencia de la libertad de prensa como garantía de elecciones y procesos democráticos" fue destacada por el presidente de la SIP, Alejandro Miró Quesada, al inaugurar oficialmente las deliberaciones de la asamblea en esta capital.

Al hablar ante el jefe de Estado chileno, Augusto Pinochet, el peruano Miró Quesada mencionó "específicamente los problemas que ha tenido la libertad de expresión en Chile, Paraguay, Nicaragua y Panamá", y destacó que no es intervención política la preocupación de la SIP por la libertad de expresión.

"El camino de la democracia es inseparable del de la libertad de expresión", afirmó Miró Quesada, quien hizo referencia a que la anterior reunión de la SIP en Chile fue en 1972, "también épocas difíciles para la libertad de prensa".

El titular de la SIP subrayó que "el libre flujo de noticias e informaciones es una de las bases esenciales de una sociedad democrática y uno de los derechos humanos más firmemente garantizados por los organismos internacionales".

### Misiones especiales

Recordó las misiones especiales para proteger la libertad de expresión en Panamá, Paraguay, Nicaragua y Chile.

El periodista mencionó expresamente su preocupación por las nuevas normas constitucionales vigentes en Chile que "vulneran la libertad de prensa al establecer la censura a determinadas informaciones y opiniones".

Señaló, además, que hoy, "a no dudar, una ofensiva mundial por el control oficial de los medios de comunicación". Dijo que la prueba más clara es lo acontecido en la Unesco con motivo del nuevo orden mundial de la información y la comunicación.

"El derecho a la libertad de expresión está cuestionado por la propia Unesco donde, con el pretexto de una falta de equivalencias entre el hemisferio norte y el hemisferio sur, se ha logrado implantar un nuevo orden informativo que más que ampliar el flujo noticioso lo que hará será limitarlo a través de agencias de noticias gubernamentales", manifestó.

Miró Quesada expresó que "el trasfondo es ganar la mente del individuo y para ello es indispensable controlar la información. La realidad de lo que está en marcha es una guerra de la información... y la prueba la hallamos en que no obstante el tiempo transcurrido y el dinero invertido en la creación de nuevas agencias noticiosas en el Tercer Mundo, ninguna de ellas es privada, sino todas están vinculadas a gobiernos".

01.01

8712278

# El ejército de Chile reiteró su apoyo a Pinochet

El jefe del estado mayor del ejército chileno, general Manuel Barros Recabarren, expresó hoy que Chile "irá a un plebiscito, seguramente el año próximo", al tiempo que destacó su apoyo a la candidatura de Augusto Pinochet para esa consulta.

Barrios Recabarren aseveró que "en Chile existe una tranquilidad enorme y el pueblo así lo entiende".

Respecto de la situación económica de su país, el jefe militar chileno destacó que la economía "ha ido avanzando bien segura y esto es producto del respaldo que ha dado el pueblo al gobierno", a la par que aseguró que "en Chile ha bajado la inflación".

El general Barrios Recabarren formuló estas declaraciones en el marco de la XVII Conferencia de Ejércitos Americanos, que delibera en el Hotel Provincial de la ciudad de Mar del Plata. (Ver páginas 4 y 5).

Alrededor de una veintena de exiliados chilenos en la Argentina protestaron por la presencia del jefe militar, solicitando su expulsión y denunciando casos de torturas en su país.

Barrios Recabarren insistió ante el periodismo que "prefiero un candidato de las fuerzas armadas como sustituto al referendo, y creo que dicho candidato debe ser Pinochet, que cuenta con respaldo popular".

### ♦ La oposición

El presidente de la Asamblea de la Civilidad, Juan Luis González, dijo hoy que se espera un apoyo masivo a la manifestación pública con que la oposición impulsará el próximo jueves su campaña para las elecciones libres en Chile.

Dirigentes del Comando Nacional de Trabajadores dijeron, a su vez, que la reunión será "la prosecución de la lucha de los trabajadores que continuará hasta obtener la plena democracia", y el inicio de una acción para lograr una amplia mayoría del "no" en el plebiscito que realizará el año próximo el gobierno del general Pinochet.

"Será un acto plenamente paci... , alegre y de esperanza, dirigido a estimular a los chilenos para que se unan a nuestro movimiento", declaró González, un médico demócrata cristiano.

"Se hará una remembranza del Chile de la civilidad, aquel de la paz y de la democracia, y luego agradeceremos a todos aquellos grupos o entidades que defendieron el derecho a la vida y lucharon por la justicialidad en los 14 años de gobierno militar", agregó el dirigente.

El acto es organizado por la Asamblea de la Civilidad y contará con el respaldo del Comando Nacional de los Trabajadores.

01.01

8712392

## AS 200.000 PERSONAS EN EL PARQUE O'HIGGINS, DE SANTIAGO

# Masivo acto de la oposición en Chile

*El presidente Augusto Pinochet volvió a fustigar duramente a sus opositores, mientras en Santiago los líderes de la Asamblea de la Civilidad y el Comando Nacional de Trabajadores convocaron ayer, ante una multitud, a una acción coordinada y unida de todas las fuerzas contrarias al régimen "para recuperar la democracia a través de elecciones libres". El acto había sido autorizado por el gobierno.*

...TIAGO (Chile, 19 ...A y AP). — Alrede... ...le 200.000 chilenos ...eron hoy elecciones ...denciales directas y ...idad de la oposición ...a concentración pú... ...autorizada por el sé... ...militar.

...acto fue convocado ...Asamblea de la Ci... ...entidad que agru... ...organizaciones gre... ...y estudiantiles, cre... ...ace un año y medio, y ...l Comando Nacional ...rabajadores (CNT). ...ultitudinaria concen... ...ón se realizó en el ...ue O'Higgins, una ...ne elipse donde se ... ...n los desfiles milita...

...presidente del CNT, ...uel Bustos, quien la ...na anterior recuperó ...ertad, ...ser encar... ...o por haber convoca... ...octubre a una para... ...ción de actividades, ...ció que continuarán ...la movilización para ...eguir el retorno a la ...cracia.

...stos y el presidente de ...samblea de la Civili... ...el dirigente médico ...Luis González, coin... ...en exigir a las ... ...na acción común.

...ueremos hacer una ...más un llamado a la ...rosidad de los parti... ...a insistir en la impe... ...urgencia de que el ...nto de la oposición ...crática se una y pre... ...al país una alternati... ...al, entendible y senci... ...ntes que son demasia... ...ardo", dijo Bustos, ...n reemplazó a Rodolfo ...el en la presidencia de ...ntral obrera.

...unció que se intensifi... ...la movilización social ...presionar "hasta en... ...rar una salida política ...crisis actual y obligar ...égimen a desistir de ...afanes de eternizarse ...poder".

...sindicalista afirmó ...su organización insis... ...en luchar por conse... ...elecciones presiden... ...s "abiertas, libres y ...petitivas".

...stos dijo que en una ...rontación electoral el ...ral Augusto Pinochet ...á derrotado" y, tras el ...umbe de su régimen, ...establecerse un go... ...no transitorio de no ...de tres años de dura...

...r su parte, el presiden... ...la Asamblea de la Ci... ...ad, Juan Luis Gonzá... ...llamó también a la ...ad opositora de todas ...uerzas.

...stamos convencidos ...ue sin unidad en la ac... ...colectiva, sin acuer... ...mínimos, no habrá sa... ...democrática", dijo.

...gregó que "es necesario ...r ya una coordinación ...tegración de fuerzas ...sepa guiar al pueblo ...ás del patriótico obje... ...de derrotar a la dicta... ...".

...s organizadores del ...calculan que asistie... ...al acto 330.000 perso... ...y algunos periodistas ...maron que se congre... ...on 200.000.

### "Enanitos"

...r su parte, el presiden... ...Pinochet criticó al Par... ...por la Democracia, que reunirá próximamente a las fuerzas opositoras que desean derrotar a Pinochet en el plebiscito presidencial, sin distinciones partidistas".

"Un conglomerado similar se creó en Nicaragua para gobernar democráticamente pero se metió un enanito llamado Daniel Ortega y los comunistas implantaron así un gobierno totalitario marxista leninista", afirmó el mandatario, quien sostuvo que lo mismo ocurrirá en Chile.

"Los comunistas son más hábiles. Aquí en ese gran partido por la democracia, el enanito se llama Ricardo Lagos, quien se dice socialista pero también es marxista", precisó, en alusión a uno de los principales líderes del ala moderada del socialismo.

En su gira de tres días por el norte chileno, Pinochet afirmó en la ciudad de Antofagasta (a 1.300 kilómetros de Santiago), que "tengo un documento que indica que el diario opositor de centro izquierda Fortín Mapocho se financia con dinero cubano porque lo compró el Partido Comunista".

PARTES POCO LEGIBLE

01 . 01

8712402

# El 'boom' económico de Chile

*Muchos cuadros pueden mostrar hoy la buena evolución de la economía chilena. Pero hay uno muy significativo y ejemplificador para la Argentina. Obsérvese que el buen nivel de las exportaciones chilenas (5000 millones de dólares, casi 80 % de las argentinas con menos de la mitad de la población y territorio no tan rico) no se hizo a costa de las "exportaciones tradicionales" que en chile es la minería. Sólo creció 6,2 % y hoy representan sólo la mitad de las ventas externas. Hicieron crecer las exportaciones no tradicionales, como por caso las "agrícolas". Obsérvese este cuadro.*

**Chile: Evolución de las exportaciones**
(en millones de dólares)

| | 1984 | 1986 | Variación % 1984-86 |
|---|---|---|---|
| Mineras | 2.165 | 2.299 | 6,2 |
| Agrícolas | 345 | 563 | 63,1 |
| Pecuarias | 29 | 38 | 32,8 |
| Productos del mar | 51 | 79 | 54,3 |
| Alimenticios | 406 | 513 | 26,2 |
| Vinos y bebidas | 13 | 16 | 22,8 |
| Forestal y madera | 117 | 138 | 17,3 |
| Papel, celulosa | 259 | 272 | 5,0 |
| Productos químicos y derivados del petróleo | 124 | 119 | -3,9 |
| Ind. Metálicas básicas | 60 | 77 | 27,6 |
| Ind. Metalmecánica | 19 | 23 | 18,5 |
| Material de transporte | 42 | 53 | 27,8 |
| Manufacturas diversas | 20 | 26 | 28,2 |
| Total | 3.657 | 4.222 | 100 |

Fuente: Prochile.

01.01

8712416

Clarín 12/11/87

# Matthei: "Habrá un presidente civil"

SANTIAGO, Chile, 11 (AFP). — De ninguna manera el plebiscito que decidirá quién gobernará a Chile desde 1989 se realizará antes de setiembre de 1988 y el presidente "será civil", afirmó hoy el comandante en jefe de la fuerza aérea general Fernando Matthei, integrante de la junta de gobierno.

Señaló que el plebiscito "no puede ser sorpresivo, porque es algo muy serio y todos los chilenos deben tener la oportunidad de pensar, de escuchar los argumentos y darle tiempo a los partidos políticos para que se organicen".

Indicó que en ninguno de los comandantes en jefe de las fuerzas armadas "está el ánimo de hacer una sorpresa, porque no sería aceptado por Chile, al mucho menos por el resto del mundo".

El viernes, el presidente general Augusto Pinochet anunció que "en algunos meses más" se vivirá una jornada cívica de trascendencia vital para la nación, que puede realizarse "en cualquier momento", lo que motivó algunos rumores en el sentido que el plebiscito podría ser anticipado.

El general Pinochet, quien cumplió 14 años en el poder, puede ser propuesto por las fuerzas armadas para seguir en la presidencia por ocho años más hasta cumplir 22 años en el gobierno.

01.01.

8712480

ARCHIVAR EN: CHILE (106)

TEMA: Acto de protesta

PROCEDENCIA: Clarín 27/11/87

ARCHIVADO EN: Argentina (084)

01.01

8712502

# CARP. Nº 107

# NO EXISTE

# CARP. Nº 108

# NO EXISTE

# CARP. Nº 109

# NO EXISTE

# CARP. Nº 110

# NO EXISTE

# CARP. Nº 111

F 111 COLOMBIA

ENTRE LOS Nºs

8700265- 8712501

CORONEL COLOMBIA



*La toma del Palacio de Justicia de Bogotá*

# *Un año de incógnitas en Colombia*

La frase está allí, sobre la entrada principal, y desde la cercana Plaza de Bolívar los paseantes pueden leerla: "Colombianos, las armas os dieron la independencia, las leyes os darán la libertad". La acuñó uno de los fundadores del país, Francisco de Paula Santander, y hoy, a un año del luctuoso 6 de noviembre en el que las armas impusieron su lógica de muerte, aquellas palabras han alcanzado una nueva dimensión: la de un símbolo que habla de la desatada violencia guerrillera y, a la vez, de una represión llevada hasta sus últimas consecuencias.

En aquel 6 de noviembre de hace un año, guerrilleros del M-19 tomaron el Palacio de Justicia bogotano. Horas después, las tropas recuperaban el edificio. El saldo conocido fue de 95 muertos –entre ellos el titular de la Corte y 10 magistrados- y, al menos, 11 desparecidos. El 7, la batalla había concluido. Pero se abrían interrogantes que todavía carecen de respuesta. Hoy, el Palacio de Justicia, en cuyas inmediaciones se encuentran las sedes de los poderes Ejecutivo y Legislativo, muestra sus heridas, y el impacto de un proyectil de artillería, apenas oculto por el paño de una bandera colombiana, es fácil de advertir.

Faltaban menos de 25 minutos para el mediodía. Como un hecho incorporado a la historia y, por lo tanto, lejano, estaba el recuerdo de un 9 de abril de 1948, día en el que fue asesinado el dirigente liberal Jorge Eliecer Gaitán, episodio que la génesis de una revuelta popular que dejó el saldo de centenares de muertos y un importante sector céntrico de la capital colombiana destruido. Era el pasado, algo reducido al campo de la memoria. Sin embargo, poco antes del mediodía de hace un año, el asalto al Palacio de Justicia y los sucesos posteriores se transformaron en el episodio más grave de la historia política de una Colombia cuyo presidente era Belisario Betancur, el hombre que frente a la insurgencia intentó convertir en acto su decisión de transformar la razón de la fuerza por imperio de la fuerza de la razón.

El asalto de las fuerzas del M-19 lo concretaron 35 guerrilleros, quienes, tras irrumpir en el Palacio de Justicia, tomaron 300 rehenes. Su objetivo era el de obligar a la Corte a "juzgar por el delito de traición a la patria" al entonces jefe del Estado, a quien acusaban de no haber cumplido un acuerdo de paz que, por iniciativa presidencial, fue suscripto un año antes.

A los hombres del M-19 no les importaba el riesgo. Ya en febrero de 1980 habían ocupado la sede de la embajada dominicana en Bogotá y, por sesenta días, mantuvieron como rehenes a 16 embajadores y a casi una treintena de funcionarios diplomáticos de distintas naciones. Tras dos meses de tensiones y negociación, el gobierno pagó un rescate de un millón de dólares por los cautivos y los guerrilleros pudieron abandonar la representación diplomática. Fue un trato del que los insurgentes se retiraron como vencedores.

Tal vez ello haya sido recordado por la institución militar colombiana ese 6 de noviembre. A poco del tiroteo inicial generado por la toma del Palacio de Justicia, soldados del batallón que custodia la Casa de Gobierno, a escasos 200 metros de la Corte, fueron acantonados en las proximidades del sitio tomado por la guerrilla. Comenzó así una feroz y sangrienta lucha que concluyó 28 horas después. El Palacio de Justicia fue incendiado y reducido a escombros, tanto por las llamas, como por los disparos de proyectiles lanzados por los tanques del ejército.

De aquel día restan los hechos y las incógnitas, es decir, lo que subyace por debajo de los datos concretos. Las actas del Consejo de Ministros del 6 y 7 de aquel noviembre subrayan que los militares bloquearon un intento de cesación del fuego que el presidente de la Corte, Alfonso Reyes Echandía, había implorado con dramático tono.

Aquellos documentos también revelan que los militares lograron quebrar la resistencia de los guerrilleros que se habían hecho fuertes en el cuarto piso. Desde ese instante, los sucesos se precipitaron hacia la tragedia acelerada cuando los mandos castrenses impartieron la orden de "matar y morir".

Belisario Betancur fue más que lacónico frente a la represión desatada. "No podíamos negociar", explicó. Luego, sobrevino su silencio, actitud por la que no pocos lo acusaron de haber entregado la responsabilidad de la decisión. Y aunque el ahora ministro de Defensa, general Rafael Samudio Molina, entonces comandante del Ejército, afirma que las FF. AA. actuaron "dentro de la Constitución" y que no existieron "discrepancias" entre el mandatario y la institución armada, las dudas son tan nítidas como las señales de aquella batalla. ¿Fue necesaria tal dureza?. La pregunta carece de respuesta, pues la posibilidad de diálogo o de una acción de cerco prolongado prácticamente no fue considerada.

Un testigo de los acontecimientos, el jurista Humberto Murcia Ballén, quien logró salvarse "gracias a la mano de Dios", sintetizó, a modo de explicación: "Si me preguntan qué balas mataron a más personas, yo digo que unas y otras".

El M-19 sufrió, es cierto, una derrota política y militar de la que difícilmente se recupere. El operativo militar dio la impresión de estar montado para terminar con la resistencia guerrillera, sin preocuparse demasiado por salvar a los rehenes. Si esta hipótesis es válida, quedará como tal. Las confirmaciones no existen y, por ello, las dudas y los interrogantes se mantienen, ya que, hasta ahora, nadie ha dado una respuesta creíble.

01.01

8700265

# El narcotráfico no será legalizado en Colombia

## La propuesta, del titular del Consejo de Estado, fue calificada de "absurda" por Washington y Bogotá

**BOGOTA, 4 (AP). - Una propuesta del presidente del Consejo de Estado, Samuel Buitrago, de legalizar la producción, comercio y consumo de estupefacientes, fue rechazada por los gobiernos de Colombia y los Estados Unidos, que la calificaron de absurda y contraria al orden social.**

"Es lamentable que una persona que ostenta la categoría de magistrado del Consejo de Estado, hable en términos que crean desconcierto, confusión, y alientan a sectores contrarios a la normatividad jurídica", dijo el ministro de Justicia, Eduardo Suescun, al comentar la propuesta de Buitrago.

El presidente del Consejo de Estado aseguró que Colombia debe cambiar su estrategia en la lucha contra la droga y expresó que "el negocio sólo dejará de ser rentable para los narcotraficantes cuando el Estado asuma totalmente su control.

"El Estado no puede dedicar sus esfuerzos a producir un elemento que lleva a la degeneración de la especie humana y, por lo contrario, tiene que proseguir en su actividad de prevención y rehabilitación de la farmacodependencia", afirmó el ministro de Justicia en conferencia de prensa.

Buitrago manifestó que Colombia estaba haciendo "el papel de idiota útil" combatiendo el narcotráfico en beneficio de una "potencia extraña" (los Estados Unidos), pero el ministro de Justicia aseguró que éste "no es un problema de los Estados Unidos sino de toda la humanidad".

La propuesta de Buitrago también fue rechazada por voceros del Poder Judicial.

"No puede aceptarse como conveniente la legalización de una actividad que se apoya en el terror de las armas y en el poder de dineros mal habidos", dijo la jueza Nubia Serrano, presidenta de la Asociación de Trabajadores Judiciales.

El embajador de los Estados Unidos en Colombia, Charles Gillespie, calificó de "disparatados" los argumentos expuestos por el presidente del Consejo de Estado para proponer la legalización del narcotráfico.

El embajador habló con los periodistas después de sostener una entrevista con el procurador general de la Nación, Carlos Mauro Hoyos, para informarle que los Estados Unidos estaban cumpliendo con las disposiciones del tratado de extradición, cuya derogación también pidió Buitrago.

Gillespie aseguró que los Estados Unidos no aceptarán la derogación del tratado, aunque señaló que tampoco el gobierno de Colombia la ha propuesto. Agregó que se están estudiando "ajustes y aclaraciones" para hacerlo más eficaz.

### Violencia y terror

Las bandas organizadas de narcotraficantes han desatado una oleada de violencia y terror contra los magistrados de la Corte Suprema de Justicia, que deben aprobar las extradiciones. En menos de un mes renunciaron, discretamente, tres magistrados de la Corte para dedicarse a otras actividades y fuentes informadas dijeron que tal circunstancia obedece al ambiente de inseguridad y terror creado por las amenazas.

En panfletos firmados por los "extraditables", se ha propuesto al gobierno iniciar negociaciones para dejar sin vigencia el tratado, pero el ministro de Justicia reiteró que no habrá negociaciones con los elementos que se han puesto fuera de la ley.

Los "extraditables" prometieron "poner fin a las acciones militares" si el gobierno les garantiza que podrán purgar sus penas en Colombia, pero han advertido que de no lograrlo continuarán ejecutando sus acciones terroristas porque "preferimos una tumba en Colombia que una carcel en los Estados Unidos".

PARTES ILEGIBLE

01.01

8700266

111

# Debaten en Colombia la política petrolera

BOGOTA, 11 (AP). — El contralor general de la Nación de Colombia, **Rodolfo González García**, exhortó al gobierno del presidente **Virgilio Barco a seguir el ejemplo del presidente del Perú, Alan García**, en materia de **política petrolera, para obligar a las compañías extranjeras a pagar impuestos justos por las utilidades que obtienen en el país.**

♦ **El debate**

En un debate realizado en la Cámara de Representantes, el contralor **acusó a la compañía norteamericana Occidental de haber "engañado al país y eludido el pago de impuestos"** por las utilidades obtenidas en el **descubrimiento del gran yacimiento petrolero de Caño Limón**, en la zona oriental del país, fronteriza con Venezuela.

En Perú, el presidente Alan García, **llamó a la Occidental a renegociar los contratos y la compañía ni se asustó ni se fue"**, dijo el contralor y pidió al gobierno que **empiece a negociar en plano de igualdad con las multinacionales petroleras.**

La administración de impuestos nacionales **está investigando contratos celebrados por la Occidental con Cities Services y Shell**, por medio de los cuales la compañía norteamericana **cedió y vendió parte de sus derechos en el Caño Limón, el mayor yacimiento petrolero descubierto en Colombia.**

El director de Impuestos, **Santiago Pardo**, dijo la semana pasada al Congreso que hay **"fundamentos legales" para exigirle a la Occidental el pago de impuestos por** an ascender a unos **200 millones de dólares.** La compañía rechazó a través de abogados la reclamación del gobierno.

♦ **"Malos socios"**

El contralor afirmó que la Occidental cedió a una filial suya, Cities Service, **la mitad de sus derechos en el yacimiento petrolífero el 7 de junio de 1983, cuando ya sabía exactamente la magnitud de las reservas encontradas, y dos años más tarde vendió a la Shell por mil millones de dólares, otro 50 por ciento de sus derechos en el mismo campo petrolero.**

González García aseguró que con una inversión de apenas **50 millones de dólares**, la Occidental **obtuvo utilidades por más de mil millones de dólares, por las cuales no pagó impuestos.**

CLARIN 12/12/86

01.01

8700267

## Colombia: rebeldes roban helicóptero

**Bogotá (UP) — Guerrilleros del "Ejército de Liberación Nacional" robaron un helicóptero de una empresa petrolera extranjera y lo llevaron a la selva del Arauca, en donde lo incendiaron, dijeron autoridades militares colombianas.**

**Un segundo aparato fue ametrallado por los guerrilleros y al parecer quedó inservible, dijo un vocero del Ministerio de Defensa en Bogotá.**

**Los guerrilleros del ELN ocuparon el campamento de la Western Geophysical Company of América y después de amenazar de muerte a obreros obligaron al piloto Luis Enrique Martínez a volar a otro punto en el Arauca, cerca de la frontera con Venezuela, dijo un comunicado oficial.**

**El piloto fue obligado a llevar el helicóptero hasta el sitio "Los Chorros", a 300 kilómetros al nordeste de Bogotá. Una vez en tierra, el aparato fue quemado por los insurgentes.**

**El ministro de defensa, general Rafael Samudio, exhortó a las empresas petroleras a organizarse para establecer un sistema de seguridad privado ante los ataques de la guerrilla.**

01.01

8700677

# La guerrilla copó un pueblo en Colombia

BOGOTA, 21 (UPI).- El ejército asumió hoy el control de Zaragoza, al nordeste de la capital, luego de que miembros de la Coordinadora Nacional Guerrillera tomaran el pueblo y mataran a cuatro policías en siete horas de enfrentamientos.

Un vocero del Ministerio de defensa confirmó que las tropas ingresaron en el pueblo por tierra y aire y que los rebeldes se retiraron llevándose armamento, municiones y dinero robado de un banco agrícola de la región.

El vocero militar coronel Eduardo Arévalo dijo que "la situación está controlada", pero se abstuvo de precisar el número de bajas en la incursión guerrillera.

Un fuente oficial dijo que cuatro de los 15 policías que defendieron el cuartel de Zaragoza murieron y que otros tres resultaron heridos.

Informaciones difundidas en Medellín indican que los insurgentes llegaron a Zaragoza a bordo de varios camiones e inmediatamente se dispersaron en la localidad, de más de 20.000 habitantes, en distintas direcciones.

Un grupo se dirigió al hospital local, que fue ocupado, otro se trasladó a la caja agraria, entidad bancaria estatal, y secuestraron a su gerente, Emel Gómez, un tercero asedió el cuartel policial y otros atacaron las oficinas de teléfonos.

La empresa mineros de Colombia, propietaria de las explotaciones de oro en El Silencio decidió suspender el trabajo indefinidamente debido a la situación, lo que afectará económicamente a la localidad, a 290 kilometros al noroeste de Medellín, la zona aurífera más rica del país.

Las autoridades informaron también de una "marcha campesina" de la localidad de Remedios en la misma región del nordeste de Antioquia, puesto que los labriegos "se encuentran atemorizados por los enfrentamientos entre las guerrillas y el ejército".

El ELN es una organización guerrillera que nació en 1966 en la región del Magdalena del Medio, en el centro del país, "no reconoce ninguna autoridad política distinta a la guerrilla" y considera que "la única vía de acceder al poder es por las armas".

La misma agrupación, que opera en varias regiones del país, rechazó durante el anterior gobierno, del presidente Belisario Betancur, cualquier tipo de acercamiento y sostuvo en documentos entregados a la prensa que jamás pactaría alguna tregua.

La Nación 22/11/86

01.01

8700678

111

FICHA

## Renuncia en la Corte de Colombia

**Bogotá(UP) — El presidente de la Corte Suprema, Fernando Uribe Restrepo, renunció a su cargo y anunció que viajará a Quito para asumir una alta posición en el Tribunal Andino de Justicia.**

**En carta divulgada, Uribe Restrepo pidió a los demas miembros de la Corte que le aceptaran la renuncia para poder viajar a Quito y desempeñar al parecer la presidencia del Tribunal Andino, que está encargado de vigilar los acuerdos y aplicar sanciones.**

**El Tribunal es un ente del Pacto Andino, formado por Bolivia, el Ecuador, el Perú, Venezuela y Colombia.**

**Al parecer, Uribe Restrepo habría decidido su renuncia después de numerosas amenazas de muerte contra magistrados del Tribunal por parte de presuntos traficantes de cocaína.**

**Los traficantes amenazan a los magistrados para que no autoricen extradiciones de colombianos desde los Estados Unidos.**

**En Colombia han sido asesinados el ministro de justicia, Rodrigo Lara Bonilla, el magistrado de la Corte Suprema, Hernando Baquero Borda, y dos miembros del Tribunal Superior de Medellín, Alvaro Medina Ochoa y Gustavo Zuluaga Serna.**

01 .01.

8700679

ARCHIVAR EN: Colombia (III)

TEMA: Intensa búsqueda en Hungría del asesor del subsecretario Colombia

PROCEDENCIA: La Prensa del 5/1/87

ARCHIVADO EN: Hungría (015)

01.01

8701222

# COLOMBIA BAJO EL TERRORISMO CON BOMBAS Y AMENAZAS POR TELEFONO

BOGOTA, 15 (EFE). — La policía colombiana desactivó varias bombas mientras otras explosionaron en Barranquilla y Valledupar, en la costa atlántica de Colombia, sin que se registraran víctimas, se informó oficialmente.

Fuentes policiales dijeron en Barranquilla que tras la explosión y el posterior incendio de tres autobuses en la noche del martes, donde en uno murieron trece personas y quince más resultaron quemadas, ayer en varios almacenes estallaron algunas de poca potencia y otras fueron desactivadas, aunque no dejaron víctimas.

Las autoridades, que militarizaron la ciudad tras los atentados de la noche del martes, dijeron que se recibieron numerosas llamadas en comisarías policiales anunciando la colocación de bombas en un "verdadero terrorismo telefónico", dijeron las fuentes.

La policía precisó que en dos almacenes de la cadena "Supertiendas Olímpica" estallaron pequeñas bombas y otras fueron neutralizadas por agentes especializados.

En Valledupar, también en la costa atlántica, la policía informó sobre la explosión de pequeñas bombas en otros comercios.

Una fuente oficial de la policía dijo que en las sucursales de las "Supertiendas Olímpica" de la ciudad se produjeron pequeñas explosiones, así como en el supermercado "Servipan".

En las explosiones de Valledupar se trataba de bombas fabricadas para repartir volantes de propaganda revolucionaria del ejército de Liberación Nacional (ELN), añadieron las fuentes.

Por otra parte, el Movimiento 19 de Abril (M-19) dinamitó varios tramos del oleoducto del Pacífico que transporta crudos al puerto de Buenaventura, en el suroeste de colombia, informaron oficialmente fuentes de la Empresa colombiana de Petróleos (ECOPETROL).

Las fuentes señalaron que el "M-19" dinamitó tramos del oleoducto que va desde la localidad de Yumbo, en el departamento del Valle del Cauca, al puerto de Buenaventura, y tras la acción se desperdiciaron alrededor de 900 galones de gasolina.

La acción terrorista se registró en la línea de conducción a nueve kilómetros de Yumbo, y las pérdidas en dinero no fueron calculadas por "ECOPETROL", que de inmediato suspendió el bombeo de hidrocarburos y envió técnicos para reparar el oleoducto.

En la acción terrorista —la primera del "M-19" contra un oleoducto— no se registraron víctimas.

### INTENSA BUSQUEDA EN HUNGRIA DEL AGRESOR

BOGOTA, 15 (EFE). — Las autoridades húngaras realizan una intensa operación policial para capturar al autor del atentado perpetrado el martes contra el embajador de colombia en Budapest y ex-ministro de Justicia, Enrique Parejo González, según dijeron fuentes diplomáticas colombianas.

Parejo evoluciona favorablemente en el hospital "Koltoi Honne" la capital magiar, después de haber sido intervenido en dos ocasiones para extraer los tres proyectiles que le alcanzaron en cuello y el rostro, disparados por un pistolero cuando el embajador salía de su residencia en las afueras de la ciudad.

Luis González Barros, embajador de Colombia en Alemania Federal desplazado a Budapest para hacerse cargo de la situación dijo en una entrevista telefónica realizada desde Bogotá por la radiocadena "Caracol" que la Policía aún no ha capturado al autor de los disparos.

Agregó que Parejo, con quien pudo conversar, se encuentra consciente y fuera de peligro, protegido por una guardia especial en el hospital.

Según dijo, los testimonios apuntan hacia un hombre de baja estatura y de tez morena, datos físicos que, unidos a que antes de atacar a Parejo preguntó en español si era el embajador de Colombia, que bien pudiera ser un latinoamericano.

*Izquierda: Héctor Escudero Aponte, detenido en relación con el incendio del Hotel Dupont Plaza en San Juan, en el que murieron 96 personas, es conducido ante los tribunales. Derecha: El secretario de Justicia, Héctor Rivera Cruz, hace declaraciones a la prensa sobre la detención (AP).*

### INVESTIGAN INCENDIO EN EMBAJADA DE ESPAÑA

BOGOTA, 15 (EFE). — La Policía colombiana y los bomberos de Bogotá investigan los detalles del incendio provocado hoy en el interior de la embajada de España en este país, según confirmaron fuentes oficiales.

El incendio se produjo a las 11.30 hora local (16.30 Gmt) en un despacho desocupado en la parte trasera del edificio, situado al norte de la ciudad, y pudo ser controlado por el personal de la misión antes de propagarse a otras dependencias.

### COLABORACION ANTIDROGAS ESPAÑOLA

BOGOTA, 15 (EFE). — El presidente de las Cortes Españolas, Félix Pons Irazábal, reiteró en Bogotá la postura del gobierno español de intensificar la colaboración internacional para combatir el narcotráfico.

Pons, al frente de una delegación parlamentaria, cumplió hoy la segunda jornada de un viaje oficial de seis días a Colombia que continuará con una visita a Bolivia a partir del próximo lunes.

01.01

0701393

EL PAÍS 15/2/87

donde permanecerá hasta el viernes.

# Colombia: Alerta por Terrorismo

BOGOTA, 14 (AP) — Las fuerzas militares y la policía pusieron en vigencia hoy un plan de seguridad para proteger el transporte público después de morir 15 personas en una oleada de terrorismo, dijeron fuentes oficiales.

La campaña terrorista de guerrilleros izquierdistas dejó también nueve autobuses destruidos.

Tropas del ejército y de la policía fueron desplegadas hoy en las terminales de autobuses y en las playás de estacionamiento para evitar nuevos atentados terroristas.

La escalada terrorista comenzó el lunes en Medellín, la segunda ciudad del país con más de dos millones de habitantes, en donde presuntos guerrilleros incendiaron seis autobuses vacíos en sitios de estacionamiento, en protesta por el reciente reajuste de 22 por ciento en las tarifas del transporte urbano y causaron pérdidas estimadas en 10 millones de pesos (45.500 dólares).

Anoche se produjeron los atentados más graves en Barranquilla, la principal ciudad del Litoral Atlántico con más de un millón de habitantes, en donde los terroristas incendiaron tres autobuses y causaron la muerte a 15 personas y heridas a otras 12, según informes de los bomberos.

Diarios y emisoras de radio recibieron llamadas anónimas de la Coordinadora Nacional Guerrillera, atribuyéndose la autoría de los atentados en protesta por el aumento de las tarifas del transporte decretado hace dos semanas por el gobierno.

Dos grupos integrantes de la Coordinadora, el Movimiento 19 de Abril (M-19) y el Ejército de Liberación Nacional (ELN), también se atribuyeron los atentados de Medellín.

El general César Barrios, Comandante de la II Brigada del Ejército con sede en Barranquilla, calificó de "acto de salvajismo" la colocación anoche de una bomba incendiaria en el autobus en que viajaban más de 30 pasajeros. Otros dos fueron destruidos sin causar víctimas.

La acción terrorista fue cuidadosamente preparada por los guerrilleros que establecieron comandos de choque para evitar que los bomberos acudieran oportunamente a apagar los incendios

01.01

701394

# Traficantes advierten en Colombia que pueden matar a cualquiera

BOGOTA — Los zares colombianos de la droga, temida combinación de falta de escrúpulos con el poder casi ilimitado que el dinero puede comprar, han hecho saber que no les es difícil eliminar a cualquiera que se interponga en su camino.

"Demostraron que pueden matar a voluntad. Sus amenazas no deberían ser tomadas a la ligera", dijo un destacado periodista tras el asesinato de uno de sus más prominentes colegas, Guillermo Cano, perpetrado el 17 de diciembre.

La muerte violenta de Cano llamó la atención sobre lo que algunos diplomáticos y comentaristas consideran como una tarea casi imposible para el gobierno colombiano: poner coto a las actividades de la mafia del narcotráfico, cuya absoluta inmoralidad y enormes ganancias la colocan más allá del alcance de la ley.

Cuando un asesino a sueldo disparó los proyectiles que hicieron de muerte a Cano, director del segundo diario del país "El Espectador", muchos colombianos ya hastiados por la violencia guerrillera y los crímenes callejeros reaccionaron horrorizados y pensaron que en esa oportunidad los narcotraficantes habían ido demasiado lejos.

El gobierno del presidente Virgilio Barco, que atribuyó el asesinato a los reyes de la cocaína, promulgó rápidamente una serie de decretos de emergencia en virtud del estado de sitio, que la prensa local definió como una ofensiva ejemplar y una "guerra sin cuartel" contra la producción y la comercialización de estupefacientes.

Pero algunos diplomáticos y analistas locales opinaron que las medidas fueron tardías, excesivamente tímidas e incompletas como para anular un generalizado, aunque raramente mencionado temor, en torno a la seguridad de quien se anime a cruzarse en el camino de los zares de la droga.

"Estos son decretos protectores. Si las autoridades desearan adoptar medidas genuinas contra los zares de la droga, podrían haberlos arrestado donde estaban", escribió Antonio Caballero, columnista de "El Espectador" y uno de los más decididos críticos de las secuelas del accionar ilegal de los narcotraficantes sobre el tejido social y político de Colombia.

## Arrestan a seis

Pero la resuelta actitud oficial comenzó a arrojar sus frutos en los últimos días, al ser detenidos seis presuntos narcotraficantes a los que se considera como "peces gordos" de esa actividad, aunque uno de ellos sólo está acusado de portación ilegal de armas.

Los arrestados integran una llamada "lista negra" de 128 personas requeridas por las autoridades, a la que se agrega una nómina de 72 sospechosos cuya extradición fue solicitada a Estados Unidos bajo cargos relacionados con el narcotráfico.

Según un informe del Ministerio de Defensa, las operativos contra los narcotraficantes permitieron efectuar 1.300 allanamientos y capturar a 594 sospechosos, de los cuales 354 fueron colocados a disposición de la Justicia penal militar, así como la incautación de laboratorios para el procesamiento de cocaína, avionetas, embarcaciones, vehículos y armas.

Algunos de los magnates de la droga, como Pablo Escobar, a quien se considera el más rico de todos ellos, habrían sido vistos en la ciudad de Medellín, a la que se considera como el centro de operaciones de la mafia narcotraficante.

Allí, en los primeros años de esta década, los narcotraficantes gastaron a manos llenas sus dineros blanqueados en proyectos sociales, en un calculado gesto que les reportó protección y una imagen de modernos Robin Hood.

Las medidas adoptadas por el gobierno de Barco conceden amplios poderes a las fuerzas de seguridad para que realicen allanamientos sin orden judicial previa en laboratorios de procesamiento de cocaína y plantaciones de marihuana y coca; acentúan las condenas para los delitos relacionados con la portación de armas; ofrecen protección para los informantes, recompensas en efectivo para estos e inclusive su asentamiento en el extranjero tras brindarles nuevos datos de filiación.

## "Colmó el vaso"

"Desde que asumió el gobierno (en agosto) Barco no encaró decisivamente la cuestión del narcotráfico. Tal vez ahora lo haga, pero para ello se necesitó esto, el asesinato de un influyente periodista", dijo un diplomático familiarizado con el problema de las drogas.

Los diplomáticos recordaron que el asesinato de Cano tuvo una estremecedora similitud con el que tuvo como blanco en abril de 1984 al ministro de Justicia Rodrigo Lara Bonilla, un adalid en la lucha contra los alucinógenos y sus traficantes.

"El asesinato de Lara fue la gota que hizo rebasar el vaso. Pero podría volver a ocurrir", opinó otro diplomático.

La muerte de Lara hizo admitir a Colombia que estaba frente a un grave problema de drogas y el entonces presidente, Belisario Betancur, autorizó la extradición de los ciudadanos colombianos requeridos por la Justicia estadounidense bajo cargos relacionados con el narcotráfico una decisión que enfureció a los zares de la cocaína.

La Policía realizó durante 1984 un número sin precedentes de arrestos entre los delincuentes vinculados con esta actividad pero desde entonces los expertos locales y extranjeros que tratan de terminar con el problema en el principal centro mundial de procesamiento de la cocaína se han vuelto cada vez más escépticos.

"Por cierto que aquí no estamos ganando la guerra contra las drogas. Mientras los narcotraficantes puedan cumplir sus amenazas no habrá forma de superar el problema", comentó un alto funcionario extranjero con amplios conocimientos sobre el tema.

"Cualquier juez que se coloque contra la mafia de las drogas arriesgará la vida", anotó un funcionario que pidió que se mantuviera en reserva su identidad.

Un diplomático europeo formuló una apreciación más gráfica: "En este país los pocos pueden hacerse ricos o morir".

## Más que el café

El funcionario se refería a la corrupción que genera una industria que a pesar de ser clandestina produce más dividendos que las exportaciones legales de café, que durante 1986 rindieron a Colombia unos 3.000 millones de dólares.

Las autoridades atribuyen a los narcotraficantes haber asesinado el año pasado a dos altos jefes policiales y dos prominentes jueces.

"La intimidación de la mafia sobre la prensa es otro hecho innegable. ¿Cuántas notas sobre drogas con la firma de su autor pueden verse en la prensa?", preguntó un diplomático.

Durante los últimos 10 años fueron asesinados 26 periodistas. La mayoría de ellos había hecho denuncias sobre el accionar de los narcotraficantes.

Pero en una medida sin precedentes, los periodistas colombianos interrumpieron sus actividades durante 24 horas y participaron en una silenciosa marcha de protesta por el asesinato de Cano.

"Debemos seguir el trabajo iniciado por don Guillermo, aunque nos maten a todos", dijo José Salgar, subdirector de "El Espectador".

"Más allá de las protestas de los jueces, la indignación de los medios periodísticos, más allá de las medidas de gobierno, toda la sociedad colombiana debe levantarse unida y decir a los mafiosos 'no pasarán'", escribió el columnista Enrique Santos Calderón, en el diario "El Tiempo".

Pero su colega Caballero advirtió a sus compatriotas que "para ganar Colombia, los mafiosos no se van a poder conformar con la muerte de don Guillermo Cano. También van a tener que matarnos a todos".

EL DIA 12.1.87

CONFIDENCIAL

01.01

0701395

La Mañana 16-1-84

*Embajada de España*

# Provocan incendio en Colombia

**BOGOTA. (ANSA y EFE).— El Embajador español en Colombia, y varios miembros de la representación diplomática en Bogotá, que el miércoles sufrió un incendio provocado, sin consecuencias graves, han recibido frecuentes y reiteradas amenazas anónimas atribuidas a narcotraficantes, se ha sabido de diversas fuentes.**

**El aparente motivo de las amenazas fue la presencia en la Embajada, durante varios meses del pasado año, de un "agregado especial" del Ministerio del Interior español, cuya misión era recabar información sobre el tráfico de cocaína desde Colombia a España y mantener contactos con la Policía y los servicios secretos locales.**

**El fuego se inició a las 11.30 del miércoles, precisamente en el despacho desocupado que utilizó antes de regresar a Madrid hace dos meses el funcionario antidrogas español.**

**Las llamas fueron controladas por los empleados de la Embajada, quienes luego descubrieron restos de gasolina y de un rudimentario artefacto incendiario.**

**El Embajador de España, Manuel García-Miranda y Rivas, dijo ayer que "descarta categóricamente" que el incendio tuviera "relación alguna" con la visita a Colombia del Presidente del Parlamento, Félix Pons Irazazabal, que llegó a Bogotá el martes al frente de una delegación oficial.**

**El Embajador confirmó también informaciones provenientes de diferentes fuentes en el sentido de que había recibido varias amenazas relacionadas con la presencia en Colombia de un experto español en narcotráfico, adscrito a la misión como "agregado especial" y que regresó a España el pasado mes de noviembre.**

**La más rotunda de las advertencias anónimas fue recibida telefónicamente por la secretaria personal del Embajador, en ausencia de éste, y decía: "Dígale a su patrón que si esto continúa, él y la 'gringa' son muertos" (la esposa del diplomático es norteamericana).**

NACIONAL

01.01

0701296

Clarín 05/01/87

Buenos Aires, lunes 5 de enero de 1987 ★ CLARIN

# Sigue en Colombia la ofensiva contra el narcotráfico

BOGOTA, 4 (EFE) . — Con la captura de un famoso presunto narcotraficante en la isla caribeña de San Andrés, son 40 las personas vinculadas con el tráfico de drogas capturadas en los últimos días en el marco de una ofensiva emprendida por el gobierno de Colombia contra las mafias de estupefacientes.

Las autoridades policiales y de la armada nacional de la isla de San Andrés confirmaron la captura del reconocido supuesto "capo" de la mafia de las drogas Evaristo Porrás Ardila, en una acción antinarcóticos efectuada en ese territorio insular.

Porrás Ardila fue capturado junto a su hermano Alvaro y dos personas más, identificadas como Buenaventura Perdomo Parra y Luis Carlos Ramírez, sospechosos también de pertenecer a bandas del narcotráfico.

Una fuente de la policía de San Andrés dijo hoy que el propio jefe del Estado, Virgilio Barco Vargas, ordenó la detención de Porrás Ardila, quien fue capturado en el hotel Bahía Marina, de la isla, y uno de los muchos que son de su propiedad.

El consejo de ministros elaboró una lista de numerosas personas para capturar, y en ella estaba incluido el nombre de Porrás Ardila, agregó la fuente.

La ofensiva en todo el territorio nacional contra las bandas del narcotráfico se inició el pasado 16 de diciembre, luego del asesinato en Bogotá, a manos de dos pistoleros al parecer pagados por "capos" del director del diario liberal "El Espectador", Guillermo Cano Isaza, quien en sus escritos fustigó frecuentemetne a las mafias de las drogas.

El presunto "capo" se hizo famoso en Colombia por ser quien firmó un cheque en 1983 entregado supuestamente al entonces ministro de Justicia, Rodrigo Lara Bonilla, asesinado unos meses después del escándalo.

Porrás Ardila, según denunció ante el Congreso de la República en octubre de 1983 el parlamentario Jaime Ortega, había entregado unos meses antes un cheque por un millón de pesos (alrededor de 20.000 dólares) al entonces ministro de Justicia, Rodrigo Lara Bonilla, para financiar la campaña de Nuevo Liberalismo, su partido político.

La denuncia fue hecha por Ortega tras iniciar Lara Bonilla una campaña antidrogas y el desmantelamiento de varios laboratorios de procesamiento de cocaína.

Lara Bonilla, sin embargo, fue asesinado la noche del 30 de abril de 1984 por dos pistoleros en una calle al norte de Bogotá.

El "capo" Porrás Ardila es dueño de varios hoteles y casinos en San Andrés y en Leticia, capital de la comisaría del Amazonas, al sudeste del país, y es reclamado en extradición por las autoridades de Estados Unidos.

Unos días después del crimen de Lara Bonilla, Porrás Ardila había sido capturado pero un juez ordenó su libertad, decisión que fue muy controvertida en el país.

Cinco supuestos narcotraficantes, identificados como Julio Pereira Chaves, Federico Calle Ceballos, Manuel Ramírez Velásquez, José Montoya y Luis Antonio Ospina, fueron capturados cuando tenían en su poder cinco bultos de marihuana y mil papeletas de "basuco" (mezcla de base de coca y otros productos).

01.01

8701654

# Graves pérdidas en Colombia por atentados en oleoductos

BOGOTA 9 (UPA).- A 10.700 millones de pesos (unos 50 millones de dólares) ascienden las pérdidas ocasionadas por la ola de atentados contra oleoductos, por parte de guerrilleros del Ejército de Liberación Nacional (ELN), procastrista, segun reveló la Empresa Colombiana de Petróleo (Ecopetrol).

De acuerdo con la versión de los voceros de la entidad estatal, con los atentados se corre el riesgo de que las compañías extranjeras se retiren y Colombia tenga que enfrentarse a una dura crisis en su producción del crudo.

Durante 1986, el ELN, que opera en la región sudoriental del país, especialmente, se ha dedicado a volar con dinamita algunos tramos de los oleoductos y, ademas, ha hostigado a los funcionarios y técnicos de la petrolera, en una acción tendiente a que las transnacionales abandonen a Colombia.

### Versión desvirtuada

Aunque los atentados evidentemente están dirigidos contra las transnacionales, especialmente la Occidental Petroleum Corporation, Ecopetrol tambien se ve afectado porque es socia en un 60 por ciento de las compañías que, en contratos de asociación, laboran en el país.

Igualmente, funcionarios de Ecopetrol señalaron que no existe ningún indicio para pensar que miembros de la Unión Sindical Obrera (USO), sindicato de Ecopetrol, estén comprometidos en los atentados, desvirtuando así informaciones aparecidas en medios de difusión locales.

### Acciones del M-19

BOGOTA, 9 (UPI).- Guerrilleros del Movimiento 19 de Abril volaron con dinamita las cabinas en donde funcionan los peajes públicos y quemaron siete vehículos en el sur de Colombia, en lo que podría ser una ofensiva en el departamento del Cauca, informaron distintas fuentes.

La policía confirmó en Bogotá que los rebeldes destruyeron la cabina que sirve de protección a los empleados que recogen el dinero del peaje en la carretera central que une los departamentos del Cauca y valle del Cauca.

Después del atentado los rebeldes organizaron un peaje y pidieron durante por lo menos dos horas dinero a los conductores por la congestionada carretera, por donde transitan vehículos de pasajeros y de carga de Colombia hasta Ecuador y en sentido contrario.

Siete vehículos, entre ellos un autobús del servicio de pasajeros interdepartamental, fueron incendiados por los guerrilleros.

La secretaria de Gobierno del Cauca, Luz Mira Claro, afirmó que "la presencia de los guerrilleros del M-19 en la zona norte del Cauca obligó a una movilización de las tropas desde Cali y Popayán al sitio en donde se registraron los hechos".

"Los enfrentamientos comenzaron y los guerrilleros se replegaron a las montañas desde donde disparan a las tropas", agregó la funcionaria.

Una fuente de la policía en Bogotá consultada por teléfono señaló que la "aparición del M-19 en el sur colombiano podría ser el comienzo de una ofensiva de los rebeldes en época navideña".

PARTES POCO LEGIBLE

01.01

8701661

colombia

Ámbito Financiero
Miércoles 7 de enero de 1987 Pág. 9

# Un teléfono desató pánico en Bogotá

Bogotá (UPI) - La embajada de Estados Unidos en Bogotá fue cerrada ayer al público y se evacuó al personal diplomático, ante rumores de presuntas amenazas telefónicas de que se arrojaría a cabo un atentado con bombas en el edificio, informó la policía colombiana. Unos 30 policías de la unidad antiexplosivos realizaron piso por piso la sede diplomática para tratar de localizar artefactos explosivos y ordenaron al personal diplomático cerrar el edificio hasta el jueves.

"Se movilizó la fuerza pública a la embajada como una medida preventiva ante las versiones de una supuesta acción terrorista", dijo el comandante de la policía de Bogotá, general Eduardo Fajardo. Por su parte, miembros de la legación diplomática declinaron formular comentarios. Aparentemente, los funcionarios de la embajada se encuentran en sus residencias bajo protección policial.

- **Amenazas**

La policía dijo que se presumía que la amenaza contra la embajada estadounidense proviene de los traficantes de drogas, que en el pasado han advertido sobre acciones terroristas como protesta al tratado de extradición entre Estados Unidos y Colombia y como rechazo al tratamiento de los colombianos detenidos en ese país en relación con el narcotráfico.

Las calles adyacentes a la embajada fueron desalojadas ayer y no se permitía el estacionamiento de vehículos en los alrededores. Además de la policía colombiana, personal de seguridad estadounidense revisó las instalaciones de la sede. No se permitió el flujo de los vehículos diplomáticos, ante el temor de que fuesen atacados por terroristas. Aunque se presume que las llamadas sólo buscaron provocar un "terrorismo telefónico", las autoridades decidieron pedir a los diplomáticos estadounidenses la suspensión de sus actividades y el cierre de la misión hasta el jueves.

El 26 de noviembre de 1984, un automóvil lleno de explosivos estalló frente a las puertas de la embajada de Estados Unidos, causando la muerte a una mujer y dejando cinco heridos. Ese atentado fue atribuido a narcotraficantes, opuestos a un tratado de extradición que Bogotá firmó con Washington.

01 . 07

8701705

Colombia

BARRANQUILLA

# Explosión en un micro: 15 muertos

BARRANQUILLA, Colombia (ANSA). — Una explosión dentro de un autobús de servicio urbano causó ayer por la tarde la muerte de unas 15 personas y heridas graves a otras diez que quedaron atrapadas en medio de las llamas, según las primeras informaciones divulgadas por distintas fuentes.

Versiones radiales no descartan la posibilidad de que el incendio haya sido producido por manos criminales que también incendiaron otro autobús, pero sin causar víctimas.

Varios testigos interrogados en el escenario de la tragedia aseguran que se escuchó una explosión en la parte trasera del vehículo que luego fue consumido en pocos minutos por las llamas.

"Yo estaba en la parte delantera", dijo una sobreviviente que narró cómo la gente trataba de lanzarse por las ventanas para escapar del fuego.

Varios periodistas informaron que los cadáveres quedaron totalmente calcinados y será casi imposible reconocerlos.

Aparentemente el incendio fue provocado "por algún grupo subversivo que no se ha identificado", dijo Radio Caracol, de esta ciudad.

Los bomberos informaron telefónicamente que tres máquinas habían sido enviadas a los dos sitios donde se produjo el incendio del primero y el segundo autobús, posiblemente como protesta por el alza en los pasajes.

Durante el pasado fin de semana fueron incendiados en Medellín, zona central del país y segunda ciudad más poblada de Colombia, seis autobuses del servicio urbano. No se produjeron víctimas pues los supuestos guerrilleros obligaron a los conductores de los vehículos a descender antes de prenderles fuego.

El gobierno autorizó un alza en las tarifas del transporte urbano e intermunicipal después de haber decretado un incremento del 20 por ciento en los precios de la gasolina.

Clarín 14/01/87

01.01

8701706

GONZALEZ

# Colombia: arrestos por el narcotráfico

BOGOTA, 6 (AFP y DPA) — **Otros cuatro importantes jefes mafiosos del narcotráfico fueron detenidos en las últimas horas en Colombia**, en el marco de intensos operativos realizados por fuerzas conjuntas de ejército y policía en la capital y en ciudades del interior del país. Los narcotraficantes **Nohora Céspedes de Jaramillo** (a) **"La reina de la coca"**; **Efraín Rodríguez Puente** y los hermanos **Franklin** y **Ovidios Carrió** fueron los jefes detenidos.

La mujer, capturada en su lujosa residencia de los suburbios de Villahermosa, poseía **una moderna pista de aterrizaje y una flota de aviones y avionetas** que utilizaba para el tráfico de narcóticos hacia el exterior. En tanto, Rodríguez Puente, aprehendido ahora en Cartagena, recientemente había recuperado su libertad, tras **purgar dos años de prisión por posesión de 500 kilos de cocaína pura**, evaluada en diez millones de dólares.

CLARIN 07-1-87

01.01

8701729

# La guerrilla combate en tres zonas en Colombia

BOGOTA, 25 (AP) - Tropas del ejército y guerrilleros izquierdistas sostuvieron ayer tres combates con saldo de por lo menos doce insurrectos y siete militares muertos, además de numerosos heridos en ambos bandos, informaron hoy fuentes oficiales.

El primer combate se registró en las cercanías de la población de San Andrés de Pisimbala situada en el departamento del Cauca a unos 300 kilómetros al sur-occidente de esta capital con saldo de 10 guerrilleros muertos y numerosos heridos, según informó la Octava Brigada del ejército.

Los guerrilleros aparentemente intentaban atacar San Andrés de Pisimbala, municipio de 10.000 habitantes, cuando fueron sorprendidos por las tropas del ejército que le causaron por lo menos diez muertos y alrededor de ocho heridos. La brigada no informó de bajas en las tropas.

Los guerrilleros pertenecen al grupo indígena Quintín Lame que forma parte de la llamada Coordinadora Nacional Guerrillera que aglutina a los principales grupos insurrectos.

Tropas de la octava brigada continuaban las operaciones en la zona en persecución del grupo guerrillero que escapó dejando gran cantidad de armamento.

Un Batallón de Ingenieros que trabajaba en la construcción de una carretera en la zona de Magdalena Medio, cerca del puerto petrolero de Barrancabermeja a unos 250 kilómetros al oriente de Bogotá, fue atacado ayer tarde por guerrilleros pertenecientes a las autodenominadas Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) que dieron muerte a siete militares, mientras otros diez resultaron heridos, dijo el general Alfonso Vacca Perilla, comandante de la Quinta Brigada del ejército.

Los guerrilleros minaron una carretera entre las veredas Irlandia y San Juan Bosco y las hicieron explotar cuando una caravana del Batallón de Ingenieros Caldas pasaba por el lugar. Cinco vehículos quedaron despedazados por las cargas explosivas.

Tropas de la Quinta Brigada con el apoyo de helicópteros artillados acudieron al lugar de la emboscada.

Otra columna perteneciente al décimo frente de las Farc sostuvo un combate ayer con tropas del ejército cerca del Municipio de Arauquita, en la zona petrolera fronteriza con Venezuela, unos 350 kilómetros al oriente del país, con el saldo de dos guerrilleros muertos.

Clarín 28/01/87

01.01

8701951

Colombia

# Relación Guerrilla y Mafia

BOGOTA, 26 (EFE) — El gobierno colombiano admitió hoy que existe una "relación funcional pero no orgánica" entre la guerrilla y las mafias del narcotráfico.

Carlos Ossa Escobar, consejero presidencial para la Reconciliación, Rehabilitación y Normalización Nacional, en entrevista a la Secretaría de Información y Prensa de la Presidencia de la República, sostuvo que "hay zonas de gran influencia de la guerrilla en las cuales se produce cocaína".

"Allí puede darse una relación funcional, que no orgánica, entre la guerrilla y los narcotraficantes. En otras palabras, esta cobra una especie de tributo no solamente a los ganaderos, sino a los agricultores y con mayor razón a quienes producen la coca", expresó el consejero presidencial.

Explicó que tras ser una actividad tan rentable, la de producir y comerciar con la cocaína, los alzados en armas obtienen altas sumas y "logran una financiación importante a través de esa labor indirectamente". EL PAIS 27/10/82

01.01

8701952

COLOMBIA

# Abaten a un jefe de la guerrilla

BOGOTA, 26 (EFE y AP). — En el marco de la ofensiva lanzada por el ejército de Colombia en cuatro zonas del país contra los distintos grupos de guerrilla, se informó oficialmente en Bogotá que hoy murieron un comandante y cuatro guerrilleros, todos ellos pertenecientes a uno de los 27 frentes de las fuerzas armadas revolucionarias (FARC). Aunque esta agrupación estaba en tregua desde marzo de 1984, los cinco integrantes murieron en combate con las tropas regulares del ejército.

Portavoces oficiales del ministerio de Defensa indicaron que en el área rural del municipio de Yondo, departamento de Antioquia, al noroeste del país, tropas de la XIV Brigada enfrentaron al XIII frente de las FARC, y en el combate murieron cinco insurgentes, según señalaron las fuentes.

Uno de los muertos es el denominado "comandante Tomás", jefe del XIII Frente de las FARC.

Integrantes de ese frente habían advertido en los últimos días que el hostigamiento permanente de los militares "colocaba la tregua en peligro".

Por otra parte, un supuesto rebelde de otra organización, en comunicación con la cadena de radio Caracol, declaró la guerra a las FARC, [illegible] al XIII Frente, por "procedimientos contrarrevolucionarios" y por el asesinato de decenas de guerrilleros.

El presunto guerrillero, que se identificó como miembro del frente Manuel Vázquez Castaño, del procastrista Ejército de Liberación Nacional (ELN) dijo que la actitud de las FARC "dista mucho de la disciplina y la unidad revolucionaria".

**♦ Ataque del M-19**

Según se informó en la capital, los guerrilleros del M-19 emboscaron una patrulla de la III Brigada del Ejército en la zona del Queremal, situada a unos 315 kilómetros al oeste de Bogotá y dieron muerte a nueve militares, mientras que otros cuatro resultaron heridos.

La patrulla militar aparentemente no pudo defenderse del ataque sorpresivo lanzado por los guerrilleros, que lograron escapar sin registrar bajas.

Cabe destacar que en las últimas veinticuatro horas, en distintas acciones de insurgencia han muerto trece militares y quince guerrilleros, en los departamentos de Antioquia, Santander, Valle y Cauca.

CLARIN 27-12-86

01.01

8701953

El DIA 4/12/86

# Colombia: guerrilla amenaza al petróleo

BOGOTA. — El resurgimiento del pro castrista Ejército de Liberación Nacional (ELN), con recursos económicos aparentemente procedentes de la extorsión a una multinacional alemana, amenaza acabar con la autosuficiencia petrolera lograda por Colombia hace menos de un año.

Tras una sucesión de ataques a la principal instalación petrolera del país —el oleoducto Caño Limón-Coveñas— el presidente de la empresa estatal Ecopetrol, Francisco Chona Contreras, reconoció en las últimas horas que de seguir la situación "tendríamos que importar crudo de nuevo".

El oleoducto, de 764 kilómetros de longitud, une los ricos yacimientos de Caño Limón, en la intendencia nordoriental del Arauca, con las instalaciones de embarque del puerto caribeño de Coveñas.

La obra, recientemente completada y a través de la cual comienzan a salir excedentes exportables de crudo, ha sido objeto de 70 atentados, según Chona.

01.01

8701954

ARCHIVAR EN: COLOMBIA (111)

TEMA: COLOMBIA – ACCIONES GUERRILLERAS

PROCEDENCIA: EMJR Nº 1212.3/15 DEZ 86 (DOC. Nº 0263/87 de 9/2/87)

ARCHIVADO EN: CARPETA ENLACE BRASIL (125/A)

01.01

8702038

911

# Copan pueblo en Colombia

BOGOTA — Unos 120 guerrilleros se apoderaron en la madrugada de ayer del noroccidental municipio colombiano de Mutata, dieron muerte a un civil e hirieron a dos policías, emprendiendo posteriormente la huida, se conoció en Bogotá.

De acuerdo a las primeras versiones de los militares, los guerrilleros portaban brazaletes de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC, en tregua con el gobierno).

En la acción resultaron heridos dos agentes de la población y perdió la vida el secretario del juzgado municipal.

Los guerrilleros de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia quebrantaron la tregua y los acuerdos de paz, al participar en una emboscada a un camión militar que dejó siete muertos, dijeron altos mandos del Ejército.

Las víctimas, integrantes de la quinta Brigada del Ejército con sede en Bucaramanga, al noroeste del país, murieron el fin de semana al estallar minas colocadas en la carretera.

## Corrupción

Por otra parte, las fuerzas militares encontraron nuevos hechos de corrupción en la Policía de la noroccidental ciudad colombiana de Medellín, en donde tienen su centro de operaciones los principales jefes del narcotráfico, de acuerdo con un informe publicado ayer por el matutino "El Espectador" de Bogotá.

Según el informe, el grado de corrupción de la Policía de esa zona es tal que se consideran como sospechosos al 80% de los integrantes de la institución armada de Medellín.

El robo de 350 kilos de heroína decomisada a dos tenientes, la captura y posterior libertad de un importante jefe del narcotráfico y el permiso para realizar una fiesta a la que asistieron todos los "capos" en una finca cercana a Medellín, fueron los hechos hallados en la investigación.

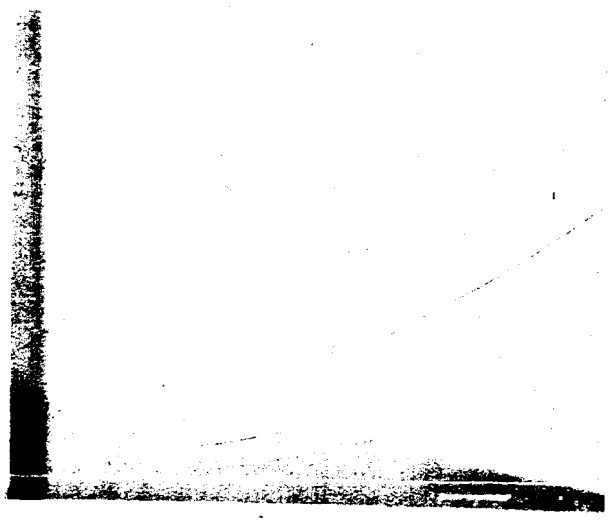
El Día 28/1/87

El Día 28/01/87

01.01

8702289

Colombia



...sean perseguidos a causa de su raza, religión o ideas | interminable encarcelamiento de Nelson Mandela. | tiene significado para la humanidad.

# LAS GUERRILLAS COLOMBIANAS Y SU FINANCIACION

...s organizaciones gue-
...s colombianas no han
...do escapar de los pre-
...as económicos nacio-
...s y la inflación galo-
...e que afecta a todos,
...bstante a que cada día
...s más difícil encontrar
...uentes financieras.
...ro si hasta no hace
...ho tiempo se especuló
...la financiación de las
...rillas provenía del ex-
...r, ahora existen eviden-
...que permiten asegurar
...los recursos económi-
...de sostenimiento son
...no, según algunos aná-
...rivados de inteligencia.
...s guerrillas, que cuen-
...en divisiones especia-
...as en la obtención del
...o, recurren actualmen-
...uentes que van desde
...ple atraco hasta acuer-
...con narcotraficantes,
...ndo por la extorsión, el
...estro y el chantaje,
...n fuentes policiales.
...unas empresas petro-
...s transnacionales no
...sido excepción de los
...ivos guerrillos, según
...ay lejanos informes ofi-
...s que vincularon a es-
...mpañías en acuerdos
...tos con alguna organi-
...n guerrillera que les
...ó varios millones de
...es a cambio de la se-

guridad de sus ejecutivos e instalaciones.

También los archivos policiales tienen pruebas y hay declaraciones sobre las inversiones en títulos financieros y otros de alta rentabilidad que les permite a los guerrilleros asegurar ingresos fijos para sus gastos, "algunos manejan sus organizaciones guerrilleras como una empresa que debe registrar ganancias anuales y contar mensualmente con el dinero suficiente para pagar una nómina", explicó un analista que prefiere no ser identificado.

Para algunas personas la actividad guerrillera se ha convertido, posiblemente en una forma de vida con posibilidades, descartada por la mayoría, de mejorar su situación en un futuro, comentó el analista al señalar que en la medida que exista mayor empleo en la ciudad y los campos, descenderá proporcionalmente el número de alzados en armas, por eso dan tanta importancia a una rápida y eficaz ejecución de las reformas agraria y urbana.

Inclusive se ha sugerido la posibilidad de buscar al problema de la guerrilla una solución a la que se dio para acabar con la llamada guerra civil de los mil días, cuando la oficialidad que luchó en los bandos ganador y perdedor fueron amnistiados y se les establecieron pensiones de retiro, que a muchos nunca les llegó más de un par de veces, así le pasó al Coronel — personaje de la famosa novela del Premio Nóbel Gabriel García Márquez.

Los actuales alzados en armas no son más de 5.000, según unas fuentes y 20.000 de acuerdo con otras, la cifra exacta decía un oficial de inteligencia, varía diariamente pero ahora se están empleando sistemas para evitar, mediante la presencia efectiva del Estado, que el adoctrinamiento guerrillero penetre en los intereses de los jóvenes, comentó el oficial.

Sectores de populosas ciudades, de este país de 28 millones de habitantes, a donde antes no podía ingresar la Policía, ahora se han convertido en zonas de ejemplares condiciones cívicas, después de haber sido dotadas de los servicios mínimos para hacer menos difícil la vida.

Informes de inteligencia señalan que en los últimos seis meses la autodenominada Coordinadora Nacional Guerrillera (CNG) ha obtenido una parte apreciable de su armamento en los asaltos a pequeños pueblos donde el puesto de policía no estaba conformado por más de diez hombres.

Posteriormente, cuando la Policía fue retirada de esos apartados lugares para evitar que los atacaran y les robaran el armamento, los guerrilleros también cambiaron sus tácticas, y procedieron a emboscar las patrullas que eran enviadas para enfrentarlos durante la ocupación de algún pueblo.

Ahora, con tropas aerotransportadas, mejores comunicaciones y nuevos sistemas de persecución los guerrilleros también desistieron de las emboscadas y tratan de obtener directamente lo que necesitan y luego abandonan el lugar.

Los pueblos preferidos por los guerrilleros del Movimiento 19 de Abril (M-19) son aquellos del suroccidente colombiano donde funcionan entidades financieras que mantienen en sus cajas de seguridad varios millones de pesos para otorgar créditos a los campesinos.

Los mismos informes de inteligencia establecen que los guerrilleros llegan en pequeños grupos confundidos con los campesinos y toman posiciones estratégicas para atacar la casa de la Policía, la entidad financiera, la farmacia y el hospital, esto les permite eventualmente obtener armas, dinero y medicinas para sus enfermos o heridos.

Hasta hace pocas semanas la fuerza policial siempre se concentraba en una sola casa, pero ahora se cambió el sistema o los policías están distribuidos en distintas residencias para así desconcentrar sus fuerzas y obligar a sus atacantes también a dividirse, también la Policía, que es militarizada, cuenta ahora con mayor cantidad de munición en sus reservas para resistir durante períodos más prolongados y evitar lo que les sucedía en el pasado que una vez consumidas las reservas, tenían que rendirse. Sin embargo se cree que el recurso de recurrir al secuestro, extorsión o cobro de "seguros" no es suficiente para el costoso mantenimiento de los varios centenares de alzados en arm...
Por supuesto esto ha ...
rrumbado, en principio, ...
tesis de la ayuda exter...
a la guerrilla.

Pero aún queda por ...
tablecer firmemente la ...
puesta conexión entre ...
guerrilleros y los narcot...
ficantes. Existen la hipóte...
de que los guerrilleros d...
protección a los narcotra...
cantes a cambio de dine...
y les ayuden a trasladar ...
mercancía ilegal a cam...
de armas y municiones.

Existen evidencias sob...
este de acuerdo, especi...
mente con miembros ...
M-19, pero ahora pare...
que no están en vigen...
en otros casos algunos g...
rrilleros han recurrido ...
soborno de algún mili...
para obtener armas o ...
niciones, pero estos ca...
son aislados y han sido d...
cubiertos a tiempo.

El gobierno del preside...
Virgilio Barco está intent...
do con su programa de ...
conciliación y rehabilitac...
llevar la presencia del ...
tado a las zonas afecta...
por la violencia y erradi...
las causas que esgrim...
las guerrillas.

Opinión Nº 68 GONZALEZ / STELLA 8702461

01.01

1. ...
COLOMBIA

de octubre de 1986 **últimos noticias**

# Combaten los secuestros en Colombia

S
TECLA

BOGOTA, (ANSA). Los organismos de Seguridad de Colombia dieron muerte en las últimas 24 horas a nueve secuestradores, rescataron con vida a cuatro secuestrados y uno murió en las operaciones realizadas en esta ciudad y Bucaramanga, según distintos informes oficiales.

Otros ocho secuestradores fueron capturados y se encuentran bajo investigación en los operativos realizados por la Policía de Investigaciones F-2, agentes secretos del Departamento Administrativo de Seguridad (DAS) y miembros del Ejército nacional.

En Bogotá el F-2 dio muerte a cinco guerrilleros del llamado grupo "Ricardo Franco" que mantenían secuestrada a Flor Alba Cárdenas de Ocampo, esposa de un guardián de la cárcel donde escapó el acusado hondureño de narcotráfico Juan Ramón Matta Ballesteros.

Los guerrilleros exigían un poco menos de 200.000 dólares por entregar a la esposa del guardián que se halla preso sindicado de haber recibido varios millones de pesos por haber organizado la fuga del acusado de narcotráfico.

En otra acción los agentes del DAS rescataron con vida a la niña Jacqueline Caballero Castro y detuvo a los dos secuestradores que pedían tres millones de pesos, equivalente a 15.000 dólares por su libertad.

Mientras tanto en Bucaramanga una patrulla del Ejército localizó la casa en donde mantenían cautivos a dos ganaderos por quienes se pedía un alto rescate. Durante el allanamiento fueron muertos tres secuestradores y uno de los secuestrados identificado como Luis Alberto Valderrama. El otro ganadero, Rafael Parra quedó con heridas de gravedad.

Un día antes agentes del DAS también rescataron con vida al industrial Jaime Lechter López, quien permaneció más de dos semanas en poder de un grupo que estaba dirigido por Jacobo Herchs Roitman, amigo de la familia y, según la Policía, cerebro del secuestro.

01.01

8702469

ARCHIVAR EN: Colombia (111)

TEMA: El grupo M-19 está a la derecha

(Sugería todas de nota a no tener conversación política ni M. [illegible])

PROCEDENCIA: [illegible] (8/11/86)

ARCHIVADO EN: Silberstein (073)

01.01

0702475

P. 1/1
Colombia
Cruzan con SUBVERSIÓN

CLARIN 3/11/86



# Las FARC piden otra comisión de paz

BOGOTA, 2 (DPA). — Las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), en tregua con el gobierno, solicitaron al presidente Virgilio Barco Vargas que designe una nueva comisión de paz, que facilite los diálogos.

Al asumir la presidencia de Colombia, el pasado 7 de agosto, Barco Vargas anunció que dialogaría con las organizaciones subversivas en forma directa y no a través de comisiones de paz integradas por voceros de diferentes sectores, como lo venía haciendo el anterior presidente, el conservador Belisario Betancur Cuartas.

En la carta de las FARC, los líderes guerrilleros opinan que una nueva comisión de paz tendría mucha mayor posibilidad de acción que la forma utilizada actualmente, cuando los diálogos se hacen exclusivamente a través del consejero presidencial para la reconciliación, Carlos Ossa Escobar.

Según las FARC, el consejero presidencial por sí solo no tiene "posibilidades de cubrir el territorio nacional ni sus problemas en el proceso de la paz".

Igualmente solicitaron que el proceso de tregua sea vigilado por una comisión de verificación, como en el gobierno de Betancur Cuartas, y no por los jueces, como sucede en la actualidad, pues "en cualquier momento puede surgir un vacío que deteriore la tregua".

Varios de los procedimientos de diálogo entre los grupos guerrilleros y el gobierno cambiaron notoriamente tras la transmisión de mando de Betancur Cuartas a Barco Vargas.

COLOMBIA

01.01

8702476

ARCHIVAR EN: Colombia (111)

TEMA: Operativo antiguerrillero en Colombia

PROCEDENCIA:

ARCHIVADO EN: Subversión Lat (073)

01.01

8702644

Colombia

## La guerrilla colombiana

BOGOTA, 11 (UPI).- Una de las organizaciones guerrilleras colombianas, el Ejército Popular de Liberación, decidió establecer diálogos de paz con el Gobierno, mientras acciones de otros grupos rebeldes, en diferentes lugares del país, dejaron un saldo de, por lo menos, 8 muertos y 4 heridos.

Mientras tanto, ayer y hoy, se produjeron tres acciones rebeldes, las que dejaron el mencionado saldo. En la región rural de Uraba, al norte del departamento de Antioquia y a unos 400 kilómetros de Bogotá, guerrilleros de la Coordinadora Nacional atacaron un comisión de la policía. El episodio generó un nutrido intercambio de disparos, en el cual, según las autoridades, murieron 4 policías, dos atacantes y dos campesinos.

LA NACION 12-2-87

01.01

8702668

COLOMBIA

# Ataques terroristas en Bogotá

Bogotá (UP) — Guerrilleros urbanos del "Ejército Popular de Liberación" (EPL) atacaron con bombas una estación de policía y la Cámara de Comercio de Bogotá, dejando un muerto y un herido en ambas acciones.

En la estación de la policía murió el detenido Marcos Roa, de 25 años, al estallar una bomba colocada por los guerrilleros del EPL, grupo que perdió recientemente a su máximo jefe, Jairo Calvo Ocampo, quien murió en un enfrentamiento con fuerzas policiales.

Roa había sido detenido acusado de supuesto robo y llevado a la comisaría por agentes de seguridad.

El atentado ocurrió a las cuatro de la madrugada. La bomba destruyó parcialmente el cuartel, pero cinco agentes que se encontraban en el lugar no sufrieron lesiones. Roa resultó herido de gravedad y murió cuando era trasladado al hospital.

Otra bomba colocada también por guerrilleros del "EPL" estalló al mismo tiempo en el edificio en donde funcionan las oficinas de la Cámara de Comercio de Bogotá, afectando por lo menos a 20 locales situados a la redonda y causando heridas a una persona, informó la policía.

Una mujer, que habló a nombre del "PEL" sin identificarse, llamó a emisoras de radio y noticieros de televisión, indicando que los atentados eran en represalia por la muerte del máximo jefe de la organización, Calvo Ocampo.

Calvo Ocampo murió el domingo en un enfrentamiento con la policía cuando intentó atravesar una barricada policial.

La Prensa 19/02/87

01.01

8702669

-GONZALEZ-



# Colombia es una república desgraciada

**Por Germán Arciniegas**
(Para LA NACION)

BOGOTA (ALA). - Se entra al vestíbulo de El Espectador como a un gran patio, con galería en el segundo piso. Espacio inmenso que ayer pareció encogerse y apretarse. Sólo quedaba libre, al centro, el pequeño lugar para la caja de madera clara, tapada, de Guillermo Cano, el periodista asesinado, y para unas cuantas coronas en el suelo. La gente no cabía. Es imposible meter a toda Colombia en un patio.

Estaban ahí el presidente Barco y Carolina, los ex presidentes de Colombia, los directores de los diarios, ministros, los jefes de los partidos y cuanto colombiano cupo... acompañando a una familia destroncada. El ataúd estaba entre seis cirios. Dos o tres rosas, unas dalias, alguna otra flor era todo lo que había sobre la tapa. Tres lágrimas caídas del cielo.

A dos pasos de distancia, la mesa eucarística. Una pequeña imagen de la Virgen sobre el mantel blanco, y ocho sacerdotes oficiantes. Algunos embajadores testigos debieron mirar con asombro ese cuadro de toda una república que ha parado en eso: un periodista libre acribillado a balazos y en torno los presidentes mudos, la mujer y los hijos destrozados, y lo que cupo de muchedumbre al borde de un abismo.

Mirando a la galería del segundo piso, gran balcón, acodados contra las barandas y llenando el corredor, mujeres del aseo, mensajeros, linotipistas, mecanógrafas... todo el pueblo del periódico, como una sola masa quieta de estatuas que en dos horas no se movieron. Caras de asombro y desconcierto que llenaban con los ojos muy abiertos el vacío. Si eso es hoy toda Colombia, limita con la eternidad por sus cuatro costados.

## Capital de la droga

Porque esta es una república desgraciada que el destino azaroso colocó de improviso, cuando menos nadie lo esperaba, en el centro del camino que lleva de los vastos plantíos de coca y marihuana a la capital de los drogados del mundo.

Como si el diablo hubiera construido esta pista para los aviones, las naves, los camiones que movilizan cargamentos que valen más que todos los presupuestos de la América latina.

Para abrir este camino los ingenieros multimillonarios arrasan. Páseme esta maleta a la otra sala y le doy medio millón de dólares. Máteme aquel ministro, reduzca a ese juez, abra la puerta de la aduana, lleve estos bultos al avión... Y al otro día en las gacetas de Europa: Colombia es una tierra de asesinos... Desgraciados...

Guillermo Cano andaba como en la Colombia vieja, hasta ayer cristiana república de literatos poetizantes. Sin nadie que le guardara la espalda, manejando su camioneta sin vidrios blindados, salió del diario y, como siempre, fue a hacer la U pasando de un carril al otro en la avenida. Lo acribillaron en segundos. Se alcanzaron a oír los disparos en el periódico.

## Un caballero distinguido

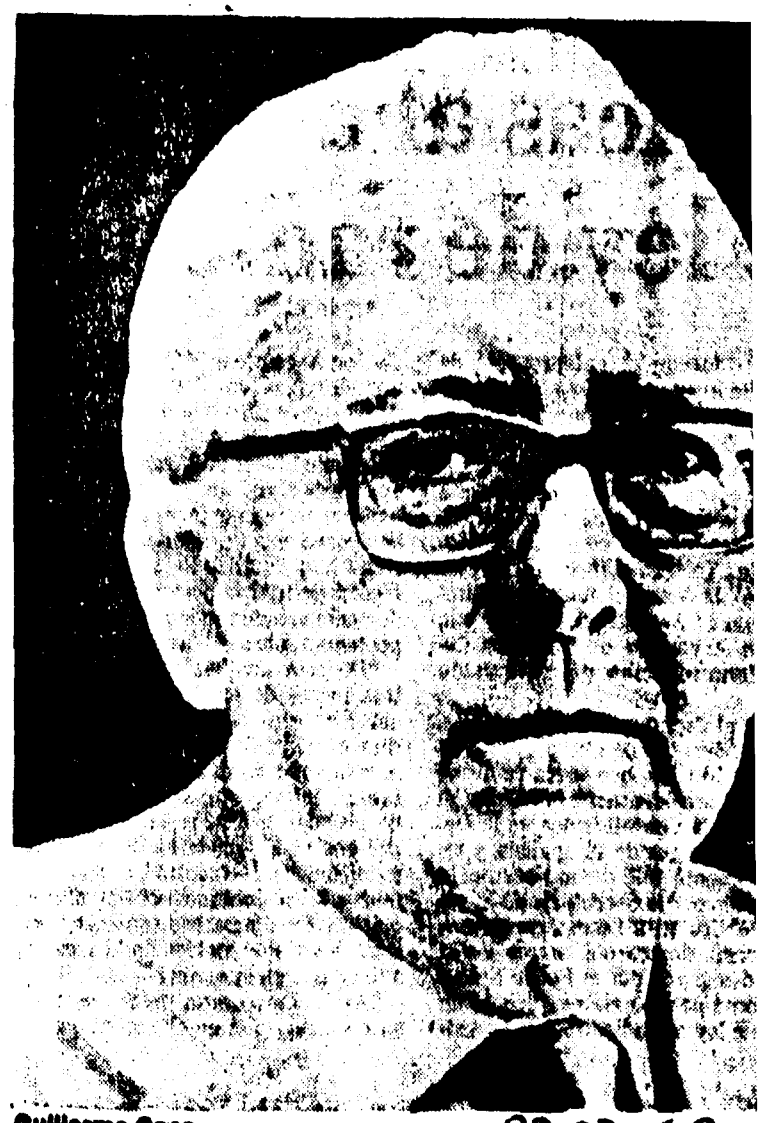
¡Señor Cano: usted no está en su tierra! le gritó una voz que venía de un hotel de lujo de Panamá, Miami o París. Era del asesino que nos ha llevado a la Colombia infeliz. Porque no es exacto que asesinos hayan sido el que hizo los disparos a dos metros del automóvil ni el que lo montó en la motocicleta y lo sacó de todo posible alcance de la policía. El de la muerte ha sido un caballero distinguido y millonario, que casi no tuvo ni que tentar a un buen tirador de los que duermen en colchón de tamo poniéndole medio millón, un millón en la cartera.

## Valor casi temerario

Además, Colombia es una isla sin amparo ahora rodeada por un mar de miedo. Unos años más y tendremos la costumbre de las cabezas doblegadas. Ya nos parece valor casi temerario el del presidente que se atreve a mantener en pie la ley que aprueba un tratado internacional, incómodo para los del negocio de la droga. Y no nos asombra que toda la Corte de Justicia trabaje sobre la base de una minucia formal para echar por tierra el papel que nos defiende en el campo internacional.

Un vasto silencio se hizo en la Colombia reunida en el patio de la libertad y de la muerte. Y en esa sombra de las voces muertas pusieron los hombres libres la esperanza de volver a lo que somos y seremos.

(c) LA NACION



Guillermo Cano

87030 68

ARCHIVAR EN: Colombia (III)

TEMA: Atentado Guerrillero en Medellín.

PROCEDENCIA: La Prensa 11/2/87

ARCHIVADO EN: Subversión (073)

01.01 8703085

ARCHIVAR EN: Colombia (III)

TEMA: Abatido Comandante de la Guerrilla Colombiana.

PROCEDENCIA: La Hora 12/2/87

ARCHIVADO EN: Subversión (073)

01.01 8703111

ARCHIVAR EN: Colombia (III)

TEMA: Beco: Cambios en el Gobierno.

PROCEDENCIA: El Sol 18/5/87

ARCHIVADO EN: Fichaje (8)

01.01 8704595

25

111

Colombia

EL DIA 12-6-82

# Finalizó paro cívico en región colombiana

BOGOTA — Con la firma de un acuerdo entre el gobierno y los residentes de la zona terminó en Chocó el paro cívico que durante cinco días paralizó ese departamento, dijeron las autoridades.

Las negociaciones entre el consejero presidencial Carlos Ossa Escobar, y los delegados del Comité Pro-Paro se iniciaron el pasado viernes y concluyeron en la noche de ayer, cuando fue anunciado el acuerdo.

## Advertencia

El funcionario aseguró que el gobierno no puede incumplir los acuerdos suscritos con el pueblo de Chocó, porque "si se le engaña de nuevo con promesas, la gente enseñará con todo".

El coordinador general del paro, Mauro Cuesta, afirmó que de no cumplirse lo pactado se daría curso a un movimiento separatista que promovería la creación de la "República Independiente del Pacífico, o la adhesión a Panamá".

Los habitantes de Chocó iniciaron el cese de actividades para demandar del gobierno nacional mejoras en los servicios públicos y solución a los problemas de Educación, Salud y Transporte que afectan al departamento.

Ossa Escobar dijo que fue un proceso dispendioso e intenso, y que luego de largas horas de discusiones se llegó a soluciones de corto y mediano plazo.

Sobre las de corto plazo, mencionó que "tienen que ver con la ampliación del acueducto de Quibdó", y en un plazo mayor, "se reforzará el presupuesto para carreteras, puestos de salud y educación".

Virgilio Barco

01.01

8705559

VIOLENCIA POLITICA EN COLOMBIA

# Atentados con explosivos contra las sedes del P.C. y de la Unión Patriótica

*A raíz del atentado contra la ex senadora Berta Hernández Ospina y los ataques con explosivos a las sedes del Partido Comunista y de la Unión Patriótica, el jefe del ejército y políticos colombianos coincidieron en exigir un mayor presupuesto militar para enfrentar a las guerrillas. Denuncian un complot internacional para desestabilizar a Colombia y a Venezuela.*

BOGOTA, 21 (ANSA, DPA, UPI y AFP). — La ex parlamentaria conservadora Berta Hernández de Ospina, viuda del ex presidente de Colombia Mariano Ospina Pérez (1946-1950) resultó ilesa, ayer, de un atentado contra su vida llevado a cabo por un grupo de 7 hombres que —se cree— intentaban secuestrar a uno de sus nietos.

El suceso se conoció en Bogotá y produjo una gran conmoción, en especial en círculos políticos, teniendo en cuenta el prestigio de la familia Ospina, una de las más ricas del país.

La señora Hernández de Ospina, de 80 años, había concurrido a una misa en memoria de uno de sus hijos —Guillermo—, quien falleció el martes pasado en Estados Unidos. Ella, junto con su hijo mayor, Fernando, y tres nietos, estaban entrando a un restaurante del área bogotana de Guaymaral cuando un grupo de siete hombres la atacaron con disparos de ametralladora.

La anciana logró arrojarse al suelo al tiempo que arrastraba en su caída a los nietos. Su hijo Fernando, menos afortunado, antes de poder reaccionar recibió una bala en el estómago y otra en una pierna, pero se informó que está fuera de peligro. Los nietos de la señora Hernández de Ospina no recibieron herida alguna y aquélla apenas si sufrió un rasguño al caer al piso. Un niño que casualmente pasaba por el lugar recibió un balazo en el abdomen, pero también está fuera de peligro.

La familia Ospina ha representado siempre una posición de derecha radicalizada y en otras épocas ejerció una gran influencia dentro del Partido Conservador, fundado precisamente por un antecesor de la familia, la que ha dado tres presidentes a Colombia.

### ♦ Dos bombas

La violencia política en Colombia mantuvo su preocupante nivel en las últimas 24 horas. Dos atentados con explosivos se produjeron en la capital contra las sedes del Partido Comunista y de la Unión Patriótica.

El primer ataque se registró ayer contra la sede del P.C., en pleno centro de Bogotá, lugar donde se edita el semanario "Voz", vocero del grupo político. Momentos antes de que el artefacto estallara habían estado reunidos allí varios miembros del partido discutiendo detalles sobre la organización de un acto celebratorio del 30° aniversario de la fundación del semanario.

La bomba destruyó puertas, muebles, equipos de oficina, vidrios y abrió un hueco en una de las paredes del local.

Horas después, una carga de dinamita de mayor potencia todavía, estalló en la sede de la Unión Patriótica, en el Barrio Kennedy, al sudoeste de Bogotá. La bomba redujo a escombros la edificación e hirió al vigilante del lugar y a sus dos hijos, aunque no de gravedad.

La UP es el brazo político de la guerrilla más antigua de Colombia, las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), agrupación que —luego de la tregua firmada con el gobierno en 1984— decidió formar partido uniéndose al Partido Comunista.

## Afirman que es una amplia conspiración

BOGOTA y CARACAS, 21 (ANSA y UPI). — El ex presidente liberal colombiano Carlos Lleras Restrepo afirmó en una nota firmada en su revista "Nueva Frontera" que el ataque a un puesto de la Guardia Nacional venezolana por supuestos guerrilleros y narcotraficantes colombianos, la semana pasada, "es un hecho que crea inquietud y encierra peligros serios".

Mientras tanto, el vicepresidente de la Comisión de Defensa de la Cámara de Diputados de Venezuela, Donald Ramírez, denunció una conspiración internacional en la frontera colombo-venezolana, que tendría como propósito desestabilizar a ambas naciones. "Conspiración —dijo— que no es ajena al conflicto bélico centroamericano".

Otro episodio en igual sentido se produjo hoy, en Venezuela, cuando el embajador colombiano en ese país, Pedro Gómez Barrero, calificó de "irresponsable" al ex candidato presidencial venezolano José Vicente Rangel. Este denunció la existencia de un "pacto" de convivencia mutua entre las fuerzas armadas y las guerrillas del Ejército de Liberación Nacional en Colombia. Tal pacto —dijo Rangel— tendería a entorpecer un posible acuerdo colombo-venezolano en relación con el diferendo limítrofe entre ambas naciones.

01.01

8705565

# Colombia: grave ola de violencia

BOGOTA, 8 (AP) – Veintiséis personas murieron en episodios de violencia política y común registrados ayer en Colombia, mientras el gobierno del presidente Virgilio Barco Vargas mantiene una alerta militar en el nordeste del país, donde comenzó un paro cívico estimulado por los terroristas izquierdistas.

Diez extremistas murieron y otros diez resultaron heridos en un enfrentamiento registrado en la zona rural cercana al municipio de Toteré, informó el comandante de la Octava Brigada del Ejército, general Camilo Zúñiga.

Los subversivos pertenecían a la Coordinadora Nacional Guerrillera, que aglutina a diversos grupos subversivos izquierdistas. Uno de los muertos fue identificado como ciudadano ecuatoriano.

## Ecuatorianos y peruanos

Numerosos ecuatorianos y algunos peruanos fueron incorporados el año pasado al llamado Batallón América organizado por el Movimiento 19 de Abril (M-19) en el sur del país. El M-19 forma parte de la Coordinadora Guerrillera.

Otros cinco extremistas del autodenominado Ejército Popular de Liberación (EPL) fueron muertos en las cercanías del municipio de Río de Oro, situado a 450 kilómetros al norte de Bogotá, informó la Quinta Brigada del Ejército.

Otro terrorista del Ejército de Liberación Nacional (ELN) murió durante un enfrentamiento con tropas en la zona petrolera de Arauca. Integraba un comando que intentaba paralizar la navegación por el río Cubajón, informó la Quinta Brigada del Ejército.

## Un "escuadrón de la muerte"

En Medellín, la segunda ciudad de Colombia, con más de dos millones de habitantes, fueron asesinadas diez personas por un "escuadrón de la muerte" que ha prometido limpiar a la ciudad de drogadictos y delincuentes, informó el alcalde William Jaramillo.

Los pistoleros llegaron ayer en la madrugada a un bar en donde había varias personas bebiendo y jugando a las cartas. Después de identificarse como agentes secretos de la policía, les ordenaron formar fila frente a una pared en donde fueron acribillados con ráfagas de metralleta. En el acto murieron nueve y otras cuatro resultaron heridas. Posteriormente falleció uno de los heridos.

Los asesinos dejaron en el lugar un panfleto que los identifica como integrantes del grupo Amor por Medellín que ha prometido "limpiar" a la ciudad de vagos, delincuentes y traficantes y consumidoras de drogas, informó la policía.

La Nacion 9/06/87

01.01

8705572

PS

111

Colombia

GONZALEZ -



# Murieron en combate doce guerrilleros en Colombia

## Eran integrantes de las FARC; cuatro militares fueron heridos

BOGOTA, 11 (UPI).– Doce rebeldes de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) murieron hoy al registrarse nuevos combates con tropas militares en una zona de los llanos orientales del país, a 95 kilómetros al sudeste de esta capital.

Fuentes de la VII brigada del ejército indicaron que los enfrentamientos entre militares y guerrilleros se registraron en una zona rural del municipio de Santa Teresa de Montenegro, donde las tropas ubicaron un campamento de entrenamiento de subversivos.

En cruentos combates, doce sediciosos murieron y cuatro militares resultaron heridos, se informó.

**Material incautado**

El comando de la brigada del ejército dijo que en las acciones las tropas se incautaron del grupo guerrillero de más de 50 uniformes de campaña, de uso exclusivo de las fuerzas regulares, equipos de campaña, 28 granadas de fragmentación, fusiles, pistolas, revólveres, un cohete y miles de proyectiles para distintas armas.

Los operativos militares forman parte de la ofensiva que contra los grupos subversivos dispuso el Ministerio de Defensa hace dos días, cuando en distintos sitios del país fueron muertos 50 rebeldes en combates, que causaron cuatro heridos a las fuerzas regulares.

Los combates se desarrollan a partir del descubrimietno de un centro de adiestramiento de la Coordinadora Nacional Guerrillera (CNG) en la zona de Abrego, en el norte de Santander, a unos 500 kilómetros al nordeste de Bogotá.

Fuentes extraoficiales han informado que sólo en ese lugar han muerto más de 30 guerrilleros del Movimiento 19 de Abril (M-19) y del Ejército Popular de Liberación (EPL), de tendencia maoísta, miembros de la CNG, aunque las autoridades militares se han negado a confirmar el número exacto de bajas de ambos grupos.

El presidente Virgilio Barco aseguró ayer que nunca ha sido firmada una tregua con las FARC, porque las treguas, en su opinión, sólo se suscriben entre Estados y lo que se firmó en 1984 con las FRAC fue sólo un cese del fuego.

**Dos policías muertos**

BOGOTA, 11 (DPA).– Dos de los agentes de policía que se encontraban desaparecidos fueron encontrados muertos en zonas descampadas del departamento de Valle del Cauca, en el sudoeste colombiano, con lo que asciende a cinco el número de policías asesinados en los últimos días en esa región del país.

Ocho agentes de policía del Valle del Cauca desaparecieron en circunstancias confusas a comienzos de esta semana, al parecer, por hechos relacionados con el tráfico de estupefacientes. De éstos, cinco han sido encontrados muertos y uno permanece desaparecido, mientras que los dos restantes están presos en Cali, sin que se conozcan los cargos que se les imputan.

12/07/87

01.01

8705663

P

III

Colombia

CLARIN ★ Buenos Aires, lunes 6 de julio de 1987

# Iglesia colombiana: "Un paso más sería la guerra"

BOGOTA, 5 (AP). — La Iglesia Católica colombiana afirmó que la violencia desatada por las guerrillas izquierdistas con el propósito de tomar "el poder por la vía de las armas" e "instaurar un régimen totalitario" se ha extendido por casi todo el territorio nacional y advirtió que "un paso más sería la guerra total".

En una declaración aprobada ayer por la Conferencia Episcopal, después de una semana de deliberaciones, se denunció que los traficantes de drogas se han aliado con las guerrillas con el "propósito de abatir a Colombia".

"Son escasos los puntos de nuestra geografía no señalados con las cruces sombrías de la muerte, de la inseguridad y de la extorsión", afirmó el documento que hace un llamamiento para "poner alguna barrera absoluta a la oleada de sangre y todas las formas de violencia".

La Iglesia opinó que es "inaplazable la unión de todas las mentes y voluntades aunar para salvar a la nación", al tiempo que fustigó a la dirigencia política que se ha olvidado de la gravedad del momento para dedicarse al "festín preelectoral", abandonando sus promesas de hacer las reformas sociales que exige el país.

La declaración firmada por 73 obispos colombianos denunció que "en esta hora de tinieblas para la nación se han olvidado en forma aberrante todos los derechos humanos".

Los prelados dijeron que las guerrillas violan los derechos humanos aplicando la pena de muerte, el secuestro, la extorsión y destruyendo los bienes de la nación. Pero condenaron, por usar procedimientos similares, tanto a las grupos que hacen justicia por su cuenta como a quienes se amparan en la seguridad del Estado.

Los prelados hicieron un llamamiento a las bandas de traficantes de drogas para que renuncien definitivamente a su actividad criminal que "aniquila los mejores valores humanos". Al analizar el fenómeno del cultivo y comercio de estupefacientes, la Iglesia Católica dijo que la responsabilidad primaria recae en los países consumidores

01.01

8705671

Buenos Aires, lunes 20 de julio de 1987 ★ CLARIN

# Colombia recibe un crédito sin el aval del F.M.I.

BOGOTA, 19 (EFE y Reuter). — Un crédito de 1.000 millones de dólares, con destino a Colombia, aprobó un grupo de quince bancos privados internacionales, lideradas por el Chasmical Bank de Nueva York, informó hoy el presidente de la nación, Virgilio Barco.

Los términos del acuerdo, que según el gobierno, son los mejores obtenidos últimamente por un país en desarrollo, incluyen un tipo de interés de 15/16 sobre la tasa Libo, un período de gracia de 66 meses (hasta el 31 de enero de 1993) y un plazo final de pago de 126 meses (hasta el 31 de enero de 1998).

El informe oficial destaca también que el acuerdo se consiguió sin compromiso Colombia a ningún tipo de control de la economía del país, por el Fondo Monetario Internacional (F.M.I.).

◆ Destinos

Los recursos fueron prestados para atender necesidades del gobierno central (600 millones), entidades oficiales del sector eléctrico (200 millones) y la empresa estatal carbonera, Carbocol (200 millones).

La deuda exterior de Colombia asciende a 14.000 millones de dólares, una de las más bajas de Latinoamérica en relación con su capacidad de pago.

Colombia obtuvo un crédito de 1.000 millones de dólares en 1985/86 de la banca internacional, pero su desembolso estuvo sujeto a un rígido programa de ajuste monitoreado por el F.M.I.

Según un documento presentado por el gobierno a su comunidad financiera internacional, el país necesita desembolsos anuales de 2.000 millones de dólares en los próximos cuatro años para mantener su actual nivel de reservas e importaciones y servir la deuda externa que asciende a casi 15.000 millones de dólares.

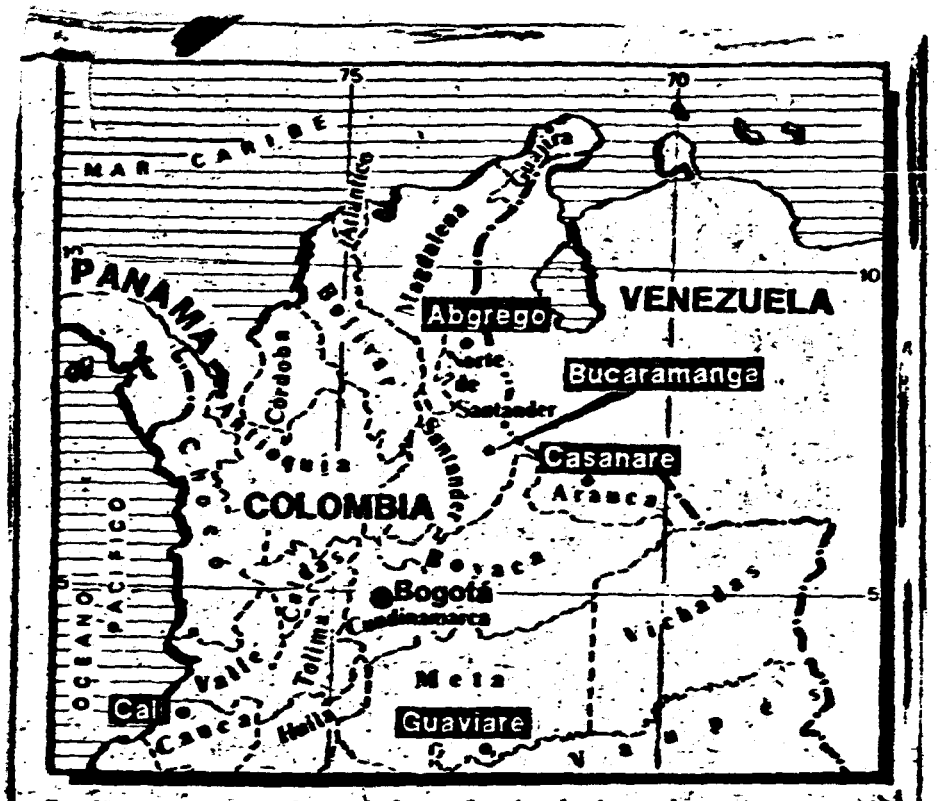
Agregó que dicho nivel de endeudamiento incrementa el saldo en un tres por ciento anual, por debajo de la inflación mundial esperada y del crecimiento del Producto Bruto Interno colombiano, estimado en un 5 por ciento anual.

Las autoridades colombianas aseguraron que "en nuestro caso no hay necesidad de examinar nuestra política económica, como ocurre habitualmente, para comprobar que es, básicamente, sana y que ofrece las mejores garantías de pago".

01.01

8705941

Colombia
cruzar con subversión




Puntos en que se registraron los enfrentamientos

**La subversión en América**

# Abaten a más de 40 guerrilleros en Colombia

## Murieron en diversos enfrentamientos; ochenta bajas en los últimos cuatro días

BOGOTA, 9 (EFE).- Más de 40 guerrilleros murieron en combates con tropas del ejército ocurridos hoy en varios departamentos colombianos, con los que se elevan a más de 80 las bajas en choques armados y actos de violencia durante los últimos cuatro días.

La Segunda Brigada del ejército informó hoy que en el departamento Norte de Santander, fronterizo con Venezuela, murieron por lo menos 25 integrantes de una columna de la Coordinadora Nacional Guerrillera.

La columna intentó tomar un puesto de comunicaciones militares y de radio y televisión, situado en el cerro Jurisdicciones, cerca de la población de Abrego, 700 kilómetros al norte de Bogotá, y se encontró con tropas regulares que la repelieron y persiguieron.

Un oficial y dos soldados fueron heridos de gravedad en esos enfrentamientos, dijeron voceros de la Segunda Brigada, con sede en Cúcuta, capital del departamento Norte de Santander.

Desde Cali, en el Occidente, a 500 kilómetros de Bogotá, se informó

(Continúa en la página 3, col. 1)

01.02

8706175

El terrorismo en América

# Abatieron a más de 40 guerrilleros

(Continuación de la página 1, col.6)

hoy que desconocidos secuestraron a siete policías, de los cuales tres aparecieron muertos esta mañana.

En la intendencia de Casanare, en los llanos orientales, murieron entre ayer y hoy 16 guerrilleros en choques de tropas regulares con el XVI frente de las tropas pro soviéticas Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC).

En la intendencia de Guaviare, en el sur, fronteriza con el Brasil, se informó hoy que ocho rebeldes del X frente de las FARC murieron en otro enfrentamiento con el ejército.

En la ciudad de Bucaramanga, capital del Departamento de Santander, a 430 kilómetros al nordeste de Bogotá, el ejército allanó ayer una residencia en la que se encontraron tres guerrilleros de las FARC, que opusieron resistencia y murieron.

Uno de los guerrilleros fallecidos fue identificado por las autoridades como Javier Henríquez, alias Virgilio, comandante del XXII frente de esa agrupación rebelde, la más activa del país.

En la intendencia de Arauca se informó que un grupo de personas armadas, de filiación no determinada, dio muerte ayer a cinco campesinos y secuestró a diez más.

El martes, el pequeño poblado de Guaranda, al norte del país, fue atacado por una columna guerrillera del Ejército de Liberación Nacional (castrista), con el resultado de cuatro policías y tres guerrilleros muertos.

02.02

8706175

CLARIN ★ Buenos Aires, domingo 2 de agosto de 1987

OPERATIVO POLICIAL EN COLOMBIA

# Abatieron a los presuntos asesinos de Bonilla y Cano

BOGOTA, 1° (ANSA, DPA y EFE). — Cuatro reconocidos delincuentes colombianos, entre ellos el presunto autor material de los asesinatos del ministro de Justicia, Rodrigo Lara Bonilla, y del director del matutino "El Espectador", Guillermo Cano Isaza, fueron muertos durante un enfrentamiento con la policía, que habría logrado con su intervención evitar que la banda atentara a un juez.

El delincuente Rodolfo Prisco Lopera, de 32 años, sindicado como el autor de los mencionados crímenes, era jefe de una peligrosa y muy activa banda de asesinos a sueldo conocida como "Los Priscos", precisamente por su apellido y el de su hermano, también integrante del grupo.

Junto con Prisco Lopera murieron en el enfrentamiento de ayer Jaime Sánchez Salazar, de 37 años, acusado de organizar el asesinato de un gobernador; Nelson Pineda, de 35 años, investigado por la muerte de un magistrado en Medellín, y Luis Eduardo Bermúdez, también de 35 años.

♦ **Asesinato frustrado**

Los cuerpos secretos de seguridad habían sido informados mediante llamadas anónimas de la presencia en Bogotá de los delincuentes, tradicionalmente afincados en Medellín. Los "Priscos" fueron sorprendidos anoche por la policía en momentos en que, al parecer, planeaban el asesinato del juez Eduardo Triana, que investiga la muerte de Cano Isaza.

Según las autoridades, el juez Triana se había negado a recibir veinte millones de pesos (ochenta mil dólares), que le habían sido ofrecidos para que a cambio ocultara los resultados de la investigación realizada sobre el asesinato del director del matutino de Bogotá. Horas antes del arribo a la ciudad de los "Priscos", el magistrado había recibido el testimonio del acusado Pablo Enrique Zamora, sindicado como intermediario entre los autores materiales y aquellos que mandaron matar a Cano Isaza.

Al ser interceptados por los detectives del Departamento Administrativo de Seguridad (DAS) en el extremo norte de Bogotá, los delincuentes respondieron a balazos, y con su acción desencadenaron el tiroteo en el que cayeron abatidos.

La banda comandada por los tres hermanos Prisco Lopera, que ahora ha sufrido cuatro bajas, actúa en la concreción de crímenes por contrato, especialmente por órdenes de la mafia de narcotraficantes. A cambio de sus acciones cobran gruesas sumas de dinero y entre la delincuencia cuentan con la fama suficiente como para que los sean encomendados los "trabajos" más difíciles.

Rodolfo Prisco, presuntamente, habría sido en varios casos el encargado de ejecutar esas acciones de mayor dificultad, entre ellas el asesinato de Lara Bonilla, en 1984, y de Cano Isaza, el pasado 17 de diciembre.

Por otra parte, la banda fue autora, entre otros muchos actos delictivos, de la muerte del ex magistrado Hernando Baquero Borda, del coronel de la policía Jaime Ramírez Gómez, y del capitán de la fuerza aérea colombiana Eduardo Bejarano Guzmán. Participó, asimismo, del fallido atentado contra el parlamentario Alberto Villamizar Cárdenas. Simultáneamente, la policía detuvo en Medellín, a los 18 integrantes de la banda "Los Nachos", una organización de pistoleros a los que se les atribuyen también numerosos asesinatos.

♦ **Grupos de autodefensa**

La aparición legal de los llamados grupos de autodefensa integrados por campesinos armados y respaldados por los ministros de Defensa, general Rafael Samudio, y de Justicia, José Manuel Arias Carrizosa, fue cuestionada hoy por otras altas autoridades colombianas.

El ministro de Gobierno, Cesar Gaviria, y el consejero presidencial para la paz, Carlos Ossa, se manifestaron en abierto desacuerdo con la operación de esos grupos, que cuentan con armamento privativo de las fuerzas armadas y con permiso militar para portarlo.

01.01

8706503

Cortázar

CLARIN — Buenos Aires, viernes 17 de julio de 1987

# Colombia: dos jefes de las FARC fugaron de una cárcel

**BOGOTA, 16 (DPA). — Dos altos jefes de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) fugaron misteriosamente de la prisión de Bucaramanga, donde cumplían penas desde hacía un año y media.**

**William Alberto Rojas y Antonio Rodas Herrera, los dos principales comandantes del 12° Frente de las FARC, lograron escapar del presidio en esa ciudad nororiental colombiana sin realizar ningún acto de violencia.**

**Los dos insurgentes se hallaban en el penal desde hacía dieciocho meses. Los guardiacárceles se extrañaban de que ambos hubieran logrado traspasar seis puertas de seguridad sin haber violentado ninguna de ellas ni amenazado a ningún efectivo del personal de vigilancia.**

**En las camas de sus celdas los fugitivos dejaron muñecos cubiertos por mantas que distrajeron a los guardias durante la primera noche, pensando que estaban durmiendo.**

**Rojas y Rodas Herrera fueron capturadas hace un año y medio cuando regresaban del campamento central de las FARC, y se les siguió juicio por secuestro: por ese delito, del que fueron hallados culpables, recibieron una pena de nueve años y tres meses.**

**La defensa de los dos altos comandantes rebeldes fue realizada por el parlamentario liberal y abogado penalista Horacio Serpa Uribe, quien argumentó que la captura de sus clientes se había efectuado después de haberse suscripto la tregua entre las FARC y el gobierno colombiano, en 1984.**

**Hasta esta noche el comando nacional de las FARC no había realizado pronunciamiento alguno sobre la fuga de sus dos dirigentes seccionales.**

**Las acciones insurgentes continúan de un extremo al otro del país. Hoy en la carretera que une los poblados suroccidentales de Inza y La Plata, presuntos rebeldes de la Coordinadora Nacional Guerrillera (C.N.G.) cortaron el paso a dos autobuses y se apropiaron de las pertenencias de todos sus pasajeros. Los atacantes huyeron entre las montañas de la zona, después de secuestrar las llaves de los dos automotores.**

01.01

8706817

Miércoles 5 de agosto de 1987 LA NACIO

# Colombia esclarecen dos importantes asesinatos

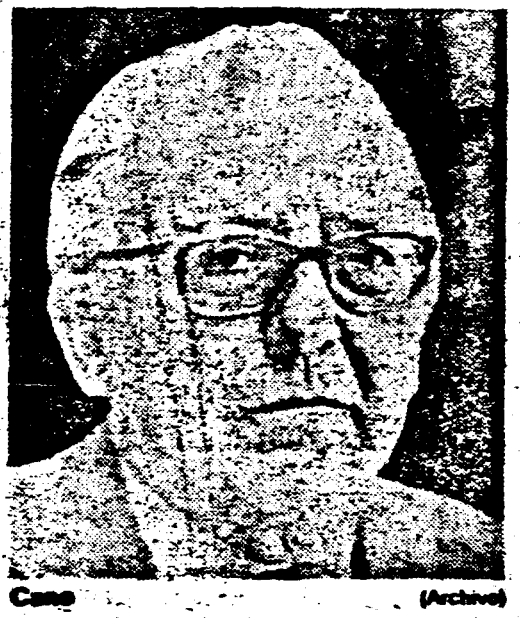
## Desbaratan la organización que ultimó a Cano y a Lara Bonilla

BOGOTA, 4 (AP).– Un juez investigador dictó auto de detención contra uno de los presuntos asesinos del periodista Guillermo Cano, director del diario El Espectador, mientras la policía secreta manifestó que ha desbaratado una poderosa banda que era el "brazo armado del narcotráfico" y responsable del asesinato del ministro de Justicia Rodrigo Lara Bonilla, magistrados de la Corte, jueces y otros personajes.

El juez 71 de Instrucción Criminal Eduardo Triana informó que el auto de detención afecta a Pablo Enrique Zamora, uno de los dos jóvenes que desde una motocicleta asesinaron a balazos al periodista Cano el 17 de diciembre en una calle de Bogotá, frente a las instalaciones de El Espectador. El pistolero fue capturado la semana última.

El otro presunto asesino fue muerto recientemente en un aparente esfuerzo del hampa para evitar que los investigadores lograran descubrir a los autores intelectuales del crimen, según el general Miguel Maza, director del Departamento Administrativo de Seguridad (DAS), la policía secreta colombiana.

Agregó que después de una detallada investigación se logró establecer que la poderosa banda Los Priscos, conocida con ese nombre porque era dirigida por varios hermanos de apellido Prisco, fue la encargada de perpetrar los asesinatos del ministro de Justicia, del magistrado de la Corte Suprema Hernando Baquero Borda, varios jueces, entre ellos Manuel Castro, quien investigaba el asesinato del ministro Lara Bonilla y otros personajes.



Cano (Archivo)

Lara Bonilla (Archivo)

En una conferencia de prensa, el jefe del DAS reveló que el jefe de la banda, José Rodolfo Prisco, fue muerto el sábado por la madrugada por la policía secreta, junto con tres de sus cómplices, quienes habían llegado a Bogotá procedentes de Medellín, en donde tiene su asiento el llamado "Cartel de Medellín" para el cual trabajan, con el objeto de asesinar al juez Triana, quien conduce la investigación con éxito evidente.

El propio juez reveló ayer que mediante llamadas telefónicas se le ofrecieron 20 millones de pesos (81.000 dólares) para hacer fracasar la investigación. De rehusar la oferta sería asesinado.

El juez Triana tiene protección permanente de la policía para evitar que los pistoleros a sueldo puedan cumplir con sus amenazas de darle muerte. Aunque cuatro de los cabecillas de la banda de Los Priscos fueron muertos, el general Maza expresó que otros diez todavía están en Bogotá tratando de cumplir un "contrato" que incluía no sólo el asesinato de Triana, sino también de un prominente dirigente político que no identificó.

La banda de sicarios disfrutaba de abundantes fondos para la compra de armas, vehículos y el pago de los servicios a los pistoleros. El jefe del DAS manifestó que a los cuatro cabecillas muertos se le hallaron recibos de depósitos bancarios que ascendían a 44 millones de pesos (179.000 dólares) y se están investigando otras cuentas bancarias que harían ascender esta suma al doble.

El presidente, Virgilio Barco, fue informado ayer por el general Maza del éxito de la investigación y del golpe dado a una de las mayores organizaciones del crimen organizado. Sin embargo todavía falta por probar la autoría intelectual de los jefes del "Cartel de Medellín" de los asesinatos del ministro de Justicia, del periodista Cano y de varios magistrados y jueces. Algunos de ellos ya han sido vinculados al proceso, pero permanecen ocultos, expresó el juez investigador.

El "Cartel de Medellín" es considerado por las autoridades norteamericanas como la mayor organización mundial del tráfico de drogas.

01.01

8706849

ARCHIVAR EN: Colombia (III)

TEMA: Colombia: revelación de rebeldes desertores. Los Contactos con La Habana.

PROCEDENCIA: Clarín 4/8/87

ARCHIVADO EN: Subversión Lat. (FARC) (073)

01.01

8707062

# Colombia procura reprivatizar el sector financiero, superada la crisis de 1982

**Bogotá — El gobierno colombiano se dispuso ayer a tomar el control del Banco del Comercio, una institución privada que en los últimos cuatro años se ha visto acosada por dificultades financieras, dijeron fuentes del sector.**

**La institución será una más de una serie de bancos privados que pasaron bajo control estatal desde bajo del sistema bancario de 1982, provocada por una combinación de recesión interna, préstamos dudosos y administración imprudente.**

**Desde ese momento, el gobierno asumió un rol más preponderante en el sistema financiero, en un intento por restaurar la confianza, con el Banco del Comercio; casi 80 por ciento del sistema bancario colombiano se hallará bajo control estatal.**

**El ministro de Finanzas,**

Escribió Charles Lambelin de la agencia "Reuter"

**Luis Fernando Alarcón, dijo recientemente que no era política del gobierno intervenir bancos pero sí su obligación mantener la confianza del público.**

**En el caso del Banco del Comercio que registró una pérdida de 3000 millones de pesos (20 millones de dólares) el año pasado, el Estado dio a la institución —creada hace cuatro décadas por una asociación de comerciantes— plazo hasta esta noche para tratar de sortear sus problemas hallando capital privado fresco.**

**El Banco del Comercio, situado en el undécimo lugar en Colombia en términos de bienes, acumuló pérdidas por 11.300 millones de pesos.**

**El Chase Manhattan Bank principal accionista extranjero con 24 por ciento, decidió reducir sus vínculos con el banco.**

**Desde la crisis de 1982, se nacionalizaron el Banco del Estado y el Banco de Colombia, se liquidó el Banco Nacional, y el año pasado se "oficializaron" el Banco Tequendama y el Banco de los Trabajadores.**

**Ortiz dijo que el Banco del Comercio sería "oficializado" más que nacionalizado.**

**El gobierno intenta remediar la situación nombrando nuevos gerentes, reduciendo costos, restaurando la capacidad de generar utilidades y recién entonces, ofreciéndolo a inversores privados.**

**Entre los 24 bancos comerciales de Colombia, el Banco Cafetero y el Banco Ganadero ya eran controlados por el Estado antes de la crisis.**

**El presidente de la Asociación Bancaria, Carlos Caballeros Argáez, dijo el mes pasado que las utilidades del sector bancario en un todo habían mejorado en 1986, comparado con el período 1982-1985, pero que aún era insuficiente.**

**El banco que obtuvo más ganancias en los últimos 12 años —Banco de Occidente— logró 2300 millones de pesos en ganancias netas el año pasado mientras que el Banco Cafetero varió de una pérdida de 1431 millones de pesos en 1985 a una ganancia neta de 1620 millones de pesos en 1986.**

**El gobierno pronto enviará al Parlamento un proyecto de ley dirigido a abrir el sector bancario a la inversión externa. En general, hasta 49 por ciento del sector bancario colombiano será abierto a extranjeros, y 49 por ciento para cada banco, pero en caso de instituciones en dificultades o que fueron "oficializadas" la inversión extranjera será permitida en un ciento por ciento.**

01.01

8707265

Buenos Aires, viernes 28 de agosto de 1987 ★ CLARIN

# Medidas de emergencia en Colombia por la violencia

*Una "lista negra", presuntamente confeccionada por grupos paramilitares, fue difundida ayer en Colombia, luego que en las dos últimas jornadas cuatro muertes agravaron el cuadro de creciente violencia política en el país. El presidente, Virgilio Barco, acordó con su gabinete una serie de medidas de emergencia y de protección de la ciudadanía. Docentes y estudiantes universitarios cumplen un paro en repudio por los asesinatos de tres catedráticos y la muerte de un joven en una manifestación de protesta.*

BOGOTA, 27 (UPI, AFP y Reuter). — El gobierno colombiano adoptó medidas de emergencia para tratar de detener una ola de violencia que se agravó en las últimas 48 horas con los asesinatos en distintos puntos del país de un abogado y dos candidatos a alcaldes por el Partido Unión Patriótica, y con la muerte en una clínica de Bogotá de un estudiante que había resultado ayer herido de bala durante los disturbios que se registraron en la Universidad Nacional.

Una lista de 22 personas amenazadas de muerte fue difundida hoy por el procurador general Carlos Jiménez Hoyo. La nómina de los "condenados" fue incluida en una carta recibida por Hoyo en su oficina, sin firma, pero el procurador, que informó personalmente al presidente Virgilio Barco sobre la comunicación, la atribuyó por su contenido a los grupos paramilitares de derecha que operan en el país. En la lista están incluidos seis periodistas y varios dirigentes sindicales y políticos, y los tres catedráticos asesinados en Medellín el pasado martes.

Luego de una sesión de más de 10 horas, que terminó esta madrugada, el gobierno adoptó medidas de emergencia, y resolvió designar a 100 jueces para investigar la ola de asesinatos de dirigentes políticos y sindicales, y el ministro de Justicia, José Arias, indicó que esos jueces podrán movilizarse al sitio en donde ocurran los hechos de violencia para iniciar inmediato proceso.

El gobierno de Virgilio Barco resolvió también prohibir el tránsito de motocicletas con dos pasajeros —los asesinatos son habitualmente cometidos por parejas que utilizan ese medio de transporte— y aumentar las penas de prisión para los culpables de crímenes políticos.

Mientras que se inició en la Universidad Nacional de Colombia un cese de actividades por 48 horas, como manifestación de protesta por los asesinatos de los tres educadores, se informó hoy que el estudiante Luis Alberto Parada, herido ayer junto con otros dos jóvenes en medio de una manifestación que generó disturbios en esa casa de estudios, murió en la clínica donde era asistido.

Por otra parte, individuos no identificados que se trasladaban en motocicletas asesinaron de tres balazos al abogado Adolfo León María, de 36 años, en Medellín. En hechos similares fueron muertos los candidatos a alcaldes por la Unión Patriótica César Castiblanco Roda, en Puente de Oro, y Bolívar Velásquez, en Puerto López.

En la mañana de hoy también atentaron contra la vida de la esposa de un profesor de la Universidad de Antioquia, que resultó herida en un hombro; en esa casa de estudios asimismo fue resuelto un cese de actividades como medida de protesta.

En Bogotá, miles de estudiantes y profesores de enseñanza secundaria y universitaria volvieron a desfilar por las calles con destino a la céntrica plaza de Bolívar, donde se reunieron para realizar un acto de protesta contra la violencia. Los manifestantes llevaban carteles con leyendas contra el gobierno.

Soldados que portaban escudos plásticos, cascos protectores y armas para disparar bombas de gases lacrimógenos patrullaban las calles alrededor de la plaza, ubicada a cinco cuadras del Palacio de Gobierno, pero no se registraron incidentes.

01.01

8707669

# Violencia política en Colombia

BOGOTA, 26 (ANSA y Reuter). — El gobierno colombiano adoptó hoy una serie de medidas de emergencia para contrarrestar la explosión de violencia en Medellín donde en menos de 12 horas fueron asesinados tres influyentes dirigentes cívicos y sindicales que estaban amenazados por supuestos sectores de la ultraderecha.

El catedrático y presidente del comité regional de los derechos humanos, médico Héctor Abad Gómez, fue asesinado ayer junto con su colega y profesor universitario Leonardo Betancur cuando asistían al velatorio del dirigente sindical de 22 mil maestros, Luis Felipe Vélez Herrera, quien había sido muerto horas antes por otros sicarios.

Medellín, la segunda ciudad más populosa de Colombia, se encuentra hoy bajo estricto control militar y policial como parte de las medidas especiales de emergencia que adoptó el gobierno para detener los asesinatos de profesores y estudiantes de la Universidad de Antioquia, que ascienden a 11 en los últimos 20 días.

El alcalde de Medellín, William Jaramillo, dijo que "se trata de la peor ola de violencia política que haya azotado al país en los últimos años".

El procurado general de la Nación (máximo fiscal), Carlos Mauro Hoyos, definió hoy el panorama del país como "horroroso" y reveló que, ayer, una emisora de radio de Medellín difundió una lista de 23 personas que iban a ser asesinadas y que dos de ellas fueron muertas seis horas más tarde.

Aquellas dos personas eran justamente Héctor Abad Gómez y Leonardo Betancur Taborda, catedráticos de la Universidad de Antioquia.

CALI 27/8/87

01.01

0707722

LA PRENSA

27 AGO. 1987

# Medidas extremas de seguridad en Colombia

Bogotá, 26 (ANSA) -El gobierno adoptó una serie de medidas de seguridad de emergencia para contrarrestar la explosión de violencia en Medellín donde en menos de 12 horas fueron asesinados tres influyentes dirigentes políticos y sindicales que estaban amenazados por supuestos sectores de la ultraderecha.

El catedrático y presidente del Comité Regional de los Derechos Humanos, médico Héctor Abad Gómez, fue asesinado junto con su colega y profesor universitario Leornardo Betancur cuando asistían al velorio del dirigente sindical de 22 mil maestros, Luis Felipe Vélez Herrera, quien había sido muerto horas antes por otros sicarios.

Medellín, la segunda ciudad más populosa de Colombia, se encuentra hoy bajo estricto control militar y policial como parte de las medidas especiales de emergencia que adoptó el gobierno para detener los asesinatos de profesores y estudiantes de la Universidad de Antioquia, que ascienden a 11 en los últimos 20 días.

La Universidad suspendió sus actividades por dos semanas, mientras el magisterio de Antioquia cumple un paro de 48 horas por el asesinato de Vélez Herrera, presidente de la Asociación de Instructores de Antioquia.

Familiares de algunos de los asesinados culpan a organizaciones clandestinas de la extrema derecha por la oleada de violencia.

Vélez Herrera fue asesinado siete días después de haber pronunciado la oración fúnebre durante la denominada Jornada Nacional por el Derecho a la Vida como protesta por el asesinato del senador Pedro Luis Valencia, del partido izquierdista Unión Patriótica (UP). En esa oportunidad habló sobre los llamados "grupos de Autodefensa" para contrarrestar la acción de las guerrillas.

"No es más que la legalización de la acción de los grupos paramilitares que han venido segando despiadadamente la vida de queridos obreros, periodistas, abogados, dirigentes populares y sindicales y personas democráticas", dijo en esa oportunidad el hoy extinto dirigente sindical.

## Interrogatorio

Versiones de prensa indican que Vélez Herrera también había sido citado por la Cuarta Brigada Militar con sede en Medellín, pero les hizo saber a los militares que sólo se presentaría a responder cualquier interrogatorio a la Procuraduría Nacional. Se estaba haciendo una investigación sobre un operativo policial y militar efectuado el 1º de mayo del año pasado cuando se colocaba una ofrenda floral en la tumba del ex guerrillero Oscar Willian Calvo.

Otros dirigentes sindicales manifestaron que al ser calificado Vélez Herrera como supuesto guerrillero por un general del Ejército, quedó "sentenciado" por parte de organismos "paramilitares".

## Los atentados

Bogotá, 26 (EFE) -La situación en Colombia ha sido calificada de "infierno" debido a la creciente ola de asesinatos de izquierdistas y de defensores de los Derechos Humanos que se realizan con la más completa impunidad y en medio de la impotencia general.

Autoridades y personalidades pertenecientes al gobierno, a la Iglesia, a organizaciones pro-derechos humanos y a los medios informativos calificaron hoy la actual situación colombiana con adjetivos tales como "horrorosa", "macabra", "espantosa", "tenebrosa" y de "barbarie".

"Esto es un infierno", declaró hoy el abogado y catedrático de la Universidad Nacional de Bogotá, Jaime Pardo Leal, presidente también del partido izquierdista Unión Patriótica (UP), el grupo más castigado por la ola de crímenes, ya que ha perdido a 453 militantes en 538 días de existencia.

01.01

8707870

ARCHIVAR EN: Colombia (III)

TEMA: Se mantiene la tensión entre Venezuela y Colombia.

PROCEDENCIA: La Prensa 27/8/87

ARCHIVADO EN: Venezuela (K4)

01.01

8708352

# Asesinaron a tres docentes en Colombia

**BOGOTA, 25 (UPI). – El presidente de Colombia, Virgilio Barco, condenó el asesinato de tres educadores en la ciudad de Medellín, y convocó un consejo extraordinario de ministros para proponer nuevas medidas de seguridad.**

**En un comunicado el primer mandatario condenó la ola de asesinatos y solicitó una pronta intervención de la Procuraduría General de la Nación en la investigación de los asesinatos.**

**"Los criminales episodios que vienen consternando a la ciudadanía de Medellín y que han repercutido en toda la Nación, deben ser objeto de la más enérgica condena", dijo el presidente.**

**En la mañana de hoy fue asesinado el profesor de la Universidad de Antioquia, y presidente de la Asociación de Educadores del departamento, Luis Felipe Vélez por desconocidos quienes cuando salía de su residencia, le dispararon repetidas veces.**

**Esta noche, cuando se dirigían a la sede de los educadores sindicalizados para asistir a las honras fúnebres de su par , los médicos Héctor Abad y Leonardo Betancur, fueron asesinados por dos hombres jóvenes que se movilizaban en motocicleta.**

La Nacion 26/08/87

01.01

8709446

# Ola de crímenes en Colombia

BOGOTA, 3 (AP).– Guerrilleros izquierdistas mataron a tiros a ocho campesinos y atacaron dos poblaciones, mientras que en sendos atentados un dirgente del Partido Liberal de gobierno fue muerto y otro resultó herido.

El Ministerio de Defensa informó que las denominadas Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) fusilaron a ocho campesinos en dos incursiones realizadas en el Departamento de Santander.

En el primer ataque los guerrilleros mataron a cuatro activistas del partido oficialista y en el segundo dieron muerte a cuatro campesinos que se negaron a enrolarse en sus huestes.

Entre tanto, un comando de las FARC fue interceptado anoche por fuerzas policiales cuando intentaba atacar el municipio de San Agustín y en el enfrentamiento murió un guerrillero.

Integrantes del mismo grupo sedicioso se apoderaron del poblado Puerto Frazada, donde los terroristas arengaron a la población y ordenaron que algunos de los habitantes se marcharan.

Por otra parte, voceros policiales informaron que desconocidos asesinaron al dirigente liberal José Rosendo Vargas, mientras que otro dirigente oficialista, Angel Ricardo Acosta, presidente de la asamblea del Departamento del Caquetá, quedó herido de gravedad.

**Magistrado detenido**

MEDELLIN, Colombia, 3 (AFP).– Un juez colombiano fue detenido y otros cuatro son investigados por su posible vinculación con una banda criminal que sembró la violencia en esta ciudad.

La conspiración quedó al descubierto cuando el Departamento de Seguridad estableció que el juez Alirio Sanguino Madarriaga mantenía contactos, al menos telefónicos, con la organización criminal.

La banda es acusada de los asesinatos del ministro de Justicia Rodrigo Lara y del director del diario El Espectador, Guillermo Cano.

El propio ministro de Justicia, José Arias Carrizosa, reveló el descubrimiento realizado y admitió que, además de Sanguino Madarriaga, otros cuatro jueces de instrucción criminal de Medellín son investigados.

La Nacion 4/9/87

01.01

8710079

ARCHIVAR EN: COLOMBIA (111)

TEMA: VENEZUELA y COLOMBIA ENVIAN FUERZAS A SU FRONTERA

PROCEDENCIA: LA NACION (18/8/87)

ARCHIVADO EN: VENEZUELA (124)

01.01

8710081

LA NACION 9/09/87

# La amenaza de las drogas y la violencia política en Colombia

Por Alan Riding

BOGOTA (The New York Times) – La crónica titulada "Dieciséis asesinatos en ocho horas en Medellín" tuvo muy poca repercusión en los principales diarios de la capital colombiana.

Los asesinatos se cometieron por separado; ninguna víctima era una figura notoria y no hubo motivos aparentes comunes.

"Es así no más –dijo casualmente un residente de Bogotá–. Allí, los fines de semana, por lo general hay unos veinte asesinatos cada veinticuatro horas."

Aunque los colombianos sintieron indignación por esos crímenes, así como por el asesinato –por parte de bandas de narcotraficantes– de un combativo editor de diarios, en diciembre pasado, y por la matanza de 25 soldados en una emboscada guerrillera hace poco más de dos meses, se acostumbraron, sin embargo, a convivir con un grado de violencia que, en otra parte, podría ser considerado intolerable.

## "La cultura de la violencia"

El fenómeno, sin embargo, no es ignorado. El mes pasado, un grupo de especialistas académicos designado por el Gobierno –popularmente llamados "violentólogos"– redactó en 318 páginas un análisis de lo que calificó como "la cultura de la violencia" en Colombia. El informe identificó las múltiples causas de la violencia y recomendó una serie de medidas para ayudar a combatir el problema.

Pero el grupo no trató de explicar por qué los colombianos, más que otros latinoamericanos, tienden a resolver las controversias a través de la violencia. Tampoco explicó por qué muy pocos colombianos alientan la esperanza de que las cosas cambien pronto.

## Devaluación de la vida

Por ejemplo, el asesinato es la principal causa de muerte entre los varones colombianos de 15 a 44 años.

Además, con más de 11.000 asesinatos perpetrados el año pasado, el índice de homicidios per cápita en Colombia, que tiene una población de 29 millones de personas, fue cuatro veces mayor que el de los Estados Unidos.

Sin embargo, el informe procuró desalentar la creencia de que la violencia colombiana está arraigada principalmente en la política.

A pesar de que unas 300.000 personas murieron durante la guerra civil entre 1948 y 1953, conocida como La Violencia, y la guerrilla rural ha estado en la lucha intermitentemente durante tres décadas, los especialistas afirmaron que en 1985 solamente el 7,5 por ciento de los asesinatos se cometieron por motivos políticos.

"Mucho más que en las sierras, la violencia que nos mata está en las calles", señaló el informe. Condenó además "la creciente devaluación de la vida y que la muerte se haya convertido en una regular fuente de ingresos para algunos sectores de la sociedad".

## El crimen organizado

Existe una significativa relación entre la violencia y el crimen organizado. Mucho antes de que dominara el mercado mundial de cocaína, por ejemplo, la mafia colombiana controlaba el contrabando de esmeraldas y la falsificación de dólares en gran parte del hemisferio.

"Los delincuentes colombianos siempre se han distinguido por su inteligencia, imaginación y brutalidad", expresó el general Miguel Maza Márquez, jefe policial de los servicios de seguridad del país.

A medida que se apoderaron y expandieron el tráfico de cocaína en la última década, los colombianos habitualmente asesinaban a todos los que pretendían interponerse en su camino. Primero, a narcotraficantes en Miami y Nueva York y, después, a un ministro de Justicia y a numerosos jueces, periodistas y agentes policiales colombianos. Las diferencias entre las bandas de narcotraficantes también se resuelven por la vía rápida del asesinato.

## Escuadrones de la muerte

También en la política predomina el asesinato a sangre fría. El año pasado, unos 300 miembros de un partido de izquierda –la Unión Patriótica– fueron asesinados, mientras que, en 1985, un grupo guerrillero ejecutó a más de cien de sus propios militantes acusados de traición.

Hace solamente dos semanas, otro grupo guerrillero –llamado M-19– anunció que había ejecutado a un hombre y a una mujer que habían actuado como intermediarios en un reciente caso de secuestro y que se habían fugado con parte del dinero del rescate.

Delincuentes comunes, distribuidores de drogas, homosexuales y prostitutas se convirtieron hace poco en blanco de los nuevos escuadrones de la muerte de Medellín, Cali y otras ciudades. Se descubrió que algunos de esos grupos de asesinos a sueldo, que se denominan, por ejemplo, "Amor a Medellín", "Escuadrón de Limpieza de Cali" y "Exterminador", incluían a policías que actuaban cuando estaban fuera de servicio.

Cuando se les pregunta, los colombianos se esfuerzan por explicar el poco valor que tiene la vida. Por ejemplo, el general Maza, cuyo servicio de seguridad desmembró el mes pasado una banda de asesinos a sueldo conocida como Los Priscos, considera que la historia colonial de Colombia durante los siglos XVI y XVII es, en parte, responsable. "A diferencia de lo que pasó en los Estados Unidos, la gente llegó a estas tierras a conseguir lo que podían del país y no a construir una sociedad estable", advirtió.

Un informe publicado hace poco por la Conferencia Colombiana de Obispos Católicos Romanos denunció que "la justicia privada impuso su voluntad como un método generalizado, con bandas armadas y grupos paramilitares que operan bajo el lema de limpiar la sociedad y escapar de la vigilancia de las autoridades, ya fueren militares o civiles".

## Impunidad

Alienta también la tradición de la violencia el hecho de que los crímenes –en su mayoría– resultan impunes debido a la ineficiencia de la policía y del sistema judicial y, en el caso de crímenes relacionados con las drogas, debido a actos intimidatorios o a la corrupción de los magistrados.

Según con un informe confidencial del Departamento de Planificación Nacional de Colombia, revelado semanas atrás por un diario de Bogotá, "en los últimos años, solamente en el uno por ciento de los casos penales llevados ante las autoridades judiciales se dictó una sentencia".

"Este debe ser el único país donde a una ofensa se responde automáticamente con un balazo", afirmó un funcionario colombiano. Pero inmediatamente agregó: "Los propios gobiernos siempre utilizaron aquí la violencia. Ellos dieron el ejemplo. Por citar un caso, los propios escuadrones de la muerte responden tradicionalmente a una de las formas de actuar de la policía colombiana".

(c) LA NACION

(Traducción de Luis H. Pressenda)

01.01

8710090

COLOMBIA

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE
SERVICIO DE INFORMACION DE DEFENSA
DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

Pedido de informe Nro. | Ejemplar Nro.

Asunto:

CLARIN ★ Buenos Aires, martes 20 de octubre de 1987

COLOMBIA: SECUESTRAN A UN FAMOSO ESCULTOR

# Explotó un auto bomba cerca del Ministerio de Defensa

BOGOTA, 19 (Reuter, AFP y ANSA). — Un destacado escultor colombiano, Rodrigo Arenas Betancourt, fue secuestrado anoche por seis desconocidos a 600 kilómetros al este de Bogotá, reveló la policía.

Arenas Betancourt, de 67 años, cobró renombre en los años 40 con su controvertida estatua desnuda de Simón Bolívar, levantada en la ciudad de Pereira y con la que generó un escándalo en el país.

No quedó en claro si su secuestro se había producido en momentos en que regresaba con su familia de un día de descanso y si el hecho tuvo como motivo el cobro de rescate o razones políticas.

Arenas Betancourt es muy conocido en México, donde vivió muchos años. Es autor de una estatua de bronce en honor de Guillermo Cano, el director del diario "El Espectador", muerto en diciembre, presumiblemente por narcotraficantes.

La obra de arte fue destruida por una explosión poco después que fue levantada, en la ciudad de Medellín.

Amigos dijeron que el escultor había recibido amenazas recientemente.

**Auto bomba**

Tres personas, dos suboficiales de la armada y un civil, resultaron heridos al producirse una explosión, al parecer de un vehículo automotor localizado a pocos metros del Ministerio de Defensa, al oeste de Bogotá.

El coronel Eduardo Arévalo, jefe de la oficina de información y prensa del ministerio, confirmó telefónicamente que un automotor estalló e incendió a otros nueve automóviles.

La explosión, descripta por el propio Arévalo como "muy violenta", destruyó los vidrios de los ventanales del edificio, ubicado a menos de 100 metros.

Arévalo dijo que el estallido ocurrió a las 16.30, hora local, y señaló que las esquirlas de los vidrios habían causado cortaduras a dos suboficiales y un civil.

Entretanto, el presidente Virgilio Barco Vargas asumió nuevas responsabilidades en su campaña por erradicar la violencia en Colombia, buscar la reincorporación de los guerrilleros a la vida civil y acentuar la defensa de los derechos humanos, pero sus principales opositores se muestran escépticos.

"Seremos implacables con quienes, mediante el uso de diversas formas de violencia, persisten en imponer sus ideas o en ahogar las de otros", expresó el presidente Barco Vargas.

Agencia AFP

Rodrigo Arenas Betancourt

01.01

8710318

# EL GOLFO DE LA DISCORDIA

Durante la primera mitad de agosto, dos buques de guerra colombianos, las corbetas Caldas e Independencia, patrullaron aguas en el Golfo de Venezuela, consideradas por Venezuela como propias y por Colombia como colombianas. Se estima que en las últimas tres décadas se han producido cientos de incidentes en el Golfo de Venezuela por falta de una delimitación aceptada por ambos países de sus áreas marinas y submarinas. Después de varios días, Bogotá ordenó a su nave retirarse de las aguas en litigio, atendiendo a los ofrecimientos formulados por el Secretario General de la OEA y autoridades de otros países latinoamericanos. Pero, si bien la tensión entre ambos países ha disminuido, los efectos del incidente todavía se hacen sentir. Según reportes, el gobierno colombiano planea destinar partidas adicionales para modernizar sus fuerzas armadas.

El Golfo de Venezuela es un brazo de mar situado entre la península de La Goajira (compartida por Colombia y Venezuela) al este y la de Paraguaná (en Venezuela) al oeste. La amplitud en la dirección norte-sur es de 120 km. y su ancho máximo es de alrededor de 230 km. El golfo desemboca al norte en el Caribe y, en el sur, se comunica con el Lago de Maracaibo.

El diferendo entre ambos países se circunscribe a un sector de aguas en el noreste del Golfo de Venezuela y la costa colombiana de La Goajira sobre el Caribe, cerca de la bahía Estrella. Aunque esta región se encuentra a buena distancia de Maracaibo, Venezuela considera que se trata de una zona de especial importancia estratégica, no sólo por su riqueza pesquera potencial, sino también porque allí pasa el 70 % de su producción petrolera de 16 millones de barriles diarios.

Las negociaciones para determinar los límites fronterizos entre Colombia y Venezuela comenzaron en 1833, apenas dos años después del desmembramiento de la Gran Colombia, el fracaso del ambicioso proyecto de Bolívar de unir en un solo estado el antiguo Virreynato de Nueva Granada y la Capitanía General de Venezuela. Las negociaciones –no siempre amistosas– se prolongaron por más de un siglo y finalmente culminaron en el tratado sobre demarcación de fronteras de abril de 1941.

Aunque aquel tratado contiene una declaración –algo ambigua, como lo demostraron los acontecimientos posteriores– en el sentido de que todas las diferencias sobre límites entre ambos países quedaban terminadas, en realidad subsisten latentes algunos problemas en la península de La Goajira. El descubrimiento de petróleo en la región parece haber venido a complicar la situación. El diferendo se "petrolizó".

En la costa de La Goajira sobre el Golfo de Venezuela, el límite colombiano comienza en Castilletes y se extiende unos 69 km. hacia el norte, hasta Punta Espadas, donde el límite desemboca en el Caribe. El resto de las costas sobre el Golfo (unos 710 km.) son territorio venezolano. Además, Venezuela ejerce soberanía sobre un grupo de islotes o rocas (según Colombia) o islas (según Venezuela) llamados Los Monjes, situados en el Caribe, frente a La Goajira colombiana.

La discusión sobre la naturaleza de Los Monjes no es meramente académica, ya que si fueran islas, generarían su propio mar territorial, plataforma continental y zona económica exclusiva.

La raíz del diferendo entre ambos países es un desacuerdo acerca de cuál debería ser la proyección de sus territorios continentales en la península de La Goajira y Los Monjes sobre el mar, la plataforma continental y la zona económica exclusiva adyacentes. El gobierno colombiano ha propuesto un criterio de delimitación en el golfo, el empleo de líneas de equidistancia y líneas medias. En cuanto a Los Monjes, su posición es de que estos accidentes geográficos "en principio no pueden generar plataforma continental ni zona económica". Venezuela, por su parte, propone que la delimitación en el golfo se realice mediante una proyección de la frontera terrestre, lo que incluiría un sector de aguas que los colombianos consideran como suyas; y, además, sostienen que Los Monjes son islas, con todas las consecuencias que esto acarrearía de acuerdo al derecho internacional.

El drástico procedimiento utilizado por Bogotá para resolver el tema de la delimitación de sus fronteras marinas en La Goajira despertó considerable indignación en Venezuela. Al mismo tiempo, tanto el presidente Lusinchi como los principales líderes de la oposición venezolana han insistido en la necesidad de buscar soluciones justas y equitativas al problema. Los demás países latinoamericanos fervientemente desean que ambos países tengan éxito en sus esfuerzos para solucionar sus discrepancias en forma pacífica y constructiva.

**Juan Uribe Stevenner**

Colombia
Venezuela

01.01

8710383

SUBVERSION
LAT. (M-19)



COLOMBIA

Viernes 18 de septiembre de 1987 ◆ LA PRENSA

# El M-19 ocupó un diario e hizo imprimir propaganda

Bogotá, 17 (UP) –El grupo guerrillero Movimiento 19 de abril (M–19) reapareció hoy en la capital colombiana, cuando decenas de rebeldes ocuparon por casi tres horas la sede del diario vespertino "5 P.M." y obligaron a los empleados a imprimir páginas del periódico con propaganda insurgente.

La policía informó que una gigantesca operación de control comenzó a las 11 en la capital tras conocerse la ocupación rebelde a un diario de Bogotá señalaron fuentes policiales.

Una veintena de guerrilleros del M-19 con armas de corto y largo alcance ocuparon la sede vespertino "5 P.M." tamaño tabloide y obligaron a la impresión de una edición especial con información relacionada con el grupo, señaló el periodista Daladier Osorio.

En un comienzo se informó que los guerrilleros fueron medio centenar, pero después los empleados señalaron que el grupo era de por lo menos 10 o 15, que se ubicaron estratégicamente y trataron de dar la impresión de "ser muchos para intimidarnos", anotó otro vocero.

El periodista Osorio, editor del rotativo, indicó que los guerrilleros irrumpieron a las seis y alertaron a todo el personal del propósito de la ocupación, que se extendió por más de tres horas.

Osorio señaló que dos ediciones del diario circularon hoy, la primera con la versión forzada de los guerrilleros, que informa de la propuesta de paz y la segunda incluye la visión de los periodistas sobre la ocupación.

Además una ola de atentados terroristas, que causaron cuantiosos daños materiales pero no víctimas, provocó cortes del servicio eléctrico en diferentes puntos de Colombia durante las últimas horas, informó la policía.

En la ciudad de Cali, tercera del país 332 kilómetros al suroeste de Bogotá, hombres no identificados lanzaron bombas contra la oficina del diario "El Tiempo" y contra la sede de la fundación solidaridad por Colombia, situada en la misma calle.

Los testigos señalaron que la primera bomba estalló en la sede de la fundación Solidaridad y poco después se escuchó la detonación en la oficina del periódico.

## Presupuesto militar

Por otra parte, las Fuerzas Armadas colombianas, que en su actual conflicto fronterizo con Venezuela han puesto en evidencia su obsoleto equipamiento, conseguirán hoy un presupuesto adicional de 600 millones de dólares para los próximos tres años, con lo que se cuadruplicará su dotación presupuestaria.

La propuesta se estudiará en las subcomisiones del Senado y de la Cámara de Representantes con el propósito de reorientar hacia las Fuerzas Armadas parte de los recursos externos a razón de 200 millones de dólares anuales.

01.01

8710529.

HB

Cruzar: SUBV LAT. (FARC.)

CLARIN ★ Buenos Aires, viernes 30 de octubre de 1987

PREOCUPA LA OLA DE VIOLENCIA

# Asesinan en Colombia a otro diputado de la izquierda

BOGOTA, 29 (AFP, EFE Y UPI) — El diputado departamental de la Unión Patriótica Gerardo Cuellar Cuellar fue asesinado hoy por hombres no identificados en la ciudad de Villavicencio, informó la policía.

Cuellar Cuellar, quien era el máximo jefe político de la UP en el departamento de Meta, es el primer dirigente de UP asesinado tras el fatal atentado contra el presidente de la agrupación, Jaime Pardo Leal, el 11 de octubre.

Cuellar fue asesinado cuando salía de su residencia con destino a su oficina en el centro de Villavicencio, una ciudad ubicada a 35 kilómetros al sudeste de Bogotá.

La Coordinadora Nacional de la UP emitió un comunicado donde denunció que la "guerra sucia" contra la Unión Patriótica continúa a pesar de haberse reanudado ayer el diálogo entre el gobierno y las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), vinculadas al Partido Comunista Ortodoxo.

La UP fue fundada en 1985 al amparo de la tregua que en 1984 suscribieron las FARC y el gobierno de Belisario Betancur (1982-1986) como una manera de agrupar a guerrilleros de las FARC que pasaron a la vida legal, militantes del Partido Comunista y de otras tendencias de la izquierda.

En Medellín fue asesinado el miércoles el economista Jairo Eusebio Montoya, de 37 años, miembro del Centro Nacional de Estudios Laborales, organismo que forma parte del Frente Popular, movimiento cívico-político vinculado al Partido Comunista marxista-leninista.

Tres pistoleros que entraron a la sede del mencionado centro dispararon contra el profesional ocasionándole la muerte.

Los asesinatos del diputado de la UP y del economista del Frente Popular ocurrieron cuando arrecian en Colombia las denuncias de amenazas de muerte y cuando, en lo que va de 1987, más de un millar de personas han sido asesinadas por sus ideas izquierdistas o democráticas.

● Ocupación

Unos 45 estudiantes universitarios ocuparon hoy una tradicional iglesia católica, del centro de Bogotá, y reclamaron la mediación del papa Juan Pablo II para lograr la pacificación del país.

Los jóvenes, hombres y mujeres que penetraron al templo dijeron que "lo hacemos pacíficamente" e indicaron que, como la gran mayoría de los colombianos, "estamos ávidos de paz, de amor".

Uno que afirmó pertenecer a la estatal Universidad Nacional de Colombia informó que entregarán al nuncio apostólico un documento en el cual reclaman la intervención del Pontífice en la crisis social colombiana.

01.01

8710648

# Rechazo colombiano a la protesta de Venezuela

BOGOTA, 31 (UPI).– El gobierno de Colombia indicó que no acepta la protesta de Venezuela por una supuesta incursión de naves de guerra colombianas en aguas del Mar Caribe, que ambos países reclaman como jurisdicción propia, en un incidente que, según analistas, provocó una crisis en las relaciones.

El ministro de Relaciones Exteriores, Julio Londoño, en carta que envió a su colega venezolano, Simón Alberto Consalvi, señala que la corbeta Caldas, de Colombia, navegó en aguas delimitadas del Mar Caribe, y rechaza la versión de que violó la soberanía del vecino país.

"De conformidad con los principios y normas del derecho internacional, no pueden unilateralmente establecerse las fronteras marítimas entre dos Estados, ni calificarse como interiores las aguas comprendidas entre dos costas", añade el canciller.

Según Londoño "Colombia no puede aceptar tampoco" la afirmación contenida en la nota de Consalvi sobre el ejercicio de la soberanía a lo largo de la línea de "prolongación de la dirección general de la frontera terrestre, sin que jamás mi Gobierno hubiera manifestado inconformidad alguna".

"Por el contrario, los buques colombianos han navegado libremente por esas áreas desde los inicios mismos de nuestra vida republicana, sin que nunca Venezuela lo hubiera objetado. Cuando en los últimos años Venezuela ocasionalmente pretendió hacerlo, dicha pretensión fue formalmente rechazada por mi Gobierno", agrega Londoño en la carta, que fue enviada el 16 del mes pasado y que publica hoy por el diario El Tiempo, de Bogotá.

**Extrañeza**

"Colombia –continúa la carta– ha sostenido y sigue sosteniendo que la delimitación de las áreas marinas y submarinas entre nuestros dos países debe hacerse mediante la línea equidistante trazada a partir de las cantilenes para dividir los mares territoriales, las zonas económicas exclusivas y la plataforma continental correspondientes a las costas adyacentes de cada Estado. Por lo tanto, mi Gobierno no puede aceptar la afirmación de que la corbeta Caldas, que desarrollaba labores rutinarias de patrullaje en aguas bajo jurisdicción colombiana, hubiera ejercido actos de provocación, ni violado la soberanía venezolana", precisa el canciller.

"Por el contrario –agrega–, debo expresar a Vuestra Excelencia la extrañeza de mi Gobierno por el ingreso de buques de guerra venezolanos al mar territorial colombiano, en donde no deben permanecer, de acuerdo con el Derecho internacional".

Por este incidente en aguas limítrofes, las relaciones entre los dos países entraron en franco deterioro, según lo estimaron los comentaristas, con medidas que incluyen el cierre de las fronteras venezolanas para impedir el paso de colombianos.

01.01

8710689

# Gobierno reinicia tratativas con las FARC en Colombia

**Bogotá (PL| DPA). El gobierno colombiano reanudó ayer las conversaciones con las insurgentes Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), interrumpidas desde hace tres meses, indicaron informaciones radiales.**

Las emisoras RCN y Radio Caracol señalaron que el asesor presidencial Carlos Ossa Escobar se reunió en un lugar no revelado con los cuatro principales comandantes de las FARC, Manuel Marulanda, Jacobo Arenas, Raúl Reyes y Alfonso Cano.

El sitio de la reunión, agregaron, no es el campamento guerrillero de La Uribe, donde tradicionalmente se han efectuado los encuentros entre representantes gubernamentales y los jefes rebeldes.

El diálogo entre el gobierno y las FARC fue interrumpido por las autoridades el 17 de julio, cuando al parecer militantes de esa organización insurgente emboscaron a un convoy militar que operaba en el Caquetá, y le causaron 27 muertos y decenas de heridos.

**MARCHA CAMPESINA**

Más de un millar de campesinos llegaron ayer a las afueras de la ciudad colombiana de Santa Marta, capital del norteño departamento de Magdalena, demandando "respeto por la vida" y la desmilitarización del área de la Sierra Nevada de Santa Marta, donde resi-den.

Entre tanto, en el municipio de Montelíbano, en el norteño departamento de Córdoba, unas 350 familias campesinas tomaron la catedral de la población, exigiendo que cesen los cruentos combates en la zona y solicitando el retiro de las tropas del Ejército acantonadas allí.

En la Sierra Nevada la semana pasada, en lapso de pocos días, fueron asesinados cerca de 13 labriegos por personas que vestían prendas militares. Desde entonces, los campesinos del municipio de Fundación, donde queda la sierra, iniciaron su marcha de 110 kilómetros hasta Santa Marta.

**PARAMILITARES CHOCAN CON GUERRILLA**

Dos hombres de un grupo derechista (paramilitar) de "auto-defensa" murieron en un choque con una columna del octavo frente de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), en área rural del municipio de Cajibío, suroccidental departamento de Cauca.

La Razón 29/10/87

01.01

8710795

# Diálogo con la guerrilla en Colombia

Bogotá, 30 (ANSA) - Las conversaciones entre el gobierno del presidente Virgilio Barco Vargas y los guerrilleros de las ilegales "Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia" (FARC), se reiniciaron dentro de un ambiente de mutua "comprensión" que se espera pueda conducir a una desmovilización de los alzados en armas y su reincorporación a la lucha política legal.

Sin embargo, sigue como uno de los principales obstáculos por remover la ola de asesinatos de dirigentes izquierdistas, ex guerrilleros, defensores de los derechos humanos y las amenazas de muerte a periodistas, profesores universitarios e intelectuales, considerados como de ideas de avanzada.

De acuerdo con los informes dados por el consejero presidencial para la paz, Carlos Ossa, las conversaciones, que se reanudaron formalmente después de cuatro meses de suspensión, fueron aparentemente tensas en un principio pero a la vez "francas" y posteriormente se fueron abriendo caminos hacia una conciliación de posiciones.

También se estudian los mecanismos para ampliar el cese al fuego a las regiones en donde actualmente combaten esporádicamente los guerrilleros de las "FARC" y los soldados y policías, pero sobre esto no se profundizó en el informe público.

No obstante, Ossa manifestó que el secretariado de las "FARC" expresó que en algunas ocasiones algunos frentes guerrilleros no han acatado las órdenes de cese al fuego y en otras reaccionan "ante la presión del Ejército sobre sus frentes".

La Prensa 31/10/87

01.01

8710914

# Abaten a 7 subversivos en Bogotá

**Bogotá (EFE) — Ocho personas, entre ellas una mujer, y siete de los cuales son, al parecer, los asesinos de Jaime Pardo Leal, presidente de la izquierdista Unión Patriótica (UP), murieron durante un enfrentamiento con la policía.**

**El octavo muerto, localizado en la planta alta de la casa desde donde se produjo el tiroteo, al norte de Bogotá, estaba amarrado a una silla, con los ojos y boca vendados, con un disparo en el pecho, y se presume que permanecía secuestrado por el grupo.**

**La sospecha de que se trata de los asesinos de Pardo Leal, muerto el 11 de septiembre cerca de Bogotá, se basa en que los rostros de los siete habitantes de la vivienda coinciden con dibujos identikits de los asesinos del dirigente político, trascendió de fuentes policiales.**

**En la casa se encontraron también una escopeta, una subametralladora, dos revólveres, dos pistolas y un vehículo todo terreno.** El Mundo 3/11/87

3/11/87

01.01

8710936

COLOMBIA: EXIGEN A LAS FARC QUE ABANDONEN LAS ARMAS

# Sorpresivo diálogo entre el gobierno y los guerrilleros

BOGOTA, 28 (AFP, UPI, EFE, ANSA y DPA). — El gobierno colombiano del presidente liberal Virgilio Barco, reanudó hoy sorpresivamente el diálogo de paz con la mayor fuerza guerrillera del país, las llamadas Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), aunque sin abandonar su exigencia de que estas se desarmen y desmovilicen.

Las conversaciones se hallaban interrumpidas desde el pasado junio, cuando los rebeldes dieron muerte a 27 soldados en una emboscada.

El diálogo, que se inició temprano, tiene lugar al parecer en el refugio de las FARC, en un risco de la cordillera oriental de Los Andes denominado Casaverde cercano a la población La Uribe, departamento de Meta.

El ministro del Interior, César Gaviria, anunció inclusive en la fecha que el propio jefe del Estado estaba listo para reunirse con la Unión Patriótica, organización política legal que expresa a la guerrilla.

Participan de las actuales tratativas el Comité Ejecutivo del grupo armado y el asesor presidencial para la Pacificación y la Conciliación, el también liberal Carlos Ossa. Los jefes guerrilleros que intervienen en el encuentro son, según trascendió, el líder militar del grupo, Manuel Marulanda Vélez, ampliamente conocido por su sobrenombre de "Tirofijo", el ideólogo Jacobo Arenas y otros miembros de ese movimiento.

### ♦ "Paso obligado"

Las FARC habían suscripto en marzo de 1984, con el gobierno de aquel entonces encabezado por el presidente conservador Belisario Betancur, un acuerdo de cese al fuego que dio lugar al surgimiento de la Unión Patriótica, alianza de la que también participa el Partido Comunista.

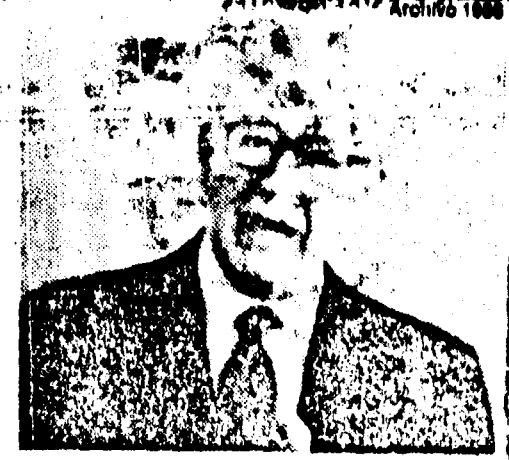
La UP denunció la semana anterior que 471 de sus miembros y simpatizantes, entre ellos su presidente Jaime Pardo Leal, fueron asesinados en los pasados tres años.

El gobierno de Barco suspendió las conversaciones con la subversión desde junio, luego de producirse aquella emboscada contra un convoy militar. Las autoridades condicionan las nuevas negociaciones al desarme y desmovilización de los frentes guerrilleros.

Precisamente, una declaración dada hoy por el Palacio Nariño reiteró que el gobierno mantiene su determinación de exigir a la guerrilla que se disgregue.

Como respuesta al silencio gubernamental de los últimos meses, surgió recientemente la llamada Coordinadora Nacional guerrillera "Simón Bolívar", que agrupa a las FARC, el M-19, el grupo Quintín Lame, el Ejército de Liberación Popular (ELP), el Ejército de Liberación Nacional (ELN), el Movimiento Independiente Revolucionario Patria Libre y el Partido Revolucionario de los Trabajadores (PRT).

Simultáneamente con la importante decisión presidencial de hoy, dos hombres de un grupo derechista armado de "autodefensa" murieron en un enfrentamiento con una columna de las FARC, en una área rural del municipio de Cajibío.



Archivo 1988

Virgilio Barco, presidente de Colombia.

01.01

8711039

CLARIN ★ Buenos Aires, miércoles 21 de octubre de 1987

COLOMBIA: ADVERTENCIA DEL PRESIDENTE BARCO

# "Buscan la desestabilización"

BOGOTA, 20 (AFP y UPI). — La potente bomba que estalló ayer bajo un automóvil estacionado en predios del Ministerio de Defensa fue colocada por guerrilleros urbanos que utilizaron un túnel de la alcantarilla para llegar hasta el lugar.

El portavoz del Ministerio de Defensa, coronel Edmundo Arévalo, señaló que "mediante la instalación y activación de explosivos colocados al parecer en un ducto de alcantarilla" se produjo el atentado terrorista.

Arévalo agregó en un comunicado que tres militares y seis civiles resultaron heridos al ser alcanzados por esquirlas de vidrios de numerosas ventanas del edificio, que fueron destruidos por la fuerte explosión.

♦ Autoría

En llamadas telefónicas anónimas a radioemisoras de Bogotá un grupo desconocido, autodenominado "Insurgencia Popular" se atribuyó la responsabilidad por este atentado.

Se estima que el ataque es una represalia de las guerrillas contra los militares a quienes acusa de estar detrás de los grupos paramilitares o asesinos de la muerte que han asesinado a 470 dirigentes y militantes del partido Unión Patriótica (UP), incluyendo a su máximo dirigente Jaime Pardo Leal, muerto hace diez días.

La UP ha pedido al presidente, Virgilio Barco, la destitución del ministro de Defensa, general Rafael Samudio Molina, y el nombramiento de un civil en su reemplazo, para que haga una depuración de las fuerzas armadas.

El mandatario colombiano afirmó hoy que la oleada terrorista que sacude al país constituye un "intento sistemático por desestabilizar la democracia".

♦ Conferencia Episcopal

Debido a la agudización de la violencia, la Conferencia Episcopal Colombiana expidió ayer un comunicado reiterando su disposición a intentar una mediación para que representantes del gobierno y los guerrilleros reanuden las negociaciones de paz que están interrumpidas desde hace varios meses.

El gobierno de Barco ha dicho que está listo a conversar con los líderes guerrilleros solamente sobre las condiciones de su reincorporación a la vida civil, con la desmovilización de esos grupos armados. La coordinadora guerrillera Simón Bolívar, que aglutina a los seis principales grupos subversivos, señaló que no acepta negociaciones para su rendición, pues no ha sido derrotada militarmente y que las conversaciones deben estar encaminadas a la búsqueda de acuerdos generales sobre las reformas urgentes que requiere el país, en aspectos sociales, económicos y políticos que conduzcan a la paz.

Hoy dos jóvenes terroristas resultaron heridas de gravedad al estallarles una bomba que intentaron colocar en una concesionaria de Pereira, mientras que se registraron otros cinco ataques con explosivos en distintos puntos del país.

01.01

8711120

CLARIN ★ Buenos Aires, domingo 18 de octubre de 1987

## MATARON AYER A OTROS DOS LIDERES IZQUIERDISTAS

# Ola de asesinatos en Colombia

BOGOTA, 17 (AFP, DPA y EFE). —Además del sindicalista Tiberio Jaramillo Ruiz, otro dirigente de la organización de la izquierda colombiana Unión Patriótica, el líder campesino, concejal y periodista Hicsmer Forero Tarazona, fue muerto ayer a tiros por desconocidos, a solo 5 días del asesinato la máxima autoridad de la agrupación, Jaime Pardo Leal.

Con los dos crímenes de ayer, el número de dirigentes y militantes de la UP asesinados desde 1984 —cuando surgió la fuerza como expresión política legal creada tras su acuerdo de paz con el gobierno por las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia— asciende a 473, todos ellos muertos por presuntos integrantes de escuadrones de la muerte creados y sostenidos por altos jefes militares.

Forero Tarazona, de 40 años de edad, fue muerto en la ciudad de Barrancabermeja, en el noreste del país, atacado a tiros por una persona que algunos vecinos identificaron como Luis Felipe Delgado, quien se habría dado a la fuga.

El dirigente muerto era concejal del Ayuntamiento de Puerto Parra por la UP, vicepresidente de la Coordinadora Campesina del Magdalena Medio y director del periódico "Eco Campesino".

Jaramillo Ruiz, por su parte, de 43 años, fue atacado a balazos por dos personas al salir de la fábrica en la que trabajaba, en la ciudad de Medellín.

Se trataba de un conocido activista sindical de la región, sobre quien la policía informó que, en 1988, había sido detenido bajo la acusación de integrar las FARC.

Estas dos muertes agravan la tensión en que vive el país tras el asesinato de Pardo Leal, el domingo pasado, el que motivó nutridas manifestaciones de repudio y acusaciones a las fuerzas armadas, y especialmente al ministro de Defensa, general Rafael Samudio Molina.

Ayer, los altos mandos militares y policiales difundieron un documento en el que rechazaron las denuncias sobre su relación con los asesinatos, a las que caracterizaron de "acusaciones irresponsables".

### ♦ Convocatoria

El nuevo presidente de la Unión Patriótica (U.P.), Bernardo Jaramillo, convocó a todas las fuerzas políticas colombianas a integrar un Frente Democrático de Salvación Nacional para tratar en forma conjunta de poner fin a la violencia que afecta al país.

La convocatoria, lanzada por Jaramillo tras el asesinato de su antecesor en la conducción de la U.P., Jaime Pardo Leal, tuvo una rápida respuesta [illegible] de los principales dirigentes políticos colombianos.

01.01

0711128

Colombia

# Bogotá: diálogo izquierda-FF.AA.

BOGOTA, 23 (DPA y AFP). — La dirigencia de la Unión Patriótica, el principal partido izquierdista de oposición en Colombia, accedió a sostener una reunión con los altos mandos de las Fuerzas Armadas para "restablecer los canales de diálogo institucional" entre los dos organismos.

Tras el asesinato, el pasado 11 de octubre, del ex candidato presidencial de la UP, Jaime Pardo Leal, las relaciones entre la oposición izquierdista y los militares alcanzaron un alto grado de tensión.

El nuevo titular de la agrupación política, Bernardo Jaramillo Ossa, solicitó incluso la dimisión del titular de Defensa, general Rafael Samudio Molina, a quien responsabilizó por el accionar de los grupos paramilitares.

Samudio Molina declaró hoy al periodismo "su entera disposición a reunirse con la UP", señalando que lo "hago de la misma manera que lo hacía con cualquiera de los partidos políticos".

El lunes pasado, una bomba detonó frente a las dependencias del Ministerio de Defensa, provocando gran herida. Se estimó en medios políticos que ese atentado fue la respuesta al asesinato de Pardo Leal.

Al mismo tiempo, el canciller colombiano, Julio Londoño, afirmó hoy que la estabilidad institucional en Colombia está asegurada y que los militares "no tienen ningún tipo de injerencia", más allá de su función específica.

En declaraciones vertidas en la ciudad uruguaya de Punta del Este, donde el diplomático participa de una reunión con siete cancilleres de Latinoamérica, Londoño añadió: "Colombia es sin duda alguna el país con mayor estabilidad democrática en América".

Indicó, asimismo, que en los últimos meses unas 450 responsables de crímenes políticos comunes en el país han sido capturados y encarcelados.

Clarín 24/10/87

COLOMBIA 23/10/87

01.01

8711144

Cruzon: SUBV-LAT (EPL)

CLARIN ★ Buenos Aires, domingo 25 de octubre de 1987

# Colombia: mueren 15 rebeldes y tres militares en enfrentamientos

*El gobierno colombiano tomará medidas especiales, entre ellas la limitación de la portación de armas, para tratar de implantar el orden en la región central del país. Las medidas a tomar serán analizadas en una inminente reunión del Consejo Nacional de Seguridad. En tres días de enfrentamientos en el norte del país murieron 15 guerrilleros del Ejército Popular de Liberación y tres soldados.*

BOGOTA, 24 (AFP y UPI). — **Por lo menos 15 guerrilleros y tres militares resultaron muertos** durante los tres días de combates registrados en los suburbios del municipio de Monte Líbano, 500 kilómetros al norte de la capital colombiana. Los enfrentamientos, que dieron comienzo el pasado miércoles, **continuaban hoy**, según dijo el Ministerio de Defensa.

Los guerrilleros pertenecen al autodenominado Ejército Popular de Liberación (EPL), **grupo de tendencia maoísta** que suele operar en diversas regiones del norte del país. El parte militar emitido en Bogotá señala que **las tropas del ejército recuperaron abundante armamento** y equipos de campaña que estaban en poder de los subversivos.

En tanto, el alcalde de Dadeiba, población de la provincia de Antioquia, **Alberto Ramírez Granada**, miembro del oficialista Partido Liberal, fue asesinado anoche en un bar por **desconocidos que le dispararon varios balazos.**

Ramírez Granada, ya alcanzado por los primeros disparos, fue **"rematado" con tres impactos en la cabeza**, efectuados a quemarropa.

**♦ Limitación de armas**

El gobierno colombiano **anunció que hará uso de todas las medidas que estén a su alcance para restablecer el orden y la tranquilidad en el centro del país**, la región productora de esmeraldas más importante del mundo. Entre esas medidas, se dijo, **están la limitación a la portación de armas y un freno en la expedición de salvoconductos.**

La afirmación fue efectuada hoy por el ministro de Defensa, general **Rafael Zamudio Molina**, quien busca el retorno a la normalidad fundamentalmente en el municipio de Otanche, donde el pasado jueves murieron 16 personas en dos atentados cometidos entre bandas criminales que operan en el oeste del departamento de Boyacá.

Zamudio Molina afirmó que en el marco de una reunión del Consejo Nacional de Seguridad, que fue convocada para el próximo lunes, se hará **un pormenorizado análisis de la situación en el área para luego definir las nuevas normas que serán aplicadas en esa zona**, en la que —en el curso de este año— **han muerto 200 personas** en incidentes de violencia social.

El titular colombiano de Defensa puntualizó también que la actual acción rigurosa de las tropas del ejército están dirigidas a contener las secuelas de la delincuencia y a **"imponer el orden donde los violentos pretenden implantar la violencia"**

Mientras tanto en Punta del Este (R O del Uruguay), el canciller colombiano **Julio Londoño Paredes**, que participa de una reunión con colegas latinoamericanos, expresó su **"profunda preocupación"** por el enfrentamiento entre el ejército y guerrilleros del norte de su país.

01 . 01

8711212

# Cruento ataque de la guerrilla colombiana a un cuartel militar

***En dos nuevos ataques guerrilleros registrados ayer en Colombia diez personas resultaron muertas, entre ellas cuatro policías y tres soldados. Un atentado contra un vehículo policial, y un tiroteo contra una base militar fueron atribuidos al Ejército de Liberación Nacional (ELN), autor de numerosos hechos de violencia en la última semana. Informaciones de prensa recogieron testimonios de la represión llevada a cabo por tropas del ejército contra campesinos, luego de un enfrentamiento con la guerrilla de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia.***

BOGOTA, 3. (AP, DPA, UPI y Ximhua).— Seis personas resultaron muertas y otras trece heridas en un enfrentamiento entre soldados del ejército colombiano y un grupo guerrillero que atacó un puesto militar en la población minera de El Bagre, ubicada a 320 kilómetros de Bogotá.

Horas antes, en la localidad nordoriental de Saravena, un emboscada contra un vehículo policial cerca de los cuales policías que viajaban en él fueron muertos las informaciones difundidas luego oficialmente atribuyen ambas acciones al Ejército de Liberación Nacional (ELN).

Ambos hechos se produjeron a sólo tres días de que varios camiones policiales fueron dinamitados en un camino de la localidad de Betoyes, cercano al lugar en el que se registró la emboscada de hoy. La ola de violencia guerrillera iniciada el viernes, que continuó el lunes y hoy, ha dejado alrededor de 30 muertos, entre ellos 16 policías, según informó el Ministerio de Defensa.

El ataque a la base militar de El Bagre se inició hacia las 7 hora local, cuando un grupo guerrillero intentó destruir una torre de comunicaciones, mientras simultáneamente otro irrumpía en los cuarteles.

Los atacantes utilizaron cohetes, granadas y fuego de armas automáticas, según la información del general Daniel García, comandante de la Primera División del Ejército, fueron rápidamente repelidos por las tropas y puestos en fuga después de una hora de combate.

En su retirada los guerrilleros —alrededor de cien, según los testimonios militares—, atacaron a un vehículo de transporte civil, causando heridas a dos personas. Otro soldado resultó herido también en el enfrentamiento que siguió al atentado guerrillero.

El general García atribuyó las acciones al ELN, que ha desatado una fuerte ofensiva en diversas zonas del país, especialmente en la región de Arauca, al oriente del país, donde dio muerte a 14 policías en dos ataques dinamiteros ejecutados en las últimas 72 horas.

Las operaciones militares en la zona montañosa aledaña a El Bagre se prolongaron hasta la tarde de hoy en persecución de los atacantes.

Informaciones militares señalaron que las tropas que persiguen a la columna del ELN autora de los atentados del viernes y el lunes pasados lograron localizar a los rebeldes y se enfrentaron con ellos en un tiroteo.

En otra acción antiguerrillera en el departamento nordoriental de Santander, tropas militares sostuvieron un enfrentamiento armado con una columna de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), en relación con el cual no se reportaron bajas. Relatos de testigos recogidos por el matutino "El Tiempo" indicaron que las fuerzas militares ingresaron tras el choque armado a una finca en la que atacaron a campesinos, acusándolos de prestar en la subversión.

El periódico de Bogotá señaló que existen grabaciones del momento en que los uniformados hostigaron a los labriegos y se llevaron a cuatro de ellos, dos de los cuales aparecieron muertos posteriormente.

Mientras tanto se informó que un dirigente de la Unión Patriótica y funcionario municipal de una localidad del departamento del Meta fue asesinado ayer a balazos, mientras que otro concejal de la UP y tres acompañantes resultaron heridos en el ataque.

01.01

8711421

# Violenta manifestación en Colombia por un asesinato

## En la protesta por el crimen de un dirigente izquierdista hubo 5 muertos y 28 heridos graves; el M-19 dijo que buscará venganza

BOGOTA, 12 (Reuter). – Dos agentes de la policía y tres civiles –entre ellos un menor de diez años– murieron y 28 más resultaron heridos en los graves desórdenes registrados anoche en protesta por el asesinato del máximo dirigente de la izquierda, Jaime Pardo Leal, según noticias periodísticas y un comunicado de la Unión Patriótica (UP) conocido hoy.

Pardo Leal, ex candidato presidencial de la UP, fue emboscado ayer por pistoleros que simularon un accidente de tránsito para detener su vehículo cuando regresaba junto con su familia de un lugar de descanso, en el municipio de La Mesa, a Bogotá.

### Convocatoria

Simpatizantes de la UP, partido político conformado por guerrilleros en tregua de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), y el Partido Comunista, respondieron a una convocatoria de la UP para salir a la calle a protestar.

Los desórdenes, que afectaron barrios populares del sur de Bogotá y un municipio anexado de Soacha, se extendieron hasta la madrugada. La UP denunció demoras de las fuerzas del orden y el desconocimiento del derecho a la protesta.

Intentos de saqueo de comercios en el centro de la capital, dos vehículos incendiados, quemas quemadas y pedreas se prolongaron hasta el amanecer y efectivos militares ocuparon lugares aledaños a la casa presidencial.

En horas de la madrugada se escucharon tiroteos en el centro.

Según las primeras informaciones dos policías murieron y catorce más resultaron heridos con armas de fuego y piedras lanzadas por los manifestantes que protestaban por el asesinato de Pardo Leal. Según el ministro de Gobierno, César Gaviria, solamente un policía fue muerto.

La UP dijo en un comunicado que dos militantes habían muerto durante los choques con la fuerza pública y que otros 14, entre ellos varios menores de edad, resultaron heridos.

Denunció que otros dos miembros de la organización están desaparecidos y pidieron la renuncia del ministro de Defensa, general Rafael Samudio Molina, y el nombramiento de un civil en esa cartera.

Según una emisora local, Todelar, el asesinato de los dos agentes de policía fue reivindicado por guerrilleros del Ejército de Liberación Nacional (ELN), mediante una llamada telefónica.

El grupo rebelde M-19 anunció hoy, mediante llamadas a los medios de comunicación, la conformación de un escuadrón llamado Jaime Pardo Leal, en honor del muerto, y dijo que rechaza cualquier diálogo con el Gobierno y que se dedicará a buscar justicia por los asesinatos.

### Llamado a la cordura

Voceros del Gobierno hicieron llamamientos a la cordura y las emisoras solicitaron a los habitantes permanecer en sus casas. La ciudad, por ser feriado, estaba vacía en las primeras horas del día.

El crimen, condenado por el presidente Virgilio Barco Vargas, fue considerado el peor revés para el proceso de paz y atribuido a la incapacidad del Gobierno de capturar a los responsables de las muertes de 500 militantes de la UP desde su creación en mayo de 1985.

El Gobierno aseguró que el crimen no quedará impune y que se realiza un gran operativo en el sitio de la emboscada en busca de los responsables.

Pardo Leal, un ex magistrado de tendencia liberal de izquierda, se caracterizó por su férrea denuncia de los grupos paramilitares y de la guerra sucia orientada a la aniquilación física de los militantes de la UP.

Hace un mes denunció que su nombre figuraba en una lista de 32 personalidades democráticas amenazadas por escuadrones de la muerte y acusó ante la Procuraduría con nombre propio a algunos militares comprometidos en la actividad de dichos grupos.

### Garantías

Dirigentes de la UP, que solicitaron garantías para la actividad política y el respeto a la vida, convocaron para el martes una gran jornada nacional de rechazo y sindicatos, movimientos estudiantiles y gremiales preparan movilizaciones y paros durante las próximas 48 horas.

Militantes y simpatizantes de la UP iniciaron su movilización hacia la capital para asistir a las honras fúnebres de Pardo, que se efectuarán mañana. Su cadáver será velado hoy en el Congreso.

Las FARC, el grupo guerrillero más grande y antiguo del país, suscribió una tregua con el gobierno en 1984 y participó a través de la UP en las elecciones presidenciales de 1986, logrando algunas bancas en el Congreso y el nombramiento de alcaldes.

El presidente Barco dijo que la tregua quedaba suspendida en este departamento y afirmó que la misma decisión se tomaría siempre que las guerrilleros atacaran al ejército.

### Condena de Barco Vargas

BOGOTA, 12 (AP). – El presidente Virgilio Barco Vargas condenó anoche el asesinato del senador y líder del partido de oposición Unión Patriótica (UP), Jaime Pardo Leal, y atribuyó el atentado registrado ayer tarde a los enemigos de la paz y de la democracia.

El pronunciamiento del mandatario fue leído por el ministro de Gobierno, César Gaviria Trujillo. El presidente se recupera de una intervención quirúrgica.

Barco Vargas hizo un alto elogio de Pardo Leal. "Conocí personalmente a Jaime Pardo Leal, doy testimonio de su compromiso con la paz", dijo.

"He ordenado al señor ministro de Justicia y he solicitado del señor procurador general de la Nación y del señor presidente de la sala penal de la Corte Suprema de Justicia, concentrar al máximo los recursos disponibles de investigación criminal para asegurar una calificación de los hechos que lleve a la identificación y castigo de los responsables intelectuales y materiales", manifestó el Presidente.

01.01

8711425

ARCHIVAR EN: Colombia (III)

TEMA: EVE nº 677 3/01 Jul/82 Venezuela

PROCEDENCIA : Enlace Brasileiro 24/III/87 Doc 1652/87

ARCHIVADO EN: ENLACE Brasileiro (135/4)

01.01

8711452

La Prensa 24/10/87

# Control militar en minas de Colombia

Bogotá, 23 (UP) – Las minas de Esmeralda en el departamento de Boyacá quedaron bajo custodia militar después de los sangrientos hechos de ayer que dejaron 16 muertos por enfrentamientos armados entre mineros, se informó.

Una banda armada al parecer al servicio de un poderoso explotador de las minas de esmeralda, atacó ayer con granadas de fragmentación, ráfagas de pistola ametralladora y disparos de fusil un ómnibus que trasportaba mineros independientes.

En el ataque contra el ómnibus en Otanche, 90 kilómetros al norte de Bogotá, fueron asesinadas 11 personas, entre ellos tres niños y una mujer, indicó la policía. Otras 10 resultaron heridas de bala y por quemaduras y nueve escaparon ilesas.

La policía informó que por lo menos 100 hombres armados, usando uniformes del Ejército, atacaron en una emboscada el ómnibus en el que se movilizaban los llamados "guaqueros" independientes, que explota minas de esmeralda y viven de sus ventas.

Por lo menos cinco cadáveres fueron rescatados después del ataque totalmente calcinados, entre ellos los de dos niños. Otras personas que salieron del vehículo fueron muertas por una lluvia de balas que dispararon los atacantes.

"La gente salió por las ventanas al comenzar el incendio por la explosión de una granada y al asomarse desde los matorrales les dispararon matando a varios de ellos", precisó uno de los testigos sobrevivientes que no se identificó por medio a represalias, durante una entrevista por la cadena de radio RCN.

## Otra emboscada

Poco después que se conoció la noticia del ataque, que ocurrió a las 9 de la mañana, en otro punto de Otanche un grupo de 20 hombres armados atacó un camión que trasportaba a mineros independientes matando a cinco personas y dejando heridas de bala a otras 15, señaló la policía.

Un vocero de la policía dijo hoy que los atacantes son miembros de bandas armadas que están al servicio de poderosos explotadores de minas, que quieren eliminar a toda la competencia del mercado de esmeraldas.

Las minas son del estado colombiano, pero pueden ser explotadas por particulares. Familias enteras se dedican en el norte de Boyacá a la explotación de los yacimientos de esmeraldas y viven de la venta del mineral.

Algunos de esos pequeños mineros, en su mayoría obreros, venden el producto a comerciantes que visitan las regiones esmeraldíferas y otros se desplazan a Bogotá y las ofrecen en joyerías del centro.

01.01

0711717

COLOMBIA

CLARIN ★ Buenos Aires, miércoles 14 de octubre de 1987

EN FOCO

# Un país en erosión

Agencia AFP

Patrullas policiales vigilan ayer las calles de Bogotá a raíz del paro general de 24 horas.

El nivel de asesinatos políticos y violencia de todo tipo en que parece naufragar Colombia hace pensar en una acelerada disgregación nacional en ese país que, a lo largo de su historia y también en la actualidad, ha sido eje de eminentes manifestaciones de cultura y semillero de dirigentes cívicos e institucionales de merecido prestigio.

Más de una vez se ha opinado que el encorsetamiento de la nación colombiana —y, por ella, de tales dirigencias— en el esquema de poder liberal-conservador incrementó las tendencias violentas al dar por fruto una cúpula a menudo divorciada de las acuciantes necesidades populares: otro índice del mismo fenómeno sería, según esa opinión, la crónicamente elevada indiferencia electoral.

Sea o no así, cabe recordar que el propio gobierno presidido por el liberal Virgilio Barco ha denunciado, en fecha reciente, la existencia de casi un centenar y medio de organizaciones y grupos armados de diversa índole, incluyendo en dichas nóminas no sólo a los nacionalmentos guerrilleros sino también a los nutridos por el narcotráfico, las escuadras paramilitares y el vandalismo delictivo enmascarado en consignas políticas: todos ellos con tradición de largas décadas de acción casi impune en suelo colombiano, aunque su saldo más sangriento se haya verificado durante los últimos años.

Junto a esto, resalta como un dato de fácil verificación el hecho de que tales grupos de poder —motorizados por cuantiosos intereses económicos y por el temor de que sea investigada su connivencia con la droga— se las ingeniaron para impedir, en el pasado trienio, la aplicación de los acuerdos de paz suscritos por el anterior mandatario, Belisario Betancur, con los principales troncos guerrilleros izquierdistas. Un entrabamiento ante el cual los observadores han recordado, con obvia nostalgia, el éxito de los pactos con la guerrilla labrados en Venezuela, a partir de 1970, por el presidente Rafael Caldera: un socialcristiano en cuyas manos el milagro pacificador arribó a un envidiable buen puerto.

01.01

9711753

AMENAZARON DE MUERTE AL SUCESOR DEL LIDER IZQUIERDISTA ASESINADO

# Paro total en Colombia contra la nueva ola de violencia política

*Once personas, entre ellas un niño de 13 años, murieron en Colombia desde el domingo, cuando fue asesinado el ex candidato presidencial y titular del partido pro comunista Unión Patriótica, Jaime Pardo Leal. Su sucesor, el legislador Bernardo Jaramillo, denunció ayer haber sido amenazado de muerte junto con su esposa, mientras se cumplía a huelga nacional de 24 horas en repudio a los crímenes y como protesta contra el gobierno y los "escuadrones de la muerte" La inactividad fue prácticamente total, con graves incidentes y saqueos.*

BOGOTA, 13 (AFP, AP, EFE, UPI y DPA).— Todo el territorio colombiano se vio paralizado desde este mediodía por una huelga de 24 horas y una jornada nacional de repudio a la violencia y el crimen, con gran cantidad de protestas callejeras e intensos enfrentamientos entre manifestantes y fuerzas de seguridad, al cumplirse el homenaje póstumo al dirigente izquierdista Jaime Pardo Leal, de 48 años, asesinado el domingo último por tres personas aún no identificadas.

El servicio de transporte urbano, intermunicipal y de larga distancia fue menos afectado por la huelga, pero la inactividad fue prácticamente total en las áreas industriales, comerciales y bancarias, así como en las escuelas y colegios públicos de casi todo el país. En el centro de Be-

01.02

0711761

gotá fue incendiado un autobús que estaba circulando.

Como fruto de los choques ocurridos, un niño murió hoy al ser alcanzado por una bala, registrándose asimismo decenas de heridos en las manifestaciones, que congregaron a no menos de 35.000 personas.

Pardo Leal, ex candidato presidencial y titular del partido opositor de izquierda Unión Patriótica (UP), pro soviético y fundado en 1985, fue sepultado esta tarde en el Cementerio Central bajo una persistente lluvia, al promediar la huelga general convocada por la Central Unitaria de Trabajadores (CUT) en repudio al crimen.

Los miles de activistas que acompañaron su féretro envuelto en la bandera de Colombia desde el Capitolio Nacional —donde permaneció un día en cámara ardiente—, lanzaron consignas contra el militarismo, el gobierno del presidente liberal Virgilio Barco y los escuadrones de ultraderecha que mataron en los últimos dos años a 471 dirigentes y militantes de la UP.

El legislador comunista de solo 33 años Bernardo Jaramillo, sucesor de Pardo Leal al frente de la UP, tras denunciar hoy que ha sido amenazado de muerte junto con su esposa, alcaldesa de la bananera localidad de Apartado, señaló: "Amo la vida, pero no me importaría morir si logramos sacar al país de este charco de sangre". Añadió que "la única salida a la crisis es el diálogo".

Decenas de saqueadores, en su mayor parte menores de edad, aprovecharon la confusión para romper a pedradas las vidrieras de los comercios, de los que arrebataron vestidos, licores y hasta máquinas de escribir llegando al extremo de sumarse al cortejo fúnebre para huir.

♦ **"Justicia popular"**

El número de muertes desde el domingo a la tarde, cuando Pardo Leal cayó baleado en una carretera rural, cerca de Bogotá, se elevó ya a 11 al morir hoy por una bala perdida en Barrancabermeja, zona petrolera ubicada 460 kilómetros al nororiente de la capital, el niño de 13 años Milton Ballesteros. También resultó gravemente herido su padre, Abel Ballesteros, de 39 años, según informó el alcalde de esa ciudad, Juan de Dios Alfonso.

Asimismo, en la región noroeste de Urabá fue asesinado esta mañana Andrés Samín, primo de la ex ministra de Comunicaciones Nohemí Samín Posada. En esa región la situación fue calificada de "muy grave". Los disturbios fueron más violentos en el área capitalina y en el puerto petrolero de Barrancabermeja. En otras ciudades del país, como Medellín, Cali, Barranquilla, Cúcuta y Bucaramanga, se registraron también marchas callejeras con incidentes aislados.

El grupo guerrillero Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), que en 1984 suscribió con el gobierno un pacto de tregua y cese del fuego aún parcialmente vigente —creando al año siguiente la UP junto con el Partido Comunista y otros núcleos de izquierda—, reclamó en un comunicado difundido en la fecha el establecimiento de una "justicia popular".

El documento acusó del asesinato de Pardo Leal a los "sicarios" enquistados "en las guarniciones, batallones, brigadas y servicios de Inteligencia del Estado", y propuso que la huelga se mantenga "hasta que salgan del gobierno y del mando militar los integrantes de la cúpula fascista".

Otra organización guerrillera, el Movimiento 19 de Abril (M-19), había anunciado ayer que intensificará su lucha para vengar la muerte del dirigente ultimada.

02.02

8711761

DENUNCIA EN COLOMBIA

# "Grupos paramilitares"

BOGOTA, 1° (EFE y UPI). — El ministro del Interior, César Gaviria Trujillo, dijo que las autoridades judiciales trabajan para desmantelar los 140 grupos paramilitares que operan en Colombia.

El ministro, hablando en la Cámara de Diputados, dijo que de esos grupos —que han sido identificados como de izquierda unos y de derecha otros— ocho actúan en todo el país y los restantes operan en cada una de los departamentos e intendencias del país.

Precisó el funcionario que por las actividades de esos grupos, las autoridades militares, policiales y judiciales han iniciado juntamente las investigaciones para identificar a todos los responsables y desmantelar las organizaciones.

Identificó a los grupos "paramilitares que actúan en todo el país como: «Muerte a secuestradores», «Los extraditables», «Alianza Anticomunista Colombiana», «Comandos Revolucionarios de Colombia», Juventud Anticomunista de Colombia», «Los pájaros», «Movimiento Anticomunista de Colombia» y «Alianza Anticomunista Americana».

En su exposición sobre el orden público y la actividad de los grupos paramilitares señaló que otras 132 organizaciones cumplen operaciones clandestinas en 23 regiones del país.

Gaviria Trujillo desmintió versiones de un supuesto respaldo del gobierno a los llamados "grupos de antodefensa" que, según denuncian dirigentes políticos, habrían sido organizados por campesinos con el propósito de defenderse de la guerrilla izquierdista.

El ministro también hizo referencia en un discurso a los acuerdos de cesación del fuego con las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia y consideró que si ese grupo rebelde continúa desarrollando labores es difícil fortalecer la paz.

"La paz es posible si las FARC entregan las armas, se disuelven y se incorporan al proceso democrático a

Por su parte Urías Uyaga, portavoz de la izquierdista Unión Patriótica (UP), dijo hoy a EFE que "nosotros hemos venido denunciando esto hace años, y el gobierno se ha quedado corto, no son 140, son más de trescientos".

El dirigente denunció que los escuadrones de la muerte "están organizados, armados y entrenados por miembros de las fuerzas armadas y por latifundistas".

### Ultraderecha

En el mapa del terrorismo ultraderechista, Urabá y Antioquia, Valle del Cauca y Cundinamarca (centro y occidente del país), concentran la mayor cantidad de escuadrones de la muerte.

En Urabá, el exterminio de izquierdistas es sistemático: en las últimas 48 horas han sido asesinados cinco sindicalistas de la Unión Patriótica (UP) y en los últimos doce meses, más de doscientos.

En lo transcurrido de 1987, han sido asesinados por los escuadrones de la muerte más de mil personas, entre campesinos (más de 700), sindicalistas, defensores de derechos humanos, estudiantes, profesores, periodistas y políticos de izquierda, e incluso liberales y conservadores progresistas.

PARTES ILEGIBLE

01.01

8711764

HR

111

LA PRENSA 24/10/87

# Control militar en minas de Colombia

Bogotá, 23 (UP) – Las minas de Esmeralda en el departamento de Boyacá quedaron bajo custodia militar después de los sangrientos hechos de ayer que dejaron 16 muertos por enfrentamientos armados entre mineros, se informó.

Una banda armada al parecer al servicio de un poderoso explotador de las minas de esmeralda, atacó ayer con granadas de fragmentación, ráfagas de pistola ametralladora y disparos de fusil un ómnibus que trasportaba mineros independientes.

En el ataque contra el ómnibus en Otanche, 90 kilómetros al norte de Bogotá, fueron asesinadas 11 personas, entre ellos tres niños y una mujer, indicó la policía. Otras 10 resultaron heridas de bala y por quemaduras y nueve escaparon ilesas.

La policía informó que por lo menos 100 hombres armados, usando uniformes del Ejército, atacaron en una emboscada el ómnibus en el que se movilizaban los llamados "guaqueros" independientes, que explota minas de esmeralda y viven de sus ventas.

Por lo menos cinco cadáveres fueron rescatados después del ataque totalmente calcinados, entre explosión de una granada y al asomarse desde los matorrales les dispararon matando a varios de ellos", precisó uno de los testigos sobrevivientes que no se identificó por medio a represalias, durante una entrevista por la cadena de radio RCN.

## Otra emboscada

Poco después que se conoció la noticia del ataque, que ocurrió a las 9 de la mañana, en otro punto de Otanche un grupo de 30 hombres armados atacó un camión que trasportaba a mineros independientes matando a cinco personas y dejando heridas de bala a otras 15, señaló la policía.

Un vocero de la policía dijo hoy que los atacantes son miembros de bandas armadas que están al servicio de poderosos explotadores de minas, que quieren eliminar a toda la competencia del mercado de esmeraldas.

Las minas son del estado colombiano, pero pueden ser explotadas por particulares. Familias enteras se dedican en el norte de Boyacá a la explotación de los yacimientos de esmeraldas y viven de la venta del mineral.

01.01

8711770

CLARIN ★ Buenos Aires, jueves 15 de octubre de 1987

Agencia AFP

Manifestantes colombianos izquierdistas apedrean en Bogotá un vehículo antimotines de la policía, poco antes de iniciarse los exequias del dirigente Jaime Pardo Leal.

COLOMBIA

# Piden un acuerdo contra la violencia

BOGOTA, 14 (EFE, DPA y UPI).— El nuevo presidente de la **Unión Patriótica (U.P.)**, **Bernardo Jaramillo**, convocó a todas las fuerzas políticas colombianas a integrar un **Frente Democrático de Salvación Nacional** para tratar en forma conjunta de poner fin a la violencia que afecta al país.

La convocatoria, lanzada por Jaramillo tras el asesinato de su antecesor en la conducción de la U.P., **Jaime Pardo Leal**, tuvo una rápida respuesta positiva por parte de los principales dirigentes políticos colombianos. **Ernesto Samper Pizano**, miembro del directorio nacional del gobernante Partido Liberal declaró hoy que comparte la propuesta de la Unión Patriótica, que "ha pagado —dijo— un alto precio de vidas por mantenerse fiel a sus convicciones democráticas".

**Luis Carlos Galán**, jefe del Nuevo Liberalismo (una fracción disidente del partido de gobierno), también expresó su acuerdo: "Debemos estar unidos en la identificación y defensa de los principios indispensables para superar la encrucijada que vive nuestra patria", manifestó.

**Misael Pastrana Borrero**, ex presidente de Colombia y dirigente del Partido Conservador, dijo que el país necesita "la unión de todos en defensa de propósitos morales y objetivos para lograr la paz".

01.01

8711826

M

LA GUERRA DEL NARCOTRAFICO

# Amenazan matar a políticos si Ochoa es extraditado de Colombia a EE.UU.

## Faltan dos para llenar el "cartel"

Solo dos de los cinco principales miembros del cartel de Medellín permanecen, aún, prófugos. Son **Pablo Escobar Gaviria, 39 años**, nacido cerca de la ciudad madre de la organización, y **Gonzalo Rodríguez Garha, alias El mexicano, de 42, y oriundo de Pacho, 65 kilómetros de Bogotá.**

Al igual que Ochoa Vásquez y Lehder Rivas, Escobar Gaviria posee una fortuna capaz de saldar la deuda externa de algunos países latinoamericanos: 3.500 millones de dólares.

Pero las acusaciones contra estos mafiosos, que harían palidecer a Al Capone por sus cuantiosas ganancias y su poder, no terminan en el enriquecimiento ilícito y la distribución en todo los Estados Unidos del oro blanco, la cocaína.

Jorge Ochoa Vásquez, por ejemplo, es sindicado como el autor del asesinato de Adler Barry Seal, agente del FBI, principal testigo contra los cabecillas. Su vida fue abruptamente truncada el año pasado en Baton Rouge, estado de Luisiana.

Otra prueba importante es la fotografía tomada, por otro federal infiltrado, donde puede verse, en un aeropuerto, a Vásquez y a Escobar cargando varias cajas que, supuestamente, contienen cocaína. Esta es una de las tantas enumeraciones hechas ante el Gran Jurado de Miami.

En esa oportunidad, el fiscal dijo que estos colombianos son responsables de la introducción de 4.088 kilos de coca solo en 1985, así como de innumerables contactos realizados tanto en Medellín como en la Florida relativo al transporte y distribución de la costosa mercadería.

Al parecer la única arma efectiva contra el cartel es la temida extradición a los Estados Unidos ya que, en Colombia, ni siquiera se los acusa de ser traficantes. Esto ocurrió con Lehder Rivas, en febrero último y actualmente se lo procesa en Jacksonville.

*La vivienda del director de uno de los principales diarios de Colombia fue ametrallada por doce hampones que se denominan "los extraditables" y amenazan con generar una ola de crímenes si el número dos del narcotráfico mundial, Jorge Ochoa Vásquez, es enviado a comparecer ante la justicia de los Estados Unidos. En tanto el gobierno colombiano aún no decidió la situación del detenido. En principio podría cumplir una condena de veinte meses de prisión por una causa menor. Durante ese lapso se decidiría su posible procesamiento por tráfico de estupefacientes.*

BOGOTA (AFP, EFE y UPI). — Mientras el futuro de **Jorge Luis Ochoa Vásquez**, que oscila entre ser extraditado a los Estados Unidos, donde se lo acusa de ser uno de los máximos responsables del narcotráfico internacional, y cumplir una leve condena por contrabando de reses, sigue siendo incierto. Quienes tienen en sus manos el negocio de la cocaína en Colombia comenzaron a presionar para que la segunda opción sea la válida.

Ayer, unos doce hombres fuertemente armados balearon el frente del domicilio del director de uno de los principales diarios de Medellín, la segunda ciudad del país, en una seria advertencia para quienes piensan poner entre rejas extranjeras al número dos del cartel de Medellín. (Ver recuadro.)

Asimismo, los principales medios de comunicación colombianos recibieron una proclama en la que un autodenominado grupo "los extraditables", señala que "preferimos una tumba en Colombia a un calabozo en los Estados Unidos".

El texto añade: **"Declararemos la guerra al gobierno si entrega a las autoridades estadounidenses a Ochoa Vasques. Ejecutaremos, sin contemplación, a políticos y funcionarios que ordenen la extradición".**

Como se informó, la nulidad, por parte de la Suprema Corte de Colombia, del tratado de extradición firmado por ese país y Washington en 1979, imposibilita, actualmente, que el narcotraficante sea juzgado donde se lo acusa de manejar el temido cartel, responsable del 80 por ciento de la cocaína que ingresa al país del Norte.

"Los extraditables", señalan "tener conocimiento de que el gobierno trata, por todos los medios, de extraditar a Ochoa Vásquez" y califican a este intento como **"el más vil de todos los atropellos"**. Serían numerosos los traficantes que, de procesarse a este mafioso, correrían igual suerte.

El grupo es sindicado como responsable de la voladura con dinamita de dos bustos esculpidos en memoria del ministro de Justicia **Rodrigo Lara Bonilla** y del periodista **Guillermo Cano Isaza**, ambos asesinados, supuestamente, por hampones pagados por narcotraficantes.

Mientras la mafia del tráfico de drogas volvía a la carga, el ministro de Justicia **Enrique Low Mutra** mantenía reuniones con asesores y juristas para definir la situación de Ochoa Vásquez. Muchos colombianos respaldan la extradición por considerar que, dada la fortuna y el poder del mafioso (cuyos ahorros ascienden a **más de 2.000 millones de dólares**), de quedarse en su país, estará pronto en libertad, hecho que registra antecedentes.

Luego de ser arrestado el sábado pasado, en una carretera que une Cali con **Palmira**, al sur del país, el líder del clan Ochoa fue trasladado a una unidad militar cercana a Bogotá bajo medidas extraordinarias de seguridad. En un principio, fuentes judiciales, explicaron a las agencias noticiosas que cumplirá la condena de veinte meses (por ingreso ilegal de toros de lidia) tras un juicio en la ciudad de **Cartagena**. Durante ese lapso, podría decidirse su envío a los Estados Unidos.

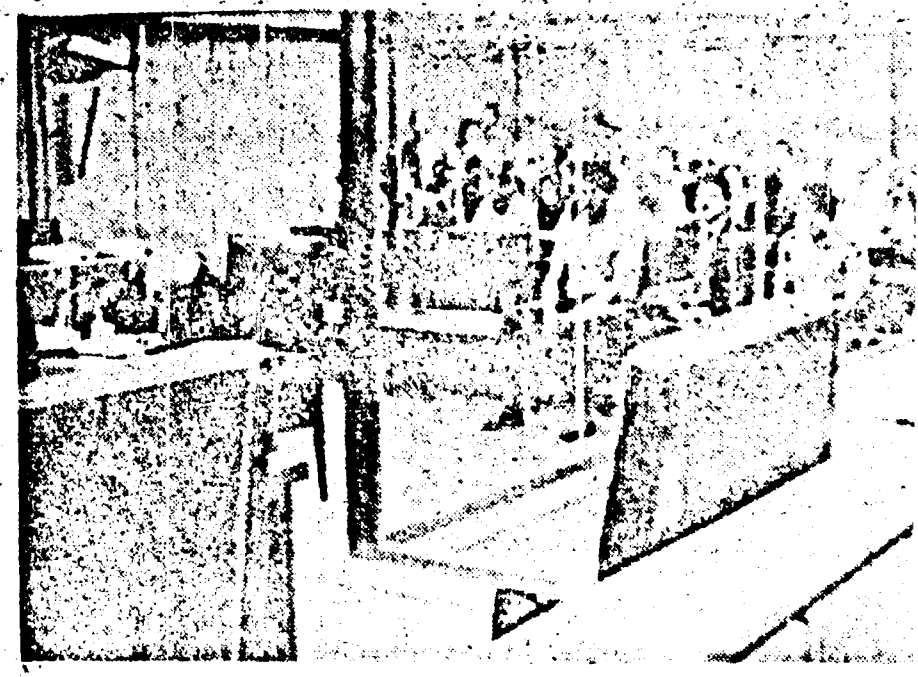
Sin embargo el juez **Diomedes Sánchez**, sucesor del funcionario que dictó la condena contra Ochoa Vázquez en 1986, dijo que no había librado orden de captura y que no había sido notificado, oficialmente, de la detención del nombrado.

Anoche, en declaraciones radiales, el **presidente Virgilio Barco, admitió que "la embajada estadounidense en Bogotá se comunicó con el ministro de Justicia para presionar a fin de que se tome una rápida decisión sobre el espinoso tema".**

**♦ Negaron la extradición**

El gobierno colombiano dijo ayer a última hora que no extraditará, al menos por el momento, al presunto narcotraficante **Jorge Ochoa Vásquez**, requerido por las autoridades norteamericanas, anunció el ministro de Justicia, **Enrique Low Mutra**.

"Debe pagar primero la sentencia condenatoria que tiene en Colombia", señaló el funcionario en declaraciones radiales refiriéndose a la violación a la libertad condicional en que incurrió Ochoa al salir bajo fianza en un proceso que se le siguió por contrabando de toros de lidia en Cartagena.



Hace dos años, Ochoa Vásquez había sido procesado en España, empero el gobierno colombiano logró su extradición y luego quedó libre bajo fianza.

## ¿Un anticipo?

La violencia originada en los grupos que detentan una de las actividades ilegales más lucrativas de toda la historia, el narcotráfico, volvió a reinar en un país que la conoce muy de cerca. Doce hombres armados se dirigieron hasta la residencia de Juan Gómez Martínez, director de El Colombiano y candidato por el Partido Social Conservador a la intendencia de Medellín, con el único objeto de amedrentar a quienes intentaban imponer la justicia sobre el crimen organizado.

Al mismo tiempo que **Jorge Luis Ochoa Vázquez**, uno de los mafiosos más buscados por los Estados Unidos, era trasladado a un cuartel militar del norte de Bogotá, los hampones intentaban dos veces y sin éxito, forzar el portón de hierro de la casa de Gómez Martínez, quien se hallaba en su interior en compañía de su familia.

Al no poder ingresar, la docena de malhechores dispararon, durante diez minutos, sus poderosas armas automáticas haciendo añicos puertas y ventanas. Los vecinos, al ser alertados por la balacera, informaron del hecho a la policía que acudió de inmediato y respondió el fuego, poniendo en fuga a los atacantes.

Como única pista dejaron numerosos panfletos firmados por **Los extraditables**. En ellos amenazan con sembrar la muerte por doquier si el número dos del Cuartel de Medellín es enviado a los Estados Unidos, suerte que ya sufrió **Carlos Lehder Rivas**, otro de mayores traficantes mundo.

También se afirm los volantes, que la ir ción del ataque no er cuestrar a Gómez M nez sino entregarl mensaje dirigido a bierno. La misiva lle los medios de comu ción que la reprodu ampliamente.

"Ignoro la razó ataque. Yo no le l mal a nadie", dijo rector de El Colomb tras salir ileso del a do, al igual que el de su familia.

Fue solo un susto de, un alerta gigar que hace reflexion bre una situación jante a la que susc muerte de otro per ta: **Guillermo Cano za, director de El E tador.**

871201

01.01

LA NACION

# La violencia en Colombia

## según Luis Galán

Por Mario Pérez Colman
(Corresponsal de LA NACION en América

**BOGOTA.–Senador nacional, jefe del nuevo liberalismo y derrotado candidato presidencial en las últimas elecciones, el doctor Luis Carlos Galán es una de las figuras cívicas cuya postura crítica frente al modo tradicional de la política colombiana suscita atentas expectativas populares.**

**En diálogo con LA NACION, el doctor Galán habló de la violencia que desde hace decenios se abate sobre su país.**

**Sus opiniones y reflexiones bien podrían constituir, dado el tenor del tema, un "estudio en escarlata" cuyas complejidades y misterios parecen reclamar la acción de un Holmes moderno, que a sus condiciones detectivescas sume las de sociólogo, político y espía internacional.**

**–¿Cuál es su apreciación personal acerca de la violencia como fenómeno singular en Colombia?**

–Debemos considerar causas múltiples y simultáneas, diferentes en su origen y en su expresión.

"Tenemos aquí violencia subversiva, violencia generada por el narcotráfico y, también, una cadena de venganzas en el largo conflicto entre grupos extremistas de izquierda y de derecha, del cual son expresiones recientes los asesinatos de Jaime Pardo Leal y de Pablo Guarín.

"Todo ello tiene que ver con un país que no ha podido dominar su territorio. Hay zonas de reciente colonización donde la presencia del Estado aún es débil y donde los inmigrantes, que provienen de todas las regiones colombianas, carecen de elementos culturales y políticos de cohesión y poseen, además, mentalidad aventurera que los hace potencialmente peligrosos.

"Los procesos de colonización son grandes en varios de los focos geográficos donde la violencia sienta sus reales desde hace treinta años.

"Y, por otro lado, éste es un país que no ha podido construir instituciones imparciales y representativas.

"Durante muchas décadas hubo privilegios políticos propios de una democracia restringida, como lo fue la que rigió durante el sistema del Frente Nacional.

"Ese sistema sirvió para que Colombia superara radicales confrontaciones entre liberales y conservadores durante cinco o seis generaciones. Empero, tuvo como consecuencia desgraciada el impedir la posibilidad de expresión oportuna de los sectores campesinos en las instituciones".

**–¿No habría elementos exógenos en la composición de la violencia colombiana?**

–Claro. Hay intereses antiguos de la confrontación Este-Oeste e, incluso, de la influencia china en la época de la Revolución Cultural.

"Podría decirse que Colombia tiene hoy toda la gama de versiones subversivas que ha tenido América latina en los últimos 40 años. Curiosamente, aquí sobreviven y coexisten.

"Aquí hay guerrillas campesinas de la década del 40. Colombia tiene al guerrillero más viejo del mundo. Está en la guerrilla desde hace 40 años..."

**–¿Marulanda?**

–Sí, Marulanda "Tirofijo".

**–¿Es posible que, como el fantasma de la historieta, el "Tirofijo" de hoy no sea el mismo "Tirofijo" de ayer? ¿Que Marulanda haya muerto y otra persona esté reemplazando al original?**

–No. No. Es el mismo Marulanda. Originalmente era un guerrillero liberal.

**–¿Describiría más detalladamente el mosaico subversivo de Colombia?**

–Bien. Tenemos la guerrilla de los años 60, castrista, que se expresa en el Ejército de Liberación Nacional (ELN), y la guerrilla de origen chino, el Ejército Popular de Liberación (EPL), que era el maoísmo de la década del 60, y están las guerrillas urbanas, ligadas, en su referencia histórica, a tupamaros y montoneros. Y ahora también al sandinismo.

### Violencia campesina

**–¿Hay una violencia que pudiera decirse corporativa: del campesinado, por ejemplo?**

–Uno podría decir que la violencia campesina de Marulanda y de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) es, de algún modo, la misma de la Revolución Mexicana de comienzos del siglo.

**–¿Advierte la existencia de alguna relación entre la subversión y el narcotráfico?**

–El desarrollo de los acontecimientos finalmente los ha vinculado. La guerrilla buscó financiarse a través del narcotráfico, y los narcotraficantes terminaron en confrontaciones con los guerrilleros porque hallaron en ellos otra forma de poder y de competencia que, eventualmente, les crea dificultades.

**–¿Se cuenta usted entre quienes aceptan el resultado de la investigación oficial sobre el asesinato de Pardo Leal? ¿Considera, entonces, que el crimen fue, en efecto, un cobro de cuentas pendientes entre el narcotráfico y las FARC?**

–A mí me merece plena credibilidad el ministro de Justicia. La investigación arroja resultados fundamentados, pero puede que haya otros aspectos desconocidos.

"Es posible, sí, la existencia de grupos de extrema derecha, a su vez interesados en manipular la violencia del narcotráfico contra las FARC.

"Hay, como puede ver, una trampa complejísima de intereses altamente explosivos, pero el sentimiento democrático del pueblo colombiano sobrevive pese a todo.

"Me admira que, en medio de tanta tormenta, Colombia tenga libertad de prensa, de movilización, procesos electorales representativos, pluralismo político... Este no es un sistema perfecto, pero va camino a serlo".

**–¿Cuál es el elemento exclusivamente propio de Colombia que hace de este país un caso de violencia tan especial?**

–Ningún otro país de América tiene nuestro grado de mestizaje, con componentes blancos, negros e indígenas. El "triétnico" latinoamericano no se da en otra parte como aquí, donde existe el mayor equilibrio relativo en el mestizaje. Y este equilibrio se trasunta en contradicciones que dificultan la posibilidad de identificar los valores nacionales.

"Por otro lado, hay aquí una violencia acumulada durante 40 años y que no ha terminado.

"Las secuelas de esa especie de guerra civil que vivió el país a mediados del siglo no fueron únicamente las relaciones entre los partidos, sino la formación de una generación de colombianos que durante su infancia y su adolescencia sólo conoció la barbarie".

**–Usted ha establecido diferencias entre los grupos sediciosos que operan en Colombia. ¿Considera que en virtud de tales diferencias deberían recibir un trato discriminado por parte de las autoridades constitucionales?**

–La guerrilla colombiana ha estado dividida y lo sigue estando, a pesar de que exista ahora la llamada Coordinadora Nacional Guerrillera.

"Si el loable plan de rehabilitación creado por el actual gobierno se aplica seriamente, se formará un clima de convivencia y de integración social. Esto rescatará para la sociedad a las comunidades que hoy ejercen una violencia que

01.02

8712015

DPTO. II (EXTERIOR) 15.12.87 CHAD

# según Luis Galán

latina)

Luis Galán (Archivo)

no es contra el sistema, sino debida a la ausencia del sistema mismo.

"Al lado de ese tipo de violencia están los grupos que quieren el cambio violento del sistema. Tales grupos tienen problemas hoy día porque actúan dentro de un contexto internacional que ha cambiado.

"El comunismo orientado por la Unión Soviética está en proceso de evolución que no es propicio para los intereses de estos grupos extremistas.

"Por otro lado, el sistema comunista mismo ya no es una hipótesis, un ideal, sino una realidad en varias naciones donde los comunistas han gobernado durante decenios y todavía no han podido presentar sociedades bien desarrolladas política, social y económicamente".

## Presencia de la UP

**–¿Considera que la Unión Patriótica (UP), de la que Pardo Leal fue el dirigente máximo, ha cortado definitivamente sus raíces guerrilleras?**

–Ellos están manejando una doble vinculación. Hay quienes tienen el propósito sincero de querer integrarse en una competencia política dentro de la Constitución y las leyes, pero también están allí las relaciones de muchos años con la guerrilla.

"Porque, digámoslo, el alma de la Unión Patriótica es el Partido Comunista.

"Se llama la Unión Patriótica, pero en un 90 % sus integrantes son miembros del Partido Comunista".

**–El Partido Comunista, sin embargo, podría presentarse aquí con su verdadera identidad...**

–En Colombia, el Partido Comunista ha preferido no presentarse directamente ante la opinión pública como protagonista con su propio nombre, ha buscado coaliciones.

"Hoy se llama Unión Patriótica. Hace poco se llamaba Frente Democrático y, hace menos de diez años, Unión Nacional de Oposición".

**–¿Así es que el comunismo, a través de la UP y de los grupos armados de la subversión, combina el lenguaje del diálogo y el de la fuerza, como lo hace con sus propios medios el Gobierno contra la guerrilla?**

–Bueno, lo que pasa es que el Gobierno tiene que defender la vigencia del sistema de instituciones.

## Peligro totalitario

**–¿El peligro totalitario tiene en Colombia solamente signo de izquierda?**

–Ha empezado a aparecer una cierta extrema derecha que la nación no conocía y hay ahí un peligro para los próximos años.

**–¿Esa extrema derecha quizá sea síntoma de una disconformidad con el resultado de la política antisubversiva que cumplen las Fuerzas Armadas?**

–Los aspectos negativos de las Fuerzas Armadas resultan explicables en una lucha tan prolongada. Son la tendencia a querer definir las cosas rápidamente. La tentación, tan peligrosa, de olvidarse un poco de los derechos humanos, ejercida por la dinámica de la violencia...

"Pero también hay en las Fuerzas Armadas valores muy importantes. El militar colombiano no quiere llegar al poder ni imponer dictaduras. Quiere ser un profesional. Respeta a las autoridades civiles y a las instituciones democráticas".

**–¿Debe suponerse la existencia de vinculaciones entre el narcotráfico y grupos paramilitares?**

–Es muy posible que haya complicidades, que haya corrupción, porque el narcotráfico en Colombia ha penetrado en todos los sectores sociales, en los partidos políticos, en los medios de comunicación, en las actividades deportivas y recreativas, en el mundo empresarial... Es demasiado dinero y ha causado traumatismos muy profundos y de los cuales aún no tenemos plena conciencia.

"Sin embargo, del mismo modo que Colombia es el país más afectado por este problema, también es, si no el único, uno de los pocos países del mundo donde la lucha contra el narcotráfico ha demandado el sacrificio de ministros, de periodistas, de jueces, lo cual indica que hay valores supremos que esta sociedad trata de defender sin que importe el alto precio que deba pagar por ello".

**–Si usted tuviera la facultad mágica de suprimir de un plumazo sólo uno de los grandes problemas colombianos, ¿suprimiría a la guerrilla o al narcotráfico?**

–Sin duda al narcotráfico, en bien de toda la humanidad.

**–¿Qué opina usted de una reformulación del TIAR que otorgará a los guerrilleros categoría de combatientes?**

–No he estudiado ese punto. Se lo digo con la mayor sinceridad. Pero, en principio, me parece sumamente peligroso que se vaya a reconocer un estado de beligerancia. Entre otras cosas, porque son grupos muy diferentes, muy desiguales.

"Un grupo terrorista, con muy poca gente puede perturbar profundamente a un país.

"Hay otros grupos –y esto ocurre en el caso de Colombia– que están saturados de violencia, quieren retirarse y son sinceros en ese deseo.

"No hay una sola mentalidad entre los grupos subversivos. Algunos consideran que apenas está comenzando una nueva escalada de violencia para transformar estructuralmente a América latina.

"Otros piensan que no es el camino, que son demasiadas energías y vidas las que se malgastan y que, inclusive, se generan efectos contraproducentes porque la extrema izquierda termina fomentando una extrema derecha que hace más difícil y lento el proceso y más fuertes a los poderes tradicionales".

(c) LA NACION

02.02

8712015.

HB

Cruzar SUBV. WAS.

# Guerrilleros de Colombia dispusieron fusionarse

## El objetivo es replantear una tregua de paz con el gobierno

BOGOTA, 2 (AFP).– La guerrilla colombiana anunció hoy que se fusionó en la coordinadora Simón Bolívar para replantear una tregua de paz con el gobierno liberal del presidente Virgilio Barco sin rendir los fusiles.

La nueva coordinadora quedó integrada por la Unión Camilista (ELN), el EPL, el M-19, las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), el Quintín Lame y el Partido Revolucionario de los Trabajadores, informó la Radio Todelar.

"Afrontamos la construcción del ejército único como garante y defensor de la vida, la soberanía nacional y popular", se lee en una declaración de tres hojas que emitió el nuevo comando insurrecto colombiano.

La unión se produjo durante una cumbre a la que fueron invitados dos periodistas, Jairo García de la Radio Todelar, de Bogotá, y otro de Noticias 1, de la televisión colombiana.

García, quien retornó hoy a Bogotá, dijo a la AFP que a la cita realizada en el sitio denominado La Uribe, a unos 130 Km al sudeste de Bogotá, concurrieron los jefes de seis grupos subversivos que firmaron una declaración.

El ideólogo de las FARC, Jacobo Arenas, explicó que la unión de la insurrección se debió a la "situación de crisis sin precedentes que vive el país y que tiene su expresión más aguda en la guerra sucia".

Durante la reunión de los grupos subversivos se hizo, según García, una evaluación de la situación colombiana en aspectos de orden público, económicos, políticos y sociales.

### Reclamos

La declaración de la Coordinadora Guerrillera Simón Bolívar, reclama al gobierno del presidente Barco plenas garantías para la acción política en torno de la elección popular de alcaldes en marzo de 1997.

Igualmente reitera que no quiere la guerra y plantea la necesidad de hallar salidas políticas que respondan a las urgencias de la democracia y a los cambios nacionales.

"No hemos sido los primeros en transitar los caminos de la guerra y siempre hemos estado dispuestos a soluciones distintas a ella", sostiene la declaración de la insurgencia que rechazó la violencia como mecanismo de presión.

Los seis grupos subversivos que suscriben el documento aseguran que con la creación de la Coordinadora Simón Bolívar, se inscriben en los "procesos de convergencia popular, democrática, civil y social del país".

La declaración anuncia que la guerrilla colombiana se empeñará en fortalecer la unidad bajo los criterios de autonomía e independencia ideológica y política a la vez que defienden el derecho a la vida.

También anuncian su apoyo e impulso a toda conquista y reforma que signifique una mejora en la calidad de la vida de los colombianos.

Rechazan un ultimátum del gobierno para que se desmovilicen y desarmen.

La Nación 3/10/87

01.01

8712068

HR

ARCHIVAR EN: Colombia (III)

TEMA: El Sueño de las Rojas (I) Bolivia y Colombia: las Repúblicas de la coca

PROCEDENCIA: Opinión 30/10/87

ARCHIVADO EN: Rojas (024)

01.01

8712071

# Colombia: 40 muertos en combates

BOGOTA, 21 (EFE).– Veinticuatro rebeldes, nueve soldados, seis policías y un civil, murieron en las últimas 48 horas en Colombia. En el departamento sureño de Caquetá una columna guerrillera atacó dos pibinadas y concretó una emboscada a un convoy militar. En estas acciones murieron un oficial, cinco soldados, dos policías y se registraron, al menos, trece heridos.

Los rebeldes, posiblemente de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), atacaron los puestos de policía de los municipios de Albania y San José de Fragua.

Las bajas en el ejército se produjeron cuando un convoy militar que se dirigía a la zona fue atacado. Posteriormente, otro vehículo militar que transportaba efectivos de infantería quedó destruido al pasar sobre una mina colocada por los rebeldes. En Florencia, capital de Caquetá, murieron no menos de cuatro guerrilleros y un civil.

En el departamento norteño de Córdoba se registran, desde el jueves último, cruentos enfrentamientos entre las fuerza armadas y guerrilleros del Ejército Popular de Liberación. En esos accionesi murieron un suboficial, dos soldados y diez rebeldes.

En el departamento de Santander (oeste del país), unidades militares enfrentaron ayer a una columna del Ejército de Liberación Nacional y dieron muerte a cuatro rebeldes.

Hubo también ataques de las FARC y del ELN durante las últimas 48 horas en los departamentos de Antioquia (centro colombiano) y en Arauca, en el Este, con seis guerrilleros y cuatro policías muertos.

Diario Vasco 22/VII/87

01.01

8712150

HB

Colombia

111

# En Colombia destruyeron un importante oleoducto

BOGOTA, 5 (AP). – Una poderosa carga de explosivos destruyó hoy alrededor de cien metros de un poliducto de la empresa estatal Ecopetrol y causó el derrame de unos 20.000 barriles de petróleo, informó Marco Tulio Restrepo, director de la refinería de Barrancabermeja, situada a 220 kilómetros de Bogotá.

La explosión destruyó un gasoducto y produjo considerablemente la tubería que transporta petróleo, produciendo el derrame de 20.000 barriles de crudo que eran llevados para su procesamiento hasta la refinería de Barrancabermeja.

Las pérdidas fueron estimadas en 400.000 dólares, pero la refinería, propiedad de Ecopetrol, pudo continuar operando.

**Denuncia oficial**

El gobierno del presidente Virgilio Barco denunció que la ofensiva de violencia desatada por las guerrillas izquierdistas busca entorpecer las nuevas conversaciones de paz, mientras dirigentes políticos y la Procuraduría General de la Nación advirtieron que el Estado es incapaz de afrontar el reto de los grupos alzados en armas y de la delincuencia organizada.

El Ejército de Liberación Nacional (ELN), guerrilla castrista, lanzó una oleada de atentados terroristas y ataques contra poblaciones, puestos policiales y bases militares poco después que el consejero presidencial para asuntos de la pacificación, Carlos Ossa Escobar, emprendiera la semana pasada un nuevo proceso de conversaciones con las autodenominadas Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (Farc) para extender una tregua, que fue firmada en 1984, y conseguir la desmovilización de la guerrilla.

"El Gobierno lamenta que frente a un esfuerzo reconciliador y frente a la política de reiniciar conversaciones con las Farc, la respuesta haya sido numerosos atentados terroristas que han segado tantas vidas en nuestras instituciones armadas y también de campesinos asesinados inmisericordemente", dijo César Gaviria.

**Fuerza criminal**

BOGOTA, 5 (UPI). – El ex presidente Belisario Betancur advirtió que una "fuerza criminal poderosa" con abundantes recursos económicos es la responsable de la ola de violencia y los derramamientos de sangre que actualmente sacuden a Colombia.

"El río de sangre que está corriendo por Colombia, con independencia de la actividad guerrillera, es manejado por agrupaciones criminales de gran poderío económico y logístico, pues tienen recursos para golpear cuando quieren y donde quieren", precisó.

LA NACION 6/11/87

01.01

8712160

ARCHIVAR EN: Colombia (III)

TEMA: Exitos en la lucha contra las drogas en Colombia.

PROCEDENCIA: La Prensa 22/11/87

ARCHIVADO EN: Drogas (024)

01.01

8712247

111

DPTO. II (EXTERIOR)
22 DIC 93
RECIBIDO



CLARIN ★ Buenos Aires, martes 17 de noviembre de 1987

# No cesa la violencia política en Colombia: otro diputado asesinado

***El presidente de Colombia, Virgilio Barco, condenó a quienes pretenden imponer en su país "la ley implacable del más fuerte". El mandatario se mostró indignado por el asesinato del legislador Pablo Guarín, un activo militante anticomunista del gobernante Partido Liberal. El hijo del parlamentario acusó a la izquierdista Unión Patriótica por el atentado que costó la vida a su padre.***

BOGOTA, 16 (AFP). — El parlamentario liberal Pablo Guarín, asesinado el domingo en Colombia, era un conocido anticomunista, reconocieron hoy sus familiares.

Guarín, de 47 años, murió de una bala en la nuca durante una emboscada a 60 km al norte de Bogotá, tendida por seis asesinos que huyeron en una camioneta.

Oscar Guarín, su hijo mayor, acusó del crimen al legal Partido Comunista Colombiano (PCC) y recordó que su padre era un encarnizado anticomunista a quien identificó como todo "un demócrata".

"Lo mataron los comunistas porque ideológicamente siempre los venció", afirmó Oscar, un estudiante de ingeniería industrial que resultó ileso en el atentado.

El presidente Virgilio Barco, al rechazar el crimen de Guarín, dijo que el "fatal atentado, indudablemente premeditado, de que fue víctima es una demostración más del brutal cinismo de intolerancia que quieren imponernos, a cualquier precio, quienes pasando por alto el esfuerzo civilizado de varias generaciones vuelven a la ley implacable del más fuerte".

Guarín, elegido para la Cámara de Representantes por el Partido Liberal (en el gobierno), era un dirigente de la provincia del Magdalena Medio, azotada por una ola de violencia. Además de político se desempeñaba como corresponsal del diario El Tiempo de Bogotá.

Precisamente el matutino dice hoy en su primera página en título, plagiando la última novela de Gabriel García Márquez: "Pablo E. Guarín, otro asesinato anunciado".

Los familiares de Guarín, por otra parte, se rebelaron contra el mismo congreso colombiano y rechazaron una capilla ardiente en la que tradicionalmente se coloca a los miembros de esas corporaciones legislativas tras su muerte.

Oscar Guarín declaró que no aceptaba la capilla ardiente para el traslado de su padre porque, según dijo, "en la cámara siempre fue traicionado".

◆ **Duelo y enfrentamientos**

Los despojos mortales de Guarín fueron trasladados hoy a las 16 GMT a la población de Puerto Boyacá, 220 km al noroeste de Bogotá, en donde fueron colocados en la Plaza Pública.

En Puerto Boyacá, una localidad agrícola y ganadera, epicentro de la acción guerrillera de las comunistas Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), declararon tres días de duelo y de silencio total en rechazo por el crimen.

El también asesinado presidente del partido comunista de la Unión Patriótica (UP), Jaime Pardo Leal, en agosto pasado, había acusado a Pablo Guarín de ser jefe de uno de los grupos paramilitares que exterminan a militantes y simpatizantes de esa agrupación política.

"Guarín es uno de los jefes de los sicarios", acusó ante periodistas extranjeros Pardo Leal, asesinado el 11 de octubre cerca de la población de La Mesa, 80 km al sureste de Bogotá.

El crimen de Pardo Leal, según una investigación del gobierno, fue cometido por orden de las mafias del narcotráfico que dirige Gonzalo Rodríguez Gacha (alias El Mexicano).

Según la misma investigación, Rodríguez Gacha habría pagado 80 millones de pesos (unos 120.000 dólares), por el asesinato de Pardo Leal a su lugarteniente William Infante.

Con el asesinato de Guarín se eleva a cuatro el ro de legisladores asesinados en Colombia en el pa año.

"Pido justicia, que se capture a los responsa este crimen, para evitar que mañana sea otra la v de esta situación que afronta el país", declaró el l legislador.

01 . 01

8712256

COLOMB.

III



12/11/87

Agencia

Miembros del Ejército de Liberación Nacional se adiestran en un sector de la selva colombiana.

ENFOCO

# La guerra golpea sin distinción

Para el hijo de Pablo Guarín, el cuarto legislador asesinado en Colombia durante este año, no cabía dudas: "Son los comunistas", asegura el joven estudiante de apenas 16 años que desde otro automóvil vio cómo segaban la vida de su padre.

Para una caracterización política de Guarín no hay disidencias: el asesinado era, ante todo, un ferviente anticomunista, del que el presidente Virgilio Barco —su correligionario en el Partido Liberal— recordó ahora: "Fue un defensor de un punto de vista que no siempre coincidió con el de su partido, pero lo expresó con vigor, sin miedo, a sabiendas de los riesgos que corría".

Desde la oposición izquierdista, la denunciada, además de rotunda apoyada desde los cientos de muertes sufridas en sus filas por la Unión Patriótica y con la herida todavía abierta por la de su líder y ex candidato presidencial, Jaime Pardo Leal.

Y entonces, desde la propia UP se reclama al presidente Barco un replanteamiento del proceso de paz, porque el reinado de violencia no solo golpea en filas propias: también lo hace contra quien ellos mismos habían sindicado como jefe de grupos paraguerrilleros.

Las investigaciones sobre el asesinato de Pardo confluyeron sobre un nombre, el del "Mexicano" José Gonzalo Rodríguez.

El oficio de este personaje, el narcotráfico, puede sin embargo orientar de otra manera sobre los orígenes de aquel atentado, y la relación desprendida de él por inmediata no puede resultar azarosa: el ministro Lara Bonilla hace tres años, el empresario editorial Cano Isaza cuando finalizaba el 86, son solo dos exponentes de lo que sus propósitos están dispuestos a ejecutar.

Las especulaciones acerca de intereses políticos con los que estas bandas habrían establecido tácticas alianzas no soportan demasiadas interrogantes: a la hora de blandir su espada y recordar quién tiene el poder, las bandas del narcotráfico no aparecen dispuestas a diferenciar ideologías.

El ex presidente Belisario Betancur se atrevió hace pocos días a lo que nunca antes desde un lugar de tamaña influencia en la vida pública: "Estamos ante una organización que es más fuerte que el Estado mismo", renunció decir.

01.01

8712261

CLARIN ★ Buenos Aires, miércoles 18 de noviembre de 1987

## LA GUERRILLA SE ATRIBUYE UN ASESINATO

# Reconocimiento en Colombia

BOGOTA, 17 (DPA, EFE y UPI). — La Coordinadora Nacional Guerrillera Simón Bolívar (CNG) se atribuyó hoy el asesinato del parlamentario liberal colombiano Pablo Guarín.

El anuncio fue hecho por los jefes de un grupo de ocho guerrilleros que tomó por asalto una planta de cemento en el departamento de Antioquia.

Los rebeldes dijeron que la Coordinadora había matado a Guarín porque era el jefe de un "escuadrón de la muerte" actuante en esa misma región del Magdalena Medio.

Guarín, parlamentario del gobernante Partido Liberal, fue asesinado el domingo en una carretera a unos 70 kilómetros al norte de Bogotá. El legislador se había destacado por su ferviente anticomunismo, y había acusado reiteradas veces a la guerrilla izquierdista de estar comprometida con bandas de narcotraficantes.

La CNG está integrada por cinco grupos extremistas: las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), el Movimiento 19 de Abril (M-19), el Ejército Popular de Liberación (EPL), el Ejército de Liberación Nacional (ELN) y el Frente Quintín Lame.

En la toma por asalto de la planta cementera perpetrada hoy los guerrilleros robaron dinamita, uniformes de los guerrilleros y alimentos. En su huida se llevaron como rehén al jefe de personal, a quien liberaron poco después. No hubo muertos ni heridos durante el copamiento de esas instalaciones.

Mientras tanto, en la plaza principal de Puerto Boyacá, la ciudad natal de Guarín, se realizó hoy el velatorio del legislador liberal. Numerosas pancartas y constantes gritos hostiles contra el Partido Comunista y las FARC rodearon durante todo el día el acto.

Oscar Guarín, hijo del parlamentario, reiteró sus acusaciones contra "la guerrilla comunista", a la que calificó como el "cáncer del país". Con una metralleta MP 5 en la mano, el joven de 17 años dijo que su padre "fue asesinado por patriota".

La creciente violencia en todo el país preocupa sobremanera a las autoridades, y el procurador general de la Nación, Carlos Mayor Giraldo, declaró hoy que el Estado es "cada vez más débil".

01.01

8712413

# Colombia: acusación por la muerte de Pardo Leal

BOGOTA, 13 (DPA). — El ministro de Justicia, **Enrique Low Murtra**, aseguró hoy al país que **el autor intelectual del asesinato** del ex candidato presidencial y principal partido político de izquierda de Colombia, la **Unión Patriótica, Jaime Pardo Leal**, hecho ocurrido cerca de Bogotá el pasado 11 de octubre, fue **Gonzalo Rodríguez Gacha** ("El Mexicano"), prominente miembro del llamado **Cartel de Medellín**, integrado por los más destacados jefes del **tráfico ilegal de drogas**.

Según el ministro, quien habló a través de una cadena nacional de radio y televisión en las últimas horas, Rodríguez Gacha habría encomendado a **William Infante**, su hombre de confianza, **la contratación de los sicarios y el planeamiento del asesinato. Por esta "tarea" se habría entregado la suma de 30 millones de pesos colombianos** (cerca de 120 mil dólares).

Infante habría acudido inicialmente a su hermana **Oliveria** y a su hermano **Jaime Infante**. Posteriormente, **ocho hombres** se habrían hecho cargo de las demás labores: seguimiento, exploración del terreno, armamento, vehículos e intercepción de teléfonos.

En cuanto a las **causas**, el ministro dio **dos hipótesis**: una, que Pardo Leal **habría sido asesinado por acusar** a los principales "capos" de las **mafias de narcotraficantes** de auspiciar y financiar a **grupos paramilitares**; otra: las **eventuales disputas surgidas "por beneficios económicos mal distribuidos entre la guerrilla y el narcotráfico en distintas zonas"**.

La Unión Patriótica, por su parte, expresó reservas sobre el resultado de la investigación.

**Guillermo Bauguero**, miembro de la dirección nacional de la Unión Patriótica, expresó a su vez que su movimiento político había denunciado a **Rodríguez Gacha**, como uno de los promotores de la **"guerra sucia"** que se lleva a cabo en Colombia y como auspiciador del **MAS (Muerte a Secuestradores)**.

Poco legible

01.01

8712440

REPORTAJE A BERNARDO

# Causas de una violencia constante

***Bernardo Alfonso Jaramillo, titular de la Unión Patriótica de Colombia, coalición creada por las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia y con representación legislativa, en entrevista exclusiva con Clarín analizó la crisis político-institucional que atraviesa su país y apuntó algunas causas de la violencia proveniente de diversos frentes. Jaramillo subrayó el carácter político del asesinato del ex candidato presidencial de la UP, Jaime Pardo Leal, atribuido oficialmente a narcotraficantes. Mientras tanto, en Colombia, nuevas acciones guerrilleras causaron ayer siete muertos.***

**La Unión Patriótica (UP) colombiana ha rechazado la versión oficial de los resultados de la investigación sobre la muerte de su titular y ex candidato presidencial, Jaime Pardo Leal, asesinado el 11 de octubre pasado. En Buenos Aires, el actual presidente de la UP, Bernardo Alfonso Jaramillo, fundamentó en entrevista con Clarín las alcances de esa disidencia.**

**—La disconformidad hecha pública por la UP en relación con la información del gobierno, ¿significa que la investigación no ha dado, para su partido, resultados creíbles?**

**—No, nosotros creemos que la investigación está bien orientada; de hecho, muchos de los elementos manejados han sido aportados por la propia Unión Patriótica, que desde el momento en que se produjo el crimen entendió que la Justicia por sí sola no podría avanzar mucho en su esclarecimiento, en la situación de debilitamiento en que se encuentra y que se ahonda por el modelo de gobierno existente en nuestro país. Nuestra protesta es por lo que consideramos un intento de despolitización del asesinato de Pardo Leal, que además amenaza con detener la investigación sin llegar más al fondo. El crimen de Jaime es político; los narcotraficantes que atentaron contra su vida —no solos, sino con intereses entrelazados con otros sectores— lo que hicieron fue asumir una actitud política, porque los cambios que plantea la UP afectan sus intereses económicos, que en parte coinciden con los de algunos sectores empresariales y con los de la franja militarista de las fuerzas armadas.**

**—Cuando usted habla del "modelo de gobierno", ¿quiere decir que por definición está imposibilitado para controlar la actual situación de violencia?**

**—Quiero decir que las características del gobierno del presidente Virgilio Barco responden a un nuevo modelo de dominación, que parte del agotamiento de las dictaduras militares y se asienta en un mantenimiento formal de la democracia. En este esquema los poderes públicos son una ficción, la Legislatura no tiene atribuciones para ejercer sus funciones, y el poder judicial ha visto reducida su eficacia a una mínima expresión. Las denuncias sobre este último proceso y sobre el avance de la justicia militar en desmedro de la civil, formuladas por Pardo Leal desde su puesto de La República, le valieron en su oportunidad la separación de esas funciones. Dentro de este modelo sí creemos que la autoridad civil está totalmente incapacitada para controlar la violencia, que ya se está institucionalizando a través de la probada existencia de grupos paramilitares, y que la única salida política posible es la reinstitucionalización del país, a través de una reforma constitucional.**

**—¿Puede la UP, con su presencia minoritaria en el Congreso colombiano, impulsar esa reforma que propone?**

**—En Colombia se ha producido un importante cambio político. El asesinato de Jaime Pardo Leal ahondó la crisis del régimen, provocando una movilización popular de protesta casi sin parangón en la historia colombiana,** tal vez sólo comparable con la despertada en 1948 tras el crimen de Jorge Gaitán. Esta conmoción ha traído como resultado que sectores que antes no planteaban cambios ahora los asuman. La Iglesia es uno de ellos: si bien tradicionalmente sacerdotes y monjas de base trabajaron para esos cambios, ahora lo hace la jerarquía eclesiástica. Sectores del Partido Liberal de gobierno comienzan a distanciarse y a acercarse a nuestros planteamientos, y hemos recibido también el respaldo de grupos empresariales a nuestra propuesta de un acuerdo nacional.

**—La UP insiste en la posibilidad de una salida política para la crisis colombiana, pero al mismo tiempo no descalifica la continuidad de la actividad de los frentes guerrilleros. ¿No dificulta, de este modo, la posibilidad de un acuerdo político con los restantes sectores que pudieran aceptar insertarse en un acuerdo democrático?**

—Nosotros entendemos y palpamos que el pueblo colombiano quiere un cambio, y aspira a que sea lo menos doloroso posible. Sólo hay dos caminos: una salida política con base en un acuerdo democrático, o una guerra civil. La guerrilla sigue actuando, pero quiere el diálogo, e inclusive aceptaría la mediación de la Iglesia —que ya la ha ofrecido—, pero es el gobierno el que se niega poniendo condiciones inaceptables. Aun así, y pese a haber sufrido la muerte de casi medio millar d tantes, la UP, que ha sido la fuerza que ha abi nuevo espacio político en Colombia, otorga priori solución política.

**—Pero si se admite que gran parte de las ho violencia provienen del narcotráfico, que usted c ra dispuesta a usar de todo su poder para impe reformas propuestas, ¿cuáles serían las medidas vas para neutralizar sus acciones?**

— El narcotráfico es un problema gravísimo plejo, pero no es el central en Colombia es el tema sobre el tapete por los sectores de poder como el que manda correr a otro ladrón para eludir su res bilidad. Hay fuerzas mucho más poderosas en Col tal vez entrelazadas con las del tráfico de drogas, con el acotamiento de sus atribuciones y con el fo cimiento de los poderes públicos podrían ser ne zadas.

*Susana Colomb*

JARAMILLO, JEFE DE LA UP DE COLOMBIA

## Siete muertos en ataques rebeldes

BOGOTA, 13 (AFP, UPI y DPA). — Siete personas resultaron muertas como resultado de dos acciones guerrilleras registradas hoy en la región del Magdalena Medio, ubicada a 450 kilómetros al norte de Bogotá. Voceros militares atribuyeron los ataques a grupos pertenecientes a las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) y al Ejército de Liberación Nacional (ELN).

*En el primer caso, los* insurgentes atacaron la localidad de La Cristalina, donde según las informaciones militares ultimaron a balazos al inspector de policía Iván Yepes Arboleda; a su secretario, Jorge López Cadavid; al jefe de la estación ferroviaria, Hernando Sepúlveda, y a una cuarta persona no identificada.

Poco después, en un paraje cercano a la localidad de Bucaramanga, también en el norte de Colombia, un comando guerrillero interceptó un furgón transportador de valores, asesinando a sus tres ocupantes. Los atacantes huyeron luego de sustraer armas y unos 40.000 dólares.

Tropas combinadas del ejército y la policía colombianos participaban esta tarde en la persecución de los atacantes, a los que se considera parte del undécimo frente de las FARC, que opera en esa zona.

Por otra parte se informó que los organismos de seguridad han intensificado las acciones de búsqueda de los asesinos del líder político de izquierda Jaime Pardo Leal, cuyas identidades fueron dadas a conocer esta semana por las autoridades.

El ministro de Justicia, Enrique Low Murtra, informó hace dos días que la investigación realizada hizo recaer la responsabilidad intelectual del crimen en el narcotraficante Gonzalo Rodríguez Gacha, en cuya búsqueda fueron ayer allanadas varias fincas que serían presuntamente de propiedad del delincuente. La Interpol, mientras tanto, busca localizar en el exterior a los autores materiales del hecho.

La Unión Patriótica, mientras tanto, cuestionó en un comunicado lo que consideró una "tentativa de despolitizar" los móviles del homicidio. En el comunicado, la Unión Patriótica insiste en la vinculación de los narcotraficantes con grupos paramilitares, y rechaza "suposiciones tendenciosas de que el crimen tendría origen en diferencias por reparto de botines entre la guerrilla y el narcotráfico".

IR

Urgo SUBVERS. (FARC)

II

# Cuatro militares y 6 rebeldes mueren en Colombia

BOGOTA, 20 (AP). — Cuatro militares y seis guerrilleros murieron en tres combates registrados en Colombia en las últimas 24 horas, informó hoy el Ministerio de Defensa.

Simultáneamente las guerrillas asaltaron una cárcel y dejaron en libertad a cuatro reclusos, mientras un dirigente guerrillero se fugó de otra cárcel, según informes oficiales.

Dos soldados murieron ayer en un enfrentamiento con guerrilleros del Ejército Popular de Liberación (EPL), grupo maoísta, en la serranía de San Jerónimo, en el departamento de Córdoba, al norte del país.

En la misma zona de Córdoba murieron esta semana 10 guerrilleros del EPL en otro combate con tropas del ejército.

Seis guerrilleros de las autodenominadas Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), pro soviéticas, murieron en un combate con tropas del ejército en las cercanías de Tame, población araucana en la frontera oriental con Venezuela, en la misma área se han producido esta semana varios combates con saldo de 11 insurrectos muertos, incluyendo los registrados ayer.

Una patrulla de la policía fue emboscada hoy cerca de la población minera de Segovia, situada en el departamento de Antioquia, al norte del país, y dos agentes murieron y los otros cuatro resultaron heridos, según informó la Alcaldía.

No se pudo establecer de inmediato qué grupo insurrecto fue el autor del ataque, aunque en la zona operan dos: el EPL y el grupo castrista Ejército de Liberación Nacional (ELN).

Un comando del IX Frente de las FARC asaltó ayer en la madrugada la cárcel del municipio de Puerto Nare, también en el departamento de Antioquia, y lideró a cuatro reclusos sin disparar un solo tiro.

Los cuatro presos están acusados de delitos comunes como homicidio, tráfico de drogas y hurto, informó la gobernación del departamento de Antioquia.

En Aranquita, población de la zona petrolera de Arauca, un presunto dirigente del ELN se fugó ayer con su guardia cuando salió de la cárcel para recibir atención médica, dijeron las autoridades municipales.

En Bogotá la policía anunció que fueron capturados siete presuntos guerrilleros que colocaron el 19 de octubre pasado una poderosa bomba en la zona de estacionamiento de automóviles del Ministerio de Defensa. Entre ellos figura una mujer identificada como Olga Lucía Chavarro, integrante del comando del Movimiento 19 de Abril (M-19) que asaltó a sangre y fuego el Palacio de Justicia el 6 de noviembre de 1985, episodio en el cual murieron 95 personas, incluyendo 11 magistrados de la Corte Suprema.

Doin 21/12/87

01.01

8712501

# CARP. Nº 112

# NO EXISTE

# CARP. Nº 113

# NO EXISTE

# CARP. Nº 114

# NO EXISTE

# CARP. Nº 115

Nº 115

ECUADOR

ENTRE LOS Nºs

8701047-8713366

115

115

# Ecuador capitalizará su deuda externa

**Quito.** Ingresó Ecuador al Club Latinoamericano de países que optaron por **capitalizar su deuda externa, al decidir un mecanismo restringido para convertir parte de sus acreencias en instrumentos de capital en empresas constituidas o domiciliadas en el país, hasta por un monto de 1346 millones de dólares.** La decisión permitirá al país reducir el saldo de la deuda externa al acortar los montos de amortización a intereses, aliviar la carga de la caja fiscal y tonificar la industria con los nuevos aportes externos.

A. Financiero 8/12/86

01.01

8701047

115 Ecuador

CLARIN ★ Buenos Aires, martes 20 de enero de 1987

# El Congreso ecuatoriano trata el juicio a Febres

***Los militares ecuatorianos apoyan el mantenimiento del sistema democrático, aseguró ayer el ministro de Defensa de ese país, general retirado Medardo Salazar. El presidente León Febres Cordero advirtió que no tolerará nuevos actos de indisciplina entre las filas castrenses y fustigó a la oposición, que hoy tratará en el Congreso la propuesta de juicio político contra el primer mandatario.***

QUITO, 19 (AFP, DPA, EFE, Reuter y UPI).— El presidente ecuatoriano **León Febres Cordero** reiteró su decisión de no sancionar a los militares que lo mantuvieron secuestrado el viernes pasado, aunque aclaró que no tolerará nuevos actos de indisciplina entre las filas castrenses.

Sus palabras ante unos doscientos periodistas locales y extranjeros, de los que no aceptó preguntas, coincidieron con declaraciones del ministro de Defensa ecuatoriano, general retirado **Medardo Salazar**, quien afirmó que los militares apoyan el mantenimiento del sistema democrático.

Un día antes de que el Congreso inicie sus sesiones extraordinarias para considerar un posible juicio político contra el primer mandatario, el ambiente político evidenciaba síntomas de agitación en esta capital.

El presidente Febres Cordero fustigó "el odio sectario, el fanatismo revanchista" de la oposición "de centro e izquierda", a lo que contrapuso la "actitud emocionante" de otras instituciones, de gobiernos amigos y la "unidad monolítica" de jefes, oficiales y tropa de las Fuerzas Armadas durante su secuestro. El presidente destacó la actitud de los cuadros castrenses, que mientras también resultaban "víctimas de una celada criminal, revelaron su sereno valor, su decisión por el orden jurídico y en la democracia".

Sin embargo, también advirtió: "No voy a permitir actos de indisciplina ni tramas de deshonra alguna por parte de grupos minúsculos ajenos a los sentimientos de dignidad y a los deberes de disciplina que representan la propia sustancia de las fuerzas armadas".

### ♦ Acusaciones opositoras

Mientras el presidente insistía en aclarar que su concesión ante los comandos paracaidistas secuestradores obedeció a "evitar un derramamiento de sangre en el país" y para "defender la integridad de la comitiva" que lo acompañaba, la oposición de centro izquierda acentuaba su pretensión de iniciar juicio político contra Febres Cordero.

"El escándalo del viernes, sumado a tanto acto de autoritarismo y corrupción (del gobierno) compromete el honor nacional ante la faz del mundo", dijo hoy el socialista **Enrique Ayala**, vicepresidente del Congreso, al anunciar la decisión de su partido de plantear el enjuiciamiento y destitución del presidente.

También el marxista **Frente Amplio de Izquierda** propiciará en el Legislativo la sustitución constitucional de Febres Cordero, "en especial por su decisión de desconocer la amnistía dictada por el Congreso hace cinco meses", declaró el líder comunista **René Mauge**.

Sin embargo, los dos mayores partidos de oposición, la **Democracia Popular** (D.P., democristiana) y la **Izquierda Democrática** (I.D., socialdemócrata), aún no han anunciado explícitamente su posición, a pesar de criticar la actitud del presidente.

### ♦ Vargas Pazos, inhallable

En su primer comunicado oficial desde los episodios del viernes, el gobierno acusó al general **Frank Vargas Pazos** de haber originado o motivado movimientos "subversivos", en referencia a los levantamientos que encabezó desde marzo de 1986.

Vargas Pazos, ex comandante de la fuerza aérea, estaba detenido en Quito y sometido a proceso por alzarse en armas contra el gobierno en marzo pasado. Una amnistía en su favor dictada por el Congreso en setiembre y un recurso de hábeas corpus con que lo benefició el alcalde de Quito fueron rechazados por el Ejecutivo.

Mientras las versiones sobre su actual paradero seguían confusas, el presidente de la Corte de Justicia Militar, coronel **Gonzalo Fernández**, dijo que aún pesa contra el militar rebelde una orden de arresto, al margen de la amnistía que se le concedió, por irregularidades en la compra de un avión Fokker.

Pero la ubicación actual del militar rebelde seguía sin aclararse, y mientras el comandante de la fuerza aérea afirmó que ya había abandonado la base de Taura, la esposa de Vargas Pazos afirmó que su marido permanecía en esa guarnición.

01.01

0701252

ECUADOR

LA NACION 21/I/97

# Entre la calma y la angustia, el país espera

Por Narciso Binayán Carmona
(Enviado especial de LA NACION)

QUITO.- Hoy se iniciarán en el Congreso Nacional una serie de debates que todos consideran serán tan largos como violentos. Escrita esta nota antes de que comiencen las sesiones será sólo un panorama previo de situación.

Todo el asunto gira en torno del secuestro del presidente León Febres Cordero el viernes último, de su actitud de acceder a todo lo que le exigieron los captores, y de lo que debe hacerse ahora.

El Congreso (o cámara pues tiene una sola sala) ha sido convocado a sesiones extraordinarias para analizar tres puntos: el momento político, la conducta del presidente y tomar decisiones al respecto, es decir que de esas discusiones saldrá acaso un cámbio de presdidente o de gobierno.

**La opinión de la calle**

Es notable la contradicción entre el problema político analizado por la gente a toda hora y en cualquier lugar y la calma chicha que reina en la capital en la vida corriente. La actividad es totalmente normal, no hay despliegue de tropas, ni manifestaciones, ni medidas de seguridad especiales, ni siquiera en el congreso o en la casa de gobierno. Pero por otra parte pareceria que la ciudadania hierve. "Se equivocan" me dijo un vendedor "somos indiferentes, nos preocupamos por el trabajo, por la plata, si alcanzará a fin de mes. ¿En qué cambiará nuestra vida si está Febres o si está Vargas?".

Otro ejemplo, un soldado de la guarnición del congreso: "Lo de Febres Cordero no es cuestión de cobardia sino que él es el presidente y fue elegido. Debe respetarse la legalidad".

Le comento: "Parece mentira que fuera sólo un puñado de suboficiales y soldados los que hayan armado este lio".

- No, por Dios, atrás había oficiales que se han escondido para salvar su carrera. En el ejército o en la policía no se da un paso sin que lo ordene un superior.

- ¿Si a ustedes, por ejemplo, su comandante les ordenara detener hoy a los diputados, lo harian?

- Por supuesto, el ejército se funda en la obediencia y en la disciplina. Ahora todos los secuestradores del pais tienen via libre y nadie se dará por enterado.

**El Congreso y un anuncio espectacular**

El panorama está confuso. Por reglamento la sesión de hoy deberia durar cuatro horas más una prorroga si se decide por mayoria simple. Pero por dos tercios de los miembros presentes puede declararse en sesión permanente.

Por otra puede pedir juicio político al presidente de la República y al presidente del Congreso le toca decidir si ha lugar. En este momento es responsabilidad del diputado Andrés Vallejo (de la Izquierda Democrática, opositora). Si se niega, el Congreso puede autoconvocarse pero con los dos tercios del total de diputados, o sea 48. Pero si Vallejo da curso al trámite, se necicitarán sólo dos tercios de los presentes para el juicio politico.

Hay problemas legales, ya que la Constitución, en su artículo 59 sólo prevé tres causales para enjuiciar al presidente: traición a la patria, cohecho, infracción grave que afecte al honor nacional. Pregunto: ¿El haber sido secuestrado y haber cedido, puede encuadrarse en estos causales?. Parece difícil, ya que la Constitución establece además que en estos casos debe juzgarse toda la gestión de gobierno.

Como se ve, hay amplio campo para discutir hasta el dia del juicio por la tarde. En el Congreso hay en este momento seis partidos y 29 diputados seguidores a Febres, uno que no se pronunció y 41 opositores con otra media docena de partidos y dos independientes.

Las cifras cambiaron esta mañana, cuando el diputado Bruckner anunció en la sala de periodistas de la Cámara que se retira del partido de Febres y pasa a la oposición. Añadió que otros seis del bloque oficialista lo abandonarán en los próximos dias, sin dar nombres. Con estos sumarán 47 votos, uno menos, apenas, de los necesarios para decidir lo que quieran.

La renuncia de Febres ha sido pedida por la Democracia Popular, el socialismo, el roldosismo, el Movimiento Popular Democrático, el jefe del bloque de Izquierda Democrática (a título personal) y un independiente.

9701253

101.02

**Opiniones de diputados**

Pedro José Arteta, liberal, diputado por Pichincha, febrerista, dice que la situación "es muy difícil. Si sigue este odio, este sectarismo, acabaremos en dictadura. Y si en política hay lógica la oposición va a ser gobierno, torciendo la creciente democracia ecuatoriana".

– ¿Cómo votará el Partido Liberal?

–Defendiendo la Constitución y el sistema democrático. Si el Congreso ama a la democracia debe condenar los excesos y ordenar una investigación.

– ¿Y la renuncia de Febres con trasmisión al vicepresidente?

– Es una solución respetable pero no la veo dentro del régimen presidencialista. Que haya habido excesos, es cierto; el presidente pudo haberlos cometido; el Congreso también. Es cierto que todos han violado la Constitución. Estamos en una crisis gravísima y en víspera de elecciones (en enero de 1988).

– El vicepresidente Peña Herrera es liberal ¿No quieren ustedes tener un presidente de su propio partido?

– Sería muy triste e incómodo y una falta de ética aprovechar esta circunstancia. No hay que llegar al poder por la ventana. Pensamos que de una parte hay terquedad e inflexibilidad y de la otra hay odio. Debemos llegar a un acuerdo cívico-político y buscar una solución sobre la base de la unión nacional.

Muy distinto es el parecer de los opositores. Los diputados René Maoge y Efraín Alvarez aceptan que "pueda haber un golpe de Estado pero no será por culpa del Congreso sino de la actitud del presidente. Esta crisis no terminó con el secuestro, al contrario, las cosas están cada vez peor. Se nos acusa de querer aprovechar la situación para hacer política, pero al Congreso hemos venido justamente a hacer política. La crisis sacude a toda la sociedad ecuatoriana. Durante dos años y medio tratamos de poner fin a las arbitrariedades del ingeniero Febres. Anoche, después de escucharlo, llegamos a la conclusión de que es incorregible.".

Para otra nota dejaremos el problema del general Vargas y del Ejército ya que el panorama allí es casi tan largo y complicado como lo anterior.

(c) La Nación

02.02

8701253

MUNDO COLOR 13/2/87

FICHA →

el rumbo de su ...nos.

# ECUADOR: UN NUEVO CANCILLER PERO IDENTICA POLITICA

QUITO, 13 (EFE). — El ministro ecuatoriano de Relaciones Exteriores, Rafael García Velasco, al asumir sus funciones destacó que mantendrá inalterable la política exterior del país.

En una ceremonia en el Palacio de Gobierno, el presidente León Febres Cordero firmó el decreto de nombramiento de su nuevo Canciller, quien remplazará a Edgar Terán, un político conservador que renunció a tales funciones luego de dos años y medio.

García, diplomático de carrera, fue hasta ayer embajador ante la Organización de Estados Americanos (OEA), en donde el pasado jueves pronunció un discurso que ha sido cuestionado por varios sectores políticos del país.

Según versiones de la prensa ecuatoriana, también el Gobierno recibió quejas diplomáticas internacionales por el tratamiento de "grupúsculos" dado en esa intervención a los Grupos de Contadora y de Apoyo, que gestionan la paz en centroamérica.

El nuevo canciller, en sus primeras declaraciones a la prensa, afirmó al respecto que había sido mal interpretado, ya que lo difundido "no corresponde al contenido de mis declaraciones, por cuanto estas fueron debidamente analizadas".

Ofreció divulgar mañana el acta de la sesión de la "OEA", así como la declaración completa que él realizó ante el consejo Permanente del organismo.

El canciller, que ya ocupó este cargo bajo el quinto gobierno del presidente José María Velasco Ibarra, a comienzos de los años 70, agregó que si bien mantendrá inalterable la política internacional, "podría darse algún cambio de acuerdo a las circunstancias e interés de determinado tema".

**ABDALA BUCARAM OPTARA A LA PRESIDENCIA**

QUITO, 13 (EFE). — El ex alcalde de Guayaquil Abdala Bucaram Ortiz será candidato a la presidencia de la República por el populista Partido Roldosista Ecuatoriano (PRE), según anunció el jefe nacional de Acción Político de esta agrupación, Ernesto Buenaño.

Bucaram se encuentra actualmente en Panamá, adonde huyó hace más de un año después de haber sido condenado a prisión por ofender y difamar a las Fuerzas Armadas.

En la capital panameña fue descubierto posteriormente un kilo de cocaína oculto en el automóvil de Bucaram.

GONZALEZ

01.01

0701254

ECUADOR

La Nacion 20/01/87

# Expectativa por la reunión que inicia hoy el Congreso

Quito, 19 (UP y EFE) – Con expectativa e incertidumbre se espera en Ecuador el periodo extraordinario de sesiones del Congreso que se iniciará mañana, con pronunciamientos en favor del presidente León Febres Cordero pero también con pedidos que piden su renuncia o destitución.

El presidente del Congreso, Andrés Vallejo, del partido opositor Izquierda Democrática, convocó a los 71 diputados "para analizar la situación política actual" tras los sucesos del viernes pasado, en que el mandatario fue tomado rehen por miembros de la Fuerza Aérea.

Vallejo admitió la posibilidad de que se llegue a un juicio político contra el mandatario, aunque aclaró que "la situación actual exige serenidad y análisis antes de cualquier decisión".

El ministro de gobierno Luis Robles Plaza anticipó su criterio de que no corresponde ningun juicio político o acusación contra Febres Cordero. "Resultaría irónico que se pretenda analizar la conducta de quien ha sido objeto de un acto de fuerza", dijo.

El vicepresidente del Congreso, el socialista Enrique Ayala Mora, se mostro partidario de que se llegue al juicio político y a la eventual destitución de Febres Cordero.

El jefe de Izquierda Democratica, Xavier Ledesma, se pronunció porque Febres Cordero presente su renuncia. Uno de los dirigentes del bloque opositor, René Mauge, afirmó que consideraba peligroso un juicio político porque podría dar paso a un golpe de estado.

Los partidos de oposicion tienen 40 diputados en el Congreso y se necesitan 48 votos para la destitución.

## Control sobre la base de Taura

Por otra parte, se informó que la Base Aérea de Taura se encuentra de nuevo bajo control gubernamental, tras los sucesos del pasado viernes.

La información fue difundida hoy por el comandante general de la Fuerza Aérea, Jorge Andrade.

En sus declaraciones el general Andrade aseguró también que las Fuerzas Armadas no están divididas y eludió hacer mas declaraciones a la prensa, anunciando para las próximas horas un pronunciamiento oficial del ministro de defensa, general retirado Medardo Salazar Navas.

Por parte militar el coronel Patricio Gonzalez, jefe de la base de Taura, confirmo que el general Vargas Puzzos, abandono ya este recinto militar, sin precisar hacia donde.

Dos de los hermanos del general, René y Publio, confirmaron tambien que Vargas salió de Taura pero afirmaron que sigue acompañado de miembros de la aviación, en un lugar proximo a la base y en contacto permanente con la misma.

René Vargas añadió que su hermano "continuara en esta posicion hasta que se cumpla con todo lo acordado por el presidente Febres Cordero", de cuyos compromisos afirmó dudar, aunque estan firmados.

01.01

87-01255

-ECUADOR-

LA PRENSA • Martes 20 de enero de 1987

# Eximió el presidente ecuatoriano a las FF.AA. del cargo de rebelión

(Radiofotografía de Reuter)

El ministro de defensa, general retirado Medardo Salazar, con la mano vendada por las heridas sufridas durante el secuestro del presidente en la base aérea de Taura, conversa con el comandante del Ejército, general Jorge Asanza, en Quito, mientras aguardan la llegada de Febres Cordero.

Quito, 19 (EFE) — El jefe del estado ecuatoriano, Leon Febres Cordero, descarto hoy la responsabilidad de las Fuerzas Armadas en la sublevación militar del pasado viernes, cuando efectivos de la Aviación lo tuvieron secuestrado en la Base Aérea de Taura por espacio de once horas.

En una conferencia de prensa ofrecida en uno de los salones de la Casa de Gobierno, durante la cual no se permitio a los periodistas formular preguntas al mandatario, Febres Cordero calificó de "dramática encrucijada" la rebelión del viernes.

El presidente señalo que "las Fuerzas Armadas, los jefes, oficiales y tropas que, en unidad monolitica fueron victimas de una celada, revelaron su sereno valor, su decision por el orden juridico y la democracia, su luminosa percepcion de lo que exige cada momento de la historia patria".

## Advertencia

"No voy a permitir acto de indisciplina, ni trama de deshonor alguna por parte de grupos minúsculos ajenos a los sentimientos de dignidad y a los deberes de disciplina que representan la propia sustancia de las Fuerzas Armadas", continuó Febres Cordero.

Con respecto al levantamiento de la Base de Taura, el presidente sostuvo que "se quiso anarquizar al pais, destruyendo su orden institucional, intentando matar al presidente de la Republica, al ministro de defensa y a altos jefes de las Fuerzas Armadas, militares y civiles de la comitiva presidencial".

"Las horas durante las cuales estuvimos secuestrados bajo constante amenaza de muerte, fueron de trascendental importancia para la vida y el futuro de todos los ecuatorianos —añadió—. Fueron decisivos para mantener y perfeccionar la democracia".

El levantamiento de la Base de Taura y el secuestro del jefe del Estado tuvo como objetivo lograr la liberacion del ex jefe de la Fuerza Aerea Ecuatoriana (FAE), general Frank Vargas Pazzos.

## Enérgica condena

En un comunicado emitido hoy por la sala de prensa de la Casa de Gobierno, se condena enérgicamente las actitudes asumidas por el general desde su sublevacion del 7 de marzo, la primera de una serie de tres que se han producido en el Ecuador en los últimos diez meses.

Sin embargo, a lo largo de toda su intervencion, que duro aproximadamente 25 minutos, el primer mandatario no nombró en ningún momento a Vargas, figura central de la sublevacion, cuya liberación fue canjeada por la del presidente.

Si se refirió, en cambio, al documento en el cual se comprometio a dejarlo en libertad y a no tomar represalia alguna contra los militares comprometidos en el levantamiento, diciendo que no negoció su seguridad sino la de sus acompañantes y la de la democracia ecuatoriana.

"Por todo un imperativo constitucional, cívico y de honor, con plena y lucida conciencia empeñé mi palabra", dijo al respecto, y añadió: "Soy hombre de honor y cumplo incontrastablemente".

En otra parte de su intervención, Febres Cordero critico en duros términos la convocatoria a periodo extraordinario de sesiones parlamentarias para analizar su conducta en torno del levantamiento militar de Taura.

Dijo que mientras la oposición [illegible] su imaginación buscando nuevas formas de atacar al presidente constitucional", y mientras los organismos de derechos humanos guardaban silencio, la solidaridad internacional dejó escuchar su voz en defensa de la democracia y en apoyo al presidente del Ecuador.

"Reciban los mandatarios, los gobiernos y los pueblos amigos un agradecimiento, tan hondo y tan intenso, que supera a lo que pueden expresar las palabras", agregó Febres Cordero.

## Nueva condena de Alfonsín

En tanto, en esta capital el presidente, Raúl Alfonsín, expresó nuevamente su "más enérgico repudio" por los "crímenes cometidos contra el gobierno constitucional y democrático" del Ecuador.

En su carácter de presidente del Foro de Partidos Políticos Democráticos Latinoamericanos, Alfonsín condenó el "brutal acto de secuestro" del que fue objeto el presidente ecuatoriano.

El jefe del Estado calificó esa acción como "propia de formas autoritarias aberrantes ya superadas por las democracias latinoamericanas" y exhortó a los miembros del foro que encabeza a que "se pronuncien en igual sentido".

01.01

8701256

ECUADOR



# La oposición ecuatoriana exigió que renuncie el presidente Febres Corder

***El presidente ecuatoriano León Febres Cordero anunció ayer que los oficiales de la fuerza aérea responsables de su secuestro, en el marco de la sublevación militar del viernes, serán investigados y castigados, pese al compromiso asumido de no disponer represalias contra los amotinados que lo obligaron a liberar al general rebelde Frank Vargas Pazos. En el Congreso, los partidos de oposición aprobaron una moción que plantea el pedido de renuncia del primer mandatario. Preocupación en Estados Unidos por una posible alteración del orden institucional en Ecuador.***

QUITO, 20. (EFE, UPI, ANSA y Reuter). — La mayoría opositora en el Congreso pidió esta tarde la renuncia del presidente León Febres Cordero, al comenzar un período extraordinario de sesiones convocado para debatir en torno a las responsabilidades del mandatario respecto de la sublevación militar del viernes.

El diputado Trajano Andrade, del partido Izquierda Democrática —el principal de oposición— formuló la moción basada en el cuestionamiento a la actitud negociadora de Febres Cordero, quien tras haber sido secuestrado en una base aérea ordenó la liberación del general rebelde Frank Vargas Pazos a cambio de su libertad.

La moción recibió el apoyo de cuarenta diputados miembros de distintos partidos de oposición que integran el bloque progresista. De acuerdo con las normas constitucionales, la aceptación —o no— del pedido de renuncia pasa por la exclusiva decisión del presidente Febres Cordero.

Se estima que una respuesta negativa del mandatario daría lugar en el parlamento unicameral a la presentación de otras mociones que plantearían el juicio político, con miras a la destitución de Febres Cordero.

La Izquierda Democrática había anticipado a través de un comunicado la postura sustentada en la cámara por el diputado Andrade. "El acto de rendición —dice el comunicado— consideró únicamente objetivos personales, antes que el honor y la dignidad del país".

### ♦ Sanciones

El presidente Febres Cordero, anunció hoy que será disuelto el grupo de comandos de la Fuerza Aérea que el viernes último lo mantuvo secuestrado durante más de diez horas y que inmediatamente se iniciará una investigación sobre la sublevación militar.

Las decisiones gubernamentales plantean una violación de la promesa presidencial de no tomar represalias respecto de los protagonistas de la acción de fuerza, pero Febres Cordero advirtió que el compromiso asumido ante sus secuestradores solo involucra al Poder Ejecutivo y no al Poder Judicial, en cuyo marco se canalizará la investigación. La disolución del grupo aeronáutico, dijo también, responde a una resolución del alto mando militar.

En declaraciones a periodistas extranjeros, el jefe de Estado dijo esta mañana que el asunto de la sublevación militar "no se queda así". La justicia —agregó— "tiene que iniciar de oficio la investigación para establecer actores intelectuales, materiales, cómplices y encubridores de este casi, casi, magnicidio". Febres Cordero aseguró tener pruebas de que "los partidos de extrema izquierda" tuvieron vinculación con los hechos y advirtió que el amotinamiento contemplaba "el asesinato inmediato del presidente constitucional de la República", solo posible de frenar con la negociación.

En relación con la investigación en marcha, dijo el presidente que esto no significa romper su compromiso afecta solo "al gobierno que yo pres

El ministro de Defensa, gener Medardo Salazar, habló anoche por dena de radio y televisión para inf sobre este respaldo, y leyó un comu en el que las fuerzas armadas con los sucesos "perpetrados por un mi lo grupo de militares", y al mismo t rechazan los intentos "de quienes p den aprovechar estos nefastos ac mientos para poner en tela de juic actuaciones de los que fueron ofe en vez de las de aquellos que propi y ejecutaron este atentado crimin

Agencia AFP

El ge Fran Varg Pazo libert consi los secue res d presi León Corde duran report exclu la tele de Guay

01 . 01

0701257

ECUADOR FICHAS

La Nacion 17/07/87

# ¿Quién es el general Vargas Pazos?

Vargas Pazos cuando se rindió en Manta, en marzo de 1986 (Reuter)

QUITO, 16 (UPI).- El general Frank Vargas Pazos, ex comandante de la Fuerza Aérea ecuatoriana, quien en marzo de 1986 dirigió una rebelión contra el gobierno del presidente León Febres Cordero, volvió hoy al escenario político militar de este país de 8 millones de habitantes después de que un comando de la Fuerza Aérea secuestrara al mandatario para exigir su libertad.

Vargas Pazos, quien se rindió tras la rebelión, permanece detenido desde entonces en un cuartel militar de Quito a la espera de la sentencia de un tribunal militar. Aunque el Congreso aprobó en septiembre último una amnistía que beneficia al general, Febres Cordero y las Fuerzas Armadas la rechazaron, calificando de "ilegal" el procedimiento parlamentario.

Vargas Pazos, de 54 años, ha sido uno de los oficiales ecuatorianos más condecorados, y durante su rebelión de marzo declaró que su objetivo era luchar "por causas de la reivindicación institucional".

El general Vargas Pazos, quien también ha ocupado cargos diplomáticos, nació en Chone, provincia de Manabí. Está casado y es padre de 10 hijos, uno de los cuales es ahijado del presidente Febres Cordero.

Se convirtió en comandante
la Fuerza Aérea después de
carrera militar y de cursos
zados en los Estados Unidos,
Panamá.

Su hermano René Vargas, ta
neral, pero pasado a retiro en
después de asumir Febres C
diputado por el partido opos
cracia Popular y desde el Co
puso en septiembre el acue
dista para otorgar amnistía
Vargas Pazos.

Vargas Pazos encabezó la
contra el gobierno ecuatoria
mera semana de marzo en la
Manta y después de rendirse
dado a un cuartel de Quito, de
berado por sus adeptos y prot
segundo alzamiento. El 14 de
fuerzas leales al presidente
sede de la Fuerza Aérea en
que causó dos muertos y una
heridos.

Desde entonces, el ex com
la Fuerza Aérea se encuentr
en un cuartel de Quito, a la e
sentencia de los tribunales
tras el rechazo oficial al acue
mistía aprobada en el Cong
respaldo de los partidos oposi

LA NACION 17-1-87

01.01

0701258

ECUADOR
Ficho

Queja provino de Contadora y Grupo de Apoyo

# Protesta internacional provoca la renuncia de García Velasco

QUITO, (ANSA, EFE y UPI).- Una protesta diplomática internacional provocó la renuncia del Ministro ecuatoriano de Relaciones Exteriores, Edgar Terán, afirmó ayer el influyente periódico El Universo.

El diario, editado en la ciudad de Guayaquil, dice que la intervención del embajador Rafael García Velasco en el Consejo Permanente de Organización de Estados Americanos (OEA), calificando de grupúsculos a los Grupos Contadora y de Apoyo, que buscan una solución para la alterada paz de Centroamérica, provocó una reacción internacional de protesta.

Citando a fuentes dignas de todo crédito, añade que la queja diplomática provino de México, Venezuela, Colombia y Panamá (Contadora); de Argentina, Brasil, Perú y Uruguay (de Apoyo), quienes hicieron ver al gobierno ecuatoriano su desagrado por las expresiones del embajador García.

En el país también se levantaron voces de protesta. El ex Presidente Osvaldo Hurtado calificó de ofensa a países hermanos la desafortunada declaración del embajador, siguiendo instrucciones del Canciller.

Ayer el ex candidato presidencial de centro-izquierda, Francisco Huerta Montalvo, en su habitual nota editorial dominical en un diario de Quito, habla de la incoherencia de la política internacional ecuatoriana y menciona el reciente hecho como un grosero lenguaje oficial en las relaciones internacionales.

El canciller Edgar Terán, que había permanecido en el cargo desde agosto de 1984, cuando asumió la actual administración, dimitió 24 horas después de aquella intervención en la OEA, y su renuncia fue aceptada inmediatamente por el Presidente Febres Cordero, quien hoy anunciará la desigación del nuevo Ministro

El embajador García Velasco desempeñó la cartera de Relaciones Exteriores durante el quinto gobierno del ex Presidente José María Velasco Ibarra, a comienzos de los años 70.

LA MAÑANA 12-1-87

01.01

8701259

ECUADOR

GUERRERO



GUERRERO

Tras la amnistía al general rebelde Vargas Pazos

# *Afronta Febres Cordero una dura reacción del Congreso*

**Quito (UPI)**— El presidente **León Febres Cordero**, un sólido aliado de los **Estados Unidos**, afronta una creciente crisis política, tras el secuestro de que fue víctima durante una sangrienta rebelión militar la semana pasada.

**Febres Cordero**, de 55 años, enfrenta a un general rebelde de la Fuerza Aérea, **Frank Vargas Pazzos**, cuyo paradero en el país es un misterio. El militar es apoyado por paracaidistas.

El presidente también debe prepararse para luchar con un congreso controlado por la oposición, algunos de cuyos miembros proyectan utilizar la sublevación de la semana pasada para tratar de derribarlo del poder.

Otra amenaza la constituye el espectro de la rivalidad entre miembros de la Fuerza Aérea,que apoyan a Vargas,y las otras dos armas del **Ecuador**.

Más de 100 paracaidistas y soldados de la Fuerza Aérea leales a Vargas tomaron como rehenes a **Febres Cordero** y a su ministro de Defensa durante 11 horas en la base aérea más grande del **Ecuador**, el viernes pasado. Después de tratar rudamente a **Febres Cordero** y amenazarlo de muerte, exigieron la libertad de **Vargas**.

## • Rebeliones

**Vargas**, un duro ex comandante de la Fuerza Aérea, había estado bajo arresto en una base militar cerca de **Quito** por encabezar dos rebeliones contra el gobierno en marzo del año pasado.

Después de que los paracaidistas mataron a dos de sus guardaespaldas e hirieron a por lo menos otros seis, **Febres Cordero** aceptó liberar a **Vargas**, le concedió amnistía por las rebeliones anteriores y acordó no castigar a los paracaidistas por tomarlo como rehén.

Ahora, algunos sectores de **Ecuador** se preguntan si **Febres Cordero** puede gobernar efectivamente como comandante en jefe de las Fuerzas Armadas, sin castigar a los paracaidistas que lo tomaron como rehén. Aun su propio Partido Social Cristiano le ha pedido sancionar a los que llevaron a cabo el secuestro.

A **Febres Cordero** le quedan 18 meses de su período presidencial. Poca gente se atreve a predecir cuál será la próxima acción de **Vargas**,quien se estima asimismo como un luchador popular contra la corrupción en las Fuerzas Armadas y en el gobierno de centro-derecha de **Febres Cordero**. Su esposa dijo que él cree que **Febres Cordero** es un "dictador civil".

**Febres Cordero** y **Vargas** fueron una vez íntimos amigos. El presidente es padrino del menor de los 10 hijos de **Vargas**, y los dos son de la región costera de **Ecuador**.

La amnistía que **Febres Cordero** otorgó a **Vargas** provocó consternación entre algunos jefes de las Fuerzas Armadas, quienes ven a **Vargas** como una potencial amenaza y lo consideran un perturbador independiente y fuente de problemas.

En marzo del '86 el presidente se vio obligado a enviar soldados del Ejército y tanques para asaltar la base Mariscal Sucre de Quito y aplastar la segunda rebelión encabezada por **Vargas**.

01.01

0701260

El Congreso convocó a una sesión especial en que podría destituir al presidente

# Grave crisis en Ecuador ante anuncio de juicio político a Febres Cordero

Guayaquil (Reuter) — Ecuador quedó sumido en una profunda crisis tras el secuestro del presidente León Febres Cordero durante 12 horas por parte de oficialidad rebelde de la Fuerza Aérea el pasado viernes, y la tensión aumenta mientras se aguardan los próximos acontecimientos.

Febres Cordero —un presidente controvertido— afronta la posibilidad de un juicio político en el Congreso, y una avalancha de problemas políticos y de seguridad desencadenados por el incidente.

Analistas políticos dicen que la decisión del Presidente de acceder a las demandas de sus secuestradores y liberar al general rebelde Frank Vargas Pazzos ha deteriorado gravemente su reputación de líder firme y pragmático, generando una situación altamente volátil en materia de seguridad en Ecuador.

Escribe Paul Ingate
de la agencia "Reuters"

• Imagen

Febres Cordero se abocó rápidamente a la misión de restaurar su imagen, restando entidad a las lesiones que sufrió durante el secuestro y asevorando que su capitulación obedeció al propósito de asegurar la liberación de unos 40 oficiales capturados junto a él.

Pero su actitud brindó una renovada gravitación al general Vargas, quien se encontraba bajo arresto desde las dos rebeliones en una semana que había protagonizado en marzo último, creando una situación potencialmente explosiva en la base aérea de Taura, donde dos de sus custodios de seguridad resultaron muertos y varios quedaron heridos durante el motín.

La sucesión de acontecimientos también proveyó de nuevas armas a sus enemigos tanto del centro como de la izquierda en el Congreso dominado por la oposición, que probablemente considerará una propuesta de someter al Presidente a juicio político durante una sesión especial convocada para mañana.

Informaciones del motín en Taura, la base más grande de la Fuerza Aérea de Ecuador, próxima a la ciudad portuaria de Guayaquil, indican que la rebelión fue hecha por un grupo de oficiales jóvenes, sin el conocimiento de los jefes militares.

Febres Cordero narró a los periodistas cómo personal de la Fuerza Aérea abrió fuego contra su grupo, en circunstancias en que se disponía a recibir un galardón en la base. Manifestó que fue golpeado y pateado, amenazado de muerte y repetidamente insultado, cuando los amotinados lo tomaron cautivo.

El Presidente describió como "caótica" la situación reinante en la base, y señaló que mientras que él trataba principalmente con un capitán y un mayor, los rebeldes parecían carecer de una conducción coordinada.

Los amotinados liberaron finalmente a Febres Cordero y a su comitiva, que incluía al ministro de Defensa Medardo Salazar, a última hora del viernes, luego que aterrizó en la base un avión trasladando desde Quito al general Vargas.

Vargas, personalidad carismática e irritable que demanda intensa lealtad de sus tropas, era jefe de la Fuerza Aérea y jefe de las Fuerzas Armadas cuando se apoderó de la base aérea de Manta, en la costa del Pacífico en marzo último, acusando de corrupción a los máximos oficiales militares.

• Rebelión

El general, que se rindió a Febres Cordero en Taura y pocos días después encabezó otra rebelión en la base de Quito, se ha convertido en una poderosa figura política durante sus diez meses de detención.

El Congreso, que desde los comicios parlamentarios realizados en junio último se encuentra bajo dominio de la oposición, había otorgado una amnistía a Vargas en setiembre. Febres Cordero había rehusado implementar esa medida.

Oficialmente, Vargas es ahora un hombre libre, pero su paradero se encuentra rodeado de misterio.

Amigos que hablaron con él en Taura, dijeron que él les manifestó que pensaba quedarse allí hasta por lo menos después de la sesión del Con-

*Febres Cordero*

greso del martes, pero el comandante de la base dijo a la prensa que el general ya no se encontraba allí.

El proyectado juicio político a Febres Cordero será planteado ante el Congreso por el hermano del general, René Vargas, quien se desempeñó como jefe del Ejército y es ahora líder del partido centrista Democracia Popular (DP), que ha acusado al Presidente de ser "el hombre responsable de toda esta desgracia".

• Incógnitas

Los analistas expresan que pese a la aparente ironía de un Congreso que somete al Presidente al juicio político por efectivizar una medida que el propio Parlamento aprobó hace cuatro meses, la animosidad de algunos legisladores hacia Febres Cordero es tal que no se detendrán hasta destituirlo.

Por su parte, el Presidente también afronta la probable presión de los jefes militares de solucionar rápidamente la amenaza a la seguridad que representan los amotinados de Taura.

Febres Cordero dijo a los periodistas que la base alojaba a alrededor de 1300 personas, pero que no sabía cuántos estaban implicados en el motín. Afirmó que el gobierno estaba retomando "gradualmente" el control de la base.

Cualquier tentativa de apoderarse de Taura por la fuerza, podría provocar una seria confrontación.

• Presencia

Ecuador cuenta con una fuerte presencia del Ejército en esa área, con un cuartel en Machala, cerca de la frontera peruana y a menos de dos hora de automóvil de la base. Pero la propia Taura posee aviones de combate Jaguar y Kafir, y analistas dicen que también podría haber allí cazas Mirage.

El alto comando militar no se ha pronunciado todavía en cuanto a anunciar su respaldo público a Febres Cordero, como hizo durante su disputa con el Congreso en torno a la cuestión de la amnistía, y queda por ver cuál será su actitud.

De lo que no cabe duda es que las Fuerzas Armadas desempeñarán un rol fundamental en la crisis, a medida que se vaya desarrollando.

8701261

115

Clarín 29/11/86



# Ecuador: piden la renuncia de Febres

QUITO, 28 (UPI). — Cuatro hombres y una mujer, integrantes del grupo rebelde Alfaro Vive, se apoderaron por 40 minutos de dos emisoras situadas a 100 metros del palacio de gobierno y propalaron un mensaje pidiendo la renuncia del presidente de Ecuador, León Febres Cordero.

La toma de las emisoras El Sol y Musical se produjo en horas de la mañana de ayer.

El comando insurgente ingresó al edificio en el que se encuentran los estudios de transmisión de ambas emisoras inmovilizaron a los empleados y por 40 minutos tuvieron el control de las radios, tiempo en el que a una cuadra del palacio de gobierno transmitieron su proclama, que tenían grabada.

En su manifiesto se dirigieron a los partidos opositores y al gobierno y exigieron la renuncia del presidente ecuatoriano.

CLARIN 29-12-86

01-01

8701719

1/5

ECUADOR



# ¿Qué puede ocurrir?: nadie lo dice

Por Narciso Binayán Carmona
(Enviado especial de LA NACION)

QUITO.- Durante los días de las sesiones extraordinarias del Congreso la tónica de los discursos de los diputados oficialistas estuvo centrada en la defensa del orden constituido y la de los diputados opositores en los ataques a Febres Cordero por violaciones cometidas durante sus 30 meses de gobierno.

Raro fue que se mencionaran cuáles fueron los logros o los fracasos de su *gestión al frente* del país. Al cerrar los debates, por ejemplo, el presidente delCongreso, Andrés Vallejo, opositor, señaló, fundamentando su voto, que sería injusto desconocer lo realizado positivamente por el presidente de la República, especialmente en el orden de la coherente política económica, aunque él no comparta la filosofía que la inspira; pero casos así fueron extremadamente excepcionales.

¿Cuáles serían, entonces, los logros del primer magistrado en su gestión de gobierno?

El mismo, al igual que los opositores, habla especialmente del afianzamiento de la democracia en el Ecuador. Febres Cordero sostiene que la afianzó; sus enemigos, que la debilitó. Anoche, un caballero apolítico enumeraba entre otras cosas: el cumplimiento con creces del programa de vivienda; la entrega de títulos de propiedad a muchas decenas de millares de campesinos que las esperaban desde hacía años; la construcción de rutas en las regiones más apartadas de este país montañoso, con tanto lugar de difícil acceso. Y también su obra en favor de Guayaquil, al mejorar notablemente su ciudad natal.

### Las perspectivas

La semana próxima verá reabrirse la brega política. Nadie puede atreverse a aventurar pronósticos y nadie lo hace. Puede que siga el gobierno como hasta ahora; puede que considere que se dan las condiciones de "grave conmoción interna" que fija la Constitución y dé un "autogolpe"; puede que las Fuerzas Armadas den ellas mismas el golpe. Y alguien comentó: "También pueden asesinar al presidente".

En este sentido, quien hizo el comentario, un sureño, señalaba que si bien Febres Cordero no es querido en Quito, ni en general en la sierra, no se llega al odio a muerte que le tienen en Riobamba, Cuenca y Machala. En Guayaquil lo quieren, quizá con algunas reservas, pero tiene un apoyo bastante sólido, mientras que en otras partes del país las simpatías varían.

Al hacer este análisis no hay que olvidar que los extranjeros vemos las cosas con unos ojos y los ecuatorianos con otros. Un importante diario capitalino comentaba al respecto que es el periodismo foráneo el preocupado por el golpe de Estado y el más convencido de su inminencia. Coincidentemente, un político opositor consultado ayer por el periodismo manifestó, con buen humor, que efectivamente había oído muchos rumores de conspiraciones y de inminentes levantamientos en distintas ciudades: "Pero no me han llegado de militares sino de periodistas extranjeros. Parece que están mejor informados que nosotros", añadió riendo.

Esta, digamos, "apertura golpista" del periodismo extranjero no ha pasado inadvertida a los colegas ecuatorianos y varios fueron los "anuncios sensacionales" que a veces emanaron de aquéllos en broma y que algunos, especialmente los que no hablan bien castellano, tomaron en serio.

De todas maneras, no es cosa de broma; abiertamente, la situación del país es seria. El que la gente ríe no significa que no tome las cosas en serio y que no actúe en serio. Por ello, por ejemplo, ha caído muy mal, en todos los estratos de la ciudadanía y en cualquier nivel de opinión, el comentario de Le Monde hace algunos días que calificó los sucesos de Taura de "secuestro folklórico". Esta impertinencia provocó feroces comentarios en la gente que evocó, sin piedad alguna, la participación de altas personalidades políticas francesas en el episodio del Green Peace el año pasado o las bombas atómicas que Francia hace estallar en el Pacífico Sur pese a las protestas de los países ribereños. Algunos memoriosos ya mayores resucitaron incluso la sombra de Vichy y del colaboracionismo.

El propio vicepresidente de la República, Blasco Peñaherrera, al referirse al desgraciado comentario parisino, evocó las atrocidades cometidas por el ejército francés durante la guerra de independencia de Argelia, en que murió el 10% de la población de aquel país.

### Vargas Pazzos

En el mar de rumores que circulan por la capital, bromas aparte, hay gran preocupación por saber, en definitiva, cuál ha sido el destino de los comandos de Taura, ya que nadie los ha vista.

Por otra parte, el general Frank Vargas Pazzos continúa en libertad, a buen recaudo en una hacienda de su provincia, según informó uno de sus hermanos, porque no alcanzó a concretarse a tiempo la orden de detención en su contra por el "escándalo Fokker". El resurgimiento de este oficial ha traído a luz una serie de anécdotas interesantes. No se trata de que los Vargas sean "golpistas hereditarios", pero hace exactamente un siglo que Luis Vargas Torres, "gran revolucionario liberal", fue fusilado. Su sobrino, el coronel Luis Vargas Yepez, tenía entonces 19 años. Este es el padre de Vargas Pazzos.

Una biografía laudatoria de este político actual pinta así a su padre: "Tuvo 84 hijos. Participó en las montoneras. Fue herido dos veces. Preso, varias. Fue casado con doña Ida Pazzos de Vargas y con ella tuvo doce hijos. Los otros 72 los tuvo fuera del matrimonio.

"Usaba un gran mostacho con las puntas vueltas hacia arriba: en el coronel Luis Vargas Yepes la realidad superaba con creces la ficción", incluso estuvo en la fiesta de nacimiento de la que luego sería su esposa, con la que se casó teniendo él 52 años y ella, que vive, 15. El último de sus hijos nació cuando el coronel había pasado largamente los 70 años. Se dice que Frank, su hijo, ha seguido sus pasos y se le atribuyen hasta ahora 50 víctimas.

Y por último, otro producto del famoso "salero quiteño". En los sucesos de Taura se comenta que hubo tres muertos más: Febres Cordero, muerto de miedo; Vargas Pazos, muerto de risa; y el vicepresidente Peñaherrera, muerto de ganas de ser presidente.

(c) LA NACION

01.09

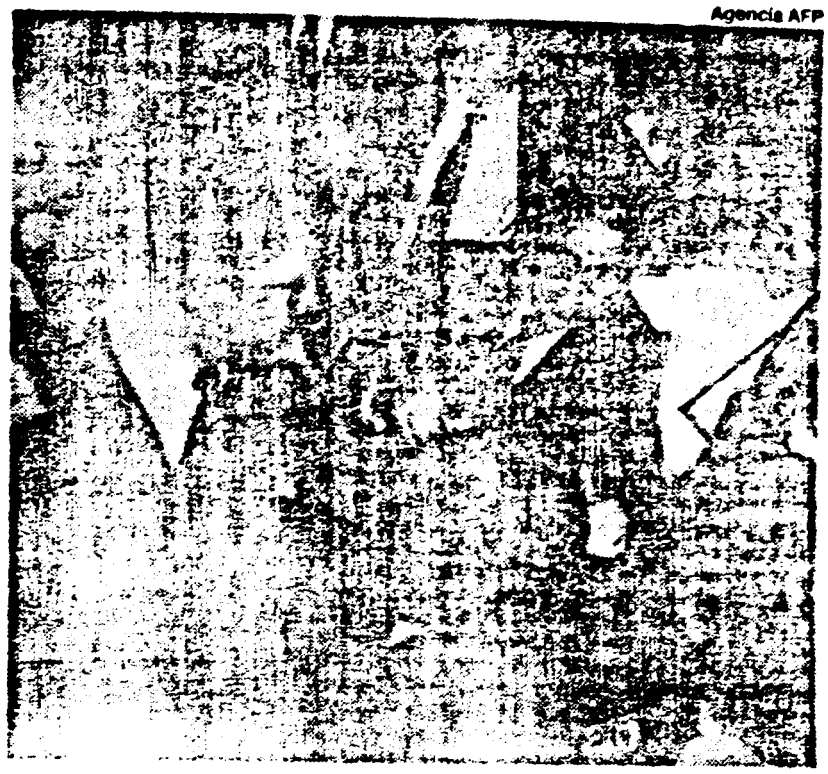
8702027

CRISIS INSTITUCIONAL EN ECUADOR

# Duro enfrentamiento entre el Poder Legislativo y el presidente Febres

*Presidente León Febres Cordero respondió ayer negativamente al planteo del Parlamento que lo exhortó a renunciar, acusándolo de reiteradas violaciones a la Constitución política ecuatoriana. El mandatario calificó de "antidemocrática" a la decisión del Congreso. Diputados de la oposición anticiparon la posibilidad de que se apruebe el juicio político al presidente, quien ayer recibió el respaldo del presidente norteamericano Ronald Reagan.*

Agencia AFP



Dos miembros del Congreso ecuatoriano arrojaron sus pies durante la votación de una resolución que urge a renunciar al presidente León Febres Cordero. Por 38 votos contra 29 se pidió la renuncia del jefe de Estado.

QUITO, 22. (EFE, UPI y Reuter).— Después de recibir la comunicación ...ido de renuncia aprobado por el ...o, el presidente ecuatoriano León Cordero contestó por escrito al ...del Parlamento, Andrés Vallejo, ...ndo la exhortación y calificando a ...ación de "irrelevante, antidemo... y carente de toda fuerza jurídica y ...

...upio de esta manera —dijo el pre... — con mis estrictos deberes frente ...stitución, la ciudadanía y la his... estoy seguro de que contribuyo así ...guardar el prestigio del Congreso ...do a institución esencial y perma... para el país y la democracia".

...esolución de "exhortar" al jefe de ...a declinar el mando en favor del ...sidente Blasco Peñaherrera fue ...da esta madrugada, tras un día y ...de debate, con el voto positivo de 38 ...dores. En contra de la moción vota... representantes de partidos progra...mentales e independientes, y dos di... se abstuvieron.

...presidente del Congreso, Andrés ..., proclamó el resultado de la vota... fustigó la conducta de Febres Cor... quien acusó de una conducta auto... y de actitudes violentas.

...cuerdo legislativo responsabilizó al ...tario de los hechos del viernes 16, ... Febres Cordero fue secuestrado ...barco de una sublevación aeronáu... negoció su libertad y la de sus ...añantes aceptando exigencias de ...ptores.

...moción apoyada por el llamado ...e progresista", que agrupa a siete ...os de oposición, señala que el man... violó reiteradamente la Constitu... Entre las infracciones, los diputados ...n el desconocimiento de la potes... tad privativa del Congreso de elegir a los magistrados de la Corte Suprema de Justicia, la privación del derecho de los ciudadanos al sufragio y la promulgación de leyes negadas por la legislatura.

También se acusa al mandatario de asumir la función de legislar, que es privativa del Congreso, en materia económica, de desacato reiterado de resoluciones de la Legislatura, y de violación de los derechos humanos.

La resolución también puntualiza que "los condenables acontecimientos ocurridos en la base de Taura el viernes pasado han privado al presidente de respetabilidad, sin la cual no es posible el ejercicio de tan alta magistratura".

### ♦ Respuesta negativa

El secretario de Información del gobierno, Marco Lara Guzmán, en su calidad de portavoz de Febres Cordero, descalificó en conferencia de prensa la resolución del parlamento y dijo que el mandatario continuará en su función "para lo cual recibió un mandato popular, constitucional y democrático". Agregó que la exhortación al presidente para que renuncie "no tiene asidero legal ni constitucional, ni hay disposición alguna que permita conceder legitimidad a tal petición".

Lara calificó al pedido del Congreso como "un golpe para la misma oposición", y añadió que "seguiremos adelante, sin preocuparnos de una decisión tomada por odio y revanchismo".

Mientras tanto, el diputado Trajano Andrade, jefe de la bancada legislativa del mayoritario Partido Izquierda Democrática anunció la posibilidad de entablar una interpelación parlamentaria contra el jefe del estado, con el propósito de destituirlo. "La exhortación para que renuncie tiene una fuerza moral, a nombre del pueblo ecuatoriano", dijo Andrade.

El juicio político puede ser pedido por diez de los setenta y un diputados, pero para aprobar la censura y destitución se necesitan cuarenta y ocho votos, ocho más de los que controla la oposición de centro y de izquierda.

Febres Cordero recibió hoy en forma directa el apoyo del presidente norteamericano Ronald Reagan, quien le expresó telefónicamente "su preocupación" por la crisis y lo "alentó" en sus esfuerzos por alcanzar una solución pacífica del conflicto. Según el vocero de la Casa Blanca, Larry Speakes, Reagan manifestó su "continuo apoyo a la democracia y gobierno constitucional" en el Ecuador, pero no adoptó posición respecto del debate político interno.

Fuentes del Departamento de Estado informaron que el vicepresidente George Bush y el secretario George Shultz también llamaron a Febres Cordero, y que autoridades militares de Estados Unidos han estado en contacto con sus colegas de las fuerzas armadas ecuatorianas.

Por otra parte, el grupo guerrillero ecuatoriano Alfaro Vive difundió hoy un comunicado en el que califica como "acto legítimo de rebelión" al reciente secuestro de Febres Cordero. La organización rebelde respalda también al general insurrecto Frank Vargas [illegible] cuya libertad se negoció a cambio [illegible] del presidente, y señala que el objetivo debe encargarse "por derecho" de la "reconstitución de las fuerzas armadas y de un nuevo gobierno".

PARTES ILEGIBLE

·02

8702027

CORREO

La Nación 23/1/87

# "Un golpe sería el caos", afirmó el diputado Vargas Pazzos

Por Narciso Binayán Carmona
(Enviado especial de LA NACION)

QUITO, Ecuador.- Esta madrugada el Congreso ecuatoriano aprobó por 38 votos contra 29, con dos abstenciones y dos ausencias, el pedido de renuncia del presidente Febres Cordero.

El mandatario no formuló declaraciones, pero el secretario de Información Pública hizo conocer el rechazo de la resolución legislativa.

El presidente del Congreso, licenciado Andrés Vallejo, manifestó en conferencia de prensa que "no se está enjuiciando al secuestrado. La actitud del Parlamento no está referida a los hechos de Taura, que todos condenamos, sino a la permanente violación de la norma legal, a la violencia y a la falta de respeto de los otros poderes".

**Abstención militar**

- ¿Usted ya entregó al presidente el texto de la resolución de la Cámara?

- No iré al Palacio. Se la mandaré en pocos minutos.

- ¿Las fuerzas armadas han hecho alguna advertencia al Congreso?

- Ni han hecho advertencia alguna, ni yo la admitiría.

- Puesto que al Congreso corresponde interpretar la Constitución, ¿no cabe la posibilidad de un resquicio legal que permita el juicio político al presidente sin tener los votos necesarios?

- Independientemente de las circunstancias políticas, no manipularemos las normas constitucionales. Esa posibilidad está descartada.

- ¿Cuál será el próximo paso?

- Propiciar un cambio de actitud. Los hechos de Taura derivan de los de Manta, y éstos de un planteo sobre irregularidades.

- ¿Y el juicio político al presidente?

- Son necesarias las firmas de 10 diputados solicitándolo. Por ahora no tengo un pedido firmado por esos 10 diputados.

- Pero si lo presentan le toca a usted darle curso, ¿qué hará?

- Esperemos a que aparezcan esas 10 firmas.

**Con René Vargas Pazzos**

El diputado René Vargas Pazzos, general en retiro y representante demócrata cristiano, comenzó la entrevista con un panorama de la situación del país: "El presidente -dijo- fue electo democráticamente y ganó, con 80 mil votos y un 51 por ciento de un electorado de casi 5 millones de votos, con una plataforma política que decía «pan, techo y empleo».

"Desde que inició su gobierno inauguró en el país un estilo político basado en el insulto y la agresión a todos los que no pensaban como él, incluso a los miembros de su propio partido. Todo esto se agravó con una serie de inmoralidades en las compras al exterior y en las ventas de petróleo.

"En marzo del año pasado, mi hermano, comandante en jefe de la Fuerza Aérea, le pidió la separación del ministro de Defensa y del comandante en jefe del Ejército por estar complicados en la compra de un avión Fokker con un sobreprecio de mil millones de sucres, o sea, más o menos el doble de su valor. El presidente se negó a ello y la Fuerza Aérea como institución, no mi hermano, se rebeló.

"De esta rebelión participaron todos los generales del arma, incluyendo a su actual comandante, general Andrade, quien luego se retractó. Mi hermano se trasladó a Manta, acompañado de la mayoría de los generales, y allá exigió la destitución del ministro, no la renuncia del presidente.

"Febres Cordero, entonces, le mandó un emisario y pactó que mi hermano se entregaría con la única condición de que se le siguiera juicio únicamente a él y a los dos generales cuestionados. A continuación se entregó al presidente Febres Cordero en Guayaquil.

"Vino a Quito y aquí lo recibió una multitud. El presidente dijo entonces que nada había pactado y que sólo enjuiciaría a mi hermano. A raíz de ello las tropas de la base Quito la tomaron. Entonces Febres montó un ataque con tropas del ejército, la base fue tomada y hubo por lo menos diez muertos, muchos heridos y mi hermano fue capturado.

"El país vivía un proceso electoral y todos los diputados opositores prometían la amnistía a mi hermano Frank. Se cree que esto pudo haber sido determinante en la victoria de la oposición por un setenta por ciento de los votos. Los partidos opositores lo vivimos como una consulta popular para pronunciarse contra el gobierno, y así fue..

**La amnistía**

"Bien, entonces este Congreso dá la amnistía a Frank. Ahí se podía haber terminado todo, pero el presidente Febres Cordero, en forma prepotente, con su vanidad enfermiza, no la aceptó. Había hecho lo mismo hasta con la designación de la Corte Suprema y llegó a utilizar al ministro de Defensa, que ya había cambiado, para que con los mandos militares amenazara al Congreso.

"En vista de todo esto sucede lo de Taura, donde el personal subalterno, que respeta y quiere a mi hermano, tomó como prisionero a Febres Cordero, sólo para que cumpliera la decisión del Congreso. Esos subalternos en realidad actuaron como custodios de la Constitución, al exigir simplemente el cumplimiento de una disposición del Congreso.

"Actuaron con ingenuidad, sin ninguna orientación política; no querían matar al presidente. Hicieron una locura ingenua y lo peor de todos ello fue que creyeron en la palabra de Febres Cordero de que liberaría a mi hermano y de que no habría castigo para ellos.

"El dice que lo obligaron a firmar, y es cierto, pero en Guayaquil dijo que era un hombre de honor y que cumpliría. Ahora lo niega.

"Liberó entonces a Frank, pero ordena inmediatamente su prisión por el caso del avión Fokker, en que él sólo había denunciado la irregularidad. Y a los hombres de Taura los trae a Quito en paños menores, atados, golpeados y hasta se dice que hay tres muertos.

"El epílogo es la decisión de esta madrugada de pedir la renuncia del presidente".

- ¿Su hermano será visible cuando sea puesto en libertad?

- Aquí peligra la vida de mi hermano, de toda nuestra familia incluyéndome a mí: el año pasado trataron de matarme.

- ¿Cuál es la situación de las Fuerzas Armadas?

- En las Fuerzas Armadas hay desunión, el país se encamina a un caos, a un enfrentamiento.

- ¿Puede haber un golpe de Estado?

- Puede haberlo, pero el gobierno que se forme no tendrá si no escasos días de vida, porque los actuales mandos no tienen fuerza moral para mantenerse.

- Febres Cordero ¿puede dar un autogolpe?

- No creo: sería el inicio de una guerra civil. Tiene apoyo sólo en Guayaquil y aun allí mismo perdió el plebiscito.

- ¿Qué posibilidades hay de que el Congreso llegue al juicio político?

- Las hay, pero nos faltan los 46 votos constitucionalmente necesarios. Tenemos 41. De los oficialistas de hoy, muchos dijeron el viernes pasado, hace menos de una semana, que estaban en contra de León, pero, vino a Quito, los compró y ahora son aguerridos gubernistas. Se dice que Febres ha gastado más de 500 millones de sucres o sea un poco más de 3 millones de dólares en comprar diputados.

LA NACION

8702027

.03

6 GENERO
92/1/87



# La sombra de un golpe militar está latente sobre el Ecuador

Por Narciso Binayán Carmona
(Enviado especial de LA NACION)

QUITO, Ecuador.- Dentro de la situación general de incertidumbre que vive el Ecuador, la actitud que tomen las fuerzas armadas podrá ser quizá definitoria.

Se considera que de las tres armas el ejército es la que más resentida ha quedado por los sucesos, es decir, la más leal al presidente León Febres Cordero.

Fueron sus hombres los que tomaron la base Mariscal Sucre, de Quito, cuando el alzamiento de Vargas Pazos en Manta; la marina sería el factor dirimente, y la aeronáutica, lógicamente, la más conflictuada y conflictiva.

Ha corrido la versión de que el ejército habría planteado que la última de estas armas desaparezca y se incorpore a sus propias filas.

Hoy circuló un rumor, que no alteró mayormente a nadie por ahora, de un motín de importancia en la ciudad de La Tacunga, donde efectivos del ejército habrían tomado la base aérea.

## Ruptura entre las armas

Para aclarar el problema militar, y aprovechando un feliz encuentro con un alto oficial del ejército, que prefirió guardar reserva de su nombre, conversamos un poco.

"Las fuerzas armadas quedaron profundamente lesionadas tras los sucesos de Manta y la base de Quito. Allí se rompió la cohesión interfuerzas.

"Con los sucesos de Taura se ha abierto una caja de Pandora. Se critica al alto mando militar por el vacío que produjo la falta absoluta de los servicios de inteligencia.

"En un país como el nuestro, tropical y de violentas pasiones, no se supieron dictar las medidas necesarias para cortar la sublevación, lo que ha dado lugar a esta secuela que prácticamente está dirigida por los mismos hombres".

- Perdón, ¿qué mismos hombres?

- La misma gente de Vargas Pazos que, luego de lo de Manta, fue trasladada a otros lugares. Órdenes de Vargas no hubo, pero sus seguidores no habían sido separadas de la fuerza, y es evidente que con perdón y olvido no se puede mantener una institución basada en la más estricta disciplina. Esto despedaza el andamiaje entero. Los subalternos tomaron preso a su comandante en jefe, el presidente de la República.

Por lo dicho cabe preguntarse: ¿Es posible que ni el ministro de Guerra ni el comandante en jefe del arma aérea, ni el comandante de Taura, supieran que había una conspiración? ¿Qué garantías da ahora el ejército ecuatoriano al país de que puede defenderlo, o mantener la tranquilidad interna, si sus cabezas no pueden defenderse a sí mismas ni saber qué pasa dentro de cada arma? ¿Qué papel hacemos?.

## Vargas Pazos y el golpe

- ¿Qué quería Vargas Pazos, en definitiva?

- Aparte de hechos menores y diferencias con el ministro de Defensa, le diré crudamente que sólo quería su ascenso a general del aire, que le correspondía, y seguir como comandante del arma.

- ¿Sólo ambición personal, nada político?

- Nada más. Lo político empezó cuando se sublevó apoyado por la extrema izquierda, que es la misma que continúa apoyándolo ahora, y de ahí su ambición de poder.

- ¿Puede dar un golpe?

- Ya no. Los políticos lo están usando para sus fines: destruir la actual situación de gobierno.

- ¿Cuál es la opinión generalizada en las fuerzas armadas?

- No se puede generalizar porque todavía no se ha entrado, por suerte, a un estado deliberativo, y porque hay hombres de todos los colores políticos. Las declaraciones oficiales de apoyo al orden constitucional son de circunstancias. No se podía decir otra cosa.

- ¿No puede decirse o presumirse qué puede ocurrir?

- Si continúa este caos las fuerzas armadas intervendrían o, mejor dicho, se verían obligadas a intervenir con el respaldo del pueblo, que no es de ningún modo el de los dirigentes políticos.

- ¿Entonces, un golpe militar es posible?

- Una intervención, más que un golpe, es posible si sigue la crisis entre los tres poderes del Estado: Ejecutivo, Legislativo y Judicial.

- ¿O sea que las fuerzas armadas están a la expectativa?

- Mientras siga este forcejeo entre el Congreso y el presidente y en realidad no pone nada, no hacen nada. Pero si se produce la alteración del orden, en ese caso procederemos a tomar el poder.

- ¿No hay líderes militares?

- No ahora, pero cuando las circunstancias se dan, siempre aparecen. Sin embargo, y sin quererme hacer la pitonisa, mi opinión personal es que aquí no va a pasar nada.

## Otras facetas

Se corre el rumor de que Febres Cordero organiza manifestaciones de apoyo -se menciona que serían 5000 personas- con apoyatura de armas y benevolencia policial. La oposición se prepara a su vez para una jornada de movilización callejera exigiendo la renuncia del presidente. Se habla, asimismo, de "La danza de los millones" en que bando y bando están haciendo jugar tentadoras sumas para ganarse el voto de los diputados. A los millones se suman, parece, amenazas telefónicas y postales.

Queda en pie no ya la renuncia o no de Febres Cordero sino qué es lo que pasa y pasará en La Tacunga.

(c) La Nación



8702027

Buenos Aires, domingo
18 de enero de 1987

SEGUNDA SECCION

Clarín

# ecuatoriano investiga
## rdero y la crisis militar

Agencia Reuter

El presidente ecuatoriano, León Febres Cordero, —— en Guayaquil, horas después de su liberación.

## Vargas: "No tengo ntención golpista"

UAYAQUIL, 17 P). — El general re- e ecuatoriano Frank gas Pazos, cuya libe- ón fue ordenada ayer le del presidente n Febres Cordero, guró hoy, desde la ba- érea de Taura, que no intenciones golpis-

rgas Pazos dijo a la ena radial Caracol, de mbia, que "por ahe- ora vale mantener la na, la tranquilidad, que no digan que yo un golpista ambicio-

un tácito aval a la ud del Congreso, se- el jefe rebelde: "Que los poderes del Es- que definan esta si-

tuación y que el Legislativo sea el que juegue esta actitud que lleva al país al caos".

Indicó, además, que permanecerá por algunos días en esa unidad militar, a la que fue trasladado luego de disponerse el fin de su arresto.

Vargas Pazos demandó que se publique en el diario oficial el acta en la que el presidente Febres Cordero se comprometió a no ejercer represalias contra los secuestradores, y a aceptar el indulto del Congreso a favor de él. "Hasta que eso no ocurra, no voy a dejar esta unidad militar", enfatizó.

actualmente diputado por la opositora Democracia ana, anunció la intención del jefe insurrecto de dirse a Quito, probablemente en los próximos dos ero no anticipó nada sobre sus posibles proyectos cos.

**na amnistía de hecho"**

Vargas se refirió también en sus declaraciones a la amnistía aprobada por el Congreso para su hermano, que fue declarada inconstitucional por el gobierno, y achacó al presidente, por esa actitud inflexible, la responsabilidad por los últimos sucesos militares. El diputado se pronunció por una interpelación parlamentaria al presidente, que podría eventualmente determinar su destitución.

La iniciativa relativa al juicio político al presidente surgió en una reunión parlamentaria realizada el viernes, en momentos en que Febres se encontraba todavía como rehén de las fuerzas que lo capturaron en la base de Taura. La reunión se realizó en un clima tenso, y terminó abruptamente cuando un diputado del opositor Partido Roldosista, Santiago Bucaram, planteó que el vicepresidente Blasco Peñaherrera asumiera la presidencia. El autor de la propuesta es hermano del ex alcalde de Quito Abdala Bucaram, enjuiciado por desacato al gobierno y también beneficiado por la amnistía que Febres Cordero se ha negado a promulgar.

El presidente del Congreso negó el tratamiento de esa moción, y se produjeron entonces duros enfrentamientos verbales, en el marco de los cuales los diputados del minoritario bloque de gobierno abandonaron la cámara.

Vallejo, no obstante, formuló por su parte duras críticas al presidente por el manejo de la crisis provocada por su secuestro. "Lo que se produjo ayer —dijo— fue una amnistía de hecho, después que el gobierno no respetó la amnistía de derecho".

Otros sectores políticos destacaron, a su vez, que Febres Cordero —quien invariablemente se había negado a negociar en otros casos de secuestros— "cambió intempestivamente de opinión cuando el cautivo fue él", según comentó el líder de la Izquierda Democrática, Rodrigo Borja.

La Izquierda Democrática es el partido de mayor fuerza electoral en el Ecuador, y Rodrigo Borja fue vencido en las elecciones en las que Febres accedió al poder por una alianza que lo relegó en la segunda vuelta.

8702027

ECUADOR
FICHA

FRANK VARGAS PAZOS

# General

El general Frank Vargas Pazos fue en marzo de 1986 la cabeza y única figura destacada de una sublevación en dos etapas que amenazó con alterar la vida institucional ecuatoriana. El levantamiento, frustrado, lo pagó con la cárcel, en la que las autoridades pronosticaron que tendría larga permanencia.

En aquella oportunidad el presidente León Febres Cordero subestimó en declaraciones públicas a Vargas Pazos y a su movimiento, al que atribuyó exclusivas motivaciones castrenses y ningún móvil político. Sin embargo el "fantasma Vargas Pazos" estuvo presente, en los meses que siguieron, en enfrentamientos graves entre los poderes Ejecutivo y Legislativo, y ayer demostró su vigencia cuando se constituyó en el motivo declarado del secuestro del presidente.

Frank Vargas, de 54 años, con antecedentes en periodismo y diplomacia, experto karateca y uno de los oficiales más condecorados del país, nunca pasó inadvertido en su arma, la fuerza aérea. Su primera aparición pública destacada se produjo en 1961, cuando denunció ante el entonces presidente Juan María Velasco Ibarra las condiciones deficientes en que se encontraban las tropas ecuatorianas. Esta y otras intervenciones en favor de sus subordinados le permitieron captar un amplio número de seguidores entre la oficialidad.

En marzo de 1986, se desempeñaba como jefe de la fuerza aérea y del comando conjunto de las fuerzas armadas ecuatorianas, cuando se sublevó en una base militar de Manta, ubicada en la provincia de Manabí, lugar natal de Vargas Pazos. El levantamiento, con ribetes confusos y algunos toques espectaculares, involucró a más sectores de lo que se previó en el primer momento y obligó al gobierno a negociaciones y concesiones a lo largo de nueve días de zozobra.

Poco antes de atrincherarse en la base de Manta, el entonces jefe del comando conjunto había exigido, en entrevista personal con el ministro de Defensa, general Luis Piñeiros, la destitución del comandante en jefe del ejército, general Manuel María Alfonja.

Piñeiros respaldó a Alfonja, y Vargas incorporó a sus demandas la destitución, también, del ministro de Defensa, acusándolo —como al jefe del ejército— de "someter atracos con dineros militares" y de "actos contrarios a los intereses militares y nacionales".

El jefe de la insubordinación aseguró contar con el apoyo de la cúpula de la fuerza aérea —y hubo pruebas de que en ese momento era cierto— y también aludió al respaldo de la Armada, que fue después desmentido.

Tras arduas negociaciones, y sorpresivos ultimátum

CLARIN 17-1-87

.06

CRISIS MILITAR EN ECU

COMANDO SECUESTRO A FEBRES

# Canjearon al pres

por un ojefe aeronautico

**El general rebelde Frank Vargas Pazos obtu su libertad como resultado de un canje impu oficiales de la fuerza aérea al presiden Febres Cordero, a quien mantuvieron secu en una base cercana a Guayaquil durante al de once horas. El mandatario fue toma rehén, junto con funcionarios de su gobierno de las tres armas, en una acción en la qu personas murieron y diez resultaron heri militares sublevados demandaron la liber Vargas, quien estuvo arrestado diez mese de encabezar un levantamiento en marzo**

Agencia AFP

León Febres Cordero, presidente del Ecuador.

## Entre enconos y lealtades

León Febres Cordero, de 55 años, se parece más a un "duro" del Oeste que al presidente de Ecuador a quien la Casa Blanca saludó "seguridades" en agosto de 1984, cuando accedió al Ejecutivo por elecciones.

Exhibe orgullosamente un Colt 45 sobre su escritorio (fue campeón juvenil de tiro). Cabalga con botas y fusta por las calles de Guayaquil. Sonríe con frecuencia, pero es considerado el jefe del Estado más conservador e intolerante de América latina.

Le gusta repetir: "Todo mi vida anduve armado". Se compara con Ronald Reagan, a quien admira. "The Los Angeles Times" lo describió como un mandatario que dirige a Ecuador al igual que un ejecutivo maneja una empresa "ingobernable" y un hombre capaz de inspirar tanto una gran lealtad como un enorme rencor.

Desde su arribo al poder se mostró como un firme aliado de la política exterior norteamericana. Su política económica gozó de inmediato al Fondo Monetario Internacional y los bancos acreedores. Sus opositores políticos fueron desplazados de puestos políticos en la función de la posible. Sus "socios" [illegible] que ha "renovado" al gobierno [illegible] que éste por fin "funcione".

♦ "Abusivo, arbitrario"

Otra cosa opina Oswaldo Hurtado, democristiano cristiano a quien Cordero reemplazó en la presidencia. "En 30 años de vida política no conocí un gobierno tan abusivo, tan arbitrario como éste. Ni un gobierno militar se le parece", dijo Hurtado en marzo del año pasado.

Cordero enfrentó en 1986 al comandante rebelde Frank Vargas, que había arrojado la base aérea de Manta y en setiembre de ese mismo año se negó a aceptar la amnistía concedida a Vargas por el Congreso ecuatoriano.

El presidente de Ecuador se autodenomina "ecléctico-conservador" y fue educado en Estados Unidos. Se graduó en el Instituto Stevens de tecnología, donde obtuvo un grado en la carrera de ingeniería mecánica, y asistió a innumerables cursos en academias militares norteamericanas. Las multinacionales serían para él, según sus enemigos políticos, la quintaesencia del éxito comercial y social.

Nacido en Guayaquil el 9 de marzo de 1931, empresario desde 1979, millonario y poderoso orador, Cordero combinó su instinto político y su experiencia industrial para convertirse en "el campeón del liberalismo económico" que logró granjearse la aprobación financiera externa al eliminar fórmulas proteccionistas.

El domingo 1º de junio de 1986, el Ejecutivo ecuatoriano implementó un plebiscito para chequear su propuesta de otorgar a independientes el derecho a cargos electivos sin pertenecer a partido político alguno (lo contrario a lo exigido por la Constitución). El 57,8 por ciento de los 3 millones de votantes respondieron "no". Derrota en todas y cada una de las 20 provincias de Ecuador, incluyendo Guayas, de donde es oriundo Cordero.

Al mismo tiempo, en las elecciones parlamentarias, su partido (Social Cristiano) fracasó. Obtuvo solo 14 de las 71 bancas disputadas, contra 40 logradas por los partidos de centro-izquierda. En total, Cordero fue electo tres veces al Congreso y presidió durante dos años la comisión de finanzas. En virtud de la Constitución, no puede presentarse a las elecciones presidenciales de 1988, y no se le conoce heredero político.

Tiene mayoría opositora en el Parlamento. Contrató a una empresa suiza para encargarse del control de aduanas. Devaluó el sucre en febrero de 1986. Pidió a Estados Unidos el Plan Baker para Ecuador. Habló de "esta lucha absurda entre los centros de poder que manejan el petróleo", mientras el precio del crudo ecuatoriano caía y caía. Es acusado de gobernar "para los ricos".

En setiembre de 1985 dirigió personalmente a un comando especial que intentó rescatar al banquero Nahim Isaías, secuestrado por "inadaptados sociales y narcotraficantes", según Cordero. Murieron el rehén y cinco captores.

## Alfonsín r captura del

El presidente Raúl Alfonsín expresó ayer el repudio por el secuestro de su par ecuatoriano, León Febres Cordero, por una unidad militar de ese país, y manifestó su solidaridad con el mandatario y todo el pueblo hermano ecuatoriano.

Así lo informó el vocero presidencial José Ignacio López, en la Casa de Gobierno. Indicó que Alfonsín fue informado, en la residencia de Olivos, de los acontecimientos que derivaron en el secuestro de Febres Cordero.

El vocero señaló que el presidente argentino repudió el intento de alterar el orden constitucional en Ecuador.

Por su parte, el secretario de la embajada argentina en Quito, José Carlos Días, confirmó el secuestro del presidente ecuatoriano León Febres Cordero y aseguró que, pese a todo, la situación en ese país era normal.

En contacto telefónico con Radio Rivadavia, de esta Capital, el funcionario, a cargo de la sede diplomática, dijo que solo es el presidente de la república el que está secuestrado y retenido en la base aérea de Taura, de Guayaquil, aunque reconoció que no sabemos bien lo que está ocurriendo.

Hay que tener en cuenta —explicó— que estamos a 400 kilómetros de Guaya-

## Pronunci

*Los acontecimientos de ayer en Ecuador produjeron numerosos pronunciamientos de condena, no solo por el secuestro del presidente León Febres Cordero, sino porque —según afirmaron— se "encuentra amenazada la democracia". Las más sobresalientes fueron las condenas de Estados Unidos, de Felipe González, de Alan García, Julio María Sanguinetti y del secretario general de la ONU, Javier Pérez de Cuellar.*

El gobierno d
"apoya firmemen
tratamiento de la
mado a los milit
Febres Cordero p
El vocero del
man, dijo que el
Velasco, confirmó
fuerza aérea ecua
cerca de Guayaqui
Redman dijo q
firmar, el presiden
Defensa (general
jefes militares "tu
base de Taura.
"El gobierno
opuesto a este apar
cional", expresó Re

♦ Españo

Por su parte,
Felipe González, ex
el gobierno consid
del secuestro del pr
El jefe del eje
breve declaración s
de la normalidad de
En su breve de
"inmediata liberació
Asimismo, el se
Pérez de Cuellar, ha
preserve la democra
Durante una co
periodistas que cubr
a Centroamérica, Pé

·07

PARTES ILEGIBLE

8702027

## elde

lente Febres Cordero. Vargas Pazos
y esclarecer sus acusaciones, si se
paraciones de los jefes militares que
nto, su movimiento creció y alcanzó
ular, a partir de la consigna levan-
rados y su llamado a los ecuatoria-
verdad contra la tiranía" y luchar
a de "una democracia social".
Vargas Pazos se rindió, pero pre-
militares encabezados por él habían
uerto a Febres Cordero, quien nun-
negociado con los insubordinados.
rrestado en la base aérea de Quito,
espués y se declaró "en pie de gue-
nción, la más importante del país,
falta de cumplimiento de lo acorda-
uncias de Piñeiro y Albuja no habí-
ptadas.
levantamiento determinó a Febres
una intervención armada, y fuerzas
oras de combate, apiadaron la re-
rieron en el lugar a Vargas Pazos,
disposición de un tribunal militar,
bordinación armada contra el go-
nal".
movimiento no se apagaron rápida-
Congreso inició investigaciones para
nes de Vargas, y deslindar respon-
bierno en los negociados a los que

septiembre, el Parlamento votó a
stía por la cual se concedía la liber-
s; así como también al ex alcalde de
aram, acusado por injurias contra el
riptor, poco tiempo atrás, de un re-
rpus en favor del militar enjuicia-

las fuerzas armadas, Febres Cordero
generando un prolongado conflicto
que finalmente impuso su criterio,
rgas en la cárcel, hasta ayer.

que las demandas de los oficiales sublevados —fieles a Vargas Pazos, hasta ayer preso y con un proceso pendiente por insubordinación—, habían incluido la destitución del presidente Febres Cordero, así como también la de los jefes de las tres ramas militares, cuestionados por "obedecer órdenes arbitrarias" del mandatario.

Pero el vicepresidente Blasco Peñaherrera, quien al confirmarse el secuestro de Febres asumió la conducción del país, había indicado en conferencia de prensa, al caer la tarde, que desde su lugar de reclusión el presidente había ordenado la liberación de Vargas Pazos, para "evitar derramamientos de sangre" y que sus instrucciones serían cumplidas inmediatamente.

La promesa de los rebeldes que mantenían a Febres y a su comitiva en la base de Taura, Guayaquil, había sido —según Peñaherrera— la de liberar al presidente y a los demás. Febres en forma simultánea con la fuga de Vargas Pazos quien debía ser conducido en helicóptero desde Quito, donde cumplía con el arresto que se le asignó luego de que en marzo de 1986 protagonizó una sublevación contra el gobierno. (Ver información en esta página)

En una ceremonia televisada a todo el país desde la capilla de la base aérea de Taura el presidente firmó un documento comprometiéndose a no tomar "ninguna medida disciplinaria contra el elemento armado que tomó parte en la asonada". Febres Cordero tomó la decisión, según el documento que él mismo leyó como "un homenaje a la paz que debe imperar en el país y para el mantenimiento del régimen democrático".

Peñaherrera indicó que el gobierno venezolano ofreció refugio para el general Vargas, pero no se confirmó si el militar estaba dispuesto a aceptar ese destino.

♦ **Sorpresiva acción**

El presidente había sido tomado como rehén esta mañana, poco después de las 9, mientras asistía a una ceremonia en la base de la fuerza aérea de Taura, a 25 kilómetros de Guayaquil, acompañado por el ministro de Defensa, general Medardo Salazar, y por los jefes de las tres armas.

Según las versiones de testigos, en medio de la ceremonia se oyeron disparos, y en una rápida acción un grupo de soldados y personal técnico de la fuerza aérea redujeron a la custodia presidencial y trasladaron en calidad de secuestrado a Febres Cordero y a sus acompañantes hasta la capilla del destacamento. Durante el [illegible] hubo intercambio de disparos y extraoficialmente se informó que cuatro personas murieron —entre ellas un miembro de la escolta presidencial— y diez resultaron heridas.

En Quito fue convocada inmediatamente una reunión de los altos mandos y el vicepresidente Peñaherrera se hizo cargo del gobierno y del Ministerio de Defensa decretando como primera medida una censura de prensa que impidió en las primeras horas obtener informaciones precisas sobre la situación y las demandas de los captores.

A las 13 hora local, la secretaría general de la Presidencia dio un primer comunicado oficial en el que indicó que salvo "la actitud de un grupo reducido de personal de tropa de la base de Taura, no hay en todo el territorio nacional ninguna actitud similar que atente contra el orden constitucional", y afirmó que "las instituciones del Estado mantienen una firme decisión de respaldo al sistema democrático".

Radios de Quito captadas desde el exterior afirmaron que una hora y media después del secuestro, un helicóptero de la fuerza aérea aterrizó en el cuartel Epiclachima del ejército, donde se encontraba arrestado Vargas Pazos, presuntamente para trasladarlo a otro destino, pero esta información no fue confirmada.

La guardia del Palacio de Gobierno fue reforzada, y cerca del mediodía efectivos de seguridad dispersaron con gases lacrimógenos una concentración de alrededor de 400 personas que, por versiones, se pronunciaban en favor de Vargas.

♦ **Demandas**

Pasado el mediodía, llegó de Taura un emisario de los rebeldes para presentar ante el Congreso un comunicado de la fuerza aérea. En su texto, que fue leído por la esposa de Vargas Pazos, se ratificaba el respeto del arma al orden constitucional y democrático y se fijaban las siguientes demandas: la "destitución del presidente León Febres Cordero"; la "libertad del general Frank Vargas Pazos", amnistiado por el Congreso en una resolución vetada por el gobierno, la "destitución de los jefes de las tres ramas militares" y "elecciones libres en 1988".

Los militares sublevados hacían, además, un "llamado a todas las fuerzas progresistas para proponer un programa de acción gubernamental hacia el futuro, que tenga como objetivo principal servir a los intereses populares".

# de condena

tario general y como latinoamericano "yo aspiro a que se preserve la democracia en el Ecuador".

Pérez de Cuellar dijo no tener información directa de los acontecimientos que ocurren hoy en ese país sudamericano donde un grupo de paracaidistas secuestró al presidente León Febres Cordero.

♦ **Perú**

El presidente peruano, Alan García, expresó hoy su condena al secuestro del mandatario ecuatoriano León Febres Cordero, calificándolo de un "acto terrorista" que atenta "contra la democracia continental".

García sostuvo que "la democracia de Latinoamérica es una sola", agregando que "lo que acaba de ocurrir en el Ecuador es un atentado contra la democracia continental, que nosotros rechazamos y repudiamos".

"Debemos actuar con energía en el rechazo, repudio y condena de este acto terrorista", manifestó García.

♦ **Uruguay**

El presidente uruguayo, Julio Sanguinetti, manifestó hoy su solidaridad con el mandatario ecuatoriano León Febres Cordero, cautivo por un grupo de militares de su país, y demandó a sus secuestradores su inmediata liberación.

Sanguinetti repudió el rapto por considerarlo "un acto terrorista" y deploró "la subversión de algunos sectores militares en la hermana República de Ecuador" por "recordarnos amargas experiencias propias".

Consideró asimismo que "nunca es buena la ruptura del orden institucional, pero aún menos en estos momentos en que la tendencia predominante en América latina ha sido la paulatina democratización de los países de la región".

1.08

PARTES POCO LEGIBLE

8702027

BRECHA 7/11/86

# "Aljaro vive": los enigmas de una guerrilla

*Con la muerte de Ricardo Jarrín Jarrín, su principal dirigente, el grupo guerrillero ecuatoriano puede haber recibido un golpe decisivo sin que sean todavía claras su composición y motivaciones. Con programa centrista, susceptible de ser suscripto por cualquier partido moderado, las acciones del grupo han servido de pretexto al autoritarismo del régimen.*

El rostro de Ricardo Jarrín Jarrín era conocido para los ecuatorianos mucho antes de que la policía lo acribillara a tiros el pasado 26 de octubre en un barrio de Quito.

Durante el último año su fotografía venía apareciendo en un mensaje televisado en el que se ofrecía una recompensa de cinco millones de sucres (30 mil dólares) a quien proporcionara datos que facilitaran su captura.

No fue, sin embargo, por efectos de esa campaña que el líder de la agrupación guerrillera "Alfaro vive, carajo" cayó a manos de la policía. Pocos días antes, su compañera, Lidia Caicedo, fue detenida y, según versiones oficiales, habría revelado datos que permitieron dar con el paradero de Jarrín.

## *Un corto liderazgo*

Ricardo, Rosendo, Aníbal, Angel, Alfaro, Marcos, Sebastián, fueron los nombres con los que este joven de 29 años –de formación secundaria católica (colegio La Salle) y estudios superiores en la Universidad Central– militó activamente en la agrupación que, según rezan sus proclamas, se propone rescatar la tradición auténticamente liberal de Eloy Alfaro, líder máximo de la revolución de fines del pasado siglo.

Con un programa de típico corte centrista (susceptible de ser suscrito por cualquier partido moderado salvo en la opción armada como método de lucha) y un operativo espectacular –la sustracción de las espadas de Alfaro que reposaban en la sede del Partido Liberal Ecuatoriano– el grupo guerrillero se dio a conocer e inició una cadena de acciones que se multiplicaron sobre todo a partir de 1983.

En junio de 1984, Jarrín fue apresado tras un asalto perpetrado contra un banco que opera en Quito pero fugó menos de un año después utilizando un túnel construido desde la penitenciaría, en uno de los operativos más sonados de la agrupación.

Apareció, en setiembre del año pasado, implicado en la operación que sin duda marcó el inicio de la guerra sin tregua que libran desde entonces el gobierno y los guerrilleros: el secuestro de Nahim Isaías Barquet, prominente banquero y amigo personal del presidente León Febres Cordero.

La acción se llevó a cabo en alianza con el M-19 colombiano, y entre los integrantes de la organización que cayeron en manos de la policía se contaba el hijo del ex canciller y destacado miembro de la coalición gobernante Francisco Acosta Yepez.

"Es inconcebible –manifestó en esa ocasión Acosta Yepez– que en un país que se dice civilizado y cristiano, regido por un gobierno que se titula democrático y cristiano, se haya dado muerte por efectivos policiales, mediante una feroz e inhumana paliza, a un hombre herido".

En un fallido operativo de rescate, dirigido personalmente por el presidente Febres Cordero, perdieron la vida secuestrado y secuestradores. La revista limeña Caretas juzgó entonces que "El Presidente estimó del caso enfrentar el desafío como si tuviera los recursos técnico-militares que posibilitaron la hazaña de Entebbe".

El revés sufrido por los AVC, como comúnmente se designa a los integrantes de "Alfaro vive, carajo", produjo, al parecer, la primera escisión seria en el grupo, liderado en ese tiempo por Fausto Basantes Borja, quien murió en enero pasado, fecha en la que Jarrín asume, con la misma línea moderada que su antecesor, la "Comandancia General" de la organización.

Al "Comandante Sebastián" le correspondió liderar el grupo en su etapa más difícil: la de estructuración orgánica, ya que tuvo que afrontar una serie de golpes (18 bajas que incluyen a los más altos dirigentes en los últimos meses, y 80 detenidos que permanecen en las cárceles de todo el país) y organizar las células que conformarían, conjuntamente con el M-19 colombiano y Sendero Luminoso del Perú, el "Batallón Américea".

Todo esto lo llevó a convertirse en el más destacado dirigente de "Alfaro vive" y, por ende, en el hombre más buscado por la policía ecuatoriana. Con su muerte, la cúpula de la organización ha quedado virtualmente desarticulada, aunque algunas de sus figuras destacadas permanecen en la clandestinidad.

## *Epítetos y realidades*

Por ahora, el ministro del Interior y jefe de la policía Luis Robles Plaza ha preferido no hacer vaticinios sobre la desarticulación o no de esta organización guerrillera que lo ha mantenido en vilo en los últimos meses pero que, por otro lado, ha servido al régimen como la mejor justificación para inaugurar políticas represivas sin precedentes en la historia reciente del país.

Lo que es más, muchos de los operativos guerrilleros han tenido lugar en momentos en que la democracia se ha visto seriamente debilitada, al punto que, en reiteradas ocasiones, observadores y analistas han sostenido la tesis de que "Alfaro vive" estaría infiltrado y podría promover acciones capaces de justificar cualquier aventura dictatorial del régimen.

Al mismo tiempo, y en tanto los miembros de la organización han sido las principales víctimas de la tortura practicada como método de indagación, el gobierno ha acusado a los organismos y partidos que exigen el respeto por los derechos humanos de complicidad con la "subversión" y el "terrorismo internacional".

De poco ha servido, en este contexto, el permanente y unánime rechazo de todos los partidos de la oposición a los recursos del terrorismo, que ha puesto de manifiesto la soledad del grupo clandestino y la divergencia de esos partidos con los métodos de "Alfaro vive". El régimen no ha perdido oportunidad de intentar desprestigiar a la oposición vinculándola permanentemente con la organización guerrillera. Para sólo poner un ejemplo: un paro nacional del Frente Unitario de Trabajadores fue catalogado de "subversivo" por el gobierno, porque el grupo "Alfaro vive" había expresado su adhesión a la protesta.

En todo caso, nadie se ha puesto aún de acuerdo en torno a una pregunta clave: ¿Quiénes son y qué pretenden en realidad los integrantes de "Alfaro vive"? El propio oficialismo se contradice. A veces los tilda de "burgueses desadaptados" y otras de "extremistas de izquierda", e intenta encontrar pruebas para cada apelativo. El origen social de algunos de sus miembros, para el primer caso; para el segundo, un "cuerpo del delito" poco convincente: la presencia de un ejemplar de la publicación cubana Prisma –que se vende en cualquier quiosco de revistas– entre el "material subversivo" encontrado a los guerrilleros.

Mientras tanto, el grupo genera simpatías entre los jóvenes de veinte o veinticinco años que cuestionan el tradicionalismo de los partidos de centro y de izquierda y que, en muchas ocasiones, han sufrido igual castigo que los miembros de "Alfaro vive" por la sola sospecha de pertenecer a la organización.

09-09

870202

- GONZALEZ -



# Ecuador, una crisis de incierto desenlace

Por Narciso Binayán Carmona
(Enviado especial de LA NACION)

QUITO.- Con la más desconcertante rapidez y en el curso de un fin de semana la crisis que convulsionó al Ecuador aparece como completamente desinflada. Queda, por supuesto, una situación muy tensa, con la figura del general Frank Vargas Pazzos y sus explosivas declaraciones desde diversos lugares en la clandestinidad.

Según lo que se puede apreciar la situación castrense está tranquila. El enigma bastante preocupante de la actitud que asuma el Cuerpo de Comandos ante los rumores de disolución queda en eso. En algunos días vence el plazo legal para que se tomen medidas dentro de la justicia militar respecto de los comandos de Taura que secuestraron al presidente Febres Cordero hace diez días. Si la decisión trae cola o no se verá entonces, o en cualquier momento.

## Con un diputado oficialista

Economista, el doctor Nicolás Lapentti Carrión representa a la provincia de Guayas y pertenece al partido socialcristiano, el del presidente Febres Cordero.

- ¿Se superó la crisis?

- Sí, pero mi gran preocupación es la forma en que los sucesos de la última semana han ratificado la polarización política. Por un lado está la oposición, formada por partidos de izquierda y de extrema izquierda, y por el otro, los del sector no opositor en que están nuestro partido y otros menores. Son las dos alternativas de poder claras en el país para las elecciones de enero de 1988.

- ¿Elecciones generales?

- Sí, presidenciales, legislativas y municipales. El presidente asumirá en agosto, y en mayo será la segunda vuelta.

- ¿Está seguro de que nadie sacará mayoría absoluta en la primera vuelta?

- Sí.

- ¿Cómo juega esa polarización?

- La oposición usa como única herramienta de trabajo político el oponerse sistemáticamente a toda acción de gobierno, buscando el deterioro, aún a costa del desprestigio de nuestro país a nivel internacional, como ha ocurrido con los sucesos de la última semana. Eso es una vergüenza y ha costado muy caro a la buena imagen que se había logrado en el exterior en el manejo de la economía, en que, en muchas circunstancias, hemos sido pioneros.

- ¿Por ejemplo?

- Por ejemplo con la renegociación de la deuda externa. Antes se manejaba al país como una sola caja fiscal y ahora hemos dividido el sector público del privado. Existen dos balanzas comerciales. El sector privado es autosuficiente; antes, el petróleo le daba divisas. Ahora, el pago de la deuda externa se realiza solamente con el ingreso proveniente del petróleo. No se compromete un centavo de los ingresos del sector privado para el pago de la deuda. Desde el 11 de agosto el dólar está estabilizado en 145 sucres; antes, había uno libre, no negro, a 178, y uno oficial a 110.

La oposición, en cambio, se consagra a destruir las posibilidades del país vía escándalos. Así fue como pararon un proyecto de irrigación en una zona de la costa que hubiera generado 1000 millones de dólares al año, en momentos en que las exportaciones de petróleo dan 1400.

- ¿Cuándo hubiera comenzado esa renta?

- En no más de cinco años. No es posible detener decisiones nacionales fundamentales por conveniencias de determinados políticos.

## El golpe

- ¿Puede haber golpe todavía?

- Qué puedo decirle... Hemos tenido en los últimos días dos alternativas golpistas; una, la violenta, en Taura; otra, la "constitucional" en la que se intentó en el Congreso la destitución del presidente pidiéndole la renuncia, algo totalmente absurdo desde el punto de vista legal. Como decía un colega hace pocos días, fue como pedir la renuncia del arzobispo de Quito o decidir la elección de Miss Ecuador.

- ¿Y Vargas Pazzos?

- El y la oposición de izquierda se han lanzado ya a la campaña del 88 indisolublemente unidos en sus aspiraciones de poder.

- ¿Vargas es de izquierda?

- Definitivamente no, pero está identificado con la Democracia Popular (democracia cristiana) de Osvaldo Hurtado y busca el apoyo del pueblo a través del sensacionalismo sentimental.

- ¿Será el candidato de la izquierda?

- Será el de la Democracia Popular. Probablemente sea uno de los dos que lleguen a la segunda vuelta. Hay problemas para la izquierda en lograr la unificación que pretende y que es muy difícil por su extrema heterogeneidad.

- Vargas amenazó con un golpe si Febres Cordero no renuncia.

- Es sensacionalismo por encima de las realidades.

- ¿No tiene poder militar?

- Ya no. Era un militar de honor que desarrolló un liderazgo dentro de las Fuerzas Armadas, pero ahora es un ciudadano normal, común y corriente, y su poder es el de cualquier otro.

## La voz de la oposición

El diputado Trajano Andrade, quien preside el bloque de Izquierda Democrática, el mayor del Congreso, estima que no es descartable que en cualquier momento pueda haber un golpe estrictamente castrense.

- ¿Hay temor por la futura actitud de los comandos?

- Son hombres entrenados para matar y están muy alterados con la situación.

- Se habló de que podrían pasarse a la subversión.

- Se ha hablado, efectivamente, y es un grave riesgo, muy serio. Los extremistas de Alfaro Vive o de cualquier otro sector subversivo podrían, eventualmente, intentar captarlos y acaso tuvieran éxito. Eso no lo desea nadie.

(c) LA NACION

115

01 · 02

8702098

8/12/86 "LA HORA e

# Ecuador capitalizaría parte de su deuda externa

La Junta Monetaria ecuatoriana autorizó a empresas privadas a capitalizar una parte de la deuda externa, que asciende a 8.400 millones de dólares. El monto permitido a convertir en capital es de 1.346 millones de dólares, que anteriormente constituía la deuda externa del sector privado.

La conversión de la deuda se inicia cuando el inversionista extranjero compra un título de deuda a los bancos acreedores, con un descuento de alrededor del 35%, de acuerdo a cómo se están cotizando en los mercados internacionales. Luego el inversionista los vende al Banco Central de Ecuador, quien los reconoce al 100% de su valor nominal.

Los poseedores de estos títulos podrán invertirlos en capital de instituciones establecidas en el país, y esos recursos deberían usarse para constituir aportes al capital social o aumentos de capital asignado en compensación de otros créditos.

De este modo el Banco Central prefiere otorgar recursos para cancelar los créditos concedidos por el mismo, que cubrirlo con emisión, tratando de reducir al mínimo la monetización de la deuda capitalizada, convirtiéndola en una participación accionaria. Dicha conversión podría transormar al país en un compañía anónima, desencadenando presiones inflacionarias por la monetización de la deuda, reduciendo sustancialmente la inversión directa y la concesión de nuevos préstamos. Además de un efecto negativo en la balanza de pagos y la desracionalización del aparato productivo y la pérdida de control sobre sectores estratégicos de la economía, lo que agudizaría la dependencia. Ecuador sería el quinto país latinoamericano que capitaliza su deuda, convirtiendo a sus acreedores en socios. Chile es el que mayor capitalización ha impulsado, en proporción al tamaño de su deuda en unos 600 millones de dólares.

Le sigue Brasil con más de 1.000; Argentina con 450 y Filipinas con unos 50 millones de dólares.

El servicio de deuda externa pública ecuatoriana equivale a 643 millones de dólares, y que implicará para 1987 destinar el 30% del presupuesto para pagarla.

# La economía soviética crecerá al 4,1% en 1987

De acuerdo a las previsiones presentadas en el *Plan de Desarrollo Económico y Social para 1987*, la renta nacional soviética crecerá al 4,1% mientras la producción industrial lo hará al 4,4%. La URSS, junto con el resto de países socialistas que integran el CAME, producen una cuarta parte de la renta nacional de todo el mundo, el 33% de la producción industrial y el 20% de la agropecuaria .

02·02

8402098

EL DIA 28/1/87

R. 115

ECUADOR

# Consejo de Guerra juzgará a secuestradores de Febres

QUITO. — El ministro ecuatoriano de Defensa, general retirado Medardo Salazar, anunció ayer que los aviadores rebeldes que secuestraron al presidente León Febres Cordero "dejaron de estar a mis órdenes" y pasaron a la justicia militar, mientras que medios castrenses de Guayaquil precisaron que los rebeldes serán juzgados por un Consejo de Guerra.

Salazar informó que dos oficiales y 79 comandos comprometidos en el secuestro, que concluyó con el canje del presidente por el general Frank Vargas Pazos, se encuentran detenidos en diversos repartos militares, a órdenes del juzgado de la primera zona aérea de Quito.

Afirmó que gozaban de plenas garantías, que se designó una comisión de tres médicos de las respectivas ramas de las FF.AA. y se envió una lista completa de detenidos y lugares de detención al presidente del Tribunal de Garantías Constitucionales (TGC), en cuyas dependencias iniciaron el pasado viernes una huelga de hambre las familias de los aviadores.

Estas habían solicitado al TGC la conformación de una comisión que garantice los derechos humanos y la integridad de los rebeldes, presuntas víctimas de malos tratos: incluso hablaron de la desaparición de uno de ellos, el capitán John Maldonado. El ministro de Defensa desmintió esas especies.

El presidente del TGC, René de la Torre, recibió ayer martes a tres oficiales de la Fuerza Aérea Ecuatoriana (FAE), quienes le entregaron un oficio del Juzgado Penal Militar de la primera zona aérea, con sede en Quito, con el listado y paradero de los comandos paracaidistas, que participaron del secuestro. Esta acción fue organizada por un mayor, Angel Córdova, y un capitán, John Maldonado, e intervinieron en el operativo, además, tres sargentos, 74 cabos y un soldado.

Los aviadores rebeldes, que canjearon a Febres Cordero por el ex máximo jefe de la FAE Frank Vargas Pazos, quien se encontraba detenido por alzarse en armas en marzo de 1986, fueron distribuidos en cinco grupos, uno de 15, tres de 16 y uno de 17 hombres, en diversos repartos militares de Quito.

El mayor Cordova, el capitán Maldonado y el cabo segundo Pedro Pilmes Leon Vera, identificado como uno de los más agresivos por Febres Cordero, se encuentran arrestados en la escuela de servicios del Ejército.

Con la publicación de la noticia y el paradero de los rebeldes, se espera que familiares de estos concluyan la huelga de hambre iniciada hace cuatro días.

René de la Torre, dijo también, que en "Las próximas horas" designará una comisión conjunta con la Cruz Roja para investigar el estado de salud de los comandos.

01-01

8702291

P. 115
ECUADOR
Cruzas con SUBVERSIÓN LAT.
(ALFARO VIVE)

28/10/86

# Jefe guerrillero ecuatoriano cae en tiroteo

QUITO. — En fuentes oficiales se confirmó ayer la muerte del líder máximo de la organización clandestina ecuatoriana "Alfaro Vive", Arturo Jarrín, quien fue abatido en un enfrentamiento con la policía en esta capital.

La información de la Presidencia de la República, difundida por una radioemisora local, señaló que Jarrín murió el domingo, tras un enfrentamiento con efectivos policiales que ubicaron su "casa de seguridad" en el barrio de Carcelen, al norte de Quito.

Se informó que en las próximas horas el ministro de Gobierno (Interior) Luis Robles, entregará mayores antecedentes del hecho.

Jarrín, "Ricardo" para sus compañeros, era buscado intensamente por la policía, que había ofrecido incluso una recompensa de 30 mil dólares para quien entregara antecedentes que posibilitaran su captura.

En los últimos días había circulado la versión de que se encontraba fuera del país, presumiblemente en España.

En los últimos meses, las fuerzas de policía y seguridad ecuatorianas han asestado fuertes golpes a "Alfaro Vive", grupo que hasta el presente perdió una veintena de sus militantes, mientras unos 50 permanecen detenidos en distintas cárceles del país.

Junto con Jarrín, este año han muerto los otros dos jefes máximos de "Alfaro Vive", Fausto Basantes, abatido en un enfrentamiento en enero pasado y Hamet Vasconez, muerto en las mismas circunstancias en setiembre último.

"Alfaro vive", creado en 1983, intensificó su accionar a partir de la asunción del actual gobierno, que preside el socialcristiano León Febres Cordero, en agosto de 1984.

28.10.86

01.01

8702571

ARCHIVAR EN: Ecuador (115)

TEMA: Ataco el "M-19" un cuartel ecuatoriano

PROCEDENCIA:

ARCHIVADO EN: Subversión Bat (043)

01-01 8702573

ARCHIVAR EN: Ecuador (115)

TEMA: Terroristas Colombianos atacaron en Ecuador

PROCEDENCIA:

ARCHIVADO EN: Terrorismo (075)

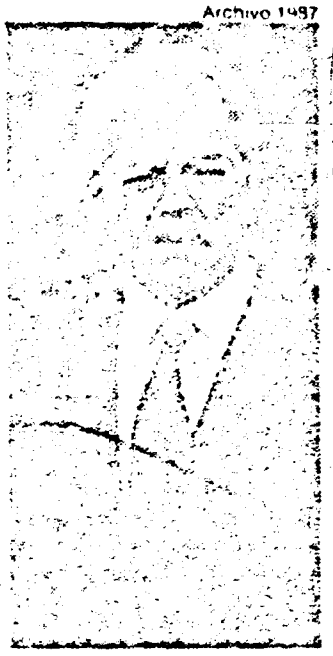
01-01 8702581

115

Clarín 19/02/87

Clarín 19/2/87

Archivo 1987



Presidente León Febres Cordero

# Ecuador: rechazan la negat

QUITO, 18 (AP). — **Dirigentes políticos opositores criticaron con severidad al gobierno del presidente León Febres Cordero** por incumplir en enero pasado el pago de los servicios de la deuda externa.

**"Esta es la primera ocasión en que el gobierno del Ecuador incumple unilateralmente el pago de la deuda externa"**, dijo el ex presidente **Osvaldo Hurtado**, uno de los principales opositores de Febres Cordero.

Recordó que cuando el año pasado se produjo la caída de los precios del petróleo —el principal producto exportable del país— sugirió recurrir al arbitrio de **limitar las importaciones, entrar en un programa de austeridad y notificar a la banca que Ecuador estaba en incapacidad de cumplir con sus obligaciones.**

**Raúl Baca Carbo**, precandidato presidencial por el partido socialdemócrata Izquierda Democrática (I.D.), dijo que el gobierno que pretendió presentar "al país como un **modelo latinoamericano** para cumplir los compromisos de la deuda, al cabo de dos y medio años de gestión **termina con una deuda mayor, dividendos no pagados y con un claro reconocimiento de que no es posible atender obligaciones en los términos de su publicitada renegociación".**

Por su parte, el subsecretario de Indust
Lisken, expresó que por el momento no par
**"una restricción de las importaciones"**, de
eventuales reajustes que se deben hacer p
divisas destinadas el pago de los intereses de l

Ecuador tiene una **deuda externa de** [illegible]
de dólares a diciembre pasado, y de acuerdo
oficiales deberá pagar este año alrededor de
**nes de dólares en intereses y amortizaciones.**

**La renegociación de los pagos fue suspe**
**dos semanas luego que extraoficialmente**
**Ecuador no pudo cumplir con el pago de**
**enero.**

**Osvaldo Dávila**, secretario general de P
del gobierno, ha sido el único funcionario en
suspensión del pago. Indicó esta semana qu
**plimiento se debió a que el país está impe**
**cumplir con las obligaciones "a raíz de**
**crítica que vive desde el año pasado"**, como
caída de los precios del petróleo.

Febres Cordero expresó la semana pasa
sa que tiene mucho que decir al país al re
estima que no es el momento indicado para

01-01

0703070

115

A/FINANCIER> 23-2-87

ECONOMIA

# También Ecuador pide prórroga para pagar la deuda externa

*Quito (Reuter) — Ecuador procura diferir al menos hasta junio el pago de intereses a bancos privados extranjeros, dijo un alto funcionario financiero gubernamental, que diferenció esta propuesta de la moratoria brasileña.*

*Ecuador ocupa el octavo lugar en el Estado deudor de deudores latinoamericanos.*

*El funcionario dijo que el gobierno, en negociaciones con su comité de 14 bancos acreedores, estuba proponiendo remitir sólo anual o semianualmente los pagos correspondientes a la deuda ecuatoriana a mediano y largo plazo con los bancos privados extranjeros, que asciende a unos 5600 millones de dólares.*

*Los pagos de intereses de estas deudas contraídas con unos 400 bancos, actualmente vencen mensual y trimestralmente.*

*Si el comité de gestión, liderado por Lloyd's acepta el pago semestral, el próximo sería en junio, y si acepta el pago anual de todos los intereses, sería luego de dicho mes, dijo el funcionario.*

*Ecuador no ha realizado pago alguno de intereses de su deuda a mediano y largo plazo desde mediados de enero, debido a lo que describe como problemas de liquidez causados por la caída en el precio del petróleo, su principal producto de exportación.*

León Febres Cordero

*Las reservas internacionales netas del país cayeron a 138 millones de dólares a fin de enero, suficientes para cubrir solamente un mes de importaciones.*

*El gobierno ya ha dejado de cumplir con un pago de intereses que vencía a fin de enero, y el fin de semana venidero vence otro pago, dijeron fuentes bancarias.*

*La postergación que procura Ecuador debe ser vista en términos distintos que la impuesta por Brasil, dijeron fuentes gubernamentales y financieras.*

*"Nosotros no estamos anunciando a los bancos lo que vamos a hacer unilateralmente", dijo el alto funcionario financiero del gobierno. "Nos estamos sentando y hablando con ellos acerca de la situación".*

*Ecuador había notificado en noviembre al comité de bancos que preveía que tendría problemas en cumplir con los pagos en 1987, de acuerdo a las fechas previstas, dijo.*

*Las negociaciones sobre el nuevo acuerdo financiero se iniciaron en Nueva York el 14 de enero, pero fueron interrumpidas el 16, cuando el presidente del Ecuador, León Febres Cordero fue raptado durante 12 horas por paracaidistas de la Fuerza Aérea Ecuatoriana.*

*Las negociaciones se reanudarán en Nueva York este mes y en las mismas, Ecuador busca también reducir las tasas de interés que debe abonar. No procura, en cambio, la obtención de nuevos préstamos.*

*Unos dos tercios de la deuda externa total ecuatoriana, que asciende a 8160 millones de dólares, corresponden a la banca extranjera privada.*

PARTES POCO LEGIBLE

01-01

8703233

115

El día

28/3/87

# Oposición pide juicio a Febres

QUITO. — Mientras el presidente ecuatoriano, Leon Febres Cordero, hacía un llamado de rechazo a la sedición y convocaba a la unidad nacional, tres de los seis partidos opositores con representación en el Congreso oficializaron su demanda para llamarlo a juicio político.

Febres Cordero censuró severamente a sus opositores y destacó la necesidad de la unión entre sus compatriotas para superar la crisis en que sumió al país el terremoto del 5 de marzo pasado.

El llamado a su enjuiciamiento figuró como la segunda demanda del pliego de siete peticiones de la huelga nacional que concluyó la madrugada de ayer.

La protesta paralizó gran parte del país, dejó más de cien detenidos y una veintena de heridos, y evidenció el proceso de unidad de los sectores laborales, cuya dirigencia responde a posiciones políticas de izquierda.

El diputado Jorge Moreno, del marxista Movimiento Popular Democrático (MPD), anunció que a su tienda política se han unido el Partido Roldocista ecuatoriano y el Partido Socialista, con lo que superan ampliamente los diez diputados que la ley establece para la convocatoria al juicio presidencial en el Parlamento.

Segun Moreno, el juicio político busca "la sucesión constitucional" bajo la acusación de "traición a la patria", por "entregar todo el manejo de la política petrolera a la banca norteamericana"; y que "los destinos del país no estén en manos de ecuatorianos, sino de un puñado de extranjeros".

01-01

8703111

ECUADOR

115

CIACIA 26/3/1985

# Hubo graves disturbios en Ecuador

***Quito, Guayaquil y Esmeraldas fueron escenario, ayer, de los más graves acontecimientos durante manifestaciones de adherentes al paro general por 24 horas decretado por organizaciones sindicales en rechazo a la política de austeridad económica del gobierno de León Febres Cordero.***

QUITO, 25 (AP, Reuter y UPI). — **Seis personas resultaron heridas de bala y por quemaduras** de bombas de fabricación casera, y unas **cuarenta fueron detenidas** a raíz de los disturbios al cumplirse hoy la **huelga general en Ecuador.**

Dirigentes sindicales dijeron que **tres trabajadores resultaron heridos y otros 40 detenidos en Quito** y otras ciudades, como consecuencia de los enfrentamientos con la policía.

En esta capital **tres conscriptos militares resultaron con graves quemaduras** por el impacto de una bomba Molotov lanzada contra el carro que los conducía por las calles céntricas, como parte de los operativos de seguridad oficiales.

La huelga, convocada por el **Frente Unitario de Trabajadores** (FUT) y otras 16 agrupaciones sindicales menores en rechazo a la política de austeridad impulsada por el gobierno, tuvo **acatamiento "total"** según los informadores gremiales, y solo **"parcial"** de acuerdo con las **fuentes oficiales.**

La FUT reclama además el **enjuiciamiento político del presidente León Febres Cordero,** la destitución del ministro de Energía, **Javier Espinosa,** la **duplicación del salario mínimo** (actualmente equivalente a 80 dólares) y el **no pago de la deuda externa.**

Es la quinta huelga general convocada durante la presidencia de Febres Cordero, veinte días después que su gobierno decretó un **aumento general de combustibles del 80 por ciento,** a raíz de la catástrofe sísmica que destruyó el oleoducto transecuatoriano. Las dos terceras partes de las divisas ecuatorianas provienen de la exportación de su petróleo.

**♦ Incidentes**

A temprana hora una columna de unos 300 manifestantes que avanzaba hacia el Palacio Presidencial **fue atacada por francotiradores desde el edificio de una cooperativa,** desde el cual también se arrojaban piedras y otros objetos. **Dos obreros resultaron heridos de bala** en ese enfrentamiento.

Huelguistas instalados frente al edificio del Instituto Ecuatoriano de Seguridad Social **atacaron con distintos objetos a automovilistas** que circulaban por la céntrica avenida 10 de Agosto.

Tres soldados conscriptos del ejército que viajaban en un vehículo militar por el centro colonial quiteño fueron atacados con bombas incendiarias por huelguistas. "Los tres están **heridos y quemados**", dijo **Marcos Lara,** secretario de Información del gobierno. Hubo tres **detenidos** en ese episodio.

Las calles de acceso al centro y a los sectores fabriles estaban cerradas por **barricadas armadas** con piedras, basura y llantas incendiadas, mientras **efectivos militares y policiales custodiaban dependencias** clave para el funcionamiento de los **servicios públicos,** como agua potable y electricidad.

En **Esmeraldas y Guayaquil hubo cinco policías heridos de bala y por quemaduras** con bombas incendiarias. En esta última ciudad, segunda del país, se supo de la **detención de cinco activistas gremiales.**

El ministro de Trabajo, **Jorge Egas,** recordó que "la huelga es ilegal, y **toda acción ilegal tiene una sanción legal**", en aparente referencia a esas detenciones.

01·01

●703322

115



*Ecuador y la obediencia debida*

# Una guerra de palabras con fondo de

machismo Latino

Por Alan Riding

QUITO (The New York Times). – Oculto en las dependencias de servicio en la mansión de un amigo cerca de esta capital, y en espera de su oportunidad para irrumpir nuevamente en la escena política, el general rebelde de la Fuerza Aérea ecuatoriana Frank Vargas Pazzos calificó al presidente León Febres Cordero de "tirano" y "dictador", al tiempo que sugirió que debía dejar la presidencia antes de que se desate una guerra civil.

Por su parte, el mandatario ecuatoriano calificó a Vargas Pazzos de "miserable" y "traidor". Poco después de haber sido secuestrado, a mediados del mes pasado, por comandos de la Fuerza Aérea que demandaron y obtuvieron la liberación de Vargas Pazzos, detenido en una base militar, el presidente agregó el epíteto de "izquierdista extremo".

En un país donde no hay una fuerte tradición de violencia de izquierda o de derecha, la lucha política que convulsiona al Ecuador aún está en gran parte restringida a una artillería verbal. No obstante, la guerra de palabras se ha intensificado peligrosamente en estos últimos días, con su lenguaje de honor, traición y virilidad.

## "Un verdadero hombre"

Asimismo, en un esfuerzo por volver a definir los términos del debate, el presidente del Congreso, dominado por la oposición, Andrés Vallejo, indicó la semana pasada que "un verdadero hombre no es aquel que vocifera, es alguien que puede dominarse a sí mismo y anteponer los intereses del país a las reacciones de violencia y pasión, alguien que no confunde firmeza con insultos".

Por ahora, al menos, la mayoría de los ecuatorianos parecen más fascinados por el enfrentamiento entre dos fuertes personalidades que por cualquier tema ideológico que pudiera estar en juego. Un diplomático extranjero dijo que "desafortunadamente, todo está siendo medido en términos de machismo. Febres Cordero siempre se ha pintado a sí mismo como un macho, y ahora ha aparecido otro macho a desafiarlo".

Muchos ecuatorianos, aun los que están en favor de las políticas económicas del gobierno conservador, culpan al presidente por la crisis. Este siempre ha preferido las amenazas a la persuasión serena, y ha llevado al cinto, bien a la vista, su pistola 45 como un símbolo de su estilo de gobierno. En esto refleja la tradicional política pendenciera de su ciudad natal, Guayaquil.

## Dejarse matar

Sus críticos, sobre todo el ex presidente Osvaldo Hurtado, con frecuencia fueron calificados mordazmente por Febres Cordero como poco hombres. Por esta razón, para ellos fue un gran triunfo que el presidente cediera a las demandas de sus secuestradores.

Alejandro Carrión escribió en una columna en el diario ecuatoriano El Comercio que "para la oposición, la obligación del presidente era, evidentemente, dejarse matar".

Hurtado, en cambio, piensa de otro modo: "Si el presidente secuestrado hubiera tenido una personalidad menos belicosa el país habría comprendido su concesión, pero éste es un presidente que en toda su carrera política se ha jactado de ser un hombre que sabe llevar los pantalones. Su aureola de macho se ha esfumado".

## "38 ciudadanos"

Febres Cordero, sin embargo, trató rápidamente de recuperar su aplomo. Dos días después de su secuestro insistió en que era "un hombre de honor", al tiempo que denunció "la pasión política, el odio sectario y el vengativo fanatismo" que impulsaba a la oposición a buscar su enjuiciamiento. Cuando la mayoría en el Congreso le pidió su renuncia, desechó la resolución como el trabajo de "38 ciudadanos".

Con las relaciones entre el Congreso y el presidente estancadas, las miradas se han vuelto una vez más a la variable menos previsible, representada por Vargas. "El pueblo ha llegado a la conclusión de que no es posible combatir a Febres Cordero dentro de la ley –indicó Hurtado–. Por eso se vuelve hacia Vargas Pazzos."

León Febres Cordero, presidente del Ecuador

Como suele suceder entre la[illegible] de los países pequeños, los do[illegible] bres se conocen muy bien. [illegible] provienen de regiones coste[illegible] cuando era comandante de la F[illegible] Aérea, Vargas Pazzos invitó al [illegible] dente a apadrinar al menor [illegible] hijos, lo cual es un gesto de a[illegible] íntima en el mundo latino.

No obstante, en marzo de [illegible] respaldado por muchas d[illegible] mismas tropas que secuestra[illegible] Febres Cordero el pasado [illegible] enero, el general dirigió en ma[illegible] año anterior dos levantamient[illegible] secutivos durante los cuale[illegible] mandó la destitución del minis[illegible]

01 · 02

8703444

Defensa y del comandante del Ejército.

Aunque algunas versiones señalaban que estaba resentido por no haber sido ascendido a general de cuatro estrellas, Vargas Pazos se consideró a sí mismo como un cruzado que combatía la corrupción en las Fuerzas Armadas. Pero los dos funcionarios no fueron destituidos y Vargas fue arrestado. El presidente y el general se sintieron recíprocamente traicionados y comenzó la lucha.

Vargas es un hombre temperamental, de mirada ardiente, afecto a las artes marciales. No oculta el hecho de que también proviene de una región y de una familia de "verdaderos hombres". Tiene por lo menos 10 hijos de tres matrimonios diferentes, aunque éste es un número modesto comparado con los 84 hijos atribuidos a su padre, el general Luis Vargas Yepes. "Debo admitir que esto no es anormal en la provincia de Manabí", comentó el hermano del general, René, ex comandante de Ejército.

Pero el atractivo de Vargas radica en algo más que en puro machismo. Si bien sus admiradores dicen que tiene una inclinación intelectual, su popularidad dentro de las Fuerzas Armadas se deriva de la forma en que trató a los oficiales de bajo rango y a los aviadores. "De la ansiedad casi mística del vuelo nace una verdadera amistad -explicó Vargas-. Yo ejercí una autoridad más moral que legal."

Según el general, los comandos que secuestraron al presidente ecuatoriano simplemente actuaron impulsados por la lealtad e indignación ante el hecho de que Vargas aún permaneciera preso, pese a que en septiembre pasado el Congreso había emitido una resolución por la que ordenaba su libertad.

"Los comandos son la guardia pretoriana de Vargas -dijo un diplomático-. Son sus muchachos, los soldados más mimados y consentidos del Ecuador."

Luego de la crisis del mes pasado, la sombra de Vargas se ha extendido y se considera que su popularidad se incrementa tanto entre los militares de mediana graduación como en todo el país. Un político local indicó que "encaja perfectamente en el molde de un tradicional jefe político y populista latino".

Asimismo, desde su escondite donde evade el arresto por aquello que sus amigos consideran falsas acusaciones de soborno, Vargas parece deseoso de responder a cualquier llamamiento para que ocupe un cargo en el Gobierno.

Describiéndose a sí mismo como "centroizquierdista", insiste en que esto deberá producirse mediante las elecciones de enero próximo más que por un golpe militar, pero agregó que "gran parte del pueblo piensa que debería participar en ellas".

Empero, su aparición súbita como un actor importante en el escenario político le ha creado nuevos enemigos, no sólo en el alto mando militar, sino también entre los partidos opositores tradicionales, que temen ver perturbados sus planes para las próximas elecciones.

Algunos políticos abrigan la esperanza de que pronto se desista de los cargos formulados contra Vargas, conscientes de que la popularidad de éste puede acrecentarse en tanto lo consideren una víctima. "Si se lo expone a la luz y se lo somete a la prueba del debate político ordinario tal vez se queme", reflexionó una destacada personalidad civil.

(c) LA NACION

02.02

8703444

115

81 Lis 28/2/87

# Tribunal electoral en Ecuador

QUITO. — El nuevo Tribunal Supremo Electoral de Ecuador quedó constituido, con mayoría del bloque opositor de izquierda, para dirigir las elecciones presidenciales y legislativas que se realizarán en enero.

El Congreso hizo las designaciones de los siete vocales, tres de los cuales representan al Congreso, dos al Poder Ejecutivo y dos a la Corte Suprema.

Seis de los siete vocales del anterior Tribunal Supremo Electoral presentaron sus renuncias pese a que su período concluía en julio de este año en vista de un pedido de la mayoría opositora en el Congreso que consideró imprudente que el cambio de miembros del TSE ocurriera en medio de la campaña electoral.

Un séptimo vocal, Patricio del Pozo, afiliado al Partido Concentración de Fuerzas Populares (CFP), se negó a dimitir y fue sometido a juicio político, el Congreso lo destituyó.

El anterior tribunal estaba conformado por vocales en representación de los partidos que tuvieron mayoría en el Congreso cuando se efectuó la elección de vocales de ese organismo en julio de 1985.

PARTES ELEGIBLE

01 · 01

8703554

115 RS.



Al interrumpirse la exportación de petróleo por efectos del terremoto

# Ecuador sumido en repentina crisis

**Quito (Reuter) — La suspensión de las exportaciones ecuatorianas de petróleo se prolongará por lo menos cuatro meses debido a la rotura de un oleoducto durante el terremoto del jueves pasado**, según ha anticipado un importante funcionario del Ministerio de Energía.

El funcionario reveló que el país recién podrá reanudar las ventas al exterior cuando sean reparados los daños sufridos por el principal oleoducto nacional, que transporta crudo desde los yacimientos ubicados en la jungla amazónica hasta la costa del Océano Pacífico.

"El país — indicó — tiene reservas de combustibles para atender el consumo interno durante aproximadamente 35 días y, por lo tanto, deberá importar crudo para satisfacer las necesidades nacionales.

"El hecho vino a asestar un duro golpe económico a Ecuador, donde el petróleo constituye aproximadamente los dos tercios de las exportaciones totales y representa hasta 60 por ciento de los ingresos gubernamentales."

Las autoridades ecuatorianas están estudiando la posibilidad de construir un oleoducto de emergencia, a un costo de 15 a 20 millones de dólares, a fin de conectar Lago Agrio con un conducto colombiano.

El funcionario calculó que podría tardarse 60 días en tender esa cañería de 25 kilómetros de largo hasta Colombia. El proyectado oleoducto transportaría 50.000 barriles diarios hasta el conducto colombiano que no está siendo utilizado a pleno y a través del cual el crudo ecuatoriano podría llegar hasta un puerto colombiano sobre el Pacífico.

## • Solución

El petróleo, una vez llegado al litoral colombiano, sería llevado en barcos hasta la refinería costera ecuatoriana de Esmeraldas a fin de abastecer las necesidades internas de combustible, hasta tanto sea reparado el oleoducto principal.

Colombia sólo está transportando 17.000 barriles diarios por ese conducto, construido —detalló— con una capacidad nominal de 100.000 barriles diarios.

Ecuador, afectado por la baja de los precios mundiales del crudo en 1986, contaba con sólo 138 millones de dólares en reservas de divisas a fines de enero, suma equivalente a aproximadamente un mes de importaciones.

En enero último, Ecuador suspendió los pagos de interés sobre 5400 millones de dólares adeudados a aproximadamente 400 bancos privados foráneos.

La deuda externa total del país asciende a 816 millones de dólares, siendo la octava de América latina por su magnitud.

PARTES ILEGIBLE

01-01

8703686

RS 115

PAGINA 2 — EL DIA 23/3/87

# Ecuador: general rebelde aceptó ser candidato

QUITO. — El general Frank Vargas Pazzos, ex jefe de la Fuerza Aérea ecuatoriana ahora en la clandestinidad, aceptó la candidatura a la presidencia de la República que en días pasados le propuso el partido comunista Frente Amplio de Izquierda (FADI).

Su candidatura, según dijo, será auspiciada "por los mayores partidos del centro hacia la izquierda, entre los que se encuentra el FADI", que también postuló para la vicepresidencia al ex vicepresidente León Roldós Aguilera.

Al comentar la posibilidad de que la socialdemocracia y la Democracia Cristiana participen en este frente para apoyar su candidatura, el ex jefe de la Fuerza Aérea dijo que esos dos partidos "deben unirse al carro de la historia o se quedarán en el camino".

Vargas Pazzos, que comandó dos sublevaciones militares contra el gobierno conservador del presidente León Febres Cordero en marzo de 1986, y que fue liberado tras otro levantamiento de la tropa en enero pasado, se encuentra actualmente en la clandestinidad.

Para obtener su libertad, el general tendrá que pagar una fianza de 5,5 millones de sucres (unos 35.000 dólares), fijada por la Corte de Justicia Militar.

01·01 8703730

ECUADOR

115

RS

Consejo de guerra verbal comenzará en marzo

Ba Nacional 25/2/82

# Secuestradores de Febres serán juzgados por crimen militar

QUITO. (EFE).- Los 78 paracaidistas que participaron en el secuestro del presidente ecuatoriano, León Febres Cordero, y en la sublevación militar de la base de Taura, el pasado 16 de enero, serán juzgados por crimen militar en un Consejo de Guerra Verbal que comenzará el 4 de marzo próximo.

El Consejo, que procesará uno por uno a todos los acusados, estará formado por tres oficiales superiores de la Fuerza Aérea Ecuatoriana (FAE) y dos oficiales superiores del Servicio de Justicia Militar de Aviación, todos ellos los más antiguos en sus respectivas promociones.

Según informaron fuentes oficiales citadas por la prensa nacional, la sublevación militar y el secuestro del jefe del Estado están considerados como crímenes militares, y son delitos penados con una reclusión mayor extraordinaria de hasta 16 años.

Actualmente, los paracaidistas se encuentran detenidos en varios cuarteles militares del país, una vez que el alto mando de las Fuerzas Armadas decidió disolver los comandos especiales que integraban.

Junto con ellos, fueron apresados también dos oficiales de más alto rango, el mayor Angel Córdova y el capitán John Maldonado, el primero liberado hace días tras quedar claro que su participación en la sublevación de Taura se redujo a mediar entre los insubordinados y el Gobierno.

Los sublevados exigieron, a cambio de la vida del presidente secuestrado, la puesta en libertad de su ex-comandante jefe, el general de la Fuerza Aérea Frank Vargas Pazzos, preso por dos sublevaciones previas, dirigidas por él los días 7 y 14 de marzo pasado.

01-01

8703797

# Ecuador: en la mira populista, militarista...y árabe

**Por Manfred Schönfeld**

...o ocurrido con el presidente Febres Corde- de Ecuador, dista mucho de ser un episodio ...icho; al respecto importa menos la proyec- ...n inmediata del hecho (es decir, si el presi- ...nte que negoció con sus propios secuestrado- ... habrá o no de seguir ocupando la primera ...gistratura de su país —tal vez, al salir a la luz ... presentes consideraciones, ya no lo ...upe—), que las raíces de aquel episodio. Este ...l tema que intentaremos abordar seguida- ...nte.

Al respecto, es necesario tener en cuenta va- ...s circunstancias características de un país co- ... Ecuador, algunas compartidas con otros ...nque no con todos los otros) países latino- ...ericanos, algunas decididamente "sui gene- ...". Son circunstancias, más que nada, de in- ...le histórica y, por ende, espiritual; pero tam- ...én las hay de índole económica y, no en últi- ...stancia, de naturaleza demográfica. Comen- ...mos con algo de historia, al menos con ...ello que pueda interesarnos a los efectos de ...e comentario.

Hay un antiguo dicho que corre por los tres ...íses sudamericanos considerados, por auto- ...nomasia, como de "tradición bolivariana" y ...e son, de Norte a Sur, Venezuela, Colombia y ...cuador. (Los otros tres no menos típicamente ...bolivarianos", por más que Bolivia deba su ...ombre al libertador oriundo de Venezuela; pe- ... era parte del virreynato del Río de la Plata y ... brega emancipadora fue, en cuanto su co- ...ienzo mismo, anterior al surgimiento de la ...strella de Bolívar, y la sostuvieron, después, ...xpediciones militares procedentes del actual ...erritorio argentino, así como facciones de ...uerrilleros y "republiquetas" de formación ...aramente local. Perú, por su parte, debió ...cluso la proclamación formal de su indepen- ...encia a la campaña sanmartiniana. Panamá, ...apéndice de Colombia, habría de tomar por ca- ...inos propios —aun antes de caer bajo influen- ...ia norteamericana—, por más que fuese en el ...ismo donde Bolívar intentó realizar su visiona- ...io aunque frustrado primer congreso panameri- ...icano. De modo que lo que podría llamarse "el ...iñón" de la tradición bolivariana en Sudamérica está centrado en las tres repúblicas que enumeramos antes: Venezuela, Colombia y Ecuador).

En ellas, según señalamos, hay un dicho según el cual "los militares vienen de Venezuela, los letrados de Colombia y los curas de Ecuador". Es un dicho que esgrimen, naturalmente, con cierto aire de suficiencia los colombianos, autoajudicándose dentro del conjunto el poder cultural y de la ilustración, y relegando a sus vecinos septentrionales el poder de la fuerza bruta de las armas y a sus vecinos meridionales el de la cerrazón oscurantista del eclesiastismo.

Como en todas las frases de semejante naturaleza, hay en ella mucho de exageración, lo cual no obsta que haya –o, al menos, haya habido— un germen de verdad. Es cierto que Venezuela se ha caracterizado por ser cuna de militares "revolucionarios" (léase, "golpistas"); es cierto que, durante mucho tiempo, Bogotá ha sido el principal centro de irradiación cultural dentro del grupo regional de los tres países; es cierto, finalmente, que en Ecuador la Iglesia católica mantuvo uno de sus bastiones más tipicamente "reaccionarios" en la acepción tradicional y corriente que se le da a ese calificativo dentro de la jerga política convencional. Incluso puede decirse, sin temor a caer en exageración, que el gobierno del presidente Ponce –que estuvo en el poder en la segunda mitad de la década del '50– fue uno de los últimos regímenes cerradamente católicos, en el sentido más tradicional del concepto, que se hubiesen registrado en América latina.

## Condiciones económicas

Coadyuvaban a esta situación de quietismo o— si se prefiere— de estancamiento, las condiciones económicas en que se hallaba el país. Era no una pequeña, sino una gran república "bananera". Pese a poseer considerables recursos naturales en potencia —y también, aquí o allá, muy parcialmente en acto—, lo cierto es que, hasta que no se produjo súbitamente, el "boom" petrolero en Ecuador, el país vivía literalmente de la exportación de bananas, es decir que vivía precariamente. El campesinado indio languidecía y se contentaba con que se le dejase un poco de tierra para satisfacer sus necesidades más elementales. (No le había llegado aún la economía del dinero propiamente dicho: era una cuestión de "papa que plantaba, papa que comía"). Un sector minoritario de los "cholos" iba a trabajar (igualmente, casi tan sólo a cambio de techo y comida, principalmente de papas), en calidad de personal doméstico para las pocas familias ricas en las principales ciudades.

En "tierras calientes" —es decir en la región costera, entre la cordillerana y el Pacífico, ya que la otra porción de las "tierras calientes", la lindante con la cuenca amazónica, fue hasta hace muy poco y en parte sigue siendo "zona prohibida", jungla impenetrable en que imperan los horrores del clima ecuatorial, de los ofidios y arácnidos y, no en última instancia, de los jíbaros y tribus aborígenes similares— se aglutinaba una población basada en una heterogénea mezcolanza, es decir menos dividida internamente por tiesas barreras étnico-sociales, y por ende más activa, más industriosa y más "progresista". Así como Quito era el burgo por excelencia de lo estático y de lo conservador, Guayaquil era el centro de irradiación de un incipiente dinamismo: comercio, navegación, movimiento en términos generales.

## El petróleo y las "baisanos"

El petróleo da su sacudida a la economía ecuatoriana apenas unos años antes de la crisis energética mundial de 1973, es decir que llega en el momento indicado para satisfacer las necesidades del país, pero también para crearle las dificultades típicas de un proceso exageradamente rápido de crecimiento y de transformación. De una gran república bananera, Ecuador pasa a ser una pequeña potencia petrolera. Además, el petróleo moviliza fuerzas políticas y cambia la faz de las estructuras sociales. Los militares se ponen en movimiento, al principio al servicio de lo que podría llamarse "la reacción", pero luego —siguiendo el ejemplo del "militarismo peruanista", frustrado al fin de cuenta que, no por ello dejó de marcar un rastr servicio, pretendidamente, de "lo pop Con todo hay otro problema de por me cohesión "racial" (empleemos el feo tér así no sea más que a título digresivo), es esquema tradicional de una sociedad fo por blancos, mestizos, indios y una mez todos ellos más restos de población de negro, mezcla que, como señalamos, particularmente en las aludidas "tierras tes" de la costa. Esa cohesión y ese esqu ven alterados por la presencia de un el "exótico": los descendientes de los inmig de origen árabe, más que nada sirios y liba No esque hubiesen llegado súbitamente y pel al país. Están y han estado allí desd mucho tiempo, son nativos desde hace u y aun tres generaciones, y esas generaci ciertos casos ya han alcanzado edad m Pero siguen —de hecho seguían, hasta h go tiempo, hasta hace digamos no más d años— siendo forâneos para los sosten tradicionales de la sociedad ecuat "baisanos", como se les dice remedando ca pronunciación de los árabes, incap pronunciar la "p". Se los remeda c mezcla de afable ironía, pero en última cia no exenta de hostilidad...

((Cont

El Informador 30/1/87 Guerrero

01·01

8704329

RS
ECUADOR
Quizas FUNDACIONES

115

# Una medida a imitar

Escribe Humberto Toledo

ECUADOR

*El gobierno ecuatoriano del presidente León Febres Cordero ordenó, a través de un decreto oficial, la realización de "verificaciones contables" en tres fundaciones pertenecientes a partidos políticos de Alemania Federal.*

*La intervención del Estado también recaerá sobre la asistencia financiera que reciben partidos políticos de Ecuador, de las fundaciones alemanas Konrad Adenauer y Hans Seidel (Unión Demócrata Cristiana) y de la Friedrich Ebert (de la socialdemocracia).*

*El propósito del gobierno ecuatoriano es establecer que las fundaciones alemanas "no intervengan indebidamente en los asuntos internos y cumplan las disposiciones legales del Ecuador y de la República Federal de Alemania", explicaron voceros oficiales.*

*En mayo pasado, diarios de circulación masiva de la República Federal de Alemania publicaron informes sobre la presunta intervención de las fundaciones mencionadas en la política interna ecuatoriana. El embajador alemán Helmut Hoff, citado por el canciller del Ecuador, rechazó las imputaciones. Las investigaciones oficiales siguieron en curso, hasta que el presidente Febres Cordero decidió intervenir para verificar las relaciones económicas y financieras que ligan a las fundaciones alemanas con los partidos políticos nativos.*

León Febres Cordero

*La ejemplar medida ha conmocionado la vida política ecuatoriana, pero de extenderse a otros países, cuyos gobiernos decidan también actuar sobre el mismo terreno, podría provocar un sismo de imprevisibles consecuencias.*

*El caso de la Argentina es patente. La actividad de las fundaciones Konrad Adenauer y Friedrich Ebert es de tal magnitud (al parecer también operan en el terreno económico) que aparecen apoyando seminarios no sólo de organizaciones sindicales y partidos políticos, sino hasta del propio gobierno, o al menos organizados por prestigiosas figuras de esta administración.*

**• Estupor**

*Esa es una de las razones que originan estupor cuando se escuchan los inflamados discursos de algunos conocidos dirigentes sindicales y políticos sobre figuras tan difusas como el imperialismo, la independencia económica, la liberación nacional. La participación de legisladores nacionales del peronismo y el radicalismo en congresos de la socialdemocracia internacional —que financia la Friedrich Ebert— es uno de los ingredientes más cotidianos de la participación que les cabe a las fundaciones alemanas en la política interna argentina.*

*Pero así como a la Cancillería argentina parece no molestar las arriesgadas intervenciones del embajador de los Estados Unidos Theodore Gildred en los asuntos internos del país, tampoco el Ministerio del Interior demuestra preocupación por la vida activa de las fundaciones alemanas en la política argentina. Que se sepa, tampoco el ministro de Trabajo —se supone, un profundo conocedor de las hábiles incursiones alemanas en sindicatos y confederaciones— ha tenido tiempo aún de analizar este delicado y escabroso asunto. Y de ninguna manera puede suponerse que, en caso de probarse las vinculaciones económicas de las fundaciones alemanas en, por ejemplo, campañas electorales para el triunfo de algunos candidatos en sindicatos muy conocidos, serían ignoradas por el celoso espíritu ético que guía tanto la acción del gobierno radical como de la oposición peronista.*

D. Financiero 8/06/87

01 · 01

8704998

RS

115

# Ecuador capitalizó 32 millones de dólares

QUITO, 11 (EFE) — Al tiempo que el Banco Central de Ecuador reveló que el país obtuvo durante 1987 inversiones por 32 millones de dólares a través del mecanismo de capitalización de su deuda externa, los datos conocidos oficialmente ayer consagnaron que el monto total de la deuda externa ecuatoriana alcanzó el nivel más alto de su historia al triplicarse en los últimos nueve años.

El gerente del Banco Central del Ecuador Carlos Julio Emanuel, reveló que el país ha concretado inversiones por 32 millones de dólares, bajo la modalidad de capitalización del endeudamiento, acorde con el ritmo programado para 1987.

El mecanismo local de conversión de la deuda externa en capital fue aprobado por la gubernamental Junta Monetaria en febrero pasado y, según su presidente, Federico Arteta, el gobierno aspira a "vender" una deuda de entre 40 y 50 millones de dólares, hasta diciembre venidero.

"El proceso es lento pero está funcionando bien", dijo Emanuel, pero sin dar a conocer el número de empresas beneficiadas, ni el monto individual de cada inversión, ni las áreas de producción que están involucradas, ni la procedencia de los capitales.

Un total de 1.346 millones de dólares son factibles de capitalizar, según la autorización oficial, correspondiente al monto de la deuda externa privada, equivalentes a un 16 por ciento del endeudamiento global del país de 8.300 millones de dólares.

El mecanismo estableció como áreas prioritarias de inversión al sector agroindustrial, la banca, el sector minero, compañías de seguro y reaseguros, agrícolas y de turismo.

Estipula además que los inversionistas que compren la deuda local se convertirían en socios capitalistas de las empresas ecuatorianas endeudadas, pero solo podrán remitir sus utilidades al exterior después de cuatro años de realizadas las operaciones.

♦ **Deuda triplicada**

El monto de la deuda exterior ecuatoriana se triplicó en los últimos nueve años y alcanzó el nivel más alto de su historia, según datos del Banco Central del Ecuador y del Consejo Nacional de Desarrollo (CONADE), publicados hoy.

EL Mundial 12/4/87

01-01

8705796

115



ECISION UNILATERAL DE FEBRES CORDERO

# Ecuador replantea el pago de su deuda

QUITO, 11 (UPI y DPA). — cuador, que dejó de pagar su deuda externa a partir del mes de enero, replanteará nuevamente el problema a los acreedores, como consecuencia de los sismos que causaron fuerte destrucción y pérdida de numerosas de vidas la semana pasada, según un vocero económico del gobierno.

El asesor económico del presidente, León Febres Cordero, y ex ministro de Finanzas Alberto Dahik expresó por televisión que "va a ser necesario un nuevo replanteamiento integral sobre el pago de la deuda externa debido a que el país ha a dejar de exportar petróleo durante aproximadamente cuatro o cinco meses".

Actualmente la deuda externa de Ecuador es de 8.200 millones de dólares, y el servicio de deuda es de más 900 millones. Dahik señaló que "hay que buscar un arreglo adicional porque las propuestas formuladas a la banca internacional para arreglar la deuda en el presente año no se viabilizan en los mismos términos anteriores".

"Por lo tanto —añadió—, se planteará un nuevo pedido de ampliación en el pago a los acreedores, así como obtener recursos adicionales del sistema financiero internacional."

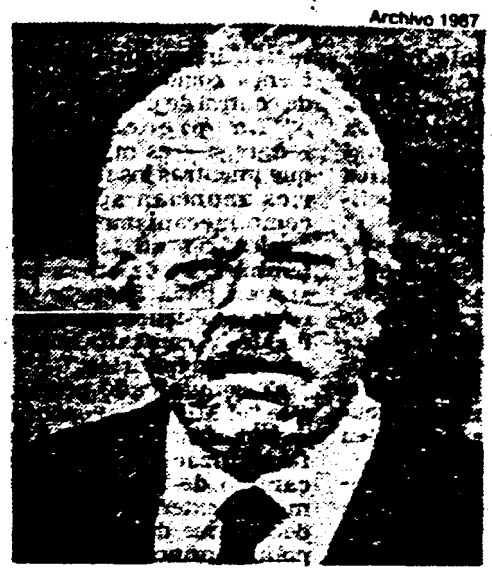
◆ Replanteo

El gerente del Banco Central, Carlos Emanuel, confirmó este criterio al destacar que "hoy más que nunca la banca internacional tendrá que entender que el país no puede cumplir con esas obligaciones". Puntualizó, sin embargo, que "la suspensión de pagos de los intereses y del capital es una medida adoptada mucho antes de esta emergencia". En efecto, la suspensión se había iniciado en enero cuando una circunstancia definida como "dificultad temporal en el flujo de caja" determinó que Ecuador no pudiese cumplir.

Pocos días más tarde, el gobierno anticipó que este año Ecuador pagará una cuota única de 300 millones de dólares, en setiembre, en lugar de pagos mensuales por un total de 900 millones, además de una cuota de 120 millones para amortización de capital.

Por su parte el ministro de Finanzas, Domingo Cordovez, fue aún más dramático al enfatizar que "lo que está ocurriendo en Ecuador no tiene comparación con ninguna otra época, ya que se trata de la mayor crisis económica que haya soportado el país".

Archivo 1987



León Febres Cordero: "Hay que buscar propuestas adicionales"

01-01

8705827

115



# Ecuador: choques y paro general

**QUITO, 25 (AP).- Manifestantes, policías y opositores a la manifestación se enfrentaron hoy en varios sectores del país con un saldo de 12 heridos de bala o por bombas incendiarias y por lo menos cinco detenidos, durante una huelga nacional de 24 horas organizada por centrales opositoras en protesta contra las medidas económicas del Gobierno.**

**El presidente del Frente Unitario de Trabajadores (FUT), José Chávez, de tendencia izquierdista, calificó al paro como un "éxito total", mientras que el Gobierno dijo que el movimiento era "parcial e ilegal" en el país.**

**Lo más notable en Quito, Guayaquil y Cuenca, las tres principales ciudades del Ecuador, era la ausencia del servicio de transporte público, que obligó a quienes no apoyaron la huelga a caminar hasta sus empleos.**

**Temor**

**Sin embargo, bancos y comercios en el centro colonial cerraron sus puertas, aparentemente temerosos de ser atacados por los manifestantes.**

**La mayoría de los huelguistas se mantuvo en el interior o frente a sus fábricas en los sectores norte y sur de Quito, donde se encuentran los cordones industriales.**

**"Según los despachos de todo el país que yo dispongo, puedo decir que el paro es parcial, que felizmente en un vasto sector de la República los incidentes no tienen importancia. Hay tranquilidad en todo el país, aparte de los incidentes que hay que lamentar", dijo Marco Lara, secretario de Información del Gobierno.**

**"La huelga es ilegal, y toda acción ilegal tiene una sanción legal", dijo hoy el ministro de Trabajo, Jorge Egas.**

La Nacion 30/03/87

01 · 01

8706085

ASESINATO DE MISIONEROS Y DENUNCIA INDIGENA CONTRA EMPRESAS PETROLERAS

# "No conocían la civilización"

QUITO, 24 (AFP). — Destrozados por casi un centenar de lanzazos de los indómitos aborígenes aucas o huaoranis de la selva ecuatoriana, los cadáveres de un obispo de origen español y de una religiosa colombiana fueron sepultados hoy en la localidad amazónica de Coca, en medio del dolor de miles de nativos por los que ofrendaron sus vidas.

El obispo de Aguarico, Alejandro Labaca, nacido en Guipúzcoa en 1920, y la misionera Inés Araujo, natural de Medellín, de 50 años, fueron muertos el martes por la tribu tagairi, cuando intentaban establecer contacto con ella, como lo habían hecho con decenas de otras comunidades aborígenes de la zona.

Los peritos establecieron que el cuerpo de monseñor Labaca, encontrado totalmente desnudo, tenía las perforaciones de 93 lanzazos, mientras que el de la religiosa presentaba alrededor de 25.

Los miembros de esa tribu, conocidos como los patas coloradas, por pintarse los pies de rojo, participan todos en la muerte de un extraño, según los pocos conocimientos que se tiene de ellos.

Agencia AFP

Agencia AFP

La religiosa colombiana asesinada, Inés Araujo, aparece sin toca y descalza en el centro, arriba. Derecha: obispo ultimado por indios salvajes ecuatorianos, Alejandro Labaca.

### ♦ "Ni un solo tiro"

Los religiosos habían intentado, desde hace tiempo, tomar contacto con los tagairis, cuyos dominios se encuentran en una concesión petrolera adjudicada a un consorcio internacional, con el fin de protegerlos de ese avance.

El lunes pasado, tras descubrir a un grupo de miembros de esa tribu, descendieron desde un helicóptero para pasar un par de días con ellos, pero en un posterior sobrevuelo al sitio, el piloto halló sus cadáveres.

"Monseñor Alejandro Labaca había sido el obispo de estas minorías humanas de la selva. Durante muchos años su trabajo se había concentrado entre las poblaciones quichuas, sionas, secoyas, pero su ilusión fueron los pueblos que todavía no tenían contacto con nuestra civilización. Ante las autoridades gubernamentales, él era su abogado y defensor", explicó un volante distribuido por los misioneros.

"Monseñor había manifestado en otra ocasión que si encontraba su muerte, el único testamento que dejaba es que no habría que tomar ninguna acción contra ese pueblo, que no habría que tirar ni un solo tiro contra ellos".

### ♦ "Lamentable accidente"

"Si no voy yo, los van a matar. Es inevitable la entrada de las compañías petroleras. Que entren de la manera menos injuriosa, que menos daño haga a los dueños de esa tierra", sostuvo el obispo Labaca antes de morir, relató aquí el secretario de la Conferencia Episcopal, monseñor Mario Ruiz.

Un libro editado hace quince meses por la Confederación de Nacionalidades Indígenas de la Amazonia Ecuatoriana (Confeniae), sobre el establecimiento de empresas explotadoras de palma africana, sostiene que "siguiendo una lógica economicista cerrada, los pueblos indígenas somos vistos por ellos como opuestos al desarrollo o como contingentes de mano de obra barata".

"No solo tenemos que afrontar las oleadas de colonos comerciantes y especuladores de tierras que, protegidos por instituciones estatales, amenazan diariamente nuestras tierras tradicionales, sino también encarar los signos amenazadores de grupos financieros y empresas nacionales y extranjeras que están dispuestos, dentro de los planes de gobierno, a invertir en la Amazonia", añade el libro, que estima en 115.000 a los nativos.

Anoche, el vicepresidente de la Confeniae, Leonardo Viteri, tras calificar de "lamentable accidente" la muerte de los dos religiosos, dijo que caucheros, madereros, mineros y petroleros que responden a transnacionales y los colonos que llegan a la zona han ido reduciendo el ancestral territorio indígena, estimando que más de 335.000 nativos han sido exterminados desde 1960.

01 · 01

8706298

Ficha ECUADOR

(ECUADOR) Gonzalez

CLARIN ★ Buenos Aires, miércoles 22 de julio de 1987

# Ecuador: condenan a los que secuestraron al presidente

*El controvertido general Frank Vargas Pazos, cuya libertad se logró mediante el secuestro y posterior liberación del presidente de Ecuador, León Febres Cordero, está recolectando firmas para lograr que la Legislatura dicte una amnistía amplia para los implicados en aquel suceso, en enero. Los sancionados ayer fueron sentenciados a diferentes penas por un consejo de guerra.*

QUITO, 21 (AFP, ANSA y AP). — El Consejo de Guerra del Ecuador condenó hoy con penas de hasta 16 años de reclusión y expulsión del escalafón militar, a un capitán del ejército ecuatoriano y 16 comandos de la fuerza aérea, acusados de ejecutar el secuestro del presidente León Febres Cordero, en enero pasado.

Las sentencias del Consejo de Guerra fueron leídas en el cuartel del batallón Vencedores, 50 kilómetros al sur de la capital, ante la presencia de 30 de los 90 comandos acusados. Los sentenciados perdieron su grado, quedaron automáticamente inhabilitados para servir en las fuerzas armadas o de seguridad y para usar uniforme, insignias, símbolos o condecoraciones castrenses que pudiesen haber sido conferidas.

El hecho que se les imputó, el secuestro del presidente de la nación, solo registraba un antecedente en América: el primer mandatario boliviano, Hernán Siles Zuazo, también secuestrado estando en ejercicio de la presidencia. Se recordará que León Febres Cordero fue secuestrado el pasado 16 de enero, por un lapso de 14 horas, junto con los comandantes de las tres armas y una comitiva presidencial en la base aérea de Taura, aledaña a Guayaquil.

El grupo comando que protagonizó el suceso exigió la libertad del ex jefe de la fuerza aérea, general Frank Vargas Pazos, quien efectivamente, fue "canjeado" por Febres Cordero. Vargas Pazos se encontraba entonces detenido y sometido a proceso, desde marzo de 1986, cuando encabezó un frustrado alzamiento militar contra el jefe de Estado.

Precisamente hoy, Frank Vargas Pazos se hizo presente en el cuartel del batallón Vencedores, pero no fue autorizado a ingresar en el recinto donde se dictó la sentencia. En durísimas declaraciones a la prensa, el general Vargas Pazos calificó de "vergonzosa palabra presidencial", al recordar que en aquella oportunidad León Febres Cordero había ofrecido no sancionar a sus captores.

Las penas impuestas a los cabecillas de la sublevación deberán ser cumplidas en el penal de Quito, en tanto que otras penas menores se cumplirán en destacamentos militares.

El capitán John Maldonado Herrera recibió la más alta pena impuesta por el Consejo de Guerra, de 16 años de prisión, más la eliminación de toda prerrogativa militar y también inhabilitación para sus derechos civiles políticos.

También fueron sancionados los sargentos José Escobar y Hermógenes Abril; y los cabos Pedro Leor Vera, Henry Pena, Tomás Gauchoso, Wilson Maridueña, Jorge Falcón, Miguel Marante, Francisco Pazmino, Pablo Ortiz, Jorge Espinosa, Néstor Solís, Luis Robles y Johnny Moreno.

El controvertido general Frank Vargas Pazos dijo hoy que estaba reuniendo firmas en todo el país para solicitar a la Legislatura que dicte una amnistía para todos los comandos implicados en el suceso.

01 · 01

8706338

# Negó Ecuador un pago a la banca

**Washington (UPI) — Ecuador, que era considerado el "más confiable" de los países deudores, se negó la semana pasada a hacer un pago de intereses a sus bancos acreedores, afirma una nota del "Washington Post".**

Por otra parte, fuentes financieras neoyorquinas dijeron que el presidente del Banco Central de Ecuador, Carlos Julio Emanuel, realizó una rápida visita a Nueva York y regresó el miércoles a su país, antes de lo previsto.

Inicialmente, indicaron las fuentes, se esperaba que Emanuel, que encabezaba una delegación ecuatoriana, permaneciera unos días en Nueva York para mantener conversaciones con los bancos.

En un cable a sus acreedores, Ecuador indicó que problemas de "flujo de caja" le impidieron hacer el pago, y no dijo cuándo o si planea realizar pagos futuros, afirmaron fuentes bancarias, según el "Post".

La negativa de Ecuador a realizar el pago, que un funcionario del gobierno estadounidense estimó en "decenas de millones de dólares", se produce en momentos en que se estánempantanando las conversaciones entre varios grandes deudores y sus prestatarios, señala el matutino, refiriéndose en particular a Chile y Filipinas.

Banqueros y funcionarios gubernamentales atribuyen las dificultades en las negociaciones al endurecimiento del Citibank, que insiste en "tasas de interés más altas o condiciones más severas sobre nuevos créditos que las que las naciones deudoras sienten que pueden pagar", agrega el "Post".

A. Financiero 13/2/87

A. FINANCIERO 13/2/87

01·01

8706413

R8

115

A. Financiero 8/6/87. Ecuador

# Una medida a imitar

Escribe
Humberto Toledo

El gobierno ecuatoriano del presidente León Febres Cordero ordenó, a través de un decreto oficial, la realización de "verificaciones contables" en tres fundaciones pertenecientes a partidos políticos de Alemania Federal.

La intervención del Estado también recaerá sobre la asistencia financiera que reciben partidos políticos de Ecuador, de las fundaciones alemanas Konrad Adenauer y Hans Seidel (Unión Demócrata Cristiana) y de la Friedrich Ebert (de la socialdemocracia).

El propósito del gobierno ecuatoriano es establecer que las fundaciones alemanas "no intervengan indebidamente en los asuntos internos y cumplan las disposiciones legales del Ecuador y de la República Federal de Alemania", explicaron voceros oficiales.

En mayo pasado, diarios de circulación nacional de la República Federal de Alemania publicaron informes sobre la presunta intervención de las fundaciones mencionadas en la política interna ecuatoriana. El embajador alemán Helmut Hoff, citado por el canciller del Ecuador, rechazó las imputaciones. Las investigaciones oficiales siguieron en curso, hasta que el presidente Febres Cordero decidió intervenir para verificar las relaciones económicas y financieras que ligan a las fundaciones alemanas con los partidos políticos nativos.

León Febres-Cordero

La ejemplar medida ha conmocionado la vida política ecuatoriana, pero de extenderse a otros países, cuyos gobiernos decidan también actuar sobre el mismo terreno, podría provocar un sismo de imprevisibles consecuencias.

El caso de la Argentina es patente. La actividad de las fundaciones Konrad Adenauer y Friedrich Ebert es de tal magnitud (al parecer también operan en el terreno económico) que aparecen apoyando seminarios no sólo de organizaciones sindicales y partidos políticos, sino hasta del propio gobierno, o al menos organizados por prestigiosas figuras de esta administración.

## Estupor

Esa es una de las razones que originan estupor cuando se escuchan los inflamados discursos de algunos conocidos dirigentes sindicales y políticos sobre figuras tan difusas como el imperialismo, la independencia económica, la liberación nacional. La participación de legisladores nacionales del peronismo y el radicalismo en congresos de la socialdemocracia internacional —que financia la Friedrich Ebert— es uno de los ingredientes más cotidianos de la participación que les cabe a las fundaciones alemanas en la política interna argentina.

Pero así como a la Cancillería argentina parece no molestar las arriesgadas intervenciones del embajador de los Estados Unidos Theodore Gildred en los asuntos internos del país, tampoco el Ministerio del Interior demuestra preocupación por la vida activa de las fundaciones alemanas en la política argentina. Que se sepa, tampoco el ministro de Trabajo —se supone, un profundo conocedor de las hábiles incursiones alemanas en sindicatos y confederaciones— ha tenido tiempo aún de analizar este delicado y escandaloso asunto. Y de ninguna manera puede suponerse que, en caso de probarse las vinculaciones económicas de las fundaciones alemanas en, por ejemplo, campañas electorales para el triunfo de algunos candidatos en sindicatos muy conocidos, serían ignoradas por el celoso espíritu ético que guía tanto la acción del gobierno radical como de la oposición peronista.

01 · 01

8706428

ECUADOR 1/5
Cruzal con Libia

*En Latinoamérica* Gonzalez y Perla (Radio ordenes)

# La "conexión libia"

Por Juan Ferosey

**Nueva York** — Hace cuatro años le pregunté al presidente del Ecuador, a la sazón de visita en la ONU, cómo podía él explicar que no hubiese guerrillas terroristas en el Ecuador, mientras que en Perú y Colombia los subversivos del "Sendero Luminoso" y el "M-19", respectivamente, libraban prácticamente una guerra contra el gobierno y el pueblo de esos vecinos países. "Recientemente llevamos a cabo algunas reformas sociales; probablemente sea ésa la razón", respondió el presidente.

Mientras tenía lugar esta conversación, 40 subversivos ecuatorianos eran entrenados en Nicaragua y, en 1983, se formaba un grupo guerrillero ecuatoriano, el "Alfaro Vive" o "Alfaro Vive, Carajo". Eloy Alfaro encabezó una rebelión campesina a fines del siglo pasado y fue presidente en 1890. "Alfaro Vive, Carajo" (AVC) cuenta con unos 700 miembros, en su mayoría ex estudiantes universitarios.

**Entrenamiento en Libia**

El presidente León Febres Cordero, que en enero fue secuestrado por unidades militares pero que posteriormente pudo regresar al Palacio Presidencial, rompió relaciones con Nicaragua en octubre de 1985, y reveló la "conexión libia": [redacted] para la subversión a los [redacted]rroristas ecuatorianos [redacted] de septiembre de 1983.

Agente de Khadafy en Ecuador [redacted], que fue a vivir por un tiempo a Nicaragua y visitó el "Buró del Pueblo" libio en Panamá. Los "alfaristas" recibían ayuda financiera de Libia y docenas de subversivos ecuatorianos han sido entrenados en Nicaragua, financiados por Khadafy.

[redacted] América latina. El organizador de esa red es el doctor Musa Kusa, fanático protegido por Khadafy, director del CRI —Centro para la Revolución Internacional— en Trípoli. El doctor Kusa dispone de un presupuesto de cientos de millones de dólares para armar, financiar y entrenar terroristas en América latina y el Caribe.

Hace alrededor de un año, el CRI reunió a escritores marxistas y periodistas de la extrema izquierda en Willemstad, Curaçao. Esta reunión, de hecho, fue una cubierta para una sesión de planificación de un "Movimiento Nacional" caribeño, para desestabilizar los gobiernos del área mediante la subversión. Se decidió entonces que, tras el cierre del [redacted]

[redacted]

En febrero del año pasado, el doctor Musa Kusa organizó una reunión secreta de subversivos latinoamericanos y caribeños en una zona amazónica del sur de Colombia, con el objeto de coordinar las guerrillas en el continente y las islas.

Los grupos subversivos que reciben fondos y entrenamiento de Libia son: el "Frente de Liberación Nacional Farabundo Martí", de El Salvador; el "Sendero Luminoso", del Perú; los terroristas del "Movimiento 19 de Abril" (M-19), de Colombia. Estos grupos terroristas, junto con el "Movimiento Revolucionario Tupac Amaru" (MRTA), del Perú, las guerrillas "Quinten Lame", de Colombia y el grupo "Bandera Roja", de Venezuela, formaron el llamado "Batallón de las Améric

Una coordinación multi cional similar de grupos rroristas —apoyados dir ta o indirectamente por bia— se ha formado ta bién en los últimos dos a en Europa.

[redacted] Nicaragua, en don [redacted] más de 100 asesores mil [redacted]res entrenan subversi en la guerra de guerrill

La Prensa 28/04/87

La Prensa 28/4/87

01·01

8707363

ARCHIVAR EN: Ecuador (115)

TEMA: Kuwait praderas Crudo.

PROCEDENCIA: El Dia 6/3/87

ARCHIVADO EN: Kuwait (045)

01 .01

8707469

*de la corresponsal de BRECHA en Quito* Alejandra Ado[...]

# Ecuador: un telón para el bochorno

***La "corrupción permanente" ha convertido al gobierno del conservador León Febres Cordero en un "elenco de amigotes". Los escándalos estimulan las "aventuras golpistas" de algunos sectores del ejército. El león se debate como gato entre la leña, agitando la bandera de la defensa de la soberanía, mientras tropas norteamericanas se adiestran en "conflictos de baja intensidad", en los escenarios selváticos ecuatorianos.***

**«No cabe que la autoridad y la ley se impongan por el estruendo y la fuerza (...) que se caiga en el campo de las interpretaciones subjetivas de autoridad omnipotente, arenas movedizas en las que muchas veces gobiernos fuertes sepultaron democracias débiles para engendrar tiranías permanentes (...) Es absolutamente inadmisible que se use el nombre de la patria para defender intereses cuantificados en la mezquina escala del rédito político o el dividendo comercial (...) Si seguimos en este clima de vendetta y ambiciones subalternas, corremos el riesgo inminente y merecido de que, en cualquier momento, se cierre el telón sobre el bochorno».**

Estas frases se refieren al gobierno de León Febres Cordero. Pero no fueron pronunciadas por ningún dirigente de la oposición política ecuatoriana. Pertenecen al propio vicepresidente de la República, el liberal Blasco Peñaherrera, quien, con sus declaraciones, se sumó a la ya larga lista de críticos del régimen.

Con el vicepresidente "en la oposición", el aislamiento de Febres Cordero remite inevitablemente al otoño de los patriarcas que han gobernado y gobiernan dictatorialmente en América Latina, a pesar de que, en su caso, fue una elección democrática la que lo llevó al poder hace cerca de tres años.

En ese lapso, su sólido liderazgo ha devenido en una crisis de credibilidad, en la que incluso quienes adhirieron apasionadamente a su promesa de **"un futuro próspero gracias a la iniciativa individual y la razón del mercado"** ya no pueden ocultar su desencanto. Pedro Kohn, reconocido vocero de los industriales, resumió públicamente un pensamiento hoy generalizado entre amplios sectores de poder: **"Este no ha sido un gobierno de empresarios, sino un gobierno integrado por un grupo algo cerrado de amigos del Presidente"**, dijo. Luego agregó: **"con la corrupción, el gobierno ha borrado con el codo lo que ha hecho con la mano"**.

De hecho, la corrupción del régimen ha sido la fuente de su mayor inestabilidad. Baste recordar que la compra fraudulenta de un avión Fokker para la Fuerza Aérea desató la mayor crisis que haya enfrentado Febres Cordero: los episodios, de hasta hoy impredecibles consecuencias, protagonizados por el general Frank Vargas Pazzos, candidato a la presidencia de la República con el controvertido apoyo del marxista Frente Amplio de Izquierda.

Inevitablemente, todos los conflictos que se han desatado en torno a la gestión gubernamental tienen como telón de fondo el manejo doloso o interesado de los recursos del Estado. El último escándalo que puso una vez más en evidencia el grado de descomposición del régimen provino del **"grupo algo cerrado de amigos del Presidente"**.

Se trata de la concesión de un contrato millonario (10 millones de dólares) a una firma fantasma: "Ecuahospital" (capital instalado de 500 dólares), para la distribución y comercialización de medicamentos genéricos, que involucró a una de las figuras claves del equipo de Febres Cordero: el ex ministro de industrias, Xav[ie]r Neira, quien había sido mencionado por el p[ro]pio Presidente como su delfín para las elecciones de 1988 y que hoy se halla prófugo de la justicia.

## *"Agarren al ladrón"*

En alguna ocasión y en medio de la embriaguez del triunfo electoral, Febres Cordero aseguró que con su gobierno se iniciaría un ciclo de poder que llegaría al año 2 000.

Posiblemente, en tal desmedido afán se enmarca lo que ha sido una constante en el régimen: el sistemático intento por desprestigiar, por cualquier medio, a la oposición, sea cual fuese su signo.

La premisa –generalizada entre los sectores más conservadores– de que **"los socialdemócratas son comunistas de traje, los demócratacristianos, de sotana, y los marxistas, de overol"** ha estado en la base de la actitud beligerante del régimen, que no ha vacilado en involucrar a las dos tendencias centristas en supuestos actos subversivos, o ligarlas al "extremismo internacional" sobre todo cuando ha buscado desviar la atención de las inmoralidades administrativas.

Según fuentes bien informadas, tal beligerancia habría merecido en una ocasión un llamado de atención del secretario adjunto de los Estados Unidos para asuntos latinoamericanos.

En una de sus visitas, Elliot Abrams habría recomendado al Presidente mostrar mayor tolerancia frente a lo que el Departamento de Estado considera como "oposición democrática" –la Democracia Popular (demócratacristiana) y la Izquierda Democrática (socialdemócrata)–, recordándole la prioridad de combatir al marxismo en la región.

De poco han servido, sin embargo, las sugerencias del socio mayor. A raíz del escándalo de los medicamentos genéricos, el régimen reeditó su práctica de levantar una cortina de humo para cubrirse las espaldas. Sólo que esta vez fue demasiado lejos. La reproducción que una publicación local hiciera de un artículo aparecido en un diario alemán del partido de "los verdes", le sirvió como "anillo al dedo".

Según testimonio de un ex funcionario de la Fundación germano occidental Hanns-Seidel, enjuiciado penalmente por disposición arbitraria de fondos, dicha institución habría financiado las actividades de dos partidos políticos ecuatorianos: el Social Cristiano, actualmente en el poder, y la Democracia Popular, que lidera el ex presidente Osvaldo Hurtado.

Sin lograr desvirtuar su propia vincula[ción] con la Hanns-Seidel, el régimen pr[oce]dió a intervenir varias instituciones que ma[ntie]nen programas de cooperación con fundaci[ones] alemanas, fundamentalmente en el área d[e] investigación social. Las primeras fueron [pre]viamente aquellas vinculadas a la Democr[acia] Popular. La Corporación de Estudios par[a el] Desarrollo (Cordes), que dirige el ex manda[tario] Hurtado, fue incluso cercada con una dota[ción] policial que impidió el ingreso de los fun[cio]narios.

La reacción del gobierno de Alemania – que lidera el Club de París y la Comuni[dad] Económica Europea y que **"hace medio [si]glo sucumbió a la pesadilla de un [ca]niático y hoy no quiere repetirla [en] ninguna de sus formas"**, como recuerd[a un] periodista– no se hizo esperar. En nota diri[gida] al Canciller, el Ministerio Federal de Asu[ntos] Exteriores, instó al gobierno ecuatoriano [a re]vocar las medidas contra las fundaciones **"[para] precautelar –dice la nota– las excele[ntes] relaciones bilaterales existentes e[ntre] los dos países"**.

La cancillería ecuatoriana se apresuró [a a]clarar que no había intervenido las fundaci[ones] alemanas propiamente dichas, pero fue vir[tual]mente desmentida cuando la Konrad A[de]nauer y el Instituto Latinoamericano de In[ves]tigaciones Sociales (ILDIS), adscrito [a la] Friedrich Ebert, declararon a la prensa [que] sus oficinas también habían sido visitadas [por] los interventores del gobierno y expres[aron] serias reservas en torno al tipo de informa[ción] que les estaba siendo solicitada. Tal in[for]mación rebasaría cualquier atribución qu[e los] regímenes pudieran tener en determinadas circ[uns]tancias.

Para la opinión pública ecuatoriana ha [que]dado en claro que el **"escándalo de las [fun]daciones"** ha sido utilizado con el prop[ósito] de disipar el escandaloso negociado de **"E[cua]hospital"**, como afirmara René Mauge, [dipu]tado por el Frente Amplio de Izquierda, **"[donde] se repite la misma callejera del la[drón] que grita 'agárrenlo' para cubrir su [hui]da"**.

En Alemania, mientras tanto, un voce[ro de] una de las fundaciones declaró a una ag[encia] noticiosa que **"la actitud del gob[ierno] ecuatoriano se enmarca en una [cam]paña de fines claramente electoral[es" y] que "el intento de sectores co[nser]vadores ecuatorianos por despresti[giar] a la clase política en su conjunt[o po]dría propiciar acciones golpista[s en] sectores militares descontentos"**.

La apreciación coincide, en cierto mod[o, con] las inquietudes que se manifiestan actual[mente] en el país. Es posible que cuando se pub[lique] esta nota la tensa situación de las relacion[es con] Bonn haya tenido un desenlace. Al momen[to de] escribirla, sin embargo, ya no se temí[a so]lamente por las implicaciones que este [li]tigio pueda tener en el plano internacional, sin[o por] la suerte de la democracia ecuatoriana, **"[nue]vamente puesta en peligro"**, en pal[abras] del ex presidente Hurtado, quién ha manife[stado] una vez más, que **"lo único que p[uede] traer paz al Ecuador es la renunci[a de] Febres Cordero"**, y ha solicitado al [Con]greso Nacional el enjuiciamiento del mand[atario] por el escándalo de los medicamentos gené[ricos].

Un editorialista de uno de los más p[res]tigiosos diarios del país comentó, por su p[arte,] que **"se está tratando de instrumen[tali]zar una salida dictatorial que cub[ra la] retirada y que abra hacia el futur[o un] nuevo horizonte a un sector pol[ítico] cuya única posible justificación [del] fracaso podría ser la afirmación d[e que] un golpe de estado interrumpi[ó su] mandato y truncó su obra"**. Y propo[ne la] **"sucesión constitucional"** con el fi[n de] evitar tales designios.

El vicepresidente Blasco Peñaherrera, [que] sería el llamado a encarnar tal sucesión, re[cibió] poco antes de una prolongada visita [a] Estados Unidos, y en el contexto anterior[mente] descrito, un multitudinario homenaje al [que] adhirieron, en primer término, algunos ofi[ciales] desertores del régimen de Febres Cor[dero]. **"Con vos señor, no nos hemos e[qui]vocado"**, le manifestó uno de ellos. **"[Un] mandatario sólo puede ejercer [auto]ridad cuando cuenta con una base [mo]ral suficiente"**. Y concluyó: **"Una [auto]ridad que se hace respetar con la [punta] de las bayonetas no es autorida[d, es] autoritarismo"**.

## *La soberanía según Febres Cordero*

*Mientras el Presidente ecuatoriano intentaba sacar provecho de la "injerencia" de ciertas fundaciones alemanas en la política nacional, utilizando el manido argumento de las "transnacionales políticas", la fuerza de tarea 1169, compuesta por seis mil reservistas del ejército norteamericano que se turnarán en distintos ejercicios en los meses por venir, continuaba su poco clara estadía en el nororiente del país. Un disproporcionado contingente venido supuestamente para reconstruir no más de 30 quilómetros de una carretera de tercer orden destruida por los sismos de marzo pasado.*

*"Sin soberanía no existe estado, no hay dignidad, no hay autoafirmación, ni perspectivas ciertas de auténtico desarrollo futuro. Por eso la soberanía es inalienable. No se la puede comprar ni vender".*

*La frase, utilizada por Febres Cordero para referirse a la pretendida intervención de las fundaciones germano occidentales en la escena nacional, habría sido más justa para aludir a la presencia de tropas norteamericanas llegadas al país por "expresa invitación del gobierno ecuatoriano", en palabras del embajador estadounidense en Quito.*

*El operativo, denominado "blazing trails" –"abriendo caminos" o "senderos luminosos" según distintas versiones– no puede menos que recordar al que con el nombre de "blast furnace" realizarán las boinas rojas el año pasado en Bolivia y que estuviera supuestamente destinado a acabar con las fábricas de cocaína de la región de El Beni.*

*No se trata, evidentemente, de la "misión de buena voluntad" de un puñado de "reservistas desarmados" –como pretende hacer creer el gobierno– sino de una operación que se enmarca en los actuales imperativos geopolíticos de la administración Reagan.*

*El presidente Febres Cordero ha proporcionado generosamente una infraestructura muy codiciada por el ejército norteamericano, tan necesitado hoy en día de campos de entrenamiento propicios para que sus "fuerzas de rápido desplazamiento" destinadas a librar "conflictos de baja intensidad" se familiaricen con las zonas selváticas, conozcan y reconozcan ese tipo de terreno. Si en Centroamérica hay una Honduras, en América del Sur deben constituirse las contrapartidas estratégicas adecuadas...*

*El cálculo gubernamental, al provocar el improvisado escándalo de las fundaciones alemanas, bien puede igualmente haber estado dirigido a minimizar el impacto de la presencia militar norteamericana cuyas derivaciones, en el marco de la incondicional alianza con la política estadounidense, trascenderá, a no dudarlo, al gobierno de León Febres Cordero.*

01 ·01

8410384

13

115

CLARIN ★ Buenos Aires, miércoles 28 de octubre de 1987

SE REALIZA HOY UN PARO NACIONAL

# Emergencia en Ecuador

QUITO, 27 (AFP y Reuter). — El presidente ecuatoriano, León Febres Cordero, decretó hoy el estado de emergencia nacional, a pocas horas de ser iniciada una huelga nacional de 24 horas convocada para mañana por las principales centrales sindicales del país, de orientación izquierdista.

El respectivo decreto, firmado por Febres Cordero en horas de la tarde, fue distribuido por el Ministerio de Información y declaró "zona de seguridad" a todo el territorio de la república.

Así, desde la medianoche, las fuerzas armadas se harán cargo del orden público, las garantías constitucionales quedarán suspendidas y el gobierno ecuatoriano podrá disponer de censura de prensa en los medios que —a su juicio— inciten a la subversión, según detalló en rueda de prensa el secretario de la Administración Pública, Patricio Quevedo.

La decisión presidencial fue anunciada por el Poder Ejecutivo al Tribunal de Garantías Constitucionales, por encontrarse en receso el Congreso unicameral ecuatoriano, de 71 diputados.

◆ Tensiones

Una tensa calma, llamamientos a la reflexión, advertencias oficiales diversas y clases suspendidas preludiaban la víspera de la huelga, que ha sido declarada ilegal y calificada de "política" por el gobierno ecuatoriano.

Al paro de 24 horas, que fue convocado por el Frente Unitario de Trabajadores (FUT), el Frente Popular (FP), la Coordinadora Nacional de Trabajadores (CNT) y la Confederación de Nacionalidades Indígenas de Ecuador (CONAIE), se plegó hoy la Unión Nacional de Educadores, pero no lo hizo —como se esperaba— la central que nuclea a los transportistas. Estos fueron advertidos por uno de los directivos del FP, Fausto Dutan, para que "no trabajen mañana".

El movimiento exigirá el "irrestricto respeto" a una resolución del opositor Congreso nacional, que hace cuatro semanas enjuició y destituyó del cargo al ministro de Gobierno, Luis Robles Plaza, al que responsabilizó de violaciones a los derechos humanos.

El presidente rechazó ese fallo por inconstitucional y antirreglamentario y mantiene a Robles en funciones, lo que resolvió una pugna entre ambos poderes del Estado y provocó un llamamiento de la Conferencia Episcopal.

01-01

8710821

ECUADOR

115

# Enfrentamientos en Quito durante el paro: tres heridos

(ECUADOR)

QUITO, 28 (AFP, AP, EFE y Reuter). — Se cumplió hoy en esta capital y las principales ciudades ecuatorianas una huelga general convocada por las centrales sindicales del país, cuyos dirigentes denunciaron la detención de varios militantes y por lo menos tres heridos en los enfrentamientos con la policía.

Mientras el gobierno del presidente León Febres Cordero consideraba que el paro había sido un fracaso, los dirigentes gremiales destacaron el masivo acatamiento a la convocatoria.

Grupos de manifestantes incendiaron barricadas y bloquearon calles y rutas en Quito, donde la mayoría de los comercios permanecieron cerrados y el tránsito de vehículos se redujo notoriamente. Policías armados con fusiles, metralletas y granadas de gas fueron desplegados en puntos estratégicos de la capital.

El secretario de la Confederación de Trabajadores de Ecuador (CTE), Adolfo Nieto, dijo que el paro "fue un éxito en todo el país", aunque lamentó que en los enfrentamientos hayan resultado heridos tres trabajadores, dos de bala y uno por un golpe de una cápsula de gas lacrimógeno, según su denuncia.

La CTE es uno de los sindicatos agrupados en el Frente Unitario de Trabajadores (FUT), que convocó a la huelga en protesta por la negativa del gobierno a acatar el voto de censura formulado por el Congreso al ministro del Interior, Luis Robles Plaza, a quien le exigió la renuncia por violaciones a los derechos humanos.

Además de la destitución del ministro Robles, los trabajadores reclaman la dimisión del titular de Trabajo, Guillermo Chang, un incremento del salario mínimo de 14.500 a 30.000 sucres mensuales (de 60 a 120 dólares, aproximadamente) y otras medidas de corte económico, como el no pago de la deuda externa.

El estado de emergencia decretado anoche suspendió los derechos constitucionales y dio al gobierno el poder de censurar a aquellos medios de prensa que pudieran intentar subvertir el orden público.

En función de esas atribuciones fueron suspendidas por quince días las emisiones de las radios Quito, Católica y El Sol, dado que se negaron a plegarse hoy a la red nacional oficial.

El jefe de los servicios noticiosos de Radio Quito, Iván Oña, anunció esta mañana que la emisora acallaba su señal ante la prohibición oficial de informar "sobre las dos caras de la moneda".

"Radio Quito se ha caracterizado por informar objetivamente sobre lo que ocurre, con la opinión de todos los sectores involucrados, y ahora no lo puede hacer solamente con lo que tiene que decir el sector oficial", sostuvo el periodista.

La televisión nacional mostró hoy a docenas de trabajadores que incendiaban neumáticos y bloqueaban caminos en la zona industrial del sur de Quito. En esas imágenes no se observó que interviniera la policía.

En el incidente más grave de la jornada, un grupo de manifestantes atacó con bombas incendiarias las oficinas de un banco privado en el centro colonial quiteño: el siniestro provocado por esos artefactos fue rápidamente controlado.

Nieto reveló informes según los cuales cinco trabajadores habían sido detenidos en la capital y otros doce en Guayaquil.

Clarín 28/10/82

01 · 01

8710890

*Conflicto de poderes*

# *El Congreso ecuatoriano destituyó a un ministro*

QUITO, 2 (AP).- Las diferencias entre los poderes Legislativo y Ejecutivo del Ecuador parecen hallarse en situación irreconciliable luego de que el presidente, León Febres Cordero, rechazó la resolución del Congreso unicameral opositor que aprobó la destitución del ministro de Gobierno, Luis Robles Plaza, acusado de violaciones a los derechos humanos.

Los acontecimientos que abarcaron el juicio político en el Parlamento, el rechazo oficial, y la pública solidaridad de la policía con Robles, provocaron rumores de un posible "autogolpe" de Estado que el propio Febres Cordero se encargo de desmentir.

**Posición oficial**

En un discurso pronunciado durante el ascenso de varios jefes policiales Febres dijo: "Hay que ser intolerante en cuanto al respeto a las normas jurídicas... O se cumple la ley o no se la cumple", en referencia a la posición oficial de que el juicio del Parlamento carece de legalidad porque la convocatoria está viciada.

Sus declaraciones fueron la primera reacción a la resolución del Congreso, con mayoría opositora, que censuró y destituyó al ministro Robles en su carácter de jefe de las fuerzas policiales que habrían violado los derechos humanos.

**La votación**

Con una votación de 38 a favor, uno en contra, cuatro abstenciones y 28 ausencias, el Congreso resolvió declarar válido el juicio político contra Robles, rechazar por infundados los vicios de procedimiento denunciados por el gobierno, declarar culpable al ministro, censurarlo y destituirlo.

También se decidió remitir copia del juicio político al presidente de la Corte Suprema de Justicia para que inice los procesos civiles y penales a que hubiere lugar.

Febres expresó que su ministro de Gobierno está dispuesto a comparecer ante "cuántos juicios políticos le sean planteados", siempre que sean entabiados "con exacta obediencia a las normas de la Constitución, las leyes y los reglamentos".

La mayoría del congreso decidió no cumplir con la Constitución, dijo el Presidente, "pero esta gravísima ilegalidad no alterará la formidable conducta de la policía, del pueblo ecuatoriano y mi voluntad de seguir avanzando", afirmó.

La Nación 31/10/87

01·01

8711925

HR

ECUADOR

115

Domingo 22 de noviembre de 1987

Ecuador la Nación

# Las horas de ocio en el parque central de Quito

Por Mario Pérez Colman

(Corresponsal de LA NACION en América latina)

QUITO. – Estos días, por las noches y a veces de mañana, la ciudad tiembla como al paso de un tren subterráneo que no tiene y que tampoco precisa, dado su tamaño.

Quito tiembla, no por el paso de un subte ni por el conflicto de poderes que se desarrolla soterrado ni por lo inesperado y sorpresivo del acatamiento de Febres Cordero al Poder Legislativo en el caso de las iniciativas laborales. Ni tiembla siquiera a causa de la proximidad de las elecciones presidenciales. Quito tiembla telúricamente.

Son éstas de los últimos días noches sin estrellas, cargadas de lluvias. A la hora de despertar se siente la impresión de haber dormido a campo raso.

## Una experiencia

Atravesar el gran parque central entonces, sombreado de oscuros y enormes casuarinas, es una experiencia que confirma una impresión sobre la atmósfera particular de Quito: a pesar del calendario no es política. A pesar de los medios de difusión que recogen diariamente declaraciones de los candidatos y los muestran en sus giras proselitistas. A pesar de las afiches propagandísticos pegados en cualquier sitio donde resultan visibles, la atmósfera quiteña no es política sino bucólica.

## Impresionismo

La desocupación y el subempleo, que Febres Cordero ha intentado resolver ahora con dos proyectos de ley rechazados de plano por el Congreso, tienen manifestaciones que influyen sobre el carácter de esta atmósfera espiritual de la urbe. La acentúan pero, sin duda, con falsedad.

En la combinación sugerente de verde, de azul y de ocio que recrea en versión criolla un tema caro a los impresionistas franceses, es falso de uno de los tres elementos presentes en el parque central.

El verdor de la naturaleza es auténtico y también el color esmaltado del cielo; pero el ocio no es más, en este caso, que una forma de llenar las horas improductivas.

## Juegos múltiples

Sobre el pasto y entre las casuarinas, casi hasta donde alcanza la vista porque es extenso, hay dispersos innumerables grupos de varones donde se juega cartas, tejo y voley, o fútbol si es mayor el exceso de energía. O donde se duerme con una aplicación tal que los movimientos parecen muertos.

## Mujeres industriosas

Al mismo tiempo, otros grupos, mucho menos numerosos, donde dominan las mujeres industriosas, improvisan cocinas y por unos pocos sucres sacian el hambre y la sed de la población diaria del parque. Cartas, tejo o los juegos más movidos son fuentes de apuestas que permiten, en el mejor de los casos, soportar la falta de ingresos del desempleado. Entre tanto, el subempleo de las cocineras produce ganancias virtualmente de la nada.

## Apostadores

Es cierto que algunos apostadores actúan por afición y son gente que tiene empleo asegurado. Pero la mayoría en el parque es de desocupados que apuestan dinero conseguido a suito de punta y, de tal manera, allí el subempleo consigue existir a costa del desempleo y todo esto, en conjunto, aparenta ser un pic-nic alegre a la luz del cercano sol ecuatoriano.

Febres Cordero ha dicho últimamente que el pueblo de la nación, "intuitivo como es", advierte quiénes son los responsables de haber truncado las iniciativas presidenciales tendientes a incrementar el número de empleos a menos de dos meses de las elecciones, cabe añadir.

## Rodrigo Borja

Por si la intuición popular falla, el mandatario ha señalado a la izquierda democrática de Rodrigo Borja como culpable del rechazo legislativo de aquellas iniciativas.

Los proyectos del presidente instituían una suerte de empleos adventicios, pero la oposición en el Congreso opinó que sólo se pretendía con ellos surtir a la empresa privada de mano de obra barata en perjuicio de los trabajadores fijos.

El Poder Ejecutivo negó tales intenciones. Febres Cordero expresó que sus propuestas debieran ser corregidas, de ser preciso, pero nunca rechazadas.

## Una destitución

En alusión inconfundible al caso del ministro de Gobierno que no cesa en su función pese a la destitución dispuesta por el Congreso, declaró el presidente en oportunidad de acatar el rechazo del Poder Legislativo a sus proyectos laborales: "Por primera vez el Congreso ha cumplido con los reglamentos y ha rechazado mis proyectos de manera democrática y constitucional".

## Hombre porfiado

En seguida, el presidente, hombre porfiado, habría dicho con amabilidad notable y poco menos que al oído de uno de sus colaboradores: "Vaya un pollo por tantas gallinas."

© LA NACION



8712149

ECUADOR

115

LA NACION — Sábado 21 de noviembre de 1987

# Un candidato que propone pagar la deuda externa

ECUADOR

Por Mario Pérez Colman

(Corresponsal de LA NACION en América latina)

QUITO.– Aunque también los partidos de derecha se inclinan aquí por el discurso populista, el único candidato presidencial que en estos días declaró abiertamente que la deuda externa debe ser pagada, no podía, de ninguna manera, ser un hombre de los partidos de izquierda.

El autor de aquella declaración impopular es el doctor Miguel Albornoz, del Partido Liberal, correligionario del vicepresidente de la Nación que recientemente visitó a la Argentina, doctor Blasco Peñaherrera.

Albornoz basó sus consideraciones favorables al pago en el honor nacional y en la necesidad insoslayable de no cerrar el país al crédito externo.

En oportunidad de decir lo que pocos votantes están dispuestos a aceptar, el candidato liberal tenía un "vis a vis" televisado con su oponente de la izquierda unida, abogado Jaime Hurtado, único candidato negro puro de los diez que se disputan la presidencia del Ecuador.

Hurtado, un comunista con inflexiones ideológicas cinoalbanesas, señaló en aquella ocasión a Albornoz con el dedo y sostuvo que sólo puede haber en este país dos posiciones respecto de la deuda externa: la antipatriótica de quienes están dispuestos a pagarla y la patriótica de quienes no la pagarán de ninguna manera. En el dilema de patriotismo o antipatriotismo, el candidato de la izquierda unida ha decidido levantar su tienda entre los morosos.

La morosidad, proclamada llave de la holgura, tiene en casi todos los candidatos distintos grados de severidad y diferentes fórmulas de aplicación.

El hombre de la democracia popular (partido del ex presidente Osvaldo Hurtado), doctor Jamil Mahuad, acuñó un nuevo mandamiento según el cual "pagarás primero la deuda social" y después la deuda externa".

La deuda social de referencia está constituida por la necesidades mínimas y corrientes de la ciudadanía, que, según Mahuad, permanecen insatisfechas.

No dice este candidato cuándo será pagada la deuda externa, pero es evidente que su pago depende, primero, de que se liquide la deuda social. Y después podría depender de otras varias cosas puesto que el mandamiento nuevo no establece que la deuda externa será pagada inmediatamente luego, sino luego solamente de pagarse la deuda social.

Hay politicólogos locales que ven la posición pagadora del candidato liberal más arriba mencionado, doctor Albornoz, una escasez de redito electoral tan grande que sólo se explicaría por el hecho presunto de que, de todas maneras, el partido Liberal no ganará siquiera el segundo lugar en la primera vuelta del 31 de enero próximo. Pero lo mismo podría opinarse del resultado que obtendrá cualesquiera de las agrupaciones en pugna, y no obstante en todas ellas se flirtea, más o menos, con la morosidad internacional.

Sin duda, resulta azaroso señalar con acierto a los dos ganadores de la primera vuelta. Con tan poca profundidad de juicio como los analistas locales de la política cuando señalan tales o cuales partidos como aspirantes a competir en la segunda vuelta de mayo, es posible estimar ganadores de la primera vuelta a la izquierda democrática, que postula a Rodrigo Borja y al partido del actual presidente, el social cristiano, que tiene por candidato al arquitecto Sixto Durán Ballen.

El de Borja es el partido mejor estructurado de todos y, por ende, con mejores posibilidades de hacer un proselitismo efectivo. Y el socialismo cristiano del Ecuador tiene en Durán Ballen al candidato de méritos más completos y con títulos más a la vista.

Borja se presentará en esta ocasión por tercera vez en una elección presidencial. La última en que participó triunfó en la primera vuelta, pero se durmió en los laureles. Mientras tomaba largas vacaciones, Febres Cordero, que había resultado segundo, le ganó la partida final en un titánico y habilidoso esfuerzo proselitista.

Durán Ballen ha sido en otras ocasiones ministro de Obras Públicas y alcalde de la capital. A él y al petróleo se debe el Quito moderno con sus avenidas perimetrales. Así y todo, en 1978 obtuvo el segundo lugar en la primera vuelta, y en la siguiente, contra Roldós, Quito lo desairó. Y, ciertamente, lo desairó también el resto del país.

En el Ecuador, mejor es abrirse de los pronósticos tempranos sobre la política. El análisis político no es un tute cabrero.

01 · 01

871.2171

28/10/87 LA NACION

# Disturbios y detenidos en Ecuador durante la huelga nacional

Policías y periodistas de televisión durante los incidentes en Quito (Reuter)

QUITO, 28 (AP).– Manifestantes que lograron escapar atacaron con bombas incendiarias un banco privado durante los disturbios ocurridos en una huelga nacional de 24 horas que paralizó el país pese al estado de emergencia impuesto por el gobierno del presidente León Febres Cordero.

En Guayaquil, en tanto, la policía informó que 18 personas fueron detenidas durante el paro convocado por la principal central sindical del Ecuador.

Los periodistas que estaban cerca del Banco Consolidado, en el centro colonial de esta capital, pudieron ver cuando un grupo de manifestantes lanzó bombas incendiarias contra la fachada del edificio causando un incendio que fue controlado.

Este fue el incidente mas grave al promediar la presente huelga y, segun los testigos, en ese episodio no hubo detenciones ni se produjeron heridos.

El gremialista Adolfo Nieto, secretario de la Confederación de Trabajadores del Ecuador (CTE), afiliada al Frente Unitario de Trabajadores (FUT), dijo a los periodistas que el paro "fue un éxito total" y que se realizaron "multitudinarias manifestaciones en otras ciudades".

Nieto agregó que tres obreros fueron heridos al sur de Quito por la policía, dos de ellos de bala y el restante alcanzado por una bomba de gas lacrimógeno.

Entre tanto, las calles de esta ciudad estaban casi desiertas. Despues del mediodía los comercios habian cerrado y las principales calles estaban cerradas por barricadas que impidieron la circulación del transporte público.

"El pueblo ha demostrado que ha cumplido una jornada cívica normal de trabajo", dijo el ministro del área, Guillermo Chang, en una conferencia de prensa.

Chang insistió en que la mayoría de las fábricas trabajaron normalmente, pero reconoció que "extremistas que atentan contra la seguridad social" provocaron "brotes aislados de violencia". Cuando el ministro afirmaba esto periodistas de las radioemisoras Quito y Católica Nacional informaban que éstas habian sido clausuradas al no aceptar unirse a la cadena nacional obligatoria.

01 · 01

8712366

# CARP. Nº 116

# NO EXISTE

# CARP. Nº 117

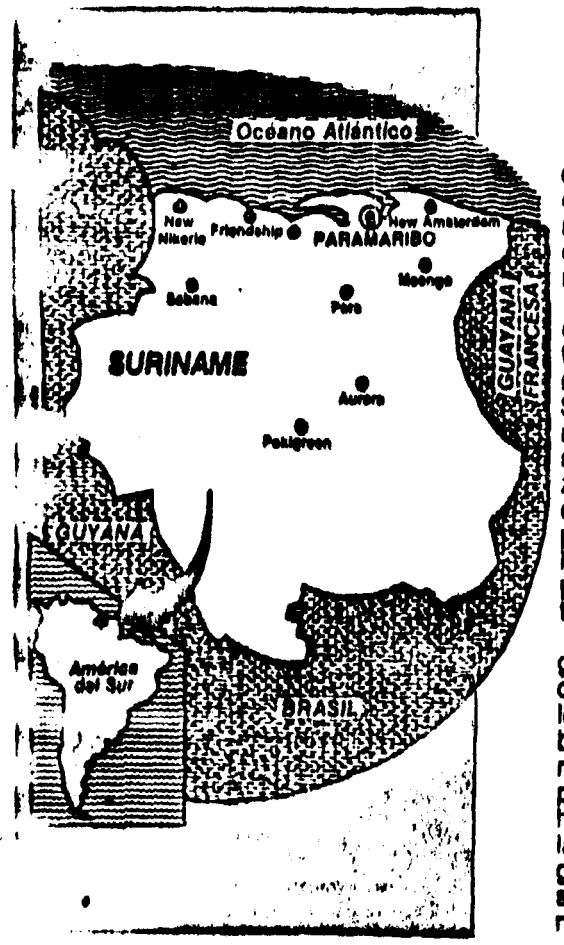
№ 117

GUYANA

ENTRE LOS Nºs

8700680 - 8711443

# Suriname LA REVOLUCION DE LOS SARGENTOS




El descubrimiento de un complot para derrocar al gobierno de Suriname y el arresto de trece mercenarios que planeaban una invasión a este país sudamericano para cuya concreción contarían con el concurso de centenares de indios miskitos nicaragüenses, ha reactualizado el tema de las difíciles relaciones entre el régimen del coronel Desiré Bouterse y la administración Reagan.

En un reciente informe sobre la situación política de la región, el Departamento de Estado norteamericano calificó como *la tercera dictadura* de América del Sur a la República de Suriname. Obviamente, los otros regímenes totalitarios son Chile y Paraguay, que se caracterizan por la violación sistemática de los derechos de sus pueblos. En cambio, la participación en la vida política de todos los sectores de la sociedad surinamesa parecería desmentir esta forzada identificación.

Hasta el 25 de febrero de 1980 había gobernado la ex colonia una administración corrupta que seguía representando los intereses holandeses, a pesar de haberse formalizado la independencia en noviembre de 1975. La falta de una respuesta integral a los múltiples problemas heredados del colonialismo, por parte de la coalición derechista en el gobierno, generó un virtual vacío de poder e impulsó a un sector militar a iniciar la denominada *"revolución de los sargentos"*. Durante los años de la independencia, una lucha en el seno de las fuerzas armadas que excedió el marco castrense, produjo tres golpes de estado. De este modo, los gobernantes Johan Ferrier y Henk Chin A Sen fueron derribados por el coronel Desiré Bouterse. Al verse impedido de desarrollar relaciones con Occidente, Bouterse se acercó a Cuba, creó *organizaciones de base* (uno de los pilares de la estrategia del Consejo Militar) y constituyó el *Topberaad*, un foro donde deliberan los partidos políticos populares.

En 1983 la invasión norteamericana a Granada provocó un brusco viraje en la orientación de las naciones caribeñas, lo que se reflejó poco tiempo después en el vuelco derechista del electorado y en abruptos golpes de timón de algunos gobiernos de la región. Bouterse dio el ejemplo al exigir a La Habana la inmediata reducción del personal diplomático cubano en Paramaribo, en el cual apenas quedó un encargado de negocios. Pero este alejamiento no implicó un desinterés por la problemática social de las clases más sumergidas. En poco tiempo la *"revolución de los sargentos"* redujo la desocupación de un 30% a sólo un 4%. Datos recientes indican que el ingreso per cápita es de 3.250 dólares, superando, por ejemplo, a Uruguay, que no alcanza a los 2.500 dólares por habitante.

Al convocar a la oposición para integrar un *"gobierno amplio y revolucionario"*, en una multitudinaria manifestación realizada en junio último, Bouterse estableció que *"la cuestión nacional es prioritaria para nuestro pequeño país, disgregado por los colonizadores"*.

Los partidos tradicionales también respondieron al llamado y aceptaron cargos en el nuevo gabinete ministerial que asumió el 15 de julio pasado. El Partido Campesino Javanés, el Partido Reformista Unido y el Partido Nacional se comprometieron a llevar adelante un programa de reformas que implica un nuevo orden económico, educativo, político y administrativo. El gobierno está elaborando un nuevo código de inversiones que regulará la actividad de las compañías extranjeras y determinará los sectores de la economía en los cuales esas empresas serán admitidas.

A partir de 1985 se institucionalizó una nueva estructura de gobierno al proclamarse la Asamblea Nacional de 33 miembros con una gravitante participación del sindicalismo (once escaños). La completan los militares con dieciséis y el empresariado con seis. La Asamblea es parte integrante de una constitución política que estará lista para marzo próximo.

Esta nueva legalidad y la destitución de los militares adictos a la vieja estructura de poder motivaron la hostilidad abierta de Holanda y Estados Unidos, que se trasuntó en el apoyo irrestricto a la oposición surinamesa y a las incursiones armadas dirigidas por Ronnie Brunswijk, un ex guardaespaldas de Bouterse que es hoy uno de sus principales enemigos.

Si bien tanto norteamericanos como holandeses se apresuraron a negar toda vinculación con la última aventura golpista descubierta por el FBI, el **New York Times** recordó que desde hace unos años la CIA tenía preparado un plan para desestabilizar al presidente Bouterse. ●●

JUAN CARLOS DOWNES

EL PERIODISTA del 8 al 14 de agosto del 86

01.01

9700680

117

Surinam

# Surinam teme un ataque de Francia

## Pidió una reunión urgente en la UN

PARAMARIBO, 11 (UPI). - El Gobierno pidió una reunión de emergencia del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas para denunciar lo que calificó como planes de Francia para invadir Surinam desde la vecina Guayana Francesa, informó la agencia noticiosa oficial.

Un despacho de la agencia de noticias de Surinam indico que el Gobierno ya ha presentado una solicitud en ese sentido al secretario general de la UN, Javier Pérez de Cuellar.

Tropas francesas

PARAMARIBO, 11 (AP). - El canciller surinames, Henk Herrenberg, dijo a la Asamblea Nacional que en la frontera de la vecina Guayana Francesa se están acumulando tropas y que se avistaron naves de guerra frente a esas costas.

Mientras esta capital se encontraba en calma ayer, aparentemente sin prestar atención a versiones de una inminente invasión, Herrenberg indicó que el Gobierno también ha confirmado que Francia trasladó tropas a la Guayana Francesa desde las islas caribeñas de Guadalupe y Martinica.

Previamente, Herrenberg había comunicado a la Asamblea que los movimientos de tropas contradecían anteriores seguridades brindadas por Francia, de que no permitiría que la Guayana Francesa fuera utilizada por el ex soldado Ronny Brunswijk y sus guerrilleros para lanzar ataques contra la región oriental de Surinam.

Diarios locales dijeron que el Gobierno insistirá ante el de Francia para que desmienta versiones atribuidas a un ex presidente surinamés, de que ese país tiene prevista una invasión a esta ex colonia holandesa.

El gobierno militar del teniente coronel Desi Bouterse lucha contra guerrilleros de Brunswijk desde hace cinco meses, y afirma que los atacantes son apoyados por disidentes en Holanda que les suministran pertrechos a través de la

PARTES ILEGIBLE

01.01

8700681

117

# Surinam denuncia una invasión francesa

PARAMARIBO y CARACAS, 11 (AP, Reuter y UPI) — Surinam reclamará una reunión de emergencia del Consejo de Seguridad de la ONU para denunciar planes franceses de invadir su territorio, a pesar de la desmentida realizada ayer por el gobierno galo.

El régimen de la ex Guayana holandesa ya presentó la solicitud al secretario general de las Naciones Unidas, Javier Pérez de Cuellar. Según su postura, unos cuatro mil soldados galos estarían ya acantonados en la frontera de la Guayana francesa con Surinam, listos para una invasión que podría ser "inminente".

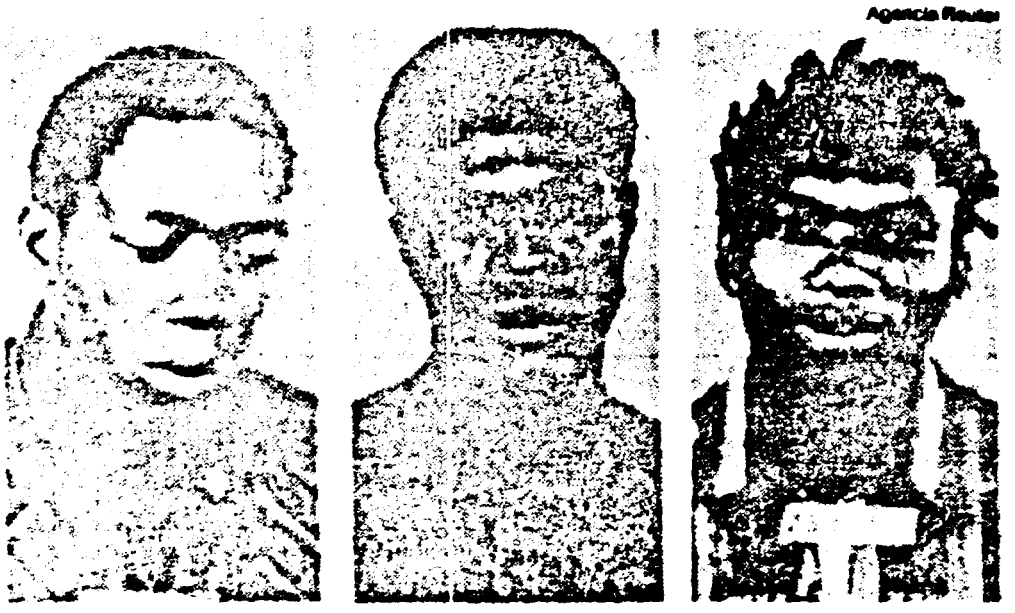
La presentación se realizó a pesar de la desmentida hecha ayer por la cancillería parisina, donde se afirmó que Francia mantendrá una actitud de "estricta neutralidad y no injerencia".

Un alto funcionario del Ministerio de Relaciones Exteriores francés había dicho ayer en París que sus tropas se habían limitado a montar instalaciones para recepción de los refugiados que huyen de Surinam a través del río Maroewijne, que estimó en cuatro mil quinientos.

Las prevenciones del gobierno militar de Surinam, conducido por el teniente coronel Desi Bouterse desde 1982, tras un golpe de Estado, apuntan a que se detenga el apoyo brindado desde la colonia francesa a los rebeldes conducidos por el ex soldado Ronny Brunswijk, contra los que lucha desde hace cinco meses.

Un miembro del Consejo Supremo gobernante, Henryk Sylvester, afirmó días atrás que el primer ministro francés, Jacques Chirac, le había dado garantías al ex presidente surinamés Henk Chin-A-Sen de que Francia invadiría el país para restablecerlo en el poder antes de fin de año.

Agencia Reuter



Afiche de la *recompensa* del gobierno en contra del comandante rebelde, Ronny Brunswijk (centro), y de dos de sus lugartenientes: Henk Papoto (izq.) y Edgar Jankoesoe. Brunswijk se ha vuelto poderoso junto a un grupo de guerrilleros al este y sur de Paramaribo, capital de Surinam.

El ministro de Relaciones Exteriores de Surinam, Henk Herrenberg, entregó ayer una protesta al embajador holandés en Paramaribo: allí se alega que el gobierno de Amsterdam permite a disidentes surinameses refugiados en los Países Bajos activismo político para derroc régimen de Bouterse.

Las relaciones entre Holanda y s colonia se han deteriorado sensiblem desde la toma del poder por los milit Amsterdam decidió suspender un pa te de asistencia económica por el eq lente a 2.700 millones de dólares de de que Bouterse ordenó la ejecución quince ciudadanos prominentes, e diciembre de 1982.

### ♦ Creciente oposición armada

Desde que se desataron las hostili hace cinco meses, los rebeldes guer ros han logrado importantes éxitos tares, como la toma de poblaciones varias jornadas y el corte de la carr principal que comunica a Param con las mayores centros productiv mes pasado.

Versiones corrientes en Param atribuyen a las tropas de Ronny B wijk el control de más del 20 por del territorio de esta ex colonia holá independizada en 1975. Surinam est cada sobre la costa atlántica norte damérica, y limita por el sur con B por el este con la Guayana francesa el oeste con Guyana.

Otras versiones, ya no oficiales can que el ex presidente Chin-A-S instalado clandestinamente en S desde hace tres semanas, y mantie tactos con las fuerzas de Brunswi apoyarían en su proyectado ret

CLARÍN 12/12/86 PARTES POCO LEGIBLE

01.01

8700682

117

EL DIA 04-1-87

# Tráfico de armas a SURINAM

GONZALEZ

PORTO ALEGRE. RIO GRANDE DO SUL. — El dirigente del movimiento de justicia y derechos humanos, Jair Krischke, denunció el "tráfico de armas suministradas por Francia y Holanda a los rebeldes que combaten al gobierno en Surinam, a través de los puertos brasileños de Belem y Manaus, autorizado por autoridades militares brasileñas".

Según la denuncia, el jefe del Ejército de Liberación de Surinam, Ronnie Brunswick, y el ex presidente derrocado Henk Chin A Sen, mantuvieron un encuentro secreto en un apartamento de Río de Janeiro con un coronel del Servicio Nacional de Informaciones (SNI) de Brasil, para "tratar detalles relativos al pasaje del material bélico por territorio brasileño".

Krischke comentó que "los rebeldes ya dominan cerca del 20 por ciento del territorio de Surinam, justamente en las fronteras con Brasil y Guayana Francesa, por donde entran las armas, ya que el litoral es controlado por el presidente teniente coronel Desi Bouterse, de centro izquierda".

Según el dirigente del movimiento de justicia y derechos humanos de Porto Alegre, la carga de armas del remolcador "Nobistor" (argentino pero con bandera panameña), detenido meses atrás en aguas territoriales brasileñas con mercenarios estadounidenses a bordo, no era para rebeldes de Ghana, como se afirmó, sino para desestabilizar al gobierno de Surinam.

01.01

0701275

# Bandas armadas que actuaron en Surinam causaron severos daños

**Georgetown, (PL). Los daños materiales ocasionados a la economía de Surinam por las bandas armadas que operan al oriente y sur del país sobrepasan los 54 millones de dólares, informó el líder militar surinamés Desi Bouterse.**

**Bouterse, quien presidió una concentración popular en Paramaribo, especificó que las mayores pérdidas se registran en los sectores turístico, maderero, agrícola y la industria de bauxita y alumina, la principal del país.**

**La agencia de noticias surinamesa (SNA) precisó que además tuvieron que ser destinados fondos por cinco millones y medio de dólares para [illegible] el ejército y [illegible] en las áreas afectadas.**

**Seis mil trabajadores han perdido sus empleos y costará alrededor de 83 millones de dólares reconstruir las empresas e instalaciones económicas destruidas por los grupos armados antigubernamentales, dijo el comandante Bouterse.**

**Los servicios médicos en los distritos del oriente, mayormente en las regiones de Marowijne, Commewijne y Brokopondo están paralizados: 15 centros hospitalarios fueron cerrados y otros 30 afrontan carestía de medicamentos para atender a la población.**

**De acuerdo con fuentes oficiales, más de mil escolares de la zona permanecen en sus viviendas luego de la clausura de 54 escuelas, en virtud de lo cual alrededor de 300 maestros están también inactivos.**

**Las bandas, cuyos hombres se estiman entre 200 y 600, destruyeron entre octubre y noviembre pasado tres plantas procesadoras de aceite de palma, una estación agropecuaria y un aserradero.**

**También fueron incendiadas instalaciones en el poblado minero de Moengo, a unos 80 kilómetros de la capital, y numerosos centros turísticos semejan parajes abandonados, pues viajar al interior del país implica un riesgo para la vida.**

**Los grupos que se oponen a la administración de Bouterse están dirigidos por Ronnie Brunswijk, un ex militar perseguido por las autoridades desde principios de año por numerosos delitos, que recibe apoyo político y financiero de los exiliados surinameses en Holanda.**

LA HORA
15/12/86

01.01

8702189

P. 117

Surinam

# Sabotaje a torres de energía en Surinam

Georgetown, (PL) — Las zonas residenciales de Paramaribo se mantienen sin apenas suministro eléctrico, luego de la destrucción de dos torres de trasmisión por elementos armados que operan contra el gobierno de Surinam.

La agencia oficial de noticias surinamesa (SNA) dijo ayer que el sabotaje dejó inutilizada la línea energética que enlaza a la capital con la hidroeléctrica de Afobakka, situada a un centenar de kilómetros al sur del país.

La acción llevada a cabo el domingo fue calificada por medios oficiales como una de las mayores realizadas por esos grupos contra el gobierno que preside el comandante Desi Bouterse.

Además de una reducción del 20 por ciento en la electricidad que normalmente recibe Parambaribo, el ataque provocó la completa parálisis en la producción de alúmina en la refinería de Paranam, precisó la SNA.

Ubicada a 30 kilómetros de la capital, esta planta procesa toda la bauxita producida por Suralco, una subsidiaria de la transnacional norteamericana "Alcoa".

Un portavoz de Suralco Señaló que la compañía se esfuerza por mantener sus operaciones en Surinam a pesar de que previas acciones de esas fuerzas antigubernamentales la forzaron a importar mineral de bauxita para no detener la producción.

LA HORA 29/1/87

Paramaribo

01.01

8702460

117

Surinam
FICHATE

EL DIA 13/2/87 GONZALEZ

# Profunda crisis en el gobierno de Surinam

LA HAYA, PARAMARIBO. — El gobierno de Suriname enfrenta una seria crisis a raíz de la renuncia, esta madrugada, del primer ministro Pertab Radhakishun y de varios de sus ministros, al parecer presionados por el Consejo Supremo de las Fuerzas Armadas.

De acuerdo a las informaciones divulgadas ayer por la televisión de Holanda, país que mantuvo como Colonia a la que fuera la Guyana holandesa por más de tres siglos, las diferencias en el seno del ejecutivo surinamés radican en el método de enfrentar a la guerrilla que lucha contra el gobierno central en la región oriental del país.

Aún se desconocen las dimensiones totales de la crisis de gobierno. La oficina de información del gobierno de Paramaribo declaró, según reporta la agencia noticiosa holandesa "ANP", que el primer ministro presentó la dimisión al no gozar más del total respaldo de la fracción militar del gobierno revolucionario del presidente Dessi Bouterse.

Según "ANP", entre los renunciantes se encuentran el ministro del Exterior, Henk Herrenberg, y el ministro de Salud Pública, Arti Jesserun. Herrenberg es responsabilizado de haber generado las tensiones entre Suriname y Holanda, que llevaron a que La Haya llamara al embajador en Paramaribo. El ministro del Exterior había acusado a Holanda de apoyar a los rebeldes, denuncia que fue rechazada de plano por La Haya.

La ola de dimisiones fue dada a conocer poco después de la medianoche de ayer (local) tras una reunión del Consejo Supremo, el máximo órgano ejecutivo surinamés.

El gabinete de Radhakishun era el primer gobierno formado por políticos de los partidos tradicionales, disueltos después del golpe militar de 1980 encabezado por el comandante Dessi Bouterese.

01 . 01

702930

17 Surinam

# Crisis en gobierno de Surinam

La Haya/Paramaribo, (DPA) –El gobierno de Surinam enfrenta una seria crisis a raíz de la renuncia, en la madrugada de ayer, del primer ministro Pertab Radhakishun y de varios de sus ministros, al parecer presionados por el consejo supremo de las fuerzas armadas.

De acuerdo a las informaciones divulgadas por la televisión de Holanda, país que mantuvo como colonia a la que fuera la Guyana holandesa por más de tres siglos, las diferencias en el seno del ejecutivo surinamés radican en el método de enfrentar a la guerrilla que lucha contra el gobierno central en la región oriental del país.

Aún se desconocen las dimensiones totales de la crisis de gobierno. La oficina de información del gobierno de Paramaribo declaró, según reporta la agencia noticiosa holandesa ANP, que el primer ministro presentó la dimisión al no gozar más del total respaldo de la fracción militar del gobierno revolucionario del presidente Dessi Bouterse.

Según ANP, entre los renunciantes se encuentran el ministro del exterior, Henk Herrenberg, y el ministro de salud pública, Arti Jesserun. Herrenberg es responsabilizado de haber generado las tensiones entre Surinam y Holanda, que llevaron a que La Haya llamara al embajador en Paramaribo. El ministro del exterior había acusado a Holanda de apoyar a los rebeldes, denuncia que fue rechazada de plano por La Haya.

La ola de dimisiones fue dada a conocer poco después de la medianoche de ayer tras una reunión del Consejo Supremo, el máximo órgano ejecutivo surinamés.

El gabinete de Radhakishun era el primer gobierno formado por políticos de los partidos tradicionales, disueltos después del golpe militar de 1980 encabezado por el comandante Dessi Bouterese. A mediados de 1985, el gobierno volvió a permitir el funcionamiento de dichos partidos.

Radhakishun es el líder del partido progresista reformado, que aglutina a los inmigrantes indígenas, Herrenberg era considerado un representante de las fuerzas militares en tanto que Jesserun es dirigente del Partido Nacional de Surinam.

GONZALEZ La Haya 13/2/82

01 . 01

8703103

117

## Renunció el "premier" de Surinam

**Paramaribo (UP) — El primer ministro, Pertab Radhakishun, se vio forzado a dimitir el jueves luego que el Consejo Supremo, la junta de gobierno de Surinam, le negó un voto de confianza para reorganizar el gabinete, se informó oficialmente.**

**Mientras tanto, otros tres miembros del gabinete renunciaron el jueves, un día después que el jefe militar, coronel Desire Bouterse, aceptó la dimisión del ministro de asuntos exteriores, Henk Herrenberg.**

**Bouterse, que tomó el poder en un golpe en 1980, dijo en una reunión de prensa que los cinco ministros serían reemplazados y que no hay cambios en su itinerario para la democratización del país.**

**Radhakishun indicó que renunciaba porque la unidad dentro del [illegible] y en realidad era que el primer ministro "ya no gozaba del apoyo de la mayoría de sus colegas en el Consejo Supremo".**

**Según el plan de democratización, la nueva Constitución deberá estar redactada en marzo y será sometida a referéndum seis meses después. Si la Constitución se aprueba, seguirán las elecciones generales.**

La Prensa 14/02/87

01.01

8703448

(PS.

ARCHIVAR EN: Suriname (117)

TEMA: Suriname, Libia - Libya
Delivering Aircraft and
Bombs TO Suriname.

PROCEDENCIA: Enlace Alemán (135/87 Doc. 0709/87

ARCHIVADO EN: E. ALEMAN (135/C.)

01.01

8704211

ARCHIVAR EN: SURINAME (117)

TEMA: INVR D: 949.3/03 SET 87
SURINAME. ATUALIZAÇÃO DO QUADRO POLITICO.
PERSPECTIVAS E POSSIVEIS CONSEQUÊNCIAS DA EVOLU
ÇÃO DA SITUAÇÃO NO SURINAME.

PROCEDENCIA: ENLACE BRASILEIRO 2/10/87 DOC 1526/87

ARCHIVADO EN: ENLACE BRASILEIRO (135/A)

01.01

8708710

ARCHIVAR EN: Suriname (117)

TEMA: INVR D: 1031 3/25 SET 87
Suriname. Atualização do quadro
Geral.

PROCEDENCIA: Enlace Brasileiro 24/11/87 doc 18/3/87

ARCHIVADO EN: Enlace Brasileiro (135/A)

01 - 01

8711443

# CARP. Nº 118

nº 118 PARAGUAY

ENTRE LOS Nºs

8700683 - 8712508

-Entrada y archivo. /18.
- Archivar en corp. de Paraguay.-

Instituto Paraguayo de Estudios Nacionales
I. P. E. N.
FUNDADO EL 12 DE JUNIO DE 1980
ENTIDAD CULTURAL CON PERSONERIA JURIDICA
RECONOCIDA POR DECRETO DEL P. E. Nº 23.125/81
TACUARY 443 - 5º. PISO - TEL. 90-579
ASUNCION - PARAGUAY

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE
SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF AA
DEPARTAMENTO (EXTERIOR)
Fecha de entrada 26/01/87
Fecha de salida
Pasa a Jefe/Archivo
Nº. de Identificación 0164/87

INFORME ESPECIAL
REALIDAD PARAGUAYA

## UBICACION GEOGRAFICA

La República del Paraguay, es una Nación mediterranea, ubicada en el Centro de America del Sur, con una superficie territorial de 405.000 Kilómetros cuadrados, y una población estimada alrededor de los -- 3.600.000 habitantes.

País de clima sub-tropical, su territorio se halla bañado por dos -- grandes Ríos, el Paraguay y el Paraná, y el rubro principal de su actividad es agropecuario y forestal.-

Es el país de mayor explotación hidroeléctrica en el mundo, con una- usina interna (Acaray) que abastece la totalidad de la demanda energetica nacional con remanentes de exportación, siendo además en sociedad binacional con el Brasil, asiento de la represa de Itaipú, - la más grande del mundo, cuyos servicios se iniciaron en 1.985. En - sociedad con la República Argentina, construye actualmente la usina- hidroeléctrica de Yacyretá, algo menor a Itaipú, y se han firmado - con la misma Nación los Convenios que concretarán la construcción de la represa de Corpus, en Río Paraná, aguas abajo de Itaipú.-

## BREVE RESEÑA HISTORICA

El Paraguay fué descubierto por los Españoles en 1.524, y su Capital Asunción fué fundada por Juan de Zalazar y Espinoza, el 15 de Agosto de 1.537. Por la rápida integración de los aborigenes, y a causa de- la violenta resistencia que se generaba a los españoles en el Río de la Plata, Asunción se convirtió por largo tiempo en centro de irra - diación de la colonización española en América del Sur, y es conocida tambien como la Ciudad Madre de Ciudades.-

En el Paraguay, alrededor de 1.725, se produce el primer movimiento- libertador de América, con la llamada Revolución de los Comuneros, - finalmente abortada tras varios años de cruentas luchas.-

El Paraguay se independizó de la corona española el 14 de Mayo de -- 1.811, tras resistir una invasión armada de la Confederación Argentina que pretendía anexar su territorio a los antiguos dominios del Virreynato del Río de la Plata.-

Instituto Paraguayo de Estudios Nacionales

I. P. E. N.

FUNDADO EL 12 DE JUNIO DE 1988
ENTIDAD CULTURAL CON PERSONERIA JURIDICA
RECONOCIDA POR DECRETO DEL P. E. Nº 21.135/88
TACUARY 443 - 5º. PISO - TEL. 90-579
ASUNCION - PARAGUAY



A pocos años de su independencia, bajo el Gobierno del Dr. José Gaspar de Francia, cerró sus fronteras durante casi cuarenta años, al - cabo de los cuales emergió como la más desarrollada de las Naciones- de Sudamérica. Fué el primer país americano con servicio de locomotoras y en su territorio funcionó el primer telegrafo de America.-

Su régimen constitucional data de 1.849, y a lo largo de su historia fué gobernado al amparo de tres Constituciones y una Carta Politica.

La defensa de los principios de no intervención en los asuntos internos de los pueblos, así como en de la libre navegabilidad de los -- Ríos Internacionales, condujo al Paraguay a una guerra de exterminio contra el Brasil, la Argentina y el Uruguay, entre los años 1.864 -- 1.870, que culminó el 1º de Marzo de 1.870, con la muerte de su Héroe Máximo, el Mariscal Francisco Solano López, y la casi desaparición de más del 70% de su población. Pesadas cargas de guerra, y la enajena - ción de la casi totalidad de su patrimonio raíz, postraron al Para -- guay a una pobreza absoluta. Tras un corto período de reconstrucción- entre 1.885-1.904, sucesivos golpes de Estados, cuartelazos, sublevaciones y guerras civiles postergaron aún más la recuperación nacional.

Entre 1.932 y 1.935, sostuvo una nueva guerra internacional con la Republica de Bolivia, que costó al país más de 30.000 nuevas pérdidas humanas.-

La inestabilidad politica culminó en una cruenta guerra civil en el -- año 1.947, de la que emergieron triunfantes los sectores institucionalistas de las Fuerzas Armadas, con el apoyo del campesinado, ampliamente ligado a la Asociación Nacional Republicana (Partido Colorado), y - el proceso de estabilización llega a su climax con la elección en 1.954 del General Alfredo Stroessner como Presidente de la República.

Contrariamente a lo difundido en la prensa mundial, el Gral. Stroessner nunca gobernó el Paraguay como cabeza de un golpe militar, sino que fué postulado a la Presidencia por el Partido Colorado, electo y sicesiva - mente reelecto en elecciones celebradas conforme a la Constitución cada cinco años.-

EL GOBIERNO DEL PARAGUAY

Instituto Paraguayo de Estudios Nacionales

I. P. E. N.

FUNDADO EL 12 DE JUNIO DE 1980

ENTIDAD CULTURAL CON PERSONERIA JURIDICA
RECONOCIDA POR DECRETO DEL P. E. Nº 22.125/81

TACUARY 443 - 5º. PISO - TEL. 90-579

ASUNCION - PARAGUAY



La República del Paraguay es gobernada de conformidad a la Constitución Nacional sancionada y promulgada el 25 de Agosto de 1.967, como culminación de más de seis meses de deliberaciones de una Convención Nacional-Constituyente, electa por voto popular, con exponentes de los cuatro -- Partidos Politicos existentes en el país, el Colorado, el Liberal, el-- Liberal Radical y el Partido Febrerista.-

La Constitución consagra la separación e independencia de los tres poderes del Estadod el funcionamiento de un Parlamento de dos Cámaras, la de Diputados, compuesta de (60) Miembros y la de Senadores con (30).

En el Parlamento participan los tres principales Partidos Politicos del país; el Colorado, que ostenta una mayoría absoluta, el Radical y el -- Partido Liberal.

Tanto la Presidencia de la República, como las bancas en las Cámaras de Diputados y el Senado, son electas en comicios libres cada cinco años. Separadamente, son tambien electos por voto popular los Miembros de las Juntas Electorales, los componentes de las Concejalías municipales y -- las juntas electorales de cada distrito electoral.-

Desde 1.954,ininterrumpidamente se celebran elecciones generales cada-- cinco años y municipales cada otro tanto, habiendose realizado hasta - hoy desde aquel año 15 elecciones, siete generales, seis municipales y dos de elección de convencionales constituyentes.-

## LOS PARTIDOS POLITICOS

En el Paraguay, se han caracterizado fundamentalmente dos partidos tradicionales, con casi cien años de existencia cada uno. Por un lado el - Partido Colorado nacionalista,actualmente en el poder, que ostenta la - cifra de más de 1.400.000 afiliados, constituyéndose en el más complejo y multitudinario Partido de America Latina y por el otro el Partido Liberal, fundado tambien en 1.887, actualmente fraccionado en distintas - -facciones de bido a profundas crisis de conducción. La primera divi - sión del liberalismo, en 1.965, dió lugar a la aparición del Partido -- Liberal Radical, actualmente la primera minoria politica paraguaya.

Instituto Paraguayo de Estudios Nacionales

I. P. E. N.

FUNDADO EL 12 DE JUNIO DE 1980

ENTIDAD CULTURAL CON PERSONERIA JURIDICA
RECONOCIDA POR DECRETO DEL P. E. Nº 23.125/84

TACUARY 443 - 5º. PISO - TEL. 90-570

ASUNCION - PARAGUAY



Sucesivas crisis y conflictos, dieron lugar a la formación del Partido Liberal Radical Auténtico (PLRA), el Partido Liberal Unido (PLU) el Partido Liberal Teeté o Partido Leviral, y otros movimientos internos como el MILR (Movimiento de integración), el Movimiento de movilización popular para el cambio, la convergencia de la unidad liberal,y el de los proponentes de la unidad liberal.-

El Partido Revolucionario Febrerista fué creado por los protagonistas de la Revolución de Febrero de 1.936, que estableció el primer Gobierno de tipo populista en el Paraguay. Con marcada influencia del PSOE-español, el Partido Febrerista es Miembro de la Internacional Socialista, y desde 1.973, cuando apenas obtuvo una representación municipal, se abstiene de presentar candidatos propios a elecciones, propugnando el abstencionismo.-

El Partido Democrata Cristiano, organizado al tiempo de la sanción -- de la Constitución de 1.967, aún no ha logrado el reconocimiento de - la Junta Electoral Central, por carecer de las 10.000 firmas del Re - gistro Cívico exigidas como mínimo para la inscripción. Aún cuando -- sus dirigentes alegan que este requisito es innecesario, por considerar a su Partido preexistente a la Constitución, en casi 20 años no - han logrado reunir 10.000 afiliaciones.-

Tomando como modelo las coalisiones organizadas en Chile, con la Unidad Popular y en el Uruguay (Frente amplio), representantes del llamado Partido Liberal Radical Auténtico (PLRA), el Partido Revoluciona - rio Febrerista, el Partido Democrata Cristiano, el MOPOCO - fracción-disidente expulsada del Partido Colorado en 1.960 - formaron el lla - mado Acuerdo Nacional, que con muy estrechos vinculos con la Iglesia-Católica y algunos sectores del Gobierno Argentino de Raúl Alfonsín,- promueven en el país la gestación de un movimiento que impida la permanencia de los actuales esquemas de Gobierno. En los últimos meses,- han estrechado contactos con algunos sectores del Gobierno y el Con - greso de los EE.UU.,particularmente los de la esfera de influencia -- del Senador Edward Kennedy y el Sub-Secretario de Estado Alliot ---- Abrahms.-

Sus principales dirigentes han sido el Dr. Domingo Laino, ex-Diputado/ del Partido Radical, fundador del PLRA, tras ser derrotado en una Con

Instituto Paraguayo de Estudios Nacionales

I. P. E. N.

FUNDADO EL 12 DE JUNIO DE 1980
ENTIDAD CULTURAL CON PERSONERIA JURIDICA
RECONOCIDA POR DECRETO DEL P. E. Nº 21.125/84
TACUARY 443 - 5º. PISO - TEL. 90-579
ASUNCION - PARAGUAY



vención interna y el dirigente democrata cristiano Alfonso Resk, -- quienes durante un tiempo fueran expatriados tras llamar a la desobediencia civil y la rebelión armada como medio de lucha. Actual -- mente el Señor Resk, se encuentra de regreso al Paraguay y ha sido- postulado para la Presidencia del Partido Democrata Cristiano.-

## LA IGLESIA PARAGUAYA

La religión católica congrega en el Paraguay a más del 90 % de la -- población, y consecuentemente la Conferencia Episcopal es un influyente centro de poder. Alineada en los movimientos llamados "progresistas" de la Iglesia Católica, se ha adherido plenamente a la "Teología de la Liberación", y propugna actualmente un "Diálogo Nacional" CON EL OBJETO DE LEGITIMAR EN EL ESCENARIO POLITICO AL Acuerdo Nacional y consolidar una postura abstencionista. Con esta posición se -- busca justificar un paulatino aislamiento internacional, que justifiquen intervenciones posteriores de otro carácter.-

## LA PRENSA EN EL PARAGUAY

Actualmente circulan cuatro Diarios independientes y propalan más de una docena de Radioemisoras en la Capital. En el interior existen -- aproximadamente cinco periódicos de relativa trascendencia y aproximadamente treinta Radioemisoras. Dos sistemas de televisión con seis canales irradian para todo el país.-

En 1.983 el Gobierno suspendió por tiempo indefinido la circulación- del Diario ABC Color, por considerar que fomentaba la subversión armada y buscaba desestabilizar las instituciones nacionales. Esta medida, ha provocado una intensa presión internacional sobre el Gobierno Paraguayo, especialmente de parte de las poderosas cadenas informativas de los Estados Unidos, así como diferentes organizaciones políticas, fundamentalmente ligadas al socialismo.-

El Director propietario de "Radio Ñandutí", ha sido objeto de varias citaciones judiciales y objeto de distintos sumarios, por la comi -- sión de supuestos delitos contra la Administración del Estado, y en especial por difamación o injurias contra funcionarios del Gobierno.

Instituto Paraguayo de Estudios Nacionales

I. P. E. N.

FUNDADO EL 12 DE JUNIO DE 1989
ENTIDAD CULTURAL CON PERSONERIA JURIDICA
RECONOCIDA POR DECRETO DEL P. E. Nº 22.125/91
TACUARY 443 - 5º. PISO - TEL. 90-579
ASUNCION - PARAGUAY



En los últimos tiempos se conocieron denuncias de hostigamiento -- contra esa emisora y su propietario Humberto Rubín. En realidad, - Rubín es un acre crítico del Gobierno Paraguayo, y aún cuando no - reconoce vinculación oficial con ningún sector politico en parti - cular, ha puesto decididamente su radioemisora como canal de ex -- presión de todos los sectores adversos al Gobierno y al Partido Colorado.

La Iglesia Católica, posee y administra Radio Charitas, a la vez - que difunde un Semanario "Sendero", de vasto contenido politico. - Los Partidos de oposición tambien poseen sus propios órganos de -- Prensa, como ser "El Pueblo", vocero oficial del Partido Febrerista y el Acuerdo Nacional; "El Liberal" del Partido del mismo nombre;- ALON del Partido Liberal Radical, etc.-

La circulación de estos medios es libre y la única restricción que conocen deriva de la precariedad de medios invertidos en su difu - sión.-

## EL ESTADO DE SITIO EN EL PARAGUAY

Es muy frecuente escuchar que en el Paraguay rige ininterrumpidamente el Estado de Sitio desde hace más de 30 años. Esta afirmación, - absolutamente inexacta es parte de una imágen distorsionada que se- ha impuesto en relación al país y su sistema de Gobierno. En realidad, rige el Estado de Sitio, pero estrictamente reducido a los límites de Asunción, Capital de la República. Su carácter es más preventivo que represivo. El Estado de Sitio es una atribución presi - dencial, limitada por la propia Constitución Nacional, y a sus disposiciones se ha recurrido en muy contadas ocasiones en los últimos años. El propio informe de la "American Watch", en relación a los - Derechos Humanos en el Paraguay, producido en el pasado mes de Agosto, refiere que han conocido "tres casos de presos politicos, y la- existencia de dos exiliados a quienes el Gobierno no permite retornar al país: el escritor Augusto Roa Bastos, que hace más de cinco- años adoptó oficialmente la ciudadanía española (marxista), y el Dr. Domingo Laino, ex parlamentario del Partido Radical, actualmente en el llamado Radicalismo Autentico, quien ha proclamado la desobediencia civil y el recurso de la violencia como expresión de una postu-

Instituto Paraguayo de Estudios Nacionales

I. P. E. N.

FUNDADO EL 12 DE JUNIO DE 1988

ENTIDAD CULTURAL CON PERSONERIA JURIDICA
RECONOCIDA POR DECRETO DEL P. E. Nº 23.125/91

TACUARY 443 - 5º. PISO - TEL. 90-579

ASUNCION - PARAGUAY



ra politica. Insistentes rumores que circulan en Asunción, señalan el inminente regreso al país del Dr. Laino, inclusive se ha difundido un dictamen favorable del propio fiscal General del Estado.-

El más conocido de los casos de prisioneros, a quien se atribuye - calidad de "político", es el Capitan Napoleón Ortigoza, quien en - realidad cumple una condena de 25 años de cárcel, por el asesinato de un Cadete Militar en el año 1.963. En primera Instancia, fué - condenado a muerte, pero posteriormente la pena le fué conmutada - por 25 años de prisión. En la causa señalada, el Cap. Ortigoza se- había declarado culpable.-

En los últimos meses se han producido una serie de movilizaciones- sociales con motivo de una reclamación salarial en el Hospital de- Clínicas, dependiente de la Facultad de Medicina de Asunción, que- culminó con marchas estudiantiles de protesta, mitines sindicales, etc. Aún cuando se produjeron enfrentamientos con la policía, ninguno de sus organizadores es objeto de cualquier juicio o procedimiento restrictivo. Tampoco hay detenidos sobre ese caso.-

## LOS SINDICATOS Y GREMIOS

En los últimos años se han multiplicado denuncias acerca de la supuesta subalternización de la Confederación Paraguaya de Trabajadores (CPT) a la normativa gubernamental. En realidad en los últimos años, algunas organizaciones internacionales como la AFL-CIO, han- promovido la creacíon de Sindicatos "paralelos_ a la conducción de una Central única de trabajadores. Es evidente que por su número - y cantidad de adherentes, estas organizaciones no se encuentran en condiciones de competir con la estructura de la CPT en cuanto al - Gobierno del Sindicalismo Paraguayo. Sobre esta base se creó con - unos diez sindicatos menores el llamado Movimiento Intersindical de Trabajadores, con fuertes lazos internacionales, que promueve activas campañas contra la CPT. Esta organización, ha logrado una im - portante presencia y es participe en los Consejos del Instituto de Previsión Social, el Banco Nacional de Trabajadores, el Consejo Nacional de Salarios,etc. Existe una importante legislación que protege la actividad sindical en el Paraguay, como ser la Ley de Estabilidad del dirigente Sindical, el moderno Código del Trabajo y -- otros.

ra politica. Insistentes rumores que circulan en Asunción, señalan el inminente regreso al país del Dr. Laino, inclusive se ha difundido un dictamen favorable del propio Fiscal General del Estado.-

El más conocido de los casos de prisioneros, a quien se atribuye calidad de "politico", es el Capitan Napoleón Ortigoza, quién en realidad cumple un condena de 25 años de cárcel, por el asesinato de un Cadete Militar en el año 1.963. En primera Instancia,fué condenado a muerte-pero posteriormente la pena le fué conmutada por 25 años de prisión.- En la causa señalada, el Cap. Ortigoza se habia declarado culpable.-

En los últimos meses se han producido una serie de movilizaciones sociales con motivo de una reclamación salarial en el Hospital de Clínicas, dependiente de la Facultad de Medicina de Asunción, que culminó con marchas estudiantiles de protesta, mitines sindicales, etc., sin permiso legal. Aún cuando se produjeron enfrentamientos con la policía, ninguno de sus organizadores es objeto de cualquier juicio o procedimiento restrictivo. Tampoco hay detenidos sobre ese caso.-

LOS SINDICATOS Y GREMIOS

En los últimos años se han multiplicado denuncias acerca de la supuesta subalternización de la Confederación Paraguaya de Trabajadores (CPT) a la normativa gubernamental. En realidad en los últimos años, algunas organizaciones internacionales como la CIOSL y la CMT, han promovido la creación de Sindicatos "paralelos" a la conducción de una Central Única de trabajadores. Es evidente que por su número y cantidad de adherentes, estas organizaciones no se encuentran en condiciones de competir con la estructura de la CPT en cuanto al Gobierno del Sindicalismo Paraguayo, Sobre esta base se creó con unos diez sindicatos menores el llamado Movimiento Intersindical de Trabajadores, con fuertes lazos internacionales, que promueve activas campañas contra la CPT. Debe señalarse que obivamente, por su presencia en casi todos los estratos sociales del país, adhieren al Partido Colorado la gran mayoría de dirigentes sindicales que actualmente manejan la CPT. Esta organiza -- ción, ha logrado una importante presencia y es participe en los Consejos del Instituto de Previsión Social, el Banco Nacional de Trabajadores, el Consejo Nacional de Salarios, S.N.P.P.; ANDE, Comisión Nacional de Conciliación y Arbitraje Laboral - Consejo de Estado,etc. Existe una importante legislación que protege la libre actividad sindical en el Paraguay, como ser la Ley de Estabilidad del Dirigente Sindical, el moderno Código del Trabajo y otros.-



8700683

Instituto Paraguayo de Estudios Nacionales

I. P. E. N.

FUNDADO EL 12 DE JUNIO DE 1989
ENTIDAD CULTURAL CON PERSONERIA JURIDICA
RECONOCIDA POR DECRETO DEL P. E. Nº 22.125/89
TACUARY 443 - 5º. PISO - TEL. 90-579
ASUNCION - PARAGUAY



## LA SITUACION ECONOMICA

Tal vez uno de los principales causantes de aprensión en el Para - guay, deriven de las dificultades economicas que afectan principal mente a las Naciones en vías de desarrollo desde la última década. El Paraguay durante la construcción de la represa de Itaipú, se -- mantuvo relativamente al margen de los golpes de la recesión eco - nómica que afectó a todas las naciones sudamericanas. Sin embargo, la paulatina depreciación en las cotizaciones de materias primas - en los mercados mundiales, hicieron sentir sus efectos sobre la -- economia nacional. Aún cuando el volúmen de sus exportaciones han- crecido casi en un 85 %, el valor de las divisas ingresadas por - esos conceptos ha ido en constante disminución. Con todas estas- condiciones negativas, sin embargo, el Paraguay sigue siendo el -- País menos endeudado de Sudamerica ( una deuda inferior a los --- 1.800 millones de Dólares) , y posee el ritmo de crecimiento econó mico más sostenido. Posee el menor indice de desocupación y por su caracteristica de producción agrícola ganadera, absorve sin mayo - res complicaciones las demandas de puestos de trabajo de la juven- tud que se incorpora cada año a la vida economicamente activa. Aún asi debe reconocerse que hoy por hoy no se disfruta en el país de- las bonanzas conocidas anteriormente.-

## LA REFORMA AGRARIA EN EL PARAGUAY

Aún cuando se conoce a la Reforma Agraria como uno de los desafíos politicos y sociales más dificiles de afrontar, particularmente en Latinoamerica, con secuela de violencias, enfrentamientos de pode- rosos intereses, etc., en el Paraguay la Reforma Agraria es tal -- vez, una de las más brillantes banderas de conquista social que os tenta el Gobierno del General Alfredo Stroessner.-

Con los Programas de Colonización del Instituto de Bienestar Rural se ha beneficiado con adjudicación de lotes de tierra agricola a - más de 300.000 familias, y se han distribuído más de 10.000.000.-- de hectareas (aproximadamente el 25 % de la superficie total del - país). Mediante su acción, que no ha costado una sola vida, ni ha- cercenado los Principios de repeto a la propiedad privada que es - uno de sus fundamentos, se ha logrado revolucionar la productivi - dad agricola y ensanchar las fronteras productivas.-

Instituto Paraguayo de Estudios Nacionales

I. P. E. N.

FUNDADO EL 12 DE JUNIO DE 1988

ENTIDAD CULTURAL CON PERSONERIA JURIDICA
RECONOCIDA POR DECRETO DEL P. E. Nº 22.126/88

TACUARY 443 - 5º. PISO - TEL. 90-579

ASUNCION - PARAGUAY



Más de cuarenta ciudades y pueblos se asientan hoy donde hace apenas 10 o 15 o 20 años se habilitaba una Colonia, y es la Reforma Agraria la fuente de trabajo que absorve la mayor cantidad de la fuerza laboral del país. La Reforma Agraria Paraguaya, al trasformar en propietario de lotes de 20 hás., promedio a los campesinos, es tambien el factor fundamental de la identidad plena que el pueblo paraguayo siente hacia el anticomunismo, por cuanto ha rescatado una de las principales banderas de captación utilizada por el marxismo para su infiltración.-

LAS PRINCIPALES REALIZACIONES DEL GOBIERNO DE STROESSNER

Si tuviera que sintetizarse en los tres aspectos principales que hacen a la vida de un pueblo, las realizaciones del Gobierno de Stroessner, se tendría que decir que en el campo politico, la consolidación de la paz y la sanción de la Constitución de 1.967, ha sido lo más resaltante. En el campo social, la Reforma Agraria y la expansión educativa que hoy alcanza a todos los rincones del país en los ciclos primario y secundario constituyen las banderas principales. En cuanto a las realizaciones económicas, la represa de Itaipú y la integración total del territorio por una moderna red de comunicaciones viales, pueden tal vez sintetizar claramente la acción del Gobierno.-

El Paraguay, no ha superado en los últimos años el total absoluto de diez asaltos a mano armada en dos años. La tasa de delincuencia juvenil es practicamente nula y la seguridad pública se ubica en lo mejor que se conoce dentro del hemisferio occidental. El funcionamiento de las Instituciones Públicas, aún con algunas falencias que deben ser reconocidas, asegura una creciente consolidación de la democracia. Las realizaciones sociales, en ferminos de expansión agricola, Reforma Agraria, avances educativos, los logros en materia de salud y bienestar social, ha justificado el calificativo de "Revolución Pacífica" con que se conoce el proceso politico que lidera el General Alfredo Stroessner.-



8700683

Instituto Paraguayo de Estudios Nacionales

I. P. E. N.

FUNDADO EL 12 DE JUNIO DE 1969
ENTIDAD CULTURAL CON PERSONERIA JURIDICA
RECONOCIDA POR DECRETO DEL P. E. Nº 23.125/69
TACUARY 443 - 5º. PISO - TEL. 90-579
ASUNCION - PARAGUAY



Una inteligente aplicación del credito externo en la construcción - de obras de infraestructura y producción, permite que el Paraguay - sea hoy una nación de buena integración geográfica y amplias pers - Pectivas de un sostenido crecimiento.-

No conociendo de mayores tensiones sociales, con un rol cívico de - las Fuerzas Armadas claramente establecidas, y teniendo estas una - identificación plena con el proceso politico nacional, solamente -- una campaña de desinformación internacional, que tienda al aisla -- miento del Paraguay puede producir las condiciones de una crisis ca paz de desestabilizar el sistema politico vigente.-

Mientras tanto, en el Paraguay existe el Gobierno de un Militar, -- elegido por el pueblo con un margen superior al 85 % del electorado, contrariamente a la idea de un Gobierno Militar que se difunde en las campañas de desinformación.-

El sostenido apoyo popular que goza el Gobierno, con el respaldo del poderoso Partido Colorado y las Fuerzas Armadas, enteramente cohe -- sionadas en torno a sus mandos, hacen presumir que, salvo interven - ción o ingerencia externa, el régimen del General Stroessner, será - una vez más reelecto en los comicios que deben celebrarse en febrero de 1.988.-

El Paraguay, no conoce de actos de terrorismo, ni tiene muertos como producto de un enfrentamiento politico. En el país no existen desapa recidos ni se ha denunciado jamás su existencia por ninguna organiza ción. Tiene sí un régimen fuerte, que al no permitir la acción de -- ningún grupo identificado al marxismo, ha preservado sus Instituciones de cualquier tipo de convulsión sean sociales o politicas.-

Cualquiera de los elementos contenidos en el presente documento pueden ser fácilmente comprobados. La situación en el Paraguay no pasa- por las tensiones sociales que se conocen en el Brasil, ni se enmarcan en la ola de violencia delictiva que azota a la Argentina, ni -- tiene tampoco las caracteristicas del enfrentamiento politico que ac tualmente divide a Chile.-

ASUNCION, 1º de Setiembre de 1.986.-

118

La Hora 9/01/87

# Paraguay: desalojan a colonos de tierras del dictador A. Pinochet

Asunción,(IPS).Un intenso despliegue militar provocó, días atrás al norte de esta capital, el desalojo violento de 522 familias en unas tierras que según círculos políticos paraguayos pertenecen al jefe de Estado chileno,general Augusto Pinochet.

Las tierras,unas dos mil 800 héctareas en el llamado Alto Paraná, zona de Tavapí, al norte de Asunción,están registradas a nombre de Rodolfo García Khoer, un asesor cercano del gobernante chileno,quien sería el verdadero dueño,de acuerdo con los informes extraoficiales propalados aquí.

Aunque el dato no fue confirmado por nadie, las suspicacias aumentaron al conocerse que más de 100 soldados con modernas armas han estado acampados desde varios meses atrás en la estrada de Tavapí.

Los terrenos fueron ocupados por familias de colonos, quienes construyeron allí escuelas, caminos y lugares de recreo pero,a mediados de diciembre pasado, el juez de ciudad Presidente Stroessner dictó una orden de desalojo que puso el 3 de enero como fecha límite para ejecutar la acción.

Pese a la voluntad de los colonos de comprar las tierras o recibir una indemnización por las inversiones realizadas, se desoyeron sus reclamos y fueron desalojados violentamente una vez vencido el plazo.

Los colonos,quienes en su mayoría son simpatizantes del gobernante partido Colorado, montaron un campamento a la entrada de la colonia,y desplegaron un gran cartel que dice:"todos somos colorados y stronistas(simpatizantes del dictador Alfredo Stroessner), pero pese a ello el presidente del seccional aconseja a los colonos que abandonen el lugar.

GUERRSU

01•01

0701250

## El ingreso de la República del Paraguay al acuerdo económico argentino-brasileño

*La noticia no fue sensacional, pero sorpresiva y alborotó al terminar 1986: "Buenos Aires invita a Asunción a ingresar al mercado común". He ahí lo que originó la versión: ¿Paraguay nuevo socio de la Argentina? como tituló Ambito Financiero hacia fines de diciembre último, en que señaló un posible giro de 180 grados en la política exterior a nivel regional.*

# Una noticia inesperada

Escribe
Horacio J. T. de Linden

La novedad llamó la atención, claro está, por inesperada en momentos en que las relaciones argentino-paraguayas (de país a país y no entre cancillerías) se caracterizan —como diría Bismarck— por "alfilerazos". Un "toma y daca" de chicanas de diversa índole, con exteriorizaciones contra el "régimen Stroessner"; incidentes con diplomáticos y funcionarios guaraníes; atrasos en obras binacionales; disturbios antigubernamentales en el país vecino (incitados, presuntamente, desde la Argentina), postergaciones burocráticas de asuntos en trámite, etcétera. Los comentaristas catalogan tales "acciones y reacciones" como "nuevo capítulo de la historia", y que en la Argentina se conocen por épocas diferentes, es decir: "con o contra el Paraguay".

### • En el puente

Por lo tanto, fue una sorpresa que dio el ministro Antonio Tróccoli, cuando —al encontrarse (22-12-86), sobre el flamante puente Posadas-Encarnación, con su colega paraguayo doctor Sabino Montanaro —invitó al Paraguay a sumarse al proceso económico latinoamericano. Este noticón no fue desperdiciado por el periodismo, que destacó ciertas frases de la invitación formulada por el doctor Tróccoli. Por ejemplo: "La Argentina y el Paraguay (...) tienen que juntarse (...); No hay lugar para la soledad en las relaciones económicas internacionales (...)".

¿Qué había ocurrido? Conforme a los analistas, a partir del Acuerdo de Integración Argentino-Brasileño (firmado en Buenos Aires, julio de 1986), Asunción desarrolló una sigilosa e intensa ofensiva diplomática en varios frentes. Entre éstos estaban: Uruguay, NEA, NOA y el Brasil. En Misiones la ofensiva —afírmase— registró uno de sus primeros éxitos. ¿Cómo? Esto lo explicaremos más adelante.

### • En Brasilia

Los días de diciembre, mientras el doctor Alfonsín se encontraba en la metrópoli brasileña (para firmar con el presidente Sarney nuevos protocolos de integración) resultaba dable encontrar en los diarios del Brasil algunas insinuaciones sobre un posible ingreso del Paraguay al Acuerdo. En aquel entonces (del 9 al 12 de diciembre) también se encontraba una pequeña comisión argentino-brasileña (encabezada por Antenor Boher y Odir Dal'Pizoll) para entregar documentación técnica sobre la interconexión vial y ferroviaria en el Cono Sur (importante para la integración económica). Durante los contactos en la citada comisión con funcionarios, políticos y periodistas, el tema obligado era la creación del mercado común latinoamericano y su coherente integración. En esa relación, se apuntaba que Paraguay y Chile no podían quedar excluidos, dada la trascendencia de sus espacios geopolíticos y estratégicos en el centro y la periferia de América del Sur. Quien esto escribe estaba presente en esas conversaciones (como integrante de la arriba mencionada comisión) y recuerda el comentario de un alto funcionario del Ministerio de Transporte del Brasil, acerca de la conveniencia de la participación paraguayo-chilena, señalando al respecto diversas razones. Se hizo hincapié en que ambos países desempeñan —ligados con la Argentina, el Brasil y el Uruguay— funciones esenciales en lo tocante a las rutas transcontinentales y los puertos de aguas profundas sobre el Atlántico y el Pacífico. Existen, además, otros factores gravitantes que involucran a las dos naciones: prestación de servicios, obras binacionales y conexiones camineras y ferroviarias. Asegúrase en fuentes bien informadas que, en una de sus reuniones, los presidentes Sarney, Alfonsín y Sanguinetti "rozaron el asunto Paraguay".

### • Diplomacia guaraní

Hay detalles significativos que hacen suponer que el Paraguay había hecho sus jugadas en el "tablero del Cono Sur", moviendo sus "piezas" hábilmente para no perder la partida. Por otro lado, aún nada se sabe sobre el "mecanismo de ingreso al futuro mercado". Se dice que es un secreto de Estado, Pero no faltan quienes opinan que se trata de un "secreto a voces", explicando que el doctor Tróccoli mostró— sobre el puente internacional de Posadas— la "punta del ovillo". Dicho en buen romance: el ingreso será por invitación.

Los observadores opinan que la compleja estrategia guaraní está dando resultados. Entre éstos cabe inscribirse el anuncio de que el Uruguay y el Paraguay coincidieron en suscribir "un amplio acuerdo de integración económica".

### • Alerta rojo

Por consiguiente, no debe extrañar tanto la repentina apertura argentina hacia el Paraguay. La misma se debe —según fuentes fidedignas— a "razones de Estado", y no fue circunstancial que la invitación (al gobierno paraguayo de "sumarse al Acuerdo de Integración") el doctor Tróccoli la formulara desde Misiones.

Cabe aclarar aquí que esta provincia recibe energía eléctrica desde la central paraguaya del Acaray para poder satisfacer la mayor parte de su consumo energético. Pero ocurre que, desde hace tiempo, se ha acumulado por este servicio una abultada deuda, que el año pasado había rebalsado las cifras coloradas y ya se estaba hablando del corte de suministro del fluido. El aviso al respecto llegó cuando el gobernador Barrios Arrechea se encontraba viajando por Europa. Pasaron semanas, nadie se daba por aludido en cuanto al pago de la deuda, y vino la comunicación perentoria; corte de servicio. Cundió la alarma, Misiones iba a quedar a oscuras y sin fuerza motriz. Urgentemente se trasladaron a Asunción emisarios para tratar de solucionar el problema. Nada lograron y sólo se les informó que el asunto debía tratarse en el Palacio presidencial.

La escueta indicación determinó que volara el gobernador doctor Ricardo Barrios Arrechea a la tierra del mariscal Francisco Solano López, para hablar con el general Alfredo Stroessner. En la audiencia con el presidente del Paraguay no sólo se trató la espinosa cuestión energética, sino también temas concernientes a las relaciones fraternales "argentino-paraguayas".

## Turbión en el P. Comunista

*Mientras el Partido Intransigente y otros núcleos de izquierda desarrollan negociaciones con el peronismo para la integración de frentes electorales en Buenos Aires y otras provincias, en el seno del Partido Comunista la inminencia de la etapa electoral agudiza el enfrentamiento interno. La actual conducción, que desplazó a la "vieja guardia" del partido, ya tomó la decisión —entre otras razones por la resistencia peronista a un acuerdo— de adoptar una estrategia electoral autónoma, criticando a radicales y peronistas. Sin embargo, el núcleo de dirigentes recientemente relegados, entre ellos Rubens Iscaro, Pedro Savia (de Capital) y Mario Ochipinti (Buenos Aires) censuran severamente a Patricio Echegaray y su equipo, argumentando que luego de las próximas elecciones el partido sufrirá un "colapso" producido por la escasa cantidad de sufragios. En realidad, la interna del PC pasaría ahora por el grado de éxito que pueda alcanzar la actual cúpula en los próximos comicios, y su fracaso sería intensamente explotado por el grupo de dirigentes marginados, que montarían una contraofensiva para recuperar espacio político.*

01·01 D701251

118

La Prensa 10/12/86

PARAGUAY

## Radio Nandutí suspende sus trasmisiones

**Asunción, (ANSA) — Al cumplirse 216 días de la iniciación de las interferencias sobre Radio Nandutí, emisora local que dio lugar en sus emisiones a políticos opositores y a otros representantes de grupos contestatarios, su director Humberto Rubín considera a la situación como insostenible y dispuso la suspensión de sus trasmisiones.**

**El hecho de dar lugar a la oposición, llevó a Nandutí a sufrir la animadversión de los sectores del oficialismo. Tanto sus oficinas como su planta de trasmisión, fueron apedreadas en dos ocasiones y luego sus emisiones fueron objeto de continuas interferencias.**

**Esas interferencias, consistentes en fuertes zumbidos y ruidos sobre su frecuencia, se produjeron primero cuando se daban informaciones contrarias al gobierno o cuando hablaban dirigentes opositores. Más adelante fueron incrementadas y recientemente se venían produciendo también cuando se pasaban avisos, con el consiguiente perjuicio económico para la empresa.**

**Desde hace dos días, una emisora "fantasma" emite por momentos música sobre su misma frecuencia de 1020 KHZ. Cuando esto ocurrió, Humberto Rubín cortó sus trasmisiones, cesando después la emisión paralela de música.**



8701660

SANCIONES COMERCIALES DE EE.UU. A VARIOS PAISES

# Reacciones en Asunción

***Empresarios paraguayos repudiaron ayer la sanción de Estados Unidos por la cual suspende a Paraguay ventajas arancelarias. La medida también afecta a otros países en los cuales Washington entiende que se violan derechos a los trabajadores. Pero hay coincidencias en ubicar en el afán proteccionista la causa de estas medidas (como las que afectan a la Comunidad Económica Europea) frente al creciente déficit comercial de EE.UU.***

ASUNCION y WASHINGTON, 3 (ANSA, EFE, DPA y AFP). — La política comercial de EE.UU., —cuyo déficit en la materia volvió a ser récord en noviembre y agudiza las presiones proteccionistas del Congreso, dominado por la posición demócrata— promete convertirse en un elemento de zozobra mundial en 1987. A las promesas de represalias a la Comunidad Económica Europea se sumaron hace 48 horas los anuncios de quitar ventajas arancelarias a una decena de países del Sur y del Este porque éstos —según la óptica de Washington— violan "derechos de los trabajadores": Nicaragua, Brasil, Mexico, Rumania, Corea del Sur, Taiwan, Singapur y Paraguay son los países afectados por la eliminación o suspensión del Sistema Generalizado de Preferencias (S.G.P.), un programa de ventajas arancelarias.

En Asunción, la decisión provocó el repudio de los empresarios de la Unión Industrial, quienes entendieron que se trata de una "excusa" que encubre una intención meramente proteccionista.

Desde otra óptica, se entiende como una sanción política, ya que el comercio de EE.UU. con Paraguay suma apenas 3 millones de dólares anuales a la tasa actual. Sucede lo mismo con Nicaragua, donde el comercio bilateral directamente no existe por el boicot de la administración de Ronald Reagan al gobierno democrático de Managua.

La Casa Blanca, se sabe, no advierte diferencias entre los gobiernos de Nicaragua o Paraguay, así como tampoco entre Chile y Cuba, entendiendo que los cuatro están gobernados por "regímenes dictatoriales". Chile, se anunció, estará bajo observación para determinar "si viola los derechos de los trabajadores", comprobado lo cual lo eliminarían del S.G.P.

A pesar de esta caracterización política, el vicepresidente de la Unión Industrial Paraguaya, Arturo Jara Avelli, dijo que se trata de una "resolución de neto corte proteccionista, que perjudica la producción exportable de un país en vías de desarrollo".

Por su parte, el jurista Antonio Salum-Flecha recordó que funcionarios norteamericanos habían advertido ya a mediados del año pasado al gobierno militar que encabeza el general Alfredo Stroessner sobre la posible sanción por restricciones a la actividad sindical.

Archivo 1986

Alfredo Stroessner, presidente de Paraguay

## Caen las ventas paraguayas un 27%

ASUNCION, 3 (EFE). — Las exportaciones de Paraguay disminuyeron un 27 por ciento en 1986 respecto de 1985, según informó la Dirección General de Aduanas del Ministerio de Hacienda.

Según el informe, de los 312 millones de dólares que generaron las exportaciones en 1985, se produjo en 1986 una disminución de 86 millones.

De los 227 millones de dólares obtenidos por vía de las exportaciones en 1986, un total de 185,5 millones serán aplicados al pago de los servicios de la deuda exterior.

Al finalizar 1986 el saldo de ésta era de 1.800 millones de dólares, según el ministro de Industria y Comercio, Delfín Ugarte Centurión.

Además, la baja en las exportaciones acrecentó la brecha del déficit de la balanza comercial —que en 1986 fue, según cifras publicadas hoy, de 477,2 millones de dólares— ya que las importaciones totalizaron 704,67 millones.

La caída de las exportaciones se debe, de acuerdo a analistas de esta capital, a la disminución del valor aforo aplicado por el Banco Central a fin de dar una mayor remuneración a los exportadores en vista de la baja de los precios internacionales de los productos agrícolas.

La fibra de algodón fue el principal rubro que exportó Paraguay en 1986, como en años anteriores, con un valor de 77,9 millones de dólares, equivalentes al 34,3 por ciento del total.

PARTES POCO LEGIBLE

118 Fichas

Clarín 23/01/87

PARAGUAY

# Piden expulsión del embajador de EE.UU.

ASUNCION, 22 (Reuter). — El Partido Colorado del presidente Alfredo Stroessner exigió hoy públicamente que el embajador estadounidense Clybe Taylor se vaya del Paraguay por inmiscuirse en asuntos internos del país.

"Taylor debe irse del país", dijo la agrupación política en una declaración. "Taylor ha caído en una flagrante violación del principio de no intervención en los asuntos internos de nuestro país", afirmó.

La cancillería también rechazó oficialmente una carta de Taylor emitida el viernes, donde afirma que el gobierno de Estados Unidos instó a Paraguay a rehabilitar una estación de radio independiente y un diario proscripto.

El ministro del Interior, Sabino Montanaro, dijo que Taylor haría bien en dejar Paraguay antes que el gobierno lo declare persona no grata.

El gobierno prohibió en 1984 el diario "ABC Color". La semana pasada, Radio Nanduti, la emisora independiente más importante del país, cesó de transmitir porque las interferencias hacían imposible la difusión.

Políticos de oposición, que acusan al gobierno de interferir las emisiones de Nanduti, manifestaron su apoyo a Taylor. Dijeron que tenía derecho a defender los derechos humanos y la libertad de prensa.

01•01

8702200

ARCHIVAR EN: Paraguay (118)

TEMA: P.E.I N° 048/B/DE/986
Adj material del Agremil de Paraguay.

PROCEDENCIA: EHE del 6/4/87 Doc. 0014/87

ARCHIVADO EN: P.E.I (084)

8703000

01·01

118

El Día
28/3/87

# Advertencia oficialista paraguaya

ASUNCION. — Representantes y adherentes al presidente paraguayo, general Alfredo Stroessner, advirtieron ayer que no dudarán en usar la fuerza "para defender nuestra democracia" y coincidieron en que la oposición está "en pleno alzamiento", en confabulación con políticos del exterior para derrocar al mandatario que ocupa el poder desde hace casi 33 años.

El ministro de Salud Pública y Bienestar Social, Adán Godoy Jiménez, señaló en una concentración de partidarios de Stroessner que el Partido Colorado oficialista está siendo sometido a una verdadera "prueba de fuego", que calificó de "conjunta" con participación externa.

Agregó que esos extranjeros pretenden "crear roces y dificultades en nuestras relaciones con esos países de donde provienen estos mercenarios al servicio de la conspiración y que pretenden terminar con la felicidad de nuestra patria".

PARTES POCO LEGIBLE

01·01

8703310

7 18

*Debaten creación del Frente Nacional y participación en elecciones*

# "Jornadas por la democracia en el Paraguay"

MADRID. (EFE).- Las fuerzas políticas paraguayas de oposición debatieron ayer la posibilidad de formar un frente nacional de amplia representación social y la oportunidad de participar en las elecciones que se celebrarán en Paraguay en 1988.

En el primer debate de las Jornadas por la democracia en el Paraguay, inauguradas ayer en Madrid, hubo posiciones encontradas entre las fuerzas que rechazan acudir a las elecciones y las que consideran la participación, a pesar del sistema electoral, como opción práctica para enfrentarse con el régimen de Stroessner.

El debate giró en torno a la ponencia de Fernando Vera, dirigente del Partido Revolucionario Febrerista (PRF), sobre la situación política paraguaya y la estrategia de la oposición.

Vera destacó la propuesta de su partido de formar un frente nacional democrático que luche durante el inmediato período electoral por conquistar las libertades y garantías que constituyen las condiciones indispensables para considerar la participación en futuras elecciones.

Este frente opositor conciliaría a las fuerzas presentes en el Acuerdo Nacional y a amplios sectores sociales.

El desmantelamiento del régimen dictatorial, como expuso Vera, fue considerado por un sector de los asistentes como mejor opción, al señalar que la falta de legitimidad del régimen no permite entrar en el juego de las elecciones.

La posibilidad de que las fuerzas políticas paraguayas pacten su participación en los comicios con un candidato único también fue analizada, pero sin que se esbozase siquiera un acuerdo sobre ello.

Aunque esa participación en las elecciones sin modificar el sistema ni la ley electoral fue considerada como una forma de aceptar una democracia hipotecada, otros dirigentes, como Domingo Laino, no excluyeron ninguna posibilidad.

## INNOVAR METODOS

Laino, líder en el exilio del Partido Liberal Radical Auténtico (PLRA), dijo a EFE que es preciso innovar los métodos de enfrentar a la dictadura, sin caer en una posición cómplice ni en una abstención inactiva.

Desde este punto de vista no se puede excluir a priori ninguna posibilidad de movilizar la participación del pueblo paraguayo y acelerar el proceso de transición a la democracia, añadió.

Aunque consideró su posición como a la expectativa, Laino señaló que la presión internacional y la situación socioeconómica paraguaya pueden dar lugar a que Stroessner se avenga al diálogo.

El líder del PLRA destacó el real[ce] los procesos de transición en Ar[gentina], Brasil, Uruguay y Filipinas, do[nde] Fuerzas Armadas pactaron la cele[bración] de elecciones que, aún con límit[es], permitieron la apertura democrática.

Enrique Riera, del Movimiento [Popular] Colorado (MOPOCO) propuso la [formación] de un Gobierno de transici[ón] reorganice el país y en dos años fa[vorezca] la elección de una Asamblea C[onstituyente].

Los medios informativos de [Madrid] dedicaron hoy amplios espacios [a las] Jornadas por la democracia en [el Para]raguay, y mientras el diario con[servador] ABC publicó un suplemento s[obre la] situación actual de Paraguay, T[elevisión] Española incluyó el tema en las p[rincipa]les telediarios.

La Nación 24/2/87

01-01

8703561

RS

118

## Leen en Madrid mensaje del director de Radio Ñanduty

# Denuncian represión en Paraguay

**MADRID. (EFE).- Las fuerzas políticas paraguayas de oposición denunciaron ayer la represión sistemática de la libertad de expresión, la distorsión de la información y la violación de derechos humanos por el régimen del general Alfredo Stroessner.**

**Periodistas, abogados, políticos y ex presos paraguayos expresaron su repudio por los métodos usados por el Gobierno para perpetuar su dictadura del miedo, en el debate realizado ayer, segundo día de las Jornadas por la democracia en el Paraguay.**

La lectura de un mensaje del director de Radio Ñanduti, clausurada por el Gobierno paraguayo, Humberto Rubín, a quien no se permitió salir de Paraguay para acudir al encuentro de Madrid, dio comienzo al debate.

En su mensaje, grabado en un programa dedicado por Radio Nacional de España a la libertad de expresión, Rubín manifestó su apoyo a estas jornadas en las que, en la distancia, nos sentimos muy bien representados por todos los compañeros.

Rubín agradeció la solidaridad expresada por el Vicepresidente del Gobierno español, Alfonso Guerra, en la inauguración del encuentro, y envió un saludo a todos los presentes.

Aldo Zucolillo, director del diario ABC>Color, cerrado en 1984, presentó una serie de informes sobre la manipulación de la prensa con fines políticos por el Gobierno de Stroessner, que utiliza los medios de comunicación para distorsionar la realidad, distraer la atención y aterrorizar a la población.

Zucolillo apoyó sus afirmaciones en la grabación de un comentario de la emisora oficial La voz del coloradismo sobre el Partido Revolucionario Febrerista (PRF), al que se calificaba de partido de pelagatos a sueldo del socialismo internacional.

Durante el debate sobre Medios de Comunicación, libertad de expresión y derechos humanos, moderado por el periodista español Miguel Angel Aguilar, se dedicó un homenaje especial a la labor de Carmen Lara de Castro, fundadora y presidenta de la Comisión Paraguaya de Derechos Humanos.

En su informe Carmen Lara señaló que el respeto de los derechos humanos no ha mejorado en Paraguay

La Mañana 25/2/87

PARTES POCO LEGIBLE

01·01

8703587

# Partido paraguayo decidió no participar en las elecciones

**ASUNCION. — El Partido Revolucionario Febrerista, uno de los partidos inscriptos en el registro electoral, decidió no participar en las elecciones generales de febrero del año entrante, en las que debe elegirse al nuevo presidente de la República y a los miembros que integrarán el Parlamento.**

**Con esta medida el sector febrerista no varía la línea política trazada en su última convención y resuelve mantenerla en tanto no existan condiciones de "libertades y garantías para considerar la posibilidad de cambiar esta posición". Ratificó además el apoyo al Frente Nacional Democrático y Antidictatorial.**

**Otra decisión adoptada por el partido febrerista sostiene que la metodología de lucha que adoptará el partido es la llamada "movilización popular".**

**Determinó, asimismo, que no sólo no presentará candidatos propios en las próximas elecciones, sino que tampoco apoyará a ninguna candidatura que pudiera ser propiciada.**

**El presidente del febrerismo, doctor Fernando Vera, señaló que las medidas asumidas fueron precedidas de un análisis detallado de la situación política y de las condiciones con que se está avanzando en este año preelectoral. Admitió que la decisión de no participar en los comicios podría revertse en la próxima convención febrerista, "si las condiciones objetivas llegan a cambiar".**

El Día 29/3/87



8703731

# Confirmaron en el Paraguay el cese del estado de si

## Desde la guerra del Chac

***Divergentes opiniones se registraron ayer en Asunción, al confirmarse el levantamiento del estado de sitio que regía desde hacía 33 años: mientras para el oficialismo ello resulta de las condiciones de paz social imperantes, para la oposición solo se trata de un cambio formal, pues las restricciones a la actividad política continuarán en plena vigencia.***

ASUNCION, 9 (ANSA, DPA, EFE y UPI). — El portavoz presidencial paraguayo y subsecretario de Informaciones, Aníbal Fernández, confirmó hoy que "no hay un nuevo decreto de prórroga del estado de sitio" para la capital paraguaya, tal como el gobierno del general Alfredo Stroessner practicaba desde hace 33 años.

El comentario de Fernández a la agencia EFE era, hasta anoche, el primer reconocimiento oficial sobre la anulación de la medida de excepción.

Los vespertinos asunceños se hicieron eco hoy de esas declaraciones, y así "Ultima hora" tituló en tapa: "Caduca el decreto sobre el estado de sitio y la medida no será prorrogada"

El diario "La Tarde" tomó las declaraciones del vicepresidente de la Cámara de Diputados, general retirado Marcial Samaniego, quien el miércoles había dicho que "no se va a levantar (el estado de sitio) sino que va a cesar el término de su vigencia".

Mientras integrantes del gobierno y partidarios del oficialismo destacaban que la medida es un reflejo de que "las condiciones sociales ya no hacen necesario renovar esta ley", tal como lo consideró el titular de la Cámara baja, Martín Chiola, las opiniones opositoras apuntaban a que la anulación de esa norma no cambiará en lo fundamental las restricciones a la actividad política en el país.

Juristas consultados por la agencia DPA indicaron que la principal novedad aparejada por la no vigencia del estado de sitio es que ahora rige plenamente la garantía constitucional del "hábeas corpus", según la cual ningún ciudadano puede ser privado de su libertad por más de 24 horas sin mediar orden judicial competente.

Políticos consultados por la misma agencia dijeron que, aunque la medida regía solo en la capital desde 1978, las restricciones a la libertad individual y al derecho de reunión han sido aplicadas ilimitadamente en todo el país.

Observadores políticos comentaron a la agencia UPI que la novedad "tiene directa vinculación con el eventual encuentro que sostendrá en la frontera el presidente Stroessner con su colega argentino Raúl Alfonsín en octubre próximo.

Las mismas fuentes relacionaron esa cuestión como uno de los puntos medulares tratados por el dirigente de la Unión Cívica Radical (de la Argentina) Enrique Nosiglia en su reciente visita al Paraguay.

ASUNCION, 9 (AFP). — A más de 50 años de vigencia casi ininterrumpida en Paraguay, el gobierno del general Alfredo Stroessner levantó hoy tácitamente el estado de sitio al no presentar ante el Parlamento el "rutinario" decreto que prorroga su vigencia.

El régimen, en el poder desde hace 33 años, solo interrumpió el estado de excepción en el mes de mayo de 1959, cuando la euforia política de entonces lanzó a las calles a obreros, estudiantes y políticos de todos los partidos.

Ese levantamiento del estado de sitio dio coraje a los mismos oficialistas que dominaban la cúpula del partido de gobierno y del Parlamento para criticar la gestión de Stroessner, actitud que les valió al mes siguiente un largo exilio de 25 años, según recordaron historiadores

Según el constitucionalista Justo Prieto, en realidad, las garantías de la Carta Magna fueron suspendidas ya en 1933, al ser declarada abierta la guerra del Chaco contra Bolivia, aun cuando los primeros enfrentamientos se produjeron en 1932.

Luego de concluido el conflicto en 1935, el estado de excepción continuó al año siguiente, al consolidarse en el poder el gobierno revolucionario del coronel Franco y, tras ser derrocado éste 10 meses después, tampoco fue levantado durante el largo gobierno de facto del general Morínigo.

Morínigo resolvió interrumpir el estado de excepción en junio de 1946 para dar paso a una época de libertad con la actuación libre de todos los partidos políticos —inclusive del Partido Comunista—, que se prolongó durante 10 meses, hasta marzo de 1947 cuando estalló la guerra civil entre colorados y liberales.

Desde entonces, la medida constitucional se extendió hasta hoy —durante 40 años— y ha servido al gobierno para detener, confinar y prohibir reuniones políticas o gremiales y la organización de entidades opositoras.

Mediante esa medida, el régimen mantuvo presos a varios políticos por 15 y 20 años, sin contar el caso del capitán Napoleón Ortigosa, condenado a 25 años de prisión por el supuesto asesinato de un cadete, cuya situación de incomunicación rige desde hace casi un cuarto de siglo.

### ♦ Un cambio de imagen

Según dirigentes de la oposición, el estado de sitio, vigente en teoría solamente en la capital, se ex-

tendía en la práctica a todo el país..

Conforme con la versión del experto opositor Justo Prieto, la interrupción de ese estado no variará "absolutamente" la situación "de atropello y amedrentamiento constante que sufre la población desde hace 33 años".

"El levantamiento de la medida es dirigido evidentemente para calmar a los gobiernos y entidades de derechos humanos del exterior, que sí conocen el estado de sitio pero no saben de la existencia de la ley 209 (de Defensa de la Paz Pública) por la que se puede detener a un ciudadano por el solo hecho de criticar la actuación de una autoridad", agregó.

La mayoría de los dirigentes opositores de la coalición Acuerdo Nacional (concencionista) coincidieron en que el gobierno de Stroessner "no va a cam-

biar absolutamente". Con el estado de sitio, seguirá atropellando a cualquiera".

En opinión de un dirigente de la Constitución es única forma de dar al régimen "autoridad para sus "constantes" atropellos a los derechos humanos", "se la confiere de una Corte Suprema de Justicia imparcial".

Para el secretario general del jefe del Estado Mayor del Ejército Abdo Benítez, "no existe paz interna".

"Se vive en libertad, justicia social y no existe peligro de invasión extranjera, por lo tanto, puede levantarse el estado de sitio", precisó.

A su vez, el presidente de la Cámara de Diputados, Martín Chiola, dijo que la medida "ya no se justificaba, pero aclaró que esto no significaba que el gobierno tenga una conducta aperturista.

870

118

Paraguay

# Stroessner buscaría remozar el régimen

PARAGUAY

Por Luis Alberto Mauro

ASUNCION, 9 (Reuter). – El cese del estado de sitio después de una vigencia ininterrumpida de cuatro décadas marcaría el inicio de una apertura democrática destinada a remozar el régimen del presidente Alfredo Stroessner y mejorar la imagen del Paraguay.

La siguiente medida aperturista a ser tomada en los próximos dos meses sería la legalización del Partido Demócrata Cristiano que viene gestionando su reconocimiento hace 15 años, estimaron hoy medios políticos y diplomáticos acreditados en Asunción.

"Stroessner quiere lavar la cara de su gobierno, ofrecer una nueva fachada más acorde con las democracias de las naciones vecinas", dijo a Reuter, Miguel Abdón Saguier, líder del Partido Liberal Radical Auténtico (opositor)."

Saguier sostuvo que las concesiones que haga Stroessner serán más de forma que de fondo. "Stroessner no renunciará un milímetro al poder real, su estilo es el autoritarismo y allí se mantendrá", dijo.

## Beneficios

Las concesiones beneficiarían también a varios movimientos sindicales independientes, que serían legalizados, y a los exiliados que serían autorizados a regresar al país, entre ellos el político opositor Domingo Laino, que reside en Buenos Aires, el escritor Augusto Roa Bastos, que vive en Madrid, conforme a fuentes diplomáticas latinoamericanas.

"Stroessner tomará estas medidas antes de la convención del Partido Colorado en septiembre, para que sea más aceptada su postulación a la presidencia de la república por un nuevo período", dijo Waldino Ramón Lovera, presidente de turno de Acuerdo Nacional (multipartidaria opositora)."

Alfredo Stroessner

Los oficialistas ofrecieron anticipadamente a Stroessner, de 74 años, su reelección para el período 1988-93, que constituiría su octava reelección consecutiva.

Lovera dijo que Stroessner se ve en la necesidad de cambiar de imagen "por la propia oposición interna dentro del partido gobernante, así como por la fuerte presión de los Estados Unidos en favor de una apertura democrática".

Clyde Taylor, embajador norteamericano, tuvo fuertes entredichos con las autoridades por su decidida defensa de la libertad de expresión y respeto de los derechos humanos.

El ministro del Interior, Sabino Montanaro, dijo que si Taylor no estaba a gusto en el Paraguay "Que se vaya, antes de que se lo declare persona no grata", acusándolo de inmiscuirse en los asuntos internos del país.

"Stroessner quiere romper el aislamiento internacional en que se encuentra por sus constantes violaciones a los derechos humanos y quiere evitar en el futuro críticas tan severas como las dirigidas públicamente por el propio presidente norteamericano Ronald Reagan al calificar al Paraguay de dictadura al igual que a Chile y a Nicaragua", dijo Lovera.

## ABC Color y Radio Ñandutí

Lo que Stroessner no estaría dispuesto a negociar es la reapertura del diario ABC Color, el más importante del país, clausurado en marzo de 1984, como tampoco la de radio Ñandutí que dejó de transmitir en febrero último por falta de garantías, conforme a las fuentes citadas.

El régimen no quiere oír hablar de apertura democrática porque sostiene que el país vive en plena libertad y democracia desde que Stroessner asumió el poder en 1954.

También rechaza que el cese del estado de sitio, vigente desde la cruenta revolución civil de 1947, se haya adoptado cediendo a presiones internacionales.

"El estado de sitio se levantó porque ya cumplió su objetivo de pacificar el país, el Gobierno tiene un partido político poderoso y unas fuerzas armadas leales que hacen innecesaria esa medi-

da", dijo Martín Chiola, líder del
lismo en la Cámara de Diputados.

"Nadie ha actuado bajo presi
gobierno toma sus medidas so
base de sus propias y soberanas d
nes", dijo Miguen Angel López Gi
influyente diputado del partido
nante.

Miguel Angel Yaryes, del Part
beral Radical (opositor), dijo qu
vantamiento del estado de sitio "
drá mayor repercusión en un
donde el Poder Judicial está s
nado al Ejecutivo".

Lovera, en nombre del Acuerdo
nal, dijo que el cese de la medida
cepción no cambiaría la posición
cionista de la multipartidaria op
"porque es una medida aislada
nada modifica la situación de o
que padece el pueblo paraguayo".

## Las próximas elecciones

Si esta situación no cambia Stro
se enfrentará en las elecciones
rales de febrero próximo con los
datos de los tradicionales partidos
cipacionistas Liberal y Liberal Ra

La Democracia Cristiana dijo
caso de ser localizada tampoco
vendrá en las elecciones "porque
tán dadas las condiciones de m
garantías", expresó su presidente,
nimo Irala Burgos.

Los miembros de la colonia di
tica acreditada en Asunción co
en señalar que en el Paragua
Stroessner para rato", dado el e
estado de salud de que parece
general y la lealdad reconocida
brindan el Partido Colorado
Fuerzas Armadas.

LA NACIÓN 10/4/87

01·01

8704184

ARCHIVAR EN: Parque (18)

TEMA: Pase de Informe d: 59/ET/87
(Ref. Premios de Cafeteros)

PROCEDENCIA: Ipso I del 16/6/87 Doc 08N/87

ARCHIVADO EN: P.ET (084)

01·01 8704434

Paraguay

Conexiones

# Paraguay-MID-Formosa (II)

**Por Daniel Lupa**

Se dice que hacia fines del año anterior el general Alfredo Stroessner procedió a alejar del Ejército a unos 70 oficiales, técnicamente proclives a un estrecho funcionamiento del Estado en conexión con el tradicional partido Colorado, sustento, desde hace décadas, del poder omnímodo del jefe del Estado.

La medida adoptada por Stroessner, entendían sus opositores que susurraban en Buenos Aires la información, estaría estrechamente determinada por la crítica fractura progresiva del partido Colorado, el escepticismo de Stroessner para encontrar vías de solución política a los efectos de su avanzada edad mediante la combinación de estas fracturas y, finalmente, la decisión de asegurar una estructura castrense en condiciones de enfrentar, con signos más profesionales y desvinculados de fracciones partidarias, la situación futura inmediata.

Esto, en buen romance, habría significado, en el momento en que se adoptaban estas decisiones, la intención de mantener la estructura militar en condiciones eficientes para recurrir a un gobierno de corte estrictamente castrense, en la medida en que la honda crisis institucional que determinaría su avanzado estado de edad y la no menor desintegración de la estructura de poder, permitieran crear tal tipo de régimen.

La inminencia de comicios para la renovación del poder —renovación eufemística, ya que implicaría, si los rigores de la ancianidad no impusieran alternativas diferentes, una reiteración del poder omnímodo que detenta Stroessner desde hace más de 30 años— han generado estas situaciones y otras que suponen una apertura de expectativas cuyo curso bien podría ser ordenado y concertado, en su defecto, adquiriendo un dinamismo dramático para convertir el "estado tapón" paraguayo en una severa fuente de problemas para el Cono Sur. De ahí que muchos factores externos al propio Paraguay y casi todos los factores en juego, hayan comenzado a otear alternativas políticas favorables para sus propias situaciones nacionales. Y los factores políticos dominantes de la Argentina no serían, en este sentido, ajenos a esa problemática.

## Datos y esquemas políticos

El partido Colorado registra hoy cinco fracciones: a) el [illegible] de por sobrevistas, el MOPOCO, los Lince (ambos, fracciones del coloradismo) el partido Liberal Radical Auténtico democristianos, quienes llevarían como candidato al doctor Caballero Vargas y se signan con fuertes apoyos de la Internacional Socialista; b) el Liberal y el Liberal Radical, que han ofrecido la candidatura al doctor Benjamín Vargas Peña.

Esta compleja malla no es sino nominativamente precisa ya que existe en cada uno de los partidos y casos enumerados, disidencias parciales. El Ejército, notoriamente leal a Stroessner hasta ahora, habría intimado al coloradismo en su conjunto a respaldar la reelección del actual mandatario, y sería de efectos imprevisibles una renuencia a esta intimación donde se explica el pase a retiro de tan alto número de oficiales comprometidos partidariamente, ocurrido en diciembre pasado.

En septiembre debe realizarse la convención del partido Colorado que debe definir si los Tradicionales y los Históricos continúan en la conducción partidaria, suponiendo que haya ecuanimidad y elástica libertad para convencionales.

La diferencia tradicional entre liberales y colorados constituye en el Paraguay un esquema de conducta político más intenso que cualquier fraccionamiento eventual y las confluencias circunstanciales sólo expresan estados particulares de la crisis que se vive en ese país.

## Vecinos y medidas

El hecho de que Stroessner haya decidido levantar el "estado de sitio" por primera vez desde que ejerce el poder, parece constituir un indicio, quizá el primero, de racionalidad en el enfoque del tránsito hacia alternativas diferentes a las que se viven en ese país desde hace tantas décadas. Cuanto pueda durar este esquema es un factor que quedará indicado por la asimilación que las estructuras políticas de ese país puedan hacer de esta iniciativa racional.

Supongo, en principio, que Stroessner podría admitir el libre juego de las tendencias someramente descriptas, en la medida en que el tránsito se opere en forma gradual. Pero aparte que esto sea posible, aún estimando la posibilidad de su decisión en este sentido, deberá vencer las resistencias que se operarán en la estructura de poder que él mismo ha ido constituyendo a lo largo de décadas, en la cual el tránsito hacia una forma más moderada de ejercicio del poder podría inducir a severas afectaciones de intereses.

En ese extenso friso que constituyen las diversas fracciones políticas paraguayas, la corriente que ha sido levantada en la Argentina como desiderátum de la oposición y que encabeza el señor Laino, sólo parece expresar una minúscula fracción tan sólo magnificada al calor de los compromisos oficiales con algunos sectores de la colectividad paraguaya residente en Buenos Aires y el Gran Buenos Aires.

¿Qué ha tenido que ver, en sentido estricto, la visita del señor Nosiglia al Paraguay en este entramado político? ¿Qué significado podría tener la eventual designación del señor Rhiner como embajador argentino en Asunción? Si se toma en cuenta que el señor Nosiglia es el operador político presidencial de mayor peso y manejo partidario no cabe desconcertarse por la sorpresa que habría experimentado el Canciller ante la noticia de este viaje a Asunción aparte de que el señor Nosiglia procede de una provincia que "conoce" al Paraguay. La cocina interna, combinando aspectos de la "convergencia", de los críticos reclamos sectoriales fronterizos de algunos paraguayos, de las raíces de la "coordinadora" con fracciones de la colectividad paraguaya residente en Buenos Aires y sus compromisos con el señor Laino y de las proyecciones internacionales de un cambio político en el "estado tapón" por excelencia del Cono Sur, son elementos que difícilmente pueden disociarse para entender lo que ocurra en adelante en Asunción.

LA PRENSA 14/4/87

870443

01·01

Paraguay



# Tras 40 años, cesó en Asunción el estado de sitio

## La sorpresiva determinación habría sido decidida por Stroessner; para el opositor Saguier no significa una apertura democrática

ASUNCION, 8 (UPI).– El gobierno paraguayo levantó hoy el estado de sitio que regía en Asunción, al no renovar la prórroga de esa medida que permite el arresto de personas sin autorización judicial.

Sin embargo, el dirigente del Partido Liberal Radical Auténtico –el mayor de la oposición– Miguel Abdón Saguier es escéptico: "Esto no significa una apertura democrática. Con o sin estado de sitio, Stroessner seguirá gobernando autoritariamente". Así se refirió ayer a la posibilidad de que aquella medida de excepción, que desde 1970 estaba en vigor en esta capital, dejase de ser prorrogada por una decisión gubernamental que hasta ese instante carecía de anuncios oficiales y de discursos que hicieran referencia, aun implícita, al singular acontecimiento.

La semicerteza de que ello ocurriese tenía sus fundamentos: legisladores oficialistas señalaron que Stroessner habría expresado a sus colaboradores que el estado de sitio "por la paz y la tranquilidad imperantes en el país" carecía ya de justificativos. La medida, implantada en 1947 como consecuencia de la guerra civil, fue levantada –menos en Asunción– en 1970.

En este sentido, Saguier hizo un poco de historia al ser consultado por los periodistas: "Desde 1970 no hay estado de sitio en el interior y, sin embargo, nuestro partido no puede realizar, fuera de Asunción, ni una sola reunión, porque la policía lo impide arbitrariamente, y la detención de nuestra dirigencia más allá de los límites capitalinos es cosa de todos los días".

### Legisladores

El estado de sitio fue prorrogado "por el término de 90 días" el 8 de enero último y sólo fue comunicado al Parlamento cuatro días después. Ayer, legisladores coincidieron en señalar que "no saldrá otro decreto que prorrogue el estado de sitio". Menos categórico, aunque llamativamente coincidente con el deseo de los asunceños, el general Marcial Samaniego, ex ministro de Defensa, vicepresidente de la Cámara Baja y hombre de confianza de Stroessner, dijo que "todos apoyamos la medida".

Alfredo Stroessner (Reuter)

Al estar en vigor, la medida de excepción otorgó al primer mandatario "poderes extraordinarios": se suspenden las garantías constitucionales de libre reunión y circulación, y el Poder Ejecutivo puede detener y mantener bajo arresto indefinidamente a las personas, sin dar cuenta de ello a los jueces naturales.

### Radio Nanduti y ABC Color

Acuerdo Nacional, la multipartidaria opositora, ha pedido insistentemente el levantamiento del estado de sitio como una de sus condiciones para concurrir, con candidatos propios, a las elecciones generales que se efectuarán en febrero próximo. La presencia de la oposición también está condicionada por la modificación del estatuto electoral, la reapertura del diario ABC Color y de Radio Nanduti, libertad de reunión y de asociación, reconocimiento de los sindicatos independientes y respeto por los derechos humanos.

El Partido Colorado postuló a Stroessner para su octava reelección consecutiva, decisión que debe ser ratificada en la convención partidaria de septiembre.

"El Acuerdo Nacional se mantendrá en la abstención electoral, porque el levantamiento del estado de sitio es una medida aislada que en nada modifica la situación de opresión que padece el pueblo paraguayo", expresó un miembro de esa agrupación.

La respuesta del oficialismo no se demoró. "Los abstencionistas son terroristas" manifestó el ministro de Educación y Culto, Carlos Ortiz Ramírez. Por su parte, el líder de la bancada oficialista en la Cámara de Diputados, Martín Chiola, aseguró que la oposición intenta evitar llegar a las elecciones "por cobardía, para que no se descubra que es una minoría intrascendente".

M.E.B.

ARCHIVAR EN: Perjuez (118)

TEMA: P.E.I. N: 043/B/de/986
(Adj (valencia del Arequipa)

PROCEDENCIA: EME 30/10/86 Doc. 2493/86.

ARCHIVADO EN: P.E.I (084)

01·01

8704639

Lunes 13 de abril de 1987

# Clarín

Fundado por ROBERTO NOBLE el 28 de agosto de 1945

Director: Ernestina Herrera de Noble

## Novedades en el Paraguay

El levantamiento del estado de sitio en Asunción, tras cuarenta años de vigencia ininterrumpida, despierta lógicos interrogantes acerca de su gravitación en el futuro político del país hermano. La medida entró en vigor sin anuncios oficiales ni discursos, simplemente por la omisión de gestionar su prórroga, y por ello faltan otros indicadores susceptibles de esclarecer los propósitos del gobierno en cuanto a las exigencias de la oposición.

Entre ellas, y como condiciones ineludibles para participar en las elecciones generales convocadas para febrero próximo, los partidos nucleados en el Acuerdo Nacional colocaban en lugar preeminente la cesación de la mencionada medida de excepción, que para el resto del territorio paraguayo había sido suprimida desde 1970. Según declaraciones de parlamentarios oficialistas que entrevistaron al presidente Alfredo Stroessner, éste les habría manifestado que el estado de sitio ya no se justificaba tampoco para la ciudad capital, debido a "la paz y a la tranquilidad reinantes en el país".

Uno de los principales dirigentes de la oposición, el liberal radical auténtico Miguel Abdón Saguier, que acaba de obtener la libertad tras cinco meses de prisión, opinó, a su vez, que la medida gubernamental no implica necesariamente una apertura democrática. "Desde 1970 —argumentó— no hay estado de sitio en el interior del país y sin embargo, nuestro partido no puede realizar fuera de Asunción ninguna reunión porque la policía lo impide arbitrariamente y la detención de nuestros dirigentes es cosa de todos los días".

Es indudable, sin embargo, que la medida se adopta en un escenario político que está caracterizado por una fluidez mayor que la observada en períodos precedentes. Los signos del cambio son evidentes en el propio seno del gobierno y del partido oficialista, que en forma pública han abierto el debate sobre una flexibilización del sistema político imperante y aun sobre el problema de la eventual sucesión del presidente Stroessner, que tiene 74 años.

Su partido, el Colorado, lo postuló para su octava reelección consecutiva, y esta decisión debe ser ratificada en la convención partidaria de setiembre próximo. La manifestación de lealtad pública que los miembros de dicho partido ofrecieron con tal motivo al mandatario, por pedido de las fuerzas armadas, fue severamente criticada por el arzobispo de Asunción, monseñor Ismael Rolón.

En su habitual circular de prensa semanal, convertida en expresión oficiosa del pensamiento de la Conferencia Episcopal paraguaya, el alto prelado afirmó que en su país "no se vive hoy en democracia, porque se confunde partido con pueblo, al tiempo que se evidencia que precisamente el gran ausente es el pueblo". Asimismo exhortó al gobierno a "mirar al bien común sin privilegiados ni marginados y, más aún, sin perseguidos; la justicia, la libertad, la economía, la seguridad, son valores del pueblo y para el pueblo".

La posición de la Iglesia es coincidente, pues, con quienes desde el seno del gobierno o desde la oposición moderada consideran que se deben dar, desde ahora, los pasos tendientes a una apertura del sistema político, a fin de que los diversos sectores de opinión y de actividad del Paraguay intervengan en la determinación de un futuro que ya es posible imaginar transcurriendo por los mismos carriles del pasado.

El viejo modelo agrícola y patriarcal debe ser sustituido con estructuras más dinámicas y eficientes para superar un inmovilismo que podría llevar a callejones sin salida, en el contexto de un mundo signado por la aceleración y el cambio, y frente a los procesos de democratización que predominan hoy en esta parte del continente. La necesidad de esta evolución es sentida hoy por muchos en el Paraguay, fuera y dentro del gobierno, y la supresión del estado de sitio en la capital puede ser un elemento más que favorezca el debate sobre tan trascendente tema y permita evitar la obcecación y el sectarismo, de todas las partes, en un momento tan delicado de la historia guaraní.



8704732

Periodista 1/5/87

IONAL 25

## ENTREVISTA EXCLUSIVA CON DOMINGO LAINO

# "UNA TRANSICION SIN VIOLENCIA"

*El 25 de abril, tras cuatro años y cinco meses de exilio, retornó a Paraguay el dirigente del partido Liberal Radical Auténtico Domingo Laíno. Esta vez no hubo golpes ni amenazas de muerte como sucedió en un intento anterior, en junio de 1986. Laíno, que tendrá a su cargo la conducción de turno del Acuerdo Nacional (coalición opositora integrada por cuatro partidos) entre los meses de junio y agosto, dialogó extensamente con EL PERIODISTA sobre la necesidad de articular un frente democrático y se refirió también al papel de las fuerzas armadas y la Iglesia Católica en el proceso de transición a la democracia.*

**Hace quince días cesó la vigencia del estado de sitio en Paraguay. Termina ahora, para usted, un activo exilio político ¿Qué significado tienen estos cambios de actitud por parte del régimen de Stroessner?**

–Hacen pensar en un cuadro más favorable para la oposición y para las aspiraciones democráticas de la gran mayoría del pueblo paraguayo. El cese del estado de sitio es un dato positivo, y obedece al debilitamiento relativo de la dictadura ante la creciente presión internacional por una apertura política. Obviamente no ocurre por propia voluntad del régimen, y esto queda demostrado por el brutal apaleamiento a sacerdotes, monjas y seminaristas que intentaron realizar un vía crucis tres días después de extinguirse el estado de excepción. El hecho de que permitan mi regreso a Paraguay obedece a las mismas razones: se ven ante la necesidad de tolerar situaciones que antes no admitían, porque la presión externa es cada vez mayor.

**–¿Qué propuesta lleva usted ante este nuevo cuadro caracterizado por un aflojamiento de la dictadura?**

–Mi intención es incorporarme a mi partido y al Acuerdo Nacional. Voy para sumarme al llamado de la Iglesia Católica, al diálogo nacional, con el cual estoy plenamente de acuerdo. Trataré de vincularme con los sectores empresariales que buscan la transición a la democracia y con los movimientos sociales que están movilizados por sus reivindicaciones específicas. Mi propuesta es buscar la transición en el marco de la no violencia activa; creo que los políticos debemos despojarnos del sectarismo y buscar el consenso para lograr una transición en paz, sin desbordes, sin sangre. Estoy convencido de que la mayoría del pueblo paraguayo anhela una salida no traumática. Solamente los desaforados y los irresponsables plantean hoy la alternativa violenta en mi país.

**–Pero el gobierno no parece dispuesto a dialogar.**

–Ahora no dialogan con la oposición sencillamente porque no tenemos fuerza. Cuando demostremos que la tenemos deberán sentarse a conversar, así como hoy se ven obligados a aflojar aun contra su propia voluntad. Nosotros tenemos que movilizar al pueblo en serio, tenemos que acertar en la convocatoria. No sirven las movilizaciones de 200, 500 o 2.000 personas. Agitar por agitar no tiene sentido; se necesitan propuestas viables y concretas que sean atractivas para el ciudadano común. Si logramos poner 20 o 30 mil personas en la calle, vamos a ver si el régimen se sienta o no se sienta a la mesa del diálogo.

**–Sin embargo, dentro de la oposición paraguaya hay quienes afirman que dialogar con el régimen significa sentarse a la mesa con los corruptos y los torturadores.**

–El problema no es con quién se dialoga, sino para qué y cómo. Cuando se habla de *diálogo nacional* dentro de un proyecto de transición sin sangre, sin desbordes, hay que disponerse a conversar con quien sea. Si debatir con estos personajes del régimen puede aproximarnos a la democracia en Paraguay, yo estaría dispuesto a hacerlo. Hay que encarar el esfuerzo si eso va a redundar en la apertura de una transición pacífica y controlada. Ahora bien, es evidente que sólo con el diálogo no vamos a conseguir nada. De lo que se trata es de movilizar, presionar con el pueblo en la calle y conversar a la luz del día, de cara a la ciudadanía y sin trampas. Estos personeros del régimen deben entender que cuanto más se desborde la transición, será peor para ellos. Una guerra civil no les sirve a ellos y no nos sirve a nosotros, porque perdemos todos.

**–¿Qué debería hacer la oposición para ganar fuerza?**

–El Acuerdo Nacional necesita ampliar su espectro y su alcance. Hay que integrar a otros sectores, incorporar a los grupos empresariales descontentos, a los movimientos sociales e incluso a sectores desprendidos del Partido Colorado oficialista. Tenemos que estudiar todas las propuestas y buscar el consenso. El camino más lógico y positivo es la articulación de un *Frente Nacional por la Democratización* que tenga poder de convocatoria y unidad de acción.

**–Usted habla de incorporar a sectores desprendidos del Partido Colorado pero también hay proyectos de promover la transición desde el mismo oficialismo.**

–Yo creo que el esfuerzo deberíamos hacerlo entre todos, para que exista un marco de confianza mutua y de responsabilidad compartida. El Partido Colorado, desde 1947, viene funcionando como bastón político de dictaduras, ya sean militares o civiles. Existen en su interior núcleos democráticos, pero lamentablemente son minoritarios y no logran expandirse porque el funcionamiento interno de ese partido no es democrático; más bien es de tipo fascista. Si el coloradismo actuó durante cuarenta años compartiendo el gobierno con dictaduras, ¿cómo podemos creer ahora que ellos, aisladamente, van a otorgarnos la democracia? No me parece una salida confiable. En el proceso transicional, debemos estar presentes todos, sin excepción, incluso el oficialismo si es que efectivamente está dispuesto a desprenderse de la dictadura.

**–¿Y qué pasa con los militares?**

–Las fuerzas armadas tienen, en el caso particular paraguayo, una tradición que pesa mucho. El protagonismo en la guerra contra la Triple Alianza, donde fueron nacionales y populares. Más tarde en la guerra del Chaco, cuando el ejército fue nacional y no faccioso. Con el stronismo se tergiversaron los valores, se partidizó y se corrompió a las fuerzas armadas, pero yo estoy convencido de que la mayoría se afilió al Partido Colorado por necesidad y no por convicción. Es cierto que hay militares multimillonarios, pero están en las cúpulas de las principales unidades, pero también abundan los oficiales no corrompidos. Existe una fuerza moral y una tradición de heroísmo nacional que pueden ayudar a la institucionalización de las fuerzas armadas, condición básica para una transición efectiva en el país. Los militares y la Iglesia Católica son factores importantísimos en la realidad paraguaya, y aun pueden dar frutos sanos y grandes satisfacciones al pueblo. Soy muy optimista en ese sentido.

LUIS ALONSO

8704899

# Convocan en Paraguay a la formación de un frente opositor a Stroessner

*La lucha dentro del Partido Colorado recrudeció ayer con una nueva acusación del diario oficialista "Hoy" contra el ministro del Interior, Sabino Montanaro. El domingo unas 15 mil personas asistieron a un acto opositor, donde se convocó a conformar un frente nacional, popular y democrático, como "una estrategia de lucha contra el régimen" del presidente Alfredo Stroessner.*

ASUNCION, 22 (ANSA y AP). — En un acto opositor que reunió a unas 15.000 personas, el líder del Partido Liberal Radical Auténtico Domingo Laino convocó a "liquidar de una vez la dictadura, pero sin derramar ni una gota de sangre" en el Paraguay.

La localidad de Coronel Oviedo, 132 kilómetros al este de Asunción, fue escenario del mayor acto opositor desde el levantamiento del estado de sitio, el nueve de abril pasado.

Laino, de 51 años, regresado al Paraguay el 21 de abril tras cinco años de exilio en la Argentina, convocó a la formación de un frente nacional contra el gobierno del general Alfredo Stroessner, "para la conquista de la democracia política y la justicia social que demanda todo el pueblo paraguayo".

El llamamiento de Laino toma como base a los cuatro partidos integrados en el Acuerdo Nacional, pero además trata de sumar a otros sectores nucleados en agrupaciones políticas y entidades sindicales y empresariales.

"Convocamos a cada uno de los sectores sociales, obreros y campesinos, a todos los entes políticos y empresariales democráticos. Convocamos humildemente a los queridos laicos de la Iglesia Católica y otros credos religiosos. Convocamos, en fin, a todos los paraguayos sanos y honestos sin ninguna clase de distinción, para que cada organización nombre un representante a fin de converger, dialogar, y luego pueda iniciarse el proceso hacia la forma de un fuerte y sólido frente democrático nacional y popular", expresó el presidente del partido opositor.

Una "carta de intención" leída durante el acto señaló que "la tesis de unidad de todos los sectores adquiere mayor vigencia cuando se trata de obtener una estrategia de lucha contra el régimen".

"Frente a la política de división" impuesta por el gobierno en manos del Partido Colorado de Stroessner desde hace más de treinta años, la propuesta opositora plantea "la unidad de acción como paso inicial para el logro de la unidad programática de todos los sectores".

"Queremos forzar al diálogo nacional —agregó Laino— porque no queremos más violencia. No queremos ver una sola gota de sangre de un hermano paraguayo. Deseamos fervientemente conquistar la democracia pluralista, pero sin violencia", remarcó.

### ♦ Otras intervenciones

La propuesta lanzada en el acto de Coronel Oviedo dio un total apoyo a la iniciativa de la Iglesia Católica para un diálogo nacional, al que entiende como "un instrumento válido para la reconciliación en horas trascendentes de la historia".

Entre los oradores más destacados del acto figuró César Báez Samaniego, del Partido Revolucionario Febrerista, quien instó a "borrar el pasado que nos separaba para unirnos en el presente y luchar para el futuro".

También participaron representantes del Partido Demócrata Cristiano y del Movimiento Popular Colorado (MOPOCO), una escisión del nucleamiento en el gobierno.

Los partidos políticos del Acuerdo Nacional han rechazado reiteradamente la participación en las elecciones generales de 1988, para lo cual argumentan que que no están dadas las garantías para el desarrollo de un proceso electoral limpio y justo.

El presidente Stroessner ha dicho que se postulará para un nuevo mandato si así lo deciden los órganos de su partido.

Carlos Vidal

El líder paraguayo opositor, Domingo Laino, quien convocó a formar un frente contra el gobierno de Alfredo Stroessner.

# Pugna oficialista

Nuevas acusaciones del diario oficialista "Hoy" contra el ministro del Interior, Sabino Montanaro, reflotaron a la superficie política la lucha dentro del Partido Colorado del presidente Alfredo Stroessner.

El matutino, dirigido por el ex yerno de Stroessner y dirigente colorado Humberto Domínguez Dibb, editó hoy una sección extra de distribución gratuita con copias de documentos que intentan probar maniobras fraudulentas de Montanaro.

El empresario periodístico había estado detenido entre el lunes y el sábado pasados, bajo cargo de haber herido de bala a dos policías en un confuso incidente ocurrido hace un año.

El encarcelamiento de Domínguez Dibb, sin embargo, se interpretó entre los analistas como consecuencia del tono subido que su nuevo diario tomó contra el ministro de estar implicado con el narcotráfico y otras maniobras fraudulentas como el contrabando. Montanaro, lejos de iniciar acciones legales, se limitó a considerar al empresario como "demente, histérico y deschavetado". La demanda judicial vino entonces por Dibb, que se consideró calumniado e injuriado. Pocos días después sobrevendría su detención.

El editor y el funcionario de gobierno se han convertido así en los emergentes de las dos facciones que pugnan por el control del partido gobernante: Domínguez Dibb, de la corriente "tradicionalista" que impulsa la reelección de Juan Ramón Chávez al frente del nucleamiento para la próxima convención partidaria de setiembre; Montanaro, por el ala "militante", proclive a algunos cambios que para la oposición no son más que de "fachada".

Inteligencia, gobierno y oposición han jugado estos dos últimos meses sobre terreno incierto.

El acto opositor del domingo (ver esta misma página) aparece hasta ahora como el signo más claro de alguna apertura política en el Paraguay. Sin embargo, más que a una actitud definitivamente "aperturista" del oficialismo, la disidencia parece apostar —por ahora— a sus entredichos intestinos.

Es que la supresión de esa medida excepcional no impidió a la policía apalear a un grupo de seminaristas que intentaban representar un vía crucis durante Semana Santa, ni la detención de siete dirigentes del Partido Liberal Radical Auténtico en un poblado del interior.

Para la disidencia, entonces, la resolución de esta disputa en el partido gobernante puede dimin-

H-C-B.

ARCHIVAR EN: Paraguay (118)

TEMA: Parte Especial de Información N° 024/B/DC/587 (AOF) (Material del Ejército)

PROCEDENCIA: EME 30/4/87 Sec 0621/87

ARCHIVADO EN: P.E.I (084)

01·01

8705493

M.E.B.

ARCHIVAR EN: Paraguay (118)

TEMA: P.E.I N° 008/BE/987 (Act. interior del Régimen)

PROCEDENCIA: EME 28/7/87 Doc 0438/87

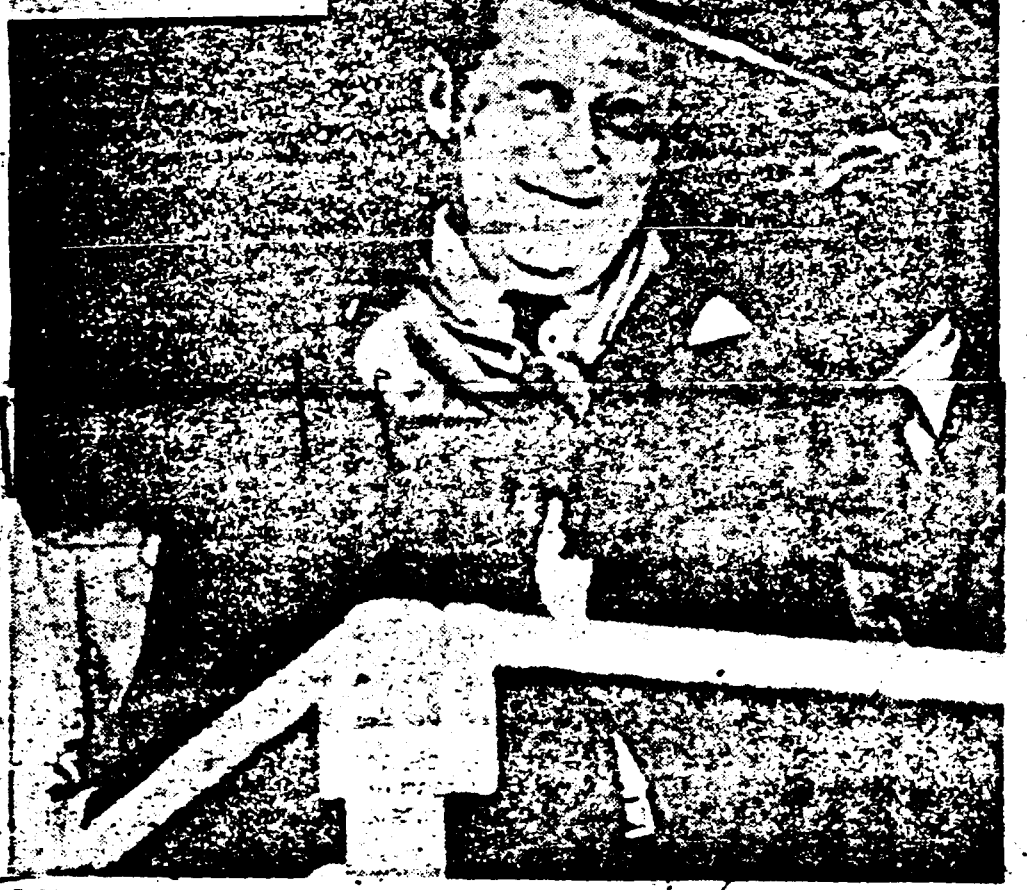
ARCHIVADO EN: P.E.I (084)

01-01 8705495

INSOLITA DENUNCIA DEL MAYOR DIARIO OFICIALISTA

# Acusan al ministro del Interior d Paraguay como narcotraficante

*El ministro del Interior del gobierno del general Stroessner, Sabino Montanaro, fue acusado de traficar con drogas por el oficialista "Hoy", el diario más importante de Paraguay, que dirige Eduardo Domínguez Dibb, ex yerno del mandatario. El espectacular ataque apareció de una manera insólita en la edición de ayer.*



Sabino Montanaro (arriba, izquierda), ministro del Interior paraguayo y el presidente Stroessner. El diario "Hoy" acusó al funcionario de traficar con drogas.

ASUNCION, 4 (Reuter y AFP). — El diario oficialista paraguayo "Hoy" acusó en la tapa de su edición del día al ministro del Interior, Sabino Montanaro, de traficar con drogas. El ataque resulta tan espectacular como curioso debido a las características de su contenido. Al pie de la tapa, en un recuadro color verde y con un título que reza "Montanaro", aparecen seis líneas en tipografía destacada que dicen: "Esto es lo que le espera: Estados Unidos investiga actualmente y lo acusarían por supuesto tráfico de drogas a ese país, y la demanda provendría de sus conexiones con Zuni Castiñeira y Adilson Rosatti".

Al pie del texto no hay indicación alguna de la página donde, se supone, debería hallarse la información ampliada. Una minuciosa búsqueda en las páginas interiores de "Hoy" no arroja resultado: no hay más información que las seis líneas de la tapa, donde ni siquiera se indica quiénes son los nombrados Castiñeira y Rosatti.

"Hoy" es el diario más importante de Paraguay, con una tirada de 40 mil ejemplares y está dirigido por Humberto Domínguez Dibb, ex yerno del presidente de Paraguay.

Montanaro ha guardado silencio sobre la acusación, pero fuentes del ministerio que encabeza dijeron que presentará una querella criminal contra el director del diario. Por su parte, miembros de la embajada de Estados Unidos en Asunción negaron tener conocimiento de la acusación. Señalaron que no se está realizando ninguna investigación especial que involucre a algún funcionario gubernamental paraguayo.

La información de "Hoy" señala que la demanda contra Montanaro provendría de sus conexiones con Zuni Castiñeira y Adilson Rosatti. Este es un brasileño que actualmente está en prisión acusado de tráfico de drogas. Castiñeira, su esposa, es la más cotizada modelo paraguaya y nunca fue acusada de delito alguno.

No es ésta la primera vez que Domínguez Dibb ataca a Montanaro. En otras ocasiones lo acusó de contrabandista y de ser desleal al presidente Stroessner. Montanaro se refirió a Dibb en una sola ocasión afirmando que el periodista "está loco".

Tampoco es nuevo en Domínguez Dibb el que haga del contrabando un tema a tratar en su diario. El pasado 13 de abril, en una carta abierta dirigida al presiden-

te, denunció que en la frontera con Brasil, en la ciudad que lle bre del mandatario, se otorga al contrabando antes que a la ciones de soja.

En esa carta abierta dijo Di muy difícil encontrar una expl herente a la fijación de un h tringido (de 18 a 24) para las c nes de soja hasta el puerto b Paranagua, en el Atlántico. "E ca que en la utilización del pu preferencia al contrabando y actividad generadora de divi para nuestro país, como es la e agrícola".

Dibb no desaprovechó la oc apuntar los cañones sobre el del Banco Central, al afirmar q bierno, el campesinado y el emp están realizando un gran esfu devolver las divisas que se esfu incompetencia de Romeo Acost

Cabe consignar que algunos dores y abogados independient ron a Acosta como uno de los p responsables de la evasión de d 1.000 millones de dólares, pro 1985, suma que constituye la m deuda externa paraguaya. Aco claró inocente, mientras unos 2 dos por ese robo fueron procesa 1985 y 1986 sin que todavía hay de sentencia.

♦ "No crece"

Nayib Armele, influyente rep te del empresariado paraguayo, sentación de la Federación par ducción, la Industria y el Comer PRINCO), dijo durante un fo está desarrollando en Asunción, raguay "tiene la absoluta nec renegociar su deuda externa" economía actual "no crece ni ha tro ni hacia afuera".

Armele describió como "grav sis económica y mencionó como de desequilibrio el déficit del exterior, la desaceleración de las nes extranjeras, los precios en b exportaciones tradicionales, la las reservas internacionales, la de atender al servicio de la deud y otros "numerosos desequilibri nes".

Paraguay tiene una deuda ext mil millones de dólares y pag mente 280 millones de esa m concepto de intereses y amorti

01·01

8705954

23

ARCHIVAR EN: Paraguay (118)

TEMA: P.E.I N: 028/B/Se/387 (Ad. Material del Arsenal de Paraguay y Chile.

PROCEDENCIA: EME del 10/8/87 Doc. 1134/82

ARCHIVADO EN: P.E.I (084)

8706017

01-01

Lunes 13 de abril de 1987

Clarín

Fundado por ROBERTO NOBLE el 28 de agosto de 1945

Director: Ernestina Herrera de Noble

# Novedades en el Paraguay

El levantamiento del estado de sitio en Asunción, tras cuarenta años de vigencia ininterrumpida, despierta lógicos interrogantes acerca de su gravitación en el futuro político del país hermano. La medida entró en vigor sin anuncios oficiales ni discursos, simplemente por la omisión de gestionar su prórroga, y por ello faltan otros indicadores susceptibles de esclarecer los propósitos del gobierno en cuanto a las exigencias de la oposición.

Entre ellas, y como condiciones ineludibles para participar en las elecciones generales convocadas para febrero próximo, los partidos nucleados en el Acuerdo Nacional colocaban en lugar preeminente la cesación de la mencionada medida de excepción, que para el resto del territorio paraguayo había sido suprimida desde 1970. Según declaraciones de parlamentarios oficialistas que entrevistaron al presidente Alfredo Stroessner, éste les habría manifestado que el estado de sitio ya no se justificaba tampoco para la ciudad capital, debido a "la paz y a la tranquilidad reinantes en el país".

Uno de los principales dirigentes de la oposición, el liberal radical auténtico Miguel Abdón Saguier, que acaba de obtener la libertad tras cinco meses de prisión, opinó, a su vez, que la medida gubernamental no implica necesariamente una apertura democrática. "Desde 1970 —argumentó— no hay estado de sitio en el interior del país y sin embargo, nuestro partido no puede realizar fuera de Asunción ninguna reunión porque la policía lo impide arbitrariamente y la detención de nuestros dirigentes es cosa de todos los días".

Es indudable, sin embargo, que la medida se adopta en un escenario político que está caracterizado por una fluidez mayor que la observada en períodos precedentes. Los signos del cambio son evidentes en el propio seno del gobierno y del partido oficialista, que en forma pública han abierto el debate sobre una flexibilización del sistema político imperante y aun sobre el problema de la eventual sucesión del presidente Stroessner, que tiene 74 años.

Su partido, el Colorado, lo postuló para su octava reelección consecutiva, y esta decisión debe ser ratificada en la convención partidaria de setiembre próximo. La manifestación de lealtad pública que los miembros de dicho partido ofrecieron con tal motivo al mandatario, por pedido de las fuerzas armadas, fue severamente criticada por el arzobispo de Asunción, monseñor Ismael Rolón.

En su habitual circular de prensa semanal, convertida en expresión oficiosa del pensamiento de la Conferencia Episcopal paraguaya, el alto prelado afirmó que en su país "no se vive hoy en democracia, porque se confunde partido con pueblo, al tiempo que se evidencia que precisamente el gran ausente es el pueblo". Asimismo exhortó al gobierno a "mirar al bien común sin privilegiados ni marginados y, más aún, sin perseguidos; la justicia, la libertad, la economía, la seguridad, son valores del pueblo y para el pueblo".

La posición de la Iglesia es coincidente, pues, con quienes desde el seno del gobierno o desde la oposición moderada consideran que se deben dar, desde ahora, los pasos tendientes a una apertura del sistema político, a fin de que los diversos sectores de opinión y de actividad del Paraguay intervengan en la determinación de un futuro que ya es posible imaginar transcurriendo por los mismos carriles del pasado.

El viejo modelo agrícola y patriarcal debe ser sustituido con estructuras más dinámicas y eficientes para superar un inmovilismo que podría llevar a callejones sin salida, en el contexto de un mundo signado por la aceleración y el cambio, y frente a los procesos de democratización que predominan hoy en esta parte del continente. La necesidad de esta evolución es sentida hoy por muchos en el Paraguay, fuera y dentro del gobierno, y la supresión del estado de sitio en la capital puede ser un elemento más que favorezca el debate sobre tan trascendente tema y permita evitar la obcecación y el sectarismo, de todas las partes, en un momento tan delicado de la historia guaraní.

01·01

8706182

*El régimen de Stroessner, 33 años después*

# Paraguay cambia de rumbo pero su dirección es incierta

Por Alan Riding

ASUNCION (The New York Times). – Durante tres largas décadas los paraguayos consideraron que todo lo importante, inusual e inclusive ilegal que ocurría en su país formaba parte de uno u otro plan del general Alfredo Stroessner para perpetuar su dictadura.

Sin embargo, mientras el presidente, de 74 años, se prepara para ser elegido por octava vez, en esta pequeña nación sudamericana cunde tanta incertidumbre política que, incluso, por primera vez en tantos años, se cuestiona el poder absoluto del general.

Nadie duda de que Stroessner será reelegido en febrero próximo; nadie se atreve a pronosticar un golpe militar y hasta los jefes de la oposición han dejado de anunciar que el general está gravemente enfermo.

No obstante, los paraguayos se preguntan ahora si todo se ajusta a los planes de Stroessner.

"Las opiniones están divididas –observó un diplomático occidental–. Algunos no pueden ni siquiera imaginar que suceda algo sin su aprobación. Otros afirman que el general está ajeno a muchas cosas. Pero el mero hecho de que se hable sobre esa cuestión ya es bastante significativo."

## Luchas internas

Más desconcertante aún es la lucha de poder que se ha originado dentro del Partido Colorado gobernante entre los llamados grupos tradicionalistas y las facciones militantes. Ambos juran lealtad al presidente, pero sus indecentes controversias públicas –con insultos a rabiar– han dividido profundamente uno de los principales pilares del régimen.

Según dan cuenta algunas informaciones, esa lucha ha provocado perturbaciones también en las Fuerzas Armadas, la otra base [illegible] clave del Presidente. El gran premio que [illegible] político es el control del partido –y del país– una vez que el dictador muera o se aleje del poder, pero los más altos jefes militares consideran que son ellos y no los políticos los herederos naturales del régimen de Stroessner.

La agitación que emana de los círculos inmediatos del poder ha trastornado, a su vez, el "orden y la armonía" que tradicionalmente imponía una sola opinión política incuestionable y ha impulsado a otras voces, acalladas durante mucho tiempo –principalmente de la Iglesia Católica Romana y el sector privado–, a comenzar a criticar al Gobierno.

La Iglesia ha organizado un diálogo nacional que, a pesar del [illegible] promovido por el Partido Colorado y otros sectores oficialistas– logró reunir a grupos de la oposición política, fuerzas del trabajo, sectores académicos, profesionales y periodísticos con el propósito de analizar el futuro político paraguayo.

## Democracia y libre empresa

El sector empresario ha ejercido hasta ahora presiones sobre el Gobierno, principalmente para controlar el contrabando y reducir la deuda externa del país. Pero Ubaldo Scavone, presidente de la Unión Industrial Paraguaya, advirtió: "Todos nosotros creemos que la democracia es mejor para la libre empresa".

Después de la decisión de Stroessner de levantar el estado de sitio y permitir el retorno de exiliados políticos desde principios de este año, se autorizó a que los pequeños y divididos partidos de la oposición expresen sus ideas y organicen reuniones políticas, aunque siguen persuadidos de que Stroessner trata de mejorar su imagen en el extranjero.

"La presión internacional tuvo una gran importancia", señaló Domingo Laíño, quien hace poco regresó del exilio y cuya primera concentración popular, el 31 de junio pasado, congregó una [illegible] en la mayor manifestación política opositora en los últimos veinte años.

El general Alfredo Stroessner, el 19 de mayo de 1986

## Los EE.UU., atentos

La "apertura democrática" en realidad es todavía exigua –por ejemplo, el principal diario independiente, ABC Color y la radio opositora Nanduti continúan clausurados–, pero el gobierno de Reagan, que una y otra vez fustigó a Stroessner y calificó su gobierno de dictatorial, recibió con beneplácito esa iniciativa política.

"Esperamos que esa apertura forme parte de una tendencia y no sea un hecho aislado –expresó hace algunos días Elliott Abrams, subsecretario de Asuntos Interamericanos del actual gobierno de los Estados Unidos–. Si verdaderamente forma parte de una tendencia, las tensiones que existen en nuestras relaciones con el Paraguay comenzarán a disiparse."

Habida cuenta de que ningún paraguayo en el Gobierno o en la oposición cree que exista actualmente una transición gradual hacia la democracia, la atención entonces está centrada en las verdaderas intenciones y la capacidad mental del envejecido dictador que, desde 1954, ha regido los destinos del país desde su palacio de estilo francés que mira al turbio río Paraguay.

La imagen de Stroessner es omnipresente en afiches y leyendas que cubren las paredes en Asunción. Diariamente aparece en los diarios y la TV, que relatan las actividades oficiales.

## "Democracia sin comunismo"

Pero solamente una vez por año, el 1° de abril, el general pronuncia un discurso a toda la nación para enumerar los objetivos logrados de su "democracia sin comunismo".

Cuando –muy rara vez– reúne a la prensa extranjera, Stroessner no revela grandes cosas. E incluso con los máximos funcionarios y políticos del Partido Colorado y con sus propios generales hay quien dice que se muestra altivo y no había demasiado.

Puesto que su poder quedó durante mucho tiempo patentizado por su silencioso autoritarismo, la cacofonía política de los últimos meses ha permitido plantear el siguiente interrogante: ¿ha cambiado Stroessner las reglas de juego para introducir algún nuevo plan maquiavélico o es que el cambio comienza a producirse sin él en un país [illegible] ciento de la población de 3.000.000 habitantes nació a partir del momento en que el general asumió el poder?

## Conflicto de poder

Para los paraguayos, la mayor fuente de fascinación no ha dejado de ser la lucha, dentro del Partido Colorado, que ha confrontado a los "militantes", cuya fuerza se sustenta en su estrecha vinculación con el presidente, con los "tradicionalistas", los cuales piensan –según versiones que circulan– que el partido debe prepararse para la era posterior a Stroessner. Pero aunque éste es el aspecto formal de la confrontación, en realidad la lucha gira más alrededor de violentos choques de personalidad.

La enemistad más implacable es entre Humberto Domínguez Dibb, un poderoso editor de diarios y exyerno del general Stroessner, y Augusto Montanaro, el ministro del Interior que integra una camarilla "militante" de cuatro hombres que tratan de asumir el control del partido en su convención, prevista para el 1° y el 2 de agosto próximos en Asunción.

El mes pasado, después de que Domínguez Dibb fue encarcelado durante cuatro días por orden de Montanaro, el editor se volcó en favor de la reelección del actual líder "tradicionalista" del Partido Colorado, Juan Ramón Chávez, de 85 años.

## Stroessner no es el de antes

Algunos diplomáticos conjeturan que, en vísperas de la convención partidaria, Stroessner hará valer su poder e impondrá una "unidad" única.

Son muchos los que piensan que Stroessner aspira a una victoria de la facción "militante" con el fin de asegurar su control absoluto del partido y la continuidad de su régimen después de su muerte.

Todos coinciden solamente en una cosa: "En el Paraguay hoy ocurren hechos que hubieran sido inconcebibles hace un año –afirmó Humberto Rubín, el dueño de Radio Nanduti–. Este no es el régimen de Stroessner con el que crecimos. Simplemente no sabemos hacia dónde nos lleva".

8706292 (c) LA NACION

(Traducción de Luis H. Pregenzer)

PARAGUAY: HERIDOS Y DETENIDOS AL REPRIMIR UNA MANIFESTACION OPOSITORA

# Disputa por la sucesión de Stroessner

Agencia Reuter

Domingo Laino, presidente del Partido Liberal Radical Auténtico, opositor al gobierno, se resiste a ser detenido durante una manifestación en Asunción.

*El acuartelamiento de las tropas paraguayas fue decidido para evitar cualquier intromisión de los cuadros armados en las cuestiones internas del gobernante Partido Colorado, se señaló hoy en Asunción, mientras la policía reprimía un acto opositor; hubo treinta heridos y contusos, y una veintena de detenidos.*

**ASUNCION, 30 (AP, Reuter y UPI). — La policía reprimió enérgicamente hoy una manifestación de unos quinientos opositores con un saldo de treinta heridos y contusos y unos veinte detenidos, informaron testigos y fuentes opositoras al gobierno del presidente, general Alfredo Stroessner.**

**La concentración, convocada por el Partido Revolucionario Febrerista, se realizó en una plaza del centro de esta capital y a la misma adhirieron otros partidos opositores. Los febreristas son los únicos reconocidos legalmente por el gobierno.**

**Voceros políticos dijeron que entre los detenidos se encuentra el titular del Partido Liberal Radical Auténtico, Domingo Laino, quien regresó hace tres meses del exilio, y el titular del grupo denominado "Ético", una fracción disidente del gobernante Partido Colorado, que junto a otros manifestantes (por lo menos quince más) fueron llevados a comisarías de esta capital.**

**La manifestación fue convocada bajo la denominación de Asamblea de la Civilidad y se realiza todos los jueves en distintos puntos de esta capital. Los actos anteriores también fueron disueltos por la policía por considerar que no existía permiso para su realización. En todas las ocasiones, los detenidos fueron liberados horas después.**

**Dirigentes febreristas dijeron que la represión fue "brutal" y alegaron que la policía utilizó porras para golpear a los manifestantes.**

**Los disturbios contribuyeron a enrarecer un clima de tensión originado por la próxima convención del oficialista Partido Colorado, este próximo fin de semana, donde por primera vez desde la asunción de Stroessner hace más de treinta años dos facciones enfrentadas se disputarán los puestos claves para una posible sucesión presidencial en caso de acefalía.**

**Las tropas fueron acuarteladas hoy, un día después que Stroessner anunció el "estado de alerta" de los cuadros armados. Un destacado funcionario que pidió el anonimato dijo que la medida se tomó para evitar cualquier intromisión de las fuerzas armadas, de gran influencia política, en las luchas internas del partido.**

**Las reuniones convencionales del sábado y del domingo próximos marcarán la primera división en el partido gobernante para la elección de autoridades: desde la asunción de Stroessner en 1954 ésa había sido una cuestión meramente de formalismos.**

**Los candidatos de las dos fracciones principales intercambiaron en las campañas internas fuertes acusaciones, insultos y hasta amenazas. Eugenio Sanabria Cantero, de la línea "tradicionalista" que lidera el veterano presidente del Senado Juan Ramón Chaves, advirtió contra maniobras de los "militantes" para ganar espacios internos por vías poco ortodoxas.**

**"Responderemos a la violencia con violencia", dijo Sanabria el domingo en un acto, a modo de prevención contra maniobras que podrían perpetrar los seguidores del ministro del Interior, Sabino Montanaro, máximo dirigente del ala militante.**

8706351

01·01

B

1/8

# Stroessner: "Frente al comunismo, no transijo"

ASUNCION, 21 (AFP). — El presidente paraguayo, general Alfredo Stroessner, afirmó hoy que su gobierno no transigirá en enfrentar al comunismo "en todas las circunstancias", al contestar un cuestionario presentado por periodistas de Taiwan, uno de los pocos países con el que Paraguay mantiene excelentes relaciones.

Stroessner contestó por escrito preguntas referidas al avance del comunismo, la estabilidad política y económica paraguaya, el desarrollo energético, las relaciones bilaterales y la conmemoración del centenario del Partido Colorado, oficialista.

El presidente, en el poder desde hace 33 años y remiso a conceder entrevistas periodísticas, dijo respecto del comunismo que, frente a las ideas extremistas, "es obligación de los países libres del mundo consolidar las fuerzas morales y aglutinar esfuerzos para enfrentarlo en todas las circunstancias".

Destacó que la estabilidad política y económica es una de las armas fundamentales para hacer frente a los comunistas.

"Pero no una estabilidad que sea solamente la mera ausencia de elementos perturbadores, sino que nazca de un estado de ánimo colectivo que no transija con el desorden ni con la delincuencia política", agregó.

Advirtió que "los pueblos y las naciones libres, ya no deben creer en los teóricos que sacrifican el preciado don de la paz, el orden y la estabilidad, en imperdonables concesiones de dudosa autenticidad doctrinaria".

CLARÍN 22/4/87

01·01 8706357

# Paraguay: virtual ruptura del partido de Stroessner

ASUNCION, 1º (Reuter y ANSA).— Un liderazgo nuevo y fuertemente autoritario tomó control efectivo del Partido Colorado del presidente Alfredo Stroessner, en una convención nacional de características controvertidas que llevó al oficialismo a fracturarse en dos grupos rivales.

El ministro del Interior, Sabino Montanaro, de 65 años, obtuvo la presidencia del partido, a la cabeza de la lista del sector colorado, combatiente, popularmente conocido como los "militantes". Pero la victoria fue impugnada por el otro sector del partido los "tradicionalistas", quienes no estuvieron presentes para la votación.

Así, finalizó con una fractura virtual la convención del oficialista Partido Colorado, que se había iniciado esta mañana en forma irregular, con cordones policiales que rodearon las calles de acceso al local partidario y que habrían impedido el acceso a convencionales del sector de los "tradicionalista", según lo manifestaron sus representantes.

Como consecuencia de ello, el doctor Juan Ramón Chaves, presidente hasta entonces del Partido Colorado, dictó una resolución en la que, por falta de garantías, suspendía la realización de la convención para otra oportunidad.

Sin embargo, los partidarios de los otros dos sectores que iban a participar de la elección, los "militantes" y los del Movimiento Nacional y Popular permanecieron en el lugar y realizaron la convención, que fue abierta por el doctor Sabino Augusto Montanaro, como vicepresidente primero del partido.

Posteriormente los convencionales votaron, eligiendo entre dos listas: una, encabezada por Montanaro, y la otra, por el doctor Leandro Prieto Yegros. De los 853 convencionales que habían sido acreditados, la asamblea se realizó con la asistencia de 655, que significaban el 77 por ciento del total.

Montanaro logró los 574 votos de sus seguidores del movimiento Militante, ante la ausencia de los 200 representantes del bando rival, los "tradicionalistas", mientras que Prieto Yegros obtuvo un total de 81 votos. Ambas listas votadas tenían al general Alfredo Stroessner, [redacted]

El grupo de los "tradicionalistas", que se había retirado del local de la junta de gobierno, pasó a reunirse en una quinta próxima a la capital, habiéndose presentado un documento con relación a lo ocurrido en esta convención del oficialista Partido Colorado, que sin duda alguna tuvo un desarrollo inicial bastante irregular y que es muy posible que origine una efectiva división entre los principales sectores que hoy contendieron en esta convención partidaria.

Chávez, de 87 años, dijo a un pequeño grupo congregado ante el porche de su casa que "las fuerzas represivas (policía) impidieron que hagamos uso de nuestros derechos".



8706452

118

TEMORES ANTE LA PROXIMA CONVENCION DEL PARTIDO OFICIALISTA

# Stroessner puso en alerta a las FF.AA.

**Ante el clima de tensión generado en el país por la campaña para la elección de autoridades del oficialista Partido Colorado, el próximo fin de semana, el presidente Alfredo Stroessner dispuso colocar a las fuerzas armadas en "estado de alerta".**

ASUNCION DEL PARAGUAY, 29 (Reuter). — El presidente Alfredo Stroessner puso hoy en estado de alerta a las tropas de su país al finalizar una agitada campaña para la elección de nuevas autoridades del gobernante Partido Colorado.

Stroessner, en una reunión con los candidatos a la presidencia del partido, los instó a ser "factores de orden, respeto, tolerancia, armonía y hermandad" en la convención que tendrá lugar el próximo fin de semana.

Les aclaró que su decisión de acuartelar las tropas tiene como objetivo "garantizar la paz, la tranquilidad y las libertades existentes".

Desde que Stroessner asumió el poder, en 1954, ésta es la primera convención controvertida del Partido Colorado, en un momento en que se encuentra profundamente dividido alrededor del tema del control de la organización una vez que el presidente, de 74 años, se retire.

"Es obvio que la intención de los sectores enfrentados del partido es ocupar espacios políticos para llenar el enorme vacío que se producirá cuando Stroessner decida irse", señalan fuentes de la oposición.

♦ Tensión.

Es extendido el consenso acerca del surgimiento de un clima de gran tensión en Paraguay a raíz de la aguda división interna del Partido Colorado.

"Hay en el aire una sensación de inquietud; la preguntá ¿qué va a pasar? es tema de todas las conversaciones", comentó el obispo Hugo Medina, de la ciudad de Benjamín Aceval.

Juan Ramón Chaves, de 25 años, fue presidente del Partido Colorado durante los últimos 35 años y ahora dirige la fracción "tradicionalista". Lo desafía el actual ministro del Interior, Sabino Montanaro, de 64 años, líder de la fracción "militante" del partido.

Los partidarios de Chaves acusaron a los "militantes" de ser funcionarios sin tradición partidaria, que se escudan en Stroessner para escalar posiciones de poder.

Los seguidores de Montanaro afirman que sus opositores conspiran contra Stroessner para obligarlo a dejar el cargo en poco tiempo más.

Stroessner —a quien de todos modos las dos fracciones apoyan como candidato a la reelección para las elecciones presidenciales de 1988— no tomó una posición definida en la disputa generada en el seno de su partido.

Carlos Romero Pereira, miembro de una pequeña corriente del oficialismo, presentó su renuncia al partido tras vaticinar un triunfo de los "militantes".

"El domingo, durante la convención, el Partido Colorado morirá para dar paso al partido de Stroessner", dijo.



8706656

118

## Crece la actividad política en Paraguay

Asunción (UP) – El ministro del interior y candidato a la presidencia por el partido gubernamental, Sabino Montanaro, dijo que la convención partidaria se adelantará de septiembre a agosto, como parte de una intensa campaña política que abarcará a todo el Paraguay.

El adelanto beneficiará al núcleo interno partidario simpatizante de Montanaro y opuesto al actual titular de la agrupación, Juan Ramón Chaves, según indicaron observadores políticos.

La creciente pugna entre militantes del partido gubernamental que en los últimos días alcanzó ribetes de inusitada violencia verbal, se desarrolla contra el telón de fondo de la propuesta de formar "un frente nacional de oposición, para la conquista de la democracia política y la justicia social".

En febrero se realizarán elecciones nacionales presidenciales.

La idea de organizar el frente opositor fue lanzada por el proscripto partido Liberal Radical Auténtico, presidido por Domingo Laino, quien el 25 de abril retornó tras un exilio de casi cinco años.

La Prensa 23/6/87

8706734

01·01

CLARIN ★ Buenos Aires, domingo 2 de agosto de 1987

UNA OPOSICION FRAGMENTADA

# Frentes sin alternativa

ASUNCION 1º (Por Charles Vanhecke de "Le Monde", especial para Clarín). — El gobernante Partido Colorado del presidente Alfredo Stroessner ya no presenta una sola cara. Hoy las facciones rivales de los "tradicionalistas" y los "militantes" se dirigen acusaciones recíprocas. El líder del primer sector y presidente del partido durante los últimos 25 años, Juan Ramón Chávez, suspendió la convención partidaria aduciendo que la policía había impedido el ingreso a la sala de sus delegados. Sabino Montanaro, por su parte, líder de los "militantes", vicepresidente del partido y ministro del Interior en ejercicio, inauguró de todos modos la convención diciendo que Chávez sencillamente no se había presentado.

Aunque el presidente Stroessner no concurrió a la convención ni hizo declaraciones sobre la fractura, políticos opositores sostienen que apoya aparentemente a Montanaro, ya que la mayoría de sus ministros y asesores cercanos pertenecen al grupo de los "militantes".

El democristiano Luis Resck consideró que ambos bandos libran actualmente "una lucha frontal por la sucesión" de Stroessner, de 74 años y con 33 en el frente del poder en el Paraguay.

Edgar Ynsfrán, que fue ministro del interior durante diez años, llama "halcones" al grupo de los "militantes", hombres que accedieron recientemente a los mejores cargos dentro del poder.

**● Una opción ficticia**

Por un momento, el batifondo de estas peleas a través de la prensa hacé creer al desprevenido que la suerte del país está en juego, que el régimen está [illegible] o que milagrosamente llegó la hora de la [illegible] [illegible] te detenta el octogenario Chávez, una de las pocas personalidades del régimen que no carga con demasiadas culpas. La oposición lo prefiere a sus rivales. "Si gana él, será más fácil el tránsito a la democracia. Pero si es superado por los "militantes", la transición será larga y sangrienta", opina Carlos Romero Pereira, líder del sector "ético", es decir crítico y minoritario, del Partido Colorado, detenido el viernes por encabezar una protesta.

De todos modos, "militantes y tradicionalistas" [illegible] el "coloradismo eterno" que, visto con perspectiva, representa una alternativa ficticia, ya que ambos sectores están dispuestos a pedir a Stroessner el supremo sacrificio de aceptar, en 1988, otro quinquenio en el poder. Si la pugna entre ellos hace tanto ruido, es sin duda porque la oposición es demasiado silenciosa.

Las oposiciones, mejor dicho, ya que se trata de grupos múltiples y fragmentados. En primer plano se sitúan los liberales radicales auténticos, fracción del Partido Liberal, rival centenario del Partido Colorado. Los radicales auténticos se distinguen de los demás liberales por no estar representados en el Parlamento, donde participaron durante diez años hasta 1977, cuando pasaron a la oposición ilegal. Una oposición tolerada, sin embargo, ya que su presidente, Domingo Laíno, fue autorizado a regresar de su exilio en abril. Según los analistas, Laíno se perfila como el enemigo [illegible] del general Stroessner.

**● Sobre la movilización popular**

Otro jefe de filas de este grupo, Miguel Abdón Saguier, opina, sin embargo, que los radicales auténticos aún no están listos para la competencia directa. "Todavía no tenemos base". En cuanto al escrutinio de febrero próximo, la oposición es casi unánime: quien presente una candidatura contra la de Stroessner se quemará. Por otra parte tal candidatura "legitimaría el régimen", en momentos en que el estancamiento económico y el creciente aislamiento internacional pueden llegar a provocar una caída natural.

Laíno parece pesimista en cuanto a la movilización de los paraguayos y la define como un combate fracasado en el que se trabajó largamente: "Entre nosotros hay numerosos grupos y subgrupos. Tenemos el «Acuerdo nacional», pero éste cada vez moviliza a menos gente. Las manifestaciones que comenzaron el año pasado disminuyeron en número y eficacia".

En algún momento partidario de la lucha abierta contra el régimen, Laíno dice haber cambiado: "Hoy es posible una transición pacífica hacia la democracia. En este sentido, apoyo las iniciativas de la Iglesia para sentar al gobierno y a la oposición ante una mesa de negociaciones".

Lo cierto es que la oposición está fragmentada. Están los democristianos febreristas —miembros de la Internacional socialista—, los colorados del movimiento popular, alejado del partido oficial en los últimos treinta años, los distintos liberales; el MOPOCO (Movimiento Popular Colorado) enfrenta luchas internas pese al pequeño número de simpatizantes. Sobre esta [illegible] Stroessner.

Según la opinión de Rafael Medina, uno de los responsables de ABC color, la lucha contra la dictadura continúa hoy en otros frentes. "En estos últimos años se registra una multitud de movimientos sociales. Hay grupos entre los campesinos, los estudiantes, los médicos de hospitales, pero estos frentes están desconectados de los partidos políticos, a los que critican por sus luchas internas y su incapacidad para presentar un programa articulado.

Agencia Reuter

Sabino Montanaro, ministro del Interior de Para[guay], quien tomó provisionalmente la dirección del o[ficialista] Partido Colorado.

01-01 8706456

PARAGUAY

118

Buenos Aires, jueves 6 de agosto de 1987 ★ CLARIN

NUEVA ESCISION EN EL OFICIALISMO

# Forman un frente para derrocar a Stroessner

***El presidente Alfredo Stroessner convalidó la reciente y polémica convención del oficialista Partido Colorado, que otorgó la titularidad al ministro del Interior, Sabino Montanaro, en un claro triunfo de su ala "militante" frente a los "tradicionalistas" de Ramón Chávez. Tres líneas disidentes del coloradismo se escindieron para "enfrentar y derrocar la dictadura de Stroessner".***

ASUNCION, 5 (Reuter). — Un frente común que tiene la finalidad de derrocar al presidente paraguayo Alfredo Stroessner fue formado hoy por tres corrientes disidentes del gobernante Partido Colorado, tras la convulsionada convención que dividió al oficialismo, anunciaron en una rueda de prensa los respectivos portavoces.

"El único camino para conquistar la democracia y la libertad es enfrentar y derrocar la dictadura que lamentablemente Stroessner sostiene (desde) hace 33 años", dijo a los periodistas Miguel Angel González Casabianca, presidente del Movimiento Popular Colorado (MOPOCO).

El MOCOPO se unió con el grupo de los "éticos", encabezados por el ex canciller de Estado Carlos Romero Pereira, y con la Asociación Nacional en el Exilio y la Resistencia (ANERE), que tiene su sede en Buenos Aires, Argentina, y que está liderada por Juan Carlos Alderete.

"En este frente sólo podrán ingresar aquellos que decidan enfrentar abiertamente a Stroessner, los que no adopten esta actitud no podrán hacerlo", sostuvo Romero Pereira, titular de los "éticos".

"El único obstáculo para que en Paraguay se viva en plena libertad y democracia se llama Stroessner", enfatizó.

González Casabianca y Romero Pereira dijeron en la reunión de prensa que el nuevo frente no recurrirá a la violencia, sino a una lucha política a través de manifestaciones públicas y mítines para reivindicar el derecho de la ciudadanía a reunirse y organizarse como partidos políticos sin traba alguna.

El jefe de Estado sostuvo en ese encuentro que la convención "tuvo lugar con todas las reglas del juego democrático".

El nuevo frente formado hoy invitó a ingresar a sus filas a los "tradicionalistas" de Chávez y al Movimiento de Integración Colorado (MIC), que lidera Edgar L. Ynsfran, quien fue ministro del Interior de Stroessner durante los años 1957-57.

Voceros de estos dos movimientos —que rechazan a los "militantes" de Montanaro, pero no se declaran antistroessnistas— dijeron que estudiarán la oferta y darán una respuesta [illegible]

Los dos políticos también expresaron su total respaldo a la gestión de la multipartidaria opositora Acuerdo Nacional, que propicia las llamadas asambleas de la civilidad consistentes en reuniones relámpagos en las principales arterias de Asunción sin previo permiso policial.

Stroessner, de 74 años, levantó en abril el estado de sitio después de 40 años de vigencia continuada.

♦ **Dispersión partidaria**

El nacimiento del nuevo frente Colorado de significativos sectores en el gobierno se vive aún un cierto estado de nerviosismo después de la convención del partido oficialista, donde chocaron dos corrientes marcadamente antagónicas, aunque partidarias de Stroessner ambas.

Los "militantes" del ministro del Interior, Sabino Montanaro, desplazaron de la presidencia del partido a Juan Ramón Chávez, apoyado por los "tradicionalistas" y el fundador del cargo desde 25 años atrás.

Stroessner convalidó la convención del sábado con su asistencia al local, al local partidario donde Montanaro asumió como presidente del coloradismo, pero Chávez dijo que la convención es nula, que las nuevas autoridades son ilegítimas y que convocará a una nueva convención; añadió que sus seguidores no pudieron ingresar al local partidario para votar por haberlo impedido la policía.

01·01 8706955

P8

118

Clarín 6/08/87



Agencia Reuter

Juan Ramón Chávez, del movimiento tradicionalista del Partido Colorado, pasaría a la oposición.

PARAGUAY

# El marco de la crisis política

"Si ganan los 'halcones' la transición será larga y sangrienta", había advertido la semana pasada Edgar Yusfram, uno de los dirigentes ahora escindidos del oficialismo.

La definición que el presidente Alfredo Stroessner produjo el martes ante los convencionales "militantes" (ver nota en esta misma página) aparece entonces como elemento decisivo para que tres líneas alejadas de la conducción pero [illegible] "colorados" [illegible] a la oposición abierta.

Los términos fueron tajantes: "Enfrentar y derrocar la dictadura que férreamente Stroessner sostiene". Una posición sin retorno para los "éticos", para el MOPOCO (escindido de la estructura partidaria hace treinta años) y para el MIC, liderado por el propio Yusfram.

Los analistas en Asunción destacaron la alusión que los nuevos opositores hicieron a las asambleas de la civilidad que promueve el acuerdo nacional, una [illegible] multisectorial conducida por los liberales radicales auténticos de Domingo Laino: a la idea de los flamantes escindidos, [illegible] fuerzas en un heterogéneo frente para oponerse a Stroessner.

Los entendidos también recordaban la predisposición demostrada por Laino en las últimas semanas para que la Iglesia paraguaya asuma un papel conciliador entre el gobierno y la oposición.

Las aspiraciones van más lejos y alcanzan a proponer a los desairados tradicionalistas de Ramón Chávez que se sumen al frente, algo que parece poco probable, pero que al mismo tiempo deja lugar a la línea "blanda" stroessnerista para [illegible] días y estudiar la [illegible] una [illegible].

Las elecciones de febrero están muy cerca para amparar especulaciones sobre un término para los treinta y tres años de triunfos colorados. Por ahora, la oposición parece conformarse con una grieta en el monolítico poder del veterano general.

Clarín 6/8/87

01·01

8706956

CLARIN ★ Buenos Aires, viernes 14 de agosto de 1987 INTERNACIONALES ★ Página 35

LOS POLITICOS IBAN A DIRIGIR LA "ASAMBLEA DE LA CIVILIDAD"

# Detuvieron a opositores en Paraguay

ASUNCION, 13 (Reuter, ANSA y UPI). — La policía paraguaya detuvo, entre la noche de ayer, miércoles, y esta mañana a diez políticos opositores al allanar sus domicilios, al tiempo que anunciaba que el próximo sábado se prohibirán las manifestaciones en el centro de Asunción. Pasado mañana, la capital guaraní celebrará el 450° aniversario de su fundación (ya han comenzado a llegar delegaciones militares latinoamericanas) y el presidente Alfredo Stroessner su 33° aniversario en el poder.

Según las autoridades, las detenciones obedecieron a que la oposición no admite realizar las "asambleas de la civilidad" en lugares alejados del centro de Asunción, donde —afirman— sí es posible hacerlas. Aseguraron que, precisamente hoy, dirigentes del Partido Revolucionario Febrerista y del Partido Liberal Radical Auténtico, tenían prevista una de estas asambleas, lo que —puntualizaron fuentes policiales— obligó al procedimiento.

No obstante, los observadores se inclinan por creer que es de interés del gobierno evitar que esos dirigentes estén en libertad durante los festejos de la fundación de Asunción, a la que asistirán altas autoridades de países de la región.

♦ **Los detenidos**

El Partido Revolucionario Febrerista presentó un hábeas corpus en favor de su secretario general, Nils Candia Gini, y de otros siete dirigentes partidarios, entre quienes se hallan el doctor Aníbal Carrillo Iramain, Rodrigo Zelada, Rita Alvarez, Oscar Acuña Torres (vicepresidente) y el doctor César Báez Samaniego, director del semanario febrerista "El Pueblo". También fueron detenidos —y se pide por ellos—, los políticos Luis Alfonso Resck, de la Democracia Cristiana, y Feline Amarilla, del Partido Liberal Radical Auténtico.

La cuarta versión de las "asamblea de la civilidad" llevó a la policía, esta mañana, a desplegar un fuerte contingente de uniformados, que rodeó el centro, sedes partidarias, la plaza del Palacio de Justicia y la Plaza de la Independencia.

El ministro de Justicia, Eugenio Jacquet, dijo hoy que "no hay obstáculos para que se hagan las asambleas, pero las que se vienen realizando no tienen fines positivos ni altruistas". Sostuvo que las demostraciones buscan "subvertir el orden y derribar al gobierno constitucional del presidente Stroessner marginando a la mayoría del país, que es el Partido Colorado. Pero —siguió— no le vamos a permitir porque aquí no habrá nada del tipo Filipinas. Si insisten, vamos a hacer lo mismo que ellos, salir a la calle".

PARAGUAY

01 · 01

8707237

PARAGUAY

118

Clarín 9/08/87

# Paraguay vive bajo un clima político tenso y enrarecido

ASUNCION, 8 (AFP). — La denuncia de instauración de una dinastía Stroessner [illegible] "aplastar" las manifestaciones de oposición siguieron enrareciendo el clima político de Paraguay, una semana después de las elecciones internas que fracturaron el Partido Colorado de gobierno.

Asimismo, según versiones oficiosas, sería "inminente" la clausura del semanario opositor "El Pueblo", el único que circula libremente y vocero del Partido Revolucionario Febrerista (P.R.F.), reconocido por el régimen pero que se abstiene de participar electoralmente.

♦ Amenazas

El ministro de Justicia y Trabajo, Eugenio Jacquet —nuevo vicepresidente del partido oficialista— amenazó a la oposición con "largar miles de hombres colorados" sobre las manifestaciones contestatarias "para aplastarlas".

El funcionario apuntó al semanario y a las llamadas "asambleas de la civilidad", promovidas por el P.R.F. con la adhesión de toda la oposición. "Nosotros (los colorados stroessneristas) vamos a tomar medidas sin recurrir al gobierno porque tenemos hombres, tenemos todos los resortes, podemos articular estrategias que realmente van a ser aplastantes", resaltó.

Días antes de la pasada convención del Partido Colorado, Jacquet había asegurado que tras el triunfo de la corriente militante-stroessnerista, los leales al jefe del Estado comenzarían ya desde el primer día a perseguir a los "comunistas, filocomunistas, criptocomunistas y paracomunistas".

Jacquet, uno de los principales responsables del Grupo de Acción Anticomunista (GAA), dijo que el semanario El Pueblo ocupa el 90% de sus páginas con críticas al gobierno y contra la lista que preside el ministro del Interior, Sabino Montanaro, nuevo presidente del partido.

Sobre los inspiradores de las asambleas, expresó que "si ellos se dedican a desprestigiarnos vamos a neutralizarlos lanzando sobre esas asambleas miles de hombres" leales a Stroessner. "Deben corregirse antes de que nosotros los ayudemos a que se corrijan".

El ministro puntualizó que los opositores tienen como principal objetivo el derrocamiento de Stroessner "sin que siquiera tengan capacidad de organizarse ellos mismos y desconociendo" que la agrupación que respalda al presidente "es un partido poderoso".

Los opositores, agregó, dudan del poderío del gobernante "porque unos gringuitos (en probable referencia a Estados Unidos) les dicen por ahí que ellos serán los mejores en el futuro y ya se creen que es así. Pero para derrocar a Stroessner hay que tener uñas de guitarrero".

♦ La oposición cauta

El semanario El Pueblo, en su edición de esta semana, publicó en gran titular de tapa "Cayó el Partido Colorado". Acompañó ese anuncio con profuso material y dibujos humorísticos satíricos, sobre los incidentes en las elecciones internas.

En un suplemento especial, sostuvo que "la convención colorada parió al partido stroessnista" y en un dibujo se observa a los tradicionalistas transportando un féretro con la bandera colorada y más allá a Stroessner y sus ministros sosteniendo un mástil con la bandera del nuevo partido.

Hoy, el dirigente opositor Miguel Abdon Saguier aseguró que el resultado de la convención es una primera etapa "para la transferencia del poder por Stroessner a su hijo (el teniente coronel Gustavo Adolfo), orientada

El general Alfredo Stroessner ante la fractura del oficial Partido Colorado.

hacia la creación de una dinastía igual a la de los Somoza en Nicaragua".

Saguier, uno de los más perseguidos de la oposición y perteneciente al ilegal Partido Liberal Radical Auténtico (P.L.R.A.), dijo que la civilidad debe ponerse urgentemente de acuerdo para desarrollar un proyecto y un plan de lucha "que nos permita restaurar la república".

Añadió que el verdadero proyecto de Stroessner se va manifestando con más notoriedad "y nos está conduciendo a un callejón sin salida donde no se avizora un camino institucional pacífico que nos conduzca a la democracia".

"El régimen del general se instauró por la fuerza en 1954 y desde entonces sigue manteniéndose merced a ella", destacó.

8707306

01·01

118

El Día 3/08/87

# Hacia único partido en Paraguay

**ASUNCION. — El Partido Colorado del presidente Alfredo Stroessner dio un gran paso hacia la consolidación de un sistema de partido único en Paraguay, al elegir una nueva conducción autoritaria para la agrupación, dijeron fuentes diplomáticas.**

**"Stroessner sí, otro no", coreaban ayer los delegados a la convención del Partido Colorado.**

**La controvertida convención por primera vez en 25 años cambió al jefe del partido, votando por una lista que proclama una fe ciega en Stroessner y el gobierno autoritario agregaron las fuentes.**

8/8/87



8707628

118

# Fractura en el Partido Colorado de Paraguay

ASUNCION. — El presidente del Partido Colorado, [illegible] Chávez, convocó para la convención partidaria de renovación de autoridades para el vicepresidente del partido, el ministro del Interior, Sabino Montanaro, asumiendo formalmente la presidencia del partido consagrando así la virtual fractura de la colectividad que apoya al presidente [illegible].

La convención delibera ahora bajo la presidencia del senador Ramón Enrique Rolón Silva, seguidor del ministro del Interior.

Chávez, que buscaba su reelección en la presidencia del [illegible] Colorado, que ejerce desde hace un cuarto de siglo, se retiró de la convención diez minutos después de la hora de apertura, alegando que los convencionales de su sector estaban bloqueando su entrada al local partidario por las fuerzas policiales.

Chávez y sus huestes se dirigieron hacia su domicilio particular, donde el veterano dirigente pronunció un discurso dirigido a los "tradicionalistas" que conforman su movimiento.

Dijo que "Los tradicionalistas estamos defendiendo al glorioso partido colorado. Nuestro partido es el instrumento legal y nacionalista del porvenir de la nación. Las fuerzas represivas impidieron que los colorados hicieran uso de su derecho".

Para las 11 de la mañana partidarios de Chávez anunciaron una convención paralela que tendría lugar en un sitio de la periferia de Asunción denominado denominado Las Alamos.

Entre tanto la convención dirigida por Revercho asumía visos de legitimidad, al aceptar el candidato de la tercera lista, el diputado Leandro Prieto Yegros, tomar parte en las deliberaciones.

Sin embargo, voceros del tradicionalismo dijeron que la asamblea de los partidarios de Montanaro y Prieto Yegros carecía de validez, porque Chávez sigue siendo, a su juicio, el presidente legítimo del partido.

**Tanques**

"Radio Caritas" dijo que tanques del ejército estaban haciendo maniobras "no de rutina" en la esquina de las calles Rodó y Cerro Porá, en los suburbios de Asunción, pero la especie no fue confirmada de inmediato.

Stroessner en su calidad de comandante de las Fuerzas Armadas, dispuso que las mismas estén acuarteladas el sábado y el domingo días fijados para la convención del partido que apoya a su gobierno.

Por su parte, los ministros de Agricultura y de Obras Públicas, Hernando Iberna y Juan A. Caceres, que están en la lista de candidatos de Montanaro, denominada militante, dijeron que los radicales se retiraron de la convención al comprobar que tenían solamente unos 200 convencionales, mientras los [illegible] tendrían 400 aproximadamente.

En la lista de Chávez figura en lugar prominentemente el presidente de la Corte Suprema de Justicia, Luis María Argaña, que en estos momentos se encuentra en el exterior.

Los tradicionalistas de Chávez anunciaron que van a expedir un documento en el cual explicarán los motivos de su retiro de la convención.

La Mañana
MONTEVIDEO, SABADO 1º DE AGOSTO D

## Partido de Gobierno elegirá nueva conducción luego de 3 décadas

# Paraguay: bandos en pugna por control del oficialismo

*El Partido Colorado, soporte civil del régimen del General Alfredo Stroessner, elegirá hoy y mañana su nueva conducción entre tres candidaturas, por primera vez en las últimas tres décadas.*

ASUNCION (EFE).- La convención ordinaria del partido oficialista, que en setiembre próximo celebrará su centenario, marcará el final de un proceso electoral que en los últimos cuatro meses ha venido adquiriendo alta temperatura, inusual en el proselitismo interno según coinciden los analistas políticos asunceños.

La máxima asamblea del coloradismo, en el poder desde hace 40 años, está programada para dos días pero podría darse el caso, de acuerdo con algunas especulaciones, de que en la primera jornada se agote el temario.

El programa sólo consta de dos puntos: la consideración de la memoria y balance de la actual Junta de Gobierno, y la elección de los nuevos miembros del organismo que ejercerán en el período 1987-1990.

El presidente del Partido Colorado, Juan Ramón Chaves, en el cargo desde hace 25 años, va en pos de su reelección como cabeza del movimiento llamado Tradicionalista.

El sector de los militantes, combatientes y stroessnistas postula al actual vicepresidente de la agrupación, Sabino Augusto Montanaro, en tanto que el Movimiento Nacional y Popular tiene como candidato al miembro de la cúpula partidaria Leandro Prieto Yegros.

La contienda proselitista ha sido intensa, con decenas de concentraciones en todo el país, y en su desarrollo los voceros de los tres sectores no titubearon en usar un lenguaje duro, a veces agresivo, plagado de acusaciones al adversario.

La política que desarrolla el tradicionalismo se basa en la necesidad de salvar al partido de una desviación principista, expresó Chaves, de 82 años y presidente [illegible].

Nos proponemos dinamizar la vida del partido, [illegible] Montanaro, de 65 años y Ministro del Interior, para quien la trilogía perfecta entre su partido, el Gobierno y las Fuerzas Armadas, seguirá brindando día de paz, desarrollo y prosperidad a Paraguay.

El Movimiento Nacional y Popular propuso, por su parte, un nuevo estatuto y un nuevo programa de desarrollo ideológico para el coloradismo, con hincapié en los problemas sociales que interesan al campesino y al obrero, para [illegible].

### COMUN DENOMINADOR

Los tres bandos tienen el común denominador de la firme lealtad a Stroessner, en el poder desde hace 33 años y cuya candidatura presidencial para su octava reelección, por el período 1988-93, se oficializará en setiembre próximo.

En la práctica, la lucha electoral se reduce a tradicionalistas y militantes por la composición del electorado, constituido por poco más de 800 convencionales, cada uno de ellos en representación de 1.500 afiliados.

Prieto Yegros, Diputado de 46 años, por ello ha insistido en las últimas semanas que su movimiento no espera solo el resultado de la próxima elección sino que mira al futuro.

Las tres postulaciones llegan a la convención con listas propias aunque en estos días menudearon en diversos medios políticos versiones sobre una posible unificación, con la intervención de Stroessner, presidente honorari[illegible] tido.

Stroessner, sin embargo, q[illegible] dado apoyo público a ninguno [illegible] sectores, se limitó el miércoles [illegible] exhortar a los candidatos a la a[illegible] cordialidad entre todos los co[illegible] rios.

En la misma audiencia [illegible] comandante en jefe de las F[illegible] madas, anunció el acuartelami[illegible] efectivos de las tropas bajo s[illegible] durante el desarrollo de la c[illegible] cuya seguridad estará a car[illegible] efectivos policiales.

La decisión presidencial fue [illegible] algunos medios colorados [illegible] respuesta al pedido hecho [illegible] tradicionalistas para que las [illegible] madas sean las encargadas de [illegible] de la convención en vez de la [illegible] depende del ministerio del Interi[illegible]

La presencia de tres candi[illegible] fleja, de acuerdo con la óptic[illegible] vadores políticos, una división [illegible] partido de gobierno comenzó [illegible] tarse en 1984 con la apari[illegible] corriente militante, a la que l[illegible] nalistas califican de perso[illegible] torno a Stroessner.

Por el contrario, dirigentes [illegible] líneas han repetido varias ve[illegible] hay fractura en el partido po[illegible] esos alegatos, no hay división id[illegible]

8708291

01·01

HR

918

# Paraguay: cumple cien años el Partido Colorado

El presidente paraguayo, general Alfredo Stroessner, encabezará hoy en Asunción una concentración pública para celebrar el centenario de la fundación del Partido Colorado, que lo llevó al poder hace 33 años.

## Una fuerza política

El 11 de septiembre de 1887, en un acto celebrado en el teatro Olimpo de Asunción, se aprobaron los estatutos y reglamentos de la Asociación Nacional Republicana, cuya creación fue propiciada por el general Bernardo Caballero, héroe de la guerra de la Triple Alianza, contra la Argentina, Brasil y Uruguay. Nacía de esta forma en el Paraguay una fuerza política, también conocida como Partido Colorado, que, tras haberse alternado durante largos períodos con el también centenario Partido Liberal y durante un breve lapso con el Partido Revolucionario Febrerista, está en el Gobierno desde 1947.

El primer presidente de la agrupación fue el mismo general Caballero, y hasta 1904 se sucedieron en el poder ocho mandatarios del coloradismo. Ese año, en una de las tantas revoluciones que asolaron la vida política paraguaya contemporánea, la Asociación Nacional Republicana fue derribada por el liberalismo.

Tras una reaparición en 1912, en medio de la hegemonía del Partido Liberal, los colorados volvieron al gobierno en 1947, en un golpe que les permitió instalar como presidente a Higinio Morínigo.

Seis mandatarios se sucedieron desde 1947, hasta que en 1954 un militar tomó las riendas del poder y se convirtió en el hombre fuerte de los colorados. Ese hombre fue Alfredo Stroessner, quien hasta hoy, al frente del Ejecutivo, cuenta no sólo con el soporte civil de su partido, sino además, con el respaldo de las Fuerzas Armadas.

## Momento de crisis

Al cumplirse el centenario de su fundación, el [illegible] Colorado, el único [illegible] atraviesa una aguda crisis que rompió la tradicional "unidad granítica" del partido, como consecuencia de las sucesivas divisiones en su seno, que dieron lugar a la formación de grupos contestatarios.

La fractura en el coloradismo se profundizó [illegible] desde la elección de la nueva junta de Gobierno, en una polémica convención realizada el 1º de agosto último. Los sectores tradicionalistas, que insisten en recuperar el papel protagónico del partido en el régimen, aunque se declaran adherentes a Stroessner, no participaron de [illegible] y, por lo tanto, no reconocen la va[illegible]

La Vacia 21/9/87



0709103

PARAGUAY

918

# Levantaron la incomunicación a un militar paraguayo

ASUNCION, 20 (AFP).– El capitán Napoleón Ortigoza, considerado el preso político más antiguo de América y tal vez del mundo, recuperó ayer la libertad de comunicación.

El detenido fue mantenido en incomunicación absoluta desde 1982.

La organización Amnesty International exigió la libertad de Ortigoza, acusado por la justicia militar y condenado en principio a la pena de muerte por el supuesto asesinato de un cadete militar.

Amnesty manifestó que el detenido estaba incomunicado en una celda sellada y tapiada y recibía su alimento por una pequeña rendija.

La inculpación de asesinato fue fraguada por el régimen del general Alfredo Stroessner, que intentó fusilarlo por una presunta conspiración para derrocar al presidente, expresaron las entidades de derechos humanos.

Ortigoza escapó a la muerte a cambio de cadena perpetua por la intervención del sacerdote español Arhetta, quien amenazó con revelar un secreto de confesión que apuntaba los nombres de los verdaderos responsables del crimen entre los propios miembros de las fuerzas de seguridad.

La Nación 21/8/87

DPTO. II (EXTERIOR) 13/10/88 FICHADO



8709117

HP

Cruzar ARGENTINA

118

La NACION 13/9/87

# Las relaciones con el Paraguay

Una alta fuente de la Cancillería negó veracidad a informaciones publicadas en algunos medios, entre los que no se cuenta LA NACION, según las cuales las relaciones argentino-paraguayas llegaron a un punto extremo y afrontan una posible ruptura.

Según esas informaciones, el Gobierno amenazaría con romper relaciones si no obtiene "explicaciones satisfactorias" sobre los términos de un dictamen producido por el fiscal general de Estado del Paraguay, Clotildo Giménez Benítez, en el que se aconsejó rechazar uno de los pedidos de extradición de dos matrimonios refugiados en Asunción a los que se acusa de inscribir como propios a hijos de desaparecidos durante el régimen militar.

Las extradiciones solicitadas por la justicia argentina son las del ex mayor médico Norberto Bianco y su esposa, Nilda S. Werhrli, y del ex subcomisario Samuel Miara y su esposa, Beatriz Alicia Castillo.

Los defensores de ambos matrimonios alegaron que son víctimas de persecuciones políticas por parte del gobierno argentino.

Al rechazar el pedido de extradición de Bianco y su esposa, el fiscal Giménez Benítez, además de compartir esa opinión, acusó a nuestro país de presionar y de intromisión en los asuntos internos del Paraguay.

Ante la decisión del fiscal, el embajador argentino en Asunción, Raúl Quijano, fue llamado a Buenos Aires para realizar consultas. El diplomático permanece en nuestra capital desde el 26 de agosto. El gobierno paraguayo replicó convocando a su embajador en Buenos Aires, Miguel Angel Bestard.

La alta fuente de la Cancillería explicó a LA NACION que el llamado a Quijano tuvo el sentido de una "demostración de desagrado" por el pronunciamiento del fiscal paraguayo, y que, aunque efectivamente hay malestar con el vecino país, nuestro gobierno no contempla actualmente asumir la iniciativa de una ruptura de relaciones.

Admitió que en sectores del Gobierno y de la Justicia se considera una falta de cooperación de las autoridades políticas del Paraguay la actitud asumida ante requerimientos judiciales, no sólo en los casos Bianco y Miara, sino también en el del ex diputado peronista Norberto Imbelloni -cuya extradición también rechazó el mes último el fiscal Giménez Benítez-.

## Del juez Piotti

Según un cable de la agencia DyN, el juez federal Daniel Alberto Piotti, a cargo de la causa de extradición del matrimonio Bianco, dijo ayer que reclamará formalmente a nuestra cancillería que conteste los agravios vertidos por el fiscal paraguayo cuando el 19 de agosto rechazó el pedido de extradición del ex médico militar.

## En Asunción

La única reacción oficial paraguaya sobre la presunta intención argentina de ruptura provino del subsecretario de Relaciones Exteriores, Rodney Elpidio Acevedo.

Según un despacho de la agencia UPI fechado en Asunción, Acevedo dijo que "la cuestión de la extradición de los dos matrimonios argentinos es un asunto que se ventila en el ámbito judicial", y rechazó la posibilidad de que los vínculos entre los dos países se vean enturbiados por este problema.

A su vez, otro cable de Asunción, de la agencia AFP, al comentar la presunta ruptura, consideró que el Paraguay sería el país más perjudicado por una medida de esa índole.

La información recuerda las relaciones comerciales y las obras conjuntas entre los dos países -como la de Yacyretá- y que hay más de un millón de paraguayos y descendientes que residen en la Argentina y 50.000 argentinos que viven en el vecino país.

Unos y otros pueden cruzar la frontera con sólo presentar la cédula de identidad, privilegio que sería anulado en caso de una ruptura. Esa situación, se agrega, sería caótica para los miles de paraguayos que diariamente cruzan el límite, en tanto que la paralización de Yacyretá dejaría sin ocupación a 5000 obreros de los dos países.

01·01

8709515.

PARAGUAY

118

## Promueve el Partido de Domingo Laino

# "Lucha activa no violenta"

ASUNCION. (ANSA, EFE y UPI).- La oposición paraguaya al régimen del general Alfredo Stroessner seguirá con las movilizaciones populares pese a la actuación de grupos paramilitares, anunció ayer Domingo Laino, Presidente del Partido Liberal Radical Auténtico (PLRA).

Laino anunció así que hoy se celebraría en Itacurubí de la Cordillera, a 86 kilómetros de Asunción, una reunión pacífica, autorizada por el Ministerio del Interior y convocada por el comité local de su partido, en la que participarán, además, otras agrupaciones opositoras a Stroessner.

El acto se inscribe en el programa de movilizaciones populares que se viene desarrollando en el interior del país y que continuará, dijo ayer Laino, quien señaló que allí se hablará de la falta de garantías que acosa a la oposición democrática paraguaya.

Laino indicó que su partido seguirá en una línea de lucha activa no violenta.

Según Laino, que regresó al país el pasado mes de abril tras casi cinco años de exilio, las Fuerzas Armadas y policiales deberían estar estudiando el brote paramilitar que amenaza a la oposición al régimen del general Stroessner.

El PLRA improvisó el domingo dos actos relámpago en distintas localidades paraguayas, tras no haber podido hacerlo en Tabicuarymí, a 90 kilómetros de Asunción.

La concentración de Tabicuarymí contó inicialmente con permiso del gobierno, que después fue retirado para que no coincidiera con una reunión del oficialista Partido Colorado, según se informó.

### DETENCIONES

Mientras los miembros del partido gubernamental desarrollaron su acto sin problema alguno, la zona de Tabicuarymí estuvo custodiada por milicianos armados del partido oficialista, que impidieron a los opositores el acceso a dicha localidad.

Laino, su correligionario Miguel Abdón Saguier y el Presidente del Movimiento Popular Colorado (MOPOCO), Miguel Angel González Casabianca, fueron detenidos durante más de diez horas en la Delegación de Gobierno de Paraguarí, antes que llegaran a los actos del partido.

El Vicepresidente del PLRA, Juan Manuel Benítez Florentín, dijo ayer que con la fuerza del pueblo paraguayo podemos seguir adelante y podemos estar seguros de que vamos a liberar a la patria de la tiranía de Stroessner.

Asimismo, Carlos Romero Pereira, líder del Movimiento Etico y Doctrinario, disidente del oficialista Partido Colorado, [illegible] en un acto de oposición que la única forma posible de derrocar a la dictadura es cuando entendamos que todos estamos dispuestos y decididos a dar nuestras vidas [illegible] dictadura.

La convocatoria a unir fuerzas contra el régimen de Stroessner coincide con la campaña que viene realizando Laino en favor de un frente nacional de oposición, con la participación de todos los partidos políticos y organizaciones sociales contrarios al gobierno.

La Mañana 23/10/87

La Mañana 23-10-87

01·01

8709662

118

PARAGUAY



# Alfredo Stroessner: El último tiranosaurio de América Latina

*por Ruben Bareiro Saguier (*)*

**Cuatro de mayo de 1954, 21 horas precisas: el director de la orquesta levanta la batuta y se escuchan las cuatro notas solemnes que abren la Quinta Sinfonía. Los golpes fatídicos tienen un sorprendente eco que hace pensar en ráfagas de ametralladoras. Con los demás asistentes al concierto inaugural de la Orquesta Sinfónica de Asunción, se me ocurre la peregrina idea que se trata de algún efecto musical especial destinado a sorprender al público que llena la más importante sala de la capital paraguaya. En seguida la duda se disipa: esta vez se trata, sin posible duda, de una descarga de armas automáticas que, muy cerca, cubre el sonido de la orquesta. El maestro baja la batuta y los instrumentos ceden lugar al rumor inquieto de la multitud. Después de unas ráfagas más un silencio que nos parece interminable, y al fin, en el micrófono, una voz imparte la orden de desalojar inmediatamente la sala, siguiendo un itinerario preciso, "en los próximos diez minutos, pegados a las paredes y en fila india", para alejarnos del Teatro Municipal ... situado justo frente a la Jefatura de Policía.**

01 · 02

8709740

Sabemos después que acaban de matar al jefe de la misma, Roberto L. Petit, que había permanecido leal al Presidente Federico Chávez, y que el golpe de Estado había sido instalado por el "hijo espiritual" de este último, el general Alfredo Stroessner comandante en jefe de las Fuerzas Armadas. Noche de armonía ahogada en sangre y en violencia, en que los tres golpes del destino de Beethoven abren simbólicamente para los paraguayos la larga noche de la dictadura, que no ha terminado todavía al cabo de casi treinta y tres años.

"Líder máximo". "Segundo reconstructor". "Artífice de la paz". "Primer trabajador de la República". "Primera espada de América". Se podrían llenar varios volúmenes de letanías, alabanzas, ditirambos consagrados al culto del "héroe providencial" en el lapso de los tres últimos decenios. Una de sus tarifeurios lo convierte en ser predestinado desde la cuna, puesto que "su padre sintió la emoción y la alegría de ver ese bebé cuyos primeros gritos le parecieron anunciar una nueva aurora". (C. Fruton: *Una luz en la noche*).

### *UNO ENTRE TANTOS*

A pesar de ese presagio precoz, Alfredo Stroessner no era en 1954 —o al menos no parecía ser— sino un general más entre otros, aunque es cierto que ocupaba el puesto de comandante en jefe del ejército, y que había participado en la mayoría de las conspiraciones militares desde joven.

Había nacido el 3 de noviembre de 1912 hijo de un padre cervecero y bávaro, llegado como inmigrante a comienzos del siglo, y de una madre paraguaya. A pesar de los prodigios de servilismo entusiasta, sus "biógrafos" deben aceptar que no encuentran nada de particular en su vida de niño y adolescente. Futbolista mediocre en el Club Deportivo Universal de su ciudad natal, Encarnación, alumno discreto y aplicado de la Escuela Militar, vuelve de la Guerra del Chaco contra Bolivia (1932-1935) con el grado de teniente, sin haberse distinguido por ninguna acción heroica especial. Sin embargo, sus superiores destacan ya en sus notas algunos rasgos que marcarán su carrera de militar y de político: buen conductor, ejecutor fiel de su misión, aplicado e infatigable.

Idénticas apreciaciones para el capitán Stroessner durante el curso de tres años en Brasil en donde aprende verdaderamente su oficio: "Oficial prudente, posee el sentido del mando; disciplinado, obstinado, lleno de espíritu de iniciativa y de decisión". En el curso de los años oscuros pasados en gran parte en una guarnición del Chaco, y jalonados por promociones por antigüedad, demostró más voluntad que inventiva o ambición.

En 1947, el teniente coronel Stroessner forma parte del ala nacionalista del ejército que sostiene al dictador general Higinio Morínigo y al Partido Colorado frente al levantamiento popular de tres partidos políticos y del ala "institucional" de las fuerzas armadas. El apoyo abierto de Juan Domingo Perón, que provee armas y pertrechos, decide la suerte de la guerra civil, cuya principal consecuencia —además de un éxodo masivo— es la hegemonía de los militares y de los colorados en el país. Es ésta la que va abrir el camino a las ambiciones de un oficial todavía oscuro.

Al año siguiente, el coronel Stroessner conoce el exilio durante algunos meses, por conspiración en el seno de uno de los grupos que aspiran al poder durante el período de anarquía que sucede a la guerra civil. Su nombre aparece desde esa fecha, en todas las tramas golpistas.

### *UN "PACIFICADOR" FASCISTA*

Es preciso, sin [illegible] general al año 1954 para que [illegible] le "biógrafo" "su estrella brille en el firmamento y le asigne el lugar por donde debía pasar desde el momento en que había sido elegido por la mano de Dios". Se lo presenta entonces como el "pacificador" que va a poner fin a la anarquía.

Diestro calculador, no toma el poder inmediatamente después de su golpe de Estado, sino que espera a que el Partido Colorado, en el mes de agosto, le designe como candidato y asegure su triunfo en "elecciones" sin adversario. Nuevo triunfo solitario en 1958. En 1963 siente, sin embargo, la necesidad de un "adversario" que dé apariencia de legalidad a su poder absoluto. Este gesto viene a punto, puesto que en siete años el general presidente, haciendo alternar la represión y las prebendas, ha conseguido desmantelar la oposición y dominar el ejército y el Partido Colorado, del cual sigue siendo "Presidente de Honor Vitalicio". Las milicias parapoliciales del partido ejercen un control total del país, dotado de un régimen cuyos métodos de condicionamiento de masas lo emparenta con el fascismo.

Sólo le falta una oposición bien dócil, dispuesta a ayudarle en su tarea "democrática". La encuentra primero con la colaboración de una fracción del Partido Liberal, la otra gran formación política tradicional del país. Luego de haber obtenido 44.800 votos contra 521 mil para el general, el candidato "opositor" es gratificado con la embajada ante Su Graciosa Majestad la Reina Elizabeth II, a cuya coronación asiste.

Stroessner repite el mismo golpe del competidor complaciente en 1968; en 73; 1978 y 1983, cuando el eterno candidato obtiene 90 por ciento de los sufragios. No obstante estos "éxitos electorales crecientes" no le bastan, y en 1967 convoca a una Asamblea Constituyente a la medida de su sed de legitimidad. La misma cuenta con la participación de cuatro partidos políticos.

Para la última etapa, la que le confiere el poder vitalicio, no llega ya a conseguir alcahuetes. Es así como la modificación en 1977 del artículo 173 [illegible] fue hecha por una Legislatura integrada exclusivamente por sus partidarios todos "colorados".

Falseada en su redacción, pervertida en su aplicación, la Constitución consagra su total dominación del Poder Ejecutivo sobre los otros dos.

Tenacidad inflexible, astucia astuciosa, violencia desencadenada —todos los medios son buenos para controlar sistemáticamente al cuerpo social, desde la fuerza bruta hasta la demagogia populista.

En 1958 es liquidada la Confederación Paraguaya de Trabajadores (CPT), organización de masas con predicamento en esa época. Para compensar esta laguna "popular", se lanza, en los años 60, la "política agraria nacionalista del presidente Stroessner", que se propone repartir tierras del dominio público entre campesinos casi exclusivamente "colorados". Y mientras que 150 mil de entre ellos esperan en vano un lote, Stroessner autoriza a los jefes del ejército y del partido a ampliar aún más sus latifundios transformándolos, gracias a un derroche de créditos estatales, en estancias y poderosos tenientes.

El "plan trigo" y el "plan soya" crean una casta de magnates que explota a los campesinos pauperizados, "beneficiarios" de la reforma agraria. Estos se ven obligados a malvender sus parcelas a los latifundistas. Pero la arbitrariedad en la distribución de tierras confiere al general un aura de popularidad, inflada por la propaganda oficial. La nueva casta de tenientes se inscribe en la línea de lo que en Paraguay ha sido, desde siempre, la base de la oligarquía: el latifundio y la estancia.

### *CONTRABANDO: PRINCIPAL "INDUSTRIA"*

La nueva plutocracia ha triunfado en el decenio siguiente con el flujo de inversiones que provocó el plan de la "represa de Itaipú", quimera dorada del "paraíso stroessnista". Es la gran época de las "sociedades de

PARTES ILEGIBLE

02·02

8709740

# Bancos de los EE. UU. se van del Paraguay

ASUNCION (AP). – Tres filiales de bancos norteamericanos anunciaron su retiro, según lo confirmó a la prensa local el presidente del Banco Central del Paraguay, Guillermo Acosta.

**Nueva política**

Romeo Acosta explicó que el Bank of Boston, el Chase Manhattan Bank y el Bank of America "se retiran del país porque la nueva política de la Reserva Federal de Estados Unidos alegra permite que los bancos norteamericanos abran sucursales dentro del territorio [illegible]".

**Única institución**

El City Bank es la única institución norteamericana que sigue manteniendo en sucursal en el Paraguay y en los últimos tiempos ha extendido sus operaciones, inaugurando en distintos puntos nuevas sucursales.

El presidente del Banco Central Paraguayo agregó respecto de los retiros que "estas entidades que tenían sucursales en Latinoamérica han resuelto clausurar sus operaciones para aprovechar la nueva política norteamericana. Las mismas están vendiendo sus patrimonios, activo y pasivo, a accionistas paraguayos".

La Nacion 21/08/87



8710089

118

Clarín 3-11-87



# Proponen la creación de milicias en Paraguay

ASUNCION, 2 (Reuter). —Organismos de base del [illegible] Partido Colorado de Paraguay pidieron hoy a sus máximas autoridades la formación de milicias civiles destinadas a combatir supuestos planes subversivos de la oposición.

"Pedimos la formación de milicias coloradas a los efectos de preservar con mayor eficacia la seguridad nacional y rechazar todo intento subversivo", dice un documento remitido por trece seccionales coloradas a la junta de gobierno, máxima autoridad del partido oficialista.

La petición será considerada por la cúpula del partido la próxima semana cuando sesione conducida por su máximo líder y actual ministro del Interior, Sabino Montanaro, pero hasta ahora no hubo ningún pronunciamiento oficial sobre la propuesta.

Las organizaciones firmantes están ubicadas en Itapuá, 360 kilómetros al sur de Asunción, y a ellos adherirá la seccional colorada de Coronel Oviedo, 130 kilómetros al sudeste de la capital paraguaya, según sus directivos.

La multipartidaria opositora Acuerdo Nacional condenó la aparición de grupos parapoliciales encabezados por dirigentes del partido gobernante que impiden la realización de actos de la oposición en el interior del país.

Uno de estos grupos amenazó de muerte a un sacerdote en la provincia de Coronel Oviedo, tras golpear y dispersar a las personas que concurrían a un mitin en una casa parroquial.

Otro grupo impidió en la localidad de Tebycuarini, unos 220 kilómetros al sur de Asunción, una reunión opositora y amenazó de muerte a Domingo Laino, presidente del opositor Partido Liberal Radical Auténtico, si volvía al lugar.

"La formación de milicias civiles es una manera de oficializar a los grupos paramilitares que pretenden actuar arbitrariamente en todo el país contra la oposición bajo la acusación de que todos somos subversivos", dijo a la prensa Miguel Abdón Saguier, dirigente del radicalismo auténtico.

Agregó que si el Partido Colorado apoya oficialmente el pedido de las milicias "sería una demostración cabal de que ya no somos una república con sus poderes independientes y sus autoridades sino una gran estancia manejada con entera arbitrariedad y con todos los derechos pisoteados".

Laino dijo que "preservar el orden corresponde a la policía, y a los militares defender la soberanía nacional, cualquier otro organismo que se cree, por más cobertura legal que se le quiera dar, no será sino una banda armada".

01-01

8710613

S E C R E T O

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

118

# APRECIACION DE SITUACION DE LA REPUBLICA DE PARAGUAY

Montevideo, FEBRERO de 1987.-

S E C R E T O

01·14

87 10835

# APRECIACION DE SITUACION DE LA REPUBLICA DE PARAGUAY

## I.- FACTOR POLITICO

### A.- ANTECEDENTES

Un golpe de estado en 1954, que derrocó al Presidente Federico CHAVES y que puso fin a tres décadas de agitación política (en ese período Paraguay tuvo 22 Presidentes) con constantes disputas y conspiraciones, llevó al Gobierno al General Alfredo STROESSNER. En estos 32 años de poder, en el país se desarrollaron siete actos electionarios , que de alguna forma han convalidado al General STROESSNER como Primer Mandatario y al Partido Colorado como primera fuerza política de la Nación.

Después de un período de depuración política, que incluyó la prohibición del Partido Comunista Paraguayo (PCP), en 1958 y la intervención en el mismo año de la Confederación Paraguaya de Trabajadores, en la década del 60 la oposición inició un retorno al proceso político. En 1963, al presentarse el General STROESSNER a su tercera elección, se admitió la participación de un oponente, Partido Liberal, a quien venció con el 70% de los votos. El Partido Revolucionario Febrerista se incorporó en 1965, automarginándose posteriormente al haber conseguido solamente un Diputado. En 1967 ingresó al proceso electoral el Partido Liberal Radical. En las últimas elecciones generales de 1983, el Presidente STROESSNER fue reelecto nuevamente, con un apoyo popular del 90%.

### B.- FORMA DE GOBIERNO

La Constitución de 1940 fue reemplazada por una nueva propuesta en 1967. De acuerdo a esta, el Estado está constituído por tres poderes:

Ejecutivo: ejercido por el Presidente de la República y 10 Ministros, no existiendo el cargo de Vicepresidente. En caso de vacante, el Congreso elige al sustituto y si la misma se produce dentro de los dos primeros años de Gobierno, se llama a nuevas elecciones. La Constitución fue enmendada en 1977 para permitir la reelección presidencial por más de dos períodos consecutivos.

El Poder Legislativo: consta de dos Cámaras (30 Senadores y 60 Diputados. Además del Partido Colorado, están representados en el Par



87 10835

lamento, el Partido Liberal y el Partido Liberal Radical.

El Poder Judicial: está formado por la Corte Suprema de Justicia (5 miembros), una Corte de Cuentas y varios Tribunales de Justicia.

Existe un Consejo de Estado que es un cuerpo consultivo del Poder Ejecutivo y lo integran entre otros, los Ministros y las Fuerzas Armadas. La división política del país es por departamentos que son gobernados por delegados del Poder Ejecutivo (los del Chaco bajo administración militar).

C.- PARTIDOS POLITICOS

1.- ASOCIACION NACIONAL REVOLUCIONARIA (ANR-PARTIDO COLORADO)

El Partido Colorado es una de las organizaciones políticas más antiguas del continente, habiendo nacido formal y oficialmente el 11 de setiembre de 1887. El "coloradismo" gobierna Paraguay ininterrumpidamente desde 1941 y desde el golpe de estado de 1954 ha mantenido una unidad monolítica. Recién en este último período del Gobierno del General STROESSNER, se ha evidenciado el surgimiento de dos grandes líneas internas.

a.- Línea Tradicionalista

Son los "históricos" del partido y actualmente conforman la dirigencia del mismo. Al frente de los "tradicionalistas" aparece el Ministro del Interior, Sabino MONTANARO y dos de los más notorios dirigentes del partido, Carlos ROMERO ARZA, quien recientemente fue invitado por el Departamento de Estado a viajar a los Estados Unidos y Tomás ROMERO PEREIRA, artífice de la ascención al poder del General STROESSNER.

b.- Línea "Militantes"

Formada por un grupo de políticos más jóvenes del partido y apoyada en un número mayor de afiliados, pretende desplazar a los "históricos" de la dirección. Esta línea está liderada por Mario ABDO BENITEZ, Secretario Privado del Presidente y postula una adhesión incondicional al General STROESSNER.

En julio del año 1986 se realizaron comicios internos en el Partido Colorado, en 25 seccionales de Asunción. El sector "militante" obtuvo una clara victoria, logrando el control de 16 de los 25 distritos. La relación de fuerzas en vistas a la Convención del Partido, que se llevará a cabo en 1987 para designar al Presiden



87 10835

te de la agrupación, es de 55 convencionales para los "militantes" y 48 para los "tradicionalistas". Estos últimos han lanzado la candidatura del actual titular del Partido Colorado, Juan Ramón CHAVES, mientras que los "militantes" deberán optar entre el Ministro de Salud Pública, Adán GODOY GIMENEZ y el Secretario privado de STROESSNER, Mario ABDO BENITEZ.

Si bien esta confrontación interna es de dificil solución, por los evidentes intereses en juego, la misma no afecta mayormente la estabilidad del Gobierno. El enfrentamiento no pasa de ser una "puja palaciega", circunscribiéndose a la disputa por las prebendas que significan dirigir el partido oficialista, sin tratarse para nada de una confrontación ideológica. La diferencia más apreciable es que los militantes postulan la reelección del General STROESSNER indefinidamente y por el contrario, los "tradicionalistas" contraponen la tradición del Partido Colorado al personalismo, apuntando a revalorizar a la agrupación y defender la posibilidad de elegir otro candidato presidencial.

2.- PARTIDO LIBERAL (PL)

De centro-izquierda, autorizado por la Junta Electoral.

Tiene representación parlamentaria, contando con 7 Diputados y 4 Senadores. Está presidido por el Dr. Atilio BURGOS y sus principales dirigentes son Carlos y Fernando LEVY RUFFINELLI. Planteó la iniciativa de reunir a todas las fuerzas opositoras en torno a un único candidato presidencial, para competir con el oficialismo en las elecciones de 1988.

3.- ACUERDO NACIONAL

Formalizado en 1978, está integrado por el Partido Liberal Radical Auténtico (PLRA), el Partido Demócrata Cristiano (PDC), el Partido Revolucionario Febrerista (PRF) y el Movimiento Popular Colorado (MOPOCO). El único partido del grupo reconocido oficialmente, es el Revolucionario Febrerista. Esta coalición no habría logrado acceder a sectores importantes de la ciudadanía, ni se ha mostrado hasta ahora decidida ni eficaz en la movilización popular. La tarea básica del Acuerdo Nacional sería en la actual etapa, concretar un programa de transición, manifestándose incluso preocupado por la posibilidad de que un cambio brusco, pueda crear las condiciones para la aparición

de tendenciasde izquierda radicalizada. Intenta por lo tanto una salida mediante una acción conjunta.

a.- PARTIDO LIBERAL RADICAL AUTENTICO (PLRA)

Desprendimiento del Partido Liberal Radical. De centro-izquierda. Su actual Presidente es el Dr. Juan C. ZALDIVAR y su principal dirigente es Domingo LAINO, exiliado en la Argentina. En el PLRA existen dos corrientes denominadas "Cambio para la Liberación" y "Movimiento Popular para el Cambio, dirigidas por Juan Carlos ZALDIVAR y Miguel ABDON SAGUIER, respectivamente. Dirigentes del PLRA rechazaron una propuesta para reunificar a todo el liberalismo paraguayo.

b.- PARTIDO DEMOCRATA CRISTIANO (PDC)

No está reconocido por la Junta Electoral por carecer de la cantidad de afiliados que se requiere (10.000 firmas). Es de ideología socialista. Su Presidente es el Dr. Alfredo ROJAS LEON y según él, la ideología del partido está basada en la doctrina social de la Iglesia Católica.

c.- PARTIDO REVOLUCIONARIO FEBRERISTA (PRF)

Partido de centro-izquierda, fundado en el exilio en 1951. Está presidido por el Dr. Fernando VERA, quien recientemente fue nombrado Presidente honorario de la Social-Democracia Internacional. Una delegación del PRF participó en el 17º Congreso de la Internacional Socialista, realizado en Lima este año. Sería el único grupo del Acuerdo Nacional con posibilidades de obtener respaldo popular.

d.- MOVIMIENTO POPULAR COLORADO (MOPOCO)

Desprendimiento del Partido Colorado, luego de una profunda crisis en 1959. Se mantuvieron en el exilio hasta 1983, cuando fueron autorizados a regresar. Su Presidente es el Dr. Miguel Angel GONZALEZ CASABIANCA. En la agrupación existen tres alineamientos: los que regresaron del exilio; los que se autodenominan MOPOCO de la Resistencia y los autodenominados "Colorados en el Exilio".

4.- PARTIDO LIBERAL RADICAL (PLR)

Partido autorizado por la Junta Electoral de centro-izquierda. Tiene representación parlamentaria, contando con 13 Diputados y 6 Senadores. Su Presidente es el Sr. Emilio FORESTIERI. Impulsa el diálogo nacional a través de la Iglesia. Está enfrentado con el PLRA,

porque este desconoce a los dirigentes del PLR, quedando frustrados los intentos de una reunificación de todas las fracciones liberales.

5.- PARTIDO COMUNISTA PARAGUAYO (PCP)

Fundado en 1947, fue proscripto por el Gobierno del General STROESSNER en1958. Su principal dirigente es Oscar CREYDT. La legalización del PCP, en un eventual proceso de apertura, tiene el impedimento legal de la propia Constitución de 1967, que prohíbe expresamente "la lucha de clases" y por lo tanto la existencia de cualquier partido que de algún modo cuestione el sistema.

C.- SITUACION POLITICA ACTUAL

Luego de 32 en el poder, el Presidente STROESSNER se ve enfrentado a los primeros intentos contínuos de los opositores, que mediante manifestaciones callejeras cuestionan la legitimidad del Gobierno. Si bien cuantitativamente estas manifestaciones no representan una presión demasiado importante para el régimen,la actual situación internacional podría incidir de alguna forma en el proceso político paraguayo. Con una oposición política dividida y de escasa significación y una oposición sindical prácticamente inexistente en el país, los principales elementos a tener en cuenta por su posible influencia en la evolución de la situación son:

1.- RELACIONES INTERNACIONALES

Uno de los factores fundamentales a considerar es evidentemente la relación con los Estados Unidos. Tradicionalmente Washington ha respaldado al Gobierno del General STROESSNER, dada su condición de acérrimo anti-comunista. La particular situación actual y fundamentalmente la caída de los Gobiernos de Haití y Filipinas, con una clara intervención norteamericana, hace dudar en este respaldo incondicional. Al igual que en el caso de Chile, la Administración REAGAN está ejerciendo ciertas presiones para un cambio en el actual panorama político paraguayo, en el marco de una estrategia global para la democratización continental. De todas formas, en el caso especial de Paraguay, al no existir una oposición realmente poderosa y no haber una situación de enfrentamiento contínuo como en Chile, es previsible que por el momento se mantenga solamente una presión moderada,aunque actualmente la tensión entre los dos países se ha agudizado a raíz de un incidente entre la policía paraguaya y el Embajador norteamericano, Clyde Taylor.

En lo que tiene que ver con el entorno geográfico del Paraguay es evidente que la situación se ha modificado sustancialmente al no

existir ya Gobierno militares en Bolivia, Argentina y Brasil. Este hecho ha determinado un cambio de actitud, fundamentalmente en el Gobierno argentino ahora crítico del régimen paraguayo, lo que interrumpiría lo que hasta el momento ha sido la tradicional política exterior de Asunción, manteniendo una posición pendular entre los dos grandes países de la Cuenca del Plata.

El caso de Brasil es distinto y quizás adquiera un valor de suma importancia en el desarrollo de los acontecimientos, posiblemente aún más trascendente que la eventual posición norteamericana. La cuestión paraguaya para Brasil está estrechamente relacionada con la estabilidad de los acuerdos de explotación binacional de la represa de Itaipú. Cuando la planta se encuentre en condición plena, generará 80 veces más que la actual demanda eléctrica paraguaya. Brasil compra a Paraguay la energía hidroeléctrica no utilizada a precios bajos y no con tarifas de mercado o proteccionistas y por supuesto, esta operación necesita la aprobación del Gobierno de Asunción. Obviamente, actualmente Brasil tiene garantías del General STROESSNER y no se puede asegurar si un cambio político no modificaría los acuerdos. Actualmente Paraguay está recibiendo por sus ventas de energía a Brasil, 140 millones de dólares anulaes. Por esta misma energía, a precios de mercado, a Paraguay le reportaría 1.000 millones de dólares anuales. Otro de los aspectos a tener en cuenta es que Brasil sería el principal acreedor externo paraguayo, con un tercio de la deuda externa, incluso por encima de los Estados Unidos.

Otro elemento quizás determinante en la actual situación, es el programa de radicación de población china, proveniente de Taiwán y de Hong Kong, que se está cumpliendo desde hace tres años. Esta expansión, bajo la protección personal del General STROESSNER, ha tenido un evidente contenido político. Paraguay no reconoce al Gobierno de Pekín y los chinos que se radicaron en territorio guaraní, son fervientes partidarios del General STROESSNER.

2.- FUERZAS ARMADAS

Estas son uno de los firmes sustentos del Gobierno del General STROESSNER. El frente militar no ofrece fisuras evidentes que puedan ser aprovechadas por la oposición interna y/o las presiones externas. El Ejército es la institución mejor organizada y que cuenta con una



07

87 10835

cantidad de efectivos realmente importante (10.000 hombres), dispone de modernos equipamientos y de un buen nivel de instrucción. En este momento, las Fuerzas Armadas serían el único poder capaz de influir en forma determinante en el futuro político del país, incluso al no estar decididamente comprometidas en hechos que pudieran considerarse como violaciones a los derechos humanos. Es evidente que la tarea de contener a la oposición, fue y es llevada a cabo por la Policía. Las figuras que más se destacarían en las Fuerzas Armadas y con influencia en el actual contexto político son:

- General Alejandro Fretes Dávalos. Jefe del Estado Mayor Conjunto. Hombre de confianza del Presidente Stroessner, siendo uno de los pocos oficiales de la guardia vieja que quedan y que han ocupado cargos públicos en la última década. Tendría buenas relaciones con la Embajada de Estados Unidos en Asunción.

- General Andrés Rodríguez. Comandante del I Cuerpo de Ejército. Durante años fue considerado como el más probable sucesor de Stroessner, pero últimamente se habría visto envuelto en acusaciones de tráfico de drogas. En julio de 1985 habría ingresado a la facción "tradicionalista" del Partido Colorado.

- General Germán Martínez. Ministro de Defensa, tendría excelentes relaciones en las Embajadas extranjeras en Asunción.

- General Gerardo Johansen. Comandante de Intitutos Militares. Su familia estuvo asociada al Partido Revolucionario Febrerista y él mismo habría sido miembro de ese partido durante su juventud. Mantendría relaciones excelentes con la Iglesia. Existen versiones de que los militares lo habrían designado para una eventual sucesión de Stroessner, pero declinó tal posibilidad, sugiriendo que el sucesor debía ser el Jefe de la Suprema Corte de Justicia, Luis María Argaña.

- General Guillermo Clebsch. Uno de los Generales jóvenes y que sería partidario de entregar el Gobierno a los civiles.

- Coronel Gustavo Stroessner (Fuerza Aérea). Hijo del General Stroessner. La posibilidad planteada por algunos sectores de que suceda al actual Presidente, requeriría el retiro forzoso de los demás oficiales que actualmente ostentan una mayor jerarquía y antiguedad, pero posibilitaría a su vez el ascenso de los oficiales jóvenes.



0 8 87 10835

3.- IGLESIA CATOLICA

Esta, de gran influencia en el país ya que la población paraguaya es un 90% católica, ha tomado para sí la iniciativa opositora de concretar un diálogo nacional para establecer un proceso de democratización. Esta actitud ha determinado un enfrentamiento con el Gobierno, dificultando las relaciones entre los dos poderes. Las más altas autoridades de la Iglesia paraguaya, apoyándose en el último documento del Vaticano sobre "Libertad y Liberación", ratificaron su compromiso con el Acuerdo Nacional para la transición democrática. En un comunicado oficial, los Obispos indicaron que la Iglesia, al promover el diálogo nacional "cumple una misión conciliadora y pacificadora". El General Stroessner calificó este diálogo de subversivo, instando a los religiosos a que se abstengan de realizar política. Recientemente se llevaron a cabo las jornadas de la "Semana Nacional del Clero" y al término de éstas, los prebísteros y religiosos emitieron un comunicado dirigido a la población, en el que resaltan "el creciente desempleo y un agudo empobrecimiento; la creciente emigración hacia países vecinos y el pisoteo continuado de la Constitución Nacional". Asimismo dentro de las movilizaciones que viene desarrollando la Iglesia para impulsar el diálogo nacional, se han llevado a cabo diversos tipo de reuniones, organizadas en su mayoría por los movimientos de laicos y que están orientadas hacia toda la población católica del país. Dentro de este marco, han comenzado ciclos para "brindar un esquema orgánico y de interpretación de la misión de la Iglesia y la tarea de los cristianos en la actualidad", impulsados por la Conferencia Episcopal Paraguaya.

II.- FACTOR ECONOMICO

Las obras de la represa binacional de Itaipú, iniciadas en 1975, gestaron un período de crecimiento de la economía paraguaya. Entre 1972 y 1982, el ingreso nacional per cápita aumentó de 497 a 750 dólares. La tasa de crecimiento anual fue promedialmente del 8%. Sin embargo, la estructura sectorial del producto global no varió y conservó sus características tradicionales, ligadas al sistema agro-exportador de soja y algodón. El proceso de industrialización abierto por Itaipú no fue profundizado y se registró un retorno al monocultivo y a la exportación de productos primarios. Luego de culminado el fenómeno Itaipú, el país



0 8 8710835

se enfrenta actualmente a una crisis económica. El índice de desocupación supera el 20% y en Asunción alcanza a un 55%, de acuerdo a cifras oficiales. La inflación que en 1983 fue del 17%, en 1985 superó el 23%. La caída de los precios internacionales de los principales productos de exportación, como el algodón y la soja, que representan el 84% del total de las exportaciones paraguayas, alcanzaron en 1985 un 5,6% y un 25,2% respectivamente. La deuda externa es de 1.580 millones de dólares y el pago de sus servicios significa a Paraguay un 36% de las exportaciones. Por otra parte, solo un tercio del comercio exterior paraguayo se realizaría legalmente, siendo el resto producto del contrabando. En 1983 las exportaciones legales fueron de 250 millones de dólares y las ilegales de 600, mientras que las importaciones legales se situaron en 460 millones de dólares y las ilegales en 1.392. Según un informe de la Federación Paraguaya de Industriales y Comerciantes (FREPICO), en 1985 las exportaciones clandestinas aumentaron, en perjuicio de los productos primarios y del Estado. Cabe destacar que Paraguay mantiene muy buenas relaciones comerciales con Japón y que de concretarse una mayor presión económica por parte de los Estados Unidos, el Gobierno paraguayo solicitaría apoyo financiero al país nipón.

III.- FACTOR SICO-SOCIAL

Desde 1958, la Confederación de Trabajadores del Paraguay (CTP) está controlada por el Gobierno. El 1º de mayo de 1985 fue creado en Asunción el Movimiento Intersindical de Trabajadores (MIT), apareciendo entonces un nuevo referente para el sector obrero en abierta oposición a la CTP. El MIT está formado por cuatro sindicatos (metalúrgico, construcción, periodistas y trabajadores teatrales) una federación (bancarios) y dos corrientes gremiales (Agrupación de Trabajadores del Comercio y Coordinación Nacional de Trabajadores). Además, también en 1985, fue creada la Junta Coordinadora de Trabajadores Paraguayos en el Exilio (JCTPE).

IV.- CONCLUSIONES

- El poder del Presidente Stroessner se basa en el Partido Colorado y las Fuerzas Armadas. A pesar de las divisiones existentes en el PC, es poco probable que mantengan sus enfrentamientos si se pone en peligro

la estabilidad del Gobierno. En este sentido será fundamental el papel que le corresponda a las Fuerzas Armadas para mantener la cohesión de los apoyos al Primer Mandatario.

- En relación a la próxima sucesión presidencial, se estima que el sector "tradicionalista" intentará proponer un candidato civil, según se desarrollen los acontecimientos y la posición que asuma el General Stroessner. Mientras tanto, el sector "militante" mantendría firme la candidatura del General Stroessner o en su defecto de su hijo, el Coronel Gustavo Stroessner. No sería improbable que se pudiera conciliar una fórmula Stroessner-Stroessner, para lo cual habría que crear la figura del Vicepresidente mediante una reforma constitucional.

- La oposición es débil y está dividida, no teniendo un apoyo popular importante. Es indudable que en virtud de esto, es posible que los partidos opositores alienten como fórmula de salida la búsqueda de una figura que surja del propio régimen y que se pueda convertir en un elemento de transición, al estilo de Adolfo Suárez en España.

- Es poco probable que la ciudadanía paraguaya sea proclive a un cambio brusco del actual contexto político. Un dato a tener en cuenta es que la mitad de la población es menor a los 30 años y no ha conocido otra cosa que el "stroessnerismo".

- La presión de los Estados Unidos puede ser relativamente eficaz. Es evidente que la posición de Brasil es de mayor valor para influir en la situación paraguaya.

- La Iglesia Católica ha modificado su posición tradicional, adoptando una actitud opositora al Gobierno. Tiene una activa participación en los asuntos políticos del país. Su poder de convocatoria puede ser importante en virtud del ascendiente que tiene sobre la población.

- En virtud de que los gremios han funcionado encuadrados dentro del control del Gobierno, a excepción del recientemente creado Movimiento Intersindical de Trabajadores, no cuentan con un poder de convocatoria importante.



8710835

## A N E X O "A L F A"

### PRINCIPALES ACTIVIDADES DE PARTIDOS POLITICOS Y SECTORES SOCIALES

**PARTIDO COLORADO**

- La Juventud Nacional Colorada organizó cursillos de capacitación política, dirigidos a la juventud del partido.

- Agrupaciones y Seccionales del Partido Colorado han llevado a cabo demostraciones de lealtad al Presidente Stroessner, que contaron con la participación de 50.000 personas en el Departamento de Encarnación y 90.000 en un acto de mujeres coloradas.

- El Presidente de la Junta de Gobierno del Partido Colorado, Dr. Juan Ramón Chávez, se entrevistó con Monseñor Jorge Livieres Bank, responsable del diálogo nacional.

- El Dr. Dionisio Frutos, Diputado y miembro de la Junta de Gobierno, manifestó que es partidario de que el Partido Colorado dialogue con todos los sectores de opinión, siendo favorable al diálogo propuesto por la Iglesia.

**PARTIDO LIBERAL**

- El Directorio del PL denunció una campaña contra la Conferencia Episcopal Paraguaya, acusando a "los voceros del régimen" de estar empeñados en desprestigiar al CEP.

- Dirigentes del PL concurrieron al llamado de la CEP y destacaron que los principales temas presentados por su partido son: el respeto a la Constitución y a las leyes; aspectos económicos; la desocupación y el crecimiento de la deuda externa. El PL apoya el diálogo nacional iniciado por la Iglesia.

- El Presidente del PL, Dr. Burgos, efectuó manifestaciones contra el PLRA por estar contra la unificación del liberalismo.

**PARTIDO LIBERAL RADICAL**

- El Comité del PLR sesionó para tratar la unificación del liberalismo.

- El PLR participó de un mitin, el día 12 de junio, con el lema "Por

la Plena Vigencia de la Constitución Nacional".

- El PLR no asistió al acto de apertura del período inaugural legislativo, aduciendo la vigencia del Estado de Sitio y la negativa de una amnistía para los políticos exiliados.

- La dirigente del PLR, Marta Ayala, viajó a los Estados Unidos, invitada por el Departamento de Estado, para visitar organismos políticos, parlamentarios y sindicales.

- El PLR entregó a la Conferencia Episcopal Paraguaya un documento que contiene los temas propuestos para el diálogo nacional, cuyos puntos fundamentales son "los derechos y garantías individuales", "la libre sindicalización de los Trabajadores" y "el análisis de la deuda externa e interna".

- El Presidente del PLR, Señor Forestieri y el segundo Vicepresidente Benítez Florentín, viajaron a Buenos Aires, donde se reunieron con Domingo Laino.

PARTIDO LIBERAL RADICAL AUTENTICO

- La Juventud Liberal Radical Auténtica, realizó un acto de homenaje al Mariscal Francisco Solano López, que culminó con una manifestación frente al panteón de los héroes, que fue desalojada por la Policía.

- El PLRA realizó un acto para lanzar la candidatura del Dr. Miguel Saguier a la Presidencia del partido, produciéndose violentos enfrentamientos con la Policía y la detención de varios directivos del movimiento.

- Las dos corrientes del PLRA, "Movilización Popular Para el Cambio" y "Cambio para la Liberación" llevaron a cabo una misa en apoyo al diálogo nacional.

- El 24 de junio se produjo el arribo al aeropuerto de Asunción, del Dr. Domingo Laino, acompañado por una comitiva de extranjeros, impidiéndosele el ingreso al país.

- En la convención del PLRA triunfó la corriente "Cambio para la Liberación" que llevó como Vicepresidente al Dr. Domingo Laino.

PARTIDO REVOLUCIONARIO FEBRERISTA

- El PRF realizó, conjuntamente con el Acuerdo Nacional, el 14 de mayo, un mitin.

- El PRF realizó cursos en la Universidad Popular"HUMBERTO GARCETE" que funciona en la "Casa del Pueblo", local perteneciente al Partido. El

primero se refería a la Reforma Agraria y contó con la presencia de trabajadores rurales de distintos puntos del país.

- Una delegación del PRF viajó a Perú a los efectos de participar en el Congreso de la Internacional Socialista.

ACUERDO NACIONAL

- La coalición de partidos opositores ha reiterado su voluntad de diálogo y su predisposición para acompañar a la Iglesia en su concreción.

CONFERENCIA EPISCOPAL PARAGUAYA

- La CEP continúa su campaña para lograr la concreción del diálogo nacional, manteniendo contacto con los partidos opositores.

- Los movimientos de laicos y grupos parroquiales organizaron un acto de apoyo al diálogo nacional, con toques de campana en las distintas parroquias y "caceroleos" entre la concurrencia.

- Se llevó a cabo en la Universidad Católica la IV Semana Teológica, con charlas en las que se destacó la importancia del diálogo nacional y la actuación de la Iglesia en el mundo.

- El equipo nacional de laicos, dependiente de la CEP, emitió un comunicado en el que denuncia la prohibición de regresar al país del Padre Javier Arancón, calificando el hecho como una nueva arbitrariedad de las autoridades.

- Se realizó en Asunción la Semana Nacional del Clero, luego de la cual se emitió un comunicado dirigido a la población criticando la posición del Gobierno en distintos aspectos.

- Se realizó la 107 Asamblea Plenaria Extraordinaria de los Obispos Paraguayos, uno de cuyos principales temas fue el diálogo nacional.

- La Iglesia Católica impulsa un ciclo de charlas para la población católica para brindar una interpretación de la misión de la Iglesia en la actualidad.

- El Comité de Iglesias está editando publicaciones que son distribuídas en sectores de la población en las que se denuncian ciertas actuaciones de personas de instituciones del Estado.

GREMIOS

- Fueron detenidos por la Policía dos miembros del Movimiento Sindical de Trabajadores de la Construcción, ambos militantes del Movimiento Intersindical de Trabajadores, por repartir comunicados entre los asociados.

S E C R E T O

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE

SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.

DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

118

**APRECIACION DE SITUACION DE LA REPUBLICA DE PARAGUAY**

Montevideo, 15 de setiembre de 1986.-

C.E.G.

S E C R E T O

01·14

8710836

# APRECIACION DE SITUACION DE LA REPUBLICA DE PARAGUAY

## I.- FACTOR POLITICO

### A.- ANTECEDENTES

Un golpe de estado en 1954, que derrocó al Presidente Federico CHAVES y que puso fin a tres décadas de agitación política (en ese período Paraguay tuvo 22 Presidentes) con constantes disputas y conspiraciones, llevó al Gobierno al General Alfredo STROESSNER. En estos 32 años de poder, en el país se desarrollaron siete actos electionarios, que de alguna forma han convalidado al General STROESSNER como Primer Mandatario y al Partido Colorado como primera fuerza política de la Nación.

Después de un período de depuración política, que incluyó la prohibición del Partido Comunista Paraguayo (PCP), en 1958 y la intervención en el mismo año de la Confederación Paraguaya de Trabajadores, en la década del 60 la oposición inició un retorno al proceso político. En 1963, al presentarse el General STROESSNER a su tercera elección, se admitió la participación de un oponente, Partido Liberal, a quien venció con el 70% de los votos. El Partido Revolucionario Febrerista se incorporó en 1965, automarginándose posteriormente al haber conseguido solamente un Diputado. En 1967 ingresó al proceso electoral el Partido Liberal Radical. En las últimas elecciones generales de 1983, el Presidente STROESSNER fue reelecto nuevamente, con un apoyo popular del 90%.

### B.- FORMA DE GOBIERNO

La Constitución de 1940 fue reemplazada por una nueva propuesta en 1967. De acuerdo a esta, el Estado está constituído por tres poderes:

Ejecutivo: ejercido por el Presidente de la República y 10 Ministros, no existiendo el cargo de Vicepresidente. En caso de vacante, el Congreso elige al sustituto y si la misma se produce dentro de los dos primeros años de Gobierno, se llama a nuevas elecciones. La Constitución fue enmendada en 1977 para permitir la reelección presidencial por más de dos períodos consecutivos.

El Poder Legislativo: consta de dos Cámaras (30 Senadores y 60 Diputados. Además del Partido Colorado, están representados en el Par

lamento, el Partido Liberal y el Partido Liberal Radical.

El Poder Judicial: está formado por la Corte Suprema de Justicia (5 miembros), una Corte de Cuentas y varios Tribunales de Justicia.

Existe un Consejo de Estado que es un cuerpo consultivo del Poder Ejecutivo y lo integran entre otros, los Ministros y las Fuerzas Armadas. La división política del país es por departamentos que son gobernados por delegados del Poder Ejecutivo (los del Chaco bajo administración militar).

C.- PARTIDOS POLITICOS

1.- ASOCIACION NACIONAL REVOLUCIONARIA (ANR-PARTIDO COLORADO)

El Partido Colorado es una de las organizaciones políticas más antiguas del continente, habiendo nacido formal y oficialmente el 11 de setiembre de 1887. El "coloradismo" gobierna Paraguay ininterrumpidamente desde 1941 y desde el golpe de estado de 1954 ha mantenido una unidad monolítica. Recién en este último período del Gobierno del General STROESSNER, se ha evidenciado el surgimiento de dos grandes líneas internas.

a.- Línea Tradicionalista

Son los "históricos" del partido y actualmente conforman la dirigencia del mismo. Al frente de los "tradicionalistas" aparece el Ministro del Interior, Sabino MONTANARO y dos de los más notorios dirigentes del partido, Carlos ROMERO ARZA, quien recientemente fue invitado por el Departamento de Estado a viajar a los Estados Unidos y Tomás ROMERO PEREIRA, artífice de la ascensión al poder del General STROESSNER.

b.- Línea "Militantes"

Formada por un grupo de políticos más jóvenes del partido y apoyada en un número mayor de afiliados, pretende desplazar a los "históricos" de la dirección. Esta línea está liderada por Mario ABDO BENITEZ, Secretario Privado del Presidente y postula una adhesión incondicional al General STROESSNER.

En julio del año 1986 se realizaron comicios internos en el Partido Colorado, en 25 seccionales de Asunción. El sector "militante" obtuvo una clara victoria, logrando el control de 16 de los 25 distritos. La relación de fuerzas en vistas a la Convención del Partido, que se llevará a cabo en 1987 para designar al Presiden

te de la agrupación, es de 55 convencionales para los "militantes" y 48 para los "tradicionalistas". Estos últimos han lanzado la candidatura del actual titular del Partido Colorado, Juan Ramón CHAVES, mientras que los "militantes" deberán optar entre el Ministro de Salud Pública, Adán GODOY GIMENEZ y el Secretario privado de STROESSNER, Mario ABDO BENITEZ.

Si bien esta confrontación interna es de difícil solución, por los evidentes intereses en juego, la misma no afecta mayormente la estabilidad del Gobierno. El enfrentamiento no pasa de ser una "puja palaciega", circunscribiéndose a la disputa por las prebendas que significan dirigir el partido oficialista, sin tratarse para nada de una confrontación ideológica. La diferencia más apreciable es que los militantes postulan la reelección del General STROESSNER indefinidamente y por el contrario, los "tradicionalistas" contraponen la tradición del Partido Colorado al personalismo, apuntando a revalorizar a la agrupación y defender la posibilidad de elegir otro candidato presidencial.

2.- PARTIDO LIBERAL (PL)

De centro-izquierda, autorizado por la Junta Electoral.

Tiene representación parlamentaria, contando con 7 Diputados y 4 Senadores. Está presidido por el Dr. Atilio BURGOS y sus principales dirigentes son Carlos y Fernando LEVY RUFFINELLI. Planteó la inicìativa de reunir a todas las fuerzas opositoras en torno a un único candidato presidencial, para competir con el oficialismo en las elecciones de 1988.

3.- ACUERDO NACIONAL

Formalizado en 1978, está integrado por el Partido Liberal Radical Auténtico (PLRA), el Partido Demócrata Cristiano (PDC), el Partido Revolucionario Febrerista (PRF) y el Movimiento Popular Colorado (MOPOCO). El único partido del grupo reconocido oficialmente, es el Revolucionario Febrerista. Esta coalición no habría logrado acceder a sectores importantes de la ciudadanía, ni se ha mostrado hasta ahora decidida ni eficaz en la movilización popular. La tarea básica del Acuerdo Nacional sería en la actual etapa, concretar un programa de transición, manifestándose incluso preocupado por la posibilidad de que un cambio brusco, pueda crear las condiciones para la aparición

de tendenciasde izquierda radicalizada. Intenta por lo tanto una salida mediante una acción conjunta.

a.- PARTIDO LIBERAL RADICAL AUTENTICO (PLRA)

Desprendimiento del Partido Liberal Radical. De centro-izquierda. Su actual Presidente es el Dr. Juan C. ZALDIVAR y su principal dirigente es Domingo LAINO, exiliado en la Argentina. En el PLRA existen dos corrientes denominadas "Cambio para la Liberación" y "Movimiento Popular para el Cambio, dirigidas por Juan Carlos ZALDIVAR y Miguel ABDON SAGUIER, respectivamente. Dirigentes del PLRA rechazaron una propuesta para reunificar a todo el liberalismo paraguayo.

b.- PARTIDO DEMOCRATA CRISTIANO (PDC)

No está reconocido por la Junta Electoral por carecer de la cantidad de afiliados que se requiere (10.000 firmas). Es de ideología socialista. Su Presidente es el Dr. Alfredo ROJAS LEON y según él, la ideología del partido está basada en la doctrina social de la Iglesia Católica.

c.- PARTIDO REVOLUCIONARIO FEBRERISTA (PRF)

Partido de centro-izquierda, fundado en el exilio en 1951. Está presidido por el Dr. Fernando VERA, quien recientemente fue nombrado Presidente honorario de la Social-Democracia Internacional. Una delegación del PRF participó en el 17º Congreso de la Internacional Socialista, realizado en Lima este año. Sería el único grupo del Acuerdo Nacional con posibilidades de obtener respaldo popular.

d.- MOVIMIENTO POPULAR COLORADO (MOPOCO)

Desprendimiento del Partido Colorado, luego de una profunda crisis en 1959. Se mantuvieron en el exilio hasta 1983, cuando fueron autorizados a regresar. Su Presidente es el Dr. Miguel Angel GONZALEZ CASABIANCA. En la agrupación existen tres alineamientos: los que regresaron del exilio; los que se autodenominan MOPOCO de la Resistencia y los autodenominados "Colorados en el Exilio".

4.- PARTIDO LIBERAL RADICAL (PLR)

Partido autorizado por la Junta Electoral de centro-izquierda. Tiene representación parlamentaria, contando con 13 Diputados y 6 Senadores. Su Presidente es el Sr. Emilio FORESTIERI. Impulsa el diálogo nacional a través de la Iglesia. Está enfrentado con el PLRA,

porque este desconoce a los dirigentes del PLR, quedando frustrados los intentos de una reunificación de todas las fracciones liberales.

5.- PARTIDO COMUNISTA PARAGUAYO (PCP)

Fundado en 1947, fue proscripto por el Gobierno del General STROESSNER en 1958. Su principal dirigente es Oscar CREYDT. La legalización del PCP, en un eventual proceso de apertura, tiene el impedimento legal de la propia Constitución de 1967, que prohíbe expresamente "la lucha de clases" y por lo tanto la existencia de cualquier partido que de algún modo cuestione el sistema.

C.- SITUACION POLITICA ACTUAL

Luego de 32 años en el poder, el Presidente STROESSNER se ve enfrentado a los primeros intentos contínuos de los opositores, que mediante manifestaciones callejeras cuestionan la legitimidad del Gobierno. Si bien cuantitativamente estas manifestaciones no representan una presión demasiado importante para el régimen, la actual situación internacional podría incidir de alguna forma en el proceso político paraguayo. Con una oposición política dividida y de escasa significación y una oposición sindical prácticamente inexistente en el país, los principales elementos a tener en cuenta por su posible influencia en la evolución de la situación son:

1.- RELACIONES INTERNACIONALES

Uno de los factores fundamentales a considerar es evidentemente la relación con los Estados Unidos. Tradicionalmente Washington ha respaldado al Gobierno del General STROESSNER, dada su condición de acérrimo anti-comunista. La particular situación actual y fundamentalmente la caída de los Gobierno de Haití y Filipinas, con una clara intervención norteamericana, hace dudar en este respaldo incondicional. Al igual que en el caso de Chile, la Administración REAGAN está ejerciendo cierta presiones para un cambio en el actual panorama política paraguayo, en el marco de una estrategia global para la democratización continental. De todas formas, en el caso especial de Paraguay, al no existir una oposición realmente poderosa y no haber una situación de enfrentamiento contínuo como en Chile, es previsible que por el momento se mantenga solamente una presión moderada. → (1

En lo que tiene que ver con el entorno geográfico del Paraguay es evidente que la situación se ha modificado sustancialmente al no

existir ya Gobierno militares en Bolivia, Argentina y Brasil. Este hecho ha determinado un cambio de actitud, fundamentalmente en el Gobierno argentino ahora crítico del régimen paraguayo, lo que interrumpiría lo que hasta el momento ha sido la tradicional política exterior de Asunción, manteniendo una posición pendular entre los dos grandes países de la Cuenca del Plata.

El caso de Brasil es distinto y quizás adquiera un valor de suma importancia en el desarrollo de los acontecimientos, posiblemente aún más trascendente que la eventual posición norteamericana. La cuestión paraguaya para Brasil está estrechamente relacionada con la estabilidad de los acuerdos de explotación binacional de la represa de Itaipú. Cuando la planta se encuentre en condición plena, generará 80 veces más que la actual demanda eléctrica paraguaya. Brasil compra a Paraguay la energía hidroeléctrica no utilizada a precios bajos y no con tarifas de mercado o proteccionistas y por supuesto, esta operación necesita la aprobación del Gobierno de Asunción. Obviamente, actualmente Brasil tiene garantías del General STROESSNER y no se puede asegurar si un cambio político no modificaría los acuerdos. Actualmente Paraguay está recibiendo por sus ventas de energía a Brasil, 140 millones de dólares anulaes. Por esta misma energía, a precios de mercado, a Paraguay le reportaría 1.000 millones de dólares anuales. Otro de los aspectos a tener en cuenta es que Brasil sería el principal acreedor externo paraguayo, con un tercio de la deuda externa, incluso por encima de los Estados Unidos.

Otro elemento quizás determinante en la actual situación, es el programa de radicación de población china, proveniente de Taiwán y de Hong Kong, que se está cumpliendo desde hace tres años. Esta expansión, bajo la protección personal del General STROESSNER, ha tenido un evidente contenido político. Paraguay no reconoce al Gobierno de Pekín y los chinos que se radicaron en territorio guaraní, son fervientes partidarios del General STROESSNER.

2.- <u>FUERZAS ARMADAS</u>

Estas son uno de los firmes sustentos del Gobierno del General STROESSNER. El frente militar no ofrece fisuras evidentes que puedan ser aprovechadas por la oposición interna y/o las presiones externas. El Ejército es la institución mejor organizada y que cuenta con una

cantidad de efectivos realmente importante (10.000 hombres), dispone de modernos equipamientos y de un buen nivel de instrucción. En este momento, las Fuerzas Armadas serían el único poder capaz de influir en forma determinante en el futuro político del país, incluso al no estar decididamente comprometidas en hechos que pudieran considerarse como violaciones a los derechos humanos. Es evidente que la tarea de contener a la oposición, fue y es llevada a cabo por la Policía. Las figuras que más se destacarían en las Fuerzas Armadas y con influencia en el actual contexto político son:

- General Alejandro Fretes Dávalos. Jefe del Estado Mayor Conjunto. Hombre de confianza del Presidente Stroessner, siendo uno de los pocos oficiales de la guardia vieja que quedan y que han ocupado cargos públicos en la última década. Tendría buenas relaciones con la Embajada de Estados Unidos en Asunción.

- General Andrés Rodríguez. Comandante del I Cuerpo de Ejército. Durante años fue considerado como el más probable sucesor de Stroessner, pero últimamente se habría visto envuelto en acusaciones de tráfico de drogas. En julio de 1985 habría ingresado a la facción "tradicionalista" del Partido Colorado.

- General Germán Martínez. Ministro de Defensa, tendría excelentes relaciones en las Embajadas extranjeras en Asunción.

- General Gerardo Johansen. Comandante de Intitutos Militares. Su familia estuvo asociada al Partido Revolucionario Febrerista y él mism habría sido miembro de ese partido durante su juventud. Mantendría relaci nes excelentes con la Iglesia. Existen versiones de que los militares lo habrían designado para unaeventual sucesión de Stroessner, pero declinó tal posibilidad, sugiriendo que el sucesor debía ser el Jefe de la Suprema Corte de Justicia, Luis María Argaña.

- General Guillermo Clebsch. Uno de los Generales jóvenes y que sería partidario de entregar el Gobierno a los civiles.

- Coronel Gustavo Stroessner (Fuerza Aérea). Hijo del General Stroessner. La posibilidad planteada por algunos sectores de que suceda al actual Presidente, requeriría el retiro forzoso de los demás oficiales que actualmente ostentan una mayor jerarquía y antigüedad, pero posibilitaría a su vez el ascenso de los oficiales jóvenes.



0 8

87 | 0836

3.- IGLESIA CATOLICA

Esta, de gran influencia en el país ya que la población paraguaya es un 90% católica, ha tomado para sí la iniciativa opositora de concretar un diálogo nacional para establecer un proceso de democratización. Esta actitud ha determinado un enfrentamiento con el Gobierno, dificultando las relaciones entre los dos poderes. Las más altas autoridades de la Iglesia paraguaya, apoyándose en el último documento del Vaticano sobre "Libertad y Liberación", ratificaron su compromiso con el Acuerdo Nacional para la transición democrática. En un comunicado oficial, los Obispos indicaron que la Iglesia, al promover el diálogo nacional "cumple una misión conciliadora y pacificadora". El General Stroessner calificó este diálogo de subversivo, instando a los religiosos a que se abstengan de realizar política. Recientemente se llevaron a cabo las jornadas de la "Semana Nacional del Clero" y al término de éstas, los sacerdotes y religiosos emitieron un comunicado dirigido a la población en el que resaltan "el creciente desempleo y un agudo empobrecimiento; la creciente emigración hacia países vecinos y el pisoteo continuado de la Constitución Nacional". Asimismo dentro de las movilizaciones que viene desarrollando la Iglesia para impulsar el diálogo nacional, se han llevado a cabo diversos tipo de reuniones, organizadas en su mayoría por los movimientos de laicos y que están orientadas hacia toda la población católica del país. Dentro de este marco, han comenzado ciclos para "brindar un esquema orgánico y de interpretación de la misión de la Iglesia y la tarea de los cristianos en la actualidad", impulsados por la Conferencia Episcopal Paraguaya.

II.- FACTOR ECONOMICO

Las obras de la represa binacional de Itaipú, iniciadas en 1975, gestaron un período de crecimiento de la economía paraguaya. Entre 1972 y 1982, el ingreso nacional per cápita aumentó de 497 a 750 dólares. La tasa de crecimiento anual fue promedialmente del 8%. Sin embargo, la estructura sectorial del producto global no varió y conservó sus características tradicionales, ligadas al sistema agro-exportador de soja y algodón. El proceso de industrialización abierto por Itaipú no fue profundizado y se registró un retorno al monocultivo y a la exportación de productos primarios. Luego de culminado el fenómeno Itaipú, el país



87 10836

se enfrenta actualmente a una crisis económica. El índice de desocupación supera el 20% y en Asunción alcanza a un 55%, de acuerdo a cifras oficiales. La inflación que en 1983 fue del 17%, en 1985 superó el 23%. La caída de los precios internacionales de los principales productos de exportación, como el algodón y la soja, que representan el 84% del total de las exportaciones paraguayas, alcanzaron en 1985 un 5,6% y un 25,2% respectivamente. La deuda externa es de 1.580 millones de dólares y el pago de sus servicios significa a Paraguay un 36% de las exportaciones. Por otra parte, solo un tercio del comercio exterior paraguayo se realizaría legalmente, siendo el resto producto del contrabando. En 1983 las exportaciones legales fueron de 250 millones de dólares y las ilegales de 600, mientras que las importaciones legales se situaron en 460 millones de dólares y las ilegales en 1.392. Según un informe de la Federación Paraguaya de Industriales y Comerciantes (FREPICO), en 1985 las exportaciones clandestinas aumentaron, en perjuicio de los productos primarios y del Estado. Cabe destacar que Paraguay mantiene muy buenas relaciones comerciales con Japón y que de concretarse una mayor presión económica por parte de los Estados Unidos, el Gobierno paraguayo solicitaría apoyo financiero al país nipón.

III.- FACTOR SICO-SOCIAL

Desde 1958, la Confederación de Trabajadores del Paraguay (CTP) está controlada por el Gobierno. El 1º de mayo de 1985 fue creado en Asunción el Movimiento Intersindical de Trabajadores (MIT), apareciendo entonces un nuevo referente para el sector obrero en abierta oposición a la CTP. El MIT está formado por cuatro sindicatos (metalúrgico, construcción, periodistas y trabajadores teatrales) una federación (bancarios) y dos corrientes gremiales (Agrupación de Trabajadores del Comercio y Coordinación Nacional de Trabajadores). Además, también en 1985, fue creada la Junta Coordinadora de Trabajadores Paraguayos en el Exilio (JCTPE).

IV.- CONCLUSIONES

- El poder del Presidente Stroessner se basa en el Partido Colorado y las Fuerzas Armadas. A pesar de las divisiones existentes en el PC, es poco probable que mantengan sus enfrentamientos si se pone en peligro



8710836

la estabilidad del Gobierno. En este sentido será fundamental el papel que le corresponda a las Fuerzas Armadas para mantener la cohesión de los apoyos al Primer Mandatario.

- En relación a la próxima sucesión presidencial, se estima que el sector "tradicionalista" intentará proponer un candidato civil, según se desarrollen los acontecimientos y la posición que asuma el General Stroesner. Mientras tanto, el sector "militante" mantendría firme la candidatura del General Stroessner o en su defecto de su hijo, el Coronel Gustavo Stroessner. No sería improbable que se pudiera conciliar una fórmula Stroessner-Stroessner, para lo cual habría que crear la figura del Vicepresidente mediante una reforma constitucional.

- La oposición es débil y está dividida, no teniendo un apoyo popular importante. Es indudable que en virtud de esto, es posible que los partidos opositores alienten como fórmula de salida la búsqueda de una figura que surja del propio régimen y que se pueda convertir en un elemento de transición, al estilo de Adolfo Suárez en España.

- Es poco probable que la ciudadanía paraguaya sea proclive a un cambio brusco del actual contexto político. Un dato a tener en cuenta es que la mitad de la población es menor a los 30 años y no ha conocido otra cosa que el "stroessnerismo".

- La presión de los Estados Unidos puede ser relativamente eficaz. Es evidente que la posición de Brasil es de mayor valor para influir en l situación paraguaya.

- La Iglesia Católica ha modificado su posición tradicional, adoptando una actitud opositora al Gobierno. Tiene una activa participación en los asuntos políticos del país. Su poder de convocatoria puede ser importante en virtud del ascendiente que tiene sobre la población.

- En virtud de que los gremios han funcionado encuadrados dentro del control del Gobierno, a excepción del recientemente creado Movimiento Intersindical de Trabajadores, no cuentan con un poder de convocatoria importante.



8710836

## A N E X O "A L F A"

### PRINCIPALES ACTIVIDADES DE PARTIDOS POLITICOS Y SECTORES SOCIALES

**PARTIDO COLORADO**

- La Juventud Nacional Colorada organizó cursillos de capacitación política, dirigidos a la juventud del partido.

- Agrupaciones y Seccionales del Partido Colorado han llevado a cabo demostraciones de lealtad al Presidente Stroessner, que contaron con la participación de 50.000 personas en el Departamento de Encarnación y 90.000 en un acto de mujeres coloradas.

- El Presidente de la Junta de Gobierno del Partido Colorado, Dr. Juan Ramón Chávez, se entrevistó con Monseñor Jorge Livieres Bank, responsable del diálogo nacional.

- El Dr. Dionisio Frutos, Diputado y miembro de la Junta de Gobierno, manifestó que es partidario de que el Partido Colorado dialogue con todos los sectores de opinión, siendo favorable al diálogo propuesto por la Iglesia.

**PARTIDO LIBERAL**

- El Directorio del PL denunció una campaña contra la Conferencia Episcopal Paraguaya, acusando a "los voceros del régimen" de estar empeñados en desprestigiar al CEP.

- Dirigentes del PL concurrieron al llamado de la CEP y destacaron que los principales temas presentados por su partido son: el respeto a la Constitución y a las leyes; aspectos económicos; la desocupación y el crecimiento de la deuda externa. El PL apoya el diálogo nacional iniciado por la Iglesia.

- El Presidente del PL, Dr. Burgos, efectuó manifestaciones contra el PLRA por estar contra la unificación del liberalismo.

**PARTIDO LIBERAL RADICAL**

- El Comité del PLR sesionó para tratar la unificación del liberalismo.

- El PLR participó de un mitin, el día 12 de junio, con el lema "Por

la Plena Vigencia de la Constitución Nacional".

- El PLR no asistió al acto de apertura del período inaugural legislativo, aduciendo la vigencia del Estado de Sitio y la negativa de una amnistía para los políticos exiliados.

- La dirigente del PLR, Marta Ayala, viajó a los Estados Unidos, invitada por el Departamento de Estado, para visitar organismos políticos, parlamentarios y sindicales.

- El PLR entregó a la Conferencia Episcopal Paraguaya un documento que contiene los temas propuestos para el diálogo nacional, cuyos puntos fundamentales son "los derechos y garantías individuales", "la libre sindicalización de los Trabajadores" y "el análisis de la deuda externa e interna".

- El Presidente del PLR, Señor Forestieri y el segundo Vicepresidente Benítez Florentín, viajaron a Buenos Aires, donde se reunieron con Domingo Laino.

PARTIDO LIBERAL RADICAL AUTENTICO

- La Juventud Liberal Radical Auténtica, realizó un acto de homenaje al Mariscal Francisco Solano López, que culminó con una manifestación frente al panteón de los héroes, que fue desalojada por la Policía.

- El PLRA realizó un acto para lanzar la candidatura del Dr. Miguel Saguier a la Presidencia del partido, produciéndose violentos enfrentamientos con la Policía y la detención de varios directivos del movimiento.

- Las dos corrientes del PLRA, "Movilización Popular Para el Cambio" y "Cambio para la Liberación" llevaron a cabo una misa en apoyo al diálogo nacional.

- El 24 de junio se produjo el arribo al aeropuerto de Asunción, del Dr. Domingo Laino, acompañado por una comitiva de extranjeros, impidiéndosele el ingreso al país.

- En la convención del PLRA triunfó la corriente "Cambio para la Liberación" que llevó como Vicepresidente al Dr. Domingo Laino.

PARTIDO REVOLUCIONARIO FEBRERISTA

- El PRF realizó, conjuntamente con el Acuerdo Nacional, el 14 de mayo, un mitin.

- El PRF realizó cursos en la Universidad Popular"HUMBERTO GARCETE" que funciona en la "Casa del Pueblo", local perteneciente al Partido. El

primero se refería a la Reforma Agraria y contó con la presencia de trabajadores rurales de distintos puntos del país.

- Una delegación del PRF viajó a Perú a los efectos de participar en el Congreso de la Internacional Socialista.

ACUERDO NACIONAL

- La coalición de partidos opositores ha reiterado su voluntad de diálogo y su predisposición para acompañar a la Iglesia en su concreción.

CONFERENCIA EPISCOPAL PARAGUAYA

- La CEP continúa su campaña para lograr la concreción del diálogo nacional, manteniendo contacto con los partidos opositores.

- Los movimientos de laicos y grupos parroquiales organizaron un acto de apoyo al diálogo nacional, con toques de campana en las distintas parroquias y "caceroleos" entre la concurrencia.

- Se llevó a cabo en la Universidad Católica la IV Semana Teológica, con charlas en las que se destacó la importancia del diálogo nacional y la actuación de la Iglesia en el mundo.

- El equipo nacional de laicos, dependiente de la CEP, emitió un comunicado en el que denuncia la prohibición de regresar al país del Padre Javier Arancón, calificando el hecho como una nueva arbitrariedad de las autoridades.

- Se realizó en Asunción la Semana Nacional del Clero, luego de la cual se emitió un comunicado dirigido a la población criticando la posición del Gobierno en distintos aspectos.

- Se realizó la 107 Asamblea Plenaria Extraordinaria de los Obispos Paraguayos, uno de cuyos principales temas fue el diálogo nacional.

- La Iglesia Católica impulsa un ciclo de charlas para la población católica para brindar una interpretación de la misión de la Iglesia en la actualidad.

- El Comité de Iglesias está editando publicaciones que son distribuídas en sectores de la población en las que se denuncian ciertas actuaciones de personas de instituciones del Estado.

GREMIOS

- Fueron detenidos por la Policía dos miembros del Movimiento Sindical de Trabajadores de la Construcción, ambos militantes del Movimiento Intersindical de Trabajadores, por repartir comunicados entre los asociados.

ARCHIVAR EN: Purguzy (118)

TEMA: INUR N-808 3/07 A 60 87
Purguzi - Convenção Nacional do
Partido Colorado

PROCEDENCIA: Enlace Brasileiro 24/11/87 Doc 1659/87

ARCHIVADO EN: Enlace Brasileiro (135/A)

01·01

8711444

ARCHIVAR EN: Paraguay (118)

TEMA: Parte Especial de Información N° 038/B/DE/987 (Adj Material del Agremial.

PROCEDENCIA: EME 24/11/87 Doc 1772/87

ARCHIVADO EN: P.E.I/084

01·01 8711445

S E C R E T O

DEJAR ARCHIVADO ADELANTE

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

DEPARTAMENTO II(EXTERIOR)

mlms

118

MEMORANDUM Nº 043/87

APRECIACION DE SITUACION DE LA REP. DE PARAGUAY

Montevideo, 24 de noviembre de 1987.-

S E C R E T O

01·13

8711451

# APRECIACION DE SITUACION DE LA REPUBLICA DE PARAGUAY

## I.- FACTOR POLITICO

### A.- ANTECEDENTES

Un golpe de estado en 1954, que derrocó al Presidente Federico Chaves y que puso fin a tres décadas de agitación política(en ese período Paraguay tuvo 22 Presidentes) con constantes disputas y conspiraciones, llevó al Gobierno al General Alfredo Stroessner.

En estos 33 años de poder, en el país se desarrollaron siete actos eleccionarios, que de alguna forma han convalidado al Gral.Stroessner como 1er. Mandatario y al Partido Colorado como primera fuerza política de la Nación.

Después de un período de depuración política, que incluyó la prohibición del Partido comunista Paraguayo(PCP), en 1958 y la intervención en el mismo año de la Confederación Paraguaya de Trabajadores, en la década del 60 la oposición inició un retorno al proceso político. En 1963, al presentarse el Gral. Stroessner a su tercera elección, se admitió la participación de un oponente, Partido Liberal, a quien venció con el 70% de los votos. El Partido Revolucionario Febrerista se incorporó en 1965, automarginándose posteriormente al haber conseguido solamente un Diputado. En 1967 ingresó al proceso electoral el Partido Liberal Radical. En las últimas elecciones generales de 1983, el Presidente Stroessner fue reelecto nuevamente con un apoyo popular del 90%.

### B.- FORMA DE GOBIERNO

La Constitución de 1940 fue reemplazada por una nueva propuesta en 1967. De acuerdo a ésta, el Estado está constituido por tres poderes:

1.- Ejecutivo: ejercido por el Presidente de la República y 10 Ministros, no existiendo el cargo de Vicepresidente. En caso de vacante, el Congreso elige al sustituto y si la misma se produce dentro de los dos primeros años del gobierno, se llama a nuevas elecciones. La Constitución fue enmendada en 1977 para permitir la reelección presidencial por más de dos períodos consecutivos.

2.- Poder Legislativo: consta de dos Cámaras (30 senadores y 60 diputados). Además del Partido Colorado, están representados en el Parlamento,

el Partido Liberal y el Partido Liberal Radical.

3.- Poder Judicial: está formado por la Corte Suprema de Justicia (3 miembros), una Corte de Cuentas y varios Tribunales de Justicia.
Existe un Consejo de Estado que es un cuerpo consultivo del Poder Ejecutivo y lo integran entre otros, los Ministros, y las Fuerzas Armadas. La división política del país es por departamentos que son gobernados por delegados del Poder Ejecutivo (los del Chaco bajo administración militar).

C.- PARTIDOS POLITICOS

1.- Asociación Nacional Revolucionaria (ANR - Partido Colorado)

El Partido Colorado es una de las organizaciones políticas más antiguas del continente, habiendo nacido formal y oficialmente el 11 de setiembre de 1887. El "coloradismo" gobierna Paraguay ininterrumpidamente desde 1941 y desde el golpe de estado de 1954 ha mantenido una unidad monolítica. Recién en este último período del gobierno del Gral.Stroessner se ha evidenciado el surgimiento de dos grandes líneas internas.

a.- Línea "Militante"

Formada por un grupo de políticos más jóvenes del partido y apoyada por un número mayor de afiliados, desplazó a los llamados "históricos" de la conducción partidaria, luego de un polémico congreso.
El Ministro del Interior Sabino Montanaro obtuvo la presidencia del "coloradismo", en una votación que se efectuó con el 77% de los convencionales.

b.- Línea Tradicionalista

Son los "históricos" del partido y fueron desplazados de la conducción partidaria por primera vez. Su principal dirigente es Juan Ramón Chaves, quien hasta el momento era el presidente del Partido Colorado.

Además existen otras dos líneas disidentes, pero de menor signifcación, que son los llamados "éticos" y que actualmente se han unido al opositor MOPOCO, y el Movimiento Nacional y Popular, que participó en la convención partidaria.

Esta fractura de todas formas no pone en juego la estabilidad del gobierno. Solo se trata de pugnas internas, para conquistar un lugar de privilegio en el partido y en el futuro tener decisión en la sucesión del Gral. Stroessner. Los "militantes" y los "tradicionalistas" conforman el "coloradismo eterno" y por lo pronto representan una alternativa ficticia ya que ambos sectores respaldan al actual Presidente de la República. La diferencia más notoria es que los "militantes" respaldan incondicionalmente a Stroessner y por el contrario, los "tradicionalistas" contraponen

la tradición del Partido Colorado al personalismo, apuntando a revalorizar a la agrupación, teniendo en cuenta la futura y previsible desaparición del Gral. Stroessner de la escena política.

2.- Partido Liberal(PL)

De Centro-izquierda,autorizado por la Junta Electoral. Tiene representación parlamentaria, contando con 7 diputados y 4 senadores. Está presidido por el Dr. Atilio Burgos y sus principales dirigentes son: Carlos y Fernado Lévy Ruffinelli. Planteó la iniciativa de reunir a todas las fuerzas opositoras en torno a un único candidato presidencial, para competir con el oficialismo en las elecciones de 1988, pero esa iniciativa no ha prosperado.

3.- Acuerdo Nacional

Formalizado en 1978, está integrado por el Partido Liberal Radical Auténtico (PLRA), el Partido Demócrata Cristiano(PDC), el Partido Revolucionario Febrerista (PRF) y el Movimiento Popular Colorado (MOPOCO). El único partido del grupo reconocido oficialmente, es el Revolucionario Febrerista Esta coalición no habría logrado acceder a sectores importantes de la ciudadanía, ni se ha mostrado hasta ahora decidida ni eficaz en la movilización popular.. La tarea básica del Acuerdo Nacional sería en la actual etapa, concretar un programa de transición, manifestándose incluso preocupado por la posibilidad de que un cmabio brusco, pueda crear las condiciones para la aparición de tendencias de izquierda radicalizada. Intenta por lo tanto una salida mediante una acción conjunta.

a.- Partido Liberal Radical Auténtico (PLRA)

Desprendimiento del Partido Liberal Radical. De centro-izquierda. Su principal dirigente es Domingo Laino. En el PLRA existen dos corrientes denominadas "Cambio para la Liberación" y "Movimiento Popular para el Cambio" dirigidas por Juan Carlos Zaldivar y Miguel Abdon Saguier, respectivamente. Dirigentes del PLRA rechzaron una propuesta para reunificar a todo el liberalismo paraguayo.

Los "radicales auténticos" se distinguen de los demás liberales por no estar representados en el Parlamento, donde participaron por 10 años hasta 1977. Domingo Laino, que regresó de su exilio en la Argentina, se perfila como el rival más importante para "el coloradismo", siendo quien ha demostrado mayor apoyo popular. En junio pasado realizó un acto opositor que reunió unas 15.000 personas y donde convocó a "liquidar de una vez la dictadura,pero sin derramar ni una gota de sangre". Laino convocó a la forma-

ción de un Frente Nacional contra el gobierno, tomando como base a los partidos integrantes del Acuerdo Nacional.

b.- Partido Demócrata Cristiano (PDC)

No está reconocido por la Junta Electoral por carecer de la cantidad de afiliados que se requiere (10.000 firmas). Es de ideología socialista, Su Presidente es el Dr. Alfredo Rojas León y según él, la ideología del partido está basada en la doctrina social de la Iglesia Católica.

c.- Partido Revolucionario Febrerista(PRF)

Partido de centro-izquierda, fundado en el exilio en 1951. Está presidido por el Dr. Fernando Vera, presidente honorario de la Social Democracia Internacional. Una delegación del PRF participó en el 17º Congreso de la Internacional Socialista, realizado en Lima en 1986.

d.- Movimiento Popular Colorado (MOPOCO)

Desprendimiento del Partido Colorado, luego de una profunda crisis en 1959, se mantuvieron en el exilio hasta 1983, cuando fueron autorizados a regresar. Su Presidente es el Dr. Miguel Angel Gonzalez Casabianca. En la agrupación existen tres alineamientos: los que regresaron del exilio, los que se autodenominan MOPOCO de la Resistencia y los autodenominados "Colorados en el Exilio".

4.- Partido Liberal Radical (PLR)

Partido autorizado por la Junta Electoral de centro-izquierda. Tiene representanción parlamentaria, contando con 13 diputados y 6 senadores Su Presidente es el Sr. Emilio Forestieri. Impulsa el diálogo nacional a través de la Iglesia. Está enfrentado con el PLRA, porque éste desconoce a los dirigentes del PLR, quedando frustrados los intentos de una reunificación de todas las fracciones liberales.

5.- Partido Comunista Paraguayo(PCP)

Fundado en 1947, fue proscripto por el Gobierno del Gral.Stroessner en 1958. Su principal dirigente es Oscar Creydt.
La legalización del PCP, en un eventual proceso de apertura, tiene el impedimento legal de la propia Constitución de 1967, que prohibe expresamente "la lucha de clases" y por lo tanto la existencia de cualquier partido que de algún modo cuestione el sistema.

D.- SITUACION POLITICA ACTUAL

Luego de 33 años en el poder, el Pte. Stroessner se ve enfrentado a los primeros intentos continuos de los opositores, que mediante manifestaciones callejeras cuestionan la legitimidad del Gobierno.



8711451

Si bien cuantitativamente estas manifestaciones no representan una presión demasiado importante para el régimen, la situación internacional podría incidir de alguna forma en el proceso político paraguayo. Con una oposición política dividida y de escasa significación y una oposición sindical prácticamente inexistente en el país, los principales elementos a tener en cuenta por su posible influencia en la evolución de la situación son:

1.- Relaciones Internacionales

Uno de los factores fundamentales a considerar es evidentemente la relación con los Estados Unidos. Tradicionalmente,Washington ha respaldado al gobierno del Gral. Stroessner, dada su condición de acérrimo anticomunista. La particular situación actual y fundamentalmente la caída de los gobiernos de Haití y Filipinas, con una clara intervención norteamericana, hace dudar en este respaldo incondicional. Al igual que en el caso de Chile, la Administración Reagan está ejerciendo ciertas presiones para un cambio en el actual panorama político paraguayo,en el marco de una estrategia global para la democratización continental. De todas formas, en el caso especial de Paraguay, almo existir una oposición realmente poderosa y no haber una situación de enfrentamiento continuo como en Chile, es previsible que por el momento se mantenga solamente una presión moderada.

En lo que tiene que ver con el entorno geográfico del Paraguay es evidente que la situación se ha modificado sustancialmente al no existir ya gobierno de militares en Bolivia, Argentina y Brasil. Este hechoha determinado un cambio de actitud fundamentalmente en el Gobierno argentino ahora crítico del régimen paraguayo,lo que interrumpiría lo que hasta el momento ha sido la tradicional política exterior de Asunción, manteniendo una posición pendular entre los dos grandes países de la Cuenca del Plata.

El caso de Brasil es distinto y quizás adquiera un valor de suma importancia en el desarrollo de los acontecimientos, posiblemente aún más trascendente que la eventual posición norteamericana. La cuestión paraguaya para Brasil está estrechamente relacionada con la estabilidad de los acuerdos de explotación binacional de la represa de Itaipú. Cuando la planta se encuentre en condición plena, generará 80 veces más que la actual demanda eléctrica paraguaya. Brasil compra a Paraguay la energía hidroeléctrica no utilizada a precios bajos y no con tarifas de mercado o proteccionsitas y por supuesto, esta operación necesita la aprobación del gobierno de Asunción. Obviamente, actualmente Brasil tiene garantías del Gral. Stroessner y no se puede asegurar si un cambio político no modificaría los acuerdos.

Actualmente Paraguay está recibiendo por sus ventas de energía,a Brasil 140 millones de dólares anuales. Por esta misma energía, a precios de mercado a Paraguay le reportaría 1.000 millones de dólares anuales. Otro de los aspectos a tener en cuenta es que Brasil sería el principal acreedor externo paraguayo, con un tercio de la deuda externa, incluso por encima de los Estados Unidos. Es evidente que la actual situación política en Brasil tendría repercusiones en Paraguay.

Otro elemento quizás determinante en la actual situación, es el programa de radicación de población china, proveniente de Taiwán y de Hong Kong, que se está cumpliendo desde hace 4 años. Esta expansión bajo la protección personal del Gral. Stroessner, ha tenido evidente contenido político. Paraguay no reconoce al Gobierno de Pekín y los chinos que se radicaron en territorio guaraní ., son fervientes partidarios del Gral. Stroessner.

Inversores de Taiwan estudian la instalación de varias industrias a invitación del gobierno del Pte. Stroessner. La intención es instalar industrias con capitales propios, aunque se estudia la factibilidad de contar con la participación del empresariado paraguayo.

Estos proyectos también incluyen la radicación en Paraguay de ciudadanos taiwaneses con capacidad económica, lo que tendrían que invertir 200.000 dólares para obtener permiso de residencia. Frente a esto, la Federación de Producción, la Industria y el Comercio (FEPRINCO) demandó facilidades y propiedad respecto a Taiwan.

2.- Fuerzas Armadas

Estas son uno de los firmes sustentos del Gobierno del Gral. Stroessner. El frente militar no ofrece fisuras evidentes que puedan ser aprovechadas por la oposición interna y/o las presiones externas. El ejército es la institución mejor organizada y que cuenta con una cantidad de efectivos realmente importante(10.000) dispone de modernos equipamientos y de un buen nivel de instrucción. En este momento, las Fuerzas Armadas serían el único poder capaz de influir en forma determinante en el futuro político del país, incluso al no estar decididamente comprometidas en hechos que pudieran considerarse como violaciones a los derechos humanos. Es evidente que la tarea de contener a la oposición, fue y es llevada a cabo por la Policía.

3.- Iglesia Católica

La religión católica congrega en Paraguay a más del 90% de la población y consecuentemente, la Conferencia Episcopal es un influyente cen-

tro de poder. Alineada en los movimientos llamados "progresistas" de la Iglesia Católica, se ha adherido a la Teología de la Liberación y propugna el "Diálogo Nacional" con el objeto de legitimar al Acuerdo Nacional y consolidar una postura abstencionista. Con esta posición se busca justificar un paulatino aislamiento internacional, que justifique intervenciones.

II.- FACTOR ECONOMICO

Las obras de la represa binacional de Itaipú, iniciadas en 1975, gestaron un período de crecimiento de la economía paraguaya. Entre 1972 y 1982, el ingreso nacional per cápita aumentó de 497 a 750 dólares. La tasa de crecimiento anual fue promedialmente del 8%. Sin embargo, la estructura sectorial del producto global no varió y conservó sus características tradicionales ligadas al sistema agro-exportador de soja y algodón. El proceso de industrialización abierto por Itaipú no fue profundizado y se registró un retorno al monocultivo y a la exportación de productos primarios. Luego de culminado el fenómeno Itaipú, el país se enfrenta actualmente a una crisis económica. El índice de desocupación supera el 20% y en Asunción alcanza a un 55%, de acuerdo a cifras oficiales, La inflación que en 1983 fue del 17%, en 1985 superó el 23%. La caída de los precios internacionales de los principales productos de exportación, como el algodón y la soja, que representan el 84% del total de las exportaciones paraguayas, alcanzaron en 1985 un 5,6% y un 25.2% respectivamente. La deuda externa es de 1.580 millones de dólares y el pago de sus servicios significa a Paraguay un 36% de las exportaciones. Por otra parte, solo un tercio del comercio exterior paraguayo se realizaría legalmente, siendo el resto producto del contrabando. En 1983 las exportaciones legales fueron de 250 millones de dólares y las ilegales de 600, mientras que las importaciones legales se situaron en 460 millones de dólares y las ilegales en 1.392. Según un informe de la Federación Paraguaya de Industriales y Comerciantes(FREPICO), en 1985 las exportaciones clandestinas aumentaron, en perjuicio de los productos primarios y del Estado. Cabe destacar que Paraguay mantiene muy buenas relaciones comerciales con Japón y que de concretarse una mayor presión económica por parte de los Estados Unidos, el gobierno paraguayo solicitaría apoyo financiero al país nipón.

III.- FACTOR SICOSOCIAL

Desde 1958, la Confederación de Trabajadores del araguay (CTP) está controlada por el Gobierno. El 1º de mayo de 1985 fue creado en Asunción el Movimiento Intersindical de Trabajadores (MIT), apareciendo entonces un nuevo

referente para el sector obrero en abierta oposición a la CTP.El MIT está formado por cuatro sindicatos(metalúrgico, construcción, periodistas y trabajadores teatrales) una federación (bancarios) y dos corrientes gremiales (Agrupación de Trabajadores del Comercio y Coordinación Nacional de Trabajadores). Además también en 1985, fue creada la Junta Coordinadora de Trabajadores Paraguayos en el Exilio (JCTPE).

IV.- CONCLUSIONES

El poder del Presidente Stroessner se basa en el Partido Colorado y las Fuerzas Armadas. A pesar de las divisiones existentes en el Partido Colorado se mantendría la estabilidad del Gobierno. En este sentido será fundamental el papel que le corresponda a las Fuerzas Armadas para mantener la cohesión de los apoyos al Primer Mandatario. La lucha interna del"coloradismo" se acentuará con vistas a la sucesión de Stroessner.

La oposición es débil y está dividida, no teniendo un apoyo popular importante. Domingo Laino se perfila como el máximo lider opositor, pero para cuando el Gral. Stroessner desaparezca de la escena politica.

Es poco problable que la ciudadanía paraguaya sea proclive a un cambio brusco del actual contexto político. Un dato a tener en cuenta es que la mitad de la población es menor a los 30 años y no ha conocido otra cosa que el "stroessnerismo".

La presión de los Estados Unidos puede ser relativamente eficaz. Es evidente que la posición de Brasil es de mayor valor para influir en la situacion paraguaya.

La Iglesia Católica ha modificado su posición tradicional, adoptando una actitud opositora al Gobierno. Tiene una activa participación en los asuntos políticos del país. Su poder de convocatoria puede ser importante en virtud del ascendiente que tiene sobre la población.

En virtud de que los gremios han funcionado encuadrados dentro del control del gobierno, a excepción del recientemente creado Movimiento Intersindical de Trabajadores, no cuentan con un poder de convocatoria importante.

ANEXO Nº 1

- PRINCIPALES ACTIVIDADES DE PARTIDOS POLITICOS Y SECTORES SOCIALES

PARTIDO COLORADO

El ler. de agosto se realizó la Convención del partido, tomando el control del mismo el sector "militante", desplazando a los "históricos" y siendo nominado como nuevo Presidente del Partido Colorado, el actual Ministro del Interior Sabino Montanaro.

El día 11 de octubre se llevó a cabo una multitudinaria concentración en conmemoración de los 100 años del Partido Colorado.Según observadores políticos,la concurrencia fue de 150.000 personas.Se oficializó la candidatura del Gral.Stroessner para un nuevo período presidencial.

PARTIDO LIBERAL.(PL)

El diputado Julio Ibarrola, perteneciente a esta agrupación, calificó de importante la realización de modificaciones en la actual Ley Electoral, donde se prevea la participación de una coalición de diferentes partidos políticos para las elecciones. Asimismo, criticó al Partido Liberal Radical Auténtico, conminándolo a que "defina su posición ideológica"

Uno de los dirigentes del PL fustigó la figura política de Domingo Laino, manifestando que "el Paraguay no necesita de nuevos mitos, ni de falsos ídolos, más aún de aquellos que tienen palabras huecas", ante el anuncio deque el líder del PLRA podría ser el candidato único de la oposición.

El presidente del PL, Dr. Burgos, abogó por una modificación de la Constitución ysugirió que se exija como documento nacional la Libreta Cívica, de manera de suprimir el fraude electoral, la prohibición de afiliación partidaria a los militares y fuerzas policiales y un juicio político al Presidente de la República.

El Partido Liberal (PL) oficializó la candidatura presidencial del Dr. Carlos Ferreira Ibarra, con vistas a las elecciones de 1988.

PARTIDO LIBERAL RADICAL(PLR)

En setiembre se retiraron del parlamento tres diputados pertenecientes al PLR, en repudio a la acción que desarrolla el gobierno contra la oposición.

Se postularía como candidato presidencial del PLR al Dr. Luis María Vega.

PARTIDO LIBERAL RADICAL AUTENTICO(PLRA)

El dirigente del PLRA, Miguel Saguier, se entrevistó con el dirigente



87-11451

radical argentino, Enrique Nosiglia, y le dio a conocer las inquietudes de la oposición paraguaya: retorno de los exiliados, libertad de prensa, libertad de asociación, libertad de los presos políticos, gremiales y campesinos, mientras que Nosiglia expresó que su gobierno observará con mayor interés todos los actos del gobierno paraguayo.

El Vicepresidente de este nuclea miento, el Dr. Juan Florentín, señaló que el Frente Nacional Democrático, propiciado por el Dr. Laino, había originado malentendidos en esferas políticas, en el sentido de que dicho frente estaría en contraposición al Acuerdo Nacional, pero que ambas cosas no son incompatibles.

El PLRA realizó un acto político, oportunidad en que el Dr. Laino ratificó que mientras no se proceda a otorgar amplias libertades su partido no irá a las elecciones nacionales y solo se preocupará en formar un Frente Amplio Nacional de oposición. Manifestó asimismo que había planteado a las Fuerzas Armadas participar del Diálogo Nacional "porque las difeencias no pasan entre civiles y militares".

Se realizó una concentración política, donde según se informó asistieron unas 15.000 personas y participaron representantes de la Federación de Estudiantes Universitarios de Paraguay(FEUP), del Acuerdo Nacional y del Movimiento Intersindical de Trabajadores (MIT).
El orador central fue Domingo Laino y trazó los lineamientos del proyecto de creación de un Frente Nacional y Popular.

PARTIDO REVOLUCIONARIO FEBRERISTA(PRF)

El PRF viene realizando movilizaciones callejeras denominadas "Asamblea de la Civilidad", en las que participan integrantes del acuerdo Nacional y sectores escindidos del Partido Colorado. Estas reuniones fueron reprimidas por las autoridades, deteniéndose a los dirigentes promotores.

PARTIDO DEMOCRATA CRISTIANO

La Suprema Corte de Justicia confirmó la resolución de la Junta Electoral, por la que se rechazó la inscripción del PDC en el registro electoral, no reconociéndose a dicho partido.

IGLESIA

Se llevó a cabo la segunda etapa del Diálogo Nacional, propiciado por la Iglesia Católica. El Movimiento Campesino Paraguayo, la Federación de la Producción, la Industria y el Comercio(FEPRINCO), el Partido Colorado, las Fuerzas Armadas,la FEUP y organizaciones de la Unión Industrial Paraguaya, manifestaron su no participación en el mismo. Todos los parti-



8711451

de la oposición participan en el Diálogo Nacional, excepto el Partido Liberal Radical, que se retiró por ser agredido por integrantes del PLRA.

Se realizó en Paraguay la XXI Asamblea del CELAM, en la que participaron más de 60 Obispos de Latinoamérica. Se aprobaron orientaciones en las que se basará el trabajo del organismo tales como: evangelización de la cultura, y la Teología de la Liberación.

Un grupo de laicos de la Conferencia Episcopal Paraguaya propuso en un documento dirigido al Diálogo Nacional, aunar esfuerzos para crear un estado de derecho y que "los partidos políticos y las asociaciones gremiales deben poner su influencia tanto en el ámbito nacional como internacional para aislar al gobierno"

## ANEXO Nº 2

## DOMINGO LAINO

Principal líder del Partido Liberal Radical Auténtico, de 52 años de edad, se exilió en diciembre de 1982 en la Rep. Argentina, luego de ser expulsado por el gobierno del Presidente Stroessner, tras publicar su libro "El General Comerciante", sobre el fallecido Anastacio Somoza. Laino intentó varias veces su retornoa Paraguay, sin éxito, destacándose que en junio de 1986 intentó ingresar al país acompañado por legisladores uruguayos y personalidades estadounidenses, las que fueron reprimidas por la policía paraguaya. Al regresar a Uruguay, luego de este episodio, Laino ofreció una conferencia de prensa donde señaló " que la rebelión es un derecho liberal proclamado en el siglo XIX y recordó que ese derecho se ejerció en Paraguay en 1947, con revolución y muerte y que en 1959, columnas izquierdistas se internaron en los bosques para cambiar la dictadura y el saldo fue la muerte de nuestros jóvenes idealistas". "Nosotros recogemos esa experiencia y creemos que no debe aplicarse esta violencia. Pensamos que el camino es la no violencia activa".

El 25 de abril de 1987, tras cuatro años y cinco meses de exilio, Laino retornó a Paraguay y fue autorizado a ingresar, precisamente cuandoceso, luego de 40 años de vigencia, el estado de sitio en el país.

Desde su regreso, Domingo Laino, se abocó a liderar las manifestaciones opositoras, intentando organizar un frente político, con la base del Acuerdo Nacional. Por estas actividades Laino fue amenazado de muerte por organismos de base del Partido Colorado, que incluso pidieron a las máximas autoridades partidarias la conformación de milicias civiles destinadas a combatir supuestos planes subversivos de la oposición.

En el acto de lanzamiento de una "carta de intención" para la formación del citado frente, Laino señaló que "la tesis de unidad de todos los sectores (políticos y sociales) adquiere mayor vigencia cuando se trata de objetener una estrategia de lucha contra el régimen." La propuesta plantea la "unidad de acción como paso inicial para el logro de la unidad programática de todos los sectores", agregando que "queremos forzar el diálogo nacional porque no queremos más violencia,desemaos fervientemente conquistar la dmeocracia pluralista, pero sin violencia".



87 11451

HR

ARCHIVAR EN: Paraguay (118)

TEMA: Parte Especial de Información No. 034/B/E/87 (Adq. material de aprovisionamiento)

PROCEDENCIA: EME 30/11/87 Doc. 1342/D

ARCHIVADO EN: P.E.I (084)

8711550

01·01

HR

**ARCHIVAR EN:** Paraguay (118)

**TEMA:** Parte Especial de Información No. 044/13/Dic/987 (Adj. material del agregado)

**PROCEDENCIA:** EME 30/11/87 Doc. 1773/87

**ARCHIVADO EN:** P.E.I (084)

Ramos

8711552

01-01

118

A. Financiero 24/11/87

A. Financiero 24/11/87

# Paraguay: la oposición votará en blanco

**Asunción** (Reuter) — Los principales partidos de oposición en Paraguay propiciaron el voto en blanco para las elecciones presidenciales de febrero y afirmaron que no hay garantías democráticas que otorguen un marco imparcial al proceso electoral.

El sábado, el general Alfredo Stroessner, quien gobierna el país desde hace 33 años, fue nominado, por el oficialista Partido Colorado para un octavo período presidencial consecutivo.

## • Voto de castigo

"El voto en blanco tiene el sentido de un voto castigo, de un voto de repudio por los evidentes vicios del proceso electoral", dijo a los periodistas Carlos Romero Pereira, promotor de la idea y líder de la comisión central del Partido Colorado, grupo disidente del oficialismo que agrupa a otras tres corrientes escindidas.

"Aunque el gobierno no contabilice luego los votos en blanco para esconder su importancia de la ciudadanía, de todos modos el régimen recibirá el mensaje de repudio", agregó Romero Pereira.

Domingo Laino, presidente del Partido Liberal Radical Auténtico, el mayor de la oposición, adhirió a la idea y dijo que su partido hará una campaña en favor del voto en blanco.

"No nos dejan reunirnos en ninguna ciudad del interior del país, no tenemos acceso a la televisión y muy escaso eco en la prensa escrita, mientras que la junta electoral central no nos reconoce como partido político. No entiendo cómo el régimen puede hablar de que las elecciones de febrero serán libres y democráticas, bajo estas condiciones", añadió Laino.

El Partido Revolucionario Febrerista y la democracia cristiana, que tampoco participarán en los comicios, no han decidido aún si apoyan la iniciativa de votar en blanco.

Además del oficialista Partido Colorado, intervendrán en las elecciones los minoritarios partidos Liberal y Liberal Radical, tal como lo vienen haciendo desde 1962.

## • Postulación

Stroessner, de 75 años, en su discurso de aceptación de su octava postulación consecutiva, respondió a las críticas que frecuentemente le dirige la oposición diciendo "No estoy en el poder por ningún capricho de mando, sino por el deseo de la mayoría de mis compatriotas".

El gobierno define como "irregulares" a los partidos no reconocidos por la junta electoral, entre ellos a los colorados disidentes, a la democracia cristiana y a los liberales radicales auténticos de Domingo Laino.

01-01

8711969

ARCHIVAR EN: Paraguay (118)

TEMA: Con el dirigente Paraguayo Pedro Salsedo. La realidad Sindical en el Paraguay.-

PROCEDENCIA : Alternativa Socialista 15/10/87

ARCHIVADO EN: Frentes (F.S.H) (032)

01-01 8712508

# CARP. Nº 119

# NO EXISTE

# CARP. Nº 121

Nº 120

PERÚ

ENTRE LOS Nºs

8700257-8712525

120.

PERU

hondureñas y nicaragüenses, señaló el Departamento de St. Augustine, Estados U

# Desconocese el ganador a un mes de los comicios por la alcaldía de Lima

**Lima, 8 (UP) – A un mes de las elecciones municipales celebradas en Perú, los más de seis millones de habitantes de esta capital desconocen oficialmente al ganador de los comicios en Lima, la alcaldía más importante del país.**

**Un empantanado escrutinio oficial, prolongado por acusaciones opositoras de fraude, y la decisión de las autoridades electorales de renunciar al uso de computadoras para el conteo, han determinado que se desconozca el nombre del candidato que logró las mayores adhesiones el 9 de noviembre.**

**También el máximo organismo electoral del país destituyó a los miembros del jurado nacional de elecciones, en medio del recuento oficial, acusándolos de usar listas duplicadas para el escrutinio de más de 10.000 votos.**

**La empresa independiente peruana de opinión pública reveló anoche una encuesta donde afirma que 43 por ciento de los encuestados cree que hubo fraude en los comicios.**

**Más de ocho millones de peruanos concurrieron a las urnas para elegir 180 alcaldes provinciales y 1.570 distritales. Los del partido Aprista ganaron en las principales ciudades, atribuyéndose incluso la victoria en Lima, donde nunca antes habían ganado, según los computos extraoficiales.**

**Para el partido del presidente Alan García, quien convirtió las elecciones municipales en un plebiscito sobre su popularidad, los comicios representaron un impresionante fortalecimiento en el poder.**

**El partido Aprista, el mejor organizado del país, ahora controla el Poder Ejecutivo, el Poder Legislativo, todos los órganos estatales y los gobiernos municipales de la mayoría de las ciudades importantes del país.**

**En la alcaldía de Lima, la más importante del país con casi un tercio de la población total, proyecciones extraoficiales indican que el candidato oficialista Jorge del Castillo mantenía una pequeña ventaja, sobre su más cercano seguidor, el actual burgomaestre y postulante a la reelección Alfonso Barrantes Lingan.**

**Sin embargo, Izquierda Unida aseguró que según sus propios cómputos Barrantes Lingan había ganado las elecciones en Lima "por un margen de tres por ciento", agregando que "creemos que tal tendencia no sólo debe reafirmarse sino ampliarse en el cómputo oficial".**

**Una eventual victoria de Del Castillo desplazaría a Barrantes Lingan de la alcaldía de Lima, despues que en 1983 se convirtiera en el primer alcalde marxista electo de una ciudad importante del hemisferio.**

LA PRENSA 09/12/85

01·01 8700257

120.

Perú

LA PRENSA 05-12-87

...de la huelga.

## Nuevas medidas económicas en Perú

**Lima (UP) — Los sectores empresariales y económicos reaccionaron moderadamente frente al anuncio del presidente Alan García de que devaluaría la moneda mensualmente un dos por ciento en 1987, dentro de medidas destinadas a continuar el robustecimiento de la economía del país.**

**Las casas de cambio y cambistas particulares realizaron sus operaciones exhibiendo una significativa baja en la cotización de la moneda norteamericana en el mercado "libre", el más caro de los tres tipos de cambio existentes en el país.**

**Especulaciones cambiarias que el gobierno se disponía a anunciar y una devaluación del 30 por ciento de la moneda impulsaron al dólar libre a una subida hasta en un 20 por ciento, alcanzando a 24 intis por divisa, el nivel más alto de los últimos 16 meses.**

**Los representantes de los sectores empresariales mostraron reacciones mixtas en torno de la decisión gubernamental de recurrir a las pequeñas devaluaciones mensuales, aumentar los salarios de los trabajadores en seis por ciento por encima de la inflación y fomentar la reinversión industrial.**

**García afirmó que el inti será devaluado mensualmente en un dos por ciento durante 1987, pero el Banco Central de Reserva, encargado de implantar la medida, señaló en un comunicado que la depreciación de la moneda sería del 2,2 por ciento durante el mismo período.**



8700258

# LOS COMUNISTAS ACUSAN A "SENDERO LUMINOSO"

SAN FRANCISCO, California, (ANSA).— "Sendero Luminoso es la expiación de los pecados de la izquierda, concretamente de la traición del Partido Comunista a la huelga de los maestros en años de Velasco Alvarado. Entonces nació Sendero Luminoso", dijo el secretario general del Partido Comunista peruano, César Levano, hablando ante un centenar de personas en el edificio de las mujeres de San Francisco.

César Levano, 59 años, ideólogo marxista, fundador a los 20 años del periódico juvenil "Estrella Roja", ex subdirector de la revista "Caretas", autor del opúsculo "Las ocho horas", editado en Lima en 1985 por "Triunfaremos" y actual director de la sección dominical del diario peruano "La República", fue invitado a San Francisco por el periódico de izquierda "Frontline" con el objeto de dar una conferencia aquí sobre "Sendero Luminoso" en la creencia que él reforzaría los argumentos de quienes propiciaban este encuentro y que son partidarios del movimiento en cuestión.

"Sendero Luminoso representa una desviación ideológica y su violencia está fomentando una peligrosa militarización que puede conducir a un golpe", subrayó Levano ante un público de izquierda radical en el cual había solo cinco peruanos, uno de los cuales corrigió en tres oportunidades la traducción que hacía el intérprete, por no ser fiel la misma a las palabras del invitado y tergiversar sus definiciones.

"La alternativa al gobierno de Alan García —dijo Levano— no es un gobierno senderista". El secretario general del Partido Comunista peruano definió al gobierno de García como de corte "burgués sin burgueses" y lo elogió por haber sido uno de los primeros que habló en contra de toda intervención de Nicaragua. "En cambio Sendero Luminoso —señaló el conferencista— condena a los sandinistas, condena a Fidel Castro y es antisoviético, o sea, coincide con el presidente Reagan". Levano insistió en que Sendero Luminoso no era la alternativa al gobierno de Alan García afirmando que la violencia que desata solo podría conducir a un gobierno militar fascista.

Las declaraciones de César Levano (su nombre completo es Edmundo Levano La Rosa) causaron sorpresa en una audiencia radical que ha pintado varias frases de apoyo a Sendero Luminoso en las calles de San Francisco, sobre todo el barrio latino. El intérprete, un méxico-norteamericano, intentó cambiar el sentido de sus declaraciones, pero la oportuna corrección de un peruano presente evitó toda confusión. No hubo incidentes.

01.-01 8700479

120



# Escándalo en el Congreso peruano al debatirse la reelección presidencial

*Parlamentarios del gobierno y de la oposición se insultaron y agredieron el sábado por la noche cuando en el recinto del Congreso comenzó a tratarse el tema de la reelección presidencial. Las sesiones fueron interrumpidas sin que se conozca la fecha para su reanudación.*

LIMA (AFP). — La oposición peruana amenazó hoy con invocar el derecho constitucional a la insurgencia luego de un escándalo anoche en la Cámara de Diputados sobre un controvertido proyecto de instaurar la reelección presidencial inmediata.

"Si se aprueba el proyecto de ley sobre reelección presidencial, el pueblo podría recurrir al articulado constitucional sobre el derecho a la insurgencia", advirtió el diputado Víctor Andrés García Belaúnde, del centrista partido Acción Popular (A.P.), del ex presidente Fernando Belaúnde Terry.

La oposición cuestionó a la mayoría parlamentaria del gobernante Partido Aprista de admitir a debate la propuesta sin dar oportunidad ayer a que 19 diputados de la oposición se pronunciaran contra el proyecto.

"El cambio de la Constitución es un atentado contra ella misma", dijo García Belaúnde, explicando que Perú "necesita fortalecer su sistema democrático, basado principalmente en la alternancia del poder".

### ♦ Derecho de insurgencia

"Pero si el Partido Aprista decide cambiar el orden constitucional está autorizando a los peruanos a que hagan uso del derecho a la insurgencia en defensa de la Constitución", añadió.

Al respecto la Carta Magna establece que "nadie debe obediencia a un gobierno usurpador ni a quienes asuman sus funciones y empleos públicos en violación de los procedimientos que la Constitución y las leyes establecen. Son nulos los actos de toda autoridad usurpada. El pueblo tiene derecho de insurgir en defensa del orden constitucional".

### ♦ Oposición

La Izquierda Unida (IU), la principal fuerza opositora, el derechista Partido Popular Cristiano (P.P.C.), la bancada populista y diputados independientes se opusieron conjuntamente a la discusión del proyecto.

La oposición también amenazó con boicotear las sesiones del Congreso nacional para aprobar el presupuesto de 1987, aceleradas por la bancada oficialista debido a que el día 15 concluye indefectiblemente la actual legislatura ordinaria.

El proyecto de reelección presidencial fue lanzado hace dos semanas por el primer ministro Luis Alva y presentado hace pocos

Agencia AFP

Alan Garc presidente Perú.

días en el Congreso po diputado Héctor Marioc

Hasta ahora el presid te Alan García no dijo palabra sobre el tema cual fue interpretado la oposición como una fial de que con solo 17 ses en el poder el mand rio aspira a la reelecc en 1990.

Los temores de la op ción surgieron desde hace unos meses el mi tro de Energía y Min Wilfredo Huayta, sost ante el Congreso Nacio que el Partido Apri "permanecerá en el po 50 años", y porque últi mente los planes guber mentales de desarrollo fijan metas de cump miento de 15 a 20 años.

El escándalo en la ses sabatina de la Cámara Diputados se desarrolló medio de insultos y gri de protesta contra el pr dente de ese cuerpo le lativo, Fernando León Vivero, por bloquear a oposición.

La bancada oficiali denunció que León de vero fue vejado y se obligado a suspender sesión.

El diputado de la Guillermo Herrera ta bién denunció que dura los incidentes su cole aprista Rómulo León A gría de dijo: "Soy búfal y lo amenazó: "¡Cuida que estoy armado".

León negó la acusac pero el diputado populi Carlos Aramayo Pin aseguró que fue testigo la amenaza contra Her ra.

La actual Constituc peruana prohíbe la reel ción presidencial inmed ta para dar oportunida la alternancia en el po y establece que la Ca Magna solo puede ser formada en dos legisla ras ordinarias consecu vas.

El partido de Alan G cía se ha visto enfrent últimamente a todas fuerzas de oposición de las elecciones municipa del pasado 9 de noviemb cuyo resultado oficia definitivo hasta ahora se conoce.

01 • 01 8700480

8700480

# Perú propone crear un organismo continental excluyendo a la Unión

**Guatemala, 11 (EFE) — Perú propuso hoy la creación de una organización de países latinoamericanos y del Caribe, "excluyendo a los Estados Unidos" y sin que sustituya a la Organización de Estados Americanos.**

El embajador peruano ante la OEA, Luis González, manifestó que para resolver los problemas bélicos y de tensión que prevalecen en Latinoamérica, especialmente en América Central, "debe crearse un nuevo organismo con la exclusión de los Estados Unidos".

González formuló las declaraciones al terminar una reunión de una de las cuatro comisiones en las que está dividida la Asamblea General del organismo regional.

Afirmó que la institución que propone estaría formada por países latinoamericanos y del Caribe, "lo que fortalecerá la región".

## Alianza americana

Señaló que la nueva organización, apuntó, que no sustituirá a la OEA, "se fortalecerá la concertación latinoamericana y del Caribe, en una "verdadera alianza americana".

La iniciativa del diplomático peruano no ha recibido comentarios indirectos por ninguna de las delegaciones de los 31 países participantes.

Perú ha sido hasta hoy el único país miembro de la OEA que ha lanzado un ataque y reto frontal a la Unión, dentro del marco de las deliberaciones de la Asamblea General.

## Acusación

En su interpretación de ayer, el embajador peruano acusó al gobierno norteamericano de financiar, entrenar y armar a los antisandinistas y de violar la carta de la OEA y la de las Naciones Unidas, además de no acatar una decisión de la Corte Internacional de Justicia para cesar su agresión a Nicaragua.

González aseguró que con la intervención estadounidense, se están violando los principios de soberanía, pluralismo ideológico y la autodeterminación de los pueblos.

## Lesión a principios

"Estados Unidos ignora y lesiona esos principios en el contexto de la crisis centroamericana", puntualizó el embajador de Perú.

"No es posible que un Estado miembro de la OEA (en abierta alusión a los Estados Unidos) financie, entrene y arme un ejército irregular para que ataque a otro Estado miembro".

01-01 8700684

# Reitera la oposición del Perú su impugnación a los comicios

Lima, 11 (UP).– Se reanudó hoy el recuento de los votos emitidos el domingo en las elecciones municipales, que favorecieron ampliamente a los candidatos del gobernante partido aprista, y que sectores opositores impugnan en esta capital por diversos motivos.

Según resultados extraoficiales, en Lima triunfó apretadamente el candidato oficialista Jorge del Castillo, a quien los muestreos de opinión pública ubicaban antes de las elecciones en el tercer lugar de la preferencia del electorado.

Izquierda Unida, un conglomerado de siete agrupaciones marxistas y no marxistas, que pretendía reelegir en la alcaldía limeña a Alfonso Barrantes, pidió ayer la nulidad de los comicios en Lima, afirmando que hubo "voluntad de fraude" oficialista, pero el jurado provincial electoral rechazó el recurso.

En respuesta a esta decisión, la agrupación anunció que realizará una marcha callejera hasta la sede del Jurado Nacional de Elecciones, el máximo organismo electoral que debe revisar el fallo de la instancia inferior.

(Radiofotografía de Reuter)

Un grupo de partidarios del candidato izquierdista para el cargo de alcalde de Lima, Alfonso Barrantes, realiza una manifestación de protesta frente al edificio donde funciona el Jurado Nacional Electoral, denunciando un presunto fraude comicial.

## Protesta derechista

También el derechista partido Popular Cristiano, que tuvo como candidato a su dirigente Luis Bedoya Reyes, advirtió que preparará una interpelación al gabinete en la Cámara de Diputados, por lo que llamó injerencia oficial durante los tramos finales de la campaña electoral.

Los medios de expresión adictos al gobierno defendieron la validez de la consulta electoral en Lima, donde está concentrado un tercio del electorado nacional, mientras que voceros independientes censuraron lo que calificaron de "excesos" del presidente Alan García, al hacer campaña a favor de los candidatos de su partido hasta horas antes de los comicios. La ley electoral prohibe toda propaganda desde 48 horas antes de las elecciones.

El tabloide "Hoy", a quien se acusa de haber violado la ley electoral al hacer propaganda a favor de los candidatos apristas el mismo día de las elecciones, afirmó que la victoria gobernista "es inobjetable".

Igualmente "El Nacional" titula "Lloran los perdedores", en alusión al pedido de IU, y a las acusaciones del PPC, cuyos candidatos anunciaron que harán una dura oposición para evitar lo que calificaron de "autoritarismo presidencial".

El decano de la prensa nacional, "El Comercio", editorializó, señalando que "lamentablemente, en los últimos días del proceso electoral, se asistió a una inoportuna intervención oficial, inclusive a nivel presidencial, en favor de los candidatos del gobierno".

El diario "Expreso", por su parte, dice que si bien no se puede objetar el sentido del voto popular, sí hubo actos que "empañan sus resultados", como la "directa intervención del presidente en el proceso, a través de una intensa actividad política".

El partido gobernante obtuvo a nivel nacional una clara victoria de 25 alcaldías de capital de departamento, obtuvo 16. Cuatro están por definirse y la oposicion sólo ganó en cinco.



8700685

120.

PEW

# Un coronel fue asesinado en Lima a balazos

LIMA, 21 (AP). – Un "grupo de aniquilamiento" del movimiento maoísta Sendero Luminoso mató de tres balazos a un coronel de sanidad policial ante numerosas personas en un distrito céntrico capitalino, informó la policía.

Según los informes, el coronel Alfredo Ramírez Díaz, de 48 años, fue atacado al salir a las 19 de una farmacia en el distrito de Lince, donde había adquirido algunos medicamentos, y se aprestaba a abordar su automóvil.

Dos hombres y una mujer, armados con revólveres, dispararon contra el oficial, quien recibió dos impactos en el abdomen y uno en una mano, según un vocero policial.

La policía dijo que en el momento de la agresión había numerosas personas en el lugar, pero todas quedaron paralizadas al observar el hecho y ninguna atinó a hacer nada. Posteriormente, testigos dijeron a las autoridades que los atacantes huyeron en un automóvil que los esperaba cerca.

En otro incidente, también ayer, dos suboficiales de la Guardia Civil que desactivaban un artefacto explosivo sufrieron heridas de distinta gravedad cuando la bomba estalló.

Uno de los hombres, el cabo José Valle Pacheco, de 36 años, resultó con un brazo cercenado, mientras que el sargento Arnaldo Cortez Cubillas, de 30 años, sufrió lesiones menores.

Ambos concurrieron ante una denuncia a investigar un objeto envuelto en lo que parecía una bandera roja, en la alta de un cartel de propaganda, al borde de una carretera vecinal, al este de esta capital.

La policía informó más tarde que la bandera que envolvía el explosivo tenía las siglas del Movimiento Revolucionario Túpac Amaru.

LA NACION 22/4/86

01-01

8700686

# Perú: denuncian otra matanza

LIMA, 20 (AFP). — La muerte de 13 campesinos, incluidas autoridades de las comunidades de Pomatambo y Parco, departamento de Ayacucho, 575 kilómetros al sureste de Lima, por presuntos elementos uniformados, fue denunciada el miércoles ante la Comisión de Derechos Humanos del Parlamento peruano.

Los testigos señalaron que en la noche del 23 de octubre, 40 efectivos del destacamento militar de Vilcashuamán irrumpieron en una vivienda de Pomatambo, e hirieron y capturaron a 7 dirigentes comunales que preparaban vituallas para un festival deportivo, a quienes condujeron después a un lugar desconocido.

Al día siguiente, el 24, el comando conjunto de las fuerzas armadas informó de choques con subversivos.

Los denunciantes se presentaron después en la base militar para enterarse de la situación de sus familiares, en la "convicción de que se encontraban detenidos", pero no obtuvieron resultados.

Finalmente localizaron a las víctimas —entre ellas a José Fernández (48), alcalde de Pomatambo, y a otras autoridades comunales—, y tras identificarlas por sus prendas de vestir, recogieron sus cuerpos y los enterraron.

Los denunciantes, Andrés Gutiérrez, Federico Fernández e Ignacio Pizarro, indicaron además que en la plaza de Parco fueron muertas otras seis personas, entre ellas Reynaldo Ramírez (55), presidente del consejo de administración de la comunidad, y sus dos hijos menores.

El pasado 24 de octubre, el comando conjunto de las fuerzas armadas informó, en un comunicado, que en los días 22 y 23, en las regiones de Pomatambo y Parco Alto, patrullas del ejército sostuvieron enfrentamientos [illegible] con delincuentes subversivos" y que resultaron muertos 13 rebeldes.

PARTES ILEGIBLE



8700687

120.

Los Gonzalez (PERU)

Domingo 23 de noviembre de 1986

# Breves del exterior

## Conmoción en Perú

**LIMA, 22 (ANSA). – Una verdadera conmoción política provocó hoy la destitución de todos los miembros del Jurado Electoral de Lima bajo los cargos de violación de correspondencia e infracción de normas del proceso electoral.**

La medida, conocida anoche, fue decretada por el Jurado Nacional de Elecciones, ente autónomo que esta mañana fue duramente cuestionado por senadores del (AFRA) partido en el Gobierno.

La presidenta del Jurado Electoral destituido, la jueza Luz Aurea Sáenz Arana, denunció que existen "intereses políticos y subalternos" en la decisión del Jurado Nacional.

Esta sorpresiva destitución echó más leña al fuego en el ya controvertido proceso electoral del día nueve, cuando más de ocho millones de ciudadanos concurrieron a las urnas para renovar a todas las autoridades municipales en el país.

Los cuestionamientos y denuncias de fraude e irregularidades en el proceso surgieron de las filas de la oposición, principalmente de la Izquierda Unida y del conservador Partido Popular Cristiano.

PARTES ELEGIBLE



8700688

120

CLARIN ★ Buenos Aires, sábado 1° de noviembre de 1986

NUEVO LLAMAMIENTO A PAISES DE AMERICA LATINA

# Insta Perú a replantear el pago de la deuda externa

*Un llamado a los gobiernos de América latina para hacer frente en forma conjunta al "problema de la deuda externa y oponerse al imperialismo financiero" hizo el primer ministro y titular de Economía y Finanzas del Perú, Luis Alva Castro. Por su parte, el presidente Alan García anunció que elevará al Congreso proyectos para crear tribunales especiales y modificar la ley penal con el objetivo de castigar con absoluto rigor al terrorismo.*

LIMA, 31 (AP). — El primer ministro y titular de Economía y Finanzas de Perú, Luis Alva Castro, instó hoy a los gobiernos de América latina a "emprender una acción conjunta para enfrentar el problema de la deuda externa y decirle «basta» al imperialismo financiero".

Alva acusó a éste de inferir grave daño a las economías de los países deudores de América latina, "al elevar persistente y constantemente sus tasas de interés".

El funcionario hizo tales declaraciones poco después de inaugurar aquí el primer congreso extraordinario de profesionales universitarios de América latina, cuyas reuniones concluirán mañana, sábado.

Dijo que "el Perú tiene la voluntad de pago y ha reconocido la deuda, pero hemos dicho muchas veces que por la forma como fue pactada, con las elevadas tasas de interés y las condiciones reconocidas por anteriores gobiernos, es imposible que podamos pagar".

La deuda del Perú se eleva a unos 14.000 millones de dólares, y según altos funcionarios del Sistema Económico Latinoamericano (SELA), que mantuvieron en Lima una reunión ordinaria hace dos semanas, la deuda conjunta de los países de la región llega a unos 400.000 millones de dólares.

### ♦ Situación agravada

Alva dijo también que en la cita de profesionales que acababa de inaugurar "se ha puesto de manifiesto que existe mucho acercamiento entre pueblos y gobiernos de Latinoamérica" y declaró que "lo que ocurre es que los acreedores han empujado —para su conveniencia— a tratar caso por caso y país por país".

"Esto ha sido muy grave, —añadió— porque todas las renegociaciones que se han hecho no han tenido resultados positivos."

Afirmó que, por el contrario, "se ha encarecido la deuda y los tratos a los cuales se llegó la incrementaron cada vez más, haciendo imposible las soluciones en el corto, mediano o largo plazo".

Puso énfasis en destacar que las medidas adoptadas por el gobierno del presidente Alan García Pérez, del partido aprista peruano (APRA), a partir de agosto del año pasado, determinaron el freno de la inflación, y recordó que ésta se elevó en 1985 al 250 por ciento y que "ahora, de enero a la fecha, la inflación solo ha llegado a un 44 por ciento y la podemos reducir aun más el próximo año".

Una de las primeras medidas adoptadas por el nuevo gobierno de García Pérez fue dedicar solo el 10 por ciento del monto global de las exportaciones del Perú a la amortización de su deuda externa.

Anteriormente, en su discurso inaugural de la cita, Alva dijo que toda América latina "se encuentra en la misma encrucijada y si algunos países prefieren seguir refinanciando su deuda hasta que se encuentre una salida real al problema, es una decisión que respetamos.

Tras explicar que el Perú debió tomar medidas de emergencia para no continuar el "empobrecimiento de su pueblo" el ministro expresó que "la comunidad financiera ha comenzado a comprender el problema de la deuda y, en particular, las decisiones adoptadas por el gobierno peruano".

Finalmente, invocó a la unión de los gobiernos para tratar el problema conjuntamente.

01-01 8700870

120



OBJETIVOS DE DESARROLLO NACIONAL DE ALAN GARCIA

# Anunciaron en Perú el Plan 2000

*Al describir cinco grandes objetivos de desarrollo nacional e instar a los partidos, instituciones y organizaciones populares para impulsar una "nueva actitud nacional", el presidente de Perú, Alan García, propuso iniciar un plan de desarrollo hasta el año 2000 al que calificó como el intento de construir un "socialismo democrático". El mandatario afirmó también que no aspira a la reelección presidencial.*

LIMA, 21 (AFP). — Una propuesta del presidente socialdemócrata Alan García para iniciar un proyecto de desarrollo nacional hasta el año 2000, fue calificada hoy por analistas políticos como un "regalo navideño" que intenta construir un "socialismo democrático" en Perú.

El plan fue explicado anoche al país en un mensaje radiotelevisado en el cual el joven mandatario aseguró que no aspira a la reelección y públicamente admitió que el liderazgo político "es peligroso cuando se perpetúa".

♦ **Explicación**

García subrayó que el índice superior al 8 % de crecimiento económico logrado este año por su administración de 18 meses está entre los más altos de Latinoamérica.

Este crecimiento "solo se explica porque ha crecido el consumo y solo ha sido posible porque estamos reteniendo dentro del país los recursos que antes se enviaban para pagar la deuda externa", indicó.

También aseveró que "nuestra responsabilidad es dar al país un programa sin atarlo a personas" y que un plan para los próximos 13 años "no depende ni de un hombre, ni de un partido, ni de una reelección, sino de un estado de conciencia nacional... para cambiar radicalmente el rumbo de la historia".

García describió cinco "grandes objetivos" de su proyecto, pidiendo a los partidos, instituciones y organizaciones populares impulsar una "nueva actitud nacional", y reflexionar contra "el espíritu egoísta y derrotado".

Los objetivos que describió se refieren a política poblacional, distribución territorial de la población, crecimiento productivo, reactivación con desarrollo económico y la construcción de un socialismo democrático.

Los analistas dijeron que el quinto objetivo de su programa, descrito por el mandatario en su mensaje como un interrogante sobre "cómo debe ser políticamente la sociedad peruana", tendrá que ser explicado muy claramente a los partidos democráticos del país.

Recordaron que durante la campaña para las elecciones municipales de noviembre pasado uno de los propósitos presidenciales fue derrotar al líder derechista Luis Bedoya Reyes, del Partido Popular Cristiano.

Sobre política de población, el mandatario dijo que "cada día o minuto que se pierda es un tiempo que nos acerca al futuro negativo del año 2000".

Refirió que para entonces los 20 millones de peruanos "seremos casi 30 millones, más de 11 millones vivirán en Lima y solo 20 de cada 100 peruanos tendremos empleo".

Demandó una reflexión colectiva al país sobre el número deseable de hijos y ofreció una política educativa gubernamental para practicar la paternidad responsable y lograr que dentro de 13 años los habitantes sean 27 millones, 8 millones de los cuales residirían en Lima, y el nivel de empleo y bienestar sean mayores.

En cuanto a distribución territorial de la población dijo que Lima con sus actuales 6 millones de habitantes crece 5 % anualmente, que podrían ser 11 millones en el 2000, agudizando el centralismo y la pobreza.

Tras señalar que Lima concentra el 80 % de la actividad bancaria, a casi el 100 % de la actividad privada y al 70 % de los médicos, explicó que la respuesta estará en la descentralización.

♦ **Crecimiento**

El impulso al desarrollo agrícola y el fortalecimiento de ciudades intermedias donde se desplacen las empresas como palancas para el crecimiento económico industrial.

El tercer objetivo sobre crecimiento productivo buscará, según García, aumentar de 900 a 1.300 dólares el producto per cápita y duplicar el producto bruto interno de 18.000 a 35.000 millones de dólares en los próximos 13 años.

Explicó que tal mejora solo se logrará si la economía sigue creciendo a un ritmo mínimo de 5 % anual, y que será necesario mantenerlo "con una política nacionalista que acumule y retenga dentro del país los recursos producidos".

Recordó que esto se logró en buena medida con la regla de pagar la deuda con el 10 % de los ingresos por exportaciones, frenando las remesas de utilidades al exterior y reduciendo las importaciones a lo indispensable.

Al describir el cuarto objetivo de la reactivación, dijo que solo el crecimiento del consumo nacional podrá garantizar un desarrollo sólido de la economía peruana, con un Estado regulador de los precios, interes y tasa de cambio, que reduzca las distancias en la distribución del ingreso.

El 10 % más rico del Perú tiene hoy más del 50 % del ingreso nacional, y el 50 % más pobre tiene menos del 15 %. García dijo que esa brecha se igualará, cambiando algunos hábitos de consumo como "aprender a vestirnos con prendas de algodón de fibra corta más gruesa" para exportar las finas.

Al ocuparse del "socialismo democrático" dijo que la sociedad peruana deberá tener una participación más consciente en los cambios porque "un programa de largo aliento necesita utilizar a todas las fuerzas sociales".

CLARIN ★ Buenos Aires, lunes 22 de diciembre de 1986

Agencia AP

Alan García, presidente de Perú.

700871

120

PERU

"Clarín" 9-11-86

# Alan García enfrenta un test político en los comicios de hoy

**El gobernante Partido Aprista afronta su primera prueba electoral desde que accedió al poder. En las elecciones municipales de hoy, enfrenta con parecidas posibilidades —especialmente en Lima— a la Izquierda Unida y al Partido Popular Cristiano.**

LIMA, 8 (EFE). — Las elecciones municipales que se celebrarán hoy domingo, en Perú, constituyen una toma del pulso político para la izquierda, la derecha y la socialdemocracia representada en el partido gobernante APRA, y pueden alterar sustancialmente la relación de fuerzas en el país.

Cerca de diez millones de peruanos deben acudir obligatoriamente a las urnas y está en juego, sobre todo, la Alcaldía de Lima, considerada como el cargo políticamente más importante después de la presidencia de la república. Se elegirán también alcaldes y concejales en 130 ciudades y más de 1.500 distritos.

Veinticuatro horas antes del voto nadie se atreve a hacer pronósticos, solo arriesgadas apuestas.

Los tres candidatos que, en principio, parecen contar con idénticas posibilidades, son el actual alcalde y presidente de Izquierda Unida, Alfonso Barrantes; el ex prefecto de Lima y representante del Partido Aprista, Jorge del Castillo, y el líder del Partido Popular Cristiano, Luis Bedoya.

Para el APRA es su primera prueba electoral después del 14 de abril de 1985, cuando Alan García ganó las elecciones presidenciales con el 45 por ciento de los votos.

Para Izquierda Unida, segunda fuerza política del país, supone la oportunidad de amortiguar una aguda crisis interna, derivada de la disparidad de partidos que conviven dentro de la coalición, o entrar en crisis definitivamente.

El candidato del Partido Popular Cristiano representa, por su parte, las esperanzas de recuperación de los sectores conservadores, que sufrieron un notable revés en los últimos comicios.

Agencia Reuter

Ciudadanos esperan, en Lima, el duplicado de sus libretas perdidas, a 24 horas de las elecciones municipales.

### ♦ Consecuencias

Al final, si el alcalde resultara ser el aprista Jorge del Castillo, el APRA tendría la presidencia de la república, la mayoría en las dos cámaras del Congreso y la alcaldía de Lima, perspectiva que las otras dos fuerzas políticas ven como peligrosa, porque podría implicar tentaciones autoritarias que una y otra atribuyen al actual partido de gobierno.

Si gana Bedoya, quien hizo su campaña como representante de los no apristas y no comunistas, los sectores conservadores ampliarían un espacio político hoy cercenado, y si Alfonso Barrantes repite su mandato, la izquierda consolidaría su posición como principal fuerza después del APRA.

Tanto Barrantes como Bedoya se han esforzado en convencer a los limeños que conviene más un alcalde de oposición que uno aprista para garantizar la autonomía municipal.

La campaña empezó en tono menor, pero ha culminado con una significación política de primer orden tras el respaldo público dado por el presidente García al candidato Del Castillo y la incertidumbre del resultado.

Las encuestas, que dejaron de publicarse hace más de una semana para no influir en los electores, favorecían indistintamente a los tres, pero de los debates salía más airosa la oposición de derecha e izquierda que el APRA, a juzgar por los comentarios posteriores.

De cualquier forma, serán sobre todo los habitantes de los llamados "pueblos jóvenes" de Lima, que representan aproximadamente el 50 por ciento de la población de la capital, quienes decidan.

En esos "pueblos jóvenes" viven cerca de tres millones de limeños.

## VIOLENCIA SENDERISTA EN PERU

# Huancayo: asesinan a una candidata

Agencia AP

Renata Hahr, de 34 años, condenada en Lima.

LIMA, 8 (AP y AFP). — La profesora Angélica Quintana Salvador, candidata a concejala por el Partido Aprista, fue asesinada a balazos hoy a la mañana por presuntos guerrilleros. La mujer, ex integrante de la selección peruana de vóleibol en la década del '60, profesora de educación física, experta en folklore y cantante, dirigía un programa musical en la radio Andina, de Huancayo.

Un grupo de sujetos entró a la emisora esta mañana y mató a tiros a Quintana cuando ésta se disponía a iniciar su programa matinal. No fue éste el único episodio de violencia registrado en vísperas de las cruciales elecciones municipales.

Un grupo de 40 hombres atacó dos puestos policiales en Huatasani y Capachica, departamento de Puno, matando a 3 policías. Una hora antes, lo que se supone que era el mismo grupo pasó por la localidad de Chupa convirtiendo en escombros, con dinamita, el ayuntamiento.

En la ciudad de Puno hubo dos atentados explosivos. Uno, contra el auto de un dirigente de cooperativas y otro contra la sede administrativa de la Universidad Andina. Ayer, en Ayacucho, atentaron con bombas contra las viviendas del miembro de Izquierda Unida, Fermín Asparrent y del militante del APRA, Francisco Muñoz. Ambos son candidatos de sus partidos en las elecciones de mañana.

También hubo atentados en Lima, éstos adjudicados por las autoridades al Movimiento Túpac Amaru. Tres oficinas bancarias fueron atacadas con bombas; un ataque similar sufrió un vehículo policial produciéndole heridas a dos policías. Además, fue colocada una potente carga explosiva en la casa del director de gobierno, Jesús Guzmán, la que fue desactivada.

Miles de soldados y policías de los cuerpos especiales contrainsurgentes patrullan las calles de Lima y de todas las ciudades más importantes de Perú sin que hayan podido evitar estos ataques.

GONZALEZ (PERU)

8700872

01 · 01

120

# Perú ofrece pagar su deuda con productos

*Lima (Reuter) — Perú pronto dará a conocer una propuesta de pago de su deuda externa que favorecerá a los acreedores dispuestos a recibir productos peruanos como parte del monto adeudado, además de dinero efectivo.*

*El primer ministro Luis Alva Castro dijo ayer en un discurso que los acreedores que acepten este tipo de reembolso recibirán pagos superiores a los que sólo toman metálico. El gobierno peruano fijó un tope de 10 por ciento de sus ingresos por exportaciones al servicio de la deuda, pero aclaró que los que reciban pagos en forma de productos estarán exentos de ese límite.*

*Alva Castro, que también se desempeña como ministro de Economía, agregó que los bienes empleados para el pago de la deuda no incluirán simplemente productos básicos sino también productos manufacturados.*

*El premier manifestó que, en el correr de los próximos días, anunciará la creación de un Consejo para la Deuda Externa, que incluirá en su seno representantes del recientemente creado Instituto de Comercio Exterior. La deuda externa peruana se eleva a un total de 14.000 millones de dólares y es la sexta de América Latina. Más de 200 millones de dólares han sido saldados en forma de productos enviados a la Unión Soviética, y ya firmó acuerdos similares con Checoslovaquia, Hungría y Yugoslavia.*

*El gobierno reveló en noviembre que al menos 20 de los 280 bancos privados occidentales acreedores se han acercado para abrir negociaciones destinadas al reembolso de sus deudas en productos.*

*Alva Castro indicó que, en virtud del plan de pagos, los acreedores más favorecidos serán aquellos que no sólo estén preparados a aceptar el reembolso en forma de bienes sino que también adquieran cantidades suplementarias de los mismos.*

*Afirmó que Perú recibió ya varias propuestas de esta naturaleza.*

01·01

8701270

120

-GONZALEZ-



# Perú ofrece pagar su deuda con productos

*Lima (Reuter) — Perú pronto dará a conocer una propuesta de pago de su deuda externa que favorecerá a los acreedores dispuestos a recibir productos peruanos como parte del monto adeudado, además de dinero efectivo.*

*El primer ministro Luis Alva Castro dijo ayer en un discurso que los acreedores que acepten este tipo de reembolso recibirán pagos superiores a los que sólo toman metálico. El gobierno peruano fijó un tope de 10 por ciento de sus ingresos por exportaciones al servicio de la deuda, pero aclaró que los que reciban pagos en forma de productos estarán exentos de ese límite.*

*Alva Castro, que también se desempeña como ministro de Economía, agregó que los bienes empleados para el pago de la deuda no incluirán simplemente productos básicos sino también productos manufacturados.*

*El premier manifestó que, en el correr de los próximos días, anunciará la creación de un Consejo para la Deuda Externa, que incluirá en su seno representantes del recientemente creado Instituto de Comercio Exterior. La deuda externa peruana se eleva a un total de 14.000 millones de dólares y es la sexta de América latina. Más de 200 millones de dólares han sido saldados en forma de productos enviados a la Unión Soviética, y ya firmó acuerdos similares con Checoslovaquia, Hungría y Yugoslavia.*

*El gobierno reveló en noviembre que al menos 20 de los 280 bancos privados occidentales acreedores se han acercado para abrir negociaciones destinadas al reembolso de sus deudas en productos.*

*Alva Castro indicó que, en virtud del plan de pagos, los acreedores más favorecidos serán aquellos que no sólo estén preparados a aceptar el reembolso en forma de bienes sino que también adquieran cantidades suplementarias de los mismos.*

*Afirmó que Perú recibió ya varias propuestas de esta naturaleza.*

01·01

0701270

# Perú devaluó ayer su moneda en un 1,03 %

La FIRMA 22/1/87

La moneda peruana, el inti, fue devaluada el martes por la tarde un 1,03 por ciento frente al dólar estadounidense, informaron ayer fuentes financieras.

La pequeña devaluación fue la primera que realiza el gobierno del Presidente Alan García en sus 18 meses de gestión.

No hubo información oficial sobre la medida. La Superintendencia de Banca y Seguros, organismo estatal encargado entre otras funciones del control de las cotizaciones de divisas, cambió la tasa del inti sin anuncio alguno.

García había anunciado el 4 de diciembre pasado que el inti será devaluado mensualmente en 2,2 por ciento durante 1987. El Mandatario señaló que la depreciación del inti frente a la divisa norteamericana no superaría el 30 por ciento a fines de 1987.

El dólar oficial se cotizaba ayer en 14,22 intis para la compra y 14,29 intis para la venta. Ese dólar es utilizado para la compra de medicinas, insumos básicos para la industria y alimentos.

Paralelamente, el dólar en el tipo de cambio financiero se cotizaba en 17,79 intis para la compra y 17,87 intis para la venta. Este dólar es utilizado por los exportadores e importadores.

El "dólar de libre disposición" se cotizaba ayer en hasta 21 intis. Ese tipo de cambio es usado por el turismo.

Fuentes cambiarias dijeron que en las primeras horas de la mañana de ayer el mercado de libre disposición no registró muchas transacciones.

La devaluación del inti podría alentar las exportaciones y disminuir las presiones sobre las reservas.

Ya en diciembre el gobierno puso fin a una política de control de precios y adoptó una serie de medidas tendientes a fomentar las alicaídas exportaciones.

Según el Banco Central de Reserva, el Perú ha sufrido una importante caída en sus reservas internacionales netas, que bajaron a menos de 1.000 millones de dólares a fines de diciembre de 1986.

Las exportaciones peruanas alcanzaron a unos 2.450 millones de dólares a fines de 1986, su nivel más bajo en ocho años.

Funcionarios gubernamentales dijeron que el Perú perdió más de 500 millones dólares por la caída en la cotización del petróleo y otros minerales en los mercados internacionales.

El Perú registró en 1986 una tasa de inflación del 63 por ciento, luego que en 1985 fuera superior al 120 por ciento.

GONZALEZ Y ... (ECONOMIA MUNDIAL)

CLARIN ★ Buenos Aires, jueves 15 de enero de 1987

# Asesinaron en Perú a un alto comandante militar

LIMA, 14 (AFP). — Un teniente coronel del ejército peruano fue asesinado hoy a balazos por terroristas no identificados en Huancayo, a 312 km al este de Lima, informó esta tarde la brigada antiterrorista de la policía.

El oficial fue sorprendido en las inmediaciones de su domicilio, en esa importante ciudad comercial de los Andes centrales del Perú, y abatido de varios balazos.

Voceros de la policía dijeron que el atentado podría ser obra de los llamados "comandos de aniquilamiento" de la guerrilla maoísta Sendero Luminoso, que el año pasado mató en Lima, en circunstancias parecidas, a 3 oficiales de la armada, 2 del ejército y 4 de la guardia civil.

Médicos del Hospital del Carmen, de esa ciudad, dijeron que el teniente coronel Segundo Pablo Rivera recibió varios disparos mortales en la cabeza y la región torácica.

Cuando llegó al hospital ya había expirado, indicaron.

El oficial, que prestaba servicios en un batallón de la infantería, fue atacado alrededor de las 12.40 hora local (17.40 G.M.T.).

Su esposa y sus dos hijos de 8 y 7 años, que lo esperaban para almorzar, presenciaron aterrados el atentado, dijeron las autoridades.

El comandante Rivera había prestado servicios hasta hace poco en la convulsionada región de Ayacucho, en el sudeste peruano, bastión de la guerrilla senderista, que en casi siete años de fanática "guerra popular" ha causado más de 9.000 muertes en este país.

El atentado de Huancayo, dijeron las autoridades, fue la primera acción terrorista de envergadura perpetrada este año por la guerrilla, que en Lima asesinó a dos policías la semana pasada y cometió varios atentados dinamiteros juntamente con los comandos urbanos del Movimiento Revolucionario Túpac Amaru (M.R.T.A.).

Las autoridades militares dijeron que los restos del asesinado oficial serán trasladados a Jaen, su ciudad natal, en el departamento norandino de Cajamarca, para ser sepultados el viernes próximo.

### ♦ Bloqueo de rutas

Grupos armados clandestinos, entre quienes se detectó a presuntos guerrilleros y cultivadores ilegales de coca, se apoderaron en las últimas horas de un tramo de 60 kilómetros de la carretera marginal de la selva, en una tentativa para impedir la erradicación de 180.000 hectáreas de esa droga en la región del Alto Huallaga, denunció hoy la Guardia Civil peruana.

El bloqueo en la ruta Ancayacu (Huanuco)-Tocache (San Martín) habría causado la muerte de diez personas que se opusieron al corte carretero en esa zona de la Amazonia, a unos 600 km al nordeste de Lima, según las fuentes.

Decenas de vehículos de pasajeros y carga formaban cola frente a los obstáculos —troncos, piedras y montículos de tierra— que los manifestantes colocaron en la pista ocasionando la pérdida de los alimentos que transportan, precisaron autoridades locales.

A pesar de que en el resto del Perú no se conocen actividades conjuntas entre el grupo extremista Sendero Luminoso y los narcotraficantes, la policía de la región sostiene que habría colusión en esa zona entre la guerrilla maoísta y las mafias de la droga.

El propósito sería frenar la inminente ejecución del operativo policial Cóndor VI y un programa gubernamental para sustituir los cultivos ilegales de coca por otros productos.

En una primera acción similar la semana anterior, el grupo "narcosubversivo" decapitó a tres lugareños que se negaron a sumarse a las acciones y atacó un puesto policial en Río Uchiza, 640 kilómetros al nordeste de Lima.

01•01 0701272

AMBITO FINANCIERO
10/12/86

# Perú saldará su deuda en especies

**Lima** — Un importante banco estadounidense, el **First Interstate Bancorp** de Los Angeles, **propuso que Perú le pague cerca de 50 millones de dólares de su deuda en especies,** anunció ayer un funcionario del banco, quien dijo que su división comercial habia conversado con Perú desde mayo sobre el trato, **que prevería el pago de hasta 20 millones de dólares de la deuda en 1987.**

Perú dijo que **por lo menos 20 de sus 280 bancos acreedores privados de Occidente le plantearon que pagara la deuda en especies.** Hasta ahora, sólo identificó al FIB entre los bancos interesados en tal acuerdo. El FIB es el undécimo banco acreedor privado de Perú, con unos 100 millones de dólares prestados al país.

Una división del FIB, la **First Interstate Trading Company,** es la encargada de concretar el arreglo. Altos funcionarios de la compañía estuvieron en Perú por lo menos tres veces para discutir con representantes del gobierno a fin de llegar a un acuerdo.

En el proyecto presupuestario para 1987 de Perú, se destinaron 240 millones de dólares para el pago de la deuda en especies, con productos que van **desde pantalones vaqueros a café;** el país pagó a la Unión Soviética por lo menos **200** millones de dólares en especies, desde 1983.

Esto ha alentado también a los bancos occidentales a comenzar a aceptar el pago en mercaderías. Tales remesas están eximidas del tope de 10 por ciento de la deuda externa establecido en julio de 1985 para el pago de los servicios por el presidente Alan García.

Con ese límite, Perú adeuda casi 700 millones de dólares en intereses por su deuda a largo y mediano plazo a bancos privados occidentales, calculada en 3300 millones de dólares. La propuesta del First Interstate se inscribe dentro de lo que los funcionarios peruanos llaman el plan "dos-por-uno".

El sistema prevé que un banco compre productos peruanos por el doble de la deuda cancelada. Por ejemplo, si el **First Interstate aspira a que Perú pague 20 millones de la deuda para el año próximo, su** compañía comercial compraría 40 millones de dólares en **productos,** dijo el funcionario. La compañía comercial compraría la mitad de ese monto en efectivo, y saldaría el resto de la compra con su boleta de préstamo. Los rubros aptos para el trato incluirían minerales, textiles y otros productos industriales, dijo.

01·01

701273

120
QEW

LA MAÑANA 05-1-87

*Será la primera vez desde que asumió*

# Alan García visitará Nicaragua

MANAGUA (ANSA, EFE y UPI) — El Canciller Miguel D'Escoto, confirmó ayer que el Presidente de Perú, Alan García, asistirá al acto de promulgación de la nueva Constitución Política de Nicaragua, programado para el 9 de enero en Managua.

"Estamos muy contentos con el anuncio de la visita, porque significa un reconocimiento a los esfuerzos del pueblo y gobierno de Nicaragua por consolidar y profundizar su democracia", indicó D'Escoto, según una nota del diario gubernamental Barricada.

Barricada, vocero del gobernante Frente Sandinista, señaló que el Presidente peruano llegará a Managua el 9 de enero, pero sin indicar cuánto se prolongará su visita, la primera que hace García a una nación de la conflictiva zona centroamericana desde que asumió el gobierno en 1985.

La información dijo que García estará presente en la firma de promulgación de la nueva Constitución, aprobada por la Asamblea Nacional de Nicaragua en diciembre pasado después de tres meses de discusiones.

Un comunicado emitido por la Cancillería de Perú, indicó que la visita de García a Nicaragua "tiene como propósito expresar la solidaridad del pueblo y el gobierno peruanos con la lucha nicaragüense por su libre determinación en la construcción de una democracia con justicia social".

8701274

01·01

Martes 30 de diciembre de 1986

Clarín

Fundado por ROBERTO NOBLE el 28 de agosto de 1945

Director: Ernestina Herrera de Noble

# Perú y la violencia

LAS quince mil víctimas, entre guerrilleros, civiles y miembros de las fuerzas armadas y de seguridad, que según la organización armada Sendero Luminoso constituyen el saldo de sus seis años de actividad, indican el terrible precio pagado por Perú ante el despliegue de una insensata rebelión. Los objetivos proclamados por el grupo y su metodología evocan, en efecto, una fantasmagoría ideológica que contrasta con buena parte de la realidad política y social del país hermano.

Las invocaciones al marxismo-leninismo-maoísmo, el pensamiento-guía atribuido al líder Abimael Guzmán y la descripción de los efectivos de Sendero Luminoso como un "ejército popular de liberación" que opera en veintidós de los veinticuatro departamentos del territorio peruano, en pretendidas condiciones de establecer una "república popular de la nueva democracia", tienen exóticas y absurdas resonancias. El Perú, a pesar de sus problemas y sus desequilibrios, no es la Camboya donde el pol-potismo arrasó con las arcaicas estructuras socioeconómicas y precipitó un baño de sangre en aras de un ensueño revolucionario sin salida.

Mientras Sendero Luminoso, nombre de batalla del denominado Partido Comunista del Perú, se entrega a su desenfreno destructivo, otras fuerzas políticas y sociales, desde ángulos divergentes pero con la coincidencia fundamental del respeto a las instituciones democráticas, viven a diario el desafío de encontrar soluciones a los viejos dilemas de un país abrumado por el subdesarrollo.

El entusiasmo un tanto mesiánico con que el presidente Alan García inició su gestión en julio de 1985 se fue diluyendo ante el peso de la realidad y sus dificultades. Muchas actitudes agresivas que provenían del antiguo ideario aprista tuvieron que ceder a planteos más racionales y la convocatoria a todos los sectores de la vida peruana para que colaboren en la empresa común de reconstruir el país forma parte habitual del mensaje del mandatario.

Es difícil predecir qué resultados podrán ser alcanzados en este duro desafío y si al derrumbe de las ilusiones seguirá un más arduo y paciente tránsito por las sendas del necesario desarrollo. Con casi el 80 por ciento de la población situada al margen del circuito económico moderno, como tantas veces lo recordó el propio líder aprista, no es extraño que los mejores proyectos fracasen, que las instituciones funcionen mal y que la violencia se encarne en las formas más variadas.

La más terrible y demencial de ellas, la que impulsa Sendero Luminoso, se inscribe en las situaciones concretas de atraso imperantes en el sector rural andino. El exótico y a veces grotesco lenguaje de Guzmán y sus acólitos adquiere en la traducción de esta realidad un contenido que se entrelaza con problemas y mentalidades detenidos en el tiempo. La jerga maoísta adquiere connotaciones incaicas y juega con las apetencias y las frustraciones de grupos étnicos relegados a una economía de subsistencia y a la marginalidad política.

Por ello, en este Perú actual donde la división entre costa, sierra y selva encierra más que una discriminación geográfica o social, la descripción de distintos grados de subdesarrollo, el proyecto senderista de "expandir la guerra popular a todo el ámbito de nuestras serranías de norte a sur" encierra un peligro indiscutible.

Si resulta difícil imaginar a las huestes de Guzmán logrando su propósito final de tomar a las ciudades "desde el campo", tampoco resulta fácil entrever cómo el poder central podrá hacer frente con éxito a ese acoso constante sin recurrir a métodos represivos que ya se intentaron durante la anterior administración de Belaúnde Terry y que solo incrementaron la espiral de violencia.

El presidente García se manifestó siempre contrario a ese tipo de respuesta y afirmó que Sendero Luminoso desaparecerá cuando sean resueltas las causas que lo originan. La solución, evidentemente, no está sólo en las armas, aunque sea preciso enfrentar con decisión las provocaciones de los rebeldes, sino en construir un Perú articulado y dinámico, en crecimiento y en armonia, que supere las brechas económicas y culturales de siglos, que todavía separan entre sí a franjas consistentes de su población.

Ese es el único camino racional para oponer con eficacia al oscurantismo sangriento de los senderistas falsamente "iluminados". Un camino que no será breve y que por ello mismo urge emprender cuanto antes.

0101 8701573

120

PERU

CLARIN ★ Buenos Aires, lunes 5 de enero de 1987

BOUZAIVEZ

# Alan García viaja en apoyo a Managua

***Con la intención de ofrecer "la solidaridad del gobierno y del pueblo peruanos" a la junta sandinista de Nicaragua, viajará el viernes a ese país el presidente de Perú, crítico de la política de EE.UU. en el área.***

LIMA, 4 (UPI y EFE). — El presidente peruano Alan García viajará este viernes a Nicaragua para ofrecer "la solidaridad del gobierno y del pueblo peruanos" a las autoridades del país centroamericano. Así lo anunció el ministro de Relaciones Exteriores, Allan Wagner.

García —de 37 años— es el líder sudamericano que más ha criticado el apoyo de Estados Unidos a los rebeldes, conocidos como "contras", que tratan de derrocar al gobierno de Managua.

Se recordará que en marzo del año pasado, el presidente peruano advirtió que su gobierno rompería relaciones con Washington si tropas estadounidenses ingresaban en Nicaragua. García ha indicado que, si bien su gobierno no respalda la ausencia de pluralismo político en Nicaragua, rechaza los intentos "imperialistas" de EE.UU. para desestabilizar a Managua.

Sin especificar por cuánto tiempo se extenderá la visita del jefe de Estado peruano a Nicaragua, Wagner reveló que García asistirá a las ceremonias inaugurales de una nueva Constitución nicaragüense. El viaje, en realidad, parece estar encaminado al fortalecimiento de los lazos entre Perú y Nicaragua, además de destacar la crítica de García al apoyo financiero estadounidense a los "contras".

Entretanto, en Managua, el canciller Miguel D'Escoto confirmó la visita de García y declaró: "Estamos muy contentos con el anuncio de la venida aquí del jefe de Estado peruano, ya que ello significa un reconocimiento a los esfuerzos del pueblo y gobierno de Nicaragua para consolidar y profundizar su democracia".

El diario gubernamental "Barricada" señaló que Alan García llegará a Managua este viernes. Se trata de la primera visita de García a Centroamérica, desde que llegó al poder en 1985.

♦ **Secuestro**

Se informó hoy en Lima,

en otro orden de cosas, que una columna de alrededor de trescientos miembros del grupo terrorista peruano Sendero Luminoso atacó varios poblados de los departamentos de Cuzco y Apurímac y tomó como cautivos a cincuenta campesinos.

Los senderistas —armados con fusiles— ocuparon varias localidades a las que declararon "zonas liberadas" y exigieron a los campesinos la entrega de sus tierras, ganado y demás pertenencias, según informó el diario limeño "Expreso".

Agencia AP

Alan García

PARTES POCO LEGIBLE



8701649

RP

PERU

CLARIN ★ Buenos Aires, lunes 5 de enero de 1987

BOUZAS

# Alan García viaja en apoyo a Managua

***Con la intención de ofrecer "la solidaridad del gobierno y del pueblo peruanos" a la junta sandinista de Nicaragua, viajará el viernes a ese país el presidente de Perú, crítico de la política de EE.UU. en el área.***

LIMA, 4 (UPI y EFE). — El presidente peruano Alan García viajará este viernes a Nicaragua para ofrecer "la solidaridad del gobierno y del pueblo peruanos" a las autoridades del país centroamericano. Así lo anunció el ministro de Relaciones Exteriores, Allan Wagner.

García —de 37 años— es el líder sudamericano que más ha criticado el apoyo de Estados Unidos a los rebeldes, conocidos como "contras", que tratan de derrocar al gobierno de Managua.

Se recordará que en marzo del año pasado, el presidente peruano advirtió que su gobierno rompería relaciones con Washington si tropas estadounidenses ingresaban en Nicaragua. García ha indicado que, si bien su gobierno no respalda la ausencia de pluralismo político en Nicaragua, rechaza los intentos "imperialistas" de EE.UU. para desestabilizar a Managua.

Sin especificar por cuánto tiempo se extenderá la visita del jefe de Estado peruano a Nicaragua, Wagner reveló que García asistirá a las ceremonias inaugurales de una nueva Constitución nicaragüense. El viaje, en realidad, parece estar encaminado al fortalecimiento de los lazos entre Perú y Nicaragua, además de destacar la crítica de García al apoyo financiero estadounidense a los "contras".

Entretanto, en Managua, el canciller Miguel D'Escoto confirmó la visita de García y declaró: "Estamos muy contentos con el anuncio de la venida aquí del jefe de Estado peruano, ya que ello significa un reconocimiento a los esfuerzos del pueblo y gobierno de Nicaragua para consolidar y profundizar su democracia".

El diario gubernamental "Barricada" señaló que Alan García llegará a Managua este viernes. Se trata de la primera visita de García a Centroamérica, desde que llegó al poder en 1985.

♦ **Secuestro**

Se informó hoy en Lima, en otro orden de cosas, que una columna de alrededor de trescientos miembros del grupo terrorista peruano Sendero Luminoso atacó varios poblados de los departamentos de Cusco y Apurímac y tomó como cautivos a cincuenta campesinos.

Los senderistas —armados con fusiles— ocuparon varias localidades a las que declararon "zonas liberadas" y exigieron a los campesinos la entrega de sus tierras, ganado y demás pertenencias, según informó el diario limeño "Expreso".

Agencia AP

Alan García

PARTES POCO LEGIBLE



8701649

PERU

de AP

# Acción Dentro de la Ley

LIMA, 8 (ANSA).— Ordenanzas e instrucciones categóricas, sobre respeto a los Derechos Humanos, fueron divulgadas hoy entre los efectivos militares y policiales que combaten al grupo rebelde Sendero Luminoso.

Las directivas del alto mando militar se conocieron primero en la andina ciudad de Ayacucho, base del comando político militar de contrainsurgencia en una amplia zona bajo estado de emergencia.

Las órdenes fueron dictadas luego que el comando conjunto admitiera, públicamente, que dos oficiales y personal subalterno asesinaron a por lo menos trece supuestos guerrilleros en la localidad de Pomatambo, Ayacucho.

El crimen de Pomatambo constituyó otro caso de violación de Derechos Humanos y ejecución extra-judicial que el gobierno ha condenado.

El presidente Alan García Pérez dijo en la víspera que el caso de Pomatambo, es un "hecho censurable y criminal" y que deber ser "ejemplarmente sancionados"

Los militares, especialmente los oficiales, recibieron instrucciones precisas para que su actuacion en la lucha antisubversiva se desarrolle dentro de la ley, al tiempo que se advirtió que serán duramente sancionados aquellos responsables de "excesos" que violen los Derechos Humanos.

El suceso de Pomatambo, en el que las víctimas fueron asesinadas y luego incineradas, revivió el caso de Accomarca en donde un oficial, el Teniente Telmo Hurtado, ordenó la muerte de 69 campesinos, en su mayoría niños, mujeres y ancianos. Todos fueron ametrallados y quemados con bombas incendiarias.

EL PAIS 09 [illegible] 87



8701650

PERU

GONZALEZ



# SENDERO "PROMETE" VIOLENTO 1987

LIMA, 3 (ANSA).— 1987 no será, al parecer, un año de paz y tranquilidad para diecinueve millones de peruanos. El Partido Comunista del Perú (Sendero Luminoso) los ha notificado que habrá más violencia, perfeccionado y hasta indiscriminado, en distintas regiones del país.

Así está escrito en documentos oficiales de Sendero Luminoso que corresponden a la decisión de su clandestino Comité Central bajo la presidencia y liderazgo del llamado "Presidente Gonzalo", Manuel Ruben Abimael Guzmán Reynoso.

La notoria declinación de atentados en Lima (en los últimos dos meses de 1986) responde sin duda a una directiva política militar de esta agrupación subversiva.

Sendero, que aplica la estrategia marxista leninista de la lucha armada bajo el autodenominado "Pensamiento guía" de Abimael Guzmán, ha decido reagrupar a todos sus cuadros luego de los duros golpes sufridos en junio de 1986, tras el aplastamiento militar de los motines carcelarios en Lima, con el saldo de unos 300 reclusos por subversión fusilados por efectivos del orden.

En un extenso documento, titulado "desarrollar la guerra popular", el Comité Central de Sendero Luminoso advierte que habrán nuevas acciones de sabotaje, aniquilamiento selectivo, propaganda y agitación, especialmente en el campo.

Sostiene que su ejército guerrillero popular actúa en las serranías del país, mientras que otras células subversivas "sirven" a la revolución mundial creando nuevas "bases de apoyo" en ciudades y áreas rurales.

"Expandir a todo el ámbito la guerra popular", dice la consigna de este movimiento que inició su cruenta marcha de agitación campesino el 17 de mayo de 1980.

Desde aquella oportunidad, alas acciones terroristas no han declinado. El número de víctimas aumenta progresivamente y todo parece indicar que la cifra bordea las diez mil.

Sendero Luminoso promete alcanzar a formar una "República Popular de nueva democracia" y que en el camino hacia el comunismo promoverá "Revoluciones culturales".

Sostiene que el comunismo es la "meta única, necesaria, inalterable e inextinguible de la humanidad", y que en esa dirección realizará trabajos de concientización entre los miles de campesinos indígenas.

Sus planes para 1987 también contienen aspectos ideológicos, pero basados en la lucha armada. Por ejemplo, amenaza con "destruir y arrasar" con todas las formas de clases sociales y "acabar" con la propiedad individual sobre los medios de producción.

Sin duda estas amenazas constituyen un elemento de provocación a las fuerzas políticas que sostienen el sistema democrático y en el que participa la mayoría de peruanos.

Siguiendo la llamada "Ley de Dirección" del PCP, esta agrupación habría dispuesto que sus destacamentos de aniquilamiento reanuden sus acciones de asesinatos selectivos en los próximos días, semanas y meses, en un nuevo intento por agudizar las tensiones sociales en el país.

En el campo, principalmente en departamentos andinos, realizará acciones de sabotaje a la producción, desarticulando el aparato productivo y alentando la invasión de tierras.

Continuará con la campaña de concientización y capacitación de cuadros guerrilleros entre niños y jóvenes, permitiendo que la mujer joven sea cabeza o líder de los grupos de acción armada.

Se intensificará la propaganda "Tierra para quien la trabaja", con lo que se agudizarán los enfrentamientos entre comunidades campesinas y viejas luchas intestinas entre indígenas del campo.

Los documentos señalan que (Sendero) centrará todo su accionar en lo militar, "evitando la burocratización" de los mandos político-militares.

En lo militar, los grupos se forjarán en destacamentos, luego en pelotones, batallones y compañías, dirigidas todas hacia consolidar el llamado ejército guerrillero popular.

En las áreas urbanas, especialmente en la capital, Sendero continuará con su campaña de "aniquilamiento selectivo", buscando la oportunidad para asestar un "duro golpe" que provoque confusión en el "sistema".

En los últimos meses, Sendero Luminoso realizó numerosos asesinatos selectivos contra altos jefes militares y líderes políticos, en una demostración de aparente eficacia terrorista.

Empero, la policía logró detener a importantes cuadros especiales de Sendero que ejecutaron estos asesinatos.

Tras la ratificación del "esquema de la lucha armada" Sendero se muestra decidido a ganar el tiempo perdido en las últimas semanas.

En este sentido anunció que dará importancia a las acciones armadas en la sierra, principalmente del centro al sur; respecto a las acciones en Lima, promete más violencia para 1987.

Sostiene que "Lima metropolitana es una ciudad de importancia estratégica por su condición de capital, gran concentración de población (más del tercio) y contar con la mayoría del proletariado peruano a más de ingentes masas pobres en barrios y barriadas."

En síntesis, Sendero no renunciará a su tenebroso empeño de crear el desasosiego nacional, para lo cual tampoco ignorará a los delegaciones diplomáticas, aún las de la Unión Soviética y China Popular, a las que tiene prometido un "gran golpe". Acusa a esos países de apoyar los planes de desarrollo socioeconómico del gobierno.

A los soviéticos los acusa de vender armas al ejército para que sean utilizadas en la "represión de la revolución popular"; a los chinos, de proveer tractores "para montar una farsa de desarrollo agrícola."

## JUSTICIA "SIN VENDA NI MORDAZA"

LIMA, 3 (EFE).— El Presidente de Perú, Alán garcía, dijo ha que la justicia en el país "no tendrá ni venda ni mordaza" y qu como Jefe de Estado garantizará la independencia y exclusivida del Poder Judicial.

El gobernante peruano asistió hoy a la apertura del añ judicial, ceremonia durante la cual prestó juramento el nuev presidente de la Corte Suprema, Juan Vicente Ugarte del Pino, en Palacio de Justicia de Lima.

Alán García señaló durante su discurso que había acudido a l ceremonia a poner al Poder Ejecutivo, al que pertenece " disposición y obediencia del Poder Judicial".

Añadió que este último debe garantizar la igualdad y l justicia y que el nuevo titular de la Corte Suprema "sabrá entend hasta que punto debe comprenderse la esencialidad de l principios jurídicos indesligables de la historia para hacer justici recta y cabal".

"Yo sé que la justicia bajo su dirección no tendrá ni venda mordazo y estaremos a su lado para garantizar su palabra limpia clara", dijo Alán García refiriéndose a Ugarte del Pino.

El gobernante pidió posteriormente a los jueces durante alocución, "más efectividad y severidad" para sancionar los delit de terrorismo y otros "vengan de donde vinieren y sea el que fue quien los cometa."

01·01

8701716

PERU

GONZALEZ

CLARIN ★ Buenos Aires, jueves 8 de enero de 1987

# Sacude a Lima una ola de atentados

*Terroristas del Movimiento Revolucionario Túpac Amaru incendiaron en la víspera cuatro ómnibus en las cercanías de Lima. El martes, rebeldes que también pertenecerían a ese grupo insurgente lanzaron cargas de dinamita contra las oficinas de Eastern Airlines en la capital peruana. Ayer el Congreso nacional autorizó un viaje de Alan García a Nicaragua.*

LIMA, 7 (ANSA, UPI y EFE). — El edificio de la aerolínea estadounidense Eastern Airlines fue blanco de un atentado terrorista perpetrado el martes por la noche por presuntos rebeldes izquierdistas que causo cuantiosos daños materiales, pero no víctimas.

Según informó la policía limeña, los insurgentes lanzaron una carga de quince cartuchos de dinamita contra el inmueble ubicado en el distrito de San Isidro, al sur de la capital peruana, que hizo añicos ventanas, puertas y escritorios. También resultaron levemente afectadas por la onda expansiva las oficinas de la Organización de las Naciones Unidas, del Banco Mundial y de la UNESCO, que se encuentran en el mismo edificio.

El estallido, registrado alrededor de las 22.45, provocó también serios daños en el sistema de aire acondicionado y roturas de vidrios en los inmuebles vecinos.

Si bien ningún grupo armado se atribuyó el atentado, la modalidad es característica del Movimiento Revolucionario Túpac Amaru (M.R.T.A.), agrupación urbana que ha realizado anteriores ataques a intereses norteamericanos en Perú. Esta es la segunda vez que se atenta contra la aerolínea estadounidense desde 1984, año en que fueron suspendidos los vuelos debido a discrepancias sobre el número de rutas que le correspondían a las empresas peruanas y a Eastern.

Hace una semana, los rebeldes del Movimiento Revolucionario Túpac Amaru y del Movimiento de Izquierda Revolucionaria entregaron un comunicado a la agencia United Press International criticando al gobierno de Alan García por la firma de un convenio con Estados Unidos que permitirá reanudar próximamente los vuelos directos entre ambos países.

Hoy se registraron otros incidentes en las zonas populosas de Lima, presuntamente protagonizados por elementos del M.R.T.A., que incendiaron tres autobuses y un microbus.

Según informó la policía, los "tupacamaros" prendieron fuego a los vehículos tras hacer descender a todos los pasajeros. La inmediata intervención de la Guardia Civil provocó un tiroteo en el que fue abatido uno de los terroristas y un policía resultó herido.

♦ **Autorizan el viaje a Managua**

El Congreso peruano otorgó permiso al presidente Alan García para la visita oficial de menos de 24 horas a Nicaragua el viernes, para asistir a la ceremonia de promulgación de la nueva Constitución de ese país centroamericano.

La decisión legislativa contó con el apoyo de los miembros del gubernamental Partido Aprista y de los representantes de las opositoras Coalición de Izquierda y Acción Popular.

Los parlamentarios del Partido Popular Cristiano (P.P.C.) rechazaron el viaje argumentando que "la presencia de García creará fricciones con los países amigos tales como Honduras, Costa Rica y El Salvador". García viajará acompañado por el canciller Alan Wagner y senadores de todos los partidos representados en el Congreso con excepción del P.P.C.



8701717

CLARIN ★ Buenos Aires, lunes 29 de diciembre de 1986

OPTIMISTA PANORAMA PETROLERO

# Perú prevé que subsistirá el conflicto con el F.M.I.

*Al evaluar las perspectivas para el próximo año, el titular de la conducción económica peruana, Luis Alva Castro, trazó un cuadro cauteloso, admitiendo que subsistirán algunos problemas con el F.M.I. Más optimista es el panorama que se asigna en materia de producción de petróleo, lo que permitiría solventar los requerimientos internos.*

El ministro de Economía y Finanzas de Perú, **Luis Alva Castro**, tras señalar que **"los requerimientos adicionales de las divisas para que la economía crezca a una tasa anual de 5 a 6 %, no serán una restricción en 1987"**, admitió que, con respecto a la situación de la deuda externa, "tenemos algunos problemas crediticios que pueden ser negativos en el corto plazo".

Tras indicar que "las relaciones con el F.M.I. están en un punto estacionario, después de la declaración de inelegibilidad", Alva Castro manifestó que "las autoridades del Fondo han entendido nuestro propósito de permanecer dentro del sistema de Bretton Woods, con lo cual no es previsible un deterioro adicional en las relaciones".

En un trabajo en el cual se hace una evaluación del programa económico aplicado por el presidente Alan García desde junio del año pasado, el titular de Economía manifestó que "estamos pagando las obligaciones externas de acuerdo con nuestras posibilidades y las relaciones con el Banco Mundial y el BID son fluidas en la medida que estamos cumpliendo puntualmente". Alva Castro estimó que Perú ha comenzado a obtener la comprensión de los acreedores, puntualizando que "los bancos comerciales están dispuestos a dialogar sobre la base de los criterios expuestos por el gobierno peruano" y que "con los gobiernos de la OCDE no se han interrumpido las conversaciones en ningún momento".

El minstro de Economía y presidente del Consejo de Ministros expresó que "aumentar las exportaciones en 300 millones de dólares es un reto razonable para 1987", señalando que "actualmente, no hay razón alguna para que la producción no siga aumentando, ni para que la inflación, luego de estabilizarse en un 70 % anual, no tienda inclusive a reducirse en el curso del próximo año".

"Entre enero y setiembre de 1986, el Producto Bruto Interno ha crecido un 6,5 %", destacó el funcionario quien señaló que "el incremento de los sueldos y salarios, que se recuperaron en términos reales, no han afectado los costos de las empresas dado que fueron compensados con la disminución de las tasas de interés y la reducción de impuestos y tarifas".

### ♦ Petróleo

El ministro de Energía y Minas de Perú, Wilfredo Huaita Núñez, aseguró que las perspectivas petroleras para el próximo año son óptimas.

Argumentó que, con el descubrimiento de nuevos pozos por parte de la Occidental Petroleum el aumento de las exploraciones marinas de Petromar y el ritmo creciente de Petróleo del Perú, el país ha logrado evitar convertirse para el futuro en importador de hidrocarburos.

Archivo 1986

Luis Alva Castro, ministro de Economía y Finanzas de Perú.

Luego de una reunión con el presidente Alan García y el equipo económico gubernamental, Huaita Núñez dijo que las reservas petroleras han aumentado en cerca de 60 millones de barriles.

Agregó que los 10 millones de barriles de incremento alcanzados por Petromar en el zócalo marino, y la estimación de la producción de los nuevos pozos en actual exploración por Petróleos del Perú, justifican ese optimismo.

Confirmó que la Shell ha descubierto gas natural en el pozo de Cashiniari, con una producción de gas licuado equivalente a unos 10 millones de metros cúbicos de gas por día.

Sostuvo, finalmente, que el gas de Aguaitía y el que se ha descubierto en Cashiniari permiten avizorar la posibilidad de construir un gasoducto e instalar una planta de gas de 300 megavatios de fuerza, que sería interconectada a la red energética nacional.



8701718

## LIMA: EL NUEVO ALCANDE NO PUDO ASUMIR SU CARGO

# Atacan la corte electoral

LIMA, 1° (AFP, ANSA, AP, EFE y UPI). — Un grupo terrorista atacó ayer con un auto bomba el edificio del jurado provincial de elecciones en esta ciudad, un día después que la institución declarara el triunfo del candidato aprista en las disputadas elecciones de noviembre pasado para autoridades municipales.

En el atentado y enfrentamiento paralelo resultó muerto un presunto guerrillero. Los ataques fueron reivindicados por el Movimiento Revolucionario Túpac Amaru-Movimiento de Izquierda Revolucionaria (M.R.T.A.-MIR), como "rechazo al fraude (electoral) perpetrado por el gobierno aprista en complicidad con el jurado electoral".

En comunicados enviados a distintos medios de difusión, las dos organizaciones (que ahora actúan juntamente) reivindicaron también el atentado con explosivos contra la municipalidad de Chorrillos, uno de los suburbios limeños, en el que se registraron daños materiales.

Las fuerzas policiales fueron declaradas en alerta rojo a raíz de la escalada terrorista de fin de año, en la cual también resultó herido un alto funcionario atacado a balazos, además de un ataque senderista contra un puesto policial en Parharayo, 310 kilómetros al este de Lima, con varios guardias heridos como saldo.

El atentado contra el jurado electoral limeño fue precedido por un ataque con disparos contra los guardias del lugar, para distraer la atención respecto del accionar de otros terroristas con el auto cargado de explosivos, a cincuenta metros de allí.

En el tiroteo resultó muerto Jorge Rondón Escobar, un estudiante de ingeniería y presunto miembro del grupo guerrillero.

A la misma hora (eran poco más de las seis de la mañana) el edificio del municipio de Chorrillos, distrito suburbano al sur de esta capital, fue atacado con explosivos. Allí también el proceso electoral fue calificado como fraudulento.

Un comando terrorista atentó contra la vida del jefe de personal del Ministerio del Interior, Vicente Carrasco Reyes, cuando salía de su hogar: el funcionario recibió cuatro balazos y se halla en estado de coma en un hospital limeño.

En Pacharayo, en la región de Huamrayo, un ataque de guerrilleros de Sendero Luminoso contra un cuartel policial, algunas versiones señalaban la muerte de seis guardias, pero otras fuentes reducían ese saldo a cinco policías y tres civiles heridos.

En la misma localidad se supo de la muerte del cabo de la guardia civil Nery Herrera, cuando intentaba desactivar una bomba.

### ♦ Alcaldía "vacante"

Mientras se registraban los ataques contra el jurado electoral limeño y el municipio de Chorrillos, la situación en torno a la alcaldía de la capital peruana seguía sin definición.

A pesar de que el alcalde saliente Alfonso Barrantes, presidente de la opositora Izquierda Unida (IU) se despidió del personal municipal, legalmente sigue siendo alcalde de Lima.

Eso, a pesar de la decisión del jurado electoral provincial, que el día anterior había proclamado el triunfo del candidato por el APRA Jorge Del Castillo.

El Jurado Nacional de Elecciones ordenó que los alcaldes salientes sigan en sus puestos mientras no se resuelvan los recursos de impugnación y anulación presentados en varias comunas, entre ellas la limeña. Cabe recordar que tanto la Izquierda Unida como el conservador Partido Popular Cristiano han interpuesto recursos de nulidad para el proceso electoral realizado el pasado 9 de noviembre en la capital.

Por lo tanto, Del Castillo no puede aún asumir el cargo, con lo que se da el curioso caso de que la alcaldía permanezca vacante hasta tanto se defina la situación en el jurado nacional, máxima instancia judicial en este caso.

De acuerdo con los últimos registros del jurado provincial, Del Castillo se impuso por 817.056 votos contra 756.213 de Barrantes (IU), mientras que el candidato del P.P.C., Luis Bedoya Reyes, habría obtenido la tercera ubicación con 585.421 votos.

Lo policía peruana analiza los restos del coche bomba que el grupo guerrillero Túpac Amaru hizo explotar frente a la Corte Electoral de Lima. En el enfrentamiento murió un terrorista.

PARTES POCO LEGIBLE

8702004

# Escándalo en el Congreso peruano al debatirse la reelección presidencial

*Parlamentarios del gobierno y de la oposición se insultaron y agredieron el sábado por la noche cuando en el recinto del Congreso comenzó a tratarse el tema de la reelección presidencial. Las sesiones fueron interrumpidas sin que se conozca la fecha para su reanudación.*

LIMA (AFP). — La oposición peruana amenazó hoy con invocar el derecho constitucional a la insurgencia luego de un escándalo anoche en la Cámara de Diputados sobre un controvertido proyecto de instaurar la reelección presidencial inmediata.

"Si se aprueba el proyecto de ley sobre reelección presidencial, el pueblo podría recurrir al articulado constitucional sobre el derecho a la insurgencia", advirtió el diputado Víctor Andrés García Belaúnde, del centrista partido Acción Popular (A.P.), del ex presidente Fernando Belaúnde Terry.

La oposición cuestionó a la mayoría parlamentaria del gobernante Partido Aprista de admitir a debate la propuesta sin dar oportunidad ayer a que 19 diputados de la oposición se pronunciaran contra el proyecto.

"El cambio de la Constitución es un atentado contra ella misma", dijo García Belaúnde, explicando que Perú "necesita fortalecer su sistema democrático, basado principalmente en la alternancia del poder".

### ● Derecho de insurgencia

"Pero si el Partido Aprista decide cambiar el orden constitucional está autorizando a los peruanos a que hagan uso del derecho a la insurgencia en defensa de la Constitución", añadió.

Al respecto la Carta Magna establece que "nadie debe obediencia a un gobierno usurpador ni a quienes asuman sus funciones y empleos públicos en violación de los procedimientos que la Constitución y las leyes establecen. Son nulos los actos de toda autoridad usurpada. El pueblo tiene derecho de insurgir en defensa del orden constitucional".

### ● Oposición

La Izquierda Unida (IU), la principal fuerza opositora, el democristiano Partido Popular Cristiano (P.P.C.), la bancada populista y diputados independientes se opusieron conjuntamente a la discusión del proyecto.

La oposición también amenazó con boicotear las sesiones del Congreso nacional para aprobar el presupuesto de 1987, acordadas por la bancada oficialista debido a que el día 15 concluye indefectiblemente la actual legislatura ordinaria.

El proyecto de reelección presidencial fue lanzado hace dos semanas por el primer ministro Luis Alva y presentado hace pocos días en el Congreso por el diputado Héctor Marivra.

Agencia AFP

Alan García, presidente de Perú.

Hasta ahora el presidente Alan García no dijo una palabra sobre el tema, lo cual fue interpretado por la oposición como una señal de que con solo 17 meses en el poder el mandatario aspira a la reelección en 1990.

Los temores de la oposición surgieron desde que hace unos meses el ministro de Energía y Minas, Wilfredo Huayta, sostuvo ante el Congreso Nacional que el Partido Aprista "permanecerá en el poder 20 años", y porque últimamente los planes gubernamentales de desarrollo se fijan metas de cumplimiento de 15 a 20 años.

El escándalo en la sesión plenaria de la Cámara de Diputados se desarrolló en medio de insultos y gritos de protesta contra el presidente de ese cuerpo legislativo, Fernando León de Vivero, por bloquear a la oposición.

La bancada oficialista denunció que León de Vivero fue vejado y se vio obligado a suspender la sesión.

El diputado de la IU Guillermo Herrera también denunció que durante los incidentes su colega aprista Rómulo León Alegría de dijo: "Soy búfalo", y lo amenazó: "¡Cuidate, que estoy armado".

León negó la acusación pero el diputado populista Carlos Aramayo Pinazo aseguró que fue testigo de la amenaza contra Herrera.

La actual Constitución peruana prohibe la reelección presidencial inmediata para dar oportunidad a la alternancia en el poder, y establece que la Carta Magna solo puede ser reformada en dos legislaturas ordinarias consecutivas.

El partido de Alan García se ha visto enfrentado últimamente a todas las fuerzas de oposición desde las elecciones municipales del pasado 9 de noviembre, cuyo resultado oficial y definitivo hasta ahora no se conoce.

01-01

87020

Perú

# Terrorismo: propone penas más severas Alan García

Lima, 31 (UP) – El presidente Alan García propuso la conformación de tribunales especiales y dictado de penas "más severas" para los autores de actos terroristas en el país, se informó hoy oficialmente.

García anunció que el Poder Ejecutivo presentará la próxima semana un proyecto de ley al Congreso, donde el gobernante partido Aprista ostenta una mayoría absoluta, para la creación de los tribunales especiales, con mayors sanciones para las personas que realicen actos de terrorismo.

El mandatario peruano justificó ayer su propuesta, afirmando que "hay un hecho que conmueve a todo el país, el terrorismo, frente al cual la sociedad se siente indefensa. Y nosotros queremos sancionar y reprimir la sedición y el delito".

Durante una inusual visita al Palacio de Justicia de Lima, donde se reunió con el presidente de la Corte Suprema, García señaló "no estamos castigando como es debido a los terroristas; la sociedad se siente desprotegida, no hay sanciones con la severidad debida, que pongan coto y punto final al momento que estamos viviendo".

Recordó que una presunta responsable del atentado guerrillero contra el almirante Gerónimo Calferata, el más alto oficial de las Fuerzas Armadas peruanas atacado por "Sendero Luminoso", "hace poco fue puesta en libertad por falta de pruebas, tras su detención".

El Poder Judicial ha sido blanco de severas críticas por parte de las autoridades gubernamentales y los medios de comunicación, debido a la libertad de presos acusados de terrorismo por falta de pruebas, que luego supuestamente cometieron nuevos atentados guerrilleros.

UPI

Recuerdan a Chiang



8702006

Perú

El Día 14/10/80

# Movilización antiterrorista

LIMA. — Una movilización del partido gubernamental aprista contra la violencia, la invitación de Izquierda Unida a suscribir un "pacto de no agresión" y la posibilidad de declarar el estado de emergencia en Puno son las consecuencias inmediatas del recrudecimiento del terrorismo en el país, coincidieron ayer en Lima los analistas.

El senador Armando Villanueva, que reasumió la secretaría general del APRA, puso en marcha una gran "movilización pacífica" para contrarrestar la ola de violencia que se desató contra esa organización y su militancia.



8702007

ARCHIVAR EN: PERÚ (120)

TEMA: P.E.I. Nº 002/B/DE/987 DEL 22/1/87

PROCEDENCIA: Doc. 001/87 DEL 21/1/87

ARCHIVADO EN: PEI y MEMO. (084)

01·01 8702059

120 REW

# Asesinan en Lima a un alto funcionario gubernamental

Lima, 30 (UP y EFE) — Presuntos rebeldes izquierdistas asesinaron hoy a tiros a un importante funcionario gubernamental y alto dirigente del partido que encabeza el presidente Alan Garcia, informaron las autoridades.

El secretario nacional de agrupaciones profesionales del gobernante partido Aprista y encargado de los servicios estatales sanitarios de Lima, César López Silva, fue atacado a balazos por cuatro presuntos rebeldes, en el distrito de Pueblo Libre, al sudeste de Lima.

Hasta el momento ninguna agrupación rebelde se atribuyó la responsabilidad por el atentado, pero se estima que los autores fueron miembros del grupo rebelde "Sendero Luminoso" debido a la similitud con anteriores ataques.

El ministro de salud, David Tejada de Rivero, confirmo que Lopez Silva fue asesinado esta mañana cuando salia de su domicilio para dirigirse a su trabajo en el Ministerio de Salud, pero declino precisar detalles.

Tras el ataque los presuntos rebeldes, que huyeron en un automovil, fueron perseguidos por policias, encargados de la seguridad del alto funcionario asesinado, dijeron informes periodisticos. No se informó de detenidos.

El secretario general del partido Aprista, Luis Negreiros, expreso que "es demencial lo que está ocurriendo", en alusión a los ataques de "Sendero Luminoso" en contra de militantes del partido Aprista.

Garcia, quien se encontraba en España de regreso de una visita oficial a la India, fue informado inmediatamente del ataque por las autoridades, agregaron los informes periodisticos.

Lopez Silva, médico neurocirujano, fue presidente de la Federacion Médica del Perú.

## "Sendero luminoso"

El ministro de guerra, general Jorge Flores Torres, habia informado ayer que se habia logrado desactivar una serie de celulas terroristas y que la actual ola de atentados era fruto de la desesperación senderista ante las bajas que está sufriendo.

Los observadores políticos opinan, por el contrario, que tras la matanza de los penales de junio ultimo, en que perecieron trescientos detenidos por terrorismo, "Sendero" ha logrado recuperarse de ese rudo golpe y vuelve al ataque

LA REPUBLICA 31/1/87



8702204

ARCHIVAR EN: Perú (120)

TEMA: PERU: cayeron abatidos lidex y 38 guerrilleros

PROCEDENCIA:

ARCHIVADO EN: Sendero Luminoso (068)

8702572

01-01

120.
PERÚ

GONZALEZ

# Alan García enfrenta al terrorismo

El presidente del Perú, Alan García Pérez, ordenó recientemente, en un acuerdo de ministros sin precedentes, el allanamiento de tres universidades, entre ellas la de San Marcos, de Lima. De la operación, en la que participaron 6000 efectivos militares y policiales, resultó el arresto de casi 200 estudiantes y otras personas que se encontraban allí. El ministro del Interior manifestó en la oportunidad que se había comprobado que en dichas casas de estudios "se realizaban actividades terroristas y se fabricaban artefactos explosivos". De tal manera -agregó el funcionario-, "el Gobierno procura decapitar el movimiento rebelde que lidera el maoísta Sendero Luminoso que, desde la clandestinidad, ha dirigido cruentos ataques desde mayo de 1980".

En una conferencia de prensa posterior, el ministro Abel Salinas Eizaguirre mostró numerosos testimonios de aquellas actividades, como armas, explosivos y dinero, así como la cobertura de paredes de esas universidades estatales con banderas del Partido Comunista peruano, de Sendero Luminoso y del movimiento revolucionario Túpac Amaru. También se hallaron equipos de radio e imprenta, máscaras, pelucas y otros elementos utilizados por dichas organizaciones.

Una de las más inquietantes afirmaciones del ministro fue que el Gobierno tiene pruebas de la participación de estudiantes universitarios en atentados y asesinatos y evidencias de que los claustros estaban siendo utilizados como "santuarios" para el sostenimiento del terrorismo subversivo urbano.

En los últimos tiempos, Sendero Luminoso ha realizado intensas campañas de propaganda -dijo también el ministro del Interior- para la "formación de cuadros juveniles de aniquilamiento"; en respuesta, el Gobierno ha dado comienzo a una nueva estrategia que decidió aplicar en las universidades con la aprobación del comando conjunto de las Fuerzas Armadas, con cuya organización se produjeron los allanamientos señalados. "La población debe participar en forma activa en la denuncia de probables actos de terrorismo y sabotaje", dijo el presidente Alan García antes del operativo en cuestión, en lo que fue el primer indicio de una nueva estrategia oficial antiguerrillera.

La casi totalidad de los sectores de la izquierda reaccionaron de inmediato contra la decisión del gobierno peruano; entre ellos, la mayor fuerza opositora, Izquierda Unida, de orientación marxista y que representa el 25 por ciento del Parlamento. En realidad, se trata de una alianza de seis partidos con parecidas raíces ideológicas, que ha pedido la renuncia del ministro Salinas Eizaguirre y calificado al gobierno de García como fascista. "La autonomía universitaria, que respetamos -dijo el funcionario-, no es extraterritorialidad"; con esto, ante la abundancia de testimonios delictivos exhibidos a la prensa local e internacional inmediatamente después de la operación antisubversiva, rechazaba la pretensión de inmunidad de los grupos implicados.

Voceros del Gobierno han señalado también que desde hace dos años funcionan en prisiones y universidades centros claves de la subversión. Cabe recordar que hace ocho meses, en una de esas prisiones, se produjo un amotinamiento de reclusos terroristas a los que las fuerzas de represión dieron muerte en forma sumaria, en un episodio que todavía se investiga.

No es ocioso señalar que el presidente Alan García y su gobierno, democráticamente elegidos, son considerados en el hemisferio como una administración populista y de izquierda, por cuya causa recibe frecuentes apoyos y adhesiones morales de las corrientes políticas afines de los países latinoamericanos. En esta oportunidad, como en los casos precedentes en los que el gobierno peruano debió actuar frente al sangriento embate de la subversión, aquellos aliados morales prefirieron guardar discreto silencio, aun al advertir, obviamente, que la violencia desatada en Perú e intensificada después de la asunción de García pretende -como se dijo oficialmente en Lima- "destruir nuestra forma de vida, nuestra familia y nuestra formación social".

LA NACION 22-2-87

120

01-01

87026761

ARCHIVAR EM: PERU (120)

TEMA: INJUR Nº 1247.3/22 DEZ 86
PERU - NOVA POLITICA DE PREÇOS

PROCEDENCIA: ENLACE BRASILIA 6/4/87 DOC. 0263/87

ARCHIVADO EM: ENLACE BRASILEIRO (135/A)

01-01

0702998

ARCHIVAR EN: PERU (120)

TEMA: P. EI N° 035/3/DE/986 (Adq. material de las agrupaciones:)

PROCEDENCIA: EME 6/4/86 Doc. 2624/86

ARCHIVADO EN: PEI (084)

8703006

01-01

20

Perú



# Nueva ola de bombas sacudió a Lima

LIMA, 22 (Reuter, AFP y ANSA). — Un comando terrorista intentó atacar anoche la embajada de Guatemala, aprovechando la visita del presidente de ese país, Vinicio Cerezo. Este hecho pertenece a una nueva ola de atentados que causaron un apagón parcial en Lima y otras seis ciudades de Perú, y que dejó como saldo tres heridos.

El ataque a la embajada se vio frustrado debido a la rápida intervención de un patrullero, cuyos ocupantes repelieron la acción de un número no determinado de individuos que habían lanzado un petardo contra la sede guatemalteca.

Reportes radiales también brindaron informaciones sobre la destrucción con dinamita de dos torres de alta tensión en la localidad de Quilmana, lo que provocó un corte de energía en toda la zona sur del país. La guerrilla izquierdista, que opera en Perú desde 1980, acostumbra volar torres de transmisión eléctrica, sumiendo en la oscuridad a pueblos y ciudades.

Mientras tanto, en Huancayo, seis atentados con bombas afectaron a edificios de correos, telecomunicaciones y electricidad, así como también a domicilios de dirigentes del partido gobernante.

### ♦ Una señal de Sendero

Fuentes policiales informaron que solamente en la ciudad de Lima se produjeron más de diez explosiones poco antes de medianoche. Tres petardos fueron lanzados contra la Casa del Pueblo, sede del gobernante partido aprista. Los mismos rebotaron contra un muro y estallaron en la vía pública.

Otros atentados ocurrieron en la céntrica plaza Francia, justamente donde se ubica el local de La casa de los pue jóvenes, recientemente inaugurada p presidente Alan García. Asimismo se ron afectados los edificios de la Con ración Nacional de Comerciantes, la ciedad Nacional de Industrias y la S dad de Minería y Petróleo.

En el cerro Ermitaño se encendió fogata iluminando el perfil de la ban con la hoz y el martillo. Según info ciones policiales, ésta es la forma que lizan los representantes de la gue maoísta Sendero Luminoso para re dicar los ataques.

Cabe recordar que la noche del vie diez personas resultaron gravement ridas, quince vehículos destruidos y enormes pérdidas materiales en vivie y edificios cuando grupos rebeldes co ron explosivos e hicieron estallar automóviles cargados con bombas.

01-01 8703010

# Protestan por los allanamientos

*La policía peruana interrogó a los casi 800 detenidos del allanamiento producido, el viernes último, en tres universidades limeñas. Allí se encontraron arsenales pertenecientes a grupos de izquierda. El gobierno de Alan García justificó el operativo afirmando que en el interior de las universidades se planeaban ataques terroristas. Los rectores de las universidades allanadas piden la nómina de los detenidos y la Federación de Estudiantes del Perú exige la libertad de los estudiantes y convoca a una movilización.*

LIMA, 14 (UPI y ANSA). — Los rectores de las universidades nacionales, allanadas ayer, reclamaron la publicación inmediata de la nómina de los 793 detenidos en tres campus universitarios de Lima.

La Federación de Estudiantes del Perú (FEP), coincidió en sus comunicados con los rectorados de varias universidades en acusar al gobierno de Alan García Pérez de "fascistizar y militarizar al país".

Exigieron la libertad incondicional de todos los estudiantes y convocaron, para el lunes, a una gran movilización estudiantil. En varios matutinos locales se publicaron avisos diciendo "Todos a las calles".

El líder de la segunda fuerza política del Perú, el izquierdista Alfonso Barrantes Lingan, protestó por la acción policial en las universidades y exigió sanciones penales y políticas para quienes dirigieron sus allanamientos.

"Es un hecho que todos repudiamos", dijo Barrantes. Por su parte, el presidente de la Corte Suprema de Justicia, Juan Vicente Ugarte del Pino, dijo que las fuerzas policiales actuaron legalmente, pues "la ley universitaria dice que en caso de flagrante delito o cuando se presuma la comisión de un delito, la autoridad pública puede ingresar al campus universitario."

♦ **Los hechos**

Los efectivos de la policía peruana, especializados en contrainsurgencia, interrogaron a 793 personas detenidas ayer, luego que unos 4.000 policías allanaron los predios de tres universidades de Lima.

Según las autoridades, durante los allanamientos fueron encontrados instrumentos para la fabricación de bombas, así como arsenales pertenecientes a grupos rebeldes izquierdistas.

El ministro del Interior, Abel Salinas, dijo ayer que la policía interrogaba a los detenidos, en su mayoría estudiantes, en un cuartel rural denominado Fundo Barbadillo, en el distrito de Ate-Vitarte, al este de Lima.

Tres policías resultaron heridos y un civil, no identificado, fue muerto cuando 4.000 efectivos de la policía fuertemente armados ingresaron a los campus universitarios.

La incursión policial y allanamiento de los claustros universitarios se realizó en horas del toque de queda y en momentos en que la capital queda con suspensión de garantías constitucionales.

Fuentes estudiantiles dijeron que la comunidad universitaria conocía ya los planes del gobierno para incursionar en los claustros.

♦ **Justificación**

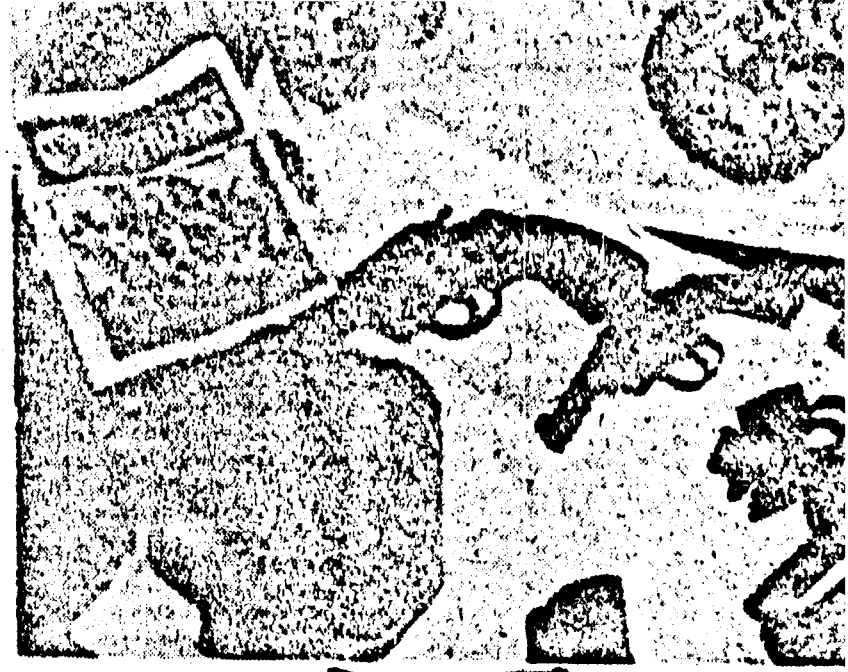
El gobierno justificó la incursión policial y el apoyo militar en tres universidades de Lima, afirmando que en su interior se planeaban ataques terroristas y sabotajes contra las instituciones públicas y privadas.

El ministro del Interior mostró a la prensa los elementos incautados en las universidades —tres armas cortas, una ametralladora y material de propaganda—. "El operativo se justifica y los detenidos serán calificados dentro del marco de la ley", dijo Salinas. Aclaró además que las autoridades universitarias fueron autorizadas a visitar a los detenidos en el Fundo Barbadillo.

El ministro dijo que el gobierno del presidente Alan García es respetuoso de la "libertad intelectual" pero agregó que "las universidades no son extraterritoriales; las universidades no están fuera de una nación".

Los dos grupos rebeldes izquierdistas que actúan en Perú son Sendero Luminoso y el Movimiento Revolucionario Túpac Amaru, y según las autoridades, estos grupos cuentan con bases en las universidades del país.

Por su parte, las autoridades policiales adoptaron severas medidas de seguridad en torno a delegaciones diplomáticas, edificios públicos y otras entidades privadas.



Parte de las armas incautadas durante el allanamiento a una de las universidades de Lima (arriba). Esta estatua del "Che" Guevara tampoco quedó a salvo (izq.).

01·01 703037

# Descubren a tiempo un intento de asesinato del presidente Alan García

*El domingo, en la ciudad peruana de Trujillo, la policía logró desactivar 20 kilos de dinamita listos a estallar al paso del automóvil del presidente Alan García, quien visitó el lugar. El mandatario llamó al Congreso a una reunión extraordinaria para tratar la radicalización de las penas contra los terroristas. El fiscal de la nación salvó milagrosamente su vida en otro ataque.*

LIMA, 23 (AFP, EFE, ANSA y DPA). — Por segunda vez en poco menos de un año, el presidente peruano Alan García estuvo a punto de ser víctima, ayer, de un atentado con explosivos. Miembros de la policía de la ciudad de Trujillo hallaron 20 kilos de dinamita y una mecha de 200 metros. Los explosivos estaban ubicados en el trayecto entre el aeropuerto Trujillo y la ciudad del mismo nombre. Alan García había viajado en avión los 542 kilómetros que separan esa ciudad de la capital. Informes de los organismos de seguridad indicaron que, apenas se produjo el descubrimiento de la carga, se ordenó el cambio de itinerario del mandatario, que asistió a una manifestación del APRA, partido gobernante.

No obstante, a 5 cuadras de donde se realizó el mitin político, un coche bomba estalló sin causar víctimas, pero ocasionando daños considerables a la fachada del Centro de Investigación y Promoción Agropecuaria (CIPA).

Hace poco menos de un año, cerca de la localidad surandina de Juliaca, en Puno, la policía arrestó a una presunta guerrillera de Sendero Luminoso quien, vestida de campesina, iba al encuentro del presidente con la intención de abrasarlo. Al detenerla a mitad del trayecto se descubrió que debajo de sus ropas llevaba varios cartuchos de dinamita.

Alan García viajó a Trujillo para recordar el 93° aniversario del natalicio de Víctor Raúl Haya de la Torre, fundador ya fallecido de la Alianza Popular Revolucionaria Americana (APRA).

### ♦ Llamado al debate

Este intento de asesinato, que forma parte de una espiral de violencia que ya cobró unas 10 mil víctimas en los últimos 7 años, hizo que el presidente García convocara a una reunión urgente y extraordinaria del Congreso peruano para debatir a partir de esta misma noche del lunes la radicalización de sanciones contra los terroristas.

El cuadro de violencia se completó hoy cuando el fiscal de la nación, César Elejalde, resultó ileso de un atentado con bomba que sufrió esta mañana. Elejalde salió de su casa a las 9.30 de la mañana de la calle 19, en la urbanización Corpec, distrito limeño de San Isidro, cuando un carro de helados cargado con 20 kilos de explosivos estalló al paso del automóvil en que viajaba el fiscal, su hijo y su chofer.

Elejalde sufrió, milagrosamente, pequeñas heridas, en tanto su hijo y el chofer recibieron cortes producidos por esquirlas de vidrios.

Poco después, el fiscal (el equivalente al "defensor del pueblo" en otros países), dijo que "seguiré mi labor en defensa del pueblo".

### ♦ Un personaje polémico

Elejalde dejará la fiscalía a fin de este mes después de desempeñar su cargo durante 2 años. Se trata de un polémico personaje al que la oposición política ha atacado con frecuencia. El fiscal justificó la actuación de las fuerzas armadas para sofocar los motines producidos en junio pasado en tres cárceles de Lima y en los que resultaron muertos 300 presos acusados de terrorismo. También aprobó la intervención policial en las universidades, en una operación que se describió como "antiterrorista".

La oposición de izquierda levanta, además, una acusación de malversación de fondos en la compra de un avión de la empresa estatal Faucett Perú, en la que se desempeñó Elejalde.

El atentado contra el fiscal es el de más alta significación política realizado hasta hoy, después del efectuado en abril de 1985 contra el presidente del jurado nacional de elecciones, Domingo García Rada.

01.01 e703043

120

Perú

# Táctica peruana para obtener préstamos blandos

*Las empresas estatales peruanas procurarán obtener sus nuevos créditos con largos plazos de gracia y tasas acotadas. En todos los casos, el Ministerio de Economía deberá aprobar esos préstamos. Habrá además racionalización en el uso de divisas.*

LIMA (Reuter-ANSA). — El gobierno peruano decidió hoy que sus empresas estatales solo contraigan nuevos préstamos si les otorgan extensos períodos de gracia y estrictos techos en las tasas de interés.

Según el decreto emitido por el Ministerio de Economía, los períodos de gracia deberán ser por lo menos seis meses más de lo que lleva construir el proyecto financiero, y las tasas de interés no pueden superar la tasa Libor británica, marca fija para los préstamos internacionales.

Además, será el Ministerio de Economía el encargado de autorizar los préstamos, para garantizar que los entes tengan capacidad suficiente para cancelar sus deudas.

Estos lineamientos fueron aplicados a las 140 empresas no financieras de Perú, de las cuales la más grande es la petrolera Petroperú, con una facturación de 1.200 millones de dólares.

Si bien Perú es uno de los morosos de América latina, y suspendió la mayoría de sus pagos a los acreedores externos, las empresas estatales tienen una tradición inmaculada de abonar los intereses de los créditos a corto plazo, de "capital de trabajo", de alrededor de 800 millones de dólares adeudados a la banca extranjera.

### ◆ Racionalización

Otra medida de importancia dada a conocer hoy por los funcionarios de Alan García es la racionalización del uso de las divisas en el país.

El sistema regulará el uso de las divisas para la importación de bienes y tiende a equilibrar las reservas internacionales netas que, según fuentes del Banco Central de Perú, superan los 1.700 millones de dólares. Contrariamente, fuentes financieras privadas sostienen que las reservas no superan los 900 millones de dólares.

El Banco Central también informó que los pagos por importaciones en 1986 fueron de 2.442 millones de dólares, y los ingresos de divisas por exportaciones de 2.550 millones.

Durante enero de 1987 las exportaciones sumaron 192 millones y las importaciones 232 millones.

El gobierno socialdemócrata del presidente Alan García limitó al 10 por ciento de los ingresos por exportaciones los pagos de la deuda externa que es de 14.000 millones de dólares hasta julio de 1987.

01-01 8703047

# TRAS ATENTADO A FISCAL COMIENZA EN PERU DEBATE DE LEY ANTITERRORISTA

LIMA, 24(EFE y AP). — Poco después de que el fiscal de la Nación, César Elejalde, sufriese un atentado terrorista del que salió ileso, el Parlamento peruano comenzó a debatir un proyecto de ley por el que se establecen tribunales especiales y penas más drásticas para los delitos de terrorismo.

Anteriormente a este atentado contra el fiscal, el día 20 estallaron dos coches bomba en esta capital, con un saldo de diez personas heridas y quince vehículos destruidos, y un día después, se produjeron al menos once explosiones en otros ataques.

La apertura de las sesiones en las cámaras de Senadores y Diputados, que obedecen a la convocatoria a legislaturas extraordinarias efectuada por el presidente Alan García, coincidió con la nueva escalada de violencia de los grupos rebeldes.

Uno de los cinco proyectos de ley presentados por el Ejecutivo para verse en esta legislatura es el que plantea la creación de tribunales especiales para que se encarguen de los procesos contra acusados de terrorismo y en el que se pide que las penas contra delitos de este tipo sean más severas.

Hace unas meses, Alan García se reunió con autoridades judiciales para buscar asesoramiento en la elaboración del proyecto que entró a debate, en el que se ofrecen garantías para los magistrados que tengan a su cargo los juicios sobre terrorismo.

Esta legislatura, en la que se debatirá también un proyecto de regionalización, durará hasta el 5 de marzo, y un día después comenzará otra que durará hasta el 12 de ese mes, en la que tratarán los otros proyectos, entre ellos uno sobre la creación del Ministerio de Defensa.

Entretanto, la policía continúa la búsqueda de tres hombres y una mujer que se cree autores del atentado contra el fiscal.

La explosión se registró cuando el automóvil de Elejalde pasó cerca de una bicicleta, en una arteria de la urbanización "Corpac", en el distrito limeño de San Isidro, y según la Prefectura de esta capital, la bomba fue activada por control remoto.

Según testigos oculares, el automóvil de Elejalde, que iba con su hijo César, de 26 años, estaba escoltado por dos vehículos policiales, uno lo precedía y el otro iba detrás.

Fuentes periodísticas dijeron que la carga explosiva era de unos diez kilos, pero que no llegó a estallar completa.

Elejalde sólo sufrió algunas rasguños, mientras que su hijo y el conductor de su coche resultaron con heridas leves, de acuerdo con el médico de la clínica a la que fueron llevados. Un comunicado de la Fiscalía indicó que Elejalde salió "virtualmente ileso".

Las lesiones fueron causadas por las vidrios que se rompieron por la explosión.

Tras el atentado, el Fiscal de la Nación dijo que no se amedrentará y continuará su labor "en defensa de los intereses del pueblo", y consideró el hecho como "la mejor condecoración que ha recibido en la lucha por la democracia".

A fines de enero pasado, luego de una gira de 10 días durante la cual visitó Italia, Francia, India, España y Venezuela, García habló de la necesidad de enfrentar al terrorismo con energía y aumentar las penas a los culpables de terrorismo.

En una reunión con periodistas en el Palacio de gobierno, el mandatario centro-izquierdista de 37 años dijo que durante su visita a Italia conversó largamente sobre terrorismo con el presidente del gobierno italiano, Bettino Craxi.

## Felipe y su amiga carioca

RIO DE JANEIRO, 24 (JB). — El velero escuela "Juan Sebastián Elcano" de la Marina de Guerra español está anclado en el puerto local y un notable miembro de su tripulación, entre otros muchos claro está, hace su incursión a tierra. Felipe de Borbón y Grecia, Príncipe de Asturias y otro guardiamarina eran aguardados por dos jóvenes brasileros, que en un Passat UY-1830 se trasladaron primero al César Park Hotel y de allí, cambio de ropa mediante, a la Barra de Tijuca. La compañera de Felipe se supo que era Isla Fiegueiredo. La pareja fue fotografiada en la playa.

Después el cuarteto fue al restaurante Gula Gula, del Marina Palace Hotel, en Leblon, comiendo el menú de precio fijo (150 cruzados). La amistad se había trenzado en una boite la noche anterior. Pero el heredero de la corona española tuvo que ir como cualquiera a dormir al barco.

01-01 703183

J.E.B.

ARCHIVAR EN: Peru (120)

TEMA: Amnisty: Severo Informe Sobre Torture en Peru

PROCEDENCIA: U. Noticias 8/2/87

ARCHIVADO EN: Amnisty (237)

01.01

0703184

HEB

120

Perú
Grupo SENDERO LUMINOSO

# Perú: matan Alcalde

LIMA, (AP). Un Alcalde del partido aprista del Presidente Alan García fue asesinado a tiros por guerrilleros del grupo maoísta Sendero Luminoso en una localidad de la cordillera de Los Andes, al nordeste de esta capital.

Un portavoz del partido, que pidió no ser identificado, dijo que la víctima era Luis Llanos Zambrano, de 70 años, Alcalde del distrito de San Rafael, departamento de Huanuco.

El informante dijo que según versiones de sus partidarios en San Rafael, Llanos fue ultimado a tiros el domingo en su casa.

El diario "La República" informa que con la muerte de Llanos se eleva a once el número de los Alcaldes asesinados por los guerrilleros en el departamento de Huanuco desde mayo de 1980, en que Sendero Luminoso desencadenó la subversión en el país.

Añadió que Llanos fue asesinado al día siguiente de regresar de esta capital, donde gestionó, aparentemente sin éxito, garantías para desempeñar el cargo ante amenazas de muerte que habría recibido de los guerrilleros.

## DISPERSAN MANIFESTACION

Por tercera vez en dos semanas, la Policía antimotines dispersó con granadas lacrimógenas una marcha de unos 5.000 estudiantes que protestaban contra el allanamiento policial de tres universidades estatales ocurrido el 13 de este mes.

U. Nov... 25/2/86

01-01 8703185

Procedimiento Fiscal ...

Anexo Nº 004/87
D.I. Externa
A-2-03-02-102

Grupo ... de ...

1720

SECRETO

30 DE ENERO DE 1987

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
... Gral. ... Información de Defensa
... (EXTERIOR)
Fecha de Entrada 18/3/87
Fecha de Salida
Pasa a Jefe Dpto
Nº. de Identificación 0486/87

INFORME NO.: /670

ASUNTO: PERU/LA ORGANIZACION ''SENDERO LUMINOSO''

ORIGENES Y EVOLUCION

1. LA ESCISION DEL PARTIDO COMUNISTA PERUANO EN ENERO DE 1964 ( (DURANTE SU 4A. CONFERENCIA) FUE LA CAUSA INMEDIATA DEL ORIGEN DE ''SENDERO LUMINOSO'' (SL).SE ESCINDIERON EN AQUEL ENTONCES LOS PROPONENTES DE LA LINEA MAOISTA DEL PARTIDO Y ENTRE ELLOS ABIMAEL GUZMAN REYNOSO'. LOS DISIDENTES ADOPTARON EL NOMBRE DE PCP-BANDERA ROJA.

2. ESTE GRUPO' CONSTITUIDO FUNDAMENTALMENTE POR INTEGRANTES DE LA JUVENTUD COMUNISTA, EVOLUO GRADUALMENTE HASTA FORMAR-EN 1969 EL PCP-''PATRIA ROJA ''. EN UNA REUNION PLENARIA DE ESTE GRUPO, CELEBRADA A FINES DE 1970,SE PROPUSO Y APROBO LA EXPULSION DE ABIMAEL GUZMAN,POR ''TRAICION A LA LINEA PROLETARIA Y DESERCION DE LAS FILAS DEL PARTIDO''.

3. EN 1971 ABIMAEL GUZMAN POLARIZA A SU ALREDEDOR UNAS CUANTAS BASES DE ''BANDERA ROJA ''-ENTRE ELLAS EL COMITE REGIONAL DE AYACUCHO-Y POSTERIORMENTE SUS SEGUIDORES SE ORGANIZAN EN LA

UNIVERSIDAD DE SAN CRISTOBAL DE HUAMANGA, DONDE ACTUAN A TRAVES DEL FRENTE ESTUDIANTIL REVOLUCIONARIO (FER),BAJO LA INSPIRACION DEL ''SENDERO LUMINOSO DE JOSE CARLOS MARIATEGUI''.

NOTEMOS QUE MARIATEGUI FUE UNO DE LOS PRIMEROS PROPONENTES DEL MARXISMO -LENINISMO EN EL PERU, QUIEN EN 1928 CONCEPTUO QUE EL SOCIALISMO NO DEBE SER EN AMERICA UNA MERA COPIA SINO UNA CREACION HEROICA QUE EN EL AMPARO DE LA REALIDAD LOCAL Y EN SU PROPIO LENGUAJE GENERE UN SOCIALISMO INDOAMERICANO. ESTAS CONCEPCIONES FUERON MATERIALIZADAS CUANDO, EN EL MISMO 1928,MARIATEGUI FUNDO EL''PARTIDO SOCIALISTA PERUANO'', COMO INTERPRETACION DE LA REVOLUCION MARXISTA PARA LA REALIDAD PERUANA.

4. POCO TIEMPO DESPUES LA CONSIGNA DE ''SENDERO LUMINOSO'' FUE ADOPTADA POR GUZMAN COMO NOMBRE DE LA ORGANIZACION, CON EL CUAL HIZO SU INTRODUCCION EN LA VIDA POLITICA PERUANA EN 1971.

5. ENTRE 1971 Y 1980 SE DEDICARON LOS MIEMBROS DE SL A UNA LABOR DE ORGANIZACION Y CONCIENTIZACION DE CUADROS, MEDIANTE EL ESTUDIO Y LA DIFUSION DEL PENSAMIENTO DE MARIATEGUI.

6. FINALIZADA LA FAZ INICIAL DE FORMACION DE LA INFRAESTRUCTURA PARTIDARIA (PRINCIPALMENTE EN LA UNIVERSIDAD, PERO TAMBIEN EN LOS GREMIOS Y PARTICULARMENTE EN EL CAMPO) SL SE ENCONTRO DISPUESTO PARA INICIAR LA LUCHA ARMADA A FINES DE LA DECADA DE LOS 70.

3/..

7. EN MAYO DE 1980 COMENZARON LAS ACCIONES SUBVERSIVAS,INICIANDOSE CON ACCIONES RURALES EN LA REGION DE AYACUCHO Y PROGRESANDO PAULATINAMENTE A CASI TODOS LOS DEPARTAMENTOS DEL PAIS-CON ALTO NIVEL DE INCIDENCIA EN LA ZONA DE LIMA METROPOLITANA. EN LOS TRES ANOS Y MEDIO TRANSCURRIDOS HASTA DICIEMBRE DE 1984 SE COMETIERON APROXIMADAMENTE UNOS 6000 ACTOS SUBERSIVOS (INCLUYENDO BOMBAZOS, ASALTOS, ROBOS DE BANCOS, SABOTAJE A TORRES DE ALTA TENSION, ASESINATOS,ATAQUES A EMBAJADAS E INSTITUCIONES POLITICAS, ETC) CON UN MONTO DE MAS DE 3300 MUERTOS (ENTRE CIVILES, FUERZAS DEL ORDEN Y MIEMBROS DE SL). SE ROBARON EN ESTE PERIODO UNAS 400 ARMAS DE VARIOS CALIBRES (EN PARTE ASESINANDO A MIEMBROS DE LAS FUERZAS DEL ORDEN CON ESE FIN).Y MAS DE 200.000 CARTUCHOS DE DINAMITA.

ORGANIZACION

8. EL PCP-SL CONTIENE EN SU ORGANIGRAMA TRES INSTITUCIONES PRINCIPALES:

A. EL PARTIDO.ES EL ORGANISMO POLITICO QUE PLANEA Y CONTROLA TODAS LAS ACCIONES DESTINADAS AL CUMPLIMIENTO DE SU PROGRAMA POLITICO. DISPONE DE LOS SIGUIENTES ORGANOS:

1) ASAMBLEA GENERAL. ORGANISMO DELIBERATIVO.

4/..

2) COMITE CENTRAL. ORGANO EJECUTIVO, QUE SE SUBDIVIDE EN EL BURO POLITICO Y UN COMITE PERMANENTE.

3) COMITES REGIONALES.NORTE. SUR, CENTRO, ORIENTE Y LIMA METROPOLITANA. ASIMISMO HAY COMITES ZONALES, CON JURISDICCIONES DE MENOR AMBITO.

B. EL ''EJERCITO GUERRILLERO POPULAR ''(EGP).TIENE POR FUNCION CONDUCIR LA LUCHA ARMADA HASTA LA TOMA DEL PODER.POR LO QUE SE SABE PARECE ESTAR COMPLETAMENTE SUBORDINADO AI PARTIDO.TIENE TRES NUCLEOS PRINCIPALES:

1) LA FUERZA PRINCIPAL. ES EL NUCLEO GUERRILLERO CON MAYOR CAPACIDAD PROFESIONAL. REALIZA SUS ACCIONES COMO UNA UNIDAD CONSTITUIDA O POR EQUIPOS, DIRIGIENDO LAS ACTIVIDADES DE LAS FUERZAS LOCALES Y DE BASE.

ESTA CONSTITUIDA EN UNA ORGANIZACION PARAMILITAR DE COMPANIAS Y PELOTONES. (NOTA. NOMINALMENTE TIENEN TAMBIEN BATALLONES DE EFECTIVOS REDUCIDOS, PERO OPERACIONALMENTE NO HAN PASADO DEL NIVEL DE COMPANIA). DISPONEN DE ARMAMENTOS, MUNICIONES Y EXPLOSIVOS.

2) FUERZA DE BASE. CONSTITUIDA POR CAMPESINOS REALIZA TAREAS DE APOYO A OTRAS FUERZAS (TALES COMO ALOJAMIENTO, ALIMENTACION, AUXILIO Y ENCUBRIMIENTO. TAMBIEN FABRICAN ARTEFACTOS EXPLOSIVOS). ES LA FUERZA MAS NUMEROSA Y EN SU MAYOR PARTE ESTA INTEGRADA POR INDIVIDUOS MAYORES DE 40

3/..

ANOS.

3) FUERZA LOCAL. CUMPLE UN PAPEL DE NEXO ENTRE LA FUERZA PRINCIPAL Y LA DE BASE. EN SU MAYORIA SUS INTEGRANTES CARECEN DE ARMAS DE FUEGO , Y UTILIZAN ARMAS BLANCAS Y MEDIOS CONTUNDENTES.

C. EL FRENTE. ENCARGADO DE ORGANIZAR LAS MASAS POPULARES (UNIVERSITARIOS, AGRUPACIONES JUVENILES Y OBRERAS, CAMPESINOS, AMAS DE CASA, ETC) PARA QUE ESTOS PARTICIPEN ACTIVAMENTE EN LA GESTION Y EJECUCION DEL PROGRAMA POLITICO DEL PARTIDO. TIENE COMO GERMEN LAS CELULAS CON LAS CUALES FORMAN COMITES POPULARES. PROGRESIVAMENTE LOS COMITES POPULARES DAN ORIGEN A LAS BASES ZONALES.

ESTRATEGIA Y PROGRAMA DE ACCION

9. LA ESTRATEGIA GENERAL SE BASA EN LA CONCEPCION MAOISTA DE DESARROLLAR LA GUERRA POPULAR Y PROLONGADA DEL CAMPO A LA CIUDAD. EL INGREDIENTE FUNDAMENTAL Y QUE DISTINGUE LA ACCION DEL SL ES UN ANDAR PACIENTE Y SIN PRISAS HACIA EL OBJETIVO FINAL,LA TOMA DEL PODER.

10. EL PROGRAMA DE ACCION DEL SL ,DENOMINADO EL ''GRAN PLAN'', FUE REDACTADO Y APROBADO EN 1979 Y SE DIVIDE EN 5 FASES DE LAS CUALES 3 SE HAN CUMPLIDO Y LA CUARTA SE HALLA EN PERIODO DE EJECUCION.

6/..

11. LA PRIMERA FASE (DE MAYO 1980 A DIC 1981) SE COMPUSO DE AGITACION Y PROPAGANDA ARMADA, PENETRACION Y CONCIENTIZACION, ORGANIZACION DE LOS SECTORES SOCIALES. ESTA FASE-DURANTE LA CUAL SE REALIZARON MAS DE 1500 ACTOS SUBERSIVOS, CON LA MUERTE DE 7 PERSONAS-TUVO POR FINALIDAD PRINCIPAL LA DIFUSION IDEOLOGICA.

12. LA SEGUNDA FASE (DE ENERO A DIC 1982). DURANTE ESTA FASE SE EMPEZARON A REALIZAR ACCIONES DE SABOTAJE EN MAYOR ESCALA Y TUVIERON INICIO LAS PRIMERAS ACCIONES GUERRILLERAS LOCALES.

13. LA TERCERA FASE (DE ENERO A DIC 1983). ESTA FASE INCLUYO EL DESSARROLLO Y DESPLIEGUE DE UNA GUERRA DE GUERRILLAS (RURAL Y URBANA), EL INICIO DE LA INSTALACION DE ''BASES DE APOYO '' Y EMPLEO EN FORMA INTEGRADA DE DISTINTAS FORMAS DE LUCHA (SABOTAJE, GUERRA PSICOLOGICA, GUERRILLA, TERRORISMO). DURANTE ESTA FASE SE LLEVARON A CABO MAS DE 2500 ACTOS SUBVERSIVOS CON MAS DE 3000 MUERTOS.

14, CUARTA FASE (A PARTIR DE 1984). AMPLIACION DEL ESTABLECIMIENTO DE BASES DE APOYO Y RESTABLECIMIENTO DE LAS DESACTIVADAS POR LAS FUERZAS DEL ORDEN, FORMACION DEL ''EJERCITO GUERRILLERO POPULAR'' EXPANSION DE LAS ACCIONES A OTRAS ZONAS (PARA DISPERSAR LAS FUERZAS DEL ORDEN).

EN JUNIO DE 1985 SE CELEBRARON LAS ELECCIONES EN PERU Y EL 28 DE JULIO DE 1985 SE CELEBRO LA TOMA DE POSESION DEL NUEVO GOBIERNO. PARA ESTAS OCASIONES SE PLANEARON Y EJECUTARON ACCIONES

7/..

ESPECIALES CON EL FIN DE CAUSAR CONMOCION GENERAL.ESTA CUARTA FASE ES LA QUE ESTA SIENDO EJECUTADA ACTUALMENTE Y PUEDE TENER VARIOS ANOS MAS DE DURACION (SEGUN SL HASTA QUE LAS CONDICIONES POSIBILITEN LA INSURRECCION GENERAL).

15. QUINTA (Y ULTIMA) FASE. INCLUYE LA INSURRECCION GENERAL, LA CREACION DE ZONAS LIBERADAS POR EL ''EJERCITO GUERRILLERO POPULAR'' EL CERCO DE LAS CIUDADES DESDE EL CAMPO, LA DESINTEGRACION DE LAS FUERZAS ARMADAS Y DEL SISTEMA DEMOCRATICO. LA ULTIMA ETAPA DE ESTA FASE SERIA LA TOMA DEL PODER Y LA CREACION DE UNA REPUBLICA POPULAR DE LA NUEVA DEMOCRACIA.

IDEOLOGIA

16. ABIMAEL GUZMAN SINTETIZA EN EL DENOMINADO''PENSAMIENTO GUIA'' EL MARXISMO -LENINISMO Y EL MAOISMO POR UNA PARTE Y LA CONCEPCION SOCIALISTA-PERUANA DE MARIATEGUI POR OTRA. ESTO EN CONJUNCION CON SUS PROPIOS APORTES, LE PERMITE DELINEAR UNA CONCEPCION PARTICULAR DEL PROCESO SUBVERSIVO DE''SENDERO LUMINOSO ''. DE MARX INTERPRETA LA''LUCHA DE CLASSES'', Y LA ''DICTADURA DEL PROLETARIADO. DE LENIN ASIMILA LA PRAXIS ,ES DECIR EL CONCEPTO DE QUE EL PARTIDO ES QUIEN DEBE REALIZAR LA REVOLUCION. DE MAO-TSE-TUNG ADOPTA EL CONCEPTO DE LA ''LUCHA ARMADA'' COMO UNICO CAMINO PARA ALCANZAR EL PODER MEDIANTE LA ''GUERRA POPULAR PROLONGADA'' DEL CAMPO A LA CIUDAD. DE MARIATEGUI UTILIZA EL CONCEPTO DE QUE CADA PUEBLO TIENE SU PROPIA REVOLUCION Y SE BASA EN SUS PROPIAS FUERZAS. Y CON EL APORTE PERSONAL DE GUZMAN SE

8/..

CONFIGURA UNA IDEOLOGIA DE ALTO CONTENIDO SECTARIO QUE SE DIFERENCIA DE CUALQUIER OTRA IDEOLOGIA ACTUAL Y QUE -DE ACUERDO CON SUS PROPIAS APRECIACIONES RECLAMA EL LIDERAZGO DEL COMUNISMO MUNDIAL.

RELACIONES INTERNACIONALES

17. POCO SABEMOS DE LAS RELACIONES INTERNACIONALES DEL SL, APARTE DE INFORMACION NO CONFIRMADA DE QUE A FINES DE 1985 SE HABRIA UNIDO AL ''BATALLON AMERICA '' (FORMADO POR EL M-19 COLOMBIANO, EL ''ALFARO VIVE'' DE ECUADOR, Y ''BANDERA ROJA'' DE VENEZUELA).

CABE RECORDAR EN ESTE CONTEXTO QUE EN MARZO DE 1985 SE CELEBRO EN TRIPOLI (LIBIA) EL ''SEGUNDO CONGRESO CONTRA EL IMPERIALISMO, EL SIONOISMO, EL RACISMO Y EL FASCISMO''. EN EL QUE PARTICIPARON REPRESENTANTES DE LAS DEMAS ORGANIZACIONES QUE INTEGRAN EL ''BATALLON AMERICA'', AL IGUAL QUE REPRESENTANTES PERUANOS NO IDENTIFICADOS.

18. EL RECHAZO IDEOLOGICO POR PARTE DEL SL TANTO DE LA BURGUESIA PRO-IMPERIALISTA COMO DEL SOCIAL -IMPERIALISMO SOVIETICO LO LLEVAN A ATENTADOS TAMBIEN CONTRA LAS EMBAJADAS DE ESTADOS UNIDOS, DE LA URSS Y DE CHINA EN LIMA . (APARENTEMENTE CON EL DOBLE FIN DE EVIDENCIAR QUE EL SL NO SIGUE LA LINEA IDEOLOGICA MOSTRADA POR ESTOS PAISES TAMBIEN FRENTE A LOS RECIENTES SUCESOS DE LOS PENALES).

9/..

19. EN EUROPA PARECE SER QUE SU CENTRO DE ACTIVIDADES SE RADICA EN PARIS (DONDE RESIDE LA MADRE DE ABIMAEL GUZMAN), Y ALLI SE RECOGERIA TAMBIEN LA MAYOR PARTE DE LOS FONDOS RECAUDADOS POR SL EN EL EXTRANJERO. EN PARIS RESIDEN GRAN NUMERO DE ESTUDIANTES PERUANOS, Y ALLI PUBLICA TAMBIEN SL UN BOLETIN DE LA ORGANIZACION.

SE ESTIMA EL NUMERO DE SIMPATIZANTES DEL SL EN PARIS (ENTRE PERUANOS, FRANCESES Y OTROS) ENTRE 200 Y 300. NO SE HA NOTADO HASTA AHORA ACTIVIDAD SUBVERSIVA DIRECTA EN FRANCIA. PARECE SER QUE SU ACTIVIDAD PRINCIPAL ES LA DISTRIBUCION DE PROPAGANDA -ENTRE GRUPOS DE EXTREMA IZQUIERDA-Y EL RECLUTAMIENTO DE FONDOS PARA SER ENVIADOS A LA ORGANIZACION EN PERU.

20. SE HAN TENIDO INFORMACIONES QUE POR MEDIO DE ESTE CENTRO EN PARIS TENDRIA EL SL TAMBIEN CONTACTOS CON EL GRUPO FRANCES ''ACTION DIRECTE'',CON LA ORGANIZACION ''ASALA''DE ARMENIA Y CON ELEMENTOS TURCOS DE OPOSICION.

21. EN EL MEDIO ORIENTE SE HAN TENIDO INFORMACIONES DE ENTRENAMIENTOS -A MEDIADOS DE 1986 -DE ELEMENTOS DEL SL EN EL LIBANO.
EL ENTRENAMIENTO HABRIA SIDO LLEVADO A CABO POR LOS SIRIOS.

120

# Perú: férreo control de las reservas de divisas

V. Financiero 18/2/87

*Lima (Reuter) — Perú, enfrentado a una sensible disminución de sus reservas internacionales, anunció ayer el establecimiento de un consejo encargado de racionar las divisas hasta fines de diciembre de 1988, consignó un decreto del Ministerio de Economía.*

*El Consejo, integrado por el Banco Central, el Ministerio de Economía y los Institutos de Planificación y Comercio Exterior, establecerá un tope a las disponibilidades de divisas a partir del mes próximo y extenderá licencias a firmas para que puedan obtener divisas de acuerdo con lineamientos fijados por el Consejo.*

**• Reducción**

*Las reservas peruanas netas disminuyeron a casi la mitad, desde el nivel de 1540 millones de dólares en que estaban situadas en marzo pasado, siendo de 833 millones de dólares en enero de este año.*

*El margen de reservas había permitido a Perú adoptar una actitud intransigente suspendiendo la mayoría de los pagos correspondientes a la deuda externa peruana de 14.300 millones de dólares desde que el presidente Alan García asumió el cargo.*

*Las reservas han bajado debido a un descenso en el precio de los principales rubros de exportación que tiene el país: petróleo, cobre y plata, reduciendo el valor de las exportaciones totales, en casi un sexto, desde aproximadamente 2960 millones de dólares a que llegaron en 1985, a 2500 millones de dólares en 1986, según estadísticas del Banco Central.*



8103363

PERU
Eichhoff

120

MASACRE DE OCHO PERIODISTAS EN PERU

# Condenaron a tres campesinos

*El general retirado será enjuiciado por su vinculación con el asesinato de ocho periodistas en la localidad peruana de Uchuraccay, en 1983. Tres campesinos fueron sentenciados por esos homicidios a penas de entre seis y diez años de cárcel.*

LIMA, 10 (AP, EFE y Reuter). — Un tribunal de Lima condenó a tres campesinos a cumplir penas de entre seis y diez años de prisión, por el asesinato de ocho periodistas y otras dos personas en la localidad de Uchuraccay, en 1983, y ordenó el enjuiciamiento de un general retirado que en esa fecha se desempeñaba como jefe político y militar de la región de Ayacucho.

Los cargos contra el militar, general del ejército Roberto Clemente Noel Moral, son los de delitos contra la administración de justicia y abuso de autoridad. La Corte ordenó procesos similares contra otros siete miembros de las fuerzas de seguridad involucrados en el caso, que en su oportunidad centró la atención mundial sobre las violaciones a los derechos humanos en la zona en que las fuerzas armadas combaten la acción de la guerrilla de Sendero Luminoso.

Los tres campesinos sentenciados, Dionisio Morales Pérez, Simeón Rucatoma Quispe, y Mateo Capcha González, todos miembros del Concejo de Uchuraccay en el momento de la matanza, habían sido hallados culpables tras un maratónico juicio de 17 meses. La Corte los condenó anoche a diez, ocho y seis años, respectivamente, a través de un fallo en el que señaló que los periodistas, un campesino y un guía, fueron asesinados a instancias de las fuerzas de seguridad de la región, para cubrir prácticas ilegales empleadas en la lucha antisubversiva.

El tribunal señaló que los campesinos eran autorizados por el comando a cargo del general Noel para tomar la ley en sus manos y matar a presuntos guerrilleros, y calificó esta práctica como "una incitación pública al crimen".

Las víctimas de la matanza, cuatro periodistas y cuatro fotógrafos, todos peruanos, un campesino y un guía, murieron apedreados y acuchillados el 26 de enero de 1983. Se habían trasladado a Ayacucho para investigar la muerte de siete jóvenes, ocurrida pocos días antes, a manos de campesinos locales, que cumplían funciones paramilitares.

El entonces presidente del Perú, Fernando Belaúnde Terry, designó días después del crimen una comisión investigadora que presidió el escritor Mario Vargas Llosa, cuyo informe final señalaba que los periodistas podrían haber sido asesinados al ser confundidos con terroristas. Pero la versión fue descartada al hallarse en poder de un fotógrafo muerto rollos con tomas que mostraban al grupo identificándose ante los campesinos.

Durante el juicio, varios testigos dijeron que entre los autores de la matanza había elementos de la policía.

El tribunal ordenó también anoche el enjuiciamiento de otros cuatro campesinos, entre ellos dos mujeres, tan pronto como sean capturados. Algunos de ellos, sin embargo, han muerto, y según versiones de prensa se desconoce el paradero de los restantes.

01-01

8703387

# Perú: piden que dimita el ministro del Interior

LIMA, 17 (Reuter). — La mayor fuerza del Perú, la alianza izquierda Unida (IU), se unió hoy a la creciente ola de protestas por las redadas policiales del viernes contra tres universidades.

La IU, de orientación marxista y que controla una cuarta parte de los escaños del Congreso, expresó su apoyo a las demandas universitarias para que dimita el ministro del Interior, Abel Salinas.

Las redadas contra las universidades en búsqueda de elementos guerrilleros arrojaron un saldo de 793 personas arrestadas y un guardián muerto. Hasta hoy 529 de los detenidos habían recobrado su libertad.

La IU, en su comunicado, dijo que la acción fue inconstitucional y un peligroso paso que abría la posibilidad de una escalada antidemocrática del gobierno socialdemócrata del presidente Alan García.

Llamó a la ciudadanía a frenar esa supuesta tendencia, afirmando que de otro modo "es cuestión de tiempo la ocupación de otras universidades, locales sindicales y de partidos políticos de oposición".

La IU, una alianza de seis partidos, conforman la fuerza electoral marxista de mayor envergadura en un país democrático de América latina. Su líder, Alfonso Barrantes, fue hasta el mes pasado alcalde de Lima, la capital peruana, de seis millones de habitantes.

Un legislador prominente de IU, Yehude Simón, dijo hoy que tiene informes confiables sobre la inminente ocupación de otras cuatro universidades del interior.

Simón dijo que entre estas se encuentra la de Ayacucho, en donde arrancó en 1980 la guerrilla maoista de Sendero Luminoso que ha causado más de 9.000 muertos.

El gobierno justificó la operación de hace cuatro días en su obligación de pacificar al país, frustrando el empleo de las universidades estatales como refugio de perseguidos por la justicia y centros de preparación de actos ilegales.

El viceministro del Interior, Agustín Mantilla, dijo hoy a los periodistas que 96 de los detenidos tienen responsabilidad en actos delictivos o guerrilleros que no tenían relación con las universidades que fueron objeto de la redada.



8703536

ARCHIVAR EN: Peru (120)

TEMA: Capturas en los departamentos del Limite 20 Fronterizos

PROCEDENCIA: La Prensa 20/2/87

ARCHIVADO EN: Fronterizos (068)

8703632

01·01

ARCHIVAR EN: PERU (120)

TEMA: Distinciones y Seresoi EN Peru

PROCEDENCIA: La Haya 22/2/67

ARCHIVADO EN: CO PPPAL (015)

8703677

01-01

RS

ARCHIVAR EN: Perú (120)

TEMA: Ataque con bombas 18 bancos en Lima.

PROCEDENCIA: Ottawa 26/2/87

ARCHIVADO EN: Terrorismo (077)

01.01 8703764

ARCHIVAR EN: Peru (120)

TEMA: Peru: Penetración Soviética.

PROCEDENCIA: Spsoll 23/4/87

ARCHIVADO EN: Vess (026)

8703951

01-01

120

Perú

# Perú destina más de sus exportaciones para pagar la deuda que nuestro país

LIMA, (Exclusivo para EL DIA). — En relación a sus exportaciones, Perú está pagando actualmente mayores servicios por su deuda externa que Uruguay, según confirmaron ayer a EL DIA calificados economistas privados.

Pese a los anuncios que oficialmente se han realizado al respecto, Perú destinó en 1986 un 27,3 por ciento de sus exportaciones de bienes y servicios para cubrir amortizaciones de la deuda, en tanto que Uruguay destinó un 20% de ese mismo rubro para cubrir compromisos del endeudamiento externo.

Las exportaciones peruanas en 1986 se ubicaron en un entorno de los 14.300 millones de dólares y la deuda en este mismo año mostró un crecimiento del 3,7 por ciento, según indicaron las mismas fuentes.

Uruguay, en cambio, tiene una deuda externa total que se ubica en los 4.900 millones de dólares y en 1986 tuvo un crecimiento del 2,7 por ciento.

La situación de Perú en cuanto al tema de la deuda externa tiene especiales características.

Hasta el primer semestre de 1986, el gobierno de Alan García continuó con la política anunciada en julio de 1985 de limitar los pagos de la deuda pública de mediano y corto plazo al 10 por ciento de los ingresos de exportación del país. Esta política no establecía límites para el servicio de la deuda a corto plazo ni para los del sector privado.

Respecto a la deuda pública a mediano y largo plazo se dio prioridad al servicio de las obligaciones con los acreedores que efectivamente otorgasen préstamos netos al país, mientras que a los demás, en su mayoría bancos comerciales, se les impuso unilateralmente un refinanciamiento de los pagos y la capitalización de intereses.

Hacia el término de 1986, los saldos en mora por concepto de pago a los bancos, que en realidad comenzaron a acumularse a fines de 1984 durante el anterior gobierno del presidente Fernando Belaúnde Terry, alcanzaban alrededor de 500 millones de dólares.

## Limitar pagos

En los hechos, entonces, la decisión del presidente Alan García de limitar parte del pago de la deuda al 10 por ciento de las exportaciones, lo que hizo fue oficializar una situación que ya se venía planteando desde el anterior gobierno.

En julio del año anterior, tras haber evaluado la capacidad de pago del país, el actual gobierno peruano decidió mantener vigente durante un año más ese límite del 10 por ciento impuesto al servicio del endeudamiento público de mediano y largo plazo.

La necesidad de retener las escasas divisas disponibles para destinarlas a limitar planes de desarrollo, llevó también a las autoridades a imponer un límite a los pagos del endeudamiento a mediano y largo plazo del sector privado. Se dispuso asimismo restringir las remesas de utilidades de inversiones extranjeras durante dos años. En tanto, el servicio del endeudamiento externo de corto plazo seguiría cumpliéndose en condiciones normales.

En su relación con los organismos internacionales, las dificultades de Perú con el FMI aumentaron en 1986. Se exigió al país el pago a dicha institución entre 180 y 190 millones de dólares de saldos en mora (capital e intereses) antes del 15 de agosto y el gobierno peruano decidió limitar esos pagos a los 35 millones de dólares. El Fondo reaccionó inhabilitando a Perú para recibir nuevos préstamos (lo declaró "inelegible"), aunque en realidad Perú no cuenta desde 1984 con un programa de ajuste auspiciado por el FMI ni tampoco ha recibido préstamos de esa institución. En lo que respecta a las deudas frente de crédito multilaterales, éstas no están legalmente obligadas a suspender el desembolso de préstamos o el otorgamiento de nuevos créditos al país sobre la base de la declaración de inhabilitación del Fondo.

## Innovación

Otra innovación que introdujo Perú en cuanto al tema de la deuda externa fueron los planes lanzados para el pago en especies.

En los últimos dos años, estos pagos alcanzaron un promedio de alrededor de 100 millones de dólares al año y se destinaron principalmente a cumplir compromisos directos con gobiernos. Sin embargo, actualmente algunos bancos han expresado interés en esta clase de fórmulas y se indica aquí que un banco norteamericano negocia recibir un pago de 100 millones de dólares en exportaciones tradicionales peruanas.

En los hechos, sin embargo, pese a estos inocentes esfuerzos, Perú continúa destinando un importante volumen de sus recursos para el pago de la deuda, en una situación externa que no ha resultado del todo favorable.

Pese al impacto de mejoras que mostraron sus volúmenes de exportación en 1986, con un crecimiento del 31 por ciento, la fuerte caída del valor de las exportaciones y el incremento de las importaciones llevaron prácticamente a cero el excedente de 1.100 millones de dólares obtenido en la balanza comercial en 1985.

Ello significó que Perú viera en 1986 crecer fuertemente el déficit de su balance de pagos, que casi se incrementó en un 50 por ciento entre 1984 y 1986, pasando de 250 a 370 millones de dólares.



8704105

RS

120

Perú

# Combatirán sin cuartel a la guerrilla en Perú

Lima, 10 (UP) – El Ejército peruano señaló hoy que "combatirá sin cuartel" la insurgencia guerrillera, luego del atentado en el que ayer perecieron dos altos militares, se informó en la fecha.

En un comunicado el Ejército peruano informó que combatirá la actividad insurgente, luego que un presunto "escuadrón de aniquilamiento" incursionara ayer en un restaurante de esta capital, matando a seis personas, entre ellas dos altos oficiales.

También por lo menos seis personas resultaron heridas en el ataque.

## Grave atentado

El ataque al restaurante, muy frecuentado por militares y que se encontraba atestado de comensales, es el atentado más sangriento que realizan los insurgentes en Lima contra efectivos del Ejército.

Un comunicado oficial leído a United Press por el Comando General del Ejército señala que en el ataque murieron el teniente coronel Luis Alberto Salazar Paz y el capitán Héctor Suárez Gómez, así como cuatro civiles.

"Se han dispuesto las acciones correspondientes", indicó la nota oficial, agregando que "el Ejército lamenta la pérdida innecesaria de valiosas vidas humanas y condena la execrable actitud de estos demenciales asesinos".

El Ejército expresa su firme decisión de continuar esta lucha sin cuartel hasta lograr la paz que todo el Perú quiere".

Tras el ataque al restaurante, los presuntos rebeldes del grupo maoísta "Sendero Luminoso", vestidos con uniformes escolares, hicieron estallar cargas de dinamita contra dos automóviles estacionados, destruyéndolos totalmente.

El restaurante se encuentra ubicado a dos cuadras y media de la División Blindada, uno de los más importantes cuarteles del Ejército en Lima, en el populoso distrito del Rimac al norte de la ciudad.

También tres bombas fueron desactivadas en el distrito de San Martín de Porres, al norte de la capital.

Uno de los artefactos explosivos fue colocado en las instalaciones de la fábrica de pinturas Fast, donde la policía detuvo a un presunto responsable del ataque al restaurante.

Los ataques ocurrieron cuando el presidente del Uruguay, Julio María Sanguinetti, realiza una visita oficial al Perú respondiendo a una invitación efectuada por su colega peruano Alan García.

## Ataque a un cuartel

Asimismo, se informó que el martes fuerzas subversivas atacaron con ráfagas de ametralladoras, por primera vez en siete años de insurgencia, un cuartel militar en la ciudad andina de Ayacucho, considerada bastión de la guerrilla, provocando la muerte de dos soldados.

Desde principios de año tres altos jefes militares fueron asesinados por los guerrilleros dentro de una campaña de asesinatos selectivos contra miembros del Ejército y militantes del gobernante partido Aprista peruano.

Sábado 11 de abril de 1987 ◆ LA PRENSA

01·01

8704134

120

CONTACTO - 1/3/87



**De la semana internacional**

# Alan García, el presidente acosado

El 18 de junio del año pasado los militares peruanos sofocaron, en lo que se calificó como una matanza de detenidos, los motines ocurridos, con precisa coordinación, en las penales de Lurigancho, Santa Bárbara y El Frontón -"universidades de la revolución", las denominaban los senderistas-, y un número no determinado de reclusos fue víctima de la violencia de una represión sin precedente.

Nueve días después, en el momento más crítico de su mandato, el presidente Alan García aseguró en conferencia de prensa: "Yo no me voy a callar ni voy a encubrir a nadie, y quiero decirles que este crimen no quedará impune. O se van los responsables o me voy yo". El joven político de la Alianza Popular Revolucionaria Americana del casi legendario Víctor Raúl Haya de la Torre no abandonó el poder y, a partir de ese instante, se implantaron, para minimizar la acción de Sendero Luminoso y del Movimiento Revolucionario Túpac Amaru, el estado de emergencia, el toque de queda y la suspensión de las garantías constitucionales.

Tales decisiones y los sucesos de los penales no detuvieron la sistemática ofensiva terrorista, que fue creciendo en audacia y en letalidad efectiva. Como consecuencia, el 19 de febrero, tres universidades del Estado fueron allanadas por considerárselas -según el Gobierno- "presuntos refugios" de extremistas. En el operativo fueron detenidos 793 sospechosos, no todos universitarios. La réplica senderista y de los cuadros de Túpac Amaru no se hizo esperar, y se generó así una espiralde excepcional violencia.

Ello aconteció mientras el APRA recordaba el nacimiento de su fundador y en momentos en que la dirigencia del "aprismo" recibía a más de un centenar de delegados -entre ellos socialdemócratas, sandinistas y, según versiones, montoneros, de las agrupaciones que participaron de la XI Conferencia Permanente de Partidos Políticos Latinoamericanos (Copppal).

## Contradicciones concurrentes

"A más aprismo, más aprismo", demandó el presidente Alan García en su discurso del *Día de la fraternidad*. Defensor de una doctrina que puede ser sintetizada como una interpretación latinoamericana de la filosofía del marxismo y no -según sus palabras- "como la imitación de las ideas políticas que, a partir del siglo pasado, desembocaron en el marxismo", Alan García es, a la vez, uno de los políticos que, de inserción relativamente reciente en la vida pública, intentan recrear en América latina una versión autóctona de la socialdemocracia.

Alan García, quien recibió su mandato del conservador Belaúnde Terry,

Alan García, presidente del Perú

un hombre cuya gestión se caracterizó por el respeto de las libertades públicas y la Carta Magna, enfrentó desde el comienzo de su gestión problemas estructurales de difícil solución: elevada deuda externa, corrupción en los cuadros de la administración, minería creciente y generalizada, dependencia económica, terrorismo.

Para salvar tales escollos, el presidente prometió una "revolución democrática", cuyos postulados latos tienen -a, al menos, tenían cuando fueron expresados en una especie de acto de fe- un cierto grado de correspondencia con la socialdemocracia del Viejo Mundo, modelo que constituye una variable operativa del capitalismo.

Pero el APRA, su partido, es un movimiento de dogmas originales que la dinámica histórica tornó confusos o declinantes, como aquella unidad de la Indoamérica soñada por Haya de la Torre que hoy es, apenas, un ideario romántico e inconducente.

## Utopía y realidad

Tentado entre la utopía del aprismo y la realidad, Alan García -quien tras los episodios de los penales destituyó a 301 oficiales y a más de 600 subordinados- enfrenta con marchas y contramarchas los difíciles escollos emergentes de la decisión de reconstruir una nación. Pero a la vez, la violencia irracional de las organizaciones subversivas y un nuevo tipo de terror, "muy profesional y misterioso" -como lo calificó hace aproximadamente un año-, que no sería otro que el de sectores de ultraderecha que, en su metodología, en nada difieren de Sendero Luminoso y del grupo Túpac Amaru.

En tal contexto, el Partido Acción Popular y otros sectores del establishment político han generado una tensión social adicional al pronunciarse en favor de una enmienda constitucional que introduzca la pena de muerte para los delitos de terrorismo, con agravantes de asesinatos y destrucción de la propiedad pública y privada. Y como el Congreso, antes del 5 de mayo próximo, debe aprobar la creación de tribunales especiales para juzgar a los subversivos y el aumento de las penas para castigar sus delitos, la propuesta de Acción Popular resulta inoportuna; el APRA rechaza la pena de muerte como solución para los delitos extremistas.

Con un terrorismo que nunca cesa [illegible] violencia cuando se lo supone en retirada; sin haber alcanzado el grado de soluciones sociales y económicas prometidas en los momentos de fervor; con un apoyo popular que parecería declinar, desgastándose ante una leve pero constante conquista de espacio por otros grupos políticos, Alan García se encuentra, en su intento de ensamblar las piezas, en una crítica coyuntura pues, entre el terror y la crisis, no resta lugar para la retórica o políticas de dudoso resultado.

## La Comisión Tower

El jueves, a días de conocerse nuevos episodios de la diplomacia secreta de los Estados Unidos (una invasión militar a Libia planificada en 1986 por el Consejo de Seguridad Nacional, denunciada por The Washington Post y la autorización otorgada el año anterior por Reagan para que la CIA pudiese detener, en el extranjero, a personas sospechosas de terrorismo, según la afirmación del Wall Street Journal), la Comisión Tower entregó a Ronald Reagan y a la prensa su esperado informe.

El documento apunta a [illegible] objetivos. El primero, deslindar la responsabilidad directa del presidente a quien se advirtió -en lo que conforma casi una obviedad- que debe asumirla y "enfrentarse con las consecuencias", es decir, cumplir con la obligación de todo hombre de Estado. Pero también a mostrar a un titular de la Casa Blanca mal infor-

mado por sus asesores y, a cas[illegible] de una intriga casi palaciega.

La aparente decisión de la [illegible] Tower fue la de rescatar la fi[illegible] dencial, pero, prioritariamen[illegible] trar que los Estados Unidos c[illegible] mecanismos capaces de se[illegible] rados confiables. Más que [illegible] forme, la Comisión Tower [illegible] dente por su existencia, y est[illegible] de los méritos que no pueden [illegible] mucho más allá de los resulta[illegible]

El tema, sin embargo, n[illegible] aquí. El escándalo origina[illegible] venta secreta de armas a Irá[illegible] rrespondientes derivaciones [illegible] los contras significó para l[illegible] canos -con miras a las próx[illegible] ciones presidenciales- y para [illegible] administración un golpe en pl[illegible]

Si a esta suerte de comedia [illegible] le hacía falta algún nuevo c[illegible] vale subrayar que, antes de co[illegible] informe -y esto no puede dej[illegible] derarse una minúscula-, Re[illegible] muló declaraciones (en una [illegible] las que acusó abiertamente a[illegible] de bloquear los esfuerzos para [illegible] una solución negociada en la g[illegible] Golfo y de continuar "las acci[illegible] terroristas contra [illegible] de la intimidación y el terror[illegible] últimos, hizo un [illegible] para [illegible] Khomeini.

Tal vez, esta haya sido una [illegible] anticipada a la observación d[illegible] sión Tower en el sentido d[illegible] ventas de armas amenazaran [illegible] rar el equilibrio militar" en [illegible] entre Irán e Irak, puntualiz[illegible] configura un correlato entre [illegible] sado en el informe y la posic[illegible] EE. UU., ya que ni Teherán [illegible] deben ganar el conflicto, pe[illegible] más un intento de Reagan p[illegible] zar algunas de las observac[illegible] miras a la respuesta que, en [illegible] ofrecerá al país.

Al margen de las dificultad[illegible] agregarán -dado que con el i[illegible] concluye el episodio- en el [illegible] terno, Washington se ve en el [illegible] de reorientar su política ex[illegible] momentos en que no pocos ob[illegible] coinciden en señalar que el [illegible] perdió su control. Y más tod[illegible] lación con Europa, cuyos lid[illegible] que en las dos años de mand[illegible] restan Reagan sea incapaz d[illegible] las prioridades de la NATO y [illegible] en las negociaciones con la [illegible] temas vitales para el Viejo M[illegible]

La *agenda iraní*, que va m[illegible] allá del rescate de los reh[illegible] constituirse en un elemento [illegible] política exterior de los EE. U[illegible] dará que hablar y, lo que se[illegible] acontecerá en el Levante, pe[illegible] nocer mejor los entretelones.

01-01

8704165

RS

120

Perú

# Acusan al gobierno peruano

LONDRES, 8 (EFE y AP). — Un informe que Amnesty International dará a conocer mañana lunes en la capital británica acusa a funcionarios civiles y militares del gobierno peruano, presidido por Alan García, por haber ocultado las torturas y asesinatos masivos ocurridos en junio del año pasado en las cárceles de El Frontón, Lurigancho y Santa Bárbara.

El informe, de 65 páginas recoge testimonios de sobrevivientes, familiares de los presos políticos (la mayoría pertenecientes a Sendero Luminoso) y abogados de los mismos e incluye fotos sobre lo sucedido. El material de AI indica que civiles y militares ocultaron parte de la verdad: ésta es —afirma— que de 156 miembros de Sendero, apenas sobrevivieron 35. Añade que entre 30 y 60 sobrevivientes fueron trasladados a celdas secretas de una base naval y otros 35 fueron ejecutados en El Frontón.

Tal informe indica que el propio presidente García ordenó que nada se comentase al enterarse que no menos de 100 amotinados de Lurigancho fueron fusilados tras rendirse y sus cuerpos enterrados de noche a 250 kilómetros del penal.

♦ **Huelga de hambre**

Entretanto, 4.500 reclusos de la cárcel capitalina de Lurigancho inician el lunes una huelga de hambre masiva reclamando viejas demandas. La actitud refleja el terrible episodio del año pasado, cuando un motín, exigiendo —igual que ahora— médicos, visitas ampliadas y mejor alimentación, culminó en la mayor masacre carcelaria en la historia del Perú.

Esta huelga coincidirá con la presentación del informe de AI, en el cual, además, se relata de qué manera policías y militares se encargaron de matar uno a uno a los reclusos rendidos y en algunos casos liquidarlos masivamente mediante cargas de dinamita a la vista de un general que supervisó la operación. Amnesty aclara que el presidente García denunció parte de lo sucedido, pero no todo y afirma que la organización se ha dedicado también a denunciar los atroces crímenes de Sendero Luminoso.

El País 9/6/87



8704233

ARCHIVAR EN: PERÚ (120)

TEMA: NUEVO ATENTADO CONTRA ALAN GARCIA

PROCEDENCIA: La Prensa 2/3/1987

ARCHIVADO EN: FICHAJE (8)

8704299

01·01

R5

120



# Explosión en base aérea peruana: supuesto atentado de la guerrilla

**Lima, 19 (UPI) -- Presuntos guerrilleros izquierdistas habrían provocado la explosión e incendio que destruyó hoy un taller de mantenimiento en la base aérea de Las Palmas, al sur de esta capital, y que causó la muerte de un soldado y dejó a otro herido, informaron testigos y fuentes de prensa.**

**Vecinos cercanos a Las Palmas dijeron que hasta el mediodía se escuchaban disparos en los cerros en cuyas faldas está la base aérea, desconociéndose el motivo de las detonaciones.**

**Casi a la misma hora en que se produjo la explosión, en pleno toque de queda, dos subversivos fueron arrestados, tras un corto tiroteo, cuando colocaban una poderosa bomba en un puente que cruza la principal autopista que une el centro de Lima con los distritos del sur, indicaron las fuentes.**

**Después que concluyó el toque de queda, que rige entre la una y las cinco de la madrugada, fue muerto a tiros Pedro Heraclio Moreno Reyes, gobernador del Pueblo Joven ("barriada") Víctor Raúl Haya de la Torre, situado en el distrito Independencia, 12 kilómetros al nordeste de Lima, informó la agencia oficial Andina.**

## Ocupan radioemisoras

**Asimismo, supuestos grupos guerrilleros ocuparon brevemente esta mañana ocho estaciones de radio comerciales, para tratar de propalar mensajes subversivos, según informó el viceministro del interior, Agustín Mantilla. En algunos casos fueron dejadas bombas que agentes policiales se encargaron de desactivar.**

**Todas esas acciones rebeldes están destinadas al parecer a restar brillo al Día de la Fraternidad, que celebrará mañana el gobernante partido Aprista Peruano, para recordar el 91er. natalicio de Víctor Raúl Haya de la Torre, quien murió el 2 de agosto de 1979.**

**Se ignora si en el taller de la base de Las Palmas había aviones de guerra en reparación y si la explosión, que se escuchó en toda la capital, fue sólo de un depósito de combustible cercano al taller y ubicado al sur de la base, indicaron las fuentes.**

## Explosión

**Sin admitir el supuesto ataque rebelde, la Fuerza Aérea Peruana informó oficialmente que a las 3.53 de hoy "se produjo una explosión en uno de los talleres de mantenimiento del servicio de material de guerra de la base FAP Las Palmas".**

**Tras identificar al soldado muerto como Francisco Molina de la Cruz, la FAP señaló que la explosión causó "daños materiales de consideración en el referido taller y daños menores en la cercanía".**

**El comunicado terminó diciendo, escuetamente, que "el alto mando de la FAP ha dispuesto la investigación correspondiente".**

**La base aérea de Las Palmas, la principal de su género en Lima, ocupa una gran extensión del distrito de Surco y está rodeada por la Escuela de Oficiales de la FAP y de varias unidades del Ejército, entre ellas la división aerotrasportada.**

**La explosión ocurrió en la quietud de la madrugada y sacó de sus camas a centenares de personas, especialmente de las que viven cerca de la base aérea. Muchas residencias quedaron con puertas, ventanas y vidrios destruidos, dijeron las fuentes de prensa.**

**Sólo en una ocasión los guerrilleros, que iniciaron la acción armada hace más de seis años, atacaron directamente un recinto militar. Hace 18 meses, un desconocido hizo estrellar un auto con una bomba contra el muro frontal de la base aeronaval, aledaña al aeropuerto internacional.**

**La magnitud del incendio que siguió a la explosión en Las Palmas obligó a solicitar numerosos camiones tanques cargados de agua, para combatir el fuego. Este fue dominado cerca de tres horas después.**

**Efectivos de la FAP y del Ejército bloquearon todos los puntos de acceso a la base, no permitiendo el paso, inclusive a los agentes policiales.**

PARTES POCO LEGIBLE

01·01

8704306

120

GONZALEZ - LA NACION 2/6/87



Perú

# Belaúnde Terry, candidato en 1990

LIMA, 1 (AP). – El ex alcalde marxista de Lima Alfonso Barrantes renunció irrevocablemente a la presidencia de la coalición Izquierda Unida (IU), segunda fuerza política del Perú, en una jornada en que el ex presidente Fernando Belaúnde Terry aceptó implícitamente ser candidato en las elecciones presidenciales de 1990.

Barrantes, abogado de 59 años, dimitió anoche aparentemente por discrepancias con dirigentes de los siete partidos políticos que forman Izquierda Unida, y tras haber sido abucheado el miércoles por militantes de esos grupos cuando ingresó al Centro Cívico de esta capital, donde se inauguraba un congreso del Partido Comunista Peruano con asistencia de delegados extranjeros. Ese día, militantes de la Izquierda Unida puestos de pie le gritaron a Barrantes durante varios minutos que "la izquierda es consecuencia y no vacilación... La izquierda es consecuencia y no vacilación".

Los manifestantes al parecer aludían a la conducta del entonces presidente del partido, quien viajó a Bulgaria en la víspera de un paro nacional efectuado el 19 de mayo por la Confederación General de Trabajadores del Perú, de tendencia comunista, de protesta por la política económica y laboral del gobierno del presidente Alan García y en reclamo de un aumento general de sueldos y salarios. Anteriormente, Barrantes había sido criticado por sus camaradas por sus frecuentes reuniones con el presidente García, y por no haber asumido una oposición leal al régimen.

En su mensaje por televisión, Barrantes dijo que "si soy obstáculo para que la izquierda unida se fortalezca y mantenga su firmeza revolucionaria, les entrego de manera irrevocable la presidencia, sin quejumbre ni resentimiento." Continuará en la coalición como simple militante.

La renuncia de Barrantes se produjo en momentos en que la comisión directiva de la Izquierda Unida organiza para el miércoles una manifestación en la céntrica plaza San Martín, demandando la dimisión del gabinete ministerial encabezado por el primer ministro y ministro de Economía, Luis Alva, en protesta por el alza del costo de vida, por el cese del estado de emergencia y toque de queda en las provincias de Lima y El Callao, y por una modificación en la política económica oficial.

El senador Carlos Malpica, tenaz opositor del gobierno y uno de los críticos más frecuentes de la gestión de Barrantes, dijo en una entrevista radial que tras la dimisión de Barrantes, la conducción de la Izquierda Unida sería asumida por una "dirección colegiada" hasta la realización de un congreso nacional "que elija a las autoridades (partidarias), que determine su composición orgánica."

En las elecciones presidenciales de 1985, ganadas por el presidente del Partido Aprista Alan García con 3,4 millones de sufragios, Barrantes logró 1,6 millones de votos, de un total de 7,5 millones de electores. Entre los 9 candidatos presidenciales de ese año, García y Barrantes fueron los más votados, pero ninguno logró la mayoría absoluta requerida por la

Fernando Belaúnde Terry (Archivo)

Constitución para ser elegido. Cuando se preveía la realización de una segunda vuelta electoral entre García y Barrantes, éste se retiró de la contienda y dejó a García el camino expedito para que asumiera la presidencia, lo cual ocurrió el 28 de julio de 1985.

Entretanto, durante un almuerzo en Lima con motivo del trigésimo primer aniversario de Acción Popular, el jefe de esa agrupación, el ex presidente Fernando Belaúnde Terry, aceptó ayer implícitamente ser candidato en las elecciones presidenciales de 1990. Belaúnde, de 74 años, dijo que "estoy a las órdenes de ustedes" luego que los asistentes, entre ellos dirigentes nacionales, ex ministros y legisladores acciopopulistas exclamaron "Belaúnde candidato (en 1990)... Belaúnde candidato".

Belaúnde fue electo presidente dos veces. Su primer gobierno fue derrocado por un golpe militar. Completó el segundo mandato y entregó el gobierno al actual presidente García.

# Políticos en el sube y baja

Fernando Belaúnde Terry, el democristiano que mantuvo con vida a la democracia de almácigo nacida en el Perú tras muchos años de dictadura militar, y Alfonso Barrantes Lingán, quien concretó en ese mismo país el intento electoral marxista más destacado en América desde el triunfo presidencial de Salvador Allende, son también ahora, al mismo tiempo, noticias de sentido opuesto.

Belaúnde acaba de ser proclamado candidato presidencial para las aún lejanas elecciones de 1990, con lo que vuelve inesperadamente al primer plano de la lucha por el poder, y Barrantes acaba de renunciar a la presidencia de su agrupación, la Izquierda Unida (IU), de manera que así parece ingresar en el limbo político, cuando se esperaba de él un destino muy diferente.

La actitud de Belaúnde es inesperada por cuanto éste había asegurado que no volvería a postularse a la presidencia del país. La actitud de Barrantes sí se esperaba, pero ha resultado sorpresiva debido a que la acompañó de una declaración de rechazo a la posibilidad de reingresar en las filas del APRA, de las que había sido expulsado hace 30 años... por manifestarse violentamente contra un huésped del Perú en aquella época: Richard Nixon.

En efecto, existían numerosos indicios de que el ex alcalde de Lima, fundador y candidato presidencial de la Izquierda Unida, zaguero inmediato de Alan García en los comicios de 1985, volvería de la mano de éste, su amigo, con perdón y honores al partido de sus orígenes políticos.

Acusado ahora por sus correligionarios de flexibilidad estratégica excesiva, este hombre de sangre indígena, apodado "frejolito" por la pequeñez de su físico, se perfilaba como el nuevo canciller de Alan García Pérez, quien, de haberlo captado para su causa, hubiera conseguido privar a los partidos de la Izquierda Unida del único factor que había logrado, mal que bien, mantenerlos juntos hasta ahora.

8704378

01·01

RS 120

Perú

## No juzgarán a Cavallerino

LIMA, 10 (Reuter). – Una corte peruana decidió no abrir instrucción al ex comandante de la fuerza aérea por las acusaciones de sedición y violencia recientemente presentadas en su contra por la Fiscalía General de la Nación.

El undécimo juzgado de instrucción de Lima decidió que las acusaciones presentadas contra el teniente general Luis Abram Cavallerino carecían de pruebas suficientes como para justificar que se abriera instrucción.

LA NACION 11/9/87

01-01

8704385

Perú

# Descontento de policías peruanos

LIMA (ANSA, EFE y UPI).- El descontento, que podría llevar a una nueva huelga, sigue latente en el sector de la policía que realizó un paro hace dos semanas, que acusa al Gobierno de no cumplir con lo que prometió para que se levantara la medida.

Un grupo de policías penetró el viernes en el Congreso cuando se realizaba una sesión, pidiendo se atiendan sus reclamaciones y sólo tras dos exhortaciones del Presidente del Senado, Armando Villanueva, abandonaron el lugar, inmediatamente rodeado por una dotación policial fuertemente armada.

Un sector de la policía peruana realizó una huelga entre los pasados días 15 al 18, solicitando mejoras salariales que llegaban a unos 300 dólares mensuales.

Según la comisión policial que sigue negociando con el gobierno sus reclamaciones, el aumento que se les ha otorgado es de unos 43 dólares, lo que ha sido confirmado por el propio Ministro del Interior, Abel Salinas.

LA HABANA 31/5/87.

01·01

B704404

120

Perú

# Revés para Alan García

LIMA, 10 (EFE). — La juez Cecilia Espinosa devolvió a la Fiscalía de la nación, por considerar que carece de pruebas, la denuncia presentada contra el ex comandante de la fuerza aérea peruana, general Luis Abram Cavallerino.

La Fiscalía acusó a Cavallerino de supuestos delitos contra los poderes del Estado, sedición, usurpación de autoridad, violencia y resistencia a la autoridad.

El militar fue destituido por su actitud de entrevistarse con altos mandos militares y líderes políticos para hacer frente a la creación del Ministerio de Defensa propuesta por el Ejecutivo, aprobada por el Parlamento y ahora sancionada por una ley.

La juez indicó que la denuncia solo incluye recortes de diarios

01·01

8704447

RS

120

Perú

GONZALEZ

CLARIN ★ Buenos Aires, lunes 25 de mayo de 1987

# Alan García prometió derrotar al terrorismo de Sendero Luminoso

***Durante una multitudinaria concentración de sus partidarios, el presidente Alan García afirmó que el gobierno peruano, a través de las fuerzas armadas y policiales, derrotará al terrorismo encarnado en el grupo Sendero Luminoso. El primer mandatario se refirió a la situación socioeconómica y expresó que Perú impedirá que sea tutelado económicamente.***

**LIMA, 24 (Reuter). — El presidente Alan García lanzó anoche un desafío a la subversión y afirmó que las fuerzas armadas y policiales derrotarán en la lucha armada que hace siete años inició el grupo maoísta Sendero Luminoso.**

**"Vamos a confrontar la subversión en los Andes con nuestro aliento, construyendo el desarrollo social de los más pobres y aquí con la acción de nuestras buenas policías, que sí podrán derrotar la acción homicida de los que han regado de sangre nuestra nacionalidad", afirmó García.**

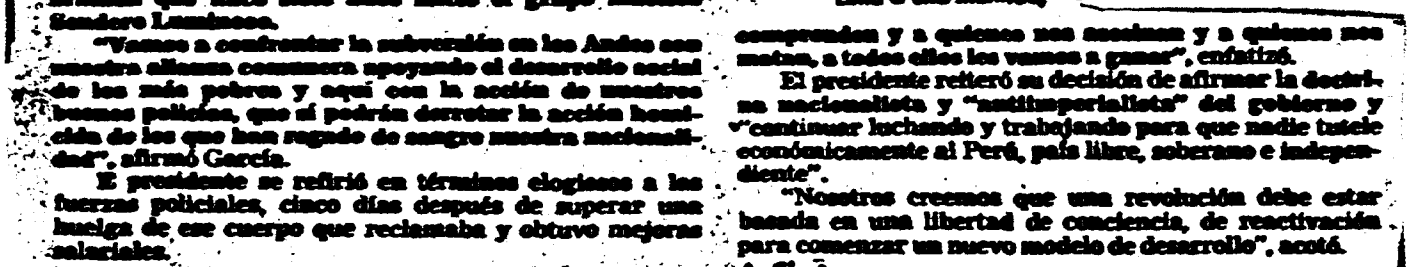
**El presidente se refirió en términos elogiosos a las fuerzas policiales, cinco días después de superar una huelga de ese cuerpo que reclamaba y obtuvo mejoras salariales.**

**♦ Desafío**

**Al [illegible] la estrategia adoptada para lograr sin violencia el levantamiento de la medida de fuerza, dijo que para su administración "lo importante es salvaguardar las vidas humanas, no disparar al pueblo y confirmar que este gobierno está sólidamente aliado con la vida y su gran objetivo es la justicia social".**

**García, que fue vitoreado anoche por unos 50.000 apristas que lo saludaron al cumplir 38 años, demandó al pueblo "paciencia y compromiso" y fustigó duramente "a quienes desean todo de inmediato, a quienes creen que es posible multiplicar los recursos".**

**"A los que no tienen paciencia, y a quienes no nos comprenden y a quienes nos asesinan y a quienes nos matan, a todos ellos los vamos a ganar", enfatizó.**



**El presidente de Perú, Alan García, saludo el sábado en Lima a una multitud.**

**El presidente reiteró su decisión de afirmar la doctrina nacionalista y "antiimperialista" del gobierno y "continuar luchando y trabajando para que nadie tutele económicamente al Perú, país libre, soberano e independiente".**

**"Nosotros creemos que una revolución debe estar basada en una libertad de conciencia, de reactivación para comenzar un nuevo modelo de desarrollo", acotó.**

**♦ Sin temor**

**"El gobierno no puede seguir manteniendo más pobre al pobre y más rico a los ricos", señaló García ante una multitud que interrumpió con aplausos su discurso en una veintena de ocasiones.**

**García subrayó el bagaje ideológico de su partido, la Alianza Popular Revolucionaria Americana (APRA), fundado el 23 de mayo de 1924.**

**"La ideología del aprismo que hoy gobierno al Perú, no tiene temor, no se amedrenta, no retrocede y afronta el reto de las circunstancias para defender al pueblo", dijo en su discurso momentos después de recorrer en un automóvil descubierto el perímetro de la Plaza de Armas.**

**El presidente rindió homenaje a la fuerza armada y al ejército, a las que calificó de "bastión y columna" de la autoridad democrática elegida por el pueblo.**

**"Ellos son la raíz y la fortaleza del pueblo frente a cualquier arbitrariedad, la primera trinchera de nuestra democracia cuando se ve afectada o maltratada. Han demostrado lealtad", afirmó.**

**Hace dos meses García destituyó al comandante general de la fuerza aérea, lo que provocó un acuartelamiento de los más altos oficiales de ese cuerpo en protesta por la decisión presidencial. El ejército permaneció leal al presidente y lo apoyó en la emergencia.**



8704503

# Perú: renunció el líder de la oposición izquierdista

***La coalición pro marxista Izquierda Unida, segunda fuerza política del Perú, empezó a debatir ayer la conformación de su próxima conducción tras la renuncia de su fundador y líder, Alfonso Barrantes, a la presidencia de la alianza. El ex alcalde de Lima, blanco de fuertes críticas internas en las últimas semanas, instó a que la coalición "no se contamine de infantilismo o pro sovietismo" en esta nueva instancia.***

LIMA, 1º (AFP, DPA y Reuter). — El ex alcalde de Lima, Alfonso Barrantes, anunció anoche su renuncia a la presidencia de Izquierda Unida (IU), una alianza de partidos promarxistas reconocida como la principal fuerza de oposición política en el Perú.

"Si soy obstáculo para que Izquierda Unida se fortalezca y mantenga firmeza revolucionaria, allí les entrego de manera irrevocable esa presidencia, sin guardar ningún resentimiento", dijo Barrantes, sobre quien últimamente se habían desatado fuertes críticas en el seno de la coalición.

Abogado laboralista de 59 años, Barrantes sorprendió a los analistas con el tono de su dimisión: aunque los observadores predecían su deserción de IU desde hacía varias semanas, su decisión de continuar dentro de la coalición como militante contradijo los pronósticos sobre que lanzaría una nueva agrupación de corte socialista con miras a las elecciones presidenciales de 1990.

Desde la pérdida de la alcaldía limeña en noviembre del año pasado —tras un largo y polémico recuento de votos que decidió la disputa por estrechísimo margen en favor del aprismo— la figura de Barrantes comenzó a ser crecientemente cuestionada por los líderes de los partidos integrados en IU.

Sus detractores lo acusaron últimamente de un acercamiento "oportunista" con el partido en el gobierno, y criticaron con dureza su amistad personal con el presidente Alan García. Tras su reciente encuentro con el embajador norteamericano en Lima, Alexander Watson, no faltaron las notas de "pro imperialista".

En su renuncia, Barrantes hizo votos para que IU "no se contamine de infantilismo o pro sovietismo".

"El calibre de las adjetivaciones se tornó mezquino y en consonancia con sectores ajenos a Izquierda Unida, pero con indudable posición pro terrorista, convirtieron las presentes críticas en una verdadera campaña difamatoria y calumniosa", expresó.

"No tengo ni tendré compromiso con el gobierno y su partido. El aprismo —opinó Barrantes— por su concepción doctrinal y sus compromisos de clase, no atacará la estructura económica en que se sustenta la injusticia y la explotación que agobian al país".

♦ *Acefalía y desorientación*

Mientras la prensa comentaba con variadas tonos la crisis en el seno de la coalición izquierdista, el consejo directivo de IU inició esta tarde una reunión que deberá decidir sobre la futura continuidad aliancista. Sus conclusiones, sin embargo, no se esperan para el corto plazo.

La alianza, nacida en 1980 como iniciativa del propio Barrantes, está conformada actualmente por seis partidos. En las elecciones de 1983 logró la alcaldía de Lima, mientras que a nivel nacional se convirtió en la segunda fuerza detrás del aprismo, con el 24 por ciento de los votos.

Javier Díaz Canseco, jefe del Partido Unificado Mariateguista (PUM, marxista radicalizado), se manifestó partidario de una jefatura colectiva, pero el debate interno se anticipa difícil y prolongado. La heterogeneidad evidenciada tanto por analistas como por los propios dirigentes aliancistas aparece como característica nada clara para IU.

Alfonso Barrantes, ex alcalde de Lima, quien renunció ayer a liderar la principal alianza de oposición, la Izquierda Unida.

01-01 8704544 .

H.E.B.

ARCHIVAR EN: PERU (120)

TEMA: P.E.I N= 043/B/DE/986
(Dof material del Ejercit)

PROCEDENCIA: EME 30/10/86 Doc. 2493/86

ARCHIVADO EN: P.E.I (084)

01-01 8704639

ARCHIVAR EN: PERU (JKO)

TEMA: P.E.I. N° 039/B/JE/986 (Adj (material del agrewil)

PROCEDENCIA: EME 06/4/87 Doc 0534/87

ARCHIVADO EN: P.E.I (084)

HEB.

8704640

01-01

Perú
120
B.



# LA SITUACION POLITICA EN PERU

ESQUEMA ECONOMICO

## Primer alerta para Alan García

MA, 18 (Por Nicole Bonnet, de "Le Monde", al para Clarín). — La tensión aumenta entre el no peruano, de orientación socialdemócrata, y dicatos controlados por la coalición de izquierda Una huelga general está prevista para mañana , convocada en forma conjunta por la Confede- de Trabajadores de Perú (C.G.T.P., de orienta- munista) diversos "frentes de defensa regional" nizaciones barriales (ver en esta página).
a huelga es más política que gremial. Se realiza tra del "autoritarismo, las medidas de excep- toque de queda y el alza de los precios".

La C.G.T.P. afirma que "el gobierno busca limitar las libertades políticas, sindicales y populares en beneficio de los principales detentores del poder económico y en detrimento de los intereses y necesidades de la mayoría que debe enfrentar el alza del costo de vida con salarios de miseria".

¿Cómo se explica que el gobierno de Alan García (del APRA) tenga que hacer frente a esta situación después de casi dos años de su llegada al poder y de haber "marcado varios tantos" en el plan económico durante 1986?

En el Parlamento, el APRA, que dispone de una cómoda mayoría, abusa y aprueba en forma expeditiva proyectos de ley que cortan en seco toda discusión cuando lo acuerda al Ejecutivo poderes excepcionales.

Este autoritarismo es el que provocó, en parte, la grave crisis militar del mes pasado: el presidente García había convocado a las cámaras en sesión extraordinaria para que lo autorizaran a promulgar por decreto la creación de un Ministerio de Defensa en lugar de las tres carteras que retenía el ejército. La aviación se rebeló. Su comandante en jefe fue destituido. De allí el clima de malestar en el seno del ejército.

### ♦ Exito económico

En el plano económico, el gobierno logró a corto plazo una victoria al congelar los precios y aumentar los salarios de forma de hacer crecer la demanda. Luego aumentó la producción utilizando la capacidad instalada en un ciento por ciento. En 1986, la inflación fue reducida a la mitad y la tasa de crecimiento alcanzó un 9,2 %.

Sin embargo, desde noviembre del año pasado comenzaron a registrarse los primeros síntomas de "ahogo". El despegue económico propició un importante déficit presupuestario y la pérdida de 500 millones de dólares en reservas. El gobierno lanzó entonces un plan a mediano plazo para favorecer la reinversión de las ganancias del sector privado durante 1986 (cuatro mil millones de dólares), para lo cual debió liberar algunos precios. A partir del mes de enero el nivel de vida comenzó a erosionarse. En abril la tasa de inflación fue del 6,6% según fuentes oficiales (y del 8,8% según otras estimaciones). En tanto que el nivel de producción para este año alcanza al ciento por ciento.

La C.G.T.P. sabe que no va a doblegar la política del presidente García pero se ve desbordada por los sectores más radicales de la izquierda. En el seno de la izquierda unida, esta "radicalización" aparece, por otro lado, como inevitable, si es que debe aparecer como una solución de recambio frente al reformismo populista del APRA.

Agencia Reuter

Alan García, presidente de Perú.

8704696

01-01

# Firma de acuerdos bilaterales tras la visita del presidente uruguayo a Perú

Con la firma de varios acuerdos bilaterales y una declaración conjunta, finalizó el pasado 11 de abril la visita que realizó el presidente de Uruguay Julio Sanguinetti a Perú, donde fue recibido por su par, Alan García.

El mandatario uruguayo estuvo acompañado en la ocasión por su esposa, Martha Canessa, el canciller Enrique Iglesias y los parlamentarios Roberto Asiáin, Raumar Jude, Guillermo Stirling por el Partido Colorado, Carlos Rodríguez Labruna y Juan Raúl Ferreira por el Partido Nacional y Carlos Cassina por el Frente Amplio.

En discurso pronunciado ante el Parlamento peruano —realizado en el marco de una extensa agenda— Sanguinetti señaló la necesidad de constituir un nuevo orden económico como forma de consolidar las democracias en latinoamérica.

Refiriéndose a la posición de los países industrializados, el mandatario uruguayo dijo que "la solidaridad liberaría (...) meramente declamatoria de las grandes democracias del mundo, las agradecemos como una expresión moral".

"[Pero] más nos importaría que través de mercados mucho más transparentes y justos, a través de la superación de esos proteccionismos egoístas a través de una mayor sensibilidad de un orden comercial que hoy nos condena a no poder vivir de nuestro propio trabajo, no tuviéramos que ver cómo se debilitan (las) instituciones políticas", precisó.

Posteriormente ambos mandatarios firmaron una declaración conjunta donde asentaron su voluntad de "robustecer las instituciones democráticas a través de una estrecha cooperación que privilegie el diálogo constante con el propósito de afianzar recíprocamente la estabilidad de nuestros procesos constitucionales".

Presidente Julio Sanguinetti

Asimismo se señala la necesidad de establecer "mecanismos para la integración cultural de América latina...", y de "propiciar consultas para promover la celebración de una conferencia sobre paz, seguridad y desarrollo" en esa región.

"Hacemos un vigoroso llamado a los países directa o indirectamente involucrados para que se abstengan de toda medida que obstaculice el diálogo y la confianza indispensable para reducir las tensiones y crear las condiciones políticas que permitan retomar el camino del entendimiento entre los pueblos centroamericanos", culmina la declaración.

"Reiteramos que nuestros gobiernos están solidariamente unidos en la defensa de los principios de la libre determinación y no intervención, así como en el anhelo de alcanzar una solución pacífica y negociada a la crisis centroamericana", precisa el documento sobre ese punto.

Refiriéndose a la deuda externa los mandatarios señalaron que el "entorno" en que se desarrolla ese problema, se ha deteriorado "debido a la persistente escasez de recursos financieros para el desarrollo, y la creciente condicionalidad que se pretenda imponer a los existentes".

En ese sentido la declaración recomendó que "en adición a sus tareas originales, el Consenso de Cartagena efectúe el seguimiento y promueva la coordinación de las posiciones de sus miembros en todos los foros en que directa o indirectamente el tema de la deuda (externa) sea considerado, a fin de asegurar un enfoque integral en su tratamiento".

### ■ Acuerdos bilaterales

Los mandatarios firmaron posteriormente un Acuerdo de Extensión de reducciones arancelarias, por el cual Uruguay podrá hacer ingresar a territorio peruano una serie de productos designados que comprenden desde carne ovina y vacuna, leche y arroz hasta preparaciones animalícas para curtición, sulfato de cromo y cierres de contacto.

Excepción hecha de las carnes, que tendrán una reducción del 20 % del arancel, los restantes productos se beneficiarán con el 100 % de desgravación.

Por su parte Perú podrá ingresar a territorio uruguayo desde tilí, sardinas y manteca de cacao, hasta juegos de cubiertos de plata y barcos pesqueros de hasta 600 toneladas métricas de capacidad de bodega.

Finalmente los mandatarios suscribieron acuerdos sobre cooperación turística y un documento sobre defensa y protección del patrimonio cultural de ambos países.

01-01 8704766

# Los gremios paralizarán el país por reclamos salariales

LIMA, 18 (AFP y ANSA). — La Confederación General de Trabajadores del Perú (C.G.T.P.), central obrera del Partido Comunista, reiteró hoy que mañana realizará un paro nacional de 24 horas en protesta contra el incremento del costo de vida en el país.

La paralización, la primera de organizaciones gremiales que amenaza con convertirse en una gran protesta contra el gobierno de 22 meses del presidente socialdemócrata Alan García, fue considerada un "paro subversivo" por gremios sindicales del oficialismo.

La C.G.T.P. afirmó en un comunicado que trabajadores bancarios, estatales, industriales, mineros, de luz y fuerza y campesinos agrupados en 22 organizaciones laborales, acatarán la medida de fuerza, que paralizaría la actividad económica peruana.

La huelga fue rechazada por la Confederación de Trabajadores del Perú (C.T.P.) del gobernante Partido Aprista, la democristiana Confederación Nacional de Trabajadores (C.N.T.) y un sector de la Confederación de Trabajadores de la Revolución Peruana (C.T.R.P.).

Pero ninguna de estas tres tiene la influencia que la C.G.T.P. ejerce en los sindicatos peruanos, según especialistas laborales.

El paro fue declarado ilegal por el Ministerio de Trabajo, pero el senador marxista Valentín Paniagua, vinculado a la C.G.T.P., anunció que hoy se realizará de todas maneras para "exigir" al gobierno un cambio en su política económica, salarial y laboral.

En una reacción para contrarrestar el paro, la estatal Empresa Nacional de Transporte Urbano (ENATRU) anunció que sus autobuses brindarán mañana transporte gratuito a la ciudadanía, y la aeronáutica civil aseguró que los vuelos comerciales serán normales.

También el gobierno suspendió las clases, hoy y mañana, en los colegios para impedir que escolares de alumnos sean arrastrados a la violencia por el paro laboral.

Luis Negreiros Criado, secretario general del partido oficialista APRA, diputado y además presidente de la C.T.P., rechazó la convocatoria al paro y manifestó que existe "una conjuración para desestabilizar el sistema democrático entre la C.G.T.P., Sendero Luminoso y la policía en huelga".

Negreiros Criado indicó que la C.T.P. acordó no participar en el pretendido paro, por considerar que "la plataforma presentada al gobierno por la C.G.T.P. comunista no aporta en las demandas laborales al incluir aspectos esencialmente políticos".



8704771

ARCHIVAR EN: PERU (120)

TEMA: Parte Especial de Información N° 022/B/DE/987 (Adj información del Refrequil Perú).

PROCEDENCIA: EME del 14/7/87 Doc 0987/87

ARCHIVADO EN: P.E.I (084)

8704811

01·01

# Presión sobre Alan García

***El Banco Mundial notificó al gobierno peruano del presidente Alan García que suspendía préstamos por 460 millones de dólares —básicamente destinados a salud, educación y proyectos de infraestructura— a raíz de los atrasos de pagos de la deuda peruana. La medida del organismo internacional perjudicará a millones de personas.***

WASHINGTON, 3 (UPI, AFP y EFE).— En una declaración sin precedentes, el Banco Mundial advirtió hoy que lamenta que millones de personas se verán perjudicadas por la suspensión de desembolsos a Perú el mes pasado, a raíz del incumplimiento de compromisos por el gobierno del presidente Alan García.

El Banco Mundial suspendió el 5 de mayo los desembolsos sobre 460 millones de dólares en créditos aprobados para el Perú, que dejó acumular 46 millones de dólares en devoluciones atrasadas sobre una deuda total con el organismo de 1.000 millones de dólares, dijeron voceros del organismo multilateral.

Hasta hoy el Banco no había admitido oficialmente la suspensión de sus desembolsos al Perú, revelada el mes pasado a UPI por el Departamento del Tesoro de Estados Unidos. Esta decisión es entendida como una presión política contra el gobierno aprista.

"La suspensión de desembolsos se hizo efectiva a partir del 5 de mayo y afecta a 460 millones de dólares pendientes de desembolso del total de [illegible] millones aprobados desde 1980 en 60 préstamos", indicó un vocero del Banco Mundial.

### ♦ Proyectos

"Estos 460 millones de dólares apoyaban a 19 proyectos en varios sectores de la economía, incluyendo servicios de salud y educación en áreas rurales, agua potable para Lima y varios proyectos de desarrollo rural", agregó. "De acuerdo con las normas, los desembolsos permanecerán suspendidos hasta que los atrasos en la deuda peruana sean cubiertos".

Desgraciadamente, indicó el vocero, "los beneficios de los proyectos suspendidos están distribuidos ampliamente: alrededor de 91.000 familias habrían recibido beneficios de proyectos de desarrollo agrícola, más otras 445.000 familias rurales adicionales de los servicios de extensión agrícola".

"Unos 2,5 millones de personas, principalmente pobres, se habrían beneficiado del proyecto de salud", dijo el Banco Mundial.

Además "375.000 estudiantes se habrían beneficiado del proyecto de educación", señaló el Banco. "Los proyectos urbanos debían beneficiar a por lo menos dos millones de residentes de Lima, y un proyecto de energía habría asegurado que la región de Lima tendría energía adecuada en los próximos años."

La lista se completa con "proyectos industriales y de transporte que habrían apoyado el crecimiento económico para beneficio general del país".

En ese panorama, sostuvo el Banco, "sin el proyecto de petróleo alrededor de 11.000 millones de barriles de petróleo no serán exportados entre 1987 y 2000".

### ♦ Deuda

El monto adeudado por el Perú al Banco Mundial alcanza ahora a 1.000 millones, de los que 750 millones corresponden a principal y 250 millones a diferenciales originados en tasas de cambio, informó la institución.

El banco advirtió: "Si la suspensión de desembolsos se mantiene y la ejecución de proyectos se detiene, los costes para Perú desafortunadamente serán muy altos, superando cualquier ganancia financiera neta de corto plazo por la reducción de pagos al Banco Mundial".

"La dispersión de los equipos locales de administración de los proyectos también resultaría en pérdida de eficiencia y Perú también perdería el beneficio de la asistencia técnica y la transferencia de tecnología de las misiones de supervisión del banco", agregó.

El banco reseñó la crisis señalando que a lo largo de 1986 y 1987 Perú "se estuvo atrasando en sus pagos al Banco Mundial, así como a otros organismos multilaterales". El atraso llegó el 1° de mayo a 56,6 millones de dólares.

Del 19 al 21 de abril el entonces vicepresidente para América latina y el Caribe del banco, A. David Knox, estuvo en Lima y discutió con las más altas autoridades la situación, expresándoles que el organismo tenía disposición de continuar con una cooperación estrecha.

### ♦ Sin respuesta

"Al hablar con el presidente Alan García, Knox explicó que el banco estaba interesado en evitar la interrupción de operaciones apoyadas por el banco, de importancia social y económica para Perú, y expresó su esperanza de que el gobierno peruano hiciera sus pagos."

El banco indicó que "no hubo compromiso en ese encuentro, pero al volver a Washington Knox, el banco recibió un télex de del primer Ministro Luis] Alva Castro expresando que tenía el más alto interés en cumplir los compromisos con el Banco Mundial y que daba instrucciones para pagos en tres días hábiles".

Ello ocurrió del 23 al 27 de abril, agregó el banco.

"Desde que no se recibió pago hasta el 28 se envió un nuevo télex pidiendo aclaraciones al gobierno de Lima. No hubo respuesta y finalmente se envió otro télex el 1° de mayo indicando que los desembolsos estaban suspendidos si para el 4 de mayo los pagos permanecían pendientes. Se habían cumplido más de 30 días de atraso en algunos de esos pagos", dijo el vocero del banco.

"Finalmente, la notificación de la suspensión de desembolsos fue enviada el 5 de mayo. Para entonces Perú estaba en atrasos de 56,6 millones", indicó el organismo multilateral.

El télex del Banco Mundial, indicó ante, "se cruzó con otro de Alva Castro en el que sostenía que en 90 días Perú presentaría una propuesta para resolver el tema de la deuda a todos sus acreedores, pero sin compromiso de pagar y solo como planteo".

Agencia AFP

Alan García, presidente del Perú.

01-01

8704843

Agencia Reuter

Lo policía examina el automóvil en el que fue asesinado un oficial del ejército.

# Asesinan en Perú a un oficial del ejército

LIMA, 16 (AFP y AP). — Una mujer atractiva, presunta integrante del grupo maoísta Sendero Luminoso, distrajo a un oficial del ejército, y dos cómplices lo asesinaron a tiros hoy en una calle del puerto de El Callao, al oeste de esta capital, según se informó.

La víctima fue identificada como el mayor Raúl Soto Calla, de 35 años, dijo un funcionario del Ministerio del Interior que declinó ser identificado. Añadió que el atentado ocurrió a las 7.40 hora local (12.40 GMT).

"El oficial (Soto) murió en una emboscada", dijo el funcionario.

Un repartero que acudió al lugar del atentado dijo a la agencia AP que el automóvil del oficial tenía el parabrisas destrozado y por lo menos diez impactos de bala en las puertas delanteras, capot y techo.

Añadió que en el asiento posterior del vehículo la policía encontró cartas geográficas y otros documentos del oficial, y sobre ellos un cartel blanco con letras rojas con la frase "así mueren los genocidas de Alan (García, el presidente del Perú)", y a manera de firma las siglas S.L. (presumiblemente Sendero Luminoso).

El cartel al parecer fue colocado por la mujer. Se informó que algunos vecinos dijeron que el oficial era piloto de la División Aerotransportada del Ejército y trabajó hasta hace pocos días en Ayacucho, centro de las operaciones militares contra guerrilleros de Sendero Luminoso, 375 kilómetros al sudeste de Lima.

Según versiones de prensa, testigos relataron que Soto, que aparentemente venía rumbo a Lima, detuvo su vehículo tras llegar a una esquina donde se le acercó una mujer atractiva, le dijo algo y se retiró. Cuando el oficial iba a reanudar la marcha dos hombres le dispararon con metralletas hiriéndolo en la cabeza y en el tórax.

Luego regresó la mujer y arrojó una bomba que al estallar causó daños al automóvil. Otro artefacto fue desactivado por la policía.

El oficial fue auxiliado y llevado a un hospital de la armada, donde murió debido a la gravedad de sus heridas.

Los tres individuos corrieron hacia una avenida de intenso tránsito vehicular y desaparecieron.

♦ Cruento historial

Con Soto se elevó a cuatro el número de oficiales de las fuerzas armadas y policiales asesinados en circunstancias similares en lo que va del año.

La violencia subversiva desencadenada por Sendero Luminoso, a la que se unieron el Movimiento Revolucionario Túpac Amaru (M.R.T.A.) y el Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), pro cubanos, y su represión por fuerzas gubernamentales, han causado hasta ahora más de 10.000 muertos entre militares, policías, civiles e insurgentes, y unos 1.000 civiles desaparecidos, según informes oficiales y de organizaciones de derechos humanos.

El asesinato del mayor Soto es el decimotercero perpetrado por los comandos de aniquilamiento senderistas contra oficiales de las fuerzas armadas y policiales de Perú. Desde enero de 1986 a la fecha abatieron a tres de la marina de guerra, cuatro del ejército y 6 de la guardia civil, se recordó.

8704882

27

120

# General peruano da apoyo al destituido

LIMA. (Exclusivo para EL DIA). — El general del Ejército en retiro, Luis Cisneros Vizquerra, a quien se le acusa en distintos medios de instigar golpes de Estado en Perú, elogió ayer al destituido ex comandante general de la Fuerza Aérea, general del aire, Luis Abram Cavallerino.

En "Carta abierta a un amigo", Cisneros dice en el diario "Expreso de Lima" que Abram es un "hombre en la más cabal acepción de la palabra".

Dice Cisneros que "Un buen oficial del Estado Mayor es aquel que defiende honestamente sus puntos de vista y hace uso de todos sus recursos para convencer al jefe sobre la que considera la mejor forma de solucionar un problema".

Abram fue destituido hace más de una semana por el presidente Alan García Pérez, quien, lo acusó de realizar reuniones inconsultas con el propósito de boicotear la decisión presidencial de crear el Ministerio de Defensa.

"Espero confiado que muy pronto puedas reforzar a quienes nos hemos impuesto la misión de defender los fueros institucionales para asegurarle a Perú un futuro de paz y de progreso dentro del sistema democrático".

Estas últimas palabras de Cisneros fueron inmediatamente interpretadas como el primer anisio de que grupos de militares, en retiro o actividad, estarían preparándose para "participar" activamente en lo que podría ser el mayor debate político de los últimos años: la elaboración de la ley orgánica del Ministerio de Defensa.

Perú

8705360

01·01

120

CLARIN ★ Buenos Aires, lunes 25 de mayo de 19

# Alan García p
# derrotar al ter
# de Sendero Lu

*Durante una multitudinaria concentración de s*
*Alan García afirmó que el gobierno peruano, a trav*
*policiales, derrotará al terrorismo encarnado en*
*El primer mandatario se refirió a la situación socioec*
*impedirá que se*

LIMA, 24 (Reuter). — El presidente Alan García lanzó anoche un desafío a la subversión y afirmó que las fuerzas armadas y policiales derrotarán en la lucha armada que hace siete años inició el grupo maoísta Sendero Luminoso.

"Vamos a confrontar la subversión en los Andes con nuestra alianza comunera apoyando el desarrollo social de los más pobres y aquí con la acción de nuestros buenos policías, que sí podrán derrotar la acción homicida de los que han regado de sangre nuestra nacionalidad", afirmó García.

E presidente se refirió en términos elogiosos a las fuerzas policiales, cinco días después de superar una huelga de ese cuerpo que reclamaba y obtuvo mejoras salariales.

◆ **Desafío**

Al aludir la estrategia adoptada para lograr sin violencia el levantamiento de la medida de fuerza, dijo que para su administración "lo importante es salvaguardar las vidas humanas, no disparar al pueblo y confirmar que este gobierno está sólidamente aliado con la vida y su gran objetivo es la justicia social".

García, que fue vitoreado anoche por unos 50.000 apristas que lo saludaron al cumplir 38 años, demandó al pueblo "paciencia y comprensión" y fustigó duramente "a quienes desean todo de inmediato, a quienes creen que es posible multiplicar los recursos".

"A los que no tienen paciencia, y a quienes no nos matan, a todos ellos los vamos a ganar", enfatizó.

El presidente reiteró su decisión de afirmar la doctrina nacionalista y "antiimperialista" del gobierno y "continuar luchando y trabajando para que nadie tutele económicamente al Perú, país libre, soberano e independiente".

"Nosotros creemos que una revolución debe estar basada en una libertad de conciencia, de reactivación para comenzar un nuevo modelo de desarrollo", acotó.

◆ **Sin temor**

"Mi gobierno no puede seguir manteniendo más pobre al pobre y más ricos a los ricos", señaló García ante una multitud que interrumpió con aplausos su discurso en una veintena de ocasiones.

García subrayó el bagaje ideológico de su partido, la Alianza Popular Revolucionaria Americana (APRA), fundado el 23 de mayo de 1924.

"La ideología del aprismo que hoy gobierna al Perú, no tiene temor, no se amedrenta, no retrocede y afronta el reto de las circunstancias para defender al pueblo", dijo en su discurso momentos después de recorrer en un automóvil descubierto el perímetro de la Plaza de Armas.

El presidente rindió homenaje a la fuerza armada y al ejército, a las que calificó de "bastión y columna" de la autoridad democrática elegida por el pueblo.

"Ellos son la raíz y la fortaleza del pueblo frente a cualquier arbitrariedad, la primera trinchera de nuestra democracia cuando se ve ofendida o maltratada. Han demostrado lealtad", afirmó.

Hace dos meses García destituyó al comandante general de la fuerza aérea, lo que provocó un acuartelamiento de los más altos oficiales de ese cuerpo en protesta por la decisión presidencial. El ejército permaneció leal al presidente y lo apoyó en la emergencia.

Perú

8705403

01·01

120

GONZALEZ



# Alan García prometió derrotar al terrorismo de Sendero Luminoso

***Durante una multitudinaria concentración de sus partidarios, el presidente Alan García afirmó que el gobierno peruano, a través de las fuerzas armadas y policiales, derrotará al terrorismo encarnado en el grupo Sendero Luminoso. El primer mandatario se refirió a la situación socioeconómica y expresó que Perú impedirá que sea saboteado económicamente.***

LIMA, 24 (Reuter). — El presidente Alan García lanzó anoche un desafío a la subversión y afirmó que las fuerzas armadas y policiales derrotarán en la lucha armada que hace siete años inició el grupo maoísta Sendero Luminoso.

"Vamos a confrontar la subversión en los Andes con nuestras mismas costumbres apoyando el desarrollo social de los más pobres y aquí con la acción de nuestras buenas policías, que sí podrán derrotar la acción homicida de los que han sumido de sangre nuestra nacionalidad", afirmó García.

El presidente se refirió en términos elogiosos a las fuerzas policiales, cinco días después de reprimir una huelga de ese cuerpo que reclamaba y obtuvo mejores salarios.

♦ Desafío

Al aludir la estrategia adoptada para lograr sin violencia el levantamiento de la medida de fuerza, dijo que para su administración "lo importante es salvaguardar las vidas humanas, no disparar al pueblo y confirmar que este gobierno está sólidamente aliado con la vida y en gran objetivo es la justicia social".

García, que fue vitoreado anoche por unos 50.000 apristas que lo saludaron al cumplir 38 años, demandó al pueblo "paciencia y comprensión" y finalizó diciendo que "a quienes desean todo de inmediato, a quienes creen que es posible multiplicar los panes".

"A los que no tienen paciencia, y a quienes no nos comprenden y a quienes nos necesitan y a quienes nos odian, a todos ellos los vamos a ganar", exclamó.

El presidente de Perú, Alan García, saludo al oficiado en Lima a una multitud.

El presidente reiteró su decisión de afirmar la doctrina nacionalista y "antiimperialista" del gobierno y "continuar luchando y trabajando para que nadie intervenga contra el Perú, para libre, soberano e independiente".

"Nosotros creemos que una revolución debe estar basada en una libertad de conciencia, de reactivación para construir un nuevo modelo de desarrollo", acotó.

♦ Sin humor

"El gobierno no puede seguir manteniendo más pobre al pobre y más rico a los ricos", señaló García ante una multitud que interrumpió con aplausos su discurso en una veintena de ocasiones.

García subrayó el bagaje ideológico de su partido, la Alianza Popular Revolucionaria Americana (APRA), fundado el 23 de mayo de 1924.

"La ideología del aprismo que hoy gobierna al Perú, no tiene temor, no se amedrenta, no retrocede y afronta el reto de las circunstancias para defender al pueblo", dijo en su discurso momentos después de recorrer en un automóvil descubierto el perímetro de la Plaza de Armas.

El presidente rindió homenaje a la fuerza armada y al ejército, a las que calificó de "baluarte y columna" de la autoridad democrática elegida por el pueblo.

"Ellos son la raíz y la fortaleza del pueblo frente a cualquier arbitrariedad, la primera trinchera de nuestra democracia cuando se ve afectada o maltratada. Han demostrado lealtad", afirmó.

Hace dos meses García destituyó al comandante general de la fuerza aérea, lo que provocó un acuartelamiento de los más altos oficiales de ese cuerpo en protesta por la decisión presidencial. El ejército permaneció leal al presidente y lo apoyó en la emergencia.

Perú

8705403

01·01

H.E.B.

ARCHIVAR EN: PEI (120)

TEMA: Parte Especial de Información de: 027/B/DE/87 (Adj material del afiliado)

PROCEDENCIA: EME 28/5/87 Doc. 0743/87

ARCHIVADO EN: P.E.I (084)

01-01 8705494

P
120

6 de febrero

CLARIN ★ Buenos Aires, jueves 12 de marzo de 1987

# Perú: debaten sobre el control militar

***En momentos en que el Congreso peruano analiza el proyecto del presidente Alan García de creación de un ministerio de la Defensa, que ha generado malestar en sectores de las fuerzas armadas, nuevos episodios de violencia se produjeron en la región andina. Un alcalde fue asesinado por presuntos guerrilleros de Sendero Luminoso y dos trenes mineros fueron dinamitados. En un enfrentamiento con tropas del ejército, seis sediciosos murieron.***

LIMA, 11 (AFP y ANSA). — El primer ministro peruano Luis Alva Castro defendió hoy ante dos comisiones parlamentarias el proyecto gubernamental de creación de un Ministerio de la Defensa, cuestionado por algunos sectores castrenses que consideran "inoportuno" resolver ese cambio de estructuras en momentos en que las fuerzas armadas desarrollan una "guerra interna contra la subversión".

Alva Castro explicó a los integrantes de las comisiones de Defensa y Constitución que el proyecto, planteado por el presidente Alan García el mes pasado, es un "proceso gradual pero irrenunciable de modernización y racionalización", y puntualizó que la doctrina del gobierno aprista vincula la seguridad y defensa del estado al desarrollo y por lo tanto requiere "de una estructura operativa, centralizada, expeditiva".

En la actualidad integran la estructura del gobierno peruano tres ministerios militares, correspondientes a cada una de las fuerzas armadas. El proyecto de Alan García, que implica su unificación en una sola cartera, generó malestar en sectores uniformados que señalaron que la existencia de un único ministerio permitiría la manipulación política de las fuerzas armadas.

Alva Castro subrayó hoy que no existe el propósito de [illegible] del ejército, la marina, la aviación, sino "mantenimiento de [illegible]".

El primer ministro opinó también que, si hubiera estado a los altos mandos militares del cargo político de ministros, se ha incurrido en una mezcla de funciones. "Ahora —dijo— el ministro de Defensa asumirá plenamente las atribuciones y responsabilidades políticas y los altos mandos de cada institución recuperarán su pleno ejercicio técnico y profesional".

En relación con el comienzo del debate parlamentario en torno de la creación del ministerio de la Defensa, la semana pasada circularon rumores acerca de una creciente "inquietud" que se consideró inclusive posible preámbulo de un golpe de estado.

El presidente García descalificó esas versiones señalando que "sólo ven fantasmas los que creen en ellos" y que "el Perú tiene que tomar decisiones sin temor".

Las comisiones parlamentarias habían invitado a los miembros del Comando Conjunto de la Fuerza Armada y a los titulares de las tres armas para que expusieran sus puntos de vista sobre el proyecto, pero esos oficiales se excusaron apuntando que "por ser militares en ejercicio, tienen prohibido emitir opinión".

Está previsto que los legisladores escuchen, en los próximos días, las consideraciones sobre el tema de altos oficiales en retiro, así como también de historiadores y juristas.

Archivo 1968

Luis Alva Castro, ministro del Interior de Perú.

01·01

8705570

PERU

PERU: MASIVA PURGA DISPUESTA POR ALAN GARCIA

# Destituyen, otra vez, a la cúpula policial

Agencia AFP

Alan García, presidente del Perú.

LIMA, 6 (ANSA). — El gobierno peruano aceptó las renuncias elevadas por los comandos institucionales de las fuerzas policiales, presentadas poco después del paro que el personal subalterno cumplió, entre los días 15 y 18 de mayo pasado, que aunque ha sido superado, aún no ha sido solucionado.

El cisma en los altos mandos de las fuerzas policiales incluye también a la mayoría de los generales que desempeñan los cargos de inspectores generales y jefes de región, cuyas renuncias serían aceptadas, pasados a retiro o removidos de sus cargos en el curso de las próximas horas o días.

Mientras tanto, los miembros de la Comisión del Personal Subalterno de las Fuerzas Policiales, denunciaron al gobierno por el incumplimiento del acta que suscribieron el 18 de mayo, como documento previo para disponer el restablecimiento del servicio policial.

El personal subalterno de las fuerzas policiales se reincorporó a sus actividades solo horas antes del inicio del paro general decretado por la izquierdista Confederación General de Trabajadores del Perú (C.G.T.P.).

La aludida comisión denunció la falta de diálogo con las autoridades para dar cumplimiento a los puntos establecidos en la mencionada acta y revelaron que no se responsabilizarán de la actitud que adopte el personal subalterno por el incumplimiento de aquélla por parte del gobierno.

Al asumir la primera magistratura, el 28 de julio de 1985, Alan García Pérez anunció la reorganización de las fuerzas policiales, objetivo que de inmediato fue asumido por el ministro del Interior, Abel Salinas.

En ese contexto, fueron pasados a retiro decenas de generales, un centenar de coroneles y numerosos altos jefes y oficiales de las tres instituciones policiales, la guardia civil, la guardia republicana y la policía de investigaciones.

La reorganización, que casi dos años después aún no ha concluido, incluyó unificar los comandos de las tres instituciones policiales en un mando en común, que hasta la víspera ejerció el teniente general Carlos Rodríguez Tirado, a quien le fue aceptada su renuncia, según un escueto comunicado del Ministerio del Interior.

También fueron aceptadas las renuncias formuladas por el teniente general Alfredo Bermeo Moscoso, director superior de la guardia civil, y el general Oscar Cabello Cáceres, director superior de la guardia republicana.

Aún hoy no se conocía la situación planteada con el director general de la policía de investigaciones, general Manuel Suárez Salcedo, quien según algunos medios periodísticos permanecería en el cargo, considerando que durante los cuatro días de insubordinación del personal subalterno fue la institución que evidenció su pleno respaldo al orden institucional.

Las renuncias formuladas por los altos jefes policiales fueron aceptadas luego de la tercera reunión, en menos de 48 horas, que sostuvo el presidente de la República con el Consejo de Defensa.

El Consejo de Defensa, que preside el jefe de Estado, lo integran el presidente del Consejo de Ministros, los ministros de Guerra, Marina y Aeronáutica, los miembros del Comando Conjunto, el canciller y el ministro del Interior.

8705592

01-01

RJ

120

Peru

# Dan a la policía militarizada del Perú la custodia de las prisiones

LIMA, 4 (UPI).- El Poder Ejecutivo ordenó hoy que la Guardia Republicana (policía militarizada) se haga cargo del control de las prisiones, dos días antes de que los guardiacárceles y trabajadores de institutos penales inicien un paro.

El decreto dice que la medida de fuerza "pone a los presos y al público como un todo en serio peligro".

El paro es para exigir mayores sueldos y para protestar contra el despido de 500 trabajadores en una campaña contra la corrupción.

El ministro de Justicia, Carlos Blancas Bustamante, ordenó a la Guardia que tome el control de las 112 prisiones del país usualmente vigila el perímetro. También declaró el estado de emergencia en los penales.

Informes radiales dijeron que la prisión de máxima seguridad de Canto Grande, donde se encuentran más de 200 acusados de ser miembros de Sendero Luminoso permanecía en calma.

Voceros de los 500 despedidos dijeron que el Gobierno los echó para nombrar, en su lugar, a miembros del aprismo (partido en el poder).

Pero Blancas acusó el jueves a los despedidos de negligencia, ineficencia y corrupción y dijo que no estaban ayudando a la reorganización de las prisiones comenzada el 1 de enero.

Las autoridades anunciaron en mayo que los guardiacárceles de Canto Grande, abierta a comienzos del año último como prisión modelo, habían permitido a los presos fortificar sus celdas y abrir agujeros en las paredes y techos.

Canto Grande está equipado con sistemas de televisión de circuito cerrado y sensores subterráneos que nunca han sido puestos en funcionamiento, indicaron las autoridades.

Los problemas de las prisiones son de vieja data. Entre 1981 y 1983 escaparon casi quinientos presos de la cárcel de Lurigancho, que es la mayor del país, con seis mil reclusos, luego de sobornar a los guardias.

Los motines son comunes. Hace un año, sospechosos de pertenecer a Sendero Luminoso tomaron rehenes y se alzaron simultáneamente en tres cárceles con saldo de al menos 250 presos, quienes murieron durante el aplastamiento del motín.

La Nación 5/7/87

01·01

8705684

ARCHIVAR EN: Peru (120)

TEMA: P.E.I N° 027 (B) DE 1987 Actividad material de los Agregados, Argentina, Brasil y Perú.

PROCEDENCIA: EME del 10/8/87 Doc. 1112/87

ARCHIVADO EN: P.E.I (084)

01·01 8706020

CONTINUA EN PERU EL GIGANTESCO OPERATIVO CONTRA EL NARCOTRAFICO

# Frustran masiva fuga de terroristas

**LIMA, 19 (EFE, Reuter, UPI y AP). — Casi 800 personas —entre ellos brasileños y colombianos— fueron detenidas por la policía peruana en las zonas selváticas del país, donde más de mil efectivos de las fuerzas de seguridad realizan una gigantesca operación contra el tráfico de estupefacientes y el terrorismo.**

**Luego de cuatro días de la llamada Operación Emergencia después de que el gobierno central dispusiera medidas de excepción en tres provincias y dos distritos de los departamentos de San Martín y Huanuco, la policía informó haber incautado 600 kilos de pasta básica de cocaína.**

**Entretanto, en Lima, una fuga masiva de 300 presos fue frustrada anoche al descubrirse que en la cárcel de máxima seguridad de Canto Grande, en la capital peruana, un túnel de 20 metros de largo estaba a punto de ser terminado por los reclusos para abandonar el penal, según parece, el próximo día 28.**

**Faltaban 10 metros para que el túnel llegara al exterior de la cárcel. En...**

Agencia AFP

Un grupo de terroristas detenidos es custodiado en la cárcel de mayor seguridad de Lima.

los que iban a escapar se encuentran algunos terroristas acusados de varios crímenes. La información la ofreció el comandante de la Guardia Republicana, Jaime Rodríguez, jefe del destacamento que vigila la prisión, considerada de "alta seguridad" que fuera construida por la firma española Guvarte.

♦ **Segundo intento**

Los pabellones 2A y 2B, destinados a los detenidos más peligrosos, trabajaron, según se cree, unos 15 días para construir —con cuanto elemento tuvieron a mano— un túnel de 20 metros de largo con 2 de profundidad. Es el segundo intento de fuga que se produce en esta cárcel. La primera tentativa fue en mayo de este año, cuando también se descubrió un socavón de 25 metros.

En cuanto a la detención de narcotraficantes, el general Juan Iñarra, quien comanda la operación, señaló que entre los casi 800 detenidos se encuentran 25 mujeres y que desde el comienzo de la operación se registraron 225 casas en las que se encontraron armas en cantidad suficiente como para abastecer a un pequeño ejército.

Estuvo en la zona de Tocache, donde las fuerzas de seguridad iniciaron la redada, el viceministro del Interior, Agustín Montilla. El funcionario aseguró que "en esta zona, el problema fundamental es el narcotráfico y no el terrorismo".

Las fuerzas peruanas de seguridad están actuando con el apoyo de tres helicópteros de la "Drug Enforcement", agencia norteamericana de combate a la droga; los aparatos realizan vuelos de reconocimiento para detectar las plantaciones clandestinas de coca.

01·01 8706041

ARCHIVAR EN: Peru (120)

TEMA: Crece en Brasil la Campaña por 4 directas y 2ª. Final. de la Reunión entre Sarney y Alan García.

PROCEDENCIA: Brasilia 4/7/87

ARCHIVADO EN: Brasil (058)

01.01

8706149

18

120

Perú

Acusan con Subversión

# Caen importantes jefes senderistas

LIMA, 9 (UPI).- Las autoridades peruanas afirmaron hoy que desbaratan "la más poderosa célula de aniquilamiento" del grupo rebelde Sendero Luminoso en la histórica ciudad de Cuzco, al capturar al supuesto jefe de los insurgentes en el sur del país.

El prefecto de Cuzco, Julio Jara Ladrón de Guevara, dijo que la policía detuvo a Walter Victor Palacios, conocido con el apelativo de Chacal de los Andes, a quien se acusa del asesinato de nueve policías en esa zona andina, ubicada a 535 kilómetros al sudeste de Lima.

Agregó que también las autoridades detuvieron a Nicanor Rosa Díaz, a quien se le sindica como intelectual de Sendero Luminoso.

Ladrón de Guevara, en declaraciones a la agencia estatal de noticias Andina, manifestó que "con la captura de ambos miembros del movimiento subversivo podemos decir.

(Continúa en la página 2, col. 3)

1978

GONZALEZ - [illegible]



8706188

# Detención de jefes senderistas

(Continuación de la página 1, col. 6)

sin exageración ninguna, que se ha dado el más duro golpe al senderismo".

Indicó que las fuerzas de seguridad tienen controlada la subversión en Chaco, la principal atracción turística del Perú, y que las incursiones de policías y militares se realizan "en presencia de un fiscal con el fin de garantizar los derechos humanos de los delincuentes subversivos".

Entretanto, la policía proseguía la búsqueda de un comando rebelde que atacó un cuartel policial y asesinó a agentes de seguridad, y otro que dinamitó las vías del ferrocarril central, hecho que provocó heridas graves a dos personas y el descarrilamiento del tren cargado de minerales en los Andes.

"Un numeroso grupo de elementos terroristas armados atacó el martes por la noche un cuartel policial, donde murieron tres policías y un cuarto resultó herido, en el poblado de Casinchigua, departamento andino de Apurimac, 450 kilómetros al sudeste de Lima", dijo un comunicado oficial del Ministerio del Interior.

El enfrentamiento duró cinco horas y fue sostenido por los nueve policías que se encontraban en el cuartel, señaló el comunicado.

Por otra parte, fuentes policiales dijeron que efectivos de seguridad salieron desde la ciudad andina de Cerro de Pasco, 175 kilómetros al noroeste de Lima, en un intento por capturar a los agresores.

El martes, un comando rebelde colocó cargas de dinamita sobre los rieles y provocó el descarrilamiento de una locomotora con 12 vagones cargados de toneladas de fierro silicoso, carbón y plomo, a tres kilómetros de Cerro de Pasco.

Las explosiones de las acrgas de dinamita destruyeron más de 60 metros de ferrocarril, interrumpiendo el tránsito entre las ciudades de los Andes centrales del país y el transporte de minerales.

Más de 8000 personas han muerto entre civiles, policías, militares y rebeldes debido a la violencia política en Perú desde que Sendero Luminoso inició sus ataques en mayo de 1980.

## Asesinaron a otro policía

LIMA, 9 (AFP).—Otro policía —el cuarto en menos de 24 horas— fue asesinado en el Perú por guerrilleros de Sendero Luminoso que atacaron anoche la ciudad minera de Cerro de Pasco y detonaron 18 explosivos contra torres de alta tensión y un asiento carbonífero, informó hoy aquí la guardia civil.

El asesinato del guardia Santos Díaz Arteaga fue consumado por dos terroristas que le descerrajaron tres disparos en la cabeza anoche en una céntrica arteria de Cerro de Pasco, a 317 kilómetros al nordeste de Lima.

## Nueva ofensiva

Los atentados de anoche de Cerro de Pasco parecen formar parte de una nueva ofensiva de la guerrilla maoísta, dijo el teniente coronel Carlos Campos Chiri, jefe de la Guardia Civil.

Tras asesinar al policía, los sediciosos detonaron 12 cargas de dinamita en diferentes lugares de Pasco.

La mayor parte de los ataques con petardos tuvieron como blanco el asiento minero de Goyllarisquizga, 36 kilómetros al noroeste de Pasco, donde provocaron un apagón tras derribar tres torres de alta tensión y dañar varias instalaciones de la mina.

GONZALEZ

Ba Nación 10/2/88



8706188

ARCHIVAR EN: PERU (120)

TEMA: HABANA Especial Soviética

PROCEDENCIA: LA HORA 23/4/87

ARCHIVADO EN: URSS (026)

01-01

8706198

**De la semana internacional**

# Nacionalización de la banca peruana

En el contexto del proceso de democratización e institucionalización vivido por América latina en los últimos años, el presidente del Perú, Alan García –el más joven de los mandatarios emanados de dicho proceso– se distinguió por algunas actitudes contundentes que no dejaron de sobresaltar a los observadores internacionales que siguen con atención las sucesivas secuencias de la actual etapa histórica.

La limitación de los pagos de la deuda externa fue la causa de uno de aquellos sobresaltos. Ahora ha alcanzado similar repercusión el propósito, corporizado en un proyecto de ley que ya tuvo puntual llegada al Parlamento, de proceder a la nacionalización de la banca, iniciativa en la cual estarían comprendidas las entidades crediticias, de seguros y financieras privadas. la medida conllevaría, además, el cierre de todas las casas de cambio y excluiría, al menos por el momento, a la banca extranjera.

## Controlar sin oprimir

Sin ambages, el presidente García subrayó, en su mensaje al Congreso, que su propósito es crear la posibilidad de que el Estado se transforme en el único asignador del crédito y de la liquidez monetaria, "porque ésa es una forma de planificación y porque, en uso de su soberanía, el Estado debe poder organizar el sistema financiero". En cuanto al sentido estricto de la terminología utilizada, no hizo gala de un vocabulario novedoso. Idénticos conceptos han reiterado, más o menos, a lo largo de muchos años, quienes auspiciaron medidas semejantes.

No obstante, el mandatario avanzó más en sus propósitos al señalar que "el sistema financiero es hoy en el Perú el más poderoso instrumento de concentración de fuerza económica y, por ende, de influencia política, y el mayor obstáculo a la democratización de la producción y la acumulación del excedente".

Tales palabras ampliaron el panorama. El tema, sin mayores sutilezas, se evadió del campo de lo estrictamente económico e inició una incursión por lo político, matiz que –tal como se dijo– de ningún modo hubiera podido quedar al margen de las decisiones de este tipo.

El circuito económico ha sido y es, hasta el momento, una determinante que, quiérase o no, circunscribe a límites específicos la movilidad del gobierno peruano. El dilema pudo haber consistido, para Alan García, en si primero se afirmaba en lo político para buscar luego el control de lo económico, o si seguía el camino inverso. Los hechos demuestran que eligió esta última senda.

El presidente del Perú, Alan García

La nacionalización bancaria es, según prueba la historia, una medida efectista y productora a corto plazo de réditos elementales, sobre todo cuando coadyuva a la consolidación de gobiernos de corte populista.

Alan García obtuvo los primeros réditos a poco de anunciada su resolución. Sus simpatizantes, reunidos al pie del balcón del palacio presidencial, lo ovacionaron. Los dirigentes izquierdistas se apresuraron a adherir a las manifestaciones del titular del Ejecutivo, bien que guardando prudente distancia en cuanto a los aspectos subyacentes del tema.

Con su actitud, además, Alan García buscó refrescar su imagen interna. No hay dudas de que la nacionalización implica un giro a la izquierda, orientado a ocupar los espacios que se le pueden ganar a otros partidos y, sobremanera, a remontar el campo ideológico por sobre esa cerril izquierda contestaria de la cual Sendero Luminoso es la expresión más obcecada.

Claro está que el presidente peruano supo que jugaba con algunas ventajas y procuró mantenerlas intactas mediante un tratamiento delicado de la cuestión. Por lo pronto, tiene conciencia de que el proyecto habrá de pasar sin inconvenientes la barrera parlamentaria, salvo imprevistos singulares. APRA tiene mayoría en ambas cámaras y, por si ello fuera poco, habrá de contar con los votos favorables de la primera minoría, Izquierda Unida.

Pero eso no será suficiente si, como es de suponer, la nacionalización encuentra resistencia en los medios financieros y empresarios peruanos y en la banca internacional.

A esos sectores, sin duda, estuvieron dirigidas las afirmaciones acerca de que el Gobierno se vio casi forzado a llevar adelante la nacionalización por las prácticas discriminatorias de las organizaciones bancarias y financieras, vehículos propicios para las fugas de capitales. Asimismo, el subrayado de que el Gobierno desea manejar la banca sin que ello lo transforme en un factor de opresión ("no queremos un Estado totalitario") aparece como una suerte de compromiso orientado a aventar dudas acerca de la coloratura de esa profundización revolucionaria proclamada por García.

## Las reticencias

De cualquier manera, la alta empresa y la banca peruanas no quedaron satisfechas por el desarrollo de los acontecimientos. Sin adoptar aún medidas de réplica expusieron largamente el escepticismo que las invade en cuanto al futuro de la nacionalización. Y para hacerlo hurgaron en lo hondo de llagas acaso todavía no cerradas: recordaron los procesos similares llevados adelante, con escasa fortuna, por el general Velasco Alvarado.

No menos pesimista fue el tono de la derecha política, a la cual asiste un definido derecho a la duda. Sus voceros apelaron a una ecuación significativa al señalar que si la concentración bancaria y financiera representaba un poder desmesurado, ahora, depositada exclusivamente en manos del Estado, habrá de asumir una magnitud preocupante.

En realidad, Alan García ha dado el primer paso de una acción más extensa. El levantamiento del toque de queda en Lima y del estado de excepción en Ayacucho son otros tantos términos de una apuesta imprevisible, para la cual habrá que requerir respaldos múltiples, conciliar rechazos y atemperar reacciones –por ejemplo, mediante el pago de indemnizaciones equitativas e inmediatas– y hasta moderar los ímpetus de quienes lanzados en velocidad carezcan de frenos reguladores. Tal el caso del primer ministro Guillermo Larco Cox, cuyo anuncio de que la nacionalización comprendería también a los bancos extranjeros fue puntualmente desmentido por el propio Presidente.

Tampoco puede olvidarse que la suerte de esta empresa no corre por cuenta, únicamente, de los protagonistas mencionados. La subversión, con su carga de irracionalidad, es un elemento que no puede ser desechado en ningún esquema político peruano. En ese contexto, Alan García intenta ganarle espacio, acaso en un intento de

8706264

120

Ecuador
Perú

GONZALEZ

LA NACION 25/6/87 Exterior Página

# Un sindicalista será el nuevo primer ministro del Perú

LIMA, 24 (EFE).– El presidente peruano, Alan García, encaminaba hoy la solución de la crisis de gobierno abierta con la dimisión del primer ministro, Luis Alva Castro, quien será sustituido por Luis Negreiros, según fuentes oficiales.

El vicepresidente de la República, Luis Alberto Sánchez, confirmó hoy la información extraoficial de que Negreiros, secretario del APRA (Partido Aprista), en el gobierno, será el nuevo presidente del consejo de ministros.

Sánchez manifestó que el nombramiento de Negreiros, un destacado dirigente sindical, había sido una "decisión personal" de García.

El partido oficialista, en un comunicado emitido esta madrugada, reiteró su "plena confianza y respaldo" a García y reconoció "la demostrada capacidad" del presidente para "resolver con acierto" las dificultades.

Alan García, tras realizar una visita a la ciudad de Cuzco, retornó hoy a Lima e inició inmediatamente contactos con los máximos dirigentes y los parlamentarios de su partido para definir la nueva composición del gabinete.

La renuncia de Alva Castro obliga a que todos los demás ministros dimitan.

Los medios políticos esperan que el nuevo gabinete jure mañana ante el presidente García en el palacio de gobierno de Lima.

Mientras el nombramiento de Negreiros parece garantizado, así como el de Gustavo Saberbein para la cartera de Economía, existen dudas sobre los otros tres ministerios civiles que cambiarían de titular.

En Interior se baraja sobre todo el nombre del senador Guillermo Larco Cox, mediador en la huelga ilegal que la policía realizó en mayo último, pero también el del presidente de la Seguridad Social, José Barsallo Burga.

Asimismo, parece seguro que la diputada Mercedes Cabanillas se convertirá en la primera mujer que ocupará un ministerio en Perú, concretamente el de Educación.

Medios de prensa expresaron hoy que una segunda mujer, Elda Urizar, puede acceder a la cartera de Salud.

Urizar ha desempeñado interinamente la secretaría general del Partido Aprista, cargo en el que se turnan cada seis meses Negreiros y el presidente del Senado, Armando Villanueva, quien también fue considerado para presidir el gabinete peruano.

Un cuarto ministerio civil, el de la presidencia, perderá su titular y quedará también a cargo del nuevo primer ministro.

8706283

01·01

8 120

GONZALEZ (PERU) A. FINANCIERO 21/4/87

EXTERIOR

## Hubo nerviosismo y aglomeraciones en la zona comercial y bancaria

# Conmociona a Lima la nacionalización

Escribe Miguel Paredes de la agencia "Reuter"

**Lima — Aglomeraciones y nerviosismos entre los ahorristas de los bancos afectados por la nacionalización de la banca comercial caracterizaron el proceso de transferencia de las instituciones en la segunda jornada del feriado bancario.**

Pese al control policial en los locales bancarios, estalló ayer un explosivo en el frente del Banco Sur, Medio y Callo, situado en el elegante distrito limeño de Miraflores, dijeron las autoridades. No se informó inmediatamente sobre daños materiales ni fueron identificados los autores.

Comisiones interventoras designadas por el gobierno proseguían ayer el proceso de transferencia tras el anuncio de Alan García de nacionalización de la banca comercial, el sistema financiero y las compañías aseguradoras, informó un portavoz gubernamental.

García propuso nacionalizar la banca privada en una medida que —dijo— estaba diseñada para controlar la fuga de capitales y combatir las desigualdades sociales del Perú.

El Presidente también ordenó el cierre de casas de cambio y dijo que sólo el gobierno se encargaría de ahora en adelante de las transacciones cambiarias.

La medida, dispuesta por el Presidente desde el martes, suspendió hasta ahora la atención al público y eventualmente se prolongaría hasta la semana próxima, en las diez empresas bancarias, seis financieras y 17 aseguradoras afectadas.

Cuarenta casas de cambio fueron clausuradas por el gobierno para racionalizar la comercialización de dólares y se ha prohibido el mercado "paralelo" callejero bajo pena de cárcel.

Testigos dijeron que la falta de atención pública en los bancos afectados provocó aglomeraciones y nerviosismo entre los ahorristas y personas con cuentas corrientes, pese a la promesa del gobierno de que la medida no afectaría al público.

El gobierno dispuso el lunes un feriado bancario de tres días, pero la banca privada, sujeta a ser nacionalizada, mantuvo sus puertas cerradas. Las filiales de los seis bancos extranjeros atendieron normalmente pero sólo para operaciones en moneda nacional.

"Sólo atendemos operaciones en intis, no en moneda extranjera", fue la respuesta coincidente en las sucursales de los bancos extranjeros.

El primer ministro, Guillermo Larco Cox dijo anoche que la medida de nacionalización también incluiría controles a bancos extranjeros con filiales en Lima. Sin embargo, declinó suministrar detalles sobre las restricciones que se impondrían e indicó que no serían nacionalizados.

Las filiales de los bancos extranjeros no fueron incluidas en el decreto divulgado ayer, que facultó al Estado a suspender la autoridad de los gerentes de los bancos privados y sus accionistas, causando especulación sobre que podrían no resultar afectados por la medida.

Una resolución oficial dejó sin efecto el funcionamiento del mercado financiero de moneda extranjera, que cotizó hasta el viernes a 29 intis por dólar a los importadores, de productos que también se producen en el país. Restituyó el mercado único de cambio que cotiza a 15,85 intis la compra y 15,93 la venta "con el fin de asegurar que la compra y venta de moneda extranjera no sea materia de especulación".

Hasta el viernes, el Banco de la Nación cotizó, para los turistas, a 40,50 intis la venta del dólar, igual que el mercado callejero.

### • Desafío

Cambistas callejeros desafiaron la prohibición sobre sus actividades, comprando anoche a 40 intis por dólar y vendiendo a 50, dijeron testigos.

La intervención estatal, como primer paso a la nacionalización que deberá ser aprobada por el Congreso, suspende de sus funciones a las Juntas Generales de Accionistas de las entidades involucradas y delega todas sus funciones a un Comité de Administración.

La resolución dispone que los trabajadores conserven su condición de privados y mantendrán la estabilidad laboral, así como derechos y beneficios legales.

El diario "Expreso" comentó que ayer la banca comercial engloba 400 oficinas, entre sedes principales y sucursales provinciales, que totalizan 12 mil empleados, "un porcentaje que equivale a 25 por ciento del sistema bancario del país".

La Federación de Empleados Bancarios, que tiene más de 40 mil asociados, demandó al gobierno tener un representante en el Comité de Administración y en los directorios futuros de la banca sujeta a ser nacionalizada.

Un vocero dijo que "estamos estudiando y analizando los alcances de la medida del gobierno".

## ¿Serán o no serán?

*Lima (Reuter) — El primer ministro Guillermo Larco Cox aseguró ayer que el gobierno peruano no expropiará las sucursales de la banca comercial extranjera que opera en el país.*

*"Dentro de las posibilidades de nacionalización, cabe pensar que la banca extranjera podría ser afectada en su funcionamiento. Esto no quiere decir que será expropiada", dijo ayer Larco en diálogo telefónico con Reuter.*

*El presidente Alan García anunció el martes ante el Congreso que presentará un plan para nacionalizar la banca comercial privada. Dijo que en caso de resultar afectado alguno de los seis bancos extranjeros que operan en Perú sería indemnizado.*

8706321

01·01

Buenos Aires, domingo 2 de agosto de 1987 ★ CLARIN

# El gobierno peruano ratificó la intervención a los bancos

**Los bancos peruanos debieron someterse ayer a un "control de fluctuaciones", tras recibir sus puertas, el viernes.**

LIMA, 1º (EFE, UPI y Reuter). — Altos funcionarios del gobierno peruano precisaron hoy que las intervenciones de bancos, aseguradoras y financieras decretadas esta semana por el presidente Alan García se mantendrán, pese a la resolución en contra librada anoche por un juez que hizo lugar al recurso de amparo presentado por representantes de las entidades afectadas.

El titular del gabinete, ministro Guillermo Larco Cox, ratificó en sus declaraciones que el gobierno "es respetuoso de lo que decida el Poder Judicial, cuya autonomía consagra la Constitución", pero indicó que "en principio se mantienen las intervenciones".

"La batalla legal —advirtió Larco Cox— no ha terminado sino que más bien se inicia, pero aunque se pierda una batalla, ello no quiere decir que se haya perdido la guerra".

Gustavo Saberbein, ministro de Economía, en declaraciones a una radioemisora, reivindicó la atribución constitucional del Estado de adoptar medidas precautorias hasta tanto el Congreso dictamine sobre el proyecto de nacionalización de la banca elevado por el presidente García, y anticipó —confirmando lo sugerido por Larco Cox— que la resolución judicial será inmediatamente apelada.

Saberbein, en una enérgica respuesta al dictamen del juez Eduardo Raffo Otero, hizo una referencia a la corrupción del poder judicial, y puso en duda los fundamentos jurídicos del fallo, "tramitado con celeridad inusual en la justicia peruana y aparentemente por un juez parlante del propietario de un banco".

El proyecto de ley de nacionalización de la banca comenzará a ser debatido en el ámbito legislativo el próximo martes, en sesión extraordinaria. Según trascendió, el texto de la ley contempla el pago indemnizatorio a los propietarios de empresas expropiadas en moneda nacional y al contado, previo acuerdo de montos entre las partes.

La Asociación Bancaria del Perú publicó hoy solicitadas en los principales diarios afirmando que los bancos que ya son de propiedad del Estado controlan el 75 por ciento de la actividad del sector, tornando innecesaria la expropiación de las entidades privadas existentes. Los empresarios peruanos, por otra parte, reclamaron al gobierno la convocatoria a un referéndum para que la población se pronuncie.

8706453

01-01

1º SIGNATE PERÚ

Archivar 120

OPTO. II (EXTERIOR)
Lo 4/88
MR
RECIBIDO

LA NACIÓN 28/6/87

# Fue designado en el Perú el nuevo gabinete ministerial

LIMA, 27 (AFP).– Por primera vez en la historia de Perú dos mujeres integran el nuevo gabinete del primer ministro Guillermo Larco Cox, designado anoche.

El controvertido tema de la creación del nuevo Ministerio de Defensa aun no fue despejado, ya que los tres ministros de las Fuerzas Armadas –Ejército, Marina y Aeronáutica– fueron confirmados en sus cargos.

**Economía: un escollo**

En estos momentos, el presidente Alan García, sus más íntimos colaboradores, dirigentes y parlamentarios trabajaban el único escollo del gabinete: el Ministerio de Economía y Finanzas para el cual fue postulado Gustavo Saberbein, ex subsecretario.

Sin embargo, una fuente oficial señaló que, de todas maneras, Saberbein sería confirmado en el cargo.

Los únicos cambios son los siguientes: el ministro del Interior, Abel Salinas, pasa a ocupar el cargo de Energía y Minas del saliente Wilfredo Iguaita, mientras que el importante cargo de ministro del Interior será ocupado por Jorge Barsallo.

El titular de Salud, David Tejada, cede el cargo a Ilda Urizar. La diputada Mercedes Cabanillas será ministra de Educación.

**El nuevo gabinete**

De acuerdo con la información proporcionada, la lista del nuevo gabinete es la siguiente: primer ministro y ministro de la Presidencia, Guillermo Larco Cox; ministro de Relaciones Exteriores, Allan Wagner; ministro de Justicia, Carlos Blancas; ministro del Interior, José Barsallo Buirga; ministro de Salud, Ilda Urizar; ministro de Trabajo, Orestes Rodríguez; ministro de Educación, Mercedes Cabanillas; ministro de Energía y Minas, Abel Salinas; ministro de Vivienda, Luis Bedoya Vélez; ministro de Transportes y Comunicaciones: José Murgia (por confirmar); ministro de Agricultura, Remigio Morales Bermúdez; ministro de Industria y Comercio, Integración y Turismo, Manuel Romero; ministro de Pesca, Javier Labarthe; ministro de Guerra, general Jorge Flores; ministro de Marina, almirante Willy Harm; ministro de Aeronáutica, general Jorge Guerra; ministro de Economía y Finanzas, Gustavo Saberbein (por confirmar).

"Esta es una oportunidad que brinda el compañero presidente a la mujer peruana, a través de mi persona, para demostrar que somos capaces de manejar los destinos para los cuales hemos sido elegidos", afirmó la diputada y médica Urizar.

**No habrá cambios en la economía**

LIMA, 27 (AP). – El nuevo primer ministro, Guillermo Larco Cox, anunció que el gobierno del presidente Alan García continuará su modelo económico "nacionalista, democrático y popular".

Alan García anunció aumentos de salarios y tarifas y la creación de nuevos impuestos

# Drásticos cambios económicos en Perú

*Lima (UPI) — El presidente Alan García, indicando que su gobierno ha "cometido algunos errores", anunció ayer la intensificación de su plan económico, limitando aun más el pago de la deuda externa peruana, de 14.700 millones de dólares.*

*El plan incluye también aumentos salariales, mayores impuestos y un alza del precio de la nafta de 25 por ciento.*

*García afirmó que su gobierno establecerá un control estricto sobre las divisas, los precios de los alimentos básicos y una reducción de los intereses bancarios de 40 a 20 por ciento.*

*Agregó que se aumentarán los impuestos sobre automóviles, artículos electrodomésticos, turismo, pasajes aéreos internacionales y otros renglones que afectan especialmente a los sectores más pudientes del país.*

*Estableció además un nuevo tipo de cambio oficial para la divisa estadounidense, de 15,93 a 16 intis por dólar y del cambio financiero hasta 20 intis por unidad.*

*También reiteró que su gobierno no restablecerá las negociaciones con el Fondo Monetario Internacional y el Banco Mundial y que su programa económico se financia con el uso de los recursos que deja de pagar por concepto de la deuda externa.*

Alan García

*El mandatario dijo que su gobierno, debido al sistema de pago de la deuda en especies, había sobrepasado el límite que se había fijado el 28 de julio de 1985, de pagar sólo diez por ciento de sus ingresos por exportaciones y servicios, llegando a destinar entre 17 y 18 por ciento de sus ingresos.*

*La medida afectaría principalmente a la Unión Soviética y los países socialistas, los únicos que aceptan actualmente este sistema de pago.*

*En 1986, Perú pagó 111 millones de dólares en especies, fundamentalmente a la Unión Soviética, con quien tiene una deuda de casi 1000 millones de dólares.*

*El plan de emergencia implantado por García en 1986, mediante una política popu-*

*lista de revertir la recesión con aumentos salariales, permitió que en 1986 creciera el Producto Bruto Interno en 8,9 por ciento.*

*El mandatario peruano enfatizó ayer que el relanzamiento del programa económico busca que el Producto Nacional Bruto del país crezca siete por ciento en 1987.*

*García reiteró que durante 1987 los sueldos de los trabajadores aumentarían "por lo menos seis por ciento encima de la inflación".*



8706468

ARCHIVAR EN: PERU (120)

TEMA: Los Inmuebles Fiscales del Brasil

PROCEDENCIA: LA NACION 24/5/87

ARCHIVADO EN: BRASIL (098)

01-01

8706520

Ongar c/ Sendero Luminoso

120

-GONZALEZ-



# Perú: restablecerán la autoridad civil en las zonas de guerrillas

*...emboscada contra una caravana de vehículos ...es, guerrilleros de Sendero Luminoso mataron ...acucho a dos soldados del ejército, en el marco ...una ofensiva que incluyó el ataque a un pueblo ...nico con el saldo de 20 bajas para los rebeldes. ...rcía reimplantaría el control civil en la zona de emergencia, bajo jurisdicción militar*

LIMA, 21 (ANSA, AP y AFP) — El presidente Alan García podría anunciar la semana próxima la decisión de restablecer la autoridad civil en las provincias andinas donde se centraliza la actividad guerrillera, puestas hace más de cuatro años en estado de emergencia y bajo jurisdicción de un comando político militar.

El titular del Consejo de Ministros, Guillermo Larco Cox —en el cargo desde hace poco menos de un mes— señaló hoy la posibilidad de que el primer mandatario incluya este anuncio en el discurso que pronunciará el próximo día 28, en la fecha de la independencia peruana y del segundo aniversario de su gobierno.

Provincias de los departamentos de Ayacucho, Apurímac, Huancavélica y Junín, de la región central andina, conforman la llamada zona de emergencia que se mantiene bajo responsabilidad de las fuerzas armadas que allí desarrollan la lucha antisubversiva.

El gobierno y el comando conjunto evalúan ahora la posibilidad de restablecer paulatinamente la autoridad civil en la región y el modo de articular la continuidad de la actividad de represión de la guerrilla en momentos en que se registra una ofensiva del grupo Sendero Luminoso, que ayer incluyó acciones que dejaron como saldo casi treinta muertos, entre ellos dos soldados del ejército.

En la localidad amazónica de Campanilla, alrededor de 160 guerrilleros atacaron ayer un puesto policial generando un enfrentamiento en el que 20 presuntos senderistas resultaron muertos.

Campanilla configura con Tocache, Uchiza y Aucayucu un corredor de 200 kilómetros por el que se canaliza el tráfico de la cocaína. Desde el pasado miércoles más de 1.000 policías con apoyo de helicópteros artillados de la fuerza aérea desarrollan en esa región la mayor operación simultánea contra el narcotráfico y los grupos rebeldes armados.

El ataque contra Campanilla, según las autoridades, fue hasta ahora la más dura reacción contra el operativo policial. Los comandos guerrilleros incendiaron tres locales públicos y atacaron el puesto policial. Los ocho policías que se hallaban en el lugar respondieron a la agresión, y causaron importantes bajas entre los senderistas, pero finalmente optaron por retirarse, debido a su inferioridad numérica. Los atacantes saquearon locales, se apoderaron de medicinas del puesto médico y de uniformes de los agentes policiales.

Por otra parte, se informó que en las últimas horas se registraron también ataques con armas y explosivos en las localidades cercanas de Alto Limón y Aucayacu, que dejaron dos muertos y dos heridos, todos ellos civiles y sospechosos de trabajar para las mafias.

### ♦ Emboscada rebelde

A los violentos episodios de la región amazónica se sumó ayer una emboscada senderista contra un convoy de tres vehículos de transporte de tropas, en la zona andina de Apacheta, departamento de Ayacucho, matando a dos soldados e hiriendo a otros tres. Los guerrilleros dispararon desde la parte alta de una quebrada y huyeron rápidamente, aunque se indicó que tres de ellos resultaron muertos.

El ataque alcanzó a tropas que se desplazaban para reforzar algunas bases antisubversivas, luego de una reciente oleada de ataques guerrilleros que hace dos días emboscaron también a una patrulla policial en Huambalpa, matando al guardia civil Aníbal Velázquez.

Las autoridades penitenciarias frustraron una fuga programada por un grupo de aproximadamente 60 presos pertenecientes al Movimiento Revolucionario Túpac Amaru (M.T.R.A.), que junto con otros 70 reclusos de la prisión de Canto Grande estaban trabajando en la construcción de un túnel.



8706525

D8

ARCHIVAR EN: PERU (120)

TEMA: Un dificil momento que pone a prueba a Brasil Acuerdo de Sarney y Garcia.

PROCEDENCIA: LA NACION 4/7/87

ARCHIVADO EN: Brasil (098)

01·01

8706544

# Golpes de timón en el Perú

La realidad peruana, una de cuyas vertientes se expresa por la grave situación económica en la que se encuentra inmerso el país, enfrenta una nueva situación de crisis.

Como contexto de la reciente dimisión del titular del Consejo de Ministros, vicepresidente segundo del país, ministro de Economía y diputado de la Alianza Popular Revolucionaria Americana (APRA), Luis Alva Castro, se halla una nación presionada por sus acreedores, enfrentada con Washington y con los organismos financieros internacionales y de la que recelan, en relación con su política para la deuda externa, no pocos Estados del hemisferio.

Con tal enumeración no se agota el cerco, pues la administración de Alan García también está acosada por el empobrecimiento emergente de la caída de los precios de sus materias primas, el terrorismo, una policía a la que los peruanos califican de "corrupta e ineficaz", el narcotráfico y unas fuerzas armadas –de manera muy especial el ejército– altamente politizadas.

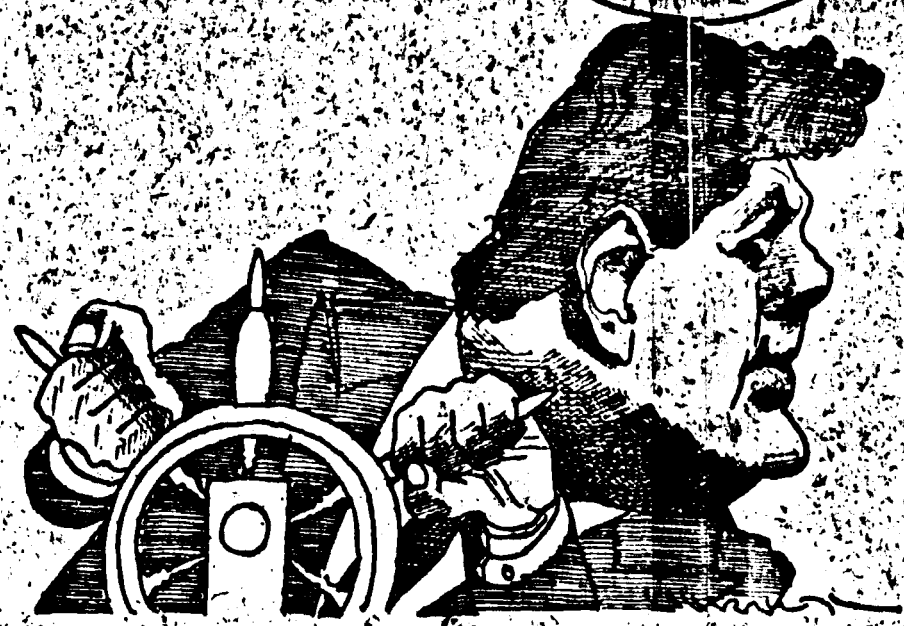
Hay que agregar, todavía, la postura combativa asumida por la segunda fuerza electoral de la República, el frente nucleado en Izquierda Unida (IU), cuyas exigencias, a partir del acto público efectuado el 5 del actual en la almena plaza San Martín, han crecido en tono y en contenido.

## Las razones de la crisis

Resulta obvio inferir que la renuncia de Luis Alva Castro encontró un justificativo, al menos formal, en declaraciones del jefe del Estado, quien, veinticuatro horas antes de la presentación de aquella renuncia, reconoció que la inflación había trepado considerablemente y que la cotización del dólar aumentaba debido a la desconfianza que inspiraba la actual política económica, trazada, precisamente, por el funcionario dimitente.

Tales afirmaciones no constituyeron una novedad, ya que los indicadores que el año anterior mostraron una elevación de la inflación (llegó al 62,9 por ciento) la ubicaron para el año actual entre el 90 y el 100 por ciento. Esta circunstancia llevó a la ciudadanía con cierta capacidad de ahorro a convertir sus reservas en moneda norteamericana, lo que aceleró el incremento de la cotización del dólar.

Sin embargo, para examinar las razones de la actual crisis habría que retroceder en el tiempo inmediato, precisamente a la noche del miércoles 5 de este mes, es decir, al acto de la IU efectuado en la popularmente conocida como Plaza Roja capitalina.



Alan García, presidente peruano

En esa oportunidad, el secretario general del Partido Comunista peruano, Jorge del Prado, demandó, además del levantamiento del toque de queda en Lima y en las zonas de emergencia, que el parte del Gobierno rompa con los grupos económicos más poderosos del país, en lo que se entendió como una crítica implícita a las relaciones –supuestas o reales– entre el responsable del trazado económico peruano y los denominados *doce apóstoles*.

El líder comunista también denunció que Alan García realizaba "negociaciones secretas" con el Fondo Monetario Internacional, en condiciones nada favorables para la nación, que incluirían la decisión de congelar los haberes de los asalariados y alzas de precios.

Ya entonces las versiones en torno de una remodelación ministerial habían ganado las calles. Tanto es así que Alan García anunció la proximidad de una "oxigenación" gubernamental, aunque, simultáneamente, haya elogiado a su ministro de Economía.

Una situación explosiva, en la que la lucha política alcanzó altos niveles de radicalización, especialmente tras la huelga del 19 de mayo –la primera de características multitudinarias desde que, en 1985, Alan García alcanzó el poder–, y que llevó a las izquierdas de IU a transformar en frontales las críticas al Gobierno, merecían una terapia de *shock*.

## Alejamiento de un amigo

La izquierda agrupada en la IU es la segunda fuerza política del país y, aunque en peligro de atomización –certidumbre que se tornó evidente tras el alejamiento de su máximo dirigente, Alfonso Barrantes Lingán– hasta no hace mucho coincidía con la voluntad reformadora reiteradamente expresada por Alan García, por la cual se intentaba alcanzar importantes grados de progreso social y reforzar el poder civil en un proceso de consolidación de las instituciones democráticas.

Por medio de coincidencias en los objetivos, la IU constituyó, en los primeros tiempos de la administración del presidente aprista, un dique de contención que, sumado a las fuerzas del partido en el Gobierno con fuerte respaldo ciudadano, no le otorgó espacio a las aventuras golpistas o desestabilizadoras. Sin embargo, tal vez desde el momento en que Alan García minimizó el tono de su enfrentamiento con los EE. UU. comenzó un distanciamiento que, a partir de la dimisión de Barrantes Lingán, se tornó verificable.

Las jerarquías de la IU fueron responsables de ese alejamiento. Sometido a fuertes presiones internas fundadas en su postura conciliadora con el APRA y su amistad –nunca negada– con Alan García, el socialista Barrantes Lingán se tornó, especialmente para los comunistas, un hombre peligroso. La razón es cristalina. Con Barrantes Lingán al frente de la IU, la coalición, aunque sin renegar de las críticas al Gobierno, era una especie de aliado que, si bien se beneficiaría con los aciertos de Alan García, podía, como el "aprismo, perder espacio con los errores.

Esos episodios permiten una segunda lectura. La "liquidación" –como él denominó las acciones que lo llevaron a dimitir– política de Barrantes Lingán, gestada desde las filas de la dirigencia *lupista* que no rechaza el terrorismo como potencial arma política, apuntó a quitarle a Alan García un más que importante apoyo que, por partir de las izquierdas, le otorgaba un sustento popular que fluctuaba, desde la Asamblea Constitucional de 1978, entre un 25 y un 30 por ciento del caudal electoral.

Para Alan García, que en los representantes históricos del APRA cuenta con potenciales adversarios, el aporte de la izquierda es más que necesario. Acostumbrado a los golpes de timón, el presidente peruano parece haberse decidido por reacomodar las cargas. Y lo hizo a partir del anuncio de "oxigenación" al que, de buen grado o no, le otorgó existencia la dimisión de su ministro de Economía, en una jugada que se acerca más a un intento de superar la crisis que al de verse inmerso en una compleja e inmanejable instancia.

Alan García intentó recobrar desde su designación al frente del Poder Ejecutivo un cierto grado de dignidad nacional y de fe en el porvenir peruano. Para ello necesita brindarle al país claves de fácil lectura. El alejamiento de Luis Alva Castro de la cartera económica sería una, aunque para tornarla válida deba esperarse conocer si la decisión presidencial es una respuesta a la coyuntura o sólo un nuevo golpe de timón.

0 1 0 1

8706573

120

REVOLUCIONARIAS DECISIONES

# Desafío de efecto múltiple

Los desafíos que Alan García condensó en su discurso de ayer involucran a destinatarios diversos, algunos de ellos declarados enemigos, pero otros solo ahora impulsados al campo de la contienda por imperio de las decisiones presidenciales.

En este último grupo figuran los banqueros que, si en alguna oportunidad anterior tuvieron motivos para discrepar con las medidas económicas del gobierno peruano, por lo menos no habían sido arrojados fuera de sus dominios ni tan directamente acusados de no contribuir al cumplimiento de las metas de crecimiento y de equilibrio social insistentemente perseguidas por García.

El presidente habló en su discurso de crecer y distribuir, como uno de los puntos fundamentales de su programa de "democratización de la economía", y consideró ilegítimo, en relación con estas expectativas, "extraer excedentes de la reactivación y colocarlos en el exterior como renta financiera". Esta conducta la imputó a los bancos, así como a las casas de cambio la de hacer lugar al lavado de dólares del narcotráfico contra el que precisamente en estos momentos el gobierno ha lanzado una nueva y gigantesca ofensiva.

Anunció que el Estado pagará lo que corresponda a los propietarios de los bancos confiscados y empleó este argumento para fundamentar su caracterización de la medida de estatización como nacionalista, y no comunista. Pero no son las palabras, sino los hechos, los que actúan en contra de aquellos a los que García consideró dueños del más poderoso instrumento de concentración de fuerza económica y de influencia política.

El proyecto de García tendrá sin duda aprobación del Congreso, donde la mayoría es del partido gubernamental y la bancada principal de oposición pertenece a la Izquierda Unida (IU), una coalición que desde que se hizo cargo de sus escaños no cesó de reclamarle al presidente la nacionalización de la banca, que ahora está en marcha.

A partir de allí, la incógnita está dada por la resistencia que el poderoso sector financiero está dispuesto a presentar. Un programa de estatización de la banca encierra riesgos varios: la respuesta de los involucrados —algunos de ellos vinculados a las finanzas internacionales— es solo uno de ellos. Los otros derivan de la metodología que se adopte para recompensar a los damnificados y del propio manejo que el Estado aplique a tan formidable aparato como el financiero y cambiario, a partir de ahora en sus únicas manos.

Entre los enemigos declarados a los que han sido dirigidos los desafíos de ayer están, en primer término, el F.M.I. —que no escuchó decisiones nuevas—, los acreedores internacionales —hacia los que hubo, sí, alguna sugerencia original— y la guerrilla de Sendero Luminoso, cuyos posibles ataques urbanos quedan ahí control militar hacia la capital y el puerto de El Callao.

Hace pocos días, la policía peruana inició un operativo sin precedentes en la región selvática amazónica con el objetivo de desplazar al narcotráfico de esa zona, que es su bastión, y al mismo tiempo frenar en ella el crecimiento de la actividad guerrillera. En contraste con la vigencia del control militar en la región central andina, el gobierno puso a esa nueva zona de emergencia bajo la jurisdicción del Ministerio del Interior.

Ahora el decreto de anulación del toque de queda en Lima separa al ejército del control de la ciudad, pocos días después que se hizo pública la muerte de 32 personas víctimas de disparos indiscriminados en las horas de vigencia de la medida.

El anuncio del levantamiento del estado de emergencia en Ayacucho podría limitar la autoridad de las fuerzas armadas en la provincia en la que se lleva a cabo en todo su despliegue la lucha antisubversiva.

El presidente admitió, al formular su anuncio, que "la respuesta de la subversión seguramente será el crimen y la provocación" en Lima y El Callao y no negó la posibilidad de que la actividad guerrillera pudiera recrudecer al levantarse el estado de excepción en Ayacucho. Si es posible suponer que las medidas fueron resueltas con la aprobación de los altos mandos, también cabe reconocer la enorme responsabilidad que a partir de ahora asume, por sí solo, el gobierno civil.

Lima, 29/7/88 Eugenio Colombo

PERU



8706613

# EL GOBIERNO INTERVINO TODO EL

# Alan García

*El presidente peruano Alan García anunció ayer ante ambas cámaras del Congreso reunidas en sesión especial su decisión de nacionalizar la banca e imponer un rígido control de cambios, en el comienzo de una etapa calificada por el gobierno como "revolucionaria". El primer mandatario, en la celebración de un nuevo aniversario de la independencia, dispuso la intervención del sistema financiero y bancario, y el cierre definitivo de las casas de cambio, en un nuevo esfuerzo por impedir la salida de divisas al exterior. Paralelamente, Alan García decretó la anulación del toque de queda nocturno en Lima y El Callao, y anunció que será derogado el estado de emergencia en Ayacucho.*

El presidente peruano, Alan García, quien anunció ayer el Parlamento importantes reformas de estructuras a la economía.

# SISTEMA FINANCIERO Y CAMBIARIO

# nacionaliza la banca en Perú

**LIMA 28. (AFP, EFE y UPI).— El presidente Alan García anunció hoy su propósito de nacionalizar la banca, los entes financieros y de seguros, y dispuso la intervención de todas las instituciones del sistema desde hoy y hasta el momento en que el Parlamento se pronuncie respecto del proyecto respectivo, entre otra serie de medidas que describió como parte de una etapa de "democratización de la economía".**

**García incluyó estos anuncios en su discurso al Congreso, en la fecha de la independencia y al cumplir dos años de mandato. En su mensaje también hizo pública su decisión de levantar a partir de hoy el toque de queda que desde febrero de este año regía en Lima y en el vecino puerto de El Callao. Un decreto similar —anticipó— pondrá fin en el futuro inmediato al estado de emergencia implantado en Ayacucho —centro de la actividad de la guerrilla— en diciembre de 1982.**

**♦ El "mayor obstáculo"**

**El presidente se refirió a los bancos como "el mayor obstáculo" para su programa económico, y en el mismo acto presentó al Parlamento un proyecto de ley de nacionalización, indicando que la mayoría del gubernamental Partido Aprista "garantizará la aprobación de esa norma".**

**García explicó este mediodía, en su discurso, la necesidad de "adoptar medidas históricas" para reestructurar y transformar los mecanismos esenciales de la economía. "El sistema financiero es hoy en el Perú —dijo— el más poderoso instrumento de concentración de fuerza económica y por ende de influencia política y el mayor obstáculo a la democratización de la producción y la acumulación del excedente."**

**Advirtió también que el gobierno debía tomar el control de los bancos porque estas entidades habían mostrado actitud discriminatoria contra los campesinos empobrecidos en su práctica crediticia, y habían contribuido a la fuga de capitales.**

**García negó que la medida respondiera al "ejercicio de un poder arbitrario o a la expresión de una voluntad abusiva y confiscatoria", para anticipar luego que los propietarios de los bancos expropiados por el Estado serán adecuadamente recompensados. "No queremos un estado totalitario —dijo—. Respetamos las concepciones comunistas, pero no las compartimos". Tras ratificar el carácter nacionalista de su proyecto económico, el presidente dijo: "El Estado debe ser el único asignador del crédito y de la liquidez monetaria porque es una forma de planificación, y porque en uso de su soberanía debe poder organizar el sistema financiero".**

**Con la medida, los siete bancos privados —entre ellos el más grande del país, el Banco de Crédito— pasarán a propiedad del Estado, así como también seis sucursales de bancos extranjeros, seis bancos regionales y dos de fomento, diez empresas financieras y veintitrés empresas de seguros.**

**El presidente anunció asimismo el cierre definitivo de las casas de cambio del mercado paralelo de divisas y anticipó penas severas de acuerdo con lo marcado por la ley para quienes participen del mercado callejero de dólares.** Al respecto expresó que las casas de cambio estaban contribuyendo a la fuga de capitales al exterior, y alimentando la inflación, por cuanto eran utilizadas por los traficantes de drogas para "lavar" los ingresos procedentes de sus transacciones. De acuerdo con estimaciones del ministro de Economía, Gustavo Saberbein, por lo menos 1.000 millones de dólares anuales estaban siendo "legalizados" a través de las casas de cambio.

En relación con el pago de la deuda externa, García ratificó su decisión de limitarlo al 10 por ciento de los ingresos por exportaciones y de no someterse a las condiciones del Fondo Monetario Internacional, y anticipó que se propone otorgar un tratamiento especial para algunos acreedores, que acepten comprar productos peruanos por un equivalente a la suma percibida, o bien que acepten convertir su deuda en "inversión fresca destinada a exportar".

♦ Fin del estado de excepción

Después de 17 meses de vigencia, quedó sin efecto hoy el toque de queda en Lima y en El Callao, según un decreto que el presidente García fundamentó señalando que "la subversión no puede hacernos prisioneros indefinidamente de estados de excepción".

Aunque el mandatario admitió que la medida podría ser reimplantada si circunstancias violentas volvieran a exigirlo, señaló que "no por la provocación convertiremos en situaciones permanentes las circunstancias que deben ser de emergencia".

Por otra parte, anunció que en "breve plazo" será levantado el estado de emergencia en Ayacucho, donde la organización Sendero Luminoso mantiene su cuartel general y lleva a cabo su principal ofensiva.

Agencia Reuter

El ex senador Guillermo Larco Cox (derecha) en el momento de asumir la jefatura del gabinete, hace un mes

8706628

# Suspendió la intervención de bancos un juez en Perú

**Lima, 1° (UP) – Un juez suspendió la propuesta intervención estatal de 33 bancos, empresas financieras y de seguros y ordenó a sus dueños reasumir su control hasta que los tribunales emitan una decisión final sobre el destino de las compañías.**

La decisión del juez civil Eduardo Raffo Otero del viernes a la noche se produjo horas después de que el presidente Alan García, con la Constitución en la mano, dijera a periodistas extranjeros que la intervención a las empresas era legal.

El ministro de economía, Gustavo Saberbein Chevalier, hablando hoy en un programa radial, señaló que la intervención estatal estaba dentro de los derechos del gobierno y lamentó lo que llamó corrupción en el Poder Judicial.

El juez afirmó que los tribunales civiles emitirán una decisión definitiva acerca de cualquier reto a la toma de control estatal presentado por algunos de los dueños de los 10 bancos afectados.

García anunció la inmediata intervención estatal en 10 bancos, seis empresas de inversiones y 17 de seguros, acusándolas de no prestar a los sectores más necesitados de capital.

García pidió al Congreso, controlado por su partido Aprista, que apruebe una ley que formalizaría las expropiaciones en 120 días.

La intervención enfureció a banqueros y hombres de negocios, que afirmaron que lucharían contra ella en los tribunales hasta que sea revocada.

La poderosa Asociación Bancaria del Perú publicó hoy solicitadas en los principales diarios para afirmar que los bancos ya de propiedad del estado controlan el 75 por ciento de la actividad bancaria, haciendo innecesaria la expropiación de los bancos privados existentes.

8706671

01-01

ARCHIVAR EN: Peru (120)

TEMA: Parte Especial de Información N-025/B-5-/587 (Ref. material de Defensa Bolivia, Perú y Brasil).

PROCEDENCIA: EME del 20/8/87 Doc. 1255/87

ARCHIVADO EN: 9.E.I (084)

01·01

8706688.

# Operativo militar en el Perú

LIMA, 16 (AP).– El Gobierno inició la mayor operación simultánea contra el narcotráfico y la subversión en un valle de la selva amazónica, donde guerrilleros izquierdistas y contrabandistas de drogas asesinaron a decenas de personas en los últimos años, se informó.

En la operación denominada Relámpago, que se efectúa en el Alto Huallaga, 450 kilómetros al noreste de Lima, participan 1200 policías, helicópteros artillados de la Fuerza Aérea peruana y por lo menos tres helicopteros tipo Bell 212, prestados por el gobierno norteamericano.

Para facilitar la operación, el Gobierno declaró el estado de emergencia y suspendió las garantías constitucionales en esa zona por 60 días, a partir de ayer.

**Producción de coca**

La región del Alto Huallaga es considerada por las autoridades como la mayor productora de coca, materia prima para la elaboración de cocaína, y de intenso tráfico de esa droga.

En esa área actuan guerrilleros izquierdistas, al parecer en conexión con contrabandistas de drogas.

El jefe del Instituto Nacional de Planificación, Javier Tantaleán, expresó recientemente que unos 1000 millones de dólares provenientes del narcotráfico se comercializan en el céntrico Jirón Ocoña de esta capital, conocido como Wall Street Criollo, a seis cuadras del Palacio de Gobierno.

Tantaleán expresó que el ingreso clandestino de esa cifra ha complicado el sistema monetario y la estabilidad de la moneda peruana, el inti, con respecto al dólar norteamericano. Manifestó que se pensó inicialmente que esos dólares representaban sólo el uno o dos por ciento, pero al saber que se trata de unos 1000 millones de dólares "ahora estamos hablando de un tercio de nuestras exportaciones".

Se informó que el centro de la operación Relámpago es la localidad de Uchiza, donde el 1 del mes último presuntos guerrilleros del grupo maoísta Sendero Luminoso, en combinación con narcotraficantes, atacaron a tiros y con granadas un puesto policial, dieron muerte a un capitán y a cinco agentes de la Guardia Civil y provocaron un incendio en el que murieron cuatro lugareños.

El Ministerio del Interior informó por medio de un comunicado divulgado hoy que el estado de emergencia y la suspensión de garantías individuales fueron implantados al haberse producido en la zona del Alto Huallaga "graves acciones delictivas vinculadas con el terrorismo y el narcotráfico".

En un informe al Congreso, Barsallo expresó que, ciñéndose a un convenio, el gobierno norteamericano ha prestado al peruano tres helicópteros tipo Bell 212 para ser utilizados en operaciones contra el narcotráfico.

En mayo último Perú y los Estados Unidos suscribieron un convenio de un año de duración, según el cual Perú recibirá de los Estados Unidos 4,6 millones de dólares para reforzar la lucha contra el tráfico de drogas.



8706712

ARCHIVAR EN: PERU (120)

TEMA: Vargas Llosa Protestó por Mitin Sin Tor y con Choques.

PROCEDENCIA: El País 28/8/87

ARCHIVADO EN: Fichaje (8)

01·01

8706833

PERU



# La banca peruana resiste el plan de nacionalización de Alan García

*Cientos de empleados bancarios se manifestaron ayer en protesta por la nacionalización de la banca proyectada por el presidente Alan García, mientras persiste la rebelión de los propietarios de esas entidades, que concurrieron a sus oficinas pese al decreto oficial que la semana pasada determinó la suspensión de sus funciones en virtud de una disposición de intervención transitoria. En el Congreso se inició el debate de la ley de estatización, cuya aprobación el gobierno descuenta.*

LIMA, 4 (EFE, DPA y AFP). — En actitud de rebeldía frente a las disposiciones del presidente Alan García los banqueros peruanos volvieron a instalarse en sus oficinas, desarrollando tareas en forma paralela a las de los interventores designados por el gobierno.

Los propietarios de las entidades bancarias intervenidas por decreto la semana pasada se consideran justificados por una resolución judicial que los favoreció y ordenó que la administración de los bancos siguiera en manos de los titulares de las empresas hasta el momento en que el Congreso —que hoy inició el debate sobre el tema— se pronuncie respecto del proyecto de ley de nacionalización de la banca enviado por el Poder Ejecutivo.

Pero posteriormente otro juez, en un trámite similar de recurso de amparo lo denegó, planteando una contradicción jurídica que dio fundamento a la inmediata apelación gubernamental. El ministro de Economía, Gustavo Saberbein, dijo hoy que, habiendo dos fallos, será la Corte Suprema de Justicia la que tendrá que determinar la situación, y mientras tanto permanecerá la intervención que alcanza no solo a bancos sino también a compañías financieras y de seguros pertenecientes a empresas privadas.

La presencia de los banqueros fue apoyada ayer por sus socios y por integrantes del personal de las respectivas casas, y al respecto el ministro Saberbein anunció hoy que los accionistas no podrán volver a ingresar en los locales en que desempeñaban tareas, por haber cometido este lunes "excesos y abuso de confianza, seguidos de acciones de fuerza", incentivando a los empleados a resistir a los interventores.

Advirtió además que "cualquier acto o firma de documentos realizado por los banqueros será nulo porque los libros de actas están en posesión de los comités de administración nombrados para la intervención".

En el Banco de Crédito —el mayor del Perú— los trabajadores recibieron ayer con rechiflas y gritos de protesta al Comité Interventor, y una escena similar se registró en el Banco Mercantil, donde la hostilidad dedicada a los enviados del gobierno contrastó con los aplausos con que fue acogido el presidente del directorio, Francisco Pardo.

Pardo, quien es además el titular de la Asociación de Bancos, subrayó que "la ley está de parte de los propietarios y que emplearán si es preciso la fuerza pública para permanecer en sus oficinas".

♦ **Manifestación dispersada**

Unos 500 empleados de bancos, financieras y aseguradoras intervenidas se manifestaron hoy por las calles del distrito limeño de San Isidro en la primera reacción de fuerza en Lima contra la estatización de la banca, que sin embargo es respaldada por la mayoría de los sindicatos.

Algunos grupos de trabajadores bancarios y de compañías de seguros que abandonaron sus tareas para realizar la marcha de protesta instaron a otros de entidades similares a unirse a la manifestación. Los manifestantes fueron abucheados por simpatizantes del APRA y de la Izquierda Unida, y dispersados por la policía que empleó gases lacrimógenos.

En Arequipa, mientras tanto, el alcalde Luis Cáceres se puso al frente de las protestas y ordenó izar a media asta la bandera de esa ciudad con un crespón negro, en la plaza

Al iniciarse el debate de la ley de nacionalización en el Congreso, el gubernamental Partido Aprista Peruano consideraba segura su aprobación, debido a su cómoda mayoría parlamentaria. El oficialismo cuenta con el 60 por ciento de la Cámara de Diputados y con el 52 por ciento en la de Senadores.

En este tema en particular tiene además el apoyo de la Izquierda Unida (IU), segunda fuerza política, lo que elevaría la votación favorable a un 87 y 76 por ciento, respectivamente. Dirigentes de la IU han manifestado su intención de presentar al Congreso un proyecto alternativo de la ley de estatización, pero adelantaron su propósito de votar a favor del gobierno si su propuesta no prospera.

01·01

8706856

120

PERU

GONZALEZ



## CONTROVERSIA POR LA EXPROPIACION DE BANCOS EN PERU

*Un clima de incertidumbre se propagó ayer en Lima al comenzar la semana en el mercado financiero, cuando surgió un nuevo aspecto en la nacionalización de la banca. La Justicia declaró inconstitucional la medida, pero el gobierno rechazó el dictamen para recurrir a la Corte Superior. Los propietarios de los bancos nacionalizados se hicieron presentes en sus oficinas. Las encuestas revelan que la opinión pública está dividida. Sectores opositores que representan a productores agrícolas declararon su desacuerdo. Entretanto, la inflación alcanzó su nivel más alto de los dos últimos años. Alan García afirma que con la nacionalización desaparecerá el último obstáculo a su política económica.*

# *La Justicia rechaza la nacionalización pero Alan García no acató su dictamen*

**Lima (UPI) — los propietarios de diez bancos privados recuperaron ayer el control de esas entidades luego de que un juez suspendiera temporalmente la estatización de la banca privada hasta que se defina la constitucionalidad de la medida, dispuesta por el presidente Alan García.**

**Pero el gobierno indicó que mantendrá su decisión de estatizar los bancos y señaló que seguirán funcionando los comités que designó para administrarlos.**

**El gobierno pidió que la Corte Superior de Lima aclare el dictamen del juez civil Eduardo Raffo Otero, que el viernes suspendió la estatización.**

**García, que sostuvo que los bancos privados son "el mayor obstáculo" a su programa económico, anunció el martes, pasado la estatización de diez bancos, seis empresas financieras y 17 compañías de seguros, acusándolas de no otorgar préstamos a los sectores más necesitados.**

**Luego, el mandatario dispuso la destitución de los directorios bancarios y pidió al Congreso que apruebe la ley que establezca las expropiaciones.**

**Se descarta que la estatización será aprobada por el Congreso debido a que el gobernante Partido Aprista Peruano goza de la mayoría absoluta en las cámaras de Senadores y Diputados y que legisladores de la principal fuerza opositora, la coalición Izquierda Unida, han anunciado que apoyarán la medida.**

### • Vías legales

**El presidente de la Asociación de Bancos del Perú, Francisco Pardo Mesones, dijo que "lucharemos hasta las últimas consecuencias, por todas las vías legales" para evitar la estatización.**

**Los propietarios ingresaron ayer a las sedes bancarias recibiendo expresiones de apoyo de grupos de trabajadores y rodeados por numerosos periodistas.**

**Entre tanto, unas mil personas se congregaron en la céntrica Plaza de Armas de Arequipa, la segunda ciudad en población del Perú, para protestar por la decisión del gobierno de estatizar la banca. El alcalde de Arequipa Luis Cáceres Velásquez, ordenó que las banderas de la ciudad fuesen colocadas a media asta en las casas y principales edificios públicos, llamando a la población a acatar una huelga general a partir del viernes en protesta por la medida.**

**"Esto es en señal de duelo por la muerte de la legalidad en el país y mantendremos nuestra decisión hasta que el gobierno rectifique su medida de estatizar la banca", dijo Cáceres, dirigente del Frente Nacional de Trabajadores y Campesinos.**

**La decisión del juez fue anunciada horas después de que el mandatario, con la Constitución en la mano, dijera que la estatización era legal.**

**García ha indicado que la estatización de la banca es parte de un programa económico diseñado para redistribuir la riqueza y disminuir la injusticia social, que podrían llevar a golpes militares o regímenes de extrema izquierda.**



706867

PERÚ
29
120

# Las encuestas muestran una opinión pública dividida

Lima (Reuter) — El ministro de Economía, Gustavo Saberbein, dijo ayer que la atención era normal en la banca comercial privada intervenida por el Estado la semana pasada y negó la existencia de una corrida de clientes ante la inminente nacionalización del sistema financiero.

Agregó que todas las operaciones del sistema bancario se llevan a cabo sin obstáculos ni trabas en las diez empresas bancarias administradas ahora por comités nombrados por el gobierno, que asumieron las funciones de los ex propietarios.

Francisco Pardo, principal accionista del Banco Mercantil, acompañado de algunos altos directivos, ingresó ayer a sus ex oficinas y afirmó a los periodistas que se presentaba para ejercer sus deberes de propietario. No se informó si pudo cumplir su objetivo. La policía, que ejerce rígida vigilancia en los locales bancarios intervenidos, no puso ningún reparo en el ingreso de Pardo, y un efectivo dijo a los periodistas que no recibió órdenes contrarias.

El presidente Alan García justificó el domingo en Trujillo la legalidad de la intervención estatal a la banca privada, mientras el Congreso aprueba la ley de nacionalización, cuyo proyecto envió la semana pasada.

"Cueste lo que cueste y moleste a quien moleste (la estatización de la banca) el gobierno aprista eliminará los grandes concentraciones de poder económico en el país", dijo el presidente en [illegible]

En tanto, el frente comunista Izquierda Unida anunció que hoy presentará ante la Cámara de Diputados un proyecto de ley alternativo al propuesto por el gobierno, al iniciarse el debate sobre la nacionalización de la banca privada. El secretario general de la Federación de Empleados Bancarios (FEB), Augusto García, dijo que la entidad aplaude la medida adoptada por el gobierno, y que ese gremio plantea la estatización de la banca privada desde 1962 "con la participación de los trabajadores en la gestión de esas empresas".

• Encuesta

Una encuesta efectuada por la Empresa Peruana de Opinión Pública (POP) y publicada ayer en la prensa limeña, reveló que 48 por ciento de un millar de encuestados rechazó la medida económica del gobierno. "42 por ciento se mostró de acuerdo con la intervención estatal", dijo POP.

Los matutinos continuaron por sexto día destacando en primera plana y en páginas interiores, de acuerdo a la línea empresarial, versiones discrepantes sobre la legalidad de la medida gubernamental. "¿Quién manejará hoy los bancos... los apristas o los dueños?", preguntó el diario conservador "Expreso"; "Desafiante la derecha anuncia que dará batalla" fue el titular del izquierdista "La Voz", e "Intervención seguirá", el del oficialista "La Crónica". "La Crónica", en un artículo en primera página, dijo que el gobierno autorizó a funcionarios de la superintendencia de la banca y seguros a revisar las bóvedas para verificar todas las cuentas en moneda extranjera. A. Financiero, 4/8/87

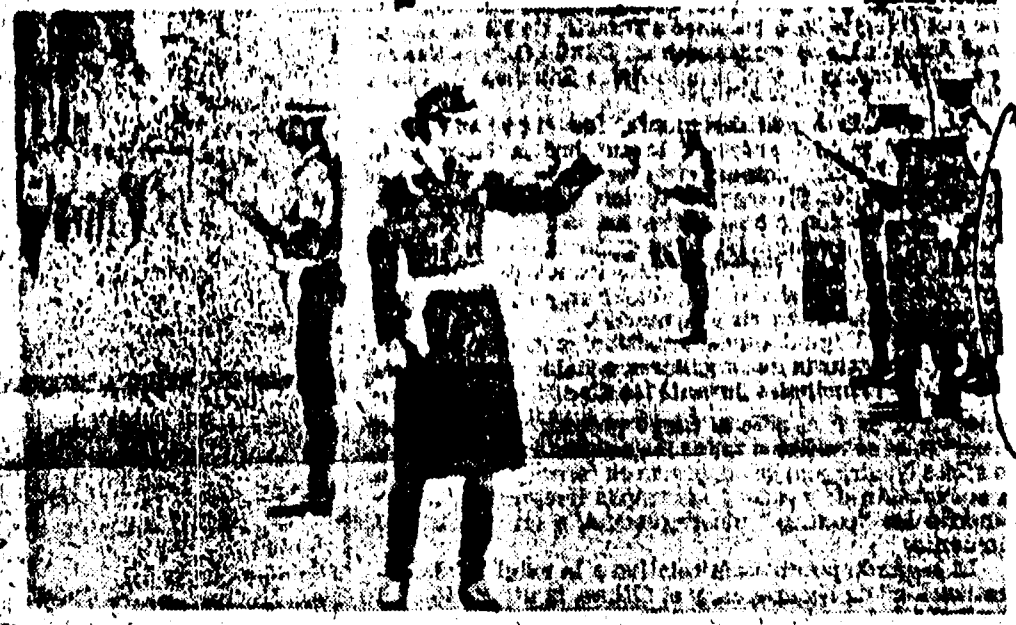


8706873

# Atacan con morteros la casa presidencial

*Un ataque con armas de fuego contra colaboradores de un asesor presidencial, el argentino Daniel Carbonetto, y un atentado contra el edificio del palacio de gobierno provocaron alarma ayer en la capital peruana. El grupo guerrillero Túpac Amaru se atribuyó la autoría del ataque a la residencia del presidente Alan García, ubicada en la parte trasera del palacio presidencial. Uno de los disparos, de mortero, hizo impacto en el segundo piso del edificio.*

Agencia Reuter



Soldados peruanos, armados con fusiles FAL, vigilan la parte lateral del Palacio de Gobierno, que fue atacada el miércoles por la noche con disparos de mortero. Mientras, un policía de tránsito impide la circulación de vehículos en la zona.

LIMA, 6 (UPI, AP, DPA y Reuter). — Dos proyectiles de mortero fueron lanzados anoche contra la residencia del presidente Alan García, en la parte trasera del palacio presidencial, en una acción reivindicada luego por el Movimiento Revolucionario Túpac Amaru (MRTA). Uno de los disparos se incrustó en la pared del segundo piso del edificio cavando un agujero de unos 5 centímetros de profundidad, según la información ofrecida por la policía tras las investigaciones preliminares en torno del atentado que provocó alarma y motivó un inmediato despliegue de las fuerzas de seguridad por las calles que rodean a la manzana de la residencia del mandatario.

El ataque se registró poco antes de las 23 horas de anoche, y es el primer hecho de estas características que se produce desde que la semana pasada el presidente García dispuso el levantamiento del toque de queda en la capital peruana.

Volantes de la organización guerrillera Túpac Amaru fueron encontrados frente a uno de los balcones de la residencia, así como también casquillos de balas. Un vocero policial indicó que los agresores habrían disparado desde la margen derecha del río Rímac —frente al que se encuentra la residencia de García— aparentemente con un mortero casero.

Las explosiones movilizaron de inmediato a los miembros de la custodia del Palacio de Gobierno, quienes bloquearon algunas calles cercanas y obligaron a todos los peatones a arrojarse al suelo y a justificar su presencia en la zona. Un canal de televisión informó que luego del atentado, personal de la seguridad decomisó a un camarógrafo una filmación realizada durante el episodio.

Según versiones de prensa, simultáneamente estalló una bomba cerca de un café situado a menos de media cuadra de la Casa de Gobierno, que dejó un pequeño agujero en el piso.

Horas después, dos hombres atacaron a tiros al chofer y a un custodio de un asesor económico del presidente García, el argentino Daniel Carbonetto, considerado el gestor del controvertido proyecto de estatización de la banca elaborado por el gobierno y debatido en estos momentos por el Parlamento peruano.

Las primeras informaciones señalaron que se había tratado de un atentado directamente contra Carbonetto, pero luego se estableció que el funcionario aún no había salido de su domicilio cuando dos individuos se acercaron a su automóvil, detenido frente a su residencia del barrio de Miraflores, e intentaron arrebatar al chofer un arma que se encontraba en el asiento delantero, luego de efectuar varios disparos.

El viceministro del Interior Agustín Mantilla confirmó que el asesor Carbonetto se encuentra ileso, así como sus colaboradores, y que los atacantes fugaron en un automóvil que los esperaba a unos 50 metros. De acuerdo con la versión de uno de los custodios, los agresores habrían sido heridos en su huida.

### ♦ Nuevo fallo

Mientras el partido gobernante continúa los preparativos para la concentración de mañana viernes frente al Palacio de Gobierno, desde donde García dirigirá un mensaje a la población, un juez dio lugar a un tercer recurso de amparo presentado en este caso por las entidades financieras, ordenando el levantamiento de la intervención en esas casas. El gobierno, por su parte, se vio favorecido por el pronunciamiento del fiscal de la Nación, Hugo Denegri, quien reconoció la constitucionalidad de la intervención.

## Deuda al Banco Mundial

WASHINGTON, 6 (Reuter). — El Banco Mundial resolvió la degradación contable de los préstamos al Perú, debido al atraso de más de seis meses en los pagos en que ha incurrido este país. De acuerdo con la política de la entidad financiera, la mora determina el pase de esos préstamos al denominado "sistema de caja", bajo el cual se declara que los pagos referidos a esas deudas ya no contribuyen a los ingresos corrientes, y por lo tanto no son tenidos en cuenta como reembolso normal.

La medida representa para el Perú la imposibilidad de contar con nuevos créditos.

01·01

8706928

# Hacia el Perú totalitario

## Por Mario Vargas Llosa

(Para LA NACION)

LIMA, 31 de julio. Conferencia de prensa de Alan García

LIMA. – La decisión del gobierno de Alan García de estatizar los bancos, las compañías de seguros y las financieras es el paso más importante que se ha dado en el Perú para mantener a este país en el subdesarrollo y la pobreza y para conseguir que la incipiente democracia de que goza desde 1980, en vez de perfeccionarse, se degrade, volviéndose ficción.

A los argumentos del régimen según los cuales este despojo (que convertirá al Estado en el amo de los créditos y de los seguros y que, a través de los paquetes accionarios de las entidades estatizadas, extenderá sus tentáculos por innumerables industrias y comercios privados) se lleva a cabo para transferir aquellas empresas de *un grupo de banqueros a la nación*, hay que responder: "Eso es demagogia y mentira". La verdad es ésta. Aquellas empresas son arrebatadas "en contra de la letra y el espíritu de la Constitución que garantiza la propiedad y el *pluralismo económico* y prohibe los monopolios" a quienes los crearon y desarrollaron, para ser confiadas a burócratas que, en el futuro, como ocurre con todas las burocracias de los países subdesarrollados sin una sola excepción, las administrarán en provecho propio y en el del poder político a cuya sombra medran.

En todo país subdesarrollado, como en todo país totalitario, la distinción entre Estado y gobierno es un espejismo jurídico.

Ella sólo es realidad en las democracias avanzadas. En aquellos países, las leyes y constituciones fingen separarlos y también los discursos oficiales. En la práctica, se confunden como dos gotas de agua. Quienes ocupan el gobierno se apoderan del Estado y disponen de sus resortes a su antojo. ¿Qué mejor prueba que el famoso Sinacoso (Sistema Nacional de Comunicación Social), erigido por la dictadura militar y que, desde entonces, ha sido un dócil ventrílocuo de los gobiernos que la han sucedido? ¿Expresan acaso, en modo alguno, esa cadena de radios, periódicos y canales de televisión, al Estado, es decir a *todos* los peruanos? No. Esos medios publicitan, adulan y manipulan la información exclusivamente en favor de quienes gobiernan con olímpica prescindencia de lo que piensan y creen los demás peruanos.

### Dependencia servil

La ineficiencia y la inmoralidad que acompañan, como su doble, a las estatizaciones y a las nacionalizaciones, se originan principalmente en la dependencia servil en que la empresa transferida al sector público se halla del poder político. Los peruanos lo sabemos de sobra desde los tiempos de la dictadura velasquista, que, traicionando las reformas que todos anhelábamos, se las arregló, a fuerza de expropiaciones y confiscaciones, para quebrar industrias que habían alcanzado un índice notable de eficiencia –como la pesquería, el cemento o los ingenios azucareros– y hacernos importadores hasta de las papas que nuestros industriosos antepasados crearon para felicidad del mundo entero. Extendiendo el sector público de menos de 10 a casi 170 empresas, la dictadura "que alegaba, como *justificación*, la *justicia social*" acrecentó la pobreza y las desigualdades y dio a la práctica del cohecho y el negociado ilícito un impulso irresistible. Ambos han proliferado desde entonces de manera cancerosa, convirtiéndose en un obstáculo mayor para la creación de riqueza en nuestro país.

Este es el modelo que el presidente García hace suyo, imprimiendo a nuestra economía, con la estatización de los bancos, los seguros y las financieras, un dirigismo controlista que nos coloca inmediatamente después de Cuba y casi a la par con Nicaragua. No olvido, claro está, que, a diferencia del general Velasco, Alan García es un gobernante elegido en comicios legítimos. Pero tampoco olvido que los peruanos lo eligieron, de esa manera abrumadora que sabemos, para que consolidara nuestra democracia política con reformas sociales, no para que hiciera una *revolución* cuasi socialista que acabara con ella.

Porque no hay democracia que sobreviva a una acumulación tan desorbitada del poder económico en manos del poder político. Si no, hay que preguntárselo a los mexicanos, país donde, sin embargo, el Estado no dispone de un sector público tan vasto como el que *usufructuará* el gobierno aprista una vez que se apruebe la ley de estatización.

Su primera víctima será la libertad de expresión. El Gobierno no necesitará proceder a la manera velasquista, asaltando, pistola en mano, los diarios, estaciones de radio y de televisión, aunque no se puede descartar que lo haga: ya hemos comprobado que a sus promesas se las lleva el viento como si fueran plumas, ecos. Convertido en el primer anunciador del país, bastará que los chantajee con el avisaje. O que, para ponerlos de rodillas, les cierre los créditos, sin los cuales ninguna empresa puede funcionar. No hay duda de que, ante la perspectiva de morir de consunción, muchos medios optarán por el silencio o la obsecuencia; los dignos perecerán. Y cuando la crítica se esfuma de la vida pública, la vocación congénita a todo poder de crecer y eternizarse tiene cómo hacerse realidad. De nuevo, la ominosa silueta del *ogro filantrópico* (como ha llamado Octavio Paz al PRI) se dibuja sobre el horizonte peruano.

El progreso de un país consiste en la extensión de la propiedad y de la libertad al mayor número de ciudadanos y en el fortalecimiento de unas reglas de juego, "una legalidad y unas costumbres", que premien el esfuerzo y el talento, estimulen la responsabilidad, la iniciativa y la honestidad, y sancionen el parasitismo, el rentismo, la abulia y la inmoralidad. Todo ello es incompatible con un Estado macrocefálico donde el protagonista de la actividad económica será el funcionario en vez del empresario y el trabajador; y donde, en la mayoría de sus campos, la competencia habrá sido sustituida por un monopolio. Un Estado de esta índole desmoraliza y anula el espíritu empresarial y hace del tráfico de influencias y favores la profesión más codiciable y rentable. Ese es el camino que ha llevado a tantos países del Tercer Mundo a hundirse en el marasmo y a convertirse en sátrapías.

### Hay que protestar

El Perú está todavía lejos de ello por fortuna. Pero medidas como esta que critico, pueden catapultarnos en esa dirección. Hay que decirlo en alta voz para que lo digan los pobres –que serán sus víctimas propiciatorias– y tratar de impedirlo por todos los medios legales a nuestro alcance. Sin atemorizarnos por las invectivas que lanzan ahora contra los críticos del Gobierno sus validos en la prensa adicta ni por *las masas* que el Partido Aprista, por boca de su secretario general, amenaza con sacar a las calles para intimidar a quienes protestamos. Ambas cosas son inquietantes anticipos de lo que ocurrirá en nuestro país si el Gobierno concentra en sus manos ese poder económico absoluto que es siempre el primer paso hacia el absolutismo político.

Ciudadanos, instituciones y partidos democráticos debemos tratar de evitar que nuestro país –que padece ya tantas desgracias– se convierta en una seudodemocracia manejada por burócratas incompetentes donde sólo prosperará la corrupción. (c) LA NACION

PERU 120

01.01

706951

8 120

PERU



### Alan García reunió a su gabinete para analizar las reacciones adversas a la nueva medida

# Bancarios limeños manifiestan contra la nacionalizaci

lima (UPI) — El presidente Alan García convocó sorpresivamente a su consejo de ministros para analizar las reacciones adversas al anuncio de estatizar toda la banca privada, dijeron fuentes gubernamentales. No hubo información oficial sobre si el gobierno se propone adoptar nuevas medidas ante las reacciones.

Por lo menos 200 trabajadores de bancos y compañías de seguros, cuya estatización fue anunciada, fueron reprimidos esta mañana con gases y chorros de agua cuando realizaban una manifestación de protesta por la medida, dijeron testigos. Los empleados, gritando "propiedad privada", se encontraban congregados frente a la sede principal del Banco Central, cuando intervino la Policía para dispersar la manifestación en el distrito de San Isidro, al sur de Lima, agregaron los testigos. Un camión cisterna de la Policía lanzó chorros de agua y efectivos antimotines dispararon gases lacrimógenos contra los empleados, que se dispersaron, indicaron las fuentes.

Informes periodísticos dijeron que trabajadores de un banco regional, apoyados por comerciantes, industriales y ahorristas, realizaron marchas pacíficas por las calles de la ciudad de Piura, 800 kilómetros al norte de Lima, en contra de la estatización.

Las manifestaciones ocurrieron horas antes de que el Congreso dominado por el oficialismo, iniciase el debate sobre el proyecto de ley que establecería las expropiaciones, que convertirían al Estado en el único banquero, financista y asegurador del país.

La única encuesta sobre la opinión de los habitantes de Lima acerca de la estatización de la banca indicó que 48 por ciento está en contra de la medida y 42 por ciento a favor.

El gobernante partido aprista peruano convocó para el viernes a una manifestación de apoyo a García frente al Palacio de Gobierno, en momentos que se inicie una anunciada huelga general en Arequipa, la segunda ciudad del Perú, 750 kilómetros al sur de Lima. García anunció el martes la estatización de diez bancos, seis empresas financieras y 17 compañías de seguros, acusándolos de no otorgar créditos a los más necesitados e indicando que la medida forma parte de un programa para redistribuir la riqueza y disminuir la injusticia social.

Los propietarios retomaron ayer el control de los bancos privados luego de que suspendiera temporalmente la estatiza ta que se defina la legalidad de la me embargo, el gobierno ha indicado q tendrá su decisión de estatizar los ba finó que seguirán funcionando los co designó para administrarlos. Los ma rectivos de los bancos comerciales i dos desafiaron una prohibición ofici currieron a sus oficinas sin mayor p

El ministro de Economía Gustav bein, declaró anoche a la agencia ofici ticias "Andina" que los accionista verían a ingresar a las oficinas banc nancieras y aseguradoras intervenid Estado "por cometer excesos y abus llama seguido de acciones de fuerz

# Descontento social y crisis económica acechan al gobierno de Alan García

Escribe Hugo Coya
de la agencia "UPI"

Lima — El presidente Alan García se propone el crecimiento de la economía peruana radicalizando la política del gobierno, pero sus proyectos pueden ser bloqueados por la falta de recursos externos y el desaliento del sector privado causado por su proyectada estatización de la banca.

García, que sacudió a los círculos financieros mundiales al anunciar el 28 de julio de 1985 que destinaría solo 10 por ciento del ingreso por exportación al pago de la deuda externa de 14.700 millones de dólares, ha indicado que endurecerá aun más su posición frente a los acreedores.

Sin embargo, el mandatario parece haber comenzado a perder su batalla de mantener el crecimiento sin nuevos préstamos desde entonces y algunos analistas temen que ello pueda conducir a un estallido social.

El 28 de julio, García volvió a sacudir a los mercados con un controvertido programa económico que incluye la proyectada nacionalización de todos los restantes bancos privados peruanos, además de las empresas financieras y de seguros.

*El mandatario de 38 años de edad*, advirtió que "la revolución en el Perú es inevitable" al defender la radicalización de su gobierno como forma de evitar el avance de la violencia política.

García anunció que su programa pretende alcanzar 6 por ciento de crecimiento del Producto Bruto Interno, fundamentalmente por el estímulo a la demanda, y prometió tratar que los sueldos de los trabajadores estén a diciembre siempre 6 por ciento por encima del índice inflacionario.

En 1986 esa política le permitió obtener un crecimiento de 8,5 por ciento del Producto Bruto Interno, el más alto del país en 24 años y el mayor de América latina en el período.

García sostuvo que las medidas socializantes adoptadas, que incluyen un estricto control de cambios, son parte de un programa para redistribuir la riqueza y disminuir la injusticia social, problemas que podrían llevar a golpes militares o a regímenes de extrema izquierda.

A pesar de las explicaciones de las medidas y el ofrecimiento de cumplir con la Constitución y pagar en efectivo el costo de la expropiación, que analistas estiman superior a 1000 millones de dólares, los inversionistas no parecen dispuestos a colaborar más con el gobierno, en un momento ágido para éste.

Inflación, déficit fiscal, economía informal, conflictos laborales y un controvertido manejo de la cotización del dólar, son para los analistas los principales síntomas de una crisis que rebrota.

La severa autocrítica al comportamiento económico del gobierno hecha por el mismo García el 28 de julio no levantó las suspicacias.

*Alan García*

García ordenó la clausura de casi 200 casas de cambio e impuso un estricto control de las divisas, prohibiendo el comercio callejero y la tenencia de dólares, pero el mercado negro ha comenzado a resurgir.

La clausura fue precedida del desconcierto de los ahorristas, ante la imposibilidad del gobierno de cumplir con su promesa de que quienes mantuvieran sus ahorros en intis, la moneda peruana, ganarían intereses por encima de la inflación. Los intereses bancarios son ahora de 22 por ciento anual, muy inferiores a la inflación.

El aumento de los precios, reducido a una tercera parte cuando amenazaba con subir a 250 por ciento anual al asumir García en 1985, ha alcanzado a 80,3 por ciento en los primeros siete meses del año. García admite que, para diciembre puede trepar a 96 por ciento.

El mandatario, que inició su gestión con un apoyo abrumador al obtener más de 47 por ciento del voto en los comicios de 1985, se encuentra ahora en el nivel de aprobación más bajo entre sus compatriotas.

Las discrepancias en el manejo económico, que provocaron el 22 de junio la renuncia del primer ministro y titular de Economía y Finanzas, Luis Alva Castro, y el aumento de los conflictos laborales ante las expectativas de mayores incrementos salariales, han contribuido al deterioro de la popularidad de García.

El 29 de mayo, los principales funcionarios del Banco Central renunciaron al fracasar una política para controlar la cotización del dólar libre, que aumentó ciento por ciento por encima de la oficial, ahora de 15,93 intis.

## • Huelgas

Una huelga de los 85.000 policías del país precedió al primer paro nacional, convocado por la Confederación General de Trabajadores del Perú, el 19 de mayo, y a huelgas de los trabajadores de construcción civil, textiles y maestros en las últimas semanas.

La política dirigista de García, al aumentar los impuestos para obtener recursos, ha fomentado el crecimiento de la economía informal, según el prestigioso Instituto Libertad y Democracia.

La economía informal creció 12 por ciento en los dos años de gobierno de García.

El gobierno, debido a los aumentos salariales y a la menor recaudación de impuestos por su deseo de aumentar la demanda, precipitó un déficit fiscal que pasó de 2,9 por ciento del PBI en 1985 a 6,1 por ciento en 1986.

Se estima que el déficit superará 7 por ciento en 1987, pese a una mayor recaudación debida a los recientes aumentos de impuestos y a un repunte de las exportaciones, que excederán en 1987 los 2600 millones de dólares debido a los mejores precios del petróleo.

A pesar de la falta de recursos externos, García no parece dispuesto a reiniciar el diá-

# Se cierra la puerta del Banco Mundial

*Washington (Reuter) — El Banco Mundial, único organismo que seguía prestando a Perú, degradó completamente sus préstamos a ese país debido a demoras en el pago de interés y capital, dijo ayer un funcionario del organismo financiero internacional.*

*El funcionario, que pidió permanecer anónimo, dijo que Perú registra un atraso de más de seis meses en sus pagos y que, bajo la política establecida por el Banco Mundial, los préstamos a ese país debían ser puesto bajo el sistema de caja.*

*El funcionario dijo que los atrasos sumaban 69 millones de dólares en interés y capital sobre préstamos que totalizan 1672 millones de dólares.*

*Para poner en perspectiva el problema de las moras, el funcionario destacó que en el año fiscal 1987, que finalizó el pasado 30 de junio, el Banco Mundial recibió 5700 millones de dólares en pagos de capital por parte de países deudores y otros 5900 millones de dólares en pagos de interés.*

01·01

8707045

ARCHIVAR EN: PERU (KO)

TEMA: PERU: Diplomatic Relations with Ghana.

PROCEDENCIA: ENLACE Ingles 18/8/87 Sec 9218/87

ARCHIVADO EN: ENLACE Ingles (135/C)

01-01

8707074

*Entrevista exclusiva con LA NACION*

# Belaúnde Terry criticó las medidas económicas

**Por Mario Pérez Colman**

(Corresponsal de LA NACION en América latina)

LIMA— Próximo a iniciar un viaje al interior del país, el arquitecto Fernando Belaúnde Terry accedió a concederle a LA NACION la exclusividafd de un reportaje.

Mientras éste se desarrollaba, el presidente del Perú se disponía a pronunciar su más reciente mensaje, en el que anunció la decisión de suspender las intervenciones a los bancos privados y supeditar su estatización a la voluntad del Poder Legislativo.

Durante la entrevista, el veterano estadista, jefe del Partido Acción Popular y dos veces presidente de la república, dejó entrever la posibilidad de que Alan García rectificara de alguna manera su propósito con la banca privada. Como se ha visto, estaba en lo cierto.

## Principales conceptos

Estos son los tramos principales del reportaje con Belaúnde Terry:

¿Cuál es su opinión acerca de las medidas que el Gobierno aplicará a bancos, aseguradoras y financieras del sector privado?

Son inoportunas e innecesarias. No veo utilidad en hablar de nacionalización de bancos que son nacionales y que representan un conveniente factor competitivo de la banca estatal, la cual es ya sumamente poderosa.

¿Es posible que esas medidas tengan un sentido más claro en lo político que en lo económico y financiero?

Efectivamente, el propósito que las anima es aumentar el poder político del Gobierno.

¿Ese propósito podría afectar a otras áreas de la vida nacional?

Las fuentes de publicidad, que son las empresas afectadas, van a estar en la mano gubernativa, lo cual constituye una manera indirecta de control sobre la prensa escrita, la TV y la radiofonía.

¿Hay acreedores de los diarios entre los bancos que serían estatizados?

En determinados casos los diarios tienen cuentas deudoras como pasa con cualquier negocio. Este sería otro factor de presión.

¿Advierte algún sentido ideológico en la actitud económica y financiera del oficialismo?

Veo en ella una especie de anticipo de lo que podría ser un frente popular del APRA y la Izquierda Unida. Si fuésemos a llegar así a 1990, estoy seguro de que habrá un proceso electoral muy peleado.

## Opinión de las Fuerzas Armadas

¿Conoce la opinión de las Fuerzas Armadas acerca de las medidas en curso?

Hay en estos momentos un debate. El ministro de Guerra ha formulado unas declaraciones (aseguró que el ejército apoya las medidas económicas) que han sido objetadas por el ex presidente general Morales Bermúdez ("Aquí el único que podría pronunciarse es el presidente del comando conjunto", dijo éste).

¿Qué peso podrían tener las opiniones de un jefe militar retirado, sobre el pensamiento de las Fuerzas Armadas?

Morales Bermúdez es un militar que ha tenido larga actuación y cuyo

Belaúnde Terry (Archivo)

gobierno convocó a la Asamblea Constituyente.

¿Han llegado hasta usted, en los últimos días, rumores de golpe militar?

No pienso que haya un clima golpista en este momento. Claro que en nada ayudan a la estabilidad del Gobierno estos acontecimientos. El apoyo al Gobierno se ha resquebrajado un poco.

¿En qué se basa para suponer que no hay clima golpista?

Las Fuerzas Armadas tienen el firme convencimiento de que hay que mantener el orden legal. Yo espero que el Gobierno tenga la suficiente flexibilidad para... Ya hay indicios de una cierta rectificación por parte del Gobierno.

¿Cómo es, a su juicio, la relación entre las Fuerzas Armadas y el gobierno aprista?

Hasta ahora ha sido satisfactoria, precisamente por el convencimiento militar de que debe respaldarse el orden constitucional, no ya en función de los actos del Gobierno sino de su legalidad. De otra parte, los actos del Gobierno en nada han contribuido a mejorar esa relación.

## Castigos a la banca privada

¿Considera correcta la versión según la cual el presidente intentaría castigar a la banca privada por no haber reinvertido ésta en el país determinada proporción de las ganancias que fueron facilitadas por distintas medidas del Gobierno?

Este es un momento de mucha incertidumbre y la desconfianza en el Gobierno resulta muy seria. Usted no puede obligar a la gente a invertir. Cuando hay desconfianza, la gente esconde el dinero.

¿Hay nuevos riesgos para los ahorristas del sector privado?

No pienso que corran peligro los ahorros en sí. Como sabrá, este gobierno empezó con una medida equivocada. Existían aquí los certificados de moneda extranjera, es decir que había un medio legal de ahorrar en dólares, preferible al hecho de que los dólares se fueran ilegalmente al extranjero.

Eran dólares que se prestaban aquí y quedaban en el país; iban a dar al gún banco de reserva en el Perú. García prometió respetar los certificados, como yo los respeté durante toda mi gestión presidencial, pero terminó convirtiéndolos en moneda nacional.

Entonces, toda la gente invirtió en dólar billete para protegerse de la inflación, que ha sido del 70 por ciento y que este año será del ciento por ciento y seguirá en aumento. La desconfianza genera mercado negro...

¿El cierre de las casas de cambio y la persecución de los cambistas callejeros bastan para acabar con el mercado negro de los dólares?

Ni Hitler pudo controlar el mercado negro. ¿Cómo podría hacerlo un gobierno constitucional, con menos medios de control que Hitler en su momento?

## Definición de Alan García

¿Podría definir la personalidad pública de Alan García?

Es un hombre de bastante talento; bastante deseoso de cambios, pero evidentemente un poco precipitado. Debería tener a alguien que lo frene y parece en cambio que lo acelera. Dicen que para pintar un buen cuadro hace falta un pintor de talento, pero también alguien que le impida seguir adelante cuando empieza a dar pinceladas sobrantes.

Alan García, diré además, es un gran comunicador, como lo es Reagan. Ambos, claro está, comunican cosas opuestas. Reagan lo hace muy profesionalmente y García mezcla razones con explosiones oratorias.

Al cabo de dos años de gobierno ya podría haber entrado en algo de mayor profundidad. La espectacularidad en política es muy peligrosa.

## El terrorismo

¿Cómo encaró usted el problema del terrorismo y cómo lo encara el actual presidente?

Yo fui renuente a mandar a las Fuerzas Armadas a la lucha antisubversiva. Me criticaron y presionaron mucho por eso. Finalmente tuve que ceder cuando los excesos terroristas superaron la capacidad de maniobra de la policía.

Desde entonces, las cosas se han agudizado. Los subversivos quieren crear un clima imposible para las democracias.

¿Opina que cuentan con apoyo exterior?

Ah, yo no tengo la menor duda. Tienen apoyo económico de afuera y mucha vinculación con el narcotráfico. Yo acuñé el término "narcoterrorismo" y me decían que exageraba...

¿Cómo aprecia, en tal contexto, la relación actual entre los gobiernos del Perú y de Nicaragua?

La exportación de revoluciones tendría que ser severamente condenada. El Gobierno perdona un poco esa exportación, de la cual hemos sido víctimas nosotros mismos.

¿A qué se deberá ese acuerdo del Gobierno con el sandinismo?

Bien, hay toda esa cuestión del Tercer Mundo. Parece que hubiera un interés en el liderazgo del denominado Tercer Mundo, una preocupación que en mi caso nunca existió.

87071

ARCHIVAR EN: Peru (120)

TEMA: Acuerdo Pesquero Perú-Unión Soviética.

PROCEDENCIA: 4/9/87 Doc. 343/87

ARCHIVADO EN: MEMORANDUM (084)

0707145

01-01

PERÚ

120

# Alan García: "No quiero ser otro Allende"

*Alan García insistió ayer en que su proyecto de nacionalización de la banca se cumplirá "pese a quien le pese", y definió como "una táctica momentánea" a la suspensión de la intervención de las entidades financieras. Sus anuncios del viernes, interpretados como un retroceso en sus planes de nacionalización, dejan no obstante la incógnita respecto de los apoyos con que podría contar para un reacomodamiento, y de los puntos en que su proyecto podría flexibilizarse.*

LIMA, 8 (AFP y ANSA). — "No voy a allendizarme y permitir que Perú llegue a una dictadura tremenda, dramática y sangrienta, que mate a muchos peruanos", declaró hoy a una emisora limeña el presidente Alan García, después de haber decidido el viernes la suspensión de la intervención estatal a los bancos.

Como lo había hecho en su discurso desde el balcón del palacio de gobierno, el mandatario insistió en que "no hay ningún paso atrás" en su proyecto, sino que su resolución de acatar los reclamos de los empresarios y las disposiciones a favor de la justicia constituye "una estrategia", una "táctica momentánea".

Con particular energía subrayó que "vamos a nacionalizar la banca, pese a quien pese, llore quien llore y hable quien hable".

El jefe del Estado recordó que "a Salvador Allende, el presidente de Chile, mártir socialista, lo gritaban avanzar sin transar, y yo no voy a caer en ese error. Camino con seguridad, con objetivos firmes y sin retroceder en lo fundamental, pero no caigo en las trampitas que nos ponen muchas veces para ver si caemos en la ilegitimidad".

García, alertando sobre la necesidad de no apartarse en lo más mínimo de los marcos legales, señaló que "cuando un gobierno revolucionario y popular incurre en errores o ilegitimidades, esos son los argumentos para que los golpistas lleguen", y para que "ciertos legulayos comiencen a tocar ciertas puertas para buscar que esta revolución popular, democrática y nacionalista se frustre".

Al hacer una invitación a la juventud peruana para que "conozca los ejemplos dramáticos de América latina y sepa que no deben ser repetidos aquí por apresuramiento o impaciencia", el presidente García aseveró que tenía en sus manos "la fuerza de la ley, la fuerza del Parlamento, la fuerza de la Constitución para nacionalizar la banca y seguir avanzando".

Finalmente señaló que la banca será nacionalizada para que el crédito alcance al "empresario mediano, pequeño, y al campesino", y negó que las medidas de expropiación puedan afectar a la iniciativa privada y a la inversión. "Sólo afectan al interés muy limitado de cuatro o cinco grandes grupos económicos".

En otro orden de cosas, se informó hoy en Lima que fueron delincuentes comunes los que habían sido señalados como autores de un atentado frustrado contra el ex ministro económico Daniel Carbonetto, el pasado jueves.

Clarín 9.8.87

01·01

8707147

Alan García, presidente del Perú, dirigiéndose a la multitud, flexibilidad en la nacionalización de bancos, en medio del recrudecimiento guerrillero.

# Alan García levantó las intervenciones a los bancos en Perú

*Una multitud se concentró anoche en la Plaza de Armas de Lima para escuchar un discurso en el que el presidente Alan García anunció la decisión de suspender la intervención de entidades financieras. El mandatario, quien justificó esta resolución diciendo que representa "un paso atrás en el procedimiento, pero dos pasos adelante en la historia", dijo que mantendrá su proyecto de nacionalización de la banca, que ha desatado un fuerte conflicto político y judicial. Ayer, funcionarios del gobierno acusaron por atentados recientes a la extrema derecha y a "intereses minoritarios" opuestos a las medidas de García.*

LIMA, 7 (AFP y Reuter). — El presidente Alan García anunció esta noche el levantamiento de la intervención de la banca privada, sosteniendo al mismo tiempo que mantiene su proyecto de nacionalizar la banca y entidades financieras.

García, quien habló ante una gran multitud congregada en la Plaza de Armas de esta capital, justificó su decisión diciendo que no quiere que su gobierno "caiga en la ilegalidad", manteniendo una intervención que ha sido cuestionada por un juez.

El jefe del Estado recordó que el 28 de julio pasado, junto con el proyecto de nacionalización, había aprobado la intervención de los bancos, con el objeto de "salvaguardar los intereses de los ahorristas". Agregó que ahora levantaba esa medida confiando que "el Parlamento, en el más breve plazo, apruebe la ley en todos sus efectos".

El presidente sostuvo que el poder de los bancos había creado, en los últimos tiempos, una suerte de feudalismo financiero, que ponía controles a empresas medianas y pequeñas a través del crédito.

Tras sostener que mantiene su decisión de servir al pueblo, García dijo que su gobierno no quiere ser "un gerente de crisis".

Agregó que la decisión de hoy representará dar "un paso atrás en el procedimiento, pero dos pasos adelante en la historia".

**Idas y vueltas**

El discurso de García había sido aguardado con expectativa, de lo que dieron testimonio las 50.000 personas que llenaron la Plaza de Armas, frente a la sede gubernamental, para escucharlo.

El eje de las expectativas era la posibilidad de nuevas definiciones sobre el tema de la nacionalización de la banca, respecto de la cual García había parecido dar un "ligero paso atrás" al admitir la posibilidad de que los bancos regionales, por su "utilidad" al país, pudieran mantenerse en el sector privado.

Aquellas palabras del jefe de Estado fueron calificadas como una "apertura" para que el Parlamento discuta un proyecto sustitutorio al del Ejecutivo, que propone la expropiación de 10 bancos, seis financieras y 17 empresas de seguros. Luis Alva, presidente de la Cámara de diputados, corroboró esta decisión en la víspera, al afirmar que "la célula parlamentaria aprista ya ha tomado una decisión al respecto".

El tono de la polémica subió con las declaraciones del presidente del Partido Popular Cristiano (P.P.C.), Luis Bedoya Reyes, una de las figuras más destacadas entre los conservadores del país, quien invocó "el derecho de insurgencia". Sin embargo, allegados al político se apresuraron a desmentir que éste estuviera alentando un golpe de Estado, y afirmaron que meramente aludía a la necesidad de actos de masas para llamar la atención de la opinión pública.

Al ahondar en el tema, el Colegio de Abogados reiteró su posición de que el propósito del gobierno encierra una grave violación constitucional y "mina la democracia representativa" en Perú. Los banqueros, poniendo en movimiento todo su potencial económico, buscan impedir la "estatización de sus propiedades", mientras en el frente judicial continúa la batalla para levantar la medida interventora dispuesta por el gobierno.

**Atentados**

Al mismo tiempo, Daniel Carbonetto, principal asesor económico de la presidencia, atribuyó hoy a extremistas de derecha el atentado que se perpetró contra su vida después que la residencia presidencial fue atacada con proyectiles explosivos.

"Presumo que los atacantes del Palacio de Gobierno y los que intentaron asesinarme en mi domicilio son grupos de terroristas de derecha que actuaron obedeciendo intereses minoritarios afectados por las recientes medidas económicas del gobierno democrático", dijo Carbonetto en una conferencia de prensa.

01·01

8707148

PERU

120



# La impulsividad hepática lo lleva y trae a Alan García

Por Mario Pérez Colman

(Corresponsal de LA NACION en América latina)

LIMA. – El presidente consideró que el oxígeno para sus pulmones de estadista se había llenado de "tinterilladas y problemas" y se fue de gira por el Norte, a mezclarse con el pueblo para "beber directamente de la fuente de la inspiración revolucionaria"; Por allá anda ahora.

Aquellas quejas y razones las expuso, tal como aparecen encomiliadas, durante una rueda de prensa, al día siguiente de haber capitulado en el caso de la intervención de bancos, aseguradoras y financieras del sector privado.

Los periodistas lo vieron algo tenso, por momentos agresivo en sus respuestas a las preguntas que menos le gustaron. Al dar por terminada la conferencia y retirarse, tropezó con el cabierto de las filmadoras y las luces de la televisión. El hombre se afirmó bien; pero, a Armando Héctor, si hubiera caído en público...

Alan García es un hombre de mucho orgullo y temperamento levantisco. Como dicen por estos lados, "el hígado lo lleva y lo trae". ¿Cuánto de impulsividad hepática habrá habido en este complejo y aún incopciuso episodio de la nacionalización de empresas que son nacionales?

Cuentan que en oportunidad de su última reunión con el presidente Sarney, en una zona de frontera común al Perú y al Brasil, Alan García se enteró de que el Banco de Créditos, una de las dos instituciones crediticias más poderosas que podrían resultar estatizadas, había hecho una inversión importante del lado brasileño.

De regreso en Lima, el presidente llevó a cabo, según cuentan, ciertas averiguaciones precisas y seguidamente convocó a los banqueros privados y les recriminó por la mezquindad de sus reinversiones internas. Estas habrían, redondamente, llegado al 25 por ciento de las ganancias obtenidas en negocios que apoyó el presidente con exoneraciones impositivas, dólares a precio menor que el del mercado y facilidades para la exportación y la importación.

Alan García habría reclamado, durante su filípica, reciprocidad condigna, mediante reinversiones en los proyectos regionales del gobierno, por los que el mandatario siente especial entusiasmo.

La respuesta de los banqueros habría defendido la justicia de aquel 25 por ciento reinvertido, y descalificado el interés económico, no político, de los proyectos presidenciales.

El contraataque de Alan García fue la intervención y el proyecto de nacionalización de las empresas, medidas fundamentadas en la conveniencia de "democratizar el crédito". La inclusión de las empresas de seguros en los actos dictados por esa conveniencia no se entiende bien, pero hay hechos que de una u otra manera están llamados a ser meros detalles, árboles del bosque.

Visto el punto final de las intervenciones, hay quienes sacan en conclusión que Alan García ha experimentado una humillación política por culpa de los consejos de su hígado, el órgano donde se metaboliza el temperamento de este presidente, según los peruanos.

Pero no es esa la única conclusión en danza. También hay quienes están convencidos de que la contramarcha del presidente pone en evidencia que las intervenciones fueron solamente una presión sobre los empresarios, que dio resultado y que por eso ha sido suspendida.

¿Cuál es ese resultado y, por otra parte qué resultará del propósito de estatizar las empresas? Los observadores locales de la política otean en busca de signos reveladores. Ven que el presidente se fue al Norte y que hubo un sismo en el Sur. Desde que San Martín corrió a la Santa Inquisición los peruanos han cultivado, confiadamente, su inclinación por las revelaciones que se obtienen con las prácticas ocultas. Es decir, la inclinación por el revelacionismo del ocultismo. Pero si el fenómeno telúrico-político de que tiemble en el Sur cuando el presidente se halla en el Norte parece sugerente, hasta ahora nadie logra discernir qué es lo que sugiere.

Ayer, la Confederación Nacional de Comercio (Conaco), entidad que agrupa nada menos que al 95 por ciento de todas las empresas privadas del Perú, emitió un comunicado donde advierte al oficialismo que la estatización de la banca producirá la estampida de los capitales y disuadirá definitivamente a todo el mundo de hacer la más mínima inversión en el Perú, con lo cual el país se convertirá en una isla a merced de su propia desgracia.

Ese es otro signo, quizá de interpretación menos difícil para los augures.

(c) LA NACION

8707149

01-01

ARCHIVAR EN: PERU (120)

TEMA: Visita de un Jefe persona

PROCEDENCIA: Lima 8/8/87

ARCHIVADO EN: Argentina (084)

01-01

87107150

B

ARCHIVAR EN: Peru (120)

TEMA: Nuevo Min. de Vias
Nos2.

PROCEDENCIA: LA HABANA 4/5/57

ARCHIVADO EN: Fichaje (B)

8707156

01-01

08

ARCHIVAR EN: Peru (120)

TEMA: Convenio con el Ejército del Perú

PROCEDENCIA: La Nación 8/5/57

ARCHIVADO EN: Argentina (084)

0

01-01

87071 76

PERU
0120



La central industrial CONFIEP realizó un paro simbólico contra la medida, que también rechazan intelectuales

# *Perú: se acentúa la oposición empresaria a la estatización anunciada por A. García*

*Alan García*

Escribe Hugo Coya
de la agencia "UPI"

Lima — Centenares de empresarios, furiosos por el proyecto gubernamental que convierte al Estado en el único banquero, financista y asegurador de Perú, realizaron ayer un paro simbólico de 24 horas en protesta por la anunciada medida.

Entre tanto, trabajadores no sindicalizados de los bancos privados, de empresas financieras y compañías de seguros afectados por la anunciada estatización, se aprestaban a iniciar una marcha por el centro de Lima para expresar su oposición al proyecto.

Dos semanas después que el presidente Alan García anunciara su intención de estatizar toda la banca privada, la medida ha dividido a amplios sectores políticos y económicos del país.

Los empresarios han lanzado campañas de propaganda en radio, televisión y diarios exponiendo sus objeciones a la estatización, mientras que el gobierno ha respondido con publicidad similar.

El vicepresidente de la Confederación Nacional de Instituciones Empresariales Privadas (CONFIEP), Eduardo Uriarte, dijo que los organismos gremiales de comerciantes, industriales, mineros, constructores, y exportadores, decidieron realizar la paralización "protestando por la estatización, pero defendiendo la democracia".

La singular paralización no afectó la actividad comercial, bancaria e industrial y sólo consistió en una prolongada reunión de directivos de los organismos gremiales de los empresarios en sus locales principales en diversos puntos de Lima.

Carteloncs con frases contrarias a la estatización fueron colocados en la mayoría de los locales afiliados a la CONFIEP, que reúne a más de 80 por ciento de los empresarios nacionales de todas las áreas de la economía, tanto en Lima como en el interior del país, dijo Uriarte.

Por su parte, la Cámara de Diputados interrumpió por breves horas su sesión para permitir que los legisladores tomaran un descanso luego de un debate de 11 horas que concluyó a las 3 de la madrugada.

Los diputados aprobaron por mayoría el primer artículo del controvertido proyecto de ley que declara de "interés social" la actividad bancaria, financiera y de seguros, reservándola sólo para el Estado.

El proyecto de ley en discusión fue aprobado el lunes por una comisión legislativa, dominada por el oficialismo, con la adhesión de la principal fuerza opositora, la Coalición Izquierda Unida, y la tenaz oposición del Partido Popular Cristiano y Acción Popular.

La marcha y paralización ocurren antes de que el viernes el Partido Popular Cristiano realice una concentración pública para protestar por la medida.

El presidente García, entretanto, concluyó una gira por el norte del país, donde pidió respaldo a su proyecto de estatizar 10 bancos, seis empresas financieras y 17 compañías de seguros, acusando a sus propietarios de haber concentrado sus préstamos en cuatro grupos económicos.

0707245

# El mayor banquero del país financió al APRA

*Lima (Reuter) Dionisio Romero, el más poderoso de los banqueros peruanos, reveló haber contribuido económicamente a la campaña política que llevó al poder al presidente Alan García en 1985.*

*Romero se presentó en un programa político televisado, y argumentó que el apoyo económico a la oficialista Alianza Popular Revolucionaria Americana (APRA) fue porque "creíamos que García era el mejor candidato y debería ser apoyado".*

*El mayor accionista del Banco de Crédito, afirmó también que en la campaña presidencial de 1980 otorgó "donaciones voluntarias" al APRA, Acción Popular y el Partido Popular Cristiano (PPC) "para contribuir al afianzamiento del sistema democrático".*

*En 1980 se registraron las primeras elecciones generales en Perú, luego de 12 años de gobiernos militares, y fueron ganadas por el arquitecto Fernando Belaúnde Terry, que había sido derrocado en 1968.*

*Las revelaciones del banquero no recibieron inmediato ninguna aclaración*

*El crédito es el banco más poderoso del país y controla financieramente numerosas empresas de diversas áreas.*

*Romero, ante un requerimiento opinó que una conspiración representaría una verdadera "catástrofe" para la democracia peruana, y afirmó que una dictadura de "cualquier tipo" sería un desastroso retroceso*

*El banquero calificó de "inaceptable", la estatización de la banca comercial ya que "rompería la columna vertebral del sistema empresarial y pondría en evidente peligro el pluralismo económico que consagra la Constitución".*



8707252

A. F.
11/8/87

(B

Rew 120

## A pesar de la adversa reacción púbiica y del efecto internacional

# *Insiste García en la estatización*

Lima (*Reúter*) — Las tres organizaciones más poderosas de industriales, empresarios y banqueros reclamaron al gobierno peruano "garantía y respeto" al sector económico privado y afirmaron que estatizar el sistema financiero provocaría la pérdida de confianza para invertir en el país.

Las protestas se registraron luego que el presidente Alan García suspendió la intervención estatal en la banca comercial, aplicada desde el 29 de julio, pero advirtió sobre la inminente nacionalización del sistema financiero cuya ley es debatida esta semana por la Cámara de Diputados.

"Un juez", de pronto, ha dispuesto que esta intervención temporal debe levantarse. Hemos argumentado jurídicamente pero la disposición judicial es que esa intervención se levante", dijo García en un discurso pronunciado la noche del viernes.

"A mí no me interesa la intervención temporal. A mí me interesa el sistema de fondo, que es de nacionalización", subrayó.

### Apoyo

La oficialista Alianza Popular Revolucionaria Americana (APRA) tiene mayoría en el Congreso de 240 parlamentarios, además del apoyo anunciado por el frente comunista Izquierda Unida para la aprobación de la ley de estatización, que incluirá diez empresas bancarias, 16 aseguradoras y seis financieras.

El ex presidente Fernando

*Fernando Belaúnde Terry*

Belaúnde Terry, comentando la probable estatización del sistema financiero, dijo "la iniciativa privada, si bien debe controlarse, no puede ser desaprovechada por todo lo que aporta a la creatividad y competencia y el impulso al desarrollo".

En tanto Francisco Pardo, máximo dirigente de la Asociación de Bancos, ponderó la decisión del presidente de acatar la disposición judicial que ordenó la suspensión de la intervención de los bancos comerciales.

Desde el día en que García ordenó la intervención estatal del sistema financiero se ha registrado una guerra de avisos en los diarios, buscando demostrar, por el lado del gobierno las bondades de la estatización, y por el lado de los empresarios, lo provechoso de la empresa privada.

La Confederación Nacional de Comerciantes (CONACO), dijo en avisos periodísticos que la estatización de la economía "provocaría pérdida de confianza para invertir en el país".

"No existe razón valedera ni circunstancial que justifique el monopolio total del Estado en las actividades del sistema financiero" afirmó CONACO, que dijo reunir más de 150.000 empresarios a nivel nacional de todos los sectores productivos.

El gobierno, en respuesta a los empresarios, negó que la estatización de la banca privada vaya a dar al Estado el monopolio del crédito.

"La verdad es que los banqueros, dueños de los cuatro grandes grupos de poder económico, son los que orientan el destino del crédito, concentrándose en sus otras empresas, dijo un aviso estatal.

Afirmó que los bancos de crédito, Wiese, Lima, Mercantil y Latino se autootorgan créditos en un promedio de 70 por ciento.

8707266

01·01

EL CONFLICTO DE NACIONALIZACION BANCARIA EN PERU

# ¿Vacilaciones o ajuste?

El 28 de julio pasado, el presidente peruano Alan García resolvió desplazar a los propietarios de bancos privados calificándolos como el mayor obstáculo para su programa económico. Para consagrar legalmente el traspaso del aparato financiero a manos del Estado elaboró un proyecto de ley de nacionalización de la banca, pero en la necesidad de no dejar que el tiempo de debate en el Parlamento corriera como plazo a favor de los banqueros decretó una inmediata intervención que, de hecho, adelantaba algunos de los efectos de la estatización.

Impedidos de ocupar sus oficinas y con un pronóstico de segura aprobación del proyecto estatizador de García, los presidentes y directores de bancos, financieras y compañías de seguros se encontraron de un día para el otro ante una transición que los excluía. Sus empresas pasaban a ser administradas por comités de intervención, y cumplido el trámite parlamentario la ley impondría que los administradores temporarios entregaran el patrimonio a los organismos estatales correspondientes.

Todo este proceso quedó interrumpido por el paso atrás que dio el mandatario peruano ayer. Apenas diez días después de haberla decretado dejó sin efecto la medida preventiva y momentánea de la intervención, aceptando tres fallos judiciales que la ubicaban al margen de la legalidad.

Lo que fundamentalmente preocupa a los banqueros es el anticipo de la nacionalización; el proyecto contempla un pago indemnizatorio, pero aun cuando recibiesen lo que realmente valen, mantendrían el dinero pero no el poder que el mismo gobierno les atribuye.

Aunque se reservan para esta futura ley —el es sancionada— todas las críticas y reclamos posibles, la medida que presentó flancos vulnerables fue la de la intervención. Por ponerse en vigencia con la firma única del presidente, le valió a Alan García cargos por voluntad de autoritarismo —algunos suscriptos por notables personalidades peruanas, como el escritor Mario Vargas Llosa— y por imperio de las leyes no resistió la consideración de la Justicia.

### ♦ El remolino de protestas

El gobierno se negó en un primer momento a aceptar la validez de los fallos que perjudicaban su iniciativa interventora. El trámite de apelación ante la Corte Superior de Justicia está en marcha, pero en realidad existen antecedentes como para pensar que el máximo tribunal podría más bien confirmar las sentencias ya existentes.

En su sorprendente discurso del viernes por la noche y en declaraciones que ayer difundió una emisora limeña, el presidente insistió en que para "no manchar la legimitidad democrática" es preciso "no incurrir en errores". Pudo simplemente referirse a la carencia de legalidad que empañaba al operativo de intervención, pero recalcó además comentarios sobre la existencia de una "muy tensa" situación interna.

En el aspecto más visible, la tensión ha sido generada en los últimos días por la muy bien armada resistencia de los sectores afectados por la intervención temporaria, y que no son solamente los titulares de las entidades financieras y aseguradoras sino también los de las empresas productoras, algunos de los cuales comparten directorios y negocios en el Perú.

Los proyectos para la modificación del esquema de gestión económica que maneja Alan García, por otra parte, han sido fruto de las deliberaciones con el círculo restringido de sus asesores, y ésta es una práctica que en más de una oportunidad ha creado malestar entre la dirigencia del partido gubernamental.

El remolino de protestas impulsado por las fuerzas de derecha y sus advertencias sobre el camino hacia el totalitarismo abierto por García, por un lado, tendían a persuadir a la opinión pública de la inoportunidad de las medidas estatizadoras y, por otro, tal vez, a hacer crecer el disenso en el seno del APRA.

La gravedad de la tensión advertida por el gobierno debe haber sido mucha para justificar lo que ahora parece una rendición, aunque se presente como temporaria, y las expresiones de ayer de Alan García, cuando explicando su retroceso recordó lo que le sucedió a Salvador Allende y la "sangrienta dictadura" que tras su muerte se instaló en Chile. Sugirió que una situación similar, fruto del error de avanzar sin transar, podría transformarse en el campo propicio para un intento golpista, pero su comentario fue interpretado también como la enunciación de los peligros que puede acarrear el aislamiento.

El propósito de nacionalización, recibido como un un decidido desplazamiento hacia la izquierda de Alan García, fue además valorado como una histórica reforma solamente comparable con las medidas de estatización adoptadas durante el gobierno de Juan Velasco Alvarado.

En su mensaje de la noche del viernes, García aseguró ante más de 60.000 personas —parte de ellas provenientes de la IU— que la nacionalización se concretaría, e inclusive demostró haberse alienado a algu-

Agencia Reuter

El presidente Alán García se dirigió el viernes al país y volvió a hacer declaraciones ayer.

nos de los pedidos de esa fuerza política, aceptando la participación de los trabajadores en las nuevas administraciones. La Izquierda Unida no salió defraudada por el retroceso: ayer anunció una movilización en apoyo de los planes presidenciales.

De todas maneras, empresarios y banqueros aparecen como ganadores en esta instancia, y el presidente es el que queda más comprometido, por la seguridad con que advirtió que lo que seguirá serán "dos pasos hacia adelante", y por lo que aparece como una necesidad de elaborar ese avance en forma compartida, tal vez aceptando modificaciones a su proyecto inicial.

*Susana Colombo*

Perú

120

8

8707330

120

Perú

## ALAN GARCIA PROSIGUE SU CAMPAÑA A FAVOR DE LA NACIONALIZACION

# La oposición peruana vaticina una progresiva "insurgencia" popular

*La enconada oposición al gobierno del presidente Alan García, que encabeza el Partido Popular Cristiano y el escritor Mario Vargas Llosa, tuvo una masiva expresión en el mitin del sábado por la noche. Allí se atacó el plan de nacionalización de la banca. Vargas Llosa anunció que el viernes próximo encabezará una manifestación similar. Alan García habló en tres concentraciones.*

LIMA, 16 (Reuter). — El presidente Alan García afirmó que respetará la libertad de prensa y de expresión en ocasión del debate nacional sobre la estatización del sistema financiero y se comprometió seguir gobernando a Perú "sin garrote ni mordazas".

"No podría ser presidente de un país sin absoluta libertad, donde los grupos de poder se defienden con su riqueza y yo, llegando a la conciencia ciudadana", dijo García.

El presidente, que encabezó tres concentraciones en barrios pobres de Lima y el vecino puerto de El Callao, afirmó que sus presentaciones tenían el propósito de rebatir desde las plazas públicas a quienes cuestionan su proyecto de estatizar las empresas bancarias, aseguradoras y financieras del sector privado.

"Necesitamos la revolución del crédito, que el favorecido sea el pueblo y no los grandes grupos de poder", sostuvo el líder de la oficialista Alianza Popular Revolucionaria Americana (APRA) ante más de 30.000 simpatizantes.

El ex presidente Fernando Belaúnde Terry, y el líder del derechista Partido Popular Cristiano (P.P.C.), Luis Bedoya Reyes, afirmaron que la proyectada estatización conducirá a un recorte de las libertades ciudadanas, de expresión y de prensa.

"La estatización del sistema financiero constituye el primer paso que irremediablemente condiciona un segundo, que es la pérdida de la libertad de expresión", sostuvo ayer Belaúnde en conferencia de prensa.

♦ **Enconada oposición**

Bedoya, por su parte, en otra concentración pública que tuvo lugar anoche, exigió al gobierno que respete la democracia y proceda a "rectificar su actitud" respecto de la estatización del sistema financiero.

Luego de que el diputado Alberto Borea hacía subir un ataúd al estrado y decía que "allí reduciremos al APRA y al comunismo, para ser libres tal como Dios lo manda", el presidente de esta agrupación, Luis Bedoya Reyes, afirmó que no tenía miedo que lo llamen pinochetista.

Bedoya convocó a "todos los hombres democráticos para formar un gran movimiento en base a Dios, la democracia y la libertad con miras a las elecciones de 1990", aunque parlamentarios apristas y del bloque marxista Izquierda Unida, lo calificaron de golpista.

El senador marxista Javier Diez Canseco había expresado que "Bedoya, con las amenazas de desabastecimiento, continúa incitando al golpe de Estado". El dirigente socialista Enrique Bernales sostuvo que "el PPC ha caído en una agresión que puede atentar contra la democracia". Pero Deboya aclaró anoque que "frente a situaciones en que se vea comprometida la democracia existe la posibilidad que el pueblo adopte medidas de insurgencia, como manifestaciones públicas de protesta, pero no es necesario que se tomen las armas ni menos acudir a los cuarteles".

♦ **Revolución en democracia**

El presidente García, de 38 años, afirmó que "de todas maneras" realizará la revolución en Perú "en completa democracia" y dijo que "jamás gobernaré en la oscuridad ni con la política del garrote o de la mordaza".

Ante las aclamaciones de sus partidarios que le pedían "Alan, seguro, al poderoso dale duro", respondió: "El dictador tiene miedo, cierra periódicos y la televisión. Nunca arriaré la bandera de la democracia y la libertad".

"No creo que hay que darle muerte a los banqueros. Nosotros no matamos a nadie. La revolución es un proceso sereno, prudente, no de arrebato, de odio", afirmó.

García, en un singular duelo verbal con los detractores de la estatización del sistema financiero, utilizó las populosas barriadas de La Victoria, Callao y San Martín de Porres como escenarios para defender la estatización. Afirmó que mantendrá el diálogo directo con los peruanos para poder llegar a su conciencia.

Sostuvo que la nacionalización de la banca privada y las financieras "no es el principio de una medida estatista" ya que el gobierno fomenta la creación de la riqueza defendiendo la producción nacional de las grandes mayorías "y no de cuatro grupos de poder".

"El Partido Aprista no quiere adueñarse de los bancos para mantenerse en el poder. Si en las elecciones de 1990 otro partido gana puede hacer lo que mejor le parezca sobre la ley de estatización del sistema financiero", agregó.

El escritor Mario Vargas Llosa opinó que el proyecto oficial de nacionalización "ha provocado un sentimiento de zozobra" y convocó a los "peruanos democráticos" a rechazar "una ley que puede destruir el régimen de legalidad". Vargas Llosa agradeció a los militares en retiro, líderes políticos, y ciudadanos independientes que se manifestaron contra la iniciativa y anunció que el 21 de este mes encabezará una manifestación pública de protesta. Será la primera vez que el autor se ubique al frente de una concentración callejera.

Agencia AFP

El novelista Mario Vargas Llosa en plena campaña contra la estatización financiera que impulsa el gobierno peruano.

0101

8707332

PERU 8
120

11/8/87 PERU



# Alan García afirmó que la derecha quiere derrocarlo

## Dijo que no cejará en su intención de estatizar la banca

LIMA, 10 (DPA)– El presidente del Perú, Alan García, acusó a la derecha de promover un golpe para derrocarlo, pero agregó que no tiene temor de perder su carga.

"Tampoco voy a retroceder en llevar adelante la estatización de la banca, seguros y financiera", dijo el mandatario, que habló en una concentración popular en Trujillo, 500 kilómetros al norte de Lima.

García, que el sábado dijo que no caerá en el error del ex presidente chileno Salvador Allende, subrayó anoche que estará "a la cabeza del pueblo y dispuesto a mover montañas para hacer justicia en el Perú".

El jefe de Estado emplazó al Poder Legislativo para que apoye cuanto antes la estatización del sector nacional del sistema financiero que está en manos privadas.

### Atendidos por sus propietarios

LIMA, 10 (Reuter)– Los diez bancos comerciales atendieron hoy bajo la administración de sus propietarios tras doce días de intervención estatal, en vísperas de que la Cámara de Diputados reanude el debate sobre la estatización del sistema financiero.

Alan García

Sin embargo, y por disposición expresa de Alan García, las diversas modalidades bancarias fueron severamente fiscalizadas por la Superintendencia de Banca y Seguro, organismo estatal autónomo.

El presidente peruano, en un discurso pronunciado ayer en Chimbote, reiteró que la ley de estatización de la banca, aseguradoras y financieras será aprobada de todas maneras y basó su optimismo en la mayoría parlamentaria acumulada por la Alianza Popular Revolucionaria Americana (APRA, oficialista) y el apoyo ofrecido del frente comunista Izquierda Unida (IU).

"Me pondré al frente del pueblo y de todos los pobres del Perú para reclamar que esa ley (de estatización) sea aprobada", dijo García.

### Policías baleados

LIMA, 10 (AP)– Cinco presuntos miembros del Movimiento Revolucionario Tupac Amaru (MRTA), pro cubano y clandestino, que se encontraban en un automóvil, hirieron hoy a balazos a dos policías que se desplazaban en una camioneta y a una mujer que caminaba por el lugar, informaron las autoridades peruanas.

Los tres heridos fueron hospitalizados y su estado es de gravedad.

La policía dijo que los agentes fueron atacados al aparecer en una esquina en momentos en que otro grupo insurgente pintaba en paredes las siglas del MRTA. Al escuchar los disparos los integrantes de ese grupo fugaron con rumbo desconocido.

01·01 8707340

ARCHIVAR EN: PERU (120)

TEMA: VARGAS LLOSA CONTRA EL TOTALITARISMO

PROCEDENCIA: —

ARCHIVADO EN: Fichaje (B)

01·01

8707410

120

PERÚ
Ataque sendero luminoso

Clarín 14/8/87

AMETRALLAN A UN ALTO JEFE DE INTELIGENCIA

# Continuos ataques de la guerrilla

***Diversas regiones del Perú siguen siendo sacudidas por crímenes y atentados. Mientras continúa en grave estado un coronel de la fuerza aérea, miembro de los servicios de inteligencia, quien fue baleado el sábado, un capitán y seis funcionarios gubernamentales fueron ejecutados en distintos lugares del país. Integrantes del poder judicial de una de esas regiones comenzaron a abandonar el lugar debido a que no queda un solo policía que pueda garantizarles la vida frente a los continuos ataques de grupos subversivos.***

LIMA, 15 (AFP, Reuter y EFE). — Un total de siete personas —un capitán y seis funcionarios— fueron ejecutados por presuntos comandos senderistas en diversas regiones del país, confirmaron autoridades peruanas.

En un recrudecimiento de la violencia en diversos focos guerrilleros del Perú, el capitán detective Juan Chávez Aguirre, 36, fue asesinado de dos balazos, en la víspera, por un comando sedicioso a dos cuadras de su domicilio, en el distrito de Tambo de Huancayo, Junín, al centro del país.

El infortunado oficial fue interceptado por dos elementos senderistas que le dispararon a "sangre fría" con armas sofisticadas, precisó la policía.

Al mismo tiempo, otro grupo de aniquilamiento senderista —cinco elementos armados— mataron a dos funcionarios de la región agraria de Ayacucho, sureste andino, al abogado Arturo Morales y a un sanitarista no identificado, que viajaban por la localidad de Sanrana, provincia de Wilcashuaman.

Los atacantes, que perdonaron la vida de una nutricionista y su hijo, que viajaban con las víctimas, incendiaron el vehículo de propiedad del Ministerio de Agricultura.

Es la primera vez en siete años de subversión declarada que los sediciosos asesinan a un letrado en Ayacucho, bastión de la guerrilla andina, mientras que el Sindicato Único de Trabajadores de la Educación del Perú (SUTEP) denunció la detención, ayer, de ocho profesores en Pampacangallo (Ayacucho), bajo la acusación de haber participado en acciones subversivas.

♦ **"Zonas liberadas"**

Estas acciones sediciosas se registran en esa región justamente cuando el gobierno —desde el anuncio del presidente, Alan García, el pasado 28 de julio— se aprestaba a levantar el estado de emergencia y devolver a la autoridad civil el gobierno local, que desde 1983 ejercen las fuerzas militares.

Pese a las estrictas reservas de la policía, se supo, por fuentes judiciales, de la toma por senderistas de más de una decena de poblados de los escarpados Andinos del departamento de Apurímac, a 650 kilómetros al sureste de aquí, que fueron declarados "zona liberada" y lo ocupan desde hace más de una semana.

En la provincia de Aymaraes (Apurímac), luego de la incursión senderista y el asesinato de dos jueces letrados y otros dos gobernadores, cuya identidad no se facilitó, las autoridades judiciales, el subprefecto y todo el destacamento policial abandonó la capital provincial, Chalhuanca, y "se niegan a volver porque la ciudad ya no es de nadie, no existe un solo policía".

En dicha provincia también fueron volados hasta el momento seis puentes: Santa Rosa, Chacapuente, Aynoc, Casinchihua, Yanaca y Chalhuanca.

Hace cuatro días asesinaron al prefecto, Herbert Urbiola, a su hijo, a un agente y a no menos de ocho campesinos en Apurímac, mientras que las autoridades esperan enviar a la zona convulsionada patrullas militares reforzadas a fin de capturar a los insurgentes.

En otras acciones menores, la vivienda de Luis Fiestas, presidente de la cooperativa agraria de Cartavio, Trujillo, a 360 kilómetros al norte de Lima, fue dinamitada en la víspera, resultando heridas de gravedad dos personas, señaló la policía.

Mientras, en Lima, un arsenal de armas y propaganda subversiva fue localizado por la policía ayer en la vivienda de un sedicioso. Este poseía tres documentos distintos de identidad. Se le incautaron cinco revólveres marca Taurus, tres pistolas, cuatro transmisores receptores, cargas explosivas y municiones, entre otros elementos.

Las más altas autoridades judiciales de Apurímac se encuentran en Lima realizando gestiones urgentes a fin de que todo el departamento sea declarado en estado de emergencia y se envíe al ejército para sofocar la insurgencia y rescatar a los pueblos sometidos por la subversión. Los funcionarios dijeron haber sido amenazados de muerte reiteradamente.

♦ **Un coronel, grave**

Un coronel de la fuerza aérea peruana, miembro del Servicio de Inteligencia, permanecía hoy en grave estado 24 horas después de ser baleado por un comando de aniquilamiento del grupo maoísta Sendero Luminoso, informó una fuente militar.

El coronel Fausto Guerra, primer alto jefe de la FAP que sufre un atentado, fue atacado por los senderistas al salir anoche de un exclusivo restaurante en el elegante distrito limeño de Miraflores, informó la fuente.

Un testigo dijo a miembros de Inteligencia de la FAP que los rebeldes dispararon una ráfaga de metralleta contra el coronel, que vestía de civil, y otras al aire para dispersar a los curiosos.

Una fuente del hospital de la FAP informó que Guerra fue intervenido quirúrgicamente para extraerle cuatro proyectiles, dos de ellos alojados en el tórax, que lo han puesto al borde de la muerte.

01·01 8707434

120

PERU



ALAN GARCIA ENFATIZO LA NECESIDAD DE EVITAR

# Vastos operativos terrorismo y el

*El presidente peruano, Alan García, destacó la adopción de "métodos más selectivos" en la lucha contra la guerrilla, tras lamentar las "masacres" —por lo menos tres— cumplidas en la región andina por las fuerzas encargadas de combatir a la organización Sendero Luminoso. En cuatro provincias del nordeste del Perú, donde a la acción de los narcotraficantes se ha sumado en los últimos meses la actividad guerrillera, el gobierno decretó el estado de emergencia. Más de 1.200 policías fueron enviados a la zona para cumplir con la misión de eliminar a las bandas de traficantes de drogas y a los grupos subversivos.*

LIMA, 16 (ANSA, UPI y Reuter). — Con la participación de unos 1300 efectivos la policía peruana inició hoy una ofensiva destinada a restablecer el orden legal en cuatro provincias de la zona amazónica, reconocidas como la región de mayor producción de coca en el mundo, y desde hace meses prácticamente controladas por las organizaciones de narcotraficantes.

Las acciones comenzaron ayer con un sorpresivo y eficaz "operativo relámpago" en el que 280 policías, apoyados por las fuerzas armadas, irrumpieron en la selvática ciudad de Tocache y tras una serie de enfrentamientos armados lograron recuperar el control de esa localidad. Las autoridades de la provincia de Tocache habían sido desalojadas hace unos meses, mediante presiones y actos de violencia, por organizaciones del narcotráfico y grupos terroristas que se impusieron como gobierno.

La región ha sido tradicionalmente sede de la actividad del narcotráfico, a la que se sumó en los últimos tiempos el accionar de Sendero Luminoso. Aunque no se conocen datos que indiquen la existencia de alianzas o de pactos de trabajo conjunto entre los traficantes y la guerrilla, por la comprobada y constante presencia de ambos en esta provincia y en las de Leoncio Prado, Mariscal Cáceres y Marañón —todas de la cuenca amazónica— las autoridades apoyan la importancia del operativo en la necesidad de lograr un riguroso control oficial sobre el área.

El Ministerio del Interior decretó ayer el estado de emergencia por 60 días en las provincias mencionadas; en un mensaje transmitido por la red de radio y televisión el titular de la cartera, José Barsallo Burga, indicó que la medida —que determina la suspensión de una serie de derechos cívicos— fue



MASACRES

# en Perú contra el tráfico de drogas

resuelta para permitir en ese lapso la acción policial destinada a eliminar el "tráfico de narcóticos y la subversión" en el área conocida como del valle de Huallaga, ubicada a unos 250 kilómetros al noreste de Lima, en la que se venían registrando "graves actos delincuenciales".

Barsallo explicó a partir de hoy, unos 1.200 policías operan en la región e informó que en esta oportunidad el gobierno del presidente Alan García resolvió poner a la "zona de emergencia" bajo responsabilidad de su ministerio, y no bajo jurisdicción de un comando político militar, como es el caso de otras localidades en las rigen medidas de excepción, tales como la región central Andina y las ciudades de Lima y El Callao.

**Se esperan enfrentamientos.**

La región selvática del cauce superior del río Huallaga es escenario de la actividad de bandas de narcotraficantes que cuentan con sus propias fuerzas privadas de seguridad. Se estima que en la selva peruana existen más de 500 aeropuertos clandestinos usados por las organizaciones ilegales para exportar cocaína —cuya materia prima, la hoja de coca, se cultiva en la zona—, principalmente a Estados Unidos y Europa.

En los últimos meses se sumó en la región selvática la presencia de los rebeldes senderistas; al ser atacado el pasado primero de junio un puesto policial en la localidad de Uchiza, con un saldo de cinco agentes y un oficial de la división antinarcóticos muertos, la acción se atribuyó en principio a los traficantes, pero posteriormente surgieron elementos que orientaron a la policía a presumir que se había tratado de un ataque de Sendero Luminoso.

El ministro no descartó, en su mensaje televisado, la posibilidad de que en el marco de los operativos que comenzaron a efectuarse ayer vuelvan a producirse enfrentamientos.

El año pasado, la fuerza aérea peruana actuó en una serie de operativos unificados bajo la denominación de "Operación Cóndor".

En esta oportunidad, aunque se mencionó la posible participación de técnicos norteamericanos, un vocero estadounidense dijo anoche desconocer tal información.

# "Se utilizarán métod mucho más selectivo

AYACUCHO, Perú, 16 (Reuter). — El presidente peruano Alan García dijo hoy que las fuerzas gubernamentales cometieron hasta tres "masacres" durante sus dos años de gobierno en su lucha contra guerrilleros e instó a adoptar un enfoque más cauteloso.

García, en una breve entrevista con Reuter, exhortó a las fuerzas gubernamentales a tener un enfoque "quirúrgico" en la lucha contra los guerrilleros en custodia de la población civil en esta escarpada provincia montañosa.

"El terrorismo en esta zona no debería ser mutilado a golpe de hacha, debe utilizarse una incisión más quirúrgica para capturar las células que aún existen aquí", dijo García antes de reunirse con el general Jorge Sánchez Manrique, comandante militar de la provincia de Ayacucho, a 575 kilómetros de Lima.

"Pese a algunos errores y excesos que se cometieron, y aún de dos o tres masacres durante este gobierno, tengo la satisfacción de confirmar métodos utilizados ahora se más selectivos", dijo.

García tenía previsto retor ma en las últimas horas de hoy breve visita con líderes milita les y oficiales de la gobernant Popular Revolucionaria Amer

**♦ Prohibición**

Autoridades militares que la lucha antiguerrillera decidi hibir la actividad de unos 13 que trabajan para la Cruz R nacional y Medicina sin Fro Ayacucho, a partir de julio, d neral Sánchez en una reunión gresistas opositores realizada Ayacucho.

Sánchez dijo que la medid sada por el deseo de la Cru entrevistas a guerrilleros de Luminoso detenidos por los n otras "condiciones irrazonabl das por el grupo.

01·01

8707501

120

Buenos Aires, jueves 13 de agosto de 1987 — CLARIN

# Nueva protesta en Perú por la estatización de la banca

**En una jornada caracterizada por la medida de protesta de los empresarios privados, que realizaron un "paro simbólico" para expresar su rechazo respecto del proyecto de nacionalización de la banca en el Perú, la Cámara de Diputados prosiguió el debate sobre el tema, que se había iniciado ayer con una sesión de casi 11 horas. Se registró una deserción en las filas de la bancada oficialista, resuelta por uno de los diputados aprista por sus discrepancias con el proyecto.**

LIMA, 12 (EFE y UPI). — Los empresarios peruanos realizaron hoy su anunciado "paro simbólico" en protesta por la medida de estatización de la banca, a la que consideran inconstitucional. Al mismo tiempo, los trabajadores no sindicalizados de distintas entidades privadas del sistema financiero marcharon nuevamente por las calles céntricas de Lima en demostración de oposición al proyecto que actualmente debate el Parlamento peruano.

La Confederación de Instituciones Empresariales Privadas (CIEP), que desde el anuncio de la nacionalización ha lanzado campañas de propaganda en radios, televisión y diarios exponiendo sus objeciones, realizó una prolongada reunión en su sede. El paro no afectó la actividad comercial, bancaria e industrial, y se circunscribió exclusivamente a esa asamblea en la que participaron representantes de las 80 entidades que nuclea la entidad.

El vicepresidente de la Confiep, Edmundo Urrarte, señaló que los organismos gremiales de comerciantes, industriales, mineros, constructores y exportadores, decidieron realizar la paralización "protestando por la estatización pero defendiendo la democracia".

Carteleones con frases contrarias a la estatización fueron colocados en la mayoría de los locales afiliados a la Confiep, donde tuvieron lugar reuniones similares a la citada en la sede central.

Mientras tanto, la Cámara de Diputados fue escenario de un extenso debate de 11 horas tras el cual se resolvió un cuarto intermedio. Los legisladores aprobaron por mayoría el primer artículo del controvertido proyecto de ley que declara de "interés social" la "actividad bancaria, financiera y de seguros, reservándola sólo para el Estado".

Se informó que existen al menos diez parlamentarios del APRA, la fuerza gobernante, que no están de acuerdo con el proyecto.

El diputado Enrique Elías, del conservador Partido Popular Cristiano (P.P.C.), radicalmente opuesto al proyecto estatal, dijo que lo único que iba a lograr el gobierno, de aprobarse la ley, sería "enfrentarse con otro dominio judicial", en alusión a los fallos recientes de la justicia en favor de los banqueros afectados.

Precisó al respecto que si el Congreso aprueba la ley de nacionalización, el gobierno tendrá que enfrentarse a "muchas acciones de amparo" que encontrarían eco en el Poder Judicial porque será "una ley que atropella derechos y que está contra la Constitución".

01·01 8707507

PERÚ 120

## LLAMADO DE ALAN GARCIA A COHESIONAR SU PARTIDO TRAS LAS NACIONALIZACIONES

# "Los que se oponen deben dejar el APRA"

***En su primer pronunciamiento sobre la estatización de la banca, la Conferencia Episcopal Peruana expresó su preocupación por un debate que podría llevar a "graves enfrentamientos", y reclamó "respeto por la iniciativa privada", en un comunicado en el que solicitó a los legisladores que ayer iniciaron la consideración del tema, manejarse con "objetividad y serena ponderación". El presidente Alan García, en un mitin en la localidad de Trujillo, retó a los apristas discrepantes con su proyecto de "cambiarse de partido".***

*LIMA, 11 (AFP, UPI, DPA y Reuter).*— El presidente Alan García invitó a "cambiar de partido" a los parlamentarios y dirigentes del oficialismo que discrepan con el proyecto de nacionalización de la banca, subrayando que el APRA es por definición una "fuerza revolucionaria".

El mandatario, quien desde el sábado se encuentra en gira por el norte del país, volvió a defender ayer, en Trujillo, el plan de estatización que precisamente hoy comenzó a debatirse en el Parlamento, sobre la base de un texto en el que han sido introducidas algunas modificaciones respecto del inicial presentado por García el 28 de julio pasado.

Por lo menos cinco parlamentarios del gobernante Partido Aprista Peruano han manifestado su oposición a las nuevas medidas económicas, mientras que otros tres solicitaron licencia, sin precisar motivos, en las jornadas previas a la iniciación del debate, que de todos modos está caracterizando por el apoyo a la nacionalización de la mayoría de la bancada oficialista y de la segunda en importancia, la de la Izquierda Unida.

"El APRA (Alianza Popular Revolucionaria Americana), es un partido revolucionario y estamos haciendo una revolución en el país. Los que no estén de acuerdo que se cambien de partido", dijo García ante una multitud en Trujillo, cuna de esa fuerza política.

Reiteró sus advertencias sobre las medidas que podrían adoptar los banqueros para "contrarrestar el caos y el descontento" y volvió a mencionar posibles amenazas de golpe de Estado para señalar que "si algo ocurriera más adelante continuaremos. Si he chocado con los más fuertes, con los cuatro grupos de poder, pero no me dan miedo sus millones ni sus poderes".

### ♦ Opinión de la Iglesia

La Conferencia Episcopal Peruana expresó hoy en un documento su preocupación por un debate que podría llevar a un "enfrentamiento que atente gravemente contra la unidad de nuestro pueblo que hay que salvaguardar a toda costa".

Por este motivo, los obispos exhortaron a los legisladores a tratar con "objetividad y serena ponderación un instrumento legal que impulse decididamente el progreso y el bien común, a fin de superar la grave crisis que nos afecta".

La Iglesia planteó la necesidad de respetar la Constitución, así como también "la iniciativa privada de individuos y de grupos, garantizando su expansión, de modo que cumplan su dimensión social, sin ser absorbidos por comunidades mayores y más elevadas", pero recordó asimismo palabras del Papa Juan Pablo II al señalar que "la propiedad no significa el derecho indiscriminado a gozar, sino el derecho estable a tomar decisiones bien respecto a los bienes encomendados, respetando su destino común y las leyes y decisiones públicas que lo garantizan".

### ♦ Se inicia el debate

La Cámara de Diputados inició esta noche la consideración del proyecto de ley de nacionalización, con el anticipo de pronunciamiento negativo de los partidos Popular Cristiano y Acción Popular. El ex presidente Fernando Belaúnde Terry, representante de esta última fuerza, acusó hoy al gobierno de crear una tempestad que podría propiciar que "algunos toquen las puertas de los cuarteles".

El proyecto redactado por la Comisión de Banca y Seguros de la Cámara mantiene la propuesta de estatización de 10 bancos, 6 financieras y 17 compañías de seguros, pero introduce algunas modificaciones, tales como la aceptación de que el 15 por ciento de las acciones de esas empresas sean adquiridas por el público. En la banca regional, ese porcentaje puede llegar al 25 por ciento. El texto establece que el pago a los propietarios será el equivalente al valor de los activos que resulte del activo y el pasivo, según el balance al 31 de diciembre del año pasado.

Mientras tanto la Confederación Nacional de Instituciones Empresariales Privadas (Confiep) anunció para mañana miércoles un "paro simbólico" de 24 horas, en protesta por la estatización de la banca, que según anticiparon, no interrumpirá la actividad comercial e industrial. Los empleados bancarios no sindicalizados, por otra parte, anunciaron una marcha de protesta para mañana.

Agencia Reuter

Alan García, presidente de Perú.

## Excluyeron a la banca extranjera

LIMA, 11 (AFP y EFE). — La banca extranjera quedó expresamente excluida de la nacionalización en el nuevo proyecto de ley que comenzó a debatir hoy la Cámara de Diputados del Perú. El texto elaborado por las comisiones especializadas de la Cámara baja, que introdujo modificaciones al enviado por el gobierno, establece en su artículo 2° que "el Estado autoriza el funcionamiento de los bancos multinacionales, sucursales y representaciones, actualmente establecidos en el país".

Esa exclusión, según se considera en medios económicos, obedecería a la necesidad de mantener abiertos los canales financieros para las importaciones y el contacto con los acreedores del Perú.

Un ejecutivo de una sucursal extranjera en Lima señaló que actualmente solo esas entidades, y no la banca nacional, están consiguiendo, debido al respaldo de sus sedes centrales, la confirmación en el exterior de las cartas de crédito para las operaciones peruanas de importación. Por otra parte, los bancos extranjeros que operan en Perú deben prestar a la banca estatal, en líneas de crédito externo, el equivalente a dos veces su capital, más el total de sus captaciones locales, según lo reveló la revista Caretas.

La actividad de la banca extranjera ya estaba limitada en Perú por una ley que le permitía captar depósitos a plazo y a la vista, pero no el ahorro, reservado para los bancos nacionales, y precisamente uno de los puntos que principalmente tuvo en cuenta el gobierno cuando decidió la estatización.

La nacionalización de la banca extranjera solo hubiera afectado a los activos de las sucursales, y el gobierno peruano tendría que haber cancelado una deuda con estas instituciones que asciende a unos 90 millones de dólares.

Los banqueros privados afectados por el proyecto de expropiación consideraron discriminatorio y anticonstitucional la exclusión de las sucursales extranjeras.

### ♦ Banquero expulsado

El banquero peruano Vittorio de Ferrari fue expulsado por aclamación de la Sociedad Nacional de Industrias (S.N.I.) por haber mandado una carta de apoyo al presidente Alan García, en la que muestra su conformidad con la nacionalización de la banca del país.

Un vocero de la S.N.I. informó hoy que De Ferrari no puede pertenecer a esta institución "al ser sus criterios distintos al de sus asociados". En la última asamblea de la S.N.I., se presentó una moción de expulsión que fue unánimemente aceptada.

# Tensión en Perú por las estatizaciones

**LIMA, 27 (AP y EFE). — El gobierno rechazó hoy que hubiera intervenido para sabotear la transmisión televisiva del acto opositor que ayer encabezó el escritor Mario Vargas Llosa y en el que se produjeron violentos enfrentamientos entre los asistentes y grupos afines a la política gubernamental de estatización de la banca.**

**La anunciada televisación del acto, realizado en Arequipa, una de las ciudades en las que más fuerte ha sido el rechazo a la nacionalización de la banca, no pudo concretarse debido a fallas técnicas que según las explicaciones de la empresa de comunicaciones no pudieron resolverse a causa del paro cumplido por los trabajadores de la estatal durante la jornada de ayer.**

**♦ Enfrentamientos**

**Tres petardos estallaron durante el mitin, y se produjeron violentos enfrentamientos hasta que la policía dispersó a los grupos con el empleo de coches hidrantes. Algunas piedras llegaron a la tribuna donde se encontraba Vargas Llosa, poco después de concluir su discurso, que reiteró su enérgico rechazo a la ley de nacionalización y sus acusaciones al gobierno del presidente Alan García por lo que el escritor define como avance hacia el totalitarismo.**

**Vargas Llosa culpó directamente al oficialista Partido Aprista por los desórdenes, así como también por el sabotaje a la transmisión. El secretario de Prensa de la Presidencia, Víctor Tirado, refutó esas afirmaciones y señaló que "el gobierno no recorta la libertad de expresión y por lo tanto no impidió la transmisión, que se malogró, como sucede muy frecuentemente, por fallas técnicas".**

**En el momento en que Vargas Llosa dirigía su mensaje a una nutrida concurrencia, ayer, en Arequipa, el presidente García realizaba una nueva concentración en defensa de su proyecto en el distrito limeño de Rímac.**

CLARIN 29/8/87

01-01 8707670

22/8/87



# Perú: agitación por las nacionalizaciones

***Los opositores al proyecto de nacionalización de la banca se concentraron anoche en la plaza San Martín de Lima para exteriorizar su protesta, en una manifestación encabezada por el escritor peruano Mario Vargas Llosa. Paralelamente, el presidente Alan García continuó su recorrida por los barrios populares de la capital, en lo que ha sido definido como un programa de esclarecimiento respecto del proyecto.***

LIMA, 21 (AFP, EFE y Reuter).— Las concentraciones encabezadas por el presidente Alan García hoy, en dos plazas limeñas, dentro de su programa de difusión del proyecto de nacionalización de la banca, coincidieron con la realización de una manifestación en la que el escritor peruano Mario Vargas Llosa se expresó enérgicamente en contra de ese plan, calificándolo como una "amenaza para la democracia".

En su primera intervención pública como orador político, Vargas Llosa, identificado con el partido Acción Popular del ex presidente Fernando Belaúnde Terry, explicó en el mitin realizado en la céntrica plaza San Martín de Lima, su oposición a la expropiación de las entidades financieras y aseguradoras, y convocó al público, contrario al proyecto gubernamental, a participar de una etapa de resistencia "para impedir que el totalitarismo se apodere del Perú".

El acto opositor de hoy, al que adhirieron el Partido Popular Cristiano, la Acción Popular y entidades empresariales, fue convocado a través de una intensa campaña propagandística a través de los medios gráficos, la radio y la televisión, en nombre de un Movimiento Cívico por la Libertad, que Vargas Llosa encabeza.

La oposición del escritor a la nacionalización concretó su ingreso en la política peruana y lo situó en una línea de enfrentamiento directo con García, quien anoche, en una de las concentraciones en barrios populares iniciadas el martes, ironizó sobre el "concepto de libertad" manejado por Vargas Llosa. "¿Qué tiene que ver la libertad con los bolsillos de los banqueros?", dijo el mandatario ante una multitud de más de 10.000 personas.

García destacó el apoyo recibido por los habitantes de las "poblaciones jóvenes" (villas de emergencia) visitadas y señaló su decisión de "no retroceder" en su plan de desplazar a los "banqueros que esperan sentados los ahorros" y al mismo tiempo "apoyar al industrial que produce y que reinvierte".

En la noche de hoy, García reiteró su mensaje en concentraciones multitudinarias realizadas en el balneario de Chorrillos y en la población de Canto-grande, en la periferia de Lima.

### ♦ Discrepancias

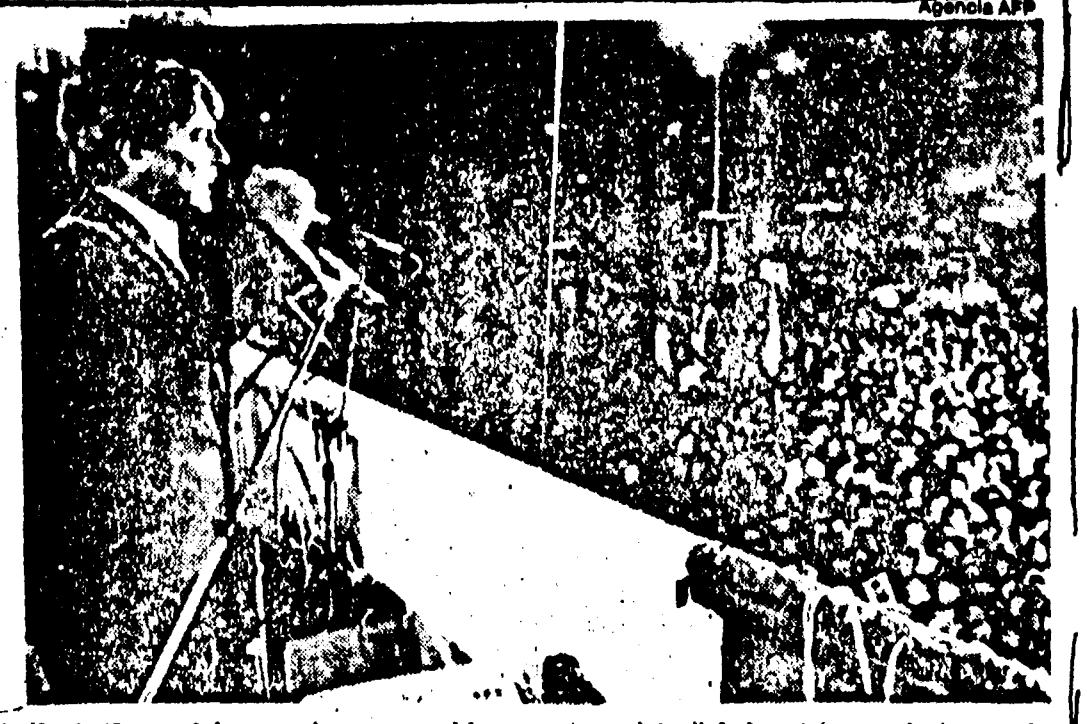
El senador Luis Alberto Sánchez, uno de los fundadores del APRA y actual vicepresidente del Perú, lamentó que el debate sobre la nacionalización del sistema financiero se haya convertido "en una pasión política de plazuela" en declaraciones en las que dejó entrever sus discrepancias no solo con el proyecto sino también con la movilidad asumida por el presidente García para defenderlo.

Sánchez dijo que en el Senado, donde el tema se encuentra en consideración, se harán los esfuerzos para retrotraer las cosas a su justo cauce, ya que, opinó, "lo peor es ser intransigente, tirarse de cabeza con las cosas. Eso —agregó— lo pueden hacer solo los jubilados, los toros, los tapires, pero la gente no".

01-01 8707680

# Vargas Llosa dirigió el mayor acto opositor contra Alan García

*El presidente peruano Alan García reiteró sus críticas a los que atacan el proyecto de estatizar la banca privada, acusándolos de ser los responsables de la crisis económica que vive el país. Por primera vez, el escritor Mario Vargas Llosa habló en la principal manifestación opositora, calificando a esta medida de "pura demagogia" y al Estado peruano de "ogro voraz".*



Agencia AFP

El novelista Mario Vargas Llosa en la concentración contra la nacionalización bancaria dispuesta por el gobierno peruano.

**LIMA, 22 (UPI, ANSA y EFE). — El escritor Mario Vargas Llosa fustigó anoche el proyecto de estatización de la banca privada, en la mayor concentración de protesta realizada desde la asunción del presidente peruano Alan García.**

**Vargas Llosa señaló que la estatización de la banca, anunciada por el primer mandatario el pasado 28 de julio, y que actualmente se encuentra en revisión en la Cámara de Senadores, se "inspira en la pura demagogia", por lo que la mayoría del pueblo peruano se opone a la medida.**

**Al grito de "Libertad" y ondeando banderas peruanas, decenas de miles de personas asistieron al denominado "encuentro cívico por la libertad", que se realizó en la céntrica plaza San Martín de Lima y que fue convocada por el escritor peruano.**

**Vargas Llosa advirtió que si el Senado aprueba el proyecto el movimiento que él encabeza, denominado "Libertad", apelará ante el Poder Judicial y el Tribunal de Garantías Constitucionales y "si nos derrotan —agregó—, *vamos a sacar a la Libertad a las calles del* Perú".**

**El autor de "La casa verde" y "Conversaciones en la Catedral" indicó que, con esta medida, el Estado peruano, a quien calificó de "ogro voraz", se convertirá en el único banquero, financista y asegurador del país.**

**Agregó que el presidente Alan García está siguiendo el ejemplo de México, "país al que queremos mucho los peruanos, pero —dijo— el sistema político de esa nación *hermana es el horror* de América latina. *Realmente no* es una democracia plena".**

**En referencia al APRA, el gobernante partido de García, Vargas Llosa manifestó que "nosotros no queremos que el APRA sea el caballo de Troya del comunismo en el Perú".**

**Luego de la concentración, el escritor entregó a un grupo de parlamentarios de los opositores Partidos Popular Cristiano, Acción Popular, Unión Parlamentaria *Independiente*, entre otros, planillas con miles de firmas que se oponen al proyecto oficial de estatización (ya aprobada por diputados), cuya recolección fue realizada por su movimiento desde el anuncio de la medida.**

**Vargas Llosa, de 51 años, dijo que al gobierno aprista "lo vamos a defender contra cualquier intento golpista" y pidió a los manifestantes que ayuden a sostener a la democracia peruana.**

**No obstante las declaraciones del escritor a favor de apoyar el régimen constitucional, sus partidarios lo recibieron a los gritos de "Mario sí, Alan no" y "va a caer, va a caer, caballo loco va a caer", en referencia al primer mandatario.**

**Según Vargas Llosa, con la estatización de la banca privada la libertad de expresión se encuentra en peligro, debido a que el Estado será el único organismo que administrará los créditos y la publicidad de la cual dependen los medios de comunicación.**

**Al mismo tiempo el presidente García realizó dos concentraciones paralelas en dos zonas pobres de Lima, donde criticó a las personas que concurrieron a la reunión convocada por Vargas Llosa, acusándolas de ser "responsables y protagonistas" de la crisis económica por la que atraviesa el país".**

**"Están allí agitando miedos", sentenció el presidente peruano, al referirse a los participantes de la manifestación opositora a su proyecto de estatizar la banca privada".**

**Alan García, el presidente peruano ha sido acusado de incitar al odio de clase, en un país en el que el diez por ciento de la población posee más de la mitad de la riqueza nacional, afirmó el diario británico "The Economist".**

**Comentando los conflictos suscitados por la decisión gubernamental de nacionalizar los bancos y las empresas de seguros, "The Economist" señaló que Perú es una nación *en que* el "apartheid cultural separa a los bien vestidos descendientes de los europeos de los empobrecidos indígenas".**

**La decisión del presidente García, dijo la publicación, ha despertado a la somnolienta derecha que ha renacido a la vida, temiendo todo tipo de nacionalizaciones posteriores a la de los bancos.**

### ♦ Educación privada

**La ministra de Educación de Perú, Mercedes Cabanillas, desmintió, entretanto, que el gobierno del presidente Alan García tenga la intención de nacionalizar la educación privada.**



0707727

CLARIN ★ Buenos Aires, viernes 21 de agosto de 19

ENDURECIMIENTO EN PERU

# Los empresarios no invertirán

*La Asociación de Bancos de Perú informó que la banca internacional comenzó a suspender las líneas de crédito como respuesta a los planes gubernamentales de nacionalización del sistema financiero. Por su parte, los empresarios peruanos decidieron suspender también toda nueva inversión en el país y retirarse del Consejo Nacional de Inversiones, organismo de concertación entre el gobierno y los sectores productivos.*

LIMA, 20 (EFE, DPA, AFP y Reuter). — En una actitud de endurecimiento frente a los planes gubernamentales de nacionalización del sistema financiero, los empresarios peruanos decidieron no solo retirarse del Consejo Nacional de Inversiones (organismo de concertación entre el gobierno y los sectores productivos), sino también suspender toda nueva inversión en Perú.

Mientras varios de los más connotados empresarios peruanos dirigían una carta al presidente del Consejo de Ministros, Guillermo Larco Cox, dándole a conocer la decisión del retiro, el constructor Julio Piccini, como vocero del sector, dijo que la inversión privada está paralizada desde el 28 de julio último, día en que el presidente Alan García anunció su propósito de nacionalizar la banca privada, los seguros y las financieras.

"Nadie invertirá —aseguró Piccini en declaraciones al diario "Expreso"— porque no existen garantías de que luego no habrá expropiación". Por su parte, el presidente de la Confederación de Instituciones Empresariales Privadas (Confiep), Ricardo Vega Llona, aseguró que ya se notan los primeros síntomas de desabastecimiento, pero negó que la advertencia realizada por la Sociedad Nacional de Industrias, hace unos días, fuera una amenaza. Para aclararla, Vega Llona dijo: "No vamos a atentar contra la estabilidad del país y seguiremos con el trabajo, pero lucharemos con la ley en las manos por aquello en lo que creemos".

No obstante, insistió en que ya se respira en Perú un clima de inquietud y desconfianza y que en esas condiciones no se puede invertir, porque con la nacionalización el Estado va a crear, además, el monopolio del crédito.

**Créditos suspendidos**

Otro banquero, el presidente de la Asociación de Bancos de Perú, Francisco Pardo Mazzeo, informó que la banca internacional comenzó a suspender líneas de crédito para comercio exterior que estaba otorgando regularmente a la banca privada peruana. Pardo no cuantificó el monto que involucra la medida, pero algunos círculos bancarios estimaron el total en unos 300 millones de dólares norteamericanos para todo Perú.

En medio de manifestaciones en favor y en contra de la medida impulsada por el gobierno del presidente Alan García, éste continúa con su prédica de apoyo a ella. Hoy tenía programados dos nuevos discursos y para mañana otros tres en distintos puntos de Lima. Anoche, García dijo en el barrio pobre de Comas que "la banca no será de ningún grupo; no será de la derecha, sino de todo Perú y de todos los peruanos".

La posición de García recibe el apoyo del frente Izquierda Unida, que convocó a una manifestación a realizarse por la noche en la céntrica plaza San Martín.

El presidente peruano denunció que hay quienes quieren hacer creer que la estatización del sistema financiero producirá un enfrentamiento entre los peruanos. A esto respondió que "no ven lo que nosotros vemos: la construcción de una conciencia revolucionaria y democrática en el pueblo, para que pueda escoger libremente los caminos y las vías por los cuales quiere transformar la sociedad".

**Vía moral de Vargas Llosa**

El escritor peruano Mario Vargas Llosa, quien mañana viernes encabezará una manifestación que es parte de la cruzada que lidera en contra de la estatización de la banca en su país, dijo en un reportaje al diario madrileño El País que "no soy político, sino un escritor que, llevado por las circunstancias, asume una posición cívica. Es una actitud moral", explicó.



87077758

1R

A. Financiero
27 FEB. 1987

120

## EXTERIOR

El Estado venderá 40 empresas públicas

# Perú: Alan García ahora privatiza

Lima (UPI) — Casi un mes después de que el presidente Alan García desatara una controversia nacional al anunciar la estatización de la banca privada peruana, el gobierno informó ayer que pondrá a la venta acciones de la aerolínea nacional Aeroperú, dentro de un plan para la privatización de 40 empresas públicas.

El presidente de la Corporación Nacional de Desarrollo, José Palomino Roedel, anunció asimismo que el gobierno llegó a un acuerdo con las compañías multinacionales Volvo y Perkins, con sedes en Suecia e Inglaterra, respectivamente, para que detenten la mayoría del paquete accionario de la empresa estatal Motores Diesel Andinos SA.

*Alan García*

Sin embargo, el gobierno mantiene su decisión de estatizar 10 bancos privados, empresas financieras y 17 compañías de seguros, convirtiendo al Estado en el único banquero.

Palomino informó, asimismo, que el gobierno venderá a partir del 31 de agosto un paquete de acciones por un valor de 8 millones de dólares de Aeroperú, una de las 240 empresas públicas del país.

Explicó que cada acción de Aeroperú saldrá a la venta a un costo equivalente de 1000 dólares en la Bolsa de Valores de Lima, y que el Estado garantizará una ganancia de 12 por ciento anual para los inversionistas que las adquieran, así como descuentos en la compra de pasajes que adquieran de la aerolínea.

Aeroperú cuenta con 10 aviones viejos y cubre 13 ciudades de América latina y Estados Unidos, obteniendo por primera vez en ocho años utilidades en 1986. La aerolínea ganó 47 millones de intis el año pasado, equivalente a más de 3 millones de dólares al tipo de cambio oficial de 15,93 intis.

Analistas financieros indican que el plan de privatización busca disminuir el creciente déficit fiscal, que se estima bordeará 10 por ciento del Producto Bruto Interno a fines de año.

01·01

8707866

HR

120

# Piden expropiar más empresas en Perú

**Lima (Reuter) — El presidente peruano Alan García afirmó que la estatización de las entidades bancarias tiene el propósito de favorecer al pueblo con los préstamos y sostuvo que éstos no volverán a estar al servicio de los grupos de poder.**

**"La banca no será de cuatro grupos, no será de la derecha, sino de todo el Perú y de todos los peruanos", agregó en una concentración pública realizada anoche en el barrio pobre de Comas, en las afueras de Lima.**

**La posición del gobierno de García es apoyada por el frente comunista Izquierda Unida (IU); que convocó a una manifestación anoche en la céntrica Plaza San Martín en respuesta a las que realizan los que se oponen al proyecto oficialista.**

**La IU exige que la ley de estatización incluya a las empresas vinculadas a los accionistas de los bancos, financieras y aseguradoras, y que la compensación económica se efectúe en bonos, contra las disposiciones constitucionales que precisan que se paguen en efectivo.**

**García inició anoche la primera de las cinco presentaciones que se llevarán a cabo esta semana para contrarrestar en las plazas públicas a los detractores del proyecto.**

**Denunció que algunos creen que la estatización del sistema financiero puede provocar la posibilidad de un enfrentamiento fratricida.**

**"Pero no ven lo que nosotros vemos, la construcción de una conciencia revolucionaria y democrática en el pueblo, que puede escoger libremente dentro de la más absoluta libertad los caminos y las vías por las cuales quiere transformar su sociedad", agregó.**

**Reiteró su respeto por las libertades ciudadanas y de expresión y dijo que la democracia peruana, basada en la justicia, "no creemos que tenga que amordazar o silenciar opiniones contrarias. Podemos confrontar y triunfar en el amplio escenario de la conciencia nacional", sostuvo.**

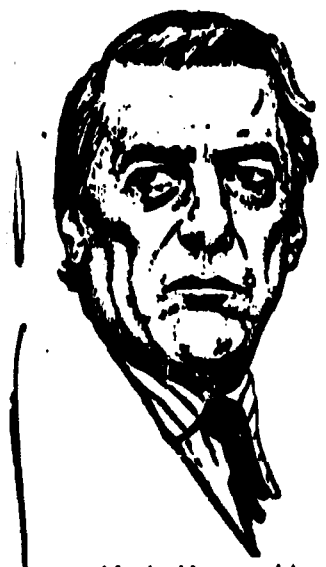
AF 2118/84



8707916

El escritor Vargas Llosa negó la posibilidad de ser candidato de un frente de conservadores e independientes

# *Estatización de la banca en Perú: proponen un plebiscito*



*Mario Vargas Llosa*

**Lima (Reuter) — Mario Vargas Llosa, el laureado novelista peruano, propuso al gobierno la convocatoria a un plebiscito sobre la estatización del sistema financiero, que incluye la banca comercial, financieras y aseguradoras.**

**"La Constitución no lo prohíbe, y creo que es justificable por la evidente división (de opiniones) en que se encuentra el país", dijo en una entrevista radial.**

**Vargas Llosa ha liderado dos multitudinarias concentraciones en Lima y Arequipa contra el proyecto del presidente Alan García, argumentando que de ser aprobada la estatización peligrarían en el Perú las libertades de expresión, de opinión y de prensa. García ha negado que la estatización esté dirigida a conculcar las libertades de los peruanos, sostiene que permitirá "democratizar el crédito" y lograr que la alta influencia económica deje de estar en manos de "cuatro poderosos grupos".**

**El escritor respondió que es una loable intención democratizar el crédito, y preguntó "¿por qué creer que el Estado, con el ciento por ciento dueño del sistema financiero, hará más asequible el crédito a los pobres?".**

**Dijo que en el último año el Estado otorgó a la clase pobre sólo 0,3 % de todos los préstamos, "¿Cómo vamos a creer que va a ser más generosa y más socialmente motivada?", agregó.**

**El escritor, ante un requerimiento, dijo que su posición no es en defensa de los banqueros ni de ningún grupo económico poderoso y que si se trata de descentralizar la banca "basta con disposiciones legales sin necesidad de cambiar la naturaleza de la propiedad".**

**"Evidentemente hay malas intenciones al insinuar que trabajo coordinadamente con banqueros, no es admisible en el debate nacional la mentira gratuita", respondió al negar la versión de una revista que en su casa hubiera recibido al dueño de un banco. Reiteró que el proyecto de estatizar la banca comercial ha sido elaborado por colaboradores del extinto ex dictador Juan Velasco Alvarado, que ahora integrarán un círculo "muy próximo a la presidencia de la República".**

**El diario "Expreso" publicó ayer que un equipo de periodistas "viene trabajando a tiempo completo en el montaje de la campaña de agravios contra el escritor Vargas Llosa".**

**Denunció a Guillermo Thorndike de "estar en permanente contacto con el Palacio de Gobierno" y dijo que le ha sido encomendada la tarea de investigar "la vida privada y pública para volcarla en la infame campaña que ha sido desatada contra el ilustre escritor, con una inversión multimillonaria de sospechoso origen".**

**"Expreso" recordó que Thorndike fue en 1975 director del diario "La Crónica" cuando el dictador Velasco lo confiscó, y lo utilizó "para atacar al Partido Aprista (oficialista) que ahora sirve".**

**Vargas Llosa ha admitido públicamente su adhesión a algunas de las reformas económicas y sociales de la dictadura, pero la combatió cuando confiscó las empresas periodísticas hecho "que fue aplaudido por el actual presidente de la república el 29 de mayo de 1979, durante la asamblea constituyente", dijo el diario de tendencia conservadora.**

01·01

8707946

ARCHIVAR EN: VERU (120)

TEMA: El Presidente Alan García denuncia purga en el APRA.

PROCEDENCIA: LA HABANA 23/5/87

ARCHIVADO EN: Fidel (8)

8708108

01·01

ARCHIVAR EN: Peru (120)

TEMA: Conceptos e informes proporcionados por el Tte. Cnel. Roberto Arias del Ejército del Perú, quien realizó curso de E.M en el [illegible].

PROCEDENCIA: 25/9/87 Doc. 1472/87

ARCHIVADO EN: Fichaje (8)

01·01

8708197

ARCHIVAR EN: Peru (120)

TEMA: Asesino "Sendero Luminoso" Otro Dirigente Aprista.

PROCEDENCIA: La Prensa 12/8/87

ARCHIVADO EN: Sendero Luminoso (068)

8708358

01·01

Otros SENDERO LUMINOSO

LA PRENSA

27 AGO. 1987

120

# *Fuertes bajas de la guerrilla en el Perú*

**Lima, 26 (ANSA) – Más de un centenar de presuntos guerrilleros habrían muerto en los últimos tres días en las localidades del oriente peruano, donde las fuerzas del orden intentan recuperar vastas zonas en poder de subversivos maoístas.**

**Los primeros informes dan cuenta de duros combates en las localidades de Saposoa y Bellavista, en el departamento selvático de San Martín, mientras que similares acciones se estarían registrando en la selva de Huanuco.**

**Las autoridades no confirmaron ni desmintieron las informaciones llegadas a Lima desde el departamento de San Martín, en donde las huestes de "Sendero Luminoso" han desarrollado actividades subversivas.**

**El número cada vez creciente de víctimas coincidiría con el hallazgo de una fosa común con más de medio centenar de cadáveres entre las localidades de Aucayacu y Tingo María.**

**Pueblos arrasados, puentes destruidos, reclutamiento masivo de jóvenes y emboscadas a fuerzas del orden, caracterizan el accionar de "Sendero Luminoso" en esa región.**

**Versiones recogidas por medios de prensa dan cuenta hoy que los guerrilleros se habrían internado en la selva virgen luego de las refriegas con las fuerzas regulares.**

**Las autoridades antisubversivas de Progreso admitieron que las vías de acceso al departamento de San Martín, en medio de la selva, han sufrido bloqueos y enormes daños con explosivos.**



8708434

PERÚ
Cruzan SENDERO LUMINOSO

120

La Montaña 3/9/87

## Alan García no la apoya

# Amnistía a senderistas

MADRID (ANSA, EFE y UPI).- El Presidente del Perú, Alan García, se manifestó ayer contrario a la concesión de una amnistía generalizada para los miembros del grupo terrorista Sendero Luminoso y aseguró que el proyecto de nacionalización de la banca en su país no suponía su estatización.

En declaraciones a la estatal Televisión Española, García dijo que no creía en las amnistías y que no habría amnistía general para Sendero Luminoso.

"La generosidad del Estado se puede dar cuando un grupo armado está totalmente derrotado, pero no mientras los activistas continúan matando", afirmó el mandatario.

García aclaró que para él no hay diferentes gradaciones de delito entre el activista que dispara y el que realiza propaganda terrorista, y añadió que en una democracia deben juzgar los delitos los jueces, y no los políticos.

Sobre la política económica de su país, durante dos años enfrentada a los dictados del FMI, explicó que básicamente se había aumentado la demanda interna con vistas a reactivar la producción industrial, objetivo que se consiguió al experimentar la economía peruana en 1986 un crecimiento del 8,6 por ciento.

"Pero a los dos años de esta política -explicó García- constatamos que los empresarios no reinvertían sus ganancias", por lo que el desarrollo económico no beneficiaba a los más débiles.

De esa situación nace el proyecto de nacionalización de la banca, con el fin de proseguir la reactivación económica, pero dentro de una mayor justicia social, agregó el mandatario.

"La nacionalización de la banca no supone su estatización", resaltó García, quien denunció que todo el poder económico de su país estaba concentrado en Lima, y en concreto en cuatro empresas, cada una de ellas respaldada por un banco.

A sólo 300 metros del Palacio de Gobierno

8708618

01·01

12

PERÚ

120

La Nación Miércoles 26 de agosto de 19

# Vargas Llosa, líder político

LIMA, 25 (EFE).– El escritor peruano Mario Vargas Llosa, que encabeza el movimiento contra la nacionalización de la banca en su país, es considerado ya como un nuevo líder político.

Vargas Llosa será mañana el principal orador de otro acto público de rechazo a la nacionalización de la banca, que tendrá lugar en su ciudad natal, Arequipa, donde se encuentra uno de los más radicalizados núcleos de resistencia a este plan gubernamental.

El escritor encabezó una concentración de más de 50.000 personas, en la que se unieron el último viernes en una plaza de Lima todos los sectores peruanos opuestos al proyecto del presidente Alan García.

Vargas Llosa manifestó que ese movimiento fue una respuesta espontánea ante "la amenaza totalitaria" contra la democracia que, a su juicio, representa la estatización de la banca.

Analistas políticos y la mayoría de los medios de comunicación han coincidido en interpretar que de aquella concentración surgió en torno del escritor una nueva corriente que podría lanzarlo como candidato a la presidencia en 1990.

Sin embargo, Vargas Llosa negó tener ambiciones políticas. "Aspiro a que mi país siga viviendo en libertad y seguir siendo un escritor", dijo.

"Desde hace muchos años he venido defendiendo de una manera muy resuelta la idea de la libertad y la democracia. Si veo que en mi país hay un peligro totalitario, estoy obligado a demostrar con hechos aquello que he venido predicando", agregó el escritor.

Aunque Vargas Llosa no acepte la idea de ser nominado como candidato presidencial, según la revista Sí, "numerosos comunistas" han comenzado a trazarle un futuro político para el autor de "La casa verde", "Conversaciones en la catedral" o "La guerra del fin del mundo".

El movimiento que encabeza Vargas Llosa ha logrado congregar a una amplia corriente de opinión opuesta a la nacionalización de la banca, que en el terreno político coincide con los sectores de centro y de derecha.

Los analistas entienden que la independencia de Vargas Llosa le da "una fuerza pública excepcional" al permitirle congregar a fuerzas de diversa ideología e, incluso, a los sectores del partido gubernamental desencantados con Alan García.

### En sus manos

"En buena parte, el porvenir, el buen éxito del centro democrático está en manos de Vargas Llosa", manifestó el semanario opositor Oiga.

"El país ha descubierto en Mario Vargas Llosa a un conductor político de nuevo cuño potencialmente poderosísimo", expresó, por su parte, el semanario independiente Caretas.

En dos semanas, Vargas Llosa se convirtió en el tercer candidato presidencial preferido por los peruanos (17%), tras el dirigente izquierdista Alfonso Barrantes (32%) y el oficialista Luis Alva Castro (25%), según una encuesta de la empresa Peruana de Opinión Pública.

Dentro del conglomerado político de centroderecha, el escritor cuenta con la segunda preferencia (20%), tras el conservador Luis Bedoya Reyes (51%), líder del Partido Popular Cristiano.

01·01

8708769

# Para la prensa opositora, el mitin de Vargas Llosa fue boicoteado

LIMA, 27 (AFP). Ataques violentos de turbas y una sospechosa "falla tecnica" que impidió anoche a la televisión transmitir al país una manifestación cívica del escritor Mario Vargas Llosa en la ciudad de Arequipa, denunció hoy la prensa peruana de oposición.

Ambos episodios caldearon los ánimos en la controversia sobre un proyecto presidencial de estatizar los bancos, financieras y compañías de seguros del sector privado, en lo que se ha dado en llamar el comienzo de una revolución socialista.

Las denuncias precisan que unos 200 contramanifestantes del Partido Aprista (en el gobierno) y de grupos marxistas atacaron con palos y cadenas a la manifestación convocada por el escritor, mientras se oía el estallido de cuatro petardos en el perímetro de la Plaza de Armas de Arequipa, la segunda ciudad peruana, a 800 kilómetros al sur de esta capital.

Algunas piedras golpearon al escritor, quien no resultó herido, y decenas de personas resultaron contusas durante las agresiones.

"Detengan esa ley totalitaria", pidió el escritor al Senado antes de concluir apuradamente su intervención, de unos diez minutos.

La policía dijo que había detenido a unos quince revoltosos tras dispersar a las turbas con gas lacrimógeno y carros hidrantes.

### Interrupción en la TV

Sobre la "falla técnica" que impidió a los canales privados de televisión transmitir la protesta de Arequipa, los diarios opositores dijeron que una hora antes de la manifestación el monopolio estatal Entel Perú informó sobre una interrupción en su sistema de microondas.

En opinión de políticos opositores y de analistas, si alguien tuvo que ver con la interrupción se habría cometido un atentado contra la libertad de expresión, garantizada reiteradamente por el presidente García ante los temores de que la estatización bancaria sea el comienzo de otras que en el futuro podrían afectar a los medios informativos.

Vargas Llosa acusó al mandatario de haber partido en dos a la nación al propiciar en las plazas la división entre peruanos para sacar adelante su proyecto estatizador con una postura "prepotente y de profunda vocación totalitaria".

Se refería, de ese modo, a las manifestaciones partidarias que el presidente ha multiplicado en los últimos días para defender su proyecto, que divide a los peruanos entre "pueblo y banqueros", "ricos y pobres" y entre "los que se quedan y los que avanzamos".

El laureado escritor, que el viernes pasado realizó en Lima una multitudinaria manifestación al abrir el fuego de su flamante Movimiento por la Libertad, sostuvo que la fórmula del éxito en los países democráticos no se consigue "desalentando la producción, ni tampoco estatizándola".

Vargas Llosa

Alan García (Archivo)

### "Como el cangrejo"

"Los gobiernos que estatizan sólo consiguen que sus pueblos se debatan en el marasmo y en el estancamiento", argumentó, para referir que China y la Unión Soviética han dado marcha atrás en algunas frustraciones estatizantes "reinstaurando en sus economías elementales principios libertarios".

"Sólo los apristas tratan de avanzar hacia atrás como el cangrejo", sostuvo mientras la muchedumbre proferia gritos contra el Gobierno.

Reconoció que la función de los gobernantes es "sancionar a los poderosos que abusan", pero interrogó: "¿Quien nos defenderá del gobierno banquero? ¿Quién lo enviará a la cárcel cuando sus agentes malversen o desfalquen los dineros de los ahorristas peruanos?".

El presidente García, que anoche defendió su proyecto en otra manifestación en el distrito limeño del Rimac, transmitida por la TV estatal, sostuvo que su proyecto del 28 de julio pasado, a punto de ser debatido por el Senado para su aprobación, no tiene ánimo revanchista.

El poder de los bancos –explicó– se ha usado "como un gran embudo donde los ahorros eran para beneficiar a las grandes empresas".

"En los bancos estaba el instrumento moderno de la injusticia social", dijo García, quien insistió que dirige "una gran cruzada por la transformación, un gobierno de las clases medias, los campesinos y los pobres".

La Nación 28/8/87



8708781

## De la semana internacional

# Una nueva figura política en el Perú

El proceso peruano no ha salido -cabría señalar que afortunadamente- de las connotaciones propias de la democracia. Tampoco caben dudas acerca de que el rumbo del Perú apunta actualmente a una situación delicada, del tipo de aquella que impone una elevada cuota de ponderación.

Hace un mes, aproximadamente, el presidente Alan García Pérez adoptó la trascendental decisión de estatizar la banca de propiedad peruana. Puso, por cierto, una nota aguda en el núcleo de una vida institucional ya muy distorsionada por el demencial quehacer subversivo y por alternativas económicas claramente desfavorables.

Desequilibrio institucional y economía en crisis son dos circunstancias poco propicias para el desenvolvimiento de la tarea de gobierno. El mandatario peruano requería, entonces, acciones caracterizadas, diríase, por cierta contundencia. Tanta como para afirmar su personalidad en la condición de conductor del Estado.

Medida efectista, conducente a lograr réditos elementales a corto plazo, la nacionalización indicó el propósito de controlar lo económico para afirmarse en lo político. En suma, un golpe de efecto que, inclusive, tal vez, enderezó a ganar espacio político útil con la intención de ponerle dique a los desbordes de Sendero Luminoso.

Ya se ha dicho aquí que, descontado el apoyo parlamentario, habida cuenta de la amplia mayoría que posee el aprismo en ambas cámaras, el progreso del proyecto, iniciado a fuerza de casi pura audacia, estaría dado por el consentimiento -o no- de los medios financieros y empresarios peruanos, a simple vista difíciles de convencer sobre lo positivo de una medida amenazadora, quizás, de conmociones aún mayores.

Pese a las expresiones de descargo del presidente -"No queremos un Estado totalitario"-, aquellos sectores hicieron gala de un escepticismo agudo. Tuvieron compañía en los representantes de la derecha política. No necesitaron de excesivos recursos para ganar adeptos rápidamente. Bastó con apelar al recuerdo ingrato de las desafortunadas nacionalizaciones llevadas adelante, no hace tanto como para que se hayan olvidado, por el general Velasco Alvarado.

### Necesidad y presencia de un líder

En un caldo de cultivo apropiado para la oposición, diríase que sólo faltaba un líder, una figura adecuada para unificar de una vez las opiniones convergentes. Y esa conducción pareció encarnarse en Mario Vargas Llosa, escritor que salta a la arena de la política con dos avales subrayables: su inextinguible apasionamiento por la libertad y una franca capacidad de rectificación en la medida en que algún factor perturbase el ejercicio de aquel credo básico.

El escritor Mario Vargas Llosa

Con un crédito de cien mil espectadores, Vargas Llosa habló por primera vez en público en la plaza San Martín, a sólo seis cuadras del palacio presidencial. Pese a sus antecedentes literarios, desdeñó las figuras o las elipsis. Fue al centro de la cuestión y con todas las palabras. De prosperar la expropiación de la banca, afirmó, el Gobierno "tendrá un poder tal que todos los demás poderes podrán ser arrollados".

Fue el principio. Más adelante fustigó a la iniciativa: "El control del sistema financiero tendrá también el control de la vida económica del Perú. Podrá ejercer presión solapada, invisible, sobre innumerables empresas peruanas, es decir, sobre los hogares peruanos... es el principio del totalitarismo. Es una bolita de nieve que puede correr, correr y crecer hasta estrellarse contra la democracia peruana y destrozarla".

Con la aprobación de la Cámara Baja, el proyecto de Alan García Pérez podría ser debatido en las próximas horas por el Senado, que, según indican las cifras, habría de convalidarlo, pese a las dudas manifestadas por algunas figuras prominentes del aprismo, no demasiado convencidas de la oportunidad de la medida.

### Ganar un flanco, perder el otro

En tanto que se movilizó, cabe suponerlo, para proteger el flanco que sufre el embate de la izquierda extrema, Alan García Pérez parecería haber pecado por un exceso de facilismo, ejercicio tan inquietante como arriesgado cuando de política se trata. Puede que el estruendo de las nacionalizaciones, cuyos efectos son conocidos, le haya concedido los magros réditos del aplauso de algunas vertientes populistas. Pero su actitud ha generado, por la inversa, una reacción que no debía entrar en sus cálculos.

Es más, el mandatario creó una bandera para que la agitasen los partidos que, como la Acción Popular, de Fernando Belaúnde Terry, o el Popular Cristiano -las dos organizaciones que apoyaron la empresa iniciada por Vargas Llosa- no se juegan a la carta del golpismo sino que se pronuncian con la mirada puesta en las próximas manifestaciones electorales.

Cabe suponer que la movilización de los sectores moderados no ha sido fruto de una intención fugaz. Además, la inconstancia del titular del Ejecutivo peruano es más que tentadora para presionar en procura de una derogación de las nacionalizaciones.

Porque tras un zigzagueo sugestivo, el presidente anunció la privatización de la línea aérea nacional y la semiprivatización de una planta industrial cuya propiedad también pertenece al Estado.

La sucesión de hechos resulta, entonces, sugestiva. En tanto que crece -y tiene mucho tiempo por delante para seguir haciéndolo- la figura de Vargas Llosa, Alan García Pérez profundiza sus contradicciones, al extremo de que algunas de las personalidades de su partido -el vicepresidente y senador, Luis Alberto Sánchez- emitieron juicios críticos acerca de la confiscación.

En la coyuntura, la oposición embrionaria parece tener ideas claras acerca de qué quiere y cómo lo quiere. El presidente, jaqueado por la guerrilla y bajo las ataduras de compromisos ideológicos que lo desbordan, parecería tropezar con las indefiniciones más recientes. La situación se agravaría hasta límites imprevisibles si el Gobierno llegara a prohijar, de alguna manera, una respuesta contestataria para las preocupaciones de la oposición. Algo que comenzó a ocurrir el miércoles, cuando grupos de agitadores perturbaron el segundo discurso de Vargas Llosa, en Arequipa.



8708984

120



# La economía informal en el Perú

(Continuación de la pág. 1, col. 6)

males se produjo hacia 1970, cuando, a pesar de las prohibiciones legales, lograron incrementar la escala de operación reemplazando las primeras camionetas rurales por microbuses D-300.

La experiencia política de los microbuseros había hecho que se percataran rápidamente de que para incrementar la escala de su operación no se trataba de combinar los recursos disponibles desde un punto de vista técnico sino desde un punto de vista político. Como sabían que no podrían ignorar fácilmente las prohibiciones existentes buscaron alianzas con intereses formales suficientemente fuertes como para superar las barreras legales.

Fue así como interesaron a la Chrysler, ofreciéndole adquirir más de un centenar de chasis de su modelo Dodge D-300 para que fueran ensamblados en el Perú.

Como el diseño original del D-300 era para carga y no para pasajeros, los informales recurrieron a Moraveco, una industria peruana, ofreciéndole la fabricación de las carrocerías necesarias para la conversión. Dada la envergadura de la operación se hizo indispensable la intervención de una institución financiera. Recurrieron a una entidad extranjera: la Deltec Banking Corp.

Una vez aliados los informales con Chrysler, Moraveco y Deltec, faltaba introducir el D-300 en el servicio, teniendo en cuenta que por poseer más de 12 asientos estaba legalmente prohibido. Para hacerlo se sirvieron de una artimaña sagaz, consistente en convencer al Gobierno de que se trataba de una victoria política y no de una violación de una ley. Recurrieron así el ministro de Transportes, general Aníbal Meza Cuadra, invitándolo a apadrinar la inauguración de la nueva flota, en el entendimiento que, por tratarse de los primeros vehículos de envergadura para servir al pueblo, era una oportunidad histórica de la que no podía estar ausente un representante de la "revolución peruana". Fue así como, entre bombos y platillos, los informales obtuvieron un reconocimiento político que les permitió hacer caso omiso de las prohibiciones vigentes y operar libremente los nuevos D-300.

Esto reveló que los informales, igual que antaño los formales, eran capaces de llegar a un acuerdo con el Estado para hacer caso omiso de la ley.

A la luz de las evidencias expuestas, quedan varias preguntas por resolver. ¿Por qué los informales no han podido acceder o acercarse a la legalidad por otra vía que no implique la desobediencia del Derecho? ¿Por qué sólo se los reconoce de facto cuando sirven un objetivo preciso del Estado? ¿Por qué la sociedad peruana no consigue identificar las causas tangibles del caos en el transporte y se limita a acusar a los tan impopulares transportistas? A nuestro juicio, estos problemas derivan fundamentalmente de la institucionalidad legal.

## El costo de los trámites legales

En el verano de 1983, un equipo de investigadores del ILD resolvió medir los costos de acceso a la formalidad por medio de una sitmulación. Se montó un pequeño taller de confección textil en una zona industrial de las afueras de Lima y se decidió tramitar ventanilla por ventanilla su inscripción regular. Se contrató a cuatro estudiantes universitarios para que llevaran a efecto los trámites con la supervisión de un abogado.

Durante los meses que duró la simulación, en diez oportunidades se ofreció a los simuladores del ILD acelerar el expediente a cambio de una coima. En dos de ellas hubo que ceder, ya que no existía otra manera de seguir el procedimiento. Los simuladores iban de oficina en oficina, cronometraban las horas empleadas y coleccionaban la multitud de documentos exigidos.

Los resultados arrojaron que una persona modesta debía tramitar durante 280 días antes de obtener los once requisitos previos a la instalación de una pequeña industria. Calculando el costo de los trámites en sí –194,4 dólares– y la pérdida de utilidades netas por esos meses de tramitación –1036,6 dólares– se estima que el costo global de acceso a la formalidad era de 1231 dólares, es decir, 32 veces el sueldo mínimo vital.

La simulación reveló además la perfecta inutilidad de todo el procedimiento, porque a pesar de los 280 días y las 11 licencias expedidas en ningún momento las autoridades pudieron descubrir que se trataba de una simulación.

## Contra el mercantilismo, el mercado

Como estos ejemplos nos han permitido constatar, el sistema de la Europa mercantilista y el del derecho redistributivo del Estado peruano tienen una gran semejanza. Ambos comparten características, como la producción autoritaria de la legislación, un sistema económico directamente intervenido por el Estado, una reglamentación engorrosa, detallada y "dirigista" de la economía, acceso difícil o imposible a la empresa por parte de los que no tienen vínculos estrechos con los gobernantes, burocracias abigarradas y una ciudadanía obligada en muchos casos a organizarse en coaliciones redistributivas y gremios poderosos.

Hoy en día, izquierda y derecha coinciden en ver la informalidad como problema. Ninguna parece haberse dado cuenta de las soluciones que ese mismo problema ofrece es decir, la forma de utilizar la energía inherente al fenómeno para crear riqueza y un orden distinto. Quizá sea porque, como buenos mercantilistas, coinciden en sentirse seguros sólo si las respuestas son dictadas por una autoridad superior dentro del orden centralista.

Entonces, los dos desafíos son: ¿cómo podemos hacer para que la energía informal no siga frustrada por un sistema legal que la reprime? Y, ¿cómo podemos trasladar al resto del país la vitalidad, el tesón y la esperanza del empresariado emergente?

La respuesta es cambiar las instituciones legales para abaratar los costos de producir y alcanzar la prosperidad. Dar acceso a todos para que integren la actividad económica y social y compitan en igualdad de condiciones.

El objetivo sería una economía de mercado moderna, que hasta ahora es la única receta conocida para lograr el desarrollo en base a un empresariado difundido.

120

Le Devoir (PERU) 10/9/87

# Vargas Llosa no será candidato a la presidencia

LIMA, 31 (EFE).– El escritor Mario Vargas Llosa, contrario a la nacionalización del sistema financiero de su país, pidió por televisión que termine la violencia verbal en el debate y afirmó que no será candidato a la presidencia aunque se lo pidan.

Este señaló que la violencia verbal que han suscitado sus apariciones en dos mitines contra la nacionalización "puede pasar a la violencia física que amenaza con despedazar al país".

Reveló que en los últimos días él y su familia han recibido amenazas de muerte.

Vargas Llosa criticó que un diario denominara "burdel" a la concentración que lideró en Lima. "No podemos –dijo– aceptar ese nivel de violencia verbal. Con ese tipo de recursos se pasa fácilmente a la violencia física".

Pero el escritor censuró también a ciertos sectores de los asistentes a sus mitines que pedían la caída del presidente Alan García, actitud que calificó de "excesos e insensateces".

### El resultado de una encuesta

LIMA, 31 (UPI).– El 26 por ciento de los entrevistados por una encuesta realizada en esta ciudad está dispuesto a votar actualmente por el escritor Mario Vargas Llosa si el famoso escritor, que lo ha negado públicamente, se postulara a la presidencia en las elecciones de 1990.

Según la empresa privada Apoyo S.A., el porcentaje indicado dijo que votaría al literato quien fue el único candidato eventual ajeno a los partidos tradicionales mencionado por los habitantes de Lima, donde reside casi un tercio de los 20 millones de peruanos.

Vargas Llosa ocupó el segundo lugar en las preferencias de los encuestados, tras el ex alcalde de Lima y dirigente de la Izquierda Unida Alfonso Barrantes Lingan, que obtuvo un 30 por ciento de las adhesiones.

### Anuncio de Alan García

LIMA, 31 (Reuter).– El presidente Alan García, en vispera de anunciarse la ley de amnistía que favorecerá a reos acusados de subversión, afirmó que el gobierno se prepara para combatir la violencia extremista con todas los medios a su alcance.

Hizo a la vez un pedido a la población de no dar concesión alguna a los movimientos rebeldes.

La ley se discute en el Senado a instancias del frente comunista Izquierda Unida (IU) que logró el debate luego de que un grupo de legisladores realizara una huelga de hambre de siete días.

Los parlamentarios de la IU condicionaron que primero se apruebe la amnistía y luego se debata el proyecto de ley de estatización del sistema financiero.

García, refiriéndose a las responsabilidades de los subversivos afirmó que "es igual el que reparte un volante, que el que tira una bomba, mata a mansalva o asesina selectivamente. Todos están decididos a destruir nuestra democracia, nuestra sociedad".

El Presidente habló con los periodistas después de asistir al funeral de Rodrigo Franco asesinado el sábado.



8709105

LA NACION 18/8/87

*...CION al ex presidente Francisco Morales Bermúdez*

# ...ú, hacia una dictadura civil

Por Mario Pérez Colman
(Corresponsal de LA NACION en América latina)

...a dictadura civil que usted ...?

...mo que las Fuerzas Armadas ...eren entrar en el problema poli... ...ojalá que así sea, ¿no?

...e se considera contradicho ... par de crisis militares de este ...

... Esos fueron hechos motivados ...os irritantes, como el del Minis... de Defensa, cuya creación se ...rta entre el presidente y dos o ...ersonas más, como puede ser el ...ro de Guerra (general Flores) ...s muy amigo del presidente, ...e de ser miembro de la fuerza ar...

...cayó muy mal en los institutos. ...que pasó, usted tiene que inter...lo no como una rebeldía al po... ...no como una reacción.

...no argentino

...también interpretó usted como ...eacción y no como una rebel... ...s hechos acaecidos en mi país ...ste la última Semana Santa, ...fueron considerados oficial... ...e como una amenaza seria a la ...ilidad del Gobierno?

...a, en la Argentina la transición ...emocracia fue forzada en lo que ...fiere al elemento castrense. El ...r allá está dolido, sentido, tiene ...nsión interior que le queda de ...ese proceso bastante duro para ...rte castrense.

...turalmente, el militar se halla en ...specie de conflicto intelectual, y ...l hasta cierto punto, en el sen... ...le que ha terminado con el terro... ...y los famosos montoneros, pero ...es víctima de su propia acción.

...lo es, precisamente, cuando ha ...guido eliminar al terrorismo, ha ...uilizado ese frente interno, y ...s lo que ha facilitado que haya ...cracia en este momento.

...no haber sido así, no habría de... ...acia en la Argentina. Y vea que ...stoy protegiendo las cosas que ...contra los derechos humanos, ...ne estoy colocando en la posición ...ilitar argentino.

...síntesis, aunque allá y acá el ...sto a la democracia fue distinto, ...ría que lo ocurrido en la Argen... ...durante la Semana Santa tiene el ...o significado que lo ocurrido ...en otras oportunidades este año. ...ello también fue nada más que ...eacción y no una rebelión.

...el presidente habla de golpe

...Alan García no ve tan improba... ...n golpe de Estado en el Perú y ...a mencionado en su reciente ...como una de las posibles conse...

Morales Bermúdez (Archivo)

...cuencias de caer en una trampa legal a raíz de la intervención que dispuso –y luego levantó– en las entidades financieras?

–Ha sido horrible, horrible, criticable, que el presidente esté hablando de un golpe de Estado cuando nadie, sólo él, habla aquí de golpe de Estado.

–¿Tiene noticias de que el oficialismo pretende cambiar cierto decreto ley para extender más allá de diciembre próximo el mandato de los actuales comandantes generales de las tres fuerzas, por qué éstos simpatizan con el APRA?

–No he escuchado nada. Pero la ley orgánica del Ministerio de Defensa está en plena preparación y en ella puede haber cualquier disposición, cualquiera.

De todas maneras, pongamos a un lado el hecho de que en la fuerza haya gente que puede simpatizar con el APRA. Lo que me viene preocupando entre todo lo que puede contemplar esa ley orgánica es el hecho de que sería bueno, beneficioso especialmente para el ejército y sin pensar en los hombres que vayan rotando, que se estableciera un mínimo y un máximo –yo diría dos o tres años– para la permanencia del comandante general en su puesto. Si cambia demasiado rápido, la institución sufre.

Ultimamente hemos tenido comandantes generales durante sólo 4 y 5 meses. ¿Qué programa puede trazar un hombre para su fuerza si, cuando más, está al frente de ella un año?

Pretendo que se pueda programar el mando en el sentido institucional y que el que está arriba en la escala de antigüedad –y no que venga de atrás un general de división que está decimoquinto– sea el comandante del Ejército. Que tenga simpatías por el APRA, que no las tenga, es secundario para mí.

## La "apristización" del ejército

–¿Esto significa que usted no comparte la idea de quienes ven que el Gobierno quiere "apristizar" la fuerza armada?

–Ven: el APRA es un partido de tendencia dominante y sectaria, nadie puede discutir esto. Y es evidente la intención. Fíjese que en la ley del Congreso para la creación del Ministerio de Defensa, el que tiene las atribuciones es el ministro, la persona del ministro y no el ministerio, lo cual es muy grave.

Naturalmente, siendo éste un gobierno aprista, el ministro de Defensa será aprista también. Y ese ministro tendrá en su poder distribuir los recursos financieros que correspondan a cada una de las fuerzas.

Es decir que si quiere estar muy bien con el Ejército, le dará cuanto esté en sus manos darle, y por consiguiente, recibirá menos la marina. Y a la Fuerza Aérea, que se ha portado mal, le pasará poco o nada.

"También será facultad del ministro decidir finalmente sobre los ascensos, y también las invitaciones a retiro, que se llaman, en sus manos también. Si todo eso se maneja con criterio político en vez de profesional, ¿se puede o no se puede apristizar?

–¿No dependería también de la actitud de los militares frente a la política del ministro?

–Yo siempre he dicho que el militar debe ser respetuoso del poder civil legítimo. Pero ese respeto de ninguna manera significa una sumisión servil. Hay que diferenciar esto claramente.

Si yo soy comandante general del Ejército, dependiente de un ministro de Defensa, y estoy radicalmente en contra de cierto tipo de decisiones que ese ministro está tomando, no me voy a rebelar contra el ministro, pero le digo: "Señor, aquí tiene usted mi pase a retiro y me voy por esto y esto".

Y no me voy en secreto. Les digo a los periodistas: yo me voy por esto. Eso les digo. Mucho depende, como ve, del juego de dignidad y profesionalismo que tengan los mandos militares dentro del sistema del Ministerio de Defensa.

## La lucha antiterrorista

–¿Está de acuerdo con quienes dicen que el futuro ministro de Defensa será aún más importante que el presidente porque manejará al factor de poder más fuerte de todos?

–Mmm...no. Por el hecho de que la fuerza armada sea la materia que maneja el Ministerio de Defensa éste no debería ser distinto de los otros ministerios.

–¿Cuál es su visión de la lucha que se está llevando contra la subversión terrorista?

–Ahí también pesa mucho el aspecto del protagonismo del líder político; él da las pautas sin consultar y la fuerza armada se limita a ejecutarlas.

–¿Qué puede decirnos del disparo contra una ventana del Palacio Presidencial, en estos momentos de cierta tranquilidad, como usted los llama?

–Hubo un disparo, sí, pero no hay acciones masivas. Los líderes senderistas descentralizan mucho las acciones del tipo de las del disparo. Yo estoy seguro de que Abimael Guzmán no es el que decidió ese tiro contra el Palacio.

"Para mí, vive..."

–Entonces, ¿usted es de los que suponen que Guzmán está vivo aún?

–Sí, vivo. El está conduciendo, él mismo. Y le diré que esta guerra no la vamos a ganar en la forma que ha sido enfocada.

–¿Por dónde falla el enfoque?

–No hay enfoque integral. En este momento yo haría Alan García, en lugar de haber estado recorriendo el Norte con la única finalidad de buscar apoyo del pueblo para su famosa ley de estatización del sistema financiero, me estaría preocupando también y estaría trabajando para saber dónde está Abimael Guzmán.

¿Qué servicio de inteligencia está haciendo algún esfuerzo por hallarlo? Yo me estaría preocupando más de esto que de los aplausos. Pero esto es el gobierno del protagonismo.

Temas esenciales como el que usted ha tocado con su pregunta se toman casi como secundarios. Y todos los elementos responden siempre a la intención del mando político.

Ahora, en las zonas de conflicto armado, y por presión de la izquierda marxista, los mandos militares van a estar subordinados al poder político zonal. ¿Qué general va a poder tomar decisiones inmediatas de combate si las deberá consultar previamente con la autoridad política, es decir, con el presidente?

Pero si esto es una guerra, señor... El presidente, no obstante, sigue con su protagonismo. El no deja de ser candidato; es el candidato permanente."

–¿Será bueno eso para el Perú?

–A lo mejor es bueno y yo soy el equivocado...

© LA NACION

01·01

8709147

"El otro sendero": anticipo de un libro revelador

# Hernando de Soto: la revolución de la economía informal en Perú

*Un libro de gran importancia se acaba de editar en la Argentina. Se llama "El otro sendero" y es del sociólogo y economista peruano Hernando de Soto, quien visitará Buenos Aires en los próximos días para presentar su obra. Conocido ya en las páginas de* LA NACION *por el elogioso prólogo de Mario Vargas Llosa publicado aquí íntegramente, este libro expone la revolución de un nuevo tipo de empresarios: los marginales, el sector informal o subterráneo, que se las ingenia para escapar al ahogo de las abrumadoras regulaciones estatales. Hernando de Soto analiza como nadie lo había hecho hasta ahora una característica central de la economía peruana que es válida para todos los países de América latina: la de la economía real frente a un esquema legal que traba el progreso y la evolución. Con la autorización de Editorial Sudamericana,* LA NACION *reproduce, en sus frases textuales, una síntesis de este libro que ha recogido los mayores elogios internacionales.*

¿Cuál es la finalidad de esta obra? ¿Por qué hice este libro? Una sola respuesta dio sentido a este trabajo en los últimos años: porque quiero una sociedad libre y próspera, donde la inteligencia y la energía de la gente estén empleadas en hacer cosas productivas y en lograr cambios políticos beneficiosos, y porque me niego a aceptar una sociedad donde los esfuerzos se pierdan en obtener privilegios de la ley y donde la arbitrariedad del sistema estatal castiga ferozmente nuestras esperanzas. Son estos obstáculos los que nos cierran el paso en el camino hacia la liberación.

Este es un libro sobre esos migrantes que han devenido informales a lo largo de los últimos 40 años y que intenta mostrar por qué hemos llegado a convertirnos en un país en el cual el 48 % de la población económicamente activa y el 61,2 % de las horas-hombre son dedicadas a realizar actividades informales que contribuyen con el 38,9 % del PBI registrado en las cuentas nacionales.

Por su parte, los capítulos sobre la tradición redistributiva y el mercantilismo nos permitirán presentar una tesis fundamental del libro. A saber, que fue precisamente el mercantilismo –y no el feudalismo ni la economía de mercado– el sistema económico y social que ha regido a nuestro país desde la llegada de los españoles. Desde esta perspectiva, el surgimiento de una informalidad creciente y vigorosa representa una suerte de insurrección contra el mercantilismo y está provocando su decadencia definitiva.

## Una economía paralela

En los últimos cuatro décadas el espacio urbano de Lima ha crecido 1200 %. Este solo hecho es impresionante, pero lo es más si consideramos que ese enorme crecimiento ha sido fundamentalmente informal. En efecto, las personas han adquirido, habilitado y/o edificado sus viviendas al margen y en contra de las disposiciones estatales, constituyendo asentamientos informales.

Del total de viviendas de Lima en 1982, el 42,6 % pertenece a los asentamientos informales, el 49,2 % a los barrios formales y el 8,2 % restante a áreas "tugurizadas" ubicadas dentro de estos barrios.

En el transcurso de sus investigaciones, el Instituto Libertad y Democracia no encontró ninguna prueba que justifique el prejuicio que presentaba como anárquica y desordenada la vida en los asentamientos informales. Antes bien, encontró un conjunto de normas extralegales capaces de regular en alguna medida las relaciones sociales, compensar la falta de protección legal y conseguir progresivamente estabilidad y seguridad para los derechos adquiridos.

Todo este proceso de desarrollo ha puesto en evidencia que la gente es capaz de forjar un sistema que no la acoge, no para caer en la anarquía, sino para tratar de forjar uno distinto que respete un mínimo de derechos indispensables. En el caso de la vivienda informal, esos derechos son los de propiedad. La historia de los asentamientos informales es la historia de la lucha de los informales por acceder a la propiedad privada inmobiliaria y también la de la constante derrota de la normatividad legal existente.

## El comercio informal

A medida que la ciudad fue llenándose de gente y su espacio urbano se fue informalizando, otras actividades económicas comenzaron a sufrir una evolución equivalente. Una de ellas fue el comercio, que empezó a ser realizado masivamente al margen y hasta en contra de las normas estatales nominalmente encargadas de regularlo. Surgió así el comercio informal, que, en lo esencial, se desarrolla en las calles –con la denominación común de comercio ambulatorio– y en mercados construidos específicamente para salir de las mismas.

En lo que se refiere al comercio ambulatorio, descubrimos al iniciar los estudios que nadie tenía una idea muy clara del número de vendedores involucrados. Los datos obtenidos por un censo realizado por el Instituto Libertad y Democracia permitieron determinar que, como en el caso de los asentamientos informales, el aporte del comercio ambulatorio a la economía del país es considerable. De acuerdo con las estimaciones, unas 294.000 personas dependen directamente de él. Además, otras 20.000 personas dependen indirectamente, como trabajadores ocupados por los proveedores del comercio ambulatorio. Esto significa que por cada cuatro ambulantes se genera un puesto de trabajo más entre sus proveedores.

Cuando el ambulante individual ocupa una posición permanente, inevitablemente se rodea de otros ambulantes. Si el sitio es nuevo, del éxito que tenga el ambulante original dependerá que otros lo imiten, instalándose en las cercanías. De este modo, los ambulantes van desarrollando diferentes tipos de emplazamientos en la vía pública que los investigadores del Instituto han clasificado en "cinturones" y "paraditas".

## El transporte informal

Paralelamente con el desarrollo de la vivienda y el comercio informales se ha producido una evolución equivalente en el transporte masivo de pasajeros en la ciudad. Miles de transportistas informales comenzaron hace más de 30 años a conectar los barrios populares con el resto de la ciudad. De acuerdo con los estudios del ILD, de los 16.228 vehículos dedicados al transporte masivo en 1984, el 91 % desarrollaba la actividad informalmente.

Un notorio avance de los infor-

(Continúa en la pág. 7; col. 1)

01-02 8709337

# La economía informal en el Perú

(Continuación de la pág. 1; col. 6)

males se produjo hacia 1978, cuando, a pesar de las prohibiciones legales, lograron incrementar la escala de operación reemplazando las primeras camionetas rurales por microbuses D-300.

La experiencia política de los microbuseros había hecho que se percataran rápidamente de que para incrementar la escala de su operación no se trataba de combinar los recursos disponibles desde un punto de vista técnico sino desde un punto de vista político. Como sabían que no podrían ignorar fácilmente las prohibiciones existentes buscaron alianzas con intereses formales suficientemente fuertes como para superar las barreras legales.

Fue así como interesaron a la Chrysler, ofreciéndole adquirir más de un centenar de chasis de su modelo Dodge D-300 para que fueran ensamblados en el Perú.

Como el diseño original del D-300 era para carga y no para pasajeros, los *informales* recurrieron a Moravco, una industria peruana, ofreciéndole la fabricación de las carrocerías necesarias para la conversión. Dada la envergadura de la operación se hizo indispensable la intervención de una institución financiera. Recurrieron a una entidad extranjera: la Deltec Banking Corp.

Una vez aliados los informales con Chrysler, Moravco y Deltec, faltaba introducir el D-300 en el servicio, teniendo en cuenta que por poseer más de 12 asientos estaba legalmente prohibido. Para hacerlo se sirvieron de una artimaña cuya consistente en convencer al Gobierno de que se trataba de una victoria política y no de una violación de una ley. Recurrieron así al ministro de Transportes, general Anfbal Meza Cuadra, invitándolo a apadrinar la inauguración de la nueva flota, en el entendimiento que, por tratarse de los primeros vehículos de envergadura para servir al pueblo, era una oportunidad histórica de la que no podía estar ausente un representante de la "revolución peruana". Fue así como, entre bombos y platillos, los informales obtuvieron un reconocimiento político que les permitió hacer caso omiso de las prohibiciones vigentes y operar libremente los nuevos D-300.

Este reveló que los informales, igual que antaño los formales, eran capaces de llegar a un acuerdo con el Estado para hacer caso omiso de la ley.

A la luz de las evidencias expuestas, quedan varias preguntas por resolver. ¿Por qué los informales no han podido acceder o acercarse a la legalidad por otra vía que no implique la desobediencia del Derecho? ¿Por qué sólo se los reconoce de facto cuando sirven un objetivo preciso del Estado? ¿Por qué la sociedad peruana no consigue identificar las causas tangibles del caos en el transporte y se limita a acusar a los tan impopulares transportistas? A nuestro juicio, estos problemas derivan fundamentalmente de la institucionalidad legal.

## El costo de los trámites legales

En el verano de 1983, un equipo de investigadores del ILD resolvió medir los costos de acceso a la formalidad por medio de una simulación. Se montó un pequeño taller de confección textil en una zona industrial de las afueras de Lima y se decidió tramitar ventanilla por ventanilla su inscripción regular. Se contrató a cuatro estudiantes universitarios para que llevaran a efecto los trámites con la supervisión de un abogado.

Durante los meses que duró la simulación, en diez oportunidades se ofreció a los simuladores del ILD acelerar el expediente a cambio de una coima. En dos de ellas hubo que ceder, ya que no existía otra manera de seguir el procedimiento. Los simuladores iban de oficina en oficina, cronometraban las horas empleadas y coleccionaban la multitud de documentos exigidos.

Los resultados arrojaron que una persona modesta debía tramitar durante 289 días antes de obtener las once requisitos previos a la instalación de una pequeña industria. Calculando el costo de los trámites en sí –194,4 dólares– y la pérdida de utilidades netas por esos meses de tramitación –1036,6 dólares– se estima que el costo global de acceso a la formalidad era de 1231 dólares, es decir, 32 veces el sueldo mínimo vital.

La simulación reveló además la perfecta inutilidad de todo el procedimiento, porque a pesar de los 289 días y las 11 licencias expedidas en ningún momento las autoridades pudieron descubrir que se trataba de una simulación.

## Contra el mercantilismo, el mercado

Como estos ejemplos nos han permitido constatar, el sistema de la Europa mercantilista y el del derecho redistributivo del Estado peruano tienen una gran semejanza. Ambos comparten características, como la producción autoritaria de la legislación, un sistema económico directamente intervenido por el Estado, una reglamentación engorrosa, detallada y "dirigista" de la economía, acceso difícil o imposible a la empresa por parte de los que no tienen vínculos estrechos con los gobernantes, burocracias abigarradas y una ciudadanía obligada en muchos casos a organizarse en coaliciones redistributivas y gremios poderosos.

Hoy en día, izquierda y derecha coinciden en ver la informalidad como problema. Ninguna parece haberse dado cuenta de las soluciones que ese mismo problema ofrece es decir, la forma de utilizar la energía inherente al fenómeno para crear riqueza y un orden distinto. Quizá sea porque, como buenos mercantilistas, coinciden en sentirse seguros sólo si las respuestas son dictadas por una autoridad superior dentro del orden centralista.

Entonces, los dos desafíos son: ¿cómo podemos hacer para que la energía informal no siga frustrada por un sistema legal que la reprime? Y, ¿cómo podemos trasladar al resto del país la vitalidad, el tesón y la esperanza del empresariado emergente?

La respuesta es cambiar las instituciones legales para abaratar los costos de producir y alcanzar la prosperidad. Dar acceso a todos para que integren la actividad económica y social y compitan en igualdad de condiciones.

El objetivo sería una economía de mercado moderna, que hasta ahora es la única receta conocida para lograr el desarrollo en base a un empresariado difundido.

02·02 8709337

920

# La banca internacional suspende créditos al Perú

## La medida afecta las operaciones de comercio exterior

LIMA, 20 (AFP).- La banca internacional comenzó a suspender líneas de crédito para comercio exterior a la banca privada peruana, cuya estatización propuso el presidente Alan García al Congreso, informó aquí el banquero Francisco Pardo Mesones.

Pardo, quien preside la Asociación de Bancos del Perú, no cuantificó el monto que involucra esa medida, pero otras fuentes bancarias estimaron en más de 200 millones de dólares mensuales los créditos comerciales para todo el Perú.

Su anuncio fue corroborado por Ricardo Vegga Llona, presidente de la poderosa Confederación de Instituciones Empresariales Privadas.

"El temor y la desconfianza que generan el proyecto de ejercer un control absoluto sobre el sistema financiero también afectan a la actividad privada nacional y ponen en riesgo la dinámica del aparato productivo", advirtió el dirigente empresarial.

### El proyecto es "irreversible"

LIMA, 20 (Reuter).- El presidente Alan García dijo anoche que en Perú ha comenzado un proceso socialista en democracia y que es "irreversible" la estatización del sistema financiero.

"En esta hora de lucha, yo necesito el compromiso de todos los peruanos para la transformación nacional", agregó en una manifestación callejera realizada en el barrio pobre de Comas.

García, luego de autotitularse "un apóstol" de la transformación en el Perú, negó que la estatización del sistema financiero pueda desembocar en una "lucha fratricida entre peruanos".

Por otra parte, se informó que Mario Vargas Llosa será el único orador en una manifestación de rechazo a la estatización del sistema financiero.

El escritor hablará mañana en esta capital y a la misma hora lo hará el presidente Alan García en las afueras de Lima.

El País 10/9/87



8709391

HR

Cargos Sendero Luminoso

120

# Violencia terrorista en Perú

AYACUCHO, Perú, 2 (Reuter).– Guerrilleros maoístas mataron a balazos a dos efectivos de la Guardia Civil después de asaltar un ómnibus en esta provincia andina, informó la policía.

El ataque se produjo el domingo cerca de la laguna Yauriviri, 350 kilómetros al sur de Ayacucho, donde hicieron descender al cabo Segundo Meza y al policía Roberto Jáuregui y, después de golpearlos brutalmente, los asesinaron a tiros.

Los policías retornaban a Lima después de custodiar una camioneta que transportó varias toneladas de explosivos de propiedad de una empresa privada que explota el yacimiento cuprífero Potingo, en una desolada zona al noroeste de aquí.

Los voceros manifestaron que en Ayacucho han muerto 45 guardias civiles desde que Sendero Luminoso inició en 1980 la lucha armada.

**Periodista asesinado**

LIMA, 2 (AFP).– El periodista peruano Hernán Tenicela Fierro fue asesinado por Sendero Luminoso en la ciudad centroandina de Huancayo y se convirtió en el primer hombre de prensa muerto por la guerrilla maoísta, se informó oficialmente en Lima.

Tenicela, de 28 años, era director regional del Sistema Nacional de Comunicación Social (Sinacoso), gubernamental, en esa ciudad a 250 kilómetros al este de Lima, informó la agencia oficial Andina.

El periodista fue atacado por dos desconocidos que le dispararon por la espalda.

La Nación 3/9/85

HR

120

# Desertaron soldados armados en el Perú

LIMA, 24 (Reuter). — Soldados del ejército peruano desertaron de las filas llevándose un número indeterminado de fusiles automáticos ligeros, presumiblemente para incorporarse a la organización guerrillera Sendero Luminoso.

Los desertores prestaban servicio en el Cuartel de la División Blindada, la más importante de Lima.

Los servicios de inteligencia han detectado que un cabo es el primer comprometido en el robo de armas, cuya realización es una incógnita por la severa vigilancia implantada en ese cuartel desde hace varios años.

Una fuente de inteligencia reveló que algunos de los guerrilleros detenidos hace un mes confesaron la procedencia de algunas armas que les fueron confiscadas. Lamentó que la información fue recepcionada después que los soldados desertaron. La fuente policial relacionó a los soldados desertores como fuente de información para el ataque subversivo a un restaurante cerca del cuartel, en el que murieron tres oficiales y tres civiles, en el pasado mes de julio.

01·01

8709539

HR

Perú

120

Clarín 3/9/87



ALAN GARCIA

# "Gobierno sobre un polvorín"

**MADRID, 2 (AFP). — "Mi país es un polvorín, es una situación psicológica, histórica, cultural, racial muy dramática. Me piden que gobierne el Perú como si fuera Alemania o Italia. No es así, éste es un país en trance de revolución", declaró hoy el presidente de Perú, Alan García, en una amplia entrevista difundida esta noche por la televisión nacional española.**

**Al preguntársele si la nacionalización de la banca peruana es un castigo a la no inversión de los empresarios y si el control de la economía de su país, ejercido por una minoría, en adelante será asumido por el Estado, Alan García respondió: "Las dos cosas".**

**"Se comprobó que tras la reactivación de estos dos últimos años había una tendencia a no invertir las ganancias dentro del país y a comprar dólares provenientes del narcotráfico y exportarlos", aclaró.**

**"En segundo lugar, el crecimiento de la economía producido gracias a la no obediencia al F.M.I. se estaba desarrollando con las mismas deformaciones históricas del Perú, es decir que un pequeño grupo de grandes empresas en Lima dominan y subordinan toda la economía nacional", subrayó.**

**"Desarticulamos cuatro poderosos imperios que han enviado mucho dinero al extranjero siempre. Y el segundo paso es transformar la estructura del crédito, creando la banca regional. Todo esto lo estamos haciendo en la más absoluta libertad".**

**El proyecto de nacionalización de la banca, dijo, tiene un doble objetivo: proseguir la reactivación de la economía con una mayor justicia social en Perú.**

**El presidente peruano dijo que cree que Estados Unidos le dejará hacer su "revolución antiimperialista, democrática y popular. Mientras que el Perú no aparezca para ellos como un enclave soviético, estoy seguro de que no intervendrán dentro del país", aseguró.**

**Y enfatizó: "El gobernante debe gobernar para el que tiene problemas, no para el que vive más o menos bien; el que tiene problemas en el Perú es el que no tiene vivienda, no tiene educación, no tiene trabajo."**



8709585

HR

PERÚ

120

# Atentados en Lima mientras García condenaba al terror

LIMA, 25 (AFP y AP). — El presidente Alan García afirmó ayer que los peruanos "debemos luchar contra los nuevos enemigos (la guerrilla) que socavan nuestra nacionalidad con odios y mancillan el uniforme de nuestros héroes con insultos".

García, en un mensaje por el Día de las Fuerzas Armadas, agregó: "¿Cómo alguien puede, en nombre de la justicia, destrozar el cuerpo, destrozar las carne de un hombre que lleva uniforme?", y recordó los recientes asesinatos de militares y policías. En el curso de este mes fueron abatidos por subversivos una docena de efectivos de seguridad.

"Traigo conmigo el compromiso profundo del Perú de hacer que esa lealtad sea real y que el pueblo no permita que nadie mancille el honor histórico de las instituciones tutelares de la patria", sostuvo el mandatario en un ágape castrense.

Luego de sostener que la democracia ha estado ligada a la historia de las fuerzas armadas, Alan García señaló que "todos debemos reconocer en cada ciudadano un soldado, en cada gobernante, un guerrero, porque la historia, si no se comprende unida al destino de las fuerzas armadas, no puede ser la historia peruana".

Aludiendo al terrorismo, el jefe de Estado puntualizó que "actualmente hay enemigos que vienen corroyendo los cimientos de esta gran patria que se hizo con mucho dolor. Contra ellos la patria no debe tener concesiones ni debilidades".

"Recordemos a los muertos recientes, recordemos que ellos llevan el uniforme de quienes hicieron posible la reforma agraria (gobierno militar del general Juan Velasco Alvarado), de quienes llevaron justicia a nuestros hermanos campesinos", añadió.

Presidente Alan García

Señaló, asimismo, que el único orgullo que lo une a las fuerzas armadas "es querer que este Perú sea más grande, más sólido, más fuerte y que vuelva a ser respetado dentro y fuera".

Pese a que Perú —sostuvo el mandatario— "es actualmente un cúmulo de problemas, de adversidades y centro de conflictos, sabrá salir adelante porque tiene un designio histórico que cumplir".

Simultáneamente, se informó que un policía fue asesinado en la provincia de Huancayo.

Clarín 26/9/87

01·01 8709857

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE
SERVICIO DE INFORMACION DE DEFENSA



EN FOCO

# Continúa la batalla

**Después de un trámite parlamentario de dos meses, el presidente Alan García tiene ya en la mano la ley de estatización del sistema financiero.**

**En adelante se abre la batalla legal que están dispuestos a librar los afectados. En el Congreso contarán con una reducida minoría para defender su posición, pero su fuerza económica —que surge de la conexión entre titularidad de bancos y de empresas productoras— les sugiere posibilidades de resistencia.**

**Los banqueros respondieron ayer al pronunciamiento parlamentario como lo habían hecho apenas ante el anuncio de que sus empresas pasarían a ser controladas por el Estado: con la puesta en práctica de medidas de acción directa y con requerimientos de amparo a la Justicia.**

**Esta última vía les dio resultados favorables cuando el gobierno se anticipó a la vigencia de la ley decretando intervenciones, y el presidente cedió entonces en su determinación de tomar posesión de bancos, financieras y aseguradoras en forma inmediata.**

**La reacción de los grupos de poder económico tuvo el apoyo de la oposición de derecha y se encolumnó tras la figura de creciente brillo público del escritor Mario Vargas Llosa.**

**Uno de los lemas en que se apoyó la campaña contra la estatización, el del antitotalitarismo, debería quedar desvirtuado después de la sanción parlamentaria. El otro, el de la defensa de la democracia, es el que marca el eje de una discrepancia que tendrá que dirimir la Justicia en sus más altas instancias, incluido el Tribunal de Garantías Constitucionales.**

**La interpretación que del concepto de democracia hacen ambas partes es la que marca la diferencia; en tanto Alan García reivindica "cambios revolucionarios" en ese marco, y los sectores empresariales se asientan en la defensa de libertades que los favorecen, tales como la de aceptar dinero por sus compañías solo cuando sea su decisión ponerlas en venta, y no en este caso, cuando el gobierno dispone, mediante un pago indemnizatorio, hacerse cargo de los instrumentos de manejo del crédito, el cambio y los seguros.**

Agencia AFP

**Francisco Pardo Mantilla, presidente del Banco Mercantil, muestra la cuenta en la que pierden quedarse si los bancos son nacionalizados.**



0709870

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE
SERVICIO DE INFORMACION DE DEFENSA
DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

Fecha de

Asunto:

TEXTO:

Buenos Aires, miércoles 30 de setiembre de 1987 ★ CRONICA

# Aprueban en Perú estatización del

***Los banqueros peruanos, atrincherados en sus empresas en repudio a la ley de estatización del sistema financiero aprobada en la víspera, se disponían a emprender nuevas acciones contra la medida, que calificaron como un "legicidio" y resistirán "físicamente" el flamante régimen legal, convalidado por el Parlamento luego de más de un mes de encrespado debate y que excluye a las filiales de la banca extranjera, sería promulgado por el presidente Alan García esta misma semana, en Cuzco.***

LIMA, 29 (AP, UPI, AFP, Reuter y EFE). — Tras un maratónico debate que duró toda la noche, la Cámara de Diputados peruana aprobó hoy la controvertida ley que otorga al Estado, a partir de la fecha, el control de una treintena de bancos y empresas financieras y aseguradoras de capital nacional cuya expropiación propuso, a fines de julio último, el presidente Alan García.

**● Acusación de inconstitucionalidad**

Las empresas a expropiar se encuentran desde anoche ocupadas por los banqueros, que enérgicamente han declarado su decisión de "resistir físicamente" lo que califican de "atropello" gubernamental. Algunos de ellos hasta han llevado sus camas a las oficinas, y anticiparon que interpondrán recursos legales contra la ley, inclusive ante la Corte de La Haya.

Francisco Pardo, titular de la Asociación de Bancos y propietario del Banco Mercantil, rotuló a la medida de "inconstitucional", afirmando que desconoce al Poder Judicial en razón de que cuatro jueces de distintos tribunales limeños habían acogido recursos de amparo al respecto. Otra disposición aprobada anoche determinó que tal recurso solo podrá interponerse ahora ante las salas de la Corte Suprema, lo que la oposición conservadora tildó de "legicidio".

Según informaciones oficiosas, la ley sería promulgada entre el jueves y domingo próximos en la ciudad de Cuzco, a mil kilómetros al sudeste de Lima y antigua capital del Imperio de los Incas, por el jefe del Estado. Este señaló que el nuevo régimen legal fue concebido como una medida revolucionaria para "democratizar el crédito" y sustraer de manos de las familias más ricas del

Agencia AFP



8709870 ·

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE
SERVICIO DE INFORMACION DE DEFENSA
DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

CLARIN ★ Buenos Aires, miércoles 30 de setiembre de 1987

# la ley sobre la sistema bancario

Perú el control de los bancos privados.

La minoría opositora, representada por el conservador Partido Popular Cristiano, del centro-derecha Partido Acción Popular [illegible] Fernando [illegible] ex presidente y por independiente [illegible] Terry, el escritor Mario Vargas Llosa, ha venido motorizando una tenaz repulsa al proyecto, con manifestaciones en las calles y actos públicos.

La ley, aún pendiente de promulgación, dispone expropiar, descentralizar y declarar "de interés social" las acciones y patrimonios de 10 bancos, 17 aseguradoras y 6 financieras del sector privado, que estaban en manos de accionistas peruanos.

En cambio, las sucursales de 11 bancos extranjeros y una aseguradora de capital brasileño, actualmente funcionando en el país, no serán tocadas ya que la ley les permite seguir captando líneas de crédito comercial en el exterior. Sin embargo, se prohibe la instalación futura de nuevos bancos extranjeros, los que además no podrán captar ahorros.

La flamante normativa legal de 25 artículos, aprobada anoche en el Senado luego de más de un mes de arduo debate artículo por artículo, quedó hoy lista para su promulgación por el Ejecutivo sin pasar al estudio de las comisiones correspondientes, como exigía la oposición. La discusión final, esta mañana, verbalmente marcada por duelos gilato entre [illegible] de purios del gobernante Partido APRA (Alianza Popular Revolucionaria) y de la oposición.

## ♦ Posición doble de la izquierda

Los diputados de los partidos Izquierda Unida (IU) y Comunista, que apoyaron ideológicamente la estatización de la banca, votaron en contra igual que los de Acción Popular. Lo hicieron señalando que el proyecto aprobado por la Cámara alta debía ser debatido nuevamente en Diputados, porque "los senadores de la mayoría han hecho demasiadas concesiones a los banqueros y a la derecha" en las correcciones al texto original.

Al ser interrogado hoy sobre versiones de que los dueños de bancos estarían buscando un golpe de Estado en Perú, el alto dirigente bancario banquero Pardo dijo: "Yo no he propuesto la ley, ni estoy procurando un golpe. Al contrario. Quiero que el país permanezca en democracia. Pero no nos pueden quitar nuestros bancos, y si así lo hicieran violentan la ley y el orden constitucional."

## ♦ "No están en venta"

El titular de la Asociación [illegible] Bancos señaló asimismo que [illegible] hemos hecho ningún [illegible] de nuestros bancos, porque pretendemos venderlos: no están en venta." Según la ley, el precio de las acciones a adquirir se fijará conforme al último balance. Luego que los comités gubernamentales sustituyan a los directorios, los nuevos directores —trabajadores, ahorristas y pequeños empresarios— serán electos por las juntas de accionistas.



8709870.

ARCHIVAR EN: Peru (720)

TEMA: Otro Atzque Senderista

PROCEDENCIA: Clarin 30/9/82

ARCHIVADO EN: Sendero Luminoso (068)

01-01

8709875

720

CLARIN ★ Buenos Aires, jueves 17 de setiembre de 1987

NEGOCIACION CON UN BANCO BRITANICO

# Perú paga con productos

LONDRES, 16 (ANSA). — Perú firmó un acuerdo con el Midland Bank de Londrés por el que se entregarán productos en pago de parte de su deuda externa, en lo que se considera el primer acuerdo de este tipo entre un banco comercial y un país deudor.

Un portavoz del banco británico declaró a ANSA, en Londres, que el acuerdo tenía gran importancia para el banco, pero no quiso afirmar que los préstamos para el Perú serían más asequibles.

"Cada solicitud de préstamo será considerada de acuerdo a las circunstancias y condiciones", manifestó el portavoz.

Agregó que el acuerdo tenía trascendencia pues permitía un nuevo enfoque para el conjunto de la comunidad bancaria internacional, añadiendo, sin embargo, que el Comité de Bancos que negocia con los países deudores, fue informado de la evolución de las negociaciones con el Perú.

Aunque se desconoce el monto de la deuda del Perú con el Midlands, el acuerdo, que asciende a 23 millones de dólares, no debe representar más del 5 por ciento de la deuda.

Perú entregará productos por valor de 23 millones de dólares, y de estos, 8 millones servirán para cancelar una fracción de la deuda, mientras el resto de productos serán pagados por Midlands con dinero contante.

El Perú ya firmó acuerdos de este tipo con países y empresas no bancarias, pero el acuerdo con el Midland Bank se produce cuando el presidente Alan García se encuentra enfrascado en su intento de lograr que el Congreso apruebe el paso de la banca privada nativa a control del Estado.

01·01

8710070.

ARCHIVAR EN: PERU (120)

TEMA: CUATRO POLICIAS MUERTOS EN ATAQUE "SENDERISTA"

PROCEDENCIA: LA PRENSA 14/3/89

ARCHIVADO EN: SENDERO LUMINOSO (068)

01-01

8710557

LA NACION 26/2/87

# Estallaron bombas en un hotel y en un ferrocarril peruanos

**Los atentados terroristas, en los que fueron utilizadas cargas de dinamita, causaron cuatro heridos de gravedad entre los tripulantes de un tren de carga e importantes daños materiales**

LIMA, 25 (AP).- Una bomba que sujetos de los que se cree que son extremistas de izquierda hicieron estallar en el baúl de un automóvil estacionado en un sótano del hotel Sheraton de esta capital causó daños materiales, al tiempo que elementos subversivos dinamitaban cinco tramos diferentes de ferrocarriles que provocaron el descarrilamiento de un tren de carga y heridas graves a cuatro tripulantes.

El atentado en el Sheraton, uno de los hoteles más lujosos de la ciudad, situado a diez cuadras de la Casa de Gobierno, ocurrió anoche, mientras que los ataques a la vía del ferrocarril estatal se registraron esta madrugada.

Un oficial de la policía dijo que miembros del Movimiento Revolucionario Tupac Amaru hicieron estallar una bomba en el baúl de un coche en el segundo de los tres sótanos del hotel, que destrozó otros diez vehículos y provocó un incendio, así como gran cantidad de humo y gases tóxicos que obligaron a evacuar a los huéspedes de los tres primeros pisos del edificio.

La locomotora destrozada (AP)

### Diez kilos de dinamita

Añadió que los subversivos utilizaron una bomba de diez kilos de dinamita y que los bomberos continuaban hoy esforzándose por sacar los escombros de los vehículos destrozados y enfriando con agua las columnas y paredes subterráneas del hotel.

El oficial explicó que la explosión destrozó automóviles que son propiedad de una empresa privada que los alquila a huéspedes del hotel y que provocó un incendio en el segundo sótano, donde hay depositados lubricantes y repuestos para el mantenimiento de los vehículos.

Entretanto, un funcionario de la Empresa Estatal de Ferrocarriles, que pidió no ser identificado, dijo que elementos que se cree que son subversivos dinamitaron esta madrugada cinco tramos diferentes de la vía del ferrocarril de Lima a Huancayo.

En cuatro lugares las explosiones destrozaron varios metros de rieles y los durmientes y en el quinto lugar, a 64 kilómetros de esta capital, un estallido destruyó 50 metros de la vía y ocasionó el vuelco de una locomotora y el descarrilamiento de cuatro vagones de un tren de carga que se dirigía con nueve vagones del campamento metalúrgico de La Oroya a Lima.

Los cuatro tripulantes del tren resultaron con heridas graves y fueron internados y los daños materiales son considerables.

### "Don Ramón" y "la Chilindrina"

LIMA, 25 (UPI).- El actor Ramón Valdes y la actriz María Antonieta de las Nieves, conocidos por sus personajes, "don Ramón" y "la Chilindrina" de la popular serie mexicana "El Chavo del ocho" escaparon ilesos del incendio en el Sheraton donde se encontraban alojados y de donde fueron evacuados a otros hoteles junto con 290 huéspedes más.

"La Chilindrina" dijo esta mañana que "estoy muy impresionada. Nunca me había pasado nada por el estilo. Anoche me asusté mucho, pero toda la noche me la he pasado recapacitando y digo que son pocas las gentes que hacen este tipo de cosas".

### Fosa común

LIMA, 25 (ANSA).- Una fosa común con medio centenar de cadáveres fue descubierta por un periodista de Tingo María, según denuncia hoy La República.

La fosa está ubicada en Las Rocas en la carretera entre Tingo María y Aucayacu, zona de violencia por acción de los extremistas, los narcotraficantes y las fuerzas del orden antisubversivas.

El periodista ha sido detenido para evitar que se conozca la ubicación de la fosa. Su nombre no ha sido revelado.

01.01

871067

ARCHIVAR EN: Peru (120)

TEMA: Ataques de Sendero Luminoso

PROCEDENCIA: Clarin 18/9/87

ARCHIVADO EN: Sendero Luminoso (068)

01·01 8710686

# Sigue la resistencia de banqueros en el Perú

Lima, 29 (ANSA) — Los propietarios del estatizado Banco de Crédito del Perú, el más grande del sistema financiero nacional, continúan resistiéndose a cumplir con la ley de nacionalización de la banca.

La resistencia se hizo efectiva en la jornada de ayer, cuando la mayoría de funcionarios se negó a cumplir con las órdenes del comité interventor nombrado por el gobierno del presidente Alan García.

La oposición de los banqueros fue respondida por el gobierno con la destitución de tres agentes centrales, al tiempo que se lanzó la última advertencia para que los trabajadores reanuden sus actividades de atención al público.

Durante la jornada de ayer se registraron conatos de violencia en la sede principal del Banco de Crédito —fundado por italianos inmigrantes— entre clientes y trabajadores aliados con los banqueros.

La paralización del Banco de Crédito influye severamente en todo el sistema financiero, debido a que esa institución centraliza el grueso de las operaciones a nivel nacional.

El gobierno ha nombrado dos comités interventores en los dos mayores bancos del país —el Crédito y el Wiese— pero los accionistas se niegan a cumplir con el mandato legal de expropiación.

El presidente Alan García señaló el domingo que su gobierno cerró el asunto de la estatización de la banca y que sólo el Poder Judicial resolverá el problema. La Prensa 30/10/87



8710833

120

AMBIENTE BANCARIO MAS TRANQUILO EN PERU

# Alan García: "Lo decide la Justicia"

Clarín 28/10/87

LIMA, 28 (AFP). — Una declaración del presidente peruano Alan García de que considera un capítulo cerrado la nacionalización de la banca privada, fue considerada hoy por los banqueros como una renuncia que "permite retornar al camino constitucional".

"Definitivamente, para mí el problema de los bancos es un capítulo cerrado. Ya hay una ley (de nacionalización), el Estado ha debido intervenir dos bancos, los más importantes, pero para mí todo está en manos del poder judicial", declaró el jefe del Estado.

El banquero Francisco Pardo Mesones, convertido en símbolo de la resistencia contra la medida nacionalista desde que fue anunciada el 28 de julio pasado, dijo hoy que decidió abandonar sus oficinas del Banco Mercantil, convertidas en bunker durante 25 días, en señal de conformidad con la decisión presidencial.

Para la Asociación de Bancos del Perú, que preside Pardo, el anuncio de García "constituye un compromiso para todas las partes involucradas en el proceso expropiatorio y, en consecuencia, tienen plena vigencia las disposiciones y amparos acordados por el poder judicial".

"Igualmente —añadió en un comunicado— la declaración del señor presidente en el sentido de que no habrá medidas de fuerza, deja de lado la violencia y permite retornar al camino constitucional."

Sin embargo, fuentes gubernamentales y analistas de la situación opinan que la decisión presidencial no significa que García esté dispuesto a dar marcha atrás en su propósito de llevar adelante la ley que el Congreso nacional promulgó el pasado 11 del corriente como una medida revolucionaria para desconcentrar el poder de los grupos económicos del país.

Archivo AFP

Alan García, presidente del Perú

♦ Batalla

De los 10 bancos, 17 aseguradoras y 6 financieras del sector privado comprendidos en la nacionalización, el gobierno peruano intervino desde el 14 del actual los poderosos bancos de Crédito y Wiese, además de la financiera de Crédito, y dispuso iniciar la expropiación en otros cinco bancos pequeños.

Fuentes allegadas a los banqueros dijeron creer que si Alan García considera el asunto un "capítulo cerrado" para el Poder Ejecutivo, de la nacionalización podrían quedar excluidas las aseguradoras y las financieras, cuya expropiación hasta ahora no se anuncia, y algunos bancos pequeños cuyos propietarios transfirieron la mayor parte de sus acciones antes de promulgarse la ley.

Pero algunos analistas imparciales estiman que la batalla que los banqueros decidieron librar ante los tribunales de Justicia, donde algunos jueces acogieron sus demandas de amparo, no parece ahora encaminada al éxito debido a que algunos magistrados judiciales, vinculados al gobernante Partido Aprista, apoyarían finalmente la nacionalización.

♦ La Justicia

Se recordó que el jefe del Estado declaró también que "este es un país democrático y aunque uno no esté de acuerdo con algunos fallos de menor nivel, yo confío en que las instancias superiores y el sistema judicial del país, que es parte de la democracia, pongan en cumplimiento la ley".

"De manera que ya a mí no me corresponde decir nada más sobre el tema, sino desear que los objetivos que nosotros planteamos respecto de esta toma se cumplan, pero los haga cumplir el Poder Judicial", sostuvo García.

♦ Poder Judicial

Otra declaración tajante del mandatario subrayó que "el Poder Judicial es lo suficientemente maduro, reflexivo y consciente de su responsabilidad histórica como para poner en marcha esta ley, y la ley señala que en el término de seis meses, máximo, deberá cumplirse todo el trámite por el cual se cumplan sus objetivos".

Estos hechos ocurrieron mientras el ex presidente, Fernando Belaúnde Terry, retornaba anoche al país con un llamamiento "a entrar en una etapa de reconciliación, sin que ello signifique la claudicación por ninguno de los lados, para superar el clima de tensión y discordia que vive el país".

Belaúnde, quien en julio de 1985 transfirió la presidencia a García, interrumpió un viaje a los Estados Unidos y al Canadá para propiciar, según dijo, un clima de armonía "con la esperanza de que el Poder Judicial se conduzca a la altura de su destino".

011 0 0880

# Atacan a una patrulla militar peruana

Lima (UP) — Un ataque de guerrilleros izquierdistas contra una patrulla militar en la mayor zona productora de hojas de coca en el mundo, en la Amazonia peruana, dejó un saldo de seis muertos y ocho heridos.

Según las autoridades, un comando guerrillero atacó el miércoles sorpresivamente a una patrulla militar, suscitándose un tiroteo en el que murieron un soldado, Manuel Acero Sacramento, y cinco subversivos no identificados.

El ataque ocurrió en momentos en que los militares custodiaban a un grupo de trabajadores que trabajaban en la reparación del puente Pacaes que había sido dinamitado hace dos meses por los subversivos, cerca del poblado de Ancayacu, 390 kilómetros al norte de Lima, en la región del Huallaga, dijeron las autoridades.

Cuatro soldados, un policía y tres trabajadores resultaron heridos durante el enfrentamiento, siendo trasladados a un hospital, en la ciudad de Tingo María, a unos 330 kilómetros al norte de Lima, agregaron.

La región del Huallaga es un extenso valle tropical, considerado el más grande productor en el mundo de hojas de coca, cuyo jugo sirve de base para la elaboración de pasta básica de cocaína, de gran demanda en el mercado ilícito de estupefacientes.

La Prensa 3/10/87



8710919

HB

ARCHIVAR EN: PERU (120)

TEMA: MAS ASESINATO de los "Senderistas"

PROCEDENCIA: LA PRENSA 3/11/87

ARCHIVADO EN: Sendero Luminoso (068)

8711022

01·01

120

# Expropian en el Perú 5 bancos privados

LIMA, 20 (UPI, DPA y AP). — El gobierno peruano dispuso hoy la expropiación de cinco bancos, determinó la apertura de uno de ellos —que había sido temporariamente cerrado por sus propietarios— e impuso una multa a cinco compañías de seguros afectadas también por la ley de estatización.

Mientras los banqueros anunciaron su decisión de resistir el ingreso de los delegados gubernamentales, la posibilidad de un golpe militar fue comentada hoy por el general retirado Luis Cisneros Vizquerra, ex ministro del Interior durante el gobierno de facto de Francisco Morales Bermúdez y por el ex presidente Fernando Belaúnde Terry.

En una entrevista publicada por el diario limeño "La República", Cisneros Vizquerra admitió que podría participar en el derrocamiento del presidente Alan García, a quien acusó de "cerrar todas las vías democráticas". Belaúnde Terry declaró en Estados Unidos, donde se encuentra de visita, que la posibilidad de un golpe es absolutamente descartada en el Congreso.

Los decretos de expropiación de los bancos Mercantil, Latino, Lima, Residencial y Financiero, emitidos hoy, anunciaron una acción judicial previa, en un procedimiento diferente al aplicado la semana pasada en los bancos Wiese y de Crédito y en la financiera de este último, intervenidos con apoyo policial.



871112Ī

HR

120

# Perú: emergencia

LIMA, 11 (UPI). — El gobierno del Perú invocó hoy los poderes otorgados por el estado de emergencia decretado para combatir la insurrección izquierdista para prohibir una concentración de miles de accionistas furiosos por la estatización del banco privado mayor del Perú.

Miembros de la Junta del Banco de Crédito, con 243 sucursales, cancelaron una reunión de emergencia de sus accionistas, programada para hoy, porque el gobierno se negó a autorizar dicha reunión. El estado de emergencia, en Lima, otorga poderes al gobierno para negar autorización de reuniones públicas y a hacer arrestos sin orden judicial.

El presidente Alan García impuso el estado de emergencia en febrero de 1986.

Los principales accionistas del Banco de Crédito convocaron a reunión extraordinaria a fin de discutir la forma de combatir la toma que el gobierno hizo del banco, el miércoles.

El Banco de Crédito es el más grande de los 10 bancos que el gobierno centroizquierdista de García quiere expropiar con el fin de quebrar lo que ha venido a llamar el monopolio de una clase económica privilegiada que controla el sistema financiero de la nación.

Clarín 18/10/87

01·01 8711125

# Una audaz decisión judicial obliga a Alan García a devolver bancos ocupados

...s (UPI) — Un juez ci-
...lenó el retiro de dele-
...del gobierno que la se-
...pasada asumieron el
...l de los dos mayores
...s privados del Perú al
...zarse a aplicar la Ley
...tatización, se reveló

...resolución judicial obs-
...a el proceso de estati-
... de la banca y ahonda
...troversias entre el Po-

der Ejecutivo y el Poder Judicial provocadas por la Ley de Estatización Bancaria.

En su resolución, el juez Jaime Morán Cisneros dispuso "el retiro de los Comités de Administración (estatales) y de los efectivos de las fuerzas policiales destacados en los locales del Banco Wiese Limitado y del Banco de Crédito del Perú".

El presidente de la Asociación de Bancos, Francisco Pardo Mesones, comentó que la decisión judicial "es otro fallo histórico y valiente que honra al juez Morán y al Poder Judicial", añadiendo que "los actuales Comités de Administración deben abandonar inmediatamente los puestos asumidos ya que su situación es ilegal".

Alan García

"Si los integrantes gubernamentales de los Comités de Administración no acatan la orden judicial, serán presentados penalmente", sostuvo.

El gobierno no informó de inmediato si acataría la decisión judicial y los delegados gubernamentales se mantuvieron en sus puestos, así como los policías que custodian las empresas.

La decisión judicial ocurre en momentos que se esperaba que en breve el gobierno asumiera el control de los otros 30 bancos, empresas financieras y compañías de seguros, que le falta intervenir para completar su proyecto de estatizar la banca privada.

## • Policías

El 14 de octubre, unos 500 policías militarizados tomaron a la fuerza los locales principales del Banco de Crédito, el Banco Wiese y la empresa Financiera de Crédito para permitir que los delegados gubernamentales asumieran el control de las empresas.

Esta es la segunda vez que el Poder Judicial se pronuncia en contra de la acción de los delegados del gobierno ... los bancos privados, ... gando al gobierno a retro... der en su intento por asu... el control de las empres...

Luego de que Alan Gar... anunciara el 28 de julio su ... tención de estatizar la ban... dispuso que delegados ... bernamentales tomaran p... visionalmente el control ... las empresas hasta que ... Congreso aprobara la ley ... ra formalizar las expropi... ciones, y prohibió la venta ... acciones de los bancos en ... Bolsa de Valores de Lim...

Sin embargo, el Poder ... dicial revocó la orden y el ... bierno acató las sentenci...

La semana pasada, el j... Morán ordenó levantar ... feriado bancario de 48 ha... dispuesto por el gobierno ... el Banco de Crédito y el B... co Wiese, para permitir la ... tatización de las empres...

Agencia Reuter

La policía peruana hace guardia fuera del edificio del Banco Weise, el viernes, mientras continúa el litigio entre el gobierno y los banqueros por las medidas de nacionalización.

# Perú: la derecha busca un frente

El banquero peruano Francisco Pardo Mesones lleva alrededor de diez días sin regresar por la noche a su casa. En permanente estado de alerta ante la anunciada toma de posesión de su empresa, el Banco Mercantil, por parte de los interventores designados por el Estado, el presidente de la Asociación de Bancos del Perú pernocta en su oficina, y desde ese puesto su figura ha crecido dando carácter de noticia diaria al movimiento de resistencia contra la nacionalización del sistema financiero.

"El atrincheramiento de un banquero no es síntoma de desgobierno en el país", sostuvo ayer el presidente Alan García. Pareció responder a advertencias tremendistas escuchadas en los últimos días, que en grados diferentes señalaron desde la posibilidad de un golpe ante el "vacío de poder existente" hasta la necesidad urgente de armar un frente que integrara a partidos políticos "democráticos", al empresariado y a la clase media para defender la estabilidad del sistema.

El presidente García no desestimó el alcance perturbador de la actitud de Pardo Mesones, imitada, aunque con menos espectacularidad, por otros banqueros, y respaldada además por incesantes presentaciones judiciales del sector afectado. "Sabía que todo esto iba a ocurrir —dijo—, pero para mí más vale un rato colorado antes de que el Perú pase por 50 años amarillos. Y en este caso es falso que el país no avanza —está paralizado. Solo hay un pequeño grupo que ha visto paralizar sus expectativas".

### ♦ Un frente contra el gobierno

Para sus colegas y para sus allegados empresarios, Pardo Mesones se ha convertido "en el símbolo de la resistencia por la libertad y la defensa de la propiedad".

Esta jerarquización de su figura transporta a su medida de protesta a un plano que trasciende al de la defensa de los intereses de un sector, y se perfila como el eje de una campaña.

No lo niega el propio Pardo Mesones, quien en declaraciones a la prensa ha reconocido su vocación —flamante— de ingresar a la actividad política. El movimiento "Libertad", nacido al calor de la lucha empresarial contra las nacionalizaciones, y liderado por Mario Vargas Llosa, destacó por otra parte en un comunicado divulgado ayer el "surgimiento de nuevas figuras civiles en el horizonte político", en clara alusión a Francisco Pardo —nieto de un ex presidente del Perú— y al propio célebre escritor.

Casi en forma simultánea en esta semana el general retirado del ejército Luis Cisneros Vizquerra pronosticó un golpe militar —no inmediato, pero "obligado"— contra Alan García, y el titular del minoritario Partido Popular Cristiano, Luis Bedoya Reyes, alertó sobre la implantación de "un Estado de corte corporativo-fascista" y llamó a "los sectores democráticos a unirse para enfrentar al APRA y al comunismo" y "evitar que se quiebre el sistema democrático".

La propuesta de Bedoya de organizar un frente al que sean integrados la Iglesia, los medios y los empresarios fue retomada por el movimiento "vargasllosista"; en ambos casos se planteó la acción como una urgencia, y se marcó como su objetivo el de luchar el totalitarismo y la dictadura encubierta.

Esta última acusación, que niega calidad democrática al gobierno de Alan García, se asienta en el respaldo judicialmente obtenido por los propietarios de los bancos, a través de algunos fallos que señalan que va contra la ley ocupar los bancos antes de haber pagado el justiprecio fijado por el patrimonio.

La ley aprobada por el Congreso peruano y sancionada por García el pasado 11 de octubre establece, es cierto, que las expropiaciones —es decir, la transferencia de la titularidad de las acciones— solo podrán concretarse en la fecha en que se verifique el pago de la indemnización también legalmente exigida. Pero en un artículo posterior señala que "por haberse provocado situaciones de emergencia que afecten la actividad económica bancaria, financiera y de seguros, el Poder Ejecutivo como medida de carácter extraordinario tomará a su cargo provisionalmente y en forma directa la gestión y administración de esas empresas.

La beligerancia de banqueros y empresarios y la dureza de los términos con que definen a Alan García contrasta con lo que fue en algunos casos apoyo directo en los comienzos de su gestión presidencial, y en otros por lo menos aceptación pasiva de su programa económico.

El plan inicial de control flexible de precios, baja contundente de las tasas de interés, aumento de salarios y otras medidas que condujeron a un descenso de la inflación, reactivación del mercado interno y aceleración del ritmo de crecimiento de la economía fue aceptado por los industriales que se beneficiaron con un incremento de la productividad y la puesta en funcionamiento de parte de la capacidad ociosa de sus fábricas.

El paso siguiente, ubicado en la coyuntura actual, es el que plantea a las empresas el tratamiento de sus excedentes, y define por parte del gobierno la exigencia de reinvertir. En esta instancia, el presidente García buscó mantener una buena relación al menos con parte del empresariado sugiriendo que el crédito seguirá orientándose hacia quienes manifiesten y demuestren su voluntad de reinvertir en el país, y no dispongan trasladar sus excedentes a la especulación.

Individualmente, los empresarios pueden o no estar dispuestos a invertir para reforzar un nivel de crecimiento económico que resultó positivo hasta el pasado año, pero muestra signos de restricción en la actualidad. Pero la intervención del aparato financiero priva a una parte de ellos, integrantes de los grupos de mayor poder económico en el país, de organizar el crédito en los márgenes de un círculo cerrado, hasta el momento, para los sectores intermedios a los que el gobierno pretende impulsar para extender y democratizar la producción.

*Susana Colombo*



8711196

# Medida en el Perú para poner fin a la resistencia en un banco

**Lima, 26 (UP) — A tres meses del anuncio de la estatización de la banca, el gobierno del presidente Alan García impuso a partir de hoy un feriado bancario por 48 horas en el mayor banco del Perú, con el objeto de terminar con la rebelión de miles de empleados bancarios.**

**Entretanto, el presidente de la Asociación de Bancos, Francisco Pardo Mesones, que pernoctaba desde hacía 28 noches en la sede principal del banco Mercantil para resistir cualquier intento del gobierno de asumir el control de la empresa, desistió en su actitud y se retiró a su casa.**

**"Ya no voy a dormir al banco", dijo Pardo Mesones, agregando que "creo que ya no va a haber intervenciones violentas".**

**Un cordón policial impidió esta mañana el ingreso de los empleados al banco de Crédito, luego que la Superintendencia de Banca y Seguros dispusiera el feriado bancario, a *solicitud* de los delegados gubernamentales que administran la empresa desde el 14 de octubre.**

**El viernes, los 5.400 empleados del banco de Crédito se declararon en "huelga de brazos caídos", negándose a trabajar, cortando las líneas telefónicas y de electricidad, para exigir la salida de los delegados del gobierno de la empresa.**

**Previamente, un juez civil había ordenado la salida de los delegados gubernamentales de los bancos y el retiro de la policía de las instalaciones bancarias, pero el gobierno se negó a acatar la disposición, aduciendo que había apelado ante un tribunal superior.**

**Por su parte, la Asociación de Bancos expresó su satisfacción por las declaraciones del presidente Alan García formuladas ayer, en las que afirmó que no dispondrá ninguna medida de fuerza contra las empresas y que aguardará las decisiones del Poder Judicial.**

## Tras anularse el feriado bancario, la policía rodeo las instituciones y lanzó gases para impedir el acceso del público

# García recurre a la milicia para defender la estatización

*Obstruido por una oposición organizada, el presidente Alan García recurrió a los gases lacrimógenos para impedir el acceso de los clientes a los bancos expropiados.*

**Lima (UPI) — La policía antimotines, empleando gases lacrimógenos, tendió ayer un cerco en torno de los principales bancos del Perú, mientras el gobierno del presidente Alan García se disponía a asumir el control de las entidades incluidas en la ley de estatización de la banca.**

**El gobierno dispuso el cierre por 48 horas de la Bolsa de Valores de Lima, para evitar la venta de acciones de empresas bancarias, y anunció la designación de los delegados que asumirán el control de los dos mayores bancos privados y de una compañía financiera. Centenares de policías antimotines tendieron un cerco en torno a las sedes del Banco de Crédito, del Banco Wiese y de la Empresa Financiera de Crédito, impidiendo el ingreso de clientes y lanzando bombas lacrimógenas para dispersar a numerosas personas que se habían congregado en las inmediaciones. Un niño de cuatro años, identificado como Juan Luis Sánchez, resultó herido levemente, al caerle en la pierna una de las bombas lacrimógenas. El ministro de Economía y Finanzas, Gustavo Saberbein y los delegados del gobierno analizaron el plan para tomar el control de los 33 bancos, compañías de seguros y empresas financieras y se esperaba que las autoridades intentaran en breve ingresar al Banco de Crédito y al Banco Wiese. La agencia estatal de noticias "Andina" dijo que en la reunión de Saberbein y los delegados "se ultiman detalles respecto a la intervención definitiva y la forma de dirigir la administración de los bancos, financieras y compañías de seguros". Empleados del Banco de Crédito indicaron que no aceptarán el intento del gobierno de asumir el control de la empresa porque ahora son propietarios de la misma.**

**El lunes, 4297 empleados compraron colectivamente 30,9 por ciento de las acciones del Banco de Crédito. Pero el gobierno sostuvo que los empleados habían actuado con el respaldo de los banqueros, en una "burda maniobra" de los empresarios que intentan impedir la estatización. Las autoridades indicaron que el Banco de Crédito, el mayor del país, será expropiado de todas maneras. El gobierno apresuró sus pasos para lograr el control de los bancos, luego de que un juez civil, Jaime Morán, revocara un feriado bancario dispuesto por las autoridades.**

### Cierre

**Además del feriado bancario, el gobierno, en un intento por evitar transacciones que obstaculicen la estatización de 10 bancos, 6 empresas financieras y 17 compañías de seguros, cerró por 48 horas la Bolsa de Valores de Lima. Los banqueros, que pernoctan en sus oficinas para impedir la toma de las empresas, sostienen que el gobierno no puede expropiar los bancos hasta que el Poder Judicial no se pronuncie sobre las 16 demandas que presentaron en contra de la ley de estatización, que entró en vigencia el lunes. Mediante la ley, el Estado puede adquirir hasta 70 por ciento de las acciones de los bancos.**

**La ley de la estatización de 58 bancos, financieras y empresas aseguradoras fue anunciada a la población en un discurso del presidente García a mediados de julio. El presidente defendió su proyecto como una manera de ampliar las alternativas de crédito para el grueso de la población. García acusó a los bancos de sólo conceder préstamos a los sectores más acomodados.**

**Sin embargo, los analistas políticos de derecha, han interpretado la medida como un golpe político del presidente, que a dos años del fin de su mandato, ha perdido mucho del apoyo popular que lo trajo al poder en 1985. La amplia oposición al proyecto que han presentado los sectores empresarios es vista como una señal de una "guerra fría" que seguramente marcará los dos últimos años de la presidencia de García. De todas maneras, si éste fuera el caso, el presidente parece poco preocupado por lo que el futuro le depara, y hoy concentra sus esfuerzos en tomar control de las principales entidades del país.**

01·01 8711245

HR

120

Diario Financiero 12/10/87

Temen que la expropiación desate una guerra fría entre los empresarios y García

# Desaparece hoy la banca privada peruana

**Lima (UPI, Reuters)** — Más de dos meses después de desatarse la controversia a raíz de un proyecto de ley para estatizar la banca privada en Perú, el presidente Alan García promulgó ayer la ley que convierte al estado peruano en el único banquero, financista y asegurador del país. La ley, aprobada definitivamente por el congreso el 28 de setiembre, formaliza la expropiación de 10 bancos, seis empresas financieras y 17 compañías de seguros, que comenzará a regir a partir de hoy.

La ley de expropiación de bancos privados sancionada ayer prepararía el terreno para una guerra fría con empresarios que podría dominar los tres años que le restan de mandato al presidente Alan García.

Las víctimas de la expropiación, los banqueros privados de Perú, han advertido que no abandonarán sus oficinas voluntariamente y uno pasó varios días alojado en su banco. Los banqueros también han puesto en claro que piensan desafiar cada etapa de la expropiación en los tribunales y es probable que las batallas legales se prolonguen años. Economistas de la oposición temen que el costo de la estatización, calculada en hasta 300 millones de dólares, acelerará la tendencia declinante de la economía peruana, incrementando el déficit fiscal y obligando al gobierno a imprimir más dinero con previsibles resultados inflacionarios. Algunos empresarios también están preocupados por el hecho de que la expropiación pueda ser el anticipo de acciones gubernamentales contra sus propias firmas. No tienen ningún nivel de credibilidad que piensen no va a haber nuevas estatizaciones.

García anunció el sorpresivo plan de estatización de bancos durante un discurso pronunciado el Día de la Independencia, el 28 de julio y desde entonces la cuestión dominó el debate político, polarizando a la derecha que no había tenido otro tema contencioso en los dos años transcurridos desde que el presidente asumió el mando. La Alianza Popular Revolucionaria Americana (APRA) se dedicó en algunas oportunidades a una virtiólica guerra de palabras con los opositores de la legislación, acusando en determinado momento a los empresarios de estar amenazando con crear escasez de alimentos como parte de su campaña en contra de la iniciativa. García ha dedicado gran parte de su tiempo y energía al asunto, celebrando varias reuniones prolongadas con el bloque parlamentario de su partido y pronunciando docenas de discursos en Lima y provincias para explicar su deseo de "**democratizar el crédito**".

Los oponentes de la medida, por su parte, lanzaron una impresionante campaña en la prensa escrita y por televisión bajo el lema "**libertad**". El famoso escritor peruano, **Mario Vargas Llosa**, encabezó la oposición a la medida, denunciándola como una amenaza a la democracia, en actos públicos celebrados en Lima y otras ciudades importantes. La expropiación afecta a 10 bancos privados nacionales y 23 empresas financieras y de seguros, muchos de ellos controlados a través de una red de propiedades entrelazadas de un puñado de ricas familias.

Consideran que las expropiaciones marcan un cambio del gobierno hacia un mayor control central. "Debe haber comprendido que si no actuaba en cuanto a los bancos no iba a tener el ambiente favorable que necesita para tal cambio estructural", señaló el economista Augusto Blacker. Agregó que la medida daría también acceso al gobierno a las 100 principales compañías peruanas a través de acciones en posesión de los bancos, permitiéndole ejercer una presión mayor sobre el sector productivo.

García considera la medida como un elemento que puede ayudar a desplazar el énfasis de las inversiones, apartándolo de las grandes corporaciones de la capital y trasladándolo hacia pequeñas empresas de las provincias. Una mayor autonomía regional y transferencia de recursos hacia el interior son puntos clave de los esfuerzos de García por corregir el desequilibrio político y económico entre Lima y el resto del Perú.

El proyecto de estatización incluye planes para establecer bancos regionales con por lo menos **30 por ciento** de participación estatal, quedando el resto de las acciones en poder de residentes locales. Pero algunos oponentes aducen que aunque el gobierno logre su objetivo de incrementar las oportunidades de crédito en favor de pequeños empresarios, ésa no será necesariamente la respuesta correcta.

01·01

8711296

120



# Perú: la estatización provoca el cierre de compañías de seguros

*Lima (UPI) — Los propietarios de 17 compañías de seguros que el gobierno del presidente Alan García pretende estatizar junto con la banca privada, decidieron cerrar sus puertas temporalmente a partir de hoy, en previsión de una incursión policial.*

*El presidente de la Asociación de Compañías de Seguros, Luis Becerra, anunció la decisión de los empresarios de suspender las operaciones de las aseguradoras por 15 días y señaló que ésta obedecía a la necesidad de preservar la integridad física de los empleados que trabajan en las aseguradoras.*

*La decisión de las aseguradoras se sumó a las del pequeño Banco Mercantil y otras seis empresas financieras que decidieron no continuar con sus actividades por dos semanas a la espera de las decisiones del gobierno por la Ley de Estatización de la Banca, que entró en vigencia el 12 de octubre.*

*Las autoridades ordenaron al Banco Mercantil que reabra sus puertas e impusieron a sus propietarios una multa equivalente a 2500 dólares, porque el banco dispuso el cierre de la empresa y concedió vacaciones pagas por 15 días a sus 300 empleados.*

Alan García

*Sin embargo, el presidente del Banco Mercantil y de la Asociación de Bancos de Perú, Francisco Pardo-Mesones dijo que "mientras no existan las garantías necesarias para preservar la vida de los trabajadores, las puertas del Banco Mercantil se mantendrán cerradas al público".*

*Las decisiones de los aseguradores y banqueros de cerrar sus empresas ocurren después del violento asalto policial del que fueron blancos los dos mayores bancos privados del país, el Banco de Crédito y el Banco Wiese, el miércoles pasado, para permitir que delegados del gobierno asuman el control.*

*Durante la toma del miércoles pasado, una tanqueta rompió una puerta de la sede principal del Banco de Crédito, mientras policías militarizados lanzaron bombas lacrimogénas contra empleados y periodistas. Algunos empleados fueron golpeados por los policías.*

## • Demandas

*Los banqueros sostienen que el gobierno no puede asumir el control de los 33 bancos, compañías de seguros y empresas financieras que pretende estatizar hasta que el Poder Judicial no se pronuncie sobre las más de 16 demandas que presentaron en contra de la Ley de Estatización.*

*Pero, se espera que en breve el gobierno asuma el control de las empresas, a pesar de la tenaz resistencia de los empresarios y un importante sector de los empleados.*

*De inmediato, no hubo pronunciamiento oficial sobre si el gobierno sancionará también a las aseguradoras y financieras por su decisión de suspender sus actividades.*



8711297

HB

120

# Tensa situación se vive en el Perú

## Los banqueros resistirán a la fuerza pública al entrar en vigor hoy la estatización

Pistola en mano, un policía retira neumáticos incendiados por huelguistas estatales en Lima (Re

LIMA, 12 (DPA).- El gobierno peruano advirtió que aplicará la ley de estatización del sistema financiero pero "sin precipitación pero con firmeza", al entrar hoy en vigencia un día después de ser publicada en el Diario Oficial, y rubricada por el presidente Alan García.

Por su parte, los dueños de los 10 bancos, seis financieras y 17 compañías de seguros estatizados, reiteraron que sólo los sacarán a la fuerza de sus empresas los comités interventores que deben asumir el control y manejo de las mismas, según la ley de estatización.

La ley ha destituido a los directores y juntas de accionistas privados de los bancos, financieras y seguros, funciones que deben asumir transitoriamente en cualquier momento los comités interventores nombrados por el Gobierno.

Los comités actuarán hasta que concluya el proceso de estatización del sistema financiero privado, que representa un 30 por ciento del total. El otro 70 por ciento pertenece al Estado.

El enfrentamiento entre el Gobierno y los emisarios privados se refleja en un ambiente muy tenso que se vive en las esferas bancarias, financieras y de seguros.

Pero esas empresas están operando normalmente hoy y no se ha declarado feriado bancario, como se comentaba, para dar paso a la intervención gubernamental.

Ahora se ignora cuándo y en qué forma el Gobierno procederá a la toma de las empresas, mientras sus propietarios advirtieron también que iniciarán acción penal contra los que se atreyan a desalojarlos.

Una 'discreta vigilancia policial, como la de todos los días, se aprecia en los bancos, financieras y seguros, sobre todo en los primeros. En estos últimos días la mayoría del público ha concurrido a retirar sus depósitos.

A pesar de que el Gobierno garantizó los ahorros en los bancos, hay una corrida de los depósitos. "La gente está sacando su dinero de los bancos privados estatizados para depositarlos en otros o simplemente guardarlos bajo del colchón", comentó un vocero.

Los banqueros denunciaron que desde que el presidente García anunció la estatización, el 28 de julio, han perdido sumas millonarias en depósitos.

La ley fue promulgada hace más de dos meses, después de esa fecha y tras un largo debate en las Cámaras de diputados y senadores, así como en los diversos medios, que se polarizaron en dos sectores bien marcados.

Mientras el Gobierno considera que la estatización acaba con los grupos del poder financiero, los empresarios dicen que la ley es anticonstitucional porque viola la norma que garantiza el pluralismo económico, razón por la cual ha apelado al Poder Judicial.

La Nación 13/10/87

01·01 8711309

La Democracia



PERU

120

# Alán García y... lo que cuesta un Perú

Gabriel Adriasola

Nada es sencillo para los gobernantes latinoamericanos, pero mucho menos para Alán García, el joven líder aprista, que se ha propuesto, según sus propias palabras, "una revolución en democracia". Presidente de los dos Perú, el del lanzo y la sierra, el del blanco y el indio, el de las FFAA y el de Sendero Luminoso, tiene ante sí el desafío básico de nuestra era: conciliar la libertad civil con la búsqueda de la igualdad y el bienestar económicos. Ese desafío, en el campo de las relaciones internacionales, se materializó desde su asunción en reducir el pago de la deuda externa a un monto fijo de las exportaciones y en la lucha contra la constante fuga de capitales que sufre el país. Precisamente para evitarla es que se tomó la decisión de impulsar la nacionalización del sistema financiero (bancos y casas de seguros) que aún permanecía en manos privadas. Los diez principales bancos del país, el de Crédito y el Wiese, están ya bajo control administrativo, pese a que el Presidente de la Asociación de Bancos, Francisco Pardo Mesones, había públicamente prometido resistir físicamente la estatización. No obstante, persistían problemas con el personal administrativo de las entidades y sobre todo con los accionistas de varias empresas, quienes el 25 de octubre se atrincheraron en un banco local esperando la inminente intervención gubernamental. Tan caótica crisis ha provocado virtualmente vaciando las cuentas bancarias pese a los feriados decretados por el gobierno. El 28 de octubre, cien ahorristas irrumpieron en el Banco de Crédito reclamando violentamente sus depósitos, y tras protestar casi diez minutos ante el mismo comité interventor en el segundo piso del banco, fueron desalojados por la fuerza pública. Por otra parte, una semana antes, los accionistas de dicho banco habían vendido en la Bolsa de Valores de Lima el 50.57 o/o de sus acciones a casi 5.000 trabajadores, lo que fue calificado por el gobierno como "una maniobra para obstaculizar la expropiación".

Los observadores económicos internacionales por su parte, temen que la puja entre el gobierno y los banqueros genere mayores corridas que las que se han producido hasta el momento, y algunos dudan de que la estructura financiera peruana pueda volver a estabilizarse. En efecto, si por falta de confianza en la banca estatal el ahorro se transforma en atesoramiento, los efectos negativos sobre los créditos para inversiones y las tasas de interés no se harán esperar. A su vez, la medida ha sido cuestionada políticamente desde la derecha señalándose que un monopolio estatal del crédito en detrimento de su libre asignación por el mercado podía desembocar en el totalitarismo, declaración que suscribieron los más importantes empresas periodísticas de Lima.

Mientras tanto, uno de los más calificados ámbitos de esta puja lo es el Poder Judicial, al punto que la ejecución de la ley de estatización ha sido virtualmente frenada por la tramitación de recursos de amparo que los banqueros han interpuesto. Incluso, los casi 5.000 trabajadores que adquirieron la mayoría del paquete accionario del Banco de Crédito fueron favorecidos por una resolución judicial que protege la compra de acciones. Lo cierto, al fin y al cabo, es que en este episodio se juega mucho más que la propiedad de algunos bancos: se juega el futuro del mercado de capitales peruanos y la capacidad del sistema político democrático para llevar adelante medidas de este tipo. Sin duda que, por ejemplo a Fidel Castro, le fue mucho más sencillo el proceso de nacionalización. La revolución triunfante crea un nuevo orden jurídico a medida que avanza; el gobernante electo se encuentra con uno ya hecho y vigente, al que sólo puede reformar con los medios que ese mismo orden jurídico provee.

—oOo—

La revolución triunfante también generalmente inicia la construcción económica en sendas jornadas jacobinas, la oposición y la huelga se suprimen, y la disidencia es enemiga del nuevo orden. Pasó en Francia y en la URSS; no es bueno ni malo, no admite valoración ética; es la sociología de la revolución. Pero García —cuyo apoyo en el APRA tampoco es unánime— tiene ante sí la sociología de la democracia liberal. Así una ola de huelgas invade la administración pública y el descontento de la población por la escasez de bienes básicos es creciente. Es que el presidente peruano parece haber olvidado lo que hoy están comprendiendo los campeones de la estatización mundial: la economía tiene sus reglas, y ni el Estado ni Dios —que para algunos son lo mismo— pueden cambiarlas. La congelación de precios decretada el pasado año aún está generando escasez y la fijación administrativa de la tasa de cambio condujo a una sonovuda dolarización de la economía. Por otra parte no hay policía alguna que pueda con el servicismo del mercado cambiario y financiero, de lo cual da cuenta la enorme capacidad argentina. Si hay algo que la ciencia económica no admite es el voluntarismo, y el APRA ha transitado por todas las variantes de esa tendencia.

Pero esa sociología de la democracia liberal en la que debe sobrevivir el líder aprista no es tampoco la de una sociedad étnicamente homogénea. El indio peruano ha sido sometido a una atávica violencia, y por ahí debe buscarse alguna explicación al fenómeno Sendero Luminoso. En una combinación maoísta-indigenista este grupo guerrillero ha pretendido romper con todo lo que el hombre blanco, encarnación de la burguesía, representa. Así, voceros de Sendero han dicho: "No se acumulan fuerzas en un país semifeudal como el Perú participando en procesos electorales ni utilizando la legalidad burguesa ... la guerra popular avanza hacia las ciudades, la guerra popular es una guerra campesina o no es nada. A su vez, en las zonas de Ayacucho que el grupo controla se ha prohibido la agricultura comercial como forma de hambrear a las ciudades, dedicándose sólo a la explotación de subsistencia familiar. Incluso se han resucitado viejas leyes indígenas, sobre todo en materia penal, donde el castigo más común son los azotes en la plaza pública. Debe resaltarse además, que a diferencia de la guerrilla del 65, los integrantes de Sendero no son intelectuales citadinos impresionados por la miseria ancestral del indio andino. Su lengua es también el quéchua, su piel es también cobriza y su odio por el hombre blanco lo trae también desde la cuna.

—oOo—

Los analistas políticos coinciden en señalar que la lucha de Sendero es un medio imposible por el que van dejando un río de sangre. En efecto, la América indígena murió hace más de cuatro siglos, y revivirla en un Estado barnizado de marxismo no parece ser el camino de la historia. Algún sociólogo ha señalado que ante la sociedad blanco—criolla el indio tiene dos opciones, integrarse o perecer, nunca triunfar. Estás condenado a vivir con su ancestral explotador, amo y señor del continente, y la [illegible] rja étnica, en una suerte de "apartheid inkaico", no es más que una utopía. En este sentido la solución ética y humana parece pasar por un "arreglo étnico" que asegure la convivencia y la integración en un marco jurídico de respeto y autonomía. Salvando las distancias, un arreglo del tipo que llevaron a cabo católicos y anglicanos en la revolución inglesa de 1688. Este camino parece estar siguiendo Nicaragua concediendo el estatuto de Región Autónoma a la que ocupan los indios Miskitos; algo similar pretendió hacer García al asumir el poder, pero Sendero rechazó todo tipo de conversaciones en base a una máxima que, al menos consuetudinariamente, ha acuñado el grupo: "salvo el poder, todo es ilusión".

—oOo—

Cercado por la derecha y por la ultra—izquierda Alán García no quiere navegar a la deriva. Hasta ahora sus victorias no han sido pocas. Mal o bien ha tratado de contener la inflación y si bien a la violencia la ha respondido con violencia, lo ha hecho siempre dentro del marco de la ley, castigando los excesos cometidos por las FFAA en la represión. La masacre de la isla penal "El Frontón" aparejó condenas de más de veinte años para varios oficiales.

Aún con altibajos, la constitución y la ley han tratado de ser respetadas, y ello es bastante más de lo que muchos gobernantes merecen que se diga de ellos.

871328

HR

PERU J20

POLITICA Mercado Financiero 13.10.82

Acusaciones de inconstitucionalidad podrían paralizar la expropiación de los bancos

# Perú: firme rechazo a entrada en vigor de la estatización

Alan García

Lima (UPI) — La ley de estatización de los bancos entró ayer en vigencia, pero los banqueros afirmaron que la medida es inconstitucional y advirtieron que enjuiciarán a cualquier funcionario del gobierno del presidente Alan García que intente asumir el control de esas entidades.

Según la ley, los 33 bancos, compañías de seguros y empresas financieras del país pasarán a manos del Estado.

Pero la Asociación de Bancos afirmó en un comunicado que "son punibles de acción penal los responsables de ejecutar la inconstitucional Ley de Estatización del Sistema Financiero".

Los banqueros, que han dejado sus residencias y que pernoctan desde el 23 de setiembre en las sedes bancarias, aseguraron que el gobierno no puede tomar sus empresas hasta que el Poder Judicial no se pronuncie sobre las 14 demandas que presentaron en contra de la Ley de Estatización.

Entre tanto, el gobierno del presidente Alan García declaró que asumirá el control de los bancos "sin caer en precipitación, pero con firmeza" y señaló que analizaba la conformación de los "Comités de Administración" que se encargarán de tomar las empresas cumpliendo la Ley de Estatización que entró en vigencia ayer, luego de su publicación en el diario oficial "El Peruano".

Las actividades en el sistema financiero nacional se desarrollaron ayer sin dificultades, luego que la estatal Superintendencia de Banca y Seguros ordenara que los bancos atendieran normalmente al público.

El presidente de la Asociación de Bancos, Francisco Pardo Mesones, dijo que "no saldremos de los bancos voluntariamente. Nos sacarán a la fuerza".

"Espero que no haya violencia. Nosotros estamos preparados para soportar todo intento de represión o desalojo. Nos asiste la razón y la justicia, de modo que espero que no haya violencia".

Más de dos meses después de la controversia desatada a raíz del anuncio de estatizar la banca, el presidente Alan García promulgó el viernes la ley que incorpora al Estado peruano a 10 bancos, 17 compañías de seguros y seis empresas financieras.

El Estado controlará 70 por ciento de las acciones de los bancos y el resto podrá ser adquirido por particulares. En el caso de dos bancos regionales, el Estado solo tendrá 30 por ciento de las acciones.

El gobierno rechazó las afirmaciones de que la ley es inconstitucional y señaló que puede asumir el control de las empresas estatizadas luego de haber declarado en "situación de emergencia" el sistema financiero nacional.

"Medios bancarios estiman que los delegados del gobierno podrían hacer uso de la policía para tomar las empresas, ante el desafío de los propietarios.

La medida, que polarizó a la opinión pública peruana y se convirtió en la más controvertida desde que el Perú retornó a la democracia en 1980, fue aprobada definitivamente el 29 de setiembre por el Congreso, dominado por el gobernante Partido Aprista peruano, luego de una tenaz campaña opositora que dirigió el escritor Mario Vargas Llosa.

Tras la promulgación de la ley, los 15 mayores gremios empresariales del país intensificaron sus críticas a la medida, acusando al gobierno de violar la Constitución.

01·01

8711354

# Buscan aglutinar a la oposición peruana

Por Mario Pérez Colman
(Corresponsal de LA NACION en América latina)

LIMA.– En diálogo exclusivo con LA NACION, el jefe del Partido Popular Cristiano, Dr. Luis Bedoya Reyes, analizó el momento político nacional, uno de los más complejos en la historia del Perú.

Desde el punto de vista de un partido al que las estadísticas asignan el mayor predicamento sobre el electorado centrista en estas circunstancias, reflexionó el destacado dirigente acerca de los motivos personales que determinan la conducta del presidente Alan García, la posibilidad de formar un frente electoral y gubernamental con el partido del ex mandatario Fernando Belaúnde Terry, el futuro político del escritor Mario Vargas Llosa, la lucha contra Sendero Luminoso, los designios de este singular movimiento subversivo y la libertad de prensa bajo un gobierno que, a su juicio, se encamina al poder absoluto.

–¿Cuál es su visión de la actualidad política peruana?

–Como la casi totalidad de los países americanos, el Perú sufre de deuda externa, terrorismo y narcotráfico. Lo que no comparte con otros pueblos del continente es el protagonismo de un partido como el APRA, que esperó 60 años el poder para hacer algo distinto de lo que siempre denunció como democracia meramente formal y burguesa pero que no ha conseguido encontrar la vía no capitalista y no comunista que desde hace décadas buscan los países en desarrollo.

Al hecho de la existencia de tal partido se unen las muy personales características de nuestro presidente de la República, que pone al país un poco al servicio de su destino personal y de su afán de protagonismo internacional.

–¿Cuáles actitudes denotan ese comportamiento que usted atribuye al presidente Alan García?

–El Perú no es, fundamentalmente, un país antinorteamericano. Pero el Presidente, al tratar nuestra deuda externa, tomó al Fondo Monetario como si fuese necesariamente un instrumento de los Estados Unidos, olvidando que en realidad es, simplemente, una colectividad internacional.

En los hechos, ello ha conducido al país a una condición de virtual aislamiento. Muchos sectores políticos extranjeros nos aplauden, ciertamente. Pero ojalá pudieran mudarse aquí adentro para que padecieran un poco lo que desde allá aplauden.

Los peruanos no podemos resignarnos a ser conejillos de India de un experimento.

–¿Las aspiraciones personales del Presidente incluyen la reelección, a pesar de las limitaciones que la Constitución establece?

–No precisamente. La reelección presidencial es sólo la condición para que se cumpla una aspiración de otro tipo. Alan García estuvo en Zimbabwe, ha visitado a su amigo Gandhi, asumió una actitud francamente de apoyo a Nicaragua y a Ortega... Todos estos esfuerzos están destinados a conseguir que se haga en Lima la reunión de los No Alineados prevista para 1989.

No es un misterio que una de las aspiraciones más caras de Alan García consiste en presidir a los No Alineados. Como es sabido, el país sede de esas reuniones convierte automáticamente en presidente de los No Alineados al jefe del gobierno de ese país.

En consecuencia, una reelección de Alan García en la presidencia del Perú, para 1990, no es algo que apunte a la prosecución de un plan de obras o de una dirección revolucionaria (por otra parte inexistente), sino a satisfacer un condicionamiento para presidir a los No Alineados. Yo condeno en Alan García su inclinación a poner al Perú al servicio de su opción personal.

–La presidencia de los No Alineados se ejerce cada vez por tres años e invariablemente por un jefe de gobierno. Pero Alan García, si no es reelecto en 1990, no podrá satisfacer tales requisitos...

–Este es un problema que los No Alineados deben definir aún. Efectivamente, para seguir siendo presidente de los No Alineados es preciso mantenerse en la presidencia de un gobierno nacional.

–¿Supone, entonces, que Alan García intentará ser presidente del Perú en 1990?

–No. De intentarlo, se produciría una unificación en su contra aún más grande que la originada por la estatización de todo el sistema financiero.

Empero, acaso pudiera ocurrírsele a alguien que esté al pie de Alan García alguna fórmula de solución. Por ejemplo, que el Perú abandone su régimen presidencial por otro semiparlamentario. Así resultaría posible ser jefe de gobierno –que es lo exigido por los No Alineados– y no precisamente jefe del Estado. Claro que lo que digo es mera especulación.

–¿Considera que aquella unificación circunstancial a la que acaba de referirse tiene posibilidades de organizarse con vista a un futuro político y electoral?

–Empezará por decirle que el APRA ha entrado en un copamiento real de todos los mecanismos del poder. Y que ahora ha trascendido del dominio político al dominio financiero, con lo que se hace evidente que marcha en dirección al poder absoluto. Fue esto lo que originó aquella reacción de gran espontaneidad en todos los niveles.

Así las cosas, vemos que el sector independiente del electorado da ahora la espalda al APRA y no precisamente para mirar al marxismo-leninismo encarnado en la Izquierda Unida.

No carecen de cierta razón, entonces, quienes actualmente piensan en mi partido y en el partido del ex presidente Belaúnde Terry como en una futura unidad, y junto con ambos quizá también los independientes, agrupados no sabemos ahora por quién ni de qué manera.

Y digo que no carecen de razón quienes así piensan por cuanto la parcelación del espacio político que no es aprista ni comunista resulta insuficiente para que cualquiera de nuestros partidos pueda triunfar solo.

–¿Cuál es su concepción personal de esa hipotética unidad de partidos?

–Nuestra tesis es de aproximación gradual dentro de un frente electoral y de gobierno, donde primero veremos si coincidimos en conductas concretas frente a situaciones inmediatas y visibles.

Pausadamente deberíamos ver dónde se establece la conjunción de identidades y aproximaciones. Y sólo después habríamos de discutir acerca de los hombres. Pensamos en una política de ideas y planteamientos, no de liderazgos.

–Usted ha hecho referencia a la posibilidad de un agrupamiento del electorado independiente y yo he pensado en la vinculación que pudiera existir entre esa posibilidad y la figura de Vargas Llosa.

–Los independientes responden mucho a la voz de Vargas Llosa. Ahora bien: sea cual fuere el destino político de Mario, él mismo tendrá que decirlo.

Imagino que a su retorno de Europa volverá a tomarle el pulso a la situación. Por parte nuestra existe la más amplia apertura, en el entendimiento, reitero, de que ninguno de los sectores que ocupamos el espacio no aprista y no comunista, tiene por sí solo aptitud para absorber al sector independiente en su totalidad.

Lo único que ponemos como condicionamiento fundamental es, no ya la captura del poder ni el proceso electoral y el triunfo, sino saber y acordar qué haríamos juntos por el Perú y hacia adelante.

–¿Usted advierte que exista disparidad de criterios por parte de las Fuerzas Armadas y el Poder Ejecutivo acerca de la manera de llevar la lucha contra Sendero Luminoso?

–No exactamente. Lo que sí hay de parte del gobierno es recelo o cuidado de que una expansión terrorista determine la consecuente expansión de los territorios donde los militares deban ejercer, necesariamente, sus propias atribuciones, delegadas por cierto, pero al mismo tiempo casi absolutas como lo son siempre en las zonas declaradas en emergencia.

En los hechos, así se entraría en lo que podríamos llamar un paralelismo del poder formal, popular, legal, y del poder militar.

Ese es el fondo, la esencia, de una cierta dificultad para tratar los términos en que las Fuerzas Armadas puedan ir controlando la situación.

–¿Qué idea se ha formado usted acerca de ese carácter enigmático que, por lo general, se le asigna a Sendero Luminoso?

–El proceso del senderismo debe examinarse como un ensayo, a la manera de los movimientos del sudeste asiático (Pol-Pot, principalmente), en la columna vertebral de América, que son los Andes.

No estamos, entonces, frente a un caso folklórico, confinado al Perú y a una región peruana sino, quizá, ante un experimento de mucho más largo alcance referido a la intención de extenderse por las estribaciones andinas a varios países.

–Por último: la libertad de prensa es aquí libérrima. ¿Acierto o me equivoco?

–Ciertamente, el gobierno es respetuoso de esa libertad. Sólo utiliza los métodos clásicos, las medias palabras: "¿Quieres papel?, te doy licencia para importarlo. ¿Tienes tinta?, te demoro la tinta. ¿Lo repuestos?, te doy divisas, no te doy divisas. ¿El pago de tu deuda en el exterior por los encapsulados de TV?, te facilito, no te facilito; tienes que esperar, no tienes que esperar... Y ahora que tengo la banca en mi poder, ¿te desdoblo el pagaré, te doy plazo?. No te hago quitas pero te hago esperar. ¿Te hago hacer esperas más largas?...

© LA NACION

HR

120

PERU



# Alan García, ¿socialista del Siglo XIX?

Por Mario Pérez Colman

(Corresponsal de LA NACION en América latina)

**LIMA.– Francisco Pardo Mesones, propietario del Banco Mercantil y presidente de la Asociación de Bancos del Perú, es el hombre que más combativamente se opone a la estatización bancaria en su país.**

**Veintiocho noches consecutivas las pasó en su banco a la espera de que su empresa fuera, según sus palabras, "asaltada" por quienes habrían querido hacer cumplir la ley estatista a contrapelo de los amparos judiciales.**

**En diálogo exclusivo con LA NACION, entablado la noche misma en que se dictó sentencia favorable a la demanda de amparo de los banqueros, Pardo Mesones denunció que el presidente Alan García ha dado un giro de 180 grados hacia la izquierda en procura de recuperar su popularidad hoy alicaída.**

**Las siguientes son los pasajes principales de ese reportaje, donde también se habla de la posibilidad de una fusión de partidos opositores para enfrentar al APRA en las elecciones presidenciales de 1990.**

**–¿Qué pasó con la otrora buena relación entre el presidente y los banqueros del sector privado?**

–Nadie lo entiende. Fue una relación buena e iba mejorando. Había grandes deseos de invertir en el Perú. Pero, repentinamente, el presidente dio un viraje de 180 grados y se convirtió en un socialista del siglo XIX.

**–¿Hasta cuándo aquella relación mantuvo sus buenos términos?**

–Hasta un día antes del anuncio de las estatizaciones.

**–¿Un deseo repentino de "democratizar el crédito", según la expresión presidencial?**

–Cuando el Banco de Crédito transfiere sus acciones a todos sus empleados, el Gobierno desconoce esa transferencia global. O sea que rompe con los grupos de poder nada más que para estatizar y poner a toda la banca en manos del Gobierno.

**–¿Cuáles hechos o circunstancias habrían determinado el cambio de actitud de Alan García hacia personas como ustedes, que lo apoyaron materialmente durante la campaña proselitista? Porque los banqueros privados lo ayudaron, ¿verdad?**

–Sí. Definitivamente. Algunos de ellos, sí; otros, no.

**–¿*Usted lo ayudó*?**

–Sí. Siempre lo dije claramente.

**–¿Y en cuanto a los hechos presumibles de la actitud del presidente?**

## "No le gusta perder"

–Alan García no ha querido perder imagen popular de líder. Su propio candidato perdió la elección de presidente de la Cámara de Diputados. Luego, Alan debió reconocer que el programa económico se iba al suelo. Como se cayó en la Argentina y en el Brasil. A él no le gusta perder y en vez de rectificar errores prefirió saltar a un socialismo antiguo, retrógrado, que hoy no tiene cabida en el mundo.

**–¿Cómo es posible que hubiera, como usted ha dicho, grandes deseos de invertir, cuando el plan económico fallaba?**

–Porque la confianza en el Gobierno está por encima de los planes económicos. Y había confianza en el presidente García. El llegó al gobierno prometiendo determinadas cosas y acabó haciendo todo lo contrario. Estoy diciendo que estatizó la banca privada, que era solamente el 20 % de la banca del país, puesto que el 80 % ya estaba estatizado.

**–¿Acaso García había dado seguridades de que no estatizaría?**

–En 1984 le pregunté durante la conferencia anual de ejecutivos: "¿Usted va a estatizar la banca y las aseguradoras, sí o no?" Me contestó: "No. Hacerlo sería convertirme en un socialista del siglo XIX. O sea –dijo–, en un comunista". Son palabras textuales, registradas por el periodismo, grabadas.

**–¿Los banqueros privados no se opusieron a una política económica que estaba fracasando?**

–No se opusieron. Pero llamaron la atención acerca de que el programa heterodoxo, que se había hecho para el corto plazo, estaba alargándose demasiado y no se hacía el enganche económico.

**–¿Ha estado en contacto con el presidente tras la estatización?**

–No, de ninguna manera.

**–¿Cree que Alan García profundizará ese giro a la izquierda que usted observa en su accionar?**

Alan García (Archivo)

–Sí, así lo creo.

**–¿Por medio de qué medidas supone que hará esa profundización?**

–No lo sé exactamente. Pero se había de tomar las refinerías aceiteras. De tomar los molinos de la industria de la cerveza, de tomar las cervecerías mismas, de tomar la industria farmacéutica..., no sé qué pasará finalmente, pero algo va a pasar.

**–¿Es decir que usted no cree en las afirmaciones del primer ministro Larco C[illegible] acerca de que no habrá nuevas estatizaciones?**

–No, pues si el presidente mismo dijo que no habría estatizaciones e hizo todo al revés de lo que dijo, menos se le puede creer al primer ministro que, en el fondo, está bajo la autoridad total del presidente.

**–¿Considera que las estatizaciones están provocando, por reacción, un aglutinamiento de las fuerzas políticas opositoras?**

–Yo diría un aglutinamiento de los independientes que antes votaron por García. Pero queremos que se aglutinen alrededor de una persona, sino de principios. Y que las personas vayan rotando después.

Estamos hartos de los mismos candidatos, de los mismos presidentes. Queremos partidos consoli-



8711390

# del siglo XIX?

dados, no partidos que nacen alrededor de un líder y que mueren con él.

–¿Hay en sus referencias al modo como debería de aglutinarse el electorado independiente alguna alusión a la persona de Vargas Llosa?

–Me refiero a los movimientos latinoamericanos en general, que se forman apoyados en un líder.

–¿Qué importancia numérica le adjudica usted a los independientes en el Perú?

–Son el 60 % del electorado.

–¿Piensa usted en un partido político para aglutinar a ese sector de los que ya existen o en un partido que deberá formarse aún?

–Me refiero a una fusión de partidos que piensan más o menos como nosotros.

–¿Cuáles son esos partidos?

–El Popular Cristiano, Acción Popular, el movimiento del general Morales Bermúdez, Frenatraca...

–¿Qué es Frenatraca?

–Un frente con gran fuerza en el interior, donde revistan los hermanos Cáceres, gente de primera que ha atacado brillantemente a la estatización.

–¿Cuál es, ahora mismo, el estado de la pugna entre el gobierno y la banca privada?

–Hace muy poco el presidente aseguró que respetaría al Poder Judicial, pero las acciones de los jueces en favor de los banqueros no han sido totalmente respetadas. Nosotros, en cambio, las respetaremos así sean contrarias a nuestras pretensiones.

–¿A qué razones responde la confianza manifestada por los banqueros hacia el Poder Judicial peruano?

–Nuestro Poder Judicial es autónomo, no está politizado. Esperamos que las cosas se hagan de acuerdo con la conciencia de los jueces. La ley de estatización resulta tan claramente inconstitucional que no es posible que la justicia peruana la avale.

–¿Entonces usted no cree en las versiones según las cuales los jueces supremos son apristas?

–Hay jueces supremos que tienen –me imagino– inclinaciones apristas. Pero si fallaran en contra de sus conciencias quedaría demostrado que el presidente García tiene dominados a todos los poderes del país.

–¿Y usted no cree que los tenga bajo su dominio?

–Yo espero que no sea así.

–¿Qué harán los banqueros si nada resulta de acuerdo con sus esperanzas?

–Acataremos la ley y esperaremos las elecciones de 1990.

–¿Acaso no habían anunciado que recurrirían a tribunales internacionales?

–Por supuesto. Pero yo realmente dudo de que aquí vayan a respetarse instancias internacionales siendo que hay un claro enfrentamiento de nuestro gobierno con los países de Occidente en cuanto a la deuda externa y a una serie de cosas más.

–Si se han incumplido contratos y convenios no me cabe duda de que también se incumpliría una ley o una orden internacional de acatar un fallo contrario a los designios gubernamentales. Empero, igualmente deberemos hacer el esfuerzo.

–¿La estatización ha influido en la mala relación con los organismos internacionales de crédito?

–El país ya rompió con esos organismos. Una estatización únicamente crea mayor desconfianza y hace más difícil el restablecimiento de buenas relaciones con esos organismos.

–¿Acaso, y sin embargo, no pareciera que hay intenciones de acercamiento al Banco Mundial y al FMI?

–Bueno, pero eso es muy remoto, muy remoto. Son conversaciones en niveles muy bajos.

–¿Cuánto hace que tiene esa foto de Gandhi clavada en la puerta de su despacho?

–Pocos días. Simboliza nuestra resistencia pacífica y no está puesta sólo en mi despacho. Varios otros banqueros la tienen también.

–Yo diría que ésa no es la foto de Gandhi sino de Ben Kingsley, el actor que lo personificó en el cine.

–No, no. Es Gandhi, Gandhi.

–¿Sí?

–Así esperamos. Así me han dicho, al menos.

© LA NACION

02·02 8711390

Chapas SUBJ. 4751 (TUPAC AMARU)

120

# Breve ocupación de un pueblo en Perú

Lima (UP) — La policía y soldados en helicópteros buscaban un batallón de más de 100 insurgentes marxistas que sitiaron un pueblo selvático, en uno de los más espectaculares ataques rebeldes de los últimos años, informaron las autoridades.

Una declaración del gobierno señaló que los rebeldes izquierdistas mataron a un teniente de la policía e hirieron a por lo menos otras siete personas en el ataque ocurrido en Juanjui, 800 kilómetros al norte de Lima.

Los rebeldes acordonaron el pueblo antes del amanecer del viernes, incendiaron o dinamitaron tres comisarías, la oficina de correos, el tribunal, el centro de reclutamiento del Ejército y otras cinco oficinas públicas, informó el gobierno.

Informaciones extraoficiales dijeron que murieron hasta 12 personas y que insurgentes vestidos con uniformes color caqui del "Movimiento Revolucionario Tupac Amarú" habían secuestrado a varios agentes de policía y robaron armas automáticas de las estaciones policiales.

Juanjui está en la entrada norte al valle del Alto Huallaga, el área más productiva para el cultivo de la hoja de coca usada en la elaboración de cocaína.

Informaciones de prensa señalaron que el pueblo tiene 12.000 habitantes.

La breve ocupación de Juanjui confirmó la intención de la insurgencia de "Tupac Amarú" de lanzar ataques al estilo militar directos contra la policía en las áreas rurales del Perú.

PERU 8/11/89

Expresa

01·01

8711422

HR

ARCHIVAR EN: PERU (IRO)

TEMA: PERU: Medidas contra o Terrorismo.
INUR N: 383.3/10 Abr 87.

PROCEDENCIA: Enlace Brasileiro 24/III/87 Soc 666/87

ARCHIVADO EN: Enlace Brasileiro (135/A)

01·01 8711441

HV

ARCHIVAR EN: Peru (220)

TEMA: Parte Especial de Información (N-40/B/DE/87 (Adj material del Ejercito)

PROCEDENCIA: EME 24/11/87 Doc 1826/87

ARCHIVADO EN: P.E.I (084)

8711446

01·01

# Alán García y... lo que cuesta un Perú

Gabriel Adriasola

Nada es sencillo para los gobernantes latinoamericanos, pero mucho menos para Alán García, el joven líder aprista, que se ha propuesto, según sus propias palabras, "una revolución en democracia". Presidente de los dos Perú, el del llano y la sierra, el del blanco y el indio, el de las FFAA y el de Sendero Luminoso, tiene ante sí el desafío básico de nuestra era: conciliar la libertad civil con la búsqueda de la igualdad y el bienestar económicos. Ese desafío, en el campo de las relaciones internacionales, se materializó desde su anuncio en reducir el pago de la deuda externa a un monto fijo de las exportaciones y en la lucha contra la constante fuga de capitales que sufre el país. Precisamente para evitarla es que se tomó la decisión de impulsar la nacionalización del sistema financiero (bancos y casas de seguros) que aún permanecía en manos privadas. Los dos principales bancos del país, el de Crédito y el Wiese, están ya bajo control administrativo, pese a que el Presidente de la Asociación de Bancos, Francisco Pardo Mesones, había públicamente prometido resistir físicamente la estatización. No obstante, persistían problemas con el personal administrativo de las entidades y sobre todo con los accionistas de varias empresas, quienes el 25 de octubre se atrincheraron en un banco local esperando la inminente intervención gubernamental. Tan caótica crisis ha prácticamente vaciado las cajas bancarias pese a los feriados decretados por el gobierno. El 28 de octubre, cien ahorristas irrumpieron en el Banco de Crédito reclamando violentamente sus depósitos, y tras protestar casi diez minutos ante el mismo comité interventor en el segundo piso del banco, fueron desalojados por la fuerza pública. Por otra parte, una semana antes, los accionistas de dicho banco habían vendido en la Bolsa de Valores de Lima el 50,57 ofrece sus acciones a casi 5.000 trabajadores, lo que fue calificado por el gobierno como "una maniobra para obstaculizar la expropiación".

Los observadores económicos internacionales por su parte, temen que la puja entre el gobierno y los banqueros genere mayores corridas que las que se han producido hasta el momento, y algunos dudan de que la estructura financiera peruana pueda volver a estabilizarse. En efecto, si por falta de confianza en la banca estatal el ahorro se transforma en atesoramiento, los efectos negativos sobre los créditos para inversiones y las tasas de interés no se harían esperar. A su vez, la medida ha sido cuestionada políticamente desde la derecha señalándose que un monopolio estatal del crédito en detrimento de su libre asignación por el mercado podía desembocar en el totalitarismo, declaración que suscribieron las más importantes empresas periodísticas de Lima.

Mientras tanto, una de las más calificadas armas de esta puja lo es el Poder Judicial, al punto que la ejecución de la ley de estatización ha sido virtualmente frenada por la andanada de recursos de amparo que los banqueros han interpuesto. Incluso, los casi 5.000 trabajadores que adquirieron la mayoría del paquete accionario del Banco de Crédito fueron favorecidos por una resolución judicial que protege la compra de acciones. Lo cierto, al fin y al cabo, es que en este episodio se juega mucho más que la propiedad de algunos bancos: se juega el futuro del mercado de capitales peruanos y la capacidad del sistema político democrático para llevar adelante medidas de este tipo. Sin duda que, por ejemplo a Fidel Castro, le fue mucho más sencillo el proceso de nacionalización. La revolución triunfante crea un nuevo orden jurídico a medida que avanza; el gobernante electo se encuentra con uno ya hecho y vigente, al que sólo puede reformar con los medios que ese mismo orden jurídico prevee.

—oOo—

La revolución triunfante también generalmente inicia la construcción económica en sendas jornadas jacobinas, la oposición y la huelga se reprimen, y la disidencia es enemiga del nuevo orden. Pasó en Francia y en la URSS; no es bueno ni malo, no admite valoración ética; es la sociología de la revolución. Pero García —cuyo apoyo en el APRA tampoco es unánime— tiene ante sí la sociología de la democracia liberal. Así una ola de huelgas invade la administración pública y el descontento de la población por la escasez de bienes básicos es creciente. Es que el presidente peruano parece haber olvidado lo que hoy están comprendiendo los campeones de la estatización mundial: la economía tiene sus reglas, y ni el Estado ni Dios —que para algunos son lo mismo— pueden cambiarlas. La congelación de precios decretada el pasado año aún está generando escasez y la fijación administrativa de la tasa de cambio condujo a una renovada dolarización de la economía. Por otra parte no hay policía alguna que pueda con el mecanismo del mercado cambiario y financiero, de lo cual da cuenta la amarga experiencia argentina. Si hay algo que la ciencia económica no admite es el voluntarismo, y el APRA ha transitado por todas las variantes de esa tendencia.

Pero esa sociología de la democracia liberal en la que debe sobrevivir el líder aprista no es tampoco la de una sociedad étnicamente homogénea. El indio peruano ha sido sometido a una atávica violencia, y por ahí debe buscarse alguna explicación al fenómeno Sendero Luminoso. En una conmixtión maoista-indigenista este grupo guerrillero ha pretendido romper con todo lo que el hombre blanco, encarnación de la burguesía, representa. Así, voceros de Sendero han dicho: "No se acumulan fuerzas en un país semifeudal como el Perú participando en procesos electorales ni utilizando la legalidad burguesa ... la guerra popular avanza hacia las ciudades, la guerra popular es una guerra campesina o no es nada. A su vez, en las zonas de Ayacucho que el grupo controla se ha prohibido la agricultura comercial como forma de hambrear a las ciudades, dedicándose sólo a la explotación de subsistencia familiar. Incluso se han resucitado viejas leyes indígenas, sobre todo en materia penal, donde el castigo más común son los azotes en la plaza pública. Debe resaltarse además, que a diferencia de la guerrilla del 65, los integrantes de Sendero no son intelectuales citadinos impresionados por la miseria ancestral del indio andino. Su lengua es también el quéchua, su piel es también cobriza y su odio por el hombre blanco lo traen también desde la cuna.

—oOo—

Los analistas políticos coinciden en señalar que la lucha de Sendero es un sueño imposible por el que van dejando un río de sangre. En efecto, la América indígena murió hace más de cuatro siglos, y reviviría en un Estado barnizado de marxismo no parece ser el camino de la historia. Algún sociólogo ha señalado que ante la sociedad blanco—criolla el indio tiene dos opciones, integrarse o perecer, nunca triunfar. Están condenados a vivir con su ancestral explotador, amo y señor del continente, y la victoria étnica, en una suerte de "reconquista inkaica", no es más que una utopía. En este sentido la solución ética y humana parece pasar por un "arreglo étnico" que asegure la convivencia y la integración en un marco jurídico de respeto y autonomía. Salvando las distancias, un arreglo del tipo que llevaron a cabo católicos y anglicanos en la revolución inglesa de 1688. Este camino parece estar siguiendo Nicaragua concediendo el estatuto de Región Autónoma a la que ocupan los indios Miskitos; algo similar pretendió hacer García al asumir el poder, pero Sendero rechazó todo tipo de conversaciones en base a una máxima que, al menos consuetudinariamente, ha acuñado el grupo: "salvo el poder, todo es ilusión".

—oOo—

Cercado por la derecha y por la ultra-izquierda Alán García no quiere navegar a la deriva. Hasta ahora sus victorias no han sido pocas. Mal o bien ha tratado de contener la inflación y si bien a la violencia la ha respondido con violencia, lo ha hecho siempre dentro del marco de la ley, castigando los excesos cometidos por las FFAA en la represión. La masacre de la isla penal "El Frontón" aparejó condenas de más de veinte años para varios oficiales.

Aún con altibajos, la constitución y la ley han tratado de ser respetadas, y ello es bastante más de lo que muchos gobernantes merecen que se diga de ellos.

01-01

B

120

CLARIN ★ Buenos Aires, jueves 1° de octubre de 1987

CONVIRTIERON LAS OFICINAS EN "BUNKERS"

# Los banqueros resisten la ley de estatización en Perú

LIMA, 30 (AFP y Reuter) – Los banqueros peruanos se atrincheraron en sus oficinas y las convirtieron en especies de fortalezas para resistir a la nacionalización de sus empresas dispuesta por el presidente Alan García, según reiteraron hoy en Lima.

"Nosotros no vamos a salir de aquí voluntariamente. Nos sacarán cargados, esposados, a golpes, pero nosotros vamos a resistir", dijo Francisco Pardo Mesones, presidente de la Asociación de Bancos y del Banco Mercantil.

Luego que las cámaras legislativas aprobaron ayer, martes, el proyecto presidencial que convertirá en estatales a 10 bancos privados, 17 aseguradoras y 6 financieras, la reacción de los banqueros se considera en medios políticos como la más seria entre las surgidas en la oposición, entre los empresarios y en la prensa.

Los banqueros y los ejecutivos desde hace tres días duermen en sus oficinas y reforzaron con nuevo personal de seguridad la protección de los locales, se indicó.

Aun sin anuncio oficial de la fecha en que el jefe del Estado promulgará la ley [illegible] gubernamentales dijo que García está [illegible] ante el problema que plantea la resistencia de los banqueros y la posibilidad de [illegible] un lapso hasta de 2 a 3 días para la intervención estatal de las empresas afectadas.

Pardo Mesones explicó que no considera un desacato la actitud de los banqueros contra la ley aprobada por el Parlamento porque hasta cuatro tribunales de justicia acogieron recursos de amparo para proteger sus derechos contra alegadas "inconstitucionales" de la estatización.

"En todo caso, el gobierno estaría desacatando el fallo judicial si es que interviene los bancos" añadió.

Ante esta situación el fiscal de la nación, Hugo Denegri, expidió un comunicado oficial advirtiendo que "la ley buena o mala, debe cumplirse" y que "la doctrina extraña y absurda que incita a su desconocimiento es ajena al régimen democrático y amerita medios legales, tanto preventivos como represivos".

El fiscal dijo que la "ley se cumple mientras no sea derogada", y afirmó en otro párrafo, "Aunque una ley sea manifiestamente, radicalmente inconstitucional, buena o mala, se cumple sin que los gobernados tengan otro derecho que someterse y obedecer". "El pueblo no tiene más amparo que el derecho, y el derecho no admite términos medios" añadió.

Quince gremios empresariales agrupados en la Confiep (Confederación de Instituciones Empresariales del Perú) pidieron hoy al presidente García reflexionar y no promulgar la ley.

"Su naturaleza anticonstitucional dará lugar no solo a que se acreciente la división entre peruanos, sino que además se creará inevitablemente por el inevitable conflicto entre el Poder Ejecutivo y el Poder Judicial" argumentó el [illegible] publicado en diarios de Lima.

ARCHIVAR EN: Peru (120)

TEMA: Parte Especial de Información No. 04/abr./77 (Adq. material del Ejército)

PROCEDENCIA: EME 30/11/77 Doc. 2773/77

ARCHIVADO EN:

P.E.I (084)

01-01

8711552

ARCHIVAR EN: PERU (120)

TEMA: Parte Especial de Información Nº 046/3/Dic/987 (Actividad ... del ...)

PROCEDENCIA: EMGE 7/12/D Doc. 0003/87

ARCHIVADO EN: P.E.I (084)

01-01

8711713

PERU

## LOS BANQUEROS PERUANOS SIGUEN RESISTIENDO LA ESTATIZACION

# Intervienen financieras privadas

LIMA, 13 (AP, EFE, Reuter y UPI). — El gobierno peruano prohibió hoy las ventas de acciones de bancos, financieras y compañías de seguros y decretó feriado para tres instituciones bancarias, a raíz de lo que consideró una "burda maniobra" de los empresarios para oponerse a la estatización.

El correspondiente decreto del Ministerio de Economía fue promulgado en respuesta a la venta del paquete mayoritario (50,9 %) de acciones del Banco de Crédito —el mayor del país— a sus trabajadores, lo que fue calificado como "una burla al país" por las autoridades gubernamentales.

En un hecho sin precedentes, 4.397 empleados compraron ayer alrededor de 30 millones de dólares más de 330.000.000 de acciones y se convirtieron en los mayores propietarios de la institución, pero el Ministerio de Economía señaló que se trata de "una venta simulada" realizada "para crear confusión legal y permitir a los propietarios de bancos obtener un buen precio para sus acciones utilizando el dinero de sus ahorristas".

Durante las primeras horas de la mañana la policía impidió que los empleados de la Bolsa de Valores, del Banco de Crédito, del Banco Wiese y la Financiera de Crédito ingresaran a sus oficinas, pero después de algunos forcejeos algunos lograron entrar. Además, otros empleados habían pasado la noche en esos edificios.

Los trabajadores del Banco de Crédito adquirieron las acciones a través de un préstamo concedido por la Financiera de Crédito, que es propiedad de la misma institución bancaria.

"Ante esta burda maniobra, que es una burla al país, el gobierno llevará adelante la expropiación, sin perjuicio de las acciones penales correspondientes a la voluntad dolosa", señaló el decreto oficial.

Los funcionarios del gobierno de Alan García indicaron que los créditos concedidos a los empleados "no tienen garantías", y además que la transacción se realizó después de que entrara en vigor la ley de expropiación de los bancos, cuya aplicación abarca a 38 instituciones financieras y compañías de seguros.

Los banqueros, que desde el 28 de setiembre pasado pernoctan en sus oficinas, aseguran que el gobierno no puede tomar sus empresas hasta que el Poder Judicial no se pronuncie sobre las 16 demandas presentadas contra la ley de estatización, a la que consideran anticonstitucional.

### ♦ Enfrentamiento

A los problemas político-económicos la sociedad peruana debe agregar los ocasionados por las bandas guerrilleras y narcotraficantes.

El viceministro del Interior, Agustín Mantilla Campos, indicó que el sábado fueron abatidos 34 narcotraficantes y guerrilleros izquierdistas en un choque con fuerzas policiales en la zona de Alto Huallaga, unos 500 kilómetros al nordeste de Lima.

Otros 21 narcotraficantes, once de ellos heridos de bala, fueron capturados, agregó el funcionario. Esa región selvática es uno de los principales escenarios del tráfico de drogas en el país. De acuerdo con la información oficial, las fuerzas policiales habían acudido al lugar a causa de un previo choque entre dos bandas que se disputaban el control del área.

01·01

87 11757

# Lima: chocan trabajadores y empresarios de los bancos

LIMA, 14. (UPI, AP y Reuter).— Delegados del gobierno peruano asumieron hoy el control de los dos principales bancos del país y de una importante empresa financiera, con el apoyo de policías antimotines que actuaron ante la resistencia de los banqueros a permitir el acceso de los administradores y a cumplir con el feriado dispuesto ayer por el presidente Alan García.

La zona en la que se encuentran las sedes centrales del Banco de Crédito, del Banco Wiese y de la empresa Financiera de Crédito había sido acordonada desde la mañana por centenares de efectivos policiales, de acuerdo con lo dispuesto por el gobierno para hacer cumplir la ley de nacionalización sancionada a comienzos de esta semana por el presidente García, tras su aprobación por parte del Congreso peruano.

La policía impidió el ingreso de clientes a los bancos y lanzó bombas lacrimógenas para dispersar concentraciones frente a los locales financieros.

Frente a la negativa de los propietarios de los bancos, que permanecían en el interior de los edificios, a abrir las puertas a los delegados gubernamentales, la policía dispuso el avance de una tanqueta que derribó una de las puertas laterales del Banco de Crédito. En su interior se encontraban atrincherados directivos y empleados de la entidad, que fueron desalojados por los agentes antimotines.

Al mismo tiempo, unos 200 policías apoyaron el ingreso de los delegados en la oficina principal del Banco Wiese.

Un decreto del Ministerio de Economía había suspendido las operaciones de los bancos de Crédito y Wiese, pero los propietarios se negaron a cumplir con el feriado apoyándose en una disposición judicial

El gobierno dispuso también el cierre por 48 horas de la Bolsa de Valores de Lima, para evitar la venta de acciones de empresas bancarias, luego de que ayer se anunció la venta del 50,9 por ciento de las acciones del Banco de Crédito a su personal.

Ayer, el juez civil Jaime Morán revocó el feriado bancario dispuesto por el gobierno para las tres empresas que hoy fueron puestas bajo con-

CLARIN ★ Buenos Aires, jueves 15 de octubre de 1987

trol estatal. Morán describió como un "atropello" el feriado bancario, y las tres empresas abrieron sus puertas ayer por la tarde. Acompañados por Morán, los directivos de los bancos se enfrentaron a empellones con la policía que custodiaba la sede bancaria y exigieron el retiro de los efectivos, que flexibilizaron el cerco para reforzarlo nuevamente hoy

Grupos de empleados del Banco de Crédito manifestaron hoy frente al local principal de la entidad, en protesta por el intento del gobierno de asumir el control de la empresa de la que han adquirido ahora el paquete mayoritario de acciones. Pero el gobierno sostiene que la venta no es más que "una burda maniobra" de los empresarios que intentan impedir la estatización.

Agencia AFP

Trabajadores bancarios contrarios a la estatización, fueron dispersados por la policía con gases lacrimógenos.

PERU 120

8711829

01·01

Belaúnde Terry (Archivo)

**Belaúnde Terry estimó posible un desplazamiento de Alan García; el ex general Cisneros no descartó su participación en una eventual conspiración; se dispuso hoy la expropiación de cinco bancos con el rechazo de los propietarios**

# Cunde el temor por un golpe de Estado en el Perú

LONGVIEW, 20 (AP).– La nacionalización de los bancos hizo surgir el temor a un golpe, dijo el ex presidente Fernando Belaúnde Terry en una visita a esta localidad.

La nacionalización de diez bancos y de otras 28 instituciones financieras fue una iniciativa del presidente Alan García Pérez aprobada este mes por el Congreso, en el que su partido, el APRA, tiene mayoría.

Belaúnde, que fue presidente entre 1963 y 1968 y entre 1980 y 1985, pertenece a Acción Popular, ahora en la oposición. En su calidad de ex mandatario es senador vitalicio.

Dijo, incluso, que la posibilidad de un golpe es abiertamente analizada en el Congreso.

**Opina un ex general**

LIMA, 20 (ANSA).– El controvertido ex general Luis Cisneros Vizquerra no descartó su participación personal en una eventual conspiración para fomentar un golpe de estado contra el gobierno del presidente Alan García Pérez.

Cisneros dijo que "a lo mejor sí" contribuiría en un intento por desplazar del poder al presidente García, a quien fustigó duramente por las medidas aplicadas durante su gestión.

Cisneros, de cuestionada participación durante el pasado régimen militar, ha sido duramente criticado por sus sistemáticas declaraciones políticas que le han creado fama de golpista

(Continúa en la página 3, Col. 5)



8711843

# Perú: temen un golpe

(Continuación de la página 1, Col. 6)

y en declaraciones a La República, que ha calificó de "explosiva". Cisneros sostiene que se ha producido una fuerte deserción de apoyo popular al presidente.

"Esa deserción es una de las razones para el golpe. El puntillazo final lo pone la fuerza armada", señaló.

Cisneros insistió en que "en algún momento las fuerzas armadas tendrán que hacerlo. No sé cuando ni quién. Obligadamente en algún momento la fuerza tiene que intervenir".

### Cinco bancos

LIMA, 20 (UPI).– El gobierno dispuso hoy la expropiación de cinco bancos en aplicación de la controvertida ley de estatización de la banca privada, pero los propietarios rechazaron la medida.

Se espera que, en breve, delegados del gobierno intenten asumir el control del Banco Mercantil, Banco de Lima, Banco Latino, Banco de Desarrollo de la Construcción y Banco Financiero.

El presidente del Banco Mercantil y de la Asociación de Bancos, Francisco Pardo Mendoza, quien duerme desde hace 22 noches en su oficina para resistir cualquier intento del gobierno de asumir el control de su empresa, señaló que no la abandonará voluntariamente.

Sostuvo en las primeras horas de la mañana una prolongada reunión con el directorio del Banco Mercantil en la sede principal de la empresa, en el barrio de San Isidro.

### Detención y amenaza

LIMA, 20 (DPA).– El secretario general de la Confederación Intersindical de Trabajadores Estatales en permanente conflicto con el gobierno con dos miembros de la comisión directiva y nueve empleados públicos fueron detenidos, se informó hoy.

Primero fue detenido el secretario general César Pacalacona y los demás lo fueron cuando exigían su libertad.

La Confederación amenazó con realizar un paro nacional de 48 horas si los dirigentes y activistas no son liberados de inmediato.

### Asesinato de policías

LIMA, 20 (DPA).– Extremistas que se cree pertenecían a Sendero Luminoso asesinaron a tres policías en las últimas 24 horas.

Sucesivamente fue muerto un agente y dos desaparecidos dos en el puesto de Sachor, en la Amazonia. Otro falleció durante un enfrentamiento en la selvática localidad de Aucayacu y un tercero fue asesinado en la calle por dos sujetos que le dispararon a quemarropa en Huanta (Ayacucho).



8711843

Notas

PERU

# Alan García tiende a ser víctima de sus propios ataques

LIMA (Newsweek) – Alan García solía ser el "niño maravilla" de la política sudamericana. Sin embargo, el presidente del Perú, de 38 años, ha demostrado últimamente una alarmante tendencia a convertirse en la víctima de sus propios ataques.

La serie de perjuicios autoprovocados comenzó a fines de julio pasado cuando García inesperadamente anunció planes para nacionalizar diez bancos privados peruanos y una veintena de compañías de seguros y casas de cambio.

La decisión presidencial desencadenó críticas del sector empresario, reflexiones de economistas que ponían en duda la medida, mordaces comentarios en la prensa y levantó una ola de protestas por parte de los sectores políticos conservadores.

Aun cuando la desaprobación fue casi unánime, el arrogante García mantuvo en firme su propósito. Y en el curso de los acontecimientos tal vez se haya descalificado políticamente, echando a perder los dos años restantes de su gestión.

Fue una acometida rápida y difícil. Inmediatamente después de ganar las elecciones de 1985, García no podía equivocarse. En su discurso inaugural mereció el consentimiento popular, al imponer estrictos límites a la cantidad que el Perú desembolsaría para pagar su deuda externa de 14.000 millones de dólares.

## Austeridad y desaciertos

García impresionó a industriales y banqueros al imponer medidas de austeridad que contuvieron la inflación y promovieron el crecimiento económico.

Pero este año el presidente pareció cometer desaciertos. Los obreros organizaron una huelga general con un alto índice de acatamiento, en mayo pasado, lo cual desgastó la posición de centro-izquierda de García en la Alianza Popular Revolucionaria Americana (APRA). La economía peruana se paralizó, los inversores se volvieron temerosos y la popularidad del presidente cedió.

Alan García aparentemente consideró que necesitaba un impulso y apuntó a nacionalizar los bancos. Calificó al programa como una solución para la crisis de los capitales peruanos, que en el último año despojó al país de más de mil millones de dólares en fondos privados, pero su verdadera intención fue política. Con un anuncio como ése, García esperaba reafirmar su poder dentro del APRA, hacer ver al sector empresario quién gobernaba realmente el país y promover su investidura pública.

En cambio García oyó un coro de denuncias. "Fue una medida irresponsable, improvisada y negativa", afirmó Francisco Sagasti, uno de los críticos más moderados del presidente. Sagasti es un economista peruano que muy pronto asumirá como jefe de planificación estratégica del Banco Mundial.

## Dirigismo corrupto

"Francamente, no veo por ninguna parte cuál puede ser el beneficio." Traspasar los bancos al dirigismo estatal, notoriamente corrupto e ineficiente, evidentemente no solucionará ni va a contener el drenaje de capitales".

La nacionalización también pareció confirmar los mayores temores de la derecha peruana, que desde hace mucho pronosticaba que las medidas económicas –a veces extremistas– de García provocarían controversias.

A pesar de la oposición generalizada, Alan García siguió adelante tercamente con la expropiación de los bancos. Recurrió al Congreso en busca de ayuda, a la vez que pidió a la mayoría de la APRA que legalizara la medida al promulgar una ley de expropiaciones. Los sectores moderados de la Alianza Popular Revolucionaria Americana, preocupados por la posibilidad de que se les pidiera que aprobaran lo que muchos consideran un desatino por parte de García, vacilaron respecto de las reformas durante más de cuatro semanas.

Finalmente, los legisladores aprobaron el paquete de medidas, pero García todavía afronta algunos problemas. Los bancos obtuvieron recursos judiciales para bloquear la expropiación y requieren una compensación adecuada para sus accionistas, que el Gobierno no está en condiciones de pagar.

## Amenaza

Mientras tanto, la incertidumbre que cunde desde julio pasado res-



8711926

# a ser la víctima de sus propios ataques

**Por Jacob Young (*)**

pecto del futuro de los bancos provocó una suerte de pánico y con él el drenaje de 100 millones de dólares de las reservas, según Juan F. Raffo, funcionario ejecutivo del Banco de Crédito, la principal entidad de préstamo del Perú.

El capital de riesgo virtualmente ha desaparecido y los nuevos proyectos industriales quedaron paralizados.

"Los empresarios siguen siendo empresarios -señaló Raffo- y continúan respondiendo a la demanda en el corto plazo. Pero nadie va a invertir nuevos capitales de riesgo en un momento en que el sector privado está amenazado."

En parte, el problema de Alan García responde a su naturaleza impulsiva, que a veces vulnera su habitualmente agudo instinto político.

Y como sus colegas Raúl Alfonsín, de la Argentina, José Sarney, del Brasil, y Julio Sanguinetti, del Uruguay, García está descubriendo que la luna de miel del electorado con las democracias recobradas de América del Sur está llegando a su fin. Los cuatro gobiernos no han logrado deshacerse de la carga de sus respectivas deudas externas. También se esforzaron sin demasiado éxito por detener la caída del nivel de vida de la población.

Como en la Argentina y en el Brasil, el fin del congelamiento de precios y salarios impuesto por el gobierno del Perú ha generado mayor inflación, con un índice anual que oscila en el ciento por ciento.

**Metal político precioso**

El inti, la nueva moneda peruana que García introdujo en 1985, cede posiciones frente al dólar. Hace nueve meses un dólar valía 17,5 intis. Hoy vale 87.

Y como lo ha hecho durante s años, la guerrilla maoísta de dero Luminoso sigue recluta efectivos entre los 11 millones d bres que tiene el Perú.

Al elegir el camino de la conf tación con los bancos, García desperdiciando un metal pol precioso, precisamente todo lo trario de sus intenciones. Recup ese terreno perdido -y mantenc marcha al Perú- no será par nada fácil. (c) LA NACION

(Traducción de Luis H. Pres

(*) Con la colaboración de Alma Gu Moprieto



87119261

HB

PERÚ

120

# Reitera Alan García errores económicos

*Lima (UPI) — El presidente Alan García se reunió ayer con su gabinete para dejar listo el programa que el primer ministro, Guillermo Larco Cox, impondrá en los próximos meses y que será anunciado hoy en el Congreso, dijeron fuentes gubernamentales.*

*Las fuentes indicaron que durante la reunión del Consejo de Ministros realizada en el Palacio de Gobierno, en la que participó por primera vez el nuevo ministro de Industrias, Alberto Vera La Rosa, se analizaron los diversos aspectos que se incluirán en el mensaje de Larco Cox.*

*El mensaje había sido postergado debido a la controversia desatada por un proyecto de ley para estatizar la banca privada, que se espera sea promulgada en breve por García.*

*Tras el mensaje, el Congreso, dominado por el gobernante Partido Aprista Peruano, realizará un debate sobre los puntos expuestos por Larco Cox.*

*Las fuentes estimaron que el mensaje de Larco Cox incluirá el anuncio de una nueva política para paliar los ataques de los grupos insurgentes, aumentos de sueldos y salarios, y una nueva política de negociación con los acreedores de la deuda externa peruana de 14.700 millones de dólares.*

*Larco Cox, un ingeniero civil de 61 años de edad, asumió el cargo el 29 de junio*

*Alan García*

*tras la renuncia de Luis Alva Castro por discrepancias con García en el manejo económico.*

*Analistas políticos estiman que Larco Cox anunciará también medidas para paliar el creciente déficit fiscal, que se calcula bordeará 10 por ciento del producto interno bruto a fin de 1987.*

*Desde su asunción al cargo, Larco Cox inició una política de diálogo con los acreedores, que permitieron que Perú suscribiera dos acuerdos para el pago en especies con el First Interstate Bank of California y el Middle Bank, de Inglaterra.*

*Además, funcionarios peruanos comenzaron un diálogo con el Banco Mundial en Washington.*

*El mensaje de Larco Cox ocurre en momentos en que el gobierno enfrenta una dura batalla legal con los propietarios de 33 bancos, empresas financieras y de seguros por la Ley de Estatización de esas instituciones.*

01·01

8711952

HB

Cierre el sendero luminoso

120

CLARIN ★ Buenos Aires, martes 24 de noviembre de 1987

# Detienen en Perú a un comando de terroristas

LIMA, 23 (AFP y Reuter). — Un comando de 15 terroristas de Sendero Luminoso que atacó la semana pasada la planta automotriz Nissan del Japón y perpetró varios asesinatos con atentados, fue capturado y desmantelado, anunció hoy en Lima la policía.

El autodenominado Destacamento de la zona oeste, como la guerrilla maoísta denomina su centro de operaciones en el vecino puerto de El Callao, había perdido a seis de sus comandos en un choque con la policía tras el atentado del 19 de noviembre contra la ensambladora.

La brigada antiterrorista identificó como cabecilla del grupo a Felipe Ordóñez Córdova, un estudiante de ciencias sociales de la Universidad Nacional de San Marcos.

Sostuvo que este grupo, además, había asesinado este año a cinco policías, al dirigente aprista Nelson Peso y al prominente funcionario estatal Rodrigo Franco Fonca.

Los quince sediciosos —diez hombres y cinco mujeres— fueron mostrados en una conferencia de prensa en la que el ministro del Interior, José Barsalle, sostuvo que con su captura se había asestado un duro golpe a la guerrilla.

Además de atacar la Nissan, los senderistas causaron un apagón en Lima y atentaron contra la embajada de los Estados Unidos en esta capital, el Ministerio de Justicia, el hotel Riviera, una sucursal del Citibank, siete sedes del gobernante Partido Aprista y dos oficinas gubernamentales, según el informe oficial.

### ♦ Otro ataque

Guerrilleros maoístas asesinaron a balazos a un profesor tras acusarlo de entorpecer la labor proselitista de Sendero Luminoso en la juventud de la provincia de Ayacucho, al suroeste peruano, dijeron hoy aquí fuentes policiales.

Estas, basándose en declaraciones de testigos, dijeron que un grupo de insurgentes llegó ayer a la localidad de San Francisco, parte alta de Ayacucho, y luego de ubicar al profesor y militante del partido oficialista, José Amadeo Berna, le dieron muerte a balazos.

Ayacucho, 576 kilómetros al sudeste de Lima, es cuna de Sendero Luminoso, que inició la lucha armada en 1980 y ha provocado miles de víctimas fatales.

# Para un ojo clínico nadie quiere un golpe en el Perú

Por Mario Pérez Colman

(Corresponsal de LA NACION en América latina)

LIMA.— "No hay persona, partido político, grupo comercial o industrial, sociedad secreta, club vecinal, nadie ni nada en definitiva, que hoy tenga la ocurrencia de un golpe de estado en el Perú", opina un renombrado analista de la política interna.

Lo dice tan seguro, es tanta la fama de su "ojo clínico", que fiados en ese espíritu de contradicción que rige al mundo. Los oídos que lo escuchan creen sentir, inmediatamente, ruido de orugas de acero sobre el pavimento.

Pero el analista tiene, sin duda, razón. Sólo que eso de "nada ni nadie"... ¿Y las declaraciones del general Cisneros, hace quince días?.

El analista político contesta esa pregunta con otra: "¿Adónde se ha visto un cura que no hable del pecado?"

• • •

En medio de tanta bala verbal que en estos días se dispara contra la cabeza expuesta del presidente, alguna que otra va al aire.

El doctor Alfredo Quispe Correa, catedrático de derecho constitucional, acaba de manifestar públicamente: "Presiento que la autonomía del Poder Judicial se ha convertido en algo precario y pienso que podría perderse la confianza de la opinión pública".

Los que tiran a matar compararon al doctor Quispe y sus rodeos conceptuales con el inglés que, tan humeante en mano y lágrimas en los ojos, balbucea: "Supongo que el té puede haberme quemado la lengua".

Sobre el caso del juez que dio la razón a los banqueros en el asunto de la estatización y fue destituido de su cargo y reemplazado por otro que prefirió atender las razones del estado. El doctor Quispe también dijo, con ese estilo finteador: "ha dejado la impresión de que el Poder Ejecutivo tendría mucha influencia en el Poder Judicial y que sería capaz hasta de cambiar un juez".

• • •

El senador Enrique Chirinos Soto, que era aprista y ahora es independiente, ha declarado escépticamente: "En el caso de la reelección presidencial, los desmentidos oficiales son tan rotundos que debo suponer que no debemos pecar de ingenuos creyendo en las palabras del Gobierno".

Fe del senador Chirinos en el espíritu de contradicción del mundo, pero más que eso una alusión al presidente, que recientemente dijo que no pueden, los ciudadanos, "creer a pie juntillas en las promesas de los políticos".

Los banqueros que luchan contra la estatización de sus bancos, fueron los primeros en admitir que hubiese sido prudente pensar como el mandatario, cuando en 1984 éste les prometió que no haría las estatizaciones que ahora hace.

• • •

Otro político conspicuo, el jefe del Partido Popular Cristiano, doctor Luis bedoya reyes, formula una observación de lo que parece evidente. "Alan García ha perdido credibilidad", saca una conclusión aritmética. "esto no hace sino traducir, muy específicamente, una pérdida de popularidad", y ofrece una interpretación entre florida y espinosa: "Yo no creo que el doctor García sea un presidente que se propone permanentemente mentir; pero veo que cede con facilidad al halago del auditorio que tiene frente a él.

"Yo diría que cede a la tentación de hablarle a cada auditorio, conforme a lo que ese auditorio quiere escuchar. Entonces, cuando se encuentra frente a un grupo laboral habla. Y ellos, en fin, de repente lo sienten suyo. Pero antes había estado hablando con un grupo de banqueros y los había enamorado igual, con el lenguaje grato para ellos.

"¿Cuándo dice la verdad el presidente? Bueno, yo creo que no miente: simplemente se adecúa a las circunstancias.

Hay en el doctor García una capacidad mimética frente al ambiente, en cuya virtud un hombre rico en ideas solamente expone aquellas que son gratas al ambiente en que está.

"El presidente ha caído prisionero de su propio mimetismo. Lógicamente, ya a los dos años de gobierno no puede seguir siendo encantador de concentraciones chicas o grandes, porque llegó el momento de ofrecer realizaciones y éstas, sí, no se ven".

La Nación 16/11/83

8712082

01-01

220

(PERU)

LA NACION — Exterior, Página

6/11/87

# La incierta popularidad del presidente García

Por Mario Pérez Colman

(Corresponsal de LA NACION en América latina)

LIMA.– "Cuerpo de Baco, cómo tiran", diría algún personaje salgariano si pudiera ver la cantidad y el calibre de la artillería disparada contra el presidente del Perú por una oposición que parece crecer en todas partes. Hasta en la misma APRA.

En los círculos donde jamás ha sido posible llenar un dedal con la simpatía que se le profesa al joven mandatario existe el convencimiento de que a éste se le está escapando, irremediablemente y a grandes borbotones, la popularidad de otrora por sus numerosas y recientes heridas políticas.

Créase o no en las encuestas, pero una de gran prestigio en este país indica que entre agosto de 1985 y septiembre último decreció de 35,9% a 5% la cantidad de personas que califican de "muy buena" la gestión de Alan García, en tanto que la cantidad de aquellas que la consideran "mala" creció de 0,6% a 11,5%.

Es probable que el presidente no esté ahora tan seguro de sí, como otras veces, los aires políticos de Lima le han estado resultando igual que los atmosféricos, es decir, difícilmente respirables con placer y en consecuencia arrecian las giras presidenciales por el interior donde el doctor García toma contacto con una forma de vida más inocente, donde abrevia su oratoria en la resonancia de los grandes espacios y donde, en ocasiones, canta para la gente. Los diarios, los de mayor gusto por la anécdota sentimental titulan entonces que el presidente cantó por allí y por allá.

Mientras, otros titulares y muchos centímetros diarios de crónica y de nota de opinión se dedican a la apenas solapada lucha entre los poderes Ejecutivo y Judicial, entablada por el caso de los banqueros que se resisten a la estatización de sus bancos.

Alan García (Archivo)

## Finanzas personales

También se pone en negro sobre blanco la negra duda acerca del grado de blancura que puedan tener las finanzas personales del presidente, que habrían permitido la compra de unos cuantos y costosos inmuebles.

Diarios, revistas y personas exigen razones claras sobre el destino de nueve mil dólares que Alan García habría recibido de la FAO en pago por una conferencia que pronunció en Roma a título de presidente del Perú.

También resulta igualmente embarazoso que opositores y críticos hayan diagnosticado que el doctor García adolece de una falta de credibilidad enorme.

La tradicional revista Caretas exhibe en la portada de su último número una foto del rostro del mandatario con una nariz trucada capaz de curarle el complejo a Cyrano. Y en su hoja diaria Sofocleto llama a García "mentiroso compulsivo" y afirma con letras mayúsculas que "nada de lo que diga Caballo Loco es cierto". Estos son dos ejemplos entre otros muchos.

El recurso empleado para impedir desde el Poder Ejecutivo que el poderoso Banco de Crédito difundiera entre su personal el paquete accionario antes de caer estatizado, también ha echado una sombra de duda sobre el espíritu que el presidente pudiera compartir con el legendario héroe de Sherwood.

Por las suyas, los banqueros recuerdan airados que García, siendo candidato, aseguró que no estatizaría bancos ni aseguradoras. A él se le atribuye ahora (con pelos y señales que certificarían bien la autenticidad de la atribución) haber comentado el desengaño de los banqueros con un filosófico: "En política no se puede ser ingenuo".

## Reelección presidencial

Si como a todas luces parece, las acciones populares del presidente cotizan peligrosamente bajo en este momento. Causa extrañeza que sea precisamente ahora cuando empieza a ventilarse de nuevo la cuestión de la reelección presidencial.

Ciertamente hay apariencias de que se ventila para demostrar que no se la pretende. Pero, dicen los innumerables escépticos, "¿quién puede confiar en que lo que se dice es exactamente lo mismo que se piensa o que se intenta?".

Por otra parte, regular o pésima la ocasión política presente, debe ser ésta forzosamente la que sirva para plantear el tema de la reelección presidencial. Si García pretende ser reelegido en 1990 deberá conseguir una enmienda constitucional y, quizá, hasta conferirle un efecto retroactivo. Empresa hercúlea.

Para enmendar la Constitución es preciso obtener una sanción legislativa durante dos períodos ordinarios consecutivos. Esto es que el proyecto deberá ser aprobado en el curso de este año y después nuevamente durante el año próximo.

Los que atribuyen a García el ser sujeto de luminosos accesos de optimismo suponen que un triunfo aprista en las elecciones municipales complementarias por celebrarse el domingo próximo lo persuadirá de que tiene el camino expedito para la reelección.

La prueba electoral del domingo comprende sólo a distritos pequeños y se estima que resultará favorable a los deseos presidenciales del doctor García.

(c) LA NACION

01·01

8712111

La propuesta del escritor para crear un Frente Nacional recogida por los partidos de centro derecha

# Perú: postulan a Vargas Llosa como presidente

Belaúnde Terry

**Lima (UPI) — El laureado escritor peruano Mario Vargas Llosa instó ayer a los partidos políticos de centro, centroderecha y centroizquierda a formar una alianza que se postule en las elecciones nacionales de 1990.**

**En declaraciones a la emisora "Radioprogramas", hechas desde Londres, Vargas Llosa dijo que la conformación de ese frente "puede ser decisivo para darle a esa democracia un poco desfalleciente, que es la nuestra en estos últimos meses, una nueva consolidación y nuevo ímpetu".**

**En días pasados, el ex presidente y jefe del Partido Acción Popular, Fernando Belaúnde Terry, y el dirigente del Partido Popular Cristiano, Luis Bedoya Reyes, dijeron que aceptarían formar un frente político encabezado por Vargas Llosa.**

**Vargas Llosa indicó que esa alianza "es fundamental para la consolidación de la democracia peruana, que ha quedado muy golpeada, muy afectada, desde el 28 de julio de este año, que las fuerzas genuinamente democráticas se agrupen, se reúnan y puedan presentar un frente unido".**

**El presidente Alan García, quien constitucionalmente está impedido de postular a la reelección en los comicios de 1990, desató la mayor controversia desde que el Perú retornó a la democracia hace siete años cuando anunció el 28 de julio la estatización de 10 bancos, seis empresas financieras y 17 compañías de seguros.**

**Vargas Llosa se convirtió en el mayor dirigente de la oposición a la estatización y logró reunir un vasto movimiento que incluyó a disidentes del partido de gobierno, militantes de Acción Popular, del Partido Popular Cristiano y otros sectores definidos como independientes.**

**Ayer sugirió un frente integrado por esos grupos y por el centroizquierdista Frente Nacional de Trabajadores y Campesinos.**

**Interrogado si se postularía como candidato a la presidencia de la República, el connotado escritor, varias veces nominado para el Premio Nobel de Literatura, dijo que "yo no quiero de ninguna manera aparecer como un candidato en potencia".**

**"Desde un principio, yo he dicho muy claramente que no tenía ambiciones personales, políticas y que precisamente por no tenerlas es que podía prestar un servicio como aglutinador de estas voluntades democráticas" concluyó.**

8712135

EXTERIOR

21/10/87

# Previenen que García sería víctima de un golpe de estado

*Lima (UPI) — Ya cuando parece un hecho irreparable la estatización de la banca peruana, comienzan a emerger señales de que el presidente Alan García podría pagar muy cara la audacia de sus medidas.*

*En una entrevista publicada ayer en el diario "La República" el anterior comandante del Ejército peruano advirtió que podría efectuarse un golpe de estado en un futuro próximo si el presidente no cambiaba la dirección de la política actual.*

*"Si este gobierno sigue en esta línea, creo que antes de que llegue el fin de su período constitucional la Fuerza (armada) tendrá que tener un tipo de reacción", aseveró el general retirado Luis Cisneros Vizquerra. "Converso con generales, comandantes, mayores en actividad. Pienso que inicialmente las Fuerzas Armadas pensaron que teníamos un presidente que podía hacer caminar el país más rápido, pero él ha comenzado a jugar con el país. Y dentro de este juego también está jugando con la Fuerza", señaló el militar que fue comandante del Ejército durante el gobierno de Belaúnde Terry.*

*Cisneros Vizquerra a quien se conoce como "el Gaucho" por los años de instrucción militar que recibió en la Argentina, afirmó que el gobierno de García se "está encaminando hacia la izquierda de índole marxista. Se manifiesta en las cosas que viene haciendo".*

Alan García

*Respecto a la ley de la estatización de la banca Cisneros Vizquerra sostuvo que "se están cerrando todas las vías democráticas" porque "la autonomía de poderes resulta un cuento de hadas. No hay sistema democrático. Es presidencialista, favorece la dictadura civil".*

**• Expropiación**

*Por su parte el gobierno de Alan García dispuso la expropiación de cinco bancos, en aplicación de la controvertida ley de expropiación de la banca privada. Sin embargo los propietarios rechazaron la medida. Se espera que, en breve, delegados del gobierno intenten asumir el control del Banco Mercantil, Banco de Lima, Banco Latino, Banco de Desarrollo de la Construcción y Banco Financiero.*

*El presidente del Banco Mercantil y la Asociación de Bancos, Francisco Prado Mesones, quien pernocta desde hace 22 noches en su oficina para resistir cualquier intento del gobierno de asumir el control de su empresa, señaló que no abandonará voluntariamente su empresa.*

01·01

8712161

PERU 120

# Intensa ofensiva contra la droga y la guerrilla en el Perú

LA PRENSA 13/11/82

(Radiofotografía de Reuter)

Guerrilleros del "Movimiento Revolucionario Túpac Amaru", quienes intentan evadir el cerco tendido por las Fuerzas Armadas peruanas

Lima, 11 (UP) – Las Fuerzas Armadas extendieron hoy su control a casi toda la mayor región productora de coca en el mundo y lanzaron una importante campaña represiva contra los guerrilleros que actúan en la zona, ubicada en la selva amazónica.

El gobierno del presidente Alan García impuso el estado de emergencia en todo el departamento de San Martín, extendiendo por 60 días la medida de excepción en tres provincias y un distrito contiguo y suspendiendo las garantías ciudadanas en la zona.

Con el decreto, publicado hoy en el diario oficial "El Peruano", parte de siete de los 24 departamentos en los que está dividido el país se encuentra bajo el estado de emergencia y control militar, afectando la lucha contrainsurgente directamente a más de la tercera parte de la población peruana.

Un comunicado del Ministerio de Defensa señaló que las medidas serán aplicadas "a fin de restablecer el orden, proteger a la ciudadanía, asegurar el normal desarrollo de sus actividades y erradicar la presencia subversiva".

Mediante el estado de emergencia, los militares pueden realizar arrestos sin orden de un juez, realizar allanamientos a casas y pueden limitar el libre tránsito de la población.

Las medidas fueron adoptadas después de una reunión que sostuvo el presidente García con los altos mandos de las Fuerzas Armadas y tras una serie de críticas de la oposición, que exigía medidas más severas para detener los ataques de unos 100 rebeldes, que al parecer operan con la ayuda del Movimiento 19 de Abril de Colombia.

Desde el 8 de octubre, insurgentes del Movimiento Revolucionario Túpac Amaru (MRTA), dotados de armas automáticas y uniformes de campaña, han tomado por lo menos cuatro pueblos sin que la policía y soldados repelieran los ataques, en el departamento de San Martín, en un área ubicada entre 600 y 630 kilómetros al norte de Lima.

Sin embargo, el gobierno describió los ataques como un "show publicitario" del MRTA y afirmó que la policía estaba realizando escaramuzas para detener a los insurgentes.

## Pueblos tomados

Mientras tanto, informes periodísticos mostraban por primera vez en 22 años a guerrilleros con uniformes verde oliva, organizados como un ejército regular, que tomaban pueblos sin mayor resistencia de los efectivos de seguridad.

El diario "La República" publicó hoy en su primera plana una fotografía de guerrilleros bailando con algunas pobladoras durante la toma del cuarto pueblo amazónico en un mes, Sinami, ubicado al norte del departamento de San Martín.

El dirigente de la columna guerrillera, conocido como el "Comandante Rolando", dijo que en su agrupación había licenciados de las fuerzas y "la colaboración estrecha de oficiales castrenses".

El "Comandante Rolando" negó que el MRTA estuviera financiado por narcotraficantes y comparó sus acciones con las realizadas en Cuba y Nicaragua. Anteriormente, el dirigente insurgente dijo que su agrupación recibía apoyo del M-19 de Colombia.

El lunes, el mismo grupo tomó el pueblo de San Martín de Alao, 630 kilómetros al norte de Lima, por varias horas, obligando a huir a los policías que se encontraban en la zona.

01•01

8712164

# Se desvanece el carisma del líder peruano

LIMA (The New York Times) – Después de cautivar a esta nación con su carismático populismo durante la mayor parte de sus dos primeros años en el poder, el joven presidente del Perú, Alan García, comprueba ahora que su popularidad se tambalea en medio del desencanto cada vez mayor con su gobierno.

García, de 38 años, sigue dominando la escena política con su energía y su oratoria, pero el alto y despeinado socialdemócrata se erige cada vez más en un pararrayos para la oposición, tanto de la izquierda como de la derecha.

"Cuando las cosas le iban bien –dice un comentarista político– él tomaba todas las decisiones, acaparaba el primer plano de actualidad y cosechaba todos los elogios. Ahora que las cosas se están deteriorando también se le están atribuyendo más culpas de las que en realidad le corresponderían."

### La nacionalización de los bancos

El punto culminante de esta crisis de confianza fue, en opinión de muchos peruanos, el momento en que el presidente tomó la decisión de conmemorar su segundo año de gobierno, el 28 de julio, con la nacionalización de los bancos, iniciativa que le enajenó el apoyo de la empresa privada y la clase media de las ciudades por considerarla un paso hacia el socialismo.

Sin embargo, aun antes de esa controversia, un rebrote de la inflación de tres dígitos había reducido abruptamente el poder adquisitivo de los obreros y campesinos peruanos y provocado una ola de violentos conflictos laborales y una sensación de desaliento entre quienes confiaban en las promesas de García de mejorar el nivel de vida de la clase pobre, la mayoría del país.

Al mismo tiempo, las esperanzas de que el nuevo gobierno encontraría la manera de combatir el terrorismo endémico ha cedido el paso este año al reconocimiento de que tanto los guerrilleros del maoísta Sendero Luminoso como los del menos importante Movimiento Revolucionario Túpac Amaru, de filiación castrista, estaban ampliando su teatro de operaciones.

"Las cosas van mal y es difícil predecir cuándo y en qué van a mejorar –declaró un embajador occidental–. La economía se está debilitando, el terrorismo continúa en aumento y los partidos políticos, ya sean de izquierda o de derecha, están ahora en la oposición."

De manera casi inevitable en un país que ha conocido con frecuencia el gobierno militar, y más recientemente entre 1968 y 1980, la crisis ha suscitado especulaciones acerca de las intenciones de las Fuerzas Armadas, mientras algunos oficiales del Ejército retirados han advertido que el continuo desorden puede dar lugar a un golpe de Estado.

Pero una acción por parte de los militares no parece inminente. Los más altos jefes no han mostrado interés en asumir el control en circunstancias tan inciertas, e incluso los enemigos políticos del presidente parecen sumamente interesados en que termine su mandato y entregue el gobierno a un sucesor elegido en 1990.

### Un estilo muy personal

La cuestión central, sin embargo, parece ser cada vez más el propio Alan García y su estilo singular de gobernar, centralizado e imprevisible. La opinión peruana se ha polarizado más entre los partidarios y los críticos del presidente que entre los extremistas de izquierda y derecha.

"Lo cierto es que García no tiene grandes compromisos ideológicos", asevera un diplomático latinoamericano. "Para él, la ideología estará siempre subordinada a sus ambiciones y a su sentido de la oportunidad. A veces, le gusta levantar un poco la presión simplemente para poder definir la agenda de los negocios públicos y conservar la iniciativa."

Durante su campaña y una vez que se sentó en el sillón presidencial esa estrategia despertó enormes expectativas que al principio fue capaz de satisfacer. No solamente contuvo la inflación, reactivó el crecimiento de la economía y comenzó a canalizar las inversiones públicas hacia las olvidadas comunidades indígenas de las sierras andinas, sino que se ganó también el aplauso de la nación por haber limitado el pago de la deuda exterior al 10 por ciento de los ingresos por concepto de exportaciones.

Además, y a pesar de haber sucedido a un gobierno débil que parecía paralizado por los problemas con que tenía que habérselas, García fue capaz de resucitar un sentimiento de orgullo nacional merced a su contagiosa confianza en sí mismo. Tal fue su éxito entre los partidos políticos tradicionales y en la consecución de una imagen personal que, según se ha dicho, comenzó a considerar la oportunidad de una enmienda constitucional que le permitiría ser reelegido en 1990.

### Declinación de la popularidad

Los problemas a que ha debido enfrentarse su gobierno en los últimos meses han generado una reacción casi emocional. De acuerdo con Datum, una organización de encuestas de opinión con sede en Lima, al cabo de 18 meses en el poder, en diciembre pasado, el presidente gozaba todavía de una tasa de aprobación del 78 por ciento. Pero, para septiembre de este año, ese índice había caído a un 47,2 por ciento.

Se informó que la encuesta reflejaba un apoyo continuado para García entre los pobres. El cambio de actitud tanto por parte de las elites políticas como de la clase media puede advertirse en la prensa, sin embargo. Hace sólo unos meses los periódicos cubrían con delectación las andanzas de un presidente sin prejuicios de etiqueta, que bombardeaba a la nación con ideas y le inyectaba entusiasmo al mismo tiempo que incurría en excentricidades tales como cantar boleros en público, volar en un avión supersónico de combate y tocarse con un sombrero de los indios.

Más recientemente, en cambio, las publicaciones periodísticas han cuestionado las circunstancias financieras en que adquirió dos casas y criticaron al presidente por haber aceptado 9000 dólares en concepto de honorarios y expensas después de haber pronunciado, en su carácter de jefe de Estado, un discurso ante la Organización para la Alimentación y la Agricultura (FAO), en Roma, en noviembre de 1985.

Detrás de esos ataques se advierte la ofensa experimentada por muchos peruanos –"todos los que cuentan con ahorros suficientes para abrir una cuenta corriente", como lo expresó un banquero– ante la estatización de los bancos y las desmedidas presiones ejercidas por el Gobierno sobre el Congreso y los tribunales para asegurarse la aprobación y entrada en vigor de la iniciativa presidencial.

Aunque la Corte Suprema debería expedirse todavía sobre la constitucionalidad de la ley de nacionalización, el Gobierno dispersó el mes pasado una manifestación de protesta de empleados bancarios y utilizó a la policía para desalojar a los directores de dos bancos con el fin de instalar en sus oficinas la nueva administración oficial.

### Vargas Llosa a la palestra

Toda la controversia se ha revelado contraproducente desde el punto de vista político, ya que en su desarrollo el Gobierno ha conseguido resucitar a los partidos políticos conservadores, que en las elecciones de 1985 sólo habían obtenido el 17 por ciento de los sufragios, en comparación con el 48 por ciento para el partido de Alan García, la Alianza Popular Revolucionaria Americana (APRA), y el 23 por ciento para la coalición marxista de Izquierda Unida.

En las semanas que siguieron al anuncio de la nacionalización, decenas de millares de ciudadanos se dieron cita en tres manifestaciones en gran escala organizadas por el llamado Movimiento de la Libertad, inspirado por el novelista Mario Vargas Llosa, que tenía por objetivo movilizar a la opinión nacional contra lo que consideraban "el principio del totalitarismo en el Perú".

Paradójicamente, aunque dirigida sobre todo a exhibir la potente revolucionaria del presidente, la nacionalización de la banca resultó un tiro por la culata, desde que tampoco logró captar las simpatías de la izquierda. Al denunciar presuntas designios gubernamentales de negocios con los banqueros, la Izquierda Unida hizo saber el mes pasado que la administración García –más que la derecha– era el principal enemigo.

Pero acaso el más grande desafío político al presidente se haya planteado en el seno de su propio partido. La APRA controla ambas cámaras del Congreso, pero sus líderes le guardan rencor porque García ha hecho caso omiso de ellos en distintas ocasiones, desconociendo sus decisiones o intimidándolos inclusive, cuando su popularidad era tan manifiesta que podía gobernar el país a voluntad.

La APRA, que llegó al poder por primera vez desde su fundación, en 1924, quiere asegurarse su reelección para 1990, y al efecto está estrechando filas en torno de su probable candidato, Luis Alva Castro, quien fue primer ministro durante 22 meses y actualmente ocupa la presidencia de la Cámara de Diputados.

### Antagonismo interno

En junio se hizo aparente que a García se le escapaba de las manos el dominio sobre el partido, cuando hizo todo lo posible –y sus sus fracasó– para impedir que Alva Castro fuese elegido en el más alto cargo del Congreso en representación de la APRA. "Alan está de tal manera obsesionado por esta querella que preferiría que la APRA perdiera las elecciones de 1990 antes que tener que pasarle la banda presidencial al señor Alva Castro", observó un conspicuo dirigente de la APRA.

Las [illegible] políticas de los últimos meses han distraído, por otra parte, al Gobierno de las dos más graves amenazas contra la estabilidad de la nación. Mientras que la economía experimentará este año, según se espera, un crecimiento del 6 por ciento, aproximadamente, los economistas opinan que ello será a expensas del ahorro interno y de las

YERU

Por Alan Riding

reservas de divisas fuertes. Con la virtual parálisis de la inversión, una probable inflación del 120 % este año y sin que se haya adoptado una política económica coherente, unánimemente pronostican tiempos aún peores en el futuro.

Después de 27 meses en el poder, la administración García se ha revelado asimismo incapaz de llevar adelante ninguna estrategia eficaz para hacer frente al agudo problema del terrorismo, que heredó de la anterior situación. El presidente ha señalado reiteradamente que sólo habrá una solución que pase por la acción social tanto como por la represión militar; pero en la práctica la subversión de Sendero Luminoso ha extendido sus actividades terroristas desde sus bases primitivas, en las montañas de la provincia de Ayacucho, hasta incluir Lima y las regiones selváticas al norte del valle del Alto Huallaga.

Muchos políticos creen, no obstante, que el señor García podría recuperar parte de la iniciativa política si consigue restablecer la armonía en el seno de la APRA y convencer a los descontentos del sector privado de que no proyecta nuevas nacionalizaciones. "Se impone la reconciliación nacional, y reconciliación no necesariamente significa rendición", hizo notar Fernando Belaúnde Terry, predecesor de García. "Significa hallar un camino a través de concesiones recíprocas hacia la meta de la unidad nacional."

De tal modo, sin otra alternativa política disponible, la atención del Perú sigue centrada en el acosado joven presidente. "Me consta que Alan García lamenta la nacionalización de la banca, pero ahora ya no puede echarse atrás", señala un ex ministro. "La cuestión es ver si puede controlar sus impulsos y gobernar por el resto de los tres años o si tratará de recuperar su popularidad mediante alguna nueva sorpresa." (c) LA NACION

(Traducción de Jorge Ortiz Borill)

02·02

8712170

# Amplio operativo antiguerrillero en la selva peruana

Lima, 15 (ANSA) — Tropas del ejército, especializadas en combates en la selva, alistaban hoy sus pertrechos para iniciar en las próximas horas el mayor operativo de contrainsurgencia en la extensa región selvática del departamento de San Martín en el noroeste del país.

En Lima, se supo que el jefe del comando político militar de la zona de emergencia de San Martín, general Rafael Moral Rengifo, habría recibido la orden del alto mando de "no dar tregua" a una columna guerrillera que "retó" al gobierno a sostener una confrontación armada.

El presidente Alan García, que en las últimas 48 horas reiteró su pedido para que los rebeldes depongan las armas, recibió como respuesta un comunicado del "Movimiento Revolucionario Túpac Amaru" (MRTA) –opuesto a "Sendero Luminoso"– en el que exigen condiciones para una tregua.

Los rebeldes de inspiración marxista leninista que han proclamado reivindicar la memoria del guerrillero Ernesto "Che" Guevara, están dirigidos en la selva por un ex militante del gobernante partido aprista y, según se afirma, amigo del presidente Alan García, identificado como Víctor Alfredo Polay Campos ("Comandante Rolando"), quien señaló en recientes declaraciones que librará "todas las batallas necesarias", contra el gobierno peruano.

113

PERÚ

120

# Vargas Llosa instó a formar una alianza electoralista

LIMA, 16 (UPI).– El escritor peruano Mario Vargas Llosa instó a los partidos políticos de centro, centroderecha y centroizquierda a formar una alianza con miras a las elecciones nacionales de 1990.

En declaraciones a la emisora radial , hechas desde Londres, dijo que la conformación de ese frente "puede ser decisivo para darle a nuestra democracia, algo desfalleciente, una nueva consolidación e ímpetu".

En los últimos días, el ex presidente del Perú y jefe del Partido Acción Popular, Fernando Belaúnde Terry, y el dirigente del Partido Popular Cristiano Luis Bedoya Reyes dijeron que aceptarían formar un frente encabezado por Vargas Llosa.

El presidente Alan García, quien constitucionalmente está impedido para postularse a la reelección en los comicios de 1990, desató la mayor controversia desde que el Perú retornó al sistema democrático cuando anunció la estatización de diez bancos, 6 empresas financieras y 17 compañías de seguros.

Vargas Llosa se convirtió en el mayor opositor a la estatización y logró reunir a un vasto movimiento que incluyó a disidentes del partido del gobierno, militantes de Acción Popular, del Partido Popular Cristiano y sectores independientes.

Interrogado sobre si se postularía como candidato a la presidencia de la República, Vargas Llosa dijo que "yo no quiero, de ninguna manera, aparecer como un candidato en potencia". El escritor agregó que "desde un principio, yo he dicho, muy claramente, que no tenía ambiciones personales y políticas, y que precisamente por no tenerlas es que yo podía prestar un servicio como agrupador de otras voluntades democráticas".

## Inminente ofensiva militar

LIMA, 16 (ANSA).– El categórico rechazo del presidente Alan García a las presiones de los guerrilleros situados en la selva peruana centró hoy la atención pública por cuanto se espera una inminente ofensiva militar contra los grupos rebeldes.

Las tropas antisubversivas se desplazaron en distintas zonas del departamento de San Martín, en posiciones de combate de "cerco y aniquilamiento", luego de que el presidente rechazara toda posibilidad de tregua y diálogo con los guerrilleros del Movimiento Revolucionario Túpac Amaru (MRTA).

Este grupo subversivo, que intenta reeditar la experiencia guerrillera de Ernesto "Che" Guevara, fue noticia en los últimos diez días al ocupar por la fuerza varios poblados de la región nordeste peruana.

El gobierno rechazó las exigencias de los rebeldes como condición para el inicio de un eventual proceso de pacificación, al tiempo que les exhortó a deponer las armas y rendirse a las fuerzas del gobierno.

El presidente dijo ayer que su gobierno defenderá el sistema democrático y que no aceptará el chantaje de la fuerza bruta, en clara alusión a los guerrilleros del MRTA.

El grupo guerrillero del MRTA está comandado por Luis Peloy Campos, un ex militante del partido gobernante, el APRA, y amigo del presidente Alan García cuando éste estudiaba en Europa.

LA NACION 7/11/87

01•01

8712302

PERÚ
emp. SUBV. LAT.
(TUPAC AMARU)
120

CLARIN ★ Buenos Aires, martes 17 de noviembre de 1987

PERÚ

# Rechazo de Alan García a una propuesta guerrillera

LIMA, 16 (AP y UPI). — El presidente Alan García rechazó un plan de guerrilleros del Movimiento Revolucionario Tupac Amaru (MRTA), pro cubano, para pacificar el país y advirtió en cambio que su gobierno los derrotará.

El miércoles 11 de noviembre pasado, tras un ataque contra establecimientos públicos en la localidad selvática de Juanjuí perpetrado el 5 de este mes por el MRTA con el saldo de un policía muerto y ocho heridos y daños materiales, García exhortó a los rebeldes a reflexionar sobre sus actos, deponer las armas, reintegrarse a la vida social y aceptar la decisión popular de resolver los problemas nacionales en democracia.

El mandatario dijo entonces que ante un hecho subversivo el Estado "debe reaccionar en defensa de los valores sociales, la democracia, la paz y la seguridad nacional y colectiva que están respaldados por la mayoría de los peruanos".

En respuesta a la invocación presidencial, según fragmentos de un comunicado publicado en un diario izquierdista, el MRTA sostuvo que "no puede haber paz si antes no hay justicia".

El grupo subversivo añadió que "no obstante", está dispuesto "a desarrollar un proceso que lleve a la pacificación" del país, siempre y cuando el régimen de García determine de inmediato no pagar la deuda externa, de 14.500 millones de dólares, anule sus contratos con tres compañías petroleras extranjeras y nacionalice la empresa petrolera norteamericana Occidental Petroleum Corporation y la compañía minera de la misma nacionalidad.

01·01

8712314

## COMANDOS DE SENDERO LUMINOSO OPERARON EN MEDIO DE UN GRAN APAGON

# Sincronizados ataques guerrillero en la capital peruana: cinco muert

***Una fuerte ofensiva guerrillera en la capital peruana dejó como saldo cinco muertos, numerosos heridos y cuantiosos daños materiales. En medio de un gigantesco apagón, comandos subversivos atacaron casi simultáneamente la Embajada de los Estados Unidos, los ministerios de Salud, de Trabajo y de Justicia, un hotel turístico y una planta de automóviles japonesa.***

LIMA, 19 (AFP, ANSA y AP). — En medio de un vasto apagón provocado por la voladura de nueve torres de alta tensión, la guerrilla de Sendero luminoso desencadenó en la noche del miércoles una ola de ataques en la capital peruana, el más grave de ellos —y el de características menos frecuentes— contra una planta japonesa ensambladora de automóviles.

Aunque los atentados fueron en un principio atribuidos al Movimiento Revolucionario Túpac Amaru (MRTA) —el grupo guerrillero de mayor actividad en los últimos tiempos— el presidente Alan García afirmó al mediodía de hoy que fueron obra de Sendero Luminoso; posteriormente se reveló que una bandera roja con la hoz y el martillo había sido izada poco antes del apagón en la ciudad universitaria de San Marcos, lo que fue considerado como un anuncio de la acción senderista.

La fuerte ofensiva sediciosa, la primera de esta envergadura producida en la capital por el senderismo desde julio último, dejó un saldo de cinco muertos, numerosos heridos y pérdidas económicas de importancia.

Tras los violentos sucesos de la noche, y cuando en la mañana de hoy se inició en forma precaria el restablecimiento de luz eléctrica en el radio de más de 1.000 kilómetros afectado por el apagón, otro grupo insurgente, el Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), ocupó una emisora radial para difundir una proclama rebelde.

### ♦ Fábrica destruida

Los ataques dinamiteros fueron lanzados contra la sede de la Embajada norteamericana en Lima, los ministerios de Salud, de Trabajo y de Justicia, y un hotel céntrico.

Una columna guerrillera integrada por aproximadamente 40 hombres y mujeres ingresó en la planta ensambladora de automóviles Nissan, en el distrito de San Martín de Porres, un suburbio de la capital. Los insurgentes lograron el acceso a la planta utilizando un autobús de la misma empresa capturado minutos antes, y ya en el interior sembraron el lugar de bombas incendiarias originando un gigantesco siniestro.

Los atacantes tomaron como rehén al gerente de finanzas de Nissan, el japonés Ayura Shimizu, a quien liberaron ileso.

En su huida, el grupo guerrillero se enfrentó con el personal de un autopatrulla que rondaba la zona, y en el tiroteo resultaron muertos cinco rebeldes, y heridos diez civiles, así como un suboficial de la policía.

Lima no se veía afectada por un gran apagón desde julio último, y el retroceso de la actividad urbana de Sendero Luminoso en los últimos meses condujo a la policía, en un primer momento, a atribuir los atentados al MRTA, que ha declarado una "guerra abierta en la Amazonía peruana" ingresando en una lucha rural hasta hace poco protagonizada exclusivamente por los senderistas.

Pero el presidente García declaró luego a la prensa que los atentados fueron una "reacción de competencia y propaganda de Sendero Luminoso, el grupo verdaderamente peligroso e importante contra la democracia en el Perú".

Fuentes policiales informaron hoy que fueron detenidas más de 200 personas en distintos puntos de la ciudad, donde brigadas antiterroristas iniciaron en la madrugada operativos especiales en busca de los autores de los atentados.

Por otra parte, periodistas del matutino El Diario denunciaron que su director, Carlos Angulo, fue arrestado hoy en el aeropuerto internacional Jorge Chávez por la policía de investigaciones, cuando se disponía a viajar a Nueva York para asistir a una reunión sobre derechos humanos.

El Diario ha sido acusado por autoridades gubernamentales de ser el vocero de Sendero Luminoso, lo que fue desmentido por esa publicación izquierdista.

Agencia AFP

Agencia AP

Un empleado de la empresa japonesa Nissan yace muerto luego del ataque con dinamita perpetrado por Sendero Luminoso (arriba). El fuego consume virtualmente todas las instalaciones de la fábrica de automóviles.

EN F

## Un n desa

La ciudad
portó una n
fuertes ate
Sendero Lu
nas pocos d
de que un ab
tar a cargo
oriental de
del Perú a
firmeza que
en dos sema
acción de
guerrillero,
miento Revo
Túpac Amaru

Sendero vo
que, además,
gobierno bus
ficar su acció
te social entr
tantes de la
procesos de l
de Lima y en
ciones andin
esfuerzo por r
bilidades de
los rebeldes.

Otro grupo
te, el Movimie
quierda Revol
(MIR), actuó
casi simultá
Sendero, pero
mente en for
nectado.

La cuestión
petencia ent
guerrilleros",
por el presid
García al co
ataques dina
la noche del
es solo una ol
coyuntural, y
de una inter
habría que
sobre el trasfo
diferencias id
entre las orga
rebeldes que
en el Perú,
violencia de
milares.

Mientras
responsable
yor parte de
dad guerrille
últimos mese
dido a las áre
aceptó recie
aunque con
de una serie
ciones, la posi
un diálogo de
ción, Sendero
ha descartado
no en forma
Sus objetivos,
parte, se han
más en sector
ciarios de la p
recuperación
sada en la c
aunque dificu
nuevas fuente
bajo. En medi
gencia de me
excepción, gol
los del miércol
siendo posible
lan las previs
los efectivos
militares y de
cia a los que
fiado la protec
ciudad.

01-01

8712391

120

PERU: APRESTOS PARA COMBATIR A DOS GRUPOS GUERRILLEROS

# Operativo militar en la selva

*El gobierno del presidente Alan García, quien afirmó que los actos de violencia cometidos recientemente por dos grupos guerrilleros en una zona selvática ponen de manifiesto su peligrosidad, ordenó ayer una intervención para combatir esas acciones "que afectan la vida democrática" del Perú.*

LIMA, 11 (Reuter). — El Ministerio de Defensa inició hoy los preparativos para un "plan de arrasamiento" dirigido a aniquilar a los grupos subversivos que operan en la selva peruana, informó una fuente militar.

Los altos mandos castrenses definieron tácticas y estrategias de combate un día después que el presidente Alan García autorizó a las fuerzas armadas a restablecer el orden en distritos selváticos dominados por grupos rebeldes.

Como primer paso de apoyo al plan militar, el gobierno decretó el estado de emergencia durante 60 días en varias provincias de San Martín y Huánuco, que este año han sido escenarios de ataques guerrilleros del grupo maoísta Sendero Luminoso y del marxista Movimiento Revolucionario Túpac Amaru (MRTA).

Un centenar de guerrilleros del MRTA invadió por varias horas el viernes el distrito de Juanjuí, y luego de dominar a la población y a unos 60 efectivos policiales capturaron los cuarteles de la Guardia Republicana, la Guardia Civil y Policía de Investigaciones robando un importante número de armas, según un informe oficial.

### ♦ Peligrosidad

Se dijo en el informe que durante la refriega entre la policía y los rebeldes murió un teniente de la Guardia Civil, y que cinco policías y tres civiles resultaron heridos.

El Ministerio de Defensa informó en un comunicado que los sucesos de Juanjuí ponen en evidencia el grado de peligrosidad alcanzado por el grupo armado.

Afirmó que los rebeldes destruyeron propiedades públicas y privadas, amedrentaron a la población y al efectuar acciones de propaganda desnaturalizaron el uso de los símbolos nacionales.

"A fin de restablecer el orden, proteger a la ciudadanía, asegurar el normal desarrollo de sus actividades y erradicar la presencia subversiva, el presidente ha dispuesto la intervención de la fuerza armada", informó el boletín oficial.

El ministro del Interior ordenó hoy a las fuerzas policiales concentrarse en Chachapoyas, jurisdicción de San Martín, que será convertida en una base contraguerrillera para combatir a los tupacamaros, dijeron fuentes militares.

Chachapoyas, 700 kilómetros al noroeste de Lima, es una zona estratégica para el acceso a la escabrosa zona selvática.

El estado de emergencia incluye suspensión de garantías y alcanza una amplia zona de la jungla central, cuyo dominio comparten guerrilleros y traficantes de drogas. Está bajo la emergencia el 23 por ciento de todo el territorio nacional.

La medida vigente en el departamento de San Martín alcanza a las provincias Moyobamba, Bellavista, Huallaga, Lamas, Picota, Rioja, San Martín, Mariscal Cáceres y Tocache.

En el vecino Huánuco la emergencia ha sido declarada en las provincias Leoncio Prado y Marañón y en el distrito de Cholón.

La medida faculta al jefe político y militar de la zona a tomar decisiones y suspender temporalmente las facultades legales de las autoridades civiles.

### ♦ Las guerrillas

Informes de inteligencia recibidos en Lima indicaron que los rebeldes del MRTA, luego de la incursión a Juanjuí, se desplazan por la jungla donde ha sido localizada una base guerrillera en Sinami, remoto poblado ribereño del río Huallaga.

Por su parte los senderistas han sentado sus bases en la provincia de Tocache, al sureste de Sinami, dentro de la enmarañada zona selvática.

Las fuentes militares admitieron que los tupacamaros componen una fuerza entrenada militarmente; con equipos modernos y armas avanzadas, presumiblemente dirigida por oficiales cubanos.

En tanto el diario El Comercio, en un extenso editorial, pidió al gobierno poner en marcha un esquema coherente de previsión a escala nacional.

"Si bien hoy los ataques se han agudizado en la selva, son muchas las ciudades cuya seguridad podría quedar comprometida a lo largo y ancho del país", agregó.

Quanju 12/11/87

01·01

8712444

HR

120

# Perú

WASHINGTON, 12 (EFE). — El Perú y el comité de bancos acreedores se reunirán en la segunda mitad del próximo enero, por primera vez en 18 meses, confirmó un portavoz de la institución estadounidense Citicorp.

Hoy se envió a Lima una comunicación en sentido afirmativo a la sugerencia del gobierno peruano de celebrar una nueva reunión, dijo Richard Howe, portavoz del Citicorp, que declinó informar de las fechas concretas.

El diario The Wall Street Journal afirma hoy que el Perú presentará en esta reunión una propuesta para [illegible] cambio de productos nacionales o materias primas, desde pescado congelado a cobre, cuero o hierro.

Las fuentes del periódico aseguran que Lima solicitará bonos por valor de 2.500 millones de dólares a medio y corto plazo, pagaderos a través de productos o inversiones directas.

01•01

8712497

un programa de televisión junto con el gobierno.

LA NACION 27/10/87

# Represalia contra un banco peruano

LIMA, 26 (Reuter).– El gobierno suspendió por 48 horas, hoy y mañana, las actividades en el Banco de Crédito cuyo personal se negó a trabajar los últimos días de la semana pasada, exigiendo el retiro de los administradores nombrados por el Estado en el marco de la estatización de empresas bancarias privadas.

La medida contra el principal banco peruano fue autorizada anoche por la Superintendencia de Banca y Seguros, ente rector oficial del sistema financiero, después de que el Ministerio de Trabajo declaró ilegal la huelga de los trabajadores.

La oficina principal del Banco de Crédito y todas sus filiales en Lima amanecieron hoy fuertemente custodiadas por la policía. Uno de los oficiales dijo a Reuter que tenía órdenes de impedir el ingreso de los empleados.

"Sólo pueden ingresar al banco los señores interventores nombrados por el Gobierno", añadió

El presidente Alan García habló ayer sobre la estatización del sistema financiero, que incluye 10 empresas bancarias, 17 aseguradoras y seis financieras.

"Definitivamente para mí el problema de los bancos es un capítulo cerrado. Ya hay una ley; el Estado ha debido intervenir dos bancos, los más importantes. Pero, para mí, todo está en manos del Poder Judicial", dijo García en rueda de prensa extraoficial.

"Creo que el Poder Judicial es lo suficientemente maduro, reflexivo y consciente de su responsabilidad histórica como para poner en marcha esta ley, y la ley señala que en el término de seis meses, máximo, deberá cumplirse todo el trámite por el cual se cumplan sus objetivos", agregó.

Hasta ahora el gobierno únicamente ha intervenido los bancos de Crédito y Wiesse, de mayor influencia en el sistema bancario peruano.

En los próximos días deberán ser intervenidos (ya se nombraron los comités de administración) los bancos Mercantil, Latino, de Lima, de Desarrollo, Financiero, de Comercio, del Sur y del Norte.

El mayor accionista del Mercantil, Francisco Pardo, declaró que "en señal de confianza" al Gobierno se retiró anoche a su domicilio luego de permanecer ininterrumpidamente en el local principal de su empresa por más de un mes, desde que fue sancionada la ley de estatización.

Pardo se refirió al anuncio del presidente, de que el Poder Judicial dispone de seis meses para hacer cumplir la ley de estatización, interpretando que los banqueros en ese lapso pueden luchar legalmente contra la medida adoptada por el Gobierno.

## Vinculación aprista

LIMA, 26 (AFP).– Voceros de los banqueros dijeron creer que si Alan García considera el asunto un "capítulo cerrado" para el Poder Ejecutivo, podrían quedar excluidas de la nacionalización las aseguradoras y financieras, cuya expropiación hasta ahora no se anuncia, y algunos bancos pequeños, cuyos propietarios transfirieron la mayor parte de sus acciones antes de promulgarse la ley.

Pero algunos analistas imparciales estiman que la batalla que los banqueros decidieron librar ante la Justicia, donde algunos magistrados acogieron sus demandas de amparo, no parece ahora encaminada al éxito debido a que algunos jueces vinculados con el partido oficialista apoyarían finalmente la nacionalización.

01•01

8712498

120

Cargos: SUBV. LAT. (TUPAC AMARU) & SENDERO LUMINOSO



ALAN GARCIA RESPONSABILIZO A LA GUERRILLA

# Prolongan estado de emergencia en Perú

LIMA, 20 (Reuter y UPI). — Debido a la reciente ola de violencia renovada por militantes guerrilleros, la cual ocasionó seis muertos además de varios heridos y cuantiosos daños materiales, el gobierno peruano prorrogó por 60 días el estado de emergencia en algunas zonas de cuatro departamentos del país.

La medida de excepción, que suspende las garantías individuales en provincias de los departamentos de Ayacucho, Huánuco, Apurímac y Huancavelica, fue impuesta ayer después que comandos insurgentes realizaran en la noche del miércoles una serie de atentados dinamiteros e incendiarios en medio de un vasto apagón que afectó a la costa central del Perú.

♦ **Habla García**

El presidente Alan García descartó toda posibilidad de diálogo con los grupos subversivos, mientras que en un comunicado oficial se instó anoche a la ciudadanía a reflexionar sobre "los peligros que confronta la nación ante la subversión".

El presidente dijo que los soldados luchan en la selva contra quienes se han alzado en armas, pero que su actuación "se lleva a cabo con las limitaciones humanitarias y legales, sin ninguna orden de exterminio, de degüello o muerte generalizada".

García, en diálogo informal con la prensa, consideró que los atentados, homicidios y acciones subversivas son por el "afán publicitario" entre el grupo maoísta Sendero Luminoso y el marxista Movimiento Revolucionario Túpac Amaru (MRTA).

El presidente afirmó que fue obra de Sendero Luminoso el apagón general que afectó el miércoles a Lima y nueve departamentos del interior, los atentados de esa noche y el incendio de la ensambladora de automóviles Nissan, de capital japonés, y que causó pérdidas por unos 200 mil dólares.

La Dirección Contra el Terrorismo (Dircote) inicialmente culpó de los ataques a elementos del MRTA.

Agencia AP

Un grupo de guerrilleros izquierdistas que pelean en la selva peruana acaban de izar su bandera en un campamento rebelde. El presidente de Perú, Alan García, culpó a la guerrilla de los atentados del miércoles a la noche, en Lima.

**"Esta es la necesaria respuesta del Estado a quienes llevan armas e intentan imponerse a través de ellas. Existe la necesidad de afirmar el orden ya que este gobierno no es una dictadura oligárquica sino que es el pueblo el que lo ha elegido", agregó.**

01·01

8712506

HZ

ARCHIVAR EN: PERU (120)

TEMA: PERU: SENDERO LUMINOSO PUEBLOS
COMUNIDAD DEL PERU.

PROCEDENCIA : LOS ORIENTALES OCT/88

ARCHIVADO EN: FRENTES (OTROS) (032

01-01

87 12525

# CARP. Nº 121

# NO EXISTE

# CARP. Nº 122

# NO EXISTE

# CARP. Nº 123

# NO EXISTE

# CARP. Nº 124

Nº 124 VENEZUELA

ENTRE LOS Nºs

8701048 - 8711452

124

CLARIN ★ Buenos Aires, lunes 8 de diciembre de 1986

# Objeciones a la fuerte devaluación en Venezuela

CARACAS, 7 (AP). — El principal partido opositor venezolano advirtió que las medidas económicas dictadas por el gobierno, entre ellas una parcial devaluación monetaria, desatarán una mayor inflación.

"Habrá un deterioro del poder adquisitivo del salario que no será compensado", dijo el secretario general del Partido Social Cristiano (COPEI), Eduardo Fernández.

Las medidas incluyen una devaluación parcial pero drástica de la cotización oficial del Bolívar, con la creación de una paridad intermedia oficial de 14,50 bolívares por dólar estadounidense. Es un 93,3 por ciento más alta que la hasta ayer única oficial de 7,50 bolívares por dólar. En el mercado libre, la divisa norteamericana se cotizaba a unos 25 bolívares.

La cotización más baja regirá solo para importaciones esenciales relacionadas con alimentos, medicinas, vestido y calzado. Se calcula que estas importaciones representaron unos 1.200 millones de dólares de los 7.400 millones gastados en importaciones del año pasado.

Una considerable porción de importaciones que se realizaba a la tasa oficial de 7,50 pasará ahora a la intermedia de 14,50. Sobre esta segunda paridad oficial también recaerán algunas importaciones que se estaban realizando con dólares comprados en el mercado libre.

♦ **Otras críticas**

"El esquema cambiario no es el más idóneo. Debió haberse establecido una paridad (intermedia) menor e inmediatamente después un sistema de devaluaciones periódicas. Porque, si no, tarde o temprano, se tendrá que devaluar otra vez", dijo el economista Pedro Palma.

La Confederación de Trabajadores de Venezuela (C.T.V.), que había reclamado aumentos de hasta un 40 por ciento, no había formulado de inmediato ningún comentario oficial sobre las medidas del gobierno. En las oficinas de la organización, que agrupa a la mayoría de los trabajadores venezolanos, se dijo que "los dirigentes no trabajan el domingo".

Las decisiones del gobierno, anunciadas por el presidente Jaime Lusinchi en cadena radiotelevisada, incluyeron aumentos de los salarios mínimos para trabajadores rurales y urbanos y para un sector de los empleados públicos no beneficiados con anteriores aumentos.

♦ **Disminución**

El paquete de medidas fue resultante de la severa disminución del valor de las exportaciones venezolanas de petróleo, que cubren más del 90 % de los ingresos de divisas del país. Lusinchi dijo ayer que esa caída de ingresos había sido una "catástrofe" y que su gobierno está empeñado en proteger el empleo y corregir "desviaciones profundas" de la economía venezolana.

Los empresarios privados se mostraron disconformes con la obligación que tendrán los exportadores de entregar sus divisas al Banco Central, que las cotizará al cambio intermedio de 14,50. Hasta ayer los exportadores podían cambiar en el mercado libre el producto de sus ventas en el exterior.

"No hay una política consistente. Esto es grave para un país que en el futuro deberá vivir de sus exportaciones no tradicionales y olvidarse del petróleo", dijo Adam Celis, dirigente empresarial y ex presidente de Fedecámaras.

El diario de Caracas advierte hoy en su editorial que esa medida representa un "impuesto a la exportación". Dice que "ante el inicio de un proceso de reducción de la importancia del petróleo como generadora de divisas extranjeras, el Estado quiere asegurar su continuo control sobre los dólares que ingresan al país.



0701048

124

# Más reservas de petróleo en Venezuela

*Caracas (UPI) — Venezuela subió del séptimo lugar a la cuarta posición en la escala de países con más altas reservas probadas de petróleo en el mundo, tras efectuar recientes estimaciones basadas en novedosas técnicas de cálculo, dijeron ayer autoridades de la empresa estatal Petróleos de Venezuela.*

*Julius Trinkunas, director de PDVSA, dijo en conferencia de prensa que la industria venezolana incrementó sus reservas probadas de 29.300 millones de barriles a 55.500 millones, atribuyendo el aumento a las actividades de exploración de una década y a los nuevos métodos de evaluación aplicados.*

*Según las estimaciones entregadas por Trinkunas, la industria venezolana también tiene uno de los costos de producción por barril más bajo del mundo, calculándose un costo total de alrededor de 3 dólares, cuando la mayoría de otros productores tienen costos superiores a 5 dólares por barril.*

*Las nuevas evaluaciones incluyen importantes yacimientos de la zona de Monagas y Anzoátegui, al oriente del país, que agregaron 400 millones de barriles, en pozos explorados en la zona llamada El Furriel.*

*También están las exploraciones efectuadas en el estado Apure, en la zona fronteriza con Colombia, y en otras zonas del país.*

A. Financiero 20/1/87

01-01

701279

MONTEVIDEO, LUNES 5 DE ENERO DE 1987

## Aumento en producción de los granos

# Venezuela: disminuye el consumo de cereales

**CARACAS.** *(ANSA).-* Según el Ministerio de Agricultura y Cría para el presente año se reducirán las importaciones de cereales porque la cosecha de arroz, maíz y sorgo será de 2 millones 600 mil toneladas, inferior en sólo 50 mil toneladas a las necesidades del país.

Un informe de la Junta del Acuerdo de Cartagena, órgano técnico del Pacto Andino, señala que el sector agropecuario de Venezuela "registró un aumento del 40 por ciento en la producción de cereales" durante el primer semestre de 1986.

*Informes contradictorios hacen dudar de la veracidad de lo que se ha llamado el "milagro agrícola de Venezuela". pues para algunos el país ha logrado un aumento considerable en la producción de cereales, pero para otros lo que ha ocurrido es sencillamente una disminución en el consumo, de allí la supuesta producción excedente cerealera.*

"La agricultura salvó a Venezuela de la catástrofe económica derivada de la caída de los precios petroleros", añade.

Pero otro informe advirtió que los supuestos "excedentes" en la producción del maíz y arroz son consecuencias de un fenómeno de "subconsumo" de esos renglones.

La investigación del Parlamento precisa que el consumo de arroz de mesa ha descendido a 210 mil toneladas anuales, en tanto que el de maíz ha disminuido a 495 mil toneladas/año debido a los aumentos de precios al consumidor que estos renglones han sufrido.

Esta disminución en el consumo es lo que ha propiciado la acumulación de una sobreoferta en el mercado interno que ha acordado en llamarse reserva excedentaria de cereales, aunque en la práctica lo que existe es un "subconsumo" dice el documento.

### PERSPECTIVAS NO MUY ALENTADORAS

El informe añade que "las perspectivas de la demanda para el próximo año no parecen ser alentadoras" y si las cosechas se incrementan en las proporciones que indica el Ministerio de Agricultura "se constituirá un problema de enormes proporciones para los productores y el gobierno".

El presidente de Fedeagro, Fernando Camino expresó a la Comisión del Senado la necesidad "urgente de revertir la peligrosa tendencia a la disminución del consumo per cápita del arroz ya que de continuar la situación para 1995, el consumo se situará en 3 kilos por persona al año".

Otro factor que ha incidido en la baja del consumo del maíz y el arroz en la dieta diaria del venezolano es el subsidio preferencial de 7,50 bolívares para importar trigo, lo que mantiene a precios inferiores los productos elaborados con este cereal.

### INCORPORAR LAS HARINAS

Pero se están realizando experimentos para incorporar progresivamente las harinas de arroz y de maíz en la elaboración de pan y pastas a fin de reducir la importación de trigo que en la actualidad es de 900 mil toneladas anuales.

Críticos al gobierno también se han preguntado cuál es el "milagro agrícola de Venezuela" si hace sólo unos días se inició la distribución de 21.200 toneladas de leche importada de Bélgica, de las 51.200 que se requieren para llegar a niveles de consumo similares a los de 1985.

En cuanto a la producción avícola y porcina se espera para 1987 un aumento a los 24 millones de kilos alcanzados en el segundo semestre de este año, debido a la presión de la demanda de la población, que se ha visto obligada a sustituir la carne de res, en parte también importada, por los altos precios que tiene cuando aparece en el mercado.

En países vecinos como Colombia, se ha hablado del milagro agrícola venezolana debido a la proporción de productos nacionales que ha invadido ese mercado.

Pero los analistas aseguran que el fenómeno se debe sólo al fortalecimiento del peso colombiano frente al bolívar como consecuencia de la devaluación que ha sufrido la moneda venezolana ante el dólar en el mercado paralelo.

01-01

8701280

124

VENEZUELA

# Venezuela y su deuda externa

GONZALEZ

NUEVA YORK (AP). - Fuentes bancarias y la prensa financiera expresaron dudas sobre la economía venezolana, al tiempo que se renegocia la deuda externa pública de ese país.

Un economista neoyorquino expresó que los venezolanos están viviendo "en un paraíso de tontos" y que la economía venezolana se encamina a una caída.

Un banquero norteamericano comentó que Venezuela es considerado un país "difícil" por los bancos acreedores y que sus perspectivas de obtener nuevos créditos este año son un tanto dudosas.

El diario Wall Street Journal comenta sobre la falta de estadísticas que permitan [illegible] de la economía venezolana.

Una delegación venezolana encabezada por Jorge Marcano estuvo negociando en Nueva York en las últimas semanas con el comité de 13 bancos que representa a los centenares de bancos acreedores de Venezuela en todo el mundo.

El ministro de Finanzas venezolano, Manuel Azpúrua, dijo que se había enviado un télex a los bancos para pedir una prórroga de pagos por 90 días, mientras siguen dichas discusiones con el comité bancario.

Según se informó, Marcano había obtenido la anuencia de los bancos a dicha prórroga. Sin embargo, el comité bancario ha guardado absoluto silencio al respecto, absteniéndose de emitir cualquier información oficial.

Los voceros del Chase Manhattan Bank, cuyo vicepresidente, Francis L. Mason, preside el comité de bancos, no respondieron a llamadas telefónicas en los últimos días, de manera que no fue posible obtener su confirmación de la prórroga.

W. Lee Hoskins, vicepresidente y economista del banco PNB Financial de Pittsburgh, que tiene una pequeña participación en la deuda venezolana, dijo que no había sido informado de tal prórroga, pero añadió que su banco no es uno de los acreedores más importantes.

Hoskins comentó en una entrevista telefónica que "Venezuela tiene la reputación entre los banqueros de ser un país difícil, es decir, más difícil que los otros países deudores con que negocian los bancos".

"Los bancos han tenido problemas con Venezuela, no por su falta de capacidad de pago sino por los procedimientos seguidos y su tendencia a retrasarse" en el cumplimiento de sus compromisos.

Preguntado acerca de la declaración del ministro Azpúrua de que Venezuela buscará nuevos créditos en los mercados financieros mundiales este año para proyectos de comercio y desarrollo, Hoskins opinó que las perspectivas son un tanto nubladas. "En cuanto a riesgo de país (es decir, los riesgos políticos y económicos específicos que presenta cada país deudor) los venezolanos no son considerados un país problemático", dijo.

Recordó que algunos bancos embargaron las líneas de crédito comercial a Venezuela a principios de 1986, para protestar la forma en que el Gobierno había encarado el problema de la deuda externa del sector privado, que asciende a 7000 millones de dólares. La deuda pública que se discute ahora en Nueva York asciende a 21.000 millones.

LA NACION 04-1-87



8701662

ARCHIVAR EN: VENEZUELA (124)

TEMA: VENEZUELA MEJORA SU RANKING PETROLERO.

PROCEDENCIA: LA MAÑANA DEL 21/1/87

ARCHIVADO EN: PETROLEO

8702113

01·01

ARCHIVAR EN: Venezuela (124)

TEMA: Matan en Venezuela a un jefe guerrillero colombiano

PROCEDENCIA:

ARCHIVADO EN: Subversion latinoamericana (073)

8702576

01-01

ARCHIVAR EN: VENEZUELA (124)

TEMA: Venezuela - Narcotráfico
INVE N- 00177/3/07 JAN 87.

PROCEDENCIA: ENLACE Brasilia 6/4/87 doc. 0258/87

ARCHIVADO EN: ENLACE Brasilia (138/4)

8702974

01-01

124

Venezuela

Buenos Aires, sábado 28 de febrero de 1987 ★ CLARIN

Página 14 ★ ECONOMIA

# Venezuela refinanció su deuda con los bancos acreedores

***Venezuela logró refinanciamiento para su deuda externa por parte de los bancos acreedores, que aceptaron plazos más largos, intereses más bajos y la renovación de líneas de crédito. En 1987 pagará solamente 250 de los 1.650 millones estipulados originalmente en concepto de intereses. Los plazos se estiran hasta 1992.***

CARACAS, 27 (DPA). — Venezuela acaba de obtener "un acuerdo sin precedentes" para el refinanciamiento de su deuda externa, que se empina por sobre los 35 mil millones de dólares.

El acuerdo fue logrado con los bancos acreedores en Nueva York por los negociadores venezolanos, informó en Caracas la agencia oficial de noticias Venpress.

"Es el mejor acuerdo en la historia del país", dijo el negociador Jorge Marcano, alto funcionario del Ministerio de Hacienda.

El convenio establece intereses más bajos (medio punto), plazos de pago más largos y la renovación de las líneas de crédito para programas de desarrollo que requiera el país en los próximos años.

"Estamos en presencia del mejor 'spread' o margen de los intereses sobre libro que se haya obtenido en la historia de las negociaciones con la comunidad financiera internacional", agregó Marcano.

Los acuerdos "demuestran la receptividad con que la banca ha respondido a los esfuerzos de Venezuela por mejorar su economía y significan un voto de confianza a la seriedad con que se ha venido manejando el país", expresó un vocero.

Marcano agregó que "efectivamente, la banca internacional nos ha dado respaldo y entendió el planteamiento del presidente Jaime Lusinchi, de evitar por encima de todo el sacrificio del pueblo por una deuda que fue heredada".

El acuerdo prevé el refinanciamiento de pagos por seis mil millones de dólares respecto al convenio original (no se hicieron amortizaciones de la deuda sujeta a refinanciamiento durante 1985 y 1986), y las amortizaciones convenidas originalmente para 1987 se reducen de 1.650 millones de dólares a solo 250 millones de dólares, y las de 1988 de 1.150 millones de dólares a solo 400 millones de dólares, señala Venpress.

Adicionalmente añade que los plazos se elevan de doce a catorce años, lo que significa que el refinanciamiento estará vigente hasta el año 1992.

01-01

8703055

Venezuela

# Reclamo de "responsabilidad compartid

CARACAS, 23 (EFE). — Venezuela espera que la banca internacional sea más comprensiva ante el problema de la deuda latinoamericana y se mantiene, según portavoces oficiales, a la espectativa de las repercusiones a la moratoria de Brasil.

El gobierno de Caracas mantiene esta semana conversaciones en Nueva York sobre la renegociación de parte de su deuda exterior, de unos 36.000 millones de dólares, y parece esperar que la suspensión de pagos de Brasil ablande a los banqueros.

El ministro de Hacienda venezolano, Manuel Azpurúa, a pesar de que se mostró reticente a comentar esas negociaciones declaró, en relación con el panorama abierto por la medida brasileña, que confía en una postición "más constructiva y flexible" por parte del comité de bancos acreedores de Venezuela.

Según el funcionario es necesario que la comunidad financiera internacional colabore con los deudores en la búsqueda de soluciones a largo plazo para el problema de la deuda y se abran flujos de capitales hacia las naciones endeudadas para que puedan pagar.

El ministro, que declinó en los últimos días comentar la decisión brasileña, se mostró comprensivo con las "circunstancias particulares" que llevaron a Brasil a suspender los pagos y dijo que su país "espera para ver cómo evolucionan las cosas".

Azpurúa destacó que la prioridad de su gobierno es atender las necesidades básicas de la población y poder crecer y desarrollar la economía.

El gobierno venezolano, que en los últimos años se ha mostrado reacio a impulsar acciones conjuntas de los deudores frente a la banca, y que nunca había esgrimido siquiera la posibilidad de no pagar la deuda ha mostrado signos de cambio en su política.

Hace dos semanas el ministro de Energía y Arturo Hernández Grisanti, afirmó que si el Co de Estados Unidos aprueba un impuesto al p importado, Venezuela, que tiene una sustancial de ingresos en esta ventaja, no podrá pagar su deuda

La cancillería y el ministro de Hacienda han su todo después las mismas tesis en lo que aparece c una clara y hasta ahora insuitada presión sobre Esta Unidos, en cuyas instituciones bancarias se concen además el grueso de la deuda venezolana.

Azpurúa reiteró también que la capacidad de pa de su país está en el petróleo, el cual aporta más del por ciento de los ingresos nacionales de divisas.

Estados Unidos compra el noventa por ciento de petróleo venezolano y un impuesto que grave ese crudo, proyecto que han presentado varios senadores norteame ricanos, puede hacer que los venezolanos cambien

CUENTO

01-01

8703099

/24

Venezuela

O. Noticia 28/2/85

# Refinancio Venezuela

CARACAS, (ANSA). Venezuela, dijo el gobierno, alcanzó un acuerdo "sin precedentes" al concluir en Nueva York las negociaciones sobre el refinanciamiento de 21 mil millones de dólares de deuda externa.

El acuerdo, que contempla una baja de un cuarto de punto en el margen o spread sobre la tasa de interés libor, dos años más de plazo para pagos y el restablecimiento de líneas de crédito, modifica el acuerdo suscrito el 26 de febrero del año pasado.

A dos meses de haber suscrito el acuerdo de 1986, Venezuela solicitó a la banca su modificación en vista de que la caída de los precios del petróleo, su principal producto de exportación, había disminuido sustancialmente la capacidad de pago del país, cuya deuda total asciende a 33 mil millones de dólares.

Venezuela alcanza este acuerdo en momentos en que la comunidad financiera mundial se encuentra a la expectativa por la decisión de Brasil de suspender por 90 días los pagos de los intereses de su deuda externa de casi 110 mil millones de dólares, la más alta del Tercer Mundo.

Con el nuevo acuerdo el "spread" pasa de 1-1/8 a 7/8, lo que significa una disminución de un cuarto de punto sobre la tasa interbancaria europea "libor", el "más bajo margen" que haya obtenido el país en la historia de sus negociaciones con la comunidad financiera internacional, refirió la agencia estatal de noticias "VENPRES".

Los plazos de pago se extienden en dos años al pasar de 12 a 14 años, lo que "significa que la banca internacional nos ha dado el respaldo al planteamiento del Presidente Jaime Lusinchi de evitar, por encima de todo, el sacrificio del pueblo por la deuda que fue heredada", dijo en Nueva York el negociador, Jorge Marcano, citado por VENPRES.

La nueva negociación también condujo a un refinanciamiento de 6 mil millones de dólares correspondientes a parte de la deuda refinanciada que no se amortizó en 1985 y 1986.

01·01

8703143

124 Venezuela

CLARIN 2/3/87

# Venezuela: acuerdo de tono polémico

CARACAS, 1° (EFE y AFP). — Mientras, en general, el nuevo acuerdo para refinanciar 21.200 millones de dólares del total de la deuda externa venezolana, ha sido recibido con satisfacción por los sectores políticos, empresarios y laborales, algunos opositores hacen hincapié en las concesiones que ha debido otorgar el gobierno venezolano a sus acreedores.

La prensa, la radio y la televisión anunciaron con gran despliegue, los aspectos del acuerdo, destacando que, en principio, aun cuando no se conocen todos los detalles del mismo, parece incluir buena parte de las peticiones hechas por Venezuela a los bancos acreedores internacionales.

El ministro de Hacienda, Manuel Azpurúa, indicó en Nueva York que mediante el nuevo acuerdo se ha "cambiado el perfil de la deuda" y se ha dado un paso decisivo para restablecer el flujo de capitales extranjeros necesario para el crecimiento ordenado y sostenido del país.

Una de las mejoras concretas obtenidas es que la amortización de capital durante los años 1987, 1988 y 1989 fijada antes en 3.359 millones de dólares, ha sido rebajada a solo 1.350 millones de dólares.

Igualmente el nuevo interés acordado será de siete octavos sobre la tasa interbancaria de Londres, inferior al uno y un octavo establecido en la negociación precedente.

Azpurúa señaló que espera que el documento final con las cláusulas del nuevo acuerdo esté listo para la firma antes del 31 de marzo, fecha en que vence el diferimiento de pagos concedido en diciembre pasado.

**♦ Críticas**

"Venezuela hizo el papel de muchacho bueno, al arribar a un acuerdo sobre su deuda pública externa, para que la banca internacional lo exhiba como ejemplo ante Brasil, Argentina y Perú", declaró el dirigente opositor democristiano venezolano, Pedro Pablo Aguilar.

Aguilar negó que el acuerdo sea el mejor logrado por Venezuela, subrayando que se mantienen términos estrangulantes para la economía. Explicó que "se mantienen condiciones que obligan a destinar la mitad de las divisas que ingresan al país por exportaciones, únicamente para el servicio de la deuda, lo cual nos mantiene como exportador neto de capitales. Esto es un grave riesgo para nuestras reservas internacionales, que ya el año pasado disminuyeron en 3.000 millones de dólares".

01·01 8703144

124

Venezuela - Rou

Ficha

Nuevo Embajador venezolano

# Presidente recibe carta credencial

El Presidente de la República, Dr. Julio María Sanguinetti, recibirá esta mañana, a la hora 9, en el Edificio "Plaza Independencia", las cartas credenciales del nuevo Embajador de Venezuela, Dr. Idelgar Pérez Seguini.

Se harán presentes en la ceremonia, el Ministro Interino de Relaciones Exteriores, Embajador Alberto Rodríguez Nin y el Secretario de la Presidencia, Dr. Miguel Semino.

**DESPEDIDA DE LEBEDEV**

Sobre la hora 9.30, se hará presente en Casa de Gobierno de Plaza Independencia el Embajador de la Unión Soviética, Yuri Lebedev. El diplomático soviético concurrirá a despedirse del Jefe de Estado uruguayo, con motivo de haber concluido su misión diplomática en nuestro país y haber sido designado para otro destino.

La Mañana 87

01·01 8703152

124

La Prensa 19/3/84

## Panorama mundial

### Buscan a secuestradores en Venezuela

**San Cristóbal, Venezuela (UP) — Unidades del Ejército venezolano realizan una intensa movilización en la zona fronteriza con Colombia, en un esfuerzo por localizar a un grupo armado que el viernes secuestró a un ganadero, informó el ministro de defensa, José Cardoso Grimaldi.**

**El ganadero, Nectario Germán Boscán, de 30 años, fue sacado a la fuerza de la hacienda San Francisco, ubicada al sur del lago de Maracaibo y cerca de la frontera con Colombia, por siete desconocidos vestidos con uniformes militares.**

**Según las autoridades, los secuestradores podrían ser miembros de un grupo guerrillero colombiano que opera en la zona.**

**Boscán se convirtió en el quinto hacendado venezolano en poder de grupos armados que operan en la frontera, y que este año incrementaron sus operaciones contra ganaderos del Zulia, Táchira y Apure.**

**Grimaldi, de visita en la estancia San Francisco, anunció que el Ejército realiza una intensa movilización en la zona y pidió a los ganaderos que, cuando trasladen grandes sumas de dinero, soliciten seguridad y vigilancia de las autoridades.**

**Actualmente se encuentran en poder de los secuestradores: Rita de Urbina, quien fue secuestrada junto con su esposo, aunque éste fue liberado esta semana; el político Hernán González Contreras, y los ganaderos italianos: Alberto Di Giácomo y Agustín Ciamanas, ambos desaparecidos en diciembre último.**

PARTES POCO LEGIBLE

01·01

8703144

124

RS

1/3/87



# Venezuela acordó con los bancos

CARACAS (AP). – Venezuela concluyó este fin de semana un largo proceso para mejorar las condiciones de pago de dos terceras partes de los 32.000 millones de dólares que debe al exterior y anunció que obtuvo de sus acreedores 14 años de plazo y una reducción de la tasa de interés del 0,50 por ciento respecto de un acuerdo anterior.

El nuevo acuerdo, que cubre un total de 20.450 millones de dólares del sector público, extiende los plazos hasta el año 1998, un período similar al logrado por México el año pasado. La tasa Libor, sin embargo, de 0,875 por ciento, es ligeramente superior a la que se concedió a México, de 0,825 por ciento.

01-01

8703518

# Alerta a tropas de Venezuela

CARACAS. — Las fuerzas de las Fuerzas Armadas venezolanas en la frontera con Colombia fueron puestas en estado de alerta ante el incremento de ataques guerrilleros en la línea limítrofe, reveló el ministro de Defensa, José Cardozo Grimaldi.

Cardozo Grimaldi dijo que las tropas venezolanas realizan "un intenso operativo de vigilancia para evitar que los guerrilleros colombianos trasladen sus acciones a territorio nacional".

En declaraciones a la prensa, el ministro indicó que el Ejército tiene informaciones de que se han efectuado continuos chequeos en el lado colombiano y "nosotros hemos alertado a nuestras unidades de frontera para impedir que puedan infiltrarse o cotar al país elementos subversivos provenientes del otro lado de la frontera".

"Nos mantenemos en estado de alerta", enfatizó Cardozo Grimaldi.

La movilización militar se extenderá a las zonas fronterizas de los estados Táchira, Zulia y Apure.

Por otra parte, el ministro anunció que hoy será activado un comando militar en la localidad de El Nula, al sur del estado Apure, integrado por funcionarios del Ejército.

El comando tendrá como objetivo desplegar una tarea de vigilancia y seguridad en una zona considerada crítica debido a los secuestros que sufren los ganaderos venezolanos, así como por los intentos de extensión por parte de las guerrilleros colombianos.

Tanto Venezuela como Colombia adelantan importantes proyectos petroleros en la región fronteriza, principalmente en Apure.



8704112

VENEZUELA 124



# Lusinchi advirtió sobre un eventual retorno al autoritarismo en América

*El presidente venezolano, Jaime Lusinchi, pidió al país que se aísle a quienes pretendan instrumentar planes desestabilizadores, haciendo referencia a los disturbios estudiantiles que agitaron la semana pasada a Caracas y a otras varias ciudades. Denunció además el peligro de un regreso del autoritarismo en América latina.*

CARACAS (AFP). — El presidente Jaime Lusinchi lanzó hoy un llamado al país para aislar a los protagonistas de los disturbios estudiantiles, que este jueves y viernes sacudieron varias ciudades del occidente, el centro del país y la propia capital.

El detonante fue la muerte de un estudiante en la andina ciudad de Trujillo, fulminado por un impacto de bala el jueves, cuando se efectuaba una manifestación de protesta en solidaridad con otros 17 universitarios enjuiciados militarmente, tras la violencia universitaria que sacudió al país en mayo.

Trujillo y las ciudades, también andinas, de Valera, Mérida y San Cristóbal, al igual que Valencia y la propia Caracas fueron sacudidas por los disturbios, que causaron por lo menos medio centenar de heridos y varias decenas de detenidos.

### ♦ "Viaja violencia"

Lusinchi habló hoy de una "vieja violencia equivocada" y subrayó que quienes "pretendan instrumentar planes desestabilizadores, fundados en hipótesis equivocadas, que al bien pueden causar mucho daño, mucho dolor y mucho sacrificio inocente, no llegarán nunca en este país democrático, maduro y aviesado, a poner en peligro sus instituciones".

En su mensaje al país por el 176° aniversario de la firma del Acta de la Independencia, que se celebra como el Día Nacional, el presidente fue enfático en afirmar que "en Venezuela está garantizada la vigencia de la Constitución y de los derechos humanos y políticos que ella consagra".

### ♦ Relaciones injustas

Directamente conectado con la situación por la que atraviesa su país, el discurso del mandatario venezolano reservó buena parte de su desarrollo a describir las relaciones económicas internacionales como fuente de desestabilización en los países periféricos.

Lusinchi afirmó que "el gigantesco potencial de desestabilización y crisis que entraña la persistente brecha económica entre las naciones industriales y las que están en vías de desarrollo constituye una peligrosa amenaza a la paz mundial".

### ♦ Retorno al autoritarismo

Pero además, el primer mandatario de Venezuela advirtió a los países industrializados sobre un retorno del autoritarismo a Latinoamérica si persisten en su "poco sensato" manejo del problema de la deuda externa y del proteccionismo, en su discurso en el Congreso Nacional.

"Las semillas de una recaída en el autoritarismo pueden nuevamente diseminarse a lo largo y ancho de nuestro continente, a menos que logremos impulsar consistentemente las economías y las sociedades latinoamericanas hacia el desarrollo", dijo Lusinchi.

"Es indudable que la supervivencia de la democracia en nuestros países latinoamericanos tiene mucho que ver con la capacidad de un régimen fundado en la libertad para satisfacer las legítimas aspiraciones de bienestar de nuestros pueblos", agregó.

### ♦ Mensaje de la deuda externa

"Bien sabemos que la obligación primordial descansa sobre nuestros propios hombros. Pero ello no resta significación alguna a la responsabilidad y al aporte que corresponde al mundo industrializado en la lucha contra el proteccionismo y por un manejo sensato del problema de la deuda externa", indicó el primer mandatario venezolano.

Lusinchi ratificó la vocación pacífica, democrática e integracionista de su país, pero indicó que las desigualdades entre ricos y pobres son una amenaza a la paz internacional.

"Nuestra proyección internacional está comprometida con la búsqueda y la preservación de la paz, con la promoción del desarrollo y el progreso social de nuestros pueblos. Así como con la defensa del modo de vida democrático", manifestó el presidente.

Señaló que el "precario equilibrio de terror" que en nuestros tiempos ha querido ser identificado como la paz, es "profundamente inestable".



8705702

# Venezuela: sugieren ajustes

CARACAS, 11 (AFP, DPA, UPI, AP y EFE). — El Banco Mundial [illegible] el gasto público y aumentar las tasas de interés, como una manera de superar el déficit fiscal y controlar la inflación, informó hoy el ministro de Hacienda, Manuel Azpúrua.

El Banco Mundial, a través de una misión presidida por Bela Balassa, estuvo durante esta semana en Venezuela, evaluando la situación económica y la política implementada por el gobierno de Jaime Lusinchi.

Anteriormente, una misión del Fondo Monetario Internacional también estuvo más de quince días analizando la economía venezolana, caracterizada por un alto índice inflacionario (el Banco Central estima más de 30 por ciento para 1987). Un déficit fiscal de más de 2.000 millones de dólares y desequilibrios en su balanza de pagos.

Aunque el gobierno ha señalado que las políticas económicas las dicta el Ejecutivo, las últimas medidas económicas (devaluación del bolívar, aumento de los precios, incentivo a las exportaciones y búsqueda de dinero fresco) coinciden con los lineamientos económicos del F.M.I. y el B.M.

Sin embargo, los dos organismos van más allá y sugirieron el recorte del gasto público (el actual presupuesto asciende a 158.000 millones de bolívares —unos 12 millones de dólares) y el alza de los intereses (actualmente ubicados en 9 por ciento en la tasa pasiva y 13 por ciento para la activa).

Las dos medidas, que ya han sido analizadas por parte de los estrategas económicos y asesores, tienen su contrapartida.

Mientras que círculos económicos consideran que el recorte de los gastos públicos beneficia al país, esto traería problemas al gobierno en una época preelectoral, donde se busca mantener un nivel de gastos que beneficie los planes oficiales.

El aumento de los intereses ya ha sido rechazado por la mayoría de los sectores interesados, porque consideran que agregará un ingrediente más a la inflación.

♦ **Créditos externos**

Sin embargo, estas dos recomendaciones son observadas con mucho cuidado por parte del gobierno, que está en una cruzada para obtener créditos externos, para equilibrar su balanza de pagos durante este año.

La financiación externa es la única posibilidad que se le abre al gobierno de Lusinchi, porque ya el Banco Mundial y el F.M.I. destacaron la otorgación de préstamos a Venezuela.

Martin Hardy, jefe de la misión del F.M.I., al finalizar su visita fue categórico al señalar que el Fondo no concederá ningún préstamo a Venezuela.

01-01

8705798

RS

124

# Venezuela desmiente compra de aviones

Caracas (ANSA) — El ministro venezolano de la defensa, general José Rafael Cardozo Grimaldi, negó categóricamente la supuesta adquisición por Venezuela de nuevos aviones Hawk ingleses y Mirage, destinados a la Fuerza Aérea (FAN).

La información sobre la compra fue hecha aquí por "El Diario de Caracas", que con el título de "Aviones y deudas" publica un severo editorial condenando la eventual compra, sosteniendo que "la situación general (del país) no parece recomendar en estos momentos cuantiosas transacciones que recargarían aun más las escuálidas reservas internacionales y las cuantiosas obligaciones externas que comprometen al país".

"El Diario" pone en duda el desmentido del ministro, al recordar que con motivo de la anterior adquisición de aviones F-16 "se comprobó que el ministro de defensa tampoco había sido informado previamente de la negociación", por lo que "negó inicialmente la información porque desconocía los hechos".

"Compramos unos F-16 en su versión menos sofisticada al mayor precio del mercado —dice el editorial—, y no se comprarón los Hawk, no porque no hubiese dinero o falta de intención, sino porque Venezuela quiso documentar su solidaridad con la Argentina en el conflicto de las Malvinas.

La Prensa 5.6.82

28
VENEZUELA
124

CLARIN — Buenos Aires, viernes 5 de junio de 1987

# Plan de la banca para Venezuela

NUEVA YORK (DPI) — El comité de bancos acreedores entregó a Venezuela la documentación sobre la refinanciación de dos tercios de su deuda externa para la aprobación final, y un fuente bancaria dijo que ve "con optimismo" el futuro de las negociaciones.

La refinanciación de 21.200 millones de dólares fue acordada el 27 de febrero, extendiendo el plazo de pago de doce años y medio a catorce y reduciendo los intereses del 1,125 por ciento sobre la tasa interbancaria de Londres o Libor a 0,875 por ciento.

Los informantes explicaron que Venezuela está realizando el estudio de la hoja de términos y de los convenios modificados y cuando dé su visto bueno se entregará todo nuevamente a los bancos acreedores para el examen final y la firma de los convenios, que está prevista no más allá del 1º de octubre.

Una fuente que participó en las negociaciones dijo que "no se prevé ningún problema de fondo, aunque el proceso de aceptación depende de la situación de cada banco".

Agregó que algunos bancos pueden tener reservas debido a que tienen una cartera de créditos con Venezuela y parte de esos créditos pueden corresponder al sector privado, que depende del gobierno para recibir dólares a tasas preferenciales.



8705920

# "La injusticia no se calla"

CARACAS, 23 (AFP).

La Iglesia Católica venezolana proclamó que "las injusticias no se pueden callar", ante las críticas del gobierno contra sacerdotes y monjas que denunciaron atropellos de la policía caraqueña.

El cardenal José Alí Lebrun dijo que los religiosos que causaron disgusto al gobierno "están todos bajo la dirección mía. Lebrun en ciertos difíciles, siempre las injusticias y éstas son cosas que no se pueden callar".

Hace una semana, 40 sacerdotes y monjas que trabajan en barriadas marginales del este caraqueño publicaron un aviso en la prensa para protestar contra constantes atropellos en sus parroquias de la policía contra jóvenes, padres de familia, modestos trabajadores e incluso las mismas religiosas.

El texto de los religiosos deploraba la represión como medida para enfrentar los problemas de corrupción y falta de oportunidades en el país.

El aviso se divulgó en un clima de agitación social y manifestaciones callejeras sin precedentes en lo que va de la década, luego de resultar ilesas en precios de productos y violentos choques entre estudiantes y fuerzas del orden.

El presidente socialdemócrata Jaime Lusinchi y su ministro del Interior, Alejo Cliberto, dijeron que las denuncias responden a "un plan subversivo activado por Bandera Roja", un grupo clandestino de ultraizquierda.

En la misma sesión parlamentaria, Cliberto se refirió al comunicado de los religiosos del este caraqueño como "elemento revulsivo", y dijo que emplearon un "lenguaje inaceptable".

Cliberto, además, dijo que investigan a los religiosos firmantes, "todos extranjeros".

Las acusaciones de Cliberto sirvieron de acicate a la Iglesia para replicar, por boca del cardenal Lebrun, que los religiosos denunciantes "cumplieron con su deber. Lo hicieron con la mejor buena voluntad y no son ningunos subversivos".



8705971

Cuzco Drogas

124

# Narcotraficantes atacan un puesto militar venezolano

Caracas, 16 (UP) – Un grupo de traficantes de drogas atacó un puesto militar venezolano en la frontera con Colombia el fin de semana, dejando más de 10 soldados muertos, informó hoy el presidente Jaime Lusinchi.

Lusinchi confirmó que el ataque ocurrió en una zona montañosa de la Sierra de Perija, a escasos kilómetros de la frontera con Colombia.

El mandatario formuló su declaración ante periodistas luego de su intervención en un encuentro de gobernadores del Fondo de la Organización de Países Exportadores de Petróleo para el Desarrollo Económico.

"Las informaciones que tenemos son las de que se trata de una incursión de una banda de narcotraficantes, que atacó alevosamente a un grupo de la Guardia Nacional que estaba destruyendo plantaciones de marihuana en la frontera", dijo Lusinchi.

En la ciudad de Maracaibo, al oeste del país y cercana a la zona del ataque, una estación de radio dijo que los muertos por ambos bandos son más de 40, informó.

Radio Popular informó que en el enfrentamiento murieron 15 soldados venezolanos y 32 atacantes que, según esa versión, se presumen eran guerrilleros colombianos.

Agregó la versión radial que comandos del Ejército de Venezuela y de Colombia realizan movilizaciones conjuntas para capturar al grupo atacante.

Funcionarios del puesto militar de la Guardia Nacional realizaban labores de vigilancia sobre plantaciones de coca y marihuana descubiertas recientemente en la zona, cuando fueron atacados por los presuntos traficantes de drogas.



8706077

124

LA NACIÓN 4/7/87

# Muchos quieren volver y Carlos Andrés Pérez no es la excepción

VENEZUELA

Por Alan Riding

CARACAS (The New York Times). – Cuando Carlos Andrés Pérez abandonó la presidencia, en 1979, los venezolanos parecían estar totalmente agotados por los dramáticos cambios económicos y la progresista política exterior que habían caracterizado sus cinco años al frente del Gobierno.

Pérez había nacionalizado los depósitos de mineral de hierro y la enorme industria petrolera del país y había realizado inversiones considerables en nuevos proyectos de acero y aluminio. También había logrado que su país llamara la atención al desarrollar funciones diplomáticas claves en los nuevos tratados sobre el canal de Panamá y la revolución nicaragüense.

Pérez, sin embargo, no estaba acabado. "Un verdadero político sólo se retira cuando los primeros puñados de tierra son arrojados sobre su tumba", señaló una vez. E impulsado aparentemente por lo que un amigo llamó casi una necesidad psicológica de ser presidente otra vez, Pérez pasó a ser conocido como el hombre que no podía dejar de promoverse políticamente.

## Siempre en la prensa

De acuerdo con las leyes venezolanas, para aspirar nuevamente a la presidencia un candidato debe esperar a que pasen dos gestiones de gobierno. Sin embargo, Pérez nunca dejó de aparecer en la prensa, primero cuando se defendía encendidamente frente a los cargos de corrupción que le imputaban y, después, cuando viajaba al exterior y promovía campañas en favor de diversas causas del Tercer Mundo.

Ahora, a los 64 años, Pérez puede finalmente canalizar sus energías por completo tratando de repetir su ilusión de toda la vida.

"Soy un político todo el tiempo –declaró hace poco en una entrevista–. Al ver cómo anda mi popularidad en las encuestas y sentir el apoyo que tengo para una nueva gestión presidencial tuve que aceptar el desafío."

Sin duda lo favorece la evidente nostalgia de muchos venezolanos por los buenos viejos tiempos de su primera gestión de gobierno cuando los elevados precios del petróleo en el mundo llevaron al país hacia una prosperidad sin precedentes. Después de dos presidentes sucesivos, que no ofrecieron ni carisma ni emoción, existe ahora inclusive cierta añoranza por el populismo al viejo estilo de Pérez.

## Obstáculo

Aun cuando las encuestas revelan que Pérez es el principal candidato para obtener la nominación del Partido Acción Democrática –actualmente en el poder– y ganar las elecciones de diciembre de 1988, el ex presidente tiene frente a sí un obstáculo mayúsculo: el actual presidente de Venezuela, Jaime Lusinchi, parece resuelto a evitar que Pérez logre sus propósitos.

"Pienso que Lusinchi preferiría que gane la oposición antes de ver entrar nuevamente a Carlos Andrés en el Palacio de Miraflores –afirmó un asesor presidencial–. Para Lusinchi se trata de una obsesión puesto que Pérez representa una forma centralizada y personalista de gobierno que va en detrimento del propio partido."

Consecuentemente, el presidente Lusinchi ha puesto toda su influencia personal y los tantos recursos gubernamentales al servicio de la candidatura de Octavio Lepage, un pálido ex ministro del Interior, con la esperanza de evitar de alguna manera que Pérez se alce con la nominación del Partido Acción Democrática.

Y, aunque Pérez ha sido apoyado por el poderoso movimiento obrero y otros sectores claves del Partido Democrático Social, el presidente Lusinchi y su candidato orientan su campaña hacia el mundo más restringido de los 42 colegios electorales y los aproximadamente 40.000 delegados que elegirán en octubre próximo al candidato del partido.

## Recompensas

Su arma principal es el gran respaldo que tiene el presidente en un país donde cada gobierno tradicionalmente recompensa a los miembros de su partido con contratos y empleos lucrativos. "Muchos delegados son vulnerables a las presiones simplemente porque ellos y sus familiares tienen empleos que no quieren perder", afirmó un dirigente del partido.

Debido a que la mayoría de los 18 millones de habitantes de Venezuela vive en las regiones costeras del Norte, los partidarios de Lepage consideran que el candidato podrá ganar si puede controlar los siete mayores colegios electorales que representan a los Estados más poblados.

"Carlos Andrés Pérez ha sitiado la maquinaria del partido, pero Lusinchi y Lepage piensan que tienen el dinero suficiente como para romper el cerco", escribió Rodolfo Schmidt, un destacado periodista local.

Por otra parte, Pérez parece estar persuadido de que ha comprometido la nominación con una estrategia diferente. Si los delegados en los colegios electorales quieren asegurar que el partido continúe otros cinco años en el poder –sostiene–, las encuestas han demostrado que no deberían titubear a la hora de elegirlo.

## Enemigos y corrupción

Puesto que el principal candidato del partido gobernante ha perdido en las últimas cuatro elecciones presidenciales, Pérez advierte inclusive que ve cierta ventaja en su pugna con Lusinchi. "No tengo dudas de que, sea cual fuere la razón, Jaime Lusinchi no quiere que yo sea el candidato del partido –declaró–. Pero respaldar a un candidato no siempre es conveniente para el Gobierno."

En realidad, el ex presidente aún tiene muchos enemigos, no sólo entre los leales al partido que –según dicen– temen que Pérez se rodee de "amigos" en el Palacio de Miraflores, sino también entre aquellos que sostienen que la corrupción alcanzó su pico máximo durante su primer gobierno.

Desde que dejó el poder, Pérez irritó frecuentemente a Washington con sus abiertas críticas contra la política norteamericana en América Central.

Sin embargo, en su carácter de candidato, Pérez ha preferido tono conciliador con la plena c fianza de que su pasado sea rec dado ahora positivamente. Obser por ejemplo, que los formidab proyectos industriales por los cua fue alguna vez sumamente crítica desarrollan hoy una máxima ope tividad.

También recordó que, tras una vestigación del Congreso vene lano, fue declarado inocente de cargos de corrupción que pesab sobre él. "No soy un hombre r –confesó Pérez–. Hay dos cosas q uno no puede ocultar en la vida. . tos y la fortuna." (c) LA NACION

(Traducción de Luis H. Presse

01•01

8706131

124

La Nación 4/7/8

# Venezuela: chocaron policías y estudiantes

CARACAS, 3 (AP).– Siete policías y por lo menos 30 estudiantes resultaron heridos en las afueras de la Universidad Central, al extenderse los disturbios que estallaron ayer en Trujillo tras la muerte del estudiante Johnny Villarreal Matos.

La policía responsabilizó de los disturbios y disparos a "agitadores profesionales extraños a la Universidad", en tanto que los dirigentes la acusaron de haber disparado contra los estudiantes que protestaban contra los sucesos de Trujillo.

La muerte de Villarreal, por un balazo en el estómago y en circunstancias aún no esclarecidas, desencadenó violentas manifestaciones en Trujillo, Valera y Mérida hasta que el Gobierno ordenó acuartelar el control al Ejército y la policía.

Pero nuevos desórdenes estallaron hoy en esta capital, Valencia y San Cristóbal. Hubo detenidos en las dos últimas, pero no se informó de choques con la policía, como los que se produjeron en Caracas.

El jefe de operaciones de la policía, coronel Jesús Rafael Caballero, afirmó que sus subordinados llevaban "solamente armas con perdigones y gases lacrimógenos".

Pero el presidente de la Federación de Centros Estudiantiles, Bernardo Ansidey, afirmó que la policía había "arremetido violentamente contra una marcha pacífica" y que algunos estudiantes habían sido perseguidos hasta los lugares adyacentes a los predios donde buscaban refugio.

Las autoridades afirmaron que los policías fueron atacados con armas de fuego por encapuchados y otros con pañuelos cubriéndoles el rostro y que en un centro estudiantil se habían decomisado armas, drogas y bombas Molotov.

Los funerales de Villareal iban a realizarse esta tarde, pero fueron postergados hasta mañana.

Los desórdenes se originan en detenciones producidos a fines de abril por disturbios en Mérida atribuidos por las autoridades a grupos de extrema izquierda.

Los detenidos iban a ser juzgados por tribunales militares, pero la mayoría fueron liberados esta mañana.



8706603

124

# Venezuela seguiría los pasos de Brasil para lograr dinero fresco de los bancos

**Caracas— El presidente del partido oficialista venezolano pidió a los bancos privados extranjeros que otorguen nuevos préstamos a su país y dijo que el gobierno debería considerar la posibilidad de declararse insolvente para llenar la atención de los acreedores.**

Escribe Walter Simon
de la agencia "Reuter"

Gonzalo Barrios, titular del Partido Acción Democrática, dijo anoche a los periodistas que Venezuela debe obtener garantías de financiamiento fresco porque de otra forma quedará con pocas reservas internacionales.

"Habría que discutir si conviene declararse insolvente o hacerse insolvente efectivamente para que los bancos extranjeros tomen en cuenta nuestras necesidades", afirmó.

El partido socialdemócrata Acción Democrática estuvo varias veces en el poder desde 1958, año en que Venezuela retornó a la democracia. Su comité ejecutivo se reúne regularmente y sus decisiones influyen —aunque no son vinculantes— en la política gubernamental.

La deuda externa venezolana estimada en 33.200 millones de dólares es la cuarta en importancia de América Latina. En febrero el país accedió a nuevos términos para reestructurar 21 mil millones de dólares adeudados a bancos extranjeros privados.

Barrios dijo que Venezuela duda si firmaría un acuerdo de reprogramación, porque ello no garantizaría nuevos préstamos.

## • Antecedentes

Venezuela es considerada como el país con mejores antecedentes de cancelación entre los grandes deudores latinoamericanos, según opinión de los banqueros extranjeros.

Salda sus intereses y ha pagado más de cuatro mil millones de dólares en capital a los bancos privados extranjeros desde que comenzó la crisis regional de la deuda en 1982.

Los acuerdos de reestructuración de febrero de 1987 no prevén un nuevo financiamiento y obligan al país a pagar a los bancos privados extranjeros 1350 millones de dólares de capital hasta fines de 1989.

Barrios dijo que la buena reputación de Venezuela como deudor se convirtió en un perjuicio.

Agregó, sin embargo, que correspondía al gobierno decidir si suscribirá el acuerdo de refinanciamiento. Algunos banqueros extranjeros sostienen que la decisión podía ser tomada dentro de la próxima semana.

No haber firmado los acuerdos de febrero eventualmente los habría invalidado, dijeron los banqueros. Legalmente entraría en vigencia el compromiso previo de refinanciamiento alcanzado en febrero de 1986, agregaron.

El acuerdo de febrero de 1986 estipula que Venezuela deberá pagar 3820 millones de dólares de capital entre 1987 y 1989 y saldar intereses con un margen de 1 1/8 por ciento superior a la tasa LIBOR generalmente utilizada como punto de referencia en los préstamos internacionales.

El acuerdo de febrero de 1987 estipula los pagos en 7/8 de punto sobre la LIBOR.

A. F. 3/8/87

01-01

8706707

# Venezuela amenaza suspender sus pagos a la banca acreedora

*Gonzalo Barrios, presidente del Partido Acción Democrática que llevó a Jaime Lusinchi al gobierno de Venezuela, dijo que ese país estudia la posibilidad de cesar sus pagos a la banca acreedora extranjera como medida de presión ante la falta de financiamiento "fresco". Venezuela es el único deudor regional que ha estado amortizando capital adeudado pero se niega a que esta política disminuya sus reservas monetarias internacionales.*

CARACAS, 2 (Reuter). — El presidente del partido oficialista venezolano pidió a los bancos privados extranjeros que otorguen nuevos préstamos a su país y dijo que el gobierno debería considerar la posibilidad de declararse insolvente para llamar la atención de los acreedores.

Gonzalo Barrios, titular del Partido Acción Democrática, dijo a los periodistas que Venezuela debe obtener garantías de financimiento fresco, porque de otra forma quedará con pocas reservas internacionales. El presidente venezolano, Jaime Lusinchi, tampoco vería con buenos ojos el acuerdo logrado con los bancos.

"Habría que discutir si conviene declararse insolvente o hacerse efectivamente insolvente para que (los bancos extranjeros) tomen en cuenta nuestras necesidades", dijo Barrios.

El partido social demócrata Acción Democrática estuvo varias veces en el poder desde 1958, año en que retornó la democracia a Venezuela; su comité ejecutivo se reúne regularmente y sus decisiones influyen —aunque no son vinculantes— en la política gubernamental.

La deuda externa venezolana estimada en 33.200 millones de dólares es la cuarta más importante de América latina. En febrero, el país accedió a nuevos términos para reestructurar 21.000 millones de dólares adeudados a bancos extranjeros privados.

Barrios dijo que Venezuela dudaba aún si firmaría un acuerdo de reprogramación, porque ello no garantizaba nuevos préstamos.

"Yo diría que, en efecto, hay una gran vacilación en cuanto a si conviene o no conviene firmar el refinanciamiento, sin seguridades plenas de que Venezuela recibiría una especie de ayuda económica parecida o equivalente".

### Buena letra

Venezuela es considerado como el país con mejores antecedentes de cancelación entre los grandes deudores latinoamericanos, según opinión de los banqueros extranjeros.

Salda sus intereses y ha pagado más de 4.000 millones de dólares de capital a los bancos privados extranjeros desde que comenzó la crisis regional de la deuda en 1982 (al margen de los pagos de intereses).

Los acuerdos de rees-



1987 no prevén un nuevo financiamiento y obligan al país a amortizar a los bancos privados extranjeros 1.350 millones de dólares de capital hasta fines de 1989.

Otros deudores latinoamericanos de envergadura como México y la Argentina suscribieron acuerdos de refinanciación que proveen de nuevos créditos y no exigen pagos en los próximos años sobre el capital adeudado a los bancos privados extranjeros. Barrios dijo que la buena reputación de Venezuela como deudor se convirtió en un perjuicio.

"A nosotros nos perjudica la idea de que éste es un país que puede pagar, que es rico, y nos diferencian de otros países latinoamericanos que están ya reconocidos como insolventes", sostuvo.

Agregó sin embargo que, correspondía al gobierno decidir si suscribirá el acuerdo de refinanciamiento. Algunos banqueros extranjeros dijeron que la decisión podía ser tomada dentro de la próxima semana en una reunión a nivel ministerial.

El ministro de Hacienda, Manuel Azpurúa, declinó el miércoles comentar o aclarar un informe aparecido en un periódico local, que señalaba que Venezuela buscaba un compromiso de nuevo financiamiento antes de suscribir el acuerdo.

No haber firmado los acuerdos de febrero eventualmente los habría invalidado, dijeron los banqueros. Legalmente entraría en vigencia el compromiso previo de refinanciamiento alcanzado en febrero de 1986, agregaron.

El acuerdo de febrero de 1986 estipula que Venezuela deberá pagar 3.830 millones de dólares de capital entre 1987 y 1989 y saldar intereses con un margen de 1 1/6 por ciento superior a la LIBOR, generalmente utilizada como punto de referencia en los préstamos.

El acuerdo de febrero de 1987 estipula los pagos en 7/8 de uno por ciento sobre la LIBOR, cláusula que ya entró en vigencia el 1° de abril.

01·01

8706772

VENEZUELA
CRUZAR CON COLOMBIA

124

# Se mantiene la tensión militar entre Venezuela y Colombia

Bogotá, 16 (UP) – La Marina de Colombia mantendrá su patrullaje en aguas fronterizas con Venezuela, según informaron hoy fuentes castrenses, mientras el presidente Virgilio Barco, consideró "un poco subida de tono" una protesta venezolana por el incidente entre dos naves de guerra en una zona de litigio.

Una versión de prensa aseguró hoy que el presidente Barco y su colega venezolano, Jaime Lusinchi, dialogaron ayer por teléfono para suavizar la situación pero, señaló el diario "El Siglo", "la conversación terminó sin acuerdos y en tono irritado".

El Palacio de Narino no ha confirmado ni desmentido la versión de "El Siglo". El mismo rotativo, de orientación conservadora, precisó que Barco propuso a Lusinchi que las naves de guerra de los dos países que patrullan la zona del golfo de Venezuela, se retiren al mismo tiempo, lo que, según la versión, "no fue aceptada".

Barco, en diálogo con periodistas, dijo que la protesta del gobierno de Caracas estaba "un poco subida de tono".

El canciller colombiano, Julio Londono, se prepara, entre tanto, para informar al Congreso, del incidente con Venezuela y de la respuesta que dará el gobierno a las protestas del vecino país, comentó un vocero legislativo del partido Conservador.

Entre tanto, una fuente de la oficina en Bogotá de la Armada nacional, encargada de vigilar las fronteras marinas, señaló que el "patrullaje es normal y constante" en aguas del Caribe, en el límite con Venezuela.

La misma fuente precisó que existe un "acuartelamiento de las Fuerzas Armadas" en los departamentos del norte colombiano, que están ubicados en la costa atlántica, cerca de la frontera marítima con Venezuela.

Por su parte, Venezuela puso en estado de alerta a sus Fuerzas Armadas, trascendió hoy en esta capital.

Mientras tanto, el ex canciller, Efraín Schacht Aristeguieta, hizo un llamado a ambos gobiernos para resolver los problemas limítrofes, advirtiendo que las tensiones puedan desencadenarse en "una situación explosiva entre los dos países".

El "Diario de Caracas" informó hoy que "todas las Fuerzas Armadas nacionales están acuarteladas mientras dure la situación de emergencia que vive a raíz del incidente".

Venezuela informó que la corbeta colombiana "Caldas", traspasó los límites marítimos a principios de la semana y se apostó durante varios días en el golfo, zona donde Bogotá ha venido reclamando derechos marinos y submarinos.

Tras el incidente, el presidente Jaime Lusinchi convocó a una reunión urgente con el alto mando militar y de su gabinete, en la cual se analizó las incursiones de naves colombianas en la zona.

LA PRENSA 17-8-87

01·01 8708352

# Venezuela y Colombia envían fuerzas a su frontera

CARACAS, 17 (Reuter).- Venezuela y Colombia enviaron hoy refuerzos militares a la región fronteriza al tiempo que crecía la tensión tras un estancamiento diplomático sobre una disputa sobre límites, afirmaron hoy diarios de ambos países.

El diario Panorama, de Maracaibo, dijo que Venezuela trasladó artillería pesada, tanques AMX-30 y cazabombarderos F-16 a bases cercanas a la frontera. El diario El Mundo, de Caracas, informó que hubo "intenso movimiento de patrullas" en ambos lados de la frontera.

En Bogotá, el diario El Tiempo dijo que la marina colombiana despachó tres corbetas misilísticas a las proximidades de la disputa fronteriza en el golfo de Venezuela, compartido por ambas naciones.

El Ministerio de Defensa venezolano rechazó comentar sobre las informaciones. Hoy es feriado público en Colombia y los voceros del Ministerio de Defensa no pudieron ser localizados para comentar los últimos acontecimientos.

La tensión creció el jueves cuando Venezuela protestó al afirmar que la corbeta colombiana Caldas había ingresado en aguas territoriales venezolanas en el Golfo. Tras calificar de provocación esa acción, Venezuela colocó su alto mando militar en alerta.

Colombia respondió que el Caldas estaba en aguas territoriales colombianas y añadió que las fronteras en el Golfo no estaban bien demarcadas.

## Actuaría La Haya

BOGOTA, 17 (ANSA).- Informes de prensa que no mencionan sus fuentes indican que Colombia estudia diversas fórmulas para llevar ante la Corte Internacional de La Haya en caso de que la delimitación de las áreas marinas y la no aceptación de Venezuela a reconstruir la comisión de conciliación, prevista por el Tratado de No Agresión suscripto hace 48 años.

La determinación de ordenarle a la corbeta Caldas el patrullaje en aguas que Colombia considera suyas en el área en litigio se acordó luego de que altos funcionarios del Gobierno realizaran una inspección por la zona y se percataran de que no se está haciendo presencia en el lugar, en tanto que navíos venezolanos de guerra custodiaban el citado accidente geográfico", dijo hoy el diario El Espectador, sin identificar a su fuente informativa.

Por su parte, el diario El Siglo le atribuye al jurista Rafael Nieto Navia, que se dice forma parte de los asesores del Gobierno, el haber dicho que Venezuela "busca" un incidente militar.

## Llamado de la OEA

WASHINGTON, 17 (EFE).- El secretario general de la Organización de Estados Americanos (OEA), el brasileño Joao Clemente Baena Soares, hizo hoy un llamamiento "urgente" a los gobiernos de Venezuela y Colombia para que adopten medidas para aliviar las tensiones en el Golfo de Venezuela.

"Enterado de la delicada situación en el golfo de Venezuela -dijo Baena Soares- que podría amenazar las tradicionales buenas relaciones que existen entre Colombia y Venezuela, me puse en contacto con los cancilleres para expresarles mi preocupación.

"He invocado el alto espíritu de entendimiento y concordia que ambos países y sus gobiernos han demostrado a la comunidad internacional", agrega la declaración de la OEA.

## De la Cancillería argentina

El Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto dio a conocer un comunicado" ante la situación creada entre las repúblicas de Colombia y de Venezuela".

En la declaración se señala que "el gobierno argentino se siente en la fraterna necesidad de exhortar a ambos gobiernos amigos a que adopten las medidas que favorezcan la preservación de la paz y que permitan la búsqueda de una solución a los problemas limítrofes en el contexto de la común voluntad política de avanzar hacia la integración latinoamericana y del respeto al derecho internacional".

01•01

710081

HR

ARCHIVAR EN: Venezuela (124)

TEMA: El Golfo de la Iscorda

PROCEDENCIA: El País del 8/9/87

ARCHIVADO EN: Colombia (111)

01·01

8710383

ARCHIVAR EN: Venezuela (124)

TEMA: Rechazo Colombiano a la protesta de Venezuela.

PROCEDENCIA : LA NACION 9/9/87

ARCHIVADO EN: Colombia (111)

01•01

8710689

HB

ARCHIVAR EN: Venezuela (124)

TEMA: INVR N: 677.3/01 JU/87 (Venezuela

PROCEDENCIA : Enlace brasileño 24/11/87 Sec 1652/87

ARCHIVADO EN: Enlace brasileño (135/A)

8711452

01•01

# CARP. Nº 125

F 125 AFRICA

ENTRE LOS Nºs

8702095-8710239

latina.

FERIA

# Africa en armas

Hace poco se llevó a cabo en Atenas la cuarta edición de la "Defendory", una feria internacional de armamentos para operaciones militares de aire, mar y tierra. En setecientos treinta "stands" se exhibieron modelos de instrumentos de destrucción, destinados a tentar, exclusivamente, a los potenciales compradores del "tercer mundo", ya que a ellos -y sólo a ellos- estaba dedicado el despliegue organizado en Grecia.

Dos datos subrayables conformaron el saldo de esta exposición o, por mejor decir, "expoventa", según expresión de uso corriente estos días.

Al primero puede vérsele positivo, desde nuestro punto de vista porque indica que América latina no fue esta vez el mayor adquirente. El segundo es bastante negativo, dado que en esta primera posición se ubicó Africa.

Según las informaciones disponibles, los enviados africanos quedaron embelesados frente a los tanques, cañones, blindados anfibios, misiles y otros elementos de guerra que presentaron fabricantes procedentes de casi todo el mundo. Después del deslumbramiento, vinieron los negocios y, si bien las cifras finales no han sido reveladas, se pudo saber que Africa fue en conjunto el primer comprador en la feria. Países donde la población sufre endémicamente de hambre y enfermedad, gastaron montañas de dinero para incorporar más armas a sus arsenales. El hecho dice a las claras de la situación en que se encuentran vastas zonas del mundo y aumenta los contrastes dramáticos de esta época, en la cual progresa la tecnología, pero escasean las propuestas sensatas.

Es preocupante, y deprime, la actitud armamentista demostrada por los jóvenes Estados africanos, desde el momento en que ella no augura sino la agudización de los profundos problemas ya existentes.

LA MAÑANA 5-11-86

01·02

9702095

3/9/86

La Mañana

Directores: Eduardo Paz Aguirre - Eduardo Heguy Terra

PCRLA

Política exterior

# Mirar hacia Africa

EL país está encarando, con voluntad y decisión que merece todos los apoyos, las posibilidades de expansión de su actividad exportadora.

En tal sentido, a las cifras estadísticas que muestran el gran incremento producido en las exportaciones en el período enero-agosto de 1986 con relación al mismo lapso de 1985 -y que es del orden de un 30 por ciento mayor- se suman las expresiones de vigor y confianza del sector privado.

Un ejemplo más que elocuente, recientemente industriales y comerciantes viajaron a los Estados Unidos, a efectos de sondear esa importantísima plaza comercial, iniciar o profundizar vínculos con importadores y hombres de empresa de ese país y abordar ese mercado con un espíritu que evidencia tanto su propia y laudable decisión como la confianza en sí mismos, en la calidad y competitividad de sus productos.

Es más que claro, como ha sido destacado reiteradamente por el Presidente Sanguinetti, que el Uruguay debe mirar hacia afuera, habida cuenta de la exigüidad de su mercado interno. Debemos volcarnos a la conquista de nuevos mercados que posibiliten no sólo el aumento de nuestras cifras de exportación, sino también, y en forma preponderante, la readecuación y redimensionamiento de nuestro equipamiento de producción y trabajo, una vez que se tenga la certeza de que habrá quienes compren los variados productos que somos capaces de elaborar.

Por ello, pensamos en Africa, como una enorme y potencial posibilidad que puede abrir para nuestro país un insospechado escenario que es preciso explorar y conquistar. Fundamentalmente, en una primera etapa, en relación con los países de su costa atlántica y en especial los del golfo de Guinea. Nigeria, momentáneamente disminuida por serios problemas financieros y económicos que dificultan la fluidez de sus transacciones comerciales, pero también Camerún, Gabón, Zaire más al sur y hacia el oeste, principalmente Costa de Marfil y Togo.

En esos mercados y dentro de la variedad de sus posibilidades adquisitivas, nuestro país puede encontrar colocación para muchos de sus rubros exportables en la medida en que trace una política comercial dirigida firmemente a respaldar el esfuerzo privado, al que debe orientar y estimular.

En esa vasta zona no cabe descartar la significación de las islas Canarias que mantienen con los países africanos grandes y constantes vínculos de intercambio comercial y cuyas autoridades, en reciente visita realizada a nuestro país, ofrecieron toda su colaboración dentro del proyecto sur-sur, a fin de facilitar con grandes ventajas toda su infraestructura comercial y portuaria, con sensibles beneficios para nuestro sector exportador.

Pero también del lado del océano Indico hay posibilidades del mayor interés, en especial con relación a Kenia y Tanzania, países con los que hasta el presente nada se ha hecho pero con los que es posible que mucho se pueda hacer.

AFRICA es un enorme continente, ávido de alimentos y de numerosos otros productos. Algunos países sudamericanos, advertidos de esta situación -caso de Brasil- están desarrollando en esa área una política comercial muy importante. El nuestro no puede permanecer indiferente ante ello, lo que plantea la necesidad de dirigir la vista hacia ese continente en forma directa e intensa. Seguros de que, haciéndolo así, se recogerán importantes frutos que podrán incluso liberarnos, en buena medida, de contingencias y limitaciones que, en otros países más desarrollados, ponen freno a sus importaciones en protección de su propia producción.



8702095

## Africa Occidental abre excelentes perspectivas comerciales

# Iglesias firmó ayer convenios de cooperación con gobierno marroquí

COMERCIO

*El Canciller uruguayo, Enrique Iglesias, y su colega marroquí, Abdelatif Filali firmaron ayer en Rabat, un acuerdo en el marco de cooperación en los sectores económico, científico y cultural.*

El Ministro uruguayo en su gira por territorios de Africa occidental, luego de visitar Gabón y Costa de Marfil, llegó a Marruecos, declarando que se abren inmejorables perspectivas para Uruguay hacia Africa occidental, especialmente en los campos económicos y comerciales.

Se mostró satisfecho de los contactos políticos que tuvo en Rabat donde fué recibido por el Primer Ministro Azedin Laraki y por el Presidente de la Cámara de Representantes, Ahmed Osman, después de entrevistarse con el Ministro de Asuntos Exteriores Filali que aceptó su invitación a visitar Uruguay.

En sus conversaciones, las dos partes subrayaron la calidad de los lazos existentes entre ambos países y afirmaron su voluntad de desarrollar las relaciones bilaterales.

El Canciller uruguayo recalcó que hablaron de los problemas africanos, de Oriente Medio y latinoamericanos añadiendo que la parte marroquí se interesó mucho por la cuestión de la deuda exterior de América latina.

Respecto al Sáhara, el Ministro Iglesias dijo que los políticos marroquíes explicaron su punto de vista sobre la cuestión y que nosotros apoyamos la organización de un referéndum bajo el control de la ONU y las gestiones que está realizando, en este sentido, el Secretario General de las Naciones Unidas, Javier Pérez de Cuéllar.

### COOPERACION BILATERAL EN EL SECTOR PESCA

En la víspera el Cr. Iglesias se entrevistó con los Ministros marroquíes de Asuntos Económicos y de Pesca, Mulay Zin Zahidi y Bensalem Smili, respectivamente.

Ambas partes quieren incrementar sus intercambios comerciales en el marco de la cooperación sur-sur y reforzar la cooperación bilateral en el sector de la pesca ya que tienen grandes posibilidades.

Para Uruguay, dijo el Canciller, existen perspectivas de nuevos mercados ya que empresarios marroquíes están interesados en crear sociedades de "joint venture" en materia de industria pesquera.

Añadió que Marruecos tiene interés también en utilizar las zonas francas uruguayas como punto de llegada de sus exportaciones de fosfatos que serán diversificadas después hacia otros países de America latina.

Por otra parte, el Ministro Iglesias señaló que en Abidjan visitó las instalaciones de la primera industria uruguaya creada en Africa occidental para el tratamiento y la venta de carne insistiendo en los resultados positivos de la primera visita de un Canciller uruguayo a esta región del mundo.

Finalmente cabe señalar que el Ministro de Relaciones Exteriores de Uruguay, acompañado por representantes de su Gobierno y del sector privado, viajará hoy, martes, a Casablanca donde mantendrá contactos con empresarios marroquíes antes de partir hacia Senegal.

870209

01 • 01

8702096

## *Africa negra*

# La penetración soviética

**Dos libros han aparecido en Europa tratando el problema del plan soviético para conquistar Africa, poniendo en el centro de la estrategia rusa a Etiopía: el de André Glucksmann y Thierry Walton "Silencio se mata" y el de Jean-Christophe Ruffin "La trampa humanitaria". Ambos libros denuncian que las hambrunas etíopes reciben cuantiosas ayudas de Occidente y mismo de algunos países del Tercer Mundo como India y en realidad sirven de excusa al tirano de Addis-Abeba para financiar sus compras de armas en URSS y otros países socialistas, con el fin de reprimir al "invasor somalí" y a los "bandidos secesionistas eritreos" (que son tan marxistas-leninistas como el propio Mengistu) y montar su "operación final" de invasión a Sudáfrica. Mientras tanto, Mengistu Halié Mariam, se conforma con haber propuesto armar y entrenar a 10.000 combatientes negros sudafricanos y namibienses (despacho de "AFP" 21/6/1986).**

## Orígenes del problema

**"Contemplen el mapamundi, con sus fronteras trazadas al tendel, el Africa de los Estados parece nacida de las divagaciones de un dios geómetra, que se ha vuelto loco. Nada hay que tenga en cuenta el entrelazamiento de múltiples civilizaciones orales, de la circulación de criadores nómades o de las lentas migraciones de agriculturas itinerantes". Y ese es el origen fundamental de todos los problemas africanos. Los ejércitos coloniales se fueron, pero las fronteras permanecieron, absurdas y sin otro fundamento que el simple reparto de las tierras por las potencias coloniales.**

**De ello deriva la inestabilidad de regímenes políticos copiados de las metrópolis, sin suficiente adaptación a las variables locales, con dificultades enormes de haber dividido etnias por esas mismas fronteras artificiales, con principios heredados pero no asumidos, como los de "unidad nacional" o "interés superior del Estado" y que derivaron en que se suplantó la tiranía del colonizador de otra raza, por el despotismo de una élite o una tribu del mismo color de piel, que muchas veces producía odios más acendrados que los que deparaban al "bwana" blanco.**

**Y las potencias ex colonizadoras contribuyeron aun más a congelar la situación invocando, y a veces defendiendo por la fuerza, el sagrado principio de no intervención —que en realidad era el que permitía a la potencia intervenir— y el de autodeterminación, que era el que facultaba a cada gobierno local a disponer arbitrariamente de su pueblo. Mientras tanto la URSS pacientemente apostaba al statu-quo, apoyando a sanguinarios tiranos como Idi Amin, en Uganda; Francisco Macías, en Guinea Ecuatorial; Sekou Touré, en Guinea; a marxista-leninistas principistas como Nkrumah, en Ghana; Keita, en Malí; etc.**

**Pero en 1974 un hecho inesperado abre las puertas de la futura apuesta soviética: la revolución de los claveles y la consecuente descolonización del Africa lusófona que hace perder a Sudáfrica sus murallas protectoras de Angola y Mozambique. A partir de allí cambia su estrategia y busca uno o más peones para su postura sudafricana.**

## Las armas soviéticas

**El abastecimiento de armas soviéticas a los países de Africa negra, se basa obviamente en premisas ideológicas y geopolíticas y se puede inscribir en el enfrentamiento entre las potencias occidentales, China Popular y URSS en ese continente. Prioritariamente, los destinatarios son países que se inspiran en el modelo marxista-leninista, aunque también entran en juego otros factores, como el equilibrio de influencias o el deseo de diversificación para impedir a otra potencia monopolizar el mercado.**

**Desde la descolonización URSS desempeñó un preponderante papel en países como los ya citados: Guinea, Malí, Ghana, pero también Sudán y Somalia; ayuda a los movimientos de liberación en Angola y Mozambique, a la revolución etíope (sobre la cual volveremos) y a países de menor influencia marxista como Nigeria, Zambia y Uganda. Ahora bien, según las fuentes soviéticas el mayor vendedor de armas en Africa es EE.UU. y para los americanos no cabe duda que son los soviéticos, de tal forma que un politólogo de la Universidad de Princeton, A. J. Pierre, escribió en 1982 que URSS cuatriplicaba a EE.UU. en venta de armas al continente negro.**

## El caso de Etiopía

**Unico país de Africa que no conoció la colonización, Etiopía goza de un indiscutible prestigio entre las poblaciones negras. En 1963 la Organización para la Unidad Africana (OUA) escoge Addis-Abeba para sede, como bastión y símbolo de la independencia africana. En 1974 es depuesto por un golpe militar el rey de reyes, Hailé Selasie, después de 34 años de gobierno y es reemplazado por una junta provisional, primero, y luego por Mengistu que en febrero de 1977 fue salvado por la intervención de 6.000 cubanos, supervisados por 5.000 "consejeros" soviéticos, en la operación más publicitada de URSS, quien estableció el puente aéreo más importante de toda la historia, entregando a Etiopía, en pocas semanas, unos 1.000 millones de dólares de material militar, sobrevolando sin autorización la Turquía de la OTAN y el Irán del Chá y comprometiendo en la operación a algunos de sus satélites como Polonia, Checoslovaquia y Corea del Norte.**

**Etiopía, además, con 250.000 hombres de FF.AA. regulares, más 169.000 de fuerzas paramilitares, es sin duda alguna el ejército más poderoso de Africa negra y el único —con la asistencia soviética— capaz de enfrentar a los sudafricanos, sin sucumbir en pocos días.**

## La operación sudafricana

**La desprotección natural de Sudáfrica que comenzó con la descolonización de los países lusófonos de Africa tuvo otro importante hito en la caída del gobierno blanco de Rhodesia del Sur, convertida en Zimbabwe en 1980. Eso significó que aun más se aferrara al "apartheid", se agudizaran los disturbios raciales y la inseguridad en las calles y fuera aislada y sancionada por la comunidad internacional. Pero hay que tener algo muy presente, si bien la política de Pretoria es indefendible, si bien el "apartheid" es deleznable, Sudáfrica produce el 43% de los metales del grupo del platino del mundo, que son absolutamente indispensables para la industria de avanzada (electrónica, química, etc.); 31% de los minerales de cromo (elementos claves para la fabricación de acero inoxidable); 51% del oro, 17% de los diamantes y 15% del manganeso del mundo. Sin contar que está situada en un lugar estratégico sin igual (el imperio británico consideraba que el dominio de Africa se conseguía sólo con Egipto y Sudáfrica) y es la ruta del 80% de los petroleros del globo.**

**¿Y de qué habla en las plazas de Addis-Abeba el teniente coronel Mengistu Halié Mariam? ¿De planes de gobierno, agricultura, lucha contra el hambre, tecnificación? Jamás, habla siempre de Sudáfrica, del "apartheid" y de los bantustanes oprimidos. Del racismo, la explotación del blanco al negro y de la miseria de los barrios periféricos sudafricanos.**

**Entonces, ¿cuál es la tesis principal del libro de Glucksmann y Walton? Precisamente que los americanos no pueden jugar el papel pacificador que, dentro de un tiempo —sin duda— necesitará Sudáfrica, primero porque no encontrarán ningún presidente lo suficientemente lunático para decidir una intervención armada en ese país, segundo porque aunque lo encontraran los soldados yankis no podrían resistir la acusación de invasores racistas, como tampoco podrían hacerlo los europeos, ni los soviéticos, ni tan siquiera el "Ejército de liberación de Africa" como se autodenominan los cubanos.**

**Solamente podría hacerlo un ejército negro que además contaría con la bendición mundial porque como dicen los autores citados: "Lo mismo que Viet Nam supo colonizar a Kampuchea, sin ser penalizado por la comunidad internacional, lo mismo que Tanzania fue aplaudida cuando mano militari derrocó a Amin Dada, en el vecino Uganda, lo mismo que los cubanos patrullan varios países sin represalias internacionales, los militares que paren las masacres sudafricanas cuando estas se produzcan, serán coronados por la conciencia universal".**

**Está claro que Sudáfrica es un polvorín que a mediano plazo estallará. Está claro que URSS quiere aprovecharse de esa situación y jugar uno de sus peones, el etíope quizás. Está claro que el Occidente no puede permitir que eso ocurra. Lo que no está nada claro es qué se puede hacer para evitarlo...**

**Alfredo Costa Mills**

01·01

0702409

DE DEFENSA NACIONAL
Información de Defensa
Fecha de Entrada R-S-D
Fecha de Salida 26/5/87
Pasa a Dep/ Archivo
Nº de identificación 0723/87

einzes boletin de Israel



5th April, 1987

Report No.: u /1741

RS

125

Subject:- AFRICA/ Periodic Survey - early March 1987

Visit of President of Congo to Egypt

1. The President of the Congo, Sassou-Nguesso, who is the present Chairman of the Organization of African Unity (OAU), made an official visit to Egypt on 9-10 March 1987 (after which, on 11 March, he participated in the meeting of the OAU Coordinating Committee in Cairo).

2. Trade, agricultural and scientific cooperation agreements were signed. Egypt is to send agricultural experts to develop 5,000 hectares of land in the Congo and will also send instructors to teach in the medical school.

3. In the course of the visit, the President of the Congo announced that he supported the right of self-determination for the Palestinian people and "the right of all the peoples in the Middle East to live in peace within borders recognised by the international community".

Ugandan-Egyptian relations

4. Parallel to his participation in the OAU meeting in Cairo, the President of Uganda, Museveni, met with President Mubarak on 11 March for talks on bilateral affairs. A trade agreement was signed between the two countries, under which Egypt will export to Uganda pharmaceuticals, textiles and other industrial goods worth 10 million dollars, and Uganda will sell Egypt agricultural products for the same amount.

5. Egypt has a considerable interest in what is going on in Uganda, because the headwaters of the White Nile are in Ugandan territory, and it is making efforts to strengthen economic and military ties with that country. In addition to this, Egypt is trying to get Uganda out of Libya's sphere of influence by granting it aid. In February 1987, the Ugandan Minister of Defence visited Egypt and conferred with his Egyptian opposite number, Abu Ghazala.

Liberia and the Arab World

6. At the end of February 1987 the Iraqi Ambassador to Liberia presented his letter of credence to President Doe as non-resident ambassador (he resides in Lagos). The

Iraqi ambassador told President Doe that Iraq believed in settling regional disputes by peaceful means and that it condemned the use of military force as a means of settling differences.

7. It should also be noted that despite the renewal of relations between Liberia and Israel, some Arab representatives have remained in Monrovia: the ambassadors of Egypt and Lebanon, chargés des intérêts of Algeria and Morocco, and Honorary Consuls of Tunisia and Sudan. Relations between Liberia and Morocco have remained good despite the fact that Liberia recognized the Polisario in July 1985. A Liberian delegation visited Morocco in December 1986, and in March 1987 the Liberian Foreign Minister, Bernard Blamo, visited Rabat and signed a technical and economic cooperation agreement in the spheres of agriculture, forestry, fishing, youth and sports. It was also agreed that the Moroccan airline would operate a new route between Casablanca and Monrovia.

Kenya: A leader of the Kikuyu tribe joins the underground

8. Andrew Ngumba, a member of the Kikuyu tribe who in the past served as mayor of Nairobi and as a government minister, fled Kenya and found asylum in Sweden. He said in a press interview in Sweden on 15 March that he was joining the Mwakenya underground and was prepared to be its leader. He also attacked President Moi's regime and accused it of corruption and tyranny. Ngumba was one of the first people to level criticism at the changes that the President had introduced into the constitution in order to strengthen his position. According to Ngumba, cells of the Mwakenya underground were being organized in Sweden, Norway, Britain and Switzerland.

9. Ngumba reflects to a great extent the resentment of personalities in the Kikuyu and Luo tribes, the largest in Kenya, at their being discriminated against in the regime and at Moi's policy which goes counter to the constitution and democracy. There have been media reports of the arrests of additional personalities accused of belonging to the underground. Most of them were from these two tribes.

10. It appears that the opposition to the Moi regime, while it still does not pose a serious threat to that regime, is constantly growing stronger. In February 1987 Kenyan exiles in London announced the setting-up of a new underground called Ukenya, whose aim is to overthrow Moi's regime. It said it would cooperate with the Mwakenya underground.



8704210

S 02/02

ARCHIVAR EN: AFRICA (125)

TEMA: AFRICA. Visit of the President of Haiti to the Ivc.

PROCEDENCIA: Informe 17/6/67 Doc. 0865/67

ARCHIVADO EN: Boletin Israel (008)

01·01

8704519

ARCHIVAR EN: AFRICA (125)

TEMA: AFRICA. DEVELOPMENTS IN CHAD.

PROCEDENCIA: Informe 2336. 17/6/87 20.: 0866/87.

ARCHIVADO EN: Boletin Israel (008)

01·01 8704520.

H.E.B.

ARCHIVAR EN: AFRICA (125)

TEMA: Report S: 210. Africa Periodic Survey (correct to EARLY April 1987)

PROCEDENCIA: Boletin Israel 17/6/87 Doc. 0865/87

ARCHIVADO EN: Boletines Israel (008)

01·01 8704716

H.E.B.

ARCHIVAR EN: AFRICA (125)

TEMA: Report N: 2336 AFRICA-Periodic Survey (corrects to late April 1987)

PROCEDENCIA: Boletin Israel 17/6/87 Doc 0866/87

ARCHIVADO EN: Boletin Israel (008)

01·01

8704717

MINIST... DE ... ...IONAL
... de Defensa
Fecha de Entrada 18-5-87
Fecha de ...
Pasa a Jefe Archivo
Nº. de Identificación 0723/87

secret

Sudafricano

5th April, 1987

Report No.: /1741

Subject:- AFRICA/ Periodic Survey - early March 1987

125
M.E.B.

Visit of President of Congo to Egypt

1. The President of the Congo, Sassou-Nguesso, who is the present Chairman of the Organization of African Unity (OAU), made an official visit to Egypt on 9-10 March 1987 (after which, on 11 March, he participated in the meeting of the OAU Coordinating Committee in Cairo).

2. Trade, agricultural and scientific cooperation agreements were signed. Egypt is to send agricultural experts to develop 5,000 hectares of land in the Congo and will also send instructors to teach in the medical school.

3. In the course of the visit, the President of the Congo announced that he supported the right of self-determination for the Palestinian people and "the right of all the peoples in the Middle East to live in peace within borders recognised by the international community".

Ugandan-Egyptian relations

4. Parallel to his participation in the OAU meeting in Cairo, the President of Uganda, Museveni, met with President Mubarak on 11 March for talks on bilateral affairs. A trade agreement was signed between the two countries, under which Egypt will export to Uganda pharmaceuticals, textiles and other industrial goods worth 10 million dollars, and Uganda will sell Egypt agricultural products for the same amount.

5. Egypt has a considerable interest in what is going on in Uganda, because the headwaters of the White Nile are in Ugandan territory, and it is making efforts to strengthen economic and military ties with that country. In addition to this, Egypt is trying to get Uganda out of Libya's sphere of influence by granting it aid. In February 1987, the Ugandan Minister of Defence visited Egypt and conferred with his Egyptian opposite number, Abu Ghazala.

Liberia and the Arab World

6. At the end of February 1987 the Iraqi Ambassador to Liberia presented his letter of credence to President Doe as non-resident ambassador (he resides in Lagos). The

secret

01·02

[redacted]

8705225

Iraqi ambassador told President Doe that Iraq believed in settling regional disputes by peaceful means and that it condemned the use of military force as a means of settling differences.

7. It should also be noted that despite the renewal of relations between Liberia and Israel, some Arab representatives have remained in Monrovia: the ambassadors of Egypt and Lebanon, chargés des intérêts of Algeria and Morocco, and Honorary Consuls of Tunisia and Sudan. Relations between Liberia and Morocco have remained good despite the fact that Liberia recognized the Polisario in July 1985. A Liberian delegation visited Morocco in December 1986, and in March 1987 the Liberian Foreign Minister, Bernard Blamo, visited Rabat and signed a technical and economic cooperation agreement in the spheres of agriculture, forestry, fishing, youth and sports. It was also agreed that the Moroccan airline would operate a new route between Casablanca and Monrovia.

Kenya: A leader of the Kikuyu tribe joins the underground

8. Andrew Ngumba, a member of the Kikuyu tribe who in the past served as mayor of Nairobi and as a government minister, fled Kenya and found asylum in Sweden. He said in a press interview in Sweden on 15 March that he was joining the Mwakenya underground and was prepared to be its leader. He also attacked President Moi's regime and accused it of corruption and tyranny. Ngumba was one of the first people to level criticism at the changes that the President had introduced into the constitution in order to strengthen his position. According to Ngumba, cells of the Mwakenya underground were being organized in Sweden, Norway, Britain and Switzerland.

9. Ngumba reflects to a great extent the resentment of personalities in the Kikuyu and Luo tribes, the largest in Kenya, at their being discriminated against in the regime and at Moi's policy which goes counter to the constitution and democracy. There have been media reports of the arrests of additional personalities accused of belonging to the underground. Most of them were from these two tribes.

10. It appears that the opposition to the Moi regime, while it still does not pose a serious threat to that regime, is constantly growing stronger. In February 1987 Kenyan exiles in London announced the setting-up of a new underground called Ukenya, whose aim is to overthrow Moi's regime. It said it would cooperate with the Mwakenya underground.



0.2:02

ARCHIVAR EN: AFRICA (125)

TEMA: LA Argentina aumentará sus vínculos con AFRICA.

PROCEDENCIA: LA NACIÓN 27/7/71

ARCHIVADO EN: Argentina (084)

01·01

8706893

ARCHIVAR EN: AFRICA (CENTRAL) (125)

TEMA: EAST AND CENTRAL AFRICA: SUMMIT ON IMPROVED COOPERATION del 23/7/87 (B/0646)

PROCEDENCIA: Doc. Nº 1214/87 del 8/8/87

ARCHIVADO EN: ENLACE INGLES (135/C)

01·01 8707189.

ARCHIVAR EN: AFRICA (125)

TEMA: SAASC: SUPPORT FOR ANC REAFFIRMED del 18/6/87 (B/0587)

PROCEDENCIA: Doc Nº 1226/87 del 18/8/87

ARCHIVADO EN: ENLACE INGLES (135/C)

01·01 8707203

ARCHIVAR EN: AFRICA (125)

TEMA: DRASTICO planteo Africano.

PROCEDENCIA: El Sol 22/7/67

ARCHIVADO EN: OUA (255)
Organización por la Unidad Africana (255)

01·01 8707409

ARCHIVAR EN: AFRICA (125)

TEMA: La presencia de EE.UU en Africa.

PROCEDENCIA: La Habana 2/8/87

ARCHIVADO EN: EE.UU (058)

8708375

01·01

AFRICA

125

Cumbre de la Línea del Frente

Dar Es Salaam (IPS). Dirigentes de los seis estados africanos de la "Línea del Frente" sostendrán una cumbre de un día aquí hoy, para revisar la situación en la región, revelaron fuentes gubernamentales.

Los estados de la "Línea del Frente" –Angola, Botswana, Zimbabwe, Zambia, Mozambique y Tanzania– sostienen consultas regulares sobre la volátil situación de seguridad en la región, y planifican estrategias para contrarrestar la agresión militar por parte de la minoría blanca gobernante de Sudáfrica.

La próxima cumbre sigue a consultas sostenidas entre sus líderes la semana pasada en Addis Abeba, en donde se reunieron durante la proclamación ceremonial de la República Popular Democrática de Etiopía, dijeron las fuentes.

Clarín 13/9/82

PERU

01·01

8708729

AFRICA DEL SUR

# Tras la huelga minera

AL igual que el triunfo sandinista en Nicaragua marcó el fin de la contraofensiva imperialista en América Latina, la caída del imperio colonial portugués y la liberación de las ex colonias de Angola y Mozambique y la auténtica independencia de Zimbabwe marcaron el fin del "cinturón de seguridad" que el régimen del apartheid sudafricano construyó pieza a pieza, en connivencia con Lisboa, Londres y Washington.

Los últimos 13 años de historia político-social del sur africano, y nuevamente con verbo nica, indican que para los pueblos de la región, el amanecer ha dejado de ser una tentación.

## LA INGOBERNABILIDAD DE TODOS LOS DIAS

El presidente del Partido Comunista sudafricano, miembro del ejecutivo del Congreso Nacional Africano (ANC) y jefe del estado mayor de su brazo armado Lanza de la Nación (Umkhonto We Sizwe), Joe Slovo declaraba recientemente: "hay una diferencia enorme entre lo pasado en el período siguiente a la masacre de Sharpeville, cuando el estado de urgencia fue decretado, y la situación actual. Lo que emerge sobre el terreno ha sido un conjunto de organi[illegible] de base, todas inspiradas por la dirección del movimiento nacional, pero que tienen capacidad de tomar resoluciones e iniciativas autónomas. El resultado ha sido que más allá del arresto de millares de militantes, cuadros superiores e intermedios, el combate continúa. Este nuevo elemento tiene una importancia fundamental, no solo desde el punto de vista de la organización, sino también en la perspectiva de los futuros órganos de poder popular. Las estructuras del porvenir y que serán, a no dudarlo, institucionalización de las actuales, tendrán sus raíces en éstas, que ahora emergen en el terreno de la lucha. De cierta manera, serán nuestra propia versión de los soviets.".

Joe Slovo de quien los jóvenes sudafricanos "no saben de qué color soy", pues la lucha revolucionaria lo hace vivir en la clandestinidad y en el extranjero, es un personaje diario en la vida de su pueblo. Las canciones más conocidas en las barriadas negras lo atestiguan. Una de ellas consigna: "si es bueno para Slovo, es bueno para mí".

Los intentos de la minoría blanca gobernante en pos de una relativa ampliación de su base social han llegado tarde. La instrumentación de un Parlamento tricameral (blanco, mestizo e indio) donde el primero tenía poder de veto sobre cualquier iniciativa de los otros, fracasó sin gloria y con penas blancas. El otro intento significativo, el lograr un cierto apoyo en minorías negras no prosperó, pues "no han podido encontrar, a pesar de la frenética búsqueda, un Muzorewa, el obispo títere de Zimbabwe. Intentaron modelar al jefe zulu Buthelezi sobre ese ejemplo, pero ha perdido toda credibilidad como figura nacional. La política de Botha hoy es una suerte de reacción ad-hoc, en función de las presiones ejercidas interior y exteriormente, es una política inconsistente. Pero muy peligrosa, por su criminalidad y agresividad."

## COMBATES DE MULTITUDES

Al analizar el carácter "único" del drama sudafricano, J. Slovo apunta como singularidad, entre varias, que "los demócratas nunca han tenido bases de retaguardia como los otros movimientos de liberación africanos. Los sudafricanos negros han sido excluidos, masivamente, de toda formación militar", pero "contamos con factores que los otros movimientos no contaron: fuerzas políticas y sociales tales como una clase obrera experimentada y una juventud que, yo creo, son la fuerza de base de nuestra revolución, más importante aún, que el aspecto militar. Siempre hemos defendido la idea de que el nuestro es un combate de masas, político, en el cual la violencia revolucionaria juega su rol."

Las acciones de los mineros sudafricanos agrupados en la Unión Nacional de Mineros (NUM) son todo un termómetro del combate de los asalariados negros en la Rep. de Africa del Sur. La huelga general decretada el 9 de agosto y que se prolongó hasta el 30 de agosto, paralizó 44 minas con un total de 360.000 huelguistas, calculándose en más de 100.000 los asalariados que sin estar agremiados, acataron la resolución sindical. El NUM, legalizado a fines de la década del 70, reivindicó aumentos salariales, a la vez que reclamó la abolición de la distinción entre trabajador blanco y negro que significa para la inmensa mayoría de los mineros un salario seis veces inferior al percibido por un obrero blanco. La plataforma reivindicativa también incluyó varios puntos referidos a las medidas de seguridad en los lugares de labor. Solo en 1986, perecieron 832 trabajadores a consecuencias de las pésimas condiciones de trabajo reinante en los socavones.

La alianza entre las poderosas organizaciones patronales con la policía significó el desalojo de los barracones en los cuales malviven los mineros. El NUM anunció que en ninguna de las acciones represivas, sus miembros enfrentaron a la policía, a pesar de lo cual son más de una decena los trabajadores muertos al realizarse tales operativos. Los consorcios mineros, mayoritariamente dependientes de capitales multinacionales, rechazaron durante los primeros 15 días de huelga, la posibilidad de negociar el aumento de salarios reivindicado, pero la unidad de los trabajadores motivó que se iniciara una nueva ronda negociadora el pasado 25 de agosto.

## La insurrección y la caída del régimen

ILUSTRACIÓN DE SANDRO NUÑEZ

"Si se diera a lo largo del país una escalada de todos los acontecimientos que ha provocado la actual crisis, concretándose un rechazo masivo a ciertas de las leyes más importantes, una resistencia total, una desobediencia civil en los más diferentes sectores, todo ello combinado con el poder creciente de los trabajadores organizados, una huelga general acompañada de golpes repetidos por las unidades de combate asociado a las sanciones exteriores... podrían ir conformando la llegada de un momento (ya que la insurrección es un momento histórico) donde la situación se transforme. Yo no quiero decir, no quiero dar a entender por insurrección que nosotros podemos imaginar, para un futuro próximo, a las fuerzas de liberación enfrentando en la línea de un frente y poniendo en retirada a las fuerzas militares adversarias. Ello será fruto de una acción combinada del activismo político de base, de una amplitud tal que el régimen será incapaz de subsistir.

La revolución está ligada a la convergencia de un gran número de factores; algunos son de orden subjetivo, otros, la mayoría, son de orden objetivo: la crisis económica, la respuesta del adversario a aquello que ocurre sobre el terreno político social..."

Joe Slovo

El gobierno sudafricano, simultáneamente a la reiniciación de las negociaciones, incrementó la ola represiva sometiendo a un duro dogal a todos los medios de información. Clausuras y censuras previas son los nuevos instrumentos jurídicos para contrarrestar las mareas de libertad crecientes. Los managers de las trasnacionales supieron apreciar en toda su magnitud las acciones gubernamentales, endureciendo posiciones y negando cualquier posibilidad de incrementos salariales: Los despidos masivos, el comienzo de la contrata de krumirds en estados vecinos (Lesholo en particular) y los desalojos e intimidaciones de todo tipo condujeron a la dirección sindical al levantamiento de la huelga. El secretario general del NUM, Cyril Ramaphosa resumió la experiencia vivida calificándola como un éxito político y un paso adelante de los mineros negros en pos de sus derechos. La demostración de fuerza obrera y la preservación de la unidad sindical han significado una severa advertencia a los "barones de las minas" quienes han debido reconocer algo que hace poco tiempo atrás parecí-

8708742

imposible: con la población de color es necesario negociar. Naas Steenkamp, presidente de la Cámara Minera, debió reconocer gráficamente que las empresas "ahora saben que el sindicato tiene fuerza, capacidad organizativa, intelecto y decisión": no es novedad para el mundo pero sí para el orden afrikaaner.

## EL DIALOGO DE DAKAR

La realización, en la capital de Senegal, de un encuentro entre los principales dirigentes del clandestino Congreso Nacional Africano y personalidades blancas vinculadas a los más diversos quehaceres, continuó, amplió y profundizó el primero, realizado en Zambia en 1985. En ese encuentro solo habían participado "los barones del mundo empresarial" quienes abogaban por modificaciones al régimen imperante más por lo que representaba de traba al desarrollo de la economía que por su esencia discriminatoria e inhumana. En Dakar, blancos del mundo cultural, de negocios, religiosos y parlamentarios se sentaron en la misma mesa junto a africanos que luchan con las armas en la mano, para imaginar, (quizás instrumentándolo) un país sin racismo. La amplia delegación sudafricana blanca se pronunció por conversaciones directas con quienes no pueden ejercer en su país ni siquiera el derecho a ser tratados como ciudadanos. El encuentro también significó reconocer a una agrupación proscripta hace 25 años, su fuerza y prestigio. Ha sido asimismo, una demostración de la mentira que encierra la [illegible] sudafricana en el sentido de que el ANC es una organización terrorista e irreflexiva, partidaria del racismo de negros contra blancos. El encuentro fue, también, un desconocimiento y un desafío global al régimen segregacionista.

Recientemente compareció en el Parlamento, sector blanco, el presidente P. Botha. Pronunció un extenso discurso sin realizar ninguna referencia al conflicto minero. Hizo sí, una severa requisitoria contra quienes violen lo establecido. Lo original del planteo radicó en la dirección de la amenaza: los ciudadanos blancos que se atreven a "violar" las normas pretendidamente jurídicas donde se establece el "desarrollo por separado de las razas", eufemismo racista para designar al apartheid.

La instancia dialoguista celebrada en Dakar provocó las iras del premier, quien sentenció "impediremos eventos similares. No volverán a repetirse. No deben repetirse. Para conseguirlo, aplicaremos las más férreas medidas de control de pasaportes y de visados".

Un parlamentario blanco, de los dialoguistas en Dakar, comentó ante las afirmaciones del premier, "lo dicho por Botha me recuerda a aquella viejita que salió portando un paraguas cuando la región fue azotada por un huracán..."

• • •

El futuro sudafricano continúa en construcción. Ladrillo a ladrillo se continúa edificando la tentación del amanecer...

Daniel Manana



8708742

AFRICA

925

PURLA

la Hora 19/2/87

## Deuda

Harare (PL) — Por lo menos diez países africanos, entre ellos Zambia, Zaire y Ghana, mantienen sostenidas consultas sobre la imposibilidad de pagar la deuda externa de la región, que asciende a más de 200 mil millones de dólares.

Así lo afirmó ayer el diario egipcio "El Wafd" al señalar que son intensivas las conversaciones para llegar a un acuerdo común el cual sería sometido a la próxima reunión cumbre de la Organización para la Unidad Africana (OUA), que se iniciará el próximo 27 de julio en Addis Abeba.

01-01

8709400

Le Monde

Exclusivo EL DIA

# La diplomacia secreta y P. A. Albertini

A la clase política francesa le ha costado siempre guardar las proporciones. Un nuevo ejemplo de ello lo constituye la polémica que se lleva a cabo desde hace varios días en torno del caso Albertini, ese joven cooperante condenado a cuatro años de prisión en Africa del Sur y que acaba de ser objeto de un intercambio de prisioneros: de buena o mala gana, Pierre-André Albertini, que sin duda no pedía tanto, se ha transformado en héroe para la propaganda del Partido Comunista, mientras que se elevan voces en la derecha y la extrema derecha para denunciar en este plácido joven a un peligroso terrorista.

La verdad es más simple. El caso Albertini, no es un nuevo caso Dreyfus: el cooperante, que no es comunista, contrariamente a sus padres, enseñaba en una universidad negra de Ciskei, uno de esos bantustanes sudafricanos teóricamente independientes pero, de hecho, totalmente controlados por el poder blanco de Pretoria. Allí vivió una de las experiencias indudablemente dolorosas para cualquier individuo que no haya alcanzado las cumbres del cinismo y la indiferencia y es absolutamente natural que haya entablado amistad con militantes del antiapartheid.

Algunos de éstos habían decidido que su combate pasaba por la lucha armada. ¿Entonces, fue utilizado o actuó con pleno conocimiento de causa? A él le corresponde precisarlo, si lo estima adecuado; en todo caso fue detenido por haber transportado armas y dinero en un coche acondicionado con escondites para hacerlo. El que no haya sido juzgado por este acto, se debe a las tentativas efectuadas con la acusación cuyo secreto es propio del derecho sudafricano, así como al derecho anglosajón: las autoridades querían en lo esencial que Albertini declarara contra sus amigos negros, lo que finalmente se negó a hacer, de lo que resultó su condena a cuatro años de prisión.

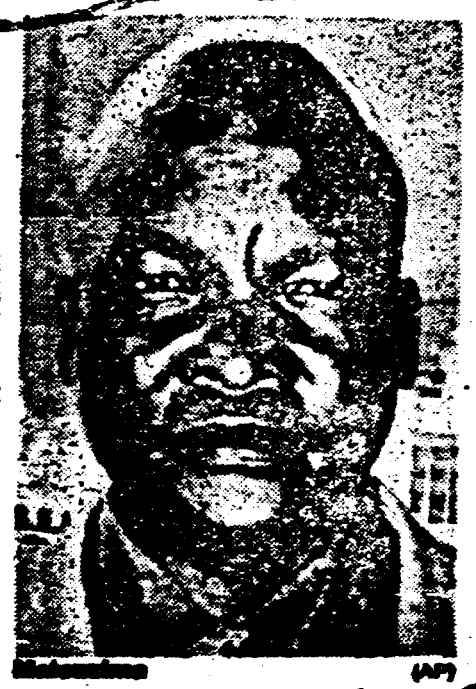
Si bien Albertini violó el derecho de reserva al que administrativamente está obligado, el gobierno francés tenía el deber de acudir en su ayuda. Contrariamente a lo que ha pretendido el Partido Comunista, lo ha hecho sin escatimar sus medios, pero con discreción, lo que a menudo en este tipo de casos es un requisito para su éxito. No fue la campaña del PC la que hizo ceder a Pretoria; la liberación de Albertini se debe más bien al talento de varios diplomáticos franceses que han sabido tejer los hilos de una compleja negociación y aprovechar la voluntad sudafricana de desembarazarse de dos prisioneros incómodos en definitiva, a cambio de uno de sus oficiales, detenido en Angola. La voluntad de Angola y de Mozambique —dos países cuya situación es particularmente crítica— de aproximarse a algunos países occidentales, hizo el resto.

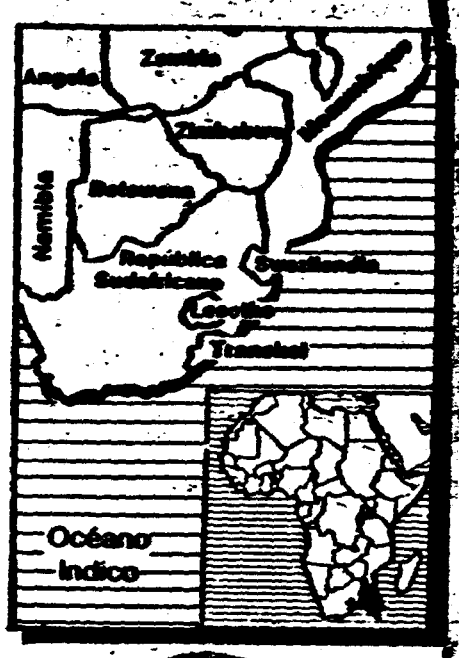
¿El desenlace del caso Albertini es también reflejo de una modificación de los datos esenciales del problema de Africa austral? De ninguna manera, si se piensa en la obstinación suicida con la que algunos dirigentes sudafricanos se aferran al apartheid. Quizás lo sea, si se piensa en términos mucho menos radicales y si se consideran en particular las relaciones de Africa del Sur con los regímenes de Angola y Mozambique y el problema de Namibia.

El caso prueba, en efecto, que Pretoria no es totalmente insensible al temor de un aislamiento diplomático completo y al peso de las sanciones. Los gobiernos occidentales no deben olvidarlo nunca. El apartheid es un drama histórico complejo que concierne a todos los hombres de buena voluntad, pero su solución no pasa necesariamente por la violencia y de ningún modo por polémicas internas entre franceses, las que, por lo demás, carecen extrañamente de altura.

01•01

87 10007






(AP)

# Golpe en Transkei

## El ejército tomó el poder sin combatir

JOHANNESBURGO, 24 (AFP).– El ejército tomó el poder el jueves en el bantustán negro independiente del Transkei, aparentemente sin derramamiento de sangre y encarcelando a aproximadamente la mitad de los integrantes del Gobierno, según varias informaciones coincidentes provenientes de Umtata, la capital de esta región del sudeste de Sudáfrica.

Interrogado telefónicamente por la AFP desde Johannesburgo, un alto responsable allegado al primer ministro del Transkei, George Matanzima, declaró que nueve ministros sobre un total de 19 fueron detenidos y obligados a renunciar.

Matanzima se encuentra fuera del Transkei, en la ciudad de Puerto Isabel, a 400 kilómetros al sudoeste de Umbata, donde se encontraría en reposo médico a raíz de un fuerte "stress", agregó la fuente, que requirió el anonimato.

Estos acontecimientos sobrevienen cuando el Transkei, primer "homeland" al cual Sudáfrica acordó en 1976 una independencia que sólo ella reconoce, está dominado desde hace varios días por un caso de corrupción en el cual está directamente implicado Matanzima.

Según ciertas informaciones, entre los ministros detenidos se encontrarían el viceprimer ministro, G. T. Vika, así como los titulares de las carteras de Comercio, de Transportes, de Trabajo y de Justicia.

Un periodista de Radio Transkei, N. Ngani, indicó a la AFP que aparentemente no hubo violencia. El ejército instaló controles en las calles de la capital, añadió.

01-01 87:0019

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE
SERVICIO DE INFORMACION DE DEFENSA
DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

# Africa: la estructura del poder

El golpe de Estado que culminó con un cambio gubernamental en Burundi en el presente año, se inscribe en el cuadro más vasto del complejo papel político que los ejércitos desempeñan en Africa.

La tendencia al "golpismo" —tan característica de América Latina— se incrementa sin cesar en Africa, sin que los factores que explican ambos fenómenos sean totalmente idénticos.

Particularmente los Estados africanos subsaharianos padecen un colosal subdesarrollo. Las 150 millones de personas permanentemente amenazadas por el hambre constituyen un dato suficientemente claro como para abundar en estadísticas referidas a la creciente deuda externa, a la falta absoluta de crecimiento económico y a otros parámetros.

El bajo nivel de desarrollo económico condiciona una general debilidad de las clases sociales que contienden por el poder. En este contexto, la superestructura estatal adquiere una autonomía relativamente mayor que en otros países capitalistas, dependientes o no. Con frecuencia se verifican virajes radicales en la superestructura estatal, que persisten por largo tiempo, sin que realicen un real impacto sobre la base económica de la sociedad. Es característica la oscilación del poder político entre los polos reaccionarios y revolucionarios. Ghana, Guinea-Conacry, Somalia, son buenos ejemplos de ello.

Ruth First --eminente estudiosa sudafricana de los problemas políticos del continente, que fuera asesinada en Maputo por los servicios secretos de Pretoria — consignaba en uno de sus trabajos que **"el poder político es algo más que la administración local, el parlamento o el gabinete, constituye el acceso a los puestos clave de la economía. Las élites en el poder utilizan el Estado para manipular trabajos y contratos para sí mismas y para sus seguidores, y finalmente, para facilitar su emergencia como clase".**

El equilibrio relativo de las principales clases que disputan el poder torna relativamente fácil la toma del mismo por parte de los militares, que actúan frecuentemente pretextando estar "por encima" de los pequeños intereses de los políticos. Así ha sucedido en Nigeria varias veces, pero también en Liberia, Ghana, Guinea-Bissau, para mencionar apenas las últimas intentonas golpistas registradas, que corrieron suerte diversa.

Un razonamiento similar hacía —y por anticipado— en nombre de la ideología del imperialismo norteamericano, el experto en asuntos africanos G. Spiro, ya en 1962. La ofensiva estadounidense en relación al

---

Africa se debió a la necesidad militar, económica y política de **"llenar el vacío dejado en el continente por el fin del dominio de las antiguas potencias coloniales".**

Los casos de Etiopía y Burkina Faso --en cierto modo también la República del Congo— **muestran** a los militares asumiendo posiciones **democráticas y revolucionarias** y provocando la inmediata acción **desestabilizadora del imperialismo**

01•01

8710239

# CARP. Nº 126

# NO EXISTE

# CARP. Nº 127

## Nro. 127/1 ANGOLA.

127. 1) ANGOLA ... No TIENE FACTOR
2) ARGELIA ... NO TIENE FACTOR
3) BENIN ... NO TIENE DOCUMENTO
4) BUTSWANA ... NO TIENE FACTOR
5) BUPUTHASWANA ... NO TIENE DOCUMENTO
6) BOURKINA-FASSO ... NO TIENE FACTOR
7) BURUNDI ... NO TIENE FACTOR
8) CABO VERDE (ver carpeta de Islas.) ... NO TIENE DOCUMENTO
9) CAMERUN ... NO TIENE DOCUMENTO
10) CENTROAFRICANO ... NO TIENE DOCUMENTO
11) CISKEI ... NO TIENE DOCUMENTO
12) COMORAS (ver carpeta de Islas.) ... NO TIENE DOCUMENTO
13) CONGO ... NO TIENE FACTOR
14) COSTA DE MARFIL ... NO TIENE DOCUMENTO
15) CHAD ... NO TIENE FACTOR
16) DJIBOUTI ... NO TIENE DOCUMENTO
17) ETIOPIA ... NO TIENE FACTOR

ENTRE LOS Nº

8701538 - 8712503

ARCHIVAR EN: ANGOLA (127)

TEMA: ANGOLA: CONFERENCES, STATEMENTS CONCERNING NEGOTIATION WITH UNITA

PROCEDENCIA: ENLACE Sudafrica dd 23/1/87 Doc. 0160/87

ARCHIVADO EN: ENLACE Sudafrica (135)

01-01 0701538

121

El Día 20/12/86

# Angola reivindica tener tropas cubanas

LISBOA. — El ministro de Relaciones Exteriores de Angola, Afonso Van-Dunem, dijo ayer que su país tiene derecho soberano para estacionar tropas cubanas en su territorio si lo desea y que no necesita discutir ese derecho con ningún otro gobierno.

Van-Dunem, que ofreció una conferencia de prensa al culminar su visita de tres días a Portugal, dijo que Angola también rechaza establecer cualquier vínculo entre las tropas cubanas acantonadas en su territorio y la independencia de Namibia (África Sudoccidental).

La permanencia de unos 30.000 soldados cubanos en Angola se transformó en uno de los principales obstáculos en las gestiones que desarrollan las Naciones Unidas para negociar un acuerdo de paz en África Austral con la participación del gobierno racista de Sudáfrica y la administración marxista de Angola.

Tanto Washington como Pretoria coinciden en reclamar el repliegue de los cubanos como precondición a un acuerdo sobre la concesión de la independencia a Namibia, un territorio que es administrado por Sudáfrica violando resoluciones expresas en contra de las Naciones Unidas.

"Hemos manifestado que la presencia de las tropas cubanas es una cuestión interna... Forma parte de nuestra soberanía en la que no tienen que inmiscuirse otros gobiernos", dijo Van-Dunen.

"Angola tiene ese derecho y también el derecho de no discutirlo... No queremos discutir cuestiones de soberanía", puntualizó.

Van-Dunen rechazó cualquier vinculación entre el repliegue cubano y la independencia de Namibia por considerarlo "un invento de Estados Unidos" y afirmó que esa "relación", como se la conoce, no forma parte de la resolución de las Naciones Unidas que reclama la independencia para Namibia.

El ministro dijo que los cubanos no constituyen un ejército de ocupación, sino que están allí para defender a Angola contra los ataques de Sudáfrica. "Fueron las condiciones externas las que condujeron a esto", explicó.



8701569

127

ANGOLA

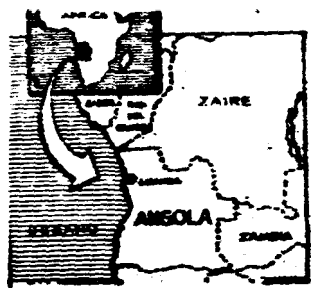
*No hay confirmación de parte del Gobierno*

# Guerrilla angoleña afirma haber matado 25 soldados

**LISBOA. (UPI y ANSA).- Las guerrillas angoleñas afirmaron el martes que mataron a 45 soldados del Gobierno y destruyeron diez vehículos, durante la reciente captura de un pueblo al Norte de Angola, y otros ataques en tres provincias de Angola.**

**En una declaración emitida en Lisboa, las fuerzas de la Unión Nacional para la Independencia Total de Angola (UNITA), también aseveraron que 16 soldados del Gobierno desertaron y se pasaron a sus filas en la provincia de Moxico.**

**El grupo, que recibe abastecimientos de Estados Unidos y Sudáfrica, aseveró que seis rebeldes fueron muertos en los combates ocurridos entre el 30 de noviembre y el primero de diciembre, al**




**Norte en Malange y las provincias centrales de Benguela y Huambo.**

**No hubo confirmación independiente de parte del Gobierno de Luanda, capital de Angola. Unita afirmó que mató 17 soldados y arrestó a cinco en la toma del pueblo de Kalandula, antes llamado Duque de Braganza, a unos 250 kilómetros al Este de Luanda, en la provincia de Malange.**

**Los insurgentes añadieron que también atacaron una columna militar en la provincia central de Huambo, destrozando diez vehículos, y que "atacaron y dispersaron" una guarnición en Cuiango, provincia de Benguela.**

**La declaración, firmada por el jefe de las fuerzas armadas de Unita, Demenóstenes Amos Chilingutila, no menciona dónde fueron muertos los 28 soldados restantes.**

**UNITA combate al Gobierno de Angola, que tiene respaldo de una fuerza de 35.000 militares cubanos desde que el país obtuvo su independencia de Portugal en 1975.**

LA MAÑANA 10/12/86

VISTO

ARCHIVAR EN: ANGOLA (127)

TEMA: ANGOLA: INTERNAL SECURITY SITUATION

PROCEDENCIA: DOC. Nº 0428/87 DEL 23/6/87

ARCHIVADO EN: ENLACE SUDAFRICA

01·01

8702340

927

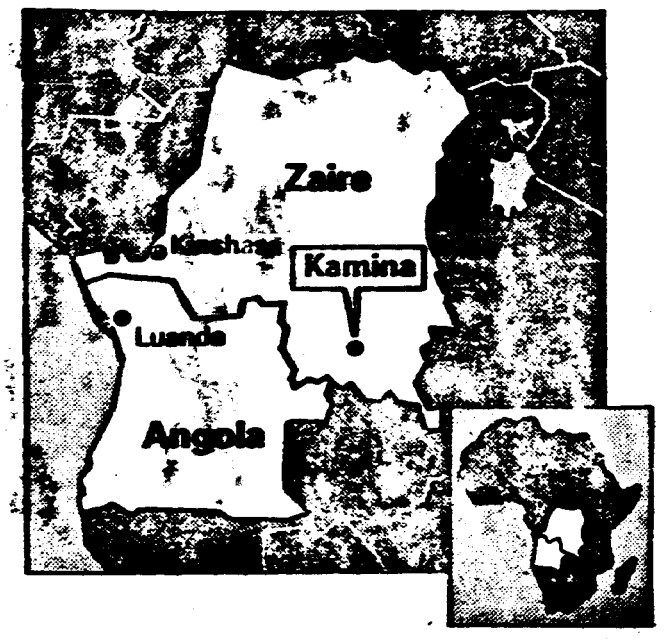
J. do Brasil 2/2/87

# CIA: armas para guerrilha angolana

*James Brooke*
The New York Times

Kamina, Zaire — Numa operação envolta em grande sigilo, a CIA utilizou a base aérea abandonada de Kamina para enviar armas a guerrilheiros angolanos liderados por Jonas Savimbi, informaram fontes comerciais e diplomáticas. Aviões de carga C-130 e 707 da empresa Santa Lucia Airways pousaram aqui em três oportunidades, ano passado, em sua maioria à noite, para entregar armas, informaram as fontes.

"A operação era dirigida por um negro americano que todos chamavam de coronel", disse um diplomata. "Ele tinha uns 20 homens sob suas ordens, mas poucos zairenses estavam envolvidos".




*À base aérea de Kamina, no Zaire, chegam as armas americanas para os rebeldes que querem derrubar os marxistas de Angola*

O presidente Mobutu Sese Seko, do Zaire, já desmentiu repetidamente as acusações de outros líderes africanos de que a ajuda americana aos rebeldes angolanos é feita através do Zaire. Os guerrilheiros da UNITA (União pela Independência Total de Angola), que lutam para derrubar o governo marxista de Angola, são abastecidos, em sua maior parte, pela África do Sul.

Em Washington, um porta-voz da CIA, Sharon Foster, disse que a agência não confirmaria ou desmentiria qualquer alegação de atividades secretas aqui, salientando que se estivessem conduzindo uma atividade dessas seria "em apoio à política americana e devidamente autorizada".

A questão é muito sensível no Zaire. Há dois anos, Zaire e Angola assinaram um pacto de não agressão mútua, e residentes de Kamina, uma cidade com cerca de 100 mil habitantes, à margem de um entroncamento ferroviário, se recusam a falar sobre o tráfego aéreo da base, que fica a uns 20 quilômetros fora do perímetro urbano. Contudo, segundo diplomatas ocidentais e empresários de Kinshasa e Lubumbashi, a maioria da ajuda é feita através da base.

A base aérea de Kamina foi construída nos anos 50 pela Bélgica, que na época administrava o Zaire, então conhecido como Congo Belga. A base, que foi a maior entre o Saara e a África do Sul, está hoje praticamente em ruínas. Mas, de acordo com pilotos civis que pousaram lá recentemente, suas duas pistas de 2 mil 800 metros cada uma ainda estão em boas condições. Segundo as fontes, os aviões azul-claro da Santa Lucia Airways fizeram três entregas de armas aqui: entre 20 de março e 20 de abril, entre 15 e 30 de maio, e em meados de outubro. A maioria dos pousos foi feita à noite, mas em maio "foi de dia e de noite; houve um bocado de atividade", comentou uma fonte.

Vista do ar, a base, com suas duas pistas e vários prédios de apoio, se estende por uma savana coberta por pequenos arbustos. A base é interditada a visitantes sem autorização.

As estradas que partem de Kamina em direção a Angola — a uns 320 quilômetros a oeste — são em sua maioria intransitáveis. Existe uma linha férrea daqui até Angola, mas não se acredita que tenha sido usada para embarcar armas. Segundo as fontes, elas são despachadas por avião daqui para Jamba, o quartel-general de Savimbi na selva, no sudeste de Angola. Em novembro, autoridades militares angolanas informaram que a UNITA abriga uma nova frente no sudeste de Angola, a uns 160 quilômetros de Kinshasa.

As notícias de que a ajuda militar americana vem sendo feita secretamente através do Zaire coincidem com o interesse americano por esse remoto recanto do Zaire, conhecido como região Shaba. A área é grande exportadora de cobre e produz 60% do cobalto do mundo, um mineral estratégico usado na fabricação de aviões. Em 1977/78, rebeldes secessionistas baseados em Angola tentaram apoderar-se da região, antes conhecida como Katanga. Em Shaba só vivem uns 200 americanos, mas o consulado americano em Lubumbashi, a capital regional, tem 12 funcionários, o que denota não ser considerado um posto atrasado. Shaba é uma das duas áreas no Zaire a que os Estados Unidos fornecem ajuda, administrada pela Agência para o Desenvolvimento Internacional. Apesar do interesse militar americano pela base — o general Richard Lawson, da Força Aérea, visitou-a em novembro de 1985 para inspecionar suas condições — a ponte aérea secreta parece ter sido realizada pela CIA, independente de pessoal militar, diplomático ou de ajuda americanos. Três militares belgas estão baseados em Kamina como parte de um programa de ajuda, mas não se acredita que se tenham envolvido na operação.

Em dezembro, durante visita de uma semana a Washington, o presidente Mobutu Sese se reuniu com o diretor da CIA, William Casey, que tem visitado o Zaire no ano passado.

Angola



8702715

127

Angola (Pol.)

La Hora: octubre 1986

# Angola, firme trinchera de la revolución

HACE once años, en la madrugada del 11 de noviembre de 1975, el pueblo angolano obtenía su independencia política, tras catorce años de lucha armada de liberación nacional. Lo hacía dándole a su país el nombre de República Popular de Angola (RPA) y con un gobierno orientado por el Movimiento Popular para la Liberación de Angola (MPLA), que no tardaría en constituirse como MPLA-Partido del Trabajo, para definir su ideología marxista-leninista y encaminar el país hacia la construcción socialista de la economía. El Dr. Antonio Agostinho Neto, primer presidente del país, iría a caracterizar, en el discurso de la independencia, las muy peculiares condiciones históricas que permitieron alumbrar, en el continente africano, catorce años después del asesinato de Patricio Lumumba en Zaire, un régimen democrático y revolucionario decidido a construir la sociedad socialista en condiciones particularmente difíciles, dado el atraso socio-económico y cultural heredado del colonialismo y agravado por la explotación imperialista de la antigua colonia portuguesa.

Desde aquel momento hasta hoy, muchas han sido las vicisitudes por las que atravesara la revolución angolana, sometida a los rigores de una guerra no declarada impulsada por el régimen racista de Pretoria, que utilizando como base de agresión el territorio ilegalmente ocupado de Namibia no ha dejado de emplear ninguno de los recursos del terrorismo internacional para destruir las conquistas revolucionarias que una tras otra se fueron sucediendo después del 11 de noviembre. Junto a Nicaragua, Etiopía y Afganistán, Angola ha estado permanentemente en la mira de la conspiración contrarrevolucionaria del imperialismo, particularmente desde el advenimiento de la administración Reagan, la que el año pasado pasara del plano de las operaciones encubiertas a la agresión abierta mediante la concesión de millones de dólares a la banda de "contras" angolanos encabezada por Jonas Savimbi.

Sabido es que la independencia angolana fue asegurada, consolidada y hasta el presente defendida por la lucha de su pueblo y la presencia internacionalista de Cuba, que a lo largo de estos once años ha escrito en Angola una de las más hermosas páginas de la solidaridad internacional de los trabajadores.

Lucio Lara, miembro del Comité Central del MPLA-PT y presidente de la Asamblea del Pueblo de la RPA, participó recientemente en las reuniones de la Unión Parlamentaria, que tuvieron lugar en Buenos Aires. Allí formuló declaraciones exclusivas a LA HORA INTERNACIONAL acerca de la actual situación de su país. Según Lara, el imperialismo ha incrementado sus presiones para derrocar al gobierno del MPLA. Ultimamente los ataques de la organización contrarrevolucionaria UNITA se han caracterizado por una inusitada crueldad, verificándose constantes ataques a aldeas indefensas donde tropas de Savimbi, en medio de las cuales se destaca la incrementada presencia de mercenarios de diversos orígenes, han procedido a masacres de mujeres y niños, así como a raptar jóvenes que luego son trasladados a Namibia donde reciben entrenamiento militar. Lara denunció, asimismo, que varios funcionarios de la Casa Blanca y del Departamento de Estado se han entrevistado en territorio angolano con los jefes de las bandas mercenarias, para reforzar el apoyo económico y político que éstos reciben desde hace tiempo, configurando una situación en todo parecida a la actual ofensiva contrarrevolucionaria que se lleva a cabo en Centroamérica contra Nicaragua.

Sin embargo, como parte de la situación prevaleciente actualmente en Angola, se constata una gran unidad y cohesión en el seno de la población y una firme determinación para resistir y eliminar definitivamente la acción desestabilizadora de Sudáfrica y el imperialismo. "Tal cohesión y unidad se ha incrementado también en las reuniones de jefes de estado de los países de la Línea del Frente y en el seno de la Organización de Estados Africanos (OUA)", señalaba Lara al finalizar su análisis.

F.R.

VISTO

01-01

8702727

Ejército y policía sudafricano, al mejor estilo nazi, ocupan barrios de Ciudad del Cabo y realizan operaciones "rastrillos"

# ANGOLA: LA GUERRA NO HA TERMINADO

Desde que en 1961, en territorio angolano, el pueblo inició la lucha armada por su liberación nacional, los enfrentamientos militares no han dejado ni por un instante de regar con sangre la patria de Agostinho Neto.

Los veinticinco años de guerra han pasado, no obstante, signos contrarios en medio de dos grandes períodos, separados por un breve lapso de guerra civil, de intensidad inusitada. Hasta 1974 se trató de una lucha política y militar por expulsar las tropas coloniales del imperio portugués y abrir el curso a una independencia política y económica que pusiera a cualquier otro centro de poder neocolonial e imperialista.

Desde abril de 1974 a noviembre de 1975 Angola, y particularmente su capital, Luanda, vivió los horrores de una lucha fratricida organizada por el imperialismo desde el exterior para impedir el acceso al poder del MPLA (Movimiento Popular para la Liberación de Angola), utilizando agrupamientos contrarrevolucionarios que en una época tuvieron existencia como movimientos independentistas pero que en realidad fueron, desde sus orígenes, factores entorpecedores para la acción unitaria del MPLA.

Una vez obtenida la independencia tras derrotar la invasión en profundidad del ejército sudafricano y del ejército zaireño por el sur y por el norte respectivamente, el gobierno del MPLA había de emplearse para defender la revolución duramente conquistada.

Desde el mismo día 76, el imperialismo no ha cejado un solo instante de atacar a la República Popular de Angola, utilizando las más variadas potencias y empleando las más diversas formas de la desestabilización política, militar, económica, diplomática e ideológica. Hasta 1980, aproximadamente, los principales ejecutores de la política de agresión fueron el ejército sudafricano y el agrupamiento contrarrevolucionario de la UNITA, dirigido por Jonas Savimbi. Junto a la enorme cantidad de medios bélicos, políticos, financieros, y de información secreta proporcionada por la CIA y otros países del terrorismo internacional, la UNITA recibió durante todo este período incluso, un determinado momento, a practicar acciones de terrorismo desenfrenado, producto de las grandes fracasos políticos de la UNITA y algunos sudafricanos.

Desde la llegada de Reagan al poder [illegible] concentrado contra el gobierno revolucionario del MPLA. Partido del Trabajo no hubiera sido que acompañarle, paso a paso, [illegible] preocupándose en el momento en que el propio Savimbi es recibido en la propia Casa Blanca por el presidente Reagan y allí se le ofrecen 15 millones que el Congreso vota, no sin reticencias y oposiciones.

A este último desarrollo del "diálogo" USA, que ha provocado el efecto de una ducha escocesa en medio de la Casa Blanca, hacienda volar los fragmentos del aparato terrorista de Estado montado por el complejo-militar industrial en torno a la figura de Reagan, también acaba por destapar que parte de los fondos obtenidos con la venta de armas fueron a parar a manos de la "contra" angolana, demostrando una vez más que las cifras votadas oficialmente por las autoridades norteamericanas deben ser multiplicadas por un guarismo que incluye, obligatoriamente, las inversiones "privadas" (es decir, los fondos oficiales [illegible] hacia quienes actúan clandestinamente) y las inversiones encubiertas, secretas, que siempre, por lo general, el grueso de los esfuerzos del imperialismo en esta guerra recae contra los pueblos.

Afortunadamente, Savimbi vio renovado su antiguo apoyo que desde hace años le proporcionan el gobierno de Portugal, plataforma de las operaciones psicológicas y de sabotaje económico contra Angola, incluido el contrabando de diamantes, y ha recibido un apoyo especialmente generoso de sectores de la ultraderecha francesa, al punto de forzar una muy mantida visita de Savimbi a París, de gran significado, si se tienen en cuenta los múltiples intereses de Francia en África y que fue posteriormente seguida por otra desagradable presencia en Francia, la de Pieter Botha, jefe del gobierno sudafricano.

Las tropas racistas en plena agresión a su pueblo

Con todo este apoyo las huestes de Savimbi han podido mover sus filas a partir de Namibia, equiparse mejor que nunca y aprovechar en las condiciones altamente favorables que ofrece el territorio angolano, inmenso, despoblado, con inmensables zonas de acceso casi imposible, aprovechando como siempre en los ataques del ejército racista que distan la mayor parte de los contingentes militares de las FAPLA (ejército angolano), y volver a crear un amplio y movedizo frente en el interior de Angola, generando una nueva escalada de guerra, con todas sus consecuencias trágicas.

A pesar de los denodados esfuerzos del ejército angolano que en las provincias de Uige y Zaire acaba de capturar 230 elementos de la UNITA, los ataques han sido bastante severos en los últimos tiempos.

No solamente en la provincia central de Bie, zona preferencial del accionar de la UNITA y donde existen, según estimaciones recientes 200.000 campesinos desplazados de sus aldeas por causa de la guerra; también en la ciudad de Gove la UNITA llevó acciones armadas de saldo, con gran número de víctimas civiles.

Pero el hecho más grave, capaz de cambiar el ritmo de esta larga guerra, es la apertura de un frente contrarrevolucionario en el norte del país, apoyado por las autoridades fronterizas del vecino Zaire, a pesar de la neutralidad oficial del gobierno de Mobutu Sese Seko Este segundo frente de la guerra, denunciado recientemente por el jefe del Estado Mayor de las FAPLA, comandante Antonio dos Santos Franca (Ndalu), pone en riesgo sectores vitales de la economía angolana, especialmente las campos de petróleo situados en Cabinda, cuyo transporte también fuera recientemente saboteado, y alrededor de Soyo.

Se trata, obviamente, de una ofensiva contrarrevolucionaria sin serias posibilidades de triunfar pero que continuará desangrando al pueblo angolano, destruyendo los puntos neurálgicos de su economía, buscando desmoralizar a las fuerzas revolucionarias.

8702742

# Angola, Savimbi y el Ché Guevara: una vieja charla

**Un libro recién editado en Londres y del que es autor el periodista Fred Bridgland, corresponsal de asuntos africanos, revela una extensa conversación mantenida hace más de veinte años por el entonces principiante líder guerrillero Jonas Savimbi y por el Ché Guevara, a propósito de los métodos y estrategias para llevar adelante la liberación de las colonias del Continente Negro. El detallado relato de aquella vieja y larga charla, más sus observaciones actuales en Angola, permitieron al columnista Tomás Regalado componer este informe que ha publicado "El Miami Herald".**

"Todas las fuentes militares, tanto de Sudáfrica como de naciones occidentales europeas, coinciden en afirmar que UNITA, el movimiento guerrillero liderado por Jonas Savimbi, tiene la capacidad para en los próximos meses, si no lograr una victoria militar, situar al régimen de Luanda en una situación tan precaria que lo obligaría a sentarse a discutir una solución negociada a la sangrienta guerra civil que afecta a ese país. Una larga guerra, primero contra el colonialismo portugués y desde hace diez años contra la ocupación cubano-soviética.

Estos avances de los guerrilleros se están logrando a pesar de los cubanos, quienes aunque no juegan un papel directo en el combate, perdieron el pasado año 850 hombres. Se considera que este año la cifra será muy superior, si se tiene en cuenta que desde que UNITA comenzó a recibir la ayuda prometida por el presidente Ronald Reagan a Savimbi durante la visita de éste a Washington, unos 38 helicópteros y aviones, todos pilotados por cubanos (porque son los cubanos quienes tienen a su cargo la fuerza aérea de ese país), han sido derribados.

Durante nuestra estancia en el cono sur del continente africano, supimos de planes de UNITA para intensificar la guerra en la región petrolera de Cabinda, algo que hasta ahora no se había realizado. Esto representará aún más bajas cubanas, por cuanto son los cubanos los que llevan el peso de cuidar las instalaciones petroleras norteamericanas que operan en esa región del país. Las mismas fuentes, que se han convencido del potencial de victoria de UNITA, confirman que el movimiento guerrillero tiene bajo su dominio total la tercera parte del territorio, y que está activo en forma permanente en el 85 por ciento del territorio del país. Añaden las fuentes que se estima que Savimbi cuenta con el respaldo de más del 60 por ciento de la población de Angola.

Estos factores, particularmente el apoyo popular a UNITA, han hecho de Angola el Vietnam de Castro, por cuanto el barbudo dictador cubano, cuando envió su Afrika Corps en busca de una espectacular y rápida victoria en Angola, no contó con algo fundamental: el hecho de que Africa es diferente, que hay tribus, dialectos y tradiciones que privan sobre las fronteras trazados por el hombre blanco en forma bastante arbitraria.

Tampoco Castro tuvo en consideración una extensa conversación entre Jonas Savimbi y Ché Guevara. Tal vez Guevara nunca le informó a Castro de aquella conversación, que ahora sin embargo se conoce gracias a la publicación del libro **Jonas Savimbi, una figura clave de Africa.**

El libro de 513 páginas, que acaba de ser editado en Londres, fue escrito por Fred Bridgland, veterano corresponsal de asuntos africanos que cubrió la guerra contra los portugueses y ahora contra los cubanos, y es casi una biografía de Savimbi salpicada con datos históricos sobre Angola y la creación de UNITA. En el mismo hay un detallado pasaje sobre el encuentro de Savimbi con el Ché Guevara, y lo que el líder guerrillero expuso al marxista argentino.

Fue en enero de 1964 cuando se celebró en Dares-Salaam, capital de Tanzania, la conferencia de movimientos de liberación de Africa; entre los grupos presentes estaba el FNLA de Angola, con el joven Jonas Savimbi como delegado, y como invitados especiales Stokely Carmichael, líder radical del Poder Negro en Estados Unidos, y Ché Guevara.

Después que Guevara pronunciara un largo discurso sobre cómo debía ser la liberación de Africa, Savimbi se puso de pie y dijo que no estaba de acuerdo con esos planteamientos, lo que provocó que el resto de los delegados, la mayoría marxistas, como el FRELIMO de Mozambique, acusaran airadamente a Savimbi de ser un agente provocador pagado por la CIA.

Guevara, sin embargo, llamó al orden y pidió que se dejara hablar a Savimbi. El argentino-cubano estaba equivocado, dijo Savimbi, porque planteaba que había que movilizar a la clase obrera para que fuese la vanguardia de la lucha revolucionaria en Africa, cosa que era imposible en este continente. Añadió que Guevara estaba equivocado al decir que la liberación de Africa tenía que comenzar por el Congo y que todos los movimientos de liberación, tendrían que participar, porque si ese empeño fracasaba, se liquidarían los esfuerzos en el resto de los países, y señaló que lo que había que hacer en Africa era luchar contra el colonialismo y no instalar regímenes revolucionarios radicales, como abogaba Guevara para el Congo.

Después de la sesión pública, Guevara pidió a Savimbi que se reuniera en privado con él, cosa que ocurrió durante cinco horas al día siguiente.

Savimbi explicó entonces a Guevara que las teorías de Marx y Lenin no eran aplicables en Africa, que allí no había clase obrera organizada y por lo tanto había que depender del campesinado; y que la estrategia de guerrillas utilizada por Castro en Cuba no funcionaba en Africa, debido a la extensión de los territorios.

Le dijo además que la teoría de la Organización de Unidad Africana de mantener a los líderes de movimientos de liberación en capitales de países ya independientes, era incorrecta, ya que en Africa, la única forma de obtener la confianza del pueblo es que los líderes estuvieran dentro del país, en el centro de la lucha. Terminó diciendo que Africa tenía la capacidad de producir sus propios líderes revolucionarios y por lo tanto, los extranjeros como Guevara, que venían con sentido de superioridad por su cultura occidental, terminarían convirtiéndose en los nuevos colonialistas de Africa.

Poco después de esta conversación, Guevara abandonaba sus esfuerzos por dirigir una revolución en el Congo y dirigiría sus pa a Bolivia, donde moriría rrotado y abandonado.

Años más tarde, Ca enviaría sus tropas al Al a cometer los mismos res que Guevara había p teado en aquella confe cia, y a pagar estos err con la sangre de mile cubanos que aún sig muriendo en Angola".

ARCHIVO
V. Noticias 18/2/87
01·01
8702750

ARCHIVAR EN: Angola (127)

TEMA: ANGOLA: Russian/Cuban/FAPLA Command and Control System

PROCEDENCIA: E. Sudafricano 30/8/87 Doc. 05/2/87

ARCHIVADO EN: E. Sudafricano (135)

01·01

8702809

ARCHIVAR EN: ANGOLA (127)

TEMA: ANGOLA · CHEVRON PRESSED TO REDUCE FOREIGN TECHNICIANS

PROCEDENCIA: E. Sudafricana 3/5/81 Doc. 0464/81

ARCHIVADO EN: ENDEE Sudafrica (138)

01·01 0702815

ARCHIVAR EN: Angola (127)

TEMA: Angola: Construction of a harbour

PROCEDENCIA: E. Sudafricana 27/3/87 Doc. 0456/87

ARCHIVADO EN: Enlace Sudafrica (135)

01·01 8702818

ARCHIVAR EM: Anfols (127)

TEMA: Anfols: Further Economic Deterioration

PROCEDENCIA: E. Sudafrica 07/3/87 Doc. 0473/87

ARCHIVADO EM: ENLACE Sudafrica (135)

01·01

0702820

Ficha de Angola

# Angola no negociará con contrarrevolucionarios

Luanda-Harare (PL). – El ministro de Defensa angolano, coronel general Pedro María Tonha (Pedale), rechazó cualquier posibilidad de negociación con los grupos armados contrarrevolucionarios.

En entrevista con Prensa Latina, Pedale precisó que el gobierno angolano jamás negociará con quienes han asesinado a su pueblo, al comentar recientes declaraciones del jefe de la organización contrarrevolucionaria UNITA, Jonas Savimbi.

El ministro angolano y miembro del buró político del MPLA– Partido del Trabajo– opinó que la propuesta de Savimbi de realizar negociaciones con las autoridades angolanas hecha en las últimas semanas obedece a la profunda crisis de esa agrupación y le fueron orientadas por Washington y Pretoria.

Según Pedale, el objetivo de esa proposición es engañar a la opinión pública mundial y calificó de absurdo el intento de Savimbi de vincular la desaparición del apartheid con la solución del llamado conflicto angolano.

La valoración de Pedale coincide con denuncias sobre los intentos de Estados Unidos y Sudáfrica de legitimar a la UNITA, en momentos de una profunda crisis de esa organización.

"Cómo ese individuo podría convencer a Pretoria para que liquide el régimen de apartheid si en realidad su grupo es dirigido y financiado por Sudáfrica?, preguntó el ministro.

## ZIMBABWE: COMBATIR PROPAGANDA SUDAFRICANA

El ministro zimbabuense de Información, Correos y Telecomunicaciones, Nathan Shamuyarira, llamó a la prensa a combatir la propaganda sudafricana en la región y apoyar a los movimientos que luchan contra el apartheid.

Este es un desafío para los periodistas, cuyo deber es denunciar al mundo la opresión que ejerce el régimen de Pretoria sobre la mayoritaria población negra en Sudáfrica y Namibia, dijo Shamuyarira en una reunión en el club de la prensa, en esta capital.

En ese sentido exhortó a escribir sobre la necesidad de imponer sanciones al sistema racista y destacar las operaciones militares conjuntas de Zimbabwe y Mozambique contra el autodenominado Movimiento Nacional de Resistencia (MNR), que dirigido por Sudáfrica trata de desestabilizar a ese país vecino.

PRENSA LATINA 20/2/87



8702837

09

ARCHIVAR EN: Angola (27)

TEMA: Angola: La guerra, una pesadilla de cuatro años.

PROCEDENCIA: Brecha 15/5/87

ARCHIVADO EN: Fichaje (B)

01.01

8704031

ARCHIVAR EN: ANGOLA (127)

TEMA: ANGOLA AIR FRCE (FAPA)

PROCEDENCIA: ENLACE Sudafrica 14/2/82 Doc. 1037/82

ARCHIVADO EN: ENLACE Sudafrica (135)

01·01

8704867

RS

ARCHIVAR EN: ANGOLA (127)

TEMA: ANGOLA: REOPENING BENGUELA RAILWAY

PROCEDENCIA: ENLACE SUDAFRICANO 14/7/87 Doc. 0748/87

ARCHIVADO EN: ENLACE SUDAFRICA (135)

01·01

8704872

ARCHIVAR EN: ANGOLA (124)

TEMA: ANGOLA: UNIDO FUNDS FOR INDUSTRIAL DEVELOPMENT

PROCEDENCIA: ENLACE SUDAFRICANO 14/2/82 Doc. 0753/82

ARCHIVADO EN: ENLACE SUDAFRICA (135)

01.01 8704874

Q5

ARCHIVAR EN: ANGOLA (127)

TEMA: ANGOLA: BUDGET FOR THE 1987/88 Financial Year.

PROCEDENCIA: ENLACE Sudafrica 14/7/87 Doc. 0760/87

ARCHIVADO EN: ENLACE Sudafrica (135)

01·01

8704875

Acuerda Marruecos y Argelia

# Doble decisión de clemencia

RABAT, (ANSA y EFE).- Los gobiernos de Marruecos y Argelia anunciaron ayer de madrugada la doble decisión de liberar a 102 militares argelinos y 150 marroquíes hechos prisioneros en los numerosos incidentes armados entre ambos países desde 1963.

El comunicado argelino precisa que la liberación tendrá lugar el próximo miércoles día 27, precisión esta que no figura en el comunicado marroquí, por lo que algunas fuentes interpretaron ayer de madrugada que Marruecos había procedido ya a la liberación de los argelinos.

De la misma manera, el comunicado argelino se limita a cifrar el número, 150, de militares marroquíes que recobrarán la libertad pero no indica cuándo fueron hechos prisioneros, mientras que la nota marroquí da el número de liberados, 102, y añade que fueron capturados en Amghala (sur de Marruecos) el 29 de enero de 1976.

Ambos comunicados coinciden, sin embargo, en afirmar que se trata de una decisión humanitaria conforme al espíritu de la fiesta de Aid el Fitr, día culminante del mes de Ramadán.

Los observadores diplomáticos de Rabat subrayan que los anuncios de la doble liberación se producen tres semanas después de la cumbre que, el pasado día 4, reunió al Rey Hasan II y al Presidente Chadli Benyedid, gracias a los buenos oficios del Rey Fahd de Arabia Saudí.

Dichos observadores señalan también que la doble decisión de clemencia coincide cuando en fuentes diplomáticas árabes de Rabat se especula con la posibilidad de un pronto restablecimiento de las relaciones diplomáticas entre Rabat y Argel rotas en 1976, tras el reconocimiento argelino de la República Arabe Saharaui Democrática.

Según estas fuentes, el restablecimiento será anunciado después de una entrevista de personalidades de ambos países, de nivel inferior a las que participaron en la cumbre, que tendrá lugar cuando termine el mes de Ramadán.

## RELACIONES CONFLICTIVAS

Las relaciones entre Marruecos y Argelia han presentado siempre un aspecto conflictivo con excepción de un primer período cuando Argelia no había accedido aún a la independencia.

Durante este lapso el Gobierno provisional de Ferhat Abas, que necesitaba la ayuda material y militar que Marruecos nunca le negó, aceptó (1961) que ambos países discutieran el trazado de fronteras sin tener en cuenta el establecido por Francia.

La tesis marroquí afirma que una vez conseguida la independencia, Argelia se olvidó de sus promesas y decidió mantener la frontera colonial en la zona sur, que le era favorable ya que Francia la había establecido pensando que Argelia sería siempre territorio francés.

La existencia de yacimientos de petróleo y gas en la zona no fue evidentemente ajena a la decisión argelina.

A lo largo de los años han tenido lugar numerosos encuentros militares; el primero ocurrió ya en 1963, con bajas y prisioneros por ambas partes aunque con un balance favorable a Marruecos.

La Marcha verde, los Acuerdos de Madrid (1975) por los que España abandonó el Sahara y la instalación de Marruecos en la antigua colonia española, envenenaron mucho más la cuestión tanto más cuanto que el Presidente Huari Bumedien hizo del litigio una cuestión prácticamente personal.

En los últimos años tanto el Rey Hasan II como el Presidente Chadli Benyedid han mostrado un especial cuidado en evitar que un incidente menor nacido de los enfrentamientos militares entre marroquíes y saharauis pudiese degenerar en un conflicto generalizado.

PERLA

El Día 25/5/87



8705061

23

127

# Delegación de Angola viene a Uruguay en mayo

Una delegación angolana, integrada por los miembros del Comité Central del MPLA - Partido del Trabajo, señores Antonio Jacinto y Manuel Pacavira, arribará a Uruguay para particip[ar] en la "Conferencia de solidaridad con los pueblos de Angola y de África Austral" organizada por el Comité Uruguayo contra el Apartheid.

La Conferencia tendrá lugar entre los días 11 y 1[illegible] de mayo en el Parque Hotel desde las 18:30 horas y sobre el tema se desarrollará el próximo jueves una reunión de prensa.

Antonio Jacinto, es u[n] insigne escritor angolan[o] precursor, junto al docto[r] Antonio Agostinho Neto — primer presidente de Angola— del movimiento cultural nacionalista surgido en la década del 50. Manuel Pacavira, por su parte, es el actual embajador de la República Popular de Angola ante la República de Cuba. LA HORA

Fichaje
Angola
Cruzar Discriminación
(Cuba)

01-01 8705068

Q

ARCHIVAR EN: ANGOLA (127)

TEMA: ANGOLA: EC AIS.

PROCEDENCIA: ENLACE Sudafricano 6/7/8 Sec 0972/5

ARCHIVADO EN: ENLACE Sudafricano (135)

01·01 8705106

25

ARCHIVAR EN: ANGOLA (127)

TEMA: ANGOLA: SOVIET BUREAU TO MONITOR ECONOMIC PROJECTS

PROCEDENCIA: ENLACE SUDAFRICANO 16/7/87 DE 1008/87

ARCHIVADO EN: E. SUDAFRICA (135)

01-01

8705115

ARCHIVAR EN: Angola (12)

TEMA: Angola: COMECON A.13.

PROCEDENCIA: Enlace Sudafricano 16/2/82 de 10/2/82

ARCHIVADO EN: E. Sudafrica (135)

01·01 8705123

Angola

# "Sensación de desesperación"

Por Pedro S. Osorio

Nueva York — Recientemente, en respuesta sarcástica al actual presidente de Angola, Eduardo dos Santos, Fidel Castro dijo que los 45.000 cubanos que en Angola se encuentran regresarían "uno a uno". ¿Qué fue lo que expresó dos Santos para provocar esta respuesta?

El verano pasado, Fidel Castro se apareció súbitamente en Angola —sin previo aviso— como el jefe de Estado de una potencia imperial que fuera a inspeccionar una colonia.

Con total desprecio del parecer de los angoleños, que se sienten más colonia de Cuba ahora que de Portugal antes, y para ulterior humillación de Eduardo dos Santos, allí declaró que las tropas cubanas permanecerían en Angola hasta que el "apartheid" fuera liquidado.

No se sabe cuál fue la reacción de las tropas cubanas, a las que advirtió que debían ir abandonando la idea de regresar pronto. Pero sí se sabe que esas tropas —que ya son más en Angola que las que tenía Batista en Cuba— hace tiempo que han perdido toda iniciativa, siendo en cambio las fuerzas de UNITA (Unión Nacional para la Independencia Total de Angola), encabezadas por el notable líder angoleño, Jonás Savimbi, las que controlan el interior del país, incluyendo las inmediaciones de la zona petrolera de Cabinda.

También se sabe que entre las maniobras políticas de Gorbachev está la retirada de los 3.000 asesores soviéticos que, en 11 años, no han hecho más que aumentar el presupuesto de la URSS y, a ese efecto, han aconsejado al MPLA (Movimiento Popular de Liberación de Angola) que mantenga a dos Santos en el poder, que busque un acercamiento a los Estados Unidos, con que han empezado a integrar.

## Intercambio de mensajes

Sea como sea, trascendió que el nada valeroso Eduardo dos Santos se sintió a tal punto menoscabado que no pudo menos que escribirle una carta a Fidel Castro en la que le expresaba que las tropas cubanas se retirarían de Angola no cuando Fidel Castro quisiera, sino cuando los angoleños decidieran. A todo esto respondió Fidel Castro con otra carta, portadora de su insolencia.

Pero no es cierta, a juicio de este columnista, que la actitud de Castro marque discrepancias con los soviéticos. En primer lugar, los soviéticos pueden lavarse las manos como Pilatos; en segundo lugar, el punto de vista expresado por Castro sobre la retirada de las tropas de Angola es más o menos el mismo manifestado por los soviéticos en relación con su retirada de Afganistán.

Otro tanto podemos decir del ámbito económico. Las palabras de Castro al comienzo del año, demandando nuevas medidas de austeridad... ¡después de 28 años de racionamiento!... no son más que reflejo de la reducciones presupuestarias de Gorbachev, de las que, desde luego, se abstuvo de hablar.

Sin embargo, Castro sueña ahora con apoderarse de Africa del Sur y llegar al Cabo de Buena Esperanza, a pesar de que no ha hecho más que exportar pobreza a Angola en dondo, después de 11 años de independencia, los malos manejos han puesto la economía en ruinas.

## "Minería y depresión"

La moneda nacional, el "kwanza", carece por completo de valor; oficialmente a 30 por dólar, se cambia en el mercado negro a 1.200 por dólar. Angola se ha ido deslizando retrógradamente hacia una "economía de trueque" como la de los primeros tiempos de la era colonial: la cerveza, los cigarrillos y algunos alimentos están sustituyendo al "kwanza". Un huevo cuesta 10 dólares y una caja de cerveza importada —cuando se encuentra— más de 100 dólares.

Angola era otrora exportadora de alimentos, pero hoy sus ocho millones y medio de habitantes se están muriendo de hambre. En Luanda, el pueblo revuelve la basura en busca de alimentos. Pero para unos pocos funcionarios marxistas hay establecimientos especiales perfectamente abastecidos.

Luanda tenía antes calles bordeadas de elegantes establecimientos de venta. La mayoría de éstos han desaparecido, y en el lugar de las antiguas vidrieras no se ven más que tablas clavadas. Un diplomático occidental dijo que "la minería y la depresión" caracterizaban a Luanda, e incluso un repartero soviético comentó que "hay una sensación de desesperación".

Pero el repartero soviético no mencionó que la ruina de Angola se debe a las inmensas sumas que tiene que pagar a la Unión Soviética por armas y equipo militar, y a Cuba por el mantenimiento de las fuerzas de ocupación cubanas.

Angola



8705382

A doce años de la Independencia

# La otra colonización de Angola

**Hace doce años que las fuerzas cubanas llegaron a Angola para apoyar al MPLA. Todo indica que aun deberán permanecer por largo tiempo. Una guerra interna entre antiguos grupos anti-colonialistas y múltiples intervenciones exteriores conforman una compleja situación que no muestra perspectivas de solución en lo inmediato. Mientras, los angoleños parecen acostumbrarse a la presencia de los cubanos...**

n antiguo refrán africano recuerda que "cuando los elefantes se pelean, es la de la sabana la que queda la". Sucede lo mismo con como Angola, donde la Unión ica y los Estados Unidos dermos internacionales) se an el dominio de enclaves es-cos para consolidar su in-la.

ngola se ha transformado en ieza clave del tablero geopo-africano, y su situación actual ede explicarse simplemente una derivación de las confron-es Este- Oeste, ni como un cto Norte-Sur.

llí se concentran, al mismo o, un cúmulo de contradic-s que dan como resultado una ión particularmente compleja.

s cierto que el territorio ido en Angola, es uno de los sitos" más ricos del mundo en ias primas y esto explica en , porque las grandes potencias lieren ni pueden renunciar fácil-a a las "riquezas naturales" de ióvil país.

### as de la historia

Pero no es fácil explicar las con-as de algunos actores, como por plo por qué los Estados Unidos an financiera y militarmente a la ita de Jonas Savimbi, la Unión Independencia Total de Angola "A), fundada en 1962, que ataca rmente los enclaves petroleros obierno, y es ese mismo pe-o —extraído por la Gulf Oil y la ron— que Estados Unidos ad-e en un 60% de la producción. otra parte, el régimen marxista uanda, apoyado por Cuba y la S, debe encargarse —tropas nas mediante— de proteger s empresas internacionales erialistas", de los sabotajes de NITA.

n el contexto geopolítico la ción no es menos compleja. An-apoya las guerrillas del Con-o Nacional Africano (ANC) y de ganización Popular de Africa del este (SWAPO), que continuan ando contra el régimen de apar-en Sudáfrica y la colonización territorio de Namibia, al sur de ola. Sudáfrica paga con la misma eda al apoyar la guerrilla de mbi, la UNITA, que combate des-hace doce años al régimen de da dirigido por el Movimento ular para la Liberación de Angola LA). La guerrilla de la UNITA, que trola gran parte del territorio an-ño, ataca regularmente los en-es petroleros de Cabinda y las as de diamantes. Minas que ex-aba Sudáfrica y que a causa de s ataques, el gobierno de Luanda se visto obligado a cerrar. En es-dos rubros están las dos prin-ales fuentes de ingresos de di-s fuentes para la economía an-la.

### ilado cubano

El MPLA espera que la caída del men de Pretoria —la cual con-ran inevitable y próxima— cam-á radicalmente la situación inter-en Angola, pues las tropas de la ITA ya no contarían con el apoyo Sudáfrica. En ese caso, las fuer-gubernamentales y las tropas anas estarían en condiciones de uperar el territorio ocupado por la rrilla de Savimbi. Pero es más, en esa situación las tropas cubanas —con 35.000 hombres— quedarían con un predominio militar en la región (mejor equipadas y de mayor movilidad) que podría hacer cambiar el mapa político de Africa meridional.

Los cubanos desembarcaron en 1975, invitados por el MPLA a intervenir en Angola, pues este no fue capaz de sobreponerse por sí solo a los otros dos grupos independentistas, el FNLA de Holden Roberto y la UNITA de Jonas Savimbi. Desde entonces, las relaciones internas de poder [illegible] MPLA que al poder [illegible] se ha beneficiado con el reconocimiento de la OUA, [illegible] apoyo internacional.

Sin embargo, a pesar del importante apoyo militar cubano, parte del territorio angoleño sigue en manos de la UNITA.

### La lógica de la guerra

UNITA

Este grupo, creado en 1962, a pesar de contar con amplias zonas liberadas y un fuerte apoyo de Africa del Sur, Estados Unidos y Zaire, plantea actualmente la necesidad de una "reconciliación nacional". Aquella consigna optimista "mañana en Luanda" está hoy en desuso. Jonas Savimbi, viejo discípulo de Mao, no piensa ahora en una batalla militar decisiva que le permitiría entrar victorioso en Luanda. Desde hace ya cierto tiempo, su nueva estrategia intenta llegar a una relativa supremacía militar para sentarse a negociar con sus adversarios comunistas.

La UNITA dispone hoy de unos 65.000 efectivos, bien pertrechados y armados, conformando unidades móviles que recorren prácticamente todo el país. Su territorio liberado tiene por capital a la ciudad de Jamba. El ejército gubernamental cuenta con unos 80.000 hombres, y cuenta además con el sólido respaldo de los 35.000 combatientes cubanos. Según diplomáticos europeos, en Luanda todos están convencidos que la situación militar ha llegado a un cuadro de estabilidad relativa que no conviene modificar demasiado. Porque es esta situación la que abre mayores perspectivas de negociaciones entre ambas partes.

"Todos están muy preocupados por la presencia de los cubanos en Angola, pero nadie dice nada de lo que supone para nosotros la instalación de la base norteamericana de Kamina, en el sur de Zaire, en las puertas de nuestra casa", declara el presidente de la Asamblea provincial de Benguela. "Es imprensable que los Estados Unidos o Sudáfrica cuenten con la retirada de las tropas cubanas de Angola. Sería cuestionar la soberanía del Estado angoleño. Así como les pedimos a los cubanos que vinieran a defendernos de los sudafricanos, cuando cese la amenaza les diremos: amigos, pueden volver a casa", declara el director del centro de prensa de Luanda, Miguel de Carvalho, más conocido por su antiguo nombre de guerra: Wadijimbi ("el hombre que olvida").

### ¿Y los derechos humanos...?

Nadie puede negar que la agresión de Sudáfrica es una realidad. Pero no es aconsejable simplificar demasiado. Así por ejemplo, explicar que los cubanos llegaron para defender a Angola de los ataques de Sudáfrica, es una manera un poco burda de tergiversar los hechos históricos. "Ellos ya estaban aquí antes de la Independencia, junto al MPLA —el propio "Che" Guevara ya había visitado clandestinamente Africa— y gracias a ellos el sector marxista, —que era minoritario no lo olvidemos— se apropió del poder frente a los otros grupos de liberación" afirmó recientemente un diplomático europeo, de paseo en París.

Pero aún considerando que la versión oficialista fuera cierta, existe actualmente una realidad que nos plantea numerosas interrogantes.

En primer lugar, la existencia de miles de refugiados angoleños en Zaire, Zambia y Namibia. Como sucede con todo país sumergido en una guerra civil, parte de la población opta por instalarse en países vecinos hasta que la paz vuelva a sus hogares. Pero en este caso suelen refugiarse poblados enteros, por pertenecer a tribus y familias diferentes a las dominantes en Luanda. La amnistía ofrecida por el MLPA hace unos años fue un fracaso si se considera el número de los retornados, pero es cierto que muchos opositores cayeron en la tentación y volvieron... La mayoría desaparecieron o debieron refugiarse nuevamente.

Toda oposición política es radicalmente reprimida. Sobre todo en las estructuras más sólidas y con más proyección política, como son el "partido" (MLPA) el ejército y los estudiantes. El número creciente de refugiados originarios de estos sectores indica que la lucha por el poder interno es cada vez más violenta. Los vicios de todo régimen autoritario están presentes en Angola. Es decir, [illegible] burocracia.

### ¿Un nuevo imperialismo?

En segundo lugar, la existencia de un ejército extranjero es siempre un factor distorsionante en cualquier país y en cualquier época. Más aún cuando esa presencia lejos de ser pasajera tiende a perdurar en el tiempo. Los propios angoleños del MPLA han declarado en reiteradas oportunidades que no hubiera sido posible mantenerse en el gobierno de no haber sido por el ejército cubano. Así la revolución transplantada a la realidad africana, necesitó también importar gran parte de los hombres que la llevaran a la práctica. La revolución angoleña, al consolidarse, pasó a ser para muchos africanos independentistas el anti-modelo que había que evitar a todo precio.

Por el momento los cubanos siguen instalados en Angola y no existen perspectivas de que se retiren a corto plazo. Todo indica que la situación actual ha de perdurar por largos años. Mientras, el pueblo angoleño, que habla tradicionalmente bantú o algún dialecto africano, y en el mejor de los casos portugués, tiene ahora el apoyo solidario de los llamados "cooperantes"... que le enseñan en español...

América Latina ha sido siempre un territorio dominado por los imperialismos de turno. No existía tradición de cruzar los mares para conquistar otras tierras. Apenas algunas guerras mediterráneas o navales recuerdan las luchas entre países vecinos. En cambio, lejos hacia el este, un país africano dominado por el colonialismo portugués soñó con la independencia y luchó por su libertad.

Ahora, mientras algunos angoleños creen que son libres, otros piensan lo contrario, como lo expresa una pintada de los estudiantes en los muros de Luanda. La pintada dice: "Cuba: o novo imperialismo".

*Luis A. Gutrie*

Dar entrada y archivar por

01-01

8706091

127

Cuba en Angola

# LA DESMORALIZACIÓN DE MORIR LEJOS

El compromiso militar cubano en Angola se estableció sobre la base de una tarea desinteresada y revolucionaria. Llegamos para tender una mano a un pueblo débil que no podía ser libre por la intervención de la poderosa Suráfrica. La realidad se encargaría de demostrar que las cosas eran distintas. Nuestros ideales se iban a pervertir del todo.

*La guerra en Angola la conozco bien.* Al principio estuve relacionado con ella porque se me nombró jefe de la Fuerza Aérea de las unidades cubanas destinadas allí. Después, porque seguí visitando constantemente esa nación africana para investigar cualquier contratiempo que sufrían nuestros pilotos.

*Muy pronto comprobé que algo funcionaba mal.* Cualquier acción tenía que ser consultada con La Habana, preparar el cable, cifrarlo, enviarlo a Cuba, localizar al comandante en jefe Fidel Castro, el único que tomaba las decisiones; y luego aguardar el recorrido inverso de la respuesta. Estando muy cerca de la línea de combate, había que esperar días para emprender cualquier acción.

No podían hacerse excepciones ni para acudir en auxilio de compañeros rodeados por el enemigo. Y era algo que a los altos oficiales cubanos no parecía importarles gran cosa. Si una patrulla se había confundido e internado en territorio enemigo, bueno, que se atuviera a las consecuencias, aunque ello significara la muerte del pelotón completo.

Pero quizá lo peor eran las órdenes que se impartían en Luanda. Recuerdo al teniente Raúl Quiala Castañeda, joven piloto con muchas perspectivas y que adoraba la aviación, pero que todavía no había aprendido a volar de noche. El jefe del aeródromo le ordenó salir en misión y bombardear donde quiera que viera una fogata, porque, suponía él, alrededor del fuego iban a estar miembros de la UNITA (el movimiento guerrillero Unión Nacional para la Independencia Total de Angola, que dirige Jonas Savimbi). Aparte del desperdicio irracional de bombas que aquello representaba, el resultado fue la pérdida del piloto y el aparato.

En Angola no se cuida la vida de nuestros muchachos. Otro oficial incapaz, el general Valle Lazo, envió trece soldados novatos a *limpiar* una aldea sin haber realizado entrenamiento previo. Llevaban cinco días en Angola y nadie les explicó como era la situación, que tácticas empleaba la UNITA, ni los familiarizaron con el terreno. Los trece resultaron muertos.

El día 1º de diciembre de 1985 ocurrió un accidente —en el que un hijo mío se vio involucrado como piloto— y un avión para transporte de tropas fue a parar al Zaire, hecho recogido por la Prensa internacional. Milagrosamente todos los ocupantes del aparato salvaron la vida. Un jefe había cambiado las frecuencias de radio sin comunicarlas a los pilotos. Los sistemas de navegación no se chequearon durante años y, sin embargo, en los registros anotaban que se habían realizado las inspecciones reglamentarias. En este caso aparecían en el libro como revisados los sistemas de navegación y de girocompensación por el navegante Resquejo ¡en una fecha en que el navegante Resquejo, se encontraba de vacaciones en Cuba!

Esta y otras muchas irregularidades que descubrí (precisamente mi trabajo era investigarlas) fueron informadas oportunamente a la superioridad. No se tomaron acciones para corregirlas ni recibí jamás explicación de por qué no se tomaron. Y a muchos de los autores de aquellas órdenes irracionales al llegar a Cuba no se les exigió responsabilidad por sus actos sino que fueron condecorados y promovidos.

*Tanta incompetencia* ha dado por resultado un número de muertes que excede en mucho las que habrían producido con una guerra conducida profesionalmente. Las bajas andan alrededor de 10.000. Pero lo más doloroso es la utilización que se hace de los muertos. Los cadáveres se inhuman donde se producen. A las familias se les *informa* que sus hijos perecieron como héroes cuando en la mayoría de los casos las muertes las provocó todo menos la heroicidad.

Se dice que cuando nos retiremos de Angola, lo único que nos llevaremos serán los restos mortales de nuestros combatientes caídos. *Pero hay cubanos enterrados en innumerables países*, y allí continúan aunque a algunos de sus Gobiernos hace ya tiempo Cuba dejó de prestarles asistencia. Los padres carecen hasta del consuelo de llevar flores alguna vez a la tumba del hijo. Eso acrecienta la renuncia ya bastante generalizada a *luchar personalmente a pelear en el conflicto angoleño o a que acuda* un ser querido.

Pero no se trata únicamente del rechazo en Cuba; también lo experimentan los angoleños por los cubanos, que ahora somos considerados intervencionistas. La miseria que padece ese país se achaca oficialmente a la guerra. *Pero la responsabilidad la tiene* el Gobierno angoleño, preocupado sólo de sí mismo y en encontrar soluciones negociadas.

El pueblo angoleño nos mira con recelo. Hasta sus oficiales y combatientes han dejado de apreciarnos. Se han dado cuenta de la baja calificación de algunos de nuestros mandos y de que, en el momento preciso, nos desentendemos de ellos. En la batalla de Cagancha, cuando la UNITA tendió el cerco, fuimos con nuestros helicópteros y sacamos a los cubanos. Las tropas angoleñas aliadas fueron abandonadas y después aniquiladas.

El cubano en Angola es un ejército mercenario, que combate por paga aunque ésta la cobra el Gobierno. El provecho es nulo para los combatientes individuales. Muchos veteranos de Angola en Cuba, no tienen donde vivir. Muchos oficiales, cuando regresan se encuentran sin trabajo. Los desmovilizan y los reinstalan en la isla de acuerdo, no a sus méritos, sino al favoritismo imperante.

Lo peor es que aquello está perdido, es una guerra que no se puede ganar. Así como Francia tuvo a Argelia y los Estados Unidos a Vietnam, en la actualidad Cuba está empantanada en Angola con un conflicto armado del que lo único que se sabe con certeza es que seguirá costando sangre y dolor al pueblo cubano.

RAFAEL DEL PINO
General de Aviación de Cuba
que se asiló
en Estados Unidos.
(De "ABC", Madrid)

Archivo
Angola País 2/8/87



8706092

127
19/5/82
EL FINANCIERO

***A miles de kilómetros de La Habana, un poderoso ejército expedicionario cubano desempeña una misión de extrañas aristas en Angola. Paradojalmente, uno de sus cometidos es proteger de los ataques de la guerrilla anticomunista —apoyada por los Estados Unidos— los complejos petroleros que en 49% pertenecen justamente a empresas estadounidenses. Una presencia —la castrista— que para muchos angoleños es reedición del poder colonial que Portugal ejerció sobre este país africano. Cómo viven los cubanos en Angola: amenazados no sólo por las balas de Jonas Savimbi, sino también por la epidemia de SIDA.***

# ANGOLA:

# EXTRAÑA MISION DE LOS CUBANOS

Escribe Jerry Costanzo
enviado de la agencia "Interpress"

**W**ashington — "Para un cubano no hay cosa más hermosa, chico, ni más maravillosa, que cumplir con su deber internacionalista". La afirmación corre por cuenta del capitán Pedro Valdez Alonso, uno de los 30 mil soldados castristas aleroquidos al norte del río Cunene para "proteger" al régimen marxista de Angola y —al menos eso trunca las estadounidenses— saltar luego a Namibia y eventualmente a Sudáfrica.

Si bien soviéticos y alemanes orientales también mantienen una presencia militar en Angola, los cubanos parecen estar mucho más abocados, ya que su intervención data de 1975, y los pertrechos de su partida son francamente remotos.

Así y todo, muchas firmas estadounidenses siguen operando en la antigua colonia portuguesa. Chevron, por ejemplo, es dueña de 49 % del complejo petrolero de Cabinda, mientras que el resto es detentado por el gobierno angoleño. Sin embargo, desde 1975 los Estados Unidos se han negado a reconocer al partido gobernante del país, el Movimiento Popular de Liberación de Angola (MPLA).

A causa de la presencia cubana, Washington ha brindado su apoyo a Jonas Savimbi, líder de un movimiento guerrillero anticomunista. Savimbi, cuya "Unión por la Total Independencia de Angola" (UNITA) fue proscrita en 1975 por los marxistas, constantemente montando ataques contra blancos gubernamentales, incluida el complejo de Chevron, que es la principal fuente de divisas fuertes para la economía angoleña. Esto ha creado una situación paradójica, aún no resuelta: las tropas cubanas protegen un complejo petrolero, perteneciente en parte a estadounidenses, mientras que los Estados Unidos apoyan a quienes atacan esas mismas instalaciones.

Los funcionarios angoleños, por su parte, parecen estar esperando algo que consideran inevitable: el colapso de Sudáfrica blanca. Tal colapso convertiría automáticamente a las tropas cubanas en las más móviles y mejor equipadas de África meridional.

Desde que en 1975 aparecieron el nacimiento del gobierno angoleño, las tropas cubanas lo han protegido sistemáticamente de los ataques guerrilleros de la UNITA, a punto tal que el presidente de ese país, José Eduardo Dos Santos ha llegado a afirmar en una carta a los Naciones Unidas que una agresión sudafricana implicaría el "suicidio" de Angola. Lo que en realidad sucede es que, con ejercitando el control de hecho sobre la mayor parte de la capitanía angoleña, las guerrillas de Savimbi carecen de la fuerza suficiente para hacer frente al poder de fuego combinado de los cubanos y el MPLA.

Cabe consignar que la alianza cubano-angoleña es tanto militar cuanto ideológica. Para los jerarcas marxistas de Angola, de férrea obediencia soviética, los cubanos ostentan credenciales ideológicas impecables. Para los cubanos, a su vez, la expedición a Angola es vista como una posibilidad de militar el ofuscado espíritu revolucionario de las jóvenes generaciones.

## • Conmemoración

Recientemente, al conmemorar el 16o de la Independencia, el presidente Dos Santos defendió por enésima vez la presencia de los "internacionalistas cubanos" en Angola y, por carácter transitivo, en las demás partes del mundo. De acuerdo a recientes investigaciones, Cuba tiene "asesores" militares en 13 países y asesores civiles en 27. "Ellos dicen que están peleando por la libertad y la independencia contra el denominado colonialismo soviético-cubano", dijo Dos Santos, en referencia a la UNITA. "Sin embargo, todo el mundo sabe que no hay verdadera lucha de liberación nacional en el mundo que no cuente con el apoyo, directo o indirecto, de la Unión Soviética y Cuba".

En las distribuidoras páginas de "Verde Oliva", el periódico semanal de los cubanos en Angola, son habituales las historias de sacrificio y abnegación revolucionarias. En una emisión reciente, un tanquista cubano explicó por qué había abandonado su trabajo en una tornería de La Habana para enrolarse en Luanda: "En mi casa, ser un internacionalista es algo grande". Más allá de lo inverosímil de tamaña aseveración, cabe constatar que la mayoría de los "voluntarios" son simplemente llamados a las filas y que el servicio militar en Angola no es precisamente popular entre los cubanos.

Por otra parte, difícilmente se encuentre alguna mención a las bajas cubanas en "Verde Oliva", aunque su número, de acuerdo a estimaciones occidentales, podría haber ascendido desde el momento en que Castro reagrupó defensivamente a sus colicuantes a lo largo del paralelo 15, y comenzó a utilizar con mayor intensidad los 60 cazas MIG-21, los 23 MIG-23, los 10 cazabombarderos SU-22 y unos 150 helicópteros provistos por los soviéticos. Otras unidades cubanas ocupan posiciones fijas en aeropuertos, ciudades de cierta importancia y el ya mencionado complejo petrolero de Chevron.

De todas maneras hay evidencias de que la muerte en combate no es el único peligro que enfrentan los expedicionarios. De acuerdo a informes que han llegado a Occidente, una cantidad no determinada de soldados cubanos ha regresado a sus hogares con SIDA. Esto es negado por los funcionarios cubanos, pero se sabe que la temible enfermedad se ha expandido en los últimos años en la isla, en coincidencia con la presencia en ella de los inter-

Cont. en pág. 23



8706093

# Militares cubanos en Angola

Viene de pág. central

es de Fidel Castro.

Huestes éstas que llevan una vida más confortable que la población local. En las harapientas ciudades de Angola, atoradas en su mayoría con los 600 mil refugiados de la campiña, los complejos habitacionales cubanos son fácilmente identificados por sus fachadas recién pintadas, sus veredas limpias y el césped cortado.

Bien adoctrinados en los dogmas del marxismo, los "educadores" castristas ayudan al partido gobernante a propagar su fe. "El año pasado enviamos a 20 estudiantes a universidades de Cuba, la Unión Soviética y Bulgaria", cuenta Carlos Estrada Depestre, un maestro cubano asignado en Kuito. "Este año hemos preparado un grupo de 25".

En Kuito, Ernesto Rodríguez Hernández, dentista, describe su cometido en Angola como una "gran experiencia, ya que sólo conocía Africa a través de la radio y televisión". Sin embargo, Rodríguez admite que durante los 15 meses que ha pasado en Kuito, nunca se ha aventurado más allá de un perímetro de 9 kilómetros patrullado por "boinas rojas" cubanos.

Además, la mayoría de los civiles cubanos reconocen haber recibido entrenamiento militar "para autodefensa". Apropiadamente, un boletín editado por la comunidad cubana en Sumbe, lleva el nombre de "La Trinchera". El logo de la tapa es un montaje de las herramientas de cada oficio: libros, una aguja hipodérmica, un pico y una pala... y una metralleta soviética AK-47.

## • Presiones

A pesar de las presiones bélicas, la comunidad cubana en Angola mantiene los ritos de la religión marxista. En octubre, vísperas de la revolución bolchevique, los cooperantes, como son llamados los civiles cubanos, participan del denominado "Domingo Rojo", que consiste en un día de trabajo "voluntario" y gratuito en beneficio del Estado. En el mismo mes, los niños del jardín de infantes cubano de Luanda viajan hasta el mar para arrojar al Atlántico flores, como parte de un ritual castrista anual en conmemoración del revolucionario Camilo Cienfuegos.

Las relaciones entre angolellos y castristas no son, por otra parte, idílicas. Pocos cubanos se molestan en aprender portugués, chapurreando en cambio castellano, ensalada de ambos idiomas. Y muchos angolellos están resentidos de que su país se haya vuelto dependiente de un nuevo grupo de extranjeros, tal bien terminaba de despojarse de 500 años de colonialismo portu-



8706093

PERLA

AÑOS EL POPULAR

MANUEL PEDRO PACAVIRA

# De la reina Jinja a la Angola popular

*Vocero de la R.P. de Angola, embajador en Cuba, miembro del CC del MPLA-P. del Trabajo, M.P. Pacavira nos habla de los tres siglos de combate contra el colonialismo, de la lucha clandestina que lo sumiera en prisión, del carácter de la UNITA, de la ayuda internacionalista de Cuba y otros pueblos.*

**Hoy embajador en Cuba, uando se conformó el MPLA, Ud. e un luchador por la indepenencia y hombre de la clandesnidad. ¿Cómo fue que cayó reso?**

El trabajo semilegal y clanestino se dificultó mucho cuano en 1957 se instaló la PIDE, la olicía política portuguesa, en uanda. La represión y la cárcel ieron las características del eríodo. Pero la llegada de Agoinho Neto en 1959 significó un mpulso singular en la lucha; enonces se conformó la dirección y e instrumentó el contacto con s compañeros en el exterior mo Lara, de Andrade, da Cruz otros. Fui designado para esa rea y me encontré con ellos en razzaville, donde trabajamos r varias semanas, armando a estructura para el trabajo ternacional. La salida había do clandestina y al regresar, ome resultado de errores inoluntarios de algunos comañeros, fui detenido. Desde 969 hasta los días luminosos de bril de 1975 permanecí en las árceles coloniales.

**¿Qué significado tuvo para ustedes el 25 de abril?**

Para mí y para los demás risioneros políticos fue la puera abierta de las cárceles. Pero ue el comienzo de una nueva tapa, difícil, pues sabíamos que i los portugueses, ni los sufricanos ni el imperialismo inernacional aceptarían así como sí la independencia de nuestro ís. Angola fue la última colonia fricana de Portugal en alcanzar independencia. El regreso de ara y más tarde de Neto permitió la reorganización del ovimiento en las nuevas conciones. Se reforzó el trabajo en as masas campesinas y en las iudades, creando los instrumentos para enfrentar la segunda guerra de liberación.

**Que tal vez fue más dura que primera.**

Desde 1974 hasta 1976 los ombates fueron innumerables y n diversos frentes. El precio en idas y en daños materiales fue uy elevado. El FNLA, la UNITA, os sudafricanos, los mercenarios e todo calibre, se unieron con- a el MPLA. Los derrotamos por l heroísmo de nuestro pueblo y or la amplia solidaridad interacional.

**Aún así, la persistencia de la NITA le crea series problemas a ngola.**

Está probado el apoyo aterial y político que brindan s sudafricanos a estas bandas. e entrenan con especialistas ancos en Namibia, se refugian ll cuando se baten en retirada, s helicópteros sudafricanos los asteoen en medio de la selva. gunas trasnacionales les rindan apoyo, los reciben en .U.U., en la RFA, en Portugal y tros lugares. Son frecuentes los ncuentros entre Savimbi y los s propietarios de grandes haciendas, de miembros de la PIDE.

**¿Influyen los problemas étnicos, como en otros países de África?**

No. Desde su fundación el MPLA se propuso no tolerar ninguna forma de discriminación, ya fuera entre los nacionales como entre éstos y los extranjeros. Fué planteo teórico y práctico consciente. Por ello hoy podemos afirmar, con hechos sobre la mesa, que no existen en el país diferencias o roces motivados en problemas étnicos. Por ejemplo, Paulo Jorge, mulato y ovimbundu, gobierna la provincia de Cuanza Norte, habitada mayoritariamente por los quimbundus. Lo mismo ocurre con Lopo do Nascimento y otros gobernadores provinciales. Los dirigentes de todo nivel lo son por sus cualidades, por su trabajo, no por su origen étnico; no hay en el país problemas raciales o étnicos.

**Entonces la UNITA...**

...Savimbi y la UNITA representan un conflicto de clase, no un enfrentamiento étnico. Savimbi ha dicho con todo descaro, que, de llegar al gobierno, desnacionalizará todos los sectores de la economía nacional que han pasado a estar al servicio de nuestro pueblo. Las bandas de la UNITA representan a los grandes intereses de los monopolios, especialmente yankis, que desean explotar nuestros minerales, nuestro café, las riquezas nacionales.

**¿Qué nos puede decir de la presencia militar cubana en Angola?**

El gobierno angolano tiene el derecho de solicitar la ayuda de quien entienda conveniente para garantizar su independencia ante la agresión sudafricana. Hace tiempo sostuvimos conversaciones con funcionarios sudafricanos; nos dijeron que estaban dispuestos a iniciar la discusión de la independencia de Namibia cuando retiráramos las tropas que teníamos localizadas en la frontera sur. Y nuestro gobierno, que quiere la paz, accedió. Pasaron casi tres meses, ¿y qué ocurrió? Que Sudáfrica invadió y ocupó nuevamente nuestro territorio y hasta ahora sigue ocupándolo.

**Si con razón, el gobierno de Angola no confía entonces en las promesas sudafricanas, ¿qué salida puede haber?**

Necesitamos la garantía de que Sudáfrica no nos ataque. Y esa garantía es una sola: la independencia de Namibia. Porque no tenemos fronteras con Sudáfrica, y sí las tenemos con la actual colonia sudafricana de Namibia. Al ser independiente Namibia y al cesar la ayuda a las bandas fantoches de la UNITA, podrán retirarse progresivamente las fuerzas cubanas.

**Pero a la vez, Pretoria condiciona la independencia de Namibia a la retirada cubana.**

Sudáfrica ocupa Namibia desde el fin de la primera guerra mundial y entonces no había tropas cubanas. Cuando las Naciones Unidas proclaman el principio de la descolonización, no había tropas cubanas y Namibia continuó siendo colonia. Al proclamarse nuestra independencia el 11 de noviembre de 1975, una parte importante de nuestro suelo ya se encontraba ocupado por las tropas del régimen racista y todavía no había tropas cubanas. Entonces nuestro presidente, A. Neto, efectuó un llamamiento a la comunidad internacional solicitando ayuda para expulsar a los invasores. Y muchos círculos políticos olvidan ahora que nuestro reclamo fue sí, escuchado en forma generosa por Cuba, pero no solo por Cuba. En mi país combatieron y murieron soldados de Guinea Bissau, de Guinea Conakry, de Mozambique. Nigeria envió armas y dinero, los países escandinavos efectuaron contribuciones materiales. Jóvenes portugueses que se encontraban en las filas del antiguo ejército colonial se alistaron en las filas del FAPLA. Las armas soviéticas fueron esenciales para detener la ofensiva sudafricana y obligarlos a retroceder. Recuerden que los invasores se encontraban a solo 15 kilómetros de Luanda, disponiendo de un armamento sumamente sofisticado. Pero nosotros, quinientos años bajo un régimen colonial, con un índice de analfabetismo superior al 80%, no estábamos en condiciones de usarlo. Necesitábamos ingenieros, técnicos, en fin, personal altamente calificado. Los cubanos nos brindaron esa ayuda.

**Ayuda que no solo ha sido militar.**

Es bien conocida la ayuda multifacética que nos han brindado y nos brindan en todo el proceso de reconstrucción nacional. Nuestro pueblo la valora enormemente, así como valora y recuerda con cariño el aporte de las brigadas de colaboradores internacionalistas provenientes de la Unión Soviética, de la RDA, de Yugoslavia, de Uruguay.

**También son estrechas las relaciones con Brasil, ¿no es así?**

Desde principios del siglo los brasileños estuvieron a favor de la independencia de Angola. Y cuando se proclamó, Brasil jugó un papel muy importante, reconociendo de inmediato al gobierno del MPLA. Desde entonces tenemos las mejores relaciones en todos los dominios: comercial, económico, en la transferencia de tecnología, en los planos educativo y cultural.

**Quisiera hacerle, para terminar, dos preguntas: ¿Cómo son las relaciones entre el MPLA y el Partido Comunista de Portugal?**

Siempre fueron muy buenas, incluso en las difíciles condiciones de la dictadura salazarista. El PCP, al igual que el MPLA, se encontraba luchando en la clandestinidad. Varios de sus principales dirigentes, Cunhal por ejemplo, se encontraban detenidos. El PCP fue la primera fuerza lusitana en pronunciarse por el derecho a la independencia de nuestro pueblo. Las relaciones fueron y son muy, pero muy buenas.

**Y la última: ¿qué reflexión le merece la interacción del movimiento de liberación nacional con el 25 de abril de 1974?**

Nosotros podemos decir que la lucha en Portugal de las fuerzas progresistas y democráticas contribuyó fuertemente a acelerar el proceso para la independencia de las colonias africanas. Al mismo tiempo, podemos afirmar, sin equivocarnos, que la lucha de los movimientos de liberación nacional, MPLA, FRELIMO, PAIGC, contribuyeron fuertemente a acelerar la lucha de los portugueses por la democracia, contra el fascismo.

D.M.

## MPLA

**¿Cómo se formó el MPLA?**

Como toda creación auténticamente popular, su origen se enraiza en la mejor historia de nuestro pueblo. La gesta que por 30 años comandara la reina Jinja en el siglo XVII, uniendo a todas las etnias en la lucha contra el colonialismo, es el primer pilar. La resistencia a lo largo de los siglos, militar, cultural, en todos los planos, fue creando las condiciones para el surgimiento de los instrumentos de la liberación.

En la época de la Conferencia de Bandung surgen el Partido de la Lucha Unida de los Africanos y el Partido Comunista de Angola. Poco tiempo después, y en el marco de una sociedad en ebullición, irrumpen, con mayor o menor fuerza, diferentes agrupamientos: el Movimiento por la Independencia Nacional, el Movimiento de Liberación de Angola, y por 1957, a instancias de militantes vinculados al Partido Comunista, el Movimiento de Liberación Nacional.

Agostinho Neto, da Cruz, Jacinto y otros, comprenden la necesidad de una entidad política unitaria que agrupe en su seno a todos los patriotas y a su creación dedican sus esfuerzos. En 1956 se alcanza el objetivo, fundándose el MPLA, con características netamente anticolonialistas y progresistas.

0706094

01-01

ARCHIVAR EN: Angola (Ang)

TEMA: Brigada internacionalista Uruguaya en Angola. Cuando se habla de internacionalismo, también hay que pensar en el país.

PROCEDENCIA: 15/5/82 El Popular.

ARCHIVADO EN: Brigadas (Ogg)

01·01

8706095

# "10.000 Cubanos han Muerto en Angola"

WASHINGTON, 15 (EFE) — El general que huyó de Cuba a Estados Unidos el pasado mes de mayo estima en 10.000 hombres las bajas cubanas en Angola, según funcionarios estadounidenses que solicitaron el anonimato.

Esta estimación del general de brigada Rafael Del Pino es la primera aportada por una fuente cubana y se aproxima a los cálculos de Estados Unidos, agregaron las fuentes.

El Gobierno de La Habana mantiene en secreto el número de bajas de sus tropas en el país africano, cuya presencia actualmente es de 35.000 hombres.

Jonás Savimbi, líder de "UNITA" —grupo guerrillero que combate al régimen de Luanda—, afirmó el pasado año que la cifra de soldados cubanos muertos en Angola se acercaba a 6.000.

El Dia 16/2/83

Dos entrada y archivar x Angola



8706096

ARCHIVAR EN: ANGOLA (127)

TEMA: ANGOLA: RECENT EVENTS del 23/7/87
(B/0660)

PROCEDENCIA: Doc Nº 1211/87 del 18/8/87

ARCHIVADO EN: ENLACE INGLES (135/C

01·01 8707201

* ANGOLA
* PERLA

M.D.N.
D.G.I.D.
ANALISTAS
041400SET87

N.I.Nº 150/87 - SEÑOR JEFE DEL DEPTO.II/D.G.I.D:

127

Adjunto a la presente remito a usted telegramas recibidos a través de ANTEL con respecto a:

- Aniversario desaparición Julio Castro
- Invitación a concurrir a "Semana 20 Aniversario canción de protesta" 19 al 25/OCT/37.
- Felicitación a la UJC por Aniversario, proveniente de Angola - Launda.

ANGOLA

El Jefe de Analistas

Tte. Cnel.

Eduardo Caussi

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO EXTERIOR
Fecha de Entrada
Fecha de Salida 15.09.87
Pase a Archivo
Nº de Numeración 1266/87

antel
ADMINISTRACION NACIONAL DE TELECOMUNICACIONES

# TELEGRAMA

REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY

| PROCEDENCIA | | | | | | RECIBIDO | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| OFICINA | N.° | PALABRAS | FECHA: | HORA | DE: | FECHA: | HORA | EMP. |
| PAZCUARO MEXICO | | | 27.8 | 87 | | | | |

INDICACIONES DE SERVICIO:
MIGUEL SOLER (BRECHA)
URUGUAY 844 MVIDEO

N.° DE ORDEN:
SELLO DE LA OFICINA

JUNTO A UDS. ANIVERSARIO DESAPARICION JULIO CASTRO

CAROLINA E. MUJICA

TRANSMITA SU TELEGRAMA POR TELEFONO — EL IMPORTE SERA INCLUIDO EN SU CUENTA MENSUAL EN MONTEVIDEO DISQUE 219 (o 90 14 55 SI ES TELEGRAMA INTERNACIONAL CON TEXTO EN OTROS IDIOMAS). EN OTRAS LOCALIDADES CONSULTE A INFORMACIONES

antel
ADMINISTRACION NACIONAL DE TELECOMUNICACIONES

# TELEGRAMA

REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY

| PROCEDENCIA | | | | | | RECIBIDO | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| OFICINA | N.° | PALABRAS | FECHA: | HORA | DE: | FECHA: | HORA | EMP. |
| PARIS | | 27.8.87 | | | | | | |

INDICACIONES DE SERVICIO:
MIGUEL SOLER (BRECHA)
URUGAY 844 MVIDEO

N.° DE ORDEN:
SELLO DE LA OFICINA

ADHERIMOS SENTIDO HOMENAJE MAESTRO JULIO CASTRO

CARMEN SIERRA (LA SORBONNE)
SONIA CAJARVILLE (UNIVERSIDAD PARIS KRAL)
ESMERALDA FERNANDEZ
OMAR PREGO FRANCE PRESS

PARTES ILEGIBLE

TRANSMITA SU TELEGRAMA POR TELEFONO — EL IMPORTE SERA INCLUIDO EN SU CUENTA MENSUAL EN MONTEVIDEO DISQUE 219 (o 90 14 55 SI ES TELEGRAMA INTERNACIONAL CON TEXTO EN OTROS IDIOMAS). EN OTRAS LOCALIDADES CONSULTE A INFORMACIONES



8707574

antel

ADMINISTRACION NACIONAL DE TELECOMUNICACIONES

# TELEGRAMA

REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY

PROCEDENCIA — RECIBIDO

| OFICINA | N.° | PALABRAS | FECHA: | HORA | DE: | FECHA: | HORA | EMP. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| BARCELONA | | | 27.8 | 87 | | | | |

INDICACIONES DE SERVICIO:

MIGUEL SOLER ( BRECHA)
URUGUAY 844 MVIDEO

N.° DE ORDEN:

SELLO DE LA OFICINA

SOLIDARIDAD CON LA MUERTE DEL MAESTRO JULIO CASTRO

MATILDE PINO

TRANSMITA SU TELEGRAMA POR TELEFONO — EL IMPORTE SERA INCLUIDO EN SU CUENTA MENSUAL EN MONTEVIDEO DISQUE 219 (o 90 14 55 SI ES TELEGRAMA INTERNACIONAL CON TEXTO EN OTROS IDIOMAS) EN OTRAS LOCALIDADES CONSULTE A INFORMACIONES

antel

ADMINISTRACION NACIONAL DE TELECOMUNICACIONES

# TELEGRAMA

REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY

PROCEDENCIA — RECIBIDO

| OFICINA | N.° | PALABRAS | FECHA: | HORA | DE: | FECHA: | HORA | EMP. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| EL ESCORIAL ESPAÑA | | | 25.8 | 87 | | | | |

INDICACIONES DE SERVICIO:

MIGUEL SOLER (BRECHA)
URUGUAY 844 MVIDEO

N.° DE ORDEN:

SELLO DE LA OFICINA

ADHIERO CON RABIA HOMENAJE MEMORIA MAESTRO JULIO CASTRO
MUERTO POR IMPUNES.

JUAN CARLOS ONETTI

PARTES POCO LEGIBLE

TRANSMITA SU TELEGRAMA POR TELEFONO — EL IMPORTE SERA INCLUIDO EN SU CUENTA MENSUAL EN MONTEVIDEO DISQUE 219 (o 90 14 55 SI ES TELEGRAMA INTERNACIONAL CON TEXTO EN OTROS IDIOMAS) EN OTRAS LOCALIDADES CONSULTE A INFORMACIONES

• 0 3

8707574

antel

ADMINISTRACION NACIONAL DE TELECOMUNICACIONES

# TELEGRAMA

REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY

| PROCEDENCIA | | | | | RECIBIDO | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| OFICINA | N.º | PALABRAS | FECHA: | HORA | DE: | FECHA: | HORA | EMP. |
| HABANA | | | 27.8.87 | | | | | |

INDICACIONES DE SERVICIO:

DANIEL VIGLIETTI
JUAN PAULLIER 962
41.39.10

N.º DE ORDEN:

SELLO DE LA OFICINA

SE INVITA A CONCURRIR SEMANA 20 ANIVERSARIO CANCION DE PROTESTA ENTRE 19 y 25 OCTUBRE

ROBERTO FERNANDEZ RETAMAR
CASA DE LAS AMERICAS

TRANSMITA SU TELEGRAMA POR TELEFONO — EL IMPORTE SERA INCLUIDO EN SU CUENTA MENSUAL EN MONTEVIDEO DISQUE 219 (o 90 14 55 SI ES TELEGRAMA INTERNACIONAL CON TEXTO EN OTROS IDIOMAS) EN OTRAS LOCALIDADES CONSULTE A INFORMACIONES

antel

ADMINISTRACION NACIONAL DE TELECOMUNICACIONES

# TELEGRAMA

REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY

| PROCEDENCIA | | | | | RECIBIDO | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| OFICINA | N.º | PALABRAS | FECHA: | HORA | DE: | FECHA: | HORA | EMP. |
| LUANDA | | | 25.8.87 | | | | | |

INDICACIONES DE SERVICIO:

UJC URUGUAY
RIO NEGRO 1529 MONTEVIDEO

N.º DE ORDEN:

SELLO DE LA OFICINA

CAMARADAS DE LA GLORIOSA UJC RECIBAN EL ABRAZO DE LOS COMUNISTAS URUGUAYOS DE LA BRIGADA EN ANGOLA ANTE EL NUEVO ANIVERSARIO

BRIGADA

PARTES ILEGIBLE

TRANSMITA SU TELEGRAMA POR TELEFONO — EL IMPORTE SERA INCLUIDO EN SU CUENTA MENSUAL EN MONTEVIDEO DISQUE 219 (o 90 14 55 SI ES TELEGRAMA INTERNACIONAL CON TEXTO EN OTROS IDIOMAS) EN OTRAS LOCALIDADES CONSULTE A INFORMACIONES

05·05

8707574

antel
ADMINISTRACION NACIONAL DE TELECOMUNICACIONES

# TELEGRAMA

REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY

| PROCEDENCIA | | | | | RECIBIDO | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| OFICINA | N.º | PALABRAS | FECHA: | HORA | DE: | FECHA: | HORA | EMP. |
| BARCELONA | | | 27.8.87 | | | | | |

INDICACIONES DE SERVICIO:

MIGUEL SOLER ( BRECHA)
URUGUAY 844 MVIDEO

N.º DE ORDEN:

SELLO DE LA OFICINA

SOLIDARIDAD CON LA MUERTE DEL MAESTRO JULIO CASTRO

MATILDE PINO

TRANSMITA SU TELEGRAMA POR TELEFONO — EL IMPORTE SERA INCLUIDO EN SU CUENTA MENSUAL EN MONTEVIDEO DISQUE 219 (o 90 14 55 S. ES TELEGRAMA INTERNACIONAL CON TEXTO EN OTROS IDIOMAS. EN OTRAS LOCALIDADES CONSULTE A INFORMACIONES

antel
ADMINISTRACION NACIONAL DE TELECOMUNICACIONES

# TELEGRAMA

REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY

| PROCEDENCIA | | | | | RECIBIDO | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| OFICINA | N.º | PALABRAS | FECHA: | HORA | DE: | FECHA: | HORA | EMP. |
| EL ESCORIAL ESPAÑA | | | 25.8.87 | | | | | |

INDICACIONES DE SERVICIO:

MIGUEL SOLER (BRECHA)
URUGUAY 844 MVIDEO

N.º DE ORDEN:

SELLO DE LA OFICINA

ADHIERO CON RABIA HOMENAJE MEMORIA MAESTRO JULIO CASTRO
MUERTO POR IMPUNES.

JUAN CARLOS ONETTI

PARTES POCO LEGIBLE

TRANSMITA SU TELEGRAMA POR TELEFONO — EL IMPORTE SERA INCLUIDO EN SU CUENTA MENSUAL EN MONTEVIDEO DISQUE 219 (o 90 14 55 S. ES TELEGRAMA INTERNACIONAL CON TEXTO EN OTROS IDIOMAS. EN OTRAS LOCALIDADES CONSULTE A INFORMACIONES

:08

8707574

TELEGRAMA ANTEL TELEGRAMA

ZCZC BRU134 EBR937 5015
UYMO CO ESMD 043
MADRID TF 43/39 26 1515

MIGUEL SOLER (BRECHA)
URUGUAY 844
MONTEVIDEO URUGUAY

PROFUNDAMENTE CONMOVIDO ME ADHIERO AL HOMENAJE A JULIO CASTRO
ENTRANABLE AMIGO Y COLEGA EJEMPLAR HAGO VOTOS FERVIENTES PORQUE
NUESTROS PUEBLOS LOGREN BUSQUEN HALLEN Y JUZGUEN A LOS RESPONSABLES
DE SU DESAPARICION
ASTRUBAL SALSAMENDI

COL 844

PARTES ILEGIBLE

TELEGRAMA ANTEL TELEG

antel
ADMINISTRACION NACIONAL DE TELECOMUNICACIONES

# TELEGRAMA

REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY

| PROCEDENCIA | | | | | | RECIBIDO | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| OFICINA | Nº | PALABRAS | FECHA: | HORA | DE: | FECHA: | HORA | EMP. |
| MADRID | | | 7.8.87 | | | | | |

INDICACIONES DE SERVICIO

DANIEL VIGLIETTI
JUAN PAULLIER 962
41.39.10

Nº DE ORDEN:

SELLO DE LA OFICINA

SE INVITA A CONCURRIR SEMANA 20 ANIVERSARIO FAVOR DE CONFIRMAR ENTRE 19 y 25 OCTUBRE

ROBERTO FERNANDEZ RETAMAR
CASA DE LAS AMERICAS

TRANSMITA SU TELEGRAMA POR TELEFONO — EL IMPORTE SERA INCLUIDO EN SU CUENTA MENSUAL EN MONTEVIDEO DISQUE 219 (o 901455 SI ES TELEGRAMA INTERNACIONAL CON TEXTO EN OTROS IDIOMAS)* EN OTRAS LOCALIDADES CONSULTE A INFORMACIONES

antel
ADMINISTRACION NACIONAL DE TELECOMUNICACIONES

TELEGRAMA

REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY

| PROCEDENCIA | | | | | | RECIBIDO | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| OFICINA | Nº | PALABRAS | FECHA: | HORA | DE: | FECHA: | HORA | EMP. |
| LUANDA | | | 25.8.87 | | | | | |

INDICACIONES DE SERVICIO:

UJC URUGUAY
RIO NEGRO 1529 MONTEVIDEO

Nº DE ORDEN:

SELLO DE LA OFICINA

CAMARADAS DE LA GLORIOSA UJC RECIBAN EL ABRAZO DE LOS COMUNISTAS URUGUAYOS DE LA BRIGADA EN ANGOLA ANTE EL NUEVO ANIVERSARIO

BRIGADA

PARTES ILEGIBLE

TRANSMITA SU TELEGRAMA POR TELEFONO — EL IMPORTE SERA INCLUIDO EN SU CUENTA MENSUAL EN MONTEVIDEO DISQUE 219 (o 901455 SI ES TELEGRAMA INTERNACIONAL CON TEXTO EN OTROS IDIOMAS)* EN OTRAS LOCALIDADES CONSULTE A INFORMACIONES

05·05

8707574

# Angola por acuerdo de paz con Sudáfrica

LUSAKA (Zambia), 24 (AP). —El presidente angoleño José Eduardo Dos Santos pidió hoy la celebración de conversaciones de paz en las que participen su gobierno marxista, Sudáfrica, Cuba y dirigentes guerrilleros de la organización popular de África del sudoeste (SWAPO), a fin de concluir uno de los conflictos africanos de mayor duración.

Dos Santos dijo ante la reunión anual de la Conferencia de Coordinación Para el Desarrollo del África Meridional que "no existe la certeza de una victoria militar para ninguna de las partes envueltas en Namibia o África del Sudoeste", y en lugar de ello propuso negociaciones entre las partes beligerantes.

Angola rechazó anteriormente las exigencias sudafricanas, respaldadas por Washington, de que la independencia de África Sudoccidental, controlada por Sudáfrica, debe estar ligada a la retirada de unos 37.000 soldados cubanos estacionados en An-



8707786

# Angola por encuentro de paz con Sudáfrica

LUSAKA (Zambia), 24 (AP). —El presidente angoleño José Eduardo Dos Santos pidió hoy la celebración de conversaciones de paz en las que participen su gobierno marxista, Sudáfrica, Cuba y dirigentes guerrilleros de la organización popular de África del sudoeste (OPAS), a fin de concluir uno de los conflictos africanos de mayor duración.

Dos Santos dijo ante la reunión anual de la Conferencia de Coordinación Para el Desarrollo del África Meridional que "no existe la certeza de una victoria militar para ninguna de las partes envueltas en Namibia o África del Sudoeste", y en lugar de ello propuso negociaciones entre las partes beligerantes.

Angola rechazó anteriormente las exigencias sudafricanas, respaldadas por Washington, de que la independencia de África Sudoccidental, controlada por Sudáfrica, debe estar ligada a la retirada de unos 37.000 soldados cubanos estacionados en Angola.

01·01

8707786

ANGOLA

Cuba en Angola

EL PAIS

02 AGO. 1987

Cuba en Angola

# LA DESMORALIZACION DE MORIR LEJOS

El compromiso militar cubano en Angola se estableció sobre la base de una tarea desinteresada y revolucionaria. Llegamos para tender una mano a un pueblo débil que no podía ser libre sin la intervención de la poderosa Sudáfrica. La realidad se encargaría de demostrar que las cosas eran distintas. Nuestros ideales se iban a pervertir del todo.

La guerra en Angola la conozco bien. Al principio estuve relacionado con ella porque se me nombró jefe de la Fuerza Aérea de las unidades cubanas destinadas allí. Después, porque seguí visitando constantemente esa nación africana para resolver cualquier contratiempo que sufrían nuestros pilotos.

Muy pronto comprobé que algo funcionaba mal. Cualquier decisión tenía que ser consultada con La Habana, preparar el informe, cifrarlo, enviarlo a Cuba, localizar al comandante en jefe Fidel Castro, el único que tomaba las decisiones; y luego esperar el recorrido inverso de la respuesta. Estando muy cerca de la línea de combate, había que esperar días para emprender cualquier acción.

No podían hacerse excepciones ni para acudir en auxilio de compañeros rodeados por el enemigo. Y era algo que a los altos oficiales cubanos no parecía importarles gran cosa. Si una columna se había confundido e internado en territorio enemigo, bueno, que se atuviera a las consecuencias, aunque ello significara la muerte del pelotón completo.

Pero quizá lo peor eran las órdenes que se impartían en Luanda. Recuerdo al teniente Raúl Quiala Castañeda, joven piloto con muchas perspectivas y que adoraba la aviación, pero que todavía no había aprendido a volar de noche. El jefe del aeródromo le ordenó salir en misión y bombardear donde quiera que viera una fogata, porque, suponía él, alrededor del fuego iban a estar miembros de la UNITA (el movimiento guerrillero Unión Nacional para la Independencia Total de Angola, que dirige Jonás Savimbi). Aparte del desperdicio irracional de vidas que aquello representaba, el resultado fue la pérdida del piloto y el aparato.

En Angola no se cuida la vida de nuestros muchachos. Otro general incapaz, el general Valle Lazo, envió trece soldados cubanos a limpiar una aldea sin haber realizado entrenamiento alguno. Llevaban cinco días en Angola y nadie les explicó cómo era la situación, qué tácticas empleaba la UNITA, ni los familiarizaron con el terreno. Los trece resultaron muertos.

El día 1º de diciembre de 1985 ocurrió un accidente —en el que un hijo mío se vio involucrado como piloto— y un avión para transporte de tropas fue a parar al Zaire, hecho recogido por la prensa internacional. Milagrosamente todos los ocupantes del aparato salvaron la vida. Un jefe había cambiado las frecuencias de radio sin comunicarlas a los pilotos. Los sistemas de navegación no se chequearon durante años y, sin embargo, en los libros anotaban que se habían realizado las inspecciones reglamentarias. En este caso aparecían en el libro como revisados los sistemas de navegación y de girocompensación por el navegante Resquejo ¡en una fecha en que el navegante Resquejo, se encontraba de vacaciones en Cuba!

Esta y otras muchas irregularidades que descubrí (gracias, seguramente mi trabajo era investigarlas) fueron informadas oportunamente a la superioridad. No se tomaron acciones para corregirlas ni recibí jamás explicación de por qué no se tomaron. Y a muchos de los autores de aquellas órdenes irracionales al llegar a Cuba no se les exigió responsabilidad por sus actos sino que fueron condecorados y promovidos.

Tanta incompetencia ha dado por resultado un número de muertes que excede en mucho las que habrían producido con una guerra conducida profesionalmente. Las bajas andan alrededor de 10.000. Pero lo más doloroso es la utilización que se hace de los muertos. Los cadáveres se inhuman donde se producen. A las familias se les informa que sus hijos perecieron como héroes cuando en la mayoría de los casos las muertes las provocó todo menos la heroicidad.

Se dice que cuando nos retiremos de Angola, lo único que nos llevaremos serán los restos mortales de nuestros combatientes caídos. Pero hay cubanos enterrados en innumerables países, y allí continúan aunque a algunos de sus Gobiernos hace ya tiempo Cuba dejó de prestarles asistencia. Los padres carecen hasta del consuelo de llevar flores alguna vez a la tumba del hijo. Eso acrecienta la renuncia ya bastante generalizada a participar personalmente a pelear en el conflicto angoleño o a que acuda un ser querido.

Pero no se trata únicamente del rechazo en Cuba; también lo experimentan los angoleños por los cubanos, que ahora somos considerados intervencionistas. La miseria que padece ese país se achaca oficialmente a la guerra. Pero la responsabilidad la tiene el Gobierno angoleño, preocupado sólo de sí mismo y de encontrar soluciones negociadas.

El pueblo angoleño nos mira con recato. Hasta sus oficiales y combatientes han dejado de apreciarnos. Se han dado cuenta de la baja calificación de algunos de nuestros mandos y de que, en el momento preciso, nos desentendemos de ellos. En la batalla de Cangancha, cuando la UNITA tendió el cerco, fuimos con nuestros helicópteros y sacamos a los cubanos. Las tropas angoleñas aliadas fueron abandonadas y después aniquiladas.

El cubano en Angola es un ejército mercenario, que combate por paga aunque ésta la cobra el Gobierno. El provecho es nulo para los combatientes individuales. Muchos veteranos de Angola en Cuba, no tienen donde vivir. Muchos oficiales, cuando regresan se encuentran sin trabajo. Los desmovilizan y los reinstalan en la lista de acuerdo, no a sus méritos, sino al favoritismo imperante.

Lo peor es que aquello está perdido, es una guerra que no se puede ganar. Así como Francia tuvo a Argelia y los Estados Unidos a Vietnam, en la actualidad Cuba está empantanada en Angola con un conflicto armado del que lo único que se sabe con certeza es que seguirá costando sangre y dolor al pueblo cubano.

RAFAEL DEL PINO
General de Aviación de Cuba que se exilió en Estados Unidos
(De "ABC", Madrid)



8708353

# Retirada Cubana de Angola: Satisfacción de USA

## "No Obstante Escuchamos Esto Antes por lo que Habrá que Esperar la Negociación"

WASHINGTON Y LA HABANA, 4 (Nota sobre Fuentes EFE, ANSA y AP).— El Departamento de Estado norteamericano mostró hoy su satisfacción por la disposición de Cuba y Angola de flexibilizar la posición de ambos países sobre la retirada de las tropas cubanas en esta nación africana.

Charles Redman, portavoz del Departamento de Estado, dijo que daban la bienvenida a esa indicación de flexibilidad en las posiciones negociadoras.

La decisión fue expresada en un comunicado ayer en La Habana al finalizar la visita a Cuba del presidente de Angola, José Eduardo Dos Santos.

Redman señaló que "no obstante, escuchamos esto antes. Los angoleños no concretaron nada sobre estos aspectos en la visita que realizó a Luanda en julio Chester Crocker, secretario adjunto de Estado".

El portavoz manifestó que esperaban que el comunicado de La Habana significase que los angoleños están preparados a presentar propuestas específicas.

"Por nuestra parte, seguimos creyendo en Angola y Namibia no tienen una solución militar. Un acuerdo negociado sobre la retirada de tropas extranjeras, los cubanos de Angola y los sudafricanos de Namibia es esencial para resolver este problema", agregó Redman.

En un comunicado oficial divulgado hoy después de la partida del presidente angolano José Eduardo dos Santos, se afirma que al examinar las responsabilidades internacionales que los dos gobiernos comparten respecto al Africa Austral y a la aplicación de la resolución de Naciones Unidas sobre la independencia de Namibia, "ambas partes ratificaron su voluntad política de aunar esfuerzos y de trabajar con todas aquellas fuerzas interesadas en hallar una solución que tome en cuenta los legítimos intereses de todas las partes involucradas y garantice la integridad territorial y la soberanía de la República Popular de Angola".

"Con este fin —añade el comunicado oficial— Cuba y Angola coinciden también en la disposición de flexibilizar su posición común, sobre la base de los principios de la plataforma de 1984 y su texto complementario... en consecuencia Cuba y Angola están dispuestas a proseguir conjuntamente las negociaciones que se reiniciaron en Luanda a mediados del pasado mes de julio", afirma la nota cubana.

### FUERZAS SUDAFRICANAS

La plataforma mencionada en el documento fue presentada por Luanda en septiembre de 1984 a los representantes de Estados Unidos para que la transmitieran al gobierno de Sudáfrica. Incluía la retirada de las Fuerzas Sudafricanas de Angola, la aplicación de la resolución 435 del Consejo de Seguridad sobre la independencia de Namibia, el cese del fuego entre la República de Sudáfrica y la South West Africa People's Organization (SWAPO). Y por último, la firma de un acuerdo internacional entre los gobiernos de Angola, Sudáfrica, Cuba y un representante de la SWAPO.

Sobre la base de esta plataforma, Cuba y Angola procederían a realizar escalonadamente la retirada de las tropas cubanas del sur de Angola; operación que en 36 meses devolvería a Cuba aproximadamente 20 mil hombres del total de tropas cubanas en el país africano.

Según ese proyecto, el resto de las tropas cubanas que quedarían en Angola "no cruzarían en ningún momento el paralelo 13" y su retirada del territorio sería decidida sucesivamente por los dos gobiernos interesados.

### DECLARACION DE CASTRO

Los puntos enunciados en la plataforma de 1984 se han mantenido insiterados en las sucesivas declaraciones de los dos gobiernos. Sin embargo, en setiembre del año pasado, durante una visita a Luanda, Fidel Castro declaró que "la presencia de Cuba en Angola depende de nuestros hermanos angoleños: nuestra disposición es permanecer junto a ellos mientras exista el Apartheid".

Estas palabras del presidente cubano parecieron "subir la parada" en las posibles negociaciones. Podría presumirse ahora que la anunciada "disposición a la flexibilidad" estaría relacionada con esta última posición, lo que dejaría una vez más insiterada la plataforma de 1984 y su calendario sobre la retirada escalonada de las tropas cubanas.

Pero a falta de detalles, aquí, sobre la reanudación de negociaciones en Luanda en el pasado mes de julio, resultaría difícil cualquier especulación al respecto.

Por lo pronto la población, sorprendida por el anuncio, está muy atenta a cualquier nueva aclaración sobre el asunto.

### LOS DIALOGOS

Dos Santos dijo el mes pasado en una reunión de la organización de la unidad africana en Zambia que Angola presentaría propuestas para un "Acuerdo Global" para la independencia de Africa Sudoccidental, también denominada Namibia, a Sudáfrica, Cuba y la Organización del Pueblo de Africa Sudoccidental (SWAPO), que lucha por la independencia de Namibia.

Pareció ser un llamamiento sin precedentes para sostener conversaciones entre los cuatro partes. Angop dijo hoy que Cuba apoyaba la propuesta angoleña pero no dio detalles.

01·01

8708380

ANGOLA

127

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Fecha de Entrada 6/OCT/87
Fecha de Salida 6/OCT/87
Pasa a Sec/Ofs/Anal/Archivo
Nº. de Identificación 1525/87

## UNITA SE PREPARA PARA UNA NUEVA OFENSIVA DEL GOBIERNO

Washington, Moscú, Pretoria y La Habana; juegan un rol protagónico en la guerra civil Angoleña, que ya lleva 12 años de duración. En la última semana, se han vislumbrado signos de un nuevo impulso diplomático así como también, un nuevo empuje de las fuerzas cubanas y soviéticas que respaldan al Gobierno de Luanda. Spencer REISS del Newsweek, visitó el frente junto a Jonas SAVIMBI, líder del grupo rebelde de la Unión Nacional para la Independencia Total de Angola (UNITA), siendo su informe el siguiente:

Manuel DEOLINDO, que ha pasado la tercera parte de sus 36 años luchando al lado de UNITA, es sorprendido dormitando cerca de un bosque a un lado de la colina. Ya desde antes del amanecer, sus hombres han estado cavando profundas trincheras individuales en la reseca Sabana, empuñando las AK-47 y las granadas RPG-7 que protegen el grueso de su armamento, un cañón antitanque de 106-mm norteamericano. Inutilmente buscan más allá de la línea de árboles a pocos cientos de yardas, algún signo que indique el avance del enemigo hacia la base logística de UNITA en Mavinga, a seis horas de camino hacia el Sur. Desde las últimas posiciones una pequeña batería de morteros, capturados del bloque oriental, lanzan tres ataques sucesivos a las supuestas posiciones enemigas, pero los mismos no son repelidos. "Cuando los cubanos, que fueron los primeros en venir, llegaron, se hicieron famosos y todo el mundo estaba intimidado", dijo un alto oficial visitante de UNITA establecido en la "capital" de Jamba, 250 millas hacia el Sudeste. "Ahora son ellos los que están asustados ante nosotros".

En el asombroso mundo al cual la Administración REAGAN ha llamado "de libres combatientes", SAVIMBI y UNITA se han afianzado indiscutiblemente. Ellos se han estado fortaleciendo por más de dos décadas de combates -que comenzaron como resultado de la dura guerra de Angola contra Portugal por su Independencia- y apoyados por pequeñas pero potentes dosis de armamento americano sofisticado, así como los notables misiles Stinger antiaéreos. La UNITA cuenta con cosas con las que no cuentan los "Contra" Nicaraguenses : eficiente organización, bases de campesinos provistos de armamento, 28.000 integrantes de tropas regulares que son las que controlan la cuarta parte de la remota zona del sudeste de la Nación, mientras alrededor de 10 guerrillas vigilan virtualmente todo el resto de Angola, en-



8708740

cuadradas en comandos. Pese a la conocida orientación pro-occidental, SAVIMBI utiliza a lo largo de las 100.000 millas de "tierra libre de Angola" el emblema de "Democracia y Socialismo" y actúa en base a que las utopías comunistas pueden admirarse. Pero la ordenada enseñanza en los campos y la blanda disciplina con que se manejan a las tropas, contrastan ampliamente con el caos y la miseria que la guerra de UNITAS ha llevado al resto de la agitada Nación.

Los comandantes de UNITA están claramente alarmados por los informes de inteligencia provenientes del alto comando, donde dicen que Luanda ha reunido alrededor de 10 brigadas de alrededor de 12.000 hombres cada una y más de 100 tanques al Oeste y Norte de Mavinga. Pero en la última semana se confirmó que sus tácticas "semiconvencionales" podrían detener cualquier tipo de ofensiva en su primer puesto de comando al Este de Mavinga, SAVIMBI -quien hizo el doctorado en Ciencias Políticas en la Universidad de Lausanne y fue entrenado para guerra de guerrillas en China maoísta- dijo que simplemente niega que una victoria en Luanda pueda llegar a ser una victoria en sí misma, dado el elevado costo en hombres y materiales. "Nosotros esperamos que ellos se den cuenta que la opción militar no es una opción". "Nosotros queremos que ellos vean que no tienen otra alternativa que la de negociar con nosotros".

SAVIMBI aprovecha la completa ineptitud del ejército con que cuenta el Gobierno de Luanda (de alrededor de 80.000 hombres) -pese a la presencia de centenares de consejeros militares del bloque socialista y la de tropas cubanas estimadas en 37.000 efectivos, a lo que debemos agregar el abultado gasto (un promedio de 4 billones de dólares) en armas que ha desembolzado la Unión Soviética en la última década, según informes de agencias occidentales. Por su parte el gasto militar es estimado alrededor del 70% del presupuesto anual del Gobierno. "Si ellos cuentan con numeroso equipo" dijo el Capitán David OLIVIERA, "y por lo prolongado de esta ofensiva, todo será nuestro".

SAVIMBI habló cautelosamente sobre la seguridad de la asistencia extranjera a la UNITA, tan solo admitió que la organización cuenta con algunos "Sofisticados sistemas de defensa". Los informes de inteligencia confirman que esta asistencia incluye a los Stinger norteamericanos, elementos importantes para detener el fuego de los MIG que posee Luanda y también tienen en su poder Misiles TON antitanques, ambos elementos for-



3708740

man parte del presupuesto de 30 millones de dólares con que cubre Estados Unidos la ayuda militar desde que Washington comenzó los vinculos oficiales hace alrededor de 2 años. Los otros aliados claves de SAVIMBI -Sudafrica- es más problemático. Oficiales de UNITA expresaron que todas las líneas de comunicación con sus vecinos -incluyendo armas, combustible, alimento, facilidades de transporte, etc.- son estrictamente bases efectivas. "Todas las otras Naciones en la región -Zimbabwe, Botswana, Mozambique- dependen económicamente de Sudáfrica". El Vicepresidente de UNITA Jeremias CHITUNDA dice que "Porque no conseguir también todo aquellos que necesitamos de ellos?.

Cambio completo: Debido a toda la insidencia que tiene sobre la "verdadera Independencia" para Angola, UNITA está vinculado en los incidentes de la región del sudeste africano. Esto fue puntualizado en el acuerdo que SAVIMBI suscribió la última semana, para poner en libertad a más de 130 prisioneros de guerra angoleños, involucrando para facilitar el cambio, a oficiales de las fuerzas armadas sudafricanas capturados en una súbita avanzada en Angola, conjuntamente con un ciudadano de Dutch atrapado con trabandeando armas para las guerrillas del Congreso Nacional Africano en Sudafrica y un francés apresado en los movimientos por los cambios políticos en el llamado Ciskei "Independiente" de Sudáfrica.

Pero SAVIMBI la última semana también negó que el brindaría su apoyo a Pretoria por los dos oficiales de ANC capturados cerca de una de sus bases en el Nordeste de Angola.

La diplomacia, puede trabajar contra UNITA. La última semana el asistente del secretario de Estado norteamericano Chester CROCKER viajó a Luanda, intentando nuevamente quebrar el estancamiento de las propuestas hechas para el retiro de las tropas cubanas de Angola como intercambio por la concepción por parte de Pretoria de la Independencia de Namibia- con Estados Unidos y Pretoria suspendiendo toda ayuda a UNITA.



8708740

# 'They Are Scared of Us'

## UNITA prepares for a new government offensive

*Washington and Moscow, Pretoria and Havana—they are the key supporting players in Angola's 12-year-old civil war. Last week, amid signs of renewed diplomatic initiatives and a new drive by the Luanda government's Soviet- and Cuban-backed armed forces,* NEWSWEEK's *Spencer Reiss visited the front lines with Jonas Savimbi's rebel National Union for the Total Independence of Angola (UNITA). His report:*

Col. Manuel Deolindo, a wiry man who has spent a third of his 36 years fighting UNITA's war, is catching upon his sleep on a thinly wooded hillside. Since just before dawn his men have been dug into shoulder-deep foxholes on the parched savannah below, clutching the AK-47s and RPG-7 grenade launchers that protect their key weapon, a U.S.-made 106-mm antitank gun. They vainly search the tree line a few hundred yards away for signs of an expected enemy thrust toward the key UNITA logistics base at Mavinga, a six-hour truck ride to the south. From the rear, a small battery of captured East-bloc mortars thumps out three volleys at a suspected enemy position, but receives no reply. "When the Cubans first came here they were very famous, and everyone was scared," says a visting staff officer from UNITA's bush "capital" of Jamba, 250 miles away to the southeast. "Now they are scared of us."

In the shadowy world of what the Reagan administration calls "freedom fighters," Savimbi and UNITA are undisputed standouts. They have been hardened by more than two decades of fighting that began with Angola's bloody war for independence from Portugal—and bolstered by small but potent doses of sophisticated American weaponry, notably Stinger antiaircraft missiles. UNITA is everything Nicaragua's hapless contras are not: a tightly organized, peasant-based bush army, whose 28,000 regular troops control the country's remote southeastern quarter while tens of thousands of its guerrillas roam virtually all the rest of Angola in deadly force. Despite his avowedly pro-Western orientation, Savimbi's 100,000 square-mile "Free Land of Angola" wears "Democracy and Socialism" as its emblem and operates on a cashless collective basis that utopian communists might admire. But the tidy thatched camps and smoothly disciplined troops stand in stark contrast to the misery and chaos UNITA's war has brought to the rest of the struggling nation.

UNITA commanders are clearly worried by intelligence reports that Luanda's high command has massed at least 10 full brigades of as many as 1,200 men each and more than 100 tanks north and west of Mavinga. But last week they were confident that their "semiconventional" tactics could stem any likely offensive. At his forward command post east of Mavinga, Savimbi—who holds a doctorate in political science from the University of Lausanne and was trained for guerrilla warfare in Maoist China—said that simply denying Luanda a victory would be a victory in itself, given the likely high cost in men and matériel. "We hope to make them see that the military option is not an option," he said. "We want them to see that they have no choice but to negotiate with us."

MARK PETERSEN FOR NEWSWEEK

Still hoping to force Luanda to negotiate: *Savimbi*

Savimbi profits from the sheer ineptitude of the Luanda government's 80,000-man Army—despite the presence of thousands of East-bloc military advisers, an estimated 37,000 Cuban troops and what Western intelligence agencies say is at least $4 billion in Soviet arms over the past decade. Military spending is estimated to drain more than 70 percent of the government's annual budget—and ironically provides a key source of UNITA hardware. "Yes, they have a lot of equipment," says Capt. David Oliviera. "And by the time this offensive is over, a lot of it will be ours."

Savimbi speaks guardedly about UNITA's own reliance on outside assistance, particularly what he will only admit are "some very sophisticated weapons systems." Intelligence sources confirm they include both the hand-held U.S. Stinger, crucial to keeping Luanda's MiG fighters at bay, and TOW antitank missiles, both part of the reported $30 million in covert U.S. military aid since Washington resumed official ties two years ago. Savimbi's other key ally—South Africa—is more problematic. UNITA officials say all their dealings with their white-ruled neighbor—including arms, spare parts, diesel fuel, food and transit facilities—are on a strictly cash basis. "Every other country in the region—Zimbabwe, Botswana, Mozambique—depends economically on South Africa," says UNITA Vice President Jeremias Chitunda. "Why shouldn't we get what we need from them too?"

**Complex swap:** For all its insistence on "true independence" for Angola, UNITA is inextricably involved in southern Africa's broader regional struggles. That was underscored last week by Savimbi's agreement to release more than 130 Angolan Army prisoners to facilitate a complex swap involving a South African Army officer captured on a raid deep in Angola, a Dutch citizen caught smuggling arms for African National Congress guerrillas in South Africa and a Frenchman imprisoned on political charges in South Africa's so-called "independent" Ciskei. But Savimbi last week also denied that he would hand back to Pretoria two ANC officials captured near one of their bases in northern Angola.

Diplomacy may ultimately work against UNITA. Last week U.S. Assistant Secretary of State Chester Crocker flew to Luanda, attempting again to break the deadlock over proposals to get Cuban troops out of Angola in exchange for Pretoria's granting independence to Namibia—with both Washington and Pretoria ending all aid to UNITA. UNITA could yet be cut in on such a deal. But when superpowers are playing, the sturdiest "freedom fighters" may find themselves being pushed to the sidelines.



04-04

8708740

127

Prague 15/7/87

A doce años de la Independencia

# La otra colonización de Angola

**Hace doce años que las fuerzas cubanas llegaron a Angola para apoyar al MPLA. Todo indica que aun deberán permanecer por largo tiempo. Una guerra interna entre antiguos grupos anti-colonialistas y múltiples intervenciones exteriores conforman una compleja situación que no muestra perspectivas de solución en lo inmediato. Mientras, los angoleños parecen acostumbrarse a la presencia de los cubanos...**

Un antiguo refrán africano recuerda que "cuando los elefantes se pelean, es la hierba de la sabana la que queda arrasada". Sucede lo mismo con países como Angola, donde la Unión Soviética y los Estados Unidos (paquidermos internacionales) se disputan el dominio de enclaves estratégicos para consolidar su influencia.

Angola se ha transformado en una pieza clave del tablero geopolítico africano, y su situación actual no puede explicarse simplemente como una derivación de las confrontaciones Este- Oeste, ni como un conflicto Norte-Sur.

Allí se concentran, al mismo tiempo, un cúmulo de contradicciones que dan como resultado una situación particularmente compleja.

Es cierto que el territorio ocupado en Angola, es uno de los "depósitos" más ricos del mundo en materias primas y esto explica en parte, porque las grandes potencias no quieren ni pueden renunciar fácilmente a las "riquezas naturales" de este nóvel país.

## Ironías de la historia

Pero no es fácil explicar las conductas de algunos actores, como por ejemplo por qué los Estados Unidos apoyan financiera y militarmente a la guerrilla de Jonas Savimbi, la Unión por la Independencia Total de Angola (UNITA), fundada en 1962, que ataca regularmente los enclaves petroleros del gobierno, y es ese mismo petróleo —extraído por la Gulf Oil y la Chevron— que Estados Unidos adquiere en un 60% de la producción. Por otra parte, el régimen marxista de Luanda, apoyado por Cuba y la URSS, debe encargarse —tropas cubanas mediante— de proteger dichas empresas internacionales "imperialistas", de los sabotajes de la UNITA.

En el contexto geopolítico la situación no es menos compleja. Angola apoya las guerrillas del Congreso Nacional Africano (ANC) y de la Organización Popular de Africa del Suroeste (SWAPO), que continuan luchando contra el régimen de apartheid en Sudáfrica y la colonización del territorio de Namibia, al sur de Angola. Sudáfrica paga con la misma moneda al apoyar la guerrilla de Savimbi, la UNITA, que combate desde hace doce años al régimen de Luanda dirigido por el Movimento Popular para la Liberación de Angola (MPLA). La guerrilla de la UNITA, que controla gran parte del territorio angoleño, ataca regularmente los enclaves petroleros de Cabinda y las minas de diamantes. Minas que explotaba Sudáfrica y que a causa de estos ataques, el gobierno de Luanda se ha visto obligado a cerrar. En estos dos rubros están las dos principales fuentes de ingresos de divisas fuertes para la economía angoleña.

## El aliado cubano

El MPLA espera que la caída del régimen de Pretoria —la cual consideran inevitable y próxima— cambiará radicalmente la situación interna en Angola, pues las tropas de la UNITA ya no contarían con el apoyo de Sudáfrica. En ese caso, las fuerzas gubernamentales y las tropas cubanas estarían en condiciones de recuperar el territorio ocupado por la guerrilla de Savimbi. Pero es más, en esa situación las tropas cubanas —con 35.000 hombres— quedarían con un predominio militar en la región (mejor equipadas y de mayor movilidad) que podría hacer cambiar el mapa político de Africa meridional.

Los cubanos desembarcaron en 1975, invitados por el MPLA a intervenir en Angola, pues este no fue capaz de sobreponerse por sí solo a los otros dos grupos independentistas, el FNLA de Holden Roberto y la UNITA de Jonas Savimbi. Desde entonces las relaciones internas de poder han favorecido el MPLA que al poseer el gobierno central se ha beneficiado con el reconocimiento de la ONU y de cierto apoyo internacional.

Sin embargo, a pesar del importante apoyo militar cubano, parte del territorio angoleño sigue en manos de la UNITA.

## La lógica de la guerra

Este grupo, creado en 1962, a pesar de contar con amplias zonas liberadas y un fuerte apoyo de Africa del Sur, Estados Unidos y Zaire, plantea actualmente la necesidad de una "reconciliación nacional". Aquella consigna optimista "mañana en Luanda" está hoy en desuso. Jonas Savimbi, viejo discípulo de Mao, no piensa ahora en una batalla militar decisiva que le permitiría entrar victorioso en Luanda. Desde hace ya cierto tiempo, su nueva estrategia intenta llegar a una relativa supremacía militar para sentarse a negociar con sus adversarios comunistas.

La UNITA dispone hoy de unos 65.000 efectivos, bien pertrechados y armados, conformando unidades móviles que recorren prácticamente todo el país. Su territorio liberado tiene por capital a la ciudad de Jamba. El ejército gubernamental cuenta con unos 80.000 hombres, y cuenta además con el sólido respaldo de los 35.000 combatientes cubanos. Según diplomáticos europeos, en Luanda todos están convencidos que la situación militar ha llegado a un cuadro de estabilidad relativa que no conviene modificar demasiado. Porque es esta situación la que abre mayores perspectivas de negociaciones entre ambas partes.

"Todos están muy preocupados por la presencia de los cubanos en Angola, pero nadie dice nada de lo que supone para nosotros la instalación de la base norteamericana de Kamina, en el sur de Zaire, en las puertas de nuestra casa ", declara el presidente de la Asamblea provincial de Benguela. "Es impensable que los Estados Unidos o Sudáfrica cuenten con la retirada de las tropas cubanas de Angola. Sería cuestionar la soberanía del Estado angoleño. Así como les pedimos a los cubanos que vinieran a defendernos de los sudafricanos, cuando cese la amenaza les diremos: amigos, pueden volver a casa", declara el director del centro de prensa de Luanda, Miguel de Carvalho, más conocido por su antiguo nombre de guerra: Wadijimbi ("el hombre que olvida").

## ¿Y los derechos humanos...?

Nadie puede negar que la agresión de Sudáfrica es una realidad. Pero no es aconsejable simplificar demasiado. Así por ejemplo, explicar que los cubanos llegaron para defender a Angola de los ataques de Sudáfrica, es una manera un poco burda de tergiversar los hechos históricos. "Ellos ya estaban aquí antes de la independencia, junto al MPLA —el propio "Che" Guevara ya había visitado clandestinamente Africa— y gracias a ellos el sector marxista, —que era minoritario no lo olvidemos— se apropió del poder frente a los otros gupos de liberación" afirmó recientemente un diplomático europeo, de pasaje en París.

Pero aún considerando que la versión oficialista fuera cierta, existe actualmente una realidad que nos plantea numerosas interrogantes.

En primer lugar, la existencia de miles de refugiados angoleños en Zaire, Zambia y Europa. Como sucede con todo país sumergido en una guerra civil, parte de la población opta por instalarse en países vecinos hasta que la paz vuelva a sus hogares. Pero en este caso suelen refugiarse poblados enteros, por pertenecer a tribus y familias diferentes a las dominantes en Luanda. La amnistía ofrecida por el MLPA hace unos años fue un fracaso si se considera el número de los retornados, pero es cierto que muchos opositores cayeron en la tentación y volvieron... La mayoría desaparecieron o debieron refugiarse nuevamente.

Toda oposición política es radicalmente reprimida. Sobre todo en las estructuras más sólidas y con más proyección política, como son el "partido" (MLPA) el ejército y los estudiantes. El número creciente de refugiados originarios de estos sectores indica que la lucha por el poder interno es cada vez más violenta. Los vicios de todo régimen autoritario están presentes en Angola. Es decir, allí también se violan los derechos humanos.

## ¿Un nuevo imperialismo?

En segundo lugar, la existencia de un ejército extranjero es siempre un factor distorsionante en cualquier país y en cualquier época. Más aún cuando esa presencia lejos de ser pasajera tiende a perdurar en el tiempo. Los propios angoleños del MPLA han declarado en reiteradas oportunidades que no hubiera sido posible mantenerse en el gobierno de no haber sido por el ejército cubano. Así la revolución transplantada a la realidad africana, necesitó también importar gran parte de los hombres que la llevaran a la práctica. La revolución angoleña, al consolidarse, pasó a ser para muchos africanos independentistas el anti-modelo que había que evitar a todo precio.

Por el momento los cubanos siguen instalados en Angola y no existen perspectivas de que se retiren a corto plazo. Todo indica que la situación actual ha de perdurar por largos años. Mientras, el pueblo angoleño, que había tradicionalmente bantú o algún dialecto africano, y en el mejor de los casos portugués, tiene ahora el apoyo solidario de los llamados "cooperantes"... que le enseñan en español...

América Latina ha sido siempre un territorio dominado por los imperialismos de turno. No existía tradición de cruzar los mares para conquistar otras tierras. Apenas algunas guerras mediterráneas o navales recuerdan las luchas entre países vecinos. En cambio, lejos hacia el este, un país africano dominado por el colonialismo portugués soñó con la independencia y luchó por su libertad.

Ahora, mientras algunos angoleños creen que son libres, otros piensan lo contrario, como lo expresa una pintada de los estudiantes en los muros de Luanda. La pintada dice: "Cuba: o novo imperialismo".

*Luis A. Guirin*



8709329

# ESFUERZOS ESTERILES

Las negociaciones han servido muy poco o nada para resolver los problemas de Angola, donde la intromisión cubana mediante un voluminoso y creciente número de soldados, configura un obstáculo mayor para lograr cualquier tipo de entendimiento. Fidel Castro acusa a Reagan de intromisión cuando le presta ayuda económica a los "contras", cooperación abiertamente discutida a todos los niveles del gobierno norteamericano, que resulta irrelevante comparada con la participación de miles de efectivos cubanos en los asuntos internos de Angola, decidida por la sola voluntad del dictador caribeño. Nadie los quiere ahí y mientras estén, difícilmente se podrá encontrar una solución para esa parte del continente africano.

Las últimas negociaciones que se canalizaron a través del Departamento de Estado norteamericano, representado por Charles Redman, quien viajó a Luanda alentado por lo que pareció una actitud más flexible de Angola para discutir los problemas de la región, no arrojaron ningún resultado positivo, salvo las expectativas iniciales basadas en el simple hecho de ver reanudadas las conversaciones, después de una interrupción de más de un año. Lo que se aguardaba era una nueva [illegible] sobre el retiro de las tropas cubanas, que permitiera abrir las posibilidades de una negociación sobre Angola y por ende, sobre la vecina Namibia. En cambio el gobierno de Luanda no aportó nada novedoso, conformándose con recurrir a los lugares comunes para evaluar la reunión que se desarrolló, según palabras oficiales, "en una atmósfera de relativa cordialidad y comprensión". El negociador norteamericano en cambio, demostró toda su decepción, señalando que los angoleños "no tenían nada nuevo que decir y no aportaron ideas frescas. Fue una pérdida de tiempo".

En rigor, lo que le falta al gobierno de Luanda es autoridad. Totalmente dominado por Moscú, que maneja sus asuntos con total impunidad por intermedio de La Habana, el Movimiento Popular para la Liberación de Angola, ha arruinado al país al extremo de situarlo al borde de un colapso económico. En lo militar, apenas si logra mantener control sobre la capital e inmediaciones, mientras observa con impotencia cómo crece en todo el país el prestigio y el dominio del líder de la Unión Nacional para la Total Independencia de Angola (UNITA), el carismático Jonas Savimbi. En estas condiciones no es [illegible]

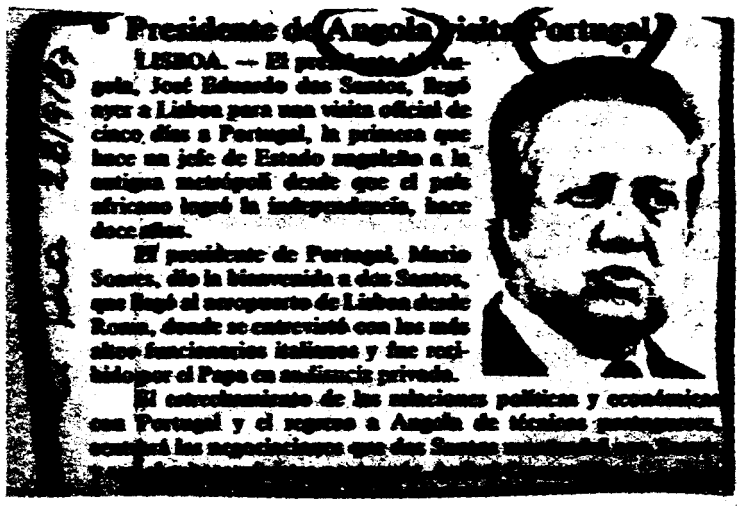


0709761

HB

ANGOLA
enviou PORTUGAL

12 F



Presidente de Angola visita Portugal

LISBOA. — El presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, llegó ayer a Lisboa para una visita oficial de cinco días a Portugal, la primera que hace un jefe de Estado angoleño a la antigua metrópoli desde que el país africano logró la independencia, hace doce años.

El presidente de Portugal, Mario Soares, dio la bienvenida a dos Santos, que llegó al aeropuerto de Lisboa desde Roma, donde se entrevistó con los más altos funcionarios italianos y fue recibido por el Papa en audiencia privada.

El restablecimiento de las relaciones políticas y económicas con Portugal y el regreso a Angola de técnicos portugueses, cortados las nacionalizaciones que dos Santos

01·01 8710295

ANGOLA
CONVEN CON PORTUGAL

127

DPTO. II (EXTERIOR) 30/01/93 FDS FICHADO

Permanecerá cinco días

# Presidente angoleño visita Portugal

LISBOA (EFE).- El Presidentre de Angola, José Eduardo dos Santos, llegó ayer a Lisboa para una visita oficial de cinco días a Portugal, la primera que hace un jefe de Estado angoleño a la antigua metrópoli desde que el país africano logró la independencia, hace doce años.

El Presidente de Portugal, Mario Soares, dio la bienvenida a Dos Santos, que llegó al aeropuerto de Lisboa desde Roma, donde se entrevistó con los más altos funcionarios italianos y fue recibido por el Papa en audiencia privada.

El estrechamiento de las relaciones políticas y económicas con Portugal y el regreso a Angola de técnicos portugueses centrará las negociaciones que Dos Santos mantendrá con Soares y con el Primer Ministro portugués, Aníbal Cavaco Silva.

Soares recibió en audiencia a Cavaco poco antes de la llegada de Dos Santos, y, según observadores políticos, fueron las relaciones con Angola y la visita del presidente angoleño el tema de discusión de Presidente y Primer Ministro.

Un portavoz de la Presidencia confirmó que fue Soares quien convocó a Cavaco y que la audiencia no estaba prevista, pero se negó a aclarar el motivo.

Soares y Dos Santos conversarán hoy a solas en el palacio presidencial portugués, a lo que seguirá un almuerzo íntimo en el mismo lugar.

5428

01·01

8710296

ARCHIVAR EN: Angola (127)

TEMA: Apresados en Sudáfrica para canjear presos con Angola.

PROCEDENCIA : La Prensa 7/3/87

ARCHIVADO EN: Sudáfrica (131)

01.01 8710662

CUBA

# ANGOLA ES UN CASTIGO

El ex general Rafael del Pino, alto funcionario de la aviación cubana que escapó a Estados Unidos, realizó duras declaraciones acerca de la participación de tropas cubanas en la guerra de Angola, en un reportaje de la revista española Cambio 16.

"Angola se ha convertido en los últimos años en un lugar de castigo para los oficiales y jefes que no gozan de la confianza de sus superiores o que tienen problemas morales de diferente índole", declaró Del Pino. "Fundamentalmente, problemas de mando y problemas de calificación. Por ejemplo, los oficiales que se rindieron en Granada, empezando por el coronel Tortoló, el jefe de la misión, fueron degradados y enviados como soldados rasos a Angola".

Cuando se le pregunta si existe un rechazo en los jóvenes cubanos que están haciendo el servicio militar, Del Pino agrega: "La gente no quiere ir a Angola. Los oficiales se resisten. Ven que los hijos de los miembros del Buró Político, de los principales líderes del Gobierno, no van a Angola. Y es muy fácil hablar de internacionalismo desde las gradas. Hay que estar en el terreno" En una comparación que ya se ha empleado respecto a la guerra de la URSS en Afganistán, Del Pino terminó definiendo a Angola como "el Vi[illegible]cubano".

PERLA



B710675

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE
SERVICIO DE INFORMACION DE DEFENSA
DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

| Fecha de Informe No. | Ejemplar No. |
|---|---|
| Asunto: | |

TEXTO:

# Continúa agresión armada de Sudáfrica en Angola

**Luanda (PL). La aviación y fuerzas terrestres sudafricanas continuaron operaciones militares en territorio angolano, reiniciadas hace varias semanas, para tratar de evitar la total derrota del grupo contrarrevolucionario UNITA.**

La agencia angolana de prensa, Angop, informó que entre el 16 y el 29 de setiembre, aviones Mirage, Bucaneers e Impala y helicópteros Puma del ejército de Sudáfrica realizaron unas 25 violaciones del espacio aéreo y bombardearon las tres provincias meridionales de Angola.

Las localidades atacadas fueron Ondjiva, Mongua, Cuamato y Chivenga, en la provincia de Cunene, Cuito Cuanavale, en Kuando Kubango y Virei, en Namibe.

Precisa la información que también se registraron combates terrestres en Chimbolele (Cuanavale) cerca alrededores de Ondjiva, semi destruida capital de esa provincia, en el que participaron unos 100 carros blindados tipo Kaspers.

En esta etapa las fuerzas armdas angolanas han capturado gran cantidad de armamento, parque y otros equipos militares de origen sudafricano y liberado a numerosos campesinos secuestrados por la UNITA.

Un oficial recién llegado a Luanda confirmó que pese a la abierta intervención del Batallón Búfalo de Sudáfrica y las acciones que realiza la UNITA en otras regiones del país para tratar de provocar la dispersión de las fuerzas de la FAPLA, éstas continuarán la ofensiva hasta liberar Yamba, supuesto reducto del cabecilla Jonas Savimbi.

PARTES ILEGIBLE.



8710683

ARCHIVAR EN: Angola (127)

TEMA: Sudafrica reconoció q'e sus tropas apoyan a rebeldes en Angola

PROCEDENCIA: El dia 5/10/87

ARCHIVADO EN: Sudafrica (131)

01·01

87 10 07 07

# Preparativos bélicos para una gran confrontación en el Sur de Angola

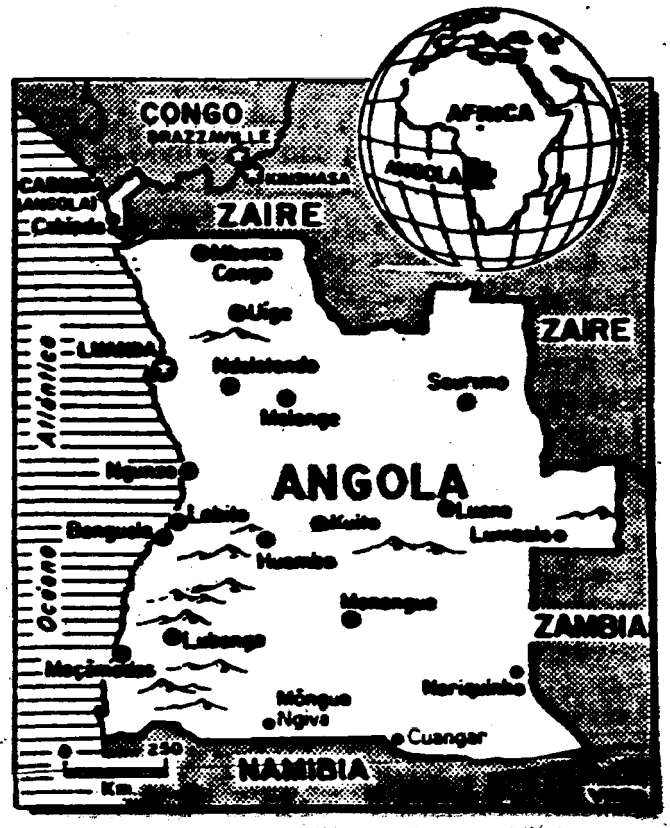
## Las fuerzas cubano - soviéticas ponen a prueba su efectividad

*Ciudad del Cabo. Gregorio Villacastín.*

***Cada vez son mayores los signos que indican que el escenario está preparado para una gran confrontación en el sur de Angola, entre las fuerzas de UNITA (Unión Nacional para la Independencia Total de Angola) respaldadas por Suráfrica y el MPLA (Movimiento Para la Liberación de Angola) apoyado por Cuba y la Unión Soviética. Un paso previo de esta gran confrontación pueden haber sido los últimos combates registrados en la zona.***

Durante el transcurso de una conferencia de prensa celebrada en el cuartel general de las tropas de UNITA, establecido en la ciudad de Mavinga, su líder, Jonas Savimbi, manifestó que sus fuerzas rechazaron el ataque de las tropas gubernamentales, apoyadas por unidades cubanas, en un enfrentamiento que tuvo lugar en la provincia de Kuando Kubango, al sur de Angola, y que duró casi diez horas. Asimismo, subrayó que dicho ataque fue dirigido no solamente contra sus tropas, sino también para poner a prueba las fuerzas cubano-rusas, en posibles enfrentamientos con Suráfrica. Igualmente indicó que su movimiento había dado muerte a 232 soldados de las tropas del gobierno así como a siete militares soviéticos.

Después de las repetidas acusaciones por parte del gobierno angoleño de que fuerzas surafricanas han llevado a cabo ataques en la región de Kuando Kubango y en las provincias vecinas de Cunene, el ministro de Defensa surafricano, general Magnus Malan, admitió que Suráfrica mantiene una presencia limitada de tropas en el sur de Angola. Sin embargo, el ministro rechazó las que hacían referencia a que las fuerzas surafricanas estuvieran activamente apoyando a UNITA. Suráfrica, subrayó, ha entrado en el pasado en Angola, no para ayudar a UNITA sino para perseguir a las guerrillas del SWAPO (Organización del Pueblo de Africa del Suroeste) que tiene bases en Angola. "No tenemos que pedir disculpas a nadie por el apoyo al movimiento rebelde", siguió diciendo. "UNITA está en la frontera contra la intervención rusa, bloqueando los objetivos de Moscú en el cono sur africano".




El portavoz del Partido Conservador (CP) para temas militares, Koos van der Merwe, apoya sin reservas las acciones de Suráfrica en Angola, mientras que su colega del Partido Federal Progresista (PFP), Peter Gastrow, pide más detalles y aclaraciones sobre todos estos asuntos. Van der Merwe siguió diciendo que "es urgente que Occidente ejerza sus presiones para que los miles de cubanos, alemanes orientales, coreanos y rusos se retiren de Angola, para que los angoleños resuelvan sus propios problemas". Por su parte, el representante del PFP ha declarado que si las fuerzas del MPLA y sus apoyos representan una amenaza para la integridad del territorio surafricano, la intervención del gobierno sería justificable. Pero sugiere que el general Malan aclare si es este el caso, o si por el contrario Suráfrica se está involucrando en una guerra civil de otro país.

Observadores militares han sugerido que la presencia limitada de Suráfrica en aquella zona se debía en gran parte a mantener una vigilancia sobre UNITA y protegerlas en caso de seria amenaza. También opinaron que la cantidad de apoyo y presencia surafricana en el territorio angoleño fluctuará dependiendo del peligro que se cierna sobre el cono sur africano.

ARCHIVAR EN: ANGOLA (027)

TEMA: IVVR N- 889 3/26 A5087
Angola. Dificuldades Econômicas.

PROCEDENCIA: Enlace Brasileiro 26/11/87 Doc 1656/87

ARCHIVADO EN: Enlace Brasileiro (135/A)

01-01 8711456

La Habana niega aumento de tropas

# Angola: presencia cubana

LA HABANA, LUANDA, AFP, EFE, REUTER y DPA.- Cuba no ha incrementado su presencia militar en Angola, pero Sudáfrica ha utilizado este argumento falaz para aumentar sus efectivos en la zona, afirmó el Gobierno cubano.

La Cancillería dice en una nota que el falaz argumento de tener que enfrentarse a un supuesto refuerzo de tropas cubanas y soviéticas, que pretenden con aniquilar a las fuerzas de la Unión Nacional para la Independencia Total de Angola (UNITA), fue utilizando por Pretoria para aumentar sus efectivos en la zona.

En una declaración de protesta por la presencia del Primer Ministro sudafricano, Pieter Botha, en territorio angoleño, Cuba asegura que el apoyo militar y el creciente suministro logístico de Estados Unidos al movimiento contrigubernamental UNITA prolonga su derrota.

Según el Gobierno de La Habana, se hace evidente hoy más que nunca la vigencia de las propuestas angoleñas formuladas en la plataforma de 1984 sobre la retirada inmediata e incondicional de las tropas sudafricanas del Sur de Angola y la aplicación de la Resolución 435 de la Organización de Naciones Unidas, de 1978.

## NUEVA AGRESION DE SUDAFRICA

Cuba estima que se ha producido una nueva agresión sudafricana que demuestra la ausencia de voluntad de encontrar una solución negociada del conflicto y que, por lo tanto, mantendrá su apoyo moral y material a Angola y a movimientos como la Organización Popular de Africa del Suroeste (SWAPO), que lucha por la independencia de Namibia, y al Congreso Nacional Africano (ANC) de Sudáfrica.

Pieter Botha se desplazó la pasada semana a territorio angoleño para arengar a las tropas de Pretoria, tras una nueva campaña contra las fuerzas de Angole.

Las cifras sobre la presencia cubana en Angola varían, según las estimaciones, entre 30.000 y 40.000 hombres. El Departamento de Estado norteamericano afirma que hay 37.000 cubanos, entre soldados y oficiales.

Fidel Castro decidió enviar tropas a Angola el 5 de noviembre de 1975, pocos días después de la primera intervención sudafricana en Angola, que se produjo el 23 de octubre del mismo año.

## DOS MISIONES ESENCIALES

La fuerza militar cubana cumple dos misiones esenciales, según dijeron fuentes diplomáticas en Luanda. En primer lugar, defiende las ciudades del Norte, incluida la capital, Luanda, donde radica más de un tercio del contingente cubano.

La segunda es la organización de una línea de contención situada al Sur del paralelo 13, que une las ciudades de Namibe, Lubango y Menongue, con un dispositivo militar que incluye defensas antiaéreas, carros blindados y otros dispositivos destinados a repeler una eventual ofensiva sudafricana hacia el Norte del país.

Los cubanos tienen además, a su cargo, la defensa de los pozos y refinerías de petróleo en el extremo Norte del país, en el enclave de Cabinda, donde paradójicamente custodian intereses gestionados en su gran mayoría por empresas petroleras norteamericanas.

LA NACION 20/4/88



8711469

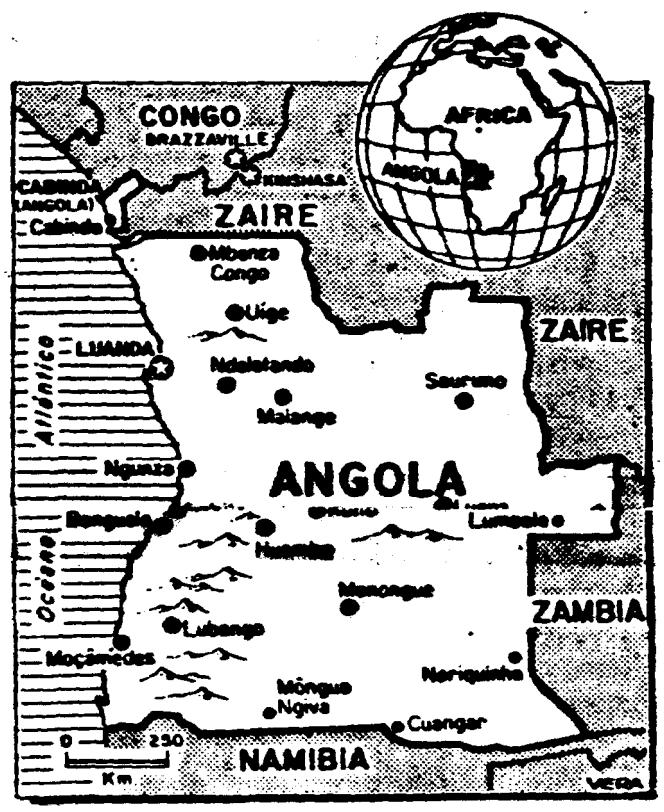
# Preparativos bélicos para una gran confrontación en el Sur de Angola

## Las fuerzas cubano - soviéticas ponen a prueba su efectividad

Ciudad del Cabo. *Gregorio Villacastín.*

***Cada vez son mayores los signos que indican que el escenario está preparado para una gran confrontación en el sur de Angola, entre las fuerzas de UNITA (Unión Nacional para la Independencia Total de Angola) respaldadas por Suráfrica y el MPLA (Movimiento Para la Liberación de Angola) apoyado por Cuba y la Unión Soviética. Un paso previo de esta gran confrontación pueden haber sido los últimos combates registrados en la zona.***

Durante el transcurso de una conferencia de prensa celebrada en el cuartel general de las tropas de UNITA, establecido en la ciudad de Mavinga, su líder, Jonas Savimbi, manifestó que sus fuerzas rechazaron el ataque de las tropas gubernamentales, apoyadas por unidades cubanas, en un enfrentamiento que tuvo lugar en la provincia de Kuando Kubango, al sur de Angola, y que duró casi diez horas. Asimismo, subrayó que dicho ataque fue dirigido no solamente contra sus tropas, sino también para poner a prueba las fuerzas cubano-rusas, en posibles enfrentamientos con Suráfrica. Igualmente indicó que su movimiento había dado muerte a 232 soldados de las tropas del gobierno así como a siete militares soviéticos.




Después de las repetidas acusaciones por parte del gobierno angoleño de que fuerzas surafricanas han llevado a cabo ataques en la región de Kuando Kubango y en las provincias vecinas de Cunene, el ministro de Defensa surafricano, general Magnus Malan, admitió que Suráfrica mantiene una presencia limitada de tropas en el sur de Angola. Sin embargo, el ministro rechazó las que hacían referencia a que las fuerzas surafricanas estuvieran activamente apoyando a UNITA. Suráfrica, subrayó, ha entrado en el pasado en Angola, no para ayudar a UNITA sino para perseguir a las guerrillas del SWAPO (Organización del Pueblo de África del Suroeste) que tiene bases en Angola. "No tenemos que pedir disculpas a nadie por el apoyo al movimiento rebelde", siguió diciendo. "UNITA está en la frontera contra la intervención rusa, bloqueando los objetivos de Moscú en el cono sur africano".

El portavoz del Partido Conservador (CP) para temas militares, Koos van der Merwe, apoya sin reservas las acciones de Suráfrica en Angola, mientras que su colega del Partido Federal Progresista (PFP), Peter Gastrow, pide más detalles y aclaraciones sobre todos estos asuntos. Van der Merwe siguió diciendo que "es urgente que Occidente ejercite sus presiones para que los miles de cubanos, alemanes orientales, coreanos y rusos se retiren de Angola, para que los angoleños resuelvan sus propios problemas". Por su parte, el representante del PFP ha declarado que si las fuerzas del MPLA y sus apoyos representan una amenaza para la integridad del territorio surafricano, la intervención del gobierno sería justificable. Pero sugiere que el general Malan aclare si es este el caso, o si por el contrario Suráfrica se está involucrando en una guerra civil de otro país.

Observadores militares han sugerido que la presencia limitada de Suráfrica en aquella zona se debía en gran parte a mantener una vigilancia sobre UNITA y protegerles en caso de sería amenaza. También opinaron que la cantidad de apoyo y presencia surafricana en el territorio angoleño fluctuará dependiendo del peligro que se cierna sobre el cono sur africano.



8711510

ANGOLA
Cruzar SUDAFRICA

127

**Sudáfrica: Angola**

JOHANNESBURGO, 14 (ANSA). — Sudáfrica confirmó hoy que es gravísima la situación en Angola meriodional anunciando que "hace muy poco" su presidente Pieter W. Botha visitó la zona. En Angola meridional ha habido últimamente grandes combates entre regulares sudafricanos y guerrilleros angoleños antigubernamentales (UNITA) por un lado y regulares angoleños apoyados por [illegible]

01·01

8711515

Jefe militar reconoce derrota

# Enfrentamientos con tropas sudafricanas en Angola

LUANDA, (EFE).- El general Antonio Dos Santos Franza, jefe del Estado Mayor de las Fuerzas Armadas de Angola, reconoció que sus tropas sufrieron un pesado revés en los recientes combates en el sureste angoleño contra los rebeldes de UNITA y el Ejército de Suráfrica, se informó ayer.

En una entrevista concedida a la Agencia de Información de Mozambique (AIM) divulgada ayer, el jefe militar angoleño precisó que sus tropas perdieron 242 hombres en la batalla del río Lomba, a 1.200 kilómetros al sureste de Luanda, cerca de Jamba, principal santuario de la guerrilla de la Unión para la Independencia Total de Angola (UNITA).

Sin embargo, agrega el general angoleño, los sudafricanos también sufrieron la muerte de 242 hombres y sólo paulatinamente lo van anunciando, si se trata de soldados blancos, ya que de las pérdidas de los negros no se hace referencia.

En los combates del río Lomba, sufrimos un revés con la brigada 47, que perdió 27 hombres y vio capturados medios [illegible], tanques, [illegible], pero pese a ello, [illegible] casi intacta, afirmó.

El general Franza, conocido como Ndalu, antiguo futbolista en Portugal y estudiante en Cuba, aseguró que la reciente ofensiva de sus fuerzas no fue dirigida contra las bases de UNITA en Jamba.

Dicha ofensiva fue desencadenada para neutralizar el apoyo logístico que UNITA recibe de Namibia por tierra y aire, esclareció.

Para el jefe de las fuerzas militares angoleñas, la reciente incursión en territorio angoleño del Presidente de Sudáfrica, Pieter Botha, tuvo por objetivo dar el aval a la agresión que sus fuerzas realizan en Angola.

Respecto a las tropas cubanas estacionadas en su país desde 1975, el general Franza reiteró que Luanda aceptará su retirada cuando cumplan ciertas condiciones, una de ellas, la aplicación de la resolución 435 de las Naciones Unidas que define los parámetros para la independencia de Namibia.

La Mañana 23/11/87

01·01

8711636

127

## Acciones de Angola

LISBOA, 17 (UPI) — La agencia oficial de noticias de Angola (ANGOP) informó que sus fuerzas mataron a 32 soldados de Sudáfrica, destruyeron 13 vehículos blindados y derribaron 16 aviones en cerca de dos meses de combates contra las fuerzas que han invadido las provincias meridionales de Kuando Kubango y Cuneno.

También Sudáfrica, agregó la agencia, está concentrando tropas y armamento a lo largo de la frontera con Namibia y ha aumentado sus vuelos de reconocimiento para "intensificar la agresión" en contra de Angola.

Citando un comunicado del ministerio de Relaciones Exteriores emitido hace dos días en Luanda, ANGOP ofreció los primeros detalles específicos del lado angoleño sobre las siete semanas de violentos combates contra los guerrilleros de UNITA que cuentan con el apoyo de Sudáfrica y de los Estados Unidos.

"En los últimos días, los invasores sudafricanos han aumentado sus fuerzas en el ocupado territorio angoleño y en sus bases y aeródromos en Namibia" para "intensificar la agresión" contra Angola.

LA NACION 18/10/87

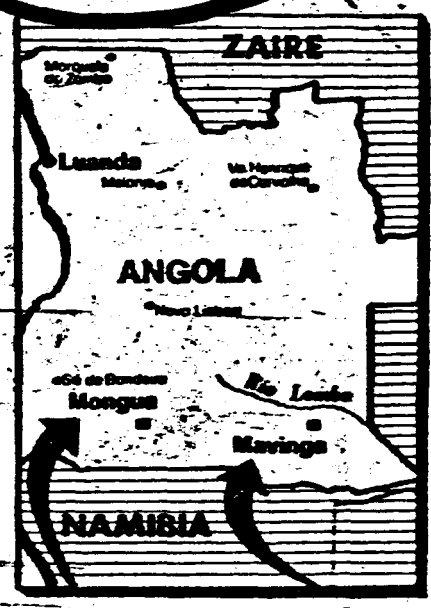
01·01

8711732

# Sudáfrica atacó a Angola

JOHANNESBURGO, 30 (ANSA)– En la que es considerada la más importante batalla de los últimos 50 años en el África subsahariana, fuerzas sudafricanas ingresaron en Angola y se enfrentan con las tropas gubernamentales apoyadas por cubanos. En fuentes militares se indicó que, entre muertos y heridos, las bajas angoleñas y cubanas comandadas por los soviéticos, ascenderían a unos 23.000 hombres.

También pudo establecerse que los militares angoleños y cubanos lanzaron una fuerte ofensiva contra los rebeldes del Unita –respaldados por Sudáfrica y los Estados Unidos, países que les entregan misiles Stinger–, en el centro-sur del ex territorio portugués.



Ciudades en la que se luchó

## Aviones Mig

La aviación del gobierno de Luanda, utilizando Mig 21 y 23, habría causado bajas no establecidas a las tropas de Sudáfrica.

El diario de Johannesburgo, The Star, informó que los sudafricanos lanzaron un ataque de dimensiones "limitadas" contra las ciudades de Xangongo, Ngiva y Mongua, y que penetraron, por lo menos, unos 200 kilómetros en territorio angoleño.

## Un segundo ataque

Los gobiernos de Angola y Sudáfrica no confirmaron las acciones pero, según The Star, los sudafricanos habrían lanzado un segundo ataque de mayor envergadura para evitar la captura de la ciudad de Mavinga, ubicada en el camino que conduce al cuartel general de los rebeldes del Unita, encabezados por Jonas Savimbi.

## Pérdidas

Fuentes militares sudafricanas y del Unitas informaron que las tropas angoleñas y las fuerzas cubanas habrían perdido, entre muertos y heridos, unos 23.000 hombres, en su objetivo de aislar las vías de comunicación de los rebeldes con el centro y el norte del país.

The Star informó, además, que tres divisiones sudafricanas acantonadas en Namibia –territorio administrado por Pretoria, no obstante que la UN anuló el poder concedido a Sudáfrica hace 21 años–, luchan en Angola y que habrían sufrido grandes pérdidas.



8711774

HR

ARCHIVAR EN: Angola (127)

TEMA: Justificar 12 Ofensiva Sudafricana en Angola.

PROCEDENCIA: La Prensa 15/11/87

ARCHIVADO EN: Sudafrica (131)

01-01 8711993

127

Chozas SUDAFRICA y URSS

LA PRENSA 16/11/88

# Enfrentamientos directos entre Sudáfrica y la URSS en Angola

Johannesburgo, 15 (UP) – Jimmy Muhlenbeck no tenía idea de que su hijo estaba en Angola hasta que el ejército lo llamó para decirle que Freddie había muerto tras ser incinerado por un cohete soviético T55 que hizo blanco en su camión blindado Ratel, a cientos de kilómetros más allá de la frontera sudafricana.

A Freddie Muhlenbeck, de 20 años, le quedaban el lunes seis semanas para salir del servicio militar cuando murió en algún punto de la provincia de Cuando Cubango, 500 kilómetros al otro lado de la frontera con Namibia, en Angola.

Su muerte era una de las cuatro que informó el jueves el gobierno de Pretoria, horas después de su primer reconocimiento de que Sudáfrica está en guerra con la Unión Soviética en la remota selva de la costa occidental de Angola.

Muhlenbeck fue uno de los nueve soldados muertos la semana pasada en una guerra entre los soviéticos y angoleños respaldados por Cuba y sudafricanos que respaldan a la Unión Nacional para la Liberación Total de Angola (UNITA), de Jonas Savimbi.

## "Absurdas y exageradas"

La participación de Sudáfrica ha sido informada desde hace más de un mes por diplomáticos occidentales y servicios de inteligencia, pero Pretoria rechazó repetidamente las denuncias como "absurdas" y "exageradas".

Un diplomático occidental expuso que la batalla fue la más grande que se ha librado en Africa desde la Segunda Guerra Mundial. Otro la llamó la última guerra secreta de la era de la televisión.

Pretoria lo reconoció por primera vez el miércoles en una breve declaración, pero no dio detalles de escaramuzas ni bajas.

## "Sudáfrica: objetivo soviético"

"El objetivo final de los soviéticos es Sudáfrica", indicó el ministro de defensa, general Magnus Malan, en una breve explicación que entregó el jueves. "El precio de la paz es alto, pero no se puede comparar con el precio de la dominación permanente... por los rusos y otras fuerzas extranjeras".

Hoy el gobierno había reconocido nueve muertes en una semana, pero todavía sin ningún detalle, y los sudafricanos permanecían totalmente en la oscuridad sobre su primera confrontación directa con tropas soviéticas.

"Mi hijo hizo un mal negocio", declaró Muhlenbeck a los periodistas en su casa de Roodepoort, cerca de Johannesburgo. "Freddie no tenía alternativa".

"Es injusto enviar al frente a niños que ni siquiera han tenido la oportunidad de madurar. ¿Por qué no mandan militares profesionales a la lucha?", agregó.

## Enfrentamiento entre negros

Por otra parte, la policía dijo hoy que dispararon y mataron a un hombre negro e hirieron a otros dos, en brotes de violencia separados ocurridos cerca de la ciudad oriental de Pietermaritzburgo, donde la lucha por el poder entre dos grupos negros rivales ha cobrado 160 vidas este año.

Los esfuerzos por terminar los 12 meses de violencia, que ha costado 80 vidas desde el principio de octubre, fueron interrumpidos el sábado, cuando la policía detuvo a dos miembros del grupo más radical, que se encontraban negociando una nueva iniciativa de paz".

Un rutinario boletín policíaco informó que un hombre negro no identificado fue muerto de un balazo, cuando oficiales trataron de suspender una reunión en el barrio de Slangspruit, en Pietermaritzburgo, ayer en la mañana.

## Dos heridos

Por otro lado, dos hombres fueron heridos en el cercano "ghetto" de Caluza, ayer en la tarde, cuando la policía disparó contra negros que apedreaban a una multitud que caminaba hacia un funeral.

La policía sostuvo que ocho hombres negros fueron arrestados en los dos incidentes.

Dos negros fueron apuñalados y gravemente heridos en ataques entre pandillas rivales. Mientras tanto, dos camiones fueron incendiados en luchas separadas, entre simpatizantes del Frente Democrático Unido y el movimiento rival Inkatha.

8712086

01.01

# Sudáfrica incrementó su ofensiva en Angola

JOHANNESBURGO, 15 (AFP). – Los combates que enfrentaron los últimos días en Angola al ejército sudafricano y a las Fuerzas de Liberación Angoleña (Fapla) y sus aliados cubanos, fueron los más importantes y sangrientos en que intervino Pretoria desde 1975.

La cuestión que se plantea es hasta dónde llegará el gobierno sudafricano en su guerra no declarada contra Luanda. El repentino aumento de su intervención en la guerra entre las Fapla y la guerrilla Unita (Unión Nacional por la Independencia Total de Angola), apoyada por Sudáfrica y por los Estados Unidos, suscita no sólo interrogantes, sino también temores y advertencias de los especialistas, muchos de los cuales consideran que la actitud de Pretoria constituye un abierto desafío a la URSS.

El diario de Johannesburgo The Sunday Star, que cita informaciones "fidedignas" llegadas a Washington desde La Habana, aseguró que el presidente cubano, Fidel Castro, discutió a principios de este mes en Moscú el envío de nuevos refuerzos a Angola.

Fuentes sudafricanas estiman que el contingente cubano asciende a 40.000 hombres.

El domingo, las SADF seguían operando en el sudeste de Angola, donde la Unita acaba de rechazar la mayor ofensiva lanzada por Luanda desde 1975, en la guerra civil que consolidó la independencia.

Seis soldados sudafricanos perecieron el lunes en esta provincia, según Pretoria, en combate con "fuerzas soviético-cubanas", y otros tres el miércoles pasado en lo que el estado mayor del ejército calificó de "escaramuza".

El Sunday Times indicó luego que la lucha continúa y que un ejército "bajo mando soviético-cubano" se halla en retirada en dirección a Cuito Cuanavale, la base más avanzada de las Fapla en el sudeste de Angola.

Para los sudafricanos, la escalada militar se reflejó en algunas declaraciones espectaculares: el primer anuncio oficial de que el ejército se enfrentaba directamente a cubanos y soviéticos, el del creciente número de bajas (83 desde septiembre) y la revelación por el titular de Defensa, general Magnus Malan, de que el presidente Pieter Botha y varios de sus ministros visitaron "muy recientemente" por primera vez el frente de batalla.

**Botha en Angola**

JOHANNESBURGO, 15 (AFP). – El presidente Peter Botha pasó 26 horas en Angola, habló a medianoche con los soldados antes de una importante batalla contra tropas angoleñas respaldadas por soviéticos y cubanos y permaneció en el país vecino durante parte del combate, se informó hoy.

El diario The Sunday Star publica afirmaciones del ministro de Defensa, Magnus Malan, en las que dice que la fuerza sudafricana continúa combatiendo y está comprometida a poner todo su peso en la guerra.



8712087

EL OPERATIVO MILITAR SUDAFRICANO EN ANGOLA

# "Expansionismo soviético"

JOHANNESBURGO, 16 (Por Michel Bole-Richard, de Le Monde, especial para Clarín) — El ministro de Defensa de Sudáfrica, general Magnus Malan, señaló, en relación a la situación en Angola, que los combates continúan, en alguna parte del sudeste angoleño "Si Sudáfrica no hubiera tenido el coraje de resistir al asalto de las fuerzas de las tinieblas, las vidas que protegemos no hubieran tenido ningún futuro en este país" indicó Malan.

El ministro sudafricano justificó el operativo por la amenaza que representa el "expansionismo soviético-cubano en toda la región" y destacó que sin la intervención de las tropas de Pretoria las fuerzas de Jonas Savimbi (líder de la Unión Nacional por la Independencia Total de Angola o UNITA) habrían sido vencidas

El mismo Malan había explicado la semana pasada que el jefe de los rebeldes de UNITA defiende "el mismo sistema de valores que Sudáfrica. Si fracasaba, se hubiera abierto las puertas para que ingresara el empobrecimiento y la esclavitud resultantes de la penetración soviética".

Interín, la incursión sudafricana en suelo angoleño ya le ha costado la vida, en menos de quince días, a 19 reclutas, lo cual eleva a 33 el número de soldados muertos en este territorio desde comienzos de setiembre. Sin embargo, no se informó sobre el número de heridos ni sobre el de muertos en el seno del 32° batallón, unidad compuesta en su mayoría por angoleños que pertenecieron al Frente Nacional de Liberación Angoleña (FNLA) de Holden Roberto y con sede desde 1975 en el sur de Angola bajo el comando de Pretoria.

♦ **Un elemento nuevo**

El elemento nuevo de esta reciente escalada militar es que ya no se presentada como un operativo de violenta persecución contra los guerrilleros de la SWAPO (Organización del Pueblo del Sudoeste de Africa) o como una acción preventiva destinada a obstaculizar las infiltraciones de estos últimos en Namibia.

El gobierno sudafricano describe a este compromiso que ocurre a 250 kilómetros al norte de la frontera namibiana —al parecer en la región de Cuito Cuanavale— como un operativo de defensa de los valores occidentales frente al peligro comunista, como "un combate por la libertad".

Estos hechos confinan de facto al olvido a las tentativas de paz concretadas por el acuerdo de Lusaka (entre Sudáfrica y Angola) del 16 de febrero de 1984 —acuerdo que debía permitir normalizar la situación en la frontera entre Angola y Namibia y que se tradujo el 17 de abril de 1985 en el retiro total de las tropas sudafricanas del sur de Angola—. Desde entonces, Pretoria admite con reticencia ciertas penetraciones en el territorio de Luanda inscribiéndolas en el cuadro de su lucha contra la SWAPO.

A partir de ahora se trata de un apoyo activo a Jonas Savimbi aun cuando este lo desmienta. Por ende se ha dado un paso suplementario. Las tropas sudafricanas —en efecto— no están en las puertas de Luanda como en 1975, pero es la primera vez que enfrentan a las fuerzas del MPLA y a sus aliados soviéticos y cubanos en el interior del territorio angoleño.

Para Pretoria —está claro— la provincia de Cuando Cubango debe permanecer bajo el control de la UNITA, por amenazar la seguridad de Namibia y, en consecuencia, la de Sudáfrica. El presidente sudafricano, Pieter Botha, llegó a mencionar también los riesgos que pesan sobre Botswana.

Poco a poco, los límites de lo que es considerado la "zona tapa vital" retrocedieron un poco hacia el norte. Cuito Cuanavale, importante base militar del régimen de Luanda, es presentada como una amenaza directa para el poder sudafricano.

01•01 87 12503

# CARP. Nº 127

Nº 127/2 ARGELIA

ENTRE LOS Nºs

8700406 - 8711166

ARCHIVAR EN: ARGELIA (127)

TEMA: Encuentro de Argelia y Lemen
Democrático.

PROCEDENCIA: La Hora 25/11/86.

ARCHIVADO EN: AUSTRIA (002)

01·01

8700406

# Argelia: ¿el futuro de Sudáfrica?

TODOS los países son únicos, pero algunos son más únicos que otros. Sudáfrica vuela alto a este respecto, lo que hace especialmente difícil el prever lo que pueda ser cuando su actual agonía se haya finalmente resuelto.

Por

**Gwynne Dyer**

Pero existe un país cuya historia ofrece algunas posibles analogías. La semejanza no es completa, pero es lo suficientemente próxima para ser útil en algunas formas. Este país es Argelia.

Ha habido dos "guerras de liberación" verdaderamente grandes en la era pos-1945: Argelia y Vietnam. Ambas perduraron muchos años, estuvieron acompañadas por espantosas atrocidades, y terminó muriendo entre el 5% y el 10% de la población. Pero la guerra de Argelia, a diferencia de la de Vietnam, incluía también a una comunidad europea local de más de un millón de personas —una décima parte de toda la población del país— que se estableció allí hace varias generaciones.

Llegado este punto comienzan a llover las objeciones. Los argelinos eran todos árabes, mientras que la población negra de Sudáfrica está dividida en tres o cuatro tribus importantes y en una docena de pequeñas. Los "pieds noirs" —los colonos europeos— estaban en Argelia desde hacía solamente un siglo. Por sobre todo, Argelia no era un país independiente, sino una colonia francesa.

Admito que la analogía no es perfecta, pero tampoco es irrelevante. La mezcla étnica de Argelia no es de ninguna manera tan complicada como la de Sudáfrica, pero más de la cuarta parte de la población indígena no es completamente árabe, sino bereber.

Es cierto, los europeos de Argelia comenzaron a llegar tan sólo después de la conquista francesa en 1830, mientras que muchas familias afrikaners celebran ahora su 300° aniversario de la llegada de sus ancestros de Holanda y Francia. Incluso los blancos de habla inglesa pueden generalmente contar tres generaciones en Sudáfrica. Pero de todas maneras la mayoría de la población urbana, incluyendo a los afrikaners, no recuerdan mucho más atrás de sus abuelos.

En cuanto al hecho de que Argelia era una colonia francesa, mientras que Sudáfrica es un país independiente —esto hará que la guerra, si es que hay una, sea aun más prolongada y peor. Finalmente, los franceses suspendieron la guerra y se fueron para su casa, llevándose con ellos al millón de europeos de Argelia.

Los blancos sudafricanos se sienten más profundamente ligados a su país, y sienten que no tienen otro lugar donde ir. De modo que si esa crisis se convierte en una guerra civil a escala total, ciertamente será comparable en escala y duración a las guerras de Argelia o Vietnam.

Aún hay sitio para la esperanza (aunque una pequeña cantidad de ella) sobre la posibilidad de que esta vez haya un resultado diferente. Tal vez los sudafricanos de todos los colores puedan comprender la necesidad de una transformación pacífica de su país, y terminen teniendo una democracia próspera y multirracial de aquí a diez años. Uno tiene la esperanza, pero también la duda.

Las alternativas, después de una larga y monstruosa guerra son, o una Sudáfrica dividida en aislados estados hostiles blancos y negros, o una Sudáfrica con gobierno negro, de la cual la mayoría de los europeos tengan que huir o ser expulsados. El último resultado no sería muy diferente del actual estado de Argelia.

**SUS CARACTERISTICAS**

Argelia es un estado semimarxista con un partido único en donde las nuevas constituciones se aprueban por una mayoría del 98%, y donde la minoría bereber tiene muy poco que decir sobre el gobierno de las cosas. Después de un desastroso experimento con la colectivización de la agricultura, ahora deben importar más de la mitad de sus alimentos —pero todo el mundo come— y ahora están siendo reintroducidas políticas agrícolas más sensatas.

Todavía depende mucho del bloque soviético para las armas, ya que fueron los países "socialistas" los que apoyaron a Argelia en su guerra de liberación, pero sus dos principales socios comerciales son Francia y Estados Unidos. Y debido a su historia, Argelia es un líder natural en el Movimiento de los No Alineados.

Argelia se ve perjudicada por una vastamente poblada burocracia gubernamental, pero aún así funciona mejor que la mayoría de los países del Tercer Mundo. Más aun, los argelinos son libres de ir y venir a su antojo, mientras no critiques abiertamente al gobierno. Probablemente usted no quiere vivir allí, pero para la mayoría de los argelinos se está mucho mejor que antes.

Todo lo anterior es posible que se pueda aplicar también a una Sudáfrica "pos-liberación". Pero será muy difícil gobernar a Sudáfrica de una manera tan sensata como Argelia, ya que la situación tribal es más compleja y probablemente necesitan un régimen más represivo para contenerla.

Sería una tragedia que Sudáfrica terminara como Argelia, ya que tiene el potencial para ser mucho más. Pero a gran escala, una Sudáfrica de la cual la mayoría de los blancos han huido puede parecerse mucho, hacia el año 2015, a la Argelia de hoy.

Así como Argelia tiene petróleo, Sudáfrica tiene oro, y es el único país genuinamente industrializado de Africa, de modo que no se verá totalmente empobrecido. Y aunque su resentimiento contra Occidente estará profundamente arraigado, probablemente será bastante pragmático en la política internacional una vez que el primer flujo de entusiasmo revolucionario haya pasado.

El convertirse en una Argelia negra no es la suerte que cualquier persona sensata le pueda desear a Sudáfrica. Pero sospecho que la analogía no es tan inapropiada.



01·01

8700689

127

La Mañana — MONTEVIDEO, VIERNES 31 DE OCTUBRE DE 1986 — INFORMACIO

PERLA

## Conflictos gremiales frustraron buena parte de los objetivos

# Uruguay y Argelia ya concretaron ventas y acuerdos de largo plazo

***Ventas a Argelia por un monto primario de 15 millones de dólares, y la firma de contratos plurianuales y de renovación automática, fueron concretadas en las últimas horas por el gobierno nacional con el Ministro de Industrias de aquel país.***

En declaraciones ofrecidas a La Mañana, el Diputado Roberto Asiaín ofreció importantes datos en torno de las operaciones concertadas. Por otra parte, lamentó que los conflictos en Conaprole y COFE, registrados durante la permanencia del visitante, frustraran buena parte de los objetivos perseguidos, dañando seriamente la imagen internacional que Uruguay procura granjearse actualmente.

El Ministro de Industrias de Argelia visitó nuestro país en compañía de los Directores Generales de las cuatro empresas importadoras del Estado más importantes, que son las que realizan las operaciones de compra en el exterior. Al cabo de su estancia de 24 horas en nuestro país, se logró sustanciar la firma de documentos y contratos por 15 millones de dólares, que supone la compra a Uruguay de aceite de girasol, sebo bovino, cueros semicurtidos y tabaco.

"Lo importante a destacar de esta negociación es que, en el afán del gobierno por dimensionar nuestra capacidad exportadora, se ha incorporado un nuevo cliente en el exterior", estableció Asiaín, subrayando luego la importancia de que dichos contratos tienen carácter de plurianuales y de renovación automática a tres y cuatro años.

Ello significa que "las 6.000 toneladas de sebo bovino y las 400 de tabaco que ha comprado Argelia, por citar dos casos, son cantidades mínimas y que Uruguay está en condiciones de superar -en tanto sea capaz de aumentar su productividad en aquellos sectores involucrados-, para operar por volúmenes mayores. Este es el desafío que, de algún modo, tiene planteado el productor uruguayo -fundamentalmente el agropecuario- en el sentido de poder aumentar sus índices de producción, invertir, en tanto sabe que hay un mercado asegurado por cuantías razonables", sostuvo el entrevistado.

**FRUSTRACIONES**

Asiaín continuó reseñando las preocupaciones que, no obstante el positivo saldo que arrojara la visita, surgieron a raíz de los conflictos laborales que mantenían paralelamente Conaprole y COFE.

En efecto, según lo dicho por el Diputado, el Ministro argelino se hallaba sumamente entusiasmado con la idea de conformar un grupo mixto a fin de explotar la industria láctea -que en su país es aún incipiente-, aprovechando la tecnología que Uruguay podría exportarle en la materia.

"Pudimos habernos integrado a una comisión mixta sin capital, es decir aportando capital tecnológico" -advirtió-, acotando que "lamentablemente no se pudo avanzar en esta negociación, en virtud del conflicto sindical existente en Conaprole. La visita del Ministro argelino a la planta de Villa Rodríguez estuvo enmarcada en condiciones muy precarias, y además no pudo cumplirse con el almuerzo que estaba previsto allí, debiéndose realizar en un parador de la zona".

En este caso concreto, Asiaín afirmó que "este conflicto sindical afectó la imagen externa del Uruguay, que nos hemos preocupado mucho en dimensionar y consolidar. Todo país, sea del bloque socialista o del capitalista, cuando procura un nuevo proveedor en el exterior, busca que el mismo tenga capacidad de una oferta constante, que no sea espasmódica y se vea interrumpida por conflictos sindicales. Buscan países con estabilidad y tranquilidad social. Uruguay no ha podido demostrar esto, y no lo podrá demostrar por la intransigencia sindical, a nuestro juicio".

**CONFLICTOS**

En cuanto al tema, lamentó el endurecimiento que registraban las conversaciones con relación al conflicto, según lo que le informara horas antes el Director de Trabajo. En esa ocasión, Asiaín se preocupó en indagar sobre los salarios que paga Conaprole a sus trabajadores, detallando que el sueldo básico de un trabajador que ingresa a la empresa, como peón de fábrica o administrativo del escalafón más bajo, es de N$ 29.491. A este salario se agregan los beneficios sociales habituales y otros especiales que reciben, tales como la licencia por enfermedad paga al 100% desde el ingreso, la prima por presentismo, el hecho de que los hijos de los trabajadores tienen asistencia sanitaria, gratuita hasta los 14 años, los 13 sueldos y medio al año, el salario vacacional del 70% en lugar del 45%, etc.

Comparando con los ingresos de un trabajador de la Administración Central, apuntó que un funcionario de la misma categoría (A-B grado 5, con 8 horas de labor) gana N$ 15.508. En Conaprole, un jefe de sección percibe entre N$ 64.745 y N$ 80.681, mientras que en la Administración Central un empleado con las mismas responsabilidades (categoría A-B grado 11), gana N$ 22.875.

"Todo esto habla a las claras de que este es un conflicto que se ha politizado, remarcó. Todos conocemos que ... batalla interna d... sindicato de Con... diferentes tenden... ticas, que -en la ... del vanguardismo ... sobre otras- hace... problema se encu... al nivel de tensió... está.

Prosiguiendo ... tema del Minist... no, el Diputado ... comentó que ... mantenía marcad... en nuestras carne... querer conocer l... ficos uruguayos ... con el conflicto d... En razón de éste, ... rinarios que tien... cargo la inspecci... faenas estaban e... realizándose dur... breve lapso una ... "simulacro".

"Aquí hay, p... todas las cosas, ... expreso de ante... interés sectorial ... nacional. Y éste ... la felicidad colecti... posibilidad de cr... y desarrollo de l... mía del país, ... necesariamente p... portación. Confl... esta naturaleza ... que la economía ... pueda crecer y ... llarse; por con... los que pierden ... unos pocos: som... los uruguayos", e...

...índice de contaminación

127

A26615

## ¿Cómo nos ven los argelinos?

Resulta interesante —en este contexto— cómo nos ven a nosotros los uruguayos, y a nuestro proceso político, los argelinos; y particularmente los del ala reformista. Su órgano *"Algérie-actualité"* publicó en octubre de este año un artículo titulado *"Uruguay: un retour remarqué"*. Allí se indica que *"El Presidente Sanguinetti (del Partido Colorado-tendencia centro izquierdista) prosigue una política de democratización...cuyo objetivo principal es reactivar primero la actividad económica en un clima de paz social...intenta una política de cambios profundos para liberar las energías, establecer un clima de confianza y asegurando un mínimo de condiciones para la independencia económica del Uruguay...que comienza una apertura en dirección de los países del Tercer Mundo y se adhiere a las tesis defendidas por la Organización de Países No Alineados"*.

En síntesis, con fondo de crisis económica aguda, Argelia trata de avanzar hacia la aplicación de reformas que le permitan salir del ahogo en que se encuentra. Esta política reformista es aconsejada por la realidad, en un país donde además se mueven fuerzas culturales antiguas y potentes, como es el integrismo islámico y el nacionalismo cultural kabil, los antiguos bereberes habitantes de la región antes de la invasiones árabes.

Aunque la situación política se encuentra en un precario equilibrio, es evidente que nuevas tentativas van a realizarse de ambas partes para imponer sus puntos de vista. Sin embargo, el país norteafricano con más alta tasa demográfica, cuenta con una juventud a la cual la revolución y los dogmas no le ha aportado gran cosa, ya que se cuentan hoy entre la mayoría de los casi 20% de desocupados del país. Los viejos mitos ya no le sirven, en todo caso son obra de sus padres. Y para ellos es la realidad que cuenta. Por eso nada será ya igual, y no se repetirán las leyendas de la Batalla de Argelia.

Opiniones 12/12/86



8702099

ARGELIA

L.M. 14/10/82

# Es posible aumentar comercio

El Encargado de Negocios de Uruguay en Argelia, Fructuoso Pittaluga, mantendrá en el correr de esta semana múltiples contactos con autoridades de la Dirección General de Comercio Exterior y empresarios privados.

Será con el propósito de analizar las posibilidades de incrementar la corriente comercial entre los dos países, teniendo en cuenta la declaración conjunta firmada por los Presidentes de ambos países, al término de la visita de Chadli Bendjedid.

Consultado sobre el tema, Pittaluga dijo a La Mañana que con esta visita, comienza una nueva relación comercial.

"Ellos son importadores de productos alimenticios en un 60 %, son grandes consumidores de corderos, de productos lácteos, tabacos y una cantidad de productos que se complementan".

Informó que incluso se proyecta la visita del Ministro de Industria de Argelia a nuestro país, para concretar exactamente en qué campos se negociará.

"El sistema de compras de Argelia, es por vías de licitaciones internacionales, lo que posibilita que tanto empresas privadas como estatales de todo el mundo, presenten sus precios.

Eso es difícil para nosotros, pero el Presidente de Argelia se lo dijo al Dr. Sanguinetti que trataría de hacer un acuerdo bianual entre Argelia y Uruguay, para permitir a los productos uruguayos, entrar directamente en ese mercado, en lo que sería un acuerdo entre los dos gobiernos".

## CARACTERISTICAS DEL MERCADO

Fructuoso Pittaluga señaló que Argelia, desde su independencia en el año 1962, hasta la fecha, ha aumentado su población en más de un 50 %.

"En este momento son 22 millones de habitantes, con un crecimiento anual de 3,5 % lo cual es muy importante comparado con Uruguay, por ejemplo.

Todo producto comestible importado a Argelia es consumido y es más, muchas veces no alcanza para abastecer a toda la población.

En cuanto a los productos de exportación argelinos, están el petróleo, gas y fosfátos, productos naturales de Argelia que nosotros podemos estar en condiciones de comprar".

Agregó que "entre dos países tiene que haber una balanza comercial, podemos vender pero también tenemos que comprar y eso está a estudio precisamente y hay que decidir de acuerdo a lo que le conviene al país".

Indicó que en el caso del petróleo y del gas los precios son convenientes, pero no ocurre lo mismo con el fosfato; "tengo entendido que son un poco más caros que los del mercado internacional, pero como son todas empresas del gobierno, los precios de negociación son más fáciles de regular, de acuerdo a las necesidades".

## CONTACTOS EN ARGELIA

Destacó que antes de volver a Argelia, se reunirá con autoridades de la Dirección General de Comercio Exterior y con empresarios privados "para explicarles lo que hemos hecho durante esta visita presidencial y donde vamos a tratar de delimitar cuáles son nuestras posibilidades.

En Argelia posteriormente, me contactaré con los Ministros y con los Directores Generales de las Empresas del Estado para empezar una corriente lo más continua posible.

Como Encargado de Negocios de la República, entiendo que mi tarea se limita a abrir mercados, esos mercados tienen que ser luego aprovechados por las empresas privadas uruguayas, pero pienso que habiendo estado poco tiempo en Argelia, es un mercado potencial que nos puede abrir muchas puertas y que además de ser un mercado nuevo, es desconocido.

Por eso, los pasos son conocer a los argelinos, que los empresarios uruguayos viajen a Argelia incluso, y de esa forma entrelazar una amistad y lograr una confianza de ambas partes".

02·02

8702099

127 8

CLARIN — Buenos Aires, martes 7 de julio de 1987

PERLP

A 25 AÑOS DE LA INDEPENDENCIA

# Fiesta en Argelia

PARIS, 6 (De nuestro corresponsal, François Lepot). — Ayer domingo los argelinos festejaron ruidosamente el 25 aniversario de su independencia. Una celebración de cinco días que los medios extranjeros en Argel calificaron de "ambiente de mundial", porque no se veía tanto entusiasmo popular y colorido callejero desde 1982, cuando el equipo nacional de fútbol venció en España al conjunto alemán.

En Francia, pocos actos y en lugares cerrados, junto a la colectividad con amigos galos que en gran cantidad sostuvieron la independencia argelina. Casi todos los diarios dedican amplios espacios y suplementos al acontecimiento y "Le Monde" anuncia una publicación especial.

Ese 5 de julio de 1962 en que se efectivizó la independencia de Argelia, por medio de una carta del general Charles de Gaulle de pocas líneas, se cumplían 132 años desde que el ejército francés invadió, ocupó y colonizó ese país en nombre de la civilización y el cristianismo.

Cuatro días antes, el 1° de julio, los habitantes de Argelia (naturales del país y los colonos que quedaban) habían votado un referéndum sobre autonomía que dio un resultado concluyente: 99,72 por ciento por el "sí" contra solo 16.534 votos "no", sobre seis millones de electores.

Se dejaban atrás ocho años de terrible y sangrienta guerra con un millón de muertos y desaparecidos en una población entonces de solo nueve millones de habitantes. El conflicto había comenzado en 1954 cuando fracasaron todas las gestiones para obtener la independencia prometida, no solo por Francia sino por los aliados, que habían reclutado ejércitos para combatir al hitlerismo. Los argelinos habían pagado muy caras sus pretensiones. Las estadísticas oficiales galas demuestran que en la liberación de Francia murieron más argelinos que franceses.

Nueve años atrás, el 8 de mayo de 1945, cuando París festejaba el fin de la Guerra Mundial, unos argelinos salieron a las calles a pedir su independencia. La respuesta fue feroz, en particular en la ciudad de Setif. Contra 104 bajas en las fuerzas coloniales, se masacraron más de 17.000 argelinos, incluyendo muchos niños y mujeres. Francia sostenía que se trataba de una insurrección interna porque el país había sido declarado un departamento más de su nación. Los levantamientos continuaron y nueve años después se declaraba una guerra total.

Si los colonialistas franceses fueron feroces en actos inhumanos, y en particular la tristemente célebre OAS, gran número de notables y gente de pueblo en la metrópoli abominaba de esos procederes y encontraban legítima la aspiración de independencia de los argelinos. Los ejemplos fueron muchos. Basta recordar que una larga lista de intelectuales encabezados por Jean Paul Sartre enfrentaron el riesgo muy cierto entonces de la guillotina por ser anticolonialistas.

Luego vinieron las negociaciones de Evian, ante una realidad que duraba demasiado y costaba sangre y prestigio a Francia. El general De Gaulle lo comprendió así y debió sufrir por ello la rebelión de los generales en Argelia y un sinnúmero de atentados contra su vida.

La paz se convino y el traspaso fue casi indoloro. Solo un confuso incidente en Orán provocó algunas víctimas de "metropolitanos" que lanzaron antes disparos sobre una manifestación que celebraba la independencia.

Llegaron también las diversas crisis entre el gobierno en el exilio en Túnez y en otras capitales. Francia jugó la carta de Ben Bella (años después lo reconocería el ex canciller Claude Chaissons) y ganó temporariamente, pero luego se impuso el siempre hombre fuerte de la guerra, el coronel Boumedien, calificado entonces de "Castro nordafricano".

Los pieds noirs, los europeos de Argelia, abandonaron en su mayoría el país. Otros se quedaron sin problemas y actualmente el hombre más rico de esa nación es un "metropolitano".

Saltando etapas de este cuarto de siglo, tanto Argelia como Francia salieron ganadoras. Los ex coloniales obtuvieron una independencia total real, no atada a compromisos que la guerra sin cuartel hicieron imposibles. El país se desarrolló gracias en buena medida al petróleo. Ahora las celebraciones de la independencia los encuentra fuertes y respetados con la adhesión de Francia con la cual se han cicatrizado todas las heridas y el árabe y el francés son los idiomas oficiales. Lo hablan los jóvenes, de los cuales más del 60 por ciento tiene menos de 20 años y conoce el conflicto colonial solo por referencias.

01·01

8706803

ARCHIVAR EN: ARGELIA (127)

TEMA: ALGERIA/LIBYA : POSSIBLE FORMATION OF A UNION del 23/7/87 (B/0685)

PROCEDENCIA: Dsp. Nº 1239/87 del 18/9/87

ARCHIVADO EN: ENLACE INGLES (135/C)

0707186

01-01

HR

127

# Presidente de Argelia Pide Reforma Economica Para Capital Privado

ARGEL, 19, (EFE). —El presidente argelino, Chadli Benyedid, ha vuelto a pedir esta semana la reforma de las estructuras económicas, en un discurso ante los gobernadores provinciales, en el que arremetió otra lanza en favor del sector privado.

Esta es la segunda vez en pocas semanas que el Jefe del Estado argelino, ferviente partidario de una economía "pragmática" que no recusa la preeminencia del tejido estatal de producción, se refiere a la necesidad de permitir que el capital privado juegue a fondo su papel de promotor de actividades económicas.

La filosofía económica que defiende Chadli Benyedid otorga al sector estatal de producción la responsabilidad de las grandes empresas nacionales, y concede al sector privado la misión de aligerar los problemas relativos a las necesidades de consumo de una población que supera oficialmente los 23 millones de personas.

El concepto de autonomía de las unidades de producción, otro de los fundamentos de esta filosofía, se ha traducido ya en el "desangrado" de efectivos de multitud de empresas estatales deficitarias.

Empleando un lenguaje al que no estaban acostumbrados hasta ahora los argelinos, Chadli y sus inmediatos consejeros han declarado que lo importante no es el talante político de las unidades económicas, sino la producción efectiva de éstas y su rentabilidad bajo leyes que no tienen por qué contemplarse desde un prisma ideológico.

La autonomía de gestión ya está siendo aplicada, con éxito, en la producción agrícola, ya que desde hace un año los hasta entonces desabastecidos tenderetes de los mercados populares rebosan ahora de patatas, tomates, pepinos, naranjas y otros artículos.

Los poblados agrícolas socialistas, que debían introducir en Argelia el modelo de "koljos" soviético, recibieron desde su creación un trato preferente a la hora de disponer de semillas, créditos y maquinaria agrícola, pero sus resultados no han correspondido a las esperanzas de sus promotores. El sector privado, obligado a roturar las peores tierras, ha visto crecer su producción pese a las trabas de carácter burocrático y el celo excesivo de los "ideólogos" locales, que en la hipótesis de una abundante cosecha de patatas "blancas" o una escasa de patatas "rojas", preferían esta última.



87707892

ARCHIVAR EN: Argelia (127)

TEMA: Khadafy propuso a Argelia la formación de una federación.

PROCEDENCIA: LA MAÑANA 1/7/87

ARCHIVADO EN: Libia (130)

01·01 8708442

ARCHIVAR EN: ARGELIA (127)

TEMA: SWAPO: Intelligence Training in Algeria.

PROCEDENCIA: Enlace Brasileiro 3/60/87 Doc. 15/12/87

ARCHIVADO EN: Enlace Sudafrica (135)

01-01

8708720

18

ARGELIA

127

Argelia busca reconciliación

# Conflicto libio-tunecino

ARGEL (EFE).- Argelia envió ayer de urde un emisario a Trípoli con el fin de ederar su misión de mediación entre Libia y Túnez y lograr que los dos países cuerden reanudar sus relaciones diplo-áticas a principios del mes próximo.

El número dos del régimen argelino, Mohamed Cherif Messadia, entregará al Coronel Muamar El Gadafi un mensaje de Chadli, cuyo contenido no se ha dado a conocer, aunque estaría relacionado con el deseo de Argelia de culminar su misión de buena voluntad, según medios diplomáticos árabes de esta capital.

El primer ministro de Túnez, Zine El Abidin, se trasladará a Argel en visita oficial, a finales de este mes, para participar como invitado de honor en los actos conmemorativos del 33 aniversario de la revolución argelina, que se celebrarán el primero de noviembre.

Según los medios diplomáticos árabes, Argelia desea que el Coronel Gadafi esté también presente en estos actos, para sellar en suelo argelino la reconciliación libio-tunecina, lo que abriría la vía de la adhesión libia al Tratado de Fraternidad y Concordia establecido entre Argel, Túnez y Nuakchott.

La adhesión de Trípoli a ese Tratado, así el restablecimiento de relaciones diplomáticas entre Libia y Túnez, repre-senta una etapa importante de los esfuerzos que viene desarrollando Argelia para propiciar la unión de los países del Magreb.

El establecimiento de una serie de acuerdos de cooperación económica y concertación política entre Argel y Trípoli constituye otra de las aspiraciones de la diplomacia argelina.

La iniciativa unitaria del presidente Chadli, a la que se refieren los respon-sables políticos argelinos afirmaría la idea de un Magreb a cuatro al que no podría tener acceso Marruecos mientras este último país no acepte resolver pacífica-mente sus diferencias con el Frente Polisario.

La hipótesis de una unión política entre Argel y Trípoli, que sería dada a conocer el primero de noviembre, según informa-ciones facilitadas por la agencia oficial de noticias libia Jana, no ha recibido hasta ahora ningún crédito en los medios oficiales argelinos.

## UNION REGIONAL

En esos medios se afirma, explícita-mente, que los pueblos libio y argelino creen profundamente en la unión de los países del Magreb y desean que esta se vea consolidada a través del Tratado de Fraternidad que, según la versión oficial argelina, es la base más sólida y firme para construir la unión regional.

La adhesión de Libia al Tratado de Fraternidad no está dirigida a aislar a Marruecos, ha declarado hoy en esta capital un portavoz del ministerio de Asuntos Exteriores argelino, para el cual es Rabat la que se ha auto-excluido de ese marco unitario al mantener su hostilidad hacia el plan de paz en el Sahara Occidental aprobado por la Organización para la Unidad Africana (OUA) y soste-nido por la Organización de las Naciones Unidas (ONU).

El 33 aniversario de la revolución argelina coincide con los que aquí se califican de éxitos notorios de la acción exterior de este país: la entrada de Argelia como miembro no permanente del Con-sejo de Seguridad de la ONU, a lo que aspiraba Marruecos, y el examen ante la cuarta comisión de descolonización de las Naciones Unidas del conflicto del Sahara Occidental.

La Nación 26/10/87



8711166

# CARP. 127 (3)

NO TIENE DOCUMENTOS

# CARP. Nº 127

Nº 127/4 BOTSWANA

ENTRE LOS Nºs

8704067-8704878

ARCHIVAR EN: BOTSWANA (127)

TEMA: BOTSWANA: Prospects for Economic Growth during 1987.

PROCEDENCIA: E. Sudafricano 4/5/87 Doc. 0765/87

ARCHIVADO EN: E. Sudafricano (138)

8704067

01-01

0 23

ARCHIVAR EN: BOTSWANA (127)

TEMA: BOTSWANA: Soviet involvement in Development Projects.

PROCEDENCIA: ENLACE Sudafricano 14/7/87 Se 0745/87

ARCHIVADO EN: ENLACE Sudafrica (135)

01·01

8704878.

# CARP. 127 (5)

# NO TIENE DOCUMENTOS

# CARP. Nº 127

Nº 127/6 BOURKINA FASSO

ENTRE LOS Nºs

8710282-8711298

Burkina Faso

127

Los Mercados
MONTEVIDEO, DOMINGO 25 DE OCTUBRE DE 1987

KUWAIT.- Vista de la oficina de la aerolínea estadounidense Pan American en Kuwait, que fue dañada por la explosión de una bomba. (Radiofoto Reuter).

Conmina a actuales dirigentes a dimitir

# Burkina Faso jefe de región militar se rebela

YAUNDE. (ANSA, EFE y UPI).- El Jefe de la Tercera Región Militar de Burkina Faso (antiguo Alto Volta), capitán Bukari Kabore, no reconoce la autoridad militar del nuevo hombre fuerte del país, el capitán Blas Campaore, quien llegó al poder el pasado día 15, tras un golpe de Estado que costó la vida al Presidente, Tomás Sankara.

Bukari Kabore ha acusado a los nuevos dirigentes del país de asesinar a Sankara, y les ha conminado a dimitir por razones nacionales y de prestigio.

El jefe de la Tercera Región Militar dispone de unos 400 paracaidistas estacionados en Kudugu, a unos 80 kilómetros de la capital, Uagadudu.

También ha declarado que no marchará sobre la capital con sus hombres, pero que tampoco acudirá a ninguna convocatoria que emane del Frente Popular, instituido por los militares que derrocaron a Sankara.

Por su parte, Campaore ha minimizado las declaraciones de Kabore, y declaró que estaba dispuesto a hacerle frente con sus tropas si persiste en su actitud de desobediencia e intenta marchar sobre la capital.

El presidente de la Organización para la Unidad Africana (OUA), Kenneth Kaunda, jefe del Estado zambio, denunció también el golpe de Estado de Burkina Faso, y calificó de asesinato la muerte de Sankara.

8710282

01·01

HB

124

Fue una acción preventiva

# Golpe en Burkina

MALABO (ANSA, EFE y UPI).- El líder del golpe militar que derrocó la semana pasada al Gobierno de Burkina Faso (antiguo Alto Volta, [illegible] aclaró ayer a través de la emisora nacional de su país que su acción fue preventiva, ya que el Presidente Thomas Sankara pretendía acabar con sus opositores.

El Capitán Blaise Compaore, que no mencionó en ningún momento la muerte de Sankara y de otros de sus Ministros, explicó que desde hacía un año había dos tendencias enfrentadas en el Gobierno.

Compaore dijo que Sankara había decidido acabar con sus enemigos políticos, y que por esa razón se había decidido terminar con ese régimen.

Pese a ello, el nuevo hombre fuerte de Burkina Faso aseguró que en este país africano seguirán desarrollándose las mismas políticas revolucionarias de su antecesor.

La Nación 21/10/87



8710290

Vínculos más estrechos con Occidente

# Burkina Fasso: alineamiento

YAUNDE (ANSA, EFE y UPI).- Cientos de personas han acudido durante el día de ayer a la tumba del ex Presidente, Tomas Sankara, muerto ayer por las balas de unidades golpistas lideradas por su antiguo compañero de armas y amigo, el capitán Blas Campaore, según informaciones procedentes de la capital burkinabe.

Un militar derroca a otro militar. El brazo derecho de un Presidente encabeza la conspiración contra el que fue su jefe y mentor. El golpe de Estado de Burkina Faso (antiguo Alto Volta) reúne todos los ingredientes de un putsch típicamente africano.

Si acaso el escenario resulta más paradójico todavía teniendo en cuenta que Sankara y Campaore compartían la misma juventud (34 y 36 años, respectivamente), habían protagonizado juntos el golpe de 1983 que abrió el camino a la revolución popular burkinabe y habían sufrido las mismas academias militares, en Francia y Marruecos, donde incluso ocuparon la misma habitación, durante cinco meses, en Rabat, en 1978.

Las observadores encuentran dificultades para explicar el enfrentamiento fratricida que ha acabado con la vida de Sankara. Hasta hace poco, Campaore era considerado su mejor aliado e incluso un duro del régimen de Ouagadougu.

Blas Campaore apoyó a Sankara en las purgas de mayo de 1984, cuando 7 oficiales fueron ejecutados, acusados de preparar un golpe militar y se pronunció, como él, en favor del giro moderador que el Presidente Sankara había dado a la política exterior del país en los últimos meses.

Algunas fuentes y analistas apuntan, sin embargo, que Campaore siempre había discrepado del sesgo excesivamente ideológico que Sankara imprimía a su forma de gobernar el país. Ambos eran capitanes, pero Campaore era más militar, mientras Sankara tenía más vocación de ideólogo.

## NUEVO ALINEAMIENTO

Con Campaore podría imponerse un mayor pragmatismo en política interior y un alineamiento con Francia y Occidente más evidente, en detrimento de la voluntad de Sankara de constituir un frente progresista de África occidental con la vecina Ghana.

Como suele suceder en África, los nuevos dueños del país, amigos del líder desaparecido hasta la víspera misma del golpe, le tratan ahora de renegado y traidor, paranoico, en las comunicados militares que Radio Uagadugu no cesa de emitir desde el jueves por la tarde.

Pese a diferencia de otros golpes recientes, como el de Burundi, informaciones procedentes de Burkina Faso revelan síntomas de agitación popular al jefe derrocado. Lo que pondría de manifiesto, según numerosos observadores, la popularidad cívica de que gozaba Sankara en su país y entre buena parte de la juventud africana.

Al frente de uno de las naciones más pobres de la tierra, había conseguido, al menos, erradicar la corrupción que corroe la mayoría de las economías africanas.



8710519

BURKINA FASO

# El presidente burquinés fue abatido durante el golpe

ACCRA, 16 (DPA) – El presidente de la república africana de Burkina Faso, capitán Thomas Sankara, murió al ser derrocado ayer en un cruento golpe militar encabezado por su segundo en el mando y ministro de Justicia, capitán Blaise Campaore, en un cuartelazo que habría dejado un centenar de muertos.

Hoy, en Uagadugu, capital de la ex República de Alto Volta, reina la calma, con soldados que patrullan las calles, mientras en el Gobierno se instaló un "frente patriótico" que cerró fronteras y aeropuertos, declaró el toque de queda, y puso en libertad a todos los presos políticos.

Sankara, quinto presidente del país desde su independencia de Francia en 1960, que se hizo del poder en 1983 tras una serie de golpes de estado, murió con otras once personas durante el asalto de los insurgentes a la sede del Gobierno y ya habría sido enterrado pese a que su muerte no ha sido reconocida oficialmente.

Sankara, líder popular de línea socialista, con estrechos lazos con Libia y Corea del Norte, fue calificado por Radio Uagadugu de "traidor y renegado", cuyo gobierno autocrático llevó al país al caos económico y social.

Sankara estableció comités de defensa de la revolución para que el pueblo participase en el proceso de toma de decisiones y solía disolver su gabinete en cada aniversario del golpe, "para inyectar sangre nueva" a su administración.

Sankara, con la ayuda de Campaore, derrocó el 4 de agosto de 1983 a Jean Baptiste Ouedraogo y estableció un consejo nacional de la revolución que, para borrar el pasado del país como colonia francesa, le impuso el nombre de Burkina Faso, que quiere decir "el país de los hombres justos", por el que tenía, Alto Volta, en agosto de 1984.

*El personaje en la noticia*

## *El militar que quiso hacer un país de justos*

Ahora es un "renegado y traidor paranoico". Al menos lo es para los nuevos ocupantes del ridón del poder en ese "país de los hombres justos" que es Burkina Faso, una de las naciones más pobres de la Tierra. Thomas Sankara, militar que pasó por institutos castrenses en Francia y Marruecos, era un hombre especial. O, al menos, lo era para quienes no son africanos y, por ello, no aceptan que las culturas presentan particularidades que trascienden los juicios de valor.

Alguna vez afirmó que "en nuestra sociedad, la mujer es una bestia de carga. Es explotada como una vaca que tiene hijos, da leche y tiene fuerzas para trabajar y ofrecer placer. Cuando está vieja y cansada, es reemplazada por otra vaca".

Pero también, ya como jefe de Estado, sintetizó su responsabilidad subrayando que era como "un ciclista que avanza cuesta arriba y trata de no caer ni a la derecha ni a la izquierda". Su administración se caracterizó por el sesgo marcadamente ideológico que él impuso a partir de un cierto populismo no fundado en teorías, sino en una práctica cotidiana, y en aproximaciones a versiones libres del marxismo.

Sankara, aficionado compositor de música que no dejó de censurar el colonialismo y defender la no alineación, aseguró que sus posesiones "son las de un pobre": dos televisores, tres radios, algunos muebles, tres guitarras y un automóvil modelo setenta y ocho. Amigo del líder libio, Muammar Khadafy, el teniente Jerry Rawlings, gobernante de la vecina Ghana, fue su modelo.

Atrás dejó, con su muerte, cuatro años en el ejercicio de la presidencia. Lapso en el que luchó denodadamente para demostrar que su país podía romper el yugo colonial y alcanzar grados de prosperidad. No lo logró, pues su reiterada afirmación de que "el desarrollo es lo que podemos hacer por nosotros", no fue posible en ese territorio del Africa occidental.

Para no pocos de los habitantes de Burkina Faso, Thomas Sankara era el dirigente que podía mejorar sus vidas. Para ello intentó restablecer los modelos tradicionales en el cultivo de la tierra y eliminar las costumbres ancestrales que impedían el desarrollo. "Nosotros –reiteraba– no tenemos, ahora, derecho de estar sentados sin hacer nada y pedir ayuda cada vez que perdemos una cosecha".

Defensor de los derechos de la mujer africana, designó a tres en su gabinete y contrató como secretaria privada a una prostituta reformada. También se esforzó para erradicar la corrupción. De opiniones cambiantes –tal vez en intentos de amoldarse a las circunstancias–, y actitudes que fueron calificadas de arbitrarias, ganó una larga lista de enemigos. Pero nunca se lo vio en las calles rodeado por esas guardias pretorianas tan comunes en el Africa.

Sankara accedió al poder el 4 de agosto de 1983, tras una asonada militar. Otro golpe puso fin a su mandato y a su vida. Por extrañas paradojas, él y quien encabezó lo que supone un simple "putch", protagonizaron "codo con codo" aquel alzamiento y, en tiempo de su juventud, llegaron a ocupar una sola habitación. Pero hubo más, el capitán Blas Campaore apoyó a Sankara en las purgas de mayo de 1974.

Sankara (AFP)

Los nuevos conductores del país no cuestionarán –al menos así lo afirmaron– los principios revolucionarios del régimen de Thomas Sankara, ni el trazado de sus relaciones internacionales. Con la consigna que se originó en la Cuba castrista: "Patria o muerte, venceremos", y que fue adoptada por la administración de Sankara, se acusó al mandatario muerto de propiciar un mandato "autocrático", de la "decadencia social que, inexorablemente, conducía al caos", y de ser el responsable del "continuo hundimiento del sistema productivo".

Muchos inquieren acerca de las justificativas que esgrimen quienes concretaron el golpe. También muchos entre los ocho millones de habitantes de Burkina Faso, la ex colonia francesa, e independiente desde 1960, temen que Blas Campaore acelere su nunca desmentida inclinación por Moscú. Si esto se concreta, quien, fuera el brazo derecho de Thomas Sankara será, desde el golpe, el nuevo brazo izquierdo de Burkina Faso.

HR

124



*Crisis en Burkina Fasso, ex Alto Volta*

# Golpe de Estado en un país africano

ABIDJAN, Costa de Marfil, 15 (AFP).– El presidente de Burkina Fasso, el capitán Thomas Sankara, fue derrocado en un golpe militar dirigido por su principal asesor, informó la radio del gobierno.

La radio de Burkina Fasso, captada aquí, expresó que el golpe fue encabezado por el capitán Blaise Compaore, y fue llamado "El Frente Popular del 15 de octubre", un movimiento político de izquierda.

Burkina Fasso, ex colonia francesa del Alto Volta, obtuvo su independencia en 1960 y cambió a su nombre actual en 1984. El francés es la lengua oficial del país mediterráneo, ubicado en el Africa Occidental, que cuenta con un total de 6,7 millones de habitantes.

Burkina Fasso, que fue afectada por la hambruna de la década del 1970, depende en gran medida de la ayuda externa para sobrevivir.

Compaore fue ministro de Estado y de Justicia, y jugó un papel preponderante en la toma del poder por Sankara, en marzo de 1983.

Testigos manifestaron que varias personas habían sido muertas y que aún se escuchaban tiroteos.

En un comunicado se manifestó que las fronteras del país permanecerán cerradas hasta que la situación quede completamente bajo control.

El comunicado expresó que Sankara era responsable del regreso del país al "neocolonialismo" y prometió la vuelta del país a la democracia.

Testigos habían dicho anteriormente en Uaudugu, capital de Burkina Fasso, que hubo tiroteos ante el palacio presidencial, y que se vieron vehículos militares que se dirigían allí.

No se pudo determinar inmediatamente el paradero de Sankara, quien se apoderó del gobierno por medio de un golpe de Estado el 4 de agosto de 1983. Según diplomáticos franceses se hallaría arrestado.

## Situación económica

PARIS, 15 (AFP).– Burkina Fasso es un país africano enclavado en la región del Sahel y uno de los más pobres del mundo.

Ex colonia francesa e independiente desde 1960, estaba gobernada por el capitán Thomas Sankara desde que éste tomó el poder el 4 de agosto de 1983.

Burkina Fasso, "el país de los hombres íntegros" –como lo rebautizó en 1984 el presidente Sankara–, está situado en pleno corazón de Africa del Oeste y no tiene salida al mar.

Con una superficie de 274.000 km2, el país tiene una población de 6,7 millones de habitantes (con un 92% de analfabetos), compuesta por unas seis etnias, en particular los mossi (19%), los peuls y los lobis dagaris.

Burkina Fasso

Pese a las frecuentes sequías, la principal actividad burquinesa es la agricultura, que da ocupación a un 90% de la población, uno de los índices más elevados del mundo.

La autosuficiencia alimentaria, una de las prioridades del gobierno burquinés, es precaria. El país, desprovisto de toda riqueza natural importante y afectado de lleno por la sequía y la crisis económica, posee uno de los PNB más bajos del mundo (unos 230 dólares por habitante).

Además de este quinto golpe de Estado desde su independencia, Burkina Fasso protagonizó, en diciembre de 1985, un conflicto fronterizo con Malí a causa de la disputada zona de Agacher (extremo norte del país).

01·01 8711298

# CARP. Nº 127

Nº 127/7 BURUNDI

ENTRE LOS Nºs

8707152 - 8709511

ARCHIVAR EN: Burundi (127)

TEMA: Comandante del Ejército en Burundi derrocó ayer al Presidente Bajaza.

PROCEDENCIA: LA MAÑANA 4/9/87

ARCHIVADO EN:

Fichaje (B)

8707152

01-01

KR

ARCHIVAR EN: Burundi (12F)

TEMA: Burundi: golpe contra Gobierno Socialista.

PROCEDENCIA: El País 4/9/87

ARCHIVADO EN: Fichaje (8)

01.01

8708110

MONTEVIDEO, VIERNES 4 DE SETIEMBRE DE 1987

## Jefe de Estado se encontraba en Canadá

# Comandante del Ejército en Burundi derrocó ayer al presidente Bagaza

***Un grupo dirigido por un comandante del Ejército derrocó ayer al Presidente de Burundi, quien en esos momentos se hallaba en Canadá, participando de una cumbre de países de habla francesa.***

NAIROBI (ANSA, EFE y UPI).- El presidente de Burundi, el coronel Jean-Baptiste Bagaza, que se encontraba en la cumbre francófona que se celebra en Quebec, llegó anoche a París, tras conocer el golpe militar que tuvo lugar ayer en su país, según informaciones difundidas por diversos medios de comunicación parisienses.

La primera información sobre los sucesos en Burundi, donde el comandante Pierre Buyoya dirigió la rebelión, fue difundida por el Ministerio belga de Asuntos Exteriores.

Por otra parte, un comunicado de la radio de Bujumbura, capital de Burundi, señaló que Bagaza había sido relevado de sus deberes como jefe de Estado, líder del partido gubernamental y jefe de las Fuerzas Armadas.

Fuentes diplomáticas de Burundi en París se negaron a realizar comentario alguno sobre la situación en el país o la eventual llegada de Bagaza a esta capital.

Por otro lado, el Ministerio francés de la Cooperación aunció como medida de prudencia la salida hacia Burundi de 15 cooperantes franceses y sus familias, prevista para ayer.

El comandante Buyoya es miembro del Comité Central de la Unión para el Progreso Nacional (UPRONA), partido único en el poder, y estudió en academias militares de Alemania Federal y Bélgica. Ocupaba el cargo de oficial de Estado Mayor del Ejército de su país.

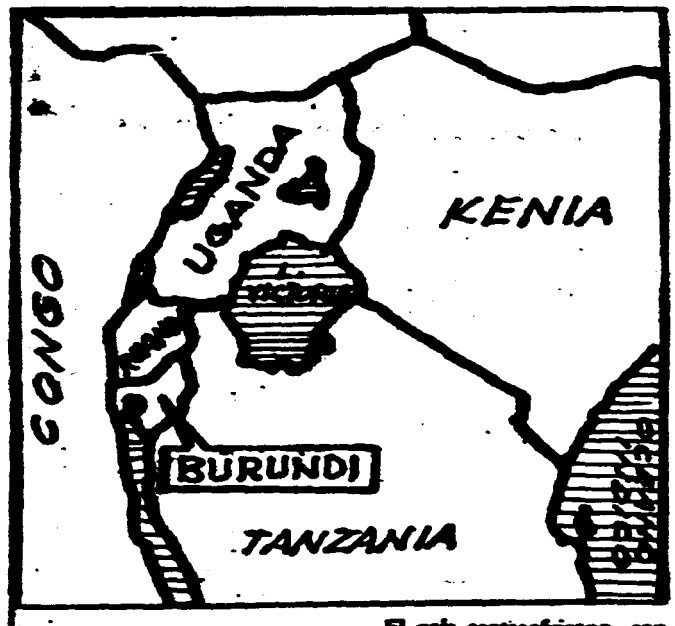
El anuncio de la destitución de Bagaza, que llegó al poder mediante un golpe militar en 1976, acabando así con el Gobierno de Michelle Micombero, se hizo en nombre del Alto Estado Mayor del Ejército de Burundi.

Los autores del golpe proclamaron el toque de queda, suspendieron la Constitución y disolvieron el Parlamento, anunció radio Bujumbura.

La emisora señaló que las fronteras y los aeropuertos del país centroafricano se encuentran cerrados y pedía a la población que mantuviera la calma y la seguridad.

Según parece, el nuevo gobierno -una Junta Militar de Salud Pública- tiene intenciones de respetar los acuerdos existentes entre Burundi y otros países, especialmente los limítrofes.

Bagaza, que cumplió el pasado sábado 41 años de edad, estaba recibiendo ayuda técnica y financiera de la Unión Soviética y China, e intentaba mantener relaciones con Libia.




**Burundi es uno de los países más pobres, según índices bancarios mundiales, con una renta per cápital anual inferior a 300 dólares.**

**Es el segundo país del centro de Africa más poblado, con 4.421.000 habitantes que hablan francés y kurundi, y está dividido en 8 provincias.**

El país centroafricano, con un área de 27.834 kilómetros cuadrados, está constituido por una región montañosa, cuyos picos alcanzan más de 2.000 metros en el oeste, que forma la división de aguas entre las cuencas hidrográficas del Nilo y del Congo.

Los grupos hamíticos coexisten con agricultores bantúes que desde la creación del Estado en 1962 constituyen más del 85 por ciento de la población, de la que el 98 por ciento son agricultores, mientras que la industria se reduce a la elaboración de productos agrícolas como el café y el algodón.

En 1938 los exploradores Burton y Speke llegaron al reino de Burundi, siendo los primeros europeos que pisaban aquellas tierras.

Durante el reinado de Mwezi IV (1860-1908), el alemán Goetzen ocupó el país en nombre de Alemania y posteriormente quedó bajo la administración de Bélgica, hasta que en 1962 consiguió la independencia.

01-01 8708603

HR

BURUNDI
Asilo UGANDA

27

*Fue concedido por el gobierno de Uganda*

# Asilo político a Bagaza

06 SET. 1987

LA MAÑANA

YAUNDE. (ANSA, EFE UPI).- Jean-Baptiste Bagaza, el Presidente de Burundi, depuesto hace tres días tras un golpe de Estado, abandonó ayer Nairobi (Kenia) en una avioneta particular con dirección a Uganda donde al parecer se le concedió asilo político.

Bagaza fue derrocado el jueves pasado cuando estaba ausente de su país para asistir a una conferencia internacional que se celebraba en Quebec.

El Comandante Pierre Buyoya derrocó al Gobierno [illegible] Bagaza, de 41 años, en un golpe de estado incruento, que obligó al Presidente a regresar a su país, desde París, sin conseguirlo.

Bagaza pudo llegar apresuradamnete a Narobi el viernes pero tuvo que quedarse en la capital de Kenia cuando el nuevo gobierno de Buyoya le impidió llegar a Burundi en un vuelo regular.

Tras haber permanecido en un hotel de Nairobi, Bagaza pretendía abandonar Kenia en un vuelo regular con el fin de dirigirse a Kampala, pero según informaciones de [illegible] rias emisoras de Yaundé, el ex Presidente voló a Uganda en una avioneta Cessna hacia las 12,30 GMT de ayer, en compañía de otras diez personas.

Otras informaciones indicaban que la avioneta Cessna había sido alquilada por el Alto Comisario de Uganda en Nairobi para que Bagaza y su séquito pudieran llegar a Kampala.

Fuentes del aeropuerto de Nairobi dijeron que la avioneta Cessna con Bagaza a bordo se dirigía al aeropuerto de Kampala.

01-01

8709511

# CARP. Nº 127

(9) A (12)

NO TIENE DOCUMENTOS

# CARP. Nº 127

Nº 127/13 CONGO

ENTRE LOS Nºs

8708858-8709500

927

# Alzamiento en el Congo

Pula

YAMENA (ANSA, EFE, UPI). — Pierre Anga, ex capitán del Ejército congoleño, al frente de un grupo de oficiales y soldados, se ha rebelado contra el gobierno del Presidente Sasu Ngueso, en la localidad de Owando, a [illegible] kilómetros al norte de Brazzaville, capital del Congo.

En un comunicado emitido ayer por la Voz de la Revolución Congoleña captada en Yamena, se dijo que el grupo de rebeldes pretende presentar resistencia armada al gobierno del Presidente Ngueso.

Anga formó parte de la junta militar que gobernó esta ex colonia desde 1977 [illegible] Joaquim Yombi Opango, depuesto ese mismo año.

Yombi reside ahora en Owando la ciudad donde se ha hecho fuerte el ex capitán Anga al frente de un grupo indeterminado de rebeldes.

Según las primeras informaciones, Anga y sus hombres se han enfrentado a las fuerzas de orden público de Owando.

Anga, según el comunicado, inició su oposición al actual gobierno después de que fueran detenidos en julio pasado cuatro oficiales del Ejército y tres civiles acusados de organizar un golpe de Estado en el Congo.

Entre los detenidos se encuentra el Teniente Coronel Henri Eyamendi, subjefe del Estado Mayor de las Fuerzas Armadas congoleñas.

Una delegación del Partido Congoleño de los Trabajadores, de tendencia marxista actualmente en el poder, se ha dirigido a Owando para negociar la rendición de Anga, pero éste se ha negado a parlamentar.

El actual Presidente del Congo mantiene buenas relaciones con la Unión Soviética y países comunistas, así como con Francia y otros Estados occidentales.

Un contingente de carros de combate del ejército congoleño se ha dirigido hacia Owando con el fin de hacer frente a los rebeldes.

LA MAÑANA 06 SET. 1987



8708858

127

## Relaciones con el Congo

Los Gobiernos de Uruguay y la República Popular del Congo han acordado consolidar sus vínculos de amistad y cooperación sobre la base de los principios de mutuo respeto a la soberanía nacional, integridad territorial, no injerencia en los asuntos internos de cada país e igualdad de derechos.

Deseando alcanzar ese objetivo, los dos Gobiernos han decidido establecer relaciones diplomáticas formales a nivel de Embajadores, con efecto a partir del 6 de marzo de este año.

Ambos Gobiernos expresan la esperanza de que el establecimiento de relaciones diplomáticas conducirá al desarrollo de una cooperación recíprocamente beneficiosa.

La Mañana 22/3/86



8708994

HR

127

## Relaciones con R. P. del Congo

Los gobiernos de Uruguay y la República Popular del Congo han acordado consolidar sus vínculos de amistad y cooperación sobre la base de los principios de mutuo respeto a la soberanía nacional, integridad territorial, no injerencia en los asuntos internos de cada uno e igualdad de derechos.

Deseando alcanzar ese objetivo, "han decidido establecer relaciones diplomáticas formales a nivel de embajadores, con efecto a partir del 6 de marzo de este año".

Ambos gobiernos expresan la esperanza de que el establecimiento de relaciones diplomáticas "conducirá al desarrollo de una cooperación recíprocamente beneficiosa".

La Hora 03/8/87

01-01 8709500

# CARP. 127 (14)

NO TIENE DOCUMENTOS

# CARP. Nº 127

Nº 127/15

CHAD

ENTRE LOS Nºs

8700691 - 8710756

127

LA NACION 12/12/86

Página Exterior

# Chad acusa a Libia de atacar con napalm

## La ofensiva de Trípoli podría ser el comienzo de una operación en gran escala

LONDRES, 11 (Reuter).- Tropas libias dirigidas por el coronel Rifi, jefe del ejercito libio en el Chad, utilizaron napalm y gases tóxicos contra fuerzas del líder rebelde Gukuni Uedei en el norte de Chad, según informó el gobierno.

Un comunicado irradiado por radio NDjamena, y captado por la British Broadcasting Corporation (BBC), manifestó que el ataque no tiene precedente.

El ataque contra las Fuerzas Patrióticas del Chad, como se denomina a los guerrilleros de Gukuni actualmente aliados con el gobierno, fue lanzado en Bardai.

Los libios dispararon napalm y gases tóxicos durante el asalto por tierra y aire.

Expresó el comunicado que el ataque era un preludio a una ofensiva en gran escala contra toda la región de Tibesti.

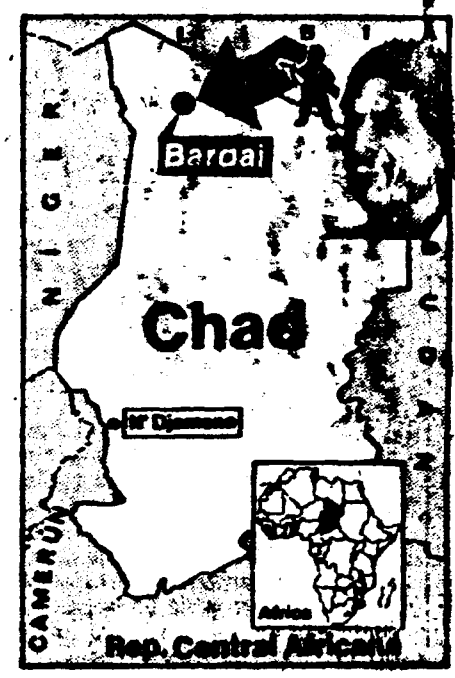
Libia ha negado oficialmente tener tropas en el norte de Chad.

Sin embargo, diplomáticos occidentales en NDjamena creen que cerca de 8000 hombres se encuentran al norte del paralelo 16, dividiendo al Chad en una región meridional en poder del gobierno, y un norte ocupado por libios y rebeldes.

### Un país dividido

El Chad de hoy es el resultado de la política colonial francesa que unió, en un solo complejo administrativo, la mitad norte, totalmente musulmana y parcialmente arabizada y en la que los Tubus son la tribu dominante, con la sur, cristiana y animista, en la que predominan los Saras y los Baguirmi.

El retiro de la presencia francesa de




La ciudad atacada

esa nación que, desde hace milenios, ocupa el centro del Sahara, dejó el poder en manos de los negros Saras, ampliamente mayoritarios.

El enfrentamiento entre el norte y el sur -divididos por el paralelo 16-es parte de un problema al que se le suma un antiguo reclamo libio de ratificación de fronteras, excusa por la que el régimen de Khadafy justifica su presencia en el Chad.

01-01

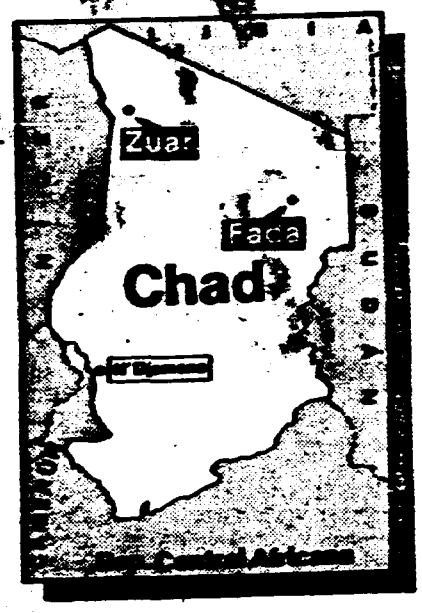
8700691

# Cayó una guarnición libia en el Chad

N'DJAMENA, 2.– Las Fuerzas Armadas Nacionales Chadianas (FANT), del presidente Hissene Habré, ocuparon hoy la guarnición libia de Fada en el equivalente, 36 horas después del inicio de su contraofensiva en el oasis de Zuar.

El asalto comenzó a las 5.30, "a las puertas de Fada", según el comunicado de las FANT. Los combates fueron muy violentos y se dice que a veces tuvieron lugar cuerpo a cuerpo.

"Las tropas chadianas están resueltas a aplastar sin piedad a la soldadesca de Kadhafy. Las FANT tienen la firme determinación de arrojar fuera del suelo sagrado de la patria a los bárbaros de Libia", habían anunciado hoy un comunicado militar.




## Infiltración

En N'djamena resulta imposible averiguar la importancia de los medios de que disponen las fuerzas nacionales para los combates de Fada, pero se sabe que desde hace varias semanas patrullas de las FANT estaban infiltrándose sin dificultad en el macizo del Ennedi, donde se encuentra el oasis de Fada.

Gracias a la entrada de esas patrullas en la zona, las Fuerzas Armadas Populares (FAP), de Goukuni Oueddei, pudieron recibir por primera vez ayuda logística de las FANT.

La defensa del palmeral de Fada está constituida por una guarnición de un millar de soldados libios, ayudados por combatientes del Consejo Democrático Revolucionario de Ibn Umar, subrayan voceros oficiales.

Los combates de Fada se iniciaron treinta y seis horas después del desastre infligido en los alrededores de Zuar a las tropas libias, con un balance de 50 muertos y 14 prisioneros, según fuentes oficiales chadianas.

Aunque los chadianos ocupan las posiciones en altura alrededor de Zuar, los libios se mantienen en la localidad.

N'djamena se pregunta qué actitud va a adoptar Francia ahora. París reafirmó recientemente su voluntad

## La ofensiva chadiana

de no sobrepasar el paralelo 16, aunque intensificará su ayuda logística.

Existe una posibilidad de encaminar los víveres y material franceses directamente por la pista de Kalnit, al sur de la línea geográfica de referencia y muy cercana a ésta. Los Hércules C-130 del ejército chadiano aterrizan diariamente en esa zona. "Así no quedarían más que 200 kilómetros de pista fácil para apartar la ayuda a las fuerzas de Habré", constató un funcionario.

La ofensiva de Fada, después de la de Zuar, no permite concluir por ahora que el presidente Habré haya decidido lanzar un ataque generalizado.

## Negativa libia

PARIS, 2 (AFP). – Libia es "totalmente ajena a la batalla que se registró hoy en Fada, Chad", anunció hoy la agencia de prensa libia Jana.

Agregó que esta batalla, en que Libia "no está de ninguna manera implicada, enfrentó en el norte del Chad a dos grupos chadianos disidentes, el Consejo Democrático Revolucionario (CDR) y las Fuerzas Armadas Populares.



8700692

Clarín 4/1/82

# Contraataque libio en Chad

N'DJAMENA, 3 (AFP). — La fuerza aérea libia bombardeó ininterrumpidamente hoy las localidades de Zuar (Tibesti, norte del país) y de Fada (Ennedi, nordeste), respectivamente conquistadas por las fuerzas chadianas el 31 de diciembre y el 2 de enero.

Iniciada el 31 de diciembre pasado en el Tibesti, fronterizo con Libia, la guerra se extendió a todo el norte del país. El alto mando de las fuerzas armadas nacionales chadianas (FANT) denunció esta mañana los "salvajes y ciegos bombardeos" libios, con abundante uso de bombas de fósforo y napalm, y anunció que los defensores de Fada habían derribado un helicóptero de combate.

### ♦ Numerosas bajas

Mediaba la tarde, aún se desconocía el número de bajas sufridas e infligidas en el vasto palmeral, normalmente habitado por unas 6.000 personas. Según testigos chadianos, las FANT capturaron a unos 15 militares libios, inmediatamente conducidos a un lugar desconocido entre aplausos de la población a los soldados que los escoltaban.

La reconquista de Fada, completada el viernes, ilustra la táctica empleada por las fuerzas del presidente Hissein Habre: antes de que despuntara el alba, 3.000 soldados invadieron el palmeral por todas partes, sembrando la confusión entre sus ocupantes e impidiendo la intervención de los aviones libios, que hubiera sido fatal para sus propios compatriotas.

A falta de balance oficial, cabe suponer que las bajas fueron numerosas entre los 1.500 sorprendidos defensores, de los que, según fuentes chadianas, unos 1.100 eran libios. Pero se ignora si fueron destruidas la estación de radar y las baterías antiaéreas instaladas en el Palmeral por Libia y si había aviones en la modesta pista de aterrizaje contigua.

En N'Djamena, los medios militares confiaban en que las Fant se apoderaron de abundante material. La ofensiva contra Fada había sido minuciosamente preparada y no les fue difícil a las fuerzas chadianas avanzar a través del desértico Ennedi, del que Libia solo controla ciertos puntos.

Francia, que en los últimos días intensificó la ayuda material al Chad, contribuyó a la logística de la operación transportando fuerzas hasta Kalait, puesto situado inmediatamente al sur del paralelo 16 y a 200 kilómetros de Fada.

Según Radio Chad, "Fada, Um-Chaluba y Kalait son los puntos de partida ideales para liberar Faya-Largeau, único punto fuerte que les queda a los libios en el Bet" (Borku-Ennedi-Tibesti, las tres provincias de la mitad norte del país).

En cuanto a los bombardeos aéreos, la emisora recordó que las regiones atacadas "son macizos montañosos plagados de grutas, que constituyen formidables reductos naturales".

PARTES POCO LEGIBLE



8700693

127

CHAD

CLARIN 05-1-87



# Un foco de guerra con Kadafi

**N'DJAMENA, 4 (AFP). — Libia envió tropas al Chad por primera vez en forma abierta en 1980, y lo reiteró en 1983 para apoyar a los rebeldes chadianos que entonces dirigía el ex presidente Goukuni Weddei, en lucha contra el gobierno de Hissene Habre, apoyado por Francia.**

**Pero el grupo de Weddei —arrestado ahora en Trípoli— firmó un alto el fuego con Habre en octubre pasado, y los libios se enfrentaron entonces con sus antiguos aliados por el control de la región del Tibesti.**

**El gobierno de N'Djamena envió, en diciembre, un contingente de mil soldados al norte del país.**

**Los actuales bombarderos libios pueden haber operado desde la base de Ouadi-Doum, al Centro-Norte del Chad. Ayer, sábado, informaciones provenientes de N'Djamena indicaron que llegaron a ese sitio aviones de combate, principalmente MIG-23, mientras que fuentes francesas señalaron la nueva presencia de aviones de transporte de tropas y aparatos de apoyo en tierra.**

**Los observadores se preguntan, sin embargo, cómo la aviación libia pudo intervenir tan profundamente hacia el sur, cuando toda la región esta protegida por el dispositivo militar disuasivo francés "Epervier", que en principio debe impedir todo sobrevuelo por aviones enemigos.**

**Centrado en un fuerte componente antiaéreo, "Epervier" comprende estaciones de radar implantadas en N'Djamena y en Moussoro, al norte de la capital, protegidas por baterías de misiles Crotale y Hawk, cazabombarderos Jaguar y Mirage F-1, así como transportadores Transall y un aparato de reconocimiento Breguet-Atlantic.**

**Desde ahora, en todo caso, N'Djamena implícitamente llama a París a abandonar de una vez por todas su "doctrina de paralelo 16", que excluye toda intervención al norte de Chad "París no tiene más argumento para instalarse solamente más acá del paralelo", declaró el secretario de Estado, Mesmine Togoi Hamidi.**

8700694

01·01

127

Chad

# Presidentes de Gabón y Congo median en conflicto chadiano

París, (IPS). — Omar Bongo, presidente de Gabón, se sumó en esta capital a su colega congoleño Denis Sassou Nguesso, para [illegible] una mediación de paz en el conflicto del Chad.

Nguesso, a su vez presidente del actual ejercicio de la Organización de la Unidad Africana (OUA), manifestó a la prensa su malestar ante la pasividad de los países europeos frente a los efectos del apartheid y a la crisis económica y la deuda externa del continente.

Ambos mandatarios africanos intentan desde hace un par de años reconciliar a las diferentes fracciones chadianas y a su vez gozan de buenas relaciones en Francia y Libia, dos países con tropas apostadas en ese territorio del desierto del Sahara.

El primer ministro francés Jacques Chirac recibió a Bongo casi inmediatamente después de la llegada de éste a París, esta mañana, y tras haberse reunido con Nguesso, 24 horas después que este fuera recibido por el presidente François Mitterrand.

Al término de la visita oficial de tres días de Nguesso a Francia, primera etapa de una gira por cuatro países de Europa occidental, la impresión general es que entre él y los dirigentes franceses hay un "diálogo de sordos" sobre el problema del Chad.

En representación de los 50 países miembros de la OUA, Denis Nguesso propone que Francia y Libia retiren simultáneamente sus ejércitos del territorio chadiano, como una primera medida para pacificar el país, dejando que las autoridades nacionales encuentren la solución.

El presidente de la República Popular del Congo estima que ahora hay más condiciones que antes para que las fuerzas chadianas coincidan en una salida negociada, aprovechando la pausa de la guerra civil de seis años muy [illegible] desde [illegible].

PEGUA

LD HORD 12/2/87

01·01

0702737

El Día
10/2/87

127

Chad
Africa

FERIA

# Más tropas francesas a Chad

PARIS. — Francia, temerosa de una nueva ofensiva en Chad después de que los bandos enfrentados reforzaron sus contingentes en ese país, envió 1.000 soldados más y pertrechos bélicos a la nación del centro de Africa, informó ayer el Ministerio de Defensa.

Un portavoz de ese departamento precisó que los franceses cuentan ahora con unos 2.400 soldados en Chad y que han consolidado nuevas posiciones en la llamada "línea roja", que cruza a lo largo del paralelo 16.

Los refuerzos, trasladados en los últimos tres días desde las bases francesas en la vecina República Centroafricana, serán apostados en nuevas bases equipadas con defensas antiaéreas.

01·01

0702738

ARCHIVAR EN: CHAD (12)

TEMA: LIBYA/CHAD/SITUATION ASSESSMENT

PROCEDENCIA: 7/4/87 Doc. 04807

ARCHIVADO EN: Libia (30)

01-01 8702955

127

## Noticias breves

### Ofensiva libia en Chad

ARIDJAN, 13 (AP).- Aviones libios bombardearon Fada y Zouar, en el Chad. Una transmisión radial señaló que "tras una breve pausa, el ejército que responde a Muammar Khadafy ha vuelto a la ofensiva".

La televisión libia, en cambio, informó que un contingente guerrillero lanzó un ataque terrestre contra las fuerzas del Chad y les causó "graves pérdidas humanas y materiales". Desmintió que sus fuerzas estuvieran comprometidas en la acción.

El diario francés Le Monde, informó que el ejército libio en el Chad cuenta, ahora, con 13.000 hombres. 4000 están emplazados en Ouadi-Doum, la mayor base aérea del África.

Contingentes franceses han sido emplazados en Abeche y Biltine, cerca del paralelo 16, dado que París ha prometido repeler todo ataque encabezado por Libia, más allá de esa demarcación geográfica.



8703546

## DURO GOLPE PARA KADAFI

# Chad cerró el cerco sobre la base militar de Libia

***El líder Muamar Kadafi amenazó con emplazar misiles soviéticos e incorporar a Libia al Pacto de Varsovia en caso de que Estados Unidos realice un nuevo ataque contra su país. La toma de la base aérea de Ouadi Doum por tropas del gobierno conducido por Hissen Habre plantea serias dificultades para la presencia de las fuerzas de Trípoli en el norte del Chad.***

N'DJADEMA, 23 (AFP, ANSA, EFE y Reuter). — Miles de chadianos celebraron hasta la madrugada de hoy la toma de la base aérea libia de Ouadi Doum, y reclamaron del gobierno la completa expulsión de las tropas tripolitanas del norte del Chad.

Los manifestantes presentaron un mensaje de apoyo al canciller Goukuni Lassou y demandaron la continuación de la ofensiva para recuperar todo el Borku-Ennedi-Tibesti (BET), conjunto de las tres provincias norteñas del país.

Según los expertos militares, Libia no solo ha perdido una de sus principales bases logísticas en el Chad, sino que a partir de ahora su posición adelantada en Faya Largeau, capital de todo el BET, queda a su vez aislada, mal aprovisionada y expuesta a una nueva ofensiva chadiana.

Los manifestantes, en su mayoría miembros del partido único UNIR (Unión Nacional por la Independencia y la Revolución), aclamaron al presidente Hissen Habre. En un breve discurso el ministro de Relaciones Exteriores Lassou prometió la próxima liberación de la franja fronteriza de Aozu, ocupada por Libia desde 1973.

El gobierno de N'Djadema también se adjudicó la victoria en otros combates librados en las montañas del Tibesti, en el noroeste del país; un parte militar indicó que 61 libios murieron y otros dos fueron capturados en Bir Sherda.

### ♦ Advertencia

Una declaración de la cancillería chadiana indicó que fuerzas propias expulsaron a las tropas libias después de haber atacado los poblados de Adde Kiwe y Koloya, en la frontera con Sudán.

La nota afirmó que las tropas libias "continúan siendo reforzadas" en ese país fronterizo, desde el cual "empezaron a atacar territorio chadiano", y advirtió que "el ejército de Chad estará autorizado de aquí en más a perseguir a sus agresores donde sea que encuentren refugio hasta que ya no sean una amenaza".

"Enfrentado con esta peligrosa situación, el gobierno del Chad insta al gobierno de la república hermana del Sudán a cumplir sus responsabilidades", agregó el comunicado oficial.

### ♦ Kadafi amenaza

Mientras la Casa Blanca felicitó públicamente al gobierno de Hissen Habre por sus victorias militares en el norte del país, en declaraciones difundidas por la televisión norteamericana el líder libio, coronel Muamar Kadafi, amenazó con emplazar misiles soviéticos si Washington continúa con lo que calificó como "agresión" contra su país.

Anoche, en una entrevista difundida por la cadena N.B.C., Kadafi advirtió que, en caso de que el presidente Ronald Reagan ordenara un nuevo ataque contra su país "Libia declarará concretamente que es un país comunista, se incorporará al Pacto de Varsovia e instalará misiles soviéticos sobre la costa del Mediterráneo".

"Cuando Libia se transforme en un país comunista, eso será definitivo", dijo el líder libio, quien recordó que "eso modificaría el equilibrio del poder en la región".

Libia ya advirtió antes su amenaza de incorporación al bloque oriental, pero la N.B.C. puntualizó que ésta fue la primera oportunidad en que Kadafi mencionó la posibilidad de instalar misiles soviéticos.

Para algunos analistas esa amenaza confirma los análisis sobre que el líder libio atraviesa uno de sus momentos más difíciles en el plano interno (ver nota aparte), y que las derrotas militares en territorio chadiano no hacen más que oscurecer los sombríos augurios sobre su futuro político.

Muamar Kadafi, líder libio.

# Un bastión estratégico

PARIS, 23 (De "Le Monde" especial para Clarín). — La toma de la base de Ouadi Doum por las fuerzas del presidente Hissen Habre constituye, hasta la fecha, el revés más serio infligido al coronel Muamar Kadafi en su operativo de ocupación de Chad.

A pocas semanas de la caída de Faya, este éxito de las tropas chadianas es aún más elocuente que el anterior: la guarnición de Ouadi Doum contaba con más de un millar de hombres fuertemente armados y perfectamente atrincherados. Esta guarnición se encuentra, sin embargo, un tanto desordenada luego de haber sufrido pérdidas que según cálculos franceses se estiman en más de 1.200 bajas. Debió abandonar, además, un arsenal impresionante. Esta victoria había estado precedida, la semana pasada, por violentos combates en los que Libia había perdido varios centos de hombres.

La caída de Ouadi Doum, además de poner de manifiesto la debilitada moral del ejército libio, tiene, sobre todo, una significación estratégica. Significa, en efecto, que el coronel Kadafi se encuentra de ahora en más imposibilitado de abastecer por aire su bastión de Faya Largeau. El gran palmar de donde es oriundo, el presidente Habre, quien juró recuperarlo de manos del enemigo.

El régimen de Trípoli espera revertir la situación o al menos evitar un nuevo desastre recurriendo a su aviación. Hecho que en la actualidad no es tan evidente. Con Oudai Doum la aviación libia ha perdido una base preciosa. Por otra parte, está claro que desde que las tropas de Chad disponen de cierta cantidad de misiles tierra-aire, recurrir a la ruta aérea ya no resulta de tanta ayuda para Libia.

Sorprendería entonces que en estas condiciones el presidente Habre no trata de sacar su propia ventaja, a pesar de los consejos de prudencia procedentes de París. El comportamiento de las tropas libias durante el curso de estos enfrentamientos habla a las claras sobre el verdadero estado de este ejército sobreequipado, mal entrenado y pésimo de esquemas de guerra clásica que se desmoronan frente a la movilidad y determinación de los guerrilleros chadianos.

### ♦ El poder de Kadafi

Los últimos acontecimientos no hacen más que reforzar el malestar que solo dentro del ejército, "purgado" con frecuencia por el coronel Kadafi, sino también entre una población civil que cada vez cree menos en los comunicados de victoria engañosos que Trípoli no obstina en publicar.

¿Está en peligro el poder del coronel Kadafi? Sería presuntuoso responder ahora esta pregunta en forma afirmativa teniendo en cuenta que el jefe de la Jamahiriya supo salir antes de situaciones aparentemente inextricables, pero podría decirse que el coronel Kadafi está pasando por "un mal momento".

Como el líder libio no es un individuo muy adepto al compromiso, París está inquieto. En Francia no se excluye que Kadafi haya recurrido a un terrorismo antifrancés para vengarse de los afrentas que sin duda no tendría que haber soportado si el país galo no hubiera brindado, en estos últimos meses, ayuda y apoyo a Hissen Habre.

Lo más sabio sería que el coronel Kadafi —acorralado por la situación actual— reconsiderara y abandonara sus sueños de conquista. La razón y la experiencia prohiben hacer esta apuesta. Lo que equivale a decir que los combates no están por concluir en Chad, en donde la expresión "ni vencedores ni vencidos" nunca tuvo tan poca validez.

01·01

Dura batalla con tropas libias

# Ejército chadiano recupera base aérea

PARIS (ANSA, EFE y UPI).- La base aérea de Ouadi Doum, un centro estratégico militar en poder del ejército libio en Chad, cayó ayer de noche en poder del ejército chadiano.

Así lo confirmaron en París fuentes diplomáticas francesas, resaltando que se habían registrado sangrientos combates entre los soldados libios y las tropas leales al Presidente de Chad, Hissen Habre.

Se trata al parecer, según las fuentes diplomáticas, de la batalla más dura contra las tropas libias desde que las fuerzas de Habre iniciaron la recuperación del norte del país el pasado mes de diciembre.

En opinión de las fuentes, los soldados de las Fuerzas Armadas Nacionales de Chad, tomaron la base de Ouadi Doum hacia las 18.00 GMT del domingo, tras una batalla calificada de inolvidable.

No se tiene conocimiento de las víctimas que se hubieran podido producir en ambos bandos, pero fuentes militares chadianas están a la espera de facilitar un comunicado oficial al respecto.

La toma de la base aérea se produce horas después de que cinco soldados libios y uno chadiano murieran en un combate ocurrido en la localidad de Yarda entre las tropas gubernamentales y las del coronel libio Muhamar el Gadafi.

Las tropas chadianas capturaron 15 soldados libios, recuperaron nueve carros BMP de fabricación soviética y destruyeron otros siete, indicó la citada Embajada.

Por otra parte, fuentes militares de París confirmaron la victoria del Ejército chadiano contra una columna libia en el Ennedi, entre Uadi-Doum y Fada, mientras que una segunda columna que descendió en su ayuda también fue destruida.

Las fuentes galas indicaron que en los combates, iniciados el miércoles, entre 500 y 800 soldados libios han muerto o desaparecido.

Además fueron destruidos 20 carros T-55 de fabricación soviética y un avión de tipo Marchetti.

La Habana 2/3/87 AGRIA

8704359

01·01

*Wadi Dum*

# Una derrota costosa para Khadafy

Por Sanaa Youssef

Naciones Unidas — La espectacular derrota de 5.000 libios en Wadi Dum, hace pocas semanas, tras el fiero ataque encabezado por los tribeños septentrionales del Ejército del Chad, ha sido un golpe sumamente fuerte asestado a Khadafy y pudiera probar ser todavía más costosa para él.

En menos de dos horas —para sorpresa de todos los analistas militares— la fortaleza libia, que se jactaba de estar rodeada de campos minados, instalaciones de radar soviéticas, tanques, cohetes SAM y tropas libias, fue tomada por asalto por las fuerzas del Chad.

La captura de Wadi Dum inclinó el curso de la guerra a favor del Chad y con la pérdida de su cobertura aérea, la principal guarnición libia de Faya L'Argeaw quedó expuesta. Llenos de pánico, los soldados libios abandonaron otras dos bases sin disparar un tiro.

Se estima que el valor del equipo militar abandonado por las fuerzas libias asciende a quinientos millones de dólares.

Un vocero del Chad declaró que habían capturado 124 tanques fabricados en el bloque soviético, 11 bombarderos L-39 de fabricación checa, 12 lanzacohetes SAM-6, cuatro baterías de cohetes SAM-10 y tres helicópteros de asalto MI-24 soviéticos. En el combate —declaró el Chad— destruyeron 104 tanques, dos bombarderos TU-22 y cuatro bombarderos L-39.

Y ahora, mientras el mundo entero habla de la humillación de Khadafy el coronel libio proclama la victoria en medio de la derrota, y puesto que la mayoría de los libios no comprenden hasta qué grado sus fuerzas están comprometidas, su dinero continuará pagando las desmedidas ambiciones del coronel...

## Aspiración sin base de sustentación

Desde que subió al poder, en 1969, la mayor esperanza de Khadafy ha sido convertirse en héroe nacional árabe... Y cuando murió Gamal Abdel Nasser, en Egipto, pensó que era el natural heredero para dirigir el nacionalismo árabe. Pero tuvo que despertar a la realidad de que no es más que un aficionado con un largo camino para recorrer antes de ser elegible para competir por semejante título con líderes árabes mas capaces y experimentados que él.

Desafortunadamente, recurrió a los inmensos ingresos petroleros, que llegaron a su máximo después del embargo de 1973, para construir un arsenal con armas soviéticas, lo que ha dejado al país fuertemente endeudado con la Unión Soviética. Diplomáticos han estimado que esta deuda asciende a entre 3.000 a 4.000 millones de dólares. Cuando su costoso Ejército no le dio la gloria que añoraba, invirtió en la subversión y su actitud de matón político le dejó aislado... Su apoyo a los terroristas internacionales como "Carlos" y otros hicieron de Libia la indiscutible ganadora del título de "paraíso de los terroristas".

Para romper este aislamiento, intentó la unidad en una ocasión con Túnez y en otra con Marruecos, pero su política aventurera era un engorro tanto para el presidente Bourguiba, de Túnez, como para el rey Hassan II de Marruecos. La unidad con ambos vecinos permanecerá como una triste experiencia...

Su reciente intento de atraer a Malta a una alianza no es más que un aspecto de las torvas ambiciones políticas de Khadafy. Prosiguiendo su interés de ser el foco de la atención mundial, anunció su intención de unirse al Pacto de Varsovia. Poco después, Moscú rechazó la idea y dejó al libio tragarse su proclama carente de contenido.

Irónicamente, un año después de la incursión aérea norteamericana al Estado Mayor de Khadafy, el aniversario ha sido usado como maravillosa oportunidad para que el coronel oculte su escandalosa derrota en el Chad. La juventud libia, ignorante de lo que sucede en sus fronteras meridionales, se concentró en torno al líder de la "Revolución Verde" para denunciar los "males occidentales" y comprometerse a continuar la lucha.

Pero si la derrota en el Chad no es más que uno de toda una serie de planes no logrados, probará ser muy costosa cuando la noticia de las reales pérdidas de vidas humanas lleguen a las familias de los 1.360 soldados que se dice que murieron en el Chad, cifra ésta que toca a todas las familias de Libia, que tiene una población de 3.500.000 habitantes. La inmensa maquinaria de propaganda quedará agotada para callar el sentimiento popular de angustia que se sumará a las dificultades económicas que el pueblo libio confronta. Con todo, la eliminación de tales líderes requiere una oposición organizada que no existe. El episodio del Chad pudiera lesionar la popularidad de Khadafy en su propio país, pero sería ingenuo pensar que el hombre fuerte de Libia —como le llama la prensa occidental— no está preparado para tomar represalias mientras labora en la reparación de su imagen, sirviendo de mediador entre las diferentes facciones palestinas.

Contar con que Khadafy está liquidado ya es querer pensar algo que muchos funcionarios occidentales están dispuestos a predecir. Pero lo que queda por ver es si los soviéticos le confiarán sus nuevas y avanzadas armas, tras haberle entregado tan fácilmente sus más sofisticadas baterías de SAM-10 al Chad... y, después, Dios sabe a quién...

LA PRENSA 5/5/82

01·01

8704422

...ciones en medio de la calle. (Radiofoto de AP) ...y Hannover, Alemania Occidental. (Radiofoto de...

# Situación Difícil de Gadafi en Libia: Hay Descontento por la Derrota Sufrida en el Chad

ROMA, 31 (Por Jeppiller Parmelee de The Associated Press). — Dos humillantes derrotas militares sufridas por Libia en el Chad y nuevos indicios de descontento detectados en el seno del ejército le han creado una situación difícil al dirigente libio Coronel Moammar Gadafi.

Las recientes derrotas de Faya Largeau y Quadi Doum en el norte del Chad podrían esfumar también la popularidad de Gadafi en su país cuando el pueblo se entere del alcance de las bajas, dijeron los expertos.

"Es un rudo golpe para los libios", dijo un funcionario italiano de alto rango con acceso a fuentes fidedignas libias de inteligencia, debido a los vínculos históricos que mantiene Italia con su antigua colonia del norte de Africa del otro lado del Mediterráneo y a la considerable presencia diplomática de Roma en ese país.

Gadafi reclama la franja de Aquzou en el norte del Chad como territorio libio, en virtud de un acuerdo no ratificado anterior a la segunda guerra mundial, entre Italia y Francia, antigua metrópoli del Chad. El gobernante libio dijo que libraría una "larga y enconada lucha", hasta que Francia abandone ese país africano.

Francia ha venido ayudando al Chad a combatir a los libios, que estuvieron aliados hasta el año pasado con los rebeldes de ese país.

Aún cuando fuentes diplomáticas y gubernamentales de occidente en las capitales europeas y en El Cairo aducen que es prematuro vaticinar el efecto que tendrán estas derrotas en la política interna de Libia, hay consenso entre los observadores de que los reveses agudizarán las dificultades que afectan actualmente a Gadafi.

"En los últimos cuatro años hubo algunos avances y retiradas, pero nada de esa envergadura, lo que evidencia que el Chad está realmente en condiciones de contraatacar", dijo el funcionario italiano a The Associated Press con la condición de no ser identificado.

"Se trata de un importante revés para Gadafi que se añade a otros factores en su país que podrían afectar incluso la estabilidad de su gobierno", añadió.

Más de 2.000 libios murieron en los recientes combates, de acuerdo con fuentes francesas y del Chad, centenares de libios fueron hechos prisioneros y grandes cantidades de armamentos incautados, pérdidas importantes para un ejército que cuenta con unos 80.000 hombres.

Las derrotas libias han servido para impulsar persistentes versiones di pugnas existentes en el seno de las fuerzas armadas de Libia, consideradas tradicionalmente como la mayor amenaza potencial que enfrenta el gobierno de Gadafi y como caldo de cultivo de varios intentos de golpe de estado.

Gadafi, que asumió el poder en un golpe de estado en 1969, reconoció a los periodistas que no todos en el ejército están complacidos con su política radical. Ocho oficiales del ejército libio desertaron recientemente y marcharon a Egipto.

Un piloto libio, el oficial de alto rango Mustafa El-Tamer Kazara, y dos tripulantes llevaron el domingo su aparato a Egipto donde pidieron asilo político. En otro incidente similar, cinco militares que se dirigían al Chad aterrizaron en marzo en un aeropuerto del sur de Egipto y pidieron asilo también. Kazara dijo que tenía muchas razones para desertar, pero no dio detalles.

Abdel-Hamib Bakouss, ex-primer Ministro libio que mantiene contactos con su país de origen, dijo por su parte en El Cairo que muchos oficiales y soldados libios se oponían a la guerra con el Chad.

Rene Otayek, experto libio del Centro de Estudios sobre Africa negra en Francia, convino en que la política que sigue Gadafi en ese país carece de un apoyo amplio en las filas del ejército, que se siente "humillado" por las recientes derrotas.

Añadió que las derrotas "causarán una nueva ola de descontento dentro del ejército", según informa el diario Liberation. "Es muy difícil determinar hasta dónde llega este descontento", añadió.

Los reveses militares amenazan también con propagar el descontento fuera de los cuarteles.

Las cifras relativas a las bajas sufridas por Libia son en estos momentos un secreto bien guardado, debido fundamentalmente a que ese país del norte de Africa no ha reconocido nunca oficialmente su presencia en el Chad.

Los observadores dijeron, sin embargo, que las versiones sobre el número de víctimas comenzarán a circular en la población cuando familiares y amigos comiencen a hablar al respecto.

"La guerra se ha hecho extremadamente impopular", dijo el funcionario italiano, "una vez que el alcance de las bajas se conozca, sin duda que tendrá amplias repercusiones en la opinión pública de Libia", añadió.

8704436

01-01

REPORTAJE A MUAMAR KADAFI

# "Que Francia se vaya del Chad"

***Al cabo de una rara jornada de descanso en algún lugar de Siria, el coronel Muamar Kadafi concedió una entrevista al periódico "Le Monde". Durante la charla, el líder libio definió al presidente de Chad, Hissen Habre, como un mero jefe tribal, al tiempo que denunció como ilegítima la presencia militar francesa en ese país. Negó la veracidad de los enfrentamientos fronterizos. En un mensaje al pueblo francés, alertó que la intervención militar podría conducir al pueblo de Chad a un levantamiento masivo***

...gún lugar de SIRIA, 5 (por Alain Frachon de ...le", especial para Clarín). — Se muestra en... ante tanta incomprensión: por eso insiste en ... haya una intervención libia en Chad.

...nes 5 de febrero, el coronel Muamar Kada... ...cidido descansar. Después de un partido de ...peraba jugar un poco al billar en la cantina ...pamento de revolucionarios, en alguna parte ...cerca de una base militar, 300 kilómetros al ...rípoli. Pero como se han presentado dos perio... ...nceses, ha decidido abandonar el juego para ...s una hora de charla. El Chad es su única ...ación.

...adafi se decía que estaba deprimido y cansa... ...aparece con aire tranquilo, y con una sonrisa ...encantadora. Esa misma serenidad habrá de ...r durante toda la entrevista para exponer sus ...re el Chad, actualmente el mayor punto de ...entre Libia y Francia. Para él, la tensión debe ...rse al presidente de Chad, Hissene Habre, y al ...ilitar de París y Washington.

...re la información de que habría tropas libias en ... del Chad (unos diez mil soldados), el coronel ...e "son todas mentiras. Las tropas libias están ...ibesti, del lado libio". Sobre la noticia de que la ...n libia ha bombardeado, con cierta regularidad ...últimos días, las localidades del norte de Chad, ...Fada, recuperadas por las tropas de N'djame... ...rma que "son rumores vulgares, sin ningún ...ento, creados artificialmente en N'djamena".

**...erecho de defenderse**

...haber una confrontación, el coronel Kadafi dice ...rá responsabilidad de París, ya que "Habre, ...lo por Francia y EE.UU., declara que invadirá ...(región en litigio en la zona fronteriza entre ...países) que forma parte de Libia".

...frente a esta situación" de amenaza contra su territorio, "Libia debe prepararse para defenderse, y ...no se trata de amenazas voladas de mi parte" afirma, ...sino simplemente del ejercicio del derecho legítimo de defenderse. Sin duda. Pero ¿acaso no eran libios los soldados apresados en los combates recientes del norte de Chad?

El problema no parece incomodar a Kadafi, que responde sin vacilaciones: "La situación es altamente complicada. Los dos pueblos son en realidad uno solo, todas las tribus de Chad tienen familiares en Libia y viceversa". El líder libio no niega que se haya producido una intervención libia limitada en el Tibesti, que tuvo lugar a continuación de las divisiones internas en el seno de la oposición chadiana, en el norte de Chad, el Gunt, cuando fuera destituido su jefe, Goukouni Weddeï, en el mes de noviembre, en favor de la facción liderada por Acheikh Ibn Omar.

El coronel asegura que entonces "tuvimos que intervenir para proteger a un equipo de colaboradores libios afectados al servicio de Gunt, pero en ningún momento tuvimos la intención de combatir en el Tibesti".

**♦ Un mensaje a Francia**

Por lo demás, los combates de las últimas semanas no involucraron a libios, aunque según la versión de París, éstos ocupan distintas posiciones en el norte de Chad. La confrontación —afirma— implicó a las fuerzas de Habre con las del nuevo Gunt. El detalle de tales episodios no le interesa mucho a Kadafi, quien hace hincapié en enviar un mensaje a Francia:

"Lo que quiero decir al pueblo francés es que no existe un acuerdo de defensa ni un tratado de seguridad entre Francia y Chad que posibilite a las tropas francesas estar presentes en ese país y desafío al gobierno francés a publicar el documento pertinente. Por este motivo la presencia [illegible] Chad es una presencia ...

En un reportaje, el coronel Muamar Kadafi afirmó que espera que "los franceses se retiren del Chad en puntas de pie".

—Pero, según su opinión, ¿cuál es la situación política de Chad?

—No hay un gobierno en N'djamena, sino un ejército francés que ocupa N'djamena. Y Habre es un jefe de tribu que está enfrentado con las demás tribus (...) Habre no puede ser más que el jefe de la región que domina su tribu (...) Personalmente no tengo nada contra él, pero no puede ser más que el jefe de una banda y es una vergüenza que Francia apoye a un hombre de esa categoría...

—¿Cuál es su relación con Goukouni Weddeï? Se dijo que después de los enfrentamientos con las tropas de N'djamena, se encontraba bajo estricta vigilancia en Trípoli.

—Weddeï es un aliado, un amigo, un hermano. Es mentira que esté bajo vigilancia, no hemos tenido que tomar ninguna medida para protegerlo desde que fue destinado a su puesto a la cabeza del Gunt.

8

127

[illegible] 10 de Abril de 1987 PERCH OPINION

# Tropas chadianas humillan a Gadafi

Aviones de la Fuerza Aérea libia bombardearon el pasado lunes la base aérea de Uadi-Dum, en el norte de Chad, que el día anterior había sido tomada por el ejército de Yamena, informó en París la embajada chadiana. Las fuerzas de Chad abatieron un caza bombardero libio de fabricación soviética (modelo MIG). Uadi Dum es un oasis ocupado por los libios desde agosto de 1983 y cuyas fuerzas, estimadas en 3.000 hombres, se hallan aisladas de su retaguardia.

Las tropas gubernamentales del presidente chadiano, Hissene Habre, lograron reconquistar el pasado fin de semana la base de Uadi Dum, al norte del país, en una batalla que según fuentes francesas habría causado al menos mil doscientos muertos al ejército libio. Esta victoria, que puede ser decisiva en la guerra que el Chad mantiene desde hace años contra la ocupación libia, es considerada además como una humillación al coronel Muamar El Gadafi.

Los militares franceses que participan en el dispositivo "Epervier" —que garantiza la seguridad al sur del paralelo 16— consideran que la decisión del presidente Habre de atacar la base de Uadi Dum, la más importante que tenía Libia en el norte de Chad, fue muy arriesgada. En Uadi Dum había hasta hace unos días cinco mil soldados de Gadafi. En esta base existe una pista aérea de 3.800 metros de longitud e instalaciones de radar. Desde allí, los MIG y Tupolev libios habían realizado todos sus ataques a las fuerzas chadianas. Incluso al sur del paralelo 16. Esto había provocado dos ataques de los Jaguar franceses. El primero en febrero del año pasado para inutilizar la pista y el segundo el pasado mes de enero contra las instalaciones de radar de la base.

Desde que a principios de año las tropas de Hissene Habre lograron reconquistar la ciudad de Fada al noreste del país se esperaba una reacción espectacular del líder libio coronel Gadafi. El número de soldados libios se incrementó notablemente en el norte del Chad, pero no llegó a producirse una ofensiva determinada.

Hasta la semana pasada tan solo se habían producido pequeñas escaramuzas de un lado y otro. Pero el jueves pasado, las tropas de Habre atacaban una columna libia que había salido de Uadi Dum hacia Fada. En esta acción los libios perdieron casi quinientos soldados y treinta carros T-55 de fabricación soviética fueron destruidos.

Una segunda columna del ejército libio que partió en auxilio de la primera corrió la misma suerte el pasado sábado. Los chadianos, que actuaron con una brillantez castrense elogiada por los observadores militares franceses, vuelven a infligir una severa derrota al coronel Gadafi, que concluye con trescientos cincuenta muertos, ciento veinte prisioneros y varias decenas de carros destruidos.

Animado por estos dos éxitos consecutivos, el presidente Habre decidió pasar al asalto contra la base de Uadi Dum. Los militares franceses consideraron la apuesta muy arriesgada, pero prestaron la colaboración logística apropiada. Los libios, que todavía no se habían recuperado de los dos anteriores ataques, perdieron en una sola jornada el control de este enclave estratégico con un balance que ha debido irritar al máximo al guía de la revolución libia: 1.200 muertos, otros tanto huidos de forma desordenada, todavía no se conoce el número de prisioneros y una gran cantidad de material bélico ha sido abandonado por los soldados de Gadafi.

[illegible] "YA"
[illegible]

Chad

01·01

8705411

# Con novedad en el frente

El pasado 22 de marzo las tropas chadianas, reunificadas, infligieron a las huestes del coronel Kadafi, la peor derrota de su historia, ocupando la base libia de Quadi Doum, dando muerte a 1.300 soldados y tomando unos 300 prisioneros. Pero quizás lo más importante de la victoria del Ejército de Hissene Habré, fue la destrucción de una pista de aterrizaje de 3.800 metros —la única de material en el norte de Chad— que servía como punto de abastecimiento para Faya-Largeau, el último de los baluartes del teócrata libio en territorio invadido.

Como siempre, la opinión libia no se enteró de la derrota y al contrario ésta fue convertida en una "masacre de chadianos gubernamentales por chadianos pro libios" ya que Kadafi, para consumo interno, sigue negando la presencia de sus tropas en la ex colonia francesa. Según las últimas informaciones que publica "The Economist" del 28/3/87, los ejércitos libios estarían evacuando ya el territorio chadiano, luego de haber perdido en la batalla de Doum la quinta parte de sus efectivos. De todas formas, aunque esto no se confirme, la caída del último bastión libio de Faya-Largeau, es cuestión de días y los chadianos unidos y enfervorizados por los triunfos recientes, seguramente seguirán su camino hasta la frontera libia.

## Hace una nación

Cuando hace un tiempo escribimos la última nota sobre Chad (publicada en EL DIA a principios de enero de 1986), la situación era totalmente diversa, en el más antiguo de los conflictos africanos. Una guerra civil seguía oponiendo a Goukouni Weddeye, apoyado por los libios, contra las tropas gubernamentales de Hissene Habré, sostenidas por Francia e indirectamente por EE.UU. La aviación libia había atacado la localidad de Arada, debajo del paralelo 16, zona que controlaban Habré y los franceses y éstos, como represalia, bombardearon una base libia, al norte del famoso paralelo. Estas acciones, precisamente, serían las que determinarían un vuelco total en la guerra de Chad.

En efecto, hasta ese momento Chad como entidad nacional, no existía. Pierre Messmer, ex primer ministro de de Gaulle dijo en 1983 a "Paris Match": "Chad es una ficción destinada a los diplomáticos". Y era cierto. La ex colonia del imperio francés —como por otra parte la gran mayoría de los estados africanos— no tenía ninguna unidad étnica, ni geográfica. En el norte, los guerreros tubús, generalmente musulmanes, divididos en dos clanes: los dazas de Habré y los todas de Weddeye. El centro está dominado por tribus árabes trashumantes y en el sur los saras que trabajan el algodón, primer producto de exportación, son cristianos y con mayor nivel de educación.

Por eso mismo, cuando Chad obtiene la independencia en 1960, los primeros gobernantes son del sur trabajador, saras y cristianos y odian al norte musulmán y guerrero, que siempre los había dominado. Luego los tubús vuelven al primer plano y se inician las guerras fratricidas, las masacres y las intervenciones extranjeras. Con excepción de esta última variable foránea, justamente la situación, que perduró hasta hace poco, es la que ha cambiado. Los chadianos ahora tienen un solo enemigo: Libia, y se comienza a esbozar un sentimiento de nación, olvidándose de la guerra de los jefes y de las querellas religiosas.

## Kadafi, Habré, Weddeye y Francia

Goukouni Weddeye, luego de su ruptura con Libia tomó el camino del exilio en Argelia, aunque sus tropas se unieron a Habré. Desde allí, se ha dicho que mantiene contactos con el jefe de Estado chadiano a través de emisarios que se envían recíprocamente y no se descuenta que en cualquier momento se aparezca por N'Djamena y se confunda en un abrazo con quien fuera, sucesivamente a través del tiempo, su aliado, su jefe, su subordinado y su peor enemigo.

Por su lado el loco coronel acumuló errores en las últimas acciones chadianas, debido a que sus tropas, si bien están superarmadas, se encuentran infraentrenadas y sin moral para combatir a un enemigo que cada vez la tiene más alta; lo cual lo hizo profundizar más sus delirios verbales. Además de mentir —como ya lo hemos dicho— amenaza a Francia con "represalias terroristas en Europa" sin determinar y a EE.UU. a quien advierte que si su país es atacado nuevamente, se proclamará comunista, se convertirá en miembro pleno del Pacto de Varsovia y desplegará misiles soviéticos en sus costas mediterráneas.

Mientras tanto Hissene Habré ha recibido una a una, la adhesión de todas las facciones chadianas y se convierte en el primer jefe africano que hace retroceder a Kadafi en el terreno (aunque éste lo niegue en la palabra) y lo califica de "megalómano afeminado de Sirte"; lo cual otorga al líder tubú, una aureola de admiración en todo el continente negro.

Porque bueno es resaltarlo, los franceses han permanecido en las últimas acciones, por debajo del paralelo 16 y su apoyo a Habré se limitó al logístico, lo cual ha sido criticado por algunos analistas galos que estiman —como Yves Cuau ("L'Express" 23/1/87)— que cuando se lanzaron las ofensivas chadianas al norte del 16, era una oportunidad única para Francia de dar su gran golpe en la escena internacional.

Máxime cuando Kadafi financia los terrorismos separatistas corsos y vascos, entrena a miembros del FLNKS de Nueva Caledonia, permite el saqueo de la embajada francesa en Trípoli, da asilo al grupo terrorista de Abu Nidal que actúa en el hexágono y desprecia frecuente y públicamente a todo lo que es francés...

EL DIA 16/4/87

Alredo Costa Mill

Chad

P7

127

# LIBIA: DERROTA EN CHAD HACE PELIGRAR EL REGIMEN DE KADDAFI

La fortaleza de Wadi Doum sería cualquier cosa menos vulnerable, o por lo menos eso es lo que Muammar Kaddafi debe haber pensado. La base aérea libia, en el norte del Chad, era un despliegue de minas enterradas en tierra, radares, tanques soviéticos, misiles SAM, y 4.000 tropas. Sin embargo, en menos de dos horas, una poderosa fuerza chadiana arrasó la plaza fuerte, matando o capturando más de 1.800 libios y dispersando el resto. Con esta pérdida de cobertura aérea, la principal guarnición libia en Faya-Largeau quedó librada a sí misma: las tropas allí destacadas quemaron el combustible y el depósito de municiones, y escaparon al norte de vuelta a su país.

La captura de Faya-Largeau significó virtualmente el final de los tres años de ocupación por parte de Kaddafi en el norte del Chad. Una humillación que podría hostigarlo hasta en su propia casa.

Fue la última de una cadena de derrotas que comenzaron luego de que el aliado chadiano de Kaddafi, el líder rebelde Goukouni Oueddi, rompió sus lazos con Libia. Los hombres de Goukouni unieron sus fuerzas a las del Presidente chadiano Hissene Habré. Ese alineó la excusa de Kaddafi, su pretensión de que el Chad estaba sumido en la guerra civil, dijo un oficial superior francés. Reforzados por ayuda francesa y estadounidense, los chadianos capturaron el oasis de Fada en el noreste y prosiguieron luego hacia Wadi Doum.

Su éxito puso en duda la credibilidad francesa como garantía de independencia para su ex-colonia africana. Durante una visita a Argelia, el Presidente François Mitterrand se mostró optimista acerca de las perspectivas de que un acuerdo político formal entre Goukouni y el Presidente Habré pudiera concretarse. Creo que nos estamos aproximando. Lo esencial del trabajo se ha sido hecho, dijo Mitterrand. Las noticias del Chad también significaron un inesperado alce para la administración Reagan, que recientemente había enviado de apuro quince millones de dólares en material al Chad. Un oficial estadounidense manifestó: Han sido los quince millones de dólares mejor gastados.

Particularmente embarazosa para Kaddafi fue la pobre performance de sus tropas. En Wadi Doum solamente, los chadianos se apoderaron de once bombarderos ligeros chacales, tres helicópteros soviéticos, más de cincuenta tanques, y dieciocho unidades completas de radar. Parecería como que los libios se desmoronaron y huyeron, se comentó en altas esferas.

En Ndjamena, la capital del Chad, algunos de los hombres de Kaddafi capturados revelaron que no eran libios, sino exobreros musulmanes incorporados a su ejército bajo protesta. Incluso libios auténticos que fueron tomados prisioneros, confesaron que ya no tenían estómago para luchar en las cruzadas de Kaddafi. De acuerdo a dos oficiales de la Fuerza Aérea libia que desertaron en marzo dirigiéndose hacia Egipto, los militares libios se rehusaban a seguir perdiendo hombres para mantener el Chad.

Otras fuentes de inteligencia occidentales describieron el cuadro de un gobierno libio atorado por el descontento ante un errático Kaddafi, que constantemente se mueve de un cuartel general a otro, y que raramente ha aparecido en público luego del raid estadounidense en Trípoli, en abril del año pasado.

Con los entretelones que el régimen de Kaddafi mantiene en completo secreto, nadie podría decir con certeza si el hombre fuerte de Libia está en peligro inmediato de ser derrocado a causa de las críticas domésticas. De hecho, sus opositores parecen carecer de organización. Y a Kaddafi todavía le quedan algunas cartas extranjeras para jugar. Incluso podría pedir más ayuda a los rusos e intentar otro golpe contra el Chad. También podría ordenar una nueva campaña terrorista contra ciudadanos estadounidenses y franceses. En Ndjamena, el Ministro de Relaciones Exteriores Gouara Lassou, pidió a sus compatriotas que permanecieran vigilantes: Un paso hasta siempre es peligroso. Para los Estados Unidos y Francia es un recordatorio útil.

FAY WILLEY

Fuente: "Newsweek".
Traducción: Blanca Gloria.

PLACA

El País 20/7/87

Chad



8705870

ARCHIVAR EN: CHAS (127)

TEMA: Africanos critican a Kadafi

PROCEDENCIA: El Día 29/2/87

ARCHIVADO EN: Fichaje (8)

8707445

01-01

Victimas en población chadiana

# Nuevo bombardeo libio

YAUNDE (ANSA, EFE y UPI).- La aviación libia bombardeó ayer la población chadiana de Faya Largeau, en el Norte del país, indicó un comunicado hecho público ayer por el alto mando militar chadiano en Yamena.

El bombardeo libio habría producido víctimas entre la población civil de Faya Largeau, una ciudad de gran importancia estratégica en la que residen un centenar de cooperantes franceses, la mayoría militares destinados a misiones humanitarias, según la embajada francesa de Yamena.

El alto mando militar chadiano informó también del derribo de otro avión Mirage libio, mientras participaba en un bombardeo sobre la población de Uniango-Kebir, situada más al Norte, pero en la misma región que Faya Largeau.

De confirmarse esta información, Libia habría perdido ya diez aviones -dos Mirage, cuatro Mig 23, UN Tupolev-22 y tres helicópteros de combate- desde el pasado 8 de agosto, fecha de la reconquista de Aozu por las fuerzas armadas chadianas.

CHAD - PERU



8708162

# Libios reanudan ofensiva sobre el área de Auzu

Chad

París (EFE).- Aviones libios han vuelto a bombardear la localidad de Auzu, en la zona de igual nombre que disputan Chad y Libia, se informó ayer de mañana en París.

Las fuerzas chadianas ocuparon el pasado sábado ese paimar y, según medios chadianos en París, los aparatos libios realizaron el domingo bombardeos intensos e incesantes.

Las mismas fuentes dijeron que ha habido otras incursiones de la aviación libia en la región del macizo montañoso de Tibesti, en el noroeste del Chad y al sur de Auzu.

Tanto la Embajada de Chad en París como las autoridades francesas mantienen un total hermetismo sobre esas informaciones y otras que señalan que las fuerzas de Yamena (la capital) están consolidando las posiciones conquistadas.

La franja de Auzu comprende 114.000 kilómetros cuadrados de territorios entre Libia y el Chad, es rica en uranio y en petróleo, y fue entregada a Italia en 1935.

Esta cesión caducó por el acuerdo francolibio de 1955 y el régimen del coronel Khadafi ocupa la zona desde hace 14 años.

01-01

8708267

Tripoli acepta mediación para reducir tensión

# Rechazan contraofensiva libia en Norte de Chad

*Las Fuerzas Armadas Nacionales Chadianas (FANCH) rechazaron la contraofensiva libia lanzada durante toda la jornada de ayer contra la ciudad de Auzu (norte de Chad), según un comunicado militar difundido anoche por la radio oficial chadiana.*

D'JAMENA (ANSA, EFE y UPI).- Un jefe de batallón de las FANCH afirmó en Radio Chad que "las fuerzas libias han sido rechazadas, tras una batalla que se ha saldado con 150 libios muertos y 48 prisioneros".

El comunicado, leído repetidas veces por la radio oficial chadiana, «reconoce que los libios han intentado tomar Auzu en dos ocasiones, con una operación militar combinada, por tierra y aire.

Según Radio Chad, el Ejército libio utilizó en su fallida contraofensiva bombas de napalm (incendiarias) y gases tóxicos, aunque sólo consiguió dar muerte a un soldado chadiano y herir a otros 16.

Auzu es un palmeral habitado por unos 2.000 campesinos, situado en una franja de territorio del mismo nombre y objeto de una «disputa fronteriza entre Chad y Libia desde 1973, fecha en que la franja fue ocupada por las fuerzas del coronel Muamar Khadafy.

El pasado sábado, las Fuerzas Armadas chadianas tomaron Auzu, tras una operación militar sorpresa ejecutada con gran rapidez y movilidad, que ocasionó 650 bajas, entre muertos y heridos, al Ejército libio y 147 prisioneros.

Con la lectura de este comunicado del alto mando militar chadiano, Auzu se transforma en el centro de una auténtica batalla militar que podría desencadenar un conflicto de mayores proporciones entre los dos países.

Desde las 19.00 horas del viernes, la radio de D'Jamena sólo emite música militar, alternada con la lectura del citado comunicado, que finaliza con una exhortación a los combatientes de la libertad chadianos y un solemne: "Pase lo que pase, la victoria será nuestra".

## MEDIACION

Entretanto, el Embajador de Libia en Francia, Hamed el Hudeiri, afirmó ayer que su país está dispuesto a aceptar una mediación para reducir la tensión con Chad pero sin que se hable de la región de Auzu que es libia.

En declaraciones a la prensa, el Embajador destacó que Libia no busca la guerra y no es enemiga de Francia, pero Francia tiene responsabilidades en Chad.

Según Hamed el Hudeiri, Tripoli acepta las gestiones del Comité de jefes de Estado, creado recientemente por la Organización de la Unidad Africana (OUA) y que, según los observadores, debería reactivar las mediaciones entre Libia y Chad.

Sobre la cuestión de la región de Auzu, el Embajador reafirmó la intención de Libia de recuperar esa zona, conquistada por las tropas del Presidente Hissen Habré el pasado fin de semana.

"Vamos a echarlos de Auzu", proclamó el Embajador libio refiriéndose a los chadianos, y tras reconocer que la aviación libia bombardeó la región estos últimos días.

"Acusamos a Estados Unidos de haber obrado para la toma de Auzu con el fin de desestabilizar a Libia", añadió el Embajador.

El Embajador no informó, no obstante, sobre bombardeos de los aviones libios contra las localidades de Faya-Largeau o Kuba-Ulanga, situadas mucho más al sur.



8708315

CHAD
enzan con LIBIA



París mantiene mutismo oficial

# Trípoli bombardea área ocupada

'ARIS, (ANSA y EFE)- Las autoridades francesas han chazado hacer cualquier comentario sobre los nuevos nfrentamientos ocurridos en la banda de Auzu entre erzas libias y chadianas.

El mutismo oficial comenzó con la toma de la calidad de Auzu por las tropas chadianas y se mantiene pesar de que el embajador de Chad en París, Allam li-Ahmad, anunció que se han producido nuevos mbardeos aéreos libios a las bases chadianas en la gión del Tibesti (norte del Chad).

El embajador chadiano precisó que los bombardeos an intensos e incesantes tanto en Auzu como en otra nsiciones de las tropas chadianas.

Auzu, tomada el pasado sábado por las fuerzas rmadas nacionales de Yamena en respuesta a un ataque bio en la localidad de Barnni (70 kilómetros al sur de uzu), es considerada por el régimen de Trípoli como territorio libio.

Hace aproximadamente un mes, Libia manifestó que ualquier acción contra sus fronteras y contra la banda le Auzu sería considerada como una declaración de uerra.

La nueva ofensiva supone el primer enfrentamiento significativo desde el pasado mes de marzo en que fueron omadas por los chadianos las ciudades de Fada, Ouadi-Doum y Faya Largeau.

La reanudación de los combates entre el Chad y Libia se ha producido poco después de que los jefes de Estado africanos que participaron en la última reunión de la OUA (Organización para la Unidad Africana) recomendara a los dos países beligerantes no agravar la situación e intentar buscar una solución pacífica.

Cerca de 1.400 soldados franceses integrantes del dispositivo Gavilán se encuentran estacionados en Chad para prestar apoyo logístico a las tropas chadianas pero sin participar en los combates.

Tropas chadianas atacan zona fronteriza

# Se reanudan combates entre Chad y libia

*Radio Trípoli informó ayer del ataque al territorio libio de fuerzas del Chad, que el sábado avanzaron posiciones en la región fronteriza de Auzu, ocupada por Libia desde hace 14 años.*

NICOSIA, (ANSA y EFE)- En un breve comentario, la radio libia dijo que tropas chadianas, ayudadas por Francia y las fuerzas imperialistas, atacaron la región de Auzu, en territorio libio.

Esta agresión constituye una amenaza a la paz y seguridad en el mundo y en la región, y una violación de las leyes y tratados internacionales, lo que confiere el derecho -a Libia- a replicar a los agresores y destruirlos

El sábado se anunció oficialmente en Jamena que el Ejército chadiano (Faut) reconquistó en la tarde la localidad de Auzu, al Norte del Chad, en respuesta a una ofensiva libia sobre Bardai (unos 70 kilómetros al Suroeste de Auzu).

En su comunicado, el Estado Mayor del Chad no facilitó cifras de heridos ni hizo referencia a la situación de una base aérea construida por Libia en la frontera entre ambos países, a unos 90 kilómetros al Norte de la localidad de Auzu.

Esta localidad, que ocupaba Libia desde 1973, da nombre y es el centro administrativo de la disputada región de Auzu, una banda de territorio de 110.000 kilómetros cuadrados, situada entre Libia y el extremo Norte de Chad.

Miles de chadianos se congregaron ayer en el centro de Yamena para celebrar la victoria militar, donde el Ministro del Interior, Ibrahim Mahamat, en representación del Presidente Hissene Habre, [illegible] prominidades, obligando a las fuerzas libias a replegarse más al Norte.

Khadafi anunció el pasado mes de junio que Yamena sería atacada si las fuerzas militares chadianas avanzan sobre la región de Auzu, a la que considera parte integral de su territorio.

Mientras, el Presidente Habre ha reiterado que los esfuerzos no terminarán hasta que se libere la totalidad del territorio chadiano, es decir, cuando se vuelva a las fronteras del momento de su independencia.

La disputa por la región de Auzu se remonta a 1935, cuando Italia y Francia firmaron un acuerdo por el cual este último país cedía el extremo Norte del Chad a las fuerzas coloniales italianas en Libia.

## OFENSIVA IMPORTANTE

El ataque supone la primera acción militar importante desde que Chad se hizo con el control de la mayor parte del Norte del país en una ofensiva el pasado marzo.

El 22 de marzo las tropas chadianas conquistaron la base aérea libia de Wadi Doum y cinco días más tarde la localidad de Faya Largeau, un oasis en las

8708422

HR

CHAD

124

Radio oficial del Chad lo reconoció

La Vanguardia 4/9/87

# Libia ocupa parte de Auzu

CHAD

TRIPOLI.-El dirigente libio, coronel Mohammad Khadafy (der.) se reúne con el Presidente del Consejo Popular Nacional de Argelia, Rabah Bitat, quien se halla de visita en la capital de Libia. (Radiofoto Reuter)

PERLA

AUZU.-El comandante de las Fuerzas Armadas de Libia, coronel Abdallah Yassin Jaber (c.) visita el pueblo de Auzu, después que fuerzas libias recuperaron el control de la localidad. Auzu es el principal centro poblado del territorio disputado entre Chad y Libia. (Radiofoto Reuter)

YAMEMA (ANSA, EFE y UPI).- La radio oficial del Chad ha reconocido ayer, por primera vez, que las fuerzas libias ocupan una parte de Auzu.

El reconocimiento se ha producido de una manera oficiosa en el curso del diario hablado de las 6.45 GMT, en el contexto del habitual editorial de la redacción, sin comunicado del Alto Estado Mayor.

El locutor de Radio Chad ha precisado que las FANT (Fuerzas Armadas Nacionales Chadianas) mantienen posiciones en torno a Auzu y ha justificado la ocupación parcial libia añadiendo: "Nunca tuvimos la intención de resistir en la ciudad".

Según fuentes occidentales de la capital chadiana, las tropas libias han llegado hasta cerca de unos 40 kilómetros al sur del palmeral de Auzu.

Por otra parte, la emisora oficial chadiana ha denunciado bombardeos sistemáticos durante todo el día sobre la provincia sorteña de Borku-Ennedi-Tibesti, que han provocado víctimas entre la población civil.



8708496

## Chad: ¿fin de una guerra civil?

# ¿O el principio de otra guerra?

Como en abril de 1986 el pueblo libio se moviliza para responder a las agresiones

Hacia fines de la semana pasada fuentes libias anunciaron que centenares de paracaidistas franceses, pertenecientes a la Legión Extranjera y radicados en la base de Abdouar, República Centroafricana, se preparan para ser lanzados en el norte del Chad. Simultáneamente Francia admitió que ha procedido a mejorar sus instalaciones militares en aquel país africano, en un comunicado publicado por la Comisión de Defensa de la Asamblea Nacional. Francia construye además una pista aérea en el territorio de Abecha, al norte del paralelo 16.

El 28 de agosto último las tropas de Hissene Habré perdieron el control de la franja fronteriza de Aouzu, lo que ha sido interpretado como un síntoma de recrudecimiento de la guerra civil chadiana, que se ha prolongado por más de dos décadas.

En los últimos cinco años el conflicto civil que aflige al país centroafricano abandonó el cauce de los enfrentamientos internos para convertirse en un foco de tensión internacional cada vez más importante. Los recientes desplazamientos de tropas francesas —denunciados por el gobierno de Trípoli como subterfugio de un ataque imperialista a Libia— focalizan nuevamente la atención sobre la cuestión chadiana.

Fue en 1982 que Francia y Estados Unidos decidieron intervenir directamente en el país para apoyar a las tropas comandadas por Hissene Habré, que en ese entonces dominaban apenas un sector del territorio sur del país. Ese mismo año la capital, Djamena, fue asediada y tomada por el grupo de Habré, lo que motivó la casi inmediata reunión de todos sus opositores en un frente unido, que adoptó el nombre de Gobierno de Unión Nacional de Transición (GUNT). El frente, conformado por agrupamientos regionales, tribales y religiosos logró pronto el reconocimiento de la Organización de la Unidad Africana (OUA) y de varios gobiernos progresistas de Africa y el Medio Oriente, y un apoyo especial por parte de Muammar Kadafi.

Cuando en 1983 las acciones militares emprendidas por el GUNT estaban a punto de provocar el colapso del ejército de Habré, Francia intervino con paracaidistas e infantería, estableciendo, a lo largo del paralelo 16 —que divide el país en dos regiones casi iguales, el norte y el sur— una línea defensiva que luego fue perfeccionando desde el punto de vista logístico y técnico.

La guerra se mantuvo a bajo ruido durante unos 3 años hasta que a fines del 86 Francia introdujo más tropas, unos 1.500 soldados, y Estados Unidos invirtió considerables esfuerzos financieros y equipamiento militar suplementario. Sobre esta base se inició la ofensiva hacia el norte. Al mismo tiempo, los medios propagandísticos occidentales lanzaban una virulenta campaña antilibia, sobredimensionando las diferencias surgidas entre Kadafi y el presidente del GUNT, Goukouni Oueddi.

Más tarde, en abril de este año, coincidentemente con el primer aniversario del ataque norteamericano a Libia, se produjo una seria división en el seno del GUNT, siendo Oueddi depuesto de su cargo presidencial. En octubre del 86 Oueddi había comenzado una ronda de negociaciones con Habré y en diciembre habían estallado violentos enfrentamientos entre diversos sectores del GUNT en la estratégica región de Tibesti, una meseta norteña casi inaccesible. Los principales oponentes a Oueddi dentro del GUNT son Abdel Kader Wadel Kamougue, jefe de las Fuerzas Armadas Chadianas) y Acheik Ibn Omar, dirigente máximo del Consejo Democrático Revolucionario.

Las dificultades políticas del GUNT facilitaron enormemente el avance de Habré en el norte. El apoyo de la fuerza aérea francesa, la participación directa de 2.000 soldados, la información obtenida vía satélite sobre las posiciones del GUNT posibilitaron que Habré se adueñara de casi toda la región norte del país. El 7 de enero aviones franceses destruyeron los radares libios localizados en Ouadi Doum.

Desde aquel momento hasta ahora los componentes internos del conflicto chadiano permanecen en su lugar. Habré es incapaz de lograr la unidad nacional; sus conversaciones con Oueddi no han logrado prosperar y ya nadie espera una solución por ese lado. Al mismo tiempo, las dificultades del GUNT para lograr una mínima cohesión son inmensas debido a los conocidos egoísmos localistas.

Sin embargo, tras veinte años de enfrentamientos, las luchas intestinas han dejado de estar en el primer plano. Lo decisivo, a partir de 1987, es la internacionalización del conflicto impulsada por el imperialismo y la amenaza inmediata a la soberanía de los vecinos chadianos. De Libia en primer término.

FR

La Mañana
MONTEVIDEO, MARTES 8 DE SETIEMBRE DE 1987

Temen que ataques obliguen a reforzar presencia

# Francia preocupada por escalada militar en Chad

*Los últimos enfrentamientos entre tropas chadianas y libias despiertan en Francia temores de que el Ejército galo tenga que reforzar su presencia en Chad.*

PARIS (ANSA, EFE y UPI).- Por otra parte, círculos políticos en la capital francesa barajan la posibilidad de que París se distancie del régimen del presidente chadiano, Hissen Habré, si la escalada militar continúa.

Ayer de mañana un misil tierra-aire disparado por efectivos militares franceses de la operación Epervier derribó un bombardero libio que sobrevolaba la capital de Chad, Yamena, situada al sur del país.

Al mismo tiempo, en la ciudad de Abeche, a unos 500 kilómetros al este de Yamena, bombardeos efectuados por la aviación libia causaron la muerte de al menos dos civiles, según fuentes oficiales chadianas.

## PROTESTA LIBIA

La participación francesa en el derribo del aparato libio fue condenada ayer por el embajador de Libia en Francia, Ahmed-al-Hudeiri, en unas declaraciones televisadas.

Al-Hudeiri insistió sobre los riesgos de internacionalización del conflicto debido a la presencia francesa en Chad.

Alrededor de 1.500 soldados franceses se encuentran en Chad, en el marco de la operación Epervier, destinada a consolidar la seguridad de esta antigua colonia francesa al sur del paralelo 16.

Nosotros no buscamos un enfrentamiento con Francia, pero el que echa aceite al fuego termina quemándose, dijo el embajador del régimen libio del coronel Muammar el Gadafi.

Los franceses, agregó, no están interviniendo activamente en las operaciones militares de los chadianos, pero en la actualidad la guerra moderna tiene muchas facetas, y una de ellas es el apoyo logístico francés que está recibiendo Habré.

El embajador de Francia en Trípoli (Libia), recibió ayer un duro mensaje de protesta oficial por el derribo del avión libio, según informó la BBC, citando a una radio libia.

Las fuentes señalaron que al embajador se le recordó que la gran 'Yamahiria' (Libia) había anunciado previamente su firme posición de que no tiene ambiciones sobre territorio chadiano.

## FRANCIA SEGUIRA COLABORANDO

El Ministro francés de Defensa, André Giraud, confirmó que las fuerzas francesas en Yamena derribaron ayer de mañana un bombardero libio de construcción soviética y afirmó que Francia continuará colaborando en la defensa de Chad.

En su entrevista concedida a una emisora francesa, Giraud recalcó que, no obstante, París no está detrás de la intervención del ejército chadiano en Libia.

En este sentido, círculos políticos subrayaban el hecho de que el Gobierno chadiano se ha esforzado en presentar el ataque de la base libia de Maaten-es-Sara como una simple operación defensiva provocada por los continuos bombardeos libios al norte del país.

Según estos expertos, con su inesperada escalada militar, Hissen Habré coloca a sus aliados franceses en una delicada situación que podría transformarse de un día para otro.

Asimismo, señalan el interés de que París se distancie de Yamena por razones de Estado si las intervenciones chadianas en Libia se agravan, al tiempo que se interrogan sobre el estado de las relaciones entre el Gobierno de Estados Unidos y Habré.

El Ministro francés de Cooperación, Michel Aurillac, recordó en París que Francia ha prevenido a los libios de que si bajan de la banda de Auzu deberán esperar una respuesta, tal y como ocurrió esta mañana.

Fuentes diplomáticas chadianas en Sudán informaron de que alrededor de 3.000 soldados libios permanecen destacados en Sudán, al este de Chad, preparándose para entrar en territorio chadiano.

La intervención libia en Chad es considerada en círculos políticos parisienses como una respuesta a la destrucción de la base libia Maaten-es-Sara, realizada este fin de semana por las tropas chadianas.

Rechaza apoyo extranjero en la acción

# Yamena destruyó una base libia

YAMENA (EFE).- El Ministerio de Asuntos Exteriores chadiano justificó ayer en Yamena la destrucción de la base libia de Maaten Es Sara como un acto de legítima defensa.

En un comunicado, la cancillería chadiana se ha dirigido a la comunidad internacional, para explicar que la destrucción de Maaten Es Sara fue consecuencia de la utilización de esta base como punto de partida de los bombarderos libios que atacan ciudades del norte de Chad desde el ocho de agosto.

Portavoces oficiales de la Administración chadiana han rechazado enérgicamente las acusaciones según las cuales la destrucción de la base libia habría sido inspirada por Francia y Estados Unidos, los aliados de Yamena.

La destrucción de la base de Maaten Es Sara ha sido exclusivamente obra de los chadianos, afirmó Radio Chad a última hora de la tarde.

Por otra parte, las autoridades confirmaron que un avión Tupolev 22 fue abatido ayer por la mañana cuando sobrevolaba Yamena. La nave fue derribada por un misil tierra-aire disparado desde el 403 regimiento francés, cuyo dispositivo antiaéreo cubre todo el sur del Chad, por debajo del paralelo 16.

Por el momento, los llamamientos de Radio Trípoli dirigidos a la población de Yamena para que desaloje la ciudad en previsión de posibles bombardeos, no han tenido ningún efecto sobre sus habitantes.

La emisora oficial chadiana se dirigió al pueblo y a los soldados de Libia, en árabe, instándoles a levantarse como un solo hombre para acabar con la opresión de Muamar Gadaffi.

Nuestro combate es el vuestro, concluía un llamamiento leído repetidas veces por la emisora durante toda la tarde y destinado, presumiblemente, a las tropas libias estacionadas cerca de la frontera de Chad.

En tanto, fuentes oficiales chadianas informaron que dos civiles murieron en la ciudad de Abeche, a unos 500 kilómetros al este de Yamena, a causa de los bombardeos efectuados ayer por la aviación libia.

Las dos víctimas mortales se produjeron como consecuencia de la caída de una bomba en el centro de la ciudad, mientras otras cinco, al parecer lanzadas por aviones Tupolev 22 desde gran altura, cayeron en la periferia de Abeche.

Fuentes diplomáticas de la capital chadiana informaron que los últimos bombardeos libios podrían tener como consecuencia inmediata el reforzamiento del dispositivo militar francés en Chad, en particular de la fuerza aérea que opera desde las bases de Yamena y Abeche.

8708595

CHAD

127

# Bajas libias

YAMENA (ANSA, EF
y UPI).- Unos 1.713 s
dados libios murieron
otros 312 fueron hech
prisioneros por las fuerz
de Chad en el ataque a
base militar de Manta
es-Sara el pasado fin
semana.

Así lo anunció ayer
Yamena un portavoz
ejército de Chad al d
cuenta del resultado de
primera incursión de
fuerzas de este país
territorio libio.

El portavoz di
también que Chad regist
por su parte la muerte
65 soldados y otros 1
resultaron heridos en
operación militar contra
base libia, una de las m
sangrientas entre los ej
citos de ambos países.

La base de Mantan
Sara está situada a más
100 kilómetros al norte
la frontera entre Chad
Libia.

Entre los prisioneros
encontraban, según
comunicado, tres asesore
militares, de los que do
son yugoslavos y otro de l
República Democrática
Alemana.

La Vanguardia 9/5/87

01-01

8708617

La Mañana 7/9/87

Internacional

Ante EE.UU. y Francia

# Gadaffi protesta por ataque de Chad

PARIS (EFE).- Pocas horas después de la fuerte ofensiva chadiana sobre la base militar de Maaten Es-Sara, al sudeste de Libia, el régimen del coronel Gadaffi pidió a Francia y a Estados Unidos que retiren sus fuerzas de Chad.

Según un despacho de la agencia oficial libia Jana publicado en París, Estados Unidos y Francia deben asumir la responsabilidad de su intervención en la agresión llevada a cabo contra Libia.

La fuerza aérea del Presidente de Chad, Hisen Habre, lanzó un ataque el sábado por la noche contra la base libia de Maaten es-Sara. En el ataque aéreo tomaron parte varios cazas Mig 23 y 25 y bombarderos Sukhoi, apoyados por helicópteros.

El ataque chadiano, según fuentes militares de ese país, fue en represalia por la ofensiva que las fuerzas de Gadaffi habían iniciado contra la localidad de Unianga.

Las mismas fuentes dijeron que las fuerzas de Chad consiguieron destruir casi por completo la base militar de Maaten es-Sara., situada 300 kilometros dentro del territorio libio.

Maaten es una de las cuatro bases aéreas del sur de Libia desde donde las tropas de Gadaffi han lanzado varios ataques contra posiciones al norte de Chad.

Hace cinco meses, el 22 de marzo pasado, las tropas chadianas también recuperaon la base militar situada en Wadi Doum, al norte del país, en una batalla que causó la muerte de 1.200 soldados libios.

## CONVOCAN A EMBAJADORES

Por otra parte, la agencia Jana informó también de que el Ministro de Asuntos Exteriores libio convocó urgentemente ayer en Trípoli a los embajadores de la URSS y Francia.

La convocatoria sirvió para advertir al embajador francés que la agresión chadiana contra Libia se había efectuado gracias al apoyo francés.

01-01

8708664

## Número de bajas es elevado

# Chad destruyó una base libia

YAMENA (ANSA, EFE y UPI).- Las fuerzas armadas de Chad tomaron ayer una base aérea en el sudeste de Libia tras haber rechazado un ataque del Ejército libio a la ciudad de Uniunga-Kebir, al norte del país, según un comunicado del estado mayor chadiano.

El comunicado militar indica que las tropas chadianas ocuparon y destruyeron totalmente la base aérea libia de Maaten-Es-Sara, situada al sudeste de Libia, a unos 100 kilómetros de la frontera internacionalmente reconocida entre ambos países, y que ahora se encuentra bajo control de Chad.

Asimismo, añade que las bajas de Libia durante los combates, que comenzaron a la 1.00 pm, son muy elevadas.

Fuentes de los servicios de inteligencia occidentales en Yamena confirmaron la toma de esta base y señalaron que en ella se encontraban estacionados unos 2.500 soldados y cerca de 30 aviones y helicópteros.

El comunicado chadiano indicó que las tropas que atacaron ayer la ciudad de Uniunga-Kebir, unos 100 kilómetros al sur de la franja de Auzu, partieron de la base libia de Maaten-Es-Sara, y fueron perseguidas por el Ejército chadiano hacia la frontera norte, consiguiendo rechazar la ofensiva.

Por su parte, la agencia oficial de noticias libia, JANA, informó, poco antes de ser conocido el comunicado chadiano, que las fuerzas enemigas lanzaron una ofensiva contra el territorio libio en un intento de destruir el aeropuerto civil de Sara, usado para las comunicaciones entre la Yamahiria y el resto de Africa.



8708861

127

# La guerra en el Chad

NICOSIA, 19 (AFP).– El gobierno del Chad está "determinado a recomenzar la guerra" con Libia, que responsabiliza a Francia y a los Estados Unidos de una eventual reanudación de las hostilidades.

La Cancillería libia comunicó esta posición a los jefes de misiones extranjeras lo que sigue al anuncio de Khadafy de que "la guerra entre Libia y Chad terminó".

Asimismo se afirmó que "Francia y los Estados Unidos son responsables de la actitud de N'Djamena" y que "el mundo debe saber en caso de reanudación de la guerra, quienes son los verdaderos culpables".

Estimaron los funcionarios que "la opinión mundial recibió con satisfacción la iniciativa de paz libia" en tanto que el rechazo del presidente chadiano Hissène Habré "sorprendió" a la comunidad internacional".

La Nación 20/9/87



8709022

Clarín

Lunes 14 de septiembre de 1987

Fundado por ROBERTO NOBLE el 28 de agosto de 1945

# El drama del Chad

LOS últimos acontecimientos bélicos en el Chad no presagian modificaciones sustanciales en el conflicto desatado hace catorce años por la ocupación libia de la franja de Auzú. Retomada por las chadianos y vuelta a ocupar por las tropas de Muamar Kadafi, esa porción de territorio expresa en la interminable reiteración de ese cambio cruento de signos la pesada herencia del colonialismo que todavía padecen los estados africanos.

Ella origina conflictos y tensiones tanto por el trazado arbitrario con que fue dividido la mayor parte del continente africano por las potencias colonialistas, a fines del siglo pasado, como por el actual juego de intereses e influencias que se libra contra el trasfondo de la inestabilidad de los nuevos estados. Estos surgieron a la vida independiente, en efecto, arrastrando los pecados originales del dominio colonial, que los dejó mal conformados y débilmente preparados para afrontar con éxito la empresa de constituirse en naciones cabales.

En este sentido, el caso del Chad, oficialmente incorporado al imperio francés en 1897, es paradigmático. Extendido sobre una inmensa planicie de 1.284.000 kilómetros cuadrados, la partición colonial determinó que en ese territorio quedara incluida una pequeña franja meridional recostada sobre el lago Chad y bañada por los ríos Chari y Logone, habitada por negros sudaneses de religión animista o cristiana, y una extensa región centro-septentrional, desértica y rocosa, recorrida por nómades musulmanes de raza camítica, en buena parte arabizados.

El reconocimiento de la soberanía chadiana, producido en 1960, fue seguido a los pocos años por golpes de Estado y conmociones que desembocaron en una guerra civil nunca terminada. La intervención libia, que en principio apoyó a una de las facciones en pugna, agravó la contienda y motivó, como contrapartida, la intervención de la metrópoli colonial. Fuerzas francesas fueron enviadas en diversas ocasiones al Chad y la confrontación [illegible] ginar un enfrentamiento directo con Libia.

Hubo marchas y contramarchas, tanto militares como diplomáticas. Las intervenciones directas parecieron cesar o, al menos, amenguarse, pero los chadianos, divididos en facciones determinadas en buena medida por su origen étnico, continuaron enfrentándose. El gobierno de Trípoli sumó a todos los factores de fricción la reivindicación territorial de la franja de Auzú, un corredor desértico y montañoso a lo largo de toda su frontera con el Chad que la Italia fascista había logrado negociar con Francia en 1935 para incorporar a su colonia libica.

Al término de la Segunda Guerra Mundial el territorio retornó al Africa Ecuatorial Francesa, como parte del Chad, y nada hacía prever la reclamación libia. Por el contrario, una de las primeras resoluciones de la Organización de la Unidad Africana fue acordar, por unanimidad, que las fronteras heredadas de dominio colonial debían considerarse definitivas. Lo contrario hubiera sido desencadenar un proceso interminable y sangriento de reivindicaciones opuestas sobre territorios que, en definitiva, agrupaban un mosaico étnico difícilmente separable.

El desafío de los países africanos era, por lo tanto, comenzar su construcción nacional a partir de lo recibido. Si esto era ya de por sí complicado, las intromisiones extranjeras y las ondas expansivas de otros conflictos internacionales no podían sino agravar la situación. La actual contienda que opone a Libia con el Chad y los propios problemas internos de este último país, desangrado por los combates, hambreado por las sequías y estancado en uno de los niveles más ínfimos del subdesarrollo, solo podrán alcanzar soluciones duraderas a través de proyectos nacionales que contemplen las verdaderas necesidades de sus poblaciones y encuentren un marco propicio en la distensión internacional, mediante acuerdos que comprometan a todas las potencias con intereses en e[illegible] área.

01·01

8709062

El Chad de Habré

# Un empuje irresistible

Las dos últimas veces que hemos escrito sobre la realidad chadiana, la situación era diametralmente opuesta. En efecto, a fines del pasado año el país se encontraba dividido entre un norte dominado por Goukouni Weddeye, apoyado por las tropas libias y un sur controlado por el gobierno de Hissene Habré, con el sostén de los franceses. Posteriormente, en marzo de 1987, cuando escribíamos la segunda nota, Hissene Habré con el apoyo de la población entera, había recuperado prácticamente todo el territorio de la antigua colonia francesa de Chad, los libios se replegaban y Weddeye se exiliaba en Argelia.

Lo importante de esa ofensiva del 22 de marzo llevada a cabo por el presidente Habré fue en primer lugar que infligió a Kadafi la peor derrota de su historia y en segundo término, que marcó la fecha de iniciación de una conciencia de seguridad nacional, por parte de los chadianos. Hasta ese momento la ex colonia francesa se caracterizaba por los antagonismos entre norte y sur, entre musulmanes, cristianos y animistas, entre las seculares rivalidades tribales y las simpatías pro francesas o pro libias. Pero a partir de esa campaña de Habré, Chad aparece unido detrás de su líder y con un enorme sentimiento antilibio.

## La franja de Aozou

Una franja rectangular de menos de 100 kilómetros de ancho por más de 1.000 de largo, con una superficie de 112.000 km2 es la famosa franja o banda de Aozou. Desde 1973 ese territorio ocupado al pie de los montes Tibesti, estaba ocupado por los libios, quienes reivindicaban derechos emanados de un tratado firmado entre los poderes coloniales de Francia e Italia, en 1935 y que nunca fuera ratificado.

De todas formas, los chadianos resignados por 25 años de luchas fratricidas y los libios que la consideraban parte integrante de su territorio, poco se preocuparon de esa franja, ya que sus desvelos estaban cientos de kilómetros más abajo, en torno al paralelo 16, que dividía al norte del sur. Pero esa falta de preocupación no comprendía a Hissene Habré, que una vez recuperado el territorio chadiano incontrovertido se lanza —inesperadamente— el pasado 8 de agosto a la reconquista de la franja de Aozou, matando a unos 900 soldados libios, tomando unos 200 prisioneros y apoderándose cantidad de material bélico.

Cuando los libios ocuparon Aozou, se había hablado de posibles riquezas que encerraba el subsuelo de la franja, como uranio y otros minerales. No se sabe a ciencia cierta si esto es una realidad o simplemente es la explicación económica que algunas escuelas de pensamiento pretenden darle siempre a los hechos de guerra o de agresión. De todas formas, para la comunidad internacional, atacar Aozou era atacar a Libia y de ahí la cautela de los franceses que han declarado por boca de su presidente y —cohabitación mediante— de su primer ministro, que la acción de Aozou solamente concierne a las fuerzas chadianas. A buen entendedor: los franceses no prestarán ayuda en Aozou.

## Chad, Kadafi y EE.UU.

Sin embargo, los franceses aunque tomen distancias de la reconquista de Aozou, es evidente que seguirán apoyando logísticamente y debajo del paralelo 16, como lo han hecho hasta ahora, al gobierno de Habré. Apoyo que —por otra parte— es necesario tenerlo en la retaguardia, para que la vanguardia pueda consolidar Aozou. Porque Habré no tiene aviación, pero sí tiene misiles Sam 6 que mantienen a la fuerza aérea del libio coronel a una altura en la cual es inoperante y además las bombas que largan con imprecisión explotan en un mar de arena que amortigua casi totalmente la expansión.

Mientras tanto Kadafi desconcertado y humillado en su orgullo recurre al Consejo de Seguridad de las NN.UU. y a la OUA. Pero pocas chances tiene el coronel de obtener un triunfo diplomático, cuando en la organización africana ha quedado como agresor, al haber rechazado un comité ad hoc que hace algún tiempo la OUA había designado para buscar una solución pacífica a la controversia de Aozou. Y en cuanto al Consejo de Seguridad, su posición es conocida, se inclinará por el arbitraje, que tampoco desea Kadafi.

A todo esto, ¿cuál es la posición del otro socio occidental de Habré, EE.UU.? Parecería evidente, aunque no transparente. Los estadounidenses desean una derrota humillante de Libia, preferentemente sin una intervención directa. Le deben un favor a Habré que seguramente lo estará cobrando. Cuando la ofensiva pasada, las tropas chadianas se apoderaron de material estratégico de alta tecnología y de procedencia soviética, que fue a parar a manos de los servicios de inteligencia USA. Para el avance hacia Aozou las tropas de Hissene Habré no tenían ni combustible, ni municiones, ni dinero para adquirirlos, ni aporte directo de los franceses. ¿Quién financió la última ofensiva?

Además, Habré reestructuró su gabinete con 4 ex opositores, entre los cuales el vicepresidente del Gobierno de Unión Nacional de Transición (GUNT), ex segundo de Weddeye y el jefe de las guerrillas sureñas "Codos". Exactamente, como dice "The Economist" del 15 de agosto, el tipo de reformas que EE.UU. pretende de sus aliados. Que cada cual saque sus propias conclusiones...

Alfredo Grieco y Mill

127

Le Monde
Exclusivo EL DIA

El Día. 24/9/87

Pub

# Difícil posición de París en Chad

Los últimos acontecimientos de Chad han incrementado aun más el embarazo de las autoridades francesas y, sobre todo, del primer ministro. Las iniciativas militares de Hissene Habré forman parte, en efecto, de una estrategia ofensiva diametralmente opuesta a los deseos de París. La contradicción no es nueva, pero adopta una dimensión muy diferente en la medida en que el presidente chadiano ya no se contenta con llevar la guerra a la franja de Aozou, sino que persigue al enemigo.

El ataque llevado a cabo contra la base de Maaten-es-Sara ha puesto en movimiento un engranaje que en París querían inmovilizar: de nuevo las tropas francesas se encuentran en primera línea en Chad. Al no lograr ganar en la guerra de las arenas, el coronel Kadafi ha decidido utilizar la carta que le queda, es decir, su aviación, para asestar golpes a N'Djamena, símbolo del poder político, y al dispositivo de defensa francés. Ha perdido varios Tupolev pero, sin embargo, todavía no ha perdido la partida: el hombre de Trípoli es tenaz, y ha demostrado que no vacila en perder mucho si tiene alguna posibilidad de darle golpes dolorosos al adversario.

Helo aquí a París, pues, obligado a contemplar la posibilidad de reforzar el sistema de defensa establecido en Chad. Algunos especialistas franceses hacen responsables de esta nueva escalada no sólo a Hissene Habré, sino a Estados Unidos. Washington ha incitado al presidente chadiano —dicen— a que siga siempre hacia adelante, para vengarse por su intermedio del "diablo" de Trípoli. Si bien es exacto que Estados Unidos aumentó recientemente sus suministros militares a N'Djamena, creer que Hissene Habré precisa estímulos estadounidenses para partir a reconquistar la franja de Aozou, es conocerlo muy mal, sin embargo. Por curioso que pueda parecerle a algunos espíritus europeos, Hissene Habré está obsesionado por la reunificación del territorio chadiano, sobre la que quiere fundar su legitimidad.

Por no haber podido comprender este punto fundamental y haber soñado con una solución negociada acerca de Aozou es que en París se encuentran ahora en una posición incómoda. ¡Sorprendente sorpresa! Sin embargo, Hissene Habré no había ocultado, en julio pasado durante su visita a Francia, su intención de escuchar los consejos de prudencia que se le daban. Pues el hombre, es cierto, no es un aliado fácil. Pertenece a una nueva generación de dirigentes africanos sin complejos frente a Francia y que, ante todo, ponen lo que consideran que es el interés nacional. ¿Habría que lamentar la ausencia de los tiranos y bufones de otrora, tan grotescos como corruptos y que tanto mal le hicieron a sus pueblos, aunque siempre hayan tenido un oído complaciente para los consejos provenientes de París?

Sin duda que el dilema no será zanjado por los responsables franceses. Hacerlo sería romper con la política africana, redefinida en 1983 y que hace de la seguridad de los Estados la prioridad de las prioridades. Tratar de tenerle la rienda muy corta al presidente Habré arrojaría el descrédito sobre esta política. París se siente condenado, pues, a mantener su compromiso. Lo que no quita, sin embargo, de que siempre ha sido arriesgado llevar sin convicción a cabo una política que, con todo, ha dado frutos no despreciables. Después de todo, hasta 1981, los libios estaban en N'Djamena...

8709282

127

## Chad denuncia nuevas violaciones

PARIS. (ANSA, EFE y UPI).- La aviación libia efectuó este fin de semana unos veinte vuelos de reconocimiento sobre el macizo montañoso del Tibesti, al norte de Chad, informó ayer la Embajada chadiana en París.

- La citada fuente precisó que los aviones libios sobrevolaron repetidas veces, el sábado 26 y el domingo 27, las localidades de Wur y Bardai, distantes ambas unos cien kilómetros.

La legación libia en la capital francesa denunció esas nuevas violaciones del espacio aéreo chadiano.



8709299

## Dura advertencia de Mubarak a Libia

# Conflicto entre Yamena y Trípoli preocupa a Africa

***El Gobierno chadiano acusó ayer al régimen sudanés de permitir concentraciones de tropas libias en su territorio, cerca de la frontera oriental de Chad. La acusación de Yamena se basa en la información publicada por el diario independiente sudanés Sudan Times según el cual tropas libias se estarían concentrando cerca de la frontera de Chad, en territorio sudanés.***

YAMENA (ANSA, EFE y UPI).- El Ministerio de Asuntos Exteriores chadiano hizo público un comunicado de dura crítica a la actitud tolerante de Jartum cuyo Gobierno ha expresado públicamente su repulsa por la destrucción de la base libia de Maaten-Es-Sara por las fuerzas armadas chadianas.

El Ministerio de Asuntos Exteriores chadiano ha criticado también al Gobierno argelino que se ha manifestado en contra de las últimas iniciativas militares chadianas.

El conflicto entre Chad y Libia ha suscitado, en las últimas horas múltiples declaraciones de dirigentes africanos cuya preocupación ante el peligro de una escalada irreversible es manifiesta. Entre éstas destacan las del Gobierno congolés y nigeriano.

El territorio nigeriano fue sobrevolado por dos aviones Tupolev 22 que intentaron bombardear Yamena antes que uno de ellos fuera derribado por la artillería antiaérea francesa.

### REUNION EXTRAORDINARIA

Ante esta situación, el presidente de la Organización para la Unidad Africana (OUA), Keaneth Kaunda, ha convocado una reunión extraordinaria del comité permanente de la OUA, para encontrar una solución negociada al conflito fronterizo que opone Trípoli a Yamena.

El Presidente egipcio, Hosni Mubarak, ha tomado posición en el conflicto, con una dura advertencia a Libia, afirmando que Egipto no permitirá en ningún caso que se produzca una violación de su territorio

La radio oficial chadiana hizo ayer un llamamiento a todos los africanos negros, para responder a las actitudes de algunos países árabes que han expresado su solidaridad con el régimen de Khadafi.

Radio Chad ha informado, por otra parte, de nuevos bombardeos libios sobre diversas poblaciones del norte de Chad.



8709444

12f

CLARIN ★ Buenos Aires, miércoles 2 de septiembre de 1987

# Propuesta de Kadafi sobre el conflicto interno en Chad

*Libia festejó ayer, con un desfile militar, el 18° aniversario de la llegada al poder, en 1969, [illegible] coronel Muamar Kadafi. La parada contó con la presencia del líder libio, a quien acompañaron los presidentes de Ghana y de Uganda. Kadafi ofreció solucionar el conflicto con Chad apoyando, junto con otros países de Africa, la reconciliación nacional entre los chadianos.*

**TRIPOLI, 1° (AFP, AP y ANSA). — El líder libio Muamar Kadafi se declaró dispuesto a solucionar su conflicto con Chad "al favorecer —dijo—, con la ayuda de otros países africanos, la reconciliación nacional entre los diversos componentes chadianos".**

**Kadafi aseguró que no está en condiciones de "solucionar las divergencias entre Habre (presidente chadiano), Goukuni Weddeye (pro libio) y Acheik Ibn Oumar, pero sí puede, junto con otros países africanos, favorecer la reconciliación nacional".**

**No obstante, el líder libio cambió su tono conciliador cuando aconsejó a Habre "que se una a las filas de los revolucionarios africanos antes de que sea demasiado tarde", para advertir luego que "si persiste en sus provocaciones, Libia está en condiciones de desarmar a toda la población chadiana hasta la última navaja".**

**La propuesta de Kadafi, realizada durante el discurso que pronunció hoy, en el marco de los festejos del 18° aniversario de su llegada al poder, incluyó el pedido de que "las fuerzas imperialistas —norteamericanas y francesas— se retiren del Chad como contrapartida del compromiso libio de no intervención militar en ese país".**

**Luego de afirmar el carácter libio del palmeral de Auzú, aseguró que "las tropas libias se han retirado del Tibesti hasta sus fronteras internacionales".**

### ♦ *Parada militar*

**Kadafi presidió hoy un desfile militar de dos horas con el que se celebró el 18° aniversario de la revolución que en 1969 llevó al poder al entonces coronel de 29 años. Fortificado por su reciente victoria militar sobre el Chad, de quien recuperó la franja de Auzú, el líder libio estuvo en el palco acompañado por el presidente de Ghana, Jerry Rawlings, el presidente de Uganda, Yoweri Museveni y Abdallah Al-Ahmar, vicesecretario del oficialista Partido Baathista de Siria.**

**Entre los pocos oficiales libios que acompañaban a Kadafi estuvo el coronel Abu Badkr Yousif Jaber, comandante en jefe de las fuerzas armadas libias (75 mil integrantes), y Moustafá Al-Kharrouby, inspector general de las fuerzas armadas.**

**En cuanto a lo que mostró el desfile, fueron ciento los tanques, de fabricación soviética en su mayoría, que pasaron frente a miles de libios reunidos en las calles para el festejo. Se contaron hasta un millar de T-55, T-54 y T-62; también fueron mostrados unos 30 cohetes soviéticos Sam-6, 30 Land Rovers de fabricación norteamericana con equipos de comunicaciones y unos 70 Jeeps Toyota armados con morteros, cañones antiaéreos y lanzadores de cohetes.**



8709584

121

## Chad: nuevas violaciones

PARIS. (ANSA, EFE y UPI).- La aviación libia efectuó este fin de semana unos veinte vuelos de reconocimiento sobre el macizo montañoso del Tibesti, al norte de Chad, informó ayer la Embajada chadiana en París.

- La citada fuente precisó que los aviones libios sobrevolaron repetidas veces, el sábado 26 y el domingo 27, las localidades de Wur y Bardai, distantes ambas unos cien kilómetros.

La legación libia en la capital francesa denunció esas nuevas violaciones del espacio aéreo chadiano.



270960

HA

127

# Chad nuevo visita de Rommel

Perla

**Por Gwynne Dyer**

Cuando Goukouni Oueddei fue derrocado como presidente del Chad en 1982 mediante la intervención estadounidense, dijo que "respondería a la violencia con violencia, aun cuando esto significara transformar al Chad en un enorme cementerio". De modo que, aunque veía al coronel Kadafi de Libia como un peligroso y traicionero bufón, aceptó prestamente el apoyo militar libio.

Ya han muerto este año 6.000 soldados libios en el Chad, y un importante esfuerzo libio por devolverle el poder a Goukouni podría enfrentar a Kadafi con las tropas francesas que ya se encuentran en la parte sur del Chad, y tal vez también con la Sexta Flota de EE.UU. Pero Kadafi no está huyendo: acaba de ser encontrado tratando de cambiar minas de construcción soviética a Irán, por gas venenoso para usar en Chad.

La lucha de vaivén en Chad parece un "remake" barato de la épica campaña del desierto Occidental: Rommel versus varios generales británicos, durante la Segunda Guerra Mundial. Los una vez famosos nombres de Tobruk y El Alamein han sido reemplazados por pueblos todavía más oscuros como Aouzou y Faya-Largeau, pero los pueblos también han cambiado de manos muchas veces.

Columnas de vehículos de mucha movilidad se lanzan a través de vastos trechos de desierto para tomar algunos pueblos u oasis, pero entonces dejan atrás sus propias provisiones, y son fácilmente obligados a volver a sus bases. Los habitantes de Chad tienen veinte años de experiencia con este tipo de operación militar en el desierto, pero los libios están aprendiendo rápidamente.

Solamente en agosto, Aouzou cambió dos veces de manos. Las fuerzas motorizadas del Chad irrumpieron desde el desierto el 8 de agosto y expulsaron a los sorprendidos libios. Dos semanas después, los libios iniciaron su vuelta a través de los dos grandes desfiladeros que llevan a Aouzou bajo una fuerte cobertura aérea, y obligaron a salir a los de Chad.

De los cinco millones de habitantes del Chad (casi todos desesperadamente pobres), el 95% son negros africanos campesinos, de religión cristiana o animista. Pero las dos terceras partes del norte del vasto territorio de Chad, están habitadas por un par de cientos de miles de nómades musulmanes. En épocas precoloniales, los guerreristas norteños atacaban regularmente el sur para conseguir esclavos negros para el comercio de esclavos trans-sahárico.

El gobierno colonial francés favoreció al sur (ya que es allí donde se encuentran los recursos), pero tan pronto como el Chad ganó su independencia el viejo modelo volvió a reafirmarse. Enfrentado a un gobierno negro dominado por cristianos en N'Djamena, el norte se rebeló casi inmediatamente.

## DOS LIDERES

Los dos principales ejércitos guerrilleros que surgieron estaban dirigidos por Goukouni Oueddei y Hissene Habre, ambos pertenecientes a la tribu Toubou de la región montañosa de Tibesti cerca de la frontera Libia. Ambos se llaman a sí mismos "antiimperialistas" —Hissene Habre se educó políticamente en la revuelta estudiantil parisina de 1968, y soñaba con ser el "Mao africano"— pero su causa es esencialmente étnica.

El coronel Kadafi de Libia le dio ayuda militar a los rebeldes, en parte porque eran musulmanes, pero también porque Libia reclama una larga franja de terreno al norte de Chad (la franja de Aouzou). Ambos líderes rebeldes recibieron la ayuda, y hacia 1980 incluso las fuerzas francesas ya no eran capaces de mantener en el poder a un gobierno cristiano en N'Djamena.

Desde entonces, Chad ha estado dominado por la lucha de poder entre los dos líderes del norte, con la mayoría sureña reducida al rol de víctima pasiva. Al comienzo, Goukouni Oueddei dominaba un vacilante gobierno de coalición en N'Djamena, y en 1981 fue incluso persuadido por los franceses a que enviara de vuelta a su casa a los consejeros militares libios.

Hubo por lo menos una posibilidad de paz —pero entonces metió mano Estados Unidos. Obsesionada por los lazos subyacentes de Goukouni Oueddei con Libia, la CIA le dio armas al ejército de Hissene Habre y 10 millones de dólares para una revuelta militar que redujo a N'Djamena a ruinas y que finalmente llevó a Habre al poder en 1982.

Entonces Habre fue presidente y Goukouni fue el rebelde, de modo que el último se volvió nuevamente a Libia, y hacia mediados de 1983 su propio ejército y las tropas libias habían conquistado gran parte del norte. Tan sólo una enorme intervención militar francesa (la cuarta en 20 años) salvó al régimen de Habre.

## LA ULTIMA RONDA

La última ronda de peleas comenzó en enero, cuando los duros soldados toubou de Habre, reequipados por los franceses y los estadounidenses, condujeron a las fuerzas de Goukouni y a sus aliados libios fuera de los oasis norteños en una rápida campaña de tres meses. Pero Francia, finalmente, no aprobó el avance de Habre en la disputada franja de Aouzou de agosto (aunque Washington pudo haberlo hecho), y ahora por primera vez la lucha ha cruzado la frontera libia.

Goukouni y Habre son esencialmente caudillos rivales del Sahara, luchando por el control de un país predominantemente africano, y toman la ayuda extranjera de donde pueden. Poco le importa a los habitantes comunes del Chad cuál de los dos es el que gobierna, siempre y cuando la lucha se acabe. Pero nunca terminará mientras los poderes de afuera sigan metiendo armas y dinero para la lucha.



04.07

8709909

# Median en conflicto Chad - Libia

YAUNDE (ANSA, EFE y UPI).- El jefe de Estado de Gabón, Omar Bongo, Presidente de Comité de la OUA encargado de mediar en el conflicto entre Libia y Chad, ha requerido al líder libio, Muamar Gadhafi, para que responda a las acusaciones chadianas de violación del espacio aéreo de su país.

Según el Alto Estado Mayor chadiano, los pasados días 25, 26 y 27 aviones militares libios sobrevolaron diversas poblaciones del norte de Chad. .

El pasado día 24, la Organización para la Unidad Africana (OUA) [illegible] que la violación del espacio aéreo de uno de los dos países por el otro sería considerado por la organización panafricana como una conculcación del alto el fuego acordado por Libia y Chad el 11 de setiembre, tras un mes de enfrentamientos armados.

Libia y Chad mantienen un conflicto fronterizo sobre la soberanía de la Franja de Aouzu, un territorio de 114.000 kilómetros cuadrados situado en la frontera entre ambos países.

## … y la guerra contra Chad

BEIRUT. — El líder libio Muammar *Kadafi* anunció que la costosa guerra de su país contra Chad ha terminado para siempre, prometiendo no interferir nuevamente en los asuntos chadianos si N'Djamena acepta su reivindicación sobre la disputada zona fronteriza de Auzú.

"La guerra entre la gran Jamahiriya (Libia) y Chad concluyó con la expulsión de los mercenarios de Auzú y su aniquilación en As Sarra", dijo Kadafi, según un despacho de la agencia noticiosa libia *JANA* recibido en Beirut.

Las tropas libias retomaron el control de la estrecha franja desértica hace más de una semana, luego que el gobierno del presidente chadiano Hissene Habre intentara capturar la región.

Las fuerzas de Habre penetraron en territorio dominado por Libia al derrotar a los rebeldes apoyados por este país al sur de Auzú, por medio de varias batallas y de defecciones en el campo enemigo.

01·01 8710083

# Cesó fuego entre Chad y Libia

[illegible]YAMENA. — El gobierno [illegible], tras una reunión [illegible] del Consejo de [illegible], ha aceptado la pr[illegible] de alto el fuego con Li[illegible] presentada por la Organ[illegible] para la Unidad Africa[illegible] (OUA).

[illegible] de Chad declar[illegible] dispuesto a acepta[illegible] las hostilidades a [illegible] las 11.00 [illegible] de [illegible]

[illegible] de alto el [illegible] hecha a Chad y Li[illegible] el presidente de la OUA, [illegible] Kenneth [illegible] se entrevistó con [illegible] Kadafi e Hissen [illegible] de [illegible]

[illegible] embargo, el comunicado [illegible] del Consejo de Mi[illegible] de Yamena precisa que [illegible] fuego sólo tiene sen[illegible] produce un acuerdo [illegible] y definitivo" sobre el [illegible] fronterizo entre Li[illegible] Chad.

[illegible], Yamena ha recla[illegible] la reunión urgente del [illegible] ad hoc" de la OUA, [illegible] de mediar en el [illegible]

[illegible] "comité ad hoc", en el [illegible] participan seis jefes de Es[illegible] africanos, entre ellos el [illegible] Chadli Benyedid, [illegible] está a favor de las reivin[illegible] territoriales libias, [illegible] por el jefe de Es[illegible] de Gabón, Omar Bongo, [illegible] partidario de Chad en [illegible] sobre la Franja de [illegible] que opone Yamena a [illegible]

[illegible] Chad denunció ayer [illegible] bombardeos libios [illegible] el norte del país, en par[illegible] sobre la ciudad de [illegible] Largeau, donde informó [illegible] murieron doce personas y [illegible]



8710413

127

LA MAÑANA 19 SET 1987

Chad

## Yamena denuncia preparativos de ataques

# Aviones libios volaron sobre territorio chadiano

*Aviones libios sobrevolaron ayer la población chadiana de Am Zoer, situada al este del país, cerca de la frontera de Sudán, según ha denunciado el Alto Estado Mayor chadiano en un comunicado publicado este mediodía en Yamena.*

YAMENA (ANSA, EFE y UPI).- Según las fuentes oficiales chadianas, la violación del espacio aéreo por aviones libios forma parte de una operación destinada a atacar el Chad desde el territorio sudanés donde, según Yamena, se encuentran concentradas numerosas fuerzas libias.

La ciudad de Am Zoer está a más de 500 kilómetros de la frontea libia y apenas a 100 kilómetros de la importante base militar de Abeche, donde se encuentran estacionadas parte de las tropas francesas que defienden la soberanía de Chad por debajo del paralelo 16.

La radio chadiana ha reiterado que, tanto la violación de ayer del espacio aéreo, como los bombardeos del viernes contra varias ciudades del norte del país, constituyen una vulneración del acuerdo de alto el fuego acordado ayer por Libia y Chad, a propuesta de la Organización para la Unidad Africana (OUA).

Radio Chad ha denunciado la utilización de gases tóxicos por parte de la aviación libia y ha pr[illegible] cisado que el régimen [illegible] Trípoli compra estos gas[illegible] a Irán.

Hasta el momento, l[illegible] acusaciones de Chad [illegible] utilización de gases tóxic[illegible] por parte de Libia no ha[illegible] podido ser confirmad[illegible] por organismos inte[illegible] nacionales independiente[illegible]

En las últimas horas, [illegible] tono acusatorio de Radi[illegible] Chad hacia el régimen l[illegible] bio ha vuelto a incremen[illegible] tarse. Radio Chad con[illegible] cluyó ayer el editorial ha[illegible] bitual de su diario hablad[illegible] con un significativo: "u[illegible] diablo es un diablo [illegible] siempre lo será".

01·01 8710414

ARCHIVAR EN: CHAD (127)

TEMA: Kadzfi ewsa a washington

PROCEDENCIA : Clarin 7/9/87

ARCHIVADO EN: Libia (130)

01-01

8710541

HR

ARCHIVAR EN: CHAS (127)

TEMA: Obituario para el coronel KHADAFI.

PROCEDENCIA : El Día 17/5/89

ARCHIVADO EN: Libro (130)

871'0696

01•01

Clarín ★ Buenos Aires, sábado 12 de setiembre de 1987

CHAD DENUNCIO VIOLACIONES DE LIBIA

# Acordaron un cese del fuego Hissene Habre y Muamar Kadafi

*En el mediodía de ayer comenzó a regir un cese del fuego aceptado por Chad y Libia respondiendo a una propuesta del presidente de la Organización de Unidad Africana, Kenneth Kaunda. El gobierno chadiano del presidente Hissene Habre denunció no obstante que la tregua fue violada por la aviación libia.*

N'DJAMENA Y TRIPOLI, 11. (EFE, AP y Reuter). — Chad y Libia aceptaron este viernes una tregua en su guerra territorial, a instancias de la Organización de Unidad Africana (OUA), y luego de varias semanas de fuertes combates.

El cese del fuego fue establecido a partir del mediodía de hoy, pero la embajada chadiana en París denunció poco después de esa hora que Libia quebró el compromiso con un bombardeo registrado a las 12.12 hora de N'Djamena (Chad) en las localidades de Ounianga y Hour.

En un comunicado difundido poco después que la tregua fue anunciada por el presidente de Zambia y titular de la OUA, Kenneth Kaunda, el gobierno chadiano del presidente Hisseme Habre había anunciado su aceptación del cese del fuego, y su decisión de ponerlo en práctica a partir del mediodía "en todos los frentes de combate con Libia". Pero, refiriéndose a lo que calificó como "naturaleza perversa" del gobierno libio, el comunicado instó a la población chadiana a mantenerse alerta por "posibles ataques aéreos del enemigo".

Por otra parte, el gobierno de N'Djamena indicó que el cese del fuego "no tiene razón de ser si no desemboca en una solución definitiva del conflicto entre los dos países", y pidió la convocatoria inmediata del comité ad hoc de la OUA para relanzar las negociaciones pacíficas sobre la cuestión de la franja de Auzu, que ambos países se disputan.

En una comunicación difundida por la agencia oficial de noticias libia Jana, el gobierno de Muamar Kadafi declaró que "como respuesta a los persistentes y continuados llamamientos de la OUA, Libia detendrá todos sus ataques aéreos contra el territorio chadiano a partir de las 12 hora local, que coincido con la de la oración". "Libia —agregó la información— espera que esto significará el principio del fin de las conjuras imperialistas sobre las naciones africanas".

Chad informó hoy que en la tarde de ayer por lo menos doce personas resultaron muertas y otras veinte heridas, entre la población civil, como resultado de un bombardeo efectuado por la aviación libia sobre Faya-Largeau, en el norte chadiano. Más tarde denunció que aviones libios efectuaron un nuevo bombardeo en el extremo noroeste, contra la población de Hour, violando el cese del fuego.

Las hostilidades entre Chad y Libia recrudecieron en el pasado mes de agosto cuando en una sorpresiva acción los chadianos recapturaron el oasis de Auzu, centro de la franja territorial de 114.000 kilómetros cuadrados cuya posesión dio origen al conflicto. Veinte días después los libios reconquistaron el oasis, que se encontraba en su poder desde 1973, cuando Libia anexó la región de Auzu a su territorio, respaldada por un tratado celebrado por Francia e Italia —entonces potencias coloniales— que el gobierno de Hisseme Habre no reconoce.

Tras una semana en la que se registraron los más cruentos combates, el miércoles pasado el presidente de la OUA comenzó a negociar la tregua, y según se anunció hoy, en los próximos días 24 ó 25 de setiembre se reunirá el comité de la OUA encargado de dirimir el conflicto.



8710756

# CARP. 127 (16)

# NO TIENE DOCUMENTOS

# CARP. Nº 127

Nº 127/17

ETIOPIA

ENTRE LOS Nºs

8700160 - 8712491

QERLS 23/11/86 OPINION

# "AYUDAR A LOS ETIOPES HAMBRIENTOS ES HACER EL JUEGO A SUS VERDUGOS"

Ayudar a las víctimas del hambre en Etiopía es hacer el juego a sus verdugos, los coroneles marxistas liderados por Mengistu, el "Castro Africano", el "Stalin negro", responsable de un plan de desplazamiento de poblaciones campesinas que no hubiera podido ser realizado sin los socorros económicos de las organizaciones caritativas occidentales. Y el cantante de Rock Bob Geldorf, animador de una campaña mundial de ayuda a Etiopía, un ingenuo, un "tonto útil" al que afortunadamente no se ha consagrado dándole, como se decía, el Premio Nobel.

Este razonamiento llevó a la organización Médicos sin Fronteras a abandonar Etiopía esta primavera, iniciándose así en los salones parisienses una pelea ideológica entre la izquierda y la derecha a costa de los hambrientos del tercer mundo. La polémica se ha reavivado con la rentree literaria y la aparición en las librerías de "Silencio, se mata", del filósofo de la nueva derecha Andre Glucksman y de "La Trampa", de J.C. Rufin, un médico de una organización caritativa.

El punto culminante del debate tuvo lugar ayer con una jornada en la que, bajo el lema "Etiopía, la piedad peligrosa", diversos especialistas de la cuestión debatieron sobre si "irse o quedarse", sobre la disyuntiva de "Salvar a las víctimas colaborando con los verdugos o resistir a los verdugos con el riesgo de sacrificar a las víctimas", como explicó Bernard-Henry Levy.

El filósofo, tras una gira etíope con la organización caritativa AICF, ya no cree como antes "en un apoliticismo de principio en el que yo veía la única manera de ayudar verdaderamente, sin discriminación ni prejuicios a todas las víctimas, sin excepción, de hambre y éxodos. Hoy, tras mi viaje a Etiopía, ya no lo creo y es todo un sistema filosófico-político —que en resumen podría decir que va de la religión de los derechos humanos a las grandes misas de Bob Geldorf— el que se hunde".

Exactamente lo mismo dice Andre Glucksman, a cuyo libro todo el mundo concede el mérito de haber demostrado, tal como ya había denunciado Médicos sin Fronteras, como los camiones entregados por los occidentales al Coronel Mengistu han servido para acelerar el proceso de concentración en nuevas aldeas de las poblaciones rebeldes al régimen. Rony Braumann, presidente de Médicos sin Fronteras, dice que el gobierno utilizaba a las organizaciones caritativas como "cebo" para atraer a las poblaciones y que por eso se marchó.

Tras la constatación, a la pregunta "¿que hacer?" las respuestas son muy diferentes. Bernard Kouchner, Presidente de Médicos del mundo, acusa a Médicos sin Fronteras de haber hecho "tanto el Marketing de su entrada en Etiopía como el Marketing de su salida", subraya que "un niño que se muere no está situado ideológicamente aunque sea Etíope" y que "hay que estar presente, cueste lo que cueste, porque ayudar a los otros a no sucumbir es permitir a la democracia pasar al ataque".

Kouchner, autor de "Caridad Business", dice que "el error fue cantar por Etiopía, no por los Etíopes", esos hombres que, uno a uno, necesitan de la ayuda de las organizaciones caritativas. Se subleva por la hipocresía que supone que el debate de ayer haya sido patrocinado por el secretario de Derechos Humanos, Claude Malhuret, que guarda silencio sobre la política oficial del gobierno.

Porque mientras que los nuevos filósofos y toda una caterva de editorialistas tras ellos, lanzaban a la palestra una nueva "gran causa" contra la que luchar (la ayuda de las organizaciones privadas a etiopía) se está ignorando que la Comunidad Económica Europea es el organismo que mas ayuda ofrece a Mengistu, sin condicionarla.

Pero, sobre todo, lo que enturbia la denuncia de Glucksman y Levy— mucho más fría y mas radical que la de J. C. Rufin, que como médico que ha trabajado in situ sabe lo difícil que es separarse de los niños que le necesitan y que sin él morirán, es su deriva ideológica, su caracter de cruzada anticomunista. Los epígonos de Glucksmann atribuyen a Mengistu la organización del hambre para mejor poder controlar al campesinado desalecto.

En la visión muchos seguidores de los nuevos filósofos, es lo mismo que ya hicieron Lenin y Stalin, lo mismo que sucedió en Camboya: hambres provocadas para esclavizar. El diario "Le Monde", en un editorial el martes dedicado a la defección del Coronel Wole, Ministro etíope de exteriore, constataba que, diez años después de derrocar al Negus, Mengistu está más preocupado por asentar su poder que por aliviar a las poblaciones diezmadas por el hambre y la guerra. Pero recordaba oportunamente que "la revolución Etiope no es la responsable ni de la guerra ni del hambre, plagas heredadas del antiguo Imperio de Abisinia".

En la visión de Glucksmann, la URSS destina a Etiopía un papel clave en la creación de un comunismo negro panafricano. Mientras que occidente le da de comer, Etiopía se arma en el Este. Moscú espera el día que como fruta madura caiga Sud África y haga falta una intervención militar para parar las masacres que inevitablemente se producirán. Sólo los etíopes, negros y africanos podrán cumplir el papel y Moscú los prepara para que estén listos cuando llegue la hora.

Contrastando con esta visión apocalíptica de la "Cuba Africana", "Le Monde" constaba que, pese a la masiva ayuda militar soviética y la presencia de tropas cubanas, el coronel Mengistu no ha podido acabar con las guerrillas Eritrea y Tigrina, cuyos representantes estuvieron presentes en el debate de ayer.

Duchner epilogó el debate subrayando que desde antes de comenzar a ayudar todo el mundo sabía que Etiopía era una dictadura, que en general no hay democracia en ninguno de los paises donde actúan las organizaciones caritativas y puso en guardia contra el peligro de desanimar a los miles de voluntarios que trabajan en programas de ayuda en Africa y a los propios donantes. El gran acusado, Bob Geldorf, que recaudó 80 millones de dólares para Etiopía con dos grandes conciertos y que parece más dotado para la actuación que para la reflexión, ha dicho en voz bien alta: "Aunque fuera Auschwitz, lo haría otra vez". Era lo que querían oir los enemigos de su Live Aid. "DIARIO 16"

01·01

8700160

927

Etiopía

# Funcionarios italianos secuestrados en Etiopía

**ADDIS ABEBA, (ANSA, EFE y UPI).— Fuerzas rebeldes secuestraron el sábado a dos funcionarios italianos del programa de ayuda exterior de ese país y a un número no establecido de civiles etíopes en el noroeste de Etiopía, informaron ayer fuentes diplomáticas.**

Las fuentes dijeron que los civiles fueron secuestrados durante un choque entre fuerzas rebeldes y tropas del gobierno de Addis Abeba, en un proyecto de desarrollo agrícola financiado por los italianos, a 330 kilómetros al noroeste de esta capital.

Testigos del incidente habrían dicho que por lo menos cinco civiles etíopes perecieron en el ataque, durante el cual los rebeldes también destruyeron parte del equipo empleado en el proyecto.

Varios grupos guerrilleros operan en la región, incluyendo el Frente Popular de Liberación de Tigré, que en varias ocasiones anteriores capturó extranjeros vinculados a proyectos de desarrollo y los dejó en libertad después de algunas semanas.

DIARIO

LA NACION 02-1-87



8701077

# Médicos Cautivos Llevados a Etiopía

PARIS, 25, (AP). — El gobierno francés pidió a Yibuti, Somalia, Etiopía y Kenia que ayudaran a localizar a dos médicos y ocho auxiliares franceses secuestrados el viernes a la noche en un campamento de refugiados de la tensa región septentrional de Somalia, informó hoy el Ministerio de Relaciones Exteriores.

Indicó que no tenía información sobre el paradero de seis mujeres y cuatro hombres integrantes del grupo Medecins Sans Frontieres (MSF), ni indicios sobre sus secuestradores en el campamento de Tug Wajale.

El sitio está a unos 10 kilómetros de la frontera Etiope y 200 de la de Yibuti, y a unos 78 kilómetros de la ciudad de Hargueisa, la segunda de Somalia. Se informó que la zona era escenario de operaciones de varios grupos guerrilleros y estaba sujeta a un estricto control militar.

Francia mantiene en Yibuti, ex territorio francés sobre el Mar Rojo, una fuerza de la Legión Extranjera con helicópteros y aviones, y varios puestos de comunicaciones.

El secretario francés de Derechos Humanos, Claude Malhuret, ex director de MSF, dijo hoy en una entrevista por televisión que era "relativamente optimista" porque creía que los secuestradores eran miembros de algún movimiento de liberación y deseaban que se hablara de ellos. Agregó que la situación era completamente distinta a la de Beirut, donde los secuestradores planteaban demandas directas a los gobiernos occidentales. En Somalia, dijo, no se plantean demandas a Francia y "el movimiento lucha contra el gobierno somalí".

La principal organización combatiente de la zona es el Movimiento Nacional Somalí. Se opone al gobierno de Mogadishu, a 1.700 kilómetros al sur de Hargueisa. Acusa al régimen de Mohammed Siad Barre de favorecer al sur de Somalia en sus obras de desarrollo. El movimiento tiene una estación de radio clandestina en Somalia. Pero hasta el momento no efectuó ninguna referencia al secuestro.

El campamento Tug Wajale, planeado para 2.000 personas, aloja a 32.000 refugiados en condiciones precarias. MSF se ocupa de la parte occidental del campamento y la parte oriental es atendida por la Cruz Roja y el fondo británico Save The Children.

Los médicos y auxiliares fueron secuestrados por unos 60 hombres armados, que irrumpieron en el campamento para después de la medianoche del viernes se vio que los llevaban caminando hacia la frontera de Etiopía.

01·01 8702281

127

RS

## Etiopía hacia el sistema comunista

**Adis Abeba (ANSA)— El 81 por ciento de los electores etíopes votaron a favor del referéndum sobre el proyecto de una nueva Constitución, que se celebró el 1° de febrero.**

**Los resultados fueron anunciados por el líder etíope Menghistu Haile Mariam.**

**El anuncio fue hecho por Menghistu durante la presentación de un informe sobre el referéndum ante la comisión constitucional. El líder etíope dijo que los votos a favor de la nueva Constitución, que transformará al país en una república democrática popular de tipo soviético, fueron 14.835.718.**

**En sustancia Etiopía sancionó oficialmente con el referéndum la "Lerdeshnip" del partido único de los trabajadores, según el clásico modelo marxista-leninista creando instituciones permanentes para la revolución socialista.**

LA OPINION 23/2/87

PERU



B703516

# Tras 13 años, elecciones en Etiopía

ADDIS ABEBA, 14 (AP).– Millones de personas votaron hoy por primera vez desde que, en 1974, una revolución derrocó al emperador Haile Selassie y puso fin a una monarquía milenaria para establecer un régimen marxista.

Bajo un límpido cielo los votantes formaron largas colas para optar por los tres candidatos a que le ofrecía el partido único, el Partido de los Trabajadores de Etiopía, para integrar los 859 miembros del Parlamento, de estilo soviético, el Shengo.

Este cuerpo elegirá al presidente, al vicepresidente y a los demás altos funcionarios. Se espera que se reúna por primera vez en setiembre.

Pocos dudan de que confirmará al grupo de militares que tomó el poder tras derrocar al emperador y que Mengistu Haile Mariam, su jefe, será el primer presidente de la flamada República Democrática Popular de Etiopía.

El Parlamento estará subordinado al Consejo de Estado, equivalente al Politburó soviético, y aunque Mengistu ha dicho que la elección de hoy dará más poder al pueblo los observadores no coinciden con su parecer.

Los diplomáticos occidentales afirman que se trata simplemente de un esfuerzo para legitimar la dictadura militar que terminó con el régimen imperial el 12 de setiembre de 1974.

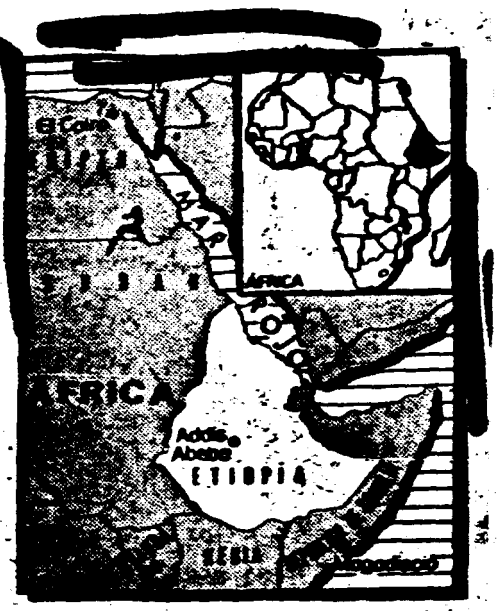
Para las elecciones se anotaron veinte millones de personas, la mitad de la población y los funcionarios electorales del régimen esperan una asistencia a las urnas del 80 por ciento.

## Hay 2500 candidatos

Hay 2500 candidatos entre los que figuran el Patriarca de la Iglesia Ortodoxa Etiope, Tekle Haymanot; el dirigente sunnita Sani Habibe; funcionarios del régimen y obreros. La mayoría de la población pertenece a la Iglesia Etiope, independiente tanto respecto de la Ortodoxa (pese a su nombre) como de la Católica, pero hay casi un cuarenta por ciento de musulmanes sunnitas.

Mengistu, teniente coronel, educado en Estados Unidos, se postula sin contrincantes. Tenía dos que se retiraron la semana última tras elogiar su "liderazgo esmerado, sabio y visionario".

Al mediodía más de la mitad de los electores de la capital habían emitido su voto. La votación duraría doce horas, de seis de la mañana a seis de la tarde.



Haile Selassie (Archivo)

## Tres candidatos para optar

La mayoría de los grupos tiene tres candidatos que designó en secreto el mes último el Partido de los Trabajadores.

Cerca de un tercio de la población es analfabeta. Por ello las papeletas de votación muestran al lado de los nombres de los candidatos, tres animales: elefante, león y carabao. El primero es el de Mengistu.

Etiopía es uno de los países más pobres del mundo y perdió un millón de almas durante la sequía y hambruna de 1984–1985, que afectó a la mayor parte del Africa al sur del Sahara.

Etiopía

01·01

8705373

RS

127



Perla

# Etíopes eligen hoy primer parlamento tras el imperio

## Se votará incluso en la disputada Eritrea

ADDIS ABEBA. — Más de 20 millones de etíopes concurrirán hoy a las primeras elecciones parlamentarias desde el derrocamiento del emperador Haile Selassie y la constitución del estado marxista en 1974.

La votación es para elegir el primer Parlamento nacional del país (Shengo) de 835 bancas.

Algunos funcionarios señalaron que la votación se efectuará en todas las regiones, incluso en Eritrea, donde grupos opositores luchan en una guerra de guerrillas. No se permitió a periodistas extranjeros visitar Eritrea para observar el desarrollo de la jornada electoral.

Según la nueva Constitución adoptada en febrero por un plebiscito, el Shengo se transformará en el órgano supremo de gobierno, reemplazando al Consejo Militar provisional que gobernó Etiopía desde 1974.

El director del Instituto Electoral Nacional, Yayehirad Kitaw, dijo ayer a los periodistas que estimaba que más de 20 millones de personas concurrirán a las urnas.

Señaló que los candidatos, surgidos del gobernante Partido de los Trabajadores, el Ejército y otras organizaciones nacionales, fueron nominados por su contribución a la revolución.

El Día 14/6/87

Etiopía



8705760

14 de julio de 1987

MINISTERIO DE ... Dirección General de Información de Defensa
Fecha de Entrada 4/8/87
Fecha de Salida 2/8/87
Pasa a Jefe/Canal Archivo
Nº. de Identificación 1128/87

Informe Nº: 3340

Asunto : ETIOPIA / Cuadro de situación

Situación interior

1. En el terreno interior, ETIOPIA progresa en los preparativos para la instauración de la Constitución (aprobada en un referéndum realizado el 1º de febrero), la creación del Parlamento y la proclamación de la República Popular Democrática. De acuerdo con lo planeado, en setiembre de 1987 -al cumplirse 13 años de la Revolución- ETIOPIA será declarada República Popular Democrática y entrará en vigencia la Constitución. Al parecer, MENGISTU tiene interés en otorgar al proceso un verdadero aspecto democrático y en avanzar hacia él de una manera que asegure la continuación de su dominio. Con ello debe concluir el proceso que convierte a ETIOPIA en un Estado socialista-leninista, parecido, pero no idéntico, a la UNION SOVIETICA. El problema principal, la propuesta de una solución para la cuestión de las etnias en ETIOPIA, no fue resuelto. Existe una vaga definición según la cual se concederá una autonomía regional a las etnias principales. Este es un problema complicado que deberá ser encarado por el Parlamento que se elija.

2. Fuera de la ocupación principal en la propuesta de la Constitución, en el plano interior merecen citarse los siguientes puntos:

a. La estabilidad del régimen - Al parecer, MENGISTU sigue siendo el "hombre fuerte" y el único que toma decisiones. No fueron verificados los rumores difundidos acerca de roces entre él y ASFAW LAGESSE, definido a veces como el más destacado de los miembros prosoviéticos extremistas del Politburó. Aparentemente, por el momento la estabilidad del régimen no corre ningún peligro.

b. La ola de deserciones y su repercusión en el balance de fuerzas en el Politburó - Continúa la ola de deserciones y renuncias de personajes que ocupan altos cargos en el gobierno y que pertenecen al bando llamado "nacionalista moderado". Cabe mencionar entre ellos al Ministro de Relaciones Exteriores GOSHU WOLDE (oct. 86), el Embajador etíope en FRANCIA (set. 86), el Embajador en Escandinavia (que en su momento había sido Ministro de Defensa y del Interior) TAYETELAHUN (dic. 86) y otros. El daño ocasionado al prestigio del régimen es

más grande que el significado interior que pueden tener las deserciones. Es posible que esto sea una señal del robustecimiento de los partidarios de la línea dura en el Politburó. Sin embargo, debe decirse que MENGISTU los vigila desde los acontecimientos de la REPUBLICA DEL YEMEN DEL SUR. MENGISTU mismo continúa comprometido con el marxismo, pero al mismo tiempo prefiere seguir apoyándose en sus adeptos de los viejos tiempos, que pertenecen al bando nacionalista. Esto fue también la razón del nombramiento de BARGHOU BAYE como nuevo Canciller.

c. Los cambios personales en la cúpula política y militar - El 16 de marzo se llevaron a cabo cambios personales que incluyeron:

(1) El reemplazo del Ministro de Defensa, Brigadier General TESFAYE GEBRE KIDAN, por el Jefe de Estado Mayor anterior, Mayor General HAILE GEORGIS HABTE MARIAM.

(2) La designación de un nuevo Jefe de Estado Mayor, el Mayor General MERID NEGUSIE, considerado como uno de los oficiales más capaces del ejército etíope.

(3) El nombramiento de nuevos Ministros para ocupar las carteras de Comercio Exterior, Finanzas, Industria y Justicia.

En diciembre de 1986 se realizaron amplios cambios personales en el ejército etíope, en cuyo marco fueron destituidos los Jefes de los Comandos Norte, Oriental y Central, y al parecer también otros altos jefes. Aparentemente, la serie de cambios militares y políticos forma parte de los preparativos interiores con miras a la proclamación de ETIOPIA como República Popular. El cambio más significativo es la destitución del Ministro de Defensa, que acompañara a MENGISTU desde su asunción del mando y era uno de sus hombres de confianza, su consejero y uno de los pilares de su régimen. TESFAYE pertenecía al ala nacionalista, moderada y prooccidental. No se ven claramente las razones que movieron a MENGISTU a reemplazarlo.

d. La guerra en ERITREA - En este terreno no se han producido acontecimientos trascendentales. A partir de setiembre, los movimientos rebeldes intensificaron su actividad, lograron conquistar varios puntos, que abandonaron más tarde. No parecería que el ejército etíope esté planeando una ofensiva próxima, dado que casi todo el régimen está ocupado con el tema de la Constitución.

../3

d. El proceso de repoblación - Este proceso (el traslado de habitantes del Norte al Sur) se ha detenido por ahora, debido a las acerbas críticas que suscitara en el mundo occidental, que es el principal abastecedor de ayuda alimenticia a ETIOPIA. Aparentemente, también perdió impulso el proceso de "villagization" -una especie de colectivización- que estaba destinado a quebrar a la clase campesina como fuerza política y que abarcaba a unos tres millones de personas. La UNION SOVIETICA ejerce una influencia moderadora sobre MENGISTU en el tema de la "villagization" y le aconsejó no apresurar este proceso porque podría acarrearle dificultades.

Relaciones exteriores

3. UNION SOVIETICA - No se han producido cambios en las pautas de las relaciones entre la URSS y ETIOPIA. En términos generales, MOSCU está satisfecha de sus logros en ETIOPIA, pese a que existen problemas en diversos planos. La UNION SOVIETICA considera a ETIOPIA como el modelo socialista más notorio del Africa. Existen estrechas relaciones militares, que desde el punto de vista de la URSS están destinadas a mantener el dominio del país y del ejército y a hacer frente a la principal amenaza que se cierne sobre el régimen etíope: los movimientos clandestinos de ERITREA y TIGRE. La ayuda económica soviética a ETIOPIA es limitada (petróleo, prospecciones y suministro; asistencia logística a las víctimas del hambre; el Kremlin no se había opuesto a la ayuda económica occidental mientras ésta no tuviera proyecciones políticas); fue zanjada la controversia en torno al YEMEN (ALI NASSER), después que ETIOPIA modificó su posición de acuerdo con la línea soviética. MENGISTU viaja todos los años a la UNION SOVIETICA y su última visita tuvo lugar el 17-18 de abril de 1987.

4. A plazo más largo la URSS aspira a lograr objetivos pragmáticos, conociendo la inestabilidad política del continente. Sus objetivos son:

a. Mantener la dependencia militar de ETIOPIA y cimentarla.

b. Crear pautas político-organizacionales que institucionalicen al marxismo-leninismo como ideología que se convertirá en parte del sistema político. El acento no se pone en la ideología, sino en la existencia de la estructura, del método. Por lo tanto, la URSS impulsará a ampliar las funciones del Partido, incluso en el terreno económico. El Partido habrá de convertirse en el organismo político más importante y en el

conducto principal del control político, mediante el entrenamiento de cuadros partidarios y de una educación apropiada.

c. Crear un foco alternativo a MENGISTU en el Partido, que facilite y ayude a profundizar la penetración soviética a todas las capas de la administración y de la sociedad. A corto plazo no existe un sucedáneo de MENGISTU, ya que si bien en el terreno civil hay teóricos prosoviéticos, los mismos carecen de base de fuerza. En el terreno militar, la UNION SOVIETICA no disfruta de mucho apoyo.

5. Países vecinos

a. SOMALIA - Ambos países persisten en su afán de analizar las conversaciones de paz, aunque las mismas se encuentran ahora estancadas. ETIOPIA no confía en las intenciones de SIAD BARRE, y por lo tanto tampoco se propone llegar a un arreglo definitivo sino seguir manteniendo contactos no muy intensivos. Esto podría explicar la reanudación del apoyo etíope al movimiento clandestino somalí SNM y la ayuda que le presta en sus ataques en SOMALIA. Dicho como fuere, los contactos entre ambos países gozan del respaldo soviético y es posible que hayan impulsado la renovación de los contactos entre SOMALIA y la UNION SOVIETICA.

b. SUDAN - ETIOPIA y SUDAN tienen interés en el diálogo y en continuar la "détente", pero existe un potencial de fricción permanente entre ambos países debido a su apoyo a los respectivos movimientos clandestinos: ERITREA y el ELPS. ETIOPIA sabe perfectamente que SUDAN no domina en ERITREA (los rebeldes son apoyados también por ARABIA SAUDITA y otros países árabes) y en consecuencia aun cuando SUDAN le demuestre buena voluntad ello no le asegura la suspensión de la ayuda a los eritreos. Por el contrario, todos los naipes de GARANG se encuentran en ETIOPIA, que le ayuda con armas, instrucción y logística. Es difícil imaginar que MENGISTU se deshaga de este naipe mientras no haya terminado la rebelión en ERITREA. Por lo tanto, parecería que las relaciones entre ambos países seguirán como hasta ahora, con altibajos.

c. LIBIA - Las relaciones de ETIOPIA con LIBIA pueden ser definidas como un matrimonio por conveniencia, basado en una coincidencia de intereses temporaria. Sin embargo, desde la destitución de NUMEIRI los intereses se volvieron opuestos debido

../5

al apoyo de LIBIA al régimen sudanés y la suspensión de su ayuda al ELPS, que es apoyado por ETIOPIA. Si bien parecería existir tensión y desconfianza mutua entre ambos países, aparentemente continúan los vínculos y los contactos, por el deseo de no llegar a un verdadero conflicto. Los dos se abstienen de de manifestar públicamente sus discrepancias.



8707089

Preparar Memo

14 de julio de 1987

MINISTERIO DE ... Información de Defensa
Fecha de Entrada 4/8/87
Fecha de Salida
Pasa a Jefe Mem. archivo
Nº. de Identificación 1128/87

Informe Nº: 3340

Asunto : ETIOPIA / Cuadro de situación

Situación interior

1. En el terreno interior, ETIOPIA progresa en los preparativos para la instauración de la Constitución (aprobada en un referéndum realizado el 1º de febrero), la creación del Parlamento y la proclamación de la República Popular Democrática. De acuerdo con lo planeado, en setiembre de 1987 -al cumplirse 13 años de la Revolución- ETIOPIA será declarada República Popular Democrática y entrará en vigencia la Constitución. Al parecer, MENGISTU tiene interés en otorgar al proceso un verdadero aspecto democrático y en avanzar hacia él de una manera que asegure la continuación de su dominio. Con ello debe concluir el proceso que convierte a ETIOPIA en un Estado socialista-leninista, parecido, pero no idéntico; a la UNION SOVIETICA. El problema principal, la propuesta de una solución para la cuestión de las etnias en ETIOPIA, no fue resuelto. Existe una vaga definición según la cual se concederá una autonomía regional a las etnias principales. Este es un problema complicado que deberá ser encarado por el Parlamento que se elija.

2. Fuera de la ocupación principal en la propuesta de la Constitución, en el plano interior merecen citarse los siguientes puntos:

a. La estabilidad del régimen - Al parecer, MENGISTU sigue siendo el "hombre fuerte" y el único que toma decisiones. No fueron verificados los rumores difundidos acerca de roces entre él y ASFAW LAGESSE, definido a veces como el más destacado de los miembros prosoviéticos extremistas del Politburó. Aparentemente, por el momento la estabilidad del régimen no corre ningún peligro.

b. La ola de deserciones y su repercusión en el balance de fuerzas en el Politburó - Continúa la ola de deserciones y renuncias de personajes que ocupan altos cargos en el gobierno y que pertenecen al bando llamado "nacionalista moderado". Cabe mencionar entre ellos al Ministro de Relaciones Exteriores GOSHU WOLDE (oct. 86), el Embajador etíope en FRANCIA (set. 86), el Embajador en Escandinavia (que en su momento había sido Ministro de Defensa y del Interior) TAYETELAHUN (dic. 86) y otros. El daño ocasionado al prestigio del régimen es

../2

más grande que el significado interior que pueden tener las deserciones. Es posible que esto sea una señal del robustecimiento de los partidarios de la línea dura en el Politburó. Sin embargo, debe decirse que MENGISTU los vigila desde los acontecimientos de la REPUBLICA DEL YEMEN DEL SUR. MENGISTU mismo continúa comprometido con el marxismo, pero al mismo tiempo prefiere seguir apoyándose en sus adeptos de los viejos tiempos, que pertenecen al bando nacionalista. Esta fue también la razón del nombramiento de BARHANU BAYE como nuevo Canciller.

c. Los cambios personales en la cúpula política y militar - El 16 de marzo se llevaron a cabo cambios personales que incluyeron:

(1) El reemplazo del Ministro de Defensa, Brigadier General TESFAYE GEBRE KIDAN, por el Jefe de Estado Mayor anterior, Mayor General HAILE GIORGIS HABTE MARIAM.

(2) La designación de un nuevo Jefe de Estado Mayor, el Mayor General MERID NEGUSIE, considerado como uno de los oficiales más capaces del ejército etíope.

(3) El nombramiento de nuevos Ministros para ocupar las carteras de Comercio Exterior, Finanzas, Industria y Justicia.

En diciembre de 1986 se realizaron amplios cambios personales en el ejército etíope, en cuyo marco fueron destituidos los Jefes de los Comandos Norte, Oriental y Central, y al parecer también otros altos jefes. Aparentemente, la serie de cambios militares y políticos forma parte de los preparativos interiores con miras a la proclamación de ETIOPIA como República Popular. El cambio más significativo es la destitución del Ministro de Defensa, que acompañara a MENGISTU desde su asunción del mando y era uno de sus hombres de confianza, su consejero y uno de los pilares de su régimen. TESFAYE pertenecía al ala nacionalista, moderada y prooccidental. No se ven claramente las razones que movieron a MENGISTU a reemplazarlo.

d. La guerra en ERITREA - En este terreno no se han producido acontecimientos trascendentales. A partir de setiembre, los movimientos rebeldes intensificaron su actividad, lograron conquistar varios puntos, que abandonaron más tarde. No parecería que el ejército etíope esté planeando una ofensiva próxima, dado que casi todo el régimen está ocupado con el tema de la Constitución.

../3

e. El proceso de repoblación - Este proceso (el traslado de habitantes del Norte al Sur) se ha detenido por ahora, debido a las acerbas críticas que suscitara en el mundo occidental, que es el principal abastecedor de ayuda alimenticia a ETIOPIA. Aparentemente, también perdió impulso el proceso de "villagization" -una especie de colectivización)- que estaba destinado a quebrar a la clase campesina como fuerza política y que abarcaba a unos tres millones de personas. La UNION SOVIETICA aplica una influencia moderadora sobre MENGISTU en el tema de la "villagization" y le aconsejó no apresurar este proceso porque podría acarrearle dificultades.

Relaciones exteriores

3. UNION SOVIETICA - No se han producido cambios en las pautas de las relaciones entre la URSS y ETIOPIA. En términos generales, MOSCU está satisfecha de sus logros en ETIOPIA, pese a que existen problemas en diversos planos. La UNION SOVIETICA considera a ETIOPIA como el modelo socialista más notorio del Africa. Existen estrechas relaciones militares, que desde el punto de vista de la URSS están destinadas a mantener el dominio del país y del ejército y a hacer frente a la principal amenaza que se cierne sobre el régimen etíope: los movimientos clandestinos de ERITREA y TIGRE. La ayuda económica soviética a ETIOPIA es limitada (petróleo, prospecciones y suministro; asistencia logística a las víctimas del hambre; el Kremlin no se había opuesto a la ayuda económica occidental mientras ésta no tuviera proyecciones políticas); fue zanjada la controversia en torno al YEMEN (ALI NASSER), después que ETIOPIA modificó su posición de acuerdo con la línea soviética. MENGISTU viaja todos los años a la UNION SOVIETICA y su última visita tuvo lugar el 17-18 de abril de 1987.

4. A plazo más largo la URSS aspira a lograr objetivos pragmáticos, conociendo la inestabilidad política del continente. Sus objetivos son:

a. Mantener la dependencia militar de ETIOPIA y cimentarla.

b. Crear pautas político-organizacionales que institucionalicen al marxismo-leninismo como ideología que se convertirá en parte del sistema político. El acento no se pone en la ideología, sino en la existencia de la estructura, del método. Por lo tanto, la URSS impulsará a ampliar las funciones del Partido, incluso en el terreno económico. El Partido habrá de convertirse en el organismo político más importante y en el

conducto principal del control político, mediante el entrenamiento de cuadros partidarios y de una educación apropiada.

c. Crear un foco alternativo a MENGISTU en el Partido, que facilite y ayude a profundizar la penetración soviética en todas las capas de la administración y de la sociedad. A corto plazo no existe un sucedáneo de MENGISTU, ya que si bien en el terreno civil hay teóricos prosoviéticos, los mismos carecen de base de fuerza. En el terreno militar, la UNION SOVIETICA no disfruta de mucho apoyo.

5. Países vecinos

a. SOMALIA - Ambos países persisten en su afán de realizar las conversaciones de paz, aunque las mismas se encuentran ahora estancadas. ETIOPIA no confía en las intenciones de SIAD BARRE, y por lo tanto tampoco se propone llegar a un arreglo definitivo sino seguir manteniendo contactos no muy intensivos. Esto podría explicar la reanudación del apoyo etíope al movimiento clandestino somalí SNM y la ayuda que le presta en sus ataques en SOMALIA. Sea como fuere, los contactos entre ambos países gozan del respaldo occidental y es posible que hayan impulsado la renovación de los contactos entre SOMALIA y la UNION SOVIETICA.

b. SUDAN - ETIOPIA y SUDAN tienen interés en el diálogo y en continuar la "détente", pero existe un potencial de fricción permanente entre ambos países debido a su apoyo a los respectivos movimientos clandestinos: ERITREA y el ELPS. ETIOPIA sabe perfectamente que SUDAN no domina en ERITREA (los rebeldes son apoyados también por ARABIA SAUDITA y otros países árabes) y en consecuencia aun cuando SUDAN le demuestre buena voluntad ello no le asegura la suspensión de la ayuda a los eritreos. Por el contrario, todos los naipes de GARANG se encuentran en ETIOPIA, que le ayuda con armas, instrucción y logística. Es difícil imaginar que MENGISTU se desbaga de este naipe mientras no haya terminado la rebelión en ERITREA. Por lo tanto, parecería que las relaciones entre ambos países seguirán como hasta ahora, con altibajos.

c. LIBIA - Las relaciones de ETIOPIA con LIBIA pueden ser definidas como un matrimonio por conveniencia, basado en una coincidencia de intereses temporaria. Sin embargo, desde la destitución de NUMEIRI los intereses se volvieron opuestos debido

../5

al apoyo de LIBIA al régimen sudanés y la suspensión de su ayuda al ELPS, que es apoyado por ETIOPIA. Si bien parecería existir tensión y desconfianza mutua entre ambos países, aparentemente continúan los vínculos y los contactos, por el deseo de no llegar a un verdadero conflicto. Los dos se abstienen de de manifestar públicamente sus discrepancias.



8707537

HR

924

PERON La Nación 11/9/84

# Presidente civil en Etiopía

YAUNDE, (EFE). El teniente coronel Mengist Haile Mariam, el hombre fuerte de Etiopía, fue ele gido ayer primer presi dente civil de ese país africano por unanimidad en la Asamblea Nacional Shengo.

La Asamblea, ya bajo l presidencia de Mengist pasó a votar la adopció de una nueva Constitució que proclama la Repúblic Democrática Popular d Etiopía y pone fin a do años de régimen militar.

El Shengo eligi también por unanimidad Fisseha Desta como v copresidente y a Fik Selassie Wogderess co primer ministro, amb altos mandos del Derg, Consejo Militar Pro visional.

Mengistu, dirigente d Etiopía durante los últ mos diez años como jef supremo del Derg, parti cipó en la revolución mar xista del 12 de septiembr de 1974, que puso fin a 4 años de reinado del em perador Haile Selassie l llevó al poder a una Junt militar de la que er miembro fundador.

Con la nueva Constitu ción, el Shengo se confi gura como el órgano su premo del Estado etíope, es unicameral y sus inte grantes, renovados cada cinco años, eligen a los miembros del gobierno.



8708656

# Etiopía como República Popular

Addis Abeba, 10 (UP) – El nuevo Parlamento eligió hoy como presidente del país al teniente coronel Mengistu Haile Mariam, legitimizando así su liderazgo, y proclamó a Etiopía como República Democrática Popular.

La Asamblea Nacional, la primera desde que la monarquía de carácter feudal del emperador Haile Selassie fuera derrocada en septiembre de 1974, hizo la proclamación esta tarde.

La asamblea eligió hoy por unanimidad a Mengistu, de 49 años de edad, como presidente del país, en el segundo día de sus sesiones.

Diplomáticos opinaron que el objetivo del evento era legitimizar el liderazgo de Mengistu, quien ha dirigido al país desde que emergió como jefe del consejo militar provisional en 1977, tres años después que un movimiento de militares izquierdistas derrocara la monarquía más antigua del mundo.

El consejo entregó oficialmente el gobierno a la asamblea, pero los observadores consideran que el verdadero poder estará en manos de los 11 miembros del buró político, dirigido también por Mengistu.

El Parlamento, conocido como Shengo, eligió hoy también al miembro del buró político Fisseha Desta como vicepresidente de la nueva república y a otro miembro del mismo buró, Fikre Selassie Wegderess, como presidente del consejo de ministros.

La Asamblea aprobó un presidium propuesto por Mengistu, que incluye a toda la membresía del consejo y del buró político.



8709015

HR

ETIOPÍA 127



# Proclaman a Etiopía República Popular

ADDIS ABEBA, Etiopía, 10 (ANSA).– El nuevo Parlamento eligió hoy como presidente del país al coronel Menghistu Haile Mariam y proclamó a Etiopía como República Democrática Popular.

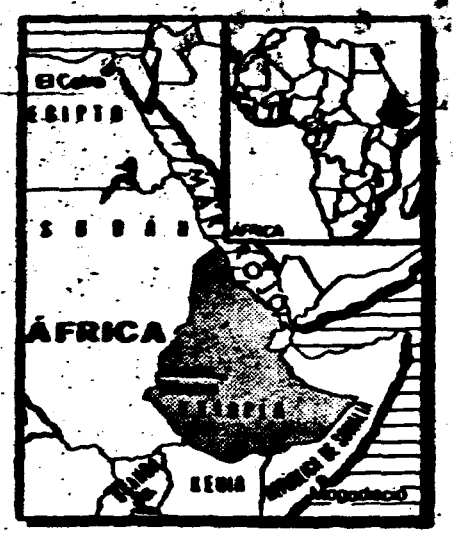
La Legislatura o Shengo, de 813 diputados, eligió por unanimidad al militar para dirigir el país.

El Consejo Militar Provisorio Administrativo, que gobernó desde la caída de Haile Selassie, en 1974, entregó oficialmente el gobierno al Parlamento, pero observadores consideran que el verdadero poder estará en manos de los 11 miembros del buró político que dirige Menghistu.

El Congreso designó como vicepresidente de la nueva república a Fiseha Desta, y como presidente del Consejo de Ministros a Fikre Selassie Wogderes.

### Delegación soviética

Con la proclamación de la república, de carácter socialista y democrática al estilo soviético, Etiopía finalmente adhiere a las filas de las naciones comunistas ortodoxas.




Etiopía

La URSS envió una delegación de alto nivel, encabezada por Lev Zaikov. Entre otros invitados se contaba al presidente egipcio, Hosni Mubarak, y al jefe de la OLP, Yasser Arafat.

Menghistu Haile Mariam (AP)

## De la monarquía al marxismo

El que fue hasta hace poco más de una década el Estado monárquico más antiguo de la Tierra es hoy un satélite del Kremlin.

Etiopía, país de rudos contrastes como los de su propia geografía, está habitada por 35 millones de almas que prácticamente nunca conocieron el alivio de la holgura. Sólo 140 dólares por cápita anuales constituyen el reparto de su producto bruto.

Fue, sin embargo, un raro ejemplo de independencia política en Africa negra. Once siglos antes de Cristo los semitas ocuparon el actual territorio, y quinientos años después Axum fundaba la monarquía.

Cristianizados por San Frumencio, enviado de Alejandría, los etíopes, en su mayoría coptos (52,5%), resistieron entre 1588 y 1541 la dominación musulmana, credo que en la actualidad profesa el 31 por ciento de sus habitantes.

A partir de 1880, luego de dos siglos de feudalismo, resistieron, conducidos por Menelik II, durante siete años al invasor italiano.

Con un desarrollo económico agrícolo-pastoril milenario, signado por el monocultivo de café, llega 1917, año que marca el comienzo del que fue su figura política más trascendente en lo que va del siglo, el ras (príncipe) Tafari.

Zauditú, hija de Menelik, ocupa el trono imperial con la regencia del príncipe, quien, once años más tarde, tras un golpe de Estado, se proclama emperador con el nombre de Haile Selassie I. Este gobernaría despótica y paternalmente, no sin sobresaltos, hasta 1974.

El hombre más rico del mundo con el pueblo más pobre debió abandonar sus tierras para exiliarse en Londres cuando los italianos, esta vez de la mano de Mussolini, las invadieron.

Al igual que Menelik, su antepasado, que como sus predecesores se decían descendientes del fruto de los amores entre el rey Salomón y la reina de Saba, opuso resistencia al invasor y regresó con la ayuda aliada en 1941.

Transcurrieron veinte años de incumplidas promesas de participación política hechas por el negus. En 1960, cuando visitaba Brasil, uno de sus hijos usurpó el poder, pero Selassie aplastó el alzamiento. Entre tanto, la virulencia de la guerrilla eritrea –que aún lucha por su independencia– iba en aumento.

El "elegido de Dios", el "rey de reyes", el "león conquistador de Judá", como gustaba llamarse, fue definitivamente derrocado el 12 de septiembre de 1974 por un grupo de jóvenes oficiales de su ejército (305.000 hombres), quienes protagonizaron una purga feroz. Menghistu Haile Mariam fue uno de sus jefes.

Prisionero en su propio palacio, Selassie, que sabía que una larga existencia depara largos sufrimientos, vio cómo la monarquía más antigua del mundo se apagaba. Murió a los 83 años, el 27 de agosto de 1975. El nuevo perfil político ya estaba delineado. Los jóvenes revolucionarios contaban con la asistencia militar soviética. Ahora la cuarta parte de su deuda externa es para pagar esa ayuda.



8709101

Etiopía

DPTO. II (EXTERIOR) 13.10.87 FICHADO

8439

27

# Etiopía en Orbita Soviética

ADDIS ABEBA, 10 (AN-[illegible]) — El coronel Menguistu [illegible], 51 años y [illegible] "hombre fuerte [illegible] país", es a partir de hoy [illegible] de la República [illegible] de Etiopía, que de[illegible] se ubicó en la [illegible] soviética. El mismo [illegible] precisó que [illegible] gobernada en [illegible] a [illegible] principios "del [illegible] centralismo democrático y la legalidad socialista". Lo eligió, por unanimidad, el Parlamento que se [illegible] ayer y en el cual [illegible] el Web, Partido [illegible] de los Trabajadores [illegible]). El nuevo car[illegible] de Menguistu, de una [illegible] de cinco años se[illegible] la Constitución apro[illegible] por referéndum en fe[illegible] último.

01-01

8709122

HR

127

El País 24/3/87 EDITORIALES

# ETIOPIA "POPULAR"

Durante los primeros días de este mes de septiembre, se supo que, en Addis Abeba, el nuevo parlamento [illegible], formado por ochocientos diputados, elegió por unanimidad de sus miembros al coronel Mengistu Haile Mariam como presidente de Etiopía, a la vez que proclamaba la República Democrática Popular. El consejo militar provisorio que había regido desde la caída de Haile Selassie, el "negus", el "elegido de Dios", el "león conquistador de Judá", como gustaba llamarse), entregaba oficialmente el poder al partido único. Empero, los observadores consideran que el verdadero poder estará en manos de los cinco miembros del comité político que dirige el coronel Mengistu. Las agencias internacionales dijeron que dicha transformación de la república, de carácter socialista y "democrática" al estilo soviético, Etiopía finalmente ajustaba sus pasos a los de las naciones comunistas-ortodoxas, hecho que fue subrayado por la presencia en las ceremonias de una representación moscovita de alto nivel.

El hecho protocolar no constituyó, en sí mismo, ninguna sorpresa. Cuando se produjo el derrocamiento del emperador en 1974, por un grupo de oficiales del ejército de unos cincuenta mil efectivos, momento en el cual tuvo lugar una matanza feroz, el nuevo perfil político ya estaba delineado. Los jóvenes "revolucionarios" contaban con la asistencia militar soviética. Ahora, la cuarta parte de su deuda externa [illegible] para pagar esa ayuda, cuestión bastante problemática, si se tiene presente que el ingreso per cápita anual hoy en día [illegible] cuarenta dólares anuales.

Pero tampoco puede sorprender el hecho de que el sufrido pueblo etíope haya salido de un imperio para caer en otro. La experiencia más reciente demuestra que cuando la [illegible] potencia comunista —primera en la historia y primera poderío—, pone los pies en algún lugar, es muy difícil librarse de ella. Y esa situación no cambia, cualquiera que haya sido el procedimiento empleado para apoderarse del espacio político mal habido. El resultado es igual, así haya [illegible] ayuda militar a una revuelta triunfante, así haya intervenido "a pedido" de un gobierno previamente instalado por Moscú, así haya logrado algún convenio de [illegible] para cobrarse facturas otorgadas o a otorgar en un futuro inmediato.

La circunstancia es, sin embargo, propicia para recordar algunas de las conclusiones a las que llegaba Revel en un libro aparecido a comienzos de esta década y cuyo título enfadó a mucha gente: "El enderezamiento de la política extranjera de los países no comunistas debería tener y puede tener un solo objetivo preciso: hacer comprender de una vez por todas a los soviéticos que la continuación o la reanudación de las negociaciones y de las concesiones sobre cualquier tema [illegible] por condición previa e irrevocable el abandono definitivo del imperialismo comunista en todos los países del mundo. Esta nueva diplomacia, o para ser más exactos, este retorno a una diplomacia normal supondría en los intelectuales una reconversión intelectual casi total, una comprensión por fin real del fenómeno comunista, apoyada por una [illegible] nueva armonización y coordinación de sus políticas. Esto equivale a decir que si esta nueva diplomacia no [illegible] posible en sí misma, me parece poco verosímil debido a la fragilidad intelectual, a la indecisión y al desacuerdo que reina entre quienes deberían ponerla en práctica".

La incorporación de Etiopía al conjunto cada vez más numeroso de países satélites de Moscú, sin que ninguna reacción apreciable se haya percibido en ningún lado, no hace sino confirmar el pesimismo de tal veticinio.

Mirando hacia el porvenir, ¿ese será el inexorable rumbo [illegible] del desarrollo de los acontecimientos internacionales?

**Enrique Viana Reyna**



8709314

127

# Inauguró Etiopía el nuevo Parlamento

Addis Abeba, Etiopía (ENSA) — Con una solemne ceremonia se inauguró aquí la Asamblea nacional (Shengo) que proclamará en las próximas horas el nacimiento de la República Democrática Popular, de matriz marxista-leninista, y colocará en la cumbre del Estado al teniente coronel Menghistu Haile Mariam.

El primer acto del nuevo Parlamento (formado por 813 diputados) —casi en coincidencia con el décimo tercer aniversario de la revolución militar que derrocó el 12 de septiembre de 1974 al emperador Haile Selassie— consistió en la aprobación formal de la Constitución aprobada ya mediante referéndum en febrero pasado.

Después del juramento de los diputados de fidelidad a la República y a la Constitución, hizo uso de la palabra Menghistu para presentar al Parlamento el balance de la actividad desempeñada en los trece años de dirección política del "Derg" (Consejo Militar Provisional Administrativo) que se disolvió ayer.

La Prensa 10/9/87

01·01

8709448

Etiopía

PERLA

# Eritrea: la lucha por existir

**Al borde del Mar Rojo, una comunidad africana lucha por su independencia. La guerrilla controla parte del territorio y dice tener la iniciativa militar. Pero ¿por qué este muro de silencio en torno a un conflicto armado que dura desde hace 26 años?**

Al este del continente africano, sobre el Mar Rojo, se encuentra un árido y pequeño territorio con pretensiones de país conocido con el nombre de Eritrea. Esta ex-colonia italiana, situada al norte de Etiopía, sostiene desde hace 26 años una guerra por independizarse de este país.

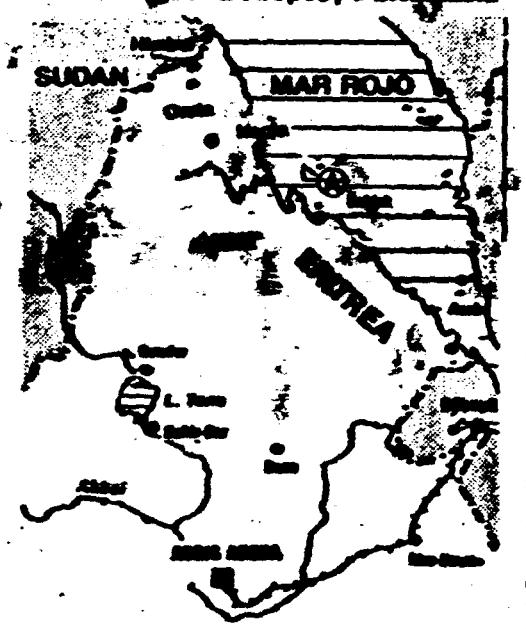
Este territorio, pasó por el colonialismo italiano e inglés antes de ser anexado por Etiopía en 1962. Desde entonces, los eritreos se han organizado militarmente y luchan para constituirse en un estado independiente. El primer grupo, el Frente de Liberación de Eritrea (FLE), [illegible] en 1961 por militantes musulmanes. En 1970, se produjo una escisión del FLE que dio lugar al nacimiento del Frente Popular de Liberación de Eritrea (FPLE). Este movimiento, se reclamó de la ideología marxista-leninista y contó durante muchos años con un importante apoyo de Cuba y de la URSS. Entre 1972 y 1974, tuvo lugar un enfrentamiento entre ambos grupos, que llegó a tener características de guerra civil.

Al cabo de los años la lucha de los independentistas fue consolidando posiciones hasta llegar a conquistar todo el territorio eritreo en 1978, en el momento de la guerra entre Etiopía y Somalia. El repentino vuelco cubano-soviético cambiando su apoyo a Etiopía, modificó los términos del conflicto. Los eritreos debieron entonces retroceder y atrincherarse en el Sahel.

## Actividades nocturnas

En la zona controlada por los eritreos, la actividad decae durante el día y se intensifica durante la noche. Ante el peligro de los ataques aéreos, los centros de producción, de servicios o de administración se aplanan contra las escabrosas laderas de las montañas, medio enterrados o camuflados entre las piedras o bajo los árboles. Fábricas, talleres, granjas, escuelas, transporte, todo se pone en movimiento al caer el sol. A pie o en camiones, las caravanas transportan alimentos, armas, materiales diversos, desde los almacenes y depósitos hasta el frente de guerra, o desde un centro poblado a otro.

Aunque la guerra es una realidad cotidiana que cambia el ritmo de vida, y a pesar del estado de las rutas, en muchos tramos hechos a pico y pala en la montaña, Eritrea tiene sus principales centros neurálgicos comunicados entre sí, a través de varias líneas regulares de autobuses de transporte público. Las más importantes, salen desde Himboi —el principal centro de distribución de alimentos y nudo de comunicaciones— en dirección de Nacfa, la capital; en dirección del Zara, la región agrícola; hacia Orota, donde se concentra el hospital, las escuelas, las fábricas, los campos de detención de unos 11.000 prisioneros de guerra etíopes; o bien hacia




Himbol-Shi Eb, donde funciona el principal garage-taller.

Resulta difícil estimar el número de personas que viven en las zonas liberadas. Por su lado, los dirigentes del FPLE, declaran que las zonas liberadas o semiliberadas representan el 80% del territorio de Eritrea en el cual habita el 70% de la población eritrea, lo que equivale a 93.000 kilómetros cuadrados y cerca de 1.700.000 personas.

## Los líderes cambian

El número de combatientes armados del FPLE ha sido cifrado por fuentes occidentales en unos 30.000, mientras los eritreos se niegan a dar cifras, argumentando que se trata de un secreto militar. Debe agregarse un número no precisado de milicianos, encargados del orden público en campamentos y mercados, del transporte de municiones y alimentos al frente y de recoger los heridos de guerra.

Para los responsables del FPLE, un combatiente es aquel que lucha por la independencia de su país, con las armas en la mano, o bien con su estudio o con su trabajo. Ningún joven recibirá instrucción militar antes de los 17 años, edad límite de los estudios escolares. Al llegar a esta edad, los jóvenes de ambos sexos optan por uno u otro camino, el estudio, el trabajo o las armas. La mayoría elige ir a combatir.

Por otra parte, el promedio de edad de los miembros del comité central oscila entre los 26 y 27 años. El nuevo secretario general del FPLE es Isaias Afeuerki, de 40 años de edad, de origen cristiano, que sucede al musulmán Mohamed Ramadan Nur. La alternancia, a nivel de secretario general es un hecho insólito en este tipo de movimientos políticos, en general proclives a la reafirmación de los liderazgos y al culto de sus jefes.

## Amistades que no duran

Cerca de Nacfa, se encuentra el "frente sur", con unos 250 kilómetros de trincheras y pasadizos subterráneos. En algunos puntos, las trincheras de ambos ejércitos suelen estar apenas a unos 40 metros de distancia. Aunque el frente lleva varios meses de relativa tranquilidad, ambos bandos intercambian disparos de mortero y cañón, durante varias horas al caer la noche.

"Hace años percibimos en una trinchera enemiga que estaba cerca de la nuestra, a un instructor cubano que había estado antes de nosotros. La sorpresa fue grande, para nosotros no tirarnos, y ellos tampoco. Esa noche no hubo disparos en nuestra zona. No volvimos a verlo. Pero no lo extrañamos, al final entendimos que su amistad no duró". Así comentaba su experiencia en el frente, un joven eritreo que cursaba sus estudios en París.

Allí los combatientes son casi todos jóvenes. No llevan uniformes y la mayoría usa pantalones cortos, calzan sandalias de goma negra producidas en sus propias fábricas, y algunos usan polainas para protegerse de los arbustos espinosos. El arma reglamentaria es el kalashnikov soviético. Los tanques y la artillería han sido recuperados a las fuerzas etíopes, según declaran los dirigentes del FPLE.

Eritrea es un pequeño país con una gran extensión de tierras áridas. El desierto crece en cada estación de lluvia mas en pocos minutos el agua transforma los valles en violentos ríos que arrastran todo a su paso: tierras laborables, árboles, rutas.

Para colmo de males, nubes de langostas asolan el escaso verde que logró sobrevivir a las sequías de 1981-1985. Varias organizaciones humanitarias europeas, facilitarían aviones para fumigar las zonas afectadas, pero el régimen de Addis-Abeba solo permitiría que la misión sea afectada por aviones expresamente autorizados. Y hasta ahora no ha concedido ningún permiso.

## Por una solución política

El FPLE está convencido de que su victoria es inexorable. Pero sobretodo confía en que la victoria militar no será necesaria, sino que que se logrará una solución política. Este optimismo radica —según sus dirigentes— la iniciativa militar. La prueba; los eritreos le han obligado a retroceder varios kilómetros hacia el sur.

La solución política esperada es un referéndum de autodeterminación, consulta en la cual pueden plantearse tres variables: retornar a la autonomía eritrea, única fórmula que Etiopía aceptaría por el momento; la independencia tal como la plantea el FPLE; y la federación, fórmula sancionada por las Naciones Unidas en 1952.

En varias ocasiones, entre 1978 y 1984, etíopes y eritreos han mantenido conversaciones secretas, auspiciadas por la URSS. Mientras Etiopía ha negado siempre este tipo de contactos, el FPLE declara estar dispuesto a continuarlos, a condición de que sean públicas.

En el segundo Congreso del FPLE, celebrado el pasado mes de marzo en Eritrea, se registran importantes cambios en sus propuestas ideológicas. La URSS ya no es más la "madre del socialismo" y los retratos de Marx y Lenin ya no presiden las reuniones colectivas ni vigilan la sede de los comandos militares.

El II Congreso pone énfasis en construir una sociedad socialista basada en el pluripartidismo y la coexistencia de la propiedad pública y la privada. Algo impensable hace algunos años. Como también es innegable que las fracciones del FPLE estuvieran presentes en el último congreso. Hoy día el FPLE se define como un movimiento laico, integrado por musulmanes y cristianos en porcentajes similares.

## La obligada neutralidad

La URSS es ahora condenada abiertamente, y es valorada al mismo nivel que los Estados Unidos, al tiempo que es duramente criticada la ayuda cubana a Etiopía, en donde unos 10.000 soldados estarían estacionados en el Ogaden, desde la época de la guerra etíope-somalí.

Los cubanos y los soviéticos apoyan a los eritreos en un inicio, hasta que se produjo el cambio de régimen en Addis Abeba en 1974. "Los cubanos no están en Eritrea, es cierto, pero su presencia en Etiopía ha permitido liberar tropas de ese país hacia nuestras tierras" afirma un dirigente del FPLE. Y para reafirmar su política independiente, agrega: "El gobierno de Estados Unidos ha estado creándonos dificultades, por eso el hecho de que Washington se decidiese a buscar una solución política del conflicto tendría para nosotros mayor importancia que cualquier tipo de ayuda militar. Lo que pedimos a Estados Unidos es, si realmente está interesado en defendernos, que levante la mano en la ONU para que se reconozcan nuestros derechos".

"Somos un pequeño país que está sufriendo a consecuencia de enfrentamientos de estrategias globales ajenas. Hemos aprendido por experiencia que no podemos sumirnos en las divisiones de bloques. Por eso queremos mantenernos neutrales y ser amigos de quienes nos reconozcan y nos den una mano en la reconstrucción de nuestro país".

Quizás, por esta política de obligada neutralidad, la realidad de Eritrea es casi ignorada en Europa y apenas mencionada en Africa. Como si se quisiera penalizar a los pequeños países que además de luchar por independencia, reclaman el derecho a la autodeterminación.

8910105



PERLA

01.01

HB

ARCHIVAR EN: Ethiopia (127)

TEMA: Ethiopia. Training of ANC and Swapo Members.

PROCEDENCIA: Enlace Sudafricana 20/10/87 Doc. 1752/87

ARCHIVADO EN:

Enlace Sudafrica (135)

8710469

01·01

FAO: medidas urgentes alimentarias

# Etiopía con problemas

Etiopía tendrá serios problemas de escasez alimentaria a finales de año, si no se adoptan medidas urgentes para enviar a tiempo suministros adicionales, según un informe de la FAO.

ROMA. (EFE).- El informe sobre perspectivas alimentarias de la Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO), indica también que la inconsistencia de las precipitaciones ha reducido las cosechas en Asia.

Las perspectivas para este año en las áreas afectadas del norte de Etiopía son tan malas como las de la sequía de 1984, debido a las adversas condiciones para los cultivos y a las plagas de langostas del desierto, según el citado informe.

La FAO señala también que la situación del suministro de alimentos sigue siendo precaria en Mozambique y Angola, donde las cosechas se han visto reducidas a causa de los problemas civiles, y que las perspectivas para las cosechas son aún pobres en Níger y en el norte del Chad.

Las previsiones apuntan hacia un descenso de unos 20 millones de toneladas en la producción de cereales en el sur y sureste de Asia.

Las cosechas de arroz también tendrán un rendimiento inferior en la India, Indonesia, Kampuchea, Laos, Filipinas, Sri Lanka, Tailandia, Vietnam, Nepal y Bangladesh.

Las previsiones de la FAO para la producción mundial de cereales en 1987 ha bajado a 1.800 millones de toneladas, un tres por ciento inferior al nivel record del año pasado, debido a las desfavorables condiciones del tiempo en Asia y a la siembra reducida en América del Norte y otros países exportadores.

El informe de la FAO señala también que 1987-88 será el primer año, desde 1983-84, en que el aprovechamiento de cereales excederá la producción.



8710669

# Etiopía amenazada de nuevo por la hambruna

Los cables internacionales de información nos hacen saber que ante la amenaza de hambruna por una pertinaz sequía, Etiopía, la antigua Abisinia, ha pedido a instancias internacionales ayuda "rápida y eficaz" de alimentos.

El Presidente de la Organización Nacional de Ayuda, Berhanu Jemiiere, dijo hace unos días ante representantes de los países otorgadores de auxilio, que dieciocho de los 14 provincias del país se verían afectadas por la sequía actual, al no haber llovido casi nada en el tiempo "normal" —de junio a septiembre— que las consecuencias pueden ser aún más catastróficas que en 1984, cuando se vieron afectadas ocho millones de personas y un millón pereció de hambre.

Según diplomáticos occidentales, hoy en Addis Abeba, capital etíope, las autoridades temen que alrededor de 12,8 millones de personas sufran con hambre las consecuencias de la sequía. Se precisarán, calculan, unos dos millones de toneladas de alimentos. El programa de alimentación mundial de la ONU advirtió incluso más de una semana del peligro de la hambruna, que "podría ser peor que en 1984-85".

En etiopía aún se recuerda con dolor e impotencia en casi todos los países civilizados del mundo la tremenda sequía que azotó a Etiopía hace tres años, durante la cual perdieron la vida cientos de miles de personas, especialmente niños, por no contar con un mendrugo que llevarse a la boca. Por ese entonces miles de seres humanos pidieron ayuda a Sudán, país vecino de Etiopía y éste, al proporcionarla sufrió también de gran escasez de alimentos, por lo que también en su territorio se inició una tremenda lucha por la supervivencia, que culminó en la desesperación y en la muerte final.

Hoy se vuelve a dar el fenómeno de la sequía y no sólo Sudán y Etiopía son presas de la más terrible de las crisis de alimentos en su historia, sino que les acompañan en su infortunio Eritrea, Nigeria, Malí, Chad y Mozambique, pese a los titánicos esfuerzos realizados por instituciones internacionales tales como la Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación (FAO), el Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (UNICEF) y la Organización Mundial de la Salud (OMS).

### AFRICA: CRISIS PERMANENTE

A poco más de cien años del Congreso de Berlín, Africa se halla en un estado de crisis permanente: 29 de los 36 países más pobres del mundo se encuentran al sur del Sáhara, y 24 de ellos solicitan siempre ayuda de emergencia para combatir el hambruna.

La crisis tiene raíces más profundas que la sequía actual. Africa es el continente con ingresos más bajos, con menor tasa de crecimiento económico y con menores niveles de alfabetización y esperanza de vida. Asimismo registra las mayores tasas de crecimiento demográfico y padece la mayor inestabilidad política y los problemas ambientales más graves.

El optimismo que siguió a la independencia comenzó a evaporarse en la década de los setenta. El deterioro de la relación de intercambio, alza de los precios de las importaciones de combustibles y descenso de las exportaciones de materias primas africanas, ha conducido a un creciente endeudamiento exterior.

En la actualidad, las importaciones de combustible suponen casi la mitad de los ingresos por exportaciones de Ghana y la importación de alimentos le cuesta a Nigeria casi tres mil millones de dólares por año.

Superpuestas a este aterrador panorama están la sequía, que hoy afecta a la tercera parte de la población africana, y las inundaciones que han arruinado las cosechas de Swazilandia y Mozambique. Sólo en 1983, según estadísticas de UNICEF, la producción per cápita de alimentos descendió un 14 por ciento en relación con la de 1981, debido a la calcinación en los campos de cosechas enteras de mijo y sorgo. Este año se ha hecho un llamamiento para una ayuda de emergencia de más de seis millones de toneladas de alimentos, y hay indicios trágicos de creciente mortalidad infantil en países como Etiopía, Sudán, Eritrea, Malí, el Chad y Mozambique.

Mientras tanto, las tierras esquilmadas por la sequía y el pastoreo excesivo son desertizadas por el viento y el agua. En la actualidad, el Sáhara extiende sus fronteras a unos 15 millones de hectáreas por año.

Por otro lado, tampoco la situación política del continente es favorable. En los últimos 28 años, más de 70 líderes de 29 países fueron depuestos por asesinatos y golpes de Estado. Las fronteras diseñadas por las potencias coloniales se han revelado irreales y hoy el continente cuenta con más de siete

millones de refugiados, la mitad de ellos, niños.

Además, Africa es el único continente donde el ritmo de crecimiento de la población sigue sin disminuir. Se estima que dentro de 25 años ésta se habrá doblado hasta superar los mil millones de habitantes. Mientras tanto, la proporción de africanos que viven en la pobreza absoluta ha aumentado del 82 por ciento en 1974 al casi 100 por ciento en 1987.

En el medio de esta desoladora realidad, los niños africanos son quienes soportan los riesgos más graves. De la misma forma que la sequía [illegible] se al esquilmar la tierra e inutilizarla para futuros cultivos, el daño hecho [illegible] hambruna puede erosionar de forma definitiva la capacidad de los padres de mañana.

En esta lucha de necesidades que vive Africa, una revolución en favor de la infancia estimularía enormemente nunca. Dados los programas actuales, esta revolución sería también, mucho más posible que en el pasado. Por ejemplo, la rehidratación oral y la inmunización podrían salvar la vida de la mitad de los niños africanos que mueren cada año.

Como quiera que sea la sequía, el hambre, la deshidratación infantil y las enfermedades hacen presa de Etiopía y de más países colaterales africanos. La muerte ronda patéticamente por casi todo el continente negro y la humanidad se dispone a hacer frente a sus hermanos en desgracia, a despecho de que unos cuantos seres monstruosos, en su infinita capacidad de ambición, de dominio, de prepotencia y de hegemonía tanto política como económica, o hasta ideológica, medren en su provecho y continúen fabricando armas de destrucción, en lugar de alimentos para las comunidades internacionales en desgracia.

La ayuda efectiva y oportuna que se brinda a las naciones hambrientas es en estos momentos vital para su sobrevivencia. Los organismos internacionales hacen cuanto pueden por aliviar al máximo tantos sufrimientos. Pero hace falta la ayuda de todos los ciudadanos conscientes del planeta para no permitir que nuestros semejantes fallezcan de inanición ante la cruel indiferencia de las potencias, cuya única finalidad en esta vida es la de oponerse al poder

PARTES POCO LEGIBLE

01-01

8711918

Sábado 14 de noviembre de 1987

# Clarín

Fundado por ROBERTO NOBLE el 28 de agosto de 1945

Directora: Ernestina Herrera de Noble

## Hambre en Etiopía

LOS intensos y variados conflictos que agitan el panorama internacional impiden, con frecuencia, que se difundan con la debida relevancia situaciones de extrema gravedad pero carentes de una relación inmediata con los grandes juegos políticos. Ellas atañen, sin embargo, a importantes grupos humanos y revelan los aspectos más dramáticos de la persistencia del subdesarrollo sobre buena parte del planeta.

Tal es el caso de las hambrunas, un flagelo que en los países industrializados se evoca como fantasma del pasado, pero que en otras naciones es todavía una amenaza reiterada contra su misma continuidad como tales. El representante de las Naciones Unidas para dirigir los programas de ayuda a Etiopía ha advertido en estos días que, una vez más, millones de personas corren el riesgo de morir en ese país por no comer.

Una sequía ocurrida en 1985 y en 1986 ya había ocasionado la muerte de un millón de etíopes, a pesar de la gigantesca movilización de socorro, tal vez la más grande de la historia, que aunó los esfuerzos de diversos países. Cerca de ocho millones de personas escaparon así a una muerte segura y el mundo convulsionado y dividido pudo demostrar que la solidaridad puede ser más fuerte que los antagonismos ideológicos o los intereses de bloque.

Cuarenta y seis organizaciones humanitarias operaron en forma conjunta para enfrentar la terrible perspectiva, coordinadas por el mencionado funcionario internacional. Hoy, ante la renovada amenaza que prefigura otra sequía, el representante de las Naciones Unidas urgió a tomar medidas de ayuda antes del año próximo.

Las autoridades etíopes, a su vez, solicitaron 950.000 toneladas de alimentos para nutrir a por lo menos cinco millones de sus 46 millones de habitantes.

Las cosas se presentan mucho más complicadas, sin embargo, de lo que promueve por sí sola la calamidad natural. La inestabilidad política del país y la lucha sin tregua que desde hace años mantienen los independentistas de Eritrea, ex colonia italiana que Etiopía incorporó como provincia, y los separatistas de la región de Tigré, entorpecen sensiblemente los planes de ayuda.

A fines del mes pasado, por ejemplo, un convoy de 21 camiones que llevaba 450 toneladas de trigo, suficientes para alimentar de 35.000 a 40.000 personas durante un mes, fue atacado y semidestruido por un comando rebelde. Los combates también han perjudicado a las cosechas en curso, agravando las consecuencias de la sequía.

En el operativo anterior de ayuda se produjeron desinteligencias asimismo entre el gobierno etíope y las organizaciones humanitarias, que no aceptaban la necesidad de desplazar a consistentes grupos de población de una región a otra, como lo habían decidido las autoridades de Addis Abeba. Según los expertos, el programa de reasentamiento respondía a criterios políticos, relacionados con la lucha contra los rebeldes y no a razones humanitarias.

El presidente de la Asociación de Médicos sin Fronteras denunció entonces que más de 100.000 personas, sobre un total de 500.000 desplazadas, habían muerto como consecuencia del improvisado traslado forzoso. El gobierno etíope replicó expulsando a dicha organización de su territorio.

La situación no ha variado en lo sustancial y existe la posibilidad de que se planteen problemas similares. Es importante, por lo tanto, que los nuevos programas de emergencia sean encarados con un espíritu constructivo y abierto por parte de todos los sectores involucrados. Está en juego el destino de millones de seres humanos.

Ellos son víctimas, en última instancia, de las condiciones intrínsecas del subdesarrollo, que es el enemigo fundamental de los pueblos del área, y en virtud del cual proliferan con virulencia desmedida las confrontaciones sociales y políticas y se abre paso a las injerencias externas. En un mundo donde se avizora la promesa de una nueva distensión, sería positivo y alentador que el drama de la hambruna de los etíopes motivara una intervención superadora de los actuales contrastes y generadora de una auténtica cooperación para enfrentar los males del atraso.

8712491

01-01

# CARP. Nº 12B

Nº 128 EGIPTO

ENTRE LOS Nºs

8700031 - 8712515

128 EGIPTO

# Novo Gabinete egípcio fortalece área econômica

CAIRO — O Presidente do Egito, Hosni Mubarak, nomeou ontem o advogado e economista Atef Mohamed Neuguib Sidky, Presidente do Tribunal de Contas, para o cargo de Primeiro-Ministro, em substituição a Ali Lutfi, que renunciou. Segundo fontes governamentais, Sidky não é qualificado para ser o novo Primeiro-Ministro apenas por causa de sua reputação como um dos maiores especialistas em economia do país, mas também porque é uma figura exponencial na luta contra a corrupção. Mubarak disse que a missão de Sidky é "mobilizar todos os recursos do Estado" para resolver as dificuldades econômicas do país.

Sidky, de 56 anos, tinha como meta nos últimos seis meses, em função do cargo que exercia no Tribunal de Contas, expor as irregularidades financeiras nas administrações de todos os Departamentos do Governo e de todas as empresas estatais. O novo Primeiro-Ministro do Egito formou-se em advocacia na Universidade do Cairo, em 1951, e posteriormente tornou-se Doutor em Economia pela Sorbonne de Paris. Durante quatro anos foi Conselheiro Cultural na Embaixada egípcia na capital francesa. Desde 1981, estava à frente do Tribunal de Contas, exercendo paralelamente a função de titular da Comissão de Economia e Finanças do Conselho Consultivo do Senado.

10/4/88

EGIPTO

128

EL CAIRO.- El Presidente egipcio Hosni Mubarak pronunció su discurso ante la sesión conjunta del Parlamento, tras la toma de posesión del nuevo Gabinete. (Radiotelefoto AFP)

PERU

*Asumió el nuevo gabinete*

# Mubarak reclama solución radical

EL CAIRO. (ANSA, EFE y UPI).- El Presidente de Egipto, Hosni Mubarak, ha reclamado ayer del nuevo Gobierno soluciones decisivas y radicales como único medio para afrontar la crisis económica.

En un discurso ante la sesión conjunta del Parlamento (Asamblea del Pueblo y Consejo del Shura) tras la toma de posesión del nuevo Gabinete, Mubarak ha admitido por primera vez que Egipto mantiene contacto con diversos países para la renegociación de la deuda.

El Fondo Monetario Internacional (FMI) estima que la deuda exterior egipcia alcanza 38.000 millones de dólares, de los que El Cairo sólo admite oficialmente 24.000 millones.

El Presidente egipcio reiteró la necesidad de incrementar la producción, reducir las importaciones (9.000 millones de dólares al año) e incrementar las exportaciones (4.000 millones).

En cuanto a la situación interna, el Presidente exigió de los sectores extremistas que planteen su posición a través de las instituciones democráticas, y solicitó de la prensa y de los periodistas egipcios la detención de cualquier exceso.

El Presidente, que se dirigió a las dos Cámaras con motivo del inicio de las sesiones del ejercicio 1986-87, reafirmó la política exterior seguida por Egipto en los últimos años y dijo que los asuntos externos no deben desviar la atención de los problemas internos y la reconstrucción nacional.

LA MAÑANA 13/11/86



700047

128.

Egipto (1 pol.)

SUNI



*Fue planeado por extremistas musulmanes*

# Gobierno egipcio frustra un golpe de estado

*El Gobierno egipcio anunció que ha frustrado un golpe de Estado planeado por extremistas musulmanes y la detención de 33 personas, entre ellas cuatro oficiales del Ejército.*

EL CAIRO. (ANSA, EFE y UPI).- El Fiscal del Estado, Mohammed Aziz Al-Guindy, informó que fue frustrado un complot extremista musulmán relacionado con los asesinos del Presidente Anwar Sadat y destinado a derrocar al Gobierno de Hosni Mubarak, e iniciar una Guerra Santa en Egipto.

Al-Guindy describió el fracasado golpe al anunciar el arresto de 33 fundamentalistas musulmanes, cuatro de ellos oficiales del Ejército. Serán juzgados ante un Tribunal de Emergencia sobre seguridad del Estado. No anunció la fecha del juicio.

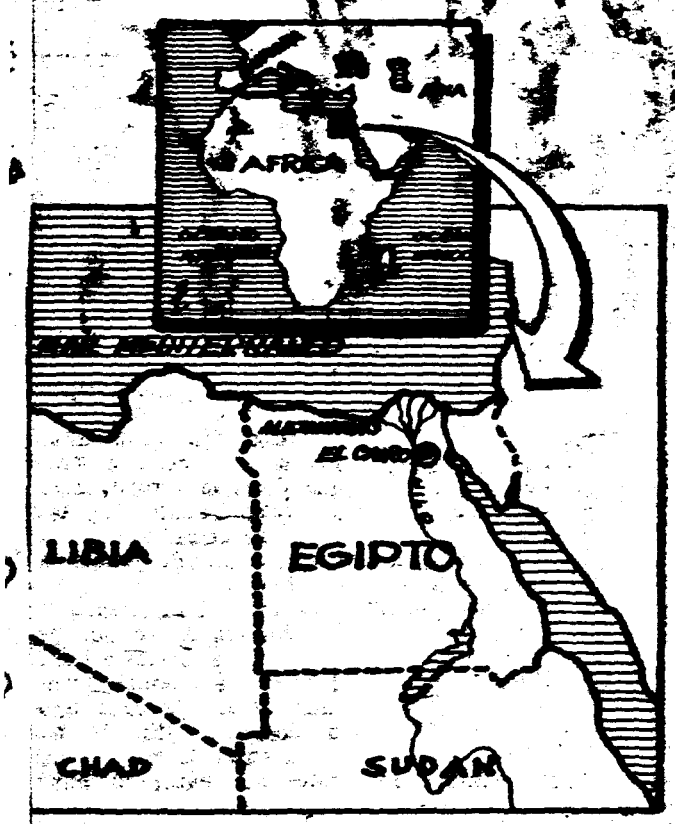
"El grupo tenía dos alas, la civil y la militar, cuyos objetivos eran llamar a la Jihad (Guerra Santa) para derrocar a este Gobierno", dice la acusación del Fiscal.

Sus miembros participaron en "entrenamiento de combate y el uso de armas de fuego y explosivos para atentar contra el orden público", dijo el Fiscal, diciendo que el grupo era "práctico" en "fuerza y violación".

El Fiscal dijo que hay algunos indicios de que el grupo de sediciosos tiene conexión con la ilegal organización Jihad (Guerra Santa), oficialmente responsabilizada por el asesinato de Sadat.

El anuncio fue la primera confirmación oficial de que elementos musulmanes fundamentalistas han infiltrado las Fuerzas Armadas desde que Sadat fuera asesinado, en octubre de 1981, por efectivos del Ejército pertenecientes a esa corriente religiosa.

No se informó cuándo o dónde fueron arrestados los extremistas detenidos. El Fiscal informó que otras 28 personas habían sido arrestadas pero fueron dejadas en libertad [illegible]




Un intento de golpe de Estado fue frustrado ayer en Egipto, organizado por extremistas musulmanes. El complot estaba relacionado con los asesinos del Presidente Anwar Sadat. 33 fundamentalistas musulmanes fueron detenidos

01•01

8700472

El País: 27/11/86

Egipto (1. pol.)

*Israel-Egipto*

# Nueva era en la búsqueda de paz para Medio Oriente

"El encuentro entre el presidente Mubarak y el primer ministro Shimon Peres en Alejandría, el 11 y 12 de setiembre, marca una nueva era en las relaciones bilaterales entre Egipto e Israel, así como en la búsqueda de una paz justa y global en Oriente Medio. La firma del acuerdo para un arbitraje del Contencioso de Taba ha reafirmado la importancia del diálogo y la negociación como medio para la solución de disputas internacionales, incluyendo la resolución del problema palestino en todos sus aspectos. El presidente Mubarak y el primer ministro Peres creen firmemente que habiendo sometido al Contencioso de Taba el arbitraje, los dos países deben concentrar sus esfuerzos en resolver el proceso de paz global. Ven con gran preocupación las consecuencias de un estancamiento del proceso."

El lenguaje diplomático de este escueto comunicado final de la primera reunión entre un mandatario egipcio y un israelí en cinco años, que llevó un año y medio de difícil preparación, y una declaración leída por el ministro de Relaciones Exteriores egipcio Esmat Abel Meguid, quien anunció que su país designaba como Embajador en Tel Aviv a Mohamed Bassiuny, fueron completados con cuidadosas declaraciones de los protagonistas de la reunión. "Ambos acordamos (la realización) de una Conferencia Internacional y... un Comité Preparatorio". Aun así, hay algunos asuntos que debemos considerar... pero hemos hecho buen progreso" dijo Mubarak a los periodistas... S. Peres precisó que se había acordado buscar medios de convocar a una Conferencia, para lo cual sería necesario integrar un Comité Preparatorio.

### SIGNIFICADO Y ALCANCES

Acordar la búsqueda de caminos para una Conferencia Internacional sobre la paz en la región implica un paso adelante, para el cual Israel hizo un aporte considerable, al aceptar la iniciativa de Egipto y Jordania. Israel y Estados Unidos se oponían a la realización de una conferencia, la que tendría que incluir a Unión Soviética, quien afirmaba, no tiene un interés directo en el área. El embajador egipcio designado, se desempeñaba como Encargado de Negocios en Tel Aviv, desde que Mubarak llamó a su Embajador en 1982. La URSS además, rompió relaciones con Israel en 1967, e Israel exige que la URSS primero restablezca esas relaciones y que cambie su actitud para los judíos soviéticos.

Al aceptar someter el Contencioso de Taba a un arbitraje, también Israel manifestó una voluntad de entendimiento, porque no fue esa su postura inicial en el problema. Desde que Israel y Egipto iniciaron las negociaciones sobre Taba —minúsculo enclave de un kilómetro cuadrado entre los dos países, sobre la costa, el único existente— la posición israelí atravesó dos fases distintas. En un primer momento, Israel negó la posibilidad de llevar el caso a un arbitraje internacional, y propuso llegar a un acuerdo bilateral, mediante negociaciones entre las partes; incluso con la presencia de un mediador estadounidense. Egipto insistió en la necesidad de presentar el contencioso ante árbitros internacionales, a lo que accedió el gobierno de Israel a comienzos de enero de 1986. Israel aceptó esa propuesta a condición de que se cumplieran 14 puntos tendientes a normalizar las relaciones bilaterales. El Consejo de Ministros de Israel declaró que la mejoría de las relaciones y el procedimiento de arbitraje constituían una única entidad, y que el cumplimiento de una parte quedaba sujeto al cumplimiento de la otra. Ese movimiento tuvo un precio político interno para el gobierno y para el Partido Laborista de S. Peres, porque la resolución no fue adoptada por unanimidad: dos de los diez ministros que integran el "Consejo Restringido" —competente en Relaciones Exteriores y Defensa— votaron en contra. El "Consejo Restringido" está integrado por 5 ministros laboristas y 5 del "Likud", grupo de derecha que pasará a ser Gobierno a partir del 14 de octubre. El vicepresidente del gobierno y ministro de Relaciones Exteriores, Isaac Shamir, quien sucedió a S. Peres como primer ministro, declaró que había votado en favor del compromiso, "que no era lo ideal, pero lo mejor que podíamos obtener en las actuales circunstancias". No obstante, no integró la delegación que acompañó a S. Peres a Alejandría. Votaron en contra, el ministro de Comercio y ex ministro de Defensa general Ariel Sharon, y el ministro sin cartera, ambos del bloque "Likud". Sharon declaró que "la paz debe construirse sobre acuerdos y no sobre la base de concesiones."

El compromiso establece que se designarán tres árbitros internacionales, quienes trabajarán con el jurista egipcio Ahmed Sultan y con la jurista israelí Ruth Lapidot, y tendrán un año para pronunciarse.

### LA REUNION DE ALEJANDRIA

Antes de la partida de S. Peres, el Likud precisó los límites dentro de los cuales el primer ministro podría moverse. El 28 de agosto, Shamir advirtió: "... Peres no podrá comprometerse con algo que contradiga los principios de la coalición del Gobierno de la Unidad Nacional."

Peres, antes de viajar a Alejandría, prometió al Consejo de Ministros que primero consideraría con Mubarak el tema de la "normalización" de las relaciones bilaterales iniciadas en 1979, y después la ampliación del proceso de paz.

En la noche del 10 de setiembre, las delegaciones que preparaban la cumbre egipcio-israelí llegaron a un acuerdo sobre la franja de Taba. Ese acuerdo fue sometido en la misma noche a la aprobación del gabinete egipcio y a la firma del presidente Mubarak. Horas después llegó a Alejandría S. Peres, para la undécima cumbre egipcio-israelí desde el histórico viaje a Jerusalén del entonces presidente Anuar El-Sadat en noviembre de 1977. La última vez, en setiembre de 1981, se reunieron Sadat y el entonces primer ministro Menahem Begin en Alejandría. Poco después, pasadas las exequias de Sadat, Mubarak se reunió en El Cairo con M. Begin. Cinco años más tarde, se alcanzó este acuerdo sobre Taba y sobre una Conferencia Internacional.

Al clausurarse la reunión de Alejandría, se abrieron grandes interrogantes, en el campo internacional y en los ámbitos internos egipcio e israelí. En lo internacional, porque Peres se negó a incluir en el comunicado conjunto al expresión "derechos nacionales" para los palestinos, pues eso significaría la aceptación de Israel a "un Estado palestino." y se negó a mencionar el Acuerdo de Noviembre de 1985 entre el rey Hussein y Y. Arafat, que fue dejado en suspenso en febrero de 1986 por el monarca jordano. En el ámbito interno israelí, porque el 14 de octubre I. Shamir sucederá a S. Peres, y el Likud será gobierno. En el ámbito interno egipcio, porque la difícil situación económica nacional ha debilitado la base de apoyo del presidente Mubarak; y fue comentada la ausencia, en la delegación de Mubarak en Alejandría, del ministro de Defensa, Abu Ghazala, verdadero "número dos" del gobierno.

Así, Israel considera a la Conferencia como una oportunidad para establecer contactos directos con sus vecinos árabes y no está convencido de la conveniencia de que el rey de Jordania tenga un papel protagónico, exige que la URSS restablezca relaciones previamente a participar en la conferencia. El presidente Mubarak quien de inmediato informó al rey Hussein sobre la reunión de Alejandría, insiste en la participación jordana, y declaró que Israel aceptaría en principio que participen de la Conferencia los cinco miembros permanentes del Consejo de Seguridad de Naciones Unidas: Estados Unidos, Gran Bretaña, Francia, la República Popular China y la URSS. Jordania y otros países árabes, pretenden que EE.UU. y la URSS tengan papeles activos en la Conferencia. Libia y Siria, por su parte, condenaron la conferencia. EE.UU. rechaza la participación soviética en una conferencia en esa zona.

Del resultado de ese juego de presiones, dependerá que efectivamente 1987 sea el año de las grandes negociaciones sobre la paz en el Cercano Oriente.

870473

Partes Ilegibles.

FICHAJE EGIPTO

Cambios de Ministros en área económica

# Premier egipcio formó el nuevo gobierno

FICHAJE PERLA

EL CAIRO. (EFE, ANSA y UPI).- El Primer Ministro egipcio, Atef Sedki, formó ayer su nuevo Gobierno con veinte Ministros del anterior Gabinete y el cambio de diez carteras, principalmente del área económica, según se anunció oficialmente.

El nuevo Gobierno, el cuarto en los cinco años de presidencia de Hosni Mubarak, tomará posesión de su cargo en el día de hoy, antes de que se convoque una sesión conjunta de las cámaras parlamentarias.

Según anunciaron fuentes oficiales, el presidente Mubarak se dirigirá el miércoles al Parlamento en un discurso que será radiado a toda la nación, en el que se espera explique las causas de la dimisión de Ali Lutfi y la designación de Atef Sedki

## 10 NUEVOS MINISTROS

Los nuevos Ministros son: de Economía, Yussi Mustafa; Finanzas, Mohamed Ahmed al Razaz; Administración Local, Ahmed Salama; Abastecimiento y Comercio Exterior, Galal Abdel Gahal; Trabajo, Assen Abu el Hak; Educación, Fathi Sorur; Investigación Científica, Adel Ez; Sanidad, Rageg Dundar; Asuntos Religiosos, Ali Majmb, y Emigración, Abdel Sahad Bashai.

En el nuevo Gabinete permanecen los cuatro Vicepresidentes Ministros del anterior, con la misma calificación: Defensa, Planificación, Asuntos Exteriores y Agricultura.

PERLA

01·01 8700474

128.

EL DIA — Montevideo, lunes 10 de noviembre de 1986 — PAGINA 3

# El gabinete egipcio presentó su renuncia

EL CAIRO. — El primer ministro egipcio, Ali Lutfi, presentó ayer su dimisión al presidente Hosni Mubarak durante una reunión extraordinaria del consejo de ministros, según anunciaron en El Cairo fuentes oficiales.

El ministro de información, Sefuat el Sherif, anunció que tras la dimisión del primer ministro, y consecuentemente de su gabinete, el presidente egipcio encargó la formación de nuevo gobierno a Atef Sedki, hasta ahora director de la agencia central de auditorías.

Ali Lutfi fue nombrado primer ministro en setiembre de 1985, como sucesor de Kamal Hassan Ali.

Según afirmaron entonces fuentes oficiales, Ali Lutfi recibió el encargo de reformar la economía egipcia que, según todas las fuentes del sector bancario y comercial, atraviesa una de las peores crisis de su historia.

La resignación de Ali Lutfi, y de todo su gabinete, se produce mientras El Cairo se encuentra en negociaciones con el Fondo Monetario Internacional y el Banco Mundial para la recepción de nuevos créditos que le ayuden a superar los 38.600 millones de dólares de deuda exterior.

En círculos oficiosos de El Cairo se prevé un "amplio cambio" ministerial, aunque se da como seguro la permanencia en el gabinete de los políticos más cercanos al presidente Mubarak, el ministro de Asuntos Exteriores y el ministro de Defensa, ambos viceprimeros ministros.

El nuevo primer ministro, Atef Sedki, fue profesor de derecho en la Universidad de El Cairo antes de encargarse, en 1981, de la dirección de la agencia central de estadísticas.

Según círculos económicos, la tendencia del nuevo primer ministro es de "centroderecha", calificativo utilizado en Egipto para los políticos favorables a la política de "puertas abiertas" iniciada por Sadat y continuada por el presidente Mubarak.

## Causas

La grave crisis económica que atraviesa Egipto provocó la dimisión del tercer gobierno del presidente Hosni Mubarak, según observadores en El Cairo, que preveían una reforma "menor" del gabinete.

El anuncio por el ministro de Información de la dimisión del primer ministro, Ali Lutfi, durante una sesión extraordinaria del gabinete presidida por el presidente Mubarak, sorprendió a círculos diplomáticos y económicos en la capital egipcia que esperaban simples cambios en varias de las carteras económicas de su gobierno.

El nuevo primer ministro, Atef Sedki, nombrado por el presidente Mubarak minutos después de finalizar el consejo, anunciará esta noche la composición del nuevo gabinete, según fuentes cercanas al gobierno.

Mubarak, tras el nombramiento del primer ministro, afirmó que su objetivo es "movilizar las potencialidades del país para afrontar los problemas de la situación económica, servir a los sectores productivos y satisfacer las necesidades del pueblo", según informó la agencia egipcia de noticias.

El presidente Hosni Mubarak advirtió recientemente que "no se pueden esperar de Egipto esfuerzos que pongan en peligro la estabilidad social", refiriéndose a las exigencias del FMI y la requerida desaparición de los subsidios.

Según círculos políticos y diplomáticos en El Cairo, la dimisión de Ali Lutfi "prueba el estrecho margen de maniobra que posee el gobierno egipcio ante los problemas económicos".

Las mismas fuentes recordaron que las principales fuentes de divisas para el país han sufrido en los dos últimos años importantes recesiones.

01•01

8700475

128.

Pacto Egipto

## Renunció el "premier" egipcio

El Cairo (UP) — El primer ministro Alí Lutfi, (en el grabado)

abrumado por los problemas económicos de su país, presentó su renuncia ante el presidente Hosni Mubarak, quien designó en su lugar al jefe de contaduría del gobierno, Atef Sidky.

La dimisión de Lutfi fue anunciada por el ministro de informaciones, Safwat El-Sherif, después de una reunión plenaria del gabinete, realizada el 5 de septiembre de 1985.

El Sherif destacó que Lutfi, ex profesor de economía, informó sobre su intención al gabinete y luego de lograr la aprobación de sus colegas se dirigió al palacio presidencial para presentarla oficialmente ante Mubarak.

Hora más tarde, el mandatario egipcio invitó a Sidky a formar un nuevo gabinete, dijo El-Sherif.

Sidky, de 56 años, fue profesor de leyes de la Universidad de El Cairo hasta 1981. Desde entonces se desempeñaba como jefe de la oficina de contaduría central del gobierno, organismo que controla los gastos del gobierno y los de las compañías estatales.



8700695

REPORTAJE AL PRESIDENTE EGIPCIO, HOSNI MUBARAK

# Cómo vivir sobre un volcán

*...ero de activistas opositores no siempre es un indicio concluyente de la fuerza de un grupo. Las ...gipcias siempre han insistido en que el movimiento fundamentalista islámico al que se supone ...n el régimen de Teherán, no tiene mayor trascendencia en Egipto, sin embargo, hay datos que ...en la presunción. Un grupo de integristas fundamentalistas fue el responsable del asesinato del ...esidente egipcio, Anuar Sadat, el 6 de octubre de 1981. Periódicamente se anuncian arrestos en ...gristas: el 4 de diciembre pasado, 33 de ellos, entre los que se contaban cuatro oficiales, fueron ...spirar en el derrocamiento del gobierno, y enviados a juicio. Este viernes 26 de diciembre las ...las fueron igualmente enérgicas. La policía egipcia arrestó a 124 integristas islámicos debido a ...nes producidos en Assiut, cuando miembros de este grupo ocuparon la mezquita de Al Rahma, ...trada a quien no fuera miembro de las organizaciones musulmanas extremistas y, sobre todo, ...do por el gobierno para celebrar la plegaria del viernes. A 380 kilómetros de distancia y al sur ...siut es un bastión de los integristas islámicos, principalmente en la universidad, donde el 31 de ...dujeron desórdenes similares, con un saldo de un muerto y 48 arrestos. Horas antes de estallar ...rbios en Assiut, el periodista Jacques Amalric, del diario francés "Le Monde", entrevistaba al ...te egipcio, Hosni Mubarak. En el extenso reportaje, el presidente se refirió a la cuestión de los ...sulmanes en Egipto, sin prever que horas más tarde éstos volverían a ocupar, con sus hechos, ...s de los periódicos del país, además de abordar —entre otros temas— la guerra Irán-Irak y el escándalo de las ventas secretas de armas a Teherán, por parte de Estados Unidos.*

EL CAIRO, 27 (Por Jacques Amalric, de "Le Monde" especial para Clarín). — El hombre sigue siendo simple, hospitalario y directo como siempre. Tal vez un poco más sincero, como si al cabo de tantas pruebas a las que se ha visto sometido, hubiese adquirido soltura. Hay ciertas acotaciones, una carcajada o alguna impertinencia que no engañan: el presidente Hosni Mubarak ha aprendido definitivamente que vive en un mundo donde es necesario desconfiar de los vecinos y aun de la cólera incorporada de su propio pueblo. Se muestra sereno, seguro, pero sabe que vive sobre un volcán.

Un volcán económico y social, ante todo. Por eso, cuando habla sobre el peligro integrista resulta menos convincente. "A toda esta gente sabemos controlarla —dice el presidente—, la conocemos bien, sabemos lo que hacen y dónde viven. No representan una amenaza. Sí, de acuerdo, incendiaron cuatro negocios de videocasetes. ¿Y? Arrestamos a los culpables y vamos a castigarlos."

¿Por qué habría de inquietarse uno por la inculpación reciente de cuatro militares fundamentalistas que pretendían desestabilizar el régimen? "El problema —explica Mubarak— se remonta al mes de abril y no involucra a militares en actividad, solo de la reserva. La justicia sigue su curso. Y no se han producido novedades por el momento".

Desde luego. ¿Pero cómo olvidar que el ejecutor del complot donde fue asesinado Anuar Sadat también era un militar de la reserva? Y si todo fue tan insignificante, ¿por qué este endurecimiento antiintegrista que todos los observadores confirman desde hace algunos meses en El Cairo?

**♦ El episodio de los conscriptos**

En su ansia de pruebas, Hosni Mubarak quizá va demasiado lejos cuando niega toda influencia de los integristas en el sublevamiento de conscriptos que inflamó y ensangrentó a un barrio entero de El Cairo en febrero. "Los integristas no lo apoyaban en absoluto, de ninguna manera", afirma el presidente. "No me preocupa demasiado el episodio de febrero. No fueron militares sino conscriptos los que creyeron, a causa de rumores y complicaciones burocráticas, que iba a ser prolongado en un año su tiempo de servicio. Digo bien que eran conscriptos y no militares, los militares me sirvieron para controlar el movimiento".

Poco importa la diferencia entre militares de la reserva o conscriptos sublevados: —ninguna de ambas cosas es obviable, por cierto—, cuando el poder acaba de marcar un punto final a los integristas, lo que quedó muy claro en las últimas elecciones universitarias.

**♦ Sobre el "Irangate"**

Acaso el riesgo integrista sería menos grave si los aliados occidentales de Egipto se mostrasen más comprensivos no solo de la situación económica y la deuda externa del país, sino también de los problemas específicos de la región. Empezando por EE.UU., que no se comporta precisamente con la bondad de un santo.

"Usted juzga el levantamiento muy significativo", prosigue Mubarak, "pero lo peor que nos pasó durante este último año fue el episodio con el "Achille Lauro", y el conflicto que me hizo oponer a EE.UU.". El presidente cree que EE.UU. es culpable por haber desviado a una base italiana de la OTAN el vehículo egipcio donde se encontraban quienes desviaron originalmente la ruta marítima.

Por su parte, EE.UU. no acaba de entender por qué el presidente egipcio no siempre 'dirige' las ventas de armas a Irán. "A mí me sorprendió mucho, me sorprendió muchísimo el envío de armas. Al principio me costaba mucho creerlo. Una iniciativa semejante ha hecho que EE.UU. pierda credibilidad, si no en todo el mundo, al menos en los países árabes. Con esto ellos dan argumentos a todos sus enemigos árabes —explica Mubarak—. Yo envié un mensaje a Washington donde aclaro mi postura pero entiendo que en este momento tengan otras urgencias que atender."

Minutos más tarde, el presidente considerará la posibilidad de que el arribo de armas norteamericanas haya dado a Teherán una cuota preciosa de oxígeno. Como al pasar, no niega la presencia de "voluntarios" egipcios en el frente iraní-iraquí pero se niega a ratificar la cifra de diez u once mil soldados que circuló en El Cairo, porque "vivimos en democracia y cada uno es libre de hacer lo que quiera, mientras no se convierta en militar"... Pero se trata de 'voluntarios' y "nosotros no los enviamos allá..."

¿Pero, que piensa el presidente sobre el terrorismo? ¿Cuál fue la reacción de Hosni Mubarak, por ejemplo, ante la ruptura de relaciones diplomáticas entre Londres y Damasco, tras el proceso a Hindawi? "Mi reacción —confiesa Mubarak— fue bastante tibia porque estoy en contra del terrorismo. Ya se trate de un país árabe o no, de Siria o Libia, estoy totalmente en contra del terrorismo bajo cualquier circunstancia. Habla sobre la intensidad del terrorismo, "que disminuyó este año, salvo en París y no sé por qué razón", pero evita con diplomacia responder a la pregunta sobre la actitud de Jacques Chirac hacia Siria. "Estoy a favor de todo país europeo, se contenta con afirmar que busca apaciguar las relaciones con un país árabe, si ese país árabe responde positivamente a este tipo de accionar".

**♦ Cuestiones regionales**

Por lo demás, y si se trata de la región, el presidente egipcio sigue abogando por una reconciliación entre Yasser Arafat y el rey Hussein de Jordania. El presidente recuerda que el rey viajó recientemente a El Cairo, donde el rais piensa recibir en breve al propio Arafat, quien en estos momentos es presionado para adelantar la unión de todas las facciones palestinas. ¿No es esto lo que auspiciaban los soviéticos? Egipto mantiene con los soviéticos relaciones que se califican como "buenas" en razón de su comprensividad del problema que supone el pago de una deuda externa valuada en casi 4 mil millones de dólares.

Otro punto a favor de Moscú en que favorecería el llamado de una conferencia internacional sobre el conflicto árabe-israelí, "la cual no impedirá el diálogo directo".

Cabe preguntarse si el presidente Mubarak es optimista sobre el resultado de una iniciativa de ese tipo. Explica: "Todo dependerá de Shamir. Yo espero que demuestre la misma flexibilidad de Shimon Peres. Y usted, ¿qué cree?".

Una vez precisado que el periodista no está para contestar preguntas sino para formularlas, Mubarak prosigue: "Francamente no llego a entender del todo al primer ministro. Durante años explicó ante la Knéset que desaprobaba los acuerdos de Camp David. Ahora nos acusa de violar esos acuerdos, algo contradictorio pues él desconoce su validez.

"Hace un año él estaba en este mismo despacho, donde usted está sentado ahora. Me invitó a Israel, lo cual yo acepté con la salvedad de viajar a Jerusalén, porque nosotros no reconocemos esa ciudad como capital del país. A Shamir, sin embargo, le parecía imposible que yo fuera a Israel sin pasar por Jerusalén. ¿Qué íbamos a decirle entonces a la prensa? Acordamos decir que la visita estaba fijada pero que aún pasaría [illegible] tiempo antes de que el programa estuviera listo. Eso fue exactamente lo que dijo al salir de este despacho. Pero en el momento mismo en que pisó Israel, Shamir declaró: Si Mubarak no quiere venir a Jerusalén, [illegible] mejor que no viaje". Preferí no entablar polémica, no dije una palabra, pero eso bastó para sacarme de la cabeza cualquier viaje a Israel. Después de todo Shamir no facilitó las cosas".

Otra anécdota, esta vez sobre el rey Hassan II. Mubarak dice que, de todas formas, será "una gran alegría" reencontrarse con él en la conferencia islámica convocada en Kuwait para el 20 de enero del próximo año. "El rey de Marruecos —dice—, me tuvo al tanto de su reencuentro con Shimon Peres en Ifrán. Encuentro tardío, por cierto, pero poco importa. Yo era el único dirigente árabe que lo aprobaba. Ni un solo diario egipcio criticó al rey Hassan en esa ocasión. Sin embargo, cuando unos días más tarde Peres me visitó en Alejandría, muchos diarios marroquíes me atacaron. ¿Por qué? Sin duda porque en Marruecos hay libertad de prensa". Mubarak se ríe. Agrega, "quizá mucha libertad de prensa", y vuelve a reír. Para volver a la seriedad el presidente agrega que en Kuwait hablará con todos los líderes islámicos presentes, salvo con "su amigo Kadafi".

**♦ El factor económico**

Pero es hora de volver al tema de la economía. ¿La deuda externa de Egipto no fue acaso revaluada en 36 mil millones de dólares? ¿El déficit comercial de 1986 no orillaba los 9 mil millones? Otras constataciones: la tasa de inflación anual fue del 20 %, los ingresos por turismo se estancaron, mientras que los debidos a la exportación de petróleo repuntan pero muy lentamente. El canal de Suez no progresa en absoluto, en tanto que disminuyó en un 50 % la repatriación de divisas.

Según Mubarak, todas estas razones no bastan para admitir las condiciones impuestas a Egipto por el F.M.I. "Ellos no advierten los aspectos psicológicos y políticos de su propuesta —dice. Impusieron sus condiciones a Marruecos y comenzaron los disturbios. Las impusieron en Túnez, con el mismo resultado. Al fin y al cabo, la estabilidad de un país es mucho más importante que las pretensiones del Fondo (...). Esto no nos impide reformar nuestra economía, una decisión que fue tomada hace [illegible] años, mucho antes de las exigencias del F.M.I. y que seguirá en marcha aunque gradualmente pues es preciso que lo acepte nuestro pueblo. Es así que debemos no escuchar al F.M.I. para aumentar el precio de la nafta, el [illegible] pan y la electricidad. Debemos andar a nuestro propio ritmo. No podemos, de la noche a la mañana, reducir la tasa inflacionaria ni llevar los intereses del 11 al 22 por ciento. ¿Queremos acaso frenar las inversiones, provocar disturbios? (...) [illegible] EE.UU. [illegible] a sus propios pobres, [illegible] lo hacen, ¿cómo pueden pedir después que nosotros no nos ocupemos de los nuestros? Es imposible.

Lo que hacemos en la actualidad es encontrar un medio gracias al cual solo los necesitados se beneficien con las subvenciones gubernamentales."

¿Acaso se debe a esta batalla con el F.M.I. el reciente reemplazo de Lotfi por Sedqui como primer ministro? El presidente lo niega en forma categórica. "El ex primer ministro y el actual comparten la misma línea en lo que hace al F.M.I.", responde Mubarak pero nadie le cree. Por el contrario, resulta muy convincente cuando vuelve a despotricar contra EE.UU., culpable, según él, de no querer revisar la tasa de interés que rige para la deuda militar de Egipto.

Explica que la tasa vigente es del 14 por ciento, algo "increíble cuando se piensa que normalmente debería estar en el 5,5, como máximo el 6 por ciento (...). Fue un error de parte nuestra el aceptar el 14 por ciento pero fue una injusticia de los norteamericanos el imponerlo".

¿Washington estaría dispuesto a revisar esta cláusula? El presidente Hosni Mubarak aún espera una respuesta. Mientras aguarda, se siente "furioso contra todo país que perjudique a mi pueblo. Supongamos que usted me otorga ochocientos millones de dólares en ayuda económica y me quita seiscientos millones, únicamente para amortizar la deuda militar, ¿cómo lo llamaría usted a eso?".

8700696

01 • 01

PARTES POCO LEGIBLE

Egipto

Prensa



# Entendimiento financiero y político entre Mubarak y Felipe González

*Reunidos en El Cairo, el presidente egipcio Hosni Mubarak y el primer ministro español Felipe González analizaron el conflicto del Golfo Pérsico y la situación en Medio Oriente. También se refirieron a la deuda externa de Egipto con Madrid, que el F.M.I. estima en 1.125 millones de dólares, sin incluir intereses e impagos, que ascienden a los 227 millones por suministros.*

EL CAIRO, 13 (EFE, AFP y DPA). — Terrorismo, situación del Medio Oriente y deuda de Egipto con España fueron los temas tratados hoy por el presidente Hosni Mubarak y Felipe González, en su segunda día de estada en El Cairo. La reunión —privada, en el palacio de Kubbeh— duró una hora y media, 50 minutos más de lo previsto, y González entregó a Mubarak un mensaje del rey Juan Carlos cuyo contenido no fue revelado.

Tras la entrevista quedó claro —según el primer ministro español— el compromiso egipcio de asumir el pago de la deuda externa, aun en estado de grave crisis económica. El oficialismo egipcio no oculta el deterioro de sus principales fuentes de divisas: el petróleo, el turismo, la inmigración y el Canal de Suez. Además, se habló de la carga que supone el pago anual de unos intereses que superan los 2.000 millones de dólares por una deuda externa que el F.M.I. estima en unos 36.000 millones en total.

De acuerdo a versiones de la delegación española, España es el sexto acreedor de Egipto, con un riesgo financiero de 1.125 millones de dólares, sin incluir intereses y con impagos vencidos por valor de 227 millones en concepto de contratos de suministro militar y de transporte (precisamente, a partir de hoy, una delegación del F.M.I. iniciará la renegociación multilateral de la deuda externa egipcia).

La entrevista González-Mubarak también habría dedicado considerables minutos al conflicto Irán-Irak, que ambas partes consideraron no solo una amenaza para la estabilidad regional, sino inclusive para la paz mundial. González expresó no poder hablar en nombre de la Comunidad Económica Europea (CEE) al preguntársele si ésta jugará un papel "más activo" en la pacificación de Medio Oriente, pero dijo que se estarían haciendo "activos esfuerzos" para solucionar un problema que ya lleva 6 años.

### ♦ Iniciativa de Mubarak

Ante el fenómeno del terrorismo internacional, se recordó (en la reunión) la iniciativa de Mubarak en el Parlamento Europeo, en enero de 1985, sobre la necesidad de llamar a una conferencia internacional. El reciente caso de la venta de armas norteamericanas a Irán y la posibilidad de que Europa desempeñe un mayor protagonismo en Medio Oriente y en el mundo árabe, fueron tópicos que también desarrollaron González y Mubarak.

González afirmó que Irak trata de solucionar el conflicto con Irán en forma pacífica, y se declaró convencido de que Irán —a su turno— "hará lo mismo". "Las negociaciones son el mejor medio para solucionar el co... to", subrayó, además de pronunciarse "... paz y un alto al fuego".

En cuanto a la deuda externa (de Eg... González expresó su interés por que E... muestre "comprensión" (recuérdese que ... puesto el tema de la deuda egipcia con M... generó un clima de tensión entre las d... hermanas). Al término de un banquete ... primer ministro egipcio, Atef Sidki, ofr... mandatario español, Sidki dijo que E... ejerció un gran apoyo en las conversa... de Egipto con el Fondo Monetario Inter... nal. La visita de González durará dos día...

Por otro lado, se reunieron en El Ca... miembros de la delegación oficial españo... sus pares de Egipto. Los secretarios de E... de Cooperación Internacional, Luis Yá... de Comercio, Miguel Angel Fernández ... fos, trataron asuntos relacionados con su... pectivas áreas, según informes españoles.

Anteriormente a las reuniones, duran... mañana, Felipe González y su esposa, Ca... Romero, efectuaron una visita de carácte... rístico a las pirámides de Giza. Tras u... muerzo en el palacio de Kubbeh, en Helió... González recibió a los periodistas espa... que lo acompañaron en este viaje.

Ag...

01·01 8701073 ·

ARCHIVAR EN: Egipto (128)

TEMA: Mubarak y Hussein critican la
Venta de armas a Teheran

PROCEDENCIA: La Nación del 24/11/86

ARCHIVADO EN: Prensa (044)

01·01

0701087

Egipto y Jordania cuestionan la credibilidad de Reagan

# Dura condena árabe por envío de armas de los EE.UU. a Irán

**Bahrein (Reuter)** — La advertencia formulada ayer por los líderes de Egipto y Jordania de que los Estados Unidos están perdiendo credibilidad en el Medio Oriente refleja la consternación general que reina entre los países árabes moderados frente a las negociaciones secretas de armas de Washington con Irán.

Si bien el presidente **Hosni Mubarak** y el rey **Hussein** fueron los primeros gobernantes de estados árabes pro occidentales en pronunciarse abiertamente sobre el tema, los periódicos, que por lo común reflejan opiniones oficiales, han reaccionado con una mezcla de incredulidad e indignación.

Todos estos países han brindado apoyo moral y financiero a [illegible] prolongada guerra con Irán (nación musulmana pero no árabe) y permanecieron indiferentes a los llamados formulados por las naciones más radicalizadas en favor de represalias contra los Estados Unidos por sus incursiones aéreas del 15 de abril contra Libia, aliado de Irán.

Luego de que el presidente **Ronald Reagan** admitiera hace diez días que los Estados Unidos estuvieron enviando armas a Irán durante 18 meses, los comentarios típicos fueron del tenor de los siguientes, que hizo el diario "**Al-Ittihad**", de los Emiratos Arabes Unidos: "Los estadounidenses han sido sorprendidos con las manos en la masa, azuzando deliberadamente las llamas de la guerra entre Irán e Irak. Después de las revelaciones de Reagan, ¿podrá el mundo seguir escuchando a los Estados Unidos y continuar creyéndoles?"

El diario "**Jordan Times**", en idioma inglés, dijo: "No es suficiente acusar a Washington de deslealtad. Palabras expresando condena y frustración árabes son en sí mismas instrumento de bancarrota, si no son traducidas a hechos y acciones".

"Que Occidente sepa que los estados árabes no son títeres que puedan ser manipulados y explotados. El peso económico árabe, si bien algo disminuido estos días, no carece de gravitación. Utilizado adecuadamente, puede obtener concesiones políticas, tanto de amigos como de enemigos", dijo el "**Jordan Times**".

Entre otros estados árabes del golfo, cuyos gobernantes creen que el desenlace más peligroso de la guerra del Golfo sería una victoria del Irán revolucionario, cabe citar al diario árabe saudita "**Al-Youm**": "Reagan sólo proveería de armas a Irán por dos razones. La primera es que todas sus protestas antiterroristas son ficticias, y lo que busca es atacar a Libia, que está asociada con Irán. Regan no puede garantizar que las armas no arribarán a Libia desde otros países que él califica de terroristas. La segunda razón es que Washington y Teherán están embarcados en una empresa de grandes proporciones, destinada a crear estragos en la región mediante la utilización de armas estadounidenses, con lo que alianarían el camino a los designios de Irán, que ha estado tratando de convertirse en el gendarme de la región".

El diario saudita "**Arab News**", editado en inglés, dijo que el incidente "ha planteado serios cuestionamientos en torno de la capacidad del presidente Reagan de captar detalles respecto del calibre y competencia de quienes lo asesoran en política exterior y, por consiguiente, acerca de toda su política exterior".

"Ahora se sabe que Reagan ha estado vendiendo armas al pueblo que él mismo estigmatizó como terrorista, y despliega una volubilidad política de la que se suponía estaba exento. Se asemeja a cualquier otro político que ha cometido un error, pero no puede reconocerlo", dijo el diario.

"Ciertamente, resulta de poca ayuda a los Estados Unidos o a sus aliados contar con un presidente cuya autoridad en cuestiones de política exterior esté tan visiblemente deteriorada", agregó.

Anticipando que habrá más reacciones, tanto oficiales como extraoficiales, de características similares, el influyente diario de El Cairo "**Al-Ahram**" comentó: "Lo irónico del caso es que mientras Washington justifica su abastecimiento de armas a Irán argumentando que esto estimulará a los elementos iraníes moderados, se arriesga a enfurecer a los árabes moderados y ya no tan sólo a los ira[illegible]

01·01

0701230

# Cinco años caía Anwar El Sadat en Egipto

Ese martes 6 de octubre era día de fiesta a orillas del Nilo. Decenas de miles de egipcios se habían dado cita en el estadio central de Medinet Nasr, en la barriada nordeste de El Cairo, en el camino a Heliópolis, para asistir a la parada militar que cada año marca el triunfal aniversario del cruce del canal de Suez por el Ejército egipcio, el 6 de octubre de 1973. Ese día las tropas de El Cairo vengan más de un cuarto de siglo de derrotas ante el enemigo israelí. Desde 1973 esa fecha se ha celebrado como la "Fiesta de las Fuerzas Armadas egipcias".

El martes 6 de octubre de 1981 la manifestación tenía una particular significación. La bandera con la estrella de David flameaba en lo alto del estadio. Por primera vez también, el embajador israelí en la capital egipcia, Moshe Sasson, aceptó cálidamente la invitación del *Rais*: "Mi presencia junto al presidente Sadat —dijo a la radio del Ejército israelí— expresará mejor que todo la voluntad de paz y de normalización entre los dos países".

También asumía un particular significado la nutrida delegación estadounidense invitada por Anwar el Sadat. Desde que había expulsado a los expertos soviéticos de tierra egipcia —incluyendo al embajador de Moscú— Sadat se había transformado en el aliado privilegiado de Washington en el Medio Oriente, junto a Israel. Numerosos militares estadounidenses habían sido invitados, pues, a seguir la parada desde la tribuna presidencial. Habían viajado desde Washington para significar el valor especial que le conferían a la invitación.

En El Cairo las conversaciones habían girado ese último tiempo en torno a un mismo tema: la barrida sin precedentes que acababa de hacer el presidente Sadat en la oposición, desde nasseristas a socialistas, pasando por los coptos, hasta llegar a la misteriosa confraternidad de los integristas Hermanos Musulmanes, partidarios de un Islam sin influencias extrañas. Más de mil adversarios de Sadat se encontraban por entonces detenidos. "El Rais se ha conseguido por lo menos dos años de tranquilidad política", comentaban los diplomáticos occidentales.

Desembarazado de los más contestatarios, a pocos meses de la devolución por Israel de la última parte del Sinaí que aún mantenía, nunca antes Sadat había aparecido tan fuerte en su poder.

## A PLENO SOL

El sol caía a plomo en El Cairo. Sadat, con uniforme de gala, se había ubicado en la tribuna presidencial. A su derecha, el vicepresidente Hosni Mubarak. A su izquierda, el nuevo ministro de Defensa, Abdel Halim Abu Ghazala. A sus proximidades, la alta jerarquía política, religiosa y militar del país y el cuerpo diplomático.

En medio de un enorme ruido comenzó el desfile. La radio y la televisión transmitían la ceremonia en vivo y en directo. Eran las 13 horas. Todo Egipto —desde los socos a las más humildes viviendas— veía y escuchaba el tronar de los blindados, los aviones y el desplazamiento de la artillería.

En el estadio de Medinet Nasr una unidad de artillería —con piezas de 130 milímetros— se aprestaba a pasar ante la tribuna. Simultáneamente seis cazas bombardero Mirage surcan el cielo trazando multicolores estelas. Sadat, Mubarak y Abu Ghazala están de pie, saludando. Son exactamente las 13 horas y 2 minutos. Súbitamente uno de los camiones se detuvo frente a la tribuna. El chofer desciende, aparentemente con una granada en la mano. Lo sigue una media docena de soldados en traje de combate, portando armas automáticas. Están a no más de 15 metros de la base de la tribuna. Abren el fuego contra los tres uniformes de gala que se destacan nítidamente en el palco oficial. Nutrido tiroteo. Todo el mundo cuerpo a tierra. Y ya nadie sabe qué pasa.

Por radio se oye claramonte el seco ruido de las ráfagas. Luego un estrépito. Después ruidos indistintos. Por último, la locutora retoma el micrófono. La televisión interrumpe la transmisión de la parada militar. Sólo difunde himnos patrióticos. En el cielo de El Cairo los pilotos de los Mirage siguen haciendo sus acrobacias, ajenos al drama que culminaba debajo de ellos.

Un pánico indescriptible se había apoderado de todo el estadio. De la tribuna asciende una nube de humo azulada provocada por la explosión de la granada. Varios cuerpos yacen en el piso. Se reconoce al del ministro de Defensa, también a un guardaespaldas de Sadat. El presidente egipcio había desaparecido en medio de su cuerpo de seguridad.

Los autores del atentado tratan de huir en medio de la multitud. Esta es dominada por un pánico en ascenso. Cuerpos de mujeres y de niños son pisoteados al huir. Un camión de 30 toneladas, cargado con misiles, intenta echar marcha atrás y aplasta a un joven que cayó bajo sus ruedas.

Un helicóptero despegó rápidamente hacia El Cairo. Lleva a Anwar el Sadat hacia el hospital militar de Meadi, al lado sur de la ciudad. Durante más de cuatro horas la incertidumbre más espesa reinó acerca de la suerte del *rais* de Egipto.

Trascendió que Abu Ghazala se encontraba entre los heridos, así como cuatro oficiales estadounidenses y el embajador de Bélgica, Claude Ruelle, de 58 años, igualmente trasladado al hospital Meadi. Se sabe que el vicepresidente Mubarak escapó ileso.

Los rumores sobre lo sucedido a Sadat se multiplican: está herido levemente del lado derecho, alcanzado gravemente en la cabeza. El embajador de Italia jura que un testigo fidedigno vio que llevaban a Sadat al helicóptero con el rostro ensangrentado. En Washington el Departamento de Estado puntualiza que el presidente egipcio llevaba un chaleco antibalas.

## "TODOS LOS TIRANOS..."

Los primeros en hacer públic muerte de Sadat son los libios. "R Trípoli", a las 14.25, alrededor que h muerto antes de llegar al hosp Inmediatamente dudas sobre la fue Kadafi ha manipulado la informac se especula. "Todos los tiranos te nan por morir", había dicho la "Vo Trípoli" al concluir su despacho gente.

En El Cairo un Consejo de nistros reducido se reunió en se extraordinaria bajo la presidenci Mubarak; simultáneamente en Be una voz anónima telefonea a la "A cia France-Presse" (AFP) y a la " ted Press International" (UPI). Reiv ca el atentado en nombre de un m rioso "Frente de rechazo por la lib ción del Egipto árabe. Comando m secreto". Esa pista no era tan err como había parecido a priori.

La televisión estadounidense d seguida la noticia. Citando al vice sidente Bush, el senador Howard ker anuncia que Sadat ha muerto. 17.26, desde El Cairo, "Fra Presse" cablegrafía escuetam "El presidente Sadat ha muerto. cial".

Cuando el consejero de la P dencia, Mansur Hassan, sale de l ducida reunión de ministros, le guntan: "¿El presidente está mue vivo?", responde lacónicam "Muerto". Era la última confirmac

## EL COMANDO EJECUTOR

Ese 6 de octubre, los avion chorro que surcaban el cielo ha desviado la atención de la multitu sibilitando al comando asesino lle cabo su misión. El jefe del grup Khaled el Islambuli. Teniente del cito egipcio. Su hermano, que ser emir, un dignatario de los Herm Musulmanes, había sido detenid de setiembre, durante una ba efectuada por Sadat contra to oposición, pero que se había centrado en la confraternidad int ta.

A los dos días del atentado costó la vida de Sadat, estalló la lión en la ciudad de Assiut, a 40 metros de El Cairo. Plaza fuerte c comunidades copta y musulmana siut ha sido frecuente teatro enfrentamientos confesionales dos: es una ciudad de 200.000 hab tes a las puertas del desierto.

Ese jueves 8 de octubre, cer 200 integristas musulmanes atac rios locales policiales. Se combat do el día. Cuarenta y cuatro po fueron abatidos. Los comando Mubarak, llegados en helicóp controlan la situación al final de capturan al jefe de la revuelta y n a nueve alzados, según la cifra o Sin embargo, en el terreno se hal



01·01

87-01941

Egipto

LA HORA

## * MOUBARAK INICIO VISITA SORPRESIVA A JORDANIA

Beirut, (PL) —El presidente egipcio, Hosni Moubarak, inició ayer una sorpresiva visita de 24 horas a Jordania, donde abordará la situación mediooriental, en especial los preparativos para la próxima conferencia internacional.

Moubarak viajó acompañado del canciller Ahmed Osmat Abdel-Magdid y de su consejero político, Osama Baz.

Una declaración oficial de las autoridades cairotas precisó que entre los temas a abordar por Moubarak y el rey Hussein, de Jordania, está la coordinación sobre las gestiones para una paz en el Levante y asuntos bilaterales.



8701942

EGIPTO
Cubrir en: Jordania

La Nación 24/11/86

Asombro por actitud de EE.UU.

# Concluyen reuniones entre Hussein y Mubarak

EL CAIRO, (ANSA, EFE y UPI) — El presidente de Egipto, Hosni Mubarak y el rey Hussein de Jordania, concluyeron tres rondas de conversaciones sobre el Medio Oriente, con una expresión de asombro y confusión por el trato de Estados Unidos para vender armas a Irán, y un llamado para que Washington restaure su crédito en el mundo árabe.

Ambos jefes de estado comentaron sobre el trato de Estados Unidos con Irán, al término de la visita de dos días de Hussein a El Cairo, que incluyó tres rondas de conversaciones sobre los esfuerzos de paz para el Medio Oriente.

"Es muy asombroso escuchar esta historia", dijo Mubarak en su primera reacción oficial egipcia a las negociaciones de Washington y Teherán. Hussein expresó una confusión similar sobre el intento secreto de Washington por restablecer vínculos con Irán. Ambos países rompieron relaciones después de la caída en 1979 del Sha y la captura de funcionarios de la embajada estadounidense en Teherán que fueron retenidos como rehenes por más de un año.

El presidente Jimmy Carter declaró un embargo a todos los envíos de armas a Irán, que fue avalado por el presidente Ronald Reagan.

"Personalmente, estoy atónico, porque no puedo comprender el pensamiento estadounidense", dijo Hussein.

Mubarak dijo que la credibilidad de Estados Unidos "ha empezado a deteriorarse".

"Espero que se haga algo al respecto en el futuro cercano", dijo.

El presidente egipcio reveló que había enviado un mensaje a Reagan "pidiéndole —y sigo aún pidiendo a Estados Unidos— que haga algo para no perder su crédito en el mundo árabe".



8701943

128

EGIPTO

# Exhortación de Mubarak

EL CAIRO, 20 (UPI).- El presidente de Egipto, Hosni Mubarak, urgió hoy a los países árabes a activar su pacto de defensa colectiva y calificó de "desastre" la amenaza de Irán de expandir su guerra con Irak a otros estados de la región. Mubarak prometió que Egipto honrará sus compromisos con otras naciones árabes en caso de que Irán cumpla con sus amenazas.

El presidente hizo su promesa en respuesta a una amenaza formulada por el presidente iraní, Ali Khamenei, de expandir la guerra a otros estados árabes del Golfo Pérsico que supuestamente ayudan a Irak.

Mubarak dijo: "Se hacen muchas amenazas. Cualquiera puede hacer una amenaza, pero esto solamente conducirá al desastre".

Khamenei acusó a estados árabes del Golfo Pérsico -a los que no mencionó- de servir como bases para aviones de guerra de Irak, y advirtió que Irán responderá de "manera apropiada".

"Urjo a todos los países árabes a mostrar su compromiso con el Pacto de Defensa Colectiva", dijo Mubarak en referencia al tratado de 1964 que obliga a los estados árabes a ayudarse mutuamente en caso de que uno de ellos enfrente una agresión.

"En el pasado se nos acusaba de no mostrar compromiso (con el pacto), pero Egipto no será renuente a honrar sus compromisos árabes", agregó Mubarak, quien no indicó si ello significa que Egipto está dispuesto a enviar tropas a estados del golfo si éstos son atacados por Irán.

La pertenencia de Egipto a la Liga Arabe, que promovió el pacto, fue congelada en 1979 luego de que firmara un tratado de paz con Israel. A pesar de la suspensión, funcionarios reiteraron que Egipto no dará la espalda a sus compromisos con los árabes.

Mubarak afirmó la semana pasada que la negociación de armas entre Estados Unidos e Irán disminuye la credibilidad de Washington en el mundo árabe y urgió al presidente Ronald Reagan a tomar medidas de corrección con urgencia.

Egipto ha sido un fuerte simpatizante de Irak en la guerra del golfo, que ya está en su séptimo año, y ha provisto a Bagdad de armas, repuestos y voluntarios.



8702011

# Pide Egipto activar el pacto de defensa árabe

El Cairo, 30 (UP) – El presidente Hosni Mubarak urgió hoy a los países árabes a activar su pacto de defensa colectiva y calificó de "desastre" la amenaza de Irán de expandir su guerra con Irak a otros Estados de la región.

Mubarak prometió que Egipto honrará sus compromisos con otras naciones árabes en caso de que Irán cumpla con sus amenazas.

El presidente egipcio hizo su promesa en respuesta a una amenaza formulada por el presidente de Irán, Alí Khamenei, de expandir la guerra a otros Estados árabes del golfo Pérsico que supuestamente ayudan a Irak.

Mubarak, consultado por un periodista sobre la amenaza, replicó: "Se hacen muchas amenazas. Cualquiera puede hacer una amenaza. Pero esto solamente conducirá al desastre".

Khamenei acusó a Estados árabes del golfo Pérsico –a los que no mencionó– de servir como bases para aviones de guerra de Irak, y advirtió que Irán responderá "de manera apropiada".

Pido a todos los países árabes a mostrar su compromiso con el pacto de defensa colectiva", afirmo Mubarak en referencia al tratado de 1954 que obliga a los Estados árabes a ayudarse mutuamente en caso de que uno de ellos enfrente una agresión.

"En el pasado se nos acusaba de no mostrar compromiso (con el pacto), pero Egipto no será renuente a honrar sus compromisos árabes", agregó Mubarak.



8702012

128
EGIPTO
CAUSAS TERRORISMO

CLARIN ★ Buenos Aires, domingo 26 de octubre de 1986

PERU

LUGHAS DE LIBERACION Y TERRORISMO

SIGUE EGIPTO

# Posición egipcia

EL CAIRO, 25 (UPI). — El ministro de Relaciones Exteriores egipcio, Esmat Abdel-Meguid, al hacer una distinción entre la lucha por la libertad y actos terroristas, dijo hoy que sería un "terrible error" identificar a árabes o palestinos con el terrorismo.

En un discurso para celebrar el Día de las Naciones Unidas, Abdel-Meguid retiró el llamado egipcio para una conferencia internacional con el fin de sentar bases para una cooperación mundial para erradicar el terrorismo.

"Egipto cree que cualquier plan para enfrentar el terrorismo debe hacer una clara distinción entre actos de terrorismo cometidos contra civiles y operaciones de individuos desarmados que buscan la liberación nacional", dijo Abdel-Meguid.

"Egipto también cree que un país no debe restringir la libertad como parte de sus medidas contra el terrorismo. Los varios aspectos del terrorismo, incluyendo sus raíces y sus verdaderas causas, deben ser estudiados", dijo el ministro.

"Sería un terrible error calificar de terroristas a palestinos o árabes que luchan por derechos legítimos", puntualizó.

"La proliferación del fenómeno del terrorismo a través del mundo prueba que sería vano responsabilizar a los palestinos por estos actos irresponsables", insistió el canciller.

Abdel-Neguid recordó que la Organización para la Liberación de Palestina emitió una declaración en noviembre condenando el terrorismo pero reiterando el derecho de la organización de luchar contra la ocupación israelí de tierras árabes.

El funcionario dijo que Egipto está consultando con otros países para sentar las bases de una cooperación internacional contra el terrorismo antes de llevar el asunto ante la Asamblea General.

8702474

01·01

128

Egipto

Los resultados se conocerán mañana

# Egipto: referéndum para disolver el Parlamento

EL CAIRO (ANSA, EFE y UPI).— Los egipcios votaron ayer en un referéndum nacional sobre la disolución anticipada del Parlamento en una acción dirigida a restaurar la legitimidad del poder legislativo ocho meses antes de que se nombre al Presidente Hosni Mubarak para otro período de gobierno.

Funcionarios dijeron que 14 millones de personas se registraron para votar en casi 21.000 urnas. Los resultados oficiales se esperan para mañana, pero una encuesta realizada por el diario Al-Ahram predijo que un 56 por ciento favorece la disolución de la Asamblea Popular o Parlamento.

Si más de un 50 por ciento votara por la disolución, se harían nuevas elecciones el 9 de abril, dijeron las autoridades.

Mubarak, quien votó en una escuela de niñas en Heliópolis, un suburbio de El Cairo, decretó el referéndum el 4 de febrero para aplacar la crítica opositora de que el legislativo funciona sobre bases inconstitucionales.

La oposición dijo que la Asamblea era ilegítima porque fue elegida en mayo de 1984 bajo una ley que calificó de inconstitucional, en parte porque prohibió la candidatura de independientes.

La Asamblea cambió la ley para incluir una limitada participación de los independientes y analistas dicen que Mubarak intenta eliminar las dudas sobre su legitimidad haciendo elegir al legislativo bajo la nueva ley, antes de que lo nombre para un segundo período de gobierno en octubre.

Mubarak fue elegido en un referéndum de octubre de 1981 que siguió al asesinato de Anwar el Sadat.

Mubarak, hablando a la prensa tras votar, reconoció indirectamente que la disolución era la conclusión anticipada del referéndum al prometer que las nuevas elecciones serían libres, pero rechazó las demandas de formar un gobierno "neutral" para supervisarlas.

"Desafío a quienes... sospechan que nuestra democracia no permite hacer lo que estamos haciendo. Estamos dando dosis de democracia, todas las que podemos dar y ellos (los opositores) no pueden dar ni una cuarta parte de esas dosis", dijo Mubarak.

Negó que su primer interés al llamar al plebiscito fuera adoptarse la reelección. "Ni siquiera pensé en eso", dijo.

PERLA 12/2/87 la nacion



$702778

128

LA PRENSA

Sábado 28 de febrero de 1987 ◆ LA PRENSA

# Compromiso de Peres y Mubarak para una conferencia de paz

(Radiofotografía de Reuter)

Miembros de la Unión Radical de Abogados de El Cairo queman una bandera israelí y gritan consignas contra el gobierno de Tel Aviv, en momentos en que se hallaban reunidos el presidente Mubarak y el canciller Shimon Peres

**Tel Aviv, 27 (UP) — El ministro de relaciones exteriores de Israel, Shimon Peres, y el presidente de Egipto, Hosni Mubarak, finalizaron hoy sus dos días de conversaciones, comprometiéndose a realizar esfuerzos para llevar a cabo este año una conferencia de paz para el Medio Oriente.**

**Peres regresó a Israel desde Egipto, donde se reunió por segunda vez con Mubarak, y dijo que ambos acordaron promover una conferencia internacional que podría abrir paso a negociaciones directas. Los funcionarios se habían reunido anteriormente en septiembre pasado.**

## Cuestiones pendientes

**En sus declaraciones posteriores y en una declaración conjunta egipcia-israelí dada a conocer por el ministro de relaciones exteriores de Egipto, Esmat Abdel-Meguid, al cabo de las conversaciones en El Cairo, los dos funcionarios indicaron que existen algunas cuestiones por resolverse en torno a la formación de un equipo negociador palestino.**

**"Terminamos con tres puntos", indicó Peres en una conferencia de prensa en el aeropuerto Ben-Gurión de Tel Aviv, al regresar a su país.**

**"Por un lado, la formación de la delegación palestina debe ser decidida por todas las partes interesadas", sostuvo Peres. "Por otro lado, las negociaciones se realizarán directamente en forma bilateral. Y en tercer lugar, tanto Egipto como Israel colaborarán en sobrellevar obstáculos".**

## Declaración conjunta

**En la declaración conjunta, ambas naciones, que estuvieron enfrentadas hasta 1979, reiteraron un "firme compromiso" de buscar "una paz justa y duradera en el Medio Oriente" y un deseo de mejorar las relaciones entre Egipto e Israel en el futuro. Israel y Egipto señalaron que promoverán "una conferencia internacional para 1987, tendiente a lograr negociaciones directas entre todas las partes involucradas, basadas en las resoluciones 242 y 338 del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas".**

**Dichas resoluciones hacen un llamado a Israel para que devuelva los territorios árabes tomados durante la guerra del Medio Oriente de 1967 a cambio del reconocimiento árabe de Israel y del derecho de ese país de gozar territorios seguros.**

01·01

8702788

928

Egipto

CLARIN 22-2-87

# Egipto-F.M.I.: acuerdo

EL CAIRO, 21 (DPA). — Tras largos meses de negociaciones, **Egipto ha logrado un acuerdo básico con el Fondo Monetario Internacional (F.M.I.)** sobre un crédito puente, hasta iniciar la renegociación de la deuda externa, de casi 40.000 millones de dólares.

Según esta fuente, los representantes del F.M.I. y del gobierno firmaron una carta de intención, en la que se califica de "sana" a la economía egipcia y se menciona la capacidad de El Cairo de reembolsar la deuda.

En un primer trecho, el F.M.I. concederá a Egipto 300 millones de dólares, de los 1.500 originalmente exigidos por El Cairo.

Se desconoce cuáles son las condiciones del F.M.I. que Egipto tendrá que cumplir. Originalmente se había exigido la flotación libre de la moneda, la reducción de las subvenciones estatales y el incremento de los intereses.



0702797

128

Egipto

Comisión estudia posibilidades

LA MAÑANA 6/3/87

# Intercambio comercial entre Uruguay Egipto

Archivo

**Una comisión especial binacional uruguayo egipcia estudia las posibilidades de intercambio comercial, a instancia del gobierno de El Cairo.**

Fuentes del Palacio Santos revelaron que existen perspectivas en general "favorables" de recapturar el mercado egipcio, perdido en los últimos años, por la competencia de los países de la Comunidad Económica Europea (CEE). En tal sentido, podría aumentarse la cuota Hilton de 2.000 toneladas homologada por el GATT y lograrse la colocación de otras 2.000 toneladas fuera del acuerdo general.

Según los expertos económicos consultados, Egipto tiene un déficit alimentario que lo lleva a importar anualmente bienes por 4 mil millones de dólares.

El subsidio a la producción exportable de la CEE, hizo que nuestro país perdiera en los últimos años, las licitaciones a las que convoca el Ministerio de Abastecimiento del gobierno de El Cairo.

Sin embargo, las fuentes comentaron que esta situación podría variar ante la reducción de las reservas cárnicas de la CEE, y en razón a factores de carácter cambiario. No obstante, informaciones fidedignas que obran en nuestro poder, indican que la Comunidad Europea tiene un stock de 700.000 toneladas de carne.

Egipto, con 46 millones de habitantes, sigue teniendo un desarrollo muy primario del sector agropecuario y persiste su avidez en adquirir carne, lácteos y otros alimentos, dijeron las fuentes.

La comisión que se reunirá hacia fines del presente mes, considerará la adquisición en Uruguay de ganado, carne, leche en polvo, manteca, sorgo, lana sucia, y pollos.

En el Palacio Santos, donde se ha delineado una estrategia para penetrar en los mercados africanos, se aguardan con mucho interés los resultados de estas conversaciones.

Egipto, fue en los años '70 y '80 un importante socio comercial uruguayo. En 1983, le vendimos a este país carne vacuna y ovina y menudencias, por algo más de 83 millons de dólares.

Posteriormente se redujo nuestra participación en el comercio exterior egipcio, como corolario de la política de la Comunidad Económica Europea, que subvenciona a su producción exportable.

Eso llevó a que en 1985 y 1986 no pudiéramos ganar las licitacones egipcias, comentaron las fuentes. Esta política de la Europa desarrollada de occidente, parece cambiar de signo al corto plazo, señalaron.

Ejemplificando sobre esta realidad del comercio internacional que perjudica fundamentalmente a los países del Tercer Mundo, que venden producciones primarias, se indicó que en 1986, Francia ofrecía manteca a 900 dls., mientras la oferta de los otros países, oscilaba en los 1.500 dls. La leche en polvo de la CEE, le costaba a los países africanos un 80% menos que el mismo producto ofrecido por otras naciones.

La situación denunciada en los foros internacionales podría cambiar, al desceder el stock de reserva de la Comunidad, lo que se reflejará en los precios internos de cada país, y en la política de amparo a sus exportadores.

Según las últimas cifras disponibles, Egipto importó en 1984, 910 millones de dólares y exportó US$ 780 millones.

Sus principales rubros de exportación fueron el café (57%), el algodón (7%), pescado fresco (3%), artículos de papel (3%) y derivados del petróleo (3%).

Los socios comerciales mayores son EE.UU., Guatemala, Costa Rica, Nicaragua y Alemania Federal.

01·01 8703455

EGIPTO

128

R21

Denuncia opositora de fraude y actos de violencia

# Partido del Presidente Mubarak retendría mayoría parlamentaria

**EL CAIRO. (ANSA, EFE y UPI).— Los egipcios votaron ayer en elecciones parlamentarias perturbadas por denuncias opositoras de fraude y actos de violencia que dejaron un muerto, 64 heridos y centenares de detenidos.**

Aproximadamente 21.000 recintos de votación fueron abiertos para que acudieron 14 millones de personas a depositar sus papeletas a fin de elegir una Asamblea del Pueblo, o Parlamento, de 448 miembros y por un mandato de cinco años.

Seis partidos inscribieron unos 1.700 candidatos para 400 de las bancas legislativas. Aproximadamente 2.000 postulantes independientes compitieron por las 48 bancas restantes.

El corresponsal del diario británico The Guardian, David Hirst, fue detenido durante una hora mientras observaba la votación en el delta y el fotógrafo de la agencia Reuters, Frederic Neema, fue zamarreado cuando tomaba fotos en El Cairo.

Voceros de la alianza entre la Hermandad Musulmana y los partidos Laborista y Liberal dijeron que uno de sus militantes que cumplía labores de vigilancia en uno de los recintos electorales fue muerto y 60 simpatizantes y dirigentes del grupo fueron heridos por la acción de adeptos al Gobierno en el delta del Nilo al Norte de El Cairo y en la región del Sur de Egipto.

Analistas dijeron que se creía que el Partido Democrático Nacional, del Presidente Hosni Mbarak, retendría su considerable mayoría parlamentaria. Pero opinaron que la alianza, que pidió en su plataforma el cumplimiento de la ley islámica, tenía las mejores posibilidades de desplazar al Partido Nuevo Wafd, de centroderecha, como la principal fuerza opositora.

Un vocero del Partido Progresista de Unión Nacional dijo que cuatro de sus observadores en las mesas de votación resultaron heridos en un distrito sureño, y que todos los candidatos de oposición se retiraron en protesta por ese hecho.

El Ministerio del Interior dijo en un comunicado que sólo tenía informes de violencia en una aldea del delta, pero sin mencionar heridos o detenciones.

Voceros opositores dijeron que en varias zonas del delta, el Sur y en El Cairo se permitió a militantes del partido gobernante que entraran a los recintos de votación, mientras tal cosa estuvo prohibida para los contrarios.

La Mañana 7/4/87

8703555

01·01

# Egipto: referéndum para disolver el Parlamento

El Cairo, 12 (UP) — Los egipcios votaron hoy en un referéndum nacional sobre la disolución anticipada del Parlamento en una acción dirigida a restaurar la legitimidad del Poder Legislativo ocho meses antes de que se nomine al presidente, Hosni Mubarak, para otro período de gobierno.

Funcionarios manifestaron que 14 millones de personas se registraron para votar en casi 21.000 urnas. Los resultados oficiales se esperan para el sábado, pero una encuesta realizada por el diario "Al-Ahram" predijo que un 96 por ciento favorece la disolución de la Asamblea Popular o Parlamento.

Si más de un 50 por ciento votara por la disolución, se harán nuevas elecciones el 9 de abril, explicaron las autoridades.

## Acusación opositora

La oposición señaló que la Asamblea era ilegítima porque fue elegida en mayo de 1984 bajo una ley que calificó de inconstitucional, en parte porque prohibió la candidatura de independientes.

La asamblea enmendó la ley para incluir una limitada participación de los independientes, y analistas decían que Mubarak intentó eliminar las dudas sobre su legitimidad haciendo reelegir al Legislativo bajo la nueva ley, antes de que lo nomine para un segundo período de gobierno en octubre.

Mubarak, hablando a la prensa tras votar, reconoció indirectamente que la disolución era la conclusión anticipada del referéndum al prometer que las nuevas elecciones serían libres, pero rechazó las demandas de formar un gobierno "neutral" para supervisarlas.

"Desafío a quienes... sospechan que nuestra democracia no permite hacer lo que estamos haciendo. Estamos dando dosis de democracia, todas las que podemos dar y ellos (los opositores) no pueden dar ni una cuarta parte de esas dosis", dijo Mubarak.

Negó que su primer interés al llamar al plebiscito fuera asegurarse la reelección. "Ni siquiera pensé en eso", agregó.

01·01

8703580

**S E C R E T O**

26 de marzo de 1987

MINISTERIO DE [illegible]
Dirección General [illegible]
Fecha [illegible] 28/4/87
Fecha de [illegible] 11/5/87
Pase a Jefe/Anal/Archivo
Nº. de Identificación 0604/87

Informe Nº: /1758

Asunto : EGIPTO - Interior / La campaña electoral para el Consejo del Pueblo

1. La campaña electoral para el Consejo del Pueblo se está volviendo enérgica y tensa. Así es como se acrecientan los esfuerzos electorales de los diversos partidos en el seno del público mediante la realización de actos populares en lugares cerrados, desfiles y difusión de material de propaganda. Paralelamente se desarrolla una violenta guerra de propaganda entre los mismos a través de sus respectivos órganos oficiales. Esta actividad se desvía parcialmente de las severas limitaciones impuestas por las autoridades de seguridad al desarrollo de la campaña electoral. Por tal razón abundaron recientemente los roces entre los partidos opositores y las autoridades de seguridad, e incluso fueron detenidos varios activistas de la oposición en EL CAIRO y ALEJANDRIA. Además, la campaña electoral contribuye a enardecer la tensión intercomunitaria y la actividad fundamentalista extremista, que en los últimos meses han aumentado en forma considerable, particularmente en el Sur del país. El 20 de marzo se produjo un nuevo incidente violento entre musulmanes y coptos -por primera vez en el Norte del país- en la aldea de EL SHEIKH. En el mismo resultó muerta una mujer y decenas de personas fueron detenidas, entre ellas dos miembros del Partido de Izquierda. Ese mismo día hubo otro choque entre fuerzas de seguridad y fundamentalistas en SOHAG, en el Sur.

2. Una de las principales fuerzas opositoras que participan en las elecciones es la lista conjunta del Partido Laborista Socialista, la Hermandad Musulmana y el Partido Liberal (que concertó un pacto con los fundamentalistas). Amplios sectores del bando fundamentalista, con la Hermandad Musulmana a la cabeza, que se incorporaron a la lista conjunta desde una posición de fuerza (dado que los partidos buscaban congraciarse con ellos) lograron estampar su impronta en la misma. Así es como los fundamentalistas obtuvieron una buena porción (más del 50%) en las listas de candidatos a la lista conjunta (muchos de los candidatos, que totalizan más de 200, ocupan los primeros lugares en las listas). También se reconoce su influencia considerable en la plataforma política y en la línea de propaganda de la lista, que destacan la necesidad de dar una "solución islámica" a los problemas del país, principalmente mediante la implantación del código religioso musulmán (la "Sharía"). El ala fundamentalista de la lista conjunta está desarrollando una enérgica campaña electoral en todo el país, incluso en EL CAIRO y

01·03 8703702 ../2

ALEJANDRIA. En este marco resalta su amplia actividad pública, que utiliza las mezquitas y universidades para difundir su propaganda, contrariando las disposiciones que prohiben realizar propaganda electoral en esos lugares. Por tal razón fueron detenidos recientemente varios activistas fundamentalistas en ALEJANDRIA y EL CIARO. Los fundamentalistas poseen importantes fuentes de financiación, entre ellas las Compañías Islámicas de Inversiones creadas en el país en los últimos años, que realizan negocios en gran escala.

3. Al parecer, el régimen está preocupado por la vasta participación del bando fundamentalista en las elecciones en general y por su creciente influencia en la mencionada lista conjunta en particular. Esto se manifiesta en un artículo del director del semanario oficial "El-Massar" (20 mar.), MAKRAM MOHAMMED AHMED, conocido como allegado a la cúpula del gobierno, quien pone en duda la legalidad de la participación de la Hermandad Musulmana en las elecciones porque la misma carece de status legal en el país. El autor del artículo señala igualmente la escalada que, según él, se produjo en el modus operandi de la Hermandad tras la muerte de su líder, OMAR TALAMSANI, el año pasado, y el incremento de la influencia de dirigentes extremistas en sus filas. De las manifestaciones de MAKRAM AHMED se deduce la posibilidad de que las autoridades tomen medidas para restringir la actividad de la Hermandad e impedirle logros destacados en las elecciones.

4. El Partido Wafd (la derecha laica) enfrenta dificultades que provienen de divisiones internas y del hecho que la hermandad Musulamana abandonara su lista. Se estima que al Wafd le resultará difícil repetir su logro de las elecciones de 1984 (15% del total de los votos en todo el país) y quizás también superar el procentaje mínimo de votos (8%). En su propaganda, el partido hace hincapié en la necesidad de establecer una vida democrática normal en el país y destaca las faltas del régimen en el terreno económico y social.

5. El partido de izquierda marxista (El-Tajuma) participa en las elecciones sabiendo que tiene pocas perspectivas de superar el porcentaje mínimo de votos (en las elecciones de 1984 había obtenido sólo el 4%). Por lo tanto, los jefes de su lista compiten por las bancas independientes, en un intento por lograr algún grado de presencia en el Consejo del Pueblo. Su actividad se destaca en el seno de los obreros, los jóvenes y los intelectuales. Su línea de propaganda se concentra en temas sociales y de economía, explotando las vetas de la estrechez económica y la desigualdad social.

6. El partido gobernante participa con una lista que incluye muchas figuras nuevas (alrededor del 50% de sus miembros). MUBARAK desempeña un papel

dominante en la organización de la campaña electoral y aparece mucho en jiras electorales, lo cual aumenta los riesgos de exponerse a un atentado por parte de elementos opositores extremistas. El partido basa su línea de propaganda en destacar los "logros" del régimen en los terrenos de la economía y la "democracia", tratando de desprestigiar a sus contendientes.

Cursor con Boletines de Israel

128

**S E C R E T O**

26 de marzo de 1987

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
Fecha de Salida 26/5/87
Pasa a Jefe/Anal/Archivo
Nº. de Identificación 0604/87

Informe Nº: 4/1758

Asunto : EGIPTO - Interior / La campaña electoral para el Consejo del Pueblo

1. La campaña electoral para el Consejo del Pueblo se está volviendo enérgica y tensa. Así es como se acrecientan los esfuerzos electorales de los diversos partidos en el seno del público mediante la realización de actos populares en lugares cerrados, desfiles y difusión de material de propaganda. Paralelamente se desarrolla una violenta guerra de propaganda entre los mismos a través de sus respectivos órganos oficiales. Esta actividad se desvía parcialmente de las severas limitaciones impuestas por las autoridades de seguridad al desarrollo de la campaña electoral. Por tal razón abundaron recientemente los roces entre los partidos opositores y las autoridades de seguridad, e incluso fueron detenidos varios activistas de la oposición en EL CAIRO y ALEJANDRIA. Además, la campaña electoral contribuye a enardecer la tensión intercomunitaria y la actividad fundamentalista extremista, que en los últimos meses han aumentado en forma considerable, particularmente en el Sur del país. El 20 de marzo se produjo un nuevo incidente violento entre musulmanes y coptos -por primera vez en el Norte del país- en la aldea de EL SHEIKH. En el mismo resultó muerta una mujer y decenas de personas fueron detenidas, entre ellas dos miembros del Partido de Izquierda. Ese mismo día hubo otro choque entre fuerzas de seguridad y fundamentalistas en SOHAG, en el Sur.

2. Una de las principales fuerzas opositoras que participan en las elecciones es la lista conjunta del Partido Laborista Socialista, la Hermandad Musulmana y el Partido Liberal (que concertó un pacto con los fundamentalistas). Amplios sectores del bando fundamentalista, con la Hermandad Musulmana a la cabeza, que se incorporaron a la lista conjunta desde una posición de fuerza (dado que los partidos buscaban congraciarse con ellos) lograron estampar su impronta en la misma. Así es como los fundamentalistas obtuvieron una buena porción (más del 50%) en las listas de candidatos a la lista conjunta (muchos de los candidatos, que totalizan más de 200, ocupan los primeros lugares en las listas). También se reconoce su influencia considerable en la plataforma política y en la línea de propaganda de la lista, que destacan la necesidad de dar una "solución islámica" a los problemas del país, principalmente mediante la implantación del código religioso musulmán (la "Sharía"). El ala fundamentalista de la lista conjunta está desarrollando una enérgica campaña electoral en todo el país, incluso en EL CAIRO y

ALEJANDRIA. En este marco resalta su amplia actividad pública, que utiliza las mezquitas y universidades para difundir su propaganda, contrariando las disposiciones que prohiben realizar propaganda electoral en esos lugares. Por tal razón fueron detenidos recientemente varios activistas fundamentalistas en ALEJANDRIA y EL CIARO. Los fundamentalistas poseen importantes fuentes de financiación, entre ellas las Compañías Islámicas de Inversiones creadas en el país en los últimos años, que realizan negocios en gran escala.

3. Al parecer, el régimen está preocupado por la vasta participación del bando fundamentalista en las elecciones en general y por su creciente influencia en la mencionada lista conjunta en particular. Esto se manifiesta en un artículo del director del semanario oficial "El-Massar" (20 mar.), MAKRAM MOHAMMED AHMED, conocido como allegado a la cúpula del gobierno, quien pone en duda la legalidad de la participación de la Hermandad Musulmana en las elecciones porque la misma carece de status legal en el país. El autor del artículo señala igualmente la escalada que, según él, se produjo en el modus operandi de la Hermandad tras la muerte de su líder, OMAR TALAMSANI, el año pasado, y el incremento de la influencia de dirigentes extremistas en sus filas. De las manifestaciones de MAKRAM AHMED se deduce la posibilidad de que las autoridades tomen medidas para restringir la actividad de la Hermandad e impedirle logros destacados en las elecciones.

4. El Partido Wafd (la derecha laica) enfrenta dificultades que provienen de divisiones internas y del hecho que la hermandad Musulamana abandonara su lista. Se estima que al Wafd le resultará difícil repetir su logro de las elecciones de 1984 (15% del total de los votos en todo el país) y quizás también superar el procentaje mínimo de votos (8%). En su propaganda, el partido hace hincapié en la necesidad de establecer una vida democrática normal en el país y destaca las faltas del régimen en el terreno económico y social.

5. El partido de izquierda marxista (El-Tajuma) participa en las elecciones sabiendo que tiene pocas perspectivas de superar el porcentaje mínimo de votos (en las elecciones de 1984 había obtenido sólo el 4%). Por lo tanto, los jefes de su lista compiten por las bancas independientes, en un intento por lograr algún grado de presencia en el Consejo del Pueblo. Su actividad se destaca en el seno de los obreros, los jóvenes y los intelectuales. Su línea de propaganda se concentra en temas sociales y de economía, explotando las vetas de la estrechez económica y la desigualdad social.

6. El partido gobernante participa con una lista que incluye muchas figuras nuevas (alrededor del 50% de sus miembros). MUBARAK desempeña un papel

dominante en la organización de la campaña electoral y aparece mucho en jiras electorales, lo cual aumenta los riesgos de exponerse a un atentado por parte de elementos opositores extremistas. El partido basa su línea de propaganda en destacar los "logros" del régimen en los terrenos de la economía y la "democracia", tratando de desprestigiar a sus contendientes.

RS

128

Egipto

*Llegará a los US$ 1.500:*

PERLA

# Mayor intercambio entre URSS y Egipto

Egipto y la Unión Soviética acordaron aumentar el volumen anual de su intercambio comercial, de 900 millones a 1.500 millones de dólares, se informó ayer. Según la agencia estatal de noticias, el acuerdo fue alcanzado durante la reciente visita a Moscú realizada por el Ministro de Economía egipcio Yossri Mustafá. Una delegación soviética se trasladará a El Cairo en setiembre para firmar un nuevo protocolo comercial entre los dos países, reveló la agencia. La fuente apuntó que el acuerdo prevé que la balanza comercial esté a favor de Egipto, que utilizará una parte de sus exportaciones para pagar la deuda que tiene con la Unión Soviética. La agencia no hizo mención de la deuda militar que Egipto tiene con la Unión Soviética, que se calcula estar entre 3.000 y 4.000 millones de dólares. Los periódicos de El Cairo habían informado anteriormente que se llegó a un acuerdo para reestructurar esa deuda en 25 años, con un período de gracia de seis años.

01·01

8704113

RS

128

Egipto

# Triunfo del partido de Mubarak

EL CAIRO (ANSA, EFE y UPI).— El partido del Presidente Hosni Mubarak ganó más del 75 por ciento de los votos en las elecciones parlamentarias y una alianza islámica surgió como la nueva fuerza opositora del país, de acuerdo a los resultados iniciales de los comicios.

El Gobierno dijo ayer que las elecciones parlamentarias del lunes fueron justas, pero la oposición dijo que éstas se vieron manchadas por la violencia y el fraude.

El asistente del Secretario del Interior Ahmed Rasek dijo que el Partido Democrático Nacional encabezaba los resultados con entre 75 y 80 por ciento de los votos. El PDN ganó el 72,9 por ciento en las elecciones de 1984.

La alianza entre Hermandad, el Partido Laboral de Ibrahim Shukry y los liberales de Mustafá Kamel Murad estaba en segundo lugar.

Le seguía el centroderechista Partido Nuevo Wafd, de Faud Serageddin. Wafd fue e único partido opositor en ganar escaños en 1984, cuando tuvo el 15,1 por ciento de los votos.

Rasek dijo que el Partido Unión Nacional Progresista y el Partido Ummah estaban en tercer y cuarto puesto, respectivamente. Se estima poco probable que el Ummah logre un 8 por ciento o más de la votación y por lo tanto probablemente sea excluido del Parlamento, indicó.

## RECUENTO

Un recuento de la votación en 24 de los 48 distritos electorales indicó que el gobernante PDN estaba adelante en 22 de ellos. La alianza opositora estaba ganando sólo en uno y otro distrito no estaba aún decidido.

El recuento parcial señaló que la alianza estaba en segundo lugar en 16 distritos electorales, con una amplia ventaja sobre Wafd.

Las elecciones fueron adelantadas en más de dos años, para poner fin a los retos a la legitimidad del Parlamento, que se espera nomine a Mubarak para la reelección en octubre.

Necesita las dos terceras partes de la mayoría para poder lograrlo.

Los resultados indicaron que es probable que la alianza opositora, que propugna la estricta aplicación de la ley islámica, sustituya a Wafd como la principal fuerza opositora. En la campaña preelectoral, la alianza tuvo el lema de "El Islam es la solución".

Unos 21.000 centros electorales abrieron sus puertas a aproximadamente 14 millones de electores, que votaron por una nueva Asamblea del Pueblo, o Parlamento, de 448 escaños. El Parlamento es elegido cada cinco años.

La Mañana 8/4/87 OPINIÓN

8704114

01·01

128

Egipto

La Mañana

MONTEVIDEO, LUNES 6 DE ABRIL DE 1987

PERCA

## Acusan al Gobierno de masivos arrestos

# Elecciones generales se realizan en Egipto

***EL CAIRO (EFE, ANSA y UPI).- La oposición egipcia y especialmente los radicales islámicos han acusado al gobierno de arrestar a más de 700 de sus candidatos y simpatizantes, horas antes de que se abrieran las urnas en Egipto para las elecciones generales.***

EGIPTO.- Partidarios de Mubarak realizan una manifestación horas antes de iniciarse las elecciones generales. (Radiofoto Reuter)

Dos partidos de la oposición en alianza con la organización radical islámica Hermandad Musulmana, el Socialliberista y el Socialliberal, afirmaron ayer que las detenciones continúan en todo el país, horas antes de que se abran los colegios electorales, hoy a primera hora de la mañana.

El gobierno ha reconocido que se han producido detenciones, pero ha calificado la cifra anunciada por la alianza como una exageración.

Fuentes del Ministerio del Interior afirman que las detenciones se han producido cuando algún miembro de una organización ilegal ha participado en mítines electorales en nombre de partidos legalizados.

Esta referencia, según observadores en El Cairo, se dirige a los comunistas, ilegales en Egipto, que han participado en mítines del Partido Progresista.

El gobierno reconoció el viernes que diez miembros de una organización comunista que utilizaban el Partido Progresista como cobertura fueron detenidos por instigar al pueblo y repartir panfletos revolucionarios.

El Ministro del Interior afirmó también durante esta pasada semana que los miembros de la hermandad que han sido detenidos lo fueron por hablar en público en nombre de esta organización que no está reconocida como partido político, en lugar de hacerlo en nombre de la alianza formada con los dos partidos de izquierda.

01·01

8704140

Rs 128

Egipto

# Egipto: Comicios Entre Violencia

EL CAIRO, 6 (ANSA) — Los egipcios votaron hoy por la renovación del Parlamento en una jornada caracterizada por denuncias de la oposición que hablan de un muerto, 64 heridos y centenares de arrestados. Una fuente oficial desmintió que haya muertos, mientras el diario oficial "Al Ahram" confirmó que unos "588 extremistas" fueron arrestados días pasados.

Los resultados oficiales serán conocidos entre el miércoles y jueves próximo.

Nadie pone en dudas que el partido nacionaldemócrata del presidente Hosni Mubarak será reconfirmado por amplia mayoría pero el interés está concentrado en dos puntos: los resultados del grupo integralista "Hermanos Musulmanes" y el porcentaje de votantes.

Son seis los partidos que presentaron candidatos (1.799 en total) para 400 escaños de la asamblea del pueblo (Parlamento con poderes legislativos) mientras 2.000 candidatos independientes disputan otros 48 bancadas. 10 diputados son designados por el presidente de la República. Para poder enviar diputados al Parlamento los partidos deben superar el 8 por ciento de los votos.

Mubarak convocó a elecciones anticipadas de un año para evitar un pronunciamiento del Consejo de Estado que habría juzgado inconstitucional la ley electoral de 1983 e invalidado las elecciones del año siguiente.

Los "Hermanos Musulmanes", prohibidos desde 1954 pero tolerados, se presentaron en una alianza con el Partido Liberal y con el del trabajo socialista.

01·01

8704141

Fichaje Egipto

## Discutieron representación palestina en eventual conferencia de paz

# Rey jordano y presidente egipcio tratan la situación del mundo árabe

*El Rey Husein de Jordania llegó a mediodía de ayer a El Cairo para mantener una sesión de trabajo con el Presidente egipcio, Hosni Mubarak, y tratar la situación en el mundo árabe y las relaciones bilaterales, según fuentes oficiales en El Cairo.*

EL CAIRO, (ANSA, EFE y UPI).- El rey jordano llegó al palacio presidencial de Heliópolis acompañado del Primer Ministro de su gobierno, Zaid El Rifai, el Ministro de Relaciones Exteriores, Taher El Masri, el comandante en jefe de las Fuerzas Armadas, general Sherif Ben Chaker, y el Ministro de la Corte, Maruan El Kassem.

La reunión Husein-Mubarak es la primera que se produce tras la visita a El Cairo del Ministro de Asuntos Exteriores israelí, Simon Peres, a finales del pasado mes de febrero, en la que el ex Primer Ministro de Israel reiteró su disposición a convocar una conferencia internacional sobre Oriente Próximo que sirva de marco para negociaciones directas entre las partes afectadas por el conflicto árabe-israelí.

Según fuentes oficiosas en El Cairo, Mubarak y Husein discutirán de nuevo la composición de la representación palestina en esta eventual conferencia de paz, en la que todas las fuerzas políticas israelíes se oponen a que participe la OLP.

Naciones Unidas, que estipulan el derecho de todos los estados de la región a su existencia dentro de fronteras seguras, y por lo tanto el reconocimiento implícito del estado de Israel.

La posibilidad de que estos acuerdos vuelvan a entrar en vigor disminuye aún más, según fuentes cercanas al gobierno egipcio, por las declaraciones oficiales de la OLP en las que reitera su negativa a que participen en la conferencia palestinos ajenos a la organización que lidera Arafat.

Según las mismas fuentes, existe una amplia tendencia en la OLP a cerrar definitivamente este camino en la próxima reunión del Consejo Nacional Palestino (gobierno en el exilio) que está prevista para mediados del mes de abril en Argelia.

El Rey Husein de Jordania y el Presidente Mubarak podrían tratar también en esta reunión, según las mismas fuentes, sus relaciones con los Estados Unidos tras el asunto de la venta de armas a Irán. Las visitas previstas por ambos Jefes de Estado a Washington han sido retrasadas sin explicación oficial.

Hosni Mubarak, según sus propias declaraciones, realiza desde hace un año una labor de mediación entre el rey jordano y Yaser Arafat para reavivar los acuerdos de Ammán del 11 de febrero de 1985, que estipulaban una participación conjunta palestino-jordana en conversaciones para la formación de una entidad palestina en los territorios ocupados.

El Rey Husein abrogó los acuerdos de Ammán un año más tarde, aduciendo la negativa de Yaser Arafat a reconocer las resoluciones 242 y 338 del Consejo de Seguridad de las

8704161

01·01

8704161

ARCHIVAR EN: Egipto (128)

TEMA: Militares libios desertan y llevan aeronave hacia aeropuerto egipcio.

PROCEDENCIA: EFE 11/3/87.

ARCHIVADO EN: Libia (130)

01-01

8704295

EGIPTO 28

HEB

SECRET

26TH MAY 1987

REPORT NO.: W /2678

SUBJECT: EGYPT/UNCOVERING OF UNDERGROUND ORGANIZATIONS IN THE ARMY

1. IN THE PAST WEEK, PRESS SOURCES REPORTED THE UNCOVERING OF THE FOLLOWING MANIFESTATIONS OF SUBVERSION IN THE EGYPTIAN ARMY:

A. THE UNCOVERING OF AN UNDERGROUND MILITARY ORGANIZATION WHICH HAS A FOOTHOLD IN THE VARIOUS ARMY BRANCHES (OPPOSITION NEWSPAPER 'AL SHAAB' OF 19 MAY). THE ORGANIZATION HAD BEEN UNDER SURVEILLANCE FOR THE PAST SIX MONTHS. IT WAS CONNECTED WITH SALEM AL RAHAL, A JORDANIAN NATIONAL WHO HAD BEEN DEPORTED FROM EGYPT IN 1981 AFTER HAVING BEEN CHARGED WITH FUNDAMENTALIST SUBVERSIVE ACTIVITY (HE WAS TRIED IN ABSENTIA FOR HIS PART IN THE 'AL JIHAD' ORGANIZATION WHICH ASSASSINATED SADAT). THIS REPORT WAS DENIED BY EGYPTIAN CGS URABI.

B. THE ARREST OF AN ARMY OFFICER WHO IS CONNECTED WITH THE MEMBERS OF THE 'AL JIHAD' ORGANIZATION THAT HAVE RECENTLY BEEN ARRESTED ON SUSPICION OF PARTICIPATING IN THE ATTEMPT ON THE LIFE OF FORMER INTERIOR MINISTER HASSAN AL BASHA. OFFICIAL ELEMENTS HAVE MADE NO REFERENCE TO THIS SUBJECT.

2. AT THIS STAGE, OFFICIAL SOURCES HAVE NOT CONFIRMED THIS INFORMATION AND, AS MENTIONED, THE CGS EVEN DENIED THE FIRST REPORT. IT IS POSSIBLE, HOWEVER, THAT IN THE COURSE OF THE EXTENSIVE ARRESTS OF FUNDAMENTALIST ACTIVISTS, AND IN THE WAKE OF THE ABOVEMENTIONED ATTEMPTED MURDER, SOME ADDITIONAL SUBVERSIVE GROUPINGS WERE UNCOVERED IN THE ARMY.

3. WE WOULD APPRECIATE RECEIVING CONFIRMATION/REFUTATION OF THE ABOVE INFORMATION, AND IF CONFIRMED, ADDITIONAL DETAILS ON THE EXTENT OF AND BACKGROUND TO THE SUBVERSIVE MANIFESTATIONS THAT WERE UNCOVERED.

MINISTERIO DE DEFENSA
Dirección General de Información
Fecha de Entrada 29-6-87
Fecha de Salida 11/7/87
Pasa a Jefe / Archivo
Nº de Identificación 0937/87

01·01

8704669

S E C R E T O

H.E.B.

18 de febrero de 1987

Informe Nº: U 1060

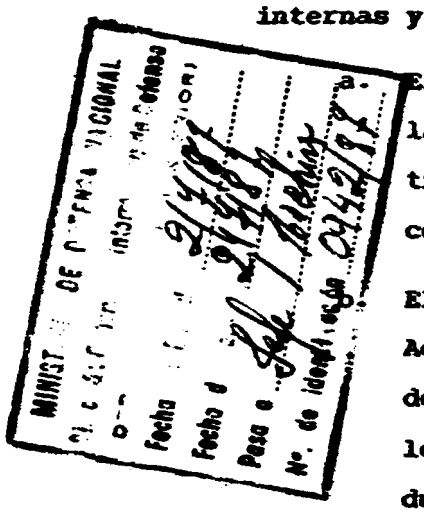
Asunto : EGIPTO / Preparativos en el sistema político para las elecciones al Consejo del Pueblo

Resumen

1. En un plebiscito realizado el 12 de febrero fue aprobada la disolución del Consejo del Pueblo, por una mayoría del 90% de los votos. Las elecciones para el nuevo Consejo se llevarán a cabo el 6 de abril de 1987. La primera sesión del mismo tendrá lugar el 22 de abril.

2. Entretanto, el régimen rechazó la exigencia de los partidos opositores, de crear un gobierno neutral para dirigir las elecciones e introducir enmiendas adicionales a la Ley Electoral, particularmente la anulación del alto porcentaje mínimo de votos (8%). Por tal razón, estos partidos están considerando la posibilidad de boicotear las elecciones o si no, adoptar medidas de coordinación y colaboración durante las elecciones para superar el elevado porcentaje mínimo de votos (en las elecciones de 1984, un solo partido de la oposición -el Wafd- logró pasar esta barrera). Una de las vías tomadas en cuenta es la presentación en una lista conjunta. El Partido Wafd se opone a un paso de esta clase, entre otras cosas porque está prohibido por la ley. Los partidos opositores se proponen también competir por las 48 bancas asignadas a los independientes, a fin de mejorar sus perspectivas de entrar al Consejo.

3. Al mismo tiempo, las fuerzas políticas comenzaron a prepararse rápidamente para las elecciones. La mayoría de éstas se ven obligadas a encarar en un breve lapso los mismos problemas organizacionales, allanar discrepancias internas y preparar listas de candidatos. En este marco:




a. El Partido Nacional Democrático (que es el partido gobernante; en las elecciones de 1984 había obtenido el 74% del total de votos) trata de mejorar su capacidad de atracción -relativamente escasa- colocando a personalidades atractivas en la lista de candidatos.

b. El Partido del Nuevo Wafd (derecha laica, apoya tácitamente el Acuerdo de Paz con ISRAEL pero propugna la suspensión del Acuerdo de CAMP DAVID; en las elecciones de 1984 había obtenido el 15% de los votos) trata de cerrar las brechas que se abrieron en sus filas durante los últimos años. Algunos de los disidentes de este Partido, y entre ellos el hermano del Presidente MUBARAK,

anunciaron que competirían en las elecciones por separado. Si la Hermandad Musulmana efectivamente llegara a abandonar sus filas (véase a continuación), el Partido podría verse seriamente afectado.

c. Según se informara, la Hermandad Musulmana decidió no aparecer en una sola lista con el Wafd, como lo hiciera en las elecciones de 1984. Sus dirigentes justifican esta decisión diciendo que el Wafd se opone a presentarse en una lista conjunta con el resto de los partidos opositores, en tanto que la Hermandad apoya esta idea. Aparentemente, la Hermandad -impedida de crear un partido propio- de hecho prefiere presentarse en forma separada y competir por las bancas asignadas a los independientes. De esta manera busca robustecer su posición en el escenario público y político (al presentarse como factor independiente), aglutinar en torno suyo a otros círculos fundamentalistas que se oponían a aparecer junto con el Wafd y adoptar una política independiente, particularmente en la cuestión de la aplicación de la Ley Islámica, la "Sharíah" (su aparición en una lista conjunta con el Wafd lo había limitado en este sentido).

d. El Partido Laborista Socialista (nacionalista con tendencia a un socialismo en el estilo de NASSER y a un islamismo conservador; se opone al Acuerdo de Paz; en las elecciones de 1984 había obtenido el 7% de los votos) trata de conciliar discrepancias internas y de congraciarse con círculos nasseristas fundamentalistas.

e. El Partido de Izquierda (marxista, se opone al Acuerdo de Paz; obtuvo el 4% de los votos en las elecciones de 1984) trata de reclutar a sus filas a círculos nasseristas y comunistas.

f. Se prevé también la participación de círculos nasseristas, que están tratando de crear un partido propio, en la pugna por las bancas de los independientes.

4. Se está perfilando una campaña electoral tensa e impetuosa. Durante su transcurso se prevé una amplia actividad de los partidos en la calle y en el seno de diversos sectores organizados, entre ellos obreros y estudiantiles. Es posible que se produzcan manifestaciones de intranquilidad y violaciones del orden. Elementos opositores extremistas (en particular de la izquierda y de la derecha religiosa) podrían aprovechar la situación para incitar contra el régimen y atentar contra la seguridad interna. Se prevé asimismo que el régimen habrá de reforzar los medios de seguridad interior antes de las elecciones.

5. De acuerdo con estimaciones de círculos de la oposición, MUBARAK se propone presentar nuevamente su candidatura a la Presidencia de la República (octubre de 1987). Según esos círculos, la decisión de provocar la disolución del Consejo del Pueblo se debe en gran medida a su deseo de asegurarse que su reelección como Presidente sea realizada por un Consejo totalmente válido desde el punto de vista legal. MUBARAK mismo se negó a contestar una pregunta sobre el tema (12 feb.) y se limitó a decir que por ahora esa cuestión no ocupa su atención. Su tendencia a dirigir la campaña electoral del partido gobernante robustece la evaluación de que se propone presentarse también a las elecciones para la Presidencia.

(2)

128

## Acuerdo entre el FMI y Egipto

PIERLA

El Cairo (UP) – Egipto y el Fondo Monetario Internacional (FMI) llegaron a un acuerdo tentativo de un plan para reajustar la deteriorada economía egipcia, informó un funcionario del gobierno.

Un comunicado distribuido por la agencia de noticias Middle East, afirma que una resolución favorable respecto a la asistencia económica para Egipto, es la propuesta que se ha ganado el apoyo extra oficial de los Estados miembros del cuerpo de directores del FMI.

El proyecto, preparado por expertos del organismo financiero, fue distribuido entre represe[illegible]es de dichos estados, informó el funcionario.

"Todos expresaron su absoluto respaldo y apoyo" al documento, agregó.

La prensa local dijo que el FMI acordó proveer a Egipto de 250 a 300 millones de dólares como crédito "puente", una vez que el gobierno de El Cairo decidió implementar un paquete de reformas recomendadas por dicho organismo, que incluía la devaluación de la libra egipcia.

4/5/87 La Prensa

Egipto
Cruzar c/FMI

8704850

01·01

R)

128



Seguidores de Nasser se responsabilizan

# Atentan en Egipto contra funcionarios de EE.UU.

Fichaje

Egipto

atentado e/EE.UU. / TERRORISMO

EL CAIRO, (ANSA, EFE y UPI).— Terroristas interceptaron ayer el automóvil en que viajaban tres funcionarios de la embajada de Estados Unidos y los atacaron a balazos, pero sólo hirieron levemente a dos de ellos, en el primer atentado de ese tipo que se registra en Egipto.

La embajada informó que el jefe de seguridad de la misión diplomática, Dennis Williams, y su asistente, John Hacke, resultaron "heridos superficialmente" cuando tres individuos en otro coche atacaron el vehículo de los funcionarios, que se dirigían hacia su trabajo.

Añadió que Williams y Hacke recibieron ayuda de primeros auxilios en un hospital vecino al lugar del ataque, en una intersección cercana al río Nilo, y que posteriormente regresaron a la embajada con vendas en la cabeza. Fuentes de la embajada dijeron que un tercer funcionario, John Ford, quien iba en el mismo auto, no resultó herido.

El ataque fue el primero contra funcionarios de la embajada de Estados Unidos en Egipto, aunque las autoridades dijeron que en 1985 desbarataron un plan para hacer estallar un carro con explosivos frente a la sede diplomática.

Un grupo denominado "la Revolución de Egipto", que se ha descrito como seguidor del extinto presidente egipcio Gamal Abdel Nasser, se responsabilizó del ataque.

Un hombre, que habló en inglés, llamó por teléfono a una agencia noticiosa en El Cairo y dijo que "esta es la Revolución de Egipto. Nos responsabilizamos por el tiroteo".

El mismo grupo se responsabilizó por el asesinato de un diplomático israelí, Albert Atrakchi, en El Cairo, en agosto de 1985, y por el ataque contra un pabellón israelí en la Feria Comercial de El Cairo, en el que murieron dos israelíes, en marzo de 1986.

8704881

01·01

o ps

ARCHIVAR EN: Egipto (228)

TEMA: Egypt: Possibility of Rejoining the Arab League.

PROCEDENCIA: Enlace Sudafricano 16/2/87 Doc 1014/87

ARCHIVADO EN: Enlace Sudafrica (135)

8705118

01·01

12

128

Egipto

Clarín 14/5/87

# Impulso árabe por la conferencia de paz

EL CAIRO, 13 (por Tom Pettsons, de "The Guardian", especial para Clarín). — El presidente egipcio Hosni Mubarak y el rey Hussein de Jordania se reunieron en El Cairo en la noche del martes en un aparente esfuerzo para mantener el impulso árabe hacia la organización de una conferencia internacional de paz.

"Estamos tratando de lograr un acuerdo árabe general sobre una conferencia de paz para Medio Oriente", manifestó Osama Al-Baz, principal asesor político de Mubarak, después de dos rondas de conversaciones entre los líderes egipcio y jordano.

♦ ¿Sin la OLP?

La reunión fue la primera entre Hussein y Mubarak, principales promotores árabes de la conferencia, desde que la Organización para la Liberación de Palestina (OLP) profundizó su alejamiento de los planes egipcio-jordanos en una sesión del Consejo Nacional Palestino (C.N.P.) en abril.

En protesta por las críticas del C.N.P. al acuerdo de paz de Egipto con Israel, El Cairo cerró las oficinas egipcias de la OLP a fines de abril. Al mismo tiempo, las relaciones jordano-palestinas sufrieron un nuevo deterioro por la decisión del C.N.P. de cancelar un acuerdo entre Hussein y el líder palestino Yasser Arafat sobre una delegación conjunta jordano-palestina para una conferencia de paz.

La presente disputa entre la OLP por un lado y Egipto y Jordania por el otro ha puesto serios obstáculos en el camino hacia la convocatoria de la conferencia. Ni Egipto ni Jordania han retirado su insistencia en que la OLP debe participar del foro. Pero tanto El-Cairo como Amman aparentemente están hallando difícil reconciliar su apoyo a la OLP.

"El pueblo palestino debe decidir por sí mismo y tomar sus propias opciones y decisiones sobre el proceso de paz de Medio Oriente", dijo Al-Baz, al concluir la breve visita de Hussein a El Cairo el martes por la noche. "Los Estados árabes, principalmente Egipto, Jordania, Siria y el Líbano, deben llegar a un acuerdo y a una comprensión plena sobre el modo de sacar ventaja del favorable clima existente para la convocatoria de una conferencia internacional de paz para Medio Oriente", agregó.

Sobre los desacuerdos entre líderes israelíes respecto de la propuesta de la conferencia, Al-Baz dijo que el desenlace de la controversia en Israel definitivamente afectaría los esfuerzos en pos de una convocatoria.

El presidente de Egipto, Hosni Mubarak, a la derecha, ingresa al palacio presidencial junto al rey Hussein



8705182

RS

128

Egipto (Cruzar con Libia)

MONTEVIDEO, LUNES 30 DE MARZO DE 1987

Gobierno de Gadhafi reclama devolución del helicóptero

# Tres militares libios aterrizan en Egipto y solicitan asilo político

EL CAIRO. (EFE).- Tres militares libios, uno de ellos teniente coronel de la Fuerza Aérea, tripulantes de un helicóptero de transporte, aterrizaron ayer en un aeropuerto del desierto occidental egipcio tras solicitar asilo político, según dijeron fuentes oficiales en El Cairo.

Estos tres militares se suman a dos oficiales, un teniente coronel del Ejército y un teniente, procedentes del Chad, que solicitaron también asilo político en Egipto tras aterrizar con un avión de transporte tipo Hércules el pasado 3 de marzo en el aeropuerto de Abu Simbel, en el sur del país.

Otros tres tripulantes del Hércules, de menor graduación, han manifestado su deseo de volver a Libia, según las autoridades de El Cairo.

El helicóptero de transporte tipo Chinook, de fabricación norteamericana, llegó a las 16,14 locales (14.14 GMT) a una base militar cerca de la frontera entre los dos países, según fuentes oficiales, y desde allí se trasladó a un aeropuerto militar próximo a El Cairo.

Las autoridades egipcias afirman que concedieron el permiso de aterrizaje después de tomar las oportunas medidas de seguridad y comprobar la identidad de los tripulantes del helicóptero.

## LIBIA RECLAMA AVION

Libia ha reclamado insistentemente la devolución del avión Hércules. Las autoridades egipcias anunciaron ya dos veces la salida del aparato hacia Libia, pero aún sigue en Egipto.

El retraso en la devolución del avión, a pesar de que fuentes del Ministerio del Interior afirmaron la disposición egipcia a devolverlo a las autoridades libias, se debe a que el aparato fue fabricado en Estados Unidos.

Este país mantiene un embargo de material militar a Libia y ha mostrado interés por la procedencia ilegal del avión, según fuentes occidentales en El Cairo.

Esta circunstancia se repite de nuevo con el helicóptero Chinook.

Según fuentes occidentales que han solicitado el anonimato, estos aparatos proceden de Mali, país que firmó las preceptivas garantías de último destino al comprar material militar a Estados Unidos.

Fuentes próximas al Ministerio de Defensa egipcio han subrayado la circunstancia de que esta nueva deserción de militares libios se produce tras la derrota de Faya Largeau, oasis del Chad de donde tropas de Yamena expulsaron esta semana a un amplio contingente libio.

01·01

8705220

ARCHIVAR EN: Egipto (128)

TEMA: Postura norteamericana

PROCEDENCIA: El Sol 23/5/81

ARCHIVADO EN: Fichaje (8)

01·01 8705292

M.E.B.

ARCHIVAR EN: Egipto (128)

TEMA: Peres y Hubeiz acuerdan concretar una conferencia internacional de paz.

PROCEDENCIA: Diario 10/7/87

ARCHIVADO EN: Israel (041

01·01 8705534

28 Egipto rompe relaciones OLP



# Rompió Egipto relaciones diplomáticas con la OLP

El Cairo, 28 (UP) – Egipto rompió hoy relaciones diplomáticas con la Organización para la Liberación de Palestina (OLP) y acusó a Siria y a Libia de provocar la ruptura.

Ayer las autoridades clausuraron las oficinas de la OLP en Egipto, sellando las puertas de la sede en El Cairo y privando de sus credenciales a sus representantes, informaron fuentes egipcias y palestinas.

El ministro de relaciones exteriores, Esmat Abdel-Meguid señaló que la decisión de romper las relaciones se tomó para protestar por la resolución que el Consejo Nacional Palestino (CNP) adoptó en su reunión en Argel la semana pasada. Dicha resolución condicionó las relaciones con Egipto a la abrogación del tratado de paz egipcio-israelí firmado en Camp David en 1978.

La resolución señaló que las relaciones entre la OLP y El Cairo deberían depender de "hasta dónde se distancia Egipto de Camp David" e instó a la organización palestina a apoyar a las "fuerzas nacionalistas y populares en Egipto".

El líder de la OLP, Yasser Arafat, concordó con la resolución, ratificando una posición adoptada por el CNP en su decimonovena sesión en 1983, pero rechazó las demandas de la facción pro siria de romper relaciones con Egipto.

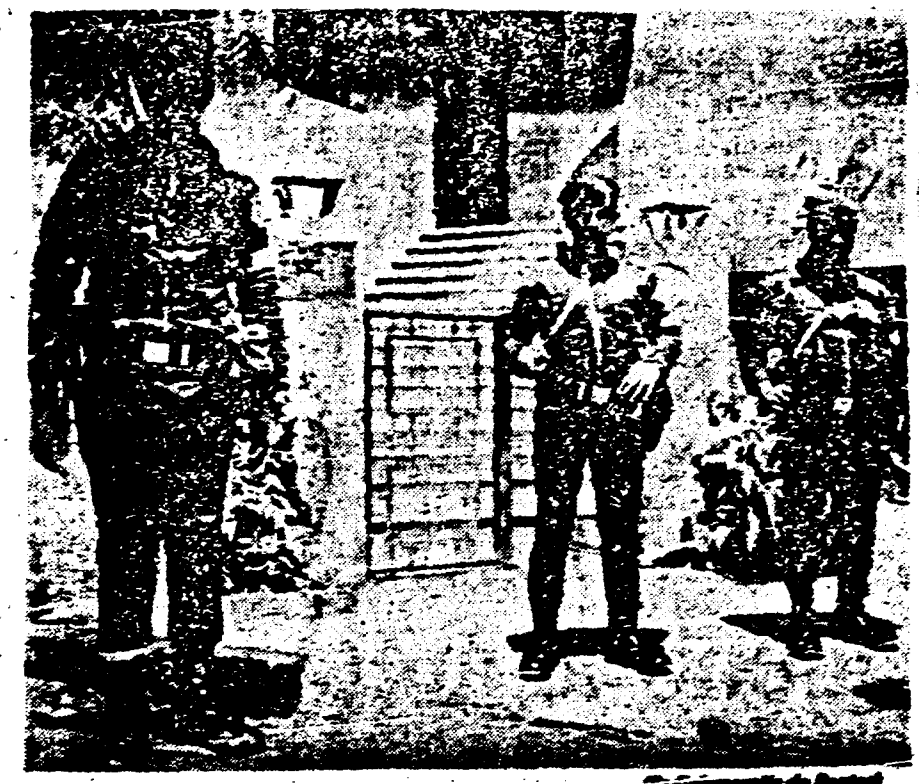
"Egipto no puede permanecer en silencio ante esta necedad y calumnia cometidas por elementos al servicio de fuerzas sospechosas que conspiran contra el pueblo palestino y que lo apuñalaron por la espalda", declaró Abdel-Meguid.

El jefe de la delegación egipcia a la reunión del CNP, Taha Farnawani, expresó hoy que "el ataque contra Egipto fue encabezado por George Habash y Naif Hawatmeh bajo la presión de Libia y Siria".

Habash encabeza el "Frente Popular de Liberación de Palestina" y Hawatmehj dirige el Frente Democrático para la Liberación de Palestina". Ambos frentes pidieron la ruptura con Egipto.

Farnawani añadió que desde un comienzo la sesión tuvo por objeto romper relaciones entre la OLP y Egipto y "debilitar a Arafat".

Funcionarios de gobierno señalaron que el presidente egipcio, Hosni Mubarak pronunciará un discurso el jueves para explicar las razones de la ruptura.



Policías egipcios montan guardia frente al cuartel general de la OLP en El Cairo

01·01 8706199

ARCHIVAR EN: Efipso (128)

TEMA: Huberek Viejo z Jordanis.

PROCEDENCIA: LA HABANA 4/6/87

ARCHIVADO EN: Jordanis (044)

870623T

01·01

08

928

SECRET

9TH JUNE, 1987

MINIST. DE ... Direc. G. ... Informacion de Defensa
Fecha de Entrada: 21/7/87
Fecha de Salida:
Pasa a: Jefe / ...
Nº. de Identificación: 2047/87

REPORT NO. U /2637

SUBJECT: THE REFORM IN THE EGYPTIAN EXCHANGE RATE SYSTEM

1. THE EGYPTIAN GOVERNMENT DECIDED TO IMPLEMENT A PARTIAL REFORM IN THE FOREIGN CURRENCY MARKET. THE MINISTER OF ECONOMY, YUSRI MUSTAFA, PRESENTED DETAILS CONCERNING THIS REFORM IN A PRESS CONFERENCE HELD ON 11 MAY.

2. THE REFORM IN THE FOREIGN CURRENCY MARKET IS PART OF AN OVERALL PLAN AGREED UPON WITH THE INTERNATIONAL MONETARY FUND, WHICH THE EGYPTIAN ADMINISTRATION BEGAN IMPLEMENTING RECENTLY. THE INTERNATIONAL MONETARY FUND MADE THE IMPLEMENTATION OF THIS REFORM A PRECONDITION FOR GRANTING EGYPT EXTERNAL AID. IT WILL BE RECALLED THAT PRIOR TO THE AGREEMENT WITH THE INTERNATIONAL MONETARY FUND, EGYPT RAISED THE PRICES OF ENERGY PRODUCTS (AT THE END OF APRIL). THIS WAS FOLLOWED BY A RISE IN THE PRICE OF ELECTRICITY.

3. THE REFORM IS DESIGNED TO REDUCE THE DEFICIT IN EGYPT'S BALANCE OF PAYMENTS. IN THIS FRAMEWORK:

A. A FLOATING EXCHANGE RATE FOR THE EGYPTIAN POUND, WHICH IS CURRENTLY 2.17 EGYPTIAN POUNDS TO THE DOLLAR (SELLING RATE) AND 2.16 EGYPTIAN POUNDS TO THE DOLLAR (PURCHASE RATE), HAS BEEN SET.

B. THE NEW EXCHANGE RATE APPLIES TO CASH TRANSFERS AND SAVINGS BY EGYPTIANS WORKING ABROAD, INCOME FROM TOURISM, BANK PROFITS FROM FOREIGN CURRENCY TRANSACTIONS, EXPORT DEALS OF THE PUBLIC AND PRIVATE SECTORS AND THE IMPORT OF NON-ESSENTIAL ITEMS (ABOUT 40 PERCENT OF ALL IMPORTS).

C. IT WILL BE NOTED THAT THE FLOATING RATE IS EVEN HIGHER THAN THE BLACK MARKET RATE. THIS RATE REFLECTS A 38 PERCENT DEFLATION IN THE VALUE OF THE EGYPTIAN POUND FOR THE PRODUCTS IT APPLIES TO.

D. THE OTHER OFFICIAL EXCHANGE RATES: THE GOVERNMENT BOOK-KEEPING RATE OF 0.7 EGYPTIAN POUNDS TO THE DOLLAR AND THE CENTRAL BANK RATE OF 1.35 EGYPTIAN POUNDS TO THE DOLLAR, WHICH WILL APPLY TO ALL OTHER IMPORT DEALS, WILL REMAIN IN FORCE.

E. THE MINISTER OF ECONOMY, YUSRI MUSTAFA, STATED THAT THE EXCHANGE RATES FOR IMPORT IN THE PUBLIC SECTOR WOULD NOT BE CHANGED, THUS PRECLUDING SHARP RISES IN THE PRICES OF BASIC PRODUCTS, WHICH MIGHT HURT THE LOWER CLASSES.

2/..

F. THE EGYPTIAN GOVERNMENT GAVE THE EGYPTIAN BANKS PERMISSION TO EXCHANGE FOREIGN CURRENCY ON THE FREE MARKET. EXCHANGE RATES WILL BE SET DAILY BY A SPECIALLY APPOINTED COMMITTEE, WHICH INCLUDES REPRESENTATIVES OF THE OFFICIAL BANKS. THE DELEGATES FOR THIS COMMITTEE WILL BE APPOINTED BY A SPECIAL WARRANT ISSUED BY A REPRESENTATIVE OF THE CENTRAL BANK, AND THEIR NUMBER WILL NOT EXCEED EIGHT. THE COMMITTEE WILL FIX THE DOLLAR COMMERCE RATES AND THE EXCHANGE RATES FOR OTHER CURRENCIES IN ACCORDANCE WITH THEIR EXCHANGE RATE FOR THE DOLLAR IN THE BRITISH CURRENCY MARKET.

4. IN ADDITION, THE IMPORT REGULATIONS HAVE BEEN CHANGED. IMPORTERS ARE NOW OBLIGED TO MAKE A CASH DEPOSIT IN LOCAL CURRENCY IN THE CENTRAL BANK, IN A SUM EQUIVALENT TO 100 PERCENT OF THE FOREIGN CURRENCY CREDIT THEY REQUEST (35 PERCENT WHEN REQUESTING THE CREDIT, AND 65 PERCENT WHEN IT IS GIVEN)- UNLESS THEY HAVE SECURITIES ISSUED BY FOREIGN BANKS. UP TO NOW, THIS DEPOSIT WAS ONLY IN THE SUM OF 15 TO 50 PERCENT OF THE REQUESTED IMPORT CREDIT, AND WAS MADE IN FOREIGN CURRENCY.

5. SALAH HAMID, GOVERNOR OF EGYPT'S CENTRAL BANK, STATED THAT EGYPT HAS PREPARED LARGE FOREIGN CURRENCY RESERVES TO MEET THE EXPECTED GROWTH IN THE DEMAND FOR FOREIGN CURRENCY - A DEMAND HITHERTO DIRECTED TO THE BLACK MARKET.

6. FOLLOWING THE IMPLEMENTATION OF THE REFORM, THE MONETARY FUND GRANTED EGYPT A 325 MILLION DOLLAR LOAN (15 MAY) HALF TO BE RECEIVED IN MAY '87, AND THE REMAINDER OVER A PERIOD OF 18 MONTHS.

7. THE FLOATING OF THE EXCHANGE RATE (CURRENTLY 2.17 EGYPTIAN POUNDS TO THE DOLLAR) WILL FREEZE THE ACTIVITIES OF THE BLACK MARKET IN THE NEAR FUTURE. AT THE SAME TIME, A PROGRESSIVE RISE IN THE RATE OF THE EGYPTIAN POUND ON THE BLACK MARKET IS TO BE EXPECTED. SINCE IT IS STILL IMPOSSIBLE TO PURCHASE FOREIGN CURRENCY FREELY IN THE COMMERCIAL BANKS. IN PARTICULAR, THIS DEVELOPMENT IS IMPORTANT TO EGYPTIAN TOURISTS GOING ABROAD.

8. THE RAISING OF EXCHANGE RATES IN THE BANKS CONSTITUTES AN INCENTIVE FOR BRINGING MORE FOREIGN CURRENCY INTO THE OFFICIAL BANKING SYSTEM, AND FOR PREFERRING IT OVER THE BLACK MARKET. THIS INCENTIVE IS DESIGNED TO INCREASE THE FLOW OF FOREIGN CURRENCY INTO THE STATE FROM CITIZENS WORKING ABROAD AND FROM TOURISM. UP TO NOW, THESE FUNDS WENT TO THE BLACK MARKET. THE INCOME IN EGYPT FROM THESE TWO SOURCES (TOURISM AND CITIZENS WORKING ABROAD) HAS DECLINED IN RECENT YEARS:

A. THE INCOME FROM CITIZENS WORKING ABROAD DECLINED IN THE COURSE OF '86 TO ABOUT 2.7 BILLION DOLLARS AS OPPOSED TO 4 BILLION DOLLARS IN '84. THIS DECLINE DERIVES FROM UNEMPLOYMENT IN THE GULF STATES, BUT ALSO FROM THE FACT THAT MOST OF THE FUNDS SENT TO EGYPT WENT TO THE BLACK MARKET.

3/..

B. ACCORDING TO VARIOUS ASSESSMENTS, ABOUT TWO THIRDS OF THE INCOME FROM TOURISM (WHICH IN TOTAL COME UP TO ABOUT 0.9 TO 1 BILLION DOLLARS) ARE EXCHANGED ON THE EGYPTIAN BLACK MARKET AND ARE NOT REFLECTED IN THE NATIONAL ACCOUNTS.

9. IN OUR ASSESSMENT, THE REFORM IN THE FOREIGN CURRENCY MARKET MIGHT LEAD TO A CERTAIN SHRINKING OF THE DEFICIT IN THE BALANCE OF PAYMENTS. THE RISE IN THE VALUE OF THE DOLLAR WILL HELP THE EGYPTIAN EXPORTERS WILL ENCOURAGE EXPORT FROM EGYPT (AS EGYPTIAN PRODUCTS AND WILL BE SOLD ABROAD FOR LOWER PRICES, AND THUS BECOME MORE ATTRACTIVE). AT THE SAME TIME, A RISE IN THE PRICE OF IMPORT PRODUCTS (ABOUT 4 PERCENT OF THE GENERAL IMPORTS) IS TO BE EXPECTED, AND THIS, IN TURN, IS LIABLE TO CAUSE A DECLINE IN IMPORTS.

10. THE RISE IN PRICE OF IMPORT PRODUCTS, ALTHOUGH IT WILL APPLY ONLY TO NON-ESSENTIAL AND LUXURY PRODUCTS, WILL, IN OUR ASSESSMENT, LEAD TO MANY OTHER PRICE RISES. IT WILL BE RECALLED THAT IN LATE APRIL, EGYPT RAISED THE PRICE OF ENERGY PRODUCTS QUITE CONSIDERABLY. CONSEQUENTLY, THE ADMINISTRATION MIGHT FIND IT DIFFICULT TO KEEP PRICES STABLE (INCLUDING THE PRICES OF ESSENTIAL PRODUCTS). THE EFFECT OF THESE MEASURES WILL BE FELT SHORTLY, WHEN THE PRODUCERS AND IMPORTERS RAISE THEIR PRICES.

11. FOLLOWING THE AGREEMENT WITH THE INTERNATIONAL MONETARY FUND, EGYPT IS LIKELY TO RECEIVE A 400-500 MILLION DOLLAR LOAN FROM THE WORLD BANK. FOR DEVELOPMENT IN AGRICULTURE, ELECTRICITY AND INDUSTRY. AS A RESULT, NEGOTIATIONS FOR DEBT RESCHEDULING WITH OTHER EGYPTIAN CREDITORS WILL BE STEPPED UP.

12. THE OPPOSITION MEDIA ARE TRYING TO EXPLOIT THE LATEST ECONOMIC MEASURES TO CRITICIZE THE ADMINISTRATION, AND INDIRECTLY, TO CAUSE PUBLIC UNREST. AT PRESENT, HOWEVER, THERE IS NO PERCEPTIBLE UNREST IN THE EGYPTIAN PUBLIC AS A RESULT OF THE ECONOMIC MEASURES. THE QUIET IN THE EGYPTIAN PUBLIC SEEMS TO STEM FROM A NUMBER OF REASONS:

A. THE ADMINISTRATION HAS MADE A CONSIDERABLE EFFORT TO PROTECT THE WEAKER CLASSES FROM THE ECONOMIC AUSTERITY MEASURES. THUS, THE IMPLEMENTATION OF THESE MEASURES WAS ATTACHED TO THE TRADITIONAL GRANT IN THE SUM OF 20 WORKING DAYS WAGES, WHICH WAS GIVEN TO ALL WORKERS IN THE PUBLIC SECTOR IN THE BEGINNING OF MAY.

B. AS IN THE PAST, THE ADMINISTRATION IS IMPLEMENTING THE PRICE RISES PROGRESSIVELY AND DOES NOT NECESSARILY MAKE THEM PUBLIC. IT WILL PROBABLY CONTINUE TO DO SO IN THE NEAR FUTURE.

C. THE ECONOMIC MEASURES WERE PRECEDED BY A LONG INFORMATION CAMPAIGN, WHICH SHOWED THE PUBLIC THE GRAVITY OF THE ECONOMIC SITUATION AND THE NEED FOR ECONOMIC REFORMS. APPARENTLY, THE PUBLIC HAS INDEED BEEN AFFECTED BY THE ADMINISTRATION'S MASSIVE INFORMATION CAMPAIGN.

4/..



8706233

13. THE IMPLEMENTATION OF THE ECONOMIC MEASURES DURING THE MONTH OF RAMADAN REFLECTS THE EGYPTIAN ADMINISTRATION'S SENSE OF SECURITY. ITS ASSESSMENT SEEMS TO BE THAT THESE MEASURES DO NOT POSE AN IMMEDIATE THREAT TO INTERNAL STABILITY. HOWEVER, IT IS PROBABLE THAT AS THE PUBLIC BECOMES MORE AWARE OF THE MEANING OF THE REFORMS AND OF THEIR EFFECT ON THE BUYING POWER OF THE AVERAGE CITIZEN, THE UNREST WILL RISE. SUCH UNREST, IN TURN, MIGHT MAKE IT EASIER FOR OPPOSITION PARTIES (HEADED BY THE 'ISLAMIC ALLIANCE') TO GAIN LARGER PUBLIC SUPPORT.



8706233

Egipto

128

## Maniobras militares

EL CAIRO, 28 (AP).– Efectivos militares de Egipto y los Estados Unidos participarán en las maniobras militares Estrella Brillante 87 frente a las costas del Mediterráneo, entre el 15 y el 20 del mes próximo, informó un vocero del ejército egipcio.

El coronel Nagi Tohami manifestó en el curso de una conferencia de prensa que será usado "nuevo equipo militar" en las maniobras, incluyendo el tanque de combate norteamericano M1-A1. El gobierno de Egipto está a punto de obtener permiso para ensamblar esa clase de tanque.

Los ejercicios militares han dado cuerpo a la especulación de que estarían destinados a encarar una posible crisis por parte de los Estados Unidos en el Golfo Pérsico.

Ba Nación 29/7/87

01·01

8706641

28

ARCHIVAR EN: EGIPTO (128)

TEMA: EGYPT: IRANIAN TERRORIST GROUP EXPOSED del 30/7/87 (B/0764)

PROCEDENCIA: Exp. Nº 1210/87 del 18/8/87

ARCHIVADO EN: ENLACE INGLES (35/C)

7

01·01 8707192

ARCHIVAR EN: Egipto (128)

TEMA: Casi Segura reunión Shimon Peres - Hubarak

PROCEDENCIA: El Día 6/7/87

ARCHIVADO EN: Israel (041)

01·01 8707516

Ahuzam ISRAEL

128

México, miércoles 23 de julio de 1987 EL

# Canciller egipcio refutó a Shamir sobre proceso de paz

## Insiste en conferencia internacional este año

HERZLIYA, Israel. — El ministro de Relaciones Exteriores egipcio Ahmed Esmat Abdel-Meguid refutó ayer punto por punto las alternativas propuestas por el primer ministro israelí Yitzhak Shamir en lugar de la celebración de una conferencia internacional de paz sobre el Medio Oriente.

Sólo una conferencia internacional bajo los auspicios de las Naciones Unidas puede conducir a negociaciones directas entre Israel y otros estados árabes, dijo a la prensa. Y agregó que la idea de Shamir de iniciar las conversaciones estableciendo luego luego tiempo sobre la autonomía palestina, "no es un punto de partida".

Abdel-Meguid, el primer dignatario político egipcio que visita Israel desde que este país invadiera a Líbano en 1982, expresó que El Cairo estaba seguro que una conferencia internacional, a la que se opone Shamir, era la "única solución viable para lograr resultados".

Shamir ofreció el lunes reactivar las conversaciones entre Israel y Egipto sobre la autonomía palestina prevista en los acuerdos de paz de Camp David, de 1978, y expandirlas a un foro regional, que incluya a Jordania y a delegados palestinos, pero excluyendo a la Organización para la Liberación de Palestina.

Abdel-Meguid manifestó que "no consideramos viable la idea de conversaciones sobre autonomía. Realmente no es un comienzo".

Aunque halló estancado el dividido gabinete de coalición israelí sobre la cuestión de la conferencia internacional, dijo que sus contactos habían sido útiles y gratificantes.

Enfatizó el visitante la urgencia de concretar la conferencia para este año.

El ministro Ezer Weizman, arquitecto del Tratado de Paz de 1979 con Egipto, dijo que le manifestó a Abdel-Meguid que el estancamiento israelí era sólo "una fase transitoria".

"Creo que el pueblo de Israel advirtió que la paz es tan importante para el futuro de esta generación y las próximas que elegirá a un gobierno que tenga la paz como objetivo primordial".

Dijo que el único medio a través del cual Israel puede alcanzar un Tratado de Paz con sus vecinos árabes es una conferencia de paz sobre Medio Oriente.

Weizman, laborista, dijo que "hablamos de la importancia de la visita y del modo de activar el proceso para la continuación de las conversaciones con el mundo árabe".

Egipto, según concluyó el ministro Abdel-Meguid, consagrará amplios esfuerzos para reunir esa conferencia de aquí a finales de año y "cuenta con el gobierno y la nación israelí para ayudar a su país a lograr sus objetivos", dijo.

### Misil israelí

Israel dispone, desde el pasado mes de mayo, de un nuevo misil balístico con capacidad para recorrer 820 kilómetros, que le permitiría alcanzar zonas de la URSS, Irán y Libia, según publicó ayer en Ginebra, en el número correspondiente al mes de julio, la "Revista Internacional de Defensa".

Esta publicación señala que en la actualidad el alcance máximo de los misiles balísticos se sitúa entre los 480 y 560 kilómetros de recorrido, pero este nuevo misil israelí, bautizado en medios occidentales como "Jericó II", podría alcanzar "pronto" los 1.500 kilómetros.

El nuevo misil fue detectado por instalaciones norteamericanas, y una fuente "bien informada" citada por la revista señaló que "los israelíes dentro de poco estarán en disposición de lanzar cargas nucleares en las ciudades de sus enemigos potenciales".

01-01 8707517

ARCHIVAR EN: Egipto (128)

TEMA: Egito pode Construir Tanque Americano M-1A.

PROCEDENCIA: J. 30 Brasil 30/6/87

ARCHIVADO EN:

EE.UU (0.58)

8707524

01·01

ARCHIVAR EN: Egipto (128)

TEMA: Califican de Constructiva la reunión Mubarak - Peres.

PROCEDENCIA: 10/7/87 El Día.

ARCHIVADO EN: Israel (041)

01·01 8707525

Fichaje
EGIPTO
urge OLP

128

DPTO. II (EXTERIOR)
17.9.87
F.A.S.
FECHADO

# Mubarak urge a OLP por la paz

EL CAIRO. — El presidente Hosni Mubarak regresó ayer a Egipto, tras reunirse en Ginebra con el canciller israelí Shimon Peres y urgió a los palestinos a elaborar su propia fórmula para incorporarse a la propuesta conferencia de paz para el Medio Oriente.

"Nuestros hermanos de la Organización para la Liberación Palestina (OLP) deben encontrar su propio camino para adherir a la Conferencia Internacional de Paz. Yo no fijaré una fórmula específica para ellos", dijo Mubarak a la prensa en el aeropuerto de El Cairo.

El encuentro Mubarak-Peres realizado en Ginebra concluyó con indicación de ambas partes de que hubo algún progreso en las conversaciones.

Mubarak señaló que enviará a su ministro de Relaciones Exteriores Ahmed Esmat Abdel-Mguid a Israel para mantener más conversaciones con Peres en las próximas semanas, lo que representa la primera visita de este nivel en varios años.

01·01

8707701

128

# El gobierno egipcio pide la convocatoria de la cumbre islámica

Perla (Egipto)

EL DIA 31/8/87

EL CAIRO. — Egipto pidió ayer que se convoque inmediatamente una conferencia cumbre islámica para discutir los sangrientos incidentes que se suscitaron a consecuencia de las manifestaciones de protesta de peregrinos iraníes el pasado viernes en la ciudad santa de La Meca, que dejaron un saldo de más de 600 muertos y unos 650 heridos.

Según un comunicado emitido ayer por la presidencia egipcia, la organización de la conferencia islámica debe convocar a la cumbre, a fin de "acabar con los lamentables sucesos. Cualquier negligencia puede provocar que la violencia se propague a otras ciudades, perjudicando la reputación del Islam".

En una llamada telefónica, el presidente egipcio, Hosni Mubarak, aseguró ayer al rey Fahd de Arabia Saudita, el apoyo de Egipto en las medidas de seguridad que Arabia Saudita adopte en La Meca.

Por otra parte, el presidente sirio, Hafez Assad, calificó hoy de "inaceptables" los recientes incidentes ocurridos en La Meca, destacando que deberían los santos lugares islámicos y a los peregrinos que allí acudan.



8707766

HR

Egipto.

128

## Mubarak candidato único

EL CAIRO. — El presidente egipcio Hosni Mubarak fue designado candidato único a la presidencia de la república por 420 de los 423 diputados que participaron en el voto en la asamblea del pueblo dedicada ayer a este tema.

El presidente de la asamblea, Rifaat el Mahgoub, que anunció los resultados, indicó que dos diputados se pronunciaron contra la designación del presidente Mubarak, que un boletín de voto fue declarado nulo, y que tres diputados no asistieron a la sesión.

De esta manera, Hosni Mubarak está seguro de prolongar su mandato por seis años más.

Mubarak será confirmado como presidente por un plebiscito que se celebrará el 5 de octubre próximo y cuyos resultados serán conocidos al día siguiente.

01·01

8707906

Fichaje
EGIPTO.
Cruzar ISRAEL
128

DPTO. II (EXTERIOR)
21.9.87
F.D.S.
FICHADO

11786

# Otro paso por paz levantina

USA 20/7/87

EL CAIRO. — La visita de dos días a Israel, que iniciara hoy el viceprimer ministro y canciller egipcio Edmat Abdel Meguid, se inscribe en la dinámica tendiente a la convocatoria de una conferencia de paz en Oriente Medio.

En sus conversaciones Meguid tratará principalmente del modo de superar los obstáculos que aún impiden dicha convocatoria, informaron fuentes de la Cancillería. Por otra parte, se reunirá con representantes palestinos de Cisjordania y de Gaza cuyo nombre no se reveló.

El viceprimer ministro será recibido por el presidente israelí, Haim Herzog, y se entrevistará con el primer ministro Yitzhak Shamir, opuesto al proyecto de conferencia de paz, y con destacados miembros del Knesseth (Parlamento).

Su visita es la primera de un dirigente egipcio de igual rango desde febrero de 1982, cuando viajó a Israel el entonces canciller y viceprimer ministro Kamal Hassan Ali.

En junio del mismo año, la invasión de Líbano por las tropas israelíes deterioró gravemente las relaciones entre ambos países, vinculados por el tratado de paz de marzo de 1979, y Egipto llamó a su embajador en Tel Aviv.

01·01

8707942

ARCHIVAR EN: Egipto (128

TEMA: Mitterrand y Mubarak reclamaron Solidaridad para el desarrollo.

PROCEDENCIA: J. Noticias 11/7/87

ARCHIVADO EN: FRANCIA (DII)

8708446

01·01

# Intríngulis para la diplomacia egipcia

EL CAIRO, 16 (Por Alexandre [illegible] "Le Monde", especial para Clarín). — Intentando hacer participar a la Organización para la Liberación de Palestina de una eventual conferencia internacional de paz sobre el Medio Oriente y conservando, al mismo tiempo, la ruptura de relaciones con la central palestina, la diplomacia egipcia se encuentra en una situación de escasa consistencia.

El presidente Mosburak se reunió, en diversas ocasiones, con dirigentes palestinos desde el 28 de abril (fecha en que El Cairo decidió cerrar las enteras oficinas de la OLP en el Valle del Nilo como protesta contra las resoluciones del decimoseptimo Consejo Nacional Palestino llevado a cabo en Argel), y con el jefe de la OLP, Yasser Arafat, en julio (durante la cumbre de la organización africana) y, más recientemente, el 10 de setiembre en Addis Abeba. Arafat fue el único dirigente palestino que el presidente egipcio exceptuó en el discurso que pronunció luego de decidir la ruptura con la OLP.

Según fuentes egipcias, las conversaciones duraron una hora y se centraron en el tema de la representación palestina en el caso de que se concretara la conferencia internacional de paz para el Medio Oriente. Este es para Egipto el principal obstáculo a resolver. Se trataría de encontrar una fórmula aceptable tanto para las diversas fracciones de la OLP, como para los israelíes y los norteamericanos.

Egipto, que no se hace demasiadas ilusiones en cuanto a sus posibilidades de éxito, trata, sobre todo, de restablecer el puente entre Arafat y el rey Hussein de Jordania. Un eventual acuerdo le permitiría a El Cairo retomar la ofensiva diplomática con vistas a la posible conferencia internacional.

01·01

8708623

Origen: TERRORISMO BOLETINES DE ISLAM

Novum : Traducir antes de 25/Set.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Fecha de Entrada 22/SET/87
Fecha de Salida 5/OCT/87
Pasa a
Nº. de Identificación 1453/87

S E C R E T

19 AUGUST 1987

REPORT NO.: U 4146

SUBJECT: EGYPT/ INCREASE OF FUNDAMENTALIST TERRORISM
ANALYTICAL REPORT

1. ON 13 AUGUST 1987, AN ATTEMPT WAS MADE ON THE LIFE OF THE FORMER MINISTER OF THE INTERIOR, AL NABAWI ISMAIL. THIS ATTEMPT WAS PRECEDED BY TWO OTHER ATTEMPTS -ONE ON THE LIFE OF ANOTHER FORMER MINISTER OF THE INTERIOR, HASSAN ABU BASHA (5 MAY 1987), AND THE OTHER ON THE LIFE OF THE EDITOR OF THE 'AL MUSSAWAR', MAKRAM MUHAMMAD (4 JUNE 1987). THE ASSAILANTS HAVE NOT BEEN CAUGHT YET, BUT THE SECURITY AUTHORITIES HAVE EVIDENCE THAT THEY BELONG TO EXTREMIST FUNDAMENTALIST ELEMENTS.

2. IN THE COURSE OF THE SEARCH FOR THE ASSAILANTS, THE AUTHORITIES UNCOVERED A FUNDAMENTALIST UNDERGROUND ORGANIZATION CALLED 'THE ISLAMIC VANGUARD', AND A SMALL FUNDAMENTALIST GROUP CALLED 'ISLAMIC UPPER EGYPT'. AS FAR AS IS KNOWN, THE 'ISLAMIC VANGUARD' WAS FOUNDED BY FORMER ACTIVISTS OF 'AL JIHAD' (WHICH WAS RESPONSIBLE FOR THE MURDER OF SADAT).IT ASSUMED A PARA-MILITARY FORM RESEMBLING THAT OF 'AL-JIHAD'. ITS MEMBERS WERE TRAINED IN THE USE OF WEAPONS AND SABOTAGE MATERIALS. ABOUT 160 OF ITS MEMBERS WERE ARRESTED, INCLUDING A NUMBER OF PALESTINIANS AND AN IRANIAN. WEAPONS, AMMUNITION AND PROPAGANDA MATERIAL WERE FOUND IN THEIR POSSESSION. THE REGIME ACCUSES THE ORGANIZATION OF PLOTTING A COUP AND PLANNING TO MURDER SEVERAL LEADERS OF THE REGIME. THE AUTHORITIES REPORTED THAT THE ORGANIZATION MAINTAINED CONTACT WITH IRANIANS WHO SUPPLIED ARMS AND MONEY.

3. IT SEEMS THAT DESPITE THE ATTEMPTS OF THE REGIME TO FOIL THEIR ACTIVITIES, THE FUNDAMENTALIST UNDERGROUND ORGANIZATIONS DISPLAY DARING AND A DETERMINATION TO ACT AGAINST IT. FOR THIS PURPOSE, THEY RELY, AMONG OTHERS, ON THE FOLLOWING:

A. THEIR ABILITY TO RECRUIT ACTIVISTS FROM A LARGE POOL OF EXTREMIST FUNDAMENTALISTS, WHO ARE INFLUENCED MAINLY BY THE IDEOLOGY OF THE 'AL JIHAD' ORGANIZATION. THESE FUNDAMENTALISTS OPERATE OVERTLY AT SEVERAL LOCATIONS IN THE COUNTRY (THE UNIVERSITIES OF UPPER EGYPT, VARIOUS QUARTERS IN CAIRO, ESPECIALLY BOULAC AND DAKROUR,AND THE DELTA).
B. EXTENSIVE OPERATIONAL AND ORGANIZATIONAL EXPERIENCE.
C. STRONG MOTIVATION NOURISHED NOT ONLY BY THEIR WORLD-VIEW BUT ALSO BY A STRONG DESIRE TO TAKE REVENGE ON THE REGIME, FOR THE OPPRESSION AND TORTURE OF MEMBERS AND SYMPATHIZERS.

4. IN VIEW OF THE REPEATED ASSASSINATION ATTEMPTS AND THE FACT THAT THE PERPETRATORS HAVE NOT BEEN CAUGHT YET, THE EFFICIENCY OF THE SECURITY AUTHORITIES HAS BEEN QUESTIONED. THIS ENCOURAGES

2/..

ADDITIONAL ATTACKS AND HARMS THE AUTHORITIES' EFFORTS TO GIVE EGYPT THE IMAGE OF A STABLE COUNTRY. THE FUNDAMENTALIST UNDERGROUND ORGANIZATIONS THUS POSE A THREAT TO INTERNAL SECURITY IN EGYPT IN GENERAL, AND TO THE LIVES OF LEADING FIGURES IN PARTICULAR. THE EFFORTS THE FUNDAMENTALIST ORGANISATIONS INVEST IN INFILTRATING THE ARMY, EVEN IF ONLY TO A LIMITED DEGREE, ARE ESPECIALLY SERIOUS.

ASUNTO: INCREMENTO DEL TERRORISMO FUNDAMENTALISTA / EGIPTO

1. El 13 de Agosto de 1987, hubo un atentado contra la vida de un ex-Ministro del interior: AL NABAWI ISMAIL. El mismo fue precedido de otros dos. uno contra otro ex-Ministro del Interior, HASSAN ABU BASHA el 5 de mayo de 1987 y el otro contra el editor de "AL MUSSAWAR", MAKRAM MUHAMMAD el 4 de junio. Los extremistas aún no han sido capturados , pero las autoridades tienen evidencia de que pertenecen al extremismo fundamentalista.

2.- En el curso de la búsqueda de los elementos que efectuaron estos atentados, las autoridades descubrieron una organización de bases fundamentalistas llamada "La Vanguardia Islámica" y un pequeño grupo de la misma índole denominado "Alto Egipto Islámico" que es lo que se sabe hasta el momento. La Vanguardia Islámica fue fundada por antiguos activistas del " AL- JIHAD" ( los responsables del asesinato de SADAT) quienes al igual que en AL JIHAD , asumieron una estructura para-militar, entrenados en el manejo de armamento y material de sabotaje. Fueron detenidos cerca de 160 de sus miembros,incluyendo varios palestinos e iranfes. En su poder fueron encontradas municiones, armas y material de propaganda.
El régimen acusa a la organización de complot para golpe de estado, y la planificación de distintos atentados contra los líderes de dicho régimen.- Las autoridades informaron que la organización mantenía contacto con iranfes quienes suministraban armamento y dinero.-

3.- A pesar de los intentos del régimen de contrarrestar sus actividades las organizaciones fundamentalistas, actúan con audacia y determinación, y para lograr este propósito, se basan entre otras cosas en:

A) Su habilidad para reclutar activistas de una larga lista de extremistas fundamentalistas, influenciados principalmente por la ideología de la organización " AL JIHAD". Estos fundamentalistas actúan abiertamente en distintos lugares del país ( las universidades del Alto Egipto, distintas instalaciones militares en El Cairo, principalmente Boulac y Dakrour, y El Delta)

B) Extensa experiencia organizativa y operacional.

C) Fuerte motivación emanada, no sólo desde su punto de vista en relación al mundo, sino además en profundo deseo de venganza hacia el régimen, por la opresión y tortura de sus miembros y seguidores.-



8708630

4.- En vista de los repetidos intentos de asesinato, y la infructuosa captura de los autores, está siendo cuestionada la eficacia de las autoridades de seguridad, fortaleciendo ataques imprevistos que perjudican los esfuerzos de las mismas para dar una imagen de Egipto de país estable.

Estas organizaciones, significan por lo tanto, una amenaza a la seguridad interna del país, en forma general, y a las vidas de las principales figuras políticas en particular.

Estas organizaciones fundamentalistas, realizan serios esfuerzos para infiltrarse dentro del ejército, aunque sólo sea hasta un grado limitado, exitosos.-



8708630

S E C R E T

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I (EXTERIOR)
Fecha de Entrada 22/SET/87
Fecha de Salida AUGUST 1987
Pasa a Sec/Cancel/Archivo
Nº. de Identificación 1453/87

REPORT NO.: V 4146

SUBJECT: EGYPT/ INCREASE OF FUNDAMENTALIST TERRORISM
ANALYTICAL REPORT

1. ON 13 AUGUST 1987, AN ATTEMPT WAS MADE ON THE LIFE OF THE FORMER MINISTER OF THE INTERIOR, AL NABAWI ISMAIL. THIS ATTEMPT WAS PRECEDED BY TWO OTHER ATTEMPTS -ONE ON THE LIFE OF ANOTHER FORMER MINISTER OF THE INTERIOR, HASSAN ABU BASHA (5 MAY 1987), AND THE OTHER ON THE LIFE OF THE EDITOR OF THE 'AL MUSSAWAR', MAKRAM MUHAMMAD (4 JUNE 1987). THE ASSAILANTS HAVE NOT BEEN CAUGHT YET, BUT THE SECURITY AUTHORITIES HAVE EVIDENCE THAT THEY BELONG TO EXTREMIST FUNDAMENTALIST ELEMENTS.

2. IN THE COURSE OF THE SEARCH FOR THE ASSAILANTS, THE AUTHORITIES UNCOVERED A FUNDAMENTALIST UNDERGROUND ORGANIZATION CALLED 'THE ISLAMIC VANGUARD', AND A SMALL FUNDAMENTALIST GROUP CALLED 'ISLAMIC UPPER EGYPT'. AS FAR AS IS KNOWN, THE 'ISLAMIC VANGUARD' WAS FOUNDED BY FORMER ACTIVISTS OF 'AL JIHAD' (WHICH WAS RESPONSIBLE FOR THE MURDER OF SADAT),IT ASSUMED A PARA-MILITARY FORM RESEMBLING THAT OF 'AL-JIHAD'. ITS MEMBERS WERE TRAINED IN THE USE OF WEAPONS AND SABOTAGE MATERIALS. ABOUT 160 OF ITS MEMBERS WERE ARRESTED, INCLUDING A NUMBER OF PALESTINIANS AND AN IRANIAN. WEAPONS, AMMUNITION AND PROPAGANDA MATERIAL WERE FOUND IN THEIR POSSESSION. THE REGIME ACCUSES THE ORGANIZATION OF PLOTTING A COUP AND PLANNING TO MURDER SEVERAL LEADERS OF THE REGIME. THE AUTHORITIES REPORTED THAT THE ORGANIZATION MAINTAINED CONTACT WITH IRANIANS WHO SUPPLIED ARMS AND MONEY.

3. IT SEEMS THAT DESPITE THE ATTEMPTS OF THE REGIME TO FOIL THEIR ACTIVITIES, THE FUNDAMENTALIST UNDERGROUND ORGANIZATIONS DISPLAY DARING AND A DETERMINATION TO ACT AGAINST IT. FOR THIS PURPOSE, THEY RELY, AMONG OTHERS, ON THE FOLLOWING:

A. THEIR ABILITY TO RECRUIT ACTIVISTS FROM A LARGE POOL OF EXTREMIST FUNDAMENTALISTS, WHO ARE INFLUENCED MAINLY BY THE IDEOLOGY OF THE 'AL JIHAD' ORGANIZATION. THESE FUNDAMENTALISTS OPERATE OVERTLY AT SEVERAL LOCATIONS IN THE COUNTRY (THE UNIVERSITIES OF UPPER EGYPT, VARIOUS QUARTERS IN CAIRO, ESPECIALLY BOULAC AND DAKROUR,AND THE DELTA).
B. EXTENSIVE OPERATIONAL AND ORGANIZATIONAL EXPERIENCE.
C. STRONG MOTIVATION NOURISHED NOT ONLY BY THEIR WORLD-VIEW BUT ALSO BY A STRONG DESIRE TO TAKE REVENGE ON THE REGIME, FOR THE OPPRESSION AND TORTURE OF MEMBERS AND SYMPATHIZERS.

4. IN VIEW OF THE REPEATED ASSASSINATION ATTEMPTS AND THE FACT THAT THE PERPETRATORS HAVE NOT BEEN CAUGHT YET, THE EFFICIENCY OF THE SECURITY AUTHORITIES HAS BEEN QUESTIONED. THIS ENCOURAGES

2/..

·0 0· a · 8708630.

ADDITIONAL ATTACKS AND HARMS THE AUTHORITIES' EFFORTS TO GIVE EGYPT THE IMAGE OF A STABLE COUNTRY. THE FUNDAMENTALIST UNDERGROUND ORGANIZATIONS THUS POSE A THREAT TO INTERNAL SECURITY IN EGYPT IN GENERAL, AND TO THE LIVES OF LEADING FIGURES IN PARTICULAR. THE EFFORTS THE FUNDAMENTALIST ORGANISATIONS INVEST IN INFILTRATING THE ARMY, EVEN IF ONLY TO A LIMITED DEGREE, ARE ESPECIALLY SERIOUS.

HR

EGIPTO

128

# POR UN 97 % DE LOS VOTOS MUBARAK FUÉ REELECTO POR 6 AÑOS

EL CAIRO, 6 (EFE). — El actual presidente egipcio, Hosni Mubarak, ha sido reelegido para un segundo mandato de seis años en el referéndum del pasado lunes, según anunció hoy el Ministro del Interior.

"El pueblo egipcio ha votado sí a la democracia, sí a la seguridad y sí a la estabilidad", dijo el ministro del Interior egipcio, general Zaki Badr, al anunciar los resultados del referéndum.

Según Badr, el 97,12 por ciento de los votantes se ha manifestado a favor de un segundo mandato de Mubarak.

La participación, de acuerdo con las cifras oficiales, ha sido del 88,5 por ciento: 12.711.684 personas sobre un censo electoral de 14.368.089 votantes, en un país con 52 millones de habitantes.

Las autoridades egipcias no han informado de ningún incidente durante la jornada de referéndum de ayer.

En un mensaje televisado a todo el país, el presidente Mubarak había solicitado la participación masiva de la población: "La práctica de la democracia –afirmó– consiste en decir sí o no".

Un amplio sector del abanico político egipcio, incluyendo a los fundamentalistas islámicos de la "Hermandad Musulmana", encuadrados en la alianza que compone el principal grupo de oposición parlamentaria, aconsejó la reelección del presidente.

Únicamente los sectores más radicales del país –los integristas de inspiración jomeinista y los nasseristas de izquierda– se opusieron a la reelección de Mubarak.

El partido conservador "Neo Wafd" que en las elecciones generales de abril fue desplazado como principal partido de oposición por la "Alianza" –los "Hermanos Musulma-



8709593

128

Primera estación suburbana de Africa

# El Cairo: inauguran metro

EL CAIRO, (EFE).- El Presidente egipcio, Hosni Mubarak, y el Primer Ministro francés, Jacques Chirac, inauguraron ayer la primera fase del Metro de El Cairo, construido por una sociedad mixta egipcia-francesa.

La línea inaugurada atraviesa 28 kilómetros de ciudad, cinco de ellos a través de túneles subterráneos, y une la zona norte de El Cairo con el barrio residencial de Maadi, al sur.

Las obras fueron iniciadas a finales de 1981 y debían haber terminado en 1984, pero, según explicaron fuentes de la compañía constructora, un consorcio formado por 17 compañías francesas y dos egipcias financiadas por el gobierno francés con créditos blandos, los trabajos se alargaron debido a la falta de planos de las conducciones subterráneas de teléfono, agua y luz de la ciudad.

La línea inaugurada ayer, con cinco estaciones subterráneas que llevan los nombres de Mubarak, Orabi, Nasser, Sadat y Zaghoul, permitirá el transporte de 25.000 viajeros por hora en cada sentido, según informaron fuentes de la compañía.

En los andenes, modernos y decorados con reproducciones de arte faraónico e islámico, patrullan miembros del cuerpo especial de policía creado para vigilar las instalaciones, aunque el Metro no se abrirá al público hasta el 1° de octubre, según fuentes oficiales.

En el acto de inauguración, al que asistieron veinte Ministros de Transporte árabes y africanos, además del gobierno egipcio, el Presidente Mubarak descubrió una placa en la estación que lleva su nombre en la que una leyenda afirma que esta gran obra, fruto de la cooperación histórica entre Egipto y Francia, ilustra las relaciones de amistad entre los dos países.

El Metro de El Cairo es el primer ferrocarril metropolitano con estaciones suburbanas en Africa y Oriente Medio, y ha sido realizado con créditos superiores a los 2.800 millones de francos franceses, según un portavoz de la compañía.

Dotado con modernos sistemas de aire acondicionado, ofrecerá unos servicios al público con un precio subvencionado: 50 piastras para todo el recorrido (unos 25 centavos de dólar).

El gobernador de El Cairo, Yussef Abu Taleb, manifestó su confianza en que el Metro ayude a resolver los graves problemas circulatorios de esta ciudad de 14 millones de habitantes y cerca de 800.000 vehículos privados.

La primera fase del Metro de El Cairo ha sido inaugurada a poco más de una semana del referéndum convocado para el día 5 de octubre para ratificar en la jefatura del Estado a Hosni Mubarak por un período de [illegible]

EGIPTO

La Vanguardia 28-9-87

01·01

8709735

# El presidente egipcio será reelecto para nuevo período

EL CAIRO. — Más de 14 millones de egipcios votarán el lunes, confirmando para un nuevo mandato de seis años a su presidente Mohamed Hosni Mubarak, de 59 años, candidato único designado el 6 de julio pasado por la Asamblea del Pueblo (Parlamento).

Los observadores no esperan ninguna sorpresa en los comicios del lunes y garantizan que Mubarak obtendrá una amplia votación en su favor.

Los electores (unos 14,4 millones) serán llamados a confirmar en el plebiscito de mañana lunes la designación efectuada en julio por el Parlamento egipcio, por una aplastante mayoría: 420 votos de 458.

Durante este voto, el presidente Mubarak obtuvo, además de los votos de su partido (Partido Nacional Democrático PND, con 360 escaños), los de 60 diputados de la oposición.

Mubarak, heredero de Anuar el Sadat, se beneficia de un amplio consenso en el seno de la clase política y de la población egipcia. En sus opciones económicas, de política interior e internacional, el presidente egipcio escogió gobernar al centro, por la vía del cambio en la continuidad o de la [illegible] reformas. Las secciones políticas egipcias están conscientes, en efecto, de la difícil situación económica y social por la que atraviesa el país.

Esto explica sin duda que a excepción de los adversarios irreductibles del gobierno (el partido neo-wafd, derecha liberal laica, con 30 escaños) y el partido de la Reunión Panárabe Progresista Unionista (izquierda marxista, sin representación en el Parlamento) el conjunto de los partidos políticos legales llamaron a votar en favor de Mubarak.

Este es el caso de la coalición islámica, principal formación de la oposición (con 60 escaños) constituida por la Acción Socialista, el Partido Liberal y la Asociación de Hermanos Musulmanes que anunció su apoyo a la candidatura del presidente.

Hosni Mubarak

01·01 8709760

928

# Ejercicios egipcio-norteamericanos

EL CAIRO, 12 (EFE).- Egipto decidió retirar las invitaciones a observadores militares y periodistas para asistir a las maniobras conjuntas con los Estados Unidos, que se iniciarán el sábado.

Estos ejercicios consistirán en un desembarco con unidades anfibias en la costa mediterránea, con avance hacia el interior del país, e intervención de unidades acorazadas egipcias.

En los ejercicios participarán, por primera vez, los dos aviones de "alerta temprana" (Awacs) que Egipto adquirió a Washington y se ensayarán nuevos modelos de misiles Hawk.

Se estima que en las maniobras conjuntas participarán entre 18.000 y 20.000 hombres.

La decisión de no permitir observadores en los ejercicios podría explicarse por la intención de no revelar el número de unidades de marina y de despliegue rápido, dada la situación de semialerta en las bases egipcias en el mar Rojo, y por el movimiento de naves de guerra norteamericanas en el Indico.

Como en anteriores ocasiones, es factible que se decida una declara-

tera con Libia, país que condenó estos ejercicios.

Las unidades libias y egipcias acantonadas en la frontera común se encuentran en situación de semialerta desde 1977.

Durante los ejercicios es probable que las autoridades egipcias declaren cerrado el espacio aéreo sobre el desierto occidental, y zona de exclusión marítima la región del Mediterráneo en la que se con-

01·01

8710537

ARCHIVAR EN: Egipto (128)

TEMA: Gonzalez. Egipcio apoya Conferencia.

PROCEDENCIA: LA HABANA 17/7/87

ARCHIVADO EN: Israel (041)

8710674

01-01

EGIPTO
Enviados EE.UU.

728

20/10/87

"Nada nuevo" en proceso de paz en Palestina

EGIPTO

# Shultz se reunió con Mubarak

EL CAIRO (ANSA, EFE y UPI).- El secretario de Estado norteamericano George Shultz, dijo ayer en El Cairo que no tenía nada nuevo que informar en el proceso de paz del conflicto árabe-israelí, tras una reunión con el Presidente egipcio, Hosni Mubarak.

Procedente de Israel, George Shultz se entrevistó durante dos horas y cuarto con el Presidente egipcio después de mantener sendas reuniones con el Ministro egipcio de Asuntos Exteriores, Esmat Abdel Meguid, y el Primer Ministro Atef Sedki.

La breve visita a El Cairo se incluye en una gira para reunirse con líderes de Oriente Próximo que el Secretario de Estado para Asuntos Exteriores realiza a Israel y Arabia Saudí, y que debe terminar en Londres donde se entrevistará con el Rey Hussein de Jordania, según el programa previsto.

Shultz afirmó que en su conversación con el Presidente egipcio se trató de la guerra Irán-Irán, el proceso de paz en Oriente Próximo, las relaciones bilaterales y su inmediato viaje a la Unión Soviética.

EL CAIRO. El Presidente de Egipto, Hosni Mubarak (der.) y el Secretario de Estado norteamericano, George Shultz, se abrazan poco antes de iniciar conversaciones en el Palacio Presidencial. (Radiofoto Reuter)

## NEGOCIACIONES DIRECTAS

En cuanto al proceso de paz, Shultz afirmó en una muy breve rueda de prensa que el vehículo son las negociaciones directas entre los árabes e Israel, y puso como ejemplo a Egipto de la eficacia de este sistema.

El Cairo firmó la paz con Israel en marzo de 1979; las tropas israelíes se retiraron del Sinaí en 1982.

"Con Egipto ha funcionado -afirmó Shultz- y la gente tiende a imitar las cosas que salen bien".

Los países árabes, que mayoritariamente rompieron relaciones con Egipto tras el tratado de paz bilateral, rechazan la posibilidad de conversaciones directas y proponen una conferencia internacional con la participación de los cinco miembros permanentes del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas, todas las partes afectadas y la OLP.

Durante la rueda de prensa a la salida del palacio presidencial de Heliópolis, los periodistas presentes ignoraban las informaciones acerca de un ataque a objetivos iraníes en el golfo Pérsico por parte de Estados Unidos.

01·01

8710816

ARCHIVAR EN: Egipto (128)

TEMA: Egipto está dispuesto a intervenir en la Guerra del Golfo a favor de Irak.

PROCEDENCIA : La Habana 28/10/87

ARCHIVADO EN: Conflicto Irán-Irak (081)

01·01 8710850

# En Diciembre un Nuevo Intento Para Reanudar el Comercio con Egipto

No puede decirse que las perspectivas de venta de carne sean favorables, sino todo lo contrario. Elias Ibrahim, consultado en Lausana, Suiza, no es sin embargo pesimista de los resultados que pueda obtener la Comisión Mixta Uruguayo-Egipcia que se reunirá en El Cairo durante el próximo mes de diciembre.

La última licitación, realizada unos días atrás tuvo como oferta más ventajosa para carne de delantero desosada, un precio de U$S 1.470 la tonelada (Costo y flete) sobre la base de 3.000 toneladas. En este caso pertenecía a la Comunidad Económica Europea, aunque actualmente es frecuente que los oferentes australianos tengan cotizaciones aún más bajas.

¿Hay qué renunciar entonces a un mercado que por años fue el mejor cliente de Uruguay? De ninguna manera, opina quien abrió ese mercado y condujo la más fluida corriente exportadora. Ibrahim, que se había retirado del negocio de la carne y que actualmente se recupera de una exitosa operación en la que se le retiraron los ocho clavos" con que corrigieron una fractura múltiple sufrida en Saint Tropez durante un

*Elías Ibraim*

accidente naval, confía en la capacidad negociadora y la buena disposición de egipcios y uruguayos.

Las fluctuaciones monetarias, la evolución favorable de la economía egipcia, la diversificación de las opciones, la creciente participación privada en el comercio bilateral y muy especialmente el tesón y la habilidad que demuestren los integrantes de la Comisión Mixta, pueden producir la esperada reanudación del tráfico. Sólo hay que intentarlo y saber cómo hacerlo, dice.

Ibrahim destaca el papel de progresiva importancia que desempeña el empresario privado en la economía egipcia. A título de ejemplo señala que en sus cámaras frigoríficas (El Cairo, Alejandría, Port Said e Ismailia) con su capacidad de 32.500 toneladas siempre a pleno, hay actualmente depositadas 18.000 toneladas de procedencia privada. Este es un fenómeno reciente, aclara.

Personalmente, considero auspiciosa esta complementación estatal y privada, en un original esfuerzo por crear el régimen socio-económico más apto para afrontar las dificultades de esta coyuntura tan internacionalizada como conflictiva. En todo caso, dijo, tengo esperanzas ciertas de que las negociaciones de diciembre permitan encontrar nuevos canales que, en mi doble perspectiva de egipcio radicado en Uruguay, son sumamente deseables. Las circunstancias económicas mundiales, no deben retrasar una amistosa complementación económica. Uruguay y Egipto tienen un largo y fructífero camino para recorrer juntos.

928

ARCHIVAR EN: Egipto (128)

TEMA: Shultz se reunió con Mubarak

PROCEDENCIA: La Mañana 20/10/87

ARCHIVADO EN: EE.UU (058)

01·01 8711025

HR

ARCHIVAR EN: Egipto (128)

TEMA: Irán lanzó dos misiles contra Bagdad: Mensaje a la Liga Arabe.

PROCEDENCIA: El País 3/11/87

ARCHIVADO EN: Conflicto Irán - Irak (081)

8711088

01.01

HR

EGIPTO

128

# Mubarak gobernará por otros 6 años

EL CAIRO, 6 (UPI). — El presidente Hosni Mubarak fue reelegido para un segundo período de gobierno de seis años, con el menor margen de aprobación jamás logrado por un gobernante egipcio de la época moderna, informaron hoy las autoridades.

Diplomáticos occidentales sostuvieron que el menor margen de ventaja reflejaba un deseo por parte de Mubarak de aparentar ser más democrático que sus predecesores, mediante la difusión de resultados electorales más realistas.

El ministro del Interior, Zaki Badr, al anunciar en la radio y televisión estatales los resultados del referendo de ayer, dijo que el 97,12 por ciento de los que votaron en la consulta se mostró partidario de que Mubarak continúe en la presidencia durante otros seis años.

El gobierno informó que más del 88 por ciento de los egipcios que estaban inscriptos en los registros electorales participaron en el referendo. No obstante, diplomáticos occidentales y sectores de la oposición cuestionaron los resultados y las cifras sobre la concurrencia.

El presidente era el único candidato en la consulta de ayer, y los votantes solo tenían que indicar si estaban a favor o en contra de que se le concediera otro mandato de seis años a Mubarak. El Parlamento egipcio, dominado por el Partido Democrático Nacional, encabezado por Mubarak, designó al presidente en julio para que postulara a un segundo período de gestión.

Varios diplomáticos occidentales dijeron que la merma del margen de aprobación, según lo anunció el ministerio del Interior, dejaba entrever el deseo de Mubarak de que su gobierno parezca más democrático que los regímenes de Nasser y Sadat.

Otra fuente diplomática afirmó que la menor ventaja de aprobación pudo haber sido un reflejo de la decisión de dos partidos de la oposición de boicotear el referendo o votar en contra de Mubarak.

EGIPTO - PERÍA

Clarín 7/10/87

01·01

8711283

HI

EGIPTO
IRAK
RFA

128

Montevideo, lunes 9 de noviembre de 1987 El Día

# Misiones comerciales de Uruguay viajan a Egipto, Irak y Alemania federal

Dos delegaciones uruguayas viajarán en los próximos días con destino a Bagdad, El Cairo y Alemania con la finalidad de "explorar" las posibilidades de comercialización, dijo a EL DIA el director de Comercio Exterior Isidoro Hodara.

Indicó que hoy partirá la primera delegación con destino a Bagdad, con motivo de la feria que allí se realiza, a efectos de establecer contactos, y explorar factibilidades comerciales.

La delegación estará integrada por el subdirector general de Comercio Exterior Ramiro Núñez, el director de Comercialización del Instituto Nacional de Carnes (INAC) contador Enrique Elena y la contadora Eda Peguero asesora de Comercio Exterior. Además de los delegados oficiales asistirá un grupo de empresarios que se sumarán a los demás que están ya instalados exponiendo en Bagdad. Esa misma delegación se trasladará posteriormente a El Cairo con la finalidad de sostener una reunión en el marco de la comisión mixta Uruguay Egipto.

Por su parte el martes 17 viajará a Alemania otra misión con el objetivo de promocionar las inversiones de ese país en Uruguay y que será encabezada por el ministro de Economía y Finanzas, Ricardo Zerbino.

*Isidoro Hodara*

Esta delegación mantendrá contactos en cuatro ciudades. Por su parte Hodara adelantó a EL DIA que en la semana entrante llegará a nuestro país David de Pury, negociador suizo en el marco de la ronda Uruguay del GATT.

En tanto que dentro de dos semanas arribará el presidente del Comité de Negociaciones Agrícolas de la ronda Uruguay del GATT, el holandés Aart de Zeeuw, quien mantendrá diversos contactos con autoridades nacionales.

8711430

01·01

HB

Unión LIGA ARABE

128

# VICTORIA EGIPCIA

Egipto fue el gran ganador de la reciente cumbre árabe en Amman, ya que la decisión de dejar en libertad a los países de la Liga Arabe para entablar relaciones diplomáticas con el gobierno de El Cairo, constituyó el hecho saliente de esa conferencia y tuvo consecuencias inmediatas. Primero los Emiratos Arabes Unidos e Irak, y luego Kuwait y Marruecos, reanudaron las relaciones con Egipto, poniendo fin al boycott impuesto al gobierno cairota luego de los acuerdos de paz con Israel.

De esta manera, Egipto fortalece su posición dentro del campo árabe y legitima su política internacional en todos sus términos. Aunque esto no significa aún un apoyo explícito a la política de paz con Israel constituye indudablemente un paso en la buena [illegible]

01-01

8711513

HR

ARCHIVAR EN: Egipto (128)

TEMA: Ernesto Hussein-Hubaux

PROCEDENCIA : LA HABANA 20/11/87

ARCHIVADO EN: Jordania (044)

01·01 8711564

128

# Relaciones Egipto Arabia Saudita → Urgen

EL CAIRO (EFE).- Arabia Saudí anunció ayer el restablecimiento de relaciones diplomáticas con Egipto tras una reunión del gobierno saudí presidida por el Rey Fahd, según se anunció en El Cairo.

La televisión egipcia interrumpió sus programas para informar, a las 22,10 de la noche (18,10 gmt) la decisión del gobierno saudí.

Ryad, como la mayoría de las capitales árabes, retiró su Embajador de El Cairo tras una cumbre de la Liga Arabe en Bagdad, en 1979, en la que se condenó a Egipto por haber firmado la paz con Israel.

Ahora, en la cumbre de la Liga Arabe de Amán que se clausuró el pasado martes, se acordó dar libertad a cada uno de los países miembro para restablecer o no relaciones diplomáticas con El Cairo.

Arabia Saudí es el séptimo país en reanudar desde entonces plenas relaciones políticas y diplomáticas con Egipto.

Con anterioridad, y por este orden, lo hicieron los Emiratos Arabes Unidos, Iraq, Marruecos, Kuwait, Yemen del Norte y Bahrein.

Con estos, ya son doce los países árabes que mantienen plenas relaciones diplomáticas con Egipto: Omán, Sudán y Somalia nunca las interrumpieron, y Jordania y Yibuti enviaron sus Embajadores a El Cairo en 1984 y 1986, respectivamente.

Tras la decisión de Arabia Saudí, el único miembro del Consejo de Cooperación del Golfo (CCG) que aún no mantiene relaciones con El Cairo es Qatar.

El emir de Kuwait, país que en la actualidad ostenta la presidencia del CCG, anunció después de la Cumbre de Amán que los seis miembros de esta organización de países árabes del golfo Pérsico (Kuwait, Arabia Saudí, Qatar, Bahrein, Omán y Emiratos Arabes Unidos) habían acordado restablecer relaciones con Egipto.

Por ello se espera en círculos oficiosos egipcios que Qatar anuncie la reanudación de relaciones en las próximas horas.

## IMPORTANCIA POLITICA

Según observadores en El Cairo, el restablecimiento de relaciones diplomáticas con Arabia Saudí tiene para Egipto una gran importancia política y psicológica por el liderazgo religioso y económico de este reino árabe en Oriente Próximo.

Fuentes cercanas al Ministerio de Asuntos Exteriores en El Cairo afirman que ahora nadie duda que todos los países árabes excepto Libia y Siria van a tener su Embajador en Egipto en 1988.

Siria condenó el restablecimiento de relaciones entre los países árabes y Egipto. Libia a través de su agencia oficial de noticias advirtió que si se reanudaban estas relaciones Trípoli se vería obligado a una alianza militar con Irán.

Para los observadores en Egipto la Guerra del Golfo y específicamente la amenaza que supone una extensión de la influencia de Irán en los países árabes ha sido el catalizador que ha forzado la rehabilitación de Egipto.

Este país de 52 millones de habitantes, más de tres veces la población de Iraq, tiene el mayor ejército de la región.

El Cairo, desde 1981, apoya política y militarmente a los hermanos árabes de Iraq en su lucha contra los agresores persas, según la terminología habitual en los diarios egipcios.

Insistentemente, el Presidente egipcio, Hosni Mubarak, o miembros de su gobierno, han repetido la disposición de Egipto a defender la causa árabe.

Tras los incidentes del pasado mes de julio en la ciudad santa de La Meca, donde murieron centenares de personas en los enfrentamientos entre manifestantes iraníes y fuerzas de seguridad, Egipto manifestó su inmediato apoyo a Arabia Saudí y calificó el comportamiento de los peregrinos pro iranianos de sacrílego.

01·01

8711591

# Cesa el aislamiento egipcio

El Cairo, Kuwait y Marruecos, siguiendo el ejemplo de los Emiratos Árabes [illegible] relaciones diplomáticas con Egipto.

"Siguiendo la decisión tomada en la cumbre de Amán, el Reino de Marruecos decidió [illegible] las relaciones diplomáticas con Egipto a nivel de Embajada", dijo [illegible] Ministerio de Relaciones Exteriores marroquí en una declaración.

Por su parte, Kuwait dio a conocer ayer en un comunicado después de una reunión de gabinete presidida por el jeque Jaber al-Sabah, que "el Estado de Kuwait y la República Árabe de Egipto han decidido restablecer relaciones diplomáticas a partir de hoy".

Marruecos y Kuwait se convierten en los terceros y cuarto países en restablecer sus lazos con Egipto, luego que la cumbre de la Liga Árabe, celebrada el miércoles dejara que los miembros lo hicieran individualmente.

01-01

8711649

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección de Información de Defensa
(EXTERIOR)
Fecha de entrada 02-12-87
Fecha de salida 03-12-87
Pasa a Def/of/Sch 20
Nº de identificación 0008/87

SECRETO

4 de noviembre de 1987

Informe Nº: N 5067

Asunto : EGIPTO / Cambios en el Gabinete y en los aparatos del régimen

Generalidades

1. Tras la ceremonia de juramento del Presidente MUBARAK por un nuevo período el 12 de octubre de 1987, se llevaron a cabo una serie de cambios personales y de nuevas designaciones en el gobierno y en diversos aparatos del régimen: ejército, gobiernos provinciales y sistema judicial.

En el gobierno

2. Después que el Gabinete presentó su dimisión, el Presidente MUBARAK le encomendó al Primer Ministro saliente, ATIF SIDKI, la formación de un nuevo gobierno. No varió la cantidad de ministros (32 en total), ni se produjeron cambios en los cargos más importantes. Fueron reemplazados tres ministros de segunda línea: Educación, Emigración y Justicia, y se efectuaron cambios en la estructura de varios ministerios:

a. Fue anulado el Ministerio de Gobiernos Municipales, creándose en su lugar una Secretaría que atenderá el mismo tema. El Ministro que lo encabezaba, AHMED SALAMAH, fue designado Ministro para Asuntos del Consejo del Pueblo y del Consejo Consultivo ("Shura").

b. Fue creado un nuevo Ministerio de Cooperación Internacional, encabezado por el Doctor MAURICE MAKRAM ALLAH, con el grado de Ministro de Estado. Este ministerio está a cargo de las relaciones económicas de EGIPTO con otros países. En el gobierno anterior, esta función estaba en manos del Viceprimer Ministro y Ministro de Planeamiento, KAMAL AHMED GANZOURI. El nuevo Ministerio de Cooperación Internacional depende ahora del Primer Ministro (quien por lo tanto lleva también el título de Ministro de Cooperación Internacional).

3. Los cambios en el gobierno reflejan:

a. Una considerable ampliación de las atribuciones del Primer

../2

Ministro ATIF SIDKI, quien además de ser Ministro de Cooperación Internacional es también Ministro de Asuntos de AL-AZHAR y Ministro de Gobiernos Municipales. Por otra parte, fue reducida la autoridad del Viceprimer Ministro y Ministro de Planeamiento, KAMAL GANZOURI, al retirársele el tema de la Cooperación Internacional. Al mismo tiempo, puede verse en ello una muestra de confianza del Presidente en el Primer Ministro actual. ATIF SIDKI, que es de profesión economista, había sido designado para este cargo hace más de un año. Desde entonces condujo al país a través de un proceso encaminado al logro de la consolidación de la deuda exterior, tema del cual seguirá ocupándose también en el futuro.

b. La enorme gravitación que el régimen acuerda a las relaciones económicas internacionales de EGIPTO. En el discurso que pronunciara cuando prestó juramento, MUBARAK destacó que la política exterior egipcia seguirá empeñada en la obtención de ayuda exterior, con el objeto de desarrollar la economía egipcia.

c. La renovada confianza depositada en el Ministro del Interior, ZAKI BADER, y en los aparatos de seguridad del régimen. Cabe señalar que en vísperas del plebiscito se habían difundido publicaciones sobre el reemplazo de ZAKI BADER. Estimamos que la posición de su ministerio en el gobierno fue estabilizada por el éxito que se apuntara al descubrir y detener a los activistas de dos organizaciones clandestinas: la organización islámica "Sobrevivientes del Infierno" y el grupo de la "Revolución Egipcia" (responsable por el atentado contra los israelíes en EL CAIRO). No en vano en su discurso de asunción del mando MUBARAK manifestó su gran aprecio por los aparatos de seguridad que se encuentran en la primera línea en la lucha contra el terrorismo.

d. Una aparente merma en las atribuciones del Ministerio de Bienes Religiosos ("Wakf"), al subordinar el tema de AL-AZHAR al Primer Ministro. La razón de este cambio no es clara y queda por ver si se trata de una distribución de atribuciones de carácter permanente.

En los gobiernos provinciales

4. Siete gobernadores (seis de los cuales son nuevos) fueron reemplazados en los distritos de FAYUM, BENI SUEF, ASIUT (en el ALTO EGIPTO), BEHERA, SHARKIA, KALIUBIA y GIZEH. Debe señalarse que la última serie

de nombramientos de gobernadores de distritos se había llevado a cabo en julio de 1986, cuando fueron cambiados ocho gobernadores. Estos cambios incluían a distritos en los cuales estimamos que el régimen no estaba satisfecho con la actuación de los gobernadores salientes:

a. En ASIUT y BENI SUEF el régimen tropezó con dificultades debidas al robustecimiento de los factores islámicos. Los gobernadores anteriores se habían desempeñado en estos distritos durante un período relativamente corto: desde el verano de 1986. Los antecedentes de los gobernadores elegidos en ASIUT (un alto funcionario del aparato de seguridad en el Ministerio del Interior) y en BENI SUEF (un oficial de policía de alta graduación) indican el deseo del régimen de colocar al frente de estos distritos a figuras fuertes y diestras, capaces de afrontar con éxito el creciente poder de los elementos islámicos en dichos distritos, impidiendo choques entre éstos y los coptos en el ALTO EGIPTO.

b. El reemplazo de los gobernadores de SHARKIA y BEHERA, al parecer es resultado de lo que el régimen considera una falla en el desempeño de los mismos durante la campaña electoral para el Consejo del Pueblo (abril de 1987). Debe señalarse que en esos dos distritos el Partido Demócrata gobernante perdió 10 bancas en el Consejo del Pueblo.

En el sistema judicial

5. Fue designado un nuevo Presidente del Tribunal Constitucional Supremo, MAMDUH MUSTAFA HASSAN (su predecesor había fallecido tras un breve período en esas funciones). Este presto nombramiento, así como el reemplazo del ministro a cargo de la cartera de Justicia, reflejan la importancia que el régimen atribuye al refuerzo de las funciones judiciales oficiales, que en los últimos años se convirtieron en el punto vulnerable del establishment en su lucha con la oposición, cuando el régimen se vio obligado a defenderse repetidamente antes las instancias judiciales por las leyes y decretos con que limitaba la actividad de la oposición.

En el ejército

6. El 13 de octubre tuvieron lugar varias designaciones significativas en la cúpula del ejército. El Jefe del Estado Mayor, IBRAHIM GHARABI, concluyó sus funciones tras cuatro años y medio en ese cargo. En su lugar fue designado el Liwa SAFI ALDIN ABU SHANAF (ascendido al grado de Farik). Además, fue reemplazado el Comandante de la Marina, ALI

../4



8711894

TANTAWI GAD, que cumplió cuatro años en el cargo, nombrándose en su lugar a SHARIF ALSADEK. También fue sustituido el Comandante de Defensa Antiaérea; ABDEL KHALIL, por MUSTAFA SHADELI. Cabe señalar que el Comandante de Defensa Antiaérea saliente había ocupado ese cargo sólo durante un año y medio, y es posible que su relevo se haya debido al descontento del régimen por su desempeño.

Conclusión

7. En resumen, la entrada de MUBARAK a un segundo período presidencial le proporciona al régimen una buena oportunidad para refrescar las filas entre los titulares de cargos ejecutivos en los diversos aparatos y para reemplazar a aquéllos cuyo desempeño no era satisfactorio. Sin embargo, está claro que MUBARAK no tiene interés en provocar conmociones en las primeras filas del sistema gubernamental. Efectivamente, los cambios en el gobierno no comprendieron a los cargos clave. Se supone que sus titulares seguirán ocupándose de los temas tradicionalmente importantes, principalmente en el terreno interior -la puesta en práctica de reformas económicas graduales ya en los próximos meses- tratando de promover al sector productor y de frenar el extremismo religioso y el terrorismo.

Apéndice I

COMPOSICION DEL NUEVO GOBIERNO EGIPCIO

(13 de octubre de 1987)

1. Dr. ATIF MOHAMMED NAGIB SIDKI - Primer Ministro y también Ministro de Cooperación Internacional, Ministro de Asuntos de AL-AZHAR y Ministro de Gobiernos Municipales.

2. Mariscal de Campo MOHAMMED ABDEL HALIM ABU GHAZALA - Viceprimer Ministro y Ministro de Defensa e Industria Militar.

3. Dr. AHMED ESMAT ABDEL MEGUID - Viceprimer Ministro y Ministro de Relaciones Exteriores.

4. Dr. KAMAL AHMED AL-GANZOURI - Viceprimer Ministro y Ministro de Planificación.

5. Dr. YUSSEF AMIN WALLY - Viceprimer Ministro y Ministro de Agricultura y Mejoramiento de Tierras.

6. Dr. AMAL ABDEL RAHIM UTHMAN - Ministro de Seguro y Asuntos Sociales.

7. Ing. HASABALLAH MOHAMMED AL-KAFRAWI - Ministro de Vivienda, Servicios y Nuevas Comunidades.

8. Dr. BUTRUS BUTRUS GHALI - Ministro de Estado para Asuntos Exteriores.

9. Ing. SULEIMAN MITWALLI SULEIMAN - Ministro de Transportes, Comunicaciones y Transporte Marítimo.

10. Ing. MOHAMMED MAHER OSMAN ABAZA - Ministro de Electricidad y Energía.

11. Dr. Ing. GAMAL ALDIN ALSAYID IBRAHIM - Ministro de Estado para Industria Militar.

12. MOHAMMED ABDEL HAMID RADWAN - Ministro de Estado para Asuntos del Consejo del Pueblo y del Consejo Consultivo.

13. MOHAMMED SAFWAT AL-SHARIF - Ministro de Información.

14. Ing. ISAM ABDEL HAMID RADI - Ministro de Obras Públicas e Irrigación.

15. Ing. MOHAMMED MAHMUD ABDEL WAHAB - Ministro de Industria.

16. Químico ABDEL HADI MOHAMMED KANDIL - Ministro de Petróleo y Minería.

17. Dr. ATEF MOHAMMED EBEID - Ministro para Asuntos del Gabinete y Ministro de Estado para el Desarrollo Administrativo.

18. FUAD ABDEL LATIF SULTAN - Ministro de Turismo y Aviación Civil.

19. ZAKI MUSTAFA BADER - Ministro del Interior.

20. Dr. MOHAMMED JALAL ABU AL-DAHAB - Ministro de Abastecimiento y Comercio Interior.

21. Dr. AADEL ADDEL HAMID IZZ - Ministro de Estado para Asuntos de Investigación Científica.

22. DR. MOHAMMED RAGHIB DUWAYDAR - Ministro de Salud Pública.

23. Dr. YUSRI ALI MUSTAFA - Ministro de Economía y Comercio Exterior.

24. Dr. AHMED SALAMA MOHAMMED - Ministro de Asuntos del Consejo del Pueblo y del Consejo Consultivo.

25. Dr. AHMED FATHI SURUR - Ministro de Educación.

26. Dr. MOHAMMED AHMED AL-RAZAZ - Ministro de Finanzas.

27. Dr. MOHAMMED ALI MAHJUB - Ministro de Bienes Religiosos (Wakf).

28. ASIM ABDEL HAK SALIH - Ministro de Trabajo y Capacitación.

29. Consejero FARUK SEIF AL-NASIR - Ministro de Justicia. (Nuevo).

30. Dr. MAURICE MAKRAM ALLAH - Ministro de Estado para Cooperación Internacional. (Nuevo).

31. Dr. FUAD ISKANDER - Ministro de Estado para Asuntos de Emigración y Ciudadanos Egipcios en el Exterior. (Nuevo).

32. FARUK HUSNI - Ministro de Cultura. (Nuevo).

../7

Apéndice II

DATOS SOBRE LOS NUEVOS MINISTROS

1. FARUK SEIF AL-NASIR - Ministro de Justicia. Ex Presidente del Tribunal Constitucional Supremo. Reemplaza a MAMDUH ATTIYA.

2. FUAD ISKANDER - Ministro de Emigración. En 1976 había sido Director General de la Oficina del Ministro de Educación. Recientemente se desempeñó como Viceministro de Planeamiento y Cooperación Internacional. Reemplaza a ADLI ABDEL SHAHID.

3. FARUK HUSNI - Ministro de Cultura. Nacido en 1938. Es soltero. Graduado en la Facultad de Bellas Artes de la Universidad de ALEJANDRIA. En 1982 fue Agregado Cultural en la Embajada egipcia en ROMA. Reemplaza a AHMED AL-HEIKAL.

4. Dr. MAURIC MAKRAM ALLAH - Encabeza el nuevo Ministerio de Cooperación Internacional. Había sido Jefe del Departamento de Investigación y Planeamiento en las Naciones Unidas. Graduado en Economía en la Universidad de PARIS (19550. Fue catedrático en el Instituto de Planeamiento.

Apéndice III

GOBERNADORES DE DISTRITOS EN EGIPTO

(Octubre de 1987)

1. DAKHLA - SAAD MOHAMMED EL-SHARBINI.
2. EL CAIRO - YUSSEF SABRI ABU SALEB.
3. ISMAILIA - ABDEL MUNAM ABDEL HAMID GHAMARA.
4. MAR ROJO - YUSSEF AFIFI MOHAMMED.
5. MATRUH - MOHAMMED YUSRI MOHAMMED ALSHAMI.
6. KENA - ABDEL HALIM AL-SAIDI.
7. AL-GHARBIAH - FAKRI ABDEL HAMID MOHAMMED AHMED.
8. SOHAG - ALI IBRAHIM ALI MOHAMMED.
9. NORTE DE SINAI - MUNIR MOHAMMED AHMED SHASH.
10. KAFR AL-SHEIKH - NABIL MOHAMMED ALSID HALAWA.
11. AL-WADI AL-JEDID - MOHAMMED FARUK ALTALAWI.
12. ASUAN- KADRI OSMAN BADER.
13. DAMIETA - AHMED AHMED HAWILI.
14. ALEJANDRIA - ISMAIL AL-JUSEKI.
15. SUR DE SINAI - NUR ALDIN AFIFI.
16. PORT SAID - MOHAMMED SAMI MAHMUD KHAICHIR.
17. SUEZ - AHMED TAHSIN ALI SHANAN.
18. MINUFIAH - YAHYAH MOHAMMED HASSAN.
19. MINYIA - ABDEL TOAB AHMED RACHUAN.
20. GIZEH - MOHAMMED OMAR ABDEL AKHER. (Nuevo).
21. FAYUM - ABDEL RAHIM HASHEM SHAHATA. (Nuevo).
22. BAHARIYA - MOHAMMED AADEL AL-HAMI. (Nuevo).
23. BENI SUEF - MOHAMMED HUSEIN AHMED MADIN. (Nuevo).
24. AL-SHARKIAH - MOHAMMED AHMED SHERIF. (Nuevo).
25. ASIUT - MOHAMMED ABDEL HALIM MUSA. (Nuevo).
26. KALIUBIAH - ABDEL WAHAB SID AHMED. (Nuevo).

Apéndice IV

DATOS SOBRE LOS NUEVOS GOBERNADORES

1. Dr. ABDEL RAHIM HASHEM SHAHATA (Distrito de FAYUM) - Nacido en 1936, hizo su doctorado en genética en la Universidad de MINNESOTA en 1967. Hasta su designación para este cargo se había desempeñado como Director del Centro de Investigaciones Agrícolas y Presidente de la Comisión de Agricultura y Riego del Partido Demócrata en GIZEH.

2. MOHAMMED HUSEIN AHMED MADIN (Distrito de BENI SUEF) - Al parecer, había sido Director de Seguridad de la Policía en SHARKIAH.

3. MOHAMMED ABDEL HALIM MUSA (Distrito de ASIUT) - Nacido en 1930. Hasta su nombramiento como gobernador había sido ayudante del Ministro del Interior para asuntos especiales de seguridad, y jefe del programa de capacitación de policías en la Academia de la Policía.

4. Dr. MOHAMMED SID AHMED SHERIF (Distrito de SHARKIAH) - Nacido en 1931. Es cirujano, miembro del Consejo de Investigaciones Médicas en la Academia de Investigación Científica y catedrático de cirujía oncológica en la Universidad de EL CAIRO. Es miembro de la Secretaría General del Partido Demócrata.

5. Dr. MOHAMMED AADEL AL-HAMI (Distrito de BAHARIYA) - Obtuvo el título de Doctor en Contabilidad en la Universidad de ILLINOIS en 1965. Antes de ocupar su cargo actual había sido Vicepresidente de la Universidad de TANTA (ALTO EGIPTO), donde atendía asuntos de estudios superiores e investigaciones, También fue Decano de la Facultad de Comercio de la misma universidad (1981). Es miembro de la Comisión Económica del Partido Demócrata.

6. Dr. ABDEL WAHAB SID AHMED (Distrito de KALIUBIAH) - Nacido en 1938. Egresó de la Universidad de EL CAIRO como Doctor en Odontología. Hasta su designación actual había sido catedrático en la Facultad de Odontología en la Universidad de EL CAIRO y ayudante del Secretario del Partido Demócrata en GIZEH.

../10

7. MOHAMMED OMAR ABDEL AKHER (Distrito de GIZEH) - Su función anterior había sido la de Gobernador del Distrito de KALIUBIAH.



8711894

ARCHIVAR EN: Egipto (128)

TEMA: Irak decidió reanudar relaciones con Egipto.

PROCEDENCIA : Cairo 14/IX/87

ARCHIVADO EN: Irak (040)

8712515

01•01

# CARP. Nº 129

# NO EXISTE

# CARP. Nº 130

Nº 130/1

GABON

| | | |
|---|---|---|
| 130.-/ | GABON - | NO TIENE FACTOR |
| 2 | GAMBIA - | NO TIENE DOCUMENTO |
| 3 | CHANA ✓ | " " " |
| 4 | GUINEA - | " " " |
| 5 | GUINEA - BISSAU | " " " |
| 6 | GUINEA - ECUATORIAL | " " " |
| 7 | KENIA ✓ | NO TIENE FACTOR |
| 8 | LESOTHO. | " " " |
| 9 | LIBERIA. | " " " |
| 10 | LIBIA ✓ | " " " |
| 11 | LUANDA - | NO TIENE DOCUMENTO |

TOTAL 108 FOTOGRAMAS

ENTRE LOS Nº

- 8700159 -

GABON

130.

ON MONTEVIDEO, VIERNES 21 DE NOVIEMBRE DE 1986 La Mañana

Nexos

*También iría a Nigeria, Marruecos y Senegal*

# Canciller Iglesias visitará Gabón del 27 al 29 de enero

El Ministro de Relaciones Exteriores, Cr. Enrique Iglesias, visitará Gabón entre el 27 y 29 de enero del próximo año, de acuerdo con lo anticipado por fuentes diplomáticas.

Informaron también que existen posibilidades -aún a estudio y sin confirmar- que el Canciller viajará también a Nigeria, Marruecos, Senegal y Costa de Marfil.

Indicaron -asimismo- que funcionarios del Palacio Santos preparan en estos momentos documentos y material informativo sobre los países africanos.

## MISION URUGUAYA VIAJA A MALTA

Una misión comercial uruguaya viajará próximamente a la República de Malta, con la finalidad de iniciar contactos bilaterales. El próximo lunes arribará a la isla del Mediterráneo un enviado de la Cámara de Comercio Malta-Uruguay, con el propósito de organizar la futura visita.

Existen amplias posibilidades de cooperación económica entre ambos países, analizados durante la visita que efectuara en setiembre pasado la Presidenta de la República de Malta, Agatha Bárbara.

La colaboración podría concretarse en emprendimientos industriales conjuntos, a través de los cuales se procesarían en Malta productos uruguayos semielaborados para su exportación a terceros países de Europa y Africa.

Uruguay podría aprovechar las facilidades de Malta en materia de servicios para el armado, división, empacado y distribución de sus productos para la exportación a terceros países.

También nuestro país examina la posibilidad de intensificar los intercambios con Malta, cuando la visita de la Presidenta Agatha Bárbara se estudió una amplia gama en materia de carnes.

## SEMINARIO TALLER

Culminó en la víspera el Seminario-Taller organizado por la Oficina de Planeamiento y Presupuesto y la UNESCO, sobre la integración de la ciencia y la tecnología en la planificación del desarrollo en el Uruguay.

La reunión tuvo como objetivo reflejar los problemas más importantes que afectan actualmente a nuestro país, así como la pluralidad de estrategias y medidas de política económica, adoptadas por distintas naciones de América latina para enfrentar situaciones similares.

Durante su realización, participaron calificados técnicos en la materia, en cuatro conferencias que se llevaron a cabo en el Edificio "Libertad".

En la culminación, Roberto Martínez Nogueira, consultor de la OEA, disertó sobre "Mecanismos e instrumentos institucionales, legales, fiscales y financieros para el desarrollo científico y tecnológico".

## EXPERTO FRANCES

Un experto francés de la Unión Postal Universal, se encuentra en nuestro país, brindando asesoramiento sobre sistemas de control a aplicar en materia de procesamiento postal. Su presencia permitirá concretar una importante labor que repercutirá directamente en la eficiencia y seguridad de los servicios de la Dirección Nacional de Correos, con cuyo personal jerárquico mantiene frecuentes reuniones.

La gestión de Paul Bensusan se extenderá hasta mediados de diciembre próximo y culminará con un cursillo especial que será dictado a inspectores fiscales y personal de supervisión de Correos. Se considera que dicho cursillo redundará en beneficio de la eficacia del sistema postal vigente en el Uruguay, en el que aún es posible comprobar casos de violación [illegible] dida de correspondencia; aunque en este aspecto, se puede establecer que últimamente el organismo ha logrado que el índice de comprobación de este tipo de situaciones haya decrecido en forma por demás

El Canciller de la República, Coronel Enrique Iglesias.

01•01

8700159

CARP. 130 (2) AL (6)

NO TIENE DOCUMENTOS

# CARP. Nº 130

f/130/7

KENIA

ENTRE LOS Nºs

8704083-8710473

ARCHIVAR EN: Kenya (130)

TEMA: Kenya: Possible Restrictions on the Media.

PROCEDENCIA: Enlaces Sudafrica a/memo 27/5/87 Doc. 0756/87

ARCHIVADO EN: Enlaces Sudafrica (135)

01·01

8704083

ARCHIVAR EN: Kom 2 (130)

TEMA: Klm 14: Improves Relations with USSR.

PROCEDENCIA: Enlace Sudafrica - K/H/87 Dec 09%/87

ARCHIVADO EN: Enlace Sudafrica (135)

01·01

8705102

HR

ARCHIVAR EN: Kenia (130)

TEMA: KENYA: AJ TO THE ANC.

PROCEDENCIA: ENLACE Sudafricano 7/10/87 Doc. 1518/87

ARCHIVADO EN: ENLACE Sudafrica (135)

01·01 8708721

HR

ARCHIVAR EN: Kenya (130)

TEMA: Kenya Opposition Leader Tries Once Again to Obtain Membership of Kanu

PROCEDENCIA: Enlace Sudafricano 4/11/87 Doc 17-12/87

ARCHIVADO EN: Enlace Sudafrica (135)

8710473

01·01

# CARP. Nº 130

Nº 130/8 LESOTHO

ENTRE LOS Nºs

8707191-8710468

ARCHIVAR EN: LESOTHO (130)

TEMA: LESOTHO DIPLOMATIC RELATIONS WITH FM USSR dd 15/7/87 (B/0634)

PROCEDENCIA: Doc Nº 1217/B dd 18/8/87

ARCHIVADO EN: ENLACE INGLES

01·01 8707191

HP

ARCHIVAR EN: LESOTHO (130)

TEMA: LESOTHO CONCERN ABOUT STRIKES AT SOUTH AFRICAN MINES

PROCEDENCIA: ENLACE Sudafricano 30/10/87 sec. 1749/87

ARCHIVADO EN: ENLACE Sudafrica (135)

8710468

01-01

# CARP. Nº 131

Nº 130/9 LIBERIA

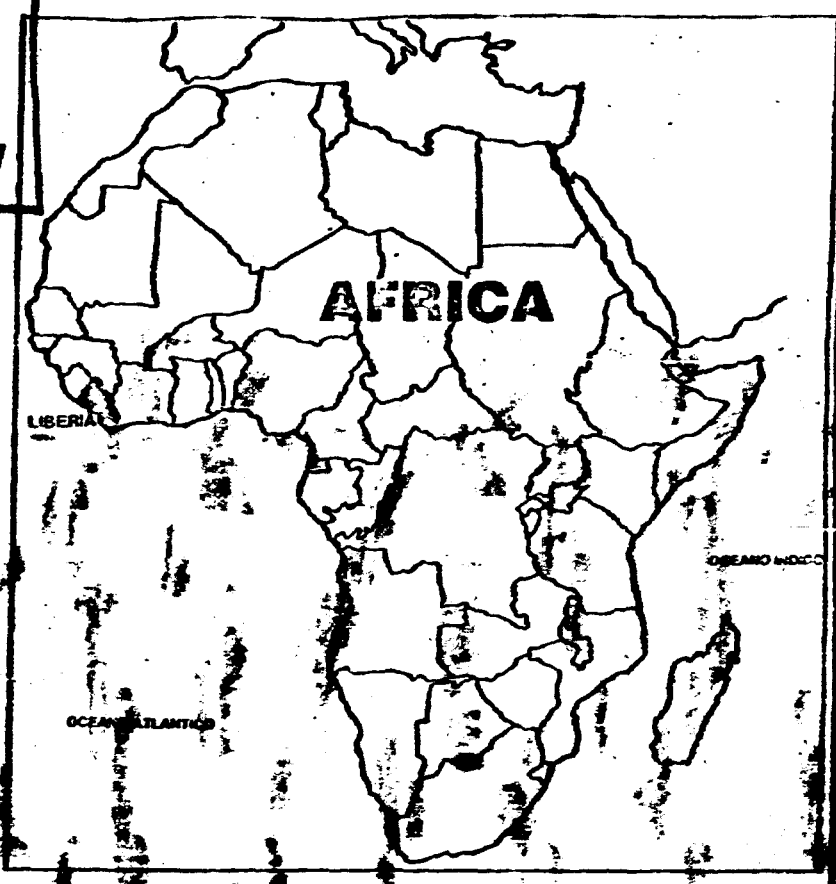
ENTRE LOS Nºs

8701142 - 8708717

130

LA HORA 11-1-87

# Liberia, cabeza de puente de EE.UU. en África



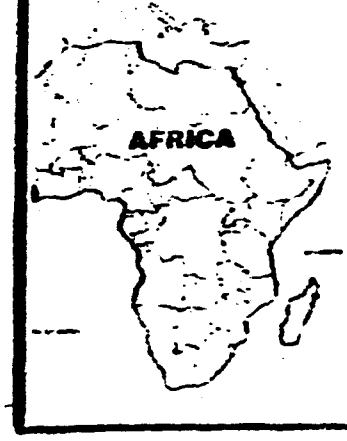

Por Marcos Panucci

Hacia fines de 1986 la política llevada adelante por el general Samuel Doe, presidente de Liberia, ha comenzado a sufrir nuevas exigencias por parte del imperialismo norteamericano interesado en profundizar su dominio neocolonial del país incrementando su presencia militar, lo que constituye un peligroso antecedente para ulteriores incursiones norteamericanas en Africa.

En 1987 Liberia será uno de los mayores beneficiarios de la "ayuda" norteamericana en toda el Africa y únicamente en materia de apoyo militar el país africano recibirá un 70 por ciento de aumento presupuestal. Simultáneamente se incrementará la presencia de asesores militares en las bases establecidas allí por EEUU, ya en 1942.

Paralelamente, la administración norteamericana, a través del secretario de Estado para asuntos africanos, Chester Crocker, el hombre de Reagan para el Africa, busca sustituir en el poder al general Doe por Robert Tubman, lo que a su vez constituye un esfuerzo por restaurar el poderío del clan oligárquico de los Tubman, que dominara el país durante largos años. La razón de tales maniobras norteamericanas son bien claras, si se tiene presente que el régimen de Doe ha alcanzado un nivel tal de corrupción y desprestigio, que su permanencia en el poder se torna inconveniente atendiendo especialmente a las movilizaciones de las fuerzas progresistas en aquel país contra el gobierno.

Ya en octubre de 1985, cuando Doe se vio forzado por la oposición a convocar a elecciones, levantando las proscripciones que pesaban sobre los partidos progresistas desde el golpe de estado que en 1980 lo llevara al poder, fue derrotado en ellas y sólo logró recapturar el gobierno merced a una serie de maniobras políticas apoyadas en las Fuerzas Armadas.




La presión norteamericana por asegurar en Liberia un gobierno enteramente fiel y aceptable en términos internacionales se aceleró en mayo de este año cuando Liberia contrató con el Banco Mundial, el FMI y la Comunidad Económica Europea (CEE), nuevos préstamos, colocando toda la economía liberiana como garantía de los mismos. A su vez, esas instituciones se hicieron cargo del Ministerio de Finanzas y del Banco Nacional de Liberia, quedando ambos bajo un estricto contralor extranjero; una virtual intervención financiera que coloca en manos de las instituciones internacionales de crédito la distribución de las inversiones, la recaudación de impuestos y la orientación del comercio exterior.

Para asegurar este virtual pasaje de Liberia a una relación de tipo crudamente colonial, Chester Crocker forzó a Doe a colocar a Tubman como Ministro de Finanzas. En un principio Doe resistió y Tubman obtuvo, apenas, el cargo de gobernador del Banco Nacional. Recientemente, sin embargo, Doe, cuya administración debe a EEUU unos 400 millones de dólares acumulados durante el período 1980-84, cedió y hoy Robert Tubman es el ministro de Finanzas de Liberia.

El diario "West Africa" calificó esto como "gran conspiración" y como resultado de la llamada política de "compromiso constructivo" de la administración Reagan en relación al Africa.

Liberia (111.369 Km2, 2.300.000 habitantes) es, desde sus orígenes como país, el más remoto antecedente de la penetración colonial norteamericana en Africa. El Estado fue el resultado de un fabuloso negocio concebido por los dirigentes de la "American Colonization Society", que en la época del presidente James Monroe (1821) compraron una parte de la antigua colonia británica de Sierra Leona para "repatriar" hacia esa zona africana, a los negros libertos antes de la guerra de secesión norteamericana. Los 20.000 ex-esclavos que viajaron a Liberia, cuya capital fue bautizada más tarde Monrovia, lo que hicieron fue desplazar y adueñarse de las tierras de los africanos que vivían en el país y aún hoy los descendientes de los colonos norteamericanos siguen poseyendo las principales propiedades del país, si bien la mayor riqueza de Liberia, el caucho, es propiedad exclusiva de las grandes transnacionales "Firestone" y "Goodrich", a las que en 1921 el gobierno liberiano otorgó una concesión por 99 años. Hoy, Liberia sigue siendo una de las principales cabezas de [illegible] estrategia norteamericana

01•01

142

ARCHIVAR EN: Libros (130)

TEMA: Libros: Approval of Legislation for the Creation of a Navy and Air Force.

PROCEDENCIA: Enlace Judíos 7/10 Doc. 1524/B

ARCHIVADO EN: Enlace Judíos (135)

01-01 8708717

# CARP. Nº 130

Nº 130/10 LIBIA

ENTRE LOS Nºs

8700166-8712047

ARCHIVAR EN: LIBIA (130)

TEMA: ONU Condenó agresión a Libia

PROCEDENCIA: Tel Sáb 21/11/86

ARCHIVADO EN: ONU

01-01

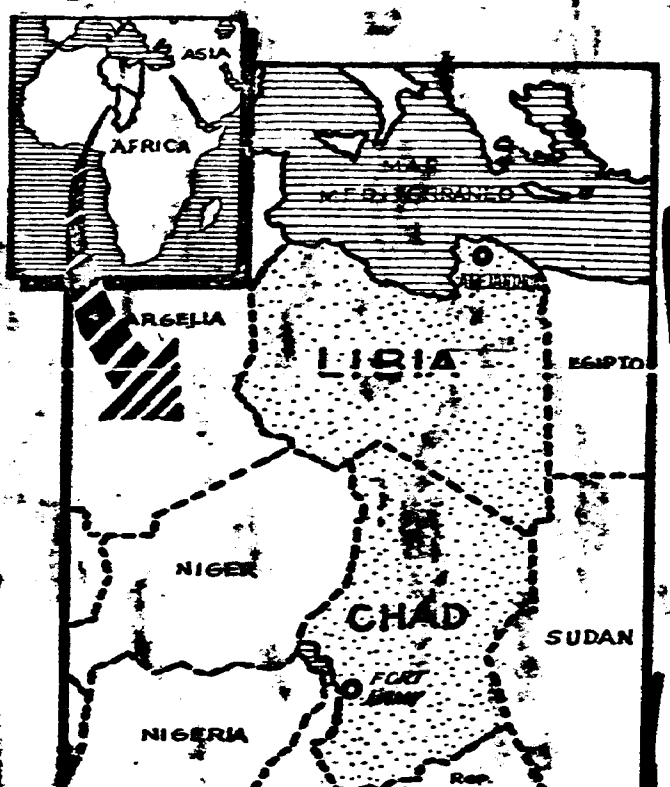
8700166

130.

PERU

No tiene efectivos en Chad

# Libia desmiente intervención




**PARIS. (EFE).- La Embajada libia en París desmintió, en un comunicado publicado ayer en la capital francesa, cualquier intervención de tropas libias en Chad.**

**"Libia no dispone de ninguna fuerza militar en Chad", indica el comunicado oficial, alegando que "no tienen fundamento" las supuestas informaciones facilitadas por agencias de prensa occidentales acerca de bombardeos libios en el Norte de Chad.**

**Por otra parte, el comunicado de la Embajada libia revela la existencia de consultas para determinar los nuevos líderes del GUNT (Gobierno de Unión Nacional de Transición de Chad), hasta ahora encabezado por el principal adversario del Presidente chadiano Hisen Habré, Gukuni Ueddei.**

**El texto señala que la Embajada ignora si Gukuni sigue siendo el líder, pero añade que la mayoría de los responsables han preferido unirse a otras tendencias.**

**El pasado domingo, uno de los responsables del GUNT anunció en París un acuerdo de alto el fuego entre las tropas de Gukuni Ueddei y las de Hisen Habré.**

**Ese acuerdo, de confirmarse, pondría fin a seis años de guerra entre las fuerzas del ex Presidente Ueddei, apoyado por los libios hasta hace poco, y las de Habre, hoy en día Presidente legítimo de Chad.**

**Ueddei y varios miembros del GUNT fueron recientemente detenidos por las autoridades libias en Tripoli.**

**Actualmente, el jefe del GUNT se encuentra en un hospital de la capital libia donde fue ingresado tras ser gravemente herido cuando intentaba oponerse a su detención.**

8700476

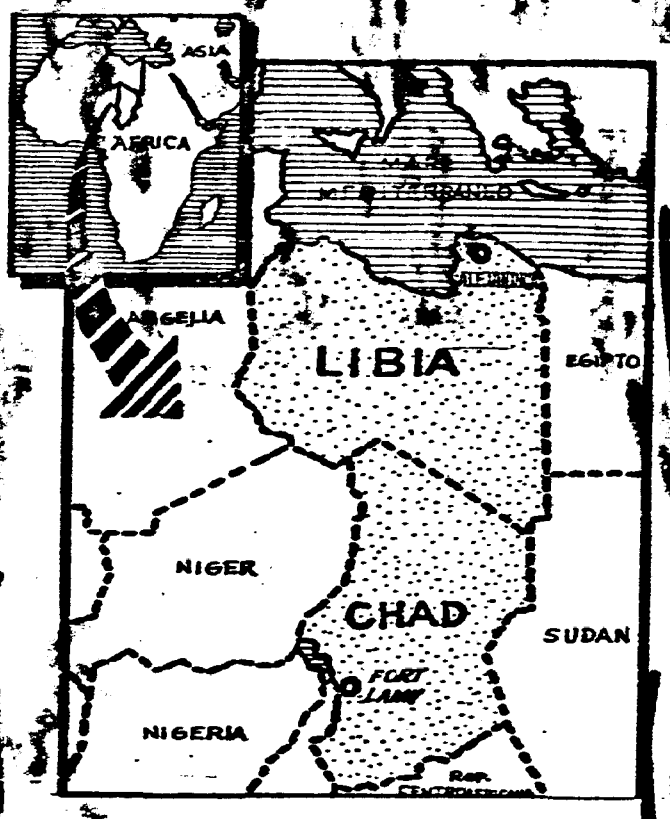
01·01

130.

PERU

No tiene efectivos en Chad

# Libia desmiente intervención




**PARIS. (EFE).- La Embajada libia en París desmintió, en un comunicado publicado ayer en la capital francesa, cualquier intervención de tropas libias en Chad.**

**"Libia no dispone de ninguna fuerza militar en Chad", indica el comunicado oficial, alegando que "no tienen fundamento" las supuestas informaciones facilitadas por agencias de prensa occidentales acerca de bombardeos libios en el Norte de Chad.**

**Por otra parte, el comunicado de la Embajada libia revela la existencia de consultas para determinar los nuevos líderes del GUNT (Gobierno de Unión Nacional de Transición de Chad), hasta ahora encabezado por el principal adversario del Presidente chadiano Hisen Habré, Gukuni Ueddei.**

**El texto señala que la Embajada ignora si Gukuni sigue siendo el líder, pero añade que la mayoría de los responsables han preferido unirse a otras tendencias.**

**El pasado domingo, uno de los responsables del GUNT anunció en París un acuerdo de alto el fuego entre las tropas de Gukuni Ueddei y las de Hisen Habré.**

**Ese acuerdo, de confirmarse, pondría fin a seis años de guerra entre las fuerzas del ex Presidente Ueddei, apoyado por los libios hasta hace poco, y las de Habre, hoy en día Presidente legítimo de Chad.**

**Ueddei y varios miembros del GUNT fueron recientemente detenidos por las autoridades libias en Trípoli.**

**Actualmente, el jefe del GUNT se encuentra en un hospital de la capital libia donde fue ingresado tras ser gravemente herido cuando intentaba oponerse a su detención.**

24 ENERO 1987

8700476

01·01

130

# Khadafy amenaza a Italia

PARIS, (ANSA) — Según un texto difundido por la Agencia Jana de un discurso de anoche del Coronel Mohamed Khadafy, éste dijo que Italia "es el enemigo número uno" de Libia y que Trípoli será "una base para la juventud y el pueblo italiano, para la liberación de Italia del predominio norteamericano".

De acuerdo con el despacho de Jana recibido en París, Khadafy que hablaba en ocasión de las celebraciones realizadas en la zona costera del Golfo de Sidra por el decimosexto aniversario de la expulsión de los italianos, amenazó con "lanzar contra Italia cualquier tipo de operaciones militares, en caso que las fuerzas estadounidenses tomasen el territorio italiano como punto de partida para una agresión contra Libia.

"Italia representa (para Libia) un peligro real, y constituye una base para el terrorismo norteamericano oficial (...) no obstante la buena disposición tomada por este país con respecto a la causa árabe, y no obstante el hecho que nosotros tenemos amigos a nivel oficial, el pueblo italiano es aprovechado por las instituciones capitalistas y por los Estados Unidos", dijo Khadafy. "Los italianos necesitan un nuevo Garibaldi para ser liberados de las bases norteamericanas y Libia será una base para la juventud y para el pueblo italiano, para la liberación de Italia del predominio norteamericano".

Khadafy dijo luego que "si Italia no adopta una posición positiva en relación con estas dos peligrosas cuestiones: transformación de su territorio en una base para una agresión norteamericana contra Libia, y rechazo de indemnizar a nuestro país, los libios deberán prepararse para tomar venganza".

El líder libio rindió homenaje a los gobiernos de Grecia, Malta y Austria definiendo buenas y sólidas las relaciones que mantienen con Trípoli y con los árabes en general. Añadió entonces: "nosotros tratamos prioritariamente con estos países, mientras que los otros Estados de Europa occidental continuarán para nosotros en la lista negra hasta tanto no reconsideren sus posiciones terroristas hacia el pueblo libio".

Finalmente Khadafy condenó, "en nombre de todos los pueblos que luchan contra el imperialismo, la próxima cumbre Reagan-Gorbachev, afirmando que está destinada al fracaso y que los pueblos amigos" de la URSS podrían pagar los platos rotos.

STELLA 9-10
U.N.
LIBIA

01·01

8700477

130.

EL DIA 13/12/86

EL MUNDO

# Kadafi ayuda a Suriname

LONDRES — El líder libio coronel Muamar Kadafi firmó un pacto de asistencia militar con el coronel Desi Bouterse, jefe del gobierno de Suriname, para ayudarlo a enfrentar la creciente gresión de grupos rebeldes según lo dijo ayer "The Times" en un despacho de Paramaribo, precisando que un centenar de soldados libios se encuentra desde hace varios días en Suriname.

Por su parte en Washington, el departamento de Estado acusó ayer al gobierno de Suriname de masacrar a su población nativa e instó al gobierno de Paramaribo a permitir la inspección internacional de la situación de las libertades individuales en ese país.

01·01

8700478

# Libia puso en alerta a sus tropas ante la tensión bélica en el Chad

*Mientras se aguardaba una definición del gobierno francés sobre el tipo de respuesta a dar ante los ataques libios contra las autoridades de Chad aliadas a París, Muamar Kadafi dirigió mensajes "urgentes" a la Unión Soviética y a Francia, así como una misiva personal al presidente argelino. El texto dirigido al Kremlin acusa a las "ambiciones imperialistas" por el conflicto desatado en el pequeño país africano. Imputaciones mutuas sobre refuerzos de efectivos libios y franceses en el área, en tanto aviones de Trípoli sobrevolaron todo el sur chadiano.*

Archivo 1986

Muamar Kadafi — Hissene Habre — François Mitterrand

N'DJAMENA y PARIS, 5 (UPI, AFP, ANSA y EFE). — El líder libio, coronel Muamar Kadafi, hizo llegar a la Unión Soviética un mensaje urgente dándole cuenta de "los intentos que se están realizando para [illegible] la paz en el continente africano, a causa de las ambiciones imperialistas", al tiempo que puso a sus tropas en estado de alerta, según informó hoy en Trípoli la agencia oficial [illegible].

El mensaje —relacionado con la situación bélica desatada en Chad entre las tropas del presidente Hissene Habre y [illegible] libios, y que amenazan con provocar una respuesta armada de Francia, aliada al gobierno chadiano— fue entregado al embajador del Kremlin en Libia por el ministerio del Exterior de este país.

En Moscú, el matutino oficial "Pravda" dijo que "la Unión Soviética condena la interferencia" en Chad de los imperialistas que ahondan la tragedia del país", y "aboga por el arreglo político de la situación por los propios chadianos", respaldando las gestiones a tal fin de la Organización por la Unidad Africana (OUA), "orientadas al restablecimiento de la paz en el país".

Libia también citó de urgencia al representante diplomático francés: el contenido del documento puesto en manos de este último no fue revelado.

El máximo dirigente libio dirigió además un mensaje personal al presidente argelino, Chadli Benyedid, que fue hecho llegar al canciller de Argelia, Ahmed Taleb Ibrahimi, por el emisario libio Ahmed [illegible].

Argelia sigue de cerca la evolución del conflicto en el Chad, que pareció agravarse por el sobrevuelo, anoche, de aviones libios sobre Aboche y Sarh, respectivamente a 250 y 750 kilómetros al sur del paralelo 16 —debajo del cual Francia no tolerará ninguna incursión armada adversa a Habre—, pero no se ha pronunciado oficialmente sobre el mismo.

Kadafi, quien simultáneamente ordenó el estado de alerta para las tropas libias de reserva, solo ha admitido una breve participación de su país en los violentos combates producidos en el norte de Chad durante las últimas cuatro semanas.

Asimismo tildó de "completamente falsas" las afirmaciones de que aviones libios MiG-23 bombardearon ayer la estratégica localidad de Um-Chaluba; la misma se encuentra a 40 kilómetros al sur del crucial paralelo. Libia también fue acusada de bombardeos contra la población de Arada, 90 kilómetros al sur de la misma "línea roja", establecida en 1983 cuando fuerzas francesas y chadianas detuvieron una ofensiva insurgente apuntalada por Libia.

◆ **¿Prudencia francesa?**

En la capital de Chad la secretaría de Información afirmó hoy que Libia concentró "numerosas escuadrillas aéreas" en el norte del país, en tanto que Francia debía decidir hoy "las medidas apropiadas" —según las definió en la víspera el vocero gubernamental Alain Juppe— a raíz de los bombardeos libios al sur del paralelo.

Un vocero de esa secretaría chadiana precisó que aviones MiG-23, Tupolev-22, Soukoi y helicópteros de combate llegaron principalmente a diversas bases libias; algunas de ellas en el norte de Chad, como Ouadal-Doum y Aouzu (próxima a Tibesti, anexada por Libia en 1973) y otras como Maaten-Sarra, en territorio libio.

En París, un vocero del ministerio de Defensa explicó que el gobierno francés [illegible] que [illegible] los últimos ataques libios en Chad constituyen [illegible] voluntad de agravar el conflicto o [illegible] para que Trípoli pueda [illegible] la cara tras haber perdido el [illegible] la estratégica ciudad oasis de Fada, reconquistada por los efectivos leales al presidente Habre.

Otro portavoz oficial aseveró que [illegible] de [illegible] el conflicto", [illegible] que no hay [illegible] de llevar a cabo una represalia militar "inmediata" contra las tropas y ataques de Kadafi.

Sin embargo, los observadores hicieron notar que los sobrevuelos sobre Sarh y Aboche implican que los aparatos libios volaron sobre todo el territorio de Chad, llegando casi al límite con la República Centroafricana.

No obstante las renovadas presiones sobre Francia, a las que se sumó inclusive el prestigioso diario "Le Monde", que reclamó una "respuesta masiva" a las acciones libias (ver nota aparte), los informantes señalaron que París —cuidadoso de sus vínculos con el mundo árabe— difícilmente vaya más allá de efectuar un ataque "de advertencia" al norte del paralelo.

Pero Radio Trípoli, en versión de la que se hizo eco "Pravda", aseguró hoy que el alto mando militar francés envió nuevos refuerzos aéreos a Chad desde Zaire.

## ALARMA DEL DIARIO "LE MONDE"

# "Salvar el honor"

PARIS, 5 (De "Le Monde" especial para Clarín). — La afrenta que le infligió al gobierno francés el coronel Muamar Kadafi es grave. Al bombardear la localidad de Arada en una zona teóricamente protegida por el "paraguas" del dispositivo militar Epervier, el jefe del estado libio intentó —y logró— dar una respuesta en forma de provocación, luego de los reveses sufridos por sus tropas en el norte del Chad.

Por segunda vez —se recordará que en febrero del año pasado un Tupolev libio había arrojado "tranquilamente" bombas en el aeropuerto de N'Djamena— Libia trata con desprecio el despliegue de fuerzas del ejército francés.

Pero lo más sorprendente no es la escalada del presidente libio sino la aparente incapacidad del gobierno francés para aprender las lecciones del pasado, es decir, interpretar un poco mejor la personalidad y la psicología de este jefe de Estado atípico.

El engañoso encuentro en Creta entre el presidente libio y François Mitterrand, el precedente del bombardeo a la pista de N'Djmena y, sobre todo, la derrota de las tropas libias en Zuar y Fada, ¿no debería haber conducido a un estado de alerta máxima en las fuerzas francesas que se encuentran en el Chad?

Si nos atenemos a la versión que presentaron los militares franceses, según la cual el radar de Mussoro había detectado perfectamente a los MiG libios, ¿cómo no cuestionarse la eficacia de un dispositivo tan grande y costoso?

◆ **Respuesta "automática"**

París no tiene otra solución —lo hecho hecho está— que reparar la situación, esto es, lanzar una respuesta, ya que ésta siempre fue presentada como automática —si las tropas libias atravesaban el paralelo 16.

Esta respuesta deberá ser, necesariamente, masiva. Porque, por un lado, Francia debe salvar su honor, pero también porque un nuevo bombardeo de una base libia por parte de los Jaguar no asestaría un golpe duradero a las tropas del coronel Kadafi.

Luego del ataque lanzado en febrero contra la pista de Ouddi-Doum, a Trípoli le bastaron unos pocos meses para volver a colocar de pie la base. Por último, también está en juego la credibilidad del ejército francés, no solo frente al gobierno de N'Djamena sino ante los aliados de Francia en Africa.

París, cuya actitud hasta ahora fue eludir una confrontación directa con Trípoli, deberá ahora optar por una "respuesta gradual".

No cabe duda que el mal menor sería volver al statu quo anterior, es decir, mantener una suerte de línea roja ficticia a la altura del paralelo 16. Libios y chadianos se enfrentarían en la única parte norte del Chad y Francia se limitaría al apoyo logístico del ejército de N'Djamena. Esta situación es, sin embargo, bastante frágil luego de la reconquista del Norte.

Embriagados por sus éxitos en Tibesti y Enedi, las fuerzas chadianas se preparan para la reconquista de Faya-Largeau. Pero París arrastrado en un conflicto que se ha modificado, no podrá contentarse —eternamente— con medidas a medias.

# Muamar Kadafi da consejos de "prudencia" a Francia

PARIS, 5 (EFE). — El coronel Muamar Kadafi cifró en "unos cuantos centenares" el número de soldados libios presentes en el Chad, aconsejó a Francia no emprender "aventuras" allí y negó que el ex presidente chadiano Gukuni Veddei sea su prisionero.

En una entrevista publicada hoy por el diario izquierdista francés "Liberation", el líder libio desmintió "absolutamente" que Veddei se haya aliado a su sucesor en el cargo, Hissene Habre, tal como lo han afirmado los seguidores de Veddei en París.

"Cuando se anunció que Veddei había sido hecho prisionero —lo que es mentira—, sus hombres secuestraron a veinte técnicos libios que cooperaban con el GUNT (Gobierno de Unidad Nacional Chadiano, opuesto al presidente Habre) "por lo que enviamos a una unidad para rodear el lugar en que podían hallarse detenidos", dijo Kadafi.

Estimó en "unos cuantos centenares" el número de soldados componentes de dicha unidad, "única presencia libia" —según él— en suelo chadiano, y "argumento utilizado por el imperialismo francés y norteamericano" para acudir en ayuda de Habre.

Con respecto al encarcelamiento de Veddei, Kadafi afirmó que a raíz de esas supuestas disensiones en el GUNT "tememos por su seguridad y lo situamos en una residencia vigilada con una guardia libia, y no chadiana, para evitar cualquier riesgo, pero puede ver a gente y comunicarse con Tibesti (norte del Chad) o con París".

"El problema con Veddei es que no reconoce al gobierno de Acheij Ibn Omar (nuevo hombre fuerte anti-Habre, apoyado por Libia), pero es mi amigo y se lo considera un libio", dijo.

Preguntado sobre los problemas internos chadianos, indicó que "desgraciadamente parece que es una realidad" la imposibilidad de un gobierno central en el Chad, a causa de "las divergencias entre las diferentes tribus y regiones que forman ese país".

"Francia debería ocuparse por ello de sus problemas internos, en lugar de emprender aventuras", apuntó Kadafi, aludiendo sarcásticamente a la huelga de ferroviarios entre el presidente socialista François Mitterrand y el premier conservador Jacques Chirac.

"Convinimos en que Libia tendría derecho a volver al Chad si lo hicieran otras fuerzas. El regreso de las tropas francesas, nos da automáticamente el derecho a regresar", enfatizó.

8701086

STELCA

01-01

130

STELP



# Desafío de Gadafi a Francia: Aviones Libios Bombardearon Chad al Sur del Paralelo 16

PARIS, 4 (nota sobre fuentes EFE y ANSA).— Aviones libios bombardearon hoy dos localidades chadianas situadas al sur del paralelo 16, que divide al país en dos zonas, una al norte controlada por Libia, y otra al sur en poder de las fuerzas gubernamentales de Chad. El primer ataque tuvo como objetivo la ciudad de Aouda, población del este del país situada a unos 30 kilómetros al sur del paralelo 16, y el segundo, llevado a cabo horas después, la localidad de Um-Chaluba-Kelait, a poca distancia de la línea divisoria.

El ministerio francés de Defensa confirmó el ataque sobre Aouda e indicó que fue llevado a cabo por cuatro aviones Mig-23, de fabricación soviética, de la Fuerza Aérea de Libia.

Por su parte, el embajador de Chad en París, Allam Mi Ajmat, informó del bombardeo de Um-Chaluba-Kelait, importante base de las Fuerzas Armadas Nacionales Chadianas.

Los ataques de hoy son los primeros que las fuerzas aéreas libias lanzan al sur del paralelo 16 desde el bombardeo del aeropuerto de la capital chadiana, Yamena, en febrero de 1986.

Tras el ataque al aeropuerto, Francia puso en marcha en el sur de Chad el dispositivo "Gavilán", dotado de baterías antiaéreas, radares y aviones Jaguar y Mirage F-1, con el fin de impedir que los aviones enemigos pasaran el paralelo 16.

Los dirigentes franceses han señalado en repetidas ocasiones que su país no intervendrá contra Libia al norte de esa línea divisoria, pero sí cuando se registre cualquier acción libia al sur del paralelo 16.

**DESAFIO DE GADAFI**

Fue un abierto desafío de Trípoli a París, cuatro "Migs" libios bombardearon la ciudad chadiana de Arada, límite simbólico dentro del cual puede entrar en vigor el dispositivo de defensa francesa en apoyo al gobierno del Chad.

Un acuerdo existente entre el gobierno central del Chad presidido por Hissene Habre y el gobierno francés prevé la intervención de Francia en apoyo del Chad frente a cualquier agresión al territorio nacional que ocurra al sur del paralelo 16.

Los ataques libios contra Arada y Um-Chaluba-Kelait siguen a la toma por parte de fuerzas gubernamentales chadianas de las ciudades de Fada (nordeste del país) y Zuar (noroeste), según informó Radio Chad, captada en París.

Según el gobierno de Yamena, 748 soldados libios murieron y 81 fueron hechos prisioneros el viernes pasado durante la captura de Fada, en poder de las fuerzas libias desde hacía tres años, por las tropas gubernamentales.

En Fada, situada a 760 kilómetros al nordeste de Yamena, las fuerzas gubernamentales destruyeron, según Radio Chad, 92 carros de combate libios, un helicóptero de combate y grandes cantidades de otros equipos bélicos, además de capturar seis aviones de fabricación italiana.

Radio Chad informó también de que las fuerzas gubernamentales han recuperado el palmeral de Zuar, en la región montañosa del Tibesti, noroeste del país, después de cinco días de intensos combates con los libios.

Las bajas chadianas en los combates en Fada y Zuar se elevaron a 18 muertos y 54 heridos, según la misma fuente.

Francia decidirá "en los próximos horas las medidas apropiadas" para apoyar al gobierno de Yamena tras el bombardeo libio de dos localidades chadianas situadas al sur del paralelo 16, anunció el portavoz del gobierno francés.

En unas declaraciones transmitidas por la emisora francesa Europe 1, Juppe recordó que Francia ha brindado "su ayuda logística, financiera y material al gobierno chadiano".

"Francia mantendrá sus compromisos y tomará las decisiones apropiadas para apoyar al gobierno chadiano", afirmó el portavoz, que precisó que "la naturaleza de esas medidas será determinada en las próximas horas por las autoridades competentes".



8701139

Libio

# Líder libio citó a embajadores

**PARIS. — El ministerio del Exterior libio citó en Trípoli a los embajadores de Francia y la Unión Soviética para pasar mensajes urgentes a sus gobiernos.**

**La decisión sigue a informes, parcialmente confirmados por el ministerio de Defensa francés, que Libia bombardeó dos enclaves en la región del sur de Chad que están bajo protección francesa.**

**La agencia noticiosa "Linia Jama", dijo que Trípoli le había pedido al embajador soviético "pasar un mensaje urgente al Kremlin a causa de los intentos que se están realizando por sacrificar la paz en el continente africano a causa de las ambiciones imperialistas".**

**El líder libio Moammar Kadafy, quien sólo ha admitido una breve participación de su país en los violentos combates al norte de Chad de las últimas cuatro semanas, ordenó el estado de alerta para las tropas de la reserva libia.**

**Informes de prensa franceses dijeron que también el embajador de Francia en Trípoli fue citado a la cancillería para recibir un mensaje dirigido a su gobierno. No se supo el contenido del mensaje.**

**Funcionarios del ministerio de Defensa francés se reunieron hoy para estudiar la mejor respuesta al ataque de cuatro Migs 23 libios durante el fin de semana**

RERLN

EL DIA 06-1-87



8701140

# LIBIA EN APRIETOS

Después de experimentar el discutible —pero no por ello inmerecido— castigo por parte de los aviones norteamericanos en abril del año pasado, Muammar Ghadafi se debate entre dos extremos: sus ansias de vengarse de Washington y la necesidad de mantener su declinante poder, disputado por su ex-colaborador, Abdel Moneim Huni desde El Cairo.

En el primer aspecto, el dictador libio sabe muy bien que la mejor manera de combatir a los Estados Unidos es en su propio terreno, y por ello no escatima esfuerzos para prestar el máximo de asistencia posible a cuanto movimiento terrorista y subversivo puede encontrar en las Américas —particularmente en el Caribe, donde incipientes democracias resultan presas relativamente fáciles para una acción coordinada bajo la batuta de Moscú. Un reciente informe revela que veinte grupos y movimientos caribeños mantienen una relación permanente con Libia, contando con el apoyo de las Oficinas del Pueblo que Ghadafi ha instalado en Cuba, Nicaragua, Argentina, Brasil y Surinam. En ocho países del Caribe, estos grupos reciben asistencia financiera directa de Trípoli. La escalada libia ya ha provocado disidencias y problemas internos, como la protesta formulada por Fidel Castro ante el Kremlin, entendiendo que Ghadafi se está entrometiendo en una zona —el Caribe— que cae bajo su exclusiva jurisdicción.

Para conciliar su beligerancia con las fisuras existentes en el frente interno, Ghadafi envió varios mensajes a El Cairo después de los bombardeos de abril, rogándole a Huni —distinguido militar que lo ayudó a encaramarse en el poder en 1969— que volviera a Trípoli para ocupar un puesto en el Consejo Militar. Pero el ex-Vicepresidente, Ministro del Interior y Jefe de Inteligencia, que llegó a ser el Nº 3 en la jerarquía de su país, hasta separarse en 1975 disgustado por la corrupción del régimen y la persecución desatada contra los disidentes, le dijo que no. Más aún, tras apreciar la inestabilidad emocional y política de Ghadafi, Huni creyó oportuno fundar un Comité Libio para la Salvación Nacional, y, desafiando abiertamente al dictador, hizo un llamado a sus antiguos compañeros de armas en Libia para derrocarlo. Esta posibilidad quizá sea remota, pero puede ser otro freno para la belicosidad de Ghadafi.

El País 04-1-87



8701141

130

**S E C R E T O**

22 de diciembre de 1986

Informe Nº: 6662

LIBIA

Asunto: Mecanismos de Inteligencia y Operaciones que intervienen en el terror estatal libio

Generalidades

1. Durante la última década, LIBIA intervino en una vasta actividad en el campo del terror estatal que se manifestó en tres planos principales:

a. La promoción, el planeamiento y la ejecución de atentados terroristas libios contra diversos objetivos (opositores al régimen y objetivos occidentales).

b. Prestó ayuda y alentó atentados realizados por organizaciones terroristas palestinas.

c. Desarrolló una actividad subversiva contra países en diversos lugares del mundo (mediante el contrabando de armas, el aporte de financiación y los vínculos mantenidos con organizaciones terroristas y organizaciones de liberación nacional, el entrenamiento de cuadros de las mismas en bases militares libias, etc.).

2. La actividad libia en estos terrenos fue puesta en práctica y manejada por varios mecanismos de Inteligencia y de Operaciones con una infraestructura en LIBIA y en todo el mundo. También en el presente estos mecanismos siguen interviniendo en este tipo de actividades, y por lo tanto es importante conocer su naturaleza, así como los métodos que emplean.

3. Véase a continuación un resumen de la información de que disponemos sobre el tema. Debido a los frecuentes cambios que se produjeron en los últimos años en la Comunidad de Inteligencia libia, es posible que la información no sea completa.

4. El objetivo nacional más importante de todas las reparticiones gubernamentales libias es la defensa del régimen de KADHAFI. Todas ellas invierten un incesante esfuerzo en la detección de amenazas interiores y exteriores, luchando contra las mismas incluso mediante el arma del terror. El Consejo de Seguridad Nacional, conducido por KADHAFI, domina la actividad de los mecanismos de Inteligencia y Seguridad. El Consejo está compuesto por el Primer

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE
SERVICIO DE MEDIOS DE AGENCIA
DEPARTAMENTO DE EXTERIOR
Fecha de entrada 2.02.87
Fecha de salida
Pasa a Jefe/Aud/archivo
N. de Clasificación 0236/87

Ministro, el Ministro de Defensa y el Jefe de la Oficina de Relaciones Exteriores, así como por los Jefes de todos los Servicios de Inteligencia. El Consejo se ocupa de todos los problemas de seguridad a nivel nacional y asesora a KADHAFI en estos temas. En la práctica, dado el vínculo directo de los Jefes de los Servicios con KADHAFI, el Consejo se encuentra neutralizado en cierta medida. Hasta 1984 el Consejo había estado encabezado por YUNES BELKASSEM; actualmente -al parecer- se encuentra a su frente IBRAHIM BISHARI.

Los Comités Revolucionarios

5. Los Comités Revolucionarios, a cargo de JALLOUD, constituyen la base de apoyo y de dominio de KADHAFI. La fuerza de los mismos deriva de vínculos directos con KADHAFI y constituyen un cuerpo superior poderoso que controla a todos los aparatos de LIBIA: de Inteligencia, militares y administrativos, incluso a los Ministerios. Los jefes de todos los mecanismos de LIBIA son miembros de los Comités Revolucionarios. Pese a que por definición los Comités Revolucionarios no son un organismo de Inteligencia, los mismos supervisan todas las actividades de Inteligencia libias.

6. En el marco de los Comités Revolucionarios existen varias dependencias:

a. La Oficina de Enlace de los Comités Revolucionarios - es responsable del enlace con los Comités Revolucionarios en LIBIA y en el exterior, así como de la orientación de la actividad de los mismos. Esta Oficina interviene también en el terror en el exterior contra opositores al régimen y en las relaciones con organizaciones terroristas palestinas y extranjeras. En su jefatura de TRIPOLI, la Oficina de Enlace coordina su actividad con el Servicio de Seguridad de la República.

b. Departamento (Oficina) de Operaciones de los Comités Revolucionarios - desempeña un papel principal y sumamente importante en el campo del terror y de la ayuda a la actividad terrorista árabe. Además, se ocupa de centralizar el trabajo de los Comités Revolucionarios en el exterior, en el terreno operacional.

c. Centro de Operaciones de los Comités Revolucionarios en el Area Exterior - en cada país extranjero donde existe una comunidad libia o una Oficina Popular (Embajada) libia, funciona un Centro con este nombre. Al parecer, el mismo actúa en el marco de la Oficina Popular (Embajada) y se ocupa de crear células revolucionarias en cada uno de dichos países (integradas por libios que estudian y/o trabajan allá), de instruir y capacitar a sus miembros (proporcionándoles incluso entrenamiento militar en LIBIA) y de utilizarlos en misiones de

propaganda, compilación de Inteligencia Operacional y atentados.

7. La infraestructura operacional utilizada por los Comités Revolucionarios en el exterior actúa en parte bajo cubierta diplomática y en parte bajo cubierta civil (comercial, periodística, etc.).

Servicio de Seguridad de la República / Servicio de Seguridad Exterior

8. No es clara la relación entre el Servicio de Seguridad de la República y el Servicio de Seguridad Exterior. Es posible que se trate de un solo organismo con dos nombres, o que el Servicio de Seguridad Exterior esté subordinado al Servicio de Seguridad de la República y constituya un departamento o una sección del mismo. Estimamos más probable la segunda posibilidad.

9. Los terrenos a su cargo son los siguientes:

a. La manipulación de filiales de Inteligencia en el exterior en el marco de las Oficinas Populares.

b. El manejo de una infraestructura de Inteligencia y Operacional en el exterior.

c. La protección de la actividad libia en el exterior.

d. Compilación de información sobre la actividad de países u organizaciones extranjeros contra LIBIA.

e. Desbaratar el espionaje contra LIBIA.

f. Desbaratar la actividad subversiva de opositores al régimen libio.

g. Compilación de Inteligencia Operacional y ayuda logística en atentados.

h. Planeamiento y realización de atentados.

10. Estructura y organización - Se conocen varias dependencias subordinadas al Servicio de Seguridad de la República:

a. El Comité Popular de Seguridad Exterior - a cargo de IBRAHIM BISHARI (quien también se encuentra al frente del Servicio de Seguridad de la República y al parecer encabeza igualmente el Consejo de Seguridad Nacional).

b. El Servicio Secreto - la naturaleza de este factor no es clara. Es posible que se derive al mismo la I.O. sobre elementos hostiles a LIBIA, compilada por las filiales que se encuentran en las representaciones libias en el exterior.

c. El Departamento de Compilación - al parecer subordinado al Servicio

de Seguridad de la República. Una de sus funciones es autorizar la concesión de documentos/pasaportes/visaciones a ciudadanos libios y a árabes en general.

d. El Organismo de Seguridad de Aviones - al parecer depende del Servicio de Seguridad Exterior y está a cargo de la protección de los aviones de la compañía aérea libia y de las instalaciones de esta última en el exterior.

11. Las figuras principales en el Servicio de Seguridad Exterior son las siguientes:

a. IBRAHIM BISHARI - Jefe del Servicio. Su predecesor en el cargo había sido YUNES BELKASSEM.

b. ABDALLAH SANUSI.

c. ABDEL SALAM ZADMA - Este y SANUSI son las dos figuras centrales del Servicio y de hecho el dominio del mismo se encuentra en manos de ambos. Si bien oficialmente ZADMA está subordinado a BISHARI, tiene suficiente poder para hacer todo lo que se le antoja, para lo cual recibe el respaldo personal de KADHAFI.

d. SAID RASHID.

e. ABDEL RAHMAN SHAIBI - En el pasado había sido Jefe del Servicio. Actualmente desempeña en el mismo un papel inferior y marginal.

12. El Servicio de Seguridad Exterior es sumamente activo en el extranjero, en los terrenos de compilación de I.O., operaciones, atentados, relaciones con organizaciones foráneas, preparación de infraestructura logística y operacional, basándose para ello en las filiales de Inteligencia (los Centros de Operaciones de los Comités Revolucionarios) en el marco de las Oficinas Populares (Embajadas) y en una infraestructura de Inteligencia bajo cubierta civil, como ser: compañías comerciales, organizaciones religiosas y culturales, la compañía aérea libia, etc.

Dirección de Inteligencia Militar

13. Esta Dirección es el aparato de Inteligencia más grande de LIBIA: militan en ella alrededor de 15.000 oficiales y soldados. Al frente de la misma se encuentra KHAWAILDI AL-HAMIDI (una información aislada que aún no ha sido verificada establece que éste encabeza todos los mecanismos de Inteligencia y Seguridad de LIBIA).

14. Las funciones y los temas a su cargo son:

a. Compilación de Inteligencia positiva sobre países enemigos y adversarios (EGIPTO, CHAD, otros países de Africa, ESTADOS UNIDOS, etc.).

b. Control y seguridad interna en el ejército.

c. Adquisiciones de equipo de Inteligencia y militar en el exterior.

d. Relaciones con Servicios de Inteligencia militares extranjeros (UNION SOVIETICA, SIRIA).

e. Relaciones y ayuda a organizaciones terroristas (entrenamiento, medios de combate, etc.).

f. Intervención en actividades terroristas en el exterior.

15. La Dirección de Inteligencia Militar está presente en todas las Oficinas Populares libias importantes en el exterior, así como en las Agregadurías Militares. Las misiones que cumple son las siguientes:

a. Compilación de información sobre el país donde funciona, así como sobre su ejército.

b. Compilación de I.O. sobre opositores al régimen que se encuentran en el exterior.

c. Control de militares libios que asisten a cursos en el exterior.

d. Presta ayuda en el contacto y enlace con movimientos de liberación nacional y organizaciones terroristas extranjeras, así como en el entrenamiento de cuadros de dichas organizaciones.

Servicio de Inteligencia General / Investigaciones Generales

16. A través de la información existente es difícil establecer si estos dos mecanismos constituyen un solo cuerpo que tiene dos nombres o si efectivamente se trata de dos factores separados. Se tiende a estimar que se trata de un solo organismo.

17. El Servicio de Inteligencia General es el principal servicio de seguridad interior, si bien actúa también en el exterior, especialmente en el terreno de Contrainteligencia. Los temas principales a su cargo son:

a. Control de extranjeros en LIBIA (representaciones diplomáticas, compañías).

b. Control de la población en LIBIA (actividad política o cualquier otra actividad relacionada con el tema de seguridad interior).

c. Desbaratar la subversión extranjera contra LIBIA.

d. Compilación de información en el extranjero sobre temas vinculados

con la seguridad del régimen.

18. La jefatura de este Servicio se encuentra en TRIPOLI, y sus oficinas/ filiales están diseminadas en todas las ciudades y aldeas de LIBIA.

19. Además del control de la población civil de LIBIA, el Servicio se ocupa del seguimiento de extranjeros incluso mediante operaciones de Inteligencia (utilizando agentes y medios técnicos) contra extranjeros que se encuentran en LIBIA.

20. Existe información sobre la actividad de este Servicio también en el exterior.

21. El aparato de Investigaciones Generales se ocupa también de desbaratar actividad delictiva (tráfico de drogas, de bebidas alcohólicas, mercado negro, etc.). En las comisarías hay representantes suyos que se ocupan del control de estos temas.

22. Este aparato está subordinado al Comité Popular de Asuntos Interiores.

Servicio de Seguridad de la Revolución

23. Hasta tanto se sabe, este organismo fue creado en 1976, y al parecer depende del Servicio de Inteligencia General (responsable de la seguridad interior). El mismo está destinado a seguir e investigar a miembros de la oposición. Su actividad se lleva a cabo también en el exterior, a través del mecanismo de Seguridad Exterior y en colaboración con éste.

Batallones de Seguridad de la Guardia Presidencial

24. Comandados por HALIFA HANISH, estos Batallones están encargados de la protección de KADHAFI mediante su guardia personal.

25. HALIFA HANISH y los Batallones de Seguridad gozan de una posición fuerte y una amplia influencia, que se robustecieron tras los ataques norteamericanos contra LIBIA. Se informó que HANISH es el único que está al tanto del lugar donde se encuentra KADHAFI.

El Centro Mundial Antiimperialista

26. Este Centro fue creado en TRIPOLI, en agosto de 1986. El mismo actúa bajo los auspicios de los Comités Revolucionarios y al parecer a su frente se encuentra MUSSA KUSA, uno de los hombres allegados a KADHAFI. Hasta tanto se sabe, la dirección para comunicarse con el mismo es: Casilla de Correo 2858, TRIPOLI, LIBIA. Teléfono: 33400, 38438 y 37792.

27. El Centro está encargado de mantener y cultivar relaciones con organizaciones terroristas y de liberación nacional de América Latina, Africa, Sudeste de Asia y del Cercano Oriente.

27. El Centro se ocupa de organizar congresos en LIBIA, a los que asisten representantes de organizaciones de todo el mundo. También organiza campamentos de entrenamiento militar y adoctrinamiento en LIBIA, en los cuales los ejercicios militares son dirigidos en la práctica por el Servicio de Inteligencia Militar. El Centro atiende también aspectos de ayuda financiera y documentación destinados a organizaciones extranjeras.

130



# Desafío de Gadafi a Francia: Aviones Libios Bombardearon Chad al Sur del Paralelo 16

**PARIS, 4 (nota sobre fuentes EFE y ANSA).— Aviones libios bombardearon hoy dos localidades chadianas situadas al sur del paralelo 16, que divide el país en dos zonas, una al norte controlada por Libia, y otra al sur en poder de las fuerzas gubernamentales de Chad. El primer ataque tuvo como objetivo la ciudad de Arada, población del este del país situada a unos 90 kilómetros al sur del paralelo 16, y el segundo, llevado a cabo horas después, la localidad de Um-Chaluba-Kalait, a poca distancia de la línea divisoria.**

El ministerio francés de Defensa confirmó el ataque sobre Arada e indicó que fue llevado a cabo por cuatro aviones Mig-23, de fabricación soviética, de la Fuerza Aérea de Libia.

Por su parte, el embajador de Chad en París, Allam Mi Ajmad, informó del bombardeo de Um-Chaluba-Kalait, importante base de las Fuerzas Armadas Nacionales Chadianas.

Los ataques de hoy son los primeros que las fuerzas aéreas libias lanzan al sur del paralelo 16 desde el bombardeo del aeropuerto de la capital chadiana, Yamena, en febrero de 1986.

Tras el ataque al aeropuerto, Francia puso en marcha en el sur de Chad el dispositivo "Gavaché", dotado de baterías antiaéreas, radares y aviones Jaguar y Mirage F-1, con efecto de impedir que los aviones enemigos pasaran el paralelo 16.

Los dirigentes franceses han señalado en repetidas ocasiones que su país no intervendrá contra Libia al norte de esa línea divisoria, pero sí cuando se registre cualquier acción libia al sur del paralelo 16.

**DESAFIO DE GADAFI**

Fue un abierto desafío de Trípoli a París, cuatro "Migs" libios bombardearon la ciudad chadiana de Arada, límite simbólico dentro del cual puede entrar en vigor el dispositivo de defensa francesa en apoyo al gobierno del Chad.

Un acuerdo existente entre el gobierno central del Chad presidido por Hissene Habre y el gobierno francés prevé la intervención de Francia en apoyo del Chad frente a cualquier agresión al territorio nacional que ocurra al sur del paralelo 16.

Los ataques libios contra Arada y Um-Chaluba-Kalait siguen a la toma por parte de fuerzas gubernamentales chadianas de las ciudades de Fada (nordeste del país) y Zuar (noroeste), según informó Radio Chad, captada en París.

Según el gobierno de Yamena, 700 soldados libios murieron y 86 fueron hechos prisioneros el viernes pasado durante la captura de Fada, en poder de las fuerzas libias desde hacía tres años, por las tropas gubernamentales.

En Fada, situada a 750 kilómetros al nordeste de Yamena, las fuerzas gubernamentales destruyeron, según Radio Chad, 92 carros de combate libios, un helicóptero de combate y grandes cantidades de otros equipos bélicos, además de capturar seis aviones de fabricación italiana.

Radio Chad informó también de que las fuerzas gubernamentales han recuperado el palmeral de Zuar, en la región montañosa del Tibesti, noroeste del país, después de cinco días de intensos combates con los libios.

Las bajas chadianas en los combates en Fada y Zuar se elevaron a 18 muertos y 54 heridos, según la misma fuente.

Francia decidirá "en las próximas horas las medidas apropiadas" para apoyar al gobierno de Yamena tras el bombardeo libio de dos localidades chadianas situadas al sur del paralelo 16, anunció el portavoz del gobierno francés.

En unas declaraciones transmitidas por la emisora francesa Europe 1, Juppe recordó que Francia ha brindado "su ayuda logística, financiera y material al gobierno chadiano".

"Francia mantendrá sus compromisos y tomará las decisiones apropiadas para apoyar al gobierno chadiano", afirmó el portavoz, que precisó que "la naturaleza de esas medidas será determinada en las próximas horas por las autoridades competentes".

PARTES POCO LEGIBLE

01·02

8702088

22-I-87

PERU

# Khadafy aspira a extender su revolución más allá de Libia

**El siguiente es un despacho cablegráfico desde Roma elaborado por Jennifer Parmelee, de la Associated Press, con muchos ingredientes aportados por Lisa Anderson, especialista norteamericana en asuntos libios.**

El Coronel libio Mohamed Khadafy mantiene su determinación de extender su revolución más allá de las fronteras nacionales, aparentemente impertérrito ante las presiones políticas y económicas que lo acosan y del potencial atolladero que afronta en Chaad.

Libia se ha ido entrometiendo cada vez más en los asuntos de su vecino Chaad y ha buscado ser el mediador entre chiitas y palestinos en El Líbano, a pesar de que sus problemas económicos nacionales y el descontento interno cada vez crecen más, según se ha informado.

Semanalmente aparecen informes sobre el supuesto papel libio en el extranjero, desde las islas del sur del Pacífico hasta las playas de Suriname.

Los bombardeos aéreos norteamericanos del 15 de abril de 1986, que Washington dijo que estaban destinados a detener el presunto apoyo de Libia al terrorismo, de entrada sumieron a Khadafy en un aislamiento en su desierto natal, y en Occidente despertaron esperanzas de que el líder libio se hubiera contenido.

Pero observadores que han venido estudiando a Libia por mucho tiempo han detectado pocos cambios en su política en los nueve meses transcurridos desde el suceso.

"No creo que los ataques hayan disuadido en nada a Khadafy", dijo en una conversación telefónica desde Nueva York Lisa Anderson, una especialista norteamericana en asuntos libios que trabaja con la Universidad de Columbia. "El no responde a las presiones de esa forma".

"El apoyo libio a las "causas revolucionarias" al parecer no ha variado. Pero para poder permanecer en el poder, con los actuales problemas económicos que confronta, pienso que tendrá que dedicar más dinero a su país" y retirarlo de las actividades en el extranjero.

Desde que tomó el poder por un golpe de Estado en 1965, Khadafy de 44 años, ha ofrecido amplio apoyo a los "movimientos de liberación". Eso constituye la piedra de toque de su política extranjera.

Como dijo el propio Khadafy después de los bombardeos: "Nosotros instigamos la revolución y el lanzamiento de las revoluciones populares en el mundo. Los ataques nunca terminarán con eso".

Hasta hace poco, Libia se hallaba inundada por su riqueza petrolera. Ha invertido millones de dólares en organizaciones como la sociedad de llamamiento islámico, que ostensiblemente apoya las actividades islámicas en el mundo entero y los centros culturales libios que propagan la filosofía del Libro Verde de Khadafy, por medio de seminarios y de lujosas encuadernaciones en por lo menos una docena de idiomas.

La Agencia Noticiosa Egipcia y oponentes libios exiliados dicen que, con la ayuda soviética, Libia está construyendo un enorme complejo de radio y televisión para transmitir la "palabra" libia por toda la zona que va desde Arabia Saudita al Africa ecuatorial.

Un líder de oposición en El Cairo, el ex embajador libio Mohamed Yusef Al-Magariaf, dice que el 60 por ciento de las ganancias libias desde 1975 a 1985 fueron utilizadas en comprar armas.

A grupos rebeldes, que van desde guerrilleros palestinos a los separatistas kanakos de Nueva Caledonia, se les han entregado armas y se les ha dado entrenamiento. Los pasillos de El Kabir, el principal hotel en Trípoli, la capital libia, a menudo se ven llenos de representantes de insurgentes que buscan la ayuda libia.

¿Es posible que una nación en el desierto, de tres millones de habitantes, pueda tener tantos compromisos al mismo tiempo?

Los expertos en Libia consideran que sí.

Un alto funcionario italiano, entrevistado por la AP, expresó la opinión generalizada entre estudiosos y observadores de Libia.

"Según hemos podido comprobar, esos informes sobre la implicación libia en el 80 por ciento han resultado ciertos", dijo el funcionario, que accedió a hablar a condición de permanecer anónimo.

Los italianos han resultado fuentes confiables de inteligencia sobre la situación libia, debido a sus estrechas relaciones históricas con su ex colonia.

Pero aunque se percibe que Khadafy aún disfruta de un amplio apoyo popular —muchos libios se sienten orgullosos del "papel" que desempeña su país en el mundo— la intrusión del militarismo libio en los asuntos de Chaad podría traer problemas al líder.

Algunos observadores dicen que el ciudadano común libio considera la franja de Aouzou, en el norte de Chaad, como territorio libio, por un acuerdo anterior a la Segunda Guerra Mundial que nunca fue ratificado, entre las ex potencias colonialistas Francia e Italia.

Pero la creciente intervención de Khadafy en Chaad le puede estar restando simpatías internas, dicen los observadores.

Cada vez se emplean más vidas, dinero y equipo en el conflicto de Chaad, al que apoyan los franceses, y eso está despojando a Libia de recursos.

"La nueva generación está acostumbrada a ver al corredor de Aouzou en los mapas como parte de su país", dijo el funcionario italiano. "Pero otros planes de Khadafy en Chaad no son populares entre los libios y amplios círculos militares".

Muchos estados africanos apoyaron o simpatizaban con Godkouni Queddei, el líder rebelde chaadiano que se distanció hace algunos meses de los libios y que actualmente se halla en arresto domiciliario en Trípoli. El jefe rebelde que ahora apoya Libia, Acheik Ibn Omar, goza de poco apoyo en su país y en toda Africa.

Aunque el ataque aéreo norteamericano inicialmente hizo despertar simpatías por Libia entre otros países árabes y del tercer mundo, Khadafy ha disgustado a muchos de esos mismos países con la denuncia que hizo en setiembre al Movimiento de los No Alineados, al que calificó de "hermandad falsa".

Pese a su aislamiento político, Libia continúa manteniendo fuertes vínculos económicos con Occidente.

A pesar de los embargos de armas contra Libia, una compañía alemana occidental —según se ha dicho— ha ayudado a Khadafy a construir misiles, una compañía británica le ha vendido equipos para submarinos y, por medio de un país africano, dos aviones de transporte norteamericanos ultramodernos llegaron a Khadafy.

Pero aunque Libia sigue comprando equipo militar, su economía declina diariamente. Se cree que los ingresos por petróleo en 1986 hayan sido sólo de 4.000 millones de dólares, comparado con los 20.000 millones en 1980.

Los ciudadanos en las concentraciones políticas populares, conocidas como "Congresos del Pueblo", cada vez protestan más por las escasez de productos, han dicho observadores diplomáticos.

Un reciente editorial de un periódico oficial libio criticó el surgimiento de una "nueva burguesía", que se escuda detrás de "las consignas revolucionarias". Anderson considera al editorial como un reconocimiento de descontento con la situación.

El opositor de Khadafy, Magariaf, dice que un ejemplo de tal ira fue la muerte de un miembro de un comité revolucionario con su guardaespalda y su chofer hace pocos meses, aparentemente después que se dio una orden de arrestar a cientos de personas.

Khadafy, en pasadas entrevistas, reconoció que no todos los libios, particularmente en el Ejército, se hallan satisfechos con su política.



8702088

ARCHIVAR EN: Libia (130)

TEMA: Actividad Subversiva y Terroristas Libia Estados Unidos

PROCEDENCIA: Boletín Israel 3/3/87 Doc. 042/87 (ADJUNTA SOBRE ESPECIAL)

ARCHIVADO EN: Boletín Israel (007)

8702338

01·01

ARCHIVAR EN: Libia (130)

TEMA: Cuba y Libia pelean por liderazgo Revolucionario en el Caribe

PROCEDENCIA: OPINION 23/1/87.

ARCHIVADO EN: Cuba (067)

01·01

8702455

P.
150
LIBIA
Cumbre NO ALINEADOS



# SHOW GADAFI EN NOAL: INSULTOS Y AMENAZAS

HARARE, 4, (EFE).— El líder de la "Yamahirya" libia, coronel Muamar Gadafi, vestido con un traje negro, camisa de seda roja y cubierto con una capa azul y blanca, realizó esta mañana uno de sus habitualmente teatrales discursos ante el plenario de Jefes de Estado y gobierno de los No Alineados, reunidos en Harare desde el pasado lunes.

El coronel libio amenazó con abandonar el Movimiento de No Alineados "por falta de apoyo" de éste contra las agresiones que sufre Libia y porque "hay espías y traidores" dentro de la organización, que agrupa a 99 países.

Aseguró que la decisión de abandonar el Movimiento no le correspondía a él personalmente, sino que será estudiada por los "congresos populares" libios, especie de Parlamento, que es el máximo órgano legislativo de la "Yamahirya" libia.

También dijo que los países que tienen relaciones diplomáticas con Israel o los han renovado recientemente son "marionetas del imperialismo".

El líder libio nombró específicamente a Zaire, Camerún y Costa de Marfil como ejemplos de "marionetas del imperialismo", por haber renovado recientemente relaciones diplomáticas con Israel.

Gadafi, que recuperó en este discurso su antiguo tono militante, perdido durante un tiempo tras el bombardeo americano del pasado 15 de abril, aseguró estar dispuesto a "formar un ejército de decenas de miles de hombres en todo el mundo para combatir el imperialismo".

Esa fuerza militar, dijo, "no podrá ser derrotada con portaviones, pues será como la resistencia popular que hizo caer a Napoleón en España y en Europa Oriental", añadió.

Hizo un llamamiento a "romper con Gran Bretaña y Estados Unidos" y después acusó al Reino Unido de ser tan responsable de esa acción como Estados Unidos, pues "dio bases para aviones que venían a atacar mi casa".

También atacó a los países miembros del NOAL francófonos o anglófonos.

Elogió a OLP y a su líder, Yaser Arafat "ejemplo de lucha por la libertad".

Aseguró que la guerra entre Irán e Irak, "es un intento del imperialismo de suprimir las revoluciones iraní e iraquí".

Gadafi se declaró convencido de que el Movimiento de No Alineados "no tiene ninguna utilidad. No podemos engañar a nuestros pueblos, porque aquí hay traidores, añadió.

Según él, el no alineamiento es "alinearse contra el imperialismo, el racismo y el sionismo" y dijo que no podía seguir siendo miembro del Movimiento porque "no puedo continuar desacreditándome ante los revolucionarios del mundo."

Por ello, se despidió con un retórico "adiós a este extraño movimiento."

La primera reacción vino del presidente del Movimiento, el Primer Ministro de Zimbabue, Robert Mugabe, que rechazó, la forma de discurso y dijo que "no todos los que estamos aquí estamos de acuerdo con él."

2



8702463

AJE
BIA P. 130
PETRÓLEO

CLARIN ★ Buenos Aires, lu

ESTRATEGIA PETRO

# Libia e

LONDRES, 2 (UPI y REUTER). — Libia, una de las tres naciones del comité de precios de la OPEP, elogió la decisión de Arabia Saudita de trabajar para lograr una suba de los precios del crudo hasta 18 ó 20 dólares por barril, al tiempo que calificó al ex ministro petrolero saudí, Ahmed Zaki Yamani, como "agente occidental".

"Esperamos que el comité de precios se reúna mañana o el martes para fijar los cotizaciones del crudo en 20 dólares por barril", dijo hoy en un mensaje el comandante Ahmed Jalloud, considerado el hombre número dos de Libia. Kuwait y Nigeria, son los otros países miembros del comité de precios.

Después de la destitución de Yamani, la semana pasada, los precios del petróleo se afirmaron en más de 14 dólares por barril, contra los 12 dólares con que reaccionaron los compradores, ante la decisión origi[illegible] de llevar el precio a los 20 dólares.

Jalloud dijo que el rey Fahd, de Arabia Saudita, en un mensaje enviado al líder libio Muamar Kadafi, propuso que el comité de precios se reuniera para fijar la cotización del barril en 20 dólares.

"Vemos esto —dijo Jalloud— como un buen comienzo para restaurar la reconciliación y armonía de la OPEP y de que el 'cartel' controle nuevamente los precios y la producción y se convierta en una significativa fuerza económica".

El precio mencionado por Jalloud, de 20 dólares por barril, fue dos dólares más que el mencionado por el sucesor de Yamani, el ministro interino de Petróleo, Hisham Nasir, en un mensaje enviado a la OPEP y citado por la agencia noticiosa saudita la semana pasada.

Nazir habló de la necesidad de subir el precio del petróleo por lo menos hasta 18 dólares por barril".

Jalloud explicó que "nosotros no hacemos responsable al gobierno del reino de Arabia Saudita ni al rey por la política de inundación del mercado, con lo que los precios caían. Atribuimos la responsabilidad a las informaciones erróneas y a los sectores que nos son hostiles".

8702466

01·01

P. 130
PETRÓLEO

CLARIN ★ Buenos Aires, lunes 3 de noviembre de 1986

Caulla

ESTRATEGIA PETROLERA

# Libia elogió la decisión saudit

LONDRES, 2 (UPI y REUTER). — Libia, una de las tres naciones del comité de precios de la OPEP, elogió la decisión de Arabia Saudita de trabajar para lograr una suba de los precios del crudo hasta 18 ó 20 dólares por barril, al tiempo que calificó al ex ministro petrolero saudí, Ahmed Zaki Yamani, como "agente occidental".

"Esperamos que el comité de precios se reúna mañana o el martes para fijar las cotizaciones del crudo en 20 dólares por barril", dijo hoy en un mensaje el comandante Ahmed Jalloud, considerado el hombre número dos de Libia. Kuwait y Emiratos, son las otras participantes del comité de precios.

Después de la destitución de Yamani, la semana pasada, los precios del petróleo se afirmaron en más de 14 dólares por barril, contra los 12 dólares con que reaccionaron los compradores, ante la decisión original saudita de tratar de llevar el precio a los 20 dólares.

Jalloud dijo que el rey Fahd, de Arabia Saudita, en un mensaje enviado al líder libio Muamar Kadafi, propuso que el comité de precios se reuniera para fijar la cotización del barril en 20 dólares.

"Vemos esto —dijo Jalloud— como un buen comienzo para restaurar la reconciliación y armonía de la OPEP y de que el 'cartel' controle nuevamente los precios y la producción y se convierta en una significativa fuerza económica".

El precio mencionado por Jalloud, de 20 dólares por barril, fue dos dólares más que el mencionado por el sucesor de Yamani, el ministro interino de Petróleo, Hisham Nazir, en un mensaje enviado a la OPEP y citado por la agencia noticiosa saudita la semana pasada.

Nazir habló de la necesidad de subir el precio del petróleo por lo menos hasta 18 dólares por barril".

Jalloud explicó que "nosotros no hacemos responsable al gobierno del reino de Arabia Saudita ni al rey por la política de inundación del mercado, con lo que los precios caían. Atribuimos la responsabilidad a las informaciones erróneas y a los sectores que nos son hostiles".

8702466

01·01

LIBIA

# Libia cerró su espacio aéreo para los aviones británicos

Trípoli, (PL) - Libia decidió cerrar su espacio aéreo a los aviones de Gran Bretaña, país que rompió el viernes sus relaciones diplomáticas con Siria, informó la agencia de noticias JANA.

Asimismo exhortó también a todos los Estados musulmanes a boicotear a Estados Unidos y Gran Bretaña.

El gobierno británico anunció su decisión alegando una supuesta vinculación de la embajada siria en Londres con un periodista jordano condenado por presunta participación en un intento de sabotaje a un avión israelí.

En relación con la ruptura, a la que siguió el retiro del embajador de Estados Unidos, Radio Damasco advirtió que Siria responderá con los medios apropiados a estos actos provocativos que allanan el camino a otra agresión de Israel.

La Unión Soviética también calificó de provocación la postura británica que, dijo el Vice-Canciller Alexander Bessertnykh, no resiste análisis serio alguno.

Las afirmaciones de que Siria está vinculada al terrorismo no se corresponden con la política real de Damasco, precisó el Vice-Ministro soviético.

Beasmeurnykh aseveró que la decisión del gobierno de Margaret Thatcher no beneficiará sus relaciones internacionales y menos aún con el Mundo Arabe.

En Washington, el senador Frank Lautemberg y otros 18 legisladores, enviaron una carta al presidente Ronald Reagan pidiendo la ruptura de vínculos económicos con Siria.

La nota recuerda que cuando la agresión norteamericana a Libia en abril último, la primera ministra Thatcher apoyó a Washington plenamente y señala que ahora se debe hallar la forma de corresponderle.

PERLA / STECLA



8702590

LIBIA

# Kadafi insultó a jefes de Estado y dijo que el movimiento "es risible"

HARARE. — El coronel Muammar Kadafi, jefe del régimen libio, insultó a varios países miembros de los No Alineados y amenazó con retirarse del movimiento, que calificó de "risible" y "poco serio y que se ha transformado en una farsa internacional", en un discurso pronunciado ayer en presencia de unos 30 jefes de Estado y de Gobierno.

Explicando su presencia en Harare, el coronel Kadafi afirmó que había venido para reunirse con sus "hermanos combatientes de la libertad, Fidel Castro (Cuba), Daniel Ortega (Nicaragua), así como los combatientes contra el apartheid y no por los No Alineados".

Vestido con una túnica gris-ante, el jefe de la revolución libia dijo que estaba "plenamente convencido que una buena cantidad de países representados no están al lado de sus pueblos y no sostienen la causa de la libertad".

Kadafi calificó de "traidores" a los presidentes de Costa de Marfil, Zaire y Camerún, así como al gobierno de Egipto, cuatro países que restablecieron sus relaciones diplomáticas con Israel.

También acusó a los estados francohablantes africanos de ser "marionetas" de Francia, afirmando que no deberían ser miembros del movimiento. Con la misma energía condenó a los países miembros del Commonwealth afirmando que eran la "propiedad de Gran Bretaña".

El coronel libio reafirmó luego que estaba entrenando "un nuevo ejército con la intención de desplegarlo a través de todo el mundo".

Con su habitual lenguaje florido, Kadafi llamó a los jefes de Estado asistentes a rechazar el campo del imperialismo y a elegir el campo de la liberación, incluyendo al Pacto de Varsovia, para constituir un "frente internacional de los combatientes de la libertad" que coopere en lo político.

A continuación exhortó a todos los miembros del movimiento a romper sus relaciones con Estados Unidos, Gran Bretaña, Israel y Sudáfrica.

"Si el movimiento da pruebas de solidaridad con Libia, sometida a un bloqueo económico y militar de Estados Unidos, defenderé el movimiento, pero si la respuesta es negativa, sería una pérdida de tiempo permanecer en este movimiento risible y falso", precisó al término de su discurso.

Inmediatamente después, el presidente del movimiento, Robert Mugabe (Zimbabwe), tomó la palabra para decir "no estoy de acuerdo con todo lo dicho y muchos participantes no están de acuerdo para decir que el Movimiento de los No Alineados es inútil".

Los aplausos de los jefes de delegación a las palabras de Mugabe se perdieron entre los gritos de un grupo de partidarios del coronel Kadafi que gritaban "down, down Reagan" (abajo Reagan), "Estados Unidos puede ser vencido".



0702621

LIBIA

chilena".

# Khadafy ofrece armas

HARARE, (EFE) — El líder libio, Mohamed Khadafy, declaró hoy que su país "abrirá sus arsenales para los luchadores de la libertad tanto en el sur africano como en América Central y Sudamérica.

Ante la VIII asamblea del movimiento de países no alineados, Khadafy dijo que, pese "a las amenazas norteamericanas" nada lo detendrá en el apoyo a los movimientos de liberación en todo el mundo".

Además, el líder libio amenazó con retirar a su país del movimiento no alineado debido a que algunos de los integrantes del mismo han reconocido al Estado de Israel.

Khadafy calificó a Zaire, Costa de Marfil, y Camerún como "títeres" y "sucios martillos del imperialismo".

## "TRASCENDENCIA UNIVERSAL"

SANTIAGO DE CHILE, (EFE) — El Embajador de Colombia en Chile, Enrique Rodríguez calificó hoy como un descubrimiento "de trascendencia universal" el hallazgo de arsenales extremistas ocurridos hace un mes en la zona norte y centro del país.

El embajador Rodríguez indicó que "si no se hubiera descubierto el arsenal extremista en Chile, habría sido un gran golpe no solo para este país, sino también para el continente".

De acuerdo a lo informado por las autoridades militares chilenas en los arsenales se encontraron más de 50 toneladas entre armamentos, explosivos y material electrónico y logístico.

Para el diplomático colombiano el armamento descubierto "realmente representa una gran fuerza para la guerra, para la destrucción de la civilización y habría traído caos".

4/5/86

Sí Elia

Ramos

01·01

8702627

SECRETO

1º de febrero de 1987

Informe Nº: M-6519

Asunto : LIBIA / Actividad opositora islámica contra el régimen - Informe de campo

Fuente : Allegada a círculos de la administración pública en LIBIA relativamente fidedigna.

Fecha de información: Véase en el texto

ADMINISTRACION DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
(DEPARTAMENTO EXTERIOR)
Fecha de Entrada 18/3/87
Fecha de Salida 7/4/87
Pase a Jefe Dpto Archivo
Nº. de Identificación 0485/87

1. El último tiempo se observa un renacimiento religioso islámico en LIBIA, especialmente en el seno de la generación joven. Las razones de ello se encuentran en la difícil situación económica y en lo que la juventud considera como la opresión del pueblo por parte de KADHAFI de acuerdo con su doctrina y sus métodos. Esto se refleja en la expresión popular de que la doctrina de KADHAFI (el "Libro Verde") "es verde por fuera, pero roja por dentro". A esto debe agregarse el factor del desempleo, que empuja a los jóvenes -junto con grupos de empleados despedidos del servicio público por razones de economía- a buscar con qué llenar el vacío creado. Un fenómeno muy interesante es que entre esos jóvenes se cuentan también muchos que pertenecen a los Comités Revolucionarios, el puntal básico del régimen libio. Este fenómeno tomó impulso después del ataque norteamericano contra LIBIA (abril de 1986), cuando a las críticas mencionadas se agregó también la decepción de los jóvenes por los líderes de los "Comités". Así por ejemplo, durante el ataque norteamericano muchos jóvenes acudieron presurosamente a las oficinas de los Comités Revolucionarios a fin de recibir armas y municiones para luchar contra los americanos, pero en la mayoría de los casos no encontraron a los comandantes. Cuando sí los encontraron, los comandantes los mandaron de regreso a sus casas, sin darles oportunidad de tomar parte activa en la realización de la revolución.

2. No está claro si existe un factor que orienta el renacimiento religioso en dirección a una actividad opositora al régimen, si bien se conoce la existencia de una organización llamada "Jihad Islámico", cuyos miembros fueron arrestados recientemente, y se sabe que en círculos estudiantiles se está difundiendo una profusa propaganda religiosa hostil a KADHAFI. Entre el material que circula figuran el libro de HASSAN EL-BANA y cassettes con sermones del predicador egipcio Jeque METWALI SHA'RAWI, sobre los cuales se basa la propaganda religiosa contra KADHAFI.



8702948

3. Uno de los miembros del "Jihad Islámico" detenidos en setiembre de 1986 era un estudiante de la Facultad de Estudios Religiosos de la Universidad de GHAR YUNIS (BENGAZI). Todos los integrantes de su grupo, salvo dos, eran soldados rasos del ejército libio. Su actividad opositora había comenzado en las mezquitas. Al parecer, habían empezado a actuar prematuramente, antes de tener fuerza suficiente para llevar a cabo una acción significativa contra KADHAFI. Asimismo, su actividad reflejaba ingenuidad, ya que no trataron de vincularse con elementos opositores más poderosos, tales como altos oficiales del ejército.

4. Se informó que las autoridades descubrieron al "Jihad Islámico" después de interceptar una conversación telefónica entre BENGAZI y LONDRES inmediatamente después del ataque norteamericano. En esta conversación, la persona de LONDRES preguntó en forma velada si KADHAFI había sido derribado y al recibir una respuesta negativa ordenó "seguir haciendo algo". Entre los arrestados se contaban MUNIR MANA y su hermano OMAR de BENGAZI. La hermana de éstos vive en la misma ciudad y es posible que también ella haya sido arrestada más tarde.

**S E C R E T O**

1º de febrero de 1987

Informe Nº: U-6522

Asunto : LIBIA / Personalidades de la cúpula y vínculos tribales

Fuente : Allegada a medios de la administración pública libia - relativamente fidedigna.

Fecha de información: 1986

1. IBRAHIM MOHAMMED IBRAHIM BISHARI - Jefe del "Amaa Al-Yamahiriah". Su padre vive en BENGAZI. Su cuñado, MUHI ALDIN MUSTAFA (casado con su hermanastra SUAD), había sido Embajador de LIBIA en ITALIA. El tío (paterno) de BISHARI, ABDEL RAHMAN IBRAHIM BISHARI, vive en BENGAZI y presta servicio en la guardia personal de KADHAFI.

2. IBRAHIM BISHARI y ABU BAKR YUNES pertenecen a la tribu de EL-MAGABRA, originaria de JALO. La familia BISHARI es la más grande y respetada de esta tribu, y como tal es considerada también por KADHAFI, que le concede un trato especial.

3. ABDEL SALAM EL-ZADMA - Responsable interino de los Comités Revolucionarios de LIBIA, y también de la liquidación de opositores en el exterior. De hecho, está mezclado en todo lo que sucede en LIBIA y su actividad no tiene limitaciones de ninguna especie. KADHAFI tiene una actitud respetuosa hacia él. El poder de ZADMA y sus relaciones con KADHAFI se explican por el poderío de la familia ZADMA en la tribu KADHAFA, que es superior al de la familia del propio KADHAFI. Cabe recordar que ZADMA había estado a cargo de la investigación sobre la actividad de los miembros del "Jihad Islámico" que fueran detenidos a principios de setiembre de 1986 en BENGAZI. En esta tarea contó con la ayuda de 200 hombres.

4. MUSTAFA KHARUBI - Subcomandante en Jefe. Es un personaje serio y severo; está enfermo, y la mayor parte del tiempo se encuentra en BENGAZI. Durante el último año apareció muy poco en los medios de comunicación.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)
Fecha de Entrada 18/3/87
Fecha de Salida 7/4/87
Pasa a Jefe Dpto Archivo
Nº. de Identificación 0483/87



8702949

130 CHAD

SECRET

30TH JANUARY 1987

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPART... EXTERIOR
Fecha de Entrada 12/3/87
Fecha de Salida 7/4/87
Pase a ...
Nº de identificación 048/87

REPORT NO.: [illegible]/625

SUBJECT : LIBYA-CHAD/ SITUATION ASSESSMENT

1. IT MAY BE ASSUMED THAT THE RECENT MILITARY SETBACKS OF THE LIBYAN REGIME IN NORTHERN CHAD, ESPECIALLY THE CAPTURE OF FADA NORTH OF THE 16TH PARALLEL BY HABRE'S FORCES, HAVE GIVEN RISE TO NEGATIVE REACTIONS IN THE ARMY AND AMONG THE PUBLIC AT LARGE, ESPECIALLY IF ONE CONSIDERS THE BLOW TO THE PRESTIGE OF THE ARMY, THE LARGE NUMBER OF WOUNDED AND PRISONERS, AND THE EXTENSIVE CALL-UP OF RESERVISTS IN LIBYA, APPARENTLY FOR THE PURPOSE OF REINFORCING THE LIBYAN FORCES IN CHAD.

2. THE FACT THAT THE REGIME HAS RECENTLY LAUNCHED A PROPAGANDA CAMPAIGN TO JUSTIFY ITS INVOLVEMENT IN CHAD IS AN INDIRECT INDICATION THAT THE REGIME'S ENTANGLEMENT IN CHAD IS CAUSING IT DIFFICULTIES AT HOME. MOREOVER, IT SEEMS THAT THE REGIME'S ENTANGLEMENT IN CHAD HAS HEIGHTENED THE DISCONTENT ALREADY CAUSED BY THE CONTINUING DETERIORATION OF THE ECONOMIC SITUATION, THE REGIME'S STRONG-ARM POLICY AND ITS ISOLATION ON THE INTERNATIONAL STAGE.

3. AT THIS JUNCTURE THERE ARE NO OVERT MANIFESTATIONS OF PROTEST AND BITTERNESS IN CONNECTION WITH THE SITUATION IN CHAD AND IT SEEMS THAT THE REGIME'S MILITARY SETBACKS THERE HAVE NOT CAUSED ANY REAL HARM TO THE REGIME'S STANDING AT HOME. HOWEVER, IF ITS ENTANGLEMENT INCREASES, IT COULD HAVE A CUMULATIVE DETRIMENTAL EFFECT ON ITS STANDING.

4. QADHAFI IS APPARENTLY DETERMINED TO REGAIN CONTROL OVER NORTHERN CHAD TO THE 16TH PARALLEL, EITHER MILITARILY OR POLITICALLY. IN THE IMMEDIATE RANGE, HE IS STRIVING TO MAKE AN IMPRESSIVE MILITARY GAIN IN ORDER TO ERASE THE MILITARY FAILURE AT FADA AND RAISE THE ARMY'S MORALE. IF, IN THE WAKE OF SUCH A MILITARY SUCCESS, HE ASSESSES THAT HE CAN CONTINUE REGAINING CONTROL OVER THIS TERRITORY BY POLITICAL MEANS, HE WILL DO SO, USING THE GOOD OFFICES OFFERED BY ALGERIA AND THE O.A.U. IF, HOWEVER, HE ENCOUNTERS RESISTANCE ON THE PART OF THE CHADIAN ARMY WITH FRENCH SUPPORT, HE WILL KEEP UP THE MILITARY EFFORT IN AN ATTEMPT TO RECAPTURE THE TERRITORY NORTH OF THE 16TH PARALLEL.

5. ALTHOUGH FRANCE, AS WELL AS THE UNITED STATES, ASSISTED HABRE WITH THE SUPPLY OF COMBAT EQUIPMENT, FRANCE IS CAUTIOUS AND DOES NOT WANT AN ESCALATION. FRANCE IS OF THE OPINION THAT HABRE IS INCAPABLE OF TAKING THE NORTH IN A FRONTAL ATTACK AND THAT HE, TOGETHER WITH GOUKOUNI'S FOLLOWERS, WOULD DO BETTER TO EXHAUST THE LIBYANS IN GUERILLA WARFARE.

2/..



8702955

6. ALTHOUGH MOST AFRICAN STATES SUPPORT HABRE, ONLY A FEW OF THEM, ESPECIALLY ZAIRE, SAY SO OPENLY. THE O.A.U., WHOSE EFFORTS HAVE SO FAR ENDED IN FAILURE, HAS RECENTLY TAKEN A FRESH DIPLOMATIC INITIATIVE TO MEDIATE BETWEEN THE TWO SIDES.

7. ALTHOUGH HABRE'S STANDING HAS IMPROVED, HE IS STILL FAR FROM VICTORY AND IT DOES NOT SEEM THAT THE LIBYANS, DESPITE THEIR INTERNAL DIFFICULTIES, WILL BE PREPARED TO GIVE UP THEIR INFLUENCE IN CHAD. THUS, THE WAR IN CHAD WILL INTERMITTENTLY FLARE UP AND DIE DOWN, WITHOUT ANY LASTING SOLUTION BEING FOUND IN THE NEAR FUTURE.

B709955

**S E C R E T O**

130

1º de febrero de 1987

Informe Nº: 6521

Asunto : LIBIA / Evaluación de la situación tras la desaparición de KADHAFI - Informe de campo

Fuente : Allegada a la administración pública libia, relativamente fidedigna.

Fecha de información: 1986

1. Tras la desaparición de KADHAFI habrá de producirse una lucha entre quienes se encontraran cerca de él y aquéllos que sufrieran por su culpa, particularmente en el terreno económico. Los primeros combatirán para conservar lo que el régimen les diera, en tanto que los segundos pelearán para recuperar lo que el régimen les quitara.

2. Si JALOUD llegara a tomar el poder, lo cual no es nada seguro (pese a que la mayoría de los altos oficiales pertenecen a la tribu de JALOUD), en tal caso continuaríam el sistema actual y la ideología del "libro verde". Pero si otro individuo asumiera el poder, el sistema actual se derrumbaría, con la excepción, quizás, de los aparatos de seguridad. Se estima que en LIBIA no existe un grupo definido y homogéneo que posea características ideológicas "Kadhafistas" y un claro interés en conservar el sistema y la estructura gubernamental actuales.

Comentarios

3. No disponemos de confirmación de que la mayoría de los altos oficiales pertenezcan efectivamente a la tribu de JALOUD. Agradeceremos el envío de información al respecto.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DESPACHO (EXTERIOR)
Fecha de Entrada 18/3/87
Fecha de Salida 20/4/87
Pase a Sr. Jefe Dpto. Asesor
Nº. de Identificación 0484/87



0703002

130

Israel.
LIBIA

**S E C R E T O**

FICHAJE

22 de diciembre de 1986

Informe Nº: 6662

Asunto : Mecanismos de Inteligencia y Operaciones que intervienen en el terror estatal libio

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE
SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF AA
DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)
Fecha de Entrada 2-02-87
Fecha de salida 6-4-87
Pasa a Jefe/Anal. archivo
N. de Identificación 0236/87

**Generalidades**

1. Durante la última década, LIBIA intervino en una vasta actividad en el campo del terror estatal que se manifestó en tres planos principales:

a. La promoción, el planeamiento y la ejecución de atentados terroristas libios contra diversos objetivos (opositores al régimen y objetivos occidentales).

b. Prestó ayuda y alentó atentados realizados por organizaciones terroristas palestinas.

c. Desarrolló una actividad subversiva contra países en diversos lugares del mundo (mediante el contrabando de armas, el aporte de financiación y los vínculos mantenidos con organizaciones terroristas y organizaciones de liberación nacional, el entrenamiento de cuadros de las mismas en bases militares libias, etc.).

2. La actividad libia en estos terrenos fue puesta en práctica y manejada por varios mecanismos de Inteligencia y de Operaciones con una infraestructura en LIBIA y en todo el mundo. También en el presente estos mecanismos siguen interviniendo en este tipo de actividades, y por lo tanto es importante conocer su naturaleza, así como los métodos que emplean.

3. Véase a continuación un resumen de la información de que disponemos sobre el tema. Debido a los frecuentes cambios que se produjeron en los últimos años en la Comunidad de Inteligencia libia, es posible que la información no sea completa.

4. El objetivo nacional más importante de todas las reparticiones gubernamentales libias es la defensa del régimen de KADHAFI. Todas ellas invierten un incesante esfuerzo en la detección de amenazas interiores y exteriores, luchando contra las mismas incluso mediante el arma del terror. El Consejo de Seguridad Nacional, conducido por KADHAFI, domina la actividad de los mecanismos de Inteligencia y Seguridad. El Consejo está compuesto por el Primer

Ministro, el Ministro de Defensa y el Jefe de la Oficina de Relaciones Exteriores, así como por los Jefes de todos los Servicios de Inteligencia. El Consejo se ocupa de todos los problemas de seguridad a nivel nacional y asesora a KADHAFI en estos temas. En la práctica, dado el vínculo directo de los Jefes de los Servicios con KADHAFI, el Consejo se encuentra neutralizado en cierta medida. Hasta 1984 el Consejo había estado encabezado por YUNES BELKASSEM; actualmente -al parecer- se encuentra a su frente IBRAHIM BISHARI.

Los Comités Revolucionarios

5. Los Comités Revolucionarios, a cargo de JALLOUD, constituyen la base de apoyo y de dominio de KADHAFI. La fuerza de los mismos deriva de vínculos directos con KADHAFI y constituyen un cuerpo superior poderoso que controla a todos los aparatos de LIBIA: de Inteligencia, militares y administrativos, incluso a los Ministerios. Los jefes de todos los mecanismos de LIBIA son miembros de los Comités Revolucionarios. Pese a que por definición los Comités Revolucionarios no son un organismo de Inteligencia, los mismos supervisan todas las actividades de Inteligencia libias.

6. En el marco de los Comités Revolucionarios existen varias dependencias:

a. La Oficina de Enlace de los Comités Revolucionarios - es responsable del enlace con los Comités Revolucionarios en LIBIA y en el exterior, así como de la orientación de la actividad de los mismos. Esta Oficina interviene también en el terror en el exterior contra opositores al régimen y en las relaciones con organizaciones terroristas palestinas y extranjeras. En su jefatura de TRIPOLI, la Oficina de Enlace coordina su actividad con el Servicio de Seguridad de la República.

b. Departamento (Oficina) de Operaciones de los Comités Revolucionarios - desempeña un papel principal y sumamente importante en el campo del terror y de la ayuda a la actividad terrorista árabe. Además, se ocupa de centralizar el trabajo de los Comités Revolucionarios en el exterior, en el terreno operacional.

c. Centro de Operaciones de los Comités Revolucionarios en el Area Exterior - en cada país extranjero donde existe una comunidad libia o una Oficina Popular (Embajada) libia, funciona un Centro con este nombre. Al parecer, el mismo actúa en el marco de la Oficina Popular (Embajada) y se ocupa de crear células revolucionarias en cada uno de dichos países (integradas por libios que estudian y/o trabajan allá), de instruir y capacitar a sus miembros (proporcionándoles incluso entrenamiento militar en LIBIA) y de utilizarlos en misiones de

propaganda, compilación de Inteligencia Operacional y atentados.

7. La infraestructura operacional utilizada por los Comités Revolucionarios en el exterior actúa en parte bajo cubierta diplomática y en parte bajo cubierta civil (comercial, periodística, etc.).

Servicio de Seguridad de la República / Servicio de Seguridad Exterior

8. No es clara la relación entre el Servicio de Seguridad de la República y el Servicio de Seguridad Exterior. Es posible que se trate de un solo organismo con dos nombres, o que el Servicio de Seguridad Exterior esté subordinado al Servicio de Seguridad de la República y constituya un departamento o una sección del mismo. Estimamos más probable la segunda posibilidad.

9. Los terrenos a su cargo son los siguientes:

a. La manipulación de filiales de Inteligencia en el exterior en el marco de las Oficinas Populares.

b. El manejo de una infraestructura de Inteligencia y Operacional en el exterior.

c. La protección de la actividad libia en el exterior.

d. Compilación de información sobre la actividad de países u organizaciones extranjeros contra LIBIA.

e. Desbaratar el espionaje contra LIBIA.

f. Desbaratar la actividad subversiva de opositores al régimen libio.

g. Compilación de Inteligencia Operacional y ayuda logística en atentados.

h. Planeamiento y realización de atentados.

10. Estructura y organización - Se conocen varias dependencias subordinadas al Servicio de Seguridad de la República:

a. El Comité Popular de Seguridad Exterior - a cargo de IBRAHIM BISHARI (quien también se encuentra al frente del Servicio de Seguridad de la República y al parecer encabeza igualmente el Consejo de Seguridad Nacional).

b. El Servicio Secreto - la naturaleza de este factor no es clara. Es posible que se derive al mismo la I.O. sobre elementos hostiles a LIBIA, compilada por las filiales que se encuentran en las representaciones libias en el exterior.

c. El Departamento de Compilación - al parecer subordinado al Servicio

de Seguridad de la República. Una de sus funciones es autorizar la concesión de documentos/pasaportes/visaciones a ciudadanos libios y a árabes en general.

d. El Organismo de Seguridad de Aviones - al parecer depende del Servicio de Seguridad Exterior y está a cargo de la protección de los aviones de la compañía aérea libia y de las instalaciones de esta última en el exterior.

11. Las figuras principales en el Servicio de Seguridad Exterior son las siguientes:

a. IBRAHIM BISHARI - Jefe del Servicio. Su predecesor en el cargo había sido YUNES BELKASSEM.

b. ABDALLAH SANUSI.

c. ABDEL SALAM ZADMA - Este y SANUSI son las dos figuras centrales del Servicio y de hecho el dominio del mismo se encuentra en manos de ambos. Si bien oficialmente ZADMA está subordinado a BISHARI, tiene suficiente poder para hacer todo lo que se le antoja, para lo cual recibe el respaldo personal de KADHAFI.

d. SAID RASHID.

e. ABDEL RAHMAN SHAIBI - En el pasado había sido Jefe del Servicio. Actualmente desempeña en el mismo un papel inferior y marginal.

12. El Servicio de Seguridad Exterior es sumamente activo en el extranjero, en los terrenos de compilación de I.O., operaciones, atentados, relaciones con organizaciones foráneas, preparación de infraestructura logística y operacional, basándose para ello en las filiales de Inteligencia (los Centros de Operaciones de los Comités Revolucionarios) en el marco de las Oficinas Populares (Embajadas) y en una infraestructura de Inteligencia bajo cubierta civil, como ser: compañías comerciales, organizaciones religiosas y culturales, la compañía aérea libia, etc.

Dirección de Inteligencia Militar

13. Esta Dirección es el aparato de Inteligencia más grande de LIBIA: milita en ella alrededor de 15.000 oficiales y soldados. Al frente de la misma se encuentra KHANAILDI AL-HAMIDI (una información aislada que aún no ha sido verificada establece que éste encabeza todos los mecanismos de Inteligencia y Seguridad de LIBIA).

14. Las funciones y los temas a su cargo son:

a. Compilación de Inteligencia positiva sobre países enemigos y adversarios (EGIPTO, CHAD, otros países de Africa, ESTADOS UNIDOS, etc.).

b. Control y seguridad interna en el ejército.

c. Adquisiciones de equipo de Inteligencia y militar en el exterior.

d. Relaciones con Servicios de Inteligencia militares extranjeros (UNION SOVIETICA, SIRIA).

e. Relaciones y ayuda a organizaciones terroristas (entrenamiento, medios de combate, etc.).

f. Intervención en actividades terroristas en el exterior.

15. La Dirección de Inteligencia Militar está presente en todas las Oficinas Populares libias importantes en el exterior, así como en las Agregadurías Militares. Las misiones que cumple son las siguientes:

a. Compilación de información sobre el país donde funciona, así como sobre su ejército.

b. Compilación de I.O. sobre opositores al régimen que se encuentran en el exterior.

c. Control de militares libios que asisten a cursos en el exterior.

d. Presta ayuda en el contacto y enlace con movimientos de liberación nacional y organizaciones terroristas extranjeras, así como en el entrenamiento de cuadros de dichas organizaciones.

Servicio de Inteligencia General / Investigaciones Generales

16. A través de la información existente es difícil establecer si estos dos mecanismos constituyen un solo cuerpo que tiene dos nombres o si efectivamente se trata de dos factores separados. Se tiende a estimar que se trata de un solo organismo.

17. El Servicio de Inteligencia General es el principal servicio de seguridad interior, si bien actúa también en el exterior, especialmente en el terreno de Contrainteligencia. Los temas principales a su cargo son:

a. Control de extranjeros en LIBIA (representaciones diplomáticas, compañías).

b. Control de la población en LIBIA (actividad política o cualquier otra actividad relacionada con el tema de seguridad interior).

c. Desbaratar la subversión extranjera contra LIBIA.

d. Compilación de información en el extranjero sobre temas vinculados

con la seguridad del régimen.

18. La jefatura de este Servicio se encuentra en TRIPOLI, y sus oficinas/ filiales están diseminadas en todas las ciudades y aldeas de LIBIA.

19. Además del control de la población civil de LIBIA, el Servicio se ocupa del seguimiento de extranjeros incluso mediante operaciones de Inteligencia (utilizando agentes y medios técnicos) contra extranjeros que se encuentran en LIBIA.

20. Existe información sobre la actividad de este Servicio también en el exterior.

21. El aparato de Investigaciones Generales se ocupa también de desbaratar actividad delictiva (tráfico de drogas, de bebidas alcohólicas, mercado negro, etc.). En las comisarías hay representantes suyos que se ocupan del control de estos temas.

22. Este aparato está subordinado al Comité Popular de Asuntos Interiores.

Servicio de Seguridad de la Revolución

23. Hasta tanto se sabe, este organismo fue creado en 1976, y al parecer depende del Servicio de Inteligencia General (responsable de la seguridad interior). El mismo está destinado a seguir e investigar a miembros de la oposición. Su actividad se lleva a cabo también en el exterior, a través del mecanismo de Seguridad Exterior y en colaboración con éste.

Batallones de Seguridad de la Guardia Presidencial

24. Comandados por HALIFA HANISH, estos Batallones están encargados de la protección de KADHAFI mediante su guardia personal.

25. HALIFA HANISH y los Batallones de Seguridad gozan de una posición fuerte y una amplia influencia, que se robustecieron tras los ataques norteamericanos contra LIBIA. Se informó que HANISH es el único que está al tanto del lugar donde se encuentra KADHAFI.

El Centro Mundial Antiimperialista

26. Este Centro fue creado en TRIPOLI, en agosto de 1986. El mismo actúa bajo los auspicios de los Comités Revolucionarios y al parecer a su frente se encuentra MUSSA KUSA, uno de los hombres allegados a KADHAFI. Hasta tanto se sabe, la dirección para comunicarse con el mismo es: Casilla de Correo 2858, TRIPOLI, LIBIA. Teléfono: 33400, 38438 y 37792.

27. El Centro está encargado de mantener y cultivar relaciones con organizaciones terroristas y de liberación nacional de América Latina, Africa, Sudeste de Asia y del Cercano Oriente.

27. El Centro se ocupa de organizar congresos en LIBIA, a los que asisten representantes de organizaciones de todo el mundo. También organiza campamentos de entrenamiento militar y adoctrinamiento en LIBIA, en los cuales los ejercicios militares son dirigidos en la práctica por el Servicio de Inteligencia Militar. El Centro atiende también aspectos de ayuda financiera y documentación destinados a organizaciones extranjeras.

130 FICHAJE Bolsín de Israel

RS

**S E C R E T O**

1º de febrero de 1987

Informe Nº: U - 6522

Asunto : LIBIA / Personalidades de la cúpula y vínculos tribales

Fuente : Allegada a medios de la administración pública libia - relativamente fidedigna.

Fecha de información: 1986

1. IBRAHIM MOHAMMED IBRAHIM BISHARI - Jefe del "Aman Al-Yamahiriah". Su padre vive en BENGAZI. Su cuñado, MUHI ALDIN MUSTAFA (casado con su hermanastra SUAD), había sido Embajador de LIBIA en ITALIA. El tío (paterno) de BISHARI, ABDEL RAHMAN IBRAHIM BISHARI, vive en BENGAZI y presta servicio en la guardia personal de KADHAFI.

2. IBRAHIM BISHARI y ABU BAKR YUNES pertenecen a la tribu de EL-MAGABRA, originaria de JALO. La familia BISHARI es la más grande y respetada de esta tribu, y como tal es considerada también por KADHAFI, que le concede un trato especial.

3. ABDEL SALAM EL-ZADMA - Responsable interino de los Comités Revolucionarios de LIBIA, y también de la liquidación de opositores en el exterior. De hecho, está mezclado en todo lo que sucede en LIBIA y su actividad no tiene limitaciones de ninguna especie. KADHAFI tiene una actitud respetuosa hacia él. El poder de ZADMA y sus relaciones con KADHAFI se explican por el poderío de la familia ZADMA en la tribu KADHAFA, que es superior al de la familia del propio KADHAFI. Cabe recordar que ZADMA había estado a cargo de la investigación sobre la actividad de los miembros del "Jihad Islámico" que fueran detenidos a principios de setiembre de 1986 en BENGAZI. En esta tarea contó con la ayuda de 200 hombres.

4. MUSTAFA KHARUBI - Subcomandante en Jefe. Es un personaje serio y severo; está enfermo, y la mayor parte del tiempo se encuentra en BENGAZI. Durante el último año apareció muy poco en los medios de comunicación.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)
Fecha de Entrada 18/3/87
Fecha de Salida 20/4/87
Pasa a Analistas/Archivo
Nº. de Identificación 0483/87



8703191

120
RS

SECRET

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO EXTERIOR
Fecha de Entrada 6/4/87
Fecha de Salida 20/4/87
Pasa a Jefe Analistas Exterior
Nº. de Identificación 0536/87

4TH MARCH, 1987

REPORT NO. A /1394

SUBJECT : LIBYA / NEW GOVERNMENT - INTERIM ASSESSMENT

1. ON 1 MARCH, IN THE FRAMEWORK OF ITS ANNUAL MEETING, THE GENERAL PEOPLE'S CONGRESS (PARLIAMENT) DECIDED ON THE ESTABLISHMENT OF A NEW GOVERNMENT. THE NEW PRIME MINISTER IS OUMAR AL MOUNTASIR, AND ALL THE MINISTERS, APART FROM FOUR (AND NOT THREE AS REPORTED BY THE PRESS), HAVE BEEN REPLACED. THESE FOUR ARE: AL TALHI, FORMER PRIME MINISTER NOW APPOINTED FOREIGN MINISTER, FAWZI AL SHAKSHUKI, FORMER MINISTER OF PLANNING NOW APPOINTED MINISTER OF PUBLIC SERVICES, MUBARAK AL SHAMIKH, WHO REMAINS MINISTER OF COMMUNICATIONS AND MARITIME TRANSPORT, AND AHMAD IBRAHIM, WHO REMAINS MINISTER OF EDUCATION AND SCIENTIFIC RESEARCH. TWO NEW MINISTRIES HAVE BEEN SET UP - ONE FOR EXTERNAL SECURITY (HEADED BY IBRAHIM MOHAMED AL BISHARI) AND THE OTHER FOR INTERNAL SECURITY (HEADED BY MOHAMED ALI AL MISRATI).

2. PARTICULARLY CONSPICUOUS IS THE OUSTER OF FOREIGN MINISTER KAMAL HASAN AL MANSSUR, AND THE APPOINTMENT OF A NEW FOREIGN MINISTER - AL TALHI. THE GENERAL PEOPLE'S CONGRESS SHARPLY ATTACKED MANSOUR, ACCUSING HIM OF A MONOPOLISTIC AND INDIVIDUALISTIC APPROACH WHICH HAD AN ADVERSE EFFECT ON THE WORK OF THE FOREIGN MINISTRY AND HARMED LIBYA. IT ALSO ACCUSED HIM OF LACKING INITIATIVE IN CONTENDING WITH THE POLICIES OF COUNTRIES HOSTILE TO LIBYA. IN THIS CONNECTION, IT NOTED THAT HE HAD DONE NOTHING AGAINST THE VISIT OF THE ISRAELI PRESIDENT TO AUSTRALIA AND SOUTH-EAST ASIA. IT IS ASSESSED THAT THE CRITICISM AGAINST MANSOUR SERVES QADHAFI AS A MEANS OF DIVERTING THE CRITICISM LEVELLED AT HIS OWN BLUNDERS IN THE SPHERE OF FOREIGN POLICY AND AT LIBYA'S GROWING ISOLATION AS A RESULT OF THIS.

3. THE MAKE-UP OF THE NEW GOVERNMENT SEEMS MORE IDEOLOGICAL AND 'REVOLUTIONARY' AND LESS TECHNOCRATIC THAN THAT OF THE OUTGOING ONE (AN EXAMPLE OF THIS IS THE APPOINTMENT OF MOUHAMAD LUTFI FARHAT, A 'REVOLUTIONARY' AND CLOSE TO QADHAFI, TO THE POST OF MINISTER OF PLANNING). THIS CHANGE MAY BE AN INDICATION OF QADHAFI'S DESIRE TO GIVE A PUSH TO HIS REVOLUTIONARY IDEAS, PARTICULARLY AGAINST THE BACKGROUND OF THE FIRST SIGNS OF DISAPPOINTMENT AMONG THE PUBLIC WITH HIS REVOLUTIONARY PATH (SIGNS OF AN ISLAMIC REVIVAL). THE SIGNIFICANCE OF THE ESTABLISHMENT OF THE MINISTRIES FOR EXTERNAL SECURITY AND INTERNAL SECURITY AND THE OBJECTIVES OF THIS MOVE ARE NOT YET CLEAR, NOR IS THE EFFECT IT WILL HAVE ON THE ORGANISATION AND SUBORDINATION OF THE LIBYAN SECURITY APPARATUSES. IT SHOULD BE NOTED THAT IN 1984 THERE ALREADY EXISTED A MINISTRY FOR EXTERNAL SECURITY, WHICH WAS LATER ABOLISHED.

4. YOUR COMMENTS WOULD BE APPRECIATED.

8703193

J30 RS

SECRET

2ND MARCH, 1987

REPORT NO: a /1175

SUBJECT : LIBYA/POSSIBILITY OF PERSONNEL AND STRUCTURAL CHANGES IN THE WAKE OF THE CONVENING OF THE "GENERAL PEOPLE'S CONGRESS".(CORRECT TO MID-FEBRUARY 1987)

1. THE LIBYAN "GENERAL PEOPLE'S CONGRESS" (PARLIAMENT) IS EXPECTED TO MEET IN LATE FEBRUARY. THE CONGRESS, WHICH MEETS ONCE A YEAR, IS SUPPOSED TO DETERMINE GUIDELINES FOR DOMESTIC AND FOREIGN POLICY AND, AMONG OTHER THINGS, IT DETERMINES AND APPROVES ADMINISTRATIVE REFORMS AND PERSONNEL CHANGES IN STATE AND PUBLIC FUNCTIONS. ALTHOUGH IN THEORY THESE ARE SUPPOSED TO BE "DECISIONS TAKEN BY THE PEOPLE" IN KEEPING WITH THE "POPULAR RULE" IN LIBYA, IN ACTUAL FACT QADHAFI DICTATES THE SUBJECTS OF DISCUSSION AND THE DECISIONS. THIS PROVIDES HIM WITH A MEANS OF RE-ENFORCING HIS REGIME AND GAINING POPULAR LEGITIMIZATION FOR IT AND, IN THE CASE OF PERSONNEL CHANGES, IT GIVES HIM THE OPPORTUNITY TO NEUTRALIZE THOSE ELEMENTS THAT ARE POTENTIAL THREATS TO HIM. IT IS POSSIBLE THAT THIS YEAR, TOO, HE WILL MAKE PERSONNEL AND STRUCTURAL CHANGES. IT WILL BE RECALLED THAT IN 1986 THERE WERE, AMONG OTHER THINGS, CHANGES IN GOVERNMENT POSTS AND SOME OF THE GOVERNMENT MINISTRIES WERE EVEN ABOLISHED.

2. THE CONVENING OF THE "GENERAL PEOPLE'S CONGRESS" MARKS THE CLIMAX OF THE INTERNAL DEBATES IN LOCAL GOVERNMENT BODIES, I.E. THE "BASIC POPULAR COMMITTEES", WHICH THIS YEAR BEGAN THEIR DISCUSSIONS ON 10 JANUARY. REPRESENTATIVES OF FOREIGN STATES AND ORGANIZATIONS ARE USUALLY INVITED TO THE MEETINGS OF THE "GENERAL PEOPLE'S CONGRESS", WHICH ALSO SERVES AS A PLATFORM FOR THE DISSEMINATION OF QADHAFI-STYLE REVOLUTIONARY IDEOLOGY.

3. IT IS OF NOTE THAT THERE HAVE BEEN INCREASING REPORTS AND RUMOURS LATELY CONCERNING PURGES AND/OR PERSONNEL CHANGES AT VARIOUS GOVERNMENT LEVELS IN LIBYA. IT IS POSSIBLE THAT THEY ARE THE RESULT OF LEAKS OF INFORMATION (CORRECT OR INCORRECT) ON THE INTERNAL DEBATES THAT HAVE BEEN GOING ON IN THE "BASIC PUPULAR COMMITTEES" SINCE 10 JANUARY.

4. YOU COMMENTS WOULD BE APPRECIATED.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Información de Defensa
Fecha de Entrada 6/4/87
Fecha de Salida 20/4/87
Pasa a Jefe Analista Archivo
Nº. de Identificación 0538/87



8703194

ARCHIVAR EN: LIBIA (130)

TEMA: KHADAFI ADVIERTE A LA CASA BLANCA

PROCEDENCIA: LA MAÑANA 5/5/87

ARCHIVADO EN: Fichaje (8)

01·01

8704189

ARCHIVAR EN: Libia (130)

TEMA: Libya: Activities of Radical Groups.

PROCEDENCIA: Enlace Sudafricano 26/5/87 doc 07 78 1/1

ARCHIVADO EN: Enlace Sudafrica (135)

01·01

8704218

RS

130

Libia

CRUZAN CON EGIPTO

**EL MUNDO** El Día 4/3/87

# Militares libios desertan, y llevan aeronave hacia aeropuerto egipcio

EL CAIRO. – Funcionarios egipcios iniciaron conversaciones ayer con seis miembros de las fuerzas armadas de Libia que llegaron en un avión C-190 a un remoto aeropuerto del sur egipcio para solicitar asilo político, dijo una fuente oficial.

Tropas especiales rodearon el pequeño aeropuerto de Abu Simbel, localizado a unos 1.500 kilómetros al sur de El Cairo, mientras que el gobernador de Asuán, general Kadri Osman, dialogaba con los libios, dijeron voceros de la torre de control.

Pero los funcionarios dijeron que los libios se rehusaron a revelar su grado y no pudo aclararse si el avión fue desviado o si sus tripulantes, cuyo número también se desconoce, participaron en la acción.

Explicaron que según los primeros datos obtenidos, el avión Hércules de transporte procedía de Chad, donde las tropas libias están involucradas en la lucha que libran grupos rebeldes contra el ejército de ese país.

Unos 480 turistas extranjeros debieron permanecer en el aeropuerto tras recorrer los templos de Abu Simbel, construidos hace 3.240 años a orillas del río Nilo, estimándose que podrían retornar a Asuán, a 270 kilómetros, dentro de unas horas.

La máquina libia se encuentra estacionada en la única pista del aeropuerto, impidiendo el despegue de los aviones de pasajeros, explicaron las autoridades.

## Versión libia

Entre tanto, el gobierno de Libia dijo ayer que uno de sus aviones C-130 realizó un aterrizaje de emergencia en Egipto por mal tiempo.

Las autoridades egipcias informaron anoche que un avión militar libio de transporte C-130 aterrizó en un remoto aeropuerto del sur de ese país y que se [illegible] de las fuerzas [illegible] que [illegible] en el [illegible] pidieron asilo político.

La agencia oficial libia de noticias "Jana", en un mensaje de telex recibido aquí, dijo haber recibido informes que un avión C-130 libio de Arab Airlines "hizo un aterrizaje de emergencia en territorio egipcio debido al deterioro de las condiciones meteorológicas".

PARTES ILEGIBLE

01·01

8704295

RS

ARCHIVAR EN: Libia (130)

TEMA: Uso de la Agencia Noticiosa (Nacional)
Libia para Actividades de Inteligencia

PROCEDENCIA: ENLACE Ingles 17/6/82 Doc. 06/7/82

ARCHIVADO EN: ENLACE Ingles (135/C)

01·01

8704498

HEB.

ARCHIVAR EN: Libia (130)

TEMA: Austria hace cerrar la Embajada de Libia.

PROCEDENCIA: El Sol 20/5/87

ARCHIVADO EN: Austria (133)

8704636

01·01

25

ARCHIVAR EN: Libia (130)

TEMA: LIBYA : KADDAFI ACKNOWLED
ECONOMIC DECLINE.

PROCEDENCIA: ENLACE Sudafrica 23/7/87 (Doc 0594/87)

ARCHIVADO EN: ENLACE Sudafrica/135

01·01 8705104

ARCHIVAR EN: Libia (B0)

TEMA: Libya: Talks with the Soviet Union.

PROCEDENCIA: Enlace Sudafricano 16/7/87 Doc 10/6/87

ARCHIVADO EN: E. Sudafrica (B5)

8705120

01·01

ARCHIVAR EN: Libia (130)

TEMA: Tres militares libios aterrizan en Egipto y solicitan asilo político

PROCEDENCIA: 30/3/87 -

ARCHIVADO EN: Egipto (128)

01·01

8705220

# Diplomacia y comercio con Libia; fachada para terrorismo

Cada vez más, los países occidentales están descubriendo que Libia se burla de los privilegios que le son otorgados, ya sean diplomáticos o comerciales, valiéndose de ellos para promover actividades subversivas en los mismo países anfitriones o en países vecinos.

El caso más reciente en que funcionarios libios fueron encontrados "in fraganti" se produjo en Las Palmas de Gran Canaria, donde opera la compañía nacional libia "Lispafish", la cual ha venido sirviendo de fachada para toda la gama de actividades de los servicios de inteligencia libios en Canarias.

Esta información fue suministrada por la policía de Canarias que venía vigilando hace algún tiempo los movimientos de los funcionarios de Lispafish. Según fuentes de la isla, esa empresa hacía las veces, informalmente, de consulado de Libia, ya que todos los ciudadanos de ese país acudían a ella por no haber ni consulado oficial ni otras dependencias libias en Canarias. El informe de la policía de Canarias reveló que el director de la empresa y varios de sus empleados mantenían un estrecho contacto con el grupo independentista del Congreso Nacional de Canarias, movimiento extremista dirigido por Antonio Cubillo. Al ser interrogado, Antonio Cubillo afirmó que la relación de su grupo con los libios era política y moral. Sin embargo, el informe de policía asevera que se trata de influencia ideológica y ayuda económica.

El delegado del gobierno español en Canarias no vaciló en denegar el permiso de residencia al director de Lispafish y a uno de sus empleados, alegando que ambos habían incurrido en actividades contra la seguridad del estado y dándoles un plazo de un mes para abandonar Canarias.

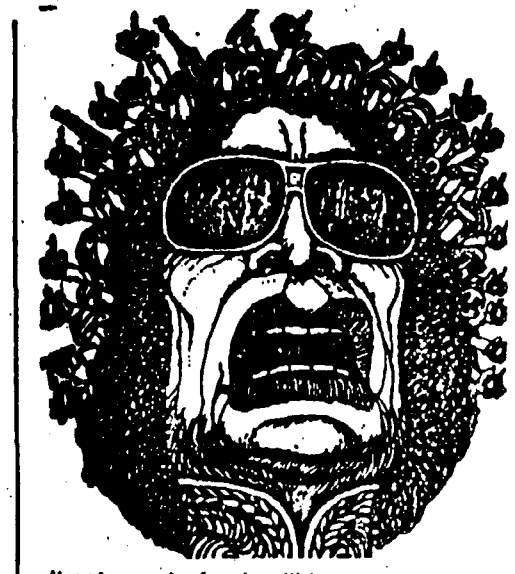
Esta no es la primera vez que se descubre la verdadera personalidad "non grata" de libios en el exterior. Recordemos los innumerables casos presentados en Europa en los últimos años respecto a funcionarios diplomáticos libios involucrados en el financiamiento de terroristas y actividades subversivas. Recordemos también muy especialmente las razones por las cuales Ecuador rompió relaciones diplomáticas con Libia en octubre de 1985. El Presidente León Febres Cordero habló con claridad acerca de la "conexión libia" con el terrorismo incipiente pero muy activo en el país.

Hacía poco tiempo, como producto de un allanamiento policial, se habían descubierto en los alrededores de Quito documentos del Movimiento "Alfaro Vive..." en los cuales se detallaban planes para un viaje de entrenamiento de 18 de sus miembros a Libia, actividad que al parecer se venía practicando desde 1983.

Estas actividades libias son generalmente del dominio público, pero a algunos países todavía les es difícil declarar a los funcionarios de ese país "persona no grata". Es importante que se llamen las cosas por su nombre y aunque un funcionario esté fingiendo de diplomático o de representante comercial, si lo que realmente hace es terrorismo, o narcotráfico, o subversión o espionaje, o cualquiera de las otras especialidades libias, entonces hay que calificarlo y tratarlo como tal.

El mencionado "Alfaro Vive..." se puede decir que es hijo de Nicaragua y Libia. Los primeros 40 miembros de este movimiento fueron entrenados en Nicaragua, con financiamiento y asesoramiento libio, para regresar a Ecuador en 1983 y formar su grupo subversivo. Actualmente, el grupo cuenta con unos 700 miembros, muchos de ellos entrenados en Nicaragua, gracias a Libia. Muchas de estas actividades subversivas contra las democracias del mundo occidental son coordinadas por el centro para la revolución internacional, con base en Trípoli, pero muy activo en la organización de eventos en los más diversos países.

Hace un año el centro organizó una reunión en el Amazonas colombiano para los miembros del batallón América, el cual es proyecto casi enteramente libio, aunque Nicaragua ha colaborado con él. Entre los movimientos subversivos que pertenecen al mencionado batallón, varios reciben



directamente fondos libios para sus operaciones, a saber: el Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional (FMLN) de El Salvador; el Movimiento 19 de abril (M-19) de Colombia y el Alfaro Vive... (AVC) de Ecuador.

Otra zona de interés para Libia es el Caribe. Allí el líder libio Moammar Khadafi ha dedicado grandes esfuerzos por imponerse como "Jefe de la Revolución Mundial". En marzo 1986, el Centro para la Revolución Internacional organizó una reunión en la capital de Curaçao, Willemstad, con el fin de establecer el Movimiento Nacional del Caribe, el cual será coordinado desde su "Oficina del Pueblo" en Suriname.

Ocho países caribeños reciben actualmente asistencia financiera directa de Libia y existen unos 20 movimientos subversivos en los países democráticos del Caribe que también son financiados por Libia. Tanto ha sido el interés de Khadafi por el Caribe que Fidel Castro ha llegado a quejarse ante el Kremlin de "usurpación de jurisdicción

01·01

●705344

130

Libia

## Identifican a un líder libio asesinado

Roma (UP) — La policía antiterrorista identificó a un libio asesinado en Roma como el jefe de un grupo establecido en El Cairo que se opone al gobernante de Libia, Moammar Khadafy.

Las autoridades afirmaron que los asesinos eran miembros de los Comités Revolucionarios Libios (CRL) que apoyan al régimen del coronel Khadafy.

Los investigadores identificaron a la víctima como Yussef Kherbigh, de 40 años, jefe en El Cairo del Frente Nacional para la Salvación de Libia (FNSL), el grupo encabezado por Yussef El Magariaf, un ex embajador en la India.

Dos individuos, quienes declararon a la policía que eran miembros de los CRL, mataron a tiros a Kerbigh, en una calle de Roma. Los asesinos se alejaron rápidamente del lugar, pero fueron capturados por policías.

Una vez en el cuartel general de la policía declararon que habían llegado a Roma con la intención de asesinar "al perro disidente", pero se negaron a dar más información.

Los informes de prensa indican que los pistoleros escogieron una hora y un lugar poco adecuados para cometer el asesinato que simboliza el resurgimiento de la venganza de Khadafy contra los exiliados disidentes que emigraron a Roma y a otras ciudades europeas en 1980 y 1981.

La Prensa 28/7/82



8706032

130 RS

SECRET

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
Fecha de Entrada 4/8/87
Fecha de Salida 2
Pasa a Jefe/Anal Arduino
Nº. de Identificación 1130/87

28 JUNE 1987

REPORT NO.: 6 /3036

SUBJECT: LIBYAN ACTIVITIES IN THE SOUTH PACIFIC ISLANDS

1. THE LIBYAN ACTIVITIES IN THE PACIFIC MADE THE HEADLINES FOLLOWING THE ANNOUNCEMENT OF THE LIBYAN AMBASSADOR TO CANBERRA, SHA'ABAN GHASHUT (ALSO ACCREDITED TO NEW-ZEALAND AND SEVERAL ISLANDS IN THE SOUTH-PACIFIC, INCLUDING VANUATU) ON 7 MARCH 1987. GHASHUT PUBLICIZED THE FACT THAT LIBYA INTENDS TO STEP UP ITS ACTIVITIES IN THE SOUTH PACIFIC AREA BY OPENING AN EMBASSY ON THE ISLAND OF VANUATU WHICH IS A MEMBER STATE OF THE NON-ALIGNED BLOC, THAT IT IS CONSIDERING GRANTING FINANCIAL AID TO THE KANAK REBELS FIGHTING FOR INDEPENDENCE IN NEW CALEDONIA, AND THAT LIBYA WILL DISPATCH A COMMERCIAL DELEGATION TO CHECK OUT INVESTMENT POSSIBILITIES AND AID IN THE AREA.

2. RELATIONS BETWEEN LIBYA AND THE SOUTH PACIFIC STATES BEGAN IN 1984, AND INCLUDED THE FOLLOWING:

A. MILITARY INSTRUCTION - VARIOUS GROUPS OF ISLANDERS, MAINLY KANAKS FROM NEW CALEDONIA AND A GROUP FROM VANUATU, STAYED IN LIBYA BETWEEN AUGUST 1984 AND DECEMBER 1986. SPOKESMEN OF THE VANUATU GOVERNMENT EMPHASIZED THE FACT THAT THEIR PEOPLE HAD GONE TO LIBYA IN ORDER TO RECEIVE TRAINING IN GUERILLA WARFARE.

B. PARTICIPATION IN 'ANTI-IMPERIALIST' CONVENTIONS IN LIBYA - RADICAL GROUPS FROM THE SOUTH-PACIFIC ISLANDS AND SOUTH-EAST ASIA PARTICIPATED IN THREE 'ANTI-IMPERIALIST' CONVENTIONS HELD IN LIBYA SINCE 1985 UNDER THE AEGIS OF THE 'WORLD CENTER AGAINST ZIONISM, RACISM AND IMPERIALISM', WHOSE CENTER IS IN TRIPOLI. REPRESENTATIVES FROM MOST OF THE ISLANDS ATTENDED THE CONFERENCE OF 'REVOLUTIONARY PROGRESSIVE FORCES AND THE PEACE MOVEMENT FROM THE PACIFIC AREA, (18-22 APRIL, 1987), APPARENTLY HELD AT THE TIME OF MEETINGS IN LIBYA MARKING THE ANNIVERSARY OF THE AMERICAN ATTACK ON LIBYA. ACCORDING TO THE PUBLICITY, ABOUT 60 ORGANIZATIONS PARTICIPATED IN THIS CONFERENCE, FROM NEW CALEDONIA, FIJI, NEW ZEALAND, VANUATU, SOLOMON ISLANDS, PAPUA - NEW GUINEA, AUSTRALIA, JAPAN, INDONESIA, THAILAND AND THE PHILIPPINES (WE HAVE NOTHING TO VERIFY THIS AND IT IS NOT CLEAR WHO THE PARTICIPANTS WERE).

C. DIPLOMATIC ACTIVITY - TRIPOLI HAS BEEN MAKING OVERTURES TO THE GOVERNMENTS OF TONGA, SOLOMON ISLANDS, PAPUA - NEW GUINEA, AND OTHER STATES - WITH THE INTENTION OF ESTABLISHING DIPLOMATIC RELATIONS WITH THEM. LIBYA HAS HAD DIPLOMATIC RELATIONS WITH VANUATU FOR THE PAST YEAR.

2/..

D. THE ECONOMIC LEVEL - LIBYAN DELEGATIONS HAVE VISITED THE AREA DURING THE PAST 18 MONTHS (ACCORDING TO THE AUSTRALIAN NEWSPAPER 'THE AGE' - THERE WERE SIX SUCH DELEGATIONS). IN MID-MARCH, THE DELEGATION VISITING VANUATU OFFERED AID TO THE TUNE OF MILLIONS OF DOLLARS (THIS WAS REPORTED BY THE LOCAL PRESS). AS A MATTER OF FACT, THE LIBYANS ARE EXPLOITING THE FINANCIAL DIFFICULTIES OF THESE COUNTRIES IN ORDER TO MAKE TEMPTING OFFERS, PARTICULARLY TO VANUATU, WHOSE ECONOMY COLLAPSED COMPLETELY WHEN IT WAS HIT BY A TORNADO IN FEBRUARY 1987.

SUMMARY AND ASSESSMENT

3. OSTENSIBLY, LIBYA'S MOTIVES FOR OPERATING IN AN AREA SO DISTANT FROM ITS TRADITIONAL ARENA (SUCH AS NORTH AFRICA, THE ARAB AND MOSLEM WORLD) SEEM PUZZLING. POSSIBLY, THE DIFFICULTIES ENCOUNTERED BY LIBYA IN OTHER AREAS OF ACTIVITY (IN AFRICA - THE DEFEAT IN CHAD, IN LATIN AMERICA - THE UNCOVERING OF THE LIBYAN ACTIVITY IN ARGENTINA) HAVE DRIVEN IT TO VIEW THE PACIFIC AREA AS A PREFERRED TARGET FOR DAMAGING WESTERN INTERESTS.
IN VIEW OF THE FACT THAT THE LACK OF SIGNIFICANT COMMERCIAL RELATIONS BETWEEN LIBYA AND THE PACIFIC AREA STATES EXCLUDES ANY ECONOMIC OR COMMERCIAL MOTIVES FOR ACTIVITY IN THE AREA, IT SEEMS THAT THESE MOTIVES ARE PURELY POLITICAL.

4. THESE POLITICAL MOTIVES INCLUDE THE FOLLOWING:

A. LIBYA'S INTENTION TO ATTACK FRENCH INTERESTS IN NEW CALEDONIA, IN RETALIATION FOR THE PART FRANCE PLAYED IN THE LIBYAN DEFEATS IN CHAD.

B. INTENTION TO DISSEMINATE QADDAFI'S IDEOLOGY AND DAMAGE WESTERN INTERESTS IN THE THIRD WORLD COUNTRIES. ALTHOUGH THEY ARE SMALL, THE PACIFIC ISLAND STATES ARE U.N. MEMBERS AND CARRY A CERTAIN WEIGHT IN THE LOCAL ARENA AND IN THE THIRD WORLD, AND LIBYA IS HOPING TO WIN THEIR SUPPORT WITH THE HELP OF A RELATIVELY LIMITED INVESTMENT.

5. IT IS NOT CLEAR WHETHER THERE IS A CONNECTION BETWEEN THE SOVIET AND THE LIBYAN ACTIVITIES IN THE AREA, BUT IT IS POSSIBLE THAT THEY WILL COMPLEMENT EACH OTHER IN THE FUTURE. (IT IS OF NOTE THAT LAST YEAR, VANUATU SIGNED A FISHING AGREEMENT WITH THE SOVIET UNION, GRANTING THE SOVIET MERCHANT MARINE ANCHORAGE RIGHTS IN THE HARBOUR OF PORT-VILA, THE CAPITAL). IN ANY CASE, IT SEEMS THAT AUSTRALIA AND NEW ZEALAND ARE DEEPLY DISTURBED BY THE POSSIBILITY THAT LIBYA WILL COOPERATE WITH THE SOVIET UNION (IN EARLY MAY NEW ZEALAND DEPORTED SOVIET DIPLOMATS).

0 (B

ARCHIVAR EN: Libia (130)

TEMA: LIBYA: POLITICAL SYSTEM AND GOVERNMENTAL STRUCTURE.

PROCEDENCIA: ENLACE Judaica 3/5/67 Doc 422/65

ARCHIVADO EN: ENLACE Judaica (135)

01-01

0706147

ARCHIVAR EN: libro (130)

TEMA: LIBYA: CHAD THREATENED CONCERNING THE AOUZOU STRIP.

PROCEDENCIA: ENLACE Infles 18/8/87 Sa 1232/87

ARCHIVADO EN: ENLACE Infles 135/C

0707073

01·01

ARCHIVAR EN: LIBIA (130)

TEMA: ALGERIA/LIBYA: POSSIBLE FORMATION OF A UNION DEP 23/7/87 (G/0685)

PROCEDENCIA: DOE Nº 1239/87 DEL 19/8/87

ARCHIVADO EN: ENLACE INGLES (135/C)

01·01

87071186

ARCHIVAR EN: Libia (130)

TEMA: LA "CONEXIÓN LIBIA"

PROCEDENCIA: LA PRENSA 28/4/87

ARCHIVADO EN: ECUADOR (115)

8707363

01·01

ARCHIVAR EN: Libro (130)

TEMA: Visita Sorpresiva.

PROCEDENCIA: El Dia 29/6/87

ARCHIVADO EN: Fichaje (8)

01·01

8707422

130 Cuyos [illegible] Israel

LIBIA

SECRET

MINIST[illegible] DE [illegible] [illegible]IONAL
Direc[illegible] Información de Defensa
Fecha de Entrada 4/8/87
28 JUNE 1987
Fecha de Salida
Pasa a Jefe / Tomar [illegible]
Nº. de Identificación 1130/82

REPORT NO.: [illegible] /3036

SUBJECT: LIBYAN ACTIVITIES IN THE SOUTH PACIFIC ISLANDS

1. THE LIBYAN ACTIVITIES IN THE PACIFIC MADE THE HEADLINES (encabezó) FOLLOWING THE ANNOUNCEMENT OF THE LIBYAN AMBASSADOR TO CANBERRA, SHA'ABAN GHASHUT (ALSO ACCREDITED TO NEW-ZEALAND AND SEVERAL ISLANDS IN THE SOUTH-PACIFIC, INCLUDING VANUATU) ON 7 MARCH 1987. GHASHUT PUBLICIZED THE FACT THAT LIBYA INTENDS TO STEP UP ITS ACTIVITIES IN THE SOUTH PACIFIC AREA BY OPENING AN EMBASSY ON THE ISLAND OF VANUATU WHICH IS A MEMBER STATE OF THE NON-ALIGNED BLOC, THAT IT IS CONSIDERING GRANTING FINANCIAL AID TO THE KANAK REBELS FIGHTING FOR INDEPENDENCE IN NEW CALEDONIA, AND THAT LIBYA WILL DISPATCH A COMMERCIAL DELEGATION TO CHECK OUT INVESTMENT POSSIBILITIES AND AID IN THE AREA.

2. RELATIONS BETWEEN LIBYA AND THE SOUTH PACIFIC STATES BEGAN IN 1984, AND INCLUDED THE FOLLOWING:

A. MILITARY INSTRUCTION - VARIOUS GROUPS OF ISLANDERS, MAINLY KANAKS FROM NEW CALEDONIA AND A GROUP FROM VANUATU, STAYED IN LIBYA BETWEEN AUGUST 1984 AND DECEMBER 1986. SPOKESMEN OF THE VANUATU GOVERNMENT EMPHASIZED THE FACT THAT THEIR PEOPLE HAD GONE TO LIBYA IN ORDER TO RECEIVE TRAINING IN GUERILLA WARFARE.

B. PARTICIPATION IN 'ANTI-IMPERIALIST' CONVENTIONS IN LIBYA - RADICAL GROUPS FROM THE SOUTH-PACIFIC ISLANDS AND SOUTH-EAST ASIA PARTICIPATED IN THREE 'ANTI-IMPERIALIST' CONVENTIONS HELD IN LIBYA SINCE 1985 UNDER THE AEGIS OF THE 'WORLD CENTER AGAINST ZIONISM, RACISM AND IMPERIALISM', WHOSE CENTER IS IN TRIPOLI. REPRESENTATIVES FROM MOST OF THE ISLANDS ATTENDED THE CONFERENCE OF 'REVOLUTIONARY PROGRESSIVE FORCES AND THE PEACE MOVEMENT FROM THE PACIFIC AREA, (18-22 APRIL, 1987), APPARENTLY HELD AT THE TIME OF MEETINGS IN LIBYA MARKING THE ANNIVERSARY OF THE AMERICAN ATTACK ON LIBYA. ACCORDING TO THE PUBLICITY, ABOUT 60 ORGANIZATIONS PARTICIPATED IN THIS CONFERENCE, FROM NEW CALEDONIA, FIJI, NEW ZEALAND, VANUATU, SOLOMON ISLANDS, PAPUA - NEW GUINEA, AUSTRALIA, JAPAN, INDONESIA, THAILAND AND THE PHILIPPINES (WE HAVE NOTHING TO VERIFY THIS AND IT IS NOT CLEAR WHO THE PARTICIPANTS WERE).

C. DIPLOMATIC ACTIVITY - TRIPOLI HAS BEEN MAKING OVERTURES TO THE GOVERNMENTS OF TONGA, SOLOMON ISLANDS, PAPUA - NEW GUINEA, AND OTHER STATES - WITH THE INTENTION OF ESTABLISHING DIPLOMATIC RELATIONS WITH THEM. LIBYA HAS HAD DIPLOMATIC RELATIONS WITH VANUATU FOR THE PAST YEAR.

2/..

01·04 8707452

D. THE ECONOMIC LEVEL - LIBYAN DELEGATIONS HAVE VISITED THE AREA DURING THE PAST 18 MONTHS (ACCORDING TO THE AUSTRALIAN NEWSPAPER 'THE AGE' - THERE WERE SIX SUCH DELEGATIONS). IN MID-MARCH, THE DELEGATION VISITING VANUATU OFFERED AID TO THE TUNE OF MILLIONS OF DOLLARS (THIS WAS REPORTED BY THE LOCAL PRESS). AS A MATTER OF FACT, THE LIBYANS ARE EXPLOITING THE FINANCIAL DIFFICULTIES OF THESE COUNTRIES IN ORDER TO MAKE TEMPTING OFFERS, PARTICULARLY TO VANUATU, WHOSE ECONOMY COLLAPSED COMPLETELY WHEN IT WAS HIT BY A TORNADO IN FEBRUARY 1987.

SUMMARY AND ASSESSMENT

3. OSTENSIBLY, LIBYA'S MOTIVES FOR OPERATING IN AN AREA SO DISTANT FROM ITS TRADITIONAL ARENA (SUCH AS NORTH AFRICA, THE ARAB AND MOSLEM WORLD) SEEM PUZZLING. POSSIBLY, THE DIFFICULTIES ENCOUNTERED BY LIBYA IN OTHER AREAS OF ACTIVITY (IN AFRICA - THE DEFEAT IN CHAD, IN LATIN AMERICA - THE UNCOVERING OF THE LIBYAN ACTIVITY IN ARGENTINA) HAVE DRIVEN IT TO VIEW THE PACIFIC AREA AS A PREFERRED TARGET FOR DAMAGING WESTERN INTERESTS.
IN VIEW OF THE FACT THAT THE LACK OF SIGNIFICANT COMMERCIAL RELATIONS BETWEEN LIBYA AND THE PACIFIC AREA STATES EXCLUDES ANY ECONOMIC OR COMMERCIAL MOTIVES FOR ACTIVITY IN THE AREA, IT SEEMS THAT THESE MOTIVES ARE PURELY POLITICAL.

4. THESE POLITICAL MOTIVES INCLUDE THE FOLLOWING:

A. LIBYA'S INTENTION TO ATTACK FRENCH INTERESTS IN NEW CALEDONIA, IN RETALIATION FOR THE PART FRANCE PLAYED IN THE LIBYAN DEFEATS IN CHAD.

B. INTENTION TO DISSEMINATE QADDAFI'S IDEOLOGY AND DAMAGE WESTERN INTERESTS IN THE THIRD WORLD COUNTRIES. ALTHOUGH THEY ARE SMALL, THE PACIFIC ISLAND STATES ARE U.N. MEMBERS AND CARRY A CERTAIN WEIGHT IN THE LOCAL ARENA AND IN THE THIRD WORLD, AND LIBYA IS HOPING TO WIN THEIR SUPPORT WITH THE HELP OF A RELATIVELY LIMITED INVESTMENT.

5. IT IS NOT CLEAR WHETHER THERE IS A CONNECTION BETWEEN THE SOVIET AND THE LIBYAN ACTIVITIES IN THE AREA, BUT IT IS POSSIBLE THAT THEY WILL COMPLEMENT EACH OTHER IN THE FUTURE. (IT IS OF NOTE THAT LAST YEAR, VANUATU SIGNED A FISHING AGREEMENT WITH THE SOVIET UNION, GRANTING THE SOVIET MERCHANT MARINE ANCHORAGE RIGHTS IN THE HARBOUR OF PORT-VILA, THE CAPITAL). IN ANY CASE, IT SEEMS THAT AUSTRALIA AND NEW ZEALAND ARE DEEPLY DISTURBED BY THE POSSIBILITY THAT LIBYA WILL COOPERATE WITH THE SOVIET UNION (IN EARLY MAY NEW ZEALAND DEPORTED SOVIET DIPLOMATS).

INFORME Nº: /3036

TEMA: ACTIVIDADES DE LIBIA EN LAS ISLAS DEL SUR DEL PACIFICO

1.- Las actividades de Libia en el Pacífico comenzaron a partir del momento del anuncio efectuado por el Embajador libio en Camberra, el 7 de marzo de 1987. SHA'ABAN GHASHUT (acreditado además ante Nueva Zelandia y varias islas del pacífico Sur, incluída la de Vanuatu).
GHASHUT hizo público el anuncio de que Libia intenta incrementar su presencia en el área del Pacífico Sur, abriendo una representación diplomática en la Isla de Vanuatu, siendo ésta, un Estado miembro del bloque de los No Alineados, y que está además considerando la posibilidad de financiar la actividad de los rebeldes de Kanak, que luchan por su Independencia en Nueva Caledonia, proyectando, además, el enviar una delegación comercial con el fin de estudiar las posibilidades de inversión y asistencia en el área.

2.- Las relaciones entre Libia y los estados del Pacífico Sur, comenzaron en 1987, incluyendo:

a.- Instruccion militar

Varios grupos de nativos, principalmente Kanaks de Nueva Caledonia y un grupo de Vanuatu, estuvieron recibiendo instrucción militar en Libia desde agosto de 1984 hasta diciembre de 1986. Un vocero del gobierno de Vanuato enfatizó el hecho de que su pueblo habia ido a Libia a fin de recibir entrenamiento en guerra de guerrillas.

b.- Participación en Libia de convenciones "anti-imperialistas"

Grupos radicales de las Islas del Pacífico y del Sudeste de Asia han participado desde 1985, de tres convensiones "anti-imperialistas", llevadas a cabo en Libia y auspiciadas por el "Centro Mundial contra el Zionismo, Racismo e Imperialismo", con su sede en Trípoli. Representantes de la mayoría de las Islas, asistieron a la Conferencia de "Fuerzas Progresivas Revolucionarias y el Movimiento de Paz del Area del Pacífico" (del 12 al 18 de abril de 1987) aparentemente efectuada al mismo tiempo que la reunión que se estaba llevando a cabo en Libia conmemorando el ataque americano a éste país. Según se publicó, participaron en la misma alrededor de 60 organizaciones, procedentes de Nueva Caledonia, Fiji, Nueva Zelandia, Vanuatu, Islas Salomón, Papúa-Nueva Guinea, Australia, Japón Indonesia, Tailandia y Filipinas (no existe nada que pueda verificar esto y no hay nada que pueda aclarar quienes fueron los participantes).

c.- Actividad Diplomática

Libia ha estado manteniendo contacto con los Gobiernos de Tonga, Islas Salomón, Papua-Nueva Guinea y otros Estados, con la intensión de establecer relaciones diplomáticas. Con Vanuatu inició relaciones diplomáticas en el año 1986.



8707452

d.- Panorama económico

Delegaciones de Libia, han visitado el área durante los últimos 18 meses (según el periódico australiano "La Era" hubo 6 de estas delegaciones).

A mediados de marzo, una de ellas ofreció asistencia de una suma millonaria en dólares (según la prensa local).

Es decir, que Libia explota las dificultades económicas por las que están atravesando estos estados para hacer tentadoras ofertas, particularmente a Vanuatu, cuya economía se vió afectada a raíz del tornado que la asoló en febrero de este año.

conclusiones

3.- Los motivos de Libia, para operar en un área tan distante de su tradicional terreno de operaciones (como el Norte de Africa y el mundo árabe) parecen intrincados. Las dificultades que encontró Libia en otras actividades ( en Africa la derrota en Chad y en América Latina la no cobertura de sus actividades en Argentina) han conllevado a que contemple el área del Pacífico como el nuevo objetivo destinado a perjudicar intereses occidentales.

En vista del hecho de la falta de relaciones comerciales de significación entre Libia y los países del área, se excluyen motivos económicos o comerciales para desarrollar sus actividades; en apariencia, los motivos serían de índole exclusivamente políticas.

4.- Los motivos políticos incluirían:

a.- La intensión de Libia de atacar intereses franceses en Nueva Caledonia, como represalia por el rol que Francia jugó en la derrota Libia en Chad.

b.- Intención de diseminar la ideología de KADAFI y de dañar los intereses occidentales en los países del Tercer Mundo. Aún siendo pequeños, los Estados de las Islas del Pacífico, son miembros de la ONU, teniendo por lo tanto, un cierto peso en el terreno local y en el Tercer Mundo, por lo que Libia espera obtener su apoyo con la ayuda de inversiones limitadas.

5.- No está muy claro si existe una relación entre las actividades soviéticas y Libias en el área, pero es posible que en un futuro éstas se complementen. (Cabe destacar que el año pasado, el Gobierno de Vanuatu firmó un acuerdo pesquero con la Unión Soviética, garantizando a la Marina Mercante soviética derechos de puerto en la bahía de Port Vila, la capital). Parecería que los gobiernos de Australia y Nueva Zelandia se demostraron muy preocupados por la posibilidad de que Libia cooperará con la Unión Soviética, (A principios de mayo, el gobierno de Nueva Zelandia deportó diplomáticos soviéticos).

SOM NC



8707452

H.R

LIBIA

130

La Mañana 27/6/87

Suceso ocurrió en el centro de Roma

# Opositor a Khadafy asesinado

ROMA (ANSA y EFE).- Un ciudadano norafricano, que la policía afirma es un libio opositor al coronel Moamar Khadafy, ha sido asesinado ayer en Roma por dos miembros del Comité Revolucionario de Libia, informaron fuentes policiales.

Dos de los llamados justicieros libios han asesinado en el centro de Roma a un norafricano que llevaba consigo el pasaporte de Salham Khelifa, de 39 años y argelino.

El suceso se ha producido poco después de las 11,00 GMT y a pocos metros de las habitaciones del Presidente de la República Italiana, Francesco Cossiga.

La víctima caminaba por la acera de la calle Lucrezio cuando se le acercaron dos hombres que le dispararon con una Walter-38 y con una Beretta del 9 corto, hiriéndole en trece ocasiones.

Los dos asesinos lograron escapar a pie, pero un joven policía, Sergio Condidorio, de 29 años, que regresaba a su casa después de haber cumplido su servicio diario, los siguió y logró desarmarlos y esposarlos.

Inmediatamente después, se presentaron en la zona del tiroteo numerosos miembros de la policía que se hicieron cargo de los dos libios y los llevaron detenidos.

Durante los interrogatorios, los dos libios dieron sus nombres respectivos -Said Alí Tharauni Ramadam, de 29 años, y Omar Mabruk Ghammudi, de 39- y se declararon miembros del Comité Revolucionario de Libia.

Los asesinos, según fuentes de la policía, llevaban en Roma veinte días y se alojaban en una pensión. En su poder se han encontrado sendos billetes de avión Trípoli-Roma-Trípoli.

A las 17,00 GMT ambos pasaron a disposición del

PUBLA

8707556

01·01

1.R1

930

[redacted] y movimientos separatistas en el [redacted]

PERLA

# Aventuras de Libia en el Pacífico Sur

TIME PESE a encontrarse al otro lado del mundo, Libia se hace sentir en el Pacífico Sur: sólo en el año pasado, los agentes de Muammar Khadafy ofrecieron fondos y armas a grupos rebeldes de Papúa, Nueva Guinea, dieron apoyo a un movimiento separatista de aborígenes australianos, enviaron armas a disidentes de Nueva Caledonia y trataron de abrir una representación en la diminuta república de Vanuatu.

El gobierno australiano —ya sacudido por el golpe militar en las Fiji— decidió hacer algo. La semana pasada, el primer ministro Bob Hawke ordenó que la embajada libia en Canberra fuera clausurada. Había "evidencia incontrastable" de que la llamada "Oficina del Pueblo" era en realidad un centro de "actividades desestabilizadoras". Entre ellas, preocupaban en especial al gobierno las que afectaban a los 170.000 aborígenes del país: en abril, Khadafy ofreció públicamente fondos y ayuda para que ellos establecieran un estado separado de Australia, oferta que desde entonces el líder libio ha negado.

Las actividades de Trípoli en el Pacífico son extensas. Los rebeldes de Nueva Caledonia —indígenas melanesios a los que se llama kanaks— reciben armas libias en su lucha contra las autoridades coloniales francesas.

Las autoridades de Papúa denuncian que los libios agitan a las tribus de la frontera con Indonesia con promesas de apoyo y, en Vanuatu, dos agentes libios fueron capturados el mes pasado mientras buscaban un local para abrir una oficina, aparentemente sin autorización del gobierno.

No es que el primer ministro de Vanuatu, Walter Lini, no se lleve bien con Libia: su partido enviará próximamente 70 de sus militantes para ser entrenados militarmente en Trípoli, continuando un plan conjunto que ya vio a dos contingentes más pequeños hacer el viaje hasta África del Norte.

Las razones por las que Libia trata de mantener una presencia política en una zona tan alejada no son claras, pues no existen argumentos geográficos o económicos válidos. Una explicación posible puede ser su deseo de irritar a franceses y norteamericanos, sus principales enemigos occidentales, y al mismo tiempo distraer su frente interno de la derrota sufrida en el Chad. Sin embargo, analistas estratégicos occidentales afirman que las actividades libias preparan el terreno para una mayor presencia de la Unión Soviética en la región. Los soviéticos han expandido su flota del Pacífico y negociado pactos pesqueros con varias naciones de la zona. ■

EL OBSERVADOR 3/7/87

01·01

8707775

LA MAÑANA

Libia

13 JUL. 1987

*Pensado por EE.UU. Sudán y Egipto*

# Plan contra el líder libio

**WASHINGTON (EFE).- Estados Unidos, Egipto y Sudán prepararon una trampa para el líder libio, Muamar el Gadafi, en 1983, con la que esperaban eliminar parte de la Fuerza Aérea de Libia, pero la operación se canceló debido a filtraciones en la prensa norteamericana.**

**Así lo reveló ayer el Washington Post, al precisar que el objetivo del plan era llevar a Libia a invadir el espacio aéreo sudanés para que luego Egipto pudiera contraatacar y asestar un rápido golpe a los libios.**

**Altos funcionarios en Washington, El Cairo y Jartum, acordaron llevar a cabo la trampa con la esperanza de neutralizar un tercio de la Fuerza Aérea de Gadafi y desalentar sus intentos por desestabilizar a sus vecinos, señalaron las fuentes.**

**La operación conjunta fue inicialmente concebida y desarrollada por el ex presidente sudanés Gaafar el Numeiri y sus fuerzas de seguridad, precisaron.**

## CONTENIDO DEL PLAN

**El plan preveía que agentes sudaneses encubiertos, que, desde hacía algun tiempo se hacían pasar por miembros de un movimiento prolibio en Jartum, convencieran a Trípoli de que interviniera militarmente para derrocar al régimen de Numeiri.**

**En cuanto Gadafi cayera en la trampa y sus bombarderos penetraran en el espacio aéreo sudanés, la Fuerza Aérea de Egipto, guiada por radares volantes norteamericanos AWACS y reabastecida en vuelo, si fuera necesario por unidades estadounidenses, debía lanzar un contraataque contra la aviación libia, dijo el diario.**

**La operación se canceló cuando la prensa norteamericana informó sobre el envío de Awacs al Oriente Medio y el posible movimiento de un portaaviones norteamericano y sus buques de escolta.**

**El objetivo norteamericano en la operación -aprobada por el Presidente Ronald Reagan a mediados de febrero de 1983- era demostrar a Gadafi que sus intentos por subvertir e intimidar a países vecinos más débiles provocarían una respuesta de fuerza.**

**Las fuerzas [illegible] de seguridad habían detectado o frustrado, antes de los preparativos de la operación, un total de 55 actos hostiles o de subversión contra el gobierno de Numeiri.**

**Estados Unidos bombardeó en abril de 1986 varios objetivos en Libia en represalia por la supuesta implicación de Trípoli en un atentado contra una discoteca en Berlín-Oeste.**



8708116

ARCHIVAR EN: Libia (130)

TEMA: Llamado el líder libio

PROCEDENCIA: El Día 19/7/87

ARCHIVADO EN: Amnesty Internacional (237)

01 01

8708418

ARCHIVAR EN: Libia (BO)

TEMA: Secretaria Embajadas entre Chad y Libia.

PROCEDENCIA: LA HABANA 10/8/87

ARCHIVADO EN: CHAD (12F)

01·01

8708422.

130

Libia - Argelia → Cruzar

Insiste en su sueño de unificación árabe

LA PATRIA 1-7-87

PERIA

# Khadafy propuso a Argelia la formación de una federación

LONDRES. (ANSA, EFE y UPI).— Insistiendo en su sueño de la unificación árabe, el gobernante libio, Moammar Khadafy, pidió a los dirigentes políticos de Argelia preparar documentos para proceder a la fusión de su país con Libia, informó un despacho recibido ayer en esta capital.

Kadhafi, que el domingo llegó de visita oficial a Argelia, ha tratado desde 1969 de fusionar a Libia con Marruecos, Túnez, Nigeria, Chad, Egipto y Sudán. Ayer Khadafy pronunció un discurso ante la Asamblea Nacional de Argelia, donde dijo que es preciso que el mundo árabe se una "para evitar el colonialismo".

En su discurso Khadafy reveló qué horas había puesto en manos del Presidente de Argelia, Chadli Bendjedid, "la idea crear una federación entre nuestros países".

"Le dije que por favor proceda a preparar un documento con todos los artículos y arreglos institucionales para esa unión, para firmarlos de inmediato", relató el líder libio.

Acotó que quisiera que Argelia sea el país "que tenga el honor de cambiar el mapa de la región. En esta etapa de grandes conglomerados, la unidad árabe es una urgencia".

No hubo reacción oficial de parte del Gobierno de Argelia en torno al discurso de Khadafy, transmitido por la radio y televisión oficial de Libia, captadas en esta capital por la BBC.

01·01

8708442

130

9/9/87

La Habana

# Bajas libias

YAMENA (ANSA, EFE y UPI).- Unos 1.713 soldados libios murieron otros 312 fueron hecho prisioneros por las fuerza de Chad en el ataque a l base militar de Maata es-Sara el pasado fin de semana.

Así lo anunció ayer Yamena un portavoz d ejército de Chad al d cuenta del resultado de primera incursión de l fuerzas de este país territorio libio.

El portavoz dij también que Chad regist por su parte la muerte 65 soldados y otros 1 resultaron heridos en operación militar contra base libia, una de las m sangrientas entre los ejé citos de ambos países.

La base de Maatan e Sara está situada a más 100 kilómetros al norte d la frontera entre Chad Libia.

Entre los prisioneros s encontraban, según c comunicado, tres asesore militares, de los que do son yugoslavos y otro de l República Democrática Alemana.

8708585

01-01

HR

ARCHIVAR EN: Libia (130)

TEMA: Francia preocupada por escalada militar en Chad. Tambien destruyo Un2 base Libia.

PROCEDENCIA: LA HABANA 8/9/87

ARCHIVADO EN: Chad (127)

01-01 8708595.

HR

ARCHIVAR EN: Libia (130)

TEMA: BAJAS LIBIAS.

PROCEDENCIA: LA HAVANA 9/5/87

ARCHIVADO EN: CHAS (127)

8708617

01-01

130

# Libia se introduce en el Pacífico Sur

...tralia, el señor Hawke, consideró descabellado y monstruoso la intromisión libia en el Pacífico Sur.

Buscando nuevos horizontes después de su derrota vergonzosa en el Chad, Gaddafi busca nuevos lugares para su demente labor de desestabilización dondequiera él logra hacer pie. Esta vez trata de utilizar el miniestado de Vanuatu, grupo de pequeñas islas muy cercanas a Australia, para introducirse en esta zona del globo terráqueo, que es de directo interés para su seguridad del continente australiano.

Viendo una posibilidad para fomentar la inestabilidad y difundir su tipo de extremismo radical en la que hoy es una de las regiones más sensibles del mundo, el Cnel. Muammar Gaddafi está en vías de abrir un "People's Bureau" en Port Vila y espera hacer lo propio en Fiji, Papua, Nueva Guinea, Las Islas Solomon y Tonga. A los isleños se los lleva a Trípoli para que reciban entrenamiento para-militar y se ofrecen "paquetes" muy atractivos de ayuda. Los libios están apoyando no sólo a elementos radicales en la lucha Nassak contra los franceses en Nueva Caledonia sino también en el Movimiento Papua libre en la Irian Jaya.

Más allá de toda malevolencia, no hay una explicación racional para la iniciativa de Trípoli. El Pacífico Sur está bien alejado de cualquier área de legíti... interés estratégico libio. Su atractivo, para el Cnel. Gaddafi parece éstar en el hecho de que es un ambiente propicio para una ascendente rivalidad de superpotencias y que algunos de los gobiernos de las islas y de los movimientos políticos pueden estar bien dispuestos hacia la clase de retórica "anti-imperialista" propagada por los libios.

Al haber sido rechazado otra vez más en una de sus aventuras africanas, él dirigió su atención a un área donde ve la oportunidad de causarles problemas tanto a EE.UU. como a Francia, y de explotar las debilidades de los estados pequeños y vulnerables y de sus movimientos políticos.

La aseveración del Sr. Hawke es correcta en cuanto a que la intromisión de Libia se base en la determinación de provocar "terrorismo e inquietud".

En la actualidad debe agotarse cualquier esfuerzo ...cidente a convencerlo de que Libia no tiene lugar en la región.

Los países isleños y en especial Vanuatu no deberán abrigar duda alguna acerca de los peligros de un acercamiento a los libios.

La intromisión soviética en la región ya ha creado gran preocupación, y la de los libios añade una peligrosa dimensión a ésta. Moscú haría bien en usar su influencia para disuadir al Cnel. Gaddafi que no intente introducirse en el Pacífico Sur.

OPINION 31/7/87

PERU

Virto

01·01

8708788

HR LIBIA 130 13/4/87 Nº 802 CAMBIO 16

INTERNACIONAL

# Gadafi, de derrota en PERLA derrota hasta la «victoria» final

**La reciente derrota militar sufrida por Gadafi en Chad, que coincide con el décimo aniversario de la creación de la Yamajiriya libia, coloca a Gadafi en una de las peores situaciones personales de toda su vida.**

TRAS el desastre de la guerra perdida en el Chad, que para muchos ha iniciado la cuenta regresiva de su vida política, el líder libio lanzó una amenaza terrible, que ya nadie toma en serio. «Somos capaces de lanzar, en cualquier dirección, centenares de aviones, millares de tanques y medio millón de soldados», dijo. En Chad, sus tropas han recibido una paliza que ha entrado en la historia del África contemporánea, y en los manuales de estrategia militar. Pero, convencido, del valor mágico de las palabras, el coronel niega que haya tropas libias combatiendo en Chad y, por tanto, declara inexistentes las derrotas.

La humillante derrota sufrida en el norte del Chad es la flecha más lacerante, está desangrando la popularidad del «pensador revolucionario, líder maestro, hermano», que son los únicos títulos políticos que Gadafi atesora desde que decidió, hace una década, abolir todos los cargos para construir un poder teóricamente basado en el directo control popular. (De allí que el país haya sido rebautizado con el nombre de *Yamajiriya*).

En menos de cuatro meses, las FANT (Fuerzas Armadas Nacionales del Chad), guiadas por el presidente Hisene Habré, con el apoyo abierto de Francia y Estados Unidos, han descalabrado el dispositivo de 15.000 soldados libios que se habían desplegado desde hacía casi cuatro años al norte del paralelo 16. Chad es una especie de candado estratégico y para los sueños de panafricanismo en clave islámica del coronel representaba una tentación irresistible. Sudán, Nigeria, Níger, Camerún y la República Centroafricana limitan con el país que el líder libio casi tuvo en sus manos, haciendo sonar la alarma roja en París y Washington. Gadafi primero se había engullido, en 1973, la franja de Ozú, un vasto territorio situado entre las pendientes de las montañas del Tibesti y la frontera meridional libia. La región desértica cuyo corazón es el oasis de Ozú fue incorporada a la Libia colonial por el pacto que en 1935 suscribieron el *duce* Benito Mussolini y el primer ministro francés Pierre Laval, después fusilado por colaboracionista. El acuerdo no fue ratificado y el litigio pasó a los países independientes. Gadafi cortó por lo sano y ahora la franja de Ozú puede convertirse en un escenario bélico de graves dimensiones geopolíticas.

El presidente Habré decidió en diciembre lanzar una ofensiva en gran escala, al enterarse de que el rebelde Gukuni Uedei, refugiado en Trípoli, había entrado en colisión con Gadafi y hablaba de pacificación. Los franceses pidieron prudencia y desde la semana pasada están maravillados: Hisene Habré se demostró un genio militar y las tropas chadianas lucieron una capacidad táctica excepcional.

PRISIONEROS *libios en Chad: los «héroes», humillados.*

A bordo de *jeeps* Toyota armados con ametralladoras y bazukas antitanque, utilizando además con ojo experto un misil antitanque francés de nombre Milan, los soldados regulares y las tribus tebú fueron subiendo rápidamente, con la mirada puesta en la conquista de Faya-Largó, el oasis donde nació el presidente Habré y de donde debió retirarse desordenadamente en 1983.

En enero cayó Fada, donde murieron 800 soldados libios. Los consejeros militares franceses declararon que era mejor evitar «apuestas locas». Pero Habré no les hizo caso. Sus tropas eran hábiles, bien armadas y mejor motivadas. El presidente se apoyó en el renaciente nacionalismo chadiano, que él sabe manejar y armonizar mejor que nadie, en el archipiélago de tribus y etnias rivales. Los *jeeps* constituyeron la caballería imbatible, que deshizo las enormes pero lentas y estáticas fuerzas blindadas libias. En el norte de Chad había un equivalente del Dien Bien-Phu que en 1954 fue el símbolo del final del poder colonial francés en Vietnam. Su nombre: Guadi-Dum. Un bastión que parecía inexpugnable con ataques frontales del desierto; construido con planificación de los alemanes orientales y al servicio de un dispositivo de defensa soviético. En el centro, una base aérea con pistas de 3.800 metros, protegida con sistemas de misiles, redes de radares, campos minados y escuadrillas de cazas Mig.

Todo inútil. Mil doscientos soldados libios quedaron para siempre en Guadi-Dum y otros tres mil se dispersaron en desbandada por el gran desierto.

CUATRO días después, el 27 de marzo, las tropas chadianas habían descendido desde el nordeste unos 150 kilómetros y Faya-Largó cayó como una pera madura.

El poder libio en el norte del Chad ya no existe y el presidente Hisene Habré ha proclamado que el próximo objetivo es recuperar la franja de Auzú. Pero los franceses prefieren la vía pacífica de la Corte de Justicia de La Haya. Gadafi luchará para defender 80.000 kilómetros cuadrados que considera territorio libio. Ha acumulado vastas fuerzas en la zona y cuenta con media docena de bases militares.

Con sus habituales excesos verbales, el coronel anunció que convertiría a Libia en un país comunista y prometió hasta represalias nucleares. Estas bravatas fueron leídas como una fuga hacia adelante, desesperada.

Las penurias económicas y los desastres militares en el Chad hacen crecer el descontento, aunque muchos creen que Gadafi tiene cien vidas y que logrará controlar el descontento abierto que reina entre las Fuerzas Armadas, mal pagadas y peor adiestradas. Un avión C-130 y un helicóptero aterrizaron hace escasas semanas en Egipto y sus tripulaciones pidieron asilo político. Gadafi, precavido, permanece poco tiempo en Trípoli. Casi siempre acampa en el desierto de Sidra, donde hará levantar una nueva capital en la zona de Al-Yutra, donde reina su familia, y que sus enemigos llaman *Gadafistán*. ■





0709486

ARCHIVAR EN: Libia (130)

TEMA: Medidas de Conflicto Chad-Libia

PROCEDENCIA: La Habana 1/10 82

ARCHIVADO EN: CHAD (127)

01·01

8709935

R/

ARCHIVAR EN: LIBIA (130)

TEMA: LIBIA EN UN GIRO, PIDIO JUNTO A IRAK QUE TERMINE LA GUERRA

PROCEDENCIA : Oxfam 11/9/87

ARCHIVADO EN: CONFLICTO IRAN. IRAK (081)

8710074

01·01

HB

ARCHIVAR EN: LIBIA. (130)

TEMA: KADAFI Y LA GUERRA. CONTRA CHAD.

PROCEDENCIA: EL DIA 18/9/87.

ARCHIVADO EN: CHAD (127)

8710083

01·01

HJ

ARCHIVAR EN: Libia (130)

TEMA: Cese fuego entre Chad y Libia

PROCEDENCIA: El Dia 12/7/87

ARCHIVADO EN: CHAD (128)

01-01

8710413

ARCHIVAR EN: Libia (130)

TEMA: Aviones libios volaron sobre Territorio Chadiano.

PROCEDENCIA: LA MAÑANA 13/9/87

ARCHIVADO EN: CHAD (127)

8710414

01·01

H3

ARCHIVAR EN: Libia (130)

TEMA: El acuerdo IRAK-Libia: hay algo para cada uno.

PROCEDENCIA : Clarín 13/9/87

ARCHIVADO EN: IRAK (040)

8710531

01·01

"COMBATO A PESAR MIO"

# Kadafi acusa a Washington

TRIPOLI, 6 (Por Jean Gueyras, especial de "Le Monde" para Clarín). — "No estoy feliz de combatir contra el Chad; sólo lo hago a pesar mío". El coronel Muamar Kadafi, vestido con su uniforme, ofrece un modesto gesto de triunfo.

Pocos días antes, en las ceremonias de conmemoración del 18° aniversario de la revolución, frente a miles de libios llegados de todas partes del país, recién había evocado el tema de la guerra del Chad y la "liberación de Auzu" tras dos horas de discurso en la plaza Verde de Trípoli.

Generoso y en actitud de olvidar el pasado, Kadafi sostenía —antes del informe sobre los ataques chadianos a territorio libio (ver crónica aparte)— que "no hay problemas entre Libia y el Chad, que tienen una historia y una tierra comunes".

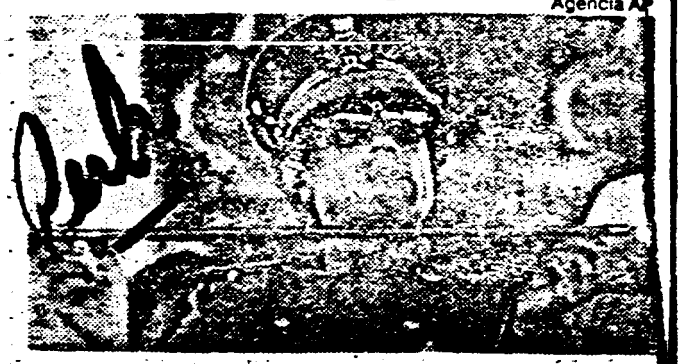
"Si ellos dicen que Auzu pertenece al Chad —agregaba—, yo respondería que N'Djamena es libia, porque desde el punto de vista demográfico no hay diferencias entre nuestros dos países. Después de todo, fuimos nosotros quienes armamos a Hisen Habre cuando militaba en el Frente de Liberación del Chad.

Para Kadafi, quien se refiere a Estados Unidos como "ese Satán tiránico, enemigo de los pueblos y de la paz", es Washington quien empuja al régimen de Habre a "organizar las provocaciones contra Libia". Propone que "se ponga fin a este juego peligroso" y sugiere una especie de pacto de no agresión entre los dos países, a partir de que Trípoli se comprometería a "no intervenir militarmente en el Chad", mientras que las diferentes fracciones chadianas se esforzarían, gracias a la mediación de algunos países africanos, a arreglar sus diferencias y sellar una reconciliación.

"Admitimos que la tarea es difícil —dice Kadafi—, pero es la única solución; por nuestra parte, volvemos a decir que no queremos combatir al Chad sino más bien liberar Palestina. No constituye un honor para nosotros derrotar al Chad".

Insiste en que "es necesario que Habre vuelva a alinearse en el campo de los revolucionarios africanos antes de que sea demasiado tarde", para agregar que "si persiste en escuchar el canto de sirena de ultramar y mantiene sus provocaciones contra Libia estamos en condiciones de desar-

Agencia AP



Coronel Muamar Kadafi, jefe de Estado libio: "La guerra no tiene sentido".

mar a toda la población chadiana, de Norte a Sur, hasta el último cuchillo".

El líder libio retorna luego a una de sus obsesiones, para asegurar que "nada podrá solucionarse si la unidad árabe no se concreta".

Según él, la unidad es posible en estos momentos entre Libia y Argelia: será proclamada el próximo 1° de noviembre". Kadafi dio a conocer un proyecto detallado de unión federal que reagruparía a todos los países árabes, independientemente de sus sistemas políticos.

Finalmente, Kadafi abordó el delicado tema del conflicto del Golfo Pérsico, una "guerra sucia" que, según él, permite a Estados Unidos "infiltrarse en la región".

Luego de estigmatizar a los "países árabes que cavan su propia tumba al pedir socorro a Estados Unidos", en alusión a Kuwait, Kadafi cuestiona a la URSS a la cual atribuye "haber faltado a su deber de solidaridad internacional al permitir a Estados Unidos instalarse en el Golfo".

"En cuanto a nosotros —señala Kadafi— hacemos todo lo que podemos para terminar con esta guerra y explicar a nuestros amigos iraníes que el conflicto no tiene más sentido. No traicionaremos a la revolución iraní.



8710541

Le Monde
Exclusivo EL DIA

El Día

# Una victoria para el coronel Kadafi

Con evidente embarazo acogieron las autoridades francesas la reciente recuperación de Aouzou por el Ejército libio. Por cierto, París había desaconsejado a Hissene Habré que resolviera por la fuerza la suerte de esta banda de tierra ocupada por el coronel Kadafi hace más de diez años en virtud de un acuerdo firmado hace mucho por Mussolini y Laval, pero que nunca fue ratificado. Lo cual no obsta para que el revés infligido a las tropas chadianas, desprovistas de toda cobertura aérea, amenace opacar la reputación y la credibilidad francesa en toda una parte de África.

Este nuevo episodio de la crisis chadiana ilustra una vez más la ambigüedad de las relaciones que existe entre París y N'Djamena: a las autoridades francesas —y en este tema Mitterrand y Chirac están en la misma longitud de onda— les cuesta ocultar sus reticencias respecto de la personalidad de Hissene Habré, mientras que a este último le cuesta aceptar los eternos consejos de prudencia que le prodigan.

Hasta el momento las "desobediencias" de Habré le habían resultado.

Así fue como pudo expulsar a los libios de los territorios del norte e infligir una derrota memorable al Ejército del coronel Kadafi. Tanta audacia había hecho temblar a París. Francia, sin embargo, no desautorizó al jefe del Estado chadiano en este asunto, tal como debía hacerlo, durante la ofensiva lanzada contra Aouzou.

¿La posición francesa estimuló al coronel Kadafi para que lanzara su contraofensiva? Así lo piensan en N'Djamena, sin decirlo demasiado. En todo caso, es seguro que la aviación libia hizo la diferencia en Aouzou, si bien en el suelo los hombres del coronel Kadafi cambiaron de táctica, abandonando, en especial, los tanques pesados en beneficio de artefactos sin duda menos estudiados *pero mucho más ligeros y manejables.*

¿Y ahora? La derrota de Aouzou constituye indiscutiblemente un rudo golpe para Habré, cuyos recursos en combatientes de valor no son inagotables. También va a volver a poner a la orden del día las críticas de las que le reprochan al jefe del Estado chadiano no ser un hombre de guerra y desdeñar la reconstrucción y la administración de su país —uno de los más pobres de África— en beneficio de un arreglo de cuentas fronterizo que sólo interesaría a los tibus del norte. Por lo tanto, habrá que esperar nuevas fricciones con París; que va a tener que escuchar demandas por más armas para reemplazar las pérdidas en Aouzou, en particular, coletes antibalas [illegible]

El gran vencedor del día es, por supuesto, el coronel Kadafi. Costosa victoria, por cierto, pero soportable en un régimen totalitario y que le permitirá al hombre de Trípoli lanzarse de nuevo a una de sus actividades preferidas: jugar con la palabra negociación. Es dudoso, en efecto, que por el momento tenga la voluntad de abusar más de su ventaja en el norte de Chad y arriesgar una confrontación con Francia, que recientemente hizo conocer que el 16° paralelo ya no constituía un límite para su intervención. Sin duda, el coronel preferirá presentarse como hombre que lucha por su derecho, dispuesto a negociar, aunque luego diga que su anexión de la banda de Aouzou no es negociable. Esta actitud es la que limita considerablemente la toma de una posición francesa a favor de un arbitraje internacional sobre este problema.



8710696

CLARIN — Buenos Aires, miércoles 23 de setiembre de 1987

# Murieron dos asesores de la URSS en el sur de Libia

MOSCU, 22 (EFE, UPI y AP). — Dos asesores militares soviéticos murieron en el transcurso de un combate en el sur de Libia, anunció hoy en rueda de prensa el portavoz del ministerio de Asuntos Exteriores de la URSS, Boris Piadishev.

Moscú había informado hace una semana que dos especialistas que cumplían una misión en Libia habían desaparecido en la zona sur, cerca de la disputada área de Auzu, donde a comienzos de este mes una base aérea fue atacada por tropas del Chad.

El vocero Piadishev confirmó que los dos militares "habían sido enviados a Libia para ayudar al mantenimiento del equipo militar", pero no dio detalles sobre las circunstancias de sus muertes ni sobre los equipos para los que se había requerido su asesoramiento.

"La información recibida —dijo el portavoz— indica que ambos especialistas perecieron durante las hostilidades en el territorio libio".

La guerra entre ambos países africanos tiene su desarrollo en el norte del territorio chadiano, pero en algunas ocasiones los combates se han propagado al sur de Libia.

Aunque las tropas chadianas han reclamado responsabilidad por la muerte de dos pilotos, uno cubano y otro de Yemen del Sur, durante combates librados en años anteriores, rara vez han mencionado la existencia de asesores soviéticos en la zona de hostilidades.

La Unión Soviética es la mayor proveedora de armas de Libia, y apoya el reclamo de ese país sobre el territorio de Auzu.

### ♦ Reunión de la OUA

El comité "ad hoc" creado por la Organización para la Unidad Africana (OUA) para buscar una solución negociada al conflicto entre Libia y Chad se iniciará mañana miércoles en Lusaka, donde algunas de las delegaciones que hoy comenzaron a arribar manifestaron un cierto escepticismo acerca de las reales posibilidades de mediación.

De la reunión participarán los jefes de estado de Argelia, Nigeria, Gabón, Camerún, Senegal y Mozambique; también han sido invitados el presidente de Chad, Hissene Habre, y el máximo líder libio, Muamar Kadafi, a asistir a las deliberaciones.

Pero hasta el momento ningún miembro de la delegación libia invitada a Lusaka ha hecho acto de presencia en la capital zambiana. Allegados al presidente de Zambia y de la OUA, Kenneth Kaunda, manifestaron que resulta prematuro especular sobre las consecuencias que una eventual inasistencia de Kadafi tendría sobre las deliberaciones.

Un portavoz de Gabón, país que preside el comité, manifestó que "la ausencia de Kadafi y su decisión de contratar mercenarios drusos para combatir contra Chad inducen forzosamente al pesimismo".



8710709

LIBIA
Quizon ISRAEL

30

—QUE terroristas ante-
grantes de la guardia perso-
nal de Jasser Arafat, asesina-
ron en Gaza a un oficial israe-



8710715

ARCHIVAR EN: Libia (130)

TEMA: CHAD Denuncia Violaciones de Libia
Acordaron un cese del fuego
Hissene Habre y Muamar Kadafi

PROCEDENCIA: Clarin 12/9/87

ARCHIVADO EN:
CHAD (127)

01·01

8710756

LIBIA

# Khadafi quiere la bomba atómica

Declaraciones recientes el líder libio, Moammar Khadafi, indican que lejos de abandonar su antiguo sueño de poseer armas nucleares, en estos momentos, está colocando otra vez el tema sobre el tapete.

La derrota de Chad fue particularmente amarga para Khadafi debido en primer término a que significaba un gran retroceso en sus planes de panarabismo —un gran y poderoso imperio árabe con él a la cabeza. Pero tal vez más importante todavía, la derrota de Chad significó la pérdida de cuantiosos depósitos de uranio, así como de aluminio y hierro, los cuales él ya daba por suyos.

El uranio de Chad sería una contribución nada despreciable para sus planes nucleares. Es de recordar que Libia atacó a Chad por primera vez en 1974, a raíz de celebrar un contrato con Argentina que contemplaba la transferencia de tecnología argentina a Libia relativa a la extracción de uranio. La franja norte que Khadafi hizo anexar a Libia es precisamente la porción de Chad más rica en uranio.

¿Para qué quiere Khadafi tecnología nuclear? Sencillamente para controlar el mundo. La prensa internacional lo ha descrito, en este aspecto de sus delirios de grandeza, como el "genio malo" de las películas que ciencia ficción, que tiene amenazado al mundo con una bomba que ha logrado poseer.

Sus propias explicaciones no son menos fantasiosas. En un discurso a jóvenes universitarios libios en el mes de junio pasado, el cual fue captado y difundido a Occidente por la BBC de Londres, Khadafi alegaba que necesita la energía nuclear para defender al mundo árabe mientras éste llega a desarrollarse.

El desarrollo, o sea las condiciones necesarias estipuladas por Khadafi, son el llegar a numerar mil millones de personas, lograr la desalinización del agua y liberar a Palestina. Las armas nucleares serían "armas defensivas" hasta ese momento.

La energía nuclear no la poseerá el mundo árabe sin mucha investigación e inversiones de mayor envergadura, dijo Khadafi y en esto tenía razón. Pero entonces agregó que el mundo árabe no había podido lograr la energía nuclear hasta la fecha debido a la intimidación de Occidente.

Por supuesto que hay muchos puntos dudosos en sus declaraciones. Uno de ellos sería el hecho de que Khadafi habla del mundo árabe como si fuera un concepto consustancial con su persona y que sus ambiciones las hace coincidir con las necesidades de todos los árabes.

Khadafi no ha podido obtener capacidad nuclear sencillamente porque los países que la poseen y que podrían concertar su transferencia aunque sea parcial, conocen las motivaciones de Khadafi.

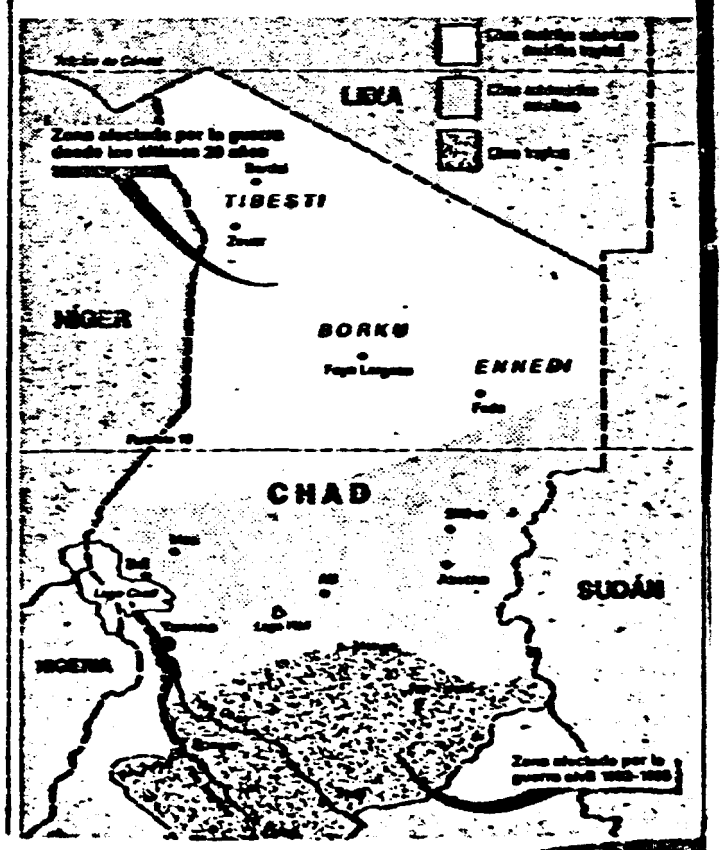
El primer esfuerzo desplegado por Khadafi en este sentido fue en 1970, cuando envió a su adjunto, Abdul Jalloud, a China en procura de un acuerdo nuclear. La misión resultó en un fracaso rotundo.

Desde 1973, a raíz de la cuadruplicación de los precios petroleros y por ende, de sus ingresos, Khadafi hizo muchos mayores esfuerzos aún. Pero sus intenciones no son pacíficas y ningún país estuvo de acuerdo en abrirle el camino hacia su preciado sueño de poseer la bomba.

Libia ha logrado, sí, algunos contratos limitados mediante los cuales ha podido hacer colocar en su territorio misiles tierra-tierra, por ejemplo. También tiene algunos planes conjuntos con Pakistán, país que ha visto en los petrodólares de Khadafi la manera de adelantar sus propios proyectos.

Igualmente, Khadafi ha celebrado acuerdos con la Unión Soviética y con Argentina, sobre todo después del envío a ésta de armamentos libios por un valor de 100 millones de dólares durante la guerra de las Malvinas. Pero hasta ahora se ha podido evitar que Khadafi posea la bomba.

Mientras Khadafi siga empeñado en apoderarse de la bomba, el mundo árabe se encontrará limitado en su acceso a la energía nuclear. Lo importante es lograr que el mismo mundo árabe contrarreste el obstáculo que le impone Khadafi y haga valer la distinción entre las necesidades árabes y los sueños de un loco.






8711029

ARCHIVAR EN: Liga (130)

TEMA: "Cumbre Arabe Amman"

PROCEDENCIA : LA HABANA 5/11/87

ARCHIVADO EN: Liga Arabe (045)

01·01 8711043

KR

ARCHIVAR EN: Libia (130)

TEMA: Irán lanzó dos misiles contra Bagdad: mensaje a la Liga Arabe

PROCEDENCIA : El País 9/11/87

ARCHIVADO EN: Conflicto Irán-Irak (081)

8711088

01·01

ARCHIVAR EN: Libia (130)

TEMA: Libya: Growing internal discontent.
(Adj Traducción: Libia: Crecimiento del Descontento interno).

PROCEDENCIA: ENLACE Sudafrica 20/11/87 le 152/87

ARCHIVADO EN: ENLACE Sudafrica (135)

8711177

01·01

HB

LIBIA

930

DPTO. ... 23.11.87 ... RECIBIDO

PERIP

# Dictador en plena decadencia

*Abdel Hamid Bartucho se tiene el líder de la oposición libia contra el dictador Mohammar Kadhafi. Reside en Roma por el momento y ha formulado acusaciones de suma gravedad contra uno de los dirigentes del terrorismo mundial (Kadhafi).*

*Hamid Bartucho es un hombre de 50 años, de vasta capacidad intelectual que se ha visto en la obligación de vivir "de saltado en casa", porque los asesinos de Kadhafi han intentado ultimarlo en dos oportunidades, durante los años 1984 y 1985.*

*Esta es la síntesis de las acusaciones que entregó en Roma y a la agencia AFP.*

*Libia ha enviado ayuda en hombres, dinero y armas, los grupos terroristas de la nación peruana, desde el día en que asumió la presidencia de la república, el mandatario (antecesor del actual) Fernando Belaúnde Terry, hace casi ocho años.*

*La mayoría de los partidarios de la violencia que actúan en América del Sur son controlados y reciben dinero y armamento, por medio de agentes libios, los cuales utilizan barcos, aviones, automóviles y todo tipo de medios de locomoción para introducirlos en los territorios americanos.*

*Desde hace siete años en forma metódica, los alimentos y las armas (incluyendo tanques pequeños) son lanzados por paracaidistas en la nación colombiana. Para este efecto, los forajidos del "M-19" y la "Farc" (Fuerzas Armadas Revolucionarias Colombianas) organizan grandes asaltos contra una determinada región, ocasionando pánico durante una semana o quincenas, los cuales dan aprovechados para lanzar paracaidistas con hombres, alimentos y armas, pero en otras regiones del país.*

*A Chile ingresan por medio de submarinos que llegan hasta las regiones del sur (Magallanes, Aysen, sitios fiordosos) y desde el mar a poca distancia entregan la "mercadería de la muerte", la cual es transportada al centro del país por medio de ...vionetas, autos y otros medios.*

*En Brasil lo mismo y se estimula a los traficadores para que inicien a los asaltantes de tiendas, supermercados, bancos y otros negocios. Para que practiquen secuestros y organicen sus brigadas de terror, desestabilizando el país.*

*Expresa el dirigente opositor libio que han aparecido tres mil quinientos libios repartidos en todo el planeta que expresaron opiniones contrarias al régimen de Kadhafi. Desde Trípoli parten los grupos de "mercenarios" porque no son todos libios rumbo al país en el que viven los descontentos del régimen libio.*

*Mueren envenenados, atropellados por un auto, asaltados en la noche por "delincuentes" o por "desconocidos" que los disparan.*

*Y agrega finalmente:*

*"Hay más de doscientos mil libios que trabajan en el mundo en múltiples naciones. Saben que no pueden pronunciar ninguna palabra contra el régimen de Kadhafi, y están mudos, temerosos, víctimas del pánico. Tienen hijos, esposas y madres junto con ellos. Si levantan la voz para protestar mueren".*

01·01 8711308

ARCHIVAR EN: Libia (130)

TEMA: Libia se dirige con Irán a la Liga Arabe admite a Egipto.

PROCEDENCIA: LA NACION 9/11/87

ARCHIVADO EN: Liga Arabe (045)

01·01

8711434

HB

ARCHIVAR EN: Libia (130)

TEMA: INUR N° 620 3/16 Jun 87 Libia
Situação interna.

PROCEDENCIA: Enlace brasileiro 26/11/87 Doc 1642/87

ARCHIVADO EN: Enlace Brasileiro (135/A)

01·01

8711454

LIBIA
Cruzar ARGENTINA
230/87

Hemos obtenido información de una fuente no comprobada que Libia reemplazará un funcionario de la Oficina del Pueblo Libio (LPB) en Buenos Aires por un miembro del Comité Revolucionario Libio (REVCOM) a fines de agosto 1987. Los funcionarios libios esperan que, con la llegada de este miembro del REVCOM, el LPB de Buenos Aires va a aumentar sus contactos con los grupos pro-libios en Argentina y en otras partes, como una de las piezas del esfuerzo general de reestructurar y revitalizar los programas del LPB. Los funcionarios creen que el miembro del REVCOM tendrá instrucciones del Centro Anti-Imperialista Libio (MATHABA) para la reorganización de los programas del LPB. También creen que las responsabilidades del miembro del REVCOM incluirán posibles "operaciones destructivas, de tipo militar" en Brasil, Uruguay y Perú.

(Comentarios: El significado de "operaciones destructivas - de tipo militar" no fue aclarado y no se obtuvo información adicional al respecto. Sin embargo, el MATHABA habitualmente no se involucra directamente en operaciones destructivas de tipo militar, en cambio, se le atribuyen contactos con organizaciones subversivas en diversos países. MATHABA realiza programas de entrenamiento en Libia y puede suministrar armas y ayuda financiera para dichos grupos.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO ... (EXTERIOR)
Fecha de Entrada 17-11-87
Fecha de Salida
Pasa a Jefe/Of.
Nº. de Identificación 1805/87

Cta Transnacional -

01·01

8711709

Boletines de Israel

**S E C R E T O**

ARCHIVO

25 de octubre de 1987

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
Fecha de Entrada: 02-12-87
Fecha de Salida: 03-12-87
Pasa a: Archivo
Nº de Identidad: 0005/A

Informe Nº: 4842

Asunto: LIBIA / La nueva política económica de KADHAFI
Informe analítico

Generalidades

1. En los últimos años, como consecuencia de la depresión en el mercado petrolero mundial, y dado que el petróleo constituye prácticamente la única fuente de divisas de LIBIA, la economía de este país sufre una disminución de sus ingresos y principalmente una merma en sus entradas en moneda extranjera. Otros factores, entre ellos el derroche de recursos en proyectos de prestigio y los gastos ocasionados por la guerra en CHAD, contribuyeron a la declinación de la situación económica de LIBIA. Como resultado de ello se produjo una paralización del desarrollo y existe una prolongada escasez de artículos de primera necesidad en el mercado local.

La nueva política económica

2. El gobierno libio aplica medios fiscales para subsanar la crisis. El presupuesto de 1987, aprobado por el Congreso del Pueblo en su reunión anual (25 feb. - 2 mar. 1987), indica una reducción real de los gastos de más del 20%. El presupuesto refleja la adopción de una política de severa contención en los gastos del régimen, destinada a hacer frente a las dificultades financieras. El presupuesto libio está compuesto de tres partes: adiministrativa (corriente), de desarrollo y de "gastos adicionales", que comprende principalmente transferencias de dinero e inversiones, subsidios a mercaderías y gastos de seguridad que no aparecen en otras partes del presupuesto. Asimismo, todos los años se publica el volumen de las asignaciones a la importación. En el marco de la reducción de gastos, el rubro de desarrollo en el presupuesto de 1987 se vio seriamente afectado: 23,1%. También el presupuesto administrativo fue reducido en forma considerable: 17,8%. Esta reducción en los gastos contrabalancea la disminución que se produjo en los ingresos. Dado que no disponemos de detalles acerca del volumen del presupuesto de "gastos adicionales", no es posible determinar las dimensiones del déficit o del excedente del presupuesto total.

3. Paralelamente, KADHAFI empezó a trazar cambios básicos en la economía. En una serie de discursos sobre temas económicos, KADHAFI



8711893

planteó la necesidad de mejorar la actividad en los sectores agrícola, industiral y bancario, así como las fuentes de financiación de la economía. Resoluciones en estos terrenos fueron adoptadas ya en el Congreso Popular General (febrero-marzo 1987).

4. En el terreno de la agricultura, se convino en que debe otorgarse mayor libertad a los agricultores e incluso permitirles -dentro de determinadas limitaciones- que vendan su producción por sí mismos y no precisamente por intermedio de los organismos oficiales. Esta medida fue adoptada después que se censurara la actividad del organismo encargado de la comercialización de los productos agrícolas, que impedía el comercio privado y obligaba a vender la producción a supermercados de propiedad pública. Como cosnecuencia de ello, se crearon numerosas obstrucciones y una escasez de productos que contribuyó en gran medida al desarrollo del mercado negro.

5. En un discurso pronunciado ante los Comités Populares (23.5.87), KADHAFI exhortó a realizar reformas integrales en la industria y la agricultura. El gobernante libio sostuvo que el fracaso de los esfuerzos para desarrollar la industria se debe a la escasez de recursos y de mano de obra hábil, así como a la falta de motivación y al nivel de trabajo insuficiente de los obreros. En el marco de las reformas, propuso dividir a la industria en tres sectores separados: industria pesada, mediana y liviana. La industria pesada seguirá estando en manos del gobierno, si bien es necesario modificar la concepción actual de su manejo, adoptando el estilo aplicado en otros países. Asimismo, esta industria debe basarse en obreros extranjeros, cuyo costo es más bajo.

6. En cuanto a los otros sectores, la industria mediana y liviana, KADHAFI opina que debe adoptarse el criterio de "propiedad pública en una sociedad socialista", es decir, convertir a los establecimientos pertenecientes a estos sectores en propiedad de los obreros, cuyo trabajo en los mismos constituirá su único medio de subsistencia, compartiendo las ganancias. KADHAFI sostiene que este método aumentará el incentivo para trabajar e impedirá la explotación de los obreros. En el marco de estos cambios, se debe ofrecer a grupos de ciudadanos libios la adquisición de estas industrias, fijándoles la cantidad del capital a invertir. Los propietarios de estas empresas serán responsables por el manejo de las mismas y paralelamente debe designarse un Comité Popular que actúe como contralor de la empresa.

7. En todo lo relacionado con la fabricación de sustitutos de

importación, KADHAFI sostuvo en este discurso que debe cambiarse la política existente y suspender la producción de estos sucedáneos, que son más caros que la importación de los mismos productos, y en lugar de eso concentrar los esfuerzos en la producción de alimentos y en el desarrollo de otras fuentes de ingresos, como por ejemplo el turismo.

9. También en el discurso que KADHAFI pronunciara con motivo del 18º Aniversario de la Revolución libia, reiteró estas ideas y exhortó a materializar la propiedad colectiva en las industrias pequeñas y medianas, así como en los servicios. KADHAFI subrayó que el propietario de estas empresas debe ser el pueblo, para establecer el nuevo socialismo en su acepción económica, para poner fin a las "relaciones de explotación" y surja un sistema socialista basado en la justicia para el bien de las masas.

9. En estos discursos KADHAFI se refirió a otra cuestión vinculada con el tema de los cambios económicos necesarios y previstos: la del paso al método del comercio de trueque (idea que ya había sido suscitada en el pasado). Este método tiene que empezar a aplicarse a partir de junio de 1988, cuando se termine la cosecha. Según KADHAFI, este sistema obligará a los libios a esmerarse en el cultivo de sus tierras y a orientar sus esfuerzos hacia la producción, trayendo aparejada también la suspensión del uso del dinero.

10. Accediendo al llamado de KADHAFI referente a la necesidad de cambios en la pertenencia de los establecimientos de la industria liviana y mediana convirtiéndolos en propiedad colectiva, el Comité Popular General publicó una ordenanza (setiembre de 1987) por la cual se transfieren las instituciones, empresas, unidades de fabricación y servicios en la industria y en la agricultura a propiedad colectiva. La ordenanza describía explícitamente la forma de la propiedad y su traslado en cada uno de esos terrenos.

11. Otras medidas adoptadas que es necesario poner en práctica son: un nuevo examen -y quizás incluso la fusión y unificación- de las agencias de importación; control de precios y asegurar el abastecimiento de medicamentos, repuestos y materias primas.

12. Con respecto al sistema bancario, se resolvió que es necesario aumentar los incentivos para su desarrollo, subrayándose asimismo la necesidad de restablecer la confianza de los clientes en las instituciones financieras y en consecuencia alentar a los inversores extranjeros

tales como el Libyan Arab Foreign Bank y la Libyan Arab Foreign Investment Company. Se decidió que es necesario controlar y orientar las inversiones de los mismos.

Síntesis y pronóstico

13. El aumento del precio del petróleo en el mundo a alrededor de 18 dólares por barril, al parecer habrá de mejorar en cierta medida el volumen de los ingresos libios en moneda extranjera reportados por la exportación del petróleo (estimamos que este aumento ascenderá a mil millones de dólares, si no se producen cambios significativos en la producción y en los precios), pero esto todavía no se refleja en la economía libia, y esta mejoría prevista está lejos de ocasionar cambios básicos en la situación económica de LIBIA.

14. La política libia denota que el régimen tiene una clara conciencia de la gravedad de la situación económica y sabe que tiene que reducir el volumen de sus gastos de acuerdo con la disminución de los ingresos producidos por el petróleo, característica de los últimos años. Esta toma de conciencia se manifiesta en la adopción de una política de contención presupuestaria y en la reducción efectiva de los gastos públicos.

15. En sus discursos KADHAFI exhorta a modificar la estructura de la economía libia para que sea más abierta, a fin de crear incentivos de racionalización, desarrollo y aumento de la producción. Es dudoso hasta qué punto habrá de aventurarse el régimen libio por este camino y entregue al sector privado un verdadero poderío económico (tratándose de un sector que no está desarrollado actualmente en LIBIA), aun cuando KADHAFI mismo insinúa que ésta es quizás la única vía para desarrollar en forma significativa y a largo plazo el sector "no petrolero" del país.

HZ

Cruzar Colectivos de Israel

**S E C R E T O**

25 de octubre de 1987

Informe Nº 4842

Asunto LIBIA / La nueva política económica de KADHAFI
Informe analítico

MINISTERIO DE ... NACIONAL
... Información de Defensa
... ERIOR
Fecha de Entrada 02-12-87
Fecha de ... 14-12-87
Pasa a Def/Of. ...
Nº de Identificación 0005/87

130

## Generalidades

1. En los últimos años, como consecuencia de la depresión en el mercado petrolero mundial, y dado que el petróleo constituye prácticamente la única fuente de divisas de LIBIA, la economía de este país sufre una disminución de sus ingresos y principalmente una merma en sus entradas en moneda extranjera. Otros factores, entre ellos el derroche de recursos en proyectos de prestigio y los gastos ocasionados por la guerra en CHAD, contribuyeron a la declinación de la situación económica de LIBIA. Como resultado de ello se produjo una paralización del desarrollo y existe una prolongada escasez de artículos de primera necesidad en el mercado local.

## La nueva política económica

2. El gobierno libio aplica medios fiscales para subsanar la crisis. El presupuesto de 1987, aprobado por el Congreso del Pueblo en su reunión anual (25 feb. - 2 mar. 1987), indica una reducción real de los gastos de más del 20%. El presupuesto refleja la adopción de una política de severa contención en los gastos del régimen, destinada a hacer frente a las dificultades financieras. El presupuesto libio está compuesto de tres partes: adiministrativa (corriente), de desarrollo y de "gastos adicionales", que comprende principalmente transferencias de dinero e inversiones, subsidios a mercaderías y gastos de seguridad que no aparecen en otras partes del presupuesto. Asimismo, todos los años se publica el volumen de las asignaciones a la importación. En el marco de la reducción de gastos, el rubro de desarrollo en el presupuesto de 1987 se vio seriamente afectado: 23,1%. También el presupuesto administrativo fue reducido en forma considerable: 17,8%. Esta reducción en los gastos contrabalancea la disminución que se produjo en los ingresos. Dado que no disponemos de detalles acerca del volumen del presupuesto de "gastos adicionales", no es posible determinar las dimensiones del déficit o del excedente del presupuesto total.

3. Paralelamente, KADHAFI empezó a trazar cambios básicos en la economía. En una serie de discursos sobre temas económicos, KADHAFI



8712047

planteó la necesidad de mejorar la actividad en los sectores agrícola, industiral y bancario, así como las fuentes de financiación de la economía. Resoluciones en estos terrenos fueron adoptadas ya en el Congreso Popular General (febrero-marzo 1987).

4. En el terreno de la agricultura, se convino en que debe otorgarse mayor libertad a los agricultores e incluso permitirles -dentro de determinadas limitaciones- que vendan su producción por sí mismos y no precisamente por intermedio de los organismos oficiales. Esta medida fue adoptada después que se censurara la actividad del organismo encargado de la comercialización de los productos agrícolas, que impedía el comercio privado y obligaba a vender la producción a supermercados de propiedad pública. Como consecuencia de ello, se crearon numerosas obstrucciones y una escasez de productos que contribuyó en gran medida al desarrollo del mercado negro.

5. En un discurso pronunciado ante los Comités Populares (23.5.87), KADHAFI exhortó a realizar reformas integrales en la industria y la agricultura. El gobernante libio sostuvo que el fracaso de los esfuerzos para desarrollar la industria se debe a la escasez de recursos y de mano de obra hábil, así como a la falta de motivación y al nivel de trabajo insuficiente de los obreros. En el marco de las reformas, propuso dividir a la industria en tres sectores separados: industria pesada, mediana y liviana. La industria pesada seguirá estando en manos del gobierno, si bien es necesario modificar la concepción actual de su manejo, adoptando el estilo aplicado en otros países. Asimismo, esta industria debe basarse en obreros extranjeros, cuyo costo es más bajo.

6. En cuanto a los otros sectores, la industria mediana y liviana, KADHAFI opina que debe adoptarse el criterio de "propiedad pública en una sociedad socialista", es decir, convertir a los establecimientos pertenecientes a estos sectores en propiedad de los obreros, cuyo trabajo en los mismos constituirá su único medio de subsistencia, compartiendo las ganancias. KADHAFI sostiene que este método aumentará el incentivo para trabajar e impedirá la explotación de los obreros. En el marco de estos cambios, se debe ofrecer a grupos de ciudadanos libios la adquisición de estas industrias, fijándoles la cantidad del capital a invertir. Los propietarios de estas empresas serán responsables por el manejo de las mismas y paralelamente debe designarse un Comité Popular que actúe como contralor de la empresa.

7. En todo lo relacionado con la fabricación de sustitutos de

importación, KADHAFI sostuvo en este discurso que debe cambiarse la política existente y suspender la producción de estos sucedáneos, que son más caros que la importación de los mismos productos, y en lugar de eso concentrar los esfuerzos en la producción de alimentos y en el desarrollo de otras fuentes de ingresos, como por ejemplo el turismo.

8. También en el discurso que KADHAFI pronunciara con motivo del 19º Aniversario de la Revolución Libia, reiteró estas ideas y exhortó a materializar la propiedad colectiva en las industrias pequeñas y medianas, así como en los servicios. KADHAFI subrayó que el propietario de estas empresas debe ser el pueblo, para establecer el nuevo socialismo en su acepción económica, para poner fin a las "relaciones de explotación" y surja un sistema socialista basado en la justicia para el bien de las masas.

9. En estos discursos KADHAFI se refirió a otra cuestión vinculada con el tema de los cambios económicos necesarios y previstos: la del paso al método del comercio de trueque (idea que ya había sido suscitada en el pasado). Este método tiene que empezar a aplicarse a partir de junio de 1988, cuando se termine la cosecha. Según KADHAFI, este sistema obligará a los libios a esmerarse en el cultivo de sus tierras y a orientar sus esfuerzos hacia la producción, trayendo aparejada también la suspensión del uso del dinero.

10. Accediendo al llamado de KADHAFI referente a la necesidad de cambios en la pertenencia de los establecimientos de la industria liviana y mediana convirtiéndolos en propiedad colectiva, el Comité Popular General publicó una ordenanza (setiembre de 1987) por la cual se transfieren las instituciones, empresas, unidades de fabricación y servicios en la industria y en la agricultura a propiedad colectiva. La ordenanza describía explícitamente la forma de la propiedad y su traslado en cada uno de esos terrenos.

11. Otras medidas adoptadas que es necesario poner en práctica son: un nuevo examen -y quizás incluso la fusión y unificación- de las agencias de importación; control de precios y asegurar el abastecimiento de medicamentos, repuestos y materias primas.

12. Con respecto al sistema bancario, se resolvió que es necesario aumentar los incentivos para su desarrollo, subrayándose asimismo la necesidad de restablecer la confianza de los clientes en las instituciones financieras y en consecuencia alentar a los inversores extranjeros

tales como el Libyan Arab Foreign Bank y la Libyan Arab Foreign Investment Company. Se decidió que es necesario controlar y orientar las inversiones de los mismos.

Síntesis y pronóstico

13. El aumento del precio del petróleo en el mundo a alrededor de 18 dólares por barril, al parecer habrá de mejorar en cierta medida el volumen de los ingresos libios en moneda extranjera reportados por la exportación del petróleo (estimamos que este aumento ascenderá a mil millones de dólares, si no se producen cambios significativos en la producción y en los precios), pero esto todavía no se refleja en la economía libia, y esta mejoría prevista está lejos de ocasionar cambios básicos en la situación económica de LIBIA.

14. La política libia denota que el régimen tiene una clara conciencia de la gravedad de la situación económica y sabe que tiene que reducir el volumen de sus gastos de acuerdo con la disminución de los ingresos producidos por el petróleo, característica de los últimos años. Esta toma de conciencia se manifiesta en la adopción de una política de contención presupuestaria y en la reducción efectiva de los gastos públicos.

15. En sus discursos KADHAFI exhorta a modificar la estructura de la economía libia para que sea más abierta, a fin de crear incentivos de racionalización, desarrollo y aumento de la producción. Es dudoso hasta qué punto habrá de aventurarse el régimen libio por este camino y entregue al sector privado un verdadero poderío económico (tratándose de un sector que no está desarrollado actualmente en LIBIA), aun cuando KADHAFI mismo insinúa que ésta es quizás la única vía para desarrollar en forma significativa y a largo plazo el sector "no petrolero" del país.

# CARP. 130 (11)

# NO TIENE

# DOCUMENTOS

# CARTA

130 A/1

MALAWI

130/A MALAWI - NO TIENE FACTOR

2 MADAGASCAR NO TIENE FACTOR

3 MALI - NO TIENE DOCUMENTOS

4 MARRUECOS - NO TIENE FACTOR

5 MAURICIO - NO TIENE DOCUMENTOS

6 MAURITANIA NO TIENE FACTOR

7 MOZAMBIQUE NO TIENE FACTOR

8 NIGER - NO TIENE DOCUMENTOS

9 NIGERIA - NO TIENE FACTOR

10 NAMIBIA NO TIENE FACTOR

11 RUANDA - NO TIENE DOCUMENTOS

TOTAL 54 FOTOGRAMAS

ENTRE LOS Nos

- 8705100

RS

ARCHIVAR EN: MALAWI (130/A)

TEMA: MALAWI CABINET RESHUFFLE

PROCEDENCIA: ENLACE Sudafricano 16/7/87 Doc. 0598/87

ARCHIVADO EN: ENLACE Sudafricano (135)

01.01 8705100.

# CARP. 130 A

(2)

5415

ENTRE LOS Nos

# CARP. 130 A

(2)

Nº 130 A/2 MADAGASCAR

ENTRE LOS Nºs

-8704062-

ARCHIVAR EN: MADAGASCAR (130/A)

TEMA: MADAGASCAR-ETHNIC TENSION

PROCEDENCIA: E. Sudafricano 27/5/87 Do. 0768/87

ARCHIVADO EN: E Sudafrica (135)

8704062

01-01

# C.A.R.P. 130 A

(3)

NO TIENE

DOCUMENTOS

# CARP. 130A

(4)

Nº 130 A/4 MARRUECOS

ENTRE LOS Nºs

8702074 - 8711569

El País
3/2/87

Desean Utilizar Zonas Francas de Nuestro País

ARCHIVO

# Iglesias Firmó en Marruecos Acuerdo Económico y Cultural

Cr. Enrique Iglesias

RABAT, 2, (EFE). — El canciller uruguayo, Enrique Iglesias, y su colega marroquí, Abdelatif Filati firmaron hoy un acuerdo marco de cooperación en los sectores económicos, científico y cultural.

El ministro Iglesias declaró a EFE que su visita a Marruecos, y antes a Gabón y Costa de Marfil, abre buenas perspectivas para Uruguay hacia Africa Occidental, especialmente en los campos económicos y comerciales.

Se mostró satisfecho de los contactos políticos que tuvo en Rabat donde fue recibido por el primer ministro Azedin Laraki y por el presidente de la Cámara de Representantes, Ahmed Osman, después de entrevistarse con el ministro de Asuntos Exteriores Filali que aceptó su invitación a visitar Uruguay.

En sus conversaciones, las dos partes subrayaron la calidad de los lazos existentes entre ambos países y afirmaron su voluntad de desarrollar las relaciones bilaterales.

El Canciller uruguayo recalcó que hablaron de los problemas africanos, de Oriente Medio y latinoamericanos añadiendo que la parte marroquí se interesó mucho por la cuestión de la deuda exterior de América Latina.

Respecto al Sahara, el ministro Iglesias dijo que los políticos marroquíes explicaron su punto de vista sobre la cuestión y que "nosotros apoyamos la organización de un referendum bajo el control de la ONU y las gestiones que está realizando en este sentido, el secretario general de las Naciones Unidas, Javier Pérez de Cuéllar".

Esta tarde, el canciller se entrevistó con los ministros marroquíes de Asuntos Económicos y de Pesca, Mulay Zin Zahidi y Bensalem Smili, respectivamente.

Ambas partes quieren incrementar sus intercambios comerciales en el marco de la cooperación sur-sur y reforzar la cooperación bilateral en el sector de la pesca ya que tienen grandes posibilidades.

"Para Uruguay, dijo el canciller, existen perspectivas de nuevos mercados ya que empresarios marroquíes están interesados en crear sociedades de "joint venture" en materia de industria pesquera".

Añadió que Marruecos tiene interés también en utilizar las zonas francas uruguayas como punto de llegada de sus exportaciones de fosfatos que serán diversificadas después hacia otros países de América Latina.

Por otra parte, el ministro Iglesias señaló a EFE que Abiyán visitó las instalaciones de la primera industria uruguaya creada en Africa Occidental para el tratamiento y la venta de carne insistiendo en los resultados positivos de la primera visita de un Canciller uruguayo a esta región del mundo.

El Canciller, acompañado por representantes de su Gobierno y del sector privado, viajará mañana, martes, a Casablanca, donde mantendrá contactos con empresarios marroquíes antes de partir hacia Senegal.

130/A

8702074

730/A

# Marruecos pide Ceuta y Melilla

MADRID, 24 (ANSA).— El Rey Hassan II volvió a plantear con España el problema de los enclaves de Ceuta y Melilla, las dos ciudades españolas en territorio marroquí, proponiendo al gobierno de Madrid negociaciones para su "restitución" a Marruecos.

La noticia, sorprendió al gobierno español que no esperaba una iniciativa tan repentina de Hassan II, que después del abandono del Sahara español en poder de Marruecos afirmó que vinculaba la solución del problema de Ceuta y Melilla a una eventual recuperación de Gibraltar por España.

Este nuevo paso de la diplomacia marroquí —probablemente debido a razones internas— se concretó con un mensaje de Hassan al Rey Juan Carlos que pide entre otras cosas la constitución de un "grupo de reflexión" o comisión de expertos, para estudiar el futuro de Ceuta y Melilla.

España rechaza toda negociación sobre el traslado de las dos ciudades a Marruecos sosteniendo que los españoles estaban allí antes de la formación del Estado Nacional Marroquí, contrariamente a cuanto ocurre con Gibraltar que pasó a Gran Bretaña cuando el estado español existía ya.

# Nueva tensión indo-pakistaní

NUEVA DELHI, 24 (EFE).— El gobierno de la India decidió reforzar sus destacamentos armados en la frontera con Pakistán en tanto Islamabad acusó a Nueva Delhi de crear tensión esta zona y pidió urgentes negociaciones colaterales.

Según un anuncio de la emisora nacional hindú, la India desplegará más tropas en los Estados de Rajastán, Jammu y Cachemira, fronterizos con Pakistán "a menos que este país retire las reservas enviadas recientemente a la misma zona."

La India no quiere la guerra —dijo el anuncio radial— pero hará todo lo que considere conveniente para evitar que Pakistán actúe por "sorpresa". El Ejército de tierra y la aviación indú fueron colocados ayer en estado de máximo alerta y la frontera con Pakistán fue cerrada en el Estado de Punjab.

24/3/82



8702280

O RS

ARCHIVAR EN: Marruecos (130/A)

TEMA: Morocco: Proposed Official Visit by Hassan to Britain

PROCEDENCIA: ENLACE Sudafricano 20/4/87 Doc. 0561/87

ARCHIVADO EN: Enlace Sudafricano (135)

0703205

1 0 1

PS

ARCHIVAR EN: MARRUECOS (130/A)

TEMA: MARRUECOS Y ESPAÑA, OTAN.

PROCEDENCIA: LA NACION 3/2/87

ARCHIVADO EN: ESPAÑA (008)

0 1 · 0 1

8704217

ARCHIVAR EN: MARRUECOS (130 A)

TEMA: Musulmanes españoles de Melilla fieles a Hassán II

PROCEDENCIA: Cambio 16 - (23-3-87)

ARCHIVADO EN: FICHAJE.

01 01

8704258.-

ARCHIVAR EN: MARRUECOS (130/A)

TEMA: Doble decisión de Marruecos. Acuerdos Marruecos y Argelia.

PROCEDENCIA: El DIA 25/5/87

ARCHIVADO EN: Argelia (127)

01 01

8705061

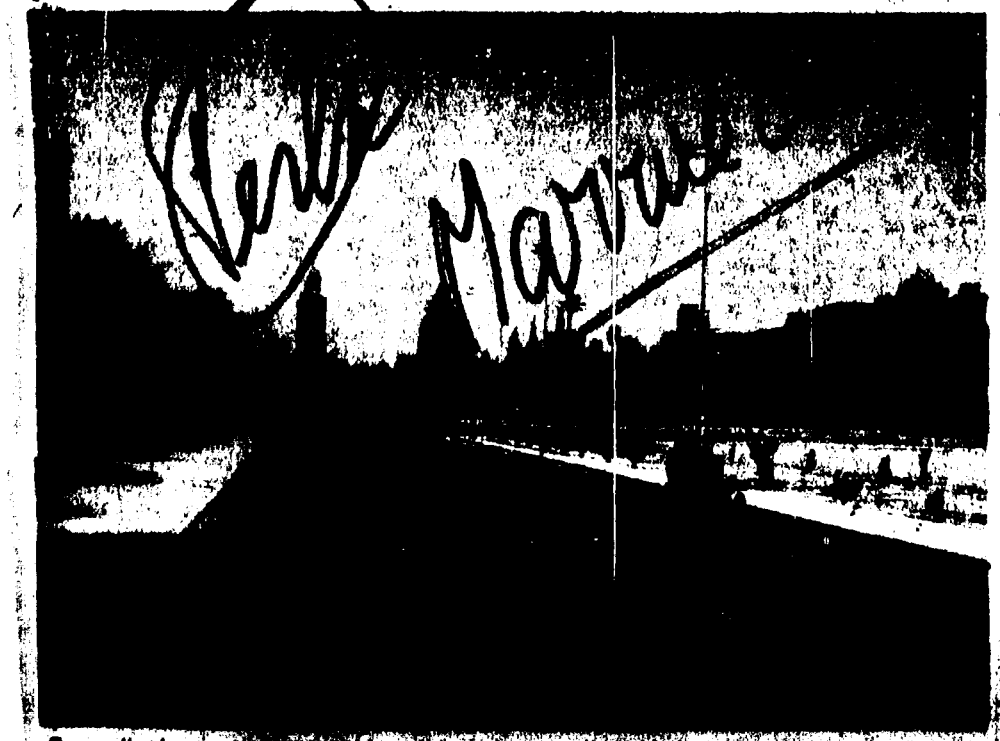
MARRUECOS

130/A



# EL REINO DE LAS MIL Y UNA NOCHES: MARRUECOS SINTETIZA EL AÑO 2000 Y LA EDAD MEDIA; BUSCA UN LUGAR EN LA C.E.E.

POR DANIEL HERRERA LUSSICH



En medio de una amplia avenida se llega a la amurallada Medina, donde surge de un lado el Hotel Manunia y del otro la torre de la Mezquita, gemela de La Giralda sevillana

El interior de una tienda de venta de alfombras: un vive y viste como quieras, rodeado de intenso colorido y del incesante regateo de los precios

Un cuadro clásico de las calles de Marrakesh: la dama cubierta por larga túnica y el burro cargado con lana recién teñida

01·04

8708047

Las voces fuertes se cruzaban en dificultoso francés, los gestos de la cara sonrosada y las manos se agitaban a la vez que los pasos, cuando la discusión se hacía irresistible, se encaminaban amenazadores hacia la puerta para retornar, a veces rápidamente, otras casi arrastrando los pies, al medio de aquella enorme habitación con una montaña de alfombras y tapices. Una frase se repetía, casi en tono de guerra y adivinanza sobre las múltiples conversaciones: "Muy caro, estoy dispuesto a pagar la mitad", mientras una respuesta surgía, también casi a gritos, cediendo posiciones con honor, poco a poco: "Bueno, se lo dejo en 800 dirhams". Hacía más de treinta minutos que en ese mundo de colores, [illegible] entre centenares de alfombras artesanales de lana que se desenvolvían con rapidez sobre el piso y volvían a transformarse, con increíble habilidad, en un ajustado rollo para amontonarse en la inagotable estantería.

¿Qué hacía yo en medio de esa gritería?, ¿por qué tomaba ese té de hierbabuena o menta que rechazaba?, ¿por qué le sonreía con cara de buenos amigos a ese hombre, vestido como un cura, aunque de marrón, que me discutía de igual a igual, el precio de una magnífica alfombra que jamás ocuparía un lugar en mi apartamento de Montevideo?

A esa altura me encontraba casi mareado, de pésimo humor, abrumado por los olores más penetrantes y punzantes que jamás imaginé, en una suerte de violenta discusión con un hombre que treinta minutos antes nunca había visto en mi vida.

"Entren en esa tienda, es una cooperativa donde trabajan magníficamente en lana, utilizan para cada alfombra los colores del arco iris, pero hay que regatear. Ellos lo saben y dan un precio para romper el fuego diez o quince veces superior", fue la frase que a nosotros, visitantes, [illegible] cinco o seis pesetas, lanzó el guía con una sonrisa. Nunca pensé y creo que mis acompañantes de excursión tampoco, que la industria del regateo se transformaría en esa lucha a brazo partido, que me hacía sentir agotado como si hubiese protagonizado un intenso partido de fútbol y con un sentimiento de odio hacia el vendedor que iba aflojando en sus cotizaciones con aire de que el triunfo se inclinaría hacia su lado. Hoy, a una semana del retorno de mi viaje por Europa y el norte de África, varias alfombras descansan sobre el piso de mi apartamento. Y no me sentí un derrotado, un comprador que se lleva algo inútil. Todo lo contrario, cuando salí de la tienda y comencé a caminar por una pequeñísima e intrincada callejuela, me dieron ganas de gritar: "Lo jodí, empezó pidiendo dos mil dirhams, y compré por 400". Con un inmenso paquete, que a esa altura no sabía o no quería pensar cómo iba a entrar en mis valijas, eufórico, caminaba con paso de vencedor. Unos metros más atrás el dueño o artesano de la casa de alfombras contaba los billetes sonriendo y frotándose las manos. El rito de "tira y afloja" se había cumplido. Un regateo [illegible], pero el cliente se había llevado la mercadería, como ocurría casi siempre. Y todavía contento porque había hecho ceder al comerciante casi a la tercera parte del precio inicial. Un cálculo que el mercader lo tenía anotado mucho antes en sus rudimentarios, pero seguros libros de contabilidad.

Me encontraba en pleno julio, bajo casi 40° de calor seco, con una remera, livianos pantalones, championes de goma para soportar largas caminatas, en el corazón de la abigarrada y [illegible] Medina, sector antiguo, amurallado de una de las ciudades imperiales, para mí, la más atractiva e impactante: Marrakech.

Mi debut en Marruecos me había provocado tensiones, alterado todos mis sentidos, indudablemente me sentía emocionado, casi atemorizado. El contraste es muy grande, llegar de una España de cantos, vinos, jerez, tapas y bocadillos amplios y [illegible] risas, en medio de "sevillanas" que han vuelto a estar de moda; a ese mundo en el que se azuzan las miradas, los oídos, el olfato y en pocos metros se pasa del medioevo al año 2000, se [illegible] los músculos y aviva todo el organismo, que en segundos pasa de oler el aroma delicioso de los naranjales o jazmines a cubrirse la nariz por la bosta que dejan los asnos a su paso.

## REMONTANDONOS A PRINCIPIOS DE LA ERA

Marruecos tiene una superficie de 710.850 metros cuadrados con una población actual superior a los 28 millones de habitantes. Está atravesado por montañas, cuyo punto más alto es el DJEBEL Tighidine con 2.456 metros. En un "racconto" histórico simplista, casi elemental, podemos decir que sus primeros habitantes fueron los "bereberes" que tomaron contacto con el mundo por los grandes navegantes de aquellas épocas: fenicios y cartagineses. Luego aparecieron los romanos que transformaron el norte de África en el granero del Imperio, en el año 681 surgen los árabes que someten a la religión islámica a bereberes, cristianos y judíos. Se suceden reyes y [illegible] hasta que en 1904 España y Francia se reparten el país; unos al norte donde aún se escuchan las castañuelas; otros más al sur donde la influencia de la gente de los Champs Elysées se percibe hoy en día. En 1956 bajo la fuerte presión de un movimiento independentista que encabezaba el rey Mohamed V, padre del actual rey Hassan II, Marruecos se liberó, aunque el 6 de noviembre de 1975 recién logra recuperar el Sahara occidental. El Censo de 1982 indica que viven en este misterioso país sobre 61.000 extranjeros, los 2/3 de origen francés y 20 mil [illegible]

## LAS DOS CARAS DEL TIEMPO

Llegué a Marruecos a bordo de un amplio ferry boat, confundido con americanos, franceses, una pareja de salvadoreños, una familia venezolana y cientos de marroquíes que venían desde distintos puntos de Europa a pasar las vacaciones con la familia, cargados hasta la cabeza de todo tipo de paquetes, bolsos, sábanas que cubrían no sé si ropa o regalos y el perro, gato, algún mono, y el clásico "Walkman" con cassettes ultramodernos que lo obligaba a mover la mano o el pie a los sones de la última onda. Vestían vaqueros y camisa desabotonada, que cambiarían rápidamente al llegar a Tanger por las clásicas túnicas largas.

La visita de varios días por Marruecos comprendió Ceuta (zona aún española), Tanger, Tetuán, Mekinez, Fez, Marrakech, la modernísima Casablanca y Rabat. Es imposible en una nota abarcar un relato de lo observado en esas disímiles ciudades, unas que se mantienen idénticas a varios siglos atrás, otras con inmensos rascacielos e inigualables playas y jardines. Unas donde es "pecado", una falta religiosa para las mujeres dejarse ver la cara o partes del cuerpo y rechazan (con furia cualquier amago) de fotografiarlas; otras donde el mínimo bikini, los grandes escotes, la pintura de labios y ojos, el cigarrillo, dominan el ambiente como en cualquier lugar de Occidente y se mueven [illegible] apenas observan la presencia de extranjeros.

Intentaré dar una visión del Marruecos 1987 a través de Marrakech, la ciudad que más me impactó, la que junto a Fez, se disputan la conjugación del pasado con lo más moderno del siglo actual. Hay un trasfondo muy fuerte, que no ha aceptado el cambio, luego de años y años y de permanente contacto con el exterior.

## LA RELIGION: PESO DEL PROFETA

En Marruecos el islamismo es la religión oficial del Estado, así lo establece el artículo 6° de la Constitución. Las Mezquitas con su majestuosidad y su torre, el minarete desde donde surge la oración, aparecen cada pocos pasos, tanto en ciudades como en pleno campo. Mahoma para ellos está en su mente desde que se acuestan para dormir, aún que alguna vez lo hacen, hasta que se levantan. No sé si por la cabeza del árabe pasa más veces al día la imagen del Profeta o la del rey Hassan II, cuya fotografía la encontramos hasta en la puerta de un baño camino de Mekinez a Fez. Es un monarca intocable, idolatrado, por lo menos "for export", que tiene los palacios más increíbles distribuidos a lo largo de todo Marruecos. Hubo un momento que cuando dormía, en los confortables hoteles cinco estrellas de alguna ciudad, soñaba con la cara de mirada fija de Hassan II. A la habitual adoración de su imagen esos días se sumaba el festejo del cumpleaños. Hay tantas fotografías como faroles públicos en las calles. Se muestra sin pudor en uniforme militar vestido a la usanza árabe u occidental en enormes pancartas; carteles con su rostro, en las plazas en todos lados.

Lógicamente también desde la pared del fondo de las tiendas y lugares públicos, detrás de un vidrio perfectamente enmarcado siempre está la cara dominante de Hassan II, en toda ceremonia, en toda charla, o en todo negocio.

El islamismo se basa en 5 obligaciones que aparentemente cumplen al pie de la letra los 20 y tantos millones de musulmanes. 1°) La Chahada o permanente profesión de fe; 2°) la salat o cinco plegarias cotidianas mirando hacia la Meca; 3°) la Zakat o limosna ritual; 4°) el Ramadán o mes de ayuno, el noveno mes del año cuando durante el día deben abstenerse de comidas, bebidas, tabaco y de vida sexual. Mientras haya luz en el firmamento el ayuno es completo. La prohibición cesa, según cuentan los propios árabes, cuando no se distingue un hilo negro de uno blanco o el pelo de un camello.

El marroquí, la religión se lo permite, puede tener cuatro esposas, en general muy cubiertas. En apariencia el paseo principal de la mujer consiste en llevar el pan a cocinar al horno de barrio. Todas las demás tareas las cumple el jefe de familia hasta coser, tejer, trabajar y olvidarse de Mahoma para "timbear", tomar té de menta, agregar alguna dama clandestina en su vida matrimonial y vivir muy bien algunos, mientras otros procuran mantener ágiles y prácticos sus dedos para entrar en algún bolsillo.

## EL MUNDO DE LAS MIL Y UNA NOCHES

El primer día que llegué a Marrakech enfrenté sus anchas, anchísimas y arboladas avenidas de naranjos, plátanos, las residencias tipo Carrasco o Punta del Este, con interminables jardines rodeados de altas rejas o muros. El olor a jazmín domina el ambiente, lo mismo en los fabulosos hoteles cinco estrellas, de una fastuosidad increíble, con boutiques, piscinas, orquestas, discotecas, aparte de los saunas e "ainda mais". No pude reservar otra cosa que un hotel de gran categoría, el resto parecen las "cuevas de Alí Babá..." Mi sorpresa fue mayúscula al observar el tipo de edificación ultra-moderna, de césped impecable, con canteros de colorido inigualable. No hay flor que no aparezca, siempre dominadas por la "Santa Rita" y su color rosado oscuro. La idea de sentirme transportado varios siglos atrás se desvanecía. Me sentía frustrado con paso cansino luego de caminar por la parte nueva, ver los hoteles, verdaderos palacios, como el "Mamounia" con piscinas, fuentes, bares,



8708047

jardines de sueño, (donde pasaba largas temporadas dedicado a la pintura Winston Churchill) llegué de pronto, sólo calle por medio, al mundo de las mil y una noches. El corazón de Marrakech se abría a mis ojos, olfato y oído, como también ante mi capacidad de asombro. La fuerza que surge de la plaza Jeema el Fna, cuyo nombre significa "lugar de cita con la muerte" en árabe, ya que recuerda a un sultán que ponía en exhibición la cabeza de sus enemigos en el medio de la plaza dentro de la amurallada Medina.

En la plaza, de grandes dimensiones, se mueven permanentemente de 3 a 5 mil personas al caer la tarde, de noche es difícil hasta mover un brazo en la multitud con las sombras se funden en una masa que vibra y emite los sonidos que van desde entonadas canciones, a cánticos religiosos y de protesta. El encantador de serpientes que toca su flauta y una cobra que de un canasto se mueve al compás; los bailarines negros africanos, con trajes de colores que hieren los ojos; el traga-fuego o traga vidrios; el hombre que dice la buenaventura; el que sobre el sucio piso juega al ajedrez o las damas; el vendedor de agua en una bota de cuero de cabra y una vasija de latón; el [illegible] que deja su gorra en el piso para que caigan las monedas; el que con dos monos en sus brazos les hace hacer mil piruetas que terminan en el hombro del observador y con ello viene el pedido de algún dirham (la moneda marroquí con valor de [illegible] por dólar). Existe sobre la plaza Jeema el fna lo imaginable y lo inimaginable. Toda suerte de juegos, música, bailes, lógicamente la danza del vientre, sensualmente bailada por bellísimas y [illegible] árabes que no hablan, miran con hondo significado. Los trajes de mil colores, desde la tradicional "chilaba", la prenda más popular, una túnica que cubre desde el cuello a los pies y oculta las "babuchas"; las "caftan", túnica sin cuello, cerrada de arriba abajo por redondos botones, imposible de [illegible], que visten las mujeres, la "Siham", capa, que utilizan [illegible] como símbolo de buena posición económica. También el [illegible] que cubre la cara y deja sólo unos ojos negros, renegridos, [illegible] que miran a veces con temor y otras con audacia.

En ese ir y venir infernal de gente, los olores más increíbles se confunden, mezclan y se disuelven en el aire, en medio de unos atardeceres de locura, con un sol rojizo gigantesco o unas noches estrelladas con magníficas lunas. El aroma del jazmín [illegible] el de los naranjales que forman hileras en el ornato [illegible], simultáneamente el olor del freír de carnes, pescados y [illegible] en improvisadas parrilladas, no muy higiénicas que diariamente se levantan en la Plaza. Lugares para comer en [illegible] muy, pero muy precarios, próximos a mesas de caballetes [illegible], la verdad que exquisitos, de sabor inigualable, que luego de sortear cierto rechazo inicial, se transforman en [illegible] por sólo 8 o 10 dirhams. Es un verdadero circo [illegible], que nada se aparta de los cuentos de las "Mil y una noches".

En ese trajinar por la amurallada Marrakech es inocultable el [illegible] de turista. ¡Y allí vienen los dolores de cabeza!, que luego se hacen costumbre y no molestan y no encierran peligro siempre que no haya proximidad por los lugares prohibidos en [illegible] vedadas. Son cientos los niños, algunos de siete u ocho años, otros ya con barba incipiente que aparecen como moscas y piden "un dirham por favor" u ofrecen artesanías de las que bajan los precios a cada paso.

La cámara fotográfica es un enemigo. Mi afición se vio enfrentada a mil dificultades. La cerrada negativa de muchas mujeres árabes que cubierta la cara movían el brazo cubriéndose, [illegible] que se oponían y luego se acercaban en tono bajo, si bien los árabes pueden hablar suavemente o susurrar, y pedían dirhams por posar en clara oposición con las más famosas [illegible].

La noche que estuve en Jeema el Fna, la famosa plaza, la vivencia fue muy fuerte. Hubo momentos de alegría, baile, atracción, de comprar cosas típicas, pero también segundos de cierto temor, cuando en árabe gritaban algo que no entendía y se hacían los ofendidos. Luego "pescamos" forma parte del espectáculo para el turista y para el propio árabe. Son así, hablan [illegible] agarrándose, a los gritos, con cara de furia, pero de una violencia aparatosa, por lo menos a la vista, no pasa, no [illegible], ni incidentes, aunque la policía, de uniforme y de civil, está alerta con sus ojos apostados a los más oscuros rincones.

Hay un momento en que el ambiente se hace más tenso, se siente la violencia, el calor, un clima de sensualidad que surge de las escenas de bailes típicos y de mujeres que se mueven con un estilo inigualable y de horas de fumar la pipa con el "hachís", el [illegible] de marihuana, un hecho normal en todo Marruecos. El turista a esa altura debe subir a un taxi, los "charrés" tirados por dos caballos o hacer la última visita a la azotea del "Café [illegible]" desde donde se domina toda la plaza y se escapa al asedio de los muchachitos que piden un dirham u ofrecen los más diversos objetos para la venta.

Hoy mirando o haciendo memoria sobre aquellas vivas experiencias en medio de un aire de misterio no puedo acertar si formaban o no parte de un espectáculo o en realidad integran un mundo de peligro real, que se vive noche a noche en Marrakech. Por las dudas, si vuelvo, cosa que espero, no haré pruebas. Más de un turista ha desaparecido cuando se aventuró más allá de los límites que los guías, los gerentes de hotel o el propio sentido común, dictaban como tope. Sin violar esas reglas la seguridad es total. Además la emocionante vivencia marroquí vale los riesgos.

Antes de entrar a la Medina, la intrincada ciudad vieja de pequeñas callejuelas con la sorprendente proliferación de zocos o mercados que venden desde moscas hasta joyas y sedas, no dejé de impresionarme por la Mezquita de Koutoubia, con la torre de 67 metros el minarete, de donde surge la voz ronca, que se escucha de kilómetros con la oración de El Corán.

Antes el elegido o predicador, en la mejor forma de tenor lanzaba al viento, primero su convocatoria a los fieles y luego las plegarias. Hoy, con un mundo más moderno y más desgastante, poderosos parlantes se ven que surgen de las cuatro ventanas del minarete. La voz sale más fuerte, más armónica y sin "fursios". Al caer el sol cuando llega el llamado del Profeta, cientos y cientos se dirigen hacia el interior de la enorme mezquita, dejan a la entrada sus zapatos y mirando a la Meca, con fervor increíble, rezan agachados sobre la fresca y colorida baldosa. Pero no todos arriban a tiempo, deteniéndose donde están, viéndoseles entonces en calles, carreteras, hincados con total recogimiento. A la mezquita no pueden entrar profanos, sólo musulmanes. La Koutobouia es la más famosa de Marruecos, dicen que construida en el siglo XII, es la gemela de la Giralda de Sevilla. Cada una de sus cuatro caras presenta una arquitectura distinta.

## CAMINANDO EN EL TIEMPO

¡Dale! ¡Dale!, es la voz que se levanta y que todos repiten, que obliga a dejar de conversar, a no ofrecer la mercadería a los gritos cuando parece que los múltiples tipos de pájaros que hacen escuchar su canto, se prestan al silencio. Es el anuncio que alerta a los experientes, un burro, cargado al máximo y con enorme peso, se aproxima por la pequeña callejuela, de no más de un metro y medio de ancho o dos al máximo. Hay que ponerse de espaldas a la pared y dejar paso al animal y al hombre que con su chilaba desgastada, un casquete sobre la cabeza, una vara en la mano, va guiando al asno con cientos de cueros teñidos, canastos de especies u otros objetos inimaginables. Es el único medio de locomoción que existe en la Medina, el laberinto de calles donde el desconocido no demora más de unos minutos en extraviarse y quedar en las manos [illegible] de gente que con picardía a veces, por ignorancia otras, o para robar algunas, le hace las señas o indicaciones hacia los lugares más intrincados o callejuelas cortadas. El guía es imprescindible, guía que vive para atravesar los zocos, la amurallada ciudad vieja de Marrakech. Es casi imposible, aun con planos, salir de ese gigantesco sector de ciudad que vive, palpita las 24 horas. Primero del día con una vida comercial, mercados en cada barrio donde se apilan desde la más simple a la más sofisticada mercadería. De noche es otro mundo. Desde la llegada me recomendaron: "No pise, ni se acerque a la Medina al caer las sombras, conviene con luz del sol hasta las siete de la tarde, después los riesgos corren por su cuenta. Y no acepte ningún guía, ni aquellos muchachitos que se autotitulan estudiantes y que permanentemente lo acosan, le tiran de la manga, lo agarran del brazo y le ofrecen acompañarlo a prometidas tiendas mil veces más baratas. Todos, desde el guía oficial, hasta el muchachito clandestino, saben donde lograr una suculenta comisión por las compras. Y no lo ocultan. Al retirarse los turistas de la casa de las alfombras o alfarería se puede observar como en el medio de la calle se entregan los dirhams de comisión. Pero es un juego aceptado por todos. Y por eso la sonrisa y simpatía del guía crece vertiginosamente cuando mayores son los paquetes del visitante.

La Medina es un espectáculo impresionante, a medida que corren las horas, la gente va surgiendo desde todos los rincones, desde todas las puertas y el caminar se hace casi imposible. Las miradas fijas y tristes de los o de las más audaces son penetrantes, indescifrables, no se sabe si esperan al extranjero para abordarlo y pedir o intentar vender en un regateo cansador, que siempre parece interminable o buscan penetrar en lo que para ellos es también un mundo distinto. En cada barrio de la amurallada Ciudad Vieja hay una fuente, de la cual con cántaros recogen el agua, un horno público, donde los árabes llevan la masa del pan; y la Mezquita, para orar varias veces al día.

En ese ir y venir tras el guía que va mostrando lugares importantes, históricos como el Palacio de Bahía, abierto al público cuando la familia real no se encuentra en Marrakech. Allí, surgen enormes fuentes, amplios cuartos que forman el harén donde vivían las cuatro esposas en una época, salvo la favorita que tenía su apartamento separado y su orquesta privada. Está también la mederza Ben Yussef, importante universidad donde se enseña El Corán. Pero enfilando mis pasos atrás de los demás, nuevamente por las callejuelas, y en medio de la más contrastante muchedumbre, enfrenté el trabajo artesanal de los marroquíes, desde las alfombras de los más variados precios y colores, a la alfarería, platos, vasijas, jarras, perfectamente trabajadas, con piezas barnizadas y esmaltadas y las ollas y cazuelas de barro que cuelgan a la entrada. Impresiona ver junto a este comercio, que mantiene las características de siglos atrás, un pequeño lugar que tiene a la vista ollas a presión, relojes a cuarzo o la lapicera "Parker".

Los olores son fuertes, intensísimos, por momentos "shockean", luego uno se acostumbra. En una larga cuadra se apilan en las puertas cientos y cientos de canastos con las especias más variadas y desconocidas, todas ubicadas con un buen gusto asombroso, que invita a comprar o por lo menos a preguntar. Más allá está el "sanador o curandero" que ofrece, en un gran frasco de dulce, lleno de moscas, una porción anunciando que tiene propiedades afrodisíacas. Promete todo tipo de curaciones o milagros en caso de desgracias personales, sólo por pocos dirhams.

En ese permanente girar por los zocos, uno se enfrenta de pronto con el barrio de teñidos, de cuero y lana, el olor es fortísimo, casi insoportable, pero ellos mismos contestan ante la interrogante de si no hay métodos menos sacrificados que estar en medio de ese hedor que penetra por todos los poros, que cumplen una misión divina. Al paso vimos a hombres, jóvenes y ancianos cosiendo con gran maestría en sus manos. Están las vidrieras que muestran alhajas de plata y a veces oro, collares con piedras multicolores, todo tipo de cueros trabajados, desde la "babucha", hasta la tapa de un libro, también en madera las más grandes variedades, hasta donde esa imaginación de siglos ha podido llegar para incentivar la venta y adornar las casas. La Medina es un mundo que impresiona, atemoriza al principio, aprisiona con sus mil caras después, siempre escuchando sonidos de objetos que golpean, los cascos o el rebuznar de los burros que resbalan en el empedrado, los gritos en árabe, español o francés, ofreciendo mercadería, el piar constante de pájaros, en medio de los sones de la clásica música árabe que da cierto aire de misterio al ambiente. Los [illegible], desde el que emana de las especias, [illegible] teñidos o la tinta que [illegible]

-08

8708047

Es una experiencia que hay que vivirla. Primero [illegible] exquisitos platos típicos. La sopa o "harira", [illegible] cebolla, tomates, cordero y ternera. La "[illegible]", plato típico preferido. Carne extendida envuelta en masa de hojalatre con azafrán, almendras y azúcar. Está el "cous-cous", lo más conocido, de fina sémola cocida al vapor, con un [illegible] de verduras y carne con pasas; también está el pollo [illegible] limón y [illegible]cochos, preferentemente de coco. Luego no perdiéndose de [illegible] los palacios, monumentos históricos, las antiguas murallas, [illegible] romanas, el contacto con el pueblo árabe en [illegible] y [illegible] y la visita obligada a la ciudad moderna de [illegible], grandes avenidas y árboles naranjos. He pintado el Marruecos que impacta, que a veces pone la piel de gallina [illegible] en algunos momentos a pasarse el pañuelo para retirar las [illegible] de sudor que aun sin un intenso calor brotan ante [illegible] sucesos. Pero está el Marruecos de vida [illegible], [illegible], corriente diríamos. El que hoy lucha por ingresar al [illegible] Común Europeo, el que discute con España las nuevas [illegible] del convenio pesquero, el que ocupa el primer lugar del mundo como exportador de fosfatos, el quinto en naranjas, el [illegible] trabaja la tierra con enormes plantaciones de maíz, girasol, [illegible], rodeado de olivares y naranjales, que miles y miles de [illegible] cosechan en la forma más rudimentaria, poniendo [illegible] lonas o géneros en el piso y sacudiendo las ramas de los [illegible]. Allí, en ese momento, en el área rural, todos trabajan, [illegible], niños, y las mujeres con sus caras cubiertas. Un Marruecos que progresa y que se está transformando en potencia económica. Una fuerza económica que atrae y atraerá la [illegible] de los países que buscan desesperados, mercados para [illegible] productos. Marruecos aún es un brillante en bruto, pero no [illegible] mucho tiempo. Cuando me fui, desde el ferry mi mirada fue [illegible] tristeza, con la seguridad de volver a ese extraño y fuerte [illegible] que aprisiona los sentidos y lleva a través del túnel del [illegible]. Un país que une al Atlántico con el Mediterráneo, [illegible] con la tierra fértil, a la edad media con la electrónica, [illegible] muralla inexpugnable con el abierto y florido. ¡Hasta la vuelta Marruecos!



8708047

130/14

Marruecos

# La guerra de los muros

El terrible calor, la sorpresa y el conocimiento del terreno son aliados de los combatientes saharauies, que en cinco días ocasionaron casi mil bajas al ejército marroquí.

La permanente tensión entre los ocupantes que desconocen en qué momento el Frente Polisario efectuará sus ataques y su magnitud constituye factor de desmoralización entre los soldados marroquíes.

Aunque los modernos sistemas de información vía satélite (suministrados a Marruecos por Estados Unidos) ofrecen a Rabat la posibilidad de conocer con antelación los desplazamientos de nuestras fuerzas, el factor sorpresa continúa siendo un importante aliado para nuestras acciones, declaró a Prensa Latina un alto mando saharaui.

Marruecos cuenta con sofisticados armamentos, radares, apoyo logístico, así como otras ventajas en cuanto a recursos militares se refiere, ofrecidos por sus aliados. Estados Unidos, Arabia Saudita, Francia e Israel.

Ello no ha sido obstáculo para que el 8 y 13 de julio el Frente Polisario llevase a cabo dos importantes ataques, el primero contra el sexto muro, en la frontera con Mauritania, y el segundo en el cuarto muro.

Los muros son llamados así por constituir una moderna versión de la francesa línea "Maginot", una cadena de fortificaciones con varios sistemas de detectores, minas, alambradas y trincheras, todo ello aprovisionado con gran cantidad de armamento a lo largo de unos dos mil kilómetros en el Sahara Occidental.

Concebidos como una contención contra los ataques saharauies, lejos de ello, esa línea marroquí se ha convertido en una pesada carga para el Reino, que tiene comprometidos allí cerca de 100 mil efectivos con toda la inversión de recursos que esto significa.

El Frente Polisario ha demostrado la vulnerabilidad de los muros mediante diversas tácticas. Desde las limitadas escaramuzas realizadas por pequeños grupos de combatientes, a veces de forma simultánea en distintos lugares, el minado de las propias fortificaciones hasta las ofensivas de mayor envergadura, con fuertes desplazamientos de tropas que penetran en profundidad en las líneas enemigas.

El 5 de julio comenzó una acción que cubrió una extensión de 30 kilómetros en el sexto muro, última de las líneas de fortificaciones que construye Marruecos en la frontera con Mauritania.

Para llegar hasta allí, según los datos del mando saharaui, fue necesario un desplazamiento de las fuerzas de unos dos mil kilómetros en medio de un verano, que tal vez no sea tan caluroso como es habitual en el mes de julio, pero aun así la temperatura sobrepasa los 40 grados centígrados.

Sólo se puede tener una idea de este ambiente cuando se está la mayor parte del día sobre un "Land Rover", que avanza a menos de 60 kilómetros por hora a través del desierto, debido a las irregularidades del terreno, bajo el castigo de un sol implacable, un viento quemante y con el espectro de la sed.

Todo ello agravado por la carga de los armamentos que incluyen armas pesadas.

Con estas condiciones difíciles el Frente Polisario efectuó una de sus más importantes acciones militares en Tichla, en la frontera mauritana, ocasionando 585 bajas enemigas.

Queda demostrado que si el sexto muro se construye para evitar las acciones saharauies por esa región atlántica, los resultados son desfavorables.

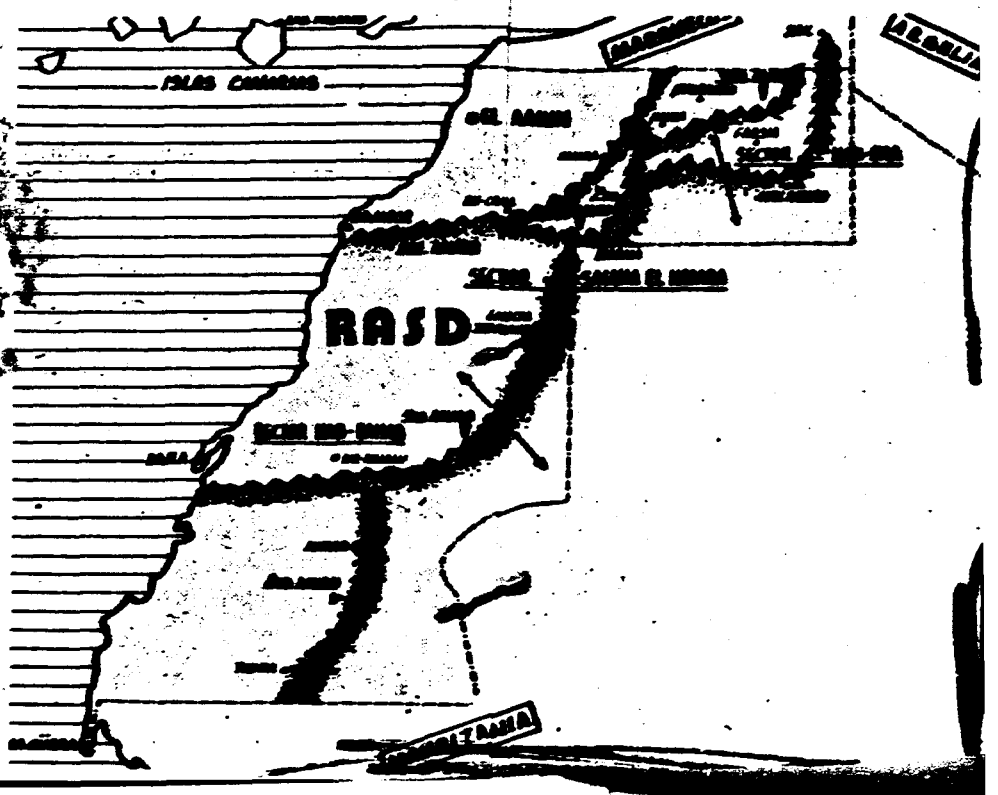
Además, el poder de fuego de los combatientes saharauies, su organización táctica y estratégica, así como las reducidas pérdidas en los últimos combates indican un salto cualitativo en la guerra de liberación contra Marruecos.

Apenas una semana después tuvo lugar otro importante ataque del Polisario en el cuarto muro en Emorelga, donde los marroquíes tuvieron 400 bajas, entre muertos, heridos y prisioneros.

Las sucesivas acciones del Frente Polisario, acentuadas a partir de finales de febrero, con otras de envergadura en las regiones de Farsia y Guelta Zemur, son claros exponentes de la organización alcanzada por el movimiento independentista.

Los lingüistas y continuos ataques saharauies, calificados por un prisionero marroquí de devastadores tormentas, mantienen en jaque a los invasores, desmoralizados ante la ineficiencia de su superioridad numérica y recursos bélicos.

Desde Sahara Occidental (Territorios Liberados). Nersa Caballero. Servicio Especial de Prensa Latina.




La ilustración indica las ubicaciones de los muros fortificados, construidos por el ejército marroquí para contener los avances y desplazamientos del Ejército de Liberación Popular Saharaui (ELPS), brazo armado del Frente POLISARIO.

01·01

8708254

130/A

"Siempre después del referéndum"

# El Rey Hassan II negociaría con el Frente Polisario

RABAT, (EFE).- El Rey Hasan II ha declarado que está dispuesto a negociar con el Frente Polisario después de que se celebre el referéndum en el Sáhara y sea cual sea el resultado del mismo.

Esta afirmación se contiene en unas declaraciones del monarca a la televisión sueca, el psado 25 de octubre y cuyo texto ha sido hecho público ayer en Rabat.

Pienso, dice el Rey, que se puede negociar pero siempre después del referéndum. Si este es positivo (favorable a Marruecos) llamaré al Polisario para discutir con ellos de su futuro, porque para mí son marroquíes y de ninguna manera vamos a darles la espalda a nuestros hijos.

Si el el resultado, continúa el Rey, es negativo, llamaré al Polisario y discutiremos una serie de acuerdos, después de haberlos reconocido como Estado, acuerdos y convenciones muy estrechos pudiéndose pensar, incluso, en una Federación o una Confederación.

Interrogado sobre cuándo tendrá lugar la consulta, el Rey de Marruecos reitera la voluntad positiva de su país y se declara contento por la próxima llegada al Sáhara de la Misión técnica de la ONU.

Esta misión, afirma el Rey, deberá ver cuestiones militares y de seguridad, y también si la presencia de las tropas marroquíes puede turbar, o no, la sinceridad de la consulta. También deberá examinar la implantación de la Administrativa marroquí.

En relación con el alto el fuego, el Rey estima que no supone un problema difícil ya que no existe interpenetración entre las fuerzas militares como ocurre en el Golan o en el Sinai.

Pienso, afirma el Rey, que el problema del alto el fuego será fácil de solucionar.

Preguntado sobre la actitud de Argelia en el conflicto del Sáhara, el Rey después de afirmar que no tiene nada contra Argel, revela una declaración del difunto presidente Huari Bumedien a un periodista francés y que éste transmitió al Monarca.

Si yo hubiese sabido que Marruecos iba a aguantar tres años, jamás me hubiese embarcado en este asuntos, habría afirmado Bumedien.

LA VANGUARDIA 18/11/89

01·01

8711569

# CARP. 130 A (5)

# NO TIENE DOCUMENTOS

# CARP. 130 A

(6)

Nº 130 A/6 MAURITANIA

ENTRE LOS Nºs

- 8701539 -

ARCHIVAR EN: MAURITANIA (130/A)

TEMA: MAURITIUS: RULING COALITION LOSES MAJORITY IN PARLIAMENT

PROCEDENCIA: ENLACE Sudáfricas 23/1/87 Doc. 015/87

ARCHIVADO EN: ENLACE Sudáfrica (135)

8701539

# CARP. 130A

(7)

Nº 130 A/7 MOZAMBIQUE

ENTRE LOS Nºs

8700699 - 8710475

MOZAMBIQUE

130/A

Joaquim Chissano es considerado un marxista moderado

# Ex Ministro de Relaciones Exteriores sucede a Machel

PERU

LA MAÑANA 04/11/86

MAPUTO. (ANSA, EFE y UPI).— El partido oficial de Mozambique eligió ayer al Ministro de Relaciones Exteriores Joaquim Chissano, un marxista moderado, para suceder a Samora Machel como presidente, dos semanas después de que el gobernante muriera al estrellarse su avión en Sudáfrica.

Comentaristas políticos dijeron que Chissano, de 47 años, colaborador cercano de Machel durante la campaña contra el dominio colonial portugués y Ministro de Relaciones Exteriores desde la independencia en 1975, continuará la política impuesta por el fallecido Presidente.

Chissano derrotó al Vicepresidente Marcelino Dos Santos, que diplomáticos y analistas habían dicho era uno de los principales candidatos para asumir el cargo de Machel, un dirigente marxista moderado que se oponía al Gobierno sudafricano de minoría blanca. Dos Santos, de 57 años, es considerado un marxista de línea dura.

El Comité Central de 130 miembros del Partido Frelimo (Frente de Liberación de Mozambique), se reunió en el Salón del Congreso en Maputo con Dos Santos, sentándose a la derecha del sillón dejado vacío por Machel, y Chissano a la izquierda. La reunión comenzó con tres minutos de silencio de tributo a Machel.

Dos Santos anunció posteriormente que Chissano será el reemplazante de Machel como Presidente y jefe del partido.

"Tras la trágica muerte del Presidente Samora Machel", dijo, "el Comité Central eligió a Joaquim Chissano como presidente de Frelimo".

**BIENVENIDA**

El anuncio fue recibido con resonantes y prolongados aplausos por los miembros del organismo. La elección dejó también a Chissano como Comandante en Jefe de las Fuerzas Armadas.

La agencia semioficial de noticias AIM dijo que se había exhortado a los residentes, mediante transmisiones radiales y en carteles, a que se reunieran en diversos puntos de la ciudad en las últimas horas de ayer para dar la bienvenida a su nuevo dirigente.

Diplomáticos occidentales en Maputo habían predicho que Chissano, descrito como un moderado dentro del partido marxista de gobierno, sucedería a Machel, quien murió con otras 33 personas cuando su avión de fabricación soviética se estrelló en las montañas del Oriente de Sudáfrica.

Chissano era el hombre número tres en la jerarquía partidista y estuvo cerca de Machel durante los años de guerrilla.

Machel, aunque marxista, estaba acudiendo con frecuencia a Occidente en procura de asistencia económica para su nación afectada por la pobreza.

El año pasado se reunió con el Presidente Ronald Reagan en Washington y a pesar de su oposición a la discriminación racial, en 1984 firmó un pacto de no agresión con Sudáfrica. Desde entonces ambas naciones se han acusado mutuamente de violar ese acuerdo.

Dirigentes de la región han acusado al Gobierno sudafricano de complicidad en el desastre del avión de Machel. Pretoria ha negado tales cargos.

Todos los miembros del Comité Central asistieron vestidos con trajes negros y corbatas oscuras. Se congregaron ante un gran cartel que proclamaba: "Transformemos nuestra pena en nueva fortaleza".

01|01

8700699

130/A

RSS

LA PRENSA 09-12-86

# Peligro de hambruna en Mozambique

Lisboa (UP) — Casi medio millón de personas corren peligro de morir de hambre en la provincia de Tete, como resultado de la intensa guerra de guerrillas que afecta a la región central de Mozambique, asegura un despacho de la agencia noticiosa Noticias de Portugal.

"La guerra está asfixiando la producción agrícola, debido a que la población está en continuo movimiento tratando de escapar a la lucha, declaró a la agencia Rocha Nuvunga, un funcionario del gobierno mozambicano.

Las fuerzas rebeldes de la Resistencia Nacional Mozambicana han redoblado su control en la región, otrora considerada el granero de la nación, bloqueando sus rutas e interrumpiendo los suministros de alimentos.

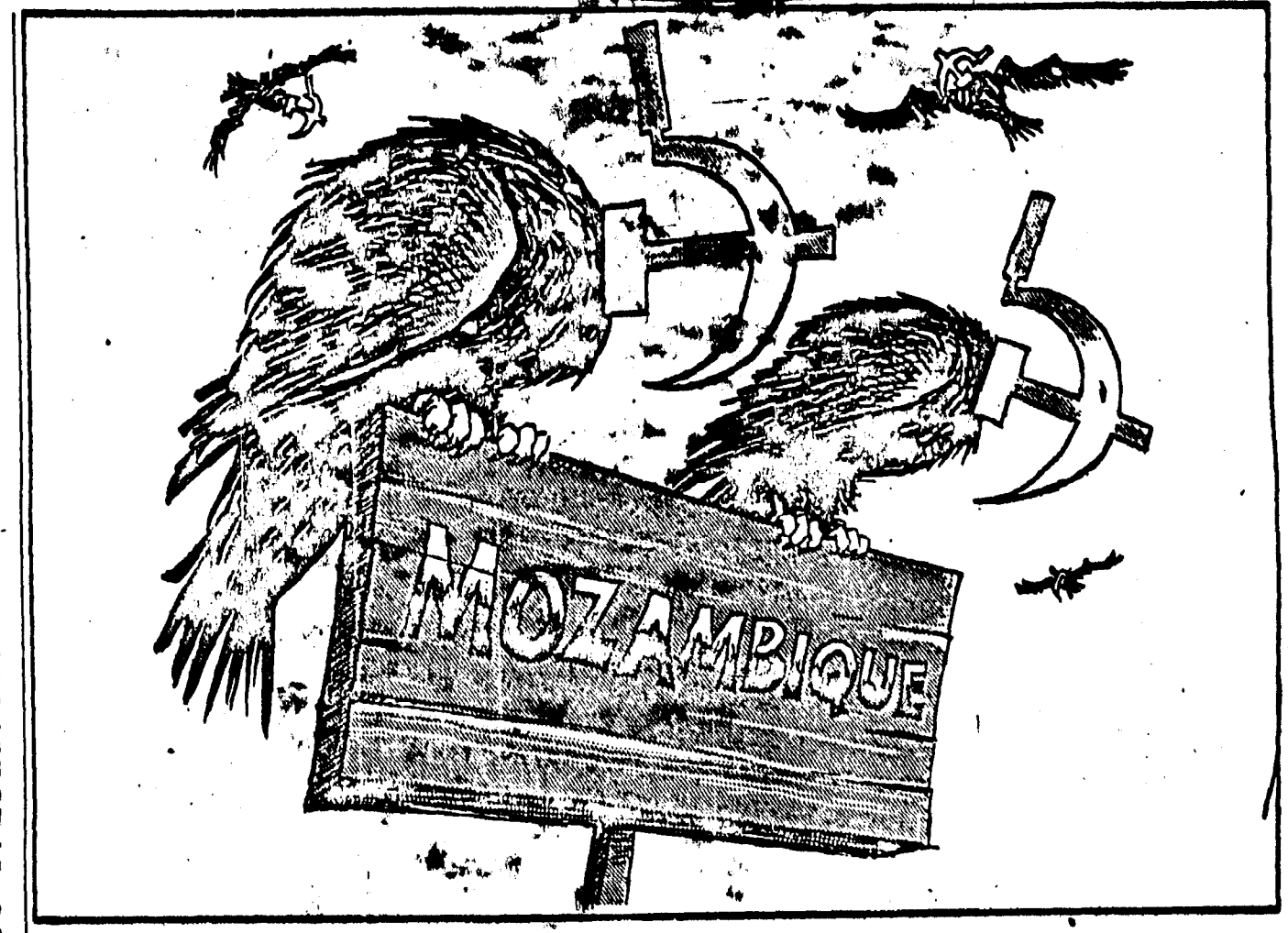
La asistencia internacional ha impedido un desastre de gran magnitud como el ocurrido en 1983, pero por lo menos 458.000 personas tan solo en Tete necesitan alimentos con urgencia, expresó Nuvunga.

01/01

8700700

CULTURALES
PAGINA 10
Viernes 23 de Enero de 1987

# Factor cubano en Mozambique




PRETORIA. — Mijail Gorbachev ha tenido que tomar en los últimos días, una difícil decisión; sus opciones eran limitadas y peligrosas: o permitía que las fuerzas rebeldes anticomunistas tomaran el poder en Mozambique, dejando sin efecto la "doctrina Brezhnev" de que, una vez comunista, todo país debe mantenerse del lado de Moscú, cueste lo que cueste; u ordenar el envío de miles de tropas de otro país marxista, en este caso Cuba, arriesgando una debacle para Fidel Castro y provocando la ira y la respuesta de Sudáfrica y su formidable maquinaria militar. Todas las indicaciones apuntan a que escogió la segunda alternativa.

Al abandonar Moscú tras un rápido y no programado viaje, Fidel Castro fue condecorado por tercera vez con la Orden Lenin y el propio Gorbachev lo elogió por "la gran cooperación que siempre había prestado a la Unión Soviética".

Todos los observadores aquí en Sudáfrica, país fronterizo con Mozambique, consideran que esta cooperación tiene mucho que ver con la posibilidad del envío de tropas cubanas para tratar de contener el avance de las fuerzas de RENAMO y mantener en el poder al gobierno del recién estrenado Joaquín Chissano.

Para llegar a esta conclusión hay que señalar varios antecedentes.

El pasado 16 de octubre, días antes de su muerte en un accidente de aviación, el dictador de Mozambique Samora Machel celebró una reunión en sus oficinas de Maputo con una delegación de nueve miembros de las Fuerzas de Zimbabwe. En este encuentro, que fue recogido en un documento rescatado por fuerzas sudafricanas de los restos del avión accidentado, Machel reconoció que "los bandidos armados", como calificó a las fuerzas del movimiento de liberación de Mozambique, se encontraban en todas las regiones del país y planteó incluso el derrocamiento del presidente de Malawi, Kamuzu Banda, a quien culpaba de ayudar a los combatientes por la libertad de Mozambique.

Zimbabwe, cuya única salida al mar es a través de Sudáfrica, o del puerto de Beira en Mozambique, mantiene en este país una fuerza de más de diez mil hombres, principalmente para proteger el corredor de Beira. Sin embargo, fuentes militares en Pretoria afirman que [illegible] tropas de Robert Mugabe han sufrido más de mil bajas, se encuentran desmoralizadas y deseosas de retirarse. Esta contribución, dicen las fuentes de Pretoria, es la máxima que puede hacer Zimbabwe, a pesar de las declaraciones públicas de Mugabe y no es suficiente para contener el avance militar de RENAMO.

Las fuentes apuntan que sólo días antes de la llegada de Castro a Moscú, coincidieron en la capital soviética una delegación de alto nivel del Congreso Nacional Africano, encabezada por Oliver Tambo, su presidente, y por su jefe militar Joe Mundizi; una delegación militar de Zimbawe y otra delegación, también militar, de Mozambique. Los observadores indican que tras la muerte de Machel, RENAMO logró adelantar aún más terreno debido a la inestabilidad del país y que la delegación de Maputo fue a pedir ayuda urgente a Moscú.

La única alternativa militar de Moscú [illegible], coinciden los observadores en Pretoria, es el envío de tropas cubanas en cantidad considerable; estas tropas podrían sustraerse de Angola, en donde serían reemplazadas por unidades militares de Corea del Norte o tropas [illegible] de Etiopía y el resto de Cuba, manteniendo así la presencia cubana en Angola.

Si las tropas cubanas salen de Angola, añaden los analistas, se eliminaría el obstáculo para la independencia de Namibia, ya que tanto Sudáfrica como Estados Unidos afirman que no se puede poner en práctica la Resolución 435 de Naciones Unidas para la independencia de Namibia, hasta que los cubanos abandonen a Angola.

Sin embargo, el ingrediente cubano en Mozambique, lejos de eliminar un foco de conflicto, envolvería al [illegible] sur del continente africano en una conflagración de grandes proporciones. "Si esto ocurre" —nos dijo un alto funcionario del gobierno de Sudáfrica— "puedo asegurarle que habrá otra Granada en Africa.

"Nuestro país no puede tolerar la presencia de miles de soldados cubanos en nuestra frontera a sólo una hora por avión de Pretoria. Simplemente no lo permitiremos, porque esto no va sólo en contra de nuestra estabilidad, sino en contra de nuestra propia sobrevivencia".

Así las cosas, Castro regresa a La Habana con una medalla de su colección Lenin y según todo parece indicar, con el compromiso de participar más activamente en el rescate de una hermana "nación socialista" que si no recibe ayuda masiva e inmediata muy pronto, se convertirá en noticia mundial anunciando a todos los continentes que la "doctrina Brezhnev" comenzó a morir en Mozambique.

0702190
01·01

ARCHIVAR EN: MOZAMBIQUE (130/A)

TEMA: MOZAMBIQUE INTERNAL SECURITY

PROCEDENCIA: DOE Nº 0428/87 DEL 23/2/87

ARCHIVADO EN: ENLACE SUDAFRICA

01

8702340

ARCHIVAR EN: MOZAMBIQUE (130/A)

TEMA: VARIOS TITULOS

PROCEDENCIA: DOE Nº 0500/87 DEL 24/3/87

ARCHIVADO EN: ENLACE SUDAFRICANO 135

8702804

01·01

ARCHIVAR EN: Mozambique (130/5)

TEMA: Mozambique: Changes within the Party and the Cabinet

PROCEDENCIA: Enlace Sudafrica 27/3/87 Doc 0474/87

ARCHIVADO EN: Enlace Sudafrica (135)

01 01 0702814

ARCHIVAR EN: Mozambique (130/5)

TEMA: Mozambique: Oil Supplies from Iran.

PROCEDENCIA: Enlace Sudafrica 27/3/87 Doc. 0468/87

ARCHIVADO EN: Enlace Sudafrica (135)

01·01 0702821

ARCHIVAR EN: Mozambique (130/A)

TEMA: Encontro de Sua Excelencia O Presidente Da Rep. com A Delegação Militar e Do Secretario Do Embelwe.

PROCEDENCIA: E. Sudafrica 27/3/87 Doc 0511/87

ARCHIVADO EN: Enlace Sudafrica (135)

01·01 0702831

130/A

## Exigencias de los rebeldes mozambiqueños

Lisboa (UP) — El jefe de la Organización Resistencia Nacional Mozambiqueña (RENAMO), general Alfonso Dhlakama, afirmó que estaba dispuesto a negociar con el gobierno si todas las tropas extranjeras abandonaban el país y se convocaba a elecciones generales.

Dhlakama señaló en una declaración dada a conocer en Lisboa que él "hablaría con el partido gubernamental".

El anuncio, firmado por el delegado en Europa de Renamo, Paulo Oliviera, citó a Dhlakama diciendo que las condiciones para dichas conversaciones eran "el retiro de todas las tropas extranjeras y la aceptación de una coalición dirigente nacional que lleve a elecciones libres".

No hubo ninguna reacción inmediata del gobierno en Maputo.

Renamo, tradicionalmente apoyada por Sudáfrica, ha combatido al gobierno de Mozambique y sus aliados de Zimbabwe y Tanzania durante 10 años, y en la actualidad opera a lo largo de todo el país aquejado por una hambruna que castiga a sus 13 millones de habitantes.

01·01

8703362

ARCHIVAR EN: Mozambique (130/A

TEMA: Mozambique: Harbour Projects For Beira

PROCEDENCIA: E. Sudafricano 27/5/87 Dec. 0752/87

ARCHIVADO EN: Enlace Sudafrica (135)

01·01

8704064

130/A

Mozambique

Acusan a las autoridades de Sudáfrica

# Ataque en Mozambique

JOHANNESBURGO (ANSA, EFE y UPI).- Mozambique afirmó ayer tener la prueba concluyente de que Sudáfrica auspició al comando "criminal" que realizó un ataque sorpresivo en el que murieron tres mozambiqueños, cargo que Pretoria ha negado de plano.

Por su parte, Estados Unidos condenó el ataque y dijo que todo parece indicar que Sudáfrica fue el instigador.

En un comunicado gubernamental, emitido por la agencia de noticias de Mozambique, AIM, se indicó que varias personas fueron detenidas después del ataque perpetrado en la madrugada del viernes, en el que participaron 16 comandos.

"La evidencia material dejada después de la fuga de los agresores, así como las versiones de numerosos testigos, prueban de manera concluyente que se trata de una acción criminal de las fuerzas especiales de Sudáfrica".

A pesar de que el comunicado gubernamental no especificaba el tipo de evidencia con que cuenta, un informe emitido por la agencia de noticias de Lisboa, LUSA, señalaba que un diplomático occidental no identificado, dijo el viernes en Maputo que los atacantes abandonaron tres vehículos con matrículas de Sudáfrica.

## SUDAFRICA NIEGA ESTAR INVOLUCRADA

Un vocero en Pretoria dijo que el comunicado emitido por el Ministro de Relaciones Exteriores, Roelof Botha, debe ser interpretado en el sentido de que "categórica y enfáticamente" niega cualquier involucración de Sudáfrica en el ataque.

La citada agresión se verificó nueve días después de que una bomba explotara en el centro de Johannesburgo, matando a cuatro policías.

En el pasado, Pretoria ha ejercido represalias con frecuencia, mediante ataques sorpresivos a través de la frontera, contra los bastiones que el Congreso Nacional Africano (CNA) tiene en los países vecinos.

La AIM dijo que entre los blancos del ataque se encontraban oficinas, una tienda de ropa perteneciente al CNA, así como un edificio de departamentos. Entre las víctimas se encontraban la hermana y el cuñado del Ministro de Defensa mozambiqueño, mayor general Armando Panguene.

El comunicado gubernamental señalaba que "el asesinato de la pareja aparentemente fue un error, porque había personas conectadas con la oficina del CNA en Maputo, que vivían en el edificio contiguo".

El vocero del Departamento de Estado estadounidense, Charles Redman, dijo en Washington que "la evidencia a mano indica claramente que Sudáfrica es el instigador de este ataque premeditado y especialmente brutal".

Por su parte, Botha, basando su respuesta en la creencia de que en el ataque se habían utilizado bombas, rechazó la [illegible] de Estados Unidos.

"En el caso de las explosiones de bombas en Sudáfrica, el gobierno de Estados Unidos se ha negado a reaccionar", dijo Botha. "Sin embargo, responde con rapidez cuando se trata de condenar al gobierno de Sudáfrica cuando ocurren explosiones de bombas en los estados vecinos, sin fundamentar sus acusaciones", agregó.

## SOLDADOS CAPTURADOS

De acuerdo con la agencia de noticias portuguesa, el Ministro del Exterior de Mozambique, Pascoal Mocumbi, dijo a los diplomáticos acreditados en Maputo, que "las Fuerzas de Seguridad han capturado a tres soldados sudafricanos".

El gobierno confirmó "algunos" de los arrestos, pero se negó a informar cuántos eran así como a identificar sus nacionalidades.

Una fuente del gobierno en Pretoria dijo que la muerte de los familiares del funcionario militar, sugería que los atacantes pudieron haber sido miembros del grupo derechista, Resistencia Nacional de Mozambique (RNM), un movimiento rebelde que Maputo considera que es apoyado por Pretoria.

LA MAÑANA 31/5/87

01·01

8704403

TEMA: Mozambique Internal Security Situation.

PROCEDENCIA: ENLACE Sudafricano 14/7/87 Doc. 1036/87

ARCHIVADO EN: ENLACE Sudafrica (135)

01·01 8704866

ARCHIVAR EN: Mozambique (130/A)

TEMA: Mozambique: Cuban [illegible]

PROCEDENCIA: ENLACE Sudafricano 14/7/87 Doc. 1033/87

ARCHIVADO EN: ENLACE Sudafrica (135)

8704869

01·01

ARCHIVAR EN: Mozambique (130/A)

TEMA: Mozambique: Agreement with THE EDR

PROCEDENCIA: ENLACE Sudafricano 16/7/87 Doc 1021/87

ARCHIVADO EN: ENLACE Sudafrica (135)

01·01 8705122

ARCHIVAR EN: Mozambique (130/A)

TEMA: Soviet Personnel in Mozambique

PROCEDENCIA: Enlace Sudáfrica [illegible]

ARCHIVADO EN: R. Sudáfrica (135)

01-01 8705132

ARCHIVAR EN: Mozambique (130/A)

TEMA: Caso Samora Machel: fue un asesinato.

PROCEDENCIA: Clarín 20/6/87

ARCHIVADO EN: Fichajo (8)

8705213

01-01

RS

130/A

CLARIN Buenos Aires, jueves 23 de julio de 1987

MOZAMBIQUE: HABRIA 380 VICTIMAS

# Denuncian masacre de civiles

MAPUTO, Mozambique, 22 (AFP, AP y Reuter). — La agencia oficial mozambiqueña de noticias AIM denunció un ataque de rebeldes apoyados por Sudáfrica contra Inhaláca, 400 kilómetros al nordeste de aquí, donde habrían sido asesinadas 380 personas, entre ellas ancianos, mujeres y niños.

La información, aún sin confirmar por fuentes independientes, da cuenta de la mayor ataque lanzado por la antimarxista Resistencia Nacional de Mozambique (RENAMO), contra una población civil, desde que en 1975 inició su guerra de guerrillas contra el gobierno de Maputo.

La agencia noticiosa dijo que los atacantes, durante una incursión nocturna el sábado último, ametrallaron indiscriminadamente a los pobladores de Homoine, una pequeña localidad cercana a Inhambane.

También consignó AIM que los rebeldes invadieron el hospital local, donde dispararon a mansalva contra bebés recién nacidos, pacientes ancianos y personal de enfermería.

Desde Lisboa un vocero de los rebeldes del RENAMO, Paulo Oliveira, dijo que la información no es cierta: "No es nuestro estilo realizar ese tipo de operación", aseguró.

Sin embargo, el corresponsal en Inhambane del diario "Noticias" (pro gubernamental), Benito Nquice, dijo que "familias enteras fueron masacradas" por los "bandidos armados por Sudáfrica". Según el periodista 16 guerrilleros murieron y por lo menos 15 resultaron heridos durante la incursión.

El gobierno de Maputo, presidido por Joaquim Chissano, acusa a Sudáfrica de utilizar al RENAMO para "desestabilizar" el régimen marxista que orienta el oficialista Frente de Liberación de Mozambique (Frelimo).

Pero el régimen de Pretoria asegura que el respaldo al movimiento antimarxista que dirige Alfonso Dhlakama fue cortado después de la firma de un tratado de no agresión entre Johannesburgo y Maputo el acuerdo de Nkomati, de 1984.

Desde la ex colonia portuguesa se insiste en que el gobierno blanco sudafricano no respeta ese convenio, y que el RENAMO sigue beneficiándose del envío de materiales militares por parte de Pretoria.

Agencia AFP

Un vagón trasladó a víctimas de las fuerzas del RENAMO en el distrito de Homoine, Mozambique.

01·01

8706426

ARCHIVAR EN: Mozambique (130/A)

TEMA: Seguridades de Gorbachov a Mozambique.

PROCEDENCIA: Clarin 5/8/87

ARCHIVADO EN: URSS (026)

01·01 8706896

---

ARCHIVAR EN: Mozambique (130/A)

TEMA: Mozambique: Possible Future French Military Involvement.

PROCEDENCIA: ENLACE Ingles 18/8/87 Doc 1233/87

ARCHIVADO EN: Enlace Ingles (135/C

01·01 8707072

---

ARCHIVAR EN: Mozambique (130/A)

TEMA: SACP: TALKS WITH FRELIMO

PROCEDENCIA: ENLACE Ingles 18/8/87 Doc 1238/87

ARCHIVADO EN: Enlace Ingles (135/C

01·01 8707127

ARCHIVAR EN: MOZAMBIQUE (130/A)

TEMA: MOZAMBIQUE: RECENT EVENTS AS/ 23/7/87 (B/0640)

PROCEDENCIA: LOC Nº 1216/87 del 18/8/87

ARCHIVADO EN: ENLACE INGLES (135/C)

8707200

01·01

HA

MOZAMBIQUE

130/A

# Machel: la tripulación culpable

EL DIA

JOHANNESBURGO. — Omisiones de la tripulación soviética fueron la causa de que se estrellara el avión en el que perdieron la vida el 19 de octubre de 1986 el presidente de Mozambique, Zamora Machel, y otros 33 pasajeros. A esa conclusión llegó una comisión internacional que publicó ayer su amplio informe en Johannesburgo.

Carece de base, según dicha comisión, la acusación de que en su vuelo hacia la capital mozambiqueña, Maputo, el avión fue desviado intencionadamente de su curso por ondas radiales emitidas desde Sudáfrica.

La caída del avión, del tipo soviético Tupolev 134 B, que se estrelló en territorio sudafricano a unos cientos de metros de la frontera con Mozambique, se debió en primer lugar a que la tripulación soviética ignoró el procedimiento prescripto para un aterrizaje por instrumentos. "Prosiguió el aterrizaje en la oscuridad con ligera nubosidad, es decir sin contacto visual,... e ignoró además el alarma, provocada por demasiado poca altitud", se dice en el informe.



8707552

130/A

LA MAÑANA

16 AGO. 1987

# Matanza en Sur de Mozambique

MAPUTO (ANSA y EFE).- Noventa y una personas murieron en la matanza que tuvo lugar en la población de Manjacaze, la provincia de Gaza, sur de Mozambique, el pasado día 11, cuando fue atacada por elementos de la Resistencia Nacional Mozambiqueña (RENAMO), según afirmaron las autoridades mozambiqueñas.

En Xai Xai, capital de la provincia de Gaza, continúan hospitalizados 27 heridos que escaparon de la matanza, entre ellos 6 niños y 5 mujeres, indicaron fuentes oficiales.

La matanza tuvo lugar mientras una comisión de miembros del Partido Republicano norteamericano visitaba Mozambique para informarse sobre la situación en ese país de Africa Austral, y es la segunda producida en menos de dos meses en el sur del país, tras la de Homoine, donde casi 400 personas, muchas de ellas niños y mujeres, fueron asesinadas en un ataque también atribuido a RENAMO.

la Mañana 16/8/87

8708325

01·01

ARCHIVAR EN: Mozambique (130/A)

TEMA: Mozambique: Progress Report Re Beira Corridor, January TO June 1987

PROCEDENCIA: ENLACE Sudafricano 7/10/87 Doc. 15/11/87

ARCHIVADO EN: ENLACE Sudafrica (135)

01·01

8708719

130/A

LA MAÑANA 27/7/87

MOZAMBIQUE

*Maputo busca apoyo de EE.UU. para combatir guerrilleros*

# Acusan al Renamo de asesinatos

WASHINGTON (ANSA, EFE y UPI).— La capital estadounidense se está convirtiendo en un campo de batalla clave en la desusada guerra entre el izquierdista gobierno de Mozambique y guerrilleros derechistas, con el gobierno del presidente Ronald Reagan inclinándose por la izquierda.

La lucha por el apoyo de Estados Unidos cobró la semana pasada un mayor significado con las acusaciones del gobierno de Mozambique de que los rebeldes de la Resistencia Nacional de Mozambique, que tienen el apoyo de Sudáfrica, habían masacrado a por lo menos 386 civiles en una aldea del sur del país.

Los esfuerzos de los guerrilleros por cambiar la política estadounidense de apoyo discreto al gobierno izquierdista y obtener el reconocimiento de Washington bien podrían ser enfrentar una decisión esta semana cuando el Departamento de Estado espera entrevistar testigos de la masacre y atribuir responsabilidades.

Una ex colonia portuguesa que logró la independencia en 1975, Mozambique es una nación de más de 12,5 millones de habitantes sobre el estratégicamente importante océano índico, en el sur de Africa.

RENAMO ha establecido una oficina de gestiones en Washington y avanza con sus planes de capitalizar apoyo derechista a favor de su reconocimiento.

Encabezados por el conservador Jesse Helms, los principales republicanos de la Comisión de Relaciones Exteriores del Senado simpatizantes de RENAMO han tenido éxito hasta ahora en bloquear la nominación de Melissa Wells como nueva embajadora en Mozambique.

Esos esfuerzos podrían sufrir un serio golpe si se demuestra que RENAMO fue responsable de la matanza.

El viernes, Helms advirtió en una sesión plenaria del Senado contra conclusiones acerca de quién es responsable, diciendo que no hay aún pruebas concretas de las acusaciones del gobierno de Maputo contra RENAMO.

"Si RENAMO fue responsable, ciertamente no nos ayuda", afirmó Tom Boney, un vocero de Helms.

## INDICIOS

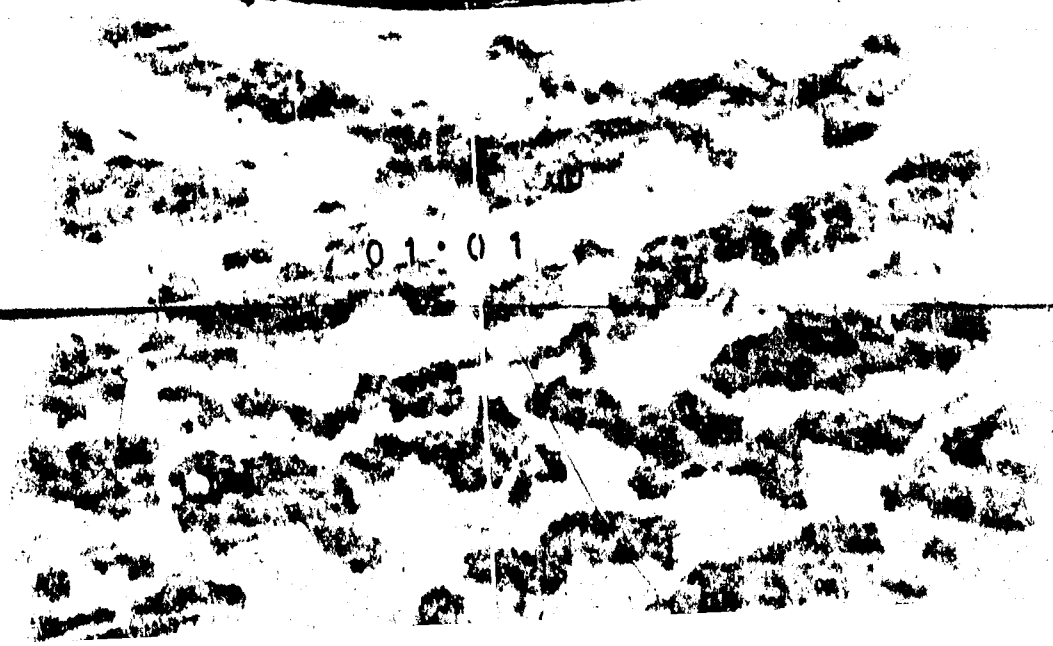
Un funcionario del Departamento de Estado que habló a condición de no ser identificado, dijo que no hay evidencia clara de que RENAMO fuese responsable por la matanza del 18 de julio en la aldea de Homoine, a 540 kilómetros al nordeste de Maputo.

Pero, agregó, hay indicios de que RENAMO podría haber participado. Un testigo estadounidense que apareció en la televisión de Mozambique afirmó haber oído silbatos durante el ataque, que según funcionarios son frecuentemente usados en las tácticas de RENAMO.

También hizo notar que hubo información de que ocurrieron envíos aéreos de equipos al área antes del ataque, que el gobierno de Mozambique atribuyó a Sudáfrica, lo que fue negado por Pretoria.

A través de voceros en Lisboa y Washington RENAMO ha negado haber jugado un papel en la matanza.

En una entrevista telefónica, Tom Schaaf del Servicio de Información de Mozambique en Washington, que apoya a los rebeldes, dijo que la masacre resultó de la política del gobierno de obligar a los aldeanos a unirse a su milicia del Frente de Liberación de Mozambique (FRELIMO), sin paga, y con la obligación de hacer el "trabajo sucio" del ejército.



01:01

8710098

ARCHIVAR EN: Mozambique: (BO/A)

MATERIA: Mozambique: ARMS Supplies AND Military Instructors From USSR.

PROCEDENCIA: Enlace Sudafricano 4/11/87 Doc 1258/87

ARCHIVADO EN: Enlace Sudafrica (135)

01·01 87'0475

# CARP. 130 A

(8)

NO TIENE

DOCUMENTOS

# CARP. 130A

(9)

Nº 130 A/9 NIGERIA

ENTRE LOS Nºs

8700697-8712553

130/A

Nigeria

La Prensa 10/11/86

# El régimen militar bajo sitio de ladrones armados

Por Lateef K. Jakande

Lagos (Nigeria) – Cierto día de septiembre de 1986, cinco personas sospechosas de robar a ciudadanos siguientes fueron sorprendidas en plena faena y ejecutadas al instante; el hecho ocurrió en Mushin, un suburbio de Lagos, la capital federal de Nigeria. En otra ocasión y en el mismo mes, esta vez en el aeropuerto internacional de Ikeja, cerca de Lagos, dos asaltantes fueron ejecutados al instante. Los disparos resultaron realizados por policías en cumplimiento de su deber, y la operación recibió la aprobación de los testigos que presenciaron el hecho.

La orden de disparar a simple vista fue dada por el gobierno federal en su renovada campaña para librar al país de la amenaza de los ladrones armados. La amenaza cuenta con una larga historia. Comenzó durante el gobierno del general Yakubu Gowon, que libró una guerra civil para evitar el desmembramiento o desintegración de Nigeria. Como resultado de la guerra civil, causada por la declaración de secesión de la Región Oriental de Nigeria, en 1967, el Ejército nigeriano pasó de 8.000 a más de 100.000 hombres.

## Consecuencias de la desmovilización

Al final de la guerra, en 1970, se ordenó la desmovilización, lo que llevó al desempleo a los que combatieron del lado nigeriano. Del lado rebelde, hubo una completa desbandada del creado Ejército de la República de Biafra. Las consecuencias de la desmovilización y la desbandada incluyeron un incremento del robo armado que llegó a una escala previamente desconocida en el país. Se empezaron a usar armas y municiones muy avanzadas. Y el gobierno tuvo que responder mediante la imposición de la pena de muerte como castigo por el robo a mano armada; es la ejecución por pelotones de fusilamiento en los lugares públicos.

Desde Gowon, Nigeria ha tenido cuatro gobiernos: uno civil y tres militares. Cada uno de estos gobiernos ha tenido que librar una guerra contra los ladrones armados. Pero a pesar de las penas de muerte y las ejecuciones en público, los ladrones armados siguen siendo una amenaza para la sociedad nigeriana.

En época reciente, los ladrones se han tornado más audaces que nunca. Un columnista del periódico "The Punch", Dayo Adeyeye, describió gráficamente la situación en su columna semanal, como sigue:

## Aviso de asalto

"El robo a mano armada no es ya una operación clandestina. Los ataques no son ya súbitos, y no se hace el menor intento por sorprender a la posible víctima. Hoy en día, los ladrones armados avisan con anticipación —mucho antes del Día D— tanto a la policía como a la víctima escogida. Y las operaciones son realizadas con precisión a la hora y en el lugar señalados y, la mayoría de las veces, con asombroso éxito".

En septiembre de 1986 se inició una nueva campaña contra los ladrones armados. Ha sido lanzada por el inspector general de la policía, Etim Inyan, tras obtener un crédito especial (ascendente a alrededor de unmillón de dólares) del presidente Babangida, para financiar la operación. También separó cerca de 30 millones de su presupuesto anual (de alrededor de 100 millones). Con este dinero se compraron nuevos vehículos y nuevas armas, y se reforzaron los pelotones de policía para combatir la amenaza.

En la capital federal de Lagos, en donde solía haber un comisionado de policía, hay ahora ocho. En el estado de Bendel, otra zona crítica, hay ahora cuatro comisionados en vez de uno. En el aeropuerto internacional de Ikeja, en donde los ladrones se roban el equipaje enviado por avión, la policía está autorizada a disparar a matar a simple vista. En 11 de los 19 estados, se ha limitado el movimiento de ciudadanos después de las 12 de la noche. Todos los vehículos están sujetos también a registro policíaco, y esto tiene lugar a intervalos irregulares.



8700697

130/A

Nigeria

L. PRENSA 3-1-87 PEBLO

# La búsqueda de un nuevo sistema político

Por Lateef K. Jakande

Lagos – "En cuanto a las formas de gobierno, dejemos que los tontos discutan, la mejor administrada ésa es la mejor". Pope debía estar vivo en estos momentos para dar este consejo de oro a los nigerianos, pues los nigerianos están a punto de tomar nuevas decisiones sobre la forma de gobierno que quieren para su país. Ya probaron el gobierno colonial. El gobierno británico, en 1914, agrupó las partes separadas de Nigeria y proclamó el nuevo país bajo la égida británica. Ese gobierno terminó el 1º de octubre de 1960. Y, en los últimos 26 años, Nigeria ha tenido gobiernos militares (por 17 años) y gobiernos democráticos (por 9); ha tenido tres Constituciones, todas estipulando una forma de gobierno federal.

La Constitución de 1960 fue tomada directamente del patrón colonial británico: un gobernador general, un primer ministro nombrado por el Parlamento, un Senado nominado (Cámara Alta) y una Cámara de Representantes electa (Cámara Baja). En 1963, Nigeria se convirtió en república, dando el título de presidente al gobernador general, pero dejando el Poder Ejecutivo para el primer ministro. En 1979, Nigeria cruzó el océano Atlántico en busca de un modelo, y adoptó el sistema presidencial americano: Un presidente que representa al Poder Ejecutivo, ningún primer ministro, un Senado electo, una Cámara de Representantes electa, y separación de poderes entre el Ejecutivo, el Legislativo, y el Judicial.

## Regreso de los militares

A pesar de una cláusula de la Constitución de 1979 que prohibía específicamente la intervención militar en el gobierno del país, la administración electa fue quitada del poder el 31 de diciembre de 1983 mediante un *coup d'etat* y los soldados regresaron al poder tras un descanso de 51 meses. Con anterioridad habían estado en el poder por 14 años, antes de entregar el poder a los civiles, en 1979. Ahora, los soldados han indicado que en 1990 habrá una transición hacia "una forma de participación gubernamental". Esta indicación ha sido interpretada por los nigerianos como una promesa para el regreso a un gobierno civil, aunque los soldados mismos no han dicho eso.

En enero de este año, el gobierno militar federal estableció un buró político, presidido por un educador, el doctor Samuel Cookey, y le dio la tarea de "concebir una transición armoniosa o proceso de desentendimiento del Ejército con vistas a un sistema de participación gubernamental".

El buró fue inaugurado con gran fanfarria en la nueva capital federal, Abuja, por el presidente, mayor general Ibrahim Badamosi Babangida. El debate habría de durar 12 meses. Una vez más, aunque los términos de referencia del buró decían claramente "transición del Ejército hacia un sistema de participación política", los nigerianos supusieron que la tarea del buró es dar a Nigeria un nuevo sistema político. Esa ha sido la dirección y el tono del debate desde enero.

## Propuestas de gobierno

El debate ha renunciado a muchas y diversas escuelas de pensamiento y propuestas. Están las bien conocidas: Estado de un solo partido en el que exista un solo partido político, candidatos escogidos para las elecciones, y control gubernamental a todos los niveles; un gobierno de dos partidos, en donde la ley permita operar a sólo dos partidos; estado de tres o cuatro partidos; y estado multipartidista, en el que se puedan formar tantos partidos políticos como se deseen, y éstos puedan operar, participar en las elecciones, y formar gobierno.

Pero hay propuestas insólitas. Una de ellas es que Nigeria debe ser un Estado de "cero partido". El principal defensor del Estado de cero partido es el rico médico, doctor V. O. Awosika, quien mantiene un seminario público para propugnar su teoría. El Estado de cero partido es un estado sin partidos políticos. Los funcionarios son electos a los cargos públicos sobre la base de su mérito personal y mediante un sistema de colegio electoral. Otra escuela no quiere elecciones en lo absoluto sino selección por comunidades, más o menos como en la democracia de la antigua Grecia.

Otro grupo más quiere que los soldados continúen gobernando indefinidamente con el apoyo de los jefes tradicionales y de individuos nominados. Tal vez la opción de la que más se habla sea la propuesta por el primer presidente de Nigeria, doctor Namdi Azikwe. El la califica de "diarquía". Lo que propone es que los jefes de los servicios militares formen parte del gabinete y ejerzan el derecho al veto en todas las decisiones gubernamentales. Su argumento es que, habiendo saboreado el poder político, los militares siempre encontrarán una excusa para intervenir en la política del país. De modo que –afirma– es mejor aceptar la realidad de la situación y compartir con ellos el poder político.

Pero hay una fuerte corriente de opinión que se opone a la intervención militar. El radical arzobispo de la Iglesia Católica de Lagos, doctor Olubunmi Okogie, al dirigirse a una delegación que incluía altos oficiales del Ejército, expresó con toda intención: para 1990, los militares habrán estado gobernando a Nigeria durante 20 de sus 30 años de independencia. Y entonces preguntó: ¿Qué valor tiene la independencia de Nigeria?.

## Sistema de votación

Una idea que ha obtenido amplia vigencia es la rotación de la dirigencia del país entre los principales grupos étnicos de la Federación. Nigeria tiene más de 200 grupos étnicos. En el momento de la independencia, estas nacionalidades caían dentro de tres grandes divisiones regionales: el Norte, el Este y el Oeste. La mayoría de los jefes gubernamentales del país han procedido del Norte. La idea de la rotación busca invertir la situación. Como dijeran los jefes tradiconales de los estados de Lagos, Ogun, Ondo, Oyo y Badel, "esto dará sensación de pertenencia e iguales posibilidades a todos los sectores del país, y eliminará el temor a la dominación".

El buró político ha de presentar su informe en diciembre. La decisión descansa en la administración de Babangida. Independiente de lo que decida, el pueblo nigeriano no se puede quejar de que no le dejaron opinar. Pero que la decisión del Ejército sea popular y, por lo tanto, aceptada es un asunto diferente.

LA PRENSA 03-1-87

01·01

8700698

Rs.

ARCHIVAR EN: Nigeria (130/A)

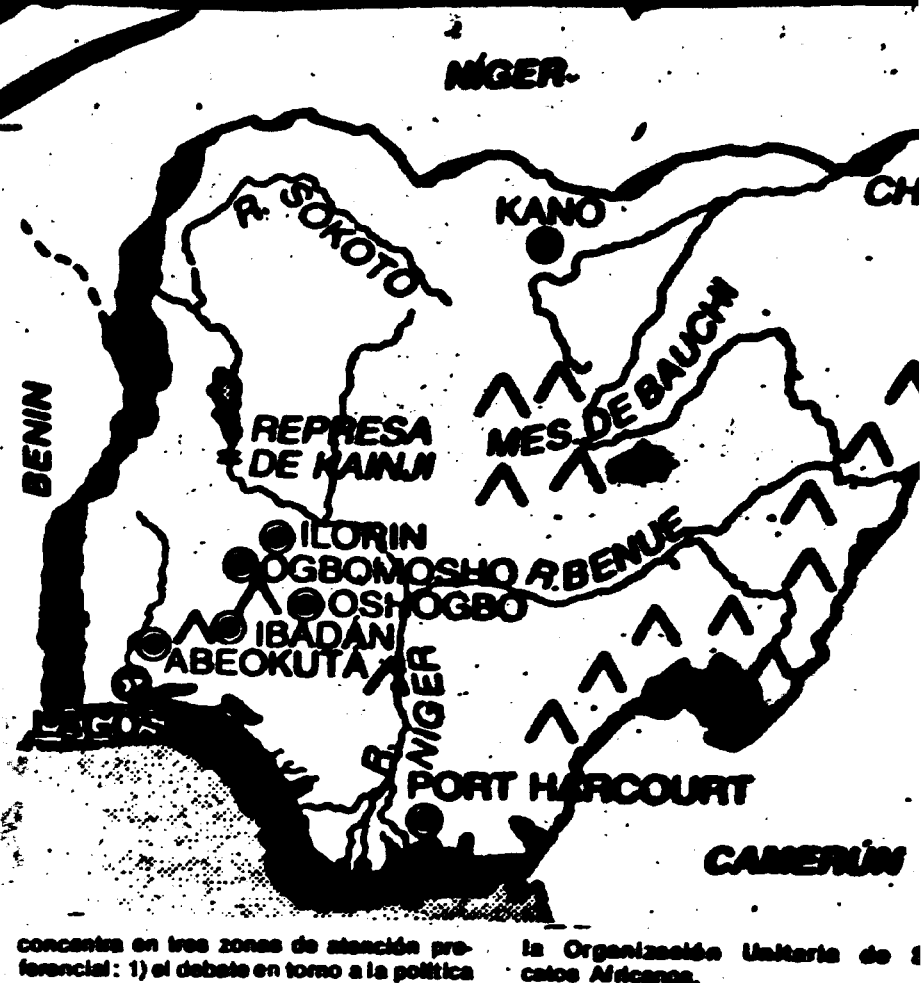
TEMA: Nigeria: Financial Difficulties in Respect of Diplomatic Representation

PROCEDENCIA: Enlace Sudafricano 16/7/87 doc 1006/87

ARCHIVADO EN: E. Sudafrica (135)

01-01 8705113

# El debate nacional en Nigeria




Hace aproximadamente 18 meses, Nigeria vivió su sexto golpe de Estado desde que accediera a la independencia en 1960. Los gobiernos pos-independencia han tenido un peso siempre importante de los militares y sólo por breves períodos se impusieron administraciones civiles.

El actual gobierno de Babangida, no obstante, se ha diferenciado de los anteriores por su marcado acento nacionalista y por el énfasis colocado en la discusión abierta y amplia de los urgentes problemas del país.

La actitud positiva del gobierno, su sensibilidad ante los reclamos populares, se ha traducido con exactitud en un gran debate nacional que actualmente se concentra en tres zonas de atención preferencial: 1) el debate en torno a la política respecto al FMI —institución que ha dominado hasta el momento la economía nigeriana, de acuerdo a esquemas bien conocidos universalmente —, y en relación a la abultada deuda externa; 2) la discusión en materia de política exterior que a su vez se ha traducido en una presencia internacional mucho más activa del país en función del no alineamiento y, específicamente, en torno a la cuestión del apartheid; 3) un debate nacional sobre el futuro de Nigeria, uno de los países más ricos de África cuya población es, al mismo tiempo, una de las más torturadas por la desnutrición, la mortalidad infantil y todos los restantes índices del subdesarrollo.

En el contexto de ese gran debate nacional se destacan los aportes del movimiento obrero y de la intelectualidad.

General Ibrahim Babangida, presidente de Nigeria.

## El aporte de los trabajadores

La voz de los trabajadores se expresó en el documento titulado "Hacia un futuro viable y genuinamente democrático. La posición de la clase obrera nigeriana", emitido por el Congreso Laborista Nigeriano (CLN), central sindical que cuenta con cinco millones de afiliados.

En el acto de presentación del documento hizo uso de la palabra Alí Chorima, presidente del CLN, y estuvieron presentes figuras legendarias y prestigiosas del movimiento obrero de Nigeria, como Michael Imondore, Waheb O. Goodluck, Dapo Fatogun y Hassan A. Sunmorn. Este último se desempeña actualmente como secretario general de la Organización Unitaria de [illegible] catos Africanos.

Al intervenir, Alí Chorima combatió ideas de que el marxismo-leninismo ajeno a las tradiciones y a las cul africanas, afirmación que ya era amp por los potencias coloniales cuand pueblo nigeriano luchaba por su inde dencia política.

El manifiesto contempla la rea nigeriana a través de 28 temas, estr vamente desarrollados. En primer tér el documento caracteriza a Nigeria país capitalista, neo-colonial, incapa desarrollo independiente, imposibil de encontrar una solución económica ble y estabilidad desde el punto de política, a menos que se impulse pr dos los medios la transformación d crítica de la sociedad.

El documento aborda [illegible] cuestión de la democracia en un país Nigeria, donde la participación de l exige un "mayor nivel de cultura y ciencia política, garantías para la sat ción de las necesidades básicas de la distribución equitativa de salud, ju social e iguales oportunidades par dos".

En este sentido, el documento de el papel de los trabajadores en la forja unidad nacional, promoviendo el pa patriotismo por encima de las divis religiosas y tribales. En este contex documento encarece la importanci asegurar iguales derechos a toda etnias, e iguales posibilidades pa desarrollo de las culturas particulare

Asimismo, el documento se pron contra la penetración de las trasnacio y contra sus agentes locales e economía nigeriana, contra la práctic fraude y la corrupción por medio d cuales el capital financiero i nacional influye sobre los tecn tas y los administradores, reforzan la dependencia en todos los planos bilitando cada vez más las estruc sociales, políticas y económicas del

## La intelectualidad progres

También la intelectualidad nigeria expresó en el marco de este d nacional. Lo hizo a través de la confer pronunciada por el Dr. Inya Eteng Asociación Antropológica y Socioló Nigeriana. Eteng fustigó el empeño d clases dominantes en utilizar la etni como instrumento ideológico que tie impedir la maduración de la conciencia clase. El fomento del particula comunal, de la corrupción, de la viole de la manipulación religiosa, cons constantemente contra el av ideológico de los trabajadores nigeri

El documento de la central obrera conferencia de Eteng tuvieron am repercusión nacional, incluso en el de las Fuerzas Armadas en las que ex círculos vivamente interesados en h una alternativa al capitalismo y neocolonialismo.

Teniendo en cuenta el peso espec de la política nigeriana en el con africano, estos debates, y particularm los aportes de las fuerzas democrátic avanzadas del país, están llamados a t honda repercusión internacional.

# Senegal hacia el frente de izquierda

Sería una tragedia si nuestros militantes y aquellos de otros partidos que proclaman el marxismo-leninismo estuvieran dispuestos a fraternizar únicamente en las prisiones o en las instalaciones deportivas transformadas en campos de tortura. Con estas palabras terminaba la intervención de C. Thiam, miembro del Buró Político del Partido de la Independencia y el Trabajo de Senegal (PITS), en una de las muchas conversaciones mantenidas por dirigentes de este partido con otras fuerzas políticas que reconocen al marxismo y al leninismo como fuentes de inspiración teórica.

Existen en la actualidad en Senegal 18 agrupaciones políticas diferentes, de diversa significación histórica y con grados de incidencia real en la vida socio-política del país. Recientemente, a iniciativa del PITS, se dio inicio a una ronda de negociaciones con el objetivo de fortalecer la oposición democrática y patriótica al gobierno del Partido Socialista.

Las tratativas, destinadas a forjar un frente capaz de actuar como alternativa a la política de sometimiento al imperialismo que practica el actual gobierno, se han llevado a cabo entre el mencionado PITS y otras cuatro organizaciones: 1) la Organización Maoísta de Senegal, 2) la Liga Democrática/Movimiento del Partido Laborista, 3) el Partido de la Independencia Africana y 4) el Movimiento Revolucionario Aud-Jef por la Nueva Democracia. La última de estas fuerzas integra a ciudadanos marxistas, si bien la propia organización no es marxista. Las restantes agrupaciones se reconocen marxistas-leninistas.

Como primer resultado de las conversaciones llevadas a cabo en los primeros meses del presente año, todas las organizaciones decidieron emprender una profunda lucha ideológica y política contra las manifestaciones de sectarismo que hasta el momento han emprendido una mayor unidad de acción. Simultáneamente acordaron continuar las negociaciones en pos de un programa mínimo electoral que posibilite, en el futuro, la lucha común.

El PITS ha considerado, en un comunicado oficial emitido al cabo de la primera ronda de conversaciones, que en la actual fase del desarrollo del movimiento democrático y progresista en Senegal, ante la profundización de la crisis de todos los aspectos de la estructura socio-económica del país, es imprescindible resolver el tema central de las alianzas entre fuerzas sociales y políticas, cuestión esencial desde el punto de vista estratégico y táctico.

El pueblo senegalés sigue siendo víctima de la explotación de sus riquezas naturales en beneficio de capitales transnacionales, imperialistas, de procedencia prioritariamente francesa, de acuerdo a un esquema de dominación básicamente neocolonial.

Se trata, sin duda, de un paso importante que las fuerzas marxista-leninistas acaban de dar, en el cuadro general de un continente donde la alternativa entre socialismo y neocolonialismo se agudiza progresivamente.

PERLA

01·01

8705005

ARCHIVAR "M": Nigeria (130/A)

TEMA: Nigeria: White Paper for the Return to a Civilian Government.

PROCEDENCIA: Embajada Sudafricana 4/22/87 Ser. 348/87

ARCHIVADO EN: EMBAJADA Sudafrica (135)

87 10472

01.01

OPTO. II (EXTERIORES)
2.12.87
RECIBIDO

NIGERIA

130/A

# Murió el Presidente de Niger

PARIS. (EFE).- El Presidente de la República de Niger, Seyni Kunché, de 56 años, falleció ayer en un hospital de París, informaron fuentes diplomáticas francesas.

El Jefe del Estado Mayor de las Fuerzas Armadas de la República de Niger, Alí Seybu, reemplaza al fallecido Presidente Kunché.

El General Kunché, que había llegado a París el pasado fin de semana aquejado de una grave dolencia, quedó internado en el hospital parisiense de la Pitié-Salpetriere y esta era su cuarta hospitalización desde el pasado mes de enero.

Ante la gravedad de Kunché, el Jefe de las Fuerzas Armadas de Niger, Coronel Alí Seibu, reemplazaba desde ayer de mañana al extinto Presidente, según anunció la radio Nacional de Niger.

En el texto difundido por radio a las 13.00 gmt se decía que, a causa del estado de salud muy preocupante del Jefe del Estado, los oficiales de las Fuerzas Armadas nacionales, convocados en reunión el martes 10 de noviembre, decidieron confiar interinamente la presidencia del Consejo Militar Supremo al Jefe del Estado Mayor de las fuerzas armadas nacionales, Coronel Alí Seibu.

Seyni Kunché nació el 1° de julio de 1931 en Fandu, al suroeste del país, en una familia tribal aristocrática de la etnia de Djerma, recibió educación militar en academias francesas.

Jefe de Estado de Niger desde el 15 de abril 1974, fecha en que Kunché tomó el poder en un golpe incruento contra el Diori Hamani, Presidente desde 1960, año de la independencia de Niger de Francia.

Poco después de su llegada al poder, Kunché disuelve la Asamblea Nacional y prohibe los partidos políticos.

[illegible] de 1974 el [illegible]ente General Kunché convoca un referéndum para la aprobación de la Carta Nacional, especie de documento constitucional donde se expresan objetivos y metas del nuevo régimen y remplaza a la Constitución de 1960.

Aquejado de problemas cerebrales desde diciembre de 1986, el Presidente Kunché había sido hospitalizado en varias ocasiones en la capital francesa.

Kunché era de confesión musulmana, políticamente pragmático, dirigía el país como si fuera un cuartel con austeridad y rigor, que dieron al país africano trece años de estabilidad.



8711667

130/A

# FIASCO ELECTORAL EN NIGERIA

El mal éxito de las elecciones para autoridades locales celebradas el sábado pasado en Nigeria es un contratiempo importante para el plan de democratización propuesto por el gobierno del Mayor-General Muhammad Buhari. De acuerdo a lo anunciado, el proceso culminará en 1992 cuando los militares transferirán el poder a un gobierno civil.

Con vastos recursos nacionales y una población estimada en más de 90 millones de habitantes, la República Federal de Nigeria es uno de los estados africanos más importantes. También es uno de los cuatro estados ribereños clave del Atlántico meridional, junto con Africa del Sur, Brasil y Argentina.

Las esperanzas depositadas en este país, al obtener su independencia del Reino Unido en 1960, solamente se han cumplido parcialmente. Es difícil construir un estado nacional sobre la precaria base de territorios coloniales, frecuentemente organizados tomando en cuenta más la conveniencia de la administración metropolitana que las realidades geográficas, étnicas y religiosas.

Uno de los principales obstáculos para la transición a la democracia es que no existe un censo nacional. Esta carencia no es un ejemplo de desidia por parte de las autoridades. Es un síntoma de uno de los problemas más graves que dificultan la consolidación de esta joven nación. La población de Nigeria se compone de una cantidad de grupos étnicos (se hablan más de 250 lenguajes). Mientras que el norte del país es mahometano, en el sur predominan el catolicismo y otras religiones. Parecería, entonces, que la falta de un censo es el resultado de una decisión política, el resultado de la profunda preocupación causada por las rivalidades que dividen la sociedad nigeriana.

En un país con estas características, la determinación del tamaño y distribución de la población es una tarea delicada, con grandes consecuencias políticas potenciales. Específicamente cuando se trata de establecer un sistema democrático fundado sobre el sufragio universal. Las provincias del sur temen que un sistema de aquella naturaleza, sin las debidas garantías, consolidará el predominio político de los norteños, que practican la fe del Islam.

La experiencia del último cuarto de siglo sugiere que la evolución a la democracia en Nigeria será un proceso difícil y laborioso. No se trata solamente de establecer un sistema de instituciones políticas, también es necesario consolidar pueblos, grupos religiosos y regiones en un estado nacional unido en su diversidad.

01•01

8712553

# CARP. 130A

(10)

Nº 130 A/10 NAMIBIA

ENTRE LOS Nºs

8702296-8710649

130/4

# Historia breve de un largo crimen

## La colonización de Namibia

Por Fernando Rama

**El 26 de agosto de 1966 el pueblo de Namibia, dirigido por la Organización del Pueblo de Africa Sudoccidental (SWAPO), iniciaba la lucha armada por su liberación nacional. Ni la opción político-militar desarrollada en aquel día, ni la propia fecha de su realización eran producto de la casualidad. La decisión política de emprender el camino de la violencia fue el resultado lógico de una larga experiencia de resistencia y de lucha por medios pacíficos, ante los cuales el pueblo namibio había encontrado, invariablemente, los oídos sordos de diferentes potencias coloniales y, a menudo, el eco bárbaro de la represión violenta para justificar el despojo económico del país y de su pueblo. La fecha coincidía, ex-profeso, con el aniversario de la muerte de Samuel Maharero, el último dirigente de las fuerzas patrióticas namibias durante la primera fase de la lucha anticolonial. Maharero había muerto en el exilio, en Botsawana, en 1923 y a partir de entonces se instauró la tradición popular de realizar manifestaciones de diverso tipo ante la tumba de sus antepasados, localizada en Okahandja.**

l penúltimo día del año pasado, [illegible] de la SWAPO asistían un helicóptero sudafricano que [illegible] brevelaba una de las innumerables bases militares instaladas por el ejército racista norte de Namibia, a partir de las , diariamente, surgen agresiones a los pueblos de la región. Cuarenas después, el pueblo namibio conesta lucha incesante, heroica, a veeco ni proyección internacional, siempre decidida y tenaz porque definitiva, la lucha de un pueblo ico más de un millón y medio de antes por su supervivencia como n, es una lucha por la independencia, la autodeterminación.

*[illegible] que nos devuelvan el país"*

a un escueto telegrama enviado a la ización de las Naciones Unidas en por los jefes de la resistencia de amomento, dando inicio a una lucha mática que ha culminado en la acexistencia de un Consejo de la ONU Namibia, de vital importancia para nservación de la nación que desde re puebla la región más occidental frica Austral.

### 1670-1890: La conquista y la resistencia

l desierto costero de Namibia y el nocimiento de las enormes riquezas minerales del territorio protegieron a ueblos de la zona, los orlam, los hes, los namas, los ovimbundus y otros, a abierta y ávida penetración europue se procesó en otros puntos del rno geográfico africano.

o obstante, ya en 1670 los pueblos región, que habitaban especialmens ricos pastizales de la meseta centuvieron conocimiento indirecto de resión colonial. Esas agresiones proen de la colonia holandesa de El Cadonde los colonos europeos comenn pronto a expropiar a las tribus y san que habitaban la región. africanos desplazados y sumidos el hambre y la desesperación, cozaron a llegar a Namibia. En 1677 namas expulsaron de su territorio a tripulantes de un barco que había ido de El Cabo y pretendía explorar sta de Namibia.

in embargo, el verdadero drama coza a principios del siglo XIX, cuna emigración de pueblos negros cruo el río Orange alcanzó proporciomayores. Estos pueblos se organizaen bandas seminómadas que incursionaban en Namibia y en Sudáfrica para subsistir. Tras ellos llegaron los propios colonos boer, precedidos durante un tiempo por comerciantes y misioneros.

El jefe de estas naciones, Jager Afrikaner, había logrado organizar un ejército guerrillero para resistir la penetración colonial. Cuando Jager murió en 1823, su hijo Jonker se convirtió en caudillo de la lucha anticolonial, dirigiendo un ejército numeroso y experimentado, que aprendió a manejar las armas de fuego. Jonker Afrikaner se instaló en puntos estratégicos de la meseta central, en las localidades de Windhoek, actual capital de Namibia, y Okahanja.

Hasta su muerte, ocurrida en 1861, Jonker fue un serio obstáculo a la penetración colonial.

A pesar de la acción de este caudillo y de la resistencia tenaz de las tribus situadas más al sur, los namas y los hereros, y hacia el norte, los ovimbundu, los comerciantes y misioneros holandeses, ingleses y alemanes que llegaban desde El Cabo, se afirmaban en base a instrumentos clásicamente utilizados por el colonialismo en Africa y en otras partes: la promoción y la exacerbación de los conflictos intertribales por un lado, y la ruina de la economía comunitaria de las tribus por medio de la venta de armas de fuego y artículos de lujo, la expropiación de los terrenos en base a tratados abusivos y la dominación cultural por medio, básicamente, de la religión.

En 1858, no obstante, los principales dirigentes del país logran entender, esencialmente, el significado del nuevo fenómeno social y político que enfrentaban. Celebran entonces, en Hoachana (palabra cuyo significado es Liga de las Naciones), una convención histórica, en la cual los principales jefes toman medidas para luchar unidos contra la dominación extranjera. Acuerdan no negociar tratados por separado, no conceder tierras ni permisos mineros sin estar todos en conformidad. Se comprometen, además, a reunirse todos los años, en ese mismo lugar.

### Ingleses, alemanes, portugueses

La muerte, tres años más tarde, de Jonker Afrikaner, pero sobre todo la política desenvuelta a partir de El Cabo por la administración colonial, que había pasado a mano de los ingleses, así como la rápida expansión de los apetitos colonialistas del Imperio Alemán en la época de Bismark, frustraron los designios de la convención de Hoachana. Aprovechando la labor de división y de desestabilización económica iniciada por misioneros y comerciantes cinco décadas antes, los ingleses y los alemanes intensificaron los esfuerzos por colonizar definitivamente Namibia, especialmente a partir de 1870. La sorda lucha entre las potencias imperialistas tuvo, en relación a Namibia, una definición hacia el lado alemán, hecho que, por otra parte, fue decidido en Europa ante un mapa del Africa y teniendo a la vista una determinada correlación de fuerzas a nivel mundial entre las distintas potencias. Fue así que en 1890 el ejército alemán puso el pie en Africa Sudoccidental, con el propósito de hacer respetar los derechos adquiridos en la Conferencia de Berlín.

Tampoco en este período faltaron al pueblo namibio fuerzas para resistir y dirigentes capaces de enfrentar con dignidad a una potencia opresora mucho más poderosa y experimentada. Ejemplo notable del período es Hendrik Witbooi, quien sentencia, una vez agotadas sus reservas de combate: *"Estas cuentas de los blancos se convierten en una carga tan pesada como si soportáramos el sol que nos atraviesa las espaldas"*.

Witbooi trató de aliarse a los ingleses contra los alemanes y luego para generar una nueva conciencia unitaria entre las fuerzas dispersas de la resistencia. Derrotado, en 1894, dedica sus últimos años a organizar un nuevo ejército general para combatir las fuerzas comandadas por el Gobernador General Leutwein.

Mientras Witbooi resistía en el sur, en el centro, Samuel Maharero intentaba por todos los medios reunir fuerzas para contrarrestar. Su labor política desencadena la insurrección de 1904–08, finalmente aplastada por [illegible] de Namibia en la batalla de Waterberg, el 11 de agosto de 1907. Unos mil sobrevivientes de la batalla atraviesan el desierto de Kalahari, encabezados por el jefe Witbooi y se refugian en Bechuana. El general von Trotha, al comando de las tropas de refuerzo, ordena el exterminio de los heroes. La política genocida de Bismark en Namibia hace que de los 80.000 habitantes de la zona, sobrevivan apenas 20.000.

Aún después de la tremenda derrota, Jacob Morenga, comandante guerrillero de gran popularidad y astucia militar, refugiado en las montañas de Great Karras, logra mantener a raya las tropas invasoras, al frente de 400 hombres armados.

Unicamente el asesinato a traición, por una patrulla policial, quiebra la voluntad de lucha de Morenga, quien representa el antecedente de una nueva fuerza en la resistencia, pues es un hombre de extracción popular, no de origen aristocrático, elevado a la calidad de dirigente por sus virtudes políticas y militares.

Entretanto, los ovimbundu, en el norte, [illegible] penetración de los portugueses que ocupaban Angola y de los alemanes, dispuestos a llevar la colonización hasta el río Cunene. En estas remotas áreas se destaca la figura legendaria de Mandume, que mantuvo la independencia de su gente hasta 1917, siendo únicamente derrotado cuando los portugueses enviaron una expedición de 15.000 hombres en una guerra cruenta, donde no se tomaron el trabajo de hacer prisioneros y en la cual, además, practicaron la política de tierra quemada, arrasando todo lo que encontraban a su paso. Mandume, tras el fracaso de sus esfuerzos patrióticos, se suicida poco tiempo después.

De esta manera el pueblo de Namibia se vio condenado a la esclavitud colonial; convertido en un pueblo de campesinos sin tierra, agrupado en reservas donde la muerte era un destino casi seguro, encontró la sobrevivencia en los lugares previamente asignados por el sistema económico colonial; el trabajo asalariado en las granjas de los colonos, el contrato como trabajadores migratorios en los ferrocarriles o en las minas.

PARTES POCO LEGIBLE

01·01

-8702296-

# Namibia: una larga lucha anticolonial

Peter Tsheehama es el representante para América Latina y el Caribe de la South African People's Organization (SWAPO, Organización del Pueblo de África Sudoccidental). Llegó a nuestro país el pasado 2 de diciembre para participar en el Seminario Internacional sobre el Apartheid, organizado por la Asociación Latinoamericana para los Derechos Humanos (ALDHU) con el auspicio de nuestra Cancillería y de la UNESCO. Con él mantuvimos una extensa conversación que se centró, obviamente, en la actual situación del pueblo namibio y de su lucha por la independencia. Tsheehama tiene 4[illegible] años y ha pasado la mitad de su vida en el exilio. Desde hace pocos meses ha pasado a residir en Cuba y recientemente visitó Managua, como representante oficial de la SWAPO ante el gobierno sandinista.

La presencia de Tsheehama en Uruguay propició la adopción de importantes vínculos políticos entre la SWAPO y diversas fuerzas políticas de nuestro país y América Latina.

¿Cómo se puede caracterizar la actual situación en Namibia?

Namibia es una colonia de Sudáfrica; de hecho es la única colonia que subsiste en el continente africano. Como colonia de Sudáfrica nuestro país sufre las consecuencias del apartheid, cuyas instituciones han sido trasladadas a Namibia. Como se sabe, en 1966 terminó el mandato de la ONU, de su Consejo para Namibia, y a partir de esa fecha el gobierno sudafricano debió retirarse de nuestro territorio. Sin embargo, Pretoria ha desconocido durante veinte años las diversas resoluciones de las Naciones Unidas que estipulan la retirada inmediata e incondicional de las tropas sudafricanas. Estas tropas ascienden actualmente a más de [illegible].000 hombres, particularmente concentradas en el norte y en el noreste, es decir cerca de las fronteras con Angola y con Botswana. Teniendo en cuenta que la población del país es de un millón y medio de habitantes, se concluye que en Namibia hay un soldado [illegible] por cada doce habitantes, [illegible]ción que no ha existido jamás en el mundo. Como se sabe, también la filosofía del apartheid implica que los negros carecen de todo derecho: ni a la propiedad, ni a la salud, ni a la educación, ni a nada. Las principales fuentes de recursos del país, que es muy rico, se encuentran en manos, principalmente, de una población blanca que asciende a unas 80.000 personas y fundamentalmente, de compañías extranjeras. Así por ejemplo, los inversores sudafricanos dominan la industria pesquera, que está muy desarrollada, los [illegible] y norteamericanos son propietarios de las minas, —de diamantes (Namibia es el tercer productor mundial de [illegible] diamante), de cobre de [illegible], aparte de las tradicionales minas de oro, que recientemente han sido ampliadas nuevamente. En la región de la costa y en área situada en el norte del país las prospecciones de petróleo y gas natural han dado como resultado hallazgos que han permitido catalogar a Namibia, en perspectiva, como una segunda Arabia Saudita. El pueblo de Namibia no tiene derecho a nada de estas riquezas. Por lo tanto, nuestros objetivos para acabar con los sufrimientos de los namibios son obtener la independencia y destruir completamente las instituciones del apartheid.

Peter Tsheechama, representante de la SWAPO en momentos de brindar declaraciones a LA HORA INTERNACIONAL. (Foto: Carlos Contreras).

## Un país ocupado

¿Cuál es la situación desde el punto de vista político-militar?

Es crítica. Ya vimos que el territorio está ocupado militarmente. No obstante, el PLAN (People's Liberation Army of Namibia, brazo armado de la SWAPO) continúa desarrollando acciones guerrilleras contra las instalaciones militares sudafricanas, particularmente en el norte, donde hay mayor concentración de tropas. En los meses pasados se registraron éxitos importantes, como fueron la destrucción de la base militar de [illegible], Eenhana, Oshakati, Ohangwena. Estos éxitos militares se deben a que a pesar de la tremenda represión las masas continúan apoyando a la SWAPO. Para evitar estas acciones el ejército sudafricano de ocupación está llevando a cabo atrocidades sin límite. Mata personas meramente sospechosas de apoyar a la SWAPO, a los miembros de la SWAPO, a sus simpatizantes; destruye las propiedades, los hogares y los cultivos de las personas en las áreas rurales, forzando a los campesinos a emigrar hacia campos de concentración situados cerca de las ciudades. En esos campos para "refugiados" faltan alimentos, no existe la moneda, no existen los medicamentos, el pueblo vive de la "caridad" del ejército sudafricano.

En las áreas operacionales es decir en aquellas zonas donde ha actuado la PLAN alguna vez, y para evitar la conexión entre los guerrilleros y el pueblo, el ejército sudafricano ha instalado, en los últimos diez años, el toque de queda desde las seis de la tarde hasta las seis de la mañana. Esto ha ocasionado sufrimiento adicional a nuestro pueblo y muchos son los que han muerto a causa de esta situación que impide, por ejemplo, que un enfermo sea socorrido durante las doce horas de toque de queda, porque en ese lapso el pueblo debe permanecer en el interior de sus casas y todo aquel que no cumpla la ley es arrestado, en el mejor de los casos. Pese a todas estas medidas el pueblo continúa apoyando por la sencilla razón de que los combatientes de nuestro ejército son sus propios hijos; no existe familia namibia que no tenga un hijo, o hija, o sobrino, etc. integrado en las filas de la SWAPO-PLAN.

## Crece la lucha de masas

¿Qué otras formas de lucha son posibles en Namibia, hoy por hoy?

Durante los pasados seis años las reuniones y todo tipo de manifestación política de nuestra organización estuvieron prohibidas. Al mismo tiempo, el ejército sudafricano impulsó desesperadamente la realización de asambleas populares para promover a determinados elementos africanos anti-SWAPO. Pero esta política fracasó porque los militantes de nuestra organización concurrían a dichas asambleas y las transformaban en mítines en favor de la SWAPO. En julio pasado, en uno de esos mítines fueron arrestados varios militantes y cuando fueron sometidos a juicio la Corte no tuvo más remedio que reconocer que si otros grupos podían reunirse, la SWAPO tenía el mismo derecho. Nuestros militantes fueron absueltos en agosto y por esa fecha se realizó en la capital, Windhoek, una manifestación de 20.000 a 30.000 personas. Este mitin, el mayor de los realizados hasta el momento, —debe tenerse en cuenta que la ciudad está habitada por unas 90.000 personas—, forzó a las autoridades ilegales a conceder nuevamente autorización para reuniones. Sin embargo, en las áreas consideradas de operaciones militares, las reuniones siguen prohibidas. Y se considera reunión todo conjunto de más de tres personas. En la última semana, finalmente, otro mitin organizado por la SWAPO fue reprimido por las fuerzas armadas sudafricanas que mataron a varios militantes.

## Positivo rol de las iglesias

Teniendo en cuenta que la mayor parte de la población posee convicciones religiosas, ¿cuál es el papel de las iglesias en esta larga lucha del pueblo de Namibia?

Nuestro país es, efectivamente, un área cristiana. La Iglesia más numerosa es la luterana, seguida por la católica y por la iglesia anglicana, situada en tercer lugar. Las tres Iglesias han desempeñado un papel muy importante, como centros de información, exponiendo ante la opinión pública las atrocidades que el ejército de ocupación comete, protegiendo a los perseguidos. En realidad, las tres iglesias apoyan la política de la SWAPO, en el interior de Namibia y en el plano internacional, promoviendo todo tipo de acciones solidarias.

## Colapso del gobierno interino

¿Cuál es la actitud de la población ante el llamado Gobierno Interino instalado el año pasado?

Antes de su instalación este gobierno interino había fracasado porque no tiene apoyo popular. Hoy podemos afirmar que este nuevo intento de encontrar una alternativa para ignorar a la SWAPO se ha colapsado como en anteriores oportunidades. Recientemente, los integrantes del "gobierno interino" fueron llamados a Pretoria donde fueron amenazados con el desmantelamiento de toda la fachada anti-SWAPO si persistían en pelearse entre ellos, ya que en el año de este "gobierno" han surgido [illegible] divisiones y actualmente cunde en él la desmoralización.

## El trabajo sindical es clandestino

¿Cuáles son las formas de organización de los trabajadores en Namibia?

En nuestro país no existen sindicatos. Cuando fue posible crear una central sindical, ésta fue inmediatamente ilegalizada por las autoridades sudafricanas. Sin embargo, los trabajadores se dan diversas formas de trabajo ilegal que se traducen en protestas y en lucha por diversas reivindicaciones, que son muchísimas y se refieren a los bajísimos salarios, a las terribles condiciones de vida que impone el sistema de trabajo migratorio, que hace que los obreros deban vivir hacinados en galpones, durmiendo en camas de cemento, sin colchones ni frazadas mientras sus familias permanecen lejos, en los bantustanes, la mayor parte del año. A ello se suma la vigencia de las leyes de pase, que fueron en realidad inventadas por los alemanes en Namibia cuando nuestro país era una colonia germana. Posteriormente, el sistema fue instituido en Sudáfrica. Pero nosotros siempre recordamos que originalmente las autoridades alemanas exigían pase a todos los africanos a partir de los siete años de edad. Cuando aparecieron los sudafricanos, la edad fue aumentada a catorce años. Por otra parte, la desocupación es muy grande y ha sido artificialmente promovida por las autoridades empresariales para forzar a nuestros hombres a ingresar al ejército, donde reciben una paga relativamente alta y son entrenados para reprimir a su propio pueblo. Debe tenerse en cuenta, además, que las autoridades de ocupación instituyeron una ley de servicio militar obligatorio para todos los habitantes del sexo masculino entre los 16 y los 25 años de edad.

## Romper relaciones con Sudáfrica

¿Qué iniciativas pueden ser útiles para ayudar, desde nuestro continente, a la independencia de Namibia?

Pienso que América Latina puede hacer muchísimo. Los pueblos latinoamericanos pueden forzar a sus gobiernos a romper los lazos políticos, económicos, culturales y diplomáticos con Sudáfrica. Esto ayuda porque Sudáfrica debe quedar totalmente aislada. La iniciativa del gobierno argentino del presidente Alfonsín, por ejemplo, ha tenido una gran repercusión. En segundo lugar, puede promover ante sus gobiernos el reconocimiento de la SWAPO como legítimo representante de nuestro pueblo. Así lo ha hecho la ONU, la OUA. Hace tres semanas Nicaragua ha tomado esa decisión. Cuba y Guyana lo han hecho hace muchos años. Otros gobiernos latinoamericanos piensan seriamente en dar este importante paso. Necesitamos esta solidaridad para salvar a nuestro pueblo del genocidio cotidiano a que es sometido por el ejército de ocupación sudafricano. Necesitamos la solidaridad de todo el mundo para derrotar un enemigo [illegible].

0702728

# Namibia en los umbrales de la liberación

Por Fernando Rama

La fundación de la SWAPO en 1960 y los tres primeros años de su desarrollo, signados por una relativa legalidad, posibilitaron una amplia difusión del programa y el ingreso de gran cantidad de nuevos miembros, principalmente entre la juventud.
Sin embargo, el inmenso apoyo popular que recogió la nueva organización llevó a las autoridades coloniales racistas a reprimir violentamente toda actuación pública de los dirigentes del movimiento, obligando a la SWAPO a emprender el camino de lucha clandestina, así como el desarrollo de una amplia campaña de denuncias en el exterior.

El 18 de julio de 1970 ocurrió un hecho cargado de simbolismo y de tragedia en la historia del pueblo namibiano: murió, a los 104 años de edad, el gran dirigente tradicional Hosea Kutako. Su vida entera había sido un testimonio de los cien años de colonialismo. Fue enterrado, por expresa voluntad de su parte, junto a la tumba de Junker Africander el gran caudillo de la primera época de la resistencia. La SWAPO pronunció el discurso fúnebre. Se unían en éste acto las tres grandes fases de la larga resistencia anticolonial del pueblo de Namibia.

## El pronunciamiento de la Corte Internacional

Precisamente, a principios de la década del 70, el pueblo de Namibia [illegible] en la última fase de su lucha y la actual etapa. Y lo hacía en medio de la intensificación de las ambiciones [illegible] de Sudáfrica en relación a África. Es en éste momento que el imperialismo norteamericano comienza a [illegible], a través de Henry Kissinger, las [illegible] de su política africana y [illegible] toma diversas medidas [illegible] su hegemonía y su influencia [illegible]. El eje de la [illegible] por Kissinger en la época [illegible] tamente, apoyar más [illegible] que antes la política racista sudafricana.

Paralelamente, el ascenso de un gobierno conservador en Gran Bretaña y el papel del gobierno francés dirigido fundamentalmente a socavar la unidad africana, le confirieron al gobierno de Vorster, un cheque en blanco para arremeter contra el movimiento de liberación nacional, que se fortalecía sin pausas en toda la región. [illegible] años 68 y 69 marcaron el auge de la instalación del apartheid en Namibia, en 1970 el gobierno de Malawi agasajaba a Vorster, Sudáfrica intervenía abiertamente en Lesotho y mantenía en Zimbabwe una importante fuerza militar para defender el régimen de Ian Smith; por esa época, también, las bases guerrilleras en Angola, Mozambique y Zimbabwe comenzaron a recibir el [illegible] de los bombardeos con napalm perpetrados por la aviación sudafricana.

[illegible], la SWAPO, que había realizado en 1969 un importante congreso en la ciudad de Tanga (Tanzania), en el cual [illegible] importantes medidas de [illegible] para el fortalecimiento [illegible] y militar de la vanguardia [illegible] de Namibia, multiplicó sus [illegible] en el interior del país, no [illegible] sino en el centro y en el [illegible] de 1970 las fuerzas guerrilleras destruyen el campamento militar sudafricano localizado en [illegible].

[illegible], en el Consejo de Seguridad de la ONU el pueblo de Namibia obtiene un gran triunfo diplomático cuando este organismo confirma la decisión previa de la Asamblea General de revocar el mandato sobre el territorio a partir de 1966. El gobierno racista, apoyado por Estados Unidos, Gran Bretaña y Francia, solicita el pronunciamiento de la Corte Internacional de Justicia (CIJ). El 21 de junio de 1971 la CIJ se pronuncia, reafirmando que desde 1966 la ONU es la única autoridad legal en Namibia.

Este pronunciamiento de la máxima autoridad en materia de derecho internacional, esta gran victoria popular, generó inmediatamente, en el interior del país, inmensas movilizaciones para festejar el acontecimiento. El régimen sudafricano respondió con ciertas maniobras y una represión generalizada que llevó la lucha a otro nivel [illegible] tamiento, mucho más agudo [illegible] torio. En esta nueva fase de [illegible] destacaron tres grandes acontecimientos: 1) la masiva inclinación de todas las confesiones religiosas namibianas al lado de la causa popular, nacionalista; 2) la participación muy activa del estudiantado de secundaria (no existen universidades en Namibia) en la confrontación social y política; 3) la huelga general que estalló en las plantas de procesamiento de pescado de Walvis Bay [illegible], a partir de diciembre de 1971, el carácter de una huelga nacional [illegible] de trabajo por contrato [illegible] en el país.

## La huelga general 1970-71

Presionados por las autoridades coloniales sudafricanas, [illegible] religiosas que [illegible] habían [illegible] con el apartheid, [illegible] abiertamente [illegible]. El moderador [illegible] y el obispo Auala, de la Iglesia Luterana, elaboraron una nómina, leída en todas las iglesias del país, donde, entre otras cosas, se decía:

"Una auténtica paz no permite que los [illegible] odien. [illegible] pueblo [illegible] es que la [illegible] que esa falsa impresión nace cuando se afirma que en el país reina la paz. Esa paz se mantiene con medidas de fuerza. Nosotros defenderemos la verdad y un futuro mejor para nuestros pueblos y razas, incluso si para ello tenemos que sufrir".

Idénticos pronunciamientos realizaron las Iglesias Anglicana y Católica.

Al mismo tiempo, la semilla sembrada por la SWAPO entre la juventud fructificó rápidamente en el seno de los estudiantes liceales. El movimiento comenzó de una manera callada y muy elemental. Todas las mañanas, en todos los centros de enseñanza, cuando los profesores iniciaban las clases encontraban la palabra NAMIBIA escrita en el pizarrón. Esta simple demostración de voluntad independentista enfureció a las autoridades, pero no impidió que se desatara un enérgico movimiento de masas, reprimido a través de la expulsión de centenares de estudiantes de los liceos y que acabó por incorporar [illegible] a una nueva generación a la brega anticolonial.

Finalmente, la confrontación surgió con mayor fuerza allí donde la opresión era más brutal. El testimonio suministrado por Vinnia Ndali sobre la vida que llevaban los 6.000 obreros de las plantas pesqueras en Walvis Bay es suficientemente elocuente:

"Los primeros barcos solían regresar hacia las dos de la madrugada. Entonces, los sargentos nos despertaban, gritando "a la fábrica". Esto quería decir que los pesqueros habían atracado y que era necesario ir a trabajar. Nos vestíamos y recorríamos a la carrera los 20 metros escasos que nos separaban de los talleres. Después trabajábamos hasta que habíamos acabado con los peces. Por ejemplo, si llegaban llenos cinco barcos teníamos que trabajar desde las dos de la madrugada hasta las cinco de la tarde del día siguiente, y algunas veces hasta las nueve de la noche, sin ninguna interrupción. Las máquinas funcionaban continuamente y las transportadoras estaban llenas de peces y no cesaban de moverse. A muchos hombres se les hinchaban las piernas y los pies de tantas horas sin sentarse. Dieciocho horas son demasiadas horas para un ser humano. Y trabajábamos siete días a la semana durante la temporada [illegible] tiempo que excediese de [illegible], y sólo a razón de [illegible] por hora".

A partir de Walvis Bay, el conflicto se extendió a las plantas pesqueras de otras ciudades, luego a las minas, finalmente a los trabajadores de las granjas. En julio [illegible] el conflicto terminó debido, [illegible] a la brutal represión.

## "La SWAPO es el pueblo"

Pese a las duras consecuencias de la huelga general, los avances del movimiento popular fueron gigantescos [illegible] la base del [illegible] y miles hicieron [illegible], incluso sectores [illegible] se asociaron [illegible] la huelga concitó la [illegible] recibió la solidaridad [illegible] por parte de los pueblos de la región, cuyos trabajadores se negaron a sustituir a los namibianos. Finalmente, la SWAPO afirmó [illegible] damente su papel dirigente, evitando que la derrota se transformase en desilusión. En aquellos históricos meses se forjó la consigna "la SWAPO es el pueblo, el pueblo es la SWAPO" que refleja la existencia de una nueva conciencia nacional, militante.

El 11 de diciembre de 1973 la ONU nombró a Sean Mac Bride Comisionado para Namibia y reconoció a la SWAPO como "auténtica representación del pueblo de Namibia".

A partir de este momento la [illegible] agrupa una gran densidad de [illegible]. Muy sumariamente, el pueblo de Namibia derrotó sucesivamente, mediante el boicot y las movilizaciones de todo [illegible], el intento de [illegible] el bantustán de Ovamboland, la instalación en Namibia de un gobierno títere a través de la Conferencia de Turnhalle (1974), el llamado gobierno provisorio instalado el año pasado, etc.

La victoria del pueblo angolano y la expulsión de los invasores racistas en marzo del 76 posibilitaron el incremento de las acciones políticas y militares de la SWAPO y, al mismo tiempo, llevaron al gobierno de Sudáfrica a duplicar su presencia militar en [illegible].

Hoy día, la nación namibiana continúa la lucha por la senda trazada por Jonker Afrikander, Samuel Maharero, H[illegible] ja Toivo, rodeada por la solidaridad del campo socialista y de las [illegible] progresistas y democráticas de todos los rincones del mundo.

PARTES ILEGIBLE

8702713

130/A

Sudáfrica (Namibia)



EL PERIODISTA DE BUENOS AIRES Nº 120 · 26 DE DICIEMBRE AL 1 DE ENERO DE

Ofensiva de Namibia

# LAS GRIETAS DEL APARTHEID

*La crisis en Sudáfrica alienta al movimiento de liberación namibiano, que ha lanzado una ofensiva para denunciar ante el mundo la situación del país sometido por Pretoria.*

EDUARDO POSSMAN

Adimba Toivo ya Toivo.

*A pesar de que muchos siglos atrás los dos continentes estaban unidos y nuestros países actuales eran un mismo territorio, hoy se puede ver que en Argentina no se sabe mucho sobre Namibia. Pareciera que estuviéramos muy distantes y se desconoce el régimen de colonialismo y apartheid que nos impone Sudáfrica."* Quien trata de salvar esa lejanía, cubierta en nuestra era por el océano Atlántico y otros abismos más profundos aún, es Adimba Toivo ya Toivo, secretario general de la SWAPO (Organización del Pueblo de Africa Sud Occidental).

Colonizada en 1884 por Alemania, la actual Namibia pasó de mano en mano, al compás de los cambios de hegemonía en el Hemisferio Norte. Antes fue preciso aniquilar a más de la mitad de la población indígena, que se levantó en armas contra los alemanes, a fines del siglo pasado. El millón y medio de habitantes que hoy puebla, vive bajo un gobierno colonial, impuesto por Sudáfrica, sometido al régimen del apartheid y dominado por un puñado de familias blancas que poseen las mejores tierras y explotan los yacimientos de diamantes, uranio, zinc, cobre y otros minerales.

*"A pesar de la resistencia política y militar de nuestra gente* –dice Toivo–, *Sudáfrica continúa ocupando ilegalmente nuestro país porque cuenta con el apoyo de Estados Unidos. La administración Reagan justifica su respaldo a este régimen racista y colonialista con la llamada cláusula 'linkage', según la cual no habrá descolonización de Namibia en tanto los internacionalistas cubanos no sean expulsados de la República Popular de Angola."*

Pero los movimientos de liberación de Sudáfrica y Namibia ven de otra manera el papel de Angola y las tropas cubanas allí estacionadas. Es precisamente en Luanda, la capital de Angola, donde reside Toivo, un antiguo dirigente sindical que condujo las grandes luchas de trabajadores namibianos en 1971-72, durante una huelga general de cinco semanas de duración. Y fue la liberación de Angola del colonialismo portugués, lo que dio un impulso decisivo a las luchas en Namibia y Sudáfrica. *"En estos momentos, nuestros combatientes enfrentan diariamente a las tropas de ocupación"*, afirma el líder de la SWAPO. *"Para dar algunos ejemplos: el 27 de octubre, soldados del Ejército Popular de Liberación de Namibia destruyeron una base militar enemiga en Okahau, con un saldo de cuarenta muertos para Sudáfrica y la destrucción total del campamento. El mismo día, atacamos otra base en Rakana. Con el mismo resultado. Y el 15 de noviembre fue tomada la base militar de Ehnana, luego de un combate que dejó dieciocho muertos en la tropa enemiga y permitió la recuperación de gran cantidad de armas y municiones. Esto es lo que está pasando en el campo de batalla. Sudáfrica tiene hoy más de 100.000 soldados ocupando nuestro país. No pasa un día sin que ellos cometan crímenes de todo tipo contra nuestra gente."*

Adimba Toivo ya Toivo insiste en que la actividad de la SWAPO no se reduce al plano militar: *"Por más de seis años la SWAPO estuvo prohibida por completo, sin posibilidad de hacer cualquier actividad legal. Pero después de mucho tiempo de pagar muy caro cada intento por realizar actividades públicas –sin someternos a las exigencias puestas por las autoridades– el 29 de julio pasado logramos hacer un acto muy grande, en el cual participaron, incluso, muchos blancos que han comprendido que sólo la SWAPO puede traer la paz a Namibia. En ese acto no hubo incidentes. Y desde esa fecha nuestra gente continuó haciendo actos y actividades públicas sin interferencia. Esto ha permitido que quede en evidencia nuestra fuerza. La SWAPO es reconocida y apoyada por la inmensa mayoría de la población. Y no hay dudas de que si se realizaran elecciones libres en Namibia, la SWAPO ganaría."*

La primera condición para las elecciones libres, sin embargo, es el retiro de tropas sudafricanas. Y ése no es un paso previsto en los planes de Pretoria, que desde territorio namibiano acosa militarmente a Angola. Por eso, paradójicamente, el agravamiento de la lucha antiapartheid en Sudáfrica no redunda automáticamente en el mejoramiento de las condiciones internas en Namibia. *"Pero es claro* –dice Toivo– *que la crisis en Sudáfrica contribuye con nuestra lucha. El Congreso Nacional Africano y la SWAPO tienen un enemigo común. De allí que el Comité Central de la SWAPO haya declarado a 1986 como el año de la movilización y de acciones decisivas para la victoria final. Al mismo tiempo, buscamos el apoyo internacional. Ya hemos obtenido el reconocimiento diplomático en una cantidad de países: India, Irán, Bangla Desh, Yugoeslavia, Gabón, Nicaragua, para mencionar sólo algunos."*

Argentina no está todavía entre esos países. *"Estamos tratando de lograrlo. Puesto que el gobierno ha roto relaciones diplomáticas con Sudáfrica, pienso que esto debería completarse, dándonos status diplomático y permitiendo abrir una embajada de la SWAPO en Argentina"*, explica el líder negro.

En cuanto a las perspectivas para el futuro inmediato, Toivo ratifica que *"si el régimen racista sudafricano no retira sus tropas de Namibia y entabla negociaciones con el CNA, habrá un baño de sangre. Porque si bien ellos tienen armas superiores, nosotros tenemos a la gente, a las mayorías y también tenemos armas poderosas. Además, nuestros soldados están luchando por una causa y no por dinero, como los de ellos. De modo que la guerra continuará; en los próximos años será muy dolorosa, se perderán muchas vidas. Por eso, espero que el pueblo argentino entienda nuestra lucha y nos apoye."*

LUIS BILBAO

8702800

01·01

130/A

# Parlamento recibió a Nujoma

Sam Nujoma, líder del movimiento popular de Namibia y presidente de la Organización Popular del Africa Sudoccidental (SWAPO), durante ayer, tras entrevistarse con parlamentarios uruguayos, en audiencia por el apoyo político y diplomático del Uruguay a la lucha del pueblo de Namibia.

Durante su estadía en nuestro país, la numerosa delegación namibiana se entrevistó con el canciller Enrique Iglesias, y con las comisiones de asuntos internacionales de las Cámaras de Senadores y de Representantes.

Al finalizar esta última, Nujoma dijo que la misión vino a "expresar su gratitud profunda y aprecio sincero a Uruguay por su ayuda y asistencia para la independencia" del país africano.

Agregó el líder de la SWAPO que en su entrevista con Iglesias informó al canciller de la actual situación en su país, donde se

*Sam Nujoma, líder del movimiento independentista de Namibia y presidente de la SWAPO, en momentos en que informaba a la Comisión de Asuntos Internacionales de Diputados sobre la situación en su país.*

según expresó Nujoma— "está llevada adelante por combatientes del pueblo de Namibia (hombres y mujeres) para lograr su

**En lo que hace a las relaciones diplomáticas de nuestro país con el continente africano, Nujoma celebró el establecimiento de relaciones con la República Popular de Angola.**

El territorio de Namibia se encuentra ocupado desde hace décadas por fuerzas sudafricanas, a pesar de que la ONU declarara ilegal tal ocupación en 1966. El pueblo namibio se organizó en la SWAPO y emprendió la lucha armada contra el país sudafricano hacia mediados de 1966.

"Nosotros teníamos relaciones fructíferas con las comisiones de asuntos internacionales de las Cámaras —concluyó diciendo el líder independentista namibio— y estamos muy agradecidos porque ellos apoyan nuestra

Namibia (SWAPO)

s. (fichaje)

01-01

8704847

ARCHIVAR EN: Vanidad (130/A)

TEMA: Vanidad 3 Ord.

PROCEDENCIA: El País 1/11/87

ARCHIVADO EN: Consejo de Gerentes de Barlo2

8710649

01-01

# CARP. 130A (11)

# NO TIENE DOCUMENTOS

# CARP. Nº 131

Nº 131 SUDAFRICA

ENTRE LOS Nºs

8700069 - 8712503

131

PCSA

# Siete luchadores antiapartheid fueron ejecutados en Sudáfrica

LA HORA 24/11/86

Harare (PL . Siete luchadores antiapartheid fueron ahorcados en la cárcel central de Pretoria, lo que elevó a 106 las personas ejecutadas este año en Sudáfrica, señalan informaciones procedentes de ese país.

Seis negros y un mestizo se convirtieron así ese viernes en las víctimas más recientes del régimen de segregación racial, a las que se les aplica la pena máxima por su oposición al sistema.

Seis de los 106 sudafricanos ejecutados desde enero último son blancos. El año pasado fueron ahorcados 137 activistas antiapartheid, y 115 en 1984.

También se conoció que dos médicos holandeses y un pastor protestante negro fueron detenidos en el bantustán de Venda, por violar las llamadas leyes de seguridad en Sudáfrica.

Se trata de los médicos Daniel Tavenier y Juan Zonmerdyk y del decano de la iglesia luterana-evangélica, Tshernavani Simon Farisani, informó hoy el secretario general del buró del Consejo de la Iglesia Sudafricana, Christian Beyers Naude.

Tavenier y Zonmerdyk trabajaban desde hace dos años en Venda, a unos 496 kilómetros de Pretoria. Farisani fue detenido en su vivienda en Beuster y trasladado a la prisión de Sibasi, donde cuatro años atrás estuvo encarcelado y lo torturaron.

El religioso negro está considerado un activo opositor al apartheid y ha exhortado varias veces a los países occidentales para que apliquen sanciones económicas contra Sudáfrica.

Por otra parte, el Partido Progresista Federal, el principal de la oposición en el parlamento sudafricano, e integrado por blancos, anunció su decisión de continuar el diálogo con el ilegalizado Congreso Nacional Africano, la más importante organización en lucha contra el régimen racista.



700069

Sudafrica

131

## SUDÁFRICA INVOLUCRADA EN ASESINATO EN LESOTHO

Harare, (PL) —Las sospechas de que Sudáfrica está involucrada en el asesinato de cinco personas en Lesotho, incluidos dos ex ministros, aumentaron mientras prosigue la investigación del crimen.

El fin de semana último los ex titulares de Relaciones Exteriores e Información de Lesotho, Desmond Sixishe y Vincent Makhele, junto a sus esposas y un amigo, fueron secuestrados en la ciudad de Roma, a unos 40 kilómetros al sur de Maseru, la capital.

Conducidos a unas montañas cercanas los cautivos fueron asesinados después de ser sometidos a torturas. Una mujer identificada como la cuñada de Sixishe resultó gravemente herida.

Según trascendió ambos ministros del gobierno del presidente Leabua Jonathan, depuesto por un golpe militar instigado por Sudáfrica, eran críticos constantes del apartheid, lo cual refuerza la idea generalizada de que detrás de los asesinatos está la mano de los racistas.

La Hora 19/1/87

01-01

87001 40

SUDAFRICA

131

Contra gobierno de Malawi

# Roelof Botha denuncia conspiración

PRETORIA.- El Ministro de Relaciones Exteriores de Sudáfrica, Roelof Botha, muestra un documento que probaría que Mozambique y Zimbabwe planean derrocar al gobierno de Malawi. (Radiofoto Reuter).

*Sudáfrica afirmó ayer tener pruebas de la existencia de una conspiración contra Malawi, en la que estaba implicado el fallecido presidente de Mozambique Samora Machel.*

JOHANNESBURGO (ANSA y EFE).- El Ministro de Asuntos Exteriores sudafricano, Roelof "Pik" Botha anunció que técnicos sudafricanos encontraron documentos sobre un plan contra el gobierno del presidente de Malawi, Hastings Kamuzu Banda, entre los restos del avión en el que perdió la vida Machel.

El presidente de Mozambique y otras 33 personas murieron el pasado 19 de octubre en Sudáfrica al estrellarse el avión en que regresaban a Maputo desde Zambia, donde asistieron a una reunión de dirigentes negros de la zona.

En una conferencia de prensa en Pretoria, Pik Botha reveló el contenido de los documentos e informó que Sudáfrica había advertido al nuevo presidente de Mozambique, Joachim Chissano, de que todo el sur de Africa pagará un alto precio si esos planes se llevan a efecto.

Según el ministro sudafricano, el plan tenía como objetivo derrocar al gobierno de Malawi mediante una inflitración en las Fuerzas Armadas de ese país y en él estaban implicados Mozambique y Zimbabue, que serían apoyados por personal soviético y tanzano.

Malawi es el único país negro que tiene relaciones diplomáticas plenas con Sudáfrica y su gobierno fue acusado en repetidas ocasiones por Machel de proteger a la guerrilla de la Resistencia Nacional Mozambiqueña (RENAMO).

## DOCUMENTOS

Pik Botha mostró en la conferencia de prensa los documentos y dijo que prueban que el 16 de octubre pasado, tres días antes de su muerte, Machel se reunió con dirigentes zimbabweños en Maputo para tratar de la conspiración.

El Ministro de Exteriores leyó citas textuales de lo hablado en la reunión por Machel y por el Comandante en Jefe del Ejército de Zimbabwe, general Rex Nhongo.

Machel, según afirmó Botha, afirmó que Mozambique y Zimbabwe podían organizar un Frente de Liberación de Malawi, equiparlo e inflitrarlo en Malawi con vistas a destruir a los bandidos (la RENAMO) que están allí.

El Ministro de Exteriores agregó que el plan comprendía el despliegue de gran número de aviones Mig soviéticos y helicópteros de ataque en la zona del Zambezi, río que hace de frontera entre Malawi y Mozambique.

El ataque era inminente y algunas de las medidas ya fueron puestas en práctica, subrayó Pik Botha.

Los documentos indican también, agregó el Ministro sudafricano, que en la reunión de Maputo se esbozó un plan para obligar a Malawi a dejar entrar en el país tropas mozambiqueñas y zimbabweñas con el pretexto de reparar carreteras.

La misión de esas tropas era destruir puentes e instalaciones para impedir toda comunicación por carretera entre Malawi y el exterior.

Botha anunció también que el gobierno de Pretoria ha informado del contenido de los documentos al de Malawi y enviado mensajes al respecto a Mozambique y Zimbabwe.

A las sugerencias de los asistentes a la conferencia de prensa de que los documentos podrían ser obra de Sudáfrica, Pik Botha respondió tajantemente que fueron hallados en el lugar donde se estrelló el avión en que viajaba Machel y dijo que la tardanza en su divulgación se debió al tiempo que se precisó para traducirlos.

En la conferencia de prensa se entregó a los periodistas fotocopias de los documentos, en total 49 páginas mecanografiadas en portugués y tres páginas con notas escritas a mano.

LA MAÑANA 7/11/86



8700141

# en minas de oro del Transvaal

## Empresas multinacionales denotan pérdida de confianza en Pretoria

Johanesburgo, DPA - IPS - PL) — Trece personas murieron y otras 23 resultaron heridas a raíz de violentos enfrentamientos que estallaron en dos minas de oro de la provincia del Transvaal, informó un funcionario de estas.

Los primeros choques estallaron anoche en la mina de oro Vaal Reefs, de propiedad anglonorteamericana, cerca de Johanesburgo, donde el poderoso sindicato de trabajadores mineros (NUM) llevó adelante una huelga en uno de los piques de la mina.

Un portavoz de la gerencia dijo que al menos 16 personas murieron y 20 resultaron heridas durante los enfrentamientos.

Otros tres mineros resultaron heridos anoche, uno muy gravemente, en un segundo violento enfrentamiento entre mineros de la mina Kinross, y particulares.

Un portavoz del NUM dijo ayer que el personal de seguridad de Kinross atacó a los trabajadores cuando estos volvían de una reunión sindical.

Según el testimonio de Marcel Golding, del NUM, los trabajadores fueron atacados por miembros del personal de seguridad con fustas, bombas lacrimógenas y bastones.

Además, en otros hechos represivos murieron tres negros, aumentando a 328 el número de víctimas fatales desde que el régimen racista blanco proclamara el estado de emergencia el 12 de junio pasado.

### TRANSNACIONAL BANCARIA BRITANICA TERMINA OPERACIONES

Fuentes de la transnacional bancaria Barclay aseguraron ayer que la firma finaliza sus operaciones en Sudáfrica y se retira de ese país.

Timohty Bevan, presidente de la empresa, estuvo en Pretoria para organizar un acuerdo de retiro de inversiones que incluye la venta de acciones a un grupo bancario local controlado por la Anglo American Corporation, dijeron las fuentes.

El informe al respecto no explica los motivos de la decisión, pero un vocero de Barclay afirmó que la transnacional enfrenta un fuerte rechazo internacional por su cooperación con el apartheid.

La Barclay teme que el continuo deterioro del sistema segregacionista termine con el quebrantamiento definitivo del poder de la minoría blanca racista en un corto plazo con el consiguiente daño para los capitales relacionados con el régimen, dijo el informante.

SUDÁFRICA

131

VER EN

# Fría acogida darán en Francia a Botha

EL DÍA POLITICO

PARIS — El presidente sudafricano Pieter Botha recibirá una fría acogida de parte de funcionarios gubernamentales y grupos antiapartheid al arribar hoy a Francia para una visita privada de dos días.

Botha, quien raramente viaja al exterior, inaugurará un museo el martes en el norte de Francia, en conmemoración a los sudafricanos caídos en las guerras mundiales. La visita, aunque anunciada por el gobierno francés, no fue confirmada en Pretoria.

El gobierno del premier Jacques Chirac aclaró que no tendrá ningún contacto oficial con Botha durante su estadía, en protesta por las políticas del apartheid aplicadas en Sudáfrica.

Sudáfrica deseó un reblandecimiento de la abierta crítica francesa luego del triunfo electoral de la coalición derechista sobre los socialistas, en marzo.

Francia envió a su embajador a partir de ese mes[illegible], quien había sido llamado a París el año anterior, pero no modificó drásticamente su posición, apoyando las sanciones contra Sudáfrica y renovando ataques contra el gobierno de Botha.

Diplomáticos opinan que la actitud del gobierno de Chirac pone de relieve la creciente preocupación sobre los recientes sucesos en Sudáfrica.

El museo conmemora a los sudafricanos que murieron en las dos guerras mundiales, en particular a más de mil que fueron considerados muertos o desaparecidos durante una épica batalla de seis días contra las fuerzas alemanas en el pequeño bosque de Delville en las afueras del Longueval en julio de 1916.

El edificio de piedra, una réplica del castillo en forma de estrella de Ciudad del Cabo, fue erigido cerca de un cementerio en el bosque donde fueron sepultados 151 soldados sudafricanos.



8700143

ARCHIVAR EN: SUDAFRICA (131)

TEMA: Francia: bomba por visita de BOTHA.-

PROCEDENCIA: La Nación 12-11-86

ARCHIVADO EN: FRANCIA (013)

01 1 31 8700423

ARCHIVAR EN: SUDAFRICA (131)

TEMA: Conflictiva situación represión a mineros sudafricanos.

PROCEDENCIA: La Hora 26-11-86

ARCHIVADO EN: GRAN BRETAÑA - (013)

01·01 8700427

131

Sudafrica

# Asesinan a activistas antiapartheid

Johannesburgo. (ANSA, EFE y UPI).- Un médico negro y su esposa, ambos activistas en el movimiento antiapartheid de Sudáfrica, fueron asesinados anoche por individuos no identificados, comunicó ayer la Oficina de Información del Gobierno.

El Doctor Fabián Ribeiro y su mujer Florence fueron tiroteados por dos hombres enmascarados en su casa de Mamelodi, ghetto negro de los alrededores de Pretoria, y los dos murieron mientras eran llevados a un hospital de Pretoria.

El Doctor Ribeiro fue un destacado activista en la lucha negra contra el régimen de la minoría blanca y pasó varias temporadas en la cárcel.

Por otro lado, esta mañana se produjo un accidente de trenes al noreste de Johannesburgo, en el que resultaron heridas más de 120 personas.

Según la Policía, un tren de pasajeros chocó contra uno de mercancías en la estación de Pinedene, a unos 20 kilómetros de Johannesburgo, y la mayoría de los heridos son negros que se dirigían a sus lugares de trabajo.

LA MAÑANA 03/12/85

01·01

8700701

ODRIAN REALIZARSE PRUEBAS NUCLEARES CONJUNTAS CON ISRAEL

# a construcción de un gran aeropuerto erca de la Antártida, admite Sudáfrica

*La confirmación de Sudáfrica respecto de la posible construcción de una pista de aterrizaje en la isla Marion, cercana a la Antártida, otorga fuerza a la versión del diario británico "The Observer", que, además de haber informado sobre ella el domingo, agregó que sería utilizada como polígono para llevar a cabo ensayos nucleares con la colaboración de Israel. Testimonios acerca de la presencia de científicos y militares judíos en el lugar.*

RETORIA, Sudáfrica, (UPI y TASS). —El go- no sudafricano confir- hoy que está estudian- a posibilidad de cons- r una pista de aterriza- a la isla Marion, en el océano Indico, pero no hizo comentario alguno respecto de las afirmaciones del diario londinense "The Observer", que el domingo afirmó que la pista está siendo diseñada al propósito de llevar a cabo ensayos nucleares conjuntos con Israel.

Marion, una remota isla ubicada a 2.000 kilómetros al sur de Ciudad del Cabo, en dirección a la Antártida, alberga a los 25 integrantes de una estación científica sudafricana. El diario inglés señaló que el gobierno de Pretoria decidió ya construir una pista de aterrizaje de 1.800 metros a un costo de 6 millones de dólares. Hasta aquí, la información fue tibiamente confirmada hoy por el ministro de Asuntos Ambientales sudafricano, John Wiley, a través de una declaración emitida en la capital. Allí se había de que "se estudia la posibilidad" de construir tal pista indicando que era necesaria para [illegible] servicios a la estación científica allí existente. El ministro señaló también que una serie de estudios del eventual impacto ambiental "será un factor decisivo en el proceso de una toma de decisión sobre si proporcionar instalaciones de aterrizaje o no".

Wiley no comentó la versión del "The Observer" sobre el supuesto propósito militar del proyecto.

### ♦ Algunos indicios

Pese al silencio sudafricano —o a raíz de él—, adquieren valor algunos indicios acerca de la posibilidad de que la isla Marion y la construcción en ella de una pista la *transformen* en un polígono de pruebas nucleares en la zona.

Los científicos que trabajan en Marion comenzaron por señalar que, efectivamente, militares de Sudáfrica e Israel visitaron la isla y que dos israelíes ayudaron en el relevamiento del suelo para la posterior construcción de la pista, según "The Observer".

El diario señala que el gobierno de Pretoria ordenó a esos científicos no hablar sobre la pista, pero que esos hombres "están preocupados porque su estación meteorológica pueda ser usada como cobertura de operativos militares, ya sean nucleares o convencionales", incluso la construcción de un polígono de pruebas para misiles.

### ♦ Israel y Vanunu

El diario inglés asegura que muchos expertos están convencidos de que Israel ha dado ayuda a Sudáfrica en el campo atómico. La publicación apeló también a la opinión del experto nuclear Frank Barnaby, escritor y ex director del Instituto Internacional de Investigaciones para la Paz, con sede en Estocolmo. Barnaby dijo que "los sudafricanos han mantenido informado a Estados Unidos sobre el proyecto de la pista y los norteamericanos pueden estar esperando obtener algún beneficio estratégico de su construcción".

Pieter Botha, presidente de Sudáfrica

La pista sería capaz de soportar el tránsito de aviones de carga como los Hércules y los C-130, lo que podría llegar a violentar los hábitos de aves, focas y ballenas del lugar y —consecuentemente— provocar una fuerte reacción de quienes combaten la política del "apartheid" como de las organizaciones protectoras del medio ambiente.

En cuanto a la colaboración israelí en el proyecto, las especulaciones sobre este punto se acentuaron ante las *relevaciones* que hizo Mordechai Vanunu, técnico nuclear israelí, quien manifestó a un diario británico que los científicos de su país realizan visitas periódicas a Sudáfrica. Vanunu, quien en estos momentos enfrenta un juicio por traición y sabotaje en Israel, también declaró a ese diario que su país tiene un arsenal de por lo menos 200 armas atómicas, lo que confirmaría una aleja sospecha internacional al respecto. Por su parte, Sudáfrica niega tenerlas (es más: rechaza que haya realizado una prueba nuclear en 1979, cerca de la isla Marion, la que —se dijo— sí era sudafricana y fue realizada con asistencia israelí); no obstante, Pretoria nunca ha firmado el tratado de no proliferación atómica.

870070

01·01

131

## Elecciones en Sudáfrica

JOHANNESBURGO, 1 (ANSA) - Diversas reacciones suscitó el anuncio de elecciones generales para los cinco millones de blancos en 1987, formulado anoche, minutos antes de finalizar el año, en un mensaje a la nación por el presidente, Pieter Botha.

El jefe de dos millones de anglicanos en Sudáfrica y Premio Nobel de la Paz 1984, arzobispo Desmond Tutu, expresó que se trata de un "monumental no acontecimiento. Aquí se juega -dijo- mientras el país quema".

La Nación 2-1-87

8700703

131

Exterior LA NACION 11-1-87

# Reclaman sanciones contra Sudáfrica

CIUDAD DEL VATICANO, 10 (AFP). – Los 120 embajadores acreditados ante el Vaticano lanzaron hoy un llamado para que se tomen sanciones contra el "régimen bárbaro" de Sudáfrica, durante la tradicional ceremonia de los votos de Año Nuevo.

El Papa, que recibía al cuerpo diplomático, pronunció un discurso en favor de la paz y de los derechos humanos.

Por primera vez, el discurso del decano del cuerpo diplomático ante la Sede Apostólica, el marfileño Joseph Amichia, apoyado por todos sus colegas, fue más allá de las fórmulas diplomáticas habituales.

Amichia denunció con fuerza "la represión sin límite que pega hasta a los niños y los encarcela" en Sudáfrica.

Se felicitó de la acción de las iglesias locales que proclaman abiertamente su oposición al apartheid. "Esperamos –dijo– que las sanciones económicas adoptadas por algunos países industrializados sean aplicadas honestamente a fin de obligar a los dirigentes de ese régimen bárbaro a cambiar su concepción del ser humano."

El Sumo Pontífice aseguró que el llamado, como muchos otros, había sido escuchado.

**Recomendaciones de Shultz**

NAIROBI, 10 (AP). – El secretario de Estado norteamericano, George Shultz, al deplorar la continuación del conflicto racial en Sudáfrica, recomendó hoy que se tomen tres medidas para contribuir a una solución pacífica al problema del apartheid.

En una conferencia de prensa, Shultz exhortó al gobierno blanco a levantar la prohibición de los partidos políticos, a liberar al líder negro Nelson Mandela, que está en prisión desde hace más de dos décadas, y a iniciar conversaciones para crear un nuevo sistema que "permita participar a todo el pueblo".

Sin embargo, añadió que "debo reconocer que desafortunadamente existe muy poco cambio en la situación".

Shultz, que expresó estas mismas opiniones en otras oportunidades, indicó asimismo que es limitada la posibilidad de que los Estados Unidos puedan influir en la situación sudafricana.

Pero añadió que su país tiene la obligación de participar lo más que pueda en la búsqueda de una solución pacífica.

**Enfrentamientos**

JOHANNESBURGO, 10 (Reuter). – Ocho mineros negros resultaron muertos y 53 heridos anoche durante los enfrentamientos registrados entre los trabajadores de un yacimiento de oro, dijo hoy un vocero de la Union Mining Corporation. El funcionario manifestó que se inició una investigación para determinar la causa que provocó los sangrientos incidentes en la mina Beatrix, en el Estado libre de Orange.

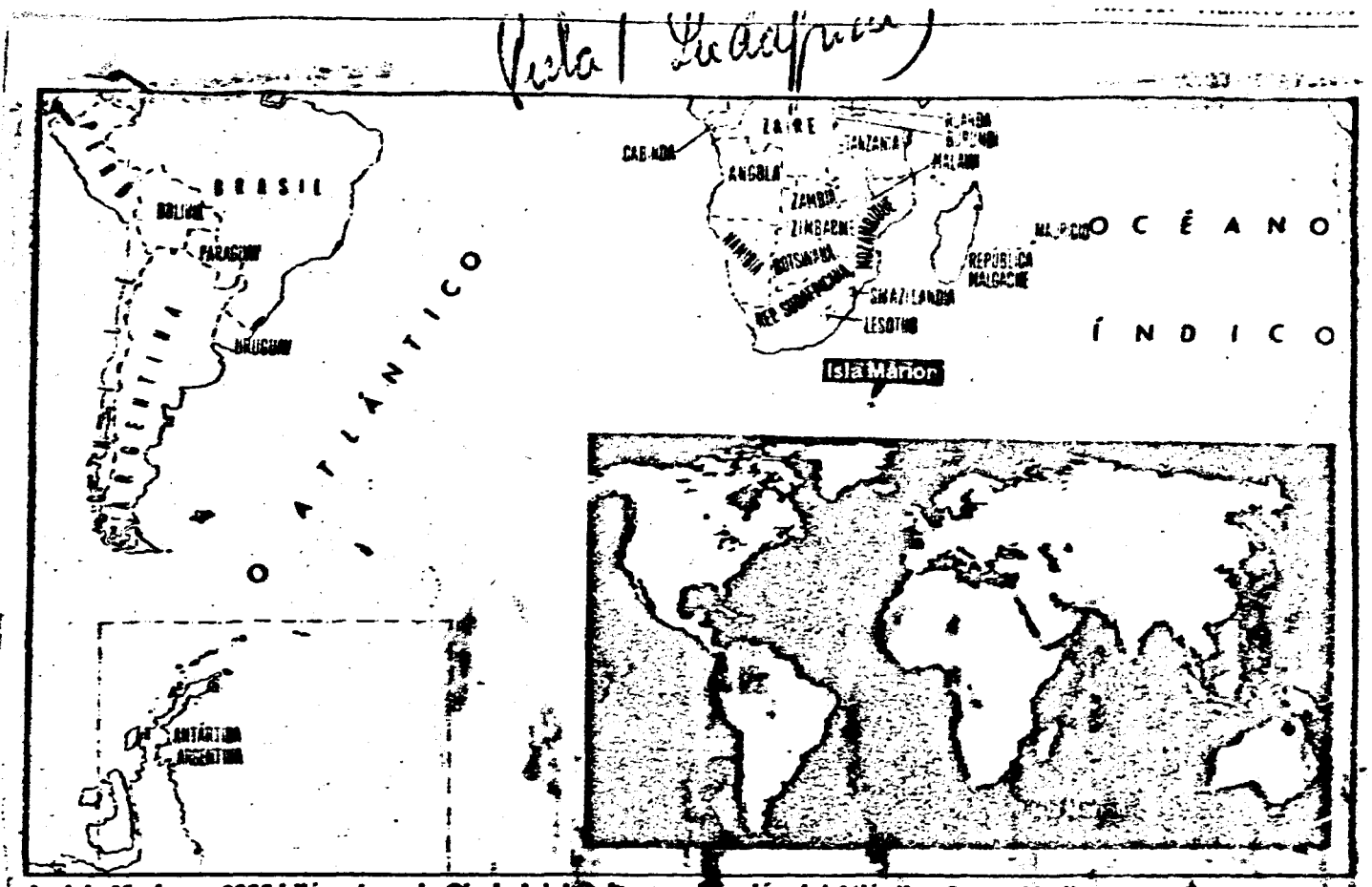
Cientos de mineros negros murieron como consecuencia de violentos choques entre ellos a lo largo del año pasado, fundamentalmente como consecuencia de rivalidades tribales entre los trabajadores.

SOEUD



700901

131




La isla Marion, a 2000 kilómetros de Ciudad del Cabo y en el recuadro del Atlántico Sur y el Indico

# Sudáfrica probaría misiles nucleares

## Según diarios británicos construirá a tal fin un aeródromo en una isla del océano Indico en el que invertirá seis millones de dólares

LONDRES, 28 (Reuter). – El gobierno de Sudáfrica resolvió construir un aeródromo en la isla Marion, entre la Antártida y Africa, como parte de un proyecto que apuntaría a preparar el lugar para futuros ensayos de misiles nucleares, dijo hoy el diario The Observer.

En una edición previa, The Sunday informó que la propuesta pista, cuya construcción demandaría una inversión de cuatro millones de libras esterlinas (seis millones de dólares), permitirá operar aviones de transporte C-130 y seguramente detonará una controversia internacional tanto entre los grupos que reclaman una acción militante contra la policía de segregación racial (apartheid) que practica Pretoria, como entre las organizaciones de defensa del medio ambiente.

### Pista necesaria

Las autoridades sudafricanas argumentaron que la pista resulta necesaria para cubrir las necesidades de su estación científica que, con una dotación de 24 horas, funciona en la isla Marion. La isla se encuentra a 2000 kilómetros al sudoeste de Ciudad del Cabo. Sudáfrica tomó posesión de ella en 1947.

El periódico señaló que los expertos ponen en duda que el aeródromo vaya a ser utilizado con fines civiles.

"Probablemente Sudáfrica hizo estallar un artefacto nuclear en el área durante 1979 y es muy factible que el aeródromo tenga implicancias militares", según la opinión que The Observer atribuyó al experto nuclear británico Frank Barnaby.

Según la misma nota Barnaby, ex director del Instituto Internacional de Investigaciones para la Paz, que funciona

(Continúa en la página 3, col. 1)

01-02

700902

Lunes 29 de diciembre de 1986

# Sudáfrica haría ensayos nucleares

(Continuación de la página 1, col. 6)

en Estocolmo, estimó que la isla constituía el escenario ideal para los ensayos de misiles que Pretoria está desarrollando como portadores de armas convencionales y también de artefactos nucleares.

El Departamento de Asuntos Ecológicos de Sudáfrica decidió en principios de este mes encarar la construcción del aeródromo. Los informantes argumentaron que la pista serviría para facilitar las evacuaciones en casos de emergencias médicas, brindar un lugar de operaciones para aviones de investigaciones y de búsqueda y rescate, facilitar el aprovisionamiento de la estación meteorológica y mejorar la protección de las especies silvestres de la región.

Los científicos de la base Marion se manifestaron sorprendidos por esas explicaciones. Ellos opinan que la cobertura médica podría mejorar en forma más económica mediante la construcción de un quirófano y la contratación de un médico residente en la base. No hay vuelos comerciales en el área y por lo tanto no son necesarias las operaciones de rescate, dijo el periódico.

Además de la base científica, Sudáfrica mantiene una estación meteorológica en la remota isla a la que llega dos veces por año el buque de aprovisionamiento Agulhas, de 5000 toneladas.

El artículo puntualiza que durante los dos últimos años la isla fue visitada por oficiales de las fuerzas armadas de Sudáfrica e Israel.

Las especulaciones sobre una cooperación de Sudáfrica e Israel en el campo nuclear se acentuaron recientemente ante las revelaciones que hizo Mordechai Vanunu, técnico nuclear israelí que apareció hace una semana en un tribunal de Jerusalén luego de haber desaparecido misteriosamente en Londres.

Vanunu manifestó a un diario británico que los científicos nucleares israelíes realizan visitas periódicas a Sudáfrica.

02-02

8700902

131

## Protesta en Sudáfrica

Johannesburgo (UP) — Residentes de un condenado poblado negro, al norte de Johannesburgo, prometieron luchar contra los planes gubernamentales de trasladarlos por la fuerza a un lugar más distante y convocaron a una protesta de un día, el miércoles próximo.

Cerca de un millar de personas se congregaron en el poblado negro de Bukasie, frente al pueblo blanco de Brits y a unos 100 kilómetros al norte de Johannesburgo, para protestar contra el traslado de su tierra a los blancos.

Los residentes presentes en la reunión convocaron a una huelga, el miércoles, para subrayar su oposición de la destrucción prevista de sus residencias.

Los 10.000 habitantes de la ciudad, establecida hace 55 años, desean permanecer en sus casas, a pesar de las pésimas condiciones en las que viven.

Sin embargo, dos tercios de los 15.000 residentes originales rehusan mudarse y prometieron en la reunión oponerse a un traslado a Letlhabile, unos 20 kilómetros más alejados de Brits.



700903

## El presidente de la General Motors Corporation afirma, en esta nota, que los cambios que promueve el gobierno de Sudáfrica son escasos y tardíos e incapaces de generar el impulso necesario para producir el progreso que exigen los tiempos actuales

DETROIT, Estados Unidos (The New York Times). - Entre todos los lugares del mundo agitados por disturbios, Sudáfrica es probablemente el más triste a causa de las oportunidades perdidas. La principal ha sido la de incorporar a todo el pueblo sudafricano a la gran corriente económica y política de uno de los países más ricos y prometedores del continente.

General Motors ha operado en Sudáfrica durante 60 años. Creemos haber desempeñado un papel positivo en el intento de aprovechar de manera efectiva esa oportunidad. Creemos que nuestros esfuerzos por promover el progreso social y la igualdad racial justificaron nuestra presencia allí, pero últimamente convergieron varios problemas que imposibilitaron nuestra permanencia en Sudáfrica.

El problema básico -al que deben prestar atención todas las empresas- fue el hecho de que nuestras operaciones sudafricanas venían dando pérdida desde hacia varios años.

Una parte considerable de nuestras dificultades financieras derivaba, evidentemente, de la existencia misma del apartheid. La incapacidad de Sudáfrica de alejarse de él con rapidez suficiente posibilitó el desarrollo de las fuerzas disociadoras que acompañan la segregación racial.

### La fuerza de los acontecimientos

Las acciones emprendidas por los diversos gobiernos en los Estados Unidos -en todos los niveles-, con el propósito de reducir el número de compañías norteamericanas que operaban en Sudáfrica, complicaron todavía más estos problemas. La convergencia de todos estos factores hizo insostenible nuestra presencia en ese país.

Nos habría gustado quedarnos y nos esforzamos mucho en tal sentido. Pensábamos que merecíamos permanecer allí en tanto pudiésemos ser una fuerza positiva que fomentara el cambio en Sudáfrica, más allá y por encima de cuanto ocurriese, en un corto plazo, en nuestros balances. Empero, hace pocos meses se produjo un cambio en el curso de los acontecimientos políticos y económicos.

Hasta entonces, la mayoría de los empresarios norteamericanos esperaba inducir al gobierno sudafricano a que lanzara una nueva iniciativa para eliminar el apartheid. Un grupo de ellos fundó el Consejo Social Norteamericano sobre Sudáfrica, con el fin de tratar de acelerar las negociaciones en tal sentido.

El gobierno sudafricano reconoció la gestión del Consejo, del que soy copresidente. En abril visité el país, me entrevisté con su presidente, P. W. Botha, y me sentí razonablemente alentado por lo que vi. Sin embargo, pronto resultó obvio que los hechos eran demasiado escasos y tardíos. Sudáfrica aún iba a la zaga de la opinión pública mundial y la evolución de los acontecimientos, aparentemente incapaz de generar el impulso necesario para producir el progreso que exigían los tiempos.

### Decidimos marcharnos

La falta de ese progreso disminuyó gravemente la oportunidad de que las empresas norteamericanas contribuyeran a resolver de manera satisfactoria el problema político de Sudáfrica. Por otro lado, la economía sudafricana está tan estrechamente ligada a los acontecimientos políticos que las probabilidades de una próxima mejoría de la profunda depresión económica parecían igualmente sombrías.

A esta altura no teníamos otra alternativa que irnos. Por consiguiente, anunciamos nuestro proyecto de vender nuestras operaciones en Sudáfrica a un grupo encabezado por los directores locales.

Nos proponemos dejar la propiedad de la compañía en manos de nuestro personal local y hacer cuanto podamos para asegurar su viabilidad, de modo que pueda prosperar en el difícil ambiente económico.

Creemos que es el único procedimiento aceptable, en vista de la naturaleza de nuestras actividades y las clases de restricciones impuestas actualmente a las compañías que operan en Sudáfrica. El factor económico fue una determinante importante de nuestra partida, pero también abrigamos la esperanza de que nuestra acción, y las de otras empresas que piensan como nosotros, pongan de manifiesto nuestra desilusión ante la lentitud de los progresos. Por supuesto, reconocemos que otras firmas norteamericanas afrontan circunstancias diferentes y deben tomar sus decisiones conforme a ellas.

### Protección del personal

Al retirar nuestro activo queremos hacer cuanto podamos para proteger a nuestros 3000 empleados sudafricanos -más del 60 por ciento de los cuales no son de raza blanca- y a las 15.000 personas a su cargo. No deseamos que nuestros actos les ocasionen sufrimientos.

Nos preocupamos mucho por nuestro personal y queremos preservar el legado que dejamos, tras haber contribuido durante tantos años al mejoramiento de las viviendas, de la educación y el bienestar social. Hacer menos que eso significaría imponer una grave coacción económica a una comunidad ya muy angustiada por la partida de otras compañías norteamericanas. Para algunos de nuestros empleados sudafricanos podría equivaler literalmente a la muerte por inanición.

Sudáfrica es un país opulento, con riquezas potenciales suficientes para [illegible] repartidas por todos sus habitantes, sea cual fu[illegible] más necesita son las inv[illegible] tensivas, que generen e[illegible] una población en rápido [illegible] El gobierno sudafricano [illegible] país a todo su pueblo; cua[illegible] haga tanto mayor será [illegible] con que las empresas del [illegible] tero estarán dispuestas [illegible] otra vez en él. Perso[illegible] aguardo el día en que G[illegible] tors se cuente entre esos i[illegible]

(Traducción de Zoraida [illegible]

PARTES ILEGIBLES

931

EL DIA 16/1/87

SUDAFRICA

# Christian Barnard renunció a filas del partido gobernante

JOHANESBURGO. — El cirujano Christian Barnard, famoso por sus transplantes de corazón, se sumó ayer al creciente número de académicos y hombres de negocios sudafricanos que han retirado su apoyo al gobernante Partido Nacional en vísperas de las elecciones generales para blancos.

Al anunciar su decisión, Barnard dijo que el gobierno "ha puesto al país de rodillas y la denegación de poder político a los negros es un grave error".

Barnard, el primer médico del mundo que realizó un transplante al corazón, dijo que la solución a los problemas del país requiere una aproximación diferente, agregando que "si un tratamiento no funciona, uno intenta otros".

"Creo que ellos (el Partido Nacional) nunca lograrán arreglar los problemas de este país", dijo Barnard.

Otras figuras públicas que han renunciado al partido de gobierno son el magnate de los fertilizantes Luis Luyt, el "barón" del azúcar Chris Saunders, el experto en derecho constitucional Marinus Weichers y Frank Martin, ex alto miembro del Consejo Ejecutivo de Natal.

Al explicar las razones de su decisión, Martin comparó las próximas elecciones a "realinear las reposeras en la cubierta del Titanic".

Agregó que en 1983 votó por el Parlamento tricameral, que prevé cámaras separadas, básicamente simbólicas, para los indios y los mestizos, porque "era el primer instrumento legislativo desde 1948 (en que el Partido Nacional llegó al poder) destinado a unir a las personas".



0701193

131

SUDAFRICA

# Denuncian planes militares del régimen de Pretoria

Londres, (PL). – Parlamentarios laboristas británicos demandaron del gobierno conservador una acción destinada a comprobar si el régimen de Pretoria se dispone a instalar una base nuclear militar en la Antártida.

Tam Dalyell, diputado del Partido Laborista de Gran Bretaña, el mayor en la oposición al gabinete de la primera ministra, Margareth Thatcher, comunicó a sir Geoffrey Howe, ministro de Relaciones Exteriores, la grave preocupación en la Cámara de los Comunes (Parlamento) ante revelaciones hechas ayer por el periódico "The Observer" al respecto.

De acuerdo con detalles brindados por esa publicación dominical, el gobierno sudafricano se dispone a construir en la isla antártica de Marion una base probablemente destinada a llevar a cabo pruebas de artefactos nucleares, cohetes, y ejercicios de guerra antisubmarina.

Pretoria aprobó la construcción de una gigantesca pista aérea en Marion, unas mil 200 millas de ciudad de El Cabo.

En nombre de su partido, Dalyell dijo a Howe, en una carta enviada al ministro, que el Reino Unido es signatario de un acuerdo con Tel Aviv, que no prevé a Sudáfrica en los planes con respecto a la isla de Marion.

LA HORA
30/12/86

01·07

8702024

# Sudáfrica construirá pista aérea con fines nucleares

Londres. (PL) El gobierno de Pretoria construirá una pista aérea con fines bélicos en la isla antártica de Marion, donde probará armas nucleares y cohetes de alcance medio, afirmó ayer "The Observer".

Según la opinión de un especialista citado por el periódico, Washington debe tener conocimientos de esos planes.

De acuerdo con un artículo exclusivo de primera plana de uno de los dos principales periódicos dominicales londinenses la isla está ubicada a media distancia entre la ciudad portuaria del Cabo y el territorio continental antártico, y en ella opera actualmente una instalación de estudios científicos.

El gobierno racista reconoció oficialmente que construirá, a un costo de unos seis millones de dólares, una pista aérea capaz de recibir a gigantescos transportes "Hercules", pero le atribuyó solo objetivos vinculados con las investigaciones científicas.

"The Observer" subraya que la pista es desproporcionada en relación con la estación allí existente, la cual cuenta con solo 25 hombres.

El rotativo recuerda que muy cerca de Marion, en 1979, un satélite norteamericano detectó un "Relámpago", identificado por expertos como una prueba atómica sudafricana.

En los últimos dos años, expresa la misma fuente, se reportaron continuas visitas de oficiales sudafricanos e israelíes a la isla. El periódico cita que recientemente un técnico nuclear israelí, Mordechai Vanunu, quien enfrenta un juicio en Tel Aviv, denunció en Londres los lazos nucleares militares entre Sudáfrica e Israel.

Durante el mismo período mencionado tres ingenieros de Johannesburgo fueron empleados para examinar las posibilidades de construcción de una gran pista aérea en Marion. Este mes, de acuerdo con la fuente, el departamento de asuntos del medio ambiente de Sudáfrica ordenó el inicio de la obra mencionada.

Las explicaciones brindadas por Pretoria hasta el momento no satisfacen a sectores científicos en Gran Bretaña

Esos especialistas subrayaron que ni necesidades médicas ni investigativas en la isla justifican semejante pista, y expresaron que temen sea utilizada para operaciones bélicas, tanto nucleares como convencionales.

El doctor Frank Barnaby, escritor y ex director del Instituto de Investigaciones Internacionales Pacíficas, con sede en Estocolmo, Suecia, manifestó que Marion puede ser convertida en un plazo relativamente breve en un campo de pruebas para cohetes de alcance medio.

Barnaby es de la opinión que, además, esa posesión sudafricana a mil 200 millas náuticas de Ciudad del Cabo puede servir de base para la guerra antisubmerina.

Según el experto, Pretoria seguramente informó a Estados Unidos país que probablemente se propone ganar algún provecho estratégico del enclave que allí se levante.



8702024

LA FARN SA 29/12/80

# Posible ensayo nuclear de Sudáfrica

PERLA - (Sudafrica)

Londres (UP) — El diario "The Observer" afirma que Sudáfrica planea construir una pista de aterrizaje en una isla remota que podría ser utilizada, posiblemente con ayuda de Israel, para ensayar misiles nucleares.

El gobierno sudafricano ha dicho que planea contruir la pista de aterrizaje para establecer comunicación aérea con la estación científica que mantiene en la isla Marión, a 2.000 kilómetros al sur de Ciudad del Cabo y a mitad de la distancia que separa al país de la Antártida, agrega el diario.

Pero un experto nuclear, Frank Barnaby, declaró que "Sudáfrica probablemente hizo detonar un artefacto nuclear en esta área en 1979 y la pista de aterrizaje es muy probable que tenga implicaciones militares" y podría proporcionar un sitio para ensayos de misiles nucleares.

Según el diario, dos israelíes colaboraron en la agrimensura de la pista de aterrizaje, que tendrá 1.800 metros de extensión y cuya construcción costará unos seis millones de dólares. "The Observer" recuerda asimismo que muchos expertos creen que Israel ha dado asistencia a Sudáfrica en el campo nuclear.



8702024

SUDÁFRICA

**DOCUMENTOS.**- Johannesburgo (EFE).- El ministro de Asuntos Exteriores de Sudáfrica Roelof "Pik" Botha, anunció que técnicos sudafricanos encontraron documentos sobre una conspiración contra el Gobierno del presidente de Malawi, Hastings Kumuzu Banda, entre los restos del avión en el que murió el presidente de Mozambique, Samora Machel.

El País 7/11/86



8702024

# Ola de detenciones en Sudáfrica al amparo de la censura de prensa

## El gobierno racista de Pretoria en la "bancarrota política"

Johannesburgo, (DPA) – Los efectos de la censura de prensa implantada en Sudáfrica el jueves para todas las informaciones sobre represión y otros aspectos de la "seguridad del estado" comenzó a mostrar sus efectos. Solo en insinuaciones se informó este fin de semana sobre una ola de detenciones iniciada el viernes contra miembros y simpatizantes del movimiento de liberación "African National Congress" (ANC). Sin embargo, también hoy se publicaron severas críticas contra la "mordaza".

Los órganos de prensa confirmaron que las informaciones sobre "temas sensitivos", que deben ser sometidas a aprobación, fueron prohibidas en casi su totalidad. Sin embargo, aunque no se aprobó por ejemplo la publicación de ninguna información sobre la detención del editor negro del semanario "New Nation", Zwelakhe Sisulu, ni de varios funcionarios de una organización para la reforma del sistema educativo para negros, los periódicos mencionaron las detenciones citando a familiares como informantes.

Según el "Sunday Times", Sudáfrica ha traspasado con las nuevas disposiciones "la débil línea que divide a los países libres de los que no son libres".

"Existe un solo aspecto mas deprimente que este nuevo recorte de los *derechos fundamentales*", comenta "The Sunday Star", diciendo que "Es la bancarrota política de un gobierno que ha perdido la voluntad de reformar y ve en la opresión el mejor recurso para terminar con los problemas".

### LIBERADOS CIUDADANOS SUIZOS

Los ciudadanos suizos Corinne Bischoff y Daniel Scheider, que se hallaban detenidos desde el viernes en Middleburg (Sudáfrica), después de haber sido secuestrados de Swazilandia por miembros de las fuerzas de seguridad sudafricanas, fueron dejados en libertad. Según *informó en Pretoria* el ministro del exterior Roelof Botha y confirmó en el ministerio suizo del exterior en Berna, fueron devueltos a Mbabane, capital de Swazilandia.

Los dos suizos asaltados y secuestrados en su vivienda de Mbabane, fueron acusados de haber cooperado en acciones del opositor African National Congress (ANC). Botha dijo que "Estaban involucrados en actividades que afectan a la seguridad de Sudáfrica". Se desconoce el destino de otras dos personas secuestradas en el operativo. El jefe de gobierno de Swazilandia, Sotja Diamini, dijo además en un mensaje de protesta, que en la acción fueron muertas dos personas negras.

El ministerio suizo del exterior había citado al encargado de negocios sudafricano en Suiza para pedir una aclaración al respecto. Al *mismo* tiempo, el embajador suizo en Pretoria advirtió al ministro sudafricano del exterior Botha que la detención de los dos suizos afectaría a las relaciones bilaterales. Botha dijo que la entrega de los suizos se realizó "En vista de las buenas relaciones entre Sudáfrica, Swazilandia y Suiza".

# Sudáfrica expulsa a periodista

JOHANNESBURGO. — Sudáfrica ordenó ayer al corresponsal de prensa estadounidense Michael Parks dejar el país, en el marco de los estrictos controles a la prensa impuestos por el gobierno blanco.

A Parks, corresponsal de "Los Angeles Times", se le dio plazo hasta el 31 de diciembre para abandonar el país. El ministro del Interior no quiso decir por qué se rehusaba a renovar su permiso de trabajo.

Parks será el quinto periodista extranjero a quien se ordena abandonar el país desde que Pretoria impuso un estado de emergencia en todo el país y una fuerte censura a los medios de comunicación en junio.

Fuentes diplomáticas dijeron que Pretoria, bajo presiones internacionales por su política de apartheid, se había sentido molesta por la crítica en el editorial del "Times" respecto de su conducta.

Ayer se dictaron órdenes de deportación contra el profesor nacido en Gran Bretaña Phil Bonner y su esposa Christine, activista sindical.

Mientras crecen las versiones de que el gobierno está preparando una nueva campaña represiva contra sus opositores políticos, disidentes blancos y negros habrían pasado a la clandestinidad en vísperas de su campaña de 10 días "Navidad contra la emergencia", cuyo inicio se prevé para el 16 de diciembre.

Expreso
10-12-86
EL DIA



8702024

# Un comando asesinó en Sudáfrica a 12 negros

JOHANNESBURGO y KWAMAKHUTA, 21 (UPI, AFP, DPA, EFE, ANSA y Reuter). — Doce negros fueron acribillados a balazos en Kwamakhuta, cerca de Durban, informaron hoy autoridades sudafricanas de Johannesburgo. Entre los muertos había siete niños de 5 a 7 años. El jefe de policía Charles Du Toit, a cargo de la investigación, dijo: "Fue una masacre. Algunos fueron baleados en sus camas y otros cuando intentaban huir", a las dos de la madrugada.

Las causas del ataque criminal a una casa de cuatro habitaciones del distrito segregado por el "apartheid", trascendió, no estarían claras. Inicialmente, se dijo que las víctimas eran miembros del movimiento moderado Inkatha Zulú, pero también se los vinculó con el Frente Democrático Unido antigubernamental. Después se habló de un enfrentamiento entre adeptos de ambas organizaciones.

♦ **Las versiones**

Du Toit descartó la hipótesis de un acto terrorista de represalia por parte del movimiento de liberación Congreso Nacional Afri[illegible] contra la familia de Willie Ntuli, ya que éste —dijo— no militaba en el Inkatha. Sin embargo, el jefe zulú del Inkatha, Mangosuthu Buthelezi, declaró que Ntuli era miembro del movimiento que preside y que el Congreso Nacional Africano era el responsable de los disturbios en la región negra de Durban.

"El Inkatha está comprometido con la no violencia y la democracia en una Sudáfrica multirracial", apuntó Buthelezi. "Los miembros del Inkatha no hacen otra cosa que defenderse, pero en tanto continúen los ataques a la coalición F.D.U.-C.N.A. (Frente Democrático Unido-Congreso Nacional Africano) contra mis partidarios, no podré controlar la situación".

Un vocero oficial expresó que además de los doce muertos hay dos heridos y que los atacantes usaron rifles automáticos AK-47 de origen soviético, idénticos a los empleados por la guerrilla C.N.A. en su lucha contra la dominación blanca de Sudáfrica.

♦ **Desmentidas**

Otra versión sindica al hijo de Ntuli, Víctor, como miembro de la liga juvenil Kwamakhuta, afiliada al F.D.U., e invierte el orden de los hechos. "No hay duda alguna de que el ataque fue perpetrado (contra Víctor) por el Inkatha", dijo Joseph Gumbi, funcionario del grupo Lawamakhuta-F.D.U.. Incluso miembros del F.D.U. acusaron públicamente al Inkatha por anteriores asesinatos en la región de Durban.

Este asesinato fue considerado por Johannesburgo como uno de los peores incidentes de violencia ocurridos en Sudáfrica.



8702024

CLARIN 22/6/87

# Un comando asesinó en Sudáfrica a 12 negros

JOHANNESBURGO y KWAMAKHUTA, 21 (UPI, AFP, DPA, EFE, ANSA y Reuter). — Doce negros fueron acribillados a balazos en Kwamakhuta, cerca de Durban, informaron hoy autoridades sudafricanas de Johannesburgo. Entre los muertos había siete niños de 3 a 7 años. El jefe de policía Charles Du Toit, a cargo de la investigación, dijo: "Fue una masacre. Algunos fueron baleados en sus camas y otros cuando intentaban huir", a las dos de la madrugada.

Las causas del ataque criminal a una casa de cuatro habitaciones del distrito segregado por el "apartheid", trascendió, no estarían claras. Inicialmente, se dijo que las víctimas eran miembros del movimiento moderado Inkatha Zulú, pero también se los vinculó con el Frente Democrático Unido antigubernamental. Después se habló de un enfrentamiento entre adeptos de ambas organizaciones.

♦ **Las versiones**

Du Toit descartó la hipótesis de un acto terrorista de represalia por parte del movimiento de liberación Congreso Nacional Africano contra la familia de Willie Ntuli, ya que éste —dijo— no militaba en el Inkatha. Sin embargo, el jefe zulú del Inkatha, Mangosuthu Buthelezi, declaró que Ntuli era miembro del movimiento que preside y que el Congreso Nacional Africano era el responsable de los disturbios en la región negra de Durban.

"El Inkatha está comprometido con la no violencia y la democracia en una Sudáfrica multirracial", apuntó Buthelezi. "Los miembros del Inkatha no hacen otra cosa que defenderse, pero en tanto continúen los ataques a la coalición F.D.U.-C.N.A. (Frente Democrático Unido-Congreso Nacional Africano) contra mis partidarios, no podré controlar la situación".

Un vocero oficial expresó que además de los doce muertos hay dos heridos y que los atacantes usaron rifles automáticos AK-47 de origen soviético, idénticos a los empleados por la guerrilla C.N.A. en su lucha contra la dominación blanca de Sudáfrica.

♦ **Desmentidos**

Otra versión sindica al hijo de Ntuli, Víctor, como miembro de la liga juvenil Kwamakhuta, afiliada al F.D.U., e invierte el orden de los hechos. "No hay duda alguna de que el ataque fue perpetrado (contra Víctor) por el Inkatha", dijo Joseph Gumbi, funcionario del grupo Kwamakhuta-F.D.U.. Incluso miembros del F.D.U. acusaron públicamente al Inkatha por anteriores asesinatos en la región de Durban.

Este asesinato fue considerado por Johannesburgo como uno de los peores incidentes de violencia ocurridos en Sudáfrica.



8702024

731

Sudafrica

CIUDAD DEL CABO, 3 (Reuter).- El ministro de Relaciones Exteriores sudafricano, Pik Botha, lanzó un durísimo ataque contra los Estados Unidos, acusando al Congreso de ese país de compartir la responsabilidad por las muertes en los distritos negros segregados de Sudáfrica.

Botha, en una breve charla con corresponsales extranjeros, calificó a Washington de inútil, vengativa e ignorante.

Aclaró que el Partido Nacional, en el gobierno, utilizaría una retórica antinorteamericana como táctica fundamental en la campaña para las elecciones generales exclusivamente para ciudadanos blancos del 6 de mayo.

La Nación 4/III/87



8702097

PERU

LA PRENSA ◆ Sábado 31 de enero de 1987

# *Sólo votarán los blancos en los comicios en Sudáfrica*

**Johannesburgo. Enero 30 (UP) – El presidente Pieter Botha convocó hoy a elecciones para el 6 de mayo en las que sólo votarán los blancos, tras rechazar pedidos para que los sudafricanos de otras razas también gocen del derecho a voto.**

**Su anuncio coincidió con la renuncia del embajador en Londres, Denis Worral, quien decidió apartarse del gobernante partido Nacional, aparentemente para lanzarse como candidato presidencial.**

**En un discurso ante el Parlamento, Botha señaló que decidió que los negros, asiáticos y mestizos no participen en los comicios. En el Parlamento hay algunos representantes no blancos, elegidos en 1984.**

**Botha afirmó que "la extensión de nuestra Constitución democrática continuará" en consulta con los negros que rechacen la violencia política.**

**Agregó que el derecho al voto universal no puede ser adoptado "porque el sistema de que cada persona tenga derecho al voto en un estado unitario inevitablemente lleva al dominio de un grupo por otro".**

**Entretanto, al referirse a la renuncia del embajador en Londres, el ministro de relaciones exteriores Roelof "Pik" Botha declaró que Worral "me pidió ser liberado de sus obligaciones. Estuve de acuerdo".**

**Fuentes de partidos opositores anunciaron que Worral, considerado como el mejor embajador del país, regresaría a enfrentarse al gobierno como independiente o como miembro del partido Federal Progresista. La deserción de Worrall fue la segunda de un miembro del partido Nacional desde que Botha manifestó en su mensaje de año Nuevo que planeaba hacer un llamado para elecciones entre los 4.5 millones de blancos, que son una minoría en el país.**

**En un nuevo ataque al proscripto Congreso Nacional Africano, Botha impuso hoy restricciones a la prensa que prohíben "cualquier publicación que defienda, elogie o justifique" una acción o campaña de una organización proscrita.**

PARTES ILEGIBLE



8702097

131 Sudafrica

# Protesta por la entrevista Shultz-Tambo

NUEVA YORK, (ANSA). El Secretario de Estado norteamericano George Shultz dijo al líder negro sudafricano Oliver Tambo que el continuo recurso a la violencia de su organización "llevará solo a una catástrofe", y expresó la preocupación del gobierno estadounidense por la creciente influencia soviética en el seno de la propia organización.

Tambo, presidente del CNA (Congreso Nacional Africano), tras un encuentro de 50 minutos con el Secretario de Estado, declaró que había "solicitado al señor Shultz" ejercitar presiones sobre los aliados occidentales para que adopten frente al gobierno de Pretoria "las mismas sanciones económicas" aprobadas por el Congreso norteamericano, a pesar de las objeciones de la administración Reagan.

Por otra parte, el portavoz del Departamento de Estado Charles Redman, declaró tras el encuentro que la posición de la administración Reagan sobre las sanciones "no ha cambiado".

Hubo manifestaciones de protesta en Washington por la entrevista.

**UN PRIMER ENCUENTRO**

El encuentro Shultz-Tambo es el primer contacto a alto nivel entre el gobierno de Washington y el CNA, principal organización sudafricana negra activa desde hace 75 años y desde 1960 clandestina por decisión del gobierno blanco de Pretoria. Ambas partes definieron al encuentro "importante y realista" y expresaron la esperanza de tener posteriores contactos.

Redman, leyendo una declaración escrita, afirmó que Shultz "expresó nuestra preocupación por la vasta influencia soviética en el seno del CNA y por la posición de la organización sobre la violencia".

"El Secretario de Estado subrayó claramente que el recurso a la violencia, de cualquier parte, no es una respuesta para los problemas de Sudáfrica y que hay otras opciones", dijo el portavoz. "El recurso a la violencia llevará solo a una catástrofe general".

Tambo, hablando con los periodistas poco antes de dejar el Departamento de Estado, no habló de la violencia y la influencia soviética, limitándose a decir que brindaría en breve una conferencia de prensa. Por otra parte, en una reciente declaración en Washington, no dudó en afirmar que una renuncia a la violencia "continuará siendo inaceptable" mientras no caiga el régimen racista del apartheid.

Sustancialmente Shultz y Tambo estuvieron de acuerdo sobre el horror del apartheid y en la necesidad de ponerle fin, pero en pleno desacuerdo sobre cómo alcanzar este objetivo.

Poco antes del encuentro un grupo de activistas de la llamada derecha ultraconservadora, hicieron una manifestación frente al Departamento de Estado contra el líder negro, definiéndolo como "uno de los principales terroristas africanos".

La manifestación fue sin embargo "equilibrada" por otra de un grupo de activistas antiapartheid. La presencia de un notable contingente policial impidió cualquier posible incidente.

**PROTESTAS EN WASHINGTON**

WASHINGTON, (EFE). Un grupo de manifestantes conservadores protestaron frente al Departamento de Estado por la entrevista del Secretario de Estado, George Shultz, con el líder negro sudafricano Oliver Tambo.

La Policía intervino cuando varios de los manifestantes sacaron latas de gasolina, que resultaron estar vacías.

David Sanders, portavoz del "grupo conservador" que se opone a la visita de Tambo a Estados Unidos, dijo que su organización está protestando por el tratamiento de casi "jefe de Estado" que la administración Reagan le está dando al presidente del Congreso Nacional Africano (CNA).

01·01

8702283

El País 31/1/87

FICHA Sudafrica

El País 31/1/87

## EMBAJADOR SUDAFRICANO RENUNCIO

CIUDAD DEL CABO, 30 (ANSA). — El embajador sudafricano en Gran Bretaña, Dennis Worrall, renunció hoy al cargo y tendría la intención de presentarse como candidato del partido nacionalista, de oposición, en las elecciones del próximo seis de mayo.

La noticia de la renuncia de Morrall causó gran revuelo en Sudáfrica, si bien se sabía que este estaba descontento por la lentitud con la que avanzan las reformas en su país.

8702297

01·01

ARCHIVAR EN: Sudafrica (131)

TEMA: Implications of Economic Sanctions for Southern Africa.

PROCEDENCIA: ENLACE Sudafricano (135) 5/3/87 doc. 0482/87

ARCHIVADO EN: E. Sudafricano (135)

01·01 — 8702411

ARCHIVAR EN: Sudafrica (131)

TEMA: Address by State President Botha on the Occasion of the Opening of the Fourth Session of the Eighth Parliament of the

PROCEDENCIA: E. Sudafricano 5/3/87 doc. 0476/87

ARCHIVADO EN: ENLACE Sudafricano (135)

01·01 — 8702412

ARCHIVAR EN: Sudafrica (131)

TEMA: ANC: Continued Support of Violent Action

PROCEDENCIA: ENLACE Sudafrica 5/3/87 doc. 0457/87

ARCHIVADO EN: ENLACE Sudafricano (135)

01·01 — 8702440

131
SUDAFRICA
Cruz Roja

# Sudáfrica fue expulsada de la Cruz Roja

Ginebra, (PL) - Por amplia votación, la representación gubernamental de Sudáfrica fue expulsada de la Conferencia Internacional de la Cruz Roja, medida que puso fin al largo debate que había bloqueado los trabajos de la reunión.

De acuerdo con una votación de 159 votos a favor y 26 en contra, la presidencia de la Conferencia pidió a la representación de Pretoria que abandonara el salón, lo cual hizo bajo protesta y alegando que se había cometido "una gran injusticia".

Luego de largas discusiones, iniciadas el jueves último, países de África, Asia, y América Latina, así como los Estados socialistas, lograron que la moción de suspensión, presentada por Kenya, fuera sometida a votación nominal.

Europa Occidental como bloque, Estados Unidos, Japón y otras delegaciones se habían pronunciado por el voto secreto, que algunos juzgaron como una maniobra para ejercer presiones sobre algunos países del llamado Tercer Mundo.

Al final, los partidarios de la proposición africana lograron que las 192 delegaciones participantes, además del Comité Internacional y la Liga de las Sociedades Nacionales de la Cruz Roja emitieran abiertamente su opinión sobre la presencia del gobierno racista en asamblea.

01·01

8702567

131

Ludáfrica

## ★ ISRAEL AMPLIA VINCULOS BELICOS CON EL REGIMEN SUDAFRICANO

Londres, (PL) — El ministro israelí de defensa, Yitzhak Rabin, visitó recientemente Sudáfrica para tratar sobre la cooperación en el sector de las pruebas militares nucleares, según fuentes británicas de prensa.

Los periódicos "The Times" y "Financial Times" citan fuentes confiables en Tel Aviv que mencionan que Rabin trató con el gobierno de Pretoria la extensión de acuerdos sobre armamentos valorados en más de 100 millones de dólares anuales.

Las primeras informaciones sobre el viaje del ministro de Defensa a Sudáfrica fueron reflejadas por la revista norteamericana "Newsweek", pero los diarios

29/1/87 PERU LABOR

EL MUNDO PERU

londinenses consiguieron una confirmación de quien describen como un político israelí.

Esa personalidad manifestó que Sudáfrica le ofrece a Israel amplias oportunidades para pruebas nucleares en su territorio.

01·01

●702736

# Sudáfrica y la solidaridad internacional

Por Fernando Roma

En un artículo titulado "Occidente, Sudáfrica y sus vecinos", quien firma Alfredo Costa Mills se ocupa, en la página editorial del matutino El Día, de la problemática situación prevaleciente en Africa Austral.

En dicho artículo el autor se esfuerza por fundamentar una sutil operación propagandística en defensa del status quo, particularmente en lo relacionado con las medidas que la comunidad internacional ha tomado y seguirá tomando en relación a Sudáfrica y su régimen racista. Pecando más por aquello que no dice que por lo que afirma, el articulista sustenta la siguiente tesis: resulta inútil tomar cualquier tipo de represalia, sanción o condena contra el actual gobierno sudafricano, ya que el apartheid es mucho más fuerte, económica y militarmente, que sus vecinos de la Línea del Frente y es, asimismo, capaz de autoabastecerse, pese a las tímidas sanciones de *"Occidente"*. Incluso, según el articulista, Sudáfrica esta en condiciones de chantajear con sus minerales estratégicos a las poderosas potencias industrializadas que han apoyado tradicionalmente al gobierno de la minoría blanca. Para sostener tal tesis, trae a colación, además de los argumentos mencionados más arriba, numerosos datos acerca de la innegable dependencia económica respecto a Sudáfrica, padecida por la mayor parte de los países de la Línea del Frente, excepto Angola y Tanzania. En su afán de fundamentar la inutilidad de cualquier tipo de medida que tienda a profundizar el aislamiento político, diplomático, cultural y moral en que se encuentra desde hace tiempo el régimen del apartheid, el articulista minimiza el efecto de muchas de las medidas adoptadas por gobiernos que, como los de Estados Unidos o Francia, por ejemplo, se han visto obligados a sustentar en virtud de circunstancias internacionales conocidas. Las medidas de sinigual valentía adoptadas por el Movimiento de Países No Alineados, por Zimbabwe, Mozambique, Angola y aún por estados tan débiles en realación a Sudáfrica como Botswana y Leshoto, son para Costa Mills actitudes insignificantes.

Asimismo, para convencer de una especie de omnipotencia regional que supuestamente inmunizará al apartheid contra cualquier tipo de sanción, el articulista menciona diversas medidas que el régimen ha adoptado para arrostrar incluso un aislamiento total, completo. La caricatura que acompaña al artículo, que presenta a un Botha sereno tras un escudo protector en el cual rebotan las sanciones, simbolizadas por una flecha, no deja dudas acerca del mensaje que Costa Mills pretende trasmitir por medio de su nota.

## Las formas de lucha

Como decíamos al principio, casi todo lo que está expresamente escrito en el artículo responde a datos verdaderos, verificables. Simplemente, en este caso, lo importante es lo que no se dice.

Costa Mills olvida mencionar, en primer lugar, la multifacética lucha del pueblo sudafricano, que ha colocado al país al borde de la casi completa ingobernabilidad, que ha generado embrionarios centros de poder popular, que ha obligado al régimen a gobernar bajo un permanenete estado de emergencia, a reprimir hasta las sombras y a intentar maniobra tras maniobra con la única intención de ganar tiempo y vadear una crisis que a esta altura casi todas las fuerzas en juego consideran profunda e irreversible.

Desde hace dos años por lo menos, todos los factores que históricamente se han conjugado en contra del régimen se dan entrelazada y simultáneamente, y no en forma separada y dispersa como en anteriores etapas críticas de un sistema social cuya propia irracionalidad le impide encontrar un terreno hacia donde retirarse para sobrevivir.

La extrema militarización del régimen es una realidad obvia. Pero la bomba que estallara hace unos días en las cercanías de la residencia del propio presidente Botha, indica que debido al masivo apoyo de la población sudafricana, y no solo los negros, los 400.000 soldados del régimen no son suficietes para proteger un sistema genocida y aislado.

Del mismo modo que no fue posible que Hitler conquistara el mundo; del mismo modo que EE.UU. debió retirarse de Vietnam y no, precisamente por falta de poderío militar. El colonialismo portugués, el régimen de Ian Smith en Rhodesia y tantas otros regímenes parecían inconmovibles y se derrumbaron una vez que les llegó la ineluctable hora de los pueblos...

## El movimiento antiapartheid

Componente esencial en la lucha del pueblo sudafricano ha sido y es el gigantesco movimiento antiapartheid en todo el mundo. La solidaridad con Sudáfrica tiene una historia tan antigua como la propia lucha del pueblo negro, martirizado desde los inicios de la colonización anglo-boer del territorio. Fue bandera importante del dinámico panafricanismo de Du Bois, cuestión de principios para la temprana Unión Soviética ya en década del 20, y luego para el campo socialista cuando éste surgiera tras la última guerra mundial.

En su forma moderna cobró vuelo durante las jornadas de movilización de masas de la década del 50 y especialmente en el transcurso del juicio de Rivonia contra Nelson Mandela y sus 152 compatriotas de todas las razas y convicciones políticas que protagonizaron aquella formidable lucha por la conciencia de la humanidad. Actualmente, el movimiento antiapartheid es, sin duda, el más amplio, multifacético y eficáz movimiento de solidaridad existente en el mundo. La enumeración de las acciones que en todos los puntos del planeta se llevan a cabo contra el régimen del apartheid llenaría, quizá, varios tomos.

El gobierno de Sudáfrica detenta el record absoluto de condenas en los organismos internacionales, especialmente en la ONU.

Muy recientemente, el propio secretario de estado norteamericano, George Shultz se vió obligado a reunirse con Oliver Tambo, presidente del Congreso Nacional Africano, en un gesto político que es indicativo de la extrema debilidad del apartheid, de las crecientes dificultades que la administración de Reagan tiene para seguir desarrollando su tica de compromiso constructivo la incuestionable representatividad ANC.

## Más omisiones

Nada dice Costa Mills del reti importantísimas firmas transnacio del mercado sudafricano, ni de los perados esfuerzos del Partido Fe Progresista por llegar a una solució gociada que permita la sobrevivenc régimen bajo otra ropaje.

Si el movimiento antiapartheid *significara nada en el cuadro de l* cial lucha política que se dirime en África, servicios secretos del apa no se hubieran tomado el traba asesinar a destacados dirigentes del greso Nacional Africano y del movi to solidario con él en Maputo, Lon París, Bonn y otros lugares, tan dist de sus fronteras.

En realidad a Alfredo Costa M preocupa evitar que el gobierno ur yo siga los pasos del gobierno arge y otros muchos gobiernos democr y rompa definitivamente con un men que la ONU ha calificado de *men contra la humanidad"*. Com puede defender el apartheid abierta te porque tal defensa resulta *"in ble"* para la opinión pública nac recorre un camino sinuoso y mas delezнable. Mucho más cuando e artículo precedente, el mismo artí ta camuflaba sus intenciones bajo biombo, este más clásico, al referi la *"penetración soviética en Afr*

Como en dos años de democraci mos registrado que de tanto en tan diario El País publica comunicados embajada sudáfricana y como en años de democracia no hemos leído la página editorial de El Día, una condena al apartheid, nos inclinam pensar que las infamantes *"relaci privilegiadas"* que la dictadura urug construyera en relación al régimen r ta han dejado, como herencia inimag ble en el Uruguay de otros tiempos ganas banderillas bastante molestas ra el sentir democrático de los uru yos.

8702455

231

Sudáfrica

El hambre que reina en los milicianos musulmanes chiíunidad haga una breve es- así como 20 helicópteros.

# Multinacional minera canadiense retira sus capitales de Sudáfrica

PERLA

Montreal, Bonn, (IPS/-PL). — La transnacional canadiense "Falconbridge Ltd." anunció en Toronto que vendió sus operaciones en Sudáfrica a inversionistas extranjeros.

Funcionarios de la compañía dijeron que "no están en libertad" de dar el nombre del comprador del 40 por ciento que poseían en minas de níquel en Sudáfrica, pero indicaron que la empresa recibió 75 millones de dólares estadounidenses en la transacción.

La gigantesca compañía minera manifestó que su retirada de ese país no se debe a la "presión política" sino a que obtuvo el precio que pidió por la mina.

La decisión de la Falconbridge Ltd, de retirarse de Sudáfrica es la última de las series de medidas similares adoptadas por otras compañías canadienses en ese país, donde existe un sistema institucionalizado de discriminación racial, conocido como apartheid.

La semana pasada, la empresa de Toronto "Moore Corp. Ltd." —la mayor manufacturera de formularios empresariales— anunció su retiro de Sudáfrica, debido al "incierto futuro" del país.

En noviembre, la compañía transnacional canadiense del calzado "Bata" manifestó que logró un acuerdo con otra empresa, para venderle sus cinco fábricas, una curtidora y unas 20 tiendas al por menor en Sudáfrica.

## RFA: DENUNCIAN COLABORACION CON SUDAFRICA

Un grupo de expertos en política internacional denunció la colaboración de Alemania Federal con la marina de guerra sudafricana, la cual calificaron de factor de agresión y presión contra la Línea del Frente.

Los especialistas participaron aquí en un seminario que discutió el tema "la colaboración de la RFA con Sudáfrica" y que alertó sobre la incidencia de esos vínculos en favor de la política de desestabilización sudafricana contra los estados vecinos.

Al criticar los planes germanoccidentales de vender submarinos a Sudáfrica, los participantes en el seminario aseguraron que esa cooperación con Pretoria "ampliará aún más el dispositivo belicista naval" de los racistas.

En una intervención especial ante la reunión, Abdul Minty, director de la campaña mundial contra la colaboración militar y nuclear con Sudáfrica, acusó a los estados de la OTAN de impedir la aplicación de sanciones internacionales sobre el régimen racista de Pieter Botha.

EL MUNDO La Hora 11/2/87

01·01

8702758

ARCHIVAR EN: Sudáfrica (13)

TEMA: DANISH TRADE UNION FEDERATION: FINANCIAL SUPPORT FOR THE ANC

PROCEDENCIA: ENLACE Sudáfrica 27/2/87 Doc. 0422/87

ARCHIVADO EN: ENLACE Sudáfrica (35)

01·01 0702822

ARCHIVAR EN: Sudáfrica (13)

TEMA: FIET: Indirectly Supporting Labour UNREST IN South Africa.

PROCEDENCIA: ENLACE Sudáfrica 27/2/87 Doc. 0422/87

ARCHIVADO EN: ENLACE Sudáfrica (35)

01·01 0702823

131

Sudáfrica

# Divisiones entre los "afrikaner"

JOHANNESBURGO. — A dos meses de las elecciones legislativas en Sudáfrica, el 6 de mayo próximo, se acentuaron las divisiones en el seno de la comunidad afrikaner (63% de la población blanca de ese país), recaló el domingo y ayer la prensa sudafricana.

Un viento reformista sacude actualmente la comunidad afrikaner —de origen holandés y francés hugonote—, antes ideológicamente monolítica y alineada sólidamente con el Partido Nacional (NP, en el poder desde 1948).

El descontento reformista amenaza desbordar por la izquierda a un gobierno que debe ya hacer frente al desafío de la extrema derecha, defensora del apartheid y opuesta a las reformas.

Las fuerzas derechistas se manifestaron abiertamente desde el año pasado.

El Día 10/3/87

01·01 8703157

RS

ARCHIVAR EN: Sudafrica (131)

TEMA: THE REVOLUTIONARY ONSLAUGHT ON SOUTH AFRICA.

PROCEDENCIA: ENLACE Sudafricano 20/4/87 DOC. 0564/87

ARCHIVADO EN: ENLACE Sudafricano (135)

01·01

8703202

ARCHIVAR EN: Sudafrica (131)

TEMA: Acusación de Moscú a Pretoria

PROCEDENCIA: LA NACION 4/3/87

ARCHIVADO EN: URSS (026)

8703350

01·01

731

RS

# Sanciones a Sudáfrica, nuevo veto de EE.UU.

Nueva York. (DPA). —Un nuevo intento del bloque de los países no-alineados para imponer sanciones obligatorias contra Sudáfrica fue impedido en el Consejo de Seguridad de la ONU al hacer uso de su derecho a veto los EE.UU. y Gran Bretaña.

De los restantes 15 miembros del Consejo, diez países votaron a favor del proyecto de resolución presentado por Argentina, Zambia, Congo, Ghana y la Federación de Emiratos Arabes. Alemania Federal fue el único miembro no permanente del consejo en votar en contra.

Aunque durante el debate de cuatro días, los representantes de los países occidentales también criticaron al régimen de Pretoria, al mismo tiempo subrayaron su opinión de que un bloqueo económico de la sociedad internacional no es el método adecuado para forzar a Sudáfrica a eliminar la política de apartheid.

De los países occidentales, solamente Italia votó a favor de la resolución.

El delegado norteamericano, Robert Okun, subrayó que EE.UU. no cree que "la ONU debería prescribir a todos sus miembros cual es el proceder apropiado". El delegado alemán federal por su parte señaló que Bonn no quiere recurrir a medidas que puedan poner en peligro el destino de toda la región.

Los partidarios de la resolución, los países no-alineados y el campo socialista coincidieron en destacar que las sanciones eran la única vía pacífica para forzar a Pretoria a eliminar su política racista y mantener la paz internacional.

El proyecto de resolución contenía 19 puntos y era, en opinión de los observadores, el más amplio presentado para su debate ante el consejo.

Al pasarse a la votación, Occidente se vio en postura incómoda, dado que la mayoría de las sanciones ya habían sido aprobadas el año pasado en una u otra forma por la CEE y los Estados Unidos.

PERLO

La Hora 22/2/87

PARTES ILEGIBLE

01·01

8703719

Sudafrica-

131

RS

Dos policías heridos

La Nación 16/3/87

# Sudáfrica: nuevo brote de violencia

PERU

JOHANESBURGO (UPI).— Cuatro atentados diferentes realizados por radicales negros dejaron un saldo de una persona negra muerta y dos policías heridos, dijeron ayer fuentes policiales.

La muerte fue la primera anunciada este mes por la Oficina de Información del gobierno, y hace ascender a 37 las víctimas fatales de la violencia racial en lo que va de año.

La oficina, que pertenece al Departamento de Información del Gobierno, reveló que el hombre negro, no identificado y de unos 20 años, fue apuñalado el sábado por un grupo de unos 40 negros radicales en Chesterville, en los suburbios de Durban.

En su informe diario sobre la violencia racial y política, la oficina informó que el cuerpo del hombre fue empapado de parafina y posteriormente incinerado.

El último asesinato anunciado antes por la oficina había ocurrido el 26 de febrero, cuando radicales dieron muerte a un negro en el pueblo de Kwamakhuta, también situado cerca de la ciudad portuaria de Durban.

**POLICIAS NEGROS ATACADOS**

Oficiales declararon que un policía negro fue herido en el estómago el [illegible] por radicales que dispararon contra una patrulla policial en Sharpeville, un pueblo a unos 80 kilómetros al sur de Johannesburgo.

Un individuo negro fue detenido durante la investigación que siguió al incidente.

En un atentado diferente, otro policía negro fue herido en la oreja por radicales que abrieron fuego contra un grupo policial en Nyanga, municipio cerca de Ciudad del Cabo.

En el cuarto incidente, varios radicales arrojaron una granada contra el domicilio de un policía negro en Kagiso, aproximadamente 30 kilómetros al oeste de Johannesburgo.

Después que la granada hiciera explosión dentro de la residencia, el grupo disparó con armas de fuego, pero no hubo heridos, informó la Oficina de Información.

Los policías negros, considerados por los radicales como los "cipayos" de gobierno de minoría blanca, han sido uno de los principales objetivos de los atentados de los últimos 30 meses de luchas raciales. Por lo menos 55 de ellos han muerto durante estos incidentes.

Unos 2.300 civiles negros han muerto durante los choques, la mitad de ellos en enfrentamientos con la policía, blanco o negro.

01·01

8703910

Sudáfrica

131

# Los "muchachos": ¿el futuro de Sudáfrica?

*"Dios mira hacia Sudáfrica y llora cuando ve cómo algunos de sus hijos tratan a otros... La religión de Cristo es una religión de los pobres, de los marginados, de los que viven en guetos... Pero los otros, los que están en desacuerdo con nosotros, no deben ser asesinados". Obispo Desmond Tutu, Iglesia St. Matthew, Eastrand, Sudáfrica, 1986.*

A fines del año pasado, la Oficina de Información del gobierno sudafricano fue encargada por algún empresario ghanés, para que produjera una canción y un video llamado 'Juntos construiremos un futuro más brillante': algo así como esos comerciales para televisión de Coca-Cola, con el mismo falso multirracismo. La Oficina de Información se convirtió en el hazmerreír de la gente, el productor se guardó 4,3 millones de rands, y parte de ese dinero fue a parar a los músicos profesionales negros que trabajaron en el video.

En el mes de enero, en Johannesburgo, esos mismos músicos dieron una conferencia de prensa para retractarse de su participación y para pedir perdón a la comunidad negra. Dijeron que esto lo hicieron "voluntariamente sin ninguna intimidación", pero la casa de Abigail Kubheka fue recientemente atacada, y la del cantante ciego Steve Kekana fue destruida por una bomba incendiaria.

Todos estos músicos sabían que a largo plazo las alternativas eran o pedir perdón o convertirse en un 'Kentucky'. Esta es la abreviatura para los pollos fritos Kentucky, que es como los 'muchachos' se refieren a las víctimas de las gargantillas.

Los 'muchachos' que controlan efectivamente las municipalidades negras, son cualquiera que tenga entre 8 y 21 años, y el símbolo de su gobierno es la gargantilla. Si la pelea en Sudáfrica se da con todo, culminando con la sangrienta destrucción del régimen del apartheid de aquí a unos 10 o 20 años, el primer gobernante negro de Sudáfrica será probablemente uno de estos muchachos que ahora andan quemando a la gente viva por las calles.

"Los muchachos no saben cómo funciona el cambio", dijo un pastor metodista en Mamelodi, la principal municipalidad negra fuera de Pretoria. "Ellos son muy optimistas. No puedo visualizar lo que ocurrirá. No veo muchas cosas buenas para el futuro".

Por más justificable que sea su ira, si llegan a ser los 'muchachos' los que determinen la vía mediante la cual venga el cambio a Sudáfrica, el futuro será intolerablemente sombrío aun después que la inminente guerra civil alcance su eventual culminación. Ya es así, lo seguirá siendo, el hecho que entre los líderes de los 'muchachos' se encuentran los más eficientes y despiadados asesinos —tanto de negros como de blancos.

Es por ello que es tan importante apoyar las pocas voces moderadas que todavía se hacen oír en Sudáfrica. El obispo Desmond Tutu no es un 'Tío Tom', pero la semana pasada fue a Lusaka, el cuartel general de los exiliados líderes del Congreso Nacional Africano (CNA) en Zambia, y les dijo que ellos y el régimen de Pretoria "están apuntándose mutuamente con pistolas en la cabeza".

Fue a urgirle al CNA a que acabe con su lucha armada y a que negocie una resolución pacífica para la cada vez peor crisis en que vive el país. El presidente del CNA, Oliver Tambo, respondió "que no hemos visto nada nuevo en la situación para justificar un cambio en nuestro compromiso con la lucha armada" —comentario que es ciertamente justo.

Pero no condenó a Tutu por sugerirlo. Los adultos del CNA también temen por el futuro si los 'muchachos' determinan el resultado.

Es igualmente equivocado y derrotista el castigar a los blancos en Sudáfrica que continúan luchando por una transformación pacífica del sistema, por más desposeídos de poder y aislados que parezcan. Y aunque actualmente no tengan poder, las próximas elecciones del 6 de mayo, para blancos solamente, ya han comenzado a ensanchar las divisiones dentro del monolítico poder blanco.

Todo el mundo se da cuenta que puede ser la última elección antes de que se imponga una ley marcial permanente, incluso para blancos, y no solamente los blancos de habla inglesa, sino que también los afrikaaners están rompiendo filas. Muchos están abandonando el Partido Nacional (en el gobierno) por otras organizaciones de supremacía blanca más extremistas, pero muchos otros se van intrépidamente en la dirección contraria —aunque la 'intrepidez' dentro del contexto político sudafricano blanco es, debemos admitir, un concepto relativo.

Cuando Willem de Klerk, editor del importante semanario dominical 'Afrikaans Sunday', renuncia a la política gubernamental, es que el sólido frente del afrikanismo se está resquebrajando. Y cuando 28 importantes académicos de la Universidad Stellenbosch, miembros del alto clero de la intelligentsia afrikaaner, anuncian que abandonan el Partido Nacional porque el gobierno se niega a buscar un acuerdo con los negros, todo el templo está empezando a resquebrajarse.

Estas renuncias fueron hechas el 20 de marzo, después de una enojosa confrontación de tres horas entre los académicos y el presidente P.W. Botha, que es canciller de la universidad. Tal como Sampie Terreblanche, uno de los principales teóricos del partido, dijo en su carta de renuncia: "Me he convencido que el gobierno no tiene la voluntad ni la visión para llevar a cabo reformas apropiadas".

Es difícil ser optimista respecto a Sudáfrica, y es ciertamente necesario mantener las presiones internas y externas sobre el régimen, pero no es necesario ni permisible abandonar las esperanzas de que la razón, la negociación y el compromiso puedan todavía tener éxito logrando los cambios que deben ocurrir.

Hay treinta millones de seres humanos en Sudáfrica, y todos ellos merecen un destino mejor que el que le preparan los 'muchachos'.

**Gwynne Dyer**

El Dia 21/4/87

01·01 8703911

ARCHIVAR EN: Sudafrica (131)

TEMA: Israel dispuso serie de medidas contra el regimen de Sudafrica

PROCEDENCIA: El Dia 17/3/82

ARCHIVADO EN: Israel (041)

01·01

8704356

131 Sudáfrica

El Día

Viernes 15 de mayo de 1987

PÉRU

# El gobierno de Sudáfrica ordenó a dos periodistas que abandonen el país

JOHANNESBURGO. — El gobierno sudafricano ordenó ayer a dos corresponsales británicos de televisión que abandonen el país, decisión que en medios periodísticos se considera enmarcada en una nueva campaña represiva.

Citando a fuentes gubernamentales, los diarios locales dijeron que otras medidas de represión no sólo afectarán a medios noticiosos extranjeros, sino que se extenderán también, a los sindicatos negros, los grupos antisegregatistas, los diarios de izquierda y las universidades.

La campaña represiva era esperada desde que el gobernante Partido Nacional ganó la semana pasada las elecciones en la que votaron blancos con la consigna de imponer la ley y el orden. El presidente P. W. Botha consideró el resultado como un mandato para actuar en contra de la oposición extraparlamentaria.

Michael Buerk, de la British Broadcasting Corporation (BBC), y Peter Sharp, del Noticiero Televisivo Independiente (NTI), deberán abandonar el país cuando expiren sus permisos de trabajo a fin de este mes, dijo el Ministerio del Interior.

Las expulsiones elevaron a nueve la cantidad de periodistas extranjeros deportados desde que Botha impuso el estado de emergencia en todo el país en junio pasado.

El Ministerio del Interior dijo que no se darían a conocer las razones de la decisión. Funcionarios sudafricanos habían reprendido a ambos periodistas el mes pasado, cuando la BBC y la NTI proyectaron filmes de manifestaciones violentas en la Universidad de Ciudad del Cabo, donde la Policía golpeó y disparó perdigones a los estudiantes.

## Sanciones

En Bruselas, los 66 países en desarrollo de África, El Caribe y el Pacífico (ACP) firmantes del Acuerdo de Lome, pidieron ayer a la Comunidad Europea sanciones más efectivas contra el régimen segregacionista de Sudáfrica.

La presidenta del Consejo de Ministros de los países ACP, la primera ministra de Dominica, Eugenia Charles, hizo un llamado a la comunidad europea para que apoye a la oposición negra en Sudáfrica no sólo con palabras, sino también con hechos concretos.

A través del Acuerdo de Lome, los países ACP se encuentran asociados a la Comunidad Europea.

## Preocupación

En Washington el gobierno estadounidense se declaró ayer "profundamente afectado" por las informaciones sobre la voluntad del gobierno sudafricano de acabar con las infracciones de la ley sobre alojamiento separado según las razas.

Subrayando que esa ley constituye uno de los aspectos "más repugnantes" del Apartheid, la vocero del departamento de Estado, Phyllis Oakley, declaró que una decisión de Pretoria de hacerla de nuevo respetar en forma estricta "será un duro golpe contra los que quieren creer en las afirmaciones del gobierno sudafricano", en el sentido de que progresa hacia la abolición del Apartheid.

01-01

8704415

PGRN

131

INTERNACIONAL

# Triunfó el racismo en Sudáfrica: blancos votan pero no los 24 millones de negros

Los votantes blancos se volcaron masivamente a la derecha en las elecciones parlamentarias sudafricanas, sobre lo cual el arzobispo anglicano Desmond Tutu comentó que "ahora tenemos un gobierno de derecha. Creo que hemos regresado a la época oscura en la historia de nuestro país".

Los resultados electorales, conducirán a una mayor polarización entre los cinco millones de blancos que controlan el gobierno y la economía y los 24 millones de negros que carecen de voz y voto en los asuntos nacionales, regionales y cotidianos.

El presidente sudafricano P.W. Botha prometió que tras la reciente victoria obtenida en las recientes elecciones blancas, su Partido Nacional (PN) seguirá adelante con una severa política de seguridad y una reforma gradual del apartheid.

El arzobispo negro y ganador del Premio Nobel, Desmond Tutu y otros dirigentes negros, pronosticaron que habrá una mayor represión de disidentes, así como una intensificada ira entre la población negra.

El resultado final dio al PN de Botha 123 escaños, 22 a los conservadores y 19 al Partido Federal Progresista (PFP). El nuevo Partido Republicano de centro derecha obtuvo una banca y la restante fue ocupada por el Partido Independiente Reformista Wynand Malan.

En su primer comentario público sobre el resultado, Botha dijo que el electorado blanco había dado al gobierno un claro mandato para continuar con sus políticas.

Los simpatizantes de Botha aseguran que el apoyo que recibió su partido, en el poder desde hace 39 años, indica que los votantes brindaron al presidente Pieter Botha el mandato que pretendía para llevar adelante un programa de reformas que no contempla una parte del gobierno para la mayoría negra, ni sectores residenciales integrados ni escuelas de concurrencia racial mixta.

Botha dijo que el mensaje para el mundo exterior decía que era una tontería tratar de imponer cambios a Sudáfrica.

"Los sudafricanos quieren resolver sus propios problemas", dijo.

El Partido Conservador de extrema derecha, obtuvo más del 26% de los votos, ocupando el lugar del liberal PFP como mayor grupo de oposición en la cámara blanca del parlamento.

El principal perdedor fue el Partido Progresista Federal, de tendencia liberal que al recibir 19 bancas perdió ocho y su posición como principal opositor.

El PFP, acérrimo opositor al apartheid, que cuenta con amplio apoyo entre los blancos de habla inglesa, fue el mayor perdedor de la campaña, que se concentró en la ley y el orden y medidas para reprimir los disturbios políticos protagonizados por negros.

"El resultado es un rechazo fundamental de los derechos de los negros", dijo el científico político Robert Schrire. "Los negros creerán que los blancos volvieron la espalda a las reformas y es difícil justificar un cuadro esperanzado para el futuro de Sudáfrica". •

Sudáfrica

Aquí 18572

01·01

8704511

# Sudáfrica:
# El inicio de la época oscura

Desde mediados de este mes de mayo, negros, indios y mestizos que viven en Sudáfrica, en las áreas reservadas a los blancos, han recibido notificaciones del Departamento de Desarrollo Constitucional ordenándoles que las abandonen en menos de tres meses.

Son casi 50 mil los que viven en esas condiciones, casi siempre casados con una persona de color blanca. En 33 millones de habitantes, constituyen una ínfima minoría, pero su presencia aun así, causa escozor, irritación e incita a la intolerancia de los blancos que presumen que la Ley de Áreas de Grupo, piedra angular sobre la que descansa el apartheid, que establece dónde puede vivir cada grupo étnico, puede comenzar a flaquear y fisurarse con esos ejemplos.

Después de las elecciones realizadas el pasado 6 de mayo estos pujos se han vuelto más violentos, más agudos, porque en un complejo contraste, los resultados electorales sacaron a luz el debilitamiento de las fuerzas racistas y sus tensiones internas.

Ese día, 28 millones de negros, mestizos e indios iniciaron una huelga de protesta que duró 48 horas. Entre tanto, de los 3 millones de blancos habilitados, apenas 2 millones concurrieron a votar y la manera como lo hicieron se convirtió en una radiografía de los problemas internos que aquejan a la minoría blanca.

Los cómputos demostraron que hubo casi un 33 por ciento de abstención. Una actitud que en este caso, y en estas circunstancias, no puede explicarse como resultado de la indiferencia o de la apatía, sino como una expresión de disgusto o disconformidad, de protesta y de rechazo al planteo implícito que contenía el llamado a elecciones: levantar el apartheid o profundizarlo más aún. La contrapartida de las dos opciones, tan opuestas, es una sola: la guerra racial. Esta falta de perspectiva, de salida pacífica que todos los partidos participantes de la elección ofrecieron al electorado blanco, es lo que motivó el alto índice de abstención. Y a eso se deben agregar otros 15 mil votos, anulados, que expresaron su repudio a la elección racista.

Con estas premisas se puede advertir que la reiteración del triunfo del partido Nacional, en el poder desde hace 40 años y cuya victoria se daba por descontada, es en realidad una victoria pírrica. Los porcentajes demuestran claramente que es apenas la minoría mayor de una minoría absoluta que pretende dominar al resto de la población practicando la farsa democrática de elecciones con esta característica. Además, comparativamente, esa elección es porcentualmente menor a la que había logrado en otras elecciones.

Pieter W. Botha máximo dirigente del PN sabe bien que su 52 por ciento de respaldo es inferior al 57 por ciento obtenido en las elecciones de 1981. Entiende bien qué quiere decir que en ese país de 33 millones de habitantes donde sólo pueden votar 3 millones, que él haya obtenido apenas un millón de votos, porque eso significa sólo el 28 por ciento de la población blanca a la que se supone representará.

Los resultados obtenidos por los demás partidos confirman esta fractura del electorado blanco de Sudáfrica. El partido Conservador, nacido de una división del partido Nacional en 1982 aumentó su representación parlamentaria pasando de 18 a 22 escaños. Fue el resultado de una práctica clara contra todo intento de reformar el apartheid y de mantener el régimen. Así absorbió lo que perdieron el partido Nacional y el Progresista Federal, que pasó de 27 a 19 bancas. Este colapso del partido que representaba la opinión de las clases medias de los blancos sudafricanos, resalta que éstas se volcaron decididamente a la derecha o que están decepcionadas ante las fórmulas de salida. Por eso, optaron o por la abstención o por el voto a los pequeños partidos como el conviva de la Nueva República —un diputado— o de los independientes liberales, que obtuvo otro diputado.

Si Botha se decide a cumplir con su electorado, redoblará sin duda la gestión represiva en lo interno y las acciones punitivas sobre los países vecinos, exportando así sus problemas. A eso se agrega que la economía ha comenzado a agriarse en la medida que las presiones internacionales le han venido quitando espacio a las transacciones encubiertas que, pese a las prohibiciones morales transnacionales continuaban manteniendo. Ello hace que aquella vieja lucha racial y que afecta también al sector privilegiado que constituyen los de piel blanca. Por eso, no será la fortaleza de la victoria electoral lo que respalde la gestión de Botha, sino su debilidad. Y esa creciente división planteada entre los blancos justifica la reflexión del Premio Nobel de la Paz, Desmond Tutu, arzobispo anglicano en Sudáfrica, cuando luego del resultado electoral afirmó: "hemos entrado en la época oscura de la historia de nuestro país". En otros términos, puede decirse que ésta es el anuncio de los colotazos sangrientos que caracterizarán la agonía en que ha entrado el régimen racista de Sudáfrica.

T. Greco.



8704525

ARCHIVAR EN: Sudeflica (131)

TEMA: Israel Suspende Contratos militares con Sudeflica.

PROCEDENCIA: Clarin 20/3/87

ARCHIVADO EN: Israel (041)

01·01

8704570

/31

13.000 negros sudafricanos inician sexta semana de huelga

PERLA

# Vigilan las estaciones de ferrocarril ante ataques

JOHANNESBURGO, IANSA, EFE y UPI.— El gobierno apostó ayer contingentes de soldados en estaciones de ferrocarril "y otros lugares estratégicos" para evitar la reanudación de los ataques contra líneas férreas durante una huelga de trabajadores negros.

Las tropas fueron apostadas "en varias estaciones y otros lugares estratégicos" en el área metropolitana de Johannesburgo, según dijo el vocero Dirk Beukes de los Servicios de Transporte de Sudáfrica.

El despliegue militar siguió a la decisión tomada el domingo por el gobierno de adoptar medidas severas contra 18.000 transportistas negros al entrar a su sexta semana de huelga en el área metropolitana de Johannesburgo. La semana pasada la huelga degeneró en violencia.

"Las fuerzas de seguridad serán desplegadas en todos los depósitos estratégicos y propiedades de los servicios del transporte", declaró el gerente general de los Servicios de Transporte, Bart Grove.

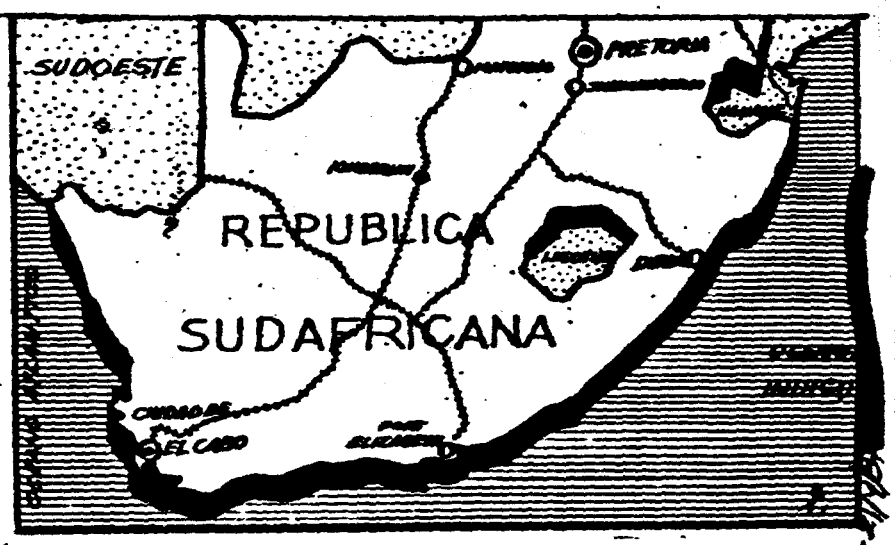
El despliegue militar coincidió con las amenazas oficiales de que los huelguistas podrían ser despedidos a partir de mañana, tras un paro parcial de cuatro días de todos los servicios ferroviarios durante los días de Semana Santa.

Beukes, repitiendo las palabras de Grove, dijo ayer que durante el fin de semana no se realizaron despidos, pero los Servicios de Transporte "no pueden hacer promesas a partir del martes".

"La situación es bastante estable ahora", dijo Beukes. "Sólo mañana sabremos cuál es la situación", cuando se reanuden los servicios suburbanos, especialmente las transitadas líneas entre Johannesburgo y la localidad segregada negra de Soweto, a 16 kilómetros de la ciudad.

Unos 50 vagones han sido destruidos con bombazos desde el comienzo de la huelga el 13 de marzo. El paro lo iniciaron 500 ferroviarios en apoyo de un colega suspendido, y el martes pasado degeneró en violencia. El foco de la huelga se ha convertido en una demanda para que se reconozca oficialmente un sindicato antigubernamental.

Los comentaristas laborales advirtieron que la huelga se está transformando en una prueba de fuerza entre el gobierno y los organizados trabajadores negros.




El mapa muestra las principales estaciones y líneas ferroviarias de la República Sudafricana.

La Razón

Sudáfrica

01·01

8704750

SECRETO

131

ACTOS LLEVADOS A CABO EN R.O.U. EN CONTRA

DEL "APARTHEID" EN SUDAFRICA.-

Montevideo, 1985/1986.-

4987

SECRETO

01-29

8704752

V

La Hora - 4/5/87

# Delegación de Angola viene a Uruguay en mayo

**Una delegación angolana, integrada por los miembros del Comité Central del MPLA - Partido del Trabajo, señores Antonio Jacinto y Manuel Pacavira, arribará a Uruguay para participar en la "Conferencia de solidaridad con los pueblos de Angola y de Africa Austral" organizada por el Comité Uruguayo contra el Apartheid.**

La Conferencia tendrá lugar entre los días 11 y 16 de mayo en el Parque Hotel desde las 18:30 horas y sobre el tema se desarrollará el próximo jueves una reunión de prensa.

**Antonio Jacinto**, es un insigne escritor angolano, precursor, junto al doctor **Antonio Agostinho Neto** – primer presidente de Angola– del movimiento cultural nacionalista surgido en la década del 50. **Manuel Pacavira**, por su parte, es el actual embajador de la República Popular de Angola ante la República de Cuba.



8704752

Alternativa Socialista
7/5/987

Conferencia del Comité Uruguayo contra el Apartheid

# Análisis de la situación de pueblos del Africa

El escritor angolano Antonio Jacinto y el embajador Manuel Pacavira, ambos integrantes del Comité Central del MPLA-Partido del Trabajo, arribarán a Uruguay en los próximos días para participar en la Conferencia de Solidaridad con los Pueblos de Angola y de Africa Austral que se desarrollará en Montevideo del 11 al 12 de mayo.

La Conferencia, organizada por el Comité Uruguayo Contra el Apartheid que sesionará en las instalaciones del Parque Hotel, contará con la participación de diversas personalidades que analizarán la situación a la que se van enfrentando las naciones que soberanas del continente africano.

Antonio Jacinto, 62 años, activo militante del Movimiento Popular para la Liberación de Angola (MPLA), sufrió 16 años de detención en los campos de concentración de Tarrafal de la dictadura portuguesa de Salazar. Tras el triunfo de la revolución angolana, fue director del Centro de Instrucción Revolucionaria, Ministro de Educación, Secretario Nacional de Cultura y presidente de la Comisión de Cuadros del MPLA-Partido del Trabajo. Escritor e intelectual, Jacinto es considerado uno de los principales impulsores de la nueva cultura angolana.

Manuel Pedro Pacavira, 47 años, se integró desde muy joven a las células clandestinas del MPLA. En 1968 se une al líder Agostino Neto en Brazzaville (ex Congo francés), pero al reingresar a Angola es detenido y encarcelado sucesivamente en las prisiones de Bié, el campo de concentración de Missombo, Luanda e Islas de Cabo Verde de donde saldrá recién en 1974, sin haber sido nunca juzgado. Desde 1975 fue Director del Departamento de Organización del MPLA, Director General de Puertos y Ferrocarriles, Ministro de Transporte, Ministro de Agricultura, y actualmente se desempeña como embajador de Angola ante la República de Cuba.



8704752

La Juventud : 10/5/87

*Conferencia de solidaridad con Angola y los pueblos del Africa Austral*

# Uruguay debe romper con el régimen del apartheid

El Comité Uruguayo contra el Apartheid organiza en la semana que comienza una Conferencia de Solidaridad con los pueblos de Angola y Africa Austral. El mismo cuenta con la convocatoria del Ministerio de Relaciones Exteriores y con la participación de representantes del Movimiento Para la Liberación de Angola —Partido del Trabajo, en el gobierno en la República Popular de Angola, del Congreso Nacional Africano, organización que dirige la lucha contra el régimen racista de Pretoria y de la SWAPO, legítima representante del pueblo de Namibia bajo ocupación sudafricana.

"LA JUVENTUD" saluda este acontecimiento y se congratula de que cuente con la participación del Ministerio de Relaciones Exteriores de nuestro país.

Uruguay, a partir de la recuperación de la democracia, ha votado en forma consecuente todas las resoluciones adoptadas en contra del régimen del apartheid en los diferentes foros internacionales que incluyen medidas de boicot contra el gobierno de Sudáfrica: boicot económico, boicot deportivo, boicot cultural, boicot en todos los planos.

Sin embargo, nuestro gobierno ha observado —hasta ahora— una actitud dual en su política frente al régimen de Pretoria. Mientras en el mundo se generaliza el aislamiento diplomático del gobierno sudafricano, aquí debemos soportar la presencia de una representación diplomática de ese verdadero agravio para la humanidad. Mientras el boicot económico es aplicado por todas las naciones democráticas, en Montevideo se comercializa y se propagandea profusamente la venta de monedas de oro sudafricanas. Por otra parte, PLUNA, un Ente del Estado, invitó a una blonda azafata de las líneas aéreas sudafricanas para participar este verano, de un concurso de belleza en Punta del Este. Es cierto, como resultado de ello, el cónsul uruguayo en Sudáfrica fue sancionado, aunque no se ha informado cual fue dicha sanción. PLUNA en cambio, no ha dado ninguna muestra de solidaridad con los millones de sudafricanos oprimidos, ni se ha conocido que el gobierno haya observado a su Directorio por haber incurrido en un acto que atenta contra la política del país en esta materia.

"LA JUVENTUD" entiende que es hora que nuestro gobierno adopte una actitud clara frente a este problema que merece el repudio de la comunidad internacional. Hace ya más de un año reclamábamos desde esta página la ruptura de relaciones diplomáticas con Sudáfrica. No existen justificaciones para continuar una política que le hace mal al país y a los esfuerzos por borrar la triste imágen internacional que la dictadura ofreció del Uruguay.

El reconocimiento oficial de la SWAPO como verdadera representante del pueblo de Africa Sudoccidental (Namibia), la liquidación de todos los vínculos con el régimen racista sudafricano, serán medidas concretas que contribuirán a aumentar la credibilidad de un gobierno que se proclama amigo del progreso y la libertad en el mundo. "LA JUVENTUD" reafirma su compromiso con la lucha de la República Popular de Angola, con la dirección del MPLA —Partido del Trabajo y del conjunto de los países de la línea del frente contra la agresión Sudafricana. Renueva su apoyo al pueblo namibio y a su legítimo representante, la SWAPO, en su combate por la liberación de la dominación de Pretoria. Reitera su solidaridad militante con la ANC que encabeza la resistencia al régimen racista de Sudáfrica y reclama la libertad para su dirigente, Nelson Mandela; ejemplo de dignidad y firmeza revolucionaria.

04 8704752

# guerra, una pesadilla de once años

***tanto las potencias occidentales permitan la existencia del ema del apartheid, la guerra será la constante en el ica Austral, Sudáfrica mantendrá su dominio colonial re Namibia y continuará la agresión contra Angola. Conferencia de Solidaridad con los Pueblos de Angola y ica Austral, que contó con el patrocinio de la Cancillería guaya, recoge la iniciativa angolana en el frente diplomático tiene por objetivo aunar voluntades para inducir a las encias a cumplir las resoluciones de las Naciones Unidas.***

o que modifique la política de Re- Reagan; pueden cobrar mayor fuer- s tendencias dentro de la sociedad norteamericana —incluso dentro del Con- — que se manifiestan por un rompi- to con el régimen de Pretoria. No po- s descartar esa posibilidad; debere- eguir trabajando incansablemente en ntido", afirmó a BRECHA.

n embargo, no surgen por el momen- iales de un cambio tan drástico. La ación del Congreso norteamericano iembre del año pasado, prohibiendo ercambio comercial entre Estados os y Sudáfrica, supuso un trastorno ómico real para el gobierno de Botha. frica tuvo que buscar atajos para ner el flujo de sus exportaciones a los Unidos y ello representa un costo derable: debe "alquilar" testaferros intermediarios cobran sus servicios; da a efectuar todas sus transacciones diante triangulación, Pretoria ofre- s productos a precios ventajosos para ue sepan los introduzcan en el merca- rteamericano. Pero el flujo no se ha mpido y la industria manufactu- la industria del armamento la pe- a no entraron en colapso, como se sinaba. Consiguientemente, la actitud ota de Sudáfrica no se ha modifica- s tropas de ocupación en Namibia n hostigando a las fuerzas angolanas ún el propio embajador Pacavira, los rativos en los territorios angolanos ndos indican un inminente recrudeci- nto de las acciones.

ultáneamente, el gobierno de Esta- Unidos parece incrementar la ayuda erta que presta a las bandas con- volucionarias de la Unitas, encabe- por Jonás Savimbi, un "guerrille- la libertad"

imbi, que —según el embajador Pa- —, ha quedado totalmente reducido capacidad de iniciativa, incluso en as antes consideradas "intocables" o a ciertas influencias étnicas, se para sus acciones de sabotajes en el do que le brinda el Ejército sudafri- desde las áreas ocupadas. Como op- de la estrategia norteamericana (que de reproducir en el Africa Austral eta que se aplica con los "contras" aragua), la Unitas representa ncaso, en la opinión del Embajador no. "Los sabotajes que ocasionan icios a la economía de mi país son se realizan comandos sudafricanos", "No obstante, manejamos informa- de que Estados Unidos ha incremen- la ayuda encubierta, y de que recien- te se habría implementado un pacto so con asesores de empresas instala- n naciones del Caribe, para el perfec- le los bandidos contrarrevoluciona- También se ha confirmado que los rrevolucionarios de Savimbi han co- ado a operar en las provincias del , infiltrándose a través de la frontera aire.

## *La opción de hierro*

principal enemigo de Angola sigue iendo Sudáfrica. "Si Estados Uni- se resolviese a aplicar las resoluciones Naciones Unidas —insiste Pacavira— nitas dejaría de ser un problema. ras los 20.000 efectivos sudafrica- siguen ocupando territorio angolano, uerra continuará presente. Angola te en la posición de buscar una ión pacífica pero no puede renun-

PACAVIRA: la amenaza de la defensa

FOTOGRAFIA DE SENGO PEREZ

ciar a sus principios y aceptar las pretensiones sudafricanas".

El gobierno de Pretoria pone dos condiciones para una supuesta retirada de sus tropas, condiciones que se asemejan a un pretexto para mantener la ocupación. Ellas son: primera, que el Gobierno de Angola suspenda el apoyo político y logístico al SWAPO (la organización que representa al pueblo de Namibia) y al ANC (Congreso Nacional Africano, la organización que representa los intereses de las mayorías negras sujetas a la discriminación racial en Sudáfrica). Ambas organizaciones han sido reconocidas por las Naciones Unidas como los verdaderos representantes de sus pueblos.

La segunda condición es que las tropas cubanas se retiren de Angola. "Pretensión inadmisible —dice Pacavira— porque supondría renunciar a tomar nuestras propias decisiones".

La presencia de las tropas cubanas —actualmente unos 15.000 efectivos— fue solicitada por el gobierno de Luanda ante la agresión sudafricana. "Fue una decisión libre de nuestro Gobierno, y gracias a ese apoyo pudimos resistir la agresión", afirma Pacavira. "En una primera etapa, las tropas cubanas participaron directamente en los combates en la frontera. Hoy, las unidades angolanas mantienen la defensa en el frente y los combatientes cubanos permanecen en la retaguardia, en una posición de defensa ante una posible invasión en profundidad por parte de Sudáfrica".

El eje del conflicto del Africa Austral es Namibia, la rica región sudoccidental africana sobre la que se abate la doble condición característica del régimen de Pretoria: el colonialismo y el racismo. Para Angola, la independencia de Namibia es la premisa de su paz interna y su estabilidad. La agresión sudafricana estará presente en tanto sus ejércitos sigan imponiendo su dominación. "Las pretensiones sudafricanas respecto de la política de mi Gobierno —explica Pacavira— son en realidad un pretexto para sostener el dominio colonial sobre Namibia. Nuestra alternativa es una política de flexibilidad: mantenemos nuestra voluntad política para encontrar una salida pacífica del conflicto. Si las potencias occidentales adoptaran una actitud más realista sobre el apartheid, sin tener en cuenta los intereses económicos que podrían ser afectados transitoriamente, y sin motivaciones de orden racial, yo creo que solucionaría la paz".

La guerra, por tanto, en la óptica angolana, no es la solución. Sin embargo, esa opción forzada consume casi el 30 por ciento del presupuesto nacional. Angola pudo soportar estos once años de agresión gracias a los recursos del petróleo y los diamantes, pero la economía quedó distorsionada, porque esas dos áreas de producción aportan el 95 por ciento del ingreso por exportaciones, en un país donde el 75 por ciento de sus nueve millones de habitantes dependen de la agricultura, y el cultivo representa el 45 por ciento del producto bruto interno.

Como consecuencia de la guerra, la producción agrícola disminuyó considerablemente desde la independencia, lo que trajo aparejado un doble problema: por un lado, el déficit alimentario de una población que crece exponencialmente, por otro, la agudización de la situación en un sector social que fue la base de la lucha de liberación y que sigue siendo la base del proceso revolucionario.

Los dirigentes angolanos identifican varias causas para explicar el deterioro en el medio rural: desde los sabotajes de la contrarrevolución, la desorganización de los sistemas de producción y comercialización ante la huida de los colonos y el exceso de burocracia en los períodos iniciales, hasta la lentitud para el reasentamiento de los pobladores, entre otras. Las soluciones económicas y políticas para el sector agrícola constituyen el mayor desafío para el MPLA; y mientras no se concreten dos soluciones, mientras no se aumente la producción de alimentos, será imposible ganar la guerra, porque la satisfacción de esas necesidades y la alimentación de las fuerzas que luchan (sobre todo el ejército popular), es condición necesaria para la participación en el esfuerzo masivo de la construcción del socialismo. Sin embargo, la contradicción se hace evidente: la guerra distrae los esfuerzos que deberían volcarse a la solución de los problemas sociales.

## *El frente diplomático*

Si bien puede ser discutible en qué medida los esfuerzos en el frente diplomático pueden obtener resultados concretos con el objetivo de modificar la actitud de las potencias occidentales respecto del apartheid, la ofensiva de Angola ante los gobiernos del Tercer Mundo está arrojando resultados.

El embajador Pacavira —que llegó la semana pasada a Montevideo para participar en una Conferencia de Solidaridad con los pueblos de Angola y Africa Austral patrocinada por la Cancillería— mantuvo significativos contactos con el ministro Iglesias. En esos contactos se habría avanzado firmemente hacia el establecimiento de relaciones diplomáticas y habría sido acordada la apertura de sedes a nivel de Embajada en ambas capitales.

La postura uruguaya deriva de una situación de hecho. Además de que Uruguay, a partir de 1985, ha acompañado en las Naciones Unidas casi todas las resoluciones referidas al apartheid y al derecho de autodeterminación del pueblo de Namibia, y en tanto el gobierno de Angola no condiciona las relaciones diplomáticas al rompimiento con el Gobierno de Sudáfrica (una medida que, por otro lado, sería coherente con las declaraciones asumidas por Uruguay), la instalación de Embajadas es la consecuencia lógica de un intercambio comercial que se ha incrementado en los últimos años. Las estadísticas revelan que mientras el volumen global de las transacciones con Sudáfrica decrecen, el año pasado Angola se convirtió en el cuarto comprador en importancia de las carnes uruguayas.

Este intercambio podría aumentar aun más si se materializa el interés manifestado por el embajador Pacavira por "una tipo de [illegible] especial; ¿[illegible]?".

BRIGADA INTERNACIONALISTA URUGUAYA EN ANGOLA

# Cuando se habla de internacionalismo, también hay que pensar en el pan

*La dictadura arrojó a todos los confines del planeta a miles de compatriotas. El objetivo, parafraseando a Benedetti, fue que la patria los olvidara y ellos a la patria. Como en tantas otras cosas, fracasaron. Pero además, el exilio produjo en grandes porcentajes hombres y mujeres, adolescentes y niños que conciben como propia la generosa tierra que los acogió. En la Conferencia de Solidaridad con los Pueblos de Angola y Africa Austral se destacó la presencia de un núcleo importante de compatriotas quienes aportaron por años sus energías intelectuales y físicas a la construcción de la nueva realidad en la tierra de Agostinho Neto. En un intervalo de la primera sesión, José Luis Ferreira, integrante de la Brigada Internacionalista Uruguaya en Angola entre 1983 y 1986 nos refirió algunos aspectos de su experiencia.*

**¿COMO se produce el primer contacto con Angola?**

Con motivo de la iniciativa ... de organizar en su país ... "Jornadas Afroamericanas de Solidaridad con Uruguay, contra el racismo y el fascismo" me trasladé a Luanda para participar en los trabajos del comité organizador. Fueron circunstancias muy especiales pues poco antes de mi arribo se había producido la muerte del presidente A. Neto víctima de una cruel enfermedad en un hospital moscovita. Dos aspectos me llamaron poderosamente la atención, uno, el sentimiento de solidaridad, de fraternidad, de amistad verdadera. La prueba de esto fue la disposición de organizar un evento solidario en momentos en que aún no se había roto el inmovilismo político uruguayo y en un país destrozado por la guerra, las invasiones sudafricanas y zairotas, y también un país al borde del colapso económico debido a la fuga de más de 400.000 portugueses. En segundo término, el dolor desgarrante, un dolor solo definible como africano debido esencialmente a sus formas de manifestación. La congoja y la angustia, hasta diríamos la desesperación de las multitudes, que por la desaparición horas antes del PAI NETO (Padre Neto) expresaba los sentimientos profundos de la población hacia su líder. El prestigio, el peso como figura nacional de Agostinho Neto excedía los límites del MPLA-PT. Se puede decir que Angola era Neto y Neto era Angola. El traslado del cuerpo del Presidente, desde el aeropuerto hasta el lugar del ... y su posterior sepelio dio lugar a las más gigantesca manifestación popular en la historia de la Angola independiente. Y todo esto ocurrió en un país que organizativamente se encontraba en un estadio similar a nuestro Uruguay en la época de la Guerra Grande.

**¿Y luego volviste para radicarte?**

No. Realicé un segundo viaje a Luanda en ocasión del I Congreso de la Juventud del M.P.L.A.-P.T., en el año 1981. En el escaso lapso de veinticuatro meses se habían procesado avances evidentes. Fundamentalmente en la consolidación de los órganos de poder y en el desarrollo del trabajo hacia sectores específicos de la sociedad: hacia la juventud, las mujeres, los trabajadores, etc.

La consigna central del evento "Defensa y Producción" refería a las necesidades mas apremiantes del país. Defensa, pues el imperialismo sudafricano había reflotado en 1980 a los "bandos tantoches" de la UNITA y la armada racista arreciaba en sus agresiones. Producción, debido a las necesidades crecientes provocadas por los daños de la guerra y por evacuación masiva de poblaciones enteras. En resumen, a pesar de la gravedad de todos los problemas, me fui con una visión alentadora.

**¿Cuándo se produce tu radicación en el país?**

En 1983, como resultado de un contrato de trabajo como Asesor del Ministerio de Comercio Exterior".

**¿Había otros núcleos de familias uruguayas residiendo en Angola?**

Varios y alguno con muchos hijos. Inclusive hubo un casamiento entre un compañero uruguayo y una angolana que tuvieron una hija.

**En conjunto, ¿cuántos compatriotas conformaban la brigada?**

En ningún momento superamos la cifra de 30 compañeros. En la brigada hubo quienes vivieron permanentemente en Angola desde 1977 hasta el 84 u 85, pero también quienes lo hicieron por 2 o 3 años. Aún ahora trabajan allá miembros de la brigada.

**¿Cómo se procesaron las relaciones con la población local, con los vecinos, con los compañeros de trabajo?**

Un primer elemento a destacar es la inexistencia de racismo, de agresividad del angolano hacia el extranjero blanco. En segundo término, como uruguayos teníamos un gran prestigio, debido fundamentalmente al trabajo realizado por los que podríamos llamar "viejos" de la brigada, es decir compañeros que hacía muchos años se encontraban en Angola. La labor de hombres como el Dr. G. Fernandes, de mujeres tal el caso de la Ing. Química B. Sienra, del médico y profesor F. Rama, del docente R. Catenaccio o del panadero Cacho Pizzani significaban una prestigiosa, digamos, carta de presentación.

**¿Todos los uruguayos desarrollaron su labor en la capital?**

Fundamentalmente así fue, entendiéndolo como el lugar de residencia permanente. Hubo compañeros que por las características de su trabajo vivieron por escasos períodos en el interior. El Prof. R. Catenaccio fue la excepción. Trabajó durante 5 años en la ciudad de Lubango, ubicada en el centro sur del país. Es una pequeña urbe con 10.000 habitantes. Allí participó activamente en la creación de la Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales. Esta ciudad es conocida internacionalmente pues es blanco predilecto de la aviación sudafricana en cada una de sus incursiones.

**¿Cuáles fueron los motivos que llevaron a tantos uruguayos a una realidad tan diferente?**

En primer lugar, y es ha... obvio decirlo, la coyuntura ... país obligó a exiliarse a miles ... compatriotas, la mayoría de ell... con una voluntad de constru... de participar, de conocer otr... experiencias, máxime tratándo... de gestas de la envergadura ... la angolana. Es en este ámbito ... que hay que entender nuest... presencia. Ayudar a form... cuadros, a participar en la con... trucción de, por ejemplo, estru... turas educativas, de sus plan... de estudio. A dictar clases, ate... der enfermos. Y también a r... parar motores, e laborar ... aparatos del Estado, como ... mi caso.

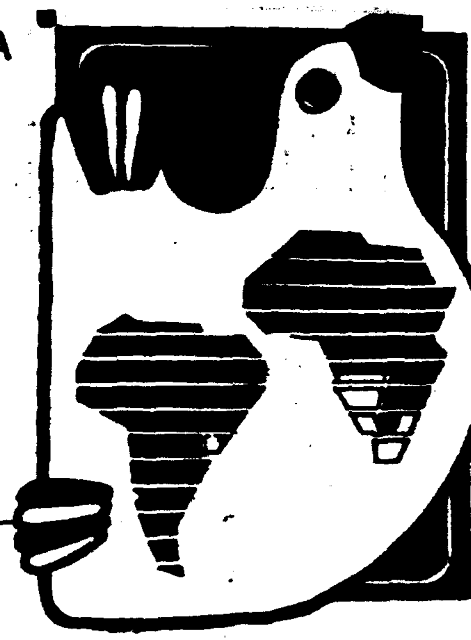
**Hace un momento te referi... te a un panadero, Cacho Pi... zani, y actualmente un seccion... del Partido lleva su nombr... ¿Qué papel jugó en las con... diciones angolanas?**

Cacho Pizzani, quien fa... lleciera poco tiempo antes d... retorno, en octubre de 1984, e... un uruguayo de esos típicos, u... mil oficios. Pero fundamenta... mente era panadero. Para no... sotros, el pan es un artículo nor... mal, cotidiano. Lo anormal es s... no existencia. Pero en un país e... guerra, en un país como Angol... el pan se transformaba casi e... un artículo de lujo. Y un hombr... que haga pan tiene un valor mu... grande... El Cacho, se pued... decir, se transformó en ... "panadero de Luanda". El, con ... o 5 jóvenes angolanos elaborab... el pan que consumía la Cola... boración Civil cubana, que er... mucha, hacía pan para todos lo... hoteles de la capital, para lo... hospitales y escuelas que fun... cionaban en régimen de inter... nado. Era el hombre que hací... más pan en Luanda. Para él... vida todo el día en la panadería, ... 16, 17 horas diaria... Su labor se desarrolló en un... período muy especial, donde est... tipo de actividades tenía impor... tancia trascendental. Imagína... te la situación: una panadería moderna heredada de los co... lonialistas, jóvenes dispuestos a trabajar, pero ninguno sabía hacer pan. Cacho, hizo pan y formó panaderos. Con su actividad contribuyó al conocimiento de nuestro país a todos los niveles de la población de la capital, y ayudó al prestigio de la brigada, especialmente en los primeros años.

Claro, muchas veces, cuando se habla de internacionalismo, nadie piensa en un panadero. Suena extraño apuntar como contribución de los comunistas uruguayos a la revolución angolana, también el aporte de un panadero, pero hay que entender el valor que el pan tenía en aquellos momentos. Hasta 1981 se desempeñó en esa actividad, luego concentró su trabajo como jefe de la panadería de un hotel.

El ejemplo del Cacho Pizzani, camarada que vivió 9 años de exilio, 7 de ellos en Angola, destaca una cara más del internacionalismo, la del hombre común, de uno más dentro de la masa de afiliados que supo contribuir ... aportar significativamente a ... revolución, desde su trinche... especial: levando diariamente ... masa del pan que consumía... miles, quizás decenas de mile... sin conocer cansancios o renun... cios.

Daniel Mañana



PARQUE HOTEL

## Solidaridad con el Africa Austral

Convocado por el Comité Uruguayo Contra el APARTHEID se desarrolló entre los días 11 y 12 de mayo la CONFERENCIA DE SOLIDARIDAD CON LOS PUEBLOS DE ANGOLA Y AFRICA AUSTRAL.

La presencia de una nutrida delegación de la República Popular de Angola, presidida por el Lic. Manuel P. Pacavira, embajador plenipotenciario de su país ante la R. de Cuba, así como la participación del representante personal del canciller, Emb. Mateo Márquez Seré, y de personalidades de la diplomacia, políticas, sindicales, hombres de la cultura y las iglesias brindó la oportunidad de conocer en profundidad la dramática realidad de la subregión, transformándose asimismo en un importante foro de denuncia y solidaridad.

En la sesión inaugural hicieron uso de la palabra el Dr. A. Gelsi Bidart, decano de la Fac. de Derecho y presidente de la Conferencia, la Ing. Química B. Sienra en nombre del Comité organizador, y el licenciado M.P. Pacavira, embajador angolano en Cuba.

En la jornada final hablaron: el representante de la comunidad negra uruguaya, J. Olivera, el Arq. J. M. Tarabal (U. Cívica), J. P. Croce (P. Nacional), Arq. M. Arana (F. Amplio), P. Dabezies (Igl. Católica), Pastora H. Vence (Igl. Metodista) y R. Remo Bissio (Cuadernos del Tercer Mundo).

La condena al régimen del apartheid, la denuncia de los vínculos estrechos entre las dictaduras uruguaya, argentina y Sudafricana, así como el compromiso de redoblar los esfuerzos solidarios fueron la tónica característica de todas las intervenciones.

Clausuró el evento la Ing. Química B. Sienra quien reclamó en nombre del Comité Uruguayo Contra el Apartheid y de los participantes en la Conferencia, la inmediata ruptura de relaciones diplomáticas de nuestro país con la República de Africa del Sur.

8704752

# De la reina Jinja a la Angola popular

*Vocero de la R.P. de Angola, embajador en Cuba, miembro del CC del MPLA-P. del Trabajo, M.P. Pacavira nos habla de los tres siglos de combate contra el colonialismo, de la lucha clandestina que lo sumiera en prisión, del carácter de la UNITA, de la ayuda internacionalista de Cuba y otros pueblos.*

**Hoy embajador en Cuba, cuando se organizó el MPLA, Ud. fue un luchador por la independencia y hombre de la clandestinidad. ¿Cómo fue que cayó preso?**

El trabajo semilegal y clandestino se dificultó mucho cuando en 1957 se instaló la PIDE, la policía política portuguesa, en Luanda. La represión y la cárcel fueron las características del período. Para la llegada de Agostinho Neto en 1959 significó un impulso singular en la lucha; entonces se conformó la dirección y se instrumentó el contacto con los compañeros en el exterior como Lara, de Andrade, da Cruz y otros. Fui designado para esas tareas y me encontré con ellos en Brazzaville, donde trabajamos por varias semanas, armando una estructura para el trabajo internacional. La salida había sido clandestina y al regresar, como resultado de errores involuntarios de algunos compañeros, fui detenido. Desde 1959 hasta los días luminosos de abril de 1975 permanecí en las cárceles coloniales.

**¿Qué significado tuvo para ustedes el 25 de abril?**

Para mí, y para los demás prisioneros políticos fue la puerta abierta de las cárceles. Pero fue el comienzo de una nueva etapa, difícil, pues sabíamos que ni los portugueses, ni los sudafricanos ni el imperialismo internacional aceptarían así como así la independencia de nuestro país. Angola fue la primera colonia africana de Portugal en alcanzar la independencia. El regreso de Lara y más tarde de Neto permitió la reorganización del movimiento en las nuevas condiciones. Se reforzó el trabajo en las masas campesinas y en las ciudades, creando los instrumentos para enfrentar la segunda guerra de liberación.

**Que tal vez fue más dura que la primera.**

Desde 1974 hasta 1976 los combates fueron innumerables y en diversos frentes. El precio en vidas y en daños materiales fue muy elevado. El FNLA, la UNITA, los sudafricanos, los mercenarios de todo calibre, se unieron contra el MPLA. Los derrotamos por el heroísmo de nuestro pueblo y por la amplia solidaridad internacional.

**Aún así, la persistencia de la UNITA le crea serios problemas a Angola.**

Está probado el apoyo material y político que brindan los sudafricanos a estas bandas. Se entrenan con especialistas blancos en Namibia, se refugian allí cuando se baten en retirada, los helicópteros sudafricanos los abastecen en medio de la selva. Algunas trasnacionales les brindan apoyo, los reciben en EE.UU., en la RFA, en Portugal y otros lugares. Son frecuentes los encuentros entre Savimbi y los ex propietarios de grandes haciendas, de miembros de la PIDE.

**¿Influyen los problemas étnicos, como en otros países de África?**

No. Desde su fundación el MPLA se propuso no tolerar ninguna forma de discriminación, ya fuera entre los nacionales como entre éstos y los extranjeros. Fue planteo teórico y práctico consciente. Por ello hoy podemos afirmar, con hechos sobre la mesa, que no existen en el país diferencias o roces motivados en problemas étnicos. Por ejemplo, Paulo Jorge, mulato y ovimbundu, gobierna la provincia de Cuanza Norte, habitada mayoritariamente por los quimbundus. Lo mismo ocurre con Lopo do Nascimento y otros gobernadores provinciales. Los dirigentes de todo nivel lo son por sus cualidades, por su trabajo, no por su origen étnico; no hay en el país problemas raciales o étnicos.

**Entonces la UNITA...**

...Savimbi y la UNITA representan un conflicto de clase, no un enfrentamiento étnico. Savimbi ha dicho con todo descaro, que, de llegar al gobierno, desnacionalizará todos los sectores de la economía nacional que han pasado a estar al servicio de nuestro pueblo. Las bandas de la UNITA representan a los grandes intereses de los monopolios, especialmente yanquis, que desean explotar nuestros minerales, nuestro café, las riquezas nacionales.

**¿Qué nos puede decir de la presencia militar cubana en Angola?**

El gobierno angolano tiene el derecho de solicitar la ayuda de quien entienda conveniente para garantizar su independencia ante la agresión sudafricana. Hace tiempo sostuvimos conversaciones con funcionarios sudafricanos; nos dijeron que estaban dispuestos a iniciar la discusión de la independencia de Namibia cuando retiráramos las tropas que teníamos localizadas en la frontera sur. Y nuestro gobierno, que quiere la paz, accedió. Pasaron casi tres meses, ¿y qué ocurrió? Que Sudáfrica invadió y ocupó nuevamente nuestro territorio y hasta ahora sigue ocupándolo.

**Si con razón, el gobierno de Angola no confía entonces en las promesas sudafricanas, ¿qué salida puede haber?**

Necesitamos la garantía de que Sudáfrica no nos ataque. Y esa garantía es una sola: la independencia de Namibia. Porque no tenemos fronteras con Sudáfrica, y sí las tenemos con la actual colonia sudafricana de Namibia. Al ser independiente Namibia y al cesar la ayuda a las bandas fantoches de la UNITA, podrán retirarse progresivamente las fuerzas cubanas.

**Pero a la vez, Pretoria condiciona la independencia de Namibia a la retirada cubana.**

Sudáfrica ocupa Namibia desde el fin de la primera guerra mundial y entonces no había tropas cubanas. Cuando las Naciones Unidas proclaman el principio de la descolonización, no había tropas cubanas y Namibia continuó siendo colonia. Al proclamarse nuestra independencia el 11 de noviembre de 1975, una parte importante de nuestro suelo ya se encontraba ocupado por las tropas del régimen racista y todavía no había tropas cubanas. Entonces nuestro presidente, A. Neto, efectuó un llamamiento a la comunidad internacional solicitando ayuda para expulsar a los invasores. Y muchos círculos políticos olvidan ahora que nuestro reclamo fue sí, escuchado en forma generosa por Cuba, pero no solo por Cuba. En mi país combatieron y murieron soldados de Guinea Bissau, de Guinea Conakry, de Mozambique. Nigeria envió armas y dinero, los países escandinavos efectuaron contribuciones materiales. Jóvenes portugueses que se encontraban en las filas del antiguo ejército colonial se alistaron en las filas del FAPLA. Las armas soviéticas fueron esenciales para detener la ofensiva sudafricana y obligarlos a retroceder. Recuerden que los invasores se encontraban a solo 15 kilómetros de Luanda, disponiendo de un armamento sumamente sofisticado. Pero nosotros, quinientos años bajo un régimen colonial, con un índice de analfabetismo superior al 80%, no estábamos en condiciones de usarlo. Necesitábamos ingenieros, técnicos, en fin, personal altamente calificado. Los cubanos nos brindaron esa ayuda.

**Ayuda que no solo ha sido militar.**

Es bien conocida la ayuda multifacética que nos han brindado y nos brindan en todo el proceso de reconstrucción nacional. Nuestro pueblo la valora enormemente, así como valora y recuerda con cariño el aporte de las brigadas de colaboradores internacionalistas provenientes de la Unión Soviética, de la RDA, de Yugoslavia, de Uruguay.

**También son estrechas las relaciones con Brasil, ¿no es así?**

Desde principios del siglo los brasileños estuvieron a favor de la independencia de Angola. Y cuando se proclamó, Brasil jugó un papel muy importante, reconociendo de inmediato al gobierno del MPLA. Desde entonces tenemos las mejores relaciones en todos los dominios: comercial, económico, en la transferencia de tecnología, en los planos educativo y cultural.

**Quisiera hacerle, para terminar, dos preguntas: ¿Cómo son las relaciones entre el MPLA y el Partido Comunista de Portugal?**

Siempre fueron muy buenas, incluso en las difíciles condiciones de la dictadura salazarista. El PCP, al igual que el MPLA, se encontraba luchando en la clandestinidad. Varios de sus principales dirigentes, Cunhal por ejemplo, se encontraban detenidos. El PCP fue la primera fuerza lusitana en pronunciarse por el derecho a la independencia de nuestro pueblo. Las relaciones fueron y son muy, pero muy buenas.

**Y la última: ¿qué reflexión merece la interacción del movimiento de liberación nacional con el 25 de abril de 1974?**

Nosotros podemos decir que la lucha en Portugal de las fuerzas progresistas y democráticas contribuyó fuertemente a allanar el proceso para la independencia de las colonias africanas. Al mismo tiempo, podemos afirmar, sin equivocarnos, que la lucha de los movimientos de liberación nacional, MPLA, FRELIMO, PAIGC, contribuyó fuertemente a acelerar la lucha de los portugueses por la democracia, contra el fascismo.

## MPLA

**¿Cómo se formó el MPLA?**

Como toda creación auténticamente popular, su origen se enraíza en la mejor historia de nuestro pueblo. La gesta que por 30 años comandara la reina Jinja en el siglo XVII uniendo a todas las etnias en la lucha contra el colonialismo, es el primer pilar. La resistencia a lo largo de los siglos, militar, cultural, en todos los planos, fue creando las condiciones para el surgimiento de los instrumentos de la liberación.

En la época de la Conferencia de Bandung surgen el Partido de la Lucha Unida de los Africanos y el Partido Comunista de Angola. Poco tiempo después, y en el marco de una sociedad en ebullición, irrumpen, con mayor o menor fuerza, distintos agrupamientos: el Movimiento por la Independencia Nacional, el Movimiento de Liberación de Angola, y por 1957, a instancias de militantes vinculados al Partido Comunista, el Movimiento de Liberación Nacional.

Agostinho Neto, da Cruz, Jacinto y otros, comprenden la necesidad de una entidad política [illegible] en su seno a todos los patriotas y a su creación dedican sus esfuerzos. En 1956 se alcanza el objetivo, fundándose el MPLA, con características netamente anticolonialistas y progresistas.

8704752

# De la reina Jinja a la Angola popular

*Vocero de la R.P. de Angola, embajador en Cuba, miembro del CC del MPLA-P. del Trabajo, M.P. Pacavira nos habla de los tres siglos de combate contra el colonialismo, de la lucha clandestina que lo sumiera en prisión, del carácter de la UNITA, de la ayuda internacionalista de Cuba y otros pueblos.*

**Hoy embajador en Cuba, cuando se constituyó el MPLA, Ud. era un luchador por la independencia y hombre de la clandestinidad. ¿Cómo fue que cayó preso?**

El trabajo semilegal y clandestino se dificultó mucho cuando en 1957 se instaló la PIDE, la policía política portuguesa, en Luanda. La represión y la cárcel fueron las características del período. Para la llegada de Agostinho Neto en 1959 significó un impulso singular en la lucha; en Lisboa se conformó la dirección y se instrumentó el contacto con los compañeros en el exterior como Lara, de Andrade, da Cruz y otros. Fui designado para esa área y me encontré con ellos en Brazzaville, donde trabajamos por varias semanas, armando la estructura para el trabajo internacional. La salida había sido clandestina y al regresar, como resultado de errores involuntarios de algunos compañeros, fui detenido. Desde el 59 hasta los días luminosos de abril de 1975 permanecí en las cárceles coloniales.

**¿Qué significado tuvo para todos el 25 de abril?**

Para mí y para los demás prisioneros políticos fue la puerta abierta de las cárceles. Pero fue el comienzo de una nueva etapa, difícil, pues sabíamos que ni los portugueses, ni los sudafricanos ni el imperialismo internacional aceptarían así como así la independencia de nuestro país. Angola fue la última colonia que Portugal en alcanzar su independencia. El regreso de Neto y más tarde de Neto permitió la reorganización del movimiento en las nuevas condiciones. Se reforzó el trabajo en las masas campesinas y en las ciudades, creando los instrumentos para enfrentar la segunda guerra de liberación.

**Que tal vez fue más dura que la primera.**

Desde 1974 hasta 1976 los combates fueron innumerables y en diversos frentes. El precio en vidas y en cuantiosos materiales fue muy elevado. El FNLA, la UNITA, los sudafricanos, los mercenarios de todo calibre, se unieron contra el MPLA. Los derrotamos por el heroísmo de nuestro pueblo y gracias a la amplia solidaridad internacional.

**Aún así la persistencia de la UNITA le crea serios problemas a Angola.**

Está probado el apoyo material y político que brindan los sudafricanos a estas bandas. Entrenadas con especialistas yanquis en Namibia, se refugian cuando se baten en retirada, los helicópteros sudafricanos los rescatan en medio de la selva. Empresas trasnacionales les hacen aporte, los reciben en EE.UU., en la RFA, en Portugal y en otros lugares. Son frecuentes los encuentros entre Savimbi y los grandes propietarios de grandes haciendas, de miembros de la ex PIDE.

**¿Influyen los problemas étnicos, como en otros países de África?**

No. Desde su fundación el MPLA se propuso no tolerar ninguna forma de discriminación, ya fuera entre los nacionales como entre éstos y los extranjeros. Fue planteo teórico y práctico consciente. Por ello hoy podemos afirmar, con hechos sobre la mesa, que no existen en el país diferencias o roces motivados en problemas étnicos. Por ejemplo, Paulo Jorge, mulato y ovimbundu, gobierna la provincia de Cuanza Norte, habitada mayoritariamente por los quimbundus. Lo mismo ocurre con Lopo do Nascimento y otros gobernadores provinciales. Los dirigentes de todo nivel lo son por sus cualidades, por su trabajo, no por su origen étnico; no hay en el país problemas raciales o étnicos.

**Entonces la UNITA...**

...Savimbi y la UNITA representan un conflicto de clase, no un enfrentamiento étnico. Savimbi ha dicho con todo descaro, que, de llegar al gobierno, desnacionalizará todos los sectores de la economía nacional que han pasado a estar al servicio de nuestro pueblo. Las bandas de la UNITA representan a los grandes intereses de los monopolios, especialmente yanquis, que desean explotar nuestros minerales, nuestro café, las riquezas nacionales.

**¿Qué nos puede decir de la presencia militar cubana en Angola?**

El gobierno angolano tiene el derecho de solicitar la ayuda de quien entienda conveniente para garantizar su independencia ante la agresión sudafricana. Hace tiempo sostuvimos conversaciones con funcionarios sudafricanos; nos dijeron que estaban dispuestos a iniciar la discusión de la independencia de Namibia cuando retiráramos las tropas que teníamos localizadas en la frontera sur. Y nuestro gobierno, que quiere la paz, accedió. Pasaron casi tres meses, ¿y qué ocurrió? Que Sudáfrica invadió y ocupó nuevamente nuestro territorio y hasta ahora sigue ocupándolo.

**Si con razón, el gobierno de Angola no confía entonces en las promesas sudafricanas, ¿qué salida puede haber?**

Necesitamos la garantía de que Sudáfrica no nos ataque. Y esa garantía es una sola: la independencia de Namibia. Porque no tenemos fronteras con Sudáfrica, y sí las tenemos con la actual colonia sudafricana de Namibia. Al ser independiente Namibia y al cesar la ayuda a las bandas fantoches de la UNITA, podrán retirarse progresivamente las fuerzas cubanas.

**Pero a la vez, Pretoria condiciona la independencia de Namibia a la retirada cubana.**

Sudáfrica ocupa Namibia desde el fin de la primera guerra mundial y entonces no había tropas cubanas. Cuando las Naciones Unidas proclaman el principio de la descolonización, no había tropas cubanas y Namibia continuó siendo colonia. Al proclamarse nuestra independencia el 11 de noviembre de 1975, una parte importante de nuestro suelo ya se encontraba ocupado por las tropas del régimen racista y todavía no había tropas cubanas. Entonces nuestro presidente, A. Neto, efectuó un llamamiento a la comunidad internacional solicitando ayuda para expulsar a los invasores. Y muchos círculos políticos olvidan ahora que nuestro reclamo fue sí, escuchado en forma generosa por Cuba, pero no solo por Cuba. En mi país combatieron y murieron soldados de Guinea Bissau, de Guinea Conakry, de Mozambique. Nigeria envió armas y dinero, los países escandinavos efectuaron contribuciones materiales. Jóvenes portugueses que se encontraban en las filas del antiguo ejército colonial se alistaron en las filas del FAPLA. Las armas soviéticas fueron esenciales para detener la ofensiva sudafricana y obligarlos a retroceder. Recuerden que los invasores se encontraban a solo 15 kilómetros de Luanda, disponiendo de un armamento sumamente sofisticado. Pero nosotros, quinientos años bajo un régimen colonial, con un índice de analfabetismo superior al 80%, no estábamos en condiciones de usarlo. Necesitábamos ingenieros, técnicos; en fin, personal altamente calificado. Los cubanos nos brindaron esa ayuda.

**Ayuda que no solo ha sido militar.**

Es bien conocida la ayuda multifacética que nos han brindado y nos brindan en todo el proceso de reconstrucción nacional. Nuestro pueblo la valora enormemente, así como valora y recuerda con cariño el aporte de las brigadas de colaboradores internacionalistas provenientes de la Unión Soviética, de la RDA, de Yugoslavia, de Uruguay.

**También son estrechas las relaciones con Brasil, ¿no es así?**

Desde principios del siglo los brasileños estuvieron a favor de la independencia de Angola. Y cuando se proclamó, Brasil jugó un papel muy importante, reconociendo de inmediato al gobierno del MPLA. Desde entonces tenemos las mejores relaciones en todos los dominios: comercial, económico, en la transferencia de tecnología, en los planos educativo y cultural.

**Quisiera hacerle, para terminar, dos preguntas: ¿Cómo son las relaciones entre el MPLA y el Partido Comunista de Portugal?**

Siempre fueron muy buenas, incluso en las difíciles condiciones de la dictadura salazarista. El PCP, al igual que el MPLA, se encontraba luchando en la clandestinidad. Varios de sus principales dirigentes, Cunhal por ejemplo, se encontraban detenidos. El PCP fue la primera fuerza lusitana en pronunciarse por el derecho a la independencia de nuestro pueblo. Las relaciones fueron y son muy, pero muy buenas.

**Y la última: ¿qué reflexión le merece la interacción del movimiento de liberación nacional con el 25 de abril de 1974?**

Nosotros podemos decir que la lucha en Portugal de las fuerzas progresistas y democráticas contribuyó fuertemente a acelerar el proceso para la independencia de las colonias africanas. Al mismo tiempo, podemos afirmar, sin equivocarnos, que la lucha de los movimientos de liberación nacional, MPLA, FRELIMO, PAIGC, contribuyeron fuertemente a acelerar la lucha de los portugueses por la democracia, contra el fascismo.

8704752 D.M.

## MPLA

**¿Cómo se formó el MPLA?**

Como toda creación auténticamente popular, su origen se enraíza en la mejor historia de nuestro pueblo. La gesta que por 30 años comandara la reina Jinja en el siglo XVII uniendo a todas las etnias en la lucha contra el colonialismo, es el primer pilar. La resistencia a lo largo de los siglos, militar, cultural, en todos los planos, fue creando las condiciones para el surgimiento de los instrumentos de la liberación.

En la época de la Conferencia de Bandung surgen el Partido de la Lucha Unida de los Africanos y el Partido Comunista de Angola. Poco tiempo después, y en el marco de una sociedad en ebullición, irrumpen, con mayor o menor fuerza, distintos agrupamientos: el Movimiento por la Independencia Nacional, el Movimiento de Liberación de Angola, y por 1957, a instancias de militantes vinculados al Partido Comunista, el Movimiento de Liberación Nacional.

Agostinho Neto, da Cruz, Jacinto y otros, comprenden la necesidad de una entidad política unitaria que agrupe en su seno a todos los patriotas y a su creación dedican sus esfuerzos. En 1956 se alcanza el objetivo, fundándose el MPLA, con características netamente anticolonialistas y progresistas.

# Solidaridad: una fuerza constructiva

Por Gonzalo Pablo Lasso

## Conferencia de Solidaridad con los pueblos de Angola y Africa Austral

Un aspecto de la inauguración de la Conferencia. Hace uso de la palabra el Dr. Gelsi Bidart, Decano de la Facultad de Derecho.

**Los pasados días 11 y 12 de mayo se celebró, en el salón "Courriere" del Parque Hotel, la Conferencia de Solidaridad con los pueblos de Angola y Africa Austral, las que contaron con el auspicio del Ministerio de Relaciones Exteriores de nuestro país y fueron organizadas por el Comité Uruguayo contra el Apartheid. Dicha actividad solidaria con los pueblos de Africa Austral fue presidida por el Dr. Prof. Gelsi Bidart, Decano de la Facultad de Derecho, quien inauguró los debates con una circunstanciada intervención en torno a la importancia de salvaguardar, por todos los medios, la vigencia de los derechos humanos en las sociedades contemporáneas.**

**La Conferencia tuvo como principal protagonista a una delegación del gobierno de la República Popular de Angola, encabezada por el Lic. Manuel Pedro Pacavira, embajador de Angola en la República de Cuba.**

**Paralelamente al desarrollo de la Conferencia, la delegación angolana cumplió una nutrida agenda de contactos políticos, sociales y culturales.**

Globalmente considerada, la actividad desarrollada por la delegación angolana significó un calificado paso en el sentido de profundizar la conciencia antiapartheid en nuestra sociedad. En el transcurso de los dos sesiones de la Conferencia, el apartheid fue condenado desde los más diversos enfoques. Desde el punto de vista de los derechos humanos, desde los ángulos religioso, político, cultural, en el plano ético en su sentido más amplio. Otros dos temas estuvieron presentes en el contexto de la conferencia. Uno, la persistencia de las relaciones diplomáticas de nuestro país con la llamada República Federativa de Sudáfrica, condenada por algunos conferencistas como un resabio de la pesada dictadura y un elemento incongruente con nuestra recuperada democracia.

Otro, la existencia en nuestra sociedad de una discriminación racial sobre la que es necesario hacer conciencia y encarar con la debida seriedad, teniendo de esa manera un tema de la democracia uruguaya.

El comunicado final emitido por el Comité Uruguayo contra el Apartheid, reitera su llamamiento, dirigido a todas las organizaciones e instituciones de nuestro país a renovar esfuerzos e iniciativas, orientadas a lograr la ruptura de relaciones diplomáticas entre nuestro país y el régimen racista y fascista imperante en Sudáfrica.

### La conferencia

Al intervenir en nombre del comité organizador de la Conferencia, la ingeniera Química Beatriz Sienra realizó un pormenorizado análisis acerca del papel decisivo de la solidaridad entre los pueblos, como fuerza constructiva de un mundo cuyos valores fundamentales sean la paz, las relaciones realmente democráticas entre los Estados, la amistad y la cooperación como vía para el desarrollo socio-económico y cultural de las naciones.

En segundo lugar, Sienra proporcionó datos contundentes acerca del genocidio cotidiano que practica [illegible] minoría racista sudafricana contra todos y cada uno de los pueblos de la región, en especial contra la República Popular de Angola. Afirmó categóricamente que el fin del apartheid y la independencia de Namibia, procesos estrechamente ligados, son los requisitos imprescindibles para obtener un real clima de paz en el cono sur africano.

El Lic. Manuel Pedro Pacavira realizó una exposición completa, documentada y altamente esclarecedora acerca de las posiciones del gobierno de la República Popular de Angola en torno a la situación política regional. Explicó el esfuerzo permanente del gobierno angolano por alcanzar la paz, vital para el desarrollo socio-económico de su país, las diversas iniciativas de negociación emprendidas con todas las fuerzas interesadas en la cuestión de Africa Austral, insistió el gobierno de los Estados Unidos. Asimismo el dirigente angolano aspuso las circunstancias históricas concretas que condicionaron la presencia de tropas internacionalistas cubanas en territorio angolano, el carácter puramente defensivo de las mismas, el plan de retirada escalonada de dichas tropas presentado ante las Naciones Unidas en 1984 y la total ilegitimidad de querer condicionar la independencia de Namibia a dicha retirada.

Al intervenir como integrante de la comunidad negra del Uruguay, Tomás Olivera, además de condenar el apartheid, realizó una exposición en torno a los aportes de la comunidad negra a la historia y a la cultura del Uruguay.

El Arq. Carlos Tarabal, que habló en nombre de la Unión Cívica, expresó el repudio del pensamiento social cristiano al apartheid; asimismo, resaltó la importancia de contribuir ahora a la solución de los urgentes problemas, a los efectos de evitar, en el futuro, la intervención de potencias extranjeras en un conflicto regional.

El Prof. Juan Pablo Crocce y el Arq. Mariano Arana, que hablaron en nombre del Partido Nacional y del Frente Amplio respectivamente, también expresaron, sin reservas, su repudio al régimen del apartheid, al tiempo que condenaron enfáticamente las agresiones sudafricanas a los países de la Línea [illegible]

La delegación de Angola fue recibida por la dirección del PCU en su sede central de la calle Río Negro

Especial importancia tuvieron los pronunciamientos de la comunidad cristiana de nuestro país, llevados a la sala del Parque Hotel por el sacerdote Paul Dabezies, en nombre de la Iglesia Católica y por la pastora Hilda Bence, presidenta de la Iglesia Metodista. La pastora Bence enfatizó la importancia de brindar solidaridad al pueblo sudafricano y a los demás pueblos de la región, citó numerosos ejemplos de la represión racista que le fueron directamente narrados por el Arzobispo Desmond Tutu, con quien tuviera oportunidad de conversar largamente. Asimismo, leyó una reciente declaración del Consejo Mundial de Iglesias donde se recomienda, a toda la comunidad cristiana, emprender la más enérgica acción solidaria en todos los planos para evitar detener el permanente genocidio en Africa Austral, el cual se acentuará, según previsiones de aquel importante organismo religioso internacional, después de las elecciones generales que [illegible]

El periodista Roberto Bissio, de Cuadernos del Tercer Mundo, centró su intervención en la necesidad de continuar denunciando las relaciones preferenciales mantenidas entre nuestra cancillería y el régimen racista en la época de la dictadura, pues las presiones sobre el actual gobierno para evitar el restablecimiento de relaciones siguen siendo fuertes y activas.

La Conferencia de Solidaridad con Angola y Africa Austral recibió adhesiones numerosas, las más destacadas de las cuales fueron las enviadas por los senadores Juan Martín Posadas, y Francisco Rodríguez Camusso, por los diputados Carlos Pita y Héctor Lescano. Adhirieron, asimismo, la institución Dr. Jaime Zhitlowsky, el Comité de Solidaridad con Nicaragua y el Comité Uruguayo de Solidaridad con el pueblo Paraguayo.

### Una intensa agenda política y diplomática

Durante los días de permanencia en nuestro país, el embajador angolano mantuvo una entrevista con el Ministro de Relaciones Exteriores, Cr. Enrique Iglesias, la Ministra de Educación y Cultura, Dra. Adela Reta, los presidentes de ambas comisiones de asuntos internacionales del Parlamento, Dres. Moratti y Ricaldoni y realizó una exposición especial sobre la situación en Africa Austral ante la comisión respectiva de la Cámara de Diputados.

Una intensa agenda de contactos políticos incluyó, asimismo, entrevistas con el Gral. Líber Seregni, la dirección de los partidos Demócrata Cristiano, Socialista, Izquierda Democrática Independiente, Corriente Popular Nacionalista y el sector liderado por el diputado Víctor Vaillant.

La delegación angolana fue recibida por el Secretariado del PIT - CNT y el presidente de la central sindical uruguaya, José D'Elía saludó al Lic. Manuel Pedro Pacavira en el transcurso de la Conferencia.

Finalmente, en su calidad de miembro del Comité Central del MPLA - Partido del Trabajo, Pacavira fue recibido en la sede central del Partido Comunista del Uruguay por el Comité Ejecutivo en pleno, habiéndose realizado, posteriormente, una entrevista con Rodney Arismendi, secretario general del PCU. En ambas instancias de encuentro bilateral interpartidario, los vínculos de amistad y solidaridad internacionalista existentes entre el PCU y el MPLA - Partido del Trabajo, forjados desde los inicios de la lucha del pueblo angolano por su independencia, fueron una vez más, renovados.

8704752

# El "Apartheid" en Uruguay

Hoy, jueves 4 de diciembre, la Asociación Latinoamericana para los Derechos Humanos (ALDHU) con el patrocinio de la UNESCO (Uruguay), Ministerio de Relaciones Exteriores y la colaboración del Comité uruguayo contra el Apartheid, a más la Facultad le Humanidades y Ciencias, realizarán un seminario cuya sede será Montevideo, que continuará los días viernes 5 y sábado 6.

El seminario reunirá a personalidades latinoamericanas del ámbito académico, científico, político y social.

Se ha invitado a participar a [redacted] Esquivel (Premio Nobel de la Paz), Desmond Tutu (Nobel de la Paz, sudafricano), [redacted] García Márquez (premio Nobel de Literatura), [redacted] (arzobispo brasileño).

Los participantes uruguayos son el Canciller Enrique Iglesias, la Ministra de Educación y Cultura, Adela Reta, senador Juan Raúl Ferreira, diputado Roberto Asiaín y General (R) Liber Seregni.

LA MAÑANA 4/12/80

8704752

# Seminario Internacional sobre Apartheid comienza en Uruguay

## Entrevista a Peter Tshechama, delegado de SWAPO

"La realización en Uruguay del Seminario Internacional sobre el apartheid reviste extraordinaria importancia para la lucha del pueblo namibiano", nos dice [redacted], representante de la SWAPO (Organización del Pueblo de Africa Sudoccidental) para América Latina y el Caribe, a quien entrevistamos en el Hotel Colombia, a pocas horas de su llegada a nuestra capital para participar en el mencionado evento organizado por la Asociación Latinoamericana para los Derechos Humanos (ALDHU) que se inaugura hoy a las 19 horas.

"El área de América Latina se caracteriza, desde nuestro punto de vista, por una falta de información acerca de aquello que sucede en Sudáfrica y en Namibia y por ello pensamos que este simposio contribuirá en gran medida a darle publicidad a la situación colonial de Namibia, no solamente en Uruguay sino en el resto de Latinoamérica, nos expresaba Tsheehama, de 44 años de edad, de los cuales ha pasado 21 en el exilio.

"Namibia es una colonia de Sudáfrica que ocupa ilegalmente nuestro territorio desde 1968, año en que cesó el mandato atribuido por la ONU al gobierno de Pretoria para administrar el territorio. Durante todo este tiempo el gobierno sudafricano no ha hecho sino reproducir en nuestro país las instituciones del apartheid. Namibia es el único país ocupado por más de 100.000 soldados sudafricanos, teniendo en que la población total del país es de 1.5 millón de personas, se llega a la conclusión de que existe un soldado por cada doce habitantes, situación única en todo el mundo. Para nuestro pueblo esta situación se ha tornado insoportable y los sufrimientos que padecemos han llevado, hace más de dos décadas, a la fundación de la SWAPO, organización política reconocida por la ONU, la OUA (Organización de Estados Africanos) y por varios gobiernos en todo el mundo. Los objetivos de la SWAPO son la liberación total del territorio de Namibia de la ocupación sudafricana, de las instituciones del apartheid y de cualquier forma de opresión política, económica o cultural", nos expresaba Peter Tsheehama al iniciar una larga conversación que publicaremos en la próxima entrega de LA HORA Internacional.

8704752

La Democracia

PERLA

12/12/86

Información 17

Seminario sobre Apartheid

# Recomiendan ruptura de relaciones con Sudáfrica

En coincidencia con el 38o. aniversario de la Declaración de los Derechos Humanos, aprobada por las Naciones Unidas el 10 de diciembre de 1948, se celebró en Montevideo el Seminario Internacional sobre el Apartheid, que recomendó a los países de América Latina la ruptura de relaciones políticas y diplomáticas con el régimen racista de Sudáfrica.

El Seminario, que contó con la organización de la Asociación Latinoamericana para los Derechos Humanos (ALDHU), recomendó, asimismo, la necesidad de desarrollar actividades de diverso tipo ante las autoridades de los centros de investigación de nuestro país, para denunciar la posible discriminación racial existente, como paso previo a la comprobación de la vigencia de los Derechos Humanos en nuestro país".

Entre las recomendaciones figura una que apunta a promover la incorporación en los distintos niveles del sistema educativo uruguayo de programas e investigaciones que ayudeu a elaborar una estrategia para la educación en derechos humanos de la niñez y juventud "como forma de consolidar la democracia".

Finalmente, el texto de la declaración final recomienda "incrementar la solidaridad con el pueblo de Namibia y la exigencia del cumplimiento de la resolución 435/78 de las Naciones Unidas, que articula la la retirada inmediata del ejército sudafricano que ocupa ilegalmente el territorio de Namibia y la realización de elecciones democráticas que aseguren la autodeterminación del pueblo de Namibia y su inmediato acceso a la independencia".

El Seminario consideró que el Apartheid "es una forma de discriminación económica, social, política y cultural de la mayoría negra de la República Sudafricana y de Namibia; que como tal constituye un crimen contra la humanidad, y que pone en peligro la paz regional y mundial".

## CAMPAÑA POR PRESOS DE CONCIENCIA

La organización Amnesty International adoptó tres nuevos presos de conciencia, para los cuales pide que se envíen cartas pidiendo su liberación a los gobiernos que los tienen encarcelados. En esa situación se encuentra el electricista rumano Ion Bugan de 50 años de edad, encarcelado desde 1983 por el ejercicio no violento de su derecho a la libertad de expresión.

El gobierno comunista de Rumania encarceló a Bugan en marzo de 1983 luego de que éste atravesara el centro de Bucarest en su automóvil exhibiendo un retrato del presidente Nicolae Ceausescu, en el cual Ion Bugan había escrito la leyenda "No le queremos, verdugo".

Bugan fue hallado culpable del delito de "Propaganda contra el Estado Socialista", y condenado a 10 años de cárcel.

En Singapur, el ex parlamentario Chia Thye Poh lleva 20 años en la cárcel sin que se haya sometido aún a juicio alguno. Este ex legislador fue arrestado en noviembre de 1966 luego de haber participado en una manifestación contra la participación de los Estados Unidos en la guerra de Vietnam.

Finalmente, en el país africano de Burundi, Amnesty International adoptó como preso de conciencia del mes a Antoine Manirakiza, quien cumple desde diciembre de 1985 una condena de dos años de cárcel por colabora autor de una carta q sultaba" al jefe de E

La carta en cu iba dirigida al obispo diócesis católica de B bura, instándole a de una restricción impu por el gobierno en sobre los servicios rel sos que se celebraban rante los días laborales.

8704752

# SEMINARIO INTERNACIONAL CONTRA APARTHEID

"La Cancillería uruguaya auspicia con beneplácito y satisfacción este encuentro", expresó el Canciller Enrique Iglesias al inaugurar oficialmente el Seminario Internacional sobre el Apartheid, organizado por primera vez en nuestro país por la Asociación Latinoamericana para los Derechos Humanos (ALDHU). Esta reunión, tal como lo señaló el Senador Juan Raúl Ferreira, se realiza precisamente con el apoyo y en recinto del Ministerio de Relaciones Exteriores de nuestro país, el cual ahora hubo de seguir muy de cerca y con desconfianza las gestiones del organismo defensor de los derechos humanos.

**SOLIDARIDAD INTERNACIONAL PARA PUEBLOS QUE SUFREN**

"Es saludable para el país, para la opinión nacional —expresó el Ministro Enrique Iglesias— que un encuentro de opiniones independientes tenga lugar sobre este tema, para ventilarlo con distintos enfoques, lo que es hoy este doloroso síndrome que el mundo tiene en un rincón triste de Africa".

Hay catorce millones de sudafricanos que viven dominados, apartados de todos los derechos de los blancos que son los dueños del 80% de las tierras y ejercen un despiadado colonialismo, en lo que el Dr. Juan de Dios Pérez, Responsable de ALDHU en el Uruguay, calificó de "crimen contra la humanidad", al recomendar "conocer la verdad y luchar por ponerle fin".

El Senador Juan Raúl Ferreira se refirió a la política exterior del Uruguay en el tema de la defensa de los derechos humanos, expresando que "desde el origen, ha sido valiente". El repudio al Apartheid, según señaló el Senador Ferreira, forma parte de un lenguaje común a todos los uruguayos.

El Diputado Roberto Asiaín corroboró la política tantas veces recomendada por el Canciller Iglesias, en el sentido de "Reinsertar al Uruguay en el mapa del mundo", esta vez aceptando la responsabilidad de levantar una vez hacia la opinión mundial donde el Uruguay, dijo, "tiene gran audiencia", en favor de los derechos de los seres oprimidos en razón del color de su piel; e hizo suyas, de la primera a la última, las palabras del Senador Ferreira. "El Parlamento uruguayo ha sido numerosas veces consultado —expresó— hecho inmensamente valioso, gracias a la gestión del Canciller".

La señora María Teresa Morini, Sub-secretaria de Derechos Humanos de la Cancillería Argentina, al sintetizar una relación de los hechos que determinan el colonialismo en Sudáfrica y Namibia, reclamando el repudio mundial y la movilización de la opinión pública en tal sentido, se refirió a la solidaridad de estas repúblicas americanas, que también sufrieron el colonialismo, razón por la cual están obligados a prestar su apoyo para la liberación definitiva de Sudáfrica y Namibia. Terminó sus palabras con un "saludo emocionado a la renaciente democracia oriental".

*El público asistente a la inauguración en el Ministerio de Relaciones Exteriores*



8704752

# Un aporte a la conciencia latinoamericana

Por Gonzalo Pablo Lasso

El fin de semana próximo pasado tuvieron lugar las sesiones del Seminario Internacional sobre el Apartheid, el primero en su género que se lleva a cabo en América Latina. En el salón de conferencias del Instituto Artigas de la Cancillería de nuestro país, un calificado núcleo de profesores universitarios, en su mayor parte pertenecientes al cuerpo docente de la Facultad de Humanidades y Ciencias, fue realizando un detallado análisis del apartheid como sistema institucionalizado de racismo.

Durante dos días de intensos trabajos y con la presencia de numeroso y participativo público, la vasta temática fue enfocada desde los puntos de vista histórico, antropológico, económico e ideológico. Paralelamente, el tema fue encarado en función de sus múltiples conexiones con las problemáticas raciales de América Latina y una sesión completa fue dedicada a estudiar y debatir la urgencia de introducir en los sistemas educativos del continente una estrategia para la educación en materia de derechos humanos.

De esta manera fueron surgiendo las principales definiciones y conceptos en relación al apartheid, tales como la definición del apartheid como instrumento para el mantenimiento de una situación de colonialismo de tipo especial, la noción de sociedad democrática no racial como única alternativa al apartheid; el significado del Congreso Nacional Africano (CNA) en la organización de la lucha y la resistencia al racismo; la múltiple falsificación de la historia como principal instrumento ideológico del dominio de la minoría blanca, el papel del calvinismo como elemento de la Reforma, que al profundizar las relaciones entre religión y política se avino especialmente para justificar moralmente la colonización boer, el proceso de liberación nacional como realización de la racionalidad en la historia y el carácter específicamente fascista de la ideología angloboer.

Otros aspectos especialmente debatidos fueron la invalidez científica del concepto de raza aplicado al género humano, una única especie sobre la tierra, quedó demostrado en forma contundente el papel ideologizante que la noción de raza ha tenido siempre desde que fuera utilizado por vez primera en el siglo XII por un poeta provenzal, para enaltecer a los campesinos. En una riquísima exposición, el Prof. Renzo Pi analizó las implicancias de la convivencia de razas y de su continuo mestizaje en nuestro continente, el papel que han desempeñado y desempeñan los prejuicios raciales en la psicología social de nuestros pueblos, etc.

Las contribuciones de los agrupamientos étnicos provenientes del Africa, como "emigrantes" obligados, a la historia y la cultura de América Latina fueron debidamente jerarquizados y revalorizados; del mismo modo, se analizó detalladamente el papel de los negros en la Banda Oriental siendo especialmente destacado el significado de la derrota artiguista para el destino de los africanos en nuestra historia temprana y las razones socio-económicas de su relativamente tardía liberación.

Otro ángulo del problema especialmente rico en derivaciones futuras, fue el relacionado con la educación para los derechos humanos, tema que fue analizado poniéndose un especial acentro en el protagonismo de los movimientos por los derechos humanos en el proceso social latinoamericano, el papel de estas organizaciones sociales en la derrota de la dictaduras fascistas de nuestro continente y en la urgencia por articular estrategias múltiples capaces de generar una conciencia en esa materia, concebidos estos, no como simplemente políticos, sino económicos y sociales; no como una lista de claudicadas disposiciones jurídicas, sino como un cúmulo de derechos antiguos nuevos y novísimos que se van sumando a medida que avanza el desarrollo de las sociedades humanas.

El representante de la SWAPO, Peter Tshechuma, realizó una brillante y completa exposición sobre la situación de Namibia y la urgencia de redoblar los esfuerzos solidarios a nivel de América Latina, para acelerar el cumplimiento de las resolaciones de las Naciones Unidas sobre este territorio, que estipulan su derecho a la autodeterminación y la independencia.

Pero, indudablemente, esta breve reseña del Seminario estaría incompleta si no nos refiriéramos al tema que una y otra vez surgió en el transcurso de los debates, cual fue la problemática de la discriminación racial en nuestro país, el peso de los prejuicios raciales en la psicología de nuestro pueblo, las causas de las múltiples discriminaciones que sufre la colectividad negra en nuestro país, tanto desde el punto de vista económico y social como a nivel del ámbito cultural de nuestra sociedad. Respecto a esta temática, el Seminario concluyó que la realización de investigaciones específicas sobre este tema constituyen un punto de partida imprescindible para promover, en el seno de nuestra sociedad, una mayor conciencia en torno a este problema de derechos humanos como parte de la profundización de la democracia en el Uruguay.

## Seminario Internacional sobre el Apartheid (La opinión de América Latina)

**SEMINARIO INTERNACIONAL SOBRE EL APARTHEID**
**(La opinión de América Latina).**

**Panel I. Tema 1. El apartheid, hoy.**
Expositor: Fernando Rama, Coordinador Académico del Seminario.
Tema 2. Raíces históricas del apartheid. El proceso colonizador en Africa.
Expositor: Prof. Germán D'Elía. Catedrático de Historia del siglo XX y de Historia Contemporánea. Director del Dpto. de Historia Universal de la F.H. y C.
Tema 3. Raíces históricas del apartheid. La colonización angloboer del Africa Austral.
Expositor: Prof. Mario Dotta. Asistente del Dpto. de Historia Universal de la F.H. y C.
Tema 4. Africa y el apartheid: una convivencia imposible. Prof. Daniel Mañana. Dirigente del Comité Uruguayo contra el Apartheid.
Tema 5. Situación de los refugiados sudafricanos en Angola y Mozambique.
Expositora: Sra. Beleia Herrera. Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados.

**Panel II. Tema 1. Las Ciencias Sociales y los Derechos Humanos en América Latina.**
Expositor: Prof. Carlos Zubillaga. Catedrático de Teoría y Metodología de la Historia y de Historia de la Historiografía. F.H. y C.
Tema 2: Educación para los Derechos Humanos en América Latina.
Expositor: Prof. Marta Demarchi de Mila. Directora del Dpto. Ciencias de la Educación. F.H. y
Tema 3: Educación para los D chos Humanos en el Urugu
Expositor: Prof. Ruiz Pen Asistente del Dpto. de Ciencias la Educación. F.H. y C.

**Panel III. Tema 1. Raza y racis**
Enfoque antropológico.
Expositor: Prof. Daniel Vida Director del Dpto. de Ciencias A tropológicas. F.H. y C.
Tema 2: Ideología del apartheid
Expositor. Prof. Rubén Yañez. pecialista en Ciencias de la Edu ción, ensayista.
Tema 4. La situación de Namib colonia sudafricana.
Expositor: Peter Tshechuma, presentante de la Organización Pueblo de Africa Sudoccident (SWAPO para América Latina y Caribe).

**Panel IV. Tema 1. Aportes africa a la historia y la cultura de Amé rica Latina.**
Expositor: Prof. Lucía Sala d Tourón. Directora del Centro d Estudios Latinoamericanos de l F.H. y C.
Tema 2. Los africanos en la His toria del Uruguay.
Expositora: Prof. Rosa Alonso Prof. del Dpto. de Historia del Uruguay. F.H. y C.
Tema 3: Las relaciones culturales de América Latina respecto a Africa, antecedentes y actuales desarrollos.
Expositor: Prof. Selva López. Prof. del Dpto. de América Latina de la F.H. y C.

870475

PERU

# Apartheid: seminario recomendó romper relaciones con Sudáfrica

## Mañana dictarán conferencia en la Universidad

La ruptura de relaciones políticas y diplomáticas de nuestro país con el régimen racista de Sudáfrica, fue una de las consideraciones a la que arribó el Seminario Internacional sobre el Apartheid, que se realizó en Montevideo entre los días 4 y 5 de diciembre y que contó con la presencia de destacadas figuras internacionales.

El Seminario acordó asimismo la necesidad de desarrollar iniciativas de diverso tipo, ante las autoridades de los institutos de investigación social de nuestro país, estatales y privados, en el sentido de propiciar investigaciones científicas (sociológicas, económicas, de psicología social), acerca de la discriminación racial existente en nuestro país, como paso previo a la promoción de la vigencia de los derechos humanos en Uruguay.

Por otra parte, el Seminario decidió como forma de consolidar la democracia, la conveniencia de incorporar en los distintos niveles del sistema educativo de nuestro país, programas e investigaciones que ayuden a elaborar una estrategia para la educación en derechos humanos de la niñez y juventud.

Finalmente recomendó incrementar la solidaridad con el pueblo de Namibia, y la exigencia del cumplimiento de la resolución 435/78 de las Naciones Unidas, que estipula la retirada inmediata del ejército sudafricano que ocupa ilegalmente el territorio de Namibia y la realización de elecciones democráticas que aseguren la autodeterminación del pueblo de Namibia y su inmediato acceso a la independencia.

### DISERTARAN EN LA UNIVERSIDAD SOBRE EL APARTHEID

Mañana el abogado blanco sudafricano Albie Sachs, dictará una conferencia sobre el tema "Derechos Humanos en Africa del Sur – El apartheid", en la sala de sesiones "Oscar J. Maggiolo" de la Universidad de la República.

El disertante, destacado luchador por la vigencia de los derechos humanos en Africa del Sur, vive exiliado en Mozambique, donde dicta clases en la Facultad de Derecho de la Universidad "Eduardo Mondlane" (nombre del fundador del Frente de Liberación de Mozambique), siendo además asesor del Ministerio de Justicia de ese país.

[illegible] quien arribó a nuestro país en el día de ayer, viene cumpliendo una gira por América Latina, a fin de difundir la discriminación que la minoría blanca ejerce sobre la mayoría negra en la



8704752

AQUI 9/12/87

# Seminario internacional: romper con Sudáfrica

El Seminario Internacional sobre el Apartheid realizado en Montevideo la semana pasada, recomendó la ruptura de relaciones diplomáticas entre Uruguay y Sudáfrica.

El seminario fue organizado por la Asociación Latinoamericana para los Derechos Humanos (ALDHU) con el patrocinio de la Cancillería uruguaya, la UNESCO y la colaboración de la Facultad de Humanidades y el Comité Uruguayo Contra el Apartheid.

El seminario fue inaugurado por el canciller Enrique Iglesias y los legisladores Juan Raúl Ferreira y Roberto Asiáin. Iglesias calificó el apartheid como un "doloroso síndrome que tiene el mundo en un triste rincón de África". Agregó que la Cancillería auspiciaba este seminario de acuerdo a tres elementos: la historia del Uruguay que repudia este tipo de hechos; la historia de las Naciones Unidas; y la creencia de que por encima del principio de no intervención, existe en la conciencia internacional, el principio de la tutela de los derechos humanos.

En la inauguración también estuvieron otras personalidades como la representante de ACNUR Beiela Herrera, un delegado de SWAPO, el dirigente comunista Leon Lev y el diputado democristiano Héctor Lescano, quien tiempo atrás pidió la ruptura de relaciones de Uruguay con Sudáfrica.



8704752

LA JUVENTUD 30/11/86

SUD AFRICA.

PI DPTO TII

# Seminario Internacional sobre el Apartheid

La Asociación Latinoamericana para los Derechos Humanos (ALDHU), con el auspicio de la UNESCO, Comisión UNESCO Uruguay, y la colaboración del Comité Uruguayo contra el APARTHEID, y la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Universidad de la República, ha organizado un Seminario Internacional contra el Apartheid a realizarse en Montevideo, los días 4, 5 y 6 de diciembre de 1986.

El mismo reunirá a calificadas personalidades latinoamericanas del ámbito académico, científico, político, social, de reconocida trayectoria democrática.

De la participación de extranjeros, se ha cursado invitación, entre otros, al argentino Adolfo Pérez Esquivel, Premio Nóbel de la Paz, al obispo sudafricano Desmond Tutu, también Premio Nóbel de la Paz.

Entre los participantes uruguayos, se destacan el canciller Enrique Iglesias, la Ministra de Educación y Cultura, Dra. Adela Reta; Samuel Lichtenztain, Rector de la Universidad de la República; Gral Liber Seregni, Presidente del Frente Amplio y miembro del Consejo Directivo de ALDHU.

Sudáfrica surge como ejemplo de uno de los países en que, más brutalmente se violan los derechos humanos, conmoviendo la comunidad internacional. Sudáfrica es un Estado multiracial, en el que una minoría (no más de un 15 por ciento) maneja los asuntos del Estado para sí, y mantiene sometida a una inmensa mayoría por la fuerza del poder de las armas; por la Ley y la "Constitución", el Estado pertenece a una minoría blanca. Existen allí dos calidades fundamentales de personas: blancos y negros.

Los primeros pueden elegir y ser elegidos para gobernar. Los segundos (la mayoría) no tiene estos derechos, es más, su relación con el Estado es a través de su sometimiento a las leyes de manera coercitiva y violenta.

La mayoría negra trabaja para la minoría blanca, está privada de derchos ciudadanos y obligada a vivir fuera de los centros urbanos reservados para blancos.

La Comunidad Internacional, está presenciando la mayor aberración histórica y antropológica: un estado que niega la nacionalidad a una gran mayoría de sus ciudadanos por el hecho de ser considerados de raza distinta. Esta expresa discriminación social absoluta, institucionalizada por la Ley y garantizada por acción organizada del poder de las FF.AA.... una vez más.

En eso consiste el apartheid.



8704752

Mañana: 6/12/86

Universidad de la República

# Conferencia sobre el Apartheid

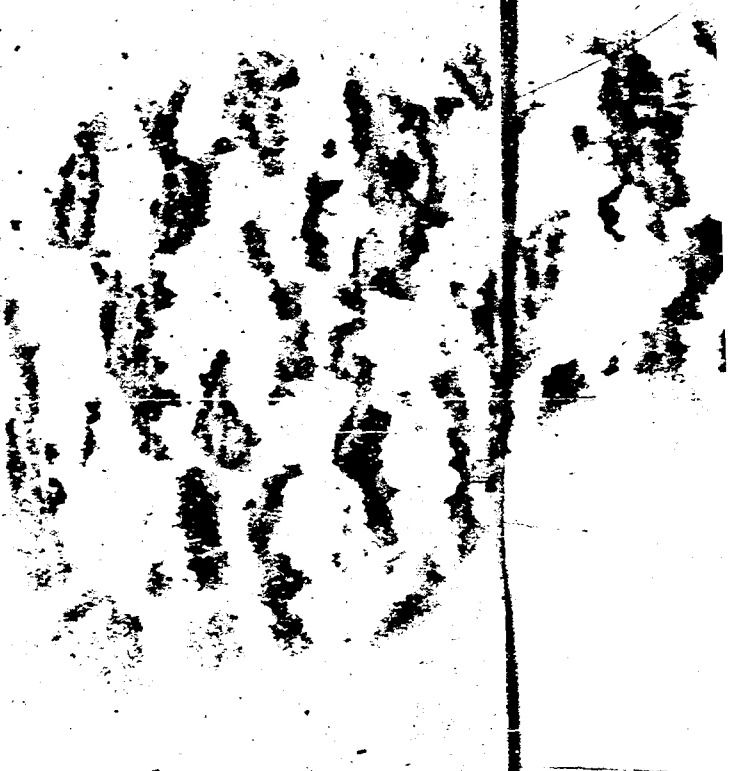
Un firme luchador por la vigencia de los Derechos individuales y contra la discriminación racial en África austral, el abogado blanco Albie Sachs, dictará una conferencia el próximo miércoles 10 sobre el tema "Derechos Humanos en África del Sur - El Apartheid".

La misma se realizará en la sala de sesiones "Oscar J. Maggiolo" de la Universidad de la República, Av. 18 de Julio 1824, planta alta.

El Doctor Sachs, es miembro del Consejo Nacional Africano (African National Council-ANC), está exiliado en Mozambique y fue el primer Presidente del Movimiento Independiente FRELIMO, sigla del Frente de Liberación de Mozambique. Actualmente dicta clases en la Facultad de Derecho de la Universidad "Eduardo Mondlane" de Maputo, capital mozambiqueña y es asesor del Ministerio de Justicia de ese país.

Es autor, además, de numerosas publicaciones sobre cuestiones artísticas y se ha especializado en el estudio de la pintura mural de Mozambique. Entre sus obras se cuentan varios trabajos sobre la historia de los derechos humanos en África del Sur.

El dirigente sudafricano llegará el próximo lunes 8 a nuestro país, en el marco de una gira por América latina que lo llevó a visitar ya Nicaragua y Perú.





8704752

La Mañana: 4/12/86

# El "Apartheid" en Uruguay

Hoy, jueves 4 de diciembre, la Asociación Latinoamericana para los Derechos Humanos (ALDHU) con el patrocinio de la UNESCO (Uruguay), Ministerio de Relaciones Exteriores y la colaboración del Comité uruguayo contra el Apartheid, a más la Facultad de Humanidades y Ciencias, realizarán un seminario cuya sede será Montevideo, que continuará los días viernes 5 y sábado 6.

El seminario reunirá a personalidades latinoamericanas del ámbito académico, científico, político y social.

Se ha invitado a participar a [redacted] (Premio Nobel de la Paz), [redacted] (Nobel de la Paz, sudafricano), [redacted] (premio Nobel de Literatura), [redacted] (arzobispo brasilelio).

Los participantes uruguayos son el Canciller Enrique Iglesias, la Ministra de Educación y Cultura, Adela Reta, senador Juan Raúl Ferreira, diputado Roberto Asiaín y General (R) Líber Seregni.



8704752

El País: 5/12/86

# SEMINARIO INTERNACIONAL CONTRA APARTHEID

"La Cancillería uruguaya auspicia con beneplácito y satisfacción este encuentro", expresó el Canciller Enrique Iglesias al inaugurar oficialmente el Seminario Internacional sobre el Apartheid, organizado por primera vez en nuestro país por la Asociación Latinoamericana para los Derechos Humanos (ALDHU). Esta reunión, tal como lo señaló el Senador Juan Raúl Ferreira, se realiza precisamente con el apoyo y en recinto del Ministerio de Relaciones Exteriores de nuestro país, el cual otrora hubo de seguir muy de cerca y con desconfianza las gestiones del organismo defensor de los derechos humanos.

**SOLIDARIDAD INTERNACIONAL PARA PUEBLOS QUE SUFREN**

"Es saludable para el país, para la opinión nacional —expresó el Ministro Enrique Iglesias— que un encuentro de opiniones independientes tenga lugar sobre este tema, para ventilarlo con distintos enfoques, lo que es hoy este doloroso síndrome que el mundo tiene en un rincón triste de África".

Hay catorce millones de sudafricanos que viven dominados, apartados de todos los derechos de los blancos que son los dueños del 80% de las tierras y ejercen un despiadado colonialismo, en lo que el Dr. Juan de Dios Parra, Responsable de ALDHU en el Uruguay, calificó de "crimen contra la humanidad", al recomendar "conocer la verdad y luchar por ponerle fin".

El Senador Juan Raúl Ferreira se refirió a la política exterior del Uruguay en el tema de la defensa de los derechos humanos, expresando que "desde el origen, ha sido valiente". El repudio al Apartheid, según señaló el Senador Ferreira, forma parte de un lenguaje común a todos los uruguayos.

El Diputado Roberto Asiain corroboró la política tantas veces recomendada por el Canciller Iglesias, en el sentido de "Reinsertar el Uruguay en el mapa del mundo", esta vez aceptando la responsabilidad de levantar una voz hacia la opinión mundial donde el Uruguay, dijo, "tiene gran audiencia", en favor de los derechos de los seres oprimidos en razón del color de su piel; e hizo suyas, de la primera a la última, las palabras del Senador Ferreira. "El Parlamento uruguayo ha sido numerosas veces consultado —expresó— hecho inmensamente valioso, gracias a la gestión del Canciller".

La señora María Teresa Morini, Sub-secretaria de Derechos Humanos de la Cancillería Argentina, al sintetizar una relación de los hechos que determinan el colonialismo en Sudáfrica y Namibia, reclamando el repudio mundial y la movilización de la opinión pública en tal sentido, se refirió a la solidaridad de estas repúblicas americanas, que también sufrieron el colonialismo, razón por la cual están obligados a prestar su apoyo para la liberación definitiva de Sudáfrica y Namibia. Terminó sus palabras con un "saludo emocionado a la renaciente democracia oriental".

*El público asistente a la inauguración en el Ministerio de Relaciones Exteriores*



8704752

La Juventud : 30/11/86

# Seminario Internacional sobre el Apartheid

La Asociación Latinoamericana para los Derechos Humanos (ALDHU), con el auspicio de la UNESCO, Comisión UNESCO Uruguay, y la colaboración del Comité Uruguayo contra el APARTHEID y la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Universidad de la República, ha organizado un Seminario internacional contra el Apartheid a realizarse en Montevideo, los días 4, 5 y 6 de diciembre de 1986.

El mismo reunirá a calificadas personalidades latinoamericanas del ámbito académico, científico, político, social, de reconocida trayectoria democrática.

De la participación de extranjeros, se ha cursado invitación, entre otros, al argentino Adolfo Pérez Esquivel, Premio Nóbel de la Paz, al obispo sudafricano Desmond Tutu, también Premio Nóbel de la Paz.

Entre los participantes uruguayos, solicitados, el canciller Enrique Iglesias, la Ministra de Educación y Cultura, Sra. Adela Reta; Samuel Lichtensztajn, Rector de la Universidad de la República; Gral Líber Seregni, Presidente del Frente Amplio y miembro del Consejo Directivo de ALDHU.

Sudáfrica surge como ejemplo de uno de los países en que, más brutalmente se violan los derechos humanos. Conmovido la comunidad internacional. Sudáfrica es un Estado multirracial, en el que una minoría (no más de un 15 por ciento) gobierna los asuntos del Estado para sí, y finalmente sometido a una inmensa mayoría por la fuerza del poder de las armas; por la Ley y la Constitución", el Estado pertenece a una minoría blanca. Existen allí dos calidades fundamentales de personas: blancos y negros.

Los primeros pueden elegir y ser elegidos para gobernar. Los segundos (la mayoría) no tiene estos derechos, es más, su relación con el Estado es a través de su sometimiento a las leyes de manera coercitiva y violenta.

La mayoría negra trabaja para la minoría blanca, está privada de derechos ciudadanos y obligada a vivir fuera de los centros urbanos reservados para blancos.

La Comunidad Internacional, está presenciando la mayor aberración histórica y antropológica: un estado que niega la nacionalidad a una gran mayoría de sus ciudadanos por el hecho de ser considerados de raza distinta. Esto expresa discriminación racial absoluta, institucionalizada por la Ley y garantizada por acción organizada del poder de las FF.AA.... una vez más.

En, eso consiste el apartheid.



8704752

# En busca de apoyo contra el "apartheid"

En busca de "apoyo político, moral y espiritual de los uruguayos" para su causa, llegó a Montevideo y ayer ofreció una conferencia de prensa en el Senado de la República, el presidente del comité argentino para la independencia de Namibia y la erradicación del "apartheid", Obadiah Oghoerore Aleghe.

Nigeriano de nacimiento, actualmente radicado en Buenos Aires, Oghoerore consiguió el apoyo de 60 parlamentarios argentinos, que resultó fundamental para la decisión del gobierno de Raúl Alfonsín de romper relaciones diplomáticas con el gobierno separatista sudafricano.

Recibido y presentado a la prensa por el secretario de la Comisión de Derechos Humanos del Partido Nacional, senador Juan Martín Posadas, el visitante mantuvo anoche una reunión con parlamentarios uruguayos, tendiente a establecer un comité con los mismos fines en nuestro país.

Resumiendo los cometidos de su misión, Oghoerore manifestó que "deseaba escuchar del Parlamento uruguayo voces de condena al apharteid".

legisladores uruguayos para participar en el Congreso Interparlamentario Africano sobre Africa Meridional, que tendrá lugar en el mes de noviembre en la ciudad de Buenos Aires.

El político africano destacó la importancia de las presiones internacionales y el efecto que tienen las mismas en el gobierno de Sudáfrica, pero dijo que hace falta una coordinación de los países, para que este apoyo en la lucha contra el "apartheid" además de palabras, se traduzca en hechos concretos. Afirmó que "las sanciones económicas pueden resultar importantes para aislar a Sudáfrica económicamente"



8704752

Sudáfrica (carpeta especial)

La Hora: 15/7/86

*Lanzaron campaña solidaria con los patriotas sudafricanos y contra el Apartheid*

# Reclaman la libertad de Nelson Mandela

**Se inició ayer en nuestro país la recolección de firmas por la libertad del dirigente sudafricano Nelson Mandela, organizada por el Comité Uruguayo contra el Apartheid. Se hicieron presentes en el acto numerosas personalidades, entre las cuales el Presidente del Frente Amplio, Líber Seregni, el Presidente de la Junta Nacional de la Unión Cívica, Humberto Ciganda y Alfredo Giró, representante de la Cancillería y del Ministro Enrique Iglesias. Seregni fundamentó la adhesión del Frente Amplio en que éste "preconizó" en todo tiempo la no discriminación por ningún concepto". El Frente acotó, "ha sido siempre un luchador empecinado en todas las causas por la libertad". La libertad de Mandela, añadió, "es la expresión más pura del pueblo de Sudáfrica".**

El Cap. (A) Gerónimo Cardozo del Frente Amplio, Humberto Ciganda de la Unión Cívica y el presidente de la Cancillería, Alfredo Giró, en momentos que firman por la libertad del patriota sudafricano Nelson Mandela.

El Comité Uruguayo contra el Apartheid inició ayer la recolección de firmas para reclamar la libertad de Nelson Mandela, líder del Congreso Nacional Africano, que se encuentra en las prisiones del régimen racista de Sudáfrica, con la presencia del Gral. Líber Seregni, presidente del Frente Amplio; Humberto Ciganda, presidente de la Junta Nacional de la Unión Cívica; el Dr. Alfredo Giró en representación del Canciller Enrique Iglesias, y el dirigente del Partido Nacional Juan Pablo Crocce, en representación de Wilson Ferreira Aldunate.

Paralelamente, fue presentada en el Subte Municipal una exposición de Arte Correo sobre el tema "No al apartheid, salvar a Mandela", bajo los auspicios de la Asociación Uruguaya de Artistas Correo".

Además de las personalidades anteriormente nombradas, se hicieron presentes en la oportunidad integrantes del Comité de nuestro país que reclama el cese del apartheid y la libertad de Nelson Mandela. También participaron en el acto para estampar su firma el presidente de la Comisión Internacional del Frente Amplio, Cap.(a) Gerónimo Cardozo, el director del suplemento internacional del diario LA HORA, Rafael Cribari, el dirigente de la Unión Cívica José María Tarabal y otros representantes de organizaciones sociales.

Cabe destacar que el Comité contra el apartheid está integrado por el Partido Colorado, el Partido Nacional, la Unión Cívica, el Frente Amplio, la Universidad de la República, el PIT-CNT, la ASCEEP-FEUU, el SERPAJ, ACSU, la Federación de Religiosos del Uruguay; AEBU, SUNCA, ADUR, AUAC y Candombe Uno, entre otros.

Nuestra presencia para firmar por la libertad de Nelson Mandela se debe a una obligación de principios para nuestro Frente Amplio, afirmó el Gral. Líber Seregni.

El presidente de la coalición de izquierda señaló que el Frente preconizó en todo tiempo la no discriminación por ningún concepto, ni de raza, ni de religión, ni de ideas filosóficas.

Sostuvo que el Frente Amplio ha sido siempre un luchador empecinado y combatiente "en todas las causas por la libertad y la lucha contra el apartheid es uno de los ejemplos más típicos de lo que es la lucha por la libertad del hombre.

Agregó que "en esta lucha contra el gobierno racista de Sudáfrica el Frente siempre ha estado con claras definiciones, así como en relación con la campaña por la libertad de Mandela, que es la expresión más pura del pueblo de Sudáfrica en su larga lucha por la libertad de la raza negra".

"Es para nosotros - dijo - un honor estampar una firma por su libertad, entendiendo que lo hacemos no solo a título personal sino interpretando lo que es el sentido más profundo de nuestro pueblo frenteamplista y del oriental en su conjunto".

Por su parte, el Dr. Alfredo Giró, que firmó el pedido de libertad para Mandela, manifestó que "yo he venido en nombre de la Cancillería uruguaya y en nombre del Canciller Enrique Iglesias, para acompañar este movimiento de justicia e iniciar con nuestra firma esta campaña contra el apartheid y solicitar la libertad de Mandela."

Asimismo Humberto Ciganda y José María Tarabal reclamaron enfáticamente la libertad de Nelson Mandela, "porque esta es una nueva violación de los Derechos Humanos que no se puede permitir

PARTES POCO LEGIBLE.

22

8704752

El Día: 26/6/86

# OIT, deuda y comercio

El ministro uruguayo de Trabajo y Seguridad Social, Hugo Fernández Faingold, que presidió la 72ª Conferencia Anual de la Organización Internacional del Trabajo (OIT), sostuvo en el discurso de clausura de las deliberaciones en Ginebra, que aunque se solucionara el tema de la deuda externa "tendríamos todavía por delante la superación de los problemas del comercio y el intercambio". El ministro consideró que esto es más grave "porque allí resulta más claro que no es posible, en el corto plazo, sostener al mismo tiempo los niveles de vida de los trabajadores de los países desarrollados y mejorar los niveles de ocupación, de ingreso y protección en los países más pobres".

Durante el transcurso de la conferencia, se dio aprobación, entre otras a una resolución que, promovida por el bloque latinoamericano, demanda la convocatoria de una reunión mundial —se concretaría recién en 1987— a fin de analizar el tema de la deuda externa a la luz de los objetivos de la Organización. Al respecto, Fernández Faingold defendió el llamado a esta reunión, pero explicó que su cometido será estudiar que sus repercusiones no recaigan únicamente en las espaldas de los trabajadores.

Otra resolución introduce varias enmiendas a la constitución de la OIT, las que habían sido ya objeto de discusión desde hace diez años. Por ellas se aumenta el número de miembros del Consejo de Administración de 56 a 112 y se determina que el director general debe ser refrendado por la asamblea general.

El cuerpo deliberante debatió y aprobó normas para proteger a los trabajadores contra los graves peligros derivados de la utilización del asbesto en la industria —material resistente al fuego que puede causar cáncer— tema éste considerado por muchos de los asistentes como el de mayor relevancia.

Asimismo, la OIT señaló que los gobiernos deberán poner en práctica políticas encaminadas a potenciar nuevos puestos de trabajo entre los más jóvenes y destacó como uno de los métodos más eficaces el fomento de las pequeñas y medianas empresas.

## Condena al "apartheid"

Se dio aprobación a un informe especial que condena el régimen racista de África del Sur, propone una intensificación de la acción contra el "apartheid". El ministro Fernández Faingold, en su carácter de presidente de la Conferencia, envió un telegrama al gobierno de Sudáfrica, expresando su firme solidaridad con sindicalistas y otras víctimas del estado de emergencia vigente en ese país.

Fernández Faingold, retorna mañana a Montevideo.



8704752

Semana: 26/6/86

# Mensaje a Sudáfrica expresando inquietud

El Ministro de Trabajo y Seguridad Social, Licenciado Hugo Fernández Faingold, ejerciendo la Presidencia de la Conferencia de la OIT que se celebra en Ginebra, envió un mensaje al Presidente de Sudáfrica expresando la inquietud por las masivas detenciones de sindicalistas y efectuando un llamamiento para su liberación.

La Conferencia de la OIT, por intermedio de su Presidente, el Ministro de Trabajo y Seguridad Social de nuestro país, Licenciado Hugo Fernández Faingold, expresó su solidaridad con las víctimas de Soweto y envió un mensaje al Presidente sudafricano P. W. Botha.

El aludido mensaje expresa textualmente:

La Conferencia Internacional del Trabajo, reunida en Ginebra, ha tenido conocimiento con gran inquietud de la ola masiva de detenciones efectuada por su gobierno, incluyendo sindicalistas de todo el país. La Conferencia expresa su firme solidaridad con esos sindicalistas y con otras víctimas del estado de emergencia actualmente en vigor en Sudáfrica y hace un llamamiento para su inmediata puesta en libertad.

La Conferencia le invita a usted y a su gobierno, además, a suprimir todas las leyes y estructuras del apartheid que han dado lugar a la crisis actual en la República. La Conferencia desea igualmente solidarizarse con todos los que conmemoran el aniversario de las víctimas de Soweto que murieron hace diez años bajo la violencia del apartheid".

Cabe consignar que este mensaje fue leído en la sesión plenaria de la Conferencia, cuyos participantes observaron un minuto de silencio en memoria de las víctimas de Soweto.



[redacted]

8704752

Mañana: 26/6/86

# Actos contra Apartheid

El Comité Uruguayo contra el Apartheid celebra hoy un nuevo aniversario de la denominada "Carta de la Libertad" y con tal motivo realizará una jornada en solidaridad con el pueblo sudafricano.

A las 18, se cumplirá una concentración frente a la Embajada de Sudáfrica, en Rincón y Treinta y Tres. A las 19.30, en Parroquia de los Vascos, Mercedes y Julio Herrera y Obes, tendrá lugar una charla sobre la situación que se vive en Sudáfrica. Participarán representantes de los partidos políticos uruguayos y del Comité Uruguayo contra el Apartheid. A las 20.30, se realizará una celebración ecuménica, organizada por cristianos pertenecientes a distintas instituciones religiosas.



8704752

LA HORA
7/10/85

Discriminación



### Por primera vez en Uruguay, materiales del Congreso Nacional Africano

# Jornada contra el Apartheid en la Universidad

El *Centro de Información y Orientación Cultural* invita para el día de hoy, a las 19.30 horas, al Acto y Exposición "Contra el Apartheid" que se llevará a cabo en el Paraninfo de la Universidad. La Universidad de la República, auspicia ambos eventos, así también como la Federación de Estudiantes Universitarios del Uruguay (FEUU), el PIT-CNT, el Frente Amplio, Partido Nacional, Partido Colorado y Unión Cívica. También adhieren a dicho evento, la Asociación de Empleados Bancarios del Uruguay (AEBU), el Sindicato Único Nacional de la Construcción (SUNCA), la Asociación de Docentes del Uruguay (ADEUR), SERPAJ, Comisión pro el Reencuentro de los Uruguayos.

*Enrique Nadal, Secretario del Comité Argentino - Latinoamericano contra el Apartheid. Cristina Pailos, Secretaria de Prensa del Comité, visitaron LA HORA*

Harán uso de la palabra el Secretario del Comité Argentino y Latinoamericano contra el Apartheid, *Enrique Nadal* y la profesora, *Lucía Sala* de Touron en representación de nuestra casa mayor de estudios.

En la exposición que se hará en el patio de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales, se presentarán materiales proporcionados por el Consejo Nacional Africano (CNA) y las Naciones Unidas.

Los uruguayos tendremos hoy la oportunidad de presenciar por primera vez en nuestro país, láminas fotográficas, libros y folletos que ilustran sobre la situación del pueblo sudafricano bajo el régimen inhumano del Apartheid.



8704752

SECRETO

Parte Especial de Información Nro 001/86 FECHA 07 / ENE / 86

Evaluación: Ejemplar Nro.

Asunto: COMITE URUGUAYO CONTRA EL APARTHEID.

TEXTO:

Se ha tomado conocimiento de la creación del Comité Uruguayo contra el Apartheid en Montevideo.

La inauguración del mismo contó con una exposición de fotografías cedidas por las Naciones Unidas y el Concejo Nacional Africano (CNA), que muestran la situación de la mujer,los niños y el trabajador bajo el régimen del apartheid.

Se adhirieron a dicho comité el Plenario Intersindical de Trabajadores y el Comité Nacional de Trabajadores (PIT-CNT),Frente Amplio, Partido Colorado, Blanco y asociaciones profesionales, sindicales y religiosas.

NOTA: Se adjunta fotocopia de un artículo referente al tema.

.*.*.*.*.*.*.*.*.

SECRETO



[redacted] 8704752

RE I Sudáfrica.

# URUGUAY

Se creó en Montevideo el Comité Uruguayo contra el Apartheid. La inauguración contó con una exposición de fotografías en la Universidad, cedidas por la Naciones Unidas y el Concejo Nacional Africano (CNA), principal organismo que lucha por la segregación racial de Sudáfrica. Las fotografías muestran, por primera vez en el Uruguay, la situación de la mujer, los niños y el trabajador bajo un régimen tan oprobioso como es el apartheid, que la ONU ha declarado "crimen de lesa humanidad". Uno de los oradores, representante del Comité Argentino contra el Apartheid, afirmó en el acto que "tanto el comité uruguayo como su similar argentino, tienen como finalidad canalizar las mejores tradiciones de solidaridad internacional de nuestros pueblos rioplatenses". Adhirieron al comité uruguayo contra el apartheid la PIT-CNT, Frente Amplio, Partido Colorado, Blanco y asociaciones profesionales, sindicales y religiosas.

Cr. Pres. 13/11/85



8704752

**COMITE URUGUAYO CONTRA EL APARTHEID**

**INTEGRANTES**

MERCEDES FONTOURA

DANIEL BASSO

GLADYS A. DE GRASSI

LUIS MARQUEZ

JOSE CARRIZO

EDISON ARIEL MONTES DE OCA

BEATRIZ SIENRA

SILVIA PAZO

DIPUTADO GILBERTO RIOS

PEI 001/86 se le adjuntó y se envió a principios de junio/86 al Agregado en R.OU. no se encontró copia (en poder del Sr. Cuel Leira) y él pidió nuevamente esta lista.

26-6-86 !

29 / 29

8704752

RS

ARCHIVAR EN: Sudáfrica (131)

TEMA: SOUTH AFRICA: THE IMPLICATIONS OF UNEMPLOYMENT

PROCEDENCIA: ENLACE Sudáfrica 16/7/82 Doc. 1028/82

ARCHIVADO EN: E. Sudáfrica (135)

01·01 8705126

RS

ARCHIVAR EN: Sudáfrica (131)

TEMA: Fidel Castro's "Religious Books" Proposed to South Africa.

PROCEDENCIA: ENLACE Sudáfrica 16/7/82 Doc. 1017/82

ARCHIVADO EN: ENLACE Sudáfrica (135)

01·01 8705129.

# De la Embajada Sudafricana

Señor
Redactor Responsable
de "La Mañana"
PRESENTE

De mi consideración:
Respetuosamente me tomo la libertad en presentarle a usted un documento, el cual preparé, con antecedentes detallando los cambios que han ocurrido en Sudáfrica y cuáles son los cometidos de mi Gobierno hacia una nueva dispensación política para todo el pueblo sudafricano.

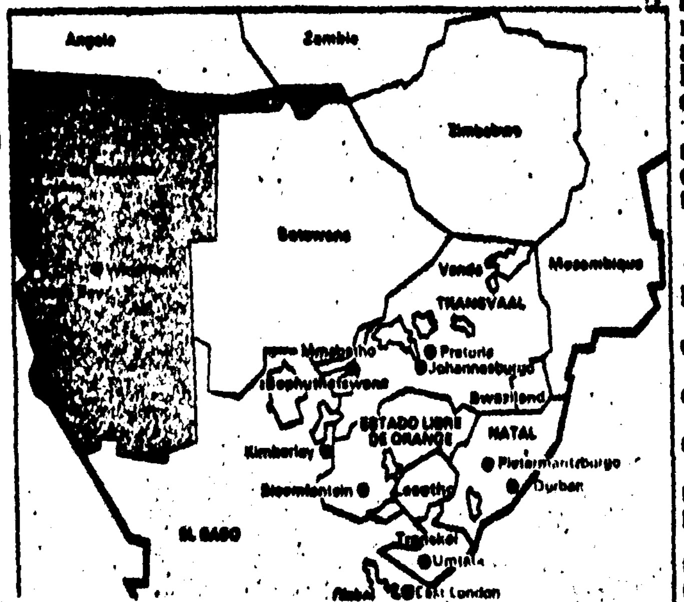
Confío que el mismo sea útil en describir la otra cara de la moneda sudafricana que no siempre es vista ni oída.

Permítame hacerle llegar mi más sincero agradecimiento por recibirme en el día de hoy. Las éticas periodísticas tan correctamente defendidas por vuestro matutino, son una piedra angular para la libertad de expresión en Uruguay.

Agradeciéndole nuevamente, y quedando a sus gratas órdenes, saludo a usted muy atentamente.

A. J. MARAIS
*Encargado de Negocios a.i.*

N de R.: Dado lo extenso del trabajo del citado diplomático, lo ofrecemos en dos partes, la primera de las cuales publicamos a continuación.




# Sudáfrica: 1987 y... ¿futuro? (I)

Nunca antes en la historia política contemporánea había Sudáfrica experimentado tanto ostracismo internacional como en la actualidad.

Sin tratar de esconder las deficiencias morales que el actual sistema político sudafricano tiene, uno no puede dejar de preguntarse por qué la comunidad internacional no reacciona frente a otros sistemas de gobierno en los cuales la justicia e igualdad no son aplicables, donde están al orden del día países con un solo partido político, con dictaduras y con gobernantes autoritarios, países en los cuales no existe la libre práctica de religión, la libertad de expresión y movimiento, un poder judicial autónomo, ni normas o valores básicos.

¿Por qué semejante moralidad selectiva?

Lo que es aún más sorprendente es el hecho que estos países son todos miembros respetados en el foro político internacional, y mientras son los primeros en condenar el apartheid, consideran, por conveniencia, que sus propios males son problemas domésticos, en los cuales no se tolera intervención extranjera.

Parecería entonces que apartheid es el mal de todos los males, siendo convenientemente utilizado como chivo expiatorio.

Lo más irónico del caso, sin embargo, es que el Gobierno sudafricano públicamente rechaza el apartheid, lo ha declarado anticuado y se ha empeñado en alejarse de este sistema y llevar a cabo significantes reformas en el país.

Respecto a la reforma, se puede discutir si es suficiente, si se está realizando en un período de tiempo razonable y si la misma es genuina o simplemente superficial. Después de todo, el resultado de la naturaleza y tendencia de esta reforma debe ser una sociedad estable y con desarrollo dinámico.

A través de declaraciones y reformas, el Gobierno sudafricano ha puesto de manifiesto su sinceridad y deseo de crear una nueva estructura constitucional para todos los sudafricanos.

¿Qué hemos logrado hasta el momento?

Hemos rechazado públicamente:

— la discriminación racial y el deterioro de la dignidad humana
— la exclusión de cualquiera de las comunidades en las decisiones del proceso político
— la injusticia o falta de igualdad en las oportunidades existentes para cualquier comunidad
— la dominación política de una comunidad cualquiera sobre otra.

Ya hemos derogado o revocado las leyes que contradicen estos ideales y hemos estudiado otras leyes y prácticas que no concuerdan con estos principios.

A continuación se mencionan algunas áreas en las cuales ha habido reformas en los últimos años para eliminar la discriminación racial:

— el restablecimiento de una sola ciudadanía sudafricana
— documentos de identidad iguales para todos
— la reforma constitucional por la cual mestizos y asiáticos tienen representación en el Parlamento Central, ocupan cargos de Ministros y Viceministros en el Gabinete y son nombrados Embajadores sudafricanos en el exterior.
— la introducción de consejos regionales multirraciales
— la introducción de un sistema de administración provincial multirracial que tiene un Poder Ejecutivo conjunto para la región Natal/KwaZulu
— la eliminación del control de movimiento, el sistema de pase y otras 34 normas relacionadas a los mismos
— la derogación del acta que prohibía matrimonios interraciales y la ofensiva cláusula racial discriminatoria del acta de inmoralidad
— la derogación del acta que prohibía los partidos políticos mixtos, es decir la participación de distintas razas dentro de un mismo partido político
— la derogación de la cláusula que sólo permitía seleccionar la inmigración de blancos
— derechos totales para los negros a tener bienes
— la eliminación de restricciones en actividades económicas
— el libre acceso y participación en los negocios de los distritos comerciales a todas las personas, cualquiera que sea su raza
— la creación de un sistema de impuestos uniforme para todas las razas
— la eliminación de desplazamientos forzados
— la eliminación de segregación racial en trenes, ómnibus, hoteles, restaurantes, cines y teatros
— el libre acceso a clubes y la práctica de deportes sin discriminación racial
— el acta sobre zonas raciales (áreas residenciales separadas) está actualmente en estudio por el Consejo Presidencial
— la educación igualitaria para todos los grupos poblacionales es una meta y se está procediendo debidamente
— la derogación de permisos para que estudiantes de raza no blanca puedan concurrir a universidades para blancos
— colegios privados abiertos a todas las razas

La lista no termina aquí, ni está en un orden especial. Simplemente muestra que el Gobierno sudafricano no está dilatando su programa de reforma.

Awie J. Marais
*Encargado de Negocios a.i.*

Sudáfrica

131

25

D.E.R.I.A

0 01

BU, 88 B405205

131

La Nación 10/5/83

PERU

# Los dos "apartheid"

Por Yves Cuau

**Los moderados, negros y blancos, son la última esperanza de Sudáfrica. Hay que ayudarlos**

PARIS (L'Express). – Ante la simple mención de Sudáfrica, la opinión pública occidental piensa en el "apartheid" y reacciona como si le hubieran aplicado un hierro candente. Y con razón. Se trata de un sistema odioso desde el punto de vista moral, políticamente insostenible más tarde o más temprano, y totalmente ineficaz en el contexto de una economía moderna.

Pero, ¿cuántos franceses saben que muchos de los aspectos más chocantes del "apartheid" han desaparecido ya? Por supuesto queda todavía mucho por hacer en este dominio, y el reportaje realizado en este aspecto por Alain Louyot para L'Express es harto elocuente. Plantea la cuestión en sus verdaderos términos.

Es de naturaleza idiota la pretensión de reducir actualmente la República Sudafricana a la mera dimensión del enfrentamiento entre *una* comunidad blanca y *una* comunidad negra. Este país plantea una serie de problemas gigantescos, pero totalmente originales. La cuestión principal es, desde luego, de orden étnico: concierne por lo menos a una decena de etnias entre los negros y entre los blancos, a las cuales hay que agregar los mestizos y los indios.

Fabuloso desafío que hace de Sudáfrica un hogar de crisis y un laboratorio, en el que todas las soluciones concebidas con arreglo a los modelos existentes se revelan necesariamente falsas. Los blancos, integrados por los boers, los ingleses, los judíos... se ignoran a menudo y a veces se detestan. Los negros son más diferentes entre sí que los pueblos de la vieja Europa.

**El error de Occidente**

Una sola cosa es cierta: Sudáfrica está en crisis y esa crisis es explotada y fomentada por la única gran potencia que saca provecho geopolítico empujándola a su paroxismo: la Unión Soviética. En el frente interno, la prueba de fuerzas está empeñada entre los duros y los liberales, en todos los [illegible]

Moscú apuesta, naturalmente, a la política del peor; Occidente, generoso, pero mal informado, ha elegido a menudo el papel de incauto.

Es de enorme importancia lo que está en juego, en el nivel mundial y en el de Africa, y concierne asimismo al conjunto de la economía internacional. Apenas si es necesario insistir sobre el primer punto: la República Sudafricana, en la bisagra entre los océanos Indico y Atlántico, fiscaliza la ruta del petróleo proveniente del golfo Pérsico. Los grandes puertos del país son fondeaderos o bases militares esenciales.

En escala del continente negro, Africa del Sur constituye un polo económico primordial para los países de la línea de frente y para muchos otros. Recordemos simplemente algunas cifras: más del 60 % de las importaciones de Zambia, Zimbabwe o Malawi se realizan a través de Sudáfrica; el 90 % de la electricidad de Mozambique procede de ese país; Svoaziland, Botswana o Lesotho tienen su economía totalmente imbricada con la de Pretoria; en 1986, el 57 % de las importaciones del Zaire, situado mucho más al Norte, han transitado en camiones por la red de carreteras del "enemigo". En cuanto a los recursos naturales, la antigua fórmula es siempre exacta. El sur de Africa es el golfo de los minerales estratégicos. El cromo, el manganeso, el vanadio y el platino son abastecidos por Africa del Sur a los Estados Unidos y a Europa. Sin hablar del oro y los diamantes.

**Moscú y Pretoria, socios**

Otras cifras pueden fijar las ideas: Moscú y Pretoria controlan juntas las tres cuartas partes de los recursos mundiales en el campo de los minerales preciosos. De donde un resultado curioso, aunque lógico a fin de cuentas: el Kremlin gasta mucha energía y dinero en el intento de desestabilizar el Africa austral, hasta el punto de prestarle como jefe de Estado Mayor al African National Congress (ANC) a un oficial superior de la KGB de origen lituano, llamado o apodado Joe Slovo.

Al mismo tiempo, para evitar la quiebra de mercados que rinden [illegible]

Soviética no duda en aliarse con el diablo para facilitar la comercialización de sus diamantes por De Beers, vende su oro a la misma central que Sudáfrica (el Swiss Gold Poll, de Zurich) y participa, todos los años, en mayo, de la "cena del platino", en el Savoy de Londres, a pesar de la presencia de los "Satanás" venidos del Cabo.

Interesante ejemplo de realismo, que debiera llamar un poco a la reflexión a ciertas conciencias honradas de Occidente. Las mismas conciencias que no deberían tomar demasiado en serio las declaraciones de tono mágico, formuladas regularmente por muchos jefes de Estado africanos, que condenan de manera encendida el "apartheid" por razones evidentes, pero al mismo tiempo conceden derecho de escala a los aviones sudafricanos, comercian con el odiado régimen y jamás dudan en pedirle asistencia técnica en caso de necesidad. En la Conferencia de Países No Alineados, celebrada en septiembre pasado en Harare, capital de la muy revolucionaria Zimbabwe, los automóviles de los delegados habían sido construidos en los suburbios de Johanesburgo, y las residencias de los jefes de Estado entregadas, llave en mano, por una empresa de Pretoria.

**Gravitación de Buthelezi**

Los problemas del Africa austral son bastante graves, urgentes y explosivos como para no complicarlos aún más con una logomaquia que no convence a los responsables de la línea de frente. ¿Es posible todavía en Africa del Sur una verdadera solución federal? Sería, sin duda, la última oportunidad. No es imposible si los moderados, desde el primer ministro blanco, Pieter Botha, fuertemente resistido en su propia comunidad, hasta el líder zulú Bu[illegible] jefe de la etnia negra más p[illegible] no son desbordados por lo[illegible] mistas.

Pero esa última oportuni[illegible] dríamos descartarla de ante[illegible] en nombre del "apartheid[illegible] dente practica un segundo [illegible] heid" a golpes de sanciones [illegible] tigarán a las comunidades [illegible] reforzarán el sentimiento [illegible] miento de los blancos. En tal [illegible] peor será muy pronto un hec[illegible]

(c) [illegible]

(Traducción de Jorge O[illegible]

Sudafrica

01·01

8705371

PERU

131

# Sudáfrica: realineamiento de fuerzas

Por Fernando Rama

En el interior de Sudáfrica se procesa rápidamente un realineamiento de fuerzas sociales y políticas, en el contexto de una situación revolucionaria en pleno desarrollo. Simultáneamente, en el plano internacional se asiste a un intento de recomposición del frente imperialista, que hasta 1986 lograba [illegible] un [illegible] apoyo al apa[illegible], pero que [illegible] aquel [illegible] comen[illegible] mostrar brechas importantes particularmente en Estados Unidos. Una de las maniobras que el imperialismo ha puesto en marcha adquiere especial peligrosidad, se trata de la apertura, de hecho, de un segundo frente de agresión a la República Popular de Angola, a partir de Zaire. Verdadera reapertura —si nos atenemos a la historia reciente de la región— las pequeñas pero significativas incursiones contra el gobierno del MPLA-Partido del Trabajo se orientan a debilitar la capacidad defensiva de la Línea del Frente y, al mismo tiempo, preparan una futura base de hostigamiento para cuando Namibia sea independiente.

Edson Arantes do Nascimento, Pelé. El "rey del fútbol" se pronunció por la libertad de Nelson Mandela y condenó el apartheid.

La crisis del apartheid, a medida que se profundiza, propaga hacia toda la sociedad un inevitable reacomodo de fuerzas sociales y políticas. Ultimamente, tal reacomodo de valencias ha sido muy intenso, particularmente en el seno de la minoría blanca, sector que adquiere creciente importancia para el futuro de la democracia en Sudáfrica.

En las recientes elecciones parlamentarias se asistió a un viraje bastante brusco del electorado hacia la derecha. De hecho, el resultado electoral significó una reafirmación de la línea de Botha en el interior del Partido Nacional, al tiempo que el Partido Neoconservador, un desprendimiento del Partido Nacional que refleja, básicamente, los intereses de la gran propiedad latifundista, se transformó en la principal fuerza "opositora" de la minoría blanca, desplazando de dicho lugar al Partido Federal Progresista (PFP) que constituye la expresión política de los sectores de la gran burguesía industrial [illegible] ligados al capital multinacional. El viraje derechista del electorado blanco sudafricano reflejó contradictoriamente los elementos de la crisis socioeconómica del apartheid, al tiempo que puso al desnudo el precio político pagado por el PFP y por sectores liberales del Partido Nacional — los bautizados como "New Nats"— fuerzas que han llegado a rechazar claramente el apartheid pero que todavía temen demasiado al movimiento democrático y siguen buscando una imposible tercera vía entre ambas opciones.

## La minoría blanca ante la crisis

Como resultado de la crisis — y también como manifestación más evidente de la [illegible] la clase trabajadora blanca ha dado pasos importantes en el plano sindical. Ultimamente se ha asistido a un notorio debilitamiento del sindicalismo amarillo, representado por la Federación TUCSA como consecuencia del pasaje de varios sindicatos que la integraban al campo del no racismo, es decir la aceptación de negros y mestizos entre sus afiliados, en igualdad de condiciones. Pero lo cierto es que a pesar de la caída del nivel de vida, del aumento del desempleo, de la violencia imperante en el país y del rechazo generalizado a las agresiones del régimen a los países fronterizos, dicha clase trabajadora sigue siendo fiel al Partido Nacional y al Partido Conservador. A corto plazo, las posibilidades del movimiento democrático para revertir esta tendencia no parecen ser muchas. Paralelamente, en el seno del movimiento nacional liberador y democrático crece la conciencia en torno a la importancia de ganar espacio en este sector social, decisivo en el proceso de progresivo aislamiento del racismo y el fascismo.

La pequeño-burguesía blanca, el amplio espectro de capas medias donde la intelectualidad y el estudiantado universitario pesan mucho, tiende a responder a la crisis por medio de la emigración, particularmente hacia Zimbabwe, sociedad que estos sectores visualizan como modelo de democracia no racial. Miles de técnicos, personal altamente calificado, han emigrado ante la oscura perspectiva que para ellos ofrece la Sudáfrica del apartheid y la violencia total. Estos sectores se expresan políticamente en el PFP, partido aún muy distanciado del Frente Democrático Unido y más receloso todavía de la influencia del Congreso Nacional Africano, pero que ha tenido la virtud de eliminar el sopor ideológico que durante años mantuvo adormecidos políticamente a estos sectores.

Mientras tanto, importantes sectores de la gran burguesía no africana protestan contra Botha, pero están incapacitados para delinear una vía diferente. Su comportamiento político se limita a constatar algo evidente para todo el mundo: cuanto más se endurece la represión más probable se torna el curso anticapitalista de la revolución.

## La respuesta democrática

Vistas las cosas desde el ángulo del movimiento democrático y progresista, el resultado electoral del 6 de mayo obliga a calificar mucho más las líneas de acción políticas tendidas a partir de 1985. "Acentuar la lucha armada", fue la consigna principal lanzada por el presidente del Congreso Nacional Africano, Oliver Tambo, al comentar las elecciones. Porque, básicamente, con ellas Botha logró el objetivo que buscaba: reunificar políticamente a la minoría blanca para defender los privilegios del racismo hasta sus últimas consecuencias, tal como, por otra parte, habíamos pronosticado desde estas páginas.

Un segundo gran desafío planteado ante el FDU es cómo fortalecer y extender los embriones de poder popular surgidos en el fragor de los formidables combates de masas de los últimos meses. Al mismo tiempo, el movimiento democrático deberá evitar que el régimen logre desviar el actual estado de cosas hacia enfrentamientos entre negros, tal como aconteciera en Crossroads el pasado año. La dispersión y la generalización de las luchas a todos los rincones del país es vital para impedir que el omnipresente aparato represivo concentre fuerzas sobre núcleos aislados de resistencia.

Un tercer aspecto, fundamental, pasa por incrementar las fuerzas del movimiento antiapartheid en todo el mundo, particularmente en Europa y en Estados Unidos, donde se asiste a un serio intento por recomponer el fragmentado frente de potencias imperialistas protectoras del apartheid.

## Hacia la alianza Washington-Pretoria

En este esfuerzo se inscribe, por ejemplo, el reciente viaje del arzobispo Desmond Tutu a Brasil, donde protagonizara una gran campaña antiapartheid, que incluyó un trascendente pronunciamiento del "rey" Pelé. La indignación con que el propio Tutu fustigó la renu[illegible] del gobierno brasileño a romper relac[illegible] con Sudáfrica fue también una den[illegible] indirecta a las obvias presiones de[illegible] perialismo norteamericano sobre Bra[illegible]

Precisamente, es desde Estados U[illegible] que se asiste a una contraofensiva d[illegible] sectores ultraderechistas que se exp[illegible] a través de Ronald Reagan, una vez [illegible] han dado por fracasada la política [illegible] "compromiso constructivo" que sir[illegible] durante un cierto tiempo como pan[illegible] disimuladora de la alianza estratégica [illegible] el gobierno norteamericano y el rég[illegible] racista. Parte de dicha contraofensiva [illegible] reciente votación del Congreso de Est[illegible] Unidos que veta la ayuda financiera a [illegible] países de la Línea del Frente, agred[illegible] por Pretoria. Los avances registrados [illegible] movimiento antiapartheid en Esta[illegible] Unidos en los últimos dos años — [illegible] ticularmente en los círculos religiosos [illegible] universitarios— colocaron las simpatías [illegible] la población norteamericana respecto [illegible] lucha democrática en Sudáfrica a un n[illegible] jamás visto antes. Simultáneamen[illegible] varios transnacionales comenzaron [illegible] expresar su miedo ante la evolución d[illegible] situación sudafricana y retiraron sus c[illegible] les, total o parcialmente. Esta situa[illegible] dio origen a un complejo juego por p[illegible] de Reagan y su gente. Las [illegible] de Reagan y sus [illegible] en [illegible] [illegible] en medio del [illegible] y [illegible] legislativo norteamericano, da[illegible] origen a decisiones contrapuestas. [illegible] aprobación de la "Enmienda Clark" [illegible] contra de la ayuda [illegible] Línea del Frente, con triunfos de Reag[illegible] la aprobación de las sanciones co[illegible] Sudáfrica a fines del año pasado, con[illegible] [illegible] momento de [illegible] complejo militar-industrial.

En similar posición se encuentran, [illegible] Europa, Thatcher, Khol y Chirac, cons[illegible] temente presionados por la oposición [illegible] abandonar el más o menos bien disim[illegible] de apoyo a Pretoria y permanentemen[illegible] [illegible] hacia una política por [illegible] [illegible] intereses [illegible]. [illegible] escándalo que estallara en el parlamen[illegible] alemán federal a propósito de la venta [illegible] buques de guerra a Sudáfrica, le caus[illegible] sin duda, más de un dolor de cabeza al je[illegible] del ejecutivo, Helmut Khol.

## El peligro de un nuevo escalón bélico

Finalmente, en el contexto de Áfri[illegible] Austral, la independencia de Namibia [illegible] otro tema en torno al cual los vetos en [illegible] Consejo de Seguridad de la ONU se hac[illegible] cada vez más insostenibles. Un síntoma [illegible] ello, lo constituyen las claras maniobr[illegible] imperialistas para montar rápidamente u[illegible] nueva base de agresión contra Angola [illegible] eventualmente, contra otros países de [illegible] Línea del Frente, a partir de Zaire. En me[illegible] dio de las aparentes buenas relaciones entre Luanda y Kinshasa, las incursiones de la UNITA a partir del territorio zaireño se han tornado constantes. La presencia de asesores norteamericanos y suda[illegible] fricanos tras los ataques registrados contra objetivos económicos en Cabinda, también se tornó indisimulable cuando el ejército angolano derribó, hace aproximadamente dos meses, un avión piloteado por conocidos expertos en guerras secretas.

No es casual, por otra parte, que en el marco de toda esta evolución de los acontecimientos de África Austral en el sentido de una nueva escalada belicista —dentro y fuera de Sudáfrica— el gobierno de la Unión Soviética se haya pronunciado, una vez más, en forma clara y precisa sobre la necesidad de pacificar la región urgentemente. El fin del apartheid y la independencia de Namibia, procesos estrechamente interligados, constituyen requisitos imprescindibles para evitar un nuevo salto cualitativo en el nivel de confrontación. Nuevo salto que, evidentemente, llevará las cosas al borde mismo de la conflagración mundial.

PARTES ILEGIBLE

01·01

870577 4

OPTO. II (EXTERIOR)
10.8.87
F.D.S.

EL PAIS

131

Montevideo, lunes 10 de agosto de 1987

# Comenzó masiva huelga minera en Sudáfrica

JOHANNESBURGO. — Millones de mineros negros sudafricanos lanzaron anoche lo que podría resultar la más grande huelga industrial del país, emprendida contra 46 minas de oro y carbón en demanda de mejores salarios y condiciones de trabajo, dijeron voceros sindicales.

El Sindicato Nacional de Mineros (SNM), que ordenó la huelga a sus 200.000 miembros, dijo que la huelga se ponía en marcha con el inicio de turnos nocturnos en 38 socavones donde trabajan 30.000 hombres, y en una mina de oro con una fuerza obrera de 15.000.

El vocero del SNM, Marcel Golding, dijo que en la mina de oro de Randfontein, al oeste de aquí, los trabajadores abandonaban sus viviendas en cumplimiento del éxodo en masa dispuesto por el sindicato, para evitar choques con fuerzas de seguridad.

Golding dijo que por lo menos cinco trabajadores fueron detenidos por guardias de seguridad en las minas de Klerksdorp, al suroeste de Johannesburgo, habiéndose tendido vallados frente a la mina de oro instalada al oeste de la ciudad.

## "Tretas sucias"

Dirigentes sindicales acusaron a las empresas de usar "tretas sucias" para tratar de impedir el paro, que representa un grave desafío al gobierno blanco.

Un vocero del SNM dijo que se estaban distribuyendo volantes falsos para tratar de evitar que 200.000 mineros de 46 minas de oro y carbón del país detengan sus tareas desde esta noche.

Golding dijo a Reuter que no había noticias de disturbios pero que la atmósfera era tensa en las minas donde los trabajadores abandonaron sus tareas para reclamar mayores salarios y mejores condiciones de trabajo.

"Tretas sucias conocidas se están empleando para impedir la huelga", dijo Golding. "La administración de las minas está tratando de desinformar a los trabajadores. Se están distribuyendo panfletos supuestamente firmados por el SNM diciendo que la huelga se levantó".

Voceros de la Cámara de Minas, que agrupa a las seis grandes empresas mineras del país, no quisieron hacer declaraciones sobre las acusaciones del sindicato.

El SNM, el más poderoso entre los gremios legalizados en 1979, dijo que el paro podría afectar a más de la mitad de las minas de oro de Sudáfrica y a un quinto de sus minas de carbón. La industria minera produce más del 60 por ciento de los ingresos de divisas del país.

Huelgas anteriores de mineros produjeron violentos enfrentamientos con las fuerzas de seguridad, pero esta vez el SNM ordenó a los huelguistas regresar a sus hogares en un éxodo masivo de las residencias que les proporcionan las empresas.

Golding dijo que miles de trabajadores migratorios de Malawi y Mozambique podrían quedarse debido a las dificultades que significa transportarlos de regreso a sus países.

El gobierno no ha hecho comentarios sobre la inminente huelga. Las minas emplean a más de medio millón de negros.

Pretoria, alarmada por la creciente participación sindical en la lucha del movimiento negro por obtener derechos políticos, dijo la semana pasada que estaba revisando la legislación sindical.

No hubo esfuerzos de último momento para estrechar las diferencias entre la demanda de los mineros de un aumento salarial del 30 por ciento y las ofertas patronales de incrementos que llegan al 23,4 por ciento.

SUDAFRICA

01·01

8706101

SUDAFRICA

131

EL PAIS DEL 070887

## INTERNACIONALES: ¡ESTUVO SUDAFRICANO!

"MUY, pero muy movida estuvo ayer la sesión de la Comisión de Asuntos Internacionales de Diputados, que preside el Cr. León Morelli", anunció uno de los informantes de "La Trasienda" cuando tomaban los cafés después de comer excelentes entrecots de "Morini".

—Tengo entendido que había solicitado audiencia el Encargado de Negocios de la República de Sudáfrica ante el gobierno uruguayo.

—Así es. El diplomático realizó ante los parlamentarios un informe que duró 40 minutos sobre lo que "considera campaña internacional desatada en el mundo para deteriorar la imagen sudafricana, desfigurando la situación interna y criticando la política internacional".

—¿Y?

—Mire, tuvo de inmediato duras, severas y enérgicas respuestas, pero todo en un clima de mutuo respeto. El primero en romper el fuego fue el diputado de la "99", Yamandú Fau, quién señaló que la Comisión lo recibía con el criterio pluralista con el que siempre ha trabajado. Expresó luego el rechazo a los argumentos expuestos por el Embajador, criticando la segregación racial existente en Sudáfrica y reclamando que en el informe que elevara a su país, trasuntara el reclamo, que seguramente contaba con el respaldo de la mayoría del Parlamento uruguayo, en el sentido de que se liberara a Mandela y a los presos políticos.

—Luego me dijeron que habló el diputado de la Lista 85, el gigantesco Roberto Asiaín, quién se manifestó sorprendido de escuchar que uno de los grandes logros del Gobierno sudafricano en estos años había sido la construcción de centenares de escuelas para negros. Además mostró perplejidad por las expresiones del diplomático que destacaban que en Sudáfrica los negros se habían visto beneficiados con los adelantos que pueden disfrutar en los campos técnicos, económicos y deportivos, surgiendo claramente con ello que está ausente el respeto a los derechos políticos de la mayoría negra. Más adelante se refirió con objeciones severas hacia el panorama de política interna y a la ocupación militar del territorio de Namibia, violatoria de diversas resoluciones de la ONU, que fueran votadas por Uruguay durante la gestión del actual Gobierno democrático.

—Le digo que similares expresiones hubo de Daverede, Barrios Anza y Morelli. En tanto el diputado José Luis Pintos manifestó que aprobaría en el plenario un proyecto de declaración contra el "Apartheid" y la "ocupación de Namibia" siempre que la misma fuera acompañada por otras iniciativas condenando a los gobiernos de Cuba y Rusia.

—¡Movida la sesión!

—Le repito que el clima fue muy severo, pero siempre dentro de un tono respetuoso. ¡Abur!

0706508

01·01

TEMA: SUDAFRICA: LA REALIDAD

PROCEDENCIA: ENLACE Sudafricano 21/8/87 Doc. 1257/87

ARCHIVADO EN: ENLACE Sudafricano (133)

8707066

01·01

---

ARCHIVAR EN: Sudafrica (131)

TEMA: ANC: APPEAL FOR INTENSIFIED ACTION!

PROCEDENCIA: ENLACE Ingles 26/8/87 Doc 1241/87

ARCHIVADO EN: ENLACE Ingles (135/C

01:01

8707078

---

ARCHIVAR EN: SUDAFRICA (131)

TEMA: ANC: REACTION TO REINTRODUCTION OF STATE OF EMERGENCY del 23/7/87 (8/0688)

PROCEDENCIA: Doc Nº 1237/87 del 18/8/87

ARCHIVADO EN: ENLACE INGLES (135/C

01·01

8707187

ARCHIVAR EN: SUDÁFRICA (131)

TEMA: ZIMBABWE, ZAMBIA AND MOZAMBIQUE'S ECONOMIC DEPENDENCE ON SOUTH AFRICA dd 30/7/87 (B/0723)

PROCEDENCIA: DOP. Nº 1231/87 dd 18/8/87

ARCHIVADO EN: ENLACE INGLES (135/C

01·01 8707194

ARCHIVAR EN: SUDAFRICA (131)

TEMA: ANC: APPROACH TO TALKS WITH GLAMS IN SOUTH AFRICA dd 30/7/87 (B/0725)

PROCEDENCIA: DOP Nº 1230/87 dd 18/8/87

ARCHIVADO EN: ENLACE INGLES (135/C)

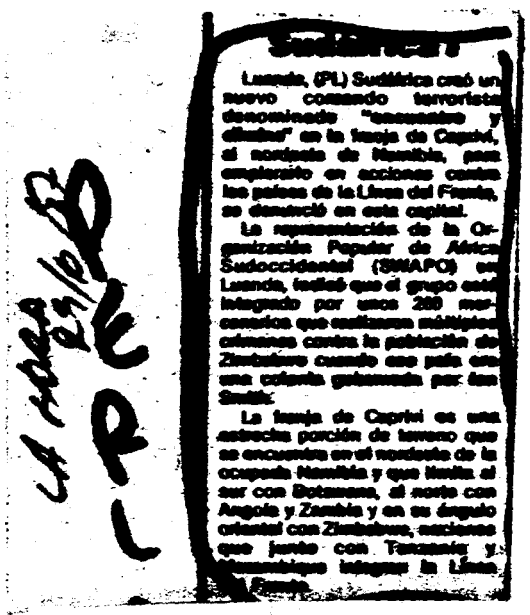
8707199

01·01

Eg

SUDAFRICA

131



Luanda, (PL) Sudáfrica creó un nuevo comando terrorista denominado "exterminio y ataque" en la franja de Caprivi, al noroeste de Namibia, para emplearlo en acciones contra los países de la Línea del Frente, se denunció en esta capital.

La representación de la Organización Popular de África Sudoccidental (SWAPO) en Luanda, indicó que el grupo está integrado por unos 200 mercenarios que realizarán múltiples crímenes contra la población de Zimbabwe cuando ese país sea una colonia gobernada por dos Smith.

La franja de Caprivi es una estrecha porción de terreno que se encuentra en el noroeste de la ocupada Namibia y que limita al sur con Botswana, al norte con Angola y Zambia y en su ángulo oriental con Zimbabwe, naciones que junto con Tanzania y Mozambique integran la Línea del Frente.

01-01

8707220

28

ARCHIVAR EN: Sudáfrica (131)

TEMA: Cisma religioso en Sudáfrica por otra Congregación

PROCEDENCIA: El Día 28/6/87

ARCHIVADO EN: Religión (061)

01-01 8707325

LA MAYOR HUELGA DE LOS MINEROS NEGROS EN SUDAFRICA

# Desafío a las empresas

Agencia AFP

Un minero negro del yacimiento de oro de Vaal Reefs, el segundo del mundo, reafirma su condición de huelguista.

**JOHANNESBURGO, 19 (AFP, Reuter y "Los Angeles Times", especial para Clarín). — Unos 2.000 mineros negros en huelga votaron esta noche desafiando un ultimátum del mayor grupo de empresas mineras de Sudáfrica de regresar a sus labores o afrontar el despido.**

**La Unión Nacional de Mineros (NUM) anunció que los trabajadores de las minas de oro de Vaal Reefs, al sudoeste de esta ciudad, decidieron rechazar el ultimátum, y un vocero del grupo minero Anglo American dijo que les habían informado la decisión y que, por consiguiente, los mineros se habían despedido solos.**

**El voto fue considerado como un dramático apoyo de las bases al sindicato, que llevó a la huelga a unos 300.000 trabajadores de las minas de oro y carbón en la mayor disputa salarial de la historia de Sudáfrica. La importancia del conflicto deriva del hecho de que la minería provee la mayor parte de las ganancias externas del país, y la lucha sindical se ha convertido en una punta de lanza del esfuerzo de los militantes anti contra el "apartheid" por derrocar al régimen de minoría blanca.**

**♦ Condiciones inaceptables**

**"Los trabajadores de Vaal Reefs dijeron que no estaban preparados a aceptar las condiciones impuestas y la última oferta salarial de Anglo American", señaló a la prensa el asistente del secretario general del sindicato, Marcel Golding.**

**Un poco antes, los propietarios de las minas se habían acreditado una pequeña victoria, luego que 700 negros accedieran a un ultimátum similar para regresar a sus actividades en las minas de Landau, al este de Johannesburgo.**

**Vaal Reef, la segunda mina de oro más grande del mundo, emplea a 50.000 trabajadores negros. Los 2.000 que serán despedidos si no reanudan sus tareas mañana pertenecen al *Pozo Número Seis*, que la Anglo dice que solo produce ganancias marginales.**

**Antes del voto, un helicóptero de la Anglo arrojó panfletos para comunicar el ultimátum a los trabajadores, muchos de ellos inmigrantes**

**El pozo es uno de 10 de la mina, que cubre una vasta franja de tierra a lo largo del río Vaal, en el Highveld sudafricano y es considerado un bastión de la NUM.**

**Por el contrario, el sindicato incentivó a los trabajadores de las minas de carbón de Landau a no regresar a sus tareas.**

**La Anglo, que sostiene que Landau ya no produce utilidades y planea cerrarla el próximo año, amenazó con hacerlo hoy si los mineros no regresan a sus tareas.**

**La huelga de 10 días, una prueba de fortaleza entre los sindicatos negros y las empresas controladas por blancos, fue marcada por la violencia.**

**La mayoría de los enfrentamientos durante la semana pasada tuvieron lugar en las minas y plantas de procesamiento de Anglo American, pero funcionarios de la compañía dicen que los miembros del sindicato han sido culpables de sabotaje, intimidación y violencia contra los rompehuelgas.**

**♦ *Motivos del paro***

**Las banderas de la huelga nacen del hecho de que los mineros, que ganan una quinta parte de lo que perciben sus contrapartes blancos, están pidiendo un aumento salarial del 30% y otras mejoras.**

**Compañías como la Anglo American, que internacionalmente son conocidas como las avanzadas del trabajo igualitario en Sudáfrica, han ofrecido porcentajes menores de incremento. Asimismo, ofertan la apertura de trabajos de supervisión a los negros.**

**Un editorial publicado hoy en "The Washington Post" afirma: "Los temas en disputa en esta huelga son económicos, pero el conflicto apunta a la pregunta esencialmente política de cómo los negros van a luchar contra los blancos. Esta es la razón de que los blancos fueran reluctantes a conceder a los negros un canal de expresión colectiva".**

**Agrega el diario que "ahora que la huelga minera está en marcha, se ha vuelto un importante test de poder en un país donde otras formas de afirmación negra están rígidamente prescriptas".**

01'01 0707602

131

PERLA



# Mineros sudafricanos: ¿nueva punta de lanza?

***Podrían quedar cesantes en breve 40.000 mineros negros, sobre un total de más de 300.000 que iniciaron hoy el decimocuarto día de huelga por lapso indeterminado en demanda de mejoras salariales en los yacimientos de y carbón de Sudáfrica, que proveen las tres cuartas partes de los ingresos totales del país. Fueron despedidos 000 de esos trabajadores, muchos de ellos compulsivamente devueltos a sus hogares tribales. Nada menos que 32 huelguistas muertos —30, en un accidente durante su retorno al pueblo de Ciskei— acarreó hasta hoy este movimiento de fuerza, el más dilatado de la historia sudafricana y que pese a su carácter gremial reviste significativas consecuencias políticas, y han reanimado el movimiento contra el "apartheid".***

La huelga nacional por tiempo indeterminado que llevan a cabo, hace hoy 14 días, más de 300.000 mineros negros de las minas de oro y carbón de Sudáfrica —la mitad de los trabajadores ocupados en esos yacimientos, un pivote fundamental de la economía sudafricana—, trasciende por su magnitud y proyección a la reivindicación salarial que figura como principal objetivo del movimiento huelguístico.

En efecto: esta huelga masiva en 56 de las 90 minas es la más prolongada en toda la historia de Sudáfrica. Además, denota una notable capacidad de organización por parte de la Unión Nacional de Mineros (NUM), fundada hace apenas cinco años y que lidera Cyril Ramaphosa. Por entonces la Unión sólo reunía a 6.000 adherentes; hoy nuclea a 250.000.

Y, lo más significativo de todo: la huelga en curso acarreó como una primera consecuencia, destacada por los observadores, el renacimiento del espíritu del movimiento contra el "apartheid"; una lucha liderada hasta ahora por diversas organizaciones políticas negras, así como por agrupaciones religiosas y de derechos humanos que se oponen al racismo.

Ese movimiento se hallaba en los últimos tiempos relativamente apaciguado tras 14 meses de aplicación de la Ley de Emergencia dictada por el gobierno de minoría blanca de Piether Botha: sus severas disposiciones habían logrado atemperar aquella protesta que llegó a traducirse en ciertos momentos en una agitación mayúscula y una represión implacable, con miles de víctimas hasta la fecha.

La segregada población negra, esa inmensa mayoría perteneciente a las tribus zulú, sotho, xhosa y otras, que conforma el 67 por ciento del total poblacional sudafricano estimado hoy en aproximadamente 25 millones de habitantes (una mayoría de color, recordémoslo, que es discriminada hasta extremos infrahumanos por el 19 por ciento de blancos y aun por los mestizos e hindúes), representa el grueso de la mano de obra en las minas.

Este hecho, por sí mismo, torna poco menos que inevitable tal identificación entre los reclamos por mejoras en las condiciones de trabajo y los reclamos por una equiparación cívica y racial con los trabajadores y pobladores blancos.

Sin embargo, los propios funcionarios gubernamentales han reconocido que el movimiento de fuerza no envuelve "prima facie" demandas políticas, y se ciñe a la exigencia prioritaria del 30 por ciento de aumento (mientras las empresas se atienen por ahora al 15 y 23 por ciento concedido con anterioridad). Inclusive, dirigentes mineros como Jacob Mokobane, de Randfontein, han reconocido que "éste no es aún el tiempo para demandas de tipo político: tendremos que trabajar todavía de tres a cinco años más, antes de poder pensar en formularlas".

Si no las demandas, las consecuencias invaden lo político; como se ha dicho, de modo inevitable. Los he-

Agenci...

Un guardia blanco vigila en Val Reefs, Sudáfrica, a m... negros huelguistas que serán devueltos a sus hogares...

chos ya están perturbando los nueve años de a... graduales logrados por el gobierno en materia d... ciones laborales: tras la legalización de los sin... negros en 1978, éstos habían funcionado en la... oficial como válvulas de seguridad de la irrep... tensión racial, en ausencia de otros canales permi...

◆ Las cifras del conflicto

Al amanecer de este domingo, otros mil m... negros (3.000 según el sindicato) se sumaron a lo... riormente despedidos; las flamantes cesantías o... ron en el yacimiento aurífero de Randfontein, pro... de la Johannesburg Consolidated Investments, y... más se despertaron con la amenaza de ser cesan... ultimátum mediante. Los cesantes llegaron ya a 1...

Sólo la más importante de las compañías min... Anglo American Corporation, el viernes dio de... 4.000 trabajadores al cerrar la mina de oro V... Goldings, y el día anterior había echado a otros 2... la mina de oro de Vaal Reefs. Y la cuenta va en... engrosarse: la Anglo American anticipó que dej... santes a 16.000 operarios de cuatro yacimientos... retoman su labor el lunes. También anunciaron m... disciplinarias la empresa Gencor y la Johannesbu...

Son cifras que envuelven otro tipo de guarism... más dramáticos; uno de ellos: los dos huelguistas... en aparentes enfrentamientos con las fuerzas de... dad; otro: los 30 mineros muertos tras ser desaloj... los barracones que les servían de dormitorio-todo... una mina de Orange Free, y que perdieron la vid... do el autobús en que eran llevados a sus casa... paupérrima y segregada zona tribal de Ciskei se e... en un remoto paso montañoso. Agréguense los he... arrestados.

El ministro de Mano de Obra, P.T.C. Du P... predijo que los huelguistas podrían ser reempl... por "mano de obra temporaria", antes de que h... rios quebrantos en la balanza exportadora. Pero... Swilling, profesor de la Universidad de Witwater... ha señalado que la huelga cobra importancia p... porque los mineros negros poseen, desde tiempo... nuevas habilidades profesionales, en áreas espe... das antes reservadas a los blancos. Otro factor... desdeñable, que avala sus reclamos de equiparac... oral.

01·01

8707

HA

931

EL DIA

Montevideo, sábado 16 de agosto de 1987

# Violentos choques entre mineros y policías dejan 76 heridos en Sudáfrica

JOHANESBURGO. — La Policía sudafricana disparó balas de goma contra grupos estudiantes de mineros negros que blandían machetes, hiriendo a por lo menos 76 en el peor enfrentamiento de una huelga cada vez más violenta, informaron propietarios de minas.

El conglomerado minero Anglo American informó que el choque se desató después que más de 700 huelguistas armados con machetes y cócteles molotov se congregaron antes del amanecer en Western Deep Levels en la faja aurífera al oeste de Johannesburgo.

"Se realizaron reiteradas intentos por dispersar a la muchedumbre. Luego el grupo avanzó contra las fuerzas de seguridad, arrojando piedras y fue despejado".

"Disparos de balas de goma", consignó un comunicado de Anglo.

Cuatro de los heridos se hallan en grave estado, informó a la prensa Peter Gauch, presidente de la División de oro y uranio de la Anglo.

La Unión Nacional de Mineros (UNM), cuya huelga declarada hace cinco días en respaldo de demandas salariales ha afectado sensiblemente la extracción de oro y cromo, acusó a las autoridades de utilizar tácticas de mano dura y sugirió que podría adoptar una estrategia más combativa cuando se reinicie este fin de semana el trabajo normal de 300 mineros.

Su presidente James Mahlatsi declinó formular conjeturas acerca de si ello podría incluir tácticas más combativas como sentadas en el interior de los socavones y galerías de las minas.

El SNM, que según cálculos de fuentes independientes consiguió movilizar a unos 300.000 mineros, acusó a la policía de haber actuado salvajemente al reprimir una sentada de protesta en la planta Ergo, al este de Johannesburgo.

La central sindical precisó que algunos de los 950 huelguistas que ocupaban la planta fueron golpeados cuando la policía los desalojó. Según el SNM 23 operarios fueron arrestados y siete heridos de gravedad.

Los directores de Ergo acusaron a los trabajadores de sabotear la fábrica arrojando ácido sulfúrico sobre los antiguos.

Las partes en conflicto cruzaron acusaciones de intimidación. ¿El SNM está convencido de que los directores de la mina decidieron usar a la Policía para quebrar la huelga?, dijo ayer a los periodistas el subsecretario general de la entidad gremial, Marcel Golding.

La firma Anglo American, que ha sido la más afectada por la huelga, señaló que sus propias fuerzas de vigilancia colaboraron con la Policía en la represión de la protesta en Western Deep Levels, la mina de oro más profunda del mundo.



8707654

H-R

131

Buenos Aires, sábado 22 de agosto de 198

SIGUE LA HUELGA MINERA

# Incidentes y miles de despidos en Sudáfrica

JOHANNESBURGO, 21 (UPI, AFP, EFE). — Un minero negro murió y otros 20 resultaron heridos de gravedad cuando fuerzas de seguridad se enfrentaron a los huelguistas trabajadores de una mina de oro, en un incidente que, aparentemente, fue provocado por un "médico brujo".

Un vocero de la compañía Gold Fields declaró hoy que unos 250 huelguistas armados habían atacado anoche a los guardias de la empresa y a otros mineros que no participaban del paro, en la mina de oro Libanon, al oeste de Johannesburgo.

Según el vocero, los huelguistas llevaban palos afilados y barras de metal. Afirmó: "Los mineros atacantes estaban bajo la influencia de narcóticos y habían sido incitados por un médico brujo, que les hizo incisiones en el pecho y la frente".

El Sindicato Nacional de Trabajadores Mineros, en cambio, declaró que el enfrentamiento se había producido cuando la mayoría de los trabajadores de la mina Libanon decidió adherir al paro y la empresa les ordenó reintegrarse a la tarea.

"Nos dijeron que debíamos volver al trabajo de inmediato, o abrirían fuego", declaró uno de los mineros; "luego empezaron a disparar".

El vocero de la empresa Gold Fields fue quien proporcionó la cifra de un muerto y veinte heridos graves.

Se trata de la segunda víctima fatal en el paro de doce días de duración que llevan a cabo la mayoría de los mineros negros sudafricanos, unos 330 mil, que trabajan en explotaciones de oro y carbón, el "corazón" de la economía sudafricana. Los mineros exigen incrementos salariales del orden del 30 por ciento.

Según fuentes empresariales, la huelga produce pérdidas por ocho millones y medio de dólares diarios.

Unos 300 mineros han resultado heridos en enfrentamientos con la policía y los guardias de las minas desde que comenzó el paro. El trabajador negro que murió la semana pasada fue atacado —según fuentes empresarias— por negarse a acatar la huelga.

Entretanto, unos 4 mil mineros negros han sido despedidos hoy por no acatar la orden de volver al trabajo.

Según la mayor empresa minera del país —la Anglo American Corp—, que formuló el anuncio de los despidos, otros 16 mil mineros serán dejados sin empleo en caso de que los huelguistas no se reincorporen a sus labores para el lunes próximo.

La Anglo American ha dejado cesantes, hasta el momento, a unos 7 mil mineros huelguistas, al cerrar dos pozos de una mina de oro que "dejaba pocas ganancias". Esa cifra incluye a los 4 mil despedidos hoy en el estado de Orange Free.

De acuerdo con la compañía, los despidos y las advertencias reflejan "el deseo de la administración de volver la producción a la normalidad".

La amenaza de cesantía o, como mínimo, de sanciones, ha sido extendida a un total de 43 mil huelguistas por otras tres empresas mineras.

El secretario general del gremio de los mineros, Cyril Ramaphosa, declaró que los miembros del sindicato prefieren ser despedidos antes que quebrar la huelga. Añadió que 22 mil huelguistas de la Western Holdings abandonarán sus hospedajes en las minas para protestar por los despidos.

01·01 8707707

Clarín

Miércoles 12 de agosto de 1987

Fundado por ROBERTO NOBLE el 28 de agosto de 1945

Director: Ernestina Herrera de Noble

PERFIL

# Huelga en Sudáfrica

Los mineros negros de Sudáfrica han iniciado una huelga por tiempo indeterminado que, se estima, es la mayor de la historia de ese país.

La huelga tiene por finalidad exigir un aumento salarial del 30 por ciento más el pago de primas complementarias por trabajo en días laborables y de riesgo, beneficios que hasta ahora alcanzan solamente a los trabajadores blancos.

De este modo, el movimiento de fuerza trasciende lo puramente económico y apunta a la modificación de disposiciones que corresponden a la organización racista de la sociedad.

A poco de comenzar, y a pesar de las medidas precautorias tomadas por los huelguistas, se registraron numerosas detenciones, heridos y diversos incidentes.

Este resultado no es, de modo alguno, novedoso. El gobierno sudafricano se ha caracterizado por enfrentar con la más extrema severidad la creciente ola de protestas contra las condiciones económicas y políticas en que vive la mayoría negra. Los muertos, heridos y encarcelados por motivos sociales se cuentan por miles, y la lista se engrosará, seguramente, en el transcurso de la actual huelga.

La conducta de Sudáfrica ha suscitado el repudio internacional, y dado lugar a diversas sanciones destinadas a presionar por modificaciones en su política interna. Hace poco más de un año se reunió una conferencia convocada conjuntamente por la Organización de las Naciones Unidas, la Organización de Unidad Africana y el Movimiento de Países No Alineados, donde 132 naciones manifestaron su "profunda preocupación y consternación" por el hecho de que el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas no hubiera adoptado sanciones contra Sudáfrica, señalando que "es urgente e importante" que lo haga.

Poco después, la Comisión de Relaciones Exteriores del Senado de Estados Unidos aprobó la imposición de sanciones económicas contra el régimen segregacionista, que incluyeron la prohibición de las importaciones de carbón y uranio provenientes del país africano, la restricción de nuevas inversiones de empresas norteamericanas y se negó el uso del sistema bancario norteamericano al gobierno y a las industrias sudafricanas.

El gobierno sudafricano, por su parte, se mantuvo firme en su postura, a pesar de la protesta interna y de los sucesivos desaires internacionales.

Las últimas reformas importantes realizadas por el gobierno de la minoría blanca fueron la creación de un parlamento tricameral en el que están representados grupos étnicos no blancos, pero en el cual no se incluyen a los negros. Se abolieron también los pases que los negros debían llevar obligatoriamente cuando transitan los distritos reservados a los blancos y se admitieron los matrimonios mixtos.

El primer ministro Pieter Botha apareció en un momento como un impulsor de cambios más sustanciales que permitieran abrir una vía de negociación entre su gobierno y los grupos representantes de los negros, para la búsqueda de una mejora en la convivencia.

Sin embargo estas expectativas se han visto, en lo sustancial, frustradas, y Sudáfrica ha permanecido como escenario de la intransigencia y la violencia.

De este modo, las autoridades de Pretoria adoptan una estrategia de confrontación que puede conducir a la desintegración nacional y a la creación de graves tensiones en la región.

131

01·01

8707717

131

El Dia
5/8/87

Le Monde
EXCLUSIVO EL DIA

# Africa del Sur y cohabitación

Pierre-André Albertini, el joven cooperante francés detenido en una prisión del Chad y que ha sido condenado a cuatro años de prisión por su rechazo a testimoniar contra militantes negros partidarios de la lucha armada, ¿se va a transformar en un asunto de política interna? Tal podría ser el caso, y podría ser el conjunto de la política francesa respecto de Africa del Sur el que se encuentre muy pronto en el centro de las querellas afro-francesas...

Las expresiones de Francois Mitterrand sobre el tema el pasado 14 de julio estuvieron desprovistas de ambigüedad. Así como el presidente fue muy firme cuando habló de irán, él mismo insistió mucho, en su entrevista al canal TF 1 en la defensa de Pierre-André Albertini. Fiel a su imagen de militante de los derechos humanos, Mitterrand calificó de "honorable" el rechazo de testimoniar de parte de Pierre-André Albertini, de "causa justa" la que aquel defiende y reafirmó que no recibiría las cartas credenciales del nuevo embajador de Pretoria mientras el joven cooperante no sea liberado.

Resulta dudoso que la seriedad demostrada por el jefe de Estado en este asunto haya sido altamente apreciada por Jacques Chirac. Junto con buscar la liberación de Pierre-André Albertini —[illegible] que no vacilara en privar al Partido Comunista de un tema de campaña—, el primer ministro ha pensado que el camino elegido por el presidente de la República sea el bueno. Para él, el caso Albertini debería haber sido tratado con discreción, y de nada sirve humillar a Africa del Sur rechazando recibir las cartas credenciales de un embajador cuya nominación ya había sido aceptada por el gobierno francés. ¿Acaso no es política de Francia tener relaciones normales con todos los estados, incluso con aquellos cuyos regímenes no aprueba?

El caso Albertini, desgraciadamente para el principal interesado, acaba de caer en un contexto preelectoral poco favorable a la serenidad. Las declaraciones provocativas efectuadas por los nueve diputados del Frente Nacional, del RPR y de la UDF que acaban de regresar de Africa del Sur y según los cuales el Apartheid estaría en vías de desaparición, le vienen de perillas a la izquierda y perturban profundamente, en cambio, a la mayoría. Permiten relevar el efecto "repetista" (por Jean-Marie Le Pen, líder ultraderechista del Frente Nacional, N. de la R.), con el que todo candidato de la mayoría a la próxima elección deberá contar. Mitterrand no se equivocó al respecto, al volver, hacia el fin de sus declaraciones televisivas, a referirse al viaje de los diputados de extrema derecha a Africa del Sur, a la vez que evocaba la elección que acaba de llevarse a cabo en Grasse y en la cual los representantes de la mayoría no vacilaron en hacer un pacto con miembros del Frente Nacional.

La utilización política que es el Apartheid es incomprensible. Pero no le pondrá fin a la discriminación racial, y amenaza con ser pagado muy caro por Pierre-André Albertini. ¿Por qué no utilizar primero, para obtener su liberación, el método hecho de firmeza y de discreción que tuvo finalmente éxito en el caso de un joven francés condenado a treinta años de prisión, en 1967, por haber cooperado con la guerrilla castrista que trataba de derrocar el detestable régimen que asolaba Bolivia? Ese joven francés se llamaba Regis Debray.

PERLA

01·01

8707762

131

# Sudáfrica: suspenden tratativa

JOHANESBURGO. — Las negociaciones para poner fin a la violencia en la huelga de mineros negros de Sudáfrica se vieron interrumpidas ayer cuando dirigentes sindicales se enteraron de incidentes con armas de fuego en una mina de oro y abandonaron las conversaciones.

Uno de los negociadores de la empresa Anglo American Corporation, Bobby Godsell, dijo que la sesión de ayer celebrada en el noveno día de la huelga, quedó interrumpida a las dos horas de iniciarse cuando los delegados laborales, entre ellos el director del Sindicato Nacional de Mineros, Cyril Ramaphosa, se marcharon del céntrico hotel donde se estaban realizando las conversaciones.

OVRLN

01·01

8707769

931

# Sudáfrica: Auto Bomba; 69 Heridos

JOHANNESBURGO (Sudáfrica), 30 (AP). — El gobierno culpó al proscripto grupo militante antisegregacionista Congreso Nacional Africano (CNA) por la explosión de un automóvil dinamitado que causó hoy por lo menos 69 heridos cerca de un cuartel militar, y daños en varios edificios de una amplia zona del centro de Johannesburgo.

El ministro de Seguridad Adriaan Vlok hizo notar que la mayoría de los heridos eran negros y dijo que el CNA recurría a la violencia desenfrenada en procura de sus objetivos, sin tener en cuenta si hay muertos o lisiados inocentes o indefensos".

El presidente P.W. Botha dijo en una declaración emitida en Ciudad del Cabo que "fue un acto terrorista alevoso e insensible. Condenamos con desprecio los diabólicos métodos de gente entrenada por las fuerzas comunistas ateas".

Un vocero del CNA, Tom Sebina, dijo en Lusaka, Zambia, que "aguardamos información sobre si alguna de nuestras unidades participó" en el ataque.

El CNA se atribuyó la responsabilidad por la última explosión de un automóvil dinamitado en Johannesburgo el 20 de mayo, que mató a 4 policías e hirió a otros 4 policías y 10 civiles.

La agencia South African Press Association (SAPA) informó, citando a un testigo, que por lo menos murió un soldado.

El brigadier Leon Mellet, funcionario del Ministerio de Seguridad, dijo que la explosión al promediar la mañana hirió de gravedad a 69 personas pero podrían ser más las que



8707815

131

Montevideo, lunes 10 de agosto de 1987 — EL

# Comenzó masiva huelga minera en Sudáfrica

JOHANNESBURGO. — Millares de mineros negros sudafricanos lanzaron anoche lo que podría resultar la más grande huelga industrial del país, emprendida contra 46 minas de oro y carbón en demanda de mejores salarios y condiciones de trabajo, dijeron voceros sindicales.

El Sindicato Nacional de Mineros (SNM), que ordenó la huelga a sus 200.000 miembros, dijo que la huelga se puso en marcha con el inicio de turnos nocturnos en 18 socavones donde trabajan 30.000 hombres, y en una mina de oro con una fuerza obrera de 15.000.

El vocero del SNM, Marcel Golding, dijo que en la mina de oro de Randfontein, al oeste de aquí, los trabajadores abandonaban sus viviendas en cumplimiento del édicto en contra dispuesto por el sindicato, para evitar choques con fuerzas de seguridad.

Golding dijo que por lo menos cinco trabajadores fueron detenidos por guardias de seguridad en las minas de Klerksdorp, al suroeste de Johannesburgo, habiéndoseles tendido vallados frente a la mina de oro instalada al oeste de la ciudad.

## "Tretas sucias"

Dirigentes sindicales acusaron a las empresas de usar "tretas sucias" para tratar de impedir el paro, que representa un grave desafío al gobierno blanco.

Un vocero del SNM dijo que se estaban distribuyendo volantes falsos para tratar de evitar que 200.000 mineros de 46 minas de oro y carbón del país detengan sus tareas desde esta noche.

Golding dijo a Reuter que no había noticias de disturbios pero que la atmósfera era tensa en las minas donde los trabajadores abandonaron sus tareas para reclamar mejores salarios y mejores condiciones de trabajo.

"Fuerzas de seguridad conocidas se están empleando para impedir la huelga", dijo Golding. "La administración de las minas está tratando de desinformar a los trabajadores. Se están distribuyendo panfletos supuestamente firmados por el SNM diciendo que la huelga se levantó".

Voceros de la Cámara de Minas, que agrupa a las seis grandes empresas mineras del país, no quisieron hacer declaraciones sobre las acusaciones del sindicato.

El SNM, el más poderoso entre los gremios legalizados en 1979, dijo que el paro podría afectar a más de la mitad de las minas de oro de Sudáfrica y a un quinto de sus minas de carbón. La industria minera produce más del 60 por ciento de las ingresos de divisas del país.

Huelgas anteriores de mineros produjeron violentos enfrentamientos con las fuerzas de seguridad, pero esta vez [illegible] el SNM ordenó a los huelguistas regresar a sus hogares en un éxodo masivo de las residencias que les proporcionan las empresas.

Golding dijo que miles de trabajadores migratorios de Malawi y Mozambique podrán quedarse debido a las dificultades que significa transportarlos de regreso a sus países.

El gobierno no ha hecho comentarios sobre la inminente huelga. Las minas emplean a más de medio millón de negros.

Pretoria, alarmada por la creciente participación sindical en la lucha del movimiento negro por obtener derechos políticos, dijo la semana pasada que estaba revisando la legislación sindical.

No hubo esfuerzos de último momento para estrechar las diferencias entre la demanda de los mineros de un aumento salarial del 30 por ciento y las ofertas patronales de incrementos que llegan al 23,4 por ciento.

131

24/8/86 PERLA (Yudáfrica)

# Advertencia de Botha al cuerpo diplomático

CIUDAD DEL CABO. — El presidente P. Botha lanzó un enérgico ataque contra los diplomáticos occidentales, acusándolos de inmiscuir en la política sudafricana, y les advirtió que el gobierno puede tomar medidas para reducir su actividad.

Dijo al Parlamento que advertía "la interferencia de gobiernos extranjeros y su personal diplomático en el fomento de la política extraparlamentaria".

Por su parte los mineros negros de Sudáfrica, que prometieron sostenerse "hasta el final", enfrentaban las primeras amenazas de despido, mientras la mayor huelga en la historia del país entró ayer en su cuarto día.

A pesar de las peticiones de ambas partes, sindicatos y patronal, para que se evite la violencia, un minero murió en un violento altercado, supuestamente relacionado con la huelga, y otros 27 han resultado heridos desde la noche del domingo, cuando estalló el paro [illegible]

8707837

01·01

131

# Deciden seguir huelga en minas de Sudáfrica

JOHANNESBURGO. — El sindicato de mineros negros de Sudáfrica (NUM), decidió ayer continuar por tiempo indeterminado la huelga que lleva ya una semana en las minas de carbón y de oro del país que hasta ahora produjo pérdidas por 90 millones de rand (unos 42 millones de dólares), que las empresas dejaron de ganar por la paralización de los trabajos.

En una conferencia de prensa en la sede del NUM en Johannesburgo, el secretario general del sindicato, Cyril Ramaphosa, anunció que mañana los dirigentes sindicales se reunirán con los del coloso minero anglonorteamericano, el cual ayer había presentado algunas propuestas para tratar de solucionar o aminorar la violencia durante la huelga.

El NUM dijo también que 200 mineros resultaron heridos en los choques de la primera semana de huelga, en enfrentamientos con la Policía o personal de seguridad de las minas. Más de 200 fueron arrestados.

Según Marcel Golding, portavoz del NUM, un grupo de huelguistas de la mina Matla fue atacado ayer por policías en sus propios alojamientos, cerca de Johannesburgo, sin haber mediado la menor provocación. Por lo menos 20 obreros resultaron heridos.

La Anglo pide que el acceso normal a los albergues que hospedan a los obreros sea irrestricto para sus dirigentes, como lo es para los sindicalistas.

El Día 17/6/89

01·01

8707838 ·

131

# Despido masivo de mineros en Sudáfrica

**Johannesburgo (UP) – La segunda semana de la huelga laboral de trabajadores negros más grande de Sudáfrica finalizó con el despido de 11.000 mineros mientras que otros 40.000 enfrentan ultimatums de despidos si no abandonan el paro que afecta a 56 minas de oro y carbón y regresan al trabajo.**

**Tres hombres murieron y 300 resultaron heridos en la huelga convocada por la Unión Nacional de Trabajadores Mineros (conocida por sus siglas en inglés como NUM), cuyo propósito es la demanda de un aumento salarial del 30 por ciento.**

**El funcionario minero, Johann Liebenberg, considera que los trabajadores, quienes desde el primero de julio ganan un promedio de 275 dólares mensuales, han perdido entre 27 y 40 millones de dólares en salarios debido al paro.**

**Han predominado las acusaciones de intimidación hechas por ambas partes y el conflicto no muestra todavía signos de resolución.**

**"El gran problema de las relaciones industriales en Sudáfrica es la intimidación", dijo Booby Godsell, jefe de negociaciones de la dominante empresa Anglo American Corporation.**

**El líder del NUM, Cyril Ramaphosa, niega que los miembros de esa agrupación busquen intimidar a sus colegas para que se unan a la huelga. En cambio, denuncia que la compañía Anglo American, la más golpeada en la disputa, es "traicionera, cobarde y cruel".**

01·01 8707929

Sudafrica
131

EL PAIS

11 AGO. 1987

# 340.000 Obreros en el Mayor Paro

JOHANNESBURGO, Sudáfrica 10 (AP).— El Sindicato de Mineros Negros de Sudáfrica, dijo que 340.000 obreros por lo menos han declarado una huelga que podría paralizar las principales industrias de oro y carbón de este país.

El Sindicato Nacional de Mineros, convocó la huelga, el mayor paro legal jamás registrado en Sudáfrica, en demanda de aumentos salariales y mayores beneficios.

El Sindicato dijo que 44 minas de oro y carbón habían sido cerradas por la huelga de mineros que comenzó el domingo. Se informaron varios incidentes de violencia relacionados con el paro, en los que siete mineros por lo menos y dos guardias de seguridad resultaron heridos. El sindicato dijo que 11 miembros por lo menos o funcionarios del sindicato habían sido arrestados en cuatro incidentes separados.

"Los miembros están dispuestos a librar una enconada lucha" por sus demandas, dijo Cyril Ramaphosa, Secretario General del Gremio. Ramaphosa dijo en rueda de prensa que acudirán a la Cámara de Minas, que representa a las empresas mineras más importantes, dar el próximo paso en el conflicto. "No estamos pensando en acercarnos a la Cámara", dijo. "Hemos hecho todos los acercamientos que un sindicato razonable haría y toca ahora a ellos dar el siguiente paso", expresó.

El secretario del sindicato, Marcel Golding, dijo anteriormente hoy que "80.000 por lo menos" de los huelguistas no eran miembros del gremio, pero que secundaron el paro para manifestar [illegible]

El sindicato dice contar con 261.901 afiliados que pagan y con 370.080 inscriptos de un total nacional de cerca de 600.000 mineros negros. Añadió que los miembros aprobaron por abrumadora mayoría declarar la huelga en 28 minas de oro y 18 de carbón, la mayoría de las cuales están en la provincia de Transvaal en el este de Sudáfrica y en el estado de Orange Free en el centro.

El sindicato convocó también a la huelga en minas de oro y carbón donde no es reconocido oficialmente.

Un 80 por ciento de las exportaciones sudafricanas derivan de la minería. Sólo el oro aporta un 75 por ciento de las exportaciones de minerales y más de las mitad de los ingresos de divisas del país.

Ramaphosa dijo no saber qué porcentaje de la producción de oro y carbón del país estaba representada por las minas afectadas por el paro. Los funcionarios de la industria minera no dieron por su parte estimados globales sobre el número de obreros en huelga y ni ellos ni el gremio dieron indicios sobre cuándo se reanudarían las conversaciones entre las partes.

El sindicato pide un aumento de salarios y que sean introducidas mejoras en las condiciones de trabajo.

La diferencia salarial entre los mineros blancos y negros era, tradicionalmente, muy elevada. En 1972 esta diferencia era de 18 a 1 y fue disminuyendo hasta quedar en 4 a 1 que es la diferencia actual, a favor de los mineros blan-

8708035

01·01

131

Sudáfrica

# Triunfo sindical negro en Sudáfrica, pero incierto rédito político y

Johanesburgo — La Unión Nacional de Mineros (NUM) de Sudáfrica ha demostrado con una huelga que ya está en su segunda semana que el movimiento sindical negro ha llegado a su madurez, destacaban ayer algunos de sus dirigentes.

Con 300.000 trabajadores negros acatando la convocatoria al paro en las vitales minas de oro y carbón del país, la actual es la mayor huelga industrial en la historia de Sudáfrica. El NUM, legalizado por el gobierno minoritario blanco hace sólo ocho años, ha demostrado su poderío.

Pero el desenlace final del choque de voluntades con los poderosos empresarios mineros dista mucho de estar definido.

La Cámara de Minas, que agrupa a las seis principales compañías de la industria, parece dispuesta a resistir una huelga por tiempo prolongado y el impacto político y económico no es todavía suficiente para impulsar a los empresarios o al gobierno a tratar de superar el estancamiento.

El NUM, que ha prosperado hasta tener más de un cuarto de millón de afiliados, tras haber comenzado con sólo 6000 hace cinco años, dejó perplejos a sus críticos al movilizar a sus simpatizantes y sostener el paro durante sus primeros días.

Paros anteriores habían concluido a poco de iniciados.

"Organizar tantos trabajadores en unas 50 minas distribuidas en una vasta región geográfica es por sí sólo una gran hazaña", según el comentarista político Harald Pakendorf.

"Nos sentimos sumamente satisfechos", manifestó el secretario general del NUM, Cyril Ramaphosa, al comenzar la huelga, no porque se solazara con la perspectiva de un enfrentamiento de violencia

Escribe Jonathan Sharp
de la agencia "Reuter"

impredecible, sino debido al voto de confianza dado por los mineros al NUM.

Al cabo de la primera semana, esa sensación de triunfo no había amenguado en las desordenadas oficinas del Centro de Johanesburgo donde trabajan, en medio de numerosos archivos, Ramaphosa y sus colaboradores y donde, a veces, también duermen.

La situación en las minas dispersas en torno a Johanesburgo y en la provincia del Estado Libre de Orange es menos fácil de ponderar, particularmente debido a que por lo general, los periodistas no reciben autorización para recorrer las instalaciones de las minas.

## • Aseveraciones

Los empresarios sostienen que las aseveraciones del NUM acerca de una firme solidaridad de los huelguistas no están respaldadas por los hechos.

Agregan que muchos mineros desearían reanudar el trabajo particularmente porque los días que no lo hacen no reciben compensación alguna pero no concurren por temor a represalias de sus compañeros más combativos.

Más de 220 personas han resultado lesionadas en actos de violencia en las minas desde que comenzó la huelga en la noche del domingo pasado pero no todas las víctimas lo fueron por incidentes entre huelguistas, guardias de seguridad de las minas y policías aseveran gerentes de las empresas.

Destacan que se produjeron escaramuzas entre huelguistas y mineros que desean seguir trabajando y la única muert

Ruchito Sanancino 17-8-87

DOC. INCOMPLETO

8708059

01·01

131

PERLA



# Sudáfrica: la huelga minera cuesta u$s 9 millones diarios

*Johannesburgo (Reuter) — Mineros negros y empleadores blancos procuraron ayer poner fin a la violencia en la huelga que paraliza las minas sudafricanas de oro y carbón, pero un dirigente sindical manifestó que no cree que se logre una pronta solución al conflicto.*

*"Esto es sólo una formalidad, no creo que vayamos a lograr nada", dijo James Mahlatsi, presidente de la Unión Nacional de Mineros (NUM), poco antes de entablar discusiones con la principal empresa minera, la Anglo American Corporation.*

*El diálogo para tratar de reducir el nivel de violencia fue convocado después que el sindicato informó que por lo menos 210 huelguistas resultaron heridos y 200 fueron arrestados en la primera semana del paro.*

*La reunión entre cuatro dirigentes del NUM y seis ejecutivos de Anglo American se realizó en el Carlton Hotel de Johannesburgo.*

*La policía se enfrentó en varias oportunidades con mineros en huelga, disparando balas de goma para dispersar lo que las empresarios describieron como reuniones violentas en una docena de minas inactivas.*

**• Acusación**

*El NUM ha acusado a las poderosas compañías mineras, que aportan a la economía sudafricana gran parte de su riqueza, de estar en connivencia con las fuerzas de seguridad para aplastar la mayor demostración de fuerza jamás realizada por el movimiento sindical negro en Sudáfrica, aproximadamente 300.000 mineros de las empresas que explotan oro y carbón participan en la huelga.*

*El conflicto laboral costó anoche la vida de un obrero negro, en una gran planta al Este de Johannesburgo, donde el carbón es convertido en petróleo para ayudar a superar el embargo que afecta a Sudáfrica.*

*Un portavoz de la planta Sasol señaló que la víctima fue encontrada con heridas de puñal después de un enfrentamiento entre partidarios y oponentes de la huelga que realizan en ese establecimiento unos 15.000 trabajadores. Agregó que el paro, que no guarda vinculación con las huelgas que realizan hace una semana los mineros, no se concretó.*

*El grupo de control de trabajo, un organismo independiente, estimó anoche que la huelga cuesta a las tres principales empresas mineras 17 millones de rands (8.500.000 dólares) diarios.*

*Esa entidad agregó que un tercio de las pérdidas podrían ser compensadas por la suspensión del pago de salarios durante la huelga, declarada por el SNM para reclamar un aumento de 30 por ciento en los salarios y en las compensaciones por trabajo riesgoso.*

CAZA M
AFRICA S
CACERIAS E
T.E. 654-

OFFSET
86 x
SAN JOSE 58/3



8708078

131

SUDAFRICA



EL PAIS — Sábado 22 de Agosto de 1987

# Mineros Negros Desafían la Base Económica del Sistema Apartheid

JOHANNESBURGO, Sudáfrica, 21 (AP).— Los mineros negros están desafiando la base económica del sistema del Apartheid de segregación racial con su huelga sin precedente que dura ya dos semanas contra la principal industria del país, en demanda de una mayor participación en la riqueza que producen.

El paro, la huelga legal mayor que ha tenido lugar en la historia de Sudáfrica y que tiene lugar en medio de un desempleo en gran escala entre los negros y de una economía deprimida, es el último ejemplo del creciente poder y confianza que han adquirido los sindicatos de obreros negros.

El reciente éxito del gremio en unificar y movilizar a los trabajadores negros en la lucha por el poder económico y político es exactamente lo que temía el gobierno de minoría blanca y en los años en que prohibió la creación de sindicatos negros independientes.

Cuando fueron legalizados en 1979 se prohibió a los sindicatos realizar actividades políticas, prohibición ésta que han osado ignorar, sin embargo, pese a las reiteradas advertencias del gobierno de que perseguirá la oposición extra parlamentaria, los 25,6 millones de negros del país no tienen representación en el Parlamento.

"Todo es polí[illegible]

general del sindicato nacional de mineros, Cyril Ramaphosa, al comienzo del paro en el que dijo participaban 340.000 obreros de 45 minas sudafricanas importantes de oro y carbón.

Los mineros forman parte de una federación de organizaciones laborales negras, cuyo programa político considera al Apartheid y al capitalismo como males gemelos y pedido la redistribución de la riqueza controlada por los cinco millones de blancos del país.

Algunas leyes del Apartheid han sido suavizadas, pero los mineros negros tienen que seguir viviendo separados de sus familias, no tienen pensiones y carecen de compensación por trabajo riesgoso en minas en extremo peligrosos como son las minas más profundas, calientes y ricas del mundo.

Sus demandas de cambiar estas condiciones y de aumentos salariales promedio de un 30 por ciento, sencillamente porque las minas están en condiciones de conceder estas demandas y los obreros las necesitan, son cuestiones políticas en un país donde los negros han sido considerados durante décadas como una mera fuerza laboral migratoria sin derechos.

"Es evidente que la demanda de tener una participación justa en las ganancias va más allá de simples exigencias salariales", dice The New Nation, semanario izquierdista publicado por el consejo de obispos católicos.

"Amenaza los cimientos del sistema político y económico que posibilita pagar bajos salarios y que genera ganancias extraordinarias. No es posible que las empresas dejen pasar sin respuesta una amenaza a un sistema como ese", dice la publicación.

Con casi seis millones de negros desempleados en Sudáfrica además de millones más en estados vecinos, el sindicato lleva desventaja en una huelga prolongada. Los mineros que ganan salarios de subsistencia no podrán acumular reservas que les permitan resistir a largo plazo, como es el caso de las empresas mineras, que continúan elaborando el oro que tienen almacenado en ausencia de producción.

Aún así, según analistas independientes, las compañías están perdiendo ingresos potenciales ascendentes a poco menos de un equivalente de 8.[illegible] millones de dólares diarios.

La empresa minera más grande del país anunció que despedirá a 4.000 trabajadores negros que dejará sin empleo a otros 16.000 en caso de que los huelguistas no se reincorporen a sus labores hasta el lunes.

01·01

8708127

Sudáfrica

131

## Denuncian casos de intimidación

# Sudáfrica: conflicto de los mineros empeora

JOHANNESBURGO. (ANSA, EFE y UPI).- La situación creada por la huelga de mineros negros se ha agravado ayer como consecuencia de la detención de 78 sindicalistas y por adherirse al paro los trabajadores de una refinería de oro, donde el mineral se transforma en lingotes para su exportación.

Fuerzas de la Policía irrumpieron el miércoles por la noche en las oficinas del sindicato nacional minero, en la ciudad de Klerksdorp, a unos 200 kilómetros de Johannesburgo, y detuvieron a los 78 miembros de un comité de huelga que estaba reunido para adoptar medidas encaminadas a evitar que se produzcan incidentes y actos de intimidación en los campos mineros afectados por el conflicto laboral.

Según informaron portavoces del sindicato, unos 400 mineros negros han sido detenidos por la Policía desde que se inició el paro en la madrugada del lunes pasado. Entre los detenidos figuran 16 dirigentes sindicales.

Las autoridades han reforzado el servicio de vigilancia en las minas y en las zonas habitadas por familias de mineros negros ante el temor de que puedan producirse incidentes, dado que tanto el sindicato como las empresas mineras no se muestran partidarios de encontrarse ante la mesa de negociación.

### INTIMIDACION

Algunas empresas mineras han endurecido su postura e incluso Anglo Gold Limited, dedicada a la explotación de minas de oro en Lorraine, Estado Libre de Orange, ha denunciado que se han producido casos de intimidación por parte de los huelguistas y ha indicado que está dispuesta a despedir a los trabajadores si no se reincorporan al trabajo.

Los mineros negros piden salarios y primas equiparables a los que reciben los mineros blancos, y quieren un aumento salarial del 30 por ciento, mientras que la oferta que han presentado las empresas es aumentar el 23,4 por ciento los salarios y no conceder primas sobre riesgo o por trabajo en días festivos, beneficios éstos que solamente alcanzan a los trabajadores blancos.

01-01

8708139

SUDAFRICA

131

La Mañana
MONTEVIDEO, MIERCOLES 26 DE AGOSTO DE 1987

PÉALA

Sesión NUM-patronal fracasó

# No hubo acuerdo en Sudáfrica

JOHANNESBURGO (AP, [illegible] y UPI).- Las conversaciones iniciadas ayer entre representantes de la Cámara de Minas sudafricana y el Sindicato Nacional de Mineros negros (NUM) finalizaron sin acuerdo sobre el problema principal de los salarios.

Dirigentes del NUM declararon que esperan que prosigan las negociaciones sin dar a conocer fecha alguna para su reanudación.

Las fuentes agregaron que durante las cuatro horas que duró la reunión se trataron dos cuestiones secundarias: las ayudas para vacaciones y los subsidios por defunción.

Uno de los integrantes de la delegación de la patronal, que pidió no ser identificado, declaró que la Cámara de Minas no ha hecho oferta alguna a los representantes del NUM en materia de salarios.

Las negociaciones buscan poner término al conflicto laboral que está causando grandes pérdidas a la producción de oro del país.

Sudáfrica, que en 1986 obtuvo 638 toneladas del preciado metal, es el primer productor de oro del mundo, seguido de la Unión Soviética.

Las conversaciones se desarrollan en la sede social de la organización patronal en Johannesburgo. La delegación del NUM está encabezada por su secretario general, Cyril Ramaphosa.

La Cámara de Minas, que representa a las seis compañías mineras más importantes de Sudáfrica, había aceptado la oferta que el lunes le hizo el NUM para celebrar conversaciones.



8708163

Sudáfrica
131

LA MAÑANA 13/8/87
PERCA

Se corta diálogo con la patronal

# Mineros sudafricanos heridos en tiroteo

JOHANESBURGO, (ANSA, EFE y UPI).— La noticia que seis mineros fueron heridos durante un tiroteo en una mina de oro hizo interrumpir ayer las tratativas iniciadas el lunes entre el sindicato sudafricano de mineros negros y el coloso industrial Anglo American para tratar de poner fin a la violencia que plagó la primera semana de huelga de los mineros.

El tiroteo se produjo en la mina Presidente Steyn de propiedad de la Anglo American que es la firma más afectada por la huelga de 320.000 mineros negros que piden aumentos salariales y mejores condiciones de vida y de trabajo.

Las partes se habían encontrado el lunes en un hotel para discutir de la propuesta de la Anglo de permitir el ingreso de sindicalistas y dirigentes industriales a las minas. El sindicato había pedido a la Anglo que eliminara los servicios de seguridad presentes en los dormitorios de los mineros y el servicio de patrullaje continuo de los pozos.

01·01

8708164

SUDAFRICA

131

Conflicto continúa en Sudáfrica

# Mil mineros despedidos

JOHANNESBURGO (ANSA, EFE y UPI).- La huelga de mineros sudafricanos más grande de la historia del país cumplió ayer su tercera semana de duración, con 21.000 mineros despedidos por las empresas y otros 40.000 enfrentando un ultimátum de despido para que abandonen el paro que afecta a 56 minas de oro y carbón y regresen al trabajo.

En lo que va de la huelga, convocada por la Unión Nacional de Mineros en reclamo de mejoras salariales, 10 han muerto (los hombres y otros 300 han resultado heridos.

Hasta el momento han predominado las prestaciones de intimidación hechas por ambas partes y el conflicto no muestra todavía signos de resolución.

"El gran problema de las relaciones industriales en Sudáfrica es la intimidación", dijo Bobby Godsell, jefe de operaciones de la dominante empresa Anglo American Corporation.

El líder minero, Cyril Ramaphosa, negó que los miembros de la agrupación hayan atemorizado a sus colegas para que se unan a la huelga. En cambio, denuncia que la compañía Anglo American, la más afectada en la disputa, es "traicionera, cobarde y cruel".

14-8-87

01·01

8708167

#4

B1 Sudafrica

LA NACION

1 AGO.

## Trabajadores rechazaron ultimátum

# Sudáfrica cierra mina de oro

JOHANNESBURGO, (ANSA, EFE y UPI).- La compañía propietaria de una mina de oro, situada en Rand Reefs, (Transvaal) decidió ayer proceder al cierre de una de sus minas después de que los mineros negros rechazasen un ultimatum para reincorporarse al trabajo.

La dirección de Anglo American Corporation, tras iniciarse la huelga de mineros negros en la madrugada del lunes día 10, comunicó a los trabajadores que si no reanudaban sus actividades el miercoles por la tarde procederia a cerrar la mina alegando que su explotación no es rentable.

Los mineros, tras realizar una votación, decidieron no acudir al trabajo y regresar a sus lugares de origen hasta que se resuelva la huelga, según informó un portavoz del sindicato nacional minero.

La dirección de la empresa considera que los mineros se han despedido al no acudir al trabajo y amenaza a sus pueblos de que en opinión de los dirigentes sindicales no deja de ser un pretexto para obligar a los mineros negros a admitir unas condiciones inaceptables.

Por otra parte ha finalizado un nuevo cariz la huelga de funcionarios negros de correos al decidir la Dirección de los servicios postales que se inicien despidos de los huelguistas.

La huelga se inició mediado el pasado mes de julio en la ciudad de El Cabo y se fue extendiendo hasta alcanzar a los servicios postales de los lugares mas remotos del país.

Mientras tanto el Presidente Pieter Botha no pudo ocultar su enfado con los mestizos, miembros del Parlamento, durante una sesión de la Camara celebrada el miercoles por la tarde, a quienes increpó duramente al rechazar las criticas que habían hecho en la Cámara de Representantes contra el apartheid.



8708272

SUDAFRICA

731

LA MAÑANA

20 AGO. 1987

Reanudan trabajo en mina de carbón

# Sudáfrica: diálogo roto

ORKNEY, Sudáfrica.- Mineros en huelga exhiben hojas repartidas por un helicóptero de la compañía en la que trabajan, donde se les informa que serán despedidos si no se reintegran a sus tareas. (Fotofacto Reuter).

JOHANNESBURGO. (ANSA, EFE y UPI).- Los trabajadores negros se reincorporaron ayer al trabajo en una mina de carbón de Pretoria, ante la amenaza de cierre por parte de la empresa propietaria.

El Sindicato Nacional de Mineros, que se negó ayer a reanudar las conversaciones con dirigentes de la empresa Anglo American Corporation, encaminadas a tratar de erradicar la violencia y la intimidación en las minas, recomendó ayer a los 700 trabajadores negros de la mina de Landau que se reincorporaran al trabajo antes de que se cumpliese el plazo dado por la empresa, que terminaba ayer de mañana.

La dirección de Anglo American Corp. anunció ayer su propósito de proceder al cierre de la mina en el caso de que los mineros negros en huelga no acudiesen a sus lugares de trabajo.

La decisión adoptada por el Sindicato de aconsejar a los mineros de Landau de reincorporarse al trabajo ha sido muy bien acogida en los medios empresariales mineros, que temían que se recrudecieran los incidentes en los campos mineros, a pesar de que la Policía mantiene fuerte vigilancia.

Los representantes del sindicato nacional de mineros negros (NUM) rompieron el martes sus negociaciones con Anglo-American Corp.

Después de mantener conversaciones durante más de hora y media, abandonaron la reunión. Estas conversaciones habían sido precedidas de una entrevista de tres horas de duración, que celebraron el lunes representantes del sindicato y de la empresa.

Al parecer, la decisión del NUM obedeció a que había sido informado que se habían producido incidentes en una mina de oro propiedad de la Anglo American, en los que resultaron heridos 15 mineros negros.

El NUM pidió a la Anglo American que mantuviera a la Policía fuera de las minas, retirara los cargos contra los huelguistas detenidos e indemnizara a los heridos.

El Secretario General del NUM, Cyril Ramaphosa, declaró a los periodistas que la Policía efectuó disparos al aire, lanzó bolas de goma y golpeó con sus látigos a los mineros que se encontraban esperando los autobuses a la entrada de la mina de oro Presidente Steyn, situada en el Estado Libre de Orange.

Ramaphosa agregó que ésta ha sido la razón por la que los dirigentes del NUM han roto sus negociaciones con los representantes de la Anglo American Corporation.



8708283

131

La Mañana
ONTEVIDEO, SABADO 15 DE AGOSTO DE 1987

225 mineros resultan heridos

# Enfrentamientos en Sudáfrica

JOHANNESBURGO (ANSA, EFE y UPI).- Unos 225 mineros han resultado heridos en Sudáfrica en el transcurso de la huelga que llevan a cabo desde el pasado domingo, indicaron ayer fuentes del sindicato de mineros y de la Policía.

En la jornada de ayer se produjeron los dos enfrentamientos más graves entre trabajadores y fuerzas de seguridad desde el inicio de la huelga.

En uno de ellos, al menos 76 personas resultaron heridas cuando la Policía y los guardias de seguridad dispararon balas de goma a huelguistas en una mina de oro al oeste de Johannesburgo.

Un fuerte contingente de Policía fue enviado al campo minero propiedad de Anglo American Corp para reforzar los servicios de seguridad dado que unos 700 mineros se concentraron provistos de palos, piedras y botellas de gasolina en protesta para denunciar actos de intimidación.

Los mineros, según informó un portavoz de la Policía, se negaron a acatar la orden de dispersarse y deponer su actitud amenazadora, por lo que los dirigentes de la empresa minera decidieron pedir ayuda a la Policía que envió varias patrullas con equipos antidisturbios.

Al tratar, inútilmente, de que los trabajadores negros desalojasen la zona inmediata a las instalaciones de los servicios administratitvos de la empresa minera y que se dispersasen, los agentes de Policía dispararon pelotas de goma y botes de humo contra los mineros concentrados.

Más tarde, en Middelburg (este de Johannesburgo) la Policía y los oficiales de seguridad dispararon perdigones a unos 800 mineros, resultando heridos trece de ellos.

Otros catorce trabajadores sufrieron lesiones a consecuencia de la aglomeración provocada para escapar de los disparos y 42 resultaron afectados por los gases lacrimógenos lanzados por la Policía.

Por otra parte, la compañía minera Trans Natal Corporation dijo que quince trabajadores que se negaron a secundar la huelga fueron hospitalizados tras haber sido envenenados con insecticida en una mina de carbón al este de Pretoria.

Cuba

01·01

8708329

ARCHIVAR EN: Sudafrica (131)

TEMA: Paris no recibio a embajador

PROCEDENCIA: El Sia 97/7/87

ARCHIVADO EN: FRANCIA (011)

01·01 8708425

131

# Enojo sudafricano por aportes a SIL

"Los sudafricanos están muy enojados con Uruguay porque aporta casi lo mismo que ellos y aporta diez veces menos al Secretariado Internacional de la Lana (SIL)", dijo el presidente de la Federación Rural Walter Pagés, al referirse a la reciente reunión del [illegible]. Añadió que Uruguay contribuye con 2 millones de dólares y Sudáfrica lo hace con 20 millones, "lo que puede justificarse por sus reservas forrajeras".

El Secretariado Internacional de la Lana (SIL) va a tener una actitud que será contraria a los intereses de Argentina, porque este país nunca quiso integrarse a la institución, pero ha obtenido beneficios desde afuera con las cuotas promocionales. La misión está vinculada a la política que se sigue en materia de fibras y que determinados compromisos de contraprestación no benefician a Argentina ni a Uruguay", subrayó Pagés.

En otro orden, Pagés dijo que "vamos a realizar una propuesta concreta de ley sobre extranjerización de la tierra basada en mecanismos tributarios y que consiste en que el país no tome medidas contra el extranjero de tipo prohibitivo, sino de regulación de acuerdo a nuestros intereses, con un tratamiento similar al de cualquier uruguayo".

Agregó que "no puede repetirse lo que pasó en mayo en ocasión de la discusión parlamentaria sobre este tema que no está resuelto, en que hubo posiciones diametrales y al final nos quedamos absolutamente en nada".

"Hay que buscar posiciones centrales, encontrar el camino del medio y ahí está la Federación Rural. Posiblemente al terminar el segundo tramo de la gira por el norte del país, podamos tener pronto la propuesta para presentarla al Parlamento", señaló.

Pagés dijo "respecto al tema de la refinanciación de deudas, como no hemos tenido respuesta del ministro de Economía y Finanzas, Ricardo Zerbino, quien está muy ocupado con la Rendición de Cuentas, hemos iniciado contactos con todos los sectores políticos, frenteamplistas, blancos y colorado, a quienes hemos trasmitido algunas propuestas de ajuste del endeudamiento interno".

"Seguiremos dando nuestra opinión sobre temas fundamentales como la ley de riego, que en principio apoyamos con algunas salvedades".

Pagés afirmó que "los contactos formales fueron con la bancada del Frente Amplio con los senadores Alberto Zumarán y Carlos Julio Pereyra, con el diputado Francisco Forteza, con el senador Alberto Lacalle que fue recibido por el Consejo Directivo de la Federación Rural esta semana y también el senador Gonzalo Aguirre".

01·01 8708668

# LA VERDAD SOBRE SUDAFRICA

Los primeros blancos europeos —holandeses— llegaron a Sudáfrica en el año 1652, estableciéndose en la zona de El Cabo. Les siguieron franceses y alemanes que fueron ampliando la penetración territorial.

Establecieron allí factorías, combatieron a los animales, y a pico, pala y fusil civilizaron a la naturaleza convirtiendo en haciendas ganaderas y explotaciones agrícolas, grandes porciones de territorio.

Ello prueba que hubo colonias estables de población blanca europea, en Sudáfrica, antes de la constitución de la mayoría de las repúblicas hispanoamericanas. Anotemos además, que los primeros colonos llegaron a Sudáfrica, sólo 32 años después de que los Padres Peregrinos europeos pusieran el pie en los Estados Unidos de América.

El primer encuentro entre blancos y negros, se produjo casi 150 años después de la llegada de los blancos, en una región distante unos 1.000 kilómetros al este de Ciudad del Cabo. Los europeos, pues, no "conquistaron" un suelo poseído previamente por indígenas negros, sino que colonizaron y cultivaron una tierra de nadie.

Los negros llegaron al sur, en sucesivas oleadas huyendo de las guerras tribales y las persecuciones religiosas que se generaban en el Africa Central, al norte del actual Transvaal. En su descenso, llegan a encontrarse con el hombre blanco ya asentado en sus haciendas, que ya es sudafricano pues es el descendiente de cuatro generaciones que han labrado la tierra y cultivado la naturaleza. La civilización europea ha sido trasladada a Sudáfrica cuando llegan los contingentes negros que se hallaban poco más allá de la cultura de la edad del hierro, y por lo tanto, en un nivel muy inferior al de los "afrikaaners". Como contingentes emigrados de sus solares ancestrales, los negros ingresan a trabajar en las explotaciones de los blancos, donde hallan seguridad y sustento.

A partir de 1827, fecha de la muerte de la Reina Zulú —madre de Shaka— una nueva dispersión de pueblos negros se orienta hacia el sur, especialmente discurriendo por la costa del océano Indico. Las migraciones negras continúan, hasta que en torno al final del siglo XIX, se definen ya sus diversos asentamientos. En un momento, el número de negros habitantes de Sudáfrica, supera ampliamente al número de los blancos que hacía ya 250 años habían establecido la civilización sudafricana.

La notable diferencia de desarrollo cultural y civilizador, establece inevitablemente lo que los sociólogos denominan un estamento "dominante" y otro "dominante" que vive de prestar servicios de todo orden ínfimo a los blancos.

La estructura social, económica, institucional, política, científica, etc., de Sudáfrica, ha sido creada y sostenida, por tanto, por los blancos sudafricanos, ya que el aporte negro a dicha cultura, se ha limitado a lo referente al arte, la música y la danza.

De todo esto es posible extraer muy claras conclusiones.

En primer lugar, los europeos que llegaron a Sudáfrica, no "desplazaron" ni conquistaron a poblaciones autóctonas, como sí lo hicieron los europeos que llegaron al continente americano, poblado ancestralmente por las diversas tribus de indios. Estos pobladores autóctonos americanos, fueron empujados, combatidos, muertos y despojados de sus tierras por los conquistadores y colonizadores europeos.

Aquí sí puede hablarse de una raza indígena "propietaria" de un continente y despojada de él por un invasor europeo. De ninguna manera puede decirse eso de Sudáfrica y, por lo tanto, los autóctonos pobladores y "propietarios" de Sudáfrica, son los descendientes de los primeros inmigrantes blancos europeos.

Del mismo modo, ¿de quién es el Uruguay? Pues, de los uruguayos. Y, ¿quiénes somos los uruguayos? Los descendientes de los españoles conquistadores y colonizadores y de otras inmigaciones, que hemos venido viviendo en este suelo desde hace 200 años.

Si hace tan sólo 50 años, grandes contingentes de indios hubiesen penetrado nuestras fronteras por el noroeste, y se hubieran ido asentando en el territorio en número tal que sobrepasasen ampliamente a la población de uruguayos ya existente, ¿de quién es el país? ¿De los indios recién llegados aunque sean mucho más numerosos que nosotros, o de quienes a lo largo de las décadas hemos laborado y creado este país? ¿Quién tendría el legítimo derecho a gobernar el Uruguay? ¿La subcultura recién llegada de los indios, o la superior cultura ya establecida de los uruguayos?

Entendemos perfectamente que el problema del "apartheid" (que no fue creado por los "afrikaaners" que aceptaron a los negros como trabajadores en sus comunidades, sino por los sucesivos dominios posteriores, por ejemplo el de los ingleses cuando derrotaron a los "boers"), debe ser resuelto justamente. Pero no es el modo de resolverlo, el de levantar en una ola de violencia a los negros contra los blancos, reclamando para ellos el dominio de una nación a la que no contribuyeron a constituir, y que convertiría a Sudáfrica al estilo de la cultura tribal existente hoy entre los pueblos negros.

Menos es posible aceptar estas pretensiones, cuando esos pueblos negros analfabetos, son conducidos hoy por líderes que como los que componen el Congreso Nacional Africano, no sólo están manipulados por los comunistas, sino que en su mayoría son miembros del Partido Comunista. La verdad entonces, es que esa revuelta negra no busca a Sudáfrica para los negros, sino que busca a Sudáfrica para el comunismo internacional.

Mangosuthu Buthelezi, jefe indiscutido de 6 millones de zulúes, se ha manifestado reiteradamente contra el Congreso Nacional Africano y su estrategia de violencia salvaje, sosteniendo que la cuestión sudafricana debe resolverse en un diálogo progresivo y civilizado con el gobierno de Pretoria.

La política antisudafricana desplegada por varias naciones occidentales y las sanciones económicas impuestas al gobierno sudafricano están padeciendo de una tremenda miopía. Porque destrozar de esta manera a la Sudáfrica blanca es entregar los destinos de una región vital para el mundo occidental, al tribalismo negro arteramente conducido por sus amos comunistas. Y esta es la única, evidente verdad que el mundo occidental debe empezar a entender de una buena vez.

8708764 DURANDAL

12

131

# Arrestaron en Sudáfrica a 78 líderes mineros

JOHANNESBURGO, 12 (Reuter). – La policía arrestó hoy a 78 sindicalistas negros que participaban en la mayor huelga que se haya registrado en el país en demanda de mejoras salariales.

La policía informó que los detenidos –el sindicato había afirmado que eran 86 trabajadores– serían acusados de conspiración para asesinar y otros cargos.

Marcel Golding, secretario general adjunto del Sindicato Nacional de Mineros, dijo que las detenciones se produjeron luego de un procedimiento realizado en momentos en que se celebraba una reunión del gremio en Klerksdorp, al oeste de Johannesburgo.

Los hombres fueron hacinados en camiones y trasladados, luego de que las fuerzas de seguridad rodearan el sindicato, en el que se hallaban unos 300 mineros.

El operativo se produjo en la tercera jornada de la huelga, acatada por 250.000 mineros. La medida de fuerza interrumpió la producción de los yacimientos de oro y carbón, columna vertebral de la economía sudafricana.

Los arrestos coincidieron con un ultimatum por parte de una de las minas de oro afectadas –Loraine– en el Estado libre de Orange, de que prescindirían de unos 2500 mineros si no se presentaban para trabajar.

El gremio informó que el conflicto salarial se había diseminado por otras minas pequeñas, y que más de 340.000 obreros acataron la medida de fuerza.

La huelga, convocada para respaldar las exigencias de un aumento del 30 por ciento, es considerada una prueba crucial de poderío entre los emergentes sindicatos negros y las autoridades blancas.

## La producción de oro

Toda la producción de oro sudafricano es enviada a la refinería Rand, en Germiston, suburbio de Johannesburgo, donde es purificado y convertido en lingotes.

Ciento veinte de los 150 mineros negros votaron a favor aprobando el acatamiento a la huelga. La pequeña refinería pertenece a la cámara de minas que representa a la mayoría de las empresas del ramo.

El cierre de la refinería detendría la producción de oro vendible, principal rubro de exportación del país.

Los analistas dudaron de que ello tenga un impacto inmediato en los mercados internacionales, dado que el Reserve Bank acaparó reservas de lingotes como un baluarte contra las sanciones económicas mundiales. También dijeron que el personal blanco en la refinería, probablemente, garantice una producción limitada.

La Nación, 13/8/87



8708793

131

Sudáfrica

# Discriminación en profundidad

Cuando se trata el tema sudafricano, todos pensamos en el "apartheid", especulamos sobre el futuro político de un país que practica ese tipo innoble y vergonzante de discriminación racial y comentamos las últimas acciones del African National Congress (ANC), la principal organización antiapartheid, la efectividad del boicot occidental, las ambiciones de la Unión Soviética, la prisión de Mandela o las relaciones públicas que desarrolla en el exterior, el obispo Desmond Tutu. Nadie o en todo caso muy pocos pensaban que uno de los grandes desafíos que tendría el régimen de Pretoria, provendría del sector vital de su economía: la minería.

Sudáfrica, que es como se sabe la potencia económica número uno de África, produciendo el 52% de la electricidad, poseyendo el 46% de los teléfonos, el 60% del tráfico ferroviario, el 43% de los vehículos de la totalidad del continente; depende de la minería para el ingreso de los 2/3 de sus divisas, siendo el primer productor mundial de oro, el segundo de platino, el tercero de diamantes, el quinto de uranio, etc.

Para la explotación de esa riqueza del subsuelo, Sudáfrica utiliza unos 500.000 mineros negros y unos 25.000 blancos. Los primeros —los negros— cobran los sueldos más altos de África, razón por la cual el 40% de ellos son inmigrantes de esa raza y de otros países, donde ese salario representa 5 veces menos que el de los segundos —los blancos—, quienes además tienen más vacaciones anuales (35 días en lugar de 3 semanas), primas de riesgo y compensaciones para las familias de los muertos en accidentes mineros. (Como dato significativo, solamente en el año 1987 perecieron por esa causa 681 mineros negros).

Los trabajadores de color de ese gremio, están reunidos en el Sindicato Nacional de Mineros (NUM) y proclamaron una huelga general —hace unos días— por una reivindicación de aumento salarial que inicialmente se situaba en un 50% y ahora ya está en el 30%. En el fondo, es una manera legal de desafiar al gobierno que ha prohibido toda manifestación antiapartheid de complicarle las cosas. Y si bien, en esta instancia, quizás los mineros negros se contenten con un incremento en sus ingresos, mejores condiciones vacacionales y la adopción de primas especiales, la verdad es que el NUM ha demostrado tener una potencial fuerza política importante, que seguramente está dando que pensar al régimen de Botha, porque además cuenta con el apoyo —no sólo moral, sino financiero— internacional de sus colegas mineros de Gran Bretaña y de EE.UU.

El NUM es el más poderoso de los sindicatos negros sudafricanos y el primero que en 1955 adoptó la llamada Carta de la Libertad, manifiesto principal de la ANC. Por otra parte, la bandera de algunos dirigentes blancos está precipitado a este sindicato en manos comunistas: ya han declarado la identificación del capitalismo con el apartheid y temen la influencia de la enorme cantidad de mineros inmigrantes del país marxista Mozambique.

Y sin embargo, algunos de los patronales mineros como los de la poderosa Corporación Anglo-americana, son notoriamente antiapartheid aunque —la solidaridad capitalista obliga—, no pagan más a los negros que las demás compañías. En tanto otros líderes sindicales como el jefe zulú Buthelezi de la central obrera United Workers Union of South Africa (UWUSA), son dóciles a Pretoria e ignoraron el llamado a huelga.

Mientras tanto el gobierno de Botha ha derogado una ley discriminatoria del año 1911 (!), por la cual se reservaban ciertos empleos mineros privilegiados para los blancos y se impedía a los negros acceder a cargos de jefatura o de supervisión en las minas. Si sigue esta progresión asimilatoria, es probable que dentro de otros 75 años, Pretoria se decida a tratar igual a las razas aunque sólo fuera en las profundidades de 3.000 metros bajo tierra...

El Día 14/9/87 Alexis



8708896

Ficheje SUDAFRICA

131

DPTO. II (EXTERIOR) 13,1982 FICHAS

La Nación Domingo 6 de septiembre de 198

Cuestiones, países, personas

Perú

# El Walesa negro

Ramaphosa

El hombre que lanzó y lideró el mes pasado la ola de huelgas en las minas sudafricanas, en lo que constituyó el mayor desafío sindical de la historia al régimen de Pretoria, es un abogado negro de 34 años que, empero, jamás trabajó en una mina ni piensa hacerlo.

Pero para sus seguidores, que se cuentan en cientos de miles, no importa demasiado. Saben que Matamela Cyril Ramaphosa, tal su nombre, no necesitó haber descendido a las entrañas de la tierra para conocer como el que más sus penas y desventuras.

Hijo de un policía y ex dirigente estudiantil, su figura carismática y vertiginoso ascenso hicieron que un corrresponsal extranjero lo llamase "el Walesa negro", comparación que humildemente desecha con una sonrisa que se le escapa entre la espesa barba que dibuja el contorno de su cara redonda.

Lo cierto es que este sindicalista "serio, trabajador, capaz y muy popular", según lo definió Johan Liebenberg, uno de los responsables de la organización empresaria Cámara de Minas, fue designado secretario general del NUM, sindicato que agrupa a los mineros negros, en 1982, y en menos de cinco años logró convertirse en el líder gremial más temido y respetado del país. Un líder que, al movilizar a más de 300.000 mineros, conmovió los cimientos del régimen: el oro de las minas, que representa dos tercios de las divisas que recibe el país. Y que junto al carbón le permite hacer frente al embargo petrolero mundial.

Para este hombre robusto y de estatura mediana, su vida está tan identificada con la lucha del NUM que sólo viste ropas rojas y negras, los colores del sindicato. Con igual pasión se enroló, durante sus años de universitario, en el movimiento de la Conciencia Negra, que propiciaba un nacionalismo africano hostil a los blancos. Fragoroso y luchador ya entonces, supo comenzar muchos días entre barricadas y terminarlos entre rejas. En 1972 estubo once meses detenido en Pretoria, y en 1976, después de los incidentes de Soweto, seis meses en Johannesburgo.

La ponderación, virtud que hoy le reconocen inclusive sus adversarios, le vino con los años. Pero, bajo otras formas, sigue siendo un combativo. Clama por sanciones económicas contra Sudáfrica, promete más luchas reivindicatorias y dispara sus dardos contra el *apartheid*.

Los empresarios, es cierto, no cedieron a todos ni a los más importantes reclamos de Ramaphosa y de los mineros. Acaso intuyeron que, de haberlo hecho, el poder de este sindicato puesto de pie por "el Walesa negro" hubiese empezado a transitar por un camino de no retorno.

01·01 8709118

# Sudáfrica en clave de negro

Daniel Gatti

*Tres semanas después de haber desatado la mayor movilización gremial de la historia sudafricana, el sindicato de mineros negros levanta la huelga sin haber obtenido ninguna de sus reivindicaciones. Sobrefondo del paro minero, algunos fragmentos de vida (y muerte) en el país del apartheid.*

Los mineros negros vuelven al carbón, luego de 20 días que conmovieron al país del apartheid y paralizaron la producción de los yacimientos de oro. Saldo: 9 mineros asesinados y 400 heridos, 45.000 despedidos y la pérdida de 40 millones de dólares en salarios para los 350.000 huelguistas. Poco y nada del otro lado de la balanza: la promesa, por parte de la cámara patronal de la industria minera, de aumentar los sueldos de los trabajadores negros, en un 24 por ciento (en vez del 50 por ciento "como mínimo" exigido en un principio por los sindicalistas del NUM y de estudiar "caso por caso" la situación de los trabajadores echados. "Una cosa puedo asegurarles –declaró durante una conferencia de prensa el representante de la Anglo American Corporation–: los instigadores de la huelga y los agitadores pasarán largo tiempo sin volver a trabajar en una mina". Justificando la decisión de levantar el paro, el Secretario General del NUM, Cyril Ramaphosa, declaró que "si el movimiento proseguía, la Anglo y las demás compañías estaban decididas a despedir a la totalidad de los huelguistas". Algo posible en Sudáfrica, donde ninguna ley obliga a los patrones de las sociedades mineras a justificar el despido de un trabajador negro. En el cuartel general del NUM, una pequeña oficina situada en el centro de Johannesburgo, la decepción era total. Brutal contraste con las semanas anteriores en que, en una sede sindical abarrotada día y noche de gente entusiasta, se recibía a delegaciones de otros sindicatos y mensajes de solidaridad del mundo entero y se creía en la "ineluctabilidad de la victoria"...

Lunes 31 de agosto: los mineros retoman nuevamente el camino que los lleva a los pozos. Triste primer día: una explosión producida a 1.400 metros de profundidad en la mina de Santa Elena deja entre los escombros a más de 20 trabajadores, y da que hablar nuevamente sobre las pésimas condiciones de seguridad en las minas sudafricanas. Y ello a pocas semanas de la apertura del proceso de los responsables del yacimiento de Kinross, acusados de "negligencias" en relación con el accidente que –en setiembre pasado– costara la vida a 177 mineros. Coincidencia: una misma sociedad, la Genkor, es propietaria de Santa Elena y de Kinross. Durante la reciente huelga, los ejecutivos de la Genkor fueron fieles a su reputación de "firmeza" frente a los sindicatos. Una reputación forjada en 1985, cuando despidieron de la mina de platino de Impala a 23.000 trabajadores, culpables de haber reclamado aumentos salariales.

## Blanco y negro

¿Qué reclamaban de tan exagerado los mineros huelguistas? Además del incremento de sueldos, mejora en las condiciones de trabajo, un mes de vacaciones pagas y primas por "trabajo peligroso", la lista, según los dirigentes empresariales. "La economía sudafricana, enormemente dependiente de la extracción del oro, jamás podría soportar un aumento tan considerable de las cargas salariales", afirmaba Golvin W. H. Reilly, Presidente de la Anglo American Corporation. Algunos días antes del comienzo de la huelga, el propio Mr. Reilly presentaba públicamente un informe sobre los resultados obtenidos por su compañía durante el ejercicio 1986-87: 750 millones de dólares de beneficios. La Anglo American: un consorcio que tiene una participación decisiva en el capital de 600 sociedades a través del mundo entero, que emplean a 800.000 personas. En Sudáfrica, donde más del 40 por ciento de los mineros trabajan a sus órdenes, la Anglo constituye el primer grupo económico del país y se permite el lujo de fabricar y deshacer leyes, de nombrar o destituir a tal o cual personalidad, e incluso de "provocar" a los representantes más cuadrados del sistema del apartheid: "Pese a todo, este es un país fabuloso en el que la libertad de empresa no es un concepto vano", afirmaba semanas atrás, satisfecho de sí mismo, Harry Oppenheimer, descendiente del fundador de la corporación minera.

*"West Dreifontein. 16.757 mineros negros trabajan en este yacimiento de oro. Ayer bajé en compañía de un equipo de mineros. Sólo los capataces blancos tienen derecho a servirse de los explosivos. Los negros trabajan por turnos de 9 horas por día y llegan a penetrar hasta 4.500 metros de profundidad. El ruido, el calor, los peligros provocados por la cadencia de trabajo cada vez más intensa –competitividad y productividad obligan– hacen de estos lugares verdaderos infiernos. Gracias a sus salarios, los negros esperan poder mandar a sus hijos a la escuela del ghetto. Sus colegas blancos ganan tres veces más, viven en ciudades limpias, tienen el empleo asegurado."*

*(Marie Laure de Decker, fotógrafa francesa, en la revista L'Autre Journal, 1986).*

Texto encontrado sobre el pupitre de un colegio en ruinas en junio de 1976:

"Anoche tuve un sueño; como todos mis sueños era en blanco y negro y al despertarme la memoria casi lo borró. Soñé que mi padre estaba en casa, que las minas no existían más y que en el aire había un ritmo de rock. Mi madre no cantaba gospels y en los bancos de la escuela, Cecilia, mi novia blanca, me daba un beso sin esconderse. A la mañana, cuando me levanté, mi padre salía de casa, armado de un pico rumbo a la mina. ¿Volverá esta noche?."

Una noche de hace once años, fue Steve, autor de estas líneas, adolescente de 15 años que vivía en el ghetto de Soweto, quien no volvió a su casa. Su padre, minero, se enteró de la muerte de Steve tiempo después y a centenas de quilómetros de distancia de su casa, al leer su nombre en la lista de más de 600 jóvenes apenas salidos de la infancia, asesinados por la policía durante la revuelta del 76. La historia la cuenta la escritora blanca sudafricana Nadine Gordimer. "Hoy –apuesta Gordimer– el padre de Steve andará por las calles repitiendo las palabras que su hijo gritara: 'Amandla, queremos el poder'."

Un paréntesis que no tiene nada que ver, y sin embargo... El 1º de setiembre los cables provenientes de Sudáfrica anunciaban la ejecución en la horca de tres negros y cuatro mestizos acusados de delitos comunes. "De memoria de negro –dice el escritor Sipho Sepamla– no recuerdo una dureza semejante de la justicia con un reo blanco".

## Gris

El año pasado Sipho Sepamla estaba de paseo por París. Se acababa de traducir al francés su segunda novela, A ride on the whirlwind, un libro-memoria sobre la rebelión de Soweto, y el escritor sudafricano había querido dirigirse a un audiencia mayoritariamente blanco "para intentar –dijo– fusionar lo incomunicable".

"¿Pueden ustedes sorprenderse de que seamos tan amargos?", preguntó Sepamla al público que lo escuchaba en religioso silencio. "We have no Head, somos como el animal al que le cortaron la cabeza. La tortura, la prisión, la humillación nos sacan una parte de nuestro espíritu". Sipho Sepamla evoca "la lentitud, la increíble lentitud" con que los negros sudafricanos reaccionaron a su condición. Un hombre los ayudó, afirma: Steve Biko, fundador del Movimiento de la Conciencia Negra, asesinado en prisión en 1977. "Steve Biko decía sólo una cosa: que serían los negros quienes liberarían a los negros. De estas palabras nacieron otras muchas cosas". Nacieron también las "desviaciones" que Sepamla denuncia: "Cosas de las que tenemos vergüenza. Ustedes conocen –en Francia se habla mucho de eso– el suplicio del 'collar', esa llanta inflamada embebida en alcohol que jóvenes negros colocan alrededor del cuello de los 'traidores' y luego encienden. No miren al juzguen a los 'collares' en el vacío, sino a la luz de nuestra historia", pide Sepamla. "Estos jóvenes asesinan a quienes con su traición –piensan– retrasan el camino de la libertad." Una explicación que no elimina el malestar. Hace tres meses, el mismo suplicio fue usado para ejecutar a unas 30 "brujas" acusadas de "confundir al pueblo". De los jóvenes de su país, Sepamla vuelve a hablar: "En los townships se los puede escuchar cantando canciones de libertad. Una melodía indefinible: es nuestra música y es como una señal".

## La señal

Hace algunas semanas cantó, tocó, bailó, se contorsionó aquí en París Johnny Clegg. Clegg es un músico afrikaaner, blanco entonces, de Johannesburgo, que se fue a vivir a los ghettos negros "para aprender un poco de música". Produce unos ritmos que no se sabe bien qué son. ¿Rock? ¿Jazz? ¿Jazz rock? ¿Jazz rock zulú? Tal vez la señal de que hablaba Sepamla. Después de Clegg vinieron los Ladysmith black mambazo, una banda de negros de la Sudáfrica profunda que cantan a capella y conmueven al más frío. Cuando los escuchó, Paul Simon se tomó el primer avión para Johannesburgo y grabó un disco con ellos, uno de los más fuertes del ex Simon y Garfunkel. Los Ladysmith van a hacer una gira mundial en los próximos meses. Piensan ir a América Latina: Brasil, Venezuela, Argentina...y Uruguay. ¿Les habrán hablado del negro Rada?

## Chester Himes

"Solamente pueblos del sur o de Harlem pueden ser capaces de comprender lo que quiero expresar a través de mis libros", gustaba afirmar Chester Himes. (1) "Hay que ser negro para entenderlo", agregaba este escritor que pasó siete años de su vida (entre 1928 y 1935) en prisión, y que pobló siempre sus novelas con el universo de la marginalidad negra americana.

"Hay que ser negro para entenderlo." En Sudáfrica, algún editor se tomó al pie de la letra esta sentencia de Himes, no se detuvo en consideraciones geográficas y publicó en una versión bastante "sudafricanizada" una novela del autor norteamericano (L'aveugle au pistolet, es su título francés). En vez de Harlem, la historia sucede en uno de los tantos townships de los alrededores de Johannesburgo. Si los diálogos se mantienen más o menos fieles al original, algunos de los personajes varían. Así, unos homosexuales no dejan de serlo pero agregan a su calidad la condición de mineros. Una provocación para las almas puras que querían que entre esta profesión "de machos" por excelencia no existieran también homosexuales. Vaya uno a saber. Lo cierto es que la versión "nacionalizada" del libro de Himes indignó tanto a la censura oficial (el propio Himes es inencontrable en las librerías sudafricanas) como a los partidarios del sector moral "del otro lado". ¿Y Chester Himes? Difícil que sea otra invención de Borges.

(1) François Casse. Entretien avec Chester Himes. Le nouveau Candide, París, mayo 1963.

01·01

870913

131

# Tensa celebración

*LIBANO. — Musulmanes chiítas mantienen guardia mientras el dirigente del movimiento AMAL, Nabih Berri (centro, entre dos guardias), pasa revista a un desfile militar, para recordar al líder espiritual Imán Mersa Sadr. (Radiofoto Reuter especial para EL DIA)*

# Casi 100 trabajadores atrapados en una mina

WELKOM, Sudáfrica. — Casi un centenar de trabajadores [illegible] quedaron atrapados ayer en una mina de oro sudafricana donde se produjo una explosión y muchos podrían estar suspendidos en un ascensor a más de [illegible] metros del fondo de la boca vertical de entrada a las galerías, informaron propietarios del establecimiento.

Un grupo de 22 obreros pudo salvarse, pero 70 no pudieron ser encontrados hasta el momento, dijo a los periodistas Steven Ellis, gerente general de la mina St. Helena.

Un portavoz de la General Mining Union Corporation (GENCOR), propietaria de la mina, aseguró que no se sospecha que el accidente haya sido causado por un acto criminal.

Gary Maude indicó que podían escucharse golpes de quienes atrapados en la boca de bajada de 1.367 metros de profundidad mientras las cuadrillas de rescate iniciaban sus operaciones en la mina St. Helena de Welkom, al sudoeste de Johannesburgo.

El estallido, producido a menos de 24 horas después de haber concluido una huelga de mineros negros en toda la nación, se produjo mientras unos 80 trabajadores estaban bajando en un ascensor esta mañana, dijo Maude a los periodistas. No pudo determinarse hasta el momento la causa de la explosión.

Equipos de monitoreo evidenciaron que el ascensor se detuvo unos [illegible] metros debajo de la superficie y no se sabe en qué estado se encuentran sus ocupantes, dijo Maude.

Más de 800 mineros, casi todos ellos negros, murieron en accidentes de trabajo en Sudáfrica el año pasado y el subsidio por fallecimiento en accidentes figuró entre los reclamos de los [illegible].

Maude manifestó que algunos de los desaparecidos estaban en túneles a diversos niveles. Las operaciones de socorro se vieron entorpecidas por hierros retorcidos existentes en la boca de bajada, muy dañada por la explosión.

EL DIA 1/9/87

01·01 8709192

Brecha 4/9/87

# La rebelión de los socavones

*La huelga de los 350.000 mineros negros sudafricanos, la mayor de toda la historia, finalizó este fin de semana cuando los huelguistas decidieron volver a los socavones. El destino de estos trabajadores, tratados como esclavos, quedó patentizado cuando el ascensor de la mina "Deep Levels" que trasladaba a 85 hombres recién incorporados se precipitó al vacío, a medio camino de la superficie desde los túneles. Pese al "empate", la huelga sacudió el régimen del apartheid y consolidó al conjunto del movimiento obrero sudafricano, no sólo al de la minería.*

Lester Deep Levels, President Steyn, Ural Reefs: desde el 10 de agosto pasado, los fondos de estos yacimientos de oro, los más grandes del mundo, ya no despiden su lote cotidiano de cadáveres y hombres maltrechos. Motivo: éstas, como otras 50 minas sudafricanas, se encuentran cerradas como consecuencia de la huelga general lanzada por la Unión Nacional de Mineros (NUM), la organización sindical que grupa a la enorme mayoría de los trabajadores del sector más dinámico de la economía nacional. En momentos en que se cierra esta nota, el conflicto entraba en una fase de "radicalización activa" (según dirigentes del NUM) y de "impasse total" (a juicio de los empresarios). La semana pasada, las negociaciones entre representantes obreros y patronales para "poner fin a la violencia" fueron suspendidas y los dos campos se preparaban a afrontar las consecuencias de una huelga que amenaza prolongarse. El 24 de agosto, las negociaciones parecían reanudarse pero los representantes del NUM se mostraban "pesimistas ante la intransigencia patronal" para satisfacer sus reivindicaciones (aumentos salariales y mejora en las condiciones de trabajo). Los dirigentes de las compañías mineras han encontrado un método para romper la resistencia de los mineros negros: los despidos masivos. Más de 10.000 trabajadores han perdido su empleo y la Cámara de la Industria Minera, con la Anglo American Corporation (AAC) a la cabeza, se declara decidida a despedir a otros 35.000 huelguistas. Uno de los cuadros principales de la AAC afirmó el viernes 21 que "los dirigentes del NUM llevan al suicidio colectivo a los mineros". La mano de obra negra "no escasea precisamente en Africa del Sur y no nos costaría nada reemplazar a 350.000 huelguistas por otras tantas personas deseosas de trabajar", declaró un empresario.

El mismo día, la dirección de los correos nacionales despidió a 1.600 de los 14.000 empleados de la compañía en huelga desde hace 10 días. Francis Mayo, dirigente del NUM de la mina de Vaal Reefs declaró el 22 de agosto que "los intentos de los empresarios mineros y postales se estrellarán contra la voluntad de los trabajadores de ir hasta el final". En Vaal Reefs, sólo 20 de los dos mil huelguistas despedidos aceptaron desolidarizarse de sus compañeros y someterse a las condiciones impuestas por la Anglo American.

## Los límites del "liberalismo" empresarial

Para Eddie Webster, profesor de sociología de la Universidad de Johanesburgo y miembro de la Labour Monitoring Group –un organismo independiente que estudia la evolu-

TRAS LA HUELGA MINERA: [illegible]

ción de los conflictos sociales– "los dirigentes patronales tienen un comportamiento anacrónico y actuan pretendiendo borrar los diez últimos años de la historia nacional. Un comportamiento paradójico, observa Webster, si se toma en consideración que los ejecutivos de la Anglo que hoy despiden a troche y moche y envían a la milicia a reprimir a los huelguistas son los mismos que desde hace décadas tratan de vender una imagen liberal y progresista de su empresa".

Fundada en 1917 por sir Ernest Oppenheimer, la AAC –que hoy ocupa el primer rango mundial de las sociedades mineras a través de sus ramificaciones en Africa, Asia, Estados Unidos y Brasil– trató siempre de desmarcarse oficialmente del régimen del apartheid, al que repetidas veces sus dirigentes calificaron de "retrógrado" o "inadaptado". Los Oppenheimer estuvieron ligados a cantidad de iniciativas de "prestigio", como la financiación de la renovación del habitat negro en el ghetto de Soweto, tras las revueltas del 76, y el apoyo político y económico dado a la oposición blanca al apartheid. Más recientemente, la AAC planteó públicamente la necesidad de reconocer legalmente a los sindicatos de trabajadores negros y fue la primera empresa que aceptó sentarse a discutir con los representantes del NUM. Pero el hecho más espectacular protagonizado por los ejecutivos de la Anglo remonta a 1985, cuando un grupo de "businessmen" sudafricanos dirigido por el clan Oppenheimer, se reunió con dirigentes del Congreso Nacional Africano (ANC). Este encuentro en la cumbre entre "empresarios liberales" y delegados del movimiento fundado por Nelson Mandela (el preso político más antiguo del mundo, detenido desde julio de 1962 en una mazmorra sudafricana), fue tomado como un acto de "provocación intolerable" por parte del régimen de Pretoria.

Sin embargo, tras este liberalismo de fachada, se esconde una realidad menos brillante. Un libro publicado recientemente por tres periodistas británicos ("South african Inc., The Oppenheimer empire") muestra cómo el sector minero, base de la fortuna colosal de la AAc, "es la actividad económica en que se aplican las leyes más duras del régimen del apartheid". Eddie Webster completa a los autores ingleses: "La riqueza económica sudafricana –afirma el sociólogo afrikaaner– se construyó gracias a la increíble superexplotación a la que es sometida la mano de obra negra en los yacimientos de oro". Mientras los trabajadores blancos del sector constituían una fuerza de trabajo permanente y podían vivir donde se les ocurriera, sus colegas negros sufrían el sistema del "trabajo migratorio" –en función del cual eran reclutados por períodos cortos y podían ser despedidos en cualquier momento– y se los obligaba a (sobre) vivir en los "compounds", suerte de campos de concentración en que se llegaba a hacinar –como en Vaal Reefs– a cerca de 40.000 personas.

"La explotación económica, social y política que sufren los negros recuerda a la peor época del capitalismo salvaje europeo del siglo XIX", continúa Webster. "En lo que concierne a esta mano de obra, el sistema sudafricano puede ser calificado –aún hoy– de precapitalista. Los trabajadores negros no tienen ninguna libertad de movimiento y están sometidos a un régimen quasi-militar de internamiento en 'bantustanes', ghettos, 'townships'."

Los dirigentes de la Anglo se cuidaron muy bien de "modificar en algo lo superficial sin modificar en nada lo esencial de la condición de vida de sus 'siervos' negros", apuntan los tres periodistas ingleses. En 1984, la HAC llegó incluso a aprobar la constitución promulgada por Pieter Botha y un año más tarde los Oppenheimer se declararon opuestos al voto de los negros. "El sufragio universal sería una fuente de caos y desorden", dijeron.

**Número de huelgas en Sudáfrica en los últimos años**

| Año | Huelgas |
|---|---|
| 1979 | 101 |
| 1980 | 207 |
| 1981 | 342 |
| 1982 | 394 |
| 1983 | 336 |
| 1984 | 469 |
| 1985 | 389 |
| 1986 | 793 |

Fuente: Labour Monitoring Group.

## NUM: punta de lanza del movimiento sidical

A partir de 1979, cuando el presidente Botha legalizó el funcionamiento de los sindicatos negros en la mayoría de las ramas industriales, las cosas se fueron acelerando de tal manera "que el paisaje social –e incluso político– del país se modificó por completo", observa Webster. Las nuevas organizaciones sindicales fueron arrancando concesión tras concesión. Una de las conquistas más significativas (la formación de una "corte industrial" a la que los sindicatos pueden apelar en caso de "despidos abusivos") provocó una verdadera "revolución en las relaciones sociales", dice el investigador.

La industria minera fue la última en sentir los efectos de esta relativa liberalización. En 1982, la "Anglo" –y luego las demás compañías– "permitieron" la existencia de agrupaciones de trabajadores. Esta fecha marca el nacimiento legal de la Unión Nacional de Mineros Negros. La aparición del NUM en la escena social modificará las reglas del juego en un universo que había evolucionado poco y nada desde la época de la posguerra. La nueva federación se impondrá rápidamente como el interlocutor principal de la cámara patronal, desplazando al sindicato de mineros blancos dirigido por el hoy diputado del Partido Conservador (extrema derecha), el ultraracista Arie Paulus.

Pero sobre todo el NUM será la punta de lanza de la formación, en 1985, del Congreso de Sindicatos de Africa del Sur (COSATU). Bajo el impulso de las movilizaciones mineras del último bienio, esta central sindical duplicará prácticamente sus efectivos, pasando de 430.000 miembros en el momento de su creación, a casi 800.000 en julio pasado (fecha de realización de su primer "congreso nacional").

Paradójicamente "el propio modo de funcionamiento de la industria minera favoreció la penetración y la implantación del NUM", constata Webster. Gracias al sistema de los "compounds", las estructuras sindicales pudieron acceder a una enorme masa de adherentes potenciales "que no esperaban otra cosa que la llegada del mesías sindical".

Desde su creación, el NUM multiplicó las iniciativas, huelgas parciales, peticiones colectivas y otras formas de acción reivindicativa. En 1985, una huelga general desatada por el sindicato minero por las mismas reivindicaciones que la actual, terminó con la derrota de la movilización sindical. Casi 20.000 mineros negros fueron puestos en la calle en abril de ese año, las condiciones de trabajo se endurecieron aún más (los capataces blancos volvieron a generalizar el uso del látigo para amaestrar a la mano de obra "esclava"). El NUM comenzó entonces un período de "travesía del desierto". Durante un año el sindicato minero reorganizó sus fuerzas, estableció contactos con la oposición parlamentaria blanca y trató de amplificar el alcance de su movilización. La figura carismática de su secretario general, Cyril Ramaphosa, no fue ajena a la cohesión y al impresionante crecimiento del NUM. Animador en la década del 70 del movimiento de "la conciencia negra", Ramaphosa responde "al identikit del jóven intelectual comprometido de los años ochenta sudafricanos" afirma la escritora afrikaaner Nadine Gordimer. Abogado de formación, de 35 años, el líder del NUM es reconocido por los mineros como uno de los suyos, pese a que "probablemente nunca haya visto una mina por dentro", comenta un dirigente regional del sindicato.

El NUM, finalmente, debe enfrentarse a otro desafío. En un país en el que la mayoría negra no dispone de ningún canal de participación legal, el movimiento sindical –y en especial el NUM, su componente más sólido– ha ocupado casi naturalmente el espacio de la lucha política. Su base lo impulsa en esa dirección.

Ramaphosa, que por el momento no quiere sacar a la movilización minera de su cauce sindical, declaró sin embargo que "tras este conflicto queda desnuda la cuestión central a resolver en los próximos tiempos: el problema del poder, en una nación en la que la enorme mayoría de la población vive como esclava".

01·01

8709215

131

El Día 29-8-91

# No siempre es bueno el boicot contra Sudáfrica

Las cuestiones morales más peliagudas se asientan sobre principios afilados en ambos bandos de no importa qué controversia. Esto lo ilustra fehacientemente la estrategia boicoteadora que han impuesto a los intereses norteamericanos los grupos militantes que exigen poner fin al apartheid en Sudáfrica o, al menos, el establecimiento de un calendario para implantar normas de legitimidad política y justicia económica para la población negra local. Porque por otra parte están las consecuencias negativas que sin intención se pueden causar a la misma gente que se desea ayudar: desde peores condiciones laborales a la disminución de las posibilidades de empleo. Pero tales resultados a menudo son ignorados o puestos en duda. Mi preocupación tiene que ver con las decisiones de McGraw-Hill y otras casas editoras de poner fin a sus actividades en Sudáfrica, por lo que ello implica para la libertad de información en un contexto carente de democracia.

Absolutamente todas las propiedades de McGraw se transfirieron a grupos empresariales en Sudáfrica y, dejando a un lado la importancia que esta acción se proponía, las consecuencias sociales y políticas son del todo contraproducentes y peligrosas, en tanto precedente editorial. Tal decisión obvió el hecho de que se considerara lo mismo una publicación que cualquier otra empresa. Uno puede arguir más o menos plausiblemente que no se debe entregar tecnología de computadoras a Sudáfrica, o material que pueda servir en otras áreas sensitivas desde el punto de vista industrial, puesto que eso podría significar un cierto apoyo al régimen de Africa del Sur en su renuencia a adoptar reformas. Pero en el campo de la publicación de libros que no sean de ficción, sobre todo en la publicación de libros de texto, lo único que el boicot de la McGraw-Hill consigue es privar a la población sudafricana de los textos más avanzados y probablemente honestos que pudieran llegar a sus manos.

Conozco la literatura sudafricana en todas las ciencias sociales. En su mayoría es cuidadosamente elusiva y aséptica, cuando no apologética del régimen del apartheid. Estos libros ya no serán sustituidos por textos de la McGraw-Hill en el campo de las ciencias sociales y de la conducta humana. Al contrario, la retirada de la McGraw-Hill tendrá repercusiones importantes en la calidad del material legible que los estudiantes y estudiosos sudafricanos puedan adquirir, tanto los negros como los blancos.

Además, la medida equivale a realizar el trabajo de censura en favor del régimen de Botha. Contradice la historia de la lucha por la libertad de leer bajo todos los regímenes autoritarios, y eso incluye la Alemania nazi, la Italia fascista y la Rusia stalinista. El propósito de los editores era y sigue siendo válido al introducir libros y periódicos en —y no extraerlos de— tales regímenes autoritarios.

Los escritores y editores que en Sudáfrica se oponen al apartheid, ahora se ven privados de envíos de una gran multinacional capaces tanto de proveer legitimación intelectual como apoyo local a su posición opositora o, al menos, material científico, obras no contaminadas con la supremacía racial. Imaginar que una editora local conseguirá afrontar los mismos riesgos es una ilusión peligrosa.

Tampoco se trata de un hecho aislado. La International Book Distributors, subsidiaria de Prentice-Hall International, ha comunicado a un número de editoras universitarias en Estados Unidos que no podrán seguir enviando sus títulos a Sudáfrica. Esto significa que los libros impresos por las principales editoriales universitarias norteamericanas simplemente no se podrán adquirir allí. Y más recientemente, la University Microfilm International, el mayor suministrador de material investigativo inédito a la comunidad científica, ha suspendido todos sus embarques a Sudáfrica. De ese modo, los editores de libros y monografías que con mayor vigor se oponen al apartheid verán vedado su acceso al mercado que más les interesa influenciar.

Lo que se necesita con urgencia de la AAP, la AAUP y otros grupos semejantes es una declaración de principios idéntica a la aprobada por la Asociación de Editores en el Reino Unido. La declaración advierte que la suspensión del suministro de libros "a países cuyos gobiernos practican políticas inaceptables, sean cuales fueren los argumentos que se esgriman, es la mejor manera de consolidar esas políticas en vez de modificarlas... La Asociación de Editores por tanto se opone resueltamente, velando por la protección de la propiedad intelectual de los autores a través del copyright, a cualquier restricción del libre comercio del libro entre los países, cualquiera sea la política que estos sostengan..."

Una declaración similar debe ser redactada y dirigida no sólo a la comunidad editorial de EE.UU. y sus estructuras incorporadas, sino a los comités educacionales y políticos locales y estatales que prohiben cualquier transacción con las corporaciones que comercien con Sudáfrica. Si en breve no se toman tales acciones conjuntas, la causa de la libertad de lectura, lo mismo que la oposición al apartheid, quedarán profundamente dañadas y las consecuencias se harán sentir largo tiempo. (FIRMAS PRESS)

**Por Irving L. Horowitz**

01·01

8709248

131.

EL DIA 30-7-87

# "Sudáfrica está al borde de la rebelión"

JOHANNESBURGO. — Sudáfrica se encuentra al borde una abierta rebelión, sólo contenida artificialmente por un estado de excepción, afirmaron ayer en Johannesburgo dos diputados del [illegible] Partido Liberal alemán occidental que visitan aquel país.

Se trata de los legisladores Gerhart Baum y Burkhard Hirsch, miembros del parlamento federal alemán (Bundestag), quienes mantuvieron intensas conversaciones con representantes del gobierno, la oposición y grupos extraparlamentarios sudafricanos.

En una conferencia de prensa en Johannesburgo, al término de su estancia de una semana, los diputados condenaron las masivas violaciones de derechos humanos en Sudáfrica y exigieron un fortalecimiento de la presión internacional sobre el gobierno de Pretoria.

Los legisladores expresaron que, elaborarán propuestas conjuntas en tal sentido, pero se abstuvieron de dar a conocer su postura sobre la cuestión de las sanciones económicas.

01·01 8709251

SUD AFRICA
131.

Le Monde
Exclusivo El DIA

# La diplomacia secreta y P. A. Albertini

A la clase política francesa le ha costado siempre guardar las proporciones. Un nuevo ejemplo de ello constituye la polémica que se lleva a cabo desde hace varios días en torno del caso Albertini, ese joven cooperante condenado a cuatro años de prisión en África del Sur y que acaba de ser objeto de un intercambio de prisioneros: de buena o mala gana, Pierre-André Albertini, que hasta ayer no podía tanto, se ha transformado en héroe para la propaganda del Partido Comunista, mientras que se elevan voces en la derecha y la extrema derecha para denunciar en este plácido joven a un peligroso terrorista.

La verdad es más simple. El caso Albertini no es un nuevo caso Dreyfus: el cooperante, que no es comunista, contrariamente a sus padres, enseñaba en una universidad negra de Ciskei, uno de esos bantustanes sudafricanos teóricamente independientes pero, de hecho, totalmente controlados por el poder blanco de Pretoria. Ahí vivió una de las experiencias indudablemente dolorosas para cualquier individuo que no haya alcanzado las cumbres del cinismo y la indiferencia y es absolutamente natural que haya entablado amistad con militantes del antiapartheid.

Algunos de éstos habían decidido que su combate pasaba por la lucha armada. ¿Entonces, fue utilizado o actuó con pleno conocimiento de causa? A él le corresponde precisarlo, si lo estima adecuado; en todo caso fue detenido por haber transportado armas y dinero en un coche acondicionado con escondites para hacerlo. El que no haya sido juzgado por este acto, se debe a las tratativas efectuadas con la acusación cuyo secreto es propio del derecho sudafricano, así como al derecho anglosajón: las autoridades querían en lo esencial que Albertini declarara contra sus amigos negros, lo que finalmente se negó a hacer, de lo que resultó su condena a cuatro años de prisión.

Si bien Albertini violó el derecho de reserva al que administrativamente está obligado, el gobierno francés tenía el deber de acudir en su ayuda. Contrariamente a lo que ha pretendido el Partido Comunista, lo ha hecho sin escatimar sus medios, pero con discreción, lo que acostumbra en este tipo de casos es un requisito para su éxito. No fue la campaña del PC la que hizo ceder a Pretoria: la liberación de Albertini se debe más bien al talento de varios diplomáticos franceses que han sabido tejer los hilos de una compleja negociación y aprovechar la voluntad sudafricana de desembarazarse de dos prisioneros incómodos definitivamente, a cambio de uno de sus oficiales, detenido en Angola. La voluntad de Angola y de Mozambique —dos países cuya situación es particularmente crítica— de aproximarse a algunos países occidentales, hizo el resto.

¿El desenlace del caso Albertini es también reflejo de una modificación de los datos esenciales del problema de África austral? De ninguna manera, si se piensa en la obstinación suicida con la que algunos dirigentes sudafricanos se aferran al apartheid. Quizás lo sea, si se piensa en términos mucho menos radicales y si se consideran en particular las relaciones de África del Sur con los regímenes de Angola y Mozambique y el problema de Namibia.

El caso prueba, en efecto, que Pretoria no es totalmente insensible al temor de un aislamiento diplomático completo y al peso de las sanciones. Los gobiernos occidentales no deben olvidarlo nunca. El apartheid es un drama histórico complejo que concierne a todos los hombres de buena voluntad, pero su solución no pasa necesariamente por la violencia y de ningún modo por polémicas internas entre franceses, las que, por lo demás, carecen extrañamente de altura.



8709260

18

131

EL DIA 11-9-87

# RFA: renuncia un premier de Estado

BONN. — El primer ministro del estado germano federal de Schleswig Holstein renunció ayer en lo que constituye un severo golpe para el partido del canciller Helmuk Kohl, tras asumir la responsabilidad por una campaña de "tretas sucias" con vistas a las próximas elecciones estatales.

"Renuncio hoy al cargo de primer ministro del estado", dijo Uwe Barschel en conferencia de prensa televisada.

Barschel, que llevó a los demócratas cristianos nuevamente al poder en las elecciones del 13 de setiembre, dijo que enfrentaría las acusaciones hechas por un ex asistente de prensa, y el influyente semanario "Der Spiegel".

El asistente, Reiner Pfeiffer, dijo que Barschel le había ordenado contratar a detectives para espiar la vida privada del principal opositor socialdemócrata, Bjoern Engholm y denunciar públicamente a Engholmper fraude impositivo.

Pfeiffer fue citado por "Spiegel" diciendo que Barschel le dio instrucciones para que consiguiera un dispositivo de escucha electrónico y lo instalara en el teléfono oficial del propio primer ministro, con el propósito de incriminar a Engholm.

Barschel, de 43 años, reiteró su rechazo a las acusaciones de Pfeiffer pero dijo que asumía la responsabilidad por lo que calificó como maquinaciones temporarias del



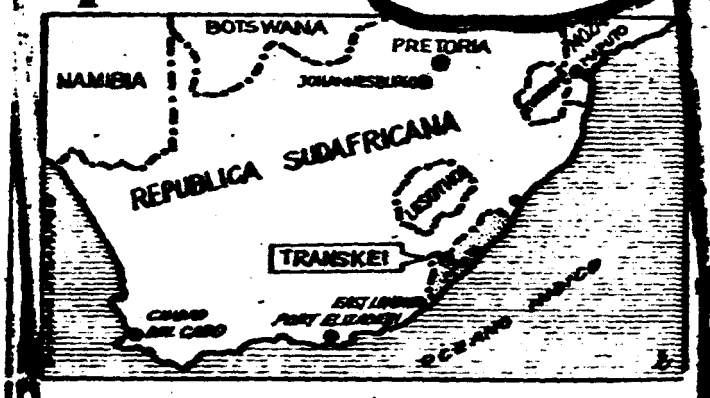
8709261

SUDAFRICA
31.

Ocho Ministros detenidos

SUDAFRICA

# Militares toman el poder en Transkei




JOHANNESBURGO (EFE).- El Ejército de Transkei se hizo ayer con el poder en ese bantustán negro al sudeste de Sudáfrica, tras detener a la mitad de los miembros del Gobierno, anunció la radio estatal sudafricana.

El primer ministro de Transkei, George Matanzima, que la semana pasada fue acusado de corrupción por aceptar un soborno de un millón de rand (500.000 dólares), se encontraba fuera del bantustán cuando se produjo el golpe militar, agregaron las fuentes.

Ocho ministros fueron detenidos durante los acontecimientos, que transcurrieron sin violencia, informó la radio, que no identificó al líder del golpe.

Transkei fue el primero de los diez bantustanes negros establecidos por Pretoria, bajo su política de formar territorios separados para las distintas tribus. Sudáfrica es el único país que ha reconocido como Estado independiente, desde 1976.

01·01

8709266

131

GOLPE MILITAR EN TRANSKEI (Sudáfrica) Johannesburgo, Sudáfrica, 24 (AP). — En lo que fue el primer golpe militar en uno de los cuatro territorios negros de Sudáfrica, las fuerzas armadas de Transkei derrocaron hoy al primer ministro local y pusieron bajo arresto domiciliario a miembros del gabinete, dijo la radio estatal.

Según la radiodifusora South African, Broadcasting, Corporation (SABC), el primer ministro de Transkei, George Matanzima, no se hallaba en el territorio al producirse el golpe, y no se informó sobre [illegible]



8709504

Blanco 1/9/87

# Sudáfrica, una lección

LA finalización de la mayor y más costosa huelga minera de Sudáfrica, al cabo de tres semanas plagadas de incidentes entre obreros y fuerzas del orden, no puede interpretarse como una derrota sindical, a pesar de que los dirigentes gremiales debieron aceptar condiciones que inicialmente habían rechazado. Al margen de este resultado, se perfiló por primera vez una relación de los trabajadores negros con las empresas que no es coincidente con la política gubernamental y que abre nuevos espacios para enfrentar el problema racial.

Este aspecto, sin duda, es parte inseparable de toda cuestión laboral, pues los mineros pertenecen exclusivamente a diversos grupos étnicos negros mientras las empresas son poseídas por accionistas blancos locales o extranjeros y dirigidas por funcionarios también blancos. Toda reivindicación gremial se inscribe, pues, en el marco de las luchas que la población negra de Sudáfrica mantiene desde hace décadas para lograr la abolición del sistema del "apartheid" o segregación racial.

Dicho sistema incluía, en principio, la prohibición de agremiarse de los trabajadores negros, pero éstos lograron ese propósito hace ya cinco años, en forma parcial, y hace menos de un año pudieron formar la primera central sindical reconocida. Buena parte de esos trabajadores, son calificados oficialmente de "extranjeros", pues se les adjudica una nacionalidad, de acuerdo con su origen étnico, correspondiente a algunos de los "homelands" o reservas territoriales que fueron declaradas "independientes" por el gobierno sudafricano.

Cualquier problema coyuntural, por lo tanto, conmueve en su conjunto el ya carcomido andamiaje de un sistema racista insostenible tanto desde el punto de vista interno cuanto desde el internacional, dada la absoluta contradicción con los principios básicos de todos los organismos que agrupan a las naciones del mundo. Sudáfrica está, en efecto, cada vez más aislada y sometida a numerosos mecanismos de sanción económica y diplomática que también tienden a incrementarse.

Si bien los mineros negros tuvieron que pactar con los empresarios un acuerdo delineado en su mayor parte sobre la oferta inicial de estos últimos, es evidente que las negociaciones incluyeron diversos puntos extralaborales de importancia para el futuro. El sindicato minero no logró imponer sus exigencias y temió que el mantenimiento de la huelga a ultranza debilitara las adhesiones, pero también temió que la intervención gubernamental y la acción de grupos extremistas pudieran precipitar la situación hacia picos de violencia no deseados.

Ese mismo temor obró también en la parte patronal. Los dirigentes empresarios comprenden, sin duda, que las relaciones de trabajo para el desarrollo de las actividades industriales no pueden regirse ya por las disposiciones segregacionistas y discriminatorias del régimen de Pretoria. Muchas de las empresas mineras, además, pertenecen a consorcios internacionales que no se sienten estrechamente ligados a la política racista.

Por el contrario, entrevén que su mantenimiento intransigente puede conducir a Sudáfrica a un callejón sin salida y hacer peligrar sus propios negocios. Hace menos de dos años, cabe recordarlo, las principales organizaciones empresarias del país instaron al gobierno de Pieter Botha a dar con urgencia los pasos necesarios para acabar con el "apartheid".

Como ya dijimos en esta columna, "el sueño de mantener una nación moderna con una gran parte de sus habitantes reducidos al papel de semiesclavos no solo repugna al sentir común de nuestra civilización, sino que también está demostrando ser un contrasentido político, social y económico". La reciente huelga minera tuvo como resultado indiscutible, en tal sentido, que los trabajadores negros lograron ser tratados, fundamentalmente, como asalariados que efectúan reclamaciones, en tácito pero pleno derecho.

Ello revela, una vez más, el anacronismo del sistema racista y sienta un precedente que el obcecado régimen de Pretoria tendría que tener en cuenta para sus decisiones futuras. "La huelga —dijo un dirigente minero— fue un ensayo interesante para el año que viene". Cabe esperar que la lección sea bien comprendida por todos los sectores sudafricanos y se eviten las intransigencias que solo pueden conducir a la disgregación del estado multirracial en un conflicto de consecuencias imprevisibles para todo el continente africano y para el mundo.



8709580

HR

131

El Día 29/9/87

# No siempre es bueno el boicot contra Sudáfrica

Las cuestiones morales más peliagudas se asientan sobre principios sólidos en ambos bandos de no importa qué controversia. Esto lo ilustra fehacientemente la estrategia boicoteadora que han impuesto a los intereses norteamericanos los grupos militantes que exigen poner fin al apartheid en Sudáfrica o, al menos, el establecimiento de un calendario para implantar normas de legitimidad política y justicia económica para la población negra local. Porque por otra parte están las consecuencias negativas que sin intención se pueden causar a la misma gente que se desea ayudar: desde peores condiciones laborales a la disminución de las posibilidades de empleo. Pero tales resultados a menudo son puestos en duda. Mi preocupación tiene que ver con las decisiones de McGraw-Hill y otras casas editoras de poner fin a sus actividades en Sudáfrica, por lo que ello implica para la libertad de información en un contexto carente de democracia.

Absolutamente todas las propiedades de McGraw se transfirieron a grupos empresariales en Sudáfrica y, dejando a un lado la importancia que esta acción se proponía, las consecuencias sociales y políticas son del todo contraproducentes y peligrosas, en tanto precedente editorial. Tal decisión obvió el hecho de que se considerara lo mismo una publicación que cualquier otra empresa. Uno puede argüir más o menos plausiblemente que no se debe entregar tecnología de computadoras a Sudáfrica, o material que pueda servir en ciertas áreas sensitivas desde el punto de vista industrial, puesto que eso podría [illegible] un cierto apoyo al régimen de Africa del Sur en su renuncia a adoptar reformas. Pero en el campo de la publicación de libros que no sean de ficción, sobre todo en la publicación de libros de texto, lo único que el boicot de la McGraw-Hill consigue es privar a la población sudafricana de los textos más avanzados y probablemente honestos que pudieran llegar a sus manos.

Conozco la literatura sudafricana en torno a las ciencias sociales. En su mayoría es cuidadosamente elusiva y aséptica, cuando no apologética del régimen del apartheid. Estos libros ya no serán sustituidos por textos de la McGraw-Hill en el campo de las ciencias sociales y de la conducta humana. Al contrario, la retirada de la McGraw-Hill tendrá repercusiones importantes en la calidad del material legible que los estudiantes y estudiosos sudafricanos puedan adquirir, tanto los negros como los blancos.

Además, la medida equivale a realizar el trabajo de censura en favor del régimen de Botha. Contradice la historia de la lucha por la libertad de leer bajo todos los regímenes autoritarios, y eso incluye la Alemania nazi, la Italia fascista y la Rusia stalinista. El propósito de los editores era y sigue siendo válido al introducir libros y periódicos en —y no extraerlos de— tales regímenes autoritarios.

Los escritores y editores que en Sudáfrica se oponían al apartheid, ahora se ven privados de envíos de una gran multinacional empeñada de manera [illegible] apoyo fiscal a su posición opositora o, al menos, material científico, obras no contaminadas con la supremacía racial. Imaginar que una editora local conseguirá afrontar los mismos riesgos es una ilusión peligrosa.

Tampoco se trata de un hecho aislado. La International Book Distributors, subsidiaria de Prentice-Hall International, ha comunicado a un número de editoras universitarias en Estados Unidos que no podrán seguir enviando sus títulos a Sudáfrica. Esto significa que los libros impresos por las principales editoriales universitarias norteamericanas simplemente no se podrán adquirir allí. Y más recientemente, la University Microfilm International, el mayor suministrador de material investigativo inédito a la comunidad científica, ha suspendido todos sus embarques a Sudáfrica. De ese modo, los editores de libros y monografías que con mayor vigor se oponen al apartheid verán vedado su acceso al mercado que más les interesa influenciar.

Lo que se necesita con urgencia de la AAP, la AAUP y otros grupos semejantes es una declaración de principios idéntica a la aprobada por la Asociación de Editores en el Reino Unido. La declaración advierte que la suspensión del suministro de libros "a países cuyos gobiernos practican políticas inaceptables, sean cuales fueren los argumentos que se esgriman, es la mejor manera de consolidar esas políticas en vez de modificarlas... La Asociación de Editores por tanto se opone [illegible], velando por la protección de la propiedad intelectual de los autores a través del copyright, a cualquier restricción del libre comercio del libro entre los países, cualquiera sea la política que estos sostengan..."

Una declaración similar debe ser redactada y dirigida no sólo a la comunidad editorial de EE.UU. y sus estructuras incorporadas, sino a los comités educacionales y políticos locales y estatales que prohíben cualquier transacción con las corporaciones que comercien con Sudáfrica. Si en breve no se toman tales acciones conjuntas, la causa de la libertad de lectura, lo mismo que la oposición al apartheid, quedarán profundamente dañadas y las consecuencias se harán sentir largo tiempo. (FIRMAS PRESS)

**Por Irving L. Horowitz**



8709636

SUDAFRICA

131

Le Monde
EXCLUSIVO EL DIA

# La diplomacia secreta y P. A. Albertini

A la clase política francesa le ha costado siempre guardar las proporciones. Un nuevo ejemplo de ello lo constituye la polémica que se lleva a cabo desde hace varios días en torno del caso Albertini, ese joven cooperante condenado a cuatro años de prisión en Africa del Sur y que acaba de ser objeto de un intercambio de prisioneros: de buena o mala gana, Pierre-André Albertini, que sin duda no podía tanto, se ha transformado en héroe para la propaganda del Partido Comunista, mientras que se elevan voces en la derecha y la extrema derecha para denunciar en este plácido joven a un peligroso terrorista.

La verdad es más simple. El caso Albertini, no es un nuevo caso Dreyfus: el cooperante, que no es comunista, contrariamente a sus padres, enseñaba en una universidad negra de Ciskei, uno de esos bantustanes sudafricanos teóricamente independientes pero, de hecho, totalmente controlados por el poder blanco de Pretoria. Allí vivió una de las experiencias indudablemente dolorosas para cualquier individuo que no haya alcanzado las cumbres del cinismo y la indiferencia y es absolutamente natural que haya entablado amistad con militantes del antiapartheid.

Algunos de éstos habían decidido que su combate pasaba por la lucha armada. ¿Entonces, fue utilizado o actuó con pleno conocimiento de causa? A él le corresponde precisarlo, si lo estima adecuado; en todo caso fue detenido por haber transportado armas y dinero en su coche acondicionado con escondites para hacerlo. El que no haya sido juzgado por este acto, se debe a las tratativas efectuadas con la administración cuyo secreto es propio del derecho sudafricano, así como al derecho anglosajón: las autoridades querían en lo esencial que Albertini declarara contra sus amigos negros, lo que finalmente se negó a hacer, de lo que resultó su condena a cuatro años de prisión.

Si bien Albertini violó el derecho de reserva al que administrativamente está obligado, el gobierno francés tenía el deber de acudir en su ayuda. Contrariamente a lo que ha pretendido el Partido Comunista, lo ha hecho sin escatimar sus medios, pero con discreción, lo que a menudo en este tipo de casos es un requisito para su éxito. No fue la campaña del PC la que hizo ceder a Pretoria; la liberación de Albertini se debe más bien al talento de varios diplomáticos franceses que han sabido tejer los hilos de una compleja negociación y aprovechar la voluntad sudafricana de desembarazarse de dos prisioneros incómodos en definitiva, a cambio de uno de sus oficiales, detenido en Angola. La voluntad de Angola y de Mozambique —dos países cuya situación es particularmente crítica— de aproximarse a algunos países occidentales, hizo el resto.

¿El desenlace del caso Albertini es también reflejo de una modificación de los datos esenciales del problema de Africa austral? De ninguna manera, si se piensa en la obstinación suicida con la que algunos dirigentes sudafricanos se aferran al apartheid. Quizás lo sea, si se piensa en términos mucho menos radicales y si se consideran en particular las relaciones de Africa del Sur con los regímenes de Angola y Mozambique y el problema de Namibia.

El caso prueba, en efecto, que Pretoria no es totalmente insensible al temor de un aislamiento diplomático completo y al peso de las sanciones. Los gobiernos occidentales no deben olvidarlo ahora. El apartheid es un drama histórico complejo que concierne a todos los hombres de buena voluntad, pero su solución no pasa necesariamente por la violencia y de ningún modo por polémicas internas entre franceses, las que, por lo demás, carecen extrañamente de altura.

PARTES ELEGIBLE



8709639

131

# "Sudáfrica está al borde de la rebelión"

E/D/A 30/5/87

JOHANNESBURGO. — Sudáfrica se encuentra al borde de una abierta rebelión, sólo contenida artificialmente por un estado de excepción, afirmaron ayer en Johannesburgo dos diputados del cogobernante Partido Liberal alemán occidental que visitan aquel país.

Se trata de los legisladores Gerhart Baum y Burkhard Hirsch, miembros del parlamento federal alemán (Bundestag), quienes mantuvieron intensas conversaciones con representantes del gobierno, la oposición y grupos extraparlamentarios sudafricanos.

En una conferencia de prensa en Johannesburgo, al término de su estancia de una semana, los diputados condenaron las masivas violaciones de derechos humanos en Sudáfrica y exigieron un fortalecimiento de la presión internacional sobre el gobierno de Pretoria.

Los legisladores expresaron que elaborarán propuestas concretas en tal sentido, pero se abstuvieron de dar a conocer su postura sobre la cuestión de las sanciones económicas.



8709640

131

# Bomba atómica sudafricana

Nueva Delhi/ Johannesburgo (PL/ DPA). Una estación sísmica de la India registró una presunta explosión nuclear en un punto del territorio sudafricano cercano a la frontera con Mozambique, se informó ayer en esta capital.

La detección fue realizada por la estación receptora de Gauribadanur, del centro de investigaciones atómicas de Bhabha, y se produjo el pasado miércoles 30 de setiembre.

El fenómeno registrado por los especialistas tenía todas las características de una explosión nuclear con una potencia estimada de 25 kilotones, según la fuente.

INUNDACIONES

Sudáfrica

131

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE
SERVICIO DE INFORMACION DE DEFENSA
DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

Pedido de Informe Nro.

Ejemplar Nro.

Asunto:

# La discriminación en Sudáfrica

Son ciertamente saludables las manifestaciones del canciller de Sudáfrica, en el sentido de que la discriminación racial impuesta en su país tiene que desaparecer, y que, consecuentemente, debe ponerse fin a la dominación blanca. Cualesquiera sean los condicionamientos que puedan adoptarse para llevar a cabo una política semejante, y por lento que sea el proceso que se emplee en su aplicación, ni lo uno ni lo otro podrán desvirtuar lo categórico del anuncio y la rectificación que supone en la tradición histórica de la conflictiva nación.

No es del caso analizar las razones que han llevado a un funcionario de tanta jerarquía a vaticinar este cambio. Sea que se haya finalmente cedido a la dura presión internacional que desde años atrás gravitaba en ese sentido, sea que la convulsionada situación interna haya impuesto una actitud más transigente y conciliadora, el hecho es que las manifestaciones del canciller sudafricano permiten abrigar la esperanza de que se inicie un período de convivencia entre los distintos sectores raciales, que ponga fin al prolongado enfrentamiento que rigió hasta ahora.

El cambio no será fácil, porque aunque en la legislación se consagren principios igualitarios, esas deseables normas jurídicas no bastarán para borrar los odios y resentimientos acumulados durante décadas, como consecuencia del discriminatorio tratamiento sufrido por la mayoría negra del país. Será sin duda ésta la que deberá deponer aquellos rencores mediante un olvido generoso de las injusticias del pasado. Pero los grupos blancos tendrán a su vez la enorme responsabilidad de aceptar la nueva situación, que les impondrá la renuncia a buena parte del poder político que venían detentando. Resultará pues muy difícil a estos últimos acostumbrarse a la pérdida de ventajas y privilegios que se consideraban definitivamente ganados. Tanto como para el sector mayoritario perdonar las afrentas y las humillaciones sufridas hasta un reciente pasado. Pero sin esa doble actitud de generosidad y altruismo, los anuncios del canciller sudafricano a los que nos referimos, no pasarán de tales.

Son desde luego un punto de arranque de trascendente importancia. Queda aún por delante la tarea de recorrer el camino, que requerirá esfuerzo, sacrificio e imaginación.

01-01

8710308

EMBAJADA DE LA REPUBLICA DE SUDAFRICA
RINCON 487, PISO 2, MONTEVIDEO — TELS. 95 24 25 - 95 49 52 - 95 50 58

INFORME No 1 SETIEMBRE 1987

## LA HUELGA MINERA EN SUDAFRICA

Ahora que la huelga ha finalizado y la situación en torno a ella se ha serenado, resulta interesante y quizás prudente repasar algunos hechos.

El diario opositor "Sowetan", al concluir la huelga, publicó lo siguiente (una huelga que afectó a alrededor de 300 000 mineros, que duró 21 días costándole la vida a 9 personas, millones en horas laborales y la pérdida de millones de Rands en producción):

"Considerando la magnitud de la acción industrial, la huelga de los mineros se ha manejado con bastante restricción y responsabilidad por parte de los protagonistas ...

Por lo tanto, se pueden extraer varios elementos de lo acontecido. En general, una huelga es una experiencia emocional, por lo cual es recomendable que las fuerzas de seguridad operen moderadamente y con considerable restricción, como en este caso. No es tarea fácil: sin embargo, se puede lograr. Lo importante a recalcar es que las conversaciones entre los representantes del sindicato y la patronal

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Información de Defensa
23-10-87
Def/86/Archivo
N.º de Identificación 1208/87

01 · 17 8710465

se han mantenido fluidamente con sólo algunas interrupciones. Debemos felicitar al sindicato y la patronal de las distintas compañías mineras por manejar una huelga tan difícil con tan poco sufrimiento y tragedia.

Puede hacer notar que, desde el inicio del conflicto, fuimos de los que aconsejamos que la conducta durante el mismo fuera restrictiva y responsable, consejo que, aparentemente, se acató.

Desde el inicio del conflicto se puso de manifiesto que internacionalmente esta huelga era considerada con tintes políticos. Sin embargo, la disputa fue solucionada sin intervención por parte del gobierno.

Ni los mineros, ni las compañías mineras, están reclamando una victoria a consecuencia de las soluciones logradas, pero quizás sea apropiado reivindicar el éxito del sistema de sofisticadas relaciones industriales y del sindicalismo en Sudáfrica.

Por lo aquí expuesto, se puede comprobar que las disputas aún pueden ser solucionadas mediante negociaciones. De esta manera es que los sudafricanos vamos a negociar nuestro futuro político juntos con resultados positivos.

Puede hacerse.



9710465

EMBAJADA DE LA REPUBLICA DE SUDAFRICA
RINCON 487, PISO 2, MONTEVIDEO — TELS. 95 24 25 - 95 40 52 - 95 50 58

INFORME No 2 SETIEMBRE 1987

## CANJE DE PRISIONEROS

133 soldados angoleños del FAPLA, un holandés y un francés fueron canjeados por un soldado sudafricano, en el Aeropuerto Internacional de Mozambique en Maputo el 7 de setiembre de 1987.

Los gobiernos de Sudáfrica, Holanda, Francia, Angola, Mozambique y Ciskei junto con el movimiento UNITA del Dr Jonas Savimbi estuvieron involucrados.

Este complejo canje de prisioneros fue el suceso diplomático más importante en la region de Africa Meridional desde la firma del acuerdo de Nkomati que se firmó entre Sudáfrica y Mozambique hace tres años y medio.

El significado de este canje va mucho más alla del aspecto humano del tema.

Pretoria News, un diario de oposición al gobierno dijo:

"Lo más importante es que este evento ha demostrado



8710465

de que cuando las naciones de la región de Africa Meridional deciden hacer algo mediante delicadas negociaciones y con razonamiento en vez de fuerte retórica acalorada, pueden conseguir resultados que hacen que el resto del mundo preste atención y tome nota.

De este canje deben emanar nuevas esperanzas para un arreglo para Namibia internacionalmente aceptable; Angola y Sudáfrica están dialogando nuevamente. Se confía que la credibilidad y confianza ganada por esta operación será utilizada por el gobierno sudafricano con buenos resultados."

El Presidente sudafricano, Sr P W Botha, en su declaración manifestó:

"Deseo expresar el deseo de que el acuerdo que se pueda lograr aquí entre los gobiernos de Africa Meridional pueda servir como incentivo para todos los líderes de la región para resolver sus diferencias mediante la negociación."

Lo meniconado anteriormente prueba que la negociación significa el único método viable para solucionar sus propios problemas.

Puede hacerse.

**********

EMBAJADA DE LA REPUBLICA DE SUDAFRICA
RINCON 487, PISO 2, MONTEVIDEO — TELS. 95 24 25 - 95 40 52 - 95 50 58

INFORME No 3

REFORMA EN SUDAFRICA

PROYECTO DE LEY DEL NUEVO CONSEJO NACIONAL

Hace poco se dio el primer paso importante para que la población negra sudafricana tuviera voz en el gobierno central.

Los términos del proyecto de Ley del nuevo Consejo Nacional publicado en el Parlamento son los siguientes:

-Se incluirá a los negros en los procesos políticos al más alto nivel;

-Todo sudafricano negro mayor de 18 años tendrá derecho al voto.

Los objetivos del Consejo serán:

a) Planear y preparar una dispensación constitucional que establezca la participación de todos los ciudadanos sudafricanos en los procesos del gobierno;

b) Dar voz a los ciudadanos sudafricanos negros en los procesos del gobierno sobre una base interina; y

c) Fomentar y proteger las relaciones firmes y la dignidad humana así como los derechos y libertades de todos los ciudadanos sudafricanos.

Funciones del Consejo:

Para poder lograr estos objetivos el Consejo puede:

a) Investigar y considerar cualquier asunto que a su criterio sea de interés nacional, incluido la legislación existente y la propuesta y los pasos que el gobierno de la República tome o contemple;

b) Hacer recomendaciones al gobierno de la República sobre cualquier asunto que el Consejo haya investigado y considerado, incluido la nueva dispensación constitucional que establece la participación de todos los ciudadanos sudafricanos; y

c) Hacer todo aquello que considere necesario.



8710465

Presidente de Estado sudafricano reiteró en el Parlamento
ce poco que había llegado el momento que los líderes sudafricano
mplieran con sus obligaciones en vistas a nuestro futuro común
que entre nosotros discutiéramos ese futuro.

l gobierno sudafricano cree que el Proyecto de Ley del Consejo
icional representa un paso realista y equilibrado que sentará
ıa base legal para dichas discusiones. Se han mantenido extensas
iscusiones con una serie de líderes negros y un gran número
e personas e instituciones han reaccionado positivamente por
scrito.

ste proyecto crea entonces un instrumento para que entre todas
as comunidades sudafricanas se lleven a cabo negociaciones
obre el futuro constitucional de nuestro país.

Octubre 1987

EMBAJADA DE LA REPUBLICA DE SUDAFRICA
RINCON 487, PISO 2, MONTEVIDEO — TELS. 95 24 25 - 95 49 52 - 95 50 58

INFORME No 4

REFORMA EN SUDAFRICA

PARIDAD EN LA ESTRUCTURA SALARIAL DE LA ADMINISTRACION PUBLICA

Para el lero de marzo del año entrante -muy adelantado en el cronograma establecido- se introducirá por etapas la paridad de salarios y beneficios que recibirán los diferente grupos de población en la administración pública.

A pesar de que este movimiento está muy retrasado, debe tener buena acogida ya que agregará R 135 millones al total de los costos salariales del Estado en el primer año para un número estimado de 650.000 empleados públicos.

Esto se debe considerar como parte de la política establecida por el gobierno para dejar de lado la discriminación racial.

Octubre 1987

01 8710465

EMBAJADA DE LA REPUBLICA DE SUDAFRICA
RINCON 487, PISO 2, MONTEVIDEO — TELS. 95 24 25 - 95 49 52 - 95 50 58

INFORME No 5

## LA DEUDA EXTERNA DE SUDAFRICA

Sudáfrica ha pagado cerca de R 9 billones por concepto de deuda externa desde que le movieron el colchón en 1984 y comenzó a correr la moratoria.

Uno de los factores para alimentar la euforia fue que esos pagos ocurrieron al mismo tiempo que se invertía la balanza comercial del país.

Esta balanza comercial pasó de un déficit de R 2,2 billones en 1984 a un superavit de más de R 9,4 billones para los primeros ocho meses del corriente año.

Expresado en términos porcentuales del total de las exportaciones de bienes y servicios, la deuda de Sudáfrica disminuyó del 171% en 1984 al 108% en 1986 -totalizando cerca de R 43 billones. En los países en desarrollo del mundo occidental, esta relación sufrió un deterioro del 277% al 355% para el mismo período.

Sudáfrica todavía tiene que efectuar dos pagos importantes de su deuda esta año: uno de R 420 millones debido al acuerdo de pago renegociado que se vence en diciembre y el otro de R 270 millones como pago final adeudado al FMI en noviembre.

En la retención del pago de la deuda, el caso de Sudáfrica no se debió a insolvencia sino a liquidez y a una acción crediticia de corte decididamente político para solicitar préstamos.

A pesar de las pérdidas directas e indirectas que esto representó para Sudáfrica, surgió un punto positivo en la medida en que el retiro de las inversiones llevó a que compañías sudafricanas controlaran lo que antes estaba en manos de multinacionales.

Las sanciones y los boicots también sirvieron para realizar una gran concentración de esfuerzos tanto en el sector privado como en el público.

Octubre 1987

.08 8710465

EMBAJADA DE LA REPUBLICA DE SUDAFRICA
RINCON 487, PISO 2, MONTEVIDEO — TELS. 96 24 25 - 96 40 52 - 96 50 56

INFORME No 6

## ZIMBABWE BUSCA AYUDA DE SUDAFRICA

Los Ferrocarriles Nacionales propiedad del Estado de Zimbabwe arrendaron 10 locomotoras diesel y varios vagones de ferrocarril a los Servicios de Transporte Sudafricanos para usarlos en la línea Beira entre Zimbabwe y Mozambique. Este es el primer negocio en su tipo llevado a cabo en 5 años y contrasta mucho con la retórica parcializada de que Sudáfrica desestabiliza al subcontinente. Además de esto, la línea Beira está siendo redimensionada para tratar de aliviar la dependencia de las línea sudafricana que tiene Zimbabwe para canalizar sus exportaciones e importaciones.

De acuerdo con el diario "Business Day", no se ha revelado el costo del arriendo de las locomotoras sudafricanas a Zimbabwe pero llega justo a tiempo para salvar al gobierno de Zimbabwe de una nueva crisis del sistema de transporte.

Sin embargo, lo irónico es que al mismo tiempo que Zimbabwe negocia con Sudáfrica por un lado, su representante pide en el seno de la actual Asamblea General de la ONU sanciones forzosas inmediatas contra Sudáfrica y acusa a los Estados Unidos, Gran Bretaña y Alemania Federal de proteger a Pretoria en el Consejo de Seguridad.

Octubre 1987

8710465

EMBAJADA DE LA REPUBLICA DE SUDAFRICA
RINCON 487, PISO 2, MONTEVIDEO — TELS. 95 24 25 - 95 49 52 - 95 50 88

INFORME No 7

## ATENCION MEDICA SUDAFRICANA EN DEMANDA

El alto nivel de la atención médica en Sudáfrica hace que los ciudadanos de los estados africanos y de paises tales como los Estados Unidos y Gran Bretaña busquen tratamientos especializados en Sudáfrica.

El Ministro de Salud, el Dr Willie van Niekerk, declaró que Sudáfrica proporcionaba atención médica a Africa.

Durante 1986, un total de 1.398 ciudadanos de paises africanos, incluidos los estados de la llamada Linea de Frente, recibieron cuidados especializados.

A solicitud especial, Sudáfrica también ha tratado a 30 pacientes de los Estados Unidos, seis de otros estados americanos, 84 de Gran Bretaña, 79 de los paises comunistas incluido, Rusia, Polonia, Rumania y China continental asi como 119 pacientes de otros paises europeos.

El costo total de este tratamiento ascendió a R 1 436 955 de los cuales R 658 869 se recibieron por concepto de impuestos pagados por los sudafricanos.

Octubre 1987



8710465

EMBAJADA DE LA REPUBLICA DE SUDAFRICA
RINCON 487, PISO 2, MONTEVIDEO — TELS. 95 24 25 - 95 49 52 - 95 50 58

INFORME No 8

## ASISTENCIA VETERINARIA SUDAFRICANA A ESPAÑA

El gobierno español, como resultado de un brote de enfermedad equina en ese país surgido hace poco, se dirigió al gobierno sudafricano en busca de asistencia urgente. El gobierno sudafricano, considerando el amor hacia los caballos en todo el mundo, decidió atender esta solicitud y mandó vía aérea 25.000 ampollas de vacuna equina a España. Esta vacuna, desarrollada y fabricada en Onderstepoort, sólo se consigue en Sudáfrica.

Ante el temor de que esta enfermedad se extendiera a otros países de Europa, la Oficina Internacional de Enfermedades Animales con sede en Paris, Francia, solicitó a las autoridades sudafricanas que enviaran a un experto a una reunión de emergencia a celebrarse en Madrid, España. Sudáfrica también accedió a esta solicitud.

Ya están en camino a Onderstepoort las muestras de sangre de los animales infectados para ser analizadas.

El Ministro de Relaciones Exteriores sudafricano recalcó que este hecho subraya la importancia de la cooperación internacional y expresó el deseo de que los gobiernos europeos consideraran seriamente el fondo de las sanciones impuestas a Sudáfrica ya que pueden encontrar que también se perjudican seriamente sus propios intereses.

Octubre 1987



87 10465

EMBAJADA DE LA REPUBLICA DE SUDAFRICA
RINCON 487, PISO 2, MONTEVIDEO – TELS. 95 24 25 - 95 49 52 - 95 50 58

INFORME No 9

## SUDAFRICA DISPUESTA A FIRMAR TRATADO DE NO PROLIFERACION NUCLEAR

El Presidente de Sudáfrica, el Sr P W Botha, expresó que Sudáfrica espera firmar el Tratado de No Proliferación Nuclear después de mantener conversaciones con los otros miembros del tratado.

En el pasado, Sudáfrica había rechazado unirse a los otros 134 estados que habían firmado el Tratado de No Proliferación Nuclear, cuyos términos establecen que los funcionarios de la AIEA (Agencia Internacional de Energía Atómica) pueden visitar las plantas nucleares para asegurarse de que el combustible nuclear y la energía no se desvían hacia proyectos militares.

Sudáfrica ya le permite visitar a la AIEA un cierto número de plantas nucleares en virtud de acuerdos de "salvaguarda". La República de Sudáfrica está preparada para comenzar las negociaciones sobre la posibilidad de firmar el Tratado de No Proliferación con cada uno de los estados que poseen armas nucleares. Al mismo tiempo, la República de Sudáfrica durante estas negociaciones considerará el incluir salvaguardas en sus instalaciones sujeto a las condiciones del tratado. Sudáfrica espera poder firmar el tratado pronto y ha decidido realizar una apertura de las conversaciones con otros países para llevar a cabo este fin. Todo acuerdo de salvaguarda que se podría negociar subsiguientemente con la AIEA seguiría los mismos lineamientos de conformidad con los acuerdos con otros signatarios del tratado.

Octubre 1987



8710465

EMBAJADA DE LA REPUBLICA DE SUDAFRICA
RINCON 487, PISO 2, MONTEVIDEO — TELS. 95 24 25 - 95 40 52 - 95 50 58

INFORME No 10

## EL CNA : 1960 Y 1987

En su explicación sobre las medidas de reforma que se implantaron en Sudáfrica a partir de 1960, o que todavía se están considerando, el Vice-Ministro Stoffel van der Merwe desenmascaró una vez más ayer el verdadero objetivo del Congreso Nacional Africano (CNA): asumir el poder.

En un determinado momento, el CNA dió algunas razones por las cuales se veía "obligado" a recurrir a la violencia. Se debía a la política del "apartheid", a la exclusión de los negros del gobierno y al rechazo por parte de las autoridades de negociar con los negros. Esto fue hace casi tres décadas. Qué sucedió desde entonces?

Los caminos pacíficos que, segdn el CNA, les estaban vedados en ese momento, están hoy abiertos porque la realidad de la situación sudafricana ha logrado adaptaciones de la política de largo alcance en los últimos años. Por ejemplo, ya no existe la política de que los negros pueden lograr sus aspiraciones políticas solamente en sus "homelands" (asentamientos). Por el contrario, el gobierno se ha comprometido a dar una participación a los negros en todos los niveles del gobierno.

El gobierno desea asegurar este punto a través de la negociación. Además, se le ha devuelto la ciudadanía sudafricana a millones de negros y se ha progresado mucho en el camino de la eliminación de la discriminación en varios campos. Esto no significa -y el gobierno así lo reconoce- que ya no existen razones para criticar ciertas circunstancias.

Sin embargo, la Sudáfrica de 1960 y la de 1987 son dos mundos diferentes y el CNA debe estar seguramente consciente de todos estos cambios. No obstante, persiste en su estrategia de emplear la violencia para la cual se proponen un gran número de nuevas razones además de los motivos originales.

Convenientemente, el CNA no reconoce la reforma que ya ha tenido lugar en un período relativamente corto. Tampoco parece que aceptara que la reforma es un proceso -un proceso en el cual el propio CNA y los otros negros pueden participar siempre que se renuncie a la violencia como método para el cambio.

En efecto, su asociación continuada con la violencia y una inten-



8710465

sificación de la misma casi no dejan dudas de que el CNA no está interesado en lo más mínimo en la reforma y en la participación negra en un sistema democrático. Se han creado las circunstancias para ello. Al CNA le interesa principalmente la toma del poder a través de una revolución y conservarlo -si es necesario mediante la violencia.

(Editorial aparecido en "Die Burger" del 10 de setiembre de 1987.)

Octubre 1987



0710465

EMBAJADA DE LA REPUBLICA DE SUDAFRICA
RINCON 487, PISO 2, MONTEVIDEO — TELS. 95 24 26 - 95 40 52 - 95 50 68

**COLLARES** INFORME No 11

El Congreso Nacional Africano (CNA) ha ido perdiendo su campaña internacional para obtener el reconocimiento como un gobierno en el exilio porque el mundo ha reconocido que los collares, método perpetrado por sus "camaradas", es uno de los métodos más bárbaros para matar desde los tiempos de la Edad Media cuando se quemaba en las hogueras a las mujeres sospechosas de brujería.

El hecho de que tantas personas murieran a manos de los collares -en 1986 fueron 286- no parecía preocupar a los apologistas del CNA.

El CNA quería sembrar el terror en los poblados -y los collares era una forma de lograrlo.

El encender un fósforo como advertencia a los empleados que no se mantenían alejados de su trabajo cuando se les decía, era suficiente para asustarlos de que los quemarían vivos con una rueda encendida alrededor del cuello

Esta espantosa forma de ejecución la realizaron en algunos casos los adolescentes; incluso los estudiantes radicales de la Universidad de Witwatersrand amenazaron en una ocasión con utilizar este método contra un supuesto espía policial.

Y así, en la cumbre de la conmoción, cuando la "liberación" parecía estar a la vuelta de la esquina, los collares se convirtieron en un método horrendo de matar "informantes" o "colaboradores".

El hecho de que los sudafricanos, incluido la mayoría de los negros, sentían una gran repulsión hacia esto, no preocupaba a los "camaradas".

Ni tampoco parecía tener ningún impacto sobre un mundo que creía que la violencia venía del "sistema", y que cualquier acción que los radicales tomaran contra el "sistema" estaba justificada.

Entonces la Sra Winnie Mandela, esposa del encarcelado líder del CNA Nelson Mandela, hizo su famosa declaración: "Juntos, mano con mano, con nuestras cajas de fósforos y nuestros collares, liberaremos al país".

Como venía de ella, esta declaración hizo que la gente se sentara a reflexionar.
Sin embargo, antes de que ciertos grupos en los Estados Unidos comenzaran a realizar simulacros de collares para llamar la atención sobre esta forma horrorosa de matar, antes de que los



8710465

avisos con fotos de los collares cubrieran páginas enteras de los diarios en los Estados Unidos y en otros paises, antes que los videos con escenas de collares circularon en el exterior, la gente no empezó a entender lo que estaba sucediendo.

Esto creó tanta aversión, que el Congreso de los Estados Unidos decidió rechazar toda ayuda a cualquier país de Africa que apoyara a los collares.

La ola contra el CNA se había desatado.

Al mismo tiempo, el CNA comenzó a darse cuenta de que habían fracasado sus esperanzas de desestabilizar los poblados y hacerlos ingobernables.

Ni tampoco podía esperar derrocar el orden existente mediante el terrorismo esporádico.

Decidió cambiar la táctica, primero alentando las divisiones dentro de la población blanca haciendo que gente como los "Dakar trekkers" les hablaran y creando organizaciones dentro de Sudáfrica para alentar a los blancos a unirse a la lucha por la "liberación".

También decidió cambiar su imagen internacionalmente al adoptar un enfoque más civilizado.

Después de todo, si el CNA iba a ser aceptado como un gobierno en el exilio, tenía que aparentarlo y no mostrarse como un puñado de salvajes.

Así que ahora el mensaje dice: "Los collares deben parar".

El CNA últimamente también se ha distanciado de la Sra Mandela al expresar que sus declaraciones sobre los collares fueron desacertados.

Está por verse si los nuevos vientos de dulce sensatez permitirán al CNA cambiar su imagen. Por cierto que los grupos opositores al CNA en el exterior no van a permitir que se olviden las barbaries que cometió antes.

Y lo que también es importante es que creemos que no se debería permitir al CNA que apagara su imagen de organización terrorista.

Y si llevara su "lucha armada" (terrorismo) a los barrios blancos, entonces esperamos que las fotos del terror se distribuyan en todo el mundo para mostrar exactamente qué tipo de organización está reclamando ser la voz legítima del pueblo negro de este país.

El CNA tiene sangre en sus manos -y no puede lavarse de esta sangre mientras continúe con la violencia.
(Articulo aparecido en "The Citizen" del 2 de octubre de 1987)
Octubre 1987



T 8710465

DIRECCI[illegible]

SEC

Fecha d[illegible] 16/X/87

Pase a SIDEF-

Nº. de [illegible] 2876

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

Dirección General de Información de Defensa

SECRETARIA SUB DIRECCION

Fecha de Entrada ____

Fecha de Salida 23/10/87

Pase a 11

Nº. de Identificación 081

17 17

8710465

131

# Atentado en Sudáfrica

DU[illegible]E
y UPI).- Cinco personas resultaron heridas ayer en la localidad sudafricana de Empangeni, situada unos 150 kilómetros al noreste de Durban, (provincia de Natal en el sudeste de Sudáfrica) a consecuencia de una explosión, causada, al parecer, por un coche bomba, informó la agencia de prensa sudafricana SAPA.

La explosión tuvo lugar cerca de la central de correos de Empangeni hacia las 16.00 horas locales (14.00 GMT), y causó daños en dos vehículos, además de en el que presumiblemente contenía el artefacto explosivo.



8710511

131

## Mineros dispuestos a repetir conflictos

# Huelgas en Sudáfrica

COPENHAGUE, (ANSA, EFE y UPI).- Los mineros de Sudáfrica están dispuestos a repetir un conflicto laboral que costó el puesto en agosto a 45.000 trabajadores, afirmó ayer en Copenhague Cyril Ramaphosa, líder de la Unión Nacional de Mineros (NUM).

Ramaphosa visitó el lunes y el martes la capital danesa, tras recoger el sábado en Estocolmo el Premio Olof Palme, dotado con cien mil coronas suecas (10.400 dólares), primero de los fundados por la familia del asesinado Primer Ministro.

El líder sindical sudafricano destinará el dinero a un fondo de becas para formar ingenieros y geólogos en sus propias filas, que contribuyan a terminar con la segregación racial que practica el gobierno de Pretoria.

Tras las huelgas de agosto pasado, se perdieron entre quince y veinte mil puestos de trabajo, aunque varios miles de huelguistas fueron ya contratados de nuevo, y se llevaron a los tribunales expulsiones que no eran justificadas, dijo ayer Ramaphosa en rueda de prensa.

El representante del NUM no considera éxito ni fracaso el conflicto, que se suspendió después de tres semanas tras hacer notar que teníamos apoyo total en los mineros, aunque comprendieron que era tiempo de parar y reorganizar la estructura sindical.

En una posible huelga futura, que el NUM está dispuesto a convocar si lo considerase necesario, Ramaphosa está seguro de contar con el apoyo de otros sindicatos, incluido el más importante, el COSATU, que tendrá un papel esencial, añadió.

El dirigente minero, que no tuvo problemas para conseguir visado de salida en su viaje a Escandinavia, lamenta que las autoridades de Sudáfrica no encontraran a los autores de varios atentados contra las oficinas del NUM en Ciudad de El Cabo y en Kimberley.



8710579

ARCHIVAR EN: Sudafrica (131)

TEMA: Namibia - ONU

PROCEDENCIA : El País 1/12/87

ARCHIVADO EN: Consejo de Seguridad de ONU (202)

01·01

8710649

ARCHIVAR EN: Sudafrica (131)

TEMA: Comercio CEE Sudafrica.

PROCEDENCIA : La Vanguardia 26/5/87

ARCHIVADO EN: CEE (748)

01·01

8710650

131

# Aprestos en Sudáfrica para canjear presos con Angola

Johannesburgo, 6 (UPI) — El gobierno de Sudáfrica hizo hoy los últimos preparativos para liberar a 133 presos angoleños, a cambio de la entrega de un mayor del Ejército sudafricano capturado en Angola y la repatriación de un fugitivo político holandés y de un ciudadano francés detenido en el territorio autónomo de Ciskei.

[illegible] del gobierno.

Los gobiernos de seis países y la Cruz Roja Internacional participaron en las negociaciones que durante meses se realizaron para liberar al mayor Wynand Du Toit, militar sudafricano capturado en 1985 durante una incursión en la provincia angoleña de Cabinda.

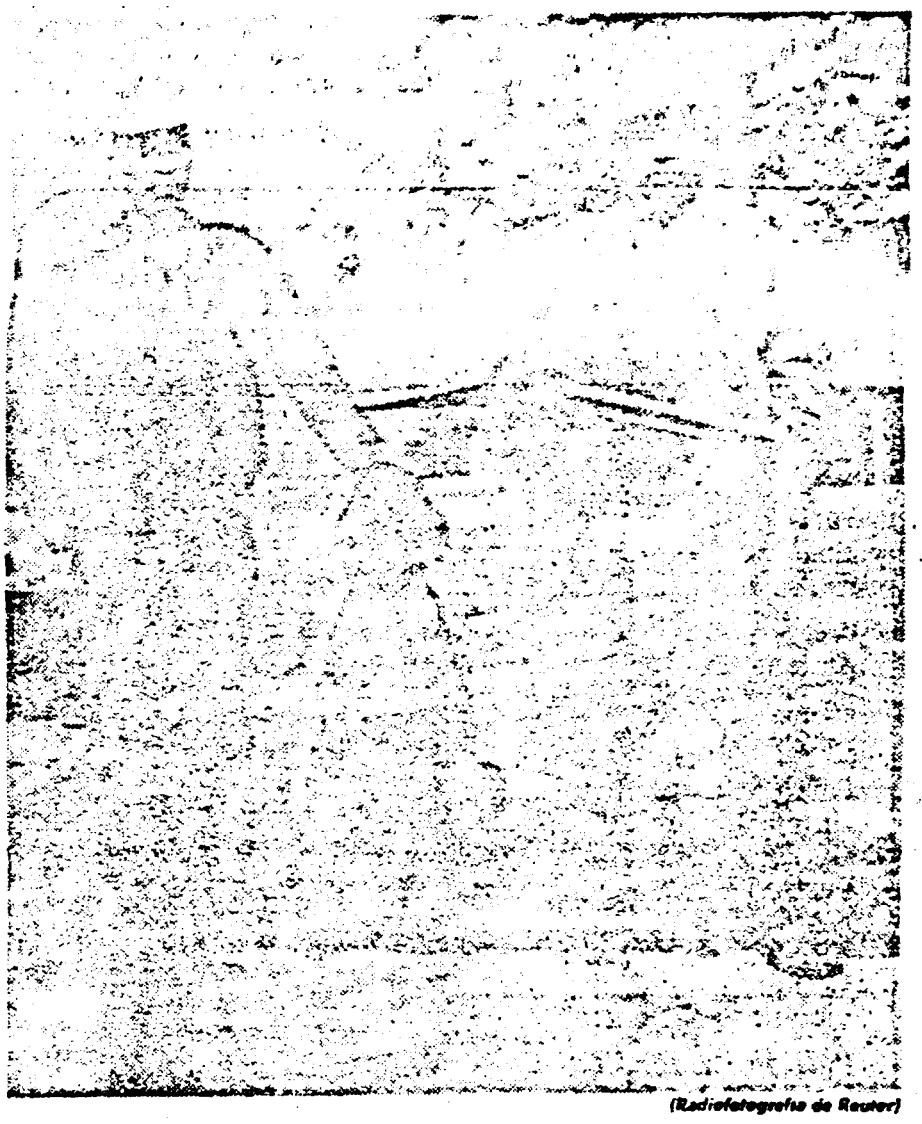
El gobierno de Sudáfrica accedió a liberar a 133 angoleños tomados presos por las fuerzas rebeldes de Unita, dirigidas por Jonas Savimbi y que cuentan con el respaldo de Pretoria en su lucha contra el gobierno de Angola, en su poder tienen a los siete cubanos que entrarán en el canje.

La solución se vio posibilitada cuando el francés Pierre-Andre Albertini fue condenado a cuatro años de prisión por negarse a prestar declaración en un juicio por terrorismo en Ciskei, territorio "independiente" de Pretoria que no cuenta con el reconocimiento de la comunidad internacional.

La liberación de Albertini, junto con la repatriación de Klaas de Jonge, maestro holandés acusado de terrorismo, que lleva dos años refugiado en la embajada de Holanda en Pretoria, son los elementos claves del intercambio, indicaron fuentes gubernamentales.

Sudáfrica, Francia, Holanda, Mozambique, Angola y Ciskei acordaron los términos finales del canje el pasado jueves, precisaron las fuentes.

Du Toit fue capturado en mayo de 1985 por comandos sudafricanos en un presunto campo de entrenamiento del Congreso Africano Nacional (ANC) en Cabinda, al norte de la capital angoleña de Luanda. Los restos de dos soldados sudafricanos muertos en la incursión también serán devueltos bajo los términos del canje.



(Radiofotografía de Reuter)

Personal de seguridad en Sudáfrica apresado a intervenir ante cualquier incidente, por el inminente canje de presos

La Prensa 7-9-87

PARTES ILEGIBLE

01-01

8710662

ARCHIVAR EN: Sudafrica (131)

TEMA: Israel Sanciona a Sudafrica.

PROCEDENCIA: LA HABANA 17/5/87

ARCHIVADO EN: Israel (041)

01/01

8710673

ARCHIVAR EN: Sudafrica (131)

TEMA: Continúa Agresión Armada de Sudafrica Contra Angola.

PROCEDENCIA: LA HABANA 21/10/87

ARCHIVADO EN: Angola (127)

01·01

8710683

131

# Sudáfrica reconoció que sus tropas apoyan a rebeldes en Angola

→ cruzar

[illegible]ANNESBURGO. — [illegible] reconoció por pri[illegible] que sus tropas com[illegible] en Angola donde, desde [illegible] 12 años, luchan las tropas [illegible] de Luanda apo[illegible] por los soviéticos contra [illegible] respaldados por [illegible] y Pretoria.

[illegible] de Defensa Mag[illegible] no proporcionó de[illegible] las fuerzas sudafri[illegible], pero manifestó que el [illegible] de éstas es impedir la [illegible] de organizaciones [illegible] negras que luchan [illegible] Pretoria.

[illegible] declaración del funciona[illegible] sudafricano fue difundida [illegible] tiempo que el jefe de [illegible] rebeldes angoleños, Jonas [illegible], advertía que se aveci[illegible] una batalla de gran en[illegible] en la zona boscosa [illegible] del país, donde el go[illegible] [illegible]

"Creo [illegible] encontrar miles y miles de cadáveres", manifestó Savimbi a los primeros periodistas que llegaron a la zona de combates desde que en julio se inició la operación de las tropas leales a las autoridades de Luanda.

Malan no explicó cuál es el papel de los sudafricanos en los enfrentamientos y recalcó que el principal objetivo del Ejército es desarticular la guerrilla nacionalista negra sudafricana. "Sudáfrica defiende sus intereses a su modo", expresó.

El militar sudafricano manifestó que la Unión para la Independencia Total de Angola (UNITA) se está defendiendo con éxito contra los efectivos del gobierno, cuyo avance [illegible] controlado por el general [illegible] Konstantin [illegible]

01·01

8710707

ARCHIVAR EN: Sudáfrica (131)

TEMA: Sudáfrica Crea fricción en la Mancomunidad.

PROCEDENCIA : El Día 18/10/87

ARCHIVADO EN: Mancomunidad (758)

01·01 8710778

SUDAFRICA

131

DPTO. II (X)
17 11 87
FAS
FICH

## SUDAFRICA LIBERAN DIRIGENTE

Londres, 5 (EFE).— El gobierno sudafricano puso hoy en libertad al dirigente nacionalista negro Govan Mbeki, condenado a cadena perpetua en 1964 por conspirar para derrocar al régimen de Pretoria, según informaciones llegadas a la capital británica.

La cadena estatal británica de televisión, BBC, indicó que, junto a Mbeki, que fue miembro de la dirección del Consejo Nacional Africano (CNA), fueron también puestos en libertad otros cuatro presos políticos.

Mbeki, de 77 años, fue condenado en 1964 a cadena per-



8710977

# LA VERDAD SOBRE SUDAFRICA

Los primeros blancos europeos —holandeses— llegaron a Sudáfrica en el año 1652, estableciéndose en la zona de El Cabo. Les siguieron franceses y alemanes que fueron ampliando la penetración territorial.

Establecieron allí factorías, combatieron a los animales, y a pico, pala y fusil civilizaron a la naturaleza convirtiendo en haciendas ganaderas y explotaciones agrícolas, grandes porciones de territorio.

Ello prueba que hubo colonias estables de población blanca europea en Sudáfrica, antes de la constitución de la mayoría de las repúblicas hispanoamericanas. Anotemos además, que los primeros colonos llegaron a Sudáfrica, sólo 32 años después de que los Padres Peregrinos europeos pusieran el pie en los Estados Unidos de América.

El primer encuentro entre blancos y negros, se produjo casi 150 años después de la llegada de los blancos, en una región distante unos 1.000 kilómetros al este de Ciudad del Cabo. Los europeos, pues, no "conquistaron" un suelo poseído previamente por indígenas negros, sino que colonizaron y cultivaron una tierra de nadie.

Los negros llegaron al sur, en sucesivas oleadas huyendo de las guerras tribales y las persecuciones religiosas que se generaban en el Africa Central, al norte del actual Transvaal. En su descenso, llegan a encontrarse con el hombre blanco ya asentado en sus haciendas. Allí ya el sudafricano pues es el descendiente de cuatro generaciones que han labrado la tierra y cultivado la naturaleza. La civilización europea ha sido trasladada a Sudáfrica cuando llegan los contingentes negros que se hallaban poco más allá de la cultura de la edad del hierro, y por lo tanto, en un nivel muy inferior al de los "afrikaaners". Como contingentes emigrados de sus solares ancestrales, los negros ingresan a trabajar en las explotaciones de los blancos, donde hallan seguridad y sustento.

A partir de 1827, fecha de la muerte de la Reina Zulú —madre de Shaka— una nueva dispersión de pueblos negros se orienta hacia el sur, especialmente discurriendo por la costa del océano Indico. Las migraciones negras continúan, hasta que en torno al final del siglo XIX, se definen ya sus diversos asentamientos. En ese momento, el número de negros habitantes de Sudáfrica, supera ampliamente al número de los blancos que hacía ya 250 años habían establecido la civilización sudafricana.

La notable diferencia de desarrollo cultural y civilizador, establece inevitablemente lo que los sociólogos denominan un estamento "dominante" y otro "dominante" que vive de prestar servicios de todo orden ínfimo a los blancos.

La estructura social, económica, institucional, política, científica, etc., de Sudáfrica, ha sido creada y sostenida, por tanto, por los blancos sudafricanos, ya que el aporte negro a dicha cultura, se ha limitado a lo referente al arte, la música y la danza.

De todo esto es posible extraer muy claras conclusiones.

En primer lugar, los europeos que llegaron a Sudáfrica, no "desplazaron" ni conquistaron a poblaciones autóctonas, como sí lo hicieron los europeos que llegaron al continente americano, poblado ancestralmente por las diversas tribus de indios. Estos pobladores autóctonos americanos, fueron empujados, combatidos, muertos y despojados de sus tierras por los conquistadores y colonizadores europeos.

Aquí sí puede hablarse de una raza indígena "propietaria" de un continente y despojada de él por un invasor europeo. De ninguna manera puede decirse eso de Sudáfrica y, por lo tanto, los autóctonos pobladores y "propietarios" de Sudáfrica, son los descendientes de los primeros inmigrantes blancos europeos.

Del mismo modo, ¿de quién es el Uruguay? Pues, de los uruguayos. Y, ¿quiénes somos los uruguayos? Los descendientes de los españoles conquistadores y colonizadores y de otras inmigraciones, que hemos venido viviendo en este suelo desde hace 200 años.

Si hace tan sólo 50 años, grandes contingentes de indios hubiesen penetrado nuestras fronteras por el noroeste, y se hubieran ido asentando en el territorio en número tal que sobrepasasen ampliamente a la población de uruguayos ya existente, ¿de quién es el país? ¿De los indios recién llegados aunque sean mucho más numerosos que nosotros, o de quienes a lo largo de las décadas hemos laborado y creado este país? ¿Quién tendría el legítimo derecho a gobernar el Uruguay? ¿La subcultura recién llegada de los indios, o la superior cultura ya establecida de los uruguayos?

Entendemos perfectamente que el problema del "apartheid" (que no fue creado por los "afrikaaners" que aceptaron a los negros como trabajadores en sus comunidades, sino por los sucesivos dominios posteriores, por ejemplo el de los ingleses cuando derrotaron a los "boers"), debe ser resuelto justamente. Pero no es el modo de resolverlo, el de levantar en una ola de violencia a los negros contra los blancos, reclamando para ellos el dominio de una nación a la que no contribuyeron a constituir, y que convertiría a Sudáfrica al estilo de la cultura tribal existente hoy entre los pueblos negros.

Menos es posible aceptar estas pretensiones, cuando esos pueblos negros analfabetos, son conducidos hoy por líderes que como los que componen el Congreso Nacional Africano, no sólo están manipulados por los comunistas, sino que en su mayoría son miembros del Partido Comunista. La verdad entonces, es que esa revuelta negra no busca a Sudáfrica para los negros, sino que busca a Sudáfrica para el comunismo internacional.

Mangosuthu Buthelezi, jefe indiscutido de 6 millones de zulúes, se ha manifestado reiteradamente contra el Congreso Nacional Africano y su estrategia de violencia salvaje, sosteniendo que la cuestión sudafricana debe resolverse en un diálogo progresivo y civilizado con el gobierno de Pretoria.

La política antisudafricana desplegada por varias naciones occidentales y las sanciones económicas impuestas al gobierno sudafricano están padeciendo de una tremenda miopía. Porque destrozar de esta manera a la Sudáfrica blanca es entregar los destinos de una región vital para el mundo occidental, al tribalismo negro arteramente conducido por sus amos comunistas. Y esta es la única, evidente verdad que el mundo occidental debe empezar a entender de una buena vez.

87 11 31 DIRANDAL

SUDAFRICA
cruzar con terrorismo

131

PERLA

CLARIN ★ Buenos Aires, lunes 5 de octubre de 1987 INTERNACIONALES ★ Pág

SUDAFRICA CONFIRMA SU PRESENCIA MILITAR EN ANGOLA

# Conflicto que se agrava

JOHANNESBURGO, 4 (Por Scott Kraft, de "The Los Angeles Times", especial para Clarín). — Sudáfrica confirmó este sábado que tiene tropas estacionadas en Angola. El ministro de Defensa sudafricano, general Magnus Malan, calificó a este emplazamiento militar como "una presencia limitada".

Malan explicó que Sudáfrica mantiene en Angola militares porque el gobierno del presidente Eduardo dos Santos presta su asistencia a los guerrilleros del proscripto Congreso Nacional Africano y a la Organización Popular del Sudoeste Africano (SWAPO, según sus siglas en inglés).

Cabe recordar que el Congreso Nacional Africano es la organización guerrillera sudafricana más grande que está luchando para derrocar al gobierno de Johannesburgo, dirigido por una minoría blanca. El SWAPO y fuerzas sudafricanas libran desde hace 21 años una guerra en Namibia (sudoeste de Africa), que tiene fronteras con Angola y Sudáfrica y es administrada por Pretoria en franco desafío a las Naciones Unidas —que han solicitado la realización de elecciones libres.

"La existencia del SWAPO y de los miembros del Congreso Nacional Africano en Angola, sumada a la protección que reciben del ejército angoleño, hizo necesaria la presencia constante de Sudáfrica para proteger sus intereses", indicó Malan en su declaración.

Esto no precisó, sin embargo, cuántos efectivos ha enviado Sudáfrica a Angola o desde cuánto tiempo se encuentran allí.

Estas declaraciones del ministro de Defensa sudafricano tienen lugar luego de informaciones recientes procedentes de la organización rebelde angoleña —la Unión Nacional para la Independencia Total de Angola (UNITA)— que indican que miles de efectivos angoleños dirigidos por los soviéticos están embarcados en una de sus ofensivas más importantes contra las guerrillas pro occidentales cerca de su base ubicada en el sudeste de Angola.

En oportunidades pasadas, Malan había reconocido el "apoyo humanitario, material y moral de Sudáfrica para la UNITA".

Luego de señalar que Sudáfrica "no le pidió disculpas a nadie por su apoyo a la UNITA", Malan agregó que la organización rebelde "lucha contra la intervención soviética y está bloqueando los objetivos de Moscú en el sur de Africa".

♦ Soviéticos y cubanos

El ejército angoleño se siente "alentado" por cerca de treinta mil efectivos cubanos y, según sostiene UNITA, por cientos de soviéticos también. Estados Unidos, por su parte, apoya a la UNITA —dirigida por Jonás Savimbi— y este año le está asignando cerca de 15 millones de dólares en asistencia militar.

Las declaraciones de Malan parecieron refor[illegible] las afirmaciones de Savimbi, quien el viernes pas[illegible] sostuvo durante una conferencia de prensa que se [illegible] lizó en su oficina, que soldados y pilotos soviéti[illegible] colaboraron en la reciente ofensiva del gobierno c[illegible] tra los rebeldes.

01·01

8711165

ARCHIVAR EN: Sudáfrica (131)

TEMA: Por la incorporación femenina a la lucha.

PROCEDENCIA: La Habana 4/10/87

ARCHIVADO EN: Frentes de Estudiantes y Jóvenes (032)

01·01 8711225

ARCHIVAR EN: Sudáfrica (131)

TEMA: Sudáfrica: Angola.

PROCEDENCIA: El País 15/11/87

ARCHIVADO EN: Angola (127)

8711515 01·01

ARCHIVAR EN: Sudáfrica (131)

TEMA: Sudáfrica Atacó a Angola.

PROCEDENCIA : La Nación 1°/10/87

ARCHIVADO EN: Angola (127)

8711774

01·01

Cruzar ANGOLA

131

# Justifican la ofensiva sudafricana en Angola

Johannesburgo, 14 (UP) — La incursión sudafricana a Angola fue necesaria para evitar que las fuerzas soviéticas y cubanas aplastaran al movimiento rebelde anticomunista "Unita" y se movieran al sur hacia Sudáfrica, expresó hoy el ministro de defensa, Magnus Malan.

En Pretoria, el Departamento de Defensa anunció la muerte de más de cinco soldados sudafricanos, aumentando la lista de muertos a 23 en las últimas dos semanas de lucha con las fuerzas soviéticas y cubanas en Angola.

Malan manifestó ante el Congreso del partido Nacional, en Pretoria, que "el precio de la libertad es alto, pero ya se ha pagado y nos evitará pagar un precio más alto aún después".

Unita, que es encabezado por Jonas Savimbi, rechazó a la ofensiva angoleña apoyada por los soviéticos y los cubanos cerca de Mavinga, en octubre, obteniendo la mayor victoria de los 12 años de guerra civil contra el gobierno dirigido por la MPLA.

Las tropas sudafricanas desde entonces han peleado contra unidades cubanas y soviéticas para apoyar a "Unita", que todavía continúa operando en Angola.

Malan manifestó que "la realidad es que si los cubanos y los soviéticos llegaran a destruir "Unita", no existe grantía para nosotros que ellos se detendrán al sudeste de Angola".

Agregó el ministro de defensa que una "Unita" fuerte y victoriosa podría "empezar un nuevo capítulo en el sur de Africa, en términos de estabilidad y progreso. Sudáfrica tiene un interés especial en esto y por eso tomamos la opción de ayudar a ese movimiento rebelde".

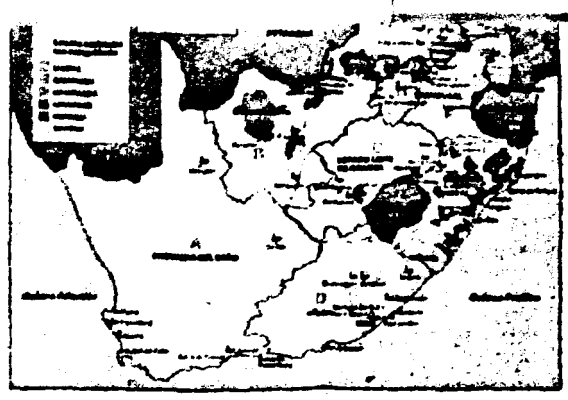
LA PRENSA 15/12/87

01·01

8711993

131

# UN NEGRO HABLA SOBRE SUDAFRICA



DISCURSO
16/9/87

:n el espléndido salón de actos de la irsal "19 de Junio", del Banco de la ública, se desarrolló un Seminario Cocial sobre Sudáfrica que contó con la rvención del Ec. I. Hodara, Director Comercio Exterior, del Sr. N. Cosenti-Presidente de la Cámara de Industria, Esc. A. Mastroiani, Director de Zonas icas, y de 22 empresarios sudafricanos visitaron nuestro país en procura de nsificar el intercambio entre ambas ones.

l seminario —presidido por el Sr. Davies, Presidente de la Cámara de cio Uruguayo-Sudafricana— cumplió sus específicos: se brindó a los visi-es amplia información respecto a la si-ión de nuestra plaza, a la evolución uestra economía, a las facilidades y lutas libertades que otorga al inversor anjero y, al mismo tiempo, se recibió os visitantes un cuadro objetivo de las diciones imperantes en Sudáfrica, de rigor económico y financiero y de la encia que han tenido las sanciones in-acionales en su desarrollo.

ero, aparte de esas consideraciones de icter técnico, el seminario incluyó la osición del comerciante sudafricano ro, Sr. John Gogotya, que se ocupó tema "El papel de un negro en el cam-económico, social y político en la biante Sudáfrica de hoy en día".

l Sr. Gogotya es un hombre de consi-ble fortuna, pastor religioso, primero, ueño de una cadena de comercios mi-stas, después. Posee una voz resonan-r convincente, expone con claridad, energía y profundidad conceptual. Su cultura es vasta: habla trece idiomas y ha recorrido todos los países africanos y buena parte del mundo. Su testimonio, pues, es valioso. He aquí algunas de las manifestaciones del Sr. Gogotya:

—Respecto a Sudáfrica —igual que en Hollywood— hay una ficción y hay una realidad, muy distinta una de la otra. Los blancos no son colonialistas en Sudáfrica. Son descendientes de portugueses, holandeses, alemanes, franceses y británicos que se han hecho parte y corazón de Sudáfrica. Hay que respetar esa realidad y construir, entre todos, una mejor Sudáfrica.

—La economía blanca no puede concebirse sin los negros y viceversa. Hay que pensar en términos de integración. Pensar en el país del post-apartheid. Condenamos las presiones y las sanciones contra Sudáfrica porque perjudica a los más débiles, a los negros, y consolidan la actitud regresiva de ciertos sectores del gobierno. Esta misma idea se expresó en un informe de la Iglesia Católica sudafricana el 27/1/87. Si algo demuestra que no sirve, hay que desecharlo. Eso es lo que hay que hacer con las presiones y sanciones. La cebra tiene rayas blancas y negras: también la economía sudafricana. No se pueden sacar unas u otras sin afectar el todo.

—Hay cambios en Sudáfrica, pero no tantos como quisiéramos. No debemos cerrar los ojos a la realidad: ahora hay sindicatos obreros que, si quieren, hacen huelga. Antes no existían. Hay empresas que pagan el mismo salario a blancos y a negros, según su función. Tenemos un gran poder negociador y vamos a usarlo.

—Los países africanos se han liberado del colonialismo pero han caído en la tiranía negra. No queremos eso para nuestro país. No queremos barbarismo, ni violencia (el 86 o/o de la violencia es de negros extremistas contra negros moderados), ni muertes por medio de collares (neumáticos encendidos con gasolina). Estados Unidos demoró diez años después de la independencia para tener una constitución. A nosotros nos va a llevar más tiempo para conseguir el derecho al voto y decidir sobre nuestro destino. No tenemos dudas al respecto porque, insisto, tenemos poder negociador.

—Cada vez los negros tenemos mejor calidad de vida y más dinero. Es cierto que los negros siempre compramos la ropa más cara, los autos mejores. En Soweto —que la desinformación mundial dice que es un ghetto miserable— hay siete millonarios negros. Allí también está el único hospital privado de toda Africa. Dos grandes compañías de petróleo son propiedad de negros. Hay más propietarios negros de automóviles en Sudáfrica que propietarios rusos de autos en la URSS. En otras palabras: hay más peatones en la URSS que en Sudáfrica. Estamos progresando, y mucho. Pero queremos tener una parte mayor de la torta.

—Me opongo al apartheid. Odio el apartheid. Sé lo que es sufrir bajo el apartheid y estoy aquí para condenarlo, así como a toda otra forma de discriminación que no debería tener lugar a esta altura del siglo XX. Pero no distorsionemos la realidad sudafricana. La ficción se ven más que la realidad. Los negros somos t tados como ciudadanos de segunda cla aún así, hemos podido desarrollarn Soy un ejemplo de eso. Sé lo que es an en Soweto en días de discriminación. S embargo, los cambios han empezado producirse. ¿Se trata de un simple re que cosmético? ¿Son tardíos? ¿Obede a las presiones ejercidas? No importa respuesta porque lo cierto es que s cambios positivos. Hay blancos que h abierto sus puertas más rápidamente d el gobierno. De todos modos, hay q alentar al gobierno a que se siga movien hacia el cambio.

—Hay una clase media negra crecien Es la única que existe en toda Afri igualmente, los negros sudafricanos mos los únicos del continente que no re bimos ayuda de la UNESCO, porque no necesitamos. No tenemos poder políti pero lo tendremos porque nos correspo de y porque nuestro poder económico nuestra cultura son cada vez mayores. E es nuestro camino. No lo es el que indi el Congreso Nacional Africano, con violencia, un factor más en la comple realidad sudafricana pero no el domina te. Debemos y vamos a construir una nu va Sudáfrica.

Así habló el Sr. Gogotya. Sus palabr pueden hacer reflexionar a muchos qu entre nosotros, aún siguen considerand la realidad sudafricana a través de esqu mas mentales inexactos.

Víctor H. Lamóna

01·01 8712035

ARCHIVAR EN: Sudafrica (131)

TEMA: USSR: ADJUSTMENTS TO ITS APPROACH TO THE SITUATION IN SOUTHERN AFRICA.

PROCEDENCIA: ENLACE Sudafrica 6/10/82 Dec 15/82

ARCHIVADO EN: ENLACE Sudafrica (135)

01·01 8712049

ARCHIVAR EN: Sudafrica (131)

TEMA: Enfrentamiento directo entre Sudáfrica y la URSS en Angola

PROCEDENCIA: La Prensa 16/11/82

ARCHIVADO EN: Angola (124)

01·01 8712086

HR

ARCHIVAR EN: Sudáfrica (31)

TEMA: Sudáfrica incrementó su ofensiva en Angola.

PROCEDENCIA : LA NACION 16/11/87

ARCHIVADO EN: Angola (27)

01·01

8712087

731

# "Pik" Botha acepta el fin del "apartheid"

Lisboa (ANSA) — El canciller sudafricano Roelof "Pik" Botha declaró que el gobierno sudafricano "reconoce que la discriminación racial debe desaparecer y acepta en consecuencia el fin de la dominación blanca".

Botha hizo esta declaración a la prensa en París, tras concluir una visita relámpago a Francia, partiendo hacia esta capital.

En Lisboa el canciller sudafricano mantendrá una serie de conversaciones con su colega portugués, José de Deus Pinheiro.

La visita de Botha tiene lugar pocos días después de la que realizó el presidente de Angola, José Eduardo Dos Santos (que llevó a cabo una gira por Europa que tocó también París y Londres), primer líder de ese país africano (ex colonia portuguesa) que visita Lisboa tras la independencia de Angola (1975).

Dos Santos comenzó recientemente negociaciones relacionadas con la independencia de Namibia, que incluyen un retiro de las tropas cubanas de Angola y la conclusión del apoyo sudafricano y norteamericano a las guerrillas que operan en ese país.

La cuestión de Namibia, tema que afrontó Dos Santos durante su gira europea, seguramente será tratada en las conversaciones que Botha mantendrá con su colega portugués.

# Condena de París a Sudáfrica

PARIS y LISBOA, 17 (AFP, Reuter y EFE). — Francia denunció hoy —a través del vocero de su cancillería— "la ocupación de la intervención sudafricana en Angola". Dijo que "es la primera vez que Pretoria reconoce implícitamente su participación en la guerra civil angoleña desencadenada el momento que había firmado el 16 de febrero de 1984" e hizo hincapié en la "preocupación" que le produce a su gobierno la inspección que el propio presidente sudafricano, Pieter Botha, realizó a sus tropas en Angola.

Entretanto, un comunicado dado a conocer por la Unión Para la Independencia Total de Angola (UNITA) y refrendado por su líder, Jonas Savimbi, da a conocer el disgusto de esta organización por aquella revelación sudafricana (la presencia de Botha en Angola) y por la explicación que le dio Sudáfrica a su encuadre en ese territorio.

En efecto, fuentes del ejército de Pretoria dijeron que debieron intervenir en Angola para salvar a las formaciones de la UNITA ante la ofensiva del ejército angoleño. Savimbi fue más lejos al afirmar en el comunicado que UNITA perdió 200 guerrilleros en los combates sostenidos con el ejército gubernamental, aseguró que los últimos ataques antes fueron de ese guerrillero y dio a entender que Sudáfrica tiene un papel menor en la lucha contra las Fuerzas Armadas Populares de Liberación de Angola (FAPLA).

Savimbi afirma que "no se pueden aceptar declaraciones contradictorias que hacen el juego al adversario común". Sudáfrica ha concentrado en Namibia, territorio que ocupa, unos 30 mil soldados, 435 tanques, 80 aviones militares, 400 cañones y 70 helicópteros con los que incursiona en las provincias angoleñas de Cuando-Cubango y Cunene.

Hoy, precisamente, el ejército de Pretoria informó que busca a un piloto sudafricano desaparecido al estrellarse su máquina cuando perseguía a guerrilleros namibios de la Organización Popular del Africa Sudoccidental (SWAPO, según las siglas en inglés), en territorio angoleño.

Clarín 18/11/82

01·01 8712389

ARCHIVAR EN: Sudafrica (131)

TEMA: El Objetivo Militar Sudafricano en Angola. "Expansionismo Soviético"

PROCEDENCIA: Lima 27/11/87

ARCHIVADO EN: Angola (127)

01·01 8712503

# CARP. Nº 132

(1)

NO TIENE DOCUMENTOS

# CARP. Nº 132

(2)

132/2 SENEGAL

ENTRE LOS Nºs

- 8705005 -

PS

ARCHIVAR EN: SENEGAL (B2)

TEMA: El debate nacional en Nigeria.

PROCEDENCIA: LA HORA 14/6/87

ARCHIVADO EN: Nigeria (B30)A

01.01 8705005

# CARP. Nº 132

(3)

NO TIENE DOCUMENTOS

# CARP. Nº 132

(4)

132/4 SIERRA LEONA

ENTRE LOS Nºs

8705133-8705134

ARCHIVAR EN: SIERRA LEONA (132)

TEMA: SIERRA LEONE: Defence Force Fleet

PROCEDENCIA: ENLACE Sudafrica 16/2/87 Doc. 1020/87

ARCHIVADO EN: E. Sudafrica (135)

01·01 8705133

ARCHIVAR EN: SIERRA LEONA (132)

TEMA: Sierra Leone: Follow-up Actions After The Coup Attempt.

PROCEDENCIA: ENLACE Sudafrica 16/2/87 Doc 1001/87

ARCHIVADO EN: ENLACE Sudafrica (135)

01·01 8705134

# CARP. Nº 132

(5)

132/5 SOMALIA

ENTRE LOS Nºs

8702199-8703204

132

SOMALIA

# Grupo somalí capturó 10 médicos franceses

NAIROBI. — Diez franceses miembros de Médicos Sin Fronteras (MSF) fueron secuestrados por un grupo armado en el campamento de refugiados de Tug Wajale (norte de Somalia), en la noche del viernes al sábado, indicó ayer a la AFP un vocero de la organización humanitaria francesa en Nairobi.

El grupo armado, compuesto por unos 60 hombres, atacó el campamento, situado a unos 40 km. de la frontera con Etiopía, hacia las 0.30 locales (12.30 h. GMT del viernes). No se pudo obtener más precisiones sobre el grupo o la situación de los rehenes.

Según la fuente, el equipo médico francés iba a ser relevado, y cinco de sus miembros se hallan actualmente en Hargeisa, capital de la provincia (al noroeste de Somalia), cuando un grupo armado desvió un convoy de tres vehículos que se dirigían al campamento, y mantuvo a los conductores como rehenes.

Los secuestradores de los miembros de "Médicos Sin Fronteras" declararon que no tenían intención de hacer daño a sus rehenes y que su único objetivo era dar a conocer su causa.

25/I/87

01·01

8702199

P. 32

LA MAÑANA

7/2/87

SOMALIA

# Concluye secuestro de diez franceses

**PARIS (EFE).- Diez franceses de la organización humanitaria Médicos sin Fronteras fueron liberados ayer y entregados a las autoridades de Etiopía, después de permanecer dos semanas secuestrados por los guerrilleros del Movimiento Nacional Somalí (MNS).**

**Portavoces de la Presidencia y de la Cancillería francesas confirmaron que los dos médicos, cinco enfermeras, un enfermero y dos técnicos de la organización serán entregados en Addis Abeba, y posteriormente repatriados.**

**Fernand Wibaux, consejero diplomático del Gobierno francés y enviado especial para tratar con las partes implicadas en el secuestro, mantuvo largas conversaciones con los líderes del MNS para obtener la liberación de los rehenes.**

QUILA

PARTES ILEGIBLE

01·02

8702279

R. 132

El Día 31/1/82

# Liberarán secuestrados en Somalia

PARIS, — Los rehenes franceses capturados hace algunos días en el Norte de Somalia serán liberados en breve y sin condiciones, se informó ayer en París.

Según declaraciones del presidente del Movimiento Nacional de Somalia en rueda de prensa en Londres, su organización es la responsable del secuestro de los diez miembros del equipo de la organización humanitaria "Médicos sin fronteras".

"Los rehenes están sanos y salvos y serán liberados sin condiciones", afirmó el dirigente de este movimiento que secuestró al equipo de "Médicos sin fronteras" en el campamento de Tug Wajalé (norte de Somalia) en la noche del 23 al 24 de enero.

Aún no ha sido fijado el momento de la liberación porque, según las afirmaciones del presidente del grupo secuestrador, "quedan por resolver algunos problemas técnicos".



8702279

RS

ARCHIVAR EN: SOMALIA (132)

TEMA: SOMALIA: BORDER WITH ETHIOPIA Closed.

PROCEDENCIA: ENLACE Sudafrica 20/4/87 Doc. 0560/87

ARCHIVADO EN: ENLACE Sudafrica (138)

8703204

01-01

# CARP. Nº 132

(6)

132/6 SUDÁN

ENTRE LOS Nºs

8706313-8709203

Fecha de Entrada 31-8-87
Fecha de Salida
Pasa a Jefe/Aud.
Nº. de Identificación 1308/87

Proc. Israel

SECRET

30TH JULY. 1987

REPORT NO.: V /3748

SUBJECT: SUDAN/DECLARATION OF STATE OF EMERGENCY-ANALYTICAL REPORT

1. THE SUDANESE SOVEREIGNTY COUNCIL, IN CONSULTATION WITH THE GOVERNMENT, DECLARED A STATE OF EMERGENCY ON 25 JULY, 1987, BEGINNING ON THAT DAY FOR THE PERIOD OF A YEAR. THE COUNCIL CLAIMED THAT THIS STEP WAS DESIGNED TO HELP COPE WITH THE SEVERE SHORTAGE OF BASIC GOODS, THE BLACK MARKET, FOREIGN CURRENCY SPECULATION AND THE DETERIORATING INTERNAL SECURITY SITUATION. THIS STEP IS ALSO SUPPOSED TO 'PROTECT THE DOMESTIC FRONT FROM THE ENEMIES OF DEMOCRACY AND OF THE STATE'.

2. THE DECLARATION OF THE STATE OF EMERGENCY WAS MADE WHILE PRIME MINISTER SADEQ AL-MAHDI WAS ABROAD. WHEN SADEQ AL-MAHDI RETURNED TO SUDAN ON 27 JULY, HE ANNOUNCED THAT THE REGIME HAD THE RIGHT TO TAKE THE EMERGENCY MEASURES.

3. CABINET MINISTERS EMPHASIZED THAT ONE OF THE REASONS FOR DECLARING THE STATE OF EMERGENCY WAS THE OPPOSITION'S ACTIVITY, ESPECIALLY THAT OF NUMEIRI'S SUPPORTERS. THE COMMUNIST PARTY NEWSPAPER 'AL-MIDAN' SAID ON 27 JULY THAT NUMEIRI'S SUPPORTERS WERE
PLANNING TO MOUNT A MILITARY COUP.

4. ON 27 JULY, THE STATE OF EMERGENCY LAW WAS PRESENTED TO PARLIAMENT. THE LAW GRANTS THE 'COMPETENT AUTHORITIES' THE FOLLOWING RIGHTS:

A. TO ARREST ANYONE FOR AN INDEFINITE PERIOD OF TIME.

B. TO CLOSE DOWN NEWSPAPERS.

C. TO IMPOSE A CURFEW AND CLOSE SHOPS.

D. TO MAKE SEARCHES AND TO CONFISCATE FACTORIES AND ESTABLISHMENTS.

E. TO SEIZE ANY MEANS OF COMMUNICATION.

5. THE LAW FORBIDS STRIKES AND THE HOARDING OF GOODS, AS WELL AS ILLEGAL FOREIGN CURRENCY TRANSACTIONS AND THE SMUGGLING OF GOODS CONTRARY TO VALID LAWS. IT GRANTS THE GOVERNMENT THE AUTHORITY TO SET UP EMERGENCY COURTS IN CONSULTATION WITH THE CHIEF JUSTICE AND FIXES STIFF PUNISHMENTS FOR CRIMINAL OFFENCES.

2/..

6. THE DECLARATION OF THE STATE OF EMERGENCY HAS THUS FAR BEEN DENOUNCED BY THE SOUTHERN SUDANESE REBEL ORGANIZATION, SPLA, 'THE ISLAMIC NATIONAL FRONT', THE BA'ATH PARTY AND THE JOURNALISTS UNION. AMONG THE CHARGES MADE AGAINST THE DECLARATION OF THE STATE OF EMERGENCY IS THAT IT VIOLATES CIVIL LIBERTIES AND FREEDOM OF THE PRESS. 'THE ISLAMIC NATIONAL FRONT' ANNOUNCED THAT IT WOULD FIGHT THE STEP BY 'ALL DEMOCRATIC MEANS'. IN REACTION TO THIS, ELEMENTS IN THE GOVERNMENT ACCUSED THE 'ISLAMIC NATIONAL FRONT' OF INCITING PUPILS IN KHARTOUM. THE LAWYERS' UNION ALSO CALLED ON ALL THE 'NATIONAL FORCES' TO OPPOSE THE LAW. IT ALSO CONDEMNED THE ARREST OF NUMEIRI SUPPORTERS AND CALLED ON THE GOVERNMENT TO RELEASE THEM IMMEDIATELY.

7. ON 26-27 JULY, PUPILS IN KHARTOUM DEMONSTRATED, WAVING ANTI-REGIME SLOGANS.

8. IN THE FRAMEWORK OF THE STATE OF EMERGENCY, THE REGIME BEGAN CARRYING OUT RAIDS ON THE MARKETS OF KHARTOUM, ARRESTED SMUGGLERS AND SET UP ROADBLOCKS.

9. THE QUESTION IS: WHAT BROUGHT THE REGIME TO DECLARE A STATE OF EMERGENCY AT THIS TIME, AND WHAT ARE THE OBJECTIVES IT HOPES TO ACHIEVE? AFTER ALL, A STATE OF EMERGENCY HAS THEORETICALLY EXISTED IN SUDAN SINCE THE OVERTHROW OF NUMEIRI IN APRIL 1985. WHAT PROBABLY HAPPENED WAS THAT THE IMPLEMENTATION OF THE STATE OF EMERGENCY HAD GROWN WEAKER WITH THE PASSAGE OF TIME. THE DECLARATION OF THE PRESENT STATE OF EMERGENCY MAY REFLECT THE DETERMINATION OF THE REGIME TO IMPROVE ITS ABILITY TO CONTEND WITH THE COUNTRY'S SEVERE ECONOMIC AND INTERNAL SECURITY PROBLEMS, WHICH HAVE EXACERBATED SINCE SADEQ MAHDI ROSE TO POWER IN APRIL 1986. FOR EXAMPLE, INFLATION HAS INCREASED, THE PROBLEM OF THE REFUGEES IN KHARTOUM HAS BECOME MORE SERIOUS AND THE SOUTHERN REBELS HAVE STEPPED UP THEIR MILITARY ACTIVITIES. IT SEEMS THAT THE RECENT WAVE OF STRIKES AND DEMONSTRATIONS IN KHARTOUM AND THE ACTIVITIES OF NUMEIRI SUPPORTERS AGAINST THE REGIME ADDED IMPETUS TO THE DECISION TO DECLARE THE STATE OF EMERGENCY:

A. ON THE EVE OF THE DECLARATION, THERE WERE MANIFESTATIONS OF UNREST ALL OVER SUDAN:

(1) THERE WAS A STRIKE OF ESSENTIAL SERVICES (INCLUDING POST AND COMMUNICATIONS) IN THE NORTH IN THE WAKE OF WORKERS' DEMANDS FOR HIGHER WAGES AND BETTER WORKING CONDITIONS.

(2) IN KHARTOUM, PUPILS DEMONSTRATED BECAUSE OF THE LACK OF EDUCATIONAL AIDS. THE SCHOOLS WERE CLOSED DOWN ON ORDERS FROM THE GOVERNMENT.

(3) IN THE BAHR EL-GHAZAL PROVINCE IN THE SOUTH THERE WAS A GENERAL STRIKE.

(4) THE AUTHORITIES ARRESTED SOME 80 SUPPORTERS OF NUMEIRI, ACCUSING THEM OF BEING RESPONSIBLE FOR THE RECENT WAVE OF STRIKES AND DEMONSTRATIONS.

3/..



8707196

SUDÁN RJ

132

Viernes 24 de julio de 1987

## Breves del exterior

### Combates en Sudán

KARTUM, 23 (Reuter).– Tropas sudanesas mataron a 240 rebeldes en el sur de Sudán en operaciones recientes, según la agencia oficial sudanesa SUNA.

La agencia citó a una fuente militar oficial que expresó que las tropas atacaron a un grupo de rebeldes el 14 del actual en la provincia de Al-Ghazal, matando a 170 e incautándoles de armas y municiones.

Agregó que los soldados incursionaron también contra un campamento rebelde en la provincia del Alto Nilo, donde mataron a 70 miembros del Ejército de Liberación Popular sudanés.

01·01

8706313

CE ... IGNAL
... Informação ... Veículos
Entrada 31-8-87
Fecha de ... archivo
Pasa a Dept Aud.
Nº de Identificación 1308/87

origem: Gerência de Estados de Israel

Proc. Israel

SECRET

30TH JULY, 1987

REPORT NO.: V /3748

SUBJECT: SUDAN/DECLARATION OF STATE OF EMERGENCY-ANALYTICAL REPORT

1. THE SUDANESE SOVEREIGNTY COUNCIL, IN CONSULTATION WITH THE GOVERNMENT, DECLARED A STATE OF EMERGENCY ON 25 JULY, 1987, BEGINNING ON THAT DAY FOR THE PERIOD OF A YEAR. THE COUNCIL CLAIMED THAT THIS STEP WAS DESIGNED TO HELP COPE WITH THE SEVERE SHORTAGE OF BASIC GOODS, THE BLACK MARKET, FOREIGN CURRENCY SPECULATION AND THE DETERIORATING INTERNAL SECURITY SITUATION. THIS STEP IS ALSO SUPPOSED TO 'PROTECT THE DOMESTIC FRONT FROM THE ENEMIES OF DEMOCRACY AND OF THE STATE'.

2. THE DECLARATION OF THE STATE OF EMERGENCY WAS MADE WHILE PRIME MINISTER SADEQ AL-MAHDI WAS ABROAD. WHEN SADEQ AL-MAHDI RETURNED TO SUDAN ON 27 JULY, HE ANNOUNCED THAT THE REGIME HAD THE RIGHT TO TAKE THE EMERGENCY MEASURES.

3. CABINET MINISTERS EMPHASIZED THAT ONE OF THE REASONS FOR DECLARING THE STATE OF EMERGENCY WAS THE OPPOSITION'S ACTIVITY, ESPECIALLY THAT OF NUMEIRI'S SUPPORTERS. THE COMMUNIST PARTY NEWSPAPER 'AL-MIDAN' SAID ON 27 JULY THAT NUMEIRI'S SUPPORTERS WERE PLANNING TO MOUNT A MILITARY COUP.

4. ON 27 JULY, THE STATE OF EMERGENCY LAW WAS PRESENTED TO PARLIAMENT. THE LAW GRANTS THE 'COMPETENT AUTHORITIES' THE FOLLOWING RIGHTS:

A. TO ARREST ANYONE FOR AN INDEFINITE PERIOD OF TIME.

B. TO CLOSE DOWN NEWSPAPERS.

C. TO IMPOSE A CURFEW AND CLOSE SHOPS.

D. TO MAKE SEARCHES AND TO CONFISCATE FACTORIES AND ESTABLISHMENTS.

E. TO SEIZE ANY MEANS OF COMMUNICATION.

5. THE LAW FORBIDS STRIKES AND THE HOARDING OF GOODS, AS WELL AS ILLEGAL FOREIGN CURRENCY TRANSACTIONS AND THE SMUGGLING OF GOODS CONTRARY TO VALID LAWS. IT GRANTS THE GOVERNMENT THE AUTHORITY TO SET UP EMERGENCY COURTS IN CONSULTATION WITH THE CHIEF JUSTICE AND FIXES STIFF PUNISHMENTS FOR CRIMINAL OFFENCES.

2/..

6. THE DECLARATION OF THE STATE OF EMERGENCY HAS THUS FAR BEEN DENOUNCED BY THE SOUTHERN SUDANESE REBEL ORGANIZATION, SPLA, 'THE ISLAMIC NATIONAL FRONT', THE BA'ATH PARTY AND THE JOURNALISTS UNION. AMONG THE CHARGES MADE AGAINST THE DECLARATION OF THE STATE OF EMERGENCY IS THAT IT VIOLATES CIVIL LIBERTIES AND FREEDOM OF THE PRESS. 'THE ISLAMIC NATIONAL FRONT' ANNOUNCED THAT IT WOULD FIGHT THE STEP BY 'ALL DEMOCRATIC MEANS'. IN REACTION TO THIS, ELEMENTS IN THE GOVERNMENT ACCUSED THE 'ISLAMIC NATIONAL FRONT' OF INCITING PUPILS IN KHARTOUM. THE LAWYERS' UNION ALSO CALLED ON ALL THE 'NATIONAL FORCES' TO OPPOSE THE LAW. IT ALSO CONDEMNED THE ARREST OF NUMEIRI SUPPORTERS AND CALLED ON THE GOVERNMENT TO RELEASE THEM IMMEDIATELY.

7. ON 26-27 JULY, PUPILS IN KHARTOUM DEMONSTRATED, WAVING ANTI-REGIME SLOGANS.

8. IN THE FRAMEWORK OF THE STATE OF EMERGENCY, THE REGIME BEGAN CARRYING OUT RAIDS ON THE MARKETS OF KHARTOUM, ARRESTED SMUGGLERS AND SET UP ROADBLOCKS.

9. THE QUESTION IS: WHAT BROUGHT THE REGIME TO DECLARE A STATE OF EMERGENCY AT THIS TIME, AND WHAT ARE THE OBJECTIVES IT HOPES TO ACHIEVE? AFTER ALL, A STATE OF EMERGENCY HAS THEORETICALLY EXISTED IN SUDAN SINCE THE OVERTHROW OF NUMEIRI IN APRIL 1985. WHAT PROBABLY HAPPENED WAS THAT THE IMPLEMENTATION OF THE STATE OF EMERGENCY HAD GROWN WEAKER WITH THE PASSAGE OF TIME. THE DECLARATION OF THE PRESENT STATE OF EMERGENCY MAY REFLECT THE DETERMINATION OF THE REGIME TO IMPROVE ITS ABILITY TO CONTEND WITH THE COUNTRY'S SEVERE ECONOMIC AND INTERNAL SECURITY PROBLEMS, WHICH HAVE EXACERBATED SINCE SADEQ MAHDI ROSE TO POWER IN APRIL 1986. FOR EXAMPLE, INFLATION HAS INCREASED, THE PROBLEM OF THE REFUGEES IN KHARTOUM HAS BECOME MORE SERIOUS AND THE SOUTHERN REBELS HAVE STEPPED UP THEIR MILITARY ACTIVITIES. IT SEEMS THAT THE RECENT WAVE OF STRIKES AND DEMONSTRATIONS IN KHARTOUM AND THE ACTIVITIES OF NUMEIRI SUPPORTERS AGAINST THE REGIME ADDED IMPETUS TO THE DECISION TO DECLARE THE STATE OF EMERGENCY:

A. ON THE EVE OF THE DECLARATION, THERE WERE MANIFESTATIONS OF UNREST ALL OVER SUDAN:

(1) THERE WAS A STRIKE OF ESSENTIAL SERVICES (INCLUDING POST AND COMMUNICATIONS) IN THE NORTH IN THE WAKE OF WORKERS' DEMANDS FOR HIGHER WAGES AND BETTER WORKING CONDITIONS.

(2) IN KHARTOUM, PUPILS DEMONSTRATED BECAUSE OF THE LACK OF EDUCATIONAL AIDS. THE SCHOOLS WERE CLOSED DOWN ON ORDERS FROM THE GOVERNMENT.

(3) IN THE BAHR EL-GHAZAL PROVINCE IN THE SOUTH THERE WAS A GENERAL STRIKE.

(4) THE AUTHORITIES ARRESTED SOME 80 SUPPORTERS OF NUMEIRI, ACCUSING THEM OF BEING RESPONSIBLE FOR THE RECENT WAVE OF STRIKES AND DEMONSTRATIONS.

3/..



8707196

B. IN RECENT WEEKS THERE HAVE BEEN INCIDENTS ALONG SUDAN'S EASTERN BORDER. ACCORDING TO REPORTS, ETHIOPIAN FORCES ATTACKED SUDANESE ARMY FORCES AND VILLAGES.

10. THE DECLARATION OF THE STATE OF EMERGENCY, ESPECIALLY WITH REGARD TO THE ECONOMIC SECTOR, MAY HAVE BEEN CONNECTED WITH THE VISIT AT THE TIME OF A DELEGATION FROM THE INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). IT MAY HAVE BEEN DESIGNED TO CONVINCE THE DELEGATION THAT THE REGIME WAS DETERMINED TO DEAL WITH THE PROBLEMS OF THE ECONOMY, THUS FACILITATING THE SIGNING OF AN AGREEMENT FOR AID AND THE RESCHEDULING OF SUDAN'S LOANS TO THE FUND. IT IS AN OPEN QUESTION TO WHETHER, WITHIN THE FRAMEWORK OF THE ECONOMIC EMERGENCY MEASURES, THE REGIME INTENDS CUTTING BACK ON SUBSIDIES AND DEVALUATING THE SUDANESE POUND, AS DEMANDED BY THE IMF AS A PRECONDITION FOR GRANTING AID. THUS FAR SADEQ AL-MAHDI'S REGIME HAS REFRAINED FROM TAKING SUCH STEP'S FOR FEAR THAT THIS WOULD AROUSE FERMENT AND LEAD TO OUTBURSTS OF VIOLENCE.

11. OVER AND ABOVE THIS, THE DECLARATION OF THE STATE OF EMERGENCY ALSO HAD INTERNAL PROPAGANDA OBJECTIVES: TO PROJECT AN IMAGE OF ACTION AND DETERMINATION IN ORDER TO COVER UP FOR THE GOVERNMENT'S IMPOTENCE AND TO ENHANCE ITS POOR IMAGE, ESPECIALLY VIS-A-VIS THE ARMY.

12. MOST OF THE TRADE UNIONS MAY BE EXPECTED TO JOIN THOSE OPPOSING THE DECLARATION OF THE STATE OF EMERGENCY AND, TOGETHER WITH THE ISLAMIC OPPOSITION, THEY COULD INCITE THE MAN ON THE STREET
AGAINST THE REGIME.

13. IT IS STILL NOT CLEAR TO WHAT EXTENT SADEQ AL-MAHDI WAS INVOLVED IN REACHING THE DECISION ON THE SUBJECT.

14. WE SHOULD APPRECIATE YOUR COMMENTS ON THE SUBJECT.



8707196

La Prensa
22/8/87

132

# Se disolvió en Sudán la coalición del gobierno

Nairobi, Kenia,22 (UP) – El gobierno de Sudán enfrentó hoy una crisis al disolverse la coalición gobernante luego de la renuncia de uno de los partidos que la integraban, informó la radio estatal sudanesa.

Un despacho de la emisora Radio Omdurman, captado en Nairobi, dijo que el Consejo Supremo del país, compuesto por cinco integrantes, asumiría el Poder Ejecutivo del gobierno durante las próximas dos semanas, hasta que se resuelva la crisis.

La coalición gubernamental se disolvió hoy cuando el partido Unionista Democrático (DUP) se retiró de la alianza que formaba con el partido UMMA del primer ministro Sadiq al Mahdi, precisó la emisora.

Al anunciar la decisión de dimisión de su partido, el presidente del DUP, Mohammed Osman al Mirghany, le comunicó a Al Mahdi que era esencial que "todos los sectores del gobierno sigan en su forma actual hasta que se logre un acuerdo para formar un gobierno nacional o rehabilitar la alianza".

El Consejo Supremo está compuesto actualmente por dos miembros de UMMA y uno del DUP, además de un político independiente y un militante de un pequeño partido del sur del país.

Las relaciones entre el UMMA y el DUP se volvieron tensas el pasado mes de mayo, cuando el primer ministro Al Mahdi declaró que un pacto militar conjunto firmado por Sudán y Egipto ya no tenía vigencia, y que quedaba anulado por una carta de hermandad rubricada en El Cairo en febrero.

El periódico capitalino Al Siyassa, según cita la agencia noticiosa del Medio Oriente, dijo que las consultas entre los partidos de la coalición habían demostrado que actualmente, no es posible que se mantenga en el poder un gobierno de unidad nacional.

"En este momento la tendencia que reina es de reconstruir la coalición entre el DUP y el partido UMMA en base a un nuevo pacto que resuelva todas las cuestiones pendientes a la vez que examine la actuación de la coalición durante los últimos 16 meses", afirmó el periódico.

Desde hace meses Sudán experimenta el descontento de la población a consecuencia de una crónica escasez de alimentos, los aumentos de los precios, los bajos salarios, y las demoras en el pago de los sueldos de los funcionarios gubernamentales.

01·01

8707930

ARCHIVAR EN: Sudán (132)

TEMA: Sudán: Abolición del Código Penal Islámico.

PROCEDENCIA: Enlace Sudafricano 24/1/92 Exc. [illegible]

ARCHIVADO EN: Enlace Sudáfrica (135)

01·01

8708423

MINISTERIO DE ...
Fecha Entrada 31-8-87
Fecha de salida 5/OCT/87
Pase a Jefe Inf.
Nº de identificación 1308/A

SECRET

132

30TH JULY, 1987

REPORT NO.: V /3748

SUBJECT: SUDAN/DECLARATION OF STATE OF EMERGENCY-ANALYTICAL REPORT

1. THE SUDANESE SOVEREIGNTY COUNCIL, IN CONSULTATION WITH THE GOVERNMENT, DECLARED A STATE OF EMERGENCY ON 25 JULY, 1987, BEGINNING ON THAT DAY FOR THE PERIOD OF A YEAR. THE COUNCIL CLAIMED THAT THIS STEP WAS DESIGNED TO HELP COPE WITH THE SEVERE SHORTAGE OF BASIC GOODS, THE BLACK MARKET, FOREIGN CURRENCY SPECULATION AND THE DETERIORATING INTERNAL SECURITY SITUATION. THIS STEP IS ALSO SUPPOSED TO 'PROTECT THE DOMESTIC FRONT FROM THE ENEMIES OF DEMOCRACY AND OF THE STATE'.

2. THE DECLARATION OF THE STATE OF EMERGENCY WAS MADE WHILE PRIME MINISTER SADEQ AL-MAHDI WAS ABROAD. WHEN SADEQ AL-MAHDI RETURNED TO SUDAN ON 27 JULY, HE ANNOUNCED THAT THE REGIME HAD THE RIGHT TO TAKE THE EMERGENCY MEASURES.

3. CABINET MINISTERS EMPHASIZED THAT ONE OF THE REASONS FOR DECLARING THE STATE OF EMERGENCY WAS THE OPPOSITION'S ACTIVITY, ESPECIALLY THAT OF NUMEIRI'S SUPPORTERS. THE COMMUNIST PARTY NEWSPAPER 'AL-MIDAN' SAID ON 27 JULY THAT NUMEIRI'S SUPPORTERS WERE
PLANNING TO MOUNT A MILITARY COUP.

4. ON 27 JULY, THE STATE OF EMERGENCY LAW WAS PRESENTED TO PARLIAMENT. THE LAW GRANTS THE 'COMPETENT AUTHORITIES' THE FOLLOWING RIGHTS:

A. TO ARREST ANYONE FOR AN INDEFINITE PERIOD OF TIME.

B. TO CLOSE DOWN NEWSPAPERS.

C. TO IMPOSE A CURFEW AND CLOSE SHOPS.

D. TO MAKE SEARCHES AND TO CONFISCATE FACTORIES AND ESTABLISHMENTS.

E. TO SEIZE ANY MEANS OF COMMUNICATION.

5. THE LAW FORBIDS STRIKES AND THE HOARDING OF GOODS, AS WELL AS ILLEGAL FOREIGN CURRENCY TRANSACTIONS AND THE SMUGGLING OF GOODS CONTRARY TO VALID LAWS. IT GRANTS THE GOVERNMENT THE AUTHORITY TO SET UP EMERGENCY COURTS IN CONSULTATION WITH THE CHIEF JUSTICE AND FIXES STIFF PUNISHMENTS FOR CRIMINAL OFFENCES.

2/..



8708626

6. THE DECLARATION OF THE STATE OF EMERGENCY HAS THUS FAR BEEN DENOUNCED BY THE SOUTHERN SUDANESE REBEL ORGANIZATION, SPLA, 'THE ISLAMIC NATIONAL FRONT', THE BA'ATH PARTY AND THE JOURNALISTS UNION. AMONG THE CHARGES MADE AGAINST THE DECLARATION OF THE STATE OF EMERGENCY IS THAT IT VIOLATES CIVIL LIBERTIES AND FREEDOM OF THE PRESS. 'THE ISLAMIC NATIONAL FRONT' ANNOUNCED THAT IT WOULD FIGHT THE STEP BY 'ALL DEMOCRATIC MEANS'. IN REACTION TO THIS, ELEMENTS IN THE GOVERNMENT ACCUSED THE 'ISLAMIC NATIONAL FRONT' OF INCITING PUPILS IN KHARTOUM. THE LAWYERS' UNION ALSO CALLED ON ALL THE 'NATIONAL FORCES' TO OPPOSE THE LAW. IT ALSO CONDEMNED THE ARREST OF NUMEIRI SUPPORTERS AND CALLED ON THE GOVERNMENT TO RELEASE THEM IMMEDIATELY.

7. ON 26-27 JULY, PUPILS IN KHARTOUM DEMONSTRATED, WAVING ANTI-REGIME SLOGANS.

8. IN THE FRAMEWORK OF THE STATE OF EMERGENCY, THE REGIME BEGAN CARRYING OUT RAIDS ON THE MARKETS OF KHARTOUM, ARRESTED SMUGGLERS AND SET UP ROADBLOCKS.

9. THE QUESTION IS: WHAT BROUGHT THE REGIME TO DECLARE A STATE OF EMERGENCY AT THIS TIME, AND WHAT ARE THE OBJECTIVES IT HOPES TO ACHIEVE? AFTER ALL, A STATE OF EMERGENCY HAS THEORETICALLY EXISTED IN SUDAN SINCE THE OVERTHROW OF NUMEIRI IN APRIL 1985. WHAT PROBABLY HAPPENED WAS THAT THE IMPLEMENTATION OF THE STATE OF EMERGENCY HAD GROWN WEAKER WITH THE PASSAGE OF TIME. THE DECLARATION OF THE PRESENT STATE OF EMERGENCY MAY REFLECT THE DETERMINATION OF THE REGIME TO IMPROVE ITS ABILITY TO CONTEND WITH THE COUNTRY'S SEVERE ECONOMIC AND INTERNAL SECURITY PROBLEMS, WHICH HAVE EXACERBATED SINCE SADEQ MAHDI ROSE TO POWER IN APRIL 1986. FOR EXAMPLE, INFLATION HAS INCREASED, THE PROBLEM OF THE REFUGEES IN KHARTOUM HAS BECOME MORE SERIOUS AND THE SOUTHERN REBELS HAVE STEPPED UP THEIR MILITARY ACTIVITIES. IT SEEMS THAT THE RECENT WAVE OF STRIKES AND DEMONSTRATIONS IN KHARTOUM AND THE ACTIVITIES OF NUMEIRI SUPPORTERS AGAINST THE REGIME ADDED IMPETUS TO THE DECISION TO DECLARE THE STATE OF EMERGENCY:

A. ON THE EVE OF THE DECLARATION, THERE WERE MANIFESTATIONS OF UNREST ALL OVER SUDAN:

(1) THERE WAS A STRIKE OF ESSENTIAL SERVICES (INCLUDING POST AND COMMUNICATIONS) IN THE NORTH IN THE WAKE OF WORKERS' DEMANDS FOR HIGHER WAGES AND BETTER WORKING CONDITIONS.

(2) IN KHARTOUM, PUPILS DEMONSTRATED BECAUSE OF THE LACK OF EDUCATIONAL AIDS. THE SCHOOLS WERE CLOSED DOWN ON ORDERS FROM THE GOVERNMENT.

(3) IN THE BAHR EL-GHAZAL PROVINCE IN THE SOUTH THERE WAS A GENERAL STRIKE.

(4) THE AUTHORITIES ARRESTED SOME 80 SUPPORTERS OF NUMEIRI, ACCUSING THEM OF BEING RESPONSIBLE FOR THE RECENT WAVE OF STRIKES AND DEMONSTRATIONS.

B. IN RECENT WEEKS THERE HAVE BEEN INCIDENTS ALONG SUDAN'S EASTERN BORDER. ACCORDING TO REPORTS, ETHIOPIAN FORCES ATTACKED SUDANESE ARMY FORCES AND VILLAGES.

10. THE DECLARATION OF THE STATE OF EMERGENCY, ESPECIALLY WITH REGARD TO THE ECONOMIC SECTOR, MAY HAVE BEEN CONNECTED WITH THE VISIT AT THE TIME OF A DELEGATION FROM THE INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). IT MAY HAVE BEEN DESIGNED TO CONVINCE THE DELEGATION THAT THE REGIME WAS DETERMINED TO DEAL WITH THE PROBLEMS OF THE ECONOMY, THUS FACILITATING THE SIGNING OF AN AGREEMENT FOR AID AND THE RESCHEDULING OF SUDAN'S LOANS TO THE FUND. IT IS AN OPEN QUESTION TO WHETHER, WITHIN THE FRAMEWORK OF THE ECONOMIC EMERGENCY MEASURES, THE REGIME INTENDS CUTTING BACK ON SUBSIDIES AND DEVALUATING THE SUDANESE POUND, AS DEMANDED BY THE IMF AS A PRECONDITION FOR GRANTING AID. THUS FAR SADEQ AL-MAHDI'S REGIME HAS REFRAINED FROM TAKING SUCH STEP'S FOR FEAR THAT THIS WOULD AROUSE FERMENT AND LEAD TO OUTBURSTS OF VIOLENCE.

11. OVER AND ABOVE THIS, THE DECLARATION OF THE STATE OF EMERGENCY ALSO HAD INTERNAL PROPAGANDA OBJECTIVES: TO PROJECT AN IMAGE OF ACTION AND DETERMINATION IN ORDER TO COVER UP FOR THE GOVERNMENT'S IMPOTENCE AND TO ENHANCE ITS POOR IMAGE, ESPECIALLY VIS-A-VIS THE ARMY.

12. MOST OF THE TRADE UNIONS MAY BE EXPECTED TO JOIN THOSE OPPOSING THE DECLARATION OF THE STATE OF EMERGENCY AND, TOGETHER WITH THE ISLAMIC OPPOSITION, THEY COULD INCITE THE MAN ON THE STREET
AGAINST THE REGIME.

13. IT IS STILL NOT CLEAR TO WHAT EXTENT SADEQ AL-MAHDI WAS INVOLVED IN REACHING THE DECISION ON THE SUBJECT.

14. WE SHOULD APPRECIATE YOUR COMMENTS ON THE SUBJECT.



8708626

# Sudán: la tentación islámica

**Una crisis económica sin precedentes, una rebelión armada en el sur cristiano, la reciente ruptura de la coalición gubernamental y la intervención de las tropas libias contra Chad desde territorio sudanés, configuran una situación política conflictiva en Sudán. El peligro: la polarización del régimen en torno al factor religioso islámico, que limite aún más el pluralismo y las libertades democráticas.**

Una grave crisis amenaza la estabilidad política de Sudán, al producirse recientemente la ruptura de la coalición gubernamental, en el poder desde hace poco más de un año. Este país africano, atraviesa una crisis económica sin precedentes, y se encuentra además convulsionado por los sangrientos enfrentamientos entre el ejército y la rebelión armada del sur, liderada por el Coronel John Garang.

La actual crisis es el resultado de la decisión unilateral del Partido Democrático Unionista (DUP), la segunda formación política sudanesa, de poner término al acuerdo que la unía al Partido Umma, dirigido por el primer ministro Sadeq el Mahdi, mayoritario en el parlamento de ese país.

El pretexto aducido por el DUP para romper la coalición ha sido el conflicto que lo enfrentó publicamente al Umma desde principios de agosto último, por una banca que le pertenecía en el Consejo Supremo Presidencial (integrado por cinco miembros). El Umma descalificó al candidato propuesto por el DUP para ese puesto, acusándolo de colaboracionismo con el ex-presidente Gaafar el-Nimeiri, quien fuera derrocado por un golpe de Estado en 1985.

El Parlamento sudanés cuenta con un total de 301 bancas, de las cuales la coalición reunía una mayoría absoluta de 163 bancas, 101 para el Umma y 62 para el DUP.

Ahora el tercer partido, constituido por los "Hermanos Musulmanes" y denominado Frente Nacional Islámico (FNI), tiene la ocasión de ser la fuerza política que asegure la gobernabilidad al primer ministro Sadeq el-Mahdi.

## Acumulación de funciones

Sin embargo, el prestigio del primer ministro parece deteriorarse rápidamente, acusado por sus propios seguidores de no cumplir con las promesas efectuadas durante la campaña electoral y por su ineficacia para encontrar una salida a la guerra civil que convulsiona el sur del país desde hace cuatro años. Se le critica además, su actitud acomodaticia ante el partido de los "Hermanos Musulmanes" radical defensor de la actual ley islámica, y sus correspondientes castigos corporales previstos por el Corán. Recordemos que la actual ley islámica fue impuesta por decreto por el ex-presidente Nimeiri en setiembre de 1983 —apoyado entonces por el FNI— y que el primer ministro Sadeq el-Mahdi ha anunciado una decena de veces su abolición inminente y su reemplazo por una versión más moderna y más humana de la citada ley. Muchos descubren que el primer ministro es en realidad un político musulmán y un dirigente religioso de los ansares (secta sunita hegemónica desde la rebelión iniciada por Mohamed Ahmed, el *Mahdi*, en 1882).

Según las informaciones procedentes de Kartum —capital de Sudán donde se juntan el Nilo Blanco y el Nilo Azul—, Sadeq el-Mahdi tiene intenciones de acumular las funciones de jefe de gobierno, de dirigente del Umma y guía espiritual (imán) de los ansares, reproduciendo el modelo imperante en Teherán. Algunos dejan entender que esta acumulación de funciones le habría sido sugerida por el propio Khomeini, en su viaje a Irán en diciembre último (Le Monde, 10 de junio 1987).

El Frente Nacional Islámico procura ocupar el vacío dejado por la separación del DUP de la alianza gubernamental, aunque si se confirma la nominación de Sadeq el-Mahdi, como imán de los ansares —tal cual estaba prevista para estos días—, se corre el riesgo de una concentración de poderes contraria a los principios democráticos.

*Combatientes dinkas del EPL*

## Una democracia limitada

Todos los observadores coinciden en afirmar que la eventual participación de los "Hermanos Musulmanes" en el gobierno implicaría una agudización mayor de la actual crisis política con serios riesgos de una intervención directa de los militares. Desde hace tiempo el periódico sudista *Sudan Times* dirigido por el ex-ministro de la Información, Bona Mahal, defensor de la tesis de la coexistencia y la comprensión entre el norte y el sur en el seno de un Estado laico, viene expresando sus inquietudes por la salida política que se perfila. En varias oportunidades ha alertado sobre los peligros de una dictadura religiosa.

Por su parte el Partido Comunista Sudanés, ha definido al actual régimen como una "democracia limitada" y no estaría dispuesto a declararle la guerra al gobierno de Sadeq el-Mahdi. El Partido Comunista hace apenas dos años que salió de una larga cladestinidad, luego que en 1971 alentó y promovió un golpe de Estado contra Nimeiri, quien a su vez logró dar un contragolpe y dominar la situación. El PC fue ilegalizado entonces y sus dirigentes ejecutados.

El secretario general del PC, Ibrahim Noghud, declaraba en el citado artículo de "Le Monde" que: "Nos limitaremos a una estricta política de crítica construcitiva sobre la acción de nuestros gobernantes a quienes pedimos simplemente cumplir con los compromisos que contrajeron hace un año. La 'democracia limitada' que prevalece actualmente en Sudán es, por lejos, preferible a una dictadura militar orientada a la izquierda o adornada con palabras de orden progresista. La tesis según la cual sólo el ejército puede resolver los problemas de los países subdesarrollados se ha anulado, por lo menos en lo que concierne a Sudán, totalmente infundada".

## El hombre del sur

Pero al sur, la realidad resulta muy diferente. Una guerra civil que dura ya cuatro años anuncia la irremediable división del país en dos. Un hombre, un militar rebelde ya es leyenda: el coronel John Garang, líder del Ejército Popular de Liberación de Sudán.

Sudán es un país donde las divisiones religiosas y étnicas han definido el desarrollo político de los últimos años. A los ya citados partidos ligados a diferentes sectas musulmanas: el Partido Umma vinculado a los ansares, los khatmias se expresan en el PUD; el FNI es el grupo de los "Hermanos Musulmanes"; hay que agregar los dinkas del sur, que conforman la mayor parte de los efectivos del Ejército Popular de Liberación (EPL) del coronel Garang. Y además otras tribus animistas del sur y del centro del país que no se identifican directamente con ningún grupo, aunque tienen acuerdos con el partido de gobierno.

El Cnel. Garang nació en el sur, en Palió en 1945 (100 kilómetros al norte de Bor) y vivió su primera infancia en Tanzania (ex-Tanganica). Retornó a Sudán para seguir los estudios secundarios y prosiguió luego sus estudios de economía en el colegio de Grinnell en Iowa, Estados Unidos, gracias a una beca del gobierno sudanés.

John Garang fue uno de los protegidos de Joseph Laggu, el legendario jefe de la primera guerra del sur, y quizás por ello se integró al ejército sudanés en 1972. Poco tiempo después fue enviado a la escuela militar de Fort Benning en Estados Unidos. Allí aprovechó su estadía para presentar una tesis de doctorado en ciencias económicas.

De retorno en Sudán, en 1983, el estado mayor del ejército le encomendó negociar la rendición de los cuarteles amotinados de Bor y Pibor, pero Garang sensible a las reivindicaciones del sur, de[...] tegrarse a la rebelión con u[...] de oficiales sudistas.

Desde entonces, la gu[...] ha dividido el país en dos y [...] las diferencias parecen may[...] el camino que ha elegido el [...] Garang para "unificar el país" [...] truir el socialismo" y "defe[...] libertad religiosa", y de est[...] garantizar el respeto de l[...] nomía de Sudán del sur. El [...] EPL es un hombre discreto y [...] no, a quien se le atribuye [...] teligencia viva, aguda y dote[...] tratega militar.

## Un regalo interesado

Es cierto que sus guerrill[...] enfrentan a un ejército m[...] equipado, que apenas disp[...] unos 20.000 efectivos poc[...] parados y material vetusto [...] decuado. Y como ejemplio, [...] —que es el país más exten[...] África—, posee cuatro avione[...] de procedencia china, que es[...] movilizados en la base aérea p[...] ta de combustible.

No obstante, el gobiern[...] primer ministro Sadeq el-Ma[...] pesar de no llegar a dominar [...] mente la guerrilla del sur del [...] ha sabido utilizar a su favor l[...] tagonismos tribales y las difer[...] étnicas que existen en el sur [...] tro de Sudán. Grupos tradic[...] mente rivales a los dinkas [...] conforman la mayor parte d[...] efectivos del EPL — como l[...] garas, los mundaris y los nuer[...] formado milicias de autod[...] con apoyo del gobierno, para [...] batir y contrarrestar las incurs[...] del EPL en sus respectivos [...] torios.

Por otra parte, el Ej[...] Popular de Liberación, tiene [...] taladas sus bases de retaguar[...] territorio etíope, particularmen[...] Addis-Abeba, donde con frecu[...] se encuentra el propio co[...] Garang. Cabe recordar qu[...] régimen de Addis-Abeba apoya [...] rebeldes sudaneses, en respue[...] apoyo que Kartum brinda [...] guerrilla eritrea, la cual tien[...] rritorios liberados en el nor[...] Etiopía.

En abril último, cuatro Mi[...] llegaron a la base aérea de Kar[...] como regalo del coronel Kh[...] para festejar el segundo aniver[...] del derrocamiento del mari[...] Nimeiri. El gesto "amistoso" [...] coronel Khadafi acentuó las [...] tradicciones internas de la socie[...] sudanesa, y entre las causas d[...] reciente ruptura de la coalic[...] gubernamental, no habría sido aj[...] la interpretación que cada part[...] hace de la mencionada amistad. [...] resulta sorprendente la denu[...] que hace el comunicado dado [...] conocer recientemente por el Est[...] Mayor chadiano, de que las inc[...] siones de los aviones libios so[...] territorios del Chad, se estar[...] efectuando desde bases aére[...] sudanesas, y que además, el [...] ronel Khadafi habría concentra[...] efectivos militares importantes [...] Sudán, para invadir desde allí [...] Chad.

De confirmarse estas info[...] maciones, es de esperar que [...] situación política en Sudán se p[...] larice, a favor o en contra de la inte[...] vención libia desde su territorio. D[...] hecho, la interferencia libia est[...] confirmando la validez de la rebelió[...] del sur de Sudán y los temore[...] anunciados por diversas person[...] lidades de ese país, sobre los pe[...] ligros de un régimen polarizado e[...] torno al factor religioso.

*Luis A. Guirin [...]*

# CARP. Nº 132

(7)

# NO TIENE DOCUMENTOS

# CARP. Nº 132

(8)

132/8 TANZANIA

ENTRE LOS Nºs

8702804 - 8704845

ARCHIVAR EN: TANZANIA (/32)

TEMA: VARIOS TITULOS

PROCEDENCIA: DOC. Nº 0500/87 DEL 24/3/87

ARCHIVADO EN: ENLACE SUDÁFRICA 135

01·01

8702804

ARCHIVAR EN: TANZANIA (/32)

TEMA: TANZANIA: ACCUMULATION OF ZAMBIAN GOODS IN DE ES SALAAM

PROCEDENCIA: E. Sudáfrica 27/2/87 Doc. 0469/87

ARCHIVADO EN: ENLACE Sudáfrica (/35)

8702819

01·01

ARCHIVAR EN: TANZANIA (132)

TEMA: TANZANIA: EFFORTS TO RAISE Defence Potential

PROCEDENCIA: Enlace Sudafricano 27/5/87 Doc 0475/87

ARCHIVADO EN: ENLACE SUDAFRICA (135)

01-01 8704058

ARCHIVAR EN: TANZANIA (132)

TEMA: TANZANIA: RECENT ECONOMIC EVENTS.

PROCEDENCIA: Enlace Sudafricano 27/5/87 Doc 0475/87

ARCHIVADO EN: ENLACE SUDAFRICA (135)

01-01 8704078

La tercera
Viernes 27 de marzo de

# El nacion negro

La llegada al Uruguay del ex presidente de Tanzania Julius Nyerere revistió una singular trascendencia. Junto a la anterior visita del premier argelino Bengedid, la misma expresa una embrionaria apertura de nuestro país hacia el Tercer Mundo, realidad esta tradicionalmente ignorada por la Noratlántica política exterior que ostentó el batllismo. La figura de Nyerere ha desempeñado un rol protagónico en el conjunto de países del Tercer Mundo en general, y en el Movimiento de los No Alineados en particular, así como en aquellos foros internacionales donde se ha intentado intensificar la cooperación Sur-Sur. Su concepción nacionalista y celosamente defensora de la identidad cultural de los pueblos pobres fue puesta de manifiesto en el número anterior de La Democracia por el senador Juan Raúl Ferreira. En la siguiente nota, se transcribe una exposición del propio Nyerere, en la cual se ilustra su visión sobre tópicos de magnitud como ser el Imperialismo, la deuda externa y la unidad de los desheredados de la tierra.

## LAS DEUDAS GRANDES SON TANTO UNA CARGA COMO UN PODER

Julius Nyerere

Desde los años cincuenta hasta comienzos de los años setenta, a medida que los organismos de las Naciones Unidas fueron encontrando su ubicación y muchos países del Tercer Mundo alcanzaron su independencia, hubo un fuerte rechazo a la pobreza mundial, la que fue reconocida como desestabilizadora para la prosperidad del mundo tanto como moralmente inaceptable. Había un compromiso generalmente aceptado de luchar contra eso y en particular reducir la brecha entre los países ricos y los países pobres como parte del desarrollo mundial. El concepto de ayuda —de asistencia económica a los países pobres en desarrollo— fue aceptado y la mayoría de los países desarrollados se comprometió a asignar un 0.7 o/o de su producto nacional bruto a la asistencia del desarrollo de países extranjeros en la lucha contra la pobreza en el mundo.

Y pareció haber algunos progresos. Desde los años sesenta hasta 1973 la tasa promedio de crecimiento en los países en desarrollo, tomados como totalidad, fue de un 6.3 por ciento al año, mientras que los países desarrollados tenían un promedio de 4.9 por ciento.

En los años setenta, por lo tanto, la primera reacción fue de preocupación cuando el mundo se dio cuenta de que la brecha entre los países ricos y pobres estaba creciendo y no decreciendo. La comprensión de esto llevó a muchas discusiones internacionales, conferencias y estudios. Pero la brecha empeoró durante el siempre creciente caos económico en el mundo de los años setenta. Mientras que en 1970 los más ricos eran como promedio 23 veces más ricos que los pobres, en 1982 éstos lo eran 40 veces más. Este es sólo otro ejemplo de la ley básica de que la riqueza produce riqueza y la pobreza produce pobreza. Los ricos pueden permitirse hacer investigaciones e inversiones, los pobres tienen una lucha que no les permite hacer nada más que sobrevivir. A pesar de su rápido incremento poblacional, la aún alta tasa de mortalidad infantil y de adultos en los países en desarrollo infantil y de adultos en los países en desarrollo muestra el costo de la pobreza en términos humanos.

El informe emitido en 1980 por la Comisión Brandt contempló todos estos problemas, los analizó e hizo proposiciones. Advirtió sobre la urgente necesidad de una acción mundial unida contra la pobreza y el caos económico, con el objeto de evitar la catástrofe económica y social: enfatizó la reciprocidad de los intereses entre los países desarrollados y los países en desarrollo. Tres años después la Comisión emitió un informe actualizado y complementario del anterior y han existido otros muchos estudios que tratan de aspectos particulares del problema.

## LOS RICOS EXPLOTAN DELIBERADAMENTE A LOS POBRES

Ya no es posible seguir creyendo que es la ignorancia lo que impide que el mundo encare sus problemas económicos teniendo en cuenta las necesidades de los pobres. Al contrario, hay razón para preguntarse si la actitud presente no es una actitud de explotación deliberada de los pobres en beneficio de los ricos.

Al hacer esta pregunta, no estoy impugnando los instintos humanitarios básicos de las personas de los países desarrollados. Su respuesta generosa y voluntaria al enterarse de las hambrunas en Africa demuestra que ellos realmente se preocupan por el bienestar de gente que nunca han visto y cuya cultura y problemas nacionales no comprenden, así como no entienden cómo opera el sistema económico internacional. Estoy sugiriendo que la mayoría de los gobiernos de los países desarrollados —ciertamente aquéllos de más poder— han vuelto sus espaldas al internacionalismo y están usando su poder económico deliberadamente para controlar y explotar al Tercer Mundo. Esta es una grave acusación. Creo que hay evidencias para sustentarla.

Después del Informe de la Comisión Brandt, los gobernantes de Austria y México organizaron una pequeña reunión cumbre en Cancún. Estuvieron representados países desarrollados y del Tercer Mundo y el propósito era considerar una acción para tratar los problemas puntualizados en el informe. La Reunión de Cancún no obtuvo resultado alguno. La nación más desarrollada y poderosa no estuvo de acuerdo con ninguna acción en absoluto y los otros países desarrollados ni siquiera consideraron hacer nada en cooperación con las naciones en desarrollo sin la participación de su hermano mayor.

Realmente, desde 1980, todas las discusiones oficiales de los problemas Norte-Sur han llegado efectivamente a detenerse. No ha habido negociaciones en la Asamblea General de las Naciones Unidas o en la UNCTAD VI o en el UNIDO IV. En las reuniones de los comités interinos y para el desarrollo del FMI y del Banco Mundial, prolongados especialmente en la primavera de 1985, estos puntos no fueron seriamente [illegible]

der está reflejado también en la forma de enfrentar la crisis recurrente en el pago de la deuda. Se incurre en esta deuda a través de acuerdos entre los prestamistas y los prestatarios, siendo el primero el más fuerte de los dos. Pero toda la responsabilidad para tratar el problema se le impone a los deudores.

Este aspecto es de gran interés para los países africanos que, como grupo, tienen la más alta proporción de deuda respecto de su producto nacional bruto y de costos por servicio de ésta, respecto de sus exportaciones, que cualquier otra región del mundo. Un cálculo conservador de la deuda total del continente arroja 150 mil millones de dólares. De esto, Africa al sur del Sahara, el Africa donde la mayoría de los países tienen un ingreso nacional per capita de menos de 400 dólares al año, adeuda casi 90 mil millones de dólares y tienen ahora un vencimiento de servicio de deuda de casi 12 mil millones al año, por concepto de deuda a largo plazo solamente, excluyendo el pago de atrasos, créditos por suministros y recompensas al FMI.

Así, lo que ahora el Africa del Bajo Sahara trata de pagar por concepto de servicio de la deuda y reuniendo el costo más alto de los créditos de suministros, es mucho mayor que todo el dinero en ayuda que esta área está recibiendo para superar la hambruna. Esto anula el efecto de los programas de asistencia concesional.

Por otra parte, los países pobres no tienen influencia en lo que es la tasa de interés predominante. Estos simplemente son llamados a pagarla. La tasa promedio de interés por país africano en 1971 era de 4.2 o/o y para 1981 ésta ya había aumentado a 10.1 o/o y sigue aumentando. Parte de la deuda corriente proviene de préstamos a interés más alto para poder devolver o renegociar viejas deudas.

Cuando un país deudor necesita más plazo o nuevos préstamos para cumplir con los compromisos del servicio de la deuda, se enfrenta con el "cartel" de acreedores. Por sus propios medios tiene que enfrentar a todos los acreedores juntos y, por lo general, ellos no considerarían el problema sin que antes el país deudor haya hecho un acuerdo con el FMI en cualquiera de los términos que él pueda obtener. La decisión que se toma en el FMI está virtualmente controlada por los cinco países más industrializados. Para ciertos propósitos, los EE.UU sólo pueden vetar una decisión tomada por todos los demás miembros. El FMI está siendo utilizado como un instrumento para la clase de control político que se ejerce sobre las naciones con economías pobres que, aún ahora, los países más desarrollados, se avergonzarían de ejercerlo directamente.

Aún más, el concepto original de la ayuda, tanto como su monto, está siendo atacado. En años recientes, la asistencia oficial para el desarrollo ha declinado en cuanto a porcentaje del PNB de los países desarrollados y entre 1981 y 1983 aún declinó en cantidad. Peor aún, su distribución en forma creciente está siendo determinada por razones políticas y no por razones de necesidad ni por la eficiencia en su uso para los propósitos declarados.

De este modo, la ayuda multilateral a través de los organismos de la ONU, que son más difíciles de controlar en términos reales. En verdad, la 7a. asignación de fondos para la Asociación Internacional para el Desarrollo fue un 25 o/o menor en términos nominales, pero 40 por ciento menor en términos reales que la 6ta. asignación de fondos tres años antes y aunque se alabe su eficiencia en su esfuerzo por expandir la producción de pequeños agricultores en países en desarrollo, el "consenso" para la 2a. asignación de fondos para IFAD es aparentemente el 40 o/o menos en términos de dinero que la primera. Sin embargo, en la reunión sostenida hace pocos días, los EE.UU no querían ni siquiera unirse a los otros países de la Organización de Cooperación y Desarrollo Económico (OCDE) y de la OPEP para comprometer el dinero que haría realidad ese consenso. Así es que hasta ahora no se han hecho compromisos, continúan las discusiones y mientras tanto, el IFAD

01-02
BT04509

tiene menos de un tercio del dinero que había presupuestado gastar en 1985.

La ayuda bilateral de muchos países se utiliza ahora en forma totalmente abierta para propósitos políticos. A veces, se condiciona al acatamiento de ciertas determinadas políticas ideológicas o que se haya llegado a un acuerdo con el FMI. Ha habido ocasiones en que una asignación ha sido suspendida porque al país donante no le gustó la manera en que el país receptor votó en las Naciones Unidas.

Estoy sugiriendo que todo esto significa declarar que los países pobres deben resolver solos sus propios problemas. Es más, se les dice que deben hacerlo así, sin alterar la

cación, con prioridad para la producción de alimentos.

En segundo lugar, es de nuestra responsabilidad construir una mayor cooperación entre los países en desarrollo –dentro de cada región y sobre una base Sur-Sur–. Necesitamos hacer esto, primero para maximizar el uso de los pocos recursos que tenemos. Por ejemplo, mediante la unión de nuestros esfuerzos de investigación a través de empresas conjuntas y a través de mecanismos de trueque cuando los problemas de divisas nos impidan cumplir con las necesidades de importación de cada uno de nosotros. Y también necesitamos hacer esto para poder estar en menor desigualdad en nuestras nego-

do con las presiones y la tecnología modernas y los sistemas de contacto y comunicación.

## TERMINAR CON LAS DESIGUALDADES ECONOMICAS

Hay dos razones para terminar con las groseras desigualdades económicas en el mundo de hoy y éstas no son incompatibles. La primera se basa en una conducta moral. La transferencia de las riquezas del pobre al rico –que es inherente a los actuales sistemas de comercio y finanzas– es inmoral. Es tan inmoral internacionalmente como lo es dentro de las naciones. Y son pocos los países civilizados que por lo menos no legislen para contrarrestar sus efectos

la Comunidad Económica Europea (CEE). Se ha calculado que un empleado de cada cuatro en el sector manufacturero global depende directamente de la demanda de importaciones mundiales. Los países en desarrollo, tomados en conjunto, suman alrededor de un 32 o/o del total de las importaciones del mundo.

Las deudas del Tercer Mundo, incluyendo aquéllas de África, no son irrelevantes para la estabilidad de los sistemas financieros alrededor de los cuales giran las economías norteamericana y europeas. Si lo fueran, la amenza de incumplimiento de pago de un deudor grande (y los países africanos tomados en conjunto constituyen un deudor grande) no pon-

quier acción unilateral de las naciones dominantes. Todos los países y todos los pueblos están involucrados en la economía del mundo, incluyendo los países del bloque oriental.

Tres cosas se necesitan. De inmediato se necesita una transferencia grandemente incrementada de recursos para los países pobres. Para los más pobres, esto significa concesiones o préstamos a muy largo plazo y a bajos intereses, que no estén asignados sobre la base de la ambición política de los países donantes, ni a base de ideologías, sino asignados sobre la base de la necesidad y dedicados a superar los obstáculos básicos al desarrollo autosostenido.

Segundo, es necesario que haya una moratoria de largo plazo en los pagos de la deuda de los países en desarrollo más pobres (no sólo los menos desarrollados) o alternativamente, una renegociación a largo plazo de las deudas sobre la base del respeto genuino entre deudores y acreedores y el establecimiento de tasas de interés más realistas. Porque necesitamos tiempo –largo tiempo– tanto como un gran aumento de recursos para poder salir de la crisis de la deuda y del desarrollo. El esfuerzo continuo de servir la deuda está mutilando las economías y arriesgando la estabilidad social de los países en desarrollo y haciendo casi imposible su recuperación.

Tercero, y empezando de inmediato, es necesario que haya una reforma fundamental negociada del actual orden económico internacional. Esto no puede conseguirse ni mucho menos implementarse en el término de semanas o tal vez de meses. Pero en tanto y hasta que no se haga tal reforma, la transferencia permanente de riqueza de los pobres hacia los ricos continuará y minará cualquier efecto positivo que pudiese surgir de una ayuda incrementada o de una moratoria de la deuda. Sin dicha reforma, la misma situación de crisis económica volverá a repetirse tarde o temprano.

## EL TERCER MUNDO NUNCA ABANDONARA LA LUCHA POR LA SUPERVIVENCIA Y LA LIBERTAD

Como lo he estado señalando, las recientes tendencias no han sido en estas direcciones en lo absoluto. Al contrario, es difícil evitar la conclusión de que la actitud dominante en el mundo occidental se basa en un supuesto bien diferente. Este supuesto es que muchos líderes tercermundistas pueden ser intimidados o pueden ser asimilados dentro del sistema dominante de modo que el resto y la gente del Tercer Mundo queden impot

para hacer cualqui contraria a los inte los ricos.

Yo no creo qu ciente ira del Terc do aguante esa sup Tampoco creo qu del pobre nunca pu canalizada hacia la a través de la unid organización en la que aumente la p ción, pero sí admit conflicto y el caos resultado inmedia probable.

El Tercer Mu quiere ahora, y n ha querido, una co ción con el mundo llado. Sabe cuánto ganarse a través de peración. Pero hay go registro de llam moralidad y al int pios hechas por no nuestros amigos. C rosas excepcione cialmente entre la nes desarrolladas p pero estos llamad ahora no han cau impacto significat aquellos que tiene der en el mundo.

Las naciones pueblos tercermu no pueden darse el abandonar la lucha supervivencia y no a narán la lucha por l tad, incluyendo la l de obtener una jus por su trabajo. No tan impotentes. Te deudas son una carg no las deudas grand tanto una carga co poder! Ama los ni son un poder.

No estoy amena a nadie, ni sugiriend guna acción unilate parte de Tanzania. N ría risible. Mi p demasiado peque nuestras deudas so carga sin ser un po que estoy diciendo si al Tercer Mund impone una confro entonces el Tercer podría decidir que de seguir siempre dicando.

Nuestros pueb charon por una in dencia nacional, creían que eso era rio para su dignidad na y también neces za su progreso econ Cada vez se hace conscientes y está vez más resentidos frustración de sus e zas a través de la d ción económica qu cen fuerzas externa aliados locales de fuerzas. Si sus líde responden a su frust o no consiguen resu esos líderes serían re zados de una ma otra. El mundo est tonces más polariz será cada vez más p so para todos.

En los países críticos del Norte e mico, el poder en último caso está en manos pueblo. El pueblo es tiene la responsabilid nal y quien a la larga neficiará o sufrirá

estructura internacional existente, la cual beneficia al rico y de acuerdo a las preferencias ideológicas del poderoso.

## REESTRUCTURAR NUESTRAS ECONOMIAS Y FORTALECER EL DIALOGO SUR-SUR

Quiero sugerir que aun ahora las naciones podrían y deberían hacer algo para tratar con las iniquidades y los peligros de la presente situación económica.

Los países del Sur económico –incluyendo África– tienen el deber de corregir sus pasados errores de política y de mejorar la implementación de las declaraciones de políticas que tan a menudo quedan sólo en el papel. Tenemos que reestructurar, tan pronto como sea posible, nuestras economías para que ellas sean menos dependientes de las exportaciones. De particular importancia para nuestro continente es el poner el desarrollo agrícola en el

ciaciones con los países desarrollados, los cuales ya actúan mayoritariamente como un grupo en cualquier discusión que incluya países del Norte y del Sur.

Hablando por África, pienso que puedo decir que hemos aprendido algunas lecciones dolorosas y tanto nuestras necesidades internas como las regionales están ahora mucho más reconocidas por nosotros. Nacionalmente y dentro de la Organización para la Unidad Africana (OUA) estamos tratando de encontrar las políticas correctas y de implementarlas como asunto de urgencia.

Pero para que nuestros renovados esfuerzos de desarrollo tengan éxito, necesitamos recursos y tiempo. Sin ellos no hay posiblidad de progreso en forma ordenada y pacífica y mucho menos haciéndolo con algún respeto por los derechos civiles y la democracia. Ciertamente África no podrá hacerlo, por lo menos dentro de un

dentro de sus propias fronteras. No tenemos ninguna autoridad mundial que tenga el poder para actuar y contrarrestar el efecto del actual sistema económico internacional. Sin embargo, esta trasnferencia internacional de los países pobres hacia los países ricos no puede seguir siendo tolerada por nadie que crea en un dios supremo o simplemente en la común humanidad del hombre. Estamos todos involucrados, los unos con los otros. Ni aun la productividad del obrero alemán, disciplinado como es él por tradición y cultura, se consigue sin una indirecta contribución del Tercer Mundo.

La segunda razón es el interés del rico en sí mismo. La pobreza del pobre no es irrelevante para los niveles de desempleo en Europa. Yo sospecho que muchos obreros europeos han perdido sus trabajos porque muchos países tercermundistas han sido obligados por su creciente pobreza a reducir sus adquisiciones en los países de

dría a banqueros y gobiernos de países ricos en semejante conmoción de febril actividad. Menos aún, nadie se habría preocupado por mi sugerencia hecha el año pasado de que África debiera exigir que sus representantes –juntos– se sentaran con los acreedores para llegar a un acuerdo en términos razonables para pagar sus deudas. Permítame agregar que cuando los líderes del Sur económico le dicen a los del Norte: "por favor, hagan que política y económicamente sea posible que nosotros les paguemos" no están pidiendo limosna. Están sólo pidiendo a sus acreedores un comportamiento común en los negocios.

La justicia y el interés propio de consuno requieren de un esfuerzo internacional concertado para tratar los problemas de los países pobres del mundo, que son al mismo tiempo problemas económicos del mundo. Los esfuerzos de los fuertes para controlar a los débiles no los resolverían, como tampoco cual-

PAÍSES ELEGIBLE

02.02

27045

PDS
PICHADO

LA HORA - Viernes 3 de abril de 1

# Uruguay-Tanzania una: perspectiva de cooperación

Oportunamente destacamos, a propósito de la breve visita que hiciera a nuestro país Julius Nyerere, principal dirigente de la independencia de Tanzania, gran figura de la política africana y mundial, el significado histórico de la misma.

Hoy corresponde saludar una nueva iniciativa del gobierno nacional en materia de política exterior: el establecimiento de relaciones diplomáticas con el gobierno de Tanzania. Lo hacemos convencidos de que tal medida refuerza el prestigio del Uruguay en el mundo contemporáneo, contribuye a la democratización de las relaciones internacionales y, en último análisis, abre nuevas perspectivas de intercambio comercial, técnico y cultural con un área del mundo que, como Africa Austral, está destinada a desempeñar un creciente papel en la economía y en la política mundiales.

En la medida que esta decisión gubernamental –que se inscribe en una orientación globalmente acertada, en lo sustancial, de la política exterior de nuestro país–, responde objetivamente a los intereses de nuestro pueblo, no podemos menos que alegrarnos y apoyarla.

Las relaciones políticas entre los estados deben presidir las relaciones económicas, el intercambio comercial, el tránsito de valores materiales y espirituales entre los pueblos. Mal camino es el que estrecha las relaciones al ámbito meramente comercial, preferenciando lo inmediato y coyuntural en detrimento de las políticas a largo alcance, asentadas en una sólida base de relaciones de amistad y mutua comprensión. En el mundo de hoy, todo lo que refuerce esta tendencia positiva al desarrollo de las llamadas relaciones sur-sur es beneficioso.

En el mundo contemporáneo son cada vez más las naciones que se inclinan por la opción de la cooperación pacífica. En este sentido, estamos seguros que nuestro país se encuentra especialmente dotado para emprender una política de cooperación audaz. La salud, la educación, la ciencia y la técnica, la formación de cuadros, la cultura en un sentido más general, son esferas de la actividad estatal y social en las que compartimos dificultades con la mayor parte de los países del mundo. El emprendimiento planificado de proyectos de cooperación en dichas áreas con los demás países de América Latina, Asia y Africa, forma parte de una línea de acción internacional que aparejaría para nuestro pueblo significativos beneficios.

Es en esta perspectiva que consideramos un paso adelante, estas recientes relaciones uruguayo-tanzanianas.

01•01 8704845

# CARP. Nº 132 (9)

132/9 TOGO

ENTRE LOS Nºs

1 - 8704061 -

ARCHIVAR EN: TOSCO (32)

TEMA: TOSCO: PRIVATIZATION OF THE ECONOMY

PROCEDENCIA: ENLACE Sudafricano 27/5/87 Doc 0767/87

ARCHIVADO EN: E. Sudafrica (35)

8704061

01-01

# CARP. Nº 132

(10)

132/10 TUNEZ

ENTRE LOS Nºs

8703355 · 8712241

Tunez /32

Cruzar con Iran

La Mañana 27/10/87

PERLA

# Túnez rompe relaciones diplomáticas con Irán por vínculos subversivos

TUNEZ, (ANSA, EFE y UPI) — Túnez rompió ayer sus relaciones diplomáticas con Irán acusando a ese país de apoyar a un grupo musulmán tunecino del que se sospecha ha llevado a cabo una campaña de atentados dinamiteros en Francia.

El gobierno acusó a Irán de promover "subversión ideológica y religiosa" que está causando daño a las relaciones exteriores de Túnez. Una carta con el anuncio del rompimiento de los vínculos diplomáticos fue hecha llegar a la Embajada iraní en Túnez, informó un vocero.

Fuentes gubernamentales dijeron que la decisión estaba relacionada con el descubrimiento policial en París el domingo de un gran arsenal de armas y explosivos y la detención de ocho personas, entre ellas siete de Túnez o que eran originarias de este país, y un argelino.

Las autoridades sospechan que los detenidos pertenecen a un grupo terrorista vinculado con la organización libanesa Hezbollah, que realizó 10 atentados con bombas en concurridos lugares públicos en París desde diciembre de 1985 a setiembre de 1986 en los cuales 13 personas perdieron la vida y más de 250 resultaron heridas.

Tres de los ocho detenidos fueron acusados ayer ante un tribunal de París de asociarse con criminales, posesión ilegal de armas e intención de perturbar el orden público. Los demás iban a ser acusados posteriormente de los mismos delitos.

## PLANEABAN ATENTADOS

El servicio francés de inteligencia dijo que el grupo planeaba colocar bombas en Francia. A uno de los detenidos se le encontraron seis relojes nuevos de alarma y 50 baterías eléctricas, informó la Policía.

La televisión francesa atribuyó a fuentes de inteligencia haber dicho que se sospechaba que uno de los integrantes del grupo había servido de chofer a un hombre que colocó una bomba en un centro comercial en la avenida de los Campos Elíseos en París el 20 de marzo de 1986, un atentado en que murieron dos personas y 28 quedaron heridas.

El diario Le Monde dijo que no se habían establecido vínculos entre los detenidos e Irán, pero que el servicio secreto estaba seguro de que había algún tipo de conexión entre el grupo y ese país.

El Embajador tunecino en Francia, Mustapha Zaanoni, dijo que los ocho "eran conocidos por los servicios tunecinos como miembros de la organización islámica Jihad (Guerra Santa)", en Líbano.

La Policía tunecina ha interrogado en días recientes a varios miembros del Movimiento de Tendencia Islámica, un grupo tunecino musulmán fundamentalista sospechoso de estar complicado en actividades terroristas.

Fuentes gubernamentales dijeron que algunos de los miembros del grupo mantenían contacto regular con la Embajada iraní y recibían parte de sus fondos de Irán.



8703355

Co

ARCHIVAR EN: Tunez (B2)

TEMA: Tunisia: Severs Diplomatic Ties With IRAN.

PROCEDENCIA: Enlace Sudafricano 7/5/87 Doc 0747/87

ARCHIVADO EN: Enlace Sudafrica (1/35

01·01 8704059

RS

132

Túnez

# El Ayatollah Khomeini, enemigo número uno de Túnez

## *Guerra abierta en el país magrebí contra el integrismo islámico*

Treinta personas han sido encarceladas en las últimas semanas en Túnez, acusadas de acciones para provocar la caída del régimen apoyadas por Teherán. Entre ellas se encuentra Rachid Ganuchi, dirigente local del Movimiento para la Tendencia Islámica (MTI), organización hasta ahora tolerada, pero que, según las autoridades tunecinas, se había desviado en los últimos tiempos de sus principios fundacionales.

El MTI, según reconoce oficialmente Túnez, llegó en un momento a plantear "el enfrentamiento abierto y directo contra el régimen, con vistas a crear un clima de insurrección a través de la violencia".

Un portavoz oficial del Gobierno de Túnez ha asegurado que la decisión de romper relaciones con Teherán se ajusta a pruebas concretas. "La Embajada iraní ha dicho esta fuente, distribuía clandestinamente la revista *Ach Chaid (El Mártir)* en la Universidad y en las mezquitas, contextos en los que se animaba a crear en Túnez un régimen teocrático, y mediante la que se trasladaban mensajes directos de que el régimen estaba al borde de la caída y de que la victoria de los desheredados era ya un hecho".

### CAPTACION DE JOVENES

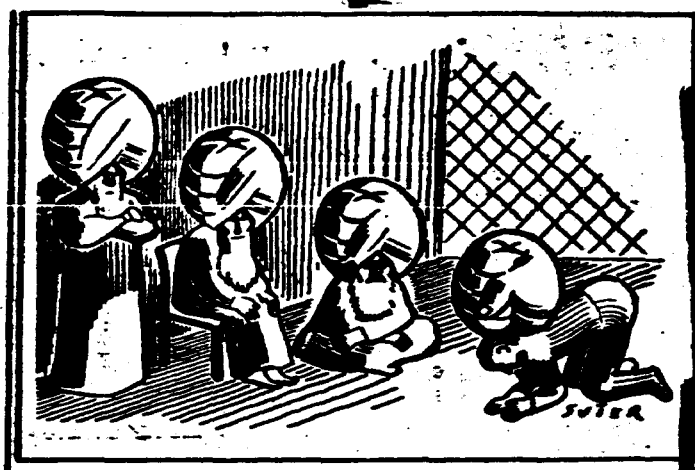
Los servicios de seguridad tunecinos, que dirige el ministro del interior, general Zine el Abidin ben Alí, han asegurado que la Embajada de la República Islámica de Irán, además de reclutar partidarios en las mezquitas y las universidades, llegó incluso a provocar la captación en sectores de la juventud, como organizaciones de exploradores, y en el propio sector sindical, que actualmente se encuentra bajo control oficial.

"El reclutamiento se centraba en la preparación religiosa, sociológica e ideológica", asegura el portavoz consultado. "Los más receptivos eran seleccionados y entrenados como agentes operativos", añade.

"La financiación se llevaba a cabo mediante abrazos a pequeñas sucursales bancarias o a través de donaciones personales, alguna de las cuales representaba, a veces el 50% del salario del militante en cuestión", asegura la misma fuente.

"El encuadramiento de los fundamentalistas se constituía mediante células formadas política, ideológica o militarmente", dice el portavoz. "Se preparaban según el medio en el que iban a actuar, fuera urbano o rural. El objetivo era buscar el momento adecuado, aprovechando problemas sociales tanto en el mundo laboral como en el de la Universidad".

El portavoz oficial del Gobierno tunecino afirma que los integristas, a los que se ha incautado un importante número de armas blancas y de fuego, "disponían de una red informática particular con códigos secretos". "Asimismo", asegura la misma fuente, los integristas "habían instaurado tribunales islámicos dentro de la Universidad para juzgar a los estudiantes con los que disentían, y realizaban incursiones, mediante piquetes coactivos, en las mezquitas y en los centros de enseñanza, quemando con sustancias químicas las caras de aquellas personas que no secundaban sus propuestas".




### CORREA DE TRANSMISION

"Irán ha desempeñado aquí un papel de correa de transmisión de su revolución a nuestro territorio", dice la fuente. "Se ha infiltrado en nuestro medio islámico; ha forzado o financiado a ciudadanos tunecinos para espiar actividades de otras embajadas; ha difundido propaganda sobre su revolución a las puertas de las mezquitas y en las universidades, y ha distribuido manuales personales en los que se da instrucciones para defenderse de la acción policial en momentos de disturbios y para la creación de barricadas. También ha captado a ciudadanos de nuestro país para recibir formación clandestina en la ciudad santa de Qom, y para provocar disturbios en La Meca y en Medina coincidiendo con la llegada de peregrinos".

"Túnez", a juicio de este portavoz, "es un país árabe y musulmán, tal como lo reconoce el artículo primero de nuestra Constitución. El pueblo tunecino es creyente y practicante, pero queremos un islam de tolerancia, apertura y progreso, que permita al hombre vivir en su siglo y, por consecuencia, ser contrario a toda desviación hacia la Edad Media y el oscurantismo".

### 2.450 MEZQUITAS

"El Gobierno", asegura el portavoz, "tiene una política religiosa que ha convertido a Túnez en un país que en 1960 tenía 810 mezquitas y hoy 2.450. Actualmente se controla la situación del fenómeno integrista, pero la amenaza es seria. No la queremos dramatizar, pero tampoco subestimarla. Hemos efectuado esta operación porque se trataba de un problema fundamental de libertad".

"EL PAIS"
MADRID

OPINION 15/5/84

01·01

8705339

DE ... NACIONAL
... Información de Prensa
Fecha de Entrada 31-8-87
Fecha de Salida
Pasa a Dpto./Anal.
Nº. de Identificación 1306/87

SECRET

22ND JULY, 1987

REPORT NO.: W /3541

SUBJECT: TUNISIA: FUNDAMENTALISM - A CHALLENGE FACING THE REGIME (ANALYTICAL REPORT)

GENERAL

1. IN RECENT MONTHS THE TUNISIAN REGIME HAS HAD TO DEAL WITH A SERIES OF MANIFESTATIONS OF FERMENT INSTIGATED BY FUNDAMENTALIST CIRCLES. THIS FERMENT OCCASIONALLY TOOK THE FORM OF STRIKES AND STREET AND CAMPUS DEMONSTRATIONS, SOME OF WHICH DETERIORATED INTO CLASHES WITH THE SECURITY FORCES. THE REGIME HAS BLAMED WHAT IT CALLED THE 'KHOMEINISE MOVEMENT' IN TUNISIA FOR THIS ACTIVITY. THE REGIME CLAIMS THAT THIS ACTIVITY IS INSPIRED AND GUIDED BY IRAN WITH THE AIM OF OVERTHROWING THE REGIME AND ESTABLISHING A STATE BASED ON ISLAMIC LAW.

2. FUNDAMENTALIST FERMENT IS NOTHING NEW IN TUNISIA, BUT IN RECENT MONTHS IT HAS BEEN CONSPICUOUS FOR ITS SCOPE AND PROVIDED FURTHER EVIDENCE OF THE VIGOUR OF THE FUNDAMENTALIST MOVEMENT IN TUNISIA, AND OF THE IMPACT THAT IT HAS ON THE TUNISIAN PUBLIC, DESPITE THE REGIME'S EFFORTS TO KEEP IT IN CHECK. THE RECENT MANIFESTATIONS ALSO SERVE AS A REMINDER OF THE CHALLENGE WHICH THE FUNDAMENTALIST PHENOMENON IN TUNISIA POSES TO THE SECULAR WORLD VIEW REPRESENTED BY THE REGIME, A VIEW WHICH IS APPARENTLY LOSING ITS ATTRACTIVENESS. THE QUESTION IS: WHAT IS THE MEANING OF THE CHALLENGE THAT FUNDAMENTALISM IN TUNISIA PRESENTS TO THE REGIME IN THAT COUNTRY?

THE FUNDAMENTALIST GROUPS IN TUNISIA

3. THE MOST IMPORTANT BODY AMONG THE FUNDAMENTALIST MOVEMENTS IN TUNISIA IS THE 'MOUVEMENT DE LA TENDANCE ISLAMIQUE' (M.T.I). THIS MOVEMENT, WHICH CRYSTALLIZED AS AN ORGANIZATION IN MID-1981, IS NOT IDEOLOGICALLY MONOLITHIC, AND INCORPORATES BOTH MODERATE AND RADICAL CONCEPTS.

4. ITS MODERATE CONCEPTS ARE MAINLY EXPRESSED IN:

A. STRIVING FOR REFORMS INCORPORATING THE FOLLOWING:

(1) IN THE RELIGIOUS SPHERE - THE RENEWAL OF ISLAMIC THOUGHT.

(2) IN THE LEGAL SPHERE- ABOLITION OF THE LEGAL SYSTEM BASED ON LIBERAL SECULAR SOURCES, AND REPLACING IT WITH ISLAMIC LAW (SHARI'A).

2/..

01·05

8707195

(3) IN THE POLITICAL SPHERE- ABOLITION OF THE EXISTING SINGLE-PARTY FRAMEWORK AND THE INTRODUCTION OF POLITICAL FREEDOMS.

(4) IN THE SOCIO-ECONOMIC SPHERE- THE JUST DIVISION OF RESOURCES. BECAUSE OF ITS DESIRE TO BE THE BEARER OF A SOCIAL MESSAGE, THE MOVEMENT IS ACTIVE, AND ALSO INFLUENTIAL, IN THE TRADE UNIONS, WHICH CARRY POLITICAL AND PUBLIC WEIGHT.

B. A CLEAR DECLARATION OF OPPOSITION TO THE USE OF VIOLENCE: THE MOVEMENT STATES THAT 'VIOLENCE IS NOT AN INSTRUMENT OF CHANGE', THUS DENYING THE REGIME'S ACCUSATIONS THAT IT IS INVOLVED IN TERRORISM. IT EMPHASIZES THAT THE WAY TO ACHIEVE ITS AIMS IS THROUGH IDEOLOGICAL, CULTURAL AND POLITICAL ACTIVITY. IN KEEPING WITH THIS APPROACH, THE MOVEMENT PAYS PARTICULAR ATTENTION TO INSTRUCTION, RELIGIOUS PREACHING AND PROPAGANDA.

C. READINESS TO INTEGRATE INTO THE TUNISIAN POLITICAL SYSTEM AS A RECOGNIZED BODY, WHICH THE REGIME HAS THUS FAR REJECTED, AND READINESS TO ENTER INTO A DIALOGUE WITH THE ESTABLISHMENT.

5. ON THE OTHER HAND, SINCE THE MOVEMENT WAS SET UP, ITS MEMBERS HAVE BEEN INVOLVED IN ACTIVITIES - INCLUDING VIOLENCE- AGAINST THE REGIME. OF SPECIAL NOTE WAS THEIR INVOLVEMENT IN THE 'BREAD RIOTS' IN JANUARY 1984. IN ADDITION TO THIS THERE WERE THE MANIFESTATIONS OF FERMENT IN THE PERIOD BETWEEN FEBRUARY AND APRIL 1987, FOR WHICH THE MOVEMENT WAS HELD DIRECTLY AND INDIRECTLY RESPONSIBLE. IT IS OF NOTE THAT THE MOVEMENT'S LEADER, RASHID GHANOUSHI, HAS EXPRESSED OPEN ADMIRATION FOR THE 'IRANIAN REVOLUTION' IN HIS WRITINGS. THE MOVEMENT IS APPARENTLY ALSO LOOKING FOR POINTS OF CONTACT BETWEEN THE SUNNI AND THE SHI'ITE FUNDAMENTALISTS.

6. THE GROUPS CONSIDERED TO BE MORE EXTREME THAN THE M.T.I. CALL FOR VIOLENT ACTION AGAINST THE REGIME IN ORDER TO REPLACE IT WITH AN 'ISLAMIC REGIME'. THEY OPERATE IN THE UNDERGROUND AND THEIR MEMBERSHIPS ARE SMALL IN COMPARISON WITH THE M.T.I.. THE FOLLOWING ARE OF NOTE:

A. THE 'ISLAMIC LIBERATION PARTY' (HIZB AL-TAHRIR AL-ISLAMI), WHICH HAS DEEP ROOTS IN THE HISTORY OF THE FUNDAMENALIST MOVEMENTS IN THE MIDDLE EAST. THE ORGANIZATION'S CELLS, WHICH HAVE BEEN UNCOVERED IN TUNISIA IN RECENT YEARS, ALSO HAD ARMY PERSONNEL AS MEMBERS.

B. IN EARLY 1986, A VIOLENT SUBVERSIVE ORGANIZATION CALLED 'AL-JIHAD AL-ISLAMI' WAS UNCOVERED. THREE OF ITS LEADERS, AMONG THEM A LIEUTENANT IN THE ARMY, WERE SENTENCED TO DEATH AND EXECUTED LAST YEAR. THE AUTHORITIES CLAIMED THAT THEY HAD TIES WITH THE KHOMEINIST REGIME, AND THAT ONE OF ITS AIMS WAS TO SPREAD ITS IDEOLOGY IN TUNISIA.

3/..

7. THE TUNISIAN REGIME USUALLY TAKES HEAVY-HANDED ACTION NOT ONLY AGAINST THE RADICAL GROUPS, BUT ALSO AGAINST THE M.T.I. ITS LEADER, GHANOUSHI, AND ITS SECRETARY GENERAL, ABD AL-FATTAH MORO, AND OTHER ACTIVISTS IN THE MOVEMENT, WERE SENTENCED TO PRISON IN SEPTEMBER, 1981, AND WERE PARDONED ONLY IN AUGUST, 1984. IN MARCH OF THIS YEAR, GHANOUSHI AND MANY MEMBERS OF THE MOVEMENT WERE ARRESTED AND GREAT EFFORTS ARE BEING MADE TO UNCOVER THE ACTIVITIES OF OTHER FUNDAMENTALIST ELEMENTS. AT THE SAME TIME, THE REGIME IS CONDUCTING A PROPAGANDA CAMPAIGN TO DISCREDIT THE RELIGIOUS CONCEPTS OF THE FUNDAMENTALIST GROUPS AND PRESENT THEM AS A 'DEVIATION', WHILE PRESENTING ITSELF AS LOYAL TO THE 'TRUE PATH' OF ISLAM. A SUPREME ISLAMIC COUNCIL HAS RECENTLY BEEN SET UP, WHOSE MAIN TASK IT IS TO REINFORCE THIS PROPAGANDA CAMPAIGN.

<u>THE ROOTS OF FUNDAMENTALISM IN TUNISIA</u>

8. THE UPSURGE OF FUNDAMENTALISM IN THE ARAB WORLD SINCE THE EARLY 'SEVENTIES ALSO ENCOMPASSED TUNISIA. THE INCREASE OF FUNDAMENTALIST INFLUENCE IN TUNISIA IS DUE TO SEVERAL FACTORS, SOME OF WHICH ARE COMMON TO ALL THE MOSLEM COUNTRIES AND SOME OF WHICH ARE PECULIAR TO TUNISIA:

A. THE CONTINUOUSLY WORSENING ECONOMIC SITUATION, WHICH HAS ERODED THE STANDARD OF LIVING, ESPECIALLY OF THE WEAKER CLASSES, AND INCREASED UNEMPLOYMENT, ESPECIALLY AMONG YOUNG PEOPLE (ACCORDING TO OFFICIAL STATISTICS THERE IS 15 PER CENT UNEMPLOYMENT IN TUNISIA, WHILE EXTERNAL ASSESSMENTS PUT THE FIGURE AT 20 PER CENT). THE CONSEQUENT CRITICISM OF THE REGIME'S INEFFECTIVENESS HAS BEEN COMPOUNDED BY THE NUMEROUS CASES OF ECONOMIC CORRUPTION UNCOVERED IN TUNISIA IN RECENT YEARS, IN WHICH LEADING PERSONALITIES WERE INVOLVED.

B. THE FACT THAT THE TUNISIAN POLITICAL SET-UP IS A CLOSED AND RIGID SYSTEM. ALTHOUGH IT IS OSTENSIBLY A MULTI-PARTY SYSTEM, POLITICAL PLURALISM EXISTS SOLELY IN THEORY. THE RULING DESTOUR PARTY HAS BEEN DOMINANT FOR YEARS. THE REGIME HAS CONSISTENTLY HOBBLED THE OPPOSITION PARTIES AND HAS PREVENTED GROUPS PRESENTING OPPOSING POSITIONS FROM ATTAINING ANY KIND OF RECOGNIZED STATUS. THUS, FOR EXAMPLE THE DEMANDS BY THE M.T.I. FOR RECOGNIZED POLITICAL STATUS WERE REJECTED. SINCE JULY 1986, WHEN MZALI WAS OUSTED FROM HIS POST AS PRIME MINISTER, THE ATTITUDE OF THE REGIME TOWARDS THE OPPOSITION HAS GROWN EVEN MORE INTRANSIGENT.

C. THE SECULAR WORLD VIEW OF THE REGIME, WHICH WANTS TO INSTIL BASICALLY WESTERN SOCIAL AND CULTURAL VALUES INTO TUNISIAN SOCIETY. AS SUCH IT SERVES AS A TARGET FOR THE CRITICISM OF THOSE HOLDING TRADITIONAL VIEWS. IN ADDITION TO THIS, CRITICISM IS LEVELLED AT THE PERMISSIVENESS RIFE IN THE URBAN POPULATION AND AT THE FOSTERING OF A 'CONSUMER SOCIETY'.

9. THE FUNDAMENTALIST IDEOLOGY, WHICH PROMISES BASIC SOLUTIONS TO THE DIFFICULT ECONOMIC AND CULTURAL PROBLEMS, IS ESPECIALLY ATTRACTIVE TO YOUNG PEOPLE, MAINLY STUDENTS. (IN 1984, THE 15-24 AGE GROUPS FORMED ABOUT 22 PER CENT OF THE TUNISIAN POPULATION, AND THE SECONDARY SCHOOL PUPILS AND UNIVERSITY STUDENTS MADE UP 6

4/..

AND 0.7 PER CENT OF THE POPULATION RESPECTIVELY). REFERENCE HERE IS TO A RESTIVE SECTOR OF THE POPULATION WITH HIGHLY DEVELOPED POLITICAL AND SOCIAL AWARENESS, FRUSTRATED BECAUSE OF UNEMPLOYMENT AND THE GAP BETWEEN ITS POOR ECONOMIC SITUATION AND ITS GREAT EXPECTATIONS OF ECONOMIC AND SOCIAL ADVANCEMENT. TO THIS ONE MAY ADD THE FACT THAT IT HAS NO INSTITUTIONALIZED CHANNEL FOR SELF-EXPRESSION IN THE RIGID POLITICAL SET-UP. FUNDAMENALIST ACTIVISTS ON THE CAMPUSES ALSO EXPLOIT THE PROBLEMS TROUBLING UNIVERSITY STUDENTS AS SUCH. THUS IT IS CLEAR THAT THE STUDENTS AS A GROUP ARE A CONVENIENT 'TARGET ' FOR THE FUNDAMENTALIST GROUPS.

THE IRANIAN CONNECTION WITH FUNDAMENTALIST GROUPS

10. ANY DISCUSSION OF FUNDAMENTALIST GROUPS IN SUNNI MOSLEM COUNTRIES RAISES THE QUESTION OF WHETHER OR NOT THEY HAVE ANY CONNECTIONS WITH IRAN, SINCE NOTWITHSTANDING THE RELIGIOUS DIFFERENCE BETWEEN THEM, THE 'KHOMEINIST REVOLUTION' IS ATTRACTIVE TO FUNDAMENTALIST SUNNI GROUPS, ESPECIALLY THE RADICAL ONES AMONG THEM.

11. IT SEEMS THAT IN TUNISIA THIS IS MORE THAN JUST A THEORETICAL QUESTION, SINCE IT HAS ACCUSED IRAN OF SUBVERSIVE ACTIVITIES AGAINST IT, BY MEANS OF WHAT HAS BEEN DEFINED AS 'THE KHOMEINIST MOVEMENT IN TUNISIA'. TUNISIA CLAIMS THAT THE IRANIAN EMBASSY WAS INVOLVED, AMONG OTHER THINGS, IN THE DISSEMINATION OF THE IDEAS OF THE IRANIAN ISLAMIC REVOLUTION BY MEANS OF LOCAL RADICALS, AND THAT UNDER THE INFLUENCE OF IRAN THE LOCAL 'KHOMEINIST MOVEMENT' BUILT ITSELF UP ALONG THE LINES OF THE IRANIAN REVOLUTIONARY CELLS. TUNISIA IS ALSO OF THE OPINION THAT IRAN IS ACTIVE AMONG TUNISIANS ABROAD WHO BELONG TO THE 'KHOMEINIST MOVEMENT'. IN MARCH, 1987, A TERRORIST GROUP WAS UNCOVERED IN FRANCE, MOST OF WHOSE MEMBERS CARRIED TUNISIAN PASSPORTS AND WHICH CLAIMED TO HAVE AN AFFINITY WITH 'HIZBALLAH'. THIS SERVED AS FURTHER PROOF TO THE TUNISIAN AUTHORITIES THAT THEIR CLAIMS WERE WELL FOUNDED. IN THE WAKE OF THESE ACCUSATIONS, AND AGAINST THE BACKGROUND OF MANIFESTATIONS OF FERMENT AT THE UNIVERSITIES, TUNISIA SEVERED ITS TIES WITH IRAN IN MARCH 1987.

12. THE TUNISIAN AUTHORITIES DO NOT SPECIFY THE EXACT IDENTITY OF WHAT THEY CALL THE 'KHOMEINIST MOVEMENT' ALTHOUGH BY IMPLICATION THEY REFER MAINLY TO THE M.T.I., WHICH QUICKLY ANNOUNCED THAT IT WAS NOT CONNECTED WITH ANY FOREIGN ELEMENT, INCLUDING IRAN. IRAN ALSO DISMISSED THE ALLEGATIONS AGAINST IT
AND CLAIMED THAT THE PROTEST IN TUNISIA IS AUTHENTIC AND EXPRESSES THE 'CONSCIOUSNESS OF THE TUNISIAN PEOPLE ITSELF'.

13. IT IS QUITE POSSIBLE THAT, AS WAS THE CASE IN OTHER PLACES, IRAN USED ITS EMBASSY IN TUNISIA TO SPREAD THE IDEAS OF THE ISLAMIC REVOLUTION AND SUCCEEDED IN INFLUENCING MARGINAL FACTORS IN THE FUNDAMENTALIST CAMP. IT MAY BE ASSUMED THAT IRAN IS ACTIVE AMONG TUNISIAN YOUTHS PEOPLE RESIDING IN EUROPE, AND THAT IT SUCCEEDED IN RECRUITING ACTIVISTS AMONG THEM TO THE RANKS OF RADICAL FUNDAMENTALIST ORGANIZATIONS.

5/..

14. NEVERTHELESS, IT IS STILL DOUBTFUL THAT IRAN HAS PENETRATED DEEPLY INTO THE M.T.I.. ALTHOUGH THERE ARE SYMPATHETIC FEELINGS AMONG ITS LEADERSHIP TOWARDS THE IDEAS INHERENT IN THE IRANIAN ISLAMIC REVOLUTION, THE MOVEMENT IS PRESUMABLY AWARE OF THE DANGERS EXISTING IN COOPERATION WITH IRAN, NOT TO MENTION THE INHIBITION OF COOPERATING WITH A 'SHI'ITE STATE'. NEVERTHELESS, ONE CANNOT RULE OUT THE POSSIBILITY THAT WITHIN THE MOVEMENT THERE ARE ARGUMENTS BOTH FOR AND AGAINST TIES WITH IRAN.

SUMMARY

15. THE MANIFESTATIONS OF FERMENT BY FUNDAMENTALIST ELEMENTS IN TUNISIA ARE A REMINDER OF THE CHALLENGE THAT THE FUNDAMENTALISTS POSE TO THE PRESENT REGIME AND THE SECULAR CONCEPT THAT IT REPRESENTS. NEVERTHELESS, IT SEEMS THAT THE FUNDAMENTALIST MOVEMENT DOES NOT POSE AN IMMEDIATE THREAT TO THE REGIME: PRESIDENT BOURGUIBA STILL ENJOYS PERSONAL LEGITIMACY AS THE MAN WHO LED HIS PEOPLE TO INDEPENDENCE AND IS BACKED BY LOYAL POWER APPARATUSES, WHILE THE FUNDAMENTALIST MOVEMENT IS FRAGMENTED AND THERE IS NO REAL COOPERATION BETWEEN ITS VARIOUS COMPONENTS. THE POLITICAL TEST OF THE MOVEMENT WILL COME WITH THE DISAPPEARANCE OF BOURGUIBA FROM THE POLITICAL ARENA. IT WILL THEN HAVE TO DECIDE IF, AND HOW, IT INTENDS TO ACQUIRE POLITICAL INFLUENCE AND MAKE ITS MARK ON THE COUNTRY AND TUNISIAN SOCIETY.



87071 95

TUNEZ

04 AGO. 1987

132

[illegible]TADOS. Túnez, (EP).— [illegible] personas resultaron [illegible] incluso siete turistas [illegible] y cuatro británicos, al [illegible] bombas rudimentarias [illegible] hoteles de los cen[illegible]ticos [illegible] de [illegible], [illegible]aron [illegible]rios y [illegible].

El cónsul británico en Túnez, [illegible] L[illegible]ner, dijo que los [illegible] de su país re[illegible] heridos por la explo[illegible] [illegible] de un hotel de [illegible], a unos 165 kilóme[illegible] [illegible]

Perla (Túnez)

01·01

8708052

ARCHIVAR EN: Túnez (132)

TEMA: Liga Arabe Reunida en Túnez Considera Posible Sanción a Irán por su actitud.

PROCEDENCIA: El País 24/8/87

ARCHIVADO EN: Liga Arabe (045)

8708348

01·01

Chugas TERRORISMO
(MOV. TENDENCIA ISLÁMICA)

132

LA MAÑANA

16 AGO. 1987

Gobierno acusa a grupo islámico

# Atentados en Túnez

TÚNEZ (ANSA y EFE).- El gobierno tunecino acusó al Movimiento de la Tendencia Islámica (MTI) de ser responsable de los atentados perpetrados el pasado día 2 en cuatro hoteles de las localidades turísticas de Susa y Monastir, situadas a unos 125 kilómetros al sur de esta capital.

Los periódicos tunecinos publicaron ayer las declaraciones de un responsable gubernamental, que negó la validez de la reinvidicacion efectuada en París, por dos veces, por parte de la denominada Yihad islámica.

La asunción de la autoría de los atentados por parte de esa organización, según el responsable gubernamental, carece de todo fundamento ya que ha sido desmentida por la realidad de los hechos al haber declarado los detenidos su pertenencia al Movimiento de la Tendencia Islámica.

Según la misma fuente, la segunda tentativa de la Yihad Islámica ha sido lanzada en realidad por el MTI para crear confusión y borrar pistas.

Los atentados contra los establecimientos hoteleros causaron trece heridos: siete italianos, cinco británicos y dos tunecinos. De ellos, sólo una súbdita británica sufrió heridas graves, a raíz de las cuales tuvo que ser intervenida quirúrgicamente.

La policía arrestó días después del atentado a los autores, cuyo número no ha sido hecho público hasta ahora y los periódicos publican casi todos los días fotografías de miembros de la banda terrorista que cometió los atentados.

El Movimiento de la Tendencia Islámica es la más conocida de las organizaciones radicales islámicas que existen en Túnez. Sus principales líderes se encuentran en estos momentos en prisión, lo que ha provocado que el MTI convocara manifestaciones callejeras en las que hubo heridos y un número indeterminando de detenidos.

La Mañana 16/8/87

TUNEZ

732

DPTO. II (EXTERIOR) FICHADO

# EL DIPLOMATICO Y EL TERRORISMO

F.C. Túnez

La prensa tunecina, en base a informaciones obtenidas de la organización opositora iraní Muyahidin Jalq (Guerrilleros del Pueblo), ha acusado al encargado de negocios de Irán en Túnez, el expulsado Ahmed Kanani, de ser uno de los principales pioneros del terrorismo internacional.

Esta información fué admitida asimismo por un portavoz oficial del gobierno tunecino consultado por este periódico.

Según un documento publicado en las primeras páginas de los periódicos tunecinos, el citado diplomático iraní "organizó acciones terroristas en Europa —concretamente en Francia y la República Federal de Alemania— así como en Líbano".

Ahmed Kanani, tras su expulsión de territorio tunecino, viajó el 29 de marzo último a Damasco y se instaló en la casa de Alí Mola Abasi, responsable de las rela[illegible] daranes (guardianes de la revolución) en Siria.

## BIOGRAFIA AGITADA

La biografía que se le adjudica en Túnez al hasta ahora encargado de negocios iraní es la siguiente: comandante de pasdaranes en Siria y sur de Líbano desde 1982 a 1984; instructor de terroristas del llamado grupo suicida; diseñador de la operación de desvío de un Boeing 737 de la compañía Air France en el mes de agosto de 1983 y responsable del secuestro y posterior ejecución del rector de la universidad norteamericana en Beirut, Malotn Kerr, el 18 de enero de 1984.

También se sitúa a Ahmed Kanani en este último año como responsable de la casa de Irán en Colonia (Alemania Occidental) que, según estas informaciones de la prensa tunecina, encubría un centro de operaciones terroristas para Europa.

OPINION [illegible] 3/7/87

PARTES ILEGIBLE



8708987

10
132

Condenados a muerte en Túnez 10/7/87

# Piden gracia para integristas

PARIS. (EFE).- Dos asociaciones de emigrantes tunecinos en Francia solicitaron ayer al presidente de Túnez, Habib Burguiba, la concesión de gracia presidencial para los siete integristas condenados a muerte por la Corte de Seguridad de ese Estado.

Mediante un comunicado, la Asociación de Tunecinos en Francia (ATF) y la Unión de Trabajadores Emigrados Tunecinos (UTIT) expresaron además su deseo de que se adopten medidas para un apaciguamiento del clima político y social.

Entre las medidas recomendadas por los emigrantes tunecinos en Francia figuran amnistía general y garantía de las libertades individuales y colectivas.

La Corte de Seguridad de Túnez condenó a la pena capital a siete de los noventa integristas juzgados por pertenecer al ilegal Movimiento de la Tendencia Islámica (MTI).

El tribunal dictó también dos condenas a cadena perpetua, una de ellas para el máximo dirigente del Movimiento, Rachi Ganuchi, absolvió a trece de los acusados y condenó al resto a penas que oscilan entre los cinco y los veinte años de reclusión.

Aunque los emigrantes tunecinos han denunciado el veredicto de su comunicado, también señalan que la movilización nacional e internacional ha dado sus frutos, evitando a los tunecinos dirigirse hacia una situación tenebrosa y sin salida, no deseada por la mayoría de ellos.

La Nación



8709291

132

Condenados a muerte en Túnez

# Piden gracia para integristas

PARIS. (EFE).- Dos asociaciones de emigrantes tunecinos en Francia solicitaron ayer al presidente de Túnez, Habib Burguiba, la concesión de gracia presidencial para los siete integristas condenados a muerte por la Corte de Seguridad de ese Estado.

Mediante un comunicado la Asociación de Trabajadores [illegible] (ATF) y la Union de Trabajadores Emigrados Tunecinos (UTFI) expresaron además su deseo de que se adopten medidas para un apaciguamiento del clima político y social.

Entre las medidas recomendadas por los emigrantes tunecinos en Francia figuran amnistía general y garantía de las libertades individuales y colectivas.

La Corte de Seguridad de Túnez condenó a la pena capital a siete de los noventa integristas juzgados, y [illegible] al ilegal Movimiento de la Tendencia Islámica (MTI).

El tribunal dictó también dos condenas a cadena perpetua, una de ellas para el máximo dirigente del Movimiento, Rachi Ganuchi, absolvió a trece de los acusados y condenó al resto a penas que oscilan entre los cinco y los veinte años de reclusión.

Aunque [illegible] tunecinos han denunciado el veredicto en su comunicado, también señalan que la movilización nacional e internacional ha dado sus frutos, evitando a los tunecinos dirigirse hacia una situación tenebrosa y sin salida, no deseada por la mayoría de ellos.

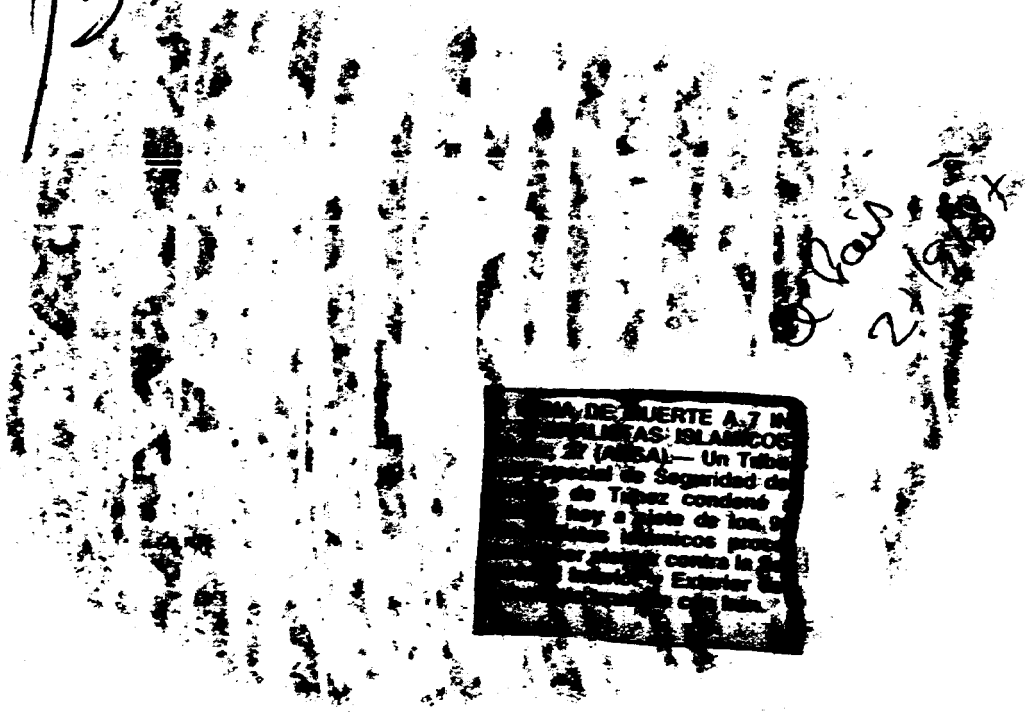
[illegible]

01·01

PARTES ILEGIBLE

TUNEZ
Contra IRAN

132



ASUMIO EL PREMIER BEN ALI, EN UN GOLPE INCRUENTO

# Cayó Habib Bourguiba, líder de la independencia tunecina

***Al Abidine Ben Ali, nuevo jefe de Estado ...ez, ganó su fama por ser el forjador de los servicios de seguridad de esta nación ...fricana. Asumió ayer la presidencia tras ...destitución incruenta del ex mandatario Habib Bourguiba, quien fue declarado ...competente para seguir gobernando por "razones de salud". El ex titular del ...ecutivo, un veterano líder de 84 años, fue uno de los pilares de la independencia tunecina.***

...UNEZ, 7 (Reuter, UPI y AFP). — El presi... de Túnez, Habib Bourguiba, de 84 años, ...clarado senil y depuesto hoy por su pri... ministro, Zine Al Abidine Ben Ali.

...nstitucionalmente sucesor legítimo de ...guiba por ser el primer ministro, Ben Ali ... el poder luego que una junta de sie... cos presentó un informe por el cual se ...ró senil al octogenario líder e incapaz de ...r gobernando.

Agencia Reuter

EN FOCO

## Desenlac... inevitabl...

Solo los próximos ...jeres permitirán dev... el sentido último d... destitución del "p... de la patria" tunec... Habib Bourguiba, el ...timo de los gran... caudillos de la libe... ción africana que co... nuaba en actividad.

...UNEZ

32



8711281

El ex primer ministro, nombrado por el depuesto mandatario para ese cargo en octubre pasado, hizo el anuncio y se proclamó presidente. Posteriormente, realizó un juramento formal ante la Legislatura tunecina.

Fuentes del gobierno manifestaron que aparentemente la decisión fue tomada con la aprobación casi total de los miembros del gabinete y de las Fuerzas Armadas, y se basó en la opinión de una junta médica que afirmó que "el estado físico y mental de Bourguiba ya no le permite cumplir con sus funciones".

Las fuentes agregaron que solo dos ministros se opusieron a la destitución: el de Educación, Mohamed Sayah, y el de Transporte, Mansour Skhiri, quienes, según se dijo, quedaron bajo arresto domiciliario.

Se informó que el ex mandatario, que fue el primer presidente de Túnez tras su independencia de Francia en 1956, se encontraba en su palacio en Cartago, donde no se notaba ninguna medida de seguridad anormal, en tanto que la capital de 600.000 habitantes permanecía en calma.

Ben Alí, que era considerado "un leal" a Bourguiba, invocó el artículo 57 de la Constitución que se refiere al caso de que el presidente no pueda seguir desempeñando sus funciones debido a "incapacidad por razones médicas".

"Enfrentados a la senectud y la agravación de su estado de salud y basado en el informe médico, el deber nacional nos requiere declarar su absoluta incapacidad para desempeñar las funciones de la presidencia de la República", dijo Ben Alí.

"En el ejercicio de nuestras responsabilidades, contamos con los hijos de nuestra querida patria para que respeten la decisión", agregó.

La agencia de noticias tunecina TAP informó que la policía arrestó a varias personas "como medida preventiva", pero negó una versión que incluía entre los detenidos a una influyente sobrin[illegible]

El nuevo presidente, quien ganó notoriedad como jefe de seguridad nacional al sofocar revueltas antigubernamentales y por la represión que condujo este año contra los fundamentalistas islámicos, elogió a Bourguiba por sus "colosales sacrificios".

La decisión de Ben Ali resolvió un problema pendiente para esta nación africana de siete millones de habitantes: la incertidumbre sobre la sucesión de Bourguida, dado su notable deterioro físico.

El veterano líder se había deshecho de dos primeros ministros en los últimos 15 meses y realizó frecuentes cambios en su gabinete y en el partido oficialista, el socialista Destourian.

El nuevo mandatario excluyó de su gabinete recién nombrado a dos ministros que eran considerados posibles sucesores presidenciales: Mansour Skhiri y Mohamed Sayah. Otro íntimo colaborador de Bouguira, Amor Chadli, era el médico personal del ex presidente y no firmó el informe que dictaminó la senelidad.

Túnez es el más pequeño de los estados del Maghreb norafricano, ubicado entre Argelia y Libia. Fue un protectorado francés entre 1881 y 1956 y en la actualidad es sede de la Liga Arabe y del comando de la OLP.

Bourguiba fue una de las figuras clave de la lucha por la independencia tunecina y gobernó con mano firme, llevando a su país a una forma de vida occidentalizada. (Más información [illegible])

En la foto superior, Habib Bourguiba, en una de sus últimas apariciones en público. Abajo, Zine Al Abidine Ben Alí, quien, tras derrocar al anciano líder, asumió ayer el poder en Túnez.

Todo indica q
claración de "
miento" se habí
gestando hace
tiempo y que co
el eje disimuia
crisis institucl
comienzos de
pasado, cuando
plazante, el gen
Alí, accedió al
gico cargo de
ministro.

Por la hist
nuevo hombre
parece evident
maniobra fue
samente mad
avalada por los
militares y qu
más, conlleva
puesta de prof
ción del acerc
de Túnez con la
cias occidental
cialmente con
gua metrópolis
Francia, y con l
dos Unidos.

Foco irradi
concepciones y
de liberación d
década del 50,
férrea conduc
Bourguiba, Túne
evolucionado d
condición de eje
grupamiento de
ción maghrebí
con el Egipto de
el Marruecos de
med V y en esp
triunfo del FLN
no— hacia una
de factor de com
ción, en los '70,
proyectos más ra
de argelinos y lib

Acosado por la
económica interr
la virtual insurr
fundamentalmen
yada por Irán y l
por su condición
fitrión de la inst
nalidad palestina
exilio —luego qu
Siria e Israel la
saron del Lí
ese factor de com
ción empezaba a
nazar con un de
acelerado hasta l
cacia.

02·02 8711281

TUNEZ 932

DPTO. II (EXTERIOR) 24.11.87 FICHADO



LA NUEVA SITUACION EN TUNEZ

FICHAJE

# Ultimo de los "históricos"

TUNEZ, 7 (AFP y Reuter). — Habib ourguiba, de 84 años, depuesto hoy de presidencia tunecina por su primer inistro, fue el arquitecto del Túnez oderno y gobernó por más de 30 años, ego que su país se independizó de rancia en 1956.

Bourguiba, a quien los tunecinos de- ominan comúnmente "el combatiente spremo", consagró más de medio siglo e su vida a su país: 20 años para libe- arlo del proteccionismo francés y tros 27 para intentar convertirlo en un stado moderno.

Ungido presidente vitalicio en 1975 y n las riendas del país firmemente en s manos, este octogenario líder sim- olizaba el nuevo Estado norafricano y arantizó la estabilidad en una región aracterizada por sus cambiantes are- as políticas y económicas.

Además de introducir reformas se- ulares, Bourguiba convirtió a Túnez n un Estado moderno y pro occidental. l mismo tiempo, su estilo conciliador y egociador dotó al pequeño país de un eso político dentro del mundo árabe.

Túnez es la sede de la Liga Arabe ede que se la transfirió de Egipto en 979. También dio refugio a la Organi- ación para la Liberación de Palestina Yasser Arafat en 1982.

El pueblo tunecino le puso el título "supremo luchador" por las prolon- adas batallas que jalonaron su carre- política, antes y después de la inden- endencia nacional.

Bourguiba nació el 3 de agosto de 03 en Monsatir, Sahara tunecino, en na familia de siete hijos. Se impregnó cultura francesa en los liceos de Tú- z y luego en París, donde estudió de- cho y ciencias políticas. En 1925 se so con una francesa, de quien tuvo un jo, Habib Bourguiba junior.

Abogado del foro de Túnez a los 24 años, comenzó su carrera política dentro del Destour, partido liberal al que se afilió a los 17 años. En 1934 creó el Neo Destour, que se convirtió en 1964 en el Partido Socialista Destouriana.

Bourguiba fue uno de los primeros líderes nacionalistas del Tercer Mundo en obtener la descolonización de su país, tras haber combatido el proteccionismo francés con ahinco, pasando 10 años deportado o en las cárceles francesas.

Poco modesto, el ex mandatario se complacía en afirmar que había "creado un pueblo con un puñado de individuos", y señalaba que "Túnez tiene la posibilidad de tener un genio al frente".

Agencia UPI

El derrocado Habib Bourguiba, ex presidente tunecino.

# Un hombre de acción

TUNEZ, 7 (Reuter y AFP). — Zine Al Abidine Ben Alí, que hoy derrocó al presidente Bourguiba, es un experto en seguridad militar y tuvo en pocos meses un fulgurante ascenso político, cuya etapa más reciente fue su designación como primer ministro, tan solo hace un poco más de un mes.

Diplomado de academias militares francesas y de la Escuela Superior de Informaciones y Seguridad de los Estados Unidos, Ben Alí regresó en 1958 al ejército tunecino, donde dirigió durante 16 años los servicios de seguridad militar.

En 1976 fue nombrado director de la seguridad nacional, dos meses antes de un sangriento levantamiento dirigido por la poderosa central sindical UGTT (Unión General de Trabajadores Tunecinos).

Ben Alí restableció rápidamente el orden y continuó en funciones hasta 1980, cuando fue nombrado embajador en Varsovia, para sacarlo del país, de acuerdo con una exigencia de la oposición para aceptar el proceso de democratización iniciado por el entonces primer ministro, Mohamed Mzali.

Pero el nuevo levantamiento popular, conocido como la revuelta del pan en enero de 1984, le trajo de vuelta a Túnez para hacerse cargo de la seguridad. Su nuevo éxito en la represión desató su ascenso político.

Fue designado secretario de Estado de Seguridad Nacional en octubre de ese año, ministro del Interior en abril de 1986 y primer ministro el 2 de octubre pasado.

Ben Alí, de 51 años, transformó su ministerio y los servicios de seguridad tunecinos en una maquinaria temible, que este año le permitió desmantelar el cuartel general del movimiento de la tendencia islámica (principal grupo integrista) y detener a sus pr dirigentes.

En los últimos meses, el act datario se había convertido e los colaboradores más próxi presidente Bourguiba, a quien tituyó debido "a su edad y su salud".

Además de su carrera milit tica, Ben Alí es un jerarca de político gobernante, el Sociali tourián. Al ser designado mi Interior accedió también a la s general del partido.

Casado y padre de tres hijo vo presidente nació en Hamma se, en la región de Monastir, también es oriundo Habib Bou

Age

Zine Al Abidine Ben Alí, el nuevo Estado.

01·01

8711460

TUNEZ

JB 21

DPTO. II (EXTERIOR) 30 11 82 F.J.S. FICHADO

**Túnez: Primera Semana**

TUNEZ, 14 (EFE). — El nuevo gobierno tunecino, presidido por el general Ben Ali, se ha dedicado durante su primera semana de existencia a tratar los problemas esenciales del país, evitando "las intrigas de palacio" que rodearon los últimos tiempos de la presidencia de Habib Burguiba. Ben Ali está mostrando un nuevo estilo de hacer política, más dinámico y, hasta ahora, cumplidor de las promesas de liberalización y democratización del régimen. Junto a la anunciada amnistía política "caso por caso", el gobierno está llevando a la práctica también la amnistía laboral: 35 profesores despedidos en 1985 por motivos sindicales han sido readmitidos en sus puestos de trabajo por el Ministerio de Educación.

El País 15/11/87



0711557

Fichaje

732

# Prometen en Túnez mayores libertades democráticas

**_El nuevo presidente de Túnez, Zine Al Abidine Ben Alí, prometió liberalizar el gobierno mediante la introducción de una democracia multipartidaria y aseguró que el país nunca más tendrá un presidente vitalicio. Subrayó que su país continuará con su tradicional política pro occidental. Habib Bourguiba continúa en el Palacio de Cartago y en las próximas horas será trasladado junto a sus familiares y allegados a una de sus residencias en la ciudad de Sfax._**

Agencia Reuter

El nuevo presidente Ben Alí jura en la capital (izq.). Un grupo de tunecinos exhibe diarios en francés y árabe en los que se informa sobre la destitución de Bourguiba.

Agencia AFP

TUNEZ, 8 (AFP, Reuter y UPI). — Los nuevos líderes tunecinos que destituyeron al presidente Habib Bourguiba prometieron hoy tratarlo con respeto, y aseguraron que levantarán algunas de las restricciones que impuso en contra de la oposición política durante los 30 años que estuvo en el poder.

La nación del norte de África permaneció en calma un día después de que Bourguiba, de 84 años, fue declarado senil y reemplazado en el cargo por Zine Al Abidine Ben Alí, un general retirado a quien Bourguiba nombró primer ministro el 2 de octubre, en recompensa por su drástica represión del Movimiento Fundamentalista Musulmán.

El gobierno informó que Habib Bourguiba se encuentra todavía en el Palacio de Cartago, residencia oficial de los jefes de Estado tunecinos, y ha sido visitado por familiares y amigos.

Según declaraciones del primer ministro Hedi Baccouche, designado el sábado por Zine Al Abidine Ben Alí, el veterano líder tunecino podría instalarse con sus médicos y demás personas de su intimidad en la localidad oriental de Sfax. Estas declaraciones de Baccouche, realizadas el sábado en un programa radial, son el primer informe oficial acerca del paradero de Bourguiba.

### ♦ "Respetuosamente"

"Existían los problemas de su edad avanzada y salud que llegaron a ser claros en algunas de las decisiones que tomó Bourguiba. Estos problemas pueden ser encontrados en

complejos padece que alcance

ce una edad avanzada. El podría obstaculizar algunas decisiones y acciones con miras a resolver problemas políticos y económicos", dijo Baccouche en su discurso.

"De acuerdo, existen sentimientos de gratitud, pero igualmente nosotros tenemos la intención de conservar la estabilidad", afirmó el primer ministro.

Baccouche dijo que Bourguiba estaba acompañado por su sobrina Saida Sassi. "Es posible que se traslade a una casa que siempre amó, próxima a Sfax, adonde irá con todo su personal y sus médicos", dijo Baccouche, agregando: "Debido a su edad, haremos todo lo posible para asegurar que pueda continuar su vida normalmente y que sea tratado respetuosamente".

Asimismo Baccouche confirmó que algunas personas próximas a Bourguiba habían sido arrestadas, pero indicó que no estaban en prisión. Una fuente gubernamental responsable afirmó que el ex ministro de Educación Mohamed Sayahy Habib Bourguiba (hijo) se encuentra bajo arresto domiciliario junto con media docena de personas, agregando que se esperaba que quedasen en libertad la semana que viene.

Un soldado tunecino aparece en la capital de Túnez al lado de un tanque en los alrededores del palacio presidencial.

### ♦ Democratización

En una declaración emitida al asumir el poder, Ben Alí puso énfasis en los objetivos democráticos del movimiento y la necesidad de una reforma constitucional. El acceso al poder de este ex general del ejército puso fin a 31 años de gobierno de Bourguiba, a partir de que el país se independizó de Francia, y fue bien recibido tanto fuera como dentro de Túnez. Argelia y Libia, los dos vecinos de Túnez, y España y Francia, que poseen fuertes vínculos en la región, aprobaron el cambio.

Ben Alí, de 51 años, prometió liberalizar el gobierno mediante la introducción de una democracia multipartidaria y dijo que Túnez nunca más elegirá un presidente vitalicio. Subrayó asimismo que Túnez mantendrá su tradicional política pro occidental.

Fuentes tunecinas, que pidieron no ser identificadas, dijeron que Bourguiba había amenazado con reemplazar a Ben Alí, que

se opuso al pedido del presidente

[illegible] a reabrir el juicio contra el dirigente islámico fundamentalista Rachid Ghannouchi.

Este, acusado de terrorismo, fue sentenciado a cadena perpetua, pero funcionarios dijeron la semana pasada que Bourguiba quería reabrir el juicio para que fuera ejecutado en la horca.

### ♦ Apoyo

Por su parte, el Movimiento de Tendencia Islámica —dos de cuyos miembros fueron ahorcados la semana pasada luego de ser condenados por traición— emitió un comunicado de prensa en París por el que celebra[ba] el fin de "un reino despótico". En el comunicado u[r]gía a Ben Alí a otorgar u[na] amnistía a sus miembro[s], convocar a elecciones g[e]nerales y poner fin a la r[e]presión de los "movimien[tos] populares".

Un día después del de[s]plazamiento de Bourguib[a] y a pesar de las medida[s] tomadas alrededor del Pa[]lacio de Cartago, ubicad[o] en los suburbios de Túnez[,] en el centro de la capita[l] no se observaron refuerzo[s] de los efectivos policiales. La reacción de los tunecinos fue [illegible]

01 · 01

8711675

932

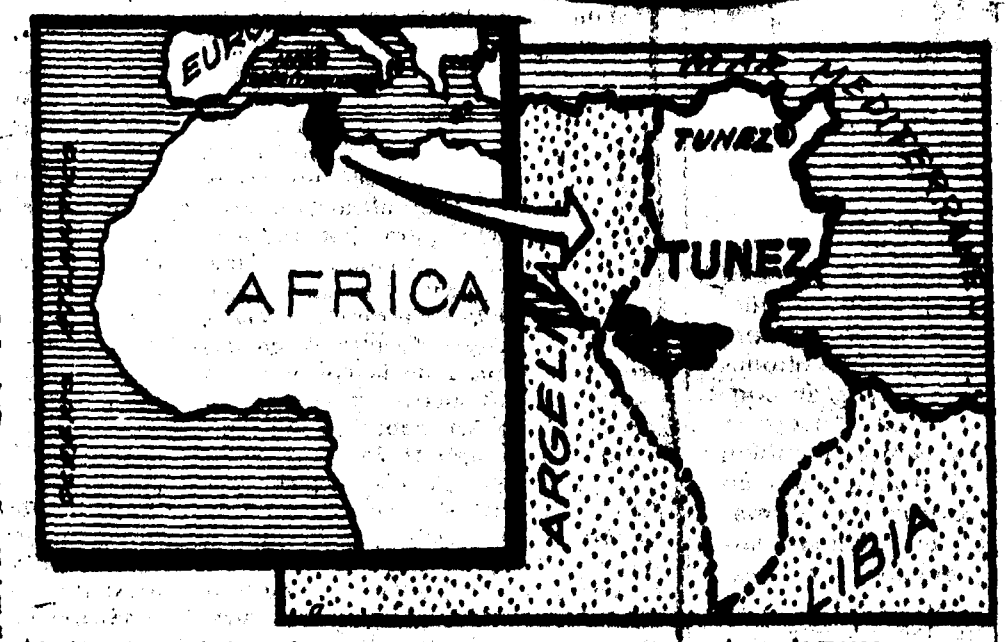
MONTEVIDEO, DOMINGO 8 DE NOVIEMBRE D[illegible]

FICHA

Burguiba destituido t[illegible] informe médico

# Ben Ali asumió ayer la Presidencia en Túnez

*El anciano Presidente de Túnez, Habib Burguiba fue destituido ayer luego que un informe médico le declarara incompetente para ocupar el cargo, siendo sustituido por el hasta ayer Primer Ministro Zine el Abidin Ben Ali.*




TUNEZ (EFE).- El nuevo Presidente de Túnez, el general Zine el Abidin Ben Ali anunció en un comunicado difundido ayer por radio, que su gobierno elaborará un proyecto de ley sobre los partidos políticos y otro sobre la prensa.

El objetivo de estos proyectos, según el comunicado, es asegurar una mayor participación ciudadana en la construcción de Túnez y en la consolidación de su independencia dentro de un cuadro de orden y disciplina.

Ben Ali precisa en su comunicado que la constitución tunecina precisa de una revisión porque la época en que vivimos no puede tener una presidencia de por vida (en alusión a Burguiba quien era hasta ayer presidente vitalicio del país) ni sucesión automática a la cabeza del estado con exclusión del pueblo.

Nuestro pueblo, dice el nuevo presidente, es digno de una vida política evolucionada e institucionalizada fundada realmente sobre el multipartidismo y la pluralidad de organizaciones de masas.

Por lo que respecta a la destitución de Burguiba, siete médicos firmaron un comunicado en el que afirman que después de haber evaluado su estado de salud físico y mental han llegado a la conclusión de que no podía continuar ejerciendo las funciones inherentes a su cargo.

Bajo arresto domiciliario

# Desaparecen del Gobierno dos "hombres fuertes"

TUNEZ (EFE).- La desaparición del gobierno tunecino de dos de los hombres considerados como más firmes candidatos a la sucesión de Burguiba es la nota más llamativa del equipo que rige desde ayer, los destinos de este pequeño, pero estratégico, país magrebí.

Uno de ellos, Mohamed Sayah, hasta ayer Ministro de Estado para la educación, que había conseguido un comienzo del curso escolar sin huelgas ni problemas algo inédito en Túnez desde principios de los años sesenta, es el artífice de las estructuras del partido socialista desturiano (PSD, en el poder), la fuerza política tunecina mas importante.

Aunque en el comunicado oficial no se le haya citado expresamente, todo parece indicar que Sayah forma parte del grupo de "algunas personalidades" que se encuentran en arresto domiciliario y entre las que no está la sobrina del ex presidente, Saida Sasi, que desde el divorcio del anciano líder de su segunda esposa, Wasila, Rakia funciones de primera dama.

El otro hombre fuerte que desaparece del Gobierno es Hedi Mabruk, ex ministro de asuntos exteriores, que se encuentra fuera del país ya que debía representar hoy a Túnez en la cumbre árabe extraordinaria de Amman.

Por supuesto, han sido relevados de sus cargos todos los miembros de la antigua camarilla presidencial, y uno de los sobrinos-nietos de Burguiba, que era General del ejército.

Mabruk, que fue durante muchos años Embajador en París y gozaba de grandes simpatías en Francia, ha sido sustituido por Mahmud Mestiri, un veterano en este Ministerio Oeb que fue Secretario de Estado durante varios años, a pesar de los cambios de titular.

DPTO. II (EXTERIOR) 8/12/82 FAS



71-1802

## Sin cambios en plano económico

# Hedi Bacuch es el nuevo Primer Ministro

TUNEZ (EFE).- El nuevo Primer Ministro, Hedi Bacuch, 57 años, es el miembro del nuevo gobierno que goza de más influencia en el PSD, del que fue nombrado dirigente por Burguiba en el último Congreso del partido, en junio de 1986.

Vuelven a reaparecer al frente de ciertas carteras ministeriales hombres como Abderrazag Kefi, que fue ministro de Información recientemente y que ayer fue nombrado Ministro de Transportes y Turismo, considerados como liberales y que incluso militaron algunos años en la oposición.

En el plano económico no se han producido cambios tras el reajuste que tuvo lugar en dicho campo hace quince días y que dio al gobierno una nota de rejuvenecimiento y dinamismo, con un equipo de hombres alrededor de los 45 años.

El nuevo equipo rector del país, aunque esté encabezado por un general, llega proponiendo reformas democráticas, apiasando el próximo juicio contra los integristas, y con un aire de juventud y determinación para seguir aplicando el plan de reajuste económico inspirado por el Fondo Monetario Internacional (FMI), cuyos primeros frutos ya están apareciendo en la economía del país.

Ayer de tarde los nuevos hombres de Estado de Túnez prestaran juramento y abrirán una nueva página en la historia tunecina, tras haber roto la continuidad presidencial que conocía el país tras su

# Partidos oposición apoyan medida

TUNEZ (EFE).- Los comunicados difundidos ayer en Túnez por los partidos de la oposición insisten en la legalidad de las acciones que han situado al frente del país a un nuevo presidente.

El partido de la Unidad Popular (PUP, oposición legalizada) muestra su acuerdo con la declaracion de intenciones del general Ben Ali mientras que el Movimiento de los Demócratas Socialistas (MDS, legal) "toma nota" de dichas afirmaciones y la Unión Socialista Democrática (RSD, no legalizado) piensa que "responden a las reivindicaciones del movimiento democrático".

El MDS considera que la "incapacitación de Habib Burguiba había llegado a ser una medida de interés nacional y que el recurso al artículo 57 de la constitución confiere a esta medida una perfecta legalidad".

"A falta de saber retirarse a tiempo -dice el MDS en su comunicado- el anciano presidente de la república no supo evitar al país desgarros dolorosos hechos de procesos políticos, jurisdicciones de excepción, bloqueos políticos, económicos y sociales, rencores e ira".

"El MDS hace un llamamiento al nuevo presidente para llegar a "la reconciliación nacional por la proclamación de la amnistía general" y que se llegue a un "consenso nacional franco y sincero, necesario para resolver los grandes problemas" que se le plantean al país y considera que ésta es la única forma de "comprometer duraderamente a Túnez por la vía de la democracia, del progreso y de la verdadera estabilidad".

### ACTO HISTORICO

La RSD califica la destitución de Burguiba de "acto histórico de gran alcance" que "llega en el momento justo para salvar a Túnez de una degradación lenta y continua en razón del despotismo" del anciano líder.



87118O2

# Depuesto de modo incruento el mítico Burguiba

## *El nuevo presidente, Ben Alí, promete una reforma democrática de la Constitución*

## *Un informe firmado por sus médicos justifica su sustitución por incapacidad física*

Túnez

***Por vez primera desde su acceso a la independencia en 1956, la República de Túnez ha cambiado de presidente con el derrocamiento incruento de Burguiba y su sustitución por el general Abidin Ben Alí, primer ministro desde el pasado 2 de octubre. La caída de Habib Burguiba, decano de los jefes de Estado árabes y africanos, se ha producido guardando las formas constitucionales. Sobre la base de un informe elaborado por los siete médicos que tratan a Burguiba, de ochenta y cuatro años, el primer ministro se ha convertido automáticamente, por el artículo 57 de la Constitución, en presidente de la República y jefe de las Fuerzas Armadas.***

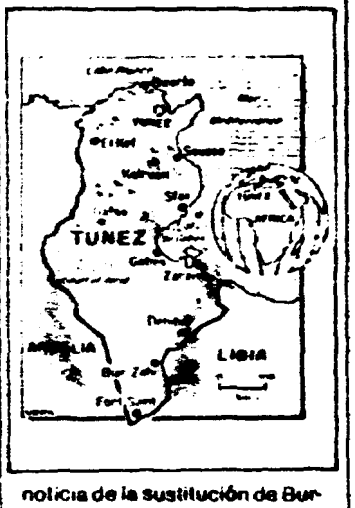
Dicho artículo establece que "en caso de vacancia en la presidencia a causa de fallecimiento, dimisión o incapacidad absoluta para asumir las cargas, el primer ministro es inmediatamente investido de las funciones de presidente de la República por el período que resta de la legislatura en curso en la Cámara de Representantes". La actual legislatura comenzó en noviembre de 1986.

En el comunicado que leyó él mismo a través de la radio, el general Ben Alí anunció que la Constitución debe ser revisada. "La época en la que vivimos no puede aguantar más ni una presidencia vitalicia ni una sucesión automática a la cabeza del Estado, de las que el pueblo se encuentra excluido. Nuestro pueblo es digno de una vida política evolucionada e institucionalizada, fundada realmente sobre el multipartidismo y la pluralidad de las organizaciones de masas", reza el comunicado del nuevo jefe del Estado, enviado ayer inmediatamente a todas las Embajadas de Túnez repartidas por el mundo.

Según la declaración de Ben Alí, "frente a la senilidad y el agravamiento del estado de salud del presidente Burguiba, y basándose en el informe de sus médicos, el deber nacional nos impone declararlo en la incapacidad absoluta de asumir las cargas de la presidencia de la República". Por fuentes bien informadas se sabe que los siete médicos fueron convocados a la cabecera del presidente a las seis de la madrugada de ayer. Aunque no se han podido precisar las razones de esa llamada a una hora tan temprana, los observadores señalan la inestabilidad en el comportamiento del presidente Burguiba en las últimas semanas, que procedía al nombramiento de ministros o de autoridades en la Administración, para cambiar de parecer a los pocos días.

En medios políticos tunecinos existía últimamente una creciente preocupación por la presencia en el entorno del viejo presidente de personalidades calificadas de "intrigantes", que podían haber tenido influencia en su extraño comportamiento.

La población, mientras tanto, ha recibido con serenidad la




noticia de la sustitución de Burguiba por su primer ministro, después de haber recibido con gran satisfacción el nombramiento de éste, en la persona de Ben Alí, el pasado 2 de octubre.

En sus primeras manifestaciones sobre el nuevo curso político de Túnez, el nuevo jefe de Estado ha anunciado que su gobierno elaborará un proyecto de ley sobre los partidos políticos y otro sobre la prensa. El objetivo de estos proyectos, según el comunicado, es asegurar una mayor participación ciudadana en la construcción de Túnez y en la consolidación de su independencia "dentro de un cuadro de orden y disciplina".

La política exterior del país se mantendrá en una línea de continuidad, según afirmó el nuevo presidente, pese a que la cartera de Exteriores es uno de los pocos cambios incluidos por Ben Alí en su nuevo gabinete. Al frente de ella se sitúa a Mahmoud Mestiri, un veterano de la diplomacia tunecina. Se señala particularmente la continuidad en la política árabe y magrebita, que sirvió en épocas de Burguiba para que Túnez fuese elegida sede de la Liga Arabe en 1979 después de su traslado desde El Cairo, así como sede de la dirección política de la OLP tras su evacuación de Beirut en setiembre de 1982.

Según fuentes oficiales, el depuesto presidente Burguiba permanece en el palacio presidencial de Cartago, a quince kilómetros de la capital. Los accesos han sido cortados por las Fuerzas de Seguridad del Estado después de que, en la pasada madrugada, el anciano presidente fuera destituido de su cargo a raíz de un dictamen médico que certificaba su incapacidad física y mental para seguir al frente de la nación.

Al mediodía de ayer la situación en el país continuaba siendo de absoluta normalidad. Tranquilidad que sólo quedó rota cuando un grupo de dos mil personas se concentraron frente al Ministerio del Interior, en la avenida Burguiba, en pleno centro de Túnez.

Algunos pequeños grupos corearon en varias ocasiones el nombre de Ben Alí. Una vez que el nuevo presidente entró en el Ministerio se disolvió pacíficamente la concentración y la avenida Burguiba, arteria principal de la ciudad, recobró su actividad habitual.

La población tunecina ha hecho pública su satisfacción por el cambio efectuado en el equipo rector del país, que, aunque ahora está encabezado por un general, ha empezado proponiendo reformas democráticas (aplazamiento del próximo juicio contra los integristas). El pueblo ha aplaudido [illegible] aire de juventud y re[illegible] del gobierno, así con[illegible] terminación para conti[illegible] cando el plan de reaj[illegible] nómico inspirado por [illegible] Monetario Internacio[illegible] primeros resultados [illegible] voreciendo notablem[illegible] tuación económica d[illegible]

La reacción desde[illegible] tampoco se ha hecho[illegible] El representante en P[illegible] Liga Arabe, Hamadi [illegible] timó ayer que el part[illegible] de incapacitación del [illegible] te de Túnez, Habib [illegible] era "un hecho que e[illegible] de un día para otro l[illegible] de los tunecinos". Es[illegible] nó que "incluso aquel[illegible] te momento los más[illegible] a Burguiba para pr[illegible] hombre de Estado [illegible] carismático afectado [illegible] fermedad".



8711924

Origen: TERRORISMO MUNDIAL

132

Militares y policías formaban parte

# Grupo terrorista en Túnez

TUNEZ (ANSA, EFE, REUTER y UPI).- Policías y militares aparecen entre los 73 detenidos por los servicios de seguridad por formar parte de un grupo terrorista que planeaba sabotajes y atentados, informó ayer el Ministro marroquí del Interior, Hadi Amar.

Entre los detenidos figuran un agente y dos inspectores de Policía, un sargento y un capitán del Ejército, un sargento de la Guardia Nacional (cuerpo de seguridad militarizado) y un agente de aduanas.

El Ministro no estableció ninguna relación directa entre los detenidos y los integristas del Movimiento de la Tendencia Islámica (MTI), remitiendo sus posibles vínculos al desarrollo de las investigaciones sobre este grupo terrorista.

No obstante, la relación entre los detenidos y el MTI estuvo implícita en la exposición del Ministro quien explicó que algunos de los detenidos ayudaron a huir del país a Hamadi

# CARP. Nº 132

(11)

NO TIENE

DOCUMENTOS

# CARP. Nº 132

(12)

132/12 UGANDA

ENTRE LOS Nºs

8701187 - 8712428

132

UGANDA

*Mueren cientos de rebeldes*

# Cruenta batalla en el Norte ugandés

MBALE, UGANDA (UPI).— Tropas ugandesas mataron a por lo menos 350 rebeldes instigados a pelear por una curandera bruja en la segunda batalla más grande hasta hora de la rebelión norteña, anunció ayer un alto oficial del ejército. Alrededor de 95 soldados murieron también en el combate.

La fuente en el alto mando del Ejército de Resistencia Nacional del Presidente Yoweri Museveni dijo que la batalla, que duró ocho horas, ocurrió el domingo en Corner Kilak, 520 kilómetros al norte de Kampala.

Dijo que los rebeldes fueron instigados por una curandera bruja que les aseguró que no serían heridos después de llevar a cabo una ceremonia de brujería.

"Los rodeamos y los masacramos", dijo una fuente que pidió permanecer anónima. "Contamos 350 (rebeldes) muertos, pero pudo haber más, quizás de 400 a 500", añadió.

Soldados gubernamentales capturaron más de 900 rifles y otras armas, agregó. El informante dijo que alrededor de 95 soldados gubernamentales murieron. No hubo detalles sobre los heridos.

"Fue una gran redada", dijo la fuente.

Rebeldes leales a varios ex líderes ugandeses comenzaron una guerra de guerrillas esporádica contra el ejército de Museveni en agosto, aparentemente desde santuarios en el sur del Sudán.

La fuente del ejército dijo que los rebeldes —que llegarían a 3.000 en su mayor concentración— fueron repelidos por una fuerza del ERN luego de atacar un convoy del gobierno en el estratégico cruce de Corner Kilak el miércoles.

Las tropas gubernamentales se retiraron y reagruparon antes de contraatacar el domingo en el choque más sangriento hasta ahora en seis meses de lucha.

El choque ocurrió cerca del lugar de la batalla del miércoles en el cual, según oficiales de Museveni, murieron más de 200 rebeldes.

Muchos de los rebeldes muertos tenían amuletos y brazaletes "mágicos", dijo la fuente.

PERU
La Mañana 21/7/86

01·01

8701187

ARCHIVAR EN: Uganda (132)

TEMA: OUS2: Cooperation Agreements With Uganda.

PROCEDENCIA: E. Sudafrica 23/3/87 Doc. 0462/87

ARCHIVADO EN: EMBAJADA Sudafrica (135)

01-01

8702813

ARCHIVAR EN: Uganda (132)

TEMA: Uganda: Possible Oil Imports by Means Of Barter Trade.

PROCEDENCIA: E. Sudafrica 27/5/87 Doc. 0763/87

ARCHIVADO EN: EMBAJADA Sudafrica (138-

8704068

01-01

OPS

ARCHIVAR EN: Uganda (132)

TEMA: Uganda: New Leader For The Ugandan Resistance Movement

PROCEDENCIA: Enlace Sudafricano 27/5/87 Doc 0764/87

ARCHIVADO EN: Enlace Sudafrica (135)

8704087

01·01

OPS

Ram

ARCHIVAR EN: UGANDA (132)

TEMA: Uganda: COFFEE Exports Via DAR es SALAAM.

PROCEDENCIA: Enlace Sudafricano 16/2/87 Doc 0395/87

ARCHIVADO EN: Enlace Sudafrica (135)

01·01

8705103

132

UGANDA "LAS BALAS NO HACEN NADA"

# Masacran a 135 rebeldes

KAMPALA, 19 (AFP y UPI). — Más de 135 guerrilleros supuestamente pertenecientes al movimiento "Holy Spirit" (Espíritu Santo), y cinco soldados gubernamentales murieron ayer, durante el asalto de los primeros a un campamento del ejército en Ngora (distrito de Kumi, Este de Uganda), anunció hoy la Radio Nacional Ugandesa.

En las filas oficiales hubo también 14 heridos, cuatro de ellos de gravedad.

Según los periodistas, que pudieron apersonarse rápidamente en el punto del conflicto al encontrarse fortuitamente en la región, los guerrilleros habían atacado a pedradas y cantando himnos religiosos. Muy pocos de ellos tenían armas de fuego, y habrían actuado influidos por "una bruja".

♦ "Poción antibalas"

Se presume, en efecto, que los atacantes son partidarios del Movimiento Espíritu Santo encabezado por Alice Laxwena, una célebre bruja ugandesa que ha usado una mezcla de cristianismo y magia negra al incitar a la rebelión en el norte y oeste del país contra el gobierno del presidente Yoweri Museveni.

Este último, que asumió el poder en enero de 1986 luego de cinco años de guerrilla, ha enfrentado brotes esporádicos de rebelión desde agosto del año pasado, de varios grupos opositores.

Laxwena emergió como dirigente rebelde en enero de este año, persuadiendo a los descontentos de la tribu Acholi a atacar objetivos del go-

DOC. INCOMPLETO



8709005

ARCHIVAR EN: UGANDA (132)

TEMA: Asilo político e Bajas

PROCEDENCIA: LA HABANA 6/8/87

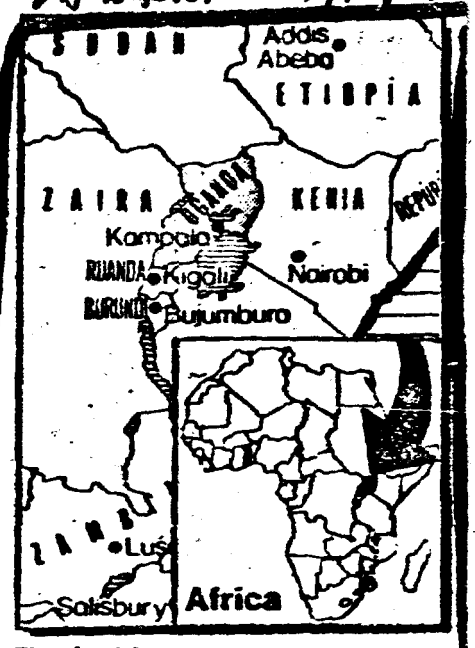
ARCHIVADO EN: Burundi (127)

01-01 8709511

132

sarán a las exportaciones.

LA NACION 29/10/87




El país africano

# Matanza de guerrilleros en Uganda

KAMPALA (AP) — Las tropas fueron colocadas hoy en estado de alerta tras matar a unos cien guerrilleros seguidores del Movimiento del Espíritu Santo de la sacerdotisa Alice Lakwena que realizaron un ataque suicida contra una entrategica base del ejército en el este del país.

New Vision, diario oficial, precisó que sesenta de los insurgentes fueron capturados tras el enfrentamiento en los cuarteles de Magamaga, a 16 kilómetros de Jinja, la segunda ciudad de Ugand, a 90 kilómetros de esta capital.

Los efectivos del ejército de Resistencia Nacional permitiron que los insurgentes penetraran en el acuartelamiento antes de atacarlos y diezmarlos. Los sobrevientes huyeron y abandonaron armas, municiones y otros pertrechos.

"Todo volvio a la normalidad, pero el ejército sigue en estado de alerta dispuesto a rechazar al enemigo" dijo hoy el administrador del distrito de Iganda, Abbey Mukhaya.

El movimiento de Lakwena es uno de los varios que combaten al presidente Abbey Yoweri, que subió al poder hace 21 meses.

La sacerdotisa, de 27 años, afirma estar dirigida por un espíritu y al parecer la siguen miles de discipulos.

Las autoridades afirman que en los ultimos tres meses, fueron muertos más de dos mil de sus seguidores, que combaten ungidos por un aceite que creen que los pone a salvo de las balas e incluso a veces van armados unicamente con palos y piedras.

01·01

8712428

# CARP. Nº 132

(13)

NO TIENE DOCUMENTOS

# CARP. Nº 132

(14)

132/14 ZAIRE

ENTRE LOS Nºs

8701536-8707478

ARCHIVAR EN: ZAIRE (132)

TEMA: ZAIRE: NEW TASK FORCE/ INTELLIGENCE SERVICE.

PROCEDENCIA: ENLACE Sudafricano 23/1/87 Doc. 0158/87

ARCHIVADO EN: ENLACE Sudafricano (135)

01·01 0701536

ARCHIVAR EN: ZAIRE (132)

TEMA: ZAIRE: POLITICAL AND ECONOMIC SITUATION

PROCEDENCIA: ENLACE Sudafricano 23/1/87 Doc. 0157/87

ARCHIVADO EN: ENLACE Sudafrica (135)

01·01 0701537

*La visita de Mobutu*

# Zaire, coloso mineralífero

**Por Manfred Schönfeld**

Zaire, la otrora "propiedad personal" del rey Leopoldo II, de Bélgica, adquirida, por así decir, para él por el gran explorador de Africa, Henry Morton Stanley, en el siglo pasado y reconocida con aquel singularísimo status de pretendido "estado libre" pero perteneciente a una real persona, durante la conferencia de Berlín de 1885, sigue atado al destino histórico de una suerte de inescapable personalismo.

En 1908, el gobierno en Bruselas juzgó que ya era insostenible dicho status y que, por ende, el rey de los belgas debía ceder ese "estado libre" de su propiedad personal, en calidad de colonia, a la Corona de su país. Constituyóse de ese modo lo que durante años habría de llamarse el Congo Belga (un país algo más vasto, en cuanto a su superficie, que la parte continental americana del nuestro y, en la actualidad, con una población total igualmente un poco mayor que la de la Argentina).

Su historia en la era de la descolonización generalizada que comenzó después de terminada la Segunda Guerra Mundial, es harto conocida: tanto por el intento –frustrado– de establecer allí una república comunista, como por el intento, también frustrado, de separar de la ex colonia su porción territorial más rica en minerales, Katanga, y formar con *ella* otro estado, más incondicionalmente ligado a los intereses políticos occidentales y a los intereses creados de la ex metrópoli colonial. Las dos tentativas estuvieron asociadas a sendas figuras caudillescas, ambas nimbadas por el martirologio: Patrice Lumumba, por el lado de los comunistas, y Moise Tshombé, por el de los secesionistas katangueses.

Con todo, y como señalamos, el sino histórico del país que adoptó, a partir de 1971, el nombre oficial de "Zaire" (retornando, como en el caso de tantos otros estados africanos, a antiguas denominaciones nacionales precoloniales) habría de seguir siendo el de una dependencia estricta y severamente unipersonal, de cara a quien es su gobernante desde entonces.

## Autocracia absoluta

El fenómeno del monolitismo y unipartidismo es bastante común en la mayoría de los países del Africa subsahariana, así sus respectivos regímenes no sean necesariamente comunistas o filosoviéticos. La razón que suele alegarse en favor de dicha falta de pluralismo ideológico es, a menudo, la de que es necesario forjar una unidad nacional y que, en todo caso, el pluralismo se vive cotidianamente, no bajo la forma de la coexistencia de partidos políticos de diversa coloración ideológica, sino bajo la de la vecindad de decenas de tribus, lenguas y religiones de las más diferentes raíces, que ahora tienen que acostumbrarse a convivir entre sí.

Tal vez el argumento sea válido para muchas naciones africanas, tal vez no se trate más que de un pretexto para justificar la falta de libertad política y de vida partidaria, en la acepción tradicionalmente europea o americana del término.

En el caso de Zaire, el mariscal Mobutu (quien no sólo "africanizó" definitivamente el nombre de su patria, sino incluso el suyo propio, añadiéndole los dos apelativos Sese Seko, y quien, además, dio impulso a la revivificación de las antiguas religiones vernáculas, a expensas de la labor misionera católica de procedencia belga) se ha constituido en jefe absoluto del país. Es su jefe de estado, su jefe máximo del partido único, co-integra en calidad de miembro esencialmente imprescindible el Poder Legislativo (consistente en un Consejo Nacional Legislativo unicameral), y orientar el Consejo Nacional de Seguridad, constituido en 1979. Está asimismo a cargo de la defensa, de la seguridad del estado y de la jefatura de los veteranos de guerra. Si bien obra a su lado un jefe de gobierno o de gabinete, éste al igual que todos los demás ministros ostentan el mero título de "comisarios del Estado".

## Bastión de poder económico

El unicato formado de semejante manera se asienta en un bastión de poder económico que, por su parte, estriba en la vulnerabilidad relativamente baja que, en ese sentido, presenta una población de ingresos per cápita modestos y de pretensiones todavía apenas despertadas. Hay áreas enteras del país que viven, no en el subdesarrollo, sino en lo que podría denominarse una natural falta de desarrollo. Un ejemplo de esto lo constituyen las tribus cazadoras y nómades de los pigmeos que, pese al cuidado que el gobierno pone en general en todo lo referente a la conservación del hábitat natural de la vida vernácula (humana, animal y vegetal) están, sin embargo, en gradual vías de extinción, a causa del simple contacto con tribus de nivel evolutivo algo superior, agricultoras y ganaderas.

Contrastando con la relativa falta de necesidades de las masas populares, se alza la fabulosa riqueza mineral de Zaire. El país es uno de los grandes productores y exportadores de mineral de cobre del mundo, así como de cobalto, diamantes, uranio, oro, platino, etcétera. A pesar de la violenta lucha por la independencia y de la aludida secesión de Katanga, auspiciada en 1963 por intereses ex metropolitanos con asiento en Bruselas, Bélgica sigue siendo, hoy como en los tiempos coloniales, el principal mercado singular de compra o de venta con que cuenta Zaire en el extranjero. Pero ya no es el único. Otros, bien que principalmente los de la Comunidad Europea, también importan la materia prima y los productos básicos zaireños y le venden manufacturas, particularmente armamento y, en general, productos industriales elaborados.

## En nuestro país

El mariscal Mobutu Sese Seko podría hallar en un país como el nuestro una posibilidad para diversificar el comercio exterior del suyo. Las economías de los dos países se complementan hasta cierto punto. Es probable que también busque ampliar y afianzar el radio de alcance de sus nexos internacionales. Después de romper, junto con Marruecos, en 1984, lanzas con la Organización para la Unidad Africana, debido a la obvia penetración filosoviética que este ente estaba sufriendo, su reubicación dentro del contexto regional y continental que rodea a su país sólo ha sido lenta y paulatina en virtud más que nada de la indudable gravitación económica de Zaire y de la importancia de su territorio en el corazón mismo del Africa central.

Pero, como todo régimen unipersonal, no está libre de peligros. Ha recibido en el territorio zaireño a muchos refugiados procedentes de países vecinos, perseguidos por razones políticas. Es una suerte de "llanero solitario", de "lobo estepario", en el Africa negra o, si se prefiere, en toda Africa. Temido, poderoso, según muchos de sus admiradores, un hombre con visión de estadista, al menos de acuerdo con las pautas válidas su continente.

Mobutu ha sabido superar mu dificultades, pero de hecho lo ran otras. El coloso mineralífer preside es un objeto de dema codicias.

## Momento Político

Por Ho

ZAIRE
CRUZA Y ARGENTINA

132

# Llega Mobutu

El próximo jueves arribará al país, para realizar una visita de dos días, el presidente de la República de Zaire, Mobutu Sese Seko, invitado por el gobierno argentino.

El mariscal Mobutu Sese Seko es el fundador del Movimiento Popular de la Revolución, institución única, de la que forman parte, según la actual Constitución de la República, todos los órganos político-administrativos del país. Además orienta y ordena las decisiones del estado zairense.

Mobutu fue designado en 1965 presidente de la República por el Alto Mando Militar para un período de cinco años al comprobar que los civiles no habían sacado provecho de las lecciones de las numerosas crisis políticas, económicas y sociales que oprimían al país, por lo que decidieron prescindir de ellos para instaurar más sanas condiciones de gobierno y gestión, según un informe de su embajada.

En 1970, 1977 y 1984 fue candidato del Partido de la Revolución y, tras sufragio universal directo, fue electo en las tres oportunidades presidente de la República.

La República de Zaire logró su independencia el 30 de junio de 1960, y es más conocida por su antiguo nombre de Congo Belga. Tiene una población estimada en 31 millones de habitantes y ocupa el tercer lugar en África en cuanto a su superficie.

Su economía depende en gran medida de la explotación minera. Es un importante país importador de productos alimenticios, especialmente carnes, pescados y cereales.

Clarín 16/2/87

Poco legible

8703548

01·01

TEMA: Relaciones con Estados Unidos

PROCEDENCIA: ENLACE Sudafricano 9/6/87 Doc. 0776/87

ARCHIVADO EN: ENLACE Sudafrica (135)

8704281

01·01

---

OP

ARCHIVAR EN: Zaire (132)

TEMA: Zaire: New - APPROVED IMF LOANS

PROCEDENCIA: ENLACE Sudafricano 16/7/87 Doc. 0989/87

ARCHIVADO EN: ENLACE Sudafrica (135)

01·01

8705112

---

ARCHIVAR EN: Zaire (132)

TEMA: Zaire: New Opposition Group Plans Revolutionary Action.

PROCEDENCIA: ENLACE Sudafricano 14/9/87 Doc. 1053/87

ARCHIVADO EN: ENLACE Sudafricano (135)

8707478

01·01

# CARP. Nº 132

(15)

132/15 ZAMBIA

ENTRE LOS Nºs

8702201-8708722

Zambia

# Kaunda y las tres siglas

La historia de Zambia está marcada profundamente por Kenneth Kaunda, su actual presidente. 63 años de edad, moña completamente blanca, aire juvenil, Kaunda es de los pocos líderes mundiales que aún se parece a su figura en cera del museo Tussaud, que ya tiene unos cuantos años.

Nacido en Lubwa (norte de su país) en 1924, maestro de escuela en Tanganika, se lanza a la política en 1953, como secretario general del Partido African National Congress. Promotor de la escisión de éste y de la fundación del Zambia National Congress, fue encarcelado en 1959 y su partido proscripto.

Luego de unos 22 meses de cárcel es liberado y se hace nombrar presidente del United National Independence Party, que se había formado en su ausencia. En 1964 —luego de las elecciones generales— se convierte en el primer ministro más joven de todo el Commonwealth y el 24 de octubre, independencia mediante, en el primer presidente de la nueva República de Zambia.

Este país, con el nombre de Rhodesia del Norte, había sido colonia británica desde 1899. El 27 de octubre de 1983, Kaunda fue reelecto por un 5° período con 93% de los sufragios y una participación del 64% del electorado.

Adversario acérrimo del "apartheid", miembro prominente de los llamados "frontline states", abogado incansable de las causas independentistas africanas, Kaunda, cuya fama de pragmático trasciende sus fronteras, ha logrado mantener a su país lejos de conflictos armados tan frecuentes en esa región, con la sola excepción de la reciente y fugaz agresión sudafricana.

Se ha dicho que Zambia es Kaunda más tres siglas: la UNIP, la ZIMCO y la ZCTU. La primera corresponde al ya nombrado United National Independence Party, partido único de tendencia socialprogresista a la "africana". Si bien tanto el presidente como la Asamblea Nacional son electos por sufragio universal, lo cual caracterizaría el régimen como parlamentario, en los hechos la Asamblea no tiene ningún poder, ni tiene iniciativa, ni veto en la propuesta de leyes. Es, pues, el Comité Central del Partido quien realmente decide la marcha del gobierno y en él tiene mucha influencia su secretario general Kenneth Kaunda, aunque no se puede decir que el poder en Zambia sea unipersonal.

La segunda sigla, la ZIMCO corresponde a la Zambia Industrial and Mining Corporation y designa al holding estatal que controla (posee el 51% de las acciones) todas las minas del país, es decir: el cobre, el zinc, el cobalto, el carbón, el plomo, el cadmio, la plata, el manganeso, etc., lo cual representa el 95% del ingreso de divisas de Zambia. El jefe de ese holding es... Kaunda, pero tampoco su autoridad es absoluta, porque está fuertemente representado en el directorio el ZCTU.

Esa sigla, precisamente la tercera: la Zambian Congress of Trade Unions, la poderosísima central sindical, que es la única sigla que realmente da dolores de cabeza al presidente. Este sindicato representa a 300.000 trabajadores, sobre los 375.000 asalariados que tiene Zambia, número enorme en términos africanos. Y su disputa principal con el presidente es sobre el mantenimiento del poder adquisitivo de los mineros contra las exigencias que el FMI impone a Kaunda en materia de recuperación monetaria y financiera. En suma, un panorama que todos conocemos.

La situación económica de Zambia es mala. Entre 1961 y 1971 (precios constantes) el PIB per cápita crecía un 1,7% anual, mientras que en la década de 1973-1983, descendía un promedio de 3%.

Según las versiones oficiales, la recesión mundial —esa culpable de siempre— es la causa de ese estado de cosas. Pero en realidad, se puede verificar un mal muy serio que ataca la economía zambiana: la tremenda incidencia del cobre en sus exportaciones. En efecto, ese producto cuenta en un 95% de las mismas y bien sabido es que, a precios constantes, el cobre ha bajado a la mitad en los últimos diez años.

Por otra parte, debido a una situación similar a la de Nigeria con su petróleo, Zambia —por el cobre— ha explotado solamente una sexta parte de las tierras aptas para agricultura. Y las consecuencias son las mismas: cada vez se importa más a cuenta de ingresos de exportación que disminuyen.

Todo eso ha forzado a Kaunda a poner en marcha un programa de reformas económicas para financiar una deuda externa que asciende a 4.000 millones de dólares. Con las recetas del FMI, principalmente por intermedio de devaluaciones de la moneda —la kwacha— reducción del gasto público, control de una administración corrupta, corte en los subsidios a los alimentos, etc.; Zambia ha conocido por primera vez en su historia, el último mes de diciembre, los disturbios callejeros y los asaltos a los comercios por una muchedumbre enfervorizada.

Con lo cual Kaunda se vio forzado a restablecer los subsidios, recibiendo la promesa de la banca acreedora de otorgarle 550 millones de dólares de préstamos suplementarios aunque condicionados a que el FMI le conceda un bloqueado stand-by de 250 millones de dólares.

La moraleja de estos últimos hechos zambianos es válida para toda Africa: si un líder poderoso como Kaunda no puede llevar a cabo reformas económicas sin tener asonadas, ¿cómo puede hacerlo un gobierno débil y cómo puede Africa pagar sus deudas y alimentar a su pueblo?

**Alfredo Costa Mills**

El Día 30/1/87

01·01 8702201

ARCHIVAR EN: ZAMBIA (132)

TEMA: CONTINUED DISCONTENT IN THE COPPER-BELT PROVINCE

PROCEDENCIA: DOC. Nº 0465/87 DEL 5/3/87

ARCHIVADO EN: CARPETA ENLACE SUDAFRICANO (135)

01·01 0702808

ARCHIVAR EN: Zambia (132)

TEMA: Zambia: Oil Exploration

PROCEDENCIA: ENLACE Sudafricano 5/3/87 Doc. 0470/87

ARCHIVADO EN: ENLACE Sudafrica (135)

01·01 0702812

ARCHIVAR EN: Zambia (132)

TEMA: ADB: Suspension OF LOAN Agreement With Zambia

PROCEDENCIA: ENLACE Sudafrica 27/3/87 Doc. 0460/87

ARCHIVADO EN: ENLACE Sudafrica (135)

01·01 0702817

ARCHIVAR EN: Zambia (132)

TEMA: Zambia: Cabinet Changes.

PROCEDENCIA: ENLACE Sudafricano 20/4/87 Doc. 0862/87

ARCHIVADO EN: ENLACE Sudafricano (135)

01·01 8703203

ARCHIVAR EN: Zambia (132)

TEMA: Zambia: Recent Events

PROCEDENCIA: ENLACE Sudafricano 27/5/87 Doc 0773/87

ARCHIVADO EN: ENLACE Sudafrica (135)

01·01 8704080

ARCHIVAR EN: Zambia (132)

TEMA: Zambia: Loan From The PRC

PROCEDENCIA: ENLACE Sudafricano 16/7/87 Doc 0991/87

ARCHIVADO EN: ENLACE Sudafrica (135)

01·01 8705107

ARCHIVAR EN: Zambia (132)

TEMA: Zambia: Transport Company Shares Bleated 1988.

PROCEDENCIA: Enlace Ingles 18/8/87 Doc. 1234/87

ARCHIVADO EN: Enlace Ingles (135/C

8707071

01·01

ARCHIVAR EN: ZAMBIA (132)

TEMA: ZAMBIA: RECENT EVENTS del 15/7/87 (B/621)

PROCEDENCIA: Doc. Nº 1221/87 del 18/8/87

ARCHIVADO EN: ENLACE INGLES (135/C)

8707198

01·01

ZAMBIA
carta con FMI

132

# Zambia rompió con el Fondo Monetario

Luanda (PL) Zambia ratificó su rompimiento con el FMI y reiteró la demanda de la aplicación de sanciones efectivas contra Sudáfrica, en declaraciones formuladas por sus máximas autoridades en las últimas horas, se conoció ayer en esta capital.

Radio Lusaka informó que el presidente Kenneth Kaunda dijo en la localidad zambiana de Kasaba Bay que la ruptura de su país con el Fondo Monetario Internacional no significa que desee aislarse del resto del mundo.

Explicó que su gobierno se vió precisado a adoptar esa decisión porque las recomendaciones de esa entidad llevaban a Zambia hacia el colapso económico.

Kaunda expresó que, no obstante, el país, cumplirá con los compromisos de su deuda externa, calculada en cinco mil millones de dólares y precisó que el pago de cuyos servicios sólo dedicará el 10 por ciento de los ingresos por exportaciones.

En tanto, en el centro minero de N'Dola, en el nordeste del país, el primer ministro, Kebby Musokotwane, ratificó que mientras exista el régimen del Apartheid no habrá paz en Africa austral.

Musokotwane reclamó que la comunidad internacional incremente las sanciones económicas efectivas contra Pretoria.

El primer ministro, dijo Radio Lusaka, denunció que Sudáfrica ha tomado represalias contra Zambia y organiza y financia grupos contrarrevolucionarios que tratan de impedir su comercio a través de los puertos de Lobito, en Angola y de Beira, en Mozambique.

El alto funcionario indicó que su país incrementó el comercio por el puerto tanzano de Dar-Es-Salam, en detrimento de los ferrocarriles y puerto sudafricanos, que utilizaban anteriormente.

LA HORA
28/6/87

01-01

8707421

HR

ARCHIVAR EN: Zambia (132)

TEMA: Zambia: Government Blamed For Decline.

PROCEDENCIA: ENLACE Sudafricano 7/10/87 Doc. 15/9/87

ARCHIVADO EN: ENLACE Sudafrica (135)

01-01 8708722

# CARP. Nº 132

(16)

Sº 132/c ZIMBABWE

ENTRE LOS Nºs

8701186 - 8712048

132

# Zimbabwe: no hubo plan de derrocamiento contra Malawi

Washington, (IPS/KAIM) El ministro de Relaciones Exteriores de Zimbabwe, Witness Mangwende, dijo ayer en esta capital que los países de Africa Austral nunca han conspirado contra el presidente de Malawi, H. Kamuzu Banda, tal y como alega el gobierno de Sudáfrica.

Mangwende hizo la aseveración al final de su viaje a Estados Unidos en el que fracasó en su intento por convencer a la administración del presidente Reagan de trasladar la ejecución de las sanciones contra Sudáfrica al Consejo de Seguridad de la Organización de las Naciones Unidas (ONU), según fuentes del departamento de Estado.

"No hubo ningún plan de derrocamiento", dijo Mangwende en relación a los cargos atribuidos por Pretoria. "El seis de setiembre pasado nos reunimos con Banda y tuvimos un día de largas discusiones con el fin de resolver los problemas de nuestra región", agregó.

"Por qué razón conspiraríamos contra Malawi cuando este país depende de nosotros para todas sus importaciones y exportaciones", aseveró Mangwende e indicó "Por qué realizaríamos una invasión, sin consejo que bloquearamos las carreteras, Malawi quedaría paralizada".

Por otra parte se conoció que las autoridades sudafricanas han intentado convencer al menos a uno de los supervivientes del accidente aéreo en el que murió el presidente Samora Machel a dejar de trabajar para el gobierno mozambicano e incorporarse al Movimiento Nacional de Resistencia (MNR) (mercenarios).

Vasco Langa, funcionario encargado de protocolo en el ministerio mozambicano de Asuntos Exteriores, manifestó que estuvo sometido a interrogatorio en el hospital en la localidad de Nelspruit en Transvaal Oriental del 20 al 24 de octubre. Sus perseguidores intentaron convencerle de incorporarse al MNR prometiéndole que esto contribuirá a acelerar su tratamiento médico.

Langa regresó a Maputo el 30 de octubre y se encuentra actualmente en Moscú donde continúa la recuperación de las heridas recibidas en el accidente.

La Hora 12.11.86



8701186

ARCHIVAR EN: ZIMBABWE (*132)

TEMA: ZIMBABWE NATIONAL ARMY

PROCEDENCIA: Doc Nº 0428/87 DEL 23/2/87

ARCHIVADO EN: ENLACE SUDAFRICANO

8702340

01·01

ARCHIVAR EN: Zimbabwe (132)

TEMA: Zimbabwe: Views of Prominent Zapu Member Concerning Unity with Zanu(PF)

PROCEDENCIA: E. Sudafrica 27/3/87 Doc. 0475/87

ARCHIVADO EN: ENLACE Sudafrica (135)

8702816

01·01

ARCHIVAR EN: Zimbabwe (132)

TEMA: LUTHERAN CHURCH IN ZIMBABWE: FUNDS FOR THE ANC.

PROCEDENCIA: ENLACE SUDAFRICA 27/3/87 Doc. 0463/87

ARCHIVADO EN: ENLACE SUDAFRICA (135)

01-01 8702830

ARCHIVAR EN: Zimbabwe (132)

TEMA: ENCONTRO DE SUA EXCELENCIA O PRESIDENTE DA REPUBLICA COM A DELEGAÇÃO MILITAR E DA SEGURANÇA DO ZIMBABWE

PROCEDENCIA: ENLACE SUDAFRICA 27/3/87 Doc. 0511/87

ARCHIVADO EN: ENLACE SUDAFRICA (135)

01-01 8702831

P?

ARCHIVAR EN: Zimbabwe (132)

TEMA: ZIMBABWE: SECURITY SITUATION

PROCEDENCIA: ENLACE SUDAFRICANO 27/5/87 Doc 0744/87

ARCHIVADO EN: ENLACE SUDAFRICANO (135)

01-01 8704057

ARCHIVAR EN: Zimbabwe (132)

TEMA: Zimbabwe: Constitutional changes for 1981

PROCEDENCIA: E. Sudafricano 27/5/82 Doc 0760/82

ARCHIVADO EN: Enlace Sudafrica (135)

8704060

01·01

ARCHIVAR EN: Zimbabwe (132)

TEMA: Zimbabwe: Visit to the USSR.

PROCEDENCIA: E. Sudafricano 27/5/82 Doc 0759/82

ARCHIVADO EN: Enlace Sudafrica (135)

8704066

01·01

TEMA: Zimbabwe: Recent Economic Events.

PROCEDENCIA: ENLACE Sudafricano 27/5/87 Doc. 0774/87

ARCHIVADO EN: ENLACE Sudafrica (135)

01·01 8704079

ARCHIVAR EN: Zimbabwe (132)

TEMA: Zimbabwe Internal Security Situation

PROCEDENCIA: ENLACE Sudafricano 14/5/87 Doc 0632/87

ARCHIVADO EN: ENLACE Sudafrica (135)

01·01 8704868

ARCHIVAR EN: Zimbabwe (132)

TEMA: Zimbabwe: Economic Indicators

PROCEDENCIA: ENLACE Sudafricano 16/7/87 Doc 0007/87

ARCHIVADO EN: ENLACE Sudafrica (135)

01·01 8705108

ARCHIVAR EN: Zimbabwe (B2)

TEMA: Zimbabwe: Failing Economic Prospects.

PROCEDENCIA: ENLACE Sudafrica 16/2/87 Doc 0005/87

ARCHIVADO EN: ENLACE Sudafrica (B5)

01·01 8705109

---

ARCHIVAR EN: Zimbabwe (B2)

TEMA: Zimbabwe: Leadership Code of Conduct Criticised.

PROCEDENCIA: ENLACE Sudafricano 16/2/87 Doc 0599/87

ARCHIVADO EN: ENLACE Sudafrica (B5)

01·01 8705110

---

ARCHIVAR EN: Zimbabwe (B2)

TEMA: Zimbabwe: Commercial Bank Predicts 2 Recession.

PROCEDENCIA: ENLACE Sudafricano 16/2/87 Doc 0590/87

ARCHIVADO EN: E. Sudafrica (B5)

01·01 8705111

ARCHIVAR EN: Zimbabwe (132)

TEMA: Zimbabwe: Visit to China And North Korea.

PROCEDENCIA: Enlace Sudafricano 16/7/87 Doc. 1022/87

ARCHIVADO EN: Enlace Sudafrica (135)

01·01 8705119

ARCHIVAR EN: Zimbabwe (132)

TEMA: Zimbabwe: Suspension of Unity Talks.

PROCEDENCIA: Enlace Sudafricano 16/7/87 Doc 1027/87

ARCHIVADO EN: E. Sudafrica (135)

01·01 8705125

ARCHIVAR EN: Zimbabwe (132)

TEMA: Zimbabwe: Dismissal of Provincial Party Chairman

PROCEDENCIA: Enlace Sudafricano 16/7/87 Doc. 1026/87

ARCHIVADO EN: E. Sudafrica (135)

01·01 8705130

ARCHIVAR EN: ZAIRE (132)

TEMA: ZAIRE: OIL REFINERY OPERATIONAL ONCE AGAIN del 23/7/87 (8/0643)

PROCEDENCIA: Doc. Nº 1215/87 del 18/8/87

ARCHIVADO EN: ENLACE INGLES

01·01 8707190

ARCHIVAR EN: ZIMBABWE (132)

TEMA: ZIMBABWE: RECENT EVENTS del 23/7/87 (8/0650)

PROCEDENCIA: Doc. Nº 1213/87 del 18/8/87

ARCHIVADO EN: ENLACE INGLES (135/C)

01·01 8707202

ARCHIVAR EN: ZIMBABWEAN (132)

TEMA: PAC: BISA GREEMENT WITH THE ZIMBABWEAN GOVERNMENT del 23/7/87 (8/0649)

PROCEDENCIA: Doc. Nº 1243/87 del 18/8/87

ARCHIVADO EN: ENLACE INGLÉS (135/C)

01·01 8707205

ARCHIVAR EN: Zimbabwe (132)

TEMA: Zimbabwe: Possible APPOINTMENT of Chinese ADVISERS ON THE Management of ZISCO.

PROCEDENCIA: Enlace Sudafricano 4/11/87 Doc 150/87

ARCHIVADO EN: ENLACE Sudafrica (135)

8710471

01·01

ARCHIVAR EN: Zimbabwe (132)

TEMA: Zimbabwe: Possible Instroduction of import Restrictions with Regard to South Africa.

PROCEDENCIA: Enlace Sudafricano 4/11/87 Doc. 1757/87

ARCHIVADO EN: Enlace Sudafrica (135)

01·01 8710476

---

ARCHIVAR EN: Zimbabwe (132)

TEMA: Cuba: Possible ARMS Provision to Zimbabwe. (AOJ Traducción)

PROCEDENCIA: Enlace Sudafricano 24/11/87 Doc 2517/87

ARCHIVADO EN: Enlace Sudafrica (135)

01·01 8711448

FB

ARCHIVAR EN: Zimbabwe (132)

TEMA: Zimbabwe: Activities and Events. (Ad Hoc Dirección: Zimbabwe: Eventos y Actividades.

PRECEDENCIA: ENLACE Sudafrica 14/12/B de 1758/SP

ARCHIVADO EN: Enlace Sudafrica (135)

01-01 8712048

# CARP. Nº 133

(1)

133/1 AUSTRALIA

ENTRE LOS Nºs

8700005 - 8711487

AUSTRALIA

133



La Habana 26/11/86

Las consideran muy adecuadas

# Medidas para proteger al Sumo Pontífice

SYDNEY, Australia, (ANSA, EFE y UPI).- La policía y los funcionarios del Vaticano calificaron de adecuadas las medidas de seguridad para proteger al Papa Juan Pablo II, a pesar de un descuido que permitió a un "loco" introducir una bomba incendiaria a un edificio que el Pontífice pudo haber visitado.

La policía de la ciudad de Brisbane arrestó a un irlandés de 24 años, residente en Sydney, dentro de la alcaldía, llevando una caja de cartón con una bomba de gasolina dentro, fabricada con cinco botellas de refrescos.

El individuo, que supuestamente dijo a la policía que "quería matar al Papa, porque tiene demasiado dinero", fue descubierto durante un operativo rutinario de seguridad en la alcaldía, seis horas antes que Juan Pablo II bendijera la ciudad desde los balcones del Municipio.

El comisionado asistente de policía, Ron Redmond, dijo que el sospechoso, un ex paciente mental al que describió como "loco", fue acusado de amenazar al Papa.

Mientras el sospechoso era conducido esposado por la policía, el individuo sonrió ante las cámaras de televisión y dijo: "Ya no se hacen los asesinos como antes, amigo".

Juan Pablo II, que fue gravemente herido en un atentado en la plaza de San Pedro el 13 de mayo de 1985, no parecía molesto por el incidente y cumplió sus actividades en Brisbane, sin ninguna interrupción.

**- EN SYDNEY**

Luego el Papa se dirigió a Sydney, la ciudad más grande de Australia, donde una estricta seguridad lo protegió para su jornada en la mitad de su gira de dos semanas por Asia y el Pacífico. Fue su segundo día de estadía en Australia.

La policía cubrió el trayecto de la caravana papal, desde el aeropuerto hasta el Cricket Ground de Sydney, donde Juan Pablo II dio un mensaje a una reunión juvenil, con policías situados cada 30 metros y colocados sobre los pasos a desnivel ferroviarios.

Cuando se preguntó a las autoridades si la seguridad había sido reforzada por el intento de asesinato en Brisbane, la policía dio a conocer un escueto comunicado señalando que "la seguridad es la adecuada para atender la visita del Papa".

Juan Pablo II, en el más largo viaje de sus ocho años de Pontificado, hablará a la multitud más grande de su visita, cuando unas 250.000 personas acudan al hipódromo Randwick, donde oficiará una misa al aire libre.

Normalmente el Vaticano es reacio a comentar asuntos de seguridad, pero luego del intento de asesinato en Brisbane, el vocero del Vaticano, Joaquín Navarro Valls, dijo que la Santa Sede considera adecuada la seguridad.

"No pediremos más seguridad, no se puede hacer más de lo que la policía local está haciendo", comentó.

La policía de Brisbane acotó que el sospechoso fue arrestado mientras buscaba un punto alto del edificio para lanzar desde ahí sus bombas.



0700005

Exchange

133

# Australia pide que se reformen las políticas agropecuarias

BRUSELAS (Reuter). - El ministro para la Industria Primaria de Australia, John Kerin, instó a los Estados Unidos, la Comunidad Europea (CEE) y Japón a tratar en conjunto para impedir una crisis en la agricultura mundial.

El reclamo fue parte de un discurso pronunciado en el Instituto Real para las Relaciones Internacionales de Bélgica, mientras los ministros de Agricultura de la CEE finalizaban aquí el primero de los dos días de sesiones, a fin de resolver cómo reducir con rapidez los crecientes excedentes de alimentos de la Comunidad.

Kerin advirtió que las políticas agrícolas que ahora practican los tres socios comerciales estaban deprimiendo los precios de los productos básicos, distorsionando los mercados mundiales y conduciendo a la rápida desintegración de las relaciones comerciales internacionales.

El ministro dijo que había señales alentadoras de Bruselas y Washington que indicaban que ambos advertían la necesidad de reformar las políticas agrarias; pero agregó que era crucial que ese impulso no se perdiera.

"Se ha hecho harto evidente que la crisis en los mercados agrícolas mundiales es en su mayor parte consecuencia de las políticas internas. La CEE, los Estados Unidos y Japón están entre los mayores productores y comunidores de productos agrícolas", dijo.

**Corrupción de mercados**

"Por esta razón, sus altísimos niveles de subsidio a la producción tienen un efecto dominante en términos de corrupción de los mercados mundiales de productos básicos y de acumulación de superávit masivos. Es obvio que el problema no puede ser abordado sin la concurrencia de estos países".

Kerin, que realiza una gira por varias capitales de Occidente, reiteró un pedido hecho la semana pasada por el primer ministro australiano Bob Hawke para que las naciones que son grandes productoras agrícolas reformen políticas tales como la de dar grandes subsidios a los agricultores.

STELLO

LA NACION 13/2/87



8703430

133

RS

O

# Australia subsidia su producción de trigo

WASHINGTON (Reuter). - El gobierno australiano, por primera vez, está concediendo subsidios directos a los productores de trigo de la cosecha 1987, los cuales podrían alcanzar un total estimado en 132 millones de dólares norteamericanos, según el Departamento de Agricultura de los Estados Unidos.

En su informe sobre comercio y producción mundial, el Departamento dice que los pagos comenzaron, a pesar de los iniciales desmentidos de informes, que sugerían la posibilidad de que el Gobierno otorgara subsidios para compensar pérdidas de exportación.

El Departamento de Agricultura de los Estados Unidos considera que esto es resultado de la fuerte caída que experimentaron los valores mundiales del trigo, lo que ha reducido las entradas por exportaciones a niveles insuficientes para cubrir el precio de venta mínimo estimado por la Junta de Trigo de Australia, que se ubica alrededor de los 98 dólares por tonelada.

El Departamento dice que, por ejemplo, la reciente venta de 2 millones de toneladas de trigo a Egipto a un precio anunciado de 82.50 dólares por tonelada métrica, costo y flete, representa para la Junta una pérdida de por lo menos 15 dólares por tonelada.

LA NACION 14/2/87 FELIX

01-01

8703467

HEB.

133

# Australia hace cerrar la Embajada de Libia

SYDNEY. — El gobierno de Australia ordenó ayer el inmediato cierre de la Oficina Popular (embajada) de Libia en Canberra y dio a los diplomáticos libianos plazo de diez días para abandonar el país.

El primer ministro, Bob Hawke, explicó en una rueda de prensa que decidió dar ese paso después de un estudio detenido del "papel desestabilizador" desempeñado por Libia en la zona y, más recientemente, su injerencia en asuntos internos de Australia.

Hawke recalcó, no obstante, que la orden de cierre de la representación diplomática libia no guarda relación directa con los recientes acontecimientos en Fiyi, donde militares derrocaron el pasado 14 de mayo al gobierno.

## Razón de fondo

Fuentes oficiales señalaron que uno de los motivos de la decisión lo constituyen los contactos establecidos por Trípoli con el movimiento aborigen australiano, porque el gobierno tiene conocimiento de que los libios apoyan a los cabilas en Nueva Caledonia, territorio francés de ultramar, y a los rebeldes de Irian Jaya (Indonesia).

"Libia es también la causa de las tensas relaciones actuales entre Canberra y Vanuatu (antiguas Nuevas Hébridas), cuyo gobierno suspendió la semana pasada todos sus contactos militares con Australia".

Vanuatu, que en verano del año pasado estableció relaciones diplomáticas con Libia, tomó la medida como protesta por lo que calificó de injerencias australianas en sus asuntos internos.

El comunicado de Vanuatu hacía referencia directa a unas conversaciones que el ministro de Asuntos Exteriores de Australia, Bill Hayden, mantuvo a principios de mayo en Wellington con el primer ministro neozelandés, David Lange, sobre el "peligro de penetración libia" en el Pacífico sur a causa de sus contactos con Vanuatu. El País 20/5/87

01-01

8704636

# Cambios ministeriales en Australia

CANBERRA, 12 (AFP) – El primer ministro laborista, Bob Hawke, elegido por tercera vez en los comicios de ayer, dio a entender mañana que reorganizará su gabinete y que acaso deje la política en 1990, cuando cumpla su nuevo mandato.

También se confirmó la posible retirada del viceprimer ministro, Lionel Bowen, lo que facilitaría el nombramiento del actual titular de Hacienda, Paul Keating, generalmente considerado como futuro sucesor de Hawke.

Por otra parte, el canciller Bill Hayden conservará su puesto, a menos que desee cambiar de cartera.

Los resultados completos no se sabrán hasta que pasen unos días, pero se descuenta que los laboristas aumentarán su anterior mayoría de 16 bancas en la Cámara de Representantes. Todas las proyecciones les auguran de 16 a 24 bancas más que la oposición liberal-nacionalista.

Los electores debían renovar enteramente la Cámara (148 bancas) y el Senado (76). En este último casi seguro que nadie tendrá la mayoría, de modo que la decisión parece en manos del pequeño Partido Demócrata que, según todos los cálculos, dispondrá de siete senadores.

OPTO. II (EXTERI
12.8.87
F.D.S.

# Victoria del laborismo en los comicios en Australia

Sydney, 11 (UP) – El partido Laborista del primer ministro Bob Hawke obtuvo hoy un histórico tercer término consecutivo en el poder al lograr una decisiva victoria electoral que se espera aumente su cómoda mayoría en el Parlamento.

Con el 74 por ciento de las boletas contadas, las proyecciones del comicio federal muestran que el partido de Hawke retendrá el poder con una mayoría de 18 miembros en la Cámara de Representantes, dos más que los obtenidos en las elecciones de 1984.

El recuento de votos muestra que el partido Laborista obtuvo el 46,4 por ciento de los votos, pero también que perdió un 1,2 por ciento de los sufragios en comparación con los comicios anteriores.

La oposición, compuesta por los conservadores partidos Liberal y Nacional, necesitaba que ese porcentaje bajase un 2,3 por ciento para derribar a los laboristas.

El partido Liberal obtuvo un 34 por ciento y el Nacional un 11,4. El partido Demócrata logró el 5,9 por ciento.

El partido Laborista perdió terreno en Nuevo Gales del Sur, Victoria, Australia meridional, el territorio septentrional y Australia occidental.

Sorprendentemente, avanzó en Queensland y Tasmania.

Se espera que el gobierno de Hawke, en el poder desde marzo de 1983 luego de un régimen liberal de siete años, continúe su fuerte relación bilateral con Estados Unidos, particularmente en estrategias de defensa para combatir una aumentada presencia soviética en el Pacífico meridional.

Hawke, sin embargo, continuará rehusándose a participar en la Iniciativa de Defensa Estratégica del presidente Reagan y pedirá a Estados Unidos que firme un tratado de zona libre de armas nucleares en el Pacífico sur.

La Prensa 12/7/87

AUSTRALIA

133

18623

Montevideo, domingo 12 de julio de 1987 — EL [illegible]

# Laborismo retuvo poder en elección australiana

SYDNEY. — El Partido Laborista del primer ministro Bob Hawke obtuvo ayer un histórico tercer término consecutivo en el poder al lograr una decisiva victoria electoral que le espera asegurar su cómoda mayoría en el Parlamento.

Con el 74 por ciento de los votos contados, los proyecciones del comicio federal muestran que el partido de Hawke retendrá el poder con una mayoría de 18 miembros en la Cámara de Representantes, dos más que los obtenidos en las elecciones de 1984.

El recuento de votos muestra que el Partido Laborista obtuvo el 46,4 por ciento del voto, pero también que perdió un 1,2 por ciento de los boletos en comparación con el comicio anterior.

La oposición, compuesta por los conservadores partidos Liberal y Nacional necesitaba que ese porcentaje bajara un 2,3 por ciento para derribar a los laboristas.

El Partido Liberal obtuvo un 34 por ciento de los votos y el Nacional un 11,4. El Partido Demócrata logró el 5,9 por ciento.

El Partido Laborista perdió terreno en Nuevo Gales del Sur, Victoria, Australia meridional, el territorio septentrional y Australia occidental.

Sorprendentemente, avanzó en Queensland y Tasmania.

Se espera que el gobierno de Hawke, en el poder desde marzo de 1983 luego de un régimen liberal de siete años, continúe su fuerte relación bilateral con Estados Unidos, particularmente en estrategias de defensa para combatir una supuestamente presencia soviética en el Pacífico Meridional.

Hawke, sin embargo, continuará reluctando a participar en la Iniciativa de Defensa Estratégica del presidente Ronald Reagan, y pedirá a Estados Unidos que firme un tratado de zona libre de armas nucleares en el Pacífico.

La relación con Washington fue fortalecida hace dos semanas durante una visita de los secretarios estadounidenses de Estado, George Shultz, y de Defensa, Caspar Weinberger, para realizar conversaciones bilaterales.

Con lágrimas en los ojos, el dirigente de la oposición y jefe del Partido Liberal, John Howard, reconoció la derrota a las 10 de la noche en un acto en un hotel de Sydney.

## Por correo

Los resultados definitivos no se sabrán hasta pasados unos días, dada la inmensidad del país y la gran proporción de votos por correo en esta semana de vacaciones escolares australianas.

Bob Hawke será el primer dirigente laborista australiano que gobierne por tres mandatos trienales consecutivos y el próximo año presidirá los fiestas conmemorativas del bicentenario de Australia.

El primer ministro había disuelto el Parlamento — Cámara de Representantes (148 bancas) y Senado (76) — a mediados de mayo último, tratando de aprovechar las discrepancias y divisiones surgidas entre las dos formaciones de la coalición opositora: el Partido Liberal de John Howard y el Partido Nacional de Ian Sinclair.

Un hecho saliente de los comicios de ayer fue la victoria laborista en el estado de Queensland, gobernado por el líder de extrema derecha Johannes Bjelke Petersen.

El partido de Hawke había ganado por primera vez las elecciones en marzo de 1983 y volvió a ganarlas en diciembre de 1984. En la última campaña basó su propaganda en los éxitos económicos cumplidos: reducción del déficit presupuestario, disminución del desempleo y mejora del clima social entre patronal y sindicatos.

En cambio, el candidato de la coalición Liberal-Nacional, John Howard, no consiguió convencer a los electores de las ventajas de su programa, centrado en una importante reducción de la presión fiscal.

8707551

01·01

133



# AUSTRALIANOS RECHAZARON REDUCCIONES IMPOSITIVAS

SYDNEY, (AP).— Al rechazar el ofrecimiento de la oposición sobre significativas reducciones impositivas, los votantes de Australia volvieron a volcarse por tercera vez consecutiva en favor del gobierno laborista encabezado por el primer ministro Bob Hawke, que triunfó en las elecciones celebradas hoy.

Hawke prometió continuar con su programa económico apuntado a que Australia sea más competitiva en el panorama internacional.

El primer ministro de 57 años proclamó el triunfo de su partido laborista, que domina el gobierno desde 1983, sólo una media hora después de que el Jefe del Partido Liberal, John Howard, admitió la derrota.

Al finalizar el conteo de votos para la Cámara de Representantes de 148 escaños, el laborismo parecía llevar la ventaja en 82, los liberales en 42, los nacionales en 19, y otros cinco aún no definidos. En el Parlamento previo el laborismo tenía una mayoría de 16 escaños.

En cuanto a los resultados para el senado de 76 bancas, serán conocidos recién dentro de algunos días, aunque se espera que los demócratas mantendrán el equilibrio del poder.

La campaña proselitista de seis semanas sólo enfocó temas impositivos y la economía, afectada por la alta inflación, el desempleo y la deuda externa, y dado que no se trató el aspecto de la política exterior, un diario dijo que estas elecciones fueron las más aburridas celebradas en Australia.

Durante su campaña Hawke recorrió el país defendiendo la tarea de su gobierno en cuanto a Administración Económica, y puso de relieve que necesitaba un mandato para completar la tarea de recuperación económica.

El primer ministro dijo que en el próximo período su gobierno pondrá particular énfasis en reestructurar la economía. Y señaló que si bien habrá algunos cambios en su gabinete, no serán de grandes proporciones.

El ministro Federal de Hacienda, Paul Keating, dijo que los 10 millones de votantes australianos habían reconocido que las políticas laboristas dan resultado, y que "el pueblo de Australia apoyó al gobierno por los aspectos de mayor importancia".

El jefe opositor Howard, que se presentó a sus primeras elecciones nacionales como jefe del Partido Liberal, dijo que luego de felicitar a Hawke por su victoria que había perdido votos por discusiones dentro de la oposición sobre cuestiones impositivas, temas gubernamentales secundarios y otras cuestiones de la campaña.

Si bien Howard señaló que tiene previsto continuar como Jefe de la oposición, algunos comentaristas políticos dijeron hoy que es probable que tendrá que disputar esa jefatura con el ex dirigente liberal Andrew Peacock y el industrial John Elliott, entre otros.

Esa medida sorprendió desprevenida a la oposición, que se encontraba involucrada en disputas por diferencias ideológicas originadas por el derechista Partido Nacional, con sus reclamos de medidas antisindicales

*El primer ministro australiano Bob Hawke y su esposa celebran el triunfo La[illegible] que [illegible] tercera vez [illegible] AP*

01·01

8707792

HR

133

# Ministro de Comercio de Australia Viene en Breve

[illegible] llegará a nuestro país el ministro de Negociaciones Comerciales de Australia, Michel Duffy, quien [illegible] una gira por Canadá, Estados Unidos, Brasil y Argentina. Australia pretenderá enérgicamente [illegible] proyectos comerciales proteccionistas de Estados Unidos, en conversaciones que [illegible] en Washington la próxima semana. Las declaraciones [illegible] multilaterales y bilaterales en una [illegible] de las negociaciones comerciales internacionales.

Duffy declaró que "el progreso de las negociaciones de la Ronda Uruguaya del GATT basado en gran medida del apoyo [illegible] de Estados Unidos en favor de la reforma comercial multilateral.

El Ministro [illegible], durante su gira, procuró el máximo [illegible] para lograr [illegible] en enero para "rápidos



8708846

# Algunas reflexiones sobre Australia y el Uruguay

Aunque Australia y Uruguay están separados por grandes distancias y mantienen sus propias tradiciones culturales, los dos países comparten un compromiso común a la democracia y actualmente se enfrentan a un número de problemas similares.

Australia y Uruguay son sociedades inmigrantes, con largas tradiciones de democracia, compartiendo las mismas latitudes geográficas y dependientes de productos primarios y el comercio para sus bienestares económicos. Problemas comunes; particularmente en relación al comercio de productos agrícolas, el establecimiento de una comunidad uruguaya importante en Australia y el retorno de la democracia a la República Oriental, han constituido los principales factores detrás del cambio de actitudes y el creciente estrechamiento entre los dos países.

Australia y Uruguay han tenido que enfrentar el pleno efecto del deterioro del mercado mundial para los productos agrícolas. La caída de precios de los productos agrícolas ha seriamente erosionado la posición financiera de ambos países.

En la ausencia de cambios de política sustanciales, la crisis mundial agrícola permanecerá vigente por mucho tiempo. Mientras factores tanto en los aspectos de demanda y de oferta han conducido al presente superávit de productos agrícolas, los incentivos proporcionados por los programas agrícolas de las grandes potencias industrializadas para la producción de más y más productos, constituyen la razón principal de los actuales problemas que enfrentan países como Australia y Uruguay.

## • GRUPO CAIRNS

Fue contra este telón que Australia y Uruguay interpretaron un papel importante en la formación del Grupo Cairns de "Fair Traders" para estimular la reforma del comercio agrícola internacional.

Una reunión de productores agrícolas del Hemisferio Sur fue convocada por iniciativa del gobierno uruguayo en Montevideo en abril 1985. Otra reunión en Cairns, Australia en agosto del mismo año condujo al establecimiento del Grupo Cairns de 14 Países Exportadores legítimos en el cual Argentina, Brasil, Chile, Colombia, Malasia, Indonesia, Filipinas, Tailandia, Canadá, Nueva Zelanda, Fiji y Hungría se unieron a Australia y a Uruguay.

Posteriormente, en la reunión ministerial del GATT en Punta del Este en setiembre de 1986, presidida por el Ministro de Relaciones Exteriores, Iglesias, Australia y Uruguay cooperaron estrechamente dentro del contexto del Grupo Cairns para asegurar que la comunidad internacional abordara los problemas del comercio internacional de productos agrícolas. Desde entonces este grupo se ha reunido a niveles ministeriales u oficiales y se ha hecho notar en las Negociaciones Multilaterales de Comercio.

El tema del comercio internacional agrícola es crucial para los dos países y permanecerá un área de estrecha cooperación y un ejemplo para la colaboración futura entre Australia y Uruguay.

## • RELACIONES BILATERALES

Uruguay y Australia también cooperan estrechamente en una cantidad de otros temas internacionales ya que comparten valores comunes y los dos buscan estimular políticas moderadas, constructivas y humanas dentro de la comunidad internacional. Un ejemplo específico es la cooperación con respecto al Tratado Antártico en el cual participan los dos países. Se está desarrollando también una cooperación práctica en la Antártida y un científico uruguayo participó en una expedición de investigación australiana a comienzos de este año.

Una comunidad uruguaya importante ha crecido en Australia durante los recientes años. Conforman una parte bien establecida de la sociedad y mientras mantienen sus tradiciones se han adaptado fácilmente a la gran variedad de culturas en Australia. La comunidad mantiene estrechos lazos con Uruguay y con la ruta transpolar entre Buenos Aires y Auckland, el caudal de personas entre Australia y Uruguay ha aumentado considerablemente.

Contactos bilaterales a nivel oficial han crecido considerablemente desde la vuelta a la democracia en Uruguay. El Ministro de Relaciones Exteriores, Iglesias, hizo una visita oficial a Australia en setiembre de 1986 y el ahora Ministro del Interior, Dr. Antonio Marchesano, también visitó a Australia en febrero de ese año. Un número de ministros australianos visitaron a Uruguay el año pasado, incluyendo al entonces Ministro de Comercio, el Sr. John Dawkins, el entonces Ministro de las Artes, Patrimonio y Medio Ambiente, el Sr. Barry Cohen, y el Ministro Provincial de Nueva Gales del Sur de Planeamiento, Medio Ambiente y Vivienda, el Sr. Robert Carr.

LA MAÑANA 31/9/87

01•01

8709077

93

## Argentinos llegan el miércoles

# Directivos del SUL visitan Australia

*Los directivos del Secretariado Uruguayo de la Lana, Ing. Agr. Carlos Coubrough, Héctor Payssé Turena y Jaime Rovira viajaron a Australia para participar en una serie de reuniones con entidades vinculadas al quehacer lanero. Interinamente ocupa la Presidencia del SUL, Daniel Supervielle. Sin variantes en el mercado lanero local.*

Ing. Carlos Coubrough

Desde hace varios días se encuentran en Australia, el Presidente del Secretariado Uruguayo de la Lana, Ing. Agr. Carlos Coubrough, el Vicepresidente de la citada entidad, Héctor Payssé Turena y el Gerente General del S.U.L., Ing. Agr. Jaime Rovira quienes mantienen una serie de contactos y reuniones con productores y entidades vinculadas al sector lanero de aquel país.

Australia junto con Nueva Zelanda están considerados en los momentos actuales como los países de mayor producción lanera, de ahí la importancia de las experiencias que puedan recoger los representantes del SUL en la visita que realizan al citado mercados.

### VISITA DE PRODUCTORES ARGENTINOS

Para el próximo miércoles está previsto el arribo a nuestro país de una delegación de productores pertenecientes a cooperativas laneras argentinas como respuesta a la visita que semana atrás realizaran a Río Gallegos, Daniel Supervielle y Walter Pons (Presidente de la Cooperativa Ruralista) con la finalidad de intercambiar ideas para incentivar la crianza, comercialización a nivel cooperativo y una posible futura afiliación al S.U.L.

Los distinguidos visitantes visitarán el S.U.L. Central Lanera Uruguaya y el Campo Experimental del S.U.L. en el departamento de Florida.

### MERCADO CALMO

En los últimos días el mercado lanero local no ha registrado transacciones importantes y en algunas licitaciones los precios alcanzados no colmaron las expectativas tanto de los productores como de las firmas exportadoras y/o industriales.

01·01

8711487

# CARP. Nº 133

(2)

133/2 NUEVA ZELANDIA

ENTRE LOS Nºs

[ 8704086 - 8708327

ARCHIVAR EN: Nueva Zelandia (133)

TEMA: New Zealand: Statements About The ANC.

PROCEDENCIA: En Lace Sudafricano 27/5/87 90c 0754/87

ARCHIVADO EN: En Lace Sudafrica (135)

01·01 8704086

ARCHIVAR EN: Varios Zelandia (133)

TEMA: Consejo de Ciudad de Nueva Zelandia

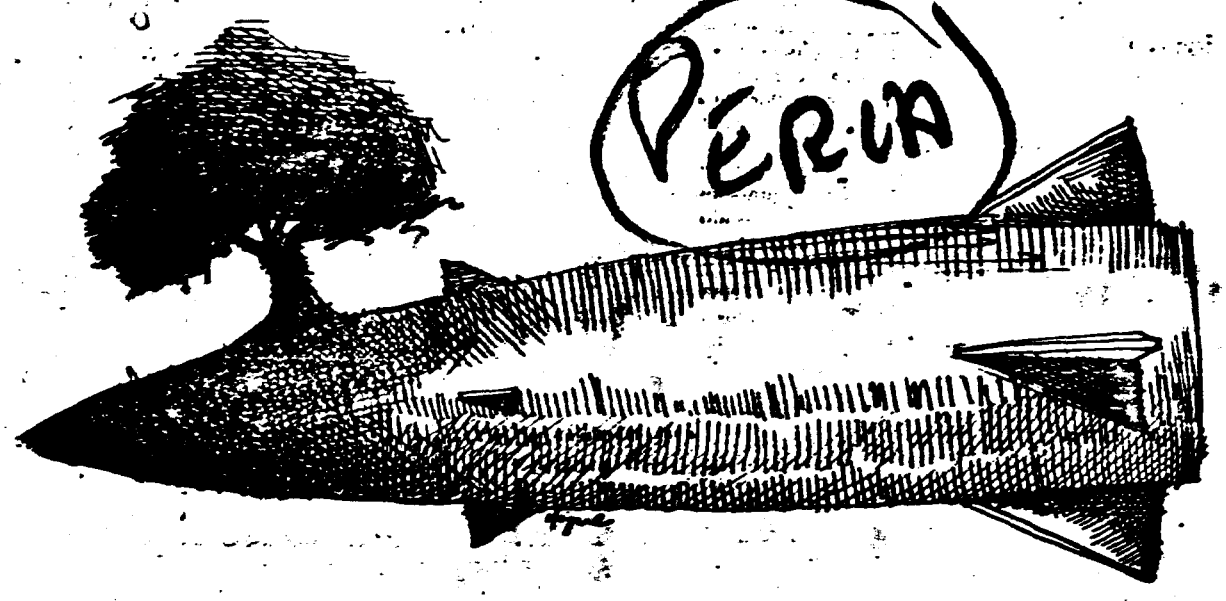
PROCEDENCIA: El País 21/5/87

ARCHIVADO EN: Fichaje (8)

01·01 8704590

Nueva Zelandia

# El sabor del anonimato




Oceanía es, de los cinco continentes, aquel en el cual se ha dado más la división en Estados pequeños, con la excepción de los únicos países desarrollados que se encuentran en el hemisferio Sur: Australia y Nueva Zelandia o Zelanda, como le dicen los españoles. País del tamaño y de la forma —invertida— de Italia, la prensa internacional muy poco se ocupa de él. Eso es positivo, puesto que las noticias que son noticia, son precisamente las malas. Ahora está en el tapete, sencillamente porque hemos tenido la información de la realización de elecciones generales y de la confirmación en el poder de David Lange, abogado de 45 años de edad, que es el primer laborista que obtiene dos mandatos seguidos, desde 1938. El gran partido opositor, el Nacional, es un conglomerado de conservadores y liberales y existen también en la escena política neozelandesa el comunismo —prochino y exiguo— además de un socialismo marxista-leninista, de poco arraigo popular.

## El antinuclearismo de Lange

Por otra parte, el primer ministro Lange es conocido por su profunda aversión a las armas nucleares, que fue lo que valió a Nueva Zelandia una de las pocas oportunidades de tener un papel protagónico en las teletipos de las agencias noticiosas, corriendo el año 1985.

En julio de ese año, los servicios secretos franceses hundían en el puerto de Auckland, a la nave del movimiento ecologista "Greenpeace", que preparaba —con el apoyo, más o menos directo, del gobierno neozelandés— una campaña contra los ensayos nucleares franceses en el atolón de Mururoa. Para Nueva Zelandia esta operación claramente intervencionista y de agresión internacional contra una organización mundialmente reconocida y en territorio de un país pequeño y amigo, era inaceptable.

Por ello, la justicia de las islas fue casi unánimemente apoyada por la comunidad internacional, cuando condenó a los culpables como cualquier país democrático y occidental lo hubiese hecho con terroristas. Los franceses tuvieron numerosos problemas internos —la caída del ministro de Defensa, entre otros— y elaboraron el conocido informe Tricot, para intentar sacarle responsabilidades al gobierno en la aventura del "Rainbow Warrior".

De todas formas, todo este asunto no hizo más que atizar un sentimiento antifrancés que tienen los habitantes de las islas del Pacífico anglófono, ya que estiman que es una desconsideración y un egoísmo de los galos, el proseguir con ensayos nucleares en la zona.

Nueva Zelandia, miembro activo del tratado de Rarotonga, por intermedio de su primer ministro Lange fue más lejos en su oposición al átomo bélico: prohibió el ingreso a sus puertos de los submarinos nucleares estadounidenses, lo cual enfrió sensiblemente la alianza ANZUS (Australia-N.Z.-USA).

Todos estos episodios son justamente los que han consolidado la posición de los laboristas neozelandeses, quienes internamente capitalizaron las decisiones antinucleares de su jefe de fila David Rusell Lange, obteniendo 56 bancas en 97 (15 más que en la elección de 1983), quedándose con los restantes escaños el Partido Nacional, no logrando representación las demás fuerzas políticas.

## Crisis, pero no tanto

También la recesión económica y las dificultades étnico-sociales han llegado a esa ex colonia británica, convertida en dominio en 1907 y que en 1967 cambió la libra esterlina por el dólar. Con 60 millones de cabezas de ganado y la misma población que Uruguay, Nueva Zelandia desde hace varios años sufre como otros productores, del proteccionismo y los subsidios de EE.UU. y la CEE. Este, que es un país desarrollado, miembro de la OCDE, no obstante tiene las mismas luchas que países en desarrollo como Argentina, Brasil y Uruguay y por eso se han reunido en lo que se denomina el conjunto de los "productores eficientes" o grupo de Cairns, países desarrollados y en desarrollo, capitalistas y socialistas.

A estos avatares económicos, hay que agregarle la "cuestión maorí" que ha despertado en las islas desde hace un tiempo. Los maoríes, que habían sido militarmente aplastados en el siglo XIX por los británicos, han repuntado notablemente del punto de vista demográfico, llegando a convertirse en un 15% de la población de las islas. Y ya no se conforman con una actitud paternalista de acceso a las escuelas, asistencia social, etc., quieren una participación política —la tienen ya en el Parlamento— y que sus costumbres, la "maoritanga", sean reconocidas al mismo nivel que las reglas del sistema de Westminster.

Pero a pesar de todo, Nueva Zelandia, comparada con el mundo en desarrollo —al cual volvemos a resaltar, no pertenece, aunque tenga posturas comunes— es un país con pocos problemas: 6% de desocupación, 15% de inflación, una balanza comercial razonablemente desequilibrada y sin deuda externa. Todas ventajas de no ser noticia...

**Alfredo Costa Mills**

01·01

8707847

PERLA

La economía en debate ante las elecciones del sábado

# Nueva Zelanda: laboristas aplican recetas liberales

Escribe Ian Pedley de la agencia Franco Papa

Wellington — Las reformas económicas lanzadas por el gobierno laborista de David Lange ocupan el centro de la campaña electoral que se cerrará con los comicios generales que tendrán lugar el sábado en Nueva Zelanda.

Los analistas políticos hacen notar que el primer ministro ha conseguido dar un tono económico al debate político pese a que los actuales indicadores de la economía parecen contener todos los ingredientes para provocar la derrota del laborismo en las urnas. Después de tres años de gobierno de Lange, la deuda externa, la inflación y las tasas de interés se encuentran en niveles record, mientras que el fantasma del desempleo se cierne sobre la población del país.

A pesar de ello, David Lange ha pedido a sus conciudadanos que olviden los efectos negativos de la reestructuración a gran escala de la economía y le concedan tiempo para acabar el proceso de reformas.

El conjunto de medidas económicas adoptadas por el ministro de Finanzas, Roger Douglas, que han sido denominadas como "rogernomics", se traducen en una vasta desregulación, una liberalización del sistema financiero y una unificación más realista de los servicios públicos.

Douglas juzga que las "rogernomics" y el "thatcherismo" que han inspirado su plan de reforma económica tienen necesidad de cinco o seis años de aplicación para producir sus primeros efectos. "Hasta ahora —declara Douglas— sólo está hecha la mitad del trabajo" y añade que se encuentran en preparación nuevas medidas.

Por su parte, el Partido Nacional, principal fuerza de la oposición, no perdona a los laboristas que hayan dejado a las tasas de interés alcanzar un nivel de 22 % anual y a la inflación ubicarse en torno a una tasa record de 18,9 %. Douglas cree que los intereses se encuentran artificialmente hinchados por la tasa de 10 % sobre todos los bienes y servicios, que el gobierno impuso a fines del año pasado en cambio las reducciones generales de impuestos acordados.

El ministro de Finanzas ha prometido reducir la inflación anual a un solo dígito cuando finalice en marzo próximo el año financiero neocelandés.

El proyecto de presupuesto 1987/88 prevé igualmente el primer excedente comercial del país en los últimos 35 años, permitiendo a Nueva Zelanda continuar con el pago de la deuda externa que asciende a 27.488 millones de dólares estadounidenses, y que es tres veces mayor que la existente en 1984 cuando el laborismo llegó al poder.

## • Consecuencia

Este fuerte aumento de la deuda externa se produjo como consecuencia de la inmediata devaluación del dólar neocelandés tras su llegada al gobierno.

Según el líder de la oposición Jim Bolger, las "rogernomics" han beneficiado especialmente al mundo de los negocios y en particular a los bancos.

El empresariado se muestra en general a favor de un segundo mandato laborista y deja de lado su anterior vinculación con el Partido Nacional. Por el contrario ciertos apoyos tradicionales del laborismo, especialmente por parte del sector forestal, se han perdido debido al agravamiento del problema del desempleo.

El gobierno prevé un acentuamiento del desempleo, que en la actualidad alcanza a 90.000 personas, hasta el final del año.

El Producto Bruto Interno (PBI) debería incrementarse este año 2,1 %, mientras que el déficit presupuestario ha sido reducido a la mitad en el curso del ejercicio.

Para el año acabado en junio, el déficit presupuestario ha sido de 1860 millones de dólares contra 1810 millones del ejercicio anterior.



8708081

133

# Gran victoria del oficialismo en Nueva Zelanda

WELLINGTON (ANSA y EFE).- El Partido Laborista ha resultado vencedor en las elecciones generales celebradas ayer en Nueva Zelanda al obtener una ventaja de 15 escaños en la Cámara de Representantes.

Los resultados revelan que los laboristas han obtenido 56 escaños de los noventa y siete que integran la Cámara, mientras que la oposición obtuvo los 41 restantes restantes.

Con esta victoria del Partido Laborista el dirigente y hasta ahora Primer Ministro, David Lange, consigue un nuevo mandato por cinco nuevos años.

Esta es la primera vez, desde las elecciones de 1946, en que un gobierno laborista neozelandés consigue dos mandatos consecutivos.

Inmediatamente después de conocerse el resultado, Jim Bolger, dirigente del Partido Nacional, de la oposición, ha felicitado a Lange por su victoria en los comicios celebrados hoy en los que han participado el 90 por ciento de los 2.100.000 ciudadanos con derecho a voto.

El Primer Ministro ha afirmado, en declaraciones a televisión, que su gobierno, durante el próximo trienio, dará prioridad al bienestar social, a la educación y se enfrentará con firmeza al problema de desempleo que en Nueva Zelanda afecta al 6,2 por ciento de la población activa.

LA MAÑANA

16 AGO. 1987



8708327

# CARP. Nº 133

(3)

# NO TIENE DOCUMENTOS

# CARP. Nº 134

(1)

# NO TIENE

# DOCUMENTOS

# CARP. Nº 134

(2)

134/2 ISLAS MARIANAS

ENTRE LOS Nºs

-8700896-

ISLAS MARIANAS
Cruzar EE.UU.
734

# NUEVO ESTADO ASOCIADO A LOS ESTADOS UNIDOS

WASHINGTON, (EFE). El Presidente Ronald Reagan firmó una declaración por la que el archipiélago de las islas Marianas, en el Pacífico Sur, se convertirá en un Estado libre asociado de Estados Unidos.

"Me complace anunciar el comienzo de nuevas relaciones" entre Estados Unidos y el grupo de islas que han surgido del territorio administrado por Washington en el Pacífico Sur desde 1947, dijo Reagan.

La declaración presidencial garantiza a los nativos del archipiélago la ciudadanía norteamericana y les permitirá una mayor autonomía gubernamental, aun cuando les vincula siempre económicamente con Estados Unidos.

Washington seguirá a cargo de la defensa del territorio y se ha comprometido a suministrar miles de millones de dólares en ayuda económica.

La medida también pone fin a la administración por Washington de los Estados Federados de Micronesia y las islas Marshall, que desde hace unos diez años han asumido mayor independencia y soberanía, pero cuya defensa sigue siendo también responsabilidad norteamericana.

El autogobierno de las Marshall y Micronesia es el resultado de los convenios de libre asociación de 1980.

"Queremos, muy especialmente, dar la bienvenida al pueblo de las islas Marianas como nuevos ciudadanos en el seno de la familia estadounidense. Nos comprometemos a darles nuestra amistad y nuestro apoyo", dijo Reagan.

"Las islas Marshall y los Estados Federados de Micronesia pueden seguir ahora por la senda que ellos mismos han elegido", dijo Reagan.

Palau es el único territorio que sigue todavía bajo control directo de la administración norteamericana, dentro de los términos del fideicomiso que la Organización de Naciones Unidas aprobó en 1947 y que desde 1951 ha estado a cargo del Departamento (Ministerio) del Interior estadounidense.

Pero los habitantes de Palau celebrarán, el próximo 2 de diciembre, un plebiscito por el que se aprobará o rechazará un arreglo similar al vigente con Micronesia y las islas Marshall.

De aprobarse localmente, esa disposición tendrá que ser ratificada posteriormente por el Congreso norteamericano, para que las Naciones Unidas decidan anular la medida tomada en 1947.

La concesión de la ciudadanía norteamericana a los marianos era el último elemento en las negociaciones que comenzaron hace más de diez años tras un plebiscito en que las islas Marianas aceptaron convertirse en Estado libre asociado, una vez que finalizara la administración norteamericana de su territorio.

La soberanía de las españolas islas Carolinas, Marshall y Marianas era reclamada por Alemania a finales del siglo pasado. Algunas islas pasaron a manos de Alemania tras perder España la guerra con Estados Unidos, en 1898.

Los archipiélagos cayeron bajo dominio del Japón después de iniciarse las hostilidades de la Primera Guerra Mundial y el Imperio oriental les administró tras la conclusión del conflicto por mandato de la Sociedad de Naciones.

UL NOT 4/11/86

01-01

700896

# CARP. Nº 134

(3)

# NO TIENE DOCUMENTOS

# CARP. Nº 134

(4)

# NO TIENE DOCUMENTOS

# CARP. Nº 134

(5)

# NO TIENE DOCUMENTOS

# CARP. Nº 134

(6)

# NO TIENE DOCUMENTOS

# CARP. Nº 134

(7)

134/7 NUEVA CALEDONIA

ENTRE LOS Nºs

87081 68 - 87103 43

134

MONTEVIDEO, LUNES 24 DE AGOSTO DE 1987

PERU

"Marcha pacífica para la independencia"

# Movimientos separatistas en Nueva Caledonia

NUMEA (Nueva Caledonia, FRANCIA, (EFE).- La tensión en el territorio francés de Nueva Caledonia continuó este fin de semana, en el que tuvieron lugar diversas manifestaciones y actos de protesta de los independentistas.

Los dirigentes de movimientos separatistas lanzaron ayer un llamamiento para el mantenimiento de la movilización y la continuación de las acciones no violentas.

Los independentistas protestaron, además, por la represión policial y las dificultades que plantean las autoridades locales para la libre circulación de las personas.

La Marcha pacífica para la independencia convocada por los separatistas de este territorio francés del Pacífico sur, que debía iniciarse este fin de semana y que duraría hasta el próximo 3 de setiembre, no pudo realizarse y se limitó a diversos intentos de manifestación.

Para los dirigentes del Frente Nacional de Liberación Canaco Socialista (FLNKS) estas manifestaciones han constituido un [illegible], a pesar de todo, ya que hubo una alta participación de la población, cuya asistencia ha sido cifrada en 10.000 personas.

Sin embargo, para el Ministro francés de Territorios de Ultramar, Bernard Pons, la movilización contra el referéndum sobre la autodeterminación de Nueva Caledonia ha representado un fracaso ya que según las cifras proporcionadas por las autoridades locales sólo tomaron parte 2.000 personas.

En los actos de protesta que comenzaron el pasado sábado se registraron algunos heridos al intervenir las fuerzas antidisturbios para disolver a los manifestantes.

Durante la jornada de ayer han proseguido las manifestaciones de protesta dentro de una relativa calma y a pesar de la tensión que reina en el territorio, donde una parte de la población, en su mayoría indígenas, se opone a la forma en que ha sido planteado el referéndum de autodeterminación previsto para el próximo 13 de setiembre.



8708168

EE

Cruzan Francia

134

# Chirac en Nueva Caledonia

NOUMEA, Nueva Caledonia.- El Primer Ministro francés, Jacques Chirac, es recibido por residentes locales a su llegada a esta isla, donde precisó ayer los principios básicos del futuro estatuto de autonomía de este territorio francés en el Pacífico Sur. (Radiofoto Reuter).

visto



8708539

134

## Francia - Nueva Caledonia

# El viejo síndrome colonialista

La prepotencia y la represión parecen ser los únicos argumentos posibles para el actual gobierno francés, en el caso de Nueva Caledonia.

Para hoy, 13 de setiembre, está prevista la realización de un referéndum promovido por Francia con la intención de determinar si el territorio isleño del Pacífico sur permanece o no bajo la égida colonial.

Desde que la principal fuerza democrática y auténticamente independentista del país —el Frente de Liberación Nacional Canaco Socialista (FLNKS)— decidió abstenerse de participar en un acto viciado de nulidad desde un principio, el referéndum, cualquiera sea su resultado, poco o nada afectará a la problemática planteada por dicho territorio. Los observadores prevén más de un 50% de abstencionismo, así como la concurrencia a las urnas de los descendientes de los colonos franceses y de los grupos étnicos que los franceses trasladaron a la isla con la intención de modificar su ecuación demográfica.

El fondo de la cuestión es claro y sencillo. El gobierno francés se niega a conceder la independencia a un pueblo que ha demostrado sobradamente su voluntad anticolonialista; al mismo tiempo, Francia desconoce una opinión pública internacional, ampliamente favorable a la liberación canaca. Si en la época en que los socialistas gobernaron en Francia, la isla solo obtuvo migajas autonomistas y una división administrativa en cuatro regiones, que al fin de cuentas resultó ser una maniobra dilatoria más, ahora que el Primer Ministro francés se llama Jacques Chirac —con intereses muy concretos en el níquel del país y en su posición estratégica militar— las posibilidades de obtener una independencia por la vía pacífica se han complicado al extremo. La cohabitación francesa no tiene espacio para los intereses del pueblo canaco y ha optado por este tramposo referéndum —vieja práctica de un colonialismo que ha usado vestirse con ropas más decentes— que ni siquiera logrará legalizar la situación ante las Naciones Unidas.

Mientras tanto, el FLNKS, que domina tres de las cuatro zonas administrativas del territorio, convocó a todos sus miembros para una convención nacional que se efectuó en Paita, a unos 30 km de Numea, capital caledoniana.

Dirigentes del FLNKS declararon que el país vive bajo el estado de emergencia, aunque las autoridades de la metrópolis se niegan a reconocerlo. El ex-canciller Roland Dumas aseguró que la actual represión francesa en Nueva Caledonia es similar a la que ejerce el gobierno racista de Pretoria contra los negros. La semana pasada el gobierno francés decidió enviar urgentemente a otras tres compañías de los cuerpos republicanos de seguridad (CRS) a la isla. Como en otras ocasiones, las primeras manifestaciones contra el referéndum protagonizadas por los canacos en varias ciudades del país fueron duramente reprimidas, con un saldo de numerosos heridos y detenidos. El vocero del FLNKS, Yelwene Yelwene, y el presidente del mismo, Jean Marie Tjibaou, aseguraron que el pueblo canaco de Nueva Caledonia seguirá bregando por su independencia, apoyándose en las manifestaciones pacíficas y en la solidaridad internacional, hasta obligar al gobierno francés a sentarse en torno a una mesa para discutir la independencia del país, y no una autonomía o cualquier otra situación de colonialismo enmascarado.

MP

Lo Hora 13/9/85

Visto

01·01

8708548

134

## HOY SE REALIZA UN IMPORTANTE REFERENDUM EN NUEVA CALEDONIA

# Voto que afecta a Francia

**PARIS, 12 (De nuestro corresponsal, François Lepot). — Para mañana, domingo, el gobierno francés llama a decidir, por referéndum, si la Nueva Caledonia (a 22.000 kilómetros de París), desea o no ser independiente.**

**La consulta ha sido propuesta por los caldoches, 50.000 blancos, la mayoría funcionarios o recién llegados al país.**

**Los 60.000 canakas, los aborígenes que protestan por la inclusión en los padrones de 30.000 trabajadores inmigrantes de China, Vietnam, islas Wallis, etc. (traídos en los últimos tiempos por los europeos) rechazan el referéndum y proponen la abstención.**

**Los canakas cuentan en su apoyo con los socialistas franceses, que desean otorgarles una autonomía "asociada", mientras que los blancos integrantes del R.P.F. (prolongación del partido de Jacques Chirac en las islas) creen que por el voto proyectado, Nueva Caledonia continuará indeterminadamente francesa y se acabarán los problemas.**

**El peligro latente es que esa posesión o territorio de ultramar desemboque en el camino de la violencia y se convierta en otro drama para Francia, como Vietnam y Argelia. Los aborígenes, naturalmente pacíficos, cuentan con el apoyo de todos los países del foro del Pacífico, en especial de Australia y de Nueva Escalandia. También los apoyan Japón y numerosos Estados, en particular los no alineados, quienes obtuvieron un contundente voto en las Naciones Unidas en favor de la descolonización de Nueva Caledonia. En esa oportunidad, inexplicamente, el canciller Dante Caputo se abstuvo, al igual que un reducido número de países, entre ellos Gran Bretaña.**

**Todas las iglesias del territorio apoyan a los independentistas. El cardenal Bernardin Gandin acaba de expresar que "el Papa es muy sensible a las reivindicaciones de los pueblos colonizados".**

**Para esta consulta electoral el líder canaka Jean Marie Tjibaou ha denunciado diversas medidas de boicot de la administración central, tales como el silenciamiento de sus medios de expresión, la aplicación de una dura represión (que la televisión internacional ha registrado) y el maltrato a diversos periodistas franceses y extranjeros.**

**Las principales denuncias de medidas contra los naturales provienen de los medios franceses. "Le Canard Enchaine" habla de la gira realizada por el ministro de Dom Tom (de territorios de ultramar, antes llamado de colonias), Bernard Pons, en la cual éste era precedido de dos grandes helicópteros donde viajaban periodistas oficiales y "una pequeña «trupe» de melanesios encargados de repetir, de tribu en tribu, y ante las cámaras, recibimientos triunfales al ministro".**

**También el general Francescchi, jefe militar máximo en Nueva Caledonia, es acusado por los diarios de París de tomar una participación política activa en la campaña del referéndum.**

### ♦ El gran jefe blanco criticado

**El gran cacique blanco en Nueva Caledonia es el diputado por ese departamento Jacques Lafleur, a quien diversos medios galos (como "Le Monde", "L'Evenement du Jeudi", "Le Canard Enchaine", "Le Matin", "Liberation" y otros) atacan a diario.**

**Jacques Lafleur ha heredado de su padre la jefatura de los blancos en las islas y una enorme fortuna en tierras, bancos, industrias, negocios, hoteles, etc.**

**Como principal "jefe local", Lafleur y sus seguidores europeos se han hecho dictar leyes de privilegios, por las cuales estos millonarios no pagan impuestos. Los medios nombrados denuncian que tales leyes, suprimidas por el gobierno socialista de Pierre Mauroy, fueron restablecidas por Jacques Chirac.**

**En verdad, Francia no gana absolutamente nada con Nueva Caledonia. Al contrario, debe aportarle enormes sumas de ayuda para su subsistencia. "Todo cuanto París invierte allí va a manos de una minoría oligárquica y despótica europea, con influencia en los partidos políticos de derecha metropolitanos", repiten los socialistas.**

**Además, esos privilegiados ni siquiera invierten sus ganancias en Nueva Caledonia o Francia. Los diarios australianos "The Australian", "Sidney Morning Herald" y "Camberra Times", han dicho y probado que el señor Lafleur, como sus familiares y asociados, depositan dinero negro en Australia.**

**Más grave aún es otra denuncia de "Le Monde", demostrando que Jacques Lafleur no tiene mucha confianza en el porvenir "francés" de Nueva Caledonia y trata de vender sus tierras al gobierno de París.**

**El citado vespertino se hizo amplio eco de las declaraciones del diputado socialista Robert Le Foll. Este demostró que el 57% del presupuesto de la Oficina para el Desarrollo Rural de Nueva Caledonia para 1987 se destinaba a comprar bienes inmuebles de Jacques Lafleur. Hecho público este escándalo, el gobierno acaba de decidir suspender las adquisiciones proyectadas.**

**Como ocurre en tales casos a raíz de estos acontecimientos, día a día son más los blancos que se unen a las reivindicaciones de los indígenas. El joven europeo Robert Gafta, integrante del Consejo Superior de los F.L.N.K.S. dijo: "Soy leal a la Francia de 1789".**

**"Le Monde" de esta noche dice sobre el referéndum: "Más allá del resultado conocido por adelantado, este escrutinio abrirá un nuevo período de incertidumbre en Nueva Caledonia".**

visto

01·01

8708650

# Gana Continuidad con Francia en la Nueva Caledonia

NOUMEA (Nueva Caledonia), 13 (AP). — Los partidario de la continuación de la unión con Francia infligieron hoy un derrota a los melanesios independientistas en un controvertid plebiscito para decidir el futuro político de la isla del Pacífico

Las cifras oficiales indicaron una concurrencia del 58. por ciento de los 85.345 votantes empadronados, y una pr proporción del 98.30 por ciento de los votos en favor de que la isl continúe siendo un territorio francés, a pesar de un llama gesto al boicot formulado por el independentista Frente d Liberación Nacional Socialista Kanak (FLNSK).

Muchos melanesios participaron en el boicot para q número no parecía suficiente para respaldar la reclamación d independencia. No hubo reación del líder del FLNSK, Jean Tjibaou, que afirma representar al 80 por ciento de lo melanesios, que se autodenominan kanacos. Pero el líder pro dijo de uno de los grupos integrantes del Frente, Yann Celen Pengel, dijo que rechazaba... el resultado del referéndum po considerarlo no democrático según las normas de las Naciones Unidas.

Los kanakos boicotearon la consulta popular arguyend que la participación legitimaría el resultado de una votación q les permite participar a los franceses con más de tres año de residencia en la isla. Los nacionalistas exigían que só pudieran votar los nativos del territorio, además de ser hijos d por lo menos un nativo.

Los kanakos constituyen el 42,6 por ciento de los 145.00 habitantes, los europeos el 37,1 por ciento y varias minoría franco-francesas completan la población.

Los cancilleres de las naciones melanesias vecinas, l Islas Salomón, Vanuatu y Papúa Nueva Guinea, reunidos en l capital de las Salomón, Honiara, instaron a todos los países d Pacífico a rechazar el resultado del referéndum.

En París, el Primer Ministro francés Jacques Chir calificó el porcentaje de concurrencia al plebiscito, como u "triunfo". El Ministro de Territorios de Ultramar, Bernar Pons, dijo que la tendencia del resultado era "una victoria pa la democracia, para Nueva Caledonia y para Francia".

Roger Holeindre, diputado de la Asamblea Nacional Fra elegido por el derechista Frente Nacional de Nueva Caledoni denunció que los independentistas intimidaban a los votante afirmó que en caso contrario la concurrencia hubiera s mucho más alta.

Sin embargo, no se registraron incidentes durante l votación. Francia desplegó en el territorio unos 8.400 soldad para impedir la repetición de una serie de incidentes q

Visto

134

La Mañana
MONTEVIDEO, LUNES 14 DE SETIEMBRE DE 1987

La abstención fue del orden del 41%

# Nueva Caledonia: Francia logra un masivo "Si"

PARIS, (ANSA, EFE y UPI).- El Gobierno francés se congratuló del resultado obtenido en el referendo sobre el futuro de Nueva Caledonia (colonia francesa en el Pacífico), tras una participación del 59 por ciento y un voto del 98,3 por ciento a favor de la unión con Francia.

La abstención recomendada por todos los partidos independentistas que se han negado a reconocerle validez a esta consulta- ha sido considerable: 41 por ciento.

El censo electoral tenía 85.200 personas y votaron 50.257, de las cuales 49.453 optaron por una de las dos alternativas que habían sido presentadas: independencia o unión con Francia.

De esa cifra, 48.611 votaron por continuar ligados a la metropoli y apenas un 1,7 por ciento (824 votos) se manifestó por la constitución de un Estado independiente.

La participación en el distrito sur del archipiélago, con mayoría europea, fue masiva, pues llegó al 81 por ciento de los 44.648 personas que hay allí con derecho a sufragio.

El porcentaje de votos por la unión con Francia (98,9 por ciento) fue, entonces, ligeramente superior al del conjunto del archipiélago, mientras que sólo un 1,1 por ciento lo hizo a favor de la independencia.

Este hecho en el distrito sur, donde está Noumea, contrasta con los resultados que se han obtenido en los tres restantes del archipiélago, menos poblados y con predominio canaco, grupo melanesio nativo.

visto

01·01

8708869

134



LA NACION

Nueva Caledonia en el Pacífico

# Derrota de los separatistas en Nueva Caledonia

NOUMEA, 13 (AP). – Los partidarios de la continuación de la unión con Francia infligieron hoy una derrota a los melanesios que exigen la independencia en un controvertido plebiscito para decidir el futuro político de la isla de Nueva Caledonia, en el Pacífico.

Las cifras oficiales indicaron una concurrencia del 58,6 por ciento de los 85.345 votantes empadronados, y una proporción del 98,30 por ciento de los votos en favor de que la isla continúe siendo territorio francés, a pesar de un llamamiento al boicot formulado por el separatista Frente de Liberación Nacional Socialista Canaca (FLNSK).

Muchos melanesios participaron en el boicot pero su número no parecía suficiente para respaldar la reclamación de independencia. No hubo reacción del líder del FLNSK, Jean Marie Tjibaou, que afirma representar al 80 por ciento de los melanesios, que se autodenominan canacas. Pero el líder prolibio de uno de los grupos integrantes del frente, Yann Celene Uregei, dijo que rechazaba el resultado del referéndum por considerarlo no democrático según las normas de las Naciones Unidas.

Los canacas boicotearon la consulta popular arguyendo que la participación legitimaría el resultado de una votación en que se permite participar a los franceses con más de tres años de residencia en la isla. Los nacionalistas exigían que sólo pudieran votar los nativos del territorio, además de ser hijos de por lo menos un nativo.

Visto

01·01 8709054

Miércoles 16 de setiembre de 1987

Clarín

Fundado por ROBERTO NOBLE el 28 de agosto de 1945

# El estatuto de Nueva Caledonia

ES muy improbable que el referendo celebrado el domingo último en Nueva Caledonia implique una solución definitiva al problema nacional de ese archipiélago en el océano Pacífico, anexado por Francia en 1853 y que desde 1968 mantiene el estatuto de departamento de ultramar. El resultado de la consulta no modificó el escenario delineado en las elecciones políticas de 1985, cuando los partidos independentistas, que representan a la población melanesia originaria, obtuvieron el 40 por ciento de los sufragios, mientras las agrupaciones que defienden la pertenencia francesa llegaron al 60 por ciento.

Esta vez, tales porcentajes expresaron los índices de ausentismo, promovido por los independentistas, y la participación, sostenida por los pro franceses. De los votos emitidos, el 98,30 por ciento fue favorable al mantenimiento de la situación actual. La abstención fue engrosada por los independentistas por razones de principio, en apoyo de su voluntad de soberanía, pero también como impugnación hacia la decisión del gobierno francés de autorizar el voto del 20 por ciento de la población actual, que está constituida por los inmigrantes de otras áreas del Pacífico.

Porcentajes al margen, es evidente que si más de un tercio de un grupo humano no admite la validez de un pronunciamiento, su legitimidad está en juego y el contenido del problema, lejos de haber sido superado, se presenta nuevamente como motivo de negociaciones y acuerdos. El tema, en realidad, ha quedado reformulado y abierto.

Ello se refleja claramente en el propio territorio metropolitano. La opinión pública francesa está dividida, tanto como los partidos que la representan. Mientras los socialistas y comunistas se oponían al referendo, considerando que las aspiraciones nacionales de los melanesios no pueden resolverse por esa vía, los miembros de la coalición de centro-derecha que apoya al primer ministro Jacques Chirac anuncian que la unión de Nueva Caledonia con Francia ha quedado consagrada "para siempre".

Se trata, a todas luces, de una esperanza [illegible], que para concretarse requerirá de otros pasos, pues los kanakos —como se denominan los melanesios de Nueva Caledonia— no comparten en su inmensa mayoría tal certidumbre. Tampoco la comparte el presidente de Francia, François Mitterrand, que públicamente manifestó su oposición a la consulta. Cuando los socialistas tenían mayoría en los cuerpos legislativos, el primer ministro Laurent Fabius había propuesto, en cambio, una negociación más articulada, tendiente a lograr para Nueva Caledonia el estatuto de estado libre "asociado".

La importancia del tema escapa a los límites de una relación bilateral entre Francia y su departamento de ultramar, y tampoco se reduce al problema de los residentes de origen francés que ya cuentan con dos o tres generaciones de nacidos en las islas. Si el régimen de cohabitación generado en Francia por las últimas elecciones generales llegó a uno de sus puntos máximos de fricción por Nueva Caledonia, lo es también porque el archipiélago está situado en una región del mundo donde se entrecruzan importantes intereses estratégicos y económicos.

La independencia de Nueva Caledonia es defendida por los trece países del Foro del Pacífico Sur, que integran Australia y Nueva Zelandia. La situación también fue considerada como un problema "colonial" por la Asamblea General de las Naciones Unidas, por 89 votos afirmativos y 24 en contra. Si bien el acto comicial del domingo se desarrolló en absoluta calma, el recuerdo de las víctimas que en los últimos años habían provocado las actividades terroristas de algunos grupos independentistas todavía perdura y se suma a los interrogantes para el porvenir.

La cuestión no está cerrada por consiguiente, ni en Nueva Caledonia ni en Francia, pero tampoco lo está en el juego internacional de intereses y equilibrios, y ello tendrá que ser tenido en cuenta por el gobierno de París, ya sea en su actual orientación política o en la que advenga en 1989.

134

visto

01·01

8709190

# Inútil referéndum en Nueva Caledonia

**Por Gwynne Dyer**

"Nueva Caledonia... es probablemente el último territorio tropical no independiente del mundo en donde un país desarrollado puede ubicar a sus ciudadanos. Esta oportunidad final de crear otro país de habla francesa debe ser aprovechada. La presencia francesa en Nueva Caledonia no puede ser amenazada, salvo por un movimiento nacionalista de los habitantes nativos..."

"...La inmigración masiva de ciudadanos franceses y de gente de (otros territorios franceses de ultramar) nos permitirá evitar este peligro mejorando el equilibrio numérico entre las comunidades... El movimiento nacionalista nativo solamente será controlado si las comunidades que son de [re]sidentes del Pacífico son la mayoría".

—Primer ministro francés Pierre Messmer, 1972.

Funcionó. En el referéndum sobre la independencia de Nueva Caledonia del 13 de setiembre, aproximadamente el 98% del 59% del electorado que votó, lo hizo por seguir siendo una colonia francesa. El pueblo nativo melanesio no lo hizo —alrededor de las cuatro quintas de ellos apoyaron los candidatos pro independentistas en las recientes elecciones locales —pero se vio muy sobrepasado numéricamente en las elecciones.

Los kanaks, los originarios habitantes melanesios de la isla del Pacífico sur al norte de Nueva Zelandia, son ahora solamente el 42% de la población residente de 150.000 personas. Su desesperación por la forma en que los gobernantes "democráticos" legitimizan ahora su status colonial, los llevó a una breve insurrección en 1984-85, pero la violencia está ahora superada.

La revuelta fue sofocada por casi 8.000 soldados venidos de Francia —ahora hay "un soldado por cada diez kanaks", dijo en el mes de febrero un ministro de gobierno francés— y luego fue liquidada subrepticiamente por un rápido juego de piernas realizado en París. El referéndum sobre la independencia que fuera prometido por el gobierno socialista del presidente Mitterrand en 1985, se llevó a cabo en términos muy diferentes a los imaginados por los kanaks.

Mitterrand nunca especificó a quién se le permitiría votar en el referéndum, principalmente por miedo a galvanizar a los duros colonialistas blancos en una violencia prematura, pero las implicaciones estaban claras: sólo aquellos que tuvieran raíces largamente establecidas en Nueva Caledonia tendrían autorización para votar. Esto le hubiera dado a los kanaks una cómoda mayoría, de modo que el Frente de Liberación Nacional Kanak (FLNKS) decidió permitir que la democracia siguiera su curso.

## CHIRAC EN ESCENA

Sin embargo, la elección parlamentaria francesa del año pasado le dio el poder al gobierno conservador del primer ministro Jacques Chirac, quien no tenía la intención de dejar escapar esta colonia del Pacífico sur. Mitterrand estaba constitucionalmente incapacitado de intervenir mientras Chirac cortejaba a Nueva Caledonia con generosas dádivas financieras, la llenaba de soldados y declaraba que todo el mundo en el territorio estaría autorizado para votar en el referéndum.

"Actualmente, con todos estos soldados entre nosotros, el equilibrio de fuerzas ha cambiado", dijo recientemente Tjibaou, "y nos debemos adaptar a este nuevo contexto". De modo que el FLNKS ha abandonado las esperanzas de una pronta independencia y está haciendo tiempo —pero no deberán esperar eternamente.

Los polinesios y los otros inmigrantes no blancos siempre votaron en forma abrumadora por retener los lazos con Francia, ya que sus trabajos dependen directamente de la inversión francesa. Pero esa lealtad es probable que se vea erosionada a medida que una generación más joven y mejor ... de subir en la ... se ... siempre ... la ... de ... kanak.

## SIN SALIDA

Nueva Caledonia es una sociedad colonial clásica. El PBI per cápita es mayor que el de Nueva Zelandia, pero el promedio de ingreso de los blancos es de casi cuatro veces más que el de los melanesios. Los 1.500 hacendados blancos tienen casi dos veces más tierra que los 25.000 granjeros melanesios.

Sin embargo, el referéndum no arregla nada, ya que la comunidad blanca no puede seguir aumentando su número con inmigraciones a gran escala sin socavar sus propios privilegios, y la tasa de natalidad mayor de los kanaks les devolverá el status mayoritario dentro de una década. Y el cambio podría venir incluso mucho más rápidamente, mediante un renovado brote de violencia.

Cuando Gastón Flosse, el secretario del Estado francés para los Asuntos del Pacífico, estuvo recientemente en Tokio, el ministro de Relaciones Exteriores japonés, Tadashi Kuranari, le advirtió que "las democracias occidentales serían rechazadas si no tomaban en cuenta los sentimientos de los habitantes (nativos) de las islas. Aun cuando se respetaran los procedimientos legales en el sentido occidental del término, la situación real en el Pacífico sur es tal que no se puede seguir adelante de esta forma".

Flosse le respondió señalando que 22 kanaks fueron enviados recientemente a Libia para entrenarse en "terrorismo", por una fracción militante del FLNKS. "Si se diera el caso de que después del referéndum nos tuviésemos que ir", le preguntó "¿Quién nos reemplazaría? ¿Libia? ¿Rusia?".

Pero ese es precisamente el punto. Todos los demás habitantes de la región pacífica están preocupados de que cuando los franceses se vean finalmente obligados a irse, los kanaks habrán sido empujados justamente a ese tipo de alianzas.



8709228

## NUEVA CALEDONIA

134

1.- Este archipiélago situado al Este de Australia, en el Pacífico Sur, fue anexado por Francia en 1853 y desde 1968 mantiene el estatuto de Departamento de Ultramar. Desde hace mucho tiempo el pueblo canaco, como así se llama a los nativos, viene reclamando la independencia. Al acceder el Presidente François Mitterrand al poder, todo parecía indicar que a breve plazo, tal como prometían los socialistas, se concedería la autodeterminación a Nueva Caledonia, sin embargo la situación se fue complicando, estallando en 1984 una rebelión que cobró numerosas vidas y que aún hoy no ha podido ser sofocada completamente.

2.- Se destaca que, de los aproximadamente 150.000 habitantes de las islas, un porcentaje del 42,6% son canacos independentistas, un 37,1% europeos y el resto, está constituído por minorías pro-francesas. Teniendo en cuenta estas cifras se puede deducir fácilmente que los nativos que bregan por dejar de pertenecer a una colonia gala, no pueden lograr ninguna votación a su favor, siguiendo por lo tanto en manos de los blancos el Gobierno del archipiélago.

3.- A raíz de los crecientes desórdenes que llevaron varias veces a imponer el Estado de Emergencia, el toque de queda y a recurrir a la presencia de hasta unos 8.000 efectivos franceses, los que llegaron a las islas para tratar de imponer el orden, el 13 de setiembre último el Gobierno galo llamó a decidir, a través de un referéndum, si Nueva Caledonia deseaba o no la independencia. La consulta fue propuesta por los "caldoches", como se denomina a los habitantes blancos del archipiélago.

4.- Los canacos independentistas, a través del "Frente de Liberación Nacional Socialista Canaco", rechazaron el referéndum y propusieron la abstención. Sin embargo, el mismo se llevó a cabo y una proporción de un 98,30% de los votos fue a favor de que Nueva Caledonia continúe siendo territorio francés. Gran parte de los canacos no aceptaron este resultado, declarando que "según las normas de las Naciones Unidas, no era democrático". Por su parte, los Cancilleres de las naciones melanesias vecinas (Islas Salomón, Vanuatu y Papúa Nueva Guinea) instaron a todos los países del Pacífico a rechazar lo expresado a través del referéndum.

5.- Se considera como muy improbable que el resultado del mismo implique una solución definitiva al problema nacional de Nueva Caledonia, persistiendo inquietantes interrogantes sobre su futuro. La tensión en las islas continúa,



8710107

traduciéndose en manifestaciones y actos de protesta por parte de los independentistas, lo que ha obligado a Francia a enviar en setiembre último, otras tres compañías de los denominados "Cuerpos Republicanos de Seguridad", se destaca que un Ministro galo ha señalado que actualmente por cada diez canacos hay en el archipiélago un soldado galo. Asimismo, el principal líder de los nativos, Jean Marie Tjibaou, declaró en reiteradas oportunidades que seguirán las movilizaciones hasta que las autoridades francesas se vean obligadas a discutir la independencia.

6.- Otro factor que hace aún más peligroso el conflicto, es el apoyo de Libia a los independentistas, ya sea financiando las actividades de los rebeldes como dándoles instrucción militar para que lleven a cabo una verdadera "guerra de guerrillas", tal como se comprobó que ocurrió desde agosto de 1984 a diciembre de 1986 en la nación africana, donde concurrió un número indeterminado de canacos para participar en dichos "cursos".

7.- En síntesis puede decirse que las cosas están planteadas en forma sumamente delicada en el archipiélago, a causa de una minoría intransigente que no parece dispuesta a ceder en sus reivindicaciones. Nadie puede predecir la evolución de los acontecimientos, pero todo indica que las provocaciones canacas no terminarán y que deben esperarse hechos de violencia de variada magnitud por parte de los nativos que no aceptan que su territorio siga bajo mandato francés. Todo esto conforma un clima sumamente inestable y riesgoso, en especial para los blancos que habitan en las islas o para los extranjeros que circunstancialmente lleguen a ella, los no pueden contar con el margen de seguridad debido.

P.K.



87 10107

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE
SERVICIO DE INFORMACION DE DEFENSA
DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

Alerta en Nueva Caledonia

(...): Los militares franceses estacionados en Nueva Caledonia amanecieron ayer en pie de guerra luego de la muerte de dos gendarmes en la región de Kone, a 270 kilómetros al noroeste de Numea.

Al mismo tiempo desde esa capital, se despachan urgentemente tropas de refuerzo hacia esa zona en conflicto donde unos 200 soldados apoyados por helicópteros "Puma" y "Alouette" rastrillan sin parar todos los rincones del extenso paisaje.

Las autoridades galas dicen no conocer aún los autores del hecho pero de todas formas pusieron bajo arresto al alcalde de Kone Paul Napoarea, conocido independentista a quien se acusa de haber estado al tanto de la presencia en la zona de elementos denominados "peligrosos"

01·01

8710343

# CARP. Nº 134

(8)

[134/8 VANUATO (EX NUEVAS HEBRIDAS)

ENTRE LOS Nºs

-8710342-

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE
SERVICIO DE INFORMACION DE DEFENSA
DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

Fecha de Informe Nro. | Ejemplar Nro.

Asunto:

TEXTO:

# Expulsan un embajador en islas Vanuatu

Port Vila (DPA) El gobierno de Vanuatu expulsó ayer al embajador de Francia en el archipiélago, dándole un plazo de siete días para que abandone las islas del Pacífico Sur.

El primer ministro de Vanuatu, Walter Lini, informó en la capital Port Vila, que el gobierno dispone de "pruebas contundentes" de que el embajador hizo entrega el pasado 12 de junio de una importante suma de dinero a las fuerzas de oposición para impulsar la campaña electoral en vistas a los comicios del mes próximo.

Lini calificó de "gesto poco amistoso" la relación del representante diplomático francés con la oposición política y pro-francesa.

La aglomeración opositora "Unió.. de los Moderados" agrupa a una serie de organizaciones francófonas que desean mejorar las relaciones con París.

PERFIL

8710342

# CARP. Nº 135

135 SUDÁFRICA

ENTRE LOS Nºs

1870153 6 - 8712049

SECRET Indexfiles

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE
SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF AA
DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)
Fecha de Entrada 28/01/87.
Fecha de Salida
Pasa a Jefe/Anal/archivo
N. de Identificación 0158/87

135

REFERENCE : B/ 8382

DATE : 11 December 1986

**ZAIRE : NEW TASK FORCE/INTELLIGENCE SERVICE**

1. On 18 November 1986 Pres MOBUTU of Zaire announced the founding of a military reaction force and intelligence service (SARM) whose main objective will be to combat both external and internal armed intervention.

2. In terms of a presidential decree the SARM will inter alia gather information concerning Zaire's military security, obviate activities aimed at undermining the territorial integrity of the state, and take action against all dissidents, terrorists and enemies of the Zairean revolution at home.

DATE OF INFORMATION : December 1986
RELIABILITY GRADING : 2

01 · 01

SECRET

9701536

SECRET

Luboa Indéfini

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE
SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF AA
DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)
Fecha de entrada 23/01/87
Fecha de salida
Pasa a Sefs Unidades
Nro. de Identificacion 0157/87

135

REFERENCE : B/ 8419

FIELD REPORT

DATE : 30 December 1986

***ZAIRE : POLITICAL AND ECONOMIC SITUATION***

There is increasing evidence of French cooperation with Zaire in the economic field. The French firm Technip is to undertake a million dollar feasibility study for Zaire (of which the financing is to be undertaken by the World Bank) in respect of :

a. The installation of buoy for supplying crude oil in the vicinity of the port of Muanda, which is near a refinery with a capacity of 15 000 barrels a day. This capacity is, however, seldom realised,

b. The constructiuon of an underwater pipeline between the buoy already mentioned and the refinery.

c. The construction of a pipeline over a distance of 130 km between Muanda and Matadi. (In addition to the pipeline already under construction between Matadi and Kinshasha).

d. The renovation of the various depots for petrol distribution throughout the country.

DATE OF INFORMATION : December 1986
RELIABILITY GRADING : 3



SECRET

0T0152

SECRET

Subship

REFERENCE : B/ 8386

DATE : 11 December 1986

735

## ANGOLA : CONTRADICTORY STATEMENTS CONCERNING NEGOTIATION WITH UNITA

1. On 10 and 11 November 1986 contradictory statements were made by Angola's ambassadors in Tanzania and Zimbabwe in respect of the MPLA's standpoint concerning negotiation with UNITA. These statements were made at two separate press interviews and coincided with the 11th anniversary of Angola's independence.

2. August JUNIOR (Ambassador in Tanzania) said in Dar es Salaam that the MPLA is appealing to its opponents to return to Angola and to verify their support amongst Angolans by way of free elections. He also intimated that Dr SAVIMBI, leader of UNITA would be accepted in the main stream of Angolan politics if he were prepared to "leave his hide-out".

3. André MIRANDA (Ambassador in Zimbabwe), adhering to the official Angolan standpoint, declared in Harare that "the MPLA would never negotiate with UNITA and would resist this movement to the very last man".

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE
SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF AA
DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)
Fecha de Entrada 23/01/87.
Fecha de Salida
Pasa a Archivo
Nº de Identificación 0164/87

DATE OF INFORMATION : December 1986
RELIABILITY GRADING : 2

01-01

SECRET

0701538

SECRET Indáfrica.

REFERENCE : B/ 8385

DATE : 18 December 1986

B5

**MAURITIUS : RULING COALITION LOSES MAJORITY IN PARLIAMENT**

1. The recent expulsion and resignation of several parliamentarians in Mauritius because of their alleged involvement in the drug trade, resulted in the fact that the ruling coalition only has 30 seats in Parliament as opposed to the 32 of the opposition.

2. The former Deputy Prime Minister and Chief Whip of the Mauritian government, H BOODHOO, handed in his resignation as a member of parliament on 19 November 1986 after he was expelled the previous day from the Militant Socialist Movement (MSM, senior partner in the ruling coalition) owing to his alleged involvement in the drug trade. In this regard L RAMSAHOK (MSM member) also handed in his resignation and a backbencher, S POONITH, was expelled from the party.

3. The Labour Party of Mauritius (RTM, junior partner in the ruling coalition) also expelled two members of parliament, S PELLADOAH and I NAWOOR, for the same reason, while A CHINIEN resigned from the party himself.

4. COMMENT

a. These developments follow on the evidence being given before a commission of investigation into alleged drug trafficking in Mauritius. Although the next general election should take place in 1988, in accordance with the Constitution, these events will probably force Prime Minister JUGNAUTH to call an early election.

DATE OF INFORMATION : November 1986
RELIABILITY GRADING : 2

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE
SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF AA
DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)
Fecha de Entrada 23/01/87
Fecha de Salida
Pasa a Jefe/Anual/archivo
N. de Identificación 0159/87

01 - 01

SECRET

8701539

TEL: 95 40 52

SECRETO

ENCARE SUDAFRICA

DIVISION DE LAS FUERZAS ARMADAS
EMBAJADA DE LA REPÚBLICA
DE SUDÁFRICA
RINCON 487 - PISO 2
MONTEVIDEO

WA/M/203/5/SK220/2/2

12 de noviembre de 1986

Sr. Director del Servicio de
Información de las Fuerzas Armadas
Gral. Don Juan A. Zerpa
P r e s e n t e.-

De mi consideración:

1. Adjunto a la presente para vuestra atención material que puede ser de interés para esa oficina.

2. Hago propicia esta oportunidad para reiterar a usted las seguridades de mi más alta y distinguida consideración.

(G.J. VISAGIE) Cnel.
Agregado de las Fuerzas Armadas

JUNTA ... 04 DIC 86
S/DFD
3678

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
... General de Información de Defensa
(EXTERIOR)
Fecha de Entrada 23-9-87
Sefe/Anal/Archivo
0428/77

01 · 05

SECRETO

8702340

| | | |
|---|---|---|
| SUBJECT | : | ANGOLA : INTERNAL SECURITY SITUATION - AUG 86 |
| SOURCE | : | B |
| INFORMATION | : | 3 |
| DATE | : | OCT 86 |
| DISTRIBUTION RESTRICTION | : | NOT FOR RELIAISON |

1. During Aug 86 UNITA was involved in 190 incidents, compared to 200 incidents during Jul 86.

2. Contacts. Of the 159 contacts which took place UNITA initiated 149 and FAPLA 10.

3. Losses

a. Personnel. An estimated 366 FAPLA members were killed, 419 wounded and 42 captured.

b. Material. According to reports UNITA destroyed 132 FAPLA vehicles including a BM-21, two TMM bridge building vehicles and a BTR.

4. The highest concentration of incidents took place in the Third, Fourth and Sixth Military Regions, although incidents occurred in the rest of the country on a regular bases. The intensity of incidents was high and, as can be seen from the above figures, FAPLA suffered heavy equipment and personnel losses.

SECRET

| | | |
|---|---|---|
| SUBJECT | : | MOZAMBIQUE : INTERNAL SECURITY SITUATION |
| SOURCE | : | B |
| INFORMATION | : | 3 |
| DATE | : | OCT 86 |
| DISTRIBUTION RESTRICTION | : | NOT FOR RELIAISON |

1. RENAMO was involved in 283 incidents during Aug 86 compared to 407 incidents during Jul 86.

2. Contacts. 171 contacts took place of which RENAMO initiated 90 and FAM and the ZNA 41. The initiator of the rest of the contacts could not be established.

3. Actions by RENAMO

a. RENAMO continued with its intensified activities in Central Mozambique and attacked 13 FAM bases (three in the Manica Province, nine in the Sofala Province and one in the Tete Province). Three FAM bases were attacked in the Maputo Province and two in the Gaza Province. RENAMO also attacked 10 FAM convoys.

b. During Aug 86 RENAMO attacked the towns Gondola (Manica Province), Inhaminga (Sofala Province) and Luabo (Zambezia Province).

c. RENAMO involved civilians in Central Mozambique in agricultural projects.

4. Sabotage

a. The Beira/Mutare oil pipeline was successfully sabotaged on two occasions.

b. On 18 Aug 86 the power supply to Mapai was cut.

c. On 21 Aug 86 RENAMO attacked a train on the Maputo/Ressano Garcia railway line.

d. Tne Beira/Mutare railway line was sabotaged at Dondo (Sofala Province) on 22 Aug 86.

6. Actions by FAM. FAM attacked eight RENAMO bases in the Maputo Province, four in the Gaza Province, three in the Inhambane Province and two in the Manica Province.

SECRET

ZIMBABWEAN NATIONAL ARMY

| | | |
|---|---|---|
| SUBJECT | : | ZNA REINFORCEMENTS TO CENTRAL MOZAMBIQUE |
| SOURCE | : | B |
| INFORMATION | : | 3 |
| DATE | : | OCT 86 |
| DISTRIBUTION RESTRICTION | : | NOT FOR RELIAISON |

According to information received the ZNA reinforced their strength in Central Mozambique with two infantry companies and 10 armoured personnel carries during Sep 86. Remark. During Mar 86 the ZNA decreased its troop strength in Mozambique from 4 000 to approximately 3 000.

05.05

SECRET

8702340

SECRET

URSS

REFERENCE : B/ 0136

DATE : 5 February 1987

**EC : TALKS WITH THE SOVIET UNION**

1. The EC Commission and Soviet trade representatives held preliminary discussions on 15 and 16 January 1987 in Brussels about the possibility of formal relations. Remark : This is the first time since the establishment of the EC in 1958 that the latter and the Soviet Uion have held direct discussions.

2. According to the EC Commission the discussions were "constructive and positive" and further meetings are envisaged.

3. ELUCIDATION AND COMMENT

The above discussions probably took place as a result of the EC invitation to the Soviet Union with regards to direct mutual contact. It is possible that on the one hand the EC is endeavouring to extend relations with individual East Bloc states and on the other hand Mikhail GORBACHEV is trying to follow a more pragmatic foreign policy. Above-mentioned contact could lead to the Soviet Union officially recognising the EC, in contradiction to the Soviet viewpoint so far that the EC is an extention of NATO.

DATE OF INFORMATION : January 1987
RELIABILITY GRADING : 2

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
Fecha de Entrada 5-3-87
Fecha de Salida
Pase a Jefes-archivo
Nº de identificación 0480/87

01 - 01

SECRET

8702370

135)

URSS
Cooperación económica

SECRET

REFERENCE : B/0088

DATE : 29 January 1987

USSR/ZAIRE : EXPANSION OF ECONOMIC RELATIONS

1. During the first half of January 1987 an eight-man delegation from the USSR arrived in Zaire with the objective of negotiating the expansion of Soviet economic cooperation with Zaire.

2. The Soviet delegation submitted proposed projects involving the mining and transport departments of Zaire. Two of the most important projects were :

   a. The construction of a railway between Kinshasa and Ilebo.

   b. Phosphate mining in cooperation with Gecamines at "BAS-ZAIRE".

DATE OF INFORMATION : January 1987
RELIABILITY GRADING : 3

01 ·01

SECRET


Fecha ... 5.3.87
Pase a Jefe archivo
... 0461/87


8702372

135 Filipinos Important

SECRET

REFERENCE : B/0082

DATE : 29 January 1987

THE PHILIPPINES : REFERENDUM ON THE DRAFT CONSTITUTION

1. The Filipinos are to decide on a new constitution for this nation by means of a referendum on 2 February 1987. The new Constitution will include far-reaching internal and foreign policy aspects of the AQUINO government.

2. The draft constitution, based on the US constitution, makes provision for a congress and a senate of 250 and 24 members respectively. Besides the usual exposition of constitutional institutions, division of power, rights and duties it also contains the following clauses concerning specific policy :

- X The striving for peace, neutrality and non-alignment.
- X The termination of an agreement with the USA concerning the Clark base at Subic Bay after the expiry of the lease period in 1991. However, the agreement could be renewed if the Congress or the population should so agree by means of a referendum.
- X A ban on nuclear arms on Filipino territory, although nuclear ships may well be able to make use of Filipino harbour facilities.
- X The granting of autonomy to the Muslims in Mindanao.
- X The launching of a reform program by the Congress in which a redividion of land, and especially the rights of the peasants, will enjoy attention.
- X The recognition of independent "people's organizations' as protectors of the people's interests and the creation of opportunities for regular government contact with these groups.

3. ELUCIDATION AND COMMENT

a. The take-over by the AQUINO government was more than just a change in government and it established a new order which necessitated a new constitution. Thus far the AQUINO administration has functioned by means of a

MINIST... DE ...
... Información ...
Fecha ... 5-3-87
Fecha de ...
Pasa a Jefes - Archivo
Nº de identificación 0458/87

01-02

SECRET

8702373

temporary "Freedom Constitution" and it is imperative for President AQUINO that the draft constitution be approved. Although only 50% of the total vote is required for approval, the referendum will also be a test for the extent of support of the AQUINO administration.

b. Although both leftist opposition groups (such as the May First Movement - KMU) and right wing groups (such as the MARCOS orientated New Society Movement) are compaigning for a no-vote, it is improbable that the draft will be rejected, especially in the light of the success that AQUINO obtained with regard to the ceasefire with the New People's Army (NPA) and the talks on independence for Muslim groups. The latter took palce notwithstanding problems such as an attempted coup d'etat and growing casualties in the guerrilla war against the NPA at the end of 1986. Furthermore, the Filipino government is enjoying increased international support after AQUINO's visits to the USA and Japan.

DATE OF INFORMATION : January 1987
RELIABILITY GRADING : 2

02.02

155 Japon Refinancement de la dette de Zambie

SECRET

REFERENCE : B0119

DATE : 5 February 1987

JAPAN : FURTHER RE-SCHEDULING OF ZAMBIA's DEBTS

1. During December 1986 Japan re-scheduled Zambia's debt of US$41,4 million in accordance with the Paris Club Agreement (Western credit countries).

2. ELUCIDATION

a. During March 1986 Zambia made an agreement with the Paris Club whereby US$522 million of the due external debt obligations were rescheduled.

b. According to the most recent Paris Club Agreement of December 1986 with Zambia a further US$217 million that was due to the Paris Club during 1986 will be re-scheduled for payment during 1987.

DATE OF INFORMATION : January 1987

RELIABILITY GRADING : 2

01 01

MINIST... DE ... Información de Prensa
Fecha de Entrada: 5.3.87
Pasa a: Dpto. archivo
Nº. de Identificación: 0466/87

SECRET

8702374

135 TURSS Fichaje 135

SECRET

REFERENCE : B/ 0026

DATE : 15 January 1987

*SOVIET UNION : SENIOR PARTY LEADER DISCHARGED*

1. The Secretary of the CPSU (Communist Party of the Soviet Union) in Kazakhstan, Dinmukhamed KUNAYEV, fue destituído was discharged on 16 December 1986 and replaced reemplazado por by the 59 year old Gennady KOLBIN, First Party Secretary of the Ulyanovsk region.

2. ELUCIDATION AND COMMENT

a. It is expected that the CPSU Central Committee will also discharge KUNAYEV as member of the Politburo. Subsequently Vladimir SCHERBITSKY (General Secretary in the Ukraine Province) will be the only remaining BREZHNEV appointment in the Politburo.

b. Since GORBACHEV was appointed General Secretary of the CPSU in March 1985 he has replaced officials on all levels of the Party and Government with dynamic confidants in an attempt to effect greater consolidation of power and to lend credibility to the new policy of "glasnost" - increased openness and criticism with regard to the problems existing in the Soviet society.

DATE OF INFORMATION : January 1987

RELIABILITY GRADING : 2

SECRET CE [illegible] Información [illegible]
Fecha de Entrada 5-3-87
Fecha de Salida
Pasa a Sres. Audiencia
Nº. de Identificación 0467/87

01 01

SECRET

8702375

Embajada SUDAFRICA

135

INDEX

REFERENCE : B/0066

DATE : 10 February 1987

## IMPLICATIONS OF ECONOMIC SANCTIONS FOR SOUTHERN AFRICA


| | SUBJECT | PAGE |
|---|---|---|
| 1. | INTRODUCTION | 1 |
| 2. | THE IMPLICATIONS OF SANCTIONS AGAINST THE SOUTH AFRICAN IRON AND STEEL SECTOR | 4 |
| 3. | THE IMPLICATIONS OF SANCTIONS AGAINST SOUTH AFRICAN COAL INDUSTRIES | 5 |
| | (Table 1 : Black Coalmine Workers in South Africa by Country of Origin, 1985) | 6 |
| 4. | THE IMPLICATIONS OF SANCTIONS AGAINST AGRICULTURAL PRODUCE | 6 |
| 5. | THE IMPLICATIONS OF SANCTIONS AGAINST SOUTH AFRICAN TOURISM | 8 |
| 6. | OVERALL IMPLICATIONS OF SANCTIONS AGAINST SOUTH AFRICA | 8 |
| 7. | ECONOMIC RELATIONS BETWEEN SOUTH AFRICA AND THE COUNTRIES IN SOUTHERN AFRICA | 9 |
| 8. | TRADE WITHIN SOUTHERN AFRICA | 10 |
| 9. | TRANSPORT LINKS IN SOUTHERN AFRICA | 11 |
| 10. | LABOUR LINKS IN SOUTHERN AFRICA | 12 |
| 11. | AGRICULTURAL LINKS IN SOUTHERN AFRICA | 13 |
| 12. | INDUSTRY AND FINANCIAL MATTERS IN SOUTHERN AFRICA | 13 |
| 13. | ELECTRICITY NEEDS IN SOUTHERN AFRICA | 14 |



MINISTERIO DE ASUNTOS EXTERIORES
Gabinete de Información Diplomática
Entrada 5.3.87
Salida
Sefes - Archivo
Ubicación 0482/87

01.32

0702411

| | SUBJECT | PAGE |
|---|---|---|
| 14. | PETROLEUM NEEDS IN SOUTHERN AFRICA | 15 |
| 15. | ALTERNATIVE TRANSPORT ROUTES IN SOUTHERN AFRICA | 15 |
| 16. | CONCLUDING REMARKS PERTAINING TO GENERAL ECONOMIC RELATIONS IN SOUTHERN AFRICA | 16 |
| 17. | SOUTH AFRICA'S ECONOMIC RELATIONS WITH ZIMBABWE | 18 |
| 18. | SOUTH AFRICA'S ECONOMIC RELATIONS WITH ZAMBIA | 19 |
| 19. | SOUTH AFRICA'S ECONOMIC RELATIONS WITH ZAIRE | 20 |
| 20. | SOUTH AFRICA'S ECONOMIC RELATIONS WITH MALAWI | 21 |
| 21. | SOUTH AFRICA'S ECONOMIC RELATIONS WITH MOZAMBIQUE | 22 |
| 22. | SOUTH AFRICA'S ECONOMIC RELATIONS WITH BOTSWANA | 23 |
| 23. | SOUTH AFRICA'S ECONOMIC RELATIONS WITH SWAZILAND | 24 |
| 24. | SOUTH AFRICA'S ECONOMIC RELATIONS WITH LESOTHO | 25 |
| 25. | CONCLUDING REMARKS | 26 |


-oOo-



8702411

## *LIST OF ABBREVIATIONS*

**ISCOR** (South African Iron and Steel Corporation)

**ZISCO** (Zimbabwean Iron and Steel Corporation)

**BLS countries** (Botswana, Lesotho, Swaziland)

**Southern African Frontline States** (Angola, Botswana, Mozambique, Tanzania, Zimbabwe, Zambia)

**SATS** (South African Transport Services)

**FEDHASA** (Federated Hotel, Liquor and Catering Association of South Africa)

**Neighbouring countries** (Lesotho, Botswana, Swaziland, Mozambique, Malawi, Zimbabwe)

**TBVC states** (Transkei, Bophuthatswana, Venda, Ciskei)

**SEIFSA** (Steel and Industries Federation of South Africa)

**SADCC** (South African Development Coordination Conference/Committee) (Mozambique, Zimbabwe, Angola, Lesotho, Swaziland, Malawi, Tanzania, Zambia, Botswana)

**GDP** (Gross Domestic Product)

**GNP** (Gross National Product)

**GATT** (General Agreement on Trade and Tariffs)

**SAA** (South African Airways)

**LAM** (Mozambique Airways)

**SACU** (Southern African Customs Union)

-oOo-



8702411

REFERENCE : B/0066

DATE : 10 February 1987

***IMPLICATIONS OF ECONOMIC SANCTIONS FOR SOUTHERN AFRICA***

1. ***INTRODUCTION***

a. South Africa and the countries in southern Africa form a regionally integrated economic system dominated by the economically advanced Republic of South Africa, able to provide goods and economic services for the benefit of other countries. A fact which is often not fully appreciated by the instigators of economic measures against South Africa, is that such measures will have implications extending far beyond the borders of the Republic. The economies of, for instance, Zaire and Malawi are closely linked to and dependent upon South Africa. Any changes in South Africa's economic fortunes will therefore be felt throughout the subcontinent. In certain respects other southern African countries will suffer even more from sanctions than the Republic. In addition it must be expected that, should the livelihood of South Africans be threatened by sanctions, South Africa would be compelled to place its own interests first.

b. South Africa, with its population of approximately 27,5 million people (Whites 5 million, Coloureds 3 million, Asians 1 million and Blacks 18,5 million), generated a GDP of US$49,1 billion during 1985.



8702411

This represented 80 percent of the total combined GNP of Zaire, Zambia, Swaziland, Angola, Botswana, Lesotho, Malawi, Mozambique and Zimbabwe. South Africa is an industrial giant compared to individual countries in sub-Saharan Africa. South Africa is not classified by GATT as a Third World country, but as a developed country, and is rated about fifteenth in world trade terms.

e. There is a considerable Third World component in South Africa (approximately two thirds of the population) which is dependent on the First World sector of the economy for its livelihood. The fact of the situation is that South Africa's population increases at a rate of 2,7 percent per annum with 300 000 people entering the labour market each year. The seriousness of the situation is, however, indicated by the fact that the annual population growth of Blacks is in the region of 3,5 percent while that of other races is less than 1 percent. In order to provide employment for these people, the South African economy should grow at a rate of 5 percent per annum. A ban on foreign loans to and investments in South Africa will mean that the Republic would have to rely entirely on own capital resources for further economic development. This would result in a 3 to 3,5 percent decline in the annual growth rate. Unemployment will increase from the present recorded figure of 550 000 (8,4 percent of the economically active population) by between 500 000 to one million people. (Unofficially it is estimated that the unemployment rate is closer to 25 percent or approximately 3 million people).

d. An economy in which the value of imports and exports have represented approximately 54 percent of the annual GDP during the last five years, cannot escape hardship when



8702411

subjected to extensive economic sanctions. Those sections of the population that are already experiencing unemployment; who depend on the creation of temporary and permanent employment for future development will be most severly affected. Economic sanctions against South Africa will aggravate present economic structural problems which stem from the complexities of having a First and Third World economic order in one country. These actions undermine South Africa's economic base and consequently the capacity to create employment as well as the ability to reduce the difference between the developed and less developed sections of the economy. Clearly this suits the revolutionary forces active in and against South Africa, as their principal objective is to create an ungovernable situation in the country. This, they feel can be acheived by fomenting unrest which is encouraged by increased unemployment as the unemployed are receptive to incitement. Sanctions are therefore an effective method employed by parties who would like to see the South African Government overthrown by revolution.

e. Extreme actions, like sanctions, are radicalising South African society and placing the Government in a difficult position. The revolutionaries on the extreme Left are encouraged to pursue an "all or nothing" solution - the slogan that the present system "cannot be changed and improved, it can only be destroyed", is typical of their approach. The extreme Right on the other hand accuse the Government of selling out - changes introduced by the Government are increasingly attacked. There is a growing school of thought that South Africa should not submit to a slow process of economic strangulation with the subsequent result of unemployment and revolution. It is argued that it would be better to force a show-down while South Africa is still strong by instituting

counter-sanctions devised to cause the maximum degree of disruption and suffering to others. The argument is therefore, that if South Africa is to suffer a downfall then at least let a heavy price be paid.

2. ***THE IMPLICATIONS OF SANCTIONS AGAINST THE SOUTH AFRICAN IRON AND STEEL SECTOR***

a. During 1985 South Africa produced 24,4 million tons of iron ore which represented 2,7 percent of the world production of 896,4 million tons, ranking the Republic eighth in terms of world production. During that year exports to Asian and European countries amounted to approximately 10,2 million tons which equalled 41 percent of the total production and represented 86,5 percent of South African iron ore exports. Foreign exchange earnings from iron ore exports represented 68 percent of the total income derived from iron ore sales during 1985.

b. South Africa produced 8,4 million tons of iron and steel products (processed metal products) during 1985. This represented 1,2 percent of the total world production of iron and steel products. In spite of the relative insignificance (low tonnage) of South African production of iron and steel products, factors such as uniform superior quality, reliability as supplier and low prices contribute to the South African product being favoured on a number of foreign markets.

c. The Iron and Steel Corporation (ISCOR) is the main producer of iron and steel in South Africa with a domestic market share of more than 75 percent. ISCOR currently employs 60 000 workers which makes the Corporation a prime employer. Black employees consitute 65 percent of the labour force at iron ore mines and 53 percent in the iron



8702411

and steel industries. Remark: Besides ZISCO in Zimbabwe, ISCOR is the major steel works in southern Africa supplying the region with iron and steel products. In this regard ZISCO is not capable of meeting the general demand. Alternative suppliers will be more costly and delivery of these products will be subjected to serious delays.

d. The Steel and Engineering Industries Federation of South Africa (SEIFSA) estimates that 2,5 million people in South Africa, Mozambique, Swaziland, Lesotho and Botswana are dependent on the income which is earned by the 450 000 iron and steel workers in the South Africa.

3. *THE IMPLICATIONS OF SANCTIONS AGAINST SOUTH AFRICAN COAL INDUSTRIES*

a. At the end of 1985 one hundred coal mines, including 21 anthracite mines, were in operation in the Republic. A total of 210 million tons of coal was produced during 1985 (6,5 percent more than during 1984) of which 173,3 million tons (including 4,9 million tons of anthracite) was marketable.

b. During 1985 coal exports to Asian and European countries amounted to 44,3 million tons which equalled 55 percent of South Africa's total coal exports of that year.

c. During 1985 Black employees in the coal industry constituted 87 percent of the 100 000 work force. An estimated 500 000 people are dependent on income generated in South African coal mines. Table 1 gives an indication of the countries of origin of these Black employees.



8702411

*TABLE 1 : BLACK COMMUNE WORKERS IN SOUTH AFRICA BY COUNTRY OF ORIGIN, 1985*

| State | Percentage |
|---|---|
| South Africa | 59,6 |
| Transkei | 15,2 |
| Bophuthatswana | 0,6 |
| Venda | 0,1 |
| Ciskei | 4,0 |
| Sub-total : South Africa and TBVC states | 79,5 |
| Lesotho | 16,3 |
| Botswana | 0,1 |
| Swaziland | 1,0 |
| Mozambique | 2,6 |
| Malawi | 0,4 |
| Zimbabwe | 0,1 |
| Sub-total : Neighbouring states | 20,5 |
| TOTAL | 100,0 |

4. *THE IMPLICATIONS OF SANCTIONS AGAINST AGRICULTURAL PRODUCE*

a. Agricultural activities in South Africa contributed 5,7 percent to the GDP during 1985. However, this relatively small contribution conceals the importance of this sector in terms of food supply, employment and export achievement.

b. Under normal circumstances exports of agricultural products exceed US$0,9 billion for processed as well as fresh products. Exports amounted to one billion US dollars during that year which represented approximately 23 percent of the total value of agricultural production. Apart from wool, the most important products are decidious fruit, citrus fruit, canned fruit, dried fruit and sugar.



8702411

With the exception of gold, agricultural products contributed approximately 20 percent of the total value of South African exports during 1985.

e. The agricultural sector provides employment for 15 percent (which equals 1,3 million people) of the economically active population of South Africa. In effect about 5 to 6 million people are dependent on income derived from agricultural production. A total of 1,1 million Blacks are involved in and dependent upon agricultural activity i.e. approximately 18,7 percent of economically active Blacks.

d. Approximately 58 percent of the agricultural production is processed by local industries which represents 8,2 percent of South Africa's total industrial production. These local industries employ more than 185 000 workers, and during 1985 contributed 12,8 percent and 4,2 percent respectively to exports and imports of industrial products.

e. The agricultural sector also serves as a market for producers of fodder, fertilizer, pesticides and agricultural implements. In terms of value these industries contributed 2,1 percent of the total industrial production and provided employment for more than 17 000 people.

f. Between 1950 and 1980 agricultural production in South Africa increased at a rate of 3,7 percent per annum, while the population growth rate during that period was about 2,8 percent per annum. Under normal circumstances agricultural production could therefore comfortably provide for domestic food consumption. The agricultural sector also provides accommodation (e g housing facilities and farm schools) to farm workers and their families.



8702411

During 1984, for example, nearly 460 000 pupils were enrolled in 5 477 primary farm schools. This represented approximately 30 percent of the total Black scholars in the Republic. During 1985 the 67 000 farmers supported 1,3 million Blacks.

5. ***THE IMPLICATIONS OF SANCTIONS AGAINST SOUTH AFRICAN TOURISM***

a. The hotel industry employs about 65 000 Blacks out of seasons, rising to 80 000 in the peak season. The Federated Hotel Liquor and Catering Association of South Africa (FEDHASA) calculated that economic sanctions against South Africa's tourist industry could adversely affect the economic welfare of 330 000 black hotel workers and their dependents. In effect more than 500 000 people could be affected when related industries are also taken into account.

b. International efforts to discourage tourism to South Africa could therefore handicap the industry which is already experiencing high costs and relatively low occupancy rates.

6. ***OVERALL IMPLICATIONS OF SANCTIONS AGAINST SOUTH AFRICA***

a. An embargo on imports of South African iron, steel and coal will affect a further 130 000 employment opportunities and if the multiplier affect is taken into consideration, this number will increase to 300 000. If agricultural products are included in the embargo, the employment of an additional 1,5 million people active in the agricultural sector will be affected. A ban on tourism to South Africa will involve a further 330 000 people employed in the hotel and catering trade.



8702411

Takeing into account the dependents of these workers, sanctions will affect the lives of millions of people in South Africa and the neighbouring states.

b. High inflation combined with high unemployment will continue to provide a fertile breeding ground for social disorder, particularly among the hardest-hit black section of the community. It is estimated that approximately one million people in South Africa could be unemployed as a result of economic sanctions. Nearly 83,6 percent of this figure could be blacks, Coloureds and Asians. It is estimated that black employment could be reduced by as much as 644 000 people. Add this figure to the current unemployment figure of Blacks, and it will mean that 31,9 percent of all the economically active Blacks could be unemployed or under employed. When taking into account those dependent on the income generated by these Blacks who would then be unemployed as a result of comprehensive sanctions against South Africa, about 8 million Blacks will be affected.

7. ***ECONOMIC RELATIONS BETWEEN SOUTH AFRICA AND THE COUNTRIES IN SOUTHERN AFRICA***

a. South Africa and the countries in southern Africa all have extremely open economies that are dependent on foreign trade for economic welfare. Therefore South Africa and the countries in southern Africa maintain extensive economic relations with regard to transport, trade, labour, agriculture, finance, power supplies, etc.

b. The regional situation (southern Africa) is best described as one of asymmetrical interdependence. The asymmetry derives from the fact that, whether taken individually



0702411

or collectively, the countries of the region are proportionately more reliant on South Africa in the areas of transport, trade, energy and investment than vise versa. With the formation of the SADCC in 1980, the intention was to reduce economic dependence on the Republic primarily by upgrading and utilizing the existing SADCC infrastructure more efficiently. However, with the combination of economic recession, drought and the unstable security situation in the region, dependence on South Africa has increased in some key areas, notably transportation and trade.

8. ***TRADE WITHIN SOUTHERN AFRICA***

a. South Africa trades with seven of the nine SADCC states and is the principal trading partner of the BLS countries, Zimbabwe and Malawi. There is a major trade imbalance in favour of imports from South Africa, who is a major supplier of food, oil, spare parts, motor vehicles, machinery and other manufactured goods to the region. As a result, the seven SADCC countries that trade with South Africa, experience a lack of trading activity in respect of those commodities. The level of dependence on South Africa for imports varies considerably, ranging from approximately 12 percent in the case of Mozambique to 95 percent in the case of Lesotho.

b. South Africa is an economically viable source and has always had a reputation of being a reliable trading partner with regard to the supply of goods. In this regard these countries are situated relatively far from other international suppliers and a substitute for South Africa as a source of supply will inevitably lead to a rise in transport costs and prices. On the other hand South Africa is an important market for the exports of



8702411

these countries. Their export products cannot readily be marketed on overseas markets (with the exception of mineral exports), due to the peculiar nature of the products. In many instances South Africa is the sole profitable market for such products.

e. Trade agreements between South Africa and certain countries in southern Africa (eg Zimbabwe and the BLS countries) grant preferential access to the exports of such countries to the South African market. The Customs Union Agreement between South Africa and the BLS countries is of particular importance to the BLS as payments made to Botswana, Lesotho and Swaziland constitute 28 percent, 64 percent and 60 percent of their government revenues respectively. In the case of Zimbabwe 41 percent of the annual industrial production is marketed in South Africa, and a loss of this market would cause irreparable damage. Total trade between South Africa and the countries in southern Africa during 1985 amounted to approximately US$1,64 billion of which South African exports accounted for US$1,44 billion.

9. ***TRANSPORT LINKS IN SOUTHERN AFRICA***

a. South Africa plays a vital role in the transportation of these countries' imports to and from foreign markets. Due to an inability of these countries to effectively manage, operate and utilise alternative transport routes they have during recent years made increasing use of South Africa's transport infrastructure. Reasons for this development are the speedy delivery of these countries' exports to foreign countries and the punctual supply of essential imports from overseas markets via South Africa.



8702411

b. During the 1985/86 financial year South Africa handled more than 1,9 million tons of goods destined for and received from foreign markets for the countries in southern Africa. In the medium term these goods cannot be transported efficiently via these countries' existing transport routes.

c. In addition the South African Transport Services (SATS) leased 80 076 units of rolling stock and 48 locomotives to countries in southern Africa. The SATS provided technical advice and assistance during 1985 which ensured the effective transport of imports and exports.

10. *LABOUR LINKS IN SOUTHERN AFRICA*

a. Labour agreements between South Africa and various countries in southern Africa regulate and permit the employment of citizens of these countries in South Africa as migrant workers. These workers as well as their families depend on South Africa for their livelihood due to a lack of job opportunities in their own countries. Wages and salaries earned by these workers in South Africa constitute an important source of government revenue for their various governments. For example up to 28 percent of Lesotho's economically active population is employed in South Africa, representing 49,9 percent (US$173 million) of Lesotho's GDP in 1985. On 30 June 1985 migrant workers registered in South Africa numbered 297 376 and more than 1,4 million people (relatives, family etc) benefitted either directly or indirectly from migrant workers accommodated in the South African labour market. The two most vulnerable countries with regard to the repatriation of migrant workers from South Africa are Lesotho and Mozambique. Workers from these countries accounted for nearly 70 percent of the total number of migrant workers in the Republic.



8702411

b. In addition more than 500 000 illegal citizens from other countries in southern Africa are currently in the Republic either as refugees or employed mainly in the agricultural sector. The majority of these workers are employed at the expense of a vast number of unemployed South African blacks.

11. ***AGRICULTURAL LINKS IN SOUTHERN AFRICA***

a. The inability of the countries in southern Africa to develop their agricultural potential has frequently necessitated South African assistance with regard to supplying staple foods, agricultural advice, veterinary services etc.

b. The region is largely dependent on South Africa for the logistic support to distribute and convey agricultural exports. For example, the Zimbabweans market a large portion of their tobacco production in South Africa at preferential tariffs while the BLS countries export their annual meat production via South Africa to the EC. The southern part of Mozambique is greatly dependent on agricultural imports from South Africa and many inhabitants would face starvation should these exports be withheld. Wool and mohair from Lesotho, citrus from Swaziland, etc is marketed by South African Agricultural Marketing Boards.

12. ***INDUSTRY AND FINANCIAL MATTERS IN SOUTHERN AFRICA***

a. South African entrepreneurs dominate the production and distribution of goods in the modern sector of most of the SADCC countries. They are particularly strong in the mining and manufacturing sectors but are also active in



B702411

the agricultural and maintenance sectors. South African investment in southern Africa constitutes an extremely important share of the region's total foreign investment.

b. The mining sectors of Zambia and Zaire are almost entirely dependant on South African companies for the supply of mining equipment, technology and other requirements. South Africa's investment in Zimbabwe amounts to more than US$410 million while most of the hotel industries in the BLS countries are owned and managed by South African companies. South Africa also supplies certain inputs (eg chemicals and machinery) without which the manufacturing sectors in those countries could not function effectively.

c. South Africa provides financial assistance to these countries in the form of grants, loans, technical aid and credit facilities. South Africa's financial involvement in these countries at the end of 1985 amounted to approximately US$79 million.

13. ***ELECTRICITY NEEDS IN SOUTHERN AFRICA***

a. South Africa is an economical and reliable source of electricity for countries in southern Africa. Lesotho is entirely dependent on South Africa for electricity requirements. Swaziland, Mozambique and Botswana obtain 79 percent, 60 percent and 30 percent respectively of their electricity requirements from South Africa. As alternative sources are not readily available and would require extensive investments, the economic performance of the countries would be severely hampered should the supply of South African electricity be suspended.



8702411

14. ***PETROLEUM NEEDS IN SOUTHERN AFRICA***

a. Most of the countries in southern Africa are to a certain degree dependant on the Republic for the supply of their petroleum requirements. This dependence varies from total dependence in the case of the BLS countries to selective dependence in the case of countries such as Zambia (lubricants) and Zimbabwe (aviation fuel and lubricants). The suspension of these petroleum exports to the countries in southern Africa will have a devastating effect on the transport services of those countries and will eventually hamper general economic development.

15. ***ALTERNATIVE TRANSPORT ROUTES IN SOUTHERN AFRICA***

a. The countries in southern Africa have at their disposal alternative transport routes through Tanzania, Angola and Mozambique. However, due to the unstable security situation in Angola and Mozambique the transport routes via Angola (Benguela-railway) and those via Mozambique (Nacala-Malawi and Maputo-Zimbabwe) with the exception of the Beira-Zimbabwe route, have been unoperational for several years. Consequently only two alternative transport routes are available, via Mozambique (to Beira) and via Tanzania (to Dar es Salaam). The Beira-Zimbabwe route which has an annual capacity of 750 000 tons requires constant protection by Mozambican and Zimbabwean military personnel to ensure the safe passage of goods. The route between Zambia and Tanzania (TAZARA railway) with an annual capacity of 2,4 million tons is currently hampered by pilferage, poor maintenance and mismanagement.

b. Although the Beira-Zimbabwe and TAZARA routes have the capacity (3,15 million tons per annum) to transport southern Africa's foreign trade the inefficiency of these

routes has necessitated greater use of South Africa's transport network. The Port of Beira for instance is situated some 20 kilometres from the open sea. Ships calling at the Port therefore, have to negotiate a dredged channel of considerable length through an area with extensive gullies and shoals before reaching the quays. The Macuti Channel is currently being dredged to its original design depth of 6 metres.

c. Approximately 1,9 million tons of goods was channeled via South African harbours to and from foreign markets on behalf of these countries. Without South African assistance considerable problems would be experienced as a result of delivery delays, accumulation, higher costs etc. The efforts by southern African states to reduce their dependence on South Africa with regard to transport have to a great extent proven ineffective. In fact this dependence upon South Africa has increased, demonstrating a general inability by these countries to fully utilise foreign capital, aid and expertise. Even with a massive inflow of foreign capital and assistance it is not foreseen that the countries in southern Africa can become totally independent of South Africa in this regard, mainly due to regional geographic factors. Remark: In the 1985/86 financial year South Africa conveyed approximately 3,5 million tons of goods to, from and via the Republic on behalf of the countries in southern Africa.

16. ***CONCLUDING REMARKS PERTAINING TO GENERAL ECONOMIC RELATIONS IN SOUTHERN AFRICA***

a. South Africa's relatively well developed economy and infrastructure together with geographical factors and the colonial history of southern Africa has over the years led to close economic relations in the region and resulted in



8702411

extensive economic interdependence between these countries. Current economic relations between South Africa and neighbouring countries indicate that these countries are more dependent upon the Republic than vice versa - particularly with regard to their use of South Africa's transport infrastructure, the provision of employment to migrant workers, the reliance on South African power supplies etc.

b. It is therefore obvious that any international sanctions applied against South Africa adversely affecting the economy, will certainly have an adverse effect on other economies in southern Africa. Although the First World component of these countries' economies will initially be affected the negative effects of sanctions against South Africa will in a relatively short period cause irreparable damage to the Third World component of their economies. This will severely harm the economic welfare of the majority of the citizens in southern Africa.

c. Even limited economic sanctions against South Africa are likely to result in significant reductions in government revenues and foreign exchange for the SADCC countries. In addition, one can expect vast cost increases from imported inflation (due to higher transport costs and higher costs of South African commodities for the BLS-countries in particular) and extensive funding necessary for increased security and employment creation programmes. The resource gap between a rapidly expanding demand for funds and an equally rapidly diminishing source is likely to result in heavy economic and political pressure and a steady increase in the rate of impoverishment in the region. The negative effect of sanctions will vary from country to country depending on the extent and nature of South Africa's economic relations with any particular country in southern Africa.



8702411

17. ***SOUTH AFRICA'S ECONOMIC RELATIONS WITH ZIMBABWE***

a. Zimbabwe depends on South African transportation links for approximately 93 percent of its foreign (overseas) trade, including the importation of essential raw materials. The extent of trade conducted with the Republic varies from product to product. In this respect :

- 20 percent of Zimbabwe's cotton is marketed in the South Africa

- 41 percent of their manufactured articles are marketed in South Africa

- Zimbabwe's prime imports from South Africa are chemicals, steel products which cannot be manufactured at ZISCO, explosive products that cannot be transported over long distances, vehicle spares and machinery.

b. The South African Transport Services (SATS) render an extensive service to Zimbabwe. On average more than 3500 SATS railway wagons are in Zimbabwe, while an undivulged number operate on the Beira corridor transport route. The SATS also provide spare parts, financial assistance and technical advice on a continuous basis.

c. Zimbabwe enjoys tariff reduction and duty free entry to South African markets, while more than 160 000 illegal Zimbabwean immigrants are employed in South Africa.

d. Close cooperation exists between various Zimbabwean government departments and those in South Africa, for example the Police, Finance, Trade, Agriculture, Geology, Mining, Civil Aviation and Research.



8702411

e. During the first ten months of 1985 approximately 100 000 South African tourists visited Zimbabwe. South Africans traditionally spend more in Zimbabwe than their African counterparts.

f. South African companies have extensive links with Zimbabwe, especially in the fields of mining, tourism and industry. Investments by South African companies in Zimbabwe amounted to about US$0,4 billion during 1985.

18. *SOUTH AFRICA'S ECONOMIC RELATIONS WITH ZAMBIA*

a. Zambia is heavily dependent upon South Africa for investment, trade and transport. Some 67 percent of Zambia's imports and about 33 percent of its exports are transported through South Africa. South Africa is an economical and trustworthy supplier of Zambian imports, particularly in respect of basic consumer goods, mining, machinery, inputs and essential petroleum products.

b. When the Tazara-pipeline is productive Zambia is in no respect dependent on South Africa for petroleum products. However, the pipeline is in a poor condition and petroleum products have often to be supplied by South Africa (eg 11 million litres of diesel and 6 million litres of jet fuel was supplied to Zambia during 1985). Zambia is totally dependent on South Africa for lubricants.

c. During 1985 South Africa exported goods to Zambia worth US$108,9 million and imported goods to the value of US$8,5 million.

d. All Zambia's explosives for the mining sector are supplied by South Africa. These explosives are transported in special containers. It would be dangerous to transport these explosives from other sources by sea and most airlines refuse to handle explosives.



8702411

e. The SATS conveys approximately 70 percent and 40 percent respectively of the total annual imports and exports (mainly copper) channeled through the Republic. Eighteen diesel locomotives from the SATS are on loan to Zambia while on average 2983 SATS railway wagons operate on Zambian railways. Maintenance and repair of locomotives is also undertaken by South Africa.

19. *SOUTH AFRICA'S ECONOMIC RELATIONS WITH ZAIRE*

a. Zaire ships on average annually more than 40 percent of its mineral exports through South Africa. South Africa provides 75 percent of the food, fuel, and chemicals used in the southern mining region. During 1985 South Africa exported goods to the value of US$81,1 million to Zaire and imported goods to the value of US$3,6 million. De Beers' Central Selling Organisation in South Africa markets all Zaire's diamond exports. South Africa also supplies most of the petroleum requirements of Zaire's southern province, Shaba, which produces most of the country's copper, cobalt and zinc. In this regard South Africa exported to Zaire :

- petrol : 2,5 million litres
- diesel : 41,1 million litres
- jet fuel : 800 kilolitres
- aviation fuel : 2,2 million litres
- grease : 800 kg
- lubricants : 209 kilolitres.

b. Nine diesel locomotives are on loan to Zaire. Approximately 57 percent of Zaire's imports and 60 percent of its lead and zinc exports as well as 40 percent of its cobalt exports are channelled via South Africa to foreign markets.



8702411

The SATS recently sold 150 railway wagons to GECAMINES (the parastatal organisation responsible for mineral exports) and 26 locomotives to the Zaiream Railways (SNCZ).

20. ***SOUTH AFRICA'S ECONOMIC RELATIONS WITH MALAWI***

a. Malawi relies on South Africa's transport links for the transportation of most imports and exports. South Africa supplies 40 percent of Malawi's imports and purchases 6 percent of the exports.

b. During 1985 South Africa exported goods to the value of US$70,1 million and imported goods to the value of US$15,1 million from Malawi.

c. South Africa supplies almost the total petroleum requirement of Malawi. (Petrol 40 million litres, diesel 20 million litres, aviation fuel 15 million litres, jet fuel 2 million litres).

d. Approximately 60 percent of Malawi's imports come from South Africa while 50 percent of Malawi's exports are either marketed in or channelled via South Africa to foreign markets.

e. South Africa supplies vital commodities to Malawi such as chemicals, machinery, spare parts, agricultural products etc.

f. A preferential trade agreement between Malawi and South Africa signed in 1967 provides for duty free access of Malawian goods to South African markets.

g. More than 30 000 Malawi migrant workers are employed in South Africa. Deferred pay and remittances of these workers amount to approximately US$26,9 million per annum.



8702411

h. South Africa provides technical assistance to Malawi especially with regard to transport and communication.

21. *SOUTH AFRICA'S ECONOMIC RELATIONS WITH MOZAMBIQUE*

a. South Africa provides US$63 million worth of food, oil and minerals. During 1985 South Africa exported goods to the value of US$113,7 million to Mozambique and imported goods to the value of US$3,6 million.

b. South Africa supplies Mozambique with foodstuffs, fuel, oil and coal which are essential to the Mozambican economy.

c. South African companies and South African parastatals have rendered extensive services to Mozambique (especially after the signing of the Nkomati Accord) in respect of agriculture, storage facilities for exports, the upgrading of Mozambique's sugar industry, feasibility studies and the upgrading of Maputo-harbour (involving US$5,8 million) etc.

d. The SATS provide technical advice, spare parts and rolling stock (on average 774 railway wagons per month) to Mozambique. The SATS recently sold two tugboats to Mozambique (at very generous prices as a sign of goodwill) to streamline operations in Maputo harbour.

e. South Africa makes extensive use of Maputo harbour which provides Mozambique with a stable harbour income per annum.

f. The South African Airways (SAA) and the Mozambique Airways (LAM) operate respectively one and two return flights a week. The SAA provide technical assistance for the repair of LAM aircraft.



8702411

g. Approximately 68 000 Mozambicans are legally employed in South Africa, while estimates show that more than 230 000 Mozambique nationals are illegally employed in South Africa. Transfer payments and deferred pay amounts to about US$89,6 million per annum.

h. South Africa supplies approximately 60 percent of Mozambique's electricity requirements, mostly to the southern parts of Mozambique where approximately 40 percent of their industrial sector is situated.

22. *SOUTH AFRICA'S ECONOMIC RELATIONS WITH BOTSWANA*

a. Botswana is dependent upon South Africa for 90 percent of the country's transportation needs, 150 000 tons of food, and all petroleum products. The Republic supplies an average 40 percent of Botswana's electricity and employs more than 20 000 Botswana migrant workers. Payments to these workers exceed US$22,4 per annum. Remark: South Africa supplies approximately 80 percent of Botswana's imports while only 7 percent of Botswana's exports are destined for South African markets.

b. Botswana is a member of the Southern African Customs Union (SACU) and income derived from this source amounts to 28 percent of the country's total government revenue. In 1985/86 Botswana earned US$78,1 million from this source.

c. South African companies such as De Beers and Anglo American Corporation have extensive investments in Botswana's mining sector and play a crucial role in the marketing of Botswana's mineral exports. Diamonds are Botswana's most important export product. Approximately 290 South African companies are engaged in active trade with Botswana.



8702411

d. Approximately 88 percent of Botswana's imports and 99 percent of its exports are channeled through South Africa. Botswana's second most important export commodity, beef, is exported by and stored in South Africa prior to shipment.

e. The SATS provide technical advice, spare parts and rolling stock to Botswana which ensures the effective functioning of the country's transport service.

f. The SAA recently re-introduced flights to and from Botswana and Botswana operates 2 return flights a week to South Africa.

g. Agreements exist between South Africa and Botswana with regard to post and telecommunications, tourism, health etc.

23. ***SOUTH AFRICA'S ECONOMIC RELATIONS WITH SWAZILAND***

a. Swaziland is heavily reliant upon South African investment, communication links and oil supplies. Approximately 90 percent of Swaziland's imports and 20 percent of its exports are shipped through South Africa. SACU provides 60 percent of the Government revenues (which equals US$100 million) per annum. Wages and salaries to 22 000 Swazi miners in South Africa eventually constitute 5 percent of Swaziland's GDP. During 1985 South Africa exported goods to the value of US$254 million to Swaziland and imported goods to the value of about US$26,5 million. On average South Africa annually provides approximately 90 percent of Swaziland's imports while 75 percent of its exports are channelled via South Africa.

b. During 1986 South Africa provided development loans to Swaziland to the value of US$33 million. More than 200



8702411

South African companies have investments in Swaziland and play a vital role in the development of the country's economy. Remark: South African companies own and manage the hotel and casino complexes situated in Swaziland which are vital to the country's tourist trade.

c. South Africa supplies the total petroleum requirements of Swaziland and approximately 79 percent of the electricity consumed in Swaziland.

d. Currently 21 locomotives are on loan to Swaziland and an average of 200 SATS railway trucks are used in Swaziland. Swaziland Railway personnel receive training on a continuous basis in South Africa.

e. South Africa markets Swaziland's second most important export product (citrus fruit) in foreign markets and provides storage facilities for Swaziland's (and Botswana's) beef exports to Europe.

24. *SOUTH AFRICA'S ECONOMIC RELATIONS WITH LESOTHO*

a. Lesotho is located within South Africa and is dependent upon the Republic for transport, marketing, electricity and petroleum requirements. Approximately 95 percent of Lesotho's imports are provided by South Africa, and all exports are either sold in or shipped through the Republic. Wages and salaries of the 135 000 mine workers in South Africa (which amounted to US$189,9 million during 1985) eventually constitute an average (annually) 50 percent of Lesotho's GNP. These earnings are a vital source of income for the Lesotho Government and the families of the migrant workers. During 1985 South Africa exported goods to the value of US$353,9 million to Lesotho while imports from Lesotho are negligible.



S702411

b. Lesotho is a member of the SACU and during the 1985/86 financial year earned US$75 million (or 64 percent of the total government revenue) from this source. Remark : Membership of SACU means that members (the BLS countries) can import most of their needs, paying in local currencies, while conserving foreign exchange. South Africa also provides assistance in the form of medical facilities, agricultural advice etc to Lesotho citizens.

c. The total production of wool and mohair in Lesotho is marketed on foreign markets through the South African Wool and Mohair Board. South Africa provides funds for the Highlands Water Project in Lesotho and recently signed an agreement to proceed with the implementation of the project. Agreements exist between Lesotho and South Africa with regard to post and telecommunications, tourism etc.

25. CONCLUDING REMARKS

a. Evolutionary political and economic reform in South Africa can only take place in a climate of stability, which can only be achieved with steady economic growth and development. Viable and credible political structures can only be established and effectively administered if they provide for the needs of the people. These needs can only be attained if the necessary funds and funding are made available. Economic sanctions which have a detrimental effect on South Africa's economy, will therefore retard political reform in South Africa. Such sanctions will also hamper economic adjustments aimed at the upliftment of the less developed sectors of the economy and retard the redistribution of wealth throughout southern Africa.



0702411

b. South Africa's economic policies aim to overcome the structural problems inherent in the composition of the South African population, remove disparity in the economic development of various regions in South Africa and ease the consequent distorted distribution of economic activity. In order to create a more homogeneous distribution of economic activity, South Africa has been divided into eight economic development regions in which political structures are to be set up to administer the region. The various population groups in each region are to have representation in the governing political structures. In this regard political and economic reform is thus intertwined whilst future development is dependent upon the progress that is made with a coherent regional development strategy in South Africa.

c. The emotional circumstances which today surround the whole issue of sanctions against South Africa, have turned sanctions into an issue in the internal politics of various countries. Perspective and reason have been lost and political leaders are faced with a situation where any justifiable stand against the economic measures proposed by the anti-South African lobby, is condemned as being pro-apartheid. This wave of unreasonableness is sweeping the world and countries which have always acted in their own best economic interests, are now pressurised into joining the sanctions bandwagon, ignoring the facts. Responsible political leaders are, however, still clearly reluctant to introduce sanctions as they realise that this will not attain the desired results, but eventually be to the detriment of those in southern Africa who sanctions were designed to help.

d. Economic interdependency in southern Africa and the dependence of the countries in the region upon South Africa covers the whole spectrum of economic activity



8702411

which varies according to respective needs. South Africa is an important trade market for southern African exports and a reliable and trustworthy supplier of imports. South Africa provides employment for approximately 300 000 migrant workers and more than 500 000 illegals from those countries. South Africa's transport infrastructure ensures that the region is provided with basic consumer goods. The facilities provided by the South African Transport Services (SATS) are essential to the greater part of southern Africa for the transportation of exports. In addition South Africa is a vitally important supplier of electricity, health care, technical advice, agricultural and veterinary services, investment and general assistance on which millions of people depend for their livelihood. Evidently the instigators of sanctions against South Africa have not anticipated the extent of the damage that sanctions will have upon the economic future (long term) and prosperity of the region as a whole.

e. If sanctions are so clearly damaging to the interests of South Africa, southern Africa and South Africa's trading partners, the question arises why more attention is not given to positive economic actions instead of sanctions. It seems reasonable to argue that more assistance to South Africa would enable the South African Government to advance more progressively with political and economic reform whilst contributing to the improvement of living standards of, in particular, the black section of the South African population. Such positive actions, extended to other southern African countries, might include :

- educational and training aid programmes for the black community

- promotion of black community projects particularly housing and health services



8702411

- assistance to black entrepreneurs and businessmen particularly with regard to small businesses.

f. In conclusion, it should be stated that positive measures are not preferred merely for the protection offered to the interests of South Africa and its trading partners, but for the positive results they will produce. The effects of negative measures are bound to escalate, and pressure for further measures will increase accordingly. It must therefore be decided now whether one is in principle for or against negative or positive action.

g. By participating in sanctions industrialised countries are in fact aiding and abetting those who aim to overthrow the South African Government, destabilise the country (and the region) and foment revolution in the Republic. A decision on sanctions made at an international level will remove the choice of the worker and unavoidably reduce employment opportunities, the results will be felt at grassroots level. The loss of jobs will result in a loss of livelihood and cause increasing dissatisfaction amongst the population as it will appear to them that the present system has failed them, leaving revolution as the only alternative. It is therefore not unrealistic to regard revolution as the final result of comprehensive sanctions. The South African population has indicated its disapproval for sanctions by going to work. Should this population wish to withhold their labour it is their choice, they have the ability and organization to do so.

f. In effect the application of sanctions will remove the freedom of choice of the inhabitants of the entire southern African region. It is unthinkable that a foreign influence can by way of sanctions obtain the right and power to threathen and remove the livelihood and very existence of these people.

DATE OF INFORMATION : January 1987
RELIABILITY GRADING : 2

32.32

8702411

P Cuerpo SUDÁFRICA

J35

Embajada Sudáfrica

REFERENCE : B/ 0128

DATE : 6 February 1987

***ADDRESS BY STATE PRESIDENT P W BOTHA ON THE OCCASION OF THE OPENING OF THE FOURTH SESSION OF THE EIGHTH PARLIAMENT OF THE REPUBLIC OF SOUTH AFRICA - 30 JANUARY 1987***

Mr Speaker, Members of Parliament

At the opening of this Session of Parliament, South Africa finds itself in a period of challenge and decision. It is a year in which sides will have to be taken.

***INTERNATIONAL***

South Africa's relations with the rest of the world are going through a testing phase. This is not of recent origin.

Today, we are witnessing an accumulation of historical forces and events that have been gaining momentum, especially since the end of the Second World War.

This was starkly evident already long before the National Party came to power.

Even the internationally-acclaimed United Party Prime Minister of South Africa, General Jan Smuts, had cause to complain bitterly about the prejudice, abuse and dishonesty South Africa had to endure at the hands of cynical and sanctimonious antagonists abroad. That was in 1946.

While noting this regrettable trend of international interference and regardless of the motives behind it, we shall have to reconsider both the

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)
Fecha de Entrada 5-3-87
Fecha de Salida
Pasa a Jefes. archivo
Nº. de Identificación 0476/87

01.14

8702412

0128

content and direction of our foreign relations.

Ultimately, it is not to our advantage to become isolated from the international community. Therefore the Government will continue to conduct the Republic's foreign relations in accordance with our own national interests and those of our region.

***SOUTHERN AFRICA***

The Republic is part of Africa in more than the purely geographical sense.

We recognise the interdependence of the countries and peoples of our sub-continent. Consequently, we shall continue to co-operate with them in the development of the whole region.

At the same time, the Government will not permit the people of South Africa to be threatened by those committed to violence and insurrection. Such elements are able to survive only if they receive support from abroad and are granted sanctuary and right of passage by countries in our region.

The South African security forces will leave no stone unturned in their endeavours to defend our country and its people. Every nation has the right to defend itself. We claim the same right.

However, in conditions of conflict, there is no hope of overcoming the difficulties we all face in developing our countries.

Clearly, the leaders of all the countries of southern Africa need to come together.

Let us put aside our differences in the interests of our peoples and their well-being.

Let us devote our time and energy to ensure the stability, security and

progress of our region as a whole.

It is a duty we dare not shirk.

***SECURITY***

The continuing unrest and violence in some of the black residential areas remained the cause of unnecessary suffering and loss of life in 1986.

Although the internal security situation improved initially, the unrest began to assume more serious proportions towards the middle of the year.

Consequently, the Government was obliged to impose a nation-wide state of emergency. The correctness of this course of action has been substantiated by the decline in the occurrence of incidents of unrest since then. The revolutionary climate, however, necessitates the continued maintenance of these measures of control.

On both sides of the political spectrum there are people who have a simplistic view of the causes of the unrest situation and the means of dealing with it.

On the one hand there are those who say the Government and its policies are the cause of the violence.

On the other hand there are those who see violence merely as the work of a few instigators.

From ANC documents recently obtained by the Government, it appears beyond doubt that the ANC/SACP alliance is endeavouring to incite the black communities, not only against one another, but also against the Whites in South Africa. It is evident that the ANC/SACP alliance is encouraging racial violence - even though it could lead to bloodshed on a large scale.

The point of view that a paradise on earth can be achieved by violent



S702412

revolution is nothing but a dangerous and totally naive dream.

Those who wish to destroy the existing orderly system have not as yet come up with an answer that could provide South Africa with an improved dispensation.

It is impossible to create an ideal society overnight, especially not one as complex as South Africa.

Nobody should be misled by the fine phrases with which the ANC/SACP alliance has been seeking recognition and respectability at home and abroad in recent times. Discussions with the ANC are possible only if it severs its ties with and terminates its subservience to the SACP; abandons violence; and participates, as peaceful South African citizens, in constitutional processes in South Africa.

I am convinced that the vast majority of South Africans of all groups are basically peace-loving people with a sense of justice.

At the same time, however, I must warn those who have committed themselves irrevocably to the violent overthrow of the State and the disruption of society, that the Government will not for a moment hesitate to act decisively against them.

The Government would like to lift the state of emergency, but will maintain its basic responsibility to purposely uphold law and order at all times.

***ECONOMY***

Although the South African economy faced new challenges in 1986, there were also several encouraging developments.

While the moderate economic recovery which began in the middle of 1985, was interrupted in the first quarter of 1986, it resumed in the last



8702412

0128

three quarters of the year.

The revival of domestic expenditure by the private sector was indicative of returning business and consumer confidence.

Supported by appropriate monetary and fiscal policy and sustained export efforts, large surpluses on the current account of the balance of payments were achieved and maintained.

Consequently, the private and public sectors could continue to substantially reduce their foreign commitments.

An estimated nine thousand million rand was utilised in settlement of trade and bank credits, repayment of an IMF loan and other foreign liabilities.

This is indeed a remarkable achievement, especially since our economy is going through a period of drastic adjustment, caused by various internal and external circumstances, among which the debt standstill. This achievement is even more remarkable when measured against comparable countries.

South Africa's gold and foreign reserves increased from April 1986 onwards while the rand showed greater stability. The rand appreciated gradually against the American dollar, and in the recent past, also against other major currencies.

The recent good rains appreciably improved the prospects of many farmers in the summer rainfall areas. This brought widespread relief from one of the worst droughts in the history of our country.

As in the past, the Government remains involved with large-scale agricultural aid in various ways. The Government is at present giving urgent attention to a report on the restructuring of agriculture prepared by the Economic Advisory Council of the State President.



8702412

Naturally, the Government has particular sympathy with the circumstances of the workers in these times of unemployment. That is why a special job creation and training programme was introduced. For this purpose, the Government allocated R450 million during the current financial year. By the end of September 1986, about a quarter of a million unemployed had been placed in employment as a result of this programme and by 31 March this year more than half a million should have been trained.

A White Paper containing the Government's viewpoints on the recommendations in the joint report of the Human Sciences Research Council and the National Training Board on the training of artisans in South Africa, will soon be tabled.

Inflation remains a serious problem. Several factors, including the stronger performance of the rand, should eventually contribute to a decline in the rate of inflation. This in itself, however will not solve the problem.

What is also required is increased competition, higher productivity and restraint with regard to wage and price increases. In this regard I trust that we will rise above party-political interests, since it is a matter of serious concern for every citizen of this country.

As a result of the moderate recovery in the economy, a positive real growth rate is anticipated.

As far as its longer term economic policy, including privatisation and deregulation, is concerned, the Government will take due cognisance of the broad principles set out recently in the Economic Advisory Council's proposed framework for a long-term economic strategy.

***SOCIAL MATTERS***

In the social field, problems and development activities will continue to be given priority.



8702412

Good progress has already been made. For example, during the current financial year, the Government has allocated an amount of R1 000 million for housing and community amenities for all communities. This is by far the largest amount ever allocated in a single year for this purpose in the history of South Africa.

Nevertheless, it is necessary that the private sector becomes more involved in the provision of low-cost housing.

Consequently, a Housing Trust, financed jointly by the Government and the private sector, was announced in November last year.

For this purpose, the Goverment has made available an additional amount of R400 million.

Orderly urbanisation, as part of a comprehensive development strategy, is one of the most important issues receiving the State's attention.

The Government's policy was enunciated clearly in the White Paper on Urbanisation which was adopted last year. Since then influx control has been abolished.

***EDUCATION***

In the field of education important developments took place over the past year.

In all, an amount of R6 000 million was budgeted for educational affairs of all communities in the current financial year.

Against the background of the Government's commitment to equal educational opportunities for all, it is deplorable that education in the black communities, in particular, is being abused by radical groups for political purposes.



8702412

Effective, meaningful education is possible only if politics are excluded from it and parents are positively realising their rightful involvement as partners in the education of their children.

***CONSTITUTIONAL DEVELOPMENT***

Together with ongoing development in the social and economic fields, constitutional reform will continue to enjoy high priority.

It is regrettable that the misconception is often created that little meaningful progress is being made with constitutional development.

This is not only unfair, but is done without adequate reference to objective criteria. It moreover reflects a short-sighted expediency which definitely does not serve the highest interests of South Africa.

Without any doubt, the basis of democratic government has been expanded remarkably since colonialism disappeared from South Africa.

This is substantiated by the degree to which the coloured, Asian and black communities are already participating in elected structures at the different levels of government. It is also evident from the existence of a large variety of political parties in the respective population communities.

The new constitutional dispensation was a significant step forward in this process.

It is the Government's declared intention that further expansion of our democratic base should be purposely pursued. In particular the constitutional position of our various black communities has in the past, and will in future, receive the special attention of the Government.

I have repeatedly and comprehensively enunciated the Government's framework for further constitutional development.



0702412

I wish to underline it briefly again. The Government believes that any constitutional dispensation for our multi-cultural society must, at all levels of Government, meet the requirements of protection and self-determination for minority groups; power-sharing among the groups in respect of matters of common interest; and the prevention of domination by any group of the others.

When I refer to the protection of minority groups, I also have in mind black minority groups with their own languages, ways of life and traditions.

The demand is often made here and abroad that South Africa should adopt a so-called one-man-one-vote non-racial democracy.

In our circumstances, this demand cannot lead to a just dispensation in a multi-cultural society.

Rapid reform in South Africa is hampered by many factors in international politics.

These include the following :

- Misuse of the word and concept of "democracy" in naming and promoting Marxist dictatorships

- Elected, multi-party democracies are decreasing because they are being threatened and subverted by these "sham democracies"

- Democratic countries are finding it increasingly difficult to maintain democratic principles and liberties, because of the abuse of those liberties in the unhampered pursuit of revolutionary goals.

South Africa's progress with constitutional adjustments and processes is not as slow as the progress made in the past by certain countries which



8702412

0128

now wish to prescribe to us.

This is the background against which the Republic has to continue the process of constitutional development. We shall not permit ourselves to be prescribed to in this regard. We shall not do it irresponsibly and hastily. We shall seek and find our own solutions here, in our own way, through our own dedication, knowledge and experience.

This will also have to be the result of consultation and negotiation among concerned groups and parties which truly believe in democracy and reject violence as a political instrument.

To give effect to these aims, a wide variety of steps at all levels of government have been in the process of planning and implementation for some time.

- At the local government level the Co-ordinating Council for Local Authorities continues to serve as an instrument through which the representatives of all the respective groups have the opportunity to promote the interests of the communities concerned.

- At the regional level good progress has been made with the arrangements for the institution of Regional Services Councils.

- At the provincial level the new system has already given a say to all population communities.

- Statutory provision has also been made for the establishment of joint executive bodies between the provincial authorities and the self-governing territories.

- Consideration is also being given to possible changes to the composition and functions of the President's Council.

Each of these steps represents the broadening of the democratic base and

the extension and improvement of participation, and confirms the principle of co-operation in respect of matters of common concern.

- Regarding the participation of all groups at the level of central government, comprehensive negotiations have been conducted in recent years.

- A Bill proposing a National Council was published last year. This proposed Council could be the precursor of a Council of State, as has already been envisaged. Such a joint Council of State could consist of leaders and other representatives of all groups and communities who could participate in the formulation of policy on the basis of concensus decision-making on matters of common interest. The establishment of the Council of State, which would enjoy statutory status and recognition and in which real accountability would be possible, will be further intensively investigated and negotiated.

Overall constitutional and political progress, however, is only part of the way to a secure and prosperous future.

A constitution merely reflects a community's political and social culture and all the underlying values, norms and principles. They cannot be created by a constitution.

In order to create the circumstances in which constitutional reform may flourish, constitutional development in the Republic of South Africa will have to be accompanied by other processes as well.

One of the most important preconditions for continued and orderly development is the maintenance of peaceful and stable communities.

This presupposes ownership of land and freehold right, and with it the right to an own community life through which cultural expression, for example by means of social and educational institutions, may be community



8702412

orientated as far as possible.

***THE NATAL/KWAZULU INDABA***

There is another matter to which I wish to refer briefly. It is the Natal/KwaZulu Indaba which took place at the joint initiative of the KwaZulu Government and the Natal Provincial Council.

The Government's point of view on it is determined by the following factors :

1. Firstly, it is Government policy that consultation and negotiation on matters of common concern should take place among the various population communities at all levels of government.

2. Secondly, there is no objection to the establishment by the governments of self-governing states and neighbouring provincial authorities in Natal as elsewhere, of joint executive authorities to deal with matters of common interest as agreed upon. Enabling legislation for this purpose was already adopted by Parliament last year.

3. Thirdly, such consultation and negotiation must take place on the premise that a suitable constitutional dispensation for the Republic must meet the requirements at every level of government, of protection and self-determination of minority groups, power-sharing among groups in respect of common interests and the prevention of domination by any group of the others.

Finality on constitutional structures is achievable only if authorised representatives of all groups and communities who reject violence as a political instrument, come together in a national institution which enjoys statutory recognised status, and in which real accountability can exist.



8702412

***ELECTION***

Public accountability is only possible if political parties are periodically granted the opportunity to put their policy and viewspoints to the voters.

A considerable period has passed since the previous general election for the House of Assembly.

A democratic government must from time to time go to the country, and provide those who elect it the opportunity for decision.

Since the time of the previous election and the referendum, a large number of new voters have been added to our voters' roll. They are mostly young people who have the right to participate in decisions about the future.

Although I have the right to dissolve Parliament in terms of the Constitution, I have decided, after consultation with the three Ministers' Councils, to dissolve only the House of Assembly at this stage.

The white voters of our country have during the past 40 years given their approval to many steps of renewal and constitutional development.

I believe that with regard to our country's security, its economic and contitutional development, they will again decide with great responsibility.

South Africa must stand united against the spirit of revolution incited against us from abroad.

South Africa must unite against uncalled for and unwarranted interference in our domestic affairs.

South Africa must stand united to strengthen its economy through higher



8702412

0128

productivity, job creation and thrift to the advantage of all, and this must be done in the spirit of South Africa First.

South Africa must think and act like a living organism in order to build a democratic and stable constitutional future through consultation and the elimination of violence.

Information with regard to further steps on how to make progress in this regard will be submitted by me to the voters' public.

The election will take place on 6 April 1987.

I now declare this Fourth Session of the Eighth Parliament of the Republic of South Africa duly opened.



BT02412

Sudáfrica

35

Enlace Sudáfrica

SECRET

REFERENCE : B/ 0073

DATE : 29 January 1987

**ANC : CONTINUED SUPPORT OF VIOLENT ACTION**

1. Contrary to the latest endeavours by the ANC to project a positive and reconciliatory image, recent statements by Joe MODISE (Commander of Umkhonto we Sizwe - MK) confirm that the ANC's official policy has in fact not deviated from the stand that Oliver TAMBO took during the 75th Anniversary in Lusaka in this regard - as was incorrectly interpreted by certain journalists.

2. For example :

   a. MODISE stated in an interview with Agence France Presse (AFP) on 13 January 1987 in Lusaka, Zambia, that the ANC's armed struggle against South Africa will escalate, although it is still not the policy of the organisation to kill innocent civilians. The ANC intends intensifying and escalating the "struggle" against White members of the security forces in white residential areas, since the "struggle" has thus far been aimed primarily at black residential areas, and innocent Blacks were killed. The ANC intends launching attacks on white farmers in the border areas as "they form part of the defence network" in the rural areas.

   b. MODISE stated that the "repressive laws" of the South African Government lead to increased efforts of the population to "defend themselves against the Government". For this reason the ANC claims the ability to make South Africa ungovernable and Government policy useless and ineffective.

MINISTERIO DE ... [illegible]
Fecha ... 5-3-87
Pasa a Sefes - archivo
0457/87

SECRET

01-02

8702440

c. According to MODISE the ANC does not reject "necklace murders" outright, and does not support them either as circumstance could very well necessitate such murders. The "necklace murders" have, according to him, given rise to a certain amount of fear amongst informers and they have realised "that the risk they run is not worth it".

d. Currently the ANC is distributing a pamphlet entitled "The People's War", in which the use of "revolutionary violence" is encouraged in order to promote "a just and democratic society". In the pamphlet an appeal is made to workers to form underground ANC cells within their particular field of employment and subsequently establish units to carry out industrial sabotage and organise strikes. Remark : The distribution of this pamphlet, and especially the appeal made to the workers, is a continuation of similar initiatives initiated previously by the ANC in the Eastern Cape.

DATE OF INFORMATION : January 1987

RELIABILITY GRADING : 2

TEL: 86 40 52

SECRETO

DIVISION DE LAS FUERZAS ARMADAS
EMBAJADA DE LA REPÚBLICA
DE SUDÁFRICA
RINCON 467 - PISO 2
MONTEVIDEO

135

WA/M/203/5/SK220/2/2

10 de diciembre de 1986

Sr. Director del
Servicio de Información
de las Fuerzas Armadas
Gral. Don Juan A. Zerpa
P r e s e n t e.-

De mi consideración:

1. Adjunto a la presente para vuestra atención material que puede ser de interés para esa oficina.

2. Hago propicia esta oportunidad para reiterar a usted las seguridades de mi más alta y distinguida consideración.

(G.J. VISAGIE) Cnel.
Agregado de las Fuerzas Armadas

JEFE
17 Dic 86
SOFA
3818

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
Fecha de Entrada 24/3/87
Fecha de Salida
Pasa a Jefe Dpto. Analistas
Nº. de Identificación 0500/87

SECRETO

01-10

8702804

SECRET

| | | |
|---|---|---|
| SUBJECT | : | MOZAMBIQUE : INTERNAL SECURITY : SEP 86 |
| SOURCE | : | B |
| INFORMATION | : | 3 |
| DATE | : | NOV 86 |
| DISTRIBUTION RESTRICTION | : | NOT FOR RELIAISON |

1. During Sep 86 RENAMO was involved in 264 incidents compared to 283 incidents in Aug 86.

2. Contacts. As far as could be established RENAMO initiated 78 of the 149 contacts, while 35 were initiated by FAM and the ZNA.

3. Actions by RENAMO

a. RENAMO actions were mainly concentrated in Southern and Central Mozambique. RENAMO attacked 21 bases as well as three FAM/ZNA convoys.

b. RENAMO distributed pamphlets amongst the local population in the Maputo, Gaza, Sofala and Niassa Provinces to discredit the FRELIMO regime's anniversary of the terrorist war against the Portuguese. Food and clothing were also distributed amongst the population.

c. RENAMO continued with its agricultural projects with the assistance of the local population. Similar projects were launched during Sep 86 in the Manica and Sofala Provinces.

d. On 9 Sep 86 RENAMO attacked two police stations and two ammunition depots in the suburbs of Maputo.

e. Several towns in Mozambique were attacked and occupied ia Marracuene, Massingir, Mutarara, Alto Molucue, Licuari, Mecufi and the communual town 29 De Setembro.

4. Sabotage

a. On 1 and 3 Sep 86 RENAMO sabotaged the Maputo/Swaziland railway line.

b. On 24 Sep 86 RENAMO sabotaged the railway bridge on the RSA/Mozambique railway line.

c. On 17 Sep 86 RENAMO attacked a train on the Beira/Mutare railway line.

d. An unsuccessful attempt was made by RENAMO to sabotage the Beira/Mutare oil pipeline on 29 Sep 86.

5. Actions by FAM

a. FAM attacked nine RENAMO bases (two in the Maputo, one in Inhambane, two in the Manica, one in the Sofala, one in the Zambezia and two in the Cabo Delgado Provinces).

b. FAM activities were largely excecuted in defence of its own bases and government facilities. It included the following :

i. Cancelling of all leave.
ii. Intensified patrol duties.
iii. Increased security at bases.

c. On 1 Sep 86 FAM reoccupied the town of Inhaminga which was attacked and occupied by RENAMO during Aug 86.

6. Losses. As far as could be established the following losses occurred :

a. RENAMO - 20 killed
b. FAM - 48 killed and 49 wounded
c. ZNA - 11 killed and 17 wounded

7. Desertions. At least 106 FAM members deserted during Sep 86 while approximately 1 500 fled to Malawi after RENAMO operations in the lower Zambezi valley.

SECRET

SUBJECT : MOZAMBIQUE/USSR - DELIVERY OF ARMAMENT
SOURCE : B
INFORMATION : 2
DATE : NOV 86
DISTRIBUTION RESTRICTION : NOT FOR RELIAISON

1. According to information received, the following armament was off-loaded at Maputo by the Soviet cargo vessel IVAN SHEPETKOV, on 27 Oct 86 :

a. 50 BTR troop carriers.

b. 50 fieldguns (new unknown type).

c. Ammunition.

d. Recovery vehicles.

e. Mine tanks (type unknown).

f. Vehicles with generators mounted on the back.

2. Approximately 1 000 tons of weaponry was delivered.

SECRET

05

8702804

SECRET

| | | |
|---|---|---|
| **SUBJECT** | : | **USSR/MOZAMBIQUE:MILITARY AID** |
| **SOURCE** | : | **B** |
| **INFORMATION** | : | **3** |
| **DATE** | : | **NOV 86** |
| **DISTRIBUTION RESTRICTION** | : | **NOT FOR RELIAISON** |

1. A five-year weapon delivery accord was signed between the FRELIMO Government and the USSR during Jul 86. According to the agreement the USSR will deliver MiG-23 aircraft, T-62 tanks and submarines to Mozambique. In exchange Mozambique is to supply the USSR with cotton, various minerals, fish and seafood. Remark. The former five-year weapon delivery accord ended in Dec 85.

2. Soviet weapon delivery was speeded up during Oct 86 at Mozambique's request. According to information nine T-54 tanks, 20 BTR-60 PB, 34 BTR-152 armoured personnel carriers and 12 BRDM reconnaissance vehicles and other weaponry including 17 000 machine guns and 25 000 PMN and DZM mines, were delivered to Mozambique.

3. An urgent meeting of the Politburo of the CPSU was held after Machel's death to discuss actions to protect Soviet interests in Mozambique. Both Gorbachev and Sokolov (Minister of Defence) attended the meeting. It was decided to immediately transfer "non-uniform wearing" Soviet, East German, Bulgarian and Czechoslovakian advisers, mainly from Ethiopia and Yemen, to Mozambique. According to one source approximately 100 East Bloc personnel arrived by Aeroflot in Mozambique after Machel's death.



8702804

SECRET

| | | |
|---|---|---|
| SUBJECT | : | ZIMBABWE/DDR RELATIONS |
| SOURCE | : | B |
| INFORMATION | : | 3 |
| DATE | : | NOV 86 |
| DISTRIBUTION RESTRICTION | : | NOT FOR RELIAISON |

Prime Minister Mugabe is of the opinion that although outside assistance for the armed struggle against the RSA is needed, it could lead to interference in the struggle. However, he regards the East Germans as agreeable to work with. This is due to the fact that they had made no attempts to interfere with decisions by himself and others, but had indicated their readiness to consider requests for direct and indirect military aid which would not involve an excess of East German military personnel in sensitive areas.

SECRET

SUBJECT : FAPA TRAINING IN THE USSR
SOURCE : B
INFORMATION : 3
DATE : NOV 86
DISTRIBUTION RESTRICTION : NOT FOR RELIAISON

1. According to the source, FAPA trainee pilots are flown by Aeroflot to Moscow via Paris or Brazzaville. Groups are trained at Kazakstan and Trusnudar on MiG-21 BIS and MiG-21 R.

2. Groups are first put on a Russian language course, lasting eight months.

3. Ground subjects studied includes :

a. Aerodynamics
b. Navigation
c. Construction of aircraft
d. Aircraft motors
e. Radio, signals and morse code
f. Mechanics of bombs

3. Theory is done at Kant, but practical flying is done at Kazakstan and Trasnudar.



8702804

SECRET

SUBJECT : TANZANIA/USSR/GDR RELATIONS
SOURCE : B
INFORMATION : 2
DATE : NOV 86
DISTRIBUTION RESTRICTION : NOT FOR RELIAISON

1. According to information a TPDF delegation visited the GDR and the USSR during the last week of Jul 86.

2. During the visit to the GDR the following requests were made by the TPDF delegation :

a. Training of intelligence officers.
b. Commando training in the GDR.
c. Provision of weapons and AA guns.

3. The TPDF delegation visited the USSR with the following requests :

a. Spares for missile units, radars and for the Tanzanian Air Force.

b. Advanced training for Tanzanian Air Force members.

c. Air defence planning and provision of radars.

d. Spares for tanks bought from Egypt with the agreement of the USSR.

e. Training of officers in the fields of radar, missiles and pilots.

4. A high-level military Soviet delegation visited Tanzania during Sep 86 to look into all Tanzania's defence requirements. According to the information the USSR agreed to supply the following :

a. Spare parts for all Soviet equipment.
b. Training for TPDF personnel in the Air Force.
c. Armour, missile, radar and heavy artillery training.
d. 40 (PT6) PACs.


8702804

Enlace Sudafricano

135

REFERENCE : B/ 0108

DATE : 9 February 1987

***THE EFFECT OF VIOLENCE ON THE GOVERNMENT'S REFORM POLICY : A DISSERTATION BY THE HON MR J C HEUNIS, MINISTER OF POLITICAL DEVELOPMENT AND PLANNING***

The way in which the theme of my address has been formulated implies that violence indeed has an effect on the reform policy of the government.

At the very outset I admit that this is definitely the case. The crucial question, however, is whether the net result of the effect violence has on the reform process is of a negative or a positive nature.

As I see it, this effect, irrespective of arguments against violence from a moral or philosophical point of view, is undoubtedly negative.

The proponents of violence usually pose the following arguments to justify the use of violence here in South Africa :

- The government accepts the idea of reform and implements it only when placed under extreme pressure which specifically includes violence.

- There do not exist any other effective methods or instruments by means of which expression can be given to the aspirations and the frustrations of certain communities.

- That the present stream of violence is merely a reaction to what

MINISTERIO DE DEFENSA ...
... Información de ...
Fecha de Entrada 5-3-87
Fecha de Salida 27-3-87
Pasa a Sefes-Archivo
Nº de identificación 0471/87

01 · 11

8702806

is called the "structural violence" inherent to or perpetrated by the present "system".

Through an analysis of these arguments I hope to substantiate my views regarding the negative effects of violence.

Before responding to these arguments I would just like to mention briefly that I am fully aware of the complexity of violence as a phenomenon and of useful efforts on the part of several academics to analyse and define it.

In the limited time I have at my disposal, I will, however, consider the matter from a practical point of view rather than from a specifically theoretical aspect.

For the purpose of my brief contribution I have to simplify matters by broadly defining political violence as any illegal action or threat of physical or psychological savagery to force a person/persons to act contrary to his/their free will along lines they would otherwise not have adopted, with the purpose of realising a specific political or ideological objective.

We should also briefly consider the men of violence we have to cope with.

Here we have to do with a loosely orchestrated onslaught which can at best be described as revolutionary warfare. However, not all of those participating in this onslaught are aware of this fact.

The revolutionaries, indeed, prefer to keep their true motives and objectives concealed behind popular, democratic and humanistic slogans and campaigns in order to muster as much support as possible in their endeavours to overthrow the existing order.

This widely known revolutionary technique is generally referred to as the "united front tactics" - something we will have to take into account



8702806

during the rest of our talk.

Let us have a closer look at the three arguments already stated that are used in justification of their deeds by the men of violence.

With regard to the first of these I utterly reject the notion that the present government adopted the reform line because of the consequences or potential consequences of violence.

The government's reform policy was motivated by earnest convictions based on Christian values and a sense of justice.

Naturally, our perceptions of what is just and fair in certain situations must be influenced by changed or novel circumstances, and this again must have an effect on the way one puts one's principles into practice.

I in no way wish to imply that what was formerly regarded by some as a just policy was not experienced by others as unjust.

I believe that, owing to profound divisions in this society of ours, the people of the various groups were not sufficiently aware of the perceptions existing among groups other than their own.

I do not intend launching into a discussion of the historical circumstances that were responsible for this lack of satisfactory mutual understanding.

It suffices to maintain that changed circumstances and new perceptions of realities have created a new awareness and a better understanding which caused many to reconsider their own actions and ways of conduct.

It is, and ought to be, a continual process and I would go so far as to maintain that it is imperative for every South African, irrespective of the group he belongs to, to render his share in this process.

It must be admitted that violent unrest did in the past contribute towards creating a greater awareness. The role of violence was, however, limited in the sense that it only brought to the fore the frustrations and grievances that existed more particularly within black communities.

It would be foolish to argue that the ANC's decision in the early sixties to consent to violence as an instrument moved the government to appoint the Erica Theron Commission in 1973, which ultimately led to the passing of the Constitution of 1983.

Neither can it be argued that the abrogation of the Mixed Marriages Act and Article 16 of the Immorality Act came just because the government stood in fear of violence.

To pretend that accepting the permanence of black people, the abolition of influx control together with the old pass system, and the commitment to a new constitutional dispensation in which all South Africans are represented - to mention but a few of the government's reform measures - were the outcome of acts of violence perpetrated by the ANC and their organisations, is extremely far-fetched.

On the contrary, most of these measures of reform followed upon peaceful negotiations at various levels and in separate forums where Blacks, Whites, Coloureds and Asians all participated as South Africans.

These led to a better mutual understanding of various perceptions and problems, and ultimately to actual improvements.

Even if violence were to have served a very limited purpose, it now completely lacks the necessary justification, since the government has already proved that it is well aware of the need for tangible and comprehensive reform.

The type of violence we have been experiencing of late has indeed become totally counter-productive.



8702806

It only serves to confirm the viewpoint that employing violence tends to distort the message and so is ineffective as a form of politics.

Those who commit crimes of violence - whether it is the laying of landmines, using the necklace method to kill people or committing arson - must bear in mind that acts of violence do not generally carry their meaning on their face.

They should consider the kind of message they are conveying to all peace-loving citizens of South Africa".

The second argument put forward in favour of the strategy of political violence, is that there are no other means available to Blacks for effectively stating their case, or to put it differently, that the Blacks have no meaningful political participation.

This was indeed one of the reasons stated by Mr Mandela during his trial as to why the ANC's option for violence had become inevitable.

In retrospect, one could to a certain extent understand, which does not necessarily mean condone, why that was the ANC's perception at that stage.

That era should, of course, be seen in its proper historical context, but it is true that Blacks at that stage had little direct access to the process of decisionmaking.

One could possibly also understand that there seemed to the ANC to be little prospect, at that time, for meaningful change. Even if one concedes these points, the question arises as to whether this is still the position today. To answer this question in the affirmative, and thus to imply that the use of violence is still justified on these grounds, would be blatantly dishonest.

I don't intend to give you a list of all the fundamental changes that have taken place during the past few years. It is self-evident that



8702806

there is a world of difference between the RSA 1960, and the RSA 1986.

The Coloured and Indian communities have for the first time in our history entered the portals and halls of Parliament.

As far as black participation in and access to the political processes is concerned, numerous opportunities have been opened up and developed.

Apart from the independent states, where millions of black people have full political rights, self-governing territories and local authorities have been created and multi-racial Regional Services Councils have been established.

UCASA, for example, has become a forceful and respected representative of Black Local Government.

On second tier level, new executive committees have been established, representative of all population groups. Provision has been made for the establishment of joint executive authorities between the self-governing territories and the provincial authorities.

Through these various instruments and bodies all communities do participate in the political processes and Blacks in particular are already making valuable contributions.

But there can be no doubt that the most crucial issue still is the inclusion of Blacks at the central governmental level.

That is why the Government has committed itself to the establishment of a new democratic constitutional dispensation based on the principle of full power-sharing among all the groups without domination of one group by any other.

The Government realises that one-sided blueprints are not acceptable. That is why the Government is determined that such a new dispensation



8702806

should be the result of negotiations.

Therefore a National Council has been proposed, with representation for all groups committed to peaceful change, to prepare a new constitution.

The Government does not exclude the ANC or any other party from this process. The only condition for participation, viz that violence must be abandoned, is an obvious and fair one and in actual fact amounts to no more than stating that the ANC or any other party should, as every other South African citizen, abide by the laws of the country.

Against this background the argument that violence is a necessity because there are no other means available to get access to political processes, has no validity.

In fact, by continuing with violence and intimidation, the ANC and other organisations are demonstrating that they reject the principles of peaceful negotiation and power-sharing.

Not only that, they also deter many representatives of the various communities who are willing and eager to participate in is peaceful negotiations by threatening them with violence and by portraying such people as "sellouts". This is a clear example of the use of psychological violence.

There is validity in the thesis that violence and instability in various parts of the world were to a large extent the product of rapid social change and mobilisation of new groups into politics, contrasted with the slow development of political institutions.

The primary problem of politics "is the lag in the development of political institutions behind social and economic change".

This thesis could well be applied to South Africa. There have been tremendous socio-economic changes but initially perhaps inadequate



8702806

development of political institutions through which people could channel their political aspirations.

But it is precisely the latter need that the Government wants to accommodate by offering all parties the opportunity to take part in negotiating a new, fully representative constitutional dispensation.

The ANC and its allies, on the other hand, are trying to destroy and discredit existing political instruments through their strategy of trying to make South Africa ungovernable.

As I have already indicated, this strategy also hampers efforts to develop new political institutions.

Violence therefore has a very negative influence on the reform process, to the detriment of all South Africa's peoples.

The third argument usually put forward by the advocates of violence, is that political violence is a reaction to violence employed by the state - so-called "structural" violence.

Part of this argument is that violence used by the state is unjust because the laws of the state violate moral norms. Violence by revolutionaries in contrast is then justified because it opposes the violence of an unjust system; it is "constructive" because it works towards a just goal.

To apply this argument to present day South Africa, one would have to ignore the enormous strides the Government has made during the recent past towards eradicating discrimination and towards creating a more just society.

One would also have to ignore the fact that the Government has on numerous occasions invited people to bring their grievances to the negotiation table. One would also have to ignore the present offer to join the National Council.



9702806

As I indicated earlier, these changes came from the inner conviction of the Government and resulted from peaceful democratic processes, not from violence or the threats of violence.

Where injustices still exist, the Government is doing its utmost to rectify them. The process of reform will therefore continue, regardless of violence.

The present state of emergency is a reaction by the Government to violence because it is the duty of any government to protect the lives and property of innocent citizens. Violence did not start in reaction to the state of emergency.

I agree with the rejection of the argument that the end justifies the means and that this applies as much to those who use force to maintain law and order, as it applies to revolutionaries who use violent means for political purposes.

Violence as a means usually attains an unintended importance in which the end is absorbed.

Therefore, the Government does not regard security measures as ends in themselves and would like to lift the state of emergency as soon as circumstances permit.

These measures are there to further peaceful reform, not to hinder it.

On the other hand, though, it seems that the campaign of violence and the war against the authorities have become ends in themselves for the perpetrators of violence.

"... Violence excludes its perpetrators from normal politics, and this cuts them off from the context in which reasonable judgements about the effectiveness of further violence can be made".



8702806

To summarise, I tried to indicate that the use of violence to reach political goals has, on the whole, not achieved any practical positive results.

On the contrary, it has a negative influence on the process of reform in that it hampers efforts by the Government to bring about a new, more equitable dispensation through peaceful means and in that it also forces the Government to resort to stringent security measures which it would much rather have avoided.

Although the fundamental restructuring of society, as many academics have pointed out, tends to create instability, the perpetrators of violence want to push this instability to the point that any form of normal existence becomes impossible.

Revolutionaries' rationale for this strategy seems to be that, as a matter of principle, nothing new can be created unless the old is destroyed.

They are not interested in reform or a compromise.

But is this practical and reasonable?

It would take an awfully long time to destroy the basic order in South Africa, if it can be destroyed at all. But if it were to be finally destroyed, it will take even longer to create a new, supposedly more just and equitable society.

Who benefits from all the suffering and chaos? What guarantees can the advocates of violence provide that their way of violent destruction will eventually have been worthwhile?

Against this, the Government argues, and has proven, that it is possible to transform the status quo by peaceful means. Although this process of reform has its problems and even though it may, at times, seem to some



8702806

people to move at too slow a pace, it does bear fruit without innocent people having to die.

My main argument against violence thus is that it has not contributed to the attainment of any practical positive results. It was, and is, decidedly counter-productive.

Having addressed some of the more practical aspects of the negative influence of violence, I would, however, like to close on a more philosophical note by quoting the following statement of J J Degenaar : "... The worst aspect of violence is that it annihilates reasoning. Where violence rules, man is forced to silence. In this sense violence is the death of philosophy ...

Might uses words and directs itself to reasoning processes. Violence remains mute".

DATE OF INFORMATION : December 1986

RELIABILITY GRADING : 2



8702806

Enlace Sudafricano

SECRET

J35

REFERENCE : B/0117

DATE : 5 February 1987

Cruzar

ZAMBIA : CONTINUED DISCONTENT IN THE COPPER-BELT PROVINCE

1. According to a report in the Zambian government controlled newspaper Zambia Daily Mail (26 January 1987) there is still discontent in the Copperbelt Province. Dissidents in the area have requested that a multi-party system be implemented in Zambia.

2. The district governor of Kitwe, Mr CHANDA, reacted to the reports by saying that the dissidents are planning to cause the down fall of the Zambian government by exploiting the grievances that resulted from the unrest in the province during December 1986. He also referred to anonomous circulars discovered recently in Ndola and Kitwe. These circulars called for an end to the ruling United National Independence Party (UNIP).

3. COMMENT

The above-mentioned unrest appears to have stimulated the latent political dissatisfaction in Zambia to such an extent that dissatisfied citizens are increasingly prepared to make their point of view public. However, such citizens continue to prevent being identified in order to avoid exposure to any Government action.

DATE OF INFORMATION : January 1987
RELIABILITY GRADING : 2

MINISTERIO DE DEFENSA
Dirección General de Información de Defensa
Fecha de Entrada 5-3-87
Fecha de Salida 27-3-87
Pasa a Jefes archivo
Nº. de Identificación 0465/87

SECRET

01-01

8702808

135

| | | |
|---|---|---|
| SUBJECT | : | ANGOLA : RUSSIAN/CUBAN/FAPLA COMMAND AND CONTROL SYSTEM |
| SOURCE | : | B |
| INFORMATION | : | 3 |
| DATE | : | OCT 86 |
| DISTRIBUTION RESTRICTION | : | NOT FOR RELIAISON |

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Inteligencia de Defensa
Fecha de Entrada 30/3/87
Fecha de Salida 30/3/87
Pasa a Archivo
Nº. de Identificación 05/12/87

Visto

ANGOLA: RUSSIAN/CUBAN/FAPLA COMMAND AND CONTROL SYSTEM

DEFENCE AND SECURITY COUNCIL

1. The highest military decision -making body in Angola is the Defence and Security Council (DSC) that meets regularly under the chairmanship of President Dos Santos. The rest of the council consist of the three Ministers of state, the Ministers of Defence State Security and the Interior as well as the Chief of General Staff of FAPLA. The senior foreign military advisors in Angola forms the so-called International Committee where members are co-opted on the Defence and Security Council when claimed necessary.

2. The representative body of the Defence and Security Council on the level of the Military Regions is the Political Military Council, with the most important members the Provincial Commissioner/s of the Military Region and the FAPLA Military Regional Commander. It is the case with the DSC, the foreign military advisors of the Military Region are co-opted in the Political Military Council when necessary.

3. Foreign military advisers at the Military Region advises the FAPLA Regional Military Commander on various military aspects eg operations against UNITA, deployment of units, training of troops, the regions conventional design for battle in case of an attack, lay-out of the defences around the Regional Military HQ etc. During FAPLA operations an advanced Command Post (ACP) is deployed where the foreign military advisers (normally from the Military Region HQ) advise the FAPLA commanders on actions to be taken eg choice of axis of advance, choice of objectives, maneuvering of units etc. This in effect means, that the foreign advisers are in control of all the FAPLA semi-conventional operations.

GROUND FORCES

4. The USSR has not deployed any fighting units in Angola - therefore no autonomous Russian actions take place.

5. They act in an advisory role for FAPLA Commanders at Brigade level That includes advice about the deployment of artillery, armour and AA. They are especially involved with MOT INF Bdes (BRIM)

6. The Cubans are responsible for keypoint protection. They are also responsible to identify targets with the co-operation of the intelligence personel where East Germans also play an important role. The Cuban supreme command conducts command over own troops - in this case the Cuban Regiments.

7. Cuban COIN (LCB) units are deployed to provide protection on the outer fringe of key installations as well as Regional Military HQ's. These units, although they presently work together with FAPLA, remain under command and control of Cuban Commanders.

8. Cuban Military advisors are involved with FAPLA COIN Forces. Light infantry Brigades (BRIL) and counter insurgency batallions (LCB). They especially give advice iro defensive plans or offensive employment of support weapons (motars, MG's etc).

9. Cuban Military advisors are presently also involved at BRIM brigades during offensives. They especially fulfil an important function at Front Command Posts from where manauvres of Bdes during advance/attack has been controlled or advice has been issued in the past.

10. Cubans are also used to man modern weaponary (Armour & art) in which case the FAPLA commander issues orders on advice of his Russian or Cuban advisor.

11. FAPLA acts to a great extent only on advice given by Russians and Cubans. (Especially on Bde level.) FAPLA has however to a great extent autonomous command during smaller COIN operations.

AIR FORCE

12. The command and control is conducted at various levels being primarily conducted on the basis of a combined committee as follows:

a. Operational Command and Control being the highest centre of command is exercised in Luanda from a Central Command Post. (CCP)

b. Whenever a Major or Intensive operation is initiated, then an advanced Command Post (ACP) is established within the area of

influence having the same structure as the CCP. Here the operational function of Command and Control is delegated to the ACP from the CCP for the specific operation.

c. The USSR is involved in the top structure of the ACP primarily as advisors. (It is important to note that the MPLA are totally dependant on these advisors for major decision).

d. FAPA consists of two independent Air Forces, namely, a Cuban and an Angolan Air Force which operate parallel yet independently of each other.

e. There is an element of Cuban command and control centres in each of the military Regions which in general satisfies the Angolan Command and Control network requirements. The Cubans play a leading role in the operational function of FAPA's Command and Control net.

f. The monitoring of aircraft movements, radar readiness states, co-operation between radar stations, aircraft, ground forces etc are conducted effectively by command section HQ's in the various regions (ie The Air Defence Operations Centre at Lubango has a 24 hour operation cycle being manned by FAPA/DAA personel with Cuban and Russian Advisors.)

TRADUCCION NO OFICIAL

## FUERZAS CUBANAS Y RUSAS EN ANGOLA

1.- Las más importantes decisiones militares que se toman en Angola provienen del Consejo de Seguridad y Defensa (CSD) que se reúne regularmente bajo la Presidencia de Dos Santos. El resto del Consejo está compuesto por 3 Ministros de estado, los ministros de Defensa y Seguridad y del Interior, como el Jefe de Estado Mayor General del FAPLA. Los principales Oficiales Superiores extranjeros (Asesores) en Angola, conforman el llamado Comité Internacional, donde los miembros integran el Consejo, cuando se requiere.

2.- El cuerpo representativo del Consejo S.D. a nivel Regiones Militares, es el Consejo Político Militar, con los miembros más importantes de los Comisionados Provinciales de las Regiones Militares y el Comando Militar del FAPLA. Sucede igual que con el C.S. Y D., los asesores militares extranjeros son llamados también para integrar el cuerpo representativo, cuando es necesario.

3.- Los Asesores Militares extranjeros a nivel de Regiones Militares supervisan el Comando Militar Regional del FAPLA sobre distintos aspectos militares, tales como operativos contra UNITAS, despliegue de efectivos, entrenamiento de tropas, y disposiciones convencionales de batalla de las distintas regiones, en caso de ataque, disposición de las defensas a cuarteles generales de las Regiones Militares, etc. Durante las operaciones de FAPLA, un Puesto de Comando avanzado es apostado donde los extranjeros (generalmente del Cuartel General de la Región) asesoran a los Comandantes del FAPLA sobre acciones a llevarse a cabo, táctica de avance, elección de objetivos, manejo de efectivos, etc... Esto significa que los asesores extranjeros tienen control de todas las operaciones semi-convencionales del FAPLA.

Fuerzas de tierra

4.- La URSS no dispuso efectivos de lucha en Angola, por lo tanto no tendrán lugar acciones autónomas por parte de este país.

5.- Actúan en un rol de asesoramiento a nivel de Comandantes de Brigada de FAPLA, lo que incluye despliegue de artillería, vehículos blindados, prestando un asesoramiento mayor con las Brigadas de Infantería Motorizadas (BRIM).

TRADUCCION NO OFICIAL

## FUERZAS CUBANAS Y RUSAS EN ANGOLA

1.- Las más importantes decisiones militares que se toman en Angola provienen del Consejo de Seguridad y Defensa (CSD) que se reúne regularmente bajo la Presidencia de Dos Santos. El resto del Consejo está compuesto por 3 Ministros de estado, los ministros de Defensa y Seguridad y del Interior, como el Jefe de Estado Mayor General del FAPLA. Los principales Oficiales Superiores extranjeros (Asesores) en Angola, conforman el llamado Comité Internacional, donde los miembros integran el Consejo, cuando se requiere.

2.- El cuerpo representativo del Consejo S.D. a nivel Regiones Militares, es el Consejo Político Militar, con los miembros más importantes de los Comisionados Provinciales de las Regiones Militares y el Comando Militar del FAPLA. Sucede igual que con el C.S. Y D., los asesores militares extranjeros son llamados también para integrar el cuerpo representativo, cuando es necesario.

3.- Los Asesores Militares extranjeros a nivel de Regiones Militares supervisan el Comando Militar Regional del FAPLA sobre distintos aspectos militares, tales como operativos contra UNITAS, despliegue de efectivos, entrenamiento de tropas, y disposiciones convencionales de batalla de las distintas regiones, en caso de ataque, disposición de las defensas a cuarteles generales de las Regiones Militares, etc. Durante las operaciones de FAPLA, un Puesto de Comando avanzado es apostado donde los extranjeros (generalmente del Cuartel General de la Región) asesoran a los Comandantes del FAPLA sobre acciones a llevarse a cabo, táctica de avance, elección de objetivos, manejo de efectivos, etc... Esto significa que los asesores extranjeros tienen control de todas las operaciones semi-convencionales del FAPLA.

Fuerzas de tierra

4.- La URSS no dispuso efectivos de lucha en Angola, por lo tanto no tendrían lugar acciones autónomas por parte de este país.

5.- Actúan en un rol de asesoramiento a nivel de Comandantes de Brigada de FAPLA, lo que incluye despliegue de artillería, vehículos blindados, prestando un asesoramiento mayor con las Brigadas de Infantería Motorizadas (BRIM).



8702809

6.- Los cubanos están a cargo de la protección de puestos claves, además de la identificación de objetivos con la cooperación de personal de inteligencia de Alemania Oriental que también desempeñan un importante rol. El Comando Supremo Cubano tiene el control de sus propias tropas, es decir de los Regimientos cubanos.

7-8.- Los Asesores Militares cubanos actúan con las Fuerzas de Contra-Inteligencia de FAPLA, las Brigadas de Infantería ligeras y los Batallones de contrainsurgencia. Brindan asesoramiento especial sobre planes de defensa y el empleo de armamento de apoyo de ofensiva (morteros, MG., etc.).

9.- Asesores Militares cubanos están actualmente asesorando además a las Brigadas de Infantería Motorizadas durante las ofensivas. Cumplen una especial función en los Puestos de Comando del Frente desde donde son controladas las maniobras de Brigadas durante ataques de avanzada o donde se hubiera brindado asesoramiento anteriormente.

10.- Los cubanos son puestos para manejar armamento (blindado, y artillería) en cuyo caso el comando de FAPLA imparte órdenes de su asesor de Rusia o de Cuba.

11.- En su mayoría, FAPLA actúa sólo con asesoramiento de rusos o cubanos, especialmente a nivel de Brigadas. Sin embargo, actúa en forma autónoma durante pequeños operativos de contrainteligencia.

Fuerza Aérea

12.- Ésta es dirigida sobre la base de un comité combinado de la siguiente manera:

A.- Siendo el Comando Operativo y de Control el mayor centro de comando, éste es ejercido desde Luanda, donde se encuentra el Puesto de Comando Central (PCC).

B.- Al iniciarse un operativo mayor o intensivo, se instala dentro del área un Puesto de Comando de Avanzada con la misma estructura que el PCC, quien delega la función al PCA para ese específico operativo.

C.- La URSS está involucrada a nivel de plana mayor con sus asesores dentro del PCA (cabe destacar que el MPLA es completamente dependiente de ellos para tomar las decisiones de mayor importancia).

D.- El FAPA está compuesto de dos Fuerzas Aéreas distintas: Fuerza Aérea de Cuba y Fuerza Aérea de Angola, las que operan en forma

paralela, aunque independientes una de otra.

E.- En cada una de las Regiones Militares hay elementos cubanos de los centros de comando que apoyan los requerimientos de la red de comando y control.

F.- El control y los movimientos aéreos, el control de radar, la cooperación entre las estaciones de radar, y las fuerzas de tierra son controlados y dirigidos por el comando efectivo de los cuarteles generales a nivel de región (el Centro de Operaciones de Defensa en Lubango opera las 24 horas con personal de FAPA/DAA y asesores de Rusia y de Cuba).

ENLACE ESPAÑOLES

135

SECRET

REFERENCE : B/ 0031

DATE : 15 January 1987

ZAMBIA : OIL EXPLORATION

1. Mobil, the US multinational oil company, is to undertake oil exploration across an area of 37 170 square kilometres in the Luangwa Valley in eastern Zambia (Block B). (See Appendix A).

2. ELUCIDATION AND COMMENT

a. A similar agreement was signed on 19 February 1986 between the Zambian government and Placid Oil (USA) with regard to oil exploration in the Western Province of Zambia. In August 1986 the company announced that oil deposits had been discovered in the Kafue district in Zambia.

b. Zambia currently imports petroleum products at an estimated cost of US$130 million per year. The country's foreign exchange reserves would be augmented by the benefits of local oil exploration.

DATE OF INFORMATION : January 1987

RELIABILITY GRADING : 2

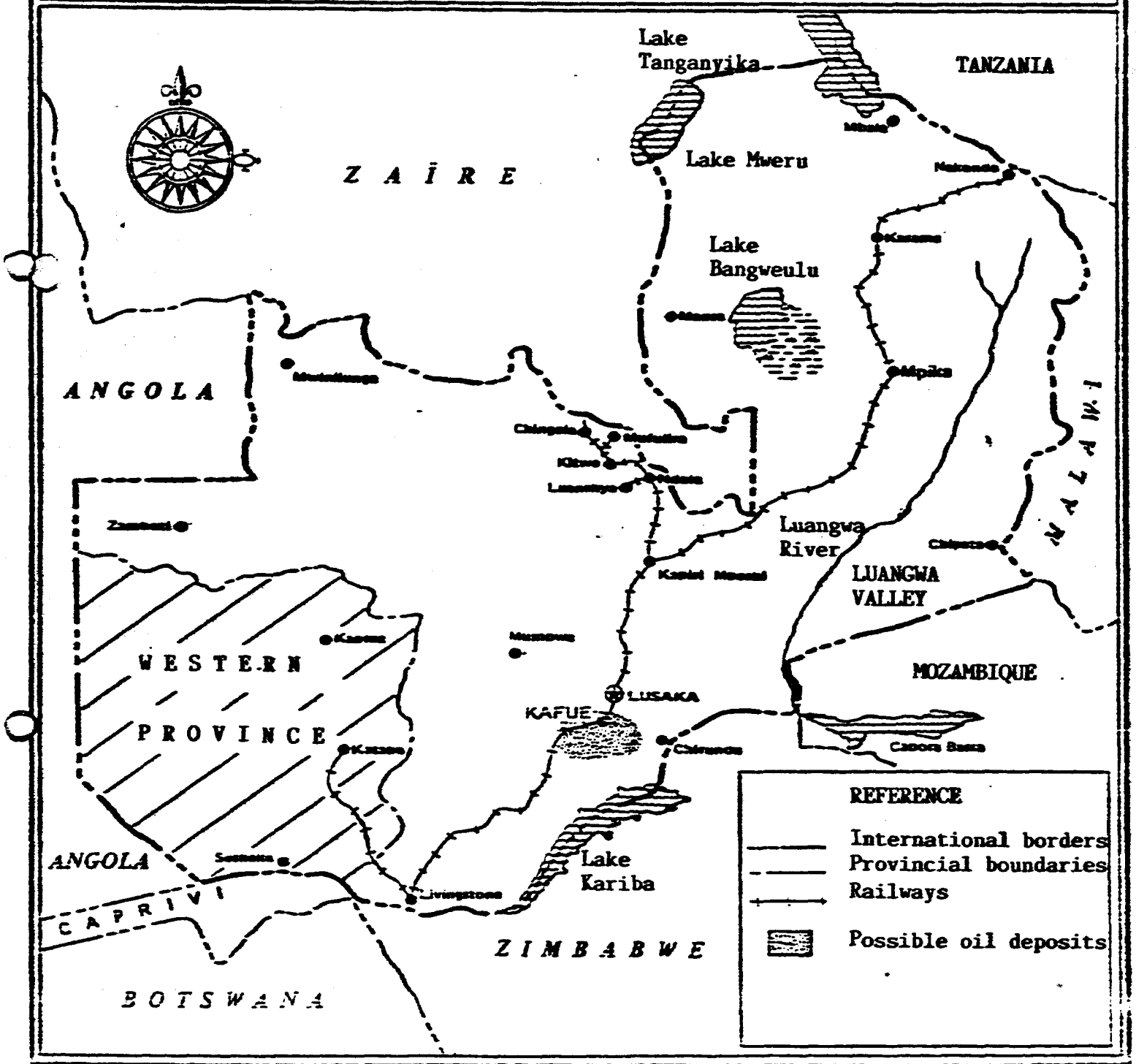
MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DOCUMENTACION EXTERIOR
Fecha de Entrada 5-3-87
Fecha de Salida
Pasa a Sres
Nº. de Identificación 04708

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DOCUMENTACION EXTERIOR
Fecha de Entrada
Fecha de Salida 27/3/87
Pasa a Archivos
Nº. de Identificación

APPENDIX A

0031

## ZAMBIA : OIL EXPLORATION






02·02

0702812

SUDAFRICANO

35

SECRET

REFERENCE : B/ 0091

DATE : 29 January 1987

**CUBA : COOPERATION AGREEMENT WITH UGANDA**

1. Cuba and Uganda signed a five-year cultural and education cooperation agreement on 7 January 1987 in Kampala.

2. ELUCIDATION AND COMMENT

   a. The two states also signed a barter trade agreement in December 1986 whereby Cuba would trade sugar and medical equipment in exchange for Ugandan agricultural products.

   b. Although President MUSEVENI of Uganda maintains a "non-aligned" policy and accepts foreign aid from both Eastern and West Bloc states, he shows an increasing association with the East Bloc states owing to his socialist policies.

DATE OF INFORMATION : January 1987
RELIABILITY GRADING : 2

MINISTERIO DE [illegible]
Dirección General [illegible] Información de Defensa
Fecha de Entrada
Fecha de Salida 27/3/87
Pasa a Archivo
Nº. de identificación

MINISTERIO DE [illegible]
Dirección General [illegible] Información de Defensa
Fecha de Entrada 5.3.87
Fecha de Salida
Pasa a Jefes.
Nº. de identificación 0462/87

SECRET

01.01

702813

ENLACE SUDAFRICANO

SECRET

REFERENCE : B/0124

DATE : 5 February 1987

135

**MOZAMBIQUE : CHANGES WITHIN THE PARTY AND THE CABINET**

1. On 11 January 1987 President CHISSANO of Mozambique announced several changes in his Cabinet, while FRELIMO's Central Committee (CC) approved several appointments and dismissals within the Party during a sitting held from 6 to 10 January 1987.

2. Pascoal MOCUMBI was appointed Minister of Foreign Afairs, a portfolio that until now was managed by Pres CHISSANO. Sergio VIEIRA, Minister of Security, was dismissed and replaced by Mariano MATSINHE (Politburo member and Governor of the Niassa province). VIEIRA, however, retains his post as Deputy Minister of Defence. Armando GUEBUZA (Politburo member) was appointed Minister of Transport and Communications, Fernando VAZ was appointed Deputy Minister of Health and Feliciano GUNDANA (Governor of the Zambezia province) was appointed a Minister in the Presidency. Two new portfolios, Culture and Labour, were created, in which Luyis HONWANA and Aquiar MAZULA were appointed, respectively.

3. Amongst the appointments and dismissals by the CC the exclusion of Oscar MONTEIRO (Minister in the Presidency concerned with State Administration) from FRELIMO's Politburo was probably the most significant. MONTEIRO (as well as Armando PANGUENE - Deputy Minister of Defence) also lost his seat in the CC Secretariate, where he was Secretary for party organization. Julio CARRILHO (Minister of Construction and Water Affairs) and Eduardo ARAO (Governor of the Tete province) were also admitted to the Politburo and CC Secretariate, while MOCUMBI was appointed Secretary of Foreign Affairs in the Secretariate. VIEIRA was appointed Director of FRELIMO's Political School.

2. **ELUCIDATION AND COMMENT**

a. The importance of CHISSANO's Cabinet reshuffle should not be overestimated, since the Cabinet reshuffle was necessitated by Samora MACHEL's death and the newly appointed persons are not regarded as controversial personalities.

b. Even though explanation was not given for the exclusion of VIEIRA from the Cabinet, this move cannot simply be regarded as a demotion - in the light of his appointment by the CC.

MINISTERIO DE DEFENSA
Dpto. S.G. General de Información de Defensa
Fecha de Entrada 9-3-87
Fecha de Salida 27/3/87
Pasa a Sdgs/Archivo
Nº. de Identificación 0474/17

SECRET

01.02

8702814

The CC accepted a resolution in 1986 stipulating that the post of Director of the Political School may only be filled by a CC member. The CC also decided to reactivate a school for the continual training of executive party bodies, mass organizations and government members with regard to political and ideological orientation, party organization and party activities.

c. The appointment of the relatively unknown NOCUMBI (one of the founder-members of FRELIMO and for years Minister of Health in the MACHEL Cabinet) as Minister of Foreign Affairs, as well as his election as Secretary of Foreign Affairs in the Party, is an indication of a close relationship between him and CHISSANO. It can be expected with certainty that NOCUMBI will, as a new-comer, temporarily accept the guidance of Pres CHISSANO with regard to foreign policy priorities.

d. Although MONTEIRO is still being accomodated in the government, it is significant that he has lost his posts in the Politburo and the CC Secretariate, while he is regarded as one of the more doctrinal and pro-Soviet Politburo members. MONTEIRO was promoted to the Politburo during FRELIMO's Fourth Party Congress in 1983 after an additional (11th) post had been approved. His exclusion from this influential body soon after MACHEL's death gives indication of a close relationship with the late President, which apparently is not the case between MONTEIRO and CHISSANO. The promotion of the Governors of the Tete and Zambezia provinces (ARAO and GUEBANA) to the Politburo is an indication of the FRELIMO hierarchy's satisfaction with them, given the intensity of RENAMO acitivities in those two provinces.

e. On the whole, these changes are essentially not extensive or far-reaching, although one gains the impression that Pres CHISSANO is fast establishing a loyal leadership body.

DATE OF INFORMATION : January 1987
RELIABILITY GRADING : 2

ENLACE SUDAFRICANO

SECRET

REFERENCE : B/ 0025

135

DATE : 15 January 1987

ANGOLA : CHEVRON PRESSED TO REDUCE FOREIGN TECHNICIANS

1. The MPLA government is exerting pressure on Chevron (USA multinational oil company) to reduce the company's work force of approximately 300 foreign technicians employed in Angola's major state-controlled oil exploration company, Cabinda Gulf Oil Company (CABGOC), by 100 employees towards the end of 1987 and have them replaced by Angolan technicians. Remark : Chevron is the main shareholder in Gulf Oil (USA), while the latter has a 49 percent share in CABGOC and also controls the company's operations.

2. COMMENT

This is probably an attempt on the part of Angola to ensure that an adequate number of skilled Angolan technicians are available in CABGOC should Gulf Oil, under pressure from within the USA, decide to withdraw from this enterprise. However, this could also be an attempt to stem the outflow of foreign currency caused by contract workers from abroad.

DATE OF INFORMATION : January 1987

RELIABILITY GRADING : 2

MINISTERIO DE [illegible]
Dirección General de Información de Defensa
Fecha de Entrada 5-3-87
Fecha de Salida Archivo 24/3/87
Pasa a Jefes -
Nº. de Identificación 0464/87

01.01

SECRET

8702815

ENLACE SUDAFRICANO

135

SECRET

REFERENCE : B/ 0127

DATE : 5 February 1987

ZIMBABWE : VIEWS OF PROMINENT ZAPU MEMBER CONCERNING UNITY WITH ZANU(PF)

1. Dumiso DABENGWA (former Intelligence Chief of ZIPRA and most influential person in ZAPU after Joshua NKOMO) announced on 24 January 1987 in a press interview in Bulawayo, Zimbabwe, that there is merit in the idea of unity between ZANU(PF) and ZAPU, if the future united party can accommodate all political convictions and the different population groups. He said that to lend credibility to such a party it should not be called ZAPU or ZANU. According to DABENGWA the name ZANU "leaves a bad taste with some people" and it would be difficult to convince these people of the desirability of the alliance.

2. COMMENT

a. Mr DABENGWA's preconditions in connection with the name and accommodating the different political views indicates that differences remain even though earlier reports claimed that the two parties had reached consensus, that the new party would be known as ZANU and pursue a Marxist-Leninist ideology.

b. Previous optimism that the release of DABENGWA would hurry the formation of a united party has been restrained by his recent statement.

DATE OF INFORMATION : January 1987

RELIABILITY GRADING : 2

MINISTERIO DE DEFENSA
Fecha de Entrada 5.3.87
Fecha de Salida 27/3/87
Pasa a Scps
Nº. de identificación 0425/87

SECRET

01.01 0702816

135 ENCARE SUDAFRICANO

asuntos Zambia

SECRET

REFERENCE : B/ 0084

DATE : 29 January 1987

**ADB : SUSPENSION OF LOAN AGREEMENTS WITH ZAMBIA**

1. During 1986 the African Development Bank (ADB) suspended loan agreements with Zambia since this country cannot pay its outstanding debt to the ADB. The loan of US$105,5 million was already approved in principle.

2. ELUCIDATION AND COMMENT

a. Since its foundation in 1964 the ADB has provided approximately US$1,2 billion to African states. However, this is the first time that it has suspended loans to Zambia.

b. In the light of the fact that Zambia has been experiencing problems in repaying debt commitments and that Zambia has had to reschedule its annual debt to members of the Paris Club (composed of Western states, amongst them Belgium, the Netherlands, the FRG and the USA) this suspension will compel Zambia to seek alternative foreign sources in order to stimulate the country's internal economy.

DATE OF INFORMATION : January 1987
RELIABILITY GRADING : 2


MINIST ... 
Fecha ... 5-3-87
Fecha ... Archivo 24/3/87
Pasa a Seps-
Nº de ... 0460/87


SECRET



8702817 -

1

ENLACE SUDAFRICANO

(155)

Cruzar Angola

SECRET

REFERENCE : B/ 0072

DATE : 29 January 1987

**ANGOLA : CONSTRUCTION OF A HARBOUR**

1. The construction of a fishing port at Tombua in the Namibe province along the southern coast of Angola is underway.

2. The Soviet State construction company awarded the contract for the project to a Protuguese/Brazilian company, GEOTECNICA. The Soviets are providing technical and financial assistance.

3. The strategic implications of direct access by the USSR to the southern coast of Angola are to be considered even though the Soviets would maintain that the port is purely to support the activities of their fishing fleet operating in Angolan waters.

4. REQUEST

Your comment/evaluation or any additional information would be appreciated.

DATE OF INFORMATION : January 1987
RELIABILITY GRADING : 3

MINI... DE ... Informaciones de Defensa
Fecha ... 5-3-87
Fecha de ... Archivo 27/3/87
Pasa a 3 ejes
Nº. de Identif. ... 0456/87

SECRET

01.02

8702848

ENERO 83
EVALUACION 3

**CONSTRUCCION DE PUERTO EN ANGOLA**

1.- La construcción de un puerto pesquero en Tombua (provincia de Namibia a lo largo de la Costa Sur de Angola) se encuentra en marcha.

2.- La Compañía de construcción del Estado Soviético, ganó el contrato para el proyecto, a una compañía luso-brasileña.GEOTECNICA.

Los soviéticos suministran además asistencia técnica y financiera.

3.- Debe ser considerada la implicancia estratégica de un acceso dire por la URSS hacia el sur de Angola aunque estos afirmen que el puerto es puramente para apoyo de la actividad de su flota pesquera operando en aguas del pais.

**REQUERIMIENTO**

4.- Se apreciaría un comentario evaluativo o información adicional al respecto.

Hacer PEI para distribución interna y A-2, E-2, C-2 y N-2
EVALUAC -A-3

02.02 8702818

ENCLAVE S.AFRICA

135

SECRET

REFERENCE : B/ 0029

DATE : 15 January 1987

ENCL TANZANIA : ACCUMULATION OF ZAMBIAN GOODS IN DAR ES SALAAM

1. On 8 December 1986 Tanzania confiscated Zambian import goods to the value of about US$15 million after Zambian companies had failed to meet the payment of storage and handling fees for these goods in the harbour of Dar es Salaam. Remark : The goods included approximately 40 tons of wheat.

2. Although the companies in Zambia whose goods were confiscated managed to obtain the necessary foreign exchange in accordance with the foreign exchange auction system, the Reserve Bank of Zambia failed to make the funds available to these companies as a result of a shortage of foreign exchange.

DATE OF INFORMATION : January 1987

RELIABILITY GRADING : 2

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO (EXTERIOR)
Fecha de Entrada 5.3.87
Fecha de Salida
Pasa a Defs.
Nº. de Identificación 0469/87

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO (EXTERIOR)
Fecha de Entrada 24/3/87
Fecha de Salida
Pasa a Archivo
Nº. de Identificación

SECRET

01.01

0702819

ENLACE SUDAFRICANO

135

Cruzar

Angola

- Analistas
- Archivo

SECRET

REFERENCE : B/0123

DATE : 5 February 1987

**ANGOLA : FURTHER ECONOMIC DETERIORATION**

1. Angola's economic problems were emphasized by President José Eduardo DOS SANTOS in his new year's message of 1 January 1987.

2. According to DOS SANTOS every inhabitant will be negatively affected by the economic crisis, and the country will be compelled to pay for essential imported goods with foreign loans. He ascribes this situation to the destabilizing effect of American military aid to UNITA and the drop in the oil price which, according to him, produced a US$700 million decline in Angola's oil export earnings for 1986.

2. ELUCIDATION AND COMMENT

a. The economic deterioration in Angola is illustrated by the following, in particular :

- Angola's export earnings for 1986 decreased by 33,3 percent from US$2,1 billion to US$1,4 billion in comparison with 1985, in spite of the fact that oil production for 1986 was 22,5 percent higher than for 1985. Remark :Angola's oil export earnings represent about 90 percent of the total foreign exchange earnings.

Visto

Economía

MINISTERIO DE ...
... Información ...
Fecha de Entrada 5.3.87
Fecha de Salida Archivo 27/3/87
Pasa a Jefes
Nº. de Identificación 0473/87

SECRET

8702820

01.05

- The state-controlled diamond company, Diamang, was sequestrated in July 1986 as a result of increased losses since 1982 ascribed primarily to the drop in diamond prices from US$170 per carat in 1979 to US$40 per carat in 1985. Furthermore, it appears that the State's diamond production is estimated to have declined by approximately 72 percent, from 714 000 carats during 1985 to about 200 000 carats during 1986.

- Angola's shortage of foreign exchange compelled the State to reschedule current (short term) foreign debt commitments in order to reduce the current payments of US$6,9 billion to US$1,2 billion. As a result of increased foreign loan financing of imported goods and services Angola's total foreign debt is increasing rapidly.

- The largest part of the Benguela railway (which can earn an export earning of about US$90 million per year for Angola) is not in operation, in spite of increased attempts by the MPLA government during 1986 to promote the railway as a thoroughfare for the transporting of copper and cobalt from Zambia and Zaire to countries abroad.

- The war has resulted in the increasing depopulation of the rural areas. Consequently increased urbanization is giving rise to serious problems with squatters and an escalation in unemployment. Furthermore, economic and military sabotage has resulted in a US$ 1,8 billion rise in Angola's direct and indirect war damages during 1986.

b. These economic problems should also be considered against the country's sound economic development potential having resources to become one of the most economically influential countries in the Sub-Sahara region.

c. In 1987 Angola's economy could benefit from the present improvement in world prices for oil, diamonds and coffee. However, the military conflict in Angola will continue to have a destabilizing effect on the country's economy.

DATE OF INFORMATION : January 1987

RELIABILITY GRADING : 2

## Angola: Progresivo deterioro económico

1) Los problemas económicos que enfrenta Angola, fueron puestos de manifiesto por el Pte . José Eduardo Dos Santos en su mensaje del L°de Enero de 1987.-

2) Según DOS SANTOS, cada habitante se verá perjudicado por la crisis económica, y el país se verá obligado a pagar por importación de alimentos esenciales con préstamos extranjeros. Atribuyó esta situación al efecto desestabilizador de la ayuda militar norteamericana a UNITA, y a la caída mundial en los precios del petróleo, los que, según sus palabras tuvieron una caída de U$S 700 millones para las exportaciones angoleñas durante 1986

3) COMENTARIO

a. el deterioro económico de Angola se puede ilustrar de esta forma:

- Las divisas por con cepto de exportación declinaron durante 1986 en un 33,3 por ciento: de U$S 2,1 billones a U$S 1,4 billones en comparación con 1985, a pesar del hecho de que la producción de petróleo durante 1986, fue un 22,5 por ciento mayor que la de 1985.
NOTA: Las divisas por concepto de exportación de crudo, representan cerca del 90% del total de las exportaciones.
- La compañía estatal de diamantes, Diamang fue clausurada en 1982, como resultado de progresivas pérdidas desde ese año, y fue atribuído principalmente a la caída en los precios de U$S 170 por kilate en 1979, a U$S 40 por kilate en 1985. Se estima además que la producción estatal de diamantes declinó aprox. en un 72 %; de 714.000 kilates producidos en 1985, a alrededor de 200.00 en 1986.-.
- Las dificultades de Angola y la disminución en sus exportaciones, obligó al estado a refinanciar su actual deuda externa (a corto plazo) y poder reducir los pagos actuales de U$S 6,9 billones a U$S 1,2 billones. Como resultado de los continuos prestamos que el país debe solicitar al exterior, su deuda externa esta aumentando rápidamente. Estos préstamos son para financiar alimentos y servicios, ambos esenciales.

- La parte más extensa de la línea ferroviaria de Benguela que puede significar ganancias de unos 90 millones de dólares por año para Angola, no se encuentra operando, no obstante el hecho de que el gobierno de MPLA trató de promover dicha línea como una importante vía para el transporte de cobalto y cobre procedente de ZAMBIA y ZAIRE hacia el exterior.-

- La guerra trajo como consecuencia la creciente despoblacion de las áreas rurales. Consecuentemente la creciente urbanización, trae aparejado serios problemas de aumento de población y desempleo. Ademas el sabotaje económico y militar le produjo un aumento de U$S 1,8 billones a las pérdidas directas o indirectas que por causa de la guerra tuvo Angola durante 1986.-

b. Estos problemas económicos traban el potencial de desarrollo económico del país , que tiene recursos para ser uno de los más influyentes dentro de la región del Sub-Sahara.-

c Para 1987, Angola podría verse beneficiada con el aumento actual de los precios del crudo, diamantes y café. No obstante, el conflicto militar continuará teniendo un efecto desestabilizador sobre la economía del país.-

ENLACE SUDAFRICANO

135

Enviar Mozambique

SECRET

REFERENCE : B/ 0028

DATE : 15 January 1987

***MOZAMBIQUE : OIL SUPPLIES FROM IRAN***

1. An Iranian delegation, led by the Minister of Cooperation, Abedi JAFARI, held discussions with a Mozambique government delegation in Maputo concerning the implementation of an agreement signed at the end of 1985 whereby Iran will supply oil to Mozambique.

2. Mozambique is currently experiencing a serious shortage of fuel, which in turn hampers food distribution in rural areas. Remark : Private vehicles in Mozambique are presently restricted to 12 litres of fuel per week.

DATE OF INFORMATION : January 1987

RELIABILITY GRADING : 2

MINIST... DE ...
... Información de ...
Fecha de Entrada 5.3.87
Fecha de Salida Archivo 27/3/87
Pasa a Sejer
Nº. de Identificación 0468/87

SECRET

01.01

0702821

Enlace Subversivo

135

Origen Sudáfrica

SECRET

REFERENCE : BJ 0134

DATE : 5 February 1987

***DANISH TRADE UNION FEDERATION : FINANCIAL SUPPORT FOR THE ANC***

1. The Danish Trade Union Federation LO donated 100 000 Krone to the ANC in the beginning of January 1987 during commemorations in Denmark of the 75th Anniversary of the ANC.

2. COMMENT

The Danish LO together with its affiliated Trade Unions provide continual material and moral support to the ANC (African National Congress), SACTU (South African Congress of Trade Unions) and radical trade unions in South Africa.

DATE OF INFORMATION : January 1987

RELIABILITY GRADING : 2

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Subsecretaría de Defensa
EXTERIORES
Fecha de Entrada 5-3-87
Pasa a Archivo 24/3/87
Nº de identificación 047P/87

SECRET

01.01

9702822

EMLACE SUDAFRICANO

135

SECRET

REFERENCE : B/ 0133

DATE : 5 February 1987

FIET : INDIRECTLY SUPPORTING LABOUR UNREST IN SOUTH AFRICA

1. The International Federation of Commercial, Clerical and Technical Employees (FIET) donated the equivalent of US$10 000 to the Commercial, Catering and Allied Workers' Uion of South Africa (CCAWUSA) in January 1987 to support workers that have been on strike since 15 December 1986. Remark : CCAWUSA is internationally affiliated to FIET and receives continuous financial and moral support from the Federation. CCAWUSA is locally affiliated to COSATU (Congress of South African Trade Unions).

DATE OF INFORMATION : January 1987
RELIABILITY GRADING : 2

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
Fecha de Entrada 5-3-87
Fecha de Salida 24/3/87
Pasa a Sefo Markus
Nº. de Identificación 0433/87

SECRET

01.01

8702823

Enlace Sudafricano

135

SECRET

REFERENCE : B/ 0083

DATE : 29 January 1987

SACP : NEW OFFICIALS

1. Joe SLOVO (SACP chairman since 1984) was recently elected Chief Secretary of the Party in place of Moses MABHIDA, who died in March 1986. Dan TLOOME (member of the ANC's Executive Committee and senior SACP member) was appointed as the new Chairman.

2. COMMENT

This is the first time since the SACP was banned in 1950 that a white has been elected Chief Secretary. This step is probably aimed at utilising SLOVO's organisational capabilities and political expertise to the best advantage of the SACP. The election of TLOOME as Chairman (the "public figure" of the SACP) is probably aimed at promoting the Party as a primary black organisation.

DATE OF INFORMATION : January 1987

RELIABILITY GRADING : 2

Fecha ... 5-3-87
Fecha ... 22.3.87
Pasa a ... Jefe - archivo
Nº de identificación 0459/87

SECRET

01.01

8702824

Enlace Sudafricano

135

REFERENCE : B/ 0147

DATE : 9 February 1987

*PENSIONS/GRANTS FOR DETAINEES*

1. Attached is a copy of a report which appeared in the weekly New Nation, Vol 2 Number 1, January 8 - January 14, 1987. In the light of the gross inaccuracies of the article and its sensational headline it was decided to establish the correct details thereof.

2. It has been established from the Department of Development Aid that in case of a grant not being collected for a period of six months, the grant is then cancelled. The computer used by the Department is programmed as such with the aim to facilitate administration. Payments would immediately be resumed retrospectively on reapplication.

3. In the second paragraph of the report it is stated that crippled Josia Mathebula's disability grant was withdrawn by Mr Bar Wire, a Waterval Boven magistrate. The fact of the matter is that Mr Bar Wire informed Mr Mathebula that the computer had automatically cancelled the grant because it had not been collected for a period of 6 months. No person's grant can in any instance be withdrawn as legislation exists which prevents the summary withdrawal of a pension or grant.

MINIST... DE ...
Fecha ... 5-3-87
Fecha d... 27-3-87
Pasa a Jefes. archivo
Nº. de Identi... 0455/87

01.02

8702825

# PENSIONS SHOCK FOR DETAINEES

## 'They use grants to make petrol bombs'

**PENSIONED and disabled detainees held for longer than four months are in for a big shock when released.**

Fears that they will lose their bi-monthly grants emerged following the withdrawal of crippled Josia Mathebula's disability grant by a Waterval Boven magistrate, Mr Bar Wire, when he was released after six months of emergency detention.

A spokesman for the Detainee Parents Support Committee (DPSC) alleged that the security police members are the ones who influence the magistrates to cancel the bi-monthly pension of the former detainees.

"They claim that the pensioners spend their money to make petrol bombs," the DPSC spokesman told the NEW NATION.

Regarding the allegations that security police members were involved in influencing magistrates to cancel pension grants of disabled detainees, Mr C Du Toit of the Bureau For Information in Pretoria responded: "I need more information about the issue. Please supply me with more details and I will contact the departments concerned for investigations. At this moment I have nothing to say."

A Department of Development Aid spokesman in Pretoria, however, provided different reasons. She claimed that if the detainees fail to collect their bi-monthly vouchers for a period of more than six months, the department has no option but to cancel the grant.

The uncollected vouchers are then sent back to the department's offices in Pretoria, she said.

The spokesman added: "If the person fails to re-apply, he will never get his pension grant unless he presents himself to the local commissioner with all the required documents, including his identity book."

A Department of Social Welfare and Pensions spokesman said hundreds of vouchers have been permanently scrapped by the department as people failed to collect them or give reasons why they had not been collected in the scheduled time.

"Some of the files have been placed with those of people who do not need financial assistance from the government's coffers," the spokesperson said.

Mathebula, 20, who lives in Machadadorp near Belfast in the Eastern Transvaal, is the first known detainee to have fallen victim to this policy.

The disabled Mathebula can only crawl and cannot feed for himself.

Mathebula, who had gone to collect his disability grant after being released, was shocked to learn from the magistrate Mr Wire that his grant was cancelled and returned to Pretoria.

He claimed through his attorney, Mr Phineas Mojapelo, that the department had been unfair in his case as he could not collect his pension vouchers because he was in detention since June 12 until November last year.

A spokesman of the South African Police in Pretoria refused to comment and instead referred the NEW NATION to the Department of Social Welfare and Pensions for comment.

02.02

PARTES POCO LEGIBLE

8702825

Enlace Judiciario

135

REFERENCE : B/ 0144

DATE : 9 February 1987

***DIRECTIONS REGARDING THE DETENTION OF PERSONS IN TERMS OF SECTION 29 (1) OF THE INTERNAL SECURITY ACT 1982***

The following directions are binding on all members of the South African Police. Non-compliance with the directions will, apart from criminal action, result in disciplinary action being taken against those concerned.

In general, the directions provide for the explanation to a detainee of his rights and further regulate the conditions under which he shall be detained. Where a person is detained under the Act, the divisional commissioner of the South African Police, together with his officers and uniform personnel, shall be responsible for all arrangements in connection with the guarding and general welfare of the detainee while he is in police custody.

The directions inter alia require that a detainee shall at all times be treated in a humane manner and that he shall not be assaulted in any manner or otherwise maltreated or subjected to any form of torture or inhuman or degrading treatment.

The directions set out the procedure relating to the provision of medical care to detainees, as well as the circumstances under which medical examinations are to be conducted, and provide that, if district surgeons are not available, the services of another competent medical practitioner may be obtained.

Complaints of alleged assault on a detainee shall in terms of the directions, be investigated by an officer of a branch of the Force which was not involved in the alleged incident.

MINISTERIO DE [illegible]
Fecha e Entrada 5.3.87
Fecha de Salida 27.3.87
Pasa a Jefes-archivo
Nº de Identificación 048/87

01.10

8702826

The directions further provide for the keeping of certain records regarding detainees, regular visits to detaines, measures to prevent injury to, or suicide by, detainees and the submission of reports by inspectors of detainees, magistrates and district surgeons who visit detainees.

***EXTRACT FROM GOVERNMENT GAZETTE DECEMBER 1982, REGARDING THE TREATMENT OF SECUTIY DETAINEES***

***NOTICE 877 OF 1982***

***MINISTRY OF LAW AND ORDER***

The Minister of Law and Order has, in terms of section 29 (1) of the Internal Security Act, 1982 (Act 74 of 1982) issued the directions set out in the Schedule hereto.

***SCHEDULE***

Subject to the provisions of the Internal Security Act, 1982 (Act 74 of 1982) (hereinafter referred to as the Act), the following directions shall apply in regard to a person detained in terms of section 29 of the Act.

***DEFINITIONS***

1. In these directions, unless the context otherwise indicates -

"board of review" means a board of review referred to in section 35 of the Act

"commissioned officer" means a commissioned officer referred to in section 29 of the Act

"Commissioner" means the Commissioner of the South African Police

"detainee" means a person detained in terms of section 29 (1) of the Act

"district surgeon", with reference to paragraphs 5, 17, 27, 28 and 29 hereunder, includes a medical officer appointed in terms of section 6 of the Prisons Act, 1959 (Act 8 of 1959)

"divisional commissioner" means a divisional commissioner as defined in section 1 of the Police Act, 1958 (Act 7 of 1958)

"Minister" means the Minister of Law and Order

"the Force" means the Force as defined in section 1 of the Police Act, 1958.

*PROCEDURE UPON DETENTION*

2. As soon as possible after the arrest of a detainee in terms of section 29 of the Act the commissioned officer shall inform the detainee of the reason or reasons for his detention and also inform him that in terms of section 29(4) of the Act he may at any time make representations in writing relating to his detention or release to the Minister.

3. The detainee shall also be informed by the commissioned officer



B702826

concerned that if he has at the expiration of a period of six months as from the date of his arrest not yet been released from detention in terms of section 29 of the Act, he may submit written representations to the board of review and may also request to give oral evidence before or make oral representations to the board of review.

4. If a detainee wishes to make representations in writing to the Minister in terms of section 29(4) of the Act or to make representations to the board of review he shall be given full opportunity to do so and the representations concerned shall be submitted forthwith through the agency of the Commissioner to the Minister of the board of review, as the case may be.

5. The commissioned officer shall, as soon as possible after the arrest of the detainee, make arrangements for the detainee to be examined by a district surgeon.

6. The commissioned officer shall, as soon as possible after the arrest of a detainee, inform the Commissioner, the divisional commissioner, the Inspector of Detainees, the magistrate of the district in which the detainee is being detained, as well as the regional representative of the Department of Health, of the detention and the place at which the detainee is being detained, and also of the release of a detainee or his transfer to another place of detention.

7. The commissioned officer shall notify, or cause to be notified, the nearest available relative of the detainee of his detention, unless -

   a. this is against the wishes of the detainee himself

   b. this will hinder any investigation or endanger the security of the State.



B702826

***TREATMENT OF DETAINEE AND***
***RELATED MATTERS***

8. The divisional commissioner of the area in which a detainee is being detained shall be responsible for arrangements regarding the custody and general well-being of the detainee and shall also be responsible for ensuring that all directions issued by the Minister and the Commissioner are complied with while the detainee is in police custody.

9. The senior duty officer on duty at a place where a detainee is detained shall at regular intervals visit the detainee to ascertain the condition of the detainee.

10. Responsible members shall be detailed to guard detainees at the places at which they are detained.

11. All members who are concerned with the detention and custody of detainees shall be instructed in the treatment and safe custody of such detainees.

12. All reasonable steps shall be taken to prevent a detainee from injuring himself.

13. Detainees shall, where practicable, only be detained in cells that have the following facilities :

a. An exercise area

b. washing, bath or shower facilities in the cell or exercise area

c. a flush toilet in the cell or exercise area.



8702826

14. The cell in which a detainee is detained shall be searched at regular intervals to ensure that it contains nothing with which the detainee can injure himself.

15. A detainee shall at all times be treated in a humane manner with proper regard to the rules of decency and shall not in any way be assaulted or otherwise ill-treated or subjected to any form of torture or inhuman or degrading treatment.

16. A detainee shall be afforded ample opportunity to sleep and do physical exercise.

17. Sufficient food and water shall be provided to a detainee. Instructions issued by a district surgeon or a medical practitioner referred to in paragraph 28 regarding a special diet to be followed by a detainee, shall be complied with. Reasonable requests in regard to certain kinds of food that a detainee may not consume on the grounds of religious conviction shall, as far as possible, be taken into account.

18. Any instance where force has of necessity to be used against a detainee in order to prevent him from escaping or from injuring himself or from making or continuing an attack on any member of the Force or any other person, shall be reported forthwith to the divisional commissioner. The divisional commissioner shall ensure that the incident is investigated by an officer who is not a member of the same branch of the Force as the member or members who were involved in the incident.

19. Where a complaint is lodged by a detainee with a member of the Force against another member of the Force, the complaint shall forthwith be brought to the attention of the divisional commissioner. The divisional commissioner shall arrange forthwith for such complaint to be investigated by an officer who is not a member of the same branch of the Force as the member who may be involved in the incident.



8702826

20. Any unnatural death of a detainee shall, as a matter of urgency, be investigated by an officer of a branch of the Force that was not involved in the detention or interrogation of the detainee concerned.

21. Two members of the Force shall normally be present during the interrogation of a detainee.

2. Members of the Force who conduct the interrogation may not take firearms into the room in which the interrogation takes place, unless there are compelling security reasons for doing so.

23. Whenever a female detainee is interrogated a female member of the Force shall, if available, be present.

24. The divisional commissioner and the officer in charge of the Security Branch where a detainee is being detained shall, as far as their duties permit, make periodic unannounced visits to the place where the interrogation of a detainee is taking place.

25. The investigation of matters in cases involving detainees shall be concluded as rapidly as possible so as to limit the period of detention to the minimum.

26. A record shall be kept at the place of detention of visits to a detainee, requests or complaints by a detainee and the steps taken in this regard and of any other matter concerning the detainee which, in the opinion of the Commissioner, warrants recording.

***MEDICAL CARE***

27. Arrangements shall be made forthwith for the examination of a detainee by a district surgeon in the following circumstances :



8702826

a. When the detainee appears to be suffering from any illness or injury or complains that he is ill

b. Where it appears that the detainee is under the influence of alcohol or drugs

c. Where the detainee alleges that he was assaulted or injured

d. Where for any other reason the person in charge of the place of detention considers this advisable.

28. In an emergency where the services of a district surgeon are not available, the services of another competent medical practitioner shall be obtained.

29. Detainees who show any inclination towards suicide or who become exceptionally despondent or morbid, shall receive special attention. The assistance of a district surgeon shall also be obtained.

30. The Commissioner shall forthwith advise the Minister of any serious illness of or injury to a detainee, as well as the steps taken to ensure the good health of the detainee.

*SPIRITUAL WELL-BEING OF DETAINEES*

31. A Bible shall be supplied to a detainee at his request. Where a detainee's religious convictions are such that he regards a book other than the Bible as his holy book, reasonable steps shall be taken to supply him with such book.

32. If a detainee requests spiritual guidance or help, the service of Chaplains of the South African Police, the South African Defence Force or the Prison Services shall be obtained.

*VISITS BY INSPECTORS OF DETAINEES, MAGISTRATES AND DISTRICT SURGEONS*

33. An Inspector of Detainees shall submit his reports on visits to detainees through the agency of the Director of Security Legislation to the Minister. Where an Inspector of Detainees receives a complaint which indicates that an offence may have been committed in respect of a detainee he shall, subject to the provisions of section 45 (5) of the Act, forward a copy of his report to the divisional commissioner. The divisional commissioner shall cause the matter to be investigated forthwith by an officer who is not a member of the same branch of the Force as the member who may be involved in the matter. The Commissioner shall thereafter inform the Minister and the detainee of the result of the investigation and also of any decision of the Attorney-General in regard to the matter and also of the result of any prosecution that may be instituted in regard to the matter.

34. A magistrate or district surgeon who visits a detainee in terms of section 29 (9) of the Act shall compile a report in regard to such visit and submit such report to the Office of the Director of Security Legislation and to the divisional commissioner.

35. If an Inspector of Detainees, a magistrate or a district surgeon receives any complaints regarding the alleged poor treatment of a detainee or regarding any matter that affects the administration of the institution or place where a detainee is being detained, he shall after his visit report the matter in writing to the person in charge of such institution or place and mention this fact in his report, together with the name of the person to whom the matter was reported. The subsequent report of the Inspector of Detainees, magistrate or district surgeon, as the case may be, shall mention whether or not the matter has been rectified.



S702826

36. In the case where a report by a magistrate or district surgeon is received by the Director of Security Legislation indicating that an offence may have been committed in respect of a detainee, copies of the report shall forthwith be forwarded to the Minister and the divisional commissioner. The divisional commissioner shall thereafter act in accordance with the provisions of paragraph 33 above.

37. An Inspector of Detainees, a magistrate or a district surgeon shall report instances where a detainee is not available during his visit, together with the reasons therefor.

38. An Inspector of Detainees, a magistrate or a district surgeon shall have direct access to the divisional commissioner should he wish to bring any matter regarding a detainee to the attention of the divisional commissioner.

1.0 .1.0

8702826

ENL. SUDÁFRICA

SECRET

REFERENCE : B/ 0001

135

DATE : 15 January 1987

Cruzor

***LUTHERAN CHURCH IN ZIMBABWE : FUNDS FOR THE ANC***

1. On 16 December 1986 the Evangelical Lutheran Church in Zimbabwe (ELCZ) donated 5 000 Zimbawe dollars to the ANC's military wing (Umkhonto we Sizwe - MK). The funds were presented during a function in Harare to celebrate the 25th anniversary of MK.

2. Rev Jonas SHIRI (Head of the ELCZ) said on this occasion that peace would only be brought about in southern Africa if the MK was successful in the violent destruction of the "apartheid regime".

3. COMMENT

As far as is known the ELCZ is the first church to donate funds directly to the ANC's military wing. Financial contributions by churches to the ANC are mainly channelled via the Special Fund of the WCC Programme to Combat Racism to be used for "humanitarian purposes".

DATE OF INFORMATION : January 1987
RELIABILITY GRADING : 2

MINIST... DE ...
... Información ...
Fecha de Entrada 5-3-87
Fecha de Salida 27-3-87
Pasa a Sefes archivo
Nº. de identificación 0463/87

SECRET

01.01

8702830

Enlace Sudafricano
Misión MOZAMBIQUE
ZIMBABWE
y
935

ANNEXURE "C"

REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

MINIST... DE ... ...IONAL
... Gra... Información ... Defensa
Fecha ... Entrada 27-3-87
Fecha de Salida
Pasa a Jefe Archivo
Nº. de Identificación 0511/87
0511/87

# ENCONTRO DE SUA EXCELÊNCIA O PRESIDENTE DA REPÚBLICA COM A DELEGAÇÃO MILITAR E DA SEGURANÇA DO ZIMBABWE

Local: Presidência da República
Hora: Das 15H45 às 18H00
Data: 16 Outubro 1986

01.82

8702831

REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

DELEGAÇÃO ZIMBABWEANA

1. E.D. Munangagwa,Minister of State (Security)

2. E. R. Kadungure,Minister of State (Defense)

3. General R. Nhongo,Army Commander

4. J. Tungamirayi,Air Marshall

5. Major General Maseko,Zimbabwe National Army

6. Lt. Col. Shumba, Zimbabwe National Army

7. H.E. Mvundura,Ambassador to Mozambique

8. S. Tarumbiswa,1st Secretary

9. N. Thuthani,P.M.O.

02

0702831

REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

**PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Tiraram o Embaixador, não é?

Obrigado.

Quero falar com os militares nus. Quero tirar as calças. E as minhas desculpas às senhoras.

Como a iniciativa é do Zimbabwe muito obrigado. Estava embaraçado não sabia como fazer.

Os Embaixadores são complicados. Quando me reuno com o Primeiro-Ministro estão presentes e quando me reuno com os militares querem também.

São bem-vindos.

Boas-vindas companheiros zimbabweanos. Temos aqui o Primeiro-Ministro da República Popular



8702831

de Moçambique e os restantes membros da delegação moçambicana conhecem.

O Primeiro-Ministro está aqui para o Governo seguir com cuidado o que vamos discutir.

Ouvi o Rex Nhongo em Junho quando fomos ao Zimbabwe de que tinha o plano concreto para avançar com três campos de treino, mas precisa de dinheiro.

Não foi isso Rex?

GENERAL REX NHONGO

Disse ao Primeiro-Ministro que precisamos de dinheiro.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Eu pedi para que viessem cá o mais cedo possível: Dobra-se o ferro enquanto quente.

A atmosfera da nossa região em relação aos bandidos armados está muito elevada.
Parece que pela primeira vez sentiram o perigo

que representa o banditismo armado na nossa região.

Eu havia definido o banditismo armado em 1982, Março, como um fenómeno novo em Áfricaque deve ser estudado e não substimado.

Dissémos: do banditismo armado para o mercenarismo a distância é muito pequena.

Correcto jurista, advogado?

MINISTRO MUNANGAGWA

Sim, mas advogado revolucionário.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Nessa altura (1982) era difícil compreender. Mas o Presidente Nyerere e o Primeiro-Ministro Mugabe entenderam e foi aqui em Maputo. E o Presidente Nyerere passou a chamar fenómeno novo em África.

Na Europa não. O banditismo nasceu quando a

revolução russa triunfou em 1917. E isso andou até à década 50, porque durante a guerra mundial desapareceram.
Ameaçava a eles.

Mas logo que derrotaram o fascismo, nazismo, o bantitismo apareceu de novo.

O banditismo armado pela segunda vez apareceu na China em 1945.

Quando derrotaram o Japão com Chan Ka Cheng e foi fundar a Ilha Formosa (Taiwan) até hoje alé está com o apoio do imperialismo.

A terceira vez foi na Coreia, apoiado directamente pelos Estados Unidos da América. E nasceram duas Coreias: Coreia do Sul e Coreia do Norte.

A quarta vez o banditismo armado apareceu em Cuba. Mercenários cubanos invadiram o país e foram derrotados em Playa Giron.

De modo que tenhamos cuidado, onde triunfa a

revolução, há contra revolucionários tenhamos cuidado para tomar somente a parte táctica, tomar a parte política e estratégica.

Agora em quinto lugar apareceu em Angola em forma de invasão.

Em sexto lugar apareceu em Moçambique, quando Zimbabwe começa a guerra de libertação nacional, ná nossa zona.

Na Ásia Afganistão e no Sudoeste Asiático (Kampuchea) mas o objectivo sempre é dividir o país. Derrubar os governos ou dividir os países.

O ano passado, Março 85, falámos e estavam presentes vocês os três, quando o Primeiro-Ministro falou da história do Camaelo.

Esta história tem valor. Queriam que nós partilhassemos o poder com os bandidos armados. E insistem nisso.

Uns abertamente e outros escondidamente, apresentandose como nossos amigos quando não são.Eles querem que os bandidos armados participem no Governo de

Moçambique. De modo que fazem pressões em todas as formas:

- económica
- política
- militar
- e diplomático

Querem que os bandidos armados participem no poder.

Não querem ver o nosso Governo com um Partido único.

Os americanos falaram connosco aqui, o embaixador Miller disse isso oficialmente a nós.

Perguntei ao Miller porque não dizem à Zâmbia. Disse :-Não estamos preocupados porque não é marxista. - E porque não Tanzania tinha dois partidos antes e agora estão fundidos.
-Não nos preocupa Chama Cha Mapinduzi porque cada um tem ideias livres dentro do Partido.

Então perguntei:Porque não vão ter com o fascista

Banda. Não responderam .

Dei exemplo da Zâmbia e Tanzania deliberadamente para depois mencionar Malawi. Aquele é político, não é diplomático de carreira. Estava na Tanzania e agora Zimbabwe. Veio o ano passado a Moçambique para se confrontar comigo.

Exigiu que eu aceitasse a formação de um Partido fantoche para dizerem nos Estados Unidos da América que há democracia em Moçambique ,porque há mais de um Partido.

E perguntei: Então vocês querem organizar os bandidos armados para serem oposição e ele disse: "desde que sejam leais ao Governo." Isto é para entenderem o nosso problema.

Estão contentes com o problema prevalescente no Zimbabwe entre ZANU/ZAPU e que pode provocar guerra tribal.

Aqui também pode haver São muito complicados fingem que não estão com os bandidos, mas estão.

Neste momento o que nos interessa é o foco do banditismo armado no Malawi. E neste momento a África do Sul está a fazer força, a 80 quilómetros daqui, acusando Moçambique de várias coisas ,que é para não atacarmos o centro e eles continuarem a fazer do Malawi sua base.

para dizer
Eu chamei os irmãos zimbabweanos/ que há o bem que vem por mal.

Em 1969, havia muitas contradições na Frelimo que culminaram com o assassinato do Camarada Mondlane, deserções de membros da Frelimo do o Comité Central(cerca de 15)que eram secretários das províncias.

Então os portugueses pensaram que a FRELIMO está muito enfraquecida e lançaram um ataque, uma operação chamada "Nó Górdio".

Fizeram a luta em vários locais para proteger aquela operação e para nos desviar do objectivo principal.

Puseram 15 mil toneladas de

equipamento, padarias especiais compradas nos Estados Unidos da América.

- Vieram aviões Fiat G91 de Itália e RFA;

Vieram Aluette e Pluma de França para apoiar esta operação. E puseram 55 mil homens só em Cabo Delgado.

A operação durou 6 meses e ao fim desse tempo pusemos fora de combate 1.400 homens. Eles publicaram 300 , dezenas de milhar de feridos.

A partir daí o Governo e o exército português não se recompôs mais.

Começámos os ataques concentrados às bases da África do Sul e generalizamos a guerra.

O nosso ponto fulcral foi Tete, para liquidar aquela operação lá. Foi preciso usar Tete. Se levassemos todas as tropas para Cabo Delgado era suicídio e aniquilamento das nossas forças.

Isto era guerrilha: nunca dar alvo ao inimigo e dispersar tanto quanto possível as nossas forças. Esta é a táctica da guerrilha.

Quando chegámos à vitória já tínhamos capacidade

de atacar e assaltar os quartéis dos portugueses. Nós entregámos mais de 400 prisioneiros portugueses. Temos um filme de entrega desses soldados. Para o Acordo de Lusaka foi fácil fixar a data da independência, mas para o cessar fogo não. Queriamos prisioneiros de guerra capturados pelos portugueses. Quase que íamos romper as conversações.

Os portugueses pegaram a bandeira deles e deitaram a baixo. Renderam-se. Os militares disseram:"nós somos criminosos. Nós não temos prisioneiros militares vossos . Foram todos mortos pela Pide." E quem anunciou o cessar fogo não foram os portugueses, fui eu. E entregámos mais de 400 brancos prisioneiros de guerra.

Este pode ser o filme da guerra em Moçambique, se nos soubermos organizar com rapidez. Porque Malawi não terá mais coragem de receber os bandidos armados da maneira como está denunciado.

Rex, vamos dar tarefa aos políticos.

Primeiro-Ministro e Emerson consigam que:

1) Malawi aceite que as forças de Moçambique atravessem Zambézia/Tete/Zambézia através do seu território. Essa é a maior prova de que ele não é base do inimigo,prova evidente que não quer guerra em Moçambique.

É prova de que quer que o povo viva em paz e melhore a sua vida, porque passará a utilizar o porto da Beira e Nacala e a estrada Chimoio/Beira/Tete, assim como autorização para tropas zimbabweanas autorizem passaremde Tete/Zambézia Tete.

Esta é a melhor cooperação com o Malawi.

Dei isto ao Primeiro-Ministro, porque sei que está com Thembo hoje.

2) Zimbabwe propõe ao Malawi que utilizemos o porto da Beira/Chimoio/Tete directamente

para Malawi, para todps ps camiões do Malawi.

Malawi que participe na protecção dos camiões no percurso Beira/Chimoio/Tete/Malawi.

Malawi não utilizar o nosso território e a nossa ponte para trazer material de guerra para os bandidos armados.

Esta é a parte política e só pode ser feita por gente da segurança e contra-inteligência.

Os militares devem assumir gastos que há no Malawi.

3) Moçambique e Zimbabwe devem descobrir nova força no Malawi.

Banda está gasto. Não deixemos a África do Sul colocar a direcção no Malawi. Não deixemos os ingleses, os americanos a RFA escolher líderes para o Malawi.

Os militares sabemćomo devem fazer as coisas.

4) Ganhemos o povo inteiro do Malawi todo. Nas nossas declarações sempre afirmemos que o povo d

Malawi é nosso amigo, as autoridades é s· são más, a sua acção é que prejudica as nossas relações.

Ganhemos a maioria.

Aqui estamos a seguir a teoria de Mao Tsé Tung: ganhar a maioria isolar a minoria e aniquilar um por um.

Nós podemos também organizar uma frente de libertação do Malawi, equipar e infiltrar no Malawi para liquidar os bandidos lá.

Podemos também definir os alvos para essa frente de libertação do Malawi.

O melhor combate é transferir a guerra da tua zona para a do inimigo e fazer dela carreira de tiro.

No boxe, mexemos o inimigo com a mão esquerda para apanhar uma / abertura e dar o golpe final:

-na boca do estômago(o adversário vai-se dobrar três vezes)

nas mandíbulas para deslocar os maxilares

Não se brinca com o inimigo.

Se sentir que o adversário é forte bate-se sempre na zona do fígado até ele se cansar e fugir sempre aos choques. Não lhe dê tempo para te dar a sua direita. Cansa-se.

Quando contam já ganhaste porque deste mais socos que ele. E dizem que ganhou aos pontos.

Q K.O técnico é preciso levar o adversário às cordas e quando se está para dar o golpe final o árbitro dá-lhe a toalha.

É assim que se luta quando o inimigo é fraco ou forte.

Nós os militares, porque vos chamei? Nós queremos fazer da província da Zambézia teatro de todas as operações.

Da Zambézia é fácil operar em Tete. Niassa, Nampula, Sofala. Em quatro províncias. Cinco com a própria província.

O que quer dizer, se a Zambézia se doseia se quer matar lentamente ou

rapidamente o banditismo armado. depende de nós. Se queremos ir dando pequenas doses de veneno mas permanentes, para o estômago receber e distribuir pelo organismo.

Se queremos matar o inimigo ao fim de 12 meses, nós sabemos como fazer até emagrecer totalmente e sucumbir.

Portanto, da Zambézia, podemos decidir se damos ao inimigo veneno para morrer em três meses.
Veneno para morrer em 6 meses.
Veneno para morrer imediatamente.

Nunca substimar o inimigo. Podemos fazê-lo estrategicamente mas tacticamente é sempre adversário e deve ser tomado a sério.

Assim disse Mao Tsé Tung: o inimigo tem arma, tem motivação e objectivos.

Não basta os políticos fazer propaganda de que é bandido armado. Não é suficiente.

Todo o bandido tem motivo. Numa primeira fase alguns tinham. Mas depois de roubar, cometer crimes têm objectivos, têm motivações. O objectivo principal, em termos militares, é tomar o poder pelas armas.



9702831

O poder político nasce do cano do fuzil.E.

sendo assim ,esse poder tem de ser defendido também pelas armas.

O que falo não é só por causa dos bandidos armados hoje e não é porque estamos em guerra. É que a revolução tem de ser defendida sempre. Mas não há compêndios que definem como deve ser defendido esse poder, essa revolução. Lenine disse que a Revoulução deve saber defender-se mas não definiu a fórmula de defesa.

Camarada Rex, Maseko, Tungamirayi, quando fechámos a fronteira com o Zimbabwe tínhamos as nossas armas já no Zimbabwe, apontadas ao inimigo. Neste momento não temos no Malawi.

É só barrulho político qué estamos a fazer, mas e depois? Que operações organizamos?

GENERAL REX NHONGO

Nós estamos prontos para isso.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Por isso é que chamei os militares. Coloquem



0702831

todos os meios na Zambézia o mais urgente possível. Nós fecharemos a fronteira com Malawi. Sem as armas e meios não podemos fazer. Seria suicídio.

Se não fazemos isso Malawi vai continuar a meter bandidos armados.

Temos algumas forças especiais par cumprir operações especiais. E temos cerca de 41MIGs21.

A vitória prepara-se. A vitória organiza-se. Exige sangue frio.

Aqui exige transporte de tropa e material para a Zambézia/Tete e organização de serviços médicos, organização da alimentação e a partir da Zambézia termos tudo.

O Presidente Kenneth Kaunda não garantiu fechar a fronteira com Malawi. Fizeram-lhe a pergunta e não deu resposta satisfatória. Estejamos preparados.

Dei-vos a tarefa política.

Mabote devia estar aqui. Não fez o que decidimos.

A partir da Sexta-feira da semana passada estivemos nesta mesa com moçambicanos, cubanos e soviéticos, e dissemos que devia seguir imediatamente para a Zambézia.

1) Reconhecer o efectivo dos bandidos armados em cada distrito.

- Reconhecer o armamento que têm.

Se têm anti-aérea ou não nos distritos?

- Conhecer através das populações, da inteligência e do reconhecimento, os dados, as qualidades dos comandantes, sua preparação, e preparar um campo para receber 1.500 homens que sairão de Maputo e de Nacala.

E disse para ir com tanzanianos que têm experiência para organizar acampamentos: zona para soldados, sargentos, oficiais, bem alimentados, porque não sairemos de lá. O campo não é temporário. É a estratégia do nosso país.

Organizar o hospital e tudo o que é necessário.

3) Organizar a logística, avaliar que tipo

de armamento necessitamos, transportes, inclusivé embarcações e vedetas de defesa em que possamos montar as armas para patrulhar o Rio Chuabo/Zambeze e o porto de Chinde. Não substimar a África do Sul porque pode transportar bandidos armados do mar utilizando submarinos e barcos porque está desesperado, por termos descoberto Malawi.

Mas Mabote ainda não nos trouxe os dados e deve estar a chegar esta tarde.

Chamei-vos porque têm experiência da organização e têm essa capacidade.

Quero transferir os MIGs 21 para a Beira e a partir de lá vão operar.

Os Migs17 e helicópteros de combate irão para a Zambézia que é perto do Malawi e de todos os distritos que os bandidos armados ocuparam no nosso país.

Assim vemos friamente a situação.
Esta é a nossa estratégia.

O ponto é: como participa o Zimbabwe nisto tudo?



0702831

Temos soldados e armamento. Falta-nos transportes.

Os mísseis precisam de barco para Zambézia, camiões grandes para Tete e transporte para colocá-los nos lugares, para serem mísseis móveis e não fixos.

Sendo assim podemos calcular os custos em termos de combustível
Uniformes,
Alimentação,
Medicamentos,
comunicações permanentes
e outras áreas.

Como instalar isto tudo na Zambézia?

O nosso povo também está à espera, permanece nas mãos dos bandidos armados sem assistência médica, as crianças sem ir à escola.

Tendo isto tudo estaremos prontos para agir. Aí o Zimbabwe e nós podemos meter alguns lá para dentro. Isso é táctico.

Rex, quando fecharmos a fronteira devemos ter



8702831

a certeza de que se o Malawi desviar as suas mercadorias para a Tanzania nós vamos partir as pontes que o ligam à Tanzania para lá. Mas terão de ser pontes que levaram 4/5 anos a construir.

Se desviar a rota através da Zâmbia, não vamos partir as pontes da Zâmbia, mas partiremos as do Malawi que dão saída para a rota Kasangulo/Botswana e entrar para a África do Sul.

Se partirmos as pontes que os levam à Tanzania e à Zâmbia temos o Malawi nas mãos.

Já defeni o meu pensamento.

Ponham lá a funcionar. Está claro Pnaguene? Kadungure?

MINISTRO KADUNGURE

Sim, pode ser feito.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Não façam declarações. Nós temos e vocês também.

Nas operações logo que tiverem tudo organizado, estrategicamente, é preciso atacar os pontos fracos do inimigo.

Porquê? O reconhecimento tem de ser perfeito. É preciso atacar as posições fracas do inimigo, e assim os soldados saiem galvanizados. Saem sem baixas e sem feridos, o moral sobe para fazer ataques, batalhas difíceis. Assim saem preparados para as grandes batalhas. Atacar e ocupar deve ser a táctica para desmoralizar o inimigo.

É assim que aprendemos a estratégia. É assim que nos estamos a preparar. Aí tem conteúdo político e militar.

Quando está pronto o Zimbabwe para partir para a Zambézia?

Eu partiria amanhã para a Zambézia e Panguene disse"não, deixa vir os camaradas zimbabweanos, para organizar com eles a ida para lá.

O que estou a falar já o fiz com o Primeiro-

Ministro par que saiam barcos para levar material para a Zambézia e aviões. Também pedimos para transportar soldados para Nacala e Zambézia e transferir MIGs para Sofala e Zambézia.

GEMERAL REX NHONGO

Camarada Presidente,
Camarada Primeiro-Ministro,
Camarada Munagwagwa,
Camarda Kadungure,
Oficiais,

Nós conhecemos o problema de Moçambique. Ontem estive em Chimoio e julguei que esta reunião seria na Beira e que teríamos os comandantes da Beira, tete e Zambézia. E teríamos os nossos também.

O problema é que o Camarada Presidente fala muito.
Falemos e vamos para a prática.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Quem deve realizar?

Quem deve realizar?

GENERAL REX NHONGO

Repito o que disse em Tete: Nós queremos fazer alguma coisa para Moçambique. Estamos a tentar fazer algo para Moçambique, Mas, Presidente Machel, tentemos: se falharmos, falhamos; fechemos as fronteiras hoje.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Não posso fazer.
Não quero provocar aqueles que estão ao lado do Malawi.
Não quero aumentar inimigos. Não posso fazer isso..

GENERAL REX NHONGO

Então lutemos contra o Malawi dentro dele. O alvo está em Malawi.



I. M. 2133-002

0702831

**PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

O que eu disse aos políticos?

**GENERAL REX NHONGO**

É uma pergunta que não posso responder.

**PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Cuidado camarada Nhongo, tem de ter todas as visões política, económica e militar..

Talvez eras muito jovem durante a guerra do Zimbabwe. Vou dar-te acesso a alguns documentos e vais ver como o mundo reagiu quando fechamos a fronteira com um regime ilegal, em cumprimento das decisões das Nações Unidas. Mas foram ter pena de Smith e recebeu mais apoio do que nunca.

Sabe o que podem fazer os americanos? Podem parar com porta-aviões, no Oceano

Índico, e abastecer Malawi ou os bandidos armados, ou mesmo ameaçar Moçambique.

E tu não vais tirar os americanos.

Malawi não está sòzinho. É um pretexto para poder invadir o meu país.

E esse é a última cartada que têm.

- Querem fazer desta guerra uma guerra tribal, mas não puderam.

- Quiseram fazer dela, uma guerra civil. Não permitimos.

- Quiseram promover os bandidos armados internacionalmente como partido de oposição. Não permitimos. Não conseguiram porque analisámos e denunciámo-los.

E quem são eles?

Agora quando assinamos o Acordo de N'komati disseram até que enfim, porque pensavam que vamos admitir os bandidos armados como parte do Governo de Moçambique.



I. N. 2133-002

0702831

Nós analisámos isto aqui e chegámos a conclusão de que o plano sul-africano para proteger o apartheid é meter os bandidos armados para impedir Moçambique de ser base do ANC. A causa principal é: Se Moçambique apoiou Zimbabwe também pode apoiar ANC e ser sua base. Poi isto que disseram ao mundo e o mundo aceitou.

Ninguém condenou as agresões da África do Sul e da Rodésia a Moçambique.

A nossa ida ao Malawi, a ida do Zimbabwe Zâmbia e Moçambique ao Malawi precipitou a Áfric do Sul e os imperialistas porque descobrimos o foco verdadeiro do banditismo armado.

Eles tinham plano:

1) destabilização

- cortar as comunicações, paralizar a economia. E conseguiram.

2) Haver descontentamento generalizado

do povo contra a Frelimo. Não conseguiram.

3) Tomar alguns distritos. Estão a tentar agora.

4) Atacar uma das capitais içar a bandeira,filmar e sair e dizer ao mundo que tomaram o país.

Foram precipitados e compactaram as 3 fases numa só e despejaram todos os bandidos armados aqui. O que deviamos dizer era obrigado porque a cabeça da cobra estava fora , o corpo dentro. Agora a cabeça está dentro.

É preciso ganhar a maioria e isolar o mundo.

Repito: Não é Malawi . Mas sim a África do Sul.

MINISTRO EMERSON

Camarada Presidente, nós agradecemos-lhe pela análise dos problemas que afectam Moçambique

e Zimbabwe.

1) Gostaria de repetir aquilo que nos disse para verificar se o que nos disse percebemos ou não.

2) Ver pequena análise da nossa posição.

Farei algumas prcpostas de como fazer o programa a partir de Maputo.

Se o percebemos bem Camarada Presidente, dividiu as questões sendo uma na área política e outra na área militar.

Do lado político, gostaríamos que nós em Zimbabwe ou Moçambique fossemos ao Malawi individualmente ou colectivamente , persuadir o Malawi a aceitar que as forças de Moçambique atravessem Malawi através da Zambézia e Tete.

Persuadir o Malawi a permitir que tropas Z. atravessem Malawi para Zambézia ou mesmo dar facilidades dentro do Malawi. Caso Malawi se identifique com um de nós deve apoiar-nos a acabar com os bandidos armados. É importante que nos concedam esta cooperação.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Não estamos a pedir forças do Malawi.

MINISTRO EMMERSON

Estamos a pedir facilidades para que as nossas forças utilizem o território malawiano.

2) Devemos discutir com o Malawi para participar na segurança, na protecção da rota Beira/Sofala/Chimoio/Tete/Malawi.

Embora parte da rota esteja a ser protegida por nós, mas devemos convencer Malawi que está nos seus interesses utilizar a rota mais curta e não a mais longa que é a de Zâmbia/Botswana e África do Sul.

Isto é para que se alcance o ponto da cooperação política.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Tomá-lo como ponto da Linha da Frente que envolve a Zâmbia e a Tanzania.

MINISTRO EMERSON

Ainda neste ponto nós devemos criar no nosso meio a vontade política de aceitar estes princípios.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

A partir de uma posição de força, porque a parte militar que descrevi deve ser apoiada pela acção política.

MINISTRO EMERSON

Estou a seguir o pensamento.

As saídas do Malawi: ou quer sair da Beira, Nacala, Zâmbia ou Tanzania.

Quando o Primeiro-Ministro nos falou disse que nós podíamos fazer reparações em algumas estradas, mas que conduzam ao Malawi. O Presidente diz para fazer isso dentro do Malawi.

Não há contradição.Ambos podem ser utilizados. É possível fazer-se o que foi agora sugerido: destruir as pontes e as saídas para Tanzania e para Zâmbia. Isso podemos fazer. Mas de acordo como tínhamos percebido, havia de haver um bloqueio não oficial sob o pretexto de estarmos a reparar as pontes e estradas.

3) Que é questão política. é ganhar o povo do Malawi e dizer que somos solidários com eles, não com o Governo.

Mas não devemos ficar à espera porque os britânicos, sul-africanos e os americanos estão a preparar o futuro.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

A luta é grande.

MINISTRO EMMERSON

E nós, para nosso futuro devemos procurar uma

Em resumo estas foram as instruções militares que recebemos.

Este é o segundo nível da minha discussão.

Como o Camarada Presidente, e o General Nhongo mencionaram, quando partimos domingo à noite, o Primeiro-Ministro disse que queria que regressassemos a Maputo, Nós, então, entre nós julgámos que estre briefing seria dividido em dois.

Nós tinhamos receio de nos encontrar com o Presidente Samora, antes de discutir com os nossos colegas comandantes. Por isso mandamos Rex para Chimoio ontem. E Fernando disse que o Presidente queria-nos aqui.

Pensávamos que havia de haver relatório militar dado a partir do terreno, da situação concreta.

Daí, produzir-se-ia um programa de acção para o Presidente.

Mas apercebemo-nos que o Camarada Presidente Machel fez já o trabalho de casa para nós e

a prática é que nós devemos fazer o trabalho de casa para ele.

Se os comandantes se tivessem reunido nós tínhamos duas questões a colocar.

- avaliação das resoluções tomadas anteriormente: onde falhamos e onde fomos bem sucedidos. Lista de ganhos e perdas.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Significa fazer balanço.

MINISTRO EMERSON

Balanço, exactamente.

Há um aspecto aqui que vai ser discutido com o Presidente Samora Machel, eu e Kadungure.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Eu também queria fazer isso: receber a ti e

Kadungure.

Se o Primeiro-Ministro permitisse, gostariamos que fossem dadas instruções ao porto porque às vezes, o equipamento militar fica 2,3 meses retido no porto da Beira antes de ser distribuído aos soldados.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

O nosso também. Os bandidos armados estão em todos os lugares.

MINISTRO EMERSON

Nós estamos a pedir o favor. Há demasiada gente educada, instruída nos portos, e tornam o processo muito moroso.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Muita gente educada e instruída mas para atrasar



L. M. 2133-[illegible]

8702831

e não avançar.

MINISTRO EMERSON

Eles podem finalizar os papéis com as outras mercadorias retidas. Mas a parte militar deve ser despachada.

1) Falei do que disse Presidente Machel, de quais são as nossas tarefas e o nosso programa tanto na área militar e política.

2) Agora os meus comentários. O Primeiro-Ministro foi para Vitória Falls falarr com o Presidente Kaunda.

Depois de termos saído, Presidente Banda enviou John Thembo, vindo da Zâmbia. Queria ver o Primeiro-Ministro mas ele não está.

Ainda não falámos com ele, talvez amanhã.

Eu creio que tenho uma ideia do que quer dizer.

Banda acredita que Presidente Samora tomou

uma posição radical e quer que o Primeiro-Ministro sirva de medianeiro entre Presidente Samora Machel e Presidente Banda.

Isto é uma oportunidade divina para realizar nosso programa político.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Ele conhece as nossas relações. Ele sabe que ninguém poder fazer isso. Só Mugabe.

Por isso comecei por vos dar trabalho.

MINISTRO EMERSON

Creio que é a nossa oportunidade para ganhar o povo do Malawi e ter concessões do Governo para permitirem às nossas forças usar o seu território.

Depois de darmos o relatório ao Primeiro-Ministro o próximo encontro será numa província Sofala ou outra província.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA



I. N. 2133-882

0702831

Será Zambézia. Reunião operativa. Vou para lá, não quero ficar em Maputo.

**MINISTRO EMERSON**

Encontra-lo-emos lá. Obrigado.

**PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Não falo porque estou aqui em Maputo. Gosto de ter a minha tenda, e dormir num abrigo feito por mim.

Já examinei as forças que vão para lá.

**MINISTRO EMERSON**

Camarada Presidente, obrigado.

Não sei se o meu colega quer dizer mais alguma coisa.

**MINISTRO KADUNGURE**

Deu-nos uma tarefa grande e estamos preparados para a realizar.

Ainda que nós tenhamos enumerado as acções políticas e as acções militares, penso que omitimos o aspecto social que deve ser realizado aqui em Moçambique.

Sabemos que o banditismo armado existe não porque as pessoas os apoiem e sigam a sua causa, mas é porque encontram pessoas com fome, sem roupas, sem medicamentos.

Nós temos muita comida em Zimbabwe. Se pudessemos entregar essa comida lá onde é necessário; ter trabalho popular de mobilização e de organização e treinamento creio que teríamos vitória.

Os pagamentos de dinheiro virão depois.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

È como Beira: há muito papel e as pessoas morrem de fome.

(Risos)

Obrigado por terem vindo.

Sabem o que pensamos e sabemos o que vocês



I. N. 219-82

8702831

pensam também.

Quero concordar com a proposta de fechar a fronteira temporariamente com o pretexto de reparação de estradas. E consultarei a vocês o momento oportuno. Eu esperava esta missão de Mabote.

2) O camarada Emerson pôs o ponto de que delegação zimbabweana esperava ouvir relatório sobre a situação do terreno, por isso pensava que a reunião seria na Beira.

Mandei Mabote para Sofala e depois para Zambézia e avaliar a situação de cada lugar, a indagar em que situação está a população afectada e quais as necessidades.

Eu tinha certeza que Segunda -feira estaria aqui.

Por isso disse ao Primeiro-Ministro para mandar-vos Quarta-feira, esperando ter um relatório na Segunda-feira e Terça-feira.

Esta exigência dos meus camaradas do Zimbabwe sobre o relatório da situação real dos bandidos armados de cada lugar é justa. Mandamos Mabote fazer

isso. mas não voltou. Era para esse objectivo, para podermos analisar o resto.

2) analisar a nossa cooperação temos o peso positivo ou negativo; se as actividades dos bandidos armados cresceram mais e porquê?

Onde estão os erros e analisar as causas dos erros e as causas das vitórias. Concordamos plenamente.

Pôs o problema do material de guerra, que fica 2,3 meses no porto da Beira. Eu disse que há bandidos armados e não armados; são os bandidos não armados que fazem isso para sabotar a cooperação, pagos pela África do Sul.

A guerra não espera pela burocracia. Vem através dos nossos feitos.

Ernesto levantou outro ponto. Quando dei relatório achei que não era importante referir.

Ontem trabalhámos com os militares, Bureau Político e com o Primeiro-Ministro. Hoje trabalhei com o Primeiro-Ministro.



I. N. 213-002

0702831

**PRIMEIRO MINISTRO**

(Leitura das notas)

**PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Cobre esse seu ponto e muito obrigado por ter levantado o problema.

**MINISTRO KADUNGURE**

Obrigado.

**PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Sobre o Thembo em Harare.

A nossa segurança, incluindo a segurança militar e a contra-inteligência deve cooperar com o Zimbabwe para ver até que ponto conhecemos o Malawi. Não queremos escolher um cavalo que não corre.

Foi um soviético que me disse isso naquela

sala, quando Joshua Nkomo perdeu. Eles tiraram o seu embaixador daqui.

Vocês sabem como Joshua Nkomo é meu amigo. A diferença é que não quer lutar.

**MINISTRO EMERSON**

Não é só diferença, é questão de princípio.

**PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

É meu amigo. Foi muito simpático em Harare, quando dos Não-Alinhados. Conversámos duas vezes e seriamente. Falo-me da unidade dos Partidos.

O soviético disse que Moçambique sim, tinha escolhido bem. Os soviéticos não fizeram nada.

Foram escolher umcavalo que não corre.

Nós conhecemos Malawi porque temos dois milhões de moçambicanos lá. Temos os malawianos nas mãos . No exército temos moçambicanos, na polícia, no Young Pionneir. Emmerson vai pensar que temos gente infiltrada no Zimbabwe. Talvez



0702831

vocês têm mais aqui.

**MINISTRO EMERSON**

Foi Smith que fez não nós.

**PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Quando Emmerson vai para Manica não precisa de intérprete. Mas eu preciso.

**MINISTRO EMERSON**

Pensam que sou seu Ministro.

**PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Mas quando vou para Buffalo Range ou Matabelaland eu não preciso de intérprete e tu precisas. Agora não sei quem está mais infiltrada e onde.

**MINISTRO EMERSON**

Estamos juntos.



8702831

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estamos juntos.

Thembo é tio da Mama Kadzamira. É chefe do Malawi. Age em nome do Banda. O que pensa põe na boca do Velho e age.

Quñado Banda regressa a Malawi cham: Kadzamira para sua secretária, porque era enfermeira na sua clínica. Mas o marido desapareceu, e ninguém sobe onde estão os filhos da senhora.

A senhora cresceu no vosso país e foi para Inglaterra estudar.

Há mortes e desaparecimentos misteriosos no Malawi.

As mulheres governam o Malawi, assim como Young pionnier.
Os bomens não têm papel nenhum no país.
Qual é o futuro do país?
Banda, Kadzamira e Thembo são assassinos.

MINISTRO EMMERSON

Sei disso.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

John Thembo está envolvido nesses camiões que vão para África do Sul e outros.

Transmitam a ele esta mensagem que estou a dar-vos. Mas também aos militares, à segurança e à política do Malawi, porque ele só vai dizer ao Banda.

MINISTRO EMMERSON

Temos bons contactos com o exército e polícia do Malawi. Passaremos isso para eles.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Finalmente, os meus colegas dar-vos-ão as informações que têm sobre o Malawi.
Sei que há um malawiano que é muito amigo do teu Deputy. O teu branco, Emmerson, tem tudo, talvez melhor que nós porque está lá dentro, é parte deles.

MINISTRO EMMERSON

Eu sei. É parte do jogo.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Rex, pode ver o jogo? É complicado!

É necessário troca de informações para as operações serem bem sucedidas. É preciso ver o Malawi então poderá operar bem. Quando nos vamos encontrar?

Próxima Quarta-feira?

MINISTRO EMMERSON

Quinta-feira ou Sexta-feira desta semana estarei no Botswana, para participar na reunião do Comité de Emergência da SADCC.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Então fica para a próxima Quarta-feira, mas

não paremos. Os militares que avancem para a Zambézia.

É urgente.

Há populações que estão nas mãos dos bandidos armados, sem comida e crianças sem medicamentos.

Muitos cumprimentos ao Primeiro-Ministro.

==========

1 – Se por necessário deixar a fronteira – com pretexto de reparar estrada.

Um relatório da situação – no ~~lugar~~ terreno

~~[illegible]~~ – Nabote tinha ido buscar

– balanço das actividades do passado.

– atraso do material de guerra



8702831

Camarada Presidente,

O Rex pergunta quando
fechar a fortiza.
Ele pensava que iríamos
dizer para todos os
vizinhos aplicarem
sanções.



8702831

1 E.D. MNANGAGWA Minister of State (Security) [illegible]

2. E.R. KADUNGURE Minister of State (Defence) [illegible]

3. HE. Mvundura - F/A

4. R.R. NHONGO Army Commander

5. J. Tungamirai Air Marshal

6. Maj Gen MASEKO ZNA

7 Lt. Col. SH[illegible]BH ZNA

8 S. TARUMBISWA [illegible] 1st Secretary

9 N. THUTHANI P.M.O.

alternativa. Mas antes de fazer algo, temos que fazer troca de informações e do contacto que cada um de nós realizou no Malawi.

Camarada Presidente falou em apoiar um movimento no Malawi. É isso que eu queria dizer, que devemos fazer, para troca de informações.

Sobre o caso militar, as instruções são claras. Vou repetir para quando sairmos, sabermos o que fazer.

Do lado de Moçambique já despachou o camarada Mabote para fazer reconhecimento dos distritos afectados, para avaliar as forças necessárias e o apoio a ser prestado do lado do Governo.

Há uma força que está pronta para partir. Mas há preparativos que devem ser feitos em conjunto com o Zimbabwe.

Em relação ao hospital, à saúde, temos o nosso perito, bem como em relação à logística, alimentação, combustível; Também daremos apoio facilidades para o patrulhamento do rio.

Em relação à Força Aérea temos aqui o nosso Marechal. O Camarada Presidente vai transferir os Mig21 para Sofala e Mig17 para Zambézia, assim como os helicópteros e homens.

PEOPLES REPUBLIC OF MOZAMBIQUE

Meeting of His Excellency the State President (Samora Machel) with the Military and Security Delegation of Zimbabwe.

Place: Presidency of the Republic
Time' From 15h45 until 18h00
Date: 16 October 1986

Zimbabwe's delegation:

1. E D Munangagwa, Minister of State (Security)
2. E R Kandungure, Minister of State (Defence)
3. General R Mbongo, Army Commander
4. J Tungamirayi, Air Marshall
5. Major-General Mageko, Zimbabwe National Army
6. Lt Col Shumba, Zimbabwe National Army
7. H E Mvumdura, Ambassador to Mozambique
8. S Tavumbirwa, 1st Secretary
9. M Thumbhani, PMO

State President

Has the Ambassador been taken out?
Thank you.
I want to talk with the military men at ease (direct translation as follows: I want to talk to the naked military men. I want to take my pants off. My apologies to the ladies).

Thank you very much because of the fact that it is Zimbabwe's initiative. I was embarrassed and I did not know how to do it.



9702831

The Ambassadors are very complicated. They are always present when I meet the P M and they also want to be present when I meet the military men.
Welcome to you all.
Companions of Zimbabwe, welcome. This is the PM of the PR of Mozambique. You know all the other members of the Mozambican delegation. The PM is attending the meeting because the government wants to follow, with care, whatever we are going to discuss here.
I heard (I spoke) to Rex Nhongo last June when we were in Zimbabwe. He told us that he had a positive plan to go ahead with three training camps, but he needed money.
Wasn't it like that, Rex?

General Rex Nhongo

I told the PM that we needed money.

State President

I requested you to come here as soon as possible. The iron can be bent while hot.
The atmosphere of our region in relation to the armed bandits is very tense. It appears that they felt the danger for the first time which the armed bandits represent in our region.
I had defined the armed bandits in March 1982 as a new phenomenon in Africa which should be studied and not under-estimated.
We said: The distance is very short between armed bandits and mercenaries.
Is that correct Jurist? Lawyer?

Minister Munangagwa

Yes, but a revolutionary lawyer.

State President

It was difficult to understand at that time (1982) but Pres Nyerere and Prime Minister Mugabe understood and it was here in Maputo. And Pres Nyerere called it a new phenomenon in Africa.

Not in Europe. Banditry was born when the Russian revolution triumphed in 1917. This continued until the 50's. They disappeared during the world war. They were threatened. The bandits re-appeared immediately after the defeat of fascism and nazism. The armed bandits appeared for the second time in China in 1945. When Japan was defeated with Chiang Kai Chek and Taiwan was founded. It is still there today with the aid of imperialism.
The third time was in Korea with the direct help of America. Two Koreas, North and South were therefore born.
The bandits appeared for the fourth time in Cuba. Cuban mercenaries invaded the country but they were defeated at Giron Beach.
Therefore, we must be careful. Whenever the revolution is successful, there will immediately be counter- revolutionaries. We must be careful to take only the tactical side, the political and strategic side.
The bandits appeared for the fifth time in Angola in the shape of an invasion. The bandits appeared for the sixth time in Mozambique when Zimbabwe started its war of national liberation in our zone.
In Asia, Afghanistan and in South West Asia (Kampuchea). The purpose is always the same, to divide the country. To overthrow the governments or to divide the countries.
Last year in March 85, we spoke when you three were present and the PM mentioned Camaelo's story.
Such a story has its own value. They wanted us to share power with the armed bandits. They insisted upon it.



8702831

Some of them did it quite openly and some behind the scenes. They pretended to be our friends when they were not. They wanted the armed bandits to take part in the government of Mozambique. Therefore, they are applying all types of pressure:

- economic pressure
- political pressure
- military pressure
- diplomatic pressure.

They want the bandits to share the power.
They do not want to see our government as the only Party.
The Americans spoke to us here. Ambassador Miller told it to us officially.
I asked Miller why Zambia was not told the same? He answered: "We are not worried about it because it is not marxist." - And why not Tanzania? There were two parties previously and now they are together.
We are not worried about Chama Cha Mapinduzi because everyone has free ideas in the Party.
I asked him then: "Why aren't you going to talk to fascist Banda"? No answer.
I mentioned Zambia and Tanzania deliberately so as to mention Malawi afterwards. That one is a politician not a career diplomat. He was in Tanzania and now in Zimbabwe. He came to Mozambique last year to talk to me.
He demanded that I accept the formation of a puppet Party in order that he could say in America that there was democracy in Mozambique because the country had more than one party.
I asked: "You want to organize the armed bandits in order that they become the opposition". He answered: "The moment that they are loyal to the Government".
This is the point to understand our problem.
They are happy with the problem in Zimbabwe between ZANU/ZAPU which can lead to tribal war.

The same can also happen here. They are very complicated. They pretend to be against the bandits, but they are with them.

Our main interest at the moment is the matter of armed bandits in Malawi. South Africa is applying pressure at this moment only 80 km from here. Mozambique is being accused of various things in order that we do not attack the centre and so that they can continue to have their base in Malawi.

I called the Zimbabwean brothers to tell you that "there are good things coming from bad". (Every cloud has its silver lining).

There were plenty of contradictions in Frelimo in 1969. The peak of such contradictions was the murder of Comrade Mondlane, plus desertions of Frelimo members (about 15 members of the Central Committee who were Provincial secretaries).

The Portuguese then thought that Frelimo was weakening and they launched their "Gordian knot operation".

They conducted their fighting in various places to protect such operation and also to divert our attention from our main target.

They brought in 15 000 tons of equipment plus special ... bought in America.

They brought Fiat G91 aircraft from Italy and German aircraft.

Also Alouette and Puma from France to support this operation. 55 000 men were stationed in Cabo Delgado.

The operation lasted 6 months and we killed 1 400 men. The Portuguese announced that only 300 had been killed and dozens (of thousands) wounded. The Portuguese government and the Portuguese army could never recover from this blow.

We started with our concentrated attacks against the South African bases and we generalised the war.

Our main point of attack was Tete to finish off that operation. It was necessary to use Tete. It would have been

suicide and would have meant the defeat of our forces if we had moved our soldiers to Cabo Delgado.
This was guerrilla warfare - never to be a target to the enemy and to disperse our forces as much as possible. These are the tactics of guerrilla warfare.
We already had the capacity to attack the military barracks of the Portuguese army when we achieved victory. We handed over more than 400 Portuguese prisoners. We have a film of such handing over. It was easy to set a date for the independence at the Lusaka Accords but not for the cease-fire. We wanted the prisoners-of-war captured by the Portuguese. The negotiations nearly collapsed.
The Portuguese lowered their flag. They surrendered. The military men said: "We are criminals". We have no prisoners-of-war. PIDE (Portuguese Security Police) killed all of them. The Portuguese did not announce the cease-fire. I, myself, announced the cease-fire. We handed over more than 400 White prisoners-of-war.
This could be the end of the war in Mozambique, if we are quick to organize ourselves. Malawi will not have the courage to receive more armed bandits because of the way that it has been denounced.
Rex, let us give a task to the politicians.

Prime Minister and Emmerson should be able to obtain the following:

1. That Malawi allow the Mozambican forces to go through (cross Zambezia/Tete/Zambezia via its territory). That is the biggest proof that Malawi is not a base for the enemy, clear proof that Malawi does not want war in Mozambique.

   This is proof that Malawi wants the people to live in peace and to improve their standard of living, because it will start using the Beira and Nacala ports and the

Chimoio/Beira/Tete road as well as giving permission for Zimbabwean troops to cross from Tete/Zambezia/Tete.

This is the best cooperation with Malawi. I gave this to the Prime Minister, because I know that he will meet Thembo today.

2. That Zimbabwe should suggest to Malawi that we use the port of Beira/Chimoio/Tete directly into Malawi for all Malawi lorries. Malawi must participate in the lorries' protection on the Beira/Chimoio/Tete/Malawi route.

Malawi may not use our territory as well as our bridge to carry war equipment for the armed bandits. This is the political side and can only be done by security and by counter-intelligence people. The army must meet all expenses incurred in Malawi.

3. Mozambique and Zimbabwe must bring into being a new force in Malawi. Banda is worn out. We must not allow South Africa to set the course in Malawi. We must not allow the English, Americans and the FRG (Federal Republic of Germany) to choose the Malawi leaders. The army knows how these things must be done.

4. Let us win the whole of the Malawi population; in our declarations we must always affirm that Malawi is our friend; the authorities are the bad ones, and their actions are damaging our relations. Let us win the majority. Here, we are following Mao Tse Tung's theory: win the majority, isolate the minority and annihilate them one by one.

We can also organize a Malawi liberation front, equip ourselves and infiltrate into Malawi in order to



8702831

destroy the bandits who are there. We may also define the targets for such a front for the liberation of Malawi.

The best form of combat will be to transfer the war in your zone to that of the enemy and to make the latter into a shooting range. In boxing, we touch the enemy with the left hand so as to get the chance to give the final blow: .... at the pit of the stomach; the enemy will have to fold three times, on the jaw to dislocate the jawbone.

One cannot play with the enemy. If one feels that the enemy is strong, one must always hit on the liver until he gets tired and runs away staggering. Do not give the enemy time to punch you with his right hand. He will get tired. You have won at the end because you hit the enemy more times. And then they will say that you won on points.

It is necessary to push the enemy to the ropes to get a technical KO and the referee will throw in the towel when you are ready to give the final blow. This is the way to fight when the enemy is weak or strong.

Why did I call you. We the military men? We want to transform the Province of Zambezia into the theatre of all military operations. It is easy to operate in Tete, Niassa, Nampula and Sofala from Zambezia. In four provinces, five with Zambezia itself.

I mean that small doses can be applied in Zambezia, or to kill the armed bandits slowly or quickly, depends on us. We can give small but permanent doses of poison, in order that the stomach will spread it throughout the body. If we want to kill the enemy within a 12 month

period, we know how to do it. They will become so thin that they will collapse.

Under these circumstances, we can decide in Zambezia if we are going to give poison to the enemy in order that they last 3 months, or poison them to die within 6 months or enough poison for them to die immediately.

We must never underestimate the enemy. We can do it strategically, but tactically - the enemy must always be taken seriously.

Mao Tse Tung said: "The enemy has the gun, motivation and targets". All the propaganda made by the politicians about what an armed bandit is, is not enough. Every bandit has his won motivation. Some of them had some motivation in the first phase. Now they have targets and motivations after stealing and committing crimes. Their main target is, in military terms, to take over power by force.

Political power comes from the barrel of the gun, and therefore power must also be defended with guns.

My reason to talk like this is not because of the armed bandits and not because of the fact that we are at war. The Revolution must be defended at all times. There are no books to tell us how such power and such revolution must be defended. Lenin said that the Revolution must be defended, but he did not give the formula for such defence.

Comrades Rex, Maseko, Tungamirayi, when we closed the border with Zimbabwe, we had our guns already in Zimbabwe pointing towards the enemy. We have nothing in Malawi at the moment. We are only making political



0702831

noise. And afterwards? Which operations have we planned?

General Rex Nhongo

We are ready for it.

State President

That's why I have called in the military men. They must place all available means in Zambezia. This is an urgent matter. We will close the border with Malawi. We can do nothing about guns and means. It would be suicide. Malawi will continue accepting armed bandits unless we close the border. We have some special forces for special operations. We have about 41 MIG-21.

The victory is being planned. Victory is being organized. It demands cold bloodedness. Now we have to arrange the transport of the troops and equipment to Zambezia/Tete, the organization of medical services and food. We must have everything from Zambezia.

President Kenneth Kaunda did not guarantee the closing of the border with Malawi. We put the question today and his answer was not satisfactory. We must be prepared. I have given you a political task.

Mabote should have been here. He did not do what we had decided.

We have been at this table with the Mozambicans, Cubans and Soviets since last Friday and we said that he should go immediately to Zambezia:

1. To investigate the strength of the armed bandits in each district.

   To know their weapons.
   Have they anti-aircraft weapons in the districts or not?

   To know, by using the population, intelligence and exploration, the ability and details of the leaders, their preparation, and to prepare a camp for 1 500 men, who will come from Maputo to Nacala.

2. I said go with the Tanzanians who have the experience to organize camps: zones for soldiers, sergeants and officers. They must be well fed, because we will not leave the place. The camp is not a temporary one. It is the strategy of our country. The hospital must be organized as well as everything that is necessary.

3. Logistics must be organized, the type of equipment which we need must be evaluated; transportation is needed, including small boats and fast boats in which we can put our weapons to patrol the Chuabo/Zambezi river and the harbour of Chinde. Do not underestimate South Africa because it can transport armed bandits by sea, using submarines and ships. She is desperate because we uncovered Malawi.

   Mabote has not brought the information yet and he should be arriving this afternoon.

   I called you because you have experience in organization and you have the capacity. I want to transfer the MIG 21's to Beira and have them operating from there. The MIG 17's and the gunships will be going to Zambezia, which is near Malawi and also close



8702831

to all the districts of our country occupied by the armed bandits.

In plain (cooly) terms we see our situation like this. This is our strategy. The problem is: how can Zimbabwe take part in all of this? We have soldiers and weapons. We lack transport. The missiles need ships to Zambezia, large trucks to Tete and transport to place them at their positions, so that they are mobile instead of fixed.

Hence, we have to calculate our costs in terms of fuel, uniforms, food, medicines, permanent communications and other areas. How to place (install) all this in Zambezia? Our people are also waiting. They are still in the hands of the armed bandits, without medical assistance, and the children don't go to school.

We will be ready to act if we have all this. At this point Zimbabwe and we can infiltrate some. This is tactics. Rex, when we close the border, we must make sure that if Malawi diverts its goods to Tanzania we will destroy the bridges linking Malawi to Tanzania. They must be the bridges which took 4-5 years to be built.

If the goods are diverted to Zambia, we will not destroy the Zambian bridges but we will destroy the Malawian bridges which provide access to the Kasangulo/ Botswana route and to South Africa. If we destroy the bridges to Tanzania and Zambia we will have Malawi in our hands.

I have already defined my thoughts. Think! Is it clear, Panguene? Kadungure?

Minister Kadungure

Yes, it can be done.

State President

Don't make declarations. We have them and you also have them.

In operations, it is necessary to attack the enemy's weak points as soon as you have everything strategically organized.

Why? The reconnaissance has to be perfect. It is necessary to attack the weak positions of the enemy. That will boost the soldiers. They will suffer no casualties or be wounded. Their morale will be boosted for further attacks and for difficult battles. In this manner they will be prepared for great battles. To attack and to occupy must be the tactics in order to demoralize the enemy.

This is the way that we learn the strategy. This is the way that we prepare ourselves. So you have enough political and military soundness. When is Zimbabwe ready to go to Zambezia?

I should go to Zambezia tomorrow but Panguene said no. Wait for the Zimbabwean comrades to come, and organize with them their departure to Zambezia.

I already told this to the Prime Minister: ships should carry with them war equipment and aircraft to Zambezia. We also asked soldiers to be transported to Nacala and Zambezia and the transfer of MIG's to Sofala and Zambezia.

General Rex Nhongo

Comrade President, Comrade Prime Minister, Comrade Munangagwa, Comrade Kadungure, officers, we know the problem of Mozambique. I was in Chimoio yesterday and I thought that this meeting should take place in Beira, with the presence of the commandants of Beira, Tete and Zambezia. And with ours as well. The problem is that the Comrade President speaks a lot. We talk but we also do practical things.

State President

Who must execute?

General Rex Nhongo

I repeat what I said in Tete. We want to do a lot for Mozambique. We are trying to do something for Mozambique. But, President Machel, we must try: if we fail, we fail; let us close the borders today.

State President

I can't do it. I don't want to provoke those who side with Malawi. I don't want to increase enemies. I can't do that.

General Rex Nhongo

Let us fight Malawi inside that country. The target is inside Malawi.

State President

What did I tell the politicians?

General Rex Nhongo

I can't answer that question.

State President

Be careful, Comrade Nhongo, it is necessary to keep the political, economic and military aspects together.

You were very young during the War in Zimbabwe. I will give you access to some documents and you will see how the world reacted when we closed the border with an illegal regime, following UN decisions. They felt sorry for Smith and he received more support than ever before. Do you know what the Americans can do? They can bring aircraft carriers to the Indian Ocean to supply Malawi or the armed bandits, or even to threaten Mozambique. And you cannot remove the Americans.

Malawi is not alone. It is a pretext to invade my country. This is their last trump. They wanted to make a tribal war out of this war but they could not. They wanted to turn this into a civil war. We did not allow this. They wanted to promote the armed bandits internationally as an opposition party. We did not allow it. They failed because we analysed and denounced them. Who are they?

When we signed the Nkomati Accord they said: at last. Because they thought that we were going to accept the armed bandits as part of the government of Mozambique.

We analysed it here and we reached the conclusion that the South African plan to protect apartheid consists of infiltrating the armed bandits, in order to prevent Mozambique from becoming an ANC base. The main reason was that if Mozambique backed Zimbabwe, it could also back the ANC and

it could become an ANC base. The world was told this and accepted it.

Nobody condemned the South African and Rhodesian aggression against Mozambique. Our visits to Malawi, as well the visits to Zimbabwe, Zambia and Mozambique to Malawi, hurried South Africa and the imperialists because we discovered the real centre of the armed bandits.

Their plan was:

1. destabilization
   to cut off communications, to paralize the economy. They achieved this.

2. promotion of generalized dissatisfaction of the people against Frelimo. They failed.

3. To occupy some districts. They are attempting it now.

4. To attack one of the capitals, to hoist their flag, to film the scene, to leave the place, and to tell the world that they have taken the country. They hurried and they combined those three phases in a single phase and they dumped all the armed bandits here. We should have said "thank you" because the head of the snake was outside and the body inside. Now, the head is inside. It is necessary to conquer the majority and to isolate the minority. I repeat: It is not Malawi. It is South Africa.

Minister Emmerson (Munangagwa)

Comrade President we thank you for the analysis of the problems which affect Mozambique and Zimbabwe.



8702831

1. I should like to repeat whatever you told us in order to ascertain whether or not we understood what you told us.

2. Let us make a small analysis of our position. I will put forward some proposals, namely how to draw up the programme from Maputo. If we understood the Comrade President well, you divided the matters into political and military fields. Political side: We would like Zimbabwe or Mozambique to go to Malawi individually or collectively, to persuade Malawi to accept the fact that the Mozambican forces could cross Malawi from Zambezia and Tete.

To persuade Malawi to allow Zimbabwean troops to cross Malawi into Zambezia or even to provide facilities inside Malawi should Malawi identify itself with one of us, it must help us to finish off the armed bandits. It is important that Malawi concedes us such cooperation.

State President

We are not asking for Malawian forces.

Minister Emmerson (Munangagwa)

We are requesting facilities for our forces to use Malawian territory.

We must hold talks with Malawi to participate in the security, and protection of the Beira/Sofala/Chimoio/ Tete/Malawi route. Although part of that route is being protected by us, we should convince Malawi that it is to its advantage to use the shorter route instead of the longer

route, that is (Zambia/Botswana/South Africa). This is the way to get political cooperation.

State President

To take it as a point of the front line involving Zambia and Tanzania.

Minister Emmerson (Munangagwa)

At this point we should create the political will in our circles to accept these principles.

State President

Moving from a position of strength, because the military part I mentioned must be backed by political action.

Minister Emmerson (Munangagwa)

I'm following your thoughts. Malawi's routes to the outside are either through Beira, Nacala, Zambia or Tanzania. When the Prime Minister spoke to us he told us that we could repair some roads, but only those with access to Malawi. The President says we should do that inside Malawi.

There is no contradiction. Both can be used. It is possible to do what has been suggested: to destroy the bridges and the exits to Tanzania and Zambia. That can be done. According to what we had understood, it was necessary to organize an unofficial blockade under the pretext of repairing bridges and roads.

That is a political matter: to conquer the people of Malawi and tell them that we are in solidarity with them and not with their government. We must not just sit because the

Britons, the South Africans and the Americans are preparing the future.

State President

The struggle is long.

Minister Emmerson (Munangagwa)

And we, for the sake of our future, should look for an alternative, But, before doing something, we have to exchange information and contact concerning the work done by each of us in Malawi. This is what I meant, this is what we should do in order to exchange information. Comrade President mentioned backing a movement in Malawi. This is what I meant what we must do to exchange information.

Instructions are clear as far as military matters are concerned. I am going to repeat the whole matter so that when we leave we will know what to do. Mozambique has already sent comrade Mabote to the affected districts, to evaluate the necessary forces and support to be rendered by the government.

There is a force ready to go. But there are preparations which have to be made jointly with Zimbabwe. We have our expert to deal with the hospital, with health. The same applies to logistics, food, fuel. We will also render assistance to the river patrol.

As far as the Air Force is concerned, we have our Marshal here. The Comrade President will transfer the MIG 21's to Sofala and the Mig 17's to Zambezia as well as helicopters and men. These were the military instructions received by us. This is the second level of my discussion.



8702831

As the Comrade President and General Nhongo said when we left on Sunday night, the Prime Minister said that he wanted us to return to Maputo. Then, we thought that this briefing would be divided into two.

We were anxious to meet president Samora before discussing the matter with our colleague commandants. Therefore we sent Rex to Chimoio yesterday. However, Fernando said that the President wanted us here. We thought that a military report of the positive situation should be prepared from the field. A programme of the activities should be prepared for the President with the information received in the report.

But we perceived that Comrade President Machel had already done the homework for us, and the practice is that we should do the homework for him. We put two questions to the commandants we met:

- evaluation of the resolutions taken previously: where we failed and where we succeeded. A list of gains and losses.

State President

In other words how to balance the situation.

Minister Emmerson (Munangagwa)

Exactly, a balance. This is an aspect which will have to be discussed here by President Samora Machel, Kandungure and myself.

State President

I also wanted to do it. I received you and Kadungure. If the Prime Minister would give us permission, we would



8702831

appreciate it if instructions be given to the Harbour authorities. Sometimes the war equipment stays 2 and 3 months in the port of Beira, before being distributed to the soldiers.

State President

The same happens to our own equipment. The armed bandits are everywhere.

Minister Emmerson (Munangagwa)

We request a favour. There are too many educated people, too many learned people at the harbours. They retard the process.

State President

Too many educated and learned people delay things and do not speed them up.

Minister Emmerson (Munangagwa)

They can fix the papers for the remaining goods still retained. But the military portion must be speeded up and cleared.

1. I mentioned what President Machel said concerning our tasks and our program in the military as well as the political field.

2. Now my comments. The Prime Minister went to Victoria Falls to meet President Kaunda. After we left, President Banda sent John Thembo, who came from Zambia. He wanted to see the Prime Minister but he was not available. We have not spoken to him yet, maybe tomorrow.

I believe that I have an idea of what he wants to tell us. Banda is convinced that President Samora has taken a radical stand, and he wants the Prime Minister to act as a mediator between President Samora Machel and President Banda. This is a God given opportunity to implement our political program.

State President

He knows our relations. He knows that nobody can do it, only Mugabe. That is why I started by giving you work.

Minister Emmerson (Munangagwa)

I believe this is our opportunity to win the Malawian people and to obtain concessions from the (Malawian) government, so that our forces will be allowed to use their territory. After our report to the Prime Minister, our next encounter will be somewhere in Sofala province or in any other province.

State President

It will be in Zambezia province. It will be an operational meeting. I am going there. I do not want to stay in Maputo.

Minister Emmerson (Munangagwa)

We will meet there, then. Thanks.

State President

I am not talking because I am here in Maputo. I like to have my own tent and to sleep in a shelter made by me. I

have already checked the forces that are going to be stationed there.

Minister Emmerson) (Munangagwa)

Comrade President, thanks, I don't know if my colleague wants to add anything.

Minister Kadungure

You gave us rather a big task and we are ready to accomplish it. We mentioned in detail both the political and the military actions, but I believe we missed the reference to the social aspect to be implemented here in Mozambique. We know that armed banditry exists not as a result of the people who support and follow their cause but because the people are hungry and have no clothes or medicine. We have plenty of food in Zimbabwe. If we could deliver it where it is needed, if we started mobilizing, organizing and training the people, I believe we would achieve victory. Payment will come later.

State President

Just like it happens in Beira: there is plenty of paper but the people are dying of hunger.
(Smiles)
Thank you for coming. You know what we think and we also know what you think. I agree with the proposal of a temporary closing of the border under the pretext of repairing the roads. Then I will have consultations with you at the right time. I expected Mabote to undertake this mission.

1. Comrade Emmerson said that the Zimbabwean delegation is expected to be briefed on the report about the situation. Therefore, I thought the meeting would take

place in Beira. I sent Mabote to Sofala and afterwards to Zambezia to assess the situation of each place, the situation of the population affected and their needs. I was certain that he would be back on Monday. That is why I told the Prime Minister to send you here on Wednesday, expecting that a report would be handed in by Monday or Tuesday.

This demand by my Zimbabwean comrades for a report on the real situation of the armed bandits in each place is fair. We sent Mabote for this, but he is not back yet. The purpose was to make it available to us, to analyse the rest.

2. To analyse our cooperation, we have to weigh the positive and the negative: have the activities of the armed bandits increased, and why? What were the mistakes? Let's analyse the causes of the mistakes, and the causes of the victories. We agree completely. The problem of war equipment being delayed in Beira harbour two to three months also arose. I said there are armed and unarmed bandits. The unarmed bandits, paid by the RSA, do that to sabotage our cooperation.

War does not wait for bureaucracy. It proceeds through our own deeds. Ernesto mentioned another item. When I made the report I thought it was not important to mention it. Yesterday we worked with the military people, the political bureau and the Prime Minister. Today I worked with the Prime Minister.

**Prime Minister**

(Reading of the Notes)

**State President**

This covers your points and many thanks for raising the problem.

Minister Kadungure

Thanks.

State President

About Thembo in Harare.

Our security including military security and counter-intelligence must cooperate with Zimbabwe to ascertain up to what extent we know Malawi. We do not want to back a non-starter (to chase a horse that does not run).

It was a Soviet that told me this in that room, when Joshua Nkomo lost. They withdrew their ambassador from here. You know how Joshua Nkomo is a friend of mine. The difference is that he does not want to fight.

Minister Emmerson (Munangagwa)

It is not only a difference, it is a matter of principle.

State President

He is a friend of mine. He was very charming in Harare, during the non-aligned summit. He talked twice, and seriously. He told me about the unity of the parties. The Soviets said Mozambique had made a good choice. The Soviets did nothing. They had backed a non-starter.

We know Malawi, because we have two million Mozambicans there. The Malawians are in our hands. We have Mozambicans inside the army, the police, the Young Pioneers. Emmerson

is going to think that we have infiltrated people in Zimbabwe. Maybe you have more infiltrated people here.

Minister Emmerson (Munangagwa)

Smith did it, not us.

State President

When Emmerson visits Manica, he does not need an interpreter but I need one.

Minister Emmerson (Munangagwa)

They think I am your Minister.

State President

However, when I visit Buffalo range or Matabeleland, I do not need an interpreter, but you do. Now I do not know who is more infiltrated and where.

Minister Emmerson (Munangagwa)

We are together.

State President

Correct. We are together. Thembo is Mama Kadzamira's uncle. He is the chief of Malawi. He acts in the name of Banda. What he thinks, he puts in the old man's mouth, and then acts.

When Banda returned to Malawi, he called Kadzamira and asked her to become his secretary at his clinic because she was a nurse. But her husband disappeared, and nobody

knows where her children are. The lady grew up in your country, and went to study in England. In Malawi, there are mysterious deaths and disappearances. Women as well as the Young Pioneers run Malawi. Men have no role in the country. What is the country's future? Banda, Kadzamira and Thembo are murderers.

Minister Emmerson (Munangagwa)

I know that.

State President

John Thembo is involved in the trucks that go to the RSA, and other countries. I am giving this message to you. Convey it to him. But also to the military, the security and the politicians of Malawi. The reason is that he only (John Thembo) will say it to Banda.

Minister Emmerson (Munangagwa)

We have good contacts with the Malawian army and police. We will pass it on to them.

State President

Finally, my colleagues will give you the information they have about Malawi. I know that there is a Malawian who is a very good friend of your deputy. Your White man, Emmerson, has everything, maybe better than us, because he is an insider.

Minister Emmerson (Munangagwa)

I know. It is a part of the game.



8702831

State President

Rex, can you see the game? It is a complicated one. The exchange of information is necessary to achieve success in the operation. It is necessary to see a defenceless Malawi, then you can operate properly. When are we going to meet. Is next Wednesday alright?

Minister Emmerson (Munangagwa)

It will be in Botswana on Thursday or Friday this week, to participate in the meeting of the SADCC emergency committee.

State President

Then, let's meet next Wednesday, but let us not stop. The army people must move to Zambezia. It is urgent. There are people in the hands of the armed bandits. They do not have food, and there are children without proper medical treatment.

My greetings to the Prime Minister

END OF TEXT

31 October 1986

82 /82

8702831

LA SEGUNDA PARTE DE SUDAFRICA CARPETA NRO.135

DESDE DOC.3703188 A DOC.8712049 CONTINUA EN EL

PROXIMO ROLLO.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

A. G. I. I.

DIV. MICROFILMACION

ROLLO Nº 997
(SJ)

ACTA DE CIERRE DE MICROFILMACION:

LUGAR DE LA MICROFILMACION: (ORGANISMO) DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA.-

FECHA DE FINALIZACION DE LA MICROFILMACION: 11 de abril de 1991.-

DENOMINACION DE LA DOCUMENTACION: DOCUMENTOS DEL DPTO.II/D.G.I.D. DEL AÑO 1987.-

IDENTIFICACION DEL ULTIMO ORIGINAL MICROFILMADO: FLASH CORRESPONDIENTE A SUDAFRICA - CARPETA 135.-

OPERARIO/S: Sdo.1ra.J.Sarraute.-

REDUCCION DE IMAGEN: 29 X

SISTEMA EMPLEADO: STANDARD

ROLLO SIMULTANEO: NO

VISTO: Una vez comprobadas las características que contiene el último documento microfilmado en el cierre del acta, se da por finalizada la microfilmación, firmando para su constancia el funcionario responsable y la Dirección de la Oficina, como aval de la autenticidad de este rollo.-

El Encargado de la Division Microfilmación

S.O.M.
Juan Carlos Martínez

El Jefe del AGII DE LA D.G.I.D.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
Cnel.
A.G.I.I.

Pedro Barneix

# FIN

# ROLLO

# 997